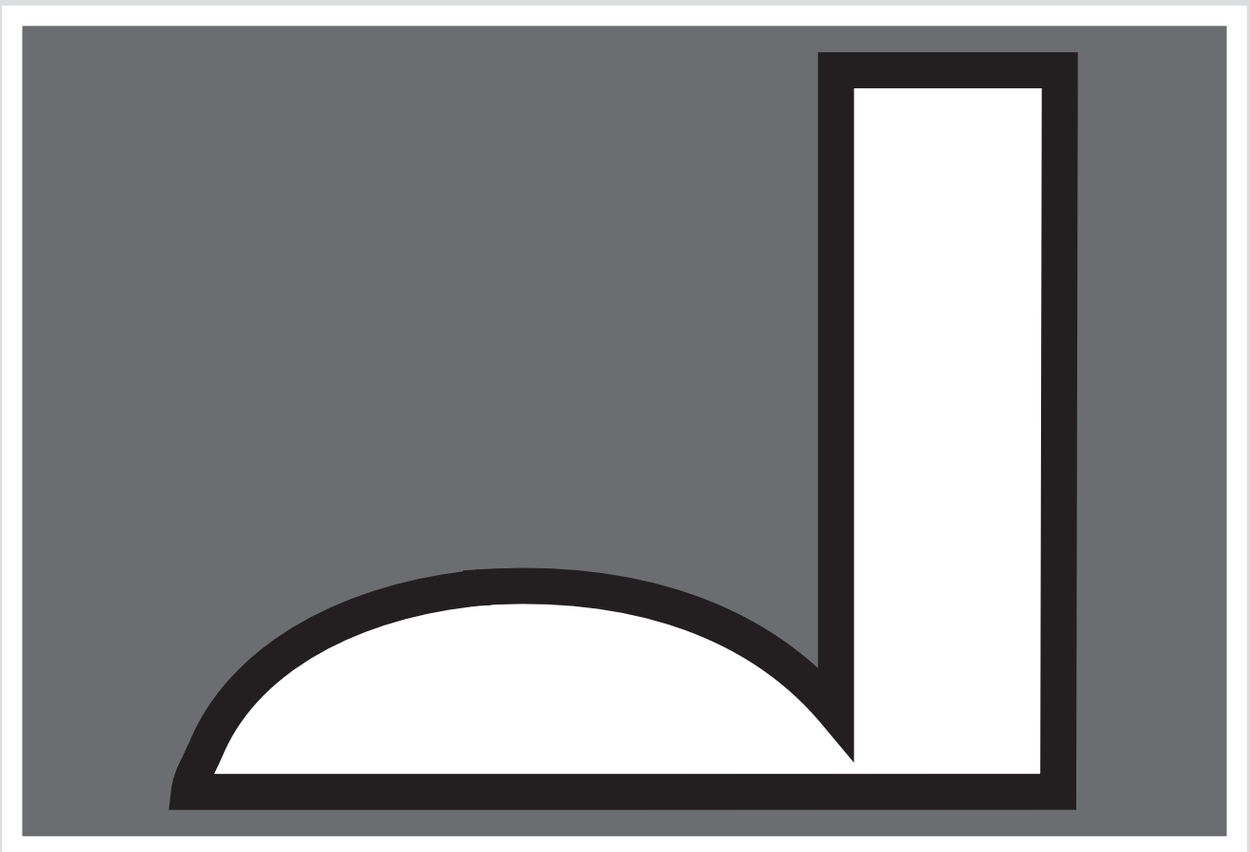
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)
(período de 1º a 22 de dezembro de 2009)
Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões
Relatório Final da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia
Atas das Sessões Plenárias do Parlamento do Mercosul

VOLUME I/III

ANO LXIV – SUP. AO Nº 205 – QUARTA-FEIRA, 23 DE DEZEMBRO DE 2009 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marconi Perillo - (PSDB-GO)
2ª VICE-PRESIDENTE
Serys Slhessarenko - (PT-MT)
1º SECRETÁRIO
Heráclito Fortes - (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)

3º SECRETÁRIO
Mão Santa - (PSC-PI)
4ª SECRETÁRIA
Patrícia Saboya - (PDT-CE)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - César Borges - (PR-BA)
2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇA

Maioria (PMDB/PP) - 18

Líder
Renan Calheiros - PMDB

Vice-Líderes
Valdir Raupp (6)
Paulo Duque
Lobão Filho
Francisco Dornelles
Gilvam Borges
Gerson Camata
Geraldo Mesquita Júnior
.....

Líder do PMDB - 17
Renan Calheiros

Vice-Líderes do PMDB
Wellington Salgado de Oliveira
Almeida Lima
Valter Pereira
Gilvam Borges
Leomar Quintanilha (4,5,7)
Neuto De Conto

Líder do PP - 1
Francisco Dornelles

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 19

Líder
Aloizio Mercadante - PT

Vice-Líderes
João Ribeiro
Renato Casagrande
Inácio Arruda
Marcelo Crivella
.....

Líder do PT - 11
Aloizio Mercadante

Vice-Líderes do PT
Eduardo Suplicy
Fátima Cleide
Flávio Arns (3)

Líder do PR - 3
João Ribeiro

Líder do PSB - 2
Antonio Carlos Valadares

Líder do PRB - 2
Marcelo Crivella

Líder do PC DO B - 1
Inácio Arruda

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) - 27

Líder
Raimundo Colombo - DEM (1)

Vice-Líderes
Alvaro Dias
Kátia Abreu
Flexa Ribeiro
Gilberto Goellner
João Tenório
Rosalba Ciarlini
Lúcia Vânia
Adelmir Santana
.....

Líder do PSDB - 14
Arthur Virgílio

Vice-Líderes do PSDB
Alvaro Dias
Lúcia Vânia
Cícero Lucena
Papaléo Paes

Líder do DEM - 13
José Agripino

Vice-Líderes do DEM
Jayme Campos (2)
Antonio Carlos Júnior
Rosalba Ciarlini
Efraim Morais

PTB - 8

Líder
Gim Argello - PTB

Vice-Líderes
Sérgio Zambiasi
Romeu Tuma

PDT - 6

Líder
Osmar Dias - PDT

PSOL - 1

Líder
José Nery - PSOL

PV - 1

Líder
Marina Silva - PV

PSC - 1

Líder
Mão Santa - PSC

Governo

Líder
Romero Jucá - PMDB

Vice-Líderes
Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares
João Pedro
Gim Argello
Romeu Tuma

Notas:
1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
6. Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.

EXPEDIENTE

Haroldo Feitosa Tajra
Diretor-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Cláudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

VOLUME I

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – Resenha Mensal (período de 1º a 22 de dezembro de 2009)

– Secretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal 7

– Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional 132

– Secretaria de Comissões..... 141

1.2 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 53ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2009..... 257

Ata da 54ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2009..... 263

Ata da 55ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, 52ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e 61ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, Conjunta, realizada em 24 de novembro de 2009..... 284

Ata da 56ª Reunião Extraordinária, realizada em 25 de novembro de 2009..... 302

Ata da 57ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e 49ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, realizada, em Conjunto, em 26 de novembro de 2009..... 313

Ata da 58ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de dezembro de 2009..... 355

Ata da 59ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e 51ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, realizada, em Conjunto, em 3 de dezembro de 2009..... 396

Ata da 60ª Reunião Ordinária, realizada em 8 de dezembro de 2009..... 425

Ata da 61ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e 53ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, realizada, em Conjunto, em 10 de dezembro de 2009..... 449

1.2.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Ata da 56ª Reunião Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2009..... 474

Ata da 57ª Reunião Extraordinária, realizada em 11 de novembro de 2009..... 494

Ata da 58ª Reunião Extraordinária, realizada em 18 de novembro de 2009..... 516

Ata da 59ª Reunião Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2009..... 544

Ata da 60ª Reunião em Conjunto com a 41ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, realizada em 19 de novembro de 2009..... 546

Ata da 61ª Reunião em Conjunto com a 55ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e 52ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 24 de novembro de 2009..... 562

Ata da 62ª Reunião Extraordinária , realizada em 25 de novembro de 2009..... 580

Ata da 63ª Reunião em Conjunto com a 10ª Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, realizada em 26 de novembro de 2009..... 604

Ata da 64ª Reunião Extraordinária, realizada em 2 de dezembro de 2009..... 629

Ata da 65ª Reunião Extraordinária, realizada em 8 de dezembro de 2009..... 629

Ata da 66ª Reunião Extraordinária, realizada em 9 de dezembro de 2009..... 693

Ata da 67ª Reunião Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2009..... 716

Ata da 68ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 de dezembro de 2009..... 726

Ata da 69ª Reunião em Conjunto 11ª Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde e 2ª Reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, realizada em 16 de dezembro de 2009..... 734

1.2.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 52ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 55ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, e 61ª Reunião

da Comissão de Assuntos Sociais, realizada, em conjunto, no dia 24 de novembro de 2009..... 751
Ata da 53ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de novembro de 2009..... 769
Ata da 54ª Reunião Ordinária, realizada em 2 de dezembro de 2009..... 842
Ata da 55ª Reunião Ordinária, realizada em 9 de dezembro de 2009..... 846
1.2.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE
Ata da 76ª Reunião Extraordinária, realizada em 24 de novembro de 2009..... 887
Ata da 77ª Reunião Extraordinária, realizada em 25 de novembro de 2009..... 909
Ata da 78ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de dezembro de 2009..... 921
Ata da 79ª Reunião Extraordinária, realizada em 2 de dezembro de 2009..... 933
Ata da 80ª Reunião Extraordinária, realizada em 2 de dezembro de 2009..... 952
Ata da 81ª Reunião Extraordinária, realizada em 3 de dezembro de 2009..... 958
Ata da 82ª Reunião Ordinária, realizada em 8 de dezembro de 2009..... 980
Ata da 83ª Reunião Extraordinária, realizada em 9 de dezembro de 2009..... 1004

VOLUME II

1.2.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA
Ata da 42ª Reunião Extraordinária, realizada em 25 de novembro de 2009..... 1026
Ata da 43ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de dezembro de 2009..... 1044
Ata da 44ª Reunião Extraordinária, realizada em 8 de dezembro de 2009..... 1051
Ata da 45ª Reunião Ordinária, realizada em 15 de dezembro de 2009..... 1078
1.2.6 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH
Ata da 42ª Reunião Extraordinária, realizada em 24 de novembro de 2009..... 1091
Ata da 43ª Reunião Extraordinária, realizada em 2 de dezembro de 2009..... 1124
Ata da 44ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 de dezembro de 2009..... 1165
1.2.7– Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE
Ata da 25ª Reunião Ordinária, realizada em 9 de julho de 2009..... 1186
Ata da 26ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 de julho de 2009..... 1187
Ata da 27ª Reunião Ordinária, realizada em 6 de agosto de 2009..... 1206
Ata da 28ª Reunião Extraordinária, realizada em 11 de agosto de 2009..... 1232
Ata da 29ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de agosto de 2009..... 1232
Ata da 30ª Reunião Ordinária, realizada em 20 de agosto de 2009..... 1239
Ata da 31ª Reunião Ordinária, realizada em 27 de agosto de 2009..... 1268
Ata da 32ª Reunião Ordinária, realizada em 3 de setembro de 2009..... 1294
Ata da 33ª Reunião Ordinária, realizada em 10 de setembro de 2009..... 1309
Ata da 34ª Reunião Extraordinária, realizada em 16 de setembro de 2009..... 1324
Ata da 35ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de setembro de 2009..... 1368
Ata da 36ª Reunião Extraordinária, realizada em 22 de setembro de 2009..... 1373
Ata da 37ª Reunião Extraordinária, realizada em 23 de setembro de 2009..... 1389
Ata da 38ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de setembro de 2009..... 1405
Ata da 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 29 de setembro de 2009..... 1431
Ata da 40ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de outubro de 2009..... 1466
Ata da 41ª Reunião Extraordinária, realizada em 7 de outubro de 2009..... 1489
Ata da 42ª Reunião Ordinária, realizada em 8 de outubro de 2009..... 1500
Ata da 43ª Reunião Extraordinária, realizada em 14 de outubro de 2009..... 1518
Ata da 44ª Reunião Ordinária, realizada em 15 de outubro de 2009..... 1565
Ata da 45ª Reunião Ordinária, realizada em 22 de outubro de 2009..... 1575
Ata da 46ª Reunião Extraordinária, realizada em 27 de outubro de 2009..... 1587
Ata da 47ª Reunião Ordinária, realizada em 29 de outubro de 2009..... 1617
Ata da 48ª Reunião Ordinária, realizada em 5 de novembro de 2009..... 1657
Ata da 50ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de novembro de 2009..... 1672
Ata da 51ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de novembro de 2009..... 1696
Ata da 52ª Reunião Ordinária, realizada em 19 de novembro de 2009..... 1709
Ata da 53ª Reunião Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2009..... 1716
Ata da 54ª Reunião Ordinária, realizada em 3 de dezembro de 2009..... 1732
Ata da 55ª Reunião Ordinária, realizada em 10 de dezembro de 2009..... 1756

1.2.7.1 – Subcomissão Permanente da Amazônia e Faixa da Fronteira

Ata da 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 16 de junho de 2009..... 1780

Ata da 4ª Reunião Extraordinária, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, realizada em 8 de julho de 2009..... 1790

Ata da 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 28 de outubro de 2009..... 1828

1.2.8 – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI

Ata da 47ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, realizada em 19 de novembro de 2009..... 1837

Ata da 48ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, realizada em 23 de novembro de 2009..... 1867

Ata da 49ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura Conjunta com a 57ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 26 de novembro de 2009..... 1898

Ata da 50ª Reunião Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2009..... 1940

Ata da 51ª Reunião Conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 3 de dezembro de 2009..... 1973

Ata da 52ª Reunião Extraordinária, realizada em 7 de dezembro de 2009..... 2024

Ata da 53ª Reunião Conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 10 de dezembro de 2009..... 2044

Ata da 54ª Reunião Extraordinária, realizada em 14 de dezembro de 2009..... 2069

VOLUME III

1.2.9 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

Ata da 25ª Reunião Extraordinária, realizada em 27 de outubro de 2009..... 2108

Ata da 26ª Reunião Extraordinária, realizada em 28 de outubro de 2009..... 2134

Ata da 27ª Reunião Extraordinária, realizada em 11 de novembro de 2009..... 2136

Ata da 28ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 e 18 de novembro de 2009..... 2138

Ata da 29ª Reunião Extraordinária, realizada em 18 de novembro de 2009..... 2143

Ata da 30ª Reunião Extraordinária, realizada em 2 de dezembro de 2009..... 2148

1.2.10 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA

Ata da 40ª Reunião Conjunta com a 47ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a 41ª Reunião da Comissão de meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, realizada em 24 de novembro de 2009..... 2154

Ata da 41ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º de dezembro de 2009..... 2175

Ata da 42ª Reunião Extraordinária, realizada em 8 de dezembro de 2009. 2188

1.2.11 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT

Ata da 45ª Reunião Extraordinária, realizada em 18 de novembro de 2009..... 2201

Ata da 46ª Reunião Extraordinária, realizada em 18 de novembro de 2009..... 2247

Ata da 47ª Reunião Extraordinária Conjunta com a 40ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a 41ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, realizada em 24 de novembro de 2009..... 2251

Ata da 48ª Reunião Extraordinária, realizada em 25 de novembro de 2009..... 2272

Ata da 49ª Reunião Extraordinária, realizada em 2 de dezembro de 2009..... 2301

Ata da 50ª Reunião Extraordinária, realizada em 8 de dezembro de 2009..... 2316

Ata da 51ª Reunião Extraordinária, realizada em 9 de dezembro de 2009..... 2348

1.3 – RELATÓRIO FINAL DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

1.4 – ATAS DAS SESSÕES PLENÁRIAS DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura -2009

Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
(Período de 1º a 22/12/2009)

A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL – SESSÕES PLENÁRIAS (1º A 22 DE DEZEMBRO DE 2009)	
Deliberativas Ordinárias	9
Não Deliberativas	5
Deliberativas Extraordinárias	15
Especiais	2
Total de sessões realizadas	**31**

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (1º a 22 de dezembro de 2009)

MATÉRIAS APROVADAS (ITENS I A XI)..... 355

I - Projetos aprovados e enviados à sanção.....47
1 – Por decisão do Plenário 27
1.1 – De iniciativa de Senador.....3
1.2 – De iniciativa de Deputado 14
1.3 – De iniciativa do Presidente da República.....10

2 – Por decisão terminativa de Comissão..... 20
2.1 – De iniciativa de Deputado 15
2.2 – De iniciativa do Presidente da República.....5

II – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados.....81
1 – Por decisão do Plenário 26
1.1 – De iniciativa do Senado Federal.....15
1.2 – De iniciativa da Câmara dos Deputados.....11

2 – Por decisão terminativa de Comissão..... 55

III - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação 156
1 – Propostas de Emenda à Constituição..... 2
2 – Concessões de telecomunicações 112
3 – Atos Internacionais 26
4 – Operações de Crédito..... 16

IV – Escolha de Autoridades.....9

V – Requerimentos de Voto de Aplauso, Censura ou Semelhante.....8

VI – Requerimentos de Informações aprovados pela Mesa.....20

VII – Requerimento de Informação indeferido pela Mesa 1

VIII – Requerimento de prorrogação de Comissão Temporária 3

IX – Requerimentos deferidos pela Mesa (Ato da Mesa nº 2, de 2009) 5
1 – De tramitaçõa conjunta 5

X – Requerimentos Diversos 24

XI – Consulta aprovada pelo Plenário 1

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO (ITENS XII A XVI) 422

XII – Parecer contrário de Comissão (art. 254 do RISF) 2

XIII – Parecer contrário de Comissão (art. 91, § 5º do RISF) 16

XIV – Por terem sido rejeitadas em Plenário 2

XV – Por terem sido retiradas pelos autores 2

XVI – Nos termos do disposto no artigo 334 do RISF 400

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS EM DEZEMBRO (ITENS I A XVI) 777

Requerimentos de Licença e Desempenho de Missões 98

SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 2 DE FEVEREIRO A 22 DE DEZEMBRO DE 2009

SENADO FEDERAL – SESSÕES PLENÁRIAS (2 fevereiro a 31 de dezembro de 2009)	
Deliberativas Ordinárias	115
Não Deliberativas	78
Deliberativas Extraordinárias	45
Especiais	24
Total de sessões realizadas	**262**
Reuniões Plenárias	2
Reuniões Plenárias não realizadas	0
Total de sessões não realizadas	**1**
Reuniões preparatórias	2

MATÉRIAS APROVADAS (ITENS I A XVIII)..... 2364

I – Medidas Provisórias aprovadas 21
1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão com emendas, e devolvidas à Câmara dos Deputados..... 11
2 – Aprovadas na forma de Projeto de Lei de Conversão e enviadas à sanção 6
3 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação..... 4

II - Projetos aprovados e enviados à sanção 164
1 – Por decisão do Plenário 91
1.1 – De iniciativa de Senador.....20
1.2 – De iniciativa de Deputado 48
1.3 – De iniciativa do Presidente da República.....17
1.4 – De iniciativa do Procurador-Geral da República 1
1.5 – De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho 2
1.6 – De iniciativa de Comissão Parlamentar de Inquérito.....3
2 – Por decisão terminativa de Comissão..... 73
2.1 – De iniciativa de Senador.....1
2.2 – De iniciativa de Deputado 38
2.3 – De iniciativa de Comissão da Câmara dos Deputados 1
2.4 – De iniciativa do Presidente da República.....12
2.5 – De iniciativa do Procurador-Geral da República 1
2.6 – De iniciativa do Supremo Tribunal Federal 2
2.7 – De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho 15
2.8 – De iniciativa do Tribunal de Contas da União 2
2.9 – De iniciativa do Superior Tribunal de Justiça 1

III – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados 314
1 – Por decisão do Plenário 60

1.1 – De iniciativa do Senado Federal.....26
1.2 – De iniciativa da Câmara dos Deputados.....31
1.3 – De iniciativa do Presidente da República.....2
1.4 – De iniciativa de Comissão Mista.....1

2 – Em decisão terminativa de Comissão..... 254

IV - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação.....1083
1 – Propostas de Emenda à Constituição..... 4
2 – Concessões de telecomunicações 901
3 – Atos Internacionais 121
4 – Operações de crédito..... 49
5 – Suspensão de execução de ato normativo..... 1
6 – Referendo ou Plebiscito 1
7 – Projetos de Resolução (outras matérias)..... 6

V – Escolha de Chefes de Missão Diplomática.....39

VI – Escolha de Autoridades.....54

VII – Parecer sobre Recurso aprovado pelo Plenário 1

VIII – Requerimentos de Homenagem de Pesar.....24

IX – Requerimentos de Voto de Aplauso, Censura ou Semelhante 122

X – Requerimentos de Sessões Especiais e Homenagens no Período do Expediente.....67

XI – Requerimentos de Informações aprovados pela Mesa.....176

XII – Requerimento de Informação indeferido pela Mesa 2

XIII – Requerimentos despachados pelo Presidente (art. 215, Inc II, b, RISF).....2

XIV – Requerimentos de prorrogação de Comissão Temporária.....7

XV – Requerimentos de criação/alteração de Comissão Temporária 9

XVI – Requerimentos deferidos pela Mesa (Ato da Mesa nº 2, de 2009) 73
1 – De tramitação conjunta..... 44
2 – De desapensamento 29

XVII – Requerimentos Diversos.....205

XVIII – Consulta aprovada pelo Plenário.....1

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO (ITENS XIX A XXXII) 599

XIX – Medida Provisória com Prazo de vigência encerrado.....1

XX – Parecer contrário de Comissão (art. 254 do RISF).....63

XXI – Parecer contrário de Comissão (art. 91, § 5º do RISF).....58

XXII – Parecer contrário de Comissão (art. 101, § 1º do RISF).....8

XXIII – Retirada de assinaturas dentro do prazo regimental (art. 244 do RISF).....2

XXIV – Por terem sido rejeitadas em Plenário.....6

XXV – Por terem sido declaradas prejudicadas.....12

XXVI – Por terem sido retiradas pelos autores.....42

XXVII – Por terem alcançado seu objetivo.....3

XXVIII – Recursos arquivados (por terem recebido parecer contrário de comissão).....2

XXIX – Por ter-se tornado intempestiva.....1

XXX – Por ter sido rejeitada pela Mesa.....1

XXXI – Por ter sido atendida a solicitação.....1

XXXII – Nos termos do disposto no artigo 334 do RISF.....400

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS (ITENS I A XXXII) 2963

Requerimentos de Licença e Desempenho de Missões 1062
Requerimentos de Criação de Comissão Parlamentar de Inquérito..... 5
Requerimentos de Prorrogação de Comissão Parlamentar de Inquérito 3

I - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À SANÇÃO

De iniciativa de Senador	3
De iniciativa de Deputado	29
De iniciativa do Presidente da República	15
Total	**47**

I.1 - Aprovadas pelo Plenário

Total	27

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2005 (nº 7.087, de 2006, na Casa de origem), de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

Sessão: 01.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2004 (nº 1.282, de 2003, na Casa de origem), de autoria do Deputado Inaldo Leitão, que acrescenta parágrafo ao art. 1.050 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil (Dispensa a citação pessoal do embargado para responder à petição inicial, exceto quando não houver constituído advogado).

Sessão: 01.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2006 (nº 4.924, de 2005, na Casa de origem), de autoria do Deputado Bernardo Ariston, que altera o § 4º do art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências (Dispõe sobre a representação nas causas de valor até vinte salários mínimos).

Sessão: 01.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2006 (nº 1.355, de 2003, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dá nova redação ao § 1º do art. 8º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Confere legitimidade ativa perante os Juizados Especiais Cíveis às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP e às Sociedades de Crédito ao Microempreendedor - SCM).

Sessão: 01.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2006 (nº 4.127, de 2004, na Casa de origem), de autoria do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que altera o art. 275 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, incluindo como sujeitas ao procedimento sumário as causas relativas à revogação de doação.

Sessão: 01.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2007 (nº 6.672, de 2006, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera o art. 1.526 da Lei nº 10.406, de

10 de janeiro de 2002 - Código Civil, determinando que a habilitação para o casamento seja feita pessoalmente perante o oficial do Registro Civil.

Sessão: 01.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2007 (nº 6.048, de 2002, na Casa de origem), de autoria do Deputado Alberto Fraga, que acrescenta o § 3º ao art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, determinando que os estabelecimentos penais destinados às mulheres tenham por efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino.

Sessão: 01.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2007 (nº 7.252, de 2006, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dá nova redação à alínea "o" do inciso VII do caput do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios (Altera competências do Ministério da Defesa).

Sessão: 01.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2007 (nº 7.258, de 2002, na Casa de origem), de autoria do Deputado Celso Russomanno, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, - "Código Brasileiro de Aeronáutica", para definir a abrangência da franquia de bagagem.

Sessão: 01.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2008 (nº 3.246, de 2004, na Casa de origem), de autoria do Deputado Dr. Rosinha, que altera o art. 13 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971 (Inclui a bandeira do Mercosul nos casos de hasteamento diário da Bandeira Nacional).

Sessão: 01.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2008 (nº 5.139, de 2001, na Casa de origem), de autoria do Deputado Osmar Serraglio, que altera os arts. 12 e 21 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 - Lei de Improbidade Administrativa (Permite a aplicação de sanções, isolada ou cumulativamente, ao responsável por ato de improbidade, e restringe a aplicação da pena de ressarcimento).

Sessão: 01.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 154, de 2008 (nº 1.246, de 2007, na Casa de origem), de autoria do Deputado Márcio França, que altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal.

Sessão: 01.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 219, de 2009 (nº 5.665, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras

providências.

Sessão: 15.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2008-Complementar (nº 375 de 2006-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus; revoga a Lei Complementar nº 68, de 13 de junho de 1991; e dá outras providências.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2009 (nº 1.203, de 2007, na Casa de origem), de autoria dos Deputados Gustavo Fruet e Chico D'Angelo, que dispõe sobre o depósito legal de obras musicais na Biblioteca Nacional.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2009 (nº 3.962 de 2008, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e dispõe sobre o seu pessoal; inclui a Câmara de Recursos da Previdência Complementar na estrutura básica do Ministério da Previdência Social; altera disposições referentes a auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil; altera as Leis nºs 11.457, de 16 de março de 2007, e 10.683, de 28 de maio de 2003; e dá outras providências.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2009 (nº 279, de 2007, na Casa de origem), de autoria do Deputado Otavio Leite, que fixa limites para o valor das anuidades devidas ao Conselho Federal e aos Conselhos Regionais de Educação Física.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 186, de 2009 (nº 2.878, de 2008, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA e dá outras providências.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 200, de 2009-Complementar (nº 462, de 2009-Complementar, na Casa de origem), de autoria do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, (altera a alíquota de tributação para produções cinematográficas, artísticas e culturais).

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 306, de 2009 (nº 3.643 de 2008, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que cria cargos de Analista, Inspetor e Agente Executivo no quadro de pessoal da Comissão de Valores Mobiliários.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2006 (nº 1.165, de 2007, na Casa de origem), de autoria do Senador Tião Viana, que altera a Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982,

para conceder indenização por dano moral aos portadores da deficiência física conhecida "Síndrome da Talidomida".

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2007 (nº 3.777, de 2008, naquela Casa), de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que concede anistia a policiais e bombeiros militares do Rio Grande do Norte, Bahia, Roraima, Tocantins, Pernambuco, Mato Grosso, Ceará, Santa Catarina e Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2007 (nº 1.399, de 2007, na Casa de origem), de autoria do Deputado Juvenil, que altera os incisos I e II do caput do art. 990 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2008 (nº 1.384 de 2007, na Casa de origem), de autoria do Deputado José Santana de Vasconcelos, que denomina Viaduto Márcio Rocha Martins o viaduto localizado na BR-040 entre os Municípios de Ouro Preto e Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Projeto de Lei da Câmara nº 175, de 2008 (nº 1.883 de 2007, na Casa de origem), de autoria do Deputado Sebastião Bala Rocha, que institui o Dia Nacional de Combate e Prevenção ao Escalpelamento.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2009 (nº 7.238 de 2002, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que designa como Dia da Inovação o dia 19 de outubro.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Projeto de Lei da Câmara nº 322, de 2009 (nº 5.917 de 2009, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre os valores das parcelas remuneratórias dos integrantes das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do DNIT, de que trata a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, da Carreira de Analista de Infra-estrutura e do cargo isolado de Especialista em Infra-estrutura Sênior, de que trata a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007; altera as Leis nºs 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.539, de 8 de novembro de 2007, e dá outras providências.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

I.2 - Aprovadas em decisão terminativa de Comissão

Total..... 20

Projeto de Lei da Câmara nº 193, de 2009 (nº 4.145, de 2008, na Casa de origem), de autoria do Senhor Presidente da República, que autoriza a União a doar recursos à República de Moçambique para a primeira fase de instalação de fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos.

(Decisão terminativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Sessão: 02.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2009 (nº 1.842, de 2007, na Casa de origem), de autoria do Deputado Bel Mesquita, que cria o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos.

(Decisão terminativa da Comissão de Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

Sessão: iniciada em 02.12.2009 e encerrada em 03.12.2009 (matéria apreciada dia 03.12.2009)

Projeto de Lei da Câmara nº 282, de 2009 (nº 5.919, de 2009, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre o acesso às graduações superiores de militares oriundos do Quadro de Taifeiros da Aeronáutica.

(Decisão terminativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Sessão: 04.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 174, de 2009 (nº 613, de 2007, na Casa de origem), de autoria do Deputado André de Paula, que dispõe sobre o exercício da profissão de Repentista.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Projeto de Lei da Câmara nº 294, de 2009 (nº 3.947, de 2008, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS destinados ao Gabinete de Segurança Institucional e ao Ministério da Justiça.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Projeto de Lei da Câmara nº 279, de 2009 (nº 1.746, de 2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria cargos efetivos, cargos comissionados e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 21.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 281, de 2009 (nº 5.245, de 2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a concessão de Bônus Especial de Desempenho Institucional - BESP/DNIT aos servidores do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT; altera as Leis nºs 11.171, de 2 de setembro de 2005, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, e 11.507, de 20 de julho de 2007; e dá outras providências. (Trata sobre a concessão de Bônus Especial de Desempenho Institucional BESP/DNIT e critérios de promoção na Carreira do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT; da reabertura de prazo para opção pela Carreira do Seguro Social; do Adicional por Plantão Hospitalar - APH, estendendo-o a hospitais vinculados ao Ministério da Saúde; e do Auxílio de Avaliação Educacional -AAE. Concessão, financiada pelo FNDE, de bolsas a alunos e professores vinculados a projetos de programas voltados à população indígena, quilombola e do campo, bolsas nas instituições federais de educação, para alunos em condições de vulnerabilidade social e econômica.)

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 21.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2009 (nº 1.533, de 2003, na Casa de origem), de autoria do Deputado Rubens Otoni, que denomina rodovia federal Governador Henrique Santillo o trecho da BR-060-Goiânia/Brasília.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 22.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2009 (nº 1.623, de 2003, na Casa de origem), de autoria do Deputado Moacir Micheletto, que institui o Dia Nacional da Câmara Júnior.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 22.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2009 (nº 1.536, de 2007, na Casa de origem), de autoria do Deputado Pepe Vargas, que confere ao Município de Nova Petrópolis no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Cooperativismo.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 22.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2009 (nº 2.792, de 2008, na Casa de origem), de autoria do Deputado Alex Canziani, que denomina Campus Milton Geraldo Lampe o campus de Apucarana da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 22.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2009 (nº 2.821/2003, na Casa de origem), de autoria do Deputado Mário Negromonte, que institui o Dia Nacional da Baiana de Acarajé.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 22.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2009 (nº 2.448, de 2007, na Casa de origem),

de autoria do Deputado Walter Ihoshi, que denomina Ponte Comendador Hiroshi Sumida a ponte sobre o rio Ribeira de Iguape, na BR-116, na cidade de Registro, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 22.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 2009 (nº 1.630, de 2003, na Casa de origem), de autoria da Deputada Sandra Rosado, que dispõe sobre o exercício profissional de apicultor.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 22.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2009 (nº 1.310, de 2007, na Casa de origem), de autoria do Deputado Carlos Sampaio, que institui o dia 12 de maio como Dia Nacional dos Trabalhadores da área da Saúde.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 22.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 157, de 2009 (nº 2.979, de 2008, na Casa de origem), de autoria da Deputada Luciana Costa, que institui o Dia do DeMolay.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 22.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 181, de 2009 (nº 4.324, de 2008, na Casa de origem), de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que institui o dia 24 de agosto como o Dia Nacional da Comunidade Ucraniana, com fundamento no § 2º do art. 215 da Constituição Federal.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 22.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2009 (nº 4.881, de 2009, na Casa de origem), de autoria do Deputado Gilmar Machado, que altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES (permite abatimento de saldo devedor do FIES aos profissionais do magistério público e médicos dos programas de saúde da família; utilização de débitos com o INSS como crédito do FIES pelas instituições de ensino; e dá outras providências).

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 22.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 231, de 2009 (nº 614, de 2007, na Casa de origem), de autoria do Deputado Rafael Guerra, que denomina Rodovia Engenheiro Simão Gustavo Tamm o anel rodoviário que usa trecho da BR-265, em torno da cidade de Barbacena, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 22.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 301, de 2009 (nº 6.133, de 2009, na Casa de origem),

de autoria do Deputado Rafael Guerra, que denomina Ponte de Integração Deputado Tristão da Cunha a ponte sobre o rio Grande, que liga, na BR-146, as cidades de Passos e São João Batista do Glória, no Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 22.12.2009

II - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

De iniciativa do Senado Federal	69
De iniciativa da Câmara dos Deputados	13
Total	**82**

II.1 – Propostas de Emenda à Constituição

Total	2

Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, primeiro signatário Senador Gim Argello, que altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Sessão: 02.12.2009

Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2008, primeiro signatário Senador Renan Calheiros, que institui o piso salarial para os servidores policiais.

Sessão: 02.12.2009

II.2 – Projetos de Lei aprovados pelo Plenário

Total	22

Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2001, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito – Futebol, que regulamenta a atividade relacionada com o futebol praticado por profissionais, estabelece normas orgânicas específicas para a prática e administração transparente das ligas e entidades e para a responsabilidade de seus administradores.

Sessão: 01.12.2009

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2001 (nº 3.388, de 1997, na Casa de origem), de autoria do Deputado Jacques Wagner, que dispõe sobre a construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais.

Sessão: 01.12.2009

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2001 (nº 2.958, de 2000, na Casa de origem), de autoria do Deputado Nelson Proença, que institui o Programa Voluntário de Vacinação - PVV.

Sessão: 01.12.2009

Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2003 (nº 3.055, de 2000, na Casa de origem), de autoria do Deputado Wanderval Santos, que altera a Lei nº 9610, de 19 de fevereiro de 1998, para incluir, na categoria de intérpretes ou executantes,

os dubladores.

Sessão: 01.12.2009

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2005 (nº 3.685, de 2004, na Casa de origem), de autoria do Deputado Gustavo Fruet, que altera os arts. 11 e 62 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil (Altera dispositivos referentes aos direitos da personalidade e à constituição de uma fundação).

Sessão: 01.12.2009

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2007 (nº 5.522, de 2005, na Casa de origem), de autoria do Deputado André de Paula, que dispõe sobre a obrigatoriedade da implementação de protocolo terapêutico para a prevenção vertical do HIV, em hospitais e maternidades.

Sessão: 01.12.2009

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2008 (nº 1.000, de 2007, na Casa de origem), de autoria do Deputado Uldurico Pinto, que acrescenta § 6º ao art. 7º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que "Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; e altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências" (Permite ao estudante beneficiário do PROUNI solicitar transferência para outra instituição participante do Programa).

Sessão: 01.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2006, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera o art. 508 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para reduzir o prazo para a interposição de recursos.

Sessão: 01.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2009, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que altera a Lei nº 10.891, de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, para permitir a concessão do benefício aos atletas-guias dos para-atletas das categorias T11 e T12.

Sessão: 01.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que dispõe sobre a repressão ao crime organizado e dá outras providências.

Sessão: 02.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que acrescenta Capítulo III-A ao Título V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a Contribuição Assistencial e dá outras providências.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2007, de autoria do Senador José Agripino, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente em

produtos escolares e estabelece alíquota zero na Contribuição para o PIS/Pasep e na Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que dá nova redação ao § 3º, art. 543 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. (Veda a dispensa de empregado sindicalizado que seja membro ou candidato de Conselho Fiscal).

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 611, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Romero Jucá, que acresce dispositivo à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (limite para o aumento da despesa com pessoal e encargos sociais da União).

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2008, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que dispõe sobre a instalação e o funcionamento do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste (BDCO), criado pelo § 11 do art. 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

Sessão: 16.12.2009

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 148, de 2008 (nº 1.281, de 2007, na Casa de origem), de autoria do Deputado Carlos Brandão, que altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF e dá outras providências (inclui os vales dos rios Itapecuru e Mearim na área de atuação da CODEVASF).

Sessão: 16.12.2009

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2008 (nº 4.622, de 2004, na Casa de origem), de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Sessão: 16.12.2009

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 221, de 2009 (nº 5.798, de 2009, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que institui o Programa de Cultura do Trabalhador; cria o vale-cultura; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito – Pedofilia, que altera os arts. 286 e 287 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), com a finalidade de agravar a pena dos delitos de

incitação e de apologia de crime quando este for punido com reclusão.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito – Pedofilia, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) com a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2005 (nº 1.683, de 2003, na Casa de origem), de autoria do Deputado Fernando Gabeira, que dispõe sobre a criação do Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2008, (nº 706, de 2007, na Casa de origem), de autoria do Deputado Magela, que altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, dispondo sobre a proibição de comercialização de tintas em embalagens do tipo aerossol a menores de 18 (dezoito) anos, e dá outras providências.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

III.3 – Projetos de Lei aprovados por Comissão, em decisão terminativa

Total 55

Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que obriga os aeroportos, bases aéreas e similares a manter homenagem permanente ao "Pai da Aviação", Alberto Santos Dumont.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: iniciada em 02.12.2009 e encerrada em 03.12.2009 (matéria apreciada no dia 03.12.2009)

Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2008, de autoria do Senador Marconi Perillo, que altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para determinar o estabelecimento de cronogramas de nomeação nos editais de concursos públicos.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: iniciada em 02.12.2009 e encerrada em 03.12.2009 (matéria apreciada no dia 03.12.2009)

Projeto de Lei do Senado nº 430, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Nova Laranjeiras, no Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: iniciada em 02.12.2009 e encerrada em 03.12.2009 (matéria apreciada no dia 03.12.2009)

Projeto de Lei do Senado nº 446, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de União da Vitória, no Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: iniciada em 02.12.2009 e encerrada em 03.12.2009 (matéria apreciada no dia 03.12.2009)

Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2009, de autoria do Senador José Agripino, que denomina Rodovia Tenente Brigadeiro Murilo Santos o trecho, na cidade de Natal-RN, compreendido entre o portão secundário da Base Aérea até as margens da BR - 101.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: iniciada em 02.12.2009 e encerrada em 03.12.2009 (matéria apreciada no dia 03.12.2009)

Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que determina a concessão de auxílio alimentação aos trabalhadores de empresas prestadoras de serviços terceirizados, reguladas por Enunciado do Tribunal Superior do Trabalho.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 07.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2005, de autoria do Senador Valdir Raupp, que regulamenta a profissão de taxista e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 07.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2006, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, de forma a permitir que o trabalhador com idade igual ou superior a 65 anos possa movimentar sua conta vinculada.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 07.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 620, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico em Prótese Dentária e determina outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 07.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 668, de 2007, de autoria da Senadora Marina Serrano, que altera a Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, para dispor sobre a duração do período de percepção do benefício do seguro-desemprego dos trabalhadores que são responsáveis legais de crianças portadoras de deficiência.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 07.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2009, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera o art. 3º da Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre o Programa Nacional de Imunizações, para tornar obrigatória a adoção de calendários diferenciados de vacinação para os portadores de doenças ou condições que causem baixa resistência imunológica ou exijam a adoção de esquema especial de imunização.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 07.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2009, de autoria do Senador Magno Malta, que altera o art. 9º do Código Penal Militar, para estabelecer a competência da Justiça Militar no julgamento de crimes dolosos contra a vida cometidos no contexto de abate de aeronaves civis na hipótese do art. 303 do Código Brasileiro de Aeronáutica.

(Decisão terminativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Sessão: 11.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para disciplinar a criação da Comissão Nacional de Avaliação de Material Didático.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 14.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 356, de 2003, de autoria da Senadora Serys

Slhessarenko, que dispõe sobre limites de despesas de custeio e manutenção do serviço de loterias, destina parte dos recursos das loterias federais para o Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7797, de 10 de julho de 1989, e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 14.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2007, de autoria do Senador Magno Malta, que altera dispositivo da lei 11.343, de 23 de agosto de 2006, acrescenta ao art. 23, parágrafo que permite o funcionamento de comunidades terapêuticas de recuperação de dependentes químicos nas condições que menciona e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 14.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2007, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT para dispor sobre a proteção do trabalho do idoso e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 14.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 347, de 2007, de autoria do Senador Osmar dias, que altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para obrigar hospitais a manter comissões de captação e doação de órgãos.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 14.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, que define práticas preventivas nos cuidados com a saúde, estabelece normas para atendimento médico da criança e do adolescente no âmbito do Sistema Único de Saúde.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 14.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2008, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 5.425, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho -CLT, para fixar prazo de recolhimento e multa ao empregador que atrasar na transferência da contribuição sindical descontada na folha de seus empregados.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 14.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, que acrescenta o art. 38-A à Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e o art. 51-A à Lei nº 8.213, da mesma data, com o objetivo de dispor sobre o parcelamento de débitos e concessão de aposentadoria por idade para os pescadores prejudicados pela redução da piscosidade da Laguna dos Patos e do litoral do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 14.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2009, de autoria do Senador Magno Malta, que qualifica como hediondos determinados crimes previstos no Código Penal Militar, por correspondência com os crimes descritos no art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, além de aumentar as suas respectivas penas, por isonomia com o Código Penal.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 14.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 447, de 2009, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que concede anistia das contribuições devidas e não recolhidas à Seguridade Social, a cargo do empregador doméstico.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2000, de autoria do Senador Gerson Camata, que exclui de ilicitude a ortotanásia. (Altera o Código Penal).

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2002, de autoria do Senador Mauro Miranda, que altera a Lei nº 9313, de 13 de novembro de 1996, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de aids, para incluir o benefício do fornecimento de leite maternizado para os filhos de mães portadoras do HIV e doentes de Aids.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2004, de autoria do Senador Paulo Octávio, que altera a Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para ampliar a possibilidade de participação do capital externo nas empresas de transporte aéreo.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2007, de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre auxílio financeiro da União aos Institutos Históricos e Geográficos.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, que altera o art. 29 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para dispor sobre a destinação de veículos objeto de pena de perdimento.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Projeto de Lei do Senado nº 28, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, que altera o art. 475 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para dispensar o reexame necessário nos casos que especifica.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2009, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para acrescer dispositivos de controle social da política urbana e de habitação.

(Decisão terminativa da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo)

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2009, de autoria do Senador Marco Maciel, que exclui da incidência do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido o ganho de capital auferido por pessoa jurídica na alienação de bens registrados no ativo imobilizado.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Projeto de Lei do Senado nº 416, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, que altera a Lei nº 10.972, de 2 de dezembro de 2004, para assegurar meios para o tratamento profilático dos pacientes portadores de coagulopatias congênitas (hemofilias).

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2009 (nº 6.492, de 2006), de autoria da Deputada Sandra Rosado, que dispõe sobre a dispensação de medicamentos contendo antimicrobianos.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 21.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 335, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que dispõe sobre a dispensa de revista dos portadores de marca-passo ou aparelho similar por meio de portas magnéticas ou dispositivos de segurança semelhantes, e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 22.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que acrescenta parágrafo único ao art. 17 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para instituir medidas assecuratórias da integridade da criança e do adolescente.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 22.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 133, de 2006, de autoria do Senador José Sarney, que concede às pessoas carentes ou de baixa renda anistia dos foros e taxas de acupação devidos nos últimos cinco anos, relativos a imóveis da União em terrenos de marinha.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 22.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a licença-parental.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 22.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que dispõe sobre atividades ou operações perigosas no trabalho e o art. 1º da Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 22.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2006, de autoria do Senador Osmar Dias, que altera o § 4º do art. 5º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para revogar a proibição de serem atribuídos nomes ou designações de fantasia aos medicamentos com uma única substancia ativa e aos imunoterápicos.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 22.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 449, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir a participação dos pais em reuniões escolares como condição adicional para o recebimento de benefício do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação – Bolsa Escola.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 22.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 551, de 2007, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, que regulamenta o inciso II do art. 98 da Constituição Federal, que dispõe sobre a Justiça de Paz.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 22.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 664, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que acrescenta dispositivo à Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, Código Brasileiro de

Aeronáutica, para explicitar a obrigatoriedade do uso e da manutenção de sinalizadores ou balizadores aéreos de obstáculos existentes nas zonas de proteção dos aeródromos.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 22.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 10, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, que altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para estabelecer normas sobre o repasse de recursos da União destinados ao pagamento dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias admitidos pelos gestores locais do Sistema Único de Saúde.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 22.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 414, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, que altera a redação dos arts. 4º, 6º, 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a educação infantil até os 5 (cinco) anos de idade e o ensino fundamental partir desta idade.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 22.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, que institui a distribuição gratuita de medicamentos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – Rename pelas farmácias e drogarias comerciais às pessoas carentes mediante ressarcimento pelo Sistema Único de Saúde.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 22.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2009, de autoria do Senador Inácio Arruda, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dispondo sobre a coação moral.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 22.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2009, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que altera o Código Penal, para tipificar o esbulho possessório praticado em área de reserva legal, unidade de conservação e área de preservação permanente.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 22.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 158, de 2009, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para incluir a pesquisa de biomarcadores entre as ações destinadas à detecção precoce das neoplasias malignas de mama e do trato genital feminino e à pesquisa de predisposição genética para essas doenças.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 22.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2009, de autoria do Senador Valdir Raupp, que altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, com a finalidade de submeter ao regime de vigilância sanitária os equipamentos e produtos destinados à emissão de raios laser de uso médico, industrial, de entretenimento ou de quaisquer outras utilizações em que esteja envolvido risco à saúde humana individual ou coletiva.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 22.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 223, de 2009, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para proibir a contratação de empresas prestadoras de serviços para atividades inseridas entre as funções de cargos da estrutura permanente ou que representem necessidade finalística, essencial ou permanente dos órgãos da administração pública.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 22.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para determinar que as autorizações para a exploração de serviço de radiodifusão comunitária sejam outorgadas exclusivamente a entidades constituídas há pelo menos dois anos.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)

Sessão: 22.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2009, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que autoriza o Poder Executivo a implantar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte no município de Nova Cruz.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 22.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2009, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini e outros Senhores Senadores, que autoriza o Poder Executivo a implantar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte no município de Umarizal.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 22.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 300, de 2009, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que denomina Campus Ceres – Domingos Mendes da Silva o campus do Instituto Federal Goiano, localizado em Ceres, Estado de Goiás.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 22.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, que dispõe sobre a doação de bens apreendidos pelos órgãos públicos federais aos

Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 22.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 371, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 para permitir a movimentação do FGTS no caso que especifica.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 22.12.2009

II.4 – Projetos de Decreto Legislativo aprovados pelo Plenário

Total 2

Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 2007, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, que dispõe sobre a realização de plebiscitos para criação do Estado do Carajás, nos termos do art. 49, inciso XV, da Constituição Federal.

Sessão: 01.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 931, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro e outros Senhores Senadores, que dispõe sobre a realização de referendo para decidir sobre a alteração da hora nos Estados do Pará e do Amazonas.

Sessão: iniciada em 02.12.2009 e encerrada em 03.12.2009 (matéria apreciada dia 02.12.2009)

III - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO

Total 156

III.1 – Propostas de Emenda à Constituição

Total 2

Proposta de Emenda à Constituição nº 12A, de 2006 (nº 351, de 2009, na Câmara dos Deputados), primeiro signatário Senador Renan Calheiros, que altera o art. 100 da Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Sessão: iniciada em 02.12.2009 e encerrada em 03.12.2009 (matéria apreciada no dia 02.12.2009)

Proposta de Emenda à Constituição nº 54, de 2009 (nº 391, de 2009, na Câmara

dos Deputados), primeiro signatário Deputado Raimundo Gomes de Matos, que altera o § 5º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre piso salarial profissional nacional e diretrizes para os Planos de Carreira de agentes comunitários de saúde e de agentes de combate às endemias.

Sessão: 16.12.2009

III.2 - Projetos de Decreto Legislativo aprovados pelo Plenário

Total 26

Projeto de Decreto Legislativo nº 847, de 2009 (nº 1.666, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios, para Prestação de Serviços de Saúde, firmado no Rio de Janeiro, em 28 de novembro de 2008.

Sessão: 08.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2008 (nº 387, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL, assinado em Caracas, em 4 de julho de 2006, pelos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul e da Venezuela.

Sessão: 15.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 842, de 2009 (nº 1.654, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para a Isenção de Vistos de Curta Duração para Nacionais da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia, celebrado no Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 2008.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 925, de 2009 (nº 1.665, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos do Acordo-Quadro de Comércio entre o Mercosul e o Estado de Israel, assinado em Montevidéu, em 8 de dezembro de 2005, e do Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Estado de Israel, assinado em Montevidéu, em 18 de dezembro de 2007. (Volume - II)

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 478, de 2009 (nº 2.387, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto emendado da Convenção sobre o Regulamento Internacional para Evitar Abalroamentos no Mar, 1972, bem como as Emendas adotadas até 29 de novembro de 2001.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 496, de 2009 (nº 984, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do

Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes de Membros de Missão Diplomática ou Repartição Consular, celebrado em Berlim, em 14 de fevereiro de 2008.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 661, de 2009 (nº 1.393, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Trinidad e Tobago, assinado em Brasília, em 25 de julho de 2008.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 695, de 2009 (nº 1.048, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos das Resoluções MSC.142(77), MSC.151(78), MSC.152(78), MSC.153(78), MSC.154 (78), MSC.170(79), MSC.171.(79) e MSC.194(80), adotadas nas Sessões do Comitê de Segurança Marítima Internacional, ocorridas de 2003 a 2005, que resultaram em emendas à Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar - SOLAS.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 717, de 2009 (nº 406, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Quadro sobre Complementação Energética Regional entre os Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados, protocolizado ao amparo do Tratado de Montevidéu de 1980 como Acordo de Alcance Parcial de Promoção do Comércio nº 19 (AAP.PC nº19), celebrado durante a Cúpula do MERCOSUL em Montevidéu, no dia 9 de dezembro de 2005, entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai, a República Oriental do Uruguai, a República da Colômbia, a República do Chile, a República do Equador e a República Bolivariana da Venezuela.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 718, de 2009 (nº 985, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Resolução FAL 8 (32), que resultou em adoção de Emendas ao Anexo da Convenção sobre a Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional, adotadas em 7 de julho de 2005.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 721, de 2009 (nº 1.383, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, celebrado em Brasília, em 9 de novembro de 2006.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 812, de 2009 (nº 372, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo, por Troca de Notas, para o Estabelecimento de um Depósito Franco no Porto de Rio Grande para Cargas Transportadas por Rodovia, celebrado em Brasília, em 11 de setembro de 2006, que complementa o "Convênio entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai para o Estabelecimento de um Depósito Franco no Porto de Rio Grande", celebrado em Brasília, no dia 21 de julho de 1987.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 813, de 2009 (nº 496, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Grupo Bilateral de Inteligência Brasil-Paraguai na Esfera da Pirataria, da Falsificação e do Contrabando de Produtos Pirateados e Falsificados, celebrado em Assunção, em 20 de junho de 2005.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 814, de 2009 (nº 1.283, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova a Lista de Compromissos Específicos do Brasil resultante da VI Rodada de Negociações em Matéria de Serviços ao Amparo do Protocolo de Montevidéu sobre o Comércio de Serviços no Mercosul, aprovada pela Decisão nº 1/06 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, em 20 de julho de 2006.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 815, de 2009 (nº 1.618, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos das Resoluções MEPC 117 (52), MEPC 118 (52), MEPC 132 (53), MEPC 141 (54), MEPC 143 (54), MEPC 154 (55), MEPC 156 (55) e MEPC 164 (56), adotadas por ocasião de realização das Sessões de nºs 52ª, 53ª, 54ª, 55ª e 56ª, do Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho, que resultaram na adoção de Emendas à Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Marinha por Navios - MARPOL 73/78, da Organização Marítima Internacional.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 817, de 2009 (nº 2.218, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Instrumento de Emenda à Constituição da Organização Internacional do Trabalho.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 818, de 2009 (nº 31, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Instrumento de Emenda à Constituição da União Internacional de Telecomunicações (Genebra, 1992) com Emendas feitas pela Conferência Plenipotenciária (Quioto, 1994) e pela Conferência Plenipotenciária (Mineápolis, 1998),

aprovado em Marraqueche, em 18 de outubro de 2002, juntamente com as reservas feitas pelo Brasil.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 820, de 2009 (nº 1.672, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Socialista do Sri Lanka, assinado em Brasília, em 16 de setembro de 2008.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 841, de 2009 (nº 1.620, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Lituânia sobre Cooperação na Área da Cultura, assinado em Brasília, em 16 de julho de 2008.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 843, de 2009 (nº 1.671, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suazilândia, assinado em Maputo, em 25 de janeiro de 2008.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 844, de 2009 (nº 1.394, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Noruega, sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes de Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, concluído em Brasília, em 15 de maio de 2008.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 845, de 2009 (nº 1.396, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre um Programa de Férias e Trabalho entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia, assinado em Auckland, em 28 de agosto de 2008.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 848, de 2009 (nº 859, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Gratuidade de Vistos para Estudantes e Docentes dos Estados Partes do Mercosul, celebrado em Córdoba, em 20 de julho de 2006.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 865, de 2009 (nº 1.477, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Ajuste Complementar, por Troca de Notas, do Acordo sobre Cooperação Financeira entre o Brasil e a República Federal da Alemanha sobre o Projeto Programa de Construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas/Eletrobrás, celebrado em Brasília, em 13 de agosto de 2008.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 870, de 2009 (nº 1.656, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Parceria e Cooperação em Matéria de Segurança Pública, assinado em Brasília, em 6 de novembro de 2008.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 875, de 2009 (nº 1.741, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação no Setor de Energia com foco em Energias Renováveis e Eficiência Energética, celebrado em Brasília, em 14 de maio de 2008.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

III.3 - Projetos de Decreto Legislativo aprovados pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em decisão terminativa

Total 112

Projeto de Decreto Legislativo nº 428, de 2009 (nº 1.300, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária "Semeando Vidas" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José dos Basílios, Estado do Maranhão.

Sessão: 11.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 600, de 2009 (nº 1.499, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Amigos da Cidade de Casa Branca - ACCB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Casa Branca, Estado de São Paulo.

Sessão: 11.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 618, de 2009 (nº 1.509, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Educativa de Iguape para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iguape, Estado de São Paulo.

Sessão: 11.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 620, de 2009 (nº 178, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Amigos da Cultura de Lauro de Freitas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lauro de Freitas, Estado da Bahia.

Sessão: 11.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 626, de 2009 (nº 1.495, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Radiofônica Cultural de Japorã, denominada ARJAP, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Japorã, Estado de Mato Grosso do Sul.

Sessão: 11.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 628, de 2009 (nº 1.510, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Amigos da Península para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maraú, Estado da Bahia.

Sessão: 11.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 630, de 2009 (nº 2.164, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Quarta Colônia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Faxinal do Soturno, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 11.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 634, de 2009 (nº 1.524, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural dos Moradores e Amigos do Baianão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Seguro, Estado da Bahia.

Sessão: 11.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 635, de 2009 (nº 1.525, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Vanguarda para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 11.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 638, de 2009 (nº 1.541, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Ação Social e Cultural de Nazário - ACOMASC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazário, Estado de Goiás.

Sessão: 11.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 639, de 2009 (nº 1.567, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TVSBT Canal 11 do Rio de Janeiro LTDA para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Sessão: 11.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 670, de 2009 (nº 1.415, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos de Bossoroca para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bossoroca, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 11.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 671, de 2009 (nº 1.429, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Riossonense de Comunicação Comunitária - ARCC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Sono, Estado do Tocantins.

Sessão: 11.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 672, de 2009 (nº 1.430, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Esperança Lagoa Vermelha para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Vermelha, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 11.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 673, de 2009 (nº 1.432, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Riopombense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Pomba, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 11.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 678, de 2009 (nº 1.451, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Estrela do Sul FM LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Getúlio Vargas, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 11.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 686, de 2009 (nº 1.531, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação da Difusão Cultural de Elói Mendes para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Elói Mendes, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 11.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 688, de 2009 (nº 1.536, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Simão Dias para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Simão Dias, Estado de Sergipe.

Sessão: 11.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 697, de 2009 (nº 1.717, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nova Geração de Radiodifusão – ACONGER para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristiano Otoni, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 11.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 703, de 2009 (nº 1.530, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Navegantes para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Navegantes, Estado de Santa Catarina.

Sessão: 11.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 704, de 2009 (nº 1.534, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de São Carlos do Ivaí – ACOSCI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Carlos do Ivaí, Estado do Paraná.

Sessão: 11.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 713, de 2009 (nº 1.612, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Organização Cultural Ambiental e de Saúde – OCAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jardim, Estado do Rio de Janeiro.

Sessão: 11.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 715, de 2009 (nº 1.176, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Hortência LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina.

Sessão: 11.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 730, de 2009 (nº 1.595, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Bela Vista de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carvalhos, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 11.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 735, de 2009 (nº 2.211, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Difusora Colíder LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso.

Sessão: 11.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 736, de 2009 (nº 2.493, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores e Amigos da Montecaseros e Adjacências para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Sessão: 11.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 743, de 2009 (nº 1.316, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à FM Murcia LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Araqui, Estado de

Santa Catarina.
Sessão: 11.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 748, de 2009 (nº 1.450, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Gaudério FM LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Estação, Estado do Rio Grande do Sul.
Sessão: 11.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 752, de 2009 (nº 1.493, de 2009, na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que outorga permissão à Associação da Rádio Comunitária Renascer para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Ipojuca, Estado de Pernambuco.
Sessão: 11.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 758, de 2009 (nº 1.556, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Livre Comunitária de radiodifusão ativa (Ativa FM) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso.
Sessão: 11.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 768, de 2009 (nº 887, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária de Vitória do Xingu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vitória do Xingu, Estado do Pará.
Sessão: 11.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 769, de 2009 (nº 915, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Municipal Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social de Gurupá – ASMUDEACS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gurupá, Estado do Pará.
Sessão: 11.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 803, de 2009 (nº 1.625, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Ouro Branco-AL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Branco, Estado de Alagoas.
Sessão: 11.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 804, de 2009 (nº 1.644, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Educadores de Paulo Jacinto para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulo Jacinto, Estado de Alagoas.
Sessão: 11.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 805, de 2009 (nº 1.692 de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Universidade Estadual do Sudoeste

da Bahia para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

Sessão: 11.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 808, de 2009 (nº 1.717, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Sociedade de Amigos do Bairro Vista Alegre - SAVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Potim, Estado de São Paulo.

Sessão: 11.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 828, de 2009 (nº 942, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Paranhana FM LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Macapá, Estado do Amapá.

Sessão: 11.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 863, de 2009 (nº 1.691, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural e Assistencial Diário do Amapá para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Macapá, Estado do Amapá.

Sessão: 11.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 446, de 2007 (nº 142, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Scala FM Stereo de Belo Horizonte LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 484, de 2007 (nº 369, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Vida Nova de Canarana para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canarana, Estado de Mato Grosso.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 325, de 2008 (nº 501, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Magno's Comunicações e Serviços LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Água Comprida, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 367, de 2008 (nº 689, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova ato que outorga permissão à Paraviana Comunicações LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Mucajaí, Estado de Roraima.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 2009 (nº 822, de 2008, na Câmara dos

Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Paraviana Comunicações LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Luiz, Estado de Roraima.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 429, de 2009 (nº 1.312, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à CECOAMA - Central de Comunicação de Amarante do Maranhão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amarante do Maranhão, Estado do Maranhão.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 632, de 2009 (nº 1.515, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Social Deodápolis - ACCSD para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Deodápolis, Estado de Mato Grosso do Sul.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 675, de 2009 (nº 1.441, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Estudantil de Espera Feliz - ACEEFE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 679, de 2009 (nº 1.461, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos de Pindaí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindaí, Estado da Bahia.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 683, de 2009 (nº 1.504, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Conceição do Canindé para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Canindé, Estado do Piauí.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 685, de 2009 (nº 1.526, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Radiodifusora Comunitária - ARCO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quinze de Novembro, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 687, de 2009 (nº 1.533, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural dos Trabalhadores de Flores de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Flores de Goiás, Estado de Goiás.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 689, de 2009 (nº 1.537, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Arroiomeense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arroio do Meio, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 698, de 2009 (nº 1.969, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Beneficente e Cultural de São João Batista do Glória para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João Batista do Glória, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 740, de 2009 (nº 1.223, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural e Educativa de Paiva - MG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paiva, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 745, de 2009 (nº 1.413, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Cristais Paulista para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristais Paulista, Estado de São Paulo.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 750, de 2009 (nº 1.486, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Honório Serpa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Honório Serpa, Estado do Paraná.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 754, de 2009 (nº 1.492, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Prado LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Flores da Cunha, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 755, de 2009 (nº 1.532, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Escola de Rádio e TV de Mendes para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mendes, Estado do Rio de Janeiro.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 757, de 2009 (nº 1.544, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária - FM de Lindóia do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 760, de 2009 (nº 1.575, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Santa Cruz do Capibaribe para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 766, de 2009 (nº 1.630, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Amigos Nova Vale para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoinha, Estado de São Paulo.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 781, de 2009 (nº 1.622, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Núcleo Cultural Bentogonçalvense para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 788, de 2009 (nº 1.635, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Vale das Perdidas de Jaciara LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaciara, Estado de Mato Grosso.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 806, de 2009 (nº 1.693, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juriti, Estado do Pará.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 807, de 2009 (nº 1.703, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Canarana Telecomunicação Rádio e Televisão LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Querência, Estado de Mato Grosso.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 824, de 2009 (nº 1.723, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Apicultores de Ponte Alta do Tocantins para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponte Alta do Tocantins, Estado do Tocantins.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 825, de 2009 (nº 1.724, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Esperantina - TO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Esperantina, Estado do Tocantins.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 853, de 2009 (nº 1.482, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Auto Cap - Comunicações, Indústria e Comércio de Petróleo e Derivados LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alto Alegre, Estado de Roraima.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 857, de 2009 (nº 1.610, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Araguaçu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araguaçu, Estado do Tocantins.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 860, de 2009 (nº 1.648, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicações ECOCAP FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão Poço, Estado do Pará.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 864, de 2009 (nº 1.728, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cata-Vento - Juventude e Cidadania para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobradinho, Distrito Federal.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2009 (nº 2.262, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Pássaro da Ilha FM S/C LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Guaranésia, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 152, de 2009 (nº 1.004, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Popular Novos Tempos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carangola, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 274, de 2009 (nº 1.077, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à AUTO CAP - Comunicações Indústria e Comércio de Petróleo e Derivados LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Normandia, Estado de Roraima.

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 380, de 2009 (nº 1.287, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à AUTO CAP - Comunicações Indústria e Comércio de Petróleo e Derivados LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João da Baliza, Estado de Roraima.

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 441, de 2009 (nº 1.357, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Fundação Beneficente Educativa e Cultural De Amparo À Saúde Antônio Constâncio Da Silva para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colônia do Gurguéia, Estado do Piauí.

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 585, de 2009 (nº 1.427, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Para a Comunicação em Maripá para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maripá de Minas, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 621, de 2009 (nº 1.406, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Rádio e Difusão de Grajaú para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Grajaú, Estado do Maranhão.

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 662, de 2009 (nº 1.205, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Urbano e Rural de Lagoa de Dentro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa de Dentro, Estado da Paraíba.

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 674, de 2009 (nº 1.438, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária da Cidade de Luzerna - SC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luzerna, Estado de Santa Catarina.

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 701, de 2009 (nº 1.113, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Conselho Comunitário de Paraíso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraíso, Estado de Santa Catarina.

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 706, de 2009 (nº 1.577, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente dos Moradores de Cocos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cocos, Estado da Bahia.

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 707, de 2009 (nº 1.591, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Rádio Comunitária de Santanópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade

de Santanópolis, Estado da Bahia.

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 708, de 2009 (nº 1.592, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Solidariedade para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra Branca, Estado da Paraíba.

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 712, de 2009 (nº 1.611, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Vale do Rio Ourives para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ituaçu, Estado da Bahia.

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 724, de 2009 (nº 1.553, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Vale Azul FM de Itaquiraí - MS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaquiraí, Estado de Mato Grosso do Sul.

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 725, de 2009 (nº 1.555, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Fátima Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 729, de 2009 (nº 1.580, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Pró-Desenvolvimento Roca Sales para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Roca Sales, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 739, de 2009 (nº 1.222, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Leme do Prado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Leme do Prado, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 741, de 2009 (nº 1.281, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Majorense de Rádio Difusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Major Gercino, Estado de Santa Catarina.

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 742, de 2009 (nº 1.306, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Educativa e Cultural de

Radiodifusão Comunitária Vila Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gaspar, Estado de Santa Catarina.

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 746, de 2009 (nº 1.414, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Centro Social Filantrópico Vida Abundante para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fernando Falcão, Estado do Maranhão.

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 756, de 2009 (nº 1.535, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Jaguarão - FM 104 para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 759, de 2009 (nº 1.557, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Santa Edwiges para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Odessa, Estado de São Paulo.

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 761, de 2009 (nº 1.579, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Palmitinhense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmitinho, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 762, de 2009 (nº 1.585, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Esplanada de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 764, de 2009 (nº 1.615, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Crissiumal para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Crissiumal, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 765, de 2009 (nº 1.628, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural e Artística de Japurá para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Japurá, Estado do Paraná.

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 770, de 2009 (nº 1.245, de 2008, na Câmara dos

Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária New Life para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carapicuíba, Estado de São Paulo.

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 783, de 2009 (nº 1.624, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Maçambará para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maçambará, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 784, de 2009 (nº 1.638, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Apiúna para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apiúna, Estado de Santa Catarina.

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 785, de 2009 (nº 1.647, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Comunicação de Santa Fé de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Fé de Minas, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 811, de 2009 (nº 375, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Beneficente e Cultural de Papagaio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Papagaio, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 821, de 2009 (nº 1.706, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Folião João de Lázaro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rosa do Tocantins, Estado do Tocantins.

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 826, de 2009 (nº 1.729, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Central de Organizações Populares de Contenda - PR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Contenda, Estado do Paraná. (Volume - II)

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 827, de 2009 (nº 733, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Integrada de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matupá, Estado de Mato Grosso.

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 834, de 2009 (nº 1.118, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Francisco Badaró - FUNDEC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Francisco Badaró, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 837, de 2009 (nº 1.511, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Osvaldo Cruz para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo.

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2009 (nº 1.404, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itacajá, Estado do Tocantins.

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 851, de 2009 (nº 1.425, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Divino Pai Eterno para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taipas do Tocantins, Estado do Tocantins.

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 877, de 2009 (nº 1.685, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária "A Voz De Manaquiri" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manaquiri, Estado do Amazonas.

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 894, de 2009 (nº 1.779, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Conquista de Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carauari, Estado do Amazonas.

Sessão: 23.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 901, de 2009 (nº 1.799, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Márcio Freitas Comunicação LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conceição do Pará, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 23.12.2009

III.4 - Projetos de Resolução aprovados pelo Plenário

Total 16

Projeto de Resolução nº 62, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, que altera o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, para dispor sobre a comprovação de adimplência do ente garantido quanto aos empréstimos e financiamentos devidos à União.

Sessão: 01.12.2009

Projeto de Resolução nº 81, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de até US$ 24.300,000.00 (vinte e quatro milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Nacional do Meio Ambiente II - PNMA II - Segunda Fase".

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Resolução nº 82, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Estado de Pernambuco a contratar de operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de até US$ 190.000,000.00 (cento e noventa milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Resolução nº 83, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Município de Santos, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, com garantia da União, no valor de até US$ 44.000,000.00 (quarenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Desenvolvimento Estratégico de Santos e Infra-estrutura Urbana e Habitacional das Zonas Noroeste e dos Morros - Programa Santos Novos Tempos".

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Resolução nº 84, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Estado de Santa Catarina a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 50.000,000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Resolução nº 85, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Município de Santa Maria - RS, a contratar de operação de crédito externo, com garantia da União, junto Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de até US$ 13.950.000,00 (treze milhões, novecentos e cinqüenta mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Desenvolvimento Sustentável para a Região de Santa Maria".

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Resolução nº 86, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito externo

com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com garantia da União, no valor de até US$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada ao financiamento do Projeto de Fortalecimento Institucional para Modernização da Gestão Fiscal do Estado - PROFORT-SEF.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Resolução nº 87, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Estado de Alagoas a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US$ 195.450,000.00 (cento e noventa e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Resolução nº 88, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor de até US$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Resolução nº 89, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de US$ 10.000,000.00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Resolução nº 90, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Município de Maringá (PR) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 13.000,000.00 (treze milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Resolução nº 91, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de até US$ 4,.00,000.00 (quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Resolução nº 92, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza a Prefeitura de Manaus a contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 50.000.000,00 (cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Resolução nº 93, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Estado da Paraíba a contratar operação de crédito externo, com

garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Resolução nº 94, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza a Prefeitura de Rio Grande (RS) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US$ 8.00,000.00 (oito milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Resolução nº 95, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Município de Fortaleza, Estado do Ceará, a contratar operação de crédito externo, com a garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de até US$ 33.066.000,00 (trinta e três milhões e sessenta e seis mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude de Fortaleza.

Sessão: 16.12.2009

IV – ESCOLHA DE AUTORIDADES

Total 9

Parecer nº 2.558, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 263, de 2009 (nº 984, de 2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de1994, o nome do Senhor Ricardo Machado Ruiz para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, do Ministério da Justiça.

Sessão: 16.12.2009

Parecer nº 2.559, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 264, de 2009 (nº 986, de 2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de1994, o nome do Senhor Alexsandro Broedel Lopes para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em decorrência do término do mandato do Senhor Eliseu Martins, em 31 de dezembro de 2009.

Sessão: 16.12.2009

Parecer nº 2.560, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 269, de 2009 (nº 1.000, de 2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Fernando de Magalhães Furlan, para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho

Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça.

Sessão: 16.12.2009

Parecer nº 2.604, de 2009, da Comissão de Serviços de Infra-estrutura, sobre a Mensagem nº 260, de 2009 (nº 983, de 2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com os arts. 23 da Lei nº 9.742, de 16 de julho de 1997,o nome do Senhor José Valente para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, na vaga do Senhor Plínio de Aguiar Júnior.

Sessão: 16.12.2009

Parecer nº 2.605, de 2009, da Comissão de Serviços de Infra-estrutura, sobre a Mensagem nº 261, de 2009 (nº 985, de 2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor Edvaldo Alves de Santana para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Sessão: 16.12.2009

Parecer nº 2.606, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre a Mensagem nº 266, de 2009 (nº 998, de 2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Vicente Andreu Guillo, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas - ANA, na vaga do Senhor José Machado.

Sessão: 16.12.2009

Parecer nº 2.608, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre a Mensagem nº 268, de 2009 (nº 1.007, de 2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas - ANA, na vaga do Senhor Bruno Pagnoccheschi.

Sessão: 16.12.2009

Parecer nº 2.609, de 2009, da Comissão de Serviços de Infra-estrutura, sobre a Mensagem nº 262, de 2009 (nº 987, de 2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor Julião Silveira Coelho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em decorrência do término do mandato da Senhora Joísa Campanher Dutra, em 22 de dezembro de 2009..

Sessão: 16.12.2009

Parecer nº 2.610, de 2009, da Comissão de Serviços de Infra-estrutura, sobre a Mensagem nº 270, de 2009 (nº 1.001, de 2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Geraldo

Lourenço de Souza Neto, para exercer o cargo de Diretor de Infra-Estrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

Sessão: 16.12.2009

V – REQUERIMENTOS DE VOTO DE APLAUSO, CENSURA OU SEMELHANTE

Total 8

Requerimento nº 356, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, voto de conclamação para que lance nos fóruns internacionais, principalmente na ONU - Organização das Nações Unidas -, a proposta de realização da III Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, a "RIO + 20", em 2012, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, deflagrando desde já as necessárias negociações para os compromissos a serem ali firmados.

Sessão: 08.12.2009

Requerimento nº 1.017, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso pelo lançamento do livro, em dois volumes, América Latina, Desafios da Democracia e do Desenvolvimento.

Sessão: 08.12.2009

Requerimento nº 1.210, de 2009, de autoria do Senador João Pedro, solicitando voto de censura à Polícia Aduaneira do Aeroporto de Roma, na Itália, em relação à abordagem realizada por policiais quando da visita da Senadora Patrícia Saboya àquela cidade.

Sessão: 08.12.2009

Requerimento nº 1.278, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando voto de aplauso à iniciativa adotada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) ao adotar normativamente a obrigatoriedade de encaminhamento, pelos jurisdicionados, de informações sobre projeto básico das obras públicas segundo os padrões técnicos fixados pela Orientação Técnica OT-IBR-01, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP).

Sessão: 08.12.2009

Requerimento nº 1.279, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando voto de aplauso à iniciativa de cooperação e de troca recíproca de informações na fiscalização de obras públicas adotada mediante convênio pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná.

Sessão: 08.12.2009

Requerimento nº 1.295, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando voto de aplauso à Polícia Federal pela operação Roubo S/A – Saque Noturno, realizada em diversos municípios do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, em setembro de 2009.

Sessão: 08.12.2009

Requerimento nº 1.514, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de louvor ao Governador José Serra pela iniciativa da quebra das patentes de medicamentos.

Sessão: 08.12.2009

Requerimento nº 1.612, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando que seja encaminhado ao Presidente da República voto de conclamação para que, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, seja lançada nos fóruns internacionais, principalmente na ONU, proposta de emenda ao Estatuto de Roma, que criou a Corte Penal Internacional, em Haia, que possibilite a esse Tribunal o julgamento de responsáveis por crimes contra o Meio Ambiente, ampliando sua jurisdição.

Sessão: 08.12.2009

VI – REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES APROVADOS PELA MESA

Total 20

Requerimento nº 1.340, de 2009, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho, solicitando informações ao Ministro de Estado da Justiça sobre as ações e medidas tomadas pelo governo brasileiro em relação aos fatos mencionados na revista Veja, edição 2133, e no jornal Folha de Boa Vista, edição de 06.10.09, relativos ao sequestro do empresário e cidadão brasileiro Vicente Aguiar Vieira, em território venezuelano.

(Aprovado na 16ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 17.12.2009)

Requerimento nº 1.341, de 2009, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho, solicitando informações ao Ministro das Relações Exteriores sobre as ações e medidas tomadas pelo governo brasileiro em relação aos fatos mencionados na revista Veja, edição 2133, e no jornal Folha de Boa Vista, edição de 06.10.09, relativos ao sequestro do empresário e cidadão brasileiro VICENTE AGUIAR VIEIRA, em território venezuelano.

(Aprovado na 16ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 17.12.2009)

Requerimento nº 1.342, de 2009, de autoria do Senador Gilberto Goellner, solicitando informações ao Ministro das Relações Exteriores sobre os índices de redução de emissão de gases que serão propostos pelo Brasil na 15ª Conferência das Partes sobre o Clima (COP 15), que será realizada em Copenhague.

(Aprovado na 16ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 17.12.2009)

Requerimento nº 1.343, de 2009, de autoria do Senador Gilberto Goellner, solicitando informações ao Ministro da Saúde sobre a regulamentação para registro e uso de produtos fabricados à base de Aloe Vera.

(Aprovado na 16ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 17.12.2009)

Requerimento nº 1.344, de 2009, de autoria do Senador Gilberto Goellner, solicitando informações ao Ministro da Agricultura sobre o registro e comercialização de produtos de Aloe Vera.

(Aprovado na 16ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 17.12.2009)

Requerimento nº 1.354, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário informações atualizadas e detalhadas acerca do processo de regularização fundiária na reigão da Amazônia Legal.

(Aprovado na 16ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 17.12.2009)

Requerimento nº 1.358, de 2009, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando ao Ministro de Estado da Integração Nacional cópias do relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos por cada um dos Fundos Constitucionais de Financiamento no exercício de 2008 e no primeiro semestre de

2009.

(Aprovado na 16ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 17.12.2009)

Requerimento nº 1.374, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando informações ao Ministro da Justiça sobre notícias de que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST vai trabalhar em parceria com o Conselho Indígena de Roraima - CIR para cultivar arroz na Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, conforme matéria do jornal Folha de Boa Vista, de 26 e 27 de setembro de 2009.

(Aprovado na 16ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 17.12.2009)

Requerimento nº 1.388, de 2009, de autoria do Senador Heráclito Fortes, solicitando informações ao Ministro da Saúde acerca da contratação de consultores por intermédio de Organismos de Cooperação Técnica Internacional para atuarem no Departamento Nacional de DST, AIDS e Hepatites Virais.

(Aprovado na 16ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 17.12.2009)

Requerimento nº 1.398, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando ao Ministro da Defesa a remessa das cópias dos processos licitatórios e contratos para distribuição de espaços a lojas nos aeroportos.

(Aprovado na 16ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 17.12.2009)

Requerimento nº 1.405, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando informações ao Ministro da Justiça sobre a possibilidade de abertura de inquérito da Polícia Federal para investigar a invasão do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) à fazenda da empresa Cutrale, no interior de São Paulo, no dia 6 de outubro de 2009.

(Aprovado na 16ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 17.12.2009)

Requerimento nº 1.411, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior informações sobre recente empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao Grupo Fischer.

(Aprovado na 16ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 17.12.2009)

Requerimento nº 1.415, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando que seja fornecido pelo Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República o inteiro teor dos relatórios de inteligência acerca do acompanhamento do referido órgão à recente ação do MST no interior do Estado de São Paulo.

(Aprovado na 16ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 17.12.2009)

Requerimento nº 1.416, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando que seja fornecido pelo Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República o inteiro teor dos relatórios de inteligência elaborados durante as investigações e os levantamentos a respeito do assim chamado "Escândalo dos Aloprados", ocorrido em meados de 2006.

(Aprovado na 16ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 17.12.2009)

Requerimento nº 1.430, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando ao Ministro de Estado da Justiça cópia do Inquérito Policial relativo à Operação Satiagraha, realizada pela Polícia Federal, e das fitas referentes a supostos diálogos envolvendo Senadores da República, no âmbito daquela Operação.

(Aprovado na 16ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 17.12.2009)

Requerimento nº 1.431, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando ao Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República cópia do Inquérito Policial relativo à Operação Satiagraha, realizada pela Polícia Federal, e das fitas referentes a supostos diálogos envolvendo Senadores da República, no âmbito daquela Operação.

(Aprovado na 16ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 17.12.2009)

Requerimento nº 1.468, de 2009, de iniciativa da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, requerendo informações ao Ministério de Relações Exteriores solicitando cópia do texto de negociação sobre a oferta de metas de redução de gases poluentes.

(Aprovado na 16ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 17.12.2009)

Requerimento nº 1.480, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando que sejam prestadas, pelo Ministro da Justiça, informações sobre os equipamentos de interceptação, gravação e vigilância adquiridos pelo Ministério da Justiça e em funcionamento, bem como sobre os setores em que se encontram e os nomes daqueles que são por eles responsáveis e deles fazem uso.

(Aprovado na 16ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 17.12.2009)

Requerimento nº 1.501, de 2009, de autoria do Senador João Vicente Claudino, solicitando informações ao Ministro de Estado da Educação sobre normas e procedimentos para credenciamento e recredenciamento de Centros Universitários; previsão de andamento dos processos que se encontram em tramitação e quais os critérios de homologação pelo Ministério dos pareceres aprovados pelo Conselho Nacional de Educação.

(Aprovado na 16ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 17.12.2009)

Requerimento nº 1.505, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre as viagens em que a Ministra Dilma Rousseff acompanhou o presidente Lula, bem como sobre os eventos em que a mesma participou, com a presença do presidente Lula, no período entre janeiro de 2003 e junho de 2005.

(Aprovado na 16ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 17.12.2009)

VII – REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO INDEFERIDO PELA MESA

Total 1

Requerimento nº 1.404, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando informações ao Ministro da Saúde sobre o atendimento dispensado às pessoas portadoras de xeroderma pigmentoso moradoras de Faina, município de Goiás.

(Rejeitado na 16ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 17.12.2009)

VIII – REQUERIMENTOS DE PRORROGAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA

Total 3

Requerimento nº 1.584, de 2009, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores, solicitando a prorrogação de prazo da Comissão Temporária criada pelo Requerimento nº 208, de 2008, destinada a apresentar, no prazo de 90 dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

Sessão: 01.12.2009

Requerimento nº 1.585, de 2009, de autoria da Senadora Kátia Abreu e outros Senhores Senadores, solicitando a prorrogação de prazo da Comissão Temporária criada pelo Requerimento nº 231, de 2009, destinada a acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes ao cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas – ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

Sessão: 01.12.2009

Requerimento nº 1.621, de 2009, de autoria do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, requerendo a prorrogação do prazo, até 22 de dezembro de 2010, da Comissão Temporária criada pelo Requerimento nº 115, de 2008 (Transposição do Rio São Francisco).

Sessão: 09.12.2009

IX – REQUERIMENTOS DEFERIDOS NOS TERMOS DO ATO DA MESA Nº 2, DE 2009

Total 5

IX.1 – Solicitando tramitação conjunta

Total 5

Requerimento nº 1.152, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 176, de 2000, e 336, de 2009.
Sessão: 11.12.2009

Requerimento nº 1.536, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 1 e 408, de 2009.
Sessão: 11.12.2009

Requerimento nº 1.550, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 567, de 2007.
Sessão: 11.12.2009

Requerimento nº 1.634, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 48, de 2007, e 323, de 2009.
Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.636, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 166 e 488, de 2009.
Sessão: 16.12.2009

X – OUTROS REQUERIMENTOS APROVADOS PELO PLENÁRIO

Total 24

X.1 – Solicitando tramitação conjunta

Total 4

Requerimento nº 1.102, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 301, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 212, de 2005, 67, 199, 239 e 342, de 2006 e 287, de 2008.

Sessão: 08.12.2009

Requerimento nº 1.112, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 291, de 2006 e 63, de 2007 (Concedem benefício no imposto de renda para empresas).

Sessão: 08.12.2009

Requerimento nº 1.365, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 158, de 2002, 201, de 2003 e 475, de 2007 (Alteração do Código Florestal).

Sessão: 08.12.2009

Requerimento nº 1.450, de 2009, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, solicitando o apensamento do Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2009 ao Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2006, para tramitação em conjunto, por versarem sobre matérias correlatas.

Sessão: 08.12.2009

X.2 – Solicitando audiência de Comissão

Total 4

Requerimento nº 1.588, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que o projeto que o Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, seja examinado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Sessão: 01.12.2009

Requerimento nº 1.371, de 2009, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2001, além das Comissões constantes do Despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

Sessão: 08.12.2009

Requerimento nº 1.473, de 2009, de autoria do Senador João Vicente Claudino, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

Sessão: 08.12.2009

Requerimento nº 1.694, de 2009, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos do artigo 279, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que trata da Reforma do Código de Processo Penal, seja submetido à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sessão: 17.12.2009

X.3 – Solicitando dispensa de Parecer de Comissão

Total 2

Requerimento nº 1.484, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando dispensa de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2007, cujo prazo se encontra esgotado.

Sessão: 01.12.2009

Requerimento nº 1.548, de 2009, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando dispensa de parecer da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2009.

Sessão: 08.12.2009

X.4 – Solicitando urgência para matéria

Total 6

Requerimento nº 1.669, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, solicitando urgência para apreciação do Projeto de Lei da Câmara 200, de 2009-Complementar.

Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.698, de 2009, subscrito por líderes partidários, solicitando urgência para o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2007.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 1.699, de 2009, subscrito por líderes partidários, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 175, de 2008.

Sessão: 17.12.2009

Requerimento nº 1.700, de 2009, subscrito por líderes partidários, solicitando

urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 322, de 2009.
Sessão: 17.12.2009

Requerimento nº 1.701, de 2009, subscrito por líderes partidários, solicitando urgência para a Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2006.
Sessão: 17.12.2009

Requerimento nº 1.702, de 2009, subscrito por líderes partidários, solicitando urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2009.
Sessão: 17.12.2009

X.5 – Solicitando inclusão de matéria em Ordem do Dia

Total 2

Requerimento nº 1.521, de 2009, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005.
Sessão: 02.12.2009

Requerimento nº 1.640, de 2009, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Senhores Senadores, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar.
Sessão: 09.12.2009

X.6 – Solicitando sobrestamento de apreciação de matéria

Total 3

Requerimento nº 1.489, de 2009, de iniciativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, solicitando o sobrestamento do estudo do Projeto de Decreto Legislativo nº 174, de 2009, até que sejam sanadas irregularidades na documentação apresentada e analisada com base na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.
Sessão: 08.12.2009

Requerimento nº 1.490, de 2009, de iniciativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, solicitando o sobrestamento do estudo do Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 2009, até que sejam sanadas irregularidades na documentação apresentada e analisada com base na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.
Sessão: 08.12.2009

Requerimento nº 1.491, de 2009, de iniciativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, solicitando o sobrestamento do estudo do Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2009, até que sejam sanadas irregularidades na documentação apresentada e analisada com base na Resolução nº 3, de 2009, do Senado

Federal.

Sessão: 08.12.2009

X.7 – Solicitando votação nominal de matéria

Total 1

Requerimento nº 1.668, de 2009, de autoria dos Senadores Romero Jucá e José Agripino, solicitando votação nominal para o Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2008.

Sessão: 15.12.2009

X.8 – Solicitando calendário especial para tramitação de matéria

Total 2

Requerimento nº 1.675, de 2009, subscrito pelos líderes partidários, solicitando calendário especial para tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 54, de 2009, visando a sua apreciação em 1º e 2º turnos no dia 16.12,2009, mediante a convocação sucessiva de sessões deliberativas.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.677, de 2009, subscrito pelos líderes partidários, solicitando calendário especial para tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2003.

Sessão: 16.12.2009

XI – Consulta aprovada pelo Plenário

Total 1

Consulta nº 1, de 2009, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, solicitando a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania quanto à possibilidade de destituição, pelo Senado Federal, de autoridades aprovadas para ocupar cargos em agências reguladoras.

Sessão: 08.12.2009

MATÉRIAS ARQUIVADAS

Total 422

XII - PARECER CONTRÁRIO DE COMISSÃO (ART. 254 DO RISF)

Total 2

Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2006 (nº 1.811, de 2003, na Casa de origem), de autoria da Deputada Laura Carneiro, que acrescenta o art. 258-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (Disciplina a destinação dos recursos arrecadados com a aplicação de multas por infrações administrativas e prevê a substituição da pena de multa por prestação de serviços à comunidade).

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, que susta a aplicação do disposto no parágrafo único do art. 19 e do disposto no parágrafo único do art. 24 da Portaria nº 1.220, de 11 de julho de 2007, do Ministério da Justiça, que regulamenta as disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), da Lei nº 10.359, de 27 de dezembro de 2001, e do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, relativas ao processo de classificação indicativa de obras audiovisuais destinadas à televisão e congêneres.

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

XIII - PARECER CONTRÁRIO DE COMISSÃO (art. 91, § 5º do RISF)

Total 16

Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2009 (nº 7.309, de 2002, na Casa de origem), de autoria do Deputado Cabo Júlio, que torna obrigatória a inclusão no programa de disciplinas dos ensinos fundamental e médio de estudos sobre o uso de drogas e dependência química.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esportes)

Sessão: iniciada em 02.12.2009 e encerrada em 03.12.2009 (matéria apreciada dia 03.12.2009)

Projeto de Lei do Senado nº 356, de 2009, de autoria do Senador João Tenório, que acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, para proibir a utilização de metanol nos processos de fabricação de biodiesel a partir de óleos vegetais.

(Decisão terminativa da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)

Sessão: 04.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2006, de autoria do Senador Ney Suassuna, que acrescenta inciso VIII ao art. 16 da Lei nº 6.360, de 1976, para dispor sobre a inclusão de requisito a ser observado na concessão de registro sanitário de medicamento ou de princípio ativo.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 07.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 431, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que dispõe sobre o uso da palavra "cancerígeno" em substituição às utilizadas para designar os produtos derivados do tabaco.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 14.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2008, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, para incluir no Programa Nacional de Imunização vacinas contra infecções pneumocócicas, meningites bacterianas, hepatites virais, varicela e gripe, à população.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 14.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2008, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que acrescenta dispositivos ao art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para determinar que as emissoras de radiodifusão divulguem sua condição de concessionárias, permissionárias ou autorizadas e para determinar que os parentes até segundo grau dos outorgados fiquem impedidos de explorar tais serviços.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2003, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que acrescenta alínea ao inciso II do artigo 8º da Lei nº 9250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das pessoas físicas, de doações e programas oficiais de combate à fome.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2003, de autoria do Senador Leonel Pavan, que institui forma alternativa de pagamento dos débitos relativos a empréstimos e financiamentos à rede hoteleira nacional.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2005, de autoria do Senador César Borges, que altera o art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que institui os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, para ampliar a competência do Juizado Especial de Cível, e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2005, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que autoriza o Poder Executivo a criar a Agência de Desenvolvimento dos Estados do Corredor Centro-Norte e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo)

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2006, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que veda a instalação de presídios em cidades turísticas.

(Decisão terminativa da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo)

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2008, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que acrescenta art. 1.589-A à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para outorgar direito real de habitação ao cônjuge detentor da guarda de filhos comuns.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2009, de autoria do Senador Lobão Filho, que

autoriza as instituições financeiras federais gestoras dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Norte (FNO) e do Nordeste (FNE), a liquidar dívidas inadimplidas contraídas com recursos desses Fundos com base no valor presente dos bens penhoráveis ou na capacidade financeira dos devedores e coobrigados.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2003, de autoria do Senador Gerson Camata, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para regular o trabalho do adolescente.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 22.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 436, de 2003, de autoria do Senador Leonel Pavan, que regulamenta o exercício da profissão de fotógrafo profissional e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 22.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, que autoriza o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a conceder empréstimos com taxas de juros subsidiadas para financiar investimentos na renovação da frota de transporte fluvial da Amazônia.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 22.12.2009

XIV - Por terem sido rejeitadas pelo Plenário

Total 2

Requerimento nº 1.518, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 566, de 2007, por regularem a mesma matéria (cobrança de anuidade por entidades representativas de classes).

Sessão: 01.12.2009

Parecer nº 2.607, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre a Mensagem nº 267, de 2009 (nº 999, de 2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Paulo Rodrigues Vieira, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas - ANA, na vaga do Senhor Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior.

Sessão: 16.12.2009

XV - Por terem sido retiradas pelos autores

Total 2

Projeto de Lei do Senado nº 505, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim, que acrescenta art. 253-A à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a jornada de trabalho dos empregados nas empresas de abate e processamento de carnes (frigoríficos) avícolas.

(Retirado pelo Requerimento nº 1.604, de 2009)

Sessão: iniciada em 02.12.2009 e encerrada em 03.12.2009 (matéria apreciada dia 03.12.2009)

Requerimento nº 514, de 2009, de autoria do Senador Gim Argello, solicitando, nos termos do art. 160, combinado com o art. 199, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial em homenagem ao Dia do Farmacêutico, que se deverá realizar no dia 28 de maio de 2009, às 11 horas.

(Retirado pelo Requerimento nº 1.605, de 2009)

Sessão: iniciada em 02.12.2009 e encerrada em 03.12.2009 (matéria apreciada dia 03.12.2009)

XVI - Nos termos do disposto no art. 334 do RISF

Total 400

Requerimento nº 243, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando inserção em ata de voto de aplauso pelo transcurso do 75º aniversário de fundação da Escola de Samba da Mangueira, no próximo dia 28 de abril de 2003.

Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 350, de 2003, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que sejam apresentadas congratulações ao Exmo Sr. Ministro Controlador-Geral da União, Dr. Francisco Waldir Pires de Souza, pelo trabalho nas investigações sobre a lavagem de dinheiro, via Banestado, em Nova York - EUA.

Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 351, de 2003, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que sejam apresentadas congratulações ao Perito Criminal do Departamento de Polícia Federal, Dr. Renato Barbosa, pelo trabalho nas investigações sobre a lavagem de dinheiro, via Banestado, em Nova York - EUA.

Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 938, de 2003, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando que sejam apresentadas congratulações ao Dr. Marcos Aurélio Pereira de Moura, Superintendente da Polícia Federal/Porto Velho pela excelência do trabalho realizado pelo Ibama de Rondônia em parceria com a Polícia Federal no desmantelamento de quadrilha

que vinha roubando madeiras nobres de áreas indígenas e parques florestais do Estado de Rondônia.

Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 939, de 2003, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando que sejam apresentadas congratulações ao Gerente do IBAMA/Rio de Janeiro, Engenheiro Florestal Oswaldo Pitaluga, pela excelência do trabalho realizado pelo IBAMA de Rondônia em parceria com a Polícia Federal no desmantelamento de quadrilha que vinha roubando madeiras nobres de áreas indígenas e parques florestais do Estado de Rondônia.

Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 940, de 2003, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando que sejam apresentadas congratulações ao Dr. Arcelino Vieira Damasceno, Delegado da Polícia Federal/Porto Velho, pela excelência do trabalho realizado pelo Ibama de Rondônia em parceria com a Polícia Federal no desmantelamento de quadrilha que vinha roubando madeiras nobres de áreas indígenas e parques florestais do Estado de Rondônia.

Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 961, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Maurício Corrêa, pela manifestação de independência, de patriotismo e de altivez, pela reiteração de que não admitirá inspeção da ONU no Poder Judiciário.

Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.008, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando que seja consignado nos anais, voto de aplauso à jogadora de basquete Paula, pela postura de elevada cidadania revelada ao renunciar a continuidade à frente de uma das Secretarias do Ministério dos Esportes.

Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 76, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Excelentíssima Senhora Antonia de Castro Palocci, Coordenadora do Orçamento Participativo de Ribeirão Preto (SP) e genitora do Ministro Antonio Palocci Filho.

Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 144, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao ex-Ministro e ex-Presidente do Senado Federal, escritor Jarbas Passarinho, pelos conceitos emitidos em recente artigo na imprensa, enfocando aspectos negativos de posições de exacerbações nacionalistas, notadamente no encaminhamento de concorrência pública para construção de plataforma petrolífera da PETROBRAS.

Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 149, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alkmin e que seja levado ao conhecimento do homenageado e ao Comandante da Polícia Militar do Estado de São Paulo, pelos resultados positivos, reconhecidos em pesquisa do Instituto Datafolha, de seu

trabalho em favor da credibilidade da Polícia Militar.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 244, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Superintendência da Zona Franca de Manaus, pelo transcurso do 37º aniversário de criação da Zona Franca de Manaus.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 392, de 2004, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de louvor à Equipe do Jornal da Globo, jornal eletrônico levado ao ar pela Rede Globo de Televisão, pela série de reportagens "Mapa do Emprego", citando, dentro outras, a mais recente reportagem feita em São Bento do Sul, Santa Catarina, devido ao potencial de geração de emprego e renda através da indústria moveleira.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 417, de 2004, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando voto de aplauso ao Senhor Erir Ribeiro, eleito Personalidade na Categoria Rio pelo Prêmio Faz Diferença.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 425, de 2004, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando voto de aplauso, em memória, à família do Senhor Sérgio Vieira de Mello, indicado como Personalidade do Mundo 2003 pelo Prêmio Faz Diferença.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 426, de 2004, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando voto de aplauso à atleta brasileira, Daiane dos Santos, eleita Personalidade do Ano na categoria Esportes pelo Prêmio Faz Diferença.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 427, de 2004, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando voto de aplauso ao Senhor Aloísio Teixeira, eleito Personalidade na Categoria Megazine pelo Prêmio Faz Diferença.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 513, de 2004, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de louvor ao Grupo RBS - Rede Brasil Sul, em função dos 25 anos de funcionamento da RBS em Santa Catarina, comemorados no próximo dia 30 de abril de 2004, em Florianópolis.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 519, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso aos autores do livro Diretas Já, 15 meses que abalaram a Ditadura, Dante de Oliveira e Domingos Leonelli.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 693, de 2004, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, solicitando

voto de aplauso ao Presidente da Hyundai no Brasil, Carlos Alberto Oliveira Andrade, pela construção da primeira fábrica da companhia sul-coreana no país, em Anápolis-GO.

Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 694, de 2004, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, solicitando voto de aplauso ao Sr. Deocleciano Moreira Alves, Presidente da Associação Comercial de Anápolis-GO, pela construção da primeira fábrica da companhia sul-coreana no país, em Anápolis-GO.

Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 764, de 2004, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando voto de aplauso à Polícia Federal, na pessoa do Diretor-Geral, Sr. Paulo Fernando da Costa Lacerda, pelo trabalho que a Corporação vem executando em todo o país através de diversas "operações" que vem desmantelando facções criminosas.

Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.158, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de aplauso à Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos, pela decisão de considerar a morte do Frei Tito de Alencar Lima, de responsabilidade do Estado e pela indenização paga a seus familiares.

Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.175, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Jornal Diário de Petrópolis pelo transcurso de seu cinqüentenário, e que seja levado ao conhecimento do editor do jornal homenageado, Paulo Antonio Carneiro Dias.

Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.202, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Jornalista Jeniffer Skip, do Fantástico, ganhadora do "Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo", na categoria Televisão, da Rede Globo.

Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.214, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Rede Globo de Televisão pelos 35 anos do Jornal Nacional, telejornal de maior audiência da tevê brasileira e marco na história do telejornalismo em rede nacional.

Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.225, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, pela iniciativa de homenagear, com sessão de desagravo, o Deputado Arlindo Porto, cassado e preso pelo regime militar, em 1964.

Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.228, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornal Amazonas em Tempo, pelo transcurso de seu 17º

aniversário de criação.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.242, de 2004, de autoria do Senador Sergio Cabral, solicitando voto de aplauso ao Superintendente da Polícia Federal no Rio de Janeiro, Delegado José Milton Rodrigues, e ao Delegado Regional Executivo, Dr. Roberto Jaureguiber Prel Jr., pelo sucesso das operações da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro no combate à criminalidade, em especial ao crime organizado.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.267, de 2004, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de louvor ao Jornal de Santa Catarina, na cidade de Blumenau, pelos 33 anos de sua fundação, ocorrido no dia 22 de setembro de 2004.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.409, de 2004, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando voto de aplauso ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Sergipe.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.439, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao fotógrafo Sérgio Fonseca Júnior, pelo excelente flagrante divulgado pelo jornal Amazonas em Tempo.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.513, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de aplauso à Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, e ao presidente da Eletronorte, Roberto Garcia Salmeron, pela inauguração no dia 25 de novembro de 2004, de quatro turbinas da obra de ampliação da usina de Tucuruí, no Pará.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.524, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de aplauso ao Juiz Federal Julier Sebastião da Silva, e ao Prefeito Municipal de Sinop Nilson Leitão, pela abertura oficial, hoje, às 18 horas, da Justiça Federal Especial Itinerante em Sinop, com apresentação formal de aplauso à Justiça Federal em Cuiabá.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.525, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de aplauso ao Presidente do Banco do Brasil, Rossano Maranhão Pinto, pela instalação ocorrida, ontem, da agência do Banco do Brasil, instalada em frente ao Palácio Paiaguás, no Centro Político Administrativo, que, pela sua localização estratégica, irá beneficiar não só os servidores do Executivo, mas também os servidores do Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso - TCE.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.528, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de aplauso à Ministra do Meio Ambiente Marina Silva, pela instalação de

Comissão Tripartite do Meio Ambiente no Estado de Mato Grosso, composta por representantes do Ministério e órgão estadual e municipal, com o objetivo primordial de promover a gestão compartilhada do meio ambiente.

Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.537, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso pelo transcurso do Centenário do Jornalista Roberto Marinho, ocorrido no dia 03 de dezembro de 2004.

Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.538, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando congratulações aos prefeitos eleitos e reeleitos em municípios do Estado do Espírito Santo.

Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.539, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando congratulações aos prefeitos eleitos e reeleitos em municípios do Estado do Espírito Santo.

Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.540, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando congratulações aos prefeitos eleitos e reeleitos em municípios do Estado do Espírito Santo.

Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.541, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando congratulações aos prefeitos eleitos e reeleitos em municípios do Estado do Espírito Santo.

Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.542, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando congratulações aos prefeitos eleitos e reeleitos em municípios do Estado do Espírito Santo.

Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.543, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando congratulações aos prefeitos eleitos e reeleitos em municípios do Estado do Espírito Santo.

Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.544, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando congratulações aos prefeitos eleitos e reeleitos em municípios do Estado do Espírito Santo.

Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.545, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando congratulações aos prefeitos eleitos e reeleitos em municípios do Estado do Espírito Santo.

Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.546, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando congratulações aos prefeitos eleitos e reeleitos em municípios do Estado do Espírito Santo.

Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.547, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando

congratulações aos prefeitos eleitos e reeleitos em municípios do Estado do Espírito Santo.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.548, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando congratulações aos prefeitos eleitos e reeleitos em municípios do Estado do Espírito Santo.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.549, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando congratulações aos prefeitos eleitos e reeleitos em municípios do Estado do Espírito Santo.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.550, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando congratulações aos prefeitos eleitos e reeleitos em municípios do Estado do Espírito Santo.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.551, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando congratulações aos prefeitos eleitos e reeleitos em municípios do Estado do Espírito Santo.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.552, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando congratulações aos prefeitos eleitos e reeleitos em municípios do Estado do Espírito Santo.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.553, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando congratulações aos prefeitos eleitos e reeleitos em municípios do Estado do Espírito Santo.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.554, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando congratulações aos prefeitos eleitos e reeleitos em municípios do Estado do Espírito Santo.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.555, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando congratulações aos prefeitos eleitos e reeleitos em municípios do Estado do Espírito Santo.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.556, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando congratulações aos prefeitos eleitos e reeleitos em municípios do Estado do Espírito Santo.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.557, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando congratulações aos prefeitos eleitos e reeleitos em municípios do Estado do Espírito Santo.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.558, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando congratulações aos prefeitos eleitos e reeleitos em municípios do Estado do Espírito Santo.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.559, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando congratulações aos prefeitos eleitos e reeleitos em municípios do Estado do Espírito Santo.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.560, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando congratulações aos prefeitos eleitos e reeleitos em municípios do Estado do Espírito Santo.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.561, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando congratulações aos prefeitos eleitos e reeleitos em municípios do Estado do Espírito Santo.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.562, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando congratulações aos prefeitos eleitos e reeleitos em municípios do Estado do Espírito Santo.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.563, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando congratulações aos prefeitos eleitos e reeleitos em municípios do Estado do Espírito Santo.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.564, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando congratulações aos prefeitos eleitos e reeleitos em municípios do Estado do Espírito Santo.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.565, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando congratulações aos prefeitos eleitos e reeleitos em municípios do Estado do Espírito Santo.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.566, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando congratulações aos prefeitos eleitos e reeleitos em municípios do Estado do Espírito Santo.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.567, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando congratulações aos prefeitos eleitos e reeleitos em municípios do Estado do Espírito Santo.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.568, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando congratulações aos prefeitos eleitos e reeleitos em municípios do Estado do Espírito Santo.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.569, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando congratulações aos prefeitos eleitos e reeleitos em municípios do Estado do Espírito Santo.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.570, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando congratulações aos prefeitos eleitos e reeleitos em municípios do Estado do Espírito Santo.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.571, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando congratulações aos prefeitos eleitos e reeleitos em municípios do Estado do Espírito Santo.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.572, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando congratulações aos prefeitos eleitos e reeleitos em municípios do Estado do Espírito Santo.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.573, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Videolar da Amazônia, pela inauguração de seu novo complexo de distribuição de produtos no Pólo Industrial de Manaus.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.581, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Senhora Dona Lily Marinho, pelo lançamento de seu livro de memórias, Roberto e Lily.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.607, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornalista Gerson Severo Dantas, do jornal "A Crítica", de Manaus, vencedor do Prêmio Esso-Regional Norte de 2004, com a reportagem sobre a devastação de florestas em Lábrea, no Amazonas.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.624, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de congratulações a prefeitos eleitos no último pleito no Estado do Espírito Santo.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.625, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de congratulações a prefeitos eleitos no último pleito no Estado do Espírito Santo.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.626, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de congratulações a prefeitos eleitos no último pleito no Estado do Espírito Santo.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.627, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de congratulações a prefeitos eleitos no último pleito no Estado do Espírito Santo.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.628, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de congratulações a prefeitos eleitos no último pleito no Estado do Espírito Santo.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.629, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de congratulações a prefeitos eleitos no último pleito no Estado do Espírito Santo.

Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.630, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de congratulações a prefeitos eleitos no último pleito no Estado do Espírito Santo.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.631, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de congratulações a prefeitos eleitos no último pleito no Estado do Espírito Santo.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.632, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de congratulações a prefeitos eleitos no último pleito no Estado do Espírito Santo.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.633, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de congratulações a prefeitos eleitos no último pleito no Estado do Espírito Santo.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.634, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de congratulações a prefeitos eleitos no último pleito no Estado do Espírito Santo.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.635, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de congratulações a prefeitos eleitos no último pleito no Estado do Espírito Santo.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.636, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de congratulações a prefeitos eleitos no último pleito no Estado do Espírito Santo.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.637, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de congratulações a prefeitos eleitos no último pleito no Estado do Espírito Santo.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.638, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de congratulações a prefeitos eleitos no último pleito no Estado do Espírito Santo.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.639, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de congratulações a prefeitos eleitos no último pleito no Estado do Espírito Santo.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.640, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de congratulações a prefeitos eleitos no último pleito no Estado do Espírito Santo.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.641, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando

voto de congratulações a prefeitos eleitos no último pleito no Estado do Espírito Santo.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.642, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de congratulações a prefeitos eleitos no último pleito no Estado do Espírito Santo.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.643, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de congratulações a prefeitos eleitos no último pleito no Estado do Espírito Santo.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.644, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de congratulações a prefeitos eleitos no último pleito no Estado do Espírito Santo.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.645, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de congratulações a prefeitos eleitos no último pleito no Estado do Espírito Santo.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.646, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de congratulações a prefeitos eleitos no último pleito no Estado do Espírito Santo.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.647, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de congratulações a prefeitos eleitos no último pleito no Estado do Espírito Santo.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.648, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de congratulações a prefeitos eleitos no último pleito no Estado do Espírito Santo.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.649, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de congratulações a prefeitos eleitos no último pleito no Estado do Espírito Santo.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.650, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de congratulações a prefeitos eleitos no último pleito no Estado do Espírito Santo.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.651, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de congratulações a prefeitos eleitos no último pleito no Estado do Espírito Santo.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.652, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de congratulações a prefeitos eleitos no último pleito no Estado do Espírito Santo.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.653, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de congratulações a prefeitos eleitos no último pleito no Estado do Espírito Santo.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.654, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de congratulações a prefeitos eleitos no último pleito no Estado do Espírito Santo.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.655, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de congratulações a prefeitos eleitos no último pleito no Estado do Espírito Santo.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.656, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de congratulações a prefeitos eleitos no último pleito no Estado do Espírito Santo.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.657, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de congratulações a prefeitos eleitos no último pleito no Estado do Espírito Santo.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.658, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de congratulações a prefeitos eleitos no último pleito no Estado do Espírito Santo.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.659, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de congratulações a prefeitos eleitos no último pleito no Estado do Espírito Santo.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.660, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de congratulações a prefeitos eleitos no último pleito no Estado do Espírito Santo.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.661, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de congratulações a prefeitos eleitos no último pleito no Estado do Espírito Santo.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.662, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de congratulações a prefeitos eleitos no último pleito no Estado do Espírito Santo.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.663, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de congratulações a prefeitos eleitos no último pleito no Estado do Espírito Santo.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 62, de 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando voto de aplauso à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE, pelo reconhecimento na luta contínua pela melhoria da educação e pela valorização dos

trabalhadores em educação, atuação especialmente evidenciada pelo recebimento do Prêmio Darcy Ribeiro, que no dia 25 de fevereiro 2005, será entregue pela Câmara dos Deputados, na IV Conferência Nacional de Educação e Cultura.

Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 73, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando voto de aplauso às Igrejas Cristãs que promovem a Campanha da Fraternidade do ano de 2005.

Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 94, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de censura ao Presidente da República pela confissão pública por ele feita em 24 de fevereiro de 2005, no norte do Estado do Espírito Santo, segundo a qual foi omisso ao escamotear graves fatos que teriam sido levados ao seu conhecimento no início de seu Governo.

Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 108, de 2005, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que sejam apresentadas congratulações à nova Diretoria da Associação Nacional dos Advogados da União - ANAUNI, em especial ao novo Presidente, José Wanderley Kozima.

Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 137, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgilio, solicitando que seja consignado, nos anais do Senado voto de aplauso ao jornal Correio Braziliense pelos três prêmios conquistados ao Brasil na 26ª edição do Best of Newspaper Design, como melhor designer dentre os jornais brasileiros.

Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 164, de 2005, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que sejam apresentadas congratulações como melhor jornalista especializado em turismo o Catarinense Cyro Barreto, agraciado com o Prêmio MG Turismo, que homenageia pessoas e entidades que se destacaram no ano de 2004.

Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 165, de 2005, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que sejam apresentadas congratulações ao Catarinense Beto Barreiros, agraciado com o Prêmio MG Turismo, que homenageia pessoas e entidades que se destacaram no ano de 2004.

Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 183, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando que seja consignado voto de aplauso ao Tribunal Superior Eleitoral - TSE, pela demonstração, no Seminário Internacional sobre Voto Eletrônico, na cidade de Atlanta/EUA, do sistema de votação eletrônica do Brasil e, que seja levado ao conhecimento do Ministro Carlos Velloso, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, por seu intermédio, do Secretário de Informática, Paulo Camarão e do Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral, Torquato Jardim.

Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 348, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de censura ao Presidente da República Federativa do Brasil, pelas insólitas e descorteses frases de repreensão aos brasileiros, proferidas em solenidade pública no dia 25 de abril de 2005, a propósito de juros bancários.

Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 444, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornal Valor Econômico pelo transcurso de seu 5º aniversário de criação.

Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 452, de 2005, de autoria do Senador Sibá Machado, solicitando voto de aplauso para o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva pela adoção da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 01 de maio de 2005.

Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 523, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Hospital Especializado, de Ribeirão Preto, SP, que realizou com êxito as primeiras cirurgias com a utilização de células-tronco.

Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 537, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Ministro Humberto Souto no momento em que, pela aposentadoria compulsória, deixa o cargo que soube honrar de Ministro do Tribunal de Contas da União.

Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 554, de 2005, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando voto de aplauso ao D. Cláudio Hummes, Cardeal-Arcebispo de São Paulo, pelo transcurso dos trinta anos de sua ordenação episcopal.

Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 608, de 2005, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando que seja consignado voto de aplauso à Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente, Marina Silva, pelas ações desencadeadas pelo Ministério no combate ao desmatamento ilegal das nossas reservas florestais, com a promoção das apurações na extração irregular de madeiras na Amazônia.

Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 609, de 2005, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando que seja consignado voto de aplauso ao Senhor Prefeito da cidade de São Paulo, José Serra, pelas medidas que vem adotando em respeito ao meio ambiente, de combate ao desmatamento ilegal das reservas florestais, promovendo o controle do uso de madeira nativa em obras públicas.

Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 610, de 2005, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando voto de aplauso ao Senhor Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, pelas medidas que vem adotando em respeito ao meio ambiente, de combate ao desmatamento ilegal das reservas florestais, promovendo o controle do uso de madeira nativa em obras públicas.

Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 616, de 2005, de autoria do Senador Leonel Pavan, solicitando voto de aplauso ao Jornal "O COMÉRCIO", por ocasião da comemoração de seus 74 anos como informativo da região norte de Santa Catarina e sul do Paraná.

Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 617, de 2005, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando voto de aplauso à General Motors do Brasil, pelos oitenta anos de atividade no Brasil.

Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 622, de 2005, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando voto de aplauso ao Ministro de Estado das Relações Exteriores pela posição adotada pelo governo brasileiro na XXXV Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), no sentido de rejeitar a proposta norte-americana de se criar um instrumento de monitoramento intrusivo das democracias no nosso continente.

Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 660, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Jornalista Miriam Leitão, contemplada com o Prêmio Maria Moors Cabot, da Universidade de Columbia dos Estados Unidos, que seja levado ao conhecimento da homenageada e à Rede Globo de Televisão.

Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 780, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Instituto Sergio Motta, pela edição do livro "5º Prêmio Sergio Motta de Arte e Tecnologia".

Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 968, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Rede Amazônica, de rádio e televisão, pelo seu 33° aniversário de criação.

Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.005, de 2005, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando voto de congratulações ao Jornal a Gazeta do Estado do Espírito Santo, pelo transcurso do seu Setuagésimo Sétimo aniversário.

Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.049, de 2005, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando voto de aplauso à Rede Globo de Televisão por implantar em suas novelas o "closed caption", sistema que permite acompanhar por meio de legendas o que é dito por

atores e apresentadores em tempo real, por se tratar de recurso que atende às necessidades de pessoas portadoras de deficiência auditiva.

Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.066, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, apontado em 9º lugar numa lista dos 100 mais influentes intelectuais contemporâneos no setor público, em pesquisa mundial, levantada na Inglaterra, pela revista "Prospect", e, nos Estados Unidos, pela revista "Foreign Policy".

Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.072, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à TV Record, de São Paulo, pelo transcurso de seu 52° aniversário de criação.

Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.087, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao economista e cientista político Gustavo Ioschpe pela conquista do Prêmio Jabuti de 2005, com o livro "A Ignorância Custa Um Mundo".

Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.093, de 2005, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando que seja formulado voto de congratulações ao Jornal A Tribuna do Estado do Espírito Santo, pelo transcurso de seus 67 anos de aniversário.

Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.094, de 2005, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de aplauso ao Reitor Paulo Speller e ao Professor Domingos Tabajara de Oliveira Martins pelo Jubileu de Prata da Faculdade de Ciência Médicas da UFMT.

Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.141, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao cientista Luiz Hildebrando Pereira da Silva, médico parasitologista e geneticista, pelas suas considerações, alertando para a necessidade de urgente reposicionamento da saúde pública no Brasil, num cenário mundial que pode ser uma era de bactérias e vírus mutantes.

Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.142, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao magistrado Marcus Antonio de Souza Faver, membro do Conselho Nacional de Justiça, agraciado com a Ordem do Mérito Judiciário, a ele conferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.143, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao magistrado Fernando Gonçalves, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, agraciado com a Ordem do Mérito Judiciário, conferida pelo Tribunal

de Justiça do Estado do Pará.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.144, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao magistrado César Asfor Rocha, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, agraciado com a Ordem do Mérito Judiciário, a ele conferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.145, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao magistrado Hélio Quaglia Barbosa, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, agraciado com a Ordem do Mérito Judiciário, a ele conferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.146, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao magistrado Humberto Gomes de Barros, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, agraciado com a Ordem do Mérito Judiciário, a ele conferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.147, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao magistrado Francisco Cândido Falcão Neto, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, agraciado com a Ordem do Mérito Judiciário, a ele conferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.148, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à empresa de pequeno porte Bombons Finos, produtora do ramo de alimentação com preocupação ambiental, pela sua participação na Feira Internacional ANUGA, na Alemanha.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.149, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à empresa de pequeno porte ANDIRÁ, produtora do ramo de alimentação com preocupação ambiental, pela sua participação na Feira Internacional ANUGA, na Alemanha.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.155, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso à empresa de pequeno porte AGRORISA, produtora do ramo de alimentação com preocupação ambiental, pela sua participação na Feira Internacional ANUGA, na Alemanha.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.156, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio,

solicitando que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso ao repórter-fotográfico João de Araújo, o único de sua geração ainda em atividade, no Amazonas.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.157, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso ao ex-Governador do Estado do Rio de Janeiro e ex-Senador Marcello de Alencar, pela homenagem que lhe será prestada pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, no dia 20 de outubro de 2005.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.226, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à jornalista Eliane Brum contemplada com o Prêmio de Excelência em Jornalismo, com a reportagem de Excelência Jornalística, da Sociedade Interamericana de Imprensa, e Vladimir Herzog, de Anistia e Direitos Humanos.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.239, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Jornal o Estado do Amazonas, pela homenagem que lhe será tributada no dia 09 de novembro de 2005, pela Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.257, de 2005, de autoria do Senador Efraim Morais, solicitando voto de louvor ao Presidente do Supremo Tribunal Federal pela realização de sessão solene em homenagem ao centenário de nascimento do Ministro Oswaldo Trigueiro.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.281, de 2005, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de congratulações ao Jornal "O Liberal" do Estado do Pará pelo transcurso do seu qüinquagésimo nono aniversário.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.327, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornal eletrônico "Globo News", primeiro canal brasileiro de notícias 24 horas, pelo seu 10º aniversário.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.383, de 2005, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso para o Ministro de Estado da Cultura, Gilberto Gil, pela proclamação do Samba de Roda do Brasil, do Recôncavo Baiano, como Obra-prima do Patrimônio Imaterial da Humanidade pela UNESCO.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.384, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso aos jornalistas Gerson Camarotti e Bernardo de La Peña, pelo lançamento do livro "Memorial do Escândalo".

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.421, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy por ter admitido publicamente a existência do chamado "Mensalão", que Lula e petistas negam.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 13, de 2006, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando voto de aplauso ao jornal Tribuna da Imprensa pelo transcurso de seus 56 anos de existência.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 160, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornalista Leonardo Atuch pelo lançamento de seu livro intitulado A CPI que abalou o Brasil, baseado nas revelações de corrupção no País.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 162, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao cantor Roberto Carlos, vitorioso intérprete da música brasileira e que agora se torna intérprete também do sentimento da maioria dos brasileiros, com declarações sobre política e a sucessão presidencial.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 174, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que há 40 dias está abstêmio.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 189, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornal Folha de São Paulo, pelo transcurso do seu 85º aniversário.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 190, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Tenente-Brigadeiro-do-Ar Carlos Augusto Leal Velloso, Diretor do comando-Geral de Tecnologia Espacial, pelas suas ponderações a propósito de programas aeroespaciais.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 207, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Jornalista e Escritora Ana Vasco, pela publicação do livro Aécio Neves - de facto et de jure, obra que relata o surgimento e a carreira de um líder político, a partir da vivência histórica de gerações.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 208, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Escritor, Jornalista e Político Acir dos Santos Filló, pela publicação do livro Geraldo Alckmin, o menino, o homem, o político, lançado no dia 21de fevereiro de 2006, em Brasília.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 222, de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando voto de aplauso à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, pela iniciativa de editar uma cartilha de orientação aos eleitores brasileiros, sobretudo para a questão do financiamento de campanha.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 252, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso pelo transcurso do "Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial", que ocorrerá no dia 21 de março, solicitando que a homenagem seja comunicada ao Senador Abdias Nascimento.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 299, de 2006, de autoria do Senador Mão Santa, solicitando voto de congratulações à TV Cidade Verde, pela passagem do seu aniversário de 20 anos, levando imagem, notícia e diversão a mais de uma centena de municípios do Estado do Piauí.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 322, de 2006, de autoria do Senador José Agripino, solicitando voto de aplauso ao Estado de Sergipe, na pessoa de seu Governador João Alves, pelo brilhante desempenho à frente do governo daquele Estado, enaltecido pela reportagem publicada na Revista Forbes Brasil, em sua edição de fevereiro de 2006, sobre o título "Sergipe: Olho Vivo no Futuro", anexada ao presente requerimento.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 340, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Editora Desiderata, pelo lançamento do livro O Pasquim - antologia 1969-1971 com um resumo de 150 exemplares do jornal O Pasquim, que foi o mais irreverente tablóide brasileiro, editado durante o regime de exceção.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 361, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de congratulações à Sra. Maria de Lourdes Abadia, pela sua posse como Governadora do Distrito Federal.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 534, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de aplauso ao jornalista Roberto França Aud, que passa a produzir e comandar o programa Resumo do Dia, na TV Rondon, de Cuiabá-MT.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 549, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para o jornal Correio Amazonense, que comemorou, no último dia 25 de abril, um ano do início das atividades do jornal.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 687, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Instituto Teotônio Vilela, pela realização, em Goiânia, no dia 20 de junho de 2006, do Seminário Renovar Idéias - Educação Básica, Ensino Superior e Educação Profissional.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 722, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de louvor ao Jornal O Sul do Grupo Rede Pampa de Comunicação que completa no dia 02 de julho de 2006, cinco anos de fundação.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 942, de 2006, de autoria do Senador Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso para as entidades governamentais e não governamentais que serão agraciadas hoje com a Medalha Paulo Freire, em Recife.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 949, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Petróleo Sabbá/Shell, pela decisão de fazer novos investimentos no Estado do Amazonas.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 990, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de censura ao Presidente da República Federativa do Brasil, Senhor Luiz Inácio Lula da Silva pelas insólitas e descorteses frases com que, em discurso, em Caruaru/PE, agrediu o Congresso Nacional.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.000, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por ter aprovado no último dia 6 de setembro de 2006, resolução que institui Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher nas comarcas de Florianópolis, Chapecó e Tubarão, em cumprimento à Lei 11.340/06.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.075, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso para a Estatal ELETROSUL que irá receber, no próximo dia 26 de novembro de 2006, pelo segundo ano consecutivo, o prêmio de melhor empresa do setor de energia elétrica do país, concedido pela Revista "Isto é Dinheiro".

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.106, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de desagravo aos jornalistas brasileiros, pelas agressões verbais que lhes foram dirigidas por militantes do PT diante do Palácio da Alvorada na data do retorno do Presidente da República, após a reeleição, e aos jornalistas Júlia Duailibi, Camila Pereira e Marcelo Carneiro, da Veja, que, segundo nota da Revista e afirmações dos próprios repórteres, foram convocados para depor, como testemunhas sobre reportagens por eles feitas, porém, tratados como suspeitos.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.132, de 2006, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de congratulações ao Jornal O Liberal do Estado do Pará pelo transcurso do seu sexagésimo aniversário.
Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.224, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso a Doutora Marcia Anita Sprandel, funcionária do Senado Federal, pelo artigo sobre o tema "Tráfico de Seres Humanos", incluso no Relatório Direitos Humanos no Brasil 2006, lançado no dia 30 de novembro de 2006, em São Paulo.
Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.244, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Jornal Correio Braziliense, vencedor do Grande Prêmio Barbosa Lima Sobrinho da Embratel, com a série de reportagens sobre a chamada Máfia das Ambulâncias.
Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.245, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso a Renato Guerreiro, pelo lançamento de livro da Editora Universidade Estácio de Sá, com seu depoimento acerca de um dos mais significativos acontecimentos brasileiros: a revolução nas telecomunicações.
Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.252, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à revista Isto É, pelo transcurso de seu 30º ano de existência.
Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.300, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Diretor-Presidente do Correio Braziliense, Álvaro Teixeira da Costa, condecorado com a Medalha Mérito Alvorada, a ele outorgada pelo Governo do Distrito Federal e que levado ao conhecimento do homenageado.
Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.301, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Jornal da Tribuna da Imprensa, pelo transcurso do seu 57º aniversário de existência e que seja levado ao conhecimento do Jornal homenageado.
Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 180, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Senador Pedro Simon, pelo lançamento de seu novo livro "Do Regime Militar ao Mensalão", no dia 07 de maio de 2007, em Brasília.
Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 208, de 2007, de iniciativa da Comissão de Assuntos Sociais, solicitando voto de aplauso à TV Globo pela realização da novela "Páginas da Vida".

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 265, de 2007, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, solicitando voto de aplauso ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, pelo lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE.

Sessão: 16.12.2009

Proposta de Emenda à Constituição nº 47, de 2004, primeiro signatário Senador Papaléo Paes, que altera a Constituição Federal para extinguir o instituto da medida provisória.

Sessão: 16.12.2009

Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2008, primeiro signatário Senador Lobão Filho, que dá nova redação ao art. 46 da Constituição Federal de modo a introduzir novas regras para a eleição de Senador e seu respectivo suplente.

Sessão: 16.12.2009

Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2008, primeiro signatário Senador Geovani Borges, que altera o art. 100 da Constituição Federal para estabelecer hipótese de pagamento de condenação judicial de Fazenda Pública sem utilização do sistema de precatório.

Sessão: 16.12.2009

Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 292, de 1981, de autoria do Senador Itamar Franco, que disciplina a formação de banco de dados pessoais e respectivo uso das informações cadastradas.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 292, de 1981, de autoria do Senador Itamar Franco, que disciplina a formação de banco de dados pessoais e respectivo uso das informações cadastradas.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2002 (nº 3.131, de 2002), de autoria do Deputado Aldir Cabral, que dá nova redação ao inciso IV do artigo 585 e suprime a alínea b do inciso II do artigo 275, ambos do Código de Processo Civil.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2004 (nº 2.477, de 2003, na Casa de origem), de autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que dá nova redação ao inciso IV do art. 585 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, dispondo sobre títulos executivos extrajudiciais.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2005, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, que modifica os arts. 275 e 585 do Código de Processo Civil, a fim de conferir

à cota condominial a característica de título executivo extrajudicial.

Sessão: 16.12.2009

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2003 (nº 6.346, de 2005, naquela Casa), de autoria do Senador Augusto Botelho, que acrescenta dispositivos ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, definindo como nula cláusula de eleição de foro em prejuízo da defesa do consumidor.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2003, de autoria do Senador Augusto Botelho, que acrescenta dispositivos ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, definindo como nula cláusula de eleição de foro em prejuízo da defesa do consumidor.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2004 (nº 241, de 1999, na Casa de origem), de autoria do Deputado Professor Luizinho, que altera a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (dispõe sobre a fiscalização e controle dos recursos do Fundef).

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2004 (nº 3.908, de 2000, na Casa de origem), de autoria do Deputado Alex Canziani, que altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, acrescentando ao art. 28A § 8º, que institui penalidade ao produtor que não cumprir as normas de combate à febre aftosa, e dá outras providências.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2005 (nº 3.578, de 2004, na Casa de origem), de autoria do Deputado Mauricio Rands, que altera os arts. 522, 523 e 527 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, e dá outras providências. (Estabelecendo critérios para interposição do agravo retido e do agravo de instrumento).

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2005 (nº 4.628, de 2001, na Casa de origem), de autoria do Deputado Inácio Arruda e outros Senhores Deputados, que dispõe sobre o Programa Especial de Treinamento - PET e dá outras providências.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2006 (nº 7.458, de 2002, na Casa de origem), de autoria do Deputado Eni Voltolini e outros Senhores Deputados, que altera o inciso II do caput do art. 282 e o art. 1.211- B da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil, e acresce o art. 1.211 - D à referida Lei (Dispõe sobre a concessão de prioridade à pessoa maior de sessenta e cinco anos que figure como parte ou interveniente em procedimentos judiciais).

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2008 (nº 1.474, de 2002, na Casa de origem), de autoria do Deputado Leandro Vilela, que inscreve o nome de Maria Quitéria de Jesus no Livro dos Heróis da Pátria.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2008 (nº 2.187, de 2007, na Casa de origem), de autoria do Deputado Manato, que institui a Semana de Comemoração do Centenário da Imigração Japonesa para o Brasil.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2008 (nº 902, de 2007, na Casa de origem), de autoria do Deputado Geraldo Thadeu, que denomina Rodovia Agnaldo Salles o trecho da rodovia BR-491, entre as cidades de Alfenas e Varginha, no Estado de Minas Gerais.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2008 (nº 57, de 2007, na Casa de origem), de autoria do Deputado Neilton Mulim, que institui o Dia Nacional da Imigração Italiana.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2009 (nº 5.560, de 2001, na Casa de origem), de autoria da Deputada Nice Lobão, que autoriza o enteado a adotar o nome de família do padrasto, alterando a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 385, de 2003, de autoria do Senador Helio Costa e outros Senhores Senadores, que convoca plebiscito sobre o porte e a guarda de arma de fogo, a se realizar conjuntamente com as eleições de 2004 e dá outras providências.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que susta a Portaria nº 264, de 9 de fevereiro de 2007, do Ministério da Justiça. (Dispõe sobre o processo de classificação indicativa de obras audiovisuais destinadas à televisão e congêneres).

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que disciplina as relações jurídicas decorrentes da vigência da Medida Provisória nº 399, de 16 de outubro de 2007, que Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Transportes, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, no valor de R$ 456.625.000,00 (quatrocentos e cinqüenta e seis milhões e seiscentos e vinte e cinco mil reais), para os fins que especifica, conforme o disposto no art. 11 da Resolução nº 01, de 2002-CN.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1993, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito – Esquema PP, que altera a Lei 6435, de 1977, sobre entidades fechadas de previdência privada, e dá outras providências.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que modifica a redação do inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, alterada pelo art. 47 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, e pelo art. 30 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a isenção do imposto de renda das pessoas físicas acometidas pelas moléstias que especifica.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre o trabalho do menor aprendiz e dá outras providências.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que dispõe sobre a privacidade na Internet.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que acrescenta parágrafo ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências", estendendo ao paraplégico a aposentadoria especial após vinte e cinco anos de trabalho.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2003, de autoria do Senador Sibá Machado, que altera o artigo 13 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o artigo 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal, para prever a instituição dos Conselhos Deliberativos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte e do Nordeste.

Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que "altera a legislação do imposto de renda pessoa física e dá outras providências".

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2003, de autoria do Senador Gerson Camata, que dispõe sobre a inclusão de novos municípios na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - Adene.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2004, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que regulamenta a concessão de incentivos destinados a viabilizar o desenvolvimento cultural e socioeconômico, o bem estar da população e a autonomia tecnológica do País, de que tratam os §§ 3º a 5º do art. 218 e o art. 219 da Constituição Federal.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2005, de autoria do Senador Hélio Costa, que altera o art. 6º da Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, para dispor sobre as reuniões dos órgãos colegiados da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (Capes).

Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2005, de autoria do Senador Gerson Camata, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2006, de autoria do Senador Augusto Botelho, que altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever como circunstância qualificadora do crime de homicídio a hipótese de a vítima ser agente público integrante de carreira policial, agente penitenciário, agente de fiscalização tributária ou do trabalho, magistrado ou membro do Ministério Público, no exercício da função ou em razão dela.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2006, de autoria do Senador César Borges, que altera o § 1º e acrescenta o § 4º ao art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira, para antecipar o prazo para adição do percentual mínimo obrigatório de biodiesel ao óleo diesel.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera o inciso I do art. 52 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal (dispõe sobre a duração do período de isolamento do preso que representar risco à sociedade ou ao sistema prisional).

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera o art. 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 333, de 2006, de autoria do Senador César Borges, que altera o § 1º do art. 1º da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, modificada pelo art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001, para restringir o acesso a estágio a estudantes que frequentem cursos de educação superior, de educação profissional ou escolas de educação especial.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2007, de autoria do Senador Gerson Camata, que altera a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, para estender o benefício da redução de pena aos condenados presos que colaborarem com investigação policial ou processo criminal.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera a redação do inciso II do § 3° do art. 6° da Lei n° 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para considerar como descontinuidade do serviço a interrupção do fornecimento de água, energia elétrica e telefonia.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2007, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que altera o art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para incluir circunstância agravante genérica nos casos de crimes praticados contra agentes penitenciários.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 290, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnio, que autoriza o Poder Executivo a emitir carteira de identificação funcional para os policiais dos ex-Territórios federais que tenham sua vinculação funcional com a União.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 384, de 2007, de autoria do Senador Wilson Matos, que altera § 2º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre o estudo da música no ensino fundamental.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 435, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que acrescenta artigos à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para garantir a posse de área pública urbana a beneficiários de assentamento de baixa renda nas condições que especifica e dá outras providências.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 726, de 2007, de autoria do Senador Romero Jucá, que altera o nome do Aeroporto Internacional de Boa Vista, no Estado de Roraima.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2008, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que altera o crime de embriaguez ao volante previsto no art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional".

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 367, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, que institui o Dia Nacional de Conscientização para a Doação de Medula Óssea.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 480, de 2008, de autoria do Senador Neuto de Conto, que altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar integralmente, do imposto de renda, os rendimentos até o valor equivalente a dez salários mínimos, pelo contribuinte que completar setenta anos de idade.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que altera a Lei nº 8.987, de 1995, a fim de estabelecer direito do consumidor (envio aos consumidores de extrato anual de pagamentos efetuados).

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2009, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que altera o art. 244-A do Estatuto da Criança e do Adolescente, para aumentar a pena do crime de exploração sexual de crianças ou adolescentes, nas hipóteses que especifica.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 270, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator Senador Valdir Raupp), que autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente de até cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Resolução nº 50, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera a redação da alínea "c"do inciso I do art. 1º da Resolução nº 39, de 1992, que dispõe sobre as formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Resolução nº 96, de 2007, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que altera o art. 11 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, para permitir aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a emissão de títulos da dívida pública, seja no mercado interno ou externo, para amortizar ou quitar dívidas renegociadas com a União.

Sessão: 16.12.2009

Projeto de Resolução nº 12, de 2009, de autoria do Senador Renato Casagrande, que dispõe sobre a criação do Portal de Transparência do Senado Federal na Rede Mundial de Computadores e disciplina as informações a serem divulgadas no mesmo.

Sessão: 16.12.2009

Mensagem nº 190, de 2006 (n° 562, de 2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado a indicação do Senhor Milton Barbosa Cordeiro para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 200, de 2003, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, solicitando voto de aplauso aos Jornais: Correio Braziliense, do Distrito Federal; A Tarde, da Bahia; O Povo, do Ceará; A Gazeta do Povo, do Paraná; O Estado de Minas, de Minas Gerais; e O Popular, de Goiás; pelo prêmio recebido, segundo avaliação da Agência de Notícias dos Direitos da Infância e do Instituto Ayrton Senna, de melhor cobertura aos assuntos ligados ao cotidiano das crianças e adolescentes brasileiros em 2002.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 349, de 2003, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que sejam apresentadas congratulações ao Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, Dr. Paulo Fernando da Costa Lacerda, pelo trabalho nas investigações sobre a lavagem de dinheiro, via Banestado, em Nova York - EUA.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 352, de 2003, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que sejam apresentadas congratulações ao Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, Dr. Paulo Fernando da Costa Lacerda, pelo trabalho nas investigações sobre a lavagem de dinheiro, via Banestado, em Nova York - EUA.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 361, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao ex-Ministro da Saúde, Dr. José Serra, diante da decisão da OMS – Organização Mundial de Saúde – de universalizar o programa brasileiro de combate à AIDS.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 481, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornal O Globo e, em especial à jornalista Cristiane de Cássia, pela publicação de reportagem sobre o problema das drogas.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 591, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando voto de aplauso ao Jornal do Brasil e, em especial ao jornalista Xico Sá pela publicação, na edição de 6 de junho de 2003, de reportagem enfocando as dificuldades enfrentadas pela população carente no sertão de Minas Gerais.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 742, de 2003, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando voto de aplauso pelo transcurso dos 20 anos de criação da Central Única dos Trabalhadores - CUT.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 844, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso pelo transcurso do cinqüentenário da Rede Record de Televisão.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 846, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, pela elevação e pelo conteúdo do discurso que proferiu por ocasião da solenidade comemorativa do 175º aniversário de criação do Supremo Tribunal Federal.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 850, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de louvor a Dom Pedro Casaldáliga, Bispo de São Felix do Araguaia, ao ensejo de sua retirada da vida apostólica, perante o Papa João Paulo II, depois de 35 anos de participação em lutas e esforços contra a exclusão social no Brasil.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 910, de 2003, de autoria do Senador Tasso Jereissati e outros Senhores Senadores, solicitando congratulações ao ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, pelo recebimento da alta distinção do Prêmio Fulbright para o Entendimento Mundial, que lhe será outorgado em solenidade a ser realizada no próximo dia 30 de outubro de 2003, no Departamento Norte-Americano de Estado.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 937, de 2003, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando que sejam apresentadas congratulações ao Dr. Elielson Ayres de Souza, Procurador do Ibama/Rio de Janeiro, pela excelência do trabalho realizado pelo Ibama de Rondônia em parceria com a Polícia Federal no desmantelamento de quadrilha que vinha roubando madeiras nobres de áreas indígenas e parques florestais do Estado de Rondônia.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.025, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Jornal Correio Braziliense e aos seus Repórteres, Ana Beatriz Magno, Erica Montenegro, José Varella e Sérgio Amaral, que editaram o caderno especial "Os Órfãos do Brasil", selecionado como finalista para a outorga do Prêmio Ibero-Americano de Direitos Humanos, promovido pela Unicef e pela Agência EFE de Notícias.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.085, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senadores, solicitando que seja consignado voto de aplauso ao jornalista e escritor Élio Gaspari, pelo lançamento de seu novo livro Ilusões Armadas - A Ditadura Derrotada.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.132, de 2003, de autoria da Senadora Ideli Salvatti e outras Senhoras Senadoras, solicitando voto de repúdio desta Casa ao comportamento desrespeitoso do Exmº Sr. Deputado Jair Bolsonaro para com a Exmª Srª Deputada Maria do Rosário, em episódio ocorrido no Salão Verde da Câmara dos Deputados em 11 de novembro de 2003.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 77, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de louvor à Meritíssima Juíza Leila Cury e ao Ministro Hamílton Carvalhido, do

Superior Tribunal de Justiça, pelas decisões corajosas e lúcidas no caso do atropelamento e morte do estudante Carlos Augusto Lins, ocorrido em Brasília.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 78, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de louvor ao ex-Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, pela entrega do documento com crítica à ação do Fundo Monetário Internacional ao debilitar a democracia de alguns países.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 393, de 2004, de autoria da Senadora Ideli Salvati, solicitando voto de aplauso à iniciativa do Ministro de Estado da Cultura, Gilberto Gil, por defender a proposta de tornar o samba patrimônio cultural da humanidade junto à Unesco, órgão da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 410, de 2004, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, solicitando voto de aplauso em homenagem à Diretoria do Jornal Cinform, semanário de Aracaju-SE, pela brilhante iniciativa de publicar mensalmente o caderno especial "Cinform nas Escolas".

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 422, de 2004, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando voto de aplauso ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, agraciado como Personalidade do País 2003 pelo Prêmio Faz Diferença.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 424, de 2004, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando voto de aplauso à Sra. Zilda Arns eleita Personalidade do Ano 2003 pelo Prêmio Faz Diferença.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 530, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Senador, e hoje também acadêmico, Marco Maciel, pela sua posse como membro da Academia Brasileira de Letras.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 569, de 2004, de autoria do Senador Osmar Dias, solicitando consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a aplicação do art. 64, § 2º, da Constituição Federal com o sobrestamento, nas Comissões, das matérias examinadas em caráter terminativo.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 675, de 2004, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, solicitando voto de aplauso ao Governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo, pela construção da primeira fábrica da companhia sul-coreana no país, em Anápolis-GO.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 776, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando voto de aplauso à Superintendência da Zona Franca de Manaus, pela colocação da indústria do Amazonas em primeiro lugar no índice de crescimento no mês de abril de 2004.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.178, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando voto de aplauso à jornalista Malu Gaspar pela reportagem de capa da revista Veja de 18 de agosto de 2004, mostrando que recentes iniciativas do Governo Lula representam o mais sério ataque à liberdade de expressão no Brasil desde o regime militar.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.203, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando que seja consignado voto de aplauso ao colunista Elio Gaspari, do jornal O Globo, ganhador do "Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo", na categoria Política.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.204, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando que seja consignado voto de aplauso à colunista Miriam Leitão, do jornal O Globo, ganhadora do "Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo", na categoria Economia.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.205, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando que seja consignado voto de aplauso à colunista Miriam Leitão, do jornal O Globo, ganhadora do "Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo", na categoria Economia.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.213, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Rede Amazônica de Rádio e TV pelo transcurso de seu 32º aniversário de fundação.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.227, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando voto de aplauso pelo transcurso do 10º aniversário de criação da Revista Carta Capital.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.229, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso às vítimas do Edifício Palace II, no Rio de Janeiro, pelo gesto de altruísmo representado pela doação ao ex-Deputado Sérgio Naya de parte do lucro obtido na venda de imóvel da indenização que lhes foi paga.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.245, de 2004, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso à Associação Nacional dos Jornais (ANJ) pelos 25 anos de sua fundação, comemorados no dia 14 de setembro de 2004 com a posse da nova diretoria.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.261, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Colunista Cora Ronái, do Jornal O Globo, ganhadora do "Prêmio Comunique-se de Jornalismo", edição de 2004.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.262, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Colunista Arnaldo Jabor, do Jornal O Globo, ganhador do "Prêmio Comunique-se de Jornalismo", edição de 2004.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.263, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Colunista Arthur Xexéo, do Jornal O Globo, ganhador do "Prêmio Comunique-se de Jornalismo", edição de 2004.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.270, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando votos de Congratulações ao Tribunal Superior Eleitoral - TSE pela atuação no primeiro turno das eleições municipais de 2004.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.346, de 2004, de autoria do Senador Arhtur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Ministro e Senador Paulo Brossard, na data de lançamento do livro "Brossard, 80 Anos na História Política do Brasil".

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.347, de 2004, de autoria do Senador Arhtur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jovem político amazonense Chiquilito Ersi, que, nas recentes eleições municipais, foi um dos candidatos mais votados para Vereador em Porto Velho, Rondônia.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.350, de 2004, de autoria do Senador Arhtur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornal O Estado de S.Paulo pela renovação de seu estilo gráfico, implantado desde o dia 17 de outubro de 2004.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.352, de 2004, de autoria do Senador Arhtur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Dr. Almino Afonso, ex-Deputado Federal e vice-Governador de São Paulo, pela conferência proferida na inauguração do Auditório Professor José Russo, na Universidade do Amazonas, no dia 20 de setembro de 2004, sob o tema "Voto Obrigatório".

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.483, de 2004, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de louvor ao juiz Rodrigo Colaço, eleito, no dia 25 de novembro de 2004, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.484, de 2004, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de louvor ao escritor e jornalista Moacir Pereira pelo lançamento do livro Novembrada, em 30 de novembro de 2004, na Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.497, de 2004, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso à Rádio FM Jangadeiro, do Município de Brejo Santo, no Estado do Ceará, pela iniciativa de divulgar o nome dos beneficiados pelo Bolsa-Família e por outros programas de transferência de renda do Governo Federal naquele Município.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.523, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 6 de dezembro de 2004, do Procurador do Estado Carlos Antônio de Almeida Melo, aos 53 anos, tendo exercido as funções de Procurador-Geral, Subprocurador-Geral e Professor da Universidade Federal de Mato Grosso, com apresentação formal de condolências à família do falecido.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.526, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando inserção em ata de voto de aplauso ao Diretor-Presidente da Eletronorte, Roberto Garcia Salmeron, pelo sucesso do Programa Luz Para Todos, que vem promovendo a universalização do acesso e uso de energia elétrica, com pleno êxito no Estado de Mato Grosso e no nosso País.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.527, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando inserção em ata de voto de aplauso ao Presidente do Conselho de Administração do Grupo Votorantin, Antônio Ermírio de Moraes, pela desistência da construção de uma usina hidrelétrica no Salto das Nuvens, no Rio Sepotuba, bacia do Pantanal, área reservada para implementação do complexo de geração de energia do grupo, e que agora, será transformada numa Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 305, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de tristeza e de solidariedade às nações indígenas do Brasil, pela morte de 19 criancinhas de tribos de Mato Grosso do Sul, por desnutrição.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 420, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando

informações ao Ministro de Estado da Cultura sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.254, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de repúdio à declaração da professora de filosofia da USP, Marilena Chauí, de que "a mídia opera não só por meio da destruição de instituições e da destruição de pessoas. Ela opera pela acusação sem provas".

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 295, de 2006, de autoria do Senador Tião Viana e outros Senadores, solicitando que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda as informações e documentos sigilosos relativos ao cidadão Francenildo dos Santos Costa, na forma que explicita.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 296, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães e outros Senhores Senadores, solicitando que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda as informações e documentos sigilosos relativos ao cidadão Paulo Tarcísio Okamoto, na forma que explicita.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 297, de 2006, de autoria do Senador Antero Paes de Barros e outros Senhores Senadores, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações e documentos sigilosos relativos ao cidadão Fábio Luis Lula da Silva, na forma que explicita.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 560, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de lembrança em homenagem ao gesto da atriz Regina Duarte, que, em 2002, previu o malogro do Governo Lula.

Requerimento nº 1.030, de 2006, de autoria do Senador Demóstenes Torres, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre acordos extrajudiciais feitos entre o Banco do Brasil S.A. e seus devedores.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.238, de 2006, de autoria do Senador Demóstenes Torres e outros Senhores Senadores, solicitando voto de censura ao Ministro da Defesa, Waldir Pires, pela falta de comando na atual crise no tráfego aéreo brasileiro.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 79, de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando inserção em ata de voto de solidariedade aos Presidentes do Senado Federal, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, pelo tratamento dispensado ao Congresso Nacional pelo Presidente da Bolívia, Evo Morales, que deixou de comunicar aos dirigentes do parlamento brasileiro sua ausência à cerimônia no dia 14 de fevereiro de 2007.

Requerimento nº 114, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando que seja consignado, nos anais do Senado, voto de repúdio às ações que integrantes de instituições que participam e coordenam a Campanha Por Um Brasil Livre de Transgênicos praticaram contra os membros da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, e que inclusive foi objeto de editorial no jornal "O Estado de S.Paulo", do dia 26 de fevereiro de 2007.

Sessão: 16.12.2009

Ofício nº S/5, de 2002 (nº 6/2002, na origem), de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado Federal, para os fins previstos no artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, cópias da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 225132, que declarou a inconstitucionalidade do art. 1º da Lei Complementar nº 118, de 1990, do Município de Novo Hamburgo - RS, que deu nova redação ao art. 15 da Lei nº 48, de 20 de dezembro de 1973 (Código Tributário Municipal).

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 338, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, solicitando voto de aplauso à autora televisiva Glória Perez por ocasião do término da minissérie Amazônia, de Galvez a Chico Mendes.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 374, de 2007, de autoria do Senador Sibá Machado, solicitando voto de aplauso à governadora do Estado do Pará pelo reconhecimento da responsabilidade do Poder Executivo daquele Estado pelas mortes de 19 trabalhadores rurais sem-terra, ocorridas em 1996.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 376, de 2007, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de aplauso à Polícia Federal pelo sucesso da "Operação Furacão".

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 386, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de louvor ao Jornal do Brasil que completou 116 anos de fundação.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 431, de 2007, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando voto de congratulações à Rede Globo de Televisão que completou 42 anos de existência.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 433, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando voto de aplauso ao Ministro Francisco César Asfor Rocha, do Supremo Tribunal Federal pela atuação como Ministro do Tribunal Superior Eleitoral.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 735, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando voto de louvor à Igreja Apostólica Renascer em Cristo pela organização da Marcha para Jesus, versão 2007.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 739, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Prefeito de Curitiba, Beto Richa, agraciado com o título de Personalidade do Ano de 2007, outorgado pela Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba-CIC.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 746, de 2007, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de louvor para os municípios brasileiros que receberam, no dia 20 de junho de 2007, o selo "Cidade Livre de Analfabetismo" do Governo Federal.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 750, de 2007, de autoria do Senador Mário Couto, solicitando voto de congratulações aos Ministros do Tribunal de Contas da União, Ubiratan Aguiar e Walmir Campelo pela realização de auditorias e fiscalizações no controle dos gastos públicos.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 753, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de aplauso à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por trazer o debate sobre as cotas no âmbito da universidade, bem como, pela disposição firme de aplicá-las.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 798, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de congratulações e êxito para a XV edição dos Jogos Pan-americanos.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 799, de 2007, de autoria do Senador João Pedro, solicitando voto

de aplauso ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) pelo seu 37º aniversário.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 807, de 2007, de autoria do Senador Renato Casagrande, solicitando voto de congratulações ao Procurador Geral da União, Luís Henrique Martins dos Anjos.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 837, de 2007, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos, solicitando voto de censura ao assessor da Presidência da República Marco Aurélio Garcia, pelas manifestações em relação ao acidente da aeronave da TAM, no aeroporto de Congonhas.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 868, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Jornalista José Roberto Marinho agraciado com o título de Personalidade da Educação, conferido pela Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 873, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, pela promulgação de Lei de amparo aos autistas.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 886, de 2007, de autoria do Senador José Nery, solicitando voto de louvor à SPDDH - Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos pelo transcurso de seu 30º aniversário.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 888, de 2007, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando voto de aplauso ao empresário Assis Gurgacz, pelo 8º aniversário de fundação da Faculdade Assis Gurgacz.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 937, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando congratulações pela posse do Dr. Fernando Neto Botelho no cargo de

Desembargador do TJMG.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 971, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao PSB, pelos seus 60 anos.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 992, de 2007, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Senhores Senadores, solicitando voto de Louvor pelos 50 anos da RBS – Rede Brasil Sul.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 995, de 2007, de autoria do Senador João Pedro, solicitando voto de Louvor à TV Amazonas, por seu aniversário de 35 anos de fundação.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 1.000, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de aplauso à Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), por seu 35º aniversário.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 1.001, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de aplauso ao Grupo Sinos, por seu 50º aniversário.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 1.006, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), por 35 anos de bons serviços prestados.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 1.010, de 2007, de autoria do Senador João Pedro, solicitando voto de louvor ao Ministro da Secretaria Especial de DH e ao Presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, pela publicação do livro-relatório "Direito à Memória e à Verdade".

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 1.025, de 2007, de autoria do Senador João Pedro, solicitando voto de aplauso ao jornal "Amazonas em Tempo", pelo novo projeto gráfico e editorial.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia

17.12.2009)

Requerimento nº 1.039, de 2007, de autoria do Senador José Nery, solicitando voto de congratulações à Deputada Estadual Bernadete Tencaten, pela apresentação de proposta de emenda à Constituição Estadual do Pará sobre expropriação de terras.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 1.043, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando voto de aplauso ao Grupo RBS, pelo 50º aniversário de criação.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 1.046, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de aplauso ao Presidente do TJ/MT, pela instalação da Ouvidoria Geral da Justiça.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 1.047, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de aplauso ao Fórum Municipal de Políticas para GLBT / ES, pela organização do II Manifesto do Orgulho GLBT de Vitória / ES.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 1.091, de 2007, de autoria do Senador Mário Couto, solicitando voto de congratulações ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), em reconhecimento ao trabalho prestado à Nação, ao investigar, de forma técnica e criteriosa, os gastos públicos.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 1.113, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Rede Record de Televisão pela inauguração do canal Record News.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 1.142, de 2007, de autoria do Senador Mário Couto, solicitando voto de congratulações às Organizações Rômulo Maiorana de Comunicações pelo prêmio recebido de "Líder Empresarial do Pará" conferido pelo Conselho Curador do Fórum de Líderes Empresarias do Brasil e do Conselho Editorial da Gazeta Mercantil.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 1.164, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornalista e historiador Luís Mir, pelo lançamento do livro "Partido de Deus - Fé, Poder e Política".

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 1.198, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à revista ISTOÉ/Dinheiro, pela comemoração de seu 10º aniversário de criação.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 1.206, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso e reconhecimento ao Rabino Henry Sobel, pelo encerramento de sua missão como Presidente da Congregação Israelita Paulista.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 1.207, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornal O GLOBO, do Rio de Janeiro, vencedor do Prêmio Vladmir Herzog de Anistia e Direitos Humanos.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 1.209, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Povo de Boca do Acre, no Amazonas, pelo transcurso do 118º aniversário de criação do Município.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 1.227, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando voto de louvor à Rede Independência de Comunicação - RIC, por ocasião de seu vigésimo aniversário.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 1.231, de 2007, de autoria do Senador César Borges, solicitando voto de aplauso ao Jornal Tribuna da Bahia, por 38 anos de existência.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 1.232, de 2007, de autoria do Senador César Borges, solicitando voto de aplauso ao Jornal A Tarde, por 95 anos de existência.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia

17.12.2009)

Requerimento nº 1.241, de 2007, de autoria do Senador Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso para os 25 municípios brasileiros agraciados com o Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar, promovido pela Ação Fome Zero, do Governo Federal.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 1.271, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de Aplauso ao Embaixador Rubens Barbosa, por ter sido reconduzido para mais um mandato na Presidência do Conselho Superior de Comércio Exterior - COSCEX, da FIESP**.**

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 1.282, de 2007, de autoria do Senador Siba Machado, solicitando voto de Aplauso à Prefeitura de Rio Branco pelo Prêmio de Destaque Nacional em Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social concedido pelo Instituto Ambiental Biosfera e Instituto Brasileiro de Estudos Especializados - Ibrae.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 1.342, de 2007, de autoria do Senador Mário Couto, solicitando voto de congratulações às Organizações Rômulo Maiorana de Comunicações pelo transcurso do 61º aniversário de fundação do Jornal O Liberal.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 1.350, de 2007, de autoria do Senador Gim Argello, solicitando voto de Aplauso pelos 21 anos de criação da Revista Estados e Municípios e ao Senhor Guilherme Gomes Filho - Diretor Presidente da revista.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 1.358, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de Aplauso ao sindicalista Antonio Neto, pelo lançamento, em Brasília, de seu livro "Trabalhadores Do Brasil - Uma história do movimento sindical".

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 1.365, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de Aplauso ao jornal O Estado de S.Paulo, pela publicação de notável levantamento jornalístico sobre o futuro da Amazônia.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 1.386, de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de Aplauso ao Conselho Tutelar do município de Abaetetuba, no Estado do Pará.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 1.398, de 2007, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando voto de louvor à Rede Globo de Televisão pela série de reportagens sobre o período histórico da transferência da Corte portuguesa ao Brasil.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 1.400, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de Aplauso aos jornalistas Douglas Tavolaro e Christina Lemos, pelo lançamento do livro "O Bispo".

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 1.434, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de Aplauso ao jornal O Globo, por haver conquistado o 24º Prêmio de Direitos Humanos de Jornalismo, da OAB do Rio Grande do Sul.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 1.436, de 2007, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, solicitando congratulação ao jornal O Globo e à equipe responsável pela produção e edição da série de reportagens intitulada "Dimenor - Os adultos de hoje".

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 1.441, de 2007, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso para a Prefeitura Municipal de Florianópolis - SC que recebeu o Prêmio Melhores Práticas, instituído pelo Ministério das Cidades.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 1.460, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros, solicitando voto de Aplauso ao Senador José Agripino, agraciado com o título de Cidadão do Estado do Rio de Janeiro, outorgado pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 1.463, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros, solicitando voto de Aplauso ao Diário Tucano por ter posto em circulação a sua edição nº 1.000.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 1.464, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso pelo lançamento do livro "Histórias do Piloto e Ajudante de Ordens do Presidente Getúlio Vargas", do piloto-aviador Hernani Fitipaldi.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 1.474, de 2007, de autoria do Senador Heráclito Fortes, solicitando Voto de homenagem ao Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, pela iniciativa de promover investimento de U$1 bilhão.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 1.479, de 2007, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de aplauso pelo Jubileu de Ouro do Ministério Pastoral de Samuel de Oliveira Santos.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 1.482, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi e outros, solicitando voto de louvor ao Grupo RBS, em face da Campanha Institucional Violência do Trânsito - Isso Tem Que Ter Fim.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 1.492, de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de aplauso a Juan David Revilla Cardenas, contemplado com o Prêmio Professor Samuel Benchimol.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 47, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando Voto de Congratulações ao Desembargador Rogério Medeiros, pela posse no TJ/MG.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 174, de 2008, de autoria do Senador João Vicente Claudino, solicitando voto de Aplauso à cidade de Oeiras (PI) e aos Bispos Augusto Alves da Rocha e Juarez Souza da Silva.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 181, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de Aplauso a Josué Cláudio de Souza Filho, pela posse como Conselheiro do TCE/AM.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 189, de 2008, de autoria do Senador João Pedro, solicitando voto de Aplauso à Superintendência da Zona Franca de Manaus, pela celebração dos 41 anos de instalação e funcionamento exitoso.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 196, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de Louvor ao Embaixador Marcílio Marques Moreira, pela impecável e digna postura durante passagem pela Comissão de Ética da PR.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 202, de 2008, de autoria do Senador Mário Couto, solicitando voto de Congratulações à Rede Globo de TV, pela campanha de combate à corrupção no País.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº203, de 2008, de autoria do Senador Mário Couto, solicitando voto de congratulações à Associação Nacional dos Membros do MP e ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, pelo lançamento do projeto "O que você tem a ver com a corrupção?".

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 214, de 2008, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de aplauso ao Diretor-Presidente da Cia. Vale do Rio Doce, pela decisão de construir siderúrgica no Pará.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 224, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando voto de aplauso ao jornal Estado de Minas, por 80 anos de fundação.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 288, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de louvor ao antigo PCB, pela Declaração de Março, ao ensejo do transcurso do 50º do documento.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 307, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à jornalista e professora da UFAM, Ivânia Vieira, pela homenagem recebida da Assembléia Legislativa do Estado.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 315, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio , solicitando voto de aplauso ao Des. Neuzimar Pinheiro, que se aposenta do TJ/AM.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 375, de 2008, de autoria do Senador João Vicente Claudino, solicitando voto de aplauso ao Prefeito de Teresina, Sílvio Mendes, e ao Secretário Municipal de Educação e Cultura, Washington Bonfim.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 383, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Dr. Francisco Tussoline, Secretário Municipal de Saúde de Parintins/AM, pelos serviços ao Município e ao Amazonas.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 389, de 2008, de autoria do Senador João Vicente Claudino, solicitando voto de aplauso ao Jornalista Amadeu Campos.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 391, de 2008, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando voto de aplauso ao jornal Diário do Grande ABC, em razão das comemorações de seu cinqüentenário.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 395, de 2008, de autoria do Senador Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso ao Jornal "A Notícia", de Santa Catarina pela comemoração de seus 85 anos.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 411, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de Aplauso à Associação Nacional do MP pela posse da nova diretoria.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 436, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Desembargador Flávio Pascarelli, pelas suas considerações acerca dos critérios de eleição de Presidentes de Tribunais.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 438, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Confederação Nacional de Municípios, pela realização da XI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 455, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Dr. José Jorge de Vasconcelos Lima, ex-Senador da República, pela sua posse no cargo de Presidente do Conselho-Diretor da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 472, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornal "Em Tempo" – Itacoatiara, pelo seu 1º aniversário.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

XVII - REQUERIMENTOS DE LICENÇA

Total 89

Requerimento nº 816, de 2009-M, Senador Cristovam Buarque – art. 13 – 01.12.2009

Requerimento nº 817, de 2009-M, Senador Inácio Arruda – art. 13 – 01.12.2009

Requerimento nº 818, de 2009-M, Senador Paulo Paim – art. 13 – 03.12.2009

Requerimento nº 819, de 2009-M, Senador Magno Malta – art. 13 – 01.12.2009

Requerimento nº 820, de 2009-M, Senadora Kátia Abreu – art. 13 – 11 a 18.12.2009

Requerimento nº 821, de 2009-M, Senador Jefferson Praia – art. 13 – 03.12.2009

Requerimento nº 822, de 2009-M, Senador Aloizio Mercadante – art. 13 – 14 a 18.12.2009

Requerimento nº 823, de 2009-M, Senador Tião Viana – art. 13 – 03.12.2009

Requerimento nº 824, de 2009-M, Senador Tião Viana – art. 13 – 08 e 09.12.2009

Requerimento nº 825, de 2009-M, Senador Tião Viana – art. 13 – 11 a 18.12.2009

Requerimento nº 826, de 2009-M, Senadora Ideli Salvatti – art. 13 – 03.12.2009

Requerimento nº 827, de 2009-M, Senador José Sarney– art. 43, I – 1º a 10.12.2009

Requerimento nº 828, de 2009-M, Senador Heráclito Fortes – art. 13 – 06 a 13.12.2009 (cancelado pelo Ofício nº 229/2009, de 09.12.2009)

Requerimento nº 829, de 2009-M, Senador Papaléo Paes– art. 13 – 03.12.2009

Requerimento nº 830, de 2009-M, Senadora Patrícia Saboya– art. 43, I – 1º a 03.12.2009

Requerimento nº 831, de 2009-M, Senador Cristovam Buarque– art. 13 – 14 a 21.12.2009

Requerimento nº 832, de 2009-M, Senador Jarbas Vasconcelos– art. 13 – 08.12.2009

Requerimento nº 833, de 2009-M, Senador Magno Malta– art. 13 – 04.12.2009

Requerimento nº 834, de 2009-M, Senador Tasso Jereissati – art. 43, II – 08 a 18.12.2009

Rerquerimento nº 835, de 2009-M, Senador João Tenório – art. 43, I – 08 a 10.12.2009

Requerimento nº 836, de 2009-M, Senador Mário Couto – art. 13 – 08 a 10.12.2009

Requerimento nº 837, de 2009-M, Senadora Marina Silva – art. 13 – 01.12.2009

Requerimento nº 838, de 2009-M, Senadora Rosalba Ciarlini – art. 13 – 08.12.2009

Requerimento nº 839, de 2009-M, Senador Roberto Cavalcanti – art. 13 – 09.12.2009

Requerimento nº 840, de 2009-M, Senador Neuto De Conto – art. 13 – 07 a 11.12.2009

Requerimento nº 841, de 2009-M, Senador Eliseu Resende – art. 13 – 08.12.2009

Requerimento nº 842, de 2009-M, Senador Magno Malta – art. 13 – 08.12.2009

Requerimento nº 843, de 2009-M, Senador Delcídio Amaral – art. 13 – 08.12.2009

Requerimento nº 844, de 2009-M, Senador Fernando Collor – art. 13 – 08.12.2009

Requerimento nº 845, de 2009-M, Senadora Fátima Cleide – art. 13 – 08.12.2009

Requerimento nº 846, de 2009-M, Senador Magno Malta – art. 13 – 09.12.2009

Requerimento nº 847, de 2009-M, Senadora Serys Slhessarenko – art. 13 – 10.12.2009

Requerimento nº 848, de 2009-M, Senador João Vicente Claudino – art. 13 – 17.12.2009

Requerimento nº 849, de 2009-M, Senador Gilberto Goellner – art. 13 – 10.12.2009

Requerimento nº 850, de 2009-M, Senador Delcídio Amaral – art. 13 – 10.12.2009

Requerimento nº 851, de 2009-M, Senador Geraldo Mesquita Júnior – art. 13 – 10.12.2009

Requerimento nº 852, de 2009-M, Senadora Ideli Salvatti – art. 13 – 10.12.2009

Requerimento nº 853, de 2009-M, Senadora Patrícia Saboya – art. 13 – 08.12.2009

Requerimento nº 854, de 2009-M, Senador Fernando Collor – art. 13 – 09.12.2009

Requerimento nº 855, de 2009-M, Senador Valdir Raupp – art. 13 – 10.12.2009

Requerimento nº 856, de 2009-M, Senadora Marina Silva – art. 13 – 11 a 18.12.2009

Requerimento nº 857, de 2009-M, Senador Inácio Arruda – art. 13 – 10.12.2009

Requerimento nº 858/2009-M, Senadora Kátia Abreu – art. 13 – 11 a 18.12.2009 (em aditamento ao Requerimento nº 820, de 2009-M)

Requerimento nº 859, de 2009-M, Senador Magno Malta – art. 13 – 10.12.2009

Requerimento nº 860, de 2009-M, Senador Flexa Ribeiro – art. 13 – 15.12.2009

Requerimento nº 861, de 2009-M, Senador Marcelo Crivella – art. 13 – 10.12.2009

Requerimento nº 862, de 2009-M, Senador Sérgio Guerra – art. 13 – 10.12.2009

Requerimento nº 863, de 2009-M, Senador Papaléo Paes – art. 13 – 10.12.2009

Requerimento nº 864, de 2009-M, Senador Renan Calheiros – art. 13 – 10.12.2009

Requerimento nº 865, de 2009-M, Senadora Marina Silva – art. 43, I - 08 a 11.12.2009

Requerimento nº 866, de 2009-M, Senador Sadi Cassol – art. 13 – 20 a 27.11. 2009

Requerimento nº 867, de 2009-M, Senador Mário Couto – art. 13 – 15 a 17.12.2009

Requerimento nº 868, de 2009-M, Senador Gerson Camata – art. 43, I – 15 a 23.12.2009

Requerimento nº 869, de 2009-M, Senador Sérgio Guerra – art. 43, I – 2 a 9.12.2009

Requerimento nº 870, de 2009-M, Senador César Borges – art. 13 – 15.12.2009

Requerimento nº 871, de 2009-M, Senador Delcídio Amaral – art. 13 – 15.12.2009

Requerimento nº 872, de 2009-M, Senador Eduardo Suplicy – art. 40, sem ônus – 24 a 31.01.2010

Requerimento nº 873, de 2009-M, Senador César Borges – art. 13 – 16.12.2009

Requerimento nº 874, de 2009-M, Senador Inácio Arruda – art. 13 – 17.12.2009

Requerimento nº 875, de 2009-M, Senador Sérgio Guerra – art. 13 – 17.12.2009

Requerimento nº 876, de 2009-M, Senador Lobão Filho – art. 43, II – 17.12.2009

Requerimento nº 877, de 2009-M, Senador Eliseu Resende – art. 13 – 17.12.2009

Requerimento nº 878, de 2009-M, Senador Paulo Paim – art. 13 – 22.12.2009

Requerimento nº 879, de 2009-M, Senador Neuto De Conto – art. 43, I – 14 a 28.12.2009

Requerimento nº 880, de 2009-M, Senador César Borges – art. 13 – 17.12.2009

Requerimento nº 881, de 2009-M, Senador Marcelo Crivella – art. 13 – 17.12.2009

Requerimento nº 882, de 2009-M, Senador Mozarildo Cavalcanti – art. 43, I – 17 e 18.12.2009

Requerimento nº 883, de 2009-M, Senador Raimundo Colombo – art. 13 – 17.12.2009

Requerimento nº 884, de 2009-M, Senadora Rosalba Ciarlini – art. 13 – 17.12.2009

Requerimento nº 885, de 2009-M, Senador Garibaldi Alves Filho – art. 13 – 22.12.2009

Requerimento nº 886, de 2009-M, Senador Eliseu Resende – art. 13 – 22.12.2009

Requerimento nº 887, de 2009-M, Senador Jarbas Vaconcelos – art. 13 – 22.12.2009

Requerimento nº 888, de 2009-M, Senador Raimundo Colombo – art. 13 – 21 e 22.12.2009

Requerimento nº 889, de 2009-M, Senador Renan Calheiros – art. 13 – 17.12.2009

Requerimento nº 890, de 2009-M, Senador Mário Couto – art. 13 – 22.12.2009

Requerimento nº 891, de 2009-M, Senador Pedro Simon – art. 13 – 22.12.2009

Requerimento nº 892, de 2009-M, Senador Marcelo Crivella – art. 13 – 21 e 22.12.2009

Requerimento nº 893, de 2009-M, Senador Paulo Duque – art. 13 – 22.12.2009

Requerimento nº 894, de 2009-M, Senador Osmar Dias – art. 13 – 22.12.2009

Requerimento nº 895, de 2009-M, Senador Flávio Arns – art. 13 – 22.12.2009

Requerimento nº 896, de 2009-M, Senadora Fátima Cleide – art. 13 – 22.12.2009

Requerimento nº 897, de 2009-M, Senador Papaléo Paes – art. 13 – 22.12.2009

Requerimento nº 898, de 2009-M, Senador Roberto Cacalcanti – art. 43, II – 22.12.2009

Requerimento nº 899, de 2009-M, Senador Tasso Jereissati – art. 43, II – 22.12.2009

Requerimento nº 900, de 2009-M, Senadora Maria do Carmo Alves – art. 13 – 22.12.2009

Requerimento nº 901, de 2009-M, Senador Mão Santa – art. 13 – 22.12.2009

Requerimento nº 902, de 2009-M, Senador Fernando Collor – art. 13 – 22.12.2009

Requerimento nº 903, de 2009-M, Senadora Kátia Abreu – art. 13 – 22.12.2009

Requerimento nº 904, de 2009-M, Senador Renan Calheiros – art. 13 – 22.12.2009

Requerimento nº 1.712, de 2009 - Senador Gilvam Borges - 22.12.2009 a 22.04.2010 - Licença, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, por 121 (cento e vinte e um) dias, a partir do dia 22.12.2009.

(Observação: Deferido pelo Presidente de acordo com art. 41 do RISF)

Sessão: 22.12.2009.

XVIII – REQUERIMENTOS PARA DESEMPENHO DE MISSÃO APROVADOS PELO PLENÁRIO

Total 9

Requerimento nº 1.533, de 2009, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, solicitando, nos termos regimentais, autorização para que os Senadores Fátima Cleide e Flexa Ribeiro integrem a delegação que irá participar da Conferência Internacional das Mudanças Climáticas da ONU - COP - 15, de 7 a 18 de dezembro de 2009, em Copenhague, Dinamarca, representando a Comissão.

Sessão: 01.12.2009

Requerimento nº 1.574, de 2009 – Senadora Marisa Serrano – 29.11 a 02.12.2009 – Reunião das América, em Costa Rica – São José.

Sessão: 01.12.2009

Requerimento nº 1.583, de 2009 – Senadora Fatiam Cleide – 13 a 19.12.2009 - Conferência Internacional das Mudanças Climáticas da ONU – COP-15, em Copenhague, Dinamarca.

Sessão: 01.12.2009

Requerimento nº 1.595, de 2009 – Senador Fernando Collor – 07 a 18.12.2009 - Conferência Internacional das Mudanças Climáticas da ONU – COP-15, em Copenhague, Dinamarca.

Sessão: 02.12.2009

Requerimento nº 1.601, de 2009 – Senador Inácio Arruda – 07 a 18.12.2009 - Conferência Internacional das Mudanças Climáticas da ONU – COP-15, em Copenhague, Dinamarca.

Sessão: 02.12.2009

Requerimento nº 1.637, de 2009 – Senadora Serys Slhessarenko – 13 a

18.12.2009 - Conferência Internacional das Mudanças Climáticas da ONU – COP-15, em Copenhague, Dinamarca.

Sessão: 10.12.2009

Requerimento nº 1.645, de 2009 – Senadora Serys Slhessarenko – 13 a 16.12.2009 - Conferência Internacional das Mudanças Climáticas da ONU – COP-15, em Copenhague, Dinamarca. (Em aditamento ao Requerimento nº 1.637, de 2009)

Sessão: 10.12.2009

Requerimento nº 1.661, de 2009 – Senador Geraldo Mesquita Júnior – 14 a 16.12.2009 – Audiência pública da Comissão de Direitos Humanos do Parlamento do MERCOSUL, em Montevidéu, Uruguai

(Observação: Deferido pelo Presidente de acordo com art. 41 do RISF)

Sessão: 11.12.2009

Requerimento nº 1.673, de 2009, de autoria do Senador Valdir Raupp, solicitando, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, tornar como missão oficial do Senado Federal o convite do Ministério dos Transportes da China para uma visita àquele país, no período de 10 a 22 de janeiro de 2010, para conhecer sobre a construção ferroviária e seu desenvolvimento naquele país, com vistas a promover assim um intercâmbio de idéias na cooperação ferroviária bilateral entre Brasil e China.

Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

XIX – OUTRAS DELIBERAÇÕES

Total 74

Requerimento nº 1.577, de 2009, de autoria do Senador Osvaldo Sobrinho, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Governador do Estado de Mato Grosso, José Garcia Neto.

Sessão: 01.12.2009

Requerimento nº 1.578, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alfredo Idelfonso do Nascimento.

Sessão: 01.12.2009

Requerimento nº 1.579, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao ex-Governador do Estado de Minas Gerais, ex-Senador, Jornalista, Escritor e membro da Academia Mineira de Letras, Francelino Pereira.

Sessão: 01.12.2009

Requerimento nº 1.581, de 2009, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando voto de felicitações ao Sr. Vilmar Thomé e ao Ir. Clemente Ivo Juliatto.

Sessão: 01.12.2009

Requerimento nº 1.592, de 2009, de autoria do Senador João Vicente Claudino, solicitando voto de pesar pelo falecimento do radialista Emídio Nonato.

Sessão: 01.12.2009

Requerimento nº 1.593, de 2009, de autoria do Senador Mão Santa, solicitando voto de aplauso ao Rotary Club de Parnaíba.

Sessão: 01.12.2009

Requerimento nº 1.594, de 2009, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, solicitando voto de congratulações ao corpo diretivo e funcional da Fundação Orlando Gomes.

Sessão: 02.12.2009

Requerimento nº 1.599, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia e outros Senhores Senadores, solicitando voto de louvor em homenagem ao Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR.

Sessão: 02.12.2009

Requerimento nº 1.602, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Acadêmico Demosthenes Carmine.

Sessão: iniciada em 02.12.2009 e encerrada em 03.12.2009 (matéria apreciada no dia 02.12.2009)

Requerimento nº 1.603, de 2009, de autoria do Senador Renato Casagrande, solicitando voto de congratulações ao Grupo Castelense de Alcoólicos Anônimos.

Sessão: iniciada em 02.12.2009 e encerrada em 03.12.2009 (matéria apreciada no dia 03.12.2009)

Requerimento nº 1.610, de 2009, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Marcos Palombini.

Sessão: 04.12.2009

Requerimento nº 1.611, de 2009, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Fátima Fink.

Sessão: 04.12.2009

Requerimento nº 1.613, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do locutor Luiz Lombardi Neto.

Sessão: 08.12.2009

Requerimento nº 1.614, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso aos jornais “Diário do Amazonas” e “Dez Minutos”.

Sessão: 08.12.2009

Requerimento nº 1.615, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso pelo lançamento do livro Atentai Bem! Assim falou Mão Santa,

de autoria do jornalista e professor Zózimo Tavares, editor-chefe do jornal "Diário do Povo".

Sessão: 08.12.2009

Requerimento nº 1.616, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Rede Calderaro de Comunicação.

Sessão: 08.12.2009

Requerimento nº 1.617, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de congratulações pela passagem do Dia da Padroeira do Amazonas e de Manaus, Nossa Senhora da Conceição, extensivamente ao Arcebispo de Manaus Dom Luiz Soares Vieira.

Sessão: 08.12.2009

Requerimento nº 1.618, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Clube de Regatas Flamengo.

Sessão: 08.12.2009

Requerimento nº 1.620, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando voto de louvor à Rede Calderaro de Comunicação, que inaugurou, no dia 07 de dezembro de 2009, o Sistema A Crítica de Televisão Digital, na cidade de Manaus, Amazonas.

Sessão: 08.12.2009

Requerimento nº 1.622, de 2009, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando voto de aplauso à Pastoral da Criança por ocasião do Dia Nacional da Pastoral da Criança, celebrado a 5 de dezembro de cada ano, data em que também se comemora o Dia Internacional do Voluntariado.

Sessão: 08.12.2009

Requerimento nº 1.624, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento, em Manaus, dia 3 de setembro último, da Senhora Thereza Guerreiro.

Sessão: 08.12.2009

Requerimento nº 1.625, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à esportista carioca Patrícia Amorim, primeira mulher eleita para o cargo de Presidente do Clube de Regatas Flamengo.

Sessão: 08.12.2009

Requerimento nº 1.626, de 2009, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Moreira de Alencar, fundador do PMDB no Estado do Acre.

Sessão: 08.12.2009

Requerimento nº 1.638, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à população de Careiro da Várzea-AM, pelo transcurso do aniversário de criação do Município.

Sessão: 09.12.2009

Requerimento nº 1.639, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à população de Uatumã-AM, pelo transcurso do aniversário de criação do Município.
Sessão: 09.12.2009

Requerimento nº 1.642, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso para o Prefeito de Concórdia – SC, João Girardi, pelo prêmio "Gestor Eficiente da Merenda Escolar".
Sessão: 09.12.2009

Requerimento nº 1.644, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando voto de pesar pelo falecimento do comunicador paranaense Luiz Carlos Alborghetti.
Sessão: 10.12.2009

Requerimento nº 1.646, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à população de Anamã – AM.
Sessão: 10.12.2009

Requerimento nº 1.647, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à população de Beruri – AM.
Sessão: 10.12.2009

Requerimento nº 1.648, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à população de Manaquiri – AM.
Sessão: 10.12.2009

Requerimento nº 1.649, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à população de Amaturá – AM.
Sessão: 10.12.2009

Requerimento nº 1.650, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à população de Alvarães – AM.
Sessão: 10.12.2009

Requerimento nº 1.651, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à população de Guajará – AM.
Sessão: 10.12.2009

Requerimento nº 1.652, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à população de Manicoré – AM.
Sessão: 10.12.2009

Requerimento nº 1.653, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à população de Japurá – AM.
Sessão: 10.12.2009

Requerimento nº 1.654, de 2009, de autoria do Senador Vicente Claudino, solicitando voto de aplauso ao Programa Globo Rural.
Sessão: 10.12.2009

Requerimento nº 1.655, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do empresário Raimundo Zacarias de Almeida
Sessão: 10.12.2009

Requerimento nº 1.656, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de lembrança em homenagem aos cem anos de nascimento do escritor amazonense Mário Ypiranga Monteiro.
Sessão: 10.12.2009

Requerimento nº 1.657, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para o ex-Deputado Federal Euler Ribeiro.
Sessão: 10.12.2009

Requerimento nº 1.658, de 2009, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, solicitando voto de louvor à Diocese de Natal (RN) pela comemoração do seu centenário no próximo dia 29 de dezembro de 2009.
Sessão: 10.12.2009

Requerimento nº 1.660, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, solicitando a inserção em ata de voto de pesar pelo segundo ano de falecimento do Governador do Estado de Roraima, Ottomar de Souza Pinto.
Sessão: 11.12.2009

Requerimento nº 1.662, de 2009, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares e outros Senhores Senadores, solicitando inserção em ata de voto de profundo pesar, apresentação de condolências à família e ao Partido Socialista Brasileiro pelo falecimento de Jamil Haddad, Presidente de Honra do PSB.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.664, de 2009, de autoria do Senador Mão Santa, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antônio de Pádua da Costa Lima.
Sessão: 14.12.2009

Requerimento nº 1.666, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando voto de pesar pelo falecimento das irmãs missionárias Ana Elinda Gonzáles e Ágil Diaz Amélia.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.670, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso aos militares do Exército Brasileiro.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.671, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso a Técio Lins e Silva.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.672, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso a Euler Ribeiro.
Sessão: 15.12.2009

Requerimento nº 1.678, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Bispo de Itacoatiara – AM – Dom Carillo Gritti.
Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.679, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do político brasileiro Jamil Haddad.
Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.680, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à escritora Amazonense Iraildes Caldas Torres.
Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.681, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Deputado Estadual do Amazonas Sebastião Reis.
Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.682, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao escritor Alemão Ingo Schulze.
Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.683, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à nadadora Amazonense Layline Thompson.
Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.684, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Livraria e Editora Valer.
Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.685, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Secretário Municipal de Esportes de Manaus - AM, Fabrício Lima.
Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.686, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao nadador Hudson Silva.
Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.687, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Rádio Educação Rural de Tefé/AM.

Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.688, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Seleção da cidade de São Paulo de Olivença/AM.
Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.689, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Major Elza Cansanção Medeiros.
Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.690, de 2009, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando voto de congratulações ao arquiteto Oscar Niemeyer.
Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.691, de 2009, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando voto de pesar pelo falecimento do empresário e ex-presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Ceará (Sindipostos), José Pessoa Filho..
Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.692, de 2009, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Nilson de Moura Fé.
Sessão: 16.12.2009

Requerimento nº 1.695, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando voto de aplauso ao cientista político e jornalista Gaudêncio Torquato.
Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 1.703, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de aplauso à escola Santa Clara de Santarém.
Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 1.705, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de aplauso ao São Raimundo Esporte Clube.
Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 17.12.2009)

Requerimento nº 1.706, de 2009, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Frei Luciano Maciel Pinheiro.
Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 1.707, de 2009, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando voto de felicitação à Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Sessão: iniciada em 17.12.2009 e encerrada em 18.12.2009 (matéria apreciada dia 18.12.2009)

Requerimento nº 1.708, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso a Dom Evaristo Arns, Arcebispo Emérito de São Paulo.
Sessão: 21.12.2009

Requerimento nº 1.709, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Professora Nelly Falcão de Souza.
Sessão: 21.12.2009

Requerimento nº 1.710, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornalista Paulo Markun.
Sessão: 21.12.2009

Requerimento nº 1.711, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao povo de Itacoatiara pela reabertura do "Cine Alvorada", agora chamado "Cine Theatro Dib Barbosa".
Sessão: 22.12.2009

Requerimento nº 1.713, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando voto de congratulações e louvor à Seleção Brasileira de Futebol Feminino pela conquista do I Torneio Internacional Cidade de São Paulo.
Sessão: 22.12.2009

Requerimento nº 1.715, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao piloto paulista Adilson Kindleman.
Sessão: 22.12.2009

Requerimento nº 1.716, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de estímulo à lutadora amazonense Davina Maciel.
Sessão: 22.12.2009

B – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

(1º a 22 de dezembro)

CONGRESSO NACIONAL – 2009

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO CONGRESSO NACIONAL (1º a 22 de dezembro de 2009)

Sessões Conjuntas realizadas..... 6

- 1 Sessões Conjuntas..... 4
- 2 Sessões Conjuntas Solenes..... 2

Matérias Legislativas

- **3 Apreciadas 43**

I – Por decisão do Plenário

PLNs (aprovados)..... 42

PLN (prejudicado)..... 01

- **4 Lidas..... 15**

Vetos (dispositivos)..... 15

SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 2 DE FEVEREIRO A 22 DE DEZEMBRO DE 2009

Sessões Conjuntas realizadas..... 38

- 5 Sessões Conjuntas..... 14
- 6 Sessões Conjuntas Solenes..... 24

Matérias Legislativas

- 7 **Apreciadas..... 1.128**

I – Por decisão do Plenário

Vetos (Dispositivos)..... 1.038

PLNs (aprovados)..... 0081

PLN (prejudicado)..... 0001

II – Por decisão terminativa na CMO

PDNs (aprovados)..... 0008

MÊS	MCN	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Dezembro	90/2009-CN (nº 580/2009, na origem)	PL nº 37/2009-CN Leitura: 3-8-2009	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação, da Cultura e do Esporte, crédito suplementar no valor global de R$ 250.945.886,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	15-12-2009, às 20h30min	Lei nº 12.139, de 21-12-2009 (DOU 22-12-2009)
Dezembro	104/2009-CN (nº 628/2009, na origem)	PL nº 41/2009-CN Leitura: 13-8-2009	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R$ 5.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.	15-12-2009, às 20h30min	Lei nº 12.141, de 21-12-2009 (DOU 22-12-2009)
Dezembro	107/2009-CN (nº 651/2009, na origem)	PL nº 44/2009-CN Leitura: 17-8-2009	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R$ 6.040.022,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.	15-12-2009, às 20h30min	Lei nº 12.142, de 21-12-2009 (DOU 22-12-2009)
Dezembro	123/2009-CN (nº 696/2009, na origem)	PL nº 54/2009-CN Leitura: 1º-9-2009	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, crédito especial no valor de R$ 90.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.	15-12-2009, às 20h30min	Lei nº 12.144, de 21-12-2009 (DOU 22-12-2009)
Dezembro	125/2009-CN (nº 698/2009, na origem	PL nº 56/2009-CN Leitura: 1º-9-2009	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito especial no valor de R$ 200.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.	15-12-2009, às 20h30min	Lei nº 12.145, de 21-12-2009 (DOU 22-12-2009)
Dezembro	126/2009-CN (nº 699/2009, na origem	PL nº 57/2009-CN Leitura: 1º-9-2009	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de R$ 6.050.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.	15-12-2009, às 20h30min	Lei nº 12.146, de 21-12-2009 (DOU 22-12-2009)
Dezembro	179/2009-CN (nº 857/2009, na origem	PL nº 96/2009-CN Leitura: 19-10-2009	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R$ 14.500.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.	15-12-2009, às 20h30min	Lei nº 12.152, de 21-12-2009 (DOU 22-12-2009)
Dezembro	103/2009-CN (nº 627/2009, na origem	PL nº 40/2009-CN Leitura: 13-8-2009	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Supremo Tribunal Federal, da Justiça Eleitoral, da Presidência da República e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor	16-12-2009, às 12 horas	Lei nº 12.140, de 21-12-2009 (DOU 22-12-2009)

			global de R$ 16.301.300,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.		
Dezembro	116/2009-CN (nº 689/2009, na origem	PL nº 47/2009-CN Leitura: 1º-9-2009	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R$ 5.468.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	16-12-2009, às 12 horas	Lei nº 12.143, de 21-12-2009 (DOU 22-12-2009)
Dezembro	139/2009-CN (nº 782/2009, na origem	PL nº 66/2009-CN Leitura: 1º-10-2009	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, crédito suplementar no valor de R$ 8.341.060,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	16-12-2009, às 12 horas	Lei nº 12.147, de 21-12-2009 (DOU 22-12-2009)
Dezembro	152/2009-CN (nº 826/2009, na origem	PL nº 69/2009-CN Leitura: 19-10-2009	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito especial no valor de R$ 6.250.000,00, para os fins que especifica.	16-12-2009, às 12 horas	Lei nº 12.148, de 21-12-2009 (DOU 22-12-2009)

MÊS	MCN	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Dezembro	156/2009-CN (nº 830/2009, na origem	PL nº 73/2009-CN Leitura: 19-10-2009	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R$ 500.000,00, para os fins que especifica.	16-12-2009, às 12 horas	Lei nº 12.149, de 21-12-2009 (DOU 22-12-2009)
Dezembro	157/2009-CN (nº 832/2009, na origem	PL nº 74/2009-CN Leitura: 19-10-2009	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de R$ 1.720.000,00, para os fins que especifica.	16-12-2009, às 12 horas	Lei nº 12.150, de 21-12-2009 (DOU 22-12-2009)
Dezembro	158/2009-CN (nº 837/2009, na origem	PL nº 75/2009-CN Leitura: 19-10-2009	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor de R$ 13.916.787,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	16-12-2009, às 12 horas	Lei nº 12.151, de 21-12-2009 (DOU 22-12-2009)
Dezembro	173/2009-CN (nº 840/2009, na origem	PL nº 90/2009-CN Leitura: 19-10-2009	Altera o caput do art. 3º da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências.	16-12-2009, às 12 horas	Aprovado o projeto com alteração proposta pelo Relator.
Dezembro	37/2009-CN (nº 274/2009, na origem	PL nº 9/2009-CN Leitura: 27-4-2009	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R$ 4.987.500.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.	Iniciada em 16-12-2009 e reaberta em 22-12-2009, terça-feira, às 15 horas.	Aprovado. À sanção.
Dezembro	47/2009-CN (nº 326/2009, na origem	PL nº 15/2009-CN Leitura: 18-5-2009	Altera o art. 2º e o Anexo IV da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2009 e dá outras providências.	Iniciada em 16-12-2009 e reaberta em 22-12-2009, terça-feira, às 15 horas.	**Prejudicado. Ao Arquivo.**
Dezembro	80/2009-CN (nº 530/2009, na origem	PL nº 28/2009-CN Leitura: 9-7-2009	Abre ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor de Companhias Docas, crédito especial no valor de R$ 78.800.615,00, para os fins que especifica.	Iniciada em 16-12-2009 e reaberta em 22-12-2009, terça-feira, às 15 horas.	Aprovado. À sanção.
Dezembro	83/2009-CN (nº 556/2009, na origem	PL nº 31/2009-CN Leitura: 3-8-2009	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R$ 277.207.100,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.	Iniciada em 16-12-2009 e reaberta em 22-12-2009, terça-feira, às 15 horas.	Aprovado o Substitutivo. À sanção.
Dezembro	87/2009-CN (nº 560/2009, na origem	PL nº 35/2009-CN Leitura: 3-8-2009	Abre ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor do Banco da Amazônia S.A. – BASA, da Caixa Econômica Federal - CAIXA, do Banco Nossa Caixa S.A. – BNC e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, crédito especial no valor total de R$	Iniciada em 16-12-2009 e reaberta em 22-12-2009, terça-feira, às 15 horas.	Aprovado. À sanção.

			256.205.237,00, para os fins que especifica.		

MÊS	MCN	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Dezembro	102/2009-CN (nº 626/2009, na origem	PL nº 39/2009-CN Leitura: 13-8-2009	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Relações Exteriores, crédito especial no valor de R$ 77.000.000,00, para o fim que especifica.	Iniciada em 16-12-2009 e reaberta em 22-12-2009, terça-feira, às 15 horas.	Aprovado. À sanção.
Dezembro	105/2009-CN (nº 629/2009, na origem	PL nº 42/2009-CN Leitura: 13-8-2009	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor global de R$ 20.300.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.	Iniciada em 16-12-2009 e reaberta em 22-12-2009, terça-feira, às 15 horas.	Aprovado. À sanção.
Dezembro	106/2009-CN (nº 650/2009, na origem	PL nº 43/2009-CN Leitura: 17-8-2009	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R$ 69.646.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	Iniciada em 16-12-2009 e reaberta em 22-12-2009, terça-feira, às 15 horas.	Aprovado. À sanção.
Dezembro	117/2009-CN (nº 690/2009, na origem	PL nº 48/2009-CN Leitura: 1º-9-2009	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Pesca e Aqüicultura, crédito especial no valor de R$ 31.150.175,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.	Iniciada em 16-12-2009 e reaberta em 22-12-2009, terça-feira, às 15 horas.	Aprovado. À sanção.
Dezembro	118/2009-CN (nº 691/2009, na origem	PL nº 49/2009-CN Leitura: 1º-9-2009	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de R$ 1.430.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.	Iniciada em 16-12-2009 e reaberta em 22-12-2009, terça-feira, às 15 horas.	Aprovado. À sanção.
Dezembro	127/2009-CN (nº 700/2009, na origem	PL nº 58/2009-CN Leitura: 1º-9-2009	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R$ 13.570.912,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.	Iniciada em 16-12-2009 e reaberta em 22-12-2009, terça-feira, às 15 horas.	Aprovado. À sanção.
Dezembro	138/2009-CN (nº 781/2009, na origem	PL nº 65/2009-CN Leitura: 1º-10-2009	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de R$ 30.000.000,00, para o fim que especifica.	Iniciada em 16-12-2009 e reaberta em 22-12-2009, terça-feira, às 15 horas.	Aprovado. À sanção.
Dezembro	151/2009-CN (nº 825/2009, na origem	PL nº 68/2009-CN Leitura: 19-10-2009	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 350.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.	Iniciada em 16-12-2009 e reaberta em 22-12-2009, terça-feira, às 15 horas.	Aprovado. À sanção.
Dezembro	153/2009-CN (nº 827/2009, na origem	PL nº 70/2009-CN Leitura: 19-10-2009	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R$ 22.000.000,00, para os fins que especifica.	Iniciada em 16-12-2009 e reaberta em 22-12-2009, terça-feira, às 15 horas.	Aprovado. À sanção.

MÊS	MCN	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Dezembro	155/2009-CN (nº 829/2009, na origem	PL nº 72/2009-CN Leitura: 19-10-2009	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Turismo e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor global de R$ 15.959.834,00, para os fins que especifica.	Iniciada em 16-12-2009 e reaberta em 22-12-2009, terça-feira, às	Aprovado. À sanção.

				15 horas.	
Dezembro	159/2009-CN (nº 838/2009, na origem	PL nº 76/2009-CN Leitura: 19-10-2009	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de R$ 75.501.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.	Iniciada em 16-12-2009 e reaberta em 22-12-2009, terça-feira, às 15 horas.	Aprovado. À sanção.
Dezembro	164/2009-CN (nº 844/2009, na origem	PL nº 81/2009-CN Leitura: 19-10-2009	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito especial no valor de R$ 11.590.361,00, para os fins que especifica.	Iniciada em 16-12-2009 e reaberta em 22-12-2009, terça-feira, às 15 horas.	Aprovado. À sanção.
Dezembro	166/2009-CN (nº 847/2009, na origem	PL nº 83/2009-CN Leitura: 19-10-2009	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Cultura e do Esporte, crédito suplementar no valor global de R$ 1.277.680.344,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	Iniciada em 16-12-2009 e reaberta em 22-12-2009, terça-feira, às 15 horas.	Aprovado o Substitutivo. À sanção.
Dezembro	168/2009-CN (nº 849/2009, na origem	PL nº 85/2009-CN Leitura: 19-10-2009	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, crédito suplementar no valor global de R$ 420.999.637,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	Iniciada em 16-12-2009 e reaberta em 22-12-2009, terça-feira, às 15 horas.	Aprovado o Substitutivo. À sanção.
Dezembro	169/2009-CN (nº 850/2009, na origem	PL nº 86/2009-CN Leitura: 19-10-2009	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R$ 98.671.192,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	Iniciada em 16-12-2009 e reaberta em 22-12-2009, terça-feira, às 15 horas.	Aprovado. À sanção.
Dezembro	170/2009-CN (nº 851/2009, na origem	PL nº 87/2009-CN Leitura: 19-10-2009	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R$ 10.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.	Iniciada em 16-12-2009 e reaberta em 22-12-2009, terça-feira, às 15 horas.	Aprovado. À sanção.
Dezembro	172/2009-CN (nº 860/2009, na origem	PL nº 89/2009-CN Leitura: 19-10-2009	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, da Presidência da República, do Ministério Público da União e do Ministério da Pesca e aqüicultura, crédito especial no valor global de R$ 293.272.036,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.	Iniciada em 16-12-2009 e reaberta em 22-12-2009, terça-feira, às 15 horas.	Aprovado o Substitutivo. À sanção.

MÊS	MCN	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Dezembro	175/2009-CN (nº 852/2009, na origem	PL nº 92/2009-CN Leitura: 19-10-2009	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor de R$ 100.000.000,00, para o fim que especifica.	Iniciada em 16-12-2009 e reaberta em 22-12-2009, terça-feira, às 15 horas.	Aprovado. À sanção.
Dezembro	176/2009-CN (nº 853/2009, na origem	PL nº 93/2009-CN Leitura: 19-10-2009	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Superior Tribunal de Justiça, das Justiças Federal, Eleitoral, do Trabalho e do Distrito Federal e dos Territórios, da Presidência da República, do Ministério Público da União e do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor global de R$ 646.938.037,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	Iniciada em 16-12-2009 e reaberta em 22-12-2009, terça-feira, às 15 horas.	Aprovado. À sanção.
Dezembro	177/2009-CN (nº 854/2009, na	PL nº 94/2009-CN Leitura: 19-10-	Abre ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor de empresas estatais, crédito especial	Iniciada em 16-12-2009 e	Aprovado. À sanção.

	origem	2009	no valor total de R$ 257.168.111,00, para os fins que especifica.	reaberta em 22-12-2009, terça-feira, às 15 horas.	
Dezembro	181/2009-CN (nº 855/2009, na origem	PL nº 98/2009-CN Leitura: 19-10-2009	Abre ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor de empresas estatais federais, crédito suplementar no valor total de R$ 842.967.231,00 e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R$ 2.249.997.748,00, para os fins que especifica.	Iniciada em 16-12-2009 e reaberta em 22-12-2009, terça-feira, às 15 horas.	Aprovado. À sanção.
Dezembro	113/2009-CN (nº 686 /2009, na origem	PL nº 46/2009-CN Leitura: 1º-9-2009	Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.	Iniciada em 16-12-2009 e reaberta em 22-12-2009, terça-feira, às 21 horas.	Aprovado. À sanção.
Dezembro	174/2009-CN (nº 845/2009, na origem	PL nº 91/2009-CN Leitura: 19-10-2009	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R$ 445.096.235,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	Iniciada em 16-12-2009 e reaberta em 22-12-2009, terça-feira, às 21 horas.	Aprovado. À sanção.

SESSÕES REALIZADAS

Sessão	Data/Hora/Local	Finalidade
Conjunta	3-12-2009, às 10 horas (Plenário da Câmara dos Deputados)	Destinada à apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional
Conjunta Solene	8-12-2009, às 10 horas (Plenário do Senado Federal)	Destinada à comemorar o Dia do Marinheiro.
Conjunta Solene	9-12-2009, às 10 horas, (Plenário do Senado Federal)	Destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 62, de 2009, que "*Altera o art. 100 da Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios"* (oriunda da PEC nº 12-A, de 2006, no Senado Federal e nº 351, de 2009, na Câmara dos Deputados). (Emenda Constitucional nº 62, de 2009 – Public. no DOU de 10-12-2009)
Conjunta	9-12-2009, às 12 horas, sendo suspensa e reaberta em 10-12-2009, às 9h53min, sendo suspensa e reaberta no mesmo dia, às 13h43min (Plenário da Câmara dos Deputados)	Destinada à apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional.
Conjunta	15-12-2009, às 20h30min (Plenário da Câmara dos Deputados)	Destinada à apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional.
Conjunta	16/17/21 e 22-12-2009 (Plenário da Câmara dos Deputados)	Destinada à apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Nº	Assunto
24/2009 (public. no DOU de 8-12-2009)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 13 de dezembro de 2009, a vigência da Medida Provisória nº 470, de 13 de outubro de 2009, que "Constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal e dá outras providências".

CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
798/2009 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 15-12-2009, o Aviso nº 1925-Seses-TCU, do Senhor Presidente do TCU, encaminhando cópia do Acórdão nº 2993/2009-TCU, referente à representação da empresa Construtora Jole Ltda., noticiando a ocorrência de irregularidade na Concorrência nº 001/2009, promovida pelas Águas e Esgotos do Piauí S/A – Agespisa, para execução das obras de ampliação e melhorias do sistema de esgotamento sanitário – Primeira etapa – do Município de Teresina/PI, tendo sido a matéria despachada à CMO.
783/2009 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 14-12-2009, a Mensagem nº 198/2009-CN (nº 997/2009, na origem), do Presidente da República, encaminhando nos termos do parágrafo único do art. 5º, e do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, o texto da proposta da Política Nacional de Inteligência, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Interino, tendo sido a matéria despachada à Comissão de Controle das Atividades de Inteligência.
781/2009 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 15-12-2009, o Ofício nº 40/2009-CN (nº 692/2009, na origem), do Ministro de Estado da Integração Nacional, encaminhando nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o relatório do Banco do Brasil S/A sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com as aplicações dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO), no ano de 2008, tendo sido a matéria despachada à CMO.
780/2009 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunicando que esta Presidência recebeu do Presidente do TCU o Aviso nº 58, de 2009-CN (nº 1.842-Seses/TCU, na origem) – autuado por solicitação do Presidente da CMO, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.911/2009-TCU, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, a matéria retorna à CMO.
779/2009 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunicando que esta Presidência recebeu do Presidente do TCU o Aviso nº 57, de 2009-CN (nº 1.801-Seses/TCU, na origem) – autuado por solicitação do Presidente da CMO, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.885/2009-TCU, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, a matéria retorna à CMO.
773/2009 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunicando que, de acordo com a indicação da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados (Ofício SGM/P 2432/2009), foi designado o Deputado Professor Sétimo, como titular, para integrar a Comissão Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 24, de 2009-CN, com a finalidade de apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas a desvios e irregularidades verificados em convênios e contratos firmados entre a União e organizações ou entidades de reforma e desenvolvimento agrários, investigar o financiamento clandestino, evasão de recursos para invasão de terras, analisar e diagnosticar a estrutura fundiária agrária brasileira e, em especial, a promoção e execução da reforma agrária.
772/2009 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Encaminhando, de acordo com as indicações das Lideranças Partidárias, os nomes dos Parlamentares designados para compor a Comissão Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 24, de 2009-CN, com a finalidade de apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas a desvios e irregularidades verificados em convênios e contratos firmados entre a União e organizações ou entidades de reforma e desenvolvimento agrários, investigar o financiamento clandestino, evasão de recursos para invasão de terras, analisar e diagnosticar a estrutura fundiária agrária brasileira e, em especial, a promoção e execução da reforma agrária.
771/2009 CN	Dep. Michel Temer –	Comunicando que foram designados para integrarem a Comissão Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 24, de 2009-CN, com a finalidade de apurar as causas,

	Presidente da CD	condições e responsabilidades relacionadas a desvios e irregularidades verificados em convênios e contratos firmados entre a União e organizações ou entidades de reforma e desenvolvimento agrários, investigar o financiamento clandestino, evasão de recursos para invasão de terras, analisar e diagnosticar a estrutura fundiária agrária brasileira e, em especial, a promoção e execução da reforma agrária, os Senhores Deputados nos termos do Ofício SGM/P 2405/2009.
770/2009 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunicando que, de acordo com a indicação da Liderança do PSOL na Câmara dos Deputados (Ofício SGM/P 2430/2009), foram designados o Deputado Ivan Valente, como titular, e o Deputado Chico Alencar, como suplente, para integrarem a Comissão Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 24, de 2009-CN, com a finalidade de apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas a desvios e irregularidades verificados em convênios e contratos firmados entre a União e organizações ou entidades de reforma e desenvolvimento agrários, investigar o financiamento clandestino, evasão de recursos para invasão de terras, analisar e diagnosticar a estrutura fundiária agrária brasileira e, em especial, a promoção e execução da reforma agrária.
768/2009 CN	Sen. Marconi Perillo – 1º Vice-Presidente do SF, no exercício da Presidência	Comunicando o cancelamento da sessão conjunta do Congresso Nacional convocada para o dia 10 do corrente, às dez horas no Plenário da Câmara dos Deputados.
760/2009 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunicando que esta Presidência, nos termos do disposto no § 3º do art. 60 da Constituição Federal, combinado com o art. 85 do Regimento Comum, convoca sessão solene do Congresso Nacional, a realizar-se dia 9 do corrente, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 62, de 2009, oriunda da Proposta de Emenda à Constituição nº 12-A, de 2006 (nº 351, de 2009, na Câmara dos Deputados), que "*Altera o art. 100 da Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios*".
759/2009 CN	Sen. Marconi Perillo – 1º Vice-Presidente do SF, no exercício da Presidência	Comunicando que esta Presidência, nos termos do disposto no § 3º do art. 60 da Constituição Federal, combinado com o art. 85 do Regimento Comum, convoca sessão solene do Congresso Nacional, a realizar-se dia 9 do corrente, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 62, de 2009, oriunda da Proposta de Emenda à Constituição nº 12-A, de 2006 (nº 351, de 2009, na Câmara dos Deputados), que "*Altera o art. 100 da Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios"*.
758/2009 CN	Sen. Marconi Perillo – 1º Vice-Presidente do SF, no exercício da Presidência	Comunicando o cancelamento da sessão conjunta do Congresso Nacional convocada para o dia 8 do corrente, às vinte horas no Plenário da Câmara dos Deputados.
757/2009 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunicando o cancelamento da sessão conjunta do Congresso Nacional convocada para o dia 8 do corrente, às vinte horas no Plenário da Câmara dos Deputados.
754/2009 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 3-12-2009, o Aviso nº 56, de 2009-CN (1.749-Seses/TCU, na origem), que encaminha cópia do Acórdão nº 2.834, de 2009, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, tendo sido a matéria despachada à CMO.
753/2009 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 3-12-2009, o Aviso nº 55, de 2009-CN (1.729-Seses/TCU, na origem), que encaminha cópia do Acórdão nº 2.823, de 2009, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, tendo sido a matéria despachada à CMO.
752/2009 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 3-12-2009, o Aviso nº 54, de 2009-CN (1.708-Seses/TCU, na origem), que encaminha cópia do Acórdão nº 2.805, de 2009, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, tendo sido a matéria despachada à CMO.
751/2009 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 3-12-2009, o Aviso nº 53, de 2009-CN (1.387-GP/TCU, na origem), que encaminha o relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 3º trimestre do exercício de 2009, tendo sido a matéria despachada à CMO.
750/2009 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 3-12-2009, o Aviso nº 52, de 2009-CN (1.735-Seses/TCU, na origem), que encaminha cópia do Acórdão nº 2.790, de 2009, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, tendo sido a matéria despachada à CMO.
749/2009 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 8-12-2009, o Aviso nº 1849-Seses/TCU, do Senhor Presidente do TCU, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 021.253/2008-2, pelo Plenário daquela Corte na Sessão

		Ordinária de 2-12-2009, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, tendo sido a matéria despachada à CMO.
748/2009 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 8-12-2009, o Aviso nº 1779-Seses/TCU, do Senhor Presidente do TCU, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 023.157/2009-3, pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 2-12-2009, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, tendo sido a matéria despachada à CMO.
747/2009 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 8-12-2009, o Aviso nº 169-Seses/TCU, do Senhor Presidente do TCU, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 425.127/1993-1, pela 2ª Câmara daquela Corte na Sessão Extraordinária de 1º-12-2009, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, tendo sido a matéria despachada à CMO.
746/2009 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunicando que esta Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se dia 10-12-2009, quinta-feira, às dez horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional.
745/2009 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunicando que esta Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se dia 9-12-2009, quarta-feira, às doze horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional.
744/2009 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunicando que esta Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se dia 8-12-2009, terça-feira, às vinte horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional.
737/2009 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunicando o cancelamento da sessão conjunta do Congresso Nacional convocada para o dia 1º do corrente, terça-feira, às vinte horas no Plenário da Câmara dos Deputados.
732/2009 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 24-11-2009, a Mensagem nº 188/2009-CN (nº 956/2009, na origem), do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, encaminhando o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quinto bimestre de 2009, tendo sido a matéria despachada à CMO.
731/2009 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 24-11-2009, o Aviso nº 1.666-Seses/TCU, do Senhor Presidente do TCU, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 012.527/2007-1, pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 18-11-2009, acompanhado do relatório e do Voto que o fundamentam, tendo sido a matéria despachada à CMO.
730/2009 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 24-11-2009, o Aviso nº 1.626-Seses/TCU, do Senhor Presidente do TCU, encaminhando em aditamento ao Aviso nº 1.598-Seses/TCU, inteiro teor do Relatório de Levantamento Operacional, a que se refere o subitem 9.3 do Acórdão nº 2642/2009-TCU, prolatado nos autos do processo nº TC-004.694/2009-1, tendo sido a matéria despachada à CMO.

C - SECRETARIA DE COMISSÕES

C.1 - SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2009 DAS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

Presidente: Senador Garibaldi Alves.
Vice Presidente: Senador Delcídio Amaral.

REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)

1ª PARTE

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, DE 2008 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o artigo 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO e dá outras providências, para o fim de regulamentar o risco de crédito decorrente das operações financeiras com recursos dos Fundos Constitucionais.
Autoria: Senador Tasso Jereissati.
Relatoria: Senador Efraim Morais.
Relatório: Que a matéria seja novamente autuada como projeto de lei ordinária, nos termos do artigo 133, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do Senado Federal.
Resultado: Aprovado o Parecer.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203, DE 2009 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Inclui § 5º ao artigo 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir que a massa falida ou a entidade sindical competente possa fornecer declaração que comprove a efetiva exposição do segurado a agentes nocivos à saúde, para fins de requerimento de aposentadoria especial, caso o empregador tenha sido declarado falido.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi..
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Júnior.
Relatório: Que a matéria seja novamente autuada como projeto de lei ordinária, nos termos do artigo 133, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do Senado Federal.
Resultado: Aprovado o Parecer.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 409, DE 2009
TERMINATIVO

Exclui da incidência do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido o ganho de capital auferido por pessoa jurídica na alienação de bens registrados no ativo imobilizado.
Autoria: Senador Marco Maciel.
Relatoria: Senador César Borges.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 194, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera dispositivos da Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos, dispondo sobre fixação do valor das anuidades, taxas e emolumentos devidos pelos profissionais da categoria e pelas pessoas naturais e jurídicas aos Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais em que estão registrados.
Autoria: Deputado Paulo Henrique Lustosa.
Relatoria: Senador Gim Argello.
Relatório: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CAE. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 448, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre auxílio financeiro da União aos Institutos Históricos e Geográficos.
Autoria: Senador Pedro Simon.
Relatoria "ad hoc": Senador Neuto de Conto.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
MENSAGEM "SF" Nº 100, DE 2000
NÃO TERMINATIVO

Nos termos do inciso XXIX do artigo 19 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, encaminha ao Senado Federal o Relatório Anual de Atividades da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, referente ao exercício de 1998.
Autoria: Presidência da República.
Relatoria "ad hoc": Senador Francisco Dornelles.
Relatório: Pelo arquivamento.
Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento da Mensagem. A matéria vai à

Comissão de Serviços de Infraestrutura, para prosseguimento da tramitação.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2, DE 2003
TERMINATIVO

Acrescenta alínea ao inciso II do artigo 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas, de doações e programas oficiais de combate à fome.
Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves.
Relatoria "ad hoc": Senador Francisco Dornelles.
Relatório: Pela rejeição da matéria.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 286, DE 2003
TERMINATIVO

Institui forma alternativa de pagamento dos débitos relativos a empréstimos e financiamentos à rede hoteleira nacional.
Autoria: Senador Leonel Pavan.
Relatoria "ad hoc": Senador Francisco Dornelles.
Relatório: Pela rejeição da matéria.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Cria o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas e dá outras providências.
Autoria: Senadora Ana Júlia Carepa.
Relatoria: Senador Neuto de Conto.
Relatório: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer contrário ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 544, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o índice de correção previdenciária a ser observado nos reajustes anuais dos benefícios previdenciários mantidos pela previdência social.
Autoria: Senador José Maranhão.
Relatoria "ad hoc": Senador Francisco Dornelles.
Relatório: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer contrário ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, DE 2008
TERMINATIVO

Autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES a conceder empréstimos com taxas de juros subsidiadas para financiar investimentos na renovação da frota de transporte fluvial da Amazônia.
Autoria: Senador Expedito Júnior.
Relatoria "ad hoc": Senador Francisco Dornelles.
Relatório: Pela rejeição da matéria.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 129, DE 2009
TERMINATIVO

Autoriza as instituições financeiras federais gestoras dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, do Norte – FNO e do Nordeste – FNE, a liquidar dívidas inadimplidas contraídas com recursos desses Fundos com base no valor presente dos bens penhoráveis ou na capacidade financeira dos devedores e coobrigados.
Autoria: Senador Lobão Filho.
Relatoria "ad hoc": Senador Francisco Dornelles.
Relatório: Pela rejeição da matéria.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

2ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 63, de 2009 – CAE.
Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho.
Autoria dos Projetos: Senadores Paulo Paim, Tasso Jereissati e César Borges.
Relatoria: Senador Garibaldi Alves Filho.
Assunto: Instruir os Projetos de Lei do Senado nºs. 581, de 2007, 193 e 301, de 2008, que alteram a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. (Remuneração do FGTS, bem como a distribuição dos resultados apurados do Fundo no exercício anterior).

CONVIDADOS:

Senhor **Mário Alberto Avelino,** Presidente do Instituto FGTS Fácil;
Senhor **Joaquim Lima de Oliveira,** Superintendente de Fundo de Garantia e Tempo de Serviço – FGTS da Caixa Econômica Federal;
Senhor **Élson Ribeiro Povoa,** Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio de Janeiro – SINDUSCON/RJ;
Senhor **Epaminondas Lino de Jesus,** Presidente da Força Sindical no Distrito Federal; e

Senhor **Miguel Salaberry Filho,** Secretário da União Geral dos Trabalhadores – UGT, representando o senhor **Ricardo Patah,** Presidente da UGT.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2009 EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 66, de 2009 – CAE e 54, de 2009 – CI.
Autoria: Senadores Delcídio Amaral e Eduardo Suplicy.
Assunto: Debate acerca da repentina interrupção no fornecimento de energia elétrica ocorrida no País no último dia 10 de novembro de 2009, atingindo 18 Unidades da Federação, bem como acerca da real situação de nosso sistema elétrico, notadamente nas áreas de geração, transmissão e gerenciamento e, ainda, sobre a fiscalização das respectivas atividades e as perspectivas de investimentos no setor a curto, médio e longo prazos.

CONVIDADOS:

Senhor **Albert Cordeiro,** Diretor Geral do Centro de Pesquisa de Energia Elétrica – CEPEL;
Senhor **Cesar Ribeiro Zani,** Diretor de Operação do Sistema e Comercialização de Energia de Furnas;
Senhor **Gilberto Câmara,** Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE;
Senhor **Cyro Vicente Boccuzzi,** Consultor e Diretor da Expertise Consultoria e Orçamento em Energia Eficiente – ECOee; e
Senhor **Djalma Mosqueira Falcão,** Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318, DE 2007 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 4º da Lei Complementar nº 105, de 2001 que "dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências", para disciplinar a utilização de informações sigilosas recebidas por comissões parlamentares de inquérito.
Autoria: Senador Pedro Simon.
Relatoria "ad hoc": Senador Flexa Ribeiro.
Relatório: Favorável à matéria, com uma emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CAE (substitutivo). A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para prosseguimento da tramitação.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 133, DE 2006.
TERMINATIVO

Concede às pessoas carentes ou de baixa renda anistia dos foros e taxas de ocupação devidos nos últimos cinco anos, relativos a imóveis da União em terrenos de marinha.
Autoria: Senador José Sarney.
Relatoria: Senador César Borges.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 450, DE 2009 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Estabelece regras de flexibilização do cumprimento das obrigações previstas pela Lei Complementar nº 101/2000, para o encerramento do exercício financeiro de 2009.
Autoria: Senador César Borges.
Relatoria: Senador Cícero Lucena.
Relatório: Favorável à matéria, com três emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1, 2 e 3 – CAE. A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 197, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências.
Autoria: Deputado José Eduardo Cardozo.
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 350, DE 2009 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, para regulamentar a demonstração de exigências na realização de transferências voluntárias a Estados, Distrito Federal e Municípios.
Autoria: Senador João Vicente Claudino.
Relatoria: Senador Valdir Raupp.
Relatório: Favorável à matéria, com uma subemenda que apresenta à Emenda nº 1 – CCJ, apresentando, ainda uma emenda.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Subemenda nº 1 – CAE à Emenda nº 1 – CCJ e com a Emenda nº 2 – CAE. A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 184, DE 2009
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES (permite abatimento de saldo devedor do FIES aos profissionais do magistério público e médicos dos programas de saúde da família; utilização de débitos com o INSS como crédito do FIES pelas instituições de ensino; e dá outras providências).
Autoria: Deputado Gilmar Machado.
Relatoria: Senador Garibaldi Alves Filho.
Relatório: Pela aprovação do Projeto e as Emendas 1 e 2 – CE, com apresentação de duas emendas, e pela rejeição das demais emendas apresentadas.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1 e 2 CE/CAE e nºs. 3 e 4 – CAE, e rejeitadas as demais emendas.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 131, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do artigo 442 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
Autoria: Deputado Pompeo de Mattos.
Relatoria "ad hoc": Senador Romero Jucá.
Relatório: Favorável à matéria e à emenda de autoria do Senador Romero Jucá, nos termos da emenda substitutiva que apresenta, e contrário à emenda de autoria do Senador Efraim Morais.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CAE (substitutivo). A Comissão aprovada, ainda, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 200, DE 2009 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (altera a alíquota de tributação para produções cinematográficas, artísticas e culturais)..
Autoria: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame.
Relatoria: Senador Adelmir Santana.
Relatório: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta, e contrário à

emenda de autoria do Senador Romero Jucá.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CAE, e contrário à Emenda de autoria do Senador Romero Jucá. A Comissão aprovada, ainda, Requerimento de Urgência para a matéria.

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2009 EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 66, de 2009 – CAE e 54, DE 2009 – CI.
Autoria: Senadores Delcídio Amaral e Eduardo Suplicy.
Assunto: Debate acerca da repentina interrupção no fornecimento de energia elétrica ocorrida na País no último dia 10 de novembro de 2009, atingindo 18 Unidades da Federação, bem como acerca da real situação de nosso sistema elétrico, notadamente nas áreas de geração, transmissão e gerenciamento e, ainda, sobre a fiscalização das respectivas atividades e as perspectivas de investimentos no setor a curto, médio e longo prazos.

CONVIDADOS:

Senhor **Maurício Tiomno Tolmasquim,** Presidente da Empresa de Planejamento em Energia – EPE;
Senhor **Evandro Emílio Souza Lima,** Engenheiro Elétrico e Professor aposentado da Universidade de Brasília – UnB; e
Senhor **Jorge Miguel Samek,** Diretor Geral de Itaipu.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 15 e 16 DE DEZEMBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)

1ª PARTE
(15.12.09)

ITEM Nº 01
MENSAGEM "SF" Nº 264, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do artigo 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o artigo 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1996, com a redação dada pelo artigo 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do senhor **Alexsandro Broedel Lopes** para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em decorrência do término do mandato do senhor Eliseu Martins, em 31 de dezembro de 2009.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovada a indicação por 25 votos sim, nenhum voto não e nenhuma abstenção.

ITEM Nº 02
MENSAGEM "SF" Nº 263, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do artigo 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o artigo 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, o nome do senhor **Ricardo Machado Ruiz** para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Valdir Raupp.
Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovada a indicação por 25 votos sim, nenhum voto não e nenhuma abstenção.

ITEM Nº 03
MENSAGEM "SF" Nº 269, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do senhor **Fernando de Magalhães Furlan,** para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Eliseu Resende.
Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovada a indicação por 25 votos sim, nenhum voto não e nenhuma abstenção.

ITEM Nº 04
MENSAGEM "SF" Nº 257, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até US$ 24,300,000.00 (vinte e quatro milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Nacional do Meio Ambiente II – PNMA II – Segunda Fase".
Autoria: Presidente da República.
Relatoria "ad hoc": Senador Romero Jucá.
Relatório: Favorável à matéria nos termos do PRS que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Resolução. A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a matéria.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
MENSAGEM "SF" Nº 272, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até US$ 190,000,000.00 (cento e noventa milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao "Projeto de Sustentabilidade Hídrica do Estado de Pernambuco – PSHPE".
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Romero Jucá.
Relatório: Favorável à matéria nos termos do PRS que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Resolução. A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 02
MENSAGEM "SF" Nº 273, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até 50,000,000.00 (cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) de principal, entre o Estado de Santa Catarina e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar, parcialmente, o "Programa Rodoviário do Estado de Santa Catarina – Etapa –V".
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Pedro Simon.
Relatório: Favorável à matéria nos termos do PRS que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Resolução. A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 03
MENSAGEM "SF" Nº 274, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até 44,000,000.00 (quarenta e quatro milhões de dólares dos Estado Unidos da América) entre o Município de Santos, Estado de São Paulo, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Desenvolvimento Estratégico de Santos e Infraestrutura Urbana e Habitacional das Zonas Noroeste e dos Morros – Santos Novos Tempos".
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Inácio Arruda.

Relatório: Favorável à matéria nos termos do PRS que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Resolução. A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 68, DE 2009 – CAE

Requer a realização de Audiência Pública a fim de que sejam esclarecidos os termos, circunstâncias e condições sobre a operação de aquisição da Empresa GVT Holding S/A pelo grupo francês VIVENDI, com a presença da senhora **Maria Helena Santana,** Presidenta da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; senhor **Ronaldo Mota Sardemberg,** Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; senhor **Amos Genish,** Presidente da GVT Holding S.A.; representante legal da **VIVENDI no Brasil;** e representante do **Ministério Público Federal.**
Autoria: Senadores Kátia Abreu e Antônio Carlos Júnior.
Resultado: Aprovado.

2ª PARTE
(16.12.09)

ITEM Nº 01
MENSAGEM "SF" Nº 283, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 13,950,000.00 (treze milhões novecentos e cinqüenta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre a Prefeitura de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Desenvolvimento Sustentável para a Região de Santa Maria".
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatório: Favorável à matéria nos termos do PRS que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Resolução. A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 02
MENSAGEM "SF" Nº 284, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 40,000,000.00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado de Minas Gerais e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar o "Projeto de Fortalecimento Institucional para Modernização da Gestão Fiscal do Estado – PROFORT-SEF".
Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Cícero Lucena.
Relatório: Favorável à matéria nos termos do PRS que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Resolução. A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 03
MENSAGEM "SF" Nº 285, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 195,450,000.00 (cento e noventa e cinco milhões, quatrocentos e cinqüenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado de Alagoas e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada a financiar, parcialmente, o "Projeto Desenvolvimento Sustentável".
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Arthur Virgílio.
Relatório: Favorável à matéria nos termos do PRS que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Resolução. A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 04
MENSAGEM "SF" Nº 286, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US$ 150,000,000.00 (cento e cinqüenta milhões dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM FASE II".
Autoria: Presidente da República.
Relatoria "ad hoc": Senador João Tenório.
Relatório: Favorável à matéria nos termos do PRS que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Resolução. A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 05
MENSAGEM "SF" Nº 287, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 10,000,000.00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado de Minas Gerais e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento do "Programa de Eletrificação Rural do Nordeste de Minas Gerais – PRONOROESTE".

Autoria: Presidente da República.
Relatoria "ad hoc": Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Favorável à matéria nos termos do PRS que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Resolução. A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 06
MENSAGEM "SF" Nº 288, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 13,000,000.00 (treze milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a Prefeitura de Maringá, Estado do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Mobilidade Urbana do Município de Maringá, no âmbito do Programa PROCIDADES".
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Francisco Dornelles.
Relatório: Favorável à matéria nos termos do PRS que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Resolução. A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 07
MENSAGEM "SF" Nº 289, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 4,000,000.00 (quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado de São Paulo e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento do "Programa de Saneamento Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê – Programa Mananciais".
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Raimundo Colombo.
Relatório: Favorável à matéria nos termos do PRS que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Resolução. A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 08
MENSAGEM "SF" Nº 292, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 50,000,000.00 (cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a Prefeitura de Manaus, Estado do Amazonas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento do Programa de Desenvolvimento e Inclusão

Socioambiental de Manaus – PROURBIS.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Gim Argello.
Relatório: Favorável à matéria nos termos do PRS que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Resolução. A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 09
MENSAGEM "SF" Nº 293, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado da Paraíba e a Corporação Andina de Fomento – CAF, destinada ao financiamento parcial do Programa de Pavimentação e Recuperação de Rodovias do Estado da Paraíba – Novos Caminhos.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador João Vicente Claudino.
Relatório: Favorável à matéria nos termos do PRS que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Resolução. A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 10
MENSAGEM "SF" Nº 294, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 8,100,000.00 (oito milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a Prefeitura de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao financiamento parcial do Programa Rio Grande 2010 – Uma Visão de Futuro.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Roberto Cavalcanti.
Relatório: Favorável à matéria nos termos do PRS que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Resolução. A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 11
MENSAGEM "SF" Nº 295, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 33,066,000.00 (trinta e três milhões e sessenta e seis mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a Prefeitura de Fortaleza, no Estado do Ceará e o Banco Interamericano de

Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude de Fortaleza.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Adelmir Santana.
Relatório: Favorável à matéria nos termos do PRS que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Resolução. A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 12
RREQUERIMENTO Nº 69, DE 2009 – CAE

Requer a realização de Audiência Pública com a presença do senhor **Miguel Jorge,** Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para discutir sobre comércio exterior.
Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 05

03 Ordinárias – Deliberativa.
02 Conjuntas – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 58

07 Projetos de Lei do Senado (terminativo).
07 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
01 Projeto de Lei da Câmara (terminativo).
04 Projetos de Lei da Câmara (não terminativo).
19 Mensagens "SF" (não terminativo).
06 Requerimentos – CAE.
13 Emendas – CAE.
01 Subemenda – CAE.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidenta: Senadora Rosalba Ciarlini.
Vice Presidente: Senador Paulo Paim.

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2009
TERMINATIVO

Dispõe sobre a dispensação de medicamentos contendo antimicrobianos.

Autoria: Deputada Sandra Rosado.
Relatoria: Senador Renato Casagrande.
Obs: Na discussão suplementar, não foram oferecidas emendas ao Substitutivo.
Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 144, DE 2009
TERMINATIVO

Dispõe sobre o exercício profissional de apicultor.
Autoria: Deputada Sandra Rosado.
Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 216, DE 2006
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, que dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e dá outras providências, para assegurar aos estagiários o direito ao Vale-Transporte.
Autoria: Senador Geraldo Mesquita Júnior.
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 740, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artistas e de Técnico em Espetáculos de Diversões e dá outras providências.
Autoria: Senador Romeu Tuma.
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pela aprovação da matéria e da Emenda nº 1 – CE (substitutivo).
Resultado: Aprovado o Substitutivo. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2006
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.234, de 17 de setembro de 1991, para dispor sobre a jornada e condições

de trabalho dos nutricionistas.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria: Senador Garibaldi Alves Filho.
Relatório: Pela aprovação da matéria, com uma emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado o Substitutivo. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, DE 2007
TERMINATIVO

Altera o artigo 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para permitir a cobertura de despesas de acompanhante de paciente idoso, regulamentando o artigo 16 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso).
Autoria: Senadora Lúcia Vânia.
Relatoria: Senador Raimundo Colombo.
Relatório: Pela aprovação da matéria, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CAS.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, DE 2008
TERMINATIVO

Acrescenta o § 3º ao artigo 217 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e altera o inciso II do § 2º do artigo 77 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estender o direito à pensão por morte aos filhos e dependentes até os 24 anos de idade, quando estudante.
Autoria: Senador Expedito Júnior.
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2008
TERMINATIVO

Altera a redação dos artigos 16 e 77 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para aumentar para 24 anos o limite de idade até o qual os filhos e irmãos de segurados do Regime Geral de Previdência Social podem ser considerados seus dependentes.
Autoria: Senador Cristovam Buarque.
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2008, com uma emenda substitutiva que apresenta, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2008, que tramita em conjunto.
Resultado: Aprovado o Substitutivo; e rejeitado o PLS nº 140, de 2008 que tramita em conjunto. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, DE 2006
TERMINATIVO

Altera o § 4º do artigo 5º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para revogar a proibição de serem atribuídos nomes ou designações de fantasia aos medicamentos com uma única substância ativa e aos imunoterápicos.
Autoria: Senador Osmar Dias.
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 334, DE 2005
TERMINATIVO

Dispõe sobre a desconsideração dos ganhos provenientes do benefício de prestação continuada recebidos por um membro da família, no cálculo da renda mensal familiar per capita para concessão do benefício para outro integrante.
Autoria: Senador Flávio Arns.
Relatoria: Senador Mão Santa.
Relatório: Pela aprovação da matéria, com uma emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado o Substitutivo. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, DE 2007
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, para garantir o oferecimento de vacinação anti-papilomavírus (HPV) à população.
Autoria: Senadora Ideli Salvatti.
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.
Relatório: Pela aprovação da matéria e das três emendas dos Senadores Lúcia Vânia (2) e Eduardo Azeredo (1), nos termos da emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CAS.

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 371, DE 2009
TERMINATIVO

Altera o artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 para permitir a movimentação do FGTS no caso que especifica.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini.
Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, DE 2009
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, com a finalidade de submeter ao regime de vigilância sanitária os equipamentos e produtos destinados à emissão de raios laser de uso médico, industrial, de entretenimento ou de quaisquer outras utilizações em que esteja envolvido risco à saúde humana individual ou coletiva.
Autoria: Senador Valdir Raupp.
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, DE 2009
TERMINATIVO

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, dispondo sobre coação moral.
Autoria: Senador Inácio Arruda.
Relatoria: Senador Paulo Paim.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Assegura acesso de religiosos para fins de assistência nos hospitais, clínicas e similares de ordem pública ou privada.
Autoria: Deputado José Linhares.
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM Nº 15
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 423, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para equiparar a pesca à atividade agropecuária bem como para dispor sobre o trabalho dos pescadores profissionais na atividade pesqueira industrial e o contrato de parceria na pesca artesanal.

Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho.
Relatoria: Senador José Agripino.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa.

ITEM Nº 16
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 10, DE 2000
NÃO TERMINATIVO

Obriga hotéis, albergues, pousadas e outros meios de hospedagem em todo o País a reservar acomodações e áreas para hóspedes não fumantes.
Autoria: Câmara dos Deputados.
Autoria do Projeto: Senadora Luzia Toledo.
Relatoria: Senador Osvaldo Sobrinho.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados.

ITEM Nº 17
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 439, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta dispositivos à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, para incluir as definições de deficiência e estabelecer que a síndrome do escrivão constitui modalidade de deficiência física.
Autoria: Senador Arthur Virgílio.
Relatoria: Senador Flávio Arns.
Relatório: Favorável à matéria, com uma emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CAS (substitutivo). A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

ITEM Nº 18
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para definir procedimentos a serem adotados na apuração de responsabilidades e estabelecer sanções a serem aplicadas aos agentes públicos responsáveis pelo descumprimento injustificado de obrigações assumidas no âmbito do Sistema Único de Saúde.
Autoria: Senador Augusto Botelho.
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.
Relatório: Favorável à matéria e contrário às oito emendas de autoria do Senador Tião Viana.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto e contrário à oito emendas. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM Nº 19
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2009 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Estende a estabilidade provisória prevista na alínea "b" do inciso II do artigo 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho..
Autoria: Deputada Nair Xavier Lobo.
Relatoria: Senador Mão Santa.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 136, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e dispõe sobre o seu pessoal; inclui a Câmara de Recursos da Previdência Complementar na estrutura básica do Ministério da Previdência Social; altera disposições referentes a auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil; altera as Leis nºs. 11.457, de 16 de março de 2007, e 10.683, de 28 de maio de 2003; e dá outras providências.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Heráclito Fortes.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para prosseguimento da tramitação.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 101, DE 2009 – CAS

Requeiro, nos termos regimentais, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2009.
Autoria: Senador Romero Jucá.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 102, DE 2009 – CAS

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, dispensa da Audiência Pública aprovada pelo Requerimento nº 100, de 2009 – CAS, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 221, de 2009, do qual sou relatora no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais.
Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 221, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Institui o Programa de Cultura do Trabalhador; cria o vale-cultura; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1.943; e dá outras providências.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini.
Relatório:: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta e das duas emendas de autoria do Senador Augusto Botelho; e pela prejudicialidade das emendas de autoria dos Senadores Álvaro Dias (2) e Cícero Lucena (2).
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1, 2 e 3 – CAS.

REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 93, de 2009 – CAS.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Assunto: Debate sobre as Condições de Trabalho dos Profissionais do Volante.

CONVIDADOS:

Senhor **Nélio Sebastião Botelho,** Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro – MUBC;
Senhor **Luis Antônio Festino,** Diretor de Assuntos Trabalhistas, Saúde e Segurança no Trabalho da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST, representando o senhor **Omar José Gomes,** Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres – CNTTT; e
Senhor **Jerry Adriane Dias Rodrigues,** Inspetor Chefe da Divisão de Multas e Penalidades do Departamento da Polícia Rodoviária Federal.

JUSTIFICARM AUSÊNCIA:

Senhor **Joaquim Rodrigues Nascimento,** Procurador do Trabalho;
Senhor **Bernardo Figueiredo,** Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;
Senhor **Luiz Antônio de Medeiros,** Secretário das Relações de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; e
Senhor **Clésio Andrade,** Presidente da Confederação Nacional do Transporte – CNT.

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 740, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artistas e de Técnicos em Espetáculos de Diversões, e dá outras providências.
Autoria: Senador Romeu Tuma.
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Obs: Na discussão suplementar, não foram oferecidas emendas ao Substitutivo.
Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 02
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2006
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.234, de 17 de setembro de 1991, para dispor sobre a jornada e condições de trabalho dos nutricionistas.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria: Senador Garibaldi Alves Filho.
Obs: Na discussão suplementar, não foram oferecidas emendas ao Substitutivo.
Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 03
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, DE 2008
TERMINATIVO

Acrescenta o § 3º ao artigo 217 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e altera o inciso II do § 2º do artigo 77 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estender o direito à pensão por morte aos filhos e dependentes até 24 anos de idade, quando estudantes.
Autoria: Senador Expedito Júnior.
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2008
TERMINATIVO

Altera a redação dos artigos 16 e 77 da nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para aumentar para 24 anos o limite de idade até o qual os filhos e irmãos de segurados do Regime Geral

de Previdência Social podem ser considerados seus dependentes.
Autoria: Senador Cristovam Buarque.
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.
Obs: Na discussão suplementar, não foram oferecidas emendas ao Substitutivo.
Resultado: O Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2008, foi definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 04
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 334, DE 2005
TERMINATIVO

Dispõe sobre a desconsideração dos ganhos provenientes do benefício de prestação continuada recebidos por um membro da família, no cálculo da renda mensal familiar per capita para concessão do benefício para outro integrante.
Autoria: Senador Flávio Arns.
Relatoria: Senador Mão Santa.
Obs: Na discussão suplementar, não foram oferecidas emendas ao Substitutivo.
Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 10, DE 2008
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para estabelecer normas sobre o repasse de recursos da União destinados ao pagamento dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias admitidos pelos gestores locais do Sistema Único de Saúde.
Autoria: Senador Expedito Júnior.
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 158, DE 2009
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para incluir a pesquisa de biomarcadores entre as ações destinadas à detecção precoce das neoplasias malignas de mama e do trato genital feminino e à pesquisa de predisposição genética para essas doenças.
Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves.
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, DE 2006
TERMINATIVO

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a licença-parental.
Autoria: Senador Antônio Carlos Valadares.
Relatoria: Senadora Augusto Botelho.
Relatório: Pela aprovação da matéria, com seis emendas que apresenta.
Obs: Durante a discussão o Relator Senador Augusto Botelho, retira uma emenda.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1, 2, 3, 4, e 5 – CAS.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, DE 2009
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que instituiu o Vale-Transporte, para dispor sobre o seu custeio e dá outras providências.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria "ad hoc": Senador Mão Santa.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 187, DE 2006
TERMINATIVO

Altera o artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que dispõe sobre atividades ou operações perigosas no trabalho e o artigo 1º da Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 22, DE 2003
TERMINATIVO

Permiti a movimentação do FGTS para reconstrução de casa própria destruída em razão de acidentes graves.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, DE 2003
TERMINATIVO

Acrescenta inciso ao artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, permitindo a movimentação da conta vinculada do FGTS para aquisição de imóvel rural, nas condições que especifica.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2003, com uma emenda que apresenta e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2203, que tramita em conjunto.
Resultado: Aprovado o Projeto de Lei nº 65, de 2003 e a Emenda nº 1 – CAS; e rejeitado o PLS nº 22, de 2003.

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 493, DE 2009
TERMINATIVO

Assegura aos empregados de condomínios, prestadores dos serviços de portaria, vigilância e segurança, o adicional de periculosidade previsto no artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Autoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini.
Relatório: Pela aprovação da matéria, com uma emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado o Substitutivo. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 335, DE 2004
TERMINATIVO

Dispõe sobre a dispensa de revista dos portadores de marca-passo ou aparelho similar por meio de portas magnéticas ou dispositivos de segurança semelhantes, e dá outras providências.
Autoria: Senador Arthur Virgílio.
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Pela aprovação da matéria, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CAS.

ITEM Nº 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 618, DE 2007
TERMINATIVO

Regulamenta o exercício das profissões de Catador de Materiais Recicláveis e de Reciclador de Papel.

Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria: Senador Renato Casagrande.
Relatório: Pela aprovação da matéria, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CAS.

ITEM Nº 14
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, DE 2009
TERMINATIVO

Institui a distribuição gratuita de medicamentos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – RENAME pelas farmácias e drogarias comerciais às pessoas carentes mediante ressarcimento pelo Sistema Único de Saúde.
Autoria: Senador Expedito Júnior.
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.
Relatório: Pela aprovação da matéria, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CAS.

ITEM Nº 15
PROJETO DE LEI DA CÃMARA Nº 64, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Emissões Evocadas Otoacústicas.
Autoria: Deputado Inácio Arruda.
Relatoria: Senador Flávio Arns.
Relatório: Favorável à matéria, com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1 e 2 – CAS.

ITEM Nº 16
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para conceder isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI incidente sobre veículos automotores adquiridos por pessoas portadoras de hemofilia.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria: Senador Flávio Arns.
Relatório: Favorável à matéria, com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs. 1 e 2 – CAS.
A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 17
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Regulamenta o inciso I do artigo 37 da Constituição Federal para disciplinar o provimento de cargo público mediante promoção, de que trata o inciso II do artigo 8º da Lei nº 8.112,

de 11 de dezembro de 1990.
Autoria: Senador Expedito Júnior.
Relatoria: Senador Papaléo Paes.
Relatório: Favorável à matéria, com a Emenda apresentada pelo Senador Expedito Júnior.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CAS. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 48, de 2009 – CAS.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Autoria do Projeto: Senador Marcelo Crivella.
Relatoria: Senador Paulo Paim.
Assunto: Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2005, que dispõe sobre o exercício da profissão de Teólogo.

CONVIDADOS:

Senhor **Darcy Cordeiro,** Vice-Presidente do Conselho Interconfessional para o Ensino Religioso de Goiás – CIERGO;
Senhor **Valmor da Silva,** Vice-Presidente da Associação Brasileira de Pesquisa Bíblica – ABIB;
Senhor **João Batista Isaquiel Ferreira,** Presidente da Convenção Brasileira dos Ministros das Igrejas, Assembléias de Deus, Ministérios de Missões e Igrejas Filiadas – COBRAMAD; e
Senhor **Isaías Lobão Pereira Júnior,** Professor da Faculdade Evangélica de Brasília.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 131, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do artigo 442 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
Autoria: Deputado Pompeo de Mattos.
Relatoria: Senador Renato Casagrande.
Relatório: Favorável à matéria, com a Emenda nº 1 – CAE (substitutivo).
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CAE/CAS (substitutivo) com a Subemenda nº 1 – CAS.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal apreendidos na forma da lei, alterando as Leis nºs. 7.889, de 23 de novembro de 1989, e 9.972, de 25 de maio de 2000.
Autoria: Deputada Edna Macedo.
Relatoria "ad hoc": Senador João Durval.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 103, DE 2009 – CAS

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal combinado com o artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública com vistas a discutir questões referentes às perícias médicas, encaminhamentos para auxílio doenças, aposentadorias especiais e por invalidez no regime geral da Previdência Social. Para tanto gostaríamos que os convidados fossem definidos pela própria Comissão.
Autoria: Senadores Paulo Paim e Roberto Cavalcanti.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 104, DE 2009 – CAS

Requeiro, nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, Urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2008 que "Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do artigo 442 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943".
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2009 EM CONJUNTO COM AS SUBCOMISSÕES PERMANENTES DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE E A DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 73, de 2009 – CAS.
Autoria: Senadores Augusto Botelho, Cristovam Buarque, Eduardo Azeredo, Flávio

Arns, Gim Argello, Papaléo Paes, Paulo Paim, Roberto Cavalcanti, Romeu Tuma e Sérgio Zambiasi.
Assunto: Debate sobre a saúde ocular e a prevenção da cegueira e dos males da visão, em atenção à programação da "V Semana do Senado Federal de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência".

CONVIDADOS:

Senhora **Érika Pisaneschi,** Coordenadora da Área Técnica da Saúde da Pessoa com Deficiência, representando o Ministério da Saúde;
Senhor **Paulo Augusto de Arruda Mello,** Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia – CBO;
Senhor **Antônio José do Nascimento Ferreira,** Presidente da Organização Nacional dos Cegos do Brasil – ONCB; e
Senhor **Francisco Batista Júnior,** Presidente do Conselho Nacional de Saúde – CNS e integrante da Estrutura Regimental do Ministério da Saúde.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 06

03 Extraordinárias – Deliberativa.
02 Extraordinárias – Audiência Pública.
01 Conjunta – Audiência Pública

MATÉRIAS APRECIADAS: 67

23 Projetos de Lei do Senado (terminativo).
05 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
01 Projeto de Lei da Câmara (terminativo).
07 Projetos Lei da Câmara (não terminativo).
01 Substitutivo da Câmara (não terminativo).
05 Turnos Suplementar (terminativo).
04 Requerimentos – CAS.
20 Emendas – CAS.
01 Subemenda – CAS.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE – CASSAÚDE.

Presidente: Senador Augusto Botelho.
Vice Presidente: Senador Papaléo Paes.

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2009 EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS E A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 73, de 2009 – CAS.
Autoria: Senadores Augusto Botelho, Cristovam Buarque, Eduardo Azeredo, Flávio Arns, Gim Argello, Papaléo Paes, Paulo Paim, Roberto Cavalcanti, Romeu Tuma e Sérgio Zambiasi.
Assunto: Debate sobre a saúde ocular e a prevenção da cegueira e dos males da visão, em atenção à programação da "V Semana do Senado Federal de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência".

CONVIDADOS:

Senhora **Érika Pisaneschi,** Coordenadora da Área Técnica da Saúde da Pessoa com Deficiência, representando o Ministério da Saúde;
Senhor **Paulo Augusto de Arruda Mello,** Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia – CBO;
Senhor **Antônio José do Nascimento Ferreira,** Presidente da Organização Nacional dos Cegos do Brasil – ONCB; e
Senhor **Francisco Batista Júnior,** Presidente do Conselho Nacional de Saúde – CNS e integrante da Estrutura Regimental do Ministério da Saúde.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 Conjunta – Audiência Pública

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

Presidente: Senador Flávio Arns.
Vice Presidente: Senador Eduardo Azeredo.

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2009 EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS E A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 73, de 2009 – CAS.
Autoria: Senadores Augusto Botelho, Cristovam Buarque, Eduardo Azeredo, Flávio Arns, Gim Argello, Papaléo Paes, Paulo Paim, Roberto Cavalcanti, Romeu Tuma e Sérgio Zambiasi.
Assunto: Debate sobre a saúde ocular e a prevenção da cegueira e dos males da visão, em atenção à programação da "V Semana do Senado Federal de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência".

CONVIDADOS:

Senhora **Érika Pisaneschi,** Coordenadora da Área Técnica da Saúde da Pessoa com Deficiência, representando o Ministério da Saúde;
Senhor **Paulo Augusto de Arruda Mello,** Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia – CBO;
Senhor **Antônio José do Nascimento Ferreira,** Presidente da Organização Nacional dos Cegos do Brasil – ONCB; e
Senhor **Francisco Batista Júnior,** Presidente do Conselho Nacional de Saúde – CNS e integrante da Estrutura Regimental do Ministério da Saúde.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 Conjunta – Audiência Pública.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: Senador Demóstenes Torres.
Vice Presidente: Senador Wellington Salgado de Oliveira.

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta o artigo 220-A à Constituição Federal, para dispor sobre a exigência do diploma de curso superior de comunicação social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista.
Autoria: Senador Antônio Carlos Valadares e outros Senhores Senadores.
Relatoria: Senador Inácio Arruda.
Relatório: Favorável à matéria, com uma emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Proposta com a Emenda nº 1 – CCJ

(substitutivo).

ITEM Nº 02
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Dá nova redação aos artigos 93 e 95 da Constituição Federal, para impedir a utilização da aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar e permitir a perda de cargo, nos casos que estabelece.
Autoria: Senadora Ideli Salvatti e outros Senhores Senadores.
Relatoria: Senador Demóstenes Torres.
Relatório: Favorável à matéria, com uma emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Proposta com a Emenda nº 1 – CCJ (substitutivo).

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 294, DE 2009
TERMINATIVO

Cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS destinados ao Gabinete de Segurança Institucional e ao Ministério da Justiça.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Demóstenes Torres.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2009
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, (Competência da Defensoria Pública de garantir o acesso à justiça, no âmbito da execução da pena e prestação de assistência judiciária integral e gratuita).
Autoria: Deputado Edmilson Valentim.
Relatoria "ad hoc": Senador Inácio Arruda.
Relatório: Pela aprovação da matéria, com quatro emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1, 2, 3 e 4 – CCJ.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 279, DE 2009
TERMINATIVO

Cria cargos efetivos, cargos comissionados e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria "ad hoc": Senador Romero Jucá.
Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 116, DE 2000
TERMINATIVO

Exclui de ilicitude a ortotanásia. (Altera o Código Penal).
Autoria: Senador Gerson Camata.
Relatoria: Senador Augusto Botelho.
Relatório: Pela aprovação da matéria, com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1 e 2 – CCJ.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 551, DE 2007
TERMINATIVO

Regulamenta o inciso II do artigo 98 da Constituição Federal, que dispõe sobre a Justiça de Paz.
Autoria: Senador Leomar Quintanilha.
Relatoria: Senador Pedro Simon.
Relatório: Pela aprovação da matéria, com uma emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado o Substitutivo. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 664, DE 2007
TERMINATIVO

Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, Código Brasileiro de Aeronáutica, para explicitar a obrigatoriedade do uso e da manutenção de sinalizadores ou balizadores aéreos de obstáculos existentes nas zonas de proteção dos aeródromos.
Autoria: Senador Arthur Virgílio.
Relatoria "ad hoc": Senador Francisco Dornelles.
Relatório: Pela aprovação da matéria, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CCJ.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, DE 2008
TERMINATIVO

Altera o artigo 29 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para dispor sobre a destinação de veículos objeto de pena de perdimento.
Autoria: Senador Expedito Júnior.
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Relatório: Pela aprovação da matéria e da Emenda nº 1 – CE.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CE/CCJ.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 199, DE 2008
TERMINATIVO

Acrescenta artigo 1.589-A à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para outorgar direito real de habitação ao cônjuge detentor da guarda de filhos comuns.
Autoria: Senadora Kátia Abreu.
Relatoria: Senador Marco Maciel.
Relatório: Pela rejeição da matéria.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 223, DE 2009
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para proibir a contratação de empresas prestadoras de serviços para atividades inseridas entre as funções de cargos da estrutura permanente ou que representem necessidade finalística, essencial ou permanente dos órgãos da administração pública.
Autoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatoria "ad hoc": Senador Francisco Dornelles.
Relatório: Pela aprovação da matéria, com uma emenda substitutiva que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº1 de autoria do Senador Marconi Perillo.
Resultado: Aprovado o Substitutivo e rejeitada a Emenda do Senador Marconi Perillo. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 12
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Dá nova redação ao inciso IV do artigo 37 da Constituição Federal, para determinar o direito à posse no cargo público da pessoa aprovada em concurso público dentro do número de vagas determinado pelo edital.
Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini e outros Senhores Senadores.
Relatoria: Senador Pedro Simon.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Proposta.

ITEM Nº 13
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 162, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis, de que trata a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, estabelece sanções administrativas e dá outras providências (cassa

registro de estabelecimentos que comercializem combustíveis adulterados).
Autoria: Deputado Celso Russomanno.
Relatoria: Senador Raimundo Colombo.
Relatório: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CCJ. A matéria vai às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a de Serviços de Infraestrutura, cabendo a última a decisão terminativa.

ITEM Nº 14
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 338, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever o direito de acesso público a informações sobre condenados por crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente, e dá outras providências.
Autoria: Senadora Marisa Serrano.
Relatoria: Senador Álvaro Dias.
Relatório: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CCJ. A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
EMENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta § 6º ao artigo 43 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a formação do cadastro positivo nos Sistemas de Proteção ao Crédito.
Autoria: Câmara dos Deputados.
Autoria do Projeto: Senador Rodolpho Tourinho.
Relatoria: Senador Marco Maciel.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Emenda da Câmara dos Deputados.

ITEM Nº 02
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12-A, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 100 da Constituição Federal e acrescenta o artigo 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.
Autoria: Câmara dos Deputados.
Relatoria: Senadora Kátia Abreu.

Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Proposta.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 221, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Institui o Programa de Cultura do Trabalhador; cria o vale-cultura; altera as Leis nºs. 8.212, de 24 de julho de 1991, e 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.
Relatório: Favorável à matéria, com a emenda nº 4 e com a subemenda à emenda nº 1, de autoria do Senador Augusto Botelho, e pela prejudicialidade das emendas nºs. 2, 3 5 e 6, apresentadas pelos Senadores Álvaro Dias e Cícero Lucena.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nº 1 e 2 – CCJ.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 931, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a realização de referendo para decidir sobre a alteração da hora nos Estados do Pará e do Amazonas.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro.
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CCJ.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 133, DE 2009 – CCJ

Requeiro, nos termos do artigo 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2008, que "Dispõe sobre a moratória para fazer cessar o desmatamento na Amazônia Legal, institui o conceito de ativo econômico, e prevê a concessão de incentivos na gestão sustentável das florestas existentes naquela região", com os seguintes convidados: senhor **Antônio Herman Benjamim,** Ministro do Superior Tribunal de Justiça; senhor **Carlos Minc,** Ministro de Estado do Meio Ambiente; senhor **Reinhold Stephanes,** Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; senhor **Roberto Messias Franco,** Presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; representante da **Confederação Nacional da Agricultura – CNA;** e representante do **Instituto Socioambiental – ISA.**
Autoria: Senador Aloizio Mercadante.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 134, DE 2009 – CCJ

Requeremos, nos termos regimentais, seja manifestado Voto de Apoio dirigido ao senhor **Ban Ki-Moon,** Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas – ONU, à indicação do Dr. **Pedro V. Abramovay** feita pelo Ministério da Justiça do Brasil à função de Diretor-Executivo do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – UNODC.
Autoria: Senadores Aloizio Mercadante e Demóstenes Torres.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 135, DE 2009 – CCJ

Requeiro, nos termos do artigo 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública aprovada por esta Comissão, em 24 de novembro de 2009, conforme Requerimento nº 129, de 2009 – CCJ, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 221, de 2009, que institui o Programa da Cultura do Trabalhador; cria o vale-cultura; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e 7.713, de 22 de dezembro de 19888, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 136, DE 2009 – CCJ

Requeiro, nos termos do inciso I do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 133, de 2009 – CCJ, o convite, para a Audiência Pública em questão, Professor **Evaristo Miranda –** Embrapa Satélite; e o Professor **Gustavo Cursio –** Embrapa Floresta.
Autoria: Senadora Kátia Abreu.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 137, DE 2009 – CCJ

Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro Urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 931, de 2009.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 102, DE 2007 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.
Autoria: Senador Arthur Virgílio.
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, DE 2007 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a nomeação e demissão do Presidente e Diretores do Banco Central do Brasil e sobre a organização de seu quadro funcional.
Autoria: Senador Arthur Virgílio.
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 497, DE 2007 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Regulamenta o artigo 192 da Constituição Federal, vedando a cobrança de tarifas sobre a emissão, a compensação e o pagamento de cheques emitidos por correntistas de instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
Autoria: Senador Valdir Raupp.
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 595, DE 2007 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Regulamenta a cobrança de tarifas por parte das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e dá outras providências.
Autoria: Senadora Ideli Salvatti.
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 678, DE 2007 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para incluir entre as instituições

financeiras as empresas participantes da indústria de cartões de crédito e débito.
Autoria: Senador Adelmir Santana.
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 19, DE 2009 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, estabelecendo a autonomia operacional do Banco Central do Brasil.
Autoria: Senador Raimundo Colombo.
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Relatório: Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2007, na forma da emenda substitutiva que apresenta, e pelo arquivamento dos Projetos de Lei do Senado nºs. 72, 497, 595, 678, de 2007 e nº 19, de 2009.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2007, com a Emenda nº 1 – CCJ (substitutivo), e pelo arquivamento dos PLS nºs. 72, 497, 595, 678, de 2007 e nº 19, de 2009, que tramitam em conjunto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, para prosseguimento da tramitação.

ITEM Nº 02
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 551, DE 2007
TERMINATIVO

Regulamenta o inciso II do artigo 98 da Constituição Federal, que dispõe sobre a Justiça de Paz.
Autoria: Senador Leomar Quintanilha.
Relatoria: Senador Pedro Simon.
Obs: Durante a discussão suplementar, não foram oferecidas emendas ao Substitutivo.
Resultado: O Substitutivo é dado como definitivamente adotado, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 03
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 223, DE 2009
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para proibir a contratação de empresas prestadoras de serviços para atividades inseridas entre as funções de cargos da estrutura permanente ou que representem necessidade finalística, essencial ou permanente dos órgãos da administração pública.
Autoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatoria "ad hoc": Senador Francisco Dornelles.
Obs: Durante a discussão suplementar, não foram oferecidas emendas ao

Substitutivo.
Resultado: O Substitutivo é dado como definitivamente adotado, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 128, DE 2004
TERMINATIVO

Acrescenta parágrafo ao artigo 74 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para estabelecer em 16 anos a idade máxima para a não recomendação de espetáculos e diversões.
Autoria: Senador Aloizio Mercadante.
Relatoria "ad hoc": Senador Gim Argello.
Relatório: Pela aprovação da matéria, com uma emenda substitutiva de autoria dos Senadores Aloizio Mercadante e Tião Viana.
Resultado: Aprovado o Substitutivo. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 2006
TERMINATIVO

Acrescenta parágrafo único ao artigo 17 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para instituir medidas assecuratórias da integridade da criança e do adolescente.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria: Senador Valdir Raupp.
Relatório: Pela aprovação da matéria, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CCJ.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2006
TERMINATIVO

Altera o artigo 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria "ad hoc": Senador Gim Argello.
Relatório: Pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2009
TERMINATIVO

Altera o Código Penal, para tipificar o esbulho possessório praticado em área de reserva

legal, unidade de conservação e área de preservação permanente.
Autoria: Senador Gilberto Goellner.
Relatoria: Senador Renato Casagrande.
Relatório: Pela aprovação da matéria, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1 – CCJ.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 148, DE 2009
TERMINATIVO

Altera o artigo 244-A do Estatuto da Criança e do Adolescente, para aumentar a pena do crime de exploração sexual de crianças ou adolescentes, nas hipóteses que especifica.
Autoria: Senadora Marisa Serrano.
Relatoria "ad hoc": Senador Aloizio Mercadante.
Relatório: Pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 330, DE 2009
TERMINATIVO

Dispõe sobre a doação de bens apreendidos pelos órgãos públicos federais aos Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.
Autoria: Senador Romero Jucá.
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta o artigo 258-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (Disciplina a destinação dos recursos arrecadados com a aplicação de multas por infrações administrativas e prevê a substituição da pena de multa por prestação de serviços à comunidade).
Autoria: Deputada Laura Carneiro.
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.
Relatório: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer contrário ao Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 136, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e dispõe sobre o seu pessoal; inclui a Câmara de Recursos da Previdência Complementar na estrutura básica do Ministério da Previdência Social; altera disposições referentes a auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil; altera as Leis nºs. 11.457, de 16 de março de 2007, e 10.683, de 28 de maio de 2003; e dá outras providências.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Romero Jucá.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta parágrafo ao artigo 239 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agravar a pena de notários e oficiais de registro que pratiquem ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro.
Autoria: Senadora Serys Slhessarenko.
Relatoria "ad hoc": Senador Lobão Filho.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

ITEM Nº 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 478, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para implementar uma política centralizada e integrada de informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos.
Autoria: Senador Renan Calheiros.
Relatoria: Senador Aloizio Mercadante.
Relatório: Favorável à matéria, com três emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs. 1, 2 e 3 – CCJ. A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 41, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Susta a aplicação do disposto no parágrafo único do artigo 19 e do disposto no parágrafo único do artigo 24 da Portaria nº 1.220, de 11 de julho de 2007, do Ministério da Justiça, que regulamenta as disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), da Lei nº 10.359, de 27 de dezembro de 2001, e do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, relativas ao processo de classificação indicativa de obras audiovisuais destinadas à televisão e congêneres.
Autoria: Senador Romero Jucá.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Júnior.
Relatório: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer contrário ao Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 281, DE 2009
TERMINATIVO

Dispõe sobre a concessão de Bônus Especial de Desempenho Institucional – BESP/DNIT aos servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT; altera as Leis nºs. 11.171, de 2 de setembro de 2005, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, e 11.507, de 20 de julho de 2007; e dá outras providências. (Trata sobre a concessão de Bônus Especial de Desempenho Institucional BESP/DNIT e critérios de promoção na Carreira do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT; da reabertura de prazo para opção pela Carreira do Seguro Social; do Adicional por Plantão Hospitalar – APH, estendendo-o a hospitais vinculados ao Ministério da Saúde; e do Auxilio de Avaliação Educacional – AAE. Concessão, financiada pelo FNDE, de bolsas a alunos e professores vinculados a projetos de programas voltados à população indígena, quilombola e do campo, bolsas nas instituições federais de educação, para alunos em condições de vulnerabilidade social e econômica).
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador César Borges.
Relatório: Pela aprovação da matéria e da Emenda nº 1 – CE.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CE/CCJ.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 306, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Cria cargos de Analista, Inspetor e Agente Executivo no quadro de pessoal da Comissão de Valores Mobiliários.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Francisco Dornelles.
Relatório: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 389, DE 2008 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Altera as Leis Complementares nºs 7, de 7 de setembro de 1970 (que institui o Programa de Integração Social, e dá outras providências) e 8, de 3 de dezembro de 1970 (que institui o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, e dá outras providências), para permitir o saque, por portadores de diabetes melito, dos saldos das contas dos respectivos programas; a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (que dispõe sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e dá outras providências), para permitir a movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS do trabalhador acometido de diabetes melito; a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências), para incluir o diabetes melito entre as doenças que dão direito a inexigibilidade de prazos de carência para a concessão do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez; e a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994 (que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual), para estender esse benefício aos portadores de diabetes melito.
Autoria: Senador Renan Calheiros.
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai às Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, para prosseguimento da tramitação.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 186, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA e dá outras providências.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senadora Ideli Salvatti.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999, e dá outras providências.
Autoria: Deputado Carlos Eduardo Cadoca.
Relatoria: Senador Romero Jucá.

Relatório: Favorável à Matéria com as Emendas nºs. 1 a 20 – CCT/CI/CAE/CMA; nºs. 22 a 28 – CCT/CI/CAE/CMA; nº 21 – CCT/CI/CAE, nos termos da Subemenda nº 1 – CMA; nºs. 30 e 31 – CI/CAE/CMA, nº 32 – CMA e contrário à Emenda nº 29 – CI/CAE.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1 a 20 – CCT/CI/CAE/CMA/CCJ; nºs. 22 a 28 – CCT/CI/CAE/CMA/CCJ; nº 21 – CCT/CI/CAE/CCJ, nos termos da Subemenda nº 1 – CMA/CCJ; nº 30 e 31 – CI/CAE/CMA/CCJ, nº 32 – CMA/CCJ e pela rejeição da Emenda nº 29 – CI/CAE.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 138 – CCJ

Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro Urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 306, de 2009.
Autoria: Senador Francisco Dornelles.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 139 – CCJ

Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro Urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2009.
Autoria: Senador Romero Jucá.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 140 – CCJ

Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro Urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2009.
Autoria: Senador Romero Jucá.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 141 – CCJ

Requeiro, nos termos dos artigos 261, § 1º, e 263, parágrafo único do Regimento Interno do Senado Federal, a juntada, no processado do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2002, que dispõe sobre o exercício da Medicina, das informações e documentos em anexo, colhidos na condição de Relatora do Projeto na Comissão de Assuntos Sociais – CAS do Senado Federal.
Autoria: Senadora Lúcia Vânia.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 142 – CCJ

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2009, que trata do direito a férias coletivas e individuais dos magistrados. Outrossim, indico como debatedores, as seguintes autoridades: **Presidente do Supremo Tribunal Federal;** representante do **Conselho Nacional de Justiça; Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; e Procurador Geral da República.**
Autoria: Senador Aloizio Mercadante.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 16 e 17 DE DEZEMBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)

1ª PARTE
(16.12.09)

ITEM Nº 01
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 128, DE 2004
TERMINATIVO

Acrescenta parágrafo ao artigo 74 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para estabelecer em 16 anos a idade máxima para a não recomendação de espetáculos e diversões.
Autoria: Senador Aloizio Mercadante.
Relatoria "ad hoc": Senador Gim Argello.
Obs: Durante a discussão suplementar, não foram oferecidas emendas ao Substitutivo.
Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, DE 2005
TERMINATIVO

Acrescenta inciso ao artigo 4º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, para definir como crime o extravio ou destruição de documento objeto de investimento de comissão parlamentar de inquérito.
Autoria: Senador Heráclito Fortes.
Relatoria: Senador Jarbas Vasconcelos.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 19, DE 2007
TERMINATIVO

Altera o artigo 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar crime a aquisição de material pornográfico envolvendo criança ou adolescente.
Autoria: Senador César Borges.
Relatoria: Senador Valdir Raupp.
Relatório: Pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovada a declaração de prejudicialidade do Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 2009
TERMINATIVO

Altera as Leis nºs. 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, e revoga o inciso I do artigo 63 do Decreto-Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941 – Lei de Contravenções Penais, para dispor sobre a tipificação do crime de venda de bebida alcoólica a Criança e Adolescente.
Autoria: Senador Tasso Jereissati.
Relatoria "ad hoc": Senador Arthur Virgílio.
Relatório: Pela aprovação da matéria, nos termos da emenda substitutiva que apresenta e pela rejeição das emendas nºs. 1 e 2 – CDH.
Resultado: Aprovado o Substitutivo, ficam prejudicados o PLS 68, de 2009 e as Emendas nºs. 1 e 2 – CDH. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 475, DE 2009
TERMINATIVO

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para indicar hipóteses de ação penal pública incondicionada à representação.
Autoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Relatoria: Senador Jarbas Vasconcelos.
Relatório: Pela aprovação da matéria, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CCJ.

ITEM Nº 06
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 27, de 2008
NÃO TERMINATIVO

Atribui à União competência para instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões nos casos que especifica.
Autoria: Senador Adelmir Santana e outros Senhores Senadores.
Relatoria: Senador Efraim Morais.

Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Proposta.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta parágrafo ao artigo 14 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (Dispõe sobre a escolha dos dirigentes escolares).
Autoria: Senador Pedro Simon.
Relatoria: Senador Marco Maciel.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta inciso ao artigo 14 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, de forma a instituir a eleição direta para diretores de escolas públicas.
Autoria: Senadora Ideli Salvatti.
Relatoria: Senador Marco Maciel.
Relatório: Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2005 com a emenda de autoria da Senadora Ideli Salvatti, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2007.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2005, com a Emenda nº 1 – CCJ, e contrário ao PLS nº 344, de 2007, que tramita em conjunto. Vota vencido o Senador Eduardo Suplicy; manifesta sua abstenção o Senador Renato Casagrande. As matérias vão à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 465, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, para incluir entre as práticas discriminatórias e limitativas para efeito de acesso à relação de emprego, ou sua manutenção, aquelas motivadas por consulta a cadastro de inadimplentes, e dá outras providências.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria: Senador Jarbas Vasconcelos.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera o § 5º do artigo 198 da Constituição Federal para dispor sobre o piso salarial profissional nacional e diretrizes para os Planos de Carreira de agentes comunitários de saúde e de agentes de combate às endemias.
Autoria: Deputado Raimundo Gomes de Matos e outros Senhores Deputados.
Relatoria: Senadora Patrícia Saboya.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Proposta.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 461, DE 2009 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 195 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, para permitir a certificação eletrônica notarial dos livros obrigatórios comerciais e fiscais, que farão a mesma prova que os originais para todos os efeitos jurídicos.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatoria: Senadora Francisco Dornelles.
Relatório: Favorável à matéria com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs. 1 e 2 – CCJ. A matéria vai às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e de Assuntos Econômicos, para prosseguimento da tramitação.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2007 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 3º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para dispor sobre o local do recolhimento do ISS nas operações de arrendamento mercantil.
Autoria: Senadora Ideli Salvatti.
Relatoria: Senador Romero Jucá.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 139, DE 2008 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, de modo a definir o local onde será devido o Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza nas prestações de serviços de agenciamento.
Autoria: Deputada Luciana Genro.
Relatoria: Senador Romero Jucá.

Relatório: Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007 – Complementar, nos termos da emenda substitutiva que apresenta; e contrário ao Projeto de Lei da Câmara nº 139, de 2008 – Complementar.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007 – Complementar nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (substitutivo); e pela rejeição do PLC nº 139, de 2008 – Complementar.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 143, DE 2009 – CCJ

Nos termos do artigo 352, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a extinção da Urgência concedida por meio do Requerimento nº 140, de 2009, de autoria desta Comissão, para o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2009, que "Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências.
Autoria: Senador Aloizio Mercadante.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 144, DE 2009 – CCJ

Requeiro nos termos do artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, Audiência Pública junto a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal para debater o cumprimento, por parte do Poder Executivo, do disposto no artigo 50, da Lei nº 11.457, de 16/03/2007, relativamente ao encaminhamento ao Congresso Nacional de projeto de lei orgânica das Auditorias Federais, dispondo sobre direitos, deveres, garantias e prerrogativas dos servidores integrantes das Carreiras de que trata a Lei nº 10.593, de 06/12/2002. Requeiro, ainda, sejam convidadas as seguintes pessoas: senhor **Luiz Alberto dos Santos,** da Casa Civil; senhor **Duvanier Paiva Ferreira,** Secretário de Recursos Humanos – MPOG; senhor **Otacílio Dantas Cartaxo,** Secretário da Receita Federal do Brasil; senhor **Jorge Cezar Costa,** da ANFIP; senhor **José Carlos Cosenzo,** do CONAMP; senhora **Rosa Maria Campos Jorge,** do SINAIT; e senhor **Pedro Delarue Tolentino Filho,** do Sindifisco Nacional.
Autoria: Senadores Marconi Perillo e Arthur Virgílio.
Resultado: Aprovado.

2ª PARTE
(17.12.09)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 314, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera os artigos 1º, 11, 16 e 17 e acrescenta os artigos 7º-A e 7º-B à Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado Parecer Favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 145, DE 2009 – CCJ

Requeiro nos termos regimentais aditamento ao Requerimento nº 142, de 2009, apresentado nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, visando a realização de Audiência Pública com o objetivo de instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2009 com o escopo de incluir os seguintes convidados: Presidente da **Associação dos Magistrados Brasileiros;** e Presidente da **Associação Nacional dos Defensores Públicos.**
Autoria: Senador Antônio Carlos Valadares.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 146, DE 2009 – CCJ

Requeiro nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para debater a proposta do novo Código de Processo Civil. Outrossim, indico como debatedor o senhor **Luiz Fux,** Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
Autoria: Senadores Aloizio Mercadante e Antônio Carlos Valadares.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 03

03 Ordinárias – Deliberativa.

MATÉRIAS APRECIADAS: 136

18 Projetos de Lei do Senado (terminativo).
15 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
04 Projetos de Lei da Câmara (terminativo).

09 Projetos de Lei da Câmara (não terminativo).
02 Projetos de Decreto Legislativo (não terminativo).
06 Propostas de Emenda à Constituição (não terminativo).
01 Emenda da Câmara a Projeto de Lei do Senado (não terminativo).
03 Turnos Suplementar (terminativo).
14 Requerimentos– CCJ.
64 Emendas – CCJ.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA – SSPJ

Presidente: Senador Tasso Jereissati.
Vice Presidente: Senador Jarbas Vasconcelos.

REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2009 – SSPJ.
Autoria: Senador Tasso Jereissati.
Assunto: Debate sobre a reestruturação dos Órgãos de Segurança Pública.

CONVIDADOS:

Senhor **Abelmídio de Sá Ribas,** Presidente da Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil;
Senhor **Pedro Queiroz da Silva,** Vice-Presidente da Associação das Praças Policiais e Bombeiros Militares – ANASPRA, representando o senhor **Sidney da Silva Patrício,** Presidente da ANASPRA;
Coronel **Miler,** representando o Coronel **João Carlos Trindade Lopes,** Comandante-Geral da Brigada Militar e Presidente do Colégio Nacional de Comandantes Gerais dos Policiais Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil.

JUSTIFICOU AUSÊNCIA

Senhor **Carlos Eduardo Benito Jorge,** Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Civil.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 Ordinária – Audiência Pública.

MATÉRIAS APREIADAS:

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

Presidente: Vago.
Vice Presidente: Senadora Marisa Serrano.

REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera a redação dos artigos 54 e 208 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para dispor sobre a educação infantil até 5 (cinco) anos de idade.
Autoria: Senador Flávio Arns.
Relatoria "ad hoc": Senador Augusto Botelho.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 170, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para incluir, entre os crimes nele previstos, o ato de fabricar, importar, distribuir, manter em depósito ou comercializar jogos de videogames ofensivos aos costumes, às tradições dos povos, aos seus ocultos, credos, religiões e símbolos.
Autoria: Senador Valdir Raupp.
Relatoria: Senador Valter Pereira.
Relatório: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta.
Obs: Durante a discussão, o Relator apresenta mais uma emenda.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs. 1 e 2 – CE. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, de forma a obrigar a realização de exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas e prever a disponibilização de equipes de atendimento de emergência em competições profissionais.
Autoria: Deputado Eduardo Cunha.
Relatoria "ad hoc": Senador Flávio Arns.

Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2009
(EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 43, de 2009 – CE e aditamento.
Autoria: Senadores Cristovam Buarque e Flávio Arns.
Assunto: Homenagear os vencedores do Prêmio Victor Civita Educador Nota 10, de 2009.

CONVIDADOS:

Senhor **Ademir Testa Júnior,** Professor da Escola Estadual Capitão Henrique Montenegro, do Município de Bocaina/SP;
Senhora **Andréia Betina Legatzky Klitzke,** Professora da Escola Municipal Prof. Karin Barkemeyer, do Município de Joinville/SC;
Senhora **Claudia Tondato,** Professora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Rosalvito Cobra, do Município de São Caetano/SP;
Senhora **Daniela Mazoco,** Professora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Athayr da Silva Rosa, do Município de Urupês/SP;
Senhora **Karla Emanuella Veloso Pinto,** Professora da Escola do Centro Educacional NDE UFLA, do Município de Lavras/MG;
Senhora **Maria Tereza Gomes de Almeida Lima,** Professora do Centro Educacional Frei Seráfico, do Município de São João Del Rei/MG;
Senhora **Milca Luiza Toyneti dos Santos,** Professora da Escola Estadual Prof. João Caetano da Rocha, do Município de Itápolis/SP;
Senhor **Amarildo Reino de Lima,** Gestor do Centro de Ensino Fundamental 427, de Samambaia/DF; e
Senhor **David Saad,** Diretor-Executivo da Fundação Victor Civita.
Resultado: Realizada.

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2009
(EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 221, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Institui o Programa de Cultura do Trabalhador; cria o vale-cultura; altera as Leis nºs. 8.212, de 24 de julho de 1991, e 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Flávio Arns.

Relatório: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta e pela prejudicialidade das emendas de nºs. 1 a 6, de autoria dos Senadores Augusto Botelho, Álvaro Dias e Cícero Lucena.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CE, de Relator.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre os exames preventivos de acuidade visual e auditiva nos estabelecimentos públicos de ensino fundamental.
Autoria: Deputado Claudio Cajado.
Relatoria: Senador Flávio Arns.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exames para identificação de hemoglobinopatias, hipotireoidismo e fenilcetonúria em recém-nascidos.
Autoria: Deputado Eduardo Jorge.
Relatoria: Senador Flávio Arns.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatoria: Senador Flávio Arns.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 504, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar obrigatória a triagem auditiva neonatal em todo o País.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria: Senador Flávio Arns.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 80, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), para tornar obrigatório o oferecimento de exame e tratamento audiológicos na rede de serviços do Sistema Único de Saúde.
Autoria: Senador Edison Lobão.
Relatoria: Senador Flávio Arns.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 240, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar obrigatório o teste do olhinho em todo o País.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria: Senador Flávio Arns.
Relatório: Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2003, com uma emenda substitutiva que apresenta; e pela prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2003 e dos Projetos de Lei do Senado nºs. 237, 504, de 2003, 80, de 2004 e 240, de 2007, que tramitam em conjunto.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2003, com a Emenda nº 1 – CE (substitutivo); e pela prejudicialidade dos PLS nºs 237, 504 de 2003, 80, de 2004 e 240, de 2007.

REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 46, de 2009 – CE.
Autoria: Senador Flávio Arns.
Assunto: Debate sobre o Projeto de Pareceria realizado entre a União Parlamentar Escoteira do Brasil – UPEB; a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – CECIRM e a União dos Escoteiros do Brasil – UEB, que neste ano culminou com a primeira visita de escoteiros brasileiros à Antártica.

CONVIDADOS:

Capitão-de Mar-Guerra – FN, **José Robson de O. Medeiros,** Sub-Secretário do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR;
Senhor **Rubem Tadeu Perlingeiro,** Presidente da União dos Escoteiros do Brasil – UEB;
Senhor **Paulo Eugênio de Oliveira,** Coordenador do Mutirão Nacional de Ação Ecológica – MUTECO;
Senhor **Daniel Lucas Rodrigues,** Escoteiro de Americana/SP;

Senhor **Gabriel Renaldo de Sousa,** Escoteiro de Florianópolis/SC; e
Senhora **Pâmela Carvalho da Silva,** Escoteira de Sapucaia do Sul/RS.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 414, DE 2008
TERMINATIVO

Altera a redação dos artigos 4º, 6º, 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, pondo sobre a educação infantil até os 5 (cinco) anos de idade e o ensino fundamental a partir desta idade.
Autoria: Senador Flávio Arns.
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 449, DE 2007
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir a participação dos pais em reuniões escolares como condição adicional para o recebimento de benefício do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação – "Bolsa Escola".
Autoria: Senador Cristovam Buarque.
Relatoria da Emenda: Senadora Marisa Serrano.
Obs: Durante a discussão suplementar, foi oferecida uma emenda de autoria da Senadora Fátima Cleide.
Relatório: Pela rejeição da emenda de autoria da Senadora Fátima Cleide e pela aprovação do Substitutivo no Turno Suplementar.
Resultado: Aprovado o Substitutivo, e rejeitada a Emenda.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2009
TERMINATIVO

Confere ao Município de Nova Petrópolis no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Cooperativismo.
Autoria: Deputado Pepe Vargas.
Relatoria: Senador Paulo Paim.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a obrigatoriedade de exposição de obras de artistas nacionais em prédios públicos da União e de suas autarquias e fundações públicas.
Autoria: Deputada Perpétua Almeida.
Relatoria: Senadora Marisa Serrano.
Relatório: Favorável à matéria, com a Emenda nº 1 – CCJ (substitutivo).
Resultado: Aprovado o Projeto, com a Emenda nº 1 – CCJ/CE (substitutivo).

ITEM Nº 05
EMENDAS NºS. 2 e 3 DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.
Autoria das Emendas: Senador Flávio Arns.
Autoria do Projeto: Senador Cristovam Buarque.
Relatoria: Senadora Marisa Serrano.
Relatório: Favorável à Emenda nº 2 de Plenário, e à Emenda nº 3 de Plenário, nos termos da subemenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Emenda nº 2 – PLEN e a de nº 3 – PLEN, nos termos da Subemenda nº 1 – CE.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 125, DE 2009
TERMINATIVO

Denomina Ponte Comendador Hiroshi Sumida a ponte sobre o rio Ribeira de Iguape, na BR-116, na cidade de Registro, Estado de São Paulo.
Autoria: Deputado Walter Ihoshi.
Relatoria "ad hoc": Senador Marco Maciel.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2009
TERMINATIVO

Denomina Campus Milton Geraldo Lampe o campus de Apucarana da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
Autoria: Deputado Alex Canziani.
Relatoria: Senador Álvaro Dias.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 181, DE 2009
TERMINATIVO

Institui o dia 24 de agosto como o Dia Nacional da Comunidade Ucraniana, com fundamento no § 2º do artigo 215 da Constituição Federal.
Autoria: Deputado Ângelo Vanhoni.
Relatoria: Senador Álvaro Dias.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 300, DE 2009
TERMINATIVO

Denomina Campus Ceres – Domingos Mendes da Silva o campus do Instituto Federal Goiano, localizado em Ceres, Estado de Goiás.
Autoria: Senador Demóstenes Torres.
Relatoria: Senador Marconi Perillo.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 120, DE 2009
TERMINATIVO

Institui o Dia Nacional da Baiana de Acarajé.
Autoria: Deputado Mário Negromonte.
Relatoria "ad hoc": Senador João Vicente Claudino.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, DE 2009
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a implantar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte no município de Umarizal.
Autoria: Senadores Rosalba Ciarlini e José Agripino.
Relatoria "ad hoc": Senador Roberto Cavalcanti.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 270, DE 2009
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a implantar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte no município de Nova Cruz.
Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini.
Relatoria "ad hoc": Senador Roberto Cavalcanti.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 157, DE 2009
TERMINATIVO

Institui o Dia do DeMolay.
Autoria: Deputada Luciana Costa.
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 72, DE 2009
TERMINATIVO

Institui o Dia Nacional da Câmara Júnior.
Autoria: Deputado Moacir Micheletto.
Relatoria "ad hoc": Senador Mozarildo Cavalcanti.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2009
TERMINATIVO

Institui o dia 12 de maio como Dia Nacional dos Trabalhadores da área da Saúde.
Autoria: Deputado Carlos Sampaio.
Relatoria: Senador Augusto Botelho.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 16
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 231, DE 2009
TERMINATIVO

Denomina Rodovia Engenheiro Simão Gustavo Tamm o anel rodoviário que usa trecho da

BR-265, em torno da cidade de Barbacena, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Deputado Rafael Guerra.
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 17
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 71, DE 2009
TERMINATIVO

Denomina rodovia federal Governador Henrique Santillo o trecho da BR-060 Goiânia/Brasília.
Autoria: Deputado Rubens Otoni.
Relatoria: Senador Marconi Perillo.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 18
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 301, DE 2009
TERMINATIVO

Denomina Ponte de Integração Deputado Tristão da Cunha a ponte sobre o rio Grande, que liga, na BR-146, as cidades de Passos e São João Batista do Glória, no Estado de Minas Gerais.
Autoria: Deputado Rafael Guerra.
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 51, DE 2009 – CE

Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer Urgência, para as Emendas nº 2 e 3 de Plenário oferecidas ao Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, que "altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental".
Autoria: Senador Flávio Arns.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 21, de 2009 – CE.
Autoria: Senadores Flávio Arns e Ideli Salvatti.

Assunto: Homenagear os compositores da música popular brasileira e discutir as principais dificuldades enfrentadas pela categoria.

CONVIDADOS:

Senhor **Nelson Sargento,** Compositor, Cantor, Escritor e Pintor;
Senhor **Wilson Moreira,** Compositor e Cantor;
Senhor **Noca da Portela,** Compositor, Cantor e Instrumentista;
Senhora **Adelaide Chiozzo,** Compositora, Cantora, Instrumentista e Atriz;
Senhora **Ademilde Fonseca,** Cantora;
Senhor **Agenor de Oliveira,** Compositor e Cantor;
Senhor **Paulo Debétio,** Compositor;
Senhor **Osvaldinho da Cuíca,** Compositor e Cantor; e
Senhor **Délcio Carvalho,** Compositor e Cantor.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 06

02 Ordinárias – Deliberativa.
01 Extraordinária – Deliberativa.
03 Extraordinárias - Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 42

04 Projetos de Lei do Senado (terminativo).
06 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
11 Projetos de Lei da Câmara (terminativo).
05 Projetos de Lei da Câmara (não terminativo).
01 Turno Suplementar (terminativo).
02 Emendas de Plenário (não terminativo).
12 Emendas – CE.
01 Requerimento – CE.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

Presidente: Senador Renato Casagrande.
Vice Presidente: Senador Cícero Lucena.

REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO
ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 89, DE 2009 – CMA

Requer nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 89, de 2009 – CMA, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que solicitou a realização de audiência pública com a presença do senhor **José Machado,** Diretor-Presidente da Agência Nacional da Água –

ANA, para que seja incluído, no rol de convidados, o senhor **Francisco de Assis de Souza Filho,** Presidente da Associação Brasileira de Recursos Hídricos.
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

1ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 89, de 2009 – CMA e Aditamento.
Autoria: Senadora Marisa Serrano e Renato Casagrande.
Assunto: Apresentação dos resultados da gestão do Diretor-Presidente da Agência Nacional da Água – ANA, tendo em vista o encerramento, em breve, do seu mandato.

CONVIDADOS:

Senhor **José Machado,** Diretor-Presidente da Agência Nacional da Água – ANA;
Senhor **Francisco de Assis de Souza Filho,** Presidente da Associação Brasileira de Recursos Hídricos; e
Senhor **Benedito Braga,** Diretor da Agência Nacional da Água – ANA.
Resultado: Realizada.

2ª PARTE

ITEM Nº 01
ATO Nº 2, DE 2009 – CMA

Dispõe sobre o tratamento a ser dado aos avisos oriundos do Tribunal de Contas da União, da Controladoria-Geral da União e de outros órgãos e entidades da Administração Pública no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal.
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências.
Autoria: Deputado Carlos Eduardo Cadoca.

Relatoria: Senador João Pedro.
Relatório: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta e das Emendas nºs. 1 a 20 – CCT/CI/CAE, nºs. 22 a 28 – CCT/CI/CAE, nºs. 30 e 31 – CI/CAE, nº 21 – CCT/CI/CAE na forma da subemenda que apresenta; e contrário a Emenda nº 29 – CI/CAE.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1 a 20 – CCT/CI/CAE/CMA, nºs 22 a 28 – CCT/CI/CAE/CMA, Emendas nºs. 30 e 31 – CI/CAE/CMA, nº 21 – CCT/CI/CAE nos termos da Subemenda nº 1 – CMA, e nº 32 – CMA; e pela rejeição da Emenda nº 29 – CI/CAE.

ITEM Nº 03
PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 2, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Propõe que a Comissão realize ato de fiscalização e controle sobre planejamento de investimentos em infraestrutura.
Autoria: Senador Jefferson Praia.
Relatoria: Senador João Pedro.
Relatório: Pela admissibilidade da presente Proposta e adoção de várias providências.
Resultado: Aprovado o relatório prévio.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEIA DO SENADO Nº 260, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária.
Autoria: Senador Expedito Júnior.
Relatoria: Senador Gilberto Goellner.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEIA DA CÂMARA Nº 78, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Estende os incentivos especiais de que trata o parágrafo único do artigo 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, ao produtor rural que adotar técnicas de integração entre lavoura e pecuária.
Autoria: Deputado Rodrigo Rollemberg.
Relatoria: Senador Gilberto Goellner.
Relatório: Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2008, na forma da emenda substitutiva que apresenta e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2007, que tramita em conjunto.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2008, com a Emenda nº 1 – CMA (substitutivo); e contrário ao PLS 260, de 2007, que tramita em conjunto. A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para prosseguimento da tramitação.

ITEM Nº 05
EMENDA Nº 2 DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Propõe que a Comissão realize ato de fiscalização e controle sobre planejamento de investimentos em infraestrutura.
Autoria da Emenda: Senador Paulo Octávio.
Autoria do Projeto: Deputado Celso Russomanno.
Relatoria: Senador Valdir Raupp.
Relatório: Favorável à matéria, com uma subemenda que apresenta.
Resultado: Aprovado Parecer favorável à Emenda n° 2 – PLEN, com a Subemenda nº 1 – CMA.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 168, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Estabelece a política nacional de segurança de barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais e altera a redação do artigo 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e do artigo 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000.
Autoria: Deputado Leonardo Monteiro.
Relatoria: Senador Gilberto Goellner.
Relatório: Favorável à matéria, com oito emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado Parecer favorável com as Emendas n°s 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, e 8 – CMA. A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa.

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM "SF" Nº 266, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do senhor **Vicente Andreu Guillo,** para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA, na vaga do senhor José Machado.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Renato Casagrande.
Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovada a Indicação.

ITEM Nº 02
MENSAGEM "SF" Nº 267, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do senhor **Paulo Rodrigues Vieira,** para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA, na vaga do senhor Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador João Pedro.
Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovada a Indicação.

ITEM Nº 03
MENSAGEM "SF" Nº 268, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do senhor **João Gilberto Lotufo Conejo,** para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA, na vaga do senhor Bruno Pagnoccheschi.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senadora Marisa Serrano.
Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovada a Indicação.

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 79, de 2009 – CMA.
Autoria: Senadores Renato Casagrande e João Pedro.
Assunto: Apresentação das medidas já adotadas pelo Senado Federal para solucionar os problemas administrativos e de gestão evidenciados no ano de 2009, bem como as medidas em curso e previstas para assegurar a regularidade dos atos e contratos, reestruturar os planos de carreira, de profissionalização e qualificação de recursos humanos, rever a estrutura administrativa e fortalecer os controles internos.

CONVIDADOS:

Senador **Heráclito Fortes,** Primeiro Secretário do Senado Federal; e
Senhor **Haroldo Tajra,** Diretor-Geral do Senado Federal.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 04

02 Ordinárias – Deliberativa.
02 Extraordinária – Audiência Pública.

MATÉRIAS APREIADAS: 53

01 Projeto de Lei do Senado (não terminativo).
03 Projetos de Lei da Câmara (não terminativo).
01 Proposta de Fiscalização e Controle (não terminativo).
03 Mensagens (não terminativo).
01 Ato – CMA.
01 Emenda de Plenário (não terminativo).
41 Emendas – CMA.
01 Subemenda - CMA.
01 Aditamento – CMA.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH.

Presidente: Senador Cristovam Buarque.
Vice Presidente: Senador José Nery.

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 48, de 2009 – CDH.
Autoria: Senador José Nery.
Assunto: Debate sobre o Estudo de Impacto Ambiental – EIA do aproveitamento hidrelétrico do rio Xingu – Belo Monte.

CONVIDADOS:

Senhor **Aloysio Antônio Guapindaia,** Diretor de Assistência e Presidente Substituto da FUNAI, representando o senhor **Márcio Augusto Freitas de Meira,** Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI;
Senhor **Francisco Del Moral Hernandez,** Coordenador do Painel de Especialistas Autores do Monte; Análise Crítica do Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte, em substituição a **Sônia Magalhães,** representante do Painel;
Senhor **Rodrigo Timóteo Costa e Silva,** Procurador da República, em substituição ao senhor **Vilberto da Cunha Peixoto Júnior**, Procurador da República; e
Senhora **Antônia Melo,** representante do Movimento Xingu Vivo para Sempre.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 42, de 2009 – CDH.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Assunto: Debate sobre as oportunidades para trabalhadores negros e mulheres no acesso, ascensão e remuneração nos supermercados.

CONVIDADOS:

Senhor **Otávio Brito Lopes,** Procurador Geral do Trabalho;
Senhora **Ilza Aparecida Marques Zilli,** Advogada e Consultora Jurídica do Grupo Pão de Açúcar, representando o senhor **Cláudio Galeazzi,** do Escritório Central do Grupo Pão de Açúcar;
Senhor **Lourenço do Prado,** Vice-Presidente da União Geral dos Trabalhadores – UGT, representando o senhor **Ricardo Patah,** Presidente da União Geral dos Trabalhadores – UGT e Presidente do Sindicato dos Comerciários de São Paulo;
Senhor **Arilton Sousa,** Gerente de Relações Institucionais do Grupo Wal-Mart, representando o senhor **Hector Núñes,** do Escritório Central Wal-Mart do Brasil;
Senhor **Moriel Landim Franco,** representando o senhor **Jean-Marc Pueyo,** do Escritório Central do Carrefour Brasil; e
Senhor **Gilberto Augusto Leitão Martins,** Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 10ª Região, representando o senhor **Luciano Athayde Chaves,** Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 36, de 2009 – CDH.
Autoria: Senador Flávio Arns.
Assunto: Debate sobre a produção e distribuição de livros em Braile no Brasil.

CONVIDADOS:

Senhora **Sinara Pollom Zardo,** Coordenadora Geral de Articulação da Política de Inclusão nos Sistemas de Ensino do Ministério da Educação;
Senhor **Antônio José do Nascimento Ferreira,** Presidente da Organização Nacional dos Cegos do Brasil – ONCB;
Senhor **Alfredo Weiszflog,** Diretor-Presidente Administrativo, representando a senhora **Dorina de Gouvêa Nowill,** Presidenta da Fundação Dorina Nowill para Cegos;
Senhora **Elise Borba,** Diretora Assistente do Instituto, representando a senhora **Érica Deslandes Magno Oliveira,** Diretora-Geral do Instituto Benjamim Constant; e
Senhor **Moisés Bauer,** Conselheiro do CONADE, representando a senhora **Denise Costa Granja,** Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência

– CONADE.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 03

03 Extraordinárias – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS:

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: Senador Fernando Collor.
Vice Presidente: Senador Eliseu Resende.

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2009

GRUPO DE TRABALHO - CI

Em atendimento ao Requerimento nº 47, de 2009 – CI.
Autoria: Senador Fernando Collor.
Integrantes: Senadores Inácio Arruda (Coordenador), Delcídio Amaral e Gilberto Goellner.
Assunto: Marco Regulatório dos Biocombustíveis – 5º Painel "Meio Ambiente".

PARTICIPANTES:

Senhor **Jorge Yoshio Hiodo,** Analista Ambiental do Ministério do Meio Ambiente – MMA;
Senhor **Marcelo Castro Pereira,** Engenheiro do Ministério do Meio Ambiente – MMA;
Senhor **Gerson Carneiro Leão,** Presidente da Comissão Nacional de Cana-de-Açucar da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil;
Senhor **Renato Augusto Pontes Cunha,** Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool no Estado de Pernambuco;
Senhor **Fernando Lagares Távora,** Consultor Legislativo do Senado Federal;
Senhor **Rodrigo Hermeto Corrêa Dolabella,** Consultor Legislativo do Senado Federal; e
Senhor **Carlos Alberto Coutinho,** representante da União das Indústrias de Cana de Açúcar – ÚNICA.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2009 EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 54, de 2009 – CI e 66, DE 2009 – CAE.
Autoria: Senadores Delcídio Amaral e Eduardo Suplicy.
Assunto: Debate acerca da repentina interrupção no fornecimento de energia elétrica ocorrida na País no último dia 10 de novembro de 2009, atingindo 18 Unidades da Federação, bem como acerca da real situação de nosso sistema elétrico, notadamente nas áreas de geração, transmissão e gerenciamento e, ainda, sobre a fiscalização das respectivas atividades e as perspectivas de investimentos no setor a curto, médio e longo prazos.

CONVIDADOS:

Senhor **Albert Cordeiro,** Diretor Geral do Centro de Pesquisa de Energia Elétrica – CEPEL;
Senhor **Cesar Ribeiro Zani,** Diretor de Operação do Sistema e Comercialização de Energia de Furnas;
Senhor **Gilberto Câmara,** Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE;
Senhor **Cyro Vicente Boccuzzi,** Consultor e Diretor da Expertise Consultoria e Orçamento em Energia Eficiente – ECOee; e
Senhor **Djalma Mosqueira Falcão,** Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento a Agenda 2009/2015 – Desafios Estratégicos Setoriais.
Autoria: Senador Fernando Collor.
Assunto: Debate sobre o Projeto de Lei do Governo Federal sobre as Agências Reguladoras.

CONVIDADOS:

Senhor **Ralph Lima Terra,** Vice-Presidente Executivo da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base – ABDIB;
Senhor **Luiz Alberto dos Santos,** Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República; e
Senhor **Wanderlino Teixeira de Carvalho,** Presidente da Associação Brasileira de Agências Reguladoras.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2009 EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 54, de 2009 – CI e 66, DE 2009 – CAE.
Autoria: Senadores Delcídio Amaral e Eduardo Suplicy.
Assunto: Debate acerca da repentina interrupção no fornecimento de energia elétrica ocorrida na País no último dia 10 de novembro de 2009, atingindo 18 Unidades da Federação, bem como acerca da real situação de nosso sistema elétrico, notadamente nas áreas de geração, transmissão e gerenciamento e, ainda, sobre a fiscalização das respectivas atividades e as perspectivas de investimentos no setor a curto, médio e longo prazos.

CONVIDADOS:

Senhor **Maurício Tiomno Tolmasquim,** Presidente da Empresa de Planejamento em Energia – EPE;
Senhor **Evandro Emílio Souza Lima,** Engenheiro Elétrico e Professor aposentado da Universidade de Brasília – UnB; e
Senhor **Jorge Miguel Samek,** Diretor Geral de Itaipu.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento a Agenda 2009/2015 – Desafios Estratégicos Setoriais.
Autoria: Senador Fernando Collor.
Assunto: Debate sobre a Infraestrutura e a Integração na América Latina.

CONVIDADOS:

Senhor **Rodrigo Otaviano Vilaça,** Diretor-Executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários – ANFT;
Senhor **Everton de Almeida Carvalho,** Engenheiro Nuclear, Secretário-Executivo da Federação das Câmaras de Comércio da América Latina e Presidente da Associação Brasileira de Integração e Desenvolvimento – ABIDES;
Senhor **Paulo Augusto Vivacqua,** Diretor Presidente do Corredor Atlântico do Mercosul; e
Senhor **Luiz Alberto Mincarone,** Presidente da Associação Brasileira de Transportes Internacionais.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM "SF" Nº 260, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do artigo 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o artigo 23 da Lei nº 9.742, de 16 de julho de 1997, o nome do senhor **Jarbas José Valente** para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, na vaga do senhor Plínio de Aguiar Júnior.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovada a Indicação.

ITEM Nº 02
MENSAGEM "SF" Nº 261, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do artigo 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do artigo 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do senhor **Edvaldo Alves de Santana** para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria "ad hoc": Senador Valter Pereira.
Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovada a Indicação.

ITEM Nº 03
MENSAGEM "SF" Nº 262, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do artigo 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do artigo 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do senhor **Julião Silveira Coelho** para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em decorrência do término do mandato da senhora Joísa Campanher Dutra, em 22 de dezembro de 2009.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador João Ribeiro.
Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovada a Indicação.

ITEM Nº 04
MENSAGEM "SF" Nº 270, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do senhor **Geraldo Lourenço de Souza Neto,** para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Osvaldo Sobrinho.
Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovada a Indicação.

TOTAL DE REUNIÕES: 06

03 Extraordinárias– Audiência Pública.
02 Conjuntas – Audiência Pública.
01 Grupo de Trabalho – CI.

MATÉRIAS APRECIADAS: 04

04 Mensagens "SF" (não terminativo).

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

Presidente: Senador Eduardo Azeredo.
Vice Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 186, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA e dá outras providências.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador José Agripino.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e a de Educação, Cultura e Esporte, cabendo a última a decisão terminativa.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 496, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes de Membros de Missão Diplomática ou Repartição Consular, celebrado em Berlim, em 14 de fevereiro de 2008.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador Aloizio Mercadante.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 721, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, celebrado em Brasília, em 9 de novembro de 2006.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador João Ribeiro.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 845, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo sobre um Programa de Férias e Trabalho entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia, assinado em Auckland, em 28 de agosto de 2008.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador Heráclito Fortes.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 865, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Ajuste Complementar, por Troca de Notas, do Acordo sobre Cooperação Financeira entre o Brasil e a República Federal da Alemanha sobre o Projeto Programa de Construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas/Eletrobrás, celebrado em Brasília, em 13 de agosto de 2008.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador Marco Maciel.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 870, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Parceria e Cooperação em Matéria de Segurança Pública, assinado em Brasília, em 6 de novembro de 2008.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador Roberto Cavalcanti.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 875, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação no Setor de Energia com foco em Energias Renováveis e Eficiência Energética, celebrado em Brasília, em 14 de maio de 2008.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador João Pedro.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 103, DE 2009 – CRE

Requeiro, nos termos do artigo 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 870, de 2009, que "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Parceria e Cooperação em Matéria de Segurança Pública, assinado em Brasília, em 6 de novembro de 2008.
Autoria: Senador Roberto Cavalcanti.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 104, DE 2009 – CRE

Requeiro, nos termos do artigo 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 865, de 2009, que "Aprova o texto de Ajuste Complementar, por Troca de Notas, do Acordo sobre Cooperação Financeira entre o Brasil e a República Federal da Alemanha sobre o Projeto Programa de

Construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas/Eletrobrás, celebrado em Brasília, em 13 de agosto de 2008.
Autoria: Senador Marco Maciel.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 105, DE 2009 – CRE

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado ao Presidente da República Voto de Conclamação para que, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, lance nos fóruns internacionais, principalmente na Organização das Nações Unidas – ONU, proposta de emenda ao Estatuto de Roma, de 1998, que criou a Corte Penal Internacional, em Haia, que possibilite a esse Tribunal o julgamento de responsáveis por crimes contra o Meio Ambiente, ampliando sua jurisdição.
Autoria: Senador Fernando Collor.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 11
REQUERIMENTO Nº 107, DE 2009 – CRE

Requeiro, nos termos do artigo 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 496, de 2009, que "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes de Membros de Missão Diplomática ou Repartição Consular, celebrado em Berlim, em 14 de fevereiro de 2008.
Autoria: Senador Aloizio Mercadante.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 12
REQUERIMENTO Nº 108, DE 2009 – CRE

Requeiro, nos termos do artigo 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 721, de 2009, que "Aprova o texto do Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, celebrado em Brasília, em 9 de novembro de 2006.
Autoria: Senador João Tenório.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 13
REQUERIMENTO Nº 109, DE 2009 – CRE

Requeiro, nos termos do artigo 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 875, de 2009, que "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da

República Federal da Alemanha sobre Cooperação no Setor de Energia com foco em Energias Renováveis e Eficiência Energética, celebrado em Brasília, em 14 de maio de 2008.
Autoria: Senador João Pedro.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 14
REQUERIMENTO Nº 110, DE 2009 – CRE

Requeiro, nos termos do artigo 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 845, de 2009, que "Aprova o texto do Acordo sobre um Programa de Férias e Trabalho entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia, assinado em Auckland, em 28 de agosto de 2008.
Autoria: Senador João Pedro.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), com a finalidade de estabelecer nova hipótese de aplicação extraterritorial incondicionada da lei brasileira.
Autoria: Comissão Parlamentar de Inquérito – Pedofilia (SF).
Relatoria: Senador Antônio Carlos Valadares.
Relatório: Pela remessa da matéria à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para se pronunciar sobre o mérito.
Resultado: Aprovado parecer preliminar. A matéria vai à Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, conforme parecer aprovado.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 141, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Estabelece normas formais para o envio ao Congresso Nacional de atos internacionais sujeitos ao seu referendo.
Autoria: Deputado Alberto Fraga.
Relatoria "ad hoc": Senador Aloizio Mercadante.
Relatório: Favorável à matéria, com a Emenda nº 1 – CCJ.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 –CCJ/CRE.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica (obriga as concessionárias de serviço aéreo a divulgar nota oficial, em 90 dias após a ocorrência de acidente aéreo com vitimas).
Autoria: Deputado Vic Pires Franco.
Relatoria: Senador Heráclito Fortes.
Relatório: Favorável à matéria, com uma emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CRE (substitutivo). A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para prosseguimento da tramitação.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 295, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a doar área para a instalação da Embaixada da Delegação Especial Palestina e dá outras providências.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria "ad hoc": Senador Cristovam Buarque.
Relatório: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão o Relator "ad hoc", Senador Cristovam Buarque, reformula o relatório, concluindo pela aprovação da matéria, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CRE. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para prosseguimento da tramitação.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 478, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto emendado da Convenção sobre o Regulamento Internacional para Evitar Abalroamentos no Mar, 1972, bem como as Emendas adotadas até 29 de novembro de 2001.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador Paulo Duque.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 661, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República

Federativa do Brasil e o Governo da República de Trinidad e Tobago, assinado em Brasília, em 25 de julho de 2008.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Mozarildo Cavalcanti.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 695, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova os textos das Resoluções MSC. 142/77, MSC. 151/78, MSC. 152/78, MSC. 153/78, MSC. 154/78, MSC. 170/79, MSC. 171/79 e MSC. 194/80, adotadas nas Sessões do Comitê de Segurança Marítima Internacional, ocorridas de 2003 a 2005, que resultaram em emendas à Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar – SOLAS.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador Paulo Duque.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 812, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo, por Troca de Notas, para o Estabelecimento de um Depósito Franco no Porto de Rio Grande para Cargas Transportadas por Rodovia, celebrado em Brasília, em 11 de setembro de 2006, que completa o "Convênio entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai para o Estabelecimento de um Depósito Franco no Porto de Rio Grande", celebrado em Brasília, no dia 21 de julho de 1987.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador Pedro Simon.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 813, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Grupo Bilateral de Inteligência Brasil-Paraguai na Esfera da Pirataria, da Falsificação e do Contrabando de Produtos Pirateados e Falsificados, celebrado em Assunção, em 20 de Junho de 2005.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador Romeu Tuma.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 814, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova a Lista de Compromissos Específicos do Brasil resultante da VI Rodada de Negociações em Matéria de Serviços ao Ampara do Protocolo de Montevidéu sobre o Comércio de Serviços no Mercosul, aprovada pela Decisão nº 1/06 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, em 20 de julho de 2006.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Mozarildo Cavalcanti.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 815, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova os textos das Resoluções MEPC. 117/52, MEPC. 118/52, MEPC. 132/53, MEPC. 141/54, MEPC. 143/54, MEPC. 154/55, MEPC. 156/55 e MEPC. 164/56, adotadas nas Sessões de nºs. 52ª, 53ª, 54ª, 55ª e 56ª, do Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho, que resultaram na adoção de Emendas à Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Marinha por Navios – MARPOL 73/78, da Organização Marítima Internacional.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD).
Relatoria "ad hoc" : Senador Mozarildo Cavalcanti.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 817, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Instrumento de Emenda à Constituição da Organização Internacional do Trabalho.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador Roberto Cavalcanti.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 818, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Instrumento de Emenda à Constituição da União Internacional de Telecomunicações (Genebra, 1992) com Emendas feitas pela Conferência Plenipotenciária (Quioto, 1994) e pela Conferência Plenipotenciária (Mineápoli, 1998), aprovado em Marraqueche, em 18 de outubro de 2002, juntamente com as reservas feitas pelo Brasil.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 820, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Socialista do Sri Lanka, assinado em Brasília, em 16 de setembro de 2008.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador Cristovam Buarque.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 840, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais, celebrado em Caracas, em 30 de dezembro de 2005.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Flexa Ribeiro.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 841, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Lituânia sobre Cooperação na Área da Cultura, assinado em Brasília, em 16 de julho de 2008.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador Cristovam Buarque.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 842, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para Isenção de Vistos de Curta Duração para Nacionais da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia, celebrado no Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 2008.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 843, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suazilândia, assinado em Maputo, em 25 de janeiro de 2008.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Heráclito Fortes.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 844, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo por troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Noruega, sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes de Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, concluído em Brasília, em 15 de maio de 2008.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD).
Relatoria "ad hoc": Senadora Rosalba Ciarlini.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 848, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo sobre Gratuidade de Vistos para Estudantes e Docentes dos Estados Partes do Mercosul, celebrado em Córdoba, em 20 de julho de 2006.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD).
Relatoria "ad hoc": Senadora Patrícia Saboya.
Relatório: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 925, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova os textos do Acordo-Quadro de Comércio entre o Mercosul e o Estado de Israel, assinado em Montevidéu, em 8 de dezembro de 2005, e do Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Estado de Israel, assinado em Montevidéu, em 18 de dezembro de 2007.
Autoria: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (CN).
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 22
REQUERIMENTO "SF" Nº 1.313, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos regimentais, Voto de Rejúbilo ao Embaixador da República da Alemanha no Brasil e ao Instituto Goethe de Curitiba, por ocasião do centésimo octogésimo aniversário da primeira imigração alemã recebida no Estado do Paraná, comemorado em 30 de setembro de 2009.
Autoria: Senador Flávio Arns.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Valadares.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 23
REQUERIMENTO Nº 106 – CRE

Requeiro, nos termos do artigo 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, Urgência para a tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 186, de 2009, que "Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA e dá outras providências".
Autoria: Senador José Agripino.
Resultado: Prejudicado.

ITEM Nº 24
REQUERIMENTO Nº 112 – CRE

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o senhor **Luis Fernando Corrêa,** Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, para discutir, no âmbito da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, assuntos referentes à atuação da Polícia Federal no controle e na fiscalização das fronteiras brasileiras e da faixa de fronteira.
Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Estabelece medidas para o controle da avifauna nas imediações de aeródromos.
Autoria: Deputado Deley.
Relatoria "ad hoc": Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Favorável à matéria, com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs. 1 e 2 – CRE.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 314, DE 2009
TERMINATIVO

Altera os artigos 1º, 11, 16 e 17 e acrescenta os artigos 7º-A e 7º-B à Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria "ad hoc": Senador Roberto Cavalcanti.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO "SF" Nº 1.673, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Requer nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, tornar como missão oficial do Senado Federal o convite do Ministério dos Transportes da China para uma visita àquele país no período de 10 a 22 de janeiro de 2010, para conhecer sobre a construção ferroviária e seu desenvolvimento naquele país, com vistas a promover assim um intercâmbio de idéias na cooperação ferroviária bilateral entre Brasil e China.
Autoria: Senador Valdir Raupp.
Relatoria Senador Roberto Cavalcanti.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

TOTAL DE REUNIÕES: 03

02 Ordinárias – Deliberativa.
01 Extraordinária – Deliberativa.

MATÉRIAS APRECIADAS: 46

01 Projeto de Lei do Senado (não terminativo).
01 Projeto de Lei da Câmara (terminativo).
05 Projetos de Lei da Câmara (não terminativo).
23 Projetos de Decreto Legislativo (não terminativo).
02 Requerimentos "SF" (não terminativo).
09 Requerimentos– CRE.
05 Emendas – CRE.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

Presidente: Senador Neuto de Conto.
Vice Presidente: Senador César Borges.

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, DE 2005
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Agência de Desenvolvimento dos Estados do Corredor Centro-Norte e dá outras providências.
Autoria: Senadora Roseana Sarney.
Relatoria: Senador Valdir Raupp.
Relatório: Pela rejeição da matéria.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 85, DE 2006
TERMINATIVO

Veda a instalação de presídios em cidades turísticas.
Autoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatoria "ad hoc": Senador Valdir Raupp.
Relatório: Pela rejeição da matéria.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 435, DE 2007
TERMINATIVO

Acrescenta artigos à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para garantir a posse de área pública urbana a beneficiários de assentamento de baixa renda nas

condições que especifica e dá outras providências.
Autoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatoria "ad hoc": Senador Roberto Cavalcanti.
Relatório: Pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado a Declaração de Prejudicialidade do Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 198, DE 2009
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para acrescer dispositivos de controle social da política urbana e de habitação.
Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini.
Relatoria: Senador Jefferson Praia.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 114, DE 2004
TERMINATIVO

Altera dispositivos da Lei nº 7.565, de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, de modo a instituir indenização a passageiros em caso de excesso de reservas em aeronave.
Autoria: Senadora Serys Slhessarenko.
Relatoria "ad hoc": Senador Roberto Cavalcanti.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 283, DE 2007
TERMINATIVO

Altera os artigos 230 e 231 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre direitos de passageiros sujeitos a atrasos superiores a duas horas em seus vôos.
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Relatoria "ad hoc": Senador Roberto Cavalcanti.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 429, DE 2007
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para instituir indenização aos passageiros em caso de atraso ou cancelamento de vôos.

Autoria: Senadora Serys Slhessarenko.
Relatoria "ad hoc": Senador Roberto Cavalcanti.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 533, DE 2007
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para estabelecer regras para indenização, reembolso e assistência aos passageiros em caso de recusa de embarque, cancelamento ou atraso de vôos.
Autoria: Senador Aloizio Mercadante.
Relatoria "ad hoc": Senador Roberto Cavalcanti.
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2009, com uma emenda substitutiva que apresenta, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 283, 429 e 533, de 2007, que tramitam em conjunto.
Resultado: Aprovado o Substitutivo, e rejeitado os PLS nºs 283, 429 e 533, de 2007, que tramitam em conjunto. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 18, DE 2009 – CDR

Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, Audiência Pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com o objetivo de discutir a situação da Aviação Regional do Brasil. Para tanto sugerimos que sejam convidados: senhora **Solange Paiva Vieira,** Diretora Presidenta da ANAC; senhor **Murilo Marques Barboza,** Presidente da IFRAERO; senhora **Janine Pires,** Presidenta da EMBRATUR; senhor **André da Silva Ordacgy,** Defensor Público da União; senhor **José Márcio Monsão Mollo,** Diretor Presidente da SNEA; senhor **Carlos Alberto Amorim Ferreira,** Presidente da ABAV; e senhor **Álvaro Brito Bezerra de Mello,** Presidente da ABIH.
Autoria: Senadora Serys Slhessarenko.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 114, DE 2004
TERMINATIVO

Altera dispositivos da Lei nº 7.565, de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, de modo a instituir indenização a passageiros em caso de excesso de reservas

em aeronave.
Autoria: Senadora Serys Slhessarenko.
Relatoria "ad hoc": Senador Roberto Cavalcanti.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 283, DE 2007
TERMINATIVO

Altera os artigos 230 e 231 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre direitos de passageiros sujeitos a atrasos superiores a duas horas em seus vôos.
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Relatoria "ad hoc": Senador Roberto Cavalcanti.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 429, DE 2007
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para instituir indenização aos passageiros em caso de atraso ou cancelamento de vôos.
Autoria: Senadora Serys Slhessarenko.
Relatoria "ad hoc": Senador Roberto Cavalcanti.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 533, DE 2007
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para estabelecer regras para indenização, reembolso e assistência aos passageiros em caso de recusa de embarque, cancelamento ou atraso de vôos.
Autoria: Senador Aloizio Mercadante.
Relatoria "ad hoc": Senador Roberto Cavalcanti.
Obs: Durante a discussão suplementar, não foram oferecidas emendas ao Substitutivo.
Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 19, DE 2009

Requer, nos termos do artigo 58, § 2º, inciso III, da Constituição Federal, combinado com o

artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, Audiência Pública junto à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, para debater a situação da Radioterapia no Brasil, os projetos disponíveis e a evolução tecnológica para o tratamento do Câncer. Solicito que sejam convidados, para a referida audiência: senhor **Sérgio Machado Rezende,** Ministro da Ciência e Tecnologia; as doutoras **Juliana Castro Dourado Pinezi e Criseide Castro Dourado,** da Associação de Combate ao Câncer do Estado de Goiás; senhor **Joel de Sant'Anna Braga Filho,** Secretário Estadual da Ciência e Tecnologia de Goiás; e senhor **Leonardo Guedes,** Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás- FAPEG.
Autoria: Senadores Marconi Perillo e Roberto Cavalcanti.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 02

02 Extraordinárias – Deliberativa.

MATÉRIAS APRECIADAS: 11

08 Projetos de Lei do Senado (terminativo).
01 Turno Suplementar (terminativo).
02 Requerimentos – CDR.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

Presidente: Senador Valter Pereira.
Vice Presidente: Senador Gilberto Goellner.

REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 324, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica para estender o Benefício Garantia-Safra à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e dá outras providências.
Autoria: Senador Jefferson Praia.
Relatoria: Senador Osmar Dias.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 483, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Dá nova redação ao caput e ao § 2º do artigo 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza para permitir que a compensação ambiental por ela instituída possa ser destinada a pagamento por serviços ambientais prestados por propriedades rurais.
Autoria: Senador Gilberto Goellner.
Relatoria: Senador Osmar Dias.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 64, DE 2009 - CRA

Requer, nos termos do artigo 90, incisos II e V do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2009, que "Altera a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, visando a sua adequação a modernização", com os seguintes convidados: representante do **Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;** representante da **Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;** representante da **Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG;** e senhor **Guilherme Augusto Caputo Bastos,** Ministro do Tribunal Superior do Trabalho – TST.
Autoria: Senador Osmar Dias.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 65, DE 2009 - CRA

Requer, em aditamento ao Requerimento nº 46, de 2009 – CRA, aprovado em 8 de setembro de 2009, com a finalidade de realizar Audiência Pública para debater a atualização dos índices de produtividade para fins de reforma agrária, a inclusão do seguinte convidado: senhor **Cesário Ramalho da Silva,** Presidente da Sociedade Rural Brasileira – SRB.
Autoria: Senador Eduardo Suplicy.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 63, de 2009 – CRA.

Autoria: Senador Gilberto Goellner.
Assunto: Debate sobre os critérios adotados pelos órgãos competentes, para o registro e regulamentação do uso de Aloe Vera e conhecer sobre as reais propriedades do produto para sua classificação.

CONVIDADOS:

Senhor **Bernardo de Albuquerque Medina,** Chefe de Divisão do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal da Secretaria de Defesa Agropecuária – MAPA;
Senhora **Fabiane Quirino de Paula Silveira,** Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária da Gerência-Geral de Cosméticos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; e
Senhor **Michael Peuser,** Pesquisador do Conselho Internacional de Ciência do Aloe – IASC. Reguladoras.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

NÃO HOUVE DELIBERAÇÃO

TOTAL DE REUNIÕES: 03

02 Extraordinárias – Deliberativa.
01 Extraordinária – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 04

02 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
02 Requerimentos – CRA.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Presidente: Senador Flexa Ribeiro.
Vice Presidente: Senador Lobão Filho.

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 750, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento

Cultural e Artístico de Honório Serpa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Honório Serpa, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Flávio Arns.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 757, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária –FM de Lindóia do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Flávio Arns.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 429, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à CECOAMA - Central de Comunicação de Amarante do Maranhão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amarante do Maranhão, Estado do Maranhão.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Valdir Raupp.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 685, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Radiodifusora Comunitária – ARCO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quinze de Novembro, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 689, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Arroiomeense

para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arroio do Meio, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 754, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Prado Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Flores da Cunha, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 864, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cata-Vento-Juventude e Cidadania para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobradinho, Distrito Federal.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Acir Gurgacs.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 679, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos de Pindaí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindaí, Estado da Bahia.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 683, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Conceição do Canindé para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Canindé, Estado do Piauí.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 853, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à AUTO CAP – Comunicações, Indústria e Comércio de Petróleo e Derivados Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Alto Alegre, Estado de Roraima.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Valdir Raupp.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 788, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Vale das Perdidas de Jaciara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Jaciara, Estado de Mato Grosso.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Gilberto Goellner.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 807, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Canarana Telecomunicação Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Querência, Estado de Mato Grosso.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Gilberto Goellner.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 740, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural e Educativa de Paiva/MG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paiva, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 766, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Amigos Nova Vale para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoinha, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 745, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Cristais Paulista para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristais Paulista, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Papaléo Paes.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 755, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Escola de Rádio e TV de Mendes para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mendes, Estado do Rio de Janeiro.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Papaléo Paes.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 675, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Estudantil de Espera Feliz - ACEEFE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 698, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Beneficente e Cultural de São João Batista do Glória para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João Batista do Glória, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 824, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Apicultores de Ponte Alta do Tocantins para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponte Alta do Tocantins, Estado do Tocantins.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador João Ribeiro.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 825, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Esperantina/TO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Esperantina, Estado do Tocantins.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador João Ribeiro.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 857, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de

Araguaçu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araguaçu, Estado do Tocantins.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador João Ribeiro.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 632, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Social Deodápolis – ACCSD para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Deodápolis, Estado de Mato Grosso do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador João Ribeiro.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 446, DE 2007
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Scala FM Stéreo de Belo Horizonte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 325, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Magno's Comunicações e Serviços Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Água Comprida, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 687, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural dos Trabalhadores de Flores de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Flores de Goiás, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Júnior.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 484, DE 2007
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Vida Nova de Canarana para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canarana, Estado de Mato Grosso.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 760, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Santa Cruz do Capibaribe para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Papaléo Paes.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 367, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Paraviana Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Mucajaí, Estado de Roraima.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Valdir Raupp.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 29
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 46, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à Paraviana Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Luiz, Estado de Roraima.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Valdir Raupp.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 30
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 806, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juriti, Estado do Pará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.
Relatório: Pela aprovação da matéria, com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1 e 2 – CCT.

ITEM Nº 31
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 860, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicações – ECOCAP FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão Poço, Estado do Pará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 781, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Núcleo Cultural Bentogonçalvense para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.

Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 51, DE 2009 – CCT

Requeiro nos termos do artigo 90, incisos II e III do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública, no dia 12 de dezembro de 2009, para discutir o "Plano Nacional de Banda Larga", proposto pelo Ministério das Comunicações. Solicito que para esta audiência seja enviado convite ao Senador **Hélio Costa,** Ministro de Estado das Comunicações.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
ADITAMENTO Nº 04 AO REQUERIMENTO Nº 37, DE 2009 – CCT

Requeiro nos termos regimentais, o aditamento ao Requerimento nº 37, de 2009 – CCT, que solicita a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão com o tema: "Sanções administrativas em empresas de telecomunicações" para a inclusão, como convidados, senhor **Roberto C. Pfeiffer,** Diretor Executivo do PROCON de São Paulo; senhora **Marcela Oliboni,** Defensora Pública do Rio de Janeiro; e senhor **Leonardo Bessa,** Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Presidente do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor – BRASILCON.
Autoria: Senadores Renato Casagrande, Wellington Salgado de Oliveira e Sérgio Zambiasi.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

SEMINÁRIO EM CONJUNTO
COM AS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CD), DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO (CD), DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CD) E DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CD)

Em atendimento ao Requerimento nº 39, de 2009 – CCT.
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Tema: Debate sobre a Proposta de Substituição do Recolhimento do INSS das Empresas sobre a Folha de Pagamento por uma Contribuição de 0,50% sobre a Movimentação Financeira.

EXPOSITOR:
Senhor **Fernando Garcia,** Professor da Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas – FGV.

COORDENADOR:
Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (SF).

1ª MESA

Deputado **José Pimentel,** Ministro de Estado da Previdência Social – MPS;
Senhor **Ronan de Oliveira,** Chefe Substituto da Divisão de Contribuições Sociais e Previdenciárias de Terceiros da Receita Federal do Brasil – DITRI/MF; e
Senhor **João Hamilton Rech,** Coordenador de Tributos sobre a Produção e Comércio Exterior da Receita Federal do Brasil – MF.

COORDENADOR:

Deputado **Luiz Carlos Hauly,** 2º Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação (CD).

2º MESA

Senhor **Roberto Nogueira Ferreira,** Consultor da Confederação Nacional do Comércio, de Bens, Serviços e Turismo – CNC;
Senhor **Luigi Nese,** Presidente da Confederação Nacional de Serviços – CNS; e
Senhor **Paulo Sérgio Sgobbi,** Diretor da Área de Tecnologia da Informação da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação – BRASSCOM.

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 468, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei n° 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações), para prever penalidades a quem contratar espaço publicitário em emissoras de radiodifusão que operem ilegalmente.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro.
Relatoria "ad hoc": Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, |Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 474, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Determina aos Poderes da União a divulgação na Internet de informações que permitam à sociedade saber como estão sendo empregados os recursos dos contribuintes e dá outras providências.
Autoria: Senador Raimundo Colombo.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Júnior.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 837, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Osvaldo Cruz para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Gerson Camata.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 765, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural e Artística de Japurá para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Japurá, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Flávio Arns.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 826, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Central de Organizações Populares de Contenda/PR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Contenda, Estado do Paraná. (Volume II).
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Flávio Arns.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 441, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Fundação Beneficente Educativa e Cultural de Amparo à Saúde Antônio Constâncio da Silva para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colônia do Gurguéia, Estado do Piauí.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Lobão Filho.
Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 621, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Rádio e Difusão de Grajaú para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Grajaú, Estado do Maranhão.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Lobão Filho.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 746, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Centro Social Filantrópico Vida Abundante para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fernando Falcão, Estado do Maranhão.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Lobão Filho.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 674, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária da Cidade de Luzerna/SC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luzerna, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 701, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Conselho Comunitário de Paraíso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraíso, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 725, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Fátima Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 729, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Pró-Desenvolvimento Roca Sales para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Roca Sales, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 741, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Majorense de Rádio Difusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Major Gercino, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 662, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Urbano e Rural de Lagoa de Dentro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa de Dentro, Estado da Paraíba.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Valdir Raupp.
Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 708, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Solidariedade para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra Branca, Estado da Paraíba.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Valdir Raupp.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 827, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Integrada de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matupá, Estado de Mato Grosso.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Gilberto Goellner.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 706, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente dos Moradores de Cocos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cocos, Estado da Bahia.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 707, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Rádio Comunitária de Santanópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santanópolis, Estado da Bahia.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 712, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Vale do Rio Ourives para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ituaçu, Estado da Bahia.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 785, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Comunicação de Santa Fé de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Fé de Minas, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 811, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Beneficente e Cultural de Papagaio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Papagaio, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 834, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Francisco Badaró - FUNDEC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Francisco Badaró, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 759, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Santa Edwiges para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Odessa, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 762, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Esplanada de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 739, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Leme do Prado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Leme do Prado, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 770, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária New Life para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carapicuíba, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 821, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Folião João de Lázaro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rosa do Tocantins, Estado do Tocantins.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Acir Gurgacz.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 850, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itacajá, Estado do Tocantins.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Acir Gurgacz.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 29
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 851, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Divino Pai Eterno para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taipas do Tocantins, Estado do Tocantins.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Acir Gurgacz.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 30
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 5, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Pássaro da Ilha FM S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Guaranésia, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 31
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 152, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Popular Novos Tempos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carangola, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 32
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 585, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação para a Comunicação em Maripá para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maripá de Minas, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 33
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 724, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Vale Azul FM de Itaquiraí/MS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaquiraí, Estado de Mato Grosso do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Renato Casagrande.
Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 34
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 274, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Auto Cap – Comunicações Indústria e Comércio de Petróleo e Derivados Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Normandia, Estado de Roraima.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 35
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 380, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Auto Cap – Comunicações Indústria e Comércio de Petróleo e Derivados Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São João da Baliza, Estado de Roraima.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores, máquinas, e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, bem como no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário de insumos e produtos agropecuários em geral, e dá outras providências.
Autoria: Senador Gilberto Goellner.
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Relatório: Favorável à matéria, com quatro emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs. 5, 6, 7 e 8 – CCT.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 742, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Educativa e Cultural de Radiodifusão Comunitária Vila Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gaspar, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 756, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Jaguarão – FM 104 para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 761, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Palmitinhense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmitinho, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 764, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Crissiumal para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Crissiumal, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 783, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio de Difusão Comunitária de Maçambará para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maçambará, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 784, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Apiúna para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apiúna, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 877, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária "A Voz de Manaquiri" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manaquiri, Estado do Amazonas.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Arthur Virgílio.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 894, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Conquista de Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carauari, Estado do Amazonas.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Arthur Virgílio.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 901, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Márcio Freitas Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Conceição do Pará, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 11
REQUERIMENTO Nº 52, DE 2009

Requeiro nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública no âmbito desta Comissão, para discutir as perspectivas das Rádios AM no Brasil. Para tanto apresento a sugestão dos seguintes participantes: **Ministro de Estado das Comunicações; Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Radiodifusão – ABERT; Presidente da Associação de Empresas de Radiodifusão de São Paulo – AESP; Presidente da Associação Gaúcha de Rádio e Televisão – AGERT; e Presidente da Associação Paraense de Emissoras de Rádio e Televisão – APERT/PA.**
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 51, de 2009 – CCT.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro.
Assunto: Debate sobre o Plano Nacional de Banda Larga.

CONVIDADO:

Senador **Hélio Costa,** Ministro de Estado das Comunicações.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 04

02 Extraordinárias – Deliberativa.
01 Extraordinária – Audiência Pública.
01 Extraordinária – Seminário.

MATÉRIAS APRECIADAS: 82

03 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).

74 Projetos de Decreto Legislativo (terminativo).
02 Requerimentos – CCT.
01 Aditamento – CCT.
02 Emendas – CCT.

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS - CMMC

Presidenta: Senadora Ideli Salvatti.
Vice Presidenta: Deputada Vanessa Grazziotin.
Relator: Deputado Colbert Martins.

TOTAL DE REUNIÕES:

MATÉRIAS APRECIADAS:

TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS COMISSÕES: 45
TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS SUBCOMISSÕES: 03
TOTAL GERAL DE MATÉRIAS APRECIADAS: 503

C.2 - SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Relatório da SSCEPI – 02/02/2009 a 22/12/2009

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO – CPI

						Proposições					
						PEC	**PLC**	**REQ**	**PLS**	**PRS**	**Obs.**
CPI	**ONGs** RQS 201/2007	6	8	16	217						
CPI	**PEDOFILIA** RQS 200/2008	27	144	130	2006			4	6		
CPI	**PETROBRÁS** RQS 569/2009	14	64	162	101				**2**		

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO – CPMI

					Proposições					
					PEC	**PLC**	**REQ**	**PLS**	**PRS**	**Obs.**
CPMI	**MST** RQN 24/2009	2		70	**1**					

COMISSÕES TEMPORÁRIAS - CT

					Proposições						
					PEC	**PLC**	**REQ**	**PL**	**PRS**	**PLS**	
CT	**REFORMA DO RISF** RQS 208/2008	10							1		
CT	**TRANSPOSIÇÃO DO S. FRANCISCO** RQS 115/2008	1									
CT	**CÓDIGO DE PROCESSO PENAL** PLS 156/2009	17					1				
CT	**ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU** (RQS 231/2009)	1									
CT	**COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA** (RQS 247/2009)	2	2	2							

COMISSÃO

					Proposições						
					BOLETINS INFORMATIVOS						
	CRISE FINANCEIRA AT 16/2009	10			9						Em 18.06.09 foi aprovado o 1º relatório parcial

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 09:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quatorze minutos do dia vinte e quatro de novembro do ano de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Tião Viana, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Antonio Carlos Valadares, Renato Casagrande, João Pedro, Ideli Salvatti, Francisco Dornelles, Gerson Camata, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Romero Jucá, Gilvam Borges, Eliseu Resende, Antonio Carlos Júnior, Raimundo Colombo, Cícero Lucena, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Gilberto Goellner, Demóstenes Torres, Heráclito Fortes, Rosalba Ciarlini, José Agripino, Álvaro Dias, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Gim Argello, Sérgio Zambiasi e Osmar Dias. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, Pedro Simon, Renan Calheiros, Efraim Morais, Adelmir Santana, Osvaldo Sobrinho, tendo falta justificada em virtude de estar participando de missão política na Antártida, João Tenório e João Vicente Claudino. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência comunica aos membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento, Aviso nº 1528-Seses-TCU-Plenário, de 4 de novembro de 2009, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 020.622/2009-1, referente à operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 23 de 2009, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam; e o Aviso nº 1531-Seses-TCU-Plenário, de 4 de novembro de 2009, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC-020.625/2009-3, referente à operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 24 de 2009, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. O Presidente dá início à primeira parte da Reunião, destinada à discussão e votação das Emendas desta Comissão ao PL nº 46/2009-CN – Projeto de Lei Orçamentária Anual para o ano de 2010 (PLOA/2010) que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. O Presidente concede a palavra ao Coordenador das Emendas, Senador Francisco Dornelles, que esclarece que foram apresentadas doze emendas, elaboradas pelos Senadores Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, Flexa Ribeiro e Paulo Duque. **Após a leitura do Relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o encaminhamento das quatro Emendas de Apropriação ao Projeto de Lei nº 46/2009-CN, Emenda nº 01 – Acréscimo – Ministério da Pesca e Aqüicultura – Equalização da taxa de juros em financiamento ao Programa da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Lei 10.849, de 2004) – Nacional – Valor de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); Emenda nº 02 – Acréscimo – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Capacitação para Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte – Nacional – Valor de R$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais); Emenda nº 03 – Acréscimo – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Monitoramento de Instalação e Operação de Zonas de Processamento de Exportação – ZPE – Nacional – Valor de R$ 55.000.000,00 (cinqüenta e cinco milhões de reais); e a Emenda nº 04 – Inclusão – Apoio a Projetos de Desenvolvimento na Amazônia Ocidental e Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana – AP – NACIONAL – Nacional – Valor de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais)**. O Presidente dá início à apreciação das Matérias constantes da segunda parte da Reunião, Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 239 de 2009, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Ceará e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 45,000,000.00 (quarenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento adicional do "Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará – PROARES – Fase II"", tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece Relatório favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Francisco Dornelles, usam da palavra os Senadores Flexa Ribeiro e Inácio Arruda. Encerrada a discussão, colocado em votação,

a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado, também, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 02-Mensagem do Senado Federal nº 238 de 2009, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US$ 7,500,000.00 (sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Melhoramento da Infra-Estrutura Urbana do Município de Ponta Grossa/PR"", tendo como Relator o Senador Eliseu Resende, que oferece Relatório favorável nos termos do PRS que apresenta. O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, designa o Senador Francisco Dornelles Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório, usam da palavra os Senadores Osmar Dias e Inácio Arruda. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado, também, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 03-Mensagem do Senado Federal nº 244 de 2009, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que "propõe ao Senado Federal a retificação da Resolução nº 26, de 2009, que autorizou a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor equivalente a até US$ 235.000.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinada a financiar parcialmente o "Projeto de Investimentos para a Qualificação do Sistema Único de Saúde – QualiSUS (Fase I)"", tendo como Relator o Senador Tião Viana, que oferece Relatório favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório Senador Tião Viana, usam da palavra os Senadores Flexa Ribeiro, Inácio Arruda e Renato Casagrande. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado, também, Requerimento de Urgência para a Matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e cinqüenta e dois minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador – **GARIBALDI ALVES FILHO,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 53ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam, queiram permanecer como se encontram. A Ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para o seu conhecimento: Aviso de n.º 1.528, TCU, Plenário, de 04 de novembro, encaminhando cópia do acórdão, proferido pelo Plenário daquela corte, nos autos do Processo n°. 020622/2009-1, referente à operação de crédito, autorizada pela Resolução do Senado Federal de n°. 23, de 2009, bem como do Relatório da proposta de deliberação que o fundamentam. Aviso de n°. 1.531, do Tribunal de Contas da União, de 04 de novembro de 2009, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão, proferido pelo Plenário daquela corte, nos autos do Processo de n°. 020625/2009-3, referente à operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal de n°. 24, de 2009, bem como do relatório da proposta de deliberação que o fundamentam. Comunico que os expedientes serão encaminhados aos membros da comissão por meio de ofício circular.

Discussão e votação das emendas desta comissão ao PL n°. 46, de 2009, Projeto de Lei Orçamentário anual para o ano de 2010, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Foram apresentadas as Emendas de n°. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13... Treze emendas a esta comissão. Pergunto ao senador, ilustre senador, nobre Senador Francisco Dornelles, se já tem condições de proferir o seu relatório, ao mesmo tempo que eu convido para fazê-lo aqui da Mesa.

Antes do Senador Dornelles, Francisco Dornelles, nos dar a honra de ouvi-lo, eu quero avisar, comunicar aos senadores que nós teremos hoje uma sabatina com o novo Diretor do Banco Central, o Dr. Aldo Luiz Mendes, teremos uma Audiência Pública sobre o Vale-Cultura e teremos a apreciação de empréstimos aos estados e alguns estados, solicitação de alguns estados. Então, é necessário que se façam presentes os senadores que compõem a Comissão de Assuntos Econômicos. Faço um apelo aos senadores para que venham ao Plenário desta Comissão, porque necessitamos de *quorum* para a aprovação destas matérias e teremos, nesse instante, o início da discussão das

emendas da própria comissão, discussão e votação das emendas desta comissão ao Projeto de Lei Orçamentário Anual.

Com a palavra, portanto, o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Sras. e Srs. Senadores, "*com fundamento nas disposições contidas na Resolução n°. 01, de 2006, essa Comissão de Assuntos Econômicos reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão as emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária. Encontra-se sob análise desse Plenário 12 propostas, elaboradas pelos Senadores Garibaldi Alves, Romero Jucá, Flexa Ribeiro, Valdir Raupp e Paulo Duque. As emendas foram analisadas a partir de fundamentos estritamente técnicos, colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente na citada Resolução n°. 01, de 2006. Importa consignar que dois fundamentos nortearam o trabalho de análise feito por essa relatoria, de que elas mantivessem estrita relação com as competências dessa comissão e que o outro fundamento foi que as propostas apresentassem interesse nacional. A Emenda 2 foi considerada passível de escolha, com base no adendo ao relatório das atividades de Comitê de admissibilidade, emenda, especialmente o Item 3, que trata da parte geral. As Emendas 8 e 9 foram inadmitidas por não estarem diretamente relacionadas à atuação da Comissão. A Emenda 4 não foi contemplada e será atendida pela aprovação da Emenda 12. As Emendas 6, 7, 8... 3, 6, 7 e 10 foram rejeitadas pelo limite de quantidade*".

Voto. "*Votamos pela aprovação ao Projeto de Lei Orçamentário das seguintes propostas de emendas, conforme o anexo do quadro 2, 5, 11 e 12. Relembramos à Comissão que as emendas devem fazer-se acompanhar de Ata dessa reunião, na qual vai ser especificada a decisão aqui tomada. Também sugerimos à Secretaria da Comissão que adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e apresentação de emendas junto à Comissão Mista de Orçamentos*". É o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O relatório está em discussão. Entretanto, como ainda não temos o *quorum* necessário para votação, eu solicito ainda ao Senador Francisco Dornelles que faça a leitura do seu relatório sobre proposta ao Senado Federal, para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, no valor de até 45 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento adicional do Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará, PROARES Fase II. A proposta, o projeto é de autoria do Sr. Presidente da República, a relatoria é do Senador Francisco Dornelles. E eu pediria silêncio para que pudéssemos ouvir novamente o Senador Francisco Dornelles. Com a palavra S. Exa.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Senador Garibaldi Alves, Presidente. "*É submetido à apreciação do Senado Federal, pleito do Estado do Ceará, por intermédio da Mensagem 239, de 2009, solicitando autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com Banco Interamericano de Desenvolvimento. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento adicional do Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará. Segundo informações, contidas no parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, o total de investimentos previstos é da ordem de 64.2 milhões, sendo que o Estado do Ceará aportará como contrapartida recursos de ordem de 19.2 milhões. Ressalta que esses recursos deverão ser desembolsados nos anos de 2009 a 2012*".

Análise. "*Inicialmente, a gente observar que a situação de endividamento do referido estado comporta a assunção de obrigações financeiras, advindas da contratação deste novo empréstimo. A Secretaria do Tesouro Nacional informa também que a operação de crédito em exame está prevista no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado e que sua contratação não implica qualquer violação dos acordos firmados com a União. Com efeito, o estado está adimplente com relação às imediatas e compromisso assumidos no referido Programa de Ajuste Fiscal.*

Estão sendo observadas as exigências definidas na resolução 48, de 2007, do Senado Federal, e no art. 40, da Lei de Responsabilidade Fiscal. A operação de crédito em exame atende as exigências previstas nos arts. 6º, 7° e 21, da Resolução 43, observando assim os limites de endividamento neles estabelecidos, como previsto no art. 40, de 2001, do Senado Federal.

O pleito, encaminhado pelo Estado do Ceará, encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida autorização para contratação de operação de crédito, nos termos do Projeto de Resolução do Senado". Esse é o meu Voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Devo adiantar que estão presentes aqui, de acordo com a Resolução de n°. 43/01, do Senado Federal, para acompanhar a apreciação da matéria, o Sr. Eduardo Luiz ***Gaudard***, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro

Nacional, do Ministério da Fazenda, representando assim o Tesouro Nacional, e ainda a Sra. Lígia Maria Luna Coelho Ferreira, do SEPLAG do Ceará.

Eu peço ao Senador Francisco Dornelles, para o bom andamento dos trabalhos desta Comissão, com a compreensão do Senador Eliseu Resende, que S. Exa. seja o relator *ad hoc* da proposta do Sr. Presidente da República, que pede autorização para contratação de operação de crédito externo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Garibaldi Alves, Sr. Relator Ministro Francisco Dornelles, eu pedi pela ordem, Presidente, para agradecer ao relator, em nome do Senador Tasso Jereissati, pela acolhida do empréstimo ao Estado do Ceará para o programa que vai beneficiar as crianças daquele estado, que é, sem sombra de dúvida, um estado que vem se desenvolvendo a passos largos no Nordeste brasileiro. Senador Tasso, lamentavelmente, era para ele estar aqui, não pode chegar para fazer essa observação, mas pediu-me que eu o fizesse, agradecendo, em nome do Ceará, ao relator, Senador Francisco Dornelles, ao Presidente, pelo parecer pela aprovação do empréstimo ao Estado do Ceará.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro. E continuo a leitura da ementa do empréstimo que é proposto pelo Sr. Presidente da República para o Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná, estado aqui do Senador Osmar Dias. O empréstimo é junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, no valor de até 7 milhões e 500 mil dólares dos Estados Unidos da América, cujo recurso destina-se ao financiamento parcial do Programa de Melhoramento da Infraestrutura Urbana do Município de Ponta Grossa, no Paraná.

Eu solicitaria ao Senador Francisco Dornelles que pudesse ser o relator *ad hoc* deste projeto, cujo relator é o ilustre Senador Eliseu Resende, que não pôde chegar até o Plenário até agora, mas que nos enviou uma comunicação que está chegando. Mas para adiantar os trabalhos, com a compreensão de S. Exa., peço ao Senador Francisco Dornelles para que leia o relatório.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Sras. e Srs. Senadores, "*com a Mensagem 238, de 2009, o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal pleito do Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná, solicitando autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Os recursos, oriundos da presente operação de crédito, destinam-se ao financiamento do programa de melhoramento de infraestrutura urbana do Município de Ponta Grossa. O programa contará com investimentos orçados em aproximadamente 15 milhões, sendo sete e meio milhões financiados pelo BID e sete e meio provenientes da contrapartida municipal*".

Análise. "*A Secretaria do Tesouro Nacional e a Procuradoria-Geral da Fazenda emitiram pareceres favoráveis ao pleito e a concessão da garantia do Tesouro. Entendemos assim, como é reconhecido pela própria Secretaria do Tesouro, ser possível atender a esse pleito de garantia, pois são consideradas suficientes e adequadas garantias a serem prestadas. A Prefeitura Municipal de Ponta Grossa conta com recursos suficientes, devidamente demonstrados para o ressarcimento à União, caso ela venha a honrar o compromisso da condição de garantidora da operação.*

Em face do exposto, Sr. Presidente, conclui-se que o pleito, formulado pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções 48, de 2007, 40 e 43, todas do Senado Federal, devendo ser concedida autorização para contratação de operação de crédito, pretendidas nos termos do projeto da resolução, já divulgada e distribuída as Sras. e Srs. Senadores". É o relatório, Sr. Presidente.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Para discutir, concedo a palavra ao Senador Osmar Dias. Mas, antes, peço permissão a S. Exa. para fazer um apelo aos senadores da Comissão de Assuntos Econômicos, para que possamos apreciar estas matérias e, em seguida, sabatinar o novo Diretor do Banco Central do Brasil, o Dr. Aldo Mendes, e é necessário um *quorum* mínimo de 14 senadores. Com a palavra o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, o Município de Ponta Grossa é um dos municípios mais tradicionais do Paraná, fica nos Campos Gerais. Já tem uma população que recomenda dois turnos nas eleições, portanto é uma cidade grande do Paraná, é conhecida como a capital cívica do meu estado. Lá fica Vila Velha, lá ficam os Campos Gerais, onde tem a agricultura mais produtiva, mais moderna do Brasil e um parque industrial muito importante. Lá, há necessidade da instalação, inclusive, de um porto seco, e, quando se recomenda o empréstimo de 7,5 milhões de dólares para infraestrutura de Ponta Grossa,

nós estamos falando de um projeto de extrema importância para uma população que dá uma contribuição enorme para o estado, e, por isso, esse projeto deve ser aprovado com louvor, exatamente para que a cidade possa se equipar melhor, até para receber mais investimentos e dar suporte às empresas que já se instalaram lá, gerando muitos empregos aos trabalhadores. Aliás, agora, no dia 14 de dezembro, eu estarei na Cidade de Ponta Grossa para a criação da Agência do Trabalhador em Ponta Grossa. Tendo em vista a importância que terá essa Agência do Trabalhador, esse projeto se soma a essa conquista da cidade da Ponta Grossa, e eu quero dar aqui o meu voto favorável e recomendar o voto favorável. E já também comunicar, Sr. Presidente, que vamos pedir urgência no Plenário para aprovação desse empréstimo para a Cidade de Ponta Grossa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Continua em discussão a matéria.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Senador Inácio Arruda.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Senador Inácio Arruda tem a palavra.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Primeiro para dar todo apoio ao Paraná, ao nosso amigo Osmar Dias; segundo, reforçar a inauguração da Agência do Trabalhador lá em Ponta Grossa, porque é uma agência de relações não só com o Paraná, mas é uma agência de relações também com a região inteira, até de fronteira, que tem o Paraná com outros países, tem grande significado, um trabalho muito positivo do Ministro do Trabalho, em articulação com os seus colegas no Estado do Paraná.

E segundo, para pedir urgência no Item 1 da Pauta, que é o empréstimo do Estado do Ceará, relatado com o primor de sempre do nosso colega Francisco Dornelles.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Inácio Arruda. E está em discussão o Item 2 da Pauta.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Já temos *quorum*? Já temos *quorum*, então.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Já temos *quorum*. Em votação o relatório do Senador Eliseu Resende, que foi apresentado aqui pelo Senador Francisco Dornelles como relator *ad hoc*. Os senadores que concordam com o relatório, permaneçam como estão. Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE favorável, nos termos do projeto de resolução apresentado. Agradeço ao Senador Francisco Dornelles.

Em discussão agora o Item 1 da Pauta, mas, para o Estado do Paraná, ainda se faz necessário, para o item 2, a votação da urgência, solicitada pelo relator com o beneplácito Senador Osmar Dias. Em votação a urgência. Os Srs. e as Sras. Senadoras que aprovam a urgência, permaneçam como se encontram. Aprovado.

O item 1 da Pauta. Em discussão o parecer do relator Senador Francisco Dornelles...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Brevemente eu quero ressaltar que foi bem sublinhado pelo relator, o objetivo desse empréstimo do Estado do Ceará. Primeiro, que o Estado do Ceará está sendo bem gerenciado. Nesse ponto de vista, está em condições de contrair esse e outros empréstimos, bem citado no relatório do Senador Francisco Dornelles, mas quero ressaltar o papel do programa que vai beneficiar jovens em atuação de risco social, bem como do seu grupo familiar, no Estado do Ceará. Então atende a crianças, adolescentes e seus familiares, um conjunto de ações sociais no Estado do Ceará, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, e dentro dum programa que o Estado do Ceará vem desenvolvendo num esforço grandioso. Hoje eu assisti em São Paulo crianças de 11 anos depredando uma escola pública, e o problema identificado pelos pesquisadores é exatamente a crise social nas grandes periferias urbanas do Estado Brasileiro. Então a atenção do Estado do Ceará em buscar já resolver, se antecipar antes de chegue também no Ceará esse tipo de situação. Então o Governador Cid Gomes busca se antecipar em um programa junto com o Banco Interamericano, por isso que eu quero louvar o relatório do Senador Dornelles, que identificou bem as razões substanciais do programa do Estado do Ceará com o Banco Interamericano.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação o parecer do relator Senador Francisco Dornelles. Os senadores e senadoras que concordam com o relatório do Senador Dornelles, permaneçam como estão. Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução apresentado.

Em discussão o relatório do Senador Francisco Dornelles. Em votação a respeito das emendas da Comissão--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): --de Assuntos Econômicos.

Para discutir, com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Garibaldi Alves, eu imagino a dificuldade que tem um relator das emendas de uma comissão para poder escolher, entre tantas emendas importantes, apenas quatro para serem contempladas. Só a competência do Senador Francisco Dornelles faz com que ele possa apresentar um relatório que dispensa qualquer discussão com relação às escolhas que ele fez para atender os diversos ministérios. Eu próprio fiz várias emendas ligadas ao turismo para incentivar os eventos de turismo, para infraestrutura turística, mas ele achou por bem, e eu concordo com ele, de acolher uma emenda de maior importância, que é que a que trata do monitoramento de instalação e operação das zonas de processamento de exportação. Esse instrumento de desenvolvimento, que lamentavelmente ainda não foi implantado a nível do Brasil, muito pouco, e, no meu estado, nenhuma ação do governo houve até agora para que fosse implantada. Eu espero o que Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior possa monitorar e apoiar o Governo do Estado do Pará para que apresente o projeto e possa, com isso, implantar imediatamente a zona de processamento de exportação de Barcarena. Ele que acatou também uma emenda de V. Exa. para o setor da pesca, que todos nós defendemos, e é uma emenda importante, Senador Dornelles, porque ela vem propiciar a equalização da taxa de juros no financiamento ao Programa de Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional. Quero parabenizá-lo e dizer que votamos a favor, com louvor, pelo relator, pelo parecer do relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. foi um dos campeões de emendas aprovadas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o apoio do meu Presidente, Senador Garibaldi Alves. Tivemos V. Exa. uma e eu uma, isso é bondade do relator Senador Francisco Dornelles.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não. V. Exa. teve três emendas aprovadas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É um exagero, Sr. Presidente. Precisamos botar uma do Ceará, pelo menos mais uma do Nordeste.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu me equivoquei, eu me equivoquei.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Senador Garibaldi Alves é muito meu amigo. Gostaria de ter as três, mas foi uma só.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, no caso das emendas, eu estou apoiando a iniciativa de V. Exa. e do Senador Flexa, porque atendendo ao Pará também atende ao Ceará.

Em relação ao Item 1, eu gostaria de examinar se V. Exa. votou a urgência. Já foi tudo...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Já foi votado, urgência e tudo.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Ok. Eu agradeço a V. Exa., e estamos apoiando as emendas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação as emendas que serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Em votação o relatório do Senador Francisco Dornelles. O relatório foi aprovado.

Terceiro item da pauta. O Item 3 propõe ao Senado Federal a retificação da Resolução n°. 26, de 2009, que autorizou a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução em Desenvolvimento, BID, no valor equivalente a 235 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, destinada a financiar parcialmente o projeto de investimento para qualificação do Sistema Único de Saúde. Autoria do Presidente da República; relator, o Senador Tião Viana, a quem concedo a palavra.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Sr. Presidente, Senador Garibaldi, Sras. e Srs. Senadores, na verdade, essa matéria já aprovada no Senado Federal, são recursos da ordem de 235 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, destinados ao financiamento parcial do projeto de investimento para qualificação do Sistema Único de Saúde. No entanto, a matéria continha inadequações relativas às condições financeiras constantes da minuta do contrato do empréstimo negociado com o BID e com os do credenciamento efetivados pelo Banco Central do Brasil. Diante de três inadequações que a matéria continha, Sr. Presidente, é que ela retornou ao Senado para um retificação da Resolução 26, do Senado Federal. Então o meu parecer é favorável, porque trata-se apenas de uma retificação de uma matéria já aprovada, com os recursos já garantidos para o Governo Brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em discussão o relatório do Senador Tião Viana. Em votação. Os senadores e senadoras que concordam com o relatório, permaneçam como estão. Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável, nos termos do Projeto de Resolução. Em votação o pedido de urgência. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu peço a palavra, pela ordem, a V. Exa., para solicitar a inclusão extrapauta, na Ordem do Dia, do Projeto de Lei da Câmara n°. 284, de 2009. Na origem, é o PL n°. 2.223, de 2007, do Deputado Sebastião Bala. É melhor a gente botar, numa situação dessa... Que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e altera o art. 6º e 50, da Lei n°. 9.468, de 06 de agosto de 97, e dá outras providências. Se V. Exa. permitir e o Plenário ouvido também o fizer, é uma matéria que é muito importante para o Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu solicito a compreensão do Senador Renato Casagrande e pergunto se concorda... V. Exa. ouviu a...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu estava conversando com a Senadora Ideli e não tive a oportunidade de ouvir. Gostaria...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Inácio Arruda, V. Exa...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu peço urgência para a Política Nacional de Mudanças Climáticas.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E o Fundo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E o Fundo já foi pedido aqui, ao lado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Urgência para os fundos. Porque são duas matérias.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): São duas matérias, são dois projetos, Presidente, a Política Nacional de Mudanças, que eu sou relator, e o Fundo Nacional de Mudanças Climáticas, e o relator é o senador... Vai para a Comissão de Meio Ambiente. Votamos na Comissão de Assuntos Econômicos e nós vamos votar na Comissão de Meio Ambiente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, são duas matérias, nós precisamos votar aqui, na CAE, porque ainda irá à Comissão de Meio Ambiente.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E retornará à Câmara.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exas. estão solicitando que a matéria vá direto ao Plenário?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não, não. Pedimos urgência para votar aqui. Urgência para votarmos aqui, não é pedido de urgência para ir a Plenário, não.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Se puder ir direto a Plenário, já faremos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É o seguinte. Depois da sabatina do novo Diretor do Banco Central, da audiência sobre o Vale-Cultura, se nós tivermos ainda fôlego para votar, eu acredito que votaremos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo para que a gente possa ter o fôlego depois, porque nós temos que votar, ainda, numa sessão extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, esta semana, para a matéria retornar à Câmara dos Deputados, porque houve votação...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Um aparte, senador. É que, Sr. Presidente, se nós pudéssemos votar agora--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E há consenso?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Aqui há. As comissões anteriores foram votadas por consenso. Não é terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Se há consenso, se os senadores concordam...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Política Nacional e o Plano Nacional de Mudanças Climáticas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então vamos votar a matéria. No momento, a matéria não está pronta para votação, mas isso não significa que ela não possa ser votada ainda na sessão de hoje.

Sessão encerrada às 10h53.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA QUINQUAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA

DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e cinqüenta e quatro minutos do dia vinte e quatro de novembro do ano de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Tião Viana, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Antonio Carlos Valadares, Renato Casagrande, João Pedro, Ideli Salvatti, Francisco Dornelles, Gerson Camata, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Romero Jucá, Gilvam Borges, Eliseu Resende, Antonio Carlos Júnior, Raimundo Colombo, Cícero Lucena, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Gilberto Goellner, Demóstenes Torres, Heráclito Fortes, Rosalba Ciarlini, José Agripino, Álvaro Dias, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Gim Argello, Sérgio Zambiasi e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Presidente dá início à apreciação da Matéria constante da Pauta da Reunião, Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 247, de 2009, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que "submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Aldo Luiz Mendes, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, em substituição ao Senhor Mario Gomes Torós", tendo como Relator o Senador Aloizio Mercadante, que oferece Relatório a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Aloizio Mercadante, usa da palavra o Sr. Aldo Luiz Mendes para fazer sua exposição. Após a exposição, usam da palavra os Senadores Antonio Carlos Júnior, Osmar Dias, Eduardo Suplicy, César Borges, Gerson Camata, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Arthur Virgílio, Heráclito Fortes, Tasso Jereissati e Aloizio Mercadante. Encerrada a votação secreta, a Presidência convida os Senadores Flexa Ribeiro e Antonio Carlos Júnior para atuarem como escrutinadores. Procedido o escrutínio, a Comissão aprova a indicação por vinte e três votos favoráveis, dois votos contrários e uma abstenção. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 67/09-CAE, de autoria dos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Júnior e Heráclito Fortes, que requer a realização de audiência pública com a presença do Sr. Mario Gomes Torós, Ex-Diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil, para debater a atuação do Bacen no período recente de crise financeira enfrentada pela economia mundial. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e cinqüenta e um minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **GARIBALDI ALVES FILHO,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu convido para comparecer e compor a Mesa o Sr. Aldo Mendes, indicado pelo Sr. Presidente da República, para compor a Diretoria do Banco Central do Brasil. Ao mesmo tempo que convido o Senador Aloizio Mercadante, que é o relator sobre a indicação, para que possa chegar ao Plenário, a fim de apresentar o seu relatório.

Eu peço aos senadores a compreensão de todos, porque, após a realização da sabatina e votação do nome do Sr. Aldo Luiz Mendes para exercer o cargo de Diretor do Banco Central, vamos ter uma Audiência Pública sobre o Vale-Cultura, com a presença do Ministro da Cultura, o Ministro Juca Ferreira.

O Senador Aloizio Mercadante será o relator da indicação feita pelo Presidente da República. Solicito ao Senador Romero Jucá que enquanto aguardamos a chegada do Senador Aloizio Mercadante, possa ler o seu relatório, e, em seguida, o Senador Aloizio fará... Chegou? Chegou o Senador Aloizio Mercadante. Peço silêncio.

Concedo a palavra ao relator, o Senador Aloizio Mercadante, para que proceda a leitura do seu parecer sobre o indicado, o Sr. Aldo Luiz Mendes, para ser conduzido ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Garibaldi Alves Filho, pela confiança e pela indicação. É muito honroso poder relatar a apresentação do Dr. Aldo Luiz Mendes.

"*Nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52--*

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço silêncio. Por favor, Senador Aloizio Mercadante, é em favor da leitura do parecer da V. Exa. Peço silêncio. Com a palavra... Continua com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): "*Nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Aldo Luiz Mendes para ser conduzido ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, em substituição ao Sr. Mário Gomes Torós. Os referidos dispositivos conferem competência privativa ao Presidente da República para nomear, e, ao Senado Federal, para aprovar, previamente por voto secreto e*

por arguição pública, entre outros servidores públicos, o Presidente e os demais diretores do Banco Central do Brasil. De acordo com a Lei n°. 6.045, de 74, que alterou a Lei 4.595 de 64, e também a composição da diretoria do Banco Central, os diretores do Banco Central do Brasil serão escolhidos entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômicos financeiros.

O curriculum vitae, em anexo à mensagem presidencial, relata a formação acadêmica e experiência profissional do Sr. Aldo Luiz Mendes. Aldo Luiz Mendes é brasileiro, natural do Rio de Janeiro, nascido em 13 de outubro de 1958, se graduou em Economia pela Universidade de Brasília, UnB, em 82. O Sr. Aldo Luiz Mendes, nos estudos de pós-graduação, obteve diploma de Mestre em Economia, também pela UnB, em 88, e, depois, doutor em Economia, pela Universidade de São Paulo, a USP, em 96, onde eu pude fazer a minha graduação.

O Sr. Aldo Luiz Mendes iniciou a sua longa formação profissional como funcionário do Banco do Brasil em 1980, onde exerceu o cargo de Assessor de 1988 a 95; foi Gerente de Finanças Internacionais, de 95 a 2000; Superintendente de Riscos de Mercado, de 2000 a 2001; Diretor de Finanças, de 2001 a 2003; Diretor de Mercado de Capitais, de 2003 a 2005; vice-Presidente de Finanças, Mercados e Capitais e Relações com Investidores, de 2005 a maio de 2009; atualmente exerce a Presidência da Companhia de Seguros Aliança do Brasil.

Além disso, o Sr. Aldo Luiz Mendes foi Presidente do Conselho Deliberativo da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, PREVI, de 2004 a 2008, membro do Conselho da Administração da BMF, da Bolsa de Mercadorias e Futuros, de 2002 a 2006, membro do Conselho da Central Interbancária de Pagamentos, de 2006 a 2008, e membro da Diretoria Nacional das Instituições do Mercado Financeiro, ANDIMA, de 2006 a 2009.

As funções e as atividades desempenhadas, evidenciadas em seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes dessa comissão, revela o nível de qualificação profissional e a formação técnica e acadêmica do indicado, ficando assim esta Comissão de Assuntos Econômicos em condições de deliberar sobre a indicação do Dr. Aldo Luiz Mendes para ser conduzido ao cargo de diretor do Banco Central do Brasil".

Esse é o nosso relatório, portanto, a formação, a graduação na UNB e o mestrado, depois o doutorado na USP e toda uma carreira com cargos de grande relevância no Banco do Brasil, como nós destacamos, superintendente de risco de mercado, gerente de finanças nacionais, diretor de finanças, depois vice-Presidente do banco na área de finanças e mercado de capitais e relações com investidores, além das outras funções na BMF, PREVI, ANDIMA, seguramente nos dão todas as condições de deliberar com a certeza que o Banco Central do Brasil terá, num profissional de carreira de uma competência, assegurada pelo seu currículo, por todo o seu histórico profissional, as condições necessários para desempenhar uma função de tão grande relevo e interesse do Brasil. Portanto, é favorável o nosso parecer, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Aloizio Mercante a leitura do seu relatório. E passo a palavra ao Sr. Aldo Luiz Mendes, para que faça a sua exposição.

SR. ALDO LUIZ MENDES: Muito obrigado, Sr. Presidente, Exmo. Sr. Garibaldi Alves; muito obrigado, Sr. Relator, Exmo. Senador Aloizio Mercadante, Sras. e Srs. Senadores, senhoras e senhores.

Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer a minha indicação, feita pelo Presidente do Banco Central e pelo Exmo. Presidente da República. É para mim, de fato, motivo de grande honra comparecer a esta Comissão como indicado a compor a Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil. O objetivo da política econômica em qualquer país deve ser o de criar as pré-condições necessárias ao crescimento sustentável. Dentre essas pré-condições, destaca-se, sem duvida, a busca intransigente da estabilidade de preços, uma das maiores conquistas da sociedade brasileira ao longo dos últimos 15 anos. A estabilidade é um bem público por excelência, e o seu valor deve ser preservado, não seria possível o Brasil se desenvolver econômica e socialmente, sem índices de inflação baixos e consequentemente preços estáveis. Manutenção da estabilidade de preço é condição absolutamente necessária para o crescimento sustentável da economia brasileira ao longo do tempo. A política monetária deve perseguir o cumprimento da meta de inflação, estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. Como nós sabemos, para o biênio 2009/2010, foi fixado em 4,5% anuais.

Eu sou da opinião de que, para o perfeito funcionamento da política de metas de inflação, é necessário que o Banco Central disponha de autonomia. Desde meados dos anos 90, uma boa parte dos Bancos Centrais no mundo adquiriu sua independência. Também no caso brasileiro, a experiência dos últimos anos comprova que o BC deve dispor de autonomia operacional de fato, para calibrar com eficiência os instrumentos de política monetária, baseada, evidentemente, em critérios estritamente técnicos.

A política creditícia, por sua vez, tem como objetivo regular a oferta e o acesso da população ao crédito, favorecendo ao aumento da competição nesse mercado e assegurando a oferta adequada para o crescimento econômico. Por seu turno, a política cambial visa o aperfeiçoamento permanente do regime de câmbio flutuante, regime adotado pelas autoridades brasileiras e que tem se revelado adequado à nossa realidade econômica. O crescimento médio do PIB brasileiro, nos últimos cinco anos, atingiu a marca de 4,7%, em termos médios, um crescimento de mais que o dobro do alcançado em igual período anterior. Para o ano de 2010, a expectativa de crescimento do PIB está em torno de 5%, segundo as pesquisas focos do Banco Central. O índice de produção industrial vem crescendo sistematicamente este ano, revelando que, sem dúvida, o Brasil conseguiu deixar para trás a crise que se abateu sobre a economia mundial.

A utilização da capacidade instalada da indústria saltou de menos 77% em janeiro, de menos de 77%, em janeiro, para quase 84% em outubro último. Empresários e economistas apostam num crescimento para a indústria de até 16,5%, no primeiro trimestre de 2010, segundo veiculado pela imprensa recentemente.

A política de rendas, amparada em programa sociais, dentre os quais o Bolsa Família e o aumento do salário mínimo, aumento real, levou cerca de 30 milhões de pessoas a cruzar a linha da pobreza, além de aumentar significativamente a classe média e proporcionar o aumento do bem-estar da população. Nada disso teria sido possível sem que a inflação fosse mantida sob controle durante todos esses anos.

A política econômica adotada pelo Brasil, nos anos recentes, que tem se revelado adequada e corada de sucesso, repousa em três pilares fundamentais e indissociáveis, a saber: a responsabilidade fiscal, o regime de metas de inflação e o câmbio flutuante. A responsabilidade fiscal, conceito hoje devidamente assimilado pela sociedade brasileira, prega o que Estado não deve gastar mais do que arrecada, a fim de que não precise lançar mão do mais iníquo dos impostos, que é o imposto inflacionário, o qual incide proporcionalmente mais sobre as classes menos abastadas.

O regime de metas de inflação, ao invés de reagir aos fatos, ele age preventivamente, tomando medidas com base nas projeções para flutuações futuras de preços, que são obtidas a partir de três conjuntos de informações. O primeiro deles, as diferentes trajetórias de juros; o segundo, as melhores estimativas a respeito do estado da economia; e o terceiro conjunto, expectativas acerca de variáveis exógenas, ou aquelas que estão fora do controle da autoridade econômica.

O terceiro pilar de sustentação da política econômica atual é o câmbio flutuante. Uma vez acordada a meta inflacionária e conhecido o estado atual da economia, e, também quando se tem expectativa sobre as variáveis mais relevantes, é a taxa de juros que guia a economia para a meta previamente acordada. Quando atingido pela crise de 2008, o Brasil encontrava-se fortalecido, possuía reservas internacionais superiores a 200 bilhões de dólares e o modelo de regulação bancária mais exigente do que a maioria dos seus congêneres mundiais; assim, a autoridade monetária pode agir prontamente, oferecendo a liquidez em dólares e em reais, necessárias ao reequilíbrio do sistema. A estabilidade monetária, a previsibilidade, a transparência da política econômica, o grau de investimento, o fortalecimento das instituições, o crescimento econômico e as perspectivas positivas para o Brasil, tornaram-no num pólo dos mais atrativos ao investimento produtivo. Vale lembrar que, em 2008, foram mais de 45 bilhões de dólares em investimentos diretos estrangeiros no país.

Esse ciclo virtuoso gera um fluxo positivo de divisas em relação ao país, cujos excessos são adquiridos e convertidos em reservas, que nos tornam ainda mais fortes diante de eventuais oscilações da economia mundial. A política de acumulação de reservas permitiu, inclusive, que o setor público brasileiro passasse a ser credor líquido internacional já em 2006, e o Brasil um país credor internacional a partir de 2008.

Em síntese, Sras. e Srs. Senadores, se aceito por esta Casa, a minha indicação à Diretoria de Política Monetária do Banco Central do Brasil, eu colocarei ao dispor daquela autarquia o melhor dos meus conhecimentos e o melhor da minha capacidade de trabalho, para somar esforços ao time que vem ajudando o governo de maneira exitosa e tão competente a conduzir a economia brasileira.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Sr. Aldo Luiz Mendes a sua exposição. E pergunto ao Senador Aloizio Mercadante, que é o relator, se tem algum acréscimo a fazer ao seu relatório, alguma indagação na qualidade de relator.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu aguardarei a arguição dos demais senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a V. Exa. e concedo a palavra ao primeiro senador escrito, Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Dr. Aldo Luiz Mendes. Nos últimos--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Antonio Carlos Júnior, eu estou sendo... Eu peço desculpa ao V. Exa. porque eu estou sendo pressionado legitimamente pelos senadores para que seja aberta a votação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Entretanto há ainda uma Audiência Pública, a ser realizadas nesta Comissão logo após a sabatina. Então eu faria um apelo aos senadores para que realmente prestigiassem a Audiência Pública que terá a presença do Ministro da Cultura e são quatro comissões que vão conjuntamente realizar essa audiência.

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Evidente que as informações que eu tenho do Sr. Aldo sãos melhores possíveis, mas eu quero colaborar com V. Exa. e diminuir o trabalho que nós teríamos hoje e, regimentalmente, pedir vistas da indicação do Sr. Aldo para um melhor estudo.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu discordo, Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O maior respeito pela discordância do companheiro Antonio Carlos Magalhães Júnior, mas eu gostaria de pedir vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Heráclito Fortes, de acordo com o Regimento, V. Exa. poderá pedir adiamento da votação, não cabe o pedido de vista, o adiamento para mais tarde.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O adiamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Para ainda hoje.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. há de convir, eu tenho direito a pedir vista, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não há esse direito regimental assegurado a V. Exa.--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Já fizemos aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): De acordo com qual artigo do Regimento?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria pedir à assessoria que prestasse um esclarecimento, mas já foi pedido vistas aqui com relação... Pedindo de vista, inclusive por mim, Sr. Presidente, e atendido.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. está apelando para a memória viva da nossa comissão, que é Gonzaga.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Seguindo V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E está dizendo--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com o privilégio de tê-lo a sua esquerda ou a sua direita, conforme queira e eu à distância.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E está dizendo que aqui nunca foi pedido vista, e ele nunca perdeu uma reunião da comissão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Foi onde, que comissão? Um esclarecimento aqui de uma instituição de orelha também, que funciona não tão eficiente como o de V. Exa., mas foi pedido na Comissão de Relações Exteriores no caso da ABIN, e o Regimento é comum.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu vou ler... Porque sei que V. Exa. é um homem muito apegado ao Regimento, eu vou ler aqui o art. 132. "*Lido o relatório, desde que a maioria se manifeste de acordo com o relator, passará ele a constituir o parecer*". O pedido de vista, de acordo com o § 1º, do art. 132, do Regimento Interno do Senado, diz o seguinte: "*O pedido de vista do processo somente poderá ser aceito por uma única vez e pelo prazo máximo, improrrogável, de cinco dias, devendo ser formulado na oportunidade em que for conhecido o voto proferido pelo relator, obedecido o disposto no § 4º*".

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Muito obrigado, Sr. Presidente, era isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Espera aí. Peço a compreensão do Senador Heráclito Fortes. Estando a matéria em regime de urgência, a vista somente poderá ser concedida por meia-hora, no caso do art. 336, inciso I--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não é o caso, realmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Por 24 horas, nos casos do art. 336, inciso II e III.

Já que V. Exa. diz que será sensível aos conhecimentos do nosso Secretário Gonzaga, o que ele está esclarecendo é o seguinte: que não é o caso do pedido de vista, porque o que se diz aqui é o seguinte: "*...devendo ser formulado na oportunidade em que for conhecido o voto, proferido pelo relator, obedecido no disposto do § 4º*".

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Exatamente, nós estamos no processo. O voto do relator foi conhecido agora, Sr. Presidente. Podemos até fazer uma filigrana e desmoralizar o Regimento da Casa, mas eu estou--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ele leu o relator, mas não adiantou o voto.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, para ajudar. Eu perguntei ao Senador Heráclito a razão do pedido de vista, ele disse que gostaria de ouvir o ex-diretor do Banco Central Mário Torós. A minha sugestão... Evidente que o Dr. Aldo Luiz Mendes, sobre o que aconteceu no passado, ele não tem o que contribuir para esse debate, dado que ele não fazia parte da diretoria do Banco Central. Nós poderíamos fazer o convite ao Dr. Mário Torós – da minha parte, eu não vejo nenhuma objeção -, podemos aprovar o convite para que ele venha à comissão fazer um debate sobre o desempenho do Banco Central na crise, evidente que ele virá como convidado, se julgar oportuno, e, com isso, Senador Heráclito, nós poderíamos aprovar.

O Dr. Aldo, além de ser um profissional de carreira do Banco do Brasil, desempenhou funções ao longo de todos esses 25 anos, que estão aqui, incorporados ao currículo, de uma formação acadêmica compatível, mestrado e doutorado em Economia. Eu faço mais um apelo porque, entre outras coisas, ele perdeu a prova de triathlon, porque ele é triatleta, nesse final de semana, das Forças Armadas, lá em Pirassununga, para se preparar para a sabatina. Então eu gostaria de solicitar que ele não tivesse que perder outra, vai perder muitas daqui para frente. Mas, de qualquer forma, não sei se a carreira de triatleta vai dar certo, agora, no Banco Central, os obstáculos são outros. Mas eu faria essa proposta, de comum acordo ao Senador Heráclito, que nós fizéssemos um convite, aprovássemos o requerimento do Senador Heráclito ao Mário Torós, para que venha à Comissão, fazer um debate sobre o acompanhamento do Banco Central na crise, ou quem mais ele achar oportuno, e nós pudéssemos dar prosseguimento à sabatina, mesmo porque eu já tinha lido o voto, já sido feita a apresentação do Dr. Aldo, e nós estávamos iniciando o processo de arguição, mas menos pela questão regimental e mais pelo bom entendimento, eu faria esse encaminhamento ao Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, veja V. Exa., quando o Senador Mercadante usa o [ininteligível] , vamos falar em atletismo, o [ininteligível] da paz e do amor e se abre para o diálogo, as coisas facilitam. Eu quero dizer que concordo em retirar, aceitando a iniciativa dele e da convocação feita por ele do Dr. Torós, o convite.

Então ele toma a iniciativa do convite e tem o meu apoio e eu retiro, então... Na realidade, o que eu acho é que o Brasil precisa saber a maneira e os motivos que levaram o Sr. Torós a deixar o Banco Central, no momento que, segundo a imprensa, sofreu várias pressões, deu uma entrevista, onde prestou alguns esclarecimentos. Então, eu acho que, diante do argumento do Senador Mercadante e dessa proposta dele, se aceita e aprovada por todos, então eu retiraria o meu pedido.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Heráclito Fortes--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Heráclito e estou formalizando o convite ao Dr. Mário Torós.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação a solicitação que será formalizada pelo Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Gostaria de subscrever junto, eu gostaria de subscrever junto o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Que será subscrita pelo Senador Antonio Carlos Júnior, para que venha ao Plenário desta Comissão o Dr. Mário Torós, para que faça uma exposição a respeito do período da sua permanência numa das diretorias do Banco Central do Brasil.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, toró no Nordeste é chuva forte; no plural, deve ser tormenta. É bom ouvi-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu acho que V. Exa. está atrás de uma tempestade.

[risos]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Espero que não seja num copo de água.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Será marcado dia e hora da presença aqui do Sr. Mário Torós.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A minha única preocupação, auxiliado aqui pelo Senador Raupp, com essa tempestade, é que não gere apagões.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra... Continua, aliás, desculpe. O Senador Antonio Carlos Júnior, e a batalha regimental fica para depois, Senador Heráclito.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu pergunto. Desculpe, Senador Antonio Carlos Júnior. Eu pergunto ao Plenário se devo abrir, ou não, a votação. Mas o Ministro está já presente e espera a participação de V. Exas. na Audiência Pública sobre o Vale-Cultura. Então, está aberta a votação.

Finalmente, Senador Antonio Carlos Júnior, V. Exa. com a palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Dr. Aldo Mendes. Nos últimos 15 anos, tivemos muitas conquistas na área econômica, inclusive no Banco Central, por exemplo, o estabelecimento das metas de inflação onde a fixação da taxa de juros é o pilar básico. Também a criação do COPOM e a instalação do Regime de Câmbio Flutuante também são da maior importância. Gostaríamos de saber, Dr. Aldo, se ele é favorável aos instrumentos já citados, e, particularmente, em caso de necessidade de elevação das taxas de juros, mesmo sabendo que essa posição não agrada o Ministério da Fazenda e a manutenção do câmbio flutuante, mesmo sabendo que o Ministério tem buscado formas de influenciar na taxa do câmbio, eu gostaria de saber a posição de V. Sa. na diretoria de política monetária do Banco Central. Se tivesse que tomar as medidas, que posições V. Sa. teria.

E também gostaria de saber de V. Sa. o que acha da autonomia formal do Banco Central.

SR. ALDO LUIZ MENDES: Muito obrigado, Exmo. Senador Antônio Carlos Júnior.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu concedo... Eu peço a compreensão do nosso convidado que está sendo sabatinado, e vamos fazer aquele sistema de três em três senadores para que V. Exa. possa, então, responder a cada três senadores, participação dos três. V. Exas. concordam? Então com a palavra o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, o Dr. Aldo Luiz Mendes, ele está sendo sabatinado para ser Diretor de Política Monetária do Banco Central. Outro dia, o Ministro Mantega deu uma entrevista ou se pronunciou num evento, se não me engano em São Paulo, dizendo que o dólar ideal para o Brasil seria 2,60. O setor de exportação está reclamando muito da desvalorização do dólar, frente ao real. Como consequência, nós estamos tendo dificuldades na exportação, e, especialmente, os preços das *commodities* caíram de uma forma considerável, e, quando se fala em *commodities,* a gente está falando no principal segmento de exportação do Brasil. Nós estamos, hoje, com o dólar sempre flutuando entre 1,70 e 1,72. E a minha pergunta ao Dr. Aldo é se ele concorda com o Ministro da Fazenda e qual será o caminho que vai perseguir, se concorda. Ou se não concorda, em quanto seria para o Dr. Aldo o valor ideal para a economia brasileira, para o desenvolvimento da economia brasileira e para a sociedade brasileira, porque, quando a gente fala em valor ideal de dólar, pode estar falando para um segmento, que é exatamente contrário ao interesse de outro. E eu estou, então, perguntando ao Dr. Aldo o que ele pensa a respeito da declaração do Ministro Mantega e se ele se arriscaria dizer qual seria o patamar que ficaria bom para a sociedade brasileira.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente. Inácio Arruda.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, essa é uma questão, digamos assim, uma das mais sensíveis da política econômica brasileira, é exatamente a moeda, como se comporta a meada brasileira, frente às demais, e que acordos nós podemos estabelecer do ponto de vista também regional.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Inácio Arruda, V. Exa. já está indagando?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Já.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas V. Exa. está atropelando aqui a ordem dos fatores.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Passada a palavra, eu já vou entrando. Não tenho...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então não está passada a palavra, não.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Então corte a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. aguarde a sua hora.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não há dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Tudo tem sua hora.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu sigo a ordem, tem gente que no gosta de seguir a ordem, mas eu sigo a ordem. Agora, se abrir a porta, eu entro.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a V. Exa.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, quero cumprimentar o Sr. Aldo Luiz Mendes, que tem uma excelente formação e uma experiência como servidor de carreira do Banco Central, que agora preside, até há pouco, a Companhia Aliança de Seguros, e pude observar, na exposição, no parecer do Senador Aloizio, mas também no diálogo pessoal da sua excelente formação acadêmica na UNICAMP, na Universidade de São Paulo, e inclusive nesta área para a qual está sendo designado.

Esta área leva a debates de extraordinária relevância no seio do COPOM. Então eu agradeceria se, primeiro, puder nos fazer uma análise de uma decisão já tomada, mas é muito importante que nós possamos ouvir a sua análise sobre como avalia a decisão de o COPOM, a autoridade monetária e o Ministério da Fazenda, na verdade, é uma decisão do Ministro da Fazenda e do Governo do Presidente Lula, de terem instituído os 2% de IOF nas aplicações, sobretudo para investimentos no mercado financeiro e com o propósito de aqui estar se aproveitando os investidores de taxas de juros maiores do que as que são encontradas em outras bolsas, em outros mercados internacionais. Como avalia e se considera que o valor de 2% foi adequado, se a experiência, desde então, tem mostrado que a decisão foi correta, e se para o propósito de brecar a valorização do real, se foi uma medida adequada ou se avalia que sejam necessários outros instrumentos de política econômica para atingir aquele objetivo, portanto que análise faz da experiência já havida da introdução de 2% do IOF naquelas operações.

E em segundo lugar, que possa nos dizer da sua preocupação como um diretor de política monetária, se assim for aprovado, e eu espero que o seja, e recomendo que os meus colegas aqui votem favoravelmente, que nos possa indicar como é que ali, no COPOM, os diretores do Banco Central analisam as condições de, ao mesmo tempo, estar se tendo a estabilidade da moeda, que é um objetivo central e importante, o crescimento da economia, mas também o objetivo tão significativo do Governo do Presidente Lula e que está na Constituição, de diminuirmos as disparidades tão acentuadas que ainda existem na sociedade brasileira, porque, ainda que tenhamos significativamente diminuído, por exemplo, o coeficiente de desigualdade desde 2002 para cá, ano a ano, mas ainda somos uma das nações com maior índice de desigualdade, então em que medida a própria política monetária interage e precisa sempre levar em conta também esse objetivo, ao lado da estabilidade de preços do crescimento econômico, mas também sempre a melhoria da distribuição da renda e da riqueza. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Dr. Aldo Mendes, para responder às indagações do Senador Antonio Carlos Júnior, do Senador Osmar Dias e do Senador Eduardo Suplicy.

Em seguida, falarão o Senador César Borges, o Senador Gerson Camata e o Senador Inácio Arruda.

Com a palavra o Dr. Aldo Luiz Mendes.

SR. ALDO LUIZ MENDES: Muito obrigado, Sr. Presidente. Inicialmente a indagação do Senador Antonio Carlos Júnior, agradeço a indagação, porque toca num ponto com o qual eu concordo plenamente. O país obteve, a sociedade brasileira obteve uma conquista ao longo desses último 15 anos, que foi a estabilidade da moeda, a estabilidade de preço. Atrelado a isso, vivemos, hoje, uma situação de previsibilidade, transparência e capacidade de gerenciamento da nossa economia, atraindo investimentos e o crescimento. Portanto, nós não podemos, na condição da política econômica, colocar em risco, de forma nenhuma, aquilo que foi uma conquista da sociedade ao longo dos últimos 15 anos. A taxa de juros, na verdade, a política econômica, ela se debruça sobre informações que estão presentes e traça-se cenários diferentes ou metas diferentes de inflação para diferentes taxas de juros. Como existe uma meta de inflação a ser alcançada, a taxa de juros tem que ser aquela taxa de juro que vai direcionar a economia para a meta devidamente alcançada e traçada. Portanto, a taxa de juros tem que subir ou descer de acordo com a meta que está estabelecida. Esse é o principal papel da política monetária, da política econômica, e isso deve ser mantido, e tem que ser mantido; nós não podemos colocar em risco uma conquista da sociedade brasileira.

Com relação ao câmbio flutuante, ele é parte importante desse processo. A política econômica hoje está sentada no tripé responsabilidade fiscal, metas de inflação e câmbio flutuante. O sucesso dessa tríade existe exatamente porque elas funcionam de forma integrada, nós temos o câmbio flutuante que exatamente permite que se procure fixar metas e trabalhar os juros, mas, para isso, o câmbio precisa flutuar; nós não podemos... É como uma equação, nós não podemos ter uma equação e mais de uma incógnita, porque ela se torna de difícil ou de impossível solução. Então, se nós temos um instrumento, nós temos que ter um objetivo para cada instrumento. Se o objetivo é perseguir e atingir a meta de inflação, o instrumento que nós temos é a taxa de juros, o câmbio flutua exatamente para permitir que esse instrumento possa funcionar. Portanto, o câmbio é flutuante, e, é claro, o

Banco Central atua exatamente em cima do mercado de câmbio para evitar a liquidez, para manter a liquidez dentro de patamares desejados e adequados, para manter as flutuações dentro de patamares desejados e adequados. É essa a função do dia a dia do Banco Central, no mercado de câmbio: o mercado de câmbio tem que ser flutuante.

Com relação ao Senador Osmar Dias, que pergunta sobre a existência, ou não, de um valor ideal. O valor ideal da taxa de câmbio e delimitado e é informado pelo próprio mercado. São as forças de mercado, na sua ação no dia a dia, que define qual é a taxa de câmbio ideal. A taxa de câmbio ideal é aquela da interação entre oferta e demanda. Existe, evidentemente, hoje, uma situação que transcende o Brasil, uma situação mundial, de excesso de liquidez no mundo inteiro, fruto das injeções de recursos que foram feitas no combate à crise de 2008, existe uma situação em o que dólar está enfraquecido diante de quase todas as moedas do mundo, isso é um fato que todos nós conhecemos, e é claro que aqui, no Brasil, isso tem algum reflexo em cima da taxa de câmbio. E por outro lado, a economia brasileira é uma economia que tem apresentado estabilidade e excelentes expectativas de crescimento, por isso ela atrai investimentos. Ora, nós temos então a combinação de uma situação internacional, de uma situação local que são favoráveis ao ingresso de recursos, recursos esses que vêm para o investimento, recursos esses que vêm para o crescimento do país, recursos esses que fazem com que o país cresça com inflação baixa. Portanto, eu não acredito que exista um câmbio ideal. Câmbio ideal é aquele que é fixado pelo mercado.

Com relação ao que foi endereçado pelo Senador Eduardo Suplicy, a questão de uma decisão já tomada do IOF. O IOF é uma decisão muito mais na área da política fiscal do que da política monetária; contudo, ela foi uma decisão de política fiscal, que, de alguma maneira, veio, de alguma forma, ajudar na questão da entrada ou da saída de recursos do país. Existem, como a gente sabe pelos jornais, outra medidas sendo estudadas dentro do próprio Banco Central. O Banco Central, ele estuda, como a gente sabe pelos jornais, está nos jornais de fim de semana, modernizar a legislação cambial. A legislação cambial no Brasil é uma legislação que vem da época em que as divisas ainda eram escassas, e, hoje, nós vivemos uma situação onde o Brasil tem mais de 200 bilhões de reservas, algo como 220, 230 bilhões de dólares em reservas internacionais, e nós temos uma legislação que foi uma legislação montada para todo um período de escassez. Então, essa legislação precisa ser modernizada, e esse trabalho que está sendo feito. Então, eu acredito que, desse trabalho e desse estudo, virão mudanças na legislação de câmbio, virão medidas, que poderão, como essa do IOF, se somar com todo esse trabalho de monitoramento e efetivação de política econômica, de política cambial no país.

Com relação à questão de como o COPOM pode contribuir para diminuir as disparidades. A melhor, a maior e a principal contribuição que a política econômica, a política monetária e o COPOM têm a dar para a redução das disparidades, é manter a inflação absolutamente dentro das metas, porque a inflação é um imposto, é um imposto muito iníquo, é um imposto muito injusto, é um imposto que ataca muito mais a renda real de quem não tem defesas contra ela do que quem possui defesa. A gente sabe que as classes menos favorecidas têm menos defesas contra a inflação; por isso, a principal contribuição do COPOM à questão da redução da disparidade é manter a inflação dentro das metas.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Faltou só a questão da autonomia formal.

SR. ALDO LUIZ MENDES: Desculpe-me. Faltou a questão da autonomia formal do Banco Central. Eu acredito que a autonomia de fato, como existe hoje, ela é uma condição necessária à atuação da política monetária, como ela tem sido conduzida. Parte do sucesso da política econômica hoje se dá em virtude do Banco Central deter a autonomia, de fato, para funcionar, a autonomia operacional. Essa autonomia operacional permite que se calibre os juros da forma técnica e naquele sentido de direcionar a economia para as metas pré-estabelecidas. Portanto, a autonomia formal, a autonomia de fato existe hoje. Com relação à autonomia formal, em termos conceituais, eu sou favorável, eu entendo que é importante que ela exista, contudo, isso é um debate que transcende a economia pura e simples; é um debate que atinge as questões das instituições, é um debate que envolve o Poder Executivo, envolve aqui o Legislativo, portanto é um debate muito maior, que nós sabemos que está sendo feito nessa Casa, a partir de alguns projetos que aqui tramitam. Em termos conceituais, eu sou favorável e sei que existe essa discussão, muito bem conduzida, aqui, dentro do Congresso Nacional.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Satisfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Temos mais cinco inscritos,

mas, agora, concedo a palavra ao Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, Sr. Aldo Luiz Mendes, ora indicado para Diretor de Política Monetária do Banco Central. Pelo seu currículo, nós vemos que V. Sa. está devidamente preparado, uma vida no Banco do Brasil. Agora, cabe a nós aqui questionarmos alguns pontos que são preocupações de toda a nação brasileira. Veja V. Sa. que os senadores estão preocupados com a taxa de câmbio, porque ela está penalizando todo o setor exportador e, em particular, o produtor de *commodities*. Então, o Brasil está sofrendo. O Banco Central, às vezes, entra no mercado, agora taxou as implicações. V. Sa. colocou de que a taxa de câmbio tem que ser flutuante, por conta de que a meta inflacionária é que é o ponto principal e não há como ele deixar de ser flutuante.

Entretanto, a política monetária está diretamente ligada e fixada pelo COPOM na taxa de juros. Então, quando o Banco Central fixa uma taxa de juros bastante elevada em relação a nível mundial, que se prática hoje, no Brasil, a taxa Selic, sem sombra de dúvida passa a ser um mercado altamente atrativo para a compra de títulos e entrada de dólares. Agora, aí eu pergunto: será que essa taxa de juros é a taxa correta para o Brasil, no momento atual, até para meta de inflação? Quem pode me garantir isso? Muitos estudiosos dizem, inclusive, que nós estamos com a taxa bastante elevada e sem risco inflacionário, o que permitiria uma margem maior para a redução da taxa de juros, e, com isso, você diminuiria a pressão sobre o dólar, que teríamos menos entrada de dólar, porque ele ia disputar com outros mercados, mas é claro, quando você compara que os países reduziram a taxa de juros a zero e aqui, no Brasil, se dá 8,75, pelo amor de Deus, então nós vamos aplicar no Brasil, vamos aplicar no Brasil, e aí claro que o real tem que se valorizar diante do dólar.

Então, V. Sa., que vai participar do COPOM, eu acho que começa por aí, na fixação da taxa de juros, que, a meu ver, é elevado. Então o primeiro ponto é o que eu perguntaria a V. Sa., a questão da taxa de juro, que eu acho que é elevada para o momento ecológico de estabilidade que nós vivemos, graças a um trabalho que, como disse V. Sa., vem de 15 anos, vem do governo anterior, mantida por este governo, que o aplaudo, acho que avançamos muito economicamente, temos grandes conquistas, mas poderíamos, eu não vou usar a palavra ousar, não, porque eu acho que não tem nenhuma ousadia, mesmo sendo conservadores, poderíamos diminuir a taxa de juros, essa é a primeira pergunta.

A segunda vem com relação ao que eu vejo ser praticado no mercado, mais uma vez penalizando a economia brasileira e aos pequenos e médios, que são os *spreads* praticados e ninguém cuida disso nesse país. O setor financeiro, que é cartelizado, oligopolizado, ele age, e V. Sa. foi do Banco do Brasil, e o Banco do Brasil termina ganhando com isso também, a Caixa Econômica, porque, se é 8,75 a taxa Selic, veja bem, só para ilustrar, os bancos estão praticando 4,26, 5% ao mês, como é que pode ter um disparate tão grande? Essas taxas representam 65 a 79,5% ao ano. O desconto de duplicatas, uma operação tradicional, essencial para a sobrevivência das pequenas e médias empresas, está girando em torno de 2,64 a 3,40 ao mês, o que representa 36% a 50% ao ano, respectivamente. Então essa é a perguntada pergunta. Qual o posicionamento de V. Exa.... Porque aqui eu já estou há sete anos, e, aqui, nós votamos a lei chamada a Lei de Falência, mas seria Lei de Recuperação das Empresas, e os bancos disseram: "Olha, votando a essa lei, aí vai ter garantia de recebimento do crédito e vai se baixar os *spreads* bancários", mas nunca se baixam esses *spreads* bancários, pelo menos a níveis razoáveis. A penalidade, na verdade, fica nas costas da economia brasileira, em particular do pequeno, do médio, daquele que precisa do cheque garantido, ou daquele que precisa, não pode pagar o cartão de crédito de uma única vez e vai parcelar. Quer dizer, são juros que não têm nada, não têm nenhuma relação, nenhuma proporção com a taxa Selic, que nós já consideramos elevada, imagine esses juros praticados no mercado. E o Banco Central faz olhos de mercador, ouvidos de mercador, não prestam atenção e continua todo mundo praticando, e os lucros que nós verificamos aí, nos balanços das entidades financeiras... Eu não tenho nada contra o lucro. Agora, um lucro excessivo, pago pela economia, principalmente pelo pequeno e médio, eu acho que é uma incorreção da nossa política financeira e monetária do país.

Era isso aí, muito obrigado, e nós votaremos pela indicação, pelo seu currículo e espero que V. Exa. faça um bom trabalho lá no Banco Central.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, senhoras e senhores, Dr. Aldo. Primeiro eu quero cumprimentar o Presidente da República pela indicação de V. Exa. É um currículo de um servidor público dedicado às finanças públicas, de carreira, com uma ótima experiência e que vai levar a essa diretoria vitoriosa do Banco Central a sua juventude e a sua experiência e o seu trabalho.

É claro que, na política econômica, hoje, nós temos problemas, mas alguns problemas são ótimos.

Por exemplo, eu passei a vida inteira vendo o esforço, a luta do Banco Central, do Ministério da Fazenda, para desvalorizar o dólar, o dólar disparando e aquele esforço. Hoje, o governo está fazendo o enorme esforço para ver se o dólar sobe. Eu passei a vida toda, enquanto estudante, com aquele negocio: "Go home FMI", o Brasil hoje está emprestando dinheiro para o FMI. Se todas as coisas que, dentre os problemas, estão acontecendo, alguns são ótimos problemas, bons problemas, que nós estamos convivendo com eles. Na direção da pergunta do César Borges, a gente observou, a imprensa viu e os economistas observaram, que a crise se abateu menos sobre o Brasil, primeiro pela competência da atual direção do Banco Central, do Sr. Henrique Meirelles, nós temos que tirar o chapéu pela maneira como ele conseguiu comandar o Banco Central, como ele conseguiu fazer com que o país passasse... na verdade, a marolinha, não foi lá esse desastre que se anunciava, e, depois, também, como o Brasil se provisionou de reservas, às vezes até sem imaginar na crise, mas outra coisa que a imprensa mundial e, principalmente, os economistas do mundo observaram é o controle do Brasil sobre os bancos. Quer dizer, no Brasil, o sistema financeiro tem um controle governamental um pouco mais rígido, um pouco mais dentro do torniquete do que nos Estados Unidos e nos outros países, que, por isso, foram mais atingidos pela crise. A pergunta que eu faço a V. Exa. é em cima daquilo que o César Borges colocou ali. Nós ainda temos os *spreads* bancários, os juros bancários, os excessos dos bancos, que são escandalosos. Será que o Banco Central não podia apertar mais um pouco o torniquete, orientar um pouco mais a maneira com que os bancos disciplinam os seus empréstimos, para quem eles emprestam, para que eles pudessem, eles, através de uma seleção melhor, diminuir esses *spreads* bancários, esse custos bancários, que são os maiores do mundo. E todo dia a gente vê que talvez não são problemas só de inadimplência, não. Os bancos brasileiros são os bancos que mais dão lucros no mundo, inclusive em cima da crise. Enquanto nós vimos grandes instituições financeiras mundiais se socorrendo do governo , os bancos brasileiros, bilhões de lucro, bilhões, inclusive os nossos bancos oficiais que ouviu o esforço do Presidente Lula fazendo com que o Banco do Brasil e a Caixa baixassem esses *spreads* para ver se a banca privada continuasse.

Como é que V. Exa. podia, com o aporte da sua inteligência, da sua experiência, levar algumas sugestões para apertar torniquete, disciplinar um pouco mais esses bancos, para que eles pudessem, já que não querem fazer por si, que façam por um esforço do governo um tipo de gestão para baixar esse custos e esses *spreads* que afligem tanto a economia nacional. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra aos Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, agora, pela ordem. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Depois de apresentado, o Dr. Aldo Luiz Mendes, acho que foi destacado o fato de que, entre outras atribuições, ser triatleta, eu acho que, em tempos olímpicos, foi oportuna, então, a indicação do Presidente da República de colocar um atleta a frente do Banco Central. Eu vejo desafios muito grandes ainda para o Brasil nessa área sensível da moeda, acho que não é uma coisa simples. Veja a luta dos países asiáticos que vira e mexe são questionados, especialmente a China, ocorre que eles estão no desenvolvimento larguíssimo, idem à Índia, também muito largo o seu grau de desenvolvimento.

O mercado, tem sido dito que ele, então, era... Era dito que era o senhor da razão. Ocorre que, com a quebradeira que se deu de 2007 para 2008, todos também olharam que não é bem o mercado, o mercado é o importante instrumento que todos utilizam hoje, todos dos Estados Unidos, a China, a Europa, todos utilizam o mercado, mas não é exatamente ele que define. Por quê? Porque a escolha é política. Em última instância, a escolha é política, mesmo no Banco Central, por isso que a autonomia é sempre uma questão relativa. Conceitualmente pode ser uma coisa interessante, mas politicamente pode ser desinteressante.

Então esse jogo de poder fica parecendo que nós podemos resolvê-lo apenas tecnicamente. Tecnicamente, tendo autonomia, está resolvido. Não é verdade. Mostrou-se que não é. Quer dizer, a luta intensa entre esses instrumentos todos mostra que só o mercado não seria absoluto na questão da regulação, especialmente quando trata da moeda, porque essa mexe com tudo. E eu não posso, num estado federado como o Brasil, eu não posso estabelecer outra política lá no Rio Grande do Norte, do Senador Garibaldi, que tem que exportar frutas, porque um dos principais produtos da pauta de exportação do Rio Grande do Norte e do Ceará é frutas, mas eu não posso estabelecer preço da moeda, como é que ela vai se dar, isso é regulado centralmente, e é correto que seja centralmente, por isso que tem que ter muita sensibilidade. Nós, naquela região, mesmo com uma pauta ainda pequena de exportação, mas o que a gente exporta sofre, sofre bastante, quem trata só do comércio às vezes é indiferente. Quem trata só de vender e comprar, às vezes, é indiferente, porque eu compro hoje e vendo amanhã. Se tiver bom para vender, eu passo a ser um comer-

ciante de vendas; se for comprar, isso nosso importa, o problema é quem produz, quem produz do ponto de vista primário, do ponto de vista industrial, esses são os mais atingidos. Eu acho que aqui a nossa moeda ainda nos causa bastante transtornos.

Não sei se valeria a pena... Os chilenos usaram também o instrumento de quarentena, durante... Aliás, ainda usam o instrumento da quarentena, essa entrada e saída mais rápida, como a gente trabalhar mais, de recursos, de moeda no nosso país, se é possível trabalhar mais essa questão da quarentena. O senhor já falou da questão fiscal, dos tributos, mas, de sorte, ele nos ajuda, porque, ao invés de você praticar apenas os juros, você tem outros instrumentos, você pode ir pela área fiscal, você pode ir pela quarentena, você pode examinar o problema das remessas, os volumes de remessas, como é que nós tratamos essas questões que eu considero assim muito, muito importante na política brasileira. A questão da moeda, a sua proteção, porque tem que proteger do ponto de vista da inflação, porque é o salário do dia a dia do trabalhador, mas tem que proteger o desenvolvimento. Como é que a gente faz esse manejo adequado. Na área ambiental, nós trabalhamos muito com isso: como fazer um manejo adequado que, ao mesmo tempo, proteja a floresta, mas deixe as nossas regiões todas crescerem, haja vista que o juro no Brasil ainda são considerados canibalescos? É assim que é tratado lá fora, porque, se você zera o juro na maioria economia do mundo – praticamente, na Europa, esse juro é quase zerado; no Japão, é quase negativo; na China, é quase negativo -, então o nosso fica exagerado. Quer dizer, você conseguiu descer, mas fica parecendo que nós não aproveitamos bem a oportunidade. A inflação está sob controle e talvez fosse necessário reduzir mais, civilizar mais esses juros, porque a moeda joga um papel como se ela... É muito importante, mas ela é um meio para nós alcançarmos os nossos objetivos, porque, senão, ela fica sendo o fim e não um meio.

Então aqui é uma luta muito grande. É claro, nós vamos votar na sua indicação, nós não estamos aqui, tratando exatamente do voto em seu nome, nós vamos... A nossa orientação é votar favoravelmente, mas, às vezes, a gente buscar como resolver esses problemas brasileiros, garantindo o desenvolvimento, como se assim fosse uma grande meta nossa, ampliar ainda mais. A gente fica pensando em 5, 6% de crescimento da economia brasileira, mas as exigências para o povo brasileiro são maiores, tem muito mais exigência do que 5, 6, não responde ainda à nossa necessidade, e sempre que vem os juros quando vai caindo, vai caindo, daqui a pouco já se anuncia: "Já caiu demais, é preciso segurar esse negócio aí, eu acho que já é hora de aumentar novamente". Isso é como se fosse um grande breque que a gente vai dando, isso não é freio de arrumação, isso é freio de derrubação na economia brasileira.

Então essa questão da moeda, para nós, é fundamental para permitir que a gente possa investir nesses setores: produção, indústria, geração de emprego, evidentemente com todas as preocupações e cautelas que o senhor já levantou em relação à inflação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, senhor indicado para a diretoria do Banco Central, Aldo Luiz Mendes. Queria fazer duas indagações. A primeira talvez até já tenha sido contemplada. Quem fala por último, corre um sério risco de ser repetitivo. Eu pergunto o que o Banco Central pensa em fazer para evitar a apreciação exagerada do real, frente ao dólar, para melhorar as nossas exportações.

E segundo, eu pergunto por que o Banco Central não usa o modelo chileno, em que o capital especulativo tem que ficar no mínimo dois anos no país. Essa taxação das aplicações estrangeiras, cobrando o IOF, já ajudou bastante, mas creio que não será suficiente. Quem sabe se o Brasil adotasse esse modelo chileno, talvez até com um prazo menor, que não fosse de dois anos, mas, pelo menos, um ano, já ajudaria muito.

São essas as indagações, Sr. Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Garibaldi Alves, Dr. Aldo Luiz Mendes, indicado para a diretoria do Banco Central. Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

O Senador Raupp falou agora que falar por último é difícil porque todos já fizeram os questionamentos, só que ele era o penúltimo, parece que o último sou eu, ainda tem alguém depois de mim?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas é difícil para todos, menos para V. Exa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa., exatamente. Mas o que eu... Não vou fazer as perguntas, Dr. Aldo, que já lhe foram questionadas, a questão da declaração do Ministro Mantega, que deu a entender ao mercado de que haveria uma corrente no Governo que defenderia a fixação do dólar. Aquela declaração do Ministro de que o dólar que daria competitividade ao Brasil seria de 2,60 passou, talvez até de forma

equivocada, como se o Ministro defendesse o retorno do dólar indexado, fixado. Também o Senador César Borges já lhe perguntou sobre os *spreads*, que é um absurdo. O Presidente já solicitou ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica que, como bancos públicos, eles iniciassem uma derrubada no custo dos financiamentos, mas, lamentavelmente, isso não ocorre, tal as taxas que o Senador César Borges se referiu aí de 4,5% numa inflação anual próxima disso. Nós estamos falando de taxa, aí, mensal desses empréstimos.

Mas eu vou lhe perguntar sobre qual o sentimento seu na diretoria do Banco Central, e evidentemente do Banco Central, com relação ao aumento de gastos do Governo Federal. Ou seja, nós tomamos conhecimento de que o gasto da máquina pública tem aumentado muito acima do crescimento do PIB e do crescimento da Receita que está em deflação, isso os economistas têm dito que isso pode gerar, lá na frente, um retorno da inflação. Então o Banco Central teria que aumentar a taxa de juros para conter essa inflação, em função do gasto público que está incontrolável, e pior, esses gastos não são gastos pontuais, eles são gastos permanentes, porque eles são acrescidos ao custo da Nação e serão repetidos *ad aeternum*. Então qual a visão do Banco Central, se há uma preocupação do Banco Central com o aumento do gasto público, da máquina pública, em relação à estabilidade monetária e também, evidentemente, à taxa de juros.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra, é o último orador inscrito, o Senador Arthur Virgílio. Ah, V. Exa... Desculpe, Senador Heráclito. V. Exa. será o último e os últimos serão os primeiros.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pela ordem, Sr. Presidente. Sr. Presidente, pela ordem. Mudou-se a configuração da ordenação dos trabalhos porque eram três em três, agora já tem mais de seis. Então eu acho o que Dr. Aldo ficará confuso ou demorará muito para dar as respostas aos Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. tem razão, é que eu pensei que ia encerrar logo, aí foi aumentando.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Então seria melhor que ele pudesse responder agora já aquelas indagações.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Está certo. Eu peço licença ao Senador Arthur Virgílio, eu peço a compreensão de V. Exa. para que ele possa responder as indagações e depois ele responderá V. Exa. e ao Senador Heráclito Fortes.

Então com a palavra o Dr. Aldo Mendes para responder as indagações do Senador César Borges, Gerson Camata, Valdir Raupp, Inácio Arruda e Flexa Ribeiro.

SR. ALDO LUIZ MENDES: Obrigado, Sr. Presidente. O conjunto de perguntas se prende a taxas de juros, à questão do câmbio, modelo chileno e à questão do gasto fiscal. A questão da taxa de juros... Nós vivemos no país, hoje, de uma taxa de juros de um dígito, isso de acordo... Da mesma forma que a conquista da estabilidade foi uma grande conquista para a sociedade brasileira, também vivemos hoje uma taxa de juros de um dígito. Paulatinamente, conseguimos chegar a isso. Isso foi possível porque as condições [ininteligível] assim o permitiram. Então a taxa de juro, ela é exatamente aquela que é necessária para que se consiga atingir a meta pré-acordada, a meta pré-estabelecida no Conselho Monetário Nacional, conhecidos o estado atual da economia e conhecido do estado atual daquelas variáveis que estão fora do controle do próprio gestor de políticas econômicas, variáveis essas que estão fora do país, que estão fora do controle, são chamadas variáveis exógenas. Então esse é o conjunto de informações que leva à definição da taxa de juros. Há uma comparação com Europa e Japão, que foi feita pelo Senador Inácio Arruda, é sempre bom lembrar que Europa ou o Japão tem estruturas produtivas muito diferentes da nossa, tem taxas de poupança muito diferentes da nossa, são países que já atingiram um grau de amadurecimento, em termos de estruturas produtivas, bem diferentes do Brasil, e, por isso, podem praticar taxas relativamente menores do que a nossa e obter o mesmo sucesso. Então é difícil fazer comparação com países onde a estrutura produtiva é tão diferente, a taxa de poupança, a taxa de investimento é tão diferente.

Com relação à apreciação cambial, mais uma vez, é importante lembrar, o câmbio flutuante é uma das variáveis explicativas do nosso modelo. Então, nós temos o câmbio flutuante, as metas de inflação e a variação da taxa de juros com a política monetária de exatamente buscar atingir aquelas metas, ele deve continuar sendo o câmbio flutuante.

Com relação aos *spreads*, esse é um ponto absolutamente importante. Eu gostaria de agradecer inclusive a indagação. Os *spreads* bancários no Brasil vêm crescendo, minto, vêm reduzindo. As estatísticas mostram que o *spread* vem diminuindo. Contudo, o que a gente pode perguntar é se ele vem diminuindo na velocidade desejada. Há algum tempo atrás, eu tive acesso a um estudo do próprio Banco Central que fala dos *spreads,* e é um estudo muito importante, porque ele disseca a questão dos *spreads* bancário no Brasil. E ele procura elencar todas as variáveis que compõem o *spread* bancário no Brasil e a importância de cada

uma dessas variáveis. E a conclusão é que tem pelo menos três importantes variáveis que explicam o *spread* bancário no Brasil. A primeira delas é aquela que a gente chama no jargão dos economistas de cunha fiscal, que é a quantidade de impostos diretos e indiretos que incidem sobre as operações; em segundo lugar, a questão da inadimplência; e em terceiro lugar, a questão da própria competição no sistema financeiro.

Com relação à questão da inadimplência, a gente sabe que transita aqui, na Casa, mais de um projeto que trata do já famoso cadastro positivo. Eu acredito que o cadastro positivo vai trazer condições de a gente reduzir a incerteza com relação à inadimplência e, com isso, se terá algum ganho em termos de redução do *spread*, mas é uma discussão que está sendo feito nessa Casa. E com relação à maior competição dentro do sistema financeiro, o próprio Banco Central aprovou algumas medidas e o Conselho Monetário Nacional também, recentemente, que visam exatamente dar essa maior competição. Vamos lembrar que existe hoje a possibilidade da portabilidade de cadastro, a possibilidade da portabilidade de crédito; contudo, elas não são ainda difundidas e utilizadas. Eu acho que o que a gente tem que fazer é aprimorar talvez esse maior conhecimento, ver na prática se existem... o que é que está impedindo essa maior fluidez das operações de uma instituição para a outra, portabilidade de cadastro, isso é alguma coisa que realmente poderia se trabalhar e acho que... Tenho certeza que, dentro da autoridade monetária, existe essa preocupação e existem pessoas preocupadas com isso, que procurarão e estão preocupando fazer estudos nesse sentido. Quer dizer, como melhorar a competição no sistema bancário e por que é que certas medidas que já estão tomadas ainda não têm o necessário entendimento, a necessária difusão dentro do sistema.

Com relação ao modelo chileno de prender o capital por dois anos, eu não acredito que seja uma boa política, porque nós estaríamos aqui impondo uma barreira que talvez não seja desejável. O capital estrangeiro é muito bem-vindo no nosso país, ele vem somar ao crescimento do nosso país, ele vem regular os fluxos cambiais, ele vem encorpar as reservas do país. Eu acho que colocar uma barreira dessa natureza é dar uma sinalização muito ruim no sentido de que 'olha, estamos criando dificuldade e não estamos abertos ao investimento estrangeiro'. Eu particularmente não sou partidário da ideia.

Algum ponto que tenha ficado... Sim, o último ponto do Senador Flexa Ribeiro a respeito da questão do gasto fiscal, evidentemente que a questão fiscal não compete à autoridade monetária, isso é uma questão de política fiscal. Por princípio, como eu disse, a estabilidade, a responsabilidade fiscal já está devidamente assimilada pela nossa sociedade e faz parte das pré-condições que nós temos hoje para o sucesso da política econômica. Portanto, não compete a alguém aqui, na qualidade do candidato a um posto na autoridade monetária, tecer comentários sobre a política fiscal. Como o caráter é geral e dentro de uma visão conceitual, eu entendo que o Estado, como eu disse na minha apresentação, ele deve gastar aquilo que arrecada.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, a minha pergunta foi no sentido de, em havendo um desequilíbrio fiscal, ou seja, um gasto como está ocorrendo maior do que a receita, um aumento de gasto maior do que o crescimento da receita, se isso vai trazer uma intervenção do Banco Central para manter a estabilidade econômica, num aumento de taxas de juros, se isso vai ter uma ação contrária do Banco Central para evitar que a inflação retorne, porque, aumentando a despesa e havendo desequilíbrio fiscal, a tendência é votar à inflação.

SR. ALDO LUIZ MENDES: Perfeito. Contudo, as estatísticas, mesmo do lado fiscal, não mostram esse desequilíbrio. Os dados que estão nos jornais de hoje mostram que houve, inclusive, incremento da receita, na estatística relativa ao mês passado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio e, em seguida, ao Senador Heráclito Fortes, o último orador inscrito. Aliás, penúltimo. O Senador Tasso Jereissati será o último.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Dr. Aldo, eu vou tentar expender algumas opiniões sobre o Banco Central e a política monetária do governo, ao mesmo tempo em que não poderia deixar de mencionar a matéria de hoje do Jornal Valor, talvez V. Exa. já tenha se reportado a ela, eu não estava... Que seria mais ou menos isso, V. Exa., como vice-Presidente de Finanças do Banco do Brasil, teria coordenado o processo de socorro ao Votorantin, ao Alfa e ao Safra e à Sadia; e eu me refiro especificamente aos três bancos, porque o socorro total de sete bi... Eu não discuto sequer o mérito, eu pergunto é se não teria o Banco do Brasil feito um certo papel de Banco Central, se desviando das suas funções e invadindo uma área que seria muito própria do banco protetor da moeda, enfim.

A segunda colocação a fazer, Dr. Aldo, é dizer que tem boas referências de V. Exa. como uma figura preparada para o cargo, mas me preocupa um pouco essa ideia de que V. Exa. seria um traço de ligação entre o Ministro Mantega e o Presidente do Banco Central. Eu não vejo essa necessidade. Eu tenho, aliás, um projeto que tem como relator o Senador Antonio Carlos Júnior,

que propõe autonomia do Banco Central, isso entendo que isso sim, no bom sentido, conspirar a favor de taxas básicas de juros menores, e o Senador Antonio Carlos Júnior tem dado uma contribuição excepcional para esse projeto. E num outro nós reformamos praticamente o inteiro do sistema financeiro, V. Exa. talvez tenha conhecimento disso. Se não tem, eu teria o prazer de lhe enviar os projetos até para obtermos sugestões suas, porque gostaria muito de ver esse projeto apreciado ainda esse ano, se fosse de interesse do Senado, eu não vejo nada mais relevante do que nós discutirmos esses dois temas. Mas muito bem. Eu prego, portanto, a autonomia do Banco Central. Isso significa querer juros mais baixos com seriedade, e não só porque se quer, porque está batendo pé, porque... Enfim, forçação de barra em relação a juros significa juros, amanhã, mais altos, significa crescimento menor, significa nós jogarmos demasiada culpa nos autores da política monetária do governo, quando me preocupa muito a parte fiscal. Se houvesse um cuidado fiscal maior, nós teríamos uma possibilidade de política monetária mais flácida no bom sentido também, se tivesse... Será que eu estou interrompendo, Presidente, os meus colegas? Eu tenho medo de estar interrompendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): [soa a campainha] O Senador Arthur Virgílio está com a palavra. Peço silêncio, peço a compreensão de todos.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): O meu maior pavor é ser mal educado. Eu estou, de repente, interrompendo alguma conversa importante, aí eu não falo.

Mas, então, me preocupa isso. Eu não vejo que V. Exa. deva exercer o seu papel de ponto de ligação entre ninguém. No meu projeto, eu ia cometer um equívoco: eu propunha a presença do Ministro da Fazenda nas deliberações, com perspectiva de adiamento por algum tempo das decisões, e o Senador Antonio Carlos me alertou, me alertou no seu substitutivo – esse que está sendo montado, e muito bem montado – que seria uma contradição eu, com uma mão, propor a independência do Banco Central e, com outra mão, eu propor que o Ministro da Fazenda possa exercer um certo poder de veto sobre decisões de algo que eu pretendo independente, que eu pretendo autônomo. Eu entendo que seria uma coisa atrasada concordo com o Senador Antonio Carlos. Retira-se, então, o Ministério da Fazenda dessa história, nada de... Tem que ser uma decisão autônoma do Banco Central. O Banco Central sabe muito bem... Aliás, ele deve ser vetusto, ele deve ser conservador, ele não deve ser para frente, ele não deve ser "prafrentex", ele não deve ser inovador, ele tem que fazer o que os bons Bancos Centrais dos bons países, economicamente falando, fazem, é proteger a moeda, ter o máximo de crescimento econômico por possibilitar que se obtenha, no país, o máximo de crescimento econômico, com a menor taxa de inflação possível, porque tem uma turma que dá para crescer e a inflação não tem tanta importância. Aquela história que a gente sabe da meia gravidez: "Mamãe, eu estou meio grávida", e não é verdade. Ou não está ou está grávida por inteiro, porque não existe a figura da meia gravidez, enfim. Então, eu tenho muito cuidado com essa história.

Eu ouvi dos meus colegas, que compõem a base governista, coisas fantásticas, que fariam um coral monge, alguns deles até versados em matéria econômica. Aceitamos as metas de inflação, mas nós queremos também as metas de crescimento; significa querer casar, ao mesmo tempo, num país monogâmico, com a Juliana Paes e com a Gisele Bündchen, não dá. Ou seja, para mim, as metas de inflação definem qual é a taxa de crescimento que se vai atingir, qual é a taxa de crescimento possível para o país. O país tem mostrado, historicamente, que ele cresce e depois para. Ele não consegue manter um crescimento sustentável, altas taxas, com inflação baixa, e eu estou preocupado com a política fiscal do governo, estou preocupado, porque ela sistematicamente tem permitido que as receitas correntes cresçam 4, 5% reais, descontado inflação, portanto, acima do crescimento do PIB, isso não torna nenhuma casa sustentável, não torna um país sustentável, não torna a vida de nenhuma pessoa sustentável, nenhuma empresa se sustenta desse mesmo modo.

Então, eu, que já passei daquela fase dos devaneios, eu adoraria poder, se eu pudesse para a minha felicidade intelectual para não ter problema, eu voltaria para os anos 50, iria quebrar agora mesmo a vidraça da Embaixada Americana, enfim, ontem eu teria dado um abraço muito afetuoso no ditador do Irã, eu teria feito todas essas coisas, enfim, mas, como eu já passei disso, infelizmente, correspondem aos meus cabelos grisalhos, corresponde o que eu pude obter de amadurecimento político e amadurecimento intelectual e a minha preocupação, portanto, é pura e simplesmente com não darmos para trás dessa conquista que se iniciou com o governo do Fernando Henrique e que foi muito bem mantida pelo Presidente Lula, que é respeito às decisões autônomas do Banco Central, o Banco Central decide, independente de ter eleição, de não ter eleição, de ser bom ou de ser ruim.

Eu, que tenho muita admiração intelectual e profissional pelo Presidente Meirelles, eu não tenho como não deplorar o fato de ele ter se filiado de um partido político, me parece uma coisa ridícula, estranha, por-

que é como ***Ben Bernanke*** se candidatar a alguma coisa nos Estados Unidos, seria como... Isso não passa pela cabeça do Armínio Fraga, não passa pela cabeça de um Alan ***Greenspan*** se candidatar agora a Vice-Presidente da República pelo Partido Republicano à Presidente da República, isso não deixa de ser uma *capitis diminutio* para o belo trabalho que ele realizou lá. Aqui eu o defendi o tempo inteiro, eu defendi porque havia pessoas que tinham a sensação cômoda de poder jogar toda a culpa no Banco Central, quando as tolices não estavam na área do Banco Central; as tolices estavam na gastança desenfreada do governo, as tolices estavam no crescimento das receitas correntes, as tolices estavam nos gastos fixos que esse governo deixa para ele próprio e passa para o próximo governo algo exagerado e não significou investimento. A taxa de investimento, a formação bruta de capital fixo, não cresceu. O Brasil não vai poder sustentar, ao longo do tempo, um crescimento à base de estímulo ao consumo, os idosos estão endividados, essa que é a grande realidade, nós precisaríamos mexer fundamentalmente na forma de investir, o país vai poupar para investir, é um país que não tem poupado, e, ao contrário, desvairadamente, o povo é incitado a consumir, como se aí isso fosse segurar o crescimento econômico por longo prazo. Não segura. Pode segurar a popularidade de um governo até o final dele, pode ser que sim, mas não segura a melhor perspectiva histórica, que é o Brasil sustentar o crescimento com inflação baixa e taxas alta. Eu não vejo que nós estejamos nesse caminho, não vejo. O ano que vem é um ano de crescimento bom, esse ano foi ano de crescimento zero ou abaixo de zero ou um pouquinho acima de zero; 2011 se abre uma interrogação, eu não sei se repete 2011, seja quem for o Presidente da República, se se repete os 4,5 ou 5% que podem ser alcançados em 2010, 2012 é uma outra interrogação, então o Brasil não pode continuar assim.

O Brasil tem que sinceramente enveredar por um caminho que seja um caminho de não inventar. Essa história de dizer que tem várias políticas econômicas, não tem, tem uma só, que, aliás, é essa que tem dado bastante certo no Brasil já há mais de uma década, há 15 anos, mais ou menos. Portanto, eu gostaria de ouvir V. Exa. a respeito disso, basicamente, agradecer a sua paciência de me ouvir, a questão do socorro do Banco do Brasil aos três bancos e mais a Sadia e o que eu gostaria de ter, um desmentido. V. Exa. pode ter as relações mais fraternas com o Ministro Mantega ou com quem quer que seja, mas eu não aceitaria V. Exa. como representante do Ministro Mantega no Banco Central, nem aceitaria V. Exa., me perdoe, Presidente, como alguém que vai fazer ligação, porque não tem que fazer ligação, o Banco Central tem que ser independente, tem que decidir, e eu entendo que já tarda, jabuticaba é atrasada, é cucaracha, o Brasil detentor do PIB que detém, com tantos anos de estabilidade econômica, com maturidade institucional que revela, o Brasil ainda não tem um Banco Central que seja formalmente autônomo. Isso, para mim, me choca, isso nos liga a esses parceiros que a gente tem por aqui meio esquisitos, aqui em volta da gente, nós tínhamos que ter parceiros, olhar para parceiros que tenham mais maturidade econômica, porque nós já mostramos bastante, e precisamos consolidar em lei isso. Queria, aliás, ouvir a sua opinião, sobre o projeto que é de minha autoria, mas hoje é muito mais do Senador Antonio Carlos, de autonomia do Banco Central.

São três perguntas. Muito obrigado e muito boa sorte.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Obrigado, Sr. Presidente, [ininteligível] senadores. Sr. Aldo Luiz Mendes, em primeiro lugar, queria fazer uma pergunta: V. Exa. tem filiação partidária?

SR. ALDO LUIZ MENDES: Não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nunca teve? Dr. Aldo, eu fui atropelado um pouco aqui pelo Senador Arthur Virgílio, com relação a esse questionamento de matéria publicada hoje, no Valor Econômico, sobre o Banco do Brasil ter sido usado como bombeiro da crise e ter concedido empréstimos emergenciais a alguns bancos, e, segundo as matérias e a própria imprensa que se encontra no recinto, V. Exa. foi o grande coordenador e articulador dessa operação. Gostaríamos, já que V. Exa. vai para uma função importante do Banco Central, um colegiado importante do Banco Central, direção colegiada, que V. Sa. fosse mais claro sobre essa operação, já que é matéria de primeira página hoje, no Valor Econômico.

A segunda, V. Sa., como Presidente do Conselho de Administração da PREVI, tenho aqui em mãos uma teleconferência gravada entre V. Sa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço silêncio.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Entre V. Exa. e o jornalista Aldo, quando admite utilizar recursos da PREVI para cumprir déficit do Banco do Brasil. Tenho aqui, em mãos, essa matéria e gostaria que V. Sa. prestasse esclarecimento sobre esse fato.

O segundo: é sobre operação, da sua época de vice-Presidente do Banco do Brasil, que resultou num empréstimo à Bancoop, Bancoop do Sindicato dos Bancários, a PREVI e o Banco do Brasil fizeram, au-

torizaram, foi autorizado pela PREVI um empréstimo à Bancoop, essa operação, inclusive, encontra-se na iminência de uma CPI, na Assembleia Legislativa de São Paulo. E gostaria de ouvir de V. Sa. detalhes sobre essa operação, que tinha como um dos articuladores o Sr. João Vaccari Neto, que, de repente, transformou-se no tesoureiro do momento. Ele é o tesoureiro do Partido, é tesoureiro da campanha da candidata a Presidente do Partido e atuou... Era tesoureiro do sindicato, na época, dessa operação.

Seriam os três questionamentos que eu gostaria de fazer a V. Sa.

Sr. Presidente, inclusive se o Dr. Aldo precisar, eu tenho matéria aqui do Jornalista Josias Souza, que traz maiores detalhes sobre o novo tesoureiro do PT, o Sr. Vaccari Neto, a respeito inclusive dessa operação da Bancoop quando V. Sa. era Presidente do Conselho de Administração da PREVI.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Já terminou, senador? Agradeço--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Veja como eu colaboro com V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço, V. Exa. é um grande colaborador.

Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sr. Presidente, Sr. Aldo Luiz Mendes, Sras. Senadoras e Srs. Senadores. Foram feitas aqui muitas perguntas sobre a questão do câmbio, que hoje realmente é uma grande discussão que existe nesse país. Mas não vi, por parte de V. Sa., uma avaliação mais precisa sobre a questão do câmbio. Os economistas, na sua grande maioria, dizem o seguinte: "País com poupança interna baixa é país com moeda valorizada, uma é causalidade da outra". Nós temos optado, principalmente nos dois últimos anos, de uma maneira deliberada, e me parece que, para o ano que vem, mais ainda, por uma poupança interna baixíssima, caindo, inclusive, se não me engano, este ano, ao redor de 15%, quando já esteve em 17, quando 17 já era muito baixo. Portanto, necessariamente, a política econômica do governo, que leva a uma poupança baixa, faz com que o Banco Central esteja inteiramente atado em relação a querer, de uma maneira ou de outra, resolver a questão cambial. E não vi de V. Sa. esta afirmação com clareza, passando por essas discussões que me parecem absolutamente supérflua de câmbio livre, câmbio flutuante versus câmbio fixo. Eu gostaria de ouvir com toda clareza se V. Exa. num país que tem poupança baixíssima tem condições ou não vai reverter necessariamente numa moeda local fortificada e ultra valorizada. É essa a questão que eu gostaria de fazer.

Gostaria de adicionar mais uma questão que já foi colocada pelo Líder Arthur Virgílio, que também me preocupa profundamente o fato do presidente do Banco Central ter se filiado a um partido e se declarado candidato. Eu acho que isso faz com que a credibilidade do Banco Central venha a perder substancialmente, daqui por diante, desde esse momento. A credibilidade que foi conquistada durante esses cinco anos e inclusive, muito bem sustentada aqui pela própria oposição e que deu condições de se fazer uma política austera, pode ser mais ou menos correta, mas uma política austera e que teve bom sucesso, a postura do Presidente do Banco Central, ao se tornar um político militante e candidato declarado, e supostamente, inclusive pretendendo ser candidato a vice da candidatura oficial, tira-lhe credibilidade e dá ao Banco Central uma visão e uma imagem que não poderia adquirir depois de tantos anos que se fez para que nós tivéssemos o Banco Central que ele é. Gostaria de ouvir a sua opinião sobre o assunto também.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Tasso Jereissati e concedo a palavra ao Dr. Aldo Luiz Mendes para responder as indagações do Senador Tasso, do Senador Heráclito Fortes e do Senador Arthur Virgílio.

SR. ALDO LUIZ MENDES: Muito obrigado, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, a questão do Banco do Brasil assumindo o papel de Banco Central, como foi colocado, eu diria que não, eu diria que o Brasil, na verdade, conseguiu passar pelo problema da liquidez de 2008 de uma forma exemplar, quando comparado ao resto do mundo. Sem que a autoridade monetária, o emprestador de última instância, o Banco Central, precisasse ser acionado. Na verdade, o que ocorre é o seguinte: numa situação de liquidez, é mais do que normal que as instituições procurem resolver a sua posição de liquidez, zerar sua posição de liquidez, dentro do próprio mercado. É o mercado, em primeiro lugar, que tem que tentar ajustar as diferenças de liquidez existentes no mercado. Havia instituições com liquidez elevada e havia instituições com liquidez mais baixa. É no próprio mercado que se procura fazer esse encontro, através da troca, por exemplo, de títulos públicos em operações compromissadas.

Então, no primeiro momento, a primeira linha de combate, numa crise de liquidez, é o próprio mercado. O Banco Central é um emprestador de última instância. Havia, se não me falha a memória, uma dificuldade do ponto de vista legal, jurídico, que foi superado com a emissão de uma medida provisória que foi a 442,

rapidamente se superou isso aí, e o redesconto do Banco Central até onde eu sei, ficou aberto, a janela, o guichê de desconto do Banco Central ficou aberto durante todo o tempo da crise e ninguém precisou recorrer, porque os bancos e aqui, Sr. Presidente, eu gostaria de enfatizar no plural, os bancos comerciais de grande porte que detinham a liquidez, puderam ajustar a posição de menores, fazendo operações de compra e recompra de títulos e fazendo a operação de compra de carteiras. Então a solução foi uma solução de mercado que não foi carreada por um único banco, foi carreada por vários bancos privados e públicos. Os principais bancos maiores, os bancos de maior capital, para eles acorreu a liquidez naquele momento, para os grandes bancos, eles foram captadores líquidos, naquele momento, foram beneficiados da política de liberação do deposito compulsório, bastante oportuna naquele momento por sinal, e, de posse dessa liquidez, eles puderam fazer operações comerciais de empréstimo e compra de carteiras.

Então não acredito que nem o Banco do Brasil e nem qualquer outro banco comercial tenha assumido as vezes de Banco Central; pelo contrário, eles deram o primeiro combate, digamos assim, entre aspas, na questão da ausência de liquidez, ajustaram as posições de tal sorte que o emprestador de última instância não precisou adentrar ao mercado, o que foi excelente, passamos pela crise com esta tranquilidade de não ter nenhum banco em dificuldade a ponto de se socorrer junto ao redesconto do Banco Central.

Com relação à questão da independência do Banco Central e eu gostaria muito de receber cópia do projeto do Senador Arthur Virgílio, e gostaria muito de poder debater com ele, seria um prazer enorme para mim. Volto a afirmar que a autonomia operacional do Banco Central hoje é fundamental para que continue atuando de forma técnica no estabelecimento na variável, o juro que a variável chave de definição dos rumos da economia, em rumo no sentido da taxa ou da meta de inflação pré-determinada. Portanto, acredito que a que a independência não só é precondição, como a defendo. Sei também, sabemos todos que existe nessa Casa uma discussão em torno da independência, existem projetos de lei sendo discutidos, é uma matéria que evidentemente tem que ser discutida aqui porque ela transcende, como eu já disse, a questão da economia e ela vai na questão institucional e do relacionamento de poderes que não compete a mim emitir opinião, mas apenas dizer que do ponto de vista conceitual, entendo que um Banco Central tem realmente que ser independente.

Com relação ao Senador Heráclito Fortes, a questão do valor econômico, acredito que eu já tenha respondido.

A questão do superávit da PREVI, na verdade a PREVI, como fundo de pensão, é composto por contribuições dos empregados e do empregador, do Banco do Brasil. Compete a ambas as partes, tanto um eventual déficit tem que ser coberto por ambas as partes, quanto um eventual superávit cabe àquelas partes, ambas as partes, empregados e no caso o patrão, contribuíram para o estabelecimento daquilo. Recentemente foi emitida uma resolução, me parece uma Resolução n°. 26, do Conselho Nacional de Previdência, onde exatamente se procura disciplinar a repartição do superávit. E ali está estabelecido que também a entidade patrocinadora, no caso específico da PREVI, no qual nós estamos aqui conversando, o Banco do Brasil, ele faz jus a uma parcela do superávit, então transferir contabilmente parcela do superávit do Fundo de Pensão para a entidade que o patrocina, me parece que está de acordo com a deliberação da Secretaria de Previdência Social.

E, por último, Operação Bancoop. Realmente, não me lembro dessa operação, não era função do Conselho Deliberativo da PREVI deliberar sobre operações, aí nós teríamos que talvez conversar, eventualmente depois eu mais informações sobre isso, eu realmente não me lembro dessa operação. E eu não conheço o Sr. Vaccari Neto, eu não o conheço.

Por último, a intervenção do Senador Tasso, muito bem colocada essa questão da poupança, eu acho que o senhor está absolutamente correto, porque... Agora eu queria retomar aqui o velho e bom ***Keynes***. Quer dizer, ***Keynes*** fala que o grande motor do crescimento é o investimento, e o investimento, é ele que vem na frente da poupança, e o investimento, ele depende basicamente, e principalmente, de uma variável chamada expectativa. As expectativas dos empresários, dos investidores, faz com que os empresários se antecipem em investir. A taxa de poupança, na verdade, ela vem a partir do investimento, ela ocorre depois do investimento. Então o que nós temos que fazer é ter as melhores condições possíveis para que as expectativas com relação à economia sejam positivas, para que as sinalizações que a gente possa dar sejam aquelas que os empresários acreditem e invistam nessa economia, não só os empresários nacionais como os estrangeiros, é uma economia que precisa direcionar expectativa nesse sentido, direcionando nesse sentido o investimento virá e por consequência a poupança virá.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço licença a V. Sa. e peço silêncio, por favor, silêncio porque nós estamos já ter-

minando aqui a sabatina do Diretor Aldo Luiz Mendes, e agora ele está apresentando as sua conclusões. Então vamos fazer silêncio, por favor.

Eu quero registrar, inclusive, vamos fazer silêncio porque está aqui o Governador de Roraima, Anchieta Júnior, que nos dá a honra de sua presença. Talvez V. Exa. me desculpe, mas talvez esse burburinho todo seja em homenagem a V. Exa.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, silêncio é para outras situações, quando nós estamos no alvoroço é porque está tudo vivo, está tudo...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): São as divergência locais aqui dele com o Senador Romero Jucá, mas acho que tem jeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Volto a palavra ao Diretor, ao candidato a Diretor, Aldo Luiz Mendes.

SR. ALDO LUIZ MENDES: Apenas concluindo, então considero, Senador Tasso Jereissati, muito importante essa preocupação com a poupança. De fato, ela tem que transcender essa discussão do câmbio para cima ou abaixo, o câmbio é flutuante, ele vai subir e vai descer de acordo com aquilo que o mercado assim determinar e assim tiver que ser. A questão mais importante de fato é a poupança, e aí eu apelei um pouco para o velho e bom ***John Maynard Keynes,*** que dizia o que investimento na verdade é que guia a taxa de poupança, e o investimento está baseado fundamentalmente nas expectativas, e expectativas positivas se constroem com a política monetária e uma política econômica que exatamente criem as pré-condições para que isso aconteça. Obrigado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Dr. Aldo foi Diretor do Banco do Brasil, vice-Presidente, e eu quero lembrá-lo, já que ele não se lembra, que o assunto Bancoop hoje está sob investigação no Ministério Público, e é um rombo calculado em 100 milhões. V. Exa. atuou, na época, nas duas pontas, como diretor do banco e como Presidente do Conselho da PREVI. Quero crer que esses empréstimos concedidos tenham passado nas duas circunstâncias por V. Sa. Eu quero apenas que a Casa registre que o novo diretor de Política Monetária do Banco Central não se recorda desse fato que está aqui ou quem coordena o processo é o Promotor José Carlos Blat, essa investigação. Não há nada, é um projeto inconcluso. Eu quero ser bem claro, mas é de estranhar que V. Sa. não se lembrasse e tendo a assessoria aqui, nenhum assessor tenha corrido para socorrê-lo e lembrar esses fatos, o que é pra mim lamentável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Dr. Aldo Luiz Mendes.

SR. ALDO LUIZ MENDES: Lembrar o fato de que existem instâncias decisoras(F), existem alçadas, pode eventualmente não ter chegado na minha alçada. Realmente, não me recordo, é uma coisa que a gente teria que ver.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A PREVI concede empréstimos sem aprovação do Conselho?

SR. ALDO LUIZ MENDES: Depende da alçada, existem alçadas da diretoria.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Para uma cooperativa? Porque uma cooperativa do Sindicato dos Bancários de São Paulo, não é um empréstimo qualquer, é um empréstimo, é o patrimônio da PREVI que V. Exa. presidiu, que V. Exa. através desse Conselho foi responsável durante algum tempo por isso. Eu queria apenas que ficasse registrado nos anais da Casa. Remetesse uma cópia ao Promotor da Ata da Associação ao Promotor que investiga o caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço ao Secretário da Comissão que tome as providências solicitadas pelo Senador Heráclito. Todos já votaram? Pergunto se todos os senadores já votaram. Todos já votaram--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Desculpe, senador, relator, Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu só queria levantar algumas questões. Primeiro, Dr. Aldo, eu queria dizer que o seu perfil profissional contribui muito para o desempenho da função no Banco Central. Primeiro, porque durante esse período que V. Exa. exerceu funções importantes, vice-Presidente, diretor, gerente do Banco do Brasil, o Banco do Brasil empresta mais hoje do que todos os bancos privados do país emprestavam em 2003. Então é um exemplo de êxito absolutamente inquestionável e vive um momento excepcional de grande relevância para o país, e teve um papel muito importante no enfrentamento da crise. Agora, na função de diretor de Banco Central, eu quero, mais uma vez, registrar que o Presidente Meirelles sempre teve total autonomia para montar a sua equipe, nunca sofreu qualquer tipo de ingerência e sempre essa foi uma precondição, a independência

operacional do banco nas decisões do COPOM e na montagem da sua equipe.

Eu tenho defendido que o Senado tem que ser bastante rigoroso nas sabatinas trimestrais, que foi um projeto nosso de avaliação do desempenho do Banco Central, porque a credibilidade da meta está na transparência não só da ata, mas também nessas sabatinas, que é instrumento adicional de transparência das decisões da diretoria colegiada do banco, enfim, na gestão do regime de metas inflacionárias, e também porque se o Senado Americano tivesse sido mais exigente com Alan ***Greenspan,*** talvez a história da crise não fosse o que foi. Então o nosso papel é questionar e é cobrar, mas como por enquanto V. Exa. não tem nenhuma responsabilidade pela gestão, eu o pouparei das cobranças.

Mas só quero registrar que acho que a gestão de Henrique Meirelles foi altamente exitosa. Na última audiência que nós tivemos aqui, várias lideranças da oposição sugeriram a ele que se filiasse a um partido. Felizmente, ele se filiou no partido da base, fiquei muito satisfeito com isso, acho que não vai interferir em nada. Se ele sair, sairá para a vida pública. Ele estava na vida pública e deixou a vida pública para poder desempenhar o papel de Banco Central, e acho que fez um grande trabalho, o Brasil deve a ele contribuições muito importantes, especialmente nessa crise, que foi uma grave crise financeira de crédito e o Brasil mostrou que estava preparado para enfrentar e a competente gestão do Banco Central foi decisiva.

Eu tive divergências pontuais ao longo desse período, acho que houve exageros na meta em 2005, e depois o Banco Central teve que voltar atrás, foi um erro, aquilo ali pressionou a taxa de juros desnecessariamente. Nós tivemos uma taxa de inflação no limite inferior da banda e o Banco Central foi muito conservador no manejo da política monetária nesse período, mas tirando divergências pontuais, e elas fazem bem à democracia, eu queria registrar que foi uma gestão muito exitosa que V. Exa. vai participar de uma diretoria que hoje têm uma credibilidade internacional como poucas vezes o Banco Central do Brasil teve, a moeda do Brasil tem, e a economia brasileira vive um excelente momento, teremos um forte crescimento o ano que vem e acho que trabalho do Banco Central ajudou a construir esses alicerces sólidos do desempenho do país.

Então parabéns pela sua vida profissional, boa sorte no seu desempenho. E, por enquanto, não serei rigoroso como espero ser nas próximas sabatinas, cobrando o desempenho de V. Exa. à frente do banco.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente, pela ordem, Presidente. Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Só para registrar que eu fico muito feliz de ver que meu querido amigo e colega Senador Aloizio Mercadante, hoje, já revela alguma afinidade com as políticas do Presidente Meirelles, pelo menos quanto à afiliação partidária. Eu não fiquei com nenhuma dúvida quanto a ele ser a favor da afiliação partidária, mas vi momentos muito bonitos de debates intensos, chocando os dois talentos, do Senador Mercadante e do Presidente Meirelles aqui, e não raro eu estava ao lado do Presidente Meirelles. Em compensação, as coisas que são sempre a relação da compensação da vida. Na afiliação, eu fico contra. O Senador Mercadante fica a favor e a coisa fica mais desequilibrada, mas, na política, foi um pouco diferente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Aldo, não se iluda com esse canto de sereia. Quando você passar pelo Senado, tem que ser assim que nem Ulysses em Ilíada, onde ele toma muito cuidado com o canto de sereia para você não se desviar da rota. A oposição faz grandes elogios, especialmente quando acha que as coisas não estão tão bem, mas os candidatos deles fazem a crítica publicamente, na televisão, quanto à taxa de juros, contra os bancos, contra o *spread* bancário e etc., mas à parte, aqui às ironias, eu acho que nós tivemos aqui boas arguições ao Banco Central e acho que deve continuar sendo assim. O Banco Central é política de estado, não é política de governo, não tem objetivos eleitorais. Esse governo nunca fez do Banco Central instrumento de populismo econômico e não fará, então acho que o rigor do Banco Central foi muito importante essa credibilidade, agora teve excessos, acho que houve erros na condução e0m alguns momentos da política monetária e o debate democrático, inclusive, ajuda a corrigir esses erros, nós temos uma grande eficácia.

Mas eu tenho certeza que todas as declarações do Senador Arthur Virgílio, ao longo de todo esse período, poderão ser utilizadas na campanha do futuro candidato Meirelles, não sei se será nessa eleição ou quando será, mas ele desempenhou uma função muito importante ao Brasil, tem todo o direito a voltar à vida

pública se for necessário, acho que ele só antecipou a afiliação por causa do prazo de filiação, mas talvez nem use essa condição. Vamos aguardar. É possível que ele fique até o final da gestão e se ficar continuará ajudando muito o Brasil.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente, se ficar, Sr. Presidente--

[falas sobrepostas]

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Se ficar, receberá elogios meus com muita clareza, esse é o papel do presidente do Banco Central. Por outro lado, quem sabe dê para se aproveitar na campanha eleitoral, quem fala em campanha eleitoral primeiro sempre é a turma de lá, quem sabe dê para aproveitar algumas frases da Ministra Dilma sobre a ação do Banco Central, seria muito ilustrativo nós irmos para a série recordar é viver.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu lembro que o Ministro da Cultura está aguardando há uma hora para dar início a Audiência Pública.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente, Pela ordem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente. Eu quero apenas--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra pela ordem, Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero apenas lembrar aqui o Senador Aloizio Mercadante que em se tratando do político Henrique Meirelles tudo pode, não o Presidente do Banco Central. Eu quero lembrar ao Senador Mercadante que no final de 2001 para começo de 2002, aportou no Brasil depois de um grande sucesso como Presidente do Banco de Boston, o pretenso candidato a qualquer coisa Henrique Meirelles, e aqui desceu querendo ser Presidente da República, inclusive para impedir que o partido do Senador Mercadante tomasse conta do poder. Ofereceu-se ao PFL, ofereceu-se ao PSDB como candidato à Presidente da República. Logo depois mudou de ideia, era candidato ao governo de Goiás, mas, adiante ao Senado também por Goiás, terminou como candidato a deputado federal pelo PSDB e renunciou, não resistindo aos encanto dos Partido dos Trabalhadores ao qual criticara quando voltou ao Brasil para se dedicar à vida pública. Eu quero fazer esse registro e dizer que, do político, tudo pode acontecer, inclusive nada, mas quero dizer que não faço nenhum reparo ao Henrique Meirelles [ininteligível] Presidente do Banco Central, apenas para que o Senador Mercadante não se empolgue muito com o futuro político e não invista muito no futuro do político Henrique Meirelles. Se contente com o do grande Presidente que o Banco Central tem. Aliás, tirado do ninho tucano, com muita sofreguidão, pelos petistas, recém atrelados ao poder àquela época.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, lembrando--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É muito rápido, Presidente, muito rápido. É mais ou menos na linha do que disse o Senador Heráclito, só para avivar a memória do Senador Mercadante de o que Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, foi buscado nas hostes do PSDB, naquela altura o PT teve uma reação muito grande para aceitá-lo como Presidente. E ele renunciou o mandato de deputado federal por Goiás pelo PSDB para assumir o Banco Central, e eu todas as vez o que Ministro Meirelles esteve aqui, eu o elogiei porque é reconhecida a sua competência na gestão do equilíbrio da moeda do nosso país. Então Senador Mercadante, V. Exa. só esqueceu de dizer que o Henrique Meirelles é um tucano de carteirinha. Só isso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Cedido recentemente ao PMDB.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos proceder à apuração dos votos. Faço a designação do Senador Flexa Ribeiro para ser escrutinador e do Senador Antonio Carlos Júnior. Os dois vão passar a contar os votos a partir de agora.

Atenção para o resultado da votação. Primeiro eu quero assinalar que só faltou um voto, foi 26 foram apurados, portanto, só faltou um senador votar. Votaram sim 23, não 2, uma abstenção.

Foi aprovado o nome do Sr. Aldo Luiz Mendes para o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, peço urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A urgência já foi atendida. O Ministro da Cultura encontra-se...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, pela ordem. Tem acordo para votação de duas matérias que são muito significativas, que são matérias ambientais, precisamos votá-las rapidamente. Eu pediria a V. Exa. que compusesse a Mesa imediatamente e votássemos as duas matérias.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Compõem a Mesa com o Ministro e nos dê a palavra que nós seremos sucintos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Convido o Exmo. Sr. Ministro da Cultura, Sr. Juca Ferreira, para compor a Mesa.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Juca Ferreira. Obrigado pela correção. Correção de baiano.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): De baiano para baiano. Foi boa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu chamei de Jucá e ele disse: Não é Jucá é Juca.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V. Exa. fez homenagem ao líder do governo, mostrando a afinidade do ministro com o Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É verdade. Bem lembrado.

Pergunto ao Senador Renato Casagrande, V. Exa. ainda insiste--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não. Jamais insistirei com V. Exa. É porque a matéria é uma matéria que o Ministro Juca sabe da importância dela, que é a aprovação da Política Nacional de Mudanças Climáticas e do Fundo Nacional de Mudanças Climáticas e que nós temos um prazo aqui para tentar votarmos antes da conferência, se o Ministro Juca Ferreira pudesse aguardar de 15 a 10 minutos nos dois relatórios, aí nós faríamos nos dois relatórios nesse prazo. E votaríamos as matérias.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Simbólica.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Ministro pede a palavra, já que V. Exa. solicitou a opinião dele. Ele pediu a palavra.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Senador, eu queria fazer uma proposta alternativa. Eu, apesar de baiano, vou tentar ser o mais breve possível, fazer uma síntese do que eu iria falar, porque eu já estou há uma hora e meia esperando e eu estou com uma pauta apertada--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É verdade. Por isso que eu pedi a opinião de V. Exa.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): A minha ideia era começar pela Cultura, depois o Banco Central. Mas sabe que a força é brutal nessa área.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Presidente, quem somos nós para contestarmos o Presidente da Comissão e o Ministro? Então, nós estamos aqui, esperando oportunamente, e faremos o relatório dos projetos.

Sessão encerrada às 12h51.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA QUINQUAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA E SEXAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, CONJUNTA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 12:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às doze horas e cinquenta e dois minutos do dia vinte e quatro de novembro do ano de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Tião Viana, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Antônio Carlos Valadares, Renato Casagrande, João Pedro, Ideli Salvatti, Francisco Dornelles, Gerson Camata, Valdir Raupp, Neuto de Conto, , Romero Jucá, Gilvam Borges, Eliseu Resende, Antonio Carlos Júnior, Raimundo Colombo, Cícero Lucena, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Gilberto Goellner, Demóstenes Torres, Heráclito Fortes, Rosalba Ciarlini, José Agripino, Álvaro Dias, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Gim Argello, Sérgio Zambiasi e Osmar Dias e, ainda, dos Senadores João Durval e Augusto Botelho. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, Pedro Simon, Renan Calheiros, Efraim Morais, Adelmir Santana, Osvaldo Sobrinho, tendo falta justificada em virtude de estar participando de missão política na Antártida, João Tenório e João Vicente Claudino. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 221 de 2009, que "institui o Programa de Cultura do Trabalhador; cria o vale-cultura; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências", com a presença do Exmo. Sr. João Luiz Silva Ferreira, Ministro de Estado da Cultura, em atendimento aos Requerimentos nºs 64/09-CAE e 124/09-CCJ, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, 65/09, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, e 98/09-CAS, de autoria das Senadoras Ideli Salvatti e Rosalba Ciarlini. Após a exposição do Exmo. Sr. João Luiz Silva Ferreira, usam da palavra os Senadores Arthur

Virgílio, Rosalba Ciarlini, Demóstenes Torres, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Aloizio Mercadante, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande e, ainda, o Senador Augusto Botelho. Foi aprovado, ainda, perante a Comissão de Assuntos Sociais, Requerimento de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, e, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Requerimento de autoria dos Senadores Rosalba Ciarlini e Flexa Ribeiro, requerendo a realização de audiência pública conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, para debater e instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 221/2009, com a presença das seguintes autoridades: Exmo. Sr. João Luiz Silva Ferreira, Ministro de Estado da Cultura; Sr. Manoel Rangel Neto, Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema – Ancine; Sra. Judith Brito, Diretora-Presidente da Associação Nacional dos Jornais – ANJ; Sr. Roberto Muylaert, Presidente do Conselho Diretor da Associação Nacional dos Editores – Aner; Sr. Odilon Wagner, Presidente da Associação dos Produtores Teatrais Independentes – APTI; e Sr. João Batista Inocentini, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e dezessete minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **GARIBALDI ALVES FILHO,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. 52ª. A reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e a Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, a realizar-se em conjunto. Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 221, que institui o Programa de Cultura do Trabalhador, cria o Vale-Cultura e altera uma série de leis pertinentes. Com a presença do Exmo. Sr. João Luiz Silva Ferreira, Ministro do Estado da Cultura, em atendimento ao requerimento de autoria da Senadora Ideli Salvatti e da Senadora Rosalba Ciarlini. Com a palavra o Ministro João Luiz Silva Ferreira, o Ministro Juca Ferreira, Ministro da Cultura.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Bom-dia a todos os senadores e senadora. Eu queria agradecer o convite para que eu participasse dessa Audiência Pública e saudar o nosso Presidente Garibaldi Alves Filho, senador que eu tive a oportunidade de trabalhar quando era Presidente dessa Casa; o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Demóstenes Torres, e a Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Rosalba Ciarlini.

Eu vou ser bastante breve, inclusive, para facilitar que os senadores possam trabalhar o próximo assunto que tem uma importância relevante para o Brasil e para a humanidade. A contribuição que o Brasil pode dar ao controle de emissão de gases é enorme, e acho que Senado tem um papel. O Vale-Cultura talvez seja o instrumento mais criativo e mais importante trabalhado durante a nossa gestão. A ideia não é nossa, já existe há mais de 20 anos. Há 18 anos atrás, quando o então Ministro da Cultura Sérgio Rouanet, lançou a Lei Rouanet, ele se comprometeu a trabalhar a ideia de um instrumento semelhante. Alguns empresários já trabalham a ideia de algo que ajude a fazer crescer o consumo cultural no Brasil, também tem referências de em torno de 20 anos. São muitos os que advogam a paternidade. Eu queria dizer que o Ministério da Cultura não é o pai da ideia. A primeira vez que eu tive contato foi quando eu li os discursos do Ministro Sérgio Rouanet, por ocasião, há 18 anos atrás, por ocasião da criação da lei. O instrumento é muito inteligente, é muito eficiente e é isso que eu vou tentar demonstrar rapidamente aqui.

Toda tradição de política cultural no mundo, os franceses, que são os pioneiros de formularem a necessidade de que o Estado tenha políticas públicas para cultura, mas os americanos, todos, os italianos, os espanhóis, todos os países que têm política cultural, todos eles trabalham como, quase que como o único aspecto o financiamento e o estímulo, e o apoio à produção cultural. Nos países onde o consumo cultural é resolvido, ou seja, a sociedade garante espontaneamente o acesso a esses bens e serviços, a política de financiamento e apoio à produção cultural já é suficiente como contribuição do Estado. Mas, infelizmente, no Brasil, se nós apenas financiarmos, estimularmos e apoiarmos a produção cultural, a gente cria uma situação que não resolve completamente os gargalos e a dificuldade para o desenvolvimento cultural brasileiro. Eu peço para que avance para aquele quadro da cultura, dos números.

Nós pedíamos ao IBGE e ao IPEA que fizesse pesquisas sistemáticas sobre a cultura no Brasil. Nada disso nos surpreendeu, mas a gravidade dos números, esse, sim, eu confesso que fiquei impactado. A sociedade brasileira não consegue disponibilizar bens e serviços culturais para toda a população; e eu digo mais, nunca chega a 20% da população o acesso aos bens e serviços. O único bem cultural, o único serviço cultural que é universalizado no Brasil é a TV aberta. É o único que a gente pode dizer que está universali-

zada. Todos os outros bens culturais são de repercussão muito pequena.

Então, vamos ver aí. Só 14% – na verdade, não é nem 14, é 13 vírgula alguma coisa – dos brasileiros vão ao cinema em torno de uma vez por mês; 92% dos brasileiros nunca frequentaram museus; 93% nunca foram à exposição de arte; 78% dos brasileiros nunca assistiram a um espetáculo de dança; 92% dos municípios brasileiros não tem um cinema sequer, um teatro sequer. Então, eu não vou ler os outros, nem disponibilizar os outros, só um, que me é caro também, e acho que é importante que os senadores tenham contato com isso. Só 17% dos brasileiros compram livros. Ou seja, a gente percebe que a gente nunca consegue disponibilizar nem a 20% dos brasileiros os bens e serviços culturais. Nós, hoje, estamos conseguindo disponibilizar mais dinheiro do que na época da Embrafilme para produção cinematográfica e audiovisual brasileira, mas mais de 90% dos municípios brasileiros não tem um cinema sequer, o que faz com que apenas 13% dos brasileiros frequentem cinema. E os cinemas brasileiros estão dentro de *shopping center*, a bilheteria é cara, a pipoca é a mais cara do mundo, o que torna praticamente inviável para a grande maioria da população, não só para classe C, D, E, mas, também, para boa parte da classe média alta brasileira, a inviabilidade de ir ao cinema é enorme. Então, a gente precisa criar mecanismos... Nós estamos tentando criar vários, nós estamos financiando, agora, através do BNDES, a ampliação das salas de cinema no Brasil, nós estamos estimulando que essa Casa e a Câmara, através de emendas, possibilite a reabertura de cinemas municipais para ampliar redes de exibição. Nós estamos criando alguns mecanismos, junto com pontos de cultura, para possibilitar pontos de exibição de filmes dentro das comunidades. Então, o Vale-Cultura não é um esforço isolado; faz parte de uma política que nós estamos desenvolvendo no Governo Lula, que tem três referenciais principais. Estímulo e apoio à cultura como fato simbólico, desenvolvimento das linguagens, apoio aos produtores culturais, ampliação do acesso à cultura, tratar a cultura como um direito de todos os brasileiros, e fortalecer uma economia forte. Então, é nesse contexto de um conjunto de ações, ou um conjunto de políticas que entra o Vale-Cultura. O Vale-Cultura é muito parecido com o Vale Refeição; é um mecanismo de financiar o consumo cultural. Em vez de alimentar o estômago, o Vale-Cultura procura alimentar o espírito. Vai ser um cartão magnético, para facilitar o controle, e evitar que seja utilizado de maneira indevida. Esse cartão magnético, no valor nominal mensal de 50 reais, o trabalhador paga 5 reais, ou seja, 10% do valor nominal; até 1% do imposto devido, é descontado integralmente nesse imposto de renda devido na empresa, e, a partir daí, é um mecanismo de entrar no financiamento a partir da despesa operacional, que é um mecanismo que os senadores conhecem, que o empresário paga um percentual e o governo paga outro percentual. Através da viabilização desse mecanismo, nós vamos ter a incorporação entre 12 e 14 milhões de pessoas diretamente, porque o trabalhador pode disponibilizar para os filhos, total ou parcialmente, ou para a esposa, no caso da esposa, financiar e disponibilizar para o marido. Então, diretamente, nós vamos ter a incorporação de 12 milhões de pessoas no consumo cultural.

Segunda coisa: nós vamos ter a possibilidade do desenvolvimento da economia da cultura, porque, hoje, através... Quando esse mecanismo estiver funcionando, vão ser injetados cerca de 7 bilhões de reais na economia da cultura. Então, isso vai ser disponibilizado para consumo de livros, para se assistir filmes, espetáculos de teatro, de dança, compras de CD, outros efeitos colaterais positivos. Por exemplo, o CD legal vai ter proeminência sobre o CD ilegal porque, pelo fato de ser um cartão magnético, um controle por parte das empresas operadoras do mecanismo, e por parte das empresas beneficiadas, como local de exercício da escolha do trabalhador na hora de participar desse benefício, isso permite que a gente reduza a uma insignificância a possibilidade de uso como moeda ou coisas desse tipo por parte desse mecanismo. Então, um mecanismo que já vem usando uma tecnologia moderna, para permitir que o uso seja prioritariamente, fundamentalmente no objetivo principal. Nós procuramos abarcar o conjunto principal da cultura brasileira, procuramos que o governo se responsabiliza com a parte importante, mas o próprio trabalhador é responsável por 10% dos recursos, e o empresário que quer ver qualificado o seu ambiente de trabalho também tem uma responsabilidade na participação do mecanismo. É um mecanismo consensual, praticamente não tem divergência na sociedade, as centrais sindicais apoiam, as principais federações da indústria apoiam também, os trabalhadores da área cultural, os artistas... Nós acreditamos que esse mecanismo poderá ser pensado como uma ação conjunta de toda sociedade brasileira, da base do governo, da oposição, para que a gente possa, de fato, ter um incremento na atividade cultural no Brasil sem significado.

Eu deixei por último, mas, hoje, quando o governo estimula, através de leis de incentivo, a produção cultural, gerou um subproduto negativo. É que a área cultural passou a depender pouco da bilheteria. A bilheteria, hoje, não tem significado econômico para a atividade cultural. Então, o principal é aprovar o pro-

jeto na Lei Rouanet, na lei do audiovisual, e, através disso, gerou um certo estranhamento entre o artista e o público. Por exemplo, na área de teatro, a estatística confirma que houve uma redução das temporadas para que possibilite a aprovação de outros projetos na Lei Rouanet, e, com isso, a gente reduz a importância do diálogo entre o artista e o seu público. Então, esse mecanismo vem resgatar isso. Esse mecanismo vai ter vários efeitos colaterais saudáveis na economia da cultura, sem falar que vai gerar emprego, a abertura de novos negócios culturais, livrarias, cinemas, próximos onde moram essas pessoas, esses trabalhadores. Por exemplo, já tem uma rede de supermercado que já vai inaugurar o primeiro cinema em áreas periféricas das grandes cidades brasileiras, exatamente para atrair esse público consumidor antes mesmo do mecanismo ter sido aprovado. Então, nós podemos ter nesse mecanismo, talvez, nasceu como um mecanismo complementar, mas talvez seja um grande incremento. A economia da cultura no Brasil, com todos esses efeitos colaterais, do acesso dos trabalhadores e boa parte da população brasileira aos benefícios da cultura e todo incremento e o incentivo à atividade cultural.

Então, nesse sentido é que eu proponho que os senadores pensem nisso como um mecanismo que pode ser tratado de forma consensual nessa Casa, e minha expectativa que o Senado, até o Natal, permita que os trabalhadores tenham acesso a esse benefício de forma ampla. Como um presente de Natal. Muito obrigado. Eu procurei sintetizar, não usei o Power-Point, a não ser nisso aí, para que a gente possa, de fato, ganhar tempo e ter a possibilidade de trabalhar de maneira positiva.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, pelas prerrogativas, porque nós temos que obedecer a seguinte ordem de prerrogativa. A Senadora Ideli foi quem subscreveu primeiro pedido de Audiência Pública.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Uma breve comunicação, Sr. Presidente. Como tenho um compromisso no Itamaraty, com o Presidente da República Tcheca, vou pedir licença. Quero agradecer as explicações do Ministro Juca Ferreira, cumprimentá-lo e dizer que eu estou de acordo que se inicie essa experiência importante com o Vale-Cultura.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço, Senador Eduardo Suplicy, e concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti. Em seguida--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente, Sr. Presidente, Senhor, Sr. Presidente, pela ordem, com a anuência da Senadora Ideli. Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu peço uma explicação ao ministro de algo que me parece, no mínimo, inadequado, embora eu diga a V. Exa. que eu tenho do ministro a maior impressão pessoal e profissional; ele sabe disso. Há um diálogo muito fluido, muito fácil entre o gabinete dele e meu. Eu estou aqui, com o maior respeito, ouvindo o ministro – peço a vocês que me inscreva, após a senadora, e, no momento exato, fazer a minha consideração sobre o que eu ouvi –, mas eu estranho, tem aqui uma coisa estranha, tem aqui um *folder* muito bem feito, dizendo assim: "Voto é cultura". Até aí, tudo bem, voto a favor da cultura, dá para passar. Mas diz: "Apoie o parlamentar do seu estado que vota pela cultura". Tem uma lista de parlamentares de tudo quanto é partido, mas aí com a chancela do Ministério da Cultura, da Câmara dos Deputados, do Fórum Nacional de Cultura e do Ministério da Cultura. Ou seja, eu não vejo que seja... Eu quero chamar a atenção de uma maneira muito construtiva. Eu não acho que seja adequado nós ficarmos discutindo "vota ou não vota", porque, digamos que alguém encontre razões fortes para não ser favor de uma matéria dessa ou até de todas, exercitando um direito legítimo de pensar, de raciocinar e de decidir. Essa pessoa não seria credenciada ao voto da nação, haveria esse maniqueísmo, ou seja, ou se segue o que está ali, ou não se merece o voto do eleitor brasileiro? Eu tenho a impressão que isso aqui não é uma matéria que não é um dinheiro público bem gasto. Caberia até uma ação popular para se devolver aos cofres públicos esse dinheiro, porque envolve uma matéria eleitoral, e não é partidária, tanto que tem deputados de todos os partidos aqui, mas quem não assinou aqui é maldito? Quem não assinou aqui não merece respeito? Seria a mesma coisa no Senado, o Senado também estaria... O Senado estaria [ininteligível], Senador Dornelles, a... Nós temos que votar essas matérias, que eu julgo muitas delas relevantes, quero discuti-las em profundidade, por isso, a presença, até aqui, estamos adiando uma reunião de bancada para ouvir o ministro. Eu queria aqui lavrar o meu protesto, e pedir ao ministro que opine, porque não me parece adequado se misturar eleição com *folder* de dinheiro público...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Ministro Juca Ferreira.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Senador, primeiro, eu gostaria de confirmar aqui, nós temos um diálogo construtivo e importante. Eu acompanho o trabalho do Senado, e, sempre que posso, procuro dar um *feedback* esclarecendo, e frequentemente ligo para facilitar a compreensão. Queria dizer, inclusive, que o primeiro senador que me propôs essa audiência pública foi o Senador Arthur Virgílio, numa dessas conversas que tivemos, e, na verdade, a intenção foi boa desse... Não passou por mim como ministro. Isso, na verdade, é fruto de uma pressão da área cultural, no sentido de que o conjunto das medidas que estão sendo propostas sejam aprovadas e tratadas com seriedade. Me parece que houve uma preocupação de não ser partidário, mas acho que ultrapassa o limite do... O ministério não poderia ter assinado esse... O que a instituição dos artistas e tal assina é correto, mas acho que o ministério não deveria ter assinado. Houve um excesso de solidariedade do Ministério com a área cultural. É a Frente Parlamentar da cultura que propôs, quer dizer, é uma estrutura mista de senadores e... Só deputados? Mas à frente, é mista, é isso?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas só estão deputados. Eu faço parte da Frente da Cultura e não está o meu nome aqui.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Então, na verdade, o Ministério não deveria ter assinado, porque eu procuro resguardar o Ministério para garantir a liberdade plena dos parlamentares de optarem, sem serem molestados com o seu voto.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sabe, ministro, se me permite, cria um clima de maniqueísmo que é impróprio para discutir cultura. Ao contrário, essa história de queimar livros, **Fahrenheit** 451, não é?

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Eu concordo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu considero que deveria se pedir providência para recolher esses *folders*, não é a coisa melhor, ninguém vai devotar ou deixar de votar nessas matérias em função disso.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Inclusive, é ato de improbidade, não é, ministro? Isso aqui é ato de improbidade.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Me parece que sim.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Gastar dinheiro público para fazer propaganda de determinados parlamentares é ato de improbidade, estoura nas costas de V. Exa.. Aliás, eu vou lhe dizer, com todas as letras, que vou remeter ao Ministério Público para pedir uma investigação. Ou V. Exa. fazia com todos, ou não fazia com ninguém. Como selecionou, fez propaganda...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Senador Demóstenes, me permite, não devia fazer com nenhum.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, eu vou apresentar.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Na minha opinião, não devia fazer com nenhum.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Nenhum, porque o maniqueísmo não cai bem com a democracia nem com a cultura, e, por outro lado, a propaganda com dinheiro público não deve ser feita, senão nós faríamos a nossa separata, dizendo: "Vote em mim, que eu sou o melhor homem do mundo", com o dinheiro do Senado, eu não faço isso, e sei que isso é um crime.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Isso, na verdade, deveria ter sido assinado só pela Frente Parlamentar de Apoio à Cultura, porque é uma iniciativa deles.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Mas ela não poderia recomendar voto nela própria com o dinheiro que não é dela, é dinheiro do povo, se os artistas tais, tais, tais fizessem... Quem bancou a impressão desse *folder?*

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Eu não sei, eu posso lhe informar depois.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Você poderia informar à Comissão?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Está aqui, olha, V. Exa. pode verificar aqui, Ministério da Cultura, Brasil, Governo Federal...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E a Câmara dos Deputados também não poderia ter assinado.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente, então, eu vou representar.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): De qualquer forma, tem que ser identificado e verificado o que aconteceu.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): A área da cultura é suprapartidária, não há aqui nenhum parlamentar que se posicione contra a cultura, contra a educação. São áreas que estão acima de qualquer perlenga partidária. Então, eu acho que foi um equívoco do ministério, e também da Câmara, como lembra o Senador Mercadante, de terem subscrito esse Folder, porque, se isso foi pago com recursos públicos, é como diz o Senador Demóstenes, há uma incorreção na utilização desses recursos.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Olha, isso aqui foi uma proposta da Frente Parlamentar--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Da Frente Parlamentar da Câmara dos Deputados, porque os senadores não participaram, e, evidentemente, se tivéssemos sido consultados, eu sou da Frente, eu sou da--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agora, a proposta foi da frente, e de quem foi o ônus? De quem foi o ônus?

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Eu preciso ver, eu não tenho condições de informar.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas essa proposta deveria ter sido analisada juridicamente, estava correta, até porque, ministro, eu sinto muito, acho que todos nós aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu gostaria só de fazer uma observação, porque isso aqui, inclusive, senador, foi lançado lá, na Câmara dos Deputados, e eu participei, porque o Paulo me avisou que ia ter, o Paulo disse: "Olha, vai ter isso lá". Foi lançado dentro da Câmara, eu acho que isso pode ter sido [ininteligível] pela própria Câmara dos Deputados isso aqui. A gente tem que dar o logotipo também. Tem que verificar isso aí, mas foi lá, dentro da Câmara, que foi o lançamento desse... E só com todos os deputados.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB–CE): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Tarso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB–CE): Presidente, com todo respeito pelo ministro, com o qual também tive um diálogo muito respeitoso, isso aqui precisa, Sr. Presidente, eu acho, precisa ser verificado quem bancou isso aqui. Essa é a questão fundamental, que nós não podemos ir para uma votação como essa diante de uma circunstância, além de ilegal, moralmente, absolutamente dentro do espírito de um parlamento democrata, e dentro de um espírito de um país que preza a cultura, portanto, há divergência de opiniões, nós não podemos ir para essa discussão, sem que isso seja esclarecido. Eu acho que essa... Me desculpe, ministro, mas eu acho que esse... Diante disso aqui, essa reunião, hoje, foi pelo chão. Eu mesmo pedi ao ministro que viesse aqui, porque algumas coisas eu não tinha entendido, mas esse tipo de pressão ilegal é absolutamente inaceitável, antiparlamentar, antidemocrático, ilegal, inclusive, e nem vem ao encontro do espírito daquele país que pertence a uma cultura multifacetada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao ministro.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: O senhor tem toda a razão, mas eu estou olhando aqui o nome dos parlamentares que estão aqui, são de todos os partidos. É um erro, mas, pelo menos, o erro do partidarismo não foi cometido. Eu estou vendo aqui Rodrigo Maia, estou vendo Rebecca Garcia...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Olha, tem que ser... Como é propaganda por antecipação de campanha, tem que ser todos multados, V. Exa. e os demais responsáveis, processados por improbidade, e todos esses aqui, inclusive, os do meu partido, multados, porque fizeram propaganda eleitoral com dinheiro público. Isso não pode acontecer, isso é um desrespeito, isso é ultraje.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu concordo com a... A manifestação foi feita, eu acho que é uma publicidade indevida, totalmente descabida, o ministro já reconheceu que é descabida, e eu proporia só que a gente pudesse aproveitar a oportunidade, do adiantado da hora, e retomar a agenda do Vale-Cultura. Acho que o registro está feito, as iniciativas serão tomadas, e o Ministério Público tomará as providências que forem procedentes. E eu sugeriria que nós retomássemos a ordem de arguição, porque eu gostaria de colocar as minhas questões sobre a questão da Vale-Cultura e [ininteligível]

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, apenas que siga a ordem de inscrição, que eu estou bem quietinha aqui, guardando.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Há uma preliminar aqui que foi colocada pelo Senador Tasso, no sentido de suspender essa reunião. Eu perguntaria aos senadores, com todo respeito ao ministro, se essa premissa, levantada pelo Senador Tasso, deve ser levada em consideração ou não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Presidente, para discutir, Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, Presidente, eu pedi por primeiro, Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, esta... Pode me ser garantida a palavra, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pode. Com a palavra, Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Esta Audiência Pública foi solicitada em quatro comissões, que é onde está tramitando o projeto que cria o Programa Cultura do Trabalhador. Esse é um projeto que está, inclusive, em regime de urgência constitucional. Portanto, eu não sei qual o dia, mas ele, a partir de um determinado momento, ele vai trancar a pauta. Portanto, nós fizemos o ministro esperar quase duas horas, porque invertemos a pauta, colocamos a sabatina do Banco Central antes da Audiência Pública. Agora, eu considero que é absolutamente indesejável, inconveniente, e eu diria até, assim, sem lógica, nós não apreciarmos o debate, os esclarecimentos, que, aliás, o ministro já apresentou. Estaríamos, agora, no momento de fazer os questionamentos sobre a questão do projeto, que está em regime de urgência, que terá que ser votado por essas comissões, senão, irá direto para o plenário. Por isso, Sr. Presidente, eu acho que as questões foram levantadas, não há da parte do ministro nenhuma obstrução no sentido de verificar se houve ou não houve dinheiro público envolvido na publicação. Agora, não fazermos a Audiência Pública, quando ela já está, inclusive, em andamento... Ela já está em andamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não é não fazer, seria suspender.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Tendo em vista a urgência constitucional, nós vamos continuar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir.

[falas sobrepostas]

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E aí eu gostaria que fosse garantida a minha palavra, porque, como autora, eu sou a primeira a fazer as questões.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu peço tranquilidade, porque, senão, quem vai suspender sou eu, por falta de disciplina.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu gosto do Presidente porque ele é determinado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Por falta de disciplina.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Questão de ordem, Presidente, questão de ordem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Aliás, sobre o clima, nós vamos deliberar depois.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Questão de ordem. É questão de ordem mesmo, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem. Questão de ordem. V. Exa. não tem o...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, eu fiz... Eu apresentei requerimento, a Senadora Rosalba também, essa audiência, Ministro Juca Ferreira, era para ser uma audiência com a presença de V. Exa., com a presença de outros convidados, para que nós pudéssemos realmente ter o contraditório aqui, para que os senadores que vão votar pudessem ter a explicação de V. Exa., da ANJ, da ANER, dos produtores culturais... Quer dizer, seria uma audiência bastante ampla, com o diretor presidente da [ininteligível], o diretor presidente da ANJ, o diretor da Associação Nacional de Editores de Revista, o presidente da Associação dos Produtores de Teatros, o presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados.

Lamentavelmente... Senador Garibaldi, V. Exa., ontem, conversava comigo, até meia-noite, sobre os requerimentos. Ministro Juca, lamentavelmente, não foi possível nós aprovarmos esse requerimento, esses requerimentos na semana passada. Porque foi aprovado da Senadora Ideli, convidando só V. Exa., e foram apresentado outros requerimentos, por mim, pela Senadora Rosalba, para que se incluísse esses outros convidados. Eu tentei, durante a quarta e a quinta-feira, conversar com o Senador Garibaldi, no sentido de que nós fizéssemos a aprovação antes de iniciar a audiência, de tal forma que os convidados pudessem participar. Lamentavelmente, não foi possível. Então, nós podemos até dar continuidade à audiência com V. Exa., mas nós vamos fazer uma segunda. Então, eu acredito, por economia processual, Senador Garibaldi Alves, que nós possamos marcar uma conjunta, que aí vai atender a todos os segmentos interessados na cultura.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (0:30:56): Pela ordem, Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quero antecipar... Ministro quero antecipar porque existe muito boato da base do governo, com relação à minha posição. Eu já disse que eu sou oposição ao governo, não ao Brasil, eu sou favor do Vale-Cultura, acho que é uma proposta importante. Agora, ela precisa ter correções. Esse regime de urgência que foi encaminhando é que não dá para entender que existem projetos outros que tramitam da mesma importância que esse... Por exemplo, tem um projeto do Senador César Borges que permite que o plano de saúde para as empregadas domésticas possam ser descontado do imposto de renda, como se fosse um beneficiário do...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então esse projeto está embasado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Faço um apelo para que V. Exa. conclua.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu já concluo. Então, a minha proposta é que aprovemos inicialmente os requerimentos que estão sobre a Mesa, convidando os outros, e aí V. Exa. tomará a decisão. Acho que devemos fazer o mais cedo possível uma audiência conjunta com todos os convidados. Agora, peço que, antes de se iniciar a audiência com o Ministro Juca Ferreira, se faça como deveria ter sido feito, a aprovação dos requerimentos que estão sobre a Mesa com os outros convidados.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço aos senadores a tolerância, compreensão. O ministro quer prestar um esclarecimento que me parece importante. Em seguida, nós vamos prosseguir com a reunião normalmente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, me permita, até porque eu tenho uma decisão tomada aqui. É bem rápido, ministro. Primeiro, última coisa que eu queria era ver o ministro exposto a esse constrangimento, mas o fato é que sequer existe essa urgência toda, porque há um requerimento na Mesa, pedindo apensamento dessa matéria a um projeto já pré-existente, o requerimento assinado pelos Senadores Antonio Carlos Júnior, Tarso Jereissati, Heráclito Fortes, Rosalba Ciarlini e César Borges.

Agora, por outro lado, nós vamos juntando as peças. Tenta-se criar no país um clima que não é um clima que me parece o mais democrático. Vamos lá. Alguém propõe investigar PETROBRAS é contra o Brasil. Alguém pretende discutir o marco regulatório que o governo propõe para o pré-sal é antipatriótico, está... Quer privatizar a PETROBRAS, quer entregar riquezas brasileiras para os estrangeiros, enfim... Vamos para uma coisa bem do momento. E V. Exa. sabe, ministro, que eu sou cinéfilo e sabe que eu vou ver o filme, até porque eu estava lendo uma revista, uma dessas revistas aí, Universo Masculino, se eu não me engano, e eu estava lendo e disseram lá: "Grandes atores que fizeram filmes ruins". Então eu já mandei ver, que esses filmes ruins... Porque eu quero ver grande ator fazendo filme ruim. Então, eu sou fanático por cinema. Lógico que eu vou ver, então, O Filho do Brasil, o filme do... Não me parece, por outro lado, que tenha sido a medida mais correta, porque, durante o governo do Presidente... Marechal Dutra dizia: "Não se compra, nem se vende nada, quando se está no governo". Por quê? Porque querem vender barato para quem está no poder, ou se quer comprar caro de quem está vendendo, se esse alguém que está vendendo está no poder. Isso é uma lição de homem simples, até diziam que simplório intelectualmente que era o Marechal Dutra, mas um homem de bem, que se criou e morreu naquela casinha dele, da Rua Redentor, ali, em Ipanema. O fato é que não era a hora... Não lembro de fazer um filme sobre Ulysses Guimarães, não ocorreu ao meu amigo Barretão fazer o filme Mario Covas, um filme sobre o Freitas Nobre, que foi meu líder aqui, na Câmara, um homem esquecido, uma das figuras mais esquecidas, quando se pensa no esforço brasileiro para a redemocratização. E, no entanto, está aí um filme, que não deixa de ser, a meu ver, um exercício de bajulação, não deixa de ser. O Presidente Lula merece um filme? Merece, ele merece o filme. Agora, deixa passar o período e se faz o que o Sílvio Tendler fez com o João Goulart, para repor a verdade histórica, o que fez o Sílvio Tendler, usando o JK, para repor a verdade histórica. Mas não tinha cabimento, em pleno 1957, alguém fazer um filme que seja um filme, enfim, de incenso(F) ao Presidente.

Eu chamo os meus colegas da Base do Governo, não para cada um ter os seus argumentos em contradita, até porque nós não estamos muito à vontade para participar desta sessão, não me... Faça o argumento que quiserem fazer, sempre aquela coisa da defesa quase que profissional. Eu estou dizendo que eu não vejo, juntando essas três coisas, que seja esse o melhor caminho. Já parece natural se fazer propaganda política com dinheiro público, ou seja, ou... E mais autoritarismo. Ou vota o projeto tal, tal, tal, ou não merece o voto do povo. Ou não investiga a PETROBRAS, ou, se investiga, não merece o voto do povo. Ou aceita o marco regulatório e a pressa que o governo quer para resolver essa história do pré-sal, ainda que, depois, não

atraia investimento nenhum, ou não merece o voto do povo. Ou fica calado em relação a uma manifestação de irregularidades, que é um monte de empreiteiras, um monte de empresas que vivem às custas do governo, financiando, sem se quer, no amparo da Lei Rouanet, financiando um filme que é de incenso a quem está no poder, isso me lembra mais um projeto de sovietização do que propriamente um regime democrático.

Então, eu não posso, sinceramente, entender como isolado este caso, não posso entender como isolado esse caso, e chamo atenção de companheiros meus, colegas nossos, que lutaram tanto por liberdade nesse país, porque tudo que a gente não precisa é de culta personalidade. A gente não precisa disso. A discussão foi levada para o chão, o ministro veio aqui, recebido, esperou duas horas, isso é verdade, recebido com carinho por tantos de nós, a começar por mim mesmo. Agora, nos deparamos com algo que, se fosse isolado, bastaria essa providência sugerida pelo Senador Demóstenes Torres, mas não é uma coisa isolada, a gente está juntando a tudo mais. Daqui a pouco nos resta entrarmos para algum partido da Base do Governo, ou não merecemos nós o voto do povo. Eu não consigo aceitar isso. Sinceramente, não passa pela minha isso, é uma coisa que eu não aceito, eu não aceito manifestação de autoritarismo de ninguém, não aceito ditadura, nem que o ditador seja eu, não aceito isso, e por isso é que eu entendo que nós temos que olhar o geral, temos que olhar o conjunto. O conjunto da obra aponta para um viés autoritário, aponta, aponta, aponta. Certas simpatias--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Arthur Virgílio, eu faria um apelo a V. Exa. Para concluir.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não, eu concluo, concluo, dizendo que entendo que o mais justo era suspender a sessão, se descobrir quem pagou esse folder, e que isso mereça a reflexão de todos nós. Pedindo mil desculpas ao ministro, por quem tenho profundo carinho pessoal.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O ministro quer prestar um esclarecimento aqui.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Eu não conhecia o folder, fiz uma consulta enquanto os senadores falavam, não tem um tostão do Ministério, foi-me anunciado pela assessoria de comunicação, que é quem trabalha com isso.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Ótimo. Deve ter da Câmara, então.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Esse folder foi feito a partir da Frente Parlamentar para o Dia Nacional da Cultura, que foi comemorado na Câmara, não é partidário, porque aqui tem de todos os partidos que participam. Não estou justificando, concordo de que não é bom que se crie material desse tipo, que pressiona aos parlamentares que não votarem por uma determina proposta, constrangendo-os. Então, é o seguinte: quero ressalvar que foi um erro estar a marca do Ministério, mas não foi financiado pelo Ministério, não me parece partidário, que aqui tem de todos os partidos; portanto eu peço a compreensão do senador, que está a salvo a nossa sessão, que não está sob a égide de uma pressão patrocinada pelo Ministério. Portanto, nós poderíamos manter o clima inicial.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Por isso, Presidente, eu peço a minha inscrição, eu sou primeira da lista.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só para esclarecer. Engraçado que, aqui dentro, só tem propaganda do Ministério da Cultura.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Não, não tem propaganda do Ministério da Cultura.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Tem propaganda do Ministério da Cultura. Veja V. Exa.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Não, não tem.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Tem, sim. Nova Lei Rouanet. Saiba quais são os projetos que vão mudar a política cultural do Brasil, e aí só tem propaganda do Ministério da Cultura.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela ordem, Presidente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Isso quer dizer--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela ordem, Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Tem várias emendas constitucionais, projetos de lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O ministro se dispõe a esclarecer, vamos ouvir a palavra do ministro.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Em qualquer fórum do mundo, as pessoas são inocentes, até que seja provado o contrário. Espero que o senador não esteja desconfiando da informação que foi dada aqui, que eu pedi para confirmar. A origem desse material foi da Frente Parlamentar, inclusive o Presidente do seu partido está com o nome aqui, que é um dos líderes da oposição.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas, olha, veja só, eu não conheço Frente Parlamentar bancando, fazendo alguma coisa.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Eu sei, eu também não sei.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Frente parlamentar pagando para fazer?

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: É isso, tem que ver.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sem desconfiar de V. Exa., mas, como os indícios são muito graves, então nós não podemos desconhecer--

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Não, não tem indício nenhum.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Há indício, sim, isso aqui é um documento--

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Eu jamais faria propaganda partidária, muito menos--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Isso é um documento assinado pelo ministério de V. Exa... Esse é um documento assinado pelo ministério de V. Exa.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, nós vamos dar continuidade, ou não, à sessão?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos ter calma. Calma, calma.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): [ininteligível] como primeira inscrita.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O ministro está convidado, está na Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senão, eu vou suspender a reunião.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Acho que até devo, nesse momento.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pela ordem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, não está em discussão esse prospecto, sinceramente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): A pauta desta reunião é o projeto--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não é isso que está em discussão.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Inácio Arruda, não está em discussão, mas ele chegou aqui. Eu considero isso inclusive uma agressão a todos nós, que defendemos a cultura, que lutamos pela cultura, que estamos aqui, desde que eu cheguei, e o senhor é testemunha que eu sou defensora intransigente de qualquer projeto para a cultura. A lei da cultura, incentivo, toda forma. Senadora Ideli é testemunha...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senadora Rosalba, é normal as frentes parlamentares produzirem material dessa natureza. É normal.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu pedi pela ordem--

[falas sobrepostas]

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu pedi pela ordem várias vezes e não fui atendido. Se é só oposição que fala aqui, eu vou falar alto.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, manda para o seu estado, para que as pessoas vejam que o senhor não está aqui [ininteligível] essa relação--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu vou suspender a...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, Presidente, eu quero falar antes.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O senhor vai me desculpar, mas esta sessão está...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela ordem, Presidente, eu quero falar antes. Um minutinho, por favor.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senão a oposição grita e suspende a sessão, Presidente. Está na pauta o projeto.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu quero falar, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não há o direito para...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Por que não há? Quem não quer participar do debate, saia, Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. vai aprovar os requerimentos ou não?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, eu vou suspender a reunião.

[falas sobrepostas]

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, se o senhor suspender a reunião, o senhor está acatando o que a oposição fez.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, só espero que não diga que nós saímos da sessão, então, também, não merecemos o voto [ininteligível] porque saímos da sessão. Tomara que não digam isso, inimigos da cultura, enfim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Nem que seja por alguns minutos, que não há clima.

[falas sobrepostas]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, aprova os requerimentos, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vou suspender a reunião, depois podemos retomar daqui a cinco minutos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, se o senhor suspender, o senhor estará se curvando ao que a oposição terminou de fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não há clima para se fazer uma reunião assim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, quem criou o clima, pelo visto, já está se retirando, então nós vamos continuar, as pessoas que têm interesse.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu gostaria...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não estou me referindo a ninguém.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu queria só dizer o seguinte: em relação ao folder, eu acho que cabia a manifestação, a crítica que foi feita, e o próprio ministro corroborou imediatamente, achando que era improcedente, e esclareceu que não há recursos públicos, mas, no fundo, o que está em jogo é uma outra questão, não é essa; o que está em jogo é o que a oposição mencionou aqui, mencionou o filme que trata da biografia do Presidente Lula. Vários livros foram publicados sobre o Presidente Lula, alguns, inclusive, criticando sua história, sua biografia, suas manifestações, e nem por isso a oposição ficou incomodada. É um direito da oposição fazer, por exemplo, a biografia do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Podiam fazer um filme.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu não sei por que nenhum cineasta fez, mas é um direito legítimo. Na democracia, isso faz parte do debate democrático, é um direito que o cineasta ache que a biografia do Presidente Lula merece ser obra do filme, e ele deve fazer ao tempo que ele quer fazer. Não compete ao governo censurar, restringir. A liberdade de expressão se manifesta também na cultura. Agora, o que verdadeiramente incomodada a oposição hoje? É que o Presidente Lula tem 80% de apoio, tem 6% de ruim e péssimo, provavelmente alguns estão aqui e outros nós sabemos onde estão. Mas tem 80% de apoio popular, e o governo tem 78%, 76% de apoio popular. E quando pergunta: você, comparando o Governo PSDB, DEM, Fernando Henrique Cardoso, com o Governo Lula, dois terços da população acham o Governo Lula melhor que o governo anterior. Essa é a questão que está incomodando. E é evidente que o Vale-Cultura, a oposição está obstruindo, está obstruindo não é só essa sessão, está fazendo requerimento para mais Audiência Pública, para criar constrangimento, nós sabemos como é que se protela a matéria no Senado.

E por que estão fazendo isso? Estão fazendo isso porque isso aqui é mais uma política de inclusão social. Lamento que estejam fazendo isso, mas não fizeram diferente com o Bolsa-Família, não fizeram diferente com o ProUni, não fizeram diferente com o salário mínimo. Tudo aqui foi uma luta muito dura para aprovar, não vamos ter ilusão, ainda mais no período pré-eleitoral. Agora, eu acho um grave erro da oposição o comportamento que eles estão tendo numa matéria como essa. Quando a gente tem informação que só 17% do povo brasileiro compra um livro, quando a gente vê na tela que 93% da população não vai ao cinema, que 92% da população nunca entrou num museu, eu pergunto se é esse o Brasil que a gente quer. Esse não é o Brasil que o Presidente Lula quer, esse não é o Brasil que o Ministro Juca Ferreira quer, esse não é o Brasil que a base de sustentação do governo quer. Por isso nós queremos discutir no mérito essa proposta, aprovar um instrumento que vai distribuir cultura, que vai democratizar cultura, que vai permitir que amplos setores da sociedade possam ter acesso à cultura. Por isso, nós estamos aqui, muito interessados em esclarecer qualquer questão sobre esse projeto, para que a gente tenha condições de votar o mais rapidamente possível. Não tem sentido adiar um instrumento como esse, que tem o impacto que tem essa política de inclusão cultural. Nós queremos o Vale-Cultura, vamos lutar por ele, achamos que é uma grande solução, criativa, engenhosa, a exemplo do ProUni, a exemplo do Bolsa-Família, a exemplo de outras políticas de inclusão social.

Então, eu queria... Se alguém tiver ainda alguma questão esclarecimento, que faça. O ministro apresentou a proposta, mostrou como é que tecnicamente é consistente, é socialmente justa e tem um grande apelo popular.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Por isso, Sr. Presidente, eu queria que fosse me dada a palavra como autora do requerimento e primeira inscrita. Eu quero fazer as minhas indagações ao Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): A minha opinião é que dê a palavra à Ideli.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço, Sr. Presidente. Bom, em primeiro lugar, quando apresentei o requerimento, nas quatro comissões nas quais o projeto está tramitando, apresentei com a convicção de que inúmeros parlamentares gostariam de ter esclarecimentos de por que está sendo instalada, proposta, uma alteração sob a ótica do incentivo fiscal, porque é isto que eu tenho convencimento de que é o projeto que institui o Programa de Cultura do Trabalhador. É uma proposta que tem como base o incentivo fiscal, da mesma forma que a Lei Rouanet incentiva, ou seja, abre mão, faz renúncia fiscal para custear, para incentivar a produção artística. O Programa Cultura do Trabalhador faz a mesma questão, sob a mesma lógica, só que aí na outra ponta, na ponta do consumo da cultura. E, portanto, este projeto, ele tem que ser visto sob a ótica do incentivo fiscal, ele é uma renúncia fiscal, e, como renúncia fiscal, ele tem as suas limitações. Ele não é uma política pública de inclusão social, como é, por exemplo, o Bolsa-Família, que tem um critério de renda, de classificação para inscrição das famílias, e que o dinheiro sai diretamente do orçamento geral da União.

O que eu queria perguntar ao ministro é, em primeiro lugar – porque V. Exa. não explicitou, mas eu tenho, porque eu utilizei isto no meu relatório -, qual é o impacto econômico. Porque, assim, incentivo fiscal, ele tem lógica de ser dado quando ele complementa uma política pública, ele incentiva um benefício público, mas ele também se faz necessário pela sua repercussão econômica. Então, eu gostaria de saber qual é a realidade econômica da área cultural no Brasil, em termos de produção de riqueza, de emprego. E se é possível, com este programa, ter uma medida do que isto vai impactar em termos de geração de emprego e de geração de renda.

Uma outra questão, ministro, que eu considero de fundamental importância é de que houve polêmica, quando eu apresentei o meu relatório da questão do esporte. Foi questionado se jogos de futebol, de espetáculos esportivos, se seriam incluídos ou não. Na realidade, eu apresentei como resposta, quando fui arguida aqui, na apresentação do relatório, de que o esporte já tem, inclusive, política de incentivo ao patrocínio de equipes, que foi equivalente a Lei Rouanet, que foi criada para o esporte. E me parece, também, que, se nós fizemos uma estatística, eu acredito que, pelo menos em estádios de futebol, os números são muitas vezes superiores a cinema, teatro, espetáculo de dança. Então, eu gostaria que V. Exa. também pudesse abordar essa questão esportiva.

E, por último, foi questionado a inclusão de publicações. A questão de jornais, revistas e... Eu imagino que isto deva ter sido, também, objeto na elaboração do projeto, de por que isso acabou não sendo incluído, e qual é o impacto ou os problemas para incluir a questão das publicações no projeto. Então, seriam estas, Sr. Presidente, as indagações que eu gostaria de fazer ao Ministro Juca Ferreira.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Antes de colocar em votação [soa a campainha]. Antes de conceder, desculpe, a palavra ao Ministro Juca Ferreira, eu quero colocar em votação os requerimentos que solicitam uma nova Audiência Pública. O primeiro, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que convida o Ministro da Cultura novamente, o diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema, e a diretora-Presidente da Associação Nacional dos Jornais, e o Presidente do Conselho Diretor da Associação Nacional dos Editores de Revistas, e o Presidente da Associação Nacional dos Produtores Teatrais Independentes e o Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados. Em votação o requerimento, perante--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sr. Presidente, é que há uma redundância, e tenho certeza que o Senador Flexa há de concordar. O ministro está aqui, o ministro esperou uma hora e meia na nossa sala.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas o ministro pode até mandar um representante.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Se for com esse adendo de que pode até mandar um representante, se houver concordância... Porque a convocação é do ministro, o convite é para o ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas ele...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Se há essa concordância...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Senador Flexa concorda.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Posso defender, posso defender?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Senador Flexa Ribeiro concorda, não concorda, senador?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Concordo.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Então, pronto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu combinei com a Senadora Ideli--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Então, está... Vamos votar, que o ministro, ele está aqui.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Inácio Arruda, eu combinei com a Senadora Ideli, para que nós pudéssemos acelerar a tramitação do projeto, que nós fizéssemos hoje esta audiência conjunta, e ela concordou com isso. Eu fiz a apresentação dos requerimentos na CCJ, a Senadora Rosalba, na CAS, lamentavelmente não houve possibilidade... Senador Garibaldi Alves estava nos representando--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): De materializar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --na ONU e não pôde estar aqui, na semana passada.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Muito bem representados.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Daí por que o ministro está sendo convidado tanto no meu requerimento quanto no da Senadora Ideli, que era o único. Se ele puder vir, para nós, vai ser uma satisfação muito grande tê-lo novamente aqui; se não, vem o secretário-geral, vem alguém do ministério. Eu espero que ele venha. Agora, é importante que, junto com o ministro, venha os outros setores, que vão ser beneficiados com o Vale-Cultura.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação o requerimento que, vale adiantar, é perante a Comissão de Assuntos Sociais.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Já foi.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Já foi votado esse do Flexa?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aí dentro(F).

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Do Senador Flexa?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): As duas comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, em votação. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. O outro requerimento é de autoria da Senadora Rosalba e convida de novo o Ministro da Cultura, o diretor-Presidente da Agência Nacional de Cinema, da Associação Nacional dos Jornais, do Conselho Diretor da Associação Nacional dos Editores de Revistas, do Presidente da Associação Nacional dos Produtores Teatrais independentes, e ainda o Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados. Em votação o requerimento. As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Estão aprovados os requerimento.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu só pediria que V. Exa. fizesse com urgência essa audiência, para que não seja o motivo para protelar uma matéria que assegura a inclusão social de uma ampla parcela do povo brasileiro nos bens culturais, que, até hoje, não aconteceu no nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos fazer o mais rápido possível.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Inclusive eu gostaria aqui de informar que poderíamos fazer na terça-feira, às 11 horas.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra a... Eu consulto os senadores se querem, se preferem aquela rotina, aquele procedimento de se ouvirem três senadores ou se ouviríamos logo a resposta do ministro.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Três senadores, Sr. Presidente. Mas eu queria, pela ordem, antes de o senhor passar a palavra ao próximo senador.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, eu subscrevi o requerimento para essa Audiência Pública, e ainda não tive a oportunidade de falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas V. Exa. está aqui, dentro da ordem.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A Senadora Ideli já falou, agora eu gostaria também de colocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só um segundo, Sr. Presidente. Eu gostaria só de combinar, tentar combinar uma coisa com o senhor. Eu tenho compromisso 2 horas, eu preciso ir. Mas eu gostaria muito que a gente pudesse sair daqui com uma decisão com relação à votação da matéria da Política Nacional de Mudanças Climáticas, do Fundo Nacional de Mudanças Climáticas. Queria pedir a V. Exa. que convocasse uma reunião para amanhã, às 9 horas manhã, para que nós, rapidamente, votássemos essa matéria, porque nós vamos ficar sem ambiente para votarmos essas matéria aqui, hoje. Matéria im-

portante para ser apreciada. Eu queria pedir a V. Exa.... Eu e o Senador Inácio Arruda estamos pedindo, como relatores, que o senhor convoque uma reunião extraordinária amanhã, às 9 horas da manhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu concordo e, desde logo, convoco. Chamo apenas a atenção de V. Exa. para articularem um *quorum*, para termos o *quorum* desejado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não, não, precisa do *quorum* para abrir.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Para abrir.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não é terminativo nessa comissão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sim, eu sei, mas precisa do *quorum* para abrir.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então fica convocado uma reunião extraordinária desta comissão para amanhã, às 9 horas, tendo como pauta os dois projetos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Que dizem respeito...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Às mudanças climáticas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Às mudanças climáticas. São eles o 284 e o 283.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ok. Obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Ministro Juca Ferreira. Tem meu apoio.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra a Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, Sr. Ministro, eu vou ser, de certa forma, muito objetiva. Na realidade, o projeto, ele tem, no seu mérito, todo o nosso aplauso, porque nós entendemos, e ninguém mais do que eu, que conheci de perto, na base, porque eu sei... Aqui não estou desmerecendo ninguém, mas quem já trabalhou na base com a cultura, quem já esteve promovendo a cultura, como eu já fiz, tendo a responsabilidade de, como gestora, promover toda forma de movimento cultural numa cidade e de ter marcado pelo que nós fizemos, eu sei o quanto é importante esse Vale-Cultura, que vai democratizar, que vai dar acesso aos mais pobres, aos mais carentes, que vai chegar ao trabalhador que... Realmente, é essa média, 7%, nunca foi ao teatro, nunca viu exposição de cultura, acho que até que eles não gostam. Não gostam porque não conhecem, não gostam porque nunca tiveram oportunidade de ver. Coloca uma orquestra sinfônica tocando uma música clássica numa praça, para ver se todos aqueles não param, quando se acha que só se gosta do forró, dos ritmos mais quentes, mas coloca, para ver se não toca na alma e todos param. Então, é isso que nós precisamos realmente: é promover a cultura, criar mecanismo.

Agora, o projeto em si, ele tem algo que, também, por que não aproveitá-lo e estender, para que possam também ter acessos periódicos, para que tenham acesso à revistas, para que tenha acesso de uma maneira geral, para que possam também utilizá-los para informação. E outro detalhe que eu gostaria que o senhor colocasse: por que os aposentados, não foi dado a eles o mesmo direito da questão no Vale-Cultura, igual ao trabalhador? Porque, na realidade, eu acho que eles já estão tão penalizados de não terem o direito de também ter o mesmo valor, de 50 reais, para que eles possam desfrutar de tanta coisa boa que tem a cultura do Brasil.

Então, era isso que eu queria colocar, e dizer que o projeto é bom, estou defendendo, como todas as formas de cultura. Na nossa comissão, eu queria, inclusive, dizer que fui defensora intransigente das salas de cinema; na educação, venho defendendo a cultura na escola, porque sei que esse é o caminho de transformação e de gerar emprego e renda. Atrás de um espetáculo, atrás das cortinas, nós temos milhares de trabalhadores. E você promove... Inclusive, no nosso país, nós precisamos ter, cada vez mais, a cultura sendo desenvolvida, e, na nossa região Nordeste, pelo grande potencial que temos de vocações naturais, nós temos que desenvolvê-la cada vez mais, porque passa a ser também uma âncora de sustentabilidade do nosso turismo, e aí eu falo de uma maneira muito especial para o nosso Rio Grande do Norte. Então fica aqui, desde já, a certeza de que contará com... Eu, que sou relatora na Comissão de Assuntos Sociais, com relatório... Agora, existem algumas emendas que estamos colocando exatamente em função de áreas que nós achamos que também deveriam ser beneficiadas, e foram emendas apresentadas pelos senadores, dos quais muitas nós não acatamos, mas duas foram acatadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pergunto ao Senador Augusto Botelho se tem alguma indagação.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Rapidinho, senador. Bom, Sr. Ministro, em relação ao Vale-Cultura, que numera seis áreas, dentre as quais as literaturas e humanidades, eu gostaria só de con-

firmar com V. Exa. se os livros estão incluídos no Vale-Cultura.

A outra é em relação a críticas feitas em relação que ele foca muito no cinema. Nós sabemos que o Ministério da Cultura tem, agora, um programa para ampliar as salas de cinema nos municípios. Então, isso vai ajudar com relação a isso. Mas o caso é que um dos pontos culturais de disseminação da cultura do Brasil todo são as bancas de revistas, onde as pessoas adquirem DVDs, CDs e livros. O Ministério da Cultura vai levar em consideração as bancas de revistas, como polo disseminador de informação e de cultura? Essa é a pergunta que tem que ser feita, que eu faço.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Ministro Juca Ferreira, que vai responder às indagações da relatora, Senadora Ideli Salvatti, da Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senadora Rosalba Ciarlini, e o Senador Augusto Botelho, e do Senador Augusto Botelho.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Vou procurar responder de forma sintética a todos os questionamentos e perguntas que foram feitas, e gostaria de testemunhar, também, que a Senadora Rosalba tem nos apoiado aqui, sempre que possível, então confirmando o que ela disse, na introdução de sua fala... Eu vou começar pelo folder, para ficar bem claro. Primeiro, o seguinte: aqui tem todos os partidos políticos, são... Eu não sei o número exato, mas é um número muito grande de deputados e senadores que fazem parte dessa frente, Frente Parlamentar de Apoio à Cultura.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ministro, não tem senadores.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Não, não tem senadores, mas a frente participa.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então nós nos sentimos agredidos porque nós votamos a favor da cultura, e, na hora que isso for distribuído – que já foi – isso leva a uma mensagem negativa quanto ao Senado, dizendo que nós não somos a favor do Senado, que aqui está muito explícito: "Vote, meu amigo, nesse parlamentar que realmente apoia a cultura".

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Não, não diz isso, não.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas eu entendo assim, e o senhor me desculpe, me perdoe, eu colocar assim, ter...

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Perfeito. Eu vou tentar desenvolver meu raciocínio. Primeiro, o Ministério da Cultura não é responsável por esse folder, não financiou o folder. Portanto, eu acho que não se justificava a reação que teve à minha presença, a partir dessa informação. Eu acho que o mérito do projeto que está sendo discutido aqui, hoje, é tão relevante que eu acho que a gente deveria ter tido um pouco de tranquilidade para enfrentar, mas, mesmo assim, eu quero falar do folder.

Esse folder tem origem na Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura, portanto fazem parte senadores, mas fez parte de uma comemoração dos deputados, que eles fizeram uma sessão especial, uma sessão solene, no Dia Nacional da Cultura. E esse folder foi feito para isso, aqui tem todos os parlamentares que fazem parte da frente, desculpe, todos os deputados que fazem parte da frente. Eu comecei a contar aqui os de oposição, são mais ou menos a metade, o que mostra que a intenção deles não foi partidarismo. E o que eles estão dizendo aqui, apesar de eu não ser responsável, mas só para que a gente precise exatamente a natureza das coisas: "Os nossos parlamentares estão analisando vários projetos que podem mudar a política cultural do Brasil. Para que esses projetos representem a visão de toda a sociedade, é importante que você também participe, acompanhe a discussão, fale com o seu parlamentar e envie sugestões. Sua participação é muito importante para colocar a cultura no centro da agenda do país". Esse é o objetivo e apresento aqui os projetos que estão sendo discutidos na área cultural, dentro do Parlamento. Não é verdade – e isso eu queria esclarecer ao parlamentar – de que todas são de iniciativas do Ministério da Cultura. Eu estive olhando aqui, vários são demandas da sociedade, ou demandas da área cultural, e alguns, inclusive, desses projetos, enumerados aqui, são de autoria dos próprios parlamentares, como é o caso, por exemplo, da cultura como direito social, o Plano Nacional de Cultura, o projeto do Ministério foi apensado a um projeto de um parlamentar... Então, nem é iniciativa do Ministério, nem de forma mascarada que estaria apoiando uma iniciativa aqui. Então, sintetizando, para a gente fechar essa coisa. A apresentação disso aqui como autoria do Ministério não se coloca, não justificaria nós termos adiado a discussão que precisa ser feita sobre o Vale-Cultura, nem aqui é uma propaganda eleitoral, já que tem parlamentares de todos os partidos políticos, e quase metade é da oposição. Então, a Frente Parlamentar, quando elaborou isso, na verdade, estava querendo fortalecer a agenda cultural dentro do Parlamento. Acho que foi impróprio o Ministério da Cultura ter assinado, mesmo reconhecendo a justeza de chamar atenção para a pauta da cultura, aqui dentro, mas nós temos sempre que nos resguardar, respeitando, que o Parlamento é outro poder, e, portanto, nós temos que ter todo o respeito com os processos parlamentares,

independente da concordância ou não. É por isso que eu acho que seria importante que o Ministério não tivesse assinado, mesmo com toda a concordância. Mas chamar isso aqui de um documento eleitoral é um pouco forte, na medida em que o único assunto aqui é fortalecer a pauta cultural.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Aliás, me permite, ministro?

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Pois não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O material fala da pauta dos projetos que estão tramitando e ainda... Tem um texto, que eu acho até que valeria a pena fazer a leitura, porque, em nenhum momento, pede para votar nos que estão apoiando, como foi insinuado aqui, que seria uma campanha eleitoral para os nomes dos parlamentares que estão ali atrás. Pelo contrário--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora, a senhora é professora e sei que é uma mulher muito inteligente--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senadora Rosalba, faz a leitura do texto.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com certeza, quando você lê aqui: "Vote a cultura, apoie o parlamentar do seu estado que vota pela cultura". Só isso que eu estou dizendo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Faz a leitura do texto, manda inclusive acompanhar a tramitação das matérias, o que é absolutamente salutar, não é, que a sociedade acompanhe o que nós estamos fazendo aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A palavra volta para o ministro.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Então, quero dizer que sinto que esse documento não tenha a gravidade com que foi apresentado, não tem relação com o Ministério, é de dentro do Parlamento, e, portanto, o Parlamento tem que separar as coisas, porque eu esperei uma hora e meia aqui para começar e não estou alegando isso, mas, de qualquer jeito, é uma demonstração de respeito que esse ministro tem pelo Parlamento.

Vou responder às perguntas diretamente ligadas ao tema Vale-Cultura. O Vale-Cultura terá uma repercussão econômica de incentivar a economia da cultura, incluindo entre 12 e 14 milhões de trabalhadores como consumidores culturais, vai redundar num incremento de 7 bilhões de reais, quando estiver, daqui a dois, três anos, plenamente utilizado, 7 bilhões de reais sendo utilizado na economia, drenado para a economia da cultura. Isso vai estimular uma série de empreendimentos culturais, que vão buscar essas pessoas da classe C e D para se tornarem consumidores dos seus produtos; portanto, muitas livrarias serão abertas nas periferias, muitos cinemas, e isso vai gerar uma economia altamente saudável, que é uma economia para muitos, ao contrário da economia da cultura hoje, que é, pelo preço de cada entrada, pelo preço do livro, que é um dos mais caros do mundo, nós temos uma economia para poucos. O Brasil, um país de quase 200 milhões de habitantes, uma tiragem de um livro não chega – uma tiragem normal -, não chega a 5 mil livros. Isso é um escândalo, e, portanto, a preocupação de incluir brasileiros no consumo cultural é importantíssimo, porque o Brasil não será capaz de enfrentar os desafios do século 21, se não fizer esse esforço de incluir milhões de brasileiros na cultura. Então, o projeto tem esse sentido.

Então, são de 12 a 14 milhões de beneficiários diretos, fora o que eles poderão disponibilizar para filhos, esposa ou maridos. E esses 50 reais é pouco. O Presidente Lula, inclusive, quando eu estive audiência com ele, para apresentar o projeto, que saiu de uma longa negociação, de mais de três anos, com a área econômica do governo, nós tivemos, o Ministério da Cultura, que provar os números de que esse incentivo vai ter um retorno econômico, cultural e social importantíssimo, vai gerar negócios, vai fazer a economia circular, vai gerar emprego, e tudo isso foi computado como subprodutos de um processo que visa incluir milhões de brasileiros, mas terá consequências positivas, vai dar primazia ao CD legal, em detrimento do CD pirata, que também é um impacto econômico importante. Nós não podemos acreditar que nós vamos diminuir a importância no consumo cultural do CD pirata apenas botando polícia correndo atrás de vendedor de CD pirata; nós temos que criar alternativas que possibilitem, e o fato do Vale-Cultura funcionar a partir de um cartão magnético, com controle, onde a empresa que está vendendo o produto é registrada e é responsável pelo registro daquela compra, e a empresa operadora é corresponsável no ato de legalização, isso vai permitir um controle social enorme sobre a economia da cultura, sobre cada ato singular dentro desse processo do Vale da Cultura. Portanto, é preciso compreender esse conjunto. Não é um ato isolado de beneficiar milhões de brasileiros, incluindo na cultura. Ao beneficiá-lo, a gente injeta 7 bilhões de reais nessa economia, dinamiza uma economia saudável, porque só pode ser feito dentro do trâmite legal, e possibilita geração de empregos, democratização desses acessos, abertura de negócio nas periferias das grandes cidades brasileiras, inclusão dessa classe C como consumidor cultural... Então, é um fenômeno global.

Segundo as estatísticas do Ministério da Fazenda, da Receita, mais ou menos 3, 7 bilhões é da responsabilidade do governo, o resto é esses 10% que o trabalhador paga e a contribuição da empresa que vai disponibilizar pelo trabalhador; somando tudo, dá 7 bilhões. Então, esse é o investimento, é o tamanho do investimento, quando o Vale-Cultura estiver plenamente funcionando dentro de um padrão de universalização para todo o público. É impossível incluir esporte. Esporte tem que ser outro mecanismo. Se você inclui esporte dentro dos mecanismos de incentivo da cultura, acaba a cultura e você fortalece o esporte. Então, o esporte é uma atividade importante, o Brasil precisa ganhar um patamar muito maior de participação, de possibilidade de acesso à prática esportiva de milhões de brasileiros, mas são mecanismos que não podem funcionar dentro das mesmas calhas e dos mesmos benefícios, porque, senão, você esvazia um e beneficia outro.

Segundo, o livro, evidentemente, está dentro do consumo cultural. O que nós não incluímos – e por um motivo simples – são as revistas semanais, que já têm muitos benefícios de impostos por parte do governo, e elas só são secundariamente fatos culturais. Elas são meios de comunicação, de notícia, que já têm os seus mecanismos de... Então, se a gente for abrindo, para caber tudo que pode ter alguma implicação cultural, na verdade, nós vamos ter que caber o Brasil inteiro, todas as atividades, porque sempre tudo tem algo de cultural. Então, nós tivemos um limite. Além do mais, o seguinte: essa longa negociação com o Ministério da Fazenda, com a Receita, com o Ministério do Planejamento, tem que chegar a uma soma. O governo vai botar 3,7 bilhões de reais. Tudo de benefício que a gente for criando pra ampliar, a gente pode inviabilizar o mecanismo. Nós sabemos que economia são números. Ela precisa ter um padrão. Então, nós não podemos sair do zero de incentivo para a plenitude suíça(F) do incentivo; nós temos que ter noção que, se queremos viabilizar o Vale-Cultura, vamos ter que dar uma conformação que seja aceitável pelos cofres públicos, e, nesse sentido, o Ministério da Cultura teve que dialogar com o Ministério da Fazenda, para chegar a essa formatação do viável. Eu tenho medo que um excesso de generosidade pela ampliação gere uma inviabilidade do Vale-Cultura, e a gente mate um grande mecanismo que vai ter benefícios enormes para o país, a gente inviabilize ele por um excesso de generosidade, por um certo romantismo, ao aprovar tudo que é possível, jogar aí dentro, a gente jogar. Então, eu peço um pouco de reflexão sobre esse ponto de vista. Nós tivemos que fazer essa reflexão. Eu, por exemplo, como ministro, achava que o benefício deveria ser escalonado. Para os de menos salário, um salário menor, 50 reais, mas variando até 150 reais, para, de fato, ter um impacto significativo no consumo cultural. Mas eu tive que aceitar que é 50 reais, porque isso é o que é o viável para o governo investir. Vai ser 3 bilhões e meio. A cultura nunca viu esse investimento. Isso vai ter um benefício enorme para o conjunto. Evidentemente daqui a dez anos, cinco anos, esse mecanismo vai ser revisto e vai ser ampliado, mas é assim que a sociedade funciona. A gente... Eu me esqueci agora o ditado do Nordeste, mas o excelente é inimigo do bom, não é isso? Se a gente quiser botar tudo, a gente pode inviabilizar economicamente esse projeto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Esse é outro. São muitos os ditados populares. Banca de revista. Se as bancas de revistas tiverem um sistema de computação, online, para não furar o bloqueio do controle social sob esse mecanismo, para que não seja usado como moeda, para outros fins, eu acho que pode ser incorporada. Agora, eu acho que 99,9% das bancas de revistas do Brasil não tem essa possibilidade. Então, se a gente abrir, a gente está... A gente montou um sistema fechado, tecnológico, capaz de garantir o controle público sobre o uso desse mecanismo. Se você cria uma brecha, nós estamos viabilizando a burla desse mecanismo, e esse dinheiro público, que custa caro ao país, para um benefício de alta qualidade, você estará permitindo que ele seja usado para outros fins, porque, inevitavelmente, se não tem controle, a gente gerará a burla. Portanto, eu chamo atenção: se a banca de revista tiver as mesmas características de uma livraria, deve ser incorporado, porque está sob o regime do controle. Agora, se não tiver, eu sugiro que não seja incorporado, para evitar quebra de um controle, que é a grande qualidade desse mecanismo, diferentemente de outros vales que são usados aí, na rua, como moeda.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Que acaba virando moeda, não é, ministro? Acho que essa é a grande preocupação, de não ter mais um tipo de moeda na praça.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: E nós não estamos falando de emissão de uma moeda. É isso. A gente não está falando de injeção de recursos públicos e privados para garantir a inclusão de milhões de brasileiros na cultura, e ponto, não pode ser pensado abrir janelas para que esse benefício escape do controle. A gente está gerando algo de uma excelência, enquanto modelo, e o fato de ser cartão magnético é um elemento essencial, que permite que a sociedade respire aliviada, no sentido de que esse dinheiro será usado para o fim que está sendo aprovado. A questão

dos aposentados... Eu tenho a maior simpatia pelos aposentados, já estou perto disso, fiz 60 anos, já estou caminhando para... Então, não seria eu que seria contra. Agora... Então, o Ministério da Cultura vê com simpatia. Agora, eu quero saber se fecha a conta; se fechar a conta, está fechado, e vocês não vão ouvir uma palavra sequer do Ministério contrária a isso. Agora, evidentemente que, se a gente for estendendo esse benefício, abrindo todas as portas possíveis e imagináveis, a gente pode estar comprometendo, como eu já disse, por isso não vou repetir... É isso.

Então, eu queria agradecer. Não me compromete a vir nessas outras audiências, porque minha agenda, hoje... Às vezes, eu tenho que estar em quatro estados por dia, pulando de um lugar para outro, para assumir as responsabilidades do processo que o Ministério da Cultura deflagrou de dialogar com toda a cultura brasileira, com todos que se interessem por esse assunto. Eu estou com uma agenda que... Eu estive no médico recentemente, ele me disse que eu estou com todos os sintomas de estresse agudo. Então, eu não posso garantir porque...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E hoje aumentou.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Não, hoje, não... Eu já fui vereador e conheço o mecanismo do diálogo entre oposição e a Base do Governo. Oposição sempre fará tudo para mostrar fragilidade, mesmo quando concorda, que eu acho--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ministro, esta cena, esta cena faz parte também do nosso...

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Faz parte. Eu a encaro com tranquilidade. Eu só fiz questão de esclarecer, para não parecer que o Ministério... Eu não sabia que tinha assinatura do Ministério, acho inconveniente, mas é um documento perfeitamente factível, dentro da vida parlamentar, porque são os parlamentares de todos os partidos que quiseram dar força à agenda cultural, que são oito ou nove – eu contei aqui – projetos de interesse da cultura, e o que eles estão dizendo é que tem que apoiar o parlamentar para que ele dê qualidade nova, porque, infelizmente, a tradição brasileira é de tratar a cultura como algo supérfluo, ao acesso de pouquíssimos brasileiros. Que país do mundo aceita que menos de 10% dos seus cidadãos tenham entrado alguma vez na vida em um museu? Que país do mundo aceita que, numa população de quase 200 milhões de habitantes, uma tiragem de um livro seja apenas 5 mil, que apenas 13% dos brasileiros assista filmes? Isso é um escândalo. Isso não é tarefa do governo. O Ministério da Cultura tem trabalhado de forma suprapartidária, nós trabalhamos com todos os governos estaduais. Só para ficar bem claro, inclusive o de São Paulo. Trabalhamos com todos os governos, inclusive o do Distrito Federal. Trabalhamos com todos os governos municipais do Brasil. Trabalhamos com todos os parlamentares. Ou seja, nós levamos o princípio republicano às últimas consequências. O Ministério da Cultura não está a serviço de algo menor, nós nunca partidarizarmos a política cultural. Por isso que eu com tranquilidade, acho normal que, no Parlamento, tudo seja motivo de enfrentamento entre o segmento que apoia o governo e o sentimento de oposição. Eu já fui oposição durante longos anos na minha vida pública, na Bahia, e encarei como normal isso, hoje, porque, inclusive, eu conheço. Mas é normal, e tenho certeza que o projeto não pode ser encarado como um projeto de benefício do governo; é um projeto de benefício da sociedade, e eu tenho certeza que todos apoiarão. Muito obrigado, senador, pela paciência, pela elegância com que conduziu essa sessão.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas, Presidente, só para... Quero agradecer o ministro que aqui veio, até porque eu fui uma das que fiz essa solicitação. Ministro, o senhor desculpe a demora de o senhor começar essa audiência, mas é porque o Presidente Garibaldi, ele ficou... Como os nordestinos têm muito. Ele ficou aqui entre a cruz e a espada, a Base do Governo, as lideranças, pedindo para que colocasse logo para ser arguido, debatido o novo membro do Banco Central.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Senão, não tem dinheiro pra cultura.

SENADORA ROSALBA CIARLINI: Exatamente. Então, foi uma determinação da sua própria base aliada, que fez com que o senhor tivesse essa demora toda, que essa audiência de hoje estava marcada só para haver audiência do Vale-Cultura. Mais uma vez, eu quero dizer que é um ótimo projeto. Agora, nós que fazemos a oposição, num país democrático, num país que não quer voltar jamais a aqueles tempos da ditadura, nós queremos é exatamente, através do contraditório, podermos fazer o melhor. E, na cultura, todos nós aqui sempre trabalhamos de forma suprapartidária, a não ser que achem que o meu voto, o meu relatório não vai ter nenhum valor.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Ao contrário.

SENADORA ROSALBA CIARLINI: Porque, senão, a gente vai começar a se sentir mais desestimulado de trabalhar tanto, de ter a esperança que a cultura realmente tem que caminhar ao lado de tudo, como forma de--

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Senadora, eu comecei minha fala elogiando o seu

comportamento em relação à cultura, seu discernimento, então...

SENADORA ROSALBA CIARLINI: Muito obrigada. Mas eu estou aqui, colocando, fui a única que permaneci, até porque pela valorização que dou à cultura, em respeito ao senhor, à sua vinda aqui, e sei que realmente temos as portas abertas lá do seu ministério e vamos continuar indo lá para levar ao nosso povo, dos nossos estados e do Brasil, os benefícios que são necessários.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ministro... Quero agradecer a V. Exa. pelo comparecimento, pelos esclarecimentos, e está encerrada esta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Sessão encerrada às 14h17.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA QUINQUAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 09:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dois minutos do dia vinte e cinco de novembro do ano de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Tião Viana, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Renato Casagrande, João Pedro, Ideli Salvatti, Roberto Cavalcanti, Valdir Raupp, Pedro Simon, Gilvam Borges, Wellington Salgado, Antonio Carlos Júnior, Gilberto Goellner, Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi e Osmar Dias. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Francisco Dornelles, Gerson Camata, Neuto de Conto, Renan Calheiros, Eliseu Resende, Efraim Morais, Raimundo Colombo, Adelmir Santana, Osvaldo Sobrinho, Cícero Lucena, João Tenório, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, João Vicente Claudino e Gim Argello. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Presidente dá início à apreciação das Matérias constantes da Pauta da Reunião, Item 01-Projeto de Lei da Câmara nº 283 de 2009, não terminativo, de autoria do Deputado Sarney Filho, que "institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 01, apresentando, ainda, a Subemenda à Emenda nº 02-CI e a Emenda nº 03. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºos 01 e 02-CI. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com decisão terminativa. Após a leitura do Relatório pelo Senador Renato Casagrande, usam da palavra os Senadores Pedro Simon, Ideli Salvatti, Inácio Arruda e Valdir Raupp. Iniciada a discussão, o Senador Renato Casagrande altera a Subemenda e a Emenda nº 03 apresentadas. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir Parecer da CAE, favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CI-CAE, com a Subemenda-CAE à Emenda nº 02-CI e com a Emenda nº 03-CAE; Item 02-Projeto de Lei da Câmara nº 284 de 2009, não terminativo, de autoria do Deputado Sebastião Bala Rocha, que "cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, altera os arts. 6º e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece Relatório favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura com Parecer pela aprovação do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com decisão terminativa. Após a leitura do Relatório pelo Senador Inácio Arruda, usam da palavra os Senadores Pedro Simon, Renato Casagrande e João Pedro. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva nos termos regimentais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **GARIBALDI ALVES FILHO,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 56ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Foi solicitado, pelo Senador Inácio Arruda, a inversão de pauta da sessão da reunião de

hoje. Então, o Item 2 será apreciado antes mesmo do Item 1 da pauta de hoje.

Item 2. Projeto de Lei da Câmara nº 284, de 2009. Não terminativo. "*Cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, altera os arts. 6 e 50 da Lei nº 9478, de 06 de agosto de 1997, e dá outras providências*". A autoria é do Deputado Sebastião Bala Rocha. A relatoria é do Senador Inácio Arruda, a quem concedo a palavra, antes, observando que a matéria já foi apreciada pela Comissão de Serviço e de Infraestrutura, com parecer pela aprovação do projeto. A matéria ainda será apreciada pela Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com decisão terminativa.

Portanto, com a palavra o Senador Inácio Arruda. Antes do Senador Inácio Arruda iniciar a leitura do seu relatório, recebi da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura uma nota na qual manifesta o seu apoio ao Ministério da Cultura, bem como vem, através dessa nota, esclarecer o teor do *folder* "Voto é Cultura", lançado em evento realizado na Câmara dos Deputados, no dia 04 de novembro deste ano, de iniciativa dessa Frente Parlamentar. A nota observa que o objetivo do supracitado *folder* é o de sensibilizar todos os parlamentares para participarem das discussões no parlamento brasileiro, apresentando sugestões aos diferentes projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional. Assim, não tem qualquer sentido as acusações feitas, em reunião do Senado Federal, de que o mencionado *folder* seria propaganda política, visando pressionar qualquer parlamentar, até porque o texto apresenta centenas de parlamentares de diversos partidos, tanto da situação como da oposição. Antes disso, a ideia é justamente fazer com que os parlamentares se somem a este desafio, que é de legar ao Brasil e às gerações futuras um marco legal que resulte na estruturação de uma política pública de cultura, sem colorações partidárias ou ideológicas. Participam da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura 322 Deputados Federais e 22 Senadores da República, cujas assinaturas, no ato de formação da Frente Parlamentar, foram conferidas pela Secretaria-Geral da Mesa. Todos os parlamentares das duas casas do Congresso Nacional foram convidados por essa Frente para participar do evento, realizado no dia 04/11/2009, na Câmara dos Deputados, e estão convidados a aderirem à Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura. No dia seguinte, realizou sessão solene, 05/11/2009, sessão solene do Congresso Nacional, pelo dia da cultura, com a presença de senadores, deputados federais, dirigentes culturais.

Por fim, refutamos como infundadas e injustas as acusações ora feitas ao Ministro da Cultura, cuja postura republicana e democrática é por demais conhecida pelos parlamentares brasileiros. Assinam o Deputado Geraldo Magela, Presidente; Deputado José Fernando Aparecido de Oliveira, vice-Presidente; e Deputada Maria do Rosário, Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, tenho a satisfação de poder relatar o Projeto de Lei da Câmara de nº 284, de 2009, na origem 2223, de 2007, do Deputado Sebastião Bala Rocha, que cria o Fundo Nacional Sobre Mudanças do Clima, altera os arts. 6º e 50, da Lei nº 9478, de 06 de agosto de 97, eu dá outras providências. Relatório: "*É submetida a esta comissão o Projeto de Lei da Câmara, PLC nº 284, de 2009, de autoria do Deputado Sebastião Bala Rocha, que cria o Fundo Nacional Sobre Mudanças Climáticas, o FNMC. Conforme o despacho de 05 de novembro, da Presidência dessa Casa, compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura, de Assuntos Econômicos, de Meio Ambiente, deliberar sobre a presente matéria, cabendo a última dos citados colegiados manifestar-se terminativamente. No dia 19, a Comissão de Infraestrutura aprovou relatório elaborado pela Senadora Ideli Salvatti, favorável ao PLC nº 284, de 2009, na forma da redação final, encaminhada pela Câmara dos Deputados. Em seu relatório, a senadora esclareceu que a presente oposição é fruto de compilação de várias outras: PL nº 2223, de 2007, do Deputado Sebastião Bala Rocha; PL nº 2635, de 2007, Deputado Eduardo Valverde; PL nº 3820, de 2008, do Poder Executivo, que altera o art. 6º, etc., etc.; e PL nº 3570, de 2008, do Deputado Anselmo de Jesus*".

No meu relatório, Sr. Presidente, eu gostaria de retirar este parágrafo seguinte, que diz que, "embora o projeto seja de fulano, cicrano, predomina o Executivo". Não tem esse negócio de "predomina o Executivo", não, é uma conjunção desses vários projetos que termina concluindo pela criação do fundo. Então, eu gostaria de retirar, meu caro Gonzaga, se puder nos auxiliar, o senhor já anota aí, logo após a menção dos três PLs, vamos suprimir esse parágrafo inteiro e vamos para o seguinte.

"*A proposição é composta por 14 artigos: o art. 1º informa que a lei a ser aprovada cria o FNMC, dispondo sobre sua natureza, finalidade, fontes, aplicação de recursos, bem como altera os arts. 6º e 50, da Lei nº 9468, de 06 de agosto de 97, que dispõe sobre a política energética nacional; o art. 2º estabelece que o Fundo será vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e terá a natureza contábil. A sua finalidade é assegurar recursos para o apoio a projetos de estudos e para o*

financiamento de investimentos que visem a mitigação da mudança do clima e a adaptação a essas mudanças e seus efeitos, o art. 3º prevê que o Fundo terá como fonte de recursos, além de dotação orçamentária, doações e empréstimos, entre outros, até 60% dos recursos de que tratam o inciso II, do § 2º, do art. 50, da Lei 9468, de 97. Assim, até 60% dos 10% dos recursos destinados ao Ministério do Meio Ambiente, como parte da participação especial, proveniente das concessões reguladas por aquela lei, nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, constituirão o recurso do Fundo; o art. 4º estipula que o Fundo será administrado e coordenado por um comitê gestor vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. As competências e a composição dos comitês serão estabelecidas em regulamento, assegurada a participação de leis representantes do Poder Executivo Federal e cinco do setor não governamental; o art. 5º fixa as diretrizes para a aplicação dos recursos do Fundo. Os incisos II e II, do caput do dispositivo, estabelecem a modalidade da aplicação: 1) apoia o financiamento reembolsável, mediante concessão de empréstimo por intermédio de agente operador; 2) apoio financeiro não reembolsável em projetos relativos à mitigação da mudança do clima e aos seus efeitos, aprovados pelo Comitê Gestor do Fundo, conforme diretrizes previamente estabelecidas pelo próprio comitê. O § 4º enumera uma série de atividades específicas passíveis de financiamento, com recurso do Fundo; o art. 6º determina que os financiamentos, concedidos com recursos do Fundo, terão como garantia os bens definidos, a critério do agente financeiro que, conforme disposto no art. 7º, será o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES. O banco poderá habilitar o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e outros agentes financeiros públicos para atuar nas operações de financiamento com os recursos em questão. Os riscos, contudo, serão sempre suportados pelo BNDES; na forma do art. 8º, o comitê gestor deverá ser mantido atualizado, em relação aos financiamentos aprovados; o artigo 9º, por sua vez, prescreve que caberá ao Conselho Monetário Nacional editar as normas reguladoras dos empréstimos a serem concedidos pelo Fundo, no que concerne aos encargos financeiros, nos prazos e as comissões devidas pelo tomador, a título de administração e risco das operações; os arts. 10 e 11 promovem as alterações necessárias dos arts. 6º e 50, respectivamente, da Lei nº 9488, de 97. O art. 2 dispõe que o Poder Executivo regulamentará o disposto na lei; em outra adaptação, o art. 13º revoga o parágrafo 3º do art. 50, da Lei nº 9497, de 97; por fim, o art. 14 veicula a cláusula de vigência, pela qual a lei resultante entrará em vigor na data de sua publicação".

Análise. "*De acordo com o art. 99, I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CAE opinar sobre o aspecto econômico, financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida, impõe-se notar, primeiramente, que a questão da constitucionalidade, do PLC 284, de 2009, foi competentemente tratada no relatório da Senadora Ideli Salvatti, não havendo da nossa parte qualquer reparo ao ali contido, como ressaltado pela relatora. O texto, ora submetido ao exame do Senado Federal, é materialmente de autoria do Executivo. Assim, não há o que questionar, por exemplo, a respeito da criação do Comitê Gestor do Fundo, dispositivo que, caso o projeto fosse de iniciativa parlamentar, poderia ter questionada a sua constitucionalidade, na face do artigo... em face do art. 84, II e VI, da Constituição Federal. O mesmo raciocínio é válido para os demais pontos do projeto.*

No mérito, a proposição é seguramente conveniente e oportuna. De fato, trata-se de importante complemento ao PLC nº 283, de 2009, também submetido ao exame dessa comissão, que institui a Política Nacional sobre Mudanças de Clima e dá outras providências, que brevemente será relatado pelo Senador Renato Casagrande. Essa política seria uma mera declaração de intenções, se não houvesse um correspondente aporte de recursos para sua implantação. Em efeito, o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 46, de 2009, que estima a receita e fixa as despesas da União para o exercício financeiro de 2010, já contém [ininteligível] relacionadas com a citada política. A mensagem presidencial esclarece que o Brasil, na condição de signatário do Protocolo de Quioto, criou metas quantitativas internas para a redução da emissão de gás carbônico. Assim, há a previsão de investimentos voltados para implantação do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, que prevê gerar a perda líquida de cobertura florestal até 2015, e reduzir o índice de desmatamento no país em 70%, até 2017. Dentro dos objetivos do plano, estão o combate ao desmatamento, a implementação de medidas, com vistas ao aumento de eficiência energética, por meio das melhores práticas existentes, e a manutenção da elevada participação da energia renovável na matriz elétrica. Ver(F) mensagem presidencial acerca do Projeto de Lei orçamentária para 2010.

No que tange as receitas, o PLN nº 46, de 2009, estima que a parcela do Ministério do Meio Ambiente, na participação especial pelo produção de petróleo e gás natural, alcançará 1,35 bilhão de reais. Assim, o Fundo poderá contar com 810 milhões por meio dessa fonte. Portanto, o PL 284, de 2009, é indispensável para

que a Política Nacional sobre Mudança do Clima tenha caráter estruturante para todas as demais ações, nos âmbitos político e privado, relacionadas com a promoção do desenvolvimento sustentável do Brasil".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, essa matéria, juntamente com a matéria que será relatada em seguida, em função da inversão da pauta, pelo Senador Renato Casagrande, ela é de fundamental importância e coloca o Brasil na vanguarda, sem tirar o olho do seu desenvolvimento, que é o mais importante, o mais significativo, porque a maior dificuldade para ter um desenvolvimento sustentável é a pobreza, e, com o povo na pobreza, na miséria, sem emprego, sem renda, sem participar do progresso que a humanidade tem alcançado do ponto de vista científico, tecnológico e da produção mesmo de riqueza, não é possível um plano ambiental sustentável, porque não há como fazê-lo, porque as populações mais pobres, evidentemente, vão buscar as fontes primárias para poder sobreviver, tanto para a produção de alimento, que é energia própria para as pessoas, como para produção de energia necessária para o meio em que ela convive.

Portanto, sem tirar, sem desgrudar os olhos dessa necessidade absoluta do Brasil, manter o seu ritmo de desenvolvimento – e, aliás, acelerar ainda mais, porque é pouco o desenvolvimento para a necessidade do nosso país –, tem sido fundamental a nossa posição, a posição brasileira... É fato que, de certa maneira, há uma pressão, às vezes, de fora, e, às vezes, dos mais desenvolvidos contra o progresso das nações em desenvolvimento, ou do chamado terceiro mundo, das nações que não alcançaram um certo grau de desenvolvimento. Mas o Brasil, acho que, no atual governo do Presidente Lula, tem sabido compartilhar esse dilema mundial que nos atinge com a necessidade absoluta de nos desenvolvermos.

Por isso, Sr. Presidente, o nosso voto é pela apreciação favorável da matéria, nos termos do Projeto de Lei da Câmara, de nº 284, de 2009. Essa é a nossa posição, que espero ao colhimento dos nossos colegas, pares resolutos em defesa do meio ambiente e do desenvolvimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Inácio Arruda, e a matéria está em discussão.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Se a comissão e V. Exa. me permitirem, eu gostaria de pedir vistas dessa matéria. Eu acho ela muito delicada, estou tomando conhecimento agora e me comprometo, até terça-feira, trazer uma resposta. É o apelo que eu faço a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Pedro Simon solicita vistas da matéria--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador, deixa eu fazer um--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu queria fazer um apelo ao Senador Pedro Simon, se for possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Renato Casagrande, em seguida o relator, Senador--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu só gostaria também de fazer esse apelo, porque nós estamos com o prazo muito limitado, mas vou pedir ao Inácio... Eu vou falar com o Ministro Carlos Minc e vou pedir ao Inácio que faça esse apelo – está certo? – ao Pedro Simon, para ver se a gente consiga ajustar uma posição aqui, que é regimental da parte deles. Se puder registrar uma posição, seria importante.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Meu caro Senador Pedro Simon, V. Exa. sempre age com muita atenção, primeiro, às matérias que estão sendo votadas de grande interesse público. V. Exa. sabe o dilema enfrentado por nações como a nossa, que é uma nação em desenvolvimento, que precisa crescer, precisa aumentar a inserção da população na produção de riqueza, e, para isso, tem que aumentar a produção de riqueza. Isso é fato, é algo que nós temos defendido. Agora fizemos um congresso do PCdoB e defendemos essa tese, precisamos desenvolver mais. Desenvolver mais, normalmente, ao invés de reduzir emissões, amplia emissões, mas o Brasil, pela sua continentalidade, encontra os meios de, ao mesmo tempo que se desenvolve, poder conter emissões. Esse é o grande objetivo e coloca o Brasil, digamos, na vanguarda desse processo. As condições brasileiras permitem isso. Nós vamos, agora, enfrentar essa Conferência de Meio Ambiente no mundo, que é em Copenhague, vai uma comitiva de senadores brasileiros e também de deputados estar presente, espero que V. Exa. possa fazer parte dessa comitiva. V. Exa. tem assistido nosso dilema em relação à questão do nosso chamado subcontinente, que é a peleja para ampliar a nossa representação com os países, etc.. Não é a mesma coisa, mas tem mais ou menos o mesmo sentido a inclusão da Venezuela e a aprovação de projetos dessa natureza.

Por isso, eu gostaria de apelar à V. Exa. porque tem um sentido dúbio, é esse projeto e o seguinte, porque eles são casados, são em conjunto, o 283 e o 284, e a nossa ideia era que a gente pudesse votar na Comissão de Assuntos Econômicos, onde ele não é terminativo, V. Exa. tem todo direito – eu faço apenas essa observação –, e, em seguida, ele irá à Comissão de Meio Ambiente, onde ele terá caráter terminativo e terá que ser decidido, digamos assim, no voto.

Então, eu apelo à V. Exa., nós fizemos um esforço para realizar essa reunião, que não tinha esse caráter de ser terminativo, buscarmos aprovar aqui, e, na Comissão de Meio Ambiente, onde é a última etapa do projeto, ele pudesse ser, digamos assim, mais longamente exigido o seu debate, porque lá vai ter que ser tratado voto a voto. Então, eu faço apelo a V. Exa. que ele tenha esse sentido. O Brasil se coloca numa vanguarda, não compromete o seu desenvolvimento e, ao mesmo tempo, chama atenção de que é possível, no mundo, nós realizarmos essa dura tarefa de crescer e ter um programa ambiental capaz de ajudar a resolver esses dilemas que a humanidade vem enfrentando. E uma boa parte delas, segundo a gente já bem sabe, não tem como ser enfrentadas, porque são parte da natureza mesmo, então, não há como conter, mas há aquela que o homem pode conter, e esse papel nós gostaríamos de fazer, e eu tenho consciência que V. Exa. é absolutamente nosso aliado nesse sentido, e a única razão do pedido de vista tem o sentido de examinar melhor a matéria, porque o compromisso de V. Exa. eu não tenho dúvida.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V. Exa. sabe do respeito e do carinho que eu tenho por V. Exa.. V. Exa. é um dos senadores mais respeitáveis, que estuda com mais profundidade as questões aqui, nessa Casa. Mas a exposição feita por V. Exa., me perdoe, me renova o pedido(F). V. Exa. mostrou a importância, o significado, o conteúdo desse projeto. Ele tem uma repercussão que vai muito além. Por isso, por esse significado, eu fui procurado por várias pessoas, e por várias entidades, que têm algumas dúvidas com relação em algumas propostas com relação a essa matéria. Eu não faço parte da Comissão de Meio Ambiente, eu peço apenas licença para trazer, em uma próxima oportunidade, essa ideia, para que ela possa ser confrontada. Eu só não trouxe hoje porque não sabia, estou sabendo agora, vim correndo aqui, porque não sabia que esse projeto ia ser discutido agora. Mas fui procurado ontem pelas pessoas que me pediram que trouxesse a proposta delas, e é o que eu pretendo fazer. Então, eu vejo que o nobre líder do PCdoB deixou muito claro o significado desse projeto. Ele é um projeto realmente profundo, de conteúdo, de responsabilidade, e acho que o argumento apresentado pelas pessoas que me procuraram tem consistência. Eu acho que, muito provavelmente, ele será refutado, ou, talvez, a gente possa fazer um acréscimo que melhore a matéria, é isso que nós queremos. Não há nenhum sentido [ininteligível], nem de dilatar, nem de prorrogar, nem de boicotar, nem de coisa nenhuma; apenas algumas interrogações em alguns itens que parecem que poderiam ser acrescentados. Se o Senador Arruda concordar, eu manteria o pedido.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): De acordo com V. Exa., de acordo com o Regimento, V. Exa. será atendido, já está atendido, mas o Senador João Pedro está com a palavra.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, Srs. Senadores, evidentemente que é um direito, é uma prerrogativa do senador pedir vista. Eu quero apenas registrar aqui esse tempo exíguo que nós temos para tratar de uma matéria tão complexa. Evidente que o mérito da proposta que cria o Fundo, ele é meritório, é correto, ele é correto, e esta combinação de tratar a questão ambiental, envolvendo instituições como o BNDES, o Banco do Brasil, Caixa Econômica, eu penso que ele qualifica um conjunto de preocupações e de compromissos que o país tem que ter para a sua sociedade, mas do ponto de vista internacional também.

Acho que nós precisamos chegar em Quioto, perdão, em Copenhague, com proposta que possa fazer com que o Brasil o credencie como uma liderança internacional de um país que tem compromisso com a questão climática, mas que tem uma estratégia do ponto de vista econômico, do ponto de vista social.

Então, esse debate que vem da Câmara, e que está aqui, nós temos, no dia de hoje, me parece que, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, duas reuniões na parte da tarde, não é? Teríamos, não é? [risos] E a matéria requer urgência, e eu não posso negar a complexidade que envolve esse debate, os índices, as metas, mas, também, nós precisamos dar celeridade, no sentido de nós coesionarmos(F), de nós definirmos um posicionamento do Congresso Nacional que reflete as proposituras da sociedade civil, enfim, e fazer com que o Brasil participe desse evento que guarda tanta expectativa, em nível internacional, que é um entendimento, onde nós possamos superar o fracasso que eu considero de Quioto, o Protocolo de Quioto.

Então, Sr. Presidente, eu quero dizer da minha concordância com o relator Inácio Arruda, por entender que o Brasil, que o nosso país, ele dá um salto importante do ponto de vista de assumir compromissos com esse debate, com esse debate que diz respeito

à qualidade de vida, que diz respeito a uma política séria, contundente, ambiental, e deixa o Brasil de forma muito confortável em nível internacional. Se nós aprovarmos esse conjunto de proposituras que está esboçado nesse projeto do Fundo e no projeto relatado pelo Senador Casagrande, Renato Casagrande, eu não tenho nenhuma dúvida que o Brasil dará uma grande contribuição do ponto de vista nacional, mas do ponto de vista internacional. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o atendimento à solicitação do Senador Pedro Simon, eu pergunto ao Senador Renato Casagrande: V. Exa. ainda quer falar? Não. Então, o Senador Pedro Simon pediu vistas. O processo, então, irá para as mãos de V. Exa.. O Senador Casagrande, João Pedro e Inácio Arruda pedem vistas também.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vistas coletiva. Item 1 da pauta. "Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, PNMC, e dá outras providências". Autoria: Deputado Sarney Filho; relatoria: Senador Renato Casagrande. O parecer do Senador Renato Casagrande contém Emendas de nº 1 e 2 da Comissão de Infraestrutura, apresentando ainda a Emenda nº 2 da comissão e a Emenda nº 3. A matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços e Infraestrutura, com o parecer pela aprovação do projeto. Com as Emendas nº 1 e 2, a matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscal e Controle, com decisão terminativa. Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Primeiro, quero parabenizar o Senador Inácio Arruda pelo relatório que aprova o Fundo Nacional de Mudanças Climáticas, um relatório importante. O Senador Pedro Simon pediu vistas, mas, como o Senador Inácio Arruda fez um relatório semelhante, ou igual, ao relatório da Câmara, se nós conseguirmos votar, na semana que vem, esse projeto, ainda é um prazo adequado para que nós votemos na semana que vem todos esses procedimentos, antes do início da Conferência de Copenhague, na Dinamarca. Então, eu... Naturalmente, se não houvesse pedido de vista, seria mais adequado, mas é natural, e é legítimo que o Senador Pedro Simon peça vista de qualquer projeto, tem toda legitimidade e nosso entendimento para isso. O que eu fiz... Então, parabenizo o Senador Inácio Arruda, e, terça-feira, com a anuência de V. Exa., nós poderemos fazer a votação final da matéria, com sugestões, ou com as mudanças, ou com as alterações que o Senador Pedro Simon achar mais adequado. Se não achar nenhuma mudança mais adequada, também seria bom, porque nós votaríamos de forma definitiva aqui, na Casa, na semana que vem.

O projeto que eu estarei relatando agora, Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, já agradecendo V. Exa. por ter, também, convocado essa reunião para hoje, para que a gente possa apresentar o nosso relatório, e buscarmos a votação, ele vai conter alterações, porque já tivemos alterações na Comissão de Infraestrutura, no relatório da Senadora Ideli. Então, nós teremos algumas alterações a mais aqui. Então, naturalmente, esse projeto terá que, obrigatoriamente, voltar à Câmara. Por isso que eu fiz um apelo ao Senador Pedro Simon para verificar se, no meu relatório, ele possa se julgar já atendido nas suas demandas, se for essa a compreensão dele. Isso nos levaria, se não houver pedido de vista, à possibilidade de a gente votar à tarde, na Comissão de Meio Ambiente, de forma terminativa, e devolvermos o projeto à Câmara, para que a Câmara, na semana que vem, apesar da toda a confusão que envolve o projeto do pré-sal, haja condição de votarmos a matéria, na semana que vem, antes do início da Conferência de Copenhague. Mas, Sr. Presidente, o projeto que estarei relatando a partir de agora--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, considerando que o projeto não envolve finanças, eu faria um apelo a S. Exa.. V. Exa., que é Presidente da comissão, se ele me permitir que até a reunião da comissão, se eu apresentar emendas, eu possa levá-lo, apesar de não fazer parte da comissão, e S. Exa. debater na comissão, eu concordo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Perfeitamente.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu me responsabilizo de apresentar as emendas na Comissão de Meio Ambiente, se S. Exa., embora não faça parte--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O senhor entregue para nós, e nós faremos a... Eu agradeço, então, de antemão, o Senador Pedro Simon. Bem, projeto de autoria do Senador José Sarney que, anexado ao projeto do Senador José Sarney--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Deputado José Sarney Filho.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): José Sarney Filho, Deputado Federal José Sarney Filho. Anexado ao projeto do Senador José Sarney Filho, foi anexado um projeto de autoria do Governo, do Presidente Lula, e esse projeto, ele trata da Política Nacional

de Mudanças Climáticas. Uma posição e uma decisão importante do Governo Federal, e uma mudança de postura do Governo Federal, que aceitou, efetivamente, assumir compromissos voluntários nacionais. O Brasil não tem obrigatoriedade de reduzir as suas emissões de forma compulsória... Não tem obrigatoriedade. Não é compulsória essa postura brasileira no protocolo internacional, porque nós não fazemos parte dos países do anexo 1, dos países desenvolvidos, que já entraram no seu processo de desenvolvimento há mais tempo. Mas o Brasil, para dar a sua contribuição, dar a sua colaboração, levar a Copenhague uma posição política adequada, que possa pressionar os Estados Unidos, a China, e outros países que precisam estar adotando metas, sejam compromissos voluntários, como a China deveria adotar, sejam metas obrigatórias, como os Estados Unidos, então, o Brasil tomou uma decisão que eu julguei politicamente muito importante. Então, Sr. Presidente, passo à análise do projeto.

"*O PLC 283, de 2009, trata de matéria sobre a qual incumbe a Comissão de Assuntos Econômicos opinar, conforme dispõe o art. 99, do Regimento Interno do Senado Federal. O contínuo aumento da temperatura global, causado pelo crescimento das emissões antrópicas dos gases estufa, ao longo do último século, produzirá, se não agirmos de imediato, efeitos adversos no bem estar das populações e na economia de todos os países, com consequências mais severas para as nações mais pobres e menos desenvolvidas. Como se sabe, os países industrializados são os responsáveis históricos pelo agravamento do aquecimento global, e, com base no princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, adotada pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, acordada em 1992, devem arcar com maior parcela do esforço financeiro para o enfrentamento do problema. No entanto, deve-se atentar para o fato de que as emissões dos países emergentes vêm aumentando de forma significativa, o que exigirá dessas nações, em especial, Brasil, China e Índia, maior comprometimento com ações de mitigação.*

Também é fato que a economia dos países em desenvolvimento não pode abdicar de seguir crescendo, de modo a assegurar a essas populações as condições de conforto e segurança que os países industrializados já atingiram. Embora cortar emissões exija esforços financeiros de grande monta, dados publicados pelo relatório externo, em outubro de 2006, um economista inglês, indicam que, numa perspectiva econômica, é mais vantajoso agir de imediato do que ignorar ou postergar as ações. É mais barato, custa menos prevenir e mitigar do que adaptar, do que agir depois. Enquanto os custos para estabilizar as emissões globais seriam equivalentes a 1% do Produto Interno Bruto mundial, a inação não desenvolveu nenhuma ação, levará a uma perda anual de 5%, no cenário mais otimista, estima o relatório. Custaria 5% do PIB mundial; para mitigar custa 1%.

Ainda, segundo o autor do referido relatório, a mitigação, tomada de medidas vigorosas para a redução das emissões, deve ser considerada como um investimento. Só estes investimentos... Se esses investimentos forem realizados de forma sensata, os custos serão viáveis, proporcionando, ao mesmo tempo, um leque de oportunidade para o crescimento e o desenvolvimento. Diante desse quadro, a iniciativa sob exame mostra-se extremamente oportuna. De acordo com o projeto, constitui instrumento da política nacional de mudança climática as medidas fiscais e tributárias, a serem estabelecidas em leis específicas, que se destine a estimular ações de redução de emissões e remoção de gás estufa, incluindo alíquotas diferenciadas, isenções, compensações e incentivo. Também prevê dotações específicas no orçamento da União, e linhas de crédito e financiamento ofertado, por instituições financeiras oficiais para apoiar ações e atividades consentâneas com os objetivos da política.

Além disso, o dispêndio público com ações de enfrentamento das alterações climáticas não sofrerá contingenciamento de nenhuma espécie durante a execução orçamentária. Então, uma política com decisões da administração pública, com incentivos tributários e financeiros, e com os recursos previstos não contingenciados. É essa uma linha geral daquilo que nós estamos, agora, discutindo, que poderemos aprovar, caso os membros dessa comissão assim entendam.

A inclusão no texto do PLC, pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a relatora, Senadora Ideli, que está aqui presente, do compromisso, assumido pelo Brasil, de reduzir entre 36,1 a 38,9 suas emissões, em relação à trajetória de crescimento, até 2020, consolidou a disposição do país de combater as causas do aquecimento global. Qual é a meta, Presidente? A meta que o Brasil está adotando é o seguinte: reduzir de 36,1 a 38,9 as emissões de até 2020, se nada fosse feito, se nada fosse feito ia emitir tanto. Fazendo e adotando a política, vão reduzir até 38,9 a menos. E, além disso, esta é uma decisão que coloca claramente a necessidade do Brasil, além de lançar uma meta, de ter uma política, vai ter que ter um plano para poder chegar assa meta.

Além disso, colocou uma vez mais o Brasil como protagonista das discussões internacionais sobre mudança do clima, posição já ocupada ao delinear o mecanismo de desenvolvimento limpo, adotado pelo Protocolo de Quioto. Nessa liderança, poderá exigir que

os países industrializados adotem metas ambiciosas de reduções de emissões, e cobrar aporte financeiro externo para as ações nacionais de mitigação e adaptação. A propósito, os percentuais, definidos no compromisso nacional, representam uma redução de até 1,05 bilhão de toneladas de gás carbônico em relação ao cenário projetado para 2020. Se essas medidas forem adotadas, se o compromisso for cumprido, se aquilo que a gente está definindo como compromisso voluntário nacional for adotado e executado, 1,05 bilhão a menos de tonelada de gás carbônico equivalente na atmosfera, que prevê emissões da ordem de 2,5 bilhões de toneladas. Estudo da Rede-Clima aponta que o Brasil tem potencial de redução em vários setores da economia, e só com a expansão do biocombustível poderá ser evitada emissões de até 50 milhões de toneladas por ano.

Embora a inscrição em lei do compromisso anunciado pelo Governo Federal – e reescrever em lei é importante, porque não é um compromisso só do Governo Federal, tem que ser um compromisso também do Congresso Nacional e da sociedade brasileira, por isso que é importante estar na lei, porque, até agora, era um compromisso do Governo Federal, do Poder Executivo, passa a ser também um compromisso do Congresso Nacional – represente um avanço para alcançar os objetivos da política nacional, julgando necessário vinculá-la ao Segundo Inventário Nacional de Emissões de Remoção de Gases de Efeito Estufa, que consolida dados de 1990 até 2005, que será apresentado em 2010. Tal medida permitirá que tanto Poder Legislativo quanto a sociedade possa acompanhar e fiscalizar o cumprimento da meta, de modo a garantir que os percentuais de redução, definidos pelas autoridades governamentais, não represente tão-somente um manifesto de intenções". Então, nós temos que ter uma referência, a referência além dos dados que o governo tem, além dos dados dos setores econômicos do Brasil, o inventário a ser publicado ano que vem, e que, hoje, o ministro estará aqui, discutindo esse inventário conosco, 2 horas da tarde, na Comissão de Meio Ambiente, também será uma referência.

"Com esse objetivo, votamos pelo texto aprovado pela Comissão de Infraestrutura, com uma subemenda à Emenda nº 2, da Comissão de Infraestrutura. Além disso, por se tratar de dispositivo de contrário transitório, sugerimos renumerar como art. 12 o art. 5º, acrescido ao PLC pela Emenda nº 2, da Comissão de Infraestrutura, de modo a atender o que determina o inciso 3, do art. 3º, da Lei Complementar 95, de fevereiro de 98, que dispõe sobre a elaboração e a redação das leis. Propomos, também, uma emenda ao § 1, do art. 11, do texto original do PLC, de modo a tornar mais claro o campo de aplicação da lei. Dessa feita, entendemos que o Congresso, ao aprovar a Política Nacional de Mudanças Climáticas, que, em conjunto com o Fundo Nacional de Mudanças do Clima, assegura os instrumentos institucionais, financeiros e operacionais necessários para o combate do aquecimento global, será sinalizando para um modelo econômico de baixo nível de carbono, que viabilizará o crescimento e o desenvolvimento do país em bases sustentáveis".

Voto, Sr. Presidente. "*Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara 283, de 2009, nos termos do parecer da Comissão de Serviço de Infraestrutura, com uma subemenda à emenda nº 2, além de uma emenda a seguir apresentada. O art. nº 11, o art. 11, Sr. Presidente, primeiro, o art. 11. O art. 11 passa a ter a seguinte redação: Parágrafo único: 'Decreto do Poder Executivo estabelecerá, em consonância com a Política Nacional sobre Mudanças do Clima, os planos setoriais de mitigação de adaptação às mudanças climáticas, visando a consolidação de uma economia com baixo consumo de carbono, na geração e distribuição de energia elétrica, no transporte público urbano e nos sistemas modais de transporte interestadual, de cargas e passageiros, na indústria de transformação, e na de bens de consumo duráveis, nas indústrias químicas fina e de base, na indústria de papel e celulose, na mineração, na indústria de construção civil, no serviço de saúde, na agropecuária, com vista a atender metas gradativas de redução de emissões antrópicas, quantificáveis e verificáveis, considerando as especificidades de cada setor, inclusive por meio de um mecanismo de desenvolvimento limpo e das ações de mitigação nacionalmente apropriadas'. Então, um decreto vai estabelecer o compromisso de cada setor, e isso vai ser aqui o caminho para a gente chegar em 2020 atingindo essa meta*".

A outra emenda, Sr. Presidente, é transformamos, renumeramos como art. 12 o art.13 do texto original. Art. 12: "*Para alcançar os objetivos do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, o país adotará como compromisso nacional voluntário ações de mitigação das emissões de gases de efeito estufa, com vista a reduzir entre 36,1, a 38,9 suas emissões projetadas até 2020"*. Aí nós pegamos o parágrafo único, que foi acrescentado pela Senadora Ideli, e colocamos o seguinte, para fazermos uma amarração com o inventário: "*A projeção das emissões para 2020, assim como o detalhamento das ações para alcançar o objetivo no caput, serão dispostas por decreto, tendo por base o segundo inventário brasileiro de emissões e remoções antrópicas de gases de efeito estufa, não controlado pelo Protocolo de Montreal, a ser concluído em 2010*". É este o relatório, Sr. Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu não estava aqui desde o início da reunião e fui informada que houve um pedido de vista da matéria do Fundo, não é? E não sei se vai acontecer o mesmo agora, no da Política Nacional de Mudanças Climáticas. Eu gostaria de fazer um profundo apelo a todos os parlamentares, para que nós pudéssemos fazer os aperfeiçoamentos, que nós temos capacidade de fazer. Acho que nós avançamos bastante, não é, Senador Casagrande? Modificamos o art. 11, conforme vários setores, o próprio governo, e dos setores empresariais solicitaram, estamos aqui, colocando a vinculação com o inventário da forma, inclusive, que, politicamente, fica mais correta, de forma a não reduzir o impacto que teve quando o Brasil assumiu os seus compromissos voluntários; portanto que não dê margem a nenhuma dúvida do compromisso que o Brasil está assumindo de reduzir os gases de efeito estufa.

Agora, para nós, é muito importante, é fundamental... Eu não tenho a menor dúvida, Senador Garibaldi, que fará toda diferença nós chegarmos em Copenhague com o Fundo e a Política Nacional de Mudanças Climáticas transformada em lei. Como nós estamos alterando, tem que voltar para a Câmara. Então, se houver o pedido de vista, Senador Garibaldi, nós não temos a menor condição de mandar. Porque tudo nós combinamos para a Comissão de Assuntos Econômicos apreciar a matéria e emendas agora, pela manhã; às 2 horas, o Senador Casagrande tem uma reunião da Comissão de Meio Ambiente, onde a Senadora Marina, inclusive, é relatora; já avisou que vai apresentar emendas, nós vamos avaliar as emendas, e eu espero que a gente consiga ter o mesmo entendimento que tivemos até agora. E se mais algum parlamentar quiser apresentar emendas, nós estamos abertos, podemos fazer o debate na reunião do início da tarde.

Agora, é de muita importância que nós possamos votar a matéria no dia de hoje, não só nas comissões, hoje, aqui, depois, na Comissão de Meio Ambiente, até o meio da tarde, como também votar a matéria no Plenário, porque nós já apresentamos o requerimento, retirando o caráter terminativo da Comissão de Meio Ambiente, exatamente para não ter aquele prazo de cinco dias de recurso ao Plenário, para encurtar, e poder levar, em regime de urgência, também, ao Plenário ainda hoje, tão logo a medida provisória seja votada. Então, para nós, é muito importante que a gente delibere no dia de hoje em tempo de sair do Senado ainda hoje e ir para a Câmara, porque nós temos lá... Estamos correndo contra o tempo, porque a Câmara tem uma perspectiva, na semana que vem, de ter medida provisória trancando a pauta. Então, nós teríamos que pegar ali, ainda, no acordo que nós temos com os líderes, com o Presidente Michel Temer, uma votação final na Câmara, ainda na semana que vem, para poder levar a Copenhague na forma de lei, não apenas de intenção, enquanto governo, enquanto Congresso.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu entendi que o Senador Pedro Simon retiraria o pedido de vista, face a possibilidade de, mesmo não sendo membro da Comissão de Meio Ambiente, apresentar proposições na comissão, agora à tarde. Se for esse entendimento, nós votamos e ele apresenta sem ser membro, não precisa, a gente mesmo subscreve as emendas dele.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Valdir Raupp, pela ordem.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu até estava também disposto a pedir vista desse projeto, mas, diante dos apelos, e tendo em vista que vai passar ainda em outra comissão, eu também declino do pedido de vistas para, se possível, apresentar, então, sugestões e emendas na Comissão de Meio Ambiente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O senador... A respeito do Item 1, o Senador Renato Casagrande acaba de apresentar o seu relatório sobre a Política Nacional sobre Mudança do Clima, e está em discussão, está em discussão a matéria. Depois, voltaremos ao Item nº 2. Em face de inversão, tornou-se o item 1. Eu sei de uns dois... Eu sei que as duas matérias, elas dependem uma da outra, mas... Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu peço a palavra, aqui, num sentido meio que protelatório, face a proposição do Senador Pedro Simon, que precisaríamos nós confirmar com o senador se ele retira o pedido de vista no Item 2. Porque, embora esse seja o meu entendimento, eu compreendi assim, mas é bom nós fazermos uma consulta para que as duas matérias possam tramitar, também conjuntamente, na comissão--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu vou fazer uma consulta ao Senador Pedro Simon, porque ele deixou aqui o Plenário da comissão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu entendo que os senadores querem suspender... Querem apreciar--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A sugestão é que a gente faça uma consulta ao Pedro Simon com relação ao Item 2, mas que votemos logo o Item 1, que já está pronto para ser votado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, está em votação, está em votação o parecer do relator. Os senadores e senadoras, que concordam com o relatório do Senador Renato Casagrande, permaneçam como estão. Aprovado o relatório e passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com as Emendas de nº 1 e 2, da Comissão de Infraestrutura e CAE, e com a subemenda, Emenda nº 2, da Comissão de Infraestrutura. A matéria vai à Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com decisão terminativa. E ainda com a Emenda nº 3.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Votado o Item 1... Primeiro, eu quero agradecer ao senhor, à V. Exa., aos demais parlamentares, pelo apoio, para que nós possamos, de fato, ter uma Política Nacional de Mudanças Climáticas, pedir agilidade, porque nós vamos fazer esse debate, essa votação hoje à tarde, na Comissão de Meio Ambiente, mais rápido que o processado puder ir à Comissão de Meio Ambiente com a redação final daqui seria importante, e enquanto o senhor faz uma consulta ao Senador Pedro Simon se podemos, de fato, votar o Item 2. Não sei se o Senador Inácio Arruda já fez essa consulta ao Senador Pedro Simon. Seria bom, de fato, que a gente pudesse votar.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas nós estamos aqui, localizando. Ele está na comissão, ali, fazendo uma ligação para o Rio Grande do Sul, que é prioridade, ele está falando com o Rio Grande do Sul. E quanto à consulta, Sr. Presidente, se estabelece, eu quero fazer uma referência, porque o conjunto dessas matérias, elas foram de iniciativas parlamentar. Então, é muito significativo que, no caso do Fundo, também teve a iniciativa do governo, que viabilizou para criar aquela situação que tira as pendências constitucionais, que normalmente se examina aqui e se tem dificuldade de aprovar. No caso da política nacional, que foi relatada agora pelo Senador Casagrande, o básico é iniciativa de debate, discussões que foram travadas na Comissão de Meio Ambiente do Senado, na Comissão de Meio Ambiente da Câmara e na Comissão Mista de Mudanças Climáticas, que discutiu o tema, não apenas no Senado e na Câmara, não foi um tema de discussão apenas no Congresso Nacional. Os senadores, e o Senador Casagrande, pelo menos por duas vezes, esteve no Estado do Ceará, em debates em torno da questão das mudanças climáticas, buscando agregar, porque criou-se uma ideia de que mudança do clima, do Brasil, era apenas um problema da floresta amazônica, que nós temos que proteger a Floresta Amazônica e pronto, estava resolvido. Examinou-se que não era verdade. Nós, por exemplo, do Nordeste brasileiro, V. Exa. conhece muito bem o Estado do Rio Grande do Norte, o Ceará, meu caro João Pedro, é exportador de tijolos e de telhas, que são produzidas à base da lenha da frágil floresta do bioma caatinga, que é uma floresta frágil, é ali um marmeleiro, é uma sabiá, são coberturas vegetais com muita dificuldade, e nós buscamos mostrar, no esforço da Comissão de Mudanças Climáticas, que aquela região estava sujeita a um processo de desertificação. Já é uma região semiárida e se transformaria numa região árida, absolutamente árida, se o Governo e o Estado Brasileiro não tomassem providências mais profundas em relação ao bioma caatinga e à região Nordeste do Brasil, dentro desse processo. Nós queremos ampliar a produção de tijolos. Para ampliar a produção de tijolos no Ceará, tem que derrubar mais mata no Ceará. Já tem pouquíssima e tem que derrubar mais. Então, é um debate que nós estamos travando coletivamente com o país inteiro. Quer dizer, é o país inteiro discutindo a questão das mudanças climáticas.

Hoje, nós temos regiões em processo de desertificação, meu caro Presidente João Pedro, no Estado do Rio Grande do Sul. Então, você vai... À medida que vai desmatando, sem um processo de manejo adequado, que as organizações científicas da Universidade Brasileira têm conhecimento, têm competência, mostraram que tem competência, e nós, digamos assim, primeiramente com o Senador Casagrande, depois com a Senadora Ideli, na Comissão Conjunta Mista do Congresso Nacional, fomos beber nessas fontes. Nós temos vários biomas, temos várias realidades brasileiras, e a lei no Brasil, uma legislação no Brasil, não é uma legislação que atenda apenas o Sudeste, ou Norte, ou Nordeste, ou Centro-Oeste, ou o Sul. Quer dizer, ela tem que comportar essas diferenças climáticas, já existentes no Brasil, para buscar mitigar as ações do homem, e, às vezes, com a sofreguidão enorme, tentar alterar o curso da natureza que tem mostrado que não é uma coisa muito simples, muito fácil.

Então, eu quero, ao debater essa matéria, relatada pelo Senador Casagrande, mostrar a importância da atividade do Parlamento Brasileiro, do Congresso Nacional, dos senadores e deputados, que se debruçam sobre matérias centrais do povo brasileiro. Essa é uma questão importante para o Brasil, para o mundo, mas importante para o Brasil. É possível desenvolver com ambiente saudável. Isso é possível, existem essas condições no Brasil. Às vezes, um custo financeiro é um pouco maior, mas, a longo prazo, os resultados serão mais benéficos para a sociedade brasileira. E sem acho que também nós sermos atingidos por essa sede, muitas vezes proclamada de uma forma midiática, que considera, então, as mudanças nessa área um problema midiático. Se a gente fizer uma boa frase, se a gente fizer uma boa declaração, ou se a gente fizer uma boa denúncia que o estado não está fazendo nada, não está fazendo isso, não está fazendo aquilo, já é o suficiente para ocupar o espaço e aparecer na mídia.

Eu acho que nós fizemos um trabalho mais competente do que isso, eu acho que o compromisso foi maior. Agora mesmo, na presidência da Senadora Ideli, a comissão voltou ao meu estado, voltou ao Estado do Amazonas, foi à região Norte novamente, foi à região Centro-Oeste, foi à região Sudeste e Sul do país. Acho que esse é o significado de um trabalho de profundidade, feito pelos senadores e deputados federais, que resultou em proposições apreciadas agora, na Comissão de Assuntos Econômicos – daqui a pouco, na Comissão de Meio Ambiente do Senado –, fruto de iniciativas parlamentares. No caso da Política Nacional sobre Mudança do Clima, tem um esforço grande de muitos parlamentares, e, no caso do Fundo, nós vimos que três parlamentares se juntaram à iniciativa do governo. E é bom que a gente ressalte o papel dos parlamentares. Como é que eles agiram? Não é que o governo veio atrás; é porque era necessário o governo participar, e o governo, ao participar, ele associou-se a essa iniciativa do conjunto dos parlamentares que eu fiz questão de frisar os seus nomes. O Senador Casagrande anunciou que a matéria vinha da Câmara, das mãos do Deputado Sarney Filho; no caso da matéria do Fundo, também, colocamos aqui o Deputado Bala. Não podia deixar nunca de anunciar o nome dele. Foi mais do que reforçado aqui, no nosso relatório. Nós tivemos a presença... Acho que é o PDT, do Estado do Amapá, me parece. Então, fizemos questão de anunciar, registrar o seu nome, porque isso tem um efeito de natureza política, isso repercute no Estado do deputado, reforça as suas bases, a sua preocupação. Então, nós fizemos questão de citar todos os deputados e o governo. Por quê? Porque a sensibilidade do Presidente Lula com o tema é grande. O Presidente Lula tem, às vezes, também provocado os países chamados desenvolvidos, e muitas organizações não governamentais, nesses países desenvolvidos, que parecem que estavam adormecidas, enquanto eles destruíam seu ambiente natural completamente... Tem países na Europa que não tem mais floresta nenhuma, não tem mais cobertura vegetal nenhuma, mas gostam de fazer apelo para os outros. Quer dizer, podiam até fazer um programa de reflorestamento dos seus países, que era muito benfazejo, mas ficam apontando o dedo para os outros, sem olhar para os seus problemas, o que eles estão causando de prejuízo para a natureza lá, nas suas nações, e buscando conter as nossas, com o objetivo, às vezes, de conter o nosso desenvolvimento, mas nós vamos usar a sabedoria do povo brasileiro, que, como dizia Darci Ribeiro, é um povo [ininteligível], mas fruto de uma miscigenação benfazeja, que uniu o negro, o nativo, as tribos nativas, principalmente a grande nação Tupinambá. Só para se ter uma ideia, Senador Casagrande, que é um problema de meio ambiente, do Amapá a Buenos Aires, se falava uma única língua. Era raro no mundo, em 1500, ter uma única língua sendo falada de Buenos Aires até o Amapá em todo esse litoral, em todo esse vasto litoral, descrito para nós pelo pesquisador, cientista, político social e antropólogo Darci Ribeiro, e educador do nosso país. Então, mostrando que as tribos nativas, embora estivessem num estágio do ponto de vista do que se conhecia, do que se sabia da ciência, na época, ainda muito atrasado, tinha muita sabedoria, e essa sabedoria foi incorporada a esse povo novo, chamado povo brasileiro. Então, nós temos muito o que aprender, evidente, com o mundo, mas nós temos algumas coisas que a gente também pode ensinar. E nessa área de meio ambiente e de clima, esse povo tem pouca coisa para nos dizer, e nós temos muito a oferecer. Por isso, eu quero louvar a iniciativa dos parlamentares, a atividade congressual nossa desenvolvida, muitas vezes, aqui, dirigida pelo Senador Casagrande – acho que um ano e pouco ele dirigiu a Comissão de Mudanças Climáticas; agora, dirige a Comissão de Meio Ambiente – e a Senadora Ideli, que assumiu, no lugar do Casagrande, e tem feito um grande trabalho, para mostrar que nós temos capacidade de dar respostas a essas questões levantadas pelo mundo aqui, no nosso país, aqui, no nosso Brasil.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, se nós estamos esperando a posição do Senador Garibaldi (sic), eu quero fazer, também, com a autorização de V. Exa., coro e reforçar as palavras do Senador Inácio Arruda, com relação ao Congresso Nacional, referente a este tema. Em 2007, esta Casa,

esta Casa-Congresso, criou a Comissão Especial Mista sobre Mudanças Climáticas, que eu tive a honra de ser relator por dois anos, de fazer o primeiro relatório sobre esse tema aqui, no Congresso Nacional, e, depois, por decisão da comissão, eu dei entrada num projeto de resolução, criando a Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas, que hoje é presidida pela Senadora Ideli e relatada pelo Deputado Colbert Martins. Então, vitórias que nós alcançamos no aprofundamento do debate. Então, queria fazer esse destaque. Ao mesmo tempo, gostaria de saber o que nós vamos fazer agora, se conseguimos falar com o Pedro.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Poderemos suspender por cinco minutos? Então, sugiro que suspenda por cinco minutos, e vamos à CCJ, e retornaremos aqui para a gente poder fazer a votação–

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Fica, Senador Casagrande, suspenso por dez minutos, e toda comissão vai até o Senador Pedro Simon para um esclarecimento.

[sessão suspensa às 11h09]

[sessão reaberta às 11h23]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com relação ao Item 2 da pauta, consultado o Senador Pedro Simon acerca de um pedido de vistas feito por ele, ele manteve o pedido de vistas, o Senador Pedro Simon. Sendo assim, a matéria, tendo em vista que os Senadores João Pedro e Renato Casagrande também pediram vistas, a matéria fica, então, submetida a um pedido de vista coletivo. E nada mais havendo a tratar, encerro a presente Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Sessão encerrada às 11h24.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E QUADRAGÉSIMA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO, EM 26 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 08:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às oito horas e trinta minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e nove, na sala número treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Inácio Arruda, Antonio Carlos Valadares, Roberto Cavalcanti, Valdir Raupp, Wellington Salgado, Lobão Filho, Paulo Duque, Almeida Lima, Eliseu Resende, Efraim Morais, Adelmir Santana, Flexa Ribeiro e, ainda, a Senadora Serys Slhessarenko e o Senador Mão Santa. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Tião Viana, Marcelo Crivella, César Borges, Francisco Dornelles, Garibaldi Alves Filho, Gerson Camata, Neuto de Conto, Pedro Simon, Renan Calheiros, Antonio Carlos Júnior, Raimundo Colombo, Osvaldo Sobrinho, Cícero Lucena, João Tenório, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, João Vicente Claudino, Gim Argello e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública Conjunta para a prestação de informações e o debate acerca da repentina interrupção no fornecimento de energia elétrica ocorrida no país no último dia 10/11/09, atingindo 18 unidades da Federação, bem como acerca da real situação de nosso sistema elétrico, notadamente nas áreas de geração, transmissão e gerenciamento e, ainda, sobre a fiscalização das respectivas atividades e as perspectivas de investimentos no setor a curto, médio e longo prazo, em atendimento aos Requerimentos nº 66/2009-CAE, de autoria dos Senadores Delcídio Amaral e Eduardo Suplicy, e nº 54/2009-CI, de autoria dos Senadores Fernando Collor, Delcídio Amaral e Eduardo Suplicy, tendo como convidados o Sr. Nelson Hubner, Presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel; Sr. Hermes Chipp, Diretor Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico – NOS; Sr. Márcio Zimmermann, Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia e Sr. Luiz Pinguelli Rosa, Físico. Ex-Presidente da Eletrobrás, Diretor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia – Cooppe/ UFRJ. A Audiência Pública é realizada com a presença, como expositores, do Sr. Hermes Chipp, Diretor Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico – NOS; do Sr. Luiz Pinguelli Rosa – Físico, Ex-Presidente da Eletrobrás, Diretor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia de Engenharia – Coppe/ UFRJ; do Sr. Nelson Hubner, Presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel; e do Exmo. Sr. Márcio Zimmermann, Ministro de Estado Interino de Minas e Energia. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Paulo Duque, Eliseu

Resende, Valdir Raupp, Eduardo Suplicy, Wellington Salgado, Lobão Filho e Roberto Cavalcanti, Antonio Carlos Valadares e Efraim Morais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 49ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviço de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciamos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 47ª e da 48ª Reuniões. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovadas.

A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 1.664, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Ubiratan Aguiar, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo nº TC 002.960/2007-4, pelo Plenário daquela corte, em 18 de novembro de 2009, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam. Trata-se de auditoria de natureza operacional com o objetivo de avaliar a legalidade, eficiência, eficácia e economicidade do programa. Este programa é um programa integrado de revitalização e contrato de restauração e manutenção, identificando oportunidades de melhoria e recomendações.

A cópia do referido aviso encontra-se à disposição dos Srs. e Sras. Senadoras na Secretaria desta comissão pelo prazo de 15 dias antes de ir ao arquivo.

Registro, também, o recebimento do Ofício CONLEG/GB Senado Federal nº 0251, de 2009, do Consultor-Geral Legislativo Dr. Bruno Dantas, encaminhando publicação intitulada *Avaliação da Proposta para o Marco Regulatório do Pré-sal,* de autoria dos consultores legislativos Carlos Jacques Vieira Gomes, Francisco Eduardo Carrilho Chaves, Paulo Roberto Alonso Viegas e Paulo Springer de Freitas.

Procurando adiantar-se na produção de estudos técnicos que possam colaborar para o debate dos grandes temas nacionais, a Consultoria Legislativa, através do empenhado esforço de seu centro de altos estudos, promove texto com o objetivo de estimular a discussão em temas centrais do debate nacional.

Informo, ainda, o recebimento do trabalho intitulado *Panorama da Energia Nuclear no Mundo*, elaborado pela ELETRONUCLEAR, empresa do sistema ELETROBRÁS. Pesquisas de opinião mais recentes têm apontado para uma mudança de comportamento quanto à posição de ambientalistas e público em geral em relação à matriz ELETRONUCLEAR no Brasil e no mundo.

A ideia de que a energia nuclear é insegura e danosa ao meio ambiente tem perdido o espaço diante dos ganhos que nos proporciona no combate aos danos causados pelos gases do efeito estufa. Ainda assim, dúvidas com relação ao processo de geração, manipulação de combustível e tratamento de rejeitos persistem.

Com o objetivo de esclarecer questões como essas, é que a ELETRONUCLEAR apresenta o panorama da energia nuclear no mundo, tema este que será objeto de uma Audiência Pública, que estaremos realizando no primeiro semestre do ano que vem.

Comunicado da Presidência desta comissão. Em virtude de questões de ordem levantadas na reunião do dia 19 deste mês, quinta-feira passada, eu gostaria de elucidar algumas questões, e trazer ao conhecimento das Sras. e Srs. Membros desta comissão algumas propostas de iniciativa da Presidência.

Sobre as competências do Presidente da comissão diante do pedido de inclusão de proposições na pauta. Sobre isso, o que eu tenho a dizer é o seguinte: o Regimento Interno é mais do que claro quanto à faculdade do Presidente da comissão em acatar ou não pedido de inclusão de matéria na pauta. O art. 89, inciso I, prevê que ao Presidente de comissão compete ordenar e dirigir os trabalhos da comissão. Mesmo que se alegue que este artigo, específico sobre as competências do Presidente da comissão, não disponha textualmente sobre a elaboração da Ordem do Dia da comissão, impõe-se, então, como rezam os princípios gerais do processo legislativo, art. 412, inciso VI, a adoção da analogia para decisão de casos omissos, ou seja, há de se recorrer analogamente às atribuições do Presidente do Senado discriminadas do art. 48, cujos incisos VI e XIII, dispõem:

Art. 48. Ao Presidente compete, § [ininteligível] designar a Ordem do Dia das sessões deliberativas e retirar matérias da pauta para cumprimento de despacho, correção de erro ou omissão no avulso e para sanar falhas da instrução.

Inciso XIII. Decidir as questões de ordem.

Mais claro ainda é o art. 163, ao dispor:

Art. 163, passo a lê-lo: *"As matérias serão incluídas na Ordem do Dia a juízo do Presidente, segundo sua antiguidade e importância, observada a seguinte sequência:"*

E aí vale ressaltar que no caso de requerimento, trata-se da última proposição em ordem de importância a figurar na pauta. § 4º, inciso II, alínea 'e'.

Além desses respaldos regimentais, esta Presidência, na ocasião, alegou também as normas e procedimentos internos desta comissão, documento elaborado e divulgado aos membros logo no início dos trabalhos ordinários em março deste ano.

O Item 5 do documento, ele prevê, baseado do Parágrafo Único do art. 198, do Regimento Interno, que: *"Salvo situações extraordinárias, e a critério do Presidente da Comissão, nenhuma reunião da comissão será realizada sem que a pauta, devidamente preparada pela Secretaria da Comissão, seja enviada aos membros desta mesma comissão, 48 horas antes de sua realização"*.

Ou seja, esta Presidência entendeu, a seu critério, e diante do pedido de inclusão na pauta de requerimentos naquela sessão, na última... da nossa última reunião, que não se tratava de situação extraordinária. A mesma interpretação deu-se em relação a requerimento de minha própria autoria que, naquela reunião, também encontrava-se sobre a Mesa.

Quanto ao art. 214, seu Parágrafo Único e inciso III, dispõe que é oral e despachado pelo Presidente o requerimento de inclusão em Ordem do Dia de matéria em condições regimentais de nela figurar. E, assim, foi feito. Despachou-se para que a matéria constasse da pauta da próxima reunião, pois naquela não se encontrava em condições regimentais, já que não havia sido dado conhecimento com os dois dias de antecedência.

Por fim, cabe esclarecer ainda que a Presidência poderia, como é praxe nesses casos, submeter os requerimentos de inclusão de matéria à decisão do Plenário da comissão.

Contudo, a Presidência não adotou esta alternativa já que, diante do baixo número de membros presentes naquele momento, certamente haveria o pedido de verificação de *quorum* por parte da base do Governo, o que fatalmente faria com que caísse a sessão antes ainda de se esgotar por completo a pauta estabelecida para deliberar-se naquele dia. Daí a decisão pelo não acatamento do pedido.

Sobre as reuniões ordinárias e extraordinárias desta comissão. O Regimento Interno do Senado prevê que as Reuniões da Comissão de Serviço de Infraestrutura, se ordinárias, realizar-se-ão semanalmente, às terças-feiras, às 14 horas, art. 107, inciso I, alínea 'b'; Se extraordinárias, ocorrerão mediante convocação especial para dia, horário e fim indicados.

Desde o início dos trabalhos, em março deste ano, esta Presidência optou por não adotar o dia e horários previsto no regimento, especialmente pela tendência de permanentes interrupções das reuniões em função do início da Ordem do Dia do Plenário às 16 horas. Da mesma forma, evitaram-se os dias de terça e quarta-feira pela manhã, de modo a não coincidir, ainda que parcialmente, com as reuniões das Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição e Justiça.

Daí a adoção, ainda que mediante convocações extraordinárias, da quinta-feira, às oito e meia da manhã. Esse dia e horário tornaram-se, consolidaram-se na prática, e ao longo do ano, como se fossem reuniões ordinárias, ou seja, para a deliberação das matérias e, eventualmente, se necessário, realização de Audiências Públicas.

Já a segunda-feira, no horário das 18 horas, foi escolhida para a realização das Audiências Públicas constantes da programação da Agenda 2009-2015: Desafios Estratégicos Setoriais. Ou seja, constituem reuniões extraordinárias com o fim especifico, mas que, em situações excepcionais, podem utilizadas para eventual deliberação de matéria de relevante interesse ou urgência.

Esse tem sido o entendimento da Presidência, inclusive já absorvido e consolidado pela maioria dos membros da comissão, até porque, invariavelmente, esta é a prática que tem sido repetida semanalmente. Contudo, para formalizar esta prática e dando-lhe um caráter de regra mais efetiva, a Presidência está apresentando Projeto de Resolução à Mesa do Senado da República para alterar o Regimento Interno no que concerne ao dia e horário das reuniões ordinárias desta comissão.

Além disso, até que o projeto seja aprovado, estamos propondo o Ato nº 2, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura nos seguintes termos:

Art. 1º. Até que seja alterado, por resolução, o art. 107, inciso I, alínea 'b' do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Serviços de Infraestrutura reunir-se-à, semanalmente, durante a Sessão Legislativa Ordinária, para fins deliberativos e demais atividades regimentais e ordinárias que lhe competem, às quintas-feiras, às 08h30 da manhã.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não prejudica a realização de eventual reunião ordinária no dia e hora previstos no Regimento Interno.

Art. 2º. Nos termos regimentais, especialmente o art. 107, inciso II, do Regimento Interno e a critério do Presidente da comissão, poderá ser convocada reunião extraordinária em dia e hora distintos dos previstos no art. 1º, para deliberação de proposições e demais atividades da competência da comissão. Esse ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gostaria, assim, de submeter a esta comissão a presente proposta do Ato nº 2, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, chamando a atenção que ele é destinado apenas para o biênio 2009-2010,

coincidente com o mandato da Presidência desta comissão.

A alteração definitiva, ela ficará a cargo da avaliação de toda a Casa, mediante o projeto de resolução que acabo de ler, modificando o Regimento Interno.

Além disso, destaco que se trata de iniciativa apenas para formalizar uma prática já consolidada no âmbito dessa comissão, com os devidos cuidados de redação para não afrontar o Regimento Interno.

As Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo com o Ato nº 2 permaneçam como estão. Aprovado o Ato nº 2.

O secretário da comissão me informa, neste momento, que o projeto de resolução do Senado que esta comissão encaminhou à Mesa Diretora dos nossos trabalhos, já será, já foi confirmada pela Secretária-Geral da Mesa que esse projeto de resolução será lido hoje no Plenário desta Casa, corroborando, desta forma, que as reuniões da Comissão de Serviços de Infraestrutura, às quintas-feiras, às 08h30 da manhã, serão reuniões ordinárias.

Agradecendo a presença das Sras. e Srs. Senadores, gostaria de iniciar a pauta do dia de hoje, da nossa 49ª Reunião Extraordinária.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública em atendimento aos Requerimentos nº 54, de 2009, da Comissão de Infraestrutura e do Requerimento nº 66, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, de autoria dos Senadores Fernando Collor, Delcídio Amaral e Eduardo Suplicy, para prestação de informações e o debate acerca da repentina interrupção no fornecimento de energia elétrica, ocorrida no País no último dia 10 de novembro de 2009, atingindo 18 Unidades da Federação, bem como acerca da real situação de nosso sistema elétrico, mediante ou, melhor dizendo, notadamente nas áreas de geração, transmissão e gerenciamento e, ainda, sobre a fiscalização das respectivas atividades e as perspectivas de investimentos no setor no curto, no médio e longo prazos, com os seguintes participantes, que aproveito e convido para que tomem assento à Mesa: Dr. Márcio Zimmermann, Ministro de Estado Interino das Minas e Energia; Dr. Nelson Hubner, Presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; Dr. Luiz Pinguelli Rosa, Físico, ex-Presidente da ELETROBRÁS, Diretor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia, do COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro; e o Dr. Hermes Chipp, Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico, ONS.

Convido os senhores palestrantes para tomarem assento à Mesa e lhes dou, em nome Comissão de Serviços de Infraestrutura, as melhores boas-vindas.

A Presidência informa que o tempo destinado à exposição inicial de nossos convidados terá a duração de 20 minutos, quando abrir-se-á a fase de interpelação pelos senadores inscritos, dispondo o interpelante de cinco minutos, assegurando igual prazo para a resposta do interpelado, após o que, poderá este, ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao convidado o mesmo tempo para a tréplica.

A palavra será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se os oradores de cada partido, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, no seu inciso XI.

Comunico aos Sras. e Srs. Senadores que a lista de inscrição para a inquirição dos nossos palestrantes já se encontra aberta sobre a Mesa. Passo a palavra, para iniciar o nosso debate no dia de hoje, ao Dr. Hermes Chipp, Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. V. Sa., como disse há pouco, dispõe de 20 minutos para a sua explanação.

SR. HERMES CHIPP: Senador, eu falo daqui ou posso... Porque aqui tem gravação. Ok. Bom-dia a todos, senadores presentes, demais autoridades e senhoras e senhores. Bom, a finalidade dessa minha apresentação é descrever no estado que está hoje a análise da perturbação num ambiente em que está sendo elaborado um relatório técnico e à primeira reunião compareceram 70 especialistas.

Antes de qualquer coisa, só uma apresentação rápida. Como dito, eu sou Hermes Chipp, Diretor-Geral do Operador, Engenheiro Eletricista, que trabalhou 30 anos na ELETROBRÁS e dez no Operador Nacional do Sistema, na área de planejamento da operação e operação de sistemas.

Bom, então vamos à ocorrência do dia 10, às 22h13. E antes da descrição da ocorrência, colocar para vocês uma contextualização muito importante. O critério de segurança com o qual o sistema é planejado no Brasil e a nível internacional. O sistema é planejado de forma a que não se perca a continuidade do suprimento quando ocorre a perda de um elemento no sistema de transmissão ou geração. Esse é o critério adotado a nível internacional.

Planejamento. Evidentemente o operador, ele busca outra segurança. Quer dizer, mais segurança com relação a esse critério através de medidas operativas, que dizem respeito aos esquemas especiais de proteção e informações tipo, meteorológicas ou foco de calor para poder administrar esses intercâmbios, reduzir o carregamento, quando possível, olhando segurança-custo.

Então, uma contingência dessa natureza, o sistema não é planejado para suportá-la, e o operador busca medidas para reduzir o seu efeito quando acontece.

Então, operávamos nesse dia... Ali estão as quatro principais regiões do País: Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, Sul e os intercâmbios entre essas regiões. E importante notar ali o tronco de Itaipu, quer dizer, Itaipu gerando 5.800 MW, através do sistema de corrente alternada, 5.300 através do sistema de corrente contínua e uma entrega aqui através do sistema de 765 kV de 8.500 MW, porque o Sul, em função do seu excedente de energia, estava entregando, e ainda está entregando seus excedentes para as demais regiões do País.

Bom, importante também notar segurança. Com esses intercâmbios o sistema estava operando de forma a suportar contingencia dupla com 750 kV. Isso é muito importante, e, como eu disse, o critério que o operador tem que seguir em função de procedimentos e regras definidas e reguladas pela ANEEL é de contingência simples. Note que nesse dia nós estávamos operando em contingência dupla. Porque, como eu falei, o operador prover mais segurança, desde que isso não imponha um custo elevado. Sempre o binômio segurança-custo.

Então, os reservatórios nas situações que estão, você consegue, muitas das vezes, agregar um nível de segurança maior com relação àquele que é exigido.

Bom, então estávamos com consumo de 60.700. Aqui tem as gerações, em bloco, de cada região, hidráulica e térmica, e os intercâmbios. Então o relevante nessa figura é o carregamento e o critério de segurança e a segurança com a qual nós estávamos operando nesse momento.

Bom, aqui os limites. Esse é o valor. Limite para "n-2", que é contingência dupla. A gente chama de contingência simples "n-1", bem afastado do limite mesmo para dupla. E aqui, também, 5.560; contingência dupla, 5.800. Então está aqui que o eu falei. E, aqui, para essa operação do critério padrão, eu poderia estar aqui até com 6.300 e aqui até com 9.600, 9.700.

Bom, uma coisa importante notar que houve muito... Quando ocorre um evento dessa natureza, vários especialistas do setor, às vezes até de outras áreas, colocam suas opiniões. E eu ouvi opiniões como: "As usinas do Paraná estavam paralisadas". Vocês devem ter lido isso. Então eu estou mostrando aqui a geração das grandes bacias, das grandes usinas no momento. Quer dizer as usinas do Paraná geravam, com uma disponibilidade de 5.500, geravam 4.700 com uma folga, apenas, de 700 MW.

E aqui tem todo o panorama das gerações, a folga de geração hidráulica, tirando Itaipu; aqui a reserva de potência operativa, que o operador tem que manter no sistema para suprir eventuais contingências de perda de geração, crescimento de carga inesperado, variações de carga na hora da ponta, do pico de consumo, que você programa, e, às vezes, em função de temperatura ou de outros fenômenos, elas podem se dar maior ou menor. Então, essa geração chama-se reserva de potência operativa e para suprir alguns impactos do sistema para a qual se destina.

Aqui as usinas do Sul. A mesma coisa: o Sul gerando, entregando 3.000, inclusive alocando parte da sua reserva nas usinas da Região do Sudeste e Centro-Oeste, pelo excedente no momento. Então está aqui a folga que tinha.

Então aqui está a disponibilidade das usinas do Paraná, e o que estava gerando uma folga apenas de 700 MW. Porque existem esquemas automáticos de controle de geração em que, para você manter o equilíbrio da carga-geração minuto a minuto, a geração, automaticamente, é alterada, ela corre atrás da carga para manter o equilíbrio da frequência, no caso do nosso sistema em 60 hertz. Pode seguir.

Bom, descrição da perturbação de uma forma bem simples. A ocorrência se deu a partir do desligamento das linhas de 765 kV entre Ivaiporã e Itaberá, devido a três curtos-circuitos monofásicos, praticamente simultâneos – eu vou mostrar melhor no diagrama – próximos à subestação de Itaberá, comprovados pelos registradores de perturbações.

Registradores de perturbações são equipamentos de observabilidade que a gente dispõe no sistema, que é como se fosse análogo a caixa preta do avião. Ocorrem esses fenômenos, ele dispara quando você tem variações bruscas de tensão, voltagem ou frequência. Então ele dispara a corrente no sistema e você registra o que ocorreu. E ele disparou, registrando todos os curtos, com bastante clareza.

Bom, a acentuada queda de tensão resultante causou o desligamento de bipolos de corrente contínua, depois da perda das interligações, e das interligações em 500 kV e 230 kV entre as Regiões Sul e Sudeste, Centro-Oeste, separando o Sul do resto do sistema, provocando na área São Paulo e Rio de Janeiro, onde existe a convergência de grande parte da malha de transmissão de eixo de alta tensão... Inclusive o sistema de Itaipu em corrente alternada, convergindo para a subestação Tijuco Preto e corrente contínua convergindo para Ibiúna, tiveram colapso de tensão. O que é colapso de tensão? É uma queda rápida da tensão em que não há tempo para você ter, segurar o sistema ou evitar a propagação através de medidas manuais. Você evita, como os senhores vão ver, através desses esquemas especiais que são automáticos, que autuam num tempo compatível. Quando a queda é muito rápida, isso não é possível.

Bom, no sistema Sudeste, tendo como sequência desligamentos sequenciais, em função dessa queda de tensão brusca em grande parte do sistema de alta tensão, usina do sistema interligado, com interrupção de 24.500 MW, atingindo, principalmente, devido a esse efeito dominó, os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e apenas 10% de Minas Gerais.

Os outros estados, eu vou mostrar, os outros estados tiveram pequenos desligamentos de carga em função de um esquema regional de alívio de carga, que se destina a manter o equilíbrio carga de geração, quando você tem perda de geração, mesmo que você não tivesse nenhuma perda de linha de transmissão. Então, cada distribuidora, ela seleciona cargas para serem cortadas, através de alimentadores que são imediatamente religados, e são os mais rapidamente religados porque são desligamentos programados.

Os senhores vão ver que nas outras regiões esses esquemas atuaram, aí atingindo os demais estados, mas, significativamente, o colapso de tensão atingiu esses estados, esses tiveram grandes desligamentos. Os demais, por um esquema regional de alívio de carga, os desligamentos pequenos, restabelecidos muito rapidamente.

O tempo médio de restabelecimento das cargas, já levantados pelos técnicos nos relatórios, foi em média de 220 minutos. Esse tempo médio, ele representa a média ponderada em função dos tempos em que os montantes de carga vão sendo restabelecidos. Se faz uma média ponderada e se tira o tempo médio. Essa informação é padrão de relatório desse tipo a nível internacional. Todos os países usam esse tipo de avaliação. Pode passar.

Aqui, através de ilustração, o sistema de Itaipu, 60 hertz. Aqui Tijuco Preto. O Sul entregando 2.900, como mostrado anteriormente: 1.900 através das interligações de 500 e 230, e chegando aqui em Tijuco Preto através do sistema de 765, 6.500 totalizando os tais 8.500 que nós mostramos. Pode passar.

Aqui o curto às 22h13 no primeiro circuito; 13,5 milésimos de segundos depois o curto no outro circuito; e 3,5 milésimos depois desse curto, o curto praticamente no barramento de Itaberá. Pode passar. Por favor.

Desligando aqui o sistema de 750 kV. Bom, evidentemente, com esse volume de transmissão nesse sistema de 750 kV, quando você separa entre Ivaiporã e Itaberá, com a atuação correta da proteção, isolando o defeito, você tem a usina da Itaipu ligada à Região Sul. Ora, se você perde esse carregamento, você tem que cortar.

Existem esquemas automáticos para adaptar e restabelecer o equilíbrio carga-geração, cortando unidades geradoras de Itaipu. Então, imediatamente, com a perda dessa linha, foram cortadas cinco unidades em Itaipu. E aqui, Itaipu ligada ainda com o Sul, o Sul com excedente de energia, o que ia acontecer? O Sul ia sair junto.

Então, esse esquema de corte de geração autuou aqui... Essa lógica, desligando as linhas de 750 kV entre Foz do Iguaçu e Ivaiporã, onde está ligado o Sul, mantendo o Sul, praticamente, intacto. Então esse é o primeiro esquema de desligamento que funcionou e, o mais fundamental, que preservou a Região Sul praticamente intacta. Porque também se falou que os esquemas de desligamentos não atuaram e tal. Então, eu estou esclarecendo a atuação dos principais, já na apresentação, resultado já do relatório.

Bom, essa sequência aqui, ela é muito importante porque ela dá detalhe de tempos. Para os senhores verem a velocidade desse fenômeno. Então, está aqui o primeiro curto, como eu já mostrei; 13,5 segundos aconteceu depois que aconteceu o segundo; e 3,5 após, o terceiro. E aqui estão os tempos de eliminação desses circuitos.

O primeiro, em 48 milissegundos foi eliminado, a abertura da linha, foi isolado o curto e aberta a linha; o segundo com 62,3 milissegundos; e o terceiro, aqui, no final, tendo um tempo total entre o primeiro curto e sua eliminação de 104 milésimos de segundos. Observe aqui em baixo a característica desse evento.

Tivemos aqui, nesse momento aqui, um primeiro curto, monofásico, que evoluiu para trifásico, porque ele foi próximo à subestação, e dá para entender. Se esse curto fosse mais distante, eu tenho dois circuitos que correm com um quilômetro variando entre um e dois de distância, circuitos um e dois, e tem um terceiro circuito que corre a 20, 22 km de distância. Se esse curto fosse mais afastado, esse fenômeno seria diferente, porque a queda de tensão seria menor, e aí conduziria essa potência, como outras ocorrências... Conduzir-se-ia potências, como em outras ocorrências aconteceram, coisas similares, perda de três circuitos com intervalos de tempos maiores e não houve colapso de tensão em nove ocorrências triplas de 2000 até 2009, mas em condições completamente diferentes.

Então, veja bem, nesse momento aqui, nesse intervalo de tempo, basicamente 31 milésimos de segundos, nós ficamos com três curtos-circuitos simultâneos. Isso é comprovado a seguir: aqui dois circuitos, aqui um, aqui dois, aqui três, aqui dois, aqui um, e aí a eliminação dos três. Aí vem o colapso de tensão na área São Paulo

Então, está lá, a perturbação teve início, foi isso que eu coloquei, com uma falta monofásica na fase B da linha Ivaiporã-Itaberá. A falta foi eliminada em 48 milis-

segundos, pela atuação da proteção de distância, que é um tipo de proteção, que identifica esse fenômeno, em ambos os terminais. É 3,5 segundos, eliminado em 48, e o terceiro, ocorreu um terceiro curto na fase C de barra de Itaberá, a falta foi eliminada pela atuação da proteção diferencial de barras, comandando a abertura dos disjuntores, e adicionalmente em 87 milésimos de segundos ocorreu o desligamento automático da linha Ivaiporã-Itaberá pela atuação do relé de sobrecorrente neutro do reator de linha no terminal de Ivaiporã. Aqui já é um termo, é muito técnico do relatório, que eu fiz questão da transcrever, porque é o estágio que esse relatório está nesse momento. Pode passar.

Bom, essa é... esses são os registros do que a gente chama de caixa-preta do setor elétrico: são esses osciloperturbógrafos que ficam observando e, quando ocorre uma variação brusca de tensão ou corrente no sistema, ele registra, dispara e soa rapidamente, quer dizer, não tem objetivo de confundir.

Só para visualizar de uma forma simples o registro. Aqui, essas três primeiras indicações são as tensões, as voltagens nas três fases. Aqui, normal, antes do curto, senoidal, a frequência industrial, normal. Quando chegou aqui, curto na fase B, a tensão foi a zero. Essa tensão que foi a zero à proximidade da subestação, ela evoluiu para tensões zero também, nas outras fases B dos outros circuitos. Os outros oscilogramas eu vou mostrar.

Então aqui está a tensão na fase A, na fase B, onde houve o curto, fase C. Aqui as correntes nas fases, as correntes e as tensões. Aqui é que caracteriza o curto, que a tensão vai a zero, e aí não se transmite potência. Abre, aqui o defeito. Foi eliminado aqui o primeiro defeito do primeiro circuito já mostrado na frente. Vamos ver o oscilograma do segundo circuito. Foi o segundo curto-circuito.

Olha, na fase B daquele circuito que houve o curto, praticamente um curto simultâneo na fase B do outro circuito. Quer dizer, aí que se verificou a evolução de um curto monofásico para um curto trifásico, devido à proximidade da subestação, menos de 500m, praticamente em cima subestação. Se fosse mais para o meio da linha, esse fenômeno seria completamente diferente. Pode passar o outro.

Aqui, o terceiro circuito, na fase C do terceiro circuito se deu aqui tensão zero. Então, eu tive praticamente três curtos-circuitos trifásicos, nos três circuitos, durante 31 milissegundos, milésimos de segundo, conforme mostrado naquele primeiro diagrama. Contingência que eu com 40 anos de operação, 30 na ELETROBRÁS e dez no Operador, nunca vi igual, 40 anos. Vamos lá.

Bom, aqui uma ideia dos desligamentos de uma forma muito simples, para os senhores terem uma ideia desses tempos. Olha, aberta as linhas de 750 kV, conforme já mostrado, aí vem, a seguir, a queda de tensão é brusca e aí as proteções vão desligando os demais equipamentos que a gente chama, é vulgarmente chamado efeito dominó. Há um desligamento em cascata, porque não se transmite potência. A tensão vai a zero. Se a tensão vai a zero, a potência, a gente pode traduzir com uma multiplicação da tensão pela corrente, ela vai a zero não se transmite, e aí afunda e se tem um colapso.

Bem, aqui desligou a linha Ibiúna-Bateias, 0,68 segundos após. Depois veio o desligamento, o colapso de tensão em São Paulo, imediatamente após os 750 Ibiúna-Bateias, praticamente separando o Sul do Sudeste. Porque a outra linha de alta tensão que liga o Sul ao Sudeste, que é Londrina-Assis-Araraquara, colocada após o blecaute de 2002, para dar mais suportabilidade a esse tipo de fenômeno para aquela contingência que aconteceu no blecaute de 2002, bem mais suave do que essa, e abriu essa linha de 500 kV, que também foi um reforço adicional nesse... Reforços de transmissão que estão acontecendo no sistema.

Imediatamente após abriu a linha Água Vermelha-São Simão. Essa é a malha de 500 e 440 kV do sistema Sudeste. É o evento três. Evento quatro, a linha Água Vermelha-Marimbondo, e o sistema foi desmontando. Evento cinco, as usinas do Paraná desligaram, porque a tensão foi a zero. Paranapanema também. E aí começou a desligar com 0,8 segundos após a primeira eliminação. E aí, a separação total num tempo 2,5 segundos após o "t=0", que é o tempo inicial do fenômeno.

Aqui foi a saída do bipolo de corrente contínua, porque nessas outras contingências que aconteceram, as nove que eu falei triplas, que aconteceram de 2000 [soa a campainha]--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Exa. dispõe de mais cinco minutos.

SR. HERMES CHIPP: Ah, muito obrigado. As outras nove, a queda de tensão foi diferente, e não houve a saída do bipolo, que provocou o colapso de tensão. Pode passar. Eu vou andar mais rápido.

Aqui, em azul, são os outros desligamentos. Separou o sistema Acre-Rondônia, que, recentemente, entrou em operação. Ilhamento, também, evitando o blecaute total no Acre-Rondônia. Nuclear de Angra, usinas hidráulicas no Estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Esses outros desligamentos, em preto, já foram mostrados no diagrama. Pode passar.

Aqui, a atuação do esquema de controle de emergência eu já coloquei, lá no primeiro desenho. Separação do Acre e Rondônia. Esquema de ilhamento das usinas do Tietê e do Pardo, que... Esquema identificado na análise dos outros blecautes, que foi possível viabilizar, isolando 2.000 megawatts na área de São Paulo.

Abertura controlada de 500 kV, evitando a propagação do defeito para as áreas Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Regiões Norte e Nordeste, parte de Minas Gerais e o Sul. Minas Gerais só cortou 10% da sua carga, em torno disso.

Então, um evento essa gravidade, o sistema com a evolução e os investimentos feitos de 2000 a 2009 – eu estou pegando só os últimos anos, comparando com o blecaute de 99 e 2002 – esses investimentos evitaram que se propagasse como em 2009... 99 e 2002 para as demais regiões. Porque em 99 e 2002 as contingências foram menos severas e os efeitos foram mais severos, porque desligou, como desligou São Paulo e Espírito Santo, em todo o País, Sul, Norte e Nordeste. Dessa vez eles ficaram praticamente intactos. Pode passar.

Está aqui essa separação: São Paulo, Rio, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e 10% de Minas ficaram desligados, e o restante ligado com esses sistemas acoplados. Pode passar.

Aqui são as cargas desligadas e aqui o tempo médio de recomposição. Repara que, tirando o Sudeste, olha o tempo médio. E temos os principais Estados afetados, os outros, os tempos foram muito mais rápidos. Olha no Sul, muito mais rapidamente, porque foram esquemas regionais de alívio de carga.

Então, quando se fala em 18 Estados, parte está aqui, com recomposição quase que muito rápida, porque não aconteceu o efeito dominó, ficaram intactas. Pode seguir.

Aqui as condições, só para contextualizar, foi uma coisa muito discutida também. Nós não geramos esses produtos, nós consolidamos os produtos dos institutos.

Então tem aqui a região sujeita a fortes chuvas, rajadas de ventos e descargas, no dia 10/11. Pode passar. Aqui a condição do tempo, que não foi só descarga, se discutiu muito descarga, mas chuva é um problema para isolamento significativo. Então chuva de ventos e descargas registrados aqui pela DIUC(F), que a gente recebe informações das empresas que têm postos de observação, de 24mm de chuva na área de Itaberá, concentrados em curto período de tempo. Pode passar.

Aqui a imagem da descarga às 13, de 13 às 14h30, motivo pelo qual essas medidas operativas, nós reduzimos 1.500 MW na geração de Itaipu, nesse momento. Pode passar.

No momento da ocorrência, dez horas, bem mais fraca, mas ainda com descargas. Pode passar.

Outra coisa importante é mostrar que não só, como, aparentemente, a gente é induzido a acreditar que só descargas fortes atmosféricas provocam, não. As descargas fortes, pelo contrário, elas são normalmente capturadas e absorvidas as energias pelo para raio, e você isola. As fracas, que entram indiretas, é que podem atingir o condutor.

Então, é uma outra coisa que eu estou colocando, porque nós não discutimos condições meteorológicas com os institutos. Agora, o efeito delas é elétrico, é de especialista de área elétrica e não da área meteorológica.

Aqui é Itaipu, foi muito colocado também, motivo pelo qual a gente reduziu aqueles mapas, a redução geração, quando deu o alerta de tempo severo pela intensidade de descargas. Aqui é sua redução e aqui o seu aumento na hora da ocorrência, porque, como eu mostrei, nós operávamos além do critério de segurança, suportando contingência dupla, dentro perfeitamente dos limites. E não se espera que você, para evitar essa contingência de probabilidade remotíssima, você gere 4.000 megawatts de carga diariamente, porque 4.000 MW térmica, diariamente, para botar o carregamento no tronco para suportar essa contingência custa 500 a 600 milhões de reais por mês, para evitar uma contingência remota desse tipo. Não se usa isso, porque a probabilidade é remota. Tanto que esse sistema opera há 30 anos e essa contingência nunca aconteceu. Pode seguir. Eu vou correr aqui, senão não vai dar.

Os relatórios, investigações e análises. As equipes técnicas estão analisando as causas [soa a campainha] referentes aos curtos, e pelos registros gráficos eu e de imagem dos equipamentos afetados estão sendo consideradas as seguintes hipóteses: curtos-circuitos provocados por descargas fracas, não fortes, ou pela redução da efetividade dos isoladores submetidos às condições meteorológicas adversas, que são chuvas intensas e ventos. Mais rápido, doutor.

Aí uma imagem do que aconteceu no isolador pedestal, e que caracteriza e comprova. Aí outra: sinais da descarga elétrica, que pode ter sido provocada pela redução da suportabilidade do isolador ou por descarga atmosférica. Não se tem a certeza, nós vamos jogar com todas as hipóteses e medidas. Se não se detectar uma, se detectar duas ou três para prevenir para todas as três que nós identificarmos como possível.

Relatório técnico de elaboração está indicando as seguintes providências... Sempre a gente faz a análise da viabilidade de implantação de sistemas especiais

de proteção. Vocês viram que esse sistema, ele consegue fazer o ilhamento de parte do sistema, depende desse fenômeno elétrico da tensão. Possibilidade de implantação desses esquemas, reavaliação de medidas e ações para reduzir o tempo de restabelecimento, sempre a gente faz.

Uma experiência dessa, embora o Brasil esteja no âmbito internacional muito bem em termos de recomposição comparados a outros países. Eu presido um grupo que congrega 12 dentre os maiores operadores do mundo, da Europa, Ásia e dois dos Estados Unidos, e nesse assunto nós estamos transferindo experiência para eles. Vocês viram que o blecaute de 2003 dos Estados Unidos demorou quatro dias para restabelecer; da Itália, um dia, 24 horas com sistema muito menor. [soa a campainha]. Então--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O tempo de V. Sa. esgotou. Naturalmente as perguntas que serão feitas pelos Srs. Senadores dará oportunidade a V. Sa. de responder com base no trabalho que trouxe para o esclarecimento desta comissão.

Então eu passo a palavra-–

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente, pela ordem. Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Desculpe, eu sei que V. Exa. conduz muito bem essa Comissão, inclusive a Comissão tem critérios, como já foi demonstrado outras vezes. Agora, eu estava gostando muito da exposição do Sr. Hermes, inclusive algumas situações que ninguém passou para o veículo de comunicação, e se passou, eles não quiseram tornar público isso.

Eu não sei se terminou realmente tudo que ele tinha para oferecer. Eu não sei se V. Exa., que é muito criterioso, eu já conheço o perfil dessa Comissão, mas se V. Exa.pudesse ver se existiria a possibilidade de--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu diria, Senador Wellington, o seguinte: que nas perguntas que serão feitas por V. Exas. Srs. Senadores, o Dr. Hermes, sem dúvida nenhuma, terá condições de, com o apoio do que ele trouxe, do *Powerpoint,* fornecer outras explicações que se fizerem necessárias, e até pontuais, de acordo com as preocupações que V. Exas. irão apresentar.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Tem Senadores inscritos. Eu passaria a palavra ao Senador Paulo Duque, para fazer as suas indagações ao Dr. Hermes, Operador Nacional do Sistema.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Dr. Hermes, V. Exa., V. Sa. é engenheiro?

SR. HERMES CHIPP: Sim,

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Elétrico?

SR. HERMES CHIPP: Elétrico. Eletricista.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Desde... A sua formação é essa?

SR. HERMES CHIPP: É, formado em 71, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com o curso de pós-graduação-–

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Lá no Rio de Janeiro?

SR. HERMES CHIPP: Rio de Janeiro.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É temos lá grande área de pesquisa lá, lá no Fundão, não é isso?

SR. HERMES CHIPP: É, no Fundão.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): E para quem não é engenheiro é um pouco difícil nós percebermos rapidamente uma exposição dessa muito técnica. Mas somos todos homens de bom senso e é exatamente dentro do bom senso que eu quero saber. V. Sa. descarta qualquer tipo de possibilidade de sabotagem nesse processo?

SR. HERMES CHIPP: Totalmente.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Totalmente?

SR. HERMES CHIPP: Totalmente. Pelo registro dos osciloperturbógrafos e pelas imagens dos isoladores com chamuscamento, não é? Completamente. Porque pela altura e pela coisa, precisava-se de equipamentos que seriam visíveis nos três circuitos próximos à subestação para provocar isso. O ser humano... não tinha que ser um, tinham que ser vários, porque para provocar isso com sabotagem.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É claro.

SR. HERMES CHIPP: Não existe a menor hipótese.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Dentro da agência que V. Exa. é Presidente, Diretor-Geral. Qual o número de funcionários que o senhor tem para tocar isso, fiscalizar isso, ligar e desligar e etc., mais ou menos, no Brasil.

SR. HERMES CHIPP: Veja bem, o nosso... São em torno de 700 funcionários--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Só?

SR. HERMES CHIPP: É, porque metade está nos centros de controle. Nós temos 350 para esses estudos e análises e outras atividades-–

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sei, eu digo -–

SR. HERMES CHIPP: E os centros de controle a metade. Tem um centro em Brasília aqui, que é o nacional, e mais 400. Recife, Florianópolis, no Rio de Janeiro, e um outro da Região Norte, no próprio local aqui no CNOS, em Brasília, Centro Nacional de Operação do Sistema.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Aqui? Funciona aqui?

SR. HERMES CHIPP: Aqui.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): O senhor funciona aqui?

SR. HERMES CHIPP: Não. Eu funciono no Rio.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Ah, no Rio.

SR. HERMES CHIPP: Escritório central onde congrega a equipe de estudos, de análises e planejamento e de transmissão.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Ali na Presidente Vargas, onde é que fica?

SR. HERMES CHIPP: Fica na Rua da Quitanda, esquina daquela, quase... Primeiro prédio da Rua da Quitanda, em frente ali aquele prédio da Loreal, onde tinha a Prefeitura, tem uma parte da prefeitura ali.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sei. Eu só queria dizer a V. Sa. o seguinte: o cidadão que fica preso num elevador no 44º andar do Edifício da Rua da Assembleia 10 que V. Sa. conhece, por mais de um minuto, é um castigo muito grande. Então, as grandes cidades têm essa possibilidade de perigo, não é?

E ficar na rua, em silêncio, no escuro é uma coisa-–

SR. HERMES CHIPP: Claro.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Agora preso num elevador, lá em cima, é perigoso. E a minha sugestão aqui é muito simples e muito provinciana. Eu sou do Rio, é apenas esse cuidado todo especial. Inclusive a agência tem poderes de obrigar edificações monumentais a terem sua própria energia para emergências como essa, ou não tem?

SR. HERMES CHIPP: Olha, eu diria para o senhor o seguinte: para se suportar uma contingência desse tipo, o investimento em transmissão seria tão alto--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É?

SR. HERMES CHIPP: Praticamente eu tinha que estabelecer um sistema de 765 kV de Itaipu praticamente redundante ou, pelo menos, mais dois, complementados--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É muito caro, não?

SR. HERMES CHIPP: Caro, é antieconômico. Por isso que não se pratica para esse tipo de contingência de probabilidade muito remota. É uma questão de probabilidade e custo, é o *trade-off*, o binômio--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Pode acontecer em cem anos?

SR. HERMES CHIPP: Trinta anos de operação, essa contingência tripla já aconteceu com essa vez, dez vezes, sendo que as outras nove os tempos foram muito maiores e distantes da subestação.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Cada vez está se melhorando-–

SR. HERMES CHIPP: Foi possível--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): --mais o controle--

SR. HERMES CHIPP: É, como se fosse, assim, de uma forma simples, três pancadas. Ao invés de ser tripla de uma vez só... Uma pancada, o sistema se reajeita; aí vem outra pancada, ele se reequilibra com esses esquemas; aí vem outra pancada, ele suportou, ele suporta. Simultânea é impossível.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): E o senhor considera a sua equipe técnica de primeira grandeza?

SR. HERMES CHIPP: Ah, considero. Não é sendo o Operador, não. Nós trabalhamos esse relatório, ele está sendo elaborado com 70 técnicos do setor, inclusive do Ministério, todos os agentes, Ministério de Minas e Energia, ANEEL acompanhando. Porque a ANEEL depois tem a função de fiscalizar o próprio relatório e os equipamentos dos proprietários para haver outro tipo de verificação.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Agora, Dr. Hermes, a Angra 1, Angra 2, geração de energia termonuclear não teve problema nenhum?

SR. HERMES CHIPP: Nenhum. Ela desligou porque houve a queda de frequência--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sei.

SR. HERMES CHIPP: Porque houve o desequilíbrio carga-geração quando se perdeu 14.000 MW em Itaipu, injetando em São Paulo, imediatamente. Depois, outro desligamento. Então a frequência cai e usina nuclear tem uma restrição de proteção que não pode ter muita queda de frequência. É uma explicação simples, então ela desliga. E depois ela é restabelecida, ela volta lentamente, mas é restabelecida.

O que nós pesquisamos, e sempre fazemos com esses blecautes foi... O de 99 e de 2002, nós pesquisamos a viabilidade de implantar um esquema de ilhamento para Angra, porque só Angra 1 e 2 conseguiria

segregar 2.000 MW no Rio de Janeiro, numa carga de seis seria 30%. Então seria interessante.

Não foi viável. Para essas contingências a queda é tão rápida de tensão e frequência, que a potência transmitida, como a tensão vai a zero, encerra a transferência de potência. Então vai havendo o efeito dominó, por atuação da proteção.

Agora, nós vamos sempre tirar proveito disso. Uma vez acontecido o pior... Agora, os técnicos têm que mergulhar nisso, nossos e dos agentes, e ver o seguinte--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Aí é que está.

SR. HERMES CHIPP: --quais são as medidas que se pode fazer para reduzir esse efeito para coisas similares. Embora de probabilidade remota, a gente dimensiona. Não nos sentimos confortáveis nem satisfeitos nem com o tempo de restabelecimento, que a nível internacional é bom, mas não é confortável para a gente.

A gente sempre procura – pelo que o senhor falou: o sujeito preso do elevador – medidas preventivas para evitar o que for possível; depois medidas para evitar o efeito dominó; e depois reduzir o tempo de recomposição. São três providências em três--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): São situações terríveis. No hospital, por exemplo, durante uma cirurgia. De qualquer maneira, eu agradeço as explicações que V. Sa. me deu, limitadas por causa das minhas próprias perguntas, e muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, ao Senador Paulo Duque. Antes de passar a palavra ao Senador Eliseu Resende, eu gostaria de fazer dois pequenos questionamentos. Se nós tivéssemos, Dr. Hermes, instalados os *smart grids* no nosso sistema, isso teria acontecido?

SR. HERMES CHIPP: Olha, *smart grid*, senador... Nós estamos inclusive fazendo uma análise muito profunda disso nesse grupo internacional. Porque *smart grid*, ele é um... Eu considero um guarda-chuva tão amplo, que todas as medidas de segurança que se implantam ou com automatismo ou de outro tipo, desde a geração até o final da cadeia na distribuição, tudo o que você implanta de segurança é adicionado ao *smart grid*.

Por exemplo, países como o Brasil, a Índia, a China... É Brasil, China, Índia e Rússia que têm sistemas de transmissão com grandes distâncias, eles... O *smart grid* dele principal não é a relação desses operadores com os distribuidores. Tem o *smart grid* lá na distribuição, mas são esses esquemas, inteligentes e automáticos, que ilham e evitam, reduzem o efeito dominó no que é possível.

Esse, basicamente, é a conclusão que está chegando lá, mas não está ainda concluída, mas essa é uma das ações em termos de... Até não gosto muito do termo *smart grid*, eu gosto do *grid smart*, quer dizer, sempre transformar o *grid* mais inteligente. Isso é permanente. Essa busca aí é *smart grid*. Esses esquemas de ilhamentos adicionais, se forem viáveis, eu estou tornando o *grid* mais seguro. Tudo o que vai se conseguir de medida de ilhamento--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mas isso não está sendo automático, porque se houvesse--

SR. HERMES CHIPP: Automático.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): --a instalação. Mas havendo a instalação do *smart grid* em todo o sistema, haveria automaticamente também o sistema de compensação da energia, o que evitaria uma das hipóteses da sobrecarga na rede de transmissão que tenha provocado o curto-circuito.

SR. HERMES CHIPP: É, o senhor pode sempre conseguir mais. Eu acho que acontecendo isso: "Olha, eu tenho esses esquemas. Então, o meu *smart grid* está dimensionado dessa maneira". Eu consigo colocar algo mais inteligente para prevenir, reduzir ou reduzir o tempo de recomposição, é isso é que é tornar o *grid smart*. Sempre a gente está perseguindo isso

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado. Senador Eliseu Resende para a indagação ao Dr. Chipp.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): A minha colocação é rápida. Eu acho que o papel do Operador Nacional do Sistema, num sistema interligado, como é o sistema brasileiro, é extremamente importante.

Nós estamos aqui diante de um apagão, que não foi decorrente de falta de investimentos na geração de energia. Toda vez que há um apagão, há um entendimento inicial de que faltou investimentos para geração. Não é este o caso aqui. Não teria faltado também investimentos para a instalação das linhas de transmissão que interligam o sistema.

Há um problema relacionado com descargas elétricas que provocaram o curto-circuito, dando como consequências o que nós tivemos. Pelas explicações do Operador Nacional do Sistema, nós estamos sujeitos a ter repetidamente fenômenos novos como este.

A pergunta que eu faço ao Presidente do Operador Nacional do Sistema é: quais as medidas que serão efetivamente adotadas para que nós tenhamos o alívio desses fenômenos, a diminuição da sua inci-

dência, num sistema delicado como é o sistema brasileiro, formado por sistema integrado interligado, que reúne o fornecimento de energia por várias usinas interligadas e de grande potencial hidráulico? Esta é a minha pergunta.

SR. HERMES CHIPP: Senador Eliseu, ali o senhor me deu oportunidade de complementar ali a solicitação do senador que pediu para prosseguir, o Wellington, e me deu oportunidade de terminar ali com as medidas, na resposta.

Então, eu coloquei o seguinte: esse tipo de fenômeno, onde você tira um retrato do sistema, você tem, basicamente, duas finalidades: a primeira delas é mais simples, que é verificar o comportamento dos modelos de simulação matemáticos frente ao comportamento físico do sistema. Esse é o primeiro modelo... A primeira... O grande benefício, é ajustar esse modelo.

O segundo é o que eu respondi. Você tem... Você vai olhar em função das causas. Ali tem inspeções que vão ser feitas nesses isoladores quanto as suas portabilidades, quando submetidos a chuvas intensas. Chovia 24mm, embora todos os equipamentos – é que vem sendo testados com a providência que está em andamento – tenham atendido a norma, não é, está se verificando as medidas, e esse relatório vai indicar providências no sentido de se verificar isso. Que depois tem a fiscalização da ANEEL para ver se nessa linha de indicação de provável causa você tem medidas preventivas que evitem ou reduzam.

A outra é: A. Não pôde reduzir e aconteceu. Pode acontecer algo similar, eu acredito que essa que nunca aconteceu em 40 anos com essa característica muito difícil, mas similares podem. E aí, como já ocorreram de 2000 e 2009. E aí criar medidas, identificar medidas que reduzam a propagação.

E o terceiro, recomposição. Como ele colocou, o Senador Paulo Duque, nós não estamos nunca sossegados e nem confortáveis com esse tempo de recomposição. A meta é reduzi-lo sempre, porque o desconforto é máximo. Não sei se atendi...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Eliseu.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu quero registrar que teremos possibilidade de ter novos apagões tais como este no sistema brasileiro, que é um sistema delicado. Se tivéssemos tratando de sistemas isolados, as causas e as intervenções seriam diferentes.

É preciso estabelecer um sistema de antecipação de medidas, de fiscalização e controle, através do Operador Nacional do Sistema para que nós evitemos novos apagões como este. Estamos sujeito a tê-los.

SR. HERMES CHIPP: Senador, o senhor permite complementar rapidamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Sa. tem direito à réplica.

SR. HERMES CHIPP: Uma informação importante, que eu estou identificando, embora não esteja lá no dia a dia do relatório, eu estou, entro, eventualmente. Comparando esse blecaute com o blecaute de 99 e 2002, a gente identifica claramente que a origem de 99, que foi a subestação de Bauru, e 2002, uma linha de 440 kV e de Araraquara – o senhor conhece o sistema – são questões muito menos relevantes para o sistema, em termos de impacto, do que perder a transmissão em corrente alternada e contínua de Itaipu.

Naquelas ocasiões, desligou-se, com impacto significativo, todas as regiões do país. E, dessa vez, o Sul ficou intacto, Norte e Nordeste praticamente intacto, e boa parte do Sudeste.

O que caracteriza, claramente, que esses investimentos em interligações inter-regionais em linhas de eixo de alta tensão, eles tornaram o sistema mais robusto, ou seja, para um impacto muito mais severo, o efeito dominó foi muito menor. Então, caracteriza que os investimentos que estão sendo feitos em transmissão, eles estão trazendo benefícios significativos. Não fosse isso, esse impacto seria muito pior do que aconteceu em 99 e 2002.

Isso tem que ficar claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Eliseu Resende V. Exa. deseja fazer algum comentário? [soa a campainha] Obrigado. Passo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Srs. Convidados. O Governo errou na comunicação quando houve o apagão. Todos nós sabíamos que quem deveria falar pelo governo seria o Operador do Sistema, [ininteligível] Dr. Hermes Chipp.

E todo mundo começou a dar palpite, aí acabaram se enrolando na comunicação e deu margem à mídia fazer o que fez, acho que a coisa não foi tão grave, o bicho não foi tão feio. É claro que um apagão de quatro, cinco horas causa transtorno à população e prejuízo, mas isso já aconteceu em outros países também, em maior escala. E, no Brasil, isso tem acontecido... E não foi um apagão por problema de geração, foi uma pane, um fenômeno natural.

A pergunta que eu faria, pelo que eu entendi, o fenômeno aconteceu em cadeia, em efeito dominó porque as redes estavam próximas uma das outras. É isso? As três redes?

SR. HERMES CHIPP: É o sistema é efetivamente interligado, ele está se tornando cada vez mais ma-

lhado. E as transmissões, essas transmissões são... Nós temos o privilégio de termos potencial hidrelétrico e distante do centro de cargas. Então você tem transmissão à longa distância.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): E qual a distância segura, e o que está sendo feito nos próximos complexos energéticos--

SR. HERMES CHIPP: Como é que é?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): O do Rio Madeira, Santo Antônio e Jirau?

SR. HERMES CHIPP: Ah, sim, sim são dois rios-–

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): O que está sendo acontecendo agora são quase 7.000 MW sendo transportados de Rondônia para São Paulo, para Araraquara--

SR. HERMES CHIPP: Sim.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): --para redistribuir porque o Norte não vai consumir toda essa energia.

SR. HERMES CHIPP: São 2.500 km de distância, distância entre os dois-–

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Distância entre uma rede e outra para que não haja--

SR. HERMES CHIPP: Assim, entre os dois-–

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Quando caia um raio, não haja esse fenômeno de desligar em cascata, duas, três, quatro redes.

SR. HERMES CHIPP: Entre os dois sistemas bipolos de correntes contínuas e de transmissão do Madeira, a distância média é dez quilômetros um do outro. Por favor.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Aí, não--

SR. HERMES CHIPP: Espera aí, eu acho que eu tenho um especialista ali. Dez quilômetros? Até dez, tá.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Aí não teria esse problema de cair as duas redes que vão estar em paralelo?

SR. HERMES CHIPP: Reduz a possibilidade significativamente. Perfeito.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Uma outra pergunta seria para a ANEEL. Eu vou aproveitar já, eu acho que a gente ganharia tempo se todos falassem, depois fizessem as perguntas em bloco. De que maneira a ANEEL fiscaliza as linhas de transmissões e as subestações, com que periodicidade e quantos técnicos fazem parte desta fiscalização?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dr. Hubner, quebrando um pouco aqui o protocolo, mas em função da pergunta do Senador Valdir Raupp, eu pediria a V. Sa. que respondesse a essa indagação.

SR. NELSON HUBNER: A minha apresentação seria exatamente detalhando o que a gente vai fazer. Eu não sei se deveríamos esperar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Exa.pode esperar para a exposição do Dr. Hubner? Obrigado. Mais algum questionamento ao Dr. Hermes.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente Senador Fernando Collor, Sr. Nelson Hubner, presidente... Vice-Presidente Eliseu Resende, prezado Márcio Zimmermann, Secretário-Geral do Ministério, prezado Professor Luiz Pinguelli Rosa e Dr. Hermes Chipp, agradeço as suas explicações, acho que são muito importantes.

Eu gostaria de, primeiro, indagar qual foi o tempo que foi necessário para a ONS diagnosticar o que, efetivamente, aconteceu para que... e se este diagnóstico que aqui o senhor demonstrou é, agora, um diagnóstico definitivo. Segundo. Pelo que compreendi o senhor mostrou os três curtos-circuitos e mostrou que muito provavelmente eles se deram em razão das condições meteorológicas.

Eu pergunto se... porque ali há, por exemplo, referência a uma intensidade muito grande das chuvas. Mas eu pergunto, sem ser eu engenheiro elétrico, se o que produz os curtos-circuitos tais como os que aconteceram, na intensidade e na velocidade que se somaram, isso decorreu mais da intensidade de chuvas, isto é, da quantidade de água que... da precipitação ou, em especial, por causa dos relâmpagos, dos raios, e se são efetivamente os raios ou a soma... a combinação? Eu gostaria de compreender melhor.

E no que diz respeito às medidas preventivas da linha do que o Senador Eliseu Resende vinha... perguntou. Eu gostaria de saber, para que se realize as medidas preventivas que a ONS e todos... o Ministério de Minas e Energia, a ANEEL, e todos considerem adequados, isto significará uma demanda de investimentos de que natureza, de que ordem? Nós estamos próximos de ter um sistema que pode prevenir blecautes como os que aconteceram ou estão demandará um volume de investimentos e de que ordem?

E, finalmente, comparando o sistema brasileiro, para o território brasileiro tão grande, com outros países, como se pode qualificar a qualidade do sistema de transmissão... de geração e transmissão de energia elétrica brasileira em comparação a outros países? Nós estamos bem avançados? Falta muito?

São essas as indagações, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. V. Sa. tem cinco minutos para a resposta.

SR. HERMES CHIPP: Ok. Podia voltar, Dr. Ismam(F) à página anterior, que vai ajudar a responder a primeira... Não, as hipóteses. Sim... A primeira questão que o senhor perguntou são as hipóteses. O relatório está em andamento, ele não está concluído ainda, mas praticamente duas hipóteses estão sendo colocadas pelos técnicos.

A primeira delas é que nunca pode se descartar com condições meteorológicas adversas são descargas. Eu coloquei que a primeira impressão que a gente tem é que só raio forte cria o problema. Não.

Raios fortes e raios fracos. Os fracos são, às vezes, até mais perigosos, porque eles não vêm de uma forma direta nos para-raios. Os que estão, os cabos para-raios para proteger no alto do circuito, para não atingir o circuito, se não tem a descarga elétrica, que é a condução da corrente, que provoca o curto.

A outra são as investigações ali que estão feita ou a concomitância das duas, porque a gente tem o registro, mas não tem a recomposição do fenômeno, como às vezes se consegue recompor... a gente vê, às vezes, recomposições em caso de crime e tal, você não consegue recompor, dada a velocidade desse fenômeno.

Então, você tem as duas hipóteses e a gente não abandona nenhuma delas. Então, veja bem. Passa, por favor, Dr. Ismam(F). Chega lá nas investigações. Aí.

Então veja bem, a primeira delas, de descargas, estão lá os para-raios. Evidentemente esse relatório vai indicar inspeções se for identificada alguma suspeita de danificação ou chamuscamento, como houve nos isoladores.

A segunda é que tem-se, claramente, que através de testes que vem sendo feitas e literatura internacional do EPRE(F), os Estados Unidos têm artigos técnicos que isoladores submetidos a chuvas intensas, à concentração de chuvas, ele perde suportabilidade, principalmente quando você tem chuvas com intensidades superiores a três milímetros por minuto, está perfeito? E a norma, a norma exige que esses equipamentos atendam para chuvas de um milímetro por minuto.

Então, eu acredito que em função dessa investigação, algumas providências de troca ou adaptação, como está ali, possam ser tomadas por Furnas, a partir da consulta ao fabricante. Esse é um processo investigativo que vai haver agora, a partir, provavelmente, da fiscalização da ANEEL, que abrange esse tipo de investigação. Esse é o primeiro ponto.

Então a parte primeira preventiva, são essas as investigações. Se a gente não tem uma causa bem clara: "É essa", a gente trabalha com todas para definir medidas que minimizem a parte, a primeira parte, que é preventiva.

A segunda eu já expliquei. Quer dizer, dado o fenômeno, o fenômeno elétrico/tempo, toda essa sequência, a gente faz estudos para dizer o seguinte: "É possível reduzir esse efeito dominó com esquema de proteção ou ilhamento sempre". Segunda fase.

E a terceira. Olha, a recomposição se deu em tempo médio de 220 minutos. Por exemplo, São Paulo demorou mais. O que houve em São Paulo, tem alguma identificação que justifique alguma medida? Por exemplo, você tem usinas que a partida dela automática. É um esquema chamado de *black start*. Ela parte automaticamente. Apagou, ela parte.

Vai se verificar nesse relatório se houve alguma falha que atrasou, não que resolveria a contingência, só em termo de recomposição para poder reduzir o tempo de incômodo e transtorno, como o Senador Paulo Duque colocou. São essas as ações.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Muito obrigado, Dr. Chipp. Passo agora a palavra ao Dr.-—

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não. Senador Wellington Salgado pela ordem.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria só... Eu queria eu acho que eu esqueci de me inscrever, só queria fazer uma pergunta ao Operador, se V. Exa.me permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não, V. Exa.será atendido, pode formular a pergunta ao Dr. Chipp. V. Exa. tem cinco minutos para formulá-la.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Se bem que com o nome de Hermes Chipp tinha que estar no Departamento de Informática, alguma coisa assim, não na parte elétrica.

Dr. Hermes, eu tive acesso ao restante do relatório de V. Sa., e fica bem claro, o relatório está bem apresentado, tem questões técnicas, que para nós, que somos de fora do ramo, fica difícil entender, siglas e tudo o mais. Mas quando coloca em linguagem clara, que eu peguei o restante do relatório, dá para se ver claramente o que aconteceu.

E quem é político sabe que há toda uma apresentação política e no meio coloca-se que o problema é esse e tal. Diante do seu relatório, eu vi o que houve

foi o seguinte. Claro que a razão que deu origem foi a climática, mas o que se chegou pela questão técnica é que a suportabilidade dos isoladores quando submetidos à chuva. Esse foi grande questão.

Vocês tinham uma especificação, estavam lá os componentes e se achava que diante das questões climáticas, ele suportaria essas questões climáticas. E não aconteceu. Então, no meio, você explica isso no seu relatório, e coloca que já estão em andamento testes no laboratório da CEPEL.

Então, para mim, está claro. O que aconteceu foi isso. Tem determinados isoladores, que para as especificações apresentadas pelos fabricantes, eles suportariam determinada atuação climática e isso não aconteceu. Foi isso, Sr. Hermes?

SR. HERMES CHIPP: Essa foi uma das hipóteses. Eu coloquei duas. Porque a primeira, a descarga atmosférica-–

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sim, está aqui--

SR. HERMES CHIPP: --não pode ser descartada. Duas hipóteses-–

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A descarga atmosférica é o que te dá origem a testar se esses isoladores estariam aptos a suportar ou não--

SR. HERMES CHIPP: Não, é... Esse isolador-–

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Porque aqui fala assim--

SR. HERMES CHIPP: Deputado, desculpa, só para... O isolador, a redução da suportabilidade é devido a chuvas intensas nele. Quando você molha aquelas saias, ela [ininteligível] tem lá o retrato apareceu ali.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu vi, eu vi a foto.

SR. HERMES CHIPP: Dependendo de chuva e forma de vento, você acumula mais água ou menos água, ou seja, se não tiver vento, chuva vertical tende a escoar. Quando fica essa película, é como se você, com a água, que é um grande condutor, você desse passagem à corrente. Então é chuva. Essa causa provável não é devido à descarga, é chuva. A descarga elétrica, que provoca o curto-circuito, que mostrou, ali, pelo chamuscamento, ela pode ter origem nesses casos devido à redução do isolamento, devido a chuvas ou a descargas. São duas causas prováveis.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Bom, mas, de qualquer maneira, foi no isolamento?

SR. HERMES CHIPP: Não pode se afirmar, porque você não pode descartar a descarga. O que eu mostrei... Havia, durante o dia, descargas intensas, tanto que, avisadas pelos institutos, que eles entregam esses dados para a gente pelas empresas; tanto é que, durante o dia, conforme a intensidade informada, nós, inclusive, reduzimos durante o dia, às 14 horas, a geração de Itaipu.

Quando chegou perto da ocorrência, o senhor viu lá, o mapa, já era muito menos intensa, mas não significa... Você com menos intensa, você não reduz. Não há necessidade de você impor ao sistema medida de segurança adicional porque isso custa. Itaipu estava vertendo na ocasião. Essa redução que a gente fez, mesmo com vertimento.

A outra hipótese é que eu estou dizendo para os senhores, é o seguinte: que, para suportar... Se eu fosse operar o sistema, como ele é hoje, para suportar essa contingência, eu teria que reduzir 4.000 megawatts nesse carregamento de 8.500 que estava chegando pelos 750 kV. Isso significa praticamente 4.000 de geração térmica. Isso custaria 600 milhões por mês.

O mês passado eu estive aqui, na CPI, para responder por outra razão, que são os encargos, a geração térmica adicional para manter a segurança com relação a apagão, a racionamento, que é um efeito muito mais pesado e significativo. E uma discussão, se devia ou se devia; as pessoas reclamam que pagam por segurança.

Imagine o que é gerar 600 milhões de custo para o consumidor adicional, com geração térmica de 4.000 megawatts diária, para prover o sistema de segurança para suportar uma contingência dessas, que nunca aconteceu; eu nunca vi na minha vida, em 40 anos de operação. É antieconômico.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está certo. Agora, Presidente, só para finalizar, são coisas que acontecem e que algumas pessoas que praticam algumas defesas, por exemplo, de meio ambiente, que eu aceito e entendo que é importante também, o ser cuidar do meio ambiente, mas todo o momento que nós tentamos fazer alguma grande obra, nós temos essa grande obra questionada por uma série de certificados que precisa ter para ser realizada. Só que, na hora que... Claro que não tem como acontecer, mas se nós tivéssemos várias hidrelétricas atendendo, não teria um blecaute desse tamanho.

O que acontece? Quando falta luz, todo mundo grita. Por quê? Porque sentiu na pele faltar luz. Mas, enquanto o Governo está tentando fazer alguma coisa para que isso não aconteça, todo mundo grita também. Então, nós temos que definir o que nós queremos. E aí entender que o Governo não está aqui poder destruir regiões para se fazer hidrelétrica, ele faz porque precisa atender a todos. E isso nunca é levado em conta, sempre parece... Da mesma maneira que agora; nós

temos encarado que produtores de carne, plantadores são criminosos.

Agora, o dia que faltar comida na gôndola do supermercado, todo mundo vai gritar.

SR. HERMES CHIPP: Claro.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, isso é que vem acontecendo no país ultimamente. Então precisamos ter atenção quanto a isso. Talvez isso tenha sido um aviso, um aviso que os opositores usam como bandeira, mas aqueles que tiverem bom senso vão ver que nós temos que tomar as atitudes corretas para atender a grande maioria da população. Obrigado.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Wellington Salgado.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu pediria à V. Exa. que me permitisse fazer também uma pergunta ao Dr. Hermes Chipp.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não. Com a palavra o Senador Edison Lobão Filho, para indagar ao Dr. Chipp. V. Sa. tem cinco minutos para fazê-lo.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Dr. Chipp, bom-dia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Presidente.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): No início desta, no início desta crise-–

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Presidente Collor, eu tinha--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É verdade, desculpe.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): --o Ministro Edison Lobão havia afirmado como justificativa, como provável justificativa daquele blecaute, condições climáticas adversas. Nessas condições climáticas adversas incluíam-se ventos fortes, chuvas torrenciais e descargas elétricas.

O grande problema, a grande celeuma que ocorreu na imprensa foi que um determinado indivíduo disse aos veículos de comunicação que, naquele dia, naquela faixa horária, não tinham ocorrido descargas elétricas de grande [ininteligível], com elevada amperagem.

Então, ele fez uma afirmação de que as descargas elétricas ocorridas naquele período de tempo eram três, quatro vezes menores do que a suficiente para criar aquele blecaute. Mas V. Sa., agora, agora, na sua exposição, há cinco minutos atrás, disse que descargas elétricas de baixa amperagem, às vezes, são até mais perigosas para a rede elétrica do que as de grande amperagem.

Então, eu gostaria que V. Sa. explicasse melhor, porque esta frase perdida dentro do contexto do que você falou esclarece quase que todo o problema lá na sua origem. E eu fiquei muito curioso, porque foi a primeira vez que eu ouvi essa afirmação e não ouvi essa afirmação e nem essa explicação ao longo de todo esse processo.

Então eu queria que V. Sa. pudesse adentrar mais na explicação técnica desta pequena frase de elevada relevância dentro da explicação geral desse problema que ocorreu.

SR. HERMES CHIPP: Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Sa. tem cinco minutos para responder ao Senador Edison Lobão Filho.

SR. HERMES CHIPP: Não, eu consigo com muito menos. Olha só, uma coisa é muito importante, eu disse no início: quem diz se tem descarga forte ou descarga fraca – eu disse no início, tenho dito para a mídia – são os institutos com os quais a gente tem contrato para informar descarga, chuva; institutos de meteorologia e empresas.

As empresas também, como aquele registro que eu mostrei, da *DUKE Energy* indica chuva de 24 milímetros, e tem uma informação que eu fui... Outra coisa: não cabe aos institutos de meteorologia inferirem consequência de intensidade de descarga do fenômeno elétrico. Isso é uma especialidade da área elétrica.

Então, da mesma forma que nós temos o contrato com eles e usamos o que eles dizem para fazer essas reduções, foco de calor, descarga, chuvas, ventos... Para você, que o sistema é planejado para "n-1", e você não vai ficar para justificar, com isso, o apagão. Você teria que prover medidas para evitá-lo, se for possível. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto, fui mergulhar na questão através até do Diretor-Geral do CEPEL, em contato com o INPE, você tem a informação – isso eu estou passando como eu identifiquei – que é a seguinte: você tem 100%, praticamente, de certeza na identificação de descargas com intensidade superiores a 25 KA. Abaixo, que são as fracas, você tem só 85. Então, 15% das descargas fracas você não detecta. E as fracas, elas, às vezes, são mais perigosas de que as fortes. Então, essa inferência, de que a descarga forte é o que causa, é equivocada, não se pode afirmar isso. Ela pode causar também, mas a fraca também, porque ela penetra no condutor de forma não prevista, não vem por cima, que o para-raio protege – o cabo para-raio é como você tem para-raio nos edifícios –, quando vem por cima ele protege e descarrega para terra. Se

protege, a onda trafega na linha, na torre, resistência da torre de aterramento, e você dissipa energia, nada acontece aos condutores, não haveria descarga elétrica, não haveria curto. Está perfeito?

Então, descarga atmosférica pode provocar descarga elétrica sendo fraca e chuva, com certeza, está identificado por testes de laboratórios que isoladores, que vamos ver agora quais são as providências, se são trocas, se são de consulta ao fabricante, essa coisa toda, para você minimizar esse efeito da chuva.

Porque a redução de suportabilidade para chuvas de ordem de três milímetros chega a 30% de redução. Então, isso está sendo investigado, está em andamento, e é uma coisa que tem que ser feita, está sendo feita rápida, para você reduzir as medidas preventivas, para reduzir a possibilidade desse fenômeno, se, por essa razão, repetir.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Edison Lobão, algum comentário?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): De onde se conclui claramente que o técnico que falou que não poderia ter sido uma descarga elétrica é um apedeuto a energético.

SR. HERMES CHIPP: Bom, aí eu...

[risos]

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Bom, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Antes de passar a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti, eu gostaria de indagar ao Dr. Chipp quem é o fabricante dessas torres de transmissão.

SR. HERMES CHIPP: Os fabricantes eu não sei, das torres eu não sei, senador. Eu me preocupei com os isoladores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Os isoladores.

SR. HERMES CHIPP: É, esses isoladores de Itaberá, ele tem... Os testados, os que vêm sendo testado são Santana, se não me engano, e Gold(F). O Dr. Márcio, eu acho que tem essa informação de forma mais precisa, hoje.

SR. MÁRCIO ZIMMERMANN: É a Santana e a Gold(F) [ininteligível]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E nesse caso não há um prazo de garantia, não há responsabilidade desses fabricantes num caso como esse? Porque o cidadão que está na sua casa e que tem o seu aparelho elétrico danificado [soa a campainha] por uma falta de energia, como essa que aconteceu, ele tem a quem recorrer para ser ressarcido do seu prejuízo.

Nesse caso, dos isoladores que foram queimados, como disse muito bem aqui o Senador Wellington, a quem se poderia recorrer, no caso? Ao fabricante? Para saber se houve algum defeito na peça, se as especificações que ele colocou como sendo daquela, no caso daquele isolador, se essas especificações estavam perfeitamente de acordo?

SR. HERMES CHIPP: Boa pergunta, porque dizem respeito às providências, devido a essa linha de investigação. Os resultados preliminares desses testes indicam que esses isoladores, tanto os que foram retirados de campo nesse processo, e continua, não terminou, como aqueles que foram retirados do almoxarifado, reservas, apresentaram o mesmo resultado. Ou seja, atenderam às normas técnicas que determina que se suporte essa tensão para chuva de até um milímetro por minuto.

Então, veja bem, o que vai se verificar agora é o seguinte: ora, embora esteja atendendo às normas, vale a pena – eu vou dizer até minha opinião, eu acho que vale em função da consequência – que, embora tenha atendido às normas – porque são informações preliminares, eu não tenho ainda essa conclusão de Furnas com os testes do CEPEL, nós estamos para receber, vai fazer parte dessa investigação – vale a pena prover, com adaptações – porque aí você tem que consultar o fabricante, tem técnicas de usar, às vezes até se debocha – é tipo de um guarda-chuva de uma placa que faz essa chuva escoar e não escoar pelas saias dos isoladores, e outras técnicas. São adaptações. E a outra é a própria troca por isoladores mais resistentes. É isso que vai ser verificado. Eu, particularmente, acho que vale a pena. Pelo nível de incidência de chuva que a história mostra que existe nas regiões próximas a Itaberá.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ou seja, se houve alguma falha no oferecimento das especificações por parte da fabricante, ele será acionado.

SR. HERMES CHIPP: Sem dúvida. Isso vai ser fruto, isso vai-–

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ao final do relatório.

SR. HERMES CHIPP: Ao final do relatório. E a fiscalização da ANEEL, que vai a campo e testa, vê os testes, os resultados e tal.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado. Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti. V. Exa. tem cinco minutos para sua indagação.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu agradeço ao Presidente Fernando Collor e cumprimento a todos os presentes na Mesa. A minha

abordagem é mais a nível de constatação de que questionamento.

Essa Comissão convocou uma série de profissionais, de técnicos, de gestores, que, na verdade, dominam o setor elétrico. Essa abrangência dessa convocação técnica, ela foi motivo de muita polêmica aqui no Brasil, explorado pelos que fazem oposição ao governo e explorado pela mídia, no intuito de fazer uma falsa interpretação do qual o real objetivo dessa nossa convocação.

Posteriormente, na Comissão de Ciência e Tecnologia, eu assinei um requerimento convocando quase que as mesmas pessoas naquela Comissão, com o mesmo propósito desse esclarecimento, e também fomos interpretados de forma bastante equivocada. Ao nosso requerimento foi acostado um requerimento de forma, assim, jocosa, com uma organização não credenciada que visava, exatamente, desmerecer o espírito das nossas convocações.

Eu saio desta reunião, dessa Audiência Pública, de uma forma muito enriquecida, por duas razões:

Primeiro porque, cada vez mais, eu percebo que o Brasil está muito bem entregue. A gestão brasileira, o nível de competência da gestão brasileira há de se reconhecer que está em muito boas mãos. Aqui, nesta Comissão e em outras Comissões, nós temos convocados gestores, Presidentes de Banco Central, autoridades máximas deste País, e eu, como empresário, eu estou senador, mas, na verdade, eu sou empresário, eu posso constatar o excelente nível desses profissionais, desses gestores, que, na verdade, tomam conta do Brasil.

Nesta Casa, nós passamos por um problema, que é um problema de credibilidade. Muitas vezes essa credibilidade, o questionamento essa credibilidade é uma criminalidade indevida. Aqui nessa Casa se trabalha muito, nessa Casa tem parlamentares fantásticos, com experiências, Ex-Presidente da República, Ex-Ministro, Ex-Governadores, há uma seleção, esta Casa é uma academia, esta Casa... É um enriquecimento participar desta Casa. Mas não é isto que é visto lá fora.

E, na verdade, nós temos, especificamente, no Senado nós temos 81 membros. Acho que as convocações... hoje nós estamos com 10% desta frequência, aproximadamente 10% dessa frequência. E eu diria que eu estou sentindo falta é exatamente daqueles membros que lá fora, através de entrevistas, lá fora junto à mídia, se postam considerado que nossas convocações sãos as visam proteger determinadas figuras do governo, que visam não esclarecer, quando, na verdade, se aqui estivesse, estariam vendo o alto de explicação. Essa explanação do Dr. Hermes Chipp é uma explanação além de tudo didática.

Eu cumprimento V. Exa. pela clareza, pela didática e pelo domínio, e da identificação real dos problemas.

Nós estamos aqui identificando que um determinado isolador não funcionou da forma "X", determinada centelha elétrica pode provocar isso ou aquilo. Aqui não se está tentando polemizar, aqui está se tentando, na verdade, esclarecer e fazer com que a população brasileira, esteja melhor protegida lá na frente. Porque os acontecimentos não acontecem por fatos pontuais, acontecem em decorrência da somatória de fatores. Isso é num acidente aéreo, isso é em qualquer dos fatos [soa a campainha] eles acontecem em função de consequências de fatores que se sucedem.

Então eu parabenizo esta Comissão, parabenizo o Presidente Fernando Collor pela iniciativa, foi o primeiro que teve a coragem de convocar toda uma equipe de gestores, pessoas que dominam o setor, para que nós possamos sair o Senado Federal dando um exemplo de busca de esclarecimento real, e não de politizar um fato que, na verdade, é um fato técnico que tem consequências econômicas.

Eu parabenizo a todos, parabenizo ao Presidente Collor e eu acho que nós estamos dando uma lição de como tratar seriamente de um problema que atingiu a muitos milhões de brasileiros. Era isso, muito obrigado. Essa é a constatação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Roberto Cavalcanti pelas suas palavras. E eu passo, em seguida, a palavra ao Dr. Luiz Pinguelli Rosa para fazer a explanação, V. Sa. dispõe de vinte minutos para fazê-lo.

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Sr. Presidente, eu agradeço a honra de estar aqui, com pessoas tão importantes, e no Senado, para discutir essa questão.

Houve uma grande confusão de informações e a natural até que isso ocorra, porque o público, a mídia sofre muito o impacto de uma perda de energia, e tem a preocupação de entender o que se passa, e muitas vezes as explicações não tão simples, como o Hermes está colocando aí, com muita competência, as possibilidades, os problemas.

Eu acho que algumas premissas, que a essa altura já devem estar bastante esclarecidas, mas de qualquer modo para puxar o fio da meada, me desculpando por não ter podido assistir todo o debate anterior e a exposição do Hermes, porque eu vim do Rio de Janeiro e estou surpreso com a pontualidade da sessão aqui, Sr. Presidente, porque eu cheguei aqui no primeiro avião que eu consegui, pelo tempo de vôo, saindo cedo do Rio.

Agora, a primeira questão que está bem esclarecida, puxando o fio da meada, é que não houve falta de energia. Portanto, foi um fato diferente, substancialmente, daquele de 2001. Eu acho que esse precedente, 2001, serviu muito de fogo na fogueira, era uma memória muito desagradável, porque em 2001, houve um racionamento. As pessoas eram obrigadas a diminuir o seu consumo de energia sob pena de um corte de energia nas famílias, nas casas e também nas empresas. Isto, então, é uma memória que pesou. Dois mil e um não é um ano tão distante. Então não foi o mesmo caso.

As usinas e também as linhas de transmissão. Em 2001 havia energia no Sul, que não podia ser trazida o Sudeste, foi o foco do problema, porque não havia ainda a última das linhas Itaipu que foi depois construída. Não só essa, outras linhas. Então, o sistema ficou mais interligado.

E outro esclarecimento, que eu acho que a essa altura também já foi feito, mas na mídia houve muita confusão, e até acho que isso ainda não é totalmente esclarecido, é que o sistema interligado é uma vantagem para o Brasil. Não tem sentido abrir mão do sistema interligado. Não tem sentido abrir mão da hidroeletricidade. Discute-se a expansão – eu até critico o governo pelo número de termoelétricas que tem entrado, eu acho que elas são piores até, não só pelo problema do custo, como também pelo problema muito em voga no mundo hoje a discussão, que é o efeito estufa, da emissão dos gases. E que o Brasil tem uma vantagem por usar muita hidroeletricidade em relação à maioria dos países que usam muito carvão mineral como a China, a Índia, os Estados Unidos, quase toda a Europa. Então nós não podemos abandonar uma vantagem de recurso natural que o País dispõe.

Se a gente integrar no tempo, não precisa ser muitos anos, não, poucas décadas, o potencial hidrelétrico brasileiro, ele é muito maior em energia do que o pré-sal. Se o pré-sal é uma festa, todos hoje comemoram o pré-sal, a energia... Isso é o óbvio, porque se você integrar infinitamente, você tem infinita energia hidrelétrica, porque ela é renovável. Mas o potencial do Brasil é muito grande. Nós inclusive usamos uma parte dele, modesta. Os Estados Unidos tem uma capacidade instalada hidrelétrica maior que a do Brasil, embora tenha recursos muito menores, ele usa muito mais os recursos hidroelétricos dele que o Brasil. É também uma desinformação muito comum

Então, a hidrelétrica ainda é uma opção fundamental. Nós não devemos, por causa desse risco, queimar essa vantagem comparativa que o Brasil tem de dispor de muitos recursos hídricos para gerar eletricidade, e ainda usa pouco eles. Acho que isto tudo não isenta o governo da responsabilidade, eu acho que aí houve um erro, sim, como já um dos senadores que arguiu aqui colocou. Houve um problema de comunicação.

O governo não pode ser isentar da responsabilidade É como a Air France não pode dizer que a Airbus é ótimo. Ele foi projetado, e todos gostam do Airbus, ele voa pelo mundo todo. Mas ele ficou até hoje, o público brasileiro sem a explicação coerente do que aconteceu com o famoso e triste caso que sobrevoava o Atlântico numa situação inexpugnável. Que nada é mais seguro do que um avião a 10 mil metros de altura. O problema do avião é quando ele desce e sobe, e não quando ele está a 10 mil metros de altura. Então eu acho que nós também temos de dar à sociedade brasileira essa resposta, e ainda não está muito esclarecido. Certamente avançou muito.

O pouco que eu ouvi do Hermes falando e do que me ajudou aqui o Zimmermann, eu acho que as coisas começam a aparecer, a luz no fim do túnel, mas é preciso lembrar que a vantagem hidrelétrica nos obriga a usar linhas de transmissão, até porque o País é vazio no território. O Brasil não é um País de densidade populacional elevada, e é ocupado de forma muito heterogênea.

Os recursos hidroelétricos estão lá, onde Deus colocou, ou a natureza, tanto faz; e as pessoas estão onde a história levou-as a estar. Então a concentração populacional nos faz trazer energia de Itaipu. É uma linha considerada longa. Porque nos países desenvolvidos houve umas comparações totalmente equivocadas que foram divulgadas. Comparar... até por pessoa de formação técnica.

Comparar o sistema brasileiro com o norte-americano ou europeu quanto a falhas, é completamente equivocado. Porque lá, tanto nos Estados Unidos como na Europa, existe demanda em toda a parte, e existe geração em toda a parte. Existe demanda em toda a parte porque são países densamente povoados e com o nível de desenvolvimento bastante homogêneo.

Então há indústrias, há cidades importantes e habitantes. E, também, como são todos de base termelétrica, que já superaram a disponibilidade hidrelétrica deles, que é muito termo do que a nossa, eles têm geração em toda a parte. Porque a termoeletricidade, você coloca a usina próximo do centro de carga, o mais próximo possível. Porque não tem sentido, a termoelétrica você escolhe onde vai botar, a hidrelétrica você usa as quedas d'água melhores onde elas estão.

Então não pode se comparar. Se comparar, tem que levar essa diferença, porque o nosso sistema exige linhas mais longas. Há análogos ao Brasil? Sim. O Canadá, por exemplo. Ele também é um País de povo-

ação heterogênea e que usa muito hidroeletricidade, mas não os Estados Unidos. Então é diferente.

Mas, mesmo nos Estados Unidos, houve problemas de falta de energia, então o sistema elétrico está sujeito a isso. Ninguém pode prometer um sistema tecnológico de falha zero. Primeiro que o custo de redução de possibilidade de falha é muito elevado. Ele cresce exponencialmente quanto mais seguro você deseja o sistema, a ponto de não ser possível economicamente; segundo, que também é tecnologicamente impossível, você sempre poderá ter uma falha, até porque tem um elemento humano também, não é só o sistema técnico. Todo o sistema técnico tem uma interface humana. Bom, então há necessidade de esclarecer o que aconteceu e reconhecer que nós temos uma vulnerabilidade. É claro que a probabilidade de um evento desse tipo é baixa.

Eu estou vendo aqui a explicação do Hermes, respeito muito o Operador Nacional do Sistema, considero um órgão dos mais competentes do setor elétrico, do sistema técnico em geral do Brasil, e é responsável pelo despacho da carga e pela operação do sistema. Mas essa vulnerabilidade exige uma atenção enorme.

Eu estou aqui mais debatendo com algumas questões que coloca o Hermes, porque eu acho que ele é o especialista, e detém as informações mais corretas. Nós não podemos, por exemplo, nos acomodar, eu vou usar essa palavra, nessa situação de vulnerabilidade. É claro que nós não esperamos que um evento desse ocorra com frequência muito grande, ele será raro, nas ele deve ser minimizado o mais possível.

Não é só o problema do evento em si, a falha na linha é também a propagação de suas consequências. Não sei, talvez o Hermes tenha colocado essa questão, há o problema do ilhamento. Quer dizer, esse ilhamento que é a ideia de circunscrever as consequências, ele não funcionou bem. Ou ele estava projetado... Funcionou bem, mas estava projetado de uma forma que não foi capaz de deter essa propagação de consequências.

Primeiro caíram as três linhas de corrente alternada, eu entendo que... O Zimmermann me ajudava aqui a interpretar as informações do Hermes, que você pode ter, sim, isso pode acontecer, essa contaminação das três linhas. Elas entram nas mesmas subestações, têm barramentos. Parece que, em 1999, o que aconteceu foi algo parecido.

Agora, caiu também a linha de corrente contínua que vinha de forma independente, a parte Paraguai, que é gerada em 50 ciclos, transforma para a corrente contínua, que é uma tecnologia avançada. Corrente contínua é mais "avançada" do que a alternada, é mais nova. E, apesar disso, também caiu, quer dizer, o sistema foi caindo. São Paulo caiu, o Rio caiu.

De certo modo, o nível de população atingida foi maior do que 99, embora a favor do réu, devemos dizer que, o tempo foi muito menor. O réu aqui é o evento. O réu é o evento, não é o Hermes. O réu somos todos nós da elite brasileira que devemos a explicação para o povo brasileiro, que nós é que somos os que podemos ter acesso à informação e entendê-la.

E eu acho que ficam todos nós olhando "Que diabos que aconteceu?", não é só o Hermes. Então, a favor do réu existe o tempo. Em 99 foi maior, São Paulo ficou muito mais horas apagada. E, também, aí pela coincidência foi de noite, e na noite grande número de pessoas já se recolheu, etc.

Imagina uma falha dessa pegando o anoitecer, que é onde todo mundo precisa de eletricidade... subir... Eu já subi 15 andares que é o edifício que eu moro lá no Rio, por falta de energia, isso é terrível. À noite tem outros problemas, mas de qualquer modo o número de pessoas atingidas diminui um pouco.

Mas, então, eu acho que nós não podemos ficar confortáveis com isso. Essas explicações colocadas são interessantes. Por exemplo, uma cobrança que temos que fazer é essa questão dos transformadores. Nós não podemos ter transformador que fica resfriado quando chove, eles têm que tomar um...

Agora, é preciso ter, claro, consciência de que estamos tendo, talvez, fenômenos climáticos mais intensos, é uma dúvida ainda, mas há uma forte ideia de que isso... tendências de análises que já foram feitas de que está havendo uma intensificação de fenômenos climáticos severos. Aquele fenômeno chamado Catarina, há poucos anos atrás no Sul, essas frequentes enchentes.

Enfim, é possível que o fenômeno climático esteja se intensificando, e nós vamos ter que proteger melhor o sistema, porque a probabilidade vai aumentar de falhas por eventos climáticos.

Proteger de raios, já é protegido bastante bem. Apesar de tanto em 99, como agora, nós atribuirmos a raio.

Eu discuti muito o caso de 99. Naquela época também houve essa discussão, porque na subestação Bauru não tinha havido uma tempestade de raios severa, os raios tinham se localizado há muitos quilômetros de distância. Mas isso que o Hermes explicou também foi aventado naquela época, a propagação horizontal do efeito. Porque o raio induz, o raio nem precisa atingir fisicamente propriamente a linha, ele pode induzir eletro... Fazer uma indução eletromagnética que induz uma sobretensão, uma sobrecorrente altíssima. E aí a gente reclama. O para-raio também

da subestação, no caso da Bauru, que é mais antigo e mais estudado, falhou.

Quer dizer, a subestação que ali é muito delicado, porque as três linhas são independentes. Claro que elas podem até se aproximar pelo vento, mas são desenhadas para estarem afastadas, etc. Tem para-raio ao longo da linha, mas quando entra na subestação, um sistema mais intrincado.

E um curto-circuito na subestação tende a contaminar todas as linhas que estão entrando ali. Lá em Bauru, esse foi um ponto vulnerável. Eu não sei se aqui também tem... Seria possível impedir que, ao chegar na subestação, as outras duas linhas tenham sido afetadas, poderia ser impedido por uma forma mais adequada de para-raio na entrada da subestação para barrar essa sobretensão? Não sei.

A questão que também que está bem clara pelo Hermes, com a complementação do Zimmermann é que nós vamos precisar nos dedicar à pesquisa e à solução do problema da resistência do dielétrico, dos isolantes sob camadas muito fortes de água, sob incidência muito maior do que o comum. Esses números colocados aí, parece que foram superados o nível de segurança do isolante.

E é uma responsabilidade enorme que eles têm, então eu acho... Eu estava até brincando aqui... Botar um guarda-chuvinha em cada um, uma coisinha qualquer, parece que nos canadenses estão fazendo uns desenhos desses, alguma coisa... não é um guarda-chuva, mas é algo que... Um dispositivo de proteção, que no Brasil é fundamental.

Se a gente não garantir esse sistema hidrelétrico, eficaz nós teremos maior dificuldade em licenciar novas hidrelétricas, cada vez maior. Ele já tem dificuldades ambientais... Se o argumento de que elas não dão confiabilidade devido às longas linhas e às falhas que ocorrem, eu acho que o governo terá maior dificuldade e será ruim para o Brasil não aproveitar esse potencial, e esse sistema inteligente, que permite você usar interligadamente o que é gerado numa região do País para alimentar a carga na outra. Você vê esse caso que Itaipu estava servindo ao País todo.

Aí vem uma outra questão, que o Hermes já colocou. Eu acho que é um erro completo imaginar que a gente vá agora colocar todas as termoelétricas a gerar energia, para evitar o uso das linhas mais longas ou diminuir muito a percentagem da energia que vem atrás dela. Eu acho errado, porque é caríssimo isso, você vai pagar o combustível e o consumidor vai pagar.

Agora, talvez esteja muito pesado o papel de Itaipu na geração, há uma lógica. Itaipu é uma usina fio d'água. Eu não sei se já foi explicado há pouco pelo Hermes, mas ela não acumula água. A água está acumulada ao longo da bacia, acima das outras usinas, muitas, mas não ela. Então a água que passa ali ou você gera energia ou verte, e ela vai embora.

Então é racional, energeticamente e economicamente, você usar o mais possível da água. Está feita a barragem, ou usa a água ou não usa. Se você não usar, talvez tenha que usar termelétricas, pagando pelo combustível e emitindo gases para a atmosfera, e o Brasil é cobrado depois porque aquece o planeta. Então, eu acho correto. Mas é preciso pensar essa proporção.

Não sei se no cálculo probabilístico de falha do sistema seja conveniente compensar um pouco em certos momentos. Por exemplo, quando houver chuva muito forte. Quer dizer, em situações atmosféricas muito severas ao longo do 'linhão' de Itaipu, que é aquele que vem até aqui o Sudeste, até São Paulo, trazendo muita energia, muita quantidade de energia elétrica, a gente diminuir essa proporção nesses momentos [soa a campainha]. Acabou o meu tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mais cinco minutos.

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Obrigado, Presidente. Então eu acho que eu termino aqui essa complementação às observações anteriores dos senadores e da exposição do Hermes. E coloco uma coisa mais geral, o sistema hidrelétrico brasileiro interligado é inteligente, é bom, e nós devemos continuá-lo. Mas eu acho que nós devemos prestar atenção ao modelo institucional do setor elétrico.

Eu li com atenção aqui a convocação, e coloca além do problema específico da falha, a real situação do nosso sistema elétrico, notadamente na geração transmissão, gerenciamento e as perspectivas de investimento no setor. O investimento no setor vai bem? Eu não acho... A água havia inclusive... Além do investimento, havia água.

Eu até brinco, às vezes, que São Pedro é da base aliada: ajuda, em geral, não tem atrapalhado a água, tirando aí há dois anos atrás com a questão do gás natural acoplado, passou-se um aperto novamente, mas muito menor do que em 2001. Porque em 2001 faltava investimento. Agora não. Mas o sistema institucional está muito complicado.

Eu vou dar um exemplo relativo a esse caso que eu não gosto, que não é o caso, é o exemplo fora do caso, mas é relativo a ele. Eu não acho bom fazer licitação de trechos de linha de transmissão. Cada empresa tem um pedaço da linha, tantos quilômetros, etc. Na subestação acaba havendo mais uma de empresa operando, que são aquelas que chegam a ela. E as empresas, naturalmente, têm hierarquias diferentes, têm filosofias diferentes.

Eu acho que o sistema tinha que ser um pouco mais unificado. Eu acho que a ELETROBRÁS tinha que ter um papel mais parecido com o da PETROBRÁS. Se nós somarmos a participação do grupo ELETROBRÁS levando em conta CHESF, ELETRONORTE, FURNAS na geração e da transmissão do sistema do Rio Madeira, ele tem a maior parte da participação, mas está toda segmentada com vários parceiros, a TRACTEBEL, etc.

Bom, nada contra isso, mas eu não acho que um sistema elétrico da dimensão do Brasil ganhe muito nessa partição. O sistema elétrico brasileiro nessa fase atual de muita hidroeletricidade, ele não um sistema típico de competição do mercado. Ele é um sistema cooperativo. Tanto é que reconheceu-se que o relatório da Cooperlave(F) estava errado quando propunha uma competição entre hidrelétricas, e criou-se esse sistema hoje operado por uma NOS, onde o despacho da carga não tem nada a ver com os contratos de compra e venda de energia. E que o me deixava danado que lá, no tempo que eu estava na ELETROBRÁS, FURNAS gerava energia, porque ela tinha água, e era mais barata, e a ONS corretamente mandava gerar.

Recebia um tostãozinho por aquilo e os contratos eram de algumas termoelétricas, que não geravam energia e eram remuneradas. E eu ficava muito bravo com isso: "Mas, poxa, eu que estou gerando, e não ganho quase nada." Quinze reais por megawatts/hora; o outro gerava, gerava não, o outro tinha contrato, vendia energia, que ele não gerava, porque a ONS corretamente mandava a hidrelétrica funcionar e ganhava 120 reais por megawatts/hora. Isso está uma confusão.

Tem produtor independente, consumidor livre em contratos bilaterais, onde a energia chega a estar aí, esteve há pouco tempo 16 reais o megawatt/hora. E nós pagamos na nossa casa 400 reais o megawatt/hora.

Obrigado, Presidente, eu acho que eu posso terminar dizendo que, para mim, é uma oportunidade de chamar a atenção do sistema institucional, que eu acho que precisa alguns aperfeiçoamentos.

E do ponto de vista técnico, acho que estamos no caminho certo. Temos de cobrar o governo a identificação dessas causas e também as providências para diminuir a vulnerabilidades desse sistema a bem da expansão do sistema hidrelétrico. Que se esse sistema hidrelétrico não tiver apoio político, apoio da sociedade, nós vamos trocar a hidroeletricidade por usinas a carvão, a óleo, etc., até que chegam as fontes renováveis na quantidade necessária que ainda está longe de acontecer. Obrigado

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Luiz Pinguelli Rosa pela sua explanação. Senadores inscritos... O primeiro deles [soa a campainha] Senador Antônio Carlos Valadares. V. Exa. tem cinco minutos para fazer a sua pergunta.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senador Fernando Collor, ilustre Presidente, eminentes convidados, participantes desta Audiência Pública, senhor vice-presidente Senador Eliseu Resende, Senadores.

O famoso blecaute de fornecimento de energia elétrica aconteceu no dia 10, uma terça-feira. Já no dia 13 deste mês, o ilustre professor Dr. Luiz Pinguelli fez publicar na Folha de São Paulo um artigo que eu considero uma peça neutra, clara e fundamental para esclarecer ao grande público o que realmente aconteceu naquele fatídico dia, que poderia ser mais fatídico se o suprimento de energia, ao invés de ser temporário, fosse permanente, como aconteceu em 2001, quando o governo foi obrigado a tomar medidas drásticas, inclusive da ameaça de corte de energia elétrica nas residências, caso um determinado calendário de utilização da energia elétrica não fosse cumprido. Isto é, a população foi submetida a um processo de vigilância, o que jamais havia acontecido no Brasil, por falta de investimentos na área de energia elétrica.

Em determinado trecho deste artigo, que eu fiz questão de colocar no meu blog, eu tenho um blog. Aliás, todos os senadores aqui tem blog, tem Twitter, inclusive eu acompanho muito o nosso Presidente Fernando Collor no seu Twitter. E eu fiz questão de colocar no meu blog, e quem desejar ler novamente esse artigo, que eu considero fundamental, do Dr. Pinguelli, poderá encontrar não só na *Folha de São Paulo*, no dia 13/11, como também no meu blog e em tantos outros que se aproveitaram, como eu me aproveitei, da sapiência e da sabedoria do Dr. Pinguelli. Então, em determinado trecho, ele fala: "É preciso esclarecer, porém, que o ocorrido na terça-feira foi totalmente diferente do chamado apagão de 2001, quando o governo decretou um racionamento obrigatório de energia elétrica para toda a população, sob pena de desligamento da residência ou empresa, por alguns dias, caso não fosse cumprido o corte no consumo. Naquela ocasião havia falta de energia para atender a demanda, pois esta vinha crescendo mais rapidamente do que a capacidade instalada no país. Enquanto houve chuvas suficientes para a geração de hidrelétrica, o sistema funcionou e o problema foi adiado. Quando as chuvas se reduziram – disse o Dr. Pinguelli [soa a campainha].

Posso continuar Presidente? Mais um minuto?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Exa. tem um minuto mais.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): "...os reservatórios estavam vazios e faltou energia no sistema. Alertei o então Presidente Fernando Henrique Cardoso por uma carta como Coordenador do Instituto Virtual da COPPE e cheguei a conversar com José Jorge, à época Ministro das Minas e Energia."

Então, eu gostaria, em resumo, de saber, de forma sintética, qual o teor desta carta?

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Qual...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): O teor desta carta?

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Ela é pública, ela está num livro, até num trecho, eu não estou...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não, mas o essencial. Mas eu posso me comprometer a recuperar [ininteligível].

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Ela era o alerta disso. A gente fazia aquela curva, que eu tinha feito isso no tempo também do álcool quando faltou. A gente tem um crescimento da demanda, crescimento da oferta, é uma curva de colisão.

Igual na Engenharia Naval. Os engenheiros navais sabem que dois navios, depois de um certo ponto de aproximação, não há manobra que evite, é só bater de melhor modo possível. E é fácil acontecer isso também em casos como esse. A demanda crescia muito mais do que a capacidade instalada, era claro que ia faltar, ia cruzar.

Só não faltava porque chovia bastante. Mas no momento que faltasse não tinha reserva de geração. Foi isso que eu escrevi.

Eu até agradeço a sua citação, e me honro por ela, porque logo depois desse artigo, eu tive uma reunião com o Presidente Lula e a Ministra Dilma, por causa dessa história da mudança climática, da posição brasileira. O Zimmermann também participou de algumas. E para minha surpresa, eu falei: "Ih, agora é que eu vou brigar com a Dilma de novo aqui, porque acabei de escrever esse artigo aí falando..." E ela falou: "Não, seu artigo foi ótimo, esclareceu tudo na medida do certo, não é?"

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então, eu estava certo, quando publiquei no meu blog o artigo de V. Sa.

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Bom, não sei. Mas eu estou falando o fato só, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então o teor da carta eu posso encontrar onde... Professor Pinguelli, onde eu posso encontrar o conteúdo, o texto completo?

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Eu vou pegar sua... Eu vou pegar o seu cartão e providenciar.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pois não.

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Que lá na COPPE a gente localiza esse livro ou o texto. O livro é certo que eu localizo, onde está transcrito uma parte. E se eu conseguir encontrar no arquivo o texto integral, eu mando.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço à V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Antônio Carlos Valadares. Com a palavra o Senador Wellington Salgado, o próximo senador inscrito. V. Exa. dispõe dos naturais cinco minutos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Serei rápido, Presidente. Eu queria só perguntar ao professor Luiz Pinguelli, da UFRJ, no qual eu tive o DRE 761334257 lá. Eu queria saber o seguinte: diante da exposição do Professor Hermes Chipp, que não é só *chip* de computador, ele também tem o Hermes, de gravata.

Eu queria saber o seguinte: V. Sa. concorda, concorda que esse problema foi nesse equipamento, diante das exposições, diante dos estudos que V. Sa. fez, que foi nesse equipamento o problema? Porque eu tenho certeza que o Dr. Hermes não poder fazer uma observação concreta: "Não, foi aqui". Porque envolve uma série de processos que virão. Isso é certo. Vão acionar quem? Vão acionar o produtor desse prejuízo todo que foi dado.

Mas, aqui, numa posição de um estudioso, qual é a opinião do Professor Luiz Pinguelli sobre esse assunto, objetivamente?

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Deixa eu me qualificar. Eu sou físico, embora tenha estudado engenharia elétrica no Instituto [ininteligível] de Engenharia, mas a minha profissão é físico, foi no que eu fiz doutorado, etc. E trabalhei, e trabalhei em planejamento energético, inclusive na ELETROBRÁS. Não sou um especialista em sistema de transmissão. Aqui o especialista é o Hermes, porque, inclusive chefia, preside a instituição aonde reúne os especialistas desta área.

É claro que os especialistas não só na NOS, estão também nas empresas. A linha, inclusive, não é da ONS, a linha é de cada empresa até como eu critiquei. Nesse caso, é de Furnas.

Mas é plausível, é possível e provável que tenha ocorrido uma das duas hipóteses. Eu não posso dizer que uma é melhor que a outra. E pelo que eu entendi, uma coisa que deve ser melhor aprofundada é a proteção de subestação à entrada dessas sobretensões

que podem vir por um fio e é mais difícil segurar a entrada dela no fio, no cabo.

Agora, na subestação, ela é catastrófica, porque ela passa de uma para outras linhas. Então, ali, para mim, é um ponto de ataque do problema, que parece que aconteceu também em Bauru, bloquear essa entrada.

Segundo ponto que eu vejo da boa explicação do Hermes, daqueles... desenho, não, daquela foto projetada – que eu até cobrei isso num primeiro momento – que eu fui pego, imaginem os senhores, pela TV Globo, até por causa dessa história do clima, que eu estava discutindo isso, volta e meia eu estava envolvido no debate da questão de metas brasileiras, não sei o que, de Copenhague. E me pegaram em casa, e eu nem sabia, porque eu estava dormindo, eu não vi o apagão, o blecaute, o incidente. E não sabia. E fui acordado por um telefone lá do *Bom Dia Brasil*, para ir lá. Eu falei... O que... Foi lá e me deram uma explicação e fizeram umas perguntas. Então a gente... A primeira coisa que me ocorreu é isso: "Bom, se um raio caiu em algum lugar, deve haver uma marca física."

Num primeiro momento, depois desse dia, ainda, o assunto começou a ser muito aventado, e não aparecia essa marca física. Mas, agora, já há muito tempo, e o Hermes colocou aí, existe lá o isolante atingido. Agora, ele está dentro da norma de resistência, da norma técnica. Então a gente tem mudar a norma técnica. A minha é essa, se está dentro da norma técnica, e aconteceu isso, vamos mudar a norma técnica e ver o que os canadenses estão fazendo, como disse aqui o Zimmermann, botar um guarda-chuvinha em cima de cada um, não sei que o que fazer, mas nós vamos ter que estudar, isso é o problema.

Existe o CEPEL, que é o Centro de Pesquisa de Energia Elétrica, que é ligado ao grupo da ELETROBRÁS, e botar o pessoal para trabalhar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Wellington Salgado, satisfeito? Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, último inscrito para fazer indagações ao Professor Luiz Pinguelli Rosa. Cinco minutos Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O diálogo do Dr. Luiz Pinguelli Rosa, com respeito ao Dr. Hermes, ao que nos explicou o Dr. Hermes Chipp, levantou algumas dúvidas, mais, inclusive, agora, nesta, observações sobre o que aconteceu com esse isolante.

E eu gostaria de perguntar se... O senhor mencionou que há um sistema de para-raios que, portanto, deve proteger as linhas de transmissão. Até que ponto o sistema de para-raios estava suficientemente adequado para... O para-raios procura impedir que, ou seja, numa casa ou num edifício, que caía uma raio e destrua a casa ou o que seja. Por que é que foi, então, atingido?

Segundo. Este é o dano causado, que resultou no curto-circuito e daí... e para consertar isso está custando muito caro?

Eu queria ter uma melhor ideia sobre se nós vamos procurar prevenir quanto isto vai custar. Quer dizer, as suas recomendações, no sentido de prevenir problemas daqui para frente, envolvem que tipo de investimento?

Quem sabe isso esteja na exposição que o Dr. Márcio Zimmermann e o Dr. Nelson Hubner venham a fazer, mas eu ainda tenho esta preocupação em procurar saber.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A sua indagação, senador, é ao professor Pinguelli?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É para o conjunto.

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Presidente, eu posso dar uma resposta muito rápida?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Por favor, em seguida, eu passarei a palavra, então, ao Dr. Chipp.

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: É, porque os outros é que são os especialistas. E até quando eu faço essas imagens coloquiais do guarda-chuva, não é que eu esteja brincando com coisa séria, é que, de fato, isso é uma coisa muito especializada. Agora, conceitualmente, o que a gente precisa pensar é como proteger o isolante da chuva.

Todo dielétrico se rompe, inclusive o ar. Até uma hipótese era que os cabos se aproximaram demasiadamente por um vento anormal, e aí o ar rompe o dielétrico, salta uma fagulha. É um problema sério de segurança elétrica no manejo até de chaves, você... O ar é isolante, mas, às vezes, ele é rompido, está aí o raio, aliás, o raio da natureza é um rompimento desse dielétrico entre a nuvem e a terra.

Agora, eu acho que essas questões que o senador levanta merecem resposta. Eu acho que é possível chegar a níveis de segurança razoáveis. É difícil um sistema técnico garantir a proteção 100%. Entendeu? Mesmo... Você vê, às vezes, uma pessoa atingida por um raio [soa a campainha] numa localidade até não tão distante de edifícios, que, teoricamente, fazem uma cobertura de um raio em volta, dependendo da altura dele.

Então, todo sistema pode ter uma falha e pode ocorrer a falha nos para-raios dos sistemas, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dr. Chipp, dois minutos.

SR. HERMES CHIPP: Eu vou começar buscando esclarecer sua questão e a sua preocupação. Tem todo o sentido.

Ou seja, embora os testes em andamento até então estejam indicando que os equipamentos estão dentro da norma, se se identifica que o nível de precipitação que aconteceu, dessa vez e outras vezes, a escala é alta, vale a pena investir, dar mais proteção.

Não é para-raios, é isolador de pedestal. São isoladores dos equipamentos que têm nas subsestações. Então, sob chuva, já está identificado que ele perde suportabilidade. Então, tem adaptações – o Professor Pinguelli falou em chapéu, e é chapéu mesmo, parece um chapéu de chinês – é uma placa para chuva não escoar por ele naquelas lâminas, naquelas saias, para não reduzir a suportabilidade. E outros, em função desse teste, trocam uma conjugação das duas coisas, independente, na minha opinião, se está atendendo a norma perfeitamente [soa a campainha]. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, eu queria colocar para o Professor Pinguelli, essas colocações que o senhor fez, inclusive na mídia, que falhou a ilhamento e tal. Uma pena o senhor ter chegado depois que eu apresentei.

Ilhamento depende do fenômeno: às vezes dá, às vezes não dá. Por exemplo, foi possível fazer ilhamento no Tietê, foi possível separar o Sul, foi possível manter o Norte e o Nordeste interligados. Isso são ilhamentos.

Agora, por exemplo, eu citei no início, a partir do blecaute de 99, nós fizemos um estudo, inclusive com Consultoria, tal a complexidade, para buscar o ilhamento de Angra. Não foi viável para aquele tipo de fenômeno e acredito que não essa viável para esse, porque o colapso foi mais rápido. Não adianta ilhar com tensão zero, já pagou, já não tem transferência de potência. O equipamento está em estado, está em coma, ele está vivo, mas com tensão praticamente nula, não adianta separar. Para ilhar, tem que separar. Em condições dessas grandezas elétricas, que ele fique isolado separado. Então, o primeiro ponto, eu quero dizer para o senhor, que não falhou ilhamento nenhum. Primeiro ponto.

O segundo ponto que eu quero esclarecer: o operador coloca essas condições de despacho num *site*. Nós temos um documento chamado IPDO, todo dia está lá às condições de carregamento. Mostra que a gente reduziu – eu mostrei ali – o carregamento em Itaipu. Porque falou-se sobrecarga em Itaipu, está gerando demais em Itaipu, o senhor repetiu hoje isso aqui agora. Não está se gerando demais nada em Itaipu.

Muito bem colocado o negócio da térmica, mas nós estávamos operando com segurança acima do critério suportando contingência dupla exatamente porque as indicações dos institutos sobre descarga, chuva e vento não eram favoráveis. Isso foi dito desde o início.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Um minuto.

SR. HERMES CHIPP: Que não eram favoráveis. Outra coisa, [ininteligível] mensagem: o operador, ele é uma associação civil, de Direito Privado e sem fins lucrativos, independente. Ele é obrigado... o valor dele maior é a transparência, eu disse isso na CPI. E quantas vezes os senhores me chamarem para vir será o maior prazer.

Eu acho que essa Casa é a Casa que tem a legitimidade para esclarecer à sociedade. Porque, até agora, a coisa está confusa. Porque os tiroteios são de todo tipo, sem conhecimento de causa. Tem algumas coisas que a gente não sabe ainda, estão sendo investigadas. Tem 70 técnicos analisando. Aí como disse o Senador Cavalcante, fala todo mundo sem saber que o aconteceu.

Então, veja bem, nós estamos, senador, à disposição quantas vezes essa Comissão ou outras quaisquer solicitarem. Como eu disse lá na CPI: "Não precisa chegar a uma CPI, porque nós somos obrigados a sermos transparentes." Então, estamos à disposição sempre para esclarecer, para evitar essa confusão que se fez no primeiro momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Chipp. Senador Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Passo a palavra ao Dr. Nelson Hubner, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, para sua exposição. V. Sa. dispõe de vinte minutos para fazer a sua explanação.

SR. NELSON HUBNER: Inicialmente, eu gostaria de agradecer o convite de estar aqui presente nessa Comissão em nome do Presidente dessa Comissão, Senador Fernando Collor.

Eu diria o seguinte: a ANEEL, nesse momento, ainda... ela trabalha num tempo diferente do operador. Quer dizer, no primeiro estágio de toda essa investigação se dá através desse relatório que o Hermes destacou aqui, onde são envolvidas todas as empresas que tenham alguma relação com o ocorrido naquele dia, se investigam as causas mais prováveis, pontos de fragilidade do sistema, eventuais pontos de melhoria. E tudo isso é colocado nesse primeiro relatório, que

é feito, e é uma obrigação do Operador Nacional do Sistema. Ou seja, cada ocorrência, cada perturbação que existe no sistema elétrico brasileiro, o operador é obrigado a gerar, então, esse documento, onde faz a análise de toda essa ocorrência.

Também, sempre que tem essas ocorrências mais críticas, depois o Dr. Zimmermann vai poder detalhar, ou seja, existe no Brasil hoje Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, onde todos nós somos convocados pelo Ministério para apresentarmos também toda a situação e analisarmos essa contingência.

Então, qual é o apelo da ANEEL nesse aspecto? A ANEEL, desde esse primeiro momento, ela participa tanto durante a confecção desse relatório, acompanhando toda essa confecção. E, ao mesmo tempo, em paralelo, já iniciamos todo o processo de fiscalização em todos agentes envolvidos com essa ocorrência.

Então, as nossas equipes já foram à campo, onde vão nas subestações, onde fazem análise das condições de operação daquelas instalações, verificamos todos os registros históricos de manutenção em cada uma das instalações relacionadas a esse evento, verificamos todos os registros de ocorrência também, ou seja, como o Dr. Hermes colocou aqui, ou seja, tudo o que ele implantou colocou, mostrou todos aqueles registros, aquelas curvas, que ele colocou na tela aqui, a ANEEL recolhe lá de todos esse equipamentos, de todos os registros que ficam em cada uma desses agentes, nós trazemos para a agência. Ao mesmo tempo fiscalizamos a própria operadora, ou seja, o próprio Operador Nacional do Sistema, ou seja, toda a sua... Verificamos a programação dele de operação, se estavam de acordo com os critérios definidos para a operação do sistema, se estava operando com os recursos otimizados, se estava operando com o nível de segurança exigido para cada um do dia, com as condições que a gente tinha naquele dia.

Verificamos em cada um dos agentes, inicialmente estamos fazendo isso com todos os agentes de transmissão, no caso FURNAS na SETEP, em São Paulo, que foi uma empresa muito atingida.

Todas as determinações e recomendações anteriores de processo de fiscalização da ANEEL, se todas aquelas recomendações e determinações foram atendidas. Vamos fazer verificações de inspeções e testes em todos os equipamentos, em especial esses equipamentos que operaram sob essa ocorrência, para verificar se todos eles estão operando de forma adequada, ou seja, fazemos todas as verificações.

Depois, a partir disso aí, quer dizer, nós recolhemos todas essas informações e vamos fazer uma análise, e aí, sim, contando inclusive com a ajuda de especialistas que estão nas universidades, e tudo, no sentido de quê? De buscarmos verificar se: 1º se todos esses equipamentos que operaram nessa ocorrência, operaram de forma adequada, como estavam programados a fazê-lo; se toda essa coordenação dessa proteção, todo esse sistema que nós temos, que o Dr. Hermes citou aqui, até para permitir esse ilhamento, isolamento de carga, e que permitir que o sistema pudesse continuar operando, mesmo na ocorrência de um fator adverso, se operaram de forma adequada. Vamos verificar também, ou seja: não, se concluirmos [ininteligível] de fato, para as condições objetivas de operação.

O sistema todo operou de forma adequada, todos os equipamentos operaram, mas se cabe algum investimento adicional, alguma sugestão de melhoria no próprio sistema, para que, ou seja, em condições também viáveis do ponto de vista econômico, ou seja, que eu pudesse, que nós possamos evitar no futuro que, mesmo ocorrência com esse nível de gravidade, possamos impedir não só essa ocorrência, mas no caso da ocorrência limitar o seu impacto, a sua ação pelo sistema brasileiro. Também vamos investigar e estamos investigando já todo um processo também de restabelecimento, ou seja, uma vez que teve essa ocorrência, vamos verificar, aí envolvendo as empresas de distribuição também, que elas têm uma relação muito forte, que na hora que acontece desse, o restabelecimento começa das usinas que ficaram paralisadas, foram desligadas... Então, o restabelecimento das usinas. Então vamos fiscalizar também cada uma daquelas usinas, se estão com todos os seus equipamentos e a situação de manutenção delas operando tudo de forma adequada, manutenções sendo feitas corretamente, se elas operaram como deveriam ter operado numa situação dessa. Vamos verificar, com todas as empresas de distribuição, se no processo de restabelecimento dos sistemas tudo foi feito de forma adequada.

Verificamos todos os sistemas, inclusive de comunicação entre o operador, entre as empresas de transmissão, entre as empresas de distribuição, tanto durante, na ocorrência do evento e em todo esse processo de restabelecimento. Então a ANEEL faz esse processo. Quer dizer, isso aí, como o Dr. Hermes está colocando, ele já explicou detalhamento. Existe uma série de também de dúvidas da gente.

Quer dizer, quando a gente... Ele coloca essa questão dessa dúvida com relação até o nível de isolamento desses equipamentos que estão colocados nessas linhas, combinado com ocorrência de condições climáticas, de chuva e de tudo. Ou seja, temos duas linhas de pesquisa e, com certeza, levarão muito mais tempo para termos uma certeza absoluta de que

o seguinte: cabem de fato ações ou esses isoladores não estão... Quer dizer, a especificação deles não permite eles isolarem e manter o sistema intacto com determinado nível de ocorrência de chuvas.

Então, tudo isso aí cabe uma pesquisa muito mais profunda, que deverão ser prolongadas essas pesquisas, através do nosso Centro Pesquisa, através de discussões com fabricantes nacionais e internacionais. Porque é óbvio que esses equipamentos são os mesmos equipamentos que são instalados no mundo inteiro para linhas com essas características.

São especificações internacionais e que foram feitas a partir de pesquisas bastante, também, profundas. Então todos esses aspectos, que serão analisados e pesquisados pelas equipes de pesquisa da ANEEL, e, conjuntamente, com indagações junto aos especialistas que estão colocados em todas as empresas, no Operador Nacional do Sistema e nas universidades.

Então, é esse trabalho, a gente espera concluir. Por exemplo, todas essas análises, concluir os nossos relatórios... Pelo mês de fevereiro só que nós teremos essa análise mais completa, onde nós poderemos, a partir, então, de todas essas observações, essas indagações já levantadas no relatório, que o operador prepara, aprofundarmos todas as investigações, com todos o agentes, e darmos, realmente, indicações mais concretas do que deveremos fazer para o futuro em termos da melhoria e adequação dos nossos sistemas. O que cabe, realmente, investimentos e se couber os investimentos, e dando uma posição muito mais segura.

E, sim, vai ser levado inclusive para... Com certeza, para o nosso Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, onde essas questões são discutidas e passam a fazer parte de todo um conjunto de projetos, de tudo que vão ser colocadas num planejamento. E aí licitados no futuro pela própria agência em termos de reforços, se forem necessários, no sistema de transmissão, de geração do País

Então esta é a função que cabe à Agência Nacional de Energia Elétrica.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Nelson Hubner. Eu faria uma seguinte pergunta, Dr. Hubner: cabe à ANEEL estabelecer, ou elaborar, as exigências técnicas dos equipamentos que venham a ser adquiridos pelo sistema?

SR. NELSON HUBNER: Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Concessionários?

SR. NELSON HUBNER: Não, os equipamentos não. Esses equipamentos, eles são frutos, realmente, de pesquisas internacionais e tudo, e são aprovados através de regulamentos de normas técnicas, tanto nacionais, por exemplo, por uma ABNT; e internacionais, através de institutos internacionais de normatização.

Então, isso não cabe. Cabe à Agência é verificar se todas as instalações que estão... Foram implantadas no Brasil, seja subestações, as linhas de transmissão, distribuição, elas estão... foram construídas de acordo com esse padrões e normas certificadas nacional e internacionalmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Num edital de licitação, por exemplo, que é feito para a construção de uma linha de transmissão, quem estabelece que tipo de transformador, qual a carga que ele tem que transmitir e receber; esses isoladores, qual a capacidade que eles têm de se proteger de intempéries como essa... quem estabelece esse tipo de pré-requisitos?

SR. NELSON HUBNER: Quando se trata de uma nova instalação de uma linha ou de uma geração, são sempre feitos estudos. De geração, a partir, os próprios agentes podem fazer. Hoje, no Brasil, a gente está concentrado muito em cima da empresa de pesquisa energética, a EPE, então, ela elabora todos aqueles estudos técnicos e coloca isso, submete à prova para uma licitação.

No caso, também, de transmissão, o planejamento da transmissão é feito por essa empresa, e ela define, também a partir de requisitos e solicitações do próprio Operador Nacional do Sistema, onde, todo ano, ele prepara relatórios, aonde ele aponta pontos onde precisam ter aprimoramentos nos sistemas, do ponto de vista da operação, e isso se junta com aspecto do planejamento. A partir disso, então, são aprovados nossos planos de expansão, e isso é colocado para a agência para licitar. Mas cada uma dessas linhas, por exemplo, seja de 500 kV, de 440 kV, ou seja, o planejamento define esse nível, agora, todas as especificações dos equipamentos já são equipamentos padrões, em termos de isolamento das linhas e tudo, e essas especificações são colocadas nas licitações.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado. Então, eu passo a palavra ao Ministro de Estado das Minas e Energia, Dr. Márcio Zimmermann, para sua exposição. Muito obrigado ao Dr. Nelson Hubner.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Presidente, eu gostaria de me inscrever, depois, para fazer indagações ao Dr. Nelson Hubner.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não, V.Exa. está inscrito já, senador.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Será após a exposição do Sr. Márcio Zimmermann ou será agora?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Será após a exposição do Dr. Márcio Zimmermann.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Positivo.

SR. MÁRCIO ZIMMERMANN: Bom dia a todos. Eu gostaria de agradecer o convite, de o Ministério de Minas e Energia ter oportunidade de participar desta Audiência Pública, da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Cumprimentar o Presidente Collor, que tem trabalhado, que tem motivado e conduzido esta Comissão, trazendo os assuntos de infraestrutura, principalmente, nós, da parte ou elétrica ou energética, como um todo, incluindo a parte de petróleo e gás, com grandes discussões, aqui. Os colegas de setor, que estão sentados aqui, que nós conhecemos já há muito anos, o Dr. Hermes Chipp, que convivemos no GCOI, durante muito tempo. O Dr. Nelson Hubner, que fomos colegas de Ministério, com uma longa carreira aí, também, no setor elétrico, na área, trabalhou da CEB e depois no Ministério, já há muito anos, e na ANEEL.

Senador Eliseu Resende, que teve uma passagem muito importante pelo setor elétrico brasileiro, quando o setor elétrico vivia uma crise bastante grande, em 1993, e ele teve uma participação bastante importante, na Lei 8.631. O Professor Pinguelli Rosa, que também velho conhecido e até eu tive a honra, na época em que ele foi Presidente da Eletrobrás, eu fui diretor de pesquisa do Centro de Pesquisas Elétricas, o CEPEL, que já foi várias vezes citado aqui.

E o Dr. Pinguelli representa uma instituição, que, para nós, do setor elétrico, tem uma importância-chave, que foi uma das grandes universidades brasileiras, a Federal do Rio, juntamente com outras, que formaram gerações e gerações de engenheiros, especializando na área de sistema elétrico de potência, tanto na parte elétrica como energética.

Eu acho que, depois de todas as explicações que nós tivemos, eu acho que é interessante nós fazermos uma reflexão, com relação às características que nós temos nesse setor elétrico brasileiro. Na verdade, é um setor que é importante. Quando nós estamos analisando uma situação que ele foi levado a um extremo, é importante nós observamos como é que ele está estruturado.

Ele é um setor que, ao longo do tempo, teve uma evolução muito forte. O Brasil, desde o início, ele veio a se diferenciar de outros países. O Professor Pinguelli falou muito bem aí dessa característica. A usina hidrelétrica é longe da carga. Então, eu tinha que ter grandes sistemas de transmissão.

E, ao mesmo tempo, esse setor elétrico, baseado na hidroeletricidade, ele acabou trazendo uma estrutura com características bastante especiais, e uma delas é que ele veio desenvolver, ao longo do tempo, uma cultura de operação do sistema, que é reconhecidamente, internacionalmente, como uma área bastante especializada e que se desenvolveu muito em função dessas nossas características de operarmos interligados.

Quando nós estamos falando que nós trabalhamos com essa parte da operação, que evoluiu do GCOI, e, hoje, nós temos esse operador independente, conforme o Dr. Hermes falou muito bem. Quer dizer, nós temos um... Na verdade, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, que participam todos os segmentos da geração, transmissão, distribuição, que participam do ONS.

Então, ela é uma entidade que ela é muito... Ela, necessariamente, pela operação do sistema, ela é obrigada a ser transparente e, ao mesmo tempo, pela própria presença dos diversos segmentos que tem. E, além disso, ela é uma função delegada da Agência Nacional de Energia Elétrica. Ela é fiscalizada, ela é regulada pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

Um ponto importante, um setor estruturado como o nosso, que começamos lá no Conselho Nacional de Política Energética, que é presidido pelo Ministro Lobão e que é o órgão que assessora o governo, nessa área da política energética brasileira. A forma como ficou estruturado com o Ministério de Minas e Energia, não mais aquele Ministério esvaziado, não mais aquele Ministério que, provavelmente, tinha várias pessoas na área administrativa, e ninguém na parte técnica. Um Ministério que vem se estruturando, que já vem até tendo técnicos já de carreira, dentro do Ministério, cumpre um papel importantíssimo, que é justamente você ter um papel, exercer o papel do poder concedente, na sua plenitude, e através desses órgãos que eu venho citando.

Quando nós entramos que planejamento é um item muito citado, é um item muito dito, na verdade, o setor elétrico, ele sempre teve uma convivência excepcional. Necessitava do planejamento, pela característica desse tipo de indústria. Infelizmente, nós tivemos um determinado período que esse assunto saiu de pauta.

Em 2004, com um novo modelo do setor, com os ajustes que foram necessários, depois daquela situação de racionamento que nós tivemos em 2001, 2002, se retomou fortemente, se estruturou uma Secretaria de Planejamento do Ministério e, ao mesmo tempo, se

criou uma empresa de pesquisa energética, destinada justamente a fazer os estudos, para suportar essa coordenação do planejamento, que é feita pelo Ministério de Minas e Energia.

E, hoje, só para citar, nós temos, no Ministério, como secretário de planejamento, alguém que coordenou muitos anos o planejamento, no setor elétrico brasileiro na época do GCPS, Dr. Altino Ventura. Assim como nós temos, na empresa de pesquisa energética, Dr. Tolmasquim, com uma larga experiência dentro da COPPE. A COPPE, que é uma das instituições de ponta nessa área de planejamento energético e que, hoje, então, dirige a empresa de pesquisa energética.

Ao mesmo tempo, a estrutura que nós temos no entorno disso, o Dr. Hermes Chipp, que dispensa apresentação, pela história que tem na operação do sistema brasileiro; e o Dr. Nelson, pela forte vivência do setor elétrico e que, hoje, dirige uma agência importantíssima e que tem um papel-chave nesse modelo de que nós estamos falando. Até como uma agência do Estado, uma agência que tem uma independência administrativa muito forte e que tem a nobre missão de regular, mediar e fiscalizar. Uma coisa importantíssima, porque mexe com dois interesses, e quem investe em geração e transmissão, as empresas que são... E, ao mesmo tempo, o consumidor. E ele tem que ter equilíbrio nisso. A agência tem um papel-chave nisso.

Quando nós voltamos para esse nosso sistema elétrico, a partir do momento que eu tenho uma estrutura montada, é muito importante ver, e eu acho que... Eu cumprimento a forma como a Comissão de Infraestrutura até montou, para você analisar uma coisa séria, como foi esse blecaute que ocorreu dia 10 de novembro, começar pelo operador nacional do sistema expor.

Todo mundo sabe que uma ocorrência, na verdade, é a cultura do Brasil, que se desenvolveu ao longo do tempo, você tem que analisar detalhamento, porque operação é melhoria contínua. Se você não fizer melhoria contínua na operação, você vai ter, cada vez, uma degradação maior do sistema.

Grandes perturbações todos os sistemas têm. Você tem que sempre trabalhar é com a melhoria contínua e a minimização, principalmente quando você está lidando com um sistema com dimensões continentais, como o nosso, praticamente um sistema que... Se nós tínhamos, em 2002, alguma coisa da ordem de 67 mil quilômetros de linha de transmissão na rede básica, nós, praticamente, agora, já estamos perto de 103 mil quilômetros de linha de transmissão que está em construção e termina agora, nesse período. Então, com uma implantação nos últimos anos, até 2009, foi 21 mil quilômetros que entraram em operação, até o início do ano; até 2010, vamos para, praticamente, 103 mil quilômetros. Isso integrando e, de uma forma planejada, integrando cada vez mais.

Eu posso citar, por exemplo, eu estive à frente da Secretaria de Planejamento, até o Ministro Lobão me convidar para a Secretaria Executiva, até o final de 2007. Se nós olharmos interligação Sul-Sudeste, que o Dr. Hermes mostrou aí, toda aquela energia que vem de Itaipu e mais do Sul para o Sudeste. Se nós observarmos que, além do sistema de transmissão, que foi ampliado por terceiro circuito, para dar mais confiabilidade, 750, três tinhas de 500 kV foram construídas, nos últimos anos, interligando a região Sul com o Sudeste. Aquele problema que nós tínhamos vivido no passado, de que: "Ah, nós tivemos o racionamento", mas, infelizmente, a região Sul está sobrando água, está colocando água fora, mas não conseguia mandar, para ajudar a minimizar o efeito que você tinha na região Sudeste.

Então, esses investimentos de transmissão foram feitos, para que você não venha a ter uma situação daquela, onde faltaram investimentos. Nós tivemos o problema estrutural, não foi só um conjuntural, falta de chuva, foi um problema estrutural e, ao mesmo tempo, agravado com essas restrições de transmissão.

E, nos últimos anos, quando você restaura a função de planejamento, que é importantíssima para um setor como esse, você, então, enxerga e vai criando uma expansão coordenada, necessária e de forma que você tenha essa infraestrutura disponível e que você consiga fazer com que o país mantenha taxas de crescimento necessárias para atender o desenvolvimento econômico e social de um país como o nosso.

E, quando nós falamos setor elétrico, no Brasil, nós estamos falando em alguma coisa que o desafio permanente que se tem, ora na operação, ora no planejamento, ora nos investimentos, nós não podemos minimizar isso, nós não podemos falhar no investimento. Por isso há uma preocupação do governo, forte, de ter mantido esse investimento nesse nível.

Se nós falarmos que nós somos uma sociedade, onde o consumo *per capita* de energia é da ordem de 2.300 quilowatts/hora/ano, como unidade, os senhores talvez fiquem na dúvida, mas só lembrando, os Estados Unidos é da ordem de 13 mil quilowatts/hora/ano o consumo *per capita*. Nós vamos para a Europa, é 7, 8, 9 mil.

Aí, vocês: "Bom, eles são...". Os Srs. Senadores: "Eles desenvolvidos, e nós estamos a caminho". O senhor sabe quanto é o consumo da África do Sul? É de 4.700, 5 mil quilowatts/hora/ano. Então, o Brasil tem, e todo esse esforço que se tem feito em ampliar o atendimento de energia em regiões que não eram

atendidas, como o Luz para Todos, que hoje já atingimos mais de dez milhões de pessoas.

É importantíssimo, e aí cria o desafio para o setor elétrico. É uma sociedade que está se desenvolvendo socialmente, economicamente, se tornando mais justa, e, ao mesmo tempo, necessariamente, com uma necessidade de investimento forte, em energia elétrica. Esse processo, para vocês terem uma ideia, de 2003 a 2008, nós tivemos investimento da ordem de 16 bilhões, 17 bilhões, em transmissão, e nós vamos chegar a alguma coisa da ordem de 40 bilhões até o final do ano que vem, quando você começa a integrar mais o sistema brasileiro.

Aí os senhores podem perguntar: "Mas vocês acabaram de ter uma situação dessas, vocês continuam querendo integrar mais? Continuam querendo fazer mais hidrelétricas na Amazônia?".

Nós temos que lembrar que, recentemente, em contato lá com o Departamento de Estado, com o secretário de energia americano, eles sonham em ter um sistema interligado como o nosso, eles sonham em ter, por quê? Hoje, se uma região passa uma situação complicada, em nível energético, a outra não consegue atender, e há uma desotimização até para que eles possam implantar o mercado, como funciona no Brasil, desotimizou, e você não consegue isso.

E eles têm um sistema, que é conforme o Professor Pinguelli falou, realmente, têm mais hidrelétrica que o Brasil, eles têm, e, ao mesmo tempo, é um sistema muito baseado na termoelétrica. A termoelétrica próxima à carga. Quando nós falamos em fonte, por que nós vamos para a hidrelétrica? E por que nós investimos em hidrelétrica?

A hidrelétrica vai durar 100 anos, 200 anos, uma barragem bem mantida, uma usina com investimentos pequenos, você consegue mantê-la operando o mínimo 100 anos, uma hidrelétrica; uma termoelétrica não vai passar dos 40 anos. Então, para a sociedade, na verdade, você cria uma vantagem competitiva muito grande. Então, hidrelétrica é um caminho natural que o Brasil tem e deve continuar.

Vai ser sozinho? Não, nós vamos ter expansão. Até 2030, nós temos que investir 120 mil megawatts. Nós temos que construir de linha de geração 120 mil-–

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permita só, mas, por exemplo, Itaipu vai durar só 100 anos ou é uma coisa assim, como a muralha da China, que fica...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu comecei antes, mas só que meu horizonte-–

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu fiquei, agora, preocupado com-–

SR. MÁRCIO ZIMMERMANN: Mas ela vai-–

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Por 100 anos para a geração hidrelétrica. Cem anos para a geração hidrelétrica. Depois de 100 anos, pode ter outro uso, não precisar mais dessa energia-–

SR. MÁRCIO ZIMMERMANN: Claro, claro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas está lá para...

SR. MÁRCIO ZIMMERMANN: Está.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Como muralha da China.

SR. MÁRCIO ZIMMERMANN: Principalmente, com os trabalhos que se faz em reservatórios, que se evita o aspecto do assoreamento, essa barragem vai *ad aeternum*.

Esse ponto, então, ele é bastante importante. Então, quando você, num modelo como esse, você planeja transmissão. Então, você já está fazendo tudo planejado, não é ao léu. Com sistemas de leilões, por exemplo, que eu acho importante, é até interessante, que nós tínhamos determinado preço dos leilões de transmissão num patamar mais alto. Aí foi liberado, nesse governo, que o grupo Eletrobrás voltasse a participar; associados com a iniciativa privada ou não. As tarifas caíram, caíram fortemente. Aí, na sequência, o grupo Eletrobrás começou a perder, que os espanhóis baixaram mais ainda. Quem é que ganhou no final? Consumidor.

Esse aspecto, por exemplo, que o Professor Pinguelli citou, de várias empresas chegando numa subestação, a prática levou, na verdade, que você... Normalmente, é uma empresa a proprietária da instalação que opera aquele... O outro fabricou, o outro implantou, mas faz um acordo de operação, e isso tem ocorrido muito, de a grande transmissora operar.

Na parte de geração, que eu estava comentando que nós vamos ter uma expansão bastante forte, eu acho que é importante dizer que esses leilões nós só licitamos o que tem a licença prévia e, quando tem a licença prévia, nós levamos, de forma que, hoje, o Brasil montou um modelo, que nasceu sob a ressaca daquele problema do racionamento de 2001.

Então, hoje, cinco anos antes, nós estamos fazendo leilões de usinas, para atender aquela necessidade, que a energia mais cara é aquela que não tem.

Com relação a esse evento, eu não posso deixar de comentar, eu sei que o Hermes já explicou muito, mas, como eu passei uma grande parte da minha carreira profissional trabalhando com operação, eu não posso deixar de fazer um comentário.

Eu acompanhei os blecautes de 84, 85 e 86, e o Hermes falou bem, quando disse a característica e os impactos. O primeiro de 84 foi um transformador

em Jaguara, uma usina da CEMIG. O segundo grande blecaute nós tivemos em Água Vermelha, o transformador de Água Vermelha. Aí, em 99, já começou esse aspecto sistêmico maior, nós tivemos em Bauru. E o de 2002, Hermes, foi Ilha, Ilha Solteira, Araraquara, está certo, está.

O de 99, 2002, o primeiro atingiu 70% da carga do sistema interligado brasileiro [soa a campainha]. O segundo atingiu alguma coisa da ordem de 60%, 56%, e esse, agora, foi 40%. Uma característica interessante que nós tivemos nessa situação, o Ministro Lobão estava em reunião com o Presidente da República e logo foi avisado pela Secretaria de Energia Elétrica e o operador nacional do sistema sobre a ocorrência, que ele passou imediatamente para o Presidente.

Então, pela primeira vez, nós tivemos um evento, onde o Ministro e o Presidente estavam nivelados com informações, que o operador nacional do sistema passava diretamente ou passava... E, ainda, nós tivemos uma situação do próprio Ministro Lobão, o Senador Lobão Filho acompanhou o Ministro, nós tivemos... Nós nos deslocamos para o Centro Nacional de Operação e acompanhamos.

E a grande preocupação, naquele momento, era o restabelecimento da carga. Isso, tivemos oportunidade de passar a madrugada lá e assistir a todo o desafio que o operador nacional do sistema e as empresas têm para normalizar o atendimento ao sistema. Então, em nível de estrutura, da forma como funcionou o operador, operando, o Ministério, com poder concedente, acompanhando. E o Ministro, então, determinou a criação de um grupo, porque nós temos, por um lado, o operador nacional do sistema, com os agentes, fazendo um relatório completo. E o relatório completo, ele é separado, eu tenho que ver, eu que observar as causas? Tenho. Eu tenho que analisar o desempenho da proteção, dos esquemas de emergência, de todos os esquemas especiais de ilhamento? Tenho.

É hora de eu ver se tudo aquilo que se planeja e estuda como se desempenhou na hora. E eu preciso analisar fortemente, e o operador está fazendo isso, como é que foi a recomposição desse sistema.

Nós temos índices que são realmente entre os melhores do mundo, nós temos blecaute aí de 24 horas, quatro dias, três dias no resto do mundo, e o Brasil, nesse agora, foi de 220 minutos o tempo médio, pelo critério internacional que se mede.

Quando nós olhamos, então, esse aspecto de você ter normalizado, nesse tempo, o operador vai ter que analisar se não dava para melhorar esse tempo, e aí é com os agentes, as distribuidoras, as transmissoras e as geradoras. "O que nós precisamos melhorar para minimizar?" Operação do sistema é melhoria contínua, e esse relatório é importantíssimo.

O Ministro determinou criar uma Comissão para acompanhar, porque o relatório vai fazer, ONS vai fazer esse relatório, tem interagido muito com o Ministério. A ANEEL, como órgão regulador, mediador e financiador, já está em campo, e a ANEEL e a ONS, a ANEEL interagindo com grandes especialistas de universidades, fazendo o papel dela, que é de fiscalizar e que é dar uma... fazer uma análise profunda disso.

Juntamente, esses relatórios e a comissão que foi criada no Comitê de monitoramento, determinada pelo Ministro, nós vamos, então, analisando toda essa situação que ocorreu, a forma como o sistema desempenhou, então, como poder o concedente determinar medidas, em conjunto com a ONS, com a ANEEL, com os agentes, que devam ser implementadas, para que você venha a minimizar esses impactos ou para minimizar a possibilidade de ocorrer eventos dessa natureza. Porque, conforme tem sido bem dito, na verdade, você tornar o sistema 100% confiável elevaria a tarifa a um custo que seria impossível de atingir. E, ao mesmo tempo, nós temos que ter orgulho da geração, das gerações de engenheiros de sistema de potência, que ajudaram a criar esse sistema inédito no mundo, trabalhando com tensões.

Nós estamos falando de uma linha que entrou em operação em início da década de 80. Início da década de 80, o Brasil trabalhando com 750. O CEPEL, que foi tantas vezes citado aqui, ele possui laboratórios de alta tensão e extra alta tensão, que são os maiores do hemisfério sul. E, hoje, e funciona [soa a campainha], para evento dessa natureza, o CEPEL está interagindo com o ONS, está interagindo a ANEEL, importante para chegar a essas conclusões.

Então, a mensagem que eu gostaria de passar, como o Ministro Lobão está em viagem, representando o Brasil nos Estados Unidos, e, agora, está em Estocolmo, no Suécia, eu, como secretário executivo e ministro interino, então, eu gostaria, mais uma vez, de agradecer a oportunidade para trazer para ele, para os Srs. Senadores a forma como o setor é estruturado e a forma como o setor vai investigar, com toda a transparência, e, ao mesmo tempo, propor melhorias que forem necessárias, e isso, conforme o Ministro Lobão tem declarado, fazendo de forma aberta, com a academia, com os agentes e com toda a estrutura do setor elétrico. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Ministro de Estado Interino das Minas e Energia, Dr. Márcio Zimmermann.

Eu passo a palavra ao Senador Edison Lobão Filho, para uma indagação ao Dr. Nelson Hubner, Diretor-Geral da ANEEL.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. Nelson Hubner, na realidade, Sr. Presidente, eu vou fazer uma pergunta ao Dr. Nelson Hubner e, com base na resposta, eu gostaria de interagir com o Professor Pinguelli.

Dr. Nelson Hubner, dentro desse processo de licitação de leilão das redes de transmissão. Depois de o empreendedor executar, dentro dos parâmetros da ANEEL de qualidade e definição técnica, normas técnicas, terminada a execução da linha de transmissão, ela é entregue ao distribuidor, é entregue ao gerador ou ele, empreendedor, passa a operar aquela linha de transmissão?

SR. NELSON HUBNER: Quando é feita uma licitação de uma linha dessas, a gente licita, para um agente que ganhar aquela linha, ele vai construir, operar e manter aquela linha. A responsabilidade é dele.

O que muitas vezes acontece, como o Dr. Márcio colocou, é que, nas instalações, por exemplo, principalmente em grandes subestações, onde você tem um agente que já opera aquela instalação como um todo, existem acordos, por exemplo, de operação, você passa para aquele outro agente a responsabilidade de operar dentro de uma subestação, mas toda a questão da manutenção e operação da linha é responsabilidade desse agente.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Então, complementando a pergunta, eu, interagindo, aqui, com meu companheiro Inácio Arruda, nós fizemos algumas ilações.

Na rede rodoviária, quando atravessamos do Maranhão para o Ceará, por exemplo, você tem trechos rodoviários, onde a qualidade da via é uma no Estado e é outra, totalmente diferente, no outro. Um pode ser totalmente esburacado, e o outro pode ser um tapete o asfalto. É possível que isso ocorra no sistema de transmissão, pela diferente execução, ou seja, agentes diferentes executando aquela linha de transmissão. É possível que um trecho tenha uma qualidade superior a outro trecho?

SR. NELSON HUBNER: É possível. O que a gente cuida, e aí a ANEEL tem responsabilidade sobre isso, é de efetuar todos os processos de fiscalização, de modo que todas essas instalações de transmissão, as subestações estejam todas elas operando como manda todo um rigor técnico dessas questões, ou seja, todos os equipamentos sejam mantidos. A gente acompanha. Não é só... Às vezes, a gente não fica indo a todas as subestações, o tempo todo, mas a gente acompanha, e temos fiscalizações, também, que são remotas, ou seja, com as informações que são passadas por todos os agentes, com relação a seus processos de manutenção, acompanhamento sistemático e tudo isso, que é feito também pela agência.

Então, na verdade, o que a gente cuida é que estejam todos, mas até mesmo dentro de uma mesma empresa. Nós já tivemos ocorrências, no passado, no Brasil, que, quando nós fomos fiscalizar e verificamos, em determinada instalação, que não estava, quer dizer, os padrões de instalações não estavam adequados, como mandam as normas, nossas normas. E a empresa, inclusive, foi penalizada, aí tem multas, tem consequência para esse agente. Esse agente e outras instalações dele estavam em perfeito estado de funcionamento. Determinada área dessa mesma empresa, às vezes, não tem também o mesmo cuidado.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, eu me considero satisfeito com as respostas do Dr. Nelson Hubner.

O Professor Pinguelli fez a colocação da preocupação dele. Inclusive, gostei muito da sua exposição, com algumas colocações, em relação ao ilhamento, ao excesso de geração por parte da Itaipu, bem respondidas pelo Dr. Hermes Chipp, a respeito da sua preocupação de que, dentro do nosso modelo de expansão, o poder federal determinou a participação de empreendedores privados.

E aí eu recebi, aqui, inclusive, eu gostaria de ler alguns trechos aqui, Sr. Presidente, da Federação Nacional dos Urbanitários, uma posição oficial deles, através desse panfleto, aqui, eu queria ler apenas alguns trechos. Mas, dentro desse documento que eles entregam, entregaram, mostra, aqui, que o Poder Público, através da Eletrobrás, detém apenas 56% da transmissão e 38% da geração de energia no país.

De onde se conclui, por consequência, que mais ou menos 45% da transmissão é privada, e quase 60% da geração é privada. Então, percebe-se que, sem a presença do empreendedor privado, possivelmente, o país não teria condições, vamos dizer orçamentárias, financeiras de executar um projeto arrojado de expansão da nossa capacidade de geração, de transmissão.

Então, V. Sa. criticou o modelo, com a presença do empreendedor privado, mesmo dentro dessa nossa realidade. O senhor permanece nessa tese de que o Estado deveria homogeneizar, através da iniciativa própria, em toda a parte de geração e de transmissão ou só da parte de transmissão ou só na parte de geração.

O que o senhor vê, dentro dessa capacidade limitada do Estado, de promover essa necessária expansão do nosso sistema?

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Eu... Não é bem assim. Eu discordo da sua interpretação. Primeiro, que eu não acho que tem que ser o estado o operador de toda a geração, transmissão e proprietário. Não. É preciso ter uma liderança, como no setor de petróleo existe no Brasil. Porque eu discuti muito o problema do petróleo, e, na época, se acreditava que, uma vez mudada a Lei do Petróleo, haveria um papel cada vez menor da PETROBRAS, e não verdade. Não fosse a PETROBRAS, não teria pré-sal. É a PETROBRAS a empresa líder no setor. Por outras razões, completamente diferentes do que procurar petróleo, um setor elétrico interligado dessa dimensão é cooperativo.

A privatização mundial do setor elétrico foi feita com base em sistemas termoelétricos, que são competitivos, podem ser mais ou menos cooperativos, mas eles são possíveis de serem competitivos, com vantagens como é o caso da Inglaterra.

Eu acho que, no Brasil, era preciso que a Eletrobrás tivesse um papel maior, dada a dimensão que ela tem. Ela é minoritária em muitos empreendimentos.

E o dinheiro, cá em nós, em grande parte, para a expansão, vem do BNDES e da própria Eletrobrás, como minoritária. Eu acho que era melhor ser um pouco mais integrado, não eliminar o setor privado, absolutamente. Mas eu sempre me bati contra: por que a Eletrobrás não poderia ser majoritária, em parcerias com o setor privado?

E nunca vi por que não. Porque era uma empresa de dimensão e capacidade, que não é a Eletrobrás *holding,* é o grupo Eletrobrás, é a CHESF, é Furnas, é a ELETRONUCLEAR é a ELETRONORTE, etc. Então, eu achava melhor pensar esse setor elétrico de uma maneira um pouco mais integrada. É claro que os elementos integradores estão aqui presentes.

O próprio Ministério, que, de fato, evoluiu enormemente, criou a EPE e, hoje, é um órgão de planejamento do setor elétrico real, do setor energético, aliás. É a ANEEL que, como o Hubner bem expôs aqui, tem uma responsabilidade de supervisão no país todo, de regrar o sistema, que não havia antes, e ONS, que é quem faz... Isso aqui é uma coisa *sui generis*. Porque o que ia ser feito era uma competição total. Era lá o Mário Santos, antecessor do Chipp, do Hermes, na Presidência do ONS, e ele mesmo se revelou quanto a essa ideia, e criou-se uma coisa *sui generis,* no Brasil, que o despacho é feito independente dos contratos, para que você use a água da melhor... Se não, não teria sentido ser interligado.

Como bem disse o Zimmermann, essa interligação é uma jabuticaba, que tudo mundo debocha de coisa brasileira, que todo mundo gosta de coisa estrangeira, achando que é melhor, mas não é. O caso do sistema interligado é um sistema brasileiro, é uma tecnologia, uma concepção. E eu acho que o papel de uma grande empresa líder seria, poderia ser mais importante do que tem sido.

Essa é minha discordância profunda com o governo, muito mais importante do que a causa, de que certamente foi uma fatalidade, do acidente, que poderia ocorrer em qualquer situação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, eu estou extremamente satisfeito com todas as respostas. Essa questão estratégica de a Eletrobrás participar com 49 ou com 51, eu acho que isso é uma definição de governo e não acho que altere tanto a qualidade do nosso sistema.

Mas, então, eu passo a ler trechos curtos, muito curtos, se V. Exa. me permite, sobre a posição da Federação Nacional das Urbanitários, que eu acho importante deixar declarado, aqui, e registrado nesta Comissão.

"*Na avaliação da Federação Nacional dos Urbanitários, a entidade que representa quase a totalidade dos trabalhadores eletricitários do país, muitas impropriedades estão sendo veiculadas quanto à interrupção de energia, ocorrida às 22h13 do último dia 10, por pessoas que desconhecem inteiramente a complexidade do setor elétrico brasileiro.*

Essas opiniões distorcidas da realidade têm constrangido os trabalhadores eletricitários, que sentem atingidos profissionalmente. É importante ressaltar que os trabalhadores eletricitários, técnicos e especialistas, altamente qualificados e respeitados internacionalmente, construíram e operam um dos melhores e mais confiáveis sistemas elétricos do mundo.

Um sistema complexo [soa a campainha], eficiente e robusto, usado como paradigma por países do primeiro mundo, que, por essas razões, tentam imitá-lo. Apesar da robustez, qualidade e eficiência do sistema elétrico brasileiro, ele não infalível, como não o é nenhum outro sistema no mundo. Infelizmente, para que um sistema elétrico seja completamente seguro, o preço da tarifa seria exorbitante.

Finalmente, é importante frisar que os trabalhadores eletricitários se esforçaram ao máximo para que o restabelecimento da energia elétrica se desse no menor prazo possível e sem nenhum acidente de trabalho ou danos aos equipamentos e para diminuir ao máximo os transtornos causados à população."

Então, essa é a posição que eu gostaria que ficasse registrada em ata desta Comissão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E o pedido será atendido, Senador Lobão Filho. E alguns comentários, ao que foi as perguntas aqui feitas, formuladas pelo Senador Lobão Filho ao Dr. Nelson Hubner, o Ministro do Estado, Zimmermann, gostaria de fazer algumas colocações, logo em seguida, o Dr. Hermes, também.

SR. MÁRCIO ZIMMERMANN: Só acrescentar a um ponto que o Dr. Nelson colocou, é que, na verdade, nesse modelo que nós temos, no sistema de transmissão, na verdade, você tem sinal econômico, que motiva alguém a construir bem, a operar e manter bem, porque tem penalizações no contrato de concessão, e é uma atividade totalmente regulada pela ANEEL, a atividade de transmissão, e que implica perda de receita, dependendo do desempenho.

Então, todos os que estão no setor sabem que esse é o ponto-chave e que tem mostrado, pelo desempenho – a ONS pode falar e a própria ANEEL -, que, na verdade, isso tem dado tranquilidade sobre esse aspecto. Tem sinal econômico, para que ele seja eficiente.

E outro ponto, presidente, só para complementar, o grande esforço que o governo fez e vem fazendo, com relação ao grupo Eletrobrás, é no sentido de que, se o grupo Eletrobrás, no passado, estava condenado, a Eletrobrás a parte financeira passar para o BNDES, e todas as outras empresas serem privatizadas, na verdade, com esse governo, ele optou por uma linha, uma terceira linha e que, em nível mundial, acabou virando um exemplo.

Você mantém as características de mercado, [soa a campainha] você protege o consumidor, com a forma como você estruturou esse modelo, e, ao mesmo tempo, permite que o Estado e o setor privado participem desse setor. E uma coisa importante, e é isso que o governo pensa fortemente: é importante ter empresas estratégicas como a Eletrobrás.

Uma empresa dessas é que praticamente mantém o centro de pesquisas do setor elétrico brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Ministro Zimmermann. O Dr. Hermes... E eu gostaria também de aditar duas perguntas às considerações que o senhor irá fazer à pergunta formulada pelo Senador Edison Lobão Filho.

A primeira delas é que o senhor nos informasse, quando em relação à data da divulgação do relatório final, que o Operador Nacional do Sistema está realizando, com as conclusões do que houve do que aconteceu, em relação ao blecaute, bem como as medidas preventivas que serão tomadas, a partir daí, para que minimize-se ao máximo, se não puder eliminar novos blecautes.

E a segunda indagação é a respeito do relatório que o Tribunal de Contas da União fez há alguns anos. E, nesse relatório, o Tribunal de Contas da União apontou algumas deficiências encontradas no sistema elétrico. Minha pergunta é: se, decorridos esses anos, as deficiências ali apontadas naquele relatório já foram superadas ou algumas delas ainda persistem.

E se, no caso de persistirem, se algumas dessas deficiências apontadas, eventualmente, puderam contribuir com o blecaute verificado há semanas.

V. Sa. tem a palavra e cinco minutos para as respostas.

SR. HERMES CHIPP: Vamos começar, senador, pela primeira. Depois eu volto à complementação de suas questões, que são conotações importantes, dada a relevância da questão.

A primeira é bem objetiva, data da divulgação final. Nós temos o prazo dado por esse grupo, criado pelo ministro, no âmbito do comitê de monitoramento, de 30 dias após o dia 16 de dezembro. Mas nós estamos todo o esforço para entregar esse relatório na mão do ministro, no comitê de monitoramento, até dia 4.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dia 4 de...?

SR. HERMES CHIPP: Agora, a semana que vem, sexta-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A semana que vem?

SR. HERMES CHIPP: Sexta-feira outra. E na mão da agência reguladora também, para efeito da sua função de fiscalização.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Então, essa é a data da entrega do relatório final, apontando-–

SR. HERMES CHIPP: É. Eu tenho mais prazo, mas estou perseguindo essa data.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mas podemos contar com essa data do dia 4?

SR. HERMES CHIPP: Sim, a não quer que um processo, porque eu ainda pretendo... Eu tenho que consolidar com os agentes, não depende só do operador, porque esse relatório é feito por técnicos especialistas do setor, não só do ONS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Então, é o relatório do Operador Nacional do Setor, que ficará--

SR. HERMES CHIPP: Isso, já consolidado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Já consolidado no dia 04--

SR. HERMES CHIPP: Com os agentes, até o dia 4, para encaminhar ao comitê de monitoramento. Esse é o primeiro ponto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeito.

SR. HERMES CHIPP: As medidas. Com todas as medidas e providências indicadas por esses especialistas e por nós consolidadas.

Então, o relatório do TCU, eu diria para o senhor que, se o senhor for colocar todas as necessidades apontadas para atender esse critério de padrão de segurança, de manter a continuidade de suprimento, para uma contingência simples, no sistema nacional com essa dimensão, a tarifa se elevaria de forma absurda, que é o equilíbrio entre segurança e custo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como aqui já foi verificado.

SR. HERMES CHIPP: Isso. De qualquer forma, o que a gente faz? Nós fazemos, e o processo é assim, o planejador, ele emite um plano de expansão da transmissão, com dez anos, com seus critérios, com sua visão de planejador. O operador olha esse sistema, com três anos à frente, a análise elétrica, e faz os ajustes com seu olhar de operador.

E aí isso é encaminhado para o Ministério, que consolida esses dois olhares, esses dois relatórios, e encaminha para a ANEEL, com as obras consolidadas, para a ANEEL proceder ao processo de outorga de concessão, seja através de leilão, seja através de autorização. Depende da característica. Se for ampliação, leilão; se for reforço, uma duplicação de um transformador ou uma coisa, uma licitação mais simples, para aquele próprio proprietário.

Então, é assim que se faz e se trabalha prioritariamente, ou seja, se procede a implantação das obras prioritárias, quais sejam, aquelas cujos impactos são mais graves. Perfeito? Esse é o processo. Bom, esse é o primeiro ponto. Então, respondi, aqui.

Esse relatório do TCU tem uma série de equipamentos periféricos que precisam ser implementados, que não têm relação nenhuma com esse tipo de blecaute. Precisam ser locais e precisam ser implementados, para se aproveitar o benefício máximo dessas obras que são leiloadas. Ou seja, é como se eu colocasse uma linha de transmissão nova e aí, lá no caminho dela, ela permite escoar a potência, e aquém o sistema receptor, há uma restrição de um equipamento periférico de menor custo, um transformador de correntes, uma bobina de bloqueio, enfim, equipamentos terminais de linha ou de transformadores, de custo mais barato.

Tem outro instrumento, chamado plano de modernização das instalações do sistema, que trata desses equipamentos de custos mais reduzidos, mas que são necessários, para poder utilizar os benefícios das grandes obras de forma plena. Então, é isso que o TCU colocou, e a gente vai colocando prioritariamente na mesma linha dessa consolidação, encaminha para a ANEEL e implanta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ou seja, os senhores deram atenção [soa a campainha] ao relatório apresentado--

SR. HERMES CHIPP: Total, total.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): --pelo Tribunal de Contas da União.

SR. HERMES CHIPP: Total, até porque ele é elaborado com base nos relatórios que a gente pública, de forma transparente, em nosso site.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Inclusive, está à disposição no site do Ministério.

SR. HERMES CHIPP: Disposição a todo mundo--

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Encaminhado lá --

SR. HERMES CHIPP: Agora, a pergunta do ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, em relação ao ministro, ao embaixador, ao Senador Lobão Filho.

SR. HERMES CHIPP: Agora, a pergunta do Ministro Senador Lobão Filho, senador, o Márcio acabou respondendo. A regulação econômica é tal, que um agente de transmissão, ele recebe uma receita pela linha que é do leilão.

Já colocando a questão que o Professor Pinguelli colocou, eu acho que a modificação do modelo, que permite a parceria público-privada, não impede que a Eletrobrás e suas empresas estatais federais participem de leilão, nem de transmissão, nem da geração. Era proibido, agora, não mais. Tanto é que...

Veja bem, isso é muito bom, porque o que interessa à sociedade não é uma linha que seja privada ou pública. Pelo menos na minha opinião. Empresa estatal ou privada, o que interessa é o processo do leilão, em que vence aquele que exigir a menor receita, por aquela obra, e que implica em menor tarifa para o consumidor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Em nível de qualidade...

SR. HERMES CHIPP: Seja ele privado e tal. A qualidade que você colocou, Nelson, colocou muito bem, ela é caracterizada no edital, através do projeto básico da linha, então, existem requisitos mínimos [soa a campainha]. Então, eu sou obrigado a cumprir esse requisito mínimo que a ANEEL estabelece no edital.

Se eu quiser, por essas penalizações, fazer uma coisa melhor, para desligar menos, porque eu sou penalizado pela indisponibilidade, por um fator chamado parcela variável, eu agrego a isso, por minha conta, mais segurança, gasto mais, para ter maior receita, menor de desconto, mas o mínimo ele tem que atender. Chama-se projeto básico das instalações, vai anexo ao edital [soa a campainha]. É isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Considerações finais, o Dr. Nelson Hubner gostaria de fazê-las. V. Sa. tem dois minutos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): V. Exa. permite uma, antes que faça as considerações.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Por gentileza. Sem dúvida, senador. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, eu peço desculpas ao Dr. Nelson Hubner.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, o Ministro Márcio Zimmermann mencionou, na sua exposição, investimentos da ordem de 16 bilhões de reais e, depois, mencionou 40 bilhões de reais. Mas eu agradeceria muito se puder nos informar se, do ponto de vista de recursos financeiros, qual a estimativa de quanto custo o restabelecimento da normalização da transmissão de energia, após o acidente, e quanto custarão, se é possível já se estimar, as medidas necessárias para prevenir as novas interrupções de energia, ou seja, o relatório que o presidente mencionou, que gostaríamos de receber, também, possivelmente, terá esta informação. Mas já se pode ter uma estimativa de quanto custará isso e estará... Isso é parte, por exemplo, isso modificará os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento na área da energia elétrica?

E eu fiquei, também, interessado em conhecer exatamente como são designados os diretores da ONS; o Diretor Geral da ANEEL, os membros da ANEEL são aqui arguidos e aprovados por nós. Mas eu quero dizer que impressionou-me muito positivamente seu conhecimento, a capacitação, para aqui explicar, assim como de todos os quatro, mas eu fiquei curioso de saber como são designados os diretores da ONS, se puder nos informar.

E, presidente, não é propriamente o tema de hoje, mas, e até há um requerimento na CAE para se examinar isso, mas, de alguma maneira, a questão da cobrança da tarifa de energia, que foi objeto de uma polêmica, e acho que a ANEEL, mesmo, está examinando, se o senhor puder nos dar uma breve informação sobre isso. E se isso, de uma maneira, vai afetar os investimentos e a capacidade de o sistema todo de energia elétrica realizar investimentos.

Só isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Se eu entendi, são duas indagações: uma ao Dr. Nelson e outra ao Ministro Zimmermann. É isso, senador?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E, então, a quem puder responder sobre como são designados a ONS-–

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --os diretores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Então, eu vou pedir ao Dr. Nelson Hubner, que, aproveitando as considerações finais que ele estaria pronto para fazê-las, que responda a pergunta do Senador Suplicy, em seguida, eu passo ao Dr. Hermes e, depois, ao Ministro Zimmermann. Com a palavra o Dr. Nelson Hubner.

SR. NELSON HUBNER: Com relação à questão dos investimentos, senador, a preocupação da ANEEL, é óbvio que a gente tem que estar sempre buscando esse equilíbrio, que o Dr. Márcio colocou, ou seja, a segurança máxima que quer o operador, ou seja, para o sistema, para ele, quanto mais investimento no sistema de transmissão, quanto mais sobra de energia tiver, tem mais segurança de operar.

Mas o equilíbrio disso, porque o consumidor está do outro lado, ele paga a conta. Então, temos essa preocupação. E, às vezes, quando a gente vê, às vezes, colocado, que, no momento de uma ocorrência dessas, que está faltando investimento no Brasil, com certeza a gente pode afirmar que não há falta de investimentos no Brasil.

Se pegar só o segmento de transmissão, nos últimos anos, inclusive o peso desse segmento, em relação ao custo total do sistema elétrico, ele cresceu proporcionalmente, quer dizer, praticamente duplicou, nos últimos cinco anos. Então, só para o senhor ter uma ideia, nós investimos, de 2000 para cá, por exemplo, em ampliação do sistema de transmissão, em obras licitadas pela ANEEL, em torno de 22 a 23 bilhões de reais.

Também, ao mesmo tempo, temos [soa a campainha], como o Dr. Hermes colocou, que são receitas, investimentos que são feitos, autorizados diretamente para a ANEEL, que é óbvio que não nos permitem ter um processo de licitação, ou seja, são mais urgentes e precisam ter uma ação mais rápida, em torno de 14 bilhões de reais, nós estamos em 36 bilhões de reais, investidos só no sistema de transmissão, nos últimos anos.

E, quando a gente pega a evolução, inclusive, dos dados estatísticos dos nossos sistemas, a gente

vai ver, quer dizer, com o crescimento do sistema, ele está cada vez mais sujeito a chuvas e trovoadas, ou seja, a interferências, a questões climáticas, a tudo e problemas técnicos, ou seja, a base da sistema ampliou muito.

E a gente vai ser, se você olhar, por exemplo, de 2005 para cá, praticamente, as perturbações no sistema cresceram quase uns 40%, no entanto, quando a gente vai ver as consequências, ou seja, perturbações com corte de cargas, ano a ano, eles estão se reduzindo, ou seja, tem mais ocorrência em função do crescimento do sistema. No entanto, o sistema está muito mais robusto e que está permitindo, apesar de ter mais perturbações no sistema, ter menos ocorrência com corte de carga, em todo o sistema brasileiro.

Então, a preocupação da ANEEL sempre é às vezes questionar até se não estamos investindo demais, ou seja, temos sempre essa preocupação em dosar o devido investimento com uma realidade, em termos da consequências, nas tarifas dos consumidores [soa a campainha].

Essa é a mensagem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dr. Hermes, dois minutos.

SR. HERMES CHIPP: Senador Eduardo Suplicy, os diretores do ONS são cinco diretores: um geral; um administrativo, para assuntos corporativos; um de operação; um de planejamento da operação e programação; e um de operação em tempo real, que cuida do centro de controle e da supervisão de controle.

Para o senhor entendeu completamente, eu era... Eu estou com dez anos de ONS, eu fui diretor de planejamento e programação até final de 2005, quando o Dr. Mário Santos saiu, e aí eu fui indicado para ser diretor geral. Até então, eu era um diretor indicado pelo mercado, porque dois são indicados pelo mercado e três, pelo governo. Quando eu passei a diretor geral, fui indicado pelo governo.

Então, que o é relevante, nesse processo, é a característica dessa organização, por ela ter que ser independente e transparente, ela não tem que ter vínculos fortes com nada, e essas pessoas têm que ser técnicos especializados, na minha visão, para poder passar o que o senhor me falou [soa a campainha], que eu passei, e qualquer outro teria que passar coisa similar.

Então, o fato de ser indicado três pelo governo ou dois pelo mercado não tem a menor relevância, na minha visão, nesse momento, porque tem sido respeitada essa característica, esse perfil, até agora.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Eduardo Suplicy, está satisfeito com as respostas?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas a chegada do primeiro senador da oposição, hoje, aqui, me faz fazer uma indagação, acho que o ministro pode--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O vice-presidente da Comissão é também da oposição.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito bem, está certo. Mas é que, desde que houve o apagão, eu tenho percebido, acho que não me novembro tanto do Senador Efraim, talvez tenha até falado da Paraíba, mas alguns senadores falam que, lá no Amazonas, lá no Piauí, tal, continua a haver blecautes e tudo.

Então, eu agradeci, já que eles não vieram, mas agora chegou o Efraim, se podem, se o Senador Efraim, se pode esclarecer: continuam a ocorrer blecautes pelo Brasil, nos estados do Nordeste e do Norte, e tal?

Só para completar a informação, em homenagem, aqui, à chegada do--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A indagação é feita-–

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Se V. Exa. quiser me convocar para a próxima Audiência Pública, para que eu possa responder, mas eu não vou responder ao Senador Eduardo Suplicy. Eu vejo a saudade que o senador tem da oposição, não é?

Porque, na realidade, o blecaute na Paraíba é total, é na segurança, é na saúde, é em todos os sentidos. Mas eu estou aqui à disposição, se for-me permitido, eu vou responder. Lamento, porque, na condição-–

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas de energia-–

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): --de relator setorial da infraestrutura, no orçamento da União, estava numa reunião, há pouco, com o relator geral, por isso atrasei um pouco da minha presença. Mas a Paraíba continua no apagão, é preciso que V. Exa. diga ao Presidente Lula que olhe com bons olhos para a Paraíba, que o apagão lá é geral.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Efraim. Seja bem-vindo-–

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Só uma observação, não vou fazer uma pergunta--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não, senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --ao Sr. Luiz Pinguelli Rosa, a quem muito respeito e admiro, há muito anos, mas eu queria dizer que eu achei boa a informação que eles nos trouxe, do seu bom encontro

com a Ministra Dilma, o Presidente Lula e o Ministro Márcio Zimmermann, onde houve uma harmonia neste encontro. É uma boa notícia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Para as considerações finais, o Professor Luiz Pinguelli Rosa e, em seguida, concluindo nossa Audiência Pública, o Ministro das Minas e Energia Dr. Márcio Zimmermann.

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Bem, eu vou discordar profundamente do Hermes, que eu concordei quase tudo com ele, mas a tarifa brasileira para o consumidor é caríssima. Se o objetivo dessa participação privada, esse modelo defendido pelo Hermes, era essa tarifa baixa, para o consumidor ficar feliz, ele não está.

Eu disse, aqui, a diferença do que paga por megawatt/hora, em certo momento, o consumidor livre, que é o grande consumidor industrial, que tem contratos bilaterais fora do controle da rede, daquele que está ligado à rede, que é o empresário comum e as famílias, etc., é brutal, no Brasil. É muito cara a tarifa.

SR. HERMES CHIPP: Olha só, uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Os leilões de transmissão têm tido resultado de deságio média da ordem entre 40% e 50%, melhor não possível, porque você dá... É cara por causa de tributo, não é por causa do leilão da-–

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Não. Não, senhor.

SR. HERMES CHIPP: A linha-–

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Espera aí, não, absolutamente--

SR. HERMES CHIPP: --tem saído com 40% de deságio.

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Não, absolutamente.

SR. HERMES CHIPP: Você fala que a transmissão está cara--

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Mas o consumidor está pagando, é uma tarifa-–

SR. HERMES CHIPP: É uma desinformação, professor–

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: É um sistema total--

SR. HERMES CHIPP: Desculpa.

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Você pega o retorno das empresas elétricas que--

SR. HERMES CHIPP: Desculpa, que uma coisa não tem a ver com a outra-–

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Como não tem?

SR. HERMES CHIPP: A transmissão tem o sucesso total do modelo-–

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Você chegou e disse que tudo é para o consumidor pagar barato. Eu estou dizendo que ele está pagando caro demais--

SR. HERMES CHIPP: Sim, mas

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Compara a tarifa brasileira com a japonesa, que é um país rico, e você vai ver que o consumidor residencial brasileiro paga caro--

SR. HERMES CHIPP: Sim, mas-–

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Agora, bom, tira os impostos, compara direto, sem imposto, ainda assim. Bom, têm encargos setoriais, que não é imposto, mas, de qualquer modo--

SR. HERMES CHIPP: 7%.

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: A própria transmissão é bem remunerada. E a transmissão, como disse o Zimmermann, começou a diminuir o que era o preço da transmissão, vamos chamar assim, já que ela entra em leilão, não é bem uma tarifa, quando a Eletrobrás entrou maciça e passou a disputar associada a empresas. Eu me lembro do primeiro leilão do Governo Lula.

Minha visão é de que o sistema não está todo errado, mas ele precisa consertar. Eu fui um dos carpinteiros, aliás, junto com a Dilma, que ajudei a martelar a mesa lá, na primeira eleição do Lula, discutimos muito esse modelo, o próprio Lula participou muito. O Presidente participou de muitas, quase todas as reuniões, para falar a verdade, o Mantega e o Presidente, além de Dilma e eu, Tolmasquim e uma porção de gente.

E eu vi que a mesa não está boa, na minha opinião. Eu acho que essa tarifa é cara e eu dou razão ao Hermes que o objetivo, um dos objetivos do setor elétrico, é uma modicidade tarifária, e essa participação privada, que foi prometida antes do Governo do Presidente Lula até, para diminuir essa tarifa, não diminui. E o retorno de empresas elétricas que estão no Brasil, particularmente as distribuidoras, é muito alto.

Então, na minha opinião, o que o papel devia ser da Eletrobrás mesmo [soa a campainha], de suas empresas, era reduzir a tarifa, essa é a ideia.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não é papel da Eletrobrás.

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: E dar mais consistência ao sistema.

SR. HERMES CHIPP: Sim, mas--

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Agora, isso aí é uma opinião, eu respeito a sua. Eu só estou dizendo que, quando você disse que --

SR. HERMES CHIPP: Não, não, eu não estava dizendo--

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: --tudo é para o peço baixo do consumidor, eu digo que não está saindo o resultado bom, porque não está baixo.

SR. HERMES CHIPP: Eu estou dizendo... Um aparte importante. Eu estou dizendo o seguinte: a gente não está discordando. Se a Eletrobrás ou qualquer outra empresa não é proibida de participar dos leilões, esse é o processo competitivo; não deve ter nenhum privilégio, porque o consumidor quer o menor preço. E outra coisa, tarifa elevada. Você sabe quantos países do G8 têm tarifa residencial mais elevada que o Brasil? Três: Alemanha, Itália e Reino Unido.

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Bom, isso com esse câmbio, no momento. O câmbio--

SR. HERMES CHIPP: Não, é muito maior, não é o câmbio, não --

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: O câmbio anômalo. Pega. O Roberto Araújo publicou um livro sobre, ele é uma cara extremamente, competente trabalhou comigo na Eletrobrás, eu o considero um cara ótimo.

SR. HERMES CHIPP: Do ponto de vista--

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Eu acho que vocês o conhecem tanto quanto eu.

SR. HERMES CHIPP: Conheço.

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Mas porque eu não era colega dele e só quando fui para a Eletrobrás que passei a trabalhar junto. Então, eu acho que o sistema não está perfeito, e, para mim, a imperfeição dele não é porque ele falha, que, de vez em quando, há um sistema que falha. Eu acho que há o que corrigir no sistema como modelo institucional, e que uma coisa tem a ver com outra.

Agora, claro, é uma matéria de opinião, essa é minha opinião, não vou dizer que caiu a linha por causa disso. A participação privada derrubou a linha, isso seria uma burrice monstruosa--

SR. HERMES CHIPP: Claro, até hoje eu-–

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Claro.

SR. HERMES CHIPP: Eu estou dizendo outra coisa.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Claro.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Já que se tratou de tarifa e se tratou de consumidor, eu não sei a quem de direito eu faria essa pergunta, a quem de direito puder responder eu agradeceria, só para tirar uma dúvida.

Com o novo acordo que foi feito com o governo, em relação a Itaipu e Paraguai, qual será a repercussão do custo de tarifa de energia para o consumidor brasileiro, se haverá, se não haverá, qual será?

Eu não sei se já foi feita essa pergunta aqui, antes. Eu cheguei um pouco atrasado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não, não fez, não.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu não sei se é possível algum esclarecimento, se alguém, é possível que, aqui, alguém não tenha esses dados, mas, se for possível, eu agradecia, só para que o Brasil tivesse conhecimento, o que isso vai...

Nós sabemos que esse acordo Paraguai, Brasil, Itaipu iria até o ano de 2023, se não me engano, 2023. E que houve, agora, um acréscimo de 300%, mais ou menos, algo de 200%, 300% do repasse que o país pagará a Itaipu, para o Paraguai, e o consumidor, ele vai pagar essa conta? Essa é minha pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Antes, eu perguntaria ao Professor Luiz Pinguelli Rosa se teria alguma consideração a fazer, além da resposta que foi dada ao Dr. Hermes.

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Em termos finais? [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em termos finais.

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Não. Eu só posso dizer que eu agradeço essa oportunidade e devo reiterar a admiração que eu tenho pelo Hermes, pela instituição dele, o ONS é muito competente. E essa discordância que eu tenho é filosófica, não é técnica.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito bem, muito obrigado. Eu passo a palavra ao Ministro de Estado interino Dr. Márcio Zimmermann, para responder a indagação do Senador Efraim Morais, do Senador Eduardo Suplicy e fazer suas considerações finais.

SR. MÁRCIO ZIMMERMANN: Obrigado, senador. O Senador Eduardo Suplicy tinha levantado um ponto, um ponto bastante importante, sobre qual é o impacto que nós tivemos, com relação a esse blecaute.

Eu acho que é importante, de tudo aquilo que nós falamos aqui, da forma como esse setor, ele é estruturado, a partir do momento que teu um relatório inclusive do ONS, que a ANEEL faça sua fiscalização. Porque a ANEEL, na verdade, ela tem um papel-chave nisso, ela vai identificar, exatamente dentro das regras, que ela é toda, através das suas regras internas, suas resoluções, ela vai agir de forma a que, da mesma forma como ela já divulgou e tem autuado aquelas pessoas que o Nelson colocou, desde a primeira entrevista coletiva, que tiveram problemas de equipamentos elétricos

e tal, entrarem com pedido, e tem determinado prazo, que a ANEEL atende isso.

Então, eu acredito que, após feitos esses relatórios, concluídos, encaminhados para a ANEEL, ela toma, já de praxe, suas medidas que vão ser feitas nesse caso.

Com relação ao aspecto, não sei se deu para responder, senador. Então, a conclusão é importante desse relatório.

Com relação à parte do que o Senador Efraim Morais comentou, e até eu acho que é uma oportunidade muito grande, falou em região Norte e, depois, Paraíba. Eu começaria... A Paraíba, por exemplo, ela, praticamente, está avançando muito, no Programa Luz para Todos, ela tem feito investimentos grandes lá, o Governo Federal, através do Luz para Todos. E isso eu imagino que, em mais algum, provavelmente, até o final do ano, o Dr. Josias deve confirmar, é um estado que vai atingir a universalização, provavelmente, até o final do ano que vem.

Então, eu acho que isso é um marco importantíssimo de você dar energia para todos os paraibanos. Isso significa que é uma melhoria e vai ter efeitos no desenvolvimento da Paraíba, tenho certeza, nos próximos anos.

Agora, um ponto importante, e que eu acho que o Congresso teve um papel-chave, agora, recentemente, quando o governo, nós sabemos que nós tivemos problemas, nós temos regiões do Brasil que têm atendimento precário; nós chamamos os sistemas isolados, não o caso da Paraíba, é o caso da região Norte.

Desde 2004, 2005 que se trabalha no planejamento, com... A coisa mais importante para esses sistemas é entrarem no sistema interligado, é você interligar e botar nos padrões que você tem no sistema interligado. Então, para isso nós fizemos leilões daquelas linhas que estão interligando, interligamos este ano o sistema Acre-Rondônia, que vai reduzir a conta de consumo de combustível fortemente, a partir de 2012, e a interligação do Estado do Amazonas e Amapá.

Com essa interligação, então, praticamente, 90 e poucos por cento dos sistemas isolados do Brasil vão estar interligados. E, com isso, você passa a ter... Aqueles sistemas vão ter que conviver com os padrões que nós temos no sistema interligado.

Então, é um salto que, na verdade, o Congresso aprovou, agora, na semana passada, o Senado devolveu para a Câmara, e já está para a sanção presidencial. Essa lei, agora, à hora que for promulgada, que tem um impacto bastante positivo para o setor; para o setor e para a população dessas regiões.

E um ponto, presidente, que eu gostaria de tocar é com relação a Itaipu. Em Itaipu, nós temos um grupo participando das discussões, em função daquele memorando de entendimento que os dois presidentes assinaram, e onde previu determinadas decisões, e uma delas até já está aqui no Senado, que é o aumento do fator de multiplicação da energia cedida.

Só lembrando, hoje, nós estamos pagando pela energia de Itaipu alguma coisa em torno de 45 dólares, mais ou menos, é isso aí, por megawatt/hora. Esse fator de multiplicação aí, ele vai ter, deve levar, não tenho bem certeza, mas acho que é em torno de 46 ou 47 dólares por megawatt/hora, alguma coisa nesse sentido. Isso aí você está falando em 80 reais ou algo parecido

É um ponto importante observar que, primeiro, esse assunto, havia um pleito do Paraguai, de vender para terceiros países, conforme o senador falou muito bem, nós temos um tratado, que está em vigor e vai até... O tratado é *ad aeternum*, na verdade, mas ele tem uma vigência, de determinados termos, até 2023. E, nesse caso, a declaração dos presidentes ficou bem clara, que o Brasil vai discutir esse assunto, mas não com relação à cessão para terceiros.

O que nós estudamos, hoje, é a forma como o Paraguai poderia internalizar essa energia, e está se discutindo. E, à hora que isso aí estiver... Provavelmente, em evoluindo essas negociações, naturalmente, qualquer alteração, no caso de Itaipu, tem que passar pelo Congresso Nacional, o Senado tem um papel preponderante, para qualquer modificação que viesse a ser feita.

Agora, o importante é que essa energia, a energia que um país não usa, ela vai continuar sendo utilizada, exclusivamente, pelo outro país. E, hoje, só lembrando, com esses leilões de grandes hidrelétricas, nós voltamos para esses patamares aí, que têm baixado bastante, e isso, naquela discussão que nós tivemos aqui, com relação à tarifa, um ponto importante é que leilões de transmissão, se antes nós trabalhávamos com empresas, que trabalhavam, em 2003, 2002, com taxas internas de retorno, na transmissão altíssima, elas caíram no mundo real. A competição levou, e isso tem efeito. Uma coisa são as distorções econômicas e sociais do país, que levam determinados segmentos a terem um tratamento tributário e que levam a determinadas... E outra coisa é o aspecto de que, na cadeia, a geração, nós conseguimos voltar a construir usina na Amazônia e usinas a 71 reais o megawatt/hora, como foi o caso de Jirau; Santo Antônio, 78; Belo Monte, temos uma expectativa bastante favorável, também, nesse sentido.

Então, todo esse trabalho que vem se fazendo, em nível de geração e de transmissão, levam, natural-

mente, na cadeia, a uma diminuição e uma "eficientização" de todo o setor.

Mais uma vez, Sr. Presidente, só para aproveitar, eu gostaria, mais uma vez, de agradecer o convite formulado ao Ministro Lobão e dizer que, para nós, é sempre prazer estar participando desta Comissão Infraestrutura e prestado aí todas as informações e ainda com a facilidade que o Ministro Lobão é um senador. Então, esse é um aspecto bastante positivo e que ajuda nessa interface, nessa interação que existe entre o Ministério de Minas e Energia e o Senado da República.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu não sei se nós estamos tomando o tempo de V. Exa., mas--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Efraim.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Mas é importante que nós possamos ter um esclarecimento, ficou, entendi perfeitamente as explicações de V. Exa., quando coloca a situação do entendimento entre os presidentes, a importância do Senado, mas sempre é uma importância para carimbar o que foi decidido, lamentavelmente, não houve, por exemplo, nesta Comissão, Comissão de Infraestrutura, com a presença de V. Exa. e de outras autoridades, inclusive paraguaias, para que aqui nós discutíssemos esse acordo, esse entendimento. Porque o que nós lamentamos é que hoje o-–

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador, se V. Exa. me permitir, já existe, se não me engano, na Comissão de Relação Exteriores, um requerimento aprovado para se tratar desse assunto, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Não, tudo bem, mas eu não acredito que-–

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Por isso que nós não tomamos a iniciativa de fazê-lo.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Mas era antes, antes do acordo. Antes do acordo, presidente. Quer dizer, se a importância do Senado é tanta para-–

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É que o acordo só não está fechado, está em discussão.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Mas já está papel e já foi anunciado ao governo como entendimento. Não haverá grandes mudanças, nós sabemos disso. Porque nós sabemos, hoje, que o PIB, a parte maior do PIB do Paraguai é esse recurso que recebe de Itaipu, é a talvez, a maior parcela. E, agora, ela duplicou. Duplicou, quase que duplicou em relação ao que vai ser repassado, pago do Brasil ao Paraguai. Tudo bem, está decidido, nós vamos discutir aqui.

Minha preocupação é esta: vai haver aumento de tarifa, não resta dúvida. Isso aí nós não temos como dizer que não haverá. E, depois, ministro, aí V. Exa. responde.

Quanto à questão do Luz para Todos, na Paraíba, eu quero lembrar que, desde o início do ano 90, a Paraíba faz um programa, em parceria com o Cooperar, e que já houve... Inclusive, o atual governador da Paraíba, na eleição passada, fez uma propaganda, ainda quatro anos atrás, seis anos atrás, que tinha acabado com o último candeeiro da Paraíba. E V. Exa. ainda diz que vai concluir. Então, veja V. Exa. de que também houve, por parte dos governadores da Paraíba, essa preocupação.

Eu espero que acabe, até porque a propaganda o PROCON condenou, de que o governo, o atual governador do Maranhão, quando foi candidato a senador, a bandeira dele era de que "apagou-se o último candeeiro da Paraíba", não tinha mais candeeiro.

Veja V. Exa. que parece-me que o PROCON tem que agir, até porque o Governo Federal ainda não concluiu essa parte, e que nós estamos torcendo e esperamos que a Paraíba seja um dos primeiros a ter 100% coberta, em toda a sua área. Parabéns a V. Exa., eu agradeço a atenção.

SR. MÁRCIO ZIMMERMANN: Senador, eu acho que um ponto importante, com relação a Itaipu, se o senador leu, com bastante exposição de motivos, que foi encaminhada para cá, com relação à nota reversal...

Então, na nota reversal, ela está muito clara que não vai ter aumento de tarifa, está bem claro aí. No encaminhamento para o Senado, está dito ali que não vai ter aumento de tarifa.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente.

SR. MÁRCIO ZIMMERMANN: É a forma que foi encaminhada. E aí, por último, só para comentar, presidente, com relação à Paraíba, eu acho que um ponto importante, o primeiro estado brasileiro, quando é que foi universalizado? O ano passado, então, seis anos atrás, eu acho muito difícil que a Paraíba tenha sido universalizada. A ANEEL, acho que tem esse dado também. Primeiro foi o ano passado-–

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu estou de acordo com V. Exa., só que a propaganda do atual governador, o ex-senador, José Maranhão, seis anos atrás, inclusive com uma lamparina, se nós formos lá para o Nordeste, que se chama de candeeiro, disse lá: "Apagamos o último candeeiro da Paraíba", quer dizer, há seis anos. E o Governo Lula vem fazendo algumas

ações nesse sentido, está certo? Veja, V. Exa., que não pode, o território paraibano não pode crescer, então, eu acho que o PROCON que não agiu bem-–

SR. MÁRCIO ZIMMERMANN: Talvez o senador, só se me permite, talvez o senador entendesse, por exemplo, quando foi fixada a meta de 2003 do Luz para Todos, qual era a meta? Era atingir dois milhões de ligações. Certo? Aí dois milhões de ligações foram atendidas, só que os estados, por exemplo, que foram universalizados, o ano passado, apareceram com adicionais, apareceram com... Então, hoje, nós já temos mais de 900 mil ligações-–

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Ministro, ministro, se V. Exa. me permitir-–

SR. MÁRCIO ZIMMERMANN: --aque nós nos comprometemos a fazer-–

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Ministro, esses recursos-–

SR. MÁRCIO ZIMMERMANN: --até o final do ano que vem.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Esses recursos eram empréstimos feitos do estado com o BID, no projeto chamado Cooperar, não eram recursos do Governo Federal, eram recursos através de empréstimo, que o estado está pagando, eu quero só deixar claro. Não era a meta do Governo Federal, era um empréstimo, que ainda existe esse projeto hoje, que se chama Cooperar, que tem várias ações e que foi feito empréstimo nesse sentido. Recentemente, nós aprovamos, aqui, empréstimo de mais alguns milhões de dólares para o Cooperar. Faz ações na área hidráulica, elétrica, social, enfim, é uma...

Só deixar claro que são programas distintos, não é Luz para Todos. Não estou aqui a criticar o Programa Luz para Todos, pelo contrário, eu quero até elogiar que faz um belo trabalho, não só na Paraíba, mas sei que no Brasil todo. Mas eu estou me referindo, aqui, ao projeto Cooperar, lá da Paraíba, que é um empréstimo entre o Governo do Estado com o BID, evidentemente, com a participação do Governo Federal, dando a garantia.

Por isso é que eu esclareço a V. Exa. que o último candeeiro do Cooperar, eu não estou falando, aqui, em V. Exa.. Então, nós não tínhamos meta, porque foi, realmente, uma propaganda enganosa, na hora em que o cidadão vai para a televisão, vai para a rádio e diz que a Paraíba não tem mais candeeiros, todas as propriedades rurais tinham sido alcançadas com o Projeto Cooperar, o que não é verdade, que não é verdade, e V. Exa. acaba de confirmar, não desmentindo lá, mas dizendo o que verdadeiro, o que é realidade, que nós temos ainda que pedir mais ao Governo Federal, que o Governo Federal leve mais essa ação para a Paraíba, e que nós possamos ser o segundo a ser 100%.

Eu garanto a V. Exa. que terei o maior prazer de receber, além de V. Exa., o Ministro Lobão, que é o nosso companheiro aqui, para anunciar isso na Paraíba.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Edison Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, Srs. senadores, senhores convidados. Sr. Presidente, eu queria parabenizá-lo, mais uma vez, pela excepcional iniciativa de convocar esta Audiência Pública, com figuras como as que estão presentes nesta mesa, que deram uma aula sobre setor energético, hoje, aqui, para nós senadores.

Entristece apenas a ausência e faço menção aos senadores da oposição, excetuando o Senador Efraim Morais, que não se manifestou com agressividade, durante o evento do apagão, me entristece que aqueles mais agressivos não estiveram presentes, hoje, aqui, para receber esta aula sobre o setor energético.

Eu me lembro que, no dia seguinte ao blecaute, um senador do Sul, inclusive ex-governador do Sul, chegou a dizer que nem estava chovendo tanto assim no Sul do país. Então, é uma pena que eles não estivessem aqui presentes, para que pudessem tirar todas as dúvidas e receberem todos os esclarecimentos que nós hoje aqui recebemos.

Mas eu reputo a V. Exa. essa iniciativa brilhante, com grande competência administrou, mais uma vez, e eu faço esse elogio a V. Exa. e estendo a cada membro desta mesa, que todos, igualmente, foram excepcionais, nesta manhã de quinta-feira. Muito obrigado a todos vocês.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Edison Lobão Filho-–

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu acho que cheguei atrasado e fiquei com vontade de falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Efraim [risos].

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Mas só para não concordar muito em relação à presença. Estiveram presentes seis, nove senadores da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não são 14, não?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): São nove presentes aqui, aliás, nove, 10, 14.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Quatorze.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Então, veja bem, V. Exa., que existem aqui vários senadores da oposição. Eu posso ver, aqui, Adelmir Santana, eu posso ver aqui Efraim Morais, Eliseu Resende, eu

posso ver aqui Flexa Ribeiro e ainda posso ver aqui Lobão Filho, que está mais ou menos de um lado ou de outro, porque o pai é ministro, não pode ser nem oposição e nem governo [risos].

Então, eu diria a V. Exa. que, na realidade, é bom que se diga que há a participação, é uma quinta-feira, e a maioria é do governo ,e quem tem que dar explicações é o governo, e o governo está bem representado aqui, dando suas explicações.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Efraim Morais. E eu gostaria de agradecer a presença, nesta nossa Audiência Pública, do Ministro de Estado interino das Minas e Energia, Dr. Márcio Zimmermann; agradecer ao Dr. Nelson Hubner, Presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica; ao Dr. Luiz Pinguelli Rosa, físico, ex-Presidente da Eletrobrás, enfim, Diretor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e ao Dr. Hermes Chipp, diretor geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico, ONS, pelas explicações que aqui concederam a todos os membros da Comissão de Infraestrutura. E, em nome da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, eu agradeço a presença de todos.

Antes de encerrarmos a presente reunião, eu convoco os senhores membros da Comissão para nossa próxima reunião, a se realizar no dia 30 de novembro, segunda-feira, às 18 horas, neste plenário, integrando a "Agenda 2009, 2015: desafios estratégicos setoriais".

Sobre o terceiro desafio: "Infraestrutura e políticas públicas", apresentando o Painel nº 3, "Saneamento básico: situação do país e propostas de soluções", com os seguintes convidados: Dr. Francisco Danilo Fortes, presidente do FUNASA; Dr. Raul Pinho, Instituto Trata Brasil; Dr. Mário Vieira Marcondes Neto, presidente da CONASA; e esses três; e o Professor Francisco de Assis Salviano de Sousa, professor da unidade acadêmica de ciências atmosféricas da Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, mestre em hidráulica e saneamento, pela Escola de Engenharia de São Carlos, e doutor em hidráulica e saneamento pela Escola Politécnica da USP.

São os quatro expositores da próxima segunda-feira, às 18 horas, aqui, neste Plenário da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos.

Sessão encerrada às 12h22.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA QUINQUAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 2009, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dezenove minutos do dia primeiro de dezembro do ano de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Marcelo Crivella, César Borges, Antônio Carlos Valadares, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Roberto Cavalcanti, Sadi Cassol, João Ribeiro, Francisco Dornelles, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Pedro Simon, Eliseu Resende, Antonio Carlos Júnior, Efraim Morais, Osvaldo Sobrinho, João Tenório, Tasso Jereissati, Gilberto Goellner, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Gim Argello, Osmar Dias e Jefferson Praia. Deixam de comparecer os Senadores Tião Viana, Inácio Arruda, Gerson Camata, Renan Calheiros, Raimundo Colombo, Adelmir Santana, Cícero Lucena, Arthur Virgílio e João Vicente Claudino. A Presidência declara aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência comunica aos membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento, Aviso nº 1652-Seses-TCU-Plenário, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 2734/2009 – TCU –Plenário, proferido nos autos do processo nº TC 024.957/2009-1, acerca da Decisão Normativa do TCU que fixa, para o exercício de 2010, os coeficientes destinados ao cálculo das quotas de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM); e o Aviso nº 74/09, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de outubro de 2009, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. O Presidente dá início à apreciação das Matérias constantes da 1ª Parte da Reunião, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 239 de 2008

– Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que "altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências, para o fim de regulamentar o risco de crédito decorrente das operações financeiras com recursos dos Fundos Constitucionais", tendo como Relator o Senador Efraim Morais que oferece Relatório que conclui, preliminarmente, na forma do art. 133, V, *d*, do R.I.S.F., que o Projeto seja novamente autuado como projeto de lei ordinária. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04-CDR. Em 20/10/2009, foi realizada Audiência Pública para instruir a Matéria. Após a leitura do Relatório pelo Senador Efraim Morais, usam da palavra os Senadores Aloizio Mercadante e Marcelo Crivella. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, concluindo, na forma do art. 133, V, *d*, do R.I.S.F., pela apresentação de orientação para que o Projeto seja novamente autuado como projeto de lei ordinária; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 203 de 2009 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que "inclui § 5º ao art. 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir que a massa falida ou a entidade sindical competente possa fornecer declaração que comprove a efetiva exposição do segurado a agentes nocivos à saúde, para fins de requerimento de aposentadoria especial, caso o empregador tenha sido declarado falido", tendo como Relator o Senador Tião Viana, que oferece Relatório que conclui, preliminarmente, pela aprovação do Projeto, recomendando que seja novamente autuado como projeto de lei ordinária. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. O Presidente da Comissão designa o Senador Antonio Carlos Júnior Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, concluindo, na forma do art. 133, V, *d*, do R.I.S.F., pela apresentação de orientação para que o Projeto seja novamente autuado como projeto de lei ordinária; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 466 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "modifica a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, para autorizar os titulares de contas a aplicarem até 10% (dez por cento) de seu saldo em fundos de investimento que aplicam seus recursos em projetos de exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos líquidos situados na área do pré-sal", tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece Relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com decisão terminativa. O Presidente concede Vista Coletiva, nos termos regimentais; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 409 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Marco Maciel, que "exclui da incidência do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido o ganho de capital auferido por pessoa jurídica na alienação de bens registrados no ativo imobilizado", tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece Relatório favorável ao Projeto. Após a leitura do Relatório pelo Senador César Borges, usam da palavra os Senadores Aloizio Mercadante, Francisco Dornelles, Antonio Carlos Júnior e Roberto Cavalcanti. A Comissão aprova o Projeto por quinze votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 450 de 2009 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador César Borges, que "estabelece regras de flexibilização do cumprimento das obrigações previstas pela Lei Complementar nº 101/2000, para o encerramento do exercício financeiro de 2009", tendo como Relator o Senador Cícero Lucena, que oferece Relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. Em 03/11/2009, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei da Câmara nº 194 de 2009, não terminativo, de autoria do Deputado Paulo Henrique Lustosa, que "altera dispositivos da Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos, dispondo sobre fixação do valor das anuidades, taxas e emolumentos devidos pelos profissionais da categoria e pelas pessoas naturais e jurídicas aos Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais em que estão registrados", tendo como Relator o Senador Gim Argello, que oferece Relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com decisão terminativa. Após a leitura do Relatório pelo Senador Gim Argello, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir Parecer da CAE, favorável ao Projeto com a Emenda n.º 01-CAE; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 448 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que "dispõe sobre auxílio financeiro da União aos Institutos Históricos e Geográficos", tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece Relatório favorável ao

Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto. O Presidente da Comissão designa o Senador Neuto de Conto Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório, usa da palavra o Senador Aloizio Mercadante. Encerrada a discussão, colocado em votação a Comissão aprova o Projeto com dezoito votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 310 de 2006, não terminativo, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que "altera os arts. 62, 63, 66, 67 e 69 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, o art. 13 da Lei 9.249 de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a finalidade das fundações, a destinação de bens a ela destinados, o prazo para a manifestação do Ministério Público sobre suas alterações estatutárias, a remuneração de seus dirigentes e o tratamento tributário diferenciado a doações a entidades assistenciais e educacionais sem fins lucrativos, entre outros", tendo como Relator o Senador Marcelo Crivella, que oferece Relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 a 05-CE e com a Emenda nº 06 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 a 05-CE. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 653 de 2007, não terminativo, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF), que "modifica o inciso I do § 3º do art. 7º da Lei nº 10.426, de 24 de abril de 2002, e dispõe sobre a isenção de multas tributárias nos casos que especifica", tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Júnior, que oferece Relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 247 de 2006, não terminativo, de autoria do Senador Marcos Guerra, que "acrescenta art. 2º-A à Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, e art. 1º à Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, e art. 2º-D, à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para permitir a concessão dos benefícios do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e de Vale-Transporte aos trabalhadores desempregados, durante o período de freqüência a curso de capacitação, readaptação ou reciclagem, e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Wellington Salgado de Oliveira, que oferece Relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. O Presidente da Comissão concede Vista ao Senador Aloizio Mercadante, nos termos regimentais; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 318 de 2007 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que "altera o art. 4º da Lei Complementar nº 105, de 2001 que "dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências", para disciplinar a Utilização de informações sigilosas recebidas por comissões parlamentares de inquérito", tendo como Relator o Senador Demóstenes Torres, que oferece Relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Em 29/09/09, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 12-Mensagem do Senado Federal nº 100 de 2000, não terminativa, de autoria da Presidência da República, que "nos termos do inciso XXIX do art. 19 da Lei nº 9472, de 16 de julho de 1997, encaminha ao Senado Federal o Relatório Anual de Atividades da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, referente ao exercício de 1998", tendo como Relator o Senador Wellington Salgado de Oliveira, que oferece Relatório pelo arquivamento da Matéria. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura. O Presidente da Comissão designa o Senador Francisco Dornelles Relator *Ad Hoc*. Usa da palavra o Senador Efraim Morais. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir Parecer da CAE, pela rejeição da Matéria; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 2 de 2003, terminativo, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que "acrescenta alínea ao inciso II do artigo 8º da Lei nº 9250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das pessoas físicas, de doações e programas oficiais de combate à fome", tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Relatório pela rejeição do Projeto. O Presidente da Comissão designa o Senador Francisco Dornelles Relator *Ad Hoc*. Usa da palavra o Senador Efraim Morais. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por dezesseis votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 286 de 2003, terminativo, de autoria do Senador Leonel Pavan, que "institui forma alternativa de pagamento dos débitos relativos a empréstimos e financiamentos à rede hoteleira nacional", tendo como Relator o Senador Aloizio Mercadante, que oferece Relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer pela rejeição do Projeto. O Presidente da Comissão designa o Senador Francisco Dornelles Rela-

tor *Ad Hoc*. Usa da palavra o Senador Efraim Morais. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por dezesseis votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção; Item 15-Projeto de Lei do Senado nº 146 de 2003, terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "altera o § 2º do artigo 16 da Lei nº 7827, de 27 de setembro de 1989 (Dispõe sobre a regulamentação dos recursos do fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FCN), tendo como Relator o Senador Raimundo Colombo, que oferece Relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria é retirada de Pauta para reexame; Item 16-Projeto de Lei do Senado nº 246 de 2005, não terminativo, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, que "cria o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Neuto de Conto, que oferece Relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com decisão terminativa. Usa da palavra o Senador Efraim Morais. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir Parecer da CAE, pela rejeição da Matéria; Item 17-Projeto de Lei do Senado nº 556 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "dispõe sobre a concessão de financiamento às entidades operadoras de Serviço de Radiodifusão Comunitária que migrarem para sistema digital", tendo como Relatora a Senadora Kátia Abreu, que oferece Relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com decisão terminativa. Em 01/09/2009, foi concedida Vista Coletiva. A Matéria é retirada de Pauta; Item 18-Projeto de Lei do Senado nº 641 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que "acrescenta artigo à Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que "dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Gim Argello, que oferece Relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria é retirada de Pauta; Item 19-Projeto de Lei do Senado nº 544 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador José Maranhão, que "dispõe sobre o índice de correção previdenciária a ser observado nos reajustes anuais dos benefícios previdenciários mantidos pela previdência social", tendo como Relator o Senador Gim Argello, que oferece Relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com decisão terminativa. O Presidente da Comissão designa o Senador Francisco Dornelles Relator *Ad Hoc*. Usa da palavra o Senador Efraim Morais. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir Parecer da CAE, pela rejeição da Matéria. Item 20-Projeto de Lei do Senado nº 128 de 2008 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "institui o Imposto sobre Grandes Fortunas, de que trata o art. 153, inciso VII, da Constituição Federal e dá outras providências', tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Júnior, que oferece Relatório pela rejeição do Projeto. Em 01/09/2009, foi concedida Vista Coletiva. A Matéria é retirada de Pauta; Item 21-Projeto de Lei do Senado nº 76 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que "autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a conceder empréstimos com taxas de juros subsidiadas para financiar investimentos na renovação da frota de transporte fluvial da Amazônia", tendo como Relator o Senador Gim Argello, que oferece Relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com Parecer favorável ao Projeto. O Presidente da Comissão designa o Senador Francisco Dornelles Relator *Ad Hoc*. Usa da palavra o Senador Efraim Morais. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por quinze votos contrários, um voto favorável e nenhuma abstenção; Item 22-Projeto de Lei do Senado nº 162 de 2009 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Papaléo Paes, que "revoga o art. 191-A, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional", tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Júnior, que oferece Relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria é retirada de Pauta; Item 23-Projeto de Lei do Senado nº 129 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Lobão Filho, que "autoriza as instituições financeiras federais gestoras dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Norte (FNO) e do Nordeste (FNE), a liquidar dívidas inadimplidas contraídas com recursos desses Fundos com base no valor presente dos bens penhoráveis ou na capacidade financeira dos devedores e coobrigados', tendo como Relator o Senador Gim Argello, que oferece Relatório pela rejeição do Projeto. O Presidente da Comissão designa o Senador Francisco Dornelles Relator *Ad Hoc*. Usa da palavra o Senador Efraim Morais. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por dezesseis votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. A Comissão aprecia, ainda, a Matéria cons-

tante da Extrapauta da Reunião, Item 01-Emendas de Plenário nºs 03 e 04 oferecidas ao Projeto de Lei do Senado nº 160 de 2009, não terminativas, de autoria do Senador José Agripino, que "dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente em produtos escolares e estabelece alíquota zero na Contribuição para o PIS/Pasep e na Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos", tendo como Relator o Senador Marcelo Crivella. A apreciação da Matéria é adiada. A seguir, a Presidência dá início à 2ª Parte da Reunião, Audiência Pública a fim de discutir a remuneração do FGTS, bem como a distribuição dos resultados apurados do fundo no exercício anterior, em atendimento ao Requerimento nº 63/09-CAE, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, tendo como convidados o Sr. Mário Alberto Avelino, Presidente do Instituto FGTS Fácil; Sr. José Márcio Camargo, Professor da PUC/RJ; Sr. Joaquim Lima de Oliveira, Superintendente de Fundo de Garantia e Tempo de Serviço – FGTS da Caixa Econômica Federal; Sr. Élson Ribeiro Povoa, Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio de Janeiro – Sinduscon/RJ; Sr. Epaminondas Lino de Jesus, Presidente da Força Sindical no Distrito Federal (Representante da Força Sindical); Sr. Arthur Henrique da Silva Santos, Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT e Sr. Ricardo Patah, Presidente da União Geral dos Trabalhadores – UGT. A Audiência Pública é realizada com a presença, como expositores, do Sr. Mário Alberto Avelino, Presidente do Instituto FGTS Fácil; Sr. Joaquim Lima de Oliveira, Superintendente de Fundo de Garantia e Tempo de Serviço – FGTS da Caixa Econômica Federal; Sr. Élson Ribeiro Povoa, Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio de Janeiro – Sinduscon/RJ; Sr. Epaminondas Lino de Jesus, Presidente da Força Sindical no Distrito Federal (Representante da Força Sindical); e Sr. Miguel Salaberry Filho, Secretário da União Geral dos Trabalhadores – UGT, (Representando o Sr. Ricardo Patah, Presidente da UGT). Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores César Borges e Marcelo Crivella, Garibaldi Alves Filho, Relator da Matéria, e, ainda, o Sr. Paulo Furto, Secretário Executivo do Conselho Curador do FGTS. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e nove minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **GARIBALDI ALVES FILHO,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 58ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam, queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico aos membros desta comissão que ela recebeu os seguintes documentos para o seu conhecimento: "*Aviso n.º 1.652 do TCU, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópias do acórdão n°. 2734/2009 TCU Plenário, proferido nos autos do Processo de n°. Tribunal de Contas 024957/2009-1 acerca da decisão normativa do TCU que fixa para o exercício de 2010 os coeficientes destinados ao cálculo das cotas de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, FPE, e do Fundo de Participação dos Municípios, FPM*". "*Aviso n°. 74/09 do Ministério da Fazenda encaminhando em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal de n°. 4301, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele ministério no mês de outubro de 2009, tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos estados e do Distrito Federal e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos municípios*". Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio do ofício circular.

Quero comunicar as Sras. e Srs. Senadores que a partir do Item 12 até o Item 23 nós temos matérias, às quais foi dado parecer pela rejeição, a fim de agilizar o processo, consulto o Plenário se podemos realizar uma só votação, votação esta que será feita em globo, mas antes desta votação, para que os senadores membros desta comissão tenham maior conhecimento das referidas matérias, concedo vista coletiva, exceto para os itens 17 e 20, Projetos de Lei do Senado n°. 556/07 e 128/08 – Complementar, e já foi concedida vista coletiva anteriormente. E a pedido dos Senadores Raimundo... Aqui no Item 12, a partir do Item 12 pela rejeição, e que serão votadas em globo na próxima reunião. Os Srs. Senadores então examinem e veem se concordam, porque são matérias absolutamente desatualizadas, matérias inclusive consensualmente inconstitucionais, matérias antigas que estão praticamente arquivadas e que precisam desta deliberação da comissão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, o Item 10 é um item proposto Senador Marcos Guerra, que é suplente do Senador Gerson Camata e esteve aqui um bom período nesse Congresso, no Senado, e tem a relatoria do Senador Wellington Salgado, eu não sei se poderíamos iniciar por esse projeto do Item 10.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu apenas quero acrescentar, e peço permissão ao Senador Eduardo Azeredo só para concluir aqui os esclarecimentos sobre essas matérias, é que há um resumo que está sendo distribuído a cada senador a respeito dessas matérias que serão votadas de uma forma global pela rejeição. Então--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, pela ordem, apenas só gostaria de saber--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Por uma olhada muito aligeirada aqui do assunto dessas matérias, eu não vi nenhum voto divergente, só queria confirmar isso. Essas matérias, não há nenhum voto divergente contra o relator. Eu pediria a V. Exa. que pudesse me esclarecer com a Mesa. Nenhuma dessas matérias tem voto divergente ou o voto do--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Do próprio relator, não é?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Não, de alguém, de um outro senador que tenha pedido vista, apresentado voto divergente, não há.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, há esse a pedido dos Senadores Raimundo Colombo, por exemplo, e Antonio Carlos Júnior, relatores dos PLS n°. 146/03 e 162/09 respectivamente, que nós retiramos de pauta e que eram os itens 15 e 22, já não vão entrar. Se, por exemplo, o Senador César Borges quiser retirar alguma matéria por achar que ela não deve ser votada em globo pela rejeição, então o senador se dirige à Mesa e pede a retirada, como qualquer outro senador que tiver também essa mesma dúvida sobre essa matéria.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Repetindo, Sr. Presidente, o Item 15 está sendo retirado, o 15...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Não, não, retirado porque--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Já foi retirado o 15 e o 22, que correspondem aos PLS n°. 146/03 e 162/09. Portanto fica concedida vista coletiva para todos esses PL que tem o parecer pela rejeição. Para que se dê conhecimento a cada senador porque esses projetos estão sendo rejeitados. Eles estão sendo rejeitados pela sua inadequação face à legislação, ou são inconstitucionais ou envelheceram com o tempo. Para que os senadores, até a próxima reunião, possam verificar se eles merecem esse tratamento.

Então vamos ao Item 10.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Exa. que se pudesse também colocar depois o Itens n°. 4 que eu sou relator e poderia fazer o relato desse Projeto n°. 4 do Senador Marco Maciel, após o Projeto do Item n°. 10.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Item 10 já constou da Pauta de Reuniões em número de quatro reuniões da comissão. Então ele *"acrescenta o art. 2-A a Lei n°. 6.321, de 14 de abril de 1976, e o art. 1º a Lei n°. 7.418 de 16 de dezembro de 1985, e o art. 2º-D da Lei n°. 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para permitir a concessão dos benefícios do programa de alimentação do trabalhador, PAT, e do vale transportes aos trabalhadores desempregados durante o período de frequência a curso de capacitação, readaptação ou reciclagem e dá outras providências*". O projeto é de autoria do Senador Marcos Guerra, o relatório é do Senador Wellington Salgado, que é favorável ao projeto e terá decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais. Na ausência do Senador Wellington Salgado, eu designo para relator *ad hoc* o Senador Eduardo Azeredo, que está com a palavra, tem a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores, a intenção do Senador Marcos Guerra, quando propôs esse projeto de lei é exatamente no sentido de beneficiar o trabalhador.

"*Do ponto de vista econômico, este projeto constitui iniciativa de grande mérito, porque ao proporcionar aos trabalhadores desempregados que participam de curso de capacitação, readaptação ou reciclagem, o acesso ao vale transporte e ao PAT, aumenta efetivamente a chance de sucesso daquele grupo, na medida em que os treinandos terão facilitadas as suas condições de transporte e alimentação. Tal iniciativa deve seguramente contribuir para um melhor rendimento dos beneficiários e em consequência para o aumento de sua empregabilidade, objetivo principal dos cursos.*

Há que se ressaltar no que tange ao aspecto financeiro, há que se ter em conta que o mecanismo engendrado pelo PLS n°. 427, de 2006, implica evidentemente em algum aumento de despesa, o que oneraria o Fundo de Amparo ao Trabalhador. A cada ano, de acordo com os números do Ministério de Trabalho e Emprego, cerca de 52 mil trabalhadores em

condição de desemprego participam de cursos de capacitação, readaptação ou reciclagem. Assim, em uma estimativa preliminar, o impacto da aprovação do PLS representaria um incremento de R$ 63 milhões/ano nas despesas do FAT, com o pagamento dos benefícios do PAT e do Vale-Transporte. Devemos lembrar que, por força de lei, o FAT constitui-se em um fundo patrimonial cujos objetivos prioritários são o pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial. O CODEFAT é o responsável pela gestão do FAT.

Admita-se que a saúde financeira do Fundo esteja incrementada, ainda segundo o IPEA, pelos rendimentos advindos dos empréstimos especiais, ou seja, os rendimentos financeiros. Desse modo, a apresentação de proposta que induza à criação de novos encargos ao Fundo vem, de alguma maneira, realizar a promoção de investimentos na requalificação de trabalhadores".

Assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, "*diante do alcance social, a proposição em apreço, pode até resultar em pequeno aumento de gastos, e note-se que a fundo perdido, com recursos do FAT, virá a contribuir, a longo prazo, para uma política pública da maior relevância, ou seja, a reinserção laboral*".

Eu quero reiterar que um trabalhador desempregado que está fazendo um curso de reciclagem, de capacitação, se ele tiver evidentemente despesa de alimentação e de transporte pagas também pelo próprio fundo que custeia esse curso, evidentemente que nós estamos completando o processo. Então ele está indo ao curso e terá, junto com esse curso, o vale transporte e a alimentação, isso faz com que ele tenha melhores condições de se sair bem nessa readaptação para voltar ao mercado de trabalho. Eu diria que esses são os projetos de saída, são projetos para que o trabalhador que está desempregado ou que está vivendo de salário-família, de Bolsa-Família, possam realmente ter novas oportunidades, ele está se treinando para buscar um novo emprego, nada mais junto, portanto, que ele tenha alimentação e transporte para desempenhar bem esse curso e poder buscar aquilo que é mais importante, que é o emprego e não ficar sempre vivendo de Bolsas.

Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu faço um apelo aos senadores membros dessa Comissão para que compareçam ao Plenário da mesma, porque nós estamos com uma pauta muito densa e temos também uma Audiência Pública marcada para logo após a apreciação dos projetos da pauta de hoje, marcada para meio-dia. Então só faltam três senadores para completar o *quorum*, para que possamos iniciar as votações. Então, enquanto se completa esse *quorum* que se dará rapidamente, creio, vamos então à apreciação do Item 4.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Foi lido o Item 10, não é verdade? É não terminativo. Ele vai ser discutido agora ou vai ser discutido a posterior?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ele vai ser discutido agora, quando tivemos o *quorum* aí vamos iniciar a discussão e votação.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Não, só estou querendo o alerta de que foi lido, mas não foi discutido.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, não foi discutido ainda.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Precedendo a votação será discutido?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Será iniciada a discussão. Então vamos ao Item 4. É o Projeto de Lei do Senado, Item 4, n°. 409, de 2009. "*Exclui da incidência do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido o ganho de capital auferido por pessoa jurídica na alienação de bens registrados no ativo imobilizado"*. Autoria é do Senador Marco Maciel e o relator é o Senador César Borges.

Com a palavra o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, Srs. Senadores.

"*O projeto compõe-se de três artigos. Para as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, o art. 1º exclui o ganho de capital auferido na alienação de bem registrado no ativo imobilizado da incidência do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A condição para que Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido não incidam é a mantença do valor do ganho de capital em conta de reserva de lucros específica, vedada sua posterior restituição aos sócios, mediante redução do capital social, ou integração à base de cálculo dos dividendos obrigatórios.*

O art. 2º incumbe ao Poder Executivo estimar o montante da renúncia fiscal e cumprir as demais exigências de cunho orçamentário e financeiro previstas na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O art. 3º estipula que a lei resultante entrará em vigor na data de sua publicação, mas só produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente àquele em que forem cumpridas as exigências da LRF referidas no art. 2º.

Na justificação, o autor aponta que o embrião do projeto de lei foi uma proposta apresentada pelo setor empresarial à Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade, da qual é membro, criada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 16, de 2009. Afirma que os bens do ativo imobilizado não são atualizados monetariamente desde janeiro de 1996 e se apresentam com valor de mercado superior ao contábil. Argúi que essa valorização, decorrente em boa parte de mera atualização monetária, inibe a realização de negócios, mesmo em relação a bens que venham a se revelar ociosos ante a adoção de processos automatizados.

Ao projeto do Senador Marco Maciel não foram apresentadas emendas".

Passamos à análise, Sr. Presidente.

"Nos termos do art. 91, inciso I, combinado com o art. 99, inciso IV, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre proposições pertinentes a tributos, como é o caso, dispensada a competência do Plenário.

O PLS nº 409, de 2009, coaduna-se com os parâmetros constitucionais aplicáveis, quer no tocante à legitimidade da iniciativa parlamentar no processo, quer quanto à competência da União e do Congresso Nacional para legislar sobre a matéria.

O projeto está articulado em boa técnica legislativa. É adequado do ponto de vista orçamentário e financeiro, pois seus arts. 2º e 3º contêm cláusula que atende às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, nos mesmos moldes do PLS nº 281, de 2005, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, que cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal. Essa proposição tramitou e foi aprovada pela Câmara dos Deputados como Projeto de Lei 2.153, de 2007. Sancionada pelo Presidente da República, deu origem à Lei nº 11.770, de 09 de setembro de 2008. Os arts. 7º e 8º dessa Lei contêm redação idêntica à dos arts. 2º e 3º do projeto sob exame.

No mérito, o PLS nº 409, de 2009, é uma resposta do Poder Legislativo às demandas do setor empresarial que quer investir e criar empregos, mas se depara com crédito restrito e com juros altos decorrentes da crise financeira internacional que eclodiu no último trimestre de 2008. Uma forma de reduzir a necessidade de capital de giro é a capitalização da empresa mediante venda de seu ativo imobilizado. Ocorre que, desde janeiro de 1996, os ativos não são atualizados monetariamente". São 13 anos. *"Estão escriturados, hoje, a valores muito abaixo dos de mercado. Por ocasião de sua venda, sobre esse ganho de capital (diferença entre o valor de mercado e o contábil, considerada resultado não-operacional) incidem o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, alíquota de 15% mais adicional de 10%, e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido, alíquota de 9%, à exceção das instituições financeiras e de seguros privados, em que é de 15%. A fim de vencer esse obstáculo fiscal, o PLS nº 409, de 2009, em benefício das pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, exclui o ganho de capital auferido na alienação de bem registrado no ativo imobilizado da incidência do Imposto de Renda e da Contribuição Social do Lucro Líquido, desde que o valor do ganho seja mantido em conta de reserva de lucros específica.*

O propósito do projeto é manter esses valores segregados no patrimônio líquido da pessoa jurídica, como se capitalizados fossem, de forma a prevenir eventual redução do capital. Essa redução de capital que o projeto quer evitar equivaleria a uma distribuição de lucros, forma de burlar a necessária segregação dos ganhos. Outra importante condição prevista para a fruição do benefício é a proibição da integração da reserva de lucro específica à base de cálculo dos dividendos obrigatórios. Mais uma vez, o projeto quer prevenir a distribuição do lucro que deveria permanecer segregado.

Vale observar que a vedação da redução de capital também prevaleceu em dois benefícios semelhantes, incorporação de lucros ou reservas ao capital com isenção do Imposto de renda, existentes no passado. O primeiro vigorou até 1988, e teve base no art. 63 do Decreto-Lei nº 1.598, de dezembro de 1977. O segundo tem supedâneo no art. 3º da Lei nº 8.849, de 28 de janeiro de 1994, e vigorou nos anos de 1994 e 1995 (base legal do art. 658 do atual Regulamento do Imposto de Renda – Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999)".

Então, Sr. Presidente, pelo exposto, pelo mérito do projeto que é um projeto justo, que não traz de forma nenhuma prejuízos, ao contrário, traz benefício para a geração de emprego e renda e não se pode pagar Imposto de Renda sobre inflação, pagar Imposto de Renda meramente porque a inflação atuou sobre um valor de um patrimônio que a Receita não permite a correção, e há salvaguardas para que esses recursos sejam guardados para capitalizar a empresa e não distribuídos como lucro, então é por esse mérito que considero esse projeto da maior importância e o nosso Voto é pela aprovação do projeto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu vou pedir permissão ao Senador César Borges, porque esse projeto é terminativo, e nós já temos número para discutir e votar os projetos não terminativos. Acredito que logo após a apreciação desse projeto não terminativo, teremos número e voltaremos ao projeto que acaba de ser relatado pelo Senador César Borges.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, posso só discutir o projeto antes de mudar? Só para o relator refletir sobre os meus argumentos. Nós recebemos aqui um parecer do Governo dizendo que a Receita não tinha ainda opinado sobre essa matéria. Eu tenho muita dificuldade de pedir vista só porque o Governo não opinou, o meu argumento é sempre de mérito. No mérito, eu acho o seguinte, eu acho meritório o projeto, no entanto, eu acho que tem que ter um limitador, qual é o limitador? Para a pessoa física, quando nós tratamos, por exemplo, de venda de imóvel, quando é o único móvel, é isento, ou então tem o direito de atualizar o valor do móvel pela inflação passada, e aí você diminui, portanto, a incidência sobre o Imposto de Renda. Aqui, no caso de ativos imobilizados, são máquinas, equipamentos e móveis, nós temos que colocar o limitador de valorização para que não haja fraude fiscal, quer dizer, o sujeito pode, por exemplo, tinha uma máquina que ele comprou por cem, ele pode vender por 120, mas ele não vai poder vender uma máquina usada por 550, porque aí ele está claramente fazendo uma operação para poder desonerar imposto e criando um planejamento fiscal, ele vai criar um artifício de ganho de capital na venda de máquina para poder desonerar Imposto de Renda e contribuição social sobre o lucro. Então eu gostaria, se a gente pudesse, até terça-feira que vem, que nós teremos sessão, trabalhar esse limitador a exemplo do que nós fizemos para imóvel pessoa física, colocar como limitador na alienação de ativos, a inflação acumulada do período de vigência do ativo, quer dizer, não pode exceder a inflação acumulada, porque aí é uma coisa justa, vai vender uma máquina e ele pode incorporar no limite a inflação passada para venda a terceiros, para poder abater do cálculo do Imposto de Renda e do cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido.

Então essa é a sugestão que eu quero fazer ao projeto, deixar sem nenhum limitador, eu acho que nós vamos abrir uma brecha para planejamento fiscal, você fazer vendas artificiais para poder desonerar a base de cálculo. Não sei se está claro o que eu estou falando, e foi o que nós fizemos, fazer para a pessoa jurídica o mesmo critério isonômico que nós fizemos para as pessoas físicas na venda dos imóveis.

Então eu sugeriria, eu pediria vista para trabalhar esse adendo com o compromisso de votarmos em qualquer cenário, terça-feira que vem. Não estou obstruindo, quero construir uma alternativa, acho meritório o projeto, mas acho que tem que ter um limitador para não abrir brecha para o planejamento fiscal.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu ouvi com muita atenção as ponderações do Senador Aloizio Mercadante, e devo dizer que sujeito à posição do relator, que eu não via nenhuma objeção estabelecer esse limitador ao valor da correção, agora eu vejo que não é necessário. O que é que a empresa ganharia no caso em supervalorizar o valor do seu ativo? Ela vai mantendo uma conta de reserva específica, ela não pode distribuir, não pode incorporar o capital, para que ela iria supervalorizar, ela não teria condições de ter vantagem fiscal. De modo que o problema de estabelecer esse teto pode ser, eu não tenho objeção, mas é totalmente inócuo, porque se a empresa fizer uma supervalorização desse ativo, o que ela vai fazer com ele? Ela não pode distribuir, ela não pode aumentar o seu capital, o que é que ela vai fazer com isso? O objetivo dessa medida é simplesmente facilitar a capitalização da empresa ou impedir a tributação de um lucro que não existe, de um lucro fictício.

Eu, a primeira vista, é uma posição que eu submeto ao relator, não tenho nenhuma objeção estabelecer esse limitador proposto pelo Senador Aloizio Mercadante, mas eu considero desnecessário.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Continua em discussão. Pergunto ao Senador Aloizio Mercadante se ele mantém o pedido de vista.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu mantenho pelo seguinte, nós precisamos saber qual é o peso que isso vai ter na arrecadação de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. E qual é a forma de você fazer uma coisa justa? É criar um mecanismo semelhante ao que nós criamos, eu inclusive lutei por isso, para pessoa jurídica, porque havia uma aberração na legislação, você tinha uma casa, você não podia atualizar o valor da casa, você vendia 10, 15, 20 anos depois aquela casa e você era obrigado a colocar toda a valorização da casa como ganho de capital, quando uma parte não era ganho de capital, uma parte era simplesmente atualização do valor do imóvel pelos anos, especialmente no período em que nós tínhamos inflação

mais elevada. Então era uma forma torta da Receita aumentar a sua arrecadação em cima do cidadão e de uma forma injusta.

Eu acho que para as empresas, o procedimento deve ser o mesmo. Ou seja, a valorização do ativo que for correspondente à inflação do período, deve ser desonerada da base de cálculo, o ganho de capital que excede a isso tem que ser tributado. Então nós faríamos uma coisa mediada e fazendo o mesmo parâmetro que nós fizemos para as pessoas físicas. E eu acho que com isso nós poderíamos fazer uma coisa justa, absolutamente defensável e com o mesmo princípio que nós fizemos às pessoas físicas.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Está deferido o pedido de vista.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o relator, o Senador César Borges, que tem prioridade.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, apesar de comungar com a opinião do Senador Francisco Dornelles de que é inócuo, não vejo qual benefício fiscal você inflar esse valor, mas diante, inclusive aqui das ressalvas e salvaguardas colocadas no projeto, não vejo como é que teria esse benefício fiscal, mas até em benefício da celeridade do projeto, da aprovação, e inclusive achando que a Receita já deveria ter adotado o critério de fazer a correção, a reavaliação desse imobilizado, desse ativo, porque hoje a pessoa física... V. Exa. compra um imóvel ou móvel, um carro, a valorização que tiver da inflação, eventualmente, quando V. Exa. for vender, vai pagar Imposto de Renda, tem que pagar daquele mês, naquele mês, senão vai ter multa, inclusive se não for pago até o dia 30 no "carnê leão".

Então eu acho que nós poderíamos desde já incorporar a emenda que está sendo proposta pelo Senador Aloizio, que não foi até então, que não foram apresentadas emendas ao projeto, mas ele está fazendo aqui, eliminando a necessidade do pedido de vista.

Então nós colocaríamos aqui um artigo, colocando que esse imóvel seria avaliado dentro dos índices de inflação e fixaria qual seria esse índice de inflação.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu vou pedir para a assessoria, ver se a gente consegue até o final da sessão apresentar uma proposta de texto, tem que ser bem feita, evidentemente. Então estão solicitando a assessoria, nessa orientação, nós colocaríamos um limitador que na venda dos ativos imobilizados seria desonerado até o limite da inflação acumulada do período em que o bem esteve sob o controle da empresa. Então precisaria estabelecer esse caminho.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. O ativo imobilizado se compõe de diversos itens, desde imóveis a máquinas, equipamentos e veículos. Então cada um desses ativos, eles têm vidas úteis econômicas e para efeitos de depreciação legal, diferentes. Então, por exemplo, o imóvel pode valorizar-se, equipamentos dificilmente, veículos se depreciam em velocidade muito grande, então, por exemplo, a empresa pode ter um imóvel que eventualmente se valorizou muito e que se ela for alienar esse imóvel ela vai ser tributada de uma forma pesada, mesmo a correção monetária pode não refletir. Então colocar um índice de inflação para todos os itens do ativo imobilizado pode gerar distorções inclusive, por causa da velocidade da depreciação e da possibilidade de valorização no caso das imóveis. Então eu acho que é uma coisa que tem que se ter cuidado, porque se eu aplico o índice de inflação para tudo, eu estou igualando imóveis a veículos. Então eu acho que é uma ponderação que eu gostaria de fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, eu acredito que nós possamos chegar a um denominador comum no tocante a essa matéria, porque o que é extremamente injusto é nós passarmos quase 14 anos sem termos o benefício, ou darmos o beneficio às empresas de terem essa correção. A Secretaria da Receita Federal não apresentou até agora um posicionamento, mas vai ser difícil para ela trazer algum posicionamento que seja contrário ao que está previsto nesse Projeto de Lei.

Então eu me acosto ao que foi relatado pelo Senador César Borges, com o maior respeito ao Líder Aloizio Mercadante, achando que nesse entendimento, se nós acolhermos a essa emenda do Senador Aloizio Mercadante nós vamos conseguir aprovar essa matéria, se possível até o dia de hoje, seria uma resposta nossa de bom-senso, e de socorros às empresas no tocante a este dano que perdura 14 anos.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu estou fazendo uma proposta de encaminhamento, vou tentar apresentar a emenda até o final da sessão, se eu não conseguir elaborar porque

tecnicamente não é uma coisa simples, eu o farei no Plenário e o projeto voltaria depois e a gente vota favoravelmente hoje, apresentaria em Plenário, mas vou tentar apresentar até o final da sessão.

Então, assim que tiver *quorum*, se V. Exa. quiser votar o nosso ponto de vista é--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu lembro que o projeto é terminativo. O risco que nós vamos correr é se V. Exa. não--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ah, não, não há como botar emenda porque é terminativo, então tem que ser até o final da sessão. Estamos trabalhando nisso.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu queria, com autorização de V. Exa., ponderar ao Senador Aloizio Mercadante, que o valor... Em termos do § 2º, estabelece que esse valor do ganho de capital deverá ser adicionado ao lucro líquido em diversas situações, de modo que ele só não será adicionado ao lucro líquido desde que o seja mantido numa conta de reservas específicas. Ora, se ele vai manter numa conta de reservas específicas, o fato ainda que fosse maior que a inflação do período, não teria reflexo nenhum.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então eu vou suspender a discussão da matéria e aguardar a proposta do Senador Aloizio Mercadante, fazendo um apelo a ele para que apresse, tendo em vista que a matéria é terminativa.

O Item 4 da Pauta, o item...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O Item 10, Presidente. Nós podíamos ir para o Item 10.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Item 10 da Pauta está em discussão após o parecer favorável do relator *ad hoc*, Senador Eduardo Azeredo. O relator originário é o Senador Wellington Salgado. Em discussão a matéria.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Existe uma nota do Ministério do Trabalho que informa que objeto do PLS já é atendido pelo Plano Nacional de Qualificação, PNQ vigente, instituído pela Resolução 333/2003 do CODEFAT, que substituiu o antigo PLANFOR. Eu gostaria só de ter um esclarecimento do relator a respeito se foi ponderado que existe já, vamos dizer, o que está previsto no Projeto de Lei já está assegurado através dessa Resolução 333/2003 do Ministério do Trabalho. Era só essa...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O Projeto é de 2006, agora uma lei é sempre mais forte do que uma resolução. Não sei se esse seria...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Continua em discussão a matéria. Com a palavra o senador...

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Só para complementar o que eu tinha dito, eu fico também com o relatório do Senador César Borges, complementando o que eu já tinha explicado, mas para ficar clara a minha posição, eu estou com o relatório do Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Ainda com relação ao Item 4, Sr. Presidente, eu quero dizer a V. Exa. que havendo número para ser votado de forma terminativa, já que conversando o Senador Aloizio Mercadante, nós poderíamos votar o projeto como ele está, e ele faz um requerimento para ir a Plenário e seria votado em caráter terminativo, mas ele poder fazer um requerimento para ir a Plenário, quando ele poderia então apresentar uma emenda e essa emenda ser apreciada em Plenário.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Da nossa parte, não há objeção a esse encaminhamento. Farei o recurso a Plenário, e peço já apoio dos senadores que aqui estão, para que a gente possa apresentar a emenda em Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então logo após a votação do Item 10, nós vamos voltar ao Item 4.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas está em discussão o Item 10. Com a palavra o Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Não para discutir, desculpe, Sr. Presidente, mas só para lembrar que eu sou relator do Item n°. 1, quando for possível colocar em pauta eu desejaria relatar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. será atendido.

Continua em discussão o Item 10. Em votação o relatório do Senador Wellington Salvado de Oliveira que foi apresentado pelo relator *ad hoc* Senador Eduardo Azeredo. Os Srs. Senadores que--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, eu iria solicitar vista, porém como trata-se de um projeto não terminativo, atendendo a ponderação do relator *ad hoc,* extraordinário relator *ad hoc,* eu vou deixar passar e nós em outra Comissão poderemos aferir essa recomendação do Ministério do Trabalho. Então segue em votação.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, espera um minutinho. Eu vou pedir vista desse projeto. Hoje nós temos um programa que já está em vigência. Quem paga é a entidade conveniada, o que nós estamos fazendo aqui é tirando o ônus da entidade conveniada e transferimos para o FAT. Eu não vejo por que mexer nisso, hoje já existe esse programa e quem paga é a entidade que tem convênio com o Ministério do Trabalho.

Então nós estamos agora tirando a responsabilidade da entidade conveniada e estamos transferindo todo o ônus para o FAT. Eu peço vistas.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, só explicar que, na verdade, quem contribui para o FAT são as entidades, então na verdade você está fazendo o mesmo, só está utilizando o recurso do FAT, é de um bolso para o outro bolso e o projeto foi apresentado antes da resolução, isso aí quero lembrar que o projeto foi anterior.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Aloizio Mercadante mantém o pedido de vista. Concedido vista ao Senador Aloizio Mercadante.

Vamos voltar ao Item 4. Mas o Item 4 é terminativo, aliás, como é terminativo, vamos voltar ao Item 1 da Pauta. Só falta um senador para termos o número para apreciação de projetos terminativos.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então enquanto se completa o número eu peço ao Senador Efraim Morais para que faça a leitura do seu relatório, com relação ao Item 1 da Pauta. Projeto de Lei do Senado n°. 239, de 2008 que altera a Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989.

Com a palavra o Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, vem à análise desta comissão o Projeto de Lei do Senado n°. 239, o PLS de 2008 – Complementar, de autoria do Senador Tasso Jereissati, *"que visa regulamentar o risco de crédito decorrente das operações financeiras com recursos dos fundos constitucionais de financiamento. O art. 1º do Projeto acrescenta § 3º..."* Sr. Presidente, há uma discussão paralela aqui, pediria aos--

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço silêncio para a palavra do relator, Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): "*O art. 1º do Projeto acrescenta o § 3º ao art. 2º da Lei nº 7.827, de 1989, para dispor que as instituições financeiras deverão assumir pelo menos 50% do risco de crédito decorrente das operações financeiras lastreadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, FNO, do Nordeste, FNE, e do Centro-Oeste, FCO. O art. 2º, por sua vez, contém a cláusula de vigência. Segundo o autor do Projeto, sua iniciativa visa proteger o patrimônio dos Fundos. Ainda segundo o autor, a concessão de empréstimos com risco integral para os Fundos isenta por completo os agentes financeiros de risco do crédito, o que teria reflexo no zelo com que eles fazem a análise da viabilidade das operações, pois não assumem responsabilidade caso o tomador não venha a honrar seus compromissos".*

A análise, Sr. Presidente. "*O PLS nº 239, de 2008 – Complementar, está de acordo com os ditames da Constituição Federal, que estabelecem ser competência privativa da União legislar sobre política de crédito, nos termos do inciso VII do art. 22, e asseguram ao Congresso Nacional a atribuição de dispor sobre todas as matérias de competência da União, entre elas operações de crédito e planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento, nos termos dos incisos II e IV do art. 48. Além disso, a proposta em análise não fere a ordem jurídica vigente e está em conformidade com o Regimento Interno do Senado Federal.*

Segundo o autor do PLS nº 239, de 2008, sua iniciativa veda a concessão de empréstimos com risco integral para os Fundos, pois essa modalidade de aplicação de recursos isenta por completo os agentes financeiros do risco do crédito, e torna obrigatório o compartilhamento do risco operacional, em que os agentes financeiros teriam a responsabilidade de pelo menos 50% do eventual saldo a descoberto ou em situação de inadimplência.

A análise cuidadosa dos relatórios de atividades no exercício de 2008, para o FNO, FCO e FNE, mostra a relevância da proposição em análise e comprova a exatidão e correção dos argumentos de seu autor".

Essa mesma realidade, Sr. Presidente, é constatada na análise de relatório do todos esses Fundos, tanto no FNO, como do FCO e do FCE e também no relatório que nós tivemos acesso às atividades do FNE em 2008, constata-se o acerto da propositura do Senador Tasso Jereissati, e diria V. Exa. que salvo melhor juízo fazendo todas essas análise com dados que foram repassados, no caso por exemplo, o problema do FNE, e do FNO e do FCO pelo BNB no caso do FNE, eu diria que, "*salvo melhor juízo, não cabe a fundamentação apresentada na justificação quanto à natureza complementar do PLS n°. 239, de 2008, pois a Proposição não se refere à estrutura do Sistema Financeiro Nacional e, sim, aos Fundos Constitucionais*

de Financiamento, instrumentos da política nacional de promoção do desenvolvimento regional. Ou seja, não se aplica ao caso em análise a exigência prevista no caput do art. 192 da Constituição, onde está determinado que as leis que regulamentarem o Sistema Financeiro Nacional sejam de natureza complementar. Ao mesmo tempo, como esta Proposição altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, a Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que tratam dos Fundos Constitucionais de Financiamento, e todas são leis de natureza ordinária, o mais adequado é que o PLS nº 239, de 2008, tenha a natureza de projeto de lei ordinária".

Do exposto, concluímos que a matéria abordada no PLS n°. 239, de 2008 – Complementar, deve ser regulada por lei ordinária. E o nosso Voto, Sr. Presidente, é o seguinte: em vista do exposto, esta relatoria vota por requerer ao presidente do Senado Federal preliminarmente, na forma do art. 136 § 5º item 'd' do Regimento Interno, a reautuação do PLS n°. 239, de 2008 – Complementar, a fim de que seja alterado de complementar para ordinário.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em discussão.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para discutir a matéria. Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Para discutir, com a palavra com o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, foi objeto inclusive, de uma ausência pública esse projeto aqui. E algumas autoridades apresentaram uma restrição que não corrigido no parecer. Qual é o problema? Quando você estabelece o risco compartilhado com a entidade financeira que está fazendo a operação nos fundos constitucionais, algumas operações, que é o PRONAF A e B, que é exatamente para operações até mil reais que não há risco compartilhado, porque são pequenos agricultores que não têm a contrapartida patrimonial para as operações de financiamento. Se isso não for excluído, nós estamos viabilizando as operações do PRONAF A e B.

Então nós não podemos aprovar sem essa correção nesse projeto de lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Aloizio Mercadante, nós estamos apenas transformando o projeto de Projeto Completar em Projeto de Lei Ordinária.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não estamos discutindo o mérito?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vai começar toda a tramitação novamente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então tudo bem, não há objeção, se é simplesmente transformar num Projeto de Lei Ordinária sem a discussão de mérito, nós somos favoráveis, mas no mérito terá que fazer essa correção.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o relator.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Só para um esclarecimento ao nobre Senador Aloizio Mercadante, porque na realidade aconteceu a nossa audiência e houve um compromisso dos que apresentaram essas restrições de apresentar na quarta-feira seguinte essas proposições. Evidente que só hoje é que foi aprovado, mas como se trata de preliminarmente a gente transformar em Ordinária, a própria relatoria vai ter oportunidade de verificar e evidente consultar o autor da proposta. Por isso, deixo esse esclarecimento que não foi corrigido porque só hoje é que chegou a essa comissão a proposta que disseram que iam fazer na comissão, ou melhor, na Audiência Pública. Por isso como o nosso voto não vai ao mérito, nós vamos exatamente fazer essa avaliação primeiro ouvindo o autor da proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria continua em discussão. Em votação--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, antes de votar, Sr. Presidente. Eu vejo méritos na matéria, não vou discutir o mérito agora, mas por ver méritos na matéria, acho que ela deve ter uma tramitação mais rápida como lei ordinária e não como lei complementar.

É importante notar o seguinte, Sr. Presidente, o Estado deve jogar com as regras do capitalismo, mas não deve de maneira nenhuma garantir o risco de especulações financeiras e os empréstimos concedidos sem lastro daqueles que tomam, daqueles que tomam dinheiro emprestado. Então a matéria é muito interessante, deve ser analisada, corrigindo aquilo o que Senador Mercadante falou, para que a gente não acabe amarrando os financiamentos que alcançam a agricultura familiar, a matéria tem muito mérito, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão e em votação o relatório do Senador Efraim Morais. Os

senadores e senadoras que concordam com o relatório, permaneçam como estão. Aprovado. O relatório passa a constituir o Parecer da CAE, concluindo preliminarmente na forma do art. 133 do Regimento Interno do Senado Federal, que o projeto seja novamente autuado como Projeto de Lei Ordinária. Já há número regimental para apreciação dos projetos terminativos.

Voltamos ao Item 4.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Pediria a V. Exa., dentro do possível, se nós pudéssemos também votar também o Item 7 que está há muito, muito tempo para ser votado, Sr. Presidente, e tenho certeza que já foi aprovado por unanimidade e deverá ser de novo. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Item 4 da Pauta. Logo em seguida vamos era o senador Pedro Simon. A matéria está em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto, a votação será nominal. Quem vota com o relator, vota sim ao projeto.

Vamos à chamada nominal, Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sou o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. é o relator, desculpe. Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Pedro Simon. Sim, com o relator.

Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o relator. O Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o relator, elogiando o autor e o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Sadi Cassol. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Aprovado a unanimidade... Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Aprovada a unanimidade.

Vamos agora ao Item 7, que é terminativo. *"Dispõe sobre o auxílio financeiro da União aos institutos históricos e geográficos. Projeto de Lei do Senado n°. 448, de 2007"*. O autor é o Senador Pedro Simon, o relator é o Senador João Vicente Claudino, o parecer, o relatório é favorável ao Projeto. Designo para relator *ad hoc* o Senador Neuto De Conto.

É o Item 7. Item 7, página 90.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

"Em exame nesta comissão, o Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2007. A proposição, de autoria do Senador Pedro Simon, autoriza a União a conceder contribuição de capital a instituições culturais nos Estados

e no Distrito Federal, geralmente designadas Instituto Histórico e Geográfico. A contribuição se destina à preservação da memória histórica e geográfica regional. Ainda conforme o art. 1º do projeto, a concessão do auxílio será feita mediante previsão na lei de diretrizes orçamentárias e na lei orçamentária anual".

No mérito. "*Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que a matéria objeto do presente projeto de lei não figura entre aquelas, cuja iniciativa parlamentar está reservada ao Chefe do Poder Executivo. Satisfaz, assim, o requisito de constitucionalidade formal. Do ponto de vista material, cabe lembrar que a Lei nº 4.320, de 1964, estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Esta lei, recepcionada como lei complementar em face da Constituição Federal de 1988 estabelece em art. 12 § 6º o seguinte"--*

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço silêncio. Silêncio.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): **"***São transferências de capital as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especial anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública. O projeto visa, assim, dotar de recursos regularmente alocados nos orçamentos da União as instituições civis, sem fins lucrativos, que preservem a memória histórica e geográfica nos estados em que atuarem. Atende inegavelmente a hipótese legal prevista em nosso ordenamento, pois prevê auxilio financeiro, na forma de transferência de capital, a ser aplicado exclusivamente nos equipamentos culturais da instituição.*

Levantamento de dados realizado na Execução Orçamentária da União, entre 2004 e 2008, demonstra que a União tem contribuído para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Rio de Janeiro, assim como para instituições similares em outros estados, a exemplo do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, Sergipe, Mato Grosso e do Instituto de Geografia e História Militar, no Rio de Janeiro.

O mérito do projeto está em oferecer disciplina legal autorizativa à atividade cultural, cujos valores e fontes de recursos serão anualmente decididos pelo Congresso Nacional, mediante proposta de Lei Orçamentária submetida pelo Presidente da República. Ou seja, sem vinculação compulsória e antecipatória. Desse modo, todas as instituições atuantes nas unidades da federação poderão ser beneficiadas das transferências de recursos federais, desde que atendidos os requisitos legais especificados no projeto sob exame.

Com efeito, o auxilio financeiro terá dimensão federal e, assim, seguramente, incentivará a pesquisa, a preservação de nossa memória histórica e geográfica, assim como a criação de instituições assemelhadas nos estados que ainda não as possuírem.

Em suma, do ponto vista formal, a iniciativa parlamentar não fere dispositivos constitucionais, está em consonância com o ordenamento jurídico e é de boa técnica legislativa. Ademais, no mérito, conforme ressaltamos, a matéria revela-se do maior interesse do país, porquanto busca incentivar a preservação da memória histórica e geográfica nacional e a produção da cultura".

O Voto. *"Diante do exposto, o Voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 448, de 2007"*.

É o relatório do senador, Sr. Presidente, Senador João Vicente Claudino.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão, após o relatório do Senador João Vicente Claudino que foi lido pelo Senador Neuto De Conto... Peço silêncio. A ala esquerda continua muito barulhenta.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra para discutir, o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): E olha, Sr. Presidente, que a esquerda anda muito quieta, só aqui que ela está barulhenta. Fora daqui não se encontra.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O parecer da assessoria é para solicitar vistas a esse projeto. Mas eu não vejo o menor sentido de pedir vistas. O projeto é autorizativo, procura estimular aporte de recursos para os institutos históricos e geográficos, portanto é totalmente meritório e não há nenhum comprometimento compulsório da receita pública.

Portanto, nós somos favoráveis, apesar da provocação do autor, totalmente favoráveis. E em momentos delicados a prudência no pronunciamento é sinal da maternidade. E prefiro ficar com a maturidade apesar da idade do autor do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Continua em discussão o projeto de autoria do Senador Pedro Simon. Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação. Através de chamada nominal porque o projeto é terminativo nesta Comissão. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Por isso Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator e o autor.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Tasso Jereissati. Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Osmar Dias.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Não fui chamado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não foi chamado? Mas V. Exa. é o relator. V. Exa. não foi só chamado, como foi escolhido.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, o Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Presidente, só para pedir para colocar na ordem o Item n°. 6, que eu estava ausente, cheguei agora, então por favor o que senhor colocasse na ordem do dia, o Item n°. 6 que é não terminativo à nossa comissão, uma votação bastante rápida e já está conversado com todos os líderes e demais senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Senador Gim Argello pede a inversão de pauta para que seja votado o Item 6, não terminativo, de autoria do Deputado Paulo Henrique Lustosa. O relatório é favorável ao projeto com a Emenda n°. 1.

Com a palavra o Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Obrigado, Sr. Presidente. Da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o projeto de lei, é o parecer...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É o Item 6.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): É o Item 6, Sr. Presidente.

É um Projeto de Lei de origem na Câmara Federal de autoria do nobre Deputado Paulo Lustosa que "*altera o dispositivo da Lei n°. 4.886, de 09 de dezembro de 1965, que as atividades dos representantes comerciais autônomos, dispondo sobre fixação do valor das anuidades, taxas e emolumentos devidos pelos*

profissionais da categoria e pelas pessoas naturais e jurídicas aos Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais em que estão registrados".

Peço a autorização de todos os demais senadores para ir direto ao Voto. Sr. Presidente, vou direto ao Voto, então. "*Ante o disposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara n°.194, de 2009 com a seguinte emenda: Emenda n°.1 'Renumerem-se os incisos I ao VII do art. 10 da Lei 4.886, de 09 de dezembro de 1965, na forma do art. 1º do PLC nº 194, de 2009, como §§ 2º a 9º, inserindo-se, antes do § 2º, o atual Parágrafo Único da lei (suprimido)'"*. Renumera-se. Sala das comissões. O relator. Portanto, o nosso Voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em discussão a matéria. Em votação o relatório do Senador Gim Argello. Os senadores e senadoras que concordam com o relatório, permaneçam como se estão. Aprovado. Aprovado, passa a constituir o parecer da Comissão de Assuntos Econômicos favorável ao projeto, com a Emenda n°. 1 da CAE.

Passamos ao Item 2.

Lembro que teremos uma Audiência Pública logo após esta reunião para discutir o Fundo de Garantia e a sua remuneração, a política do Fundo de Garantia.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, pela ordem. Nós estamos com *quorum*, será que não seria mais recomendável votarmos todos os terminativos?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas a pauta, hoje, está pobre de terminativo e rica de *quorum*.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Mas lá no final tem vários terminativos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Tem vários?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Aqui está escrito.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Matérias... Senador Roberto Cavalcanti, eu quero fazer um esclarecimento, são matéria que estão englobadas já com parecer pela rejeição. Agora nós poderíamos votar essas matérias englobadas se os senadores permitirem, nós poderemos votar aqui matérias terminativas que têm parecer pela rejeição, porque são matérias que não tem mais adequação para o momento que vivemos, matérias inconstitucionais.

O Plenário é soberano, se ele realmente se dispor a aprovar essas matérias, nós teremos uma apreciação mais rápida.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): São matérias em globo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): São quantos projetos terminativos? Fazem parte daquelas matérias em globo, são matérias que têm parecer pela rejeição e que os autores e relatores decidiram--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):São seis matérias.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): São seis. Então me dê a relação aqui.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Pedro Simon que acaba de ter o seu projeto aprovado.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sem abusar, eu gostaria de pedir se fosse possível que o Item 18 saísse fora da votação em globo que está sendo apresentada agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Item 18.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pois não, V. Exa. será atendido. O Item 18. Seria o caso do Item 13. Vamos ao 13, V. Exas. examinem.

A autoria é da Senadora Maria do Carmo Alves, a relatoria é do Senador Delcídio Amaral pela rejeição. É o Projeto de Lei do Senado n°. 2, de 2003, *"que acrescenta alínea ao inciso II do art. 8° da Lei n°. 9.250, de 26 de dezembro de 95, para permitir a dedução da base de cálculo do imposto sobre a renda das pessoas físicas de doações a programas oficiais de combate à fome"*.

Em discussão a matéria, em discussão o projeto. Eu vou pedir ao relator *ad hoc* que será designado agora mesmo... em bloco para dar parecer sobre todas. O melhor seria o que relator *ad hoc*, o Senador Francisco Dornelles já pudesse nos dar o parecer sobre essas matérias, começando pelo Item 13.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, poderia tirar o Item 17, junto com o 18?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O 17? A pedido do Senador

Marcelo Crivella está retirado de Pauta o Projeto de Lei do Senado n°. 556, de 2007. V. Exa. foi atendido.

Senador Francisco Dornelles, V. Exa...

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. O relatório dos projetos foi já apresentado aos Srs. Senadores, todos eles no sentido de rejeição. Eu mantenho e ratifico esses relatórios, no sentido de que seja votado pela rejeição dos referidos projetos.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em discussão a matéria do Item 13. O Projeto de Lei do Senado n°. 2. Em votação o relatório do Senador Delcídio Amaral que foi exposto aqui pelo Senador Francisco Dornelles como relator *ad hoc,* pela rejeição do projeto. O projeto é terminativo, mas o bom seria que nós englobássemos para ver a votação global.

Então o Item 14.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Até porque o parecer, Sr. Presidente, se V. Exa. permitir, o parecer do relator, o senador foi pela...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela rejeição global também, então vamos à votação global. O Item 14, o Item 13, o Item 21 e 23. Vamos à votação, 20 também. Só os terminativos. Então após o--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, por uma questão de economia processual, já que nós vamos votar os terminativos que precisam de um *quorum* expressivo, se nós votássemos todos não há nenhum prejuízo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. está inspirado hoje. Então vamos... Terminativos e não terminativos. V. Exas. concordam em votar todos englobados ou faz um terminativo... Não, porque aí as votações são diferentes. Então vamos aos terminativos. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma referência aqui ao Item 20, porque ainda que...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. quer retirar? Tem dúvida?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu vou expressar o meu voto favorável ao projeto e contrário ao--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Mas eu discordo da retirada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O melhor é V. Exa. pedir para retirar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então solicito para retirar.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Vamos votar. Já foi retirado um vez, vamos votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então V. Exa. profira isso, a locução em favor do--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, o Item 20 não está em discussão ainda. É não terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, mas a votação em globo.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Incluindo todos?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Tudo.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Então vamos embora.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Retira o Item 20 para depois, Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Esse item já foi retirado uma vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então vamos pedir destaque para o Item 20. Destaque--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Vamos voltar, Sr. Presidente. Ele dá o voto. O Senador Suplicy--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu não estou pedindo para retirar, eu quero expressar o meu voto.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Ele quer expressar o voto dele quando for chamado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É agora, ele acabou de me chamar.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Então a V. Exa. tem toda razão, Senador Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então V. Exa. quer votar, justificar--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Exato, expressar o meu voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Quer justificar o voto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Exato, Sr. Presidente. "*Trata-se de projeto que institui o imposto sobre grandes fortunas de que trata o art. 153,*

inciso VII da Constituição, do Senador Paulo Paim e é necessário lembrar aqui que o imposto sobre grandes fortunas previsto no art. 153, teve como primeira iniciativa de instituí-lo do então Senador Fernando Henrique Cardoso, cujo Projeto de Lei Complementar 162, de 89, foi aprovado pelo Senado, encaminhado à Câmara onde incorporou emendas no sentido de tributar a fortuna familiar superior a quatro milhões de reais, isentando o imóvel de residência, instrumentos de trabalho e demais ativos de alta relevância social tecnológica, com alíquotas graduais e progressivas em quatro faixas, 01%, 0,2%, 0,4 e 0,7%, mas o projeto foi rejeitado pela Comissão de Tributação e Orçamento da Câmara em 2000, na atual discussão sobre a reforma tributária, a bancada do PT apresentou projeto de emenda constitucional transformando o imposto sobre grandes fortunas em contribuição sobre grandes fortunas, de forma a tornar mais fácil a sua instituição e regulamentação. Consiste em apenas três alíquotas, 0,5%, 0,75 e 1% em limite de isenção em 10,98 milhões isentando a residência do contribuinte. O imposto sobre a riqueza instituída em vários países tem apresentado baixa participação na arrecadação, custo administrativo elevado, o que levou os Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, Japão e Itália a não adotá-lo, mas há outros países que ainda têm, como a França, que tem o imposto com alíquotas progressivas de 0,55 a 1,8, na Espanha a lei é bastante rigorosa com alíquotas progressivas de 02 a 2,5%, ainda que a tributação conjunta desse imposto, como Imposto de Renda é limitado a 60% da renda do contribuinte. A Suíça tem alíquotas de 01 a 09, a Noruega de 09 a 1,1, Suécia alíquota única de 1,5, a Índia de 1%, só alcança bens improdutivos como jóias, imóveis, automóveis e obras de arte e outros. São muitos os desafios políticos administrativos do imposto sobre a riqueza. Mas gostaria de ressaltar que a proposição, portanto, do Senador Paulo Paim guarda relação com o objetivo maior da Constituição Brasileira" e, portanto, aqui registro o meu voto favorável sem, portanto, querer retirá-lo.

Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a V. Exa. Com a palavra o Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu faço minhas as palavras do Senador Suplicy. Eu acho que uma matéria dessa natureza não há urgência em ser votada, ela está há tanto tempo, há atos anos e tantas Constituições e até hoje não foi regulamentada, que para votar contra é o que sempre aconteceu. Eu achava que ao menos a gente deveria permitir ao Senador Paim o direito de ele vir defender a sua proposta. Eu acho que rejeitar sem a presença dele, sem ele poder manifestar o seu pensamento, nós deveríamos.

Então é o apelo que eu faço antes que se permita o Senador Paim--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Está retirada.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Presidente, esse projeto já foi retirado várias vezes de pauta porque o Senador Paim não está aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas vai ser mais uma vez, senador, porque, na verdade...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V. Exa. fique tranquilo, senador, vai ser apresentado mais 20 vezes e vai ser rejeitado. Fique tranquilo. Não se assuste que não tem problema nenhum.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Veja bem, V. Exa., nós inicialmente concedemos vistas por uma semana, só na próxima semana é que nós iríamos apreciar todos esses projetos, mas aí por economia processual, com a sugestão do Senador Efraim Morais, nós resolvemos apressar a votação. Mas eu prometo a V. Exa. que na próxima sessão traremos o projeto e o Senador Paulo Paim--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Independente da vinda. Porque de outra vez foi a mesma justificativa, que o Senador Paim não estava, então tirar da pauta, então se for assim o projeto não vai ser votado nunca.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas vai ser votado na próxima semana. Vamos agora à votação em bloco dos terminativos, que são os Itens 13, 14, 21 e 23. Vou começar novamente, Senador Eduardo Suplicy pode repetir o voto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com respeito ao Item 20 eu voto favorável ao projeto, os demais estou de acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Os demais vota pela rejeição. Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu voto pela rejeição.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com os relatores, com exceção do Item 21, que voto contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Item 21 não está incluído.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não está?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Está não. V. Exa. fique tranquilo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Está incluído. Houve um erro, não meu aqui, mas da assessoria também erra. Agora os não terminativos.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu não fui chamado à votação. Eu voto com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, mas o senhor é o relator geral.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Como eu não sou relator, eu também não fui chamado, Presidente. Presidente, eu também não fui chamado para a votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Já é o relator mais privilegiado é o senhor, porque alguns relatores estão presentes, mas a maioria não estava e V. Exa. foi designado relator geral.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, pela ordem. Eu quero que conste--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Antonio Carlos Valadares votou.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não fui chamado. Só se V. Exa. me chamar agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Votou o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É, meu "xará".

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. fique certo de que os últimos serão os primeiros. Com a palavra... como vota V. Exa.?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o relator. Senador Valdir Raupp, já V. Exa. perdeu a prioridade. Cadê o Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o relator.

Lembro que teremos a Audiência Pública logo após essa reunião e agora vamos ao item...

Já houve tudo que é de votação, mas eu vou repetir. Vamos à votação dos itens não terminativos 12, 16 e 19. As Sras. Senadoras presentes e os senadores

que rejeitam, de acordo com o parecer dos relatores, permaneçam como estão. Rejeitados.

Eu quero esclarecer que o Item 2 da Pauta também vai ter o mesmo tratamento do Item 1. Nós vamos votar apenas pela mudança do caráter de apreciação do projeto, em vez dele ser complementar, ele passa a ser autuado como Projeto de Lei Ordinária.

Então eu pediria ao relator *ad hoc*, o Senador Antonio Carlos Júnior, que pudesse resumir o parecer, porque na verdade não vai se entrar no mérito.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior. É o Item 2, Projeto de Lei do Senado n°. 203, de 2009 – Complementar que passará a ser Projeto de Lei Ordinária. Sofrerá uma nova autuação.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): O parecer é para aprovação do Projeto de Lei n°. 2003, de 2009 – Complementar, recomendando que seja novamente autuado como Projeto de Lei Ordinário. O parecer e é pela aprovação, mas pela transformação do projeto em Projeto de Lei Ordinário.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. terminou. Com a palavra... A matéria está em discussão. Em votação o relator original era o Senador Tião Viana, que foi substituído pelo Senador Antonio Carlos Júnior na qualidade de relator *ad hoc*. Os senadores que concordam com o relatório, permaneçam como estão, e as senadoras. Aprovado. Passa a constituir o parecer da CAE.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Deixa eu só concluir aqui a votação. Concluindo preliminarmente pela aprovação do projeto, recomendando que seja novamente autuado como Projeto de Lei Ordinária.

Com a palavra pela ordem o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, temos aqui na pauta da nossa comissão um projeto de autoria do Senador Agripino e já tramita aqui, já vai para três anos, que tem o objetivo de diminuir os impostos sobre os produtos escolares. Como o governo anunciou recentemente que fará isso, eu acho que nós deveríamos até em homenagem a esse grande líder, votarmos esse projeto, vai ter um efeito simbólico, mas se V. Exa. pudesse--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Qual é o item?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu gostaria de botar em extrapauta, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. vai ser atendido. V. Exa. é o relator?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sou o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. tem a palavra.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, a Comissão de Assuntos Econômicos, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Lei do Senado 160 do Senador José Agripino, "*dispõe sobre a isenção de impostos IPI sobre produtos escolares, estabelece alíquota zero na contribuição de PIS/PASEP para financiamento da seguridade social sobre a importação e receita decorrente da venda desses produtos. Trata-se do Projeto de Lei 160, de 2007, de autoria do Senador José Agripino, que cria benefícios fiscais para produtos escolares.*

A proposta possui seis artigos. O primeiro isenta de IPI os seguintes materiais: cola, artigos escolares confeccionados de plástico, borracha de apagar, pasta e mochila para estudante, agenda, caderno, classificador, pincel, canetas esferográficas, caneta e marcador com ponta de feltro e lápis.

Os arts. 2º, 3º e 4º alteraram respectivamente as Leis 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 10.865 de 30 de abril de 2004 para instituir alíquota zero da contribuição para o programa de integração social e formação do patrimônio do servidor público, PIS/PASEP e da COFINS incidente sobre a receita bruta decorrente da venda dos produtos escolares mencionados, bem como para reduzir a zero alíquota do PIS/PASEP das COFINS existentes na importação desses materiais.

O art. 5º enuncia que o Poder Executivo, com vista ao cumprimento do disposto da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, estimará o montante da renúncia da receita decorrente do disposto nessa lei e o incluirá no demonstrativo que acompanha o Projeto de Lei orçamentário, o art. 6º determina a vigência da lei na data de sua publicação, mas suspende seus efeitos até o exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado no disposto no art. 5º. A Constituição preconiza ser dever do Estado garantir acesso à educação e contribui para que a evasão escolar diminua, além da situação crítica do ensino público nacional, verifica-se a dificuldade enfrentada pelos estudantes para se manter nas escolas, um dos problemas é a aquisição do material didático, que possui carga tributária federal bastante alta em alguns casos. Esse é

o obstáculo o que PLS visa superar com a instituição dos benefícios fiscais.

A matéria foi distribuída à Comissão de Educação onde recebeu parecer favorável com uma emenda e a essa Comissão de Assuntos Econômicos para decisão terminativa. A emenda n°. 1 da Comissão de Educação suprime o art. 1º do PLS que isenta do IPI os materiais ali indicados. Há o argumento de que a arrecadação desse imposto integra a base dos repasses para o Fundo de Participação dos estados e Distrito Federal e o Fundo de Participação dos municípios, prejudicando os entes federados que financiam a maior parte dos recursos aplicados na educação básica pública".

Análise. "*A competência da CAE para análise da matéria em decisão terminativa está fundamentada nos arts. 99, inciso IV, e 91, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal. O PLS n°. 160, de 2007, coaduna-se com os parâmetros constitucionais aplicáveis, que é no tocante à legitimidade da iniciativa parlamentar no processo legislativo, art. 61 caput da Constituição Federal, que é quanto à competência da União e do Congresso Nacional para legislar sobre a matéria, art. 24, inciso I, 48 caput, inciso I, 149, 195, item 2, 239 da Constituição Federal. Ainda sob o ponto de vista da constitucionalidade, o projeto atende a exigência da lei federal específica para concessão de benefício fiscal prevista no § 6º art. 150 da Constituição. A proposição, pelos seus arts. 5º e 6º, observou a determinação do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, mostrando-se adequada em termos orçamentários e financeiros, a lei ordinária é norma adequada para estabelecimento da isenção do IPI e de alíquota zero para PIS, PASEP e COFINS, inclusive quando incidentes na exportação. Inexistem óbices regimentais ou jurídicos ao PLS. Os comandos do LCP n°. 95, de 26 de fevereiro de 98, foram observados, motivo pelo qual a proposição encontra-se correta em termos de técnica legislativa. Será necessária, contudo, a alteração na redação do art. 4º do PLS em virtude da modificação da Lei n°. 10.865, de 2004, realizada após apresentação do projeto. Trata-se apenas de renumerar o inciso inserido pelo art. 4º do PLS no § 12 do art. 8º da mencionada norma*.

Quanto ao mérito, não há o que opor ao projeto. Em um país com tantas dificuldades como o Brasil, já é consenso a necessidade urgente de focarmos na educação de nossos cidadãos, devemos envidar todos os nossos esforços nesse sentido, pois um dos maiores patrimônios o que ser humano pode ter é o seu conhecimento. E se o preço do material didático, fundamental para o aprendizado e formação de nossos jovens e também dos adultos, tem sido empecilho à educação, devemos reduzir-lhe a carga tributária. Ora, se estamos reduzindo a tributação de bens de informática, de obras de infraestrutura, de máquinas e de equipamentos, inexiste razão para não fazermos o mesmo com material escolar.

Quanto à Emenda n°. 1 que suprime o art. 1º do PLS, sua justificativa está tecnicamente correta, pois do produto da arrecadação do IPI e do Imposto de Renda, a União entrega 21,5 aos estados e 23,5 aos municípios, em observância ao comando disposto no art. 159, inciso I, alíneas 'a', 'b' e 'd' da Constituição Federal. Entretanto, além de vários dos produtos beneficiados pelo projeto já gozarem de alíquotas zero do IPI, a cola, a borracha de apagar, o caderno, o pincel e o lápis, acreditamos que a retirada do art. 1º do PLS poderá tornar inócua a norma, pois a alíquota do IPI pode em regra ser alteradas por meio de decreto do Poder Executivo. Assim, com a redução a zero das alíquotas de contribuição do PIS e PASEP e COFINS, inclusive as existentes na importação, as atuais alíquotas do IPI dos produtos em questão poderiam ser levados para compensar as perdas tributárias, mantendo assim altos preços do material didáticos".

Em vista do exposto, votamos pela rejeição da Emenda n°. 1 da Comissão de Educação e favoravelmente ao projeto, como foi apresentado pelo nobre líder. Obrigado. Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Antes de ser iniciada a discussão, eu gostaria de comunicar ao Senador Marcelo Crivella que segundo a assessoria a matéria não está em condições de ser discutida nem votada, porque ela já foi aprovada, foi para o Plenário e agora o parecer deveria se cingir às Emendas 3 e 4, mas na próxima reunião nós faremos a apreciação.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Obrigado, Presidente. Eu não sabia desse fato.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu peço desculpa a V. Exa.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): É uma falha imperdoável da minha assessoria, Presidente, que não passará despercebido.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Item 3 da pauta... Eu anuncio a autoria do Senador Paulo Paim, a relatoria é minha, o relatório é favorável ao Projeto. Modifica a Lei n°. 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia, vai haver, inclusive uma audiência pública sobre projetos que modificam o Fundo de Garantia logo após essa reunião. Mas esse projeto foge

do escopo daqueles outros projetos, ele autoriza os titulares de contas a aplicarem até 10% de seus saldos em fundos de investimento, que aplicam os seus recursos em projeto de exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos líquidos situados na área do pré-sal.

Eu peço ao Senador Francisco Dornelles que assuma aqui a Presidência para que eu possa relatar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu gostaria de fazer economia processual. Eu pretendo fazer pedido de vista do projeto. Então talvez economizasse a leitura.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então é concedido vista a V. Exa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Porque aí nós economizamos...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Coletiva, inclusive. V. Exas. não vão ficar para a Audiência Pública?

Então nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão.

2ª Parte da Reunião – Audiência Pública

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Reinicio a reunião de Audiência Pública, convidando aqueles que são os nossos convidados de hoje, Mário Alberto Avelino, Presidente do Instituto FGTS Fácil; Joaquim Lima de Oliveira, Superintendente de Fundo de Garantia e Tempo de Serviço, FGTS, da Caixa Econômica; Élson Ribeiro Povoa, Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Distrito Federal; Epaminondas Lino de Jesus, representante do Presidente da Força Sindical no Distrito Federal, representando o Deputado Paulo Pereira da Silva e da Força Sindical; Sr. Ricardo Patah, Presidente da União-Geral dos Trabalhadores, UGT, representado pelo Sr. Miguel Salaberry Filho.

Esta Audiência Pública tem como objetivo discutir a remuneração do FGTS, bem como a distribuição dos resultados apurados do Fundo no exercício anterior, em atendimento ao Requerimento de n°. 6.309, da CAE, de autoria da Presidência.

Concedo a palavra ao Sr. Mário Alberto Avelino, Presidente do Instituto FGTS Fácil.

SR. MÁRIO ALBERTO AVELINO: Presidente Garibaldi, senadores. Primeiro, muito obrigado pela presença de vocês. Eu vou fazer uma apresentação em *power point* e acho que vai ficar muito mais prático.

A primeira observação é que os projetos que vão ser apresentados, todos foram baseados numa campanha de abaixo-assinado com os trabalhadores em todo o Brasil e foi entabulada uma história de vários anos de reclamações e demandas dos trabalhadores, objetivando, primeiro, que FGTS tenha um justo rendimento. Segundo, que haja mudança na lei para evitar perdas que historicamente nós vamos mostrar, e que haja mais facilidade de uso do trabalhador pelo seu FGTS. Então essa campanha começou, na realidade, FGTS 40 anos, 42, porque fez 42 anos agora em 2009. Justiça para o trabalhador, é uma campanha do Instituto FGTS Fácil, é uma ONG, e da UGT, União Geral dos Trabalhadores. Então a autoria desse projeto, de todos esses itens, são dessas duas entidades.

Como já citado, nós vamos falar de três Projetos de Lei: 581, do Senador Paulo Paim; 193 do Senador Tasso e 301 do Senador César Borges. O objetivo é, como eu falei, alterar a Lei 8.036 que atualmente regulamenta o Fundo de Garantia, nesses três itens, melhorar o rendimento, facilitar a movimentação e minimizar e combater as perdas no FGTS.

Fundo de Garantia, conceitualmente só para dar um destaque, é uma poupança em nome do trabalhador onde as empresas mensalmente depositam 8%. Criado em 66 pela Lei 5.107 e aqui em 71, eu digo que houve um grande golpe no trabalhador brasileiro no seu Fundo de Garantia. Foi alterado pela Lei 5.705 e tirou do trabalhador os juros progressivos, porque pela lei era 3, 4, 5 e 6%, então aí houve, na minha opinião, um golpe em cima do trabalhador brasileiro, tirando um rendimento progressivo. E a Lei atual é a 8.036.

Aqui são grandes números do Fundo, baseado no último balanço que saiu no Diário Oficial 31/12/2008. Com base nesse balanço, o ativo total era de 217 bilhões do Fundo, e aí tem um dado importante: o Fundo de Garantia hoje financia 7% da dívida pública brasileira, 96 bilhões do Fundo estão aplicados em títulos federais que a gente sabe que rende a SELIC e vai por fora. Para habitação, saneamento básico e infraestrutura, que é o objetivo da lei, são objetivos sociais, somente 91 bilhões, ou seja, menos de 42% do Fundo, e a lei determina 60, é investido no qual ela foi criado e 44 hoje financiando dívida pública. Depósitos vinculados, 175 bilhões dos trabalhadores, patrimônio líquido 27 bilhões e 900, e desse total já foram investidos no PAC 9,3 bilhões de reais. E existe ainda o pagamento dos expurgos dos Planos Verão e Collor, que ainda tem um provisionamento de 13 bilhões de reais.

Aqui é rapidamente como está composto o saldo dos trabalhadores, 175 bilhões é composto por contas ativas e inativas, que são 77 milhões de contas, das 154 bilhões, existem as contas dos expurgos dos Planos Verão e Collor, que o trabalhador continua trabalhando, ainda tem 5.2 bilhões, e tem as conta inativas com mais de cinco anos, que pela lei tem que ficar incorporado ao patrimônio, são 15 bilhões. Então hoje,

o trabalhador com base no balanço de 2008, tem 175 bilhões de reais. Pode ir.

Nós vamos falar primeiro do Projeto 581, de 2007, do Senador Paulo Paim. Esse projeto originalmente tem oito itens, desses oito itens houve um desdobramento, o Senador Tasso Jereissati entrou com um PLS 193 que nós vamos falar, que é a troca da TR pelo IPCA, o Senador César Borges entrou com a distribuição do lucro líquido, o próprio senador desdobrou em mais dois projetos, que é o 466 que o Senador Garibaldi relatou, ele citou agora, vai ser vista coletiva para a próxima semana, e tem o 371 que amanhã será votado na CAS em decisão terminativa, que eu vou citar no final. O primeiro item que ficou remanescente, ele propõe... A lei atual do Fundo de Garantia, uma empresa pode ficar até 30 anos para recolher o depósito em atraso. Historicamente, não digo nem milhares, milhões de empresas nesse país faliram e deixaram não só de depositar o Fundo de Garantia como o INSS vai por aí afora e massa falida, a gente sabe que o trabalhador não recebe. Então esse projeto é muito importante, porque a empresa pode ficar eternamente devendo Fundo, mas nem um mês pode ultrapassar um ano de atraso; se ultrapassar um ano, aquele débito tem que ser incluso na dívida ativa, porque se amanhã ela falir, cinco, seis anos depois, o trabalhador no máximo vai perder um ano, porque os outros estão em cobrança judicial. E esse, para os sindicatos é o projeto mais importante. Na nossa estimativa nesses 42 anos, deixou de entrar na conta dos trabalhadores 90 bilhões de reais sem contar a perda da multa de 40%, porque se tivesse mais 90, vamos calcular 40%, estamos falando em mais 25 bilhões só em perda de multa quando ele é demitido, hoje de cada 100 trabalhadores que saem das empresas, estatisticamente é dado da Caixa, 65 são demitidos sem justa causa, então o trabalhador está perdendo no que deixou de entrar e perdendo na multa.

Um dado interessante, até está na história do Fundo de Garantia 40 anos, desde a criação dele em 67 até agora, mais de 10 milhões de empresas chegaram a depositar o Fundo, hoje são três milhões de empresas, o que significa que sete milhões de empresas foram criadas e fechadas nesse período de 42 anos. O outro item desse projeto propõe, que é uma questão de justiça, que quando a empresa recolhe em atraso, ela paga multa, essa multa nos 30 primeiro dias é de 5%, ultrapassando 30 dias ela vai para 10% e a partir daí começa a correr juros e correção monetária. Desde a criação do Fundo, toda essa multa vai para o patrimônio líquido do Fundo. E aí é engraçado, só para citar rapidamente, eu conheço um trabalhador, trabalha no Flamengo, é um clube que eu sou torcedor, o Flamengo como a maioria dos clubes não deposita o Fundo, e só deposita quando o trabalhador sai da empresa, ele tem 30 anos de casa, não tem um centavo na conta do Fundo de Garantia, poderia ter uma poupança que já poderia ter comprado a casa e até hoje paga aluguel, e amanhã quando o Flamengo regularizar toda a multa que hoje nesse caso, é mais de 50% do total que será recolhido, vai para o patrimônio líquido. E o que é que existe no mercado? Quando eu contrato uma empresa de cobrança, ela ganha um percentual sobre o sucesso de cobrança.

Então o que nós estamos propondo é regularizar um erro onde o trabalhador prejudicado fica alimentando os cofres públicos, ou seja, 75 da multa vai para o trabalhador prejudicado e o patrimônio líquido fica com 25%, como um honorário pela cobrança, é mais que justo. Só para ter uma ideia, de 2000 a 2008 foi arrecadado de multa 2.3 bilhões de reais, esses dados são do balanço oficial do Fundo de Garantia gerado pela Caixa Econômica.

Até 2008 há um passivo de 13 bilhões inscrito em ações administrativas e dívida ativa, e eu estimo que uma vez recebido esses 13 bilhões, só em multa vai ter quatro bilhões de reais, que é dinheiro que deveria ir para o bolso do trabalhador prejudicado, e a gente está sendo justo, o Governo como cobrador fica com 25% e o trabalhador prejudicado, 75%.

O terceiro item, quando o trabalhador pede demissão de uma empresa ele não pode sacar o fundo. E hoje, se ele ficar três anos fora do regime do FGTS, ele poderá sacar aquela conta inativa, mas somente no mês que ele fizer aniversário, então imagine que eu completei três anos do mês de março de 2009 e fiz aniversário em fevereiro, só poderei sacar em fevereiro de 2010, então esse tempo pode chegar a quase quatro anos. Qual é a proposta do projeto? Diminuir de três para um ano e o trabalhador sacar no mês subsequente ao completar um ano de conta inativa. O que é conta inativa? Fora do regime do FGTS.

E o último item é paridade no Conselho Curador do Fundo de Garantia. Inclusive esse ano houve uma mudança no conselho, que foi aumentado em quatro conselheiros da parte do Governo, dois dos trabalhadores e dois dos empresários. E, na minha opinião, o Conselho Curador que era mais técnico virou um conselho político. Quem é que entrou no Conselho agora? Casa Civil, Planalto, se não me engano Ministério da Saúde, e depois até eles me completam. Então um conselho que era técnico virou político. Mas aí tem uma coisa engraçada, o dinheiro é do trabalhador, quem deposita é a empresa, mas quem manda é o Governo. Por que, pelo estatuto do Fundo, do Conselho Curador, o presidente é sempre o Ministro do Trabalho e

Emprego, e ele tem voto de Minerva. Então, imagine a situação que os trabalhadores e empresários, eles querem fazer uma mudança e há um consenso, 12 votos, mas o Governo é contra, ele tem 12 votos, empatou. Quem é que desempata? O próprio Ministro do Trabalho, que é o presidente. Então quem manda no Conselho Curador, na minha opinião, é o Governo, e os trabalhadores empresários fazem um papel muito importante, mas eu digo que sempre estão endossando decisões governamentais. É minha opinião, com todo respeito aos trabalhadores e aos empresários, mas isso é fato.

Então a gente propõe a paridade do Conselho Curador, como hoje existe CODEFAT. CODEFAT é paritário, é tripartite, e há o revezamento da Previdência a cada mandato. Será que os trabalhadores empresários não têm capacidade de também serem paritários no Conselho Curador, se eles são no CODEFAT? É uma pergunta que eu faço ao Congresso Nacional, que tem o poder de mudar essa lei.

Vamos entrar no Projeto 193, de 2008, do Senador Tasso Jereissati. A proposta do projeto é trocar a TR, que é o atual índice de atualização monetária, pelo IPCA que é um índice do IBGE que mede a inflação, e aí tem um dado importante. Se qualquer senador, qualquer pessoa que for ao dicionário, o que é que é atualizar monetariamente uma poupança? É repor a perda gerada pela inflação, mantendo o poder de compra daquela poupança; e qual é o ganho real do trabalhador? São os juros anuais, que é 3% que é a metade do que ganha a poupança, e a poupança não ganha seis, não, o poupador, a caderneta de poupança, rende 6.17, porque no caso do Fundo de Garantia é juros compostos, pega 3% anual, 1/12 dá 02466, que em juros compostos vai ter utilizado de 3%. A poupança não, ela rende 0,5% ao mês, se pegar 0,5 sobre 0,5 doze vezes dá 6.17. Então a poupança, que é uma poupança que eu deposito a qualquer momento e saco a qualquer momento, é um livre arbítrio, eu tenho um rendimento maior, e o Fundo de Garantia, que é um Fundo compulsório, o trabalhador é limitado nos seus saques, rende a metade, menos que a metade, e agora vem o Governo, e em vez de pegar e mexer na poupança, para que, como houve redução na taxa SELIC e tem que haver ajuste na poupança, politicamente prefere o quê? Vamos penalizar o trabalhador, e nós vamos mostrar.

Há um dado importante, existe uma decisão do STF, que é uma ação até do Ministério da Fazenda, não querendo a TR como índice para atualizar monetariamente o *deficit*, e o STF deu essa decisão. Então TR é proibida como índice de atualização monetária, porque ela não é e nunca foi. TR é um índice financeiro, que graças a ele que eu chamo de... Desculpe, eu chamo de uma arquitetura financeira que graças a eles os bancos brasileiros estão ganhando horrores, porque quando o banco, vou pagar alguma coisa, usa a TR, mas quando eu vou cobrar quem pede dinheiro, eu uso no mínimo 10% ao mês, que é o cheque especial ou um cartão de crédito, então olha a diferença fantástica. Quem paga, o banco paga pela TR, agora, quando ele recebe, a taxa de juros é uma beleza.

O que é que representa essa troca da TR pelo IPCA? Nós fizemos um levantamento desde o momento que foi usado a TR em 92, porque de 91, depois a gente vai ver o período, usou-se a TRD. No período de dezembro de 2002 a novembro, já foi confiscado 54.5 bilhões, vocês estão com o extrato gerado, que dá analiticamente com base nos balanços do Fundo, esse valor. Então o trabalhador em sete anos confiscaram(F) e eu chamo de novo expurgo, nós estamos nesse momento com o expurgo da TR, e aí eu faço um parênteses: senadores, em 2000 o STF julgou os Planos Bresser, Verão, Collor 1 e Collor 2, e deu ganho para o trabalhador do plano verão e Collor. Na sequência, começou a arquitetura do expurgo da TR e no momento em sete anos a TR já confiscou 54 bilhões, os trabalhadores já estão entrando na Justiça Federal requerendo essa devolução, nós estamos com um novo plano de expurgo, que é o expurgo da TR, é um passivo que só o confisco já está em 54 bi, se nós somarmos aqui a perda da multa de 40%, têm mais 14 bilhões, então estão confiscando do trabalhador, na minha opinião, desculpe o termo, legalmente falando, 68 bilhões de reais, isso na minha opinião tem outro nome, que eu não vou citar para ser educado.

Percentual acumulado de perda nesse período 29.51. Só em 2009 já foi 8.7 bilhões, só no dia 10 de novembro o IPCA foi 0.28, a TR foi zero. Os senadores sabem que desde o mês de setembro, a TR tem sido zero. Zero em setembro, zero em outubro, zero em novembro e provavelmente continuará sendo zero até as eleições de 2010 – desculpe eu estou usando confisco, mas eu acho que alguns entendedores entendem o que é confisco, o que é expurgo, o que é outra palavra para não citar, o que é falta(F) de educação.

Bem, só no dia 10 de novembro a diferença gerou confisco de 850 milhões de reais em todas as contas ativas e inativas do Fundo de Garantia, em um único dia o Governo confisca 850 milhões, ora, eu acho que, desculpe o temo chulo, eu acho que eles acham que o trabalhador é babaca, para não dizer outra palavra, me desculpem a palavra de baixo galão (sic).

Bem, uma observação interessante. Quando começou a usar a TR em 92, porque começou a TRD, nesse período de 92 a 99, a TR rendeu 20,44% a mais

do que o IPCA, então beneficiou o trabalhador, que foi até muito bom. Aí no mês de agosto de 99 o Banco Central começa a aplicar redutores na TR. E esse ganho chegou em dezembro de 2002 ele zerou, como o Governo continua aplicando os redutores, é aí que nós chegamos a 54 bilhões, então eu tabulei a perda, de dezembro de 2002 a novembro de 2009. Ok?

Aqui é uma tabelinha rápida, a cada ano quanto o Governo confiscou com a TR. Em 2003 nove bilhões, em 2004 oito bilhões, 2005 seis, 2006 três, 2007 seis, 2008 12 bilhões, 2009 até novembro nós já estamos em 8.5 bilhões, total 54.5 bilhões de reais. Olha, é muito dinheiro, já dá até para pagar todo o fundo do pré-sal, é só pegar e devolver o dinheiro do trabalhador, que ele faz um pré-sal paralelo, não precisa criar o fundo do pré-sal, o trabalhador pode bancar o pré-sal e ser um grande investidor, porque o dinheiro do trabalhador é dinheiro também, depois nós vamos falar sobre isso.

Aqui é um comparativo interessante, eu comparei... Porque o Fundo de Garantia começou em 67 e daquela data para cá nós só temos três índices de inflação, o IGP-DI, que começou em janeiro de 44, e se eu usasse o IGP-DI no lugar dos índices que nós vamos ver depois, que foram usados historicamente para atualizar monetariamente o Fundo, o trabalhador teria hoje um ganho de 443% a mais, se eu usasse o ICD do Dieese, teria 579% a mais. O que quer dizer isso aqui, aqui é o seguinte, no caso do IGP-DI, se ele hoje tivesse 10 mil, ele deveria ter 44 mil a mais, ele perdeu 44 mil. Se fosse o ICD, ele perdeu 57 mil para uma base de 10 mil reais. O IPC do FIP é o menor, o IPC comparativamente só aumentou 50%, dá cinco mil, e o IPCA do IBGE que começou em 80, tem uma diferença, se fosse usado só o IPCA nesse período, o trabalhador teria um rendimento de mais 120%. Então é claro que o trabalhador historicamente está sendo confiscado, não só foi o Plano Verão, Collor, Bresser e Collor 2, não, é histórico, é o que eu chamo de mini expurgo, é um confisco gradativo.

Aqui, historicamente nós vamos ver quais foram os índices usados... Nós vamos ver aqui o que foi usado de índice de atualização desde a criação do Fundo. Começou com a RTN que durou 17 anos e depois veio a OTN um ano e seis meses, IPC do IBGE 11 meses, LBC, IPC, LBC, OTN, LFT, IPC, BTN, TRD, TR. Agora, repare uma coisa interessante, de 86 a 91 foi a salada de índice, ou seja, qual é a conveniência de atualizar o Fundo de Garantia? E um detalhe, o que rende o Fundo, rende a poupança, o confisco é duplo. Nós estamos falando de 54 bilhões no Fundo, a poupança está em mais de 80 bilhões o confisco. Então reparem a salada de índices de atualização monetária. Isso é uma articulação objetivando o seguinte: "Ah, o trabalhador é alienado, o trabalhador não reclama. Vamos pegar e usar o que é mais conveniente". O trabalhador está reclamando, sim. As centrais sindicais estão aí, as confederações, as federações, os sindicatos, então eles têm pessoas que são lutando por eles e que não vão deixar que isso continue ocorrendo.

Vamos agora ao Projeto do Senador César Borges, que é o PLS 301. Por favor.

A proposição é que 50% do lucro líquido do Fundo de Garantia seja distribuído para o trabalhador, de acordo com o saldo na sua conta vinculada. Exemplo, o João tem 50 mil na conta, o Antônio tem mil, o Manoel tem 20, então o dinheiro dele foi aplicado, a gente viu que foi aplicado em SELIC, é aplicado em investimentos para a habitação, saneamento básico e infraestrutura, e isso dá lucro. Agora interessante, quando o trabalhador entra como acionista de uma empresa, o dinheiro quando dá lucro, há distribuição dos dividendos. O Fundo de Garantia não, desde a criação todo o lucro vai para o patrimônio líquido. É até um parênteses importante e eu parabenizo a Caixa Econômica, até o ano de 87 o Fundo de Garantia na gestão de Sistema Financeiro da Habitação, do BNH, ele faliu a Caixa, e eu bato palmas, ela entrou numa gestão e hoje o Fundo é lucrativo, o Fundo que era negativo virou lucrativo. Então primeiro eu parabenizo a Caixa Econômica, agora, é justo que se é o meu dinheiro que é investido, que parte dele eu tenha um participação. Então a proposição é essa. E, reparem, de 2001 a 2008, isso é balanço editado no Diário Oficial, balanço feito pela Caixa Econômica, assinado pelo Conselho Curador, 19.5 bilhões de lucro líquido, não é líquido bruto, não, tira todas as despesas, por exemplo, a Caixa é gestora, mas ela recebe pelo trabalho. Só o ano passado foram quase dois bilhões de reais, então a Caixa é paga, e é justo que ela seja paga. Só em 2008 foram 4.9 bilhões de lucro líquido. Ora, se já houvesse essa lei – aqui tem um erro por sinal, não é 1.5 -, metade, dois bilhões e 450 milhões seriam rateado para os trabalhadores. Então nós não estamos pedindo mordomia ao trabalhador, a gente está querendo que saque o Fundo para comprar geladeira, para comprar bicicleta, para comprar automóvel. Nós estamos pedindo que trabalhador, que é o dono do dinheiro, tenha justiça no seu rendimento e não continue essa política leonina.

Aqui, só para vocês verem, é a evolução pegando de 2001 para cá do patrimônio líquido do Fundo de Garantia. Em 2001, ele tinha oito bilhões e 900, ele fechou 2008 com 27 bilhões, olha o crescimento, e aí tem um dado interessante, nesse período, e aí eu bato palmas mais uma vez à gestão da Caixa Econômica, o Fundo, o patrimônio cresceu 210%, sabe que rendeu o

Fundo de Garantia no mesmo período? De 2000 para cá, 60% arrecadando. A conta do trabalhador com juros e atualização monetária rendeu 60%, o patrimônio cresceu 210, méritos para o gestor. Mas olha, engraçado, todo o dinheiro vai para a Caixa Econômica, não é para a Caixa, vai para uma conta chamada patrimônio líquido, que tem objetivo de cobrir despesas do Fundo, ao subsídio de inclusive mutuários do sistema financeiro. Agora, o trabalhador autorizou alguém a pegar o dinheiro dele e distribuir? Acredito que não. Então consultem o dono do dinheiro. O trabalho elege deputados e senadores confiando que vão ser feitos leis que fazem justiça. Nós estamos aqui no momento para corrigir erros do passado, para que isso não continue, então aqui está o patrimônio líquido. Por favor.

Então esse projeto do senador é muito importante, porque ele vai melhorar o rendimento. E uma observação importante aos empresários. Esse repasse do lucro líquido, ele não vai compor base para multa de 40%, o que compõe base é só os depósitos e o rendimento de juros e atualização monetária. O repasse da multa, por exemplo, que nós citamos antes e o repasse do lucro líquido não é colocado para a base da multa de 40% em caso de demissão sem justa casa.

Aqui é mais uma citação rápida. Amanhã estará pautado na CAS em decisão terminativa... O PLS 301 do Senador Paulo Paim, ele resgata ao trabalhador um direito que foi tirado recentemente pela lei que instituiu o fator previdenciário. Antes o trabalhador se aposentava, no caso de mulher, com 30 anos de contribuição à Previdência e o homem com 35. Com o fator previdenciário, uma pessoa que começa hoje com 16 anos, um homem, vai se aposentar aos 65. Ora, com essa lei que vai mudar, o trabalhador quando chegar aos 35, ele teria a oportunidade de se aposentar e com isso sacar o FGTS. Então o senador está trazendo de volta um direito tirado recentemente por uma lei e sancionada pelo Congresso. O que é injusto. Então essa lei corrige um erro, eu diria até legislativo. Por favor.

O outro Projeto do Senador Paulo Paim é o 466, cujo relator é o Senador Garibaldi Alves Filho, foi citado hoje, foi pedida vista coletiva do projeto e ele propõe o quê? – Por favor, pode avançar – Ele propõe, permite o que trabalhador, que é uma demanda de todos os trabalhadores brasileiros, possam investir até 10% de seu Fundo de Garantia em ações da PETROBRAS, focada na prospecção do pré-sal. E aí eu pergunto: será que o dinheiro do trabalhador não é bom? Há questão de um mês... No dia 11 de novembro agora, o Presidente Lula sancionou a MP 464 onde, na minha opinião, houve um engodo da liderança do Governo que disse o seguinte: podem sancionar essa emenda que aumenta de 10 para 30 o investimento no PAC porque o Presidente Lula irá vetá-la. E o que é que ocorreu? Canto já estava anunciado há muito tempo, o Governo pressa do dinheiro do trabalhador, tanto precisa que aumentou de 10 para 30 no PAC. E sancionou a lei. Então o trabalhador hoje já pode investir a partir do momento que for libertado, até 30% com o seu dinheiro no PAC. O PAC é justo? É justo. São projetos bons para o país? São. O pré-sal não é bom, não? Eu digo o seguinte, o pré-sal, na minha opinião, as ações da PETROBRAS eu chamo de carne de primeira. O PAC, com todo respeito, e é tão importante, eu chamo de carne de segunda. Ora, então para carne de segunda o trabalhador pode investir, carne de primeira ele está vetado, o dinheiro do trabalhador não é bom.

Então Srs. Senadores, esse projeto é muito importante que dá ao trabalhador o direito, sim, de poder participar de um grande investimento do país e a PETROBRAS precisa de dinheiro, e dinheiro do trabalhador é igual a qualquer dinheiro de qualquer investidor. E porque essa discriminação? É uma boa pergunta. Só voltando um pouquinho, por favor.

A estimativa, se for aprovado, daqueles 175 bilhões poderá ser captado 12 bilhões de reais para o investimento de pré-sal. Quem investiu em 2000 na PETROBRAS está tendo um ganho hoje bruto de 900% pela cotação atual das ações da PETROBRAS, e o Fundo de Garantia, o que ele manteve lá, está rendendo de 60%, exemplificando, eu tinha 20 mil em 2000, peguei 10 mil e comprei ações da PETROBRAS, esses 10 mil hoje valem 100 mil reais e os meus 10 mil Fundo são 16 mil reais. Então, será o que trabalhador pode ter essa oportunidade? Já que o rendimento é tão baixo e que esperamos que com o projeto do Senador Tasso, que vai corrigir essa irregularidade, esse confisco, esse expurgo, e outros sinônimos aí, corrija e que o trabalhador tenha justiça.

Então os projetos apresentados é a campanha FGTS 40 anos, foi lançada em janeiro de 2007 quando o Fundo de Garantia completou 40 anos, idade do lobo, amadurecimento. Então está na hora, durante 40 anos o trabalhador tem sido confiscado ou ajudando o país a crescer. Está na hora de se fazer justiça ao trabalhador.

O que eu peço é que os senadores, como depois a Câmara, tenham esse senso de justiça e que acredito que têm. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Sr. Mário Alberto Avelino, Presidente do Instituto FGTS Fácil.

E concedo a palavra ao Sr. Joaquim Lima de Oliveira, Superintendente do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço, FGTS, da Caixa Econômica Federal.

SR. JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA: Boa-tarde a todos os senhores. Quero cumprimentar o Senador Garibaldi em nome de quem eu cumprimento os componentes desta Mesa, Srs. Senadores aqui presentes, o Dr. Paulo Eduardo Secretário-Executivo do Conselho Curador do FGTS, que também se faz presentes.

Mais uma vez aqui estamos para conversarmos sobre o Fundo de Garantia, a minha participação aqui é estritamente técnica, não entrarei no mérito das propostas e a minha exposição, por ser técnica, ela apresenta a realidade do Fundo de Garantia. E há pouco mais de 30 dias aqui estive em outra Audiência Pública e já pela quarta, quinta audiência, de maneira que eu acho extremamente importante que os números e que a gestão e a característica do Fundo de Garantia seja entendida, seja conhecida, para que as propostas que sejam encaminhadas, elas considerem o todo do FGTS. Não se pode falar de Fundo de Garantia sem pensar em sistema, porque o FGTS não pode visto só de uma ótica, ele tem um objetivo, ele tem uma razão desde a sua criação, e ele está dentro de um sistema, um sistema que sustenta a política habitacional do país, a política de infraestrutura do país, a política de saneamento do país, é o principal *funding* aí durante décadas, nos seus 45 anos quase de FGTS que vem sustentando o país, se hoje nós temos um *déficit* habitacional de mais de sete milhões de moradias, qual seria esse número sem a presença marcante do Fundo de Garantia nessas quase cinco décadas da sua existência.

Então gostaria de apresentar mais uma vez aos Srs. Senadores os número atuais do Fundo de Garantia atualizados até setembro último, para que a gente possa então entender o momento do Fundo. Só bem rapidamente, a lei que criou o Fundo foi a lei lá de setembro de 66, a 5.107, com dois objetivos. O primeiro objetivo era substituir a chamada estabilidade que trabalhador adquiriria ao ter dez anos no mesmo emprego. O que se verificou na prática à época os estudos foram feitos, que prestes a completar os dez anos de vínculo empregatício, a empresa demitia o trabalhador e essa pseudo-estabilidade deixava de existir e o trabalhador começava novamente do zero no outro vínculo empregatício. Então verificou-se isso, então se propôs uma troca por essa poupança compulsória que é o FGTS, no percentual de 8% sobre o salário percebido imensamente pelo trabalhador. O segundo ponto para motivação de criação do FGTS foi exatamente criar uma fonte de recursos, um fundo, onde se pudesse acumular recursos e esses recursos pudessem ser investidos na melhoria de qualidade de vida da população nesses três setores, habitação, saneamento e infraestrutura. E esse ponto é vital para se entender o Fundo de Garantia, porque comparar o FGTS com aplicações de mercado é desvirtuar e tirar do contexto da sua existência, o FGTS é um fundo e não se pode pensar na existência de um fundo sem o acúmulo de riquezas com uma determinada finalidade, então é essa finalidade no FGTS.

Quando eu comparo o Fundo de Garantia com bolsa de valores, quando eu comparo com aplicações de ativos financeiros de mercado, CDB, RDB, outras aplicações financeiras, eu estou comparando coisas que por natureza são diferentes. Então nós precisamos entender o que é que nós estamos fazendo de discurso e o que é que nós queremos para o país e para a classe trabalhadora.

A Lei 8.036 é a lei de regência do Fundo desde 90, aprovado por esta Casa, tem um Conselho Curador com toda a representação da sociedade civil, e aí é importante só fazer um recorte que este Fundo desde 90 vem sendo administrado pelos trabalhadores e pelos empregadores, então quando a gente ouve algumas afirmativas, até parece que esses trabalhadores não estão na gestão do seu dinheiro e eles estão presentes pela representação escolhida pela classe trabalhadora no Conselho Curador representado também pelos empregadores desses trabalhadores, e são responsáveis pessoalmente com o CPF de cada um deles, não são as entidades que estão por trás, mas são as pessoas físicas que respondem diretamente à CGU e ao Tribunal de Contas da União.

O Fundo de Garantia hoje sem sombra de dúvida é o instituto mais fiscalizado neste país. No mínimo cinco auditorias passam pelo FGTS a cada ano. E talvez seja o instituto que tenha as suas contas todas quitadas junto ao aos órgãos de controle até o ano de 2007, 2008 se encontra em análise. Aí o papel dos entes que compõe o FGTS: o Ministério das Cidades como gestor das aplicações, a Caixa Econômica Federal e seu agente operador, a Procuradoria-Geral da Fazenda que faz a representação fiscal e a execução da dívida do Fundo de Garantia, o Ministério do Trabalho, através da Secretaria de Inspeção do Trabalho fiscaliza no ambiente dos empregadores a regularidade do recolhimento do FGTS.

As atribuições da Caixa enquanto agente operador são estas: centralizar os recursos; manter e controlar as contas vinculadas, essas contas até 92 estavam espalhadas em 76 bancos com 28 sistemas diferentes; expedir atos normativos; definir procedimentos operacionais; elaborar análise jurídica, econômica e financeira; emitir certificado de regularidade para as empresas e elaborar as contas do Fundo de Garantia; implementar atos normativos emanados pelo gestor da aplicação e pelo Conselho Curador; celebrar convênios

para aplicação dos recursos; representar judicialmente o FGTS e a Caixa enquanto banco, atuar também como agente financeiro. Esse é o arranjo institucional de governança do Fundo de Garantia. A Caixa Econômica é o agente operador, nós temos um conselho de curadores que administram esse fundo, representado, como foi dito pelo Governo e a sociedade civil, Conselho Monetário Nacional que traz algumas normas que impactam no Fundo de Garantia como aplicação dos recursos em habitação e saneamento. O Ministério das Cidades que é o gestor das aplicações, o Ministério do Trabalho que faz a fiscalização nas empresas, o Ministério da Fazenda pela PGFN que faz a representação judicial do Fundo, a Caixa que operacionaliza todo esse arcabouço legal jurídico estabelecido, emprestando os recursos para os bancos que atuam no segmento de habitação, saneamento e infraestrutura. Essa parte aqui é toda a rede de controle que se põe sobre o Fundo de Garantia, auditoria interna, auditoria independente, Banco Central, auditoria integrada, TCU e este grupo de apoio permanente, que são técnicos que todas as terças-feiras agora ele está reunido, tratando de Fundo de Garantia diuturnamente para a sua governança.

Aqui os grandes números do FGTS até setembro. Ativo total do Fundo de 230 bilhões de reais, a disponibilidade do Fundo de 100 bilhões, carteira de debêntures são carteiras de mercado criado recentemente para ajudar o país nesse momento de crise, o FGTS que tem chamado isso aqui de PAC, isso aqui não tem nada a ver com o PAC, são operações de mercado do Fundo de Garantia emprestado a empreendimentos e projetos importantes para o país na área de infraestrutura, a energia, rodovia, porto, saneamento e hidrovia, são projetos totalmente privados, não tem um projeto público aqui, esse é dinheiro do trabalhador financiando a infraestrutura do país do mercado com projetos de retorno considerável para a melhor rentabilidade do trabalhador. Operações de crédito é o resultado que está aplicado durante os 44 anos do FGTS em habitação, saneamento, infraestrutura, 106 bilhões, depósitos vinculados são saldo das contas dos trabalhadores em torno de 170 bilhões de reais, um patrimônio líquido do Fundo atualizado até setembro de 30 bilhões e o diferido é o que o FGTS ainda falta a pagar dos planos econômicos Verão e Collor.

Evolução dos grandes números de setembro a setembro do último ano 2007, 2008, 2009, receitas do fundo, apesar da crise continuam crescentes, as receitas de operações de crédito, renda de aplicação financeira da disponibilidade do Fundo de Garantia, mesmo com a redução da taxa de juros já está mantendo o mesmo nível, a contribuição social, que é o recolhimento feito em 10% junto com os 40 para ajudar a pagar os planos econômicos, a rentabilidade desse último ano, outras receitas que o Fundo tem.

As despesas, nós temos despesa de juros de 5,5 bilhões nós temos despesa de juros de 5,5 bilhões, amortização dos planos econômicos 3,5 bilhões até setembro, amortização dos planos econômicos 3.500, taxa de administração do FGTS 1 bi e 600, descontos que são subsídio que o FGTS concede aos trabalhadores de baixa renda para viabilizar a casa própria, 2 bilhões e 300, e outras despesas operacionais. Então nós vemos que os índices de receitas são crescentes e os índices de despesas em cima dos planos econômicos e de administração já há algum tempo vem sendo declinantes dentro do Fundo procurando focar o resultado.

Arrecadação e saques. Neste último ano nós temos uma arrecadação até setembro, de janeiro a setembro de 40 bilhões de reais, é uma arrecadação que está crescendo, uma variação de 13% mesmo com a questão da crise econômica, uma variação aqui de 19%, e temos uma arrecadação líquida, que é a diferença entre o que arrecada e o que paga, de 3,5 bilhões, que está menor 23% em relação ao mesmo período do ano passado, fator crise. A nossa estimativa para dezembro é que esta arrecadação ultrapassa o ano anterior e seja bem maior.

Aqui só um gráfico para mostrar a evolução, a arrecadação, os saques do FGTS, a linha amarela, a arrecadação bruta do Fundo continua crescente e a arrecadação líquida do Fundo de Garantia em 2008 nessa data nós tínhamos arrecadação de 4.600 e agora temos 1 bilhão e 100 a menos neste período.

Evolução dos saques por modalidade. O principal saque do FGTS é a demissão sem justa causa, responsável por 65%; nós temos aposentadoria, que é responsável por 13%; o uso na habitação 12%; outros 11%, fechando aí os 100% principais saques do FGTS.

Aqui é só aquela mesma informação mostrada via gráfico, para gente ver como o principal saque é a demissão sem justa causa quando o trabalhador saca o recurso que ele tem no Fundo de Garantia.

As contas de recolhimento, nós temos aqui agora em setembro de 2009, recorde de recolhimento ao Fundo de Garantia por quantidade de trabalhadores com contrato de trabalho assinado, 30,5 bilhões praticamente, em setembro do ano passado quando o país estava em pleno desenvolvimento nós tivemos 30 milhões de trabalhadores com recolhimento mensal e agora já temos 30 milhões e 500, retomando a trajetória do crescimento do mercado de trabalho. Aqui, só para dados informativos. Foi muito explorado

isso anteriormente, nós temos aqui uma tabelo de 93 até agora comparando TR mais três *versus* o IPCA, o FGTS durante todo esse período anualmente corrigiu em 27 mil 406% contra 22.598 do IPCA no mesmo período, obviamente que aqui está a TR mais a taxa de juros de 3% contra a inflação do período que foi registrado pelo IPCA.

Isso aqui é um comando importante, quando a gente trata de Fundo de Garantia, o art. 9º da Lei 8036 determina que as aplicações com recursos do FGTS--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, só um minutinho. Eu não entendi aquele quadro anterior. O senhor poderia explicar melhor?

SR. JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA: Pois não, é só voltar. Isso aqui são os índices que corrigiram as contas do Fundo de Garantia, senador, de 93, quando foi criada a TR até agora, o registrado em 2009. TR mais 3%, aqui não tem só o índice da TR, tem a TR mais os 3% de juros que o FGTS aplica. Comparativamente--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): [pronunciamento fora do microfone].

SR. JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA: Aqui só tem o IPCA, se botar IPCA mais três passa. Com certeza.

Esse comando da Lei 8.026 determina que as operações do FGTS, as aplicações devem ser aplicadas, segundo critérios fixados pelo Conselho Curador, e essa lei coloca que a correção aplicada às contas vinculadas, ela deve ser calculada com a taxa média, mínima por projeto, de 3% ao ano. Isso para buscar a paridade entre o ativo e passivo do Fundo de Garantia.

Isso aqui é um perfil das contas do Fundo de Garantia, nós temos hoje 176 milhões de contas do FGTS, são contas com saldo. Aqui nós temos três tipos de cadastro no Fundo de Garantia: tem um cadastro de contas ativas, que são aqueles 30 milhões de contas que estão recolhendo todo mês; temos um cadastro de contas que têm entre dois e cinco anos que não têm depósito e um cadastro histórico de contas do FGTS que têm mais de cinco anos que não recebem depósitos. Somando esses três cadastros, nós temos contas no Fundo de Garantia que tem dinheiro lá, 176 milhões 450 mil contas do FGTS com deposito, que corresponde a esses 179 bilhões de reais. Se nós pegarmos essas contas e fizermos uma extratificação delas por saldo, nós teremos trabalhadores com saldo de até um salário mínimo de 465 reais, 78.22% dessas contas têm até 465 reais de saldo. São responsáveis por 6.8% do dinheiro que tem no Fundo de Garantia.

Então a gente vê aqui a forte concentração de renda que existe no país. No pico da pirâmide nós temos trabalhadores que têm saldo acima de 10 mil reais, nós temos 1.99% das contas do FGTS têm mais de 10 mil reais de saldo, todavia são responsáveis por 52.5% de todos os 179 milhões que existem no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Então o que é que a gente verifica? Que esses trabalhadores de baixa renda, eles têm uma quantidade enorme de contas no Fundo de Garantia e valores extremamente pequenos, portanto qualquer uma medida que se adote de aplicar, nós estamos falando deste universo aqui, nós estamos falando de um 1.99% do trabalhador que é responsável por mais de 50% dos ativos do Fundo de Garantia.

À medida que a gente dá uma solução para isso aqui, nós esvaziamos o FGTS em termos das suas políticas de habitação, saneamento e infraestrutura, porque este pessoal aqui, nós vamos ver à frente, eles têm um mobilização muito grande dentro do Fundo de Garantia porque são trabalhadores que têm uma volatilidade muito grande no mercado de trabalho. Como o principal elemento de saque é a demissão sem justa causa, eles sacam o FGTS numa velocidade muito grande enquanto conseguem o próximo emprego. Por favor.

Aqui nós fizemos uma simulação apenas para exemplificar, porque parece que as proposta que vêm são coisas super novas, nós trabalhamos isso, tentamos dentro do Fundo desde 97 fazer uma distribuição de resultados dentro do FGTS. Por que ainda não fizemos? Exatamente por causa dos números, nós temos estes 176 milhões de contas do Fundo de Garantia responsáveis por esses 179 bilhões de reais. Quando nós pegamos uma exemplificação dada aqui, três bilhões de reais que faça uma proposta de distribuição, fazendo uma proposta de 50%, você distribuir proporcionalmente ao saldo que as pessoas têm na conta. Então a gente faz uma distribuição igualitária para todos os trabalhadores, daria R$ 8,50. Nós, fazendo a distribuição dos outros 50%, considerando aqui o salário percebido pelo trabalhador e fazendo uma inversão, quem ganha mais recebe menos, e quem ganha menos recebe mais. Nós faríamos esta distribuição de bônus, R$ 12,00 para quem tem até 50, R$ 10,00 para quem tem até 100, R$ 7,00 para quem tem até 200 e assim sucessivamente e chegamos neste total de distribuição, de um resultado de três bilhões de reais dividido para 176 milhões de contas. Isso nos daria na média R$ 17,00 para cada trabalhador, se nós distribuíssemos três bilhões de reais entre todos os trabalhadores que têm conta no FGTS. Qual é a avaliação que se faz no âmbito do Conselho? Que é um valor ínfimo,

que é muito melhor você carrear esses recursos com a política de subsídio que o Fundo já vem praticando, onde ele pega parte do recurso que tem e aplica no subsídio para baixa renda para viabilizar a habitação, para quem não tem condição de contratar um financiamento bancário do crédito mobiliário.

Esta é a avaliação o que FGTS faz desde 97, tentando fazer uma equalização aqui. Aqui tem um problema seríissimo de ordem jurídica, que você não pode privilegiar, por exemplo, somente os trabalhadores que estão no mercado de trabalho hoje, porque a riqueza dos trabalhadores que estão dentro do Fundo ajudam e ajudaram, e continuarão ajudando os resultados auferidos pelo FGTS. Então na verdade, se você segregar um grupo para que você faça distribuição de resultados, você tem uma questão de isonomia de tratamento, uma questão séria judicial e você abre um passivo muito grande contra o Fundo de Garantia.

Aqui o tempo de permanência na conta. O último saque deste último mês de setembro, nós tivemos 2 milhões e 447 mil saques do FGTS. Desses que sacaram o Fundo de Garantia, 23% tinham três meses de vínculo empregatício, 11% tinha de três a seis, 7,5% tinha de seis a nove e 6.41 tinha de nove a doze, acumulando com um ano de conta no FGTS, 48% dos trabalhadores sacaram o Fundo de Garantia, então a gente verifica que é uma rotatividade muito grande que acontece no FGTS, e quem efetivamente sustenta o sistema os trabalhadores que têm estabilidade no emprego, que têm melhor renda, que têm melhor salários, esses ajudam a manter o FGTS, esses que possibilitam você fazer essa política de investimento em habitação e saneamento e infraestrutura para o país.

Execução orçamentária de 2009, o FGTS está investindo esse ano de 2009, 50 bilhões, desses 50 bilhões já foram emprestados até setembro 38 aos agentes financeiros, que foram emprestados para o mercado e nós temos os valores emprestados e os valores aplicados pelos agentes financeiros ao mercado para as pessoas físicas e jurídicas.

Subsídio do FGTS. O FGTS desde 98 dá subsídio que se chama dentro de Fundo de Garantia de desconto, que é uma dotação que ele aloca para poder viabilizar o financiamento para os trabalhadores de baixa renda. Este ano o Fundo alocou quatro bilhões de reais, maior do que a proposta de simulação que a gente fez aqui agora a pouco de distribuição de resultados, onde esse recurso viabiliza a trabalhadores de até cinco salários mínimos obterem o financiamento habitacional.

Então não é papel do Fundo, mas o Fundo faz, porque ele tem que alcançar o seu objetivo social, ele vem investindo, colocando esses recursos para viabilizar habitação para trabalhadores da baixa renda. Isso aqui deve dar em torno de 13 a 15 bilhões de reais, que o FGTS vem colocando exatamente para alcançar o seu objetivo social e hoje, graças essas políticas do FGTS, trabalhadores de um salário mínimo tem conseguido financiamento para a casa própria.

Aqui é a mesma informação apenas na forma de gráfico. Aqui um quadro dos investimentos em habitação. Quantidade de contratos, dos contratos que foram celebrados até setembro, 28% deles foi para trabalhadores entre um e três salários mínimos, 46% para trabalhadores de renda familiar de três a cinco salários mínimos, 19% para trabalhadores de cinco a oito salários mínimos, e o restante acima de oito salários mínimos, 7%. Em termos de valores, 16% para trabalhadores de até três salários mínimos, 48% para trabalhadores com renda familiar de até três a cinco salários mínimos, de três a oito salários mínimos, 24% e 12% acima de oito.

Aqui os descontos. Para onde estão indo os descontos subsídio do FGTS. Então nós temos aqui até um salário mínimo 9%, quase 10% de trabalhadores que ganham até um salário mínimo por causa da distribuição desse desconto pelo FGTS e conseguiram pegar um financiamento habitacional. Aqui de um a dois, de dois a três 24%, 27% de três a cinco, e aqui de quatro a cinco, 24. Aqui não está dando para ver bem. Então a gente vê aqui a proporção em termos de quantidade de contratos e o aqui em termo de valor. O que é importante é que até três salários mínimos, 38% dos recursos do FGTS para subsídio atenderam focadamente essa baixa renda, e isso está mudando a questão do *déficit* habitacional no país. Em termos de valores, quase 40% dos recursos subsídio do FGTS foram concedidos para financiamento habitacional de família de até três salários mínimos.

Aqui o retorno das operações do Fundo, até setembro retornaram por empréstimo de habitação sete bilhões, de infraestrutura 800, de saneamento 2 bilhões e 400 num total de 10 bilhões de reais. Quem são os agentes tomadores desses recursos principais? Dívidas roladas pela 8727, estados e municípios rolaram junto à União, 2 milhões e 500 a EMGEA, que é uma empresa de Governo , dois bilhões a Caixa Econômica que devolve ao Fundo de Garantia, quatro bilhões, outros agentes financeiros 1,5 bilhão. Total, arrecadação de empréstimo até setembro retornaram dez bilhões de reais ao Fundo de Garantia, de um ativo total emprestado de 106 bilhões, um retorno de quase 10% nesse período, que é um altíssimo retorno que mostra que praticamente não existe inadimplência no Fundo.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, o que é EMGEA?

SR. JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA: É a empresa gestora de ativos, uma empresa criada pelo Governo Federal que na reestruturação dos bancos públicos oficiais, Banco do Brasil, Caixa, BNB, BASA, ela pegou os ativos não muito qualificados dessas empresas e foi feita a EMGEA, e repassaram esses ativos para essa empresa, e quando foi repassado, alguns empréstimos que a própria Caixa Econômica tinha junto ao Fundo de Garantia, foi passado para a EMGEA, que vem pagando com a garantia do Tesouro ao FGTS.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): [pronunciamento fora do microfone].

SR. JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA: Do Governo Federal.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): [pronunciamento fora do microfone].

SR. JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA: Isso. Em relação aos trabalhadores que têm conta no Fundo de Garantia, o FGTS vem já há algum tempo fazendo uma política para esses trabalhadores que são donos desse ativo, então tem um programa criado especificamente para os trabalhadores do Fundo de Garantia que têm contas no FGTS que chama de pró-cotista, onde ele tem uma taxa de 8,66, eles podem financiar o seu imóvel até nos limites do SFH, que hoje chega a 500 mil reais o valor do imóvel. Eles têm uma redução de 0,5% em qualquer uma linha do FGTS que ele for tomar, ele tem um desconto na taxa do Fundo de Garantia de 0,5, eles são alcançados por trabalhador de baixa renda por essa política de subsídio do Fundo de Garantia e foi criado pensando nos cotistas do Fundo o FI-FGTS, que por intermédio de investimento de um FIC, Fundo de Investimento em Cotas, que é uma forma de melhor remunerar a conta do trabalhador que está agora sendo formatado pelo Conselho Curador do Fundo de Garantia.

Aqui, só falar um pouco sobre este FIC. É importante esclarecer que essa medida provisória 349, ela saiu no ambiente no momento em o que Governo lançou o PAC, agora esses recursos são recursos do Fundo de Garantia e totalmente voltados para o setor privado. Esses recursos não são voltados para o setor público para obra de saneamento, ele faz investimento em energia, em portos, em rodovia, em ferrovia, eram hidrovias, tudo com projetos de mercado com estruturação com instrumentos de mercado, os senhores vão ver logo em seguida.

Aqui a cronologia deste Fundo, só para mostrar que este Fundo foi aprovado pela MP 349, foi convertido em lei em junho de 2007, a CVM regulamentou pela Instrução Normativa 462 em novembro de 2007, esse Fundo teve a sua primeira reunião do Comitê de investimento em dezembro do mesmo ano. Teve o registro na CVM em fevereiro de 2008, autorização para funcionar pela CVM em junho de 2008. Em setembro de 2008 ele contratou a primeira operação, de lá para cá ele veio, quando nós chegamos no final de dezembro de 2008, ele já tinha desembolsado 9 bilhões de reais em projetos, agora em agosto ele já aplicou mais de 15 bilhões de reais em estrutura de mercado.

Um resumo deste Fundo. Inicialmente ele foi criado com o 50 milhões de reais, foram desembolsados já, contratados e efetivamente desembolsados num período de um ano 12 bilhões e 600 milhões de reais, operações que já foram aprovadas, mas ainda não foram desembolsadas, um bilhão, e operações aprovadas em primeira instância em relatórios de oportunidade de investimento 1 bilhão e 700, totalizando 15 bilhões de reais. Em estoque de projetos mais de 16 bilhões de reais em projetos, querendo financiamento do fundo de investimento em infraestrutura do FGTS.

Aqui uma apresentação gráfica, quais são os instrumentos o que FGTS e o FI têm utilizado? A maior parte debêntures são dívidas contratadas, FIP, Fundo de investimento e participação, ações e Fundo de Investimento de Direitos Creditórios, todas essas operações são reguladas pelo mercado, com supervisão de CVM, com estrutura de mercado e é esse este o objetivo do fundo ao criar o FI e FGTS.

Aqui por setor. A maioria dos investimentos está no setor de energia, onde todos saem com garantia de receita já pelo sistema elétrico com mais de 20 anos de receita garantida, de maneira que os investimentos tenham um excelente perfil e *performance* futura para possibilitar o trabalhador comprar cotas desse Fundo e melhorar a rentabilidade TR mais 3% do FGTS. O principal setor é o de energia, em seguida vem ferrovia, portos, rodovia e saneamento, onde as linhas normais de financiamento continuam sendo operadas normalmente pelo FGTS.

Recentemente, o FGTS também criou inspirado do próprio FGTS, carteiras habitacionais de saneamento e de transporte para atender com estrutura de mercado, criou uma carteira de seis bilhões de reais para habitação, já foram emprestados dois bilhões de reais em projetos aprovados tem mais 1.100, projetos em aprovação mais 1.400, totalizando 4,5 bilhões dos seis bilhões de reais alocados este ano. Carteira de projetos de mais de cinco bilhões de reais. A carteira de saneamento foi criada mais recentemente, já tem projetos aprovados na ordem de 850 milhões, e agora bem mais recente, uma carteira para transporte de três bilhões de reais que ainda não tem operações aprovadas.

Aqui são alguns pontos que o FGTS está por merecer correção na sua lei para poder melhorar a sua

governança, melhorar um dos aspectos que são colocados aqui, já foi apresentado aqui pelo meu antecessor que fez a exposição, temos que ter uma forma de não cobrar cada centavo do Fundo de Garantia, é antieconômico, hoje por ser dinheiro do trabalhador você cobra até centavos do FGTS, é obrigado a cobrar, não tem o princípio da economicidade aqui num procedimento como este, precisa ser alterada a lei nesse aspecto. Critério de atualização dia e mês, hoje com a... sem inflação você atualizar isso diariamente é antieconômico, parcelo na Justiça do Trabalho e que muitas vezes são acordos celebrados em outras instâncias que não passam pela gestão e a governança do Fundo de Garantia, critério de aplicação da multa administrativa, também foi explorado isso aqui. Pode passar.

Algumas hipóteses de saques, a gente acha que precisa rever, tem algumas hipóteses de saque que não se justificam; questão do empregado doméstico, que a gente precisa regularizar tornar obrigatório o direito dos trabalhadores domésticos; reduzir o prazo para saque para contas inativas, foi o exemplo dado aqui nas contas inativas com a data de nascimento, de aniversário, que às vezes o trabalhador precisa até de quatro anos para sacar uma conta inativa e isso não se justifica.

Então de maneira geral é este o quadro que a gente tem no ambiente do FGTS de maneira técnica, atualizada os valores e o porquê da gestão do Fundo de Garantia.

Só gostaria de salientar que a criação do FI e FGTS tem por objetivo, além de ajudar o país na questão da infraestrutura, tem objetivo de viabilizar uma melhor rentabilidade da conta do trabalhador, de que forma? Foi também citado a Medida Provisória que foi aprovada aqui nessa Casa, que aumenta para 30% o uso do saldo da conta vinculada, o trabalhador poder pegar 30% da conta dele e investir em cotas deste fundo que está dando uma rentabilidade em torno de 10% contra TR mais três, como uma proposta de o trabalhador pegar esse recurso da sua conta e comprar cotas deste fundo que o recurso ficaria dentro do sistema FGTS investindo e gerando emprego, porque todos os investimentos do FI e FGTS têm que ser para impedimentos novos, para geração de emprego, para aquecimento da economia e principalmente para ter uma rentabilidade melhor. Com isto, o trabalhador deixa 70% na conta dele que é remunerado da forma que está colocada hoje e 30% ele tem uma remuneração melhor, uma alternativa que se estudou dentro do Fundo de Garantia de melhorar a rentabilidade do trabalhador sem desestruturar o Fundo e sem levar o dinheiro do FGTS para bolsa de valores e para outras propostas que existem onde o trabalhador perde muito em termo de geração de emprego e perde muito em termo de desenvolvimento do país.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Sr. Joaquim Lima de Oliveira, Superintendente do Fundo de Garantia da Caixa Econômica Federal.

E concedo a palavra ao Sr. Élson Ribeiro Povoa, Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal.

SR. ÉLSON RIBEIRO POVOA: Boa-tarde a todos. Gostaria de cumprimentar aqui os presentes, o nosso Senador Tasso Jereissati por quem eu tenho uma grande admiração, pela sua postura parlamentar e pela sua ética. E os demais que prestam o serviço muito relevante ao nosso país.

Depois que os dois palestrantes fizeram a sua apresentação, uma apresentação bastante clara que foi colocada aqui pelo nosso amigo Joaquim, da Caixa Econômica Federal, eu gostaria apenas de pontuar algumas questões e dizer primeiramente o seguinte: eu fui conselheiro do FGTS em 1995, 91, aliás, oito anos atrás, e aquela época quando deixei o Fundo de Garantia, quatro anos após o Fundo tinha um patrimônio de 87 bilhões de reais. Estou retornando agora e ativo, exatamente. Estou voltando agora e encontrando o Fundo de Garantia com 230 bilhões de reais, quer dizer, foi um trabalho extraordinário feito pela Caixa Econômica Federal junto com o Ministério do Trabalho, com os demais componentes que geram o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, logicamente também com a participação de seus conselheiros. Foi realmente um trabalho memorável, uma vez que houve uma época em que o Fundo de Garantia não tinha sequer um centavo para aplicação no setor, tanto da casa própria, quanto do saneamento. Então eu gostaria de parabenizar por esse período que realmente foi extraordinário.

E apontar uma preocupação quanto à mudança do índice de rentabilidade do Fundo de Garantia por tempo de serviço, porque isso pode inviabilizar de vez a aplicação desses recursos para o fim a que foi destinado, porque se nós mudarmos esse índice, nós temos que logicamente corrigi-lo na outra ponta e a outra ponta significa o pagamento das prestações da casa própria. Então essa é uma preocupação que nós devemos ter, porque hoje o Fundo de Garantia é o principal *funding* para a aplicação do setor, principalmente na industria da construção civil do Distrito Federal e do Brasil como um todo. Para vocês terem uma ideia, tanto a aplicação do Fundo de Garantia quanto a aplicação dos recursos da caderneta de poupança representam para o país este ano um crescimento de

4,5% previstos, e para o Distrito Federal em torno de 20% em relação ao ano anterior, quer dizer, é uma aplicação de recursos que gera empregos, que gera renda e dá habitação e saneamento, principalmente para a população de baixa renda.

Para vocês terem ideia com relação ao número de empregos, no Distrito Federal tivemos de outubro do ano passado para outubro desse ano um acréscimo de 27% no número de empregos, isso é bastante relevante e ajuda logicamente a combater o desemprego que nós temos, tanto no Distrito Federal quanto no país como um todo. Então há uma preocupação nossa com relação à mudança de indexação, principalmente quando nós vemos que as pessoas com mais alta renda é que seriam basicamente as mais beneficiadas, porque elas representam no caso mais de 50% dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Então não há porque mudar. Não há porque mudar. Nós achamos que tem que ficar do jeito que está, porque está funcionando e está funcionando muito bem.

Foi apresentado aqui pelo nosso amigo Joaquim como é que seria a distribuição daqueles três bilhões de reais que aqui foram colocados e verificamos que isso não demonstra muita diferença, principalmente para aqueles que têm mais altas rendas.

Gostaríamos de falar também com relação à questão do subsídio. O subsídio é muito importante principalmente para aquelas famílias que ganham abaixo de três salários mínimos, que é exatamente onde é aplicado o maior percentual desses subsídios. Sem o subsídio fica praticamente inviável a aplicação de recursos para essas pessoas que ganham abaixo dos três salários mínimos, praticamente inviabiliza. Tivemos uma época em que tentávamos elaborar projetos para essas pessoas de mais baixa renda e praticamente ficava inviabilizado, porque a renda dessas pessoas não alcança o valor ou não alcançavam o valor necessário para aquisição dessas casas próprias. Então nós achamos que deve-se continuar como está para não inviabilizar exatamente os recursos do Fundo de Garantia para as pessoas que ganham abaixo dos três salários mínimos.

Tem uma questão que quando colocou com relação ao que tem que mudar, nós temos a questão de multa, que hoje os empresários, principalmente os empresários são penalizados que a multa era 40% foi aumentada para 50% para o pagamento dos expurgos havidos na época do Presidente Collor, e que nós achamos que já foi comprido o seu papel e que deveria também mudar essa lei, retornando para o patamar dos 40% que era exatamente o percentual para demissões existentes antes dessa lei. As empresas já estão bastante penalizadas com relação aos vários impostos que pagam, e achamos que isso agora deveria voltar ao patamar inicial dos 40%.

Gostaríamos de colocar também aos Srs. Senadores, de que a questão da habitação e saneamento, ela é importantíssima com relação aos recursos do Fundo de Garantia na aplicação desses itens, habitação, saneamento mobilidade urbana, porque sem esses recursos vão ficar altamente prejudicados na aplicação e no caso, no atendimento dessas famílias de mais baixa renda. Hoje, nós temos, segundo levantamentos, até pela Fundação Getúlio Vargas, em torno de sete milhões de *déficit* de habitação, em torno de 14 milhões na questão do *déficit* qualitativamente falando, 14 milhões de habitações e esses recursos são realmente altamente necessário para aplicação.

Em suma, é isso que eu gostaria de dizer, depois do que foi colocado pelos dois palestrantes aqui, pouco temos a acrescentar porque os números são exatamente esses que aqui foram colocados. E gostaríamos então de agradecer a nossa participação. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Sr. Élson Ribeiro Povoa Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Distrito Federal.

E concedo a palavra ao Sr. Epaminondas Lino de Jesus, Presidente da Força Sindical do Distrito Federal e representante do Presidente da Força Sindical, Deputado Paulo Pereira da Silva.

SR. EPAMINONDAS LINO DE JESUS: Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente desta comissão, em nome do qual eu cumprimento todos os demais componentes da Mesa, Srs. Senadores e demais participantes dessa audiência.

É interessante o que nós acabamos ouvir. Primeiro, nas palavras do companheiro Mário, apresentando todos os processos que tramitam nesse instante e principalmente em cima desse último processo do Senador Paulo Paim. Nós vimos aí a defasagem que os trabalhadores que têm as suas contas do FGTS teve todo esse período desde a fundação do FGTS lá em 67. Depois nós ouvimos o Sr. Joaquim, que é da Caixa Econômica Federal mostrando, ele foi bem claro no seu início que a parte é técnica, mostrando toda a técnica que a Caixa hoje utiliza para administrar o Fundo de Garantia. Agora, só que esse dinheiro é dos trabalhadores, ela administra, ela ganha para isso e o Governo ganha com isso, é um órgão do Governo que administra o meu dinheiro, o dinheiro de cada um de vocês. Enquanto o rendimento auferido com isso também não é repassado como deveria para os trabalhadores.

Nós gostaríamos também de pontuar alguma coisa, evidente as palavras do Élson aqui também,

Presidente do SINDUSCON do Distrito Federal, claro que ponto de vista empresarial é evidente que ele não gostaria que mexessem, inclusive ele sugeriu até a redução da multa dos 50 para os 40%, claro isso do ponto de vista empresarial para ele é interessante, para eles, os empresários é interessante. Agora do ponto de vista laboral, que nós estamos analisando aqui agora, nós gostaríamos também só de fazer alguns destaques, já que depois de amplas exposições feitas aqui anteriormente, como o Élson falou, a gente não tem muito a acrescentar a não ser a gente destacar alguns itens. A correção que hoje pela TR está sendo auferida, os rendimentos evidentemente que os trabalhadores não estão sendo beneficiados como deveriam ser nas suas contas que lá estão. Nós somos favoráveis para que se mude para os índices do INPC do IBGE, em vez de aplicar a TR, mais 3% anual. Também nós somos favoráveis que os lucros obtidos com os financiamentos para as casas, habitações de forma geral e as obras de infraestrutura e etc. e etc. que também 50% deles lucros sejam destinados às contas dos trabalhadores, que eles possam também auferir algum rendimento. Se é o seu dinheiro que está sendo aplicado, então que ele também tenha alguma vantagem com isso, que faça esse rateio.

Também nós, de acordo o projeto, a sugestão do Senador Paulo Paim, também no projeto, que o trabalhador seja autorizado, ele tenha a liberdade de aplicar 20% do saldo de suas contas em investimentos, em ações de investimentos e que também os depósitos, não só do saldo que esteja no momento, mas que futuramente também os novos depósitos você possa aplicar 20%, continuando aplicando 20% em rendimentos, para que ele possa em ações e etc. ele ter mais algum rendimento.

A questão do saque das contas inativas também é importante já foi bem salientada aqui, diminuir esse prazo para 12 meses, para um ano, porque às vezes a pessoas fica desempregada e esperar três anos para poder sacar aquele Fundo de Garantia, então que reduza para doze meses, que facilitaria também para o trabalhador. O prazo do financiamento nós sabemos que tem mais de 250 mil empresas inadimplentes, segundo o próprio projeto e segundo os relatórios aqui apresentados, e quando eles vão negociar essa dívida, a Caixa lhe oferece até 30 anos fazer esse pagamento. Então evidente que aí 30 anos, aquela dívida para ser paga... e outro detalhe, esse pagamento o trabalhador não leva nada disso, nós também sugerimos que dessa multa fosse destinado um percentual para as contas dos trabalhadores.

E finalmente também a exemplo do CODEFAT e outros conselhos, que esse Conselho Curador também seja gerido de forma tripartite e paritária, para que trabalhadores e empresários tenham o mesmo número de representantes que o Governo, e que haja também uma rotatividade na presidência do conselho, porque se o conselho que está gerindo o dinheiro do trabalhador, então o trabalhador também tem o direito de exercer a presidência, que haja uma rotatividade, trabalhador, empresários e Governo na presidência.

E nós gostaríamos, finalizando, de deixar claro aqui que a Força Sindical aprova exatamente todas essas sugestões do senador para que esse processo tramita nessa Casa e lá na Câmara posteriormente. Que a gente possa, vamos envidar todos os nossos esforços. Eu sei que os companheiros das outras centrais também vão estar trabalhando isso, porque tudo que vier em benefício do trabalhador nós estaremos lutando para que seja aprovado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Sr. Epaminondas Lino de Jesus, representante da Força Sindical, Presidente da Força Sindical no Distrito Federal.

Concedo a palavra agora, como último expositor, ao Sr. Miguel Salaberry Filho, Secretário da UGT, representante do Presidente da União-Geral dos Trabalhadores, UGT.

SR. MIGUEL SALABERRY FILHO: Sr. Presidente, Senador Garibaldi, demais senadores, companheiros que compõem a Mesa, saudar especialmente o companheiro Paulo Furtado, secretário do conselho e demais presentes.

Gostaria de nesse momento, representando o Presidente Ricardo Patah, UGT, esse assunto do FGTS foi muito bem debatido dentro da nossa central sindical, por ocasião da anterior Audiência Pública, eu fui mal entendido pelo Senador César Borges, e foi esclarecida a posição minha e da central, devo esclarecer a todos os presentes, que participei do Conselho Curador do FGTS por muito tempo, hoje faço parte do FI e do FGTS e desde então, desde o Fundo de Investimento do FGTS, devo dizer como sindicalista e presidente do sindicato de base lá no Rio Grande do Sul, eu fui um dos que mais batalhei a respeito do FGTS no sentido de dar uma melhor remuneração, que a composição do FGTS fosse alterada e fosse tripartite e paritária, que houvesse uma distribuição de lucros dentro do que é arrecadado no Fundo que é nosso, dos trabalhadores, e diga-se de passagem que é muito bem administrado pela Caixa Econômica Federal. Então não seria fazer um discurso demagógico, dizendo sou contra, sou a favor, mas dentro da central isso foi debatido, o Mário do instituto FGTS fez um belo trabalho, vem fazendo um belo trabalho, denunciando, mostrando as irregu-

laridades, os pontos que devem ser mudados e que nós trabalhadores querem o que seja.

A Caixa Econômica vem e faz um belo relatório e mostrando inclusive ao final nos pontos necessários da mudança e o que deve ver ser mudado na lei. E quando se discute, eu quando discutia lá dentro do Conselho Curador do FGTS, eu era muito cobrado pelo trabalhador lá na base, lá no Rio Grande do Sul, que não entendia por que o Conselho Curador, tendo o representante de trabalhadores, nós não conseguíamos cobrar, nós não conseguíamos uma melhor remuneração, não conseguíamos mudar e que ele fosse tripartite e paritário.

Então, isso era discutido e eu dizia aos trabalhadores: "Olha, a posição do trabalhador, da bancada dos trabalhadores, das centrais que estão lá, a gente luta, briga, sugere e não consegue mudar, porque sempre vem o Governo e seja ele qual for o Governo que hoje está o Presidente Lula, mas anteriormente tiveram todos os outros Governos, e não se conseguia mudar" e dizia, "enquanto não mudar a lei, não podemos fazer nada". E agora nós estamos numa posição bem clara, tranquila, que está aqui no Senado e o Senado está apresentando uma lei, está alterando essa composição, sugerindo a mudança da composição, sugerindo uma melhor remuneração está tentando mudar, eu acho que aqui é o local que se muda a lei, e lá no Conselho nós temos que cumpri-la. O nosso papel no Conselho é fazer o que nós trabalhadores fizemos, que os empresários façam o seu papel de querer reduzir e não querer pagar, o Governo administra e nós estamos aqui apelando, e acho que apoiando, não vi ninguém divergir aqui, com exceção do empresário que entende, o Élson que eu conheço há anos, fomos conselheiros juntos, com referência aos 10% a mais que os empresários estão pagando, mas que já passou na Câmara dos Deputados para acabar com os 10%.

Então eu acho que aqui é a Casa que faz as leis. E lá no conselho nós discutimos e sugerimos. Acho que nós estamos num caminho excelente, a Caixa Econômica apresenta as sugestões de mudança, eu acho que está de parabéns a Caixa pelo excelente trabalho que vem fazendo. O conselho, e eu participei muito tempo do conselho, fui voto vencido, briguei, discuti e não conseguir mudar.

Nós estamos aqui, Senador César Borges, senadores demais presentes, num momento excelente, a Caixa reconhece que tem que fazer a mudança, os trabalhadores estão aí tentando mudar, o FGTS através do seu instituto tem uma posição que parte eu concordo e parte eu discordo, eu acho que os empresários fizeram a parte, nós a bancada dos trabalhadores temos certeza absoluta que esses três projetos de lei estão no caminho certo, na mudança, queremos mudar, eu entendo que tanto o Senador Paulo Paim, o Senador Tasso e o César Borges estão no caminho certo. Nós colocamos todas as nossas posições, as nossas angustias, nosso debate, o que se faz, e nós, representando a União-Geral dos Trabalhadores, estamos plenamente de acordo com as propostas aqui apresentadas, e tenho certeza absoluta que os senadores quando votar, vão levar em considero as tudo aquilo que foi dito pelo Instituto FGTS Fácil, pela Caixa Econômica, pela bancada dos empresários, nós trabalhadores que queremos mudar, lutamos e temos certeza absoluta que os senadores terão, como todos os subsídios aqui apresentados, uma maneira de beneficiar a todos nós trabalhadores.

Essa é a nossa palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Sr. Miguel Salaberry Filho. E com esta fase concluída, vamos passar então ao debate quando teremos a intervenção ou as intervenções, diria melhor, dos senadores.

Na qualidade de um dos autores dos projetos discutidos nesta Audiência Pública, concedo a palavra ao Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Muito obrigado, Sr. Presidente. Quer saudar a todos os palestrantes.

Sr. Presidente, essa é mais uma audiência que se trava com relação a esse importante assunto do FGTS aqui nesta Casa. Nós participamos aqui de uma outra audiência que me parece que talvez só o Sr. Élson que não estava na audiência anterior e também o Sr. Epaminondas, não sei se também... Estava outro representante da Força Sindical, não estava os Sr. Epaminondas. E sinto que V. Exa. como Presidente da comissão avocou assim relatar esses projeto que tem esse forte elo de ligação, que todos tratam da questão do FGTS.

E em primeiro lugar quero dizer da minha confiança que acho que está em ótimas mãos, nas mãos de V. Exa., Presidente da comissão, e que tem todos os méritos de fazer um grande relato. E eu diria que isso é reforçado pelo seu cuidado, que apesar das audiências que já fizemos aqui, V. Exa. convoca uma nova Audiência Pública para que esse assunto possa ser talvez mais detalhado, até exaurido em todas as suas possibilidades, ouvindo todos os setores. Então para mim a Audiência Pública talvez, eu diria que foi demasiada porque eu já conhecia os argumentos de cada um dos setores, aqui apenas foram reafirmados esses argumentos, mas se V. Exa. convocou é que V. Exa. Queria, provavelmente, fazer uma apuração melhor ainda do seu juízo de valor para o seu relato

sobre esses projetos aqui que estão encaminhados pelo diversos senadores, o Senador Tasso Jereissati, eu encaminhei um projeto, o Senador Paulo Paim, me parece que há, são três projetos, o projeto...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): São esses três.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): São esses três, o Senador Paulo Paim, o 581, o 193 do Tasso Jereissati e 301.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Depois tem 371 e 466.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Também do Paulo Paim o 371 e o Paulo Paim também o 466.

Então por aí V. Exa. vê a preocupação do Senado Federal em mexer com o FGTS. É claro que quando nós ouvimos aqui o Governo e o Conselho Curador de um modo geral é uma posição muito conservadora. E aqui eu vi também o depoimento do Presidente do SINDUSCON. É como se tudo fosse bem encaminhado, não precisasse de modificação, o FGTS estaria cumprindo toda a destinação. Mas eu acho que o ponto, a gênese do problema do FGTS é o seguinte: a quem pertencem esses recursos? Quem é o dono desses recursos? Porque é que foi criado o FGTS? Foi criado para substituir o que seria você ter a garantia vitalícia praticamente do emprego e se criou num regime lá ditatorial, e é um recurso essencialmente do trabalhador, ele não é do Sindicato da Construção Civil, apenas utiliza o Sindicato da Construção Civil na parte desses recursos para as suas atividades. Da mesma forma para o saneamento, da mesma forma o próprio Governo para políticas públicas ou políticas até do ponto de vista monetário quando aplica em títulos do Tesouro, mas essencialmente eu acho que em primeiro lugar tem que se falar do interesse do trabalhador. É uma poupança do trabalhador. Pode ser que alguns achem que R$ 17,00 sejam pouco, mas veja que R$ 17,00 é com relação à distribuição de três milhões, três bilhões, mas hoje há nesse Fundo 27 bilhões, não são três bilhões, três bilhões seria 50% do lucro dado no último ano, que aproximam-se a seis bilhões. Não é isso? Pelo menos os números, três bilhões seriam o quê? Seria a metade apenas do último ano.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: São cinco bilhões em 2008.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Cinco bilhões, aproximadamente, estou usando números redondos.

Então é um direito do trabalhador, o que nós estamos preocupados é porque quando se verifica toda a mídia nacional, eu cheguei e tive o cuidado de coletar algumas reportagens de jornais da maior importância da nossa imprensa nacional, Folha de São Paulo, por exemplo, no dia 20 de fevereiro de 2009 diz: "*Verba de FGTS é desviada para usos não previstos*", quer dizer, o FGTS começa a ser utilizado pelo Governo para uma série de providências, nós verificamos a tal empresa, eu não me lembro o nome da empresa que o nosso colega Tasso Jereissati sequer disse que conhecia.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: EMGEA.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): EMGEA que é para administrar passivos podres para resolver os problemas existentes nos bancos federais, quando eles tiveram problemas. Com o dinheiro de quem? Com o dinheiro do trabalhador. O trabalhador foi consultado? Quem falou em nome do trabalhador? Foi consultado, Epaminondas, alguém? Então você tem o Conselho Curador majoritariamente 50% do Governo. Então é a política pública ditada pelo Governo de plantão. Aquele Governo vai utilizar como ele acha, ao seu talante, o recurso do trabalhador.

Ainda com relação às notícias, e essas foram extremamente preocupantes, o FGTS tem pior ganho em 42 anos, menor taxa percentual histórica, no Globo, no dia 13 de outubro de 2009. Quer dizer, a TR é o índice correto de remunerar essa poupança do trabalhador? Claro que não é. Isso está muito claro que não é a TR. Tem que se alterar, não é a TR. A TR está dando zero. Por que, porque é uma política do Governo que dar zero na TR, é interesse dele com relação à questão da caderneta de poupança. E por que o trabalhador vai pagar com isso? Por que o trabalhador tem que pagar esse custo?

Então eu acho que nós temos que olhar o interesse do sindicato da construção, temos que olhar o interesse do *déficit* habitacional, mas não é o trabalhador o responsável para resolver o problema do *déficit* habitacional brasileiro. É o Governo brasileiro. É o Governo. Não é o Fundo FGTS que tem que resolver esse problema de saneamento. É importante utilizar o Fundo para isso? É. E que ele continue, ninguém quer dilapidar o Fundo, e nem tampouco os maus exemplos do passado nós queremos que se repitam, se a Caixa está administrando bem, por outro lado também ela tendo um Fundo com esses 180 milhões de contas, com todo esse volume de recursos, administrado por um banco. Quem é que não quer isso? E ela está sendo bem remunerada para fazer esse serviço.

Então o que nós estamos querendo aqui, Sr. Presidente, é melhorar um pouco o rendimento para o trabalhador, fazer um pouco de justiça. E aí vem muitas vezes autoridades de verdade "querem mexer, não se mexe com o Fundo, vai dilapidar o Fundo, o Fundo vai ficar sem fundo". Não é nada disso. A minha proposta, pelo amor de Deus, dividir o lucro que se obtém com o recurso do trabalhador para ir para a

conta do trabalhador e que continua disponível para o Governo utilizar para nas políticas, você não está dilapidando absolutamente nada, o dinheiro está continuando lá para ser aplicado na construção civil, para ser aplicado no saneamento, está tudo na construção civil, mais habitação, saneamento, e assim por diante, Sr. Presidente.

Então eu apenas quero aqui reafirmar as minhas convicções quando eu apresentei o projeto. Conversei com o Mário Avelino do FGTS Fácil, achei justa a proposta, foi a sugestão que veio do FGTS Fácil, eu abracei essa causa porque acho ela é justa com o trabalhador brasileiro, como abraço os outros projetos que estão aqui do Paulo Paim e do Tasso Jereissati, como sei que eles também apóiam o meu projeto. Então eu quero reafirmar essa convicção, é preciso mexer sim, mexer para melhorar. Mas para melhorar para quem? Melhorar para o trabalhador brasileiro em primeiro lugar. Sem com isso desestabilizar o Fundo, que não é propósito de ninguém aqui. Então não se coloque essa dicotomia artificial, que se bulir vai desestabilizar e etc., de forma nenhuma. É apenas uma correção de rumo para beneficiar quem é o dono dos recursos do FGTS, que é o trabalhador brasileiro.

Então, Presidente, eu acho que na mão de V. Exa., V. Exa. melhor do que ninguém pode fazer esse relato e eu confio muito que o relato de V. Exa. será em benefício do trabalhador brasileiro. Eu não quero fazer nenhuma pergunta, eu já conhecia as posições e desculpe se houve interpretação equivocada, Miguel, não foi nesse sentido, eu acho que os trabalhadores essencialmente é quem tem que defender os seus interesses, nós temos interesse que o país cresça, temos interesse do subsídio do *déficit* habitacional, mas sem sombra de dúvida tem que se olhar em primeiro quem é o dono do recurso e o dono do recurso tem que ser privilegiado, essa é a nossa posição, Sr. Presidente. Porque as outras políticas são políticas públicas que o Governo pode fazer com o orçamento geral da União, que tira de toda a sociedade brasileira para isso. Tem que tirar de uma poupança do trabalhador? Não. Tem que se dar ao trabalhador o que é direito dele e utilizar para as políticas públicas depois de olhar o interesse do trabalhador.

Então agradeço a V. Exa. e reitero aqui meu apoio, não só a meu projeto, como dos meus colegas senadores, projetos feitos com a máxima responsabilidade que nós temos de senadores estarmos atentos às questões do nosso País, mas o trabalhador brasileiro e principalmente o trabalhador brasileiro, muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, eu queria saudar V. Exa., nossa Presidência, o nobre senador baiano que tão bem colocou essa questão do rendimento do trabalhador, e os demais convidados da Mesa. Dizer a V. Exa. que há por parte, eu já senti isso aqui no Congresso, no Senado Federal, uma preocupação no sentido de o que Fundo de Garantia cumpra o seu objetivo, mas o principal dele é realmente não trazer prejuízo à classe trabalhadora.

O desenvolvimento de uma nação, a sua infraestrutura, suas estradas, pontes, hidrovias, ferrovias, não podem, vamos dizer assim, serem construídas sobre um direito do trabalhador, sobre uma população que muitas vezes é, eu diria, explorada, aviltada; a gente precisa ver uma maneira de que o Fundo de Garantia não seja um fator desestimulante, o que é hoje. O trabalhador sente que o Fundo de Garantia não lhe prestigia, a ele pessoalmente. É verdade que se nós fizermos uma correção alta, os recursos aplicados na habitação, sobretudo das classes mais baixas, nós vamos ter que repassar isso para as prestações, os empréstimos da habitação. O Governo tem para subsidiar essa classe mais baixa o FINHIS, o Fundo Nacional de Habitação por Interesse Social, que são recursos orçamentários, e há quase 20 bilhões e subsidiados pelo Tesouro, temos também agora o programa Minha Casa, Minha Vida, são importantíssimos para a gente diminuir o nosso *déficit* habitacional.

Agora, quando a gente pega recursos do trabalhador, do trabalho, do esforço, nós não somos tão generosos, nós não temos o cuidado, quando muitas vezes chegamos a garantir o risco da especulação financeira. O Brasil deve jogar pelas regras do capitalismo, mundo moderno, não se nega a isso, não devemos ser ingênuos a ponto de contrariar essas regras, mas quantas vezes nós temos garantido os riscos da especulação financeira quando isso afeta o capital e o interesse dos poderosos no país. De tal maneira que eu tenho a impressão, Senador César Borges, de que os projetos que tendem a trazer para o equilíbrio, como o de V. Exa. que quer distribuir os núcleos do Fundo de Garantia para as contas, para os rendimentos, terão a aprovação no Congresso. E eu acho que o Governo já deve imaginar, já deve pensar, já deve agir de maneira a considerar essas leis implementadas no futuro próximo.

O que hoje se sente no Brasil, quando a gente conversa com as pessoas mais humildes, é que aquele sentimento de que sempre encontramos argumentos para, vamos dizer assim, pedir resignação e silêncio

aos mais humildes no país. Com explicações que muitas vezes não conseguimos dar aos mais poderosos.

Acho que no Governo dos trabalhadores, nesse novo rumo que toma o país, nós precisamos corrigir isso, precisamos corrigir, precisamos dar os melhores rendimentos, as melhores participações, as melhores oportunidades ao povo trabalhador e evitar que eles tenham no Fundo de Garantia uma mágoa, uma tristeza, uma angústia, e isso não vai motivar e precisamos da motivação do povo brasileiro a construção de uma grande nação.

Esse é o meu sentimento, Senador Garibaldi, é que o Fundo de Garantia em todas as discussões que trazemos aqui, quando os trabalhadores falam no Senado, parece que nós senadores não sentimos, parece que nós não ouvimos, às vezes eles ficam magoados conosco, e parece que aqui nessa Casa não se tem o sentimento do povo, quando na verdade nós somos exatamente isso, a classe política hoje é desmerecida, desprestigiada, muitas vezes humilhada até desprezada, subalternizada, mas seremos sempre nós, os missionários que deverão levar à classe conservadora, muitas vezes reacionária, os anseios legítimos do nosso povo. E eu acho que é nessa Casa que nós devemos sentir.

Eu, quando vejo aqui os discursos dos trabalhadores com relação ao Fundo de Garantia em todas as audiências que participei, sempre são discursos amuados, tristes, eles não estão satisfeitos. A verdade é essa, não estão satisfeitos. E nós temos que corrigir isso. Então eram essas as minhas palavras. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Marcelo Crivella. Agradeço ao Senador César Borges.

E antes da encerrar essa Audiência Pública, quero agradecer aos nossos convidados que trouxeram esclarecimentos valiosos, principalmente para mim, que tenho hoje essa responsabilidade de relatar projetos tão importantes como são os projetos de autoria do Senador César Borges, do Senador Tasso Jereissati e ainda do Senador Paulo Paim. Evidente que a essa altura nós não queremos mais acrescentar muitos comentários e nem fazer muitas perguntas, porque o próprio horário não permite, os compromissos, a fome e a fome é má conselheira, já diz o ditado, mas tenhamos em vista que ficou constatado aqui que o FGTS nos últimos anos teve uma administração, e aí nós queremos elogiar o trabalho da Caixa Econômica, teve uma administração das mais eficientes, porque é sabido por todos que o problema do FGTS, ele foi muito mais grave há muitos anos atrás, eu inclusive não fui relator, mas fui presidente de uma CPI que apurou desvios na aplicação do FGTS, e inclusive, verdadeiros escândalos que aconteceram, como esse do canal da maternidade no Acre. Não sei se senhores ainda se lembram e redundou inclusive numa suspeita de o que governador, daquela época, no Acre teria envolvimento nesse problema, mas nada disso ficou apurado, não foi apurado com relação ao crime, nada que levasse a uma conclusão de que aquele escândalo estava ligado à morte do governador. Hoje nós temos aí um outro FGTS.

Agora, ficou constatado aqui que o FGTS nos último dez anos teve uma rentabilidade abaixo da inflação, eu acho que é uma conclusão, uma constatação muito óbvia e principalmente diante de exposições como foram feitas aqui pelos senhores em valores atualizados quem tinha R$ 100,00 depositados no FGTS em janeiro de 2000, hoje tem, aproximadamente, R$ 88,00; quem tinha a mesma quantia na poupança hoje tem, entretanto, R$ 122,00. Eu não sei se o nosso Superintendente da Caixa Econômica confirmaria isso, e isso poderia ainda ser alvo de um levantamento para saber realmente se isso se constitui numa realidade que não deixa de ser uma realidade muito preocupante essa. Com a TR zerada, conforme decisão do Governo para não mexer na poupança, a realidade do FGTS será de 3% ao ano, quando a meta de inflação é de 4,5%. Logo, está claro que... E essa é a minha discordância da bancada aqui da esquerda, por sinal a bancada que poderia ser considerada conservadora ficou mais à esquerda, até mais do que a representação dos trabalhadores.

Eu só faço uma pergunta, quem quiser me acrescentar alguma coisa sobre isso, isso seria muito importante. O INPC não seria mais adequado do que o IPCA, isso está presente no projeto do Senador Tasso Jereissati. Pois já é utilizado o INPC, já é utilizado para correção do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social, além de refletir melhor o custo de vida do trabalhador. Por outro lado, no cenário atual de inflação e juros baixos, a remuneração do FGTS ficaria substancialmente mais alta, que é da poupança, outra fonte de financiamento da casa própria, isso não tornaria elevado custo de financiamento habitacional com recurso do FGTS?

Com relação ao projeto do Senador César Borges, porque o do Senador Tasso trata da remuneração, e o do Senador César Borges trata da distribuição do resultado, do lucro do FGTS. Então não seria mais útil ao trabalhador que o resultado do FGTS fosse utilizado para subsidiar a aquisição da casa própria pelos trabalhadores que têm contas vinculadas do FGTS? Seria possível isso, já que cabe ao Governo com o orçamento geral da União subsidiar os outros trabalhadores,

seria viável isso? A distribuição linear do resultado do FGTS não pode gerar ações na Justiça dos trabalhadores que tem saldo acima da média reivindico ando parcela maior, criando um novo passivo judicial? Não sei se Senador César Borges... Na verdade, eu não quero gerar aqui um novo debate porque a hora não permite e nem mesmo o alongamento do debate que nós já participamos aqui.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Hoje?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Não, [ininteligível] capitalizada. Então na hora que fazer a distribuição do lucro se dê proporcional ao que cada um tem. Foi feito uma simulação. Quem falou, o presidente falou em CNDA(F), que daria aqueles R$ 17,00, mas falou também em ser proporcional às contas, que daria um diferencial para quem tem mais, proporcionalidade maior, quem tem menos--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o seu projeto...

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Só manda distribuir, mas não é linear, não fala que é linear.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Proporcional ao saldo de cada trabalhador.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sim, seria proporcional.

O Mário que foi quem mais falou, por isso mesmo não vai ter mais esse tempo todo, ele está pedindo para fazer um esclarecimento até sobre o que eu coloquei inicialmente. Eu só peço a ele que não se faça mais ouvir com aquele tempo todo que ele já dispôs aqui. Com a palavra.

SR. MÁRIO ALBERTO AVELINO: Senador, agradeço, mas garanto que em um minuto eu respondo. A primeira pergunta é se no lugar do IPCA pode ser o INPC. Sim, inclusive o projeto original da campanha propunha o INPC, posteriormente nós colocamos o IPCA por ser ele o índice oficial de inflação que o Governo usa, agora o INPC eu concordo ser um índice muito mais justo, já que ele baliza o aumento do salário mínimo. Então acredito e eu posso falar até nesse momento pelos trabalhadores, o INPC é o índice até mais adequado, tanto é que foi o primeiro índice proposto. A substituição foi em função da questão da inflação, tanto é o que INPC e IPCA se nós comparamos hoje, a diferença não chega a 0.10. Então é um índice muito bem-vindo e eu diria até muito mais justo pela sua própria colocação. Na segunda questão, eu gostaria até de reforçar o projeto do Senador César Borges, é esse lucro que nós estamos propondo que o senador propõe no seu projeto, que seja distribuído proporcional, se eu tenho R$ 100,00 vou ter uma parcela proporcional a 100, mas eu posso ser 40 mil reais e essa distribuição é representativa. Reforço que essa distribuição não vai ser base para multa de 40%, como também o repasse da multa por recolhimento em atraso não irá pra lá, agora vem a pergunta: por que é o trabalhador que tem que subsidiar toda a política de habitação do país? Quer dizer, é injusto, o trabalhador já foi, pela lei do Fundo de Garantia que eu citei, ele 71 ele foi confiscado com 50% de uma conta que ele poderia chegar a 6%, porque nós tínhamos os juros progressivos, e aí um dado importante, se a política de atualização do Fundo fosse correta, hoje o saldo do Fundo de Garantia não seria 230 bilhões, seria no mínimo 500 bilhões, que seria dinheiro que talvez eu teria saneado totalmente o *déficit* habitacional do país, investindo em construção civil, saneamento básico, infraestrutura e gerando trabalho e renda, que está compatível com a política de desenvolvimento e saneamento. Agora, por que o Fundo de Garantia ia até hoje não foi esse instrumento? Porque ele tem sido, mas poderia ser bem melhor e muito mais efetivo.

Todas as propostas aqui em momento algum dinheiro sai do Fundo de Garantia, ele continua no Fundo. Só que a titularidade daquele ganho vai para o trabalhador, enquanto hoje toda a titularidade vai para o Governo, quer dizer, o Governo é máximo, o Governo é Deus, e ele é a verdade absoluta. Ora, é o meu dinheiro e meu dinheiro vai para o outro e ele faz o que quiser. Ora, vamos ser consciente, e acredito que o Senado tem esse papel que está expondo e está atuando agora. Nós estamos pedindo, volto a dizer, a campanha chama-se FGTS 40 Anos, Justiça para o Trabalhador, nós não queremos mordomia, queremos que o trabalhador seja reconhecido no seu direito mínimo que a sua poupança não seja confiscada, não ser de usada de forma indevida e que ele seja o principal beneficiário, que ele sendo beneficiário vai reverter em mais trabalho, e mais renda em crescimento do país, não tenho dúvida disso. O Fundo poderia estar muito mais efetivo, não está por essas políticas indevidas que agora acredito que serão corrigidas. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Só uma observação, pelo que eu estou informado, se você é cotista do FGTS e precisa comprar sua habitação você não tem nenhum subsídio, você é tratado igualmente a qualquer outra pessoa que não seja cotista que também adquire.

SR. MÁRIO ALBERTO AVELINO: Senador, atualmente tem.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Foi aberto o subsídio para o cotista?

SR. MÁRIO ALBERTO AVELINO: O Joaquim pode até colocar para o senhor. Atualmente--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Até a última reunião não tinha.

SR. MÁRIO ALBERTO AVELINO: Tinha sim, houve talvez um equívoco na interpretação, mas hoje o correntista tem menos de 0,5% na taxa de juros, o Joaquim pode ratificar.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Era a informação que eu queria porque a informação é que não tinha o...

SR. MÁRIO ALBERTO AVELINO: O senador colocou é o que cotista atual do Fundo não tem nenhum benefício na hora que ele usa... no sistema financeiro, estou retificando e dizendo que já a alguns anos o trabalhador que tem o Fundo de Garantia, ele hoje tem menos 0,5% na taxa de juros. Você poderia até ratificar, por favor.

SR. JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA: Além de outras vantagens que ele tem, por exemplo, Fundo de Garantia financia imóveis até 130 mil reais. É o valor máximo que o FGTS financia hoje, quando é um trabalhador que tem cota no Fundo, ele pode ir até o limite do SFH que são 500 mil reais, é um benefício que o FGTS faz de maneira diferenciada a quem é cotista do Fundo. Além de um programa específico onde o recurso é destinado a quem tem conta no FGTS, que é o pró-cotista que eu apresentei, com uma taxa de 8,66% ao ano. Se ele não quiser tomar esse recurso e tiver outro, quiser tomar qualquer outra linha, ele tem 0,5% de desconto em qualquer linha programática no FGTS.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Quero agradecer novamente a todos os que participaram--

SR. PAULO FURTADO: Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pois não.

SR. PAULO FURTADO: Eu sou Secretário-Executivo do Conselho Curador. O senhor me concederia a palavra para fazer algumas considerações?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Se V. Exa. não pensar que está no conselho... E se demorar muito na sua exposição, eu concederei excepcionalmente, até quebrando aqui as normas. Como é o nome de V. Exa.?

SR. PAULO FURTADO: Paulo Furtado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Paulo Furtado. V. Exa. tem a palavra.

SR. PAULO FURTADO: Vou ser breve. Muito obrigado, senador. Boa tarde a todos.

Eu queria só aqui, senador, fazer uma referência, eu acho que na verdade é o seguinte. Para ser intelectualmente honesto, a gente deveria falar um pouco mais aqui da questão do passivo do Fundo de Garantia, ou seja, dos contratos que o FGTS financia com esses recursos, na verdade não há nenhuma preocupação aqui com a oneração dos recursos do Fundo de Garantia. Eu tenho aqui o dado que V. Exa. mencionou, de que na verdade se alguém em janeiro de 2009 tomasse, em janeiro de 2000, que foi a referência que o senhor fez, tomasse um recurso dos 80 mil reais no Fundo de Garantia com TR ou com INPC, ele já teria pago a mais se fosse corrigido pelo INPC, quase 27 mil reais, de 80 ele já teria pago a mais 27 mil reais. A prestação dele que pela TR estaria em R$ 887,00, estaria em 1.150 pelo INPC. Então, isso é só um contraponto para ser intelectualmente honesto, para referir que na verdade qualquer mudança no FGTS tem consequência. Isso não é neutro, se aumentar o INPC vai aumentar o valor do empréstimo, da habitação que favorece também o trabalhador. E isso no contrato do financiamento, no contrato de saneamento, para um financiamento, por exemplo, de 50 milhões, de 2000 para cá já teria sido pago mais 25 milhões de reais por quem tomou esse recurso. Isso também é consequência, isso não é neutro, então qualquer mudança no Fundo de Garantia não é neutro.

Então só para referir um pouco aqui essa questão para ver também o outro lado da moeda. Tem consequência qualquer alteração que se fizer, e é preciso ter em consideração isso, é preciso olhar também o outro lado da moeda.

Segundo ponto que eu queria aqui a me referir, que na verdade o FGTS junto com a poupança compõe o Sistema Financeiro de Habitação, O Sistema Financeiro de Habitação é composto de recursos do FGTS e da poupança, então aqui só para ser... Na minha opinião, um Projeto de Lei que coloca o indexador do FGTS em INPC deve necessariamente ter também o recurso da poupança indexada INPC, até porque a lei do FGTS não tem um indexador, senador, a lei do FGTS não diz que o indexador é a TR ou é o INPC ou o IPCA ou qualquer índice, a lei do FGTS diz simplesmente que o indexador da conta do trabalhador é o indexador da poupança, então para ser correto, para ser honesto intelectualmente aqui nesse projeto, teria que ter não só a correção do FGTS, mas a correção da poupança, porque ambos compõem um sistema e o sistema com a indexação apenas da conta do trabalhador ele fica descompensado.

Então só essas duas observações que eu queria fazer, teriam outras, mas em respeito ao horário e à recomendação de V. Exa., me dou por satisfeito, muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Dr. Paulo Furtado as suas observações. Não vou estender essa audiência e permitir maiores comentários porque realmente o tempo está muito avançado, eu agradeço a presença de todos e encerro e convoco uma nova reunião para a próxima terça-feira desta comissão, está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 14h09.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO, EM 03 DE DEZEMBRO DE 2009, ÀS 08:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às oito horas e trinta minutos do dia três de dezembro de dois mil e nove, na sala número treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, João Ribeiro, Valdir Raupp, Gilvam Borges, Paulo Duque, Eliseu Resende, Osvaldo Sobrinho, Gilberto Goellner, Flexa Ribeiro e, ainda, dos Senadores Acir Gurgacz, Mão Santa e a Senadora Serys Slhessarenko, Deixam de comparecer os Senadores Aloizio Mercadante, Tião Viana, Marcelo Crivella, César Borges, Francisco Dornelles, Garibaldi Alves Filho, Gerson Camata, Neuto de Conto, Pedro Simon, Renan Calheiros, Antonio Carlos Júnior, Efraim Morais, Raimundo Colombo, Adelmir Santana, Cícero Lucena, João Tenório, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, João Vicente Claudino, Gim Argello e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização da segunda Audiência Pública Conjunta para a prestação de informações e o debate acerca da repentina interrupção no fornecimento de energia elétrica ocorrida no país no último dia 10/11/09, atingindo 18 unidades da Federação, bem como acerca da real situação de nosso sistema elétrico, notadamente nas áreas de geração, transmissão e gerenciamento e, ainda, sobre a fiscalização das respectivas atividades e as perspectivas de investimentos no setor a curto, médio e longo prazo, em atendimento aos Requerimentos nº 66/2009-CAE, de autoria dos Senadores Delcídio Amaral e Eduardo Suplicy, e nº 54/2009-CI, de autoria dos Senadores Fernando Collor, Delcídio Amaral e Eduardo Suplicy, tendo como convidados o Sr. José Antônio Miguel Lopes, Presidente da Eletrobrás; Sr. Cesar Ribeiro Zani, Diretor de Operação do Sistema e Comercialização de Energia de Furnas; Gilberto Câmara, Diretor do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas); Cyro Vicente Boccuzzi, Consultor e Diretor da Expertise Consultoria e Orçamento em Energia Eficiente – ECO e Sr. Djalma Mosqueira Falcão, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. A Audiência Pública é realizada com a presença, como expositores, do Sr. Cesar Ribeiro Zani, Diretor de Operação do Sistema e Comercialização de Energia de Furnas; Sr. Gilberto Câmara, Diretor do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Djalma Mosqueira Falcão, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Sr. Cyro Vicente Boccuzzi – Consultor e Diretor de Expertise Consultoria e Orçamento em Energia Elétrica – Cepel. Após a exposição dos palestrantes, usam da palavra os Senadores Valdir Raupp, Roberto Cavalcanti, Paulo Duque, Eduardo Suplicy, Osvaldo Sobrinho, Delcídio Amaral e Eliseu Resende. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e quarenta minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Havendo número, declaro aberta a 51ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciamos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 49ª e 50ª Reuniões, os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas.

Comunicados. Informo às senhoras e senhores membros desta Comissão de Serviços de Infraestrutura que encaminhei ontem, dia 02 de dezembro, ofício dirigido ao Dr. Nelson Hubner, Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL nos seguintes termos: "*Ofício nº 189/2009. Sr. Diretor, diante*

da recente divulgação do cometimento de erros nos cálculos dos reajustes das tarifas de energia elétrica nos últimos sete anos, solicitamos a antecipação dessa Agência Nacional de Energia Elétrica, no sentido de encaminhar à Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal relatório contendo os cálculos dos valores cobrados a mais dos consumidores brasileiros nesse período. Certos da devida atenção a ser dada ao assunto, reiteramos os votos de consideração. Cordialmente". E assino.

Ontem ainda recebi comunicação telefônica do Sr. Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, informando-me que ele está à disposição desta comissão para vir aqui prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários, logo após terminem os estudos que estão realizando para chegar a uma conclusão do que realmente aconteceu.

Comunicado da Presidência: "*Sobre o relatório da Comissão de Serviços de Infraestrutura, relativo aos quatro painéis do pré-sal, realizados em outubro e novembro, gostaria de adicionar um ponto de extrema relevância que não constou do documento enviado recentemente a todos os senadores e às diversas autoridades envolvidas na questão. Trata-se do impacto ambiental causado com o aumento da emanação do dióxido de carbono, proveniente da exploração da camada do pré-sal. Nesse sentido e para efeito de registro, inserimos o seguinte trecho no citado documento. É esse o trecho, aspas: 'A questão ambiental é outro tema prioritário no rol das precauções frente à exploração do pré-sal, atividade cujo impacto pode quadruplicar o volume da Petrobras de emissão de gases do efeito estufa. Daí a importância da aplicação e do aperfeiçoamento de tecnologias como, por exemplo, o da separação e reinjeção de gás. Vale frisar que esse tema foi inúmeras vezes debatido nas quatro audiências públicas que foram realizadas nesta comissão para tratar do marco regulatório do pré-sal, e por um lapso, na hora da redação por parte da Consultoria, da parte da Secretaria desta Comissão, não foi incluída esta preocupação, externada pelos senhores membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura".* Aqui eu observo que essa questão, especialmente quanto à necessidade de investimentos em tecnologias para amenizar ou mesmo solucionar o aumento da emanação de gases com a exploração do pré-sal, passa tudo isso necessariamente pela capitalização da PETROBRAS, assim como pela destinação dos recursos oriundos das aplicações do fundo social, cujo percentual deverá ser direcionado à preservação ambiental.

Sobre a primeira audiência realizada na Comissão de Assuntos Econômicos em conjunto com a Comissão de Infraestrutura, no último dia 26 de novembro, a primeira audiência sobre a crise energética, nós tivemos aqui como participantes o Dr. Hermes Chipp, Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico ONS; o Prof. Luiz Pinguelli Rosa, Diretor do Instituto Alberto Luís Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; do Dr. Nelson Hubner, Presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica e do Dr. Márcio Zimmermann, Ministro de Estado Interino das Minas e Energia.

Um breve relato sobre que o foi discutido naquela audiência. Para o Diretor Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico, ONS, o Engenheiro Elétrico Hermes Chipp, o blecaute que atingiu 18 estados, no dia 10 de novembro, foi causado por problemas técnicos isolados nas linhas de distribuição da energia gerada na Usina de Itaipu, entre as cidades de Ivaiporã, no Paraná, e Itaberá, em São Paulo; devido a três curtos circuitos simultâneos que geraram um efeito dominó em outros estados.

Ele garantiu que não existe a menor hipótese do chamado apagão ter sido causado por sabotagem. Em sua exposição, aliás, respondendo uma pergunta do Ilustre e Exmo. Senador Paulo Duque. Em sua exposição, o Diretor do ONS explicou também que o relatório técnico sobre as causas do chamado apagão, que está sendo elaborado por 70 técnicos, deverá ser concluído até o dia 04 de dezembro, ou seja, até amanhã. Amanhã deveremos ter o relatório técnico divulgado pela ONS, ou pelo ONS, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico. Disse ainda o Dr. Hermes Chipp que são duas as prováveis causas dos curtos circuitos que levaram ao blecaute, descargas atmosféricas e/ou redução da capacidade dos isoladores submetidos às fortes chuvas, eventos.

O Dr. Hermes Chipp descartou qualquer tipo de comparação com os apagões de 99 e 2002, ocorridos, segundo explicou, por falta de investimentos nos setor elétrico, mas não garantiu que o sistema esteja livre de outras interrupções de energia como a ocorrida recentemente. Segundo ele, temos que identificar os problemas e criar medidas preventivas que o reduzam.

Já o Diretor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Prof. Luiz Pinguelli Rosa, disse que, apesar do blecaute não ter sido causado por falta de investimentos, o governo não pode se isentar de responsabilidades. Segundo o Dr. Luiz Pinguelli, o blecaute, ocorrido no inicio do mês, é uma oportunidade para se chamar a atenção para o Sistema Brasileiro de Energia Elétrica, que precisa de aperfeiçoamentos apesar dos altos investimentos feitos no setor. "Há necessidade de se esclarecer o que aconteceu e reconhecer que temos vulnerabilidades que

exigem atenção, não podemos nos acomodar nessa situação", afirmou o Prof. Pinguelli.

Para o Presidente da ANEEL, Agência Nacional de Energia Elétrica, Dr. Nelson Hubner, a entidade depende do relatório técnico, esse que amanhã deverá ser divulgado ou será divulgado pelo Dr. Chipp, Operador Nacional do Sistema, a entidade depende, a ANEEL depende do relatório técnico sobre as causas da interrupção no fornecimento da energia elétrica, ocorrida no último dia 10, a fim de sugerir as medidas mais adequadas para evitar situação similar no futuro.

A partir do relatório que apontará as possíveis causas do apagão que atingiu vários estados, ressaltou Nelson Hubner, a ANEEL verificará se há necessidade de mais investimentos na área. O Presidente da ANEEL explicou que a agência participa na elaboração de tal relatório com as equipes técnicas e fiscaliza todos os agentes envolvidos no incidente. Pontos como as condições de operação, os registros históricos de manutenção e ocorrências, a adequação aos critérios e a operação do sistema de forma segura, entre outros, são verificados pela agência, conforme informou seu Diretor-Geral.

Respondendo a questionamento, o Presidente da ANEEL disse que a agência apenas fiscaliza se as instalações forem feitas dentro dos padrões internacionais, mas não faz exigências técnicas em relação aos equipamentos a serem adquiridos pelo sistema operacional. O Sr. Hubner explicou que esses equipamentos resultam de profundas pesquisas e são adotados em todo o mundo.

Já o Ministro Interino de Estado das Minas e Energia, Dr. Márcio Zimmermann, defendeu o constante planejamento do setor elétrico para evitar situações de racionamento ou de blecautes. Para cumprir o desafio de levar energia a todos os pontos do território nacional de dimensões continentais, conforme observou ele, é imprescindível o planejamento. São 130 mil quilômetros de linhas de transmissão instaladas do país, integradas de forma planejada, segundo ele informou. Ele previu que a demanda por energia vai aumentar nos próximos anos, uma vez que o Brasil está crescendo e, por isso, o país precisa continuar investindo no setor. Segundo o Ministro Interino, o Governo destinará 40 bilhões de reais para investimentos até o final de 2010. Atualmente, informou ele, o consumo de energia elétrica do Brasil está em 2.300 quilowatts por hora, enquanto que esse consumo é de 13 mil quilowatts/hora, nos Estados Unidos, e de 4 mil quilowatts/hora, na África do Sul, citou esses países como exemplos.

Ele argumentou ainda que o Brasil investe prioritariamente em hidrelétricas, devido à durabilidade da instalação que ultrapassa os cem anos. Uma termoelétrica, sistema usado comumente na Europa, destacou, tem durabilidade de apenas 40 anos em média, em sua avaliação, a hidrelétrica é o caminho natural do Brasil.

Outros temas mais específicos também foram abordados na audiência, como sobre equipamentos. Sobre essa questão, o Dr. Hermes Chipp, do ONS, relatou que o relatório técnico que está sendo concluído sobre o blecaute poderá conter recomendações de novos investimentos em equipamentos de transmissão de energia elétrica. Enfatizou ainda que Furnas poderá ter de consultar fabricantes de equipamentos que seriam substituídos ou adaptados para suportar as contingências como a ocorrida. De acordo com ele, as providências serão avaliadas segundo critérios de probabilidade dos incidentes e custos para novos investimentos, por isso estariam descartados novos investimento em infraestrutura. A título de exemplo, o Dr. Chipp esclareceu que, para reduzir em quatro mil megawatts a carga na região onde começou o blecaute, seria necessário um investimento de até 600 milhões de reais ao ano, o que, segundo ele, torna-se um custo inviável, frente à baixa probabilidade de nova ocorrência. Sobre o assunto, o Dr. Zimmermann do Ministério das Minas e Energia, alegou que um sistema elétrico 100% confiável teria uma tarifa, ou geraria uma tarifa inviável. Uma alternativa de solução, levantada pelo Diretor-Geral do ONS, seria a implantação nos isoladores onde ocorreram as descargas elétricas simultâneas, no dia 10, de sistemas para evitar contingências em dias de fortes intempéries. Ele ressaltou ainda que, segundo as vistorias realizadas pela ANEEL, os sistemas de manutenção das linhas de transmissão têm em geral cumprido os níveis de exigência das normas impostas.

Porém, a agência deverá terminar apenas em fevereiro um levantamento completo do ocorrido, portanto depois do relatório final do ONS que deverá ser apresentado amanhã.

Além disso, o Dr. Hermes Chipp destacou que, se Furnas não tiver cumprido suas exigências de manutenção nas linhas de transmissão, poderá ser multada pela ANEEL, mas, se for determinado o incremento de segurança dos sistemas, diferentemente do que está previsto até hoje, o estado poderá arcar com o custo desses futuros ajustes.

Sobre Itaipu. Questionado durante a audiência, o Ministro Márcio Zimmermann garantiu que o novo acordo, feito entre os governos brasileiro e o paraguaio, em relação à usina hidrelétrica de Itaipu, não aumentará o valor da tarifa de energia elétrica. A proposta enviada ao Congresso para discussão não prevê essa possibilidade, explicou o Dr. Zimmermann.

Urbanitários. Ainda durante a audiência, foi lida nota divulgada pela Federação Nacional dos Urbanitários, afirmando que, em relação ao blecaute do dia 10 de novembro, "muitas impropriedades estão sendo veiculadas por quem não entende nada sobre o setor". A nota afirma que o sistema elétrico brasileiro é complexo e que "os trabalhadores eletricitários, técnicos e especialistas altamente qualificados e respeitados internacionalmente construíram e operam um dos melhores e mais confiáveis sistemas elétricos do mundo". Tal sistema, enfatiza a Federação, é copiado por muitos países.

Esse foi, portanto, o relatório sucinto da última reunião que fizemos, realizamos em conjunto, Comissão de Infraestrutura e Comissão de Assuntos Econômicos, destinadas à avaliação da repentina interrupção no fornecimento de energia elétrica no último dia 10.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): O senhor me permite, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra o Senador Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): É bom destacar, neste contexto dessas exposições que nós temos tido aqui, na Comissão de Infraestrutura do Senado, que há uma diferença grande entre o ocorrido em 2002 com relação ao blecaute de energia e as ocorrências recentes.

Lá nós tivemos como razão a falta de oferta de energia, que produziu medidas do governo relacionadas inclusive com o racionamento. Aqui, as ocorrências, pelo que foi constatado nas exposições técnicas, são de natureza totalmente distinta. São de natureza relacionada com o sistema existente no Brasil, que é o sistema interligado de usinas conectadas e operadas pelo Operador Nacional do Sistema de forma a maximizar o seu fornecimento de energia. E as causas apontadas referem-se à delicadeza do sistema.

O fato de ser um sistema interligado, vulnerável, com uma grande malha de transmissão de energia, pode ocasionar a necessidade de um sistema perfeito, pela impossibilidade da existência de um sistema perfeito, evitar as causas de desgaste do material e de operação do sistema.

Há muito que verificar, mas ficou concluído, pelas exposições, que, para que nós tenhamos a segurança 100% no funcionamento do sistema interligado, haverá necessidade de investimentos em recursos tecnológicos e financeiros de alto montante, que passa a ser a preocupação das autoridades que puderam, ao fim, ser representadas aqui e fizeram as suas exposições.

Então, Sr. Presidente, é o caso de ter e saber fazer a diferença entre o que ocorreu num episódio e no outro, para que nós identifiquemos as verdadeiras causas, e o setor elétrico, implantado no país, tem que se cuidar efetivamente de atuar preventivamente com planejamento seguro, para que, num sistema interligado, nós possamos ter o fornecimento de energia de uma forma permanente e segura.

Estamos sujeitos a ter ainda episódios como esses, mas confiamos na atuação da ONS, do Operador Nacional do Sistema, da Agência Nacional de Energia Elétrica, na análise e exame dos projetos de fornecimento futuro de energia, para que nós possamos minimizar a frequência desses fenômenos que prejudicam o fornecimento de energia elétrica no Brasil.

Eu gostaria de dizer essa palavra, uma pequena experiência que nós temos do setor, eu estou vendo aqui a equipe de técnicos do grupo Eletrobrás, presente, fui Presidente de Furnas, fui Presidente da Eletrobrás, conduzimos no seu governo, Sr. Presidente, a construção da Usina Nuclear Angra 2, preparamos a Usina Angra 3, e o Brasil tem um futuro muito promissor para a expansão da energia, para os diferentes pontos de energia e para a introdução de uma matriz energética, constituída de fontes limpas de energia, que possa promover o nosso desenvolvimento de uma forma normal, sem perturbação da vida da sociedade brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Ministro Eliseu Resende pela suas considerações, ele que, como todos nós sabemos, é uma referência no setor, não somente energético do país, mas no setor de infraestrutura de um modo geral e que nos dá a honra de copresidir conosco a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado.

A presente reunião do dia de hoje destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos nº 54, de 2009, da Comissão de Infraestrutura e do Requerimento nº 66, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, de autoria dos Senadores Fernando Collor, Delcídio Amaral e Eduardo Suplicy, para prestação de informações e o debate acerca da repentina interrupção no fornecimento de energia elétrica, ocorrido no país, no último dia 10 de novembro de 2009, bem como acerca da real situação de nosso sistema elétrico, notadamente das áreas de geração, transmissão e gerenciamento. E ainda sobre a fiscalização das respectivas atividades e as perspectivas de investimento no setor, a curto, médio e longo prazo, com os seguintes participantes, que aproveito e convido para que tomem assento à Mesa: Dr. César Ribeiro Zani, Diretor de Operação do Sistema e Comercialização de Energia de Furnas; Dr. Gilberto Câmara, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, INPE; Dr. Albert Cordeiro, Diretor Geral do

Centro de Pesquisa de Energia Elétrica, CEPEL; Dr. Djalma Mosqueira Falcão, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Dr. Cyro Vicente Boccuzzi, Consultor e Diretor da ECOee, Expertise Consultoria e Orçamento em Energia Eficiente. Em nome da Comissão de Serviços de Infraestrutura, dou a todos as melhores boas-vindas e peço-lhes que tomem assento à Mesa.

Antes de dar a palavra aos nossos palestrantes do dia de hoje, eu gostaria de registrar a presença, nesta reunião, do Dr. Carlos Nadalutti Filho, Diretor Presidente de Furnas, dos Srs. Diretores de Furnas e também do Dr. Francisco Romário, Secretário Executivo Adjunto do Ministério das Minas e Energia, aos senhores as nossas melhores boas-vindas.

Gostaria de informar aos senhores participantes desta reunião que cada um dos senhores terá vinte minutos para fazer a sua explanação. Os Srs. Senadores inscritos para formular as demandas que desejarem a cada um dos participantes, terão cinco minutos para fazê-lo. V. Sas. palestrantes terão cinco minutos para responder e serão concedidos mais dois minutos para réplica e dois minutos para tréplica. Mais uma vez solicito a compreensão de todos os senhores para que possamos cumprir rigorosamente com o tempo estabelecido pelas normas e procedimentos internos da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Para iniciar os nossos trabalhos, eu passo a palavra ao Dr. Cesar Ribeiro Zani, Diretor de Furnas. V. Sa., como disse, dispõe de vinte minutos para a sua exposição.

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Bem, bom-dia a todos. Exmo. Sr. Presidente dessa Comissão, Senador Fernando Collor, Exmo. Senador Eliseu Resende, Exmo. Senador Paulo Duque, Exmo. Senador Valdir Raupp. Exmos. colegas da Mesa, dando início à apresentação, gostaria primeiramente de fazer um breve resumo da minha carreira.

Comecei em Furnas em 78, como Engenheiro da Divisão de Análise de Sistema; em 96, me tornei chefe da Divisão de Estudos Elétricos Especiais da Operação; em 2003, eu me tornei Chefe do Departamento de Estudos Elétricos; em 2004, Superintendente de Operação e, em setembro desse ano, Diretor de Operação. É uma honra estar aqui, representando Furnas.

Eu vou fazer um breve relato do que é Furnas para... Muitos de vocês, dos senhores, conhecem, mas é bom a gente repassar para ter ideia do tamanho da empresa, da sua responsabilidade pública. Como os senhores sabem, Furnas é uma concessionária de serviço público e atua no segmento de geração e transmissão. Na condição de subsidiária da Eletrobrás, foi-lhe conferida a missão de construir e operar centrais elétricas de interesse supraestadual(F) nacional e sistemas de transmissão extra altas tensões que visassem a integração interestadual dos sistemas e transporte de energia, produzida em aproveitamentos energéticos binacionais.

Essa integração é a grande beleza do sistema elétrico brasileiro, onde você aproveita sistemas, situações em que você tenha chuvas em determinadas regiões e seca em outros. Então, no momento em que você tem chuvas do Sudeste, você não tem no Sul e pode fazer esse intercâmbio, transformando as linhas de transmissão em verdadeiros tubos de transmissão de água, aonde você, por diversidade hidrológica, otimiza o sistema interligado brasileiro.

A empresa possui instalações no Sudeste, no Centro-Oeste, interligando oito estados e o Distrito Federal, onde está situada cerca da metade da população brasileira, que responde por aproximadamente 66% do PIB do país. Fazendo um resumo, as usinas de Furnas em parcerias e próprias são: Itumbiara, Marimbondo, Furnas, Luiz Carlos Barreto, Mascarenhas de Morais, Corumbá, Porto Colômbia, Funil, Serra da Mesa, Manso e Peixe Angical, todas essas hidrelétricas.

Nós temos duas usinas termoelétricas, Santa Cruz e Roberto Silveira, São Gonçalo está fora de operação. As nossas subestações são 46, e o que a gente destaca é a capacidade de transformação, ou seja, a capacidade de transformadores instalados no sistema Furnas, totalizando 101 mil MVA, isso é próximo de 50% de toda a capacidade da transformação do Brasil.

Total de linha de transmissão do sistema Furnas é em torno de 20 mil quilômetros. Os principais circuitos que a gente vai falar hoje bem detalhadamente são destinados a transmissão da energia da UH Itaipu, nas extensões de 750 kV e 600 kV/DC, corrente alternada e corrente contínua. Circuitos estratégicos também existe para essa otimização eletroenergética de que eu falei no início, que interliga as Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e o Norte do país.

Aí é o mapa do sistema Furnas, aparecem também linhas de outras concessionárias, mas é a área de atuação de Furnas que vai desde o Tocantins até Foz do Iguaçu, desde Vitória até o Mato Grosso, Cuiabá.

Nós também temos um sistema de telecomunicações que dá suporte a todo o sistema de proteção e micro-ondas e comunicações do sistema de Furnas, também é de grande extensão, micro-ondas, e fibra ótica. Estamos expandindo esse sistema de fibra ótica.

Bom, só para os senhores terem ideia dos tamanhos de equipamentos da quantidade, nós temos 644 transformadores, totalizando aquele valor de 101 mil MVA de transformação. Ali tem uma fotografia de

um transformador de 500, 138 kV, temos 1072 disjuntores de 500 kV, disjuntores são idênticos daqueles da nossa casa, que desarmam quando tem um curto-circuito em uma tomada elétrica na nossa casa, só que o tamanho é muito maior e a complexidade do equipamento também.

Essas aí são 48 quadriválvulas do sistema de corrente contínua, de transmissão em corrente contínua, responsáveis por transmitir praticamente a metade da transmissão do sistema de Itaipu. Aquela ideia, por favor, dá uma ideia da dimensão, aquelas quadriválvulas que estão à direita estão dentro do prédio que está à esquerda, aquilo é um prédio, onde as quadriválvulas que fazem a conversão de corrente alternada para a corrente contínua estão ali.

Bom, de linhas de transmissão os vinte mil quilômetros que nós temos estão divididos em 163 circuitos de linhas de transmissão que comportam 43 mil torres, 141 mil quilômetros de cabos condutores, 36 mil quilômetros de cabos para-raios e aproximadamente quatro milhões de isoladores. Nós estamos tocando nos isoladores porque é um ponto que a gente vai destacar. Usinas, 58 geradores hidráulicos e oito geradores térmicos.

Como nós falamos, o sistema de telecomunicações, 110 estações de micro-ondas, totalizando quatro mil e 200 quilômetros aproximadamente e cinco mil quilômetros de linhas com cabo OPGW.

Bom, agora me dedicando um pouco mais a explicação sobre a perturbação do dia 10. Esse é um mapa do tempo, inclusive foi apresentado aqui também pela NOS, em que as fontes que nós utilizamos são semelhantes, é do satélite GOES, aonde vinha se aproximando uma frente fria de grande intensidade, e ali, no mapa, aparece ela se aproximando de Foz do Iguaçu. Aquelas linhas tênues em azul são os circuitos que saem de Foz do Iguaçu e vão até Tijuco Preto e Ibiúna, são as linhas de transmissão. Aquele momento era por volta das 10h45 da manhã.

Bom, dando sequência ao que aconteceu do que nós temos certeza. Vamos lentamente aqui. Houve... Às 22h13, houve o primeiro curto na fase B do sistema de 765 kV, atingindo a linha, o circuito 1, entre Ivaiporã e Itaberá. Nesse momento, ocorreu o primeiro curto-circuito. Curtos circuitos provocam o desligamento da linha, a proteção da linha, tal qual eu comentei aqui, na nossa casa, o disjuntor é junto com a proteção. A proteção está inserida dentro do disjuntor da nossa casa. Quando existe um curto-circuito aqui, a proteção da linha opera para desligá-la. Se isso não fosse feito, a linha sofreria sério dano, porque permaneceria conduzindo a corrente de curto, ou algum equipamento poderia se danificar seriamente também. Como na nossa casa, se houver um curto na tomada e nós não... o disjuntor não desarmar, vai queimar todo o circuito e provavelmente até ter risco de incêndio.

Bom, isso foi às 22h13min6s. A linha desligou e logo após, logo após... Logo após não, quase que imediatamente, em termos de tempo, 13 milésimos de segundos depois, houve uma nova falha, agora na fase A do circuito dois. Quer dizer, começamos com uma falha na fase B do circuito 1, seguida de uma falha na fase B, do circuito 2, a fase A do circuito 2. Começamos na fase B e foi para a fase A do circuito dois, 13 milésimos de segundos depois. A gente pode considerar isso praticamente simultâneo, só destaca que 13 milisegundos, porque 13 milisegundos é o tempo que realmente decorreu. Pode ir.

Logo em seguida, quatro milisegundos depois, ocorreu o terceiro curto-circuito na fase C, praticamente na barra, no isolador do pedestal da barra, a anterior também tinha sido no isolador de pedestal da barra, desligando então o terceiro circuito entre Ivaiporã e Itaberá.

Nesse momento, eu destaco, estávamos transferindo da Usina de Itaipu para o sistema Sudeste um total de 5.585 pelo sistema de correntes alternada, está aqui, esse valor aqui 5.585 e pelo sistema de corrente contínua, que eu vou citar depois, 5.400, totalizando aproximadamente 11 mil megawatts. Pelo Sul, nesse momento estava sendo injetado por esse sistema que desligou, mil megawatts, totalizando 12 mil megawatts e aqui pela linha Ibiúna-Bateias, que não aparece aqui, mais mil, totalizando 13 mil megawatts, 13.500 megawatts. Esse era o total de transferência do Sul e da Usina de Itaipu para o Sudeste nesse momento. Bem, pode passar.

Quando isso ocorre, você tem perda tripla, existe um esquema que foi projetado para isso é o ECE do 765 kV, que a lógica 8, onde desliga, como o ONS falou, já apresentou aqui, o Dr. Hermes Jorge Chipp, desligam-se essas unidades, 10, 12, 14, 16 e 18– A, o sistema Sul ilhou o sistema Sul ilhou e ficou separado e permaneceu em operação corretamente.

Aqui estão o que a gente chama das caixas pretas do sistema elétrico brasileiro que está instalado em todas as sub-estações que nos dá, diferentemente da questão dos aviões, nós dá quase que imediatamente o que ocorreu, às vezes isso é complicado de se analisar, porque quando a contingência é mais severa ou quando envolve muitos eventos, você não consegue analisar imediatamente.

Nesse caso foi um evento fácil, quer dizer, relativamente fácil de verificar o que ocorreu. Aqui nós temos as correntes que estavam passando nos circuitos, e aqui, as extensões. Passa para o próximo, por

favor. Para o anterior, primeiro. Volta mais um. Passou demais, vai para o primeiro, exatamente. Verifica-se pela tensão na fase A, que, nesse momento, ocorre uma falha que leva a tensão a zero. Logo depois, na fase B... Aliás, vamos para o início. Primeiro é na fase B, a fase B está normal e ocorre uma falha que leva a tensão para zero a partir desse momento aqui, ou seja, o primeiro curto na fase B do circuito Itaberá-Ivaiporã... Na fase B, Ivaiporã-Itaberá, circuito 1. Verifica-se aqui, pela própria tensão na fase A, do próprio circuito, a falha foi no outro, que há uma subida na tensão e, logo depois, um desligamento também da fase A do circuito 1, pelo circuito 1, e, na fase C, a mesma coisa. Passa para o próximo que a gente vê melhor.

Aqui a gente tem na fase A, mais claramente de Itaberá-Ivaiporã circuito 2, a subida da tensão e, logo após, o curto-circuito no circuito 2. Pode passar para a próxima. E aqui a gente vê na fase C do circuito 3, o mesmo evento, a tensão sobe e vai a zero, provando que o curto-circuito aconteceu praticamente simultâneo, configurando um curto-circuito evolutivo, monofásico evolutivo, ou seja, foram três curtos monofásicos que evoluíram e chegaram a configurar um curto trifásico não simultâneo.

Aqui a gente apresenta o esquema de controle de emergência do 765 kV, que mostra qual é a esquema de, caso haja um distúrbio, como funciona. Pode passar. Aqui é um detalhe importante sobre o sistema de corrente contínua, há muitas perguntas sobre por que o sistema de corrente contínua saiu de operação. O sistema saiu de operação porque qualquer sistema de corrente contínua daquela época, ele necessita necessariamente de tensão do lado AC na sua inversora, na sua estação inversora, que no nosso caso é Ibiúna em São Paulo. Ibiúna, o sistema HVDC para poder transmitir, ele precisa que o sistema onde esteja conectado em São Paulo, no caso, em Ibiúna, esteja funcionando adequadamente.

Houve um colapso de tensão como o ONS colocou aqui, houve um colapso de tensão logo após a falha simultânea que nós apresentamos. Como houve um colapso de tensão, o lado AC do sistema elétrico do Sudeste oscilou, a tensão do lado AC diminuiu muito, caiu, e o sistema de corrente contínua não conseguiu continuar transmitindo. Corretamente, a proteção atuou no sentido de reduzir a demanda de potência, colocou em controle de corrente e tentou mantê-lo funcionando, mas não houve possibilidade porque a tensão caiu muito no lado AC e operaram corretamente as proteções de subtensão DC do elo de corrente contínua, ele não consegue mais injetar por mais que tente, então são quatro pólos, os pólos vão desligando automaticamente e não tem como. A única forma dele manter é ter um mínimo de estabilidade do lado AC, em Ibiúna. Podemos ir.

Aqui estão as marcas das descargas que ocorreram nos isoladores, essas fotos já saíram em vários lugares. Aqui são algumas fotos que apresentam a dimensão desses equipamentos, porque a gente fala em isolador de pedestal, a gente não tem noção, nós não temos noção do tamanho que é um sistema de 765 kV. Isso aqui é um isolador de pedestal e aqui é onde ele está colocado, a gente dá a ideia das dimensões, são 25 metros, algo equivalente a dez andares, mas o tamanho próprio do isolador que é feita em dois segmentos.

Bom, então quais são as hipóteses que nós analisamos? Como eu disse, essa análise, houve, com certeza, os curtos-circuitos, ficou fácil de analisar a questão do curto-circuito, tanto nós quanto a ONS fazemos isso de maneira junta, chegamos a conclusão de que houve os curtos, isso não há dúvida. Agora, os curtos foram provocados por quê? Bom, a nossa hipótese é que foram provocados por descarga atmosféricas ou por redução da capacidade elétrica dos isoladores submetidos às condições metereológicas adversas. Destaco que os isoladores do sistema de 765 kV são projetados dentro da norma e atendem a capacidade da norma, desde o seu projeto e continuam atendendo, mesmo depois de 20, 30 anos de operação.

Bom, quais são as providências. As providências nós, durante inspeções de rotina feitas anteriormente, detectamos trincas nesses isoladores há algum tempo atrás e aí nós passamos a investigar qual era o efeito dessa trinca, já que nós tínhamos, por experiência, que trincas da base do isolador não comprometem a sua capacidade. Mas de qualquer maneira, apelamos para a excelência do Centro de Pesquisa de Energia Elétrica e levamos esses isoladores para testar, após 20 anos de operações, compará-lo com o IP, com o isolador de pedestal novo, sob chuva e a seco. E nós chegamos à conclusão de que o comportamento desses isoladores novo ou aqueles que tinham alguma falha, alguma trinca na sua base era o mesmo, ou seja, eles tinham o desempenho sob capacidade hidrelétrica idêntico e não havia nenhum efeito sobre isso.

Mas, de qualquer maneira, fizemos avaliação de soluções para aumentar a suportabilidade dielétrica dos isoladores, essa avaliação está em curso dentro do CEPEL, nós estamos procurando aumentar a suportabilidade dielétrica dos isoladores, estamos adquirindo, dentro dessa lógica de tentar dar um aumento, como a ONS colocou aqui, o aumento na capacidade, estamos pesquisando soluções de substituir esses isoladores por isoladores que talvez tenham capacidade dielétrica maior com distância de escoamento maior.

Isso ainda vai ser testado e submetido ao CEPEL para que a gente teste os equipamentos.

[soa a campainha]

Temos então essas soluções que estão em andamento, estão em estudo e, pode passar a próxima. E estamos também estudando essa questão do *booster shed.* O *booster shed* é um chapéu como o próprio ONS colocou aqui, que é uma solução que pode ser adotada e de imediato caso ela seja bem-sucedida nos seus testes que estão, que vão estar em andamento dentro em breve ou já estão sendo feitos no CEPEL.

Então, essas são as providências de Furnas, de caráter imediato, para tentar diminuir a probabilidade de termos problemas dessa natureza.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado ao Sr. César Ribeiro Zani, pela sua exposição, e passo a palavra ao Senador Valdir Raupp, para o seu questionamento. V. Exa terá cinco minutos para fazê-lo, senador.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Sr. Vice-Presidente Senador Eliseu Resende, Srs. Convidados. Eu queria perguntar ao Dr. César Ribeiro, Diretor de Furnas, quando da audiência da semana passada, o Operador Nacional do Sistema, Dr. Chipp, eu esqueço o primeiro nome, ele disse que a queda dos três circuitos foi em cadeia, talvez tenha sido pela proximidade um do outro. Não tem lógica. Se caiu um, se eles estão separados, por que caiu os outros dois? E eu perguntei qual a margem de segurança da distância de um circuito para o outro, se nas próximas linhas de transmissão, como no caso do Madeira, que vai transportar mais de seis mil megawatts de Rondônia para São Paulo, que a subestação receptora vai ser Araraquara, no Estado de São Paulo, e vão ser duas linhas, uma de Jirau e outra de Santo Antônio. E às vezes aproveitam o mesmo traçado até para diminuir a despesa, e fazem as duas linhas muito próximas uma da outra, então se existe uma margem de segurança de um circuito do outro para que não haja o que aconteceu nessa questão de Furnas.

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Exmo. Senador, boa pergunta, é até bom para explicar o que eu acho que vale a pena a gente destacar. Nesse caso específico, não haveria influência... Nesse caso específico, não houve influência da distância dos circuitos, porque todas as falhas se deram dentro, praticamente dentro, da sub-estação. A primeira foi na entrada do filtro de onda do circuito 1. Eu tenho a entrada da sub-estação, eu tenho filtro de onda e eu tenho para-raios. Ela penetrou e abriu o primeiro curto-circuito. As outras duas falhas se deram dentro da sub-estação em isoladores de pedestal, dois isoladores de pedestal, e eu destaco que nenhum deles tinha trinca, quer dizer, é bom que se diga que a questão de trinca só afeta como a gente já comprovou no CEPEL, a questão mecânica, não tem a ver com a questão dielétrica, dielétrica que eu falo é capacidade de isolamento. Então nesse caso específico, a gente pode dizer que realmente não houve influência com essa questão de proximidade. Mas me arriscando a falar sobre desempenho dos sistemas elétricos, do qual eu participei durante muitos anos na análise no GCOI, realmente quando você tem proximidade de circuitos, você constrói circuitos muitos próximos, você pode ter em eventos de chuva e ventos de alta intensidade que superem a capacidade de projetos, a perda de dois circuitos. Se você corre ou na mesma torre ou muito próximo, como já aconteceu em alguns casos no Brasil.

Então, nesse caso específico, eu posso dizer que realmente não houve essa influência, ok, senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Valdir Raupp satisfeito com a resposta. Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Agradeço ao Presidente Senador Fernando Collor e parabenizo e cumprimento todos os participantes dessa nossa audiência.

A minha pergunta é bem próxima da do Senador Raupp, no sentido de que, exatamente, na audiência passada, foi dito que esta proximidade, se existem momentos, quando os isoladores estão na rede nos grandes pórticos, eles estão realmente separados fisicamente de uma forma apropriada. Porém, quando eles se aproximam da subestação, existem momentos em que eles estão realmente na entrada da subestação, eles estão bem próximos uns aos outros.

Eu diria, e me acostamento exatamente ao questionamento do Senador Raupp, se isso seria uma especificação a ser alterada lá na frente, em projetos futuros, com o qual se dê alguma proteção maior a essa eventual causa de curtos.

Um outro questionamento que também é originário, exatamente, da outra sessão, seria no sentido de que se existe algum estudo, se aqui... Porque as condições de clima, hoje, no mundo, são muito polêmicas. Existem cientistas que estão dizendo que as mudanças são mais rápidas do que nós pensamos, outras que são mais lentas do que nós pensamos. Na verdade, o meu questionamento é se existe por parte do setor elétrico brasileiro alguma pesquisa ou algum trabalho científico, no sentido de verificar se essas alterações atmosféricas, se elas realmente tendem a agravar as ocorrências, como nós temos sentido muito na Região Sul, com ventos, descargas elétricas, se

isso implicará em mudança e alterações de projetos futuros e especificações de isoladores, em toda uma sequência para que permita que, a nível de Brasil, lá na frente, nós estejamos preparados para enfrentarmos essas adversidades, que não são inerentes a governos, são inerentes à natureza, mas que governos têm que ter a cautela de se antecipar, se eventualmente existe essa tendência.

É só se existe alguma identificação de alteração de condições atmosféricas que realmente signifique alterações de especificações até dos próprios isoladores. Essa é a pergunta, muito obrigado.

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Começando pelo final, Senador Roberto Cavalcanti, eu vou começar pelo fim. Eu desconheço que existam estudos, quer dizer, pesquisas a esse respeito, correlacionando à questão atmosférica com o setor elétrico. Mas acho, na minha opinião, que esse questionamento pode até existir, essa pesquisa, eu desconheço. Eu acho que esse questionamento é válido porque realmente existem muitas discussões sobre clima, alguns dizem que não há mudanças climáticas, outros dizem, existe muita polêmica a respeito disso. Mas, por sentimento, a gente sente que algo está mudando, essa questão que a gente olha no Sul do país e eventos que... Maiores ventos, maiores efeitos de tornados, que, pelo menos, eu me lembro, quando eu era guri, nunca vi tornado, pelo menos já havia televisão, já havia imprensa. Quer dizer, não é possível que essa coisa seja uma novidade.

Então, realmente, há uma necessidade de se estudar a questão de descargas atmosféricas e de volume de chuva, para que, se for necessário, nos novos projetos, se adotem outros critérios. Hoje, os critérios que todo o sistema elétrico brasileiro adota, e Furnas especificamente, todo o projeto atendem as normas, os equipamentos estão dentro das normas e comprovam que estão dentro das normas em ensaios. Então são normas da ABNT, no caso dos isoladores de pedestal, normas brasileiras que especificam critérios de projetos. Os nossos projetos têm desempenho muito bom. Para vocês terem uma ideia, o sistema de transmissão de 750 kV, ele tem aproximadamente um desempenho acima de 99,5% de disponibilidade. Então a gente tem realmente um desempenho bom naquele sistema, em termos de confiabilidade de disponibilidade.

Agora, para a primeira pergunta, a questão da proximidade dos circuitos, realmente tem um momento que eles podem vir separados, mas vai ter um momento aonde vai se juntar, e não tem como ser de outra forma, os circuitos têm que entrar em algum ponto da subestação. No projeto, pode-se otimizar a entrada, mas vai ter um momento onde eles vão entrar juntos.

Pode perguntar, à vontade.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu não sou a pessoa apropriada para comentar, porque a minha formação não é Engenharia, mas talvez a necessidade dessa aproximação se dê num ambiente mais fechado. Quer dizer, poderia entrar por cada lado da subestação um cabo e, lá, internamente, protegido das condições atmosféricas, eles terem essa aproximação. Não necessariamente dentro do projeto concebido atualmente, que os dois se unem já na parte externa e vão se aproximando, se aproximando e entram num só lado da subestação. Eu estou leigamente fazendo essa sugestão, mas, na verdade, eu acho que poderá haver modificação de projetos que minimizem esses riscos de eventuais descargas elétricas atmosféricas, mas o meu limite de sugestão fica aí, dentro da humildade da não formação profissional.

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O Senador Paulo Duque com a palavra, por favor. V. Exa. deseja somente a inscrição e fazer-–

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): A inscrição para...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeito.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): A inscrição para fazer algumas indagações ao Dr. Ribeiro Zani.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra V. Exa., Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Porque a sede de Furnas acha-se situada exatamente em Botafogo, na minha cidade no Rio de Janeiro. Eu gostaria de saber inicialmente... Quando o Ministro Eliseu Resende era o Presidente de Furnas, eu tive oportunidade de visitá-lo lá, algumas vezes levando problemas da minha cidade...

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Exatamente.

E queria saber se, lá na Rua Real Grandeza, é que V. Exa. trabalha, se é exatamente lá.

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: É lá.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É lá.

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Com muita honra.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): E lá, na Rua Real Grandeza, onde está a sede principal, vocês possuem algum controle, porque o Brasil é muito grande, não é? As distâncias, as cidades que V. Exa. citou, por exemplo, eu não nunca tinha ouvido falar. Vocês têm uma maneira técnica de um controle

sobre todos esses 175 quilômetros de linhas, que foi dito aqui, pelo Presidente Collor, hoje, de transmissão, vocês têm o controle ali?

Eu não sei se vocês têm ali algum controle. 24 horas por dia, como é que funciona esse negócio?

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Sim, respondendo--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Isso aí é uma pergunta que a opinião pública deve estar querendo saber, realmente. Nós estamos aqui tentando...

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Exmo. Senador Paulo Duque, eu trabalho realmente em Botafogo, no 12° andar, tive a honra de ser presidido pelo Exmo. Senador Ministro Eliseu Resende, e, na época que eu estava ainda guri lá, trabalhando como Engenheiro. E realmente Furnas tem um sistema de supervisão e controle que abrange todo o sistema de transmissão de Furnas, existe um Centro... A organização da operação de Furnas em tempo real, em 24 horas, nós temos um Centro em Botafogo, na Rua Real Grandeza, 219, e temos quatro centros regionais. Em Goiás, fica na Usina de Itumbiara; em Minas, fica na Usina de Furnas; em São Paulo, que fica em Campinas; e no Rio de Janeiro, que é um centro regional que cuida da área light e ampla, em Jacarepaguá.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Jacarepaguá?

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Jacarepaguá. Isso, na subestação Jacarepaguá.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Essa eu não conheço.

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: É o Centro de Operação Regional Rio de Janeiro. Esses centros de operação e o central – são cinco centros, quatro regionais e um central -, eles têm capacidade de supervisionar toda a rede de Furnas.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Toda?

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Toda a rede de Furnas. Hoje, com a mudança... Quer dizer, depois que houve a mudança do modelo e a criação do operador, todas essas informações são passadas para o operador de supervisão... Ou seja, o que eu digo que é supervisão? É estado dos disjuntores e das linhas, ou seja, se estão ligados ou desligados, valores de tensão, valores de corrente e outras grandezas elétricas são passadas para a ONS. E a ONS é que, hoje, coordena a operação do sistema em harmonia com Furnas e os demais agentes.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Quer dizer que, durante 24 horas por dia, existe a vigilância e a observância, ou seja, desses quatro pontos que o senhor acaba de citar?

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Isso.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Em quatro Estados Federais.

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Em todos. Em todos, abrange todo o sistema Furnas.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): O senhor acha que, se não tivesse havido aquela tempestade, não teria ocorrido?

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Com certeza, não.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Com certeza, não. É uma coisa está dependendo da outra, sem dúvida alguma, não é?

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Sem dúvida alguma.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É aí a hipótese até que eu perguntei na última semana, se teria dito possibilidade de haver uma sabotagem, porque o povo ficou assustado. E nós aqui representamos o Estado e o povo também. E a nossa intenção aqui, que não somos engenheiros, eu acho que não tem nenhum engenheiro aí, tem? Você é engenheiro? Não é engenheiro. Então somos todos advogados, professores, etc. não tem engenheiro aqui, quase, praticamente.

Mas era só isso. Primeiro a oportunidade de conhecer V. Exa. foi muito boa, já sei onde V. Exa. pode ser encontrado, 12° andar, na Rua Real Grandeza, muito bom. E, ao mesmo tempo, levar os nossos – que somos sempre indagados – esclarecimentos que, com muita oportunidade, vieram aqui, convocados pelo nosso Presidente, Senador Fernando Collor. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado à V. Exa., Senador Paulo Duque. Eu passo a palavra agora ao Presidente do INPE, Dr. Gilberto Câmara, para sua exposição.

SR. GILBERTO CÂMARA: Muito bom-dia, Srs. Senadores, Presidente, Senador Collor, vice-Presidente, Senador Eliseu Resende, Srs. Senadores presentes, Srs. Convidados. O INPE dispõe de diversos sistemas que fazem serviços para a sociedade brasileira, e, hoje, nós vamos falar dos resultados de dois desses serviços que o INPE tem com relação ao tempo... a situação no dia 10 de novembro, na região do sistema de Itaipu.

O INPE tem um sistema de monitoramento de descargas atmosféricas, que foi construído com o apoio grande de todos os operadores do sistema elétrico, em particular com a grande colaboração de Furnas, e o INPE também faz a previsão de tempo e clima do Brasil que os senhores também podem acompanhar, todos os dias, na Rede Globo, através de um sistema de satélite de supercomputadores.

Eu vou falar um pouquinho da chamada rede BrasilDat. Essa rede é uma rede de sensores de raios e que está instalada preponderantemente no Centro-Oeste e no Centro-Sul, onde está a concentração do sistema de Itaipu e do sistema Furnas e que cobre...

Então, são 53 sensores, cobrindo toda a região, cobre muito bem o Centro-Oeste e o Centro-Sul, cobre um pouco menos o Nordeste, nós esperamos ter agora o apoio da CHESF para cobrir o Nordeste e futuramente com a instalação aí das novas estações, novas redes hidrelétricas na Amazônia há também cobertura da Amazônia. Próximo, por favor.

Esse sistema permite a detecção de 100% das descargas elétricas, ou seja, dos raios acima de 25 kVA, **Kilovolt-Ampere**, de intensidade. E 85% abaixo de 25 **Kilovolt-Ampere**. E aí está indicada no caso a subestação da Itaberá e quais foram todos os sistemas de detecção de descargas que permitiram uma análise das descargas atmosféricas naquela região.

Então nós temos aí um conjunto grande de locais que tinham, de diferentes distâncias de Itaberá e que nos permitiram então analisar o que poderia ter acontecido. E notem que a eficiência então para raios intensos, ela é total, e para raios menos intensos ela é parcial. Próximo por favor.

Então essa foi, essas são todas as observações de raios que foram detectados das onze e meia da manhã, as onze e meia da noite no tempo local em toda esta região. Então aqui são por horas do dia, a gente pode verificar diferentes horas do dia e aqui nós temos em vermelho a principal linha do sistema Itaipu, verificou-se que realmente ocorreram descargas atmosféricas durante o dia inteiro, num dia de intensa atividade, em todo o sistema. Aqui são mais de manhã cedo e aqui mais à tarde. Próximo por favor.

Essas foram todas as descargas verificadas no sistema de Itaipu, aqui, na de Foz do Iguaçu até Ivaiporã-Itaberá. Então verifiquem que realmente durante o dia 10/11 ocorreram um conjunto de grande de descargas detectadas pela rede. Insisto que a rede tem um poder de detecção que não é perfeito, mas que indica, nós temos essas indicações e essas indicações evidentemente estão disponíveis inclusive na Internet e são colocadas à disposição de todo o sistema e particularmente da equipe de Furnas. Próximo, por favor.

Então esses são os raios por hora no dia 10 de janeiro na rede inteira de Itaipu. Então começando aí às onze e meia da manhã, uma hora da tarde, cinco horas da tarde e aqui na hora da interrupção. Note que então ocorreram durante todo o dia um conjunto grande de descargas elétricas ao longo de todo o sistema Itaipu, então foi um dia intenso de atividades. Próximo.

E especificamente na hora exata do acidente, a rede não detectou descargas sobre a estação de Itaberá, o que não quer dizer que não tenha havido descargas e não quer dizer que não tenha havido um processo de indução anterior, eu não sou especialista no setor elétrico, a minha área é a informática, mas a gente verifica que especificamente nesse horário não se detectou descargas, o que pode do ponto de vista nosso, pegando aqui do horário das 22h03 às 22h23, nesse horário de vinte minutos houveram descargas, mas fora da rede Itaipu.

Então o que a gente pode afirmar, com base nisso, é que não aconteceu nenhuma descarga superior a 25 kVA e que a probabilidade de ter acontecido alguma descarga menor é da ordem de 15%, que é a possibilidade de detecção da rede. Próximo.

Bom, isso é o caso dos raios. O Dr. César, de Furnas, falou também da questão atmosférica das chuvas, e, como o próprio sistema de raios já indicou, evidente que esse dia foi um dia de intensidade de chuvas grandes. Então, se nós olharmos agora aqui, é o dado meteorológico. Esse dado é a temperatura do topo das nuvens no horário de 22h15, do dia 10, que pode ser assumido como mais ou menos a situação de 22h03, onde houve o apagão.

E aqui, esse dado... Nós inferimos a intensidade das chuvas pela temperatura do topo da nuvem, porque o satélite... Aqui é o dado do satélite meteorológico GOES-10, recebido pelo INPE e o CPTEC, que quanto maior é a temperatura do topo da nuvem, quanto mais alta a nuvem, mais a nuvem é profunda, digamos assim, a gente usar o termo comum, os ***[ininteligível]***, e maior a probabilidade de estar associada à chuva. Então a gente identifica aqui que a temperatura, nessa região aqui, perto de Itaberá, estava da ordem de menos de 70ºC, o que indica um conjunto de nuvens profundas e, de forma geral, um conjunto de nuvens estabelecidas sob essa região aqui, que vai da fronteira entre São Paulo e Mato Grosso, e Paraná, até chegando na capital paulista. Próximo, por favor.

Então, o que ocorre, Presidente, é que nós temos... Como indicou o Dr. César, raios não seriam as únicas causas possíveis de um blecaute. Chuvas intensas também podem induzir a uma situação de indução eletromagnética da área da rede que, em circunstâncias específicas, aí, evidentemente a chuva por si só, mas um conjunto de circunstâncias que precisariam ser investigadas eletricamente também pode ser a causa. Eu quero dizer o seguinte: raio não é a única causa de um blecaute; chuva intensa, associada à indução eletromagnética, também pode ser a causa, como foi colocada aqui, pelo Dr. César. A gente fica associando que sempre tem que ser um raio. Nem sempre tem que

ser um raio; pode ser um raio, pode não ser. Então eu só queria deixar claro que o INPE não detectou raios fortes, mas detectou uma chuva forte.

E poderiam ter associado a raios de intensidade menor que teriam acontecido na região, que poderiam ter acontecido, mas não teriam sido detectados... Não, só para voltar, volta os dois slides para... Não, volta mais um.

Presidente, o fato que nós tivemos... Houveram... Como o senhor tem razão, houveram raios anteriores... Volta mais um, por favor, mais um.

Então, quer dizer, isso aqui foi o que aconteceu durante o dia. Ou seja, houve uma intensidade grande de raios durante o dia, em toda a rede Itaipu, no dia 10 novembro. Todos esses raios, detectados aqui, estão sobre a rede. Próximo, por favor, mais um. Em princípio, às 10 horas da noite, quando acorreu o blecaute, não detectamos raios, mas – próximo, por favor – detectamos que continuava havendo uma intensidade de chuvas fortes na região. Isto visto pela imagem do satélite, próximo por favor. E também pelo radar meteorológico do DAE, que mostra que no momento, às 22h15 do dia 10, estava ocorrendo uma chuva de intensidade forte na região de Itaberá. Esses são dados que do sistema... São dois sistemas separados: o sistema de detecção de raios, do INPE, e os nossos sistemas de previsão do tempo, eles dão indicação complementar. Essa indicação foi submetida, tecnicamente, à equipe do CEPEL e Furnas, que, agora, com base nesses dados, tem mais uma informação adicional para investigar quais seriam os eventos associados. Insisto que podem ter sido raios, podem não ter sido, eu acho que a questão evidente que existem fenômenos meteorológicos ocorrendo naquela região, naquele momento. Próximo, por favor.

Então é isso. Eu acho que são as informações técnicas que o INPE tem para trazer para os Srs. Senadores da Comissão. Muito obrigado.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Presidente... Presidente, gostaria de me inscrever.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com licença, se o senador permitir... Tanto o Presidente, tanto o Operador Nacional do Sistema, como também, hoje, o Dr. César, eles apresentaram fotografias que mostrar os isoladores vitimados por raios. Esses raios teriam causado algum curto? Porque, segundo V. Sa. nos informou, no período em que houve o blecaute, não houve nenhuma incidência de raios naquele período, mas, sim, das nuvens, com uma temperatura de menos 70º C. A minha pergunta é: a que horas eventualmente teriam ocorrido esses raios que danificaram os isoladores ou aquela parte que foi demonstrada aqui por fotos?

SR. GILBERTO CÂMARA: Pois não, Presidente. Por favor, você poderia voltar a apresentação, acho que é o slide seis ou sete. Esse slide cinco, pode o slide cinco primeiro, por favor. Se pode verificar que ocorreram raios detectados, note, insisto Presidente Collor, o fato do sistema não ter detectado raios, não quer dizer que não tenham havido. O nosso--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mas de baixa intensidade.

SR. GILBERTO CÂMARA: De baixa intensidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Acima de 25. Abaixo de 25 --

SR. GILBERTO CÂMARA: Acima de 25, o nosso sistema tem confiabilidade altíssima e abaixo de 25 tem confiabilidade alta. Isso pode ter ocorrido. Agora, o fato é que esses dados mostram, Presidente Collor, que ocorreram raios ao longo de toda a linha, e particularmente próximo das subestações, durante o dia inteiro, então... Presidente, esse dado é consistente com as ocorrências de, digamos assim, nos isoladores, ter ocorrido, verificado que aconteceu um raio lá, isso é consistente, porque um raio pode ter ocorrido antes, não precisa ter ocorrido às 22 horas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E não ter causado nenhum efeito...

SR. GILBERTO CÂMARA: Naquele momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Naquele momento.

SR. GILBERTO CÂMARA: Quer dizer, o fato de ter não ter ocorrido às 22 horas não quer dizer que não tenha havido raios, tanto que o sistema detectou raios ao longo do dia. Isso mostra que... Isso aqui é o número de raios no sistema Itaipu como um todo. Então note que começou a chover e ter raios intensos, essa intensidade começou a crescer e chegou num pico lá por volta das 17, 18 horas e depois foi diminuindo.

Então, vamos dizer assim, os dados do INPE batem com a constatação de Furnas. Quer dizer, são consistentes com o fato de que teria havido a incidência de raios na região, não necessariamente às 22 horas, mas, provavelmente, anteriormente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Gilberto. Dois minutos para as considerações do Dr. César a respeito da exposição feita pelo Presidente do INPE, Diretor do INPE.

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Fazendo um adendo ao que foi colocado pelo Dr. Gilberto, a questão do curto-circuito sobre a cadeia de isoladores, ela pode ocorrer por uma... Você vence, o fenômeno vence a capacidade dielétrica de isolamento do isolador de

pedestal. Esse fenômeno pode acontecer por uma descarga atmosférica, mas pode ser causada por chuva também. Então uma chuva muito intensa, muito concentrada, pode provocar a desrupção(F) e o curto-circuito, através da cadeia de isoladores ou qualquer outro equipamento isolante. Quando há um raio, isso acontece, há a ruptura e o estabelecimento do curto-circuito, e pode acontecer também com grande volume de chuva, acontecer a desruptura(F) e também o curto-circuito.

A desruptura(F) é a primeira centelha. A partir do primeiro elétron que consegue saltar, todos os outros vão atrás e estabelece o curto-circuito, só para esclarecer essa questão.

SR. DJALMA MOSQUEIRA FALCÃO: Acontecido em 2002. Outro aspecto importante: a questão da tecnologia existente no Brasil, ela é similar, tão boa e, em alguns aspectos, até superior àquelas existentes em outros países, inclusive nos desenvolvidos. E no que diz respeito a blecautes, nós temos observado blecautes tão intensos e até mais intensos que os nossos em outros países. Por exemplo, todos se recordam da data de 14 de agosto de 2003, que, juntamente com 11 de setembro, uma data fatídica nos Estados Unidos, onde houve um grande blecaute na região Nordeste dos Estados Unidos, e Nova Iorque ficou, não durante cinco horas sem energia, mas durante alguns dias sem energia.

Então a nossa tecnologia é similar, equivalente a usada em outros países, e essa tecnologia não evita a ocorrência de blecautes, eles podem ocorrer, raramente ocorrem, mas pode ocorrer amanhã. A teoria da probabilidade indica que sim, ou podemos passar uns dez anos sem ter um blecaute.

Agora, é lógico que todos nós nos perguntamos se é inevitável, então não podemos fazer nada? Não, podemos e devemos fazer. Eu acho que a grande vantagem de uma reunião como essa que nós estamos realizando, e todos os estudos que as empresas envolvidas estão fazendo, é justamente no sentido de melhorar o desempenho do sistema, para que os blecautes ocorram com menor frequência ainda e principalmente para que eles atinjam o menor número de consumidores possíveis, ou causem dificuldades para o menor número de consumidores. É um pouco semelhante, o paralelo é quase perfeito com a aviação. A apuração das causas de um acidente aéreo não tem o objetivo de punir o piloto ou alguém, mas, enfim, de entender o que aconteceu e evitar que aconteça. Embora nós saibamos e não deixamos de usar o transporte aéreo, que eles vão acontecer uma vez ou outra.

Agora, como é que a gente pode melhorar o desempenho do sistema em relação ao blecaute? A primeira ideia é a redundância, nós vamos ter que ter mais linhas, mais subestações, mais transformadores. Agora, esta opção é uma opção cara. Linha de transmissão é uma coisa muito cara, uma subestação é uma coisa muito cara e coloca uma questão, digamos, que a sociedade tem dificuldade de responder. Por exemplo, eu tenho certeza que, se formos a um consumidor, principalmente o residencial, e perguntarmos: "Bom, no Brasil, tem acontecido blecautes a cada cinco anos – digamos -, você concordaria em que a sua conta de luz fosse dobrada, para que, ao invés de a cada cinco anos, ocorresse a cada 20 anos?". Eu tenho certeza que o consumidor residencial diria: "Não, eu prefiro pagar a mesma coisa ou até menos, e, de vez em quando, ter um blecaute". Então é uma questão de custo/benefício. Já alguns consumidores comerciais, industriais, que trabalham com determinados processos e que são muitos afetados pela falta de energia, esses estariam dispostos a pagar uma conta maior, mas aí para eles existem soluções localizadas. Quer dizer, eles podem ter sua geração de reserva, eu vou falar isso daqui a pouco, existem avanços tecnológicos que podem permitir que este consumidor seja muito pouco afetado ou praticamente não afetado por um blecaute. Portanto, a opção de, ao invés de três linhas no circuito AC de Itaipu colocar seis linhas, ela não é viável, porque ela onera a conta de energia para prevenir um evento que raramente acontece.

Uma manutenção mais rigorosa, isso acabamos de ouvir alguns do que me precederam falar sobre as questões climáticas, de fato, aparentemente há um aumento na intensidade dos fenômenos climáticos, portanto o sistema elétrico assim como também outros aspectos da infraestrutura, edifícios, pontes, viadutos, etc., oleodutos, gasodutos, todos terão que sofrer um certo processo de revisão nas suas práticas de manutenção, para levar em consideração um, digamos assim, um aumento de intensidade dos fenômenos climáticos que aparentemente são acontecendo.

Outro aspecto também ligado à manutenção seria a questão do envelhecimento dos equipamentos, quer dizer, o setor elétrico brasileiro já tem uma série de equipamentos que tem aí seus 40 anos, 50 anos e que vão exigir maior cuidado no que diz respeito à manutenção.

É necessário também melhorar, e isso pode trazer benefícios em relação a evitar blecautes, a questão da gestão do sistema. Por exemplo, essa questão climática novamente, a questão de raios de chuvas, quer dizer, é muito importante para o setor elétrico que exista uma monitoração de boa qualidade desses fenômenos e que o operador do sistema, as empresas, os agentes que trabalham com os equipamentos, eles

tenham a possibilidade de receberem uma informação de uma condição climática adversa com uma certa antecedência e com isso reprogramar a operação desse sistema de tal forma que, caso aquela situação climática adversa provoque um desligamento, esse tenha um impacto menor.

Então eu acho que é muito importante que seja dada ao sistema elétrico essa oportunidade e que em tendo esses dados se desenvolvam métodos para prevenção. Quer dizer, se a rota está cheia de turbulência, o piloto tem que tomar suas providências, mas ele precisa saber disso, ele precisa ter a informação.

Bom, essas propostas que eu coloquei até agora, eu colocaria dentro de uma categoria de soluções convencionais, é o que normalmente já sem vendo feito. Mas no momento nós estamos vivendo em nível internacional um movimento que pode representar num futuro não muito distante, uma verdadeira revolução do setor elétrico, e que os senhores já devem ter ouvido falar e atende pelo nome em inglês de *Smart Grid*.

Smart Grid, a tradução que temos usado aqui no Brasil e que o Dr. Cyro Boccuzzi é um dos especialistas no assunto e que certamente vai abordar na sua fala também, traduzimos por Redes Inteligentes, ou seja, principalmente nos Estados Unidos após o atentado de 11 de setembro e o grande blecaute de 14 de agosto de 2003, se criou, digamos, a visão de que o sistema elétrico americano e por extensão o nosso também e todos os outros no mundo, é extremamente vulnerável. Nós acabamos de dizer que os blecautes vão ser acontecer por causas naturais, imagina se um terrorista, se o Bin Laden fosse um engenheiro elétrico, aí o negócio ficaria grave. Então, a partir desse... no caso deles lá, de um medo muito grande dessa questão de segurança, começou a se desenvolver nos Estados Unidos, na Europa por outras razões, principalmente pela integração de fontes renováveis, essa ideia de que o sistema elétrico, ele no momento não está usando toda a tecnologia de automação, computação e comunicações digitais disponíveis para a humanidade. Digamos, nós até agora, o sistema elétrico tem um desempenho que eu considero razoável, mas existe muito campo ainda para melhorar esse desempenho. E se deu a esse movimento, a ideia chamada desse termo *Smart Grid*, Redes Inteligentes, ou seja, dotar o sistema de uma capacidade de perceber e se antecipar aos problemas, em inglês se chama de **self**-*healing,* seria uma espécie de automedicação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. DJALMA MOSQUEIRA FALCÃO: Bom, o Governo Americano já liberou, este ano, 3.4 bilhões de dólares para esse programa, e o programa completo tem uma previsão de mais de vinte bilhões de dólares. Claro que eles estão usando isso também para recuperar a economia americana, mas uma das prioridades é a modernização do sistema elétrico. Pela introdução, primeiro de grande... intensa da tecnologia de computação, comunicação e automação. Um outro aspecto das *Smart Grids* é a questão da geração distribuída. Quer dizer, como eu acabei de dizer é impossível evitar um blecaute, mas se eu tiver uma capacidade local, por exemplo, o Senado. Digamos que o Senado instale aqui dentro o que a gente costuma chamar de uma micro-rede, é um sistema independente, um micro sistema elétrico, que tem sua geração própria e que trabalha em paralelo com o sistema da empresa concessionária. No caso de um blecaute, com o uso de tecnologia de automação sofisticada, esse sistema suavemente conseguirá absorver as principais, as cargas principais aqui do Senado. É claro que ele não vai conseguir manter todas as luzes acesas, mas manterá as principais, os elevadores, enfim. A parte do serviço médico e outras coisas desse tipo.

Então, na medida que esse conceito de microrede se espalha, e edifícios, escolas, shopping centers e hospitais, principalmente, etc., forem dotados dessa capacidade, o efeito do blecaute que vai continuar a existir também será muito menor do que existiria quando temos uma dependência total de grandes centrais hidrelétricas, como é o caso de Itaipu.

Ai vem a pergunta: bom, mas, então, o Brasil está caminhando no sentido errado, estamos construindo mais grandes hidrelétricas. Não. Nós estamos fazendo o correto, as grandes hidrelétricas têm condições de oferecer energia a um custo muito mais barato do que qualquer outra solução. Essa geração distribuída é um complemento, é uma garantia para um caso de um blecaute como esse, e é também uma forma de integrar fontes de geração de baixo impacto ambiental, por exemplo, um painel fotovoltaico. É possível colocar hoje em dia com um custo razoável painéis fotovoltaicos em residências, em grandes edifícios, que não tem praticamente nenhum impacto ambiental e tem uma capacidade de suprimento de energia local.

Outro exemplo que se fala muito, o carro elétrico. O carro elétrico está chegando, brevemente teremos aqui nesse estacionamento centenas de carros elétricos com suas baterias carregadas de energia, eles funcionarão também como um elemento armazenador de energia que numa emergência poderá ser utilizada.

Bom, a pergunta: e, no Brasil, o que nós estamos fazendo em relação a esse novo conceito de *Smart Grid*? Bom, a minha resposta é, digamos assim, é otimista, nós já estamos fazendo muita coisa. Embora às vezes o nome não esteja ligado à coisa que está

sendo feita. Por exemplo, várias empresas brasileiras estão instalando sistemas automáticos de medição eletrônica, que é um dos passos da instalação desse *Smart Grid*.

A própria ANEEL já fez uma consulta pública, estamos estudando e fazendo projetos pilotos de sistemas de comunicações digitais, aplicados aos sistemas elétrico sem fio, usando PLC, que é a transmissão de instalação pela própria rede elétrica.

Um aspecto importante também em estudo já, é a alteração da estrutura tarifária. Porque quando essas micro-redes existirem, elas não só vão receber energia da concessionária como elas poderão vender também energia para a concessionária, e nesse caso é preciso ter uma regulamentação adequada. Existem, por exemplo, a ONS está instalando o sistema de medição fasorial sincronizada, é um termo técnico, mas enfim, é um sistema de informações que adquire faz medições ao longo de sistema todo do país todo, sincronizadas através do sistema GPS, o que vai permitir também uma fotografia mais precisa do sistema.

Já temos no nosso sistema vários esquemas especiais de proteção, vários deles atuaram aqui no blecaute e foram responsáveis por parte do sistema continuar funcionando. O processo de automação das subestações também em andamento.

Enfim, quer dizer, já estamos fazendo no Brasil várias coisas nessa direção. O que, na minha opinião, está faltando é uma coordenação dessas atividades, observar os conceitos, reunir todas essas atividades que tão sendo realizadas dentro de uma mesma visão, adaptando essa nova tecnologia que está em grande ênfase nos países desenvolvidos à realidade nossa, onde temos uma série de especificidades diferentes do que acontece nos Estados Unidos e na Europa.

[soa a campainha]

Bom, essa era o que eu tinha a dizer, me coloco aqui então à disposição para alguma pergunta. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, ao Prof. Djalma Mosqueira Falcão pela sua exposição. Com a palavra o Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Gostei muito da sua explanação, vejo que o senhor é um homem otimista, como otimistas somos todos nós que estamos aqui.

V. Sa. disse inclusive que estava faltando, talvez uma coordenação de [ininteligível], não foi isso? Para atuar em conjunto. Isso é uma ideia ótima, eu tenho a impressão que isso já está ocorrendo e aqui no Senado, começou aqui nessa Comissão, parece incrível, mas começou, e felizmente também temos aqui um engenheiro elétrico, olha aqui, chegou agora, Dr. Delcídio. Que é um acontecimento.

Eu pergunto o seguinte: o senhor leciona na UFRJ, ali, no Maracanã?

SR. DJALMA MOSQUEIRA FALCÃO: Não, na Ilha do Fundão.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Ah, então, é na...

SR. DJALMA MOSQUEIRA FALCÃO: Na Universidade Federal.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Universidade Federal, na Ilha do Fundão?

SR. DJALMA MOSQUEIRA FALCÃO: Isso.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Os seus alunos indagam, ficaram muito curiosos, indagam muito sobre o fenômeno?

SR. DJALMA MOSQUEIRA FALCÃO: Sem dúvida.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Ou é só os senadores que estão curiosos sobre isso?

SR. DJALMA MOSQUEIRA FALCÃO: Não, os alunos ficaram muito curiosos e otimistas também, porque, quando, embora seja um fenômeno desagradável para a sociedade, mas chama a atenção para a Engenharia Elétrica, e aí o mercado de trabalho deles melhora. Então, eles ficaram muito entusiasmados, não com o blecaute em si, mas com as explicações que se seguiram ao blecaute.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Houve uma troca de informações muito positiva hoje aqui. Eu só lamento não poder que isso continue sempre, porque já estamos quase no final do nosso mandato. Mas foi uma iniciativa que criou uma outra dimensão nessa comissão.

O Presidente Collor, com sua experiência, seu otimismo, conseguiu fazer um dinamismo diferente nessa comissão. Muito obrigado pela sua presença, por ter vindo aqui. Foi muito bom o senhor ter vindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Paulo Duque e passo a palavra ao Senador Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sr. Presidente, Presidente Fernando Collor, senadores presentes e conferencistas. Na verdade, é um assunto que movimentou o Brasil e surpreendeu a todos, até porque nós nunca estamos preparados para o incontingente, para as coisas que não vimos ainda ou que vimos com pouca frequência.

Mas acredito que é um fato que se deu uma dimensão, é lógico que tem que se dar, porque é um país que precisa de energia todas as horas e todos os minutos, mas se deu uma dimensão muito grande

a um fato que pode ocorrer em qualquer sistema do mundo, do mundo. Isso não é só no Brasil, quer dizer, nós temos um sistema operando aí com há mais de 40 anos com equipamentos já um pouco antigos e tal, é lógico que um dia chega à exaustão, isso vai acontecer de desligar mesmo. Foi bom até para a gente preparar com novas tecnologias, com novos equipamentos, com novas providências, com novas medidas, a fim de que se possa evidentemente evitar problemas maiores no futuro.

Agora, eu acho que a dimensão que foi dada ao problema foi maior que o próprio problema. É bom que se preocupe, mas também é bom que se entenda que pode acontecer isso em qualquer momento, trata-se de equipamentos, trata-se de material que foi colocado aí à disposição e que a qualquer hora pode acontecer.

Portanto, eu acho que o esclarecimento foi muito bom, eu já estava assistindo antes de aqui chegar, através do sistema de televisão, e acredito que foi muito bom a presença dos senhores aqui e logicamente será sempre bom, a fim de esclarecer os parlamentares e a população como um todo, até porque tem uma capilaridade muito grande essa sessão, mas eu acredito que vale a pena por essas precauções, por essas medidas de que devem ser tomadas, até para valorizar os nossos novos engenheiros aí, aumentando o campo de trabalho, mas eu acredito que é um fato normal como outro qualquer, e que nós temos apenas que nos prevenir para o futuro, não achando que o mundo acabou porque teve um apagão num determinado dia, foi apenas uma forma de nós começarmos a nos prevenir para um futuro melhor.

Parabenizo a todos os senhores que trouxeram aqui esclarecimentos inovadores a essa comissão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Osvaldo Sobrinho, pela sua participação, sempre tão importante para a nossa comissão.

Passo a palavra ao Dr. Cyro Vicente Boccuzzi, consultor e Diretor da ECOee, Expertise Consultoria e Orçamento em Energia Eficiente. V. Sa. dispõe de vinte minutos.

SR. CYRO VICENTE BOCCUZZI: Excelentíssimo Sr. Presidente da Comissão Senador Fernando Collor, Excelentíssimo Sr. Vice-Presidente da Comissão, Senador Eliseu Resende, em nome de quem eu cumprimento os demais senadores, as demais autoridades do setor presentes. E gostaria então inicialmente de agradecer o convite e iniciar a minha apresentação falando também, fazendo também da mesma forma que o Dr. César, um breve resumo da minha carreira.

Eu sou Engenheiro Eletricista e fiz uma carreira de 25 anos na Eletropaulo, a empresa distribuidora da Cidade de São Paulo, onde eu entrei como engenheiro estagiário e tive oportunidade de ocupar diversos cargos na área de engenharia, na área de operação do sistema e também na área de tecnologia. E fui vice-presidente até praticamente final do ano de 2007, quando eu saí e fundei a minha empresa, é uma Consultoria pequena chamada ECOee, que objetiva atuar em três focos principais, primeiro na área de gestão de sistema de energia, o segundo na área de tecnologia, na área de energia e o terceiro na área de sustentabilidade na área de energia e infraestrutura, notadamente as questões ambientais e também as questões as novas fontes renováveis de energia.

Ao sair da Eletropaulo e já como Diretor Presidente da ECOee, eu também tive, durante um período entre fevereiro de 2008 e junho agora de 2009, a honra de poder ter ocupado também a função de Diretor Executivo da Andrade & Canellas, que é uma grande Consultoria uma respeitada Consultoria que desenvolve empreendimentos na área de energia e mais recentemente então, em fim de junho para cá eu estou concentrando o meu trabalho na ECOee.

Já em novembro do ano passado, final de 2008, e também como fruto do desenvolvimento da minha carreira e ligações internacionais com entidades internacionais, eu sou membro sênior do IEEE, que é um instituto que congrega engenheiros eletricistas do mundo inteiro, uma comunidade técnica e tecnológica que desenvolve, que comanda todo o avanço tecnológico, eu resolvi em novembro do ano passado fundar o que a gente chamou de Fórum Latino Americano de Smart Grid, como o professor Djalma já bem situou, essa tecnologia de redes inteligentes é um assunto que tem tomado de forma absoluta a pauta de todo o planejamento energético das maiores potências do planeta, notadamente a América dos Norte, não só Estados Unidos mas também Canadá, Europa e mais recentemente Ásia e Austrália.

Basicamente o que é o *Smart Grid*. Eu vou tentar aqui, de uma forma bastante rápida, falar sobre essas novas tecnologias. Eu talvez frustre alguma parte da plateia porque eu não tenho elementos, estando fora do setor, não estou mais em uma empresa do setor, eu não tenho elementos adicionais às boas explanações já fornecidas aqui pelo Dr. César e pelo Dr. Gilberto a respeito do incidente efetivo do dia 10. Mas o Fórum Latino Americano de *Smart Grid,* ele tem promovido eventos na área, onde eu tenho tido oportunidade de trazer autoridades mundiais sobre o tema. No primeiro evento que nós fizemos em novembro de 2008, foi bastante interessante porque o tema ainda não tinha

muita divulgação aqui na América Latina e nem no Brasil, e quando eu convidava pessoas aqui do país para participarem do evento, muita gente eu tinha que enviar junto com o convite uma explicação do que era *Smart Grid,* que o Dr. Djalma já brilhantemente mostrou aqui, já falou.

Mas agora, nesse segundo evento... No primeiro evento ainda no ano passado nós tivemos aí a participação 11 autoridades mundiais sobre o tema, notadamente pessoas da Europa, Estados Unidos, do EPRI, Electric Power Research Institute, que é o CEPEL dos Estados Unidos tem dedicado especial atenção ao tema, e nesse ano nós chegamos a trazer também o Presidente do NIST, que é Inmetro dos Estados Unidos, que está cuidando de toda a normatização de equipamentos e tecnologias e preparando uma implantação massiva dessas tecnologias na América do Norte e na Europa.

Basicamente o que nós temos buscado fazer através do Fórum Latino Americano é nos unir a um esforço de colaboração global nessa área, são tecnologias, como eu falei, emergentes o setor elétrico brasileiro hoje tem um sistema alinhado com as melhores tecnologias do mundo, mas essas tecnologias nos demais países já se demonstraram insuficientes para atender as necessidades da sociedade atual. Nós tivemos essa prova, essa demonstração, na prática nesse evento do dia 10.

A energia elétrica, segundo a Academia de Engenharia Americana, foi o vetor decisivo e a obra suprema de engenharia do século passado, porque ela indubitavelmente foi a obra de engenharia que mais contribuiu para o desenvolvimento da sociedade moderna. A eletrificação massiva da cidade teve um papel fundamental e determinante no desenvolvimento das telecomunicações, da sociedade digital, dos sistemas bancários, dos sistemas comerciais, dos mercados econômicos, enfim, de tudo aquilo que a gente está acostumado a viver numa vida moderna. E só quando a gente tem um evento como esse do dia 10 que assolou o Brasil e que assola outros países do mundo da mesma forma e que pode vir a assolar novamente, é que se percebe que esse vetor que motivou todo esse progresso da sociedade, ele infelizmente não incorporou todo esse avanço ainda para fornecer um serviço mais confiável.

E essa tecnologia de *Smart Grid* é exatamente isso, é como fechar o *gap* dos sistemas atuais de energia que foram concebidos na essência na década de 50, na década de 60, por uma sociedade analógica como fazer eles acompanharem a necessidade de uma sociedade digital, que é a atual que a gente tem.

De repente, quando falta energia nós sabemos que nós não conseguimos andar nas cidades porque os sinais estão parados, os transportes eletrificados estão parados, os elevadores estão parados, você então vai num restaurante, você não consegue pagar a conta porque você não consegue ter cartão de crédito. E de repente você toma a consciência de que a sociedade atingiu um grau de dependência do serviço de uma forma absolutamente incompatível com a tecnologia atual.

É esse movimento que está se iniciando em escala mundial, nós não temos ainda sistemas dessa natureza como estado da arte, mas vamos passar a ter em dois ou três anos implantações significativas. Existem já iniciativas tomadas em vários países do mundo nessa direção. Esse sistema, ele combina uma série de tecnologias, não é uma única tecnologia e é uma filosofia totalmente diferente de operação das redes atuais.

Nas redes atuais nós colocamos as usinas convenientemente distantes dos grandes centros para evitar problemas de poluição, de barulho ou de riscos, e trazemos essa energia através de linhas de longa distância, e no *Smart Grid* o que privilegia, o que se coloca é uma evolução de tecnologia de geração em pequena escala e local, onde, como bem falou o professor Djalma, você consegue atender através de micro-redes, micro ilhamentos, parte da demanda ou parte da demanda mais crítica das grandes cidades. Essas tecnologias também incorporam a necessidade de uma medição eletrônica, onde você não cobra um valor único da energia ao longo do dia, você tem que ter um sinal de preço alinhado com os custos de fornecimento.

Hoje os nossos sistemas não estão preparados para cobrarem diferentes tarifas ao longo do dia e o nosso sistema hoje, no horário de ponta, ele é extremamente demandado e há horários em que ele fica ocioso. Então a tarifa, hoje, ela cobra o custo médio desse sistema. Além disso, nessas novas tecnologias, se desenvolvem ferramentas para uma atuação mais granular de controle de demandas, ou seja, na tecnologia atual, você interrompe grandes regiões, quando um evento, como esse que ocorreu, tem lugar. Os esquemas atuais, eles têm que manterem um completo equilíbrio entre a geração e a carga, e, quando se perde uma quantidade significativa de geração, como se perdeu nesse caso, através da queda simultânea das três linhas, é praticamente impossível, em curtíssimo espaço de tempo, você conseguir eliminar uma grande quantidade da carga, e aí você tem aquilo que a gente chama de efeito dominó. Esses sistemas, eles já são preparados para controlarem demandas de clientes que

podem ser controladas e que tem menos prioridades. E tudo isso mediante também um sinal tarifário, então clientes que se oferecem para contribuir com as empresas de eletricidade nessa redução espontânea da demanda, eles podem ter um desconto na conta, então os sistemas de medição têm que estar preparados.

Essas tecnologias também têm um objetivo muito forte na área do uso eficiente de energia, então a busca do uso eficiente otimizado de energia, o otimização dos ativos atuais, evitar como eu falei, a sobrecarga nos horários de ponta e a ociosidade nos horários de pouca utilização. Esses sistemas também, eles incorporam inteligência para agregar essa micro geração distribuída, os sistemas atuais são unidirecionais, eles são preparados para levar energia da fonte produtora distante até os clientes e eles são incompatíveis com a geração local, isso é um problema na tecnologia atual. Você precisaria ter um outro nível de automação que essas novas tecnologias também estão trazendo.

A questão do armazenamento de energia, o Prof. Djalma falou sobre o carro elétrico, que é um dos meios, as baterias elétricas poderiam suprir energia, por exemplo, num blecaute então as nossas casas poderiam ter o mínimo para manter uma lâmpada acesa durante um evento como esse, ou pelo menos para os bares para passar o cartão de crédito dos seus clientes que ficaram parados, imobilizados pelo blecaute, mas essa tecnologia de armazenamento, ela é fundamental. Nós armazenamos água nas nossas casas, mas nós não conseguimos armazenar energia ainda, e essas tecnologias estão evoluindo muito rapidamente e ficando acessíveis. E isso vai ao encontro da necessidade de se utilizar fontes renováveis, energia solar, por exemplo, durante o dia quando está se gerando energia solar em cada casa, as pessoas não estão lá dentro para consumir.

Então gerar durante o dia e armazenar para que essa energia possa ser usada durante a noite é muito importante. E todo esse gerenciamento do uso simultâneo, daquilo que é suprido pelas empresas de energia e aquilo que é produzido localmente, é um sistema que tem que ter inteligência embutida para poder prover.

Agora, essas tecnologias como eu falei são tecnologias que vão proporcionar a mais dramática transformação no serviço de energia já ocorrida em todos os tempos. Desde o início, quando Thomas Edson começou a colocar disponível esse sistema em Nova Iorque. Mas para isso acontecer tem uma série de coisas que precisam acontecer.

É muito importante a padronização, e aqui nesse ano o Fórum trouxe justamente uma pessoa que está liderando esse esforço local, esse esforço mundial, para evitar que a gente tenha padrões locais incompatíveis com o resto do mundo, nós precisamos estar inserindo o Brasil dentro de uma visão de contextos de tecnologia global, da mesma forma que em várias outras áreas tecnológicas nós temos padrões globais.

Nós precisamos ter um engajamento efetivo e um Programa de Governo para financiar esses sistemas, porque são sistemas caros, eles são sistema mais confiáveis, mas essas tecnologias, elas vão ganhar escala na medida em que elas forem colocadas em prática. Então as primeiras implantações, as implantações pioneiras estão acontecendo no mundo e os governos têm necessariamente fomentado essas implantações. Como falou o Prof. Djalma, o Governo Obama devotou 3,4 bilhões especificamente para essa rubrica e esse dinheiro de fomento teve uma contrapartida de outros quase cinco bilhões de dólares por parte das empresas que se candidataram a implantar esse sistema. São oito bilhões de dólares que estarão sendo investidos em dois anos nos Estados Unidos, modernizando essa infraestrutura nas grandes cidades. Esse dinheiro tem uma parte de fomento e tem uma parte da iniciativa privada, então esses programas são muito importantes.

Na Europa, vários governos incentivaram a implantação de geração distribuída através de energia solar, energia eólica, para consumidores comuns e garantiram tarifas razoáveis, para que esse investimento fosse feito e essa geração adicional fosse colocada à disposição da sociedade, de forma que os consumidores pudessem vender de volta para a rede.

Em alguns países, como, por exemplo, a Itália, entre 2003 e 2008, se trocaram mais de 32 milhões de medidores e estão se implantando uma série de aprimoramentos no modelo regulatório, o acesso ao mercado livre dos clientes, enfim, tem uma toda uma série de funcionalidades que vão vir a reboque.

Nesses dois eventos que a gente teve oportunidade de promover, foram dois eventos internacionais, o primeiro em novembro de 2008, o segundo em novembro de 2009. Como eu falei, nós começamos a inserir a América Latina, especialmente o Brasil, os dois foram em São Paulo, num contexto de colaboração global, aonde o Brasil, hoje, ele já é olhado como um mercado importante e já existe, dentro do setor brasileiro, a academia envolvida, autoridades envolvidas. Nós tivemos, nesses eventos, autoridades do governo participando. No primeiro, o Dr. Maurício Tolmasquim, da EPE, da Empresa de Planejamento Energético, esteve presente acompanhando os trabalhos e falando sobre o trabalho da EPE. No segundo, nós tivemos presença do Dr. Nelson Hubner na abertura e vários técnicos da ANEEL acompanhando. Então, essas tecnologias, elas estão sendo acompanhadas pela área

técnica do governo, mas é preciso mais do que isso, nós precisamos ter um Programa de Governo, onde o governo, com uma política, incentive o desenvolvimento dessas tecnologias e facilite a implantação delas simultaneamente a esses projetos, que, como foi falado aqui, são necessários para atender demanda crescente de energia do povo brasileiro.

O brasileiro hoje, alguém já falou isso, ele consome algo em torno de 1/8 do que um americano consome, ou 1/6 do que um europeu consome, nós temos diferenças de temperaturas menores aqui e usamos menos equipamentos para calefação e ar-condicionado, mas existe um espaço para crescimento da demanda individual dos lares brasileiros na medida em que melhoram as condições de vida. Então essas obras estruturantes que estão sendo feitas e planejadas ainda de acordo com a tecnologia atual, ela são necessárias para garantir o crescimento da infraestrutura para o crescimento econômico do país. Mas em paralelo a isso é fundamental que o governo comece agora a fazer um trabalho de fomento tecnológico inspirando empresas, inspirando inovações no país nessa área. Nós precisamos também adaptar essas tecnologias às nossas necessidades, não é simplesmente pegar o que estão fazendo lá fora e trazer. E o Fórum é um instrumento para isso, aonde a gente tem que ouvir as boas experiências, ter um contato e um *networking* com os técnicos que estão liderando os desenvolvimento dessas tecnologias e trazer *know-how* para o Brasil para as empresas brasileiras adaptarem produtos que estejam em conformidade com as nossas necessidades.

Bom, de uma maneira geral, eu creio que esses eram os pontos principais, e só para finalizar, os efeitos dessas tecnologias, essas tecnologias são fundamentalmente colocadas na área de distribuição e os efeitos dessas tecnologias, elas chegam até os sistemas de transmissão motivadas pela geração em pequena escala e local, você tem *backups* locais que reduzem os impactos dos blecautes, você proporciona com o advento dessas tecnologias um corte mais seletivo de cargas, você tem uma capacidade adicional de armazenamento de energia e também consequentemente uma menor dependência das grandes fontes. Então você consegue vencer de uma maneira diferente o desafio entre a instabilidade constante entre o consumo e a demanda, e essa exposição das grandes linhas aos fatores externos que sempre vão acontecer.

Então mais uma vez finalizando, eu gostaria de agradecer o convite e a oportunidade e ter a oportunidade de explicar essas tecnologias para os senhores. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado Dr. Cyro Vicente pela sua exposição. Eu pergunto se os senadores gostariam de fazer alguma indagação ao Dr. Cyro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Nós vamos passar então a palavra ao Dr. Albert Cordeiro. Tem a palavra por vinte minutos. Dr. Albert Cordeiro é Diretor Geral do Centro de Pesquisa de Energia Elétrica, CEPEL.

SR. ALBERT CORDEIRO DE MELO: Excelentíssimo Sr. Senador Eliseu Resende, que tanto já fez pelo setor elétrico brasileiro, é uma honra estar aqui, em seu nome eu cumprimento todos os demais senadores. Também me sinto honrado de estar aqui representando o Presidente da Eletrobrás, Dr. José Antônio Muniz Lopes, que por motivo de força maior devidamente comunicado aqui a ambas as Comissões e aprovado, pediu-me para substituir.

Eu gostaria de dizer que eu sou, com muito orgulho, pesquisador do CEPEL há 25 anos, estando atualmente no cargo de Diretor-Geral. Espero depois dessa passagem pela Diretoria Geral voltar ao meu Centro pesquisa como pesquisador novamente.

O CEPEL, já adiantando, ele está comemorando 35 anos, ontem tivemos uma solenidade que nos tocou, e sem falsa modéstia somos o maior centro de pesquisa e desenvolvimento, inovação em energia elétrica do hemisfério Sul e um dos maiores do mundo. Isso não construímos sozinhos, construímos com apoio principalmente do sistema Eletrobrás, dos técnicos do setor elétrico brasileiro e da academia, como tem aqui do lado o meu nobre colega Djalma Falcão.

Dito isso, eu gostaria que fosse projetado o próximo slide, esse slide talvez alguns senhores conhecem com certeza o Senador Delcídio Amaral, a gente tem aqui o sistema interligado brasileiro, ainda sem a interligação do Acre e Rondônia aqui com o sistema do Mato Grosso. E o que a gente nota aqui? Quando a gente compara esse mesmo sistema elétrico interligado na mesma escala da Europa, é o mesmo tamanho, da mesma magnitude, então nós temos um grande sistema elétrico interligado para um país continental. A pergunta que surge é: isso é bom ou ruim ter um sistema interligado? Nem bom e nem ruim, é excelente. Por quê? Porque permite primeiro a troca de energia, a otimização energética das bacias hidrográficas do nosso sistema elétrico. Permite também que no caso de contingências ou de falha de alguns desses elementos, como ele é malhado, temos várias opções de restabelecer o atendimento sem causar prejuízos. Com a quantidade de linhas de transmissão que tem

aqui na subestação, até pela minha formação em confiabilidade, não existe sistemas no mundo 100% confiável. O custo seria literalmente infinito, só que a maioria dessas falhas que acontecem devido a essa natureza desse sistema, nós nem percebemos, por quê? Porque temos condições aqui de ferramentas, não só de metodologias, programas computacionais como de equipamentos, tecnologias para planejamento da expansão em sistemas de grande porte.

O setor elétrico brasileiro, principalmente a CEPEL detém tecnologia para isso, exportamos, operação, planejamento da operação, operação em tempo real, como foi colocado aqui. Então isso é algo, me desculpe o entusiasmo, mas magnífico. Agora, ele é não é infalível e quando falha, nós temos que analisar suas razões e procurarmos sempre aprimorarmos.

O sistema hoje em qualquer lugar do mundo ele trabalha no critério chamado N menos 1, o que quer dizer isso? Ele suporta a perda de um elemento no circuito. Em situações especiais a perda de dois circuitos chamado N menos 2. N menos 3 seria impagável e não obstante nós temos, apesar de não termos condições de colocarmos nem necessidade de N menos 3, em vários esquemas automáticos com tecnologia para operar esse sistema e existe uma cadeia de planejamento desde a expansão, planejamento da operação e operação em tempo real.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O senhor faria a gentileza de repetir o termo, que eu não sou engenheiro.

SR. ALBERT CORDEIRO DE MELO: Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O termo que o senhor citou 1, 2 e 3, o mesmo termo outra vez, só para ouvi-lo melhor.

SR. ALBERT CORDEIRO DE MELO: Pois não. Nós chamamos o seguinte, quando há falha do circuito, ele é desconectado da rede, o sistema é projetado na malha principal do sistema brasileiro, um sistema interligado que aos demais circuitos e redespacho de geração acomodem o atendimento da carga sem interrupção. Em situações especiais como é esse chamado de sistema de transmissão de Itaipu, tronco Itaipu, ele é projetado para na falha de dois circuitos não haver interrupção de fornecimento. Como é que isso ocorre? Porque a gente tem condições de redespachar energia das outras usinas geradoras para atendimento da carga, e existe caminho para isso, porque investimentos maciço em transmissão mais adequados, necessários, não exorbitamos, principalmente de 2003 para cá. Isso causa desafio, temos tecnológica para fazer isso? Temos, nacional, não por nacionalismo puro, porque o Brasil é um único país, vou chamar aqui em desenvolvimento que detém o acervo de metodologias, programas computacionais e infraestrutura laboratorial de primeiro mundo. Isso é a realidade, não construímos só o CEPEL, mas o CEPEL há 35 anos vem disponibilizando isso para o setor elétrico brasileiro.

Os produtos CEPEL transcendem as barreiras do sistema Eletrobrás, isso é um sistema. Operador nacional do sistema elétrico utiliza as nossas ferramentas, a empresa de pesquisa energética utiliza. A Câmara Comercial de Ação de Energia tem utilização das nossas ferramentas, inclusive a agência reguladora, ANEEL, estamos no estado da arte, muitas vezes acima de vários países desenvolvidos. Por favor.

Aqui temos, só para contextualizar, a parte de bacias hidrográficas com usinas hidrelétricas. É um sistema bastante complexo porque eu não posso prever água, mas eu tenho que fazer o gerenciamento tem envolvido aqui custos econômicos significativos, mas também segurança energética. Temos aqui no Brasil desenvolvido lá pelo CEPEL o melhor sistema de programação de despacho considerando incertezas, principalmente as incertezas hidrológicas.

É a maior aplicação desse porte no mundo. Motivo de prêmios internacionais e para tomada real de decisão. E também forma base dos preços spots(F). Então o que é o papel do CEPEL nesse sentido? Preservar, aprimorar, esse patrimônio tecnológico que não nos pertence, é do país. Dito isto, eu gostaria, pode ir em frente, por favor, eu já coloquei isso. Por favor.

Aqui, embora nós estamos colocando na questão de transmissão, mas, no requerimento, aqui, que me foi enviado, estamos lidando também com a questão de planejamento energético, nós temos aqui uma cadeia de modelos e metodologias para o planejamento da expansão de operação energética. Esse conjunto aqui subsidiou o Plano Nacional de 2030, elaborado pelo estudo EPE, com as diretrizes do Ministério de Energia, esse outro conjunto aqui vai apoiar os planos decenais de expansão de energia elétrica, então utilização pelo EPE desse conjunto, faz-se a ponte hoje em dia, o Senador Delcídio deve lembrar, GCOI, GCPS, modelo de [ininteligível] coordenação, não temos mais. Essa parte aqui que o modelo chave ou *new wave*, ele faz a transição suave entre a expansão e a operação. Então, a partir daqui é utilizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico para, a cada mês, a cada semana, saber como o mercado deve ser atendido, qual a percentagem de geração hidrelétrica e qual a percentagem de geração termoelétrica, balanceando economia, balanceando riscos e balanceando segurança energética.

Vamos aqui para a parte semanal e vamos para a parte horária e vamos, inclusive, para tempo real, como foi indagado aqui, há pouco. O nosso sistema SAGE

para supervisão e controle em tempo real do sistema não tem paralelo. Quebramos a questão no passado de quando a gente vai fazer... Desculpe toda vez estar me referindo ao senhor, Senador Delcídio, não quero influenciar o Senador Eliseu que está presidindo aqui a Mesa, mas o senhor deve lembrar quando comprava [ininteligível] comprava o hardware, as máquinas e os softwares, e ficávamos prisioneiros disso, o sistema evoluía, tínhamos que jogar fora e comprar tudo de novo. Com a SAGE não, nós garantimos fácil concorrência de qualquer equipamento multinacionais, mas nós garantimos integração desde a nível da subestação até o Centro Nacional de Operação do Sistema aqui em Brasília. Isso fez cair em ordem de dez vezes os preços de centro de controle. Tecnologia nacional, estamos exportando.

Feito isso, eu queria voltar aqui para alguns pontos relacionados aqui com o que aconteceu. Eu diria que, por exemplo, que o Dr. Gilberto Câmara foi muito feliz ao explicar aqui os fenômenos, o Dr. Zani também. Como ele colocou, não é área da CEPEL, é área do INPE, descargas atmosféricas ou raios de intensidade e corrente abaixo de 25 ***kiloampere,*** eu acho que tem nessa área de São Paulo, praticamente 100% de capacidade de detecção, abaixo disso tem pelo menos 15% detecção. Então quando a sistema BrasilDat não detectou, o que significa? Não houve raio naquele momento? Não. Nós temos até, eu não estou dizendo que é exatamente, 15% de chance de ter caído raios e não ter sido detectado pela rede BrasilDat.

Agora, raios de menor intensidade, Dr. Zani já se referenciou aqui, raios de menor intensidade não é preocupante? Às vezes são os mais preocupantes, por quê? Porque como ele tem mais chance de fugir da proteção da blindagem natural para raios de maior amperagem, e em condições meteorológicas adversas, chuvas fortes e ventos, essa combinação mesmo um raio de baixa intensidade pode causar a chamada descarga elétrica, aquela que apareceu na foto mostrada aqui. Não estou aqui afirmando que foi a descarga elétrica, que foi o raio sozinho, foi chuva, ou é muito difícil caracterizar um fenômeno que ocorre em 13 milésimos de segundos, três curtos sucessivos. E jamais estamos afirmando que caíram três raios juntos também. Então não temos condições de dizer até o momento, a gente sabe a origem, os curtos-circuitos em 13 milésimos de segundos. Mas se a causa foi a raio, não. Tem 15% de ter caído o raio e não ter sido detectado. Mas certamente as condições meteorológicas nesse caso influenciaram.

E o que CEPEL está fazendo nisso? Anteriormente, já lá em 2007, quando houve uma falha semelhante e não que houve desligamento, mas falha de duas linhas no sistema, estava protegido, como eu lhes falei, caiu duas linhas de novo em condições meteorológicas adversas. O CEPEL, Centro de Pesquisa do Setor Elétrico, foi procurado por Furnas, vamos investigar. O primeiro elemento que o Dr. Zani já colocou, havia aqui trincas na base dos isoladores, pode ter problemas mecânicos, mas será que tem problemas de capacidade dielétrica, quer dizer, de facilitar o curto-circuito, a descarga, a tensão que seria suportável?

O CEPEL começou a investigar. O que nós observamos? Pegamos amostra de subestações, inclusive Itaberá, levamos aos nossos laboratórios, se tivermos tempo eu vou tentar acelerar aqui para mostrar a nossa infraestrutura, e que o detectamos? Não houve comprometimento da parte elétrica por aquela trinca. Agora, não sabemos se está uma mudança climática naquela região, mas aquela região tem uma taxa de chuva elevada. Então o que fizemos?

Primeira dúvida: será que esses isoladores, que já estão há 20 anos do campo se degradaram sua capacidade de proteção? Fomos fazer o ensaio, primeiro, a norma, vamos aplicar a norma brasileira que é baseada em normas internacionais, chuvas de um milímetro por minuto, em um minuto, passou-se. Se der tempo eu tenho um filmezinho feito lá nos nossos laboratórios sobre isso aí. Passou.

Mas somos Centro de Pesquisa, não somos centro de ensaios, passou, não passou, acabou nossa responsabilidade. Nós fomos analisar, porque também trabalhamos em modelos digitais de simulação. E o que nós observamos? Lá, em 2007, que tensões, não de 2 PU, 2,5 PU de [ininteligível] duas vezes a capacidade suportável, mas tensões de 1,5, 1,6 ocorreram. Mas com essas tensões e houve descarga, que o está acontecendo? Fomos investigar. Num trabalho investigativo, submetemos esses isoladores a chuvas de maior taxa de variação, três milímetros por minuto e cinco milímetros por minuto, e confirmamos que há perda da capacidade dielétrica. Ora, lembremos aqui que o sistema 765 kV de Furnas é o maior em operação no mundo nessa tensão.

Será... Não temos problemas relatados em magnitude quando a gente está falando em classe de tensão de 500 kV, então passamos a ter um trabalho de pesquisa experimental para saber se as soluções associadas aí para nessas regiões que aparentemente está com uma variação, não podemos garantir, mas está com chuvas mais intensas recentemente, se a gente pode fazer algo para melhorar o equipamento e daí iniciamos os trabalhos de pesquisas.

Dificuldades colocadas pelo Dr. Zani, isoladores pesados de grande altitude que a gente tem que balancear a suportabilidade mecânica e não pode que-

brar a cadeia de isolador com a dielétrica. E aí veio estudos, inclusive com participação de fabricantes, ensaiados lá no nosso laboratório. Então a conclusão que nós temos hoje é chuvas intensas acima da norma têm capacidade de reduzir a rigidez dielétrica desses isoladores.

Então vamos tentar ter algumas alternativas, já o *booster shed*, tem gente que chama de "chapéu chinês", para evitar que há uma circulação de água maior pelos isoladores, temos também aumento da distância entre cada um dos discos, geometria de saias, estamos fazendo isso em colaboração com Furnas, com os fabricantes, com a Eletrobrás, para nós aqui apontarmos soluções melhores nessa classe de tensão que é impar a nível mundial.

Foi indagado talvez pelo senhor, eu já não lembro... E a questão de para-raios, ou foi o Senador Eduardo Suplicy, já lá fizemos, aí, sim, uma análise exaustiva de para-raios para ver se havia degradação, não havia. Nós já esperávamos, porque para-raio [ininteligível], quando tem problema, ele já se mostra, já se quebra, não. Então a conclusão nas amostras realizadas aqui, pegar um isolador, está no almoxarifado, guardadinho, limpo, e com aquele que tem há 20 anos no campo, houve degradação? Não.

Agora, essa trinca mecânica é normal que se troque. Eu gostaria de ir em frente. Falei demais, não vai dar tempo de passar esse filme. Mas pode ir em frente, pode ir em frente, por favor... Pois não, eu vou me reter ao tempo, senador. Aqui é o seguinte: foi indagado algo aqui relevante. Aqui a gente tem LPNE, desculpe, que é a Linha de Potência Natural Elevada. O que a tecnologia brasileira está fazendo?

Aumentar a capacidade de transmissão das linhas a baixo custo, com mudanças de configuração de campos eletro-magnéticos, de geometria de condutores e subcondutores. Temos projeto elétrico, de aterramento, tem muito a ver com descarga, torre de fundações, equipamentos elétricos ambientais. Me permita falar aqui em ambientais. Sim, condições meteorológicas influenciam projetos de linha de transmissão.

Os senhores viram, na apresentação do Dr. Gilberto Câmara, que, lá, na Amazônia, quando a gente vai desenvolver de forma sustentável a hidroeletricidade brasileira, muito poucos sensores. Precisamos colocar mais sensores, precisamos aumentar essa rede de sensores, precisamos pegar as redes existentes, a grande rede do INPE com outras redes como SIMEPAR e outras e o próprio CEPEL tem alguns registradores de descarga.

Precisamos mapear Mato Grosso, precisamos mapear Amazônia, porque serve tanto para a operação, que é a discussão nesse momento, mas para o planejamento de transmissão. E o Brasil tem, via CEPEL, capacidade de trabalhar isso. Por favor.

Aqui peguei o projeto elétrico subdividi em subprojetos, vamos em frente, pesquisa teórica, pode ir clicando, por favor, resultados de computador, de campos eletro-magnéticos, desculpe alguns em inglês, por favor, aqui geometria de campos, precisamos testar em laboratórios, pesquisas experimental. Por favor.

Aqui, no início, uma linha 230 kV da CHESF, em nova geometria tecnologia nacional, pode ir clicando, não tão rápido, por favor. Aqui espaçadores assimétricos para 500 kV da CHESF, implantados já. Por favor. Aqui ensaio de feixe expandido aqui, de descargas para fazer com que esses isoladores tenham suportabilidade adequada, 500 kV ensaiada previamente no CEPEL quando a gente consegue dar a capacidade hidrelétrica adequada, aí que a gente implementa em campo, por favor.

Teste de corona aqui, por favor. Aqui linhas implantadas. Presidente Dutra, Fortaleza, 740 quilômetros implantadas com essa tecnologia e outros exemplos, que eu pararia aqui.

Eu gostaria adiante de comentar a questão colocada aqui pelos meus colegas, o Dr. Boccuzzi e o Dr. Djalma Falcão, sobre *Smart Grid*, nos meus dois minutos que me faltam. Eu, Albert, estou falando agora, pessoalmente, como pesquisador. Eu não gosto do termo *Smart Grid*. Eu gosto do termo *Smarter Grid*, ou seja, redes mais inteligentes, porque o nosso sistema de transmissão já é dotado, sim, de redes inteligentes, semelhantes a qualquer um do mundo e, às vezes, melhores, como colocado aqui.

Vamos colocar mais automatismo. Cuidado, controlar um sistema desses, interligado com sérios automatismos, a gente quer que ele funcione quando a gente precisa, cuidado para ele funcionar quando a gente não precisa, isso é um provocador de distúrbios ou talvez até de blecautes. Quem precisa de 4 mil megawatts por ano de capacidade tem que pensar em soluções mais robustas a nível de transmissão e também não pode esquecer essa questão de geração distribuída algo do futuro.

Eu costumo dizer lá no CEPEL para os nossos pesquisadores que o pesquisador é um profissional, antigamente eu diria engenheiro, mas hoje não, nós temos geógrafos, tem pessoal do meio ambiente, tem tudo, é um profissional com os pés no chão e olhar no futuro e que seja capaz de construir uma trajetória, algo que na distribuição, redes de distribuição, níveis de tensões mais baixos, precisamos incrementar mais automatismo, mais controles.

Foi falado aqui em sistemas de medição, o CEPEL tem patente mundial, o Dr. Roberto Caldas é um dos

autores em sistemas inteligentes de medição. Brigamos com a Zimmerman na Alemanha e ganhamos, PMU, sistemas de medições fatoriais, isso, sim, para níveis de transmissão, vai ser um grande avanço.

CEPEL foi citado no NIST, o sistema americano, nós temos já parceria, já mandamos técnicos para lá, estamos envolvidos no projeto nacional de adotar dessa rede de medições fatoriais. Obrigado pelo tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Dr. Albert Cordeiro pela sua exposição que foi brilhante.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu gostaria de transmitir aos Srs. Expositores que eu tenho certeza que todos nós aprendemos muito com as palavras do Dr. Cyro Vicente Boccuzzi, Gilberto Câmara, César Ribeiro Zani, Albert Cordeiro e Djalma Mosqueira Falcão e--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Infelizmente eu vou ter que sair, e para atribuir a necessidade de votar ali na Comissão de Relações Exteriores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Gostaríamos de agradecer portanto, a presença dos nossos convidados.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu gostaria, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Passo a palavra ao Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Dizer que foram brilhantes os expositores, nos deram uma lição necessária para que nós pudermos explicar algumas coisa a quem nos questiona, e que eu estou muito satisfeito e feliz de tê-los ouvido a todos, são homens inteligentes, brasileiros esclarecidos que se deslocaram de São Paulo e de outros lugares distantes e vieram aqui nos dar a sua presença e sua sabedoria. Eu quero dizer o seguinte: nós aqui funcionamos com um certo dinamismo, o Presidente Collor teve que ir para a Relações Exteriores, Comissão, eu tenho que ir para lá agora, estamos sabatinando o Embaixador brasileiro, por isso peço desculpas aos senhores por ter que me retirar, mas foi um grande prazer. E prometo visitar o seu CEPEL lá no Rio de Janeiro, muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Senador Paulo Duque. Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu queria cumprimentar o Presidente Senador Eliseu Resende; cumprimentar o Dr. César Ribeiro Zani, Diretor de Furnas; Albert Cordeiro Diretor-Geral do CEPEL; Prof. Djalma Falcão, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Dr. Gilberto Câmara, Diretor do INPE; Dr. Cyro Boccuzzi Consultor e Diretor da ECOee.

Eu infelizmente, Sr. Presidente, não pude acompanhar desde o princípio essa Audiência Pública, até porque nós... Houve reunião de bancada hoje pela manhã e, portanto, a agenda ficou um pouco prejudicada e eu não pude estar aqui às oito e meia. Mas eu queria fazer algumas considerações do pouco que eu ouvi sobre essa questão do apagão. Ou esse desligamento, esse blecaute que houve há duas semanas atrás.

Primeiro o seguinte, eu acho que nós precisamos deixar bem claro o que é o apagão e racionamento. Ou blecaute e racionamento. Blecaute é o que aconteceu há duas semanas atrás; racionamento é uma coisa ao longo do tempo e, no meu ponto de vista, muito pior.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Decorrente da falta de oferta de energia.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): É o que é uma situação muito mais grave, nós não estamos diante de uma falta de energia, nós tivemos um blecaute, que não bom para ninguém, as pessoas sofrem, os constrangimentos são grandes, mas uma coisa é blecaute, que talvez a palavra apagão tenha uma relação mais direta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Significa, talvez.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): E outro é racionamento, que a apelidaram de apagão, mas é uma coisa muito pior, porque o racionamento afeta o dia das pessoas por longos meses, afeta a indústria, afeta o comércio, é um transtorno. Eu já vivi, hoje eu sou engenheiro já enferrujado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Experimentado.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Experimentado não, eu já estou mui aquém das nossas tecnologias, mas o senhor e eu também, nós vivemos racionamento no Nordeste, nós vivemos racionamento em parte do norte do país, nós tivemos, depois, um racionamento maior que atingiu várias regiões brasileiras. E a região Sul ficou de fora porque o link era fraco, a região Sul tinha mais geração, mas não tinha transmissão suficiente. E o racionamento é um estrago. É uma coisa horrorosa o que o racionamento traz, especialmente com relação ao desenvolvimento econômico e social do país.

Então, mas nós temos que, primeiro, partir desse conceito de blecaute e racionamento, são coisas diferentes, e essa palavra apagão que caiu no cunho

popular, ela está mais muito ligada a um blecaute do que a um racionamento, que é muito mais grave, são coisas diferentes.

O segundo ponto que eu gostaria de destacar também, e que a gente observou quando houve esse blecaute, é a absoluta desarticulação no que se refere a informações. O que se viu foi um espetáculo dantesco naquelas duas três horas pós apagão. Eu tinha saído do Senado era mais ou menos uma 10h da noite, dez e meia, Brasília não sofreu com isso, e nós ouvindo da rádio e-mails chegando dizendo que o Rio de Janeiro estava apagado, São Paulo estava apagado, falei: "O que o será que está acontecendo? Deve ser um negócio grave".

Aí eu recebi uma ligação de Campo Grande, Campo Grande, o meu estado "está tudo pagado aqui". Eu falei: "Bom, então é feio o negócio". Cheguei em casa, liguei a televisão, aí vi o transtorno e o inacreditável é o seguinte, quando aconteceu o transtorno, assessor de comunicação social deu opinião, vários dirigentes do setor elétrico deram opinião, eu acho que a única... e isso já bem mais tarde, eu acho que a única opinião, pelo menos mais equilibrada que eu ouvi, não sei se ouvi todas as opiniões, mas eu ouvi, eu acompanhei a maioria das opiniões, mas foi quando entrou o César falando sobre Furnas, que cuida do sistema de transmissão de Itaipu.

Porque, no início, era uma competição: quem foi o responsável pelo apagão, o que não estava em jogo naquele momento, se era Itaipu, se foi Furnas. Itaipu dizia que era Furnas, a ANEEL entrou também dando opinião. Uma verdadeira loucura. Até assessor de comunicação, assessor de imprensa falou também no auge do... Quando ninguém sabia de nada.

Então acho que essa é uma lição que vai ficar para essa ocorrência. Eu acho que, quando acontece um acidente nesse nível, tem que falar Operador Nacional do Sistema, é quem tem a visão do conjunto, a visão de como o sistema está operando e concentra as principais informações do sistema. Então, eu acho que, nesse aspecto, houve um... acho que foi muito mal comunicado, muito mal... Os primeiros momentos, eles deveriam mais do que nunca exigir silêncio. E, sim, nós concentramos todos os nossos esforços na retomada do sistema, o que efetivamente aconteceu.

Então eu acho que esse é um ponto que eu achei falho, é quando as informações começaram a surgir com relação a esse blecaute, a esse desligamento.

Uma outra questão, eu tive acesso ao relatório resumo da sessão anterior, é só uma correção aí de caráter conceitual, porque acho que foi dito aqui que as usinas termoelétricas, elas gostam mais de hidráulica porque ela dura mais. Isso não é propaganda de produto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu compreendi a observação de V. Exa.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eles hidrelétricas elas são mais utilizadas porque elas duram mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Cem anos, eu acho que é difícil prever.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Termoelétrica dura menos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Não faz sentido essa previsão.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Não é essa a questão. A questão é primeiro a nossa vocação é a energia renovável. E segundo, tem que ter uma fatia de termoeletricidade, seja ela qual for, para otimizar o sistema. Então eu acho até que esse resumo, ele tem uma conceituação no meu ponto de vista de equivocada, não é questão de durabilidade, é questão de otimização. A coisa é diferente.

E eu queria fazer uma... E aí uma abordagem muito rápida sobre o setor de energia. Eu não vi aqui, e acredito que talvez o Dr. César tenha oportunidade de ter apresentado, porque eu mesmo, quando vi o defeito, eu fui criado em barragem e em sistema de transmissão, quando eu vi que três linhas saíram por curto-circuito ou por descarga atmosférica, eu fiquei meio... eu fiquei preocupado com isso porque é uma coincidência inacreditável, mas absolutamente comprovável, porque os oscilogramas eu não sei se mostraram oscilogramas aqui, eles, o oscilograma de tensão fase a fase das linhas e de corrente dá para ver se teve curto ou não e isso é inapelável.

Eu não sei se foi apresentado aqui, foi apresentado? Ah, eu não vi. Mas essa é uma informação importantíssima.

E só para registrar, quer dizer, na verdade começou, o curto começou numa das linhas de 750 kV e aí e houve ocorrência em outras linhas com sobretensão nas fases não defeituosas, é isso?

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Não. Esclarecendo que já foi mostrado, Senador Delcídio Amaral é um prazer.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Presidente, o senhor só desculpe, que como eu não peguei um pedaço da reunião--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Vamos ouvir o Dr. César.

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Obrigado, Presidente. Mostrando o que ocorreu, pelos oscilogramas. Esse

aí é da linha Ivaiporã-Itaberá circuito 1, foi o primeiro circuito que saiu. Houve uma falha na fase B, que foi a primeira, aqui está a tensão da fase B da linha Itaberá-Ivaiporã, e ela vem aqui e nós temos o curto-circuito nesse momento. Foi o primeiro curto, esse curto, Senador Delcídio, se deu no--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Mas isso é o quê? Em uma das fases?

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: É, numa fase, na fase B, no circuito 1 da Itaberá-Ivaiporã.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ok.

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Se deu sobre o filtro de onda da entrada da subestação. A entrada de subestação, para-raio e filtro de onda, o primeiro arco-voltaico se deu em cima do isolador de pedestal, em cima do filtro de onda.

Eu vou aproveitar aqui, embora nós temos outros dois oscilogramas, para mostrar a fase A e C. Nesses mesmos circuitos, embora as outras falhas tenham sido em outros circuitos, eu vou mostrar em seguida. Mas já que o senhor é um especialista, eu posso detalhar [riso].

Na fase A, foi a segunda que ocorreu o curto, ocorreu o curto no outro circuito 2, que eu vou apresentar, mas logo depois, o senhor vê que ela passou um ciclo, e no próximo ciclo já houve a falha. Nós vamos ver mais claramente na hora que colocarmos o circuito 2.

E na fase 5, que foi a última, ela se deu logo em seguida, imediatamente depois. Quer dizer, não houve nenhum ciclo. Para ter uma ideia, isso foi apresentado pelo Dr. Hermes aqui na apresentação do ONS, essa falta ainda não tinha sido eliminada, porque o tempo é de dois e meio ciclos para a extinção do... Abertura do disjuntor, as outras fases estavam entrando em curto. Quer dizer, foram curtos... Três curtos monofásicos, curtos evolutivos que se transformaram em curtos trifásicos.

Mostrando o próximo, aqui está o circuito 2 e a falha, foi no circuito 2, foi na fase A. Então, está aqui a falha, e depois, passado mais um... Próximo, isso. Aqui na fase C, vamos ver aqui a tensão na fase C... Onde está? Aqui. Tensão na fase C do circuito 3. Novamente é a falha nesse ponto. Após a tensão estar no máximo, novamente a falha. Essas duas falhas, a primeira se deu no filtro de onda. As outras duas falhas, quer dizer, as outras duas... arcos-voltaicos que provocou circuitos se deram nas cadeias do isolador de pedestal do circuito 2 e do barramento. A sequência foi essa.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Quer dizer, se eu entendi. Houve uma falha monofásica na bobina de bloqueio... É bobina de bloqueio lá na frente, não é?

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Isso, isso, isso.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Na bobina de bloqueio--

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: No isolador.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): No isolador da bobina de bloqueio.

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Isso.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Aí isso, depois, alguns milisegundos depois, pegou a fase A?

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Começou na fase B, foi para a fase A do outro ponto--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): E depois pegou a fase C.

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: De outro ponto.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): De uma linha?

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Não, de três linhas. A primeira foi na fase B do circuito 1, filtro de onda. A segunda foi na fase A do circuito 2, na entrada dela, no isolador de pedestal dela. E o terceiro foi na barra, na barra, na fase C, onde fica conectado--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Do outro circuito?

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Onde fica conectado o outro circuito.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): É, porque... Sr. Presidente, eu não tinha visto em nenhuma, em nenhuma explicação sobre esse defeito, eu não tinha visto nenhum oscilograma. Eu vi fotografia de tudo quanto é coisa, mas oscilograma é a primeira vez que eu estou vendo. Porque o oscilograma é infalível, é o que aconteceu antes do defeito e depois do defeito. E aí é muito claro que a tensão... Que a tensão vai para o chão e aí, consequentemente, caracteriza curto-circuito e depois os desdobramentos com menos de um ciclo, pelo que eu estou vendo aí.

Então, é um acontecimento absolutamente excepcional. Excepcional. Eu mesmo, inclusive, quando me falaram que três linhas tinham saído por descarga, eu: "Isso não é possível". Três linhas por descarga atmosférica é uma coisa complicada. Agora, eu estou vendo que é perto da subestação, no isolador de pedestal de bobina de bloqueio, e, Sr. Presidente, eu vi muitos curto-circuito na minha vida, viu? E o curto-circuito é uma desgraça, porque, às vezes, quando o senhor tem um curto, e o curto, ele não é metal-metal, o curto é pelo ar, é pela cadeia de isoladores, e muitas vezes o curto, e o curto não é disciplinado, ele... É um pouco o que o Dr. Albert Cordeiro disse aqui, ele é meio, ele é errático, e aí a possibilidade de pegar outras fases, isso pode efetivamente acontecer, eu não tinha visto esses oscilogramas ainda.

Posso continuar?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Pode, por favor.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Acho que o doutor Albert quer...

SR. ALBERT CORDEIRO DE MELO: Só uma palavra. Eu não sei se eu teria a liberdade de apresentar um ensaio no CPU de dois minutos, no máximo três, sobre a suportabilidade dessa descarga no isolador, uma primeira seção que passou dentro da norma. Eu não sei se seria interesse dos senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Nós estamos encerrando a sessão, depende do interesse de V. Exa.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Não, o Presidente é que manda. Aqui é presidencialista a comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sem problema. Dois minutos.

SR. ALBERT CORDEIRO DE MELO: Pois não.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu depois só queria fazer algumas observações, viu, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Faz um favor, será um prazer ouvir o senhor.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Depois?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Depois.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Está bom.

SR. ALBERT CORDEIRO DE MELO: Você pode, por favor? Esse ensaio é uma sessão do isolador, vocês vão observar daqui a pouco que a gente vai colocar uma chuva artificial dentro da norma, vai ocorrer centelhamento, mas vai passar. Está sendo utilizada uma câmera ultra violeta adquirida do CEPEL, recurso da Eletrobrás, custa 200 mil dólares essa câmera, para poder ver isso. Vocês estão vendo aí a chuva, começa aí esse centelhamento, é ionização do ar, como se eu quisesse quebrar a rigidez dielétrica, vocês vão ver que ali não vai acontecer. Mais em cima, devido à proximidade, aí do arco... Já está terminando, que o tempo aí é entre um minuto, um minuto e meio a suportabilidade. Então, esse tipo de ensaio que a gente faz pra ver. Depois a gente faz chuva de 3 milímetros por minuto, depois 5 milímetros por minuto e é nessa cadeia que a gente está tentando passar isoladores, aumentar o design dos discos, para suportar limites acima da norma.

E também sugiro aqui que a gente instale pluviógrafos nessas regiões aí, que tem maior intensidade de chuva, que a gente precisa da taxa de variação da chuva, quantos milímetros por minuto. Eu acho que é suficiente. Agradeço. Vai passar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Senador Delcídio.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu gostaria de... Então, uma vez que está... E foi muito bom esse... Eu não sei, saiu em algum lugar esse oscilograma, mostrando, explicando isso?

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Ele foi apresentado na reunião do Comitê de monitoramento do setor elétrico no dia seguinte à ocorrência. No dia 11, às 17 horas.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Mas foi explicado isso em algum, outro lugar que--

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Eu creio que na Audiência Pública... Na Audiência Pública, na coletiva de imprensa foi apresentado.

SR. ALBERT CORDEIRO DE MELO: Houve... Posso responder, senador? Houve uma reunião emergencial do CMSE, convocada pelo Sr. Ministro Edison Lobão, e na coletiva de imprensa esse oscilograma já tinha sido trazido, ato continuo, por Furnas e foi mostrado, e tinha-se ali uns 50 ou 60 jornalistas. Só não foi publicado em mídia, mas foi mostrado. A caixa preta apareceu, como o senhor se referiu.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então, Presidente, eu só gostaria de fazer também alguns registros, o seguinte: até um pouco em função da cobertura que foi dada a esse, a essa ocorrência, eu sou oriundo do setor elétrico. O setor elétrico do Brasil é um dos melhores setores elétricos do mundo, disparadamente. Nós temos tecnologia, nós somos ponta em termos de setor de energia no mundo. Nós temos um sistema complexo, operado... Eu vi uns sistemas aí, o *new wave,* esse é da minha época ainda, peguei aí um resto de... os sistemas são operados de uma forma extremamente competente, com sinal econômico claro, com otimização energética e o que nós temos no Brasil instalado hoje é o estado da arte. E eu ouvi cada barbaridade nessas avaliações que foram feitas, eu sou do tempo do relé eletromecânico ainda, que tinha disco de indução, aquelas coisas. Eu peguei já a transição, quando começou o releamento estático, que na minha época era o tal do mode 3, da GE, que era uma proteção de distância e que era uma proteção totalmente estática, foram os primeiros relés. Hoje, na minha época, uma casa de relé, na época do senhor, uma casa de relé era do tamanho dessa sala aqui, hoje a gente vai numa subestação dessa e vê uma casa de relé, eu acho que deve ficar limitado a esse espaço da mesa aqui diretora da Comissão de Infraestrutura. É uma coisa... É uma evolução tremen-

da, evolução sob o ponto de vista de releamento de proteção, de telecomunicações.

Eu sou da época do carrier ainda, da onda portadora, depois entrou fibra óptica, ou seja, um avanço espetacular, extraordinário. Portanto, eu rejeito qualquer tipo de afirmação que o setor elétrico brasileiro é um setor ultrapassado, isso é de gente que está... Ou não sabe ou está querendo levar a discussão para uma politização absolutamente inadequada. Então não existe isso. Quer dizer, as nossas... Esse sistema de Itaipu é um dos melhores sistemas do mundo. O sistema de corrente contínua, acho que 600kv, não é? Eu já nem lembro mais, é um sistema referência no mundo em termos de confiabilidade, são linhas de 750kv, são poucas as linhas no mundo que operam com 750kv em corrente alternada. Eu me lembro quando estavam concebendo Três Gargantas, a Usina de Três Gargantas... Muita gente de Três Gargantas veio a Itaipu para olhar o sistema inteiro, para olhar as máquinas. É modelo no mundo. Então, "devagar com o andor que o santo é de barro", aí é demais. Quer dizer, as coisas que foram faladas, coisas absolutamente inadequadas. Eu, na minha época, nós inauguramos terminal, unidade terminal remota de memória de ferrite, não era memória estática ainda, hoje é tudo memória estática, você tem o sistema...

Quando eu vi algumas entrevistas, e aí Dr. Cyro, falavam desse *Smart Grids*, então: "Os caras..." parecia que era uma coisa... O nosso sistema é muito inteligente. É muito inteligente. O nosso sistema é um sistema, é um primor o setor elétrico brasileiro, se existem outros conceitos que estão sendo implementados, acho isso louvável, o Dr. Cyro falou aqui com intensidade, o Prof. Djalma Falcão também, mas nós não podemos deixar de considerar que a evolução do setor elétrico brasileiro, dos sistemas de controle, proteção, medição, dos equipamentos, isso é incomparável, Sr. Presidente, incomparável, incomparável. Nós não fazemos feio para país nenhum do mundo.

Outro conceito que tem que acabar é o seguinte: Eu comecei a achar, e vi de uma forma até inacreditável, algumas pessoas, cientistas, que eu só posso conceber isso assim, uns pensadores do setor elétrico brasileiro, do setor elétrico mundial, durante a discussão do apagão, do blecaute, a população estava achando que ter sistema interligado era ruim e que tinha que ter sistema isolado. Isso é um absurdo. Isso é um negócio completamente fora de--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Principalmente diante do gigantesco potencial hidráulico--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Hidráulico que nós temos--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Que o Brasil possui.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): E o Dr. Albert, que eu ouvi atentamente, a geração distribuída é uma saída importante, o governo está promovendo isso não só através de PCHs, mas de geração, utilizando bagaço de cana, uma série de outras alternativas, mas pelo amor de Deus, falar que sistema interligado é ruim, como diz o velho Raul lá do baú: "Para o mundo que eu quero descer". Deus me livre, isso é um negócio absurdo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Praticamente não temos alternativa, temos de ter sistema interligado.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Claro, Presidente. Então, são essas coisas e que corroboradas, pelo menos pelo que eu entendi, pelos especialistas aqui, todos os especialistas que aqui falaram, é inegável o avanço do setor, a alta confiabilidade do sistema elétrico brasileiro.

E eu não... Uma vez já eu tive a oportunidade de ver os oscilogramas, acho que o oscilograma fala por si só, eu também gostaria só de fazer alguns comentários e eu não sei se... O que me estranhou, César, é porque que Itaipu saiu inteira. Porque eu já levei blecaute em usina, de sair usina inteira, é um vexame para todo chefe de usina perder uma usina inteira, é um negócio devastador, é uma vergonha, a gente não sabe nem onde enfiar a cara.

Evidentemente, eu acho que o sistema de corrente contínua também saiu. A minha preocupação é se a usina parou de uma vez ou se as máquinas ficaram rodando.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): O Dr. César pode informar, talvez.

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Eu não tenho de cabeça, porque essa análise é feita pelo ONS, mas creio que ficaram quatro máquinas em Itaipu. Elas tiveram que ser cortadas, eu mostrei aqui, porque não tinha como continuar transmitindo potência, já que não havia caminho, há não ser por Ivaiporã, só que Ivaiporã que entra pelo sul estava exportando também--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Estava no limite?

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: Estava no limite. Então o sul foi ilhado, corretamente ilhado, e Itaipu ficou sem ter onde colocar energia, as máquinas foram cortadas e ficou quatro máquinas girando, eu creio que no processo de [ininteligível] eu não tenho certeza. Foi muito bem colocado pelo senador, as primeiras informações devem ser feitas pelo ONS, todas as análises posteriores em conjunto com os demais agentes, tanto

as informações iniciais pós-ocorrência quanto depois. Então, esse é um detalhe.

Com relação à presença da Usina de Itaipu, esse foi o esquema que permaneceu e operou e manteve pelo menos quatro máquinas, cinco máquinas foram cortadas.

A questão da corrente contínua, que me lembraram ali, a questão da corrente contínua eu apresentei aqui, o sistema de corrente contínua, ele exige que eu tenha um sistema receptor em corrente alternada presente, com mínimo de tensão e corrente para as grandezas elétricas--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Subtensão?

SR. CESAR RIBEIRO ZANI: É. Então houve um colapso de tensão na área São Paulo, que trouxe o sistema a ser de corrente contínua, houve um colapso de tensão, o sistema de corrente contínua tentou permanecer injetando potência, mas aí as proteções de subtensão DC atuaram tirando os pólos corretamente, não tinha como continuar transmitindo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Satisfeito, Senador Delcídio?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Acho que o Dr. Albert... Eu vou concluir, viu Presidente, não vou me estender.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Dr. Albert, faça o favor.

SR. ALBERT CORDEIRO DE MELO: Pois não. Só três esclarecimentos. Eu acho que, na sessão anterior, também foi apresentado aqui o oscilograma. Eu queria dizer que há sempre a oportunidade para melhorias, olhar os esquemas de controle da [ininteligível], o tempo de restauração e a gente está trabalhando nisso como sempre pesquisa, além das ações institucionais.

Queria dizer que nós recebemos no CEPEL, foi citado o IEEE, um pedido para o novo item do próximo ano ter uma sessão especial sobre esse blecaute. Está escrito lá: "Para enfatizar sua rápida recuperação".

E uma última notícia, estamos investindo 42 milhões da Eletrobrás mais 15 milhões da MCT via FINEP para construir um novo laboratório do CEPEL para chegarmos a 1.100 Kvc e mais ou menos 800 Kvcc, tudo isso desenvolvimento da [ininteligível] da Amazônia em base sustentável.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Senador Delcídio com a palavra.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, eu acho que essas coisas já estão relativamente esclarecidas, a única coisa que eu lamento é por que as térmicas a gás natural não partiram, pelo menos para atender algumas áreas estratégicas do país. O Rio de Janeiro tem mais de dois mil megawatts dentro do Rio de Janeiro que já poderia ter entrado. Eu não sei se foi por facilidade operacional, pelo retorno de Itaipu, a retomada do sistema, isso eu não entendi. São Paulo tem várias usinas também a gás natural dentro da cidade de são Paulo, não entraram também. Mato grosso do sul tem uma dentro de Campo Grande, não entrou também, Três Lagoas, ali próximo da divisa também não entrou, Minas Gerais tem centrais também, não entraram. Essa é a dúvida que eu fiquei porque elas têm... E aí eu vi outra barbaridade de algumas pessoas até que eu pensei que conheciam um pouco melhor o que é geração de termoelétrica. "Ah, demora muito para entrar", usina a vapor, que usina a gás apertou o botão é igual turbina de avião, não tem conversa, parte ligeiro.

Então, eu... talvez seja uma decisão lá na hora, do operador nacional, que julgou que era mais conveniente retomar Itaipu, aí existem critérios que talvez sejam mais sofisticados e consequentemente acho que não é esse aqui o momento de a gente discutir, mas--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Mas importante a observação de V. Exa. As térmicas foram feitas para serem usadas nessas oportunidades.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Também. E nós não vimos esse movimento, pelo menos eu não percebi, porque o Rio, eu vi ficou muito tempo fora e São Paulo também.

Então, essa é uma dúvida que eu tive, o porquê que não foram despachadas, porque elas estão operando, e sei que estão em condições de entrar no sistema a qualquer momento, pelo menos é o que o contrato diz. E fora, mesmo térmicas a óleo, mas aí é uma outra questão, que aí depende muito da configuração das máquinas e é uma coisa mais complexa.

E, pelo que eu compreendi do que foi sugerido, aliás, está sendo apresentado aqui, quer dizer, os estudos, os aperfeiçoamentos estão sendo feitos especialmente na suportabilidade dielétrica dos equipamentos, pelo que eu entendi, que é isolador de pedestal, enfim, outras melhorias.

SR. ALBERT CORDEIRO DE MELO: Isso é parte, porque está se configurando chuvas em taxa de variação mais densas ali dentro, essa é uma parte no caminho. Outra parte é estudar, é se há possibilidade, sabe que o sistema evoluiu bem, devido a investimentos em transmissão nos últimos anos. Alguma outra hipótese de ligamento, de algum outro controle de emergência e, inclusive o senhor está dando aulas aqui pra gente, também, a questão da própria recomposição, fluente ou não parte dielétrica, ou térmicas a gás se couber, principalmente.

Então, tudo isso é que eu queria dizer, a gente tem que identificar causas e ter oportunidade de melhorias, isso vai ser analisado.

Tem uma comissão criada pelo Sr. Ministro Edison Lobão para sugerir até oportunidades de melhoria nesse sentido. Além disso, vai ser [ininteligível] ONS dentro do relatório, o RAP, Relatório de Análise de Perturbação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Observações finais, senador.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pelo que eu entendi, o sistema de controle na leitura que os técnicos do setor elétrico fizeram, ele operou adequadamente?

SR. ALBERT CORDEIRO DE MELO: Sim.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Quer dizer, esquema de alívio de carga, tudo isso aí operou dentro do projetado?

SR. ALBERT CORDEIRO DE MELO: É. Daí o fato de ter ligamentos propositais, salvando a Região Sul, salvando ali Norte e Nordeste, parte de Minas Gerais. Então, funcionaram adequadamente. Não obstante, tem que se investigar a oportunidade de melhoria ainda em cima, mas funcionaram devidamente.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, era isso, essas observações, queria--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Contribuições extremamente importantes por parte de V. Exa., senador.

Eu gostaria de aproveitar a presença ainda dos nossos convidados, para trazer ao conhecimento deste Plenário, que o nosso Presidente Senador Fernando Collor, encaminhou um expediente à ANEEL, dizendo que "*diante da recente divulgação do cometimento de erros nos cálculos dos reajustes das tarifas de energia elétrica nos últimos sete anos, solicitamos a antecipação dessa Agência Nacional de Energia Elétrica, a ANEEL no sentido de encaminhar à Comissão de Infraestrutura do Senado relatório contendo os cálculos dos valores cobrados a mais dos consumidores brasileiros neste período*". O Presidente Fernando Collor nos pede que informe que ele acaba de receber a resposta da ANEEL, dizendo que "*a Agência já instaurou processo de audiência pública para obter subsídios e informações para adequação da metodologia de cálculo do reajuste tarifário anual mediante aditivo de contrato de concessão de distribuição de energia elétrica, visando a neutralidade dos itens não gerenciáveis. O objetivo dessa audiência será discutir a alteração das cláusulas econômicas dos contratos de concessão e serviço público, de distribuição de energia, especificamente quanto à formula do reajuste*".

Essa foi a resposta da ANEEL que o Presidente Collor pretende levar ao conhecimento do Plenário.

Eu agradeço a presença dos nossos convidados, Dr. César Ribeiro Zani, Dr. Gilberto Câmara, Dr. Albert Cordeiro, Prof. Djalma Falcão e Dr. Cyro Vicente Boccuzzi, pela presença e extraordinária contribuição ao esforço de esclarecimento sobre a interrupção do fornecimento de energia elétrica ocorrida no país no último dia 10 de novembro de 2009, que atingiu 18 unidades da Federação. Agradeço a presença dos nossos convidados.

Quero informar ao Plenário que estava programada uma reunião... Os nossos convidados estarão dispensados. Muito obrigado pela presença. Muito grato.

Havia uma reunião programada. Eu pergunto se há algum interesse. Os itens da Pauta correspondem a quatro projetos de lei e três requerimentos. Os três requerimentos são de autoria do Senador Fernando Collor, Flexa Ribeiro e Cícero Lucena. Nenhum deles está presente. Há quatro projetos de lei, um que tem o parecer do relator Eliseu Resende, outro parecer do relator Osvaldo Sobrinho que não está presente, o outro tem o parecer do Senador Valdir Raupp e, finalmente, o último tem o parecer do Senador Heráclito Fortes, que também não está presente. Eu perguntaria se é o caso de abrir a sessão para essa reunião deliberativa, ou se deixaremos a pauta para a próxima sessão.

Consulto o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): A minha preocupação é se na próxima sessão vamos ter quórum. Hoje já foi difícil de quórum e conseguimos o quórum para votar, não deliberativa, porque nesse momento não tem quórum aqui para votar nominal. Então se a gente pudesse, pelo menos, fazer o meu relatório, agora, fui informado também que o Senador Delcídio entrou com requerimento para sobestar esse Projeto da Rodovia 080, que é o meu relatório.

A gente tinha combinado de votar mesmo não tendo votando ainda o PNV na Câmara dos Deputados, o SNV, o Sistema Nacional de Viação, mas esse projeto poderia ser votado para que o DENIT pudesse começar a adiantar os projetos, começar a desenvolver um projeto, que não tem projeto em alguns trechos dessa rodovia, isso foi inclusive acordado, acertado dentro com os técnicos do DENIT para que fosse feito esse relatório. Foi feito até de comum acordo, em parceria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Parece que há um requerimento do Senador Delcídio sobre uma matéria. Vamos tratar, então, esse item da Pauta que corresponde...

Considerada encerrada a reunião anterior--

[interrupção de áudio]

Reunião encerrada às 11h40.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA SEXAGÉSIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 2009, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia oito de dezembro do ano de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Antônio Carlos Valadares, Ideli Salvatti, Roberto Cavalcanti, Sadi Cassol, João Ribeiro, Francisco Dornelles, Gerson Camata, Valdir Raupp, Pedro Simon, Romero Jucá, Gilvam Borges, Antonio Carlos Júnior, Efraim Morais, Raimundo Colombo, Adelmir Santana, Osvaldo Sobrinho, Cícero Lucena, José Agripino, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, João Vicente Claudino, Gim Argello, Sérgio Zambiasi e Osmar Dias. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, Tião Viana, Neuto de Conto, Renan Calheiros, Eliseu Resende, João Tenório, tendo falta justificada em virtude de estar de licença médica, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati. A Presidência declara aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência comunica aos membros que a Comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento, Aviso nº 77/09, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de outubro de 2009, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. O Presidente dá início à apreciação das Matérias constantes da Pauta da Reunião, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 653 de 2007, não terminativo, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF), que "modifica o inciso I do § 3º do art. 7º da Lei nº 10.426, de 24 de abril de 2002, e dispõe sobre a isenção de multas tributárias nos casos que especifica", tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Júnior, que oferece Relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Antonio Carlos Júnior, usam da palavra os Senadores Gerson Camata, Flexa Ribeiro e Eduardo Suplicy. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 318 de 2007 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que "altera o art. 4º da Lei Complementar nº 105, de 2001 que "dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências", para disciplinar a Utilização de informações sigilosas recebidas por comissões parlamentares de inquérito", tendo como Relator o Senador Demóstenes Torres, que oferece Relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Em 29/09/09, foi concedida Vista Coletiva. O Presidente da Comissão designa o Senador Flexa Ribeiro Relator *Ad Hoc*. A Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Substitutivo que apresenta; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 641 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que "acrescenta artigo à Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que "dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Gim Argello, que oferece Relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria é retirada de Pauta; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 133 de 2006, terminativo, de autoria do Senador José Sarney, que "concede às pessoas carentes ou de baixa renda anistia dos foros e taxas de ocupação devidos nos últimos cinco anos, relativos a imóveis da União em terrenos de marinha", tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece Relatório favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto. Após a leitura do Relatório pelo Senador César Borges, usam da palavra os Senadores Gerson Camata, Flexa Ribeiro, Romero Jucá, Francisco Dornelles, Inácio Arruda, Raimundo Colombo e Antonio Carlos Júnior. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por quinze votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 295 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Romeu Tuma, que "modifica o artigo 29, da Lei nº. 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que "Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico", com o objetivo de proibir a cobrança de taxas ou tarifas e outros preços públicos da população, enquanto não forem finalizados os serviços de infra-estruturas e instalações operacionais e o saneamento básico respectivo estiver efetivamente sendo prestado à população", tendo como Relator o Senador Marcelo Crivella, que oferece Re-

latório favorável ao Projeto e às Emendas nºs 01, 02 e 03-CI, nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03-CI. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 466 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "modifica a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, para autorizar os titulares de contas a aplicarem até 10% (dez por cento) de seu saldo em fundos de investimento que aplicam seus recursos em projetos de exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos líquidos situados na área do pré-sal", tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece Relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com decisão terminativa. Em 01/12/2009, foi concedida Vista Coletiva. A Matéria é retirada de Pauta; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 450 de 2009 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador César Borges, que "estabelece regras de flexibilização do cumprimento das obrigações previstas pela Lei Complementar nº 101/2000, para o encerramento do exercício financeiro de 2009", tendo como Relator o Senador Cícero Lucena, que oferece Relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. Em 03/11/2009, foi concedida Vista Coletiva. Usam da palavra os Senadores César Borges, Francisco Dornelles e Romero Jucá. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir Parecer da CAE, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03–CAE. Aprovado, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 556 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "dispõe sobre a concessão de financiamento às entidades operadoras de Serviço de Radiodifusão Comunitária que migrarem para sistema digital", tendo como Relatora a Senadora Kátia Abreu, que oferece Relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com decisão terminativa. Em 01/09/2009, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei da Câmara nº 197 de 2009, não terminativo, de autoria do Deputado José Eduardo Cardozo, que "dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece Relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com decisão terminativa. Após a leitura do Relatório pelo Senador Flexa Ribeiro, usam da palavra os Senadores Antonio Carlos Júnior e Eduardo Suplicy. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir Parecer da CAE, favorável ao Projeto; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 162 de 2009 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Papaléo Paes, que "revoga o art. 191-A, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional", tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Júnior, que oferece Relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria é retirada de Pauta a pedido do Relator para reexame; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 350 de 2009 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que "altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, para regulamentar a demonstração de exigências na realização de transferências voluntárias a Estados, Distrito Federal e Municípios", tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Relatório Favorável ao Projeto com a Submenda à Emenda nº 01-CCJ, apresentando, ainda, a Emenda nº 02. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CCJ. Após a leitura do Relatório pelo Senador Valdir Raupp, usam da palavra os Senadores Eduardo Azeredo, Flexa Ribeiro, Antonio Carlos Júnior, César Borges, João Vicente Claudino e Romero Jucá. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir Parecer da CAE, favorável ao Projeto com a Submenda-CAE à Emenda nº 01-CCJ e com a Emenda nº 02-CAE. Aprovado, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 12-Projeto de Lei da Câmara nº 184 de 2009, terminativo, de autoria do Deputado Gilmar Machado, que "altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES (permite abatimento de saldo devedor do FIES aos profissionais do magistério público e médicos dos programas de saúde da família; utilização de débitos com o INSS como crédito do FIES pelas instituições de ensino; e dá outras providências)", tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece Relatório favorável ao Projeto e às Emendas nºs 01 e 02-CE, com as Emendas nºs 08 e 09 que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 01 a 07. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02-CE, e pela rejeição das

demais emendas apresentadas. Após a leitura do Relatório pelo Senador Garibaldi Alves Filho, usam da palavra os Senadores Sérgio Zambiasi, Flexa Ribeiro, Aloizio Mercadante, Antonio Carlos Júnior e Raimundo Colombo. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto com as Emendas nºs 01 e 02-CE-CAE e 03–CAE, por 16 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, e rejeita as demais emendas apresentadas; Item 13-Projeto de Lei da Câmara nº 131 de 2008, não terminativo, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, que "dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943", tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que oferece Relatório favorável ao Projeto e pela rejeição da Emenda nº 01, na forma do Substitutivo que apresenta. Em 1/10/2009, foi apresentada a Emenda nº 01, de autoria do Senador Efraim Morais. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. O Presidente da Comissão designa o Senador Romero Jucá Relator *Ad Hoc*. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com a Emenda nº 02, nos termos da Emenda nº 01-CAE (Substitutivo), rejeitando, ainda, a Emenda nº 01. Aprovado, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 14-Projeto de Lei da Câmara nº 200 de 2009 – Complementar, não terminativo, de autoria do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que "altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, (altera a alíquota de tributação para produções cinematográficas, artísticas e culturais)", tendo como Relator o Senador Adelmir Santana, que oferece Relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 02 apresentada. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto. Em 10/11/09, foi apresentada a Emenda nº 02, de autoria do Senador Romero Jucá. Após a leitura do Relatório pelo Senador Adelmir Santana, usam da palavra os Senadores Romero Jucá e Francisco Dornelles. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir Parecer da CAE, favorável ao Projeto com a Emenda n.º 01-CAE e pela rejeição da Emenda n.º 02. Aprovado, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **GARIBALDI ALVES FILHO,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 60ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam, queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Comunico aos membros... Por favor, Senador Flexa, só dois minutos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Até três.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. tem a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só peço a V. Exa. que, ouvido o Plenário, nós possamos fazer uma alteração de pauta, inversão de pauta, para que possamos relatar o Item nº 9, que trata sobre serviço de publicidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. será atendido com a concordância plena do Plenário.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu o seguinte documento para o seu conhecimento: Aviso nº 77/09, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de outubro de 2009, as razões dela determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. O expediente será encaminhado aos membros da comissão, por meio de ofício circular.

O Senador Flexa Ribeiro solicitou a inversão da pauta para que tenhamos de imediato a apreciação do Item 9 da pauta.

Item 9 da pauta. Projeto de Lei, Não Terminativo: "*Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências*". A autoria é do Deputado José Eduardo Cardozo. O relator é o Senador Flexa Ribeiro. Concedo a palavra ao relator, lembrando que a matéria não é terminativa e ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e

Cidadania, com decisão terminativa. Com a palavra o relator, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Garibaldi Alves, Srs. Senadores. "*É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara – PLC nº 197, de 2009, de autoria do Deputado José Eduardo Cardozo, com a finalidade de fixar regras específicas para licitações e contratos relacionados com serviços de publicidade prestados ao Poder Público.*

Composto de 22 artigos, o projeto prevê a aplicação complementar das leis sobre o exercício profissional da publicidade e sobre licitações em geral. O art. 2º define para os efeitos da lei serviços de publicidade e atividades complementares, delimita o objeto dos contratos de publicidade e faculta a adjudicação a mais de uma agência de propaganda. O art. 3º estabelece a finalidade específica das pesquisas e outros instrumentos de avaliação. O art. 4º exige que os serviços sejam contratados em agências de propaganda sujeitas à lei reguladora da profissão e portadoras do certificado de qualificação técnica. Os arts. 5º e 12 disciplinam o procedimento licitatório, adotando -se como obrigatório os tipos melhor técnica ou técnica e preço. Em particular, exige-se que a proposta técnica contenha um plano de comunicação publicitária para avaliar a capacidade de atendimento do proponente e o nível dos trabalhos por ele realizados. As licitações serão processadas e julgadas por Comissão Permanente ou Especial, com exceção da análise de julgamento das propostas técnicas a cargo da Subcomissão técnica. A sua vez, o disciplinamento dos contratos e sua execução constituem objeto dos arts. 13 e seguintes. No caso de atividades complementares, o fornecimento de bens ou serviços é exclusivo de pessoas físicas ou jurídicas, previamente cadastradas, sujeita à coleta de orçamentos quando exceder o limite mínimo. O art. 16 prevê a divulgação na internet das informações sobre a execução do contrato, com livre acesso a quaisquer interessados. O art. 17 fixa em cinco anos, após a extinção do contrato, o prazo para manutenção do acervo documental sobre o serviço prestado. O art. 18 considera facultativa a concessão de planos de incentivo por veículo de divulgação e sua aceitação por agência de propaganda, cujos frutos constituem receita própria da agência, excluídos da equação econômica financeira definida na licitação. As agências não poderão preterir veículos de comunicação que não os concedam ou priorizar os que os ofereçam, devendo sempre conduzir-se de acordo com pesquisas e dados técnicos comprovados. A violação dessa exigência constituirá grave violação aos deveres contratuais. O art. 19 contém norma interpretativa acerca do desconto padrão. O art. 20 dispõe sobre a aplicação subsidiária da lei às empresas que possuam regulamento próprio de contratação, às licitações já abertas, aos contratos em fase de execução e aos efeitos pendentes dos contratos já encerrados. O art. 21 prescreve a discriminação das dotações orçamentárias destinadas às despesas com publicidade institucional e com publicidade de utilidade pública.

Analisada na Câmara dos Deputados, foi aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara em agosto de 2009. A redação final foi aprovada em setembro. Remetido ao Senado, o projeto encontra-se distribuído à CAE e à CCJ, em decisão terminativa. Não foram oferecidas emendas".

Análise, Sr. Presidente. "*É da competência da CAE opinar sobre as proposições pertinentes às normas gerais sobre direito financeiro, orçamento e outros assuntos correlatos, como tal se enquadrando o marco regulatório das licitações da administração pública. O Projeto de Lei da Câmara decorreu de estudos realizados a partir de determinações do Tribunal de Contas da União e do reconhecimento de que há um regime jurídico peculiar dos serviços de publicidade e da impossibilidade de normatização da matéria, com base apenas na Lei 8.666, de 1993. O PLC cria dispositivos peculiares que asseguram os princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e administrativa nas licitações para a contratação dos serviços de publicidade da União, dos Estados e dos Municípios. O PLC autoriza a inclusão nos contratos de publicidade apenas de atividades complementares e essenciais à realização do seu objeto, tais como: as pesquisas específicas naquele campo, a produção e execução técnica das peças e projetos e o desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação. Veda qualquer outro tipo de serviço, como assessorias de imprensa, promoção, relações públicas e eventos.*

Sr. Presidente, esse projeto é da maior importância face à distorção que há nos contratos de publicidade nos governos. Ainda recentemente, este ano, lá no meu Estado do Pará, foi utilizado um contrato de publicidade para a compra de material escolar, para a divulgação do trabalho da governadora, o que está sendo objeto de auditoria do Tribunal de Contas da União, do Tribunal de Contas do Estado e do Ministério Público. Então esse é um projeto que vai vedar o uso indevido da verba de publicidade para outros fins, que não aquele definido na licitação e, agora, nesse projeto que, transformado em lei, vai, com certeza absoluta, melhorar a fiscalização desse processo.

O PLC busca a transparência nos processos licitatórios, a começar pela constituição da Comissão

de Licitação, que deverão contar com 1/3 de profissionais de comunicação, marketing e publicidade independentes. Inova ao exigir a exposição pública dos integrantes das comissões, dando a qualquer pessoa o direito de impugnar, com comprovadas razões, qualquer dos nomes.

Então os indicados às comissões, 1/3 deles terão que ser de profissionais de comunicação. Terão que ter exposição pública e poderão ser impugnados, se comprovadas as razões da impugnação aos seus nomes.

É minucioso, nas normas de procedimento do processo de julgamento das propostas, estabelecer a nulidade do processo no caso de vazamento. Ainda inovando, exige que o ente público cadastre previamente os fornecedores a serem utilizados pelas agências por critério de qualidade, estrutura, regularidade de compromisso, estabelecendo que a contratada sempre fará cotação de preço de três fornecedores, procedendo a escolha em ato público. Finalmente, estabelece o processo de negociação de preços para veiculação da publicidade, com todos os descontos revertidos em favor do Poder Público. Permite, apenas, que as agências, como ocorre no setor privado, participem de programas de incentivo instituídos por veículos de comunicação sem prejuízo da busca do melhor preço. O ente público poderá, a qualquer momento, avaliar o valor do serviço publicitário, comparando com o que ocorre no mercado em geral".

Em síntese, o projeto contempla os seguintes avanços... Aí é importante que a sociedade brasileira tome conhecimento desse projeto do Deputado José Eduardo Cardozo, que vem à apreciação da CAE e irá terminativamente à CCJ. Primeiro, o aprimoramento do método licitatório para a contratação de serviços de publicidade, tornando-o transparente e mais minucioso quanto à avaliação das propostas; assegura os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da igualdade da publicidade e da probidade administrativa; autoriza a inclusão apenas de atividades complementares e essenciais à realização do seu objeto, vedando qualquer outro tipo de serviço, como assessoria de imprensa, promoção, relações públicas e eventos; exige certificação de qualificação técnica para as participantes do certame; exige que os fornecedores a serem utilizados pelas agências de propaganda sejam cadastrados previamente, havendo sempre cotação de preço de três destes em ato público e com envelopes lacrados; estabelece processo de negociação de preço para veiculação da publicidade com todos os descontos concedidos sob preço de tabelas, revertidos obrigatoriamente em favor da administração. O projeto contribui, em síntese, para o aperfeiçoamento do marco regulatório das licitações e contratos administrativos, relacionados com a produção e veiculação de publicidade governamental e a melhoria da qualidade do gasto público e da gestão financeira orçamentária nesse peculiar terreno.

O Voto, Sr. Presidente. "*Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 197, de 2009*". Este é o Voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro, relator da matéria, e concedo a palavra para discutir ao Senador Antonio Carlos Júnior. Antes, peço licença ao Senador Antonio Carlos Júnior para fazer um apelo aos senadores dessa Comissão no sentido de que eles venham ao Plenário da Comissão de Assuntos Econômicos, porque temos matérias importantes que estão na pauta e, ao mesmo tempo, estamos na penúltima, acredito, reunião antes do recesso. Portanto, se faz necessária a presença de senadores. Já temos aqui um bom número de senadores, mas não definimos ainda o *quorum*, o *quorum* não está ainda caracterizado. Então fazemos esse apelo. Desculpe, Senador Antonio Carlos Júnior. V. Exa. tem a palavra para discutir a matéria.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Pois não, presidente. Eu gostaria de me posicionar favoravelmente ao relatório do Senador Flexa Ribeiro e ao projeto do Deputado José Eduardo Cardozo, já que ele melhora e torna muito mais seguro e muito mais blindado às maracutaias e às fraudes, desvios e fraudes, os processos licitatórios para propaganda governamental. Eu aqui não vou me alongar porque o Senador Flexa, com esse resumo que ele faz no final do relatório, já explica, é autoexplicativo em relação ao posicionamento que ele tem e que também eu tenho em relação a esse projeto. Então eu não vou repetir e nem ler o que o Senador Flexa já leu. Eu só vou aqui apoiar e esses argumentos aqui que ele mencionou no final do relatório são extremamente fortes para nos convencer a votar a favor do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria continua em discussão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy para discuti-la.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Considero importante a iniciativa do Deputado José Eduardo Martins Cardozo, que recebeu o apoio do parecer do Senador Flexa Ribeiro. Na verdade, se trata de uma legislação específica para a regulação das licitações, contratações de serviços de publicidade,

melhorando significativamente o que acontece nessa área. Portanto, os cumprimentos. Eu estou de acordo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Renovo o apelo aos senadores da Comissão de Assuntos Econômicos, pois estamos aqui discutindo uma matéria não terminativa e faltam poucos senadores para completar o *quorum*, apenas três senadores para completarmos o *quorum* necessário.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Dois.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Dois, com a presença aqui do Senador João Vicente Claudino. Enquanto completamos o *quorum*, com a permissão do Senador Flexa Ribeiro, nós vamos passar ao Item 1.

Vamos retornar aqui ao Item 1 da pauta, que tem como relator o Senador Antonio Carlos Júnior. Quando completamos o *quorum*, aí teremos a votação. Essa matéria também não é terminativa e eu peço silêncio *[soa a campainha]*. Sem *quorum* está tendo esse barulho, avalio quando tivemos o *quorum*. Eu ainda prefiro o *quorum* com barulho e tudo, mas, quando chegar a história, será diferente. Eu dou a palavra ao relator desta matéria, que é de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa: "*Modifica o inciso I, do § 3º, do art. 7º, da Lei nº 10.426, de 24 de abril de 2002, e dispõe sobre a isenção de multas tributárias nos casos que específica*". Projeto de Lei do Senado nº 653, de 2007. Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Esse projeto já tinha sido anteriormente relatado pelo Senador Valter Pereira e nós partimos da análise do relatório do Senador Valter, onde concordamos em relação à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Somente por meio de lei pode ser concedida anistia, de acordo com o art. 150, § 6º, da Constituição Federal.

"*A matéria veiculada não é de iniciativa privativa do Presidente da República, de acordo com o art. 61, § 1º da Constituição Federal, e não está no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, expressas no arts. 49, 51 e 52, porque esse é um projeto que vem da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, portanto, vem com sugestão da Federação dos Trabalhadores Circulistas do Estado do Rio Grande do Norte. Então é um projeto que vem por sugestão de iniciativa popular. Então, portanto, ele não é de iniciativa nem privativa do Presidente e nem privativa do Congresso, o que possibilita, então, ele ser um projeto juridicamente e constitucionalmente correto.*

No que concerne à juridicidade, a proposição se afigura irretocável, porque o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos, normatização via lei ordinária, é adequada, a matéria [ininteligível] inova o ordenamento jurídico, possui o atributo da generalidade e se afigura dotado de potencial coercitividade e se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

Quanto à técnica legislativa empregada, algumas alterações devem ser feitas. Deve ser incluída na redação proposta ao art. 7º, § 3º, inciso I, da Lei 10.426, de 2002, a linha pontilhada indicativa de que não estão sendo revogados os incisos posteriores ao inciso I. Embora não diga respeito ao atual projeto, deve ser suprimida a menção à Lei 9.317, de 5 de dezembro de 1996, pois a multa por atraso na entrega da declaração simplificada das micro e pequenas empresas, optantes pelo Simples Nacional, é disciplinada pelo art. 38, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. É necessário retificar o nome do órgão competente para a aplicação das multas constantes no art. 2º da proposição. Atualmente é a Secretaria da Receita Federal do Brasil e não mais Secretaria da Receita Federal. O art. 2º da proposição não concede isenção, mas sim anistia. É conveniente utilizar a linguagem direta, que dá maior clareza ao dispositivo. Propomos, ao final, emendas que corrigem essas imperfeições.

Quanto ao mérito, consideramos o que valor de R$ 500,00, hoje, em vigor, é extremamente elevado, posto que a maior parte das entidades, sem fins lucrativos, é de pequeno porte, sem grandes fontes de recursos. É, pois, razoável a redução do valor da multa mínima para R$ 200,00, que é o valor atualmente previsto para pessoa jurídica inativa e para pessoa jurídica optante pelo regime simplificado de tributação, de acordo com o art. 7º, § 3º, inciso I, da Lei 10.426, de 2002, dispositivo que se pretende alterar. Concordamos, também, com a anistia para entidades sem fins lucrativos que, no prazo de 180 dias, cumpram as obrigações de declarar, ainda não prestadas, sem prejuízo da apuração da cobrança dos tributos eventualmente devidos. Trata-se de incentivar tais entidades, que desempenham importante papel social, a regularizar a sua situação perante o fisco".

O Voto. "*Ante o exposto, somos pela aprovação do PLS nº 653, de 2007, com as seguintes emendas... A primeira emenda é a que fixa em R$ 200,00, tratando-se de pessoa física, pessoa jurídica sem fins lucrativos e pessoa jurídica inativa. É a redução do valor da multa. A segunda emenda, que modifica o art. 2º, do PLS nº 653, é o art. 2º: as pessoas jurídicas de direito privado*

sem fins lucrativos ficam anistiadas das penalidades aplicadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em função de atraso na apresentação de declarações, desde que no prazo de 180 dias regularizem as obrigações de declarar não cumpridas, sem prejuízo dos devidos processos de apuração e cobrança dos respectivos tributos porventura devidos".

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Presidente, se V. Exa. me permite--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Me parece, Sr. Presidente, que nós vamos tratar de maneira desigual os iguais, porque nós vamos conceder 180 dias com o objetivo que eles se atualizem na declaração dos tributos que eles não devem. O que é que vai acontecer aqui? Esse ano, ele tem 180 dias. Vai pagar só R$ 200,00 de multa. Ele não vai acertar. No outro ano, ele tem mais 180 dias. No outro ano, mais 180 dias. Ele nunca vai botar esse tributo em dia, nem a declaração em dia, porque, todo ano, ele tem meio ano para fazer a declaração, que nós todos, pobres mortais, não temos tanto tempo para fazê-la.

Eu acho que o que estimularia mais a regularização era a multa de R$ 500,00 e o prazo dado a todos os mortais comuns brasileiros residentes neste país, não excepcionando alguns desses. Pelo que eu entendo até agora, se não obtiver um esclarecimento mais nítido, mais limpo, eu votarei contra, Sr. Presidente.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o relator, o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Gerson Camata, na verdade o que se quer aqui é simplesmente tornar... Esse prazo é dado para instituições sem fins lucrativos, ou seja, o que é que é feito, como é que é, como é que isso é feito hoje?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Agora a pergunta: é dada uma vez só ou todo ano seis meses de prazo?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Não, isso é para regularizar o que--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Uma vez só?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Uma vez só.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Esse ano, acabou.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): É, isso é para regularizar a situação. Claro que isso não vai concedido sempre.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): É uma vez?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): É uma vez, isso é para regularizar passado.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Regularizou, acabou?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Acabou.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): No ano seguinte, não tem--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Ela entra no regime normal. E outra coisa: o valor da multa de R$ 500,00 é excessivo por quê? Porque se cobra R$ 200,00 para pessoa jurídica inativa e para pessoa jurídica optante pelo regime simplificado de tributação, então, se cobra R$ 200,00. Portanto, a redução para R$ 200,00 equiparia a esse tipo de pessoa jurídica, faria a equiparação a essas pessoas jurídicas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Para discutir, concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Antonio Carlos, o projeto de autoria da Comissão de Direitos Humanos, ele é importante porque ele dá uma redução da multa às instituições sem fins lucrativos. Ele reduz, pelo que eu entendi aqui da leitura, ele reduz de R$ 500,00 para R$ 200,00.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Para equiparar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para equiparar com--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Com pessoas jurídicas inativas e pessoas que declaram o regime simplificado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Até aí de acordo, sem nenhum problema, ou seja, ele traz uma redução de multa de R$ 500,00 para R$ 200,00, equiparando aos outros que já tenham esse benefício.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Exato.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agora, pelo que eu estou entendendo aqui, esse prazo de 180 dias é permanente, é permanente, e aí ele fica isento da penalidade se ele cumprir a obrigação 180 dias após o prazo final. Me parece que é isso, talvez eu esteja, por não ter estudado em profundidade o projeto, eu esteja fazendo um juízo incorreto. Eu pediria a V. Exa. que me explicasse melhor.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu acho o seguinte, o que é que nós poderíamos fazer aqui? Eu até concordaria com V. Exa. e o Senador Gerson Camata: é a gente colocar um freio nisso aqui, eu até aceitaria fazer uma emenda colocando um freio.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É porque aqui, Senador Antonio Carlos, ele diz no art. 2º que tem 180 dias e fica isento da multa.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): A intenção é essa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Fica isento da multa.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): É, a intenção é essa. Agora, se houver a reincidência, eu acho que nós poderíamos fazer uma emenda para colocar um freio--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu acho correto.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): --nessa questão, ou seja, seria concedido, mas isso não poderia ser repetido.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Repetido, porque senão era automático prorrogado sempre o prazo para mais 180 dias.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): É, eu vou providenciar uma emenda de redação para colocar um freio nessa questão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pode por um parágrafo aqui, no art. 2º, dizendo que só é permitido a utilização do benefício do § 2º uma única vez.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Vamos fazer um freio, eu acho razoável, porque a intenção é essa, mas como na verdade não está explícito, vamos explicitar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, há neste projeto uma questão relativa à concessão de anistias tributárias que, muitas vezes, tem o efeito negativo de incentivar os contribuintes ou responsáveis a não envidarem os devidos esforços no sentido de dar cumprimento às suas obrigações tributárias, sempre à espera de que novas anistias possam vir a ser concedidas.

Eu gostaria, Sr. Presidente, com todo respeito pelo autor do projeto, o Senador José Sarney, e pelo Relator Antonio Carlos Júnior, examinar melhor. Peço Vistas, Sr. Presidente, no prazo regimental.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedido Vistas coletiva.

Item 9 da pauta. Já foi lido o relatório pelo Senador Flexa Ribeiro e a matéria está em discussão. Encerrada a discussão. Em votação o Projeto de Lei da Câmara nº 197, de 2009, Não Terminativo. Em votação o parecer do Relator Senador Flexa Ribeiro, favorável ao projeto. As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com decisão terminativa.

Item 12 da pauta.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Solicito a inversão para a votação do Item 12 da pauta, Terminativo. Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Pelo que eu estou entendendo, o senhor está dando preferência aos Terminativos. Eu estou relatando o Item 11, que é Não Terminativo, mas estou pronto também para relatar na hora que o senhor achar adequado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Item 11 não é Terminativo?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Não, não é Terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Item 12, terminativo. Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2009: "*Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES (permite abatimento do saldo devedor do FIES aos profissionais do magistério público e médicos dos programas de saúde da família; utilização de débitos com o INSS como crédito do FIES pelas instituições de ensino; e dá outras providências)*". A autoria é do Deputado Gilmar Machado. O relator é o Senador Garibaldi Alves Filho. Relatório favorável ao projeto e às Emendas de nº 1 e 2 da Comissão de Educação, apresentando ainda as Emendas nºs 8 e 9, e pela rejeição das demais emendas apresentadas. Solicito ao Senador Gim Argello, que já está bem próximo aqui da presidência, que assuma a presidência para eu poder relatar o projeto, na ausência do Vice-Presidente, do Senador Delcídio Amaral.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito obrigado, Senador Garibaldi. Então eu assumo a presidência e, nesse momento, passo a palavra a V. Exa., para que o senhor possa fazer o seu relatório. Sr. Senador Garibaldi Alves Filho, o senhor

está autorizado, então, a proferir o seu relatório ao Projeto de Lei da Câmara 184, de 2009, Terminativo nessa Comissão, projeto que "*Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior – FIES (permite abatimento de saldo devedor do FIES aos profissionais do magistério público e médicos dos programas de saúde da família; utilização de débitos com o INSS como crédito do FIES pelas instituições de ensino; e dá outras providências)".* Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço a atenção das Sras. e dos Srs. Senadores para o telão, porque iremos mostrar algumas transparências com relação à matéria que vai ser apreciada. Houve um ligeiro retrocesso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, ainda não está em discussão, ainda precisa ser apresentado o parecer. Houve um ligeiro retrocesso aqui, no que toca à apresentação no telão, mas não foi de ordem tecnológica. Foi apenas um problema que a assessoria não estava preparada para a apresentação.

Enquanto isso, Sr. Presidente, "*submete-se ao exame dessa comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2009, originário do Projeto de Lei nº 4.881, de 2009, de autoria do Deputado Gilmar Machado. Trata-se de alterar normas do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) de que trata a Lei 10.260, de 12 de junho de 2001. O projeto tramitou em várias comissões da Câmara dos Deputados em conjunto com outros seis projetos, entre os quais o de nº 5.413, de 2009. Pode se dizer que a redação enviada ao Senado Federal reflete em boa parte a versão do Poder Executivo, mas com importante contribuições feitas à Casa*".

Se os Srs. Senadores e Senadoras me permitem, eu passarei já à análise do projeto.

"*O Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2009, atende aos preceitos constitucionais da competência material e formal, inclusive quanto à iniciativa parlamentar, conforme o inciso V, do art. 23, e o inciso IX, do art. 24, da Constituição Federal, bem como o previsto no § 1º, do art. 61, da Carta Magna. Compete a essa Comissão, Sras. e Srs. Senadores, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno, opinar sobre aspectos econômicos e financeiros de qualquer medida que lhe seja submetida. É largamente reconhecida a importância da educação para o desenvolvimento do País. Assim, é fundamental que o estado crie condições adequadas de acesso a esse serviço, não apenas em sua base, mas também no nível médio e superior. O FIES cumpre um importante papel nesse sentido ao conceder a milhares de estudantes o financiamento necessário para arcarem com as mensalidades escolares*".

É o Item 12. Eu estou lendo a análise do projeto.

"*O presente projeto contém importantes inovações nas regras do FIES, em boa medida derivadas da experiência adquirida ao longo dos oito primeiros anos de vigência. O acesso do estudante da educação profissional de nível médio ao fundo é bastante meritório, pois, além de alcançar outra faixa de jovens, atenderá às necessidades da economia, sabidamente ávida do profissional técnico. É muito bem vindo, também, o uso das regras do FIES para incentivar a opção dos jovens por áreas carentes, como é o caso do professor da rede pública de educação básica e dos médicos que integram o programa saúde da família. Não menos oportunas são as providências para facilitar ao estudante o cumprimento em dia dos encargos de financiamento, até que se estabilize profissionalmente*".

Já pode passar ou não? A tecnologia está levando nota zero aqui.

"*Como vimos, tais medidas incluem a ampliação do prazo de amortização e a redução de juros* [soa a campainha]. *Vale registrar, também, que o impacto das medidas não compromete a sustentabilidade financeira do FIES, segundo a exposição de motivos do Projeto de Lei nº 5.413, de 2009, do Poder Executivo. O impacto do abatimento do saldo devedor dos estudantes que optarem pela rede pública de ensino ou pela saúde pública não chegará a 20 milhões de reais ao ano. Quanto ao impacto da eliminação do risco dos agentes financeiros, afirma a exposição se a ser a perda potencial compensável pela inclusão do desempenho no cálculo da remuneração desses agentes, o que, ademais, criará incentivo para que não haja discutido na análise do financiamento. Enfim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, as mudanças não desvirtuam de nenhum modo os objetivos que norteiam a situação do FIES desde o seu início, ao mesmo tempo em que buscam ampliar o alcance do fundo sem comprometer a sua sustentabilidade financeira.*

Quanto às emendas apresentadas ao projeto no prazo regulamentar, algumas com mérito inquestionável, possuem o inconveniente de atrasar por prazo desconhecido a entrada em vigor das relevantes medidas já destacadas. Algumas das emendas certamente justificam a apresentação de novos projetos, como as Emendas de nº 1 a 6, que visam dispensar os compromissos dos estudantes vitimados pelo desemprego e por problemas sérios de saúde. Outras são inade-

quadas, como as que conferem acesso ao FIES do estudante inadimplente ou de escolas mal avaliadas, como são os casos das Emendas nº 4 e 2. A Emenda 3 reduz a apenas 5% a associação pela instituição do ensino do saldo devedor pendente, além de não distinguir as inadimplentes das adimplentes com as obrigações tributárias. Já as Emendas 5 e 7 querem flexibilizar a negociação com certificados, quando o projeto já contempla maior espaço para a sua utilização no pagamento de tributos, além da maior facilidade da recompra pelo próprio FIES".

É agora que nós estamos tendo aí o acesso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Começa de novo, Sr. Presidente.

[risos]

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu vou nomear V. Exa. Senador *ad hoc* para começar tudo de novo. E sei que V. Exa. vai gostar.

[risos]

"*As principais medidas de ampliação do acesso: extensão aos estudantes da educação profissional técnico de nível médio, resguarda a prioridade de atendimento aos estudantes. Vale lembrar que atualmente já estão contemplados alunos de graduação, mestrado e doutorado*".

Eu vou proferir agora, aqui, o meu voto, porque eu andei mais rápido do que a tecnologia.

"*Em vista do exposto, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2009, e das Emendas nº 1, da Comissão de Educação, nº 2, da Comissão de Educação, e pela rejeição das Emendas nº 1 e 7, com emendas de redação que estão já em poder dos senadores*".

Eu queria ressaltar que, na Comissão de Educação, o Senador Sérgio Zambiasi fez um trabalho magnífico, um trabalho [ininteligível], no sentido de permitir que a matéria fosse exaustivamente discutida, mas que não se protelasse a apreciação daquela matéria na Comissão e a nossa preocupação é, a essa altura, permitir que esse projeto possa ser discutido, possa ser apreciado, mas que sua aprovação não venha se dar só no próximo período legislativo, porque aí vai comprometer todo os novos mecanismos de financiamento. O Senador Zambiasi poderia me dar um aparte, que ele estudou mais do que eu.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente, obrigado, presidente e relator. É uma discussão democrática ampla e necessária, até para justificar o porquê de termos que aprovar o projeto como ele está.

Qualquer mudança implica em retornar para a Câmara e implica em não haver financiamento no ano que vem, o que seria uma injustiça que o Congresso não pode cometer contra o estudante, pelo contrário. Nós estamos propondo, presidente, inclusive um projeto de origem de iniciativa da Comissão de Educação que pode receber o acompanhamento e também o apoio da Comissão de Assuntos Econômicos para aperfeiçoar este que nós estamos votando hoje, que trata, inclusive, da dívida antiga, que trata inclusive da inclusão, por exemplo, na área médica, de todos os integrantes do programa de saúde da família, não apenas o médico, como também o enfermeiro e o odontólogo, e outros aperfeiçoamentos que não puderam ser incluídos neste projeto que nós estamos aprovando agora. O importante é que a comissão acompanhe o voto do relator, para que, ainda antes do final do ano, o Presidente Lula possa sancionar o projeto e as universidades e os estudantes, no início do ano que vem, já possam oferecer esta nova alternativa de financiamento estudantil que nós estamos aprovando hoje aqui, Presidente Garibaldi.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito bem. Agora eu abro oficialmente, está em discussão o projeto, em discussão. Lembro que esse projeto é Terminativo e exige *quorum* qualificado. Está aberta a discussão. Para discutir, nobre Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Gim Argello, Senador Garibaldi Alves, Relator, Srs. Senadores.

O Senador Zambiasi fez referência a um aspecto que eu não concordo, pelo fato de não poder emendar aqui, que o projeto teria que voltar à Câmara, e aí teria que ser aprovado ainda nessa Sessão Legislativa. Esse fato não traz a mim nenhuma preocupação. Acho que a obrigação nossa é aprofundar a discussão, verificar as alterações que precisam ser feitas e discuti-lo. Nós não podemos mais ficar aqui no Senado refém dos prazos que a Câmara Federal libera os projetos para virem para cá e aqui a gente fica naquela situação: ou aprova ou não atende, não beneficia aqueles cidadãos que estão incluídos no projeto. Então não é por esse motivo, Senador Zambiasi, que eu vou votar favorável ao projeto. Eu vou votar favorável porque o projeto aumenta aos benefícios, as benesses, a chamada vontade de inclusão daqueles estudantes.

O projeto, ele traz para o FIES os alunos do curso técnico, do curso médio. Então é um benefício importante. Traz também aqueles profissionais que estão no plano de saúde da família, no programa de saúde da família, quer dizer, aumenta o prazo de pagamento daqueles que estão em dificuldades ou os que irão tomar o FIES, quer dizer, é um pacote de bondade, é um pacote de bondade que os estudantes brasileiros têm que ter o apoio de todos. Então, por esse motivo,

eu sou favorável, não pelo fato de não poder emendar. Eu gostaria de emendar para ampliar. Eu acho pouco o benefício, Senador Antonio Carlos Valadares, Senador Colombo, acho pouco o benefício, acho que nós deveríamos ampliar mais, mais. Acho que o governo está sendo padrasto, Senador Zambiasi, o governo está sendo padrasto, Senador Garibaldi, em não ampliar mais esse processo. Eu acho que nós devíamos trazer benefícios também para outros alunos de outros cursos, cursos profissionalizantes, por exemplo, que--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não do curso técnico, eu digo esses cursos que formam profissionais, por exemplo, de técnico em enfermagem, técnico em eletrônica, quer dizer, esses outros cursos, tipo SENAI, cursos esses que não são feitos gratuitamente, como é o caso do SENAI e do SENAC, mas que são feitos por outras instituições que têm custo. Então eu acho que teria que beneficiar isso. Mas como o projeto vem ao encontro da melhoria da qualificação profissional dos brasileiros, principalmente dos jovens, eu voto a favor.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito bem. Continua em discussão. Passo a palavra agora para o Senador Zambiasi.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Pela ordem, Senador Mercadante. O Senador pediu pela ordem, logo em seguida o Senador Zambiasi.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria parabenizar o Senador Zambiasi pelo trabalho que fez, o Senador Garibaldi em relação à matéria do FIES, que é um programa que precisa ser aprimorado e tem um papel relevante para os estudantes, e aproveitar a oportunidade e saudar a presença desse grande artista, um grande amigo, contribuiu tanto para a cultura brasileira, que é Chico César, que está aqui com a gente visitando a Comissão de Assuntos Econômicos hoje. Muito obrigado. Parabéns aí, Chico.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito bem. Continua em discussão o projeto. Agradecendo a presença do artista Chico César, aqui, na nossa comissão. Passo a palavra ao nobre Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Apenas para complementar, então, a informação ao Senador Flexa Ribeiro, todas essas observações, Senador Flexa, nós estamos incluindo num segundo projeto que eu sugiro que seja da Comissão de Educação e da Comissão de Assuntos Econômicos, exatamente onde nós estamos retroagindo o juro para a anterioridade à data deste projeto, a inclusão dos integrantes do programa de saúde da família, que são os odontólogos e os enfermeiros, os estudantes do ensino técnico. Todas essas questões que o Senador Flexa levantou aqui estão sendo colocadas nesse projeto, que acompanhou o meu relatório na Comissão de Educação. Eu sugiro, Senador Garibaldi, que a Comissão de Assuntos econômicos também assuma esse projeto, para que nós possamos dar celeridade ao Senado e a Câmara possa já no ano que vem apreciá-lo e em 2011 nós ampliamos esses benefícios de forma bem mais ampla do que está o atual.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É de sua autoria o projeto?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): É da comissão. A assessoria técnica compôs as emendas por minha sugestão, mas a Comissão de Educação, junto com a Comissão de Assuntos Econômicos, pode assumir o projeto e, com isso, nós daremos a celeridade necessária ao projeto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quero parabenizá-lo pela proposta.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): E, ao mesmo tempo, quero saudar a presença da Daniela e todo o grupo do FIES Justo que está aqui acompanhando, que participaram de toda a discussão e que hoje vêm celebrar aqui com a Comissão de Assuntos Econômicos o passo definitivo antes da sanção presidencial do Programa de Financiamento Estudantil.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Continua em discussão. Quem pediu a palavra, pela ordem, é o Senador ACM e o Senador Raimundo Colombo. Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria aqui também parabenizar o Senador Sérgio Zambiasi e o Senador Garibaldi pelo relatório. O projeto traz avanços, mas agora tem uma notícia melhor ainda do Senador Sérgio Zambiasi de que há um projeto já avançando mais. Eu acho importante que o estudante tenha a condição plena de poder concluir seus estudos, ter as condições necessárias para concluir os seus estudos, para que ele tenha oportunidade no mercado de futuro, no mercado de trabalho. Então o meu voto também é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Continua em discussão. O último inscrito é o Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu desejo cumprimentar o Senador Garibaldi e o Senador Sérgio Zambiasi. Esse é um projeto importante, ele

beneficia milhões de brasileiros numa fase importante da vida e nós estamos vendo aí as dificuldades que existem hoje na manutenção do ensino, no pagamento da mensalidade. O projeto preenche todos os requisitos, eu acho que essa forma sugerida pelo Senador Sérgio Zambiasi, ela tira qualquer insegurança nossa. Eu acho apenas que nós precisamos avançar mais. Tem um projeto nosso, de minha autoria, que propõe também o uso do fundo de garantia para o pagamento da mensalidade.

É engraçado, Senador Sérgio Zambiasi, que, no projeto do Item nº 6, que está na pauta de hoje, o governo propõe o uso do fundo de garantia para comprar ações da PETROBRAS, mas não permite o uso do fundo de garantia para o pagamento da mensalidade de ensino. Então incluído este aspecto, eu acho que fica bem mais amplo, bem mais amplo.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Foi retirado de pauta.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Foi retirado o Item nº 6?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É um projeto do Senador Paulo Paim, é do Senador Paulo Paim. A pedido do relator, foi tirado de pauta porque ele está discutindo um acordo, possibilidade de um acordo com a Caixa Econômica, que administra o fundo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): No mais, parabéns, e eu voto a favor também.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Obrigado, Senador Raimundo Colombo. Saúdo os estudantes do FIES que se encontram aqui, a Daniela, todos vocês que participaram desse debate. Parabenizo o Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, por tão brilhante parecer, da mesma forma o nobre Senador Sérgio Zambiasi, que teve uma participação importantíssima nesse projeto, e os senadores da Comissão de Educação, a todos eles parabéns.

Dessa forma, não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o Projeto e as Emendas de nºs 1 e 2, da Comissão de Educação, e das nºs 1 a 7 e nºs 8 e 9. Vai ser feita a votação nominal. Consulto o Plenário se podemos fazer uma só votação.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Observação: quem vota com o relator, vota 'sim' ao Projeto, às Emendas 1 e 2 da Comissão de Educação e às Emendas 8 e 9, e vota 'não' às Emendas de 1 a 7. Então eu consulto o Plenário: podemos fazer uma votação única? Aprovado. Então vamos para a votação.

Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Senador Aloizio Mercadante? Como vota o nobre Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Como vota o nobre Senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Como vota o Ministro Senador Francisco Dornelles?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): O Relator Garibaldi é voto conhecido. Como vota o nobre Senador Gerson Camata?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Como vota o nobre Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Como vota o Senador Pedro Simon? Como vota o nobre Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Como vota o Senador Raimundo Colombo?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Como vota o nobre Senador Adelmir Santana?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Senador Pedro Simon, nobre Senador Pedro Simon?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Com o relator votou o nobre Senador Pe-

dro Simon. O nobre Senador Osvaldo Sobrinho, como vota?

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PDT-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Como vota o nobre Senador João Vicente Claudino?

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): O Senador Gim Argello com o relator, só para *quorum*. Nobre Senador Osmar Dias, como vota o Senador Osmar Dias? Eu pergunto à Secretaria da Mesa se deu *quorum* para a votação.

Continuando a votação, agora vamos passar para as suplências. Senador Roberto Cavalcanti, nobre Senador Roberto Cavalcanti, como vota? Como vota o Senador Sadi Cassol?

SENADOR SADI CASSOL (PT-TO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Como vota o nobre Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Nobre Senador Gilvam Borges? Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Senador Sérgio Zambiasi... O projeto foi aprovado por essa Comissão de forma Terminativa por unanimidade. Parabéns ao relator, parabéns a essa Comissão e à Comissão de Educação. Nesse momento, devolvo a presidência ao presidente, o Senador Garibaldi Alves Filho.

[troca de presidência]

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, diante do fato de que nós temos número para deliberar projeto terminativo, eu pediria a V. Exa. a inversão para o Item nº 4, que eu sou o relator, é um projeto do Presidente da Casa, o Senador José Sarney, alguns senadores já me solicitaram aqui o Item nº 4.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É o Item nº 4. Projeto de Lei do Senado nº 133, de 2006, Terminativo. Daí o apelo para que os senadores permaneçam e o *quorum* possa se sustentar durante a discussão e votação da matéria: "*Concede às pessoas carentes ou de baixa renda anistia dos foros e taxas de ocupação devidos nos últimos cinco anos, relativos a imóveis da União em terrenos de marinha*". [soa a campainha] A autoria é do Senador José Sarney. A relatoria é do Senador César Borges. Concedo a palavra ao Senador César Borges para relatar o projeto terminativo.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Muito obrigado, Sr. Presidente. "*Vem a exame o Projeto de Lei do Senado nº 133, de 2006, de autoria do Senador José Sarney, cujo objetivo é a concessão de anistia dos foros e taxas de ocupação relativos aos últimos cinco anos a pessoa carentes ou de baixa renda que se encontrem em imóveis da União em terrenos de marinha.*

A proposição, em seu art. 1º, Parágrafo Único, considera pessoa carente ou de baixa renda aquela cuja renda familiar seja igual ou inferior a cinco salários mínimos.

Da justificação se colhe que a proposição se assenta na necessidade de reconhecimento de que os beneficiários assinalados pelo projeto não se encontram em situação de inadimplemento por desídia ou desinteresse, mas por absoluta falta de condições de realizar os pagamentos. Seu autor lembra que os esforços federais na cobrança desses débitos, além de estarem destinados ao fracasso [soa a campainha] *na grande maioria dos casos, vão exigir recursos federais num montante maior--*

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço silêncio.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): *--do que os próprios débitos. A providência legislativa secunda a Lei 11.481, de 2007, em que se converteu a Medida Provisória 335, sucessora da Medida Provisória 292, de abril de 2006, que já havia estabelecido isenção de pagamentos de foros e laudêmios por parte de ocupantes de imóveis da União. Os débitos constituídos previamente não foram alcançados e é esse o objetivo que anima a proposição que temos em análise. Não foram apresentadas emendas ao projeto.*

Preliminarmente, cabe assentar que a técnica legislativa da proposição é correta e adequada, descrevendo com precisão a hipótese normativa. Atende, portanto, às exigências de regimentalidade e de técnica legislativa. A competência legislativa da União para a matéria emerge com nitidez no exame dos arts. 20 e 48 da Constituição Federal a definir terrenos de marinha e seus acrescidos como bens da União e afixar o cabimento de lei federal para concessão de anistia. Também não ocorre inconstitucionalidade por vício de iniciativa, já que ao percorrer a anistia de receitas pa-

trimoniais da União, a proposição afasta-se da reserva constitucional de iniciativa em favor do Presidente da República para os projetos de leis orçamentárias. A jurisprudência erigida pelo Eg. Supremo Tribunal Federal confirma a constitucionalidade da iniciativa parlamentar para a matéria.

No mérito, a proposição deve merecer a aprovação nesta Comissão pelos seus serviços sociais e por preservar as pessoas carentes e de baixa renda da persistência da União nas ações administrativas e até judiciais de cobrança dos débitos já constituídos, contribuindo, assim, nesses estratos(F), para a pacificação das situações referidas.

O Voto, portanto, pelo exposto, é pela aprovação nesta comissão do Projeto de Lei do Senado 133, de 2006". Esse é o relatório e o Voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador César Borges.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão. Com a palavra, para discutir, o Senador Gerson Camata. Em seguida, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, trata-se de um projeto cheio de méritos. O relator colocou isso bem, mas é que bom que nós todos nos conscientizemos disso. Ele trata apenas de isentar de cinco anos para trás os pobres que estão sendo extorquidos pelo SPU na cobrança das taxas de ocupação e foros dos chamados terrenos de marinha. Essa é uma instituição medieval, Sr. Presidente. Ela é calculada em cima da distância do tiro de canhão da maré de 1876. Que quem está por ali tem que pagar à União, não é proprietário. Lá em Vitória nós temos agora uma praça federal, que a União chegou lá e disse: "Essa praça é do Governo Federal". Então a primeira praça federal do Brasil é na Ilha de Vitória.

Há poucos dias, Sr. Presidente, teve uma audiência na Assembléia Legislativa sobre esse problema dos terrenos de marinha. Há inúmeras emendas tramitando aqui. Um funcionário do SPU, [ininteligível], disse o seguinte, eu vou repetir mais ou menos o que ele disse: "Todos os moradores da Ilha de Vitória são marginais e invasores, deveriam estar na cadeia porque invadiram um bem da União. Nós vamos tomar esses apartamentos, esses terrenos e essas casas e vamos dar para o MST fazer uma reforma urbana". Isso é o que ele disse lá, ele vai fazer uma revolução comunista lá no Espírito Santo, esse rapaz.

Então antes que ele faça, nós temos que, pela lei, fazer com que pelo menos os pobres sejam beneficiados por esse projeto meritório do Presidente José Sarney e bem relatado aqui pelo nosso companheiro, o Senador César Borges. Nós precisamos encontrar uma solução legal para isso. O Tribunal de Contas verificou que não há critérios para estabelecer essas linhas. Eu tenho um amigo em Vitória que a varanda da casa dele é terreno de marinha; da varanda para trás, não é. Eles passam a linha onde eles querem, do jeito que eles querem, arbitrariamente, sem nenhuma regra. E se a gente solicitar, por um requerimento, que eles definam essas linhas, o SPU, desses terrenos de marinha, eles não sabem os critérios que usaram, não sabem porque é que atrasaram. Isto é uma vergonha no Brasil do Século XX. E a Ilha de Vitória tem um problema mais sério: nós aprovamos aqui uma emenda constitucional dizendo que as ilhas, sede de município, passavam a pertencer ao município. O Governo Federal não cumpriu a emenda e diz que não cumpre a emenda constitucional aprovada nesse Congresso. Então nós estamos num jeito que nem emenda constitucional se cumpre mais. Eu não sei o que é que nós podemos fazer aqui. Só se a gente esperar a revolução do cara para fazer um contrarrevolução para tentar resolver o problema. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, existe uma PEC, de autoria do Senador Almeida Lima, que propõe a extinção da figura do terreno de marinha. Essa PEC está tramitando há anos no Congresso Nacional. O Senador Romero Jucá tem feito seguidas reuniões no seu gabinete, com vários senadores e com o SPU, com a AGU, na tentativa de se chegar a um texto para que possamos relatar essa PEC. Eu sou relator da PEC e não conseguimos até hoje chegar a esse texto porque o SPU não quer de maneira nenhuma flexibilizar para que se possa realmente dar condições a essas pessoas que moram nessas áreas, chamadas de terreno de marinha, e que anteriormente já foram contempladas as capitais que estão em ilhas, como foi o caso de São Luís, Vitória, essas que foram--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Florianópolis.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Florianópolis, foram contempladas. O restante, não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Não, não foi contemplada, a União não cumpriu a emenda.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não cumpriu a emenda. Então o Senador Camata ainda dá uma informação pior ainda.

Evidentemente que nós não podemos votar contra o projeto do Senador José Sarney. Esse projeto do Senador José Sarney, ele vem atender àquelas pessoas de baixa renda que estão devendo esses foros, para que eles sejam anistiados nos últimos cinco anos. Então é meritório, mas é importante, Senador César Borges, é importante, Senador Jucá, que nós possamos avançar sobre a PEC. Não é possível mais na época em que vivemos hoje, em pleno Século XXI, nós ainda estejamos sujeitos a leis que vêm lá de--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): 1846.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --1846, me auxilia aqui o Senador Gerson Camata. Então eu vou votar favoravelmente, mas eu espero que se nós não cheguemos, Senador Jucá, se nós não chegarmos a um entendimento com a SPU e com a AGU no início da próxima Sessão Legislativa, logo em março, nós vamos retomar a discussão e colocar em votação o que tem que ser feito, que é a extinção da figura do terreno de marinha. O voto é favorável, Sr. Presidente.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá. Em seguida, ao Senador Francisco Dornelles.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, apenas para registrar que o assunto é extremamente relevante. Como o Senador Flexa Ribeiro e o Senador Gerson Camata já registraram, nós estamos discutindo, junto com órgãos do governo, uma saída que modernize essa legislação. Tenho confiança de que sairá uma proposta, pode não ser até a proposta que o governo entenda que é a melhor, mas sairá uma proposta que será um avanço e será essa proposta que eu me comprometi com os senadores que nós iremos apresentar e debater aqui, no Congresso, porque o Congresso é autônomo para discutir as propostas, independente de serem do governo ou não. Então, no início do ano, nós vamos dar prosseguimento a essa atividade e, por conta disso, mesmo não estando esse projeto sintonizado dentro da linha que nós estamos discutindo, como uma homenagem ao Presidente Sarney e uma explicitação da prioridade de que esse é um assunto relevante, nós vamos encaminhar favorável, Sr. Presidente.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): V. Exa. me permite um aparte? A minha descrença, porque a primeira emenda que eu fiz aqui sobre isso foi em 1976, quando eu cheguei Deputado Federal. Até hoje não conseguimos passar uma emenda regulamentando ou até permitindo à União vender os terrenos que ela quisesse vender e aos mais pobres doar. Pois bem, Excelência, sabe quando é que vai acabar o terreno de marinha? No ano 2100 o Polo Sul vai derreter, o mar vai subir vinte metros, vai botar os terrenos de marinha embaixo do mar e vai acabar. Vai ser isso que vai acontecer com o aquecimento global. Eu bato uma proposta nisso.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Mas aí vai aumentar o terreno de marinha, porque a faixa vai andar e vai pegar outro–

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles [soa a campainha]. Peço silêncio, peço silêncio.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu quero trazer aqui o meu integral apoio ao projeto do Senador José Sarney, brilhantemente relatado pelo Senador César Borges.

Eu concordo plenamente com o Senador Flexa Ribeiro, que nós deveríamos aqui aprovar a PEC de autoria do Senador Almeida Lima, acabando de forma definitiva com esse foro e taxa de ocupação. Isso eu não sei se é um *bis in idem* ou uma dupla tributação. Já existe o imposto territorial, já existe o imposto territorial urbano, rural. No Rio existem situações que juntamente com o territorial urbano é cobrada a taxa de marinha. De modo que nós tínhamos que ter a coragem de extinguir essa figura, isso não tem mais sentido hoje dentro do contexto tributário. Agora se nós esperarmos a concordância do Serviço do Patrimônio da União para essa extinção, não vai ser extinto nunca, porque ele não vai abrir nunca mão de uma renda que tem. Por isso eu queria fazer um apelo aqui ao Senador Romero Jucá, para que nós possamos ser um pouco mais radicais e acabar essa figura dos foros e de taxa de ocupação dos terrenos de marinha. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, esse é de fato um tema recorrente entre nós. Imagina que o debate vem desde 1976 com o Senador Gerson Camata. Nós já aprovamos leis, nós já aprovamos emendas constitucionais tratando desse assunto, então é um conjunto que envolve não só os interesses da Secretaria de Patrimônio da União, mas envolve os interesses da própria Marinha de Guerra do Brasil, porque algumas ilhas estão no controle da Mari-

nha, são áreas diretamente da Marinha. Então eu acho que tem todo um debate em torno dessa questão.

Acho que nós devemos aproveitar a oportunidade num projeto mais amplo para liquidar com uma série de resquícios feudais que ainda assombram a população brasileira. Ainda se cobra no Brasil um tal de senhorio, laudêmio, foro e outros de naturezas mais antigas ainda do que medievais. Ainda tem esses tipos, quer dizer, que ainda estão amparados constitucionalmente. Então já que vai ter uma emenda constitucional, vamos liquidar, de uma vez por todas, com esses instrumentos retardados e deixar que os municípios e os estados possam tributar essas áreas em benefício das populações locais.

Em relação ao projeto do Presidente Sarney, o que ocorre é que ele é meritório, ele é importante, porque são milhares e milhares de famílias sem renda nenhuma, muito pobres, que moram nessas regiões. Claro que também têm ricos que até se apropriam das praias, etc., viram dono. Isso daí também tem, mas esses estão excluídos desse projeto. Aqui ele é meritório porque ele atinge uma população carente, de pobres. Eu acho que devemos aprovar o projeto do Presidente Sarney aqui e na Câmara, independente de uma matéria mais ampla que se possa apresentar nas duas Casas.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Raimundo Colombo e, em seguida, o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o autor do projeto, o Senador José Sarney, e o relator, César Borges, e me ater ao projeto, porque senão às vezes a gente não avalia o mérito do projeto. Evidente que o ideal era fazer aquilo que o Senador Gerson Camata colocou e todos os outros, porque de fato é inaceitável, é um absurdo, além de ser bitributação não tem critério nenhum, esse dinheiro não se sabe para que ele é utilizado. Mas se atendo ao projeto, ele isenta as pessoas que têm a renda até cinco salários mínimos, o que classifica as pessoas com maior nível de carência, e nos últimos cinco anos, o que é um passo importante e esse é concreto, está nas nossas mãos. Por isso, eu gostaria de dar os parabéns e já anunciar o meu voto favorável ao projeto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior e peço silêncio [soa a campainha].

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Eu também queria apoiar o projeto. O ideal realmente é que nós acabemos com todas essas taxas que são ultrapassadas, antigas, não correspondem mais à realidade, mas de qualquer maneira o projeto é um avanço e aqui eu também gostaria de parabenizar ao Senador Sarney, o Presidente Sarney e o Senador César Borges, autor e relator do projeto. Então o meu voto é favorável também.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Continua em discussão a matéria. Encerrada a discussão. Vamos à votação nominal. Como vota o Senador Eduardo Suplicy? Como vota o Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Francisco Dornelles?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Senador César Borges é o relator, é voto conhecido. Senador Gerson Camata?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Raimundo Colombo?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Osvaldo Sobrinho?

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PDT-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Adelmir Santana?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador João Vicente Claudino?

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Sadi Cassol?

SENADOR SADI CASSOL (PT-TO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Aprovado por unanimidade, aprovado o relatório que passa a construir o parecer da CAE.

Item nº 5, Terminativo. A autoria é do Senador Romeu Tuma. A relatoria é do Senador Marcelo Crivella. O Senador Marcelo Crivella não está presente, mas tendo em vista o final do período, eu gostaria de submeter ao Plenário se votamos a matéria com o parecer do relator *ad hoc* ou se esperamos o Senador Marcelo Crivella. Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu acho que a gente podia esperar, é um relatório muito bem feito, muito bonito, um assunto importante, principalmente para as populações mais pobres. Eu acho que o Marcelo Crivella deveria ter o direito de expor esse relatório muito bem feito e muito bem redigido por ele.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, o Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, como não foi dado vista ainda e eu vou pedir vista, eu pediria que fosse dado como lido o relatório, dá vista, e, a partir da semana que vem, o Senador Crivella estará presente e poderá discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. será atendido.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Vista coletiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vista coletiva.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): O espírito de natal se instalou na comissão hoje, hein?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Senador Camata poderia ler o relatório logo ou dar como lido? Vamos dar como lido.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Dá como lido, que está nas mãos de todo mundo aqui, é um relatório bem sucinto e--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É verdade. Então vamos voltar, vamos voltar ao início da pauta.

Item nº 2. A autoria do Senador Pedro Simon. O relator é o Senador Demóstenes Torres. Para senador *ad hoc* eu designo o Senador Flexa Ribeiro. V. Exa. vai relatar o Item nº 2, de autoria do Senador Pedro Simon.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PDT-MT): Questão de ordem, Sr. Presidente. Eu pediria silêncio, o pessoal está conversando demais, está atrapalhando a Sessão.

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Senador Osvaldo Sobrinho faz um apelo e eu acolho integralmente, porque o meu apelo já está mais do que desmoralizado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não apoiado, presidente, não apoiado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu peço silêncio em nome do Senador Osvaldo Sobrinho, já que os meus pedidos estão sendo desconsiderados, principalmente o lado esquerdo, mais hoje o lado direito também. Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, é com muita alegria poder ser designado por V. Exa. como relator *ad hoc* para ler o parecer do Senador Demóstenes Torres.

Em exame nessa Comissão o Projeto de Lei nº 318, de 2007, Complementar, que visa acrescentar o § 3º, ao art. 4º, da Lei Complementar nº 105, de 2001. Essa lei, como se sabe, dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras, além de outras providências.

A proposição de autoria do Senador Pedro Simon é parte integrante de um conjunto de medidas elaboradas pelo então Senador Antero Paes de Barros, em vista de sua experiência nos processos e procedimentos investigatórios das Comissões Parlamentares de Inquérito.

O Voto, Sr. Presidente, do Senador Demóstenes Torres ao projeto do Senador Pedro Simon, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 318, de 2007, Complementar, nos termos do seguinte: "*Projeto de Lei do Senado nº 318, Substitutivo, 2007, Complementar: O Congresso Nacional decreta: art. 1º – o art. 4º, da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º: art. 4º, § 3º – informações e documentos sigilosos requisitados por Comissão Parlamentar de Inquérito e recebidos após o encerramento de seus trabalhos, com relatório final aprovado ou não, serão encaminhados conforme o caso: I – ao Banco Central do Brasil ou à Comissão de Valores Mobiliários, que decidirão, consoante o disposto no art. 9º desta lei, sobre as providências a serem adotadas; II – ao Ministério Público, desde que haja requisição do órgão com o fim de verificar a ocorrência de crime definido em lei como de ação pública ou indício da prática de tais crimes; art. 2º – esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação*". Este é o Voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Consulto o Senador Pedro Simon, que é o autor da matéria. V. Exa. deseja se pronunciar, Senador Pedro Simon? Senador Pedro Simon com a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Tudo bem, de acordo com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Após o parecer do relator *ad hoc*, Senador Flexa Ribeiro, que leu o parecer do Senador Demóstenes Torres, a matéria está em discussão. Se ninguém deseja discutir, a matéria está em votação. Em votação o relatório do Senador Demóstenes Torres, lido pelo Senador Flexa Ribeiro, ao projeto de autoria do Senador Pedro Simon. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. Aprovado por unanimidade. Aprovado o relatório, este passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, da CAE, Substitutivo. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Parabenizo o Senador Pedro Simon pela aprovação na Comissão.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, pela ordem. Eu peço inversão, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu peço a inversão, dentro das possibilidades, para o Item 11.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Senador Valdir Raupp solicita inversão de pauta para votar o Item 11.

Item 11. Projeto de Lei do Senado nº 350, de 2009, Complementar, Não Terminativo: "*Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, para regulamentar a demonstração de exigências na realização de transferências voluntárias a Estados, Distrito Federal e Municípios*". A autoria é do Senador João Vicente Claudino. O relator é o Senador Valdir Raupp, a quem concedo a palavra. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. "*A proposição é composta por dois artigos. O primeiro inclui o § 4º, no art. 25, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que trata das recém-citadas transferências para disciplinar a demonstração do cumprimento das exigências contidas no § 1º deste mesmo artigo, tais como a comprovação de estar em dia quanto ao pagamento de tributos e empréstimos e a observância dos limites da dívida pública e da despesa total com pessoal. O novo parágrafo estabelece que essa demonstração deverá ser feita quando da assinatura do convênio ou instrumento congênere e da liberação da primeira parcela dos recursos ou da parcela única, por meio de apresentação a órgão concedente de documentação comprobatória de regularidade ou a critério do beneficiário de extrato emitido pelo sistema Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias para Estados e Municípios (CAUC), o famoso CAUC do SIAFI. O art. 2º contém a cláusula de vigência pela qual a lei resultante entrará em vigor na data de sua publicação.*

Na justificação do projeto, o autor sustenta o seguinte: a proposta busca evitar o comprometimento da ação estatal por conta de pendências verificadas no Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias para Estados e Municípios (CAUC) depois de iniciada a execução financeira de um convênio. Conforme despacho de 12 de agosto último, da presidência desta Casa, a presente matéria foi distribuída nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos. No dia 14 de outubro, a CCJ aprovou relatório elaborado pelo Senador Francisco Dornelles, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CCJ, apresentada pelo Senador Romero Jucá. Já

no âmbito da CAE, coube a mim, em 23 de novembro, a relatoria da proposição".

Vamos direto, agora, ao Voto, Sr. Presidente.

"*Diante do exposto, o nosso Voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 350, de 2009, Complementar, com a Emenda nº 1, CCJ, acrescida da emenda e da subemenda seguintes*". É o Voto, Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O parecer do Senador Valdir Raupp é favorável ao projeto, com a subemenda e a Emenda nº 2. Concedo a palavra, para discutir a matéria, ao Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, Srs. Senadores. A Lei de Responsabilidade Fiscal foi um dos principais avanços que nós tivemos, já dentro da época do Plano Real. Sem a Lei de Responsabilidade Fiscal, nós não teríamos a condição de ter a estabilidade que temos hoje, que propicia que o Brasil possa crescer. Portanto, há que se ter um cuidado redobrado ao fazer qualquer alteração nesta lei.

Neste caso específico, a proposta, já aprovada também na Comissão de Constituição e Justiça, me parece correta, é uma alteração que busca tão-somente diminuir a burocracia que prejudica os municípios e prejudica a população ao final, de maneira que eu queria enfatizar a importância da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas, ao mesmo tempo, manifestar-me favoravelmente a esta alteração que é singela e que busca diminuir a burocracia.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Continua em discussão. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, como já foi dito, a Lei de Responsabilidade Fiscal eu reputo como tendo sido um dos pontos principais do Governo de Fernando Henrique Cardoso. Ele trouxe à Nação brasileira, à União, aos Estados e aos Municípios a responsabilidade nas suas contas públicas e essa Lei de Responsabilidade Fiscal não pode e não deve ser alterada.

Este projeto aqui, no entanto, ele não altera a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele, apenas, dá aos entes federados a possibilidade de apresentar as suas condições para análise da tomada do empréstimo ou do investimento após a aprovação do mesmo. O que acontecia antes é que havia a apresentação dos documentos e enquanto tramitava o processo, ao final da tramitação esses documentos estava vencidos e era necessário que se recomeçasse tudo de novo. Então essa lei, de autoria do Senador João Claudino, ela é meritória, ela vem facilitar o acesso aos financiamentos aos entes federados e tem todo o nosso apoio. Parabenizo ao Senador João Claudino, pela autoria, e parabenizo a relatoria, também, do Senador Valdir Raupp.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior e, em seguida, ao Senador César Borges para discutir a matéria.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Também aqui na mesma linha dos que me antecederam, na verdade eu sou muito resistente a modificações na Lei de Responsabilidade Fiscal. Eu acho que ela é um marco importante na gestão das contas públicas, mas, neste caso, a essência da lei não é modificada, há uma flexibilização para que os municípios possam regularizar, enquanto eles estão desenvolvendo o processo de financiamento e, no final, então, eles só vão assinar o contrato caso eles estejam regulares com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, é só uma flexibilização, não muda a essência. Portanto, eu sou favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, ao tempo em que dou o meu total apoio a esse projeto, eu queria dizer que qualquer lei, qualquer lei, até a Constituição Federal, ela é passível de mudança. Aqui, Senador Antonio Carlos Júnior, nós modificamos a Constituição Federal através de emendas constitucionais, que até alguns senadores já dizem que nem as emendas estão sendo aceitas e o Supremo Tribunal Federal, muitas vezes, declara nossas emendas constitucionais inconstitucionais. Mas se procura sempre modernizar e atualizar as legislações. Ninguém é contra a Lei de Responsabilidade Fiscal no seu mérito, no seu âmago, no seu cerne. Todos estão de acordo. Agora quando se modifica para melhor, quando se atualiza, quando se corrige algo que na lei, talvez, não esteja adequado aos tempos atuais, nós devemos ter essa abertura sim em modificá-la, modificá-la melhorando, não piorando. Então este caso aqui é um caso muito claro, porque a própria Lei de Responsabilidade Fiscal, ela prevê modificações e exceções. Por exemplo, nas suas exigências, quando houver uma catástrofe ou quando houver uma mudança na política monetária no País ou quando o País crescer a menos de 1%.

Então, neste caso aqui, Sr. Presidente, há todo o mérito em mudar a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque não é possível você sustar o repasse de

recursos, por exemplo, de uma obra em andamento porque em determinado momento aquele município não está adequado ao CAUC, então ele está fora da exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, ele não está atendendo ao Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias para Estados e Municípios. Essa é a tradução do CAUC, essa é a tradução do CAUC. Muito bem. E aí o que é que acontece? Fica a obra paralisada. E quem é que perde? Todos, todos, Senador João Claudino, a quem eu quero parabenizar pela autoria. Todos, porque o pior que pode existir para todos é uma obra paralisada, porque se gastou recursos públicos e o benefício social da conclusão da obra não é obtido. A comunidade não é servida como se espera por uma escola, por uma estrada ou por que seja aquela utilização daquele recurso.

Sr. Presidente, eu peço a V. Exa., que V. Exa. tem realmente muita moral e tem todo o respeito nosso para pedir silêncio a essa Comissão, que eu acho que essa zoada [soa a campainha] não parte dos senadores. Eu raramente faço esse pedido, mas acho que, hoje, aqui, está em excesso. E não são os senadores, que eu estou olhando para os senadores todos e estão silentes, ouvindo aqui as argumentações. Eu acho que são os auxiliares, os ouvintes [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A Bahia pede silêncio.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Então, Sr. Presidente, esses argumentos eu acho que são extremamente válidos, inclusive faço esse argumento desde já adiantando a defesa que eu faço de um projeto de minha autoria, cujo relator é o Senador Cícero Lucena, de uma flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal com relação ao ano de 2009. Houve uma modificação substantiva com relação as receitas previstas. Em 2008 o Governo Federal disse qual era a previsão do Fundo de Participação dos Municípios e passou para que os municípios elaborassem os seus orçamentos. Entretanto, em 2009, o próprio Governo Federal, através de medidas anticíclicas para evitar um desaquecimento brutal da economia brasileira, fez a isenção de impostos do IPI, que afetou sobremaneira o FPM e quer que agora não se mude absolutamente nada na Lei de Responsabilidade Fiscal para que os municípios... O que é que vai acontecer? Ou demitem ou deixam de executar as suas funções sociais de limpeza, de iluminação, de atendimento à população, ou o prefeito, se mantiver esse serviço, vai acontecer o quê? Será penalizado, com penas severas previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Amanhã estará havendo aqui em Brasília uma marcha dos prefeitos em apoio a este projeto, de minha autoria, mas cuja inspiração são os prefeitos municipais do Brasil, da Confederação Nacional dos Municípios, e eu repudio completamente aqueles que dizem que isso aqui é abrir uma exceção para a gastança. Não há gastança nenhuma, até porque a receita foi reduzida e ela já foi realizada. De forma nenhuma é isso. É simplesmente fazer justiça àqueles que não tiveram nenhuma ingerência na modificação das isenções de impostos. Senador Claudino, foi o Governo Federal que fez e ninguém é contra. Agora penalizou outros. E por que é que nós vamos penalizar? Senador Romero Jucá, V. Exa. que é líder do governo e sabe que nós temos dado apoio aqui às proposições corretas do governo, não é possível não ter sensibilidade com relação aos gestores municipais, que são os maiores empregadores e os maiores investidores no País, se somar o total de município brasileiros.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero defender este projeto do Senador João Claudino aqui, que foi muito bem relatado neste momento, e quero dizer a V. Exa. que também eu espero que o meu projeto, apesar do relator não estar aqui, mas que nós possamos aprovar esse projeto, que é Não Terminativo, cujo relator é o Senador Cícero Lucena. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o senador autor do projeto, Senador João Vicente Claudino.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Eu quero apenas agradecer e parabenizar ao Senador Dornelles, que foi o relator desse projeto na CCJ, o Senador Romero Jucá, que é o autor da emenda na CCJ que aperfeiçoou esse projeto, porque aqui nós tratamos do início da assinatura de um convênio e o Senador Romero Jucá estendeu para o aditamento desse convênio e isso aperfeiçoou o projeto. E, também, ao Senador Valdir Raupp, que hoje relata aqui na CAE.

Eu acho que a Lei de Responsabilidade Fiscal foi uma conquista da sociedade brasileira e dos gestores públicos, mas nós temos que atualizá-la. Ela está sendo atualizada, flexibilizada e modernizada sem perder o seu objetivo principal, seus princípios fundamentais. Então eu quero apenas agradecer e parabenizar os eminentes relatores.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Eu queria solicitar à presidência que, após a votação desse projeto, fizéssemos uma inversão de pauta para o Item 14, é de grande interesse, que faz parte desse projeto, inclusive a votação futura na agenda estabelecida pelos líderes.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, apenas para registrar a importância do projeto do Senador João Claudino, dizer aqui que nós estamos melhorando a Lei de Responsabilidade Fiscal, nós estamos melhorando os investimentos públicos, porque estamos criando uma regra que depois da obra iniciada e ela só é iniciada se a prefeitura ou se o estado estiver adimplente, mas depois dela iniciada, ela não pode mais ser paralisada por conta de qualquer questão administrativa, exatamente para preservar os investimentos públicos e o atendimento à população.

O que ocorria antes é que uma determinada prefeitura ou estado recebia parte dos recursos, começava a obra, por algum problema que ficasse inadimplente de INSS ou alguma questão, com essa obra já em andamento, de repente esta obra era paralisada ou pela ausência de outras liberações ou mesmo pela renovação do convênio pelo prazo de execução da obra. O que nós víamos era uma obra que de repente parava, a prefeitura era executada, tinha que devolver todo o dinheiro da execução da obra, portanto, criava-se uma situação inusitada de penalização do município, da população e da prefeitura. O projeto do Senador João Claudino melhora, regulariza essa situação e a emenda que coloquei permite a renovação de convênios, de prazos--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Regulariza como, Senador, porque eu não tive a oportunidade de ler.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Regulariza porque diz o seguinte: "*Depois que o convênio for iniciado e liberada a primeira parcela, mesmo que a prefeitura fique inadimplente, não cessam mais as liberações financeiras daquela obra*", ou seja, nada paralisa mais uma obra que está em execução, o que é fundamental para a boa aplicação do dinheiro público.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, só um momento. Para apenas somar a esse raciocínio, não é na verdade ficar inadimplente, ela não está atualizada com o tal do cálculo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sim, mas é uma forma de inadimplência.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Não, não.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, mas o CAUC, para a legislação, é uma forma de inadimplência.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Têm muitas questões que levam você a estar fora [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Encerrada a discussão, vamos passar à votação do Projeto de Lei do Senado nº 350, do relatório do Senador Valdir Raupp. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Valdir Raupp permaneçam como se encontram. Aprovado. Aprovado o relatório, este passa a constituir o parecer da CAE. A matéria vai ao Plenário.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu pediria urgência para a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Diante da solicitação de urgência, consulto o Plenário. As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam a urgência para a votação do Projeto de Lei do Senado nº 350, com o parecer favorável do Senador Valdir Raupp, permaneçam como se encontram. Aprovada a urgência.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, o meu pedido de inversão, por favor, Item 14.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos passar ao Item 14. A autoria é do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. Projeto de Lei da Câmara nº 200, de 2009, Complementar, Não Terminativo: "*Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (altera a alíquota de tributação para produções cinematográficas, artísticas e culturais)".* A autoria é do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. O relator é o Senador Adelmir Santana. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o parecer favorável. Foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Senador Romero Jucá. Concedo a palavra ao relator, o Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Algumas atividades do setor cultural do País conquistaram a inclusão no Simples Nacional em 2007. Posteriormente, em 2008, com a alteração da Lei Complementar 128, houve uma alteração e esse setor passou de um anexo para outro para efeito de contribuições dos tributos federais, enfim, dos tributos do Super Simples. Isso acarretou uma série de dificuldades porque houve uma alteração substancial no volume de contribuições e por isso mes-

mo o projeto aprovado na Câmara merece de nossa parte uma atenção muito especial.

A Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, modificava o enquadramento dessas atividades, passando para um outro anexo. Então o que nesse projeto se pretende, o projeto vindo da Câmara, é restabelecer um direito desse segmento, alterando no mérito o procedimento de contribuições, passando, portanto, de um anexo para outro.

Eu vou direto à análise do projeto, Sr. Presidente, para não tecer maiores considerações.

"*Cabe à Comissão de Assuntos Econômicos emitir opinião sobre matérias relativas a tributos, nos termos do art. 99, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal. A competência do Congresso Nacional para legislar sobre direito tributário está respaldado pelos arts. 24, inciso I, e 48, inciso I, bem como pelo art. 146, inciso III, letra "d", e Parágrafo Único, todos da Constituição Federal, sendo da iniciativa parlamentar, amparada pelo art. 61, da mesma Constituição Federal. Igualmente adequada é a veiculação da matéria por lei complementar, visto que assim determina os já citados artigos na alínea "d", do inciso III, Parágrafo Único, ambos do art. 146, da Constituição, inserido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003.*

No mérito, portanto, procede as queixas dos segmentos, referidos com a entrada em vigor da Lei Complementar 128, que alterou de um inciso para outro. Acertadamente, o parecer da Comissão de Educação ressalta que a iniciativa do ponto de vista do mérito vem restaurar a justiça em relação à tributação desses setores que, por sua natureza, possuem normalmente poucos empregados, muitas vezes em contratos temporários, em regime de freelancers. Assim, como a sua folha de salário representa pouco em relação à receita bruta, o enquadramento no Anexo V, da Lei Complementar nº 123, de 2006, significou um aumento injustificado sobre as áreas de produções culturais e artísticas como um todo. Justo e adequado, pois, que se permita aos segmentos a tributação pela forma menos gravosa, representada pelo Anexo III, da Lei Complementar 123, de 2006.

Finalmente, no que se refere à juridicidade, não há nenhuma ressalva, bem como com relação também à técnica legislativa. E, finalmente, no que se refere à responsabilidade fiscal, nós comungamos com o entendimento da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, no sentido de que o PLC atenda aos requisitos financeiros e orçamentários públicos, tendo em vista que busca apenas equalizar a carga tributária em alguns setores de atividades, sobretudo os da cultura e artística, não havendo se falar em renúncia de receitas públicas, razão pelo qual mostra-se adequado orçamentária e financeiramente".

O nosso Voto. "*Em razão de argumentos já expostos, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 200, de 2009, Complementar, com a emenda de redação que apresento a seguir, e pela rejeição da Emenda nº 2 de autoria do Senador Romero Jucá, de comum acordo, já em entendimentos feitos com o Senador Jucá. Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 200, de 2009: 'Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar o enquadramento das atividades de produção cinematográficas, audiovisuais, artísticas e culturais, no regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições devidas pelas microempresas e empresas de pequeno porte*'".

Este é o nosso Voto, Sr. Presidente, fazendo justiça a esse setor de muita importância para a cultura brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Romero Jucá, líder do governo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu quero registrar que há ainda um questionamento da área econômica do governo, mas no sentido de facilitar a tramitação do projeto nós estamos concordando com o parecer do Senador Adelmir Santana, vamos conversar novamente com a área econômica, mas vamos encaminhar aqui favoravelmente a votação da forma como está, tentando resolver na frente esse impasse que ainda persiste dentro do governo. Portanto, aqui, na CAE, sem compromisso de mérito com a votação no Plenário, o meu voto será favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu queria, Sr. Presidente, cumprimentar ao Senador Adelmir Santana pelo parecer e, também, ao grande líder Romero Jucá, que mais uma vez deu uma demonstração de grandeza e de competência política concordando com que o projeto seja aprovado sem que no momento seja ainda inserida a sua emenda. Parabéns, Senador Romero Jucá, pela competência que V. Exa. sempre demonstra em todos os momentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Nós recebemos aqui um

manifesto que foi dirigido ao Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que pede que o PLC 200 seja aprovado na íntegra. É isso que está acontecendo neste momento, diante do parecer do Senador Adelmir Santana.

Então está em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discuti-la, submeto à votação. As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório do Senador Adelmir Santana ao Projeto de Lei da Câmara nº 200, Complementar, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a emenda, com a emenda de redação.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Senador Romero Jucá e, em seguida, o Senador César Borges.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, está com a Comissão o PLC nº 131, que trata da questão da operação de cooperativas. Ele é relatado nessa Comissão pelo Senador Sérgio Guerra.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, só uma questão. Desculpe, senhor líder. Eu queria pedir urgência para o Projeto 200, uma vez que ele faz parte dos entendimentos entre os líderes para ir a Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a permissão do Senador Romero Jucá, há um pedido de urgência para a matéria, Projeto de Lei da Câmara nº 200, de 2009.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Aprovado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Aprovada a urgência.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Obrigado.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, então voltando ao assunto, o PLC 131, ele está sendo relatado pelo Senador Sérgio Guerra, mas como o Senador Sérgio Guerra se encontra ausente, ele me pediu que pudesse relatar essa matéria *ad hoc* hoje, porque ela vai ainda à Comissão de Assuntos Sociais e ela precisaria ser aprovada até o final do ano. Eu negociei com o Senador Sérgio Guerra uma emenda supressiva no inciso I, do *Parágrafo Único*, do art. 1º, que exatamente retira o texto "operadores de planos privados". Então se V. Exa. pudesse colocar em votação essa matéria, já há entendimento com o Senador Sérgio Guerra, que deve estar nos assistindo pela televisão. É uma matéria importante, é um item extrapauta, que segue para a Comissão de Assuntos Sociais.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Já está na pauta? Então melhor ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Qual é o item?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É o Item 13.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Item 13.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Então é o Item 13.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O 13 aqui está dando sorte. Pergunto ao Senador Romero Jucá: o Senador Sérgio Guerra pediu a V. Exa. para ser o relator *ad hoc*?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Pediu, Sr. Presidente, pediu que eu pedisse a V. Exa.. V. Exa. é que pode determinar. Ele me solicitou que mantivesse contato com V. Exa. para que pudesse relatar hoje junto à Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ele pediu a V. Exa. para ser o relator junto à Comissão.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Junto à Comissão, exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então V. Exa. tem a palavra. Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2008. É o Item 13 da pauta, Não Terminativo, que "*Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; instituiu o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – chamado PRONACOOP; e revoga o Parágrafo Único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943*". A autoria é do Deputado Pompeu de Mattos. A relatoria é do Senador Sérgio Guerra, mas concedo a palavra ao senador *ad hoc*, Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu tomo como base o relatório do Senador Sérgio Guerra. O projeto é extremamente importante, ele fixa o posicionamento das Cooperativas de Trabalho, ele fixa a forma como funcionarão essas Cooperativas, ele fixa como devem ser a fiscalização e as penalidades, ele fixa, inclusive, o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho exatamente para ajudar a fortalecer e esclarecer o papel dessas Cooperativas. Apenas nós faremos, através de

emenda supressiva, uma modificação no relatório do Senador Sérgio Guerra, que é a supressão no inciso I, do *Parágrafo Único*, do art. 1º, da frase "operadores de planos privados". Portanto, ficará com a seguinte modificação o relatório do Senador Sérgio Guerra e eu peço a aprovação do projeto com a emenda que apresento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em discussão a matéria. Em discussão o relatório do Senador Sérgio Guerra, lido pelo relator *ad hoc* Senador Romero Jucá, com uma emenda, nos termos do Substitutivo que apresenta. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o relatório, que passa a construir o parecer da CAE. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu pergunto se não seria necessário votar a emenda. A emenda faz parte do relatório. É preciso votar a emenda?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Já votamos com a emenda, votamos com a emenda.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Então eu peço urgência à matéria, Sr. Presidente, urgência na Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria vai à Comissão de--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Mas eu queria pedir a urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Solicitada a urgência pelo Senador Romero Jucá. Solicito aos Srs. Senadores a manifestação de que aprovam a urgência. Permaneçam como estão aqueles e aquelas que o aprovam. Aprovada a urgência.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu pediria, inclusive, a atenção do Senador Romero Jucá. O nosso Projeto de nº 450, que é o projeto que flexibiliza o cumprimento de obrigações previstas na Lei Complementar 101, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal, ele já vem algum tempo nessa Comissão. Imagine V. Exa. que no dia 13/11 foi concedido Vista coletiva, no dia 13/11, ou seja, decorreu-se mais de um mês.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): No dia 03.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): No dia 03/11.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): 03/11.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): É, e pelo que eu sei não foi feito qualquer tipo de emenda. Àquela época o governo disse que procuraria a mim para uma negociação a respeito de uma solução que... Senador Romero Jucá, por favor, eu peço a atenção de V. Exa. como líder do governo. Então foi aventado de que o governo iria procurar uma negociação para que pudesse dar um conforto aos administradores municipais, aos nossos prefeitos de todo o País em função da diminuição de receita por conta da isenção dada pelo governo do IPI. O governo, na verdade, apenas repôs parte das perdas, dois bilhões de reais, que sequer colocam nos mesmos valores nominais de 2008 a receita de 2009. V. Exa. conhece bem a questão. Os dois bilhões não repôs nem nominalmente, ainda falta uma parcela para repor o mesmo valor de 2008.

Mas acontece que os orçamentos de 2009 foram preparados prevendo um aumento de receita de 2008, que foi passado pela própria Receita Federal, pelo Ministério da Fazenda, aos prefeitos de então na elaboração dos orçamentos. E veja V. Exa. que foi mudado, inclusive os gestores municipais, alguns reeleitos, mas em boa parte foram mudados os gestores municipais. Muito bem. Então houve uma redução de receita e como é que ficam esses gestores agora diante da Lei de Responsabilidade Fiscal se não houver uma flexibilização?

O que nós estamos propondo, e como eu já disse é um projeto de minha autoria, mas de inspiração da Confederação Nacional dos Municípios, é simplesmente você dividir a receita real efetiva do ano pela receita prevista e esse percentual de redução também ser um percentual utilizado para reduzir somente no ano de 2009, somente no ano de 2009, e eventualmente em 2010, se persistirem as isenções, que estão persistindo, porque o Governo Federal já deu essas isenções para 2010, já prorrogou diversas dessas isenções e outras foram ampliadas, como, por exemplo, que não existia para o setor de móveis, que os prefeitos possam ter esse tipo de interpretação quando forem julgadas suas contas pelos Tribunais, porque senão eles serão penalizados e sem culpa nenhuma, porque eles não tiveram influência sobre isso. Resultado: nem o governo abriu nenhuma negociação até o momento, foi dito que abriria, e está até hoje, apesar de lido já nesta Comissão, já foi lido pelo Relator Cícero Lucena, nós não deliberamos porque foi pedido Vista coletiva, demorou mais de um mês e não tivemos o retorno. Então eu queria aprovar e deixar para o Plenário essa discus-

são. Aprovar aqui na Comissão, porque amanhã tem uma marcha de prefeitos e nós estaríamos inclusive atendendo aos prefeitos.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu agradeço a compreensão do Senador Romero Jucá.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu queria aqui manifestar a minha concordância plena com o problema levantado pelo Senador César Borges. O problema de municípios é muito grave, principalmente porque eles estavam em determinados limites na Lei de Responsabilidade Fiscal, principalmente no campo pessoal, que é uma despesa rígida, muitas vezes eles não têm condições de demitir, e houve uma queda de arrecadação muito grande em decorrência da crise. De modo que eu acho que esse assunto tem que ser examinado, nós temos que procurar uma solução para que os municípios não fiquem todos ferindo a Lei de Responsabilidade Fiscal e estou certo que o líder do governo, o Senador Romero Jucá, com a sensibilidade e com o seu espírito municipalista, que é grande, vai procurar encontrar uma solução para esse problema que está atingindo grande parte dos municípios brasileiros. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, essa é uma matéria extremamente complexa, o Senador César Borges tem batido nessa questão, nós demos vista coletiva, temos tentado ampliar o debate, o governo fez um esforço no sentido de complementar a transferência de Fundos de Participação dos Municípios, repassou uma parte desses recursos, mas a verdade é que há uma dificuldade de enquadramento das prefeituras e os prefeitos são vítimas nesse processo, porque na verdade eles não detêm nenhum controle sobre a arrecadação de um modo mais global para que os parâmetros possam ser adequados. Então, mesmo entendendo que é um assunto complexo, que talvez a saída não seja efetivamente mexer na Lei de Responsabilidade Fiscal, mesmo assim, no sentido de sinalizar positivamente e fazer com que se busque uma solução política para a questão, nós vamos liberar a votação e acompanhar a votação do Senador César Borges para que no Plenário a gente possa discutir e chegar, talvez, a um outro caminho. Mas é uma matéria que tem que ser tratada, tem que ser tratada, é importante que seja debatida e o Senador César Borges merece o nosso reconhecimento pelo esforço que tem feito. Nós vamos encaminhar favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Como o relatório já foi apresentado pelo Senador Cícero Lucena, só nos resta, agora, encerrar a discussão e submeter à votação. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam com o relatório a respeito do Projeto de Lei do Senado nº 450, permaneçam como se encontram. Aprovado. Aprovado o relatório, que passa a construir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3 da CAE. O Senador César Borges pede urgência. Submeto à votação a urgência. Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada a urgência. A matéria vai ao Plenário.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Nada mais--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O Item 8.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O 8, o que é que tem? Há uma solicitação aqui, mas não há mais *quorum*, não há mais condições. É um projeto cujo autor é o Senador Marcelo Crivella, cuja relatoria é da Senadora Kátia Abreu. Fica adiado então.

Nada mais havendo a tratar, encerro e levanto a sessão, a reunião, convocando uma para a próxima terça-feira, no horário regimental.

Sessão encerrada às 12h35.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2009, ÀS 8:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às oito horas e trinta minutos do dia três de dezembro de dois mil e nove, na sala número treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Roberto Cavalcanti, Gilvam Borges, Paulo

Duque, Eliseu Resende, Osvaldo Sobrinho, Cícero Lucena, João Tenório e Flexa Ribeiro e, ainda, dos Senadores Acir Gurgacz, Mão Santa e Marconi Perillo. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Tião Viana, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Francisco Dornelles, Garibaldi Alves Filho, Gerson Camata, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Pedro Simon, Renan Calheiros, Antonio Carlos Júnior, Efraim Morais, Raimundo Colombo, Adelmir Santana, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, João Vicente Claudino, Gim Argello e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização da terceira Audiência Pública Conjunta para a prestação de informações e o debate acerca da repentina interrupção no fornecimento de energia elétrica ocorrida no país no último dia 10/11/09, atingindo 18 unidades da Federação, bem como acerca da real situação de nosso sistema elétrico, notadamente nas áreas de geração, transmissão e gerenciamento e, ainda, sobre a fiscalização das respectivas atividades e as perspectivas de investimentos no setor a curto, médio e longo prazo, em atendimento aos Requerimentos nº 66/2009-CAE, de autoria dos Senadores Delcídio Amaral e Eduardo Suplicy, e nº 54/2009-CI, de autoria dos Senadores Fernando Collor, Delcídio Amaral e Eduardo Suplicy, tendo como convidados o Exmo. Sr. Ministro Ubiratan Aguiar, Presidente do Tribunal de Contas da União; Sr. Máurício Tiomno Tolmasquim, Presidente da Empresa de Planejamento em Energia – EPE; Sr. Evandro Emílio Souza Lima, Engenheiro Elétrico e Professor aposentado da Universidade de Brasília – UnB; e Sr. Jorge Miguel Samek, Diretor Geral de Itaipu. A Audiência Pública é realizada com a presença dos Srs. Maurício Tiomno Tolmasquim – Presidente da Empresa de Planejamento em Energia – EPE; Evandro Emílio Souza Lima – Engenheiro Elétrico e Professor aposentado da Universidade de Brasília – UnB; e Jorge Miguel Samek – Diretor-Geral de Itaipu. Após a exposição dos palestrantes, usam da palavra os Senadores Paulo Duque, Roberto Cavalcanti e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e nove minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Havendo número, declaro aberta a 53ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa e a leitura, a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 51ª e 52ª Reuniões. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas.

A Presidência informa que o Senado Federal, através do Programa de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência, o Senado Inclusivo, convida para a abertura da V Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, no próximo dia 15 de dezembro, às 11h00, no Salão Branco do Palácio do Congresso Nacional. O Salão Branco é o salão da chamada chapelaria.

Comunico, também, aos Srs. e Sras. Senadoras membros desta Comissão o recebimento do relatório anual da ANTT de 2008, encaminhado pelo Diretor Geral da Agência, Dr. Bernardo Figueiredo. Esse relatório está à disposição das Sras. e Srs. Senadores que tenham interesse em conhecê-lo na sua íntegra.

Comunicados. Segunda Audiência Pública – Crise do Setor Elétrico. Na última quinta-feira, dia 03 de dezembro, a Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, a 2ª Audiência Pública para debater as causas da crise do setor elétrico, causada pelo blecaute ocorrido no país no último dia 10 de novembro deste ano.

Participaram desta 2ª Audiência os Srs. Cesar Ribeiro Zani, Diretor de Operação do Sistema e Comercialização de Energia das Centrais Elétricas de Furnas; o Dr. Gilberto Câmara, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE; o Professor Djalma Mosqueira Falcão, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e o Dr. Cyro Vicente Boccuzzi, Consultor e Diretor da Expertise Consultoria e Ordenamento em Energia Eficiente– ECOEE; e o Dr. Albert Cordeiro, Diretor Geral do Centro de Pesquisa de Energia Elétrica – CEPEL, representado ou representando, melhor dizendo, o Dr. José Antônio Muniz Lopes, Presidente da ELETROBRAS.

Os especialistas dos diferentes ramos das áreas de energia elétrica, eles concluíram que o apagão ou o blecaute ocorrido no dia 10 de novembro foi resultado da associação de descargas elétricas e de intensas chuvas que atingiram a Usina de Itaipu, entre as cidades de Ivaiporã, no Paraná, e Itaberá, em São Paulo. Para eles, os fenômenos climáticos provocaram curtos circuitos simultâneos em várias outras regiões, causando blecaute em dezessete estados e no Distrito Federal.

O Diretor de Furnas, Dr. Cesar Ribeiro Zani, disse não haver dúvida de que o blecaute foi causado por descargas atmosféricas e fortes chuvas, que reduziram a capacidade de atuação dos isoladores de Itaipu. Ele ponderou também que em inspeções anteriores concluiu-se que as trincas verificadas nos isoladores não interferiam na sua capacidade de isolamento.

Mas, segundo ele, já estão sendo adotadas providências para evitar que circunstâncias como as verificadas no dia 10 provoquem novos blecautes.

Uma delas é a investigação da suportabilidade dos isoladores de pedestal, os IPs, além da aquisição de novos isoladores com distância de escapamento aumentada para a substituição nas subestações .

Por fim, estão ainda utilizando os chamados *booster shed*, chapéus para isoladores.

A mesma constatação foi feita pelo Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, Dr. Gilberto Câmara.

Eu pediria que fechasse a porta, por gentileza. Muito obrigado.

E eu peço especial atenção das Sras. e Srs. Senadores para este item da explanação do Dr. Gilberto Câmara, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, porque houve uma interpretação, ao que parece, equivocada, de alguns veículos de comunicação a respeito do que aqui afirmou o Dr. Gilberto Câmara.

Ele explicou, o Dr. Gilberto Câmara, Diretor-Geral, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, ele explicou que o INPE não detectou raios de grande intensidade para justificar isoladamente o blecaute. No entanto, ele observou que esses raios, associados às fortes chuvas, podem sim ter sido a causa dos curtos circuitos.

Segundo ele, o sistema do INPE consegue detectar com 100% de precisão raios com intensidade acima de 25 quilowatt-ampère de potência; abaixo disso, ou seja, abaixo de 25 kA, o sistema consegue detectar com 85% de precisão. Isso significa dizer que há uma possibilidade de 15% de que as descargas menores ocorridas no horário do blecaute não tenham sido detectadas.

O Diretor do INPE destacou que embora não tenham sido registradas descargas elétricas no horário exato do blecaute, havia o registro de uma alta intensidade de chuvas, especialmente nas regiões das subestações e da própria Usina de Itaipu e ao longo de toda a linha de distribuição e transmissão.

Isso significa que os dados apresentados por Furnas batem exatamente com os dados que registramos no INPE, segundo afirmou o Sr. Gilberto Câmara. E com observação, reiterando o que disse a pouco, ou seja, diferentemente do que divulgaram alguns veículos de comunicação.

O INPE considera, sim, possível o blecaute ter sido causado por descargas elétricas de menor intensidade não detectadas pelo Instituto.

Seria o caso daqueles 15% de imprecisão ao identificar descargas com potência abaixo de 25 kA, aliadas, e que aliadas às fortes chuvas, são capazes de afetar o sistema.

Já o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Dr. Djalma Mosqueira Falcão, ressaltou que os blecautes são inevitáveis e têm ocorrido no Brasil a cada cinco anos em média, apesar da qualidade da tecnologia do nosso setor elétrico. Segundo ele, a nossa tecnologia é similar, equivalente a usada em outros países e essa tecnologia não evita a ocorrência de blecautes e elas podem ocorrer, raramente ocorrem, segundo ele, mas podem ocorrer, hoje, amanhã ou outro dia.

O professor destacou também para a necessidade de maior atenção na manutenção dos equipamentos, principalmente dos mais antigos, com 40 ou 50 anos de uso, bem como para o aspecto da gestão do setor elétrico, principalmente com a adoção do conceito *smart grid*, ou seja, redes inteligentes que dotam o sistema de uma capacidade de perceber e se antecipar aos problemas.

Na ocasião, ou na opinião do Diretor da Expertise Consultoria e Ordenamento em Energia Eficiente, Dr. Ciro Vicente Boccuzzi, as tecnologias existentes atualmente têm se mostrado insuficientes para atender as necessidades da sociedade moderna, que atingiu, segundo explicou, um grau de dependência do serviço elétrico, entre aspas, "*absolutamente incompatível com a tecnologia atual*", fecha aspas.

Diz ele: "*Não temos ainda sistemas que atendam a essas necessidades*". Diz ele: "*Não temos ainda sistemas no plano mundial, não é somente no Brasil, mas os teremos em dois ou três anos*", afirmou, ao explicar que vem sendo feito já em vários países em termos de investimentos no setor elétrico.

Já o Diretor-Geral do Centro de Pesquisas em Energia Elétrica, CEPEL, Dr. Albert Cordeiro, considerou excelente o fato de o Brasil dispor de um sistema elétrico interligado, pois isto permite que falhas possam ser corrigidas sem causar grandes prejuízos.

Ele destacou que não existe nenhum sistema no mundo totalmente seguro, mas graças às tecnologias atualmente disponíveis, a maioria das falhas não é percebida.

O Dr. Albert Cordeiro observou ainda que alguns isoladores de Itaipu já estão em operação há mais de 20 anos e apresentam trincas. Porém, garantiu que eles,

ou elas, as trincas, não foram responsáveis pelo blecaute. Afirmou, no entanto, que chuvas intensas como as ocorridas no dia 10 de novembro podem reduzir a capacidade de isoladores de hidroelétricas.

Sobre o relatório do Grupo de Trabalho criado pelo Ministério das Minas e Energia para a apuração das causas do blecaute e que foi objeto de esclarecimentos na 1ª Audiência Pública, realizada no dia 29 de novembro, o Diretor-Geral... O Diretor Geral da... O Diretor Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico, Dr. Hermes Chipp, informou na ocasião que o documento conclusivo do ONS estaria pronto e seria entregue no dia, no último dia 04 de dezembro, o que foi feito.

O Diretor Geral do ONS encaminhou no dia 04 de dezembro, conforme ele afirmou aqui em Audiência Pública, encaminhou ao Comitê Gestor do Grupo de Trabalho do Ministério das Minas e Energia, o relatório do Operador Nacional do Sistema... Ou do Sistema Elétrico.

Sobre esta questão, recebemos ofício do Secretário Geral do Ministério das Minas e Energia, Dr. Márcio Zimmermann, que aqui compareceu na última Audiência Pública, na qualidade de Ministro Interino das Minas e Energia, o seguinte ofício:

"*Sr. Senador, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, membros da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal.*

Imediatamente após a perturbação do dia 10 de novembro de 2009, foi iniciado o processo de análise e identificação das causas do desligamento, bem como identificar as eventuais providências a serem tomadas, conforme rotina do setor elétrico brasileiro e definido no módulo 22, dos procedimentos de rede, especificamente o sub-módulo 22.3, análise de perturbação do Operador Nacional do Sistema Elétrico, ONS e aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Apesar da evolução significativa na análise e avanços na identificação das causas, até o momento não foi possível concluir a elaboração do relatório final."

O ONS entregou a minuta do relatório de análise de perturbação, conforme aqui já foi dito, no dia 04 de dezembro de 2009.

"*Na 3ª Reunião do Grupo de Trabalho, realizada do dia 08 de dezembro de 2009, o Grupo de Trabalho criado pela Portaria do Ministério das Minas e Energia, de 03 de novembro de 2009, foi solicitado ao ONS informações adicionais.*

E em função deste fato, aquele operador solicitou prazo para a entrega daquele relatório revisado até o dia 16 de dezembro de 2009, data esta que foi o prazo dado pelo Excelentíssimo Sr. Ministro das Minas e Energia para que os estudos técnicos que apresentassem os motivos do apagão, do blecaute ocorrido no dia 10 fossem apresentados, fossem explicitados. As razões principais para conclusão do referido relatório são coletas", segundo ainda o Ministro, o Ministro Interino, no momento da audiência e Secretário Executivo do Ministério das Minas e Energia, "*são coleta de um grande número de dados e informações com todos os agentes envolvidos, ONS e empresas, principalmente no que concerne à recomposição do sistema, à necessidade de testes adicionais, e análises complementares em equipamentos envolvidos, assim como a complexidade das análises na perturbação*.

Abaixo, informo o resumo do andamento das ações executadas até o momento pelo Grupo de Trabalho do Ministério das Minas e Energia:

a) realização de reunião técnica para início das investigações e convocação para a elaboração do relatório de análise e perturbação nas instalações do ONS no Rio de Janeiro, no dia 11 de novembro de 2009, sob a coordenação do ONS e participação dos Ministérios das Minas e Energia, da ANEEL e de Furnas Centrais Elétricas;

b) *realização da Reunião Extraordinária do Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico, no dia 11 de novembro de 2009, para análise da perturbação. A reunião foi presidida pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, com a participação de Secretarias do Ministério, do ONS, da ANEEL, da empresa de pesquisa energética, da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica de Furnas, da companhia de transmissão de energia elétrica paulista, da Itaipu Binacional, do Ministério das Relações Exteriores e do Governo do Estado de São Paulo*;

c) *emitida a deliberação na Reunião Extraordinária do CMSE para a criação de um grupo de trabalho, para, num prazo de trinta dias, acompanhar os estudos e análises da perturbação e propor ações que repercutam em melhorias na gestão operacional do sistema;*

d) *a realização de reunião inaugural do grupo de trabalho, no dia 17 de novembro de 2009, no Ministério das Minas e Energia;*

e) *realização da primeira reunião técnica para a elaboração do RAP... Do ONS no Rio de Janeiro, no dia 17 de novembro de 2009;*

f) *realização da segunda reunião do grupo de trabalho, no dia 1º de dezembro de 2009, no MME, para acompanhamento e avaliação dos trabalhos da análise da perturbação;*

g) *realização da segunda reunião técnica para avaliação da minuta do RAP, do ONS, no Rio de Janeiro, no dia 02 de dezembro de 2009.*

O RAP é a sigla que se dá ao relatório de análise de perturbação.

***h**) realização da terceira reunião do Grupo de Trabalho, no dia 8 de dezembro de 2009 no Ministério das Minas e Energia, para acompanhamento e avaliação da minuta do RAP.*

***i**) agendamento para o dia 10 de novembro de 2009, da 4ª reunião do Grupo de Trabalho, que será realizada exatamente hoje, do RAP, que é o relatório de análise de perturbação.*

Diante do exposto, informo a V. Exas. que o relatório final da análise da ocorrência no dia 10 de dezembro de 2009 deverá estar concluído até o dia 16 do corrente mês, 16 do corrente mês de dezembro, de acordo com a portaria assinada pelo Ministro das Minas e Energia, Senador Edison Lobão." Assinado, Ministro, Secretário Executivo Márcio Pereira Zimmermann.

Os referidos, o referido expediente do Ministro em exercício, por ocasião da última Audiência Pública, Secretário Executivo do Ministério das Minas e Energia, Márcio Zimmermann, encontra-se a disposição das senhoras e senhores membros desta Comissão, na Secretaria da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Esperamos, assim, podermos tomar conhecimento no dia 16 deste mês deste relatório, para que todas as dúvidas quanto as causas do blecaute sejam definitivamente dirimidas por parte dos senhores membros destas duas Comissões do Senado Federal, respectivamente Comissão de de Infraestrutura e Comissão de Assuntos Econômicos.

Passando à destinação da realização desta Audiência Pública, foram convidados quatro palestrantes. Um deles, o Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União, enviou um ofício, que eu passarei a ler, para o conhecimento das senhoras e senhores membros da Comissão de de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos, mas antes fazendo uma observação.

O Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, órgão este que divulgou um relatório há alguns anos atrás apresentando possíveis deficiências no sistema energético e elétrico brasileiro e, portanto, a participação dele seria muito importante para alguns esclarecimentos, porque o TCU elaborou um vasto relatório sobre a questão elétrica brasileira.

Inclusive, a informação que nos chega é de que o então Ministro, ainda não Presidente do Tribunal de Contas da União, Dr. Ubiratan Aguiar, teria feito parte do grupo de trabalho que havia realizado esses estudos, detectando falhas, eventuais falhas existentes àquela oportunidade, da feitura do relatório, do Sistema Elétrico Nacional, que ele aqui estivesse para nos fornecer alguns dados, algumas explicações e responder algumas demandas que, sem dúvida, as Sras. e os Srs. Senadores teriam a fazer.

Foram feitos dois contatos com o Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União para que ele aqui comparecesse a nosso convite. O primeiro, no dia 03 de dezembro, para que ele comparecesse à Audiência Pública imediatamente a seguir ou a Audiência Pública do dia 03.

Anteriormente ao dia 03, o convite foi feito para que ele aqui estivesse no dia 03 e ele informou que não poderia estar, por compromissos anteriormente marcados.

Foi feito um segundo contato para que ele pudesse estar hoje presente então na nossa Audiência Pública. E aí recebemos por escrito, porque a primeira, a primeira recusa havia sido verbal, pedimos para que ele enviasse por ofício. E ele endereçou a estas Comissões o seguinte... Um ofício, nos seguintes termos:

"*Srs. Presidentes, ao cumprimentá-los cordialmente, registro o recebimento do Ofício nº 195/2009, de 07/12/2009, por meio do qual V. Exa. convida-me para participar da Reunião de Audiência Pública a realizar-se no próximo dia 10 de dezembro, às 08:30 horas, destinada a tratar do assunto objeto do Requerimento nº 54/2009, da Comissão de Infraestrutura, de autoria dos Senadores Fernando Collor, Delcídio Amaral e Eduardo Suplicy*.

Em atenção ao referido ofício, comunico a impossibilidade da minha participação no mencionado evento, tendo em vista que compromissos desta Presidência já haviam sido agendados para o dia 10 deste mês.

Agradeço o convite formulado e aproveito o ensejo para reiterar à V. Exa. a minha manifestação de alto apreço" – que nós retribuímos ao Sr. Ministro Presidente do TCU – Assinado, Presidente Ubiratan Aguiar, mas não sem antes lamentar, em nome da Comissão de Infraestrutura e da Comissão de Assuntos Econômicos, que o Sr. Ministro Presidente não possa ter aceito o convite destas Comissões, para tratar de um assunto de tamanha envergadura e importância.

Importância essa magnificada pelo relatório elaborado pelo Tribunal de Contas da União, de alguns anos atrás e que direcionavam, poderiam direcionar os nossos debates para questões específicas de onde técnicos do TCU puderam detectar, à época, as tais deficiências alegadas naquele relatório.

Lamentamos, mais uma vez, a ausência do Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): [pronunciamento fora do microfone] Eu?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Paulo Duque, pela ordem.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Por acaso, o Presidente do TCU é engenheiro, eletricista, alguma coisa, ligado tecnicamente ao assunto? Ou ele é advogado, apenas um ex-político, sabe-–

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu não saberia dizer a V. Exa. a formação profissional dele. Mas o fato é que ele deu declarações e entrevistas logo após o blecaute ocorrido no dia 10 de novembro, dando conta de que o Tribunal de Contas da União já havia, anos atrás, denunciado falhas que estariam existindo no sistema de distribuição de energia elétrica no Brasil.

E que esse relatório, havia nesse relatório, haviam sido detectadas essas... Haviam sido detectadas essas falhas pelos técnicos designados pelo TCU para tal finalidade.

E também recebemos a informação que a essa época o então hoje Ministro Presidente do TCU fez parte deste grupo de trabalho ou coordenou este grupo de trabalho realizado por técnicos do Tribunal de Contas da União.

Por isso, nós julgávamos de suma importância que a participação do Presidente do Tribunal de Contas da União pudesse trazer, de viva-voz, o relatório elaborado pelo Tribunal que hoje ele preside e que, segundo ele, apontava as falhas existentes no sistema elétrico brasileiro.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Por duas vezes houve uma tentativa dessa Comissão em trazer para os nossos trabalhos o tal relatório ou a viva-voz do Presidente do Tribunal de Contas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeito.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu acho, com toda sinceridade, um assunto dessa magnitude e o esforço que está se fazendo aqui nessa Comissão, não foi devidamente considerado com a seriedade. Afinal de contas, o Tribunal de Contas da União é pertinho daqui, não é longe.

Eu indago de V. Exa. sobre a possibilidade de solicitarmos, quando eu digo solicitarmos, pode ser eu, pode ser a Comissão, pode ser V. Exa., o tal relatório.

Na hora "H", na hora do apagão, vamos dizer assim, o Presidente dá entrevista, bota sua banca, diz que já fez isso e aconteceu, tal; na hora que precisa um trabalho sério, está se fazendo nesse Senado, por meio desta Comissão, não vem.

Eu acho que valia a pena, ainda, mais uma tentativa, a terceira; vamos dar mais uma oportunidade.

Olha o que eu estou falando: vamos dar uma oportunidade, a última, para que o Sr. Ubiratan Aguiar, que deu entrevista, que falou na rádio, possa enviar o tal relatório.

Não sei se V. Exa. conhece o tal relatório, ou se o Presidente, que é, o vice-Presidente, conhece o relatório. Eu não conheço, mas estamos aqui para conhecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Exa., a solicitação de V. Exa. será atendida, Senador Paulo Duque, e vamos fazer mais uma tentativa.

A questão, o envio puro e simples do relatório por parte do Tribunal de Contas da União não nos parece, salvo melhor juízo, suficiente para que tenhamos, com a sua leitura por cada um de nós, uma noção exata do que os técnicos e o Tribunal de Contas da União quiseram afirmar de forma específica e minuciosa no que está ali exposto.

Por isso que nós estamos solicitando a presença do Ministro Presidente do TCU, para que ele possa, com a distribuição do relatório, debater conosco, termos desse relatório, para que nós possamos também, com o contraponto que faremos com técnicos outros que não sejam técnicos do Tribunal de Contas da União, possamos nesse contraponto e nesse entrecruzar de opiniões, fazer o nosso juízo de valor do que de fato aconteceu.

O envio, por parte do TCU, simplesmente, de um relatório não nos parece suficiente para que as nossas dúvidas sejam dirimidas.

Por isso, mais uma vez e aproveitando aqui o que o Exmo. Senador Paulo Duque coloca, eu peço à Secretaria que providencie imediatamente, mais uma vez, o expediente, convidando para a nossa próxima Audiência Pública S.Exa., para que nos dê a honra e o prestígio da sua presença na nossa Comissão, a fim de debatermos uma questão que, afinal de contas, foi tão magnificada pelas entrevistas concedidas pelo Sr. Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União logo após o blecaute.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Essas entrevistas foram realizadas há muito tempo ou foram recentes?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Logo após a ocorrência do blecaute do dia 10 de novembro.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Então, mais um motivo para que ele venha.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente, Sr. Senador.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Porque o trabalho aqui é sério. E o povo está vendo isso. Eu já tenho recebido manifestações positivas sobre o trabalho que está sendo realizado aqui, no meu estado, pelo menos, no Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Sr. Senador Paulo Duque. Como disse, a solicitação de V. Exa. será devidamente atendida.

Antes de passarmos também à nossa Audiência Pública, eu gostaria de ler um ofício endereçado à Ministra-Chefe da Casa Civil, Dra. Dilma Rousseff, pela Presidência desta Comissão.

"*Sra. Ministra, com o intuito da atender as normas regimentais do Senado Federal e os ritos, prazos e interstícios internos da Comissão de Serviços de Infraestrutura, solicitamos o obséquio de que sejam tomadas providências junto aos Ministérios no sentido de que as indicações de autoridades submetidas à apreciação desta Comissão sejam encaminhadas com a devida antecedência.*

Acreditamos que a medida dará maior eficiência ao processo de aprovação por esta Casa dos nomes indicados pelo Executivo Federal, evitando eventuais dificuldades quanto ao processo legislativo, como as verificadas nas recentes mensagens para as diretorias da ANATEL e da ANEEL.

Encaminhamos anexos os atos internos da Comissão pertinentes à questão.

Certos da atenção a ser dada ao assunto, renovamos nossos votos de consideração.

Cordialmente, assina o Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura."

Bem, a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública em atendimento aos requerimentos nº 54, de 2009, da Comissão de Infraestrutura, e do Requerimento nº 66, de 2009 da Comissão de Assuntos Econômicos, de autoria dos Senadores Fernando Collor, Delcídio Amaral e Eduardo Suplicy, "*Para a prestação de informações e o debate acerca da repentina interrupção no fornecimento de energia elétrica ocorrida no País no último dia 10 de novembro de 2009, atingindo Unidades da Federação, bem como acerca da real situação de nosso sistema elétrico, notadamente nas áreas de geração, transmissão e gerenciamento e, ainda, sobre a fiscalização das respectivas atividades e as perspectivas de investimentos, investimentos estes realizados no setor no curto, médio e longo prazos*."

E para esta Audiência Pública convidamos, além do Excelentíssimo Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, que declinou pela segunda vez do nosso convite, os seguintes participantes que aproveito e convido para que tomem assento à Mesa, ao mesmo tempo em que apresento-lhes as boas-vindas dos senhores membros e Sras. Senadoras membros desta Comissão aos nossos participantes, da Comissão de Infraestrutura e da Comissão de Assuntos Econômicos: Dr. Márcio (*sic*) Tolmasquim, Presidente da Empresa de Planejamento em Energia – EPE; Dr. Jorge Miguel Samek, Diretor Geral de Itaipu; e o Professor Evandro Emílio Souza Lima, Engenheiro Elétrico e Professor da Universidade de Brasília-UNB.

Convido os senhores a tomarem assento à Mesa.

A Presidência informa que o tempo destinado à exposição inicial dos nossos convidados terá a duração de vinte minutos, quando será aberta à fase de interpelação, dispondo o interpelante de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, após o que poderá este ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao convidado o mesmo tempo para a tréplica. Tréplica.

A palavra será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada Partido, de acordo com o inciso XI, do art. 398, do Regimento Interno do Senado Federal. Comunico que a lista de inscrição já se encontra aberta sobre a mesa.

Gostaria de passar a palavra ao Professor, ao primeiro palestrante desta manhã, Professor Evandro Emílio Souza Lima, Engenheiro Elétrico, ele é Professor da Universidade de Brasília. V.Sa. dispõe de vinte minutos para sua explanação.

SR. EVANDRO EMÍLIO SOUZA LIMA: Bom, eu acho muito sábio um ditado, a primeira vez que ouvi foram os americanos falando, que conhecer um problema é 50% de sua solução.

Então, é com muita honra, com muito prazer que eu venho aqui dar uma contribuição sobre o problema da estabilidade e do controle dos sistemas elétricos de potência.

Esse problema é muito grande, é muito complicado e, na realidade, não existe um problema, não existe um problema da estabilidade dos sistemas de potência; existem várias... Vários problemas, de vários tipos de estabilidade de sistemas de potência.

Então, por exemplo, para tornar mais interessante: uma máquina ela é feita de um rotor, um gerador é feito de um rotor, rotor que roda, movido por uma turbina, uma resposta lenta, porque é um ativo mecânico, e uma parte externa chamada estator, estática, que é ligada ao sistema.

Então, quando o rotor gira, é como se fosse um imãzinho, forma-se um campo girante, um campo magnético norte-sul. Quando o estator é ligado ao sistema,

forma-se um campo girante sul-norte. E esses dois imãzinhos andam juntos, sincronamente.

Bom, agora, se eles andarem juntos, sem fazer nenhum ângulo, não há transmissão de potência. Para haver transmissão de potência nós temos que acelerar o rotor, formar um ângulo com o imãzinho do estator. Então este ângulo é que vai determinar a potência. Um o imã está ligado na turbina, está sendo empurrado e o imã do estator, aquele do campo girante ele dá... A gente chama... Ele dá um torque sincronizante, é como um freio. E sempre tem que ter o equilíbrio entre a potência que entra e a potência que saí, mantendo esse ângulo constante.

Então, vocês vêem que interessante, lá no Jacuí, no Rio Grande do Sul, com Tucuruí, lá no Norte, nós estamos sincronamente trabalhando com a mesma velocidade, com a mesma velocidade sincro. Vê a magnitude do problema, como é interessante e crítico esse sistema e normalmente ele funciona muito bem.

Bom, mas se nós formos analisar, a gente apaga uma luz aqui, outro ascende lá, o total da carga ela é sempre suprida aonde a carga variou, os geradores mais próximos é que supre.

Então, se a gente analisar não é aquela coisa, assim, maravilhosa que andam os dois imãzinhos. Esse aqui, então, fica um pouco oscilando devagar. Então nós temos aqui, nessas pequenas perturbações, nós temos o problema chamado de estabilidade do regime, ou estabilidade dinâmica.

Bom, agora vamos imaginar o seguinte... Primeiro, eu quero dizer, o máximo desse ângulo que eles fazem é 90 graus. Por quê? Depois de 90 graus, a medida que esse ângulo vai crescendo a potência vai aumentando, a potência no sistema, mas depois de 90 graus a potência começa a diminuir, então a parte da estabilidade é até 90 graus. Então, normalmente, eles andam assim.

Agora vamos imaginar que um transformador tenha queimado e tenha havido um curto-circuito e uma linha caiu. Então, nesse caso, nós temos uma grande excursão, uma grande excursão até voltar de novo a um ângulo compatível com a potência necessária. Então aí nós temos um problema chamado de estabilidade transitória.

E o que é importante nós vermos é o seguinte: na década de 30, 40, as necessidades, os requisitos da estabilidades transitórias são diferentes dos requisitos da estabilidade do regime, da estabilidade dinâmica.

Então, vocês vêem como esse problema é complexo. E o sistema elétrico tomou partido da estabilidade transitória. Por quê?

Se a gente visitar uma subestação, a gente vê que toda hora está caindo... Está um estouro danado, é um disjuntor que abriu uma linha, é um... Em casa a gente sabe que um disjuntor já faz barulho, imagina numa subestação, então isso é comum. Então, o projeto do sistema é, prioriza a estabilidade transitória.

Então, tem... Depois, na década de 90, final da década de 80, apareceram outras estabilidades.

Por exemplo, antes até... Existia a estabilidade chamada resultante, é quando essa excursão aqui foi tão grande que perdeu o sincronismo, então teve que fazer um processo de resincronização, os russos faziam isso muito bem, os russos que desenvolveram essa técnica, resincronizar o gerador. Então é de uma complexidade técnica muito grande e aspectos contraditórios.

Por isso que nesse primeiro resumo, introdução, eu cito o filósofo Hegel. Hegel dizia: "A verdade é o todo. A verdade é o todo." Se nós não procurarmos ter uma visão de conjunto, nós podemos exagerar uma verdade limitada transformando numa mentira. Por quê? Porque ela impede de nós termos uma compreensão do todo.

Então, esse problema de ter a noção do conjunto, do todo, de procurar ver os vários aspectos, as contradições da realidade é um processo que tem que estar sempre em mente do planejamento do nosso sistema elétrico.

Então, eu vejo aqui, no Brasil, que quando dá uma falha dessas, como recente, as explicações já saem na hora: "Ah, foi isso, foi aquilo, foi aquilo." Eu vou dizer para vocês: o primeiro grande blecaute que houve, mais conhecido, no cinema, 1965, deixou Nova York parada, até hoje tem interpretações diferentes para esse blecaute.

O relé, o relé que atua e que dispara o disjuntor, que é o elemento de potência. Bom, então o relé não era novo, então o pessoal começou a culpar o relé. Teve um engenheiro, o maior guru de sistemas dinâmicos do mundo Ocidental, chamado Charles Concórdia, que chegou e deu uma outra interpretação.

Qual é a interpretação que ele deu? É que o problema era uma falha, que era uma falha humana. Por quê? Foi na região Nordeste dos Estados Unidos, do Canadá, a região de Toronto estava com quatro geradores em manutenção, tinha entrado em manutenção, e a parte Norte dos Estados Unidos, de Niagara, estava mandando, injetando uma corrente. E o relé disparou, caíram como nós, três linhas, três linhas. Quando elas caíram essa energia vem para trás, vem para trás e saiu derrubando todo o sistema da Costa Nordeste dos Estados Unidos.

E o que tinha havido? O operador não tinha notado que o relé tinha sido ajustado para condições de cargas comuns. Não tinha avisado a pessoa que

ajusta os relés, dizer: "Olha, eu vou ter um despacho grande por causa disso, nós vamos socorrer, ajusta o relé." Então o relé disparou.

Foi culpa do relé, que normalmente todo mundo culpa? Não foi. A culpa foi humana. Essa interpretação de Charles Concordia e que há trinta e tantos anos, diferente de outras.

Então quando corre aqui no Brasil essas explicações rápidas, essa coisa toda, eu me lembro desse fato

Agora, Charles Concordia, ele teve um ponto importante, ele evitou, o lugar onde ele estava, ele trabalhava na GE em Nova York, ele evitou que esse blecaute atingisse, por quê? Ele vinha estudando a interconexão dos sistemas, os tipos de perturbação e previu isso. Então o que ele fez?

Ele tinha disponível, os geradores ele viu: "Com esses geradores que eu tenho, eu posso salvar essas e essas cargas essenciais" e fez um sistema de ilhamento. Isso em 1965. Fez o sistema de ilhamento, na hora o relé atuou, ilhou, ele ficou incólume, enquanto ao redor dele todo mundo caía.

Bom, houve 97, GPM, New Jersey, Pennsylvania e Maryland, aí ouviram o Concordia, ele criticou: "Vocês tinham que fazer sistema de ilhamento, esse tipo de perturbação vai ocorrer outras vezes."

Bom, os Estados Unidos estava... Na época o Sputinik tinha saído, estava a guerra fria e 90% do sistema elétrico é particular. Lá a gente sabe que a Justiça é muito mais célere que aqui. Então, nos Estados Unidos, criaram uma entidade que nós não temos correspondente aqui, foi o *National Electric Reliability Council*. *Reliability* é confiabilidade. Essa entidade era feita pelas próprias empresas, ela não queria o governo, a filosofia dela era não meter política no meio, por quê? Porque eles viram que existia um efeito dominó e que se um trabalhasse mal derrubava todo mundo.

Eles vêm, essa organização é cara, eles vêm numa luta enorme, por quê? Logo no início... Foi... É... Auto... Era uma livre adesão. Eles viram que era interessante, que para eles era rentável economicamente investir em confiabilidade. Então, era por livre adesão.

Chegou em 1992, a NERC, a FERC, que corresponde a ANEEL de lá, criou um ato, o seguinte: eles, nessa organização que cuidava, esse Conselho, ele depois, ao invés de National passou a ser North America porque engloba o Canadá, engloba o México também, é o maior, esse sim, esse é o maior sistema elétrico mundial. Então, ele faz padrões de projeto e de operação, não é só de operação, padrões de projeto.

Bom, então o que aconteceu? Em 1992, já efeito de Thatcher na Inglaterra, o sistema inglês foi privatizado, entrou... As companhias eram verticalizadas, distribuição, transmissão, geração foram segmentadas. Acabou a década de 92, a década de 90, o pessoal fez um balanço e diz: "Olha, diziam que esse mercado de energia ia baixar o preço da energia elétrica, não abaixou e o petróleo baixou."

Mas isso veio numa força enorme para os Estados Unidos e então, em 1992, fez a FERC, a ANEEL de lá, fez esse ato que dizia o seguinte: "Olha, tem que dar liberdade; então, qualquer um, pessoa rica, pega aí, compra um terreno, está aqui passando uma linha, ele bota uma turbina e ele tem o direito de entrar aqui nesse sistema." O que aconteceu?

Essa noção de mercado acabou com a cooperação que tinha entre as empresas, virou competição, ela foi a culpada do grande apagão, dos apagões da Califórnia, depois a gente até pode discutir um pouco.

E, então, o NERC que não queria política, não queria se meter em política, teve que entrar na política para conseguir que seus padrões a planejamento e operação tivessem força de lei, tivessem força de lei. Isso foi conseguido em 18 de junho de 2007.

Primeiro, eles conseguiram passar no Senado e depois de muito tempo eles passaram... Passaram na Câmara de Deputados, em 18 de 2007. Então, eles, hoje, são organização cujos padrões de planejamento e operação são, tem força de lei.

Bom, essa entidade nós não temos. E hoje, se fala muito que nós estamos malhando, que nós estamos tratando mal o nosso sistema elétrico. Não é isso.

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mais cinco minutos.

SR. EVANDRO EMÍLIO SOUZA LIMA: O nosso sistema elétrico, essa noção de conjunto, ter a noção do todo, nós não temos. Porque o nosso sistema elétrico ele está politizado.

Então, é natural que quando um Partido tenha a... Ele defenda sua Administração como a melhor e mostre as vantagens. Então, a gente vê que não tem essa noção do todo.

E por exemplo, eu vou me reportar ao blecaute iniciado em Bauru; para mim aquilo foi um decepção incrível. Eu, como observador, como vocês, primeiro eu vi nos jornais alguém dizendo, do setor elétrico, dizendo que tinha ocorrido uma coisa, um fenômeno que de cem em cem aparecia, que era um raio em cima de uma subestação. Bom nós não temos anos para ter estática disso. Então deve ter sido algum estudo, algum estudo, maluco, papel aceita tudo, hoje o *Power Point* também aceita tudo.

Dali a pouco eu li: "Não, há 30 anos ocorreu um raio também na Espanha." Então, eu ouvindo um jor-

nal da TV, um técnico morava a dois quilômetros dali, chegou e disse: "Olha, eu não vi raio nenhum." Aqui em Brasília a gente sabe que muitas vezes cai um raio a 12 quilômetros daqui, parece que caiu na quadra da gente. Eu digo: Não houve raio em Bauru

Passados alguns dias eu leio nos jornais, num cantinho, o raio caiu a 25 quilômetros de Bauru, da subestação, entrou pela subestação. Entrou. Um raio, essas linhas tem que ter proteção. Eu aprendi que linhas de 400 kV, os fenômenos atmosféricos causam sobretensões muito menores que as sobretensões de manobra, eu aprendi isso. Eu mostro livros, estão escritos. Então escritos

Nós estávamos... Hoje nós falamos que linhas de 765 kV sucumbiram a raios, então eu li que caiu a 25 quilômetros, não foi... Porque tem pararaio, essas linhas têm pararaios, é drenado, as torres são aterradas.

Então, esse raio tinha que ser aterrado, para torre, e se entrou pela linha, entrada de subestação importante, tem centelhadores para evitar de entrada de linha.

Bom, aí eu soube que essa notícia que tinha caído a 25 metros foi uma repórter que abriu, que enquanto estava entrevistado um engenheiro da ANEEL e ele saiu, ela abriu... Ela desconfiou, abriu a gaveta e viu lá esse relatório dizendo que o raio tinha caído a 25 quilômetros.

Bom, então isso aí me causou uma certa... uma grande perplexidade e eu acho que esse agora, esse último raio, esse último problema que houve, eu acho cedo de nós falarmos. As primeiras notícias [soa a campainha] Só para... As primeiras notícias que eu ouvi é que cairia a primeira linha, caiu a segunda 50 milissegundos, e caiu a terceira 75 milissegundos.

Os relés, a proteção, ela tem que ser coordenada e um relé leva de 15 a 30 segundos, um disjuntor de 30 a 60 segundos. Então entre 45 segundos e 90 segundos é bem provável que a proteção tenha atuado indevidamente, por falta de coordenação. Isso é muito comum.

Então eu tenho dúvida, eu não me arriscaria a dizer sim e nem não. E só lembrar Concórdia, que 1965, ainda resta dúvida sobre o apagão de Nova York.

Muito obrigado, desculpe.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Professor Evandro Emílio Souza Lima.

Pela ordem de inscrição, cabe ao Senador Paulo Duque fazer a primeira interpelação ao Professor Evandro Emílio Souza Lima. Com a palavra, S.Exa.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Professor Souza Lima, V. Exa. leciona aqui em Brasília?

SR. EVANDRO EMÍLIO SOUZA LIMA: Lecionava, eu sou aposentado.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mas eu estou com V. Exa. e com o Hegel, "a verdade é o todo". É o que está fazendo essa Comissão. Ela procura ouvir todo mundo que conhece o assunto, das mais diferentes regiões.

V. Exa. por exemplo discorreu muito sobre problemas de apagões que ocorreram no exterior, não foi? México, Estados Unidos, Canadá, Margareth Thatcher, e por aí, fazendo uma espécie de ligação com o ocorrido no nosso país, o apagão de 10 novembro de 2009.

V. Exa. fez questão de vir lá de trás, trazendo exemplos, exemplos, mas não se pode nem comparar hoje em dia o sistema elétrico de antes com hoje. Quanta melhoria, quanto sucesso. Mas é o todo que nós estamos procurando nessa Comissão. Nós não estamos nos baseando na palavra ou da explicação de apenas um órgão ou de um cidadão que conheça o assunto.

Nós queremos todo mundo participando, colaborando, isso o que o Presidente Senador Fernando Collor conseguiu até agora. Trazer gente aqui dos mais diferentes setores, das mais diferentes formações intelectuais sobre o assunto, para trazer sua opinião. Só não conseguimos trazer até agora o Presidente do Tribunal de Contas que deu entrevista sobre o assunto, falou muito e discorreu mas não veio aqui completar esse todo.

Eu felicito V. Exa. com suas explicações, que foram explicações sinceras de um estudioso, de um conhecedor. Pode estar certo que foi positiva a sua presença aqui.

Presidente, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador Paulo Duque. Eu passo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Bom dia a todos os membros da Mesa. Parabenizo mais uma vez o Presidente Fernando Collor, pela iniciativa de tentar, de uma forma técnica e disciplinada, apurar o que ocorreu no Brasil no tocante ao apagão.

As audiências públicas para nós todos são de extrema riqueza, particularmente eu, Roberto, me considero sequencialmente muito enriquecido aqui no Senado Federal ao participar de audiências públicas. Porque as audiências públicas promovem a oportunidade do contraditório, a audiência pública promove a oportunidade do enriquecimento a nível de informações.

O objetivo primordial nosso, aqui, nesta Audiência Pública, é confiabilidade do sistema. Hoje pela manhã eu fazia uma entrevista numa rádio, num programa que

eu tenho todas às quintas-feiras, e dizia e me cobravam qual a minha agenda hoje no Senado.

E eu dizia que uma das minhas prioridades estava, estar presente aqui nesta audiência, pela seriedade dela e exatamente pela objetividade dela. Nós aqui não estamos buscando politizar; o calendário eleitoral existe aí, e existem pessoas que pelo senso de oportunidade, eu não diria oportunismo para não ofender, mas pelo senso de oportunidade tentam politizar os acontecimentos.

E a falta de energia pode acontecer na sua casa por um simples galho de árvore que caía na sua rua e cria um curto-circuito na posteação que lhe abastece. A lição que vem é não plantar árvore próxima ou pelo menos ter um sistema de poda, para que a aquela árvore não sequencialmente daqui alguns anos venha ter um galho que vá cair sobre a rede.

Mais ou menos de forma simplória eu estou transmitindo desta forma não a V. Exas., mas, na verdade, porque nós temos a TV Senado, que é um instrumento de comunicação muito forte.

Então, o objetivo dessa Comissão, na verdade, é buscarmos confiabilidade no sistema através de apuração dos fatos. V. Exa., V. Sa. trouxe aqui uma frase extraordinária que é: "A verdade é o todo." Exatamente, eu diria que a verdade é o todo, porque abrange todos os fatos que proporcionaram o esclarecimento da verdade ou proporcionaram a esclarecer o que aconteceu na verdade.

Eu diria, assim, plagiando V. Sa. no sentido de que a verdade é a história. Se nós conseguirmos resgatar a história, nós temos a verdade. V. Sa. resgatou a história de diversas formas, como professor universitário através de trabalhos feito sobre o assunto. E como professor também sobre o resgate dos acontecimentos.

O apagão citado por V. Sa. em 1965, em Nova York, e até a complementação citada por V. Sa. em 2007, são passados 40 anos, 40 anos se passaram para que houvesse o disciplinamento do todo, conforme palavras de V. Sa. Então eu acho que o Brasil está de parabéns porque nós estamos buscando esse disciplinamento do todo de uma forma célere, de uma forma técnica.

Não estaremos e nenhuma nação do mundo estará isenta a um apagão, porque um apagão ele pode ser circunstancial [soa a campainha], ele pode ser motivado por diversos fatores, inclusive fatores alheios à segurança que, atentados, por exemplo, mas os efeitos dos apagões é que podem ser minimizados, porque exatamente como V. Sa. falou, os bloqueios e proteções para que aquela coisa não se [ininteligível].

Eu parabenizo V. Sa. e saio daqui enriquecido com a forma e a abordagem que V. Sa. nos trouxe. Meus parabéns e obrigado pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Professor, algum comentário? Dois minutos.

SR. EVANDRO EMÍLIO SOUZA LIMA: É, eu gostaria só de fazer um comentário, que é uma mensagem minha.

É o seguinte: nós temos que investir em confiabilidade. Agora, de uma maneira equilibrada. A gente sabe que ganhando confiabilidade a gente vai gastar mais para ganhar maior confiabilidade.

Agora, se lembrar desse exemplo dos Estados Unidos. Eles lá, empresas privadas, eles há 40 eles sustentam o NERC. Há 40 anos eles sustentam o NERC. Então, para eles vale a pena, e eu acho que aí é questão da sociedade, aí é questão... O consumidor, a Justiça é célere. Os prejuízos... Só os prejuízos da Califórnia [soa a campainha] foram da ordem de três bilhões de dólares num desses blecautes.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu passo a palavra, agradecendo as considerações feitas pelo Professor Evandro Emílio Souza Lima. Eu passo a palavra ao Dr. Jorge Miguel Samek, Diretor Geral da Itaipu binacional.

SR. JORGE MIGUEL SAMEK: Bom dia. Muito obrigado. Eu quero que as minhas primeiras palavras sejam de cumprimento à Comissão. Eu quero cumprimentar a todos os Srs. Senadores e em especial o Presidente Fernando Collor que teve a oportunidade de inaugurar a 18ª unidade geradora em Itaipu no dia 6 de maio de 1991, foi a primeira fase de Itaipu, que agora em 2007 se completou com as duas últimas unidades geradoras.

E o nosso Senador Eliseu Resende, que todos aqui, quem atuam no setor elétrico, sabem que ele foi o salvador do setor elétrico. O setor vivia uma pane extraordinária num determinado momento histórico do nosso país, tem uma lei famosa, a Lei Eliseu Resende, que restabeleceu todos os procedimentos num grande encontro de contas e que nós de Itaipu somos eternamente gratos a sua atuação.

Srs. Senadores, senhoras e senhores eu rapidamente vou fazer uma exposição. Pode passar. Passa, passa. Aqui.

Essa é a nossa geração de Itaipu, peguei desde os últimos dez anos. Esse ano de 2008, o ano passado nós batemos o recorde mundial, que já era nosso, tinha sido atingido em 2000, o ano do pré-racionamento. E nós, no ano passado, superamos essa marca.

Para esse ano, nós iremos ficar na casa dos 92 milhões de megawatts/hora. Não vamos conseguir suprir a produção do ano passado, por quê? Porque o sistema está trabalhando com muita folga. Nós estamos vivendo os melhores 20 anos do ponto de vista hidrológico. Nossos reservatórios estão numa situação absolutamente tranquila do ponto de vista de produção de energia.

Sul completamente cheio, Sudeste, para essa época do ano, numa situação quase cheia, Nordeste numa situação excelente e o Norte começa a se restabelecer em Tucuruí a partir da agora, mas estamos ultrapassando 50% da capacidade do reservatório. Tanto que o conjunto das termoelétricas no Brasil estão, basicamente, quase todas desligadas. Elas funcionam como se fossem um estepe, entram em operação quando tem *stress* hídrico ou um problema na geração. Como não estamos tendo um problema de *stress* hídrico, nem problemas de geração, elas estão ali como um seguro.

E isso tem uma excelente notícia, que, possivelmente, para o próximo ano, vamos ter uma energia bem mais barata, que a energia a gás, a partir do momento do impulsionamento dessas termoelétricas, elas saem mais cara. E com a valorização do real também em relação ao dólar, a energia de Itaipu ficou mais barata em todo o ano de 2009, que vai repercutir na tarifa de 2010. Por favor.

Esse eu peguei porque está se falando muito, desde que ocorreu esse blecaute, que está tendo uma superprodução, que Itaipu foi demais demandada, etc. e etc. Eu estou pegando o mês de setembro, o mês de outubro e mês de novembro, são os três meses que eu peguei para demonstrar que a demanda que o Operador Nacional do Sistema está fazendo sobre Itaipu está exatamente menor do que ocorreu em 2000, menor do que ocorreu em 2003, menor de que ocorreu em 2007, está na média, estamos num processo absolutamente normal da nossa atividade, com um problema: estamos deixando, podíamos estar gerando mais aquela parte em amarelo, não é amarelo, eu não sei que cor que é aquilo, mas é um marrom, aquela partes toda nós estamos com vertida turbinável.

O que é isso? Vertido turbinado? Temos máquina, temos água, mas o operador nacional do sistema não está nos demandando. Possivelmente deve ter energia mais barata no Brasil em outras áreas, que o Operador Nacional do Sistema faz esse despacho, através de preço e obviamente verificando a questão hidrológica.

E aí, nós poderíamos estar produzindo naquela escala lá em cima, mas infelizmente estamos com esse processo, que podíamos estar produzindo mais e estamos vertendo essa água. Por favor.

Esse é o suprimento no Mercado Brasileiro. Veja que no ano de 97 foi o ano que nós representávamos 26%, foi o momento mais intenso da participação de Itaipu. Esse 33 lá é a participação no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste. É muitos ovos na mesma cesta. Nós já representamos 33% da participação nessa região importante do Brasil e naquela época 26% de todo o consumo de energia elétrica do Brasil. Porque o sistema é todo interligado.

Ele fica... À medida que novos empreendimentos estão entrando em operação, diminui a nossa importância do ponto de vista de geração. Itaipu vai continuar sendo a maior geradora do mundo. Não tem três gargantas, não vai ter nenhuma outra usina que vai conseguir gerar energia nessa quantidade, porque nós recebemos água de 44 usinas que estão a montante de Itaipu.

Todas as águas do Rio Grande, do Parnaíba, todas as águas do Tietê, todas as águas do Paranapanema, todas as águas do rios Ivaí, Piqueri, Tibagi, do Pantanal Sul Matogrossense, as águas do Lago Paranoá chegam em Itaipu.

Essa posição extraordinária nos dá essa condição dessa produção intensa de energia. Nós temos um caudal basicamente permanente de produção. Você vai em três gargantas, ela serve também para fazer o problema de degelo, serve para fazer proteção de enchentes e assim por diante.

Nós, não. Estamos numa localização extraordinária, e à medida agora que o Rio Madeira entrar em funcionamento, na sequência Belo Monte, depois Tapajós e mais essa centena de hidrelétricas menores.

As termoelétricas de cana, as termoelétricas a gás, carvão, Angra 3, a nossa representação vai diminuindo e a partir daí, mesmo com um incidente dessa natureza, dessa monta e dessa magnitude, não ocorreria blecaute no Brasil. Então a ampliação dos investimentos, novos empreendimentos dá uma segurança energética muito grande. Por favor.

Isso aqui é o que nós mais nos orgulhamos. Itaipu tem como marca registrada e digo isso desde o início da sua operação, não é mérito dessa gestão, muito pelo contrário está no DNA da empresa é o trabalho permanente diário contínuo de manutenção. O nosso índice de disponibilidade das máquinas, as máquinas estão sempre prontas a fornecer energia. Isso se faz como na aviação, aquilo é determinado. Não se brinca com isso tem que parar, para executa a manutenção, temos hoje uma expertise.

Aliás, diga-se de passagem, o Brasil é considerado o país, hoje, em hidrelétrica o nº 1 é a ponta do

mundo. Pode passar. Passa... Esse é do dia 10, passa para o de ontem, passa senão eu vou demorar, que eu tenho só dez minutos, vai mais um.

É o seguinte: eu tenho dois grandes modos de gerenciamento. Diariamente, às oito horas da manhã eu tenho esse boletim na minha Mesa, peço desculpas de não ter trazido o de ontem, porque eu vim para cá e eu peguei o de anteontem.

O que é isso? Nos dá uma radiografia, uma tomografia do que se passou nas últimas 24 horas. Nós recebemos 15 mil e 800 metros cúbicos, metros cúbicos, por segundo de água, turbinamos, ou seja, produzimos energia com 10 mil e vertemos essa sobra, a que eu me referia, essa sobra que eu me referia exatamente está... Veja, se nós tivéssemos mais nove unidades em Itaipu, nesse momento teríamos condição de produzir mais.

Claro que são fatos que não ocorrem de forma contínua, por isso que foi feito um projeto com a dimensão de 14 mil, quanto tem a jusante, quanto tem a montante, a queda, a produção por máquina, as máquinas estão disponíveis, temos 19. Aqui esta essa aqui, a unidade 9-A entrou desde anteontem, ontem, aliás, em manutenção, volta no dia 18, os principais destaques, pode passar, que ocorreram no dia, destaque de operação a cada instante. Qual foi o maior momento de intercâmbio que tivemos com a Eletrobrás, o maior intercâmbio com o Paraguai com a ANDE os destaques em perspectiva, quanto que vamos continuar recebendo de água, e fazemos um monitoramento diário como é que estão os reservatórios à montante da usina.

Isso eu iniciei me referindo a 70 no Sudeste, quase 98 no Sul, Nordeste com 60%, acima de cinquenta, e Norte acima de 50.

E, por último, nós tínhamos, antigamente, o que chamávamos de mecanismo, era o antigo MAE, que hoje se chama Câmara de comercialização de energia, essa energia que se vende no mercado livre, já há mais de dois meses, talvez estamos indo para três meses, estamos vendendo pelo preço mínimo.

Está sobrando energia no Brasil. O preço de operação na Câmara de comercialização está 16 reais e 31 centavos por megawatt /hora. Para vocês terem uma idéia, em janeiro de 2007 esse preço estava em quase 700 reais. Pode seguir, por favor.

Esse é um outro dado importantíssimo, está na Internet; diariamente se faz o acompanhamento do sistema elétrico brasileiro como um todo. O sistema elétrico aí não importa se a usina é federal, se é estadual, se é particular, o sistema elétrico brasileiro é operado pelo imperador nacional do sistema. No dia de ontem, anteontem, nós estávamos, olha, aí, soma isso aqui, 77 com mais 17, 95% de toda a produção de energia elétrica do Brasil, tinha origem hidráulica, origem limpa, renovável.

Em que pese, olha, a nuclear com 2% em 91, as termas convencionais, algum carvão no Rio Grande do Sul e outras a gás, e o sistema isolado com uma participação diminuta e a eólica com isso aí. Então, por mais que na nossa matriz energética o setor elétrico corresponda com pouco mais de 75%, está tão boa a folga hidrológica que estamos abastecendo 95% e é uma energia limpa e mais barata. Pode passar.

Esse sistema é todo interligado, vocês vejam que o Sul está com uma sobra grande de produção de energia, manda para o Sudeste, nossa energia de Itaipu toda vai para o [ininteligível], faz a distribuição. O Norte, neste momento, está quase empatando. Dentro de mais dez dias, Tucuruí já vai estar produzindo mais do que o Norte necessita, vai estar mandando energia para o Nordeste, enquanto ele manda para o Nordeste, o Nordeste recupera Sobradinho e todos os seus demais reservatórios, e assim o sistema elétrico brasileiro vai se conduzindo. Pode tocar. Passa esse aí que eu já falei, esse é o que nós estamos deixando de turbinar e podíamos estar produzindo. Passa, passa, pode passar. Passa.

Isso aqui é uma coisa que é fantástica porque isso que é o sistema interligado brasileiro. Senador Paulo, o senhor dá uma olhada, Paulo Duque, nós estamos com 98% hoje do mercado interligado. É impossível dizer se essa energia aqui é de Itaipu, se é da CEMIG, se é da COPEL, se é de Furnas, se é da ELETRONORTE, se é da ELETROSUL, se é de Xingó, não temos como isso aí, ela está interligada e o operador vai colocando.

Uma capacidade instalada de 101 mil megawatts, com quase já 95 mil quilômetros de linhas e uma importação que é a parte de Itaipu, aonde o Paraguai não usa aquela energia produzida, obrigatoriamente, pelo tratado, o Brasil adquire. Pode passar, Tozzi(F).

Isso aqui é para se ter uma ideia do que representa o nosso sistema. Se você colocar ele em cima do mapa da Europa, temos discutido e recebemos muitos europeus, muita gente da União Européia, o nosso sistema no Brasil sobreposto na Europa, vai de Lisboa, passa de Varsóvia, cobriria Budapeste à Londres. É disso que nós estamos falando, são mais de 95 mil quilômetros de transmissão. Quando vamos para a parte de distribuição, nós temos, hoje, 4,5 milhões de quilômetros de linha. Pode tocar.

Isso aqui é o que diferencia o Brasil do resto do mundo. Nossa hidro tem que somar 77 mais a importação que é da Itaipu, veja essa aqui é a matriz de oferta, mas eu mostrei a pouco, ontem nós estávamos produzindo com 95%, nós estamos com folga

e a nossa produção do ponto de vista de carvão, de biomassa e gás, estão em *backup*, sem necessidade de utilização.

Quer dizer, o empresário brasileiro, o industrial brasileiro, aquele que quer fazer investimento, pode fazer, porque por falta de energia não vai ter problema. Pode tocar.

O que equivale isso? Estamos iniciando Copenhague. Se nós não tivéssemos Itaipu nós teríamos a necessidade para produzir a mesma quantidade da energia elétrica, se fosse através de petróleo como é na Europa, como são em vários países, teríamos uma necessidade de 513 mil barris dia, um gás bom, meio, 47 milhões de metros cúbicos de gás. Isso que representa Itaipu.

Mas olha o que acontece em termos de emissões. Essa utilização de Itaipu nós evitamos 85 milhões de toneladas ou 37 milhões se fosse por gás, 85 se fosse produzida por carvão que é a principal fonte energética na Rússia, na própria Europa e assim por diante. A produção do Brasil, pode tocar, isso não importa, pode tocar, pode tocar.

Eu quero dizer o que ocorreu também, porque no dia 10, aliás, tem acontecido já desde três meses atrás, fenômenos com o *El Niño*, quando vem o *El Niño*, não é *La Niña*, são períodos de intensas chuvas. Então os próximos cinco anos, podem se preparar, serão anos de chuva acima da média. Há um aquecimento do oceano, isso repercute.

Nesse dia 10, em Foz do Iguaçu, essa é a estrada que liga para Itaipu – passa rapidinho, Tozzi(F) -, olha aqui, você não conseguia chegar às cinco da tarde, olha o tamanho das raízes, árvores de 40, 50 anos, derrubaram e caíram como se fosse boliche, cinco ou seis em série. E eu trabalhei a madrugada inteira do dia 10, na absoluta convicção de que havia caído torres, como já aconteceu várias vezes.

Eu falei: "Ô, deve ter dado um tornado, esse vento que veio da Argentina, e subiu Brasil acima, estamos aí refletindo isso em São Paulo, dias atrás no Rio Grande do Sul, dias atrás do Acre, no Piauí, enfim, grandes precipitações de vento, de chuva, e de precipitação atmosférica, grande quantidade de raios, é um problema para nós.

E nesse dia, no horário que aconteceu o incidente, foi 10 horas e 13 minutos. Nesse exato momento, ali nós estamos às 10, as 10h15, tem que tirar duas horas, porque é *Greenwich,* vocês vão ver o que ocorreu. Olha Itaberá, isso não é um dado da Itaipu; Itaberá, desculpe, eu não sou muito bom. Aqui, olha, isso aqui é onde ocorreu o problema. Olha, Foz de Iguaçu não tinha raio, Campo Grande pouquinho, mas, acima de Londrina, e olha o que aconteceu em Itaberá, Curitiba uma cruzinha, olha a quantidade que nós tivemos de descarga atmosférica que interfere, sim, no processo da produção. Uma quantidade de 50 raios por cruzinha, uma quantidade intensa. Eu até nem sabia, mas o Brasil é o país que mais recebe descarga atmosférica do mundo, e o Estado de São Paulo diz que é o que mais recebe do Brasil. Pode passar.

Olha, o que eu fiz também? Trouxe para os senhores as principais perturbações que já ocorreram em Itaipu desde 94 para cá, já é a quarta vez que cai o sistema inteiro, por proteção. Na minha gestão, eu estou há sete anos, eu vou fazer sete anos agora em Itaipu, é a primeira vez que ocorreu a paralisação das 18 unidades, rodamos em vazio.

Não teve problema nenhum em Itaipu, não foi problema de geração, mas por proteção e por problema do curto-circuito, acabamos gerando em vazio um bom período. E com um processo de recomposição extraordinário. Doze minutos depois, Paraguai já estava funcionando, o Sul não apagou, eu não sei porque colocam na conta dos 18 Estados, isso não é verdadeiro. Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul não teve nenhum problema, o problema ocorreu depois de Ivaiporã, o Sul estava super... Estava produzindo a mais do que a sua necessidade, não teve interrupção no Sul do Brasil. Recompusemos imediatamente, o operador começou de novo a nos solicitar e a cada hora, gradativamente, eu tenho ali na frente, fomos recompondo, mas aqui estão.

Primeira grande perturbação eu coloquei em vermelho, apesar que está errado, porque no dia 02 de novembro de 97, os senhores podem ver, desculpa Presidente, aqui ó, caiu todas as linhas de 60, depois tivemos, pode tocar, vai passando. As que estão em vermelho foram as vezes em que saiu Itaipu totalmente.

No dia 11 de março de 99, perda de uma barra na subestação da Bauru a que o professor se referiu, também fez com que nós saímos da produção. Depois... Porque a proporção é tão grande da produção da Itaipu, quando ocorre problema na transmissão e aí para Itaipu, o sistema todo cai, apesar do ilhamento, isso que ele falou também, o professor falou, funcionou.

A Região Norte, a região Nordeste e a Região Sul ficaram ilhadas, a recomposição foi muito rápida, porque que teve um pequeno problema para o Nordeste, por quê? Porque o Nordeste estava recebendo energia do Sul nesse sistema todo interligado, e aí óbvio ao estar recebendo e ter um curto-circuito não se possibilitou mais mandar.

Mas, de imediato, em 48 minutos o Nordeste já voltou a funcionar, Xingó, todas as outras grandes, Paulo Afonso e tal, entraram em operação rapidamente e recompuseram o sistema. Norte a mesma coisa

e o Sul a mesma coisa. O problema ficou restrito, forte, na região de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Esses foram os três grandes Estados afetados por esse processo.

Mas vejam, nós temos tido vários e vários, que eu só peguei as principais perturbações, ninguém no país não percebe. Nós em janeiro caiu todas as linhas de 60 hertz , metade da produção de Itaipu. Eu tenho mais cinco? Metade das linhas e não apagou um foco, imediatamente o sistema está [ininteligível] e faz a substituição.

Agora, quando saí todas as linhas aí efetivamente o sistema brasileiro tem esse problema que nós tivemos. Pode tocar. Toca.

Esse aqui, para mim foi assim, se eu fosse um professor, eu daria nota 9,5 pelo restabelecimento do sistema, pela rapidez. Mostrou a robustez do sistema brasileiro. Nós em três horas e meia, média, estávamos com tudo funcionando e veja, tivemos problemas às 22 horas e 13 minutos. Na madrugada, a diminuição da produção nossa, da energia diminui muito no Brasil, mas quando todo mundo acordou o sistema estava completamente restabelecido.

E se formos pegar as grandes perturbações que ocorreram no mundo, vocês vão ver que o período para botar de novo o sistema em pé, Nova York e aquela vez nos Estados Unidos com o Canadá foram 26 horas, quatro dias, quando teve, aliás, esse de Nova York e Canadá foram quatro dias para restabelecer.

Outra vez que ocorreu lá um problema em Nova York foram 26 horas. A Itália teve um problema e atingiu uma quantidade também enorme de pessoas, levou 24 horas e nós em 3 horas e 30 minutos em média, estávamos com o sistema restabelecido. Por favor.

Não houve falha, já falei, todas estavam em operação continuavam disponíveis, foi fechada, pode passar, pode passar, recomposição.

Enfim, estamos num procedimento absolutamente muito bom do ponto de vista do sistema elétrico brasileiro. Isso é uma conquista de gerações de brasileiros.

Querer criminalizar o setor elétrico é um desserviço ao país. Eu recebo semanalmente visitas de todas as partes do mundo. Essa semana que passou, o Presidente da Usina de Três Gargantas estava lá nos visitando.

Quando você mostra como é que é o sistema brasileiro, essa interligação, hoje os Estados Unidos querem fazer isso a Europa querem copiar, nós somos vanguarda do processo.

Então, houve o problema, não tem... Vai ter novos, não vou dizer que não vai ter. A possibilidade de ocupar esse mesmo raio no mesmo lugar é quase impossível, mas não impossível, nós temos mil quilômetros de linha de transmissão. Três quilômetros elas têm que se juntar para entrar na subestação, é o lugar de maior cuidado. Ali é que se cuida, foi ali que aconteceu o problema.

Estive agora nessa semana que passou no Rio de Janeiro, em Adrianópolis, fica no Município de Nova Iguaçu, tem um grande problema do CEPEL, ali não paralisa as pesquisas, é de forma permanente. Está se trabalhando a tempo para cada vez mais solidificar esse processo, ter cada vez mais garantias e mais solidez. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Parabéns ao Dr. Jorge Miguel Samek pela sua exposição, muito obrigado. Por ordem de inscrição-–

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu preciso pedir desculpas, mas eu vou tomar o avião às 11h00 para Foz de Iguaçu e gostaria até de transmitir ao Diretor-Geral de Itaipu, Jorge Miguel Samek, eu estarei participando ali da reunião anual da ANPEC, a Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação de Economia, que me convidaram para expor sobre a renda básica de cidadania. E, portanto, eu não terei condição [ininteligível] sair de pronto.

Quero cumprimentar o Professor Evandro Emílio Souza Lima, ao Diretor Presidente da Empresa de Planejamento de Energia, Márcio (*sic*) Tiomno Tolmasquim e transmitir o meu abraço e os meus cumprimentos aos três e em especial ao meu colega e amigo, Jorge Miguel Samek, se por acaso eu estiver lá mais tarde ou até amanhã de manhã, eu gostaria de lhe fazer uma visita.

Então, Presidente, eu tenho que pedir desculpas, mas hoje eu tenho esse outro compromisso e cumprimento à V. Exa., ao Senador Eliseu Resende pela condução destes esclarecimentos.

Eu, certamente todos nós aqui, estamos aprendendo nesta sequência de depoimentos sobre o apagão, mas muito mais do que sobre o apagão, estamos aprendendo muito sobre o sistema de geração de energia no Brasil.

Eu ouvi boa parte da exposição do [soa a campainha] Professor Evandro e os cumprimento, peço licença, Sr. Presidente, muito obrigado, os parabéns à V. Exa. e à Comissão pelo trabalho que está sendo realizado no diagnóstico do sistema energético brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Edu-

ardo Suplicy, desejamos que o senhor faça uma boa viagem, e lamentamos que não possa, com o seu brilhantismo, continuar colaborando com os trabalhos da Comissão no dia de hoje.

Passo a palavra, em seguida, ao Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Agradeço Sr. Presidente e, na verdade, seria mais uma vez repetir que a cada dia que passa nós saímos enriquecidos dessas audiências.

E no tocante a exposição brilhante do Dr. Jorge Miguel Samek, eu saio daqui extremamente feliz, porque aquela verdade, ela chega de uma forma ou de outra. Só aquela frase de que, contrariando o que politicamente é dito, nós não tivemos o apagão nos Estados do Sul é uma lição.

O Brasil todo foi catequizado de que aquele apagão teria sido nacional, eu estou na Paraíba e na Paraíba não houve apagão, mas ficava assim, achando que eu era uma ilha de exceção. E, na verdade, hoje nós temos aqui a constatação de que esse tal apagão nacional ele não foi nacional.

Isso é muito importante Presidente, porque nós vamos pouco a pouco, em busca da verdade, em busca dos esclarecimentos técnicos e na verdade constatando e fazendo com que desmorone, a cada dia, uma bandeira indevidamente usada, que é uma bandeira política, em função de ocorrências extremamente técnicas e meteorológicas. Então eu saio daqui extremamente feliz pela verdade.

Em segundo lugar, eu também saio feliz em função da matriz energética brasileira. Eu estive a pouco mais de 20 dias no Japão, e o Japão que é um exemplo de nação bem administrada, eficiência japonesa a excelência japonesa é inconteste, mas eles têm uma fragilidade muito grande na sua matriz energética, completamente diferente do modelo brasileiro.

Por isso que eu acredito que, na verdade, tudo isso que se fala que o Brasil será uma das cinco potências mundiais, esse nosso acontecimento de sermos uma dessas cinco potenciais mundiais, sem dúvidas, está prestes a acontecer e uma das razões é exatamente essa matriz energética.

Outro aspecto que me faz também sair daqui muito feliz é a constatação que V. Sa. fez, de que o Brasil é o primeiro lugar no mundo em competência, em eficiência na geração de energia hidroelétrica.

Eu, quando era jovem, assistia os exemplos norte-americanos, Canadá, muitos técnicos brasileiros saiam para o Canadá para fazer suas Pós-Graduações é tal, exatamente para se mirar em modelos mais avançados.

Hoje, V. Sa. constata que o Brasil é o primeiro lugar no mundo nessa qualidade de energia que, sem dúvida, em termos de custo x benefício, em termos de não poluição é extraordinária.

Mas, exatamente me acostando a essas constatações, V. Sa. apresentou o mapa da produção de Itaipu e se verifica uma estabilização nos últimos dez anos em termos de capacidade. E um surgimento de outras matrizes energéticas e de outras unidades geradores, saindo Itaipu de 33% para 25% no tocante a Sul, Sudeste e Centro-Oeste e de 26% para 19% em termos da matriz energética brasileira como um todo.

Feitas essas constatações e esses registros, eu gostaria de fazer à V. Sa. duas perguntas.

Uma é se Itaipu tecnicamente tem algum projeto para sua ampliação. [soa a campainha] O que está previsto para que dentro dessa extraordinária localização que V. Sa. explanou que ainda hoje nós estamos até jogando água fora, fruto desse manancial de água, se existem projetos? E, na verdade, se nós próximos dez anos, essa pergunta é uma pergunta chave para mim, se nos próximos dez anos, se os projetos previstos e a matriz energética atenderá ao país. Porque as oposições fazem um terrorismo muito forte sobre que o Brasil estará lá na frente num apagão elétrico fruto da não previsibilidade de novas unidades, não investimento e tal.

Então, eu gostaria que V. Sas. nos esclarecesse e aproveitasse a oportunidade que V. Sa. está falando para o Brasil todo através da TV Senado, para esclarecer à população o que é existe em termos de planejamento estratégico na geração de energia a nível de Brasil.

Muito obrigado e parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador Roberto Cavalcanti.

Dr. Jorge Miguel Samek, cinco minutos para a resposta, por favor.

SR. JORGE MIGUEL SAMEK: Primeiro, só mais um dado: até agora, o Brasil só usou 1/3 do seu potencial hidráulico; temos 2/3 a serem utilizados.

Segundo, o modelo é feito sempre levando em consideração as últimas cinco décadas de regime pluviométrico. Então, Itaipu está na totalidade da sua capacidade, não vai ter a 21ª turbina ou o gerador, unidade geradora.

Esse ano é um ano excepcional, como eu espero que será o ano que vem e o outro, enquanto está o *El Niño*, mas também já passou, três, quatro, cinco anos, sem passar uma gota pelo vertedouro.

Então a capacidade mediana, medida de todos esses rios que compõe a bacia do Paraná, essa água

que nós recebemos do Centro do Brasil para baixo, levou a fazer um projeto nessa dimensão.

Então nós estamos na totalidade da capacidade mostrada por esses estudos. O maior *stress* hídrico que o Brasil viveu foi nos anos de 51, 52 e 53. Foi a maior seca registrada na história do Brasil, isso nesse momento que se discute muito, a questão climática, Copenhague, tem que se levar isso em conta.

Quer dizer, do ponto de vista da utilização dos campos, dos cerrados, da agricultura e etc., haver e a se verificar com a questão ambiental. Isso é outro debate, obviamente que tem essa interferência humana, mas também tem que ser relativizado, porque a maior seca que ocorreu no História do Brasil foi no ano de 51, 52 e 53.

Sobre a sua segunda pergunta, Senador Roberto Cavalcanti, está aqui o maior especialista em planejamento do Brasil, que é o Professor Maurício Tolmasquim, que foi o Vice-Ministro de Minas e Energia, fundou a empresa de planejamento energético, tem todos esses dados. Seria um atrevimento meu querer falar sobre o que acontecerá nos próximos dez anos.

Então, se o senhor me permite, Senador, eu gostaria que na explanação do Professor Maurício Tolmasquim, ele tem muito mais condições, ele está muito mais gabaritado para fazer essa resposta

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Roberto Cavalcanti, algum comentário a fazer sobre as respostas do Dr. Jorge?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Não. Na verdade, eu me sinto atendido nas respostas e como cidadão brasileiro, independente de ser Parlamentar, eu passarei o fim de semana tranquilo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Roberto Cavalcanti. Com a palavra o Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): [pronunciamento fora do microfone] Roberto Cavalcanti que é uma surpresa no Senado, agradável surpresa, ele já fez algumas perguntas que eu gostaria de ter feito à V. Exa. Mas eu ainda quero, antes de dispensar, que me esclarecesse sobre um assunto que está me... Itaipu pode ser ampliada em termos de usina, pode ser ampliada, ou não precisa mais ser ampliada, não deve ser ampliada? Qual é a sua opinião?

SR. JORGE MIGUEL SAMEK: Ela, se formos observar hoje, e foi interessante que, em janeiro, eu recebi a visita do Presidente da Alemanha, não da primeira Ministra, o Presidente. E nós estamos vertendo, não como ontem, inclusive nós estávamos vertendo metade do que está se produzindo, nós estávamos vertendo três mil metros cúbicos por segundo.

Ele pegou e falou: "Mas, por que vocês não utilizam a capacidade toda?" Eu falei: "Presidente, os nossos técnicos são muito bons. Se a gente não fez um projeto maior é porque, economicamente, se fizesse maior, pelos índices pluviométricos que se observa nos 50 anos, nós fizéssemos na capacidade máxima. E a capacidade máxima é 14 mil megawatts de potência instalada, com funcionamento de 18 unidades de forma permanente".

Então, nós estamos naquele benefício total que podemos usufruir dessa beleza que é o Rio Paraná, e com a grande vantagem, não é, Senador?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. JORGE MIGUEL SAMEK: Já é a maior do mundo, mas com a grande vantagem de termos essas águas reguladas. Nós temos uma caixa de água, uma casa com 44 caixas de água. Cada usina, tipo Furnas, Marimbondo, e vem vindo, Três Marias, todas essas usinas, as dos Paranapanema inteiro, tem seus reservatórios, alguns maiores e outros menores, toda essa água obrigatoriamente tem que chegar em Itaipu. Nós temos 29 bilhões de metros cúbicos nos nossos reservatórios. Isso daria para cada habitante do planeta 5 mil litros de água, esse é o nosso reservatório, mas que se renova a cada 33 dias.

A cada 33 dias, essa água continua, vai em direção a Buenos Aires e se renova, temos um amplo programa de proteção florestal. Fizemos toda a recomposição da mata ciliar, desde Guaíra a Foz do Iguaçu. Temos 110 mil hectares de área plantada, uma série de programas ambientais que chama Programa Cultivando Água Boa.

São 108 ações ambientais e que nos dão essa capacidade extraordinária de Itaipu produzir tanta energia e, ao mesmo tempo, fazer esse binômio da produção de energia, da geração de emprego e renda, mas também da preservação do meio ambiente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Como é que está o relacionamento político entre o país Brasil e o país Uruguai; Uruguai e Paraguai?

SR. JORGE MIGUEL SAMEK: Está... Do ponto de vista da usina?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Da usina.

SR. JORGE MIGUEL SAMEK: Zero problema.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Não há problema?

SR. JORGE MIGUEL SAMEK: Não temos problema, temos um bom relacionamento. Temos conversado de forma permanente e passamos por um grande teste, que depois de quase 60 anos do Partido Colorado do Paraguai, quer dizer a usina inteira foi construída durante a vigência de um Partido, depois toda a sua... Além da execução da obra, a sua... O período de estar produzindo energia e o Paraguai sofreu um grande teste, ganhou um Presidente de uma outra agremiação partidária.

Obviamente que é o principal empreendimento do Paraguai. Para vocês terem uma idéia, Itaipu hoje vale 60 bilhões de dólares. Portanto, metade é paraguaia é um empreendimento que tem um valor ali de 30 bilhões de dólares [soa a campanhia]. E o PIB paraguaio é 11 bilhões de dólares, quer dizer, é o principal empreendimento do país.

Nós passamos de *royalties*, cessão de energia, enfim, dotamos o Paraguai de energia para os seus próximos 30, 40, anos, é o único país do mundo que não vai ter que gastar um centavo com geração de energia.

Então, foi um grande negócio para o Brasil e para o Paraguai. E a nossa relação está ótima, com os últimos encontros que tiveram entre o Presidente Lugo com o Presidente Lula, se fez uma série de entendimentos que passarão aqui pelo Senado da República, pelo Congresso.

E isso ajuda tudo nesse processo de integração. Nós queremos uma América Latina cada vez mais unida e no setor energético vai chegar um momento que nós vamos estar todos interligados, porque isso melhora o sistema. Os regimes hídricos são diferenciados para o Brasil já é uma beleza. Imagine quando a gente interligar no todo.

Agora, é um processo a ser construído.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É um processo a ser construído?

SR. JORGE MIGUEL SAMEK: Sim.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): A partir do zero?

SR. JORGE MIGUEL SAMEK: Não, não, já está... Já andamos muito. Metade da caminhada já está feita, Itaipu é o exemplo maior disso, são dois países produzindo essa enormidade da energia.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente, eu felicito V. Exa. por ter chamado essa equipe maravilhosa para a exposição de hoje.

E também o Professor Jorge Samek por ter vindo aqui com seu otimismo, com sua explicação clara e mostrando a verdade que estava sendo muito dilapidada, por muita gente e por muito noticiário despreparado e falso.

Presidente, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador Paulo Duque.

E, em seguida, passamos a palavra ao Dr. Maurício Tolmasquim, Presidente da EPE – E.P.E. -, melhor dizendo.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): E.P.E.?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E.P. E.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): O que significa?

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Empresa de Pesquisa Energética.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Empresa de Pesquisa Energética. Obrigado.

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Eu queria saudar aqui o Senador Collor, dizer que é uma honra estar mais uma vez nessa Comissão. Saudar o Senador Eliseu Resende, o Senador Paulo Duque, o Professor Evandro, meu caro amigo Samek, que hoje dirige Itaipu de maneira brilhante e é o grande responsável pelas boas relações entre o Brasil e o Paraguai.

Mais do que um grande dirigente de Itaipu, ele é um verdadeiro Embaixador do Brasil com o Paraguai. É uma pessoa que... respeitadíssima lá no Paraguai e que tem trabalhado muito em prol dessa relação.

Eu vou rapidamente falar sobre o setor elétrico e sobre a expansão do setor elétrico. O próximo, por favor.

O sistema elétrico nacional, o Brasil é um país continental, ele está dividido em algumas regiões, a Região Sul, a Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e o Norte. Nós vemos que o grande reservatório do Brasil aonde está concentrada 69% do estoque de água e, portanto, de energia hidroelétrica do Brasil é na Região Sudeste e Centro-Oeste, e as outras regiões elas atuam articuladamente com essa região. Próximo por favor.

Eu queria mostrar nesse gráfico, isso aqui é a energia afluente que entra nas usinas. O que nós podemos ver? A cor vermelha é a hidrologia da Região Sul. As demais curvas é a afluência natural nas outras regiões. O que nós vemos? Quando a hidrologia está boa nas demais regiões, ela está baixa na Região Sul e vice-versa, quando as demais regiões está baixa está boa na Sul.

Ou seja, a gente tem regimes hidrológicos diferentes entre as regiões. Então, o que nós construímos no Brasil? No Brasil, nós construímos um sistema cooperativo, invés de cada região atuar por si, nós fizemos um sistema que uma região quando está sobrando água,

ela manda energia através das linhas de transmissão para outra que está faltando. E no outro período a outra manda de volta.

Dessa maneira, o que acontece? Nós precisamos menos capacidade instalada de geração e o consumidor paga menos tarifa, por quê? Se cada região do Brasil fosse funcionar de maneira autônoma, nos momentos que a hidrologia está mais baixa, a gente tinha que quer ter plantas funcionando. No período que a afluência estivesse mais alta aquelas plantas estavam paradas à toa. Então a gente tinha que fazer um investimento enorme.

Para evitar isso a gente fez um sistema que é único no mundo. É um sistema único no mundo, que é coordenado de maneira centralizadamente. E eu acho que todo o brasileiro uma vez na vida deveria ir... Aqui em Brasília tem um centro, que é o Centro do Operador Nacional do Sistema, que é espetacular. Tem... É cheio de computadores, você tem o Brasil todo, como se fosse uma sala de guerra; todas as usinas do Brasil em tempo real, ele está lá, vendo. Essa funciona, essa para, essa funciona, essa para.

E ele controla o Brasil todo e otimiza todo o despacho elétrico. Nessa magnitude que tem no Brasil, eu não conheço em outra parte do mundo. É uma coisa única, desenvolvida por nós brasileiros, o pessoal vem aqui e fica boquiaberto, é uma coisa espetacular desenvolvido aqui no Brasil. E mais, a próxima.

O que é interessante também? Aqui é o período de maior seca que teve no Sudeste o período de maior seca na história no Sul e nós vemos o quê? Vemos que eles se deram em períodos diferentes. Então, também o fato da gente ter as regiões interconectadas traz segurança, porque se uma região está com problema o que acontece? A outra vai em socorro.

Em 2001, na época do racionamento, o que aconteceu? Nós tínhamos água sobrando no Sul e o Sudeste estava em racionamento. O Sul poderia ter ajudado o Sudeste. Por que não ajudou? Porque faltou investimento em transmissão. Não tinha, naquela época, na década de 90, investimentos em transmissão suficiente.

Eu vou mostrar a seguir o grande investimento que esse governo fez, o Brasil fez a partir de 2003, no sentido de sanar esse problema e aumentou enormemente a cooperação entre as regiões, porque construímos muitas linhas de transmissão. Próximo.

Então nós temos um Brasil que é interconectado, 90 mil quilômetros de linha. Como o Samek mostrou quando, a gente plota o mapa, esse sistema interligado brasileiro sobre a Europa, se a Europa tivesse o sistema interligado brasileiro, Portugal poderia vender energia para a Rússia, eles não chegam nem de longe, eles não têm isso, eles não têm como fazer isso.

Então é, quer dizer, é uma coisa espetacular a gente, o sistema que a gente conseguiu botar aqui no Brasil. Próximo.

Agora, é claro que essa interconexão faz com que nosso sistema seja mais complexo, é claro. E é claro também que a gente precisa de maior investimento em transmissão, se a gente tiver só termoelétrica, é claro que você traria menos investimento. Então, você por um lado tem mais complexidade e mais investimento. Por outro você reduz a necessidade de capacidade de geração.

Se estima que se nós não tivéssemos um sistema interligado, nós teríamos um capacidade instalada, no Brasil, 12 a 20% maior. Imagina a tarifa que seria para o consumidor. Então, o fato de funcionar interligadamente reduz a questão; reduz custo e pode usar a energia hidroelétrica, que é muito mais barata. Próxima por favor.

Bom, então a gente tem uma matriz que basicamente é hidrelétrica, que tem esse menor custo e a transmissão permite então trazer energia lá de longe até o centro de carga, as térmicas estão mais próximas ao centro de carga, mas são mais caras e tem a questão da poluição.

Alguma térmica a gente tem que ter, porque, é claro, a gente em algum momento não pode ficar só dependendo da afluência hidrológica e ela fica lá paradinha e para o momento de aperto hidrológico, você liga ela, mas a maior parte de tempo ela está parada ali, em *stand by*.

E você tem as fontes alternativas que devem ser usadas estão sendo aumentadas, a gente está fazendo agora um leilão de eólica, que vai ser um leilão muito grande, mas que tem a questão também da variabilidade. Os ventos você tem 30, 35 do tempo, então você tem que ter outras fontes que são fontes mais contínuas. Próxima, por favor.

Teve uma grande diferença, tentaram fazer uma grande confusão, racionamento e blecaute, que foi o que aconteceu. Eu queria chamar a atenção dos senhores que o que aconteceu agora não tem nada a ver com a tragédia que aconteceu nesse país entre 2001 e 2002.

O que aconteceu em 2001 e 2002 foi devido a falta de investimento, tanto em capacidade de geração, que durante anos não acompanhou o crescimento da demanda, como falta de investimento em transmissão, que fez com que o Sul do Brasil não pudesse salvar o Sudeste com a energia necessária.

Agora, o que aconteceu foi um acidente pontual numa linha, num ponto que teve consequências, mas foi um acidente.

A duração do que aconteceu em 2001 e 2002, foram nove meses de racionamento, de corte de energia. Nós estamos falando do blecaute que ocorreu agora, um fato que durou 3 horas e 40 minutos, em média. Então, comparar esses dois fatos é, com as conseqüências, são totalmente distintas.

No racionamento de 2001 e 2002, se reduziu, se deixou de abastecer o equivalente a 75 mil gigawatts/hora. O que se deixou de gerar nessas poucas horas do blecaute foram 100 gigawatts/hora, ou seja, 750 vezes menos do que no caso do racionamento.

A estimativa do TCU é que o racionamento causou o impacto de 45 bilhões de reais, que eu acho que é uma estimativa, eu acho que bastante até modesta, porque os senhores se lembram, o Brasil estava em vias de voltar ao crescimento, estava em vias de retomar o crescimento e o crescimento foi abortado por aquela tragédia que aconteceu, a gente perdeu pelo menos dois ou três pontos percentuais do PIB.

Então eu diria 45 bilhões, já 45 bilhões o que aconteceu ali de noite, num certo... Teve transtorno? Teve. Mas não tem nem de longe a magnitude do que teve no racionamento.

Então, tentar comparar ou transformar o fato que aconteceu por um acidente por questões lá com uma questão que foi devido a anterior, que foi falta de planejamento e investimento e com causas enormes...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: E problema de geração, é uma questão de querer confundir a opinião pública. Alguém fazer isso só pode estar querendo trazer confusão para a opinião pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Se eu bem entendi, em 2001 e 2002, o que aconteceu foi a falta da geração de energia.

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Falta de geração, a gente não tinha...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Energia suficiente para atender a demanda.

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Não tinha energia suficiente. Quer dizer, então o que acontece? Você tinha, teve realmente uma hidrologia mais baixa, mas como não tinha construído mais usinas, o que aconteceu? Na hidrologia... Se a gente tivesse construído mais usinas, mesmo com uma hidrologia ruim, nós não teríamos problema

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E agora--

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Agora, foi agravado ainda o fato que não se construiu usinas, mas também não se construiu linhas de transmissão.

Então, faltou investimento de geração e faltou em transmissão, o que fez com que o Sul do Brasil não pudesse ajudar o Sudeste. É claro que o Sul não poderia salvar, porque o caso foi tão grave o que aconteceu, que o Sul... Mas poderia melhorar a situação se a gente pudesse ter mandado energia para lá.

O que aconteceu agora, Senador, foi um acidente por... Que está sendo investigada as causas, pontual de uma linha-–

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E não teve nada a ver com... Havia energia suficiente para atender a demanda.

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Hoje, nós temos, nossos reservatórios estão vertendo água, nós nunca tivemos reservatórios tão cheios, as termoelétricas que estão, inclusive, desligadas, quer dizer, a gente tem uma capacidade de geração que não está sendo utilizada porque é excedente.

Então, quer dizer, não tem nenhuma comparação com o que aconteceu. Então, tentar trazer, comparar esses dois eventos e torná-los iguais é tentar confundir a opinião pública. Próximo por favor. Próximo.

Bom, nós, na década de 90, o planejamento foi destruído no país e nós retomamos o planejamento, por quê? Porque investimento em infraestrutura necessita visão de longo prazo.

Então, nós temos hoje o planejamento de longo prazo, que é o Plano Nacional de Energia, que é o plano até 2030, temos os planos decenais, que são refeitos a cada ano e esses planos indicam que linha que tem que ser construída, que usina que tem ser construídas e são feitos os leilões. Próximo.

Então, para se ter uma idéia, entre 96 e 2002, se houve um crescimento da oferta de cerca de 3 mil megawatts por ano. Entre 2003 e 2010, nós teremos o crescimento da oferta de cerca de 4 mil e cem megawatts ao ano. Próximo.

Foram feitos, além disso, uma série de leilões que garantem não só, quer dizer, além daquilo que foi construído, nós temos uma, estamos garantindo o futuro. Nós já temos energia contratada até 2014.

Então, nós estamos deixando para o próximo governo, já contratado usinas com licença, inclusive, que atendem as necessidades de crescimento do Brasil até 2014. Próximo. Próximo.

Na transmissão o planejamento é feito usando uma série de critérios mas eu queria, próximo, salientar um.

Qual o critério de planejamento? O critério de planejamento é um que é usado no mundo todo, que a gente chama *N menos 1*. Ou seja, a gente planeja o sistema que, de tal maneira que ele deva operar normalmente, sem corte de carga, na condição de carga máxima, mesmo com a perda de um elemento qualquer, ou seja, você perdeu uma linha de transmissão, perdeu o transformador ou um gerador, o sistema continua funcionando. Então, assim é que é planejado.

Além disso, a gente tem uma reserva girando e tem fatores--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: É no mundo todo. Mas eu queria dizer além. Próxima.

Apesar de ser planejado assim, nos locais mais sensíveis o Operador, ele opera considerando um rigor ainda maior, ele usa o critério *N menos 2*, que é o que estava [ininteligível] naquele momento, naquela região.

Ou seja, ele reduz a carga e opera de tal maneira, que mesmo que saia simultaneamente duas linhas ou tenha dois fatos simultâneos, o sistema continua operando. O que aconteceu naquele momento é que saíram três linhas ao mesmo tempo.

Bom, então é uma coisa que realmente foi... Não tem sistema que possa estar preparado para uma questão dessa magnitude. Próxima.

Eu queria mostrar, então, aquela questão da transmissão. Entre 96 e 2002 foram construídos 1.500 quilômetros de linha ao ano. Entre 2003 e 2010 estão sendo construídos 3.400 quilômetros, 3.392 quilômetros de linha ao ano. Ou seja, duas vezes, mais do dobro que foi construído antes, é isso que dá a segurança que nós temos hoje.

É claro que você tem que ter um limite para isso, a gente não pode construir ao infinito, claro, você sempre pode construir mais, mas você tem que olhar o bolso do consumidor, porque se você tiver muita redundância vai chegar um momento que o consumidor vai falar: "Espera lá", é aquela questão do seguro, você vai botando o seguro, mas chega um ponto que você... O consumidor fala: "Não, espera um instante, já é redundância demais, eu não posso pagar isso."

Então, tem que ter, olhar as duas coisas, segurança e o custo. Próximo. Mas aumentou muito. Então isso aí são todas as expansões, é muito difícil de ver, eu queria passar adiante, eu vou terminando por aqui, com a seguinte questão: aqui é a interconexão do Sul com outras regiões. Então, era aquilo que eu estava falando, olha só.

Lá em 2002, nós estávamos podendo mandar de uma região para outra, em torno de três mil megawatts, médios. Agora, já em 2009, é em torno de seis mil megawatts médios. E ali é o planejamento do que já nós estamos planejando aumentar, então dobrou a capacidade do Sul poder cooperar com as outras regiões. Vamos para a próxima, por favor.

A mesma coisa com o Nordeste, era em torno de mil megawatts médios, agora nós estamos em 4 mil megawatts médios, a capacidade do Nordeste receber ou exportar e vender energia para outra região, ou seja, a gente quadruplicou a capacidade de uma região cooperar com o outra. Próxima.

E aqui é o Sudeste, o Sudeste em relação ao Norte e Nordeste que é a mesma coisa, também aumentamos enormemente a capacidade de uma região cooperar com a outra.

Então, resumidamente, eu queria deixar a mensagem que nós temos, no Brasil, atualmente, um sistema elétrico tanto na parte de geração e transmissão [soa a campainha] que deve dar orgulho a todos os brasileiros, que é um sistema extremamente robusto, gerenciado de uma maneira com instituições que usam a melhor técnica, que vem pessoas de todo mundo olhar que o está acontecendo. Agora, que não é imune a acidente, isso não existe. Acidentes... qualquer atividade humana, ela está sujeita a acidentes.

O que a gente pode fazer e tem feito é planejar e expandir para reduzir ao máximo a possibilidade que esses acidentes ocorram. Agora, deixar bastante claro que, em termos de geração, o Brasil vive uma situação muito boa, e nós temos já hoje a condição de dizer que em 2014, com as obras que já foram contratadas através de leilões, nós temos um importante excedente de energia.

Era isso que eu queria dizer, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Maurício Tolmasquim pela sua explanação. Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Dr. Maurício, o senhor falou com muito entusiasmo dessa... Desse organismo que existe aqui em Brasília, incitando, inclusive, a que façamos uma visita lá. Onde é que fica isso?

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: É o Centro do Operador Nacional do Sistema, eu passo depois o endereço.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Centro.

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: É o Operador Nacional do Sistema. ONS

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Setor de indústria e abastecimento de Brasília.

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: É um... É um centro que tem um mapa enorme, quer dizer tem um aquário, a gente não pode entrar a gente pode ver, a gente vê de um aquário de fora.

Os operadores ficam dentro de um aquário. E nesse aquário você tem um mapa do Brasil todo, com todas as usinas, eles têm uma bancada lá que tem todos os computadores, eles operam em tempo real tudo o que está acontecendo no Brasil, tem um sistema de computador, lacrados com-–

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Desde quando está instalado isso?

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Ah, isso já tem algum tempo, já têm alguns anos que... Doze anos, mais ou menos.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Doze anos?

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: É, é. Isso é uma questão que foi... O Brasil, essa... Mas essa tradição de geração centralizada, de despacho centralizado, o Brasil sempre teve. Antes da ONS isso era feito pela ELETROBRAS, pelo GCOI, que era o grupo Coordenador que fazia isso.

Então, isso, quer dizer, o ONS continuou, mas é algo que vem desde a ELETROBRAS, então é uma coisa... E isso é muito importante porque... Uma historinha importante, na década de 90, o governo contratou uma consultoria inglesa que é a Coopers & Lybrand, para fazer um novo modelo do Brasil. E aí a Coopers & Lybrand tinha um modelo da Inglaterra que tinha feito toda uma reforma para liberalizar tudo na época da Thatcher.

E eles pegaram e botaram um modelo competitivo onde cada usina na hora de despachar competia com a outra, e eles vieram para o Brasil e pegaram aquele mesmo documento que eles tinham feito para a Inglaterra e botaram para o Brasil, aliás nem traduziram para o português, estava em inglês mesmo.

E na época, esse... Se implantássemos isso, o sistema que hoje tem essa cooperação entre uma região com a outra desaparecia, cada região quase que viraria competidora entre si, então a gente teria, acabaria esse sistema interligado.

Na época, os técnicos da ELETROBRAS, eu devo dizer, de maneira heróica, fizeram uma resistência e vários professores, e acabou mostrando que não era, que a nossa realidade era hidrelétrica, que a base da Inglaterra é termoelétrica.

Então, lá tinha uma certa lógica, que aqui era um outro país, é um país continental, com hidrelétricas, as hidrelétricas longe do centro de cargas que não podia simplesmente copiar uma realidade da Inglaterra para cá, que era uma coisa absurda. E felizmente conseguiu-se resguardar esse patrimônio nacional, que é essa gestão centralizada dos nossos recursos, então foi... Mas tivemos em vias, num certo momento, de perder isso daí.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente Collor, eu acho que foi muito positiva a exposição feita aqui pelos três cientistas, verdadeiramente são cientistas.

E o Brasil, seguramente, muito deve a eles três, especialmente o Senado fica agradecido, sem dúvida, com o comparecimento aqui dos senhores, que nos puderam dar através não só dessa Comissão, mas através da TV Senado [soa a campainha], da Rádio Senado, que são elementos sensacionais de divulgação, uma grande colaboração.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador Paulo Duque.

Eu teria um questionamento a fazer ao Dr. Maurício. O *N menos 1* e o *N menos 2*, poderia ser considerado como um *smart grid* ou não?

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Não. Quer dizer, o *N menos 1* e o *N menos 2* é um critério que o planejamento usa, que a operação usa.

O *smart grid*, Senador, é algo que a gente vai caminhar para isso, que é... São redes inteligentes, em que você tem vários benefícios.

Eu vou dar um exemplo de utilização. Por exemplo, o dia que a gente conseguir desenvolver, na casa o consumidor pode, de repente na casa, dele, falar: "Olha, eu vou desligar a energia em tal momento, porque a tarifa está mais cara", a indústria poder regular.

Tem vários outros benefícios que você pode em termos de informação que pode ser implementado.

O *smart grid* está sendo pesquisado no mundo todo e ainda tem uma questão do-–

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Custo.

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Custo envolvido aí. Eu acho que ele virá, ele virá. Agora ainda é algo que está, vamos dizer, está caro quer dizer e ainda está em fase de pesquisa, de análise, mas ele virá.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E há uma estimativa de que isto custaria 600 milhões por ano, em termos de investi-

mento? O senhor tem mais ou menos uma ideia de quando isso custaria?

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Não, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não tem ideia?

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Aí não tem ainda. [sobreposição de falas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mas, fundamentalmente, tem que associar esse investimento a saber se o consumidor está disposto a pagar o aumento que terá na sua conta de energia, não é isso?

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Hoje não é só questão de investimento, é uma tecnologia que também está em desenvolvimento, então é algo que está... Nos Estados Unidos, o mundo todo está se pesquisando bastante aqui no Brasil também as nossas empresas estão vendo, mas não é algo que ainda está operacional. Ela tende a entrar, mas ainda não está operacional.

Então, hoje a gente já está acompanhando o estágio dessa nova tecnologia, que levaria a uma nova racionalização e etc. Mas ela não... Vamos dizer, em termos de segurança, não é o fator principal, mas a nacionalização no nosso sistema.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E se esse *smart grid* estivesse já operando, instalado no Brasil, isso não teria evitado também esse acidente, não é isso?

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Não. Não teria evitado o acidente.

O acidente aconteceu, está se analisando, o NOS, como o professor bem disse, porque qualquer evento como esse, nós temos que aproveitar para aprender com ele.

Então, o que os técnicos estão fazendo e está se convidando inclusive vários professores de várias universidades para cooperar? Acontece isso, a gente tem que estudar profundamente para ver, "Bom o que a gente pode fazer para minorar a próxima vez? Será que o ilhamento tem alguma maneira de funcionar melhor? Será que têm algum... Isolador, será que tem alguma questão que possa ser feita? Será que a questão do tempo de restabelecimento ou por exemplo a prioridade do restabelecimento, a ordem que vai sendo restabelecido pode ser mudada? Por exemplo, será que poderia começar nos maiores centros e depois nos menores?"

Então, tem várias questões que vão sendo colocadas, por quê? Aconteceu o evento, você tem obrigação de estudar, analisar, para tentar aprender com ele.

Então é isso... E aí o professor tem razão quer dizer, isso vai durante algum tempo todo mundo vai e temos obrigação de fazer isso, analisar para quê? Para poder aprimorar, então se espera inclusive que no relatório que saía, saiam recomendações de aprimoramento. Se a gente... Acontece um evento e a gente não aprende com ele, a gente fica no mesmo estágio.

Então, a ideia é ver que o aconteceu, tentar ver como é que pode mitigar isso, resolver isso. Agora, não se deve é politizar isso: "Não, está tudo errado." Não é. Foi um acidente, vamos investigar, estamos investigando, vamos ver o que é possível fazer para minorar na próxima vez as consequências caso ocorra de novo e é isso que nós estamos fazendo

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente. E em relação aquela questão ocorrida em 2001 e 2002, pelo que eu entendi, pela explanação que os senhores fizeram e sobretudo o Dr. Maurício, em 2001 e 2002, ocorreram dois problemas básicos, ou seja, não havia energia suficiente para atender a demanda e não havia também linhas de transmissão suficientes para distribuir essa energia caso houvesse possibilidade de gerar essa energia.

Já, agora, em novembro, em 10 de novembro, nós tínhamos capacidade de atender inteiramente a demanda, totalmente a demanda e tínhamos linhas de transmissão suficientes para levar essa energia da fonte geradora até a fonte consumidora. Essa diferença básica entre o que ocorreu em 2001 e 2002, que provocou o racionamento, e como o senhor aqui colocou teve um prejuízo de 75 mil gigawatts, para o que aconteceu agora nesse blecaute, que trouxe apenas um prejuízo de 100 gigawatts.

E, além disso, além disso, o tempo de duração que ocorreu, que foi de três horas e meia, aproximadamente, contra o que ocorreu em 2001 e 2002, que foram de seis a sete meses. Fundamentalmente é isso.

E por outro lado, que esse Grupo de Trabalho instituído pelo Ministério das Minas e Energia, ele, até o dia 16 de dezembro, coletando as informações de todos os órgãos que estão envolvidos nesse grupo de trabalho, ele até o dia 16 de dezembro irá apresentar uma resultante desses estudos que foram realizados, explicitando de forma clara de que maneira poderemos minorar os efeitos de acidentes que venham a ocorrer, com isso aperfeiçoando o sistema, não somente de geração, mas de distribuição das linhas de energia elétrica do sistema elétrico brasileiro. É isso, fundamentalmente.

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Perfeito, Senador. O senhor sintetizou de maneira perfeita o meu pensamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Tranquilo. Não era essa a minha intenção. Era apenas tirar a minha dúvida.

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Mas é...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado.

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Mas o senhor...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Poder de síntese.

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pelo menos, eu acho que eu estou tentando aprender. Muito obrigado.

Considerações finais dos nossos palestrantes, começando pelo Prof. Evandro Emílio Souza Lima, caso deseje fazer alguma consideração final em dois minutos, por favor.

SR. EVANDRO EMÍLIO SOUZA LIMA: As minhas considerações são... Tem que ser uma visão de conjunto; confiabilidade, o americano ganha dinheiro aumentando confiabilidade, criando um organismo caro. Mas as companhias, eles não teriam 41 anos de NERC se eles não ganhassem dinheiro com isso.

E eu atribuo isso, principalmente, a rapidez da Justiça, que o consumidor vai em cima. Aqui a gente vê problemas pendentes, eu dei uma entrevista no Correio Braziliense, existem esqueletos [soa a campanhia] de... Então esse problema da confiabilidade não aparece tão claro.

Então eu acho que nós temos que partir para esse... Com uma maneira equilibrada, de criar um órgão, tipo o órgão, a organização que cuida da confiabilidade nos Estados Unidos. Eles não perdem dinheiro, americano há 41 anos eles têm lucro em defender a confiabilidade.

Alguém está perdendo no nosso caso, eu acho que é o consumidor. Os prejuízos, eu tenho alguns artigos em jornal, eu assisti... Eu tenho um artigo, inclusive, os principais culpados do blecaute foi depois, foi um na Câmara de Energia, foi na Câmara de Deputados, um debate que houve entre o Presidente da ANEEL Mário Abdo e o engenheiro Carlos Schneider, Presidente da CELESC.

Foi um debate que eu comparei que é o problema do ovo e da galinha, quem é que chegou primeiro. E o engenheiro Carlos Schneider, ele apontou, nós temos muito pontos frágeis, que ele chamou [soa a campainha] vulneráveis.

E eu... E era interessante o seguinte: a ANEEL queria multar a CELESC e a CELESC tinha naquele ano, devido ao problema de Santa Catarina, da Ilha de Florianópolis, tinha dois cabos de 138 e um cabo de 13, e esse cabo de 13 estava sendo soldado com maçarico, coisa que existe em todo mundo, a melhor tecnologia. Incendiou o pessoal caiu no mar e incendiou os dois cabos e a ilha ficou nas escuras.

Bom, a ANEEL, queria multar a CELESC . A CELESC, naquele ano, ela tinha sido considerada pelos consumidores a melhor companhia de distribuição da América Latina. E a ANEEL dizia: "Olha, vocês não cumpriram as metas de frequência e de interrupção que nós acordamos." Quem é que tinha razão nesse problema? Como é que nós vamos multar uma companhia que ganhou um prêmio e os consumidores escolheram como a melhor da América do Sul.

Aí uma pergunta de um deputado me esclareceu, deputado de Santa Catarina; ele chegou e disse o seguinte: "As recomendações da ANEEL evitariam o que aconteceu lá em Santa... Lá em Florianópolis?" Não. As recomendações não... E a CELESC tinha cumprido.

Então, na realidade, esse ponto, nesse caso vulnerável, é como se fosse uma mina, uma mina pode passar, 10, 15 anos sem estourar e um dia estoura.

Então a ANEEL, tinha que chegar a gente tem que identificar esses pontos, isso que está ocorrendo no Leblon, no Rio de Janeiro, nós temos que identificar esses pontos e a ANEEL, chegar e dizer: "Olha, vamos consertar isso porque... E vamos considerar na tarifa, evidentemente." E ir, pouco a pouco, de uma maneira transparente, aberta, ir sanando esses pontos, frágeis e vulneráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Está bem.

SR. EVANDRO EMÍLIO SOUZA LIMA: Era isso que eu tenha que dizer, desculpe o tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Por favor, professor. Muito obrigado, mais uma vez, pelas suas considerações.

Dr. Jorge Samek.

SR. JORGE MIGUEL SAMEK: Só me resta cumprimentar a Comissão, seus senadores, pelo trabalho que está realizando, cumprindo com o seu dever de ouvir, cobrar, propor, isso acho que orgulha o nosso Senado e dizer de que estamos num momento muito bom no país. Nós não podemos perder esta oportunidade.

A ELETROBRAS, o Ministério de Minas e Energia, se recompôs, está havendo uma verdadeira transformação no grupo ELETROBRAS, capitaneado pelo seu Presidente José Antônio e que todo o mês, nós presidentes das empresas elétricas do Brasil, junto com a nuclear, nos reunimos, discutimos, junto com o Ministério de Minas e Energia, Professor Márcio Zim-

mermann, com o Ministro Lobão, para dar cumprimento a isso que a E.P.E. tem planejado para o Brasil.

E os projetos estão aí, Rio Madeira em construção, Belo Monte já devia ter saído este ano a licitação, infelizmente foi postergada para o início do ano que vem. Depois vem o Complexo Tapajós, mas mais de uma centena de usinas médias, cenas estão em curso no país. E esse país é abençoada tem toda a matriz energética e veja que o bagaço da cana, Presidente Collor, que dá quase uma Itaipu, aproveitado na sua totalidade, ela inicia a sua produção quando começa a diminuição das chuvas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): [pronunciamento fora do microfone].

SR. JORGE MIGUEL SAMEK: Quando tem vento forte, como o Prof. Maurício citou, no Nordeste Brasileiro, é exatamente a época que diminui as chuvas.

Quer dizer, são complementariedades que estão à nossa disposição. E devemos obrigatoriamente colocar tudo isso em funcionamento para que o Brasil possa crescer nessa... Nesse desenvolvimento econômico que estamos vivenciando, para dar uma melhor condição de vida para o conjunto do povo brasileiro.

Era isso que eu tinha a dizer e muito obrigado pelo convite

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, mais uma vez ao Dr. Jorge Samek, Diretor-Geral de Itaipu.

E agora, para as considerações finais, o Dr. Maurício Tolmasquim.

SR. MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM: Eu queria, antes de mais nada, agradecer essa oportunidade que o Senado está dando, para esclarecer não só o Senado, mas a opinião pública através da TV Senado, dizer que o fato que ocorreu, o acidente que ocorreu, está sendo analisado e vai sair um relatório, justamente identificando não só as causas, mas também as melhorias que podem eventualmente ser feitas para caso ocorra um novo acidente, poder ser mitigado o efeito.

Dizer que nós temos um sistema extremamente robusto em termos de transmissão e de geração, que hoje, considerando um cenário de crescimento do PIB de 6% o ano que vem e 5% nos demais anos, nós temos um excedente bastante expressivo de energia [soa a campanhia] em 2014, quer dizer, hoje a gente trabalha justamente com uma visão de futuro, então 2014 já ter um excedente.

E que dado isso, nós tivemos até agora a possibilidade de tomar uma decisão, ia ocorrer um leilão para 2014, esse leilão houve um problema com a questão das usinas hidrelétricas que não tinham licença só tinham térmicas e como nós queríamos preservar a matriz limpa, e nós temos já um excedente bastante expressivo para 2014, nós sustamos esse leilão.

E estamos mantendo um outro leilão que vai ocorrer agora, apenas de energia eólica. Então, o Brasil fará esse ano na próxima segunda-feira um leilão de energia eólica; para se ter uma idéia, estavam habilitados a participar desse leilão o equivalente a 10 mil megawatts. Só lembrando isso, 10 mil megawatts, as usinas do Rio Madeira tem 6 mil e 300 megawatts.

Então, nós estamos falando realmente do Brasil continuar trilhando esse caminho de ter uma matriz renovável com a hidrelétrica, com a bioeletricidade, que é a energia a partir do bagaço da cana com a eólica e com segurança. Para isso, nós estamos fazendo os investimento em transmissão e os investimento em geração.

Então, dizer, tranquilizar o Senado e aos brasileiros, que justamente o Brasil está com um sistema robusto e mais, com uma matriz que dá orgulho ao país e que permite agora o Brasil brilhar em Copenhague e ser a atenção do mundo.

Lembrando que, enquanto os países desenvolvidos têm apenas 7% de energia renovável, a média mundial é apenas de 13%, o Brasil tem 46% de energia renovável.

E é com isso, inclusive, que estamos indo à Copenhague, é com esse orgulho de ser um país do mundo que tem uma contribuição a dar ao planeta por justamente ter uma matriz renovável

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Maurício.

Antes de encerrarmos esta reunião, eu gostaria, mais uma vez, de agradecer a presença dos nossos convidados, Dr. Maurício Tolmasquim, Dr. Jorge Miguel Samek e o Professor Evandro Emílio Souza Lima, pela presença dos senhores e pela grande contribuição que estão dando ao esforço de esclarecimento que a Comissão de Infraestrutura e a Comissão de Assuntos Econômicos, vem realizando sobre a interrupção havida no fornecimento de energia elétrica em novembro deste ano.

Convoco os senadores e senadoras membros desta Comissão de Infraestrutura para a próxima reunião, a se realizar no dia 14 de dezembro, segunda-feira às 18h00, neste Plenário integrando a Agenda 2009-2015, *desafios estratégicos setoriais*, onde estaremos abordando o terceiro desafio, *infraestrutura e políticas públicas*, com o Painel nº 05, tratando da infraestrutura e integração na América Latina, com os seguintes convidados e expositores: Dr. Rodrigo Otaviano Vilaça, Diretor-Executivo da Agência Nacional dos Transportes Ferroviários; Dr. Everton de Almeida

Carvalho Engenheiro Nuclear, Secretário-Executivo da Federação das Câmaras de Comércio da América Latina e Presidente da Associação Brasileira de Integração e Desenvolvimento; Dr. Paulo Augusto Vivacqua Presidente e Fundador do Consório do Corredor Atlântico do MERCOSUL; e Sr. Luiz Alberto Mincarone, Presidente da Associação Brasileira de Transportes Internacionais.

Está encerrada a reunião com os agradecimentos a todos os presentes.

Sessão encerrada às 11h09.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 56ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS.

Às dez horas e vinte e dois minutos, do dia onze de novembro de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a Presidência da Senhora Senadora **Rosalba Ciarlini** com a presença dos Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim, Marcelo Crivella, Roberto Cavalcanti, Renato Casagrande, Geraldo Mesquita Júnior, Gilvam Borges, Mão Santa, Efraim Morais, Flávio Arns, Eduardo Azeredo, Papaléo Paes, João Durval, César Borges, Eduardo Suplicy, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Heráclito Fortes e Gim Argello, e da Senadora Fátima Cleide, reúne-se a Comissão. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 54ª e 55ª Reuniões, que são dadas por aprovadas. A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 1484 – Seses -TCU, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do acórdão proferido nos autos do processo nº TC-009 .240/2007-5, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 28/10/2009, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam. A Senhora Presidente comunica a retirada de Pauta dos seguintes itens: **ITEM 60 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 314, DE 2008** "Altera a Lei nº 11.196, de 18 de agosto de 2005, para elevar a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS sobre cigarros". **Autoria:** Senador Tião Viana. **Relator:** Senador Flávio Arns. **Parecer:** Favorável ao Projeto, com a Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta, para atender solicitação da Secretaria-Geral da Mesa, referente à leitura de requerimentos de tramitação em conjunto e de audiência da CCJ. **ITEM 43 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2008** "Altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, para assegurar o acesso das mulheres a ações de controle do câncer de mama". **Autoria:** Senador Inácio Arruda. **Relator:** Senador Mão Santa. **Parecer:** Pela prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do Relator, para reexame. **ITEM 22 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 495, DE 2007** "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer limites máximos de sódio para os produtos alimentícios". **Autoria:** Senador Antônio Carlos Valadares. **Relator:** Senador João Durval. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do Relator, para reexame. **ITEM 53 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203, DE 2006** "Dispõe sobre a mineralização dos solos e a segurança alimentar e nutricional". **Autoria:** Senador Pedro Simon. **Relator:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Parecer:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 55 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 617, DE 2007 "**Altera o Art. 3º da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental". **Autoria:** Senador Pedro Simon. **Relator:** Senador Efraim Morais. **Parecer:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 18 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 398, DE 2005** "Obriga os estabelecimentos que especifica a fornecerem informações nutricionais dos alimentos e bebidas preparados." **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relator:** Senador Augusto Botelho. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do relator, para reexame. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 57– PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, DE 2001** "Institui o Programa Voluntário de Vacinação – PVV." **Autoria:** Deputado Nelson Proença**. Relator:** Senador Augusto Botelho. **Parecer:** Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS. **ITEM 56 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82, DE 2008** "Acrescenta parágrafo único ao art. 59 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal (Estabelece a obrigatoriedade de consideração dos antecedentes do agente infrator, relativos a medidas sócioeducativas de internação)." **Autoria:** Deputado Mário França. **Relatora:** Senadora Fátima Cleide. **Parecer:** Contrário ao Projeto. **Resultado:** Concedida vista aos Senadores Flávio Arns e Augusto Botelho, nos termos regimentais. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, DE 2007** "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT para dispor

sobre a proteção do trabalho do idoso e dá outras providências." **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relator:** Senador Flávio Arns. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1-CDH e duas emendas que apresenta. **Resultado:** Encerrada a discussão; adiada a votação. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 668, DE 2007** "Altera a Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, para dispor sobre a duração do período de percepção do benefício do seguro-desemprego dos trabalhadores que são responsáveis legais de crianças portadoras de deficiência." **Autoria:** Senadora Marisa Serrano. **Relatora:** Senadora Fátima Cleide. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto e as duas emendas que apresenta. **Resultado:** Encerrada a discussão; adiada a votação. **ITEM 31– PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2009** "Dispõe sobre a dispensação de medicamentos contendo antimicrobianos." **Autoria:** Deputada Sandra Rosado. **Relator:** Senador Renato Casagrande. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10– PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 620, DE 2007** "Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico em Prótese Dentária e determina outras providências." **Autoria:** Senador Álvaro Dias. **Relator:** Senador João Durval**. Parecer**: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Encerrada a discussão; adiada a votação. **ITEM 36– PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 347, DE 2007** "Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para obrigar hospitais a manter comissões de captação e doação de órgãos." **Autoria:** Senador Osmar Dias. **Relator:** Senador Inácio Arruda. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Encerrada a discussão; adiada a votação. **ITEM 40– PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 456, DE 2008** "Acrescenta o art. 38-A à Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e o art. 51-A à Lei nº 8.213, da mesma data, com o objetivo de dispor sobre o parcelamento de débitos e concessão de aposentadoria por idade para os pescadores prejudicados pela redução da piscosidade da Laguna dos Patos e do litoral do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relator:** Senador Inácio Arruda. **Parecer**: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório, a discussão foi adiada. **ITEM 61– EXTRAPAUTA – REQUERIMENTO Nº 96, DE 2009–CAS** "Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I, parágrafo 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, dispensa das audiências públicas aprovadas, pelos Requerimentos 38, 44, 71 e 72/2009-CAS com o objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara 122/2006 do qual sou relatora no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais." **Autoria**: Senadora Fátima Cleide. **Resultado:** Aprovado**. ITEM 62 EXTRAPAUTA – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2006** "Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao parágrafo 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências". **Autoria**: Deputada Iara Bernardi. **Relatora:** Senadora Fátima Cleide. **Parecer:** Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 96, de 2009-CAS, de dispensa de Audiência Pública para instruir a matéria (item 61, extrapauta). Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). **ITEM 63 EXTRAPAUTA – REQUERIMENTO Nº 97, DE 2009 – CAS** "Senhora Presidenta da Comissão Permanente de Assuntos Sociais do Senado Federal. Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2.º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do RISF, requeiro a realização de Audiência Pública, com **vistas a discutir as questões relativas aos portadores de Autismo**. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados as autoridades da lista anexa e outros a serem definidos pela própria comissão." **Autoria:** Senador Paulo Paim, Senador Inácio Arruda, Senadora Fátima Cleide e Senador Augusto Botelho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 44– PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2003** "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para regular o Trabalho do adolescente." **Autoria:** Senador Gerson Camata. **Relatora:** Senadora Fátima Cleide. **Parecer**: Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Encerrada a discussão; adiada a votação. **ITEM 46– PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 436, DE 2003** "Regulamenta o exercício da profissão de fotógrafo profissional e dá outras providências." **Autoria:** Senador Leonel Pavan. **Relatora:** Senadora Fátima Cleide. **Parecer**: Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Encerrada a discussão; adiada a votação. Ficam adiados os demais itens da Pauta, a saber: 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 41, 42, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 58 e 59. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Geraldo Mesquita Júnior, Augusto Botelho, Fátima Cleide, Flávio Arns, Renato Casagrande, João Durval, Inácio Arruda, Papaléo Paes,

Mão Santa e a Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a Reunião às doze horas e dezesseis minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **ROSALBA CIARLINI,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

56ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 22 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Havendo número regimental, declaro aberta a 56ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas 54 e 55 das reuniões extraordinárias. A presente reunião destina-se a apreciação dos itens de 1 a 60, conforme a Pauta previamente divulgada. Aqueles que concordam com a aprovação das Atas, permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Foi retirado de pauta o item 60, para atender a solicitação da Secretaria Geral da Mesa, referente à leitura de requerimentos de tramitação conjunta de audiência da CCJ. Comunico o recebimento do Aviso n°. 1.484, TCU, Plenário, do Tribunal de Contas da União, que encaminha a cópia do acórdão, proferido nos autos do Processo n°. TC 009240/2007-5, realizada pela Secretaria de Fiscalização e Avaliação do Programa de Governo, junto à Fundação Nacional de Saúde, com vistas a avaliar a adequação de estrutura e dos meios de entidade, em confronto com seus objetivos institucionais.

Vamos passar ao Item 57, que é uma decisão não terminativa, visto que a nossa pauta, na sua maioria absoluta, são de itens terminativos. É o Projeto de Lei da Câmara n°. 97/2001, "*institui Programa Voluntário de Vacinação, PPV".* Autor: Deputado Nelson Proença. Relator: Senador Augusto Botelho. Parecer: favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. Observação: "*No dia 1º de abril de 2007, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, CCJ, aprovou o parecer favorável ao Projeto. A matéria constou da pauta da reunião dos dias 21 de outubro de 2009 e 4 de novembro de 2009, sendo adiada a sua deliberação".*

Concedo a palavra ao nobre Senador Augusto Botelho para proferir seu relatório.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, "*vem para reexame nessa Comissão de Assuntos Sociais, em razão do Requerimento 1.531, de 2003, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, o Projeto de Lei da Câmara PLC 97, de 2001, PLC 2.958 na origem, de 2002, de iniciativa do ilustre Deputado Nelson Proença, que institui o Programa Voluntário de Vacinação, PVV.*

O art. 1º, da proposição, cria o PVV, pelo qual as empresas estabelecidas no país poderão fornecer vacinas aos seus empregados e respectivos dependentes. O art. 2º: 'As vacinas fornecidas pelo programa não poderão ter natureza salarial, não constituirão base de incidência de contribuição previdenciária e do Fundo de Garantia, nem configuração como rendimento tributário do trabalhador'.

O 3°: 'As empresas que aderirem ao PVV poderão estender o benefício a quaisquer de seus empregados, sendo, no entanto, obrigatória a inclusão de todos os que percebam até dez salários mínimos. Cumpre ressaltar que os empregados poderão ser descontados até 20% do custo do benefício concedido'.

O art. 4º da proposição prevê que, solicitado os dados relativos à cobertura de vacinação e eventos adversos, as empresas serão obrigadas a fornecê-los às autoridades de saúde de qualquer de uma das três esferas do governo. Os registros desses dados deverão ser mantidos pelo período mínimo de cinco anos.

As normas a serem cumpridas para execução, aplicação e acompanhamento do controle do PVV estão estabelecidas no art. 5º. O caput desse dispositivo faculta, às empresas, a assinatura de convênios e contratos com empresas produtoras e fornecedoras de vacinas, clínicas e profissionais da área médica. Os incisos I, II e II dispõem respectivamente que: a execução do PVV deverá estar prioritariamente sobre responsabilidade de um médico do trabalho, a vacinação deverá ser realizada em ambiente e condições adequadas e somente poderão ser utilizados imunobiológicos, registrados no Ministério da Saúde ou importados de acordo com a legislação.

O 6º artigo prevê que os gastos com os serviços referidos no art. 5º serão, para todos os efeitos, considerados despesa operacionais.

O art. 7º: 'A empresa que aderir ao PVV será responsável por quaisquer irregularidades resultantes da sua execução inadequada'.

O 8º artigo: 'A proposição trata da cláusula de vigência, determinando a data de aplicação da lei em que o projeto se transformar em lei'.

O projeto chegou à Casa Legislativa em outubro de 2001 e foi extinguida a CAS e não recebeu emendas. Agora, a proposição retorna a CAS para ser apreciada quanto ao mérito".

Da análise. "*Cumpre primeiramente observar que o PLC 97, de 2001, foi inspirado em sugestão encaminhada pela Associação Nacional de Medicina do Trabalho, entidade sem conotação política que representa e congrega os médicos do trabalho do Brasil. A presente proposição legislativa, que faculta às empresas promoverem vacinação de seus empregados e respectivos dependentes, está assim perfeitamente afinada com o espírito e os objetivos da denominada medicina preventiva. O autor da proposição, Deputado Nelson Proença, ao justificar sua apresentação, salientou que a vacinação é uma das mais importantes intervenções de saúde pública e o meio mais eficaz de se prevenir doenças infecciosas. A adesão ao PVV facultativa. Para o Governo, a adesão das empresas a esse programa significará uma redução nos gastos públicos com assistência médica e na demanda por serviços de saúde pública. Para as empresas que implantam o PVV, propiciará a diminuição dos custos com assistência médica supletiva, bem como a redução do absenteísmo, além de maior eficiência e competitividade, evidenciando a responsabilidade social dessas empresas.*

No entanto, a proposição em tela apresenta características que geraram dúvidas relativas à sua juridicidade, em razão dela ser meramente autorizativa. Dessa forma, em nosso parecer, anteriormente aprovado nessa Comissão, consideramos necessário que se procedesse à oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, antes de deliberar efetivamente sobre o projeto. Com efeito, a CCJ opinou pela aprovação da proposta e considerou que ainda existe caráter autorizativo, pois, ao criar o programa para as empresas privadas de livre e espontânea adesão, o projeto não toca em nenhuma competência exclusiva do executivo. A CCJ enfatizou, portanto, que não se deve confundir com autorização a faculdade expressa no projeto.

Assim, tendo já exposto nossa concordância com o mérito da proposição sob análise, resta-nos colocar em evidência dois pontos do projeto que parece necessitar de aprimoramento. § 2º, do art. 2º, da proposta, autoriza as empresas a cobrarem participação financeira dos empregados e seus dependentes, limitada a 20% do custo direto do benefício concedido. Acreditamos, porém, que essa participação não possa ser exigida nos casos de vacinas que integram os calendários oficiais do Programa Nacional de Imunização, PNI, e sejam, portanto, oferecidas gratuitamente nos postos de vacinação. Por fim, o inciso III, do art. 5º, determina que somente sejam utilizados imunobiológicos registrados no Ministério da Saúde ou importados de acordo com legislação vigente. Contudo, a legislação sanitária vigente também exige que os imunobiológicos importados sejam registrados. Nosso voto, portanto, propõe emendas para aprimorar os pontos acima esmiuçados".

Voto. "*Diante do exposto, opinamos pela aprovação do PLC 97, de 2001, com as seguintes emendas que estão aqui, já, e todos os senadores já têm conhecimento delas*". É o esse relatório, Sra. Senadora.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o relatório do senador.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senadora, o Senador Geraldo perguntou se era proibido, antigamente, as empresas fazerem vacinação. Elas ficavam inibidas porque, se fosse fazer vacinação, podia incluir como salário, dá confusão de direitos trabalhistas na frente. Então, isso regulamentou para que as empresas tenham liberdade, se a empresa quiser vacinar os seus trabalhadores, pode vacinar.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senadora, por favor. Esse é um projeto que pode até passar despercebido e alguém enganadamente pode até julgar que ele é de menor importância, mas eu acho de uma importância capital, é por isso que eu formulei a pergunta ao Senador Augusto, porque me causou espécie o fato de as empresas estarem sendo autorizadas a promoverem programas voluntários de vacinação. Eu achava que isso era algo pacífico e natural. Imaginem as empresas, Senador Papaléo, V. Exa., que é médico, poderem promover isso em larga escala, o que isso resulta inclusive em redução de custos para o próprio governo. Acho que o Senador Augusto foi muito feliz em acolher no seu relatório essa formulação, porque isso a par de oferecer maior segurança aos trabalhadores, maior segurança, ou seja, eles não terão apenas aquele momento em que o Governo promove campanhas de vacinação, ele poderá ser vacinado a qualquer momento, sem que a empresa seja questionada, sem que isso represente a possibilidade de a empresa ser demandada por qualquer questão. Eu acho meritório o projeto, por isso que eu vou oferecer meu voto favorável.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sra. Presidenta, Srs. Senadores, eu quero apenas fazer meu registro da sensibilidade do Senador Augusto Botelho, sensibilidade médica dele e realmente esse projeto, um projeto que foi muito bem analisado pelo

senador e dado por ele o parecer favorável. Então, eu quero agradecer, Senador Botelho, em nome, eu digo em meu nome como médico, pela sua sensibilidade pela aprovação do projeto, considerando, além do seu relatório, o comentário feito pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior. Quero parabenizá-lo e dizer que realmente a sua sensibilidade está muito presente nessa análise que leva em consideração a área da saúde. Muito obrigado, senador.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador, eu só queria fazer uma observação, para ficar bem claro. Os empregados e os dependentes dos trabalhadores podem ser vacinados, e nós, que somos adultos e nos preocupamos muito com vacinação... Depois dos 60, eu comecei a me preocupar, que a gente tem que tomar algumas vacinas. Mas o tétano, por exemplo, é uma doença que todos os jovens, hoje, de 20 anos, 19, 18, são vacinados pelos programas, mas as pessoas que têm mais idade, que ficam muito tempo sem vacinar, perdem a defesa, a sensibilidade e costumam pegar tétano adultos. Quando adultos pegam tétano, complica a situação do adulto e complica até o diagnóstico, porque geralmente os médicos não pensam em tétano em adulto, mas, quando dá um tétano, é um "Deus nos acuda", é uma doença grave, poderia ser equivalente a uma meningite em gravidade assim, de complicação para a pessoa. Não ataca diretamente o sistema nervoso o tétano, mas as toxinas tetânicas que atacam o sistema. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em votação a matéria. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, agora vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Eu quero aqui parabenizar o Senador Augusto Botelho pelo relatório, pela sensibilidade e pelo conhecimento na sua área, saber o quanto é importante que possamos criar cada vez mais condições de ampliar as oportunidades de imunização, até porque existem casos específicos, em áreas específicas, em momentos específicos, e muitas vezes até a empresa que tenha mais sensibilidade social e proteção aos seus trabalhadores pode dar essa grande contribuição. Então, eu quero parabenizar ao senador pelo relatório e o autor, Deputado Nelson Proença.

Passamos agora ao Item 56, decisão não terminativa. Autor: Deputado Márcio França; a relatora é a Senadora Fátima Cleide. Parecer é contrário ao Projeto. Projeto nº 82, de 2008, "*que acrescenta Parágrafo Único ao art. 59, do Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, estabelece a obrigatoriedade de consideração dos antecedentes do agente infrator relativo à medida sócioeducativa e internação*".

Passamos agora a palavra à Senadora Fátima Cleide, para proferir o seu relatório.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sra. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara PLC nº 82, de 2008, pretende alterar o Código Penal para atribuir ao Juiz o dever de considerar, no momento de fixação de pena base, a existência de medida sócioeducativa de intervenção porventura aplicada ao réu, pela prática de ato infracional, correspondente ao crime pelo qual irá sentenciá-lo.

Vou passar, Sra. Presidente, direto à análise. "*Não há controvérsia quanto ao fato de que o projeto sob análise satisfaz as condições de competência da União para legislar e de competência do Congresso Nacional para iniciar o processo legislativo, conforme prescrevem respectivamente o art. 22, inciso I e o art. 61 da Constituição Brasileira. Contudo, essa aparente constitucionalidade deve ser examinada a luz do conteúdo do art. 228, da Lei Maior, que fixa a inimputabilidade penal dos menores de 18 anos e os sujeita às normas da legislação especial em respeito a sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, isso porque, em essência, o PLC n°. 82, de 2008, visa agravar a responsabilidade penal do agente maior de 18 anos, em razão de um ato cometido na adolescência, assim relativizando, de forma oblíqua, a citada norma constitucional.*

Modelado pela doutrina da proteção integral, o sistema considera a natureza irrequieta e contestadora do adolescente que experimenta uma das fases mais conturbadas da vida, seja pelas mudanças físicas e psíquicas em curso, seja pelas tentativas de busca e definição de seu espaço social dentro dos códigos da vida adulta, seja pelo processo de descoberta e afirmação da própria individualidade. No meio, então, os crimes e as contravenções como atos infracionais e prevê em retribuição a eles a aplicação de medidas coercitivas de variado grau de rigor, que vão desde a restrição de direitos até a privação da liberdade. Trata-se das medidas sócio-educativas que possuem uma inegável similitude com as penas estabelecidas na legislação criminal, mas delas se diferenciam por serem norteadas pela tônica da educação e imbuídas pela crença na maior capacidade de recuperação e socialização da pessoa em desenvolvimento. Note-se que a adoção de terminologia diferenciada para cuidar de criança e do adolescente em conflito com a lei está longe de ser um mero eufemismo, como pensam alguns desavisados. É na verdade uma estratégia propositadamente concebida para desvincular o sistema de responsabilização infanto juvenil do de responsa-

bilidade penal que privilegia o uso do cárcere como remédio eficaz contra a criminalidade, mas se particulariza pela inoperância e pelo poder estigmatizante. Aliás, diante dos resultados de ambas as abordagens, pode-se afirmar a efetividade dessa estratégia. De um lado, está a justiça penal lenta e condescendente com a criminalidade dos adultos, posto que esclarece apenas cerca de 3% dos delitos cometidos, condena poucos agentes, permite que muitos sentenciados fiquem sem cumprir pena, mas vive o paradoxo da superlotação carcerária do enorme saldo de mandados de prisão não cumpridos e do alto índice de reincidência criminal, por volta de 60%. Do outro, tem-se a justiça juvenil célere e nada tolerante, visto que leva no máximo três meses para estabelecer as punições cabíveis aos adolescentes infratores, determina a privação de liberdade para a boa parte deles e ostenta um índice bem mais baixo de adolescentes sujeitos a reinternação pela prática de novo ato infracional, na pior das hipóteses, algo em torno de 20%. Nesse contexto, diversamente do que afirma o autor do projeto em exame, o segredo de justiça que recai sobre os procedimentos para a apuração de ato infracional, atribuído ao adolescente, visa assegurar a inviolabilidade física e moral da pessoa em desenvolvimento, muito mais exposta ao poder devastador do estigma. Esse segredo, contudo, não interfere no processo de responsabilização do adolescente, como prova a ordem escrita no art. 122, do Estatuto da Criança e do Adolescente, que admite a privação da liberdade como medida de internação daquele que reitera no cometimento de infrações graves ou descumpre teimosa e injustificadamente a medida antes imposta.

Sra. Presidente, resta claro que o PLC nº 82, de 2008, subverte a lógica descrita para permitir a caracterização da reincidência no caso de ato infracional seguido de crime, assim instituindo uma espécie de responsabilidade criminal diferida, circunstância vedada pela Constituição. Informe-se, por fim, e a título de curiosidade, que o presente entendimento não é estranho à Comissão de Constituição e Justiça, comissão hoje presidida pelo Senador Demóstenes Torres, foi exatamente nela que S. Exa., do alto do saber acumulado em sua carreira jurídica, mais especificadamente como Procurador, proferiu opinião semelhante a esta no voto formulado ao relatar o Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2004, de idêntico propósito.

Pelas razões expostas, em que pese a legítima preocupação do autor, somos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2008 que afronta materialmente a Constituição Federal". É o voto, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão a matéria.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sra. Presidente, eu quero concordar com o relatório da Senadora Fátima Cleide, inclusive fazendo menção àquilo que a Comissão de Constituição e Justiça já aborda a respeito do tema, inclusive em parecer proferido, como já foi dito, pelo próprio presidente daquela Comissão, Senador Demóstenes Torres, mas é um assunto assim candente, eu diria, no Brasil, concordo com o relatório inclusive até pela omissão do Poder Público na prestação de serviços que possam assegurar questões de cidadania e de dignidade para a pessoa, é uma área muito ligada, Sra. Presidente, à questão de distúrbios de conduta, de distúrbios de comportamento, distúrbios psiquiátricos também, não existe nada no Brasil, porque aqui inclusive se diz diante do aparato do ECA, ousa-se afirmar que o mesmo interno só voltará a cometer delitos, salvo algum caso patológico, se o estado estiver falhado, e 20% dos casos, hoje em dia, são casos de distúrbios de conduta, onde não existe avaliação, não existe atendimento, e algumas situações, eventualmente, dependendo do distúrbio psiquiátrico, inclusive, esse atendimento tem que ser, inclusive, ampliado. Por causa disso, Sra. Presidente, eu pediria vistas do presente projeto para analisá-lo para a próxima reunião. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Flávio Arns pede vistas. Vistas concedidas. Vistas coletiva. Pronto. Então, já foi concedido e vamos agora passar para o outro item, que é o item 2.

Vamos agora passar ao Item 2, é o item terminativo, Projeto de Lei do Senado n°. 315, de 2007, "*que altera a Consolidação das Leis de Trabalho, CLT, para dispor sobre a proteção do trabalho do idoso e dá outras providências*". A autora é a Senadora Lúcia Vânia, o relator é o Senador Flávio Arns. O parecer é pela aprovação do Projeto, com a Emenda 01, CDH, e as duas emendas que apresenta. Esse projeto já teve parecer favorável da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e já constou da pauta das reuniões do dia 29/10 e 4/11.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para proferir o seu relatório.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sra. Presidente, como já foi mencionado, um projeto que altera a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a proteção do trabalho do idoso e dá outras providências. É um projeto de autoria da Senadora Lúcia Vânia, define como idoso o trabalhador com mais de 60 anos, estipula o número máximo de horas de trabalho por dia e por semana para os trabalhadores

idosos, assim como as condições e prestação de horas extraordinárias, ordena a subtração de 30 minutos da jornada, quando exercida em condições penosas, perigosas ou insalubres, exige a realização de exames médicos, oftalmológicos nos trabalhadores idosos, as dispensas do empregador a cada seis meses e nas ocasiões de seu ingresso e de seu desligamento, estabelece os limites de esforço permitido para o idoso em 20 quilos para o trabalho contínuo e 25 quilos para o trabalho educacional. Obriga a reserva de 5% das vagas para idosos nos cursos de profissionalização especializada, ministrados pelo chamado Sistema S, e impõe multas aos empregadores infratores.

Em primeiro lugar, eu quero destacar a importância do projeto como está na análise, a importância da regulamentação da atividade produtiva para a saúde, para o bem-estar do trabalhador de mais idade, e, ao mesmo tempo, a manutenção desses trabalhadores na produção importa, do ponto de vista da empresa, em ganhos derivados de sua experiência no trabalho e de seu papel na capacitação dos trabalhadores jovens ainda inexperientes. Também é preciso lembrar que o segmento de idade superior a 60 anos tem participação crescente no conjunto da população brasileira. De acordo com o IBGE, são 3.1% do total de brasileiros em 1970; em 2020, estima-se que venha a corresponder a 11.4% da população.

Em terceiro lugar, constata adequação e pertinência da quase totalidade das medidas propostas, face aos objetivos perseguidos. Afinal, o projeto define todos aqueles aspectos que nós já mencionamos. A única observação e fazendo o seu debate, inclusive, com pessoas do setor, considero, entretanto, que o mesmo não possa ser dito da exigência da reserva de 5% das vagas para idosos nos cursos profissionalizantes oferecidos pelo Sistema S, apesar da intenção evidente de prevenir a discriminação que o dispositivo revela. O número de cursos que esses quatro serviços ofertam: SENAE, SENAC, SENAT E SENAR, é grande, seu conteúdo extremamente diversificado, boa parcela desses cursos têm como foco atividades profissionais restritas a trabalhadores jovens e que esses trabalhos demandam esforço físico superior ao estipulado pela proposta, como condizente com a condição de idoso. Nesse caso, o cumprimento simultâneo da reserva de vaga dos limites de esforços permitidos forçariam o não preenchimento das vagas. A título de exemplo, menciono os cursos de direção defensiva para motoristas de caminhão que transportam produtos inflamáveis, atividades de alto risco e que exige atuação ágil e imediata por parte do motorista, em caso de acidentes, com possibilidade de derramamento de produto, incêndio ou mesmo explosão. Além dessa situação específica, onde é natural entender-se que o trabalho deva ser exercido por pessoa mais jovem, casos similares existem nos mais diversos ramos de atividades. Ademais, as entidades do Sistema S já favorecem o acesso de pessoas idosas a cursos profissionalizantes que possibilitem o exercício seguro da atividade de pessoas idosas.

O Projeto não tem problemas de constitucionalidade, juridicidade, no que toca técnica legislativa, proponho a supressão da expressão "e dá outras providências" da ementa, até porque o projeto não faz mais do que alterar a CLT para dispor sobre a proteção ao idoso. A emenda , aprovada na Comissão de Direitos Humanos, de caráter meramente formal, cuidou de corrigir a numeração do capítulo a ser inserido na CLT, erroneamente grafado como Capítulo 6 A, no art. 1º da proposição.

Em razão do exposto, o parecer conclui pela aprovação do Projeto de Lei do Senado e da Emenda nº 1, da CDH, com as seguintes emendas: "*Suprima-se o art. 441, do Projeto de Lei do Senado nº 315, e suprima-se da emenda do Projeto de Lei do Senado nº 315 a expressão 'e dá outras providências'*". É o Voto, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão. Não havendo quem queria discutir, como o projeto é terminativo, nós deixaremos a sua votação para a próxima reunião. Alguma coisa a acrescentar, Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sra. Presidente, era isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada e parabéns pelo seu trabalho.

Item 5, decisão terminativa. Projeto de Lei do Senado n°. 668, de 2007, "*que altera a Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, para dispor sobre a duração do período de percepção do benefício de seguro-desemprego dos trabalhadores que são responsáveis legais de crianças portadoras de deficiência*". A autora é a Senadora Marisa Serrano; a relatora, Senadora Fátima Cleide. O projeto teve parecer favorável na Comissão de Direitos Humanos e constou na pauta de reunião do dia 25/03, 2/04, 15/04, 30/04, 30/06, 17/06, 29/10. Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide para proferir o seu relatório.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sra. Presidente, "*é submetida à apreciação dessa Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado n°. 668, de 2007, de autoria da nobre Senadora Marisa Serrano. A medida prevê a inclusão de § 6º, no art. 2º, da Lei n°. 8.900, de 30 de junho de 1994, e tem por finalidade dilatar para até sete meses o pe-*

ríodo de percepção do seguro-desemprego para os trabalhadores que são responsáveis legais de criança portadoras de deficiência. Ao justificar a sua iniciativa, a autora alega que esses trabalhadores, 'quando em situação de desemprego, vivem a angústia de terem que atender as necessidades especiais do filho deficiente, como consultas médicas frequentes e outros tratamentos continuados e ao mesmo tempo procurar uma nova colocação de trabalho'. Destaca também que o desempregado, ainda que tenha experiência profissional, leva em média seis meses para ser recolocado no mercado de trabalho. Registra ainda que esse prazo pode ser excedido se houver necessidade de frequentar cursos de requalificação profissional para assumir novos postos de trabalho.

O projeto foi analisado na Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa, que o aprovou com emenda para estender a dilatação do seguro emprego aos trabalhadores que tenham sobre a sua guarda a responsabilidade não só crianças, mas qualquer pessoa que seja incapaz ou relativamente incapaz com deficiência. Nessa Comissão de Assuntos Sociais, não foram apresentadas emendas no prazo regimental".

Da análise. "*A matéria que se pretende disciplinar: ampliação do prazo de concessão do seguro-desemprego para desempregados, responsáveis por pessoas com deficiência, refere-se à previdência pública e se inclui entre aquelas de iniciativa comum, prevista no art. 61, de Constituição Federal. A competência para legislar sobre o tema é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48, da mesma Carta. Com relação à iniciativa e a competência para legislar, portanto, não há impedimentos formais constitucionais, também não identificamos aspectos jurídicos ou regimentais que obstem aprovação da matéria, estando, portanto, apta para entrar em nosso ordenamento jurídico. Também em relação ao mérito do projeto, nossa posição é favorável. O cuidado e a atenção dispensada às pessoas com deficiência vêm sendo cada vez mais objeto de medias de apoio prático e iniciativas legislativas. Há uma imensa rede de apoio que, se não consegue atender a todos, pelo menos diminui o sofrimento, melhora a qualidades de vida e muitas vezes recupera para o trabalho aqueles que, com deficiência, precisam de uma atenção especial. Precisamos de políticas públicas abrangentes que beneficiem também aqueles que convivem diariamente com essas pessoas e são diretamente responsáveis pelo seu bem-estar e inserção na sociedade, e o seguro-desemprego representa um fator inegável de política social voltada para a reinserção e qualificação do trabalhador desempregado. A proposição em análise pretende facilitar esse processo, na medida em que os desempregados nas condições específicas citadas terão mais tranquilidade, mais disponibilidade de tempo para conseguir a requalificação e o emprego desejado.*

Trata-se, portanto, de iniciativa louvável e de grande alcance social, com reflexos altamente positivos tanto para os trabalhadores quanto para as pessoas com deficiência que deles tanto dependem. Em relação à emenda aprovada na CDH, vislumbramos algumas impropriedades técnicas. Em primeiro lugar, o uso da expressão 'pessoa incapaz' ou 'relativamente incapaz', pode ampliar, em demasia, o número de beneficiários. Também julgamos necessária a substituição da expressão 'portadora de deficiência' por 'com deficiência', que é mais adequado aos termos utilizados na convenção sobre direito das pessoas com deficiência. Finalmente, o acréscimo de dois meses no prazo do seguro emprego é mais adequado do que a fixação desse prazo em sete meses, já que o número de mensalidade de concessão de seguro-desemprego é variável de três a cinco meses, nos termos de legislação que se pretende alterar. Somos, então, pela rejeição de emenda da CDH e a adoção de outras duas emendas que corrijam as impropriedades técnicas apontadas".

Voto. "*À vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n°. 668, de 2007, com as seguintes emendas: Emenda n°. 1: 'Dê-se ao texto da emenda do Projeto de Lei do Senado a seguinte redação: 'Acrescenta § 6º, ao art. 2º, da Lei nº. 8900, de 30 de junho de 1994, para dispor sobre a duração do período de percepção do benefício de seguro-desemprego aos trabalhadores que são responsáveis legais por pessoas com deficiência e dá outras providências. Emenda nº 2: 'Dê-se ao § 6º, do art. 2º, da Lei nº. 8.900, de 30 de junho de 1994, na forma que dispõe o art. 1º, do Projeto de Lei do Senado nº. 668, de 2007, a seguinte redação: 'No art. 2º, § 6º: se o trabalhador desempregado tiver sob sua guarda ou responsabilidade pessoa com deficiência, o período máximo estabelecido no caput é acrescido de dois meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo, contado da data da dispensa que originou a brasileira habilitação*". É o Voto, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Quero parabenizar a Senadora Fátima Cleide pelo trabalho que realizou nesse relatório. O projeto, ele tem realmente um alcance social muito grande, mas agora vamos discuti-lo. Ele é terminativo. Passamos a palavra ao Senador Flávio Arns para discuti-lo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu só quero também enaltecer, parabenizar o relatório. Considero o relatório muito adequado, importante, concordo com as emendas apresentadas. Então, isso é

importante, um relatório muito bem elaborado. Aliás, a Senadora Fátima Cleide tem sido sempre extremamente solidária com a pessoa com deficiência, é necessário que se reconheça inclusive, mais uma vez, e ela inclusive foi relatora aqui no Senado também do FUNDEB, onde foi incluída a pessoa com deficiência, particularmente aquela que tem uma necessidade de desenvolvimento mais acentuado. E ao mesmo tempo o projeto também é muito interessante como foi dito, é importante, necessário e então eu acho é um avanço assim interessante que a Senadora Marisa Serrano havia proposto, de extensão do seguro-desemprego para aquela família cujo trabalhador tenha perdido o desemprego e que tenha realmente um conjunto de obrigações dependendo da circunstância familiar mais complicada, a presença de uma pessoa com deficiência dependendo da situação, exige mais daquela família, por isso a intenção dela receber uma atenção maior, mas concordo amplamente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Continua em discussão. Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só parabenizar a Senadora Fátima Cleide pelo relatório, de fato é um acréscimo no pagamento do seguro-desemprego para quem tem alguma dificuldade, alguma deficiência, alguma necessidade. Então, merece naturalmente dessa Comissão nosso apoio e mais do que o nosso apoio, o nosso votos favorável e o trabalho para que de fato se transforme numa lei que seja cumprida no Brasil. Obrigado, presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Encerrada a discussão. Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Só para agradecer as contribuições aqui, reconhecimento Senador Flávio Arns, Senador Renato Casagrande.

Senadora Rosalba, eu gostaria de pedir um item de extrapauta. Posso fazê-lo agora para que a gente possa ter tempo, a Secretaria, de providenciar?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pode, mas na realidade eu gostaria de analisar extrapauta depois que nós concluíssemos aqui.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Eu só quero pedir a inclusão, inclusão de um requerimento, solicitando o cancelamento de uma audiência que foi requerida aqui para instruir o PLC 122, considerando que, como relatora, já entreguei o relatório na Comissão com um substitutivo. Eu acredito que essa audiência, ela é inócua, para discutir algo que já não está mais em discussão. Então, gostaria que a gente pudesse aprovar o requerimento, são 15 pessoas que já têm convidadas para a realização dessa audiência, nós teríamos que fazer no mínimo duas e já a gente poderia enfim, cancelar a audiência e passar à apreciação do substitutivo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Quando o requerimento chegar aqui à Mesa nós iremos analisar e a decisão será da Comissão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pela ordem, Sra. Presidente. Eu sou relator do Item 31 e 32, são terminativos, mas eu acho que seria bom que a gente fizesse o relatório, apresentasse o relatório e quando tivéssemos quórum a gente pudesse votar. Então, uma hora que V.Exa. me conceder a oportunidade de relatá-los, eu estou à disposição.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Estou de acordo, Sra. Presidente, porque o mesmo poderá ocorrer com o item 36 e o item 40.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E vai ser o item 10 temos depois... Item 10, João Durval, e depois poderemos iniciar do Senador Casagrande e do Senador Inácio Arruda.

Eu gostaria aqui então vamos... Está encerrada a discussão relativa ao Projeto de autoria da Senadora Marisa Serrano relatado aqui pela Senadora Fátima Cleide, que é um projeto realmente que tem essa sensibilidade social de apoio às famílias que têm filhos deficientes, quando eles se encontram em situação difícil em função do desemprego. Então, eu quero parabenizar tanto a autora como a relatora e adiamos a votação. Em seguida, passamos para o item 10, que é decisão terminativa. Projeto de Lei do Senado n°.-–

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sra. Presidente, só pela ordem, é que a Senadora Fátima Cleide havia solicitado a retirada do requerimento da Audiência Pública que instruiu o Projeto 121, não sei se foi votado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, chegou agora.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Ah, inclusão extrapauta. Eu só quero dizer que eu concordo também, porque houve um debate grande sobre o projeto e houve mudanças significativas e como ainda vai para outras comissões caso surjam dúvidas nessas comissões, pode haver. Eu só quero manifestar o meu apoio.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada. Vamos terminar esse projeto depois passamos à análise do requerimento.

O Item 10, do Senador João Durval, que é o relator, o autor é o Senador Alvaro Dias, dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico em Prótese Dentária e determina outras providências.

Concedo a palavra ao Senador João Durval para proferir o seu relatório.

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Parecer. "*O relatório vem a exame dessa Comissão para decisão terminativa o Projeto de Lei do Senado n°. 620, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, que tem por finalidade dar nova regulamentação ao exercício da profissão de Técnico em Prótese Dentária. A proposição em tela atualiza a Lei n°. 6.710, de 5 de novembro de 1979, que presentemente normatiza a matéria, para tanto dispõe sobre os seguintes tópicos: a definição legal de Técnico em Prótese Dentária, art. 3º, a exigência de habilitação profissional, art. 4º item 1, e a permissão para o exercício da profissão com diploma expedido por escola estrangeira, art. 4º, item 2. O elenco de competências, art. 6º, e de vedações, art. 7º, e a atribuição de competência dos conselhos federal e regionais de odontologia, para fins de inscrição e registro de profissional e de fiscalização da atividade, arts. 5º, 8º, 9º e 10º. Por fim, estabelece que a lei em que o projeto se converter, entrará em vigor na data de sua publicação e revoga a Lei n°. 6.710, de 1979. A intenção de Projeto de Lei é modernizar a regulamentação dessa profissão, vez que, frente aos avanços tecnológicos ocorridos no setor e passados quase 20 anos de edição da norma vigente, tornou-se obsoleta a legislação sobre o tema. O projeto não foi objeto de emenda*".

Análise. "*Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais pronunciar-se sobre a matéria do presente Projeto de Lei. Nesse sentido, a questão meritória repousa sobre a necessidade de alterar a regulamentação do exercício da profissão de Técnico em Prótese Dentária, cabe ressaltar inicialmente que o exercício dessa profissão já é regulado pela Lei n°. 6.710, de 5 de novembro de 1979, e pelo Decreto n°. 68.704, de 3 de junho de 1971. Porém, esses instrumentos legais, além de apresentarem importantes omissões, tornaram-se anacrônicos, haja vista a dinâmica técnico-científica a que a área odontológica está submetida e o intenso processo de mudança e superação tecnológica do setor. Posto que regulamentar significa impor limites, ordenar competências, atribuições e fixar responsabilidades, o projeto sob análise repara omissões da legislação em vigor, tais como a ausência de definição legal e do escopo de competências do Técnico em Prótese Dentária. Por outro lado, suprimem-se da regulamentação a alguns pontos polêmicos que estão em desacordo com a opinião majoritária da categoria, tais como a obrigatoriedade de apresentação de prova de quitação de imposto sindical para obtenção de cédula de identidade profissional e a proibição ao técnico de prótese dentária de fazer publicidade de seus serviços. Esclareça-se, por derradeiro, que não há o que questionar quanto à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição*".

Voto. "*Diante do exposto, o Voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n°. 620, de 2007*". Era isto que eu tinha a dizer, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador João Durval. Agora passamos à discussão da matéria. Não havendo quem queira discutir, adiamos a votação e vamos agora para o Item 36, decisão terminativa. Projeto de Lei do Senado n°. 347, de 2007. Vamos ao Projeto do Senador Osmar Dias, relator: Senador Inácio Arruda.

Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda para proferir o seu relatório. Item 36.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, "*o Projeto de Lei do Senado de n°. 347, de 2007, de autoria do Senador Osmar Dias, determina que todos os hospitais com mais de 80 leitos ou que disponham de unidades de emergência ou de tratamento intensivo mantenham uma comissão de captação e doação de órgãos que deverá ser composta por profissionais da própria instituição.*

A comissão terá as seguintes finalidades: identificar potenciais doadores de órgãos, tecidos e parte do corpo humano, para fim de transplante de tratamento; fazer contato com familiares, com objetivo de obter autorização para doação; manter meios de comunicação permanente com as centrais de notificação, captação e distribuição de órgãos de unidades da Federação em que se localizem; e outras na forma do regulamento. O projeto estabelece penalidade para os estabelecimentos de saúde especificados que deixarem de manter a citada comissão. Em sua justificação, o autor da matéria argumenta que, nos últimos anos, tem ocorrido diminuição no número de transplantes realizados, o que, entre outras causas, é devido à insuficiente organização dos hospitais onde se encontram os potenciais doadores. Assim, a comissão proposta objetiva contribuir para a superação desses problemas.

O projeto vem para ser apreciado de forma terminativa pela comissão, ressaltando-se que não foram apresentadas emendas. Não há como deixar de reconhecer...".

Análise, Sra. Presidente. "*Não há como deixar de reconhecer o mérito do propósito almejado pelo Projeto de Lei ora analisado, que é o de contribuir para aumentar o número de transplantes no país, haja vista a queda observada nos últimos dois anos no número de transplantes realizados. Relatório de autoria, realizada*

em 2006, pelo Tribunal de Contas da União, sobre o projeto captação e doação de órgãos, constatou que muitos aspectos essenciais para o funcionamento do Sistema Nacional de Transplantes, SNT, ainda não foram equacionados. A deficiência nas atividades de planejamento, gerenciamento, execução e controle das ações do programa com a falta de articulação entre os diversos componentes do sistema. Um dos aspectos essenciais a serem contemplados para se conseguir dar mais efetividade ao SNT é o aprimoramento da captação de órgãos e tecidos e é justamente nesse aspecto que está focado o projeto ora sob comento.

A medida proposta, obrigar que todos os hospitais com mais de 80 leitos ou que dispõe de unidade de emergência ou de tratamento intensivo mantenham uma comissão de captação e doação de órgãos está previsto em portarias editadas pelo Ministério da Saúde, como a Portaria 1.752/GM, de 2005. No entanto, essa portaria está sendo reavaliada pela atual coordenação nacional do SNT, pois a experiência obtida desde a sua edição tem demonstrado que ela apresenta inadequação em diversos aspectos. Um dos aspectos questionados diz respeito à exigência de que hospitais com mais de 80 leitos mantenham comissão de captação e doação de órgãos ou tecidos. O porte do hospital não é critério adequado para se avaliar a sua potencialidade em termos de captação de órgãos ou tecidos para transplantes, isso é facilmente percebido no caso de hospitais psiquiátricos, que não se constituem em locais de captação de potenciais doadores, ainda que possam ter um grande número de leitos. O inverso também pode ocorrer, com estabelecimentos de menor porte, apresentando, pela dinâmica e tipo de atendimento realizado, grande potencial em termos de captação de órgãos e tecidos. Assim, não é conveniente que a lei venha instituir um modelo de captação de doadores que apresentem impropriedades em alguns aspectos. Atualmente, o modelo considerado mais adequado está baseado na constituição de organizações realizadas que realizem busca de potenciais doadores em um ou mais de um hospital de determinada área geográfica. Essas organizações devem monitorar as notificações de morte encefálica, mantendo contato permanente com as unidades notificadoras.

Para adequar o projeto a esse novo modelo de organização de procura de órgãos e tecidos para transplantes, considerando mais efetivo, apresentamos substitutivo ao PLS 347, de 2007, em função das características da doação de córneas para transplantes que são bem distintas das demais doações de órgãos ou tecidos, introduzimos dispositivos específicos referentes à criação de organizações de procura de córneas. Também entendemos ser oportuno introduzir outro dispositivo, com vistas ao aperfeiçoamento da legislação vigente, no diz respeito à doação inter vivos. Caberá ao Conselho Federal de Medicina, da mesma forma como ocorre para definição dos critérios de morte cerebral, determinar as diretrizes a serem observadas, em caso de utilização de órgãos sólidos ou parte de órgãos provenientes de doador vivo. Pelas considerações...".

Voto, Sra. Presidente. "*Pelas considerações expendidas, nosso Voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 347, de 2007, na forma do seguinte substitutivo: Projeto de Lei do Senado n°. 347, de 2007, altera a Lei 9.434, de 4 de fevereiro de 97, para determinar a criação de organizações de procura de órgãos ou tecidos para transplantes e de organizações de procura de córneas, no âmbito do Sistema Nacional de Transplantes, e a definição de diretrizes a serem observadas em caso de doador vivo. Art. 1º: A Lei 9.434, de 4 de fevereiro de 97, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:*

Art. 13-A: 'É obrigatória a criação, no âmbito do Sistema Nacional de Transplante, de organização de procura de órgãos ou tecidos para transplantes, de caráter intra ou inter hospitalar, com a finalidade de identificar potenciais doadores de órgãos, tecidos ou parte do corpo, para fins de transplante ou tratamento.

§ 1º: 'As organizações referidas no caput serão responsáveis pelo monitoramento das unidades notificadoras de doadores de estabelecimentos públicos ou privados, existentes em determinada área geográfica, e terão uma estrutura, composição e atividades, definidas em regulamento.

§ 2º: 'Para captação de córneas, poderão ser criadas organizações de procura de córneas, observando-se o previsto no caput e no § 1º, aos quais deverão proceder a busca ativa de doadores, com parada cardíaca irreversível, providenciar os exames sorológicos indicados, captar, preparar, avaliar e preservar as córneas, entre outras atribuições definidas em regulamento'.

§ 3º: 'As organizações de procura de órgãos ou tecido para transplantes e as organizações de procura de córneas não poderão ter qualquer participação na alocação dos órgãos ou tecidos por ela captadas'.

Art. 2º. 'O art. 9º, da Lei 9.434, de 4 de fevereiro de 97, passa a vigorar acrescido do seguinte § 9º. Art. 9º, § 9º: 'A doação referida nesse artigo deverá obedecer as diretrizes estabelecidas por resolução do Conselho Federal de medicina.

Art. 3º: 'Essa lei entra vigor após decorrer 180 dias da data da sua publicação'.

Sra. Presidente, é esse o substitutivo é nós somos pela aprovação. E quero elogiar a iniciativa do Senador

Osmar Dias, a sua preocupação com a captação de órgãos para transplantes no Brasil, porque nós temos examinados aqui na Comissão, nós estamos recheados de profissionais na área de saúde, notadamente médicos, que sabem e conhecem essa realidade, sobretudo a necessidades de nós ampliamos o número de doadores por um trabalho grande de convencimento das famílias e das próprias pessoas que se disponham a fazer doação de órgãos no nosso país para salvar milhões de brasileiros que precisam, às vezes, decidir entre morrer ou ter a doação e a doação. Portanto, trata-se de uma generosidade humana e que o Senador Osmar Dias buscou aprimorar com o seu Projeto de Lei. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador Inácio Arruda. Passamos agora à fase de discussão. Com a palavra o Senador Papaléo e depois o Senador Augusto Botelho.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu quero louvar a iniciativa do Senador Osmar Dias, com o projeto que ele apresentou e que realmente traz à tona a necessidade absoluta de termos algumas normas, algumas leis que realmente venham a aprimorar a capacidade de convencimento de doadores de órgãos e também aprimorar a qualificação dos nossos profissionais que são necessários, bem como as instalações adequadas para tais procedimentos. E logicamente a iniciativa do projeto foi do Senador Osmar Dias, mas teve o coroamento de todo esse projeto na análise do Senador Inácio Arruda, que veio realmente com o seu substitutivo aprimorar, adequar alguns pontos que realmente precisavam ficar bem claros.

Então, eu quero parabenizar o Senador Inácio Arruda, eu voto a favor do projeto relatado por V. Exa. e dizer da sensibilidade, e referindo-me ainda sobre o substitutivo que veio realmente contornar algumas dúvidas que estavam e algumas necessidades que estavam para ser atendidas. Parabéns à V.Exa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Passamos agora a palavra ao Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Inicialmente eu gostaria de saudar o nosso relator, pelo relatório eficiente e bom, principalmente, e também o autor da proposta, Senador Osmar Dias. É importante que essas comissões de captação de órgão não tenham nenhuma relação com a utilização do órgão, elas não podem decidir para onde vai, nem para quem é, elas só vão dizer: "O órgão está pronto, existe um órgão que pode ser utilizado aqui", que é para ela não ter assim o jeito humano de querer ajudar um ou querer forçar as coisas, para decidir cientificamente a qualidade do órgão.

Outra coisa importante que eu gostaria de deixar bem claro aqui, que doador de órgão é aquele que diz: "Eu quero doar os meus órgãos se eu morrer", dizer para a sua família, não é obrigatório estar uma coisa escrita, a gente fica esperando essa coisa escrita, escrita, aí a pessoa morre... Não é obrigatório, então, deixar bem claro, quem quiser doar seus órgãos tem que falar para a família, não adianta você falar pensar "Se eu morrer de acidente eu quero doar meus órgãos", ficar pensando, é um pensamento muito bonito, muito bom, muito humanitário, mas tem que falar para a família e para os amigos, porque quem decide isso é a família quando acontece um imprevisto.

Lembrar que assim, quando a pessoa, por exemplo, morre um jovem saudável de acidente, ele tem dois olhos, dois rins, dois pulmões, um fígado. Quer dizer, cada um ajuda muito as pessoas e os olhos são as coisas muito importantes, tem muita gente que não vê dos dois olhos precisando de uma córnea. Só com uma córnea que joga fora quando morre um parente da gente que é enterrado com uma córnea boa, com duas, ele deixa de ajudar duas pessoas que estão cegas, que para andar estão com dificuldades, que não veem nada e que podem ver. Eu estou falando de doação de córnea, porque córnea é uma coisa muito chocante, muito grande e todo mundo conhece alguém que precisa de córnea, quase todo mundo no Brasil conhece alguém nas cidades, nas famílias.

Então, parabenizar mais uma vez pelo projeto e espero que essas comissões de captação e análise de potenciais doadores realmente sejam implantadas, porque o Brasil também tem outra coisa que tem que falar do nosso país, é o país do mundo onde se faz mais transplantes de órgãos de pessoas com baixo poder aquisitivo, hipossuficientes, segundo os advogados, gente que não tem recursos. Mas isso graças ao SUS, o SUS é criticado, é reclamado, mas os jovens aqui reclamam muito do SUS, mas quem conheceu os sistemas antigos, que a gente para ser atendido, para ser internado no hospital tinha que ter um carteirinha, um documento antes, de trabalhar, era trabalhador INAMPS, era o próprio Governo que fazia isso mesmo, se não tivesse carteira do INAMPS não internava. Só quem salvava eram as abençoadas Santa Casa e hospitais filantrópicos que até hoje funcionam e que merecem todo o apoio dessa casa e da gente para que continue funcionando e prestando assistência. Parabéns pelo seu relatório, Senador Inácio Arruda e parabéns Senador Osmar Dias pela ideia de fazer esse projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigado, senador. Em discussão. Senador Inácio Arruda, eu quero parabenizá-lo, até porque o Senador Augusto Botelho como da área e o senhor fez um trabalho brilhante, é uma área, é algo realmente muito... Que hoje nós não podemos deixar de nos preocuparmos com essa questão, é necessário conscientizar aumentar o número de doadores e também termos os meios mais simplificados e ao mesmo tempo que possa aproveitar ao máximo aqueles órgãos que ficam, vamos dizer assim, muitas vezes à disposição para aquelas pessoas sem infringir a fila, porque a fila existe, é muito grande e nós não podemos evidentemente ajudar um e prejudicar a inúmeros.

Bem, encerrada a discussão, adiada a votação do Projeto de nº 36.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Se eu for o relator, é o 31, senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, o que foi relatado agora foi o 36.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ah, sim. Não, o que eu... Serei eu.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Projeto de n°. 36 da Pauta, 36, do Senador Inácio Arruda. Fica adiada a votação. Passamos agora ao Requerimento da Senadora Fátima Cleide.

"*Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, dispensa das Audiências Públicas, aprovadas pelo Requerimento 38.4471 e 72/2009-CAS, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara 122/2006, do qual eu sou relatora do âmbito dessa Comissão de Assuntos Sociais*". Em votação o requerimento. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Então, fica retirada da pauta a Audiência Pública, em função dos motivos que a Senadora Fátima já expôs, como o projeto já houve várias alterações e ele perdeu o sentido dessa aprovação e assim nós poderemos em breve também analisar esse projeto, que é o 122/2006. Passamos agora para o item 18.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Por que não vai ser o item que eu vou relatar?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O item do Senador Casagrande é o 31, decisão terminativa. Depois, é o 18, do Senador Augusto Botelho, porque nós não estamos seguindo a ordem. A pedido do senador, nós estamos--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O Senador Augusto Botelho vai me conceder fazer um relato do Item 31. Eu sou relator, Presidente, do Item 31 e Item 32. Eu vou relatar o Item 31, vou pedir à V. Exa. para que eu não faça o relato do Item 32, porque tem uma dúvida que o INSS levantou, e eu quero verificar, para ver se procede antes de eu fazer o relato dessa matéria.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, o senhor deseja retirar da Pauta.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sobrestá-la pelo menos até semana que vem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Adiar para a próxima reunião. Está certo. Então, passamos ao Item 31. Autora: Deputada Sandra Rosado. O relator, Senador Renato Casagrande, que dispõe sobre a dispensação de medicamentos contendo antimicrobianos. Com a palavra o Senador Casagrande para--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senadora Rosalba. Como V.Exa. já disse um projeto de autoria da Deputada Federal Sandra Rosado, da terra de V.Exa., não são aliadas políticas, mas são da mesma cidade, do mesmo município.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós não somos aliadas política, mas somos do mesmo estado e estamos aqui para defender sempre o nosso estado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu sei disso, então, eu quero parabenizar a Deputada Sandra Rosado e dizer que o Projeto da Câmara nº 111, de 2009, de autoria da deputada, no mérito, temos que concordar com a propositura que se apoia na informação acumulada na literatura médica, segundo a qual o uso abusivo e irracional de antimicrobianos é responsável por um número importante e crescente de intoxicações e principalmente pelo alarmante crescimento do fenômeno da resistência bacteriana a esses medicamentos, sendo a automedicação parte importante desse problema. Aí o Senador Augusto Botelho poderá também nos ajudar, que é médico e poderá subsidiar o debate posteriormente.

"Para reduzir esse último fator, o projeto propõe que a prescrição dessa classe de medicamentos seja permitida apenas a profissional habilitado e sua dispensação seja feita mediante apresentação e retenção da prescrição, não há portanto que questionar quanto ao mérito, da mesma forma não há óbice quanto a constitucionalidade do projeto, que cuida da matéria proteção e defesa da saúde, cuja competência legislativa e concorrente entre a União, os estados e o Distrito Federal. Há, no entanto, que se fazer um ajuste para adequá-lo ao que dispõe o inciso V, do art. 7º, da Lei Complementar 95, de 98, que determina que o mesmo assunto não pode ser disciplinado por mais de uma lei. Ora, o controle sanitário do comércio

de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos encontra-se regulamentado pela Lei 59/91 de 73. Por esta razão vemos que proposição de leis extravagantes sobre a mesma matéria contraria a legislação que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e a consolidação da lei. Entendemos assim que a matéria deveria fazer parte do capítulo daquela lei que trata do receituário e do dispositivo que estabelece os requisitos para o aviamento de receita por farmácias e drogarias.

A integração da matéria do projeto no texto da lei que regula o comércio farmacêutico tem ademais o condão de aprimorá-lo quanto à falta de coercitividade do texto original: ao integrá-lo no corpo da lei que regula o comércio farmacêutico, o novo texto permite automaticamente que o descumprimento de suas disposições passe a configurar infração à Legislação Sanitária Federal".

"*Portanto* – Voto -, *somos pela aprovação do Projeto de Lei n°. 111, da Câmara, com o seguinte substitutivo, diz o seguinte: o art. 1º: Acrescente o § 2º, do art. 35, da Lei 5.991/73, renumerando-se e dando-se nova redação ao atual parágrafo.*

§ 1º do art. 35: 'O receituário de medicamento entorpecente ou a este equiparado e os demais medicamentos, sob regime de controle sanitário especial, de acordo com sua classificação, obedecerá as disposições da legislação federal específica'.

§ 2º: 'Os medicamentos que contenham antimicrobianos submetem-se a regime de controle sanitário especial e somente podem ser prescritos por profissional habilitado e dispensado mediante a apresentação e retenção do original da prescrição, na forma do regulamento'.

Este é o Voto, Presidente Senadora Rosalba Ciarlini.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Casagrande, eu gostaria agora de parabenizá-lo pelo seu relatório e dizer que o projeto da Deputada Sandra Rosado, que está aberto às discussões. Senador Augusto Botelho para discutir.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sra. Presidente, eu gostaria da louvar esse projeto, porque todos nós temos pessoas que já morreram por infecções dessas aí. Inclusive, eu já tive um filho de uma amiga minha que nasceu comigo, há uns três anos atrás, o Marcelo morreu de uma infecção dessa violenta, rapidinho. E já tem um filho de outra amiga que trabalha comigo no Ministério da Saúde, essa já ocorreu a morte de um uns 12, 13 anos atrás de infecção desse tipo de bactéria.

Eu pedi um aparte porque realmente nós temos uma dificuldade de ter médico disponível para fornecer, receitar antibiótico para todas as pessoas, principalmente em lugares menores, lugares com menos recursos, mas é importante que se faça essa lei porque nós precisamos encaminhar para isso. Quando as pessoas vão tomar um antibiótico, que elas pegam e começam a tomar o antibiótico, o médico prescreve sete dias, ela toma três dias. Como é que faz a seleção? Então, ela pega e mata todos os micróbios que são mais sensíveis, mais fracos para os antibióticos. Agora, os micróbios são mais fortes para aquele antibiótico persistem vivos, pode ser que eles não provoquem um sintoma na pessoa, que o sintoma até desapareça, mas eles estão vivos e ficam ali e depois passam para outras pessoas e aí a pessoa vai tem outra infecção, faz a mesma coisa, toma remédio por conta própria, às vezes não é nem o antibiótico bom, porque cada tipo de micróbio tem um tipo de antibiótico ou quimioterápico específico, não é assim, um remédio não serve para todos os micróbios. E o médico, quando prescreve o antibiótico, ele procura dirigir para o tipo de micróbio que é mais frequente naquela infecção que ele está querendo tratar. Por isso que as pessoas têm que entender que essa lei é importante, que vai ser chato ter que ficar receita na farmácia, mas tem que ficar, porque é a proteção do futuro das pessoas. Hoje em dia eu posso citar assim dois casos, mas posso citar 100 casos, 200, porque ainda nós não estamos nesse ponto.

Então, nós temos que trabalhar para evitar essa seleção microbiana que nós estamos fazendo, principalmente dentro dos hospitais, todo mundo já ouviu falar que infecção que pegou no hospital, toda infecção que pega em hospital não é infecção simples, é complexa, porque cada vez que parece um micróbio mais resistente os laboratórios investem em pesquisa, criam antibiótico para aquele micróbio, mas daqui um tempo se for dado inadequadamente, esse antibiótico também é resistente e nós temos que trabalhar, porque o homem tem que sobreviver, nós temos que viver para continuar escrevendo a história da humanidade. Muito obrigado, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador Augusto Botelho. O senhor, como médico, conhece essa realidade que nós conhecemos, mas tem um detalhe que eu queria aqui acrescentar, que, principalmente na infância, o uso indiscriminado de antibiótico na infância, além de criar resistência e o organismo, aquele microorganismo que fica no organismo da criança, qualquer baixa de imunidade ele pode vir de uma forma ainda mais violenta provocando infecções ainda mais gra-

ves. E isso, olha, nos países desenvolvidos, você não consegue de forma nenhuma adquirir um antibiótico, se não for com uma prescrição médica, porque tem, além dessa questão de dar resistência, tem os efeitos colaterais, muitas vezes. Eu sou pediatra e vi isso acontecer, crianças chegando ao meu consultório já usando medicamentos que davam efeitos colaterais muito graves e que não aparece no momento, vai parecer no seu desenvolvimento, na parte óssea, na parte hematológica, enfim, uma série de questões, e isso tem que ser muito bem protegido e sei que tudo há uma reação inicial, as pessoas não gostam, mas isso é para o benefício da saúde. Então, é uma proteção importante e, com o tempo, vai se adaptando, as pessoas vão aceitando e vão entendendo principalmente que é para defender a saúde, porque as infecções hospitalares muitas vezes são fruto dessa resistência que não se sabe nem como aconteceu, porque já vem de forma indiscriminada em todas, não somente na infância, mas em todas as fases da vida.

Bem, então, encerrada a discussão, adiada a votação. Passamos agora para o item--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sra. Presidente, eu pediria que pudéssemos votar o Item 40, que é terminativo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Inácio, o Item 40, ele já está aqui separadinho para o senhor relatar, mas, antes, eu gostaria de, como o Senador Augusto Botelho já estava na vez, nós vamos passar o Item 18, que é a decisão terminativa, Projeto de Lei n°. 398, de 2005, que obriga os estabelecimentos que especifica a fornecer as informações nutricionais dos alimentos e bebidas preparadas. O autor é o Senador Marcelo Crivella e o relator Senador Augusto Botelho. Senador Augusto Botelho, parecer é pela aprovação do projeto na forma de substitutivo que apresenta. Item 18.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu estava entusiasmado para ler esse relatório, mas o Senador Marcelo Crivella pediu que sustasse a leitura um pouco, ele quer fazer algumas alterações, o projeto original é dele, então, é lógico tem todo o direito de fazer. Eu gostaria de pedir para retirar, para poder apresentar posteriormente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Augusto Botelho, V.Exa. é o relator. Se o senhor deseja fazer alterações, eu acredito que todos estamos de acordo. Então, fica retirado e passamos agora ao Item 40, o autor é o Senador Paulo Paim, o relator é o Senador Inácio Arruda, que acrescenta o art. 38-A à Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda para proferir seu relatório.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, "*esse projeto, de iniciativa do Senador Paulo Paim, é um daqueles projetos de grande mérito social, de grande alcance para trabalhadores de uma área que nós conhecemos muito, que é exatamente a área da pesca no Brasil, e ele trata de dar garantias aos pescadores que praticamente perdem a sua capacidade de trabalhar, não por problemas físicos ou pessoais, mas porque a piscosidade das áreas que eles exploram com a pesca diminui significativamente, ou por um esforço concentrado de pesca, ou por poluição ou por mudanças climáticas. Então, existem muito fatores que atuam diretamente sobre a exploração pesqueira no Brasil.*

Ao projeto apresentei três emendas com sentido de aperfeiçoá-lo. Uma primeira, Sra. Presidente, então, a nossa análise e o objetivo do projeto é de grande mérito, grande alcance social nosso Voto é pela aprovação com as seguintes emendas: uma emenda logo na ementa, para adequá-la, que passa a ter a seguinte redação: da Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2008, que acrescenta o art. 38-A à Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e o art. 51-A à Lei nº 8.213, da mesma data, com o objetivo de dispor sobre o parcelamento de débitos e concessão de aposentadoria por idade para os pescadores prejudicados pela redução da piscosidade.

Emenda nº 2: O art. 38-A, acrescido à Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, pelo art. 1º do PLS nº 456, de 2008, passa a ter a seguinte redação: Art. 38-A: Pelo período de cinco anos, o INSS concederá parcelamento de débitos vencidos até 30 de junho de 1999, pelo prazo de até 180 meses aos pescadores segurados obrigatórios da Previdência Social, na condição de contribuintes individuais ou de segurados especiais, cuja atividades de pesca é realizada em áreas atingidas por danos ambientais ou ecológicos certificados pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, servindo parcelamentos deferido como contribuição regular do período abrangido para efeito da concessão do benefício de aposentaria por idade no valor de um salário mínimo. E já faço uma correção, porque quando entreguei o parecer, Sra. Presidente, ainda éramos uma Secretaria, e a Secretaria foi aprovado o projeto que transforma a Secretaria em Ministério da Pesca, então agora nós já temos o Ministério da Pesca, então já temos que fazer uma correção na própria emenda.

Parágrafo Único. Deferido o benefício de aposentadoria por idade nos termos do art. 51 da Lei 8.213,

de 24 de julho de 91, o valor das parcelas decorrentes do parcelamento de contribuições sociais devidas pelo segurado será consignada sobre o valor de aposentadoria por idade até o limite de 30%.

Emenda nº 3: O art. 51-A acrescido à Lei n°. 8.213, de 24 de julho de 91 pelo art. 1º de PL S n°. 456, de 2008, passa a ter a seguinte redação: 51-A O benefício de aposentadoria por idade será concedido pelo período de cinco anos e em caráter excepcional aos pescadores segurados obrigatórios enquadrados como contribuintes individuais ou segurados especiais, observando o disposto no art. 38-A da Lei n°. 8.812, de 24 de julho de 91, cumprida as demais exigências para concessão do benefício. Sala das Comissões...".

Esse é o nosso relatório com as emendas, o nosso pedido é pela aprovação. Fui informado, pela Assessoria do Governo, que gostariam de examinar melhor o projeto, não há prejuízo porque nós estamos lendo o projeto, ele não vai ser votado imediatamente. Então, tem tempo suficiente para que a assessoria do Ministério da Previdência Social possa nos oferecer sugestões, opiniões, nós estamos absolutamente abertos, porque essa é uma área muito sensível do Estado Brasileiro, que é a questão da aposentadoria. Portanto, estamos à disposição do Ministério para observações que queiram fazer ao nosso relatório e também tenham a certeza que o autor tem toda a disposição para poder examinar as opiniões que possam vir do Ministério da Previdência.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em função das colocações do Senador Inácio Arruda, de que ainda vai analisar algumas sugestões vindas do Ministério da Previdência--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Estamos abertos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Está aberto. Nós então vamos adiar a discussão, porque, depois de discutido, já não podemos--

[falas sobrepostas]

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Pedir vistas também para enquadrar no regimento.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não faça isso, meu caro senador, porque nós queremos mais tempo, porque estando adiada a discussão... Fica lida e adiada a discussão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Fica lida, só adiada a discussão e a votação, porque se nós passarmos a discutir, ele não poderá mais fazer as alterações.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Esse relatório não é válido ainda.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Porque na realidade eu acho que esse é um projeto...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pela ordem, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senadora Fátima.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senadora Rosalba, eu queria pedir a inclusão extrapauta então, do substitutivo do PL 6.022, que nós estamos a dois anos da Comissão de Assuntos Sociais, não é terminativo aqui ele volta para a Comissão de Direitos Humanos e depois ainda vai para a Comissão de Constituição e Justiça. Então, eu gostaria que fosse incluído extrapauta para que nós pudéssemos votá-lo hoje.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria de colocar para o Plenário a solicitação que é feita pela Senadora Fátima Cleide e colocar extrapauta o Projeto de Lei, o substitutivo ao PL 122, de 2006, que altera a Lei nº. 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes e preconceitos de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º, do art. 140, do Decreto Lei nº. 2.848, de 7 dezembro de 1940, Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação da Lei do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei n°. 5.452, em 1° de maio de 1943, e dá outras providências. Srs. Senadores que concordam com a colocação da solicitação de Senadora Fátima Cleide para que possamos incluir esse projeto hoje extrapauta, permaneçam como se encontram. Aprovado. Então, vamos, então, para a análise do projeto extrapauta da Senadora Fátima Cleide, colocando em votação o parecer da Senadora Fátima Cleide que conclui pelo substitutivo.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sra. Senadora, o relatório ao PLC 122 foi lido nessa Comissão, em março de 2008. Infelizmente, esse projeto está, desde 2007, tramitando no Senado Federal, entrou pela Comissão de Direitos Humanos. Nós, fiéis aos preceitos republicanos, acatamos a solicitação de ampliação de prazo, fizemos várias reuniões de grupo de trabalho, juntamos todos aqueles que tinham suas versões favoráveis e desfavoráveis a esse projeto, no final de 2007, após ampla discussão na CDH, inclusive com realização de várias audiências públicas, nós tivemos um requerimento aprovado no Plenário que pediu para que esse projeto viesse para a Comissão de Assuntos Sociais. Aqui, em março de 2008, eu fiz a leitura do relatório e infelizmente teve um pedido de vista, houveram dois votos em separado e, agora, após várias conversações com diversos setores da nossa sociedade, principalmente aqueles que se posicionaram claramente contrários à aprovação desse projeto,

esgotada toda a fase informal do diálogo, nós resolvemos então apresentar um substitutivo. Esse substitutivo, Sra. Presidente, ele está bem mais enxuto e muito mais amplo no sentido de previsão, de proteção legal para outros setores, nós ampliamos o arco de proteção para mulheres que nós fomos descobrir, mulheres como aquela moça que é aluna da UNIBAN e que sofreu semana passada uma violência, Geisy Arruda, me corrige aqui o Senador Augusto Botelho, sofreu uma expressão fortíssima de violência, discriminação e preconceito dentro do âmbito da universidade, o que nos dá um certo estarrecimento por conta disso, mas isso é o que acontece nas ruas quando as massas se voltam contra a população LGBT.

Então, na nossa sociedade, nós não temos proteção contra preconceito e discriminação, que é disso que trata o projeto e, por isso, o mérito dele deve ser analisado na Comissão de Direitos Humanos. Não temos proteção para pessoas com deficiência, não temos proteção contra violência, discriminação e preconceito contra idosos e contra pessoas que têm origem diferente da nossa. "*Portanto, o projeto, o substitutivo que ora apresentamos a essa douta Comissão, parte de quatro pressupostos. 1) não discriminação; 2) intervenção mínima para um direito penal eficaz, na contramão das correntes conservadoras que pregam o direito penal máximo, o estado penal, portanto. Nós sustentamos a ideia de que o direito penal, por ser o mais gravoso meio de controle social, deve ser usado sempre em último caso e visando tão somente ao interesse social. Nesse sentido as condutas a serem criminalizadas devem ser apenas aquelas tidas como fundamentais. O terceiro pressuposto que nós apresentamos na apresentação do substitutivo, Senador Mão Santa, é a simplicidade e clareza. O substitutivo faz a nítida opção por uma redação simples, clara e direita, com pequenas modificações na Lei 7.716 e no Código Penal. O 4º pressuposto, o substitutivo amplia o rol dos beneficiários, como eu já falei, da Lei n°. 7.716, que inicialmente previa a punição, a criminalização, Senador Inácio Arruda, para os preconceitos de raça, e, posteriormente, essa Lei 7.716, ela já foi alterada para garantir também proteção às pessoas que professam diferentes credos religiosos. Então, nós já alteramos a Lei 7.716 para garantir a proteção além da raça para origem, procedência nacional, que agora nós estamos substituindo pelo termo origem, e também para pessoas que professem os mais diferentes credos religiosos.*

Portanto, nesse momento, o substitutivo, o texto sugerido, visa punir a discriminação ou preconceito de origem, condição de pessoa idosa ou com deficiência, gênero, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero. Desse modo, além da criminalização da homofobia e do machismo, presentes no texto aprovado pela Câmara dos Deputados, o substitutivo tipifica como crime a discriminação e o preconceitos de condição de pessoa idosa ou com deficiência.

Na redação atual, a Lei 7.716 já criminaliza a discriminação e o preconceito de procedência nacional. A proposição substitui esse termo por origem, com isso além de criminalizar a xenofobia, a proposição atende a reivindicação de vários segmentos internos, como os que são discriminados em decorrência, por exemplo, Senador Inácio Arruda, de sua origem nordestina. E por fim, ao cabo, o substitutivo promove pequenas, mas importantíssimas, modificações na Lei 7.716, a saber: modifica a ementa, o art. 1º e o art. 20, para tipificar como crime o preconceito e a discriminação de origem, condição de pessoa idosa ou com deficiência, gênero e sexo, orientação sexual ou identidade de gênero. B: Modifica o art. 8º para incluir o Parágrafo Único que pune com reclusão de um a três anos aquele que impedir ou restringir a expressão e a manifestação de afetividade em locais públicos ou privados, abertos ao público de pessoas beneficiadas pela lei, sendo estas expressões e manifestações permitidas às demais pessoas. No Código Penal, a alteração ocorre no § 3°, do art. 140, para estender a injúria decorrente da utilização de elementos referentes à raça, cor, religião e condição de pessoa idosa ou com deficiência para aqueles decorrentes de origem, gênero, sexo, orientação sexual ou identidade de gêneros. Em ambos os diplomas legais, as intervenções são pontuais. Ademais, repise-se, o substitutivo não cria novos tipos penais, apenas estende os tipos já existentes aos segmentos LGBT, mulheres idosas e pessoa com deficiência. Essa relatoria, certa de que o substitutivo proposto elide as dúvidas e preocupações de diversos segmentos sociais, em especial o religioso, atendendo a estas reivindicações, nós alteramos o projeto para então apresentar este substitutivo, Sra. Presidente".

Voto. "*Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara de n°. 122, de 2006, na forma do substitutivo*". É o Voto, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senadora Fátima Cleide, eu sei o quanto a senhora tem, já há quanto tempo se debruçado sobre esse projeto para encontrar a forma de que ele possa servir melhor contra a discriminação, preconceito algo que todos nós abominamos, porque sabemos que as pessoas têm o direito de, num país livre de realmente ir, vir, ser diferente, ser igual, da forma que... Mas seus direitos têm que ser preservados e respeitados. A forma como aquela moça que teve na universidade, aquilo foi algo que chocou porque houve

uma movimentação tão intensa, um ódio, um preconceito, uma coisa que realmente mostrou que num momento como aquele pode haver todo tipo de violência, que realmente agride a pessoa humana.

Bem, vamos passar agora para em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Em votação, parecer favorável ao projeto dos termos da emenda substitutiva que apresenta. Os Srs. Sras. que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de direitos humanos.

[palmas]

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Senadora Rosalba Ciarlini, eu queria apenas pedir para retirar de Pauta o n°. 43 porque o ilustre Senador Inácio acabou de me convencer a umas alterações que devam ser feitas. Então, o que eu era relator era do 43, e, a pedido do Inácio, eu vou modificar. Ele acabou de me convencer e eu tenho a humildade para mudar.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sra. Presidente, eu agradeço e conheço bem o nosso Senador Mão Santa e sei da capacidade que ele tem de absorver as opiniões e buscar aperfeiçoar os projetos dos colegas que fazem com que tramite aqui, que são aspirações, na verdade, de um conjunto muito grande da população.

E solicito à V.Exa. que a gente possa votar um requerimento do Senador Paulo Paim, que requer a realização de Audiência Pública com vista a discutir as questões relativas aos portadores de autismo. Essa é uma patologia ainda, digamos assim, que a gente não tem, mesmo com toda a ampliação da ciência, da pesquisa, é uma patologia que ainda nós não conseguimos dar passos mais largos, mas há um esforço da sociedade, há um esforço dos pediatras, das pediatras, dos psicanalistas, dos psiquiatras do nosso país nesse sentido. Então, o Senador Paulo Paim, muito corretamente, pede uma Audiência Pública, esse requerimento está sobre a Mesa, infelizmente ele não está presente porque ele está coordenando uma Audiência Pública aqui mesmo no Senado, muito importante, que também não pode largar lá e nós como conhecemos bem o assunto por convivência com muitos portadores de autismo, de pais e mães de autistas, conhecemos essas dificuldades, nós gostaríamos que V.Exa. pudesse, a gente não só votar, mas gostaríamos tanto eu como o Senador Augusto Botelho e a Senadora Fátima Cleide também de subscrever o requerimento do Senador Paulo Paim. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A solicitação de V.Exa. já está acatada e nós passamos agora para... Retiramos de Pauta o Item 43 para que possamos...

O requerimento: "Sra. Presidente da Comissão Permanente de Assuntos Sociais do Senado Federal, com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 90 inciso II, requeiro a realização de Audiência Pública, com vistas a discutir as questões relativas aos portadores de autismo. Para tanto, gostaríamos que fossem convidadas as autoridades da lista anexa e outros a serem definidos pela própria Comissão". Gostaria só de lembrar, Senador Inácio, o requerimento é do Senador Paulo Paim o senhor está subscrevendo que a Audiência Pública, nós orientamos e solicitamos que fique restrita a quatro expositores para que nós possamos ter o maior aproveitamento possível. Então, em votação o requerimento. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Está aprovado o requerimento para a Audiência Pública com relação ao autismo, realmente algo que precisa ser mais debatido e discutido e de conhecimento da sociedade, porque muitos tratam o autista como se fosse um doente mental, quando não é por aí, nós temos que inclusive criar condições é de que essas pessoas possam ser respeitadas, ter o seu espaço, ter acesso à educação, enfim, a tudo o que lhe é direito.

Pois não, Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu vou aproveitar para fazer uma crítica sobre aquela posição de acabar com todas as escolas para crianças com necessidades especiais. Quando fazem uma coisa desse jeito, que começa a acabar com as escolas, estão esquecendo justamente desse setor, dos autistas, que muitos têm necessidade de ter acompanhamento de tudo, e são pessoas também. Quando se quer acabar com todas as escolas para crianças de necessidades especiais, está se cometendo uma injustiça e um crime aqui no país, não podemos deixar que isso aconteça. Lá no meu estado mesmo já estão caminhando para tentar extinguir a escola, nós estamos trabalhando para não extinguir. Lá nós só temos uma escola, mas em outros estados deve estar sendo nesse mesmo caminho com a inclusão nas escolas consideradas comuns, alguns têm condições de ser incluídos nas escolas comum, mas outros não têm, esses têm que ter assistência, tem que continuar tendo aquele apoio.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Augusto Botelho, tem um ditado que diz: "Nem tanto nem tão pouco". De repente, você acaba sem preparar como deveria preparar o outro espaço, aí é que eu acho que existe, tem que haver um período intermediário onde as escolas... Eu sou favorável de que realmente a criança com deficiência, ela conviva com a criança normal e isso faz com que ela possa crescer realmente ajuda a criança

e também para as outras crianças entenderem e respeitarem que nesse mundo nós temos também essas diferenças e que isso não nos deixa menos irmãos, muito pelo contrário, nos faz mais irmãos.

Então, eu queria dizer o seguinte: Que na realidade o que acontece muitas vezes é que para entrar um novo sistema, embora seja... A gente tem os seus méritos, exclui totalmente o outro. Então, aquelas escolas de ensino especial, elas não podem ser totalmente excluídas, elas deveriam ir gradativamente, de acordo com a preparação porque você levar uma criança com deficiência para uma escola normal, você tem que ter também naquela escola um preparo para receber essa clientela, então, eu passo... Eu vou pedir ao Senador Papaléo que me substitua aqui por alguns instantes, estou sendo chamada na CAE e em breve...

Então, passamos ao Item 44, da Senadora Fátima Cleide.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Item 44, decisão terminativa. Projeto de Lei do Senado n°. 226, de 2003, "*altera a Consolidação das Leis de Trabalho, CLT, aprovada pelo Decreto Lei n°. 5.452, de 1° de maio de 1943, e a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente para regular o trabalho do adolescente*". Autoria: Senador Gerson Camata. Relatoria: Senadora Fátima Cleide. Parecer pela rejeição do projeto. Observação: "*Em 30 de agosto de 2005, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, CDH, aprovou o parecer favorável ao projeto com a emendas n°. 1, 2 e 3 da CDH*".

Concedo a palavra à nobre Senadora Fátima Cleide, para proferir seu relatório.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, "*vem à análise dessa Comissão em decisão terminativa, iniciativa do Senador Gerson Camata que altera a CLT aprovada pelo Decreto Lei n°. 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto Da Criança e do Adolescente para regular o trabalho do menor*".

Da análise, Sr. Presidente, fazer resumidamente. "*Preliminarmente, assinalamos que o projeto não apresenta vícios de constitucionalidade nem de legalidade. A iniciativa, no âmbito do direito do trabalho, está em harmonia com os preceitos constitucionais jurídicos regimentais e foi elaborada com a observância com pressupostos relativos à iniciativa e a competência para legislar". Passemos, pois, à análise: "O que se propõe é uma redução de 44 para 20 horas como teto de jornada semanal, a aprovação de medida dessa natureza poderá ter um impacto enorme, colocando para fora do mercado de trabalho um contingente enorme de trabalhadores jovens ávidos por experiência profissional a partir do 16 anos de idade. A Lei 8.069, de 90, proíbe a menores de 14 anos de idade o trabalho, salvo na condição de aprendiz. Entretanto, o art. 60 dessa lei deverá ser atendido como a proibição de trabalho aos menores de 16 anos, por força da emenda constitucional n°. 20, que alterou o art. 7, da Constituição Federal, proibindo qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. Saliente-se que a Lei n°. 10.097, de 2000 já introduziu na CLT que a jornada máxima do aprendiz não excederá seis horas diárias. Por esta razão, seria temerário uma alteração do limite máximo da jornada nesse momento, sem estudos preliminares que possam demonstrar o impacto dessa medida na formação de nossos jovens e nos programas sociais em andamento envolvendo inúmeros convênios entre entidades privadas e o Poder Público.*

Nesse cenário, está prejudicada também a disposição no que se refere à regulação da prestação de serviço extraordinário para menor. A determinação contida no art. 411-A, estabelecendo que as férias dos menores coincidam com as férias escolares é desnecessária, porquanto já existe previsão expressa nesse sentido no art. 136, § 2º da CLT.

O art. 424-A estabelece a possibilidade de perda do pátrio poder caso haja descumprimento da legislação de regência por parte dos responsáveis legais de menores trabalhadores. As determinações contidas nesses dispositivos, além do 424-A e 429-B são medidas que já estão em vigor na sua maioria. O exame admissional é obrigatório para qualquer admissão de empregado segundo a norma regulamentar n°. 7 do Ministério do Trabalho e Emprego.

A determinação, contida no art. 68-A, de que a escola-produção em que se realiza o trabalho educativo não poderá ter fins lucrativos e de que privilegiará a qualificação profissional dos alunos, repassando a estes o saldo dos resultados obtidos com produção, é a alternativa que merece maior reflexão. A proposta tem todos os contornos de programa de governo que necessitaria de aporte e recurso e formatação específica para que possa ter êxito. Uma legislação da complexidade do Estatuto da Criança e do Adolescente não seria a melhor opção para tratarmos essa matéria em que pese a motivação de seu autor com a proposta. Salientamos que o projeto não trouxe, a não ser pela previsão da possibilidade de estágio não remunerado, qualquer inovação ao tratamento que está atualmente em vigor.

Não vemos como acolher os referidos dispositivos, haja vista a impossibilidade de harmonização de proteção e tutela especial que se deve dar ao tra-

balho de menores, com o instituto da cooperativa de mão de obra, até porque não há instrumental eficiente para obstar e punir fraudes, abrindo-se uma perigosa oportunidade para que se escamoteie sob o verniz de legalidade situações de exploração e abuso do trabalho juvenil. Em razão do exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado n°. 226, de 2003". É o Voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Sra. Senadora. Em discussão a matéria. Encerrada a discussão. A votação fica adiada.

Em seguida, o Item 46 de V. Exa... Projeto de Lei do Senado 436, "*regulamenta o exercício da profissão de fotógrafo profissional e dá outras providências*". Autor: Senador Leonel Pavan; relatora: Senadora Fátima Cleide; parecer pela rejeição do projeto. Concedo a palavra à nobre Senadora Fátima Cleide para proferir o seu relatório.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, "*em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado 436, de 2003, que tem por finalidade regulamentar o exercício de profissão de fotógrafo. A proposição define o fotógrafo profissional e estabelece que o exercício dessa profissão é reservado aos portadores de certificados de conclusão de cursos técnico oficial em fotografia, obtida aqui ou em país estrangeiro, bem como àqueles que ainda não diplomados tenham exercido a profissão por no mínimo dois anos ininterruptos antes da vigência da lei regulamentadora.*

Ao justificar a sua iniciativa, o autor da proposição afirma: 'A inexistência de uma lei que regulamente a profissão do fotógrafo e estabeleça as atividades que lhe são específicas vem causando sérias dificuldades para o exercício da profissão'. Uma das regras...".

Da análise, Sr. Presidente. "*Uma das regras básicas, inscritas na Constituição Federal, é a liberdade do exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão. Há uma ilusória suposição de que o poder e a proteção de determinada categoria reside na possibilidade de que dispõe para obter do estado a sua regulamentação profissional. O poder do estado de interferir em determinada atividade para limitar seu livre exercício, só se justifica se o interesse público assim o exigir. Certamente que a exigência do interesse público não é pela especificação ou reserva de direitos para um determinado segmento econômico profissional e sim pela imposição de deveres em favor dos consumidores de seus serviços, que se prestados por pessoa sem o mínimo de conhecimento técnico e científico especializado poderiam acarretar sério dano social com risco à segurança, integridade física, saúde, educação, ao patrimônio e ao bem-estar estar.*

Na Constituição Federal, a liberdade de profissão está expressa em seu art. 5º, inciso XIII que diz: "é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais a que a lei estabelecer". A restrição da qualificação profissional estabelecida em lei fundamenta-se no princípio de que o estado regulamente tão-só as profissões cujo exercício esteja intimamente ligado à vida, a saúde, educação, liberdade ou segurança das pessoas. Não se configura, ao nosso ver, na profissão de fotógrafo profissional, as restrições ao exercício de profissões que estejam estritamente ligadas à saúde, à segurança à liberdade e aos valores morais da sociedade. Não se justifica, portanto, a interferência do Estado no exercício dessa atividade por meio de legislação regulamentadora.

Em face do exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado n°. 436, de 2003". É o Voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Sra. Senadora Fátima Cleide. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão e a votação fica adiada.

E comunico as Sras. Senadoras e Srs. Senadores que está suspensa a nossa reunião para darmos continuidade amanhã. Muito obrigado.

Também quero antecipar, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, fazer uma comunicação aqui. Atendendo ao Requerimento n°. 85, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, autoria: Senadora Ideli Salvatti e Senador Paulo Paim, o assunto para instruir as seguintes proposições: Projeto de Lei do Senado 115, de 2007, "*dispõe sobre a regulamentação da profissão do comerciário*"; Projeto de Lei do Senado 152, de 2007, "*que dispõe sobre o reconhecimento da profissão do comerciário, regulamenta a sua jornada de trabalho e dá outras providências*". Autor: Senador Pedro Simões e Senadora Rosalba Ciarlini, e os convidados são: Lucilene Binsfeld, Central Única dos Trabalhadores; Luiz Carlos Motta, Força Sindical; Ricardo Patah, União Geral dos Trabalhadores; ***Guiomar*** Vidor, Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil; José Augusto da Silva Filho, Coordenação Nacional dos Trabalhadores de Comércio e Francisco Alano, Presidente da Federação dos Trabalhadores do Comércio do Estado de Santa Catarina. Essa é uma Audiência Pública que será levada amanhã, às 10 horas da manhã, no Plenário da ala Senador Nilo Coelho.

Então, mais uma vez, eu declaro suspensa a sessão. Anunciei a suspensão da sessão. Então, reabro a sessão e declaro encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 12h16.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 57ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS.

Às dez horas e dezessete minutos, do dia onze de novembro de dois mil e nove, na Sala de reuniões nº 2, Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora Senadora **Rosalba Ciarlini,** com a presença dos Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim, Marcelo Crivella, Roberto Cavalcanti, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Mão Santa, Adelmir Santana, Flávio Arns, Eduardo Azeredo, João Durval, Inácio Arruda, Ideli Salvatti, Romero Jucá, Valdir Raupp, Osvaldo Sobrinho e José Agripino, reúne-se a Comissão. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à realização da segunda Audiência Pública atendendo ao Requerimento nº 85, de 2009-CAS, de autoria da Senadora Ideli Salvatti e do Senador Paulo Paim, para instruir o **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, DE 2009**, que "Dispõe sobre a regulamentação da profissão de comerciário", e o **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, DE 2007**, que "Dispõe sobre o reconhecimento da profissão do comerciário, regulamenta sua jornada de trabalho e dá outras providências", de autoria do Senador Paulo Paim e do Senador Pedro Simon, respectivamente, e Relatoria da Senadora Rosalba Ciarlini (Presidente da CAS). A Presidência convida para compor a mesa a Senhora Lucilene Binsfeld – Central Única dos Trabalhadores; Senhor Luiz Carlos Motta – Força Sindical; Senhor Vicente da Silva – União Geral dos Trabalhadores, representante do Senhor Ricardo Patah; Senhor Guiomar Vidor – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil; Senhor José Augusto da Silva Filho – Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio; e Senhor Francisco Alano – Presidente da Federação dos Trabalhadores no Comércio no Estado de Santa Catarina. A Presidência registra a presença do Deputado Federal José Airton Cirilo (PT/CE), do Senhor José Alves Paixão da Nova Central Sindical, do Deputado Federal Eudes Xavier (PT/CE). Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Roberto Cavalcanti, Geraldo Mesquita Júnior, a Senadora Ideli Salvatti e a Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **ROSALBA CIARLINI,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

57ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 17 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Havendo número regimental, declaro aberta a 57ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Senhores e senhoras que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, aprovada conforme Requerimento nº 85/2009, da CAS de iniciativa da Senadora Ideli Salvatti e do Senador Paulo Paim, para instruir os Projetos de Lei do Senado nº 115, de 2007, *"que dispõe sobre a regulamentação da profissão de comerciário"*; e o Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2007, *"que dispõe sobre o reconhecimento da profissão do comerciário, regulamenta sua jornada de trabalho e dá outras providências"*. Os projetos são um de minha autoria e o outro de autoria do Senador Pedro Simon.

De imediato, vamos aos nossos convidados. Eu vou fazendo a leitura, e os que estiverem presentes já se dirijam à Mesa.

Sra. Lucilene Binsfeld, Central Única dos Trabalhadores;

[palmas]

Sr. Ricardo Patah, Presidente da União Geral dos Trabalhadores, UGT, ou seu representante. Já chegou.

Sr. Guiomar Vidor, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil;

[palmas]

Sr. José Augusto da Silva Filho, Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, CNTC;

Sr. Francisco Alano, Presidente da Federação dos Trabalhadores no Comércio no Estado de Santa Catarina;

[palmas]

Sr. Luiz Carlos Motta, pela Força Sindical.

[palmas]

Eu chamei todos que estavam previstos falar nesse painel. Se tiver algum companheiro, de alguma

central, que se por algum motivo aqui da burocracia interna, que é natural... Por exemplo, da Nova Central, se tiver alguém aí, está convidado para a Mesa.

Meus amigos, vamos diretamente ao nosso trabalho. A Senadora Rosalba Ciarlini, ela só não está aqui porque a marcha pelas 40 horas não está permitindo que ela chegue em tempo, mas ela está no trânsito, e logo que ela chegar, ela assume a Presidência, e eu passo, como autor do projeto, a participar normalmente desse evento.

O José Augusto, eu já o convidei para a Mesa. Então, José Augusto aqui, pela Confederação também da área do comércio.

Eu quero registrar que eu recebi, agora pela manhã, uma moção de apoio dos alunos do Curso de História da FACAMP – São Paulo, Faculdade do Campo Limpo de Paulista, dando todo o apoio a esse projeto que regulamenta a profissão de comerciário no Brasil. Eles me trouxeram duas moções de apoio: uma é para que se regulamente também a profissão de historiador, que é de minha autoria também o projeto, o Senador Cristovam é o autor, eu fico aqui porque eu registro na Comissão de Assuntos Sociais; e a outra é aprovando o projeto de minha autoria, que regulamenta a situação dos comerciários.

Eu ontem e anteontem acabei participando de algumas plenárias aí das centrais sindicais, às quais fui convidado, e vou participar de uma outra ainda hoje à tarde. Eu dizia que o eixo desse projeto que eu sou autor – e vocês podem me corrigir, os que vão falar em seguida –, ele vai em quatro pontos básicos – e a Mesa aqui me ajuda já para aquilo que eu falei na Reunião das Centrais seja a mesma fala que eu faço aqui.

Primeiro é o turno de seis horas, correto? Trabalhadores do comércio, vamos ver qual é a repercussão no Plenário. Turno de seis horas para todos? [risos]

[palmas]

Estou que nem aquele, não é, ele fala e depois pede as palmas em seguida, não deixa nem o público se manifestar.

A outra questão, que também é o eixo deste projeto, é a questão do não trabalho domingos e feriados, é isso?

[palmas]

A outra questão é a questão da data base unificada.

[palmas]

E, por fim, o piso, o piso da categoria, que nós fixamos em três salários mínimos e meio.

Bom, vamos de imediato, então, já fiz o meu comercial – porque eu sou autor do projeto, eu tenho que falar bem do meu projeto.

Agora, vamos passar de imediato, eu vou começar aqui pela... Você é única mulher da Mesa, você vai ficar mais para o final, então aqui você vai ser privilegiada. Sobrou para ti, Luiz Carlos Motta. Vamos iniciar pelo Luiz Carlos Motta e aí vamos distribuindo aqui.

O Luiz Carlos Motta... Eu combinei aqui com a Mesa, devido à marcha, e os companheiros estão entendendo que entre cinco e dez minutos para cada um seria o suficiente, é isso?

SR. LUIZ CARLOS MOTTA: Tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pode ser? Dez minutos?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Dez minutos [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu também acho. Pode passar para a Mesa. Vicente, da UGT, vem para a Mesa. Uma cadeira aqui para ele.

[palmas]

Então, vamos botar dez minutos para cada um dos convidados, porque eu sei, e nós todos estamos acompanhando, e nós estamos nesse momento ao vivo aí pela TV Senado, que teremos a grande marcha que é a luta pela redução de jornada de 44 para 40 horas semanais. É uma data histórica no dia de hoje, vocês sabem que o compromisso que eu também tenho com essa causa, até porque essa PEC é de minha autoria e do Senador Inácio Arruda ou do Senador Inácio Arruda e Paulo Paim, Paulo Paim e Inácio Arruda, ainda quando nós éramos Deputados. Deixamos essa PEC na Câmara, hoje os dois somos senadores. É sinal que a população está apoiando a redução de jornada. Tanto que os dois autores hoje estão aqui no Senado da República. Vamos torcer para que a Câmara vote o mais rápido possível essa PEC que nós apresentamos há mais de 15 anos atrás, lá na Câmara dos Deputados, que reduz a jornada de 44 para 40 horas semanais.

Eu vou falar pouco para permitir que vocês comecem, então, porque eu sei que, em seguida, vocês vão para a marcha. Com a palavra o Luiz Carlos Motta, Força Sindical.

SR. LUIZ CARLOS MOTTA: Bom, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer ao Senador Paulo Paim, eu acho que o Paim... É a segunda audiência que a gente participa, em maio nós estivemos aqui, aonde tivemos a presença de mais de 15 senadores, eu acho que isso demonstra a importância desse projeto para todos os comerciários e comerciárias do Brasil. Agradecer à Senadora Rosalba Ciarlini, que é--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só me permita. Os companheiros que estão de pé, pode sentar aqui na segunda fileira, as cadeiras

estão vazias, não fiquem de pé aí. Pode ocupar até a primeira, se ver que tem alguém de pé.

SR. LUIZ CARLOS MOTTA: Então, senador, eu gostaria de cumprimentar os companheiros aqui da Mesa: o Vicente, o Guiomar, a Lucilene, o José Augusto e o Alano, companheiros que estão nessa batalha também.

É com muita honra que, nesta audiência, represento a força sindical, uma central que sempre esteve ao lado dos comerciários. A regulamentação da profissão dos comerciários tem sido objetivo das mais atentas discussões da nossa diretoria, da qual eu sou digno de ser presidente, Federal dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo, e de seus 65 sindicatos filiados, representando quase dois milhões de trabalhadores no Estado de São Paulo. E também tem sido discutido muito na nossa Confederação, Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio. Então, juntas essas entidades representam mais de dez milhões de trabalhadores em todo o Brasil.

Em 2007, por exemplo, sobre o tema "Comerciários: quem somos e o que queremos" nossa federação discutiu no 16º Congresso Sindical Comerciário, e tirou, com uma das suas deliberações, apoio ao Projeto de Lei 115, de autoria do Senador Paulo Paim; e ao Projeto de Lei 152, do Senador Pedro Simon, que tratam da regulamentação da profissão.

Em 2008, também, durante o 17º Congresso Sindical Comerciário, que lançamos a campanha de valorização da categoria, chamada "Grito Comerciário". O "Grito Comerciário" reafirma a necessidade de se reconhecer a profissão dos comerciários.

E por que regulamentá-la? A diretoria da nossa Confederação, e também a Central Força Sindical, entende que esse reconhecimento legal se aliaria a outras vitórias da categoria, como foi a regulamentação do trabalho dos comércios aos domingos e feriados. Seria, portanto, mais um gesto para ampliar os direitos da categoria, assegurando uma importante conquista trabalhista, que, assim como a questão do domingo e feriados, em muito contribuiria para humanizar o trabalho dos comerciários e comerciárias de todo o Brasil. Os dois projetos, que tramitam simultaneamente, reivindicam a regulamentação de uma das mais tradicionais profissões brasileiras, e que detém importância econômica e social, como poucas. Somos a categoria que mais cresce no Brasil, e nosso poder de mobilização é notório no movimento sindical brasileiro.

Esse espírito de luta marcante é histórico, presente na trajetória dos atuais dirigentes sindicais comerciários e também na vida das antigas lideranças. Graças a eles constituiu-se o dia 30 de outubro como o dia do comerciário, devido à luta unitária pela redução da jornada, isso em 1911. Também obtivemos o descanso semanal remunerado. E num passo mais recente, reafirmamos nossa luta pela regulamentação da profissão. Com essa regulamentação os avanços trabalhistas para os comerciários seriam realizadores: jornada menor, piso maior, registro profissional, elevação da autoestima, exigência de treinamento específico, fim da pulverização da categoria, fortalecimento da luta sindical. Porque a lei definiria quem se enquadra na condição de comerciário. É, portanto, convergente entre os dois projetos a necessidade de se reduzir a jornada de trabalho, uma vez que comerciário é a categoria que mais trabalha no Brasil.

Ambos preocupam-se também com a integridade física dos trabalhadores, já que a inclusão dos domingos e feriados tornou essa jornada ainda mais excessiva. Em seu projeto, o nobre Senador Paim, pede a proibição do trabalho dos comerciários aos domingos e feriados; propõe a jornada de seis horas diárias, no período das 7 horas às 19 horas, de segunda a sábado.

Já a Exmo. Pedro Simon sugere jornada diária de sete horas, somando na semana 42 horas semanais. Para evitar sobrecarga de trabalho, determina que os acréscimos de jornada diária ou semanal estarão sujeitos ao adicional de 100% sobre o valor normal trabalhado. A medida, portanto, geraria empregos e evitaria abusos.

Outro ponto positivo: estabelece que seja anotada na carteira de trabalho a função efetivamente exercida pelo comerciário, sem uso de denominação genérica. Outra vantagem: criaria um piso nacional para os comerciários. Este piso teria, no mínimo, três vezes o valor do salário mínimo. A data base unificada seria em novembro. Diante do exposto, considero o teor dos dois projetos elemento da mais absoluta justiça, capaz de propiciar melhoria na qualidade de vida e nas condições de trabalho para todos os comerciários e comerciárias brasileiros, elos fundamentais de cadeia econômica deste país. Por isso deve contar com o apoio de mobilização de todo o movimento sindical, para que seja aprovado para entrar em vigor o quanto antes.

Na avaliação do diretor técnico do DIAP e correspondente da Repórter Fecomerciários, em Brasília, Antônio Augusto de Queiroz, é salutar a discussão da regulamentação da profissão de comerciário. A proposta de discussão partiu do Paim, autor do PL 115/2007 e PLS 152/2007. Foi apresentado pelo Pedro Simon. Outro, ou seja, a matéria tem origens exemplares, afirma. Vale ressaltar, entretanto, que as duas matérias tramitam separadamente na Comissão, e deverão ser votadas no Colegiado Permanente.

Segundo Toninho, um dos pontos convergentes dos dois projetos é a necessidade da redução da jornada de trabalho dos comerciários que, com a inclusão de domingos e feriados, teria passado a ser excessiva e a gerar problemas de saúde e pessoais para os trabalhadores. Em seu projeto, Paim, estabelece como saída para essa situação a proibição do trabalho aos domingos e feriados.

Então, quero dizer, Senador Paulo Paim, que conte com a Força Sindical e todos os comerciários do Estado de São Paulo, todos os comerciários da Força Sindical, para que a gente possa o mais rápido possível aprovar esse projeto aqui dentro do Senado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A presidência cumprimenta o Luiz Carlos Motta, da Força Sindical. De imediato, passamos a palavra ao Guiomar Vidor, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.

SR. GUIOMAR VIDOR: Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar a Mesa, aqui o Alano; o José Augusto, da [ininteligível]; o Senador nosso lá do Rio Grande do Sul, Paulo Paim; companheiro Motta; companheiro Vicente; e todos os companheiros e companheiras que vieram aí dos mais diferentes rincões do nosso país para essa atividade hoje aqui, e também para essa grande luta dos trabalhadores, que é a 6ª marcha, que na verdade tem um caráter da luta geral, em defesa da redução da jornada de trabalho e dos direitos dos trabalhadores e do novo projeto de desenvolvimento para o nosso país, que tenha como propriedade a valorização do trabalho.

Então, de fato, hoje, o nosso dia aqui em Brasília vai ser excessivamente produtivo, Motta. Eu queria colocar, eu acho que o Motta já fez um apanhado geral sobre as questões que nos levam a apoiar essa questão da regulamentação da categoria comerciária. Todos nós sabemos que o setor do comércio, e, particularmente, os trabalhadores comerciários, é uma das categorias mais antigas que nós temos conhecimento sobre a face da terra, porque o comércio existe desde os primórdios dos tempos, até antes de nós termos a indústria, nós tínhamos o comércio. Então, é uma das atividades mais antigas. E não existe, até hoje, uma regulamentação acerca dessa categoria, que é uma categoria extremamente importante, uma das mais importantes, porque ela, é através dela que circulam, na verdade, as mercadorias que são produzidas e são atendidos os interesses da população.

Quero dizer que particularmente nosso país, essa luta da regulamentação é uma luta histórica, e particularmente uma luta histórica são esses itens que foram levantados pelo Senador Paim, que estão contemplados nesses dois projetos que foram inicialmente apresentados. Eu acho que cabe a nós – e esse debate é extremamente importante para isso, companheiros e companheiras –, cabe a nós ter o discernimento de que, diante desses dois projetos que foram apresentados, construir um projeto que consiga representar uma viabilidade concreta de aprovação aqui no Senado e particularmente na Câmara dos Deputados. Ou melhor dizendo, no Congresso Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Guiomar, me permita aqui. Depois volto.

SR. GUIOMAR VIDOR: À vontade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Esse Senador é o Geraldo Mesquita Júnior. É parceiro nosso em todas... Então, uma salva de palmas porque ele vai ali, mas vai voltar aqui.

SR. GUIOMAR VIDOR: Dando continuidade, então, Senador Paim. De fato essa é uma luta histórica da categoria, porque dentro desses dois projetos estão contempladas aí as aspirações maiores da classe comerciária do Brasil. Por que ali estão contidos o quê? A questão da jornada de trabalho, que é a questão da redução da jornada de trabalho para geração de novos empregos, e, ao mesmo tempo também, para que a gente consiga melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores. E, particularmente, na nossa categoria, que são as mulheres que compõem a maioria da categoria, que, às vezes, já têm dupla ou até tripla jornada de trabalho. Então, essa questão da jornada de trabalho é uma questão fundamental, não só para a questão da melhor qualidade de vida e também no que diz respeito à geração de emprego, pessoal, mas também no que diz respeito a nossa luta contra o trabalho aos domingos e feriados. Porque a partir do momento que há uma redução da jornada de trabalho fica mais difícil também para o empregador abrir o seu estabelecimento aos domingos e feriados. Então, nós consideramos essa uma questão muito importante.

A questão do piso salarial unificado a nível nacional, apesar de todas as complexidades, as diferenças econômicas e sociais que existem no Brasil, nós achamos que existe uma possibilidade concreta de nós estabelecermos um piso nacional, porque ele seria uma referência, não uma referência máxima, mas uma mínima para que fossem admitidos os trabalhadores do comércio de todo o Brasil. E, particularmente, nesse momento onde nós vislumbramos cada vez mais uma tomada de poder dos setores do comércio, em todos os setores, das grandes redes, que hoje se colocam desde o norte, leste, oeste, sul do Brasil, centro do Brasil. Na verdade, elas se espalham e são as mesmas redes que hoje estão tomando conta do

setor do comércio. Então, se justifica cada vez mais um piso unificado a nível nacional.

E a questão do descanso remunerado aos domingos e feriados, essa é uma questão extremamente importante, como colocado anterior, que é uma luta já antiga dos comerciários. Nós tivemos essa conquista em 32; a regulamentação em 49, através da Lei 065; posteriormente, nós tivemos um Decreto do Collor, em 94, o Decreto 99.467, que condicionou o trabalho aos domingos, a convenção... A realização de convenção coletiva. E, em 97, através da famigerada medida provisória do Fernando Henrique Cardoso, o que nós tivemos aí? A liberação mais uma vez dos trabalhos aos domingos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Guiomar, vai parar de novo, porque a senadora tem uma mensagem para você, nem que for de cinco minutos. Ela é autora principal dessa Audiência Pública e tem agora a promulgação da DRU no Plenário, do fim da DRU na questão da educação. Senadora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mil desculpas de estar interrompendo, acabou coincidindo os horários da audiência com a promulgação. A promulgação não deve ser muito demorada, eu imagino, é apenas a assinatura da alteração na Constituição. É uma luta histórica nossa, porque desde que foi criada em 1996, a desvinculação das receitas da União, a educação no Brasil perdeu nada mais, nada menos do que 100 bilhões de reais. Se a gente somar tudo que deixou de ser aplicado ano a ano, ultrapassa a casa dos 100 bilhões. E eu apresentei a Emenda em 2003, não é, uma longa tramitação, como aqui no Congresso é muito demorado, ainda mais alterar a Constituição, não é, Senador Paulo Paim. E nós conseguimos aprovar agora. Então, além de ter mais recursos para educação, também modifica o tempo de obrigatoriedade do ensino. Hoje o ensino é obrigatório no Brasil dos seis até os 14 anos. E agora com esses recursos a mais, passa a ser obrigatório dos quatro até os 17 anos. Então, para nós mulheres, Tutti, é tudo de bom, [palmas] porque é vaga, é vaga na pré-escola para a gente poder trabalhar com mais tranquilidade, deixando as crianças bem acolhidas. E também é muito importante para juventude, porque ter o ensino médio obrigatório também é tirar a nossa juventude da questão da droga, da criminalidade.

Então, eu vou lá e, logo em seguida, depois eu venho aqui, porque também a regulamentação da profissão dos comerciários é uma luta histórica de todos nós, e que nós queremos também que seja rapidamente aprovada. Então, eu vou e já volto. Sucesso a todos e parabéns pela presença.

[palmas]

SR. GUIOMAR VIDOR: Bom, continuando aqui, então, pessoal. Eu estava colocando aí sobre a questão do descanso remunerado, que nós tivemos aí, então, em 97, a inclusão do art. 6º na Lei 10.101, que liberou trabalho aos domingos; e, posteriormente, nós tivemos uma alteração nessa lei, no ano de 2007, a Lei 10.601, que, na verdade, fez algumas alterações, mas que foram insuficientes para atender as reivindicações da categoria. Me parece que esse projeto, pelo menos, ele está contemplando exatamente esse espírito, que é o que nós queremos, que se trabalhe... A condição do trabalho aos domingos e feriados, ela seja condicionada à celebração da convenção coletiva de trabalho. Porque, a partir daí, os sindicatos terão poder de negociação na sua mão, no sentido de se garantir esse direito para os trabalhadores.

E, por último, pessoal, essa questão da data base unificada. No projeto, nos dois projetos, me parece que está colocada, a princípio, como novembro. Inicialmente nós pensamos que isso fosse a melhor data. Agora, eu não sei, porque nós vamos ter que rediscutir isso – até no Fórum Unitário dos Comerciários, a gente já vez fez um debate sobre isso – e o problema concreto é o seguinte: hoje o salário mínimo, senador, é reajustado em janeiro. Lá em novembro, nós vamos estar 11 meses defasados já em relação à questão do salário mínimo. Nós vamos ter um reajuste negociado em novembro, e em janeiro já tem o reajuste do salário mínimo, e fica praticamente um ano defasado. Então, talvez, isso a gente tenha que rediscutir. Mas me parece que a partir daqui, isso tudo é uma iniciativa importante, interessante que vai conjugar, a partir desse momento, os esforços aí de todas as centrais sindicais, para que a gente trabalhe, então, a construção de um projeto unificado, através de todos os segmentos dos comerciários do país, para que a gente viabilize a aprovação dele.

Parabéns, Paim, eu queria em nome da CTB, em nome da nossa Federação lá do Rio Grande do Sul, agradecer essa iniciativa, que foi uma aspiração, e é, de toda a categoria comerciária, e que, certamente, através da nossa unidade, da nossa luta, nós vamos conseguir avançar e ter mais conquista para a classe trabalhadora do comércio de todo o Brasil. Muito obrigado, pessoal.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Cumprimento o Guiomar pela sua fala, e quero registrar conosco aqui a presença do Deputado Federal José Airton Cirilo, do Deputado Federal do PT do Ceará.

[palmas]

Nossos cumprimentos a ele. E dizer, deputado, que aqui na Comissão – não é só quando eu presido

– que parlamentar fala a hora que quiser, pode ser deputado federal, estadual ou senador. A hora que você quiser falar sobre o tema, eu lhe franqueio a palavra. Ok? Então, passamos a palavra de imediato à Luciane... À Lucilene. A Lucilene representa a Central Única dos Trabalhadores.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso, não só representa, já estava aqui a indicação, vai ser convidado a participar da Mesa, em seguida. Está ok?

Então, em seguida, virá para a Mesa o Sr. José Alves Paixão, representando a Nova Central Sindical.

SRA. LUCILENE BINSFELD: Bem, bom-dia a todos e todas. Quero carinhosamente cumprimentar o companheiro e Senador Paulo Paim, e na pessoa dele, cumprimentar também o Senador Pedro Simon e a grande companheira, até por ser do meu estado, do nosso Estado de Santa Catarina, companheira Ideli Salvatti. Cumprimento também ao companheiro Vicente, ao Guiomar, ao Motta, ao José Augusto, ao Alano, todos companheiros das centrais sindicais e que compõem o Fórum Unitário dos Comerciários, um importante instrumento de unidade para conquista das lutas em prol dessa categoria comerciária, que não tenho dúvida de dizer, tenho muito orgulho dessa categoria, que é uma das que mais cresce no nosso país, que movimenta a economia desse país, e que foi um dos setores que ajudou a segurar a crise internacional que se instalou aí. Foi o setor que segurou emprego, que manteve o seu rendimento, e, por isso, como comerciária de profissão, Presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio e Serviços e representante da CUT, Central Única dos Trabalhadores, quero dizer que é um momento histórico, porque como comerciária, com mais de 20 anos de carteira de trabalho assinada, eu ainda não tive o prazer de olhar no meu contrato de trabalho e ver a palavra escrita como comerciária. E eu espero que depois desse momento, nós possamos realmente ter a possibilidade de ver, não só nas nossas carteiras, dos companheiros e companheiras que estão aqui, mas dos que virão também a adentrar o mercado de trabalho.

E não é novidade para ninguém que o setor de comércio é, normalmente, a porta de entrada para o mercado de trabalho de muitos e muitos jovens e trabalhadores e trabalhadoras. Porque acaba adentrando ao mercado sendo contratado por funções que nem estão regulamentadas. Nós somos auxiliares de serviços gerais. O que faz um auxiliar de serviço geral? Qual é a jornada desse auxiliar de serviço geral? E é isso que o projeto traz para nós. Ele traz a possibilidade de humanizar o trabalho para essa categoria que é tão massacrada, com uma jornada acima da permitida na Constituição Federal na CLT, uma jornada de até 56 horas semanais. E se vai o tempo para a qualificação, para o estudo, para o lazer, para a religiosidade, para o convívio social e, principalmente, para o convívio familiar.

Nós ouvimos, muitas vezes, as pessoas dizerem que a família é a célula-mãe da sociedade, que a família dá o equilíbrio para a sociedade, senador. E que nós estamos construindo com quando um trabalhador do comércio está, no domingo, no supermercado, repondo mercadoria, atendendo caixa e a sua esposa, ou vice-versa, está em casa? Onde ficam os filhos desses comerciários quando um está no local de trabalho e outro está no outro, e com quem ficam os filhos? E como é que fica essa convivência? Ah, mas a justificativa dos empregadores é dizer o seguinte: “Não, mas eles têm folga outro dia”. Ah, muito legal, não é? Na terça– feira, na segunda, eu vou para casa, eu sente lá fora, faço meu churrasquinho de almoço sozinho. Que diferença que faz isso na vida de um trabalhador? Que estímulo que tem um trabalhador quando está no domingo em casa, com a sua família, com os seus amigos? Ele volta, com certeza, na segunda-feira para o trabalho com outra perspectiva, com outro ânimo. Mas nós estamos nos tornando escravos desse processo que está sendo imposto pelas grandes multinacionais, por pessoas que só visam o lucro, que não pensam, em nenhum momento, na condição de vida de cada trabalhador e trabalhadora.

E eu tenho certeza que o anseio de milhões de trabalhadores, mais de sete milhões de trabalhadores do comércio que nós temos hoje no nosso país teriam a imensa vontade de estar aqui hoje, junto conosco, essa sala queria pequena, esse Congresso seria pequeno, para colocar todos os trabalhadores que querem que o que está neste projeto seja regulamentado; que querem a redução da jornada; que querem gerar novos postos de trabalho, para garantir que seus familiares, seus amigos, seus vizinhos também tenham oportunidade de trabalho; que querem o descansar no domingo; que querem um salário digno. Porque, infelizmente, a pressão nas mesas de negociação é muito grande, e é difícil avançar. Porque os patrões cada vez querem tirar mais direitos dos trabalhadores ao invés de conquistar. E nós temos uma realidade, senador, que é muito dura. Nós vemos sindicatos lutando, fazendo mobilização e campanha, e conseguem cinco reais acima do salário mínimo, de salário da categoria. Isso não é salário para ninguém. Principalmente para um comerciário que adentra lá [palmas] cedinho, que muitas vezes pega dois ou três ônibus, fica quatro ou

cinco horas só em trânsito para ir e para voltar para o trabalho, fora as horas extras, fora as horas trabalhadas e mais a extras. Então, a vida dele se tornou o trabalho. E aí nós estamos nos tornando escravos desse setor. E não é isso que nós queremos. Por isso que é importante essa mobilização.

E aqui não é a CUT, não é a Força, não é a UGT que é a melhor. Nós temos que estar todos juntos, porque se a gente não unificar, se a gente não lutar por esse bem maior em prol dos trabalhadores, e não das nossas entidades, nós não teremos sucesso. Mas eu tenho certeza que essa Mesa que aqui está tem compromisso de continuar discutindo, de continuar lutando e mobilizando a categoria para estar aqui e garantir que os nossos direitos sejam conquistados.

A data base de forma unificada, em único momento, é fundamental, porque nós podemos, nesse conjunto, tirar também linhas gerais de autuação para uma campanha salarial nacional unificada. Nós vemos o sucesso de categorias, a exemplo de dos bancários, que hoje têm uma negociação salarial unificada, nacionalmente. Então, o trabalhador lá do Oiapoque ou lá do Chuí tem o mesmo salário. E é isso que nós queremos. Mas não é qualquer salário. É um salário digno, é um salário que garanta saúde, educação e lazer. E que, graças a Deus estamos avançando na Lei de Educação, que nós podemos ter bem presente também a luta pela creche, porque a para a mãe e para o pai comerciário é de fundamental importante que eles tenham onde deixar suas crianças. E que feche o comércio aos domingos, porque no domingo não tem creche. Aí as pessoas dizem assim: "Ah, mas abre a creche no domingo". Não, nós não queremos fazer mais trabalhadores escravos, nós queremos diminuir os que já são escravos hoje. Nós queremos que todos tenham o direito ao descanso, a recompor as suas energias. Porque uma jornada de trabalho extensa, que tem que estar com sorriso no rosto para atender a todos os clientes, para garantir o salário no final do mês, e também no final do ano, para o sustento da família não é fácil. Ficar o dia todo de pé, com problemas de varizes, ficar atrás de um caixa – eu já fui caixa de supermercado. Eu sei o que é você ver aquela fila imensa, das pessoas impacientes para serem atendidas, e você dando o máximo de si para atender e não conseguir diminuir, porque a empresa deixa o caixa do lado fechado, para não contratar outra pessoa.

E está na hora de mudar essa realidade, e eu acredito em cada trabalhador, em cada trabalhadora; acredito em nossos dirigentes sindicais que aqui estão, de vários estados aqui da nossa União, desde Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Paraná, lá de Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, enfim, Mato Grosso do Sul, vários companheiros e companheiras, aqui do DF, que também estão conosco, que essa luta não vai parar por aqui.

Então, pode tem certeza, senador, de que nós vamos estar juntos, fazendo pressão, buscando aprovação na íntegra desse projeto. Se precisar negociar, vamos negociar. Mas nós queremos ter a certeza de que nós vamos ser valorizados. Nós não podemos, em hipótese alguma, permitir que essa situação, que aí está, continue, onde o capital dita as regras e os trabalhadores se tornam escravos.

Então, eu quero agradecer a oportunidade em nome da Central Única dos Trabalhadores, em nome da nossa confederação [soa a campainha] de estar aqui e poder fazer esse debate e ajudar na mobilização, garantindo a aprovação desse projeto.

Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pela preferência, passamos a palavra ao nosso deputado, que pode eu acho que trocar um minuto com ele ali de lugar. Só depois vocês...

DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO (PT-CE): Que nós temos hoje na audiência [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu sei disso, que ela na Câmara...

DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO (PT-CE): Nós somos múltiplos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [risos]. Por favor.

DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO (PT-CE): Queria, inicialmente, dar bom-dia a todos e a todas aqui presentes, saudar a Mesa e parabenizar nosso Senador Paulo Paim por essa iniciativa de trazer esse debate tão importante, nesse momento que nós estamos vivendo no país de fortalecimento dos trabalhadores, das categorias profissionais, de valorização do piso. Nós estamos fazendo vários debates inclusive sobre a implantação de planos e carreira, piso salarial e algumas categorias, eu mesmo estou saindo de uma grande plenária agora dos agentes comunitários de saúde, endemias, que é outra categoria que nós estamos também regulamentando e criando o piso salarial, e implantado o plano de cargos e carreiras.

Queria saudar todas as entidades aqui presentes em nome da Lucilene, aqui representando a nossa Central Única dos Trabalhadores; abraçar todos os companheiros de todos os estados que estão aqui nessa Audiência Pública; e dizer da importância que é regulamentar essa atividade tão antiga, tão importante para o nosso país, mas infelizmente muito desvalorizada, porque a gente sabe do processo brutal de exploração que os trabalhadores e as trabalhadoras têm,

exercendo a atividade de comerciário e comerciária no país. Atividade que tem uma importância imensa na economia brasileira, mas, infelizmente, há um processo violento de exploração ao ponto de, mesmo a gente ter conquistado algumas legislações em alguns estados, em algumas capitais, regulamentando o direito de descanso aos domingos, de negociação, inclusive, coletiva com as entidades representativas... Lá no Ceará, por exemplo, nós regulamentamos na capital, eu fui vereador lá de Fortaleza, e, mesmo assim, até hoje, não entrou em vigor, porque os patrões entraram na justiça. Aliás, entraram tanto na Justiça Trabalhista como na justiça comum para impedir a efetivação do direito inclusive da negociação com os patrões.

Então, eu creio que essa é uma luta muito importante e a companheira falou numa questão que é muito grave, que nós presenciamos na sociedade atual. Minha mulher, ela é psicóloga, ela tem me abordado muito esse problema grave da ausência dos pais, das mães na formação familiar. Podem ter certeza que a nossa formação, ela se dá, essencialmente, o núcleo da formação, ela se dá até, no máximo, os três anos de idade da criança. Todos os outros processos que nós poderemos formatar no caráter, na formação de uma criança, de um adolescente, partem dessa base. E que a família e, principalmente, os pais, mais do que as mães, exercem um papel vital nesse processo da consolidação, não só do caráter, da personalidade, da questão da sexualidade. Muita gente nem sabe que a questão da sexualidade é formada a partir desse período. Há um desconhecimento grande com relação a isso. E a gente vê com muita preocupação, porque na sociedade moderna que nós temos hoje, na correria da loucura que nós vivemos, da sobrevivência, esse lado é completamente esquecido. E daí a gente ter o acúmulo grave dos problemas que nós vemos, nós assistimos na sociedade. Principalmente das drogas, que é o grande mau do século. Então, creio que tanto a questão da regulamentação-–

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita dizer, Deputado José Airton, esse é o Senador Augusto Botelho, ele veio aqui dizendo que está do nosso lado. Contem com ele nesse debate em todas as causas sociais.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu sempre estou na sombra dos das causas do Paim, ele é que é meu líder aqui, em relação ao trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por isso que ele é um grande senador. Essa humildade...

[palmas]

DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO (PT-CE): Então, só para concluir, Paim, porque esse é um assunto que tem uma relevância muito grande, podem ter certeza que é um assunto muito sério, e que a gente precisa mobilizar, não só regulamentar, mas mobilizar a sociedade brasileira que os trabalhadores, os pais de família, precisam ter tempo, precisam ter condições de trabalho para dar tempo a seus filhos, a sua família, porque senão nós vamos continuar agravando a desagregação social, que é o problema de humanidade hoje. Porque na sociedade moderna que nós vivemos, do mundo virtual, essa carência, essa ausência, ela é vital para a desestruturação dos desequilíbrios que nós temos na sociedade de hoje. Então, esse é um assunto que me preocupo muito. Daí porque estou muito engajado nessa luta da regulamentação, não só dos companheiros comerciários, mas de outras atividades que eu tenho participado. Eu tenho uma relação com os comerciários e comerciárias, sou ligado aos companheiros do sindicato lá no Ceará. E tenho procurado, além da nossa luta pela jornada de trabalho, pela questão salarial, levantar essas questões de fundo que tem a ver com a sustentabilidade da sociedade que nós queremos.

Por isso, esse tema tem uma relevância que vai além da regulamentação, que vai além da questão da jornada, que vai além da questão salarial. É uma questão da cidadania, de cada cidadão brasileiro, que tem a ver com as gerações que nós queremos construir, com a sociedade que nós queremos construir para o futuro.

Por isso meu apoio, essa reflexão, para que a gente possa urgentemente, inclusive, acelerar a aprovação dessa matéria, porque da forma que nós vivemos hoje, vocês sabem que é um processo escravagista ainda que nós vivemos. É inaceitável, esse processo de pessoas, de trabalhadores que vivem sem tempo disponível, porque há um processo de exploração brutal sobre a mão de obra, sobre a questão salarial dos nossos companheiros e companheiras. Por isso, o nosso apoio, parabéns a esse debate, e vamos trabalhar para que essa matéria seja aprovada e regulamentada o mais rapidamente possível.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu que agradeço, Deputado José Ailton.

DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO (PT-CE): Vou pedir permissão porque já vou para outra audiência, infelizmente não vou poder acompanhar, mas tem companheiros nossos que estão acompanhando.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Parabéns pela sua fala. E de imediato eu passo a palavra, representando a União Geral dos Trabalhadores, UGT, ao companheiro Vicente da Silva.

SR. VICENTE DA SILVA: Muito obrigado, senador. Inicialmente, eu quero cumprimentar todos os companheiros e companheiras sindicalistas que estão presentes neste auditório, elogiá-los pelo esforço que estão fazendo em se deslocar dos seus lares, dos mais distantes lugares, e estão aqui hoje para participar da 6ª Marcha e também dessa nossa importante Audiência Pública, que trata da regulamentação da categoria dos comerciários. Cumprimentar os integrantes da Mesa: o Senador Paulo Paim, ao companheiro Alano, José Augusto, a Lucilene, ao Motta, ao Guiomar e ao Alves. E dizer que projeto, que hoje estamos discutindo, aliás, os projetos, porque são dois projetos, há o projeto do Paulo Paim e o projeto do Pedro Simon, mas que na verdade certamente serão aglutinados em apenas um projeto de lei.

Como já foi mencionado aqui, a categoria dos comerciários, embora seja, talvez, a mais antiga do mundo, ainda não está regulamentada, infelizmente. E não é só talvez a mais antiga, é talvez a maior categoria que nós temos no país, porque hoje nós estamos aproximando de dez milhões de trabalhadores, na nossa categoria. É realmente lamentável que esse universo de trabalhador ainda não tenha uma regulamentação. E nós vemos categorias recém-criadas – não estou fazendo nenhuma censura, ao contrário, quero até elogiá-los, como os motoboys – que já tiveram a sua profissão regulamentada nessa Casa, agora nos últimos dias. E os comerciários, com toda essa antiguidade, ainda não conseguiu essa regulamentação. Mas eu acredito que agora a situação está bem dirigida e nós, com certeza, vamos conseguir sucesso.

O projeto apresentado pelos dois autores, na verdade, eles abordam os aspectos que nós entendemos realmente mais relevantes em relação à categoria profissional dos comerciários. A questão da anotação na carteira do trabalho. Vocês que são comerciários, e sabem disso, eu sou comerciário há mais de 30 anos, que nós, na verdade, não há nenhum critério de anotação da função efetivamente exercida pelo trabalhador. Quer dizer, via de regra, o empregador, para evitar a questão da equiparação salarial, ele anota termos genéricos, como auxiliar de escritório, auxiliar administrativo. Então, nós temos pessoas que iniciam a carreira numa empresa como auxiliar de escritório, de repente ele vai sendo promovido, chega a até o cargo de gerente, mas se você for ver a carteira dele ainda consta o cargo inicial de auxiliar de escritório. É lamentável que aconteça isso, e nós não temos, realmente, uma escala de salário em relação às funções. O que nós podemos conquistar depois da profissão regulamentada.

Aborda também a questão do horário de trabalho. Todos nós sabemos que esse é o grande problema dos comerciários, porque nós não temos um maior controle de horário de funcionamento do comércio. Então, agora, principalmente com a advinda dos shoppings centers, a maioria dos empregados que trabalham no shopping, trabalham em torno de 56 horas. É um estudo... Esses dados que estou trazendo é um estudo do economista, [ininteligível], de São Paulo, que a jornada de trabalho do comerciário em média é 56 horas semanais. Portanto, a nossa reivindicação de seis horas é justamente para nós disciplinarmos esse aspecto. Porque nós podemos dois turnos de seis horas, como é a proposta do Paim, e nós, então, satisfazemos os empresários. Porque o grande argumento dos empresários de trabalhar aos domingos é justamente porque está faltando horário para o consumidor fazer suas compras. Ora, então, ele quer abrir aos domingos para preencher isso. Então, vamos deixar o domingo para o dia descanso, para o trabalhador ficar com sua família, e vamos ampliar o horário dia de semana. Vamos trabalhar em duas turmas de seis horas, o comércio pode ficar até 20 horas, perfeitamente atende todos os consumidores, e nós deixamos de sacrificar a nossa categoria.

Então, eu acho muito importante, e nós temos também, senador, com o passar do tempo, nós temos que acabar com esse famigerado banco de horas. Porque não adianta nós reduzirmos a jornada de trabalho, se nós permitirmos que se faça esse famigerado banco de horas, que é uma excrescência jurídica. Porque não é possível que o trabalho no banco de horas é justamente o trabalho mais sacrificado, que é o trabalho feito, geralmente, após o jornada normal, de oito horas. É um trabalho que tem que ser remunerado com, pelo menos, 50%, de acordo com a Constituição, e o empregador simplesmente troca uma por uma.

Nós, no Paraná, temos procurado evitar, de toda a maneira, o banco de horas, e quando fazemos, nós queremos pelo menos uma hora e meia de descanso em troca de uma hora de trabalho a mais no banco de horas.

Hora extra também é outra coisa que devemos desestimular, para nós podermos abrir o mercado de trabalho, ampliar o mercado de trabalho e dar mais oportunidade aos jovens que adentram cada ano o mercado de trabalho.

A questão do domingo também é muito importante, a Lucilene abordou com grande propriedade, e nós entendemos realmente como ela falou, principalmente na nossa categoria, que temos mais 50% de trabalhadores do sexo feminino. O descanso ao domingo é uma coisa indispensável. E isso tem trazido grandes

sacrifícios para a família brasileira. Nós avançamos um pouco com essa alteração da Lei 10.101, mas nós queríamos, na realidade, pelo menos a oportunidade de negociamos com patrão a possibilidade... O trabalho aos domingos. Mas após nós mobilizarmos todo o Senado, conseguimos passar no Senado, o projeto de lei, graças à colaboração do Senador Paulo Paim, da Senadora Ideli Salvatti, nós conseguimos passar no Senado a obrigatoriedade de constar que o domingo só seria feito através da negociação coletiva. Infelizmente, na Câmara dos Deputados, nós sofremos uma fragorosa derrota, porque o *lobby* empresarial falou mais alto. Estava tudo já estabelecido, com acordo com as lideranças, e, na última hora, o homem da mala preta apareceu, e nós perdemos a parada.

Então, foi realmente uma grande derrota que nós sofremos, aquilo deixou todos os comerciários insatisfeitos, e não estamos contentes com o horário que vigora atualmente. Vamos continuar essa luta, já tivemos alguma audiência com o Ministro do Trabalho, mostrando para ele que o que foi aprovado não é a vontade dos trabalhadores, e nós vamos continuar nessa luta.

A questão do piso salarial. Também é um grande problema que nós temos. O salário do comerciário, todos nós sabemos, é um dos menores salários do país, embora seja uma atividade extremamente importante para o país, porque gera riqueza; o atendimento do consumidor é muito importante, mas o nosso piso salarial, a nossa luta tem sido muito difícil.

Nós, no Paraná, felizmente nesses últimos anos, [soa a campainha] nós... só mais um segundinho. Nós conseguimos um piso salarial regional, que tem nos dado bastante oportunidade de negociarmos melhoria no piso da categoria.

Então, eu só quero concluir, dizendo que a data base também é muito importante, porque nós temos data base precificada. No Paraná, nós temos em março, nós temos maio, nós temos em junho e em novembro. É um absurdo, a gente fica um ano todo envolvido com isso. Então, eu quero dizer também da pulverização que está havendo na nossa categoria, através dessa Portaria 186, que está trazendo um caos no movimento sindical. Então, nós precisamos também, senadores, dar um basta nessa Portaria 186, porque ela tem trazido sensível prejuízo, principalmente para os comerciários, com criação de sindicatos fantasmas, de sindicatos criados por pessoas que não têm nenhum interesse na categoria, que têm apenas interesses próprios.

Eu agradeço, então, ao Senador Paulo Paim. Agradeço também a Senadora Ideli Salvatti, por ter nos proporcionado essa audiência. E muito obrigado a todos vocês pela atenção.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Aproveitando já, eu quero primeiro cumprimentar Vicente da Silva pela sua fala, e, em seguida, passar para o companheiro José Alves Paixão, da Nova Central Sindical. Já está aí o microfone.

SR. JOSÉ ALVES PAIXÃO: Eu queria agradecer e parabenizar o Senador Paulo Paim; e cumprimentar todos colegas da Mesa; e agradecer também a presença da plenária, porque sabemos até porque a dificuldade dessa audiência hoje. Inclusive para nós, nós vamos estar saindo daqui e vamos para marcha, já diretamente. Eu acho que a luta dos trabalhadores, principalmente dos comerciários, é exatamente essa aí. É buscando seus direitos, que são... Nós somos lesados a cada momento, a cada instante, todo ano, nos nossas convenções coletivas, por exemplo.

Senador Paulo Paim, os problemas de nossos comerciários já é estatístico, e nós trabalhamos entre 54 a 60 horas semanais. Isso, senador, está levando nós trabalhadores comerciários a estresse, fadiga, doença mental, ao constrangimento, assédio moral, dor nas pernas, dor de cabeça, varizes, como já foi dito aqui. E eu quero estar colocando que nenhuma loja de departamento, e nenhum shopping center tem um departamento de saúde mental para cuidar desses trabalhadores. Eles são cuidados nos sindicatos. Nós até uma situação muito interessante que tinha um casal de comerciários, os dois eram comerciários, e eles tinham já tinham quatro anos tratando no sindicato, e eles não saravam. E o filho dele apareceu com a doença. E a maior revolta desse casal era de achar que a doença do filho dele de quatro anos, eles que eram culpados. Quer dizer, então você vê, a família, o capital está sobrepondo a família, a família não tem pais mais. Num mundo de violência, num país de violência igual é o Brasil, nós, comerciários, não temos mais o direito de cuidar dos nossos filhos.

O senhor vê, senador, a gente está colocando, eu não tenho nada contra flanelinha, muito pelo contrário, mas foi regulamentada a profissão do flanelinha para ganhar de 800 a 900 reais por mês. Nós comerciários... Você vê, um comerciário de São Paulo deve estar ganhando o quê? Uns 600, 700 reais. É um absurdo nós, que trabalhamos tanto, você não vê no jornal nenhuma situação de comerciário assaltando, estuprando, matando, você não vê isso. Só trabalho. Nosso negócio é trabalho e mais trabalho, vezes trabalho, que é igual a trabalho. Nem a família tem mais direito na gente.

Eu gostaria de estar colocando, senador, o que somos lesados no ponto eletrônico. O ponto eletrônico, inclusive, está com o auditor fiscal de Juiz de Fora, que até me passou o nome dele agora, o Levi

saiu, mas tem o nome dele. Nós, no ponto eletrônico, estatístico, a União está sendo lesada em 40 bilhões de reais. Os trabalhadores... faço... os trabalhadores estão sendo lesados em 40 bilhões de reais. Os trabalhadores do Brasil, pelo ponto eletrônico. O Fisco em mais de oito bilhões de reais. E nós no Fundo de Garantia, você vê que somos lesados duas vezes, somos lesados no contracheque e no Fundo de Garantia. O Fundo de Garantia, senador, mais de três bilhões e meio de reais. Então, o senhor vê, por exemplo, além da nossa carga horária excessiva, além do trabalho que temos, da luta que temos para defender a loja, defender o patrão, nós ainda somos roubados. Não é isso, Sr. Augusto? Estamos sendo roubados. Esse é o termo. Eu não estou falando aqui um termo chulo, não, estou falando a realidade. Porque estão afanando os nossos direitos, os nossos salários. Então, esse projeto ele vem trazer a dignidade dos comerciários. Isso é uma questão social, isso não é... É uma questão social nós trabalho... nós comerciários. E nós colocamos isso aqui, esse problema do ponto eletrônico, Senador Paulo Paim, que eu tenho certeza que está sendo gravado, porque eu sei, com a luta incansável que o senhor sempre teve no Congresso Nacional, eu tenho certeza que o senhor vai lutar, juntamente com nós comerciários, para acabar essa roubalheira em cima de nós comerciários.

Outra coisa, senador, o problema da hora extra. Como nós estamos sendo lesados no ponto, a nossa hora extra não aparece. Nos sindicatos dos comerciários de Belo Horizonte e região, que representamos mais de 350 mil trabalhadores na base, tem trabalhadores lá fazendo até 1.120 horas extras. Quando ele vai buscar hora extra dele, ele tem lá 80, 70 horas extras. Mas esses trabalhadores, quando a gente chama ele vir no sindicato para poder denunciar, ele tem receio de denunciar, porque se ele denunciar, mesmo anonimamente, alguém da loja dele pode descobrir, e ele é mandado embora, sumariamente, sem nenhum... é perigoso até arranjar um jeito de mandar ele embora por justa causa. Então, todo o tipo de mazela acontece com nós trabalhadores comerciários. Eu acho que é momento da regulamentação. A regulamentação, ela já está vindo já tarde de demais, mas antes tarde do que nunca para dizer: “Graças a Deus, nós comerciários, agora, nós temos uma profissão”. Porque qual é nossa profissão? O que nós fazemos, Guiomar? Se nós não somos regulamentados, o que podemos exigir dentro da nossa profissão?

E o que foi colocado aqui é uma realidade. Eles fazem um desvio de função, colocando na carteira uma outra coisa para a pessoa fazer, mesmo depois da regulamentação da lei, senador, nós temos que trabalhar denunciar essa situação, que é isso que eles vão estar fazendo conosco, exatamente para não pagar o quê? Três salários-mínimos. Se eles colocam que a não abertura do feriado eles pedem 60 milhões de reais de venda, mas não querem dividir esse lucro com os trabalhadores.

Quando você chega na mesa de negociação, que coloca o PLR, eles fingem que desconhecem a lei. Diz que não pode. Se você pede, se você, sua data-base, você está colocando lá, pedindo vale-alimentação, eles desconhecem. Isso você não está conseguindo. Uma cesta-básica, nem falar. É essa a situação que nós sofremos.

Então, Senador, eu... Senador Paulo Paim, Senador Pedro Simon que entraram com esses projetos. Esse projeto é o projeto da dignidade, senador. Somos uma categoria com mais dez bilhões de trabalhadores no Brasil, e nós estamos aí renegados e estamos buscando o projeto de lei.

Espero, senador, que V. Exa. que tem, como tudo que o senhor fez nessa Casa, que o senhor empenhe a nosso favor, porque nós estamos precisando disso, porque chega de roubalheira em cima de nós trabalhadores comerciários. E nós da Nova Central, nós estamos numa luta incansável, estamos ao lado dos trabalhos, ao lado do senhor, senador, para buscarmos essa que é nossa dignidade. Muito obrigado a todos os companheiros.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu pediria para ele, neste momento, o Roberto Cavalcanti, se pudesse vir aqui para a primeira fila, porque eu faço questão de que o senhor use a palavra.

O Roberto Cavalcanti é o um senador muito influente aqui na Casa, eu sei que ele vai ser parceiro nessa negociação [palmas], nessa discussão. Ele tem nos ajudado muito nesse campo social. Vocês podem ter certeza de que, se fizermos na comissão aqui, que nós vamos chegar uma hora que nós vamos ter que reunir um grupo de senadores e articular uma negociação para regulamentar a profissão tão importante do comerciário. Por isso que eu sei que ele chamado em outras comissões e também no Plenário, por causa da DRU, mas eu fiz questão, ele foi lá atrás, eu fez assim. Ele falou: “Não, não, eu vou aí”. Para que ele desse uma saudação para os senhores, aqui, porque ele vai importante, também, nessa votação.

Senador Roberto Cavalcanti com a palavra.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador Paulo Paim, demais membros da mesa, senhoras e senhores convidados, presentes nesta audiência. Estar do lado de alguma causa que esteja abraçada pelo Senador Paulo Paim já significa que está do

lado dão bem, então, o fato extremamente confortável, eu sou parceiro do Senador Paulo Paim em todas as suas empreitadas, todos os seus projetos, porque, na verdade, nesta Casa, ele lidera a corrente do bem, a corrente que, na verdade, pensa na cidadania, pensa no ser humano, pensa na educação. É um conjunto de forças que fazem com que esta fraterna amizade que nós temos construído, ao longo de um determinado tempo, cada vez, cada dia mais tenha se consolidado, venha se consolidando.

E não podia ser diferença no tocante a esse aspecto, que é do comerciário. Nós, empresarialmente, temos atividade no ramo comercial e somos testemunhas de tudo o que se passa. Eu também, nossas empresas são consideradas empresas do bem. Então, na verdade, nosso comportamento é um comportamento que se acosta aos anseios, e nós não poderíamos deixar de estarmos aqui presentes. A agenda, realmente, todos os senadores sabem que terças e quartas-feiras a situação é terrível, esse telefone não para de tocar. Exatamente, olha, mais uma vez. São duas convocações que eu estou tendo para ir às votações em outras comissões. Mas, na verdade, eu não poderia deixar de passar por aqui. Parece que se estende à tarde. É isso? Não, não, só pela manhã. Então, fica, assim, nossas desculpas de não permanecer por muito mais tempo. Mas, na verdade-–

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas eu vou levar o tema ao Plenário, no meu discurso de hoje a tarde. V. Exa. me faz um aparte lá-–

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Apartear. É um sempre um privilégio apartear V. Exa.

Então, eu queria dizer que, na Paranaíba, na medida do possível, aqui no Senado Federal, nós estamos à disposição, inteiramente engajados nesse pensamento, o pensamento da modernidade, da solidariedade e do apoio a essas causas, que são causas realmente que nós não podemos deixar de nos acostarmos.

Eu parabenizo a todos, sejam bem-vindos aqui na nossa Casa, no Senado Federal. O Senado Federal tem, na verdade, dado o testemunho de que está permanentemente acostado às causas populares.

Se fala muito do Senado Federal, aí fora, mas os senadores aqui presentes são testemunhas de que aqui se trabalha muito, muito. É inimaginável o volume de trabalho dos senadores nesta Casa. Mas é isso mesmo. Vamos administrar a vida, tocar em frente. O importante é que nós, progressivamente, a cada dia, estamos materializando, através de projeto de lei, através da aprovação de projetos, o bem-estar e o futuro do cidadão brasileiro.

Muito obrigado a vocês pela oportunidade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Roberto Cavalcanti, inclusive me convidou, junto com deputados e senadores, e eu posso anunciar que está confirmado, agora. Eu vou à Paraíba, efetivamente, no dia 26, onde vou receber o título de cidadão da Paraíba, pelo movimento que a assembleia daquele estado fez, e V. Exa. Já confirmou que vamos estar junto lá.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Veja que coincidência, poucos-–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Bahia é o dia 27.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador Paulo Paim...

[palmas]

Poucos dias atrás, eu aparteava V. Exa. Na tribuna do Senado e dizia que eu não sabia se eu gostaria de ser gaúcho ou se gostaria de ter um senador paraibano com o nível e o desempenho de V. Exa. E, agora, as forças de Deus se juntam, e a Paraíba o outorga o título de cidadão paraibano. Então, agora, Deus me atendeu, agora, eu tenho um paraibano senador pela Paraíba.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Paraibano gaúcho.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Mais um senador pela Paraíba, que é o Senador Paulo Paim.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, senador.

[palmas]

O Senador Geraldo Mesquita Júnior, como eu havia anunciado, ele, olha: "Eu vou, mas volto". Daí eu convidaria ele, o Senador Roberto Cavalcanti, neste momento.

[palmas]

Senador Geraldo Mesquita Júnior, quer usar a palavra agora? Senador Geraldo Mesquita Júnior com a palavra.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Posso?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador, estaremos lá, então.

Senador Geraldo Mesquita, permita que eu diga, é daqueles senadores que não tem ruim para ele. Esses projetos todos, meio polêmicos aí: "Paim, qual é que é o problema?". Vou dar o exemplo do salário mínimo. Infração e dobro do PIB. Ele foi um dos relatores, depois, na negociação, que fizemos muito bem feito com

as centrais, e ficou inflação e o PIB, teve esse aumento do salário mínimo.

Então, é aquele senador que diz: "Fator previdenciário? Estou junto. Questão dos aposentados? Estou junto". Regulamentar a profissão de comerciário, que é esta audiência? Eu não vou nem perguntar, mas vou deixar ele falar. Uma salva de palmas para o senador.

[palmas]

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): A questão do Paim é que o coração dele é maior do que o corpo. Daqui a pouco, lhe causa algum problema, viu? [risos] É um grande amigo!

Quero cumprimentar os participantes desta importante audiência. Cumprimentar com muito prazer, com muita satisfação e louvar, inclusive, a iniciativa da realização desta audiência. A questão que se impõe, assim, logo de início, Paim, o que pese seu esforço de tratar de um tema desses, e graças a Deus que você tomou a iniciativa.

Não se trata de uma questão, mas, para mim, particularmente, é de certo espanto, não é? A atividade talvez seja uma das mais antigas, não é? Não só no país. Nos dias de hoje, ainda pender de solução, a regulamentação de uma profissão tão importante como essa, não é?

Acho que esta Audiência Pública ilustrará, de certa forma, a matéria aqui. Aqui, alguns já me ouviram falar isso. Mas, quando eu acredito numa coisa, eu gosto de repeti-la, entendeu, Paim? Essa é uma daquelas matérias importantes que tramitam no Congresso Nacional. Se a gente for reunir 20 matérias importantes que tramitaram no Congresso Nacional ou tramitam, eu posso dizer, com absoluta segurança para vocês, que dez delas tiveram a iniciativa do Senador Paulo Paim.

[palmas]

Como a gente diz, aí na rua: "Isso não é pouca coisa, não". E, olhem, são matérias que dizem respeito aos interesses, assim, mais profundos da classe trabalhadora, dos aposentados, dos deficientes, enfim, são matérias que vão, assim, no âmago das questões importantes do povo brasileiro.

Eu digo... O Paim sabe disso. Eu digo isso não é para jogar flores para ele, não, porque ele precisa disso. Ele é uma figura pública, no nosso país, que produziu tantos fatos positivos, que ele não precisa de flores. Esses fatos é que sustentam o prestígio do Senador Paulo Paim, junto a vocês que estão aqui, junto ao povo do Rio Grande do Sul, junto ao povo brasileiro.

Lá na minha terra, aqui eu quero dar um testemunho a vocês. No pequeno Acre, de onde eu venho, tem colegas, aqui do Senado, que as pessoas sempre perguntam, um deles, é o Senador Mão Santa, pelas razões óbvias, Mão Santa é uma figura, preside o Senado todo dia, é uma figura que aparece, tem exposição, e, pelo jeito brincalhão, as pessoas gostam muito dele. O outro, pela defesa das grandes causas, é o Senador Paulo Paim.

"Geraldo, mande um abraço para o Paim." "Geraldo, diga para Paim isso e aquilo." Entende, Paim? É assim uma rotina, lá no Acre. Por onde eu ando, e eu ando muito, seringal adentro, rio adentro.

Portanto, eu quero, mais vez, olha, parabenizar o Senador Paulo Paim por colocar seu mandato, seus mandatos. Eu digo sempre, olha, em momentos assim, em que se critica o Senador Paulo Paim por algumas iniciativas, e críticas que vêm de pessoas que, tempos atrás, tinham um determinado entendimento sobre uma determinada questão e, de repente, mudam completamente de entendimento.

O que eu admiro no Senador Paulo Paim é a coerência. Ele, hoje, defende causas, eu digo sempre: há uma grande diferença, aqui, e eu não tenho medo de dizer isso, no Parlamento brasileiro, há pessoas que vêm para cá ou estão aqui para defender coisas; o Senador Paulo Paim veio para o Parlamento brasileiro defender causas. É uma diferença fundamental, é uma diferença fundamental.

E a defesa dessas causas é que construiu, em torno do Senador Paulo Paim, do seu mandato, da sua equipe de trabalho, construíram e angariam a respeitabilidade que ele tem, nesta Casa, no Rio Grande do Sul, no país, no Acre, no Piauí, seja lá onde for. Ouvi, há pouco, ele dizendo que irá à Paraíba. Olha, eu acho que toda a Câmara de Vereador, toda a assembleia legislativa deste país gostaria imensamente de conceder ao Paim um título, cidadão do município, cidadão do estado, pela grandeza que representa o mandato dele.

E, aqui, também, não tenho medo de dizer isso. Uma das coisas que mais me causa preocupação é a gente ter uma perspectiva, por exemplo, de um Parlamento sem a presença do Senador Paulo Paim. Portanto, aqui, eu faço algo que pode parecer incitado, mas faço, com coragem, também. Faço um apelo ao povo do Rio Grande do Sul, aos companheiros e às companheiras que cercam o Paim, para que protejam o mandato do Paim, porque o mandato do Paim não é do Paim, é do povo do Rio Grande do Sul, é do povo Brasil, é dos trabalhadores brasileiros.

[palmas]

E, com essas a palavras, eu queria, aqui, com a maior naturalidade, me vincular à aprovação desse projeto, o que for necessário a gente fazer nós faremos, como já fizemos outras vezes, sob a coordena-

ção do querido companheiro Senador Paulo Paim. É um projeto que tem mérito. Repito, a única surpresa para mim é o com fato de que uma categoria tão importante como essa, talvez a atividade mais antiga que temos no país, até hoje prescindir de uma regulamentação de profissão. Tomara que a gente tenha absoluto sucesso nessa empreitada, Paim. Mais uma vez, muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado pelas palavras, Senador Geraldo Mesquita Júnior, sempre numa linha construtiva, positiva. Eu lhe confesso, senador, de inúmeras fala que V. Exa. Já fez, essa frase já é uma marca registrada sua, que eu gosto de ouvir, de que a gente no serviço, na área pública, temos que defender causas, e não coisas.

E esse projeto da regulamentação do trabalho dos comerciários é uma causa que move diretamente, com certeza, a todos, todos nós. E eu estou muito convicto de que será uma grande vitória dos comerciários, do povo brasileiro e de homens como V. Exa. Meus cumprimentos, senador.

[palmas]

Passamos a palavra ao Sr. José Augusto da Silva Filho, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: Bomdia a todos. Senador Paulo Paim, companheira Tutti. Ninguém falou Tutti, ainda agora, só Lucilene? [risos] Companheiros Alano, Motta, Guiomar, Vicente e Alves, meus caros telespectadores da TV Senado, convidados presentes. Ideli Salvatti, Augusto Botelho, senadores Roberto Cavalcanti, Geraldo Mesquita. Sempre companheiro Geraldo Mesquita, que eu não esqueço, Geraldo Mesquita, o senhor, no 1º Encontro Nacional do FST, que eu coordenei, lá na academia de tênis, não é? E foi uma honra, aquele dia lá, ter recebido o senhor também lá, na presença de 3.500 sindicalistas. E sempre presente no meio de nós.

Eu procurei, Senador Paulo Paim, fazer um encaminhamento um pouco diferenciado dessa questão da regulamentação profissional do comerciário, porque já essa é a segunda Audiência Pública que nós fazemos aqui na Comissão de Assuntos Sociais. E frustrou uma expectativa, aqui, Senador Geraldo Mesquita, de o Adelmir Santana fazer uma Audiência Pública com a patronal. Ele fez um requerimento, e essa Audiência até hoje não aconteceu. O motivo eu não sei por quê. Eu já havia cobrado com ele, pessoalmente, aqui no Senado. Tentei uma audiência, não é, Tutti? A gente fazer uma Audiência com ele, também não foi possível. Duas vezes nós tentamos uma audiência com ele, Paulo Paim, também não conseguimos, no gabinete dele.

E gostaria de louvar a iniciativa da Senadora Ideli Salvatti, pelo requerimento apresentado, que acabou de chegar, inclusive. E também a iniciativa, que nós não deixamos de registrar, aqui, viu, Motta, Alves, Guiomar, Vicente e Alves? A iniciativa da Lucilene e do Alano, também, junto à Senadora Ideli Salvatti. Nós também não podemos deixar de registrar, também, porque os companheiros lutaram junto à senadora para a gente resgatar novamente essa discussão. Então, vamos deixar registrado isso aqui e vamos também ser justos.

[palmas]

Então, minha linha vai ser um pouco diferente dos companheiros que até agora fizeram a exposição, aqui na Mesa. Eu vou expor mais tecnicamente sobre o projeto que foi apresentado. Sobre os princípios, não tenho dúvida, turno de 6 horas, descanso de domingo e feriado, data-base unificada, piso da categoria. Isso não tem discussão, todo mundo já está sabendo de cor e salteado, como fala no interior de São Paulo. E a profissão, como a Tutti disse, na carteira, ali, comerciário, comerciária, não é, Tutti? Então, disso não tenho dúvida.

Agora, eu gostaria de registrar o seguinte: dentro da luta dos comerciários existe: um piso salarial, data-base unificada, retomar a discussão de abertura do comércio em domingos e feriados. Essa proposição, inclusive mal resolvida, Senador Paulo Paim, aqui dentro do Congresso Nacional, inclusive, com a quebra de acordo firmado, o senhor não imagina como nós sofremos, aqui, junto ao Paulo Pimenta, não é, Guiomar? E à Manuela d'Ávila, lá na Câmara. Com essa quebra de acordo, nós entramos com um projeto alternativo, não conseguimos passar. Houve manipulação no projeto original, Geraldo Mesquita, e nós perdemos por uma diferença mínima, Eudes Xavier.

Lá na Câmara dos Deputados, o projeto, que seria um projeto que ia se aproximar mais da vontade dos comerciários, e isso foi frustrado. Então, nós estamos novamente, através do fórum interno dos comerciários, que aglutina todas as centrais sindicais, todas as federações de empregados no comércio no Brasil, a gente resgatar novamente essa discussão de domingo e feriado, que não está resolvido.

Nós estamos resolvendo isso aí, Geraldo Mesquita, onde vem a notícia dos companheiro da CUT, que é filiado a nossa CNTC, companheiro Ronildo, de Aracaju, que é delegado nosso na CNTC, aqui, na qual eu sou secretário-geral, ganharam na Justiça ontem, Alano.

Então, ao invés de a gente resolver essa questão do domingo e feriado aqui na Casa, Paulo Paim, nós es-

tamos resolvendo isso aí na Justiça, Geraldo Mesquita. O pau está quebrando na Justiça. E, ontem, graças a Deus, conquistamos, lá em Aracaju. Mas, geralmente, nos tribunais pelo Brasil, nós estamos perdendo essa questão do domingo e feriado.

Eu não vou entrar no detalhe de domingo e feriado, que a Tutti, com bastante propriedade, falou aqui da questão do sofrimento do comerciário, o deputado, também, que esteve aqui, do Ceará, disse da questão psicológica, que influía até na questão sexual da criança, na formação da criança. Eu não vou entrar nesse mérito. Agora, eu estou preocupado com o resgate dessa discussão, Senador Paulo Paim, do domingo e feriado, que eu repito, está mal resolvida. Essa discussão está mal resolvida, aqui dentro da Casa. E nós temos que retomar essa discussão. Independente da discussão da regulamentação da profissão. Isso aí é uma reivindicação de todos os comerciários do Brasil, e estão todas as centrais, aqui nesta mesa, que não deixam de reafirmar isso, não é, Alano?

Essa questão, também, de supermercado, que o Alano, acho que na fala dele vai dizer, eles estão se apegando, Senadora Ideli Salvatti, numa lei lá da época do Eurico Gaspar Dutra. Eudes, pelo amor de Deus! E a Justiça acompanha. E a Justiça acompanha e ganha em cima disso, dizendo que sim, pode abrir, sim, porque Eurico Gaspar Dutra, em 1943, disse que as grandes redes de supermercados e hipermercados podem abrir, sim, senhor. Que é como se fosse mercado de rua, mercado municipal, aquela coisa toda, naquele tempo de 1940.

Eu não vou entrar muito nesse detalhe, que o Alano é professor nessa matéria aqui; na vez dele, ele vai falar. Agora, a grande preocupação, Paulo Paim, eu não sei, está com três minutos e 20 ali, mas eu acho que vai dar tempo. Eu consultei muito o DIAP, conversei com o Clóvis Scherer, que é conterrâneo, inclusive, da Tutti, lá do DIEESE. Estou preocupadíssimo de a gente fazer a luta aqui, Senadora Ideli Salvatti, dentro do Senado, e eu quebrar a cara na Câmara; eu não, nós comerciários. Porque existem dois verbetes lá. Inclusive, eu vou passar aqui para a mão do Senador Paulo Paim já.

O verbete nº 1, Senador Paulo Paim, e verbete nº 2. O que significam esses verbetes, na Comissão de Trabalho, Eudes, o senhor que é deputado federal? Então, e membro da Comissão e comerciário. Significa a barreira lá que a gente vai ter que enfrentar lá, senadora. E outra, além desses verbetes aí, o 1 e o 2, existe também uma EMEI(F), que eu tenho conhecimento, através de bastidores, que foi encaminhado para a Casa Civil, onde tenta disciplinar, também, regulamentação de profissão e conselho de classe. E que está, ainda não foi deferido pela equipe da Dilma, e que se encontra na Casa Civil da Presidência da República, encaminhado pela equipe do Secretário de Relações do Trabalho Luiz Antônio de Medeiros.

Então, isso aí significa, Senador Paulo Paim, armadilhas que nós temos que tomar cuidado, e policiar. Porque eu tenho maior confiança nesse Senado aqui. Essa Casa é boa. É maravilhosa essa Casa aqui. Tenho certeza, Ideli Salvatti, que nós conseguimos aprovar aqui no Senado, mas nós vamos ter problemas seriíssimo na Câmara dos Deputados. Eu já estou falando já as armadilhas que a gente vai pegar lá na frente. Esses dois verbetes é um deles. Esses dois verbetes é um deles. Nós temos que cumprir esses verbetes, "pá", "pá", "pá"... Quem vai defender esses verbetes aí não vai ser vocês trabalhadores, não, e os aliados do trabalhador, Geraldo Mesquita. Vai ser aqueles donos do poder, do capitalismo, que não têm interesse de dar folga para trabalhador no domingo e feriado; os grandes proprietários; os aliados dos Wall-Mart da vida, das grandes redes de supermercado. É esse pessoal que vai apoiar esses verbetes, e essas barreiras dentro das subcomissões lá, para poder com que o projeto não passe. Há barreiras, e essas barreiras a gente vai ter enorme dificuldade para aprovação desse projeto na Câmara. E pelo que eu vi na recomendação aí, Senador Paulo Paim, nas orientações, inclusive vou te passar outro documento, lá no DIAP, são terminativas lá na CCJ, não havendo necessidade, não é, Yudson(F), de aprovação no Plenário da Câmara.

E, para concluir, a questão, que a representante da CUT, que a Lucilene colocou. Existe alguns nós aqui, também, Senadora Ideli Salvatti, que foi claramente na última audiência aqui, colocada pelo representante da Confederação Nacional do Comércio e Senador Aldemir, não é? Que é questão do piso, é a questão da jornada de trabalho, inclusive nós estamos aí com aproximadamente 40 mil trabalhadores pela redução da jornada de trabalho, na Explanada hoje, saindo daqui nós estamos indo para lá.

Agora, nós estamos aqui, com bom sindicalista que somos, e bem significativo e representativo que somos também, não é, Motta? Essa Mesa aqui, e homens também que somos, temos a coragem, Senador Paulo Paim, de sentarmos com eles e negociar também isso aí, desde que não desfigure, o quê? O princípio do projeto. Que for para flexibilizar e deformar totalmente o projeto, Senador Paulo Paim, da qual o senhor é autor, então, vamos partir para outro tipo de luta, outro de enfrentamento, que o movimento sindical é capaz, sim, senhor, para nós termos uma conquista em defesa dos comerciários do Brasil.

Era isso minhas palavras. Mais uma vez muito obrigado pelo convite, Senadora Rosalba, e agradecer a Ideli Salvatti também pela iniciativa, pelo Requerimento. Obrigado, Senador.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nesse momento, eu vou passar a palavra para o Alano, que é o último da Mesa, daí, em seguida, os senadores e o nosso deputado, também aqui presente, vai fazer uso da palavra, o Eudes Xavier, que é Deputado Federal pelo PT do Ceará. Então, Alano, por favor. O Francisco Alano é Presidente da Federação dos Trabalhadores do Comércio do Estado de Santa Catarina. Parabéns, José Augusto.

Com a palavra o Alano.

SR. FRANCISCO ALANO: Eu queria, inicialmente, cumprimentar aqueles que são o motivo dessa audiência, que são os comerciários e comerciárias presentes nessa sessão; os dirigentes sindicais presentes nessa sessão; os comerciários, especialmente de Santa Catarina, também presentes nessa atividade aqui no Senado. Queria cumprimentar o Senador Paim, já foram registradas as várias qualidades do Senador Paim, gaúcho, próximo de Santa Catarina, não é, Senador? O Senador, junto conosco, ajudou a construir a Central Única dos Trabalhadores e o Partido dos Trabalhadores, em nosso país. E é verdade, os grandes projetos em favor dos trabalhadores, no Senado, têm a iniciativa do Senador Paim. É um dos brilhantes senadores no Senado Federal, um senador que não tem se furtado ao debate. É um Senador que sempre esteve, sempre está junto com os trabalhadores. E nós sempre temos dito que é um operário no Senado. Assim como a Senadora Ideli Salvatti é uma operária da educação no Senado, representando o Estado de Santa Catarina, e que também tem contribuído muito com as causas dos trabalhadores no nosso país. Queria cumprimentar também o Senador Pedro Simon pela iniciativa, também, de um projeto em favor da regulamentação da profissão dos comerciários.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Alano, me permite. Nesse momento chegou a Presidente, a Senadora Rosalba Ciarlini, que é também relatora do projeto, viu, pessoal?

[palmas]

E, nesse momento, eu como vice da comissão e autor do projeto, vou para o Plenário, e ela assume a coordenação. Pode ter certeza que ela parceiras nossa nessa caminhada aí. Cumprimento a nossa senadora aí.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bom-dia para todos. Desculpe ter interrompido, mas vamos dar continuidade.

SR. FRANCISCO ALANO: Mas eu prorrogo depois por mais dez minutos. Queria cumprimentar a Senadora Rosalba, Presidente dessa Comissão. E registrar, também, os meus cumprimentos ao José Augusto, a Lucilene, o Motta, o Guiomar, o Vicente, o José Alves Paixão, o Senador Geraldo Mesquita. E queria fazer um registro especial ao companheiro Eudes Xavier, Deputado Federal, comerciário, do Ceará, que junto conosco também ajudou a construir a CONTRAX(F), o DNC e, depois, a nossa Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviço da CUT.

Eu queria aprofundar alguns pontos que para nós são muito caros. Aliás, todos os pontos abordados no projeto do Paim são reivindicações históricas, reivindicações caras para os trabalhadores no comércio, como o registro da função exercida pelos trabalhadores, jornada de seis horas, trabalhos domingo e feriados, estabelecimento de uma data base para categoria, estabelecimento de um piso salarial para os comerciários, o funcionamento do comércio de 7 horas às 19 horas. Portanto, são... e nós todos sabemos que são lutas históricas dos trabalhadores no comércio do nosso país, esses pontos relacionados no projeto do Senador Paim.

Eu queria me ater a dois ou três pontos, aprofundar o debate, que para nós são muito importantes. E o primeiro ponto que quero gostaria de aprofundar é em relação à jornada de seis horas diárias para os trabalhadores no comércio. Segundo o IBGE a produtividade, no nosso país, de 88 a 2008 cresceu em torno de 84,24%. Se produtividade cresceu quase 100%, seria justo, hoje, que a jornada dos comerciários tivesse torno de 20 horas semanais, de 20 a 25 horas semanais, e não de 44 horas semanais. Segundo o Márcio Pochmann, também, do IPEA, com a produtividade dos últimos anos em nosso país, a jornada de trabalho dos trabalhadores no Brasil deveria estar em torno de 12 horas semanais. E nós ainda estamos lutando no Congresso Nacional na redução de 44 para 40. O projeto do Senador Paim estabelece 44 para os comerciários para 36 horas. Então, nós estamos longe ainda de atingir a produtividade brasileira de quase 100% em 20 anos. Se os trabalhadores não ganham com aumento dessa produtividade, alguém está ganhando. E, certamente, são os empresários do comércio atacadista e varejista do nosso país.

E é necessário que a gente faça justiça aos trabalhadores no comércio. Porque muitos países já estão com jornada, ou seja, ganhando mais do que comerciário do nosso país com jornada muito inferior. Eu ci-

taria apenas alguns: Austrália, 34,8 horas semanais; Canadá, 31,9; Espanha, 35,4; Noruega 34,6. Ou seja, nós podemos relacionar um número enorme de países que praticam já a jornada inferior a 36 horas semanais. Então, eu acho que está... nós estamos no momento adequado para brigar não por 36 horas semanais, mas talvez por jornada inferior ainda as 36 horas, estabelecidas no projeto do Paim.

Um outro registro que eu queria fazer era em relação ao piso salarial dos trabalhadores proposto pelo Paim, dos trabalhadores no comércio. Ele propõe um piso de três salários-mínimos nacional. É bom que se registre que o piso, que o salário mínimo nacional estabelecido pelo DIEESE, segundo a Constituição Brasileira, deveria estar hoje em 2.285 reais. O projeto do Paim, na data de hoje, estabelece um piso de 1.395. Aproximadamente 60% do salário mínimo nacional estabelecido na Constituição. Então não é nenhum exagero a proposta do Senador Paim quando estabelece um piso de três salários mínimos nacional. Ou seja, estaríamos longe ainda de atingir o salário mínimo estabelecido na Constituição. E seria uma forma de distribuição de renda, porque as empresas acumulam muitas riquezas com o aumento da produtividade e o excesso de jornada dos trabalhadores. E nós teríamos, certamente, um crescimento maior no nosso país com essa distribuição de renda.

O terceiro ponto que eu gostaria de abordar era em relação à vedação dos trabalhos nos domingos e feriados. Nos puxaram o tapete naquela negociação no Ministério do Trabalho. Porque quando negociamos no Ministério do Trabalho – ouvidores, companheiros que estão na Mesa participaram do processo de negociação –, o projeto que nós negociamos remetia para a negociação do trabalho nos domingos, e não só nos feriados, e alguém no Ministério do Trabalho, não sei quem, encaminhou para Casa Civil um outro projeto, modificando aquilo que nós tínhamos negociado. E nós perdemos na Câmara dos Deputados por 19 votos. Por 19 votos. Perdemos por muito pouco. Portanto, é possível continuar essa luta, para que a gente consiga estabelecer, sim, pelo menos, nós queremos, não queremos trabalhar aos domingos e feriados, mas que se faça uma negociação justa, que se faça a negociação justa para que os trabalhadores também ganhem com o trabalho nos domingos e feriados, porque segundo os empresários, domingo e feriado é muito lucrativo. Só que eles aplicam o banco de hora, e trocamos domingos e feriados uma por uma. Ou seja, trabalha uma hora, descansa uma hora. É injusto. E nós temos que modificar esse tipo de situação que nós vivemos em nosso país.

Além das demais questões estabelecidas no projeto do Senador Paim, que me parece que são fundamentais para os trabalhadores, porque, diariamente, os trabalhadores são usurpados, logrados, roubados no exercício da sua função. Como, por exemplo, me parece que não tem importância, mas o registro da função efetivamente exercida pelo empregado na sua carteira, no seu registro, porque o empregado trabalha de vendedor, está registrado como serviço geral e é remetido a trabalhar muitas vezes como faxineiro na limpeza das lojas e dos supermercados. É preciso que se dê um fim, dê um basta a esse tipo de exploração contra os trabalhadores no comércio. [soa a campainha]

E, por fim, eu queria, para não ultrapassar o meu tempo, fazer um registro, um repúdio a uma manifestação de um advogado do Rio Grande do Sul, Flávio Obino Filho, que é Consultor Trabalhista da FECOMÉRCIO do Rio de Sul. E ele escreveu um artigo de duas páginas em que ele, em uma das passagens, ele diz: *"Ora, a posição dos comerciários nesse tema é a do atraso, é profundamente conservadora, se não reacionária. Retrata uma mentalidade antiquada. Quanto menos labuta, melhor. Quanto menor a carga semanal de carga de trabalho, menor. Tão mais numerosos feriados e feriadões, muito melhor. E assim por diante. É a cultura do ócio e da indolência, ou defesa da cigarra na fabrica de La Fontaine, mas a Constituição nos quer formiga"*. É isso o que ele pensa. Ou seja, a formiga para carregar nas costas, o lucro para os grandes empresários desse país.

[palmas]

E nós não queremos ser apenas formiga. Nós queremos ser cigarras também, para cantar, para sermos felizes, para descansarmos domingos e feriados, e eles não querem isso. O tal do Flávio Obina deve ser alguém abastado, que não trabalha nos domingos e feriados, provavelmente. Talvez uma hora dessas, ele esteja na Europa, gastando as fortunas que ele ganha das assessorias patronais. E é nessa luta que a gente tem que estar engajado, porque nós perdemos muito por muito pouco. Na Câmara dos Deputados, fechamento dos domingos e feriados, ou pelo menos a negociação. E os empresários desse país, os empresários internacionais não entregarão de graça essa fatura. Nós temos que ter claro isso. Nenhum desses empresários concorda com o projeto do Paim.

Então, a palavra-chave para nós tem que ser certamente "mobilização". Mobilização. Nós temos que tomar esse Congresso. Senão nós não vamos conseguir nem 10% do projeto do Paim. Nem 10%. E depende exclusivamente de nós. Depende exclusivamente dos senadores e deputados comprometidos com a luta dos trabalhadores. E nós temos muitos senadores e

deputados. Não todos. E só com a nossa mobilização, só com a nossa pressão é que a gente vai construir uma relação justa entre capital e trabalho no comércio do nosso país.

Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu quero agradecer a todos que aqui vieram, tenho certeza que foi bastante produtivo, importante para que cada um possa colocar o seu ponto de vista, as suas opiniões, até porque nós entendemos, que eu tenho certeza que a força de trabalho desse Brasil precisa ser respeitada, precisa ser protegida para que nós possamos ter cada vez mais essa força mais forte. Então, queria aqui, dizer do Senador Paim, que é o autor, com o Senador Pedro Simon, que também participa, que o seu projeto é um grande alcance, que eu estou numa responsabilidade imensa, que além de Presidente de toda essa relatoria, e ouvindo a todos para que a gente possa montar a melhor proposta, a proposta que o Senador Paim possa montar um relatório que realmente tenhamos avanços, tenhamos avanços. Então, essa audiência... Os que eu não pude ouvir, vou ouvir logo depois, porque está tudo gravado, para analisar, para poder refletir bem, e ver a melhor... a forma que a gente consiga realmente com o avanços a sua aprovação e dizer que também algo que estava conversando há poucos instantes com a Lucilene, vocês precisam chegar mais aos comerciários, de uma maneira geral. Sei que estou falando aqui em termos de encontros que eu tive com alguns que estão preocupados. Estão passando para ele uma imagem de que o projeto poderá provocar, em vez de benefícios, desempregos, eles não vão ganhar mais, porque você sabe que muitos complementam com aquelas horas, então, isso está trazendo preocupação, então, sei que vocês têm mecanismos de informação para chegar a todos, porque esse Brasil é muito grande, e muitos não têm nem tempo, até porque trabalham tanto, não têm tempo nem de se informar e participar mais.

Então, quero aqui deixar a nossa palavra de solidariedade, de apoio, de reforço a essa luta. E agradecer e passar agora a Senadora Ideli, que foi a que propôs a Audiência Pública.

[palmas]

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senadora Rosalba, em primeiro lugar eu queria agradecer a presença de toda esta representatividade das centrais sindicais, que organizam os trabalhadores de todo o Brasil, e no caso dos comerciários, de forma muito específica e especial. Porque é uma categoria que tem um volume, um número muito grande, é uma categoria difícil de ser organizada, porque ela é pulverizada, ela está... Diferentemente, se você pegar, por exemplo, outras categorias que trabalham de forma muito mais concentrada, não é, os comerciário, não, estão espalhados em praticamente, em muitos lugares, em todos os municípios. Não existe um município no Brasil que não tenha comerciário, porque em todos os comércios existe, senão não teríamos como até viver, sem o comércio. Então, efetivamente não é uma categoria simples de organizar. As diferenças, inclusive, de trabalho, são muito significativas. Você pega uma grande metrópole, são os grandes magazines, os grandes shoppings, os grandes supermercados, mega mercados, e você pega lá uma cidadezinha pequena, dois, três mil habitantes, é uma outra realidade. Mas a defesa deste segmento dos trabalhadores no Brasil, ela é muito importante.

Queria de forma muito, também, sincera cumprimentar todos os representantes aqui das centrais e dos sindicatos dos comerciários na figura de dois catarinenses, que é minha querida – vocês chamam de Lucilene, mas lá em Santa Catarina a gente só conhece de Tutti, porque é *Tutti bonna gente*... Então, apesar do sobrenome dela não ser italiano, mas a Tutti é nossa companheira, catarinense. E o Alano que preside a Federação dos Comerciários do nosso estado, e que tem uma luta histórica, uma luta histórica na defesa categoria. Tanto no período que eu estava como... Que eu tive a honra de ser deputada estadual lá em Santa Catarina, como agora aqui no Senado, a gente tem uma relação muito próxima, a gente tem buscado acompanhar, ido nas audiências com o Ministro do Trabalho. A questão do ponto eletrônico, foi um trabalho aí que vários parlamentares participaram, mas que foi possível; e até a própria votação, da forma como foi feita; e a perda, que o Alano já colocou. Deixa eu passar aqui para um assessor, que isso aqui não para de tocar.

Então, nós perdemos por muito pouco, e acordo, efetivamente, não foi honrado. Aquilo que foi acordado não foi, depois, o transcrito, colocado o preto no branco lá no papel. E, portanto, nós temos que quase, na prática tem que retomar, do zero. E aqui no Senado dizem... Teve uma fala aí de que aqui é melhor do que a Câmara. Eu lhe convido a ficar uns dias aqui no Senado para ver o que quanto é bom para tosse. Não é tão simples.

[risos]

É muito trabalho. Não é simples. E tal. Agora, aqui não Senado também, nós temos uma... e temos que respeitar, obviamente, porque isso faz parte da democracia. Se teve capacidade de eleger, de colocar aqui, então, é com isso que a gente tem que lidar, mas aqui no Senado, nós temos um parlamentar, que

nós todos respeitamos, mas representa, efetivamente, a Confederação Nacional do Comércio. O Senador Adelmir Santana, ele tem uma autuação muito forte, e, portanto, tem uma defesa muito enfática e legítima do interesse do setor patronal do comércio no Brasil. Então, aqui, efetivamente, nós vamos ter que trabalhar bastante, tanto que vai ter uma audiência proposta pelo próprio Senador Adelmir Santana para a gente poder fazer o debate.

Agora, eu acredito que nós temos condições de avançar. Se nós não tivermos capacidade de aprovar tudo que é necessário, mas de ir avançando. Por exemplo, hoje a história da DRU, para mim, apresentei em 2003, era para acabar tudo de uma vez, não acabamos, é gradual, entende? Mas é um avanço? É um avanço. A partir de 2011 não terá mais o desconto nos recursos da educação. Então, acho que tudo faz parte da nossa articulação, da nossa atuação.

Agora, aquilo que o Alano falou é fundamental, depende da mobilização. Porque aqui a gente trabalha por emergência. Porque a quantidade de coisas que tem para tratar, de assuntos, de projetos e tal... Então, quem faz mais barulho, quem chega mais, quem está mais presente acaba tendo, e não tem como não ser assim. Acaba tendo... vai passando na frente de outros.

Então, a presença de vocês, as audiências, eu acho que isso isto é muito importante de a gente poder manter aceso e ir avançando tanto na tramitação dos projetos em si, como também na própria negociação com o Ministério do Trabalho. Eu acho que tem coisas que não precisam de lei. O ponto eletrônico foi um caso bem típico: era um caso muito grave, onde os trabalhadores estavam sendo, literalmente, roubados, porque não ficava registrada a quantidade de horas que, efetivamente, trabalhavam, e não precisou de lei, foi uma portaria, conseguimos. Demorou um pouquinho, podia ser mais rápido, mas está lá, está agora definido como é que funciona, o ponto eletrônico, a garantia. Então, eu acho que a gente tem efetivas condições de avançar.

Então, eu queria parabenizar a todos que estão aqui, que estão participando da marcha da redução da jornada, 40 horas, toda esta pauta. A questão de nós podermos regulamentar a profissão, ela é muito importante, tem que ser feita por lei. Esta é uma das questões que nós não podemos fugir, terá que ser feita. A data base da categoria também unificada nacionalmente. E nesta questão do trabalho... É claro que num país tão diferenciado como o nosso, eu considero que a negociação é o melhor. Agora, não a negociação individual, a negociação valorizando a representação da categoria, o sindicato, sentado, incluído, de preferência, no acordo coletivo de trabalho, com as regras, tudo como tem que ser feito. Porque, sejamos também assim francos, por exemplo, nós que vivemos lá num estado como o de Santa Catarina, onde nós temos, por exemplo, a questão do turismo, e não é permanente, é sazonal e tal. É claro que precisa. Tem épocas que não tem jeito. Ou você funciona aos domingos, sábados e domingos, aproveitando o turista que está, ou então, você, efetivamente, não aproveita, em termos, tanto para o comerciário vender, como para o comerciante. Mas são questões pontuais, que podem entrar na mesa de negociação e serem resolvidas dentro das peculiaridades, sem que os trabalhadores percam os seus direitos e tenha reconhecida a sua condição de trabalhador, sendo dignamente remunerado.

Então era isso que eu queria aqui deixar o nosso apoio, vamos estar presentes, acompanhando a tramitação dos projetos. Eu vou pedir mil desculpas, porque hoje o dia não está simples. Agora, eu tenho um almoço com o STJ, o Presidente do STJ convidou alguns parlamentares, e minha condição de líder de governo, aqui no Congresso, me obriga a estar lá. Então, nós vamos estar acompanhando, a minha assessoria vai continuar acompanhando todo o desenrolar. Eu só poderia deixar aqui configurado o nosso compromisso com esta luta, que é a luta legítima, justa, correta, e que todos nós queremos que seja vitoriosa.

Obrigada.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senadora Ideli. Agora, eu passar a V. Exa. Deputado Eudes Xavier, que é meu vizinho lá do Ceará. Eu queria aqui aproveitar e dizer até que a senadora aí colocou algo que a gente tem que realmente... São mais de dez milhões de trabalhadores em todos os recantos. Nos nossos municípios, os menores, nós temos os comerciários. É essa relação de trabalho. É legítima a luta, e sem luta, minha gente, não tem vitória. Às vezes ela não acontece de imediato, mas a gente tem que sempre dar o primeiro passo. Acho que aqui nós estamos dando um passo relativamente seguro, e se Deus quiser essa caminhada, nós vamos conseguir os avanços que sejam importantes nessa relação de trabalho. Passamos agora ao Eudes.

DEPUTADO EUDES XAVIER (PT-CE): Bomdia a todos e a todas. Eu quero saudar e agradecer, Senadora Rosalba, a sua relatoria, porque está nas suas mãos o destino deste projeto, apresentado pelo valoroso, grande companheiro de batalhas que é nosso Senador Paulo Paim. Nas suas mãos está entregue milhares de vidas, de mulheres, de homens, que pelo força do trabalho, pela dedicação ao mundo do trabalho, precisam desse projeto.

Eu sou trabalhador do comércio desde 1983. Então, na minha vida, eu aprendi várias coisas com esta categoria profissional, e aqui eu quero saudar todas as centrais sindicais e a confederação, e aos amigos e amigas desta categoria profissional. Primeiro, porque se nós estamos num ambiente favorável ao desenvolvimento econômico e social, nada mais justo, senadora, do que ter a regulamentação da profissão do comerciário.

Primeiro porque nós, de 2003 até agora, conseguimos elevar bastante o poder de compra do salário mínimo no Brasil. Portanto, com o poder de compra valorizado, naturalmente o comércio é o que mais ganha, é um dos setores que tem, inclusive, um diferencial do seu ganho para o que é peso na folha. No meu estado, a Federação do Comércio divulgou um estudo aonde o que pesava menos era sua relação com a folha de pagamento. Outros investimentos são maiores. Portanto, por si só, regulamentar nos garante, se não equilibrar, senadora, mas chegar próximo a uma qualidade de vida, a uma relação de trabalho que o século 21 exige do mundo inteiro.

Com as tecnologias de informação, Senador Paim, nós temos condições, hoje, não só de regulamentar, como melhorar a redução da jornada de trabalho. E aqui o projeto nos dá uma garantia de gradativamente melhorar esta relação de trabalho. Meu amigo João de Deus da Paraíba que tivemos desde a sua eleição na primeira campanha. Portanto, ter essa dimensão de que o país vive um ambiente favorável a uma relação melhor de trabalho nos dá a garantia, Senador Paim, de que essa batalha é uma batalha, José Augusto, das mais importantes no país.

E aqui eu quero abrir um parêntese e dizer da nossa pressão à sensibilidade do Palácio, senadora. Eu estou na Casa, é meu primeiro mandato, e fiquei muito triste em que o projeto da regulamentação, da negociação do comércio, foi entregue a relatoria a um empresário. O Planalto poderia muito bem, nas nossas negociações, ter algo que fosse mais equilibrado. Portanto, é nesta relação que nós deveremos mobilizar, Alano, e a todos nós, uma relação mais próxima das relatorias, que eu acho que não é fato de ser só empresário, tem empresário também com visão mais moderna, ampliada, mas nós não podemos ter também uma dimensão qualquer.

Portanto, eu quero aqui primeiro me colocar. O projeto, nesta Comissão, senadora, é terminativo no Senado. Eu quero estar à disposição dos senadores, da senhora e do Senador Paulo Paim, na Comissão do Trabalho, da Câmara Federal. Gostaria muito de ser indicado como relator, porque essa matéria passa na primeira Comissão na Câmara Federal, passará na Comissão do Trabalho. Terei todo o prazer, como agora estou relatando o projeto do risco de vida dos vigilantes, de estar atento, de quando chegar, Paim, a gente fazer uma relação harmoniosa, e agora sim, conseguirmos a relatoria, na Comissão de Trabalho, na Câmara Federal. Farei tudo o possível na negociação com as bancadas partidárias. Vai mudar a presidência, mas eu quero exatamente estar vigilante nesse nosso projeto, que eu considero parte da minha vida. Esse projeto faz parte desses anos de categoria profissional. Eu tenho muita honra de ser deputado federal. Na minha carteira eu faço 20 anos agora, dia 1º de dezembro, na mesma empresa, Paim. Vendedor de sapato, autorizador de crédito e tenho muita honra de aqui neste [palmas], nesta Casa focar do que nós temos de melhor. Porque aqui tem uma bancada boa, aqui tem uma bancada que de nos dá inspiração de ir mais longe do que está dito, do que está posto.

Portanto, ao Senador Paim, a nossa grande referência, por sinal, fico no mesmo corredor onde V. Exa. tinha quando era deputado, e na mesma Comissão onde V. Exa. participou, e foi presidente. Portanto, em nome desta categoria de milhões de mulheres, que muitas vezes, senadora, perde a capacidade inclusive de trabalho melhor. A LER, que é o esforço repetitivo; as varizes, adquiridas no local de trabalho. [palmas]; as noites mal dormidas; e o stress dos trabalhadores e trabalhadoras do comércio. Por si só isto nos dá garantia de lutar para aprovar a regulamentação desta categoria, que é honrosa nesse país, que vive do trabalho, e não vive do assistencialismo.

Muito obrigado. Bom-dia.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Parabéns, Deputado Eudes. Eu acho que, como eu sou vizinha e sou ali do Rio Grande do Norte, você é do Ceará, ficou aqui uma curiosidade. Você trabalhava aonde? Era em Fortaleza?

DEPUTADO EUDES XAVIER (PT-CE): Fortaleza. Te faço(F) uma visita [ininteligível].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, eu morei dez anos em Fortaleza. Minha juventude foi lá, porque quem é dali de Mossoró, Rio Grande do Norte, você sabe que estamos na divisa.

DEPUTADO EUDES XAVIER (PT-CE): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, menos duas horas e meia. Indo pela litorânea ali de Aracati.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Quem sabe, não é? Estudante, deve ter comprado bem baratinho, porque eu só ia nas promoções. Mas olha, minha gente, eu queria colocar... Você falou aí nas varizes, eu lembrei... Quando falou eu já fiquei assim, porque realmente nós, mulheres, temos essa questão. Não só mulheres, homens também. Todos têm. E por falar em mulher, eu quero até dizer a vocês que eu continuo na luta da licença maternidade de seis meses para todos.

[palmas]

Eu sou autora da PEC, está na Câmara. Queria, inclusive, pedir aos trabalhadores que me dessem essa força, quando forem tratar das suas questões, lembrem das trabalhadoras que precisam ficar um pouco mais com seus filhos. E tenham comprovação, minha gente, a licença maternidade não vai prejudicar nenhum empresário. Isso eu já disse para eles com toda clareza. Vai ajudá-los. Porque uma mulher que possa cuidar mais do seu filho, amamentar mais o seu filho, ela volta para o trabalho muito mais tranquila, ela vai voltar muito mais produtiva, vai dar melhores resultados do que ter que desmamar a crianças com três meses; chegar no trabalho todo o tempo naquela angústia; a criança vai adoecer mais, ela vai faltar muito mais. Isso é experiência que tenho porque eu sou pediatra e neonatologista. Então, eu vivi a minha vida toda com essa realidade: trabalhando, sendo médica de fábrica, fui médica também de várias instituições, além de serviço público, você sabe que médico pula de... são vários, tem que ter várias coisas para poder sobreviver, que também não são todos que têm aquela condição de serem só médico dos que podem pagar. Eu trabalhava no serviço... Trabalho, sou funcionária, minha carteira assinada como médica do serviço público.

Então, vi isso, convivi. E as crianças que puderam ser amamentadas, são crianças que o custo/Brasil é muito menor, porque elas não adoecem, e quando adoecem são coisas rápidas, não precisam de internação. A não ser coisas que sejam realmente um acidente, coisa desse tipo. Então, é em favor das trabalhadoras do Brasil como um todo.

E, também, nós estamos com o projeto que fala de trabalhadores, que eu, ontem, Paim, fiquei... Faltou você lá na Comissão de Assuntos Econômicos, viu? Porque pediram Vista, aquele do plano de saúde para empregada doméstica. Mas se Deus quiser, na próxima reunião, a gente consegue reverter isso. Que o empregador possa dar um plano de saúde a sua empregada doméstica, e ter a dedução do imposto de renda, para que elas não faltem tanto em função de terem que ir a unidades de saúde... Não têm tempo. E, muitas vezes, quem tem essa situação, que já passou, e que já vivi, já ouvi vários relatos de empregadas que não têm nenhuma proteção até por essa questão, trabalharem... Só ter uma folga semanal, e o empregador também quer dar um pouco de apoio. Então, isso aí também em favor dos trabalhadores.

Eu quero dizer a vocês que eu sei que alguns, às vezes, ficam assim preocupados: "A relatora é dos Democratas". Eu sou brasileira, e meu partido é brasileiro. Não é contra o trabalhador, muito pelo contrário. Nós defendemos os trabalhadores, sim. Tanto que o nosso partido está na luta dos aposentados. Nós somos a favor dos avanços na aposentadoria, da queda do fator previdenciário, do reajuste. Cada um tem que também... agora, eu sou favorável é que nós tenhamos as condições de avançar cada vez mais no trabalho. A realidade, hoje, por exemplo, sou muito clara em dizer a vocês: não sou contraria, muito pelo contrário, eu defendo a abertura do comércio nos finais de semana. Porque, como trabalhadora, eu só posso ir ao comércio também final de semana. A realidade que eu vivencio, que escuto das pessoas, que eu procuro... Agora, a relação de trabalho, é outra. Eu gostaria muito que abrir ao final de semana, em vez de ser para ampliar a carga de trabalho, para tirar as folgas dos trabalhadores, fosse para ampliar o número de trabalhadores. Porque vai ter lucro a empresa? Vai. Então, que contrate mais trabalhadores, que aí está ajudando também o Brasil. Então, essa é uma posição que eu tenho, é muito clara, não tenho porque colocar diferente.

A regulamentação da profissão é inadmissível. Eu encontrei algumas situações, inclusive fui a relatora, e aprovamos. A regulamentação de barbeiros, manicure, cabeleireiro, esteticista, nesse Brasil, ainda não era regulamentada. O barbeiro é a profissão mais antiga que eu acho existe no mundo. Então, comerciários, que vendeu--

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Talvez o comerciário que vendeu a navalha para fazer a barba.

[risos]

Não ser regulamentado. Então, isso é algo inadmissível. Então, fica aqui desde já esse compromisso com a regulamentação, e com avaliação, a mais, vamos dizer assim, criteriosa, equilibrada possível para que a gente possa dar todo o apoio ao trabalho, aos trabalhadores, e que isso venha aumentar as oportunidades. Então, eu quero passar agora ao Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Rapidamente... Eu já falei na abertura aqui do evento. Só cumprimentar o Alano, o José Augusto, a Lucilene, a minha presidente,

Senadora Rosalba, o Luiz Carlos, o Guiomar, o Vicente e o José Alves. E dizer que quando eu fui procurado para apresentar esse projeto, o fiz, senadora, com a maior tranquilidade. E eu dizia na abertura, senadora, que esse projeto tem quatro eixos, que nós queremos discutir exaustivamente com a senhora. A senhora foi relatora de um projeto de minha autoria que garantiu os 30% de periculosidade para os vigilantes. E aprovamos por unanimidade aqui. Mas me lembro, na época, Alano, e José Augusto, e Lucilene, enfim, todos, que nós só aprovamos em cima da palavra mobilização. Nós tínhamos aqui 400 vigilantes no dia da votação. Por isso eu quero fazer coro ao que foi falado aqui, no dia da aprovação desse projeto, vamos entupir os corredores do Senado para aprovar o projeto, que é mais do que justo a essa categoria.

[palmas]

Aqui dentro funciona assim. Não pensem vocês que foi fácil aprovar o fim do fator, aprovar a questão dos aposentados, e tantos outros projetos que vocês sabem estão lá na Câmara para o debate. Quero dizer, Eudes, que eu fiquei sensibilizado aqui com sua fala. Mostra que é um Deputado Federal, é um comerciário e é comprometido com a causa. E essa coerência do teu pronunciamento é que faz com que a gente saia hoje daqui convicto que esse projeto nós vamos aprovar no Senado. Mas que nessa vez a Câmara não vai mudar, vai aprovar na Câmara como saiu daqui. Vai ter que aprovar como saiu daqui, já que o Eudes... Vamos trabalhar para você, efetivamente, ser o relator lá.

Senadora Rosalba, casualmente, permita que eu diga isso aqui para vocês. Vocês sabem que eu entendo que a vida assim. Me perguntam para mim, mas ano eleitoral, tu não acha que é muita pressão em cima dos homens públicos, para que eles atendam as reivindicações dos trabalhadores? Nós vamos pressão quando? Depois que passar as eleições? Nós vamos fazer pressão em 2011? Nós vamos fazer pressão em 2010 mesmo. E tem que fazer pressão em 2010. Eu dizia em alguns congressos que realizei fora, não foi aqui dentro, mas repito aqui dentro, e disse que diria aqui também. É mais do que natural. Porque eu me ponho no lugar do trabalho que está lá fora. Eu estou aqui dentro, porque eles nos mandou para cá. O que ele está pensando lá fora? Na hora de votar ele vai votar em alguém que aqui dentro só mete bala com contra ele, como a gente fala? Claro que não, porque bobo a gente não é. Como é que eu vou estar votando em alguém que aqui dentro do Congresso encaminha tudo contra os nossos interesses?

Por isso que eu entendo que é correto nós fazer a pressão, e esse projeto... Sei que não vai ser aprovado esse ano, Câmara e Senado, que falta só dois meses, mas 2010 é o dia "D". Em 2010 esse projeto tem que ser aprovado, e tem que ser sancionado. E há condições para a gente fazer isso.

[palmas]

A Senadora Rosalba é a relatora, não é desse projeto, diversos projetos, alguns eu peço para ela, inclusive, e ela avoca, não é, senadora. Diz: "Está bom, senador, dá aqui que eu avoco". Outros eu peço para relatar, e ela me dá para relatar ainda. Então, temos estabelecido aqui uma parceria. Eu sei que são os pontos são polêmicos, mas todo projeto é assim. Agora, se nós sentarmos numa mesa, dialogarmos amplamente e o que for acordado, foi cumprido, nós vamos aprovar o projeto, eu entendo numa linha até de unanimidade. Numa linha de consenso.

E só terminar com aquilo que eu disse antes, devido ao tempo, estão inclusive me chamando para que eu dê uma chegada lá no evento das 40 horas, que eu tenho muito orgulho de ser um dos autores, junto do Inácio Arruda dessa PEC que está para votar. Nós vamos sentar, vamos articular, vamos pressionar, vamos fundir os dois projetos, se for necessário. Sei que o Senador Simon não criará nenhum tipo de empecilho, mas pelo amor de Deus, eu apreendi a ser coerente no longo da minha vida. Acordo firmado lá não Rio Grande – é a história do fio de bigode, não é Guiomar –, acordo firmado tem que ser cumprido. Eu tenho certeza que o compromisso que nós firmarmos aqui, homens e mulheres, como disse um deputado, do bem, a Câmara a de respeitar. Então, pela aprovação do projeto dos comerciários e das comerciárias, vamos torcer para que seja por unanimidade, que a Câmara aprove como saiu daqui, para não ir e depois ter que voltar. E que o Presidente Lula sancione ainda esse ano.

Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Essa convivência pacífica, harmoniosa, porque só vamos construir exatamente... Cada um tem que respeitar suas diferenças, mas nós confluímos numa coisa, isso aí nós não abrimos mão: é que possamos construir nesse país uma justiça social; possamos construir nesse país mais oportunidades de trabalho; possamos construir nesse país mais proteção ao direito dos trabalhadores. Então, fica aqui esse é o meu pensamento, eu não abro mão, [palmas] até porque sou uma trabalhadora, e nada na vida eu tive caindo do céu. Nada caiu do céu. Graças ao trabalho, à luta para estudar, para me formar, mas eu acho que... E é isso aí, minha gente, sem luta não tem vitória. Vamos à luta.

[palmas]

Pois não, vamos aqui.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: Senadora, eu não sei se é quebra de protocolo, mas acho que é importante, no final dessa audiência, o empenho, eu peço, encarecidamente, em nome dos trabalhadores dessa composição que está aqui à Mesa, o empenho da senhora, enquanto Presidente da Comissão, Senador Paulo Paim, para o Adelmir Santana agilizar essa Audiência Pública com os empresários. Porque quanto tempo já que foi pedido o Requerimento à senhora e foi aprovado, e não foi agendado. Já foi adiada essa audiência com os empresários, Tutti, duas vezes já. Então, não sei o que tá acontecendo.

Eu espero que não seja alguma coisa que esteja boicotando, viu, Eudes, o projeto. Porque lá na outra Casa, na Câmara, Rosalba, existe uma Portaria 186, que uma central apoia... Esse não é caso de pluralidade, necessidade sindical, mas tem um deputado lá, que é tendencioso, que fez um negócio perigoso, que não é o caso da Adelmir Santana. Ele pegou a relatoria, sentou em cima, tem um ano sentado em cima da relatoria. Então, espero que não aconteça a mesma coisa com os comerciários aqui. Porque ele pegou o requerimento... Apresentou o requerimento, foi aprovado, e por duas oportunidades essa audiência não aconteceu com eles aqui. E os trabalhadores já fizemos a segunda com essa.

Então, nós queremos assim, um apelo encarecidamente, que a senhora faça esse contato juntamente com o Senador Paulo Paim, e nós queremos que o projeto ande aqui na Casa, com o relatório, naturalmente, da senhora, e comece a criar corpo esse projeto aqui dentro. Agora, ele pleiteia essa audiência e não marca audiência, fica complicado.

Desculpe aí. Se eu quebrei algum protocolo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas eu queria até informar ao senhor, que na realidade [interrupção no áudio] terça-feira. Porque existe um prazo regimental, quando o senador dá entrada com Audiência Pública. Vou dar aqui exemplo a vocês. Ontem, na Comissão de Assuntos Sociais, nós tínhamos uma audiência agendada de muito tempo, solicitada por Senador Marcelo Crivella, e por outros senadores, sobre aquele projeto que trata da não discriminação, do preconceito de gênero, de raça, conhecido como da homofobia. E passou o período, não aconteceu a audiência, então ontem nós cancelamos, botamos o projeto para votação, o projeto não era terminativo, como é o caso desse, foi aprovado, foi para a Comissão de Direitos Humanos. Aí lá Comissão de Direitos Humanos, se eles quiseram fazer audiência, solicite agora lá. Mas nós não deixamos encalhado.

Era a questão do motoboy, mototáxi. Quando eu cheguei aqui, encontrei no Senador Expedito também essa preocupação, porque nós tínhamos o... Nós, nosso estado, você do Nordeste sabe disso. Motoboy é uma realidade, não adianta que a gente querer acabar aquela profissão, é um trabalho digno, honrado, precisava era ser regulamentado, ser reconhecido, porque sem regulamentação, aqui gera uma série de coisas. Mototáxi também. Você chega lá no interior do meu estado, Itaú, Pau dos Ferros... Lá no alto oeste, 500, 600 km de distância da capital, qual é o transporte coletivo que tem? É o mototáxi. Então, você pode acabar com isso? Não pode. Então vamos regulamentar. O projeto já estava aqui há anos, como vocês... Alguém sentou em cima, e nós conseguimos tirar. Foi aprovado, e hoje está regulamentado.

Então, acho que essa questão e seguir o regimento, e audiência, ele solicitou para terça-feira, inclusive nós vamos ver ainda a pauta, porque está chegando o final do ano, está ficando tudo assim, congestionado, para ver se nós faremos logo essa audiência.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas se depender de nós, não é, senadora, fazemos essa audiência ainda esse ano. Feito esse ano, realizado todas as Audiências Públicas, cria condições de nós votarmos a matéria no início do ano que vem com o maior tranquilidade. Senadora, eu queria só, desculpa interromper, pedir desculpa para a senhora, porque eu vou ter que sair-–

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós estamos encerrando, senador.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --porque todas as centrais estão ali no Salão Verde, e eu vou levá-los a uma audiência com o Presidente do Senado, nesse momento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós vamos encerrar a audiência, agradecer a presença de todos. Dizer a vocês que façam o seu trabalho, a sua luta. Porque o que nós queremos é exatamente encontrar esse ponto de convergência para que possamos avançar. Termos o avanço através do trabalho dos trabalhadores, e daqueles que muitos, hoje, são os proprietários, mas que já foram trabalhadores, como vocês.

[palmas]

Sessão encerrada às 12h34.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 58ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA,

REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS.

Às onze horas e vinte e quatro minutos, do dia dezoito de novembro de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **Rosalba Ciarlini,** com a presença dos Senadores Paulo Paim, Marcelo Crivella, Roberto Cavalcanti, Renato Casagrande, Geraldo Mesquita Júnior, Gilvam Borges, Paulo Duque, Mão Santa, Raimundo Colombo, Flávio Arns, Eduardo Azeredo, Papaléo Paes, Mozarildo Cavalcanti, João Durval, Inácio Arruda, José Nery, Lobão Filho, Romero Jucá, Valdir Raupp, Osvaldo Sobrinho e das Senadoras Fátima Cleide e Ideli Salvatti. O Senador Augusto Botelho justifica a ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência comunica que são retirados de Pauta os seguintes itens: **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 221, DE 2009.** Institui o Programa de Cultura do Trabalhador; cria o vale-cultura; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Relatório:** Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 e 4, e pela prejudicialidade das Emendas nº 2, 3, 5 e 6. **Resultado:** Retirado de Pauta para atender ao Requerimento nº 98, de 2009-CAS, de iniciativa da Senadora Ideli Salvatti e da Senadora Rosalba Ciarlini referente à Audiência Pública em Reunião Conjunta agendada para o dia 24/11/2009. **ITEM 18 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 381, DE 2003.** Dispõe sobre a obrigatoriedade de exibição de relação de medicamentos divulgada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Fátima Cleide. **Relatoria**: Senador Wellington Salgado de Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório**. ITEM 29 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2009.** Acrescenta parágrafo ao art. 101 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estabelecer a revisão de ofício da decisão do perito médico da Previdência Social que opinar pela cessação do auxílio-doença do dependente químico antes do final de seu tratamento. **Autoria:** Senador Sérgio Zambiasi. **Relatoria:** Senador Renato Casagrande. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório**. ITEM 41 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, DE 2004**. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo e dá outras providências. **Autoria:** Senador Delcídio Amaral. **Relatoria:** Senador Roberto Cavalcanti. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta. **ITEM 51 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82, DE 2008.** Acrescenta parágrafo único ao art. 59 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal (Estabelece a obrigatoriedade de consideração dos antecedentes do agente infrator, relativos a medidas socioeducativas de internação). **Autoria:** Deputado Márcio França. **Relatoria:** Senadora Fátima Cleide. **Relatório:** Contrário ao Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame. Passa-se à apreciação das matérias. **ITEM 50 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 200, DE 2007.** Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, situados no rio Mucajaí, no Estado de Roraima. **Autoria:** Senador Augusto Botelho. **Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a emenda que incorpora parte do conteúdo da Emenda nº 1-CCJ. **Resultado:** Favorável ao Projeto, com a Subemenda nº 1-CAS à Emenda nº 1-CCJ. Às onze horas e trinta e quatro minutos, o Senador Inácio Arruda assume a Presidência. Às onze horas e quarenta e três minutos, a Senadora Rosalba Ciarlini reassume os trabalhos. Às doze horas e dezesseis minutos, o Senador Papaléo Paes assume a Presidência. **ITEM 37 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 416, DE 2009.** Altera a Lei nº 10.972, de 2 de dezembro de 2004, para assegurar meios para o tratamento profilático dos pacientes portadores de coagulopatias congênitas (hemofilias). **Autoria:** Senador Marconi Perillo. **Relatoria:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CAS), fica prejudicado o Projeto. O Substitutivo será submetido a turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. Às doze horas e vinte e sete minutos, a Senadora Rosalba Ciarlini reassume os trabalhos. **ITEM 16 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2009.** Altera dispositivos da Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961, para fixar o valor do piso salarial e a jornada de trabalho dos médicos e cirurgiões-dentistas, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Gilvam Borges. **Relatoria:** Senador Mão Santa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. Às doze horas e trinta e seis minutos, o Senador Paulo Paim assume a Presidência. **ITEM 17 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, DE 2002.** Altera a Lei nº 9.313, de 13 de novembro de

1996, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de aids, para incluir o benefício do fornecimento de leite maternizado para os filhos de mães portadoras do HIV e doentes de aids. **Autoria:** Senador Mauro Miranda. **Relatoria:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2002, com a Emenda que apresenta, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2003. **TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 352, DE 2003.** Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos de uso contínuo pelo Sistema Único de Saúde. **Autoria:** Senador Luiz Otavio. **Relatoria:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Resultado:** Aprovado o PLS nº 210, de 2002, e a Emenda nº 1-CAS; rejeitado o PLS nº 352, de 2003. **ITEM 21 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, DE 2009.** Altera o art. 3º da Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre o Programa Nacional de Imunizações, para tornar obrigatória a adoção de calendários diferenciados de vacinação para os portadores de doenças ou condições que causem baixa resistência imunológica ou exijam a adoção de esquema especial de imunização. **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatoria:** Senador Papaléo Paes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 11 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2008.** Define práticas preventivas nos cuidados com a saúde, estabelece normas para atendimento médico da criança e do adolescente no âmbito do Sistema Único de Saúde. **Autoria:** Senadora Patrícia Saboya. **Relatoria:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1 – CDH (Substitutivo). **Resultado:** Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CDH-CAS), fica prejudicado o Projeto. O Substitutivo será submetido a turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. **ITEM 30 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 159, DE 2003.** Determina a concessão de auxílio alimentação aos trabalhadores de empresas prestadoras de serviços terceirizados, reguladas por Enunciado do Tribunal Superior do Trabalho. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 38 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, DE 2009.** Concede anistia das contribuições devidas e não recolhidas à Seguridade Social, a cargo do empregador doméstico. **Autoria**: Senador Garibaldi Alves Filho. **Relatoria:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS. **EXTRAPAUTA – ITEM 53 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 220 DE 2009.** Altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de redefinir os critérios para caracterização das atividades ou operações perigosas. **Autoria:** Deputada Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 668, DE 2007.** Altera a Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, para dispor sobre a duração do período de percepção do benefício do seguro-desemprego dos trabalhadores que são responsáveis legais de crianças portadoras de deficiência. **Autoria:** Senadora Marisa Serrano. **Relatoria:** Senadora Fátima Cleide. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, e das duas Emendas que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1-CDH. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 2-CAS e 3-CAS, e rejeitada a Emenda nº 1-CDH. **ITEM 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 322, DE 2006.** Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, de forma a permitir que o trabalhador com idade igual ou superior a 65 anos possa movimentar sua conta vinculada. **Autoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatoria:** Senador Eduardo Azeredo. **Relatório**: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 620, DE 2007.** Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico em Prótese Dentária e determina outras providências. **Autoria:** Senador Álvaro Dias. **Relatoria:** Senador João Durval. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 347, DE 2007.** Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para obrigar hospitais a manter comissões de captação e doação de órgãos. **Autoria:** Senador Osmar Dias. **Relatoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CAS), fica prejudicado o Projeto. O Substitutivo será submetido a turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. **ITEM 20 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, DE 2007.** Altera dispositivo da Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006, acrescenta ao art. 23, parágrafo que permite o funcionamento de comunidades terapêuticas de recuperação de dependentes químicos nas condições que menciona e dá outras providências. **Autoria:** Senador Magno Malta**. Relatoria:** Senador João Durval. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo (Emenda nº

1-CAS), fica prejudicado o Projeto. O Substitutivo será submetido a turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. **ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 456, DE 2008.** Acrescenta o art. 38-A à Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e o art. 51-A à Lei nº 8.213, da mesma data, com o objetivo de dispor sobre o parcelamento de débitos e concessão de aposentadoria por idade para os pescadores prejudicados pela redução da piscosidade da Laguna dos Patos e do litoral do Rio Grande do Sul. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CAS a 3-CAS. **ITEM 28 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2009.** Dispõe sobre a dispensação de medicamentos contendo antimicrobianos. **Autoria:** Deputada Sandra Rosado. **Relatoria:** Senador Renato Casagrande. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CAS), fica prejudicado o Projeto. O Substitutivo será submetido a turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. **ITEM 14 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2005.** Regulamenta a profissão de taxista e dá outras providências. **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 25 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 281, DE 2008.** Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 5.425, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, para fixar prazo de recolhimento e multa ao empregador que atrasar na transferência da contribuição sindical descontada na folha de seus empregados. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2003.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para regular o trabalho do adolescente. **Autoria:** Senador Gerson Camata. **Relatoria:** Senadora Fátima Cleide. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Rejeitado o Projeto; ficam prejudicadas as Emendas 1-CDH a 3-CDH. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 436, DE 2003.** Regulamenta o exercício da profissão de fotógrafo profissional e dá outras providências. **Autoria:** Senador Leonel Pavan. **Relatoria:** Senadora Fátima Cleide. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Rejeitado o Projeto. **ITEM 40 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 431, DE 2007**. Dispõe sobre o uso da palavra "cancerígeno" em substituição às utilizadas para designar os produtos derivados do tabaco. Autoria: Senadora Serys Slhessarenko. **Relatoria:** Senador Papaléo Paes. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Rejeitado o Projeto. **ITEM 43 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 29, DE 2006.** Acrescenta inciso VIII ao art. 16 da Lei nº 6.360, de 1976, para dispor sobre a inclusão de requisito a ser observado na concessão de registro sanitário de medicamento ou de princípio ativo. **Autoria**: Senador Ney Suassuna. **Relatoria:** Senador Papaléo Paes. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Rejeitado o Projeto. **ITEM 45 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, DE 2008.** Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, para incluir no Programa Nacional de Imunização vacinas contra infecções pneumocócicas, meningites bacterianas, hepatites virais, varicela e gripe, à população. **Autoria:** Senador Raimundo Colombo. **Relatoria:** Senador Papaléo Paes. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Rejeitado o Projeto. **ITEM 31 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356, DE 2003.** Dispõe sobre limites de despesas de custeio e manutenção do serviço de loterias, destina parte dos recursos das loterias federais para o Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Serys Slhessarenko. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CAS), fica prejudicado o Projeto. O Substitutivo será submetido a turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. **ITEM 13 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 454, DE 2003.** Dispõe sobre a jornada, condições de trabalho e piso salarial dos técnicos e auxiliares de enfermagem e dá outras providências. **Autoria**: Senador Gerson Camata. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as cinco Emendas que apresenta, e pela rejeição das três Emendas de autoria da Senadora Serys Slhessarenko. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CAS a 5-CAS (de iniciativa do Relator); rejeitadas as três Emendas oferecidas pela Senadora Serys Slhessarenko. **EXTRAPAUTA – ITEM 52 – REQUERIMENTO Nº 98, DE 2009 – CAS.** "Requeiro, nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma Audiência Pública Conjunta da CAE, CCJ, CAS e CE para debater e instruir o PLC 221/2009, que 'Institui o Programa de Cultura do Trabalhador; cria

o vale-cultura; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências', no dia 24/11/09, com a presença do Exmo. Sr. Ministro da Cultura, Juca Ferreira". **Autoria:** Senadoras Ideli Salvatti e Rosalba Ciarlini. **Resultado:** Aprovado**.** Ficam adiados os demais itens da Pauta, a saber: nºs 7, 10, 12, 15, 19, 22, 23, 24, 26, 27, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 42, 44, 46, 47, 48 e 49. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Marcelo Crivella, Roberto Cavalcanti, Mão Santa, Eduardo Azeredo, Papaléo Paes, Mozarildo Cavalcanti, João Durval, Inácio Arruda e Valdir Raupp, e as Senadoras Fátima Cleide e Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e dezoito minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **ROSALBA CIARLINI,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

58ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 11 HORAS E 25 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 58ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 56ª e 57ª Reuniões Extraordinárias. A presente reunião destina-se à apreciação dos Itens de 1 a 51, conforme Pauta previamente divulgada. Comunico o recebimento do Aviso nº 1.575, do TCU Plenário, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópias do acórdão proferido nos autos do Processo nº TC 013.275/2003-2004, a respeito do pedido de reexame de representação acerca do pagamento de gratificações de plantão não prevista em lei no âmbito do Hospital Universitário da Universidade Federal de Uberlândia. Antes de começarmos a analisar os itens--

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --que já estão – um minuto, Senador Mozarildo – já estão devidamente registrados e divulgados nós... Vamos apreciar o requerimento, coloco para apreciação o requerimento – Senador Mozarildo, concedo a palavra depois desse requerimento. *"Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta da CAE, CCJ, CAS e CE, para debater e instruir o PLC que institui o programa de cultura do trabalho; cria o vale-cultura; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e 7.713, de 22 de dezembro de 1988; e a Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências"*. No dia 24/11 com a presença do Exmo. Ministro da Cultura Juca Ferreira.

Como eu também sou Relatora desse Projeto da Comissão que são, ele está tramitando em conjunto na CAE, onde a Senadora Ideli, que é autora da proposição, é a Relatora; na CCJ; na CAS; e CE. Eu sou também Relatora aqui na CAS. Então, subscrevo, também, esse requerimento, e coloco à apreciação dos senhores. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo pela ordem.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Senadora Rosalba, eu acho que, eu queria lhe fazer um pedido que tenho a impressão que pode atender a todos os que estão aqui presentes, que devem ter também o mesmo problema que eu. Eu queria pedir que apreciássemos, por inversão da pauta, o projeto do Senador Augusto Botelho, que é um PDS, Projeto de Decreto Legislativo, que prevê a criação de uma usina em Roraima. Eu, como sou relator, queria pedir a inversão para relatar e votarmos esse projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Mozarildo, V. Exa. será atendido de acordo com a aprovação de todos que se encontram aqui. Nós vamos, então, iniciar pelo Item 50, que é decisão não terminativa, do Senador Augusto Botelho. O Relator é o Senador Mozarildo Cavalcante.

Mas, antes, eu gostaria de dizer, com a aprovação do requerimento para Audiência Pública, que irá acontecer no dia 24, quero aqui deixar registrada a importância dessa audiência, porque se trata do vale-cultura, e o vale-cultura é um grande avanço para que todos os trabalhadores possam ter acesso aos espetáculos culturais. Nós sabemos que isso faz parte da cidadania e desenvolvimento de um povo: criar condições para que eles possam, cada vez mais, terem acesso, porque o Brasil, muitas vezes, as pessoas por

não ter condição de chegar a um teatro, chegar a espetáculo de música, assistir a uma orquestra, muitas vezes, a gente pensa que eles não gostam, mas não é isso, muito pelo contrário. O brasileiro tem uma sensibilidade artística muito aguçada, e falta é conviver com a arte, seja ela popular, seja ela a arte erudita, seja as mais diversas expressões folclóricas. Então, por isso eu quero... é muito bom que nós tenhamos essa audiência para que todos possam conhecer com mais detalhe a questão de como vai se processar esse vale-cultura. A Senadora Ideli foi a autora, subscrevi, e já está aprovado.

Passamos agora a palavra ao Senador Mozarildo, para ler o parecer sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 200, de 2007, que *"autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos potenciais energéticos, situados no rio Mucajaí, no Estado de Roraima"*.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu vou, Senadora Presidente, dispensar a leitura de todo o relatório, da análise e tentar fazer, sucintamente, já que foi distribuído aos senadores, destacar a importância dessas hidrelétrica para Roraima. Hoje, Roraima, por exemplo, tem energia elétrica toda importada da Venezuela, quer dizer, a energia que nós consumimos vem de uma usina hidrelétrica de Guri, na Venezuela, que, por sinal, está atravessando dificuldades, inclusive com várias turbinas sem funcionar, o que pode levar, brevemente, não só a Venezuela que já está em constantes apagões, mas o próprio estado. Então termos alternativas internas de geração de energia é fundamental. E essa proposta do Senador Augusto Botelho, já vem, inclusive, de um fruto de estudos e projetos feitos por governos do estado que já... há vários anos. E essa autorização, portanto, legislativa enseja que o Poder Executivo disponha de mecanismo para poder não só fazer por iniciativa e de recursos do BNDES, ou do próprio orçamento, ou até como parceria pública privada, essa hidrelétrica lá no rio Mucajaí.

E, portanto, em face disso, eu recomendo a aprovação do projeto com a seguinte emenda:

"Acrescente-se ao Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 200, de 2007, o seguinte art. 2º, renumerando-se a cláusula de vigência:

Art. 2º A autorização a que se refere o art. 1º é condicionada à prévia oitiva das comunidades afetadas, por meio de Audiências Públicas acompanhadas pela Assembléia Legislativa do Estado da Roraima; aprovação, pelo Congresso Nacional, nos termos do acordo firmado com as comunidades; instituição, pelo órgão indigenista competente, de medidas específicas de proteção à integridade física, psicológica, socioeconômica e cultural das referidas comunidades; emissão, pelo órgão ambiental competente, das licenças ambientais exigidas."

Aqui até com uma redundância, porque não se constrói hidrelétrica sem a autorização dos órgãos ambientais legais, mas, de qualquer forma, é bom que esteja amarrado para que não haja nenhuma dúvida. Então eu solicito... O meu parecer é pela aprovação com a inclusão desta emenda. É o voto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, passamos à votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Eu queria convidar o Senador Inácio Arruda para presidir, já que agora o próximo item eu sou a Relatora.

O Item 50, decisão não terminativa. Projeto de Decreto Legislativo nº 200, de 2007, foi aprovado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Concedo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini, para que possa proferir o seu parecer, e nós iniciarmos a discussão a respeito do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2008, que *"define práticas preventivas nos cuidados de a saúde, estabelece normas para atendimento médicos da criança e do adolescente no âmbito do Sistema Único de Saúde"*.

Com a palavra a Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Inácio Arruda, inclusive esse projeto é da sua conterrânea...

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Conterrânea do norte do Ceará pode dizer que é nossa conterrânea.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Conterrânea nordestina. Sua conterrânea cearense, que é a Senadora Patrícia, que já presidiu essa Comissão e trouxe vários projetos muito importantes na área social para esta Casa. Então, vamos ao relatório.

"O Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, define práticas para preventivas nos cuidados com a saúde, estabelece normas para entendimento médico da criança e adolescente no âmbito do Sistema Único, objetiva a melhoraria da qualidade da vida na infância e na adolescência e, consequentemente, da população brasileira adulta.

O art. 1º define os objetivos do atendimento médico da criança, quais sejam a promoção, a proteção e a recuperação do processo normal de crescimento e desenvolvimento.

O § 1º do mencionado artigo estabelece as ações necessárias para a consecução desses objetivos: educativas e preventivas, diagnósticas e terapêuticas, e de recuperação do processo normal de crescimento e desenvolvimento."

Eu gostaria aqui de fazer aqui uma explicação mais detalhada. Na realidade, a criança, nós temos o hábito que achar que só vai ao médico se está doente. A criança, ela precisa ir ao médico, mesmo sem estar doente, para que possamos fazer o acompanhamento dessa criança, do seu desenvolvimento físico, psíquico. Na realidade, essa ação preventiva é fundamental até para que possamos detectar algumas alterações que possam estar emitindo os seus primeiros sinais e que vão repercutir exatamente numa outra fase do desenvolvimento da criança.

O Senador Mão Santa, que é médico, sabe muito bem disso. Porque a criança, a gente não pode ficar esperando levar ao médico só quando adoece, ela precisa ter periodicidade nessas consultas, mesmo estando sem nenhum problema, para receber orientações alimentares, orientações profiláticas, com relação à vacinação, enfim, uma série de atenções. E ser examinada quando ela aparenta estar totalmente sadia, e, na realidade, já apresenta alguma outra questão, principalmente os pequenininhos. Eu sou médica pediatra e essa experiência de vida eu tive, inclusive com questões... Quem está precisando ir ao médico sou eu com essa gripe.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Está andando muito nos sertões, no Seridó [ininteligível].

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Seridó, todo o semiárido, todas as regiões. É minha obrigação de senadora estar perto do povo.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Para ouvir as suas reivindicações.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Justo.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então é isso que acontece. Eu tive um caso, eu lembro, nunca esqueci, a criança, supersadia, bem demais, e quando resolvi fazer um fundo de olho, detectamos que essa criança estava iniciando um tumor. Quando ela viesse ter sintomas, talvez já fosse algo que não tivesse mais solução, e, na realidade, naquele momento, ela ficou plenamente curada, porque teve condição de ser tratada logo no início. Então é essa preocupação. Eu estou falando num caso extremo, mas muitas outras situações, que passa despercebida até da família, que o médico, tendo as consultas regulares de acompanhamento, que antigamente que nós sabemos... puericultura, essa criança poderá ser muito melhor cuidada, tratada, e evitar problemas que venham a repercutir, não somente com sequelas, com questões mais graves na fase adulta, como também será importante para que possamos ter um custo saúde menor, porque é isso que nós temos aqui colocado, que eu tenho colocado. Quanto mais você consegue fazer prevenção, principalmente na infância, você vai ter um Custo Brasil menor, essa criança vai adoecer menos.

Porque é que defendemos a licença maternidade de seis meses? Porque, com certeza, está comprovado por pesquisas, cientificamente nos países onde essa licença é maior, que essa criança por ter mais... a permanência maior com sua mãe, com seus pais, por sem amamentada mais, ela adoece menos. Então, quanto custa um dia de uma criança com pneumonia? É muito, muito mais caro do que fazer a vacinação. É muito mais caro. Talvez seja o custo de uma dose de antibiótico para curar de uma pneumonia seja o custo de uma vacinação que vai protegê-la durante toda uma vida.

Então, isso é uma coisa que é muito lógica, ou a gente entende que saúde tem que ser feita prioritariamente com prevenção, com valorização dessa questão de detectar com muita antecedência seus problemas... É o caso, também, do câncer na infância. Se você detecta precocemente, ele tem chance de cura em torno de 80%. Se você detecta tardiamente, você perde mais um vida, que poderia ser de um grande homem ou de uma grande mulher, ajudando no desenvolvimento desse Brasil.

Então o projeto, ele é sobre, exatamente, frisando essa questão de ter a regularidade do atendimento para o cuidado com a saúde de crianças e adolescentes.

"Ainda quanto à constitucionalidade da proposição, cabe destacar que vários dispositivos que o projeto de lei em tela pretende normatizar são ações típicas do Poder Executivo, nomeadamente do Ministério da Saúde e das secretarias estaduais e municipais.

Quanto ao conteúdo da proposição, o projeto defende a atenção integral e multidisciplinar às crianças e adolescentes, mas, paradoxalmente, refere-se o tempo todo ao médico e ao atendimento médico, e não aos diferentes profissionais de saúde".

Até porque nós sabemos que muitas ações com a criança, elas podem ser desenvolvidas por outros profissionais da saúde, mas desde que seja uma equipe multidisciplinar, onde o médico tenha a orientação médica.

"O projeto também se equivoca ao utilizar terminologia própria do setor de saúde suplementar, qual seja "operadora", para se referir a unidades do SUS.

Ademais, o projeto define que os atendimento curativos serão garantidos conforme cronograma contido no Anexo I, mas isso não é adequado, pois esses atendimentos precisam ocorrer sempre que houver necessidade e não necessariamente de forma programada."

Claro, aqui nós entendemos que você não pode programar uma ação curativa, você tem que fazê-la de acordo com a necessidade.

"Além disso, não é factível que as unidades de saúde sejam obrigadas a comunicar às famílias de todos os pacientes, com antecedência de um mês, os atendimentos previamente agendados, haja vista as grandes diferenças regionais e notórios problemas estruturais do país.

Por esta razão, recomendamos a aprovação do projeto em análise, cujas imprecisões podem ser corrigidas por meio de substitutivo. Para tanto, referendamos o relatório do Senador Papaléo Paes, favorável à aprovação da matéria na forma da Emenda nº 01 – CDH (Substitutivo), aprovado na CDH, no dia 10 de setembro de 2008.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2008, na forma da Emenda nº 01 da CDH."

Exatamente essas questões que foram colocadas, e nós entendemos que a Senadora Patrícia, na melhor das suas intenções, também ela tem tido um trabalho muito presente com a criança, desde que foi primeira-dama. Eu sou do Rio Grande do Norte, e as notícias do Ceará chegam com muita rapidez ao nosso conhecimento, e eu sei que foi uma ação que ela desenvolveu muito intensamente sempre na sua vida foi a atenção com a criança. Mas são detalhes que o Senador Papaléo já corrigiu exatamente por ser médico e por ter maior conhecimento dessa área.

Então, nós estamos aqui, o nosso voto é palavra aprovação na forma da Emenda nº 01 da CDH que foi apresentado pelo Senador Papaléo.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Por conta da ausência de *quorum*, no presente momento, nós vamos adiar a votação para a próxima Sessão Ordinária, ou, se alcançado o *quorum* ainda nessa Sessão, voltaremos com a matéria porque ela é muito meritória.

Está de parabéns V. Exa. pelo relato, pelo parecer, e, evidente, o trabalho da Senadora Patrícia Saboya, que mesmo tendo passado um período de licença para tratamento de saúde, deixou aqui muitas matérias significativas para apreciação, não só dessa comissão. Agora que ela retoma os trabalhos, uma das matérias mais significativas que ela apresentou está sendo discutida, e deverá ser votada, o mais breve possível, pela Comissão de Assuntos Sociais.

Então está adiada a votação e retoma os trabalhos de Presidência a nossa companheira Senadora Rosalba Ciarlini.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Agradeço ao Senador Inácio Arruda. E vamos agora ao Item 16, que é uma decisão terminativa. Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2009, que *"altera o dispositivo da Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961, para fixar o valor do piso salarial e a jornada de trabalho dos médicos e cirurgiões-dentistas, e dá outra providência"*. O autor é o Senador Gilvam Borges e o Relator é o Senador Mão Santa. A matéria constou da pauta da reunião do dia 10/11, sendo adiada sua apreciação.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa para proferir o seu relatório. Esse projeto, página 274. O projeto que trata para fixar o valor do piso salarial e a jornada de trabalho dos médicos e cirurgiões-dentistas.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Essa é com nós mesmo.

"Da Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2009, que altera dispositivos da Lei 3.998, de 15 de dezembro de 1961, para fixar o piso salarial e a jornada de trabalho dos médicos e cirurgiões-dentistas, e dá outras providências, de autoria do Senador Borges".

Aí sim, Papaléo, isso é um assunto importante, porque ali nós estávamos discutindo coisas ridículas que a Constituição já prevê. A gente tem que ter entendimento... Eu saí ali daquela Reunião decepcionado. O Senado fica ridículo. A gente tem que ter conhecimento, e a ignorância é audaciosa, que esse país tem que 509 anos. Já teve sete Constituições, então está se discutindo negócio de homofobia. Homossexuais, a ignorância é tão [ininteligível] que homossexual(F) tinha muito era no passado. Os filósofos, quase todos os eram, porque, naquele também, a mulher era relevada a um plano secundário, quase como escrava, não participava. Então ficavam eles estudando os fenômenos da natureza e descobrindo as caladas da noite e da madrugada, tomando vinho. Aí era orgia. Então homossexual é um negócio tão velho, e já está... E nas nossas Constituições já prevê todo o tipo de constrangimento. E fica discutindo uma besteira. Isso leva o Senado ao ridículo. Um troço que está na Constituição, nos direitos do cidadão, que [ininteligível] danos moral. Então é um negócio, perda de tempo doida.

Agora isso é importante. É o descalabro salarial dos profissionais de saúde. Isso sim, Papaléo. Eu me lembro muito bem, doutora, quando eu era médico re-

sidente, o regime militar em muitos aspectos foi muito, muito melhor do que nós estamos vivendo. Eu estava no Hospital Getúlio Vargas quando eu vi a enfermeira – a enfermeira, nossa companheira – eufórica. O Presidente Castelo Branco tinha feito um Decreto-Lei que substitui as nossas medidas provisórias, dava à enfermeira seis salários mínimos. De lá para cá não houve nada. O médico é três. Quer dizer, olha do Castelo Branco. Então nós estamos nesse assunto importante, um profissional de saúde, os odontólogos, que nós conhecemos, eles têm que trabalhar até o último dia da sua vida, porque as aposentadorias são ridículas.

Então, vamos. Isso é que tem que se discutir, e esse é que tem prioridade, esse e não aquele negócio que já está na Constituição, de homofobia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A Constituição diz que todos são iguais perante a Lei.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Pois é, mas eu queria que se meditasse um salário de um pessoal da área jurídica e o salário dos profissionais de saúde, o salário das professoras, os salários dos geólogos, dos outros profissionais. Então aqui é uma oportunidade de a gente fazer essa igualdade.

"Relator Mão Santa. Em análise nesta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 140, de autoria do Senador Gilvam Borges. A iniciativa fixa o piso salarial dos médicos e dos cirurgiões-dentistas em sete mil reais mensais."

Atentai bem, o nível, hoje, as leis brasileiras, o salário do médico é três salários mínimo. Quanto é que dá? São três salários na lei. Olha, 1.500. Ridículo. Castelo Branco colocou na Constituição, por um Decreto-Lei, seis salários mínimos para enfermeira em 1965.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A nossa luta, naquela época, eram dez salários mínimos, que tivemos.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Pois é. Então aqui veio essa lei, e vamos embarcar. E foi incorporado os cirurgiões-dentistas, que merecem [ininteligível]. Portugal, por exemplo, o odontólogo não é uma especialidade da medicina. Então, é muito justa a incorporação dos cirurgiões-dentistas.

"Também prevê o reajuste anual desse valor de referência pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado e divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo.

Fixa, ainda, a jornada de trabalho para médicos e cirurgiões-dentistas em quatro horas diárias ou vinte horas semanais.

O autor destaca que o art. 5º da Lei 3.999, de 15 de dezembro de 1961, que estabeleceu em três salários mínimos o valor – três salários mínimos, é ridículo isso – *o valor do piso salarial de médicos e dentistas, não foi recepcionado pela Carta Magna atual, que proíbe a vinculação do salário-mínimo para qualquer fim. Cita a Suma Vinculante nº 4, do Supremo Tribunal Federal, que é expressa nesse sentido.*

Da justificação consta também que o art. 7º, inciso V, da Constituição Federal prevê piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho. Isso, por si só, justificaria a fixação de piso salarial por meio de lei. O autor registra, ainda, que o valor utilizado representa a atualização daquele fixado em 1991.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Análise. Analisando os dispositivos constantes da proposta, não detectamos impedimentos constitucionais, jurídicos ou regimentais. A iniciativa é a comum, prevista no art. 61 da Carta Magna, e a competência é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 do mesmo texto constitucional. Também entendemos que houve observância das normas de técnica legislativa apropriadas à hipótese.

A matéria – fixação de piso salarial e jornada de trabalho – está no âmbito de competência desta Comissão, CAS, já que relacionada entre os temas constantes do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, no qual são citadas as relações de trabalho, a organização do sistema nacional de emprego e as condições necessárias para o exercício de profissões.

No mérito, a iniciativa representa o resgate de algumas garantias mínimas para o exercício profissional de médicos e cirurgiões-dentistas, principalmente a fixação de um piso salarial mínimo. Na prática, sabemos que a remuneração desses profissionais é até maior, principalmente no que se refere aos médicos, em áreas do interior nas quais a presença deles é mais rara e as condições de trabalho não são nada atraentes.

No concernente à jornada de trabalho, há até uma flexibilização, já que a legislação anterior previa jornada mínima de duas e máxima de quatro horas. Realmente, dadas as crescentes dificuldades de trânsito e deslocamento dos médicos e cirurgiões-dentistas de um posto de trabalho para o outro, uma jornada mínima de duas horas acaba sendo prejudicial aos próprios profissionais. Ademais, muitos procedimentos médicos e odontológicos podem exigir um tempo maior do que duas horas entre os preparativos e o término da intervenção.

A atualização dos valores do piso salarial também nos parece plenamente válida e necessária. O tempo

de tramitação das proposições legislativas exige que elas tenham durabilidade, o que poupa trabalho e permite o planejamento do futuro.

Finalmente, cabe registrar que qualquer valor de piso salarial inferior representaria, para essas categorias profissionais, um tratamento indigno e desrespeitoso com trabalhadores que levam anos para conseguir uma formação decente e precisam de constante atualização cientifica, para garantir a todos os cidadãos um atendimento condizente com a dignidade humano.

Voto. Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 140, de 2009, na forma do texto proposto pelo nobre Senador Gilvam Borges. Sala da Comissão. Relator Francisco Morais Souza Mão Santa."

Isso aqui é que nós temos que fazer um esforço para ter *quorum* e votar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão. Senador Papaléo, V. Exa. pode usar da palavra.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Isso é um luta que nós estamos travando há décadas, pelo menos eu sou testemunha dessas décadas, pelo menos dessas últimas três décadas, e eu quero, neste momento, dizer que o Senador Mão Santa, pela sua sabedoria, sua experiência, sua condição de médico, fez um relatório extremamente muito bem elaborado e que, em respeito à qualidade do seu relatório, fica aqui o meu registro de elogios ao nosso relator Senador Mão Santa.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Continua em discussão a matéria. Quero parabenizar o Senador Mão Santa pelo relatório, ao Senador Gilvam Borges pela iniciativa, e dizer que realmente concordo, Senador Mão Santa, esse é um assunto que precisa realmente que nós façamos um reflexão e possamos melhorar. Como eu sou médica, pode até alguém estar dizendo: "Está aí, está legislando em causa própria". Não, eu estou legislando em causa dos brasileiros. Porque, hoje, o que é que nós temos? A redução de jovens que estão entrando nas universidades em comparação com o que existia no passado. Na pediatria já temos uma redução de 20% de profissionais que abraçavam essa especialidade, e não é possível haver um... Será que é mais importante você fazer o julgamento de um criminoso ou salvar uma vida? Porque o médico é para salvar vida. Então, há uma disparidade muito grande se você comparar com outras profissões. Sem nenhum desmérito, mas aqui, no próprio Senado, só se tem profissionais ganhando, muitas vezes, "n" vezes sete salários mínimos. E é tão pouco que está querendo para dar um ordenamento, para que se dê pelo menos o básico para esse ordenamento de uma profissão que é tão nobre, tão importante.

Se nós não tivermos esse avanço, nós não conseguirmos corrigir isso, cada vez mais a saúde vai ter graves prejuízos. O que é que está acontecendo? O sistema nos serviços público, no sistema público, os médicos, eles não são obrigados a fazer um concurso público, eles estão muito mais indo para a iniciativa privada ou para atendimento às empresas, que usam de convênios, do que mesmo a rede pública, que está a grande dificuldade de ter profissionais. E aí onde estão sendo atendidas as pessoas mais pobres e mais carentes. Então não se pode governar pensando só naqueles que podem pagar. O rico não precisa de governo, quem precisa de governo é o pobre, aquele que vai para o fila do SUS e que falta o profissional porque não há incentivo. E ele, também, é um ser humano que tem que sobreviver, que estudou, no mínimo, seis anos – no mínimo, porque a média é oito, dez anos – para poder desempenhar bem a sua função e salvar vidas.

Passo a palavra ao Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): [ininteligível] de presidir, eu queria uma observação muito importante. Então, o médico formado, ele não sendo uma pessoa, vamos dizer, de padrões econômicos fortes, ele é obrigado a trabalhar. Então ele vai buscar o que tem... Esse médico família, que o interior paga. Mas acontece que isso já tinha, o mundo já foi inventado da roda.

A Inglaterra, Papaléo, chegou à conclusão que isso foi o maior atraso, ela acabou com esse negócio, porque todo mundo ia por necessidade de ganhar o dinheiro com dignidade, de ser médico de família. Então, de repente, a Inglaterra acelerou o país onde a pediatria foi mais atrasada, porque não fica... O médico de família não é o especialista, é a generalista. Então, por necessidade de ganho, de manter a família, os que não têm um padrão econômico grande, para fazer um [ininteligível], caem no trabalho e vão ser médico de família. Então, médico de família é esse generalista, era aquele clínico de família geral. Então, de repente, a Inglaterra sustou, acabou esse programa, porque, de repente, ela ficou sem pediatras com competência, porque...

Então, se fixando um salário razoável como esse que está na proposta, prende mais as pessoas a fazer essas especialidades, os pediatras, os neonatologistas, e tudo. Porque o que eles estão ganhando nos hospitais públicos são três salários mínimos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Além de que, Senador Mão San-

ta, no interior, nós que temos, conhecemos bem esses nossos estados, por exemplo, nordestinos, não existe uma normatização de onde começar o salário do médico, há uma diferença muito grande: município paga uma coisa, o estado paga outra, sempre bem abaixo. Tem estados que pagam 800 reais e complementam com gratificações, que quando chega na época da aposentadoria desaparece tudo.

Eu tenho uma questão aqui. Minha irmã, que era enfermeira, nível superior do estado, ao falecer, que faleceu precocemente, quando os filhos – deixou três filhos menores – a pensão era, na época, R$ 400,00, embora ela ganhasse muito mais, mas era tudo gratificação, tudo, vamos dizer assim, penduricalhos que não constavam no caso de uma aposentadoria, no caso de uma questão dessa, de ficar um pensão para os filhos. Então, isso é muito doloroso.

Então nós... Eu sei que os médicos têm, até porque ninguém pode parar para se organizar para ficar só nessa questão, eles têm que trabalhar, é um trabalho que exige um dedicação muito grande, tanto dos médicos como cirurgiões-dentistas, tem as urgências, tem... Então isso tem feito com que haja... todos estão, vamos dizer assim, necessitando desse apoio, mas, na realidade, não podem largar o seu trabalho para poder vir aqui só cuidar disso. Mas, mesmo assim, como hoje nós vamos ter que adiar a votação até que tenha *quorum*, porque é terminativo--

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Mas V. Exa. tem que fazer um esforço para ter logo esse *quorum*, um dia marchar, chamar todos os da classe médica.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Hoje mesmo nós estamos aguardando, porque está havendo Reunião da CCJ, e isso mobilizou bastante os senadores, para que, se ainda hoje tivermos *quorum*, colocaremos em votação, senão será na próxima Reunião, na próxima semana.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): O negócio ficou tão ridículo, os honorários de médico, que não se fala mais o Paulo Duque(F) emprego e trabalho, é 'bico', "Me arruma um 'bico'", porque é um negócio assim, eles ficam somando aí...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Um bom honorário faria com que eles deixassem de ter tantos 'bicos'...

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Somando sete, oito 'bicos' para dar um salário com dignidade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Se poderia... Inclusive, o ideal, que eu sei que todo médico sonha, é ter um salário digno para que ele possa permanecer numa só localidade, se dedicar mais, atender mais, e assim ganharia toda a população.

Mas passar agora, como não há *quorum* no momento, nós vamos passar agora para o item... Vamos encerrar a discussão e aguardar que haja *quorum* para que ele seja apreciado.

Passamos, agora, ao Item 20, que é uma decisão terminativa, do Senador Magno Malta e o relator é o Senador João Durval. Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2007, que *"altera o dispositivo da Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006, acrescenta ao art. 23, parágrafo que permite o funcionamento de comunidades terapêuticas de recuperação de dependentes químicos nas condições que menciona, e dá outras providências"*.

Concedo a palavra ao Senador João Durval para proferir o seu relatório.

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): *"Projeto de Lei do Senado nº 2371, de 2007, de autoria no Senador Magno Malta, tem a finalidade de acrescentar parágrafo no art. 23 da Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006, para isentar as comunidades terapêuticas do cumprimento das regras estabelecidas pela Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 101, de 30 de maio de 2001, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.*

A Lei nº 11.343, de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) prescreve medidas destinadas a prevenir o uso indevido de drogas e a promover a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes dessas substâncias. No desempenho dessas atividades, as instituições, sejam elas públicas ou privadas, devem respeitar as orientações e as normas emanadas do Conselho Nacional Antidrogas.

As entidades privadas que prestam atendimento aos usuários e dependentes de substâncias psicoativas são chamadas de comunidades terapêuticas. As normas para o funcionamento dessas instituições foram estabelecidas pela Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 101, de 2001, da ANVISA. O Anexo dessa resolução define os critérios de adesão, elegibilidade e manutenção do tratamento; os recursos humanos mínimos exigidos para o funcionamento da instituição; e a infraestrutura física necessária para a sua instalação.

Grande parte das comunidades terapêuticas é formada por instituições filantrópicas ou sem fins lucrativos. Algumas delas não dispõem dos recursos humanos ou financeiros necessários ao cumprimento de todas as condições estabelecidas por aquela resolução. O fechamento dessas instituições, motivado por essa impossibilidade de cumprir as normas, acarreta danos à assistência aos usuários e dependentes de drogas, uma vez que os serviços públicos ainda são insuficientes para atender à demanda.

A Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas, entidade que representa quase uma centena de filiadas, luta para que algumas das regras instituídas pela Resolução sejam alteradas, a fim de evitar a interdição de um número considerável de comunidades. Todavia, os esforços da FEBRACT nesse sentido têm sido tem sido em vão.

O parágrafo único que o projeto em apreciação propõe acrescentar ao art. 23 da Lei nº 11.343, de 2006, tem a mesma redação do art. 54 do PLS nº 115, de 2002. Esse projeto, matriz da lei que o PLS nº 271, de 2007, pretende alterar, foi apresentado pela Comissão Mista de Segurança Pública, criada para acelerar a apreciação de matérias sobre segurança pública, em tramitação nas duas Casas do Poder Legislativo. Por razões que desconhecemos, a versão aprovada no Senado Federal excluiu o art. 54 da proposição.

A medida proposta pelo PLS nº 271, de 2007, é de irrevogável mérito, pois se destina a evitar que várias comunidades terapêuticas encerrem as suas atividades por não disporem das condições mínimas de funcionamento exigidas pela ANVISA. O fechamento dessas entidades deixará um vácuo na assistência aos usuários e dependentes de substâncias psicoativas, pois o poder público não dispõe de serviços próprios que as substituam plenamente.

Embora meritório, o projeto necessita de adequações aos preceitos técnico-legislativos instituídos pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Além de omitir a cláusula de vigência, a proposição não contém o preâmbulo, que indica a instituição competente para a elaboração da norma, nem o art. 1º destinado a indicar o objeto da lei.

Outra adequação refere-se à ementa, que utiliza expressão discordante da que consta na Lei nº 11.343, de 2006, no que diz respeito à finalidade das comunidades terapêuticas. Para harmonizar os textos, a expressão que deve ser utilizada é de atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas.

É conveniente que o parágrafo proposto seja transformado em artigo, pois o seu conteúdo não se relaciona diretamente com o do caput do artigo ao qual está vinculado. Ademais, o dispositivo deve ser inserido no "Título VI – Disposições Finais e Transitórias" da lei que se pretende alterar, pois a medida proposta é, em princípio, de caráter terminativo.

A adequação do projeto aos preceitos técnico-legislativos vigentes recomenda a elaboração do substitutivo que submetemos à apreciação desta Comissão.

Não identificamos vícios de constitucionalidade nem de juridicidade na proposição. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção e defesa da saúde, matéria do PLS nº 271, de 2007. Ademais, a medida proposta é inovadora, eficaz e razoável, qualidades que conferem juridicidade à norma. Foram respeitados, também, os critérios regimentais quanto à autoria, à apresentação, à distribuição e à tramitação da matéria".

Voto. *"Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2007, na forma do seguinte: Projeto de Lei do Senado nº 271 (Substitutivo), de 2007. Acrescenta dispositivo à Lei nº 11.343, de 31 (sic) de agosto de 2006, para suspender a exigibilidade de cumprimento, pelas comunidades terapêuticas de atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, das condições que especifica.*

O Congresso Nacional decreta: Art. 1º A Lei nº 11.343, de 23 com agosto de 2006, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 68-A:

Art. 68-A. Até que o poder público instale, nas localidades com mais de cem mil habitantes, serviços próprios de atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas que observem as regras previstas na Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 101, de 30 de maio de 2001, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, fica suspensa a exigibilidade de cumprimento, pelas comunidades terapêuticas dessa natureza, das condições estabelecidas por essa Resolução.

Esta lei entrem vigor na data da sua publicação."

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador João Durval. Em discussão a matéria. Matéria que trata exatamente de alteração nas normas determinadas pela ANVISA com relação às comunidades terapêuticas. As comunidades terapêuticas têm um papel fundamental porque elas...

Na realidade, o Senador Magno Malta, que é o autor da proposta, aqui conhecendo bem essa realidade, nós temos um número crescente cada vez, infelizmente, no nosso país, dessa epidemia das drogas. E o número é muito grande. E as comunidades terapêuticas são comunidades que prestam um grande serviço à sociedade através... A grande maioria ligada às igrejas evangélicas ou católicas, como nós temos o Projeto de Esperança, que é do grupo de Filhos de Maria, e tantos outros que exatamente já dá essa assistência. E é feito um trabalho solidário, e que essa portaria da ANVISA, regulamentando, criou uma série de dificuldades. Daí porque o motivo desse projeto, que nós entendemos que é meritório até porque enquanto o Poder Público não pode suprir essa necessidade, nós entendemos que é importante apoiar iniciativas da sociedade, das entidades, sejam elas católicas, ou entidades não governamentais, de forma a dar esse

espaço de atendimento terapêutico àqueles que são, infelizmente, portadores do vício das drogas.

Então, não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão. Como ainda estamos aguardando que o *quorum* seja... o número esteja completo, vamos adiar a votação. Enquanto isso, passo a presidência ao vice-presidente que acaba de chegar, o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, eu tenho um projeto terminativo, se V. Exa. permitisse eu leria o relatório, como fizemos outras vezes, e daí em seguida, quando houvesse *quorum*, votaríamos, e daí eu passo à Presidência, se assim V. Exa...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas eu gostaria de fazer o seguinte: já tínhamos anunciado do Senador Papaléo. Como ele... O senhor ainda não tinha chegado, pedi para ele presidir para eu ler o meu, depois o Senador Papaléo leu, aí o senhor vem e será o do senhor.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por ordem de chegada. Muito bem, presidente. Entendi. Está corretíssima.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, passo a presidência ao Senador Papaléo, como já havia sido anunciado. E vamos agora ao Item 21... Não, 21 é o seu, o meu é o 37.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Item 37. Decisão terminativa. Projeto de Lei do Senado nº 416, de 2009, *"altera a Lei nº 10.972, de 02 de dezembro de 2004, para assegurar meios para o tratamento profilático dos pacientes portadores de coagulopatias congênitas (hemofilias)"*. Autor Senador Marconi Perillo. Relatora Senadora Rosalba Ciarlini. Parecer pela aprovação do projeto, na forma do substitutivo que apresenta.

De antemão, eu solicitaria a possibilidade de os líderes, partidários, dos membros da comissão que se pudessem entrar em contato com outros senadores, que essa é um decisão terminativa e urgentes, visto que estamos chegando no final do ano, estavam faltando quatro senadores para fazer essa votação. Nós pedimos, encarecidamente, que as lideranças alertem os senadores que fazem parte desta Comissão para que se façam presentes.

A relatora, a Senadora Rosalba Ciarlini, parecer pela aprovação do projeto, na forma do substitutivo que apresenta. Concedo a palavra à nobre Senadora Rosalba Ciarlini para proferir o seu relatório.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): *"O Projeto de Lei do Senado PLS nº 416, de 2009, que visa garantir insumos para o tratamento profilático dos pacientes portadores de coagulopatias congênitas (hemofilias) é de autoria do Senador Marconi Perillo, encontra-se sob exame dessa Comissão de Assuntos Sociais para decisão em caráter terminativo.*

A proposição altera a Lei nº 10.972, de 02 de dezembro de 2004, que autoriza o Poder Executivo a criar empresa pública denominada Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (HEMOBRÁS), e dá outras providências.

Para atingir o seu objetivo, o PLS acrescenta, por meio do seu art. 1º, o inciso XII com o texto reproduzido no parágrafo acima ao art. 3º da Lei, artigo esse que enumera as competências da HEMOBRÁS. Dessa forma a empresa passa a ter de assegurar insumos para o tratamento profilático dos pacientes hemofílicos.

Conforme a cláusula de vigência estabelecida no art. 2º, a lei originária da proposição entrará em vigor na data da sua publicação.

Para justificar sua iniciativa, o autor da proposição sustenta que a adoção pelo Ministério da Saúde da profilaxia primária, isto é, administração regular dos fatores de coagulação dos hemofílicos, independente da manifestação de sinais ou sintomas de hemorragia, geraria economia ao longo prazo para os cofres públicos, à sociedade, sobretudo ao paciente" .

Mais uma vez, nós estamos aqui diante de um caso em que é necessário que se faça a profilaxia. Todos sabemos que a hemofilia é uma doença hereditária, que são milhares de brasileiros, milhões de brasileiros que são portadores, e que é um doença plenamente, você pode viver a vida toda, desde que os cuidados tanto profiláticos como os terapêuticos sejam adequados no momento correto. Então a profilaxia é algo realmente importantíssimo.

E também já existem novos medicamentos já sendo utilizados no exterior, e que nós ainda não há disponibilidade, através do sistema SUS, para que esses pacientes tenham acesso. Então são questões dessa ordem.

Agora, quanto custa ao Brasil na hora que o hemofílico entra realmente numa crise? A profilaxia é muito, muito mais barata, até porque você vai ter um cidadão em condições saudáveis, se for bem cuidado, podendo exercer suas atividades. Se ele não tiver esses cuidados, entrará frequentemente em crise, com as suas consequências, com as suas sequelas, consequentemente será mais um inativo, mais um a viver precisando da assistência muito maior, e, consequentemente, um custo Brasil bem maior.

Então, mais uma vez estamos aqui com um projeto que trata de prevenção, de profilaxia, da mais alta importância. E claro que com a obrigatoriedade de que os órgãos competentes, que tratam dessa questão dos

derivados de sangue, estejam devidamente autorizados e na responsabilidade social.

No texto, de fato aquela... Bem, aqui vou concluir a análise do relatório.

"O autor do projeto informa, contudo, que de acordo com o Tribunal de Contas da União, o Ministério da Saúde enfrenta diversos obstáculos à implementação de um tratamento dessa magnitude. De fato aquela corte de contas, em decisão proferida sobre representação do Ministério Público junto ao TCU, em razão de indícios de antieconomicidade nas ações de atenção dispensada pelo Ministério da Saúde aos pacientes portadores de coagulopatias congênitas, hemofilias, por exemplo, resolveu ao acórdão – que nós estamos aqui falando especificamente em hemofilia que é o mais comum, mas existem também outras coagulopatias congênitas, ou até mesmo provenientes de alguma questão, como é o caso da púrpura, a idiopática, que precisa de uma assistência e de um tratamento permanente, a um acompanhamento – determinar ao Ministério da Saúde a elaboração de um levantamento com vistas a avaliar o impacto financeiro da adoção da profilaxia.

Por essa razão, o Senador Marconi Perillo decidiu dispor sobre a matéria, em norma legal, para garantir aos pacientes do Sistema Único de Saúde o fornecimento de medicamentos hemoderivados ou produzidos por biotecnologia, esperando assegurar a necessária priorização de recursos e a implementação de políticas públicas para viabilizar o direito dos pacientes à assistência terapêutica integral. Assim, não faz sentido, ao impor a obrigação à HEMOBRÁS.

Essa lei institui" – estou terminando. Bem, como eu já coloquei, já fiz a explicação oral, dou como lido o relatório em análise e colocamos...

"Ante o exposto o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 416, de 2009, na forma do seguinte substitutivo:

Emendas... Altera a Lei 10.220(F), de 21 de março de 2001, que regulamenta o § 4º do art. 199 da Constituição Federal, para garantir a todos os pacientes do Sistema Único de Saúde a disponibilização de sangue, componentes hemoderivados, medicamentos e demais recursos necessários ao diagnóstico, à prevenção e ao tratamento.

O art. 1º, inciso I do art. 14 da Lei 10.205, de 21 de março de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14 Universalização do atendimento à população, garantindo-se a todos os pacientes do Sistema Único a disponibilização de sangue e demais hemoderivados.

Esta lei entra em vigor 180 dias após a data de sua publicação". O voto é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Sra. Senadora, pelo brilhante relatório. Discussão da matéria. Se todos concordarem ficar depois da votação. Não havendo quem mais queira discutir no momento, encerro a discussão. Em votação o substitutivo oferecido pelo Projeto de Lei do Senado nº 416.

Vamos proceder a votação nominal. Senador Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senador Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senador Gilvam Borges?

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senador Geraldo Mesquita?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sim, com entusiasmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Parabéns. Senador Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Como a Bíblia: sim, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senadora Rosalba Ciarlini, voto conhecido. Senador Paulo Duque?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): [ininteligível] de se ausentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu, claro que sim, mas estou na Presidência. Senadora Rosalba Ciarlini, voto conhecido. Demais presentes... Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim. Obrigado, Senador Romero Jucá.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, eu posso me retirar?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, vamos votar o Item 30, Presidente.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Presidente, pela ordem, Sr. Presidente. O Item 2 que é da Senadora Marisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Vamos terminar a votação.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Gilvam Borges. Nós temos-–

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senador Gilvam Borges?

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Sim.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós temos muito--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com a relatora e autor.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Parabéns. Senador João Durval. Acredito que todos já votaram. Dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze votos.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador João Durval.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Já chamei. O Senador João Durval votou a favor. O Senador Paulo Paim também, o Senador Paulo Duque também. Todos votaram por unanimidade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Esse projeto é terminativo aqui, senador?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Relatei seu projeto [ininteligível]. Enalteci aqui, por isso que eu vim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Resultado nós temos 12 votos a favor dos 12 votantes. Então fica-–

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): O Senador Gilvan está liberado--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não, não, não está liberado, não. Vamos votar aqui. Faltam dois projetos importantes. É o dia do fico.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): O resultado da eleição, da votação. Foi aprovado e fica prejudicado o projeto. O substitutivo vai a turno suplementar, é o art. 282 combinado com o art. 92 do RISF.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Diga ao povo que fico, fica Gilvam. O Gilvam é o nosso D. Pedro I. Tem dois projetos importantes aqui, tem o 2 e o 30. O 2 e o 30 são muito importantes.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Volta a Presidência.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Repasso a Presidência.

[falas sobrepostas]

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Um momento, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Volto a Presidência à Senadora Rosalba Ciarlini. [soa a campainha]

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador Papaléo. Vamos agora fazer a votação dos projetos que já foram lidos. Em seguida, começando pelo Senador Gilvam, pelo Item 16, decisão terminativa, Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2009. O autor é o Senador Gilvam Borges e o Relator é o Senador Mão Santa. O parecer foi pela aprovação, e trata de fixar o valor do piso salarial e a jornada de trabalho dos médicos e cirurgiões-dentistas. Como vota o Senador Paulo Paim? Senador Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Voto com o D. Pedro I. Olha aí, é a cara dele.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim, com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Mão Santa? Relator, voto já conhecido. Senador Geraldo Mesquita?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com meu amigo, Senador Gilvam?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Voto com o projeto do relator [ininteligível].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador João Durval?

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Papaléo?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paulo Duque?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Voto com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E como Presidente, já fiz até a defesa do projeto, na realidade, todos já conhecem. Então, aprovado por unanimidade, 11 votantes. Agora passamos...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, pela ordem, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aprovada a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Agora passamos à votação.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O meu é pela ordem mesmo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não. Secretaria-Geral da Mesa. É terminativo. Tem prazo para recurso. O terminativo não pode ter urgência. Vai para a Secretaria-Geral da Mesa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, o Item 9 já constou várias vezes da Pauta, ele é terminativo também, se a gente pudesse votar o Item 9 que já constou várias vezes da Pauta, se nós pudéssemos votar também, ele é terminativo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Agora vamos votar esses que já foram lidos e discutidos porque aí...

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Prometo, Sra. Presidenta, que eu vou ser objetivíssimo para votar o meu logo também junto com os demais.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Tem dois, Senador Papaléo, o senhor vai votar, e depois vai ler o seu relatório, mas primeiro vamos votar esses que já foram lidos. É o Item 20-–

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sra. Presidente, Srs. Senadores, eu peço licença o seguinte: eu só vou ler o meu voto aqui, não vou nem ler relatório.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas o senhor precisa votar nesses dois.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Não, mas é terminativo o meu, aproveitava e votava os dois mais quatro. Só o voto. Permita-me, então.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sra. Presidente.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Paim, ela tem que ler.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É o Item 21, inclusive que é só para confirmar.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): O Item 21, 43, 40 e 45. Eu só leio o voto. É do conhecimento de todos, está sobre a Mesa o parecer.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, concedo a palavra ao Senador Papaléo, V. Exa. vai ler o seu voto.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): O Item 21 da Pauta, que é o Projeto de Lei do Senado 157/2009, da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera o art. 3º da Lei 6.259, que dispõe sobre programa nacional de imunizações. O meu parecer é pela, peço atenção dos Srs. Senadores, é pela aprovação do Projeto do Item 21 da Pauta, que é o PLS 157.

O outro item, Sra. Presidenta, é o Item 40 da Pauta, que é o Projeto de Lei do Senado 431/2007, que dispõe sobre o uso da palavra cancerígeno em substituição às utilizadas para designar produtos derivados do tabaco. É muito interessante a intenção da Senadora Serys Slhessarenko, mas no mérito, na discussão da questão traria um prejuízo muito grande para aquilo que já está estabelecido por décadas e décadas. O meu voto é pela rejeição do PLS 431.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão. Senador, eu gostaria que a gente pudesse votar esse, e depois o senhor voltaria a ler, porque não é... Pelo que ficou entendido seria ler o voto de um projeto, e o senhor quer ler de todos os seus projetos que estão aí.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Estou terminando.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): São quantos então?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): São quatro que são muito importantes. É o rapidinho. Eu já estou lendo...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas nós temos que observar o *quorum*.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): É o PLS nº 29, de 2006, cujo parecer, meu parecer é pela rejeição.

E, o último também, o nº 45. Me ajude, por favor, que é o último meu, está na última página. O 45 é o que altera a Lei 6.259, de outubro de 75, o Programa Nacional de Imunização, e meu voto é pela rejeição. Nº 45 rejeição, 43 pela rejeição. Estão lidos os quatro projetos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Exatamente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, passamos agora à votação. Iniciando pelo Item 21.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, o Senador Crivella está fazendo um apelo para que eu leia só o voto do Item 30, que é de autoria dele.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Já que tivemos...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu leio só o voto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Todos estão iguais perante a lei, o Senador Papaléo leu, agora o senhor vai ler também só o voto.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só o voto. O Projeto de Lei do Senado 159, de 2003, *"determina a concessão de auxílio alimentação para o trabalhador das empresas prestadoras de serviços terceirizados"*. Vamos ao voto. Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 159, de 2003.

Está lido o voto do Item 30, do Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Obrigado, Paim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paim, por favor, assuma a Presidência para que eu também possa ler esses dois, que eu sou a relatora.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sra. Presidente, antes que o Senador Paim alcance a presidência, eu pediria a V. Exa. que colocasse extrapauta um Projeto de Lei da Câmara nº 220, na origem, que está sendo relatado pelo Senador Paulo Paim. Quando ele sair da Presidência, ele relata.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em votação exclusão extapauta... Inclusão, aliás, extrapauta. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

[troca de presidência]

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, permita-me, Sr. Presidente. Sr. Presidente Senador Paim, eu quero dizer que a intenção, a minha intenção é exatamente nós aproveitarmos o *quorum,* porque estamos chegando no final do ano e nós deveríamos fazer uma votação--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Exatamente. E são projetos que não são polêmicos.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): --logo desses sete projetos, e depois continuamos.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senadora Rosalba, eu gostaria de saber se pelo menos o Item 2 da minha leva aqui consta aí, porque já foi lido, já foi dado como discutido, é da Senadora Marisa Serrano, Item 2.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A pergunta que eu faço ao Plenário, à secretaria... É que eu estou na Presidência.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O senhor é Presidente, me desculpe.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Senador Papaléo Paes, já que todos os pareceres, pelo que eu percebi, menos dois de V. Exa. são favoráveis, se nós poderíamos votar em bloco? É possível?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós temos que fazer a consulta aqui ao regimento.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Aprovado, Presidente, aprovado.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Porque são assuntos totalmente diferentes.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Já dominamos o assunto, todos dominam o assunto. Tem, inclusive, concordância da liderança do Governo, todos eles.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu pergunto à secretaria da Mesa para depois não dar empecilho num segundo momento.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Enquanto eu leio aqui e apresento rapidamente o relatório e o voto--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Vai perder o *quorum*.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --vamos fazer uma consulta. Porque nós poderíamos votar em bloco pelo voto e os pela rejeição também em bloco, mas vamos ver aqui. Bem rápido.

Esse projeto, o Projeto de Lei do Senado 447, terminativo, do Senador Garibaldi, que *"concede a anistia das contribuições devidas e não recolhidas à Seguridade Social, a cargo do empregador doméstico"*. Vocês já conhecem o relatório e a análise. E é de alto alcance, isso vai beneficiar, com certeza, para que nós possamos ter mais carteiras assinadas, mas apoio às trabalhadoras domésticas. O Senador Garibaldi foi de extrema felicidade ao apresentar esse projeto, onde se faz praticamente um REFIS para as trabalhadoras domésticas, para que os empregadores possam... Então, o voto é pela aprovação, com uma emenda.

"A emenda dá ao art. 1º, 3º e 4º do Projeto de Lei do Senado nº 4457, de 2009, a seguinte redação:

Art. 1º É concedido remissão das contribuições devidas pelo empregador doméstico e não recolhidas à Seguridade Social desde que até 180 dias após a publicação desta lei, ele formalize o contrato de trabalho com seu emprego doméstico nos termos da lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, atendidas as seguintes condições:

Anotação das datas da referida admissão e de formalização do contrato e da remuneração do empregado na carteira de trabalho e Previdência Social."

Uma coisa também que vai ter um grande alcance... Na hora que você está dispensando as multas, fazendo esse parcelamento, o trabalhador, que, muitas vezes, já está naquela casa há dez, 15 anos, e não tinha isso para a sua aposentadoria, eles passam a ter

essa vantagem. Então, temos essa emenda e o voto é pela aprovação.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Gildete, bota o 2, o 2 também é importante. É o da Fátima.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O outro projeto é o Item 17, *"que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS, para incluir o benefício do fornecimento de leite maternizado para os filhos de mães portadoras do HIV e doentes de AIDS"*. O voto é pela aprovação. Esse projeto já foi discutido aqui, nós já tivemos, ele já foi pedido vista, foi feita a... Então o voto é pela aprovação. Eu acho que não há mais necessidade da esclarecer, porque foi devidamente discutido, depois foi pedido vista e já voltamos. Vamos ao voto.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu sou Relator de matéria também, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo a presidência para a senadora--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senadora, Item 9.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo a presidência à senadora, nesse momento. E eu faço o relatório...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Deixa eu ler só o voto, porque o voto tem... O voto desse projeto ligado à questão da distribuição de leite aos filhos de portadores do HIV é pela aprovação com a emenda apresentada, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2003, porque existiam dois projetos: um foi rejeitado, o outro aprovado, e temos uma emenda exatamente para fazer com que esses projetos fiquem mais adequados.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passo a Presidência à senadora e faço o relatório, vou direto ao voto do PL que vem da Câmara, é o PL nº 220, da nobre Deputada Vanessa Grazziotin. E explico: esse projeto trata da periculosidade dos vigilantes. Nós já aprovamos um projeto de minha autoria igual a esse... Não, mas eu tenho que explicar porque eu não vou ler. Por que é que eu não vou ler? Como a deputada aprovou lá antes do meu chegar, ela me remeteu para cá. Nós, aprovando agora, vai direto para sanção. Então, devido a isso sou favorável ao PL 220, da periculosidade para os vigilantes, como consta aqui no meu relatório.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Maravilha. Esse é bom.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Agora nós temos o extrapauta, que é Item 52.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O meu é 9, o 9 está na Pauta há várias sessões.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ah, não, esse já foi lido. É o Item 9, aliás, do Senador Eduardo Azeredo. Item 9. Que *"altera a lei que dispõe sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, de forma a permitir o que trabalhador com idade igual ou superior a 65 anos possa movimentar a sua conta vinculada"*. Esse aqui é um projeto, enquanto o senhor encontra a página, de grande alcance também para que os trabalhadores nessa idade não tenham mais nenhuma dificuldade.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Vamos contemplar o nosso--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O projeto é do Senador Demóstenes Torres, e ele vem exatamente adequar a situação. Nós hoje temos o Estatuto dos Idosos prevendo 60 anos como a pessoa considerada idosa. Entretanto o saque de Fundo de Garantia só com 70 anos, e a idade média é de 71,59. Ou seja, praticamente quando o sujeito está morrendo é que pode sacar o Fundo.

Então, o objetivo é que ele possa sacar com 65. Me parece plenamente razoável e correto. Então eu voto favorável.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com louvor, com louvor.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sra. Presidente, eu peço para incluir na votação os Itens 4 e 8 que eu relatei, de autoria do Senador Osmar Dias, o Item de nº 4; e o nº 8, do Senador Paulo Paim, que já foi lido o relatório, discutido, só falta votar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Todos que foram lidos na sessão anterior vão ser apreciados agora. Então, vamos começar.

Votação do Item 17, para incluir os benefícios do fornecimento de leite maternizado para os filhos de mães portadoras do HIV. O voto é da relatora é pela aprovação.

Como vota o Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador João Durval?

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Papaléo?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Geraldo Mesquita?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Patrícia, seja bem-vinda. Que bom. Hoje tem projeto seu para ser aprovado, para ser apreciado. Eu já digo aprovado porque eu fui Relatora. Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim, sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paulo Duque?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Projeto aprovado por unanimidade.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Vamos Gildete, vamos Gildete.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vai à Secretaria-Geral de Mesa.

Passamos ao Item 21, decisão terminativa. É do Relator foi o Senador Papaléo, que trata da... *"sobre o Programa Nacional de Imunizações, para tornar obrigatória a adoção de calendários diferenciados de vacinação para os portadores de doenças ou condições que causem baixa resistência imunológica ou exijam a adoção de esquema especial de imunização"*. O voto do relator é pela aprovação.

Como vota o Senador Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Patrícia? Senador Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Geraldo Mesquita?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Papaléo?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador João Durval?

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Casagrande? Senador Inácio Arruda? Senador Casagrande?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paulo Duque?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sim. Senador Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aprovado por unanimidade. A matéria vai à Secretaria-Geral de Casa.

Item 11, decisão terminativa. Autora, a Senadora Patrícia Saboya. A Relatora foi pela aprovação do substitutivo, na forma da emenda nº 1, da CDH substitutivo. Passamos à votação do Item 11 que trata dos *"cuidados com a saúde, estabelece normas para atendimento médico da criança e do adolescente no âmbito do Sistema Único de Saúde"*.

Como vota o Senador Mão Santa? Senador Geraldo Mesquita? Senador Papaléo?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador João Durval? Senador Casagrande? Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Marcelo Crivella? Senador Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim, sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paulo Duque?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Fátima Cleide? Dessa vez coloquei as mulheres no fim.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim, Senadora Rosalba.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E a Senadora Patrícia, que é autora, claro que está defendendo a sua aprovação. Aprovado por unanimidade e parabenizo a Senadora Patrícia pela iniciativa.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senadora, se me permite, presidente, eu queria apenas agradecer a V. Exa. pelo relatório brilhante que fez, corrigindo prováveis atecnias no nosso projeto, mas eu agradeço a V. Exa. pela sensibilidade, e sei que deve ter relatado o projeto com muito prazer, por ser de formação como pediatra, e nós estamos apenas nesse projeto colaborando para que as crianças sejam prioridade também de atendimento no SUS, com todas as consultas que devem ser feita até o primeiro ano de vida garantidas. Então eu agradeço a V. Exa. e a todos os senadores pela aprovação desse projeto. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mais uma vez parabéns. A sua sensibilidade com a criança vem de muito tempo, então nós estamos aqui plenamente de acordo.

Passamos agora ao Item 30, decisão terminativa, do Senador Marcelo Crivella, é o autor. O Relator foi o Senador Paulo Paim. Parecer pela aprovação do projeto. Como vota o Senador Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paulo Duque?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Inácio Arruda? Senador Casagrande? Senador João Durval? Senador Papaléo?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador João Durval, como vota? Senador Geraldo Mesquita? Senador Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador... Já é conhecido, é o autor. Senadora Patrícia. Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim, senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Porque, o hábito que a senhora presidiu e já faz parte há tanto tempo. Projeto aprovado por unanimidade. A matéria vai à Secretaria-Geral de Mesa.

Parabéns ao Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Agradeço aos colegas, presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Passamos agora ao item 38, decisão terminativa. *"Concede anistia das contribuições devidas e não recolhidas à Seguridade Social, a cargo do empregador doméstico."* Autoria Senador Garibaldi. Relatora Rosalba Ciarlini. Pela aprovação com a emenda que apresenta. Como vota o Senador Papaléo?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Geraldo Mesquita?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): João Durval?

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paulo Duque?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aprovada a matéria. Vai à Secretaria-Geral de Mesa.

Vamos agora ao Item 52. Autora Deputada Vanessa Grazziotin, e o Senador Paulo Paim foi o Relator, pela aprovação do projeto que define, altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, aprovada pelo Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de redefinir os critérios para caracterização das atividades de operações perigosas. Como vota o Senador Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador João Durval?

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Papaléo?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Geraldo Mesquita?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mão Santa, como vota?

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paulo Duque?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Inácio?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paulo Paim? O seu voto já é mais do que conhecido.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o relator e o autor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A deputada... E com o autor, porque a questão da periculosidade dos vigilantes, aqui está sendo estendido a todos aqueles que tratam da segurança de prédios, de edifício residencial, é um projeto realmente aprovado por unanimidade. E a matéria vai à secretaria da Mesa. E parabéns a todos que contribuíram.

Item 2, decisão terminativa. Projeto de Lei do Senado nº 668, de 2007, que *"altera a Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, para dispor sobre a duração do período de percepção do benefício do seguro-desemprego dos trabalhadores que são responsáveis legais de crianças portadoras de deficiência"*. Autora é a Senadora Marisa Serrano e a Relatora é a Senadora Fátima Cleide. O parecer foi pela aprovação do projeto nas duas emendas que apresenta. Esse relatório foi lido e encerrado no dia 10/11 e a votação ficou... O voto da Relatora é pela aprovação.

Como vota o Senador Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Geraldo Mesquita?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Paulo Duque?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Papaléo?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): João Durval?

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aprovado por unanimidade. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa. Consulto as Sras. e Srs. Senadores se podemos repetir a votação para as emendas? Então aprovado.

Item 9, decisão terminativa. Projeto de Lei do Senado 332, de 2006. *"Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1999, que dispõe sobre o Fundo de Garantia de tempo de Serviço, de forma a permitir que o trabalhador com idade igual ou superior a 65 anos possa movimentar sua conta vinculada."* O autor é o Senador Demóstenes Torres e o relator é o Senador Eduardo Azeredo. Parecer pela aprovação. Em votação.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Presidente, antes de V. Exa. colocar em votação, eu relatei na sessão passada o Item 28. Ah, tem aí ainda para ser apreciado. E sou relator do Item 29. Se quiser que eu faço o relato, eu faço para gente votar logo hoje.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vamos fazer, sim, senador. Vamos agora à votação do Item 9, o relator é o Senador Eduardo Azeredo, que o relatório já foi lido na reunião do dia 21/10. Ele foi apresentado, fui discutido, 21 e 29. Já foi lido. Então vamos à votação. Como vota a Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Paulo Duque?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Geraldo Mesquita?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Papaléo?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): João Durval? Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É o relator. Aprovado por unanimidade. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Item 3, decisão terminativa, que *"dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico em Prótese Dentária e determina outras providências"*. O autor é o Senador Alvaro Dias e o relator foi o Senador João Durval. Inclusive o relatório foi lido no dia 10/11, já foi discutido, e passamos agora à votação. O parecer foi pela aprovação, até porque, Senador João Durval, essa é como a questão dos barbeiros. É uma profissão antiga, antiguíssima, e somente agora que ela está sendo reconhecida: o exercício da profissão de Técnico em Prótese Dentária. Como vota o Senador... Fátima Cleide, como vota?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): João Durval?

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Papaléo?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Geraldo Mesquita?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Paulo Duque?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): De acordo. Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aprovado. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa. Os técnicos em prótese agora, realmente, vão ter a sua profissão devidamente reconhecida e regulamentada. Vai agora para a Câmara... A Secretaria-Geral da Mesa. Abre prazo para recurso.

Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 347, de 2007, que *"altera a Lei nº 9.434, de 04 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e parte do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para obrigar hospitais a manter comissões de captação e adoção de órgãos"*. O autor é o Senador Osmar Dias e o relator é o Senador Inácio Arruda. O parecer foi pela aprovação do projeto. O parecer foi lido no dia 10/11/2009 e já aconteceu a discussão. Passamos à votação.

Como vota o Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O Senador Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Papaléo?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): João Durval?

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Geraldo Mesquita?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Paulo Duque?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O relator vota sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Inácio Arruda? Aprovado por unanimidade. Parabéns ao autor Osmar Dias e o Senador Inácio Arruda. Agora em votação o substitutivo oferecido... Aprovado o substitutivo, fica prejudicado o projeto. O substitutivo vai a turno suplementar art. 282 combinado com o art. 92. Turno Suplementar. Na próxima reunião nós teremos em turno suplementar.

Item 20, decisão terminativa. *"Altera dispositivo da Lei 11.343, que acrescenta o art. 23, que permite o financiamento, o funcionamento de comunidades terapêuticas de recuperação de dependentes químicos nas condições que menciona e dá outras providências."* O autor é o Senador Magno Malta e o relator é o Senador João Durval. O relatório já foi lido, constou da pauta da reunião do dia 10/11 e... Passamos à votação.

Esse já foi aprovado. O substitutivo... Fica prejudicado o projeto, o substitutivo vai a turno suplementar, art. 228 combinado com o art. 92. Então, esse como já foi aprovado, então o substitutivo vai a turno suplementar, na próxima reunião estará na pauta.

Item 8, decisão terminativa. *"Acrescenta o art. 38-A a Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, com o objetivo de dispor sobre o parcelamento de débitos e concessões de aposentadoria por idade para os pescadores prejudicados pela redução da piscosidade da Laguna dos Patos e do litoral do Rio Grande do Sul."* Rio Grande do Sul só poderia ser o autor o Senador Paulo Paim, e o relator é o Senador Inácio Arruda. O parecer é pela aprovação do projeto com três emendas que apresenta. Foi lido o relatório no dia 10/11, e passamos agora à votação.

Como vota o Senador Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): João Durval?

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O senador Inácio Arruda o voto é conhecido. Senador Papaléo?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Geraldo Mesquita?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Com Inácio Arruda.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paulo Duque?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aprovado. A matéria vai à Secretaria-Geral de Mesa. Vamos agora consultar os Srs. Senadores se mantemos a mesma votação para as emendas. Sim. Aprovado. Só um minutinho. Senadora Fátima Cleide, o seu voto?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Item 28, decisão terminativa. *"Dispõe sobre a dispensação de medicamentos contendo antimicrobianos."* Autora é a Deputada Sandra Rosado e o relator é o Senador Casagrande. Nós pedimos ao Relator, Senador Casagrande, que proceda a leitura do voto.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O Item 28, na verdade, eu já fiz o relato, mas eu só vou repetir o voto. O projeto é da Deputada Sandra Rosado, que inclusive nós o discutimos na semana passada. Em vista do exposto, já exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei com a seguinte emenda:

"Art. 1º Acrescenta-se o seguinte § 2º ao art. 35 da Lei nº 5.991, de 73, renumerando-se e dando-se nova redação ao atual PARÁGRAFO único.

§ 1º O receituário de medicamentos entorpecentes ou a estes equiparados e os demais medicamentos sob regime de controle sanitário especial, de acordo com a sua classificação, obedecerá às disposições da legislação federal especifica.

§ 2º Os medicamentos que contenham antimicrobianos submetem-se a regime de controle sanitário especial e somente podem ser prescritos por profissional habilitado e dispensados mediante apresentação e retenção do original da prescrição, na forma do regulamento".

Este é o relatório, Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Muito bem, vamos votar. Sou a favor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Passamos então à votação. Como vota o Senador Inácio?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Papaléo?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador João Durval?

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Geraldo Mesquita?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador João Durval? Senador Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paulo Duque?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aprovado. Aprovado o substitutivo, fica prejudicado o projeto. O substitutivo vai a turno suplementar na próxima reunião.

Passamos ao Item 25. É decisão terminativa. Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2008. O autor é o Senador Antonio Carlos Valadares e o Relator Marcelo

Crivella. O projeto *"altera dispositivos do Decreto-Lei nº 5.425, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para fixar prazo de recolhimento e multa ao empregador que atrasar na transferência da contribuição sindical descontada na folha dos seus empregados"*. A matéria constou na pauta da reunião do dia 4/11/2009 e 10/11. Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella para proferir o seu relatório... o seu voto.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): O voto é favorável, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas antes o Senador Paulo Paim. Eu vou... Senador Marcelo Crivella, com a sua permissão, primeiro o Senador Paulo Paim tem um projeto aqui que vai ele vai logo relatar, que é o Item 14. Decisão, terminativo.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas já fica dado como oferecido o voto do Crivella.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ele irá, depois, apresentar o voto. Calma, ele vai dizer para que todos possam ouvir o voto.

Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2005, que *"regulamenta a profissão de taxista e dá outras providências"*. O autor é o Senador Valdir Raupp e o relator é o Senador Paulo Paim. Parecer pela aprovação do projeto com emenda que apresenta.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O projeto é do Senador Valdir Raupp. Ele ajustou algumas iniciativas para definir a profissão de taxista, e aqui diz ele, sendo que aquela é utilizada *"em veículo automotor próprio ou de terceiros, transporta passageiros e pequenas encomendas, mediante remuneração, dentro da área permitida"*. E fixa pequenos considerandos. O projeto só tem três artigos e o parecer é favorável com a emenda:

"Considera-se prejudicial à saúde, para efeito da concessão de aposentadoria especial, a atividade profissional do motorista de táxi.

Parágrafo Único. A aposentadoria especial, calculada conforme art. 8.213, será concedida os profissionais que trata esta Lei, desde que comprovem o exercício continuado dessa atividade pelo período de 25 anos." Pela aprovação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Passamos à votação. Como vota o Senador Paulo Duque?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Papaléo?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Geraldo Mesquita? Senador Paulo Duque? Senador Casagrande? Senador Inácio Arruda? Senador Eduardo Azeredo? Senadora Fátima?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim, com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aprovado o projeto. A matéria vai... Sras. e Srs. Senadores, se podemos repetir a votação para a emenda? Então aprovada, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Presidente, pela ordem, Presidente. Eu queria solicitar a preferência para a votação dos dois projetos do senador, relatados pelo Senador Papaléo pela rejeição, por favor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Na sequência nós teremos cinco pela rejeição que serão votados em bloco.

O Item 25, que foi exatamente do Relator, que é o Senador Marcelo Crivella, o voto é pela aprovação do projeto com as duas emendas que apresenta. Passamos, então, à votação. Como vota o Senador Eduardo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Inácio?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador João Durval?

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Papaléo?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Geraldo Mesquita?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paulo Duque?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Voto conhecido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Consulta-se a votação para as emendas apresentadas. Poderemos repetir. Aprovada. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Agora todos são pela rejeição. Nós temos cinco projetos, vou ler aqui rapidamente... Vou ler pela rejeição. São cinco, todos pela rejeição.

Senador Gerson Camata, Senadora foi Fátima Cleide. Pela rejeição. O projeto já foi lido, discutido. Quem vota com o relator, vota não, certo? Senador Papaléo é o relator. Não, Fátima Cleide é a relatora. Não. Senador Geraldo Mesquita?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador João Durval?

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Paulo Duque?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Fátima Cleide é voto conhecido. Rejeitado o projeto.

Item 6 também é pela rejeição. A Relatora também foi a Senadora Fátima Cleide e o autor Leonel Pavan. Quero saber se repetimos a votação para este mesmo, para o projeto pela rejeição. Projeto que *"regulamenta o exercício da profissão de fotógrafo profissional e dá outras providências"*. Repetimos pela rejeição?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Rejeitado o projeto.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senadora, eu quero só registrar que a intenção do Senador Pavan era uma boa intenção, mas também voto com a rejeição.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ninguém aqui é contra a atividade de fotógrafo, muito pelo contrário.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Está registrado o mérito do projeto no relatório.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Agora, na realidade, o projeto, da forma que estava, não poderia ser aprovado. Segundo a decisão unânime, não pode ser aprovado.

Agora o projeto que *"dispõe sobre o uso da palavra cancerígeno em substituição às utilizadas para designar os produtos derivados do tabaco"*. Autora Senadora Serys Slhessarenko e o relator é o Senador Papaléo Paes. Repete-se a votação de rejeição? Por unanimidade rejeitada.

Item 43. *"Acrescenta inciso VIII ao art. 16 da Lei nº 6.360, de 1976, para dispor sobre a inclusão de requisito a ser observado na concessão de registro sanitário de medicamento ou de princípio ativo."* Se-

nador Ney Suassuna, Senador Papaléo Paes. Pela rejeição. Repete-se a votação pela rejeição? Rejeitado o projeto.

Projeto nº 147, de 2008. *"Altera a Lei 6.259, de 30 de outubro de 1975, para incluir no Programa Nacional de Imunização vacinas contra infecções pneumocócicas, meningites bacterianas, hepatites virais, varicela e gripe, à população."* O projeto foi pela rejeição. Mantém-se a rejeição? Espera aí, Geraldo Mesquita, dois projetos aqui rapidamente para serem lidos o voto.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Se votar rápido a gente fica, mas para fazer discurso, não.

[risos]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Valdir Raupp. Nós estamos... Já foi aprovado. Agora nós temos aqui o Item 31 que é uma decisão... Pedimos que o senhor leia o voto, já o que parecer já é de conhecimento de todos.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): O parecer é pela aprovação, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O parecer é pela aprovação. Passamos à votação o Projeto de Lei do Senado nº 356, de 2003, que *"dispõe sobre limites de despesas de custeio e manutenção do serviço de loterias, destina parte dos recursos das loterias federais para o Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, e dá outras providências"*. Em votação o projeto. O parecer foi pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta. Valdir Raupp já deu o parecer, é pela aprovação. Fátima Cleide como vota?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paulo Duque?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Geraldo Mesquita?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Papaléo?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador João Durval?

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em votação o substitutivo. Aprovado o substitutivo, fica prejudicado o projeto. A matéria vai a turno suplementar, art. 282 combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. Estará em turno suplementar na próxima reunião.

O Item 13. Projeto de Lei do Senado 454, de 2030. *"Dispõe sobre a jornada, condições de trabalho e piso salarial dos técnicos e auxiliares de enfermagem e dá outras providências."* O autor é o Senador Gerson Camata e o Relator é o Senador Valdir Raupp. O parecer é pela aprovação do projeto com as cinco Emendas que apresentam, e pela rejeição das três Emendas de autoria da Senadora Serys Slhessarenko.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp para proferir--

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): O parecer é pela aprovação, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O parecer é pela aprovação. Então passamos então à votação. A análise já é do conhecimento de todos e a matéria já teve em reunião no dia 10/11. Passamos agora... Em votação o Projeto de Lei nº 454, de 2003, ressalvadas as Emendas.

Como vota o senador Geraldo Mesquita?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Roberto Cavalcante?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Papaléo?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador João Durval?

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Paulo Duque?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Com o relator.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu vou ler o 29, Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Consulto as Sras. E Srs. Senadores se pudermos repetir a votação para as emendas de parecer favorável. Se os senhores permanecerem, o *quorum* permanecendo nós ainda temos o Item 29. Senador Paulo Duque, temos só apenas um, que é o Item 29.

Em votação as três emendas que receberam parecer contrário.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu vou ler só aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Quem vota com o relator vota não para as emendas.

Como vota o Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): João Durval?

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Papaléo?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Paulo Duque?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Valdir Raupp é o relator. Inácio Arruda. Então as emenda receberam parecer contrário. Aprovada a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa. Resta apenas...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não, saíram, Presidente. Eu acho o que Senador Inácio Arruda se ausentou. Tem um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito. Tem *quorum*?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Não.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então se não há *quorum*, não vai chegar um agora. Roberto está aqui. Tem nove aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Enquanto chega, complementa. Só falta um senador.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Item 29.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Item 29. Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2009, que *"acrescenta parágrafo ao art. 101 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estabelecer a revisão de ofício da decisão do perito médico da Previdência Social que opinar pela cessação do auxílio-doença do dependente químico antes do final do seu tratamento"*. Senador...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Presidente, se nós não temos *quorum,* eu queria pedir, então, a V. Exa. que nós pudéssemos fazer a leitura na sessão seguinte. O Senador Mão Santa acabou de se ausentar também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Agradeço a presença de todos, dos Srs. Senadores, dos Srs. consultores, dos que acompanharam essa votação, da imprensa, e marcando a nova reunião para amanhã para apreciação das emendas de comissão. Nós temos um número muito grande de emendas que foram apresentadas e convocamos os Srs. Senadores para que estejam aqui a partir das dez horas, para que amanhã possamos fazer a votação das emendas. É prazo limite, é o último dia, não haverá prorrogação.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senadora, só uma sugestão, ser convocados, nós todos sermos convocados, além desse apelo que V. Exa. está fazendo, sermos convocados nos gabinetes e serem informados da reunião de amanhã.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com certeza. Já estamos encaminhando correspondência a todos os gabinetes para que amanhã os senhores estejam aqui presente. Aliás, houve uma falha minha, não é às dez, é às nove horas. Amanhã, às nove horas, começa uma análise e a votação para as emenda de comissão. Então, praticamente todos apresentaram emendas, e é importante que estejam aqui para defendê-las. Às dez horas será uma Audiência Pública, mas às 9h será a votação das emendas.

Muito obrigado. Até amanhã, se Deus quiser.

Sessão encerrada às 13h18.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS.

Às dez horas e dois minutos do dia dezenove de novembro de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora **Senadora Rosalba Ciarlini,** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Roberto Cavalcanti, Renato Casagrande, Geraldo Mesquita Júnior, Gilvam Borges, Paulo Duque, Flávio Arns, João Durval, Inácio Arruda, Romero Jucá, Valdir Raupp, Wellington Salgado de Oliveira, Osvaldo Sobrinho e da Senadora Marisa Serrano**.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Justifica ausência, o Senador Augusto Botelho. A Presidente, Senadora Rosalba Ciarlini, declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente Reunião é destinada à discussão e votação das emendas da Comissão de Assuntos Sociais que serão apresentadas à Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2010 – PL nº 46 de 2009-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o texto do projeto de lei que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010". A Presidência passa a palavra ao Senador Romero Jucá, que dá início ao seu Relatório comunicando que foram apresentadas 49 (quarenta e nove) Emendas ao Projeto. Procede-se à discussão, pautada nos critérios estabelecidos na Resolução nº 1, de 2006-CN e no artigo 100, do Regimento Interno do Senado Federal, esclarecendo-se que a Comissão poderá apresentar quatro Emendas de Apropriação e quatro Emendas de Remanejamento. São aprovadas por unanimidade as seguintes Emendas de Apropriação ao PLOA-2010: **Emenda nº 1-CAS** – Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) – **Valor:** R$ 200.000.000,00. **Iniciativa**: Senador Romero Jucá e Senadora Rosalba Ciarlini. **Emenda nº 2-CAS** – Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde – Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais – **Valor:** R$ 200.000.000,00. **Iniciativa**: Senadores Inácio Arruda, João Durval, José Nery, Mão

Santa, Osvaldo Sobrinho, Paulo Paim, Romero Jucá e Senadoras Lúcia Vânia e Rosalba Ciarlini. **Emenda nº 3-CAS** – Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde – **Valor:** R$ 160.000.000,00. **Iniciativa**: Senadores Inácio Arruda, Valdir Raupp e Senadoras Lúcia Vânia e Rosalba Ciarlini. **Emenda nº 4-CAS** – Fiscalização para Erradicação do Trabalho Infantil – **Valor:** R$ 100.000.000,00. **Iniciativa**: Senadores Cristovam Buarque, Mão Santa, Romero Jucá e Senadoras Lúcia Vânia e Rosalba Ciarlini. São aprovadas por unanimidade as seguintes Emendas de Remanejamento ao PLOA-2010: **Emenda nº 1-CAS –** Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica – Centro de Atendimento do Idoso. Seqüencial para cancelamento: 005305 – **Valor:** R$ 30.000.000,00. **Iniciativa**: Senador Paulo Paim e Senadora Rosalba Ciarlini. **Emenda nº 2-CAS –** Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo Ambiental para Prevenção e Controle da Malaria. Seqüencial para cancelamento: 002364, 002365 e 002369 – **Valor:** R$ 30.000.000,00. **Iniciativa**: Senador Romero Jucá. **Emenda nº 3-CAS –** Capacitação de Profissionais em Aqüicultura e Pesca/Confederação Nacional dos Pescadores. Seqüencial para cancelamento: 005666, 005674, 005682, 005685 – **Valor:** R$ 30.000.000,00. **Iniciativa**: Senador Garibaldi Alves Filho e Senadora Rosalba Ciarlini. **Emenda nº 4-CAS –** Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar. Seqüencial para cancelamento: 005176, 005146 e 005186 – **Valor:** R$ 30.000.000,00. **Iniciativa**: Senador Roberto Cavalcanti. Usam da palavra o Senhor Senador Roberto Cavalcanti e a Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerra a Reunião às dez horas e onze minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **ROSALBA CIARLINI,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

59ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 02 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aberta a 59ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª (sic) Sessão Legislativa Ordinária, 53ª Legislatura, do Senado Federal. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas desta comissão ao Projeto de Lei nº 46, de 2009, CN, que estima a receita e fixa despesa da União para exercício financeiro de 2010. Passo a palavra ao relator, Senador Romero Jucá, para proferir a análise das emendas.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Sra. Presidente, nós fizemos um relatório, analisando todas as emendas. Foram apresentadas 49 emendas dos Srs. e Sras. Senadores, e nós apresentamos o seguinte parecer: as emendas nº 1, nº 3, nº 23, nº 34 e nº 45 foram inadmitidas, e nós sugerimos, para a aprovação de apropriação, as seguintes emendas: a emenda número 44, que aglutina outras emendas, que é a implantação de melhoria de sistemas públicos de manejos de resíduos sólidos em municípios de até 50 mil habitantes, inclusive regiões metropolitanos ou região integrada à [ininteligível]. Essa emenda é de 200 milhões de reais.

A segunda emenda de apropriação são as Emendas 11, 12, 14, 15, 22, 24, 25, 35 e 38, portanto apresentadas por diversos senadores e senadoras, que prevê atendimento ao serviço social autônomo das pioneiras sociais Hospital Sarah Kubitschek, também no valor de 200 milhões.

A terceira emenda é a estruturação da rede de serviços de atenção básica de saúde, Emendas 9, 16 e 49; 160 milhões. Portanto, dá condições à emenda nacional de atendimento a unidades de saúde em todo país.

A quarta emenda de apropriação atende às Emendas nº 2, 17, 21, 36 e 40, que é recurso para a fiscalização e erradicação do trabalho infantil, portanto uma emenda, também, extremamente meritória, uma emenda de 100 milhões.

Além disso, Sra. Presidente, como emenda de remanejamento, nós estamos indicando a Emenda 31, estruturação da rede de proteção social básica, centro de atendimento aos idosos; a 42, implantação dos serviços de drenagem e manejo ambiental; e estamos apresentando a Emenda nº 7, do Senador Garibaldi, com um ajuste para que seja recurso para capacitação, emenda da Senadora Rosalba Ciarlini e do Senador Garibaldi Alves, no valor de 100 milhões, para capacitação de profissionais da pesca, e a Emenda nº 32, do Senador Roberto Cavalcanti, para aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar, também 170 milhões. Como essas emendas são de remanejamento, nós estamos indicando valores menores, porque é mais difícil de remanejar. Então, nós estamos

indicando os valores de 30 bilhões para cada emenda de remanejamento, mas, de todo jeito, é um esforço e é uma sinalização política que a comissão faz para o Ministério e para o Governo Federal, no sentido de priorizar o atendimento dessas propostas. Então, essa é a proposta feita na relatoria, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão, Senador Roberto Cavalcanti com a palavra.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de parabenizar a competência e a eficiência do Senador Romero Jucá, inclusive a sensibilidade. Acho que, na hora que tem que se partilhar um bolo financeiro, compreendido por um volume de 49 solicitações, não é fácil conseguir atender e ter um critério, e, na hora que se parte para a justeza, na hora que se parte de princípios de critérios, se consegue chegar a um número, se consegue chegar a uma partilha da forma mais competente, mais eficiente. Então, parabenizo a Senadora Rosalba Ciarlini, Senador Romero Jucá, pela aprovação e pela implementação das emendas de comissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não havendo mais quem queira discutir, passamos à votação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu gostaria, aqui, de parabenizar o Senador Romero Jucá pelo brilhante trabalho, porque não é fácil, na área social, que a Comissão de Assuntos Sociais trata da questão de saúde, de assistência social, de previdência e trabalho. Todas as emendas, quando vos foram apresentadas pelos membros desta comissão, V. Exas. Senadores, é difícil, eu reconheço, eu que vi cada emenda, Senador Romero, eu vi que cada uma toca o nosso coração, porque fala de apoio à criança. Quando você vê uma emenda que venha para beneficiar assistência à criança com câncer, outra que venha para beneficiar idoso, mas o senhor conseguiu, pela maioria das emendas, que muitas eram semelhantes, conseguiu montar realmente um relatório que vai atender, se não todas as áreas, mas, praticamente, grande parte, como é o caso da emenda que trata da melhoraria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos em municípios de até 50 mil habitantes. Importantíssimo, isso aqui cuida de meio ambiente, isso aqui cuida também de educação ambiental, isso aqui é melhoria para a saúde, porque, quando você tem as condições de melhor manejar os resíduos sólidos, isso, claro, vai melhorar muito. E nos municípios de até 50 mil habitantes, que é a grande maioria dos brasileiros, até porque os municípios maiores têm receitas próprias, já têm estrutura, a grande maioria já faz de forma terceirizada. Então, é realmente fundamental.

Outra emenda que eu quero aqui também dizer, que eu sei que foi difícil, mas é de importantíssima... Que é para a Rede Sarah. A Rede Sarah presta um serviço excepcional no Brasil, desde Brasília, Salvador, Fortaleza. E aqui, mais uma vez, não desisti da luta, senador, e, já que o senhor colocou em recurso, vou agora insistir num Hospital Sarah para o Rio Grande do Norte, para que a gente possa ter, nem que seja o menor de todos, já que nós somos um estado pequenininho, mas, no elefantezinho do Rio Grande do Norte, cabe uma Rede Sarah para ajudar os nossos conterrâneos e, consequentemente, os nossos vizinhos da Paraíba, do Ceará. Ceará já tem, mas da Paraíba, já que nós somos tão próximos, não é, Senador Roberto?

A outra: estruturação de redes de serviço de assistência à atenção básica de saúde. Aqui, nós vamos dar uma emenda que vai atender, praticamente, na hora que você estrutura assistência básica, você está sendo o primeiro passo para a assistência em todas as áreas da saúde. E é trabalho infantil, que não é possível que o Brasil não consiga erradicar o trabalho infantil, esse programa que vem desde já... Há uns 10 anos vem sendo desenvolvido. Desde o governo do Fernando Henrique, que o Presidente Lula manteve, ampliou, isso é fundamental, dar apoio para as nossas crianças, criança é para brincar e estudar, não para trabalhar e ser escrava.

Bem, nas de remanejamento, nós tivemos a reestruturação de rede de serviço e proteção social básica, centro de atendimento ao idoso. Aqui, nessa comissão, nós tivemos audiência sobre a saúde do idoso, e foi o que mais eles colocaram, a necessidade de ter centros específicos para assistência à sua saúde. Aqui está colocado. Implantação e melhoraria de serviço de drenagem, manejo ambiental para prevenção e controle da malária. Claro que essa aí, também, nós tivemos, agora, casos de surtos, epidemias muito graves na região Norte. E a terceira, de apoio à capacitação, treinamento dos pescadores dentro do novo Ministério da Pesca.

Então, eu quero agradecer e dar por encerrada esta sessão, antes cumprimentando a Senadora Marisa Serrano, que ontem, também, com muita competência, conduziu a votação lá, na Comissão de Educação. Muito obrigada.

Sessão encerrada às 10h11.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 60ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS EM CONJUNTO COM A 41ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS.

Às dez horas e quatorze minutos do dia dezenove de novembro de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **Rosalba Ciarlini** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Roberto Cavalcanti, Renato Casagrande, Geraldo Mesquita Júnior, Gilvam Borges, Mão Santa, Flávio Arns, João Durval, Eduardo Suplicy, Inácio Arruda, Osvaldo Sobrinho e da Senadora Marisa Serrano. Justifica a ausência o Senhor Senador Augusto Botelho. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião destinada à realização de Audiência Pública de acordo com a seguinte Pauta: **Audiência Pública**, em cumprimento aos Requerimentos nº 90 de 2009-CAS e nº 75, de 2009-CAS, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, do Senador Gilberto Goellner e Senadora Marisa Serrano, com a finalidade de instruir o **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, DE 2009,** que "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para regulamentar a propaganda de alimentos". **Autoria do Projeto**: Senadora Marisa Serrano. **Relatoria na CMA**: Senador Gilberto Goellner. A Senhora Presidente convida os seguintes oradores para compor a mesa: Senhora Maria José Delgado Fagundes – representante do Senhor Dirceu Raposo de Mello, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; Senhora Renata Monteiro – Professora Adjunta do Departamento de Nutrição da Universidade de Brasília, representante da Senhora Kênia Mara Baiocchi, Coordenadora-Geral do Centro de Pesquisa em Alimentação Saudável do Departamento de Nutrição da Faculdade de Ciências da Saúde da UnB. Senhora Isabella Vieira Machado Henriques – representante da Senhora Ana Lúcia de Matos Barreto Villela, Presidente do Instituto ALANA-Projeto Criança e Consumo; Senhor Auli de Vitto – Representante da Senhora Elza Tsumori, Presidente da Associação de Marketing Promocional–AMPRO; Senhor Wagner Federico – Diretor-Executivo da Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Nacionais – APPROM, representante do Senhor Klauss Pufleb, Presidente da APPROM; justificou a ausência, o Senhor Edmundo Klotz, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação–ABIA. A Presidente concede a palavra aos oradores. Às dez horas e vinte e oito minutos a Senadora Marisa Serrano assume a Presidência. Às dez horas e cinqüenta e nove minutos a Senadora Rosalba Ciarlini reassume os trabalhos. Usam da palavra o Senador Gilberto Goellner, a Senadora Marisa Serrano e a Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão. A Comissão aprova o Requerimento nº 99, de 2009-CAS, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, para a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais e da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, com a presença do Ministro de Estado da Saúde, José Gomes Temporão, dentro do Ciclo de Debates sobre o Sistema Único de Saúde – SUS. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **ROSALBA CIARLINI,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAS – CAS

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE,
DEFESA DO CONSUMIDOR E
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

60ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS CONJUNTA COM A 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DE DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 14 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 60ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, aprovada conforme Requerimento nº 90, de 2009, CAS, e nº 75, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, de iniciativa da Senadora Rosalba Ciarlini, Senador Gilberto Goellner e da Senadora Marisa Serrano de iniciativa no nº 90, da CAS.

Para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2009, que *"altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1965, para regulamentar a propaganda de alimentos"*. Convido à Mesa nossos ilustres convidados para apresentar a sua... para fazer apresentação das suas observações. A Sra. Maria José Delgado Fagundes, representante do diretor-presidente da ANVISA, Sr. Dirceu Raposo de Mello; Sra. Isabella Vieira Machado Henriques, representante da presidente do

Instituto ALANA, Sra. Ana Lúcia de Matos Barreto Villela; Sr. Auli de Vitto, representante do presidente da Associação de *Marketing* Promocional – AMPRO, Sra. Elza Tsumori; Sr. Wagner Frederico, diretor-executivo representante do Sr. Klaus Pufleb, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Promocionais – APPROM. Justificou a ausência a Sra. Kenia Mara Baiocchi, coordenadora-geral do Centro de Pesquisa em Alimentação Sustentável (sic) do Departamento de Nutrição da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília, e também o Sr. Edmundo Klotz, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação – ABIA, que encaminhou material para subsidiar a Comissão.

Passamos agora a palavra aos senhores autores. Inicialmente, à Senadora Marisa, como é autora do requerimento na CAS – Comissão de Assuntos Sociais; e o Senador Gilberto Goellner, que também foi autor na Comissão de Meio Ambiente. São duas comissões que estão promovendo. E quero aqui registrar a presença do Senador Casagrande, a quem eu convido para participar da Mesa, representando a Comissão de Meio Ambiente.

O Senador Casagrande vai votar ali na Comissão de Infraestrutura, porque é assim, aqui é uma comissão, já venho da infraestrutura, onde votamos as emendas, e fiquei muito feliz porque conseguimos encaixar uma emenda de minha autoria que é para duplicação da rodovia 304, que, na realidade, não estava no relatório, mas conseguimos depois de apresentar os nossos argumentos. E, também, tivemos há poucos instantes a votação das emendas da Comissão de Assuntos Sociais. Então hoje é um dia que está havendo votação das emendas de Comissão, mas o Senador Casagrande justificou e estará voltando em breve.

Vamos passar então a palavra à Senadora Marisa Serrano, que foi autora do requerimento.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sra. Presidente, eu fico muito contente com o Senador Goellner, relator dessa proposta de minha autoria, propôs essa Audiência Pública. É importante para nós ouvi-los. Eu quero aqui primeiro ouvi-los, para depois me manifestar a respeito. A minha preocupação, e eu quero só colocar isso, qual foi a origem dessa proposta, desse projeto. Um grupo de amigas minhas, mães, preocupadas com os seus filhos, principalmente com obesidade, e preocupadas com a alimentação deles. E elas me pediram que pensassem como poder ajudá-las, que o Poder Público tinha obrigação também de ajudar a sociedade a ter uma vida mais saudável e, principalmente, que as nossas crianças pudessem tê-la. E foi esse o início de uma proposta extremamente discutida, ouvi inúmeras pessoas e fico muito feliz por ouvi-los hoje aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Concedo a palavra ao Senador Gilberto Goellner, senador de Mato Grosso, que tem tido um trabalho aqui muito dedicado, principalmente nas questões voltadas à área da agricultura, mas sem esquecer as questões sociais, que estão, muitas vezes, relacionadas à vida daqueles que estão no campo.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Muito obrigado, Senadora Rosalba. Quero parabenizar a Senadora Marisa Serrano pela iniciativa conjunta que tivemos de estarmos aqui hoje promovendo essa Audiência Pública. E o objetivo é instruir e apreciar o projeto PL 150, que altera o Decreto-Lei 986, de outubro de 69, para regulamentação da propaganda de alimentos.

Eu diria que essa elevada prevalência de obesidade e de doenças não transmissíveis, constitui hoje um dos principais problemas atuais de saúde pública de nosso país, e no mundo. Ainda que reconhecendo a multicausalidade desses problemas, a alimentação desequilibrada e pouco saudável é identificada como um dos fatores decisivos desse quadro.

Nesse contexto, eu gostaria de ter a opinião dos debatedores sobre os seguintes questionamentos: 1º Que importância pode ser atribuída à publicidade de alimentos, em especial aquela dirigida a crianças e adolescentes na formação de padrões de consumo e em consequência a sua contribuição para o crescimento da prevalência das condições de saúde em nosso meio? Que importância, então, a publicidade tem nesse contexto? Que evidências científicas servem de base para as respectivas afirmações? 3º Outra pergunta. Como vocês, debatedores, estão representando vários segmentos desse setor, avaliam as medidas restritiva de publicidade propostas pelo PLS nº 150, quanto a sua efetividade ou possibilidade da contribuírem para o enfrentamento de epidemias de obesidade e doenças não transmissíveis que vivemos? E 4º Quais as sugestões para o aprimoramento da proposição desse projeto? Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada também, Senador Gilberto. Eu gostaria aqui de antes de iniciarmos as falas dos nossos ilustres convidados, deixar, esclarecer que cada um terá dez minutos para sua exposição. Claro, que nós poderemos estender, sendo necessário, por mais cinco. Até porque, para que possamos ouvir a todos, e depois passaremos à parte de debate, com as perguntas dos Srs. Senadores e dos nossos convidados, essas pessoas que aqui vieram para participar, para assistir essa audiência.

Nós temos também aqui que registrar... Eu quero, antes, parabenizar a Senadora Marisa por essa sensibilidade, até porque eu sou pediatra e, além de ser pediatra, eu também convivo com a criança no dia a dia por ser mãe e avó, e nós assistimos o quanto uma propaganda, assim, de certa forma, claro, direcionada para que desperte na criança a vontade maior de consumir determinados tipos de alimentos, sem que se diga na mesma propaganda que aquele alimento em excesso pode levar a quadros de diabetes; que tem determinados conservantes que podem levar a uma situação de alergia; enfim umas questões que são... ninguém vê propaganda estimulando a criança a uma alimentação saudável de frutas, de verdura, *in natura*, sempre... claro, isso faz parte desse mundo selvagem de consumo, mas nós nosso podemos aceitá-lo simplesmente, simplesmente nós devemos aqui, sim, é fazer como a Senadora Marisa está fazendo, trazendo a ideia tão boa em proteção às nossas crianças e aos nossos adolescentes.

Passamos a palavra inicialmente à Sra. Maria José Delgado Fagundes, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

SRA. MARIA JOSÉ DELGADO FAGUNDES: Bom-dia a todos. Eu queria agradecer o convite de poder falar um pouco sobre o tema que a Agência também vem numa discussão desde dois mil... final de 2005, para tentar regulamentar este assunto, uma vez que... Eu vou falar um pouco dos impactos epidemiológicos e da necessidade, realmente, de tratarmos, uma vez que também a Política Pública Brasileira de Alimentação e Nutrição prevê o cuidado também com este tema.

Eu quero registrar, no início da minha fala, que a propaganda não é o único problema em relação às doenças crônicas não transmissíveis, mas ela faz parte do problema, então processamos tratar dessa parte, que é uma parte importante. Pode seguir, por favor.

O primeiro dado que eu trago aqui é um estudo extenso, entre 75 e 2008, já tem um dado novo de 2008, aonde a gente verifica uma progressão importante de obesidade em mulheres e homens. E quando a gente verifica ali, em 2003, havia uma crescente situação para as mulheres, que, depois, aparentemente fica em 2008 um dado equilibrado, mas de qualquer maneira o masculino sobe de uma maneira violenta, e a gente tem um aumento de obesidade 13%, e isto é um dado que preocupa, uma faixa etária também que preocupa. Então, esse é o primeiro dado que a gente traz na perspectiva de que esta situação de obesidade vai, por ser já uma doença, vai trazer outras que nós vamos discutir um pouco também. Pode passar, por favor.

O perfil epidemiológico, então, de doenças... O que está acontecendo nas três principais doenças crônicas não transmissíveis, objeto de programas do Ministério da Saúde também para assistência. A obesidade em 13%, hipertensão arterial em 23,1, e diabetes 52,1, com esses percentuais para homens e mulheres, que é um dado também alarmante, e é um dado também aonde todo o financiamento e o esforço do governo, do Ministério da Saúde despende uma quantidade importante dos recursos recomendados nos impostos. Pode passar, por favor.

Então, mais ou menos 69% dos gastos de atenção básica do Ministério é para aquele grupo de doenças com aqueles indicadores que a gente verificou na tela anterior. E esse dado de 69%, nós estamos falando da atenção à saúde na atenção básica, naquelas doenças de atenção básica. Nós não estamos dizendo aqui das doenças ainda que podem decorrer, que são as doenças de alta complexidade, como câncer. Então esse dado não agrega as despesas também com esta doença e outras de alta complexidade, e que em algum momento o paciente pode precisar, cirurgias cardíacas e outras nessa mesma linha. E organização mundial faz uma estimativa para 2005: "o Brasil perderá aproximadamente 60 bilhões de dólares devido ao impacto das doenças crônicas não transmissíveis na população brasileira". Pode passar, por favor.

E as doenças crônicas não transmissíveis de alimentação? Como já foi dito, é um situação e é multifatorial, entretanto, já existe uma relação entre consumo de determinados nutrientes e substâncias como fator de risco a essas doenças. Então as bebidas açucaradas estão associadas à obesidade; gorduras saturadas à diabete tipo 2; gorduras trans a doenças cardiovasculares; gordura de origem animal, câncer; açúcar livre à cárie. Já existem estudos de 2002 que aponta e faz essa associação clara. Pode passar.

A publicidade e as doenças crônicas não transmissíveis e as crianças. Lógico que criança, primeiro, gosta de publicidade, depois ela tem um limitação cognitiva aproximadamente até os oito anos de idade, aonde ela não consegue distinguir programação e intervalo comercial, intervalo publicitário. E por não conseguir fazer isto, ela tem um comportamento de que querer aquele produto que está atrelado também àquele personagem, que está no desenho ou está na programação direcionada a ela. Então, aparentemente, basicamente a comunicação e a publicidade têm uma definição clara na sua essência: criar necessidade. A publicidade existe para vender, para apresentar um produto, para informar a população de um outro produto.

E aí o que nós estamos discutindo aqui é que nós temos: primeiro, um risco importante, quando conversa-

mos aqui de um grupo de alimentos de quatro grupos de nutrientes importantes: açúcar, sal, gordura e gordura trans. E a criança é público hipervulnerável, como definido, inclusive, na Legislação Brasileira. Então, há forte evidência que a promoção dos alimentos influencia na preferência alimentar das crianças, que influencia a escolha dos seus pais. Isso, também, está definido, já é objeto de estudo, já tem desde 2007, e o consumo desses alimentos, então, pode, sim, ter sido influenciado pela publicidade, porque a essência da publicidade é essa. Se a gente faz uma conexão entre os objetivos e a doutrina de cada formação acadêmica para este caso aqui, isso é claro e é no mundo inteiro.

Por outro lado a Constituição Brasileira diz que nós temos que trabalhar com a redução do risco, protegendo aqueles mais vulneráveis e, em especial, como ponto focal o cidadão e a proteção da sua vida e da sua saúde. Não é preciso que ocorra um fato, a constituição prevê que devemos agir para prevenir. Não são ações que devem ocorrer depois de situações já instaladas, pós-fato, e esse também é outro eixo importante. Pode passar.

E a pesquisadora Renata Monteiro, nesse estudo, de 2009, ela analisou a publicidade de alimentos veiculada entre 2006 e 2007, destinada a público infantil em TV aberta e fechadas no Brasil: 77% do total das peças publicitárias de alimentos são endereçadas a público infantil. A Renata, ela é do Observatório de Políticas da UNB, e esse é um fato que, por si só, não seria nenhuma novidade, a novidade é o que vem em seguida. Por favor, pode passar.

As cinco categorias de alimentos mais anunciados. 1º os fast foods; 2º doces e sorvetes; 3º salgadinhos de pacote; 4º bolos e biscoitos doces; e 5º refrigerantes e sucos artificiais, que são os produtos que têm os nutrientes que a ANVISA, então, trabalha para a sua regulamentação. O consumo em excesso desses nutrientes realmente traz, e é um fator importante, causador de doença crônica não transmissível no país. E o que a gente nota é que são grupos importantes, são grupos de produtos lícitos, não estamos dizendo aqui que não, entretanto o consumo em excesso realmente provoca o que nós estamos discutindo. E, nesse sentido, o resultado do estudo é importante, porque ele aponta mais uma vez para aquilo que a agência então vem trabalhando desde 2005. Pode passar.

Nenhuma novidade. Que os alimentos saudáveis são pouco anunciados e, normalmente, são destinados à criança de primeira infância nesses três grupos: cereais, carnes magras, biscoitos, salgados, pães e outros.

E aí tem um outro estudo importante, que é a restrição da publicidade de alimentos direcionada à criança pode ser uma das mais custo-efetivas intervenções baseado na população disponível aos governos atualmente. O que acontece? A gente tem estudos dizendo que no caso da publicidade de alimento, desse grupo de alimento direcionado à criança, é muito mais efetivo a regulamentação ou algum tipo de restrição do que ações educativas. É lógico que as ações educativas não são afastadas do escopo desse esforço da Agência Reguladora, [soa a campainha] entretanto, é importante estar aqui registrado que a limitação de técnicas e a limitação de alguma das práticas, hoje, existente no país, ela é necessária e é importantíssima. Pode passar.

Requisitos, então, para proteção da criança. Isso aqui a nossa regulamentação tentou tratar, e a OMS também estará tratando. Então é a redução e a eliminação da exposição das estratégias de *marketing* direcionada a esse público, principalmente para esse grupo de alimentos, ricos nesses nutrientes; restrição de horários e de mídia; a eliminação das forças das estratégias de *marketing* ou a redução dessas estratégias; e a limitação de personagens, brindes, estratégias nas embalagens, veiculação de mensagens e de contraposição e etc., porque, por tudo aquilo que eu já disse, pela influência, pela vulnerabilidade do público, e pela incapacidade de entender que aquela é uma mensagem para consumir algo e que essa mensagem, hoje, não traz nenhum alerta, e não traz nenhuma informação de equilíbrio para esse público, ou mesmo para o público adulto. Por favor, pode passar.

A Organização Mundial da Saúde, então, na assembléia de maio de 2010, deve aprovar as suas recomendações. Elas foram... esse início de trabalho aconteceu em dezembro do ano passado, está em fase de validação nos continentes, e isso deve, então, ela deve estabelecer e orientar os países, que, cada um, de acordo com a sua disposição legal e com as sua políticas públicas, possa tratar de um maneira mais efetiva desse tema do *marketing*, uma vez que ele realmente expõe a população e, em especial, as crianças. Pode passar.

A resolução da ANVISA, então, a consulta pública da ANVISA, que começou final de 2005 e trabalhamos em 2006, ela ficou para a validação social entre 2006 e 2007, e este ano nós fizemos Audiência Pública, vocês podem notar, os senhores podem notar que é um processo longo, demorado, bastante amadurecido. As consolidações dessa Audiência Pública estão sendo... já terminamos...

Ontem tivemos uma reunião com os representantes da AGU, que são os procuradores da ANVISA, para que nós pudéssemos, então, discutir, do ponto de vista legal, as restrições que, porventura, ainda seja

necessária, sejam necessárias para que possamos apresentar, então, aos diretores, para aprovação final do texto, então para publicação que nesta... Publicação essa que prevê um prazo de transição de 180 para que ela entre em vigor. Pode passar.

Aqui é uma frase da OPAS que eu acho interessante também, de 2009, para que a gente possa refletir que "os atores de risco de hoje são as enfermidades de amanhã". E não precisamos mais daquelas que já temos, e já temos de uma maneira de gasto absurdo, e que precisamos de trabalharmos para reduzir esses indicadores. Pode passar.

E o próximo são as referências bibliográficas dos estudos aqui citados. O próximo, por favor.

E o contato dessa gerência, o endereço da ANVISA, telefone e estamos à disposição para as contribuições de qualquer assunto e para o debate. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Agradecemos a presença e a exposição da Sra. Maria José Delgado Fagundes, que representa aqui a ANVISA, e dizer que uma das discussões maiores desse projeto vai ser justamente a organização através de legislação específica, própria dessa Casa, que possa contemplar os estudos da ANVISA, com os estudos e as discussões aqui presentes, para que a gente possa fazer uma lei e não que seja regulamentada por decreto.

Passo a palavra à Sra. Isabella Vieira Machado Henriques para a sua exposição por dez minutos, do Instituto ALANA. Seja muito bem-vinda.

[troca de presidência]

SRA. ISABELLA VIEIRA MACHADO HENRIQUES: Em primeiro lugar eu quero agradecer a oportunidade, ressaltar que realmente essa discussão é muito importante, o assunto é muito relevante, e eu vou tentar me... até o tempo, e enfim... Pode passar.

Eu vou correr um pouquinho com a minha apresentação. Aqui tem um pouco o histórico do Instituto ALANA, uma organização sem fins lucrativos, que atua desde 1994, na Cidade de São Paulo. Pode passar, por favor.

O Projeto Criança e Consumo, que é o projeto que eu coordeno, trabalha a questão do consumismo na infância, e uma das questões que nós trabalhamos, sem duvida nenhuma, é a publicidade, porque é através da publicidade que o consumo exagerado, o consumo desenfreado, ele é incentivado, e não especificamente em relação única e exclusivamente à alimentação, mas também. Pode passar, por favor.

E aí a gente tem uma foto que diz muito a respeito do que nós vamos discutir hoje. Pode passar, por favor. E eu vou começar aqui falando um pouquinho da criança, que é a finalidade... a preservação da infância é a finalidade principal de toda essa nossa discussão, que é tão importante, que faz desse projeto de lei tão importante para o país.

Então, aqui a gente tem os estágios evolutivos da criança, e é importante ressaltar que não foi por outro motivo que o Estatuto da Criança e do Adolescente, ele classifica a criança como uma pessoa de até 12 anos de idade, porque a pessoa de até 12 anos de idade, ela é uma pessoa em desenvolvimento, ou seja, ela tem fases e estágio evolutivos diferentes, que fazem com que ela precise ter resguardados certos direitos e garantias que a Constituição Federal e o próprio Estatuto da Criança trazem já na nossa legislação. Por favor, pode passar.

E eu vou falar um pouquinho mais para frente sobre isso. Nós vivemos, sem duvida nenhuma, numa sociedade de consumo que tem a cultura de consumo como uma marca, e hoje a gente sabe que a publicidade, ela não vende só produtos e serviços, eu vou mostrar mais adiante, mas ela também vende valores, inclusive no tocante à questão da publicidade de alimentos. Então, muitas vezes, as crianças são instigadas a consumir aqueles produtos alimentícios porque elas acreditam que assim elas estarão integradas nos seus grupos. Por favor, pode passar.

E a gente tem aqui as relações afetivas que são mediadas através das relações de consumo. Então, hoje, muitas vezes, a criança deixa... se é colocado na frente da criança um fruta e um alimento processado com embalagem toda cheia de desenhos, enfim, animais e mascotes, a criança, ela tende a escolher esse alimento processado, por conta dessa característica da embalagem e do produto, que faz com que ele seja também um forma de ingresso social. Por favor, pode passar.

E quais são os fatores que mais influenciam os consumos de produtos infantis em geral? É ainda a publicidade na televisão; em segundo lugar, o personagem famoso; e em terceiro, as embalagens. Em alguns casos, a gente pode ver tudo isso em um único produto ou serviço. Pode passar, por favor.

Hoje, a criança brasileira é a criança que mais assiste televisão no mundo. Então o tempo médio diário que a criança brasileira assiste televisão é de quase cinco horas por dia. É claro que se a gente conhece crianças que assistem de uma a duas horas por dia de televisão, isso significa que tem crianças que estão assistindo de nove a dez horas. E as pesquisas indicam... já foram feitas pesquisas em regiões da periferia que mostram que as crianças mais carentes, elas assistem mais tempo até do que essa média, que é a média nacional, que ultrapassa todas as outras de todos os países no mundo. Pode passar, por favor.

E que isso significa? Significa que a criança, ela além de receber toda a informação que ela recebe nos programas, pelo entretenimento, na televisão, ela recebe também muita publicidade, e bastam apenas 30 segundos para um marca de alimentos influenciar uma criança, ou seja, basta apenas um único comercial televisivo. Pode passar, por favor.

Isso aqui é um dado de uma pesquisa feita no Reino Unido, em 2006, que tem uma legislação bastante avançada no tocante a essa questão de alimentação, eu vou falar mais para frente, que mostra a força da marca, enfim, a força da publicidade na formação de subjetividade da criança, na formação das crianças. Pode passar, por favor.

E aqui uma frase de Oliveiro Toscani, aquele publicitário famoso, que fazia aquelas campanhas da Benetton, que a gente... muita gente deve se lembrar, que diz que hoje a publicidade é mais formadora da nossa subjetividade do que o próprio ensino escolar. A maior expressão da nossa época, quantitativamente, pelos investimentos que mobiliza, e qualitativamente por seu protótipo cultural, pois o consenso da razão contemporânea parece ser feito de imagem de sonho que nos convidam. Sejam como nós, imagens publicitárias. Pode passar, por favor.

Tudo isso mostra como a publicidade é também hoje uma fonte de educação informal. E aqui a gente tem outro dado que mostra que o poder de influência que a criança tem nas compras da família que chega a 80%, ou seja, é um dado que mostra como as crianças acabam influenciando em todas as escolhas que são feitas pela família. Pode passar, por favor.

Aqui é um estudo que mostra dentro... em razão até desse poder de influência que ela tem, o que elas mais gastam o seu dinheiro quando elas têm oportunidade de ter dinheiro, enfim, mesada, e essa pesquisa foi feita... foi apresentada pelo canal de televisão que é voltada ao público infantil, *Cartoon Network*. Então a gente pode ver que os primeiros são alimentos, os que têm o maior percentual são todos alimentos: guloseimas, salgadinho, sorvetes e bebidas. Pode passar, por favor.

E aqui a pesquisa citada pela Dra. Maria José, também ressaltando aí quantos comerciais que a criança acaba assistindo aqui no Brasil. Então... E que mais de 50%, como ela mencionou, de todas as publicidades são de alimentos. E aí a gente tem no topo da lista os alimentos que são anunciados. Esses cereais, na verdade, eles são aqueles cereais açucarados. Então, isso é importante que a gente coloque, não são cereais naturais. Pode passar, por favor.

E esse é um dado do Ministério da Saúde que mostra hoje a situação no país. Então a gente já tem 30% das crianças com sobrepeso, e por volta de 15% já consideradas obesas. O Brasil é o único país no mundo que passou por uma transição nutricional, que saiu de uma nação de subnutridos para uma nação de obesos. Isso não aconteceu em nenhum outro lugar no mundo. Então a gente tinha um problema muito grave de subnutrição no país, que ele está passando, automaticamente, ele está pulando etapas e passando, automaticamente, para um problema de obesidade no país e também na idade adulta, mas começando desde a infância. Isso significa... a repercussão disso vem nos problemas decorrentes como diabetes, as doenças cardiovasculares e, até mesmo, câncer, como a Dra. Maria José colocou aqui para nós. Pode passar, por favor.

E aí a gente tem o resultado da pesquisa que foi feita pelo Governo Sueco, que mostra que somente por volta dos 8 e 10 anos de idade é que as crianças conseguem diferenciar na televisão o que é uma publicidade e o que é um conteúdo de entretenimento. Então quando elas estão ali, assistindo o programa delas, elas não conseguem sequer diferenciar que aquele programa acabou e começou intervalo comercial, e aquilo lá é uma publicidade, porque a publicidade, aliás, ela é feita para que entretenha a criança. E somente após os 12 anos é que todas as crianças conseguem entender o caráter persuasivo da publicidade e fazer uma análise crítica sobre a mensagem comercial. Obviamente que esses dados, eles são feitos através de pesquisa, e claro que nós vamos encontrar crianças que se desenvolvem mais rápido e outras que se desenvolvem mais devagar. Isso é um média, que foi feita como resultado de pesquisa, e que deve ser, sem duvida nenhuma, analisada quando se pensa em política pública. Por favor, pode passar.

E aí a gente tem a conclusão em relação a tudo que foi colocado que a publicidade que é voltada ao público menor de 12 anos, ela já é, na sua essência, abusiva, porque ela se vale justamente para o seu sucesso da ingenuidade da criança. Pode passar, por favor.

Então, além de tudo, a gente precisa lembrar o que Código de Defesa do Consumidor, ele traz ali o conceito de hipossuficiência e a criança pode ser considerada hipossuficiente presumida em todas as relações de consumo, inclusive quando ela recebe a publicidade. Pode passar, por favor. [soa a campainha]

Aqui, como eu já falei, a criança não tem condições de entender a publicidade nem de extingui-la da programação, quando ela é mais nova. Pode passar.

Aqui uma situação do professor Pedrinho Guareschi mostrando que a criança não tem o recurso ne-

cessário sequer para fazer a pergunta em relação à questão da publicidade. Pode passar, por favor.

E aqui eu vou trazer alguns exemplos, eu vou passar correndo porque eu já ultrapassei o meu limite de tempo, mas para gente ver o que tem hoje em relação à publicidade que é voltada ao público infantil. Pode passar, por favor.

Esse é um comercial atual que está passando do Mc Donald's, mas para gente ter um ideia de que como eles... Acho que travou. Bom, enfim. Acho que se você tentar voltar e tentar de novo. Só clicar aí. Acho que ele não vai passar. Enfim, é um comercial que mostra a nova promoção do MC Lanche Feliz, que vem com uma série de brinquedos colecionáveis, são aproximadamente dez brinquedos, e o comercial, ele estimula a criança que faça a coleção daqueles brinquedos. A gente sabe que essa promoção dura algumas semanas, em seguida muda a promoção, são novos brinquedos que chamam a criança a fazer a coleção, enfim, e a consumir aqueles alimentos. Aqui um exemplo do que acontece na páscoa. Pode passar, por favor.

A venda de brinquedos aliada a alimentos, isso e a coqueluche do momento, que a ideia é de se chamar a atenção da criança não pelo alimento que está sendo vendido, mas pelo brinquedo. Pode passar.

Aqui são os *sites* promocionais que existem voltados à criança. São... muitos deles são *advergames*, então são jogos e a criança brinca, e ela nem percebe que está fazendo... que está sendo bombardeada por mensagem comerciais. Pode passar, por favor.

Aqui também a promoção também como a do Mc Donald's, Burger King, que traz uma série de brindes. Pode passar, por favor.

Enfim, aqui tenho alguns comerciais, vamos passar todos eles sem... Eu acho que eles não vão... Vamos tentar? Eu acho que eles não vão... Enfim, eram alguns exemplos de comerciais. Pode passar, por favor. Mais um.

Aqui uma frase de uma publicitária também, Magmo(F) Bendorf(F) que reconhece que as crianças são as maiores vítimas da publicidade, porque elas ainda acreditam no que se fala em propaganda. Pode passar.

Eu vou aqui rapidamente, muito brevemente, falar sobre a legislação em alguns países, e acho que essa questão é muito importante ser colocada. A publicidade, ela difere das outras manifestações do pensamento como, por exemplo, a individual ou mesmo a atividade jornalística, ela é diferente, ela é ato comercial, ela não está no capítulo das garantias fundamentais da Constituição Federal, ela está lá no 170 da Ordem Econômica, então já daí essa discussão toda sobre a censura não seria cabível, mas ainda que se coloque ela dentro das garantias fundamentais, a gente ainda poderia, sem dúvida nenhuma, ter limitações, assim como a gente tem limitações a todas as outras liberdades, como, por exemplo, o jornalista não pode escrever o que ele quer, enfim, contar um história mentirosa no jornal, porque ele tem a limitação, ainda que ele seja garantido pela liberdade de expressão. Por favor, pode passar.

E aqui só para relembrar o art. 227 da Constituição que diz que é também dever da sociedade e do estado garantir, assegurar a criança, todos esses direitos dela, ou seja, a gente tem a legitimidade do Poder Público para regulamentar essa questão. Pode passar, por favor.

Aqui a gente tem as legislações em alguns países, eu vou passar também rapidamente, mas eu estou aqui à disposição dos senhores, enfim, para maiores detalhes, e tudo isso eu tenho documentado, existe no *site*. Na Suécia é proibida a publicidade na televisão voltada ao público infantil, seja ela de qualquer tipo de produto, não necessariamente de alimentos. Pode passar. A Inglaterra tem um regra muito interessante, que foi feita no ano de 2006, em dezembro de 2006, e ela proíbe a publicidade de alimentos com alto teor de gordura, sal e açúcar dentro e durante a programação de TV com apelo ao público menor de 16 anos, a qualquer hora do dia ou da noite, em qualquer canal de TV. Quer dizer, a Inglaterra que é um país liberal, que tem uma política liberal, política econômica, uma economia sólida e que tem um restrição bastante rigorosa em relação à publicidade de alimentos que é voltado ao público infantil. E aqui eles vão além, eles trazem o público menor de 16 anos e não só de 12, como é o que se pretende fazer pelo projeto de lei aqui em discussão. Pode passar, por favor.

Estados Unidos também tem algumas regras. Vamos passar rapidinho. Todos esses. Canadá também. Na província de Quebec é proibida qualquer publicidade. Na Noruega também é proibida publicidade. Irlanda tem regras. Dinamarca, Holanda, Bélgica, Áustria, Portugal, Luxemburgo. Sempre a questão da publicidade nas escolas é muito importante que se coloque.

Essa questão também é importante que seja colocada que o que se quer, o Instituto ALANA defende e apoia esse projeto de lei é, sem dúvida nenhuma, que a criança não seja destinatária da mensagem publicitária, mas não que ela deixe de existir, mas que ela seja voltada aos pais, ao público maior de 12 anos de idade. E aqui, é corroborando aquilo que foi dito pela Dra. Maria José, eu também estou com uma pesquisa super recente, de 2009, de março de 2009, publicada no de jornal saúde publica europeu, foi feita por pesquisadores da Holanda e da Austrália, e eles fazem aqui uma análise do custo, quer dizer, de quanto que a

publicidade desse tipo de alimento, se ela fosse banida da televisão, qual que seria a repercussão em termo de obesidade. É claro que é uma pesquisa que é feita com todas as dificuldades que uma análise dessa compreende, mas o resultado é que de uma entre sete crianças até um entre três crianças, essa é a diferença, deixariam de ser obesas. Então é um percentual que vária de aproximadamente de 15 a 30%. Então com todas as repercussões que isso traz em termos de gasto de saúde publica, principalmente quando a gente lembra que a obesidade infantil no Brasil está associada à população mais carente.

Eu já estou terminando a minha apresentação. Pode passar, por favor. Eu só gostaria de mostrar esse vídeo, é um vídeo que nós fazemos... nós passamos no Instituto ALANA de conscientização da sociedade, enfim da população em relação a todo esse problema. [soa a campainha] Vamos ver se ele passa. Não foi, enfim.

Ele está disponível no *site*. A última lâmina é o nosso *site*, para quem tiver interesse em conhecer mais o nosso trabalho. Enfim, eu estou aqui à disposição. Muito obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Nós que agradecemos também, nessa manhã aqui, da Sra. Isabella Vieira Machado Henriques, que falou pelo Instituto ALANA, e aí a gente pode perceber o que mundo todo está trabalhando e fazendo legislação específica para esse público infantil. Com a palavra o Sr. Auli de Vitto, para a sua exposição por dez minutos. É um prazer recebê-lo aqui.

SR. AULI DE VITTO: Muito obrigado. Agradeço a colhida da Casa para poder expor as nossas idéias, e gostaria de solicitar à presidente da Mesa, como nós e APPROM fizemos a apresentação em conjunto, se eu poderia dispor de um pouquinho mais de tempo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Tá.

SR. AULI DE VITTO: Então, o primeiro aspecto que eu gostaria de ressaltar é que nós estamos de acordo com a necessidade de se fazer alguma coisa em proteção dos interesses da criança. Todos nós somos pais e todos nós temos este tipo de responsabilidade também. A nossa questão, onde o ponto que nós achamos que a roda pega é exatamente no aspecto da forma como isso está sendo conduzido. Então vou procurar trazer rapidamente para vocês aqui o que é esse mercado de comunicação, de divulgação, e como essas interferências podem ocorrer durante o processo. Então vamos começar a apresentação.

Rapidamente há um *marketing* promocional, são todas as atividades ligadas à construção de marca, vendas, como foi dito aqui, e fidelização, afinal vivemos numa sociedade de consumo e isso faz parte no nosso dia a dia. Pode seguir.

A associação de *marketing* promocional responde, hoje, por 29 bilhões desse mercado, ela cresceu exponencialmente durante esses anos, e é membro também do Conselho Nacional de Turismo. Pode seguir. Nós temos vários Comitês de Trabalho, e temos também grupos de estudos, entre eles o Grupo de Estudos de Legislação Promocional e o Grupo de estudos para Regulamentação de Alimentação e um Grupo de Estudos Avançados, que cria uma conexão entre universidades e o ambiente profissional. Pode seguir.

Também somos uma entidade que tem uma certificação dos serviços prestados. Todas as empresas que atuam têm a oportunidade de fazer a certificação dos seus produtos, isso é feito através de uma empresa internacional chamada SGS, que atua em 142 países, e nós somos a primeira empresa no mundo a solicitar certificação, por competência, e estamos implantando isso no Brasil. Pode seguir.

Estas são as localizados onde estão os diversos departamentos, ou as regionais de nossas entidades no Brasil todo. Pode seguir. E aqui o ambiente do nosso trabalho. Como é o ambiente do nosso trabalho? Toda a nossa atividade envolve aquilo que, desde a saída do produto da indústria até chegar ao consumidor final. E muitas coisas que, talvez, alguns dos senhores desconheçam, que são os bastidores. Como é que esse produto vai ser apresentado num ponto de venda? Como é que ele pode gerar um estímulo de apresentação melhor? Como as embalagens têm que ser desenvolvida? Enfim, vários aspectos que permitem que isso seja estudado de forma a chegar ao consumidor de forma mais eficaz possível. Pode seguir.

Dentro desse aspecto, nós temos os grandes grupos que influem na realização das ações de divulgação de comunicação, como relacionamento; eventos que são realizados; ações de incentivo; *trade marketing,* que são as ações realizadas no ponto de venda, aquelas ações de degustação e outras desse tipo; também promoções; e, mais recentemente, a *web promotion*, que é um segmento que está crescendo bastante e com uma dificuldade adicional. Que esse segmento, ele é de difícil controle, porque hoje em dia o próprio usuário da Internet é gerador de informação de conteúdo, então é muito difícil de a gente conseguir controlar esse tipo de coisa. Pode seguir.

Aqui já são as ferramentas dentro daqueles campos de atividades, quais são as ferramentas que são usadas, que vai um pouquinho mais em detalhes, como brindes, como atividades de *in-store marketing*; *marketing* digital, que são atividades recentes; *design*

gráfico; *marketing* direto; *endomarketing*, atividades de estímulos aos próprios funcionários da empresa. Então é um âmbito bastante grande e bastante complexo e muito difícil de a gente poder controlar em toda a sua plenitude, porque são várias fases de exposição completamente diferentes e distintas. É muito diferente de a gente falar de canal de televisão, e quando a gente começa a ver o âmbito da atividade promocional que ela envolve, e que muita gente desconhece. Pode seguir.

Então, em função disso, nós criamos um grupo de estudos que envolve a AMPRO e a APPROM que está aqui presente, visando analisar e estudar como esses mecanismos podem ser utilizados mais eficazmente. Não se questiona aqui a importância de se fazer isso, isso que eu quero deixar claro, mas apenas a forma, e, talvez, as nossas sugestões para que a forma utilizada seja a mais eficaz. Pode seguir.

Falar rapidamente da APPROM, que está aqui na Mesa também. É uma entidade que já foi fundada em 1988, também focada muito na área de fabricação de brindes, produtos promocionais e material de ponto de venda. Pode seguir. Também ela atua nesses segmentos, que eu já falei, um pequeno setor da indústria gráfica também. Pode seguir. E aí as empresas que estão envolvidas, cem mil emprego diretos, seis bilhões de investimentos e um crescimento médio de 20% ao ano. Pode seguir.

Então, aqui eu queria fazer algumas considerações, essas considerações algumas delas estão embasadas nesta apresentação, na apresentação da Primeira Conferência Internacional de *Marketing* Infantil que eu tive a oportunidade de participar e conversar com alguns palestrantes internacionais. Então alguns dados que estão aqui presentes eu pessoalmente conversei com eles e foram apresentados durante as palestras. Então eu acho que de alguma maneira eles contribuem para isso.

Então, o primeiro aspecto é que a obesidade é decorrente de múltiplos fatores, e não pode ser atribuída a um único fator, à publicidade isoladamente, como principal responsável por essas distorções. A gente sabe que tem aspectos genéticos, que tem aspectos do metabolismo, que tem aspecto de educação nutricional e muitos outros que acabam transferindo no resultado final e acabam distorcendo para o lado da obesidade. Pode seguir.

Os produtos alimentícios são previamente aprovados por órgãos competentes antes sua distribuição no mercado, ou seja, é presumível que se um produto está no mercado, ele é lícito, ele foi avaliado pelos órgãos competentes a essa finalidade. Pode seguir. A supressão da propaganda e da publicidade não impede que os produtos continuem a ser consumidos, e também não impede que eles sejam divulgados através de mecanismos que nós não tenhamos controle, como, por exemplo, a Internet, SMS e outras atividades desse tipo. Pode seguir.

Em países onde houve a restrição da propaganda e publicidade para as crianças de até 12 anos, que foi o caso aqui citado pela colega, no Canadá, em Quebec, as avaliações posteriores feitas identificaram que não houve alteração de obesidade em Quebec com relação ao resto do Canadá. Ou seja, hoje em dia a cidade que tem o melhor equilíbrio de obesidade é Alberta. Então, essas alterações não se observaram na expectativa, embora tenha sido restringida, isso acabou não se verificando na prática. Pode seguir.

As iniciativas dos prédios internacionais que são os grupos que estão se associando já para criar um autoregulamentação, eles têm trazido resultados interessantes. Por exemplo, na União Européia a apresentação do Rocco Rinaldi demonstrou que em quatro anos, de 2005 a 2009, através desses contratos, de uma interferência maior entre a comunidade, a sociedade e os diversos *players* envolvidos nesse aspecto, houve uma redução de 93% da comunicação de produtos não nutricionais, isso na Comunidade Européia. Pode seguir.

Achamos também que a liberdade é fator primordial na formulação do senso crítico da criança. Não adianta não tolhermos a possibilidade de a criança opinar, de a criança poder se manifestar, de ela exercer as suas escolhas. É lógico que isso tem que ser acompanhado e tem que ser direcionado dentro daquilo que é importante. Vamos em frente.

Temos também uma pesquisa que foi feita pela Ana Maria Medeiros de Souza, na Faculdade de Saúde Pública da USP, mostrando o seguinte: o crescimento da renda e escolaridade permite maior acesso à alimentação, ou seja, no Norte do país, você tendo um acréscimo de renda e um maior acréscimo de escolaridade, você gera maior obesidade; no Sul do país, um acréscimo de renda e um acréscimo de escolaridade, você tem um redução da obesidade. E, segundo a pesquisadora, no Sul do país, isso acontece devido ao maior acesso à informação e alimentos selecionados. Pois é exatamente a restrição pura e simples é que nós achamos que não contribui efetivamente. Pode seguir.

Então devido à multiplicidade de ferramentas [soa a campainha] do *marketing* promocional e a crescente participação do consumidor para desenvolver conteúdos na web, SMS e outras ferramentas que nós não temos acesso direto através de regulamentação, achamos que

devemos ter realmente uma regulamentação, mas isso deve ser feito com alguns cuidados. Pode seguir.

Então nossa sugestão é que haja a implantação, nós achamos que falta um elo de ligação entre a sociedade e as empresas. Esse elo de ligação possibilitaria um *interface* maior, trazendo as expectativas da sociedade em conjunto com aquilo que as empresas pretendem no mercado. Ou seja, se nós tivemos um conselho de autoregulamentação que envolva todas essas atividades promocionais, nós poderíamos ter um grupo de pessoas destinadas a analisar, grupo de pessoas da sociedade, envolvendo psicólogos, profissionais, pesquisadores, e também destinar uma verba da comunicação dos produtos com elevado teor de sódio e gordura para a área educacional. Um dos problemas da área educacional é que... Ela não funciona porque ela não é feita concomitante à ação que está sendo implementada. Se nós pudermos fazer uma ação concomitante, ou seja, o fabricante através de sua própria... seria obrigado a reservar uma parte da verba para utilização educativa, de educação nutricional, e isso ser aplicado simultaneamente à campanha. Se está se fazendo uma campanha para demandar esse produto, e ele não é saudável, é obrigação que haja simultaneamente uma orientação no sentido de ter a informação educacional, nutritiva, paralelamente a isso. E também a aplicação de sinalização educativa em tudo aquilo que for utilizado como recursos promocionais, inclusive, os brindes. Pode seguir.

O objetivo é criar um ambiente técnico onde possibilite a sociedade se manifestar, porque nós achamos que a manifestação da sociedade é a expressão mais importante. Se nós pudermos colocar as profissionais, os diversos segmentos da sociedade em discussão desses aspectos, e aprovarmos essas campanhas, que vão sair, e buscarmos um caráter educacional complementar, eu acho que nós estaríamos contribuindo para gerar um resultado muito melhor na forma como essa comunicação é feita hoje em dia. Pode seguir.

E aí seriam segmentos que estariam envolvidos nesse conselho de autoregulamentação, abrangendo todos esses segmentos. Pode seguir. Pode seguir, por favor. E esse conselho também teria a participação, além do GERA, ONGs e entidades, todos aqueles que estivessem envolvidos com essa mesma preocupação. E as penalidades seriam aplicadas pelas entidades competentes para esse caso, dependendo do âmbito de cada uma delas.

Então aqui tem um exemplo rápido para nós entendermos um pouquinho essa complexidade. Um concurso, por exemplo, a existência de um concurso promocional estimulando a prática de esportes implementado por indústria de segmento alimentício não vinculado a de produto. Ou seja, aí a minha empresa resolve fazer uma ação na Internet sem compra de produtos, simplesmente uma ação divulgando a marca para o mercado. Isso pode ser feito muito rapidamente e tem um impacto enorme, tem uma abrangência muito grande, são milhares de pessoas que são atingidas muito rapidamente e ela utiliza, pode utilizar plataformas de comunicação que são alternativas à TV, como materiais de ponto de venda, como *blogs*, como *sites*, *hotsites*, que estão, muitas vezes, hospedados no youtube. Então são várias ações que podem ser feitas. E também brindes virtuais. Como é que você vai legislar sobre brindes virtuais? Que você recebe uma etiqueta que você faz parte de uma comunidade e essa comunidade tem um valor para quem está participando, mas é um brinde virtual, ela não existe; e produtos tecnológicos sem personalização, que também fico difícil de avaliar o que foi e o que não foi feito. Pode seguir.

Então, o resultado gera a visibilidade enorme, uma velocidade de acesso absurdo e um engajamento de comunidades que a gente não tem nem ideia de tão grandes que são. Pode seguir. Então, todos esses dados são hipotéticos, mas existem fundamentos verídicos, que a gente poderia anexar sempre que for necessário. Então você tem uma quantidade enorme de pessoas atingidas, um número de visitas, [soa a campainha] o número de páginas visitadas muito grande. Pode seguir.

E elas se tornam, então, excelentes ferramentas para uma atuação muito rápida, muito forte, mas de difícil controle. Por isso a importância, nós achamos a importância que tem que ter esse elo de ligação entre a sociedade e as empresas, para que possamos direcionar as ações dentro de um ambiente que seja saudável e respeitoso ao desenvolvimento das crianças. Pode seguir.

E é isso que tinha a apresentar e queria agradecer muito a atenção dos senhores.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada ao Dr. Auli de Vitto, parabenizo pela sua explanação. E concedo agora a palavra ao Dr. Klaus para a sua exposição. Wagner, que representa o Dr. Klaus. Queremos também aqui, com licença, comunicar que a professora Kenia Mara Baiocchi, que havia justificado a ausência, indicou nesta data a professora Renata Alves Monteiro, do Departamento de Nutrição de Universidade de Brasília para representá-la nessa audiência, a quem convido a compor a Mesa, e, na sequência, para a sua exposição por dez minutos.

Então passamos então a palavra ao Dr. Klaus... Dr. Wagner, representando o Dr. Klaus Pufleb. Nesse

Brasil é assim, os sobrenomes não é só Souza e Silva... Que é Wagner Frederico, diretor-executivo representante do Sr. Klaus Pufleb, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Promocionais – APPROM.

SR. WAGNER FREDERICO: Eu queria agradecer primeiro à Mesa e ao Senado a oportunidade de expressar, e apresentar um pouquinho o segmento de produto promocional. Nós trabalhamos muito de perto com ANVISA nos últimos, desde 1994, ainda quando não era a Vigilância Sanitária, não era Agência de Vigilância Sanitária, era só Vigilância Sanitária, nós trabalhamos muito de perto com o pessoal da ANVISA, com essa preocupação de orientar a população e de fazer a promoção, os brindes de forma ética.

O conceito avançou muito com essa era pós-moderna que nós vivemos, e a velocidade da informática depois de 1994 mudou significativamente os meios. A Legislação Brasileira também foi adequada e trouxe para gente muita legislação orientativa para não prejudicar a sociedade como um todo. Nós já temos, hoje, suficiente legislação e regulamentações, Código de Defesa do Consumidor... Eu ficaria aqui muito tempo listando toda a legislação que já existe e que, até certo ponto, ela fica obsoleta com a velocidade do mundo atual, mas essa é uma preocupação que a AMPRO e que a APPROM têm em conjunto, é a velocidade desse mundo moderno. Qualquer legislação que a gente venha a fazer, ela fica obsoleta muito rápida em função de que nós não temos controlar de onde vem a informação, de onde vem a promoção, de onde vem a propaganda, de onde vem a publicidade. Vem de países que nós nosso temos controle, vem de países que não têm legislação, vem... chega para criança, chega para o adulto, chega para o adolescente das mais diversas formas. Então nós devemos, aqui no Brasil, realmente continuar com o nosso pioneirismo. O Brasil, nesta pauta e em outras, tem sido diferenciado, tem sido um país totalmente inovador.

Eu quero lembrar um pouquinho que esse ponto, essa discussão que nós estamos aqui começa no século XIII, lá com Pestalozzi e outros pensadores, educadores, eu não sou especialista, eu sou engenheiro de formação, mas começa lá atrás, quando a sociedade se organiza e os fabricantes, os produtores têm a necessidade de garantir que os produtos que eles fabricam serão vendidos, porque senão eles terão uma situação econômica muito delicada. Então eles começam a fazer dentro do feudalismo, lá no século XIII, eles começam a fazer ações para garantir o consumo daquilo que eles estão produzindo, senão a cadeia da sociedade que está sendo montada desde o século XIII, ela padece. Essa cadeia vem sendo enaltecida aqui no Brasil, e com a Constituição de 1988 nós tivemos o privilégio de revisar a nossa legislação e deixá-la um pouco mais atual. Então nós temos defesa da economia, nós temos defesa da indústria, nós temos defesa da sociedade, da saúde e da educação, hoje na nossa constituição, e isso causa alguns conflitos, que, antigamente, alguns pontos não eram lembrados pela Constituição, e na maioria das Constituições dos países também não são lembrados.

Então, voltando lá... a nossa Constituição atual faz com que esses conflitos, que o Pestalozzi lá do século XIII já levantava, traga novos conflitos para que nós possamos administrar. O Pestalozzi dividia, o Pestalozzi, os outros educadores dividiam a educação em fase de seis anos, isso é um conceito até ultrapassado, a gente sabe disso, mas ainda é atual. Os primeiros seis anos... a exemplo da nossa Constituição, ele defendia que a educação devia ser focada na família, pelos pais, para que a cultura da criança pudesse ser formada paulatinamente, para quando ela tivesse formada totalmente como adulta, ela pudesse ter o poder de discernimento e poder decidir o que é bom ou o que é ruim para o consumo dele.

Esse fundamento da sociedade moderna foi extremamente enaltecido e chegamos onde nós estamos. A sociedade atual está dividindo a propaganda e publicidade... As faculdades estão dividindo a propaganda e publicidade em especialidades. A associação, a APPROM, em particular, ela quer lembrar que todos os nichos da propaganda na publicidade tem um único objetivo: garantir a comercialização do produto que é fabricado ou produzido industrializado. Isso faz com que cada segmento tenha uma relevância maior ou menor, mas todos são caminhos viáveis de serem seguidos, a exemplo do que o Auli mostrou, televisão, jornal, revista, web, brindes, campanhas no ponto de vendas, são todos caminhos viáveis. Um com maior relevância, outro com menor relevância, maior aplicabilidade, mas todos são caminhos relevantes, e que a legislação teima em tratar isso de forma diferenciada.

Então o fato de colocar um brinde num ponto de venda; o fato de colocar um brinde ou um presente, que nada mais é do que um brinde sem personalização, um presente; o fato de entregar uma medalha, um troféu que é um reconhecimento a alguma realização feita, não é diferente de uma propaganda na televisão, uma publicidade ou uma promoção. O que a associação APPROM, que é a fabricante de produtos promocionais pleiteia dos legisladores e dos reguladores é que o brinde seja tratado como uma das ferramentas da cadeia de *marketing,* e não como o vilão da cadeia de *marketing*. Não é o fato de dar um brindezinho de dois reais para uma pessoa que está numa gôndola

fazendo uma degustação que vai fazer com que ele se convença que aquilo é relevante para ele, e que ele deve consumir aquilo. E a Associação junto com a AMPRO tem desenvolvido campanhas regulatórias e de educação para todo mundo, para que as pessoas tenham o discernimento do que é bom e do que é ruim, e as atividades paralelas que tem que fazer além do consumo. Não adianta ele comer chocolate *light*, e depois ficar lá sentado sem fazer nenhuma atividade física. Nós temos estudos da Organização Mundial da Saúde, recentemente divulgados, enaltecidos pela mídia, de que diretamente proporcional a capacidade econômica da pessoa. Uma pessoa que tem o vício do tabagismo, por exemplo, quanto mais economicamente ela é ativa, maior o poder econômico dela, maior é o prejuízo para a saúde dela, chega a oito vezes de uma pessoa com poder aquisitivo inferior. Os estudos da Organização Mundial da Saúde trazem isso. E depois ela traz, dentro desse estudo, que foi divulgado recentemente, traz dividido por alimentos e por outros fatores de risco da saúde humana, ela também traz este paralelo, mas sempre mostra, nesse paralelo, que no mínimo a população economicamente ativa tem três vezes mais risco de sofrer influência negativa dos consumos exagerados e não orientados de uma forma educativa. Então a Associação tem relatado e tem brigado pela educação da população, de forma que ela tenha atitudes corretas, de que forma que ela tem atitude consciente.

A gente tem apoiado a AMPRO, nós temos classificado as nossas empresas também, para que elas tenham uma qualidade melhor nos produtos que são feitos, que as indicações ao público que é dirigido sejam identificadas, sejam respeitadas, e nós temos acompanhado a ANVISA e outros órgãos que têm recomendado ações para a sociedade. Então a campanha educativa é o caminho que a gente vê de melhor para a sociedade, campanha educativa no sentido de como consumir e de como se comportar socialmente. A equiparação e a criação deste conselho que eu acho que seria extremamente relevante, a exemplo do Conselho de Medicina, o Conselho de Engenharia, do Conselho de Advocacia, Contabilidade e outros tantos que nós temos, eu acho que chegou o momento do Brasil ser inovador e criar um conselho desse tipo, que oriente e que faça com que os profissionais assinem a responsabilidade pela divulgação e o impacto que vai na sociedade, mesmo porque as informações hoje em dia são mutantes. Uma coisa que até pouco tempo atrás não era maléfica à sociedade, goradura trans, de repente é. De repente, estudos novos trazem envolvimento hoje, nós estamos aqui falando de alimentos saturados, alimentos gordurosos, [soa a campainha] hoje temos a visibilidade de que é malévolo à sociedade, mas daqui a dois, três anos, quem sabe a mudança da visão cientifica indique que, apesar do lado mau, existem benefícios que são compensatórios para o ser humano. Então tudo é muito dinâmico, tanto no lado cientifico, quando no lado comunicação e no lado educacional.

Eu queria agradecer mais uma vez a oportunidade da palavra e agradecer à Mesa e devolver a palavra para a doutora. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Dr. Wagner. Eu gostaria de, mais uma vez, enaltecer o quanto é importante a contribuição que os senhores estão dando, para que nós possamos, os Srs. Senadores possam analisar o projeto, conhecendo melhor cada lado da moeda, porque nós temos que a nossa preocupação aqui maior é exatamente na proteção à saúde. E quando se trata de criança nós sabemos que é fundamental, porque aí os resultados, muitas vezes, de uma má nutrição, de questões que acontecem, às vezes, "Não, mas não está fazendo mal agora", mas vai fazer lá na frente. Com criança é sempre assim.

Mas agora nós vamos ouvir também a Dra. Renata Alves Monteiro, e depois passaremos para as considerações finais, inclusive com os questionamentos dos senadores.

SRA. RENATA ALVES MONTEIRO: Bom-dia a todos. Eu gostaria de agradecer a possibilidade de estar aqui conversando e apresentando o trabalho aos senadores e à platéia. Essa apresentação é fruto de um trabalho que vem sendo conduzido pelo Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição, na Universidade de Brasília, desde 2005, e a gente vem apresentar alguns dados das pesquisas que a gente vem desenvolvendo na área. Por favor.

A gente sabe da importância dos vários atores na socialização da criança, e dentre esses vários atores a gente tem a família, e conforme vai passando, a criança vai se desenvolvendo, a gente passa a ter outros atores, como os amigos, a própria escola, entre eles os professores, mas a gente entende o papel cada vez mais importante também da mídia nesse processo de socialização infantil. E nessa questão a gente tem que avaliar o impacto não só das informações que são colocadas na mídia, mas também no âmbito das estratégias de publicidade que acabam acontecendo em todas as estratégias de *marketing*. Levando-se em consideração que a gente tem aí uma condição limitada cognitiva da criança, onde, como a Isabella já havia apresentado anteriormente, a criança, até por volta de seis anos, isso já está comprovado pelos estudos de desenvolvimento infantil, não tem capacidade de estar

separando o que é peça publicitária, o que é propaganda, da programação. E só próximo aos 12 anos é que a gente vai ter condições, é que essa criança vai ter condições de estar avaliando mais adequadamente as estratégias de publicidade.

E avaliando que todas as estratégias que são colocadas para venda de produtos, então para o aumento de consumo desses produtos pela criança, vão estar relacionadas principalmente ao estabelecimento de afeto, e entrando no universo imaginário dessa criança, para que essa criança aumente o consumo desses produtos. E quando a gente está falando ricos em gordura, com excesso de gordura sal e açúcar, isso a gente, como foi apresentado anteriormente tanto pela Isabella como pela Dra. Maria José, a gente pode observar o impacto disso não só do excesso de peso ao longo da vida, mas já na infância.

Levando-se em consideração também que as diferentes mídias têm um papel importante na transmissão social e na socialização da criança, a gente tem que observar como que essa alimentação está sendo apresentada pela criança, os valores que estão sendo apresentados, como que esse alimento está se relacionando no cotidiano dela. Porque o que a gente vê, e foi mostrado também pela Isabella, a forma que esse alimento é apresentado hoje na publicidade faz com que vários dos valores da nossa sociedade sejam apresentados de forma bastante distorcida. Pode passar, por favor.

O primeiro estudo que a gente realizou e que já foi apresentado anteriormente, a primeira parte dele, ele foi feito em quatro canais de televisão, dois de canais abertos e dois de canal fechado, com a intenção de caracterizar o que era veiculado e que estratégias eram utilizadas para avaliação, para veicular os produtos: quando? Onde? Que peças? Como elas são veiculadas? Que horário que elas são veiculadas? Foram avaliadas 4.160 horas de televisão, e a gente teve o cuidado para não ser repetitivo com as apresentações anteriores de estar apresentando os dados específicos de estratégias publicitárias, que são apresentadas para criança. Então essa avaliação foi feita entre 2006 e 2007, a gente repete esse trabalho em 2008 num estudo multicêntrico, que foi feito com 14 países no mundo, dentre eles o Brasil, e quem conduziu foi o Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição, e a gente vê que nada desse cenário de 2006 e 2007, ele se modificou. Então, eu venho apresentar essa pesquisa, que é um pouco mais complexa do que a pesquisa realizada pelo estudo multicêntrico, para que vocês possam estar conhecendo mais profundidade os dados relacionados à publicidade infantil.

Então a gente vê que nesse contexto das 4.160 horas de televisão foram identificadas 290 peças destinadas ao público infantil. Isso é um universo de quase 70% de todas as peças publicitárias que foram veiculadas no período. Então, a gente tem aí que a grande parte das peças publicitárias de alimentos tem alguma mensagem para o público infantil. Por favor.

Dessas 290 peças, elas são veiculadas 6.183 vezes. Dessas 6.183 vezes, 96,7% delas são de alimentos não saudáveis, então com excesso de gordura, sal e açúcar. Então o que a gente está disponibilizando na propaganda de alimentos, no Brasil, são de alimentos que favorecem tanto o excesso de peso quanto o consumo de produtos que possam levar às doenças crônicas não transmissíveis. Pode passar, por favor.

A gente tem aí que a grande parte das peças publicitárias, elas estão nos canais fechados, mas a gente tem um número representativo também em canais abertos, sendo que essa... nos canais abertos... tanto em canais abertos quanto fechados, a gente tem um número muito grande de alimentos não saudáveis também. Normalmente elas estão disponíveis dentro dos dias da semana, e o principal horário de veiculação das peças publicitárias é num período em que a criança está exposta a essas peças publicitárias. Então, principalmente, no período da tarde e a gente tem aí num período próximo a hora do almoço e no período noturno. Eu não estou isso especificado por horário, mas a gente vê um pico principalmente próximo ao horário nobre de disponibilização, onde as crianças ainda estão vendo a televisão.

Então quando a gente se reporta à regulamentação que esta sendo proposta pela ANVISA, através pela consulta pública, pela Audiência Pública, a gente tem aí um suporte já num estudo nacional, então com avaliação de 4.060 horas, que ela está extremamente condizente com o número de peças publicitárias que está sendo disponíveis para criança, principalmente no horário de seis às nove. Mas a gente tem aí uma concentração muito grande próximo o horário de oito, nove horas da noite. Próximo, por favor.

A gente tem aí entre as estratégias de persuasão mais comumente veiculadas nessas 290 peças publicitárias, peças publicitárias com a intenção de informar a essa criança sobre a existência do produto, trazendo informações sobre a condição lúdica, então esse alimento associado à brincadeira, à condição de ela conseguir fazer amizades através desse produto. A questão do público, geralmente, as peças publicitárias, a gente vê aí, com informações principalmente destinadas ao público infantil. Então 85% das peças publicitárias têm a mensagem destinada exclusivamente ao público infantil, sendo que apenas 15% delas vão ter

algum tipo de mensagem para ela e para o pai ou para a família. A gente tem aí, geralmente, o contexto em que é apresentada essa peça publicitária é de o que alimento é consumido em elementos, em condições de lazer, ou relacionadas ao cotidiano infantil, então na escola, em casa, onde essa criança é estimulada a um consumo maior desses produtos, principalmente, novamente de alimentos com excesso de gordura, sal e açúcar, e também na escola. O foco, geralmente, é reforço de marca, mas a gente tem aí 35% das peças publicitárias, fazendo, tendo mensagem exclusivamente para a promoção do brinde.

Então, como a Isabella tentou apresentar através das peças publicitárias e os exemplos que ela havia trazido, infelizmente eram muito interessantes, [soa a campainha] a gente tem aí que essas peças publicitárias, que tentam veicular os brindes, não necessariamente tentam veicular o produto em si, mas, sim, a estratégica de *marketing* que ela está veiculando. Então, o brinde, você consegue o Mc Lanche Feliz, o brindezinho, o lanche passa no final, o que ele tem que conseguir, na verdade, é colecionar o brindezinho que está sendo veiculado, e é esse o problema que a gente vê. A criança não começa a consumir o produto pelo consumo do produto em si, mas, sim, pela própria estratégia de *marketing* que ela é veiculada. E como eu já havia apresentado antes, a grande quantidade de produtos que está sendo veiculada é de produtos não saudáveis. Por favor.

Então a gente fez um segundo estudo para verificar, já que... o que está sendo apresentado... A gente verificar junto às crianças se realmente tem um impacto. E a gente fez um estudo junto a escolas privadas no Distrito Federal, então de forma que essas crianças estavam tendo acesso tanto às estratégias que são passadas em canal aberto quanto fechado, acesso ao produto, então não tem dificuldade de excesso; ao consumo; as atitudes; a avaliação que a criança tem em relação aos produtos; e as estratégias que normalmente estão sendo disponibilizadas. Por favor.

E a gente verificou que o consumo de alimentos saudáveis, então frutas, verdura, arroz, feijão, a gente tem aí que, geralmente, ela está relacionada à preferência que essa criança tem por alimentos saudáveis, então a experiência que ela tem no consumo, mas a gente está vendo que ela tem... conforme ela aumenta o consumo de alimentos não saudáveis, ela também tem o maior consumo dos produtos em geral. Então a criança, o consumo excessivo de alimentos não saudáveis faz com que ela tenha um consumo, um excesso do consumo de produtos em geral. E a criança quanto mais positivamente avalia a alimentação dela, mas ela tem um consumo de alimentos saudáveis.

Ao contrário que a gente tem que quanto mais negativamente ela avalia o consumo de alimentos não... mais negativamente ela tem a avaliação que os amigos consomem alimentos saudáveis, e quanto mais frequentemente ela assiste televisão comendo, ela tem uma redução do consumo de alimentos saudáveis. Então a gente vê aí que a criança quanto mais frequentemente ela está exposta à televisão, menos ela consome alimentos não saudáveis. Por favor, o próximo.

Quando a gente fala de alimentos não saudáveis, aí a gente já tem uma relação positiva de todos esses fatores. Então, quanto mais a criança tem uma preferência por alimentos não saudáveis, melhor ela avalia os alimentos não saudáveis, maior é o consumo desses produtos. Assim como, assistir televisão comendo tem uma influência positiva ao contrário dos alimentos saudáveis, ela tem uma avaliação positiva, tem um consumo maior quando ela assiste televisão comendo, assim como pedir ao pedir o que passa na propaganda pelas estratégias de *marketing* utilizadas, ela tem um aumento do consumo. Pode passar, por favor.

A gente fez um terceiro estudo de avaliação [soa a campainha] então, de... ao passar propagandas para as crianças que utilizavam alimentos saudáveis, propagandas de alimentos não saudáveis, propagandas de alimentos saudáveis e não saudáveis e sem propaganda de alimentos – pode passar, por favor – a gente verifica que... a gente faz uma avaliação antes de mostrar essa propaganda, uma semana depois que mostra essa propaganda e avalia tanto o consumo quanto a intenção de consumo e a avaliação que essa criança tem de consumo de alimentos saudáveis e não saudáveis. Pode passar, por favor.

A gente verifica aí que, efetivamente, a gente não tem alterações no consumo de alimentos saudáveis, mas quando a gente avalia sobre o consumo de alimentos não saudáveis, as crianças, por exemplo, de escola pública, então elas têm um aumento da preferência por alimentos não saudáveis quando exposta a essas propagandas de alimentos, de alimentos não saudáveis. Assim como a avaliação do alimento não saudável, ela é reduzida, avaliação do consumo, ela é reduzida entre os meninos. Então a gente tem especificidades em relação aos grupos. Pode passar, por favor.

Então a gente vê que o consumo de alimentos saudáveis e não saudáveis, ele é diferenciado quanto a seus determinantes, e tendo uma variedade muito grande de determinantes. No entanto, a gente entende e consegue estabelecer através dos estudos que eu apresento para vocês, uma relação entre o uso de estratégias, como propagando de alimentos, assim como também o uso da televisão, como no consumo

de alimentos não saudáveis, e também uma redução no consumo de alimentos saudáveis.

A gente tem aí que a propaganda televisiva hoje de alimentos, ela favorece a escolha de alimentos não saudáveis pelo número de peças publicitárias que ela disponibiliza, pelas estratégias de *marketing* utilizadas, e pelos horários em que ela dispõe essa propaganda principalmente para o público infantil. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Dra. Renata, muito obrigada, eu gostaria agora de agradecendo a todos que aqui participaram, mais uma vez realçar a importância das informações, que ficam gravadas e encaminhadas a todos os senadores da Comissão, para que eles assistam, façam suas análise, e possam, assim, contribuir para que nós possamos ter realmente um projeto que venha na proteção maior desse grande mal, que o Brasil, infelizmente, é um país de muitas questões assim... Enquanto nós ainda estamos lutando, combatendo a desnutrição por falta de alimento, já estamos tendo esse tipo de problema, causado pelo mal consumo de alimentos, que é a obesidade na infância. E que realmente é alarmante o número hoje de crianças já com problemas de hipertensão, com problemas de colesterol, que começam a desenvolver outros tipos de doenças.

Então o Dr. Wagner para complementar, por favor.

SR. WAGNER FREDERICO: Eu queria agradecer e complementar. Eu tenho uma preocupação especial no art. 23 do projeto de lei na hora que ele fala no § 4 e no § 6 na hora que ele escreve... Então queria enaltecer os senadores na hora da apreciação da matéria... Na hora que ele escreve: "não poderão ser veiculados, em materiais educativos, propaganda, promoção ou publicidade". Então como que nós faríamos, acho que esse é o ponto da reflexão nesse parágrafo, como que nós faríamos a educação, como que nós orientarmos a população do material gorduroso, do material não saudável, se é proibido material educativo? Acho que existe uma semântica de português nesta frase que deve ser... alguma coisa deve ser revisada se for de interesse da população de um forma geral.

E acho que foi muito bem direcionada, nós apoiamos todo o projeto de lei, nós deixamos bem claro isso, nós estamos aqui para educar a população e para fazer o melhor pelo Brasil, mas acho que fica exacerbado em alguns momentos a relevância da criança, que é um fator de preocupação para todos, que ela não tem discernimento. Mas o projeto de lei visa a saúde da população e não em particular a criança, que é onde começa tudo, mas visa todos, o adulto com 80 anos com 150 quilos. Isso é uma preocupação geral, e entendo a preocupação com a criança, e entendo o lado emocional ao falar no centro sobre a criança, mas o projeto de lei visa uma coisa muito maior que o projeto da criança.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Dr. Wagner, eu aqui vou discordar plenamente do senhor. Me desculpe porque eu acho que nós estamos preocupados com a saúde da população, só que a criança, principalmente a criança menor, ela não tem o discernimento de fazer essa observação se é propaganda, se não é; se aquilo é bom, se não é. Ela realmente, isso aí não é só porque eu convivo muito com a criança, mas eu tenho experiência dentre de casa. O meu neto fica louco quando tem alguma coisa que tem um brinde promocional, ele quer porque quer consumir só para ter o brinde, o carrinho...

SR. WAGNER FREDERICO: Excelência, a frase é no sentido do seguinte...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O projeto será para proteção, de uma maneira geral. Então nós estamos tratando da criança porque foi o ponto que realmente nós já estamos comprovando o resultado...

SR. WAGNER FREDERICO: Sim, mas a preocupação é que a frase pode levar ao tratarmos aqui exclusivamente da criança, e a preocupação é a saúde em geral. A criança é um fator preponderante, claro, estamos todos preocupados, mas o projeto de lei visa a saúde de todos, inclusive da criança, principalmente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada. Eu gostaria de agradecer mais uma vez e finalizar essa audiência, e colocando também aqui para apreciação o aditamento ao Requerimento nº 19, de 2009, da CAS nos termos do disposto do art. 58 § 2º da Constituição Federal combinado com o art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais e da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, com a presença do Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, dentro do ciclo de debate sobre o Sistema Único de Saúde.

Os Sras. e Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. E, na realidade, esse requerimento já tinha sido encaminhado o convite ao Ministro, e ele confirmou a sua presença aqui já na próxima semana, na quarta-feira... Na quinta-feira da próxima semana. Teremos aqui a presença do Ministro da Saúde.

Senador Gilberto, já estamos finalizando. E mais uma vez eu quero dizer que a contribuição que os senhores dão é inestimável para que nós possamos realmente... Que essa Comissão trata de saúde, tra-

balho, previdência e assistência social. Então é muito ampla, tem projetos aqui de toda natureza, e, muitas vezes, a Comissão são... Claro, cada tem a sua especialidade e as audiências faz com que a gente possa tratar, ter conhecimento de todos essas áreas. E essa questão que hoje nós vivenciamos, que faz parte da modernidade, é como um dos palestrantes aqui colocou, antes nós não tínhamos algumas preocupações, hoje a preocupação é mais crescente, o mundo mudou e nós precisamos proteger o cidadão, porque se ele não se alimentar bem, com alimentos saudáveis, as questões de saúde serão cada vez maiores, mais graves, prejudicando, assim, a nação em todos os seus aspectos. Muito obrigada, e até a próxima reunião, se Deus quiser.

Sessão encerrada às 11h44.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 61ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS EM CONJUNTO COM A 55ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E 52ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 12 HORAS.

Às doze horas e cinquenta e dois minutos do dia vinte e quatro de novembro do ano de dois mil e nove, na Sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúnem-se a Comissão de Assuntos Sociais, a Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Tião Viana, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Antônio Carlos Valadares, Renato Casagrande, João Pedro, Francisco Dornelles, Gerson Camata, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Romero Jucá, Gilvam Borges, Eliseu Resende, Antonio Carlos Júnior, Raimundo Colombo, Cícero Lucena, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Gilberto Goellner, Demóstenes Torres, Heráclito Fortes, José Agripino, Álvaro Dias, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Gim Argello, Sérgio Zambiasi, Osmar Dias, João Durval, Augusto Botelho e das Senadoras Ideli Salvatti, Rosalba Ciarlini. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, Pedro Simon, Renan Calheiros, Efraim Morais, Adelmir Santana, Osvaldo Sobrinho. Justificam ausência, em virtude de estarem participando de missão política na Antártida, os Senadores João Tenório e João Vicente Claudino. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da 54ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 221 de 2009, que "institui o Programa de Cultura do Trabalhador; cria o vale-cultura; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências", com a presença do Excelentíssimo Senhor **João Luiz Silva Ferreira, Ministro de Estado da Cultura,** em atendimento aos Requerimentos nºs 64/09-CAE e 124/09-CCJ, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, 65/09, do Senador Flexa Ribeiro, e 98/09-CAS, das Senadoras Ideli Salvatti e Rosalba Ciarlini. Após a exposição do Exmo. Sr. João Luiz Silva Ferreira, usam da palavra os Senadores Arthur Virgílio, Rosalba Ciarlini, Demóstenes Torres, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Aloizio Mercadante, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande e o Senador Augusto Botelho. É aprovado, perante a Comissão de Assuntos Sociais, Requerimento de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, e, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Requerimento de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Rosalba Ciarlini, solicitando a realização de audiência pública conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, para debater e instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 221/2009, com a presença das seguintes autoridades: Exmo. Sr. João Luiz Silva Ferreira, Ministro de Estado da Cultura; Sr. Manoel Rangel Neto, Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema – Ancine; Sra. Judith Brito, Diretora-Presidente da Associação Nacional dos Jornais – ANJ; Sr. Roberto Muylaert, Presidente do Conselho Diretor da Associação Nacional dos Editores – Aner; Sr. Odilon Wagner, Presidente da Associação dos Produtores Teatrais Independentes – APTI; e Sr. João Batista Inocentini, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e dezessete minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senadora **ROSALBA CIARLINI,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

61ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, 54ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, CONJUNTA COM A 52ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA E DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 12 HORAS E 52 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. 52ª. A reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e a Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, a realizar-se em conjunto. Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 221, que institui o Programa de Cultura do Trabalhador, cria o Vale-Cultura e altera uma série de leis pertinentes. Com a presença do Exmo. Sr. João Luiz Silva Ferreira, Ministro do Estado da Cultura, em atendimento ao requerimento de autoria da Senadora Ideli Salvatti e da Senadora Rosalba Ciarlini. Com a palavra o Ministro João Luiz Silva Ferreira, o Ministro Juca Ferreira, Ministro da Cultura.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Bom-dia a todos os senadores e senadora. Eu queria agradecer o convite para que eu participasse dessa Audiência Pública e saudar o nosso Presidente Garibaldi Alves Filho, senador que eu tive a oportunidade de trabalhar quando era Presidente dessa Casa; o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Demóstenes Torres, e a Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Rosalba Ciarlini.

Eu vou ser bastante breve, inclusive, para facilitar que os senadores possam trabalhar o próximo assunto que tem uma importância relevante para o Brasil e para a humanidade. A contribuição que o Brasil pode dar ao controle de emissão de gases é enorme, e acho que Senado tem um papel. O Vale-Cultura talvez seja o instrumento mais criativo e mais importante trabalhado durante a nossa gestão. A ideia não é nossa, já existe há mais de 20 anos. Há 18 anos atrás, quando o então Ministro da Cultura Sérgio Rouanet, lançou a Lei Rouanet, ele se comprometeu a trabalhar a ideia de um instrumento semelhante. Alguns empresários já trabalham a ideia de algo que ajude a fazer crescer o consumo cultural no Brasil, também tem referências de em torno de 20 anos. São muitos os que advogam a paternidade. Eu queria dizer que o Ministério da Cultura não é o pai da ideia. A primeira vez que eu tive contato foi quando eu li os discursos do Ministro Sérgio Rouanet, por ocasião, há 18 anos atrás, por ocasião da criação da lei. O instrumento é muito inteligente, é muito eficiente e é isso que eu vou tentar demonstrar rapidamente aqui.

Toda tradição de política cultural no mundo, os franceses, que são os pioneiros de formularem a necessidade de que o Estado tenha políticas públicas para cultura, mas os americanos, todos, os italianos, os espanhóis, todos os países que têm política cultural, todos eles trabalham como, quase que como o único aspecto o financiamento e o estímulo, e o apoio à produção cultural. Nos países onde o consumo cultural é resolvido, ou seja, a sociedade garante espontaneamente o acesso a esses bens e serviços, a política de financiamento e apoio à produção cultural já é suficiente como contribuição do Estado. Mas, infelizmente, no Brasil, se nós apenas financiarmos, estimularmos e apoiarmos a produção cultural, a gente cria uma situação que não resolve completamente os gargalos e a dificuldade para o desenvolvimento cultural brasileiro. Eu peço para que avance para aquele quadro da cultura, dos números.

Nós pedíamos ao IBGE e ao IPEA que fizesse pesquisas sistemáticas sobre a cultura no Brasil. Nada disso nos surpreendeu, mas a gravidade dos números, esse, sim, eu confesso que fiquei impactado. A sociedade brasileira não consegue disponibilizar bens e serviços culturais para toda a população; e eu digo mais, nunca chega a 20% da população o acesso aos bens e serviços. O único bem cultural, o único serviço cultural que é universalizado no Brasil é a TV aberta. É o único que a gente pode dizer que está universalizada. Todos os outros bens culturais são de repercussão muito pequena.

Então, vamos ver aí. Só 14% – na verdade, não é nem 14, é 13 vírgula alguma coisa – dos brasileiros vão ao cinema em torno de uma vez por mês; 92% dos brasileiros nunca frequentaram museus; 93% nunca foram à exposição de arte; 78% dos brasileiros nunca assistiram a um espetáculo de dança; 92% dos municípios brasileiros não tem um cinema sequer, um teatro sequer. Então, eu não vou ler os outros, nem disponibilizar os outros, só um, que me é caro também, e acho que é importante que os senadores tenham contato com isso. Só 17% dos brasileiros compram livros. Ou seja, a gente percebe que a gente nunca consegue disponibilizar nem a 20% dos brasileiros os bens e serviços culturais. Nós, hoje, estamos conseguindo disponibilizar mais dinheiro do que na época da Embrafilme para produção cinematográfica e audiovisual

brasileira, mas mais de 90% dos municípios brasileiros não tem um cinema sequer, o que faz com que apenas 13% dos brasileiros frequentem cinema. E os cinemas brasileiros estão dentro de *shopping center*, a bilheteria é cara, a pipoca é a mais cara do mundo, o que torna praticamente inviável para a grande maioria da população, não só para classe C, D, E, mas, também, para boa parte da classe média alta brasileira, a inviabilidade de ir ao cinema é enorme. Então, a gente precisa criar mecanismos... Nós estamos tentando criar vários, nós estamos financiando, agora, através do BNDES, a ampliação das salas de cinema no Brasil, nós estamos estimulando que essa Casa e a Câmara, através de emendas, possibilite a reabertura de cinemas municipais para ampliar redes de exibição. Nós estamos criando alguns mecanismos, junto com pontos de cultura, para possibilitar pontos de exibição de filmes dentro das comunidades. Então, o Vale-Cultura não é um esforço isolado; faz parte de uma política que nós estamos desenvolvendo no Governo Lula, que tem três referenciais principais. Estímulo e apoio à cultura como fato simbólico, desenvolvimento das linguagens, apoio aos produtores culturais, ampliação do acesso à cultura, tratar a cultura como um direito de todos os brasileiros, e fortalecer uma economia forte. Então, é nesse contexto de um conjunto de ações, ou um conjunto de políticas que entra o Vale-Cultura. O Vale-Cultura é muito parecido com o Vale Refeição; é um mecanismo de financiar o consumo cultural. Em vez de alimentar o estômago, o Vale-Cultura procura alimentar o espírito. Vai ser um cartão magnético, para facilitar o controle, e evitar que seja utilizado de maneira indevida. Esse cartão magnético, no valor nominal mensal de 50 reais, o trabalhador paga 5 reais, ou seja, 10% do valor nominal; até 1% do imposto devido, é descontado integralmente nesse imposto de renda devido na empresa, e, a partir daí, é um mecanismo de entrar no financiamento a partir da despesa operacional, que é um mecanismo que os senadores conhecem, que o empresário paga um percentual e o governo paga outro percentual. Através da viabilização desse mecanismo, nós vamos ter a incorporação entre 12 e 14 milhões de pessoas diretamente, porque o trabalhador pode disponibilizar para os filhos, total ou parcialmente, ou para a esposa, no caso da esposa, financiar e disponibilizar para o marido. Então, diretamente, nós vamos ter a incorporação de 12 milhões de pessoas no consumo cultural.

Segunda coisa: nós vamos ter a possibilidade do desenvolvimento da economia da cultura, porque, hoje, através... Quando esse mecanismo estiver funcionando, vão ser injetados cerca de 7 bilhões de reais na economia da cultura. Então, isso vai ser disponibilizado para consumo de livros, para se assistir filmes, espetáculos de teatro, de dança, compras de CD, outros efeitos colaterais positivos. Por exemplo, o CD legal vai ter proeminência sobre o CD ilegal porque, pelo fato de ser um cartão magnético, um controle por parte das empresas operadoras do mecanismo, e por parte das empresas beneficiadas, como local de exercício da escolha do trabalhador na hora de participar desse benefício, isso permite que a gente reduza a uma insignificância a possibilidade de uso como moeda ou coisas desse tipo por parte desse mecanismo. Então, um mecanismo que já vem usando uma tecnologia moderna, para permitir que o uso seja prioritariamente, fundamentalmente no objetivo principal. Nós procuramos abarcar o conjunto principal da cultura brasileira, procuramos que o governo se responsabiliza com a parte importante, mas o próprio trabalhador é responsável por 10% dos recursos, e o empresário que quer ver qualificado o seu ambiente de trabalho também tem uma responsabilidade na participação do mecanismo. É um mecanismo consensual, praticamente não tem divergência na sociedade, as centrais sindicais apoiam, as principais federações da indústria apoiam também, os trabalhadores da área cultural, os artistas... Nós acreditamos que esse mecanismo poderá ser pensado como uma ação conjunta de toda sociedade brasileira, da base do governo, da oposição, para que a gente possa, de fato, ter um incremento na atividade cultural no Brasil sem significado.

Eu deixei por último, mas, hoje, quando o governo estimula, através de leis de incentivo, a produção cultural, gerou um subproduto negativo. É que a área cultural passou a depender pouco da bilheteria. A bilheteria, hoje, não tem significado econômico para a atividade cultural. Então, o principal é aprovar o projeto na Lei Rouanet, na lei do audiovisual, e, através disso, gerou um certo estranhamento entre o artista e o público. Por exemplo, na área de teatro, a estatística confirma que houve uma redução das temporadas para que possibilite a aprovação de outros projetos na Lei Rouanet, e, com isso, a gente reduz a importância do diálogo entre o artista e o seu público. Então, esse mecanismo vem resgatar isso. Esse mecanismo vai ter vários efeitos colaterais saudáveis na economia da cultura, sem falar que vai gerar emprego, a abertura de novos negócios culturais, livrarias, cinemas, próximos onde moram essas pessoas, esses trabalhadores. Por exemplo, já tem uma rede de supermercado que já vai inaugurar o primeiro cinema em áreas periféricas das grandes cidades brasileiras, exatamente para atrair esse público consumidor antes mesmo do mecanismo ter sido aprovado. Então, nós podemos ter nesse mecanismo, talvez, nasceu como um mecanismo com-

plementar, mas talvez seja um grande incremento. A economia da cultura no Brasil, com todos esses efeitos colaterais, do acesso dos trabalhadores e boa parte da população brasileira aos benefícios da cultura e todo incremento e o incentivo à atividade cultural.

Então, nesse sentido é que eu proponho que os senadores pensem nisso como um mecanismo que pode ser tratado de forma consensual nessa Casa, e minha expectativa que o Senado, até o Natal, permita que os trabalhadores tenham acesso a esse benefício de forma ampla. Como um presente de Natal. Muito obrigado. Eu procurei sintetizar, não usei o Power-Point, a não ser nisso aí, para que a gente possa, de fato, ganhar tempo e ter a possibilidade de trabalhar de maneira positiva.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, pelas prerrogativas, porque nós temos que obedecer a seguinte ordem de prerrogativa. A Senadora Ideli foi quem subscreveu primeiro pedido de Audiência Pública.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Uma breve comunicação, Sr. Presidente. Como tenho um compromisso no Itamaraty, com o Presidente da República Tcheca, vou pedir licença. Quero agradecer as explicações do Ministro Juca Ferreira, cumprimentá-lo e dizer que eu estou de acordo que se inicie essa experiência importante com o Vale-Cultura.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço, Senador Eduardo Suplicy, e concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti. Em seguida--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente, Sr. Presidente, Senhor, Sr. Presidente, pela ordem, com a anuência da Senadora Ideli. Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu peço uma explicação ao ministro de algo que me parece, no mínimo, inadequado, embora eu diga a V. Exa. que eu tenho do ministro a maior impressão pessoal e profissional; ele sabe disso. Há um diálogo muito fluido, muito fácil entre o gabinete dele e meu. Eu estou aqui, com o maior respeito, ouvindo o ministro – peço a vocês que me inscreva, após a senadora, e, no momento exato, fazer a minha consideração sobre o que eu ouvi –, mas eu estranho, tem aqui uma coisa estranha, tem aqui um *folder* muito bem feito, dizendo assim: "Voto é cultura". Até aí, tudo bem, voto a favor da cultura, dá para passar. Mas diz: "Apoie o parlamentar do seu estado que vota pela cultura". Tem uma lista de parlamentares de tudo quanto é partido, mas aí com a chancela do Ministério da Cultura, da Câmara dos Deputados, do Fórum Nacional de Cultura e do Ministério da Cultura. Ou seja, eu não vejo que seja... Eu quero chamar a atenção de uma maneira muito construtiva. Eu não acho que seja adequado nós ficarmos discutindo "vota ou não vota", porque, digamos que alguém encontre razões fortes para não ser favor de uma matéria dessa ou até de todas, exercitando um direito legítimo de pensar, de raciocinar e de decidir. Essa pessoa não seria credenciada ao voto da nação, haveria esse maniqueísmo, ou seja, ou se segue o que está ali, ou não se merece o voto do eleitor brasileiro? Eu tenho a impressão que isso aqui não é uma matéria que não é um dinheiro público bem gasto. Caberia até uma ação popular para se devolver aos cofres públicos esse dinheiro, porque envolve uma matéria eleitoral, e não é partidária, tanto que tem deputados de todos os partidos aqui, mas quem não assinou aqui é maldito? Quem não assinou aqui não merece respeito? Seria a mesma coisa no Senado, o Senado também estaria... O Senado estaria [ininteligível], Senador Dornelles, a... Nós temos que votar essas matérias, que eu julgo muitas delas relevantes, quero discuti-las em profundidade, por isso, a presença, até aqui, estamos adiando uma reunião de bancada para ouvir o ministro. Eu queria aqui lavrar o meu protesto, e pedir ao ministro que opine, porque não me parece adequado se misturar eleição com *folder* de dinheiro público...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Ministro Juca Ferreira.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Senador, primeiro, eu gostaria de confirmar aqui, nós temos um diálogo construtivo e importante. Eu acompanho o trabalho do Senado, e, sempre que posso, procuro dar um *feedback* esclarecendo, e frequentemente ligo para facilitar a compreensão. Queria dizer, inclusive, que o primeiro senador que me propôs essa audiência pública foi o Senador Arthur Virgílio, numa dessas conversas que tivemos, e, na verdade, a intenção foi boa desse... Não passou por mim como ministro. Isso, na verdade, é fruto de uma pressão da área cultural, no sentido de que o conjunto das medidas que estão sendo propostas sejam aprovadas e tratadas com seriedade. Me parece que houve uma preocupação de não ser partidário, mas acho que ultrapassa o limite do... O ministério não poderia ter assinado esse... O que a instituição dos artistas e tal assina é correto, mas acho que o ministério não deveria ter assinado. Houve um excesso de solidariedade do Ministério com a área

cultural. É a Frente Parlamentar da cultura que propôs, quer dizer, é uma estrutura mista de senadores e... Só deputados? Mas à frente, é mista, é isso?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas só estão deputados. Eu faço parte da Frente da Cultura e não está o meu nome aqui.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Então, na verdade, o Ministério não deveria ter assinado, porque eu procuro resguardar o Ministério para garantir a liberdade plena dos parlamentares de optarem, sem serem molestados com o seu voto.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sabe, ministro, se me permite, cria um clima de maniqueísmo que é impróprio para discutir cultura. Ao contrário, essa história de queimar livros, Fahrenheit 451, não é?

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Eu concordo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu considero que deveria se pedir providência para recolher esses *folders*, não é a coisa melhor, ninguém vai devotar ou deixar de votar nessas matérias em função disso.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Inclusive, é ato de improbidade, não é, ministro? Isso aqui é ato de improbidade.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Me parece que sim.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Gastar dinheiro público para fazer propaganda de determinados parlamentares é ato de improbidade, estoura nas costas de V. Exa.. Aliás, eu vou lhe dizer, com todas as letras, que vou remeter ao Ministério Público para pedir uma investigação. Ou V. Exa. fazia com todos, ou não fazia com ninguém. Como selecionou, fez propaganda...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Senador Demóstenes, me permite, não devia fazer com nenhum.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, eu vou apresentar.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Na minha opinião, não devia fazer com nenhum.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Nenhum, porque o maniqueísmo não cai bem com a democracia nem com a cultura, e, por outro lado, a propaganda com dinheiro público não deve ser feita, senão nós faríamos a nossa separata, dizendo: "Vote em mim, que eu sou o melhor homem do mundo", com o dinheiro do Senado, eu não faço isso, e sei que isso é um crime.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Isso, na verdade, deveria ter sido assinado só pela Frente Parlamentar de Apoio à Cultura, porque é uma iniciativa deles.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Mas ela não poderia recomendar voto nela própria com o dinheiro que não é dela, é dinheiro do povo, se os artistas tais, tais, tais fizessem... Quem bancou a impressão desse *folder*?

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Eu não sei, eu posso lhe informar depois.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Você poderia informar à Comissão?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Está aqui, olha, V. Exa. pode verificar aqui, Ministério da Cultura, Brasil, Governo Federal...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E a Câmara dos Deputados também não poderia ter assinado.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente, então, eu vou representar.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): De qualquer forma, tem que ser identificado e verificado o que aconteceu.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): A área da cultura é suprapartidária, não há aqui nenhum parlamentar que se posicione contra a cultura, contra a educação. São áreas que estão acima de qualquer perlenga partidária. Então, eu acho que foi um equívoco do ministério, e também da Câmara, como lembra o Senador Mercadante, de terem subscrito esse Folder, porque, se isso foi pago com recursos públicos, é como diz o Senador Demóstenes, há uma incorreção na utilização desses recursos.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Olha, isso aqui foi uma proposta da Frente Parlamentar--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Da Frente Parlamentar da Câmara dos Deputados, porque os senadores não participaram, e, evidentemente, se tivéssemos sido consultados, eu sou da Frente, eu sou da--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agora, a proposta foi da frente, e de quem foi o ônus? De quem foi o ônus?

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Eu preciso ver, eu não tenho condições de informar.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas essa proposta deveria ter sido analisada juridicamente, estava correta, até porque, ministro, eu sinto muito, acho que todos nós aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu gostaria só de fazer uma observação, porque isso aqui, inclusive, senador, foi lançado lá, na Câmara dos Deputados, e eu participei, porque o Paulo me avisou que ia ter, o Paulo disse: "Olha, vai ter isso lá". Foi lançado dentro da Câmara, eu acho que isso pode ter sido [ininteligível] pela própria Câmara dos Deputados isso aqui. A gente tem que dar o logotipo também. Tem que verificar isso aí, mas foi lá, dentro da Câmara, que foi o lançamento desse... E só com todos os deputados.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB–CE): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Tarso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB–CE): Presidente, com todo respeito pelo ministro, com o qual também tive um diálogo muito respeitoso, isso aqui precisa, Sr. Presidente, eu acho, precisa ser verificado quem bancou isso aqui. Essa é a questão fundamental, que nós não podemos ir para uma votação como essa diante de uma circunstância, além de ilegal, moralmente, absolutamente dentro do espírito de um parlamento democrata, e dentro de um espírito de um país que preza a cultura, portanto, há divergência de opiniões, nós não podemos ir para essa discussão, sem que isso seja esclarecido. Eu acho que essa... Me desculpe, ministro, mas eu acho que esse... Diante disso aqui, essa reunião, hoje, foi pelo chão. Eu mesmo pedi ao ministro que viesse aqui, porque algumas coisas eu não tinha entendido, mas esse tipo de pressão ilegal é absolutamente inaceitável, antiparlamentar, antidemocrático, ilegal, inclusive, e nem vem ao encontro do espírito daquele país que pertence a uma cultura multifacetada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao ministro.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: O senhor tem toda a razão, mas eu estou olhando aqui o nome dos parlamentares que estão aqui, são de todos os partidos. É um erro, mas, pelo menos, o erro do partidarismo não foi cometido. Eu estou vendo aqui Rodrigo Maia, estou vendo Rebecca Garcia...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Olha, tem que ser... Como é propaganda por antecipação de campanha, tem que ser todos multados, V. Exa. e os demais responsáveis, processados por improbidade, e todos esses aqui, inclusive, os do meu partido, multados, porque fizeram propaganda eleitoral com dinheiro público. Isso não pode acontecer, isso é um desrespeito, isso é ultraje.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu concordo com a... A manifestação foi feita, eu acho que é uma publicidade indevida, totalmente descabida, o ministro já reconheceu que é descabida, e eu proporia só que a gente pudesse aproveitar a oportunidade, do adiantado da hora, e retomar a agenda do Vale-Cultura. Acho que o registro está feito, as iniciativas serão tomadas, e o Ministério Público tomará as providências que forem procedentes. E eu sugeriria que nós retomássemos a ordem de arguição, porque eu gostaria de colocar as minhas questões sobre a questão da Vale-Cultura e [ininteligível]

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, apenas que siga a ordem de inscrição, que eu estou bem quietinha aqui, guardando.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Há uma preliminar aqui que foi colocada pelo Senador Tasso, no sentido de suspender essa reunião. Eu perguntaria aos senadores, com todo respeito ao ministro, se essa premissa, levantada pelo Senador Tasso, deve ser levada em consideração ou não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Presidente, para discutir, Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, Presidente, eu pedi por primeiro, Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, esta... Pode me ser garantida a palavra, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pode. Com a palavra, Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Esta Audiência Pública foi solicitada em quatro comissões, que é onde está tramitando o projeto que cria o Programa Cultura do Trabalhador. Esse é um projeto que está, inclusive, em regime de urgência constitucional. Portanto, eu não sei qual o dia, mas ele, a partir de um determinado momento, ele vai trancar a pauta.

Portanto, nós fizemos o ministro esperar quase duas horas, porque invertemos a pauta, colocamos a sabatina do Banco Central antes da Audiência Pública. Agora, eu considero que é absolutamente indesejável, inconveniente, e eu diria até, assim, sem lógica, nós não apreciarmos o debate, os esclarecimentos, que, aliás, o ministro já apresentou. Estaríamos, agora, no momento de fazer os questionamentos sobre a questão do projeto, que está em regime de urgência, que terá que ser votado por essas comissões, senão, irá direto para o plenário. Por isso, Sr. Presidente, eu acho que as questões foram levantadas, não há da parte do ministro nenhuma obstrução no sentido de verificar se houve ou não houve dinheiro público envolvido na publicação. Agora, não fazermos a Audiência Pública, quando ela já está, inclusive, em andamento... Ela já está em andamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não é não fazer, seria suspender.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Tendo em vista a urgência constitucional, nós vamos continuar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir.

[falas sobrepostas]

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E aí eu gostaria que fosse garantida a minha palavra, porque, como autora, eu sou a primeira a fazer as questões.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu peço tranquilidade, porque, senão, quem vai suspender sou eu, por falta de disciplina.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu gosto do Presidente porque ele é determinado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Por falta de disciplina.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Questão de ordem, Presidente, questão de ordem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Aliás, sobre o clima, nós vamos deliberar depois.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Questão de ordem. É questão de ordem mesmo, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem. Questão de ordem. V. Exa. não tem o...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, eu fiz... Eu apresentei requerimento, a Senadora Rosalba também, essa audiência, Ministro Juca Ferreira, era para ser uma audiência com a presença de V. Exa., com a presença de outros convidados, para que nós pudéssemos realmente ter o contraditório aqui, para que os senadores que vão votar pudessem ter a explicação de V. Exa., da ANJ, da ANER, dos produtores culturais... Quer dizer, seria uma audiência bastante ampla, com o diretor presidente da [ininteligível], o diretor presidente da ANJ, o diretor da Associação Nacional de Editores de Revista, o presidente da Associação dos Produtores de Teatros, o presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados.

Lamentavelmente... Senador Garibaldi, V. Exa., ontem, conversava comigo, até meia-noite, sobre os requerimentos. Ministro Juca, lamentavelmente, não foi possível nós aprovarmos esse requerimento, esses requerimentos na semana passada. Porque foi aprovado da Senadora Ideli, convidando só V. Exa., e foram apresentado outros requerimentos, por mim, pela Senadora Rosalba, para que se incluísse esses outros convidados. Eu tentei, durante a quarta e a quinta-feira, conversar com o Senador Garibaldi, no sentido de que nós fizéssemos a aprovação antes de iniciar a audiência, de tal forma que os convidados pudessem participar. Lamentavelmente, não foi possível. Então, nós podemos até dar continuidade à audiência com V. Exa., mas nós vamos fazer uma segunda. Então, eu acredito, por economia processual, Senador Garibaldi Alves, que nós possamos marcar uma conjunta, que aí vai atender a todos os segmentos interessados na cultura.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (0:30:56): Pela ordem, Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quero antecipar... Ministro quero antecipar porque existe muito boato da base do governo, com relação à minha posição. Eu já disse que eu sou oposição ao governo, não ao Brasil, eu sou favor do Vale-Cultura, acho que é uma proposta importante. Agora, ela precisa ter correções. Esse regime de urgência que foi encaminhando é que não dá para entender que existem projetos outros que tramitam da mesma importância que esse... Por exemplo, tem um projeto do Senador César Borges que permite que o plano de saúde para as empregadas domésticas possam ser descontado do imposto de renda, como se fosse um beneficiário do...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então esse projeto está embasado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Faço um apelo para que V. Exa. conclua.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu já concluo. Então, a minha proposta é que aprovemos inicialmente os requerimentos que estão sobre a Mesa, convidando os outros, e aí V. Exa. tomará a decisão. Acho que devemos fazer o mais cedo possível uma audiência conjunta com todos os convidados. Agora, peço que, antes de se iniciar a audiência com o Ministro Juca Ferreira, se faça como deveria ter sido feito, a aprovação dos requerimentos que estão sobre a Mesa com os outros convidados.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço aos senadores a tolerância, compreensão. O ministro quer prestar um esclarecimento que me parece importante. Em seguida, nós vamos prosseguir com a reunião normalmente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, me permita, até porque eu tenho uma decisão tomada aqui. É bem rápido, ministro. Primeiro, última coisa que eu queria era ver o ministro exposto a esse constrangimento, mas o fato é que sequer existe essa urgência toda, porque há um requerimento na Mesa, pedindo apensamento dessa matéria a um projeto já pré-existente, o requerimento assinado pelos Senadores Antonio Carlos Júnior, Tarso Jereissati, Heráclito Fortes, Rosalba Ciarlini e César Borges.

Agora, por outro lado, nós vamos juntando as peças. Tenta-se criar no país um clima que não é um clima que me parece o mais democrático. Vamos lá. Alguém propõe investigar PETROBRAS é contra o Brasil. Alguém pretende discutir o marco regulatório que o governo propõe para o pré-sal é antipatriótico, está... Quer privatizar a PETROBRAS, quer entregar riquezas brasileiras para os estrangeiros, enfim... Vamos para uma coisa bem do momento. E V. Exa. sabe, ministro, que eu sou cinéfilo e sabe que eu vou ver o filme, até porque eu estava lendo uma revista, uma dessas revistas aí, Universo Masculino, se eu não me engano, e eu estava lendo e disseram lá: "Grandes atores que fizeram filmes ruins". Então eu já mandei ver, que esses filmes ruins... Porque eu quero ver grande ator fazendo filme ruim. Então, eu sou fanático por cinema. Lógico que eu vou ver, então, O Filho do Brasil, o filme do... Não me parece, por outro lado, que tenha sido a medida mais correta, porque, durante o governo do Presidente... Marechal Dutra dizia: "Não se compra, nem se vende nada, quando se está no governo". Por quê? Porque querem vender barato para quem está no poder, ou se quer comprar caro de quem está vendendo, se esse alguém que está vendendo está no poder. Isso é uma lição de homem simples, até diziam que simplório intelectualmente que era o Marechal Dutra, mas um homem de bem, que se criou e morreu naquela casinha dele, da Rua Redentor, ali, em Ipanema. O fato é que não era a hora... Não lembro de fazer um filme sobre Ulysses Guimarães, não ocorreu ao meu amigo Barretão fazer o filme Mario Covas, um filme sobre o Freitas Nobre, que foi meu líder aqui, na Câmara, um homem esquecido, uma das figuras mais esquecidas, quando se pensa no esforço brasileiro para a redemocratização. E, no entanto, está aí um filme, que não deixa de ser, a meu ver, um exercício de bajulação, não deixa de ser. O Presidente Lula merece um filme? Merece, ele merece o filme. Agora, deixa passar o período e se faz o que o Sílvio Tendler fez com o João Goulart, para repor a verdade histórica, o que fez o Sílvio Tendler, usando o JK, para repor a verdade histórica. Mas não tinha cabimento, em pleno 1957, alguém fazer um filme que seja um filme, enfim, de incenso(F) ao Presidente.

Eu chamo os meus colegas da Base do Governo, não para cada um ter os seus argumentos em contradita, até porque nós não estamos muito à vontade para participar desta sessão, não me... Faça o argumento que quiserem fazer, sempre aquela coisa da defesa quase que profissional. Eu estou dizendo que eu não vejo, juntando essas três coisas, que seja esse o melhor caminho. Já parece natural se fazer propaganda política com dinheiro público, ou seja, ou... E mais autoritarismo. Ou vota o projeto tal, tal, tal, ou não merece o voto do povo. Ou não investiga a PETROBRAS, ou, se investiga, não merece o voto do povo. Ou aceita o marco regulatório e a pressa que o governo quer para resolver essa história do pré-sal, ainda que, depois, não atraia investimento nenhum, ou não merece o voto do povo. Ou fica calado em relação a uma manifestação de irregularidades, que é um monte de empreiteiras, um monte de empresas que vivem às custas do governo, financiando, sem se quer, no amparo da Lei Rouanet, financiando um filme que é de incenso a quem está no poder, isso me lembra mais um projeto de sovietização do que propriamente um regime democrático.

Então, eu não posso, sinceramente, entender como isolado este caso, não posso entender como isolado esse caso, e chamo atenção de companheiros meus, colegas nossos, que lutaram tanto por liberdade nesse país, porque tudo que a gente não precisa é de culta personalidade. A gente não precisa disso. A discussão foi levada para o chão, o ministro veio aqui, recebido, esperou duas horas, isso é verdade, recebido com carinho por tantos de nós, a começar por

mim mesmo. Agora, nos deparamos com algo que, se fosse isolado, bastaria essa providência sugerida pelo Senador Demóstenes Torres, mas não é uma coisa isolada, a gente está juntando a tudo mais. Daqui a pouco nos resta entrarmos para algum partido da Base do Governo, ou não merecemos nós o voto do povo. Eu não consigo aceitar isso. Sinceramente, não passa pela minha isso, é uma coisa que eu não aceito, eu não aceito manifestação de autoritarismo de ninguém, não aceito ditadura, nem que o ditador seja eu, não aceito isso, e por isso é que eu entendo que nós temos que olhar o geral, temos que olhar o conjunto. O conjunto da obra aponta para um viés autoritário, aponta, aponta, aponta. Certas simpatias--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Arthur Virgílio, eu faria um apelo a V. Exa. Para concluir.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não, eu concluo, concluo, dizendo que entendo que o mais justo era suspender a sessão, se descobrir quem pagou esse folder, e que isso mereça a reflexão de todos nós. Pedindo mil desculpas ao ministro, por quem tenho profundo carinho pessoal.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O ministro quer prestar um esclarecimento aqui.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Eu não conhecia o folder, fiz uma consulta enquanto os senadores falavam, não tem um tostão do Ministério, foi-me anunciado pela assessoria de comunicação, que é quem trabalha com isso.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Ótimo. Deve ter da Câmara, então.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Esse folder foi feito a partir da Frente Parlamentar para o Dia Nacional da Cultura, que foi comemorado na Câmara, não é partidário, porque aqui tem de todos os partidos que participam. Não estou justificando, concordo de que não é bom que se crie material desse tipo, que pressiona aos parlamentares que não votarem por uma determina proposta, constrangendo-os. Então, é o seguinte: quero ressalvar que foi um erro estar a marca do Ministério, mas não foi financiado pelo Ministério, não me parece partidário, que aqui tem de todos os partidos; portanto eu peço a compreensão do senador, que está a salvo a nossa sessão, que não está sob a égide de uma pressão patrocinada pelo Ministério. Portanto, nós poderíamos manter o clima inicial.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Por isso, Presidente, eu peço a minha inscrição, eu sou primeira da lista.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só para esclarecer. Engraçado que, aqui dentro, só tem propaganda do Ministério da Cultura.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Não, não tem propaganda do Ministério da Cultura.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Tem propaganda do Ministério da Cultura. Veja V. Exa.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Não, não tem.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Tem, sim. Nova Lei Rouanet. Saiba quais são os projetos que vão mudar a política cultural do Brasil, e aí só tem propaganda do Ministério da Cultura.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela ordem, Presidente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Isso quer dizer--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela ordem, Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Tem várias emendas constitucionais, projetos de lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O ministro se dispõe a esclarecer, vamos ouvir a palavra do ministro.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Em qualquer fórum do mundo, as pessoas são inocentes, até que seja provado o contrário. Espero que o senador não esteja desconfiando da informação que foi dada aqui, que eu pedi para confirmar. A origem desse material foi da Frente Parlamentar, inclusive o Presidente do seu partido está com o nome aqui, que é um dos líderes da oposição.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas, olha, veja só, eu não conheço Frente Parlamentar bancando, fazendo alguma coisa.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Eu sei, eu tabém não sei.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Frente parlamentar pagando para fazer?

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: É isso, tem que ver.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sem desconfiar de V. Exa., mas, como os indícios são muito graves, então nós não podemos desconhecer--

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Não, não tem indício nenhum.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Há indício, sim, isso aqui é um documento--

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Eu jamais faria propaganda partidária, muito menos--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Isso é um documento assinado pelo ministério de V. Exa... Esse é um documento assinado pelo ministério de V. Exa.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, nós vamos dar continuidade, ou não, à sessão?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos ter calma. Calma, calma.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): [ininteligível] como primeira inscrita.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O ministro está convidado, está na Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senão, eu vou suspender a reunião.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Acho que até devo, nesse momento.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pela ordem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, não está em discussão esse prospecto, sinceramente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): A pauta desta reunião é o projeto--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não é isso que está em discussão.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Inácio Arruda, não está em discussão, mas ele chegou aqui. Eu considero isso inclusive uma agressão a todos nós, que defendemos a cultura, que lutamos pela cultura, que estamos aqui, desde que eu cheguei, e o senhor é testemunha que eu sou defensora intransigente de qualquer projeto para a cultura. A lei da cultura, incentivo, toda forma. Senadora Ideli é testemunha...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senadora Rosalba, é normal as frentes parlamentares produzirem material dessa natureza. É normal.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu pedi pela ordem--

[falas sobrepostas]

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu pedi pela ordem várias vezes e não fui atendido. Se é só oposição que fala aqui, eu vou falar alto.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, manda para o seu estado, para que as pessoas vejam que o senhor não está aqui [ininteligível] essa relação--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu vou suspender a...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, Presidente, eu quero falar antes.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O senhor vai me desculpar, mas esta sessão está...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela ordem, Presidente, eu quero falar antes. Um minutinho, por favor.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senão a oposição grita e suspende a sessão, Presidente. Está na pauta o projeto.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu quero falar, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não há o direito para...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Por que não há? Quem não quer participar do debate, saia, Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. vai aprovar os requerimentos ou não?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, eu vou suspender a reunião.

[falas sobrepostas]

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, se o senhor suspender a reunião, o senhor está acatando o que a oposição fez.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, só espero que não diga que nós saímos da sessão, então, também, não merecemos o voto [ininteligível] porque saímos da sessão. Tomara que não digam isso, inimigos da cultura, enfim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Nem que seja por alguns minutos, que não há clima.

[falas sobrepostas]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, aprova os requerimentos, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vou suspender a reunião, depois podemos retomar daqui a cinco minutos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, se o senhor suspender, o senhor estará se curvando ao que a oposição terminou de fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não há clima para se fazer uma reunião assim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, quem criou o clima, pelo visto, já está se retirando, então nós vamos continuar, as pessoas que têm interesse.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu gostaria...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não estou me referindo a ninguém.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu queria só dizer o seguinte: em relação ao folder, eu acho que cabia a manifestação, a crítica que foi feita, e o próprio ministro corroborou imediatamente, achando que era improcedente, e esclareceu que não há recursos públicos, mas, no fundo, o que está em jogo é uma outra questão, não é essa; o que está em jogo é o que a oposição mencionou aqui, mencionou o filme que trata da biografia do Presidente Lula. Vários livros foram publicados sobre o Presidente Lula, alguns, inclusive, criticando sua história, sua biografia, suas manifestações, e nem por isso a oposição ficou incomodada. É um direito da oposição fazer, por exemplo, a biografia do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Podiam fazer um filme.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu não sei por que nenhum cineasta fez, mas é um direito legítimo. Na democracia, isso faz parte do debate democrático, é um direito que o cineasta ache que a biografia do Presidente Lula merece ser obra do filme, e ele deve fazer ao tempo que ele quer fazer. Não compete ao governo censurar, restringir. A liberdade de expressão se manifesta também na cultura. Agora, o que verdadeiramente incomodada a oposição hoje? É que o Presidente Lula tem 80% de apoio, tem 6% de ruim e péssimo, provavelmente alguns estão aqui e outros nós sabemos onde estão. Mas tem 80% de apoio popular, e o governo tem 78%, 76% de apoio popular. E quando pergunta: você, comparando o Governo PSDB, DEM, Fernando Henrique Cardoso, com o Governo Lula, dois terços da população acham o Governo Lula melhor que o governo anterior. Essa é a questão que está incomodando. E é evidente que o Vale-Cultura, a oposição está obstruindo, está obstruindo não é só essa sessão, está fazendo requerimento para mais Audiência Pública, para criar constrangimento, nós sabemos como é que se protela a matéria no Senado.

E por que estão fazendo isso? Estão fazendo isso porque isso aqui é mais uma política de inclusão social. Lamento que estejam fazendo isso, mas não fizeram diferente com o Bolsa-Família, não fizeram diferente com o ProUni, não fizeram diferente com o salário mínimo. Tudo aqui foi uma luta muito dura para aprovar, não vamos ter ilusão, ainda mais no período pré-eleitoral. Agora, eu acho um grave erro da oposição o comportamento que eles estão tendo numa matéria como essa. Quando a gente tem informação que só 17% do povo brasileiro compra um livro, quando a gente vê na tela que 93% da população não vai ao cinema, que 92% da população nunca entrou num museu, eu pergunto se é esse o Brasil que a gente quer. Esse não é o Brasil que o Presidente Lula quer, esse não é o Brasil que o Ministro Juca Ferreira quer, esse não é o Brasil que a base de sustentação do governo quer. Por isso nós queremos discutir no mérito essa proposta, aprovar um instrumento que vai distribuir cultura, que vai democratizar cultura, que vai permitir que amplos setores da sociedade possam ter acesso à cultura. Por isso, nós estamos aqui, muito interessados em esclarecer qualquer questão sobre esse projeto, para que a gente tenha condições de votar o mais rapidamente possível. Não tem sentido adiar um instrumento como esse, que tem o impacto que tem essa política de inclusão cultural. Nós queremos o Vale-Cultura, vamos lutar por ele, achamos que é uma grande solução, criativa, engenhosa, a exemplo do ProUni, a exemplo do Bolsa-Família, a exemplo de outras políticas de inclusão social.

Então, eu queria... Se alguém tiver ainda alguma questão esclarecimento, que faça. O ministro apresentou a proposta, mostrou como é que tecnicamente é consistente, é socialmente justa e tem um grande apelo popular.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Por isso, Sr. Presidente, eu queria que fosse me dada a palavra como autora do requerimento e primeira inscrita. Eu quero fazer as minhas indagações ao Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): A minha opinião é que dê a palavra à Ideli.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço, Sr. Presidente. Bom, em primeiro lugar, quando apresentei o requerimento, nas quatro comissões nas quais o projeto está tramitando, apresentei com a convicção de que inúmeros parlamentares gostariam de ter esclarecimentos de por que está sendo instalada, proposta, uma alteração sob a ótica do incentivo fiscal, porque é isto que eu tenho convencimento de

que é o projeto que institui o Programa de Cultura do Trabalhador. É uma proposta que tem como base o incentivo fiscal, da mesma forma que a Lei Rouanet incentiva, ou seja, abre mão, faz renúncia fiscal para custear, para incentivar a produção artística. O Programa Cultura do Trabalhador faz a mesma questão, sob a mesma lógica, só que aí na outra ponta, na ponta do consumo da cultura. E, portanto, este projeto, ele tem que ser visto sob a ótica do incentivo fiscal, ele é uma renúncia fiscal, e, como renúncia fiscal, ele tem as suas limitações. Ele não é uma política pública de inclusão social, como é, por exemplo, o Bolsa-Família, que tem um critério de renda, de classificação para inscrição das famílias, e que o dinheiro sai diretamente do orçamento geral da União.

O que eu queria perguntar ao ministro é, em primeiro lugar – porque V. Exa. não explicitou, mas eu tenho, porque eu utilizei isto no meu relatório -, qual é o impacto econômico. Porque, assim, incentivo fiscal, ele tem lógica de ser dado quando ele complementa uma política pública, ele incentiva um benefício público, mas ele também se faz necessário pela sua repercussão econômica. Então, eu gostaria de saber qual é a realidade econômica da área cultural no Brasil, em termos de produção de riqueza, de emprego. E se é possível, com este programa, ter uma medida do que isto vai impactar em termos de geração de emprego e de geração de renda.

Uma outra questão, ministro, que eu considero de fundamental importância é de que houve polêmica, quando eu apresentei o meu relatório da questão do esporte. Foi questionado se jogos de futebol, de espetáculos esportivos, se seriam incluídos ou não. Na realidade, eu apresentei como resposta, quando fui arguida aqui, na apresentação do relatório, de que o esporte já tem, inclusive, política de incentivo ao patrocínio de equipes, que foi equivalente a Lei Rouanet, que foi criada para o esporte. E me parece, também, que, se nós fizemos uma estatística, eu acredito que, pelo menos em estádios de futebol, os números são muitas vezes superiores a cinema, teatro, espetáculo de dança. Então, eu gostaria que V. Exa. também pudesse abordar essa questão esportiva.

E, por último, foi questionado a inclusão de publicações. A questão de jornais, revistas e... Eu imagino que isto deva ter sido, também, objeto na elaboração do projeto, de por que isso acabou não sendo incluído, e qual é o impacto ou os problemas para incluir a questão das publicações no projeto. Então, seriam estas, Sr. Presidente, as indagações que eu gostaria de fazer ao Ministro Juca Ferreira.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Antes de colocar em votação [soa a campainha]. Antes de conceder, desculpe, a palavra ao Ministro Juca Ferreira, eu quero colocar em votação os requerimentos que solicitam uma nova Audiência Pública. O primeiro, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que convida o Ministro da Cultura novamente, o diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema, e a diretora-Presidente da Associação Nacional dos Jornais, e o Presidente do Conselho Diretor da Associação Nacional dos Editores de Revistas, e o Presidente da Associação Nacional dos Produtores Teatrais Independentes e o Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados. Em votação o requerimento, perante--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sr. Presidente, é que há uma redundância, e tenho certeza que o Senador Flexa há de concordar. O ministro está aqui, o ministro esperou uma hora e meia na nossa sala.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas o ministro pode até mandar um representante.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Se for com esse adendo de que pode até mandar um representante, se houver concordância... Porque a convocação é do ministro, o convite é para o ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas ele...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Se há essa concordância...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Senador Flexa concorda.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Posso defender, posso defender?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Senador Flexa Ribeiro concorda, não concorda, senador?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Concordo.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Então, pronto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu combinei com a Senadora Ideli--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Então, está... Vamos votar, que o ministro, ele está aqui.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Inácio Arruda, eu combinei com a Senadora Ideli, para que nós pudéssemos acelerar a tramitação do projeto, que nós fizéssemos hoje esta audiência conjunta, e ela concordou com isso. Eu fiz a apresentação dos requerimentos na CCJ, a Senadora Rosalba, na CAS, lamentavelmente não houve possibilidade... Senador Garibaldi Alves estava nos representando--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): De materializar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --na ONU e não pôde estar aqui, na semana passada.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Muito bem representados.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Daí por que o ministro está sendo convidado tanto no meu requerimento quanto no da Senadora Ideli, que era o único. Se ele puder vir, para nós, vai ser uma satisfação muito grande tê-lo novamente aqui; se não, vem o secretário-geral, vem alguém do ministério. Eu espero que ele venha. Agora, é importante que, junto com o ministro, venha os outros setores, que vão ser beneficiados com o Vale-Cultura.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação o requerimento que, vale adiantar, é perante a Comissão de Assuntos Sociais.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Já foi.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Já foi votado esse do Flexa?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aí dentro(F).

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Do Senador Flexa?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): As duas comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, em votação. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. O outro requerimento é de autoria da Senadora Rosalba e convida de novo o Ministro da Cultura, o diretor-Presidente da Agência Nacional de Cinema, da Associação Nacional dos Jornais, do Conselho Diretor da Associação Nacional dos Editores de Revistas, do Presidente da Associação Nacional dos Produtores Teatrais independentes, e ainda o Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados. Em votação o requerimento. As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Estão aprovados os requerimento.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu só pediria que V. Exa. fizesse com urgência essa audiência, para que não seja o motivo para protelar uma matéria que assegura a inclusão social de uma ampla parcela do povo brasileiro nos bens culturais, que, até hoje, não aconteceu no nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos fazer o mais rápido possível.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Inclusive eu gostaria aqui de informar que poderíamos fazer na terça-feira, às 11 horas.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra a... Eu consulto os senadores se querem, se preferem aquela rotina, aquele procedimento de se ouvirem três senadores ou se ouviríamos logo a resposta do ministro.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Três senadores, Sr. Presidente. Mas eu queria, pela ordem, antes de o senhor passar a palavra ao próximo senador.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, eu subscrevi o requerimento para essa Audiência Pública, e ainda não tive a oportunidade de falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas V. Exa. está aqui, dentro da ordem.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A Senadora Ideli já falou, agora eu gostaria também de colocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só um segundo, Sr. Presidente. Eu gostaria só de combinar, tentar combinar uma coisa com o senhor. Eu tenho compromisso 2 horas, eu preciso ir. Mas eu gostaria muito que a gente pudesse sair daqui com uma decisão com relação à votação da matéria da Política Nacional de Mudanças Climáticas, do Fundo Nacional de Mudanças Climáticas. Queria pedir a V. Exa. que convocasse uma reunião para amanhã, às 9 horas manhã, para que nós, rapidamente, votássemos essa matéria, porque nós vamos ficar sem ambiente para votarmos essas matéria aqui, hoje. Matéria importante para ser apreciada. Eu queria pedir a V. Exa.... Eu e o Senador Inácio Arruda estamos pedindo, como relatores, que o senhor convoque uma reunião extraordinária amanhã, às 9 horas da manhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu concordo e, desde logo, convoco. Chamo apenas a atenção de V. Exa. para articularem um *quorum*, para termos o *quorum* desejado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não, não, precisa do *quorum* para abrir.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Para abrir.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não é terminativo nessa comissão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sim, eu sei, mas precisa do *quorum* para abrir.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então fica convocado uma reunião extraordinária desta comissão para amanhã, às 9 horas, tendo como pauta os dois projetos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Que dizem respeito...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Às mudanças climáticas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Às mudanças climáticas. São eles o 284 e o 283.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ok. Obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Ministro Juca Ferreira. Tem meu apoio.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra a Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, Sr. Ministro, eu vou ser, de certa forma, muito objetiva. Na realidade, o projeto, ele tem, no seu mérito, todo o nosso aplauso, porque nós entendemos, e ninguém mais do que eu, que conheci de perto, na base, porque eu sei... Aqui não estou desmerecendo ninguém, mas quem já trabalhou na base com a cultura, quem já esteve promovendo a cultura, como eu já fiz, tendo a responsabilidade de, como gestora, promover toda forma de movimento cultural numa cidade e de ter marcado pelo que nós fizemos, eu sei o quanto é importante esse Vale-Cultura, que vai democratizar, que vai dar acesso aos mais pobres, aos mais carentes, que vai chegar ao trabalhador que... Realmente, é essa média, 7%, nunca foi ao teatro, nunca viu exposição de cultura, acho que até que eles não gostam. Não gostam porque não conhecem, não gostam porque nunca tiveram oportunidade de ver. Coloca uma orquestra sinfônica tocando uma música clássica numa praça, para ver se todos aqueles não param, quando se acha que só se gosta do forró, dos ritmos mais quentes, mas coloca, para ver se não toca na alma e todos param. Então, é isso que nós precisamos realmente: é promover a cultura, criar mecanismo.

Agora, o projeto em si, ele tem algo que, também, por que não aproveitá-lo e estender, para que possam também ter acessos periódicos, para que tenham acesso à revistas, para que tenha acesso de uma maneira geral, para que possam também utilizá-los para informação. E outro detalhe que eu gostaria que o senhor colocasse: por que os aposentados, não foi dado a eles o mesmo direito da questão no Vale-Cultura, igual ao trabalhador? Porque, na realidade, eu acho que eles já estão tão penalizados de não terem o direito de também ter o mesmo valor, de 50 reais, para que eles possam desfrutar de tanta coisa boa que tem a cultura do Brasil.

Então, era isso que eu queria colocar, e dizer que o projeto é bom, estou defendendo, como todas as formas de cultura. Na nossa comissão, eu queria, inclusive, dizer que fui defensora intransigente das salas de cinema; na educação, venho defendendo a cultura na escola, porque sei que esse é o caminho de transformação e de gerar emprego e renda. Atrás de um espetáculo, atrás das cortinas, nós temos milhares de trabalhadores. E você promove... Inclusive, no nosso país, nós precisamos ter, cada vez mais, a cultura sendo desenvolvida, e, na nossa região Nordeste, pelo grande potencial que temos de vocações naturais, nós temos que desenvolvê-la cada vez mais, porque passa a ser também uma âncora de sustentabilidade do nosso turismo, e aí eu falo de uma maneira muito especial para o nosso Rio Grande do Norte. Então fica aqui, desde já, a certeza de que contará com... Eu, que sou relatora na Comissão de Assuntos Sociais, com relatório... Agora, existem algumas emendas que estamos colocando exatamente em função de áreas que nós achamos que também deveriam ser beneficiadas, e foram emendas apresentadas pelos senadores, dos quais muitas nós não acatamos, mas duas foram acatadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pergunto ao Senador Augusto Botelho se tem alguma indagação.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Rapidinho, senador. Bom, Sr. Ministro, em relação ao Vale-Cultura, que numera seis áreas, dentre as quais as literaturas e humanidades, eu gostaria só de confirmar com V. Exa. se os livros estão incluídos no Vale-Cultura.

A outra é em relação a críticas feitas em relação que ele foca muito no cinema. Nós sabemos que o Ministério da Cultura tem, agora, um programa para ampliar as salas de cinema nos municípios. Então, isso vai ajudar com relação a isso. Mas o caso é que um dos pontos culturais de disseminação da cultura do Brasil todo são as bancas de revistas, onde as pessoas adquirem DVDs, CDs e livros. O Ministério da Cultura vai levar em consideração as bancas de revistas, como

polo disseminador de informação e de cultura? Essa é a pergunta que tem que ser feita, que eu faço.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Ministro Juca Ferreira, que vai responder às indagações da relatora, Senadora Ideli Salvatti, da Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senadora Rosalba Ciarlini, e o Senador Augusto Botelho, e do Senador Augusto Botelho.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Vou procurar responder de forma sintética a todos os questionamentos e perguntas que foram feitas, e gostaria de testemunhar, também, que a Senadora Rosalba tem nos apoiado aqui, sempre que possível, então confirmando o que ela disse, na introdução de sua fala... Eu vou começar pelo folder, para ficar bem claro. Primeiro, o seguinte: aqui tem todos os partidos políticos, são... Eu não sei o número exato, mas é um número muito grande de deputados e senadores que fazem parte dessa frente, Frente Parlamentar de Apoio à Cultura.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ministro, não tem senadores.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Não, não tem senadores, mas a frente participa.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então nós nos sentimos agredidos porque nós votamos a favor da cultura, e, na hora que isso for distribuído – que já foi – isso leva a uma mensagem negativa quanto ao Senado, dizendo que nós não somos a favor do Senado, que aqui está muito explícito: "Vote, meu amigo, nesse parlamentar que realmente apoia a cultura".

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Não, não diz isso, não.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas eu entendo assim, e o senhor me desculpe, me perdoe, eu colocar assim, ter...

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Perfeito. Eu vou tentar desenvolver meu raciocínio. Primeiro, o Ministério da Cultura não é responsável por esse folder, não financiou o folder. Portanto, eu acho que não se justificava a reação que teve à minha presença, a partir dessa informação. Eu acho que o mérito do projeto que está sendo discutido aqui, hoje, é tão relevante que eu acho que a gente deveria ter tido um pouco de tranquilidade para enfrentar, mas, mesmo assim, eu quero falar do folder.

Esse folder tem origem na Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura, portanto fazem parte senadores, mas fez parte de uma comemoração dos deputados, que eles fizeram uma sessão especial, uma sessão solene, no Dia Nacional da Cultura. E esse folder foi feito para isso, aqui tem todos os parlamentares que fazem parte da frente, desculpe, todos os deputados que fazem parte da frente. Eu comecei a contar aqui os de oposição, são mais ou menos a metade, o que mostra que a intenção deles não foi partidarismo. E o que eles estão dizendo aqui, apesar de eu não ser responsável, mas só para que a gente precise exatamente a natureza das coisas: "Os nossos parlamentares estão analisando vários projetos que podem mudar a política cultural do Brasil. Para que esses projetos representem a visão de toda a sociedade, é importante que você também participe, acompanhe a discussão, fale com o seu parlamentar e envie sugestões. Sua participação é muito importante para colocar a cultura no centro da agenda do país". Esse é o objetivo e apresento aqui os projetos que estão sendo discutidos na área cultural, dentro do Parlamento. Não é verdade – e isso eu queria esclarecer ao parlamentar – de que todas são de iniciativas do Ministério da Cultura. Eu estive olhando aqui, vários são demandas da sociedade, ou demandas da área cultural, e alguns, inclusive, desses projetos, enumerados aqui, são de autoria dos próprios parlamentares, como é o caso, por exemplo, da cultura como direito social, o Plano Nacional de Cultura, o projeto do Ministério foi apensado a um projeto de um parlamentar... Então, nem é iniciativa do Ministério, nem de forma mascarada que estaria apoiando uma iniciativa aqui. Então, sintetizando, para a gente fechar essa coisa. A apresentação disso aqui como autoria do Ministério não se coloca, não justificaria nós termos adiado a discussão que precisa ser feita sobre o Vale-Cultura, nem aqui é uma propaganda eleitoral, já que tem parlamentares de todos os partidos políticos, e quase metade é da oposição. Então, a Frente Parlamentar, quando elaborou isso, na verdade, estava querendo fortalecer a agenda cultural dentro do Parlamento. Acho que foi impróprio o Ministério da Cultura ter assinado, mesmo reconhecendo a justeza de chamar atenção para a pauta da cultura, aqui dentro, mas nós temos sempre que nos resguardar, respeitando, que o Parlamento é outro poder, e, portanto, nós temos que ter todo o respeito com os processos parlamentares, independente da concordância ou não. É por isso que eu acho que seria importante que o Ministério não tivesse assinado, mesmo com toda a concordância. Mas chamar isso aqui de um documento eleitoral é um pouco forte, na medida em que o único assunto aqui é fortalecer a pauta cultural.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Aliás, me permite, ministro?

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Pois não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O material fala da pauta dos projetos que estão tramitando e ainda... Tem um texto, que eu acho até que valeria a pena fazer a leitura, porque, em nenhum momento, pede para votar nos que estão apoiando, como foi insinuado aqui, que seria uma campanha eleitoral para os nomes dos parlamentares que estão ali atrás. Pelo contrário--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora, a senhora é professora e sei que é uma mulher muito inteligente--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senadora Rosalba, faz a leitura do texto.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com certeza, quando você lê aqui: "Vote a cultura, apoie o parlamentar do seu estado que vota pela cultura". Só isso que eu estou dizendo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Faz a leitura do texto, manda inclusive acompanhar a tramitação das matérias, o que é absolutamente salutar, não é, que a sociedade acompanhe o que nós estamos fazendo aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A palavra volta para o ministro.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Então, quero dizer que sinto que esse documento não tenha a gravidade com que foi apresentado, não tem relação com o Ministério, é de dentro do Parlamento, e, portanto, o Parlamento tem que separar as coisas, porque eu esperei uma hora e meia aqui para começar e não estou alegando isso, mas, de qualquer jeito, é uma demonstração de respeito que esse ministro tem pelo Parlamento.

Vou responder às perguntas diretamente ligadas ao tema Vale-Cultura. O Vale-Cultura terá uma repercussão econômica de incentivar a economia da cultura, incluindo entre 12 e 14 milhões de trabalhadores como consumidores culturais, vai redundar num incremento de 7 bilhões de reais, quando estiver, daqui a dois, três anos, plenamente utilizado, 7 bilhões de reais sendo utilizado na economia, drenado para a economia da cultura. Isso vai estimular uma série de empreendimentos culturais, que vão buscar essas pessoas da classe C e D para se tornarem consumidores dos seus produtos; portanto, muitas livrarias serão abertas nas periferias, muitos cinemas, e isso vai gerar uma economia altamente saudável, que é uma economia para muitos, ao contrário da economia da cultura hoje, que é, pelo preço de cada entrada, pelo preço do livro, que é um dos mais caros do mundo, nós temos uma economia para poucos. O Brasil, um país de quase 200 milhões de habitantes, uma tiragem de um livro não chega – uma tiragem normal -, não chega a 5 mil livros. Isso é um escândalo, e, portanto, a preocupação de incluir brasileiros no consumo cultural é importantíssimo, porque o Brasil não será capaz de enfrentar os desafios do século 21, se não fizer esse esforço de incluir milhões de brasileiros na cultura. Então, o projeto tem esse sentido.

Então, são de 12 a 14 milhões de beneficiários diretos, fora o que eles poderão disponibilizar para filhos, esposa ou maridos. E esses 50 reais é pouco. O Presidente Lula, inclusive, quando eu estive audiência com ele, para apresentar o projeto, que saiu de uma longa negociação, de mais de três anos, com a área econômica do governo, nós tivemos, o Ministério da Cultura, que provar os números de que esse incentivo vai ter um retorno econômico, cultural e social importantíssimo, vai gerar negócios, vai fazer a economia circular, vai gerar emprego, e tudo isso foi computado como subprodutos de um processo que visa incluir milhões de brasileiros, mas terá consequências positivas, vai dar primazia ao CD legal, em detrimento do CD pirata, que também é um impacto econômico importante. Nós não podemos acreditar que nós vamos diminuir a importância no consumo cultural do CD pirata apenas botando polícia correndo atrás de vendedor de CD pirata; nós temos que criar alternativas que possibilitem, e o fato do Vale-Cultura funcionar a partir de um cartão magnético, com controle, onde a empresa que está vendendo o produto é registrada e é responsável pelo registro daquela compra, e a empresa operadora é corresponsável no ato de legalização, isso vai permitir um controle social enorme sobre a economia da cultura, sobre cada ato singular dentro desse processo do Vale da Cultura. Portanto, é preciso compreender esse conjunto. Não é um ato isolado de beneficiar milhões de brasileiros, incluindo na cultura. Ao beneficiá-lo, a gente injeta 7 bilhões de reais nessa economia, dinamiza uma economia saudável, porque só pode ser feito dentro do trâmite legal, e possibilita geração de empregos, democratização desses acessos, abertura de negócio nas periferias das grandes cidades brasileiras, inclusão dessa classe C como consumidor cultural... Então, é um fenômeno global.

Segundo as estatísticas do Ministério da Fazenda, da Receita, mais ou menos 3, 7 bilhões é da responsabilidade do governo, o resto é esses 10% que o trabalhador paga e a contribuição da empresa que vai disponibilizar pelo trabalhador; somando tudo, dá 7 bilhões. Então, esse é o investimento, é o tamanho do investimento, quando o Vale-Cultura estiver plenamente funcionando dentro de um padrão de universalização para todo o público. É impossível incluir esporte. Esporte tem que ser outro mecanismo. Se você inclui esporte

dentro dos mecanismos de incentivo da cultura, acaba a cultura e você fortalece o esporte. Então, o esporte é uma atividade importante, o Brasil precisa ganhar um patamar muito maior de participação, de possibilidade de acesso à prática esportiva de milhões de brasileiros, mas são mecanismos que não podem funcionar dentro das mesmas calhas e dos mesmos benefícios, porque, senão, você esvazia um e beneficia outro.

Segundo, o livro, evidentemente, está dentro do consumo cultural. O que nós não incluímos – e por um motivo simples – são as revistas semanais, que já têm muitos benefícios de impostos por parte do governo, e elas só são secundariamente fatos culturais. Elas são meios de comunicação, de notícia, que já têm os seus mecanismos de... Então, se a gente for abrindo, para caber tudo que pode ter alguma implicação cultural, na verdade, nós vamos ter que caber o Brasil inteiro, todas as atividades, porque sempre tudo tem algo de cultural. Então, nós tivemos um limite. Além do mais, o seguinte: essa longa negociação com o Ministério da Fazenda, com a Receita, com o Ministério do Planejamento, tem que chegar a uma soma. O governo vai botar 3,7 bilhões de reais. Tudo de benefício que a gente for criando pra ampliar, a gente pode inviabilizar o mecanismo. Nós sabemos que economia são números. Ela precisa ter um padrão. Então, nós não podemos sair do zero de incentivo para a plenitude suíça(F) do incentivo; nós temos que ter noção que, se queremos viabilizar o Vale-Cultura, vamos ter que dar uma conformação que seja aceitável pelos cofres públicos, e, nesse sentido, o Ministério da Cultura teve que dialogar com o Ministério da Fazenda, para chegar a essa formatação do viável. Eu tenho medo que um excesso de generosidade pela ampliação gere uma inviabilidade do Vale-Cultura, e a gente mate um grande mecanismo que vai ter benefícios enormes para o país, a gente inviabilize ele por um excesso de generosidade, por um certo romantismo, ao aprovar tudo que é possível, jogar aí dentro, a gente jogar. Então, eu peço um pouco de reflexão sobre esse ponto de vista. Nós tivemos que fazer essa reflexão. Eu, por exemplo, como ministro, achava que o benefício deveria ser escalonado. Para os de menos salário, um salário menor, 50 reais, mas variando até 150 reais, para, de fato, ter um impacto significativo no consumo cultural. Mas eu tive que aceitar que é 50 reais, porque isso é o que é o viável para o governo investir. Vai ser 3 bilhões e meio. A cultura nunca viu esse investimento. Isso vai ter um benefício enorme para o conjunto. Evidentemente daqui a dez anos, cinco anos, esse mecanismo vai ser revisto e vai ser ampliado, mas é assim que a sociedade funciona. A gente... Eu me esqueci agora o ditado do Nordeste, mas o excelente é inimigo do bom, não é isso? Se a gente quiser botar tudo, a gente pode inviabilizar economicamente esse projeto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Esse é outro. São muitos os ditados populares. Banca de revista. Se as bancas de revistas tiverem um sistema de computação, online, para não furar o bloqueio do controle social sob esse mecanismo, para que não seja usado como moeda, para outros fins, eu acho que pode ser incorporada. Agora, eu acho que 99,9% das bancas de revistas do Brasil não tem essa possibilidade. Então, se a gente abrir, a gente está... A gente montou um sistema fechado, tecnológico, capaz de garantir o controle público sobre o uso desse mecanismo. Se você cria uma brecha, nós estamos viabilizando a burla desse mecanismo, e esse dinheiro público, que custa caro ao país, para um benefício de alta qualidade, você estará permitindo que ele seja usado para outros fins, porque, inevitavelmente, se não tem controle, a gente gerará a burla. Portanto, eu chamo atenção: se a banca de revista tiver as mesmas características de uma livraria, deve ser incorporado, porque está sob o regime do controle. Agora, se não tiver, eu sugiro que não seja incorporado, para evitar quebra de um controle, que é a grande qualidade desse mecanismo, diferentemente de outros vales que são usados aí, na rua, como moeda.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Que acaba virando moeda, não é, ministro? Acho que essa é a grande preocupação, de não ter mais um tipo de moeda na praça.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: E nós não estamos falando de emissão de uma moeda. É isso. A gente não está falando de injeção de recursos públicos e privados para garantir a inclusão de milhões de brasileiros na cultura, e ponto, não pode ser pensado abrir janelas para que esse benefício escape do controle. A gente está gerando algo de uma excelência, enquanto modelo, e o fato de ser cartão magnético é um elemento essencial, que permite que a sociedade respire aliviada, no sentido de que esse dinheiro será usado para o fim que está sendo aprovado. A questão dos aposentados... Eu tenho a maior simpatia pelos aposentados, já estou perto disso, fiz 60 anos, já estou caminhando para... Então, não seria eu que seria contra. Agora... Então, o Ministério da Cultura vê com simpatia. Agora, eu quero saber se fecha a conta; se fechar a conta, está fechado, e vocês não vão ouvir uma palavra sequer do Ministério contrária a isso. Agora, evidentemente que, se a gente for estendendo esse benefício, abrindo todas as portas possíveis e imagi-

náveis, a gente pode estar comprometendo, como eu já disse, por isso não vou repetir... É isso.

Então, eu queria agradecer. Não me compromete a vir nessas outras audiências, porque minha agenda, hoje... Às vezes, eu tenho que estar em quatro estados por dia, pulando de um lugar para outro, para assumir as responsabilidades do processo que o Ministério da Cultura deflagrou de dialogar com toda a cultura brasileira, com todos que se interessem por esse assunto. Eu estou com uma agenda que... Eu estive no médico recentemente, ele me disse que eu estou com todos os sintomas de estresse agudo. Então, eu não posso garantir porque...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E hoje aumentou.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Não, hoje, não... Eu já fui vereador e conheço o mecanismo do diálogo entre oposição e a Base do Governo. Oposição sempre fará tudo para mostrar fragilidade, mesmo quando concorda, que eu acho--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ministro, esta cena, esta cena faz parte também do nosso...

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Faz parte. Eu a encaro com tranquilidade. Eu só fiz questão de esclarecer, para não parecer que o Ministério... Eu não sabia que tinha assinatura do Ministério, acho inconveniente, mas é um documento perfeitamente factível, dentro da vida parlamentar, porque são os parlamentares de todos os partidos que quiseram dar força à agenda cultural, que são oito ou nove – eu contei aqui – projetos de interesse da cultura, e o que eles estão dizendo é que tem que apoiar o parlamentar para que ele dê qualidade nova, porque, infelizmente, a tradição brasileira é de tratar a cultura como algo supérfluo, ao acesso de pouquíssimos brasileiros. Que país do mundo aceita que menos de 10% dos seus cidadãos tenham entrado alguma vez na vida em um museu? Que país do mundo aceita que, numa população de quase 200 milhões de habitantes, uma tiragem de um livro seja apenas 5 mil, que apenas 13% dos brasileiros assista filmes? Isso é um escândalo. Isso não é tarefa do governo. O Ministério da Cultura tem trabalhado de forma suprapartidária, nós trabalhamos com todos os governos estaduais. Só para ficar bem claro, inclusive o de São Paulo. Trabalhamos com todos os governos, inclusive o do Distrito Federal. Trabalhamos com todos os governos municipais do Brasil. Trabalhamos com todos os parlamentares. Ou seja, nós levamos o princípio republicano às últimas consequências. O Ministério da Cultura não está a serviço de algo menor, nós nunca partidarizarmos a política cultural. Por isso que eu com tranquilidade, acho normal que, no Parlamento, tudo seja motivo de enfrentamento entre o segmento que apoia o governo e o sentimento de oposição. Eu já fui oposição durante longos anos na minha vida pública, na Bahia, e encarei como normal isso, hoje, porque, inclusive, eu conheço. Mas é normal, e tenho certeza que o projeto não pode ser encarado como um projeto de benefício do governo; é um projeto de benefício da sociedade, e eu tenho certeza que todos apoiarão. Muito obrigado, senador, pela paciência, pela elegância com que conduziu essa sessão.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas, Presidente, só para... Quero agradecer o ministro que aqui veio, até porque eu fui uma das que fiz essa solicitação. Ministro, o senhor desculpe a demora de o senhor começar essa audiência, mas é porque o Presidente Garibaldi, ele ficou... Como os nordestinos têm muito. Ele ficou aqui entre a cruz e a espada, a Base do Governo, as lideranças, pedindo para que colocasse logo para ser arguido, debatido o novo membro do Banco Central.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Senão, não tem dinheiro pra cultura.

SENADORA ROSALBA CIARLINI: Exatamente. Então, foi uma determinação da sua própria base aliada, que fez com que o senhor tivesse essa demora toda, que essa audiência de hoje estava marcada só para haver audiência do Vale-Cultura. Mais uma vez, eu quero dizer que é um ótimo projeto. Agora, nós que fazemos a oposição, num país democrático, num país que não quer voltar jamais a aqueles tempos da ditadura, nós queremos é exatamente, através do contraditório, podermos fazer o melhor. E, na cultura, todos nós aqui sempre trabalhamos de forma suprapartidária, a não ser que achem que o meu voto, o meu relatório não vai ter nenhum valor.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Ao contrário.

SENADORA ROSALBA CIARLINI: Porque, senão, a gente vai começar a se sentir mais desestimulado de trabalhar tanto, de ter a esperança que a cultura realmente tem que caminhar ao lado de tudo, como forma de--

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Senadora, eu comecei minha fala elogiando o seu comportamento em relação à cultura, seu discernimento, então...

SENADORA ROSALBA CIARLINI: Muito obrigada. Mas eu estou aqui, colocando, fui a única que permaneci, até porque pela valorização que dou à cultura, em respeito ao senhor, à sua vinda aqui, e sei que realmente temos as portas abertas lá do seu ministério e vamos continuar indo lá para levar ao nosso povo, dos nossos estados e do Brasil, os benefícios que são necessários.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ministro... Quero agradecer a V. Exa. pelo comparecimento, pelos esclarecimentos, e está encerrada esta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Sessão encerrada às 14h17.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 62ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS.

Às onze horas e cinqüenta e nove minutos, do dia vinte cinco de novembro de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a Presidência da Senhora Senadora **Rosalba Ciarlini,** com a presença dos Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim, Marcelo Crivella, Roberto Cavalcanti, Renato Casagrande, Paulo Duque, Mão Santa, Flávio Arns, Eduardo Azeredo, Papaléo Paes, Mozarildo Cavalcanti, João Durval, César Borges, Eduardo Suplicy, Inácio Arruda, José Nery, Lobão Filho, Garibaldi Alves Filho, José Agripino, Gim Argelo e das Senhoras Senadoras Ideli Salvatti e Marisa Serrano, reúne-se a Comissão. O Senador João Pedro registra a presença. Justifica ausência o Senador Geraldo Mesquita Júnior. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 59ª, 60ª e 61ª Reuniões que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 38 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 423, DE 2009.** Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para equiparar a pesca à atividade agropecuária bem como para dispor sobre o trabalho dos pescadores profissionais na atividade pesqueira industrial e o contrato de parceria na pesca artesanal. **Autoria:** Senador Garibaldi Alves Filho. **Relatoria:** Senador José Agripino. **Relatório:** Favorável ao Projeto. Às doze horas e seis minutos, o Senador Paulo Paim assume a Presidência. **Resultado:** Vista concedida ao Senador Renato Casagrande, nos termos regimentais. **ITEM 37 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2009**. Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para instituir medida de amparo à pessoa portadora de deficiência na área da assistência social. **Autoria**: Senador Cristovam Buarque. **Relatoria**: Senador Roberto Cavalcanti. **Relatório**: Favorável ao Projeto, com as três Emendas que apresenta. **Resultado:** Vista concedida aos Senadores Flávio Arns e Renato Casagrande, nos termos regimentais. Às doze horas e treze minutos a Senadora Rosalba Ciarlini reassume a Presidência. **ITEM 39 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 2009.** Acrescenta um inciso XIII ao art. 3º da Lei nº. 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 8 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 174, DE 2009.** Dispõe sobre o exercício da profissão de Repentista. **Autoria:** Deputado André de Paula. **Relatoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. O Senador Eduardo Suplicy manifesta-se favoravelmente ao Projeto, após a votação. **ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, DE 2007.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT para dispor sobre a proteção do trabalho do idoso e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1-CDH e as duas Emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CDH-CAS, 2-CAS e 3-CAS. **ITEM 23 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, DE 2009**. Altera a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que instituiu o Vale-Transporte, para dispor sobre o seu custeio e dá outras providências. **Autoria**: Senador Paulo Paim. **Relatoria *Ad Hoc*:** Senador Mão Santa. **Relatório**: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Concedida vista ao Senador Roberto Cavalcanti, nos termos regimentais. Às treze horas e onze minutos, o Senador Paulo Paim assume a Presidência. **ITEM 40 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, DE 2009**. Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa-Família e dá outras providências, para instituir benefício adicional vinculado a desempenho escolar no âmbito do Programa. **Autoria**: Senador Tasso Jereissati. **Relatoria**: Senador Papaléo Paes. **Relatório**: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. A Senadora Rosalba Ciarlini reassume a presidência às treze horas e dezessete minutos. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS. **ITEM 29 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160, DE 2009.** Dispõe sobre a definição de Diarista. **Autoria:** Senadora Serys Slhessarenko. **Relatoria:** Senador Lobão Filho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório, é adiada a discus-

são e a votação. A Presidente, Senadora Rosalba Ciarlini inicia a apreciação dos Projetos submetidos a Turno Suplementar. **ITEM 1 – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 347, DE 2007.** Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para obrigar hospitais a manter comissões de captação e doação de órgãos. **Autoria:** Senador Osmar Dias. **Relatoria:** Senador Inácio Arruda. **Resultado:** O Substitutivo oferecido ao PLS nº 347, de 2007, é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do RISF. **ITEM 2 – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2008.** Define práticas preventivas nos cuidados com a saúde, estabelece normas para atendimento médico da criança e do adolescente no âmbito do Sistema Único de Saúde. **Autoria:** Senadora Patrícia Saboya. **Relatoria:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Resultado:** O Substitutivo oferecido ao PLS nº 227, de 2008, é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do RISF. **ITEM 3 – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, DE 2007.** Altera dispositivo da Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006, acrescenta ao art. 23, parágrafo que permite o funcionamento de comunidades terapêuticas de recuperação de dependentes químicos nas condições que menciona e dá outras providências. **Autoria:** Senador Magno Malta. **Relatoria:** Senador João Durval. **Resultado:** O Substitutivo oferecido ao PLS nº 271, de 2007, é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do RISF. **ITEM 5 – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356, DE 2003.** Dispõe sobre limites de despesas de custeio e manutenção do serviço de loterias, destina parte dos recursos das loterias federais para o Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Serys Slhessarenko. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Resultado:** O Substitutivo oferecido ao PLS nº 356, de 2003, é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do RISF. **ITEM 6 – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 416, DE 2009.** Altera a Lei nº 10.972, de 2 de dezembro de 2004, para assegurar meios para o tratamento profilático dos pacientes portadores de coagulopatias congênitas (hemofilias). **Autoria:** Senador Marconi Perillo. **Relatoria:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Resultado:** O Substitutivo oferecido ao PLS nº 416, de 2009, é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do RISF. Ficam adiados os demais Itens da Pauta, a saber: nºs 4, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35 e 36. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Marcelo Crivella, Roberto Cavalcanti, Paulo Duque, Eduardo Suplicy, Mão Santa, Flávio Arns, Papaléo Paes, Lobão Filho, Renato Casagrande e a Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **ROSALBA CIARLINI,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

62ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 11 HORAS E 59 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bom dia, Srs. e Sras. Senadores, senhores convidados, consultores, funcionários da CAS.

Havendo número regimental, declaro aberta a 62ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 59ª, 60ª e 61ª Reuniões Extraordinárias.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Srs. Senadores... Um minuto. Pois não. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação dos itens nº 01 a 40, conforme pauta previamente divulgada. Concedo-–

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, pela ordem, Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu interrompi V. Exa., porque nós estávamos sem som, me perdoe, mas agora já voltou o som.

Eu queria pedir a V. Exa. que, se pudesse, desse prioridade ao Item 08, tendo em vista que nós temos uma comitiva muito ilustre que veio do Nordeste, todos os Estados do Nordeste, para terem hoje a votação do projeto da regulamentação da sua profissão.

Se V. Exa. pudesse colocar como primeiro Item da pauta, eu ficaria muito feliz.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Crivella-–

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sra. Presidenta, pela ordem. Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Eu queria me associar ao Senador Crivella, muito embora eu seja relator de um item, eu pediria até a inversão de pauta, mas eu gostaria de que eu fosse relator da matéria a seguir à matéria que reconhece a profissão de violeiro e cantador, e eu estou nessa reunião muito por conta da presença de S. Sas., que são um símbolo da nossa região, do Nordeste. Claro que estão presentes em muitas regiões do Brasil, mas são um símbolo da nordestinidade, da cultura popular.

E eu estou aqui, com muita alegria, para sufragar o meu voto a favor do reconhecimento da profissão.

E, em seguida, Sra. Presidente, se pudesse inverter a pauta para que eu pudesse apresentar o meu relatório que equipara a atividade de pescador a atividade da agricultor, tendo em vista que ambas são atividades primárias e ambas devem oferecer o mesmo tipo de proteção ou ajuda por parte da aposentadorias e financiamentos.

É o que tenho a dizer.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Olha, eu gostaria, aqui, de... O projeto dos violeiros, e eu quero, aqui, dar... Abraçar a todos, através dos que aqui vieram, a todos cancioneiros, violeiros, repentistas, cordelistas do meu Brasil. Eu tenho uma admiração especial, aqui nós temos, inclusive, entre vocês, um cordelista da minha cidade, do meu estado, que é o Professor Crispiniano.

E dizer que quero cumprimentar através de vocês todos do Brasil, e Rosa, que é esta mulher que preside aqui a Casa do Cantador.

Então, eu queria a dizer a vocês que nós temos que aguardar que seja dado quorum para que possamos votar o projeto dos violeiros, está bem pertinho. Nós já temos--

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Eu venho aqui dar o voto do Partido Social Cristão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com mais três senadores... Tudo bem, Mão Santa eu sei que você como um bom nordestino--

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Pois é, e é voto bíblico--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vem aqui em defesa dos... Então, em função disso-–

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Viu, presidenta, mais do que os discursos nossos, é a música. Está lá naquele samba bonito de Davi dedilhando a sua viola, harpa, viola: "Deus é meu pastor e nada me faltará". Não foi assim, Crivella? Hein, Crivella?

Então eu vim dar o voto do Partido Social Cristão pelos violeiros, lembrando dos salmos que são verdadeiros sambas que nos levam à felicidade e a Deus.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bem, então nós vamos fazer o seguinte: como o Item 38 é decisão não terminativa e não precisa de quorum qualificado, nós vamos passar a palavra ao Senador Agripino para relatar o projeto do Senador Garibaldi Alves Filho, nº 423 de 2009, que altera a lei-–

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Qual é o Item?

[soa a campainha]

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Trinta e oito.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Que "*Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para equiparar a pesca à atividade agropecuária bem como para dispor sobre o trabalho dos pescadores profissionais na atividade pesqueira industrial e o contrato de parceria na pesca artesanal*."

Então, vamos... Concedo a palavra ao Senador José Agripino para proferir o seu relatório.

E aproveito, mais uma vez, para convidar os Srs. Senadores que se encontram na sessão de homenagem e nas demais comissões, que venham à CAS, porque hoje nós temos um verdadeiro mutirão, são quarenta matérias para serem apreciadas.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Página 464.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, "*A proposição modifica a redação do inciso III do art. 2º e acrescenta os arts. 17-A e 17-B na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009*", que é a lei geral da pesca, que foi aprovada recentemente por esta Casa.

"*A primeira alteração equipara a pesca à atividade agropecuária e a segunda, com o acréscimo de*

dispositivos, trata sobre os pescadores empregados na pesca industrial e o contrato de parceria na pesca artesanal.

Segundo o eminente autor, Senador Garibaldi Alves Filho, a presente proposição, além de equiparar a pesca à atividade agropecuária, visa a preencher lacuna decorrente do veto presidencial aos arts. 14, 15, 16 e 17 da Lei Geral da Pesca nº 11.959, de 2009."

Eu vou procurar fazer um resumo das explicações, Sra. Presidente, Srs. Senadores, dizendo o seguinte:

"*Recentemente, em 29 de junho de 2009, foi sancionada pelo Presidente da República a Lei 11.959, dispondo sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.*

É do conhecimento geral que uma das modalidades de atividade pesqueira mais conhecidas e populares de nosso país se dá pelo contrato de parceria da pesca artesanal. Trata-se de uma realidade presente em todo o nosso litoral, onde incontáveis pescadores associam-se a donos de barcos e materiais de captura para exercer seu ofício.

Dessa forma, com a exclusão da regulação da modalidade de parceria na atividade de pesca artesanal, feita sob a alegação de sua insuficiente caracterização formal, o referido diploma legal, embora recém inserido em nosso ordenamento, já nasceu amputado, faltando-lhe uma clara disposição sobre esse regime contratual, que é fulcral.

No que tange à pesca industrial, exercida por contrato, com previsão de pagamento ao pescador profissional, parte em dinheiro e parte em percentual do resultado da pesca, a ausência de estipulação legal específica também, a especificação também trouxe repercussões negativas para os trabalhadores do setor, que acabaram ficando desamparados pela falta de uma regulação mais compreensiva."

Quanto a..."*No atual estágio de indefinição legal, as parcerias de pesca acabam assumindo um caráter mais aproximado à relação de emprego, onde há um chefe com maior poder decisório e de barganha produtiva, mas sem a garantia dos direitos trabalhistas previstos em lei.*

Nas 'parcerias', entres aspas, atuais, em muitos casos, não há sócios, mas patrões e subordinados. Não há partilha de lucros e prejuízos na exata medida da cota-parte de investimento, mas relações de mera prestação de serviços, acarretando, não raro, situações de franca desvantagem para o pescador, o que realça o mérito e a oportunidade de sua proposição.

Assim, é reconhecidamente necessária a estipulação e a definição, clara e precisa do que seja o contrato de parceria e suas condições.

Quanto à modalidade de pesca industrial, o projeto dispõe que sua regulação deve estar atrelada à legislação trabalhista, com o objetivo de assegurar, pelo menos, a percepção do salário mínimo no cômputo da parcela em dinheiro a ser paga ao pescador.

Pelas razões expostas no meu parecer, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2009, louvando a iniciativa do Senador Garibaldi Alves Filho e trazendo... E do Senador Renato Casagrande, e trazendo, evidentemente, à essa Comissão a necessidade de se apoiar e aprovar este projeto como forma de equiparar o pescador a quem ele mais se assemelha no campo das relações do trabalho, que é ao agricultor e ao pecuarista. O nosso voto é favorável.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): [interrupção no áudio] Presidente, Senador Paulo Paim. Eu vou pedir à V. Exa. e já argumentando com o relator da matéria, por não ter conhecimento total da matéria, eu gostaria de pedir vista da matéria, para que na próxima semana eu possa devolver para votação, Senador Agripino.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Concedida a vista regimental, com o compromisso do Senador Renato Casagrande já na próxima semana estar na pauta, ou seja, votaremos antes do recesso.

Item 37, decisão não terminativa. Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2009, "*Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 89, para instituir medida de amparo à pessoa portadora de deficiência na área da assistência social*." Autor, Senador Cristovam Buarque. Relator, Senador Roberto Cavalcanti; parecer pela aprovação do projeto com três emendas que apresenta. Observação: a matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa. A matéria constou da pauta das reuniões dos dias 29 de 10/2009, 04 do 11/2009, 10 de 11/2009 e 18 do 11/2009, sendo adiada sua apreciação.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti para proferir o seu relatório.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, trata-se de um projeto de lei de autoria do nobre Senador Cristovam Buarque, que visa... Que entre as medidas a serem viabilizadas pelo Poder Público na área da assistência social, a criação de centros de convivência visando assegurar os direitos básicos das pessoas com deficiências.

Então, extremamente meritório, nós fizemos a análise de todo o encaminhamento. Então, o nosso

voto, em face da relevância social do projeto do Senado, o PLS nº 249 de 2009, recomendamos pela sua aprovação, com as seguintes emendas:

"*Dê-se à emenda* (*sic*) *do Projeto de Lei do Senado 249, de 2009, a seguinte redação: Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, a fim de incluir, instituir medida de apoio a pessoa com deficiência na área da assistência social e atualizar a terminologia para designar os destinatários da norma*."

É só uma alteraçãozinha no tocante à forma de se dirigir aos deficientes; em lugar de *pessoas portadoras de deficiência* se referir no tocante às suas pessoas *com deficiência*. Então, não ser nominada *portadores de deficiência* e sim *pessoas com deficiência*. Esta alteração diminuta que nós estamos fazendo e, no demais, nós fazemos essa, essa... Essa aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão a matéria. Senador Flávio Arns para discutir.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu estava comentando com o Senador Roberto Cavalcanti que o projeto de lei relacionado a este assunto é um projeto importante, necessário.

Concordo com a emenda que foi feita, *pessoa com deficiência* ou *portadora de deficiência* a expressão que se utiliza, *pessoa com deficiência*, como o Senador Roberto Cavalcanti colocou.

Contudo, nós corremos um grave risco, sempre, quando nós dizemos que uma determinada população a partir de 18 anos é, como se sugere, público alvo da assistência social, porque aí a educação lava as mãos, o trabalho lava as mãos, cultura e esporte também.

E a pessoa com deficiência, o jovem de 18 anos, tenha a deficiência que tiver, precisa ainda do aparato, do apoio da educação.

Educação para o trabalho, mesmo que seja uma tarefa limitada, o apoio em termos de educação de jovens e adultos.

Então, a exemplo do que acontece com a universidade, a pessoa sem deficiência com 18, 20, 30, 40, 60 anos, 80, seja a idade que for, é público da educação, é publico do trabalho, qualificação para o trabalho.

Então, o que habitualmente acontece no Brasil quando alguém diz, com 18 anos de idade é público dar assistência num centro de convivência, os outros tendem a se omitir, a não participar.

Então, nesse sentido eu comentei, eu peço vistas do projeto para reavaliarmos a situação.

[*troca de presidência*]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vista concedida. Passamos ao Item 39, decisão não terminativa, Projeto de Lei do Senado-–

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vista coletiva, Presidente. Vista coletiva do projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --Nº 313 de 2009.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sra. Presidenta, só para não mudar a pauta...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): No tocante ao Item 37, foi solicitado vista coletiva pelo Senador Casagrande.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois, não. Então concedida vista coletiva ao Projeto 37.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): "*Acrescenta o inciso XIII ao art. 3º da Lei nº. 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências.*"

O autor é o Senador Marcelo Crivella e o relator é o Senador Paulo Paim.

Eu gostaria, aqui, de que aqueles que estão nos assistindo pelo canal do Senado, informar que após a apreciação desse Projeto, Item 39, vamos dar, iniciar a votação do projeto, do Item 08, que é o projeto que "*Dispõe sobre o exercício da profissão de Repentista*", avisando aos Srs. Senadores da Comissão de Assuntos Sociais que se façam presentes.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Veio a essa Comissão o Projeto de Lei do Senado 313, de 2009, de autoria do nobre Senador Marcelo Crivella.

Eu vou direto à análise.

"*O trabalho conjunto entre o Poder Público e entidades da sociedade civil sem fins lucrativos tem apresentado resultados muito positivos na realização de projetos de interesse social.*

Podemos afirmar que, em face da magnitude dos problemas sociais que enfrentamos, a colaboração entre as esferas pública e privada nessa área revela-se uma necessidade premente.

Nesse contexto, a qualificação de entidades como OSCIPs tem grande relevância, uma vez que essa qualificação constitui requisito indispensável para a celebração de Termos de Parceria, através dos quais o Poder Público e as organizações sociais somam esforços para executar programas que trazem melhorias para a sociedade como um todo.

Acreditamos que o modelo de cooperação entre o Estado e a sociedade civil representado pelos Ter-

mos de Parceria deve ser valorizado em razão de sua transparência e efetividade.

A celebração de Termos de Parceria não constitui uma simples transferência de recursos públicos, mas envolve a fixação de prazos e metas para os objetivos a serem atingidos pelas OSCIPs, assim como a avaliação de desempenho dos programas executados.

Os critérios legais para que uma entidade sem fins lucrativos possa pleitear, junto ao Ministério da Justiça, sua qualificação como OSCIP, são rigorosos no que diz respeito às práticas de gestão e normas de fiscalização e prestação de contas.

Quanto às ações e programas de melhoria de condições de habitação da população carente, consideramos evidente sua relevância e, por isso, julgamos apropriado autorizar que entidades que desenvolvem essas atividades possam ser classificadas como OSCIPS.

O povo carente, que suporta tantas dificuldades, merece viver com dignidade, em condições nas quais sua moradia não se resuma a um teto apenas, mas possa autenticamente ser chamada de lar.

A lacuna legal atualmente existente impossibilita a celebração de termos de parceria com entidades que tenham como objetivo social o aperfeiçoamento das condições de habitação da população carente.

O PLS 313, de 2009, de autoria do nobre Senador Crivella, corrige essa lacuna, abrindo possibilidade de que o déficit habitacional e a precariedade das condições de habitação sejam enfrentados conjuntamente, pelo Poder Público e pelas organizações sociais."

Voto.

"*Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2009, do nobre Senador Marcelo Crivella*."

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão a matéria.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sra. Presidente, eu gostaria de apenas esclarecer aqui aos meus companheiros, o Senador Paim fez um relatório brilhante, dizer que é uma maneira que a gente está tentando atacar o problema das favelas, das moradias precárias, da falta de habitabilidade em muitos conjuntos habitacionais no Brasil.

Se nós dermos oportunidades para que esses acordos de cooperação entre o público e o privado possam abranger também cooperativas de habitação, OSCIPs e que possam atuar nessa área da baixa renda, inclusive com recurso do Fundo Nacional de Habitação por interesse social, eu tenho a impressão que nós estaremos de alguma forma contribuindo para minorar o sofrimento de milhões de brasileiros que hoje vivem em casebres, barracos, em situação muito precária.

Muito obrigado, Presidente.

[interrupção no áudio]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Continua em discussão. Não havendo... Não havendo quem queira discutir, passamos à votação.

O senhor deseja discutir, Senador Paulo Duque?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu queria falar pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Logo depois de votar esse projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Pois não, Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): A Questão de Ordem é a seguinte: eu estou vendo senadores ingressarem e saírem, ingressarem e saírem e com essa pauta enorme e os nossos visitantes aqui aguardando com ansiedade o pronunciamento dessa Comissão.

Então, eu queria fazer um apelo à V. Exa., para colocar em primeiro lugar esse projeto do Senador Marcelo Crivella, e fazer um apelo também que os atuais senadores que estão presentes possam votar desde já com essa prioridade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador, é isso que estou tentando desde que começamos, que complete onze. Até agora nós estamos com 2, 4, 6, 7, 8, 9-–

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mas já entrou aqui o Senador José Agripino--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador José Agripino e o Senador Garibaldi, pediu-–

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mão Santa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mão Santa, que na hora fosse votar, iniciar, fosse chamar. Já mandamos lá para a CCJ que eles estão na reunião, para que eles venham.

Chegou o Senador, pronto. Isso, vamos começar.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Isso, ótimo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vamos começar o projeto. Item 08, decisão terminativa, Projeto de Lei da Câmara nº 177, de 2009, que "*Dispõe sobre o exercício da profis-*

são de Repetentista." O autor é o Deputado André de Paula, o relator Senador Marcelo Crivella e o parecer é pela aprovação do projeto.

Dispõe sobre o exercício da profissão de Repentista.

O art. 1º: "*Fica reconhecida a atividade da Repentista como profissão artística*."

Art. 2º: "*Repentista é o profissional que utiliza o improviso rimado como meio de expressão artística cantada, falada ou escrita, compondo de imediata ou recolhendo composições de origem anônima ou da tradição popular*."

Art. 3º: "*Consideram-se repentistas, além de outros que as entidades de classe possam reconhecer, os seguintes profissionais: I – cantadores e violeiros improvisadores; II – os emboladores e cantadores de Coco; III – poetas repentistas e os contadores e declamadores de causos da cultura popular; IV – escritores da literatura de cordel*."

E art. 4º: "*Aos repentistas são aplicadas, conforme as especificidades da atividade, as disposições previstas nos arts. 41 a 48 da Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960, que dispõem sobre a duração do trabalho dos músicos*."

Art. 5º, "*A profissão de Repentista passa a integrar o quadro de atividades a que se refere o art. 577 da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 548* (*sic*)*, de 1º de maio de 1943*."

"*Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação*."

Passamos agora essa lei, na forma que foi aprovada na Câmara e agora passamos à apreciação do relatório do Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Obrigada, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Antes eu gostaria, só aqui, Senador...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pois não.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): De registrar a presença do poeta Gonçalo Gonçalves, cantador de Fortaleza, do poeta Paulo Nunes Batista, da coquista Terezinha, além do que já foi aqui citado, o poeta Crispiano Neto e todos os seus amigos e companheiros [palmas] que participam desta manhã, que, onde, tomara, com a aprovação, possamos valorizar cada vez mais a profissão de repentista.

[palmas]

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com a palavra o Senador Crivella. Pois não.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): [interrupção no áudio] do Senador Marcelo Crivella, eu queria destacar aqui a iniciativa do Senador Paulo Paim. Eu nunca vi na minha história, eu sou três... Senador pelo terceiro mandato, eu nunca vi em matéria nenhuma um senador puxar palma para o mérito de uma matéria.

[risos]

E as palmas do Senador Paulo Paim, foram acompanhadas pela platéia inteira, pela... Pelos senadores.

Isso é uma manifestação de apreço de carinho, de respeito à cultura popular.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Gostei, gostei.

[palmas]

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Eles são a manifestação mais cristalina da cultura popular, é de dar gosto.

A Senadora Marisa Serrano me dizia: "Eu não tenho no meu estado cantador, eu tenho cantor." Ela não sabe o que está perdendo, porque o cantador canta fazendo verso, é ao mesmo tempo cantor e poeta e dono de um talento absolutamente singular.

Demorou muito tempo até que esse projeto aparecesse para transformar ou para reconhecer a profissão do cantador, do violeiro, das pessoas que são um pedaço importante da cultura popular, principalmente do Nordeste.

A minha homenagem e o voto *sim*, entusiástico, pelo reconhecimento da profissão de cantador.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vamos agora ao relator, vamos ler, o relator, e depois nós vamos discutir a matéria.

Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu estou aqui, empolgado, porque--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): o Senador Agripino, é um repentista.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Ele é um cantador e encantador, porque ele canta e encanta.

Eu gostaria, então, Sra. Presidente, apenas de proferir o relatório, dizendo que vem a exame nessa Comissão, em decisão terminativa, e quando eu digo

decisão terminativa, eu gostaria de esclarecer aqui aos nobres visitantes de que, aprovado aqui hoje, vai à sanção.

Então, o Projeto de Lei, na Câmara, 174/2007, de autoria do Deputado André de Paula, que tem por finalidade reconhecer a atividade de Repentista como profissão artística.

"*Para tanto, o projeto estabelece que, definição:*

Repentista é aquele utiliza o improviso rimado como meio de expressão artística cantada, falada ou escrita, compondo de imediato ou recolhendo composições de origem anônima ou da tradição popular;

São considerados repentistas, além de outros artistas que as entidades de classe venham a reconhecer, os cantadores e violeiros improvisadores, os emboladores e cantadores de Coco, os poetas repentistas e os cantadores e declamadores de causos da cultura popular e os escritores de cultura de cordel;

Aplica-se, no que couber, o disposto nos arts. 41 a 48 da Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 60, que tratam sobre a duração da jornada de trabalho dos músicos;

A profissão de repentista passa a integrar o quadro de atividades que consta do art. 577, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Ao justificar..." Ai, ai, ai... "*Ao justificar sua iniciativa, o autor afirma: 'O objetivo da presente proposição não é o de defender, tão somente, interesses de classe, mas o de promover e proteger, sobretudo, as diversas formas de manifestação da cultura popular, preceitos perseguidos pela Constituição Federal.'*

Deve-se reconhecer, ainda, a iniciativa do Deputado Wilson Braga, do Estado da Paraíba, que em Legislatura anterior encampou a idéia que agora movimento, atendendo aos legítimos interesses de poetas, cantadores, repentistas e cordelistas de todo o Brasil.

Em sua tramitação na Câmara dos Deputados, a proposição mereceu a aprovação da Comissão de Trabalho, da Comissão de Administração e Serviço Público, da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, na forma do Substitutivo proposto pela Comissão de Trabalho, e também da Comissão de Administração e Serviço Público.

Até o momento, no Senado, não foram apresentadas emendas."

Análise.

"*Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais emitir parecer sobre projetos de lei que versem sobre condições para o exercício de profissão.*

Sob o aspecto formal, não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional no projeto. A disciplina da matéria é de competência legislativa da União e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional.

A norma proposta não afronta os princípios adotados pela Constituição. Não há, portanto, impedimentos constitucionais, formais, nem materiais. Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados, tornando-a apta para entrar em nosso ordenamento jurídico.

O repente nordestino é um dos melhores exemplos de uma arte popular complexa e dinâmica. Este fenômeno cultural é elemento dos mais importantes de uma tradição poética em processo constante de adaptação a novas condições de trabalho poético.

Concentrando-se, no século XIX, no interior do Nordeste, hoje, está presente em grandes centros urbanos do Brasil, em contato cada vez maior com novas platéias, assim como um conjunto de referências culturais que extrapolam aquelas ditas populares.

Grandes escritores como Guimarães Rosa, Graciliano Ramos, José Lins do Rego e João Cabral de Melo Neto sofreram influência dessa forma de literatura popular.

A literatura de cordel serviu de base para toda a obra de Ariano Suassuna. A peça 'O Auto da Compadecida', por exemplo, que foi escrita, inicialmente, em um ato, a partir do cordel 'O Julgamento do Cachorro', de Leandro Gomes de Barros, foi acrescida de outros dois, tendo como base, também, outros dois cordéis.

Atualmente, os cantadores apresentam-se em 'shows' em praças públicas, em teatros, em comícios políticos, apresentações em rádio, em programas e comerciais de televisão, em escolas e universidades, em solenidades de órgãos governamentais, gravações de discos etc.

Infelizmente, a Lei 6.533, de 24 de maio de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artistas e de Técnico em Espetáculos de Diversões, e dá outras providências, não abrange a atividade do repentista.

Nem mesmo o Quadro Anexo ao Decreto que regulamenta a lei supracitada e contém as denominações e descrições das funções em que se desdobram as atividades de Artista e de Técnico em Espetáculos de Diversões, faz qualquer referência ao repentista.

A proposição é, portanto, meritória. Eis que preenche lacuna importante em nossa legislação e que, injustificadamente, não incluiu, entre os artistas, a figura do repentista, que tanto vem contribuindo para o desenvolvimento e enriquecimento da cultura popular brasileira, e, há muito, merecendo seu reconhecimento formal."

Tendo em vista o exposto, nós opinamos pela aprovação do Projeto da Lei da Câmara nº 174, de 2009, pedindo às Sras. e Srs. Senadores que possam aprová-lo, para consagrar aqui, hoje, nessa Sessão solene, a figura extraordinária desse brasileiro, na sua maioria, humilde, simples, mas que traz para a alma do povo brasileiro um sabor, um carinho, um consolo, sobretudo nos momentos difíceis das nossas contingências históricas.

É assim, Sra. Presidenta, que pela voz obscura e anônima do Senador Crivella, eu tento pedir aqui o voto dos meus companheiros para aprovarmos essa matéria.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bem, passaremos logo à votação. Em seguida os senadores que estão inscritos Roberto Cavalcanti, Casagrande, irão usar da palavra.

Vamos votar. Como vota a Senadora Marisa?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Com louvor ao relatório do Crivella, eu voto a favor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Com a saudação e a admiração a todos que estão aqui presentes, pelo talento, pela participação, pelo reconhecimento que todos nós como sociedade temos do belo trabalho que fazem, com tanta garra, determinação e competência, o voto é a favor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paulo Duque, como vota?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Com o meu conterrâneo carioca.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Olha, e tem uma coisa, chegar agora na Feira de São Cristovão... Vai encontrar lá muitos nordestinos que são cantadores repentistas--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): São muito bem-vindos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vai encontrar também um lá de Mossoró, viu? Do Rio Grande do Norte.

Senador Mozarildo, como vota?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Papaléo, como vota? Desculpe.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senadora Rosalba, eu voto com o relator, Senador Marcelo Crivella.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Como vota o Senador Lobão Filho?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sra. Presidente, eu voto com o relator, com o comentário de que o meu protesto em relação ao relator desta matéria, Senador Marcelo Crivella, que diz que a voz dele é obscura e sem importância.

Pelo contrário, não poderia ter um senador melhor aqui, nesse Senado, para relatar uma matéria tão importante como essa dos repentistas, do que o Senador Marcelo Crivella. O meu protesto. Vossa voz não é obscura e nem sem importância, é a mais importante dessa Comissão.

[risos]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Como vota?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu voto com o Deputado André de Paula e com o relator, Senador Marcelo Crivella.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Marcelo Crivella, voto já conhecido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Voto com o relator, fazendo a observação de que a competência do mesmo não está somente no relatório.

A Assessoria do Senador Crivella, hoje, durante todo o dia, me perseguiu em todas as Comissões para que aqui estivesse para votar este projeto.

Parabéns ao Senador e parabéns ao gabinete do Senador.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O senhor não poderia deixar de estar aqui, Senador Roberto, até porque a Paraíba, hospitaleira, morena, brasileira do meu coração-–

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Isso eu farei naquela hora eu falarei no momento--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ela, do seu coração--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): --Falarei no momento que estou inscrito.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Tem grandes repentistas.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Mas tem uma razão: ele é meu líder; o Senador Crivella é líder do meu Partido.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): A Paraíba é o epicentro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Renato Casagrande, como vota?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Voto com o Deputado André da Paula, voto com o Senador Marcelo Crivella, nosso relator e voto com os repentistas do Brasil. Eu voto sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente não vota, mas nesse caso eu faço questão mais uma vez de reafirmar-–

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Dá quorum.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Hein?

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Não vota mas dá quorum.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não vota mas dá quorum.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Garantiu o quorum.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Garanti o quorum.

Mas eu quero reafirmar e não precisaria, porque eles sabem do meu apreço, da minha admiração, do meu encantamento, quantos e quantos...

[risos]

Ah, eu já... A Casa do Cantador, quantas vezes me viu nos nossos encontros que existem, anuais, e depois, tem uma coisa aqui muito importante, que eu quero aqui registrar. Eles são também um grande instrumento de divulgação, de apoio nas causas sociais.

Quando nós tivemos, podem ver quantos cordéis você tem falando de ações de cidadania, da dengue, do combate à mortalidade infantil, as questões voltadas a apoiar a população, a ajudar, levando mensagens de apoio, levando mensagens educativas e também nos colocando a refletir contra tantas injustiças.

Era nos repentes que na época dura da ditadura, nós, estudantes, encontrávamos, exato, muitas e muitas questões e respostas, que eram, exatamente, pelas palavras simples e, muitas vezes, de pessoas que eram, podemos assim dizer, até analfabetos, mas que tinham esse dom, que tem esse dom maravilhoso e que nos fazia colocar, revigorar a nossa força nas lutas de liberdade.

E por falar em liberdade, nós temos no Rio Grande do Norte um espetáculo, o Senador Agripino, conhece que começou quando eu era Prefeita, que se chama *Alto da Liberdade*, que foi todo o roteiro escrito em cordel e o escritor está aqui, Crispiniano Neto.

Bem, então eu passo, agora... Aprovado por unanimidade.

[palmas]

Com a palavra--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Pela ordem; pela ordem, Sra. Presidente

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Olha, Senador.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Inscrito.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Olha, eu queria aqui primeiro fazer aprovar o seguinte: eles querem fazer uma homenagem.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Aprovado, Sra. Presidente. Aprovado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eles querem fazer-–

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Aprovado.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Aprovado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, eu gostaria de saber se é aprovado--

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Claro, claro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --para que eles possam fazer o seu repente; repente de vitória, repente de que realmente agora passam a ser reconhecidos como profissionais da área artística, profissionais, músicos do nosso Brasil.

Aqui está Gonçalo Gonçalves. Não?

SR. GERALDO AMÂNCIO: Podemos nos anunciar?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pode ser.

SR. GERALDO AMÂNCIO: Somos repentistas, ele é riograndense do norte, eu sou cearense, estamos em nome de todos os cantores do Brasil, principalmente do Nordeste, onde nasceu a cantoria, na Paraíba, do Senador, lá na terra do Teixeira, certo?

Vamos trabalhar aqui um pouquinho.

Eu diria até o seguinte: sou nordestino da gema, sou cearense de fé, que acredita em Padre Cícero, São

Francisco e em Canindé. Herdei toda a inspiração de Catulo da Paixão e Patativa do Assaré.

Vamos cantar.

[palmas]

[música]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Podia chamar todos da viola para virem aqui para a frente, inclusive também Terezinha Coquista e Rosa, que é a nossa Presidente.

SR. GERALDO AMÂNCIO: Os cantadores começam toda a cantoria com sextilhas que são versos sete silábicos de seis... São estrofes sete silábicas.

[música]

SR. FRANCISCO DE ASSIS: *A arte do repentista tem seu apoio total e o repentista terá a Previdência Social, não envelhecer apenas ganhando do FUNRURAL.*

[palmas]

[música]

SR. GERALDO AMÂNCIO: *Eu agradeço, afinal, ao Supremo Arquiteto, com o projeto aprovado o time ficou completo, e quero que vocês aplaudam quem trabalhou no projeto.*

[palmas]

[música]

SR. FRANCISCO DE ASSIS: *Como semi-analfabeto, comecei na fazendola a minha graduação, meus vinte anos de escola. Agradeço as duas coisas, a coragem e a viola.*

[palmas]

[música]

SR. GERALDO AMÂNCIO: *Eu agradeço a viola e o sertão que a gente mora, existe até um adágio 'tudo quando é bom demora', cantoria tem dois séculos e é reconhecida agora.*

[palmas]

[música]

SR. FRANCISCO DE ASSIS: *Nossa profissão, agora, como arte se revela, genuinamente é brasileira e muito bela, agradeço a André de Paula e ao Senador Crivella.*

[palmas]

[música]

SR. GERALDO AMÂNCIO: *Muito obrigado ao Crivella, que falou, foi verdadeiro, ele que é Senador pelo Rio de Janeiro, pensei até que ele fosse do Nordeste brasileiro.*

[palmas]

[música]

SR. FRANCISCO DE ASSIS: *Do Nordeste brasileiro sei que não é afinal, mas lutar por nossa classe é trabalho natural; repente não tem fronteira, é cultura universal.*

[palmas]

[música]

SR. GERALDO AMÂNCIO: *Rosalba é fenomenal, trabalha fazendo o bem, aqui um grande segredo do nosso Crivella tem, disse que o nosso Agripino é repentista também.*

[palmas]

[música]

SR. FRANCISCO DE ASSIS: *Eu telefonei também para Esdras, que é genuíno(F) e ele disse: o Senador chamado 'Zé Agripino', não irá deixar de fora o cantador nordestino.*

[palmas]

[música]

SR. GERALDO AMÂNCIO: *Brasília é um castelo fino que me dá tanta alegria, a capital do país, que nasce a democracia, hoje aqui está se tornando a capital da poesia.*

[palmas]

[música]

SR. FRANCISCO DE ASSIS: *Com Suplicy, mais de um dia já fui à manifestação, pelas lutas sociais, no tempo transformação e ele deixou para o fim, só depois da votação.*

[palmas]

[música]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas... O ritmo do repentista...

[música]

SR. GERALDO AMÂNCIO: *Com essa aprovação fiquei emocionado, você defende a cultura e cada um o seu estado, em nome dos cantadores o nosso muito obrigado.*

[palmas]

[música]

SR. FRANCISCO DE ASSIS: *Senador, muito obrigado, Agripino, a alegria, Rosalba disse que o mesmo até hoje não sabia que eu já fiz parte dos cabras de Alexandria.*

[palmas]

[música]

SR. GERALDO AMÂNCIO: *Vou terminar a cantoria e agora o destino vem, emboladora de coco que essa canta muito bem e onde tem democracia, mulheres cantam também.*

[palmas]

[música]

SR. FRANCISCO DE ASSIS: *Para providência de bem o nosso projeto está encaminhado e ao invés de ter uma RPA, a carteira de trabalho providenciada está.*

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Agora, eu gostaria aqui de fazer o registro, porque o cantador Francisco de Assis é nosso conterrâneo da cidade de Alexandria, e foi criado em Pau dos Ferros, estudou em Mossoró.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Presidente, Presidente Rosalba.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É doutor [ininteligível].

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Presidente Rosalba.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só um minutinho, Senador.

E Terezinha, que é coquista, ela também é do Rio Grande do Norte, de Natal.

Então, Senador Garibaldi, pela ordem, eu já tenho aqui. Eu vou... Tem uma lista, aqui, de pessoas que... Senador Garibaldi, eu vou lhe conceder a palavra e depois...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu gostaria de dizer que cheguei atrasado, realmente, para a votação, mas estou muito feliz porque fui representado aqui por Rosalba e mais ou menos por José Agripino.

[risos]

Quando eu digo isso é porque eu vou concorrer a eleição com ele e não sei se ele deve ter feito mesmo o meu dever de casa.

Mas eu fiquei muito feliz com a aprovação do projeto e sei que isso vai dar muita alegria, não apenas aos nossos violeiros, mas vai dar muita alegria àqueles que vão continuar a ouvi-los, eles agora vão ter cada vez mais inspiração.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bem, passamos agora para a nossa artista, a nossa artista agora reconhecida de cargo e de direito, que é a Terezinha.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): V. Exa. iria me permitir também, senhora--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Tem uma ordem de inscrição nessa... É possível, Senadora?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É, tem uma ordem de inscrição, Senador Roberto Cavalcanti foi o primeiro que pediu, então eu vou conceder ao Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está bem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O senhor está inscrito, senador.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): A cantora primeiro, a cantora... Mulheres... Mulheres *first*.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Muito bem

[palmas]

[música]

SR. JOSÉ ROQUE: *Querer bem é amar, ter saudade é amor, quem amou uma linda flor nunca deve abandonar.*

SRA. TEREZINHA: *Querer bem é amar, ter saudade é amor, quem amou uma linda flor nunca deve abandonar.*

SR. JOSÉ ROQUE: *Vamos batendo o pandeiro até alta madrugada e quem gosta da embolada vai ver a gente cantar.*

SRA. TEREZINHA: *Vamos com Deus* [ininteligível] *cantar no pé do fogão e com o meu pandeiro na mão, e a* [ininteligível].

SR. JOSÉ ROQUE: *Eu nasci lá no sertão, mas hoje eu estou em Brasília, construí minha família e tenho tudo que eu precisar*.

SRA. TEREZINHA: *Eu consegui na mesma linha de* [ininteligível] *que eu cheguei da Paraíba, e não cheguei para ganhar.*

SR. JOSÉ ROQUE: *Vou procurando* [ininteligível] *mostrando reputamento, naquela* [ininteligível].

SRA. TEREZINHA: *É assim que eu quero cantar e é para solteiros e para casados, que são considerados, o Senador que aqui chegar.*

SR. JOSÉ ROQUE: *Pernambuco é meu Estado, Gravatá minha cidade, com nove anos de idade papai me ensinou cantar.*

SRA. TEREZINHA: *E eu quero improvisar, é para o homem que escuta a* [ininteligível] *e vê uma mulher cantar.*

SR. JOSÉ ROQUE: *Trabalhar é a minha luta vivendo lá no sertão e lutando eu ganho o meu pão em quase todo o lugar.*

SRA. TEREZINHA: Eu vou com o pandeiro na mão, eu [ininteligível] que eu já vi acostumada lavar roupa sem molhar.

SR. JOSÉ ROQUE: *E meu povo muito obrigado que eu agora vou embora, já está passando da hora e eu tenho que trabalhar.*

SRA. TEREZINHA: Vai licença eu vou cantar e se sair é gente boa quem canta para essa pessoa não se abusa de cantar.

SR. JOSÉ ROQUE: *Aqui só tem gente boa cantar não quero cantar você vai me acompanhando do jeito que eu sei brincar.*

SRA. TEREZINHA: *É data, dia, é mês é ano, é mês e ano é data dia, é repente e é poesia, e é feito na hora H.*

SR. JOSÉ ROQUE: *E eu quero ter alegria, mostrando a minha tabela, muito obrigado Crivella, pessoa espetacular.*

[palmas]

SRA. TEREZINHA: *Ele é muito legal e agora eu vou lhe dizer que a cantoria é um dever e quer todo mundo não dá.*

SR. JOSÉ ROQUE: *E muito obrigado, senhora, que é linda, para sempre bela, foi uma atriz de novela que sentou para nos olhar.*

SRA. TEREZINHA: Pede vir de lá para cá, e é gente que está assentado, cidadão maravilhado e para você eu vou cantar.

SR. JOSÉ ROQUE: E [ininteligível] educado nós vamos cantar agora e eu vou o [ininteligível] fora na hora de eu trabalhar.

SRA. TEREZINHA: E agora eu vou me embora, vou seguir no meu trabalho, tocando de cada galho e cantando para [ininteligível].

SR. JOSÉ ROQUE: Eu vou parar com o meu trabalho, com um adeus vou embora, mas voltarei outra hora, na hora de eu divulgar.

SRA. TEREZINHA: Pode ir devagar e a vocês muito obrigado e o povo civilizado que gostou do meu trabalho.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Parabéns, que lindo, viu? Agora eu gostaria e o Dr. Paulo, Sr. Paulo Nunes Batista, ele quer aqui apresentar uns versos, ele é filho de Chagas Batista, que foi quem escreveu o primeiro livro sobre cantador e ele também é um repentista, um poeta e quer apresentar aqui uns versos a esta Comissão.

SR. PAULO NUNES BATISTA: Escrevi dentro do ônibus.

"*O contador repentista e o poeta de cordel, o coquista o glosador, cada um é menestrel, são hoje reconhecidos na Lei que está no papel.*

Não havia no Brasil profissão de cantador, reconhecidos por lei, ninguém lhe dava valor, agora é profissional em todo canto onde for.

Leandro Gomes de Barros e o velho Chagas Batista que foi meu pai, batem palmas lá no céu e o poeta cordelista é hoje um profissional em todo ponto de vista.

E eu, um poeta do povo, há 60 anos já vejo aplaudido na lei que reconhecido está o que vive da poesia, o cantador do Brasil, o Brasil se lembrará."

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem.

[palmas]

SR. PAULO NUNES BATISTA: Senadora, por isso é que eu digo assim, só uma estrofe.

A Casa do Cantador, forte expressão nordestina, a central de inteligência da cultura cordelina, a maior verve poética de toda a América Latina.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós passamos, agora, a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti, que está inscrito e depois o Senador Casagrande, já saiu, e depois o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senadora, Presidente, por uma questão de gentileza eu cederei a palavra para...

Senadora aqui é uma aula.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas, antes, que coisa linda, não é?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Linda, tudo lindo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Esses poemas. Esse foi um momento cultural maravilhoso.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): O Senado Federal é uma casa que se aprende a cada dia, não é, Senadora?

Porque nós temos a oportunidade de assistirmos aqui essa cultura popular riquíssima, que talvez tenha um dos seus maiores fundamentos lá na nossa base nordestina, Estados da Paraíba, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, todos os Estados do Nordeste tem uma forte ênfase a isso.

Mas aqui, também, nós temos uma aula de política.

O Senador José Agripino teve a competência de fazer a sua discussão da votação, se antecipando. Ele é competente na sua locução, mas é competente pela sua experiência em até se antecipar os fatos e fazer.

O Senador Paulo Paim, mais esperto ainda e mais traquejado ainda, foi quem puxou os aplausos, então...

[risos]

O Senador Flávio Arns, aqui ao meu lado, fez seu voto, já no seu voto já fez tudo, falou tudo o que tinha a dizer.

Garibaldi chegou um pouquinho mais atrasado e nessa cumplicidade com a Rosalba Ciarlini, que

hoje está, realmente aqui nós estamos assistindo é uma cumplicidade riograndense do norte, então já falou bastante eu aqui só fazia levantar a mão e pedir a palavra, para poder ter a oportunidade de fazer esse registro.

Na verdade, eu não poderia, como paraibano e como liderado do Senador Crivella, que fez a relatoria deste belo projeto, deixar de me acostar a tudo o que foi dito aqui.

Na verdade, nós que estamos principalmente na base nordestina, Paraíba e outros estados, temos a extrema... Nascemos nisso. Na hora que isso acontece e fazer aqui o registro ao Senador Flávio Arns de que todos estavam aqui cantando e falando, só sua voz, não tinha nenhum instrumento eletrônico nem uma ajuda, nada, no máximo aí um pandeiro ou uma viola para poder acompanhá-los.

Então, na verdade, esse projeto é belíssimo, de repercussão nacional e, a partir de agora, acredito, todos poderão ter a carteira assinada, todos poderão [ininteligível] é importantíssimo.

Eu tenho, nesta Casa, um projeto também de minha autoria, que é reconhecimento da profissão do artesão; eu acho que o artesão é parceiro de vocês todos no tocante a essa sensibilidade popular.

Então, eu peço aos demais senadores que, com a mesma sensibilidade e a mesma garra que aprovaram esse projeto dos cantadores, que possamos aprovar o projeto dos artesãos brasileiros.

Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, então... Presidenta...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Senadora Rosalba Ciarlini--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O senhor que é lá de São Paulo e sabe como nós temos nordestinos naquela cidade e como todos esses valores têm... Afloram lá em cada recanto da paulicéia.

Passamos, agora, ao Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu pediria até por atenção ao Sr. Francisco de Assis, ao Geraldo Amâncio, a Terezinha e todos os repentistas que estão aqui, mas quero cumprimentar o Deputado André de Paula e o relator Marcelo Crivella, e por todos que aqui se pronunciaram nesta tão bela homenagem aos repentistas.

E... Inclusive, gostaria de dizer, eu permito lhes fazer uma sugestão, já que os senhores e as senhoras aqui mencionaram a importância do Patativa do Assaré, para todos os repentistas, que ainda no final de semana retrasado, em entrevista ao Kennedy Alencar, na *Rede TV*, o Presidente Lula, quando perguntado sobre qual é a música, a canção mais bela que ele conhece, ele mencionou, acho que muitos aqui assistiram, *A Triste Partida*, do Patativa do Assaré, que agora lembrado, assim, de uma maneira, ainda não vi o filme, mas é a própria história, quando em 1952, o Presidente Lula, aos sete anos, saiu lá de Garanhuns, Caetés, para vir por treze dias no pau-de-arara, no caminhão pau-de-arara, para buscar onde estava seu pai, lá em Vicente de Carvalho.

Então, ele sempre se comove muito quando cantam *A Triste Partida*.

Me permita fazer a sugestão, Presidente Rosalba, que possamos todos acompanhar os repentistas no canto da *Triste Partida*.

É a sugestão que formulo, porque é a música que sempre comove o nosso Presidente.

É a sugestão que eu formulo à Sra. Terezinha.

Mesmo?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Posso falar?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pode.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A maioria dos repentistas, hoje, não tem de cor essa canção. Eu posso, inclusive, cantar umas duas ou três.

E o mais culpado sou eu, que foi parceiro de Patativa durante dez anos, porque pouca gente sabe... Pouca gente sabe que antes de Patativa tornar-se famoso, através do Luiz Gonzaga e Fagner, ele ia parecer de qualquer forma, mas foi também uma forma de aparecer mais rápido, foi cantador de viola durante 40 anos e depois virou o homem do pensamento, da filosofia e contou a tragédia, a história nordestina melhor do que ninguém.–

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas o senhor sabe? Um trechinho o senhor sabe, então?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Que antes do Luiz gravar, quem cantava era esse cantador, vê se vocês me ajudam.

Meio alto, mais vai lá.

[música]

Setembro passou
Outubro e Novembro
Já estamos em Dezembro
Meu Deus, que é de nós,
Assim fala o pobre
Do seco Nordeste

Com medo da peste
Da fome feroz

Que Luiz mudou até um pouco a melodia, mas era assim que ele cantava [ininteligível].

Sabe mais?

A treze do mês
Ele fez experiência
Perdeu toda crença
Nas pedras de sal,
Mas noutra esperança
Com gosto se agarra
Pensando na barra
Do alegre Natal

Passou-se o Natal
Porém barra não veio
O sol bem 'vermeio'
Nasceu muito além

Aqui vou parando, sem saber não adianta,

Só se esse Senador Mão Santa vim cantar também.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Os últimos serão os primeiros.

Não, vamos encerrar, nós temos muitos projetos, agora, para analisar, ainda existe mais de trinta projetos para trabalharmos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sra. Presidente, eu gostaria de registrar, se possível. Eu voto "sim" a favor do projeto do repentistas.

E, mesmo que chegando atrasado, eu registro o meu voto "sim" ao Projeto de Lei.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois será registrado o seu voto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Também o seu voto, Mão Santa, será registrado.

Vocês vão ter a tarde toda, o Plenário, para fazer suas manifestações sobre os repentistas.

Mão Santa vai, com certeza, vai conceder espaço para que todos vocês possam falar à tarde, no Plenário.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Agora, vamos passar para o projeto.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Pela ordem. Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois, não, senador.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Presidente, eu pediria ao Senador Suplicy que não se retirasse do Plenário, nós estamos no limite de onze, de onze senadores para votar. Se o senhor sair, não conseguimos mais votar terminativamente nada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Esse aqui é só votar, Senador Eduardo Suplicy. Por favor, é só o voto. É o Item 10.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): A Senadora Marisa Serrano está aqui do lado, está pronta para vir.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É o Item 10, decisão terminativa, Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2007, que "*Altera a Consolidação das Leis do Trabalho,-CLT, para dispor sobre a proteção do trabalho do idoso e dá outras providências*." Autora, Senadora Lúcia Vânia. Relator é o Senador Flávio Arns.

O relatório já foi lido e encerrada a discussão.

Passamos agora à votação.

Como vota o Senador Lobão Filho?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Roberto.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Flávio Arns. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Papaléo. Senador Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O projeto foi aprovado.

Agora, passamos, o projeto de lei foi aprovado, ressalvadas as emendas. Gostaria de consultar o Plenário--

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sra. Presidente--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --Se repetimos a votação para as emendas.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Então a votação foi também repetida para as emendas.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aprovado. A matéria vai à Secretária Geral da Mesa.

Pois não, Senador Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu gostaria de pedir inversão da pauta para os itens 07 e 21.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador, o Item 7 e 21, ele virá após o Item 23, que o Senador Paim desde o início já tinha solicitado.

Decisão terminativa, Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2009, que altera a Lei número--

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Perdão, perdão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Deixa eu terminar aqui, que eu estou... "*Nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que instituiu o vale-transporte, para dispor sobre o seu custeio e dá outras providências.*"

Peço aos Srs. Senadores que não se ausentem, é decisão terminativa e de grande alcance social; milhões de brasileiros vão depender desse projeto.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Qual é o Item, Sra. Presidente?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sra. Presidente-–

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Qual é o Item, o número de Item?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Autor, Senador Paulo Paim--

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu pediria pela ordem--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É o Item 23. Página 317.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): [interrupção no áudio] V. Exa. também pudesse fazer inversão de pauta do Item 29, porque há um grande clamor em relação ao projetos das diaristas; que pudesse incluir também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Após esse projeto, Senador Garibaldi, eu queria lhe fazer aqui um pedido: após esse projeto nós precisamos aprovar o projeto das diaristas, se tiver quorum, se não entraremos na leitura do seu projeto-–

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Presidente, dá uma checada no quorum, por favor.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sra. Presidente. Papaléo. Permita-me? Acredito que nós estamos já sem quorum.

Eu solicitaria a V. Exa., o meu projeto é não terminativo, Item 40, que pode ser votado sem o quorum.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então vamos... Mas, vamos fazer o seguinte.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pois, não.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Esse, o item... o que dá o vale-transporte, que já foi anunciado o projeto, o Senador Paulo Paim, o relator é o Senador Cristovam Buarque e o parecer é pela aprovação do projeto, eu vou pedir ao Senador que proceda a leitura do relatório, faremos a discussão e logo que tenha quorum faremos à votação.

Logo em seguida, o seu projeto e também vamos fazer a leitura do diarista.

Esse aqui? Ah, então... [interrupção no áudio] Eu estava confundindo... [interrupção no áudio].

Indicar o Senador Mão Santa como Senador *ad hoc*, do Projeto, do Item 23, página 317. "*Institui o vale-transporte para dispor sobre o seu custeio e dá outras providências*."

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Qual é a página, Senadora?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): 317. Vamos atrás de gente. Diarista não tem como.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Da Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado 228, do Senador Paulo Paim. Relator, Senador Cristovam Buarque.

Relatório.

O Projeto de Lei do Senado nº 228 de 2009, que altera a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que instituiu o Vale-Transporte, para dispor sobre o seu custeio e dá outras providências, é de autoria do eminente Senador Paulo Paim.

"*A presente proposição determina, em síntese, que o empregador, pessoa física ou jurídica, custeará integralmente o vale-transporte.*

O vale-transporte constitui direito do trabalhador brasileiro e tem base legal desde 1985, estabelecendo a legislação vigente e a co-participação do empregado na alíquota de 6% do valor recebido a título de vale-transporte.

Segundo o autor, tanto a lei, como o seu regulamento, fixam uma série de regras confusas para a efetivação desta participação, sendo que em alguns casos, quando o salário é um pouco maior, o valor do vale-transporte é descontado totalmente do salário do empregado, gerando tratamento discriminatório. Não foram apresentadas emendas."

Análise.

"*Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer sobre o Projeto de Lei, em caráter terminativo.*

Alterações promovidas na legislação do vale-transporte estão afetas ao campo do Direito do Trabalho.

Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 e de competência privativa da União nos termos do art. 22, I, ambos dispositivos da Constituição Federal.

Cabe ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta. Observados esses pressupostos, temos que a proposição não apresenta vícios de inconstitucionalidade nem de ilegalidade.

O projeto de lei em discussão altera a redação do art. 1º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1955(sic)*, que instituiu o vale-transporte, para dispor que o seu custeio será efetivado integralmente pelo empregador.*

Revoga também, por via de consequência, o parágrafo único do art. 4º da mesma lei, onde está consignado que o empregador participará dos gastos de deslocamento do trabalhador com a ajuda de custo equivalente à parcela que exceder 6% de seu salário básico.

Com a alteração proposta se estabelece um tratamento isonômico para todos trabalhadores que farão jus ao vale-transporte, a ser custeado integralmente pelo empregador, sem qualquer co-participação.

Lembramos, ainda, que nos termos do disposto no Decreto nº 95.247, de novembro de 1987, o valor efetivamente pago e comprovado pelo empregador, pessoa jurídica, na aquisição de vale-transporte, poderá ser deduzido como despesa operacional, na determinação do lucro real, no período-base da competência da despesa.

A proposta do eminente Senador Paulo Paim visa equalizar a concessão do vale-transporte para todos os trabalhadores empregados. A ideia de consignar no salário a dedução de seis por cento do valor do vale-transporte para o empregado não faz mais sentido.

No mundo contemporâneo, onde a irracionalidade humana vem destruindo o planeta com a maciça emissão de carbono, o vale-transporte é alento ao meio ambiente, pois estimula a utilização do transporte coletivo.

Imaginem a contribuição que esta proposição poderá significar para o meio ambiente se for aprovada. Serão milhares de empregados que, atualmente, se utilizam de transporte individual automotivo, deixando seus automóveis em casa, para aproveitarem o benefício do vale-transporte.

Além disso, os incentivos fiscais antes existentes foram suprimidos, como é o caso do art. 3º da Lei 7.418, de 16 de novembro (*sic*) *de 1985, que foi suprimido pela Lei 9.532, de 10 de dezembro de 1997, restringindo-se a possibilidade de dedução como despesa operacional, na determinação do lucro real, no período-base de competência da despesa.*

Dessa forma, não há que se falar em maior impacto para o empregador nem para as finanças públicas. Segundo o Sistema de Acompanhamento de Salários do DIEESE, de 2008, mais da metade, 56% das categorias de trabalhadores tinham pisos salariais cujo valor não ultrapassava a 1,25 salário mínimo e que 77% dos pisos estabelecidos não ultrapassaram ao valor de um 1,5 salário mínimo.

Constatou-se, também, que pouco mais de 2% das categorias, somente, conseguiram definir pisos com valor acima de 2,5 salários mínimos.

Por todas essas razões é que o presente projeto de lei merece a nossa acolhida."

Voto.

"*Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado de nº 228, de 2008*(*sic*). *Sala de Comissões*."

Isso disse o relator aqui, o relator foi o Cristovam Buarque e eu peço, além do voto, os aplausos para o grande legislador que é Paulo Paim.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

[*troca de presidência*]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Roberto Cavalcanti, para discutir.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Está em discussão?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está em discussão.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Tenho... V. Exa. sabe do carinho e do respeito que tenho para com V. Exa. e para com o Cristovam.

O Cristovam, meu professor de faculdade e V. Exa., uma das pessoas que eu tenho tido a oportunidade de conviver e admirar, e que, inclusive, amanhã receberá o título de cidadão paraibano em solenidade da Assembléia Legislativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Acompanhado de V. Exa., vamos viajar juntos.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Mas eu, na verdade, eu desejo pedir vistas, tendo em vista que há um conflito, na minha opinião, no sentido de que tudo o que está sendo projetado visa que haja o maior registro, o maior volume de empregados domésticos registrados pelos empregadores, coisa que hoje no Brasil não ocorre.

Então, existem projetos na Casa, na qual existe a proposta de redução da contribuição social, existem vários projetos que visam exatamente abrigar o empregado doméstico na forma da lei, com carteira assinada.

E, por outro lado, esse projeto, ele traz um acréscimo, tendo em vista que caberá ao empregador custear integralmente com essa despesa de vale-transporte.

Então, eu pondero uma reanálise desse, desse fato, em função de que todas às vezes que se onera o empregador, automaticamente inibe o empregador a fazer esse registro da melhor forma.

Então, eu pedirei a oportunidade de refletir mais sobre o projeto e ele estará em pauta após essa nossa análise.

Tendo em vista, dessa forma, oficializo o meu pedido de vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Roberto Cavalcanti, V. Exa. naturalmente será atendido da forma regimental.

Só para reflexão, eu não sei se a assessoraria lembrou que o art. 31 dos incentivos fiscais diz: "*O valor efetivamente pago e comprovado pelo empregador pessoa jurídica na aquisição de vale-transporte poderá ser deduzido como despesa operacional na determinação do lucro real no período base de competência*", ou seja, será deduzido.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Na pessoa jurídica.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas eu acato, naturalmente.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Na pessoa jurídica, porque hoje, na verdade, a pessoa jurídica dificilmente empregaria sem carteira assinada.

No tocante ao convencional do empregador brasileiro é o cidadão que tem a sua empregada doméstica.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E tem que ter carteira assinada-–

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Tem que ter carteira assinada, mas que na verdade--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sem carteira assinada, olha, dá cadeia--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): É, mas é uma--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Lá no meu estado dá cadeia.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Nós não podemos esconder a realidade, não é, Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É, mas carteira assinada tem que ter, isso é o mínimo que a gente pede.

Não quer aprovar o vale-transporte não aprove. Agora, dizer trabalhador sem carteira assinada na área doméstica é caso de polícia.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): É, mas na verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Fica na sua posição.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): É isso, eu concordo e concordo e concordo...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O cara não assina a carteira--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Aliás eu estou de acordo com V. Exa., até no mais amplo sentido--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Claro.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Tudo o que está previsto em lei deve ser cumprido.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Claro, calcula, o cidadão não assina, eu sempre dou até como conselho: não assina a carteira, pode saber, o dia que sair de lá ele vai botar na Justiça.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sem dúvida. Sem dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ele vai tirar muito mais do que a pessoa imagina.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): E hoje, o empregado doméstico--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas eu acato V. Exa.--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): E hoje, o empregado doméstico, graças aos meios de comunicação--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tem que ser com carteirinha assinada.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Estão muito bem esclarecidos e todos têm ciência disso. Dessa forma, eu acho que--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu entendo.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): O objeto nosso não é polemizar--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Claro que não.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): O objeto nosso é exatamente ir ao encontro dos anseios e fazer com que isto não onere na verdade e iniba, lá na frente, alguma contratação de empregado doméstico.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Acatado na forma regimental, inclusive a discussão se fará no momento adequado sobre a questão do vale-transporte, que poderia ser deduzida por parte do empregador e iremos para a próxima semana.

Vamos ao próximo item. Item 21, decisão terminativa, o Senador Papaléo Paes, V. Exa. não tinha um projeto que não é terminativo?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Não terminativo, exatamente o Item 40, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, quem sabe, se todos concordarem, vamos para o Item 40.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Votaríamos logo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que não é terminativo, que os terminativos não poderão ser votados porque não há mais quorum.

Concordância do plenário, Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, é um projeto importante, que--

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, Sr. Presidente--

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Já tem o voto antecipado--

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Não interrompendo o meu querido amigo, dileto amigo, Senador Papaléo Paes, eu concordo plenamente de passar ao tema dele, não terminativo, mas pediria a V. Exa. que me permitisse pelo menos fazer a leitura do meu logo após, porque há um grande clamor em relação a esse... Para a gente dar celeridade a esse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está assegurado a V. Exa.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Item 40. Senador Papaléo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2009, do Senador Tasso Jereissatti que "*Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa-Família e dá outras providências, para instituir benefício adicional vinculado ao desempenho escolar no âmbito do Programa*".

Sr. Presidente, vamos à análise do projeto.

"*O Programa Bolsa Família é um programa de transferência condicionada de renda do Governo Federal. A condição é que famílias beneficiadas mantenham seus filhos matriculados nas escolas públicas e cumpram um calendário de visitas aos postos de saúde.*

Essa condicionalidade demonstra a preocupação do Estado com as crianças e adolescentes de baixa renda que, em função de sua condição de vida, afastam-se dos bancos escolares e dos centros de saúde.

Contudo, a simples vinculação da participação no Programa Bolsa Família com a presença nas salas de aula tem provocado críticas ao programa no que diz respeito, principalmente, a sua eficiência em promover educação com resultados qualitativos.

Muitos críticos do Programa Bolsa Família alegam que o programa tem sido uma ação paliativa, que não promove educação de qualidade.

Assim, partindo do princípio de que a educação de qualidade constitui um dos direitos fundamentais que compõem a cidadania, urge que o componente educação do Programa Bolsa Família seja valorizado e seus impactos sociais e educacionais potencializados.

Afinal, importa reiterar, há uma evidente relação entre o Bolsa Família e a educação: entre as condições para receber o benefício, há exigência de manutenção dos filhos na escola por parte das famílias atendidas.

E a criação, e criar um benefício variável vinculado ao desempenho escolar certamente estimula o público alvo a buscar melhores resultados educacionais, como forma de permanecer apto a receber mais benefícios do Programa Bolsa Família.

Nesse sentido, sob a ótica dos benefícios sociais, julgamos pertinente e meritória a iniciativa do Senador Tasso Jereissati e, também, merecedora de nosso acolhimento.

Contudo, merece observar que, no tocante à técnica legislativa, a proposta carece de reparos, particularmente quanto à redação da ementa e dos arts.

2º e 3º, razão pela qual apresentamos três emendas adiante formuladas.

Dessa forma, Sr. Presidente, concluímos neste relatório pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 247, de 2009, com as seguintes emendas:

Substitua-se a grafia da expressão 'Bolsa-Família', constante da ementa do Projeto de Lei 247, de 2009, pela forma 'Bolsa Família'.

A outra emenda, dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei nº 247, de 2009, a seguinte redação: Art. 2º. O art. 2º da Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, passa a vigorar acrescido dos seguintes dispositivos: Art. 2º, § 4º – o benefício variável, vinculado ao desempenho escolar de crianças de seis a doze anos e de adolescentes de treze a dezessete anos, nos termos dos incisos II e III, sem limites por família, a ser pago em razão de resultados educacionais positivos obtidos em avaliação oficial, conforme o regulamento."

É esse o nosso parecer, Sra. Presidente.

[*troca de presidência*]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Não, eu só indago do Senador Papaléo Paes, porque no texto da análise existe a observação de que "*quanto a redação pelo qual apresentamos as três emendas adiante formuladas*" e em relação ao artigo terceiro, também, e não consigo observar... Talvez esteja lendo equivocadamente.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Ah, é.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Mas seria o artigo 3º. "Merece observar a proposta, particularmente quanto à redação da ementa e dos arts. 2º--

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): E o terceiro não é?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): E o 3º, só falta do art. 3º. Pelo menos não consta aqui, no meu relatório, o artigo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Projeto de Lei do Senado, tem a primeira ementa, sobre a ementa que tira o hífen do Bolsa Família. Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei... A seguinte redação: art. 2º: "O art. 2º da Lei"--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): É, o art. 2º está claro--

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Dez mil...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): E o art. 3º?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Acredito que houve uma falha aqui, viu? É esse debaixo. O benefício variável... Entendeu?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Ah, o de baixo?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): É.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Seria o Item 04?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Seria o 03, invés de art. 2º repetido embaixo, seria o art. 3º, que só fala sobre o § 4º, "*O benefício variável, vinculado ao desempenho escolar de crianças de seis a doze anos e de adolescentes de treze a dezessete anos, nos termos dos incisos II e III, sem limite por família, a ser pago em razão dos resultados adicionais positivos obtidos em avaliação oficial, conforme regulamento*."

Então tem art. 2º e o 3º, embaixo. Eu peço até que, se for o caso a assessoria técnica me ajude neste esclarecimento ao Senador Flávio Arns. Porque eu fico, eu fico com essas duas--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Não talvez sejam só os dois, aí ficaria só mudar a análise, me parece são só as duas emendas, então quanto a redação da ementa e do artigo 2º, "*razão pela apresentamos as duas emendas*"...

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Três emendas.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Não, é que só tem duas, Senador.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): É.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): É que o art. 3º é um outro artigo, não é?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): É, exatamente. Está faltando--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Mas não é um problema, é só...

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Mas, eu, Sra. Presidente, eu fico realmente na dúvida sobre se houve um sequestro aqui da apresentação do art. 3º.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): [risos] Não, é só para esclarecer, porque...

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Isso é importante, importante.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Mas eu acho que até se mudar só o parágrafo lá, dizer: "*Contudo, merece observar que no tocante a técnica* [ininteligível] *a proposta merece reparo particularmente quanto a emenda* (sic) *e do art. 2º*."

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Que é bem nítida, não é?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): É--

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Que caracteriza bem a faixa de--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): É razão pela qual apresentamos--

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Atendimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu poderia fazer uma sugestão aos senhores?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pois não.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Como existe dúvida, nós poderíamos deixar a votação, já está lido o relatório--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): É.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A Consultoria dirimir todas essas dúvidas e na próxima Reunião, do dia dois, volta para a pauta. Está bom?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Então está bom. Obrigado, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Olha eu gostaria aqui de informar que amanhã, quinta-feira, vamos ter uma Audiência Pública, o convidado é o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, será na Sala de Reunião nº 06, que ela é maior em função de que acreditamos que sempre tem uma movimentação maior com a presença do Ministro da Saúde José Temporão, fazendo parte do ciclo de debates do SUS.

O Ministro virá aqui apresentar projetos, inclusive o programa novo, que é *Saúde do Homem* e uma prestação de contas também com relação a H1N1, a Gripe H1N1 e outras ações.

Então eu pediria encarecidamente a todos os senadores que fazem essa Comissão para estarem presentes.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senadora, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E no dia dois, isso é a amanhã, quinta-feira. No dia 1º, será a votação do Vale-Cultura, que vai acontecer... Segunda é Audiência Pública, na terça-feira--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senadora Rosalba, depois, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Na terça-feira, nós vamos ter a segunda Audiência Pública do Vale-Cultura e também a votação que é conjunta. Na quarta-–

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Questão de ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --Vamos ter a sessão deliberativa, onde o remanescente dessa reunião, os terminativos ficarão.

É importantíssimo que os senhores estejam presentes, nós vamos ter para apreciar diaristas que vai ser lido o relatório, a profissão de apicultor, vale-transporte, que foi pedido vista, esse questão também que os senhores discutem e muitos e muitos outros projetos ligados a saúde, a idosos, então vão estar na pauta.

Então, eu quero agora-–

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senadora, por uma questão de ordem, uma questão de ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Roberto.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de fazer uma sugestão a V. Exa., no sentido do seguinte: os itens terminativos que implicam em quorum, eles, estrategicamente, estão sendo lidos para agilizar em votações seguintes. Ocorre que exatamente essa ausência de quorum significa ausência de senadores para discutirem o texto.

Eu acho, assim, contra indicado, vamos dizer é extremamente salutar no tocante à celeridade, mas é extremamente contra-indicado nós estarmos agilizando essas votações, esse processo de análise desses processos, porque, digamos, um pedido de vista está inibido ao ser feita próximo a audiência, a próxima reunião nossa, um eventual pedido de vistas, ele não cabe mais.

E poderia um determinado senador, quando estivesse com um quorum mais qualificado, um ou outro senador ter a oportunidade de ter um questionamento sobre aquele item terminativo.

Então, eu acho extremamente arriscado nós estarmos colocando num estágio que já fica da pré-votação, itens terminativos, quando, na verdade, esses itens terminativos deveriam ser lidos, analisados, pedido vista ou não, quando nós tivéssemos um quorum qualificado.

Eu acho que... Eu faria essa sugestão, mas a nível de discussão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria só de colocar aqui um detalhe que talvez os senhores não tenham observado.

Está sendo lido o relatório, mas a discussão não está sendo encerrada.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): É, me foi equivocadamente permitido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, na sessão com quorum, a discussão está aberta e aí nós retomamos a discussão

que... Acreditando que cada senador, como recebem a pauta do dia, os relatórios-–

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Já cheguem a essa Comissão tendo tomado conhecimento daquilo que vai ser discutido.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sra. Presidente, eu quero fazer um esclarecimento também.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eventualmente eu posso ter sido induzido a erro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas seria ótimo--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu posso ter sido induzido a erro, porque, por exemplo, o pedido de vista--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Roberto.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Para o projeto do Senador Paulo Paim, se deveu única e exclusivamente a isso. A que... Com medo de que não houvesse tempo na próxima reunião, se cabia ou não cabia esse pedido de vista, eu me antecipei e fiz o pedido de vista. Na verdade, esse pedido de vista poderia ter sido realizado ou não na próxima reunião, se houvesse tempo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Exatamente.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Então, é esse esclarecimento, é muito bom que a assessoraria deixe bem claro, se nós senadores podemos, pedindo vista em sessão posterior a que é feita a leitura.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senadora Rosalba.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só quando é feita só a leitura, não houve a discussão vai continuar a discussão, e todos procedimentos serão--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): E... Mas, muitas vezes, nas Comissões, por uma simples frase que ficará registrado nos registros taquigráficos, quem está presidindo após a leitura diz: "Em discussão, como tem não, nada, então será votado só na próxima sessão."

Então é extremamente perigoso isso--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Realmente.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Porque ocorre nesta Casa, eu assisti, aqui, muitas vezes, determinadas... Não vamos dizer manobras, por determinados artifícios de conveniência, é dito que foi lido e está em discussão e na próxima reunião é só votado.

Inibe a presença, que é a discussão mais ampla dos diversos senadores quando houver quorum qualificado.

Muito obrigado.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O senhor tem a razão. Eu acho que--

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Essa seria a forma que realmente eu gostaria que todos estivessem aqui--

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Parabéns.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --E que a gente [ininteligível] passar o dia todo debatendo, analisando e votando.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sra. Presidente.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu pedi só a palavra para fazer um esclarecimento.

É muito coerente o posicionamento do Senador, Senador Roberto, mas eu queria complementar que, no meu caso, o projeto terminativo, que eu sou relator, já houve uma audiência com debate excessivo.

E já houve também um pedido de vistas, portanto não poderia haver um novo pedido de vistas.

Só por isso é que eu pedi para fazer o relatório agora, para ser votado na próxima sessão.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu só pediria que houvesse, como norma, nós estabelecêssemos, pelo menos nessa Comissão, esse apelo meu será estendido a outras comissões, que nós jamais colocássemos em discussão quando não houvesse quorum qualificado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bem, Senador, a verdade é o seguinte: a discussão, realmente eu concordo, será só com quorum qualificado. A leitura do relatório já é uma forma... Como no caso do Senador, que esse projeto já foi apresentado, já foi debatido, já houve audiências públicas. E está faltando só o quorum para que a gente possa concluí-lo.

Então eu gostaria de passar ao Item 40, decisão não--

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sra. Presidenta, permita-me.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Só para fazer, concluir o nosso relatório, eu quero fazer as seguintes correções, Senador Flávio Arns.

Invés de arts. 2 e 3, só art. 2º. Invés de "*razão pela qual apresentamos duas emendas*", "*três emendas*" são "*duas emendas*"; então assim fica concluído o nosso relatório e peço a V. Exa. que ponha em votação, por favor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Termina, assim. Não, não terminativo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Está devidamente esclarecido, Senador Flávio Arns? Sim? Ele é não terminativo, esse Item 40 que o Senador Papaléo Paes relatou.

Não havendo mais quem queira discutir, passamos a votação. Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram.

Agora temos o Item 1.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sra. Senadora, Presidente, só pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): É que o Senador Lobão Filho fez menção ao Item 29.

E, na verdade, eu tenho dúvidas em relação ao Item 29, mas há dois problemas: o Senador mencionou que já foi pedido vistas; aqui não consta, pelo menos da pauta que nós recebemos, o fato de já ter sido pedido vistas desse projeto.

E segundo, Sra. Presidente, é que eu olhei inclusive nessa outra pauta aqui e não consta o relatório do Senador.

Então, por esta razão, eu pediria que houvesse a retirada de pauta...

É o Item 29 e apresentação na próxima, porque não consta o relatório também da pauta, eu não tive o acesso ao texto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador, o relatório é um novo relatório, está em avulso, o Senador Lobão apresentou e nesse caso pode ser pedido vista, pedir reexame.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Ah, quando há um novo relatório?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Novo relatório.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Então o Senador fará a leitura hoje e, na próxima reunião, haverá discussão, conforme mencionado e então, nesse sentido, na próxima reunião a gente observará o pedido de vistas também.

Obrigado, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Concedo a palavra ao Senador Lobão Filho, para proferir seu relatório.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sra. Presidente, Srs. Senadores.

Este projeto de autoria da Senadora Serys, brilhante autoria da Senadora Serys, que identificou uma carência premente na nossa legislação trabalhista, eu tive a oportunidade de relatá-lo e dar uma pequena contribuição a que este projeto alcance a verdadeira necessidade de toda essa classe sofrida e de toda a classe média, que é a afetiva contratante deste tipo de serviço de diarista.

Percorri os fóruns e os Tribunais Superiores em busca das decisões, da jurisprudência, do que o Judiciário entende como últimas decisões nesse assunto e neste tema.

E estou neste momento, depois de uma Audiência Pública onde houve um grande debate, sobre esse projeto, e eu confesso que estou pronto para relatar um projeto que acredito ser o projeto mais equilibrado possível no sentido de atender e dar Justiça aos diaristas, e de resguardar e proteger também os contratantes desse tipo de serviço.

Então, "*É submetido à apreciação desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado, PLS 160, de 2009, que tem justamente por finalidade dispor sobre a definição da atividade de diarista*."

No referido projeto, que eu passo a ler, apresento o substitutivo com o seguinte texto:

"*Emenda Substitutiva, Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2009. Dispõe sobre o trabalho, por diária, daquele que presta serviços a pessoa ou família em seu âmbito residencial, e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre o trabalho, por diária, daquele que presta serviço eventual a pessoa ou família em seu âmbito residencial, sem fins lucrativos, ora denominado diarista.

Art. 2º, para os efeitos desta Lei, diarista é aquele que presta serviços de natureza não contínua, por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado, a pessoa ou família, no âmbito residencial destas, sem fins lucrativos.

Não gera vínculo empregatício, por si só, a prestação de serviços pelo diarista de que trata o 'caput' deste artigo, por até três dias por semana, para a mesma família ou pessoa, ainda que em residências distintas.

O valor da diária não poderá ser inferior a um quinze avos do salário mínimo vigente.

A duração do trabalho normal será de, no máximo, oito horas diárias.

Art. 3º. A diarista deverá estar inscrito no Instituto Nacional do Seguro Social–INSS, como contribuinte individual, e efetuar seu próprio recolhimento da contribuição previdenciária, nos termos do artigo, no inciso V, do art. 21, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

O art. 21 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação: § 4º: A contribuição complementar a que se referem os incisos III e VI deste artigo será exigida a qualquer tempo, sob pena de indeferimento do benefício.

§ 5º. É de 8% sobre o valor correspondente ao limite mínimo mensal do salário de contribuição a alíquota de contribuição do diarista que presta serviços de natureza não contínua, por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado, a pessoa ou família, no âmbito residencial destas, sem fins lucrativos.

§ 6º. O segurado que tenha contribuído na forma do art. 5º deste artigo, do § 5º deste artigo e pretenda contar o tempo de contribuição correspondente para fins de obtenção da aposentadoria por tempo de contribuição ou da contagem recíproca do tempo de contribuição a que se refere o art. 94 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, deverá complementar a contribuição mensal mediante o recolhimento de mais 12%, acrescido de juros moratórios de que trata o § 3º do art. 61 da Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sra. Presidente, o meu parecer é pela aprovação do referido Projeto de Lei, fazendo a ressalva de que a única alteração que houve do projeto que já estava distribuído aos senadores é que eu diminuí a alíquota do INSS, para o diarista, de 11 para 8%, estabelecendo como 8% a alíquota para a diarista recolher a título de INSS.

Portanto, é este o relatório.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador Edison Lobão. Parabéns pelo seu relatório.

Realmente esse é um assunto bastante importante, porque são milhões de mulheres, principalmente mulheres, a maioria mulheres, homens também, mas a grande maioria mulheres, que trabalham como diarista é que nós precisamos que cada vez elas estejam protegidas e reconhecidas e que tenham realmente a tranquilidade de ser os seus direitos trabalhistas e previdenciários.

Não é justo que elas trabalhem, que muitas ficam correndo de uma casa para outra, de um prédio para outro, fazendo um trabalho muito árduo, exaustivo e, quando adoecem, não tem direito a um benefício, não tem direito a nada porque não são reconhecidas pela Previdência. Elas não estão seguradas.

Então, isso, acho que é muito justo e esse projeto realmente é de grande alcance social.

Ele será discutido, esse projeto, na próxima reunião do dia dois de dezembro. Eu quero, inclusive, desde já, fazer aqui mais uma vez a conclamação a todos os senadores e também aos que estão interessados nessa matéria, para que possamos dar encaminhamento à votação.

Agora, finalizar--

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Só complementando, Sra. Presidente, a senhora foi excepcional na análise.

E nesse projeto, nós também tentamos proteger do abuso da jornada de trabalho excessiva, bem como da remuneração injusta, estabelecendo a remuneração mínima e o limite da jornada de trabalho de oito horas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito bem, está encerrada a discussão e nós vamos--

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Cumprimentar a Serys Slhessarenko e cumprimentar o Lobão, que--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Está encerrada a discussão, não. Está adiada a discussão--

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Eu só queria dar o meu louvor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Adiada a discussão.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Por esse estudo ser feito e com a perspectiva de trabalho que existe. Tem um fato e depois é que vem a lei.

O fato é que elas existem, elas estão aí, dignificam, e a lei já até tardando demais, nós temos é que votar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E a tendência é que cresça cada vez mais esse tipo de trabalho, até pela modernidade, hoje, a diarista, ela está sendo a grande solução, por isso precisa ser muito valorizada, qualificada e preparada.

E, para isso, é dando direitos trabalhistas que a gente possa cobrar também, cada vez mais que elas estejam mais qualificadas.

Bem, então a discussão está adiada para a próxima reunião, como também a votação.

Vamos aqui só... Turno Suplementar em substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 347, de 2007, do Senador Osmar Dias, Senador... Relator Senador

Inácio Arruda, o parecer foi pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

A Presidência esclarece que, na última reunião, 18/11/2009, foi aprovado substitutivo apresentado pelo relator. Não foram apresentadas emendas no Turno Suplementar.

Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Não sendo oferecidas emendas na discussão suplementar ao Substitutivo oferecido ao PLS 347/2007, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para obrigar hospitais a manter comissões de captação e doação de órgão.

Esse projeto já tinha sido aprovado, está em turno suplementar como não foi apresentado emendas... O Substitutivo ao PLS 347/2007 é definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria vai à Secretária Geral da Mesa.

Turno Suplementar, Item 2, decisão terminativa, Turno Suplementar do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 227/2008, que "*Define práticas preventivas nos cuidados com a saúde, estabelece normas para atendimento médico da criança e do adolescente no âmbito do Sistema Único de Saúde*."

Autora: Senadora Patrícia Saboya. Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini. Parecer pela aprovação do projeto da forma da emenda 01-CDH Substitutivo.

Na última reunião, 18/11, foi aprovado Substitutivo apresentado pelo relator. Não foram apresentadas emendas no Turno Suplementar.

Não tendo sido oferecidas emendas, o Substitutivo oferecido ao PLS 227/2008 é definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal, sem votação. A matéria vai à Secretária Geral da Mesa.

Item 3, decisão terminativa, Turno Suplementar do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2007. "*Altera dispositivo da lei 11.343, de 23 de agosto de 2006, acrescenta ao art. 23, parágrafo que permite o funcionamento de comunidades terapêuticas de recuperação de dependentes químicos nas condições que menciona e dá outras providências.*" Autor: Senador Magno Malta. Relator: Senador João Durval. Parecer pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Não sendo oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo oferecido ao PLS 271/2007 é definitivamente adotado, nos termos do art. 284, do Regimento Interno. A matéria vai à Secretária Geral da Mesa.

Item 5, decisão terminativa, Turno Suplementar do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 356 de 2003. "*Dispõe sobre limites de despesas de custeio e manutenção do serviço de loterias, destina parte dos recursos das loterias federais para o Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, e dá outras providências*."

A autora é a Senadora Serys Slhessarenko, o relator é o Senador Valdir Raupp, parecer pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Não sendo oferecidas emendas na discussão suplementar o substitutivo oferecido ao PLS 356, de 2003 é definitivamente adotado, nos termos do art. 284, do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa.

Item 06 decisão terminativa, Turno Suplementar do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado, nº 416 de 2009, "*Altera a Lei nº 10.972, de dois de dezembro de 2004, para assegurar meios para o tratamento profilático dos pacientes portadores de coagulopatias congênitas (hemofilias).*"

Autor é o Senador Marconi Perillo, relatora é Senadora Rosalba Ciarlini, parecer pela aprovação do projeto, na forma do Substitutivo que apresenta.

A Presidência esclarece: na última reunião, de 18/11, foi apresentado substitutivo apresentado pelo relator, pela relatora. Não foram apresentadas emendas no Turno Suplementar.

Não havendo mais... Não sendo oferecidas emendas na discussão suplementar, o Substitutivo oferecido ao PLS 416, de 2009, é definitivamente adotado, nos termos do art. 284, do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria vai à Secretário Geral da Mesa.

Agradecer a presença de todos, encerramos esta Reunião convocando a próxima para amanhã, 10 horas, com a presença do Ministro da Saúde, José Gomes Temporão; Audiência Pública dentro do ciclo do debates do sistema único de saúde.

Sessão encerrada às 13h47.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 63ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS EM CONJUNTO COM A 10ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, nº 6, da Ala

Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora Senadora **Rosalba Ciarlini,** reúnem-se a Comissão de Assuntos Sociais e a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Roberto Cavalcanti, Paulo Duque, Mão Santa, Adelmir Santana, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Suplicy, Inácio Arruda, José Nery, Garibaldi Alves Filho, Wellington Salgado de Oliveira. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião destinada à realização de **Audiência Pública**, em cumprimento aos Requerimentos nº 19, de 2009-CAS e nº 99, de 2009-CAS, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, dentro do **Ciclo de Debates sobre o Sistema Único da Saúde – SUS**, com a presença do **Ministro de Estado da Saúde, José Gomes Temporão.** A Senhora Presidente convida o Senhor Ministro de Estado para compor a mesa e fazer a sua exposição. Às onze horas e cinqüenta e dois minutos, o Senador Augusto Botelho assume a Presidência. A Senadora Rosalba Ciarlini reassume os trabalhos às onze horas e cinqüenta e seis minutos. Usam da palavra os Senadores Paulo Duque, Wellington Salgado de Oliveira, Augusto Botelho, Antônio Carlos Valadares, José Nery e Mão Santa. A Presidente registra a presença do Senador Alberto Anaya, da República Mexicana, do Deputado Federal Osmar Terra e do Senador Antônio Carlos Valadares. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **ROSALBA CIARLINI,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE – CASSAUDE

63ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, CONJUNTA COM A 10ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 22 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Bom-dia a todos. Senador Augusto Botelho, Srs. Consultores, Srs. membros da Comissão de Assuntos Sociais, nossos ilustres visitantes do Ministério da Saúde, que acompanham o Exmo. Sr. Ministro José Gomes Temporão, a quem queremos, desde já, ministro, agradecer a sua gentileza de aqui vir para que possamos conversar um pouco das ações que estão sendo desenvolvidas, através da sua pasta.

Havendo número regimental, declaro aberta a 63ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, em conjunto com a 10ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento e Defesa da Saúde, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, aprovada conforme Requerimento n°. 19, de 2009, e 99, de 2009, de iniciativa da Senadora Rosalba Ciarlini, dentro do ciclo de debate do SUS. Convido à Mesa o nosso ilustre palestrante, Sr. Ministro José Gomes Temporão, que já está na Mesa, Ministro de Estado da Saúde. O convidado fará a sua exposição, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos senadores e senadoras inscritas.

Eu gostaria aqui, ministro, de dar, assim, só uma noção do que vem acontecendo. A Comissão de Assuntos Sociais, durante todo esse ano, promoveu diversas Audiências Públicas voltadas para as questões de saúde, sempre dentro do enfoque do SUS que temos e o SUS que teremos, que queremos. Foram aqui debatidas questões voltadas à mortalidade materna, à saúde da mulher, à saúde mental, saúde na terceira idade, câncer na infância e na adolescência, questão de órteses e próteses, de queimados, enfim, as mais diversas questões levantadas e solicitadas pelos Srs. Senadores; questão da malária, dengue e também da gripe que o senhor, inclusive, esteve, no início do ano, já fazendo uma explanação sobre as primeiras medidas, quando anunciado já a epidemia mundial. Então, hoje, nós estamos concluindo esse primeiro período desse ciclo, que vai ter continuidade, até porque o assunto 'saúde' não esgota, sempre vão surgindo mais requerimentos de senadores, solicitando algum tema ligado à saúde para ser debatido, mas deixamos para encerrar esse ciclo de 2009 com a presença do senhor, que, com certeza, aqui poderá colocar, fazer uma explanação sobre as ações, quais são os projetos para 2010, também com relação à gripe. Inclusive, eu sou do Rio Grande do Norte, não sei se o senhor tomou conhecimento, nesses últimos dias, houve um recrudescimento já com casos fatais e comprovados. Nós estamos com 70 casos já comprovados e nove mortes no Rio Grande do Norte. Isso foi algo que está preocupando bastante, até porque vai chegando o período do final do ano, Carnatal, muita movimentação de verão, mais aglomerações, e isso também preocupa.

E eu já fico aqui, me desculpa, fazendo a primeira pergunta: quando vamos ter a nossa vacina, quando vai começar a vacinação? Porque nós sabemos que, realmente, já existem países que já estão disponibilizando. Então, nós queremos saber, até porque acho que a população está ansiosa por essa resposta. E também vem a minha outra colocação – já que eu estou sendo a prerrogativa de ser Presidente e de ter sido quem subscreveu a solicitação da sua vinda – que é com relação à saúde da mulher. Ontem, inclusive, Dia Internacional da Luta Contra a Violência à Mulher, e nós sabemos que violência não é só física, é a violência também que nós encontramos da falta de medidas que possam prevenir determinadas doenças, a gente tem a questão do HPV e também da AIDS, que vem crescendo muito nas mulheres. Então, isso aí são questões que... E a mortalidade materna, que eu sei que a grande preocupação no Brasil e do Ministério, já que nós temos a Meta do Milênio a ser atingida, e que, felizmente, todas as metas, no Brasil, já está bem avançada e muito, e essa é a que nós estamos encontrando mais dificuldade.

Ministro, fique à vontade. Deixo aqui já esses questionamentos, que esperamos que o senhor também possa ter dados para responder, e também quero, desde já, parabenizá-lo pelo programa, que soube que vamos ter, de saúde do homem, além também do programa das UPAs, que vocês chamam eu chamo U-P-As.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: UPAs. Muito bem, muito bom-dia, quero cumprimentar a Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, e os demais senadores presentes, Senador Augusto Botelho, Presidente da Subcomissão de Saúde do Senado Federal, minha equipe aqui presente. Agradecer o convite e lhe parabenizar por esse ciclo de debates, acho que temas muito relevantes e muito importantes foram discutidos e debatidos, todos eles de grande importância para o Brasil.

Eu aproveitei o convite para apresentar um pouco um balanço evidentemente parcial, porque, se nós fôssemos fazer um balanço detalhado da saúde, nós ficaríamos aqui, talvez, uns três dias. Evidentemente uma síntese, um resumo de um conjunto de políticas que o governo vem implementando e executando, e, evidentemente, ao final, estou à disposição para abordar quaisquer outros temas que sejam de interesse dos Srs. e Sras. Senadoras. Pode ir passando.

O nosso SUS completou 21 anos, é a maior política social em curso do país; outro dia, eu estava em Pernambuco, e o Governador Eduardo Campos falou que, para ele, a Constituição de 88 tem duas grandes revoluções: a questão dos direitos dos trabalhadores do campo e a estruturação do Sistema Único de Saúde. É uma das mais importantes políticas de saúde do mundo. Está lá, na Constituição, os princípios da universalidade, equidade, integralidade, é um sistema que o Brasil inovou, ao implantar um modelo de controle social, que não tem nenhum país do mundo que tem um sistema como esse, estruturado, com conferências, conselhos e toda uma mobilização em torno disso, e é uma responsabilidade dos três níveis de governo , inclusive no que toca o seu financiamento. Pode passar.

De 88 para 2009, o desafio aumentou um pouquinho. Na realidade, naquela época, onde apenas os trabalhadores com carteira assinada tinham direito à assistência médica hospitalar. Na realidade, na época, o Ministério mais importante não era o da Saúde, era o da Previdência e Assistência Social. O da Saúde simplesmente executava as políticas tradicionais de saúde pública, de promoção, prevenção. Mortalidade infantil teve uma queda expressiva e significativa de 90 para cá, o número de transplantes é um bom indicador, fazíamos 3700, agora fazemos 20 mil. Pacientes em terapia antirretroviral, hoje são 188 mil brasileiros e brasileiras que têm atendimento integral pelo Sistema Único de Saúde e o conjunto de medicamentos que o governo garante gratuitamente a toda população aumentou de 40 para 400. Nós temos mais de 60 mil estabelecimentos que prestam serviços ao Sistema Único de Saúde, públicos e privados, é um sistema que atende exclusivamente a 70% da população. O nosso Programa Nacional de Imunizações, que é um grande sucesso, uma grande vitrine, aplica 130 milhões de dólares de vacinas por ano, mais de 2 bilhões de procedimentos são ambulatoriais, 11 milhões de internações, mais de 250 milhões de consultas, ou seja, um mega sistema.

Em dezembro de 2007, o Ministério lançou o PAC da Saúde, o Mais Saúde, que contemplava 73 medidas e 165 metas. Os recursos envolvidos no Mais Saúde eram de 89 bilhões de reais, mas, com o fim da CPMF, nós perdemos 24 bilhões. Então, na realidade, o Mais Saúde passou a dispor única e exclusivamente dos recursos do orçamento regular do Ministério, os 24 bilhões a mais que viriam deixaram de existir. Além disso, o programa, o projeto, ele tem um modelo de gestão inovador, com um sistema via web de monitoramento de metas, onde todas as pessoas podem, todos os trabalhadores do Ministério podem acessar e saber como é que está o desempenho do programa. Pode passar.

Ele foi estruturado em sete eixos principais, um eixo de atenção à saúde, um de promoção, uma ino-

vação, que é o fortalecimento do complexo industrial produtivo da saúde, política de cooperação internacional; hoje, dentro da cooperação internacional que o Brasil presta aos países do mundo, 30% de toda cooperação já é da saúde, e a cooperação sul/sul tem crescido muito, quer dizer, o apoio do Brasil aos países do MERCOSUL, da Unasul e da África tem sido uma coisa muito importante. A força de trabalho em saúde, os trabalhadores, é o outro eixo, a qualificação da gestão e a participação e controle social. Então o conjunto de metas, de adiações(F) e atividades está estruturado nesses sete eixos.

Alguns resultados: só entre 2008 e 2009, nós ampliamos em 10% os recursos para custeio do Saúde da Família; aumentamos 17% de recursos federais para as equipes de saúde bucal no mesmo período. Habilitamos 447 leitos de UTI e 1331 novos serviços, entramos em traumato-ortopedia, neurocirurgia, cardiologia e terapia renal, e ampliamos os recursos de combate a dengue para 1 bilhão de reais por ano.

Além da ampliação do Saúde da Família, nós estamos fortalecendo o SAMU. O SAMU, hoje, é uma das políticas mais bem avaliadas pela população, nós estamos salvando muitas vidas com o SAMU, reduzindo óbitos por acidentes nas vias públicas, fazendo atendimento nas casas das pessoas, reduzindo mortalidade por infarto agudo do miocárdio, expandimos o programa Farmácia Popular, realizamos a maior companhia do mundo de vacinação de adultos contra a rubéola, nós estamos aguardando que a Organização Mundial da Saúde, o ano que vem, declare o Brasil livre da rubéola, com a rubéola erradicada. Na verdade, foram duas doenças: a rubéola e a síndrome da rubéola congênita. E também foi importante, e isso afeta as famílias de classe média, a regulamentação da portabilidade dos planos privados de assistência à saúde, permitindo que as famílias possam mudar de plano, sem cumprir uma nova carência.

Estamos num grande projeto de reestruturação e qualificação da gestão dos hospitais federais do Rio de Janeiro. De que maneira? Através da parceria com os hospitais de excelência de São Paulo, ou seja, o Albert Einstein, o Sírio Libanês, o Samaritano, o HCor estão dentro da política de renúncia fiscal que eles têm, por conta de serem entidades filantrópicas, investindo recursos em gestão e melhorias na rede federal no Rio de Janeiro.

Lançamos, pela primeira vez, uma política nacional de saúde do homem, numa estreita parceria com a Sociedade Brasileira de Cardiologia e de Urologia, estamos fortalecendo a capacidade brasileira nacional de produzir vacinas, medicamentos e insumos para a saúde e o Ministério também participou ativamente, foi uma conquista do Congresso Nacional, ampliação da licença da maternidade de quatro para seis meses, embora nós ainda saibamos que essa ampliação, hoje, beneficie apenas funcionárias públicas de prefeituras, estados, e as que... funcionários de empresas que se beneficiam dos estímulos que a legislação aprovada implementou.

Alguns resultados. Vejam que o Saúde da Família, aqui, em 2002, atendia 55 milhões de pessoas; hoje, atende 95 milhões de pessoas. Houve um crescimento expressivo, significativo, durante todo esse período. É importante também chamar a atenção do impacto do Saúde da Família na redução da mortalidade infantil. Nós sabemos que a mortalidade infantil tem dois componentes: o componente até 30 anos, aproximadamente, e o segundo componente, de 30 a um ano. O segundo componente é fortemente afetado por políticas que afetam diretamente a qualidade de vida das pessoas e das famílias, o aumento da escolaridade das mães, saneamento básico, melhoria do padrão alimentar, uma série de medidas. Já a mortalidade que nós chamamos neonatal, que vai até 30 dias, ela, além de ser afetada positivamente, por medidas de infraestrutura, ela depende fortemente de tecnologia médica, qualidade da atenção ao pré-natal, qualidade da atenção ao parto e ao recém nato e à mãe. E vários estudos, estão ali embaixo, vejam que são estudos publicados em revistas internacionais, mostram que a redução na taxa de mortalidade infantil é 20% maior onde tem Saúde da Família. A cada 10% que aumenta a cobertura do PSF cai em 4,6% a mortalidade infantil. O PSF é mais importante do que o crescimento da escolaridade das mães, que é um fator importante, também, de melhoraria de redução da mortalidade infantil. Em cinco anos, nos último cinco anos, 35 mil crianças deixaram de morrer em localidades onde o PSF está estruturado. Da mesma maneira, onde tem Saúde da Família, o número de mães com pré-natal é 10% maior, foram evitadas, nos último três anos, 126 mil internações nesses municípios. O número de idosos atendidos em casa é quatro vezes maior do que municípios que não têm cobertura do PSF e a oferta de exame de câncer de colo de útero é 47% maior.

Além disso, olha que curioso, onde tem Saúde da Família, você tem 6,8% mais emprego, 4,5 mais crianças matriculadas nas escolas, as escolas rurais, 5,8% mais crianças matriculadas, a taxa de fecundidade cai com mais rapidez, e nós economizamos, em três anos, aproximadamente, 63 milhões de dólares com hospitalizações evitadas onde nós temos Saúde da Família.

Esse é o Mapa Brasil. Quanto mais azul, mais Saúde da Família, comparando 2003 com 2009; hoje,

está presente em 94,2% dos municípios, e o grande desafio agora é estruturar o PSF, principalmente nas grandes regiões metropolitanas, áreas de violência, dos grandes contextos metropolitanos. A região metropolitana que tem a maior cobertura hoje é Belo Horizonte, que tem 70% de cobertura, aproximadamente, do PSF. Já o Farmácia Popular, que foi uma inovação e que tem ampliado muito o acesso das populações a medicamentos, nós já temos 520 unidades do Farmácia Popular, e, em média, 1 milhão de pessoas adquirem medicamentos a preço de custo, a cada mês, nessa modalidade. Eu não sei se todos sabem, mas os medicamentos são todos comprados pela Fundação Oswaldo Cruz em grande volume, e, através de um sistema totalmente informatizado, os medicamentos chegam na ponta a um preço muito baixo. Entre 2004 e 2009, nós fizemos 36 milhões de atendimentos. Outra coisa importante é que a Farmácia Popular, ela funciona dentro, rigorosamente dentro de uma política de assistência farmacêutica, como deve ser, com farmacêutico presente, orientação sobre utilização. É um espaço importante de informação para a população também. Próximo.

Já a outra modalidade, que é o Farmácia Popular no varejo, na farmácia da esquina, nas farmácias, nós já temos 9800 farmácias cadastradas, e 1 milhão e 200 mil pessoas todo mês adquirem medicamentos com 90% de desconto. Até agora, nós temos anti-hipertensivos, medicamentos para diabete, insulina e pílula anticoncepcional dentro dos medicamentos subsidiados. A nossa expectativa é que, até dezembro de 2011, 20 mil estabelecimentos estejam homologados e 15 mil operando. Já foram quase nove milhões de atendimentos entre a criação e até este momento. E cerca... Só outro exemplo, 280 mil mulheres todo mês compram pílula anticoncepcional no Aqui tem Farmácia Popular.

Já o Brasil Sorridente, ele ampliou muito a sua cobertura. Eram 35 milhões de pessoas cobertas, e, agora, são 87 milhões. Os centros de especialidades odontológicas, que são as referências para os procedimentos mais complexos, que eram 100, em 2004, são 770 já. Então, já são 771 centros, 18.220 equipes em todo o Brasil. Esse programa é um programa que foi construído e implementado em estreita parceria com o Conselho Federal de Odontologia, as entidades todas da área de odontologia, e está ali um dado curioso, 3 milhões de dentes deixaram de ser extraídos. O programa, hoje, atende 88 milhões de pessoas, presentes em 83% dos municípios, e mais de seis mil consultórios odontológicos foram implantados e estruturados em todo o Brasil. E os laboratórios de prótese dentária foram ampliados de três para alguma coisa, ali comeu o novo número. Pode passar.

As UPAs, que são um desenho que vem buscar resolver o problema do atendimento de urgência e emergência, qual é a concepção? Primeiro, para implantar uma UPA, você tem que ter Saúde da Família; segundo, você tem que ser SAMU; terceiro, você tem que ter um hospital de referência. Então, cumpridos esses requisitos, aproximadamente, para cada cem mil habitantes, você pode estruturar uma unidade que funciona 24 horas, que tem radiologia, laboratórios, médico, enfermeira, dentista 24 horas, tem sala de estabilização. Até o final do ano que vem, senadora, nós vamos construir 500 UPAs em todo o Brasil. Até agora, nós já habilitamos 256 e estamos investindo, então, para essas 256, 500 milhões. E tem uma novidade: nós estamos transferindo os recursos financeiros para os municípios ou para os estados, porque varia muito. Em alguns lugares, é o estado que vai construir e implementar; em outros, é o município. Nós vamos interferir, nós estamos transferindo fundo a fundo, fugindo do convênio, que é um fator de burocratização infernal. Através de um convênio, uma obra que poderia levar seis meses, às vezes, leva dois anos. Então, a transferência de recursos para a construção das UPAs e equipamento é fundo a fundo. O Governo Federal constrói e equipa, e, depois, ele participa, com metade dos recursos para custeio.

O SAMU. Hoje, nós temos 1400 ambulâncias, acabamos de licitar mais 1500. Curiosamente, senadora, teve um probleminha aqui, no Distrito Federal, inclusive saiu uma matéria no Correio Brasiliense, criticando o Ministério porque nós estávamos ampliando a concorrência. Curiosamente, foi uma coisa inusitada, porque nós mudamos o edital para permitir que mais empresas participassem. Qual foi o resultado? Nós economizamos 80 milhões de reais no pregão. Uma dessas empresas que participava entrou na justiça, nós conseguimos derrubar, e, até o final do ano que vem, teremos o Brasil todo coberto pela SAMU, toda a população brasileira. Então, hoje são 1400 ambulâncias, presentes em 1334 municípios, cobrindo 100 milhões de pessoas. Isso hoje.

O número de centrais passou de 16 para 147. Olha só como é que a gente vê aí a saúde. Tem gente que acha que a saúde é gasto, é uma visão de quem revela profunda ignorância. Só o SAMU emprega 35 mil pessoas. eu estou criando emprego e normalmente emprego de qualidade. Nós também temos sete ambulâncias, quatro helicópteros distribuídos em sete estados, agora nós também entramos com as motolâncias, principalmente nas grandes cidades. O primeiro socorro pode chegar mais rápido, enquanto a ambulância não

chega, através da motolância, que é pilotada por um auxiliar de enfermagem ou técnico profissional capacitado, que pode salvar uma vida, chegando rapidamente no local do acidente.

Bom, nós estamos preparando um mapa de hospitais e de obras que o governo construiu em todo o Brasil. Evidentemente que esse é um levantamento totalmente parcial, mas que demonstra que o que se fez de investimentos em policlínicas, hospitais, ambulatórios é uma coisa impressionante. Só agora, em dezembro, eu estou indo inaugurar um grande hospital no Ceará, um grande hospital na Bahia e um grande hospital em Pernambuco. Em abril no ano que vem, vamos inaugurar o maior centro de traumato-ortopedia da América Latina, o Instituto Nacional de Traumato-ortopedia e o novo complexo assistencial do Instituto Nacional do Câncer, o Dr. Luiz Santini, diretor, está aqui nos prestigiando, já está em plena execução, ali na Praça da Cruz Vermelha, vai ser também um dos maiores complexos de atenção e pesquisa em câncer do mundo.

A mortalidade infantil vem caindo de maneira sustentada, essa é uma área em que, com certeza, nós vamos alcançar, bem antes de 2015, a Meta do Milênio. Eu ainda não tenho dado de 2008, mas, com certeza, está embaixo de 19 já, deve estar em 18.5, alguma coisa por aí. E chamando atenção, comparando 90 com 2007, praticamente 60% de queda da taxa de mortalidade infantil, o número de crianças entre 2000, menores de um ano, entre 2002 e 2007 caiu 23%, na Região Norte caiu 11,8, na Região Nordeste caiu 27,2%.

O Presidente Lula lançou um desafio para os governadores da Amazônia Legal e da Região Nordeste, que é reduzir nos próximos anos em pelo menos 5% a mortalidade infantil, então estamos exatamente nesse momento iniciando esse processo, já foi feito um gigantesco trabalho de treinamento, capacitação, aumento de repasse de recursos financeiros. Acho que o próximo slide mostra algumas medidas. São 110 milhões este ano. E o que é que nós fizemos? Nós pegamos os 250 municípios da Amazônia Legal e do Nordeste, que concentram metade da mortalidade infantil nessas regiões, vamos concentrar os esforços nesses municípios. Então vamos ampliar a Saúde da Família, os núcleos de apoio à Saúde da Família, estamos incluindo pediatras nos núcleos de apoio à Saúde da Família, abrindo leitos de UTI, leitos de UCI, bancos de leite, ampliando a rede de hospitais amigos da criança, maternidades equipadas pelo método canguru, e vamos capacitar 1659 equipes de Saúde da Família para que a gente faça um grande esforço de reduzir a mortalidade infantil na Amazônia Legal na Região Nordeste. A desnutrição infantil nos último dez anos, veja que o déficit peso/altura caiu 14%, o déficit peso/idade caiu 70% e o déficit altura/idade caiu 30%, aliás, hoje cada vez mais o que passa a nos preocupar mais é obesidade infantil e na adolescência.

A dengue. Nesse ano, nós conseguimos uma redução de 63% do número de óbitos, 46% do número de casos, 80% de queda do número de casos graves em relação a 2008. Eu acabei de lançar esse dado, que é uma alerta para todo o país, nós fizemos o levantamento de problemas do vetor, que é o Lira 2009.

Bom-dia, Senador Wellington, tudo bem? Como é que você está?

Vejam que aumentou o percentual de regiões em estado de alerta e caiu o percentual de áreas com índices considerados satisfatórios, isso evidentemente não diz, não fala de doença, isso fala de potencialidade que a doença venha, fala de presença do vetor, do mosquito. Então, hoje, nós temos dez municípios em risco de surto, no Sudeste Governador Valadares, Ipatinga, Barretos e Presidente Prudente, no Nordeste, Camaçari, Ilhéus, Itabuna e Mossoró. Palmas, na Região Norte, e Cáceres, em Mato Grosso. Três já estavam em 2008, que era Camaçari, Itabuna e Mossoró e persistem neste ano também. Então, ali, nós colocamos, dos 102 municípios que estão em situação de alerta, 17 são capitais. E ali eu coloquei a comparação do índice de infestação de 2008 para 2009. Então veja que em Rio Branco a situação piorou um pouco, no Rio se manteve, em Porto Velho melhorou, em Salvador também melhorou, já em Goiânia aumentou, em Belo Horizonte aumentou, em Belém se manteve quase igual, em Maceió aumentou um pouco, Brasília aumentou bastante, em Recife caiu, em Vitória caiu, em Aracaju aumentou um pouquinho, Manaus caiu bem, em São Luiz se manteve, Boa Vista caiu, Fortaleza aumentou e natal caiu bastante.

Nós fizemos uma mega campanha da vacinação, essa campanha de vacinação foi um desafio adicional, porque normalmente os jovens e adultos jovens não estão costumados a tomar vacina, uma coisa mais das crianças, dos idosos e das mães, então foi um desafio adicional chamar essa turma para vacinar e nós conseguimos essa vitória fantástica, vacinamos--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ministro, eu quero até lhe parabenizar, foram duas vitórias, além da rubéola. Como pediatra, eu sei das suas sequelas e das suas consequências. Parabéns! Mas também a conscientização da juventude para a vacinação. Agora eles estão cobrando mais.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Agora no ano que vem nós vamos dar uma reforçada

grande na vacinação da hepatite B. Exatamente para pegar a adolescência e os jovens também. Nós também estamos apresentando resultados expressivos no caso da hanseníase, uma redução de 23% no número de casos, no caso da tuberculose, a tuberculose vem numa queda sustentada, a taxa de mortalidade, por exemplo, caiu 34% entre 99 e 2007. A malária vem caindo muito, uma série de medidas como a descentralização do diagnóstico, a introdução de um novo medicamento produzido pela Fiocruz, muito eficaz, reduziu muito o número de internações por malária e, portanto, o número de óbitos. Praticamente 50%, quase 50% de redução no número de internações por malária de 2007 para 2008 com a introdução do novo medicamento. É isso aí.

Isso aqui é uma grande conquista também. Na época que eu assumi a direção do INCA, nós tínhamos 40 mil doadores voluntários de medula óssea; hoje, o banco coordenado pelo INCA é um dos maiores do mundo. O que significa isso de prático? Significa que nós estamos encontrando cada vez mais doadores compatíveis das pessoas que precisam de um transplante de medula óssea. Ao invés de buscar doadores do exterior, nós estamos encontrando aqui. Está acontecendo agora o contrário: os outros países estão buscando doadores compatíveis no nosso banco, e esses brasileiros podem estar ajudando a salvar vidas em outros países também. O número de transplante de doador falecido aumentou de 11 mil 750 para 18 mil, praticamente 19 mil--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Ministro, o senhor pode explicar, somos leigos no assunto. Como é que se pratica esse transplante ou essa doação de medula óssea? Eu tenho sido indagado algumas vezes, até tentando esclarecer e nunca consegui explicar. Uma explicação simples.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Simples. Tem algumas doenças... Por exemplo, leucemia é uma doença que afeta os glóbulos brancos do sangue, e alguns tratamentos você pode curar através de quimioterapia ou de drogas; em algumas situações, não, você usa uma técnica que é basicamente o quê? Você tem que encontrar um doador, uma pessoa compatível geneticamente com você, como se fosse um transplante, só que é um transplante de tecido que não é um tecido sólido, não é o órgão, é um tecido que é a medula, e esse banco cadastra as pessoas que colhe--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Como é que tira essa medula?

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Isso é muito simples. O doador, você faz uma punção com uma agulha no osso ilíaco, aqui da bacia, você retira uma quantidade, e o processo de infusão dessa medula sadia no receptor é a coisa mais simples do mundo, simplesmente você coloca, faz uma punção e injeta, claro que esse paciente foi antes irradiado, a medula dela foi zerada, ele não tem nada na medula para ele poder receber essa nova medula, essa nova medula então vai recompor esse tecido eliminado do que causou a doença que levou essa pessoa a essa situação da fragilidade. Então é uma técnica hoje segura, simples, e que até então, como nós tínhamos pouquíssimos doadores no Brasil, a pessoa que precisava de uma medula não achava um doador compatível. Que às vezes você encontra na sua família--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): [ininteligível] indolor?

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Totalmente indolor.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): E ninguém sabe disso.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Mas veja, sair de 40 mil para 1 milhão e 200. Por que é que nós fizemos isso? Porque até então, se a pessoa queria ser um doador de medula sabe o que tinha que fazer? Tinha que ir no Hemocentro, perder o dia de trabalho e tinha que ir ao Hemocentro. O que é que nós fizemos? Nós passamos a ir ao encontro duas pessoas, grandes empresas, o INCA vai lá, faz palestras e esclarece e marca um dia e a pessoas no próprio trabalho vão lá, tira um pouquinho de sangue e está resolvido. Com isso a gente mudou radicalmente e ampliamos brutalmente o número de doadores voluntários.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Eu quero aqui até colocar uma ideia que está sendo desenvolvida em Natal, que eu estive presente e quero parabenizar. Uma ação da Secretaria Municipal de Saúde, do Hemocentro e do Conselho Comunitário, na própria praia, ministro, fazendo a conscientização, a convocação e com uma unidade móvel ali já podendo cadastrar.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Bom exemplo. O número de transplante eu já falei. Combate a álcool e direção. Isso foi uma grande conquista da sociedade brasileira, a Lei Seca, que na realidade ela acaba se transformando, vai acabar se transformando num processo de construção de uma nova consciência na sociedade brasileira sobre a questão do consumo de álcool e direção, então nós já reduzimos aí o número de hospitalizações de maneira importante, 23%.

Isso aí é uma coisa nova e muito interessante, a saúde é sempre vista pelo lado da assistência médica. Quando a gente pensa em saúde, pensa em hospital, em medicamento, internação e enfermeira. Mas tem outro lado da saúde, a saúde é uma das áreas mais

importantes do ponto de vista de criação de riqueza desenvolvimento, emprego e inovação. 9% do PIB brasileiro é o setor saúde.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Desculpe, cheguei, só para esclarecer o seguinte, posso até estar cometendo uma falha. O senhor falou do brutal crescimento de doadores, possíveis doadores ou doadores de medula. Houve também um acréscimo ou um crescimento de receptores, de efetivamente, de realizações?

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: O número de transplantes tem aumentado, sim. Com certeza. Reduziu o tempo de espera e nós temos... O desafio agora é ampliar o número de leitos também.

Trinta por cento de todo o gasto mundial em pesquisa e inovação é da área de saúde. A gente só perde sabe para quem? Para a indústria bélica. Quem mais gasta dinheiro em inovação é a indústria de armas; em segundo lugar, a saúde. E o Brasil tem algumas características... Nós temos um sistema de saúde grande, por exemplo, quando a gente fala: "Ah, porque a China e a Índia..." Bom, a China não tem o sistema de saúde como o nosso, a Índia também não tem o sistema de saúde como o nosso. Nós temos uma capacidade técnica e institucional, faculdades e escolas médicas de enfermagem, de profissionais de saúde. O Brasil hoje já está entre os dez países do mundo que mais publicam artigos e revistas indexadas internacionalmente. Só para vocês terem uma ideia, os Estados Unidos formam por ano 40 mil PHDs, o Brasil já está formando mais de 10 mil PHDs. Então já é um país com um diferencial no campo da ciência e tecnologia. Mas nós temos um problema. Quando a gente vê a nossa balança comercial do setor saúde, ou seja, a diferença entre o que a gente importa e exporta em vacinas, medicamentos e insumos, equipamentos diagnósticos e terapia, ela é negativa em sete bilhões de dólares. Nós importamos 7 bilhões de dólares a mais do que exportamos nessa área. Isso aí tem um significado econômico, mas tem outro significado muito mais importante do que esse que é o déficit, não de dólares, mas de conhecimento. O Brasil hoje é um país altamente dependente de conhecimento produzido lá fora. Então nós temos que reduzir esse déficit de conhecimento e também evidentemente reduzir esse déficit comercial, por quê? Porque quando eu compro 30% do que eu importo em insumos para medicamentos, eu compro da Índia e da China, e são *commodities*, são genéricos, eu estou criando emprego lá.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Ministro, esses sete bi é só em insumos farmacêuticos?

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Vacinas, reagentes, matéria-prima e equipamentos, todas as indústrias da saúde. E veja, 30% eu estou comprando da Índia e da China e não tem nada aí embutido. Então o que é que nós estamos fazendo? Atraindo empresas para produzir no Brasil. O que hoje nós estamos importando fora. Eu já estive com uma missão na Índia, eu já estive na Inglaterra e estou indo o mês que vem para a China para fazer exatamente isso. Pode passar.

Então, o mercado nacional é gigantesco. Todos os dias nós lemos na imprensa novos investimentos das indústrias do campo da saúde no Brasil. Hoje mesmo no Valor Econômico tem uma outra multinacional anunciando que vai investir mais aqui. Nós temos a estrutura produtiva mais desenvolvida da América Latina, temos o sistema de saúde universal. Temos uma estrutura cientifica e de recursos humanos, temos o sistema regulatório com a ANVISA muito bem organizado, estabilidade macro econômica, crescimento da economia, redução da desigualdade da renda e temos agora--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Ou prioridade... Não, 5% era. Esse ano vai ser... Prioridade do complexo industrial na política nacional.

Então, no PAC da Ciência e Tecnologia, no da Saúde e no Industrial, a saúde está com uma área de destaque no investimento de novos projetos, de novos... e eu vou dar um exemplo prático para o que nós estamos fazendo. Estamos fazendo parceria público-privada nessa área. O que é isso? Eu pego um laboratório público associo esse laboratório público a uma empresa privada que produz matéria-prima e os dois vão desenvolver um medicamento de alto interesse para o Sistema Único de Saúde, eu deixo de importar esse produto e vou produzir ele no Brasil, reduzindo gastos e melhorando a balança setorial. Algum exemplo ali, por exemplo, essa parceria de um laboratório que sumiu ali com a Nortec para o tratamento da osteoporose, o da FUNED com a Nortec e a Blanver, que é um antirretroviral, Tenefovir, o LAFEPE e Nuplam com a Cristália vão produzir um anti-psicótico, o LAFEPE com a Cristália também o Tenefovir, o Vital Brasil com a Laborvida um medicamento para o mal de Alzheimer, a Hemobras com a Cristália o fator 8 para hemofilia, e Farmanguinhos associado com a Acher, Lupin e Libbs vai produzir para asma, para tuberculose e para pacientes transplantados. Só nesses medicamentos a nossa estimativa nós vamos economizar 200 milhões de reais por ano. E é uma inovação, porque eu estou associando capacidade estatal com a iniciativa privada e reduzindo a dependência brasileira. Pode passar.

Alguns desafios. Um dos principais desafios que o Brasil enfrenta hoje é que o Brasil está mudando radicalmente e rapidamente o seu perfil demográfico e epidemiológico. O que a França fez, em cem anos, nós estamos fazendo, em 30 anos: redução da fecundidade, aumento da expectativa de vida. E, além disso, as doenças cardiovasculares e o câncer aparecem como as principais causas de morte. Tudo isso impacta o sistema de saúde, porque são doenças mais complexas do ponto de vista de prevenção e mais caras do ponto de vista de tratamento. Além disso, uma gigantesca pressão por incorporação tecnológica, onde todos os dias os laboratórios estão lançando no mercado novidades.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ministro, Presidente Rosalba. Só porque eu não entendi bem quando V. Exa. falou de diminuição da fecundidade.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: É o número de filhos por mulher, número médio de filhos por mulher. No Brasil, hoje, esse número já é de 1.8. Ou seja, as mulheres brasileiras, em média, já têm menos de dois filhos por mulher durante a fase reprodutiva.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ministro, eu tenho seis filhos.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Eu tenho quatro. Nós estamos fora da média.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Nós estamos fora da média.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Totalmente fora. Nós somos antigos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Eu tenho quatro, mas meus filhos ainda todos não passaram de dois. É um, dois, um, dois.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Senador, só para o senhor ter ideia, o IBGE estima que, até 2030, a população brasileira aumenta já num ritmo menor, a partir de 2030 se estabilize e depois começa a perder população.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu quero saber o seguinte. Isso é uma grande vitória, Senadora Rosalba, você diminuir?

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Não, isso é um fato.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): É, sim, um fato, é planejamento familiar. É conscientização.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: É acesso a método anticoncepcional.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): É acesso. É realmente isso, é algo que você antes tinha filho como Deus--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pelo amor de Deus, a melhor coisa do mundo é filho. Eu sou totalmente contra. Eu acho que vai acontecer o que aconteceu na França. O Temporão também gosta de filho, que está feliz quando eu falo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Para quem pode manter e cuidar está ótimo--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E deve ser duro, ministro, você ter que aplicar isso contra o que gosta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Mas não é obrigatório, senador, é uma coisa que é opcional de cada família. Eu queria só aqui, ministro, lhe pedir um minutozinho, um parêntese. Daí por que, Senador Wellington, o senhor deve ser também um defensor da licença maternidade de seis meses. Porque veja que prejuízo, Senador Adelmir, que prejuízo vai dar aos empresários. São tão poucas as mulheres hoje trabalhadoras que estão amamentando. Eu tenho uma PEC e estou aqui, mais uma vez, pedindo voto de vocês para nós aprovarmos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senadora, isso também porque sós as mulheres podem ter filho, eu apoio.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Essa sua iniciativa, senadora, é de alto interesse para o país. Ampliação da licença maternidade para seis meses é uma coisa assim absolutamente fundamental para a melhoria--

[interrupção de áudio]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Melhorou agora?

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Vamos lá.

Ao mesmo tempo, nós temos que dar continuidade à ampliação da rede básica do Saúde da Família, e também das estruturas de policlínicas, UPAs, com as UPAs estamos melhorando a qualidade de atendimento nas urgências e emergências, no Rio de Janeiro é um bom exemplo, já temos 22 UPAs funcionando lá. E o que é que está acontecendo? Eu estou lembrando uma pergunta que um jornalista me fez. No dia da minha posse como ministro: "Ministro, porque o Souza Aguiar lá no Rio de Janeiro, aquilo é um absurdo, dezenas de pessoas ali num fila, debaixo de sol", aí eu falei: "Olha, o problema do Rio de Janeiro é que, o Rio de Janeiro sempre ignorou que a base do sistema de saúde é o sistema ambulatorial de qualidade, a atenção primária

de qualidade, sempre tratou a [ininteligível] com uma política hospitalar". E aí até falei: "Se você for agora lá, se você avaliar as pessoas que estão na fila, eu te garanto que 80% delas não precisariam estar lá", e o jornalista foi, aí bateu 79.4%, não precisavam estar lá. Eram pequenos problemas de saúde que poderiam ter sido atendidos e resolvidos num outro ponto do sistema, mas iam para lá por quê? Porque perto de casa não tem Saúde da Família, o policlínica não funciona, o centro de saúde fecha às cinco da tarde e vai por aí a fora.

Outro desafio é a redução da espera por consultas de especialistas, exames e internações. A iniquidade de acesso, você tem na Amazônia, por exemplo, na Região Nordeste, problemas sérios de oferta, e também melhorar a gestão do sistema através de gestão integrada de redes e serviços. O financiamento da saúde, só trouxe alguns números para gente chorar junto aqui. Enquanto que as famílias brasileiras têm plano de saúde, gastam em média per capta/ano 1428 reais, o SUS gasta per capta 675, só com um detalhe, quem faz os transplantes é o SUS, quem dá o medicamento de alto custo para uma doença crônica é o SUS, quem atende a emergência na rua é o SAMU, quem dá vacina é o SUS, quem tem todo o sistema de vigilância epidemiológica e sanitário implantado é o sistema público, e a gente gasta menos da metade do que as famílias que têm planos e seguros. Nós gastamos menos que a Costa Rica, que o Panamá, que a Argentina, que o Chile, que o México, que Uruguai, que o Kuatar e que Chipre.

E curiosamente, o Brasil é um país curioso, o sistema é universal, a Constituição diz que a saúde é um direito de todos e dever do estado, mas quem banca a saúde no Brasil são as famílias e as empresa, o percentual do gasto público no gasto total é menos de 40%, então tem alguma coisa errada com esse sistema. Quando você pega o sistema que nos inspirou, que é o sistema inglês, 85% do gasto total é público, aqui é o contrário, isso onera principalmente as famílias de menor poder aquisitivo, que acabam tendo que recorrer a pagar serviços, sejam eles procedimentos ou medicamentos do próprio bolso.

E os grandes desafios finais então são esses, sem a solução do financiamento da saúde nós não vamos conseguir dar sustentabilidade a esse sistema, e temos que melhorar a gestão, tem um Projeto de Lei que o governo encaminhou à Câmara dos Deputados que está lá travado, que é o das fundações estatais e direito privado, e todos os dias a gente acompanha pela imprensa a população reclamando do padrão de ineficiência da maior parte dos hospitais brasileiros públicos, entretanto nenhuma medida se consegue tomar para reverter de maneira radical esse padrão de ineficiência; um modelo é esse, o meu consolo é que os governadores de Pernambuco, da Bahia, de Sergipe e do Rio de Janeiro, entre outros, estão tomando medidas e implantando modelos que aumentem a eficiência, que corrigem uma grave distorção que é instituições hospitalares que trabalham com modelo de gestão de planejamento focada nos meios e não nos resultados. Ora, você tem que trabalhar em cima de metas, de indicadores, desempenho, avaliação, premiação dos que se dedicam mais, dos que tem mais desempenho, mas está difícil avançar nessa área.

Era isso, agora já aproveitando a pergunta que a senhora me fez, complementando.

Como está, senador? Tudo bem? Bom-dia.

Sobre a gripe, sobre a pandemia, que eu acho que é um ponto importante. Nós estamos acompanhando atentamente, senadora, o que está acontecendo no mundo. Essa doença surge em abril, quando a Organização Mundial da Saúde decreta um alerta mundial de que um novo vírus se espalhava rapidamente pelo mundo. Só para os senhores ter em uma ideia, em outras pandemias que aconteceram no passado, o vírus demorava seis meses para se espalhar pelo mundo, nessa ele demorou seis semanas. Então foi uma disseminação brutal, radical. A doença surge já na primavera do hemisfério norte, mas nos pega aqui no inverno e sem uma arma poderosa, que é a vacina. E nós estamos acompanhando agora e os números que nós temos, eu tenho inclusive um boletim que eu recebo diariamente sobre tudo que está sendo publicado no mundo sobre essa doença e é um motivo de grande preocupação em todo o mundo. Inclusive, o último dado que nós temos sobre os Estados Unidos é que o número de óbitos já ultrapassou quatro mil óbitos nos Estados Unidos dessa doença.

Eu quero estacar que apesar da grande preocupação, os óbitos causados pelo H1N1, eles são significativamente menores do que os óbitos causados pelo vírus da gripe sazonal, entretanto, há uma mudança de padrão muito importante. Enquanto os óbitos pela gripe comum afetam principalmente idosos por complicações decorrentes, pneumonias, essa nova doença está matando principalmente crianças e adultos jovens, e isso traz evidentemente uma mudança no padrão de mortalidade, o que traz apreensão e inquietação. O Brasil está se preparando para o que poderá ser aqui no hemisfério sul uma nova onda da doença, de que maneira? Estocando medicamento, comprando vacina e produzindo, o Brasil é um dos poucos países do mundo que vai produzir a vacina no Instituto Butantã em São Paulo, isso é uma coisa que nós temos que comemorar, isso é fruto do resultado de décadas de

investimento na indústria biotecnológica brasileira, hoje Butantã e Biomanguinhos são dois dos maiores produtores mundiais de vacinas, e estamos também comprando, houve um crédito extraordinário no valor de 2 bilhões e 100 milhões que está, portanto, nos permitindo comprar medicamentos, vacinas, aumentar o credenciamento de leitos de UTI, comprar equipamentos, treinar médicos e enfermeiros, enfim, montar toda uma estrutura que vai nos permitir enfrentar essa nova onda.

A senadora me perguntou sobre a disponibilidade da vacina. Essa vacina é produzida através de um processo de fermentação que demora pelo menos seis meses, não sei se todos estão acompanhando, mas está havendo uma grande dificuldade de acesso da vacina nos países ricos. Os Estados Unidos, que anunciou que teria 20 milhões de doses, não conseguiu sequer ter acesso a mais do que 20 milhões, por quê? Porque os laboratórios produtores ainda estão em processo de produção. Nós temos já duas coisas práticas, primeiro que o instituto Butantã vai produzir alguma coisa entre 20 milhões a 33 milhões de doses da vacina para entregar ao Ministério da Saúde e nós já fizemos um pregão e já compramos de um dos laboratórios produtores 40 milhões de doses. A nossa estimativa e nós estamos trabalhando nesse momento junto com as sociedades de pediatria, de infectologia, de obstetrícia e ginecologia, um conjunto de sociedades médicas para definir o protocolo, os critérios, quem nós vamos vacinar, quem vai ser vacinado primeiro, em que proporção. Evidentemente nós estamos vendo o que está acontecendo no hemisfério norte, aprendendo como eles fizeram no auge da epidemia aqui, eles estavam vendo o que estava acontecendo aqui no Brasil e apreciando, digamos assim, o que está acontecendo no hemisfério sul, agora nós estamos vendo o que está acontecendo no hemisfério norte para aprender com eles também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Ministro, só aqui um detalhe, eu queria já fazer um pedido, eu tenho certeza que o mesmo do Senador Garibaldi, que nós estamos com essa situação crescendo agora lá em Natal, especificamente em Natal, e já fazer um apelo para que agilize, que não deixe faltar medicamento. Vamos ter uma grande festa agora, milhões e milhões, milhares e milhares de pessoas a partir do dia 3, que é o Carnatal então já fica... eu já estou fazendo aqui--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senadora Rosalba, que situação crescendo que eu não entendi?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Do número de gripe, inclusive fatais. Eu tinha falado no início aqui, por isso que eu estou colocando, e já fazendo essa solicitação para que não falte de forma nenhuma os medicamentos que eu sei o que Ministério tem tido todo o cuidado, mas às vezes, é aquela velha história, a gente por não ser avisado a tempo, não chega também a tempo. Estamos aqui fazendo esse pedido.

Agora passaremos aos senadores inscritos. Primeiro nós temos o Senador Paulo Duque, depois o Senador Wellington, Senador Augusto.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Eu só queria, senadora, complementar uma coisa rápida. É muito importante que primeiro, às vezes, as pessoas falam o seguinte: "Agora, já que nós vamos ter uma vacina..." Esquece toda aquela parte importantíssima que são os hábitos de higiene.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Esse ninguém pode esquecer, é fundamental.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Isso tem um impacto direto, a questão da lavagem das mãos, o não compartilhamento de objetos de uso pessoal, isso é extremamente importante.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Lá até os padres não deixam mais a gente rezar pegando na mão do outro e está certo, está corretíssimo. É para prevenir.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: O estoque de medicamento está sem problema nenhum, vai dar para atender todo mundo. Esse ano teve uma grande polêmica sobre o negócio do remédio, lembra? Eu queria falar um pouquinho sobre isso, porque houve uma grande crítica ao governo, dizendo que... principalmente alguns órgãos de imprensa, não todos, de que nós tiramos os medicamentos das farmácias, o que não é verdade. Esse medicamento sempre foi comercializado do Brasil, e o que aconteceu é que quando a doença estourou, ora, único produtor mundial para atender o mundo inteiro, simplesmente o laboratório deixou de repor o medicamento nas farmácias, e como o Ministério da Saúde fez uma encomenda de um volume de medicamentos muito alto, por decisão mútua do governo e do laboratório, a prioridade... isso foi uma recomendação do MS inclusive, que toda capacidade instalada produtiva fosse destinada posteriormente aos governos, então e o governo, de maneira me parece bastante competente, criou uma estrutura de dispensação descentralizada que permitiu atender a todas as pessoas que necessitassem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Bem, vou passar agora para o--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, para me inscrever, por favor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, o senhor já está inscrito. Em primeiro lugar será o Senador Paulo Duque. Passo a palavra ao Senador Paulo Duque. Ministro, agora só para ficar bem claro. Quando realmente nós vamos começar a vacinação? Independente de quem serão os primeiros.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Não antes de março ou abril.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Não antes de março ou abril?

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Não, não. Que é o prazo que nós temos para que as vacinas sejam entregues e que o Butantã entregar. Caso nós tenhamos acesso a algum quantitativo antes desse período, nós começaremos a vacinação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Porque nós vamos ficar bem diferente, já foi iniciado na Espanha, na Alemanha--

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Sim, mas é diferente. O nosso inverno começa depois.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Mas acontece o que nosso verão está começando e os casos estão aumentando.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Não, não, não estão aumentando, pelo contrário, estão caindo em todo o Brasil. A situação que a senhora está relatando é absolutamente singular. O boletim epidemiológico do Ministério mostra que o número de casos cai progressivamente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Nesses últimos dias... ontem mesmo mais um caso fatal.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Mas ainda não estão confirmados, viu? Estão em análise laboratorial ainda.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Não, mas nas análises muito já estão confirmados.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Mas pode ter certeza--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Ainda não foram todos confirmados, mas já tem esse--

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: A situação epidemiológica no Brasil é de queda sustentada. É uma situação específica que tem que ser colocada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Eu entendo e fico feliz que isso venha a acontecer. Agora, esse caso está sendo noticiado de forma muito forte e intensa, porque aconteceram mortes numa semana só.

Bem, então, vou passar agora ao Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Ministro, eu considero como homem público, com vários mandatos de deputado, no Rio de Janeiro e posso mais falar sobre o Rio de Janeiro, que a saúde no Brasil é o nosso principal problema, a principal na frente da segurança pública, na frente... Infelizmente, nós não temos poder de estar na mesma hora em duas comissões, porque vários deputados chegam aqui uma hora, tem que ir para a outra comissão, foi exatamente o que aconteceu comigo. Gostaria de ter estado aqui desde o início da sua explanação, da sua palestra.

Mas a saúde para mim é tão importante, às vezes eu passo pela Avenida Rui Barbosa e sei que V. Exa. mora ali perto, onde havia há 40 anos, 50 anos, uma escola de enfermagem chamada Ana Nery e até agora as obras estão paradas para a recuperação dessa escola que nem sei o que é que vai ser lá. Ali perto da Leopoldina há um hospital também, não lembro o nome agora, mas quero até alertá-lo que precisa ser recuperado. Então nós deixamos de ser a capital da República, mas deixamos lá um acervo espetacular de benefícios que envolvem a saúde. Dr. Santini preside hoje uma das grandes instituições mundiais, sem duvida nenhuma, o INCA, que merece o cuidado, e eu mesmo perguntei o que é que eu posso ajudar em matéria de verba no orçamento. Não existe, não vejo desenvolvimento, amplitude, o que se faz no INTO, o que vocês estão fazendo no INTO também é uma coisa sensacional, é de caráter mundial, caráter internacional. O INCA e o INTO, são duas instituições modelares, pode ser que haja alguma no Brasil parecida, superior não existe.

Tudo isso é motivo de orgulho para o administrador e para o político, que faz política e que sofre muita crítica diária. Eu acho que não se pode comparar de jeito nenhum o Brasil com o Chipre, com Luxemburgo, com a Bélgica, o Brasil é um continente, é enorme, não dá para comparar, as situações aqui no Rio de Janeiro, da Região Sul é muito diferente lá dos problemas do Norte, do Nordeste, é muito diferente. Moléstias que dão lá não dão aqui, as filas de hospitais aqui no Rio de Janeiro, lá no Rio de Janeiro são muito densas e são diárias e são muito maiores, seguramente do que lá na região do Senador José Nery, lá no Acre, no Pará. Então é uma comparação, é uma preocupação permanente e pode V. Exa. estar certo, e todos os senadores que estão aqui. Estão aqui porque estão preocupados. Eu quando soube que V. Exa. estava

aqui fazendo essa conferência eu me apressei a me desculpar e vir para cá.

Falou-se aqui em remédios, falou-se aqui em custo, falou se em tudo. Houve uma iniciativa que eu não sei se vai voltar ou se já está liquidado, da Farmácia Popular, não sei qual é a orientação hoje do Ministério sobre esse respeito, gostaria de ficar esclarecido sobre isso. Quando se implantou o SUS aqui no país foi a maior instituição de 98, se não me engano, foi uma tentativa de se criar um sistema parecido com a Suécia, mas o Brasil é muito maior em termos de área, em termos de população do que a Suécia, é um sistema que tem que ser muito aperfeiçoado. Eu não tenho praticamente uma pergunta para fazer, o que eu tenho a fazer aqui é apenas dizer que acho o que governo atual, o Governo do Presidente Luiz Inácio que está fazendo o possível para melhorar as diferentes ramificações da saúde, pelo que eu tenho visto, é preciso fazer mais. V. Exa. é jovem, está livre daquela, como é que chama? Aquilo que você acabou de me condenar aí? Que eu não escapo, que eu não vou escapar dessa, Como é que é?

[interrupção de áudio]

Tem muita energia, muita força, pode ajudar, inclusive, com certeza. Uma atividade [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Eu não desliguei. Mas eu quero só lembrar que nós temos aqui seis inscritos e que precisamos ser rápidos.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Então um minutinho só--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Porque o ministro inclusive vai viajar.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Só um minuto. Um dos piores prédios de localizações que nós temos é na própria Secretária Estadual de Saúde. Eu tenho feito o possível para conseguir aquele prédio enorme ao lado da Central do Brasil, antiga Presidente Vargas, praticamente desocupado com 16 pavimentos, um excelente prédio, onde possa instalar ali uma Secretaria Estadual de Saúde em condições de suportar os seis milhões de habitantes que vivem em todo o Estado do Rio de Janeiro.

É só o que eu queria falar, V. Exa. já nos deu uma ótima explicação, nos deu uma boa perspectiva e eu estou torcendo para que V. Exa. tenha muito sucesso na sua gestão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Muito obrigada, Senador Paulo Duque. Ministro, tem alguma coisa a acrescentar?

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Bom, senador, é só em relação à Farmácia Popular, o programa está em pleno andamento. O problema no Rio é que havia no governo anterior, antes do Governador Sérgio Cabral, houve um... o nome é o mesmo, mas o projeto era totalmente diferente. Nós estamos agora então na transição do modelo anterior para o modelo do Governo Federal. Só para o senhor ter ideia, a nível Brasil, nós já temos 560 Farmácias Populares, aqueles prédios, que fazem mais de um milhão de atendimento por dia e a outra modalidade que é o convenio com a farmácia da esquina, que é o Aqui Tem Farmácia Popular, onde nós vendemos medicamentos, onde o governo entra com 90% e o cidadão com 10%, um exemplo, um aposentado que precisava comprar insulina e gastava 100 reais por mês, ele agora gasta 10, veja o impacto disso. Já são 9.000 farmácias conveniadas e 1200 pessoas, 1 milhão e 200 mil pessoas todo mês usam já essa modalidade para comprar medicamentos para diabetes, hipertensão, insulina e pílula anticoncepcional.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Passamos agora-–

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Senador, o senhor está inscrito.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Para acelerar. Já o que ministro tem outro compromisso. Nós ouviríamos todos e no final ele responderia. Agradeceria a V. Exa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senadora Rosalba. Desculpe, mas eu tenho uma pergunta muito séria para fazer para o ministro, se me permitir, depois, Senador Valadares, e eu queria fazer a pergunta e V. Exa. responder porque eu vou pegar essa filmagem na TV Senado e vou passar no Triângulo Mineiro. Então, se for responder ao final, eu acho que vai ficar um pouco destoada, só no meu caso, o restante acho que poderia fazer o acordo. Se a Comissão assim aprovar, é claro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Antes de passar ao senador... se os senhores forem rápidos na sua pergunta objetiva, cada um poderá ter a sua resposta de imediato. Agora se for para fazer um preâmbulo muito grande, aí não dá certo.

Ministro, mas eu queria, das perguntas que eu fiz no início, ficou faltando a questão sobre a saúde da mulher, a mortalidade materna. E vou ficar aqui já,

além da pergunta, já vou fazer de público a solicitação para o meu estado. Nós temos hospitais, maternidades, escolas, nós temos maternidades, hospital da mulher, tudo que possa dar assistência a partos, os partos mais complicados na capital, o restante no interior, nada. Inclusive, há uma carência muito grande na segunda cidade, que é Mossoró, nesse atendimento materno infantil. Então como é uma cidade pólo, um centro educacional, uma cidade realmente que está no interior, que pode ser o pólo para o atendimento, facilitando muito e salvando muitas vidas de toda uma região. Fica aqui a indagação e o pedido. É uma cidade que tem UPAs, SAMU, o PSF já passa dos 70%. Então, porque não fica o meu pedido para que o próprio município, é uma reivindicação, ele tem condições de administrar uma maternidade materno infantil que seria até um campo para a Faculdade de Medicina da Universidade Estadual. E com o pedido para que nos possamos ter esse hospital materno infantil, exatamente direcionado para o combate à mortalidade materna, que é muito grande naquela região.

Vou passar agora para o Senador Wellington e o senhor vai responder duas em conjunto. Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ministro Temporão, V. Exa., além de ser do meu partido, que já temos um longo caminho junto, sempre apoiei V. Exa. aqui dentro do Senado Federal, inclusive com a sua assessoria, acabando ficando meu amigo, o Tito. Eu tenho uma posição, por isso que eu pedi à Senadora Rosalba e também à Comissão que me desse essa oportunidade de fazer a pergunta e ao mesmo tempo V. Exa. responder, pelo seguinte, no Triângulo Mineiro, na cidade da Araguari, nós estamos com um surto muito sério de meningite tipo C, e essa meningite mata rapidamente, tivemos agora três casos onde as três pessoas tiveram contato e os três morreram. Um caso muito sério. E a população me cobra, porque, hoje, uma vacina desse tipo de meningite está 120 reais, e a cidade de Araguari não é uma cidade de posses, tão rica que possa a população comprar essas vacinas. Eu pedi à minha assessoria que entrasse em contato com assessoria de V. Exa., onde tentasse disponibilizar algumas vacinas, e aí claro que o Ministério tem a sua maneira de agir, porque tomar conta de todo o Brasil, 5 mil e poucos municípios, é um trabalho estupendo, eu vi o trabalho apresentado com relação ao controle de outras doenças aqui por V. Exa., agora, no que é o que Ministério pode ajudar a cidade de Araguari nesse momento onde está se fazendo fila de pessoas carentes sem condições financeiras nenhuma, ministro, tentando conseguir um dinheiro emprestado, alguma coisa. E lá já está uma campanha para crianças, a vacina aconteceu na segunda-feira, vacinamos pessoas mais novas com a vacina. Agora, essas pessoas mais velhas que estão morrendo, três, eu estou muito preocupado com isso, porque foi muito rápido. No que é o que Ministério pode ajudar a cidade de Araguari nessa questão da saúde, da hepatite tipo C. Eu queria saber o que é que o Ministério pode ajudar a cidade? Eu vim aqui especialmente para fazer essa pergunta a V. Exa. e como bem coloquei, vou levar para a cidade a resposta de V. Exa. para que fique bem claro, para que não haja dúvida na pergunta clara e na resposta claro do ministro com essa oportunidade que nós temos aqui.

É meningite, eu falei o quê? Desculpe, desculpe, é meningite, meningite.

Diga, ministro.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Bom, eu vou começar respondendo aqui a senadora sobre a mortalidade materna. Nós estamos trabalhando no pacto de redução da mortalidade materna envolvendo maternidades, envolvendo, enfim, milhares de profissionais de saúde. As principais causas hoje de morte materna no Brasil são causadas pela hipertensão, por hemorragias, infecção puerperal e aborto. Cerca de 1600 mulheres por ano, vem havendo uma queda gradual e isso tem uma forte relação com a qualidade do pré-natal e principalmente da qualidade do parto. Ontem mesmo eu estava com a Ministra Nilcéia lançando, lançando não, ontem foi o Dia Mundial de Não Violência contra as Mulheres, e nós estávamos fazendo o balanço do 180, que é o número que as mulheres podem acessar para fazer denúncia, se orientar sobre as... e os dados são assustadores, um balanço de dois anos mostra que as mulheres que sofrem violência, mais de 60% é violência contínua, continuada, ao longo de muito tempo. E ontem nós estávamos lançando esse programa lá e fazendo um balanço e reiterando a importância desse 180, e estávamos comentando de um fato que é corriqueiro para uma mulher de classe média, mas que infelizmente ainda não é uma realidade para todas as mulheres brasileiras, que é o direito da mulher saber quando chega ao final da gestação, aonde ela vai ter o seu filho e com quem. Em muitos lugares no Brasil hoje, essa mulher, que até consegue fazer um pré-natal, é acompanhada, mas, na hora do parto, ela não sabe para onde ir, para onde se dirigir, e muitas, infelizmente, ficam perambulando por vários serviços, sem poder ser atendida adequadamente. Então, é todo esse contexto. E veja, o seu pleito em relação a esse hospital materno infantil no interior do seu estado, eu estou totalmente à disposição para colocar a minha equipe técnica para sentar com a Prefeitura e discutir isso aí, com certeza, aliás, nós estamos sempre liga-

dos e abertos, lá no Ministério, a receber os prefeitos, os parlamentares e discutir projetos de interesse de saúde pública para todo o Brasil.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Ministro, para você ter uma ideia, são 300 mil habitantes na cidade, uma região com mais de um milhão e não existe um hospital público, não existe uma maternidade pública para atendimento. Existe um hospital privado, conveniado, entre aspas filantrópico, que nó sabemos e a experiência, sou de lá e por ser médica tenho essa, de que é a "ambulância terapia" para Fortaleza e para Natal, isso para parto é algo inadmissível, e a cidade tem condições de ter essa estrutura. Então já fica aqui o nosso apelo, porque eu sei que não será só meu, mas todos que fazem a bancada do Rio Grande do Norte, pela necessidade. Então muito obrigada pela explicação e pela esperança de que possamos ter esse hospital materno infantil.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Porque eu havia colocado erradamente. A meningite tipo C está atacando Araguari. Eu queria saber no que o Ministério da Saúde, através de V. Exa. que tem a oportunidade na Comissão presidida pela Senadora Rosalba, estar frente a frente com o ministro, no que é que o Ministério pode ajudar a cidade de Araguari, visto que está 120 reais a dose dessa vacina e o povo de Araguari não tem condições de pagar e nós estamos muito preocupados, eu, o prefeito e demais políticos da cidade.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Senador Wellington Salgado. Veja, o Ministério acompanha essa doença, é uma doença que pode se revestir de forma com muita gravidade, na Bahia agora nós estamos acompanhando, tivemos um número de casos em Porto Seguro e agora em Salvador. Há todo um protocolo que as autoridades de saúde pública seguem. Numa situação como essa é muito importante que o prefeito, a Secretaria Municipal esclareça com muita competência, porque quando acontece um óbito em relação a uma doença como essa, a primeira coisa é insegurança e medo, pavor. Então, informar adequadamente à população, primeiro, nem sempre isso acontece. A comunicação nesse momento é fundamental. Segundo, fazer a profilaxia com antibióticos de todos os contatos, que é fundamental. Enfim, tem todo um protocolo que é de conhecimento de todas as autoridades sanitárias--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A cidade vem fazendo exatamente isso.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Exatamente. Além disso, o Estado de Minas Gerais, através da Fundação Ezequiel Dias, fez um contrato de transferência de tecnologia dessa vacina, nós temos só três produtores no mundo que produzem essa vacina, que é uma vacina moderna, vacina conjugada contra meningite A e C, e hoje tem um contrato com essa empresa que é a empresa Novarts, exatamente por isso que ela já está vacinando as crianças dessa localidade e o protocolo é a vacinação de criança, a vacinação de adultos, ela tem indicações muito precisas e o Ministério da Saúde está acompanhando e está totalmente à disposição das autoridades e da população para esclarecer, orientar e apoiar e fornecer as vacinas necessárias. A solução global, não só para Araguari, mas também para todo o Brasil, é a incorporação dessa vacina no programa nacional de imunização. Agora, o custo de incorporação estimado em 300 milhões de reais por ano, apenas na incorporação de uma única vacina e aí nós caímos de novo, infelizmente, na questão do financiamento setorial. Se eu fizer uma lista aqui, por exemplo, das vacinas recomendadas pela Sociedade Brasileira de Pediatria para serem incorporadas no PNI e se eu somar, por exemplo, a um conjunto de medicamentos de altíssimo custo protegidos por patentes, mas que existem evidências científicas robustas de que ele deve ser incorporado ao setor saúde, isso afeta milhares de pessoas em todo o Brasil, nós teríamos aí uma conta totalmente fora das possibilidades e da realidade orçamentária do Ministério.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas, ministro, quer dizer que não existe uma atuação pontual onde está acontecendo de repente um surto desse tipo de doença, o Ministério não tem como chegar e atacar pontualmente uma região para que não haja uma disseminação dessa doença?

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Isso é feito pelo gestor local, a Secretaria Municipal de Saúde que tem todos os instrumentos, capacidade técnica para isso.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas não tem a vacina, ministro.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: A vacina é indicada em situações específicas e avaliada pela autoridade sanitária local, nem sempre é recomendada a vacinação em massa da população, pode ser indicada em algumas situações vacinação de bloqueio e a quimioprofilaxia.

A sua pergunta me passa uma sensação clara de falta de informação total da autoridade sanitária local para a população do que está acontecendo, que medidas estão sendo tomadas. Isso é muito ruim. A primeira medida é a informação.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, não, ministro, a medida está correta, inclusive nós estamos na fase de profilaxia, como V. Exa. bem colocou, está sendo corretamente aplicada pela autoridade local. Só que começa a se exigir se vai haver vacina do Ministério ou do Governo para aquela região. Mas V. Exa. colocou que está sendo analisado e diante do que poderá vir é que poderá ver a vacinação *in loco*?

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: O senhor estava me dizendo que as crianças já estavam sendo vacinadas.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Já estão. As menores, sim. Mas o problema é que atacou os maiores. A vacina está sendo usada pelos menores.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: A vacinação dos adultos tem um protocolo muito específico, não há indicação de vacinação universal. Essa é a questão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não é universal e nem pontual.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): É uma decisão epidemiológica a vacinação de adulto, não pode ser uma decisão do ministro, nem minha e nem de ninguém. Então tem que ser um conjunto de fatos que ocorram dentro da comunidade, que já tem protocolo por isso. Entendeu, Wellington? Não é uma decisão nem tua e nem do gestor, tem que seguir o protocolo, se o protocolo justificar a vacinação de adulto aí o Ministério tem que entrar também.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E dentro desse protocolo que V. Exa. acabou de colocar que tem que ser seguido pelo Ministério, em algum momento vai ter que aparecer a vacina.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Se as condições exigirem que sejam vacinados os adultos aí vai ter que ser feita a vacina.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em algum momento vai ter que aparecer a vacina, só isso que eu falei--

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Aí o Ministério vai fornecer a vacina. Mas quem vai me dizer se precisa ou não é a autoridade sanitária local.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Ministro, aqui só ficou uma dúvida. Para ficar bem claro para quem está nos assistindo. Já está sendo vacinadas...

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: As crianças.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): As crianças estão com vacinas disponibilizadas pelo Ministério através da Prefeitura, Secretário de Saúde, aí é aquela história do SUS, bipartite, tripartite... Bem, mais o importante é que seja. Isso aí é realmente tudo parte da autoridade sanitária que tem que lhe dar os dados e dentro desse modelo, para ser bem claro, de quando se personalizado ou deve aplicar, é que é definido.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas V. Exa. tem em estoque a vacina?

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Agora, o que eu queria, aproveitando a vacina, é colocar no calendário, o senhor disse que há um custo--

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: É uma outra decisão que seria a incorporação universal no calendário de vacinação, aí tem uma questão de disponibilidade de recursos financeiros.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Agora eu ficaria só, ministro, fazer a observação para passar a palavra para o Senador, agora, Augusto Botelho. E antes eu quero aqui registrar a presença, com muito prazer, muita alegria, do Senado Alberto Anaya, da República Mexicana. Seja muito bem-vindo.

[palmas]

E do Deputado Osmar Terra. O Deputado Federal do nosso Brasil.

[palmas]

Ministro, o senhor colocou uma coisa bem interessante da redução, da economia que é feita inclusive com o programa Saúde da Família. No número de internações que foram mais de 60 milhões. Então se nós tivéssemos mais vacina não ia reduzir ainda mais os custos de tratamento e de internações? Não compensaria, não seria um custo o Brasil muito mais aceitável?

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: É, mas por exemplo, é o que exatamente o que nós estamos fazendo, a partir de janeiro uma vacina que hoje custa 500 reais para proteger cada criança que é a vacina do pneumococo, vai estar incorporada no PNI. A Fundação Oswaldo Cruz e o laboratório que detém a patente assinaram um acordo de transferência de tecnologia, então ao longo de sete anos a Fiocruz vai se capacitar para produzir totalmente a vacina aqui no Brasil.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): E eu fico muito feliz, muito, porque eu sou Pediatra e sei o quanto isso representa, até que o projeto-–

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: E essa doença mata muito mais do que qualquer outra.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Até porque o Projeto de Lei que foi apresentado é de minha autoria. Então, muito obrigada. E eu fico feliz de saber que já valeu isso.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: A partir de 1º de janeiro de 2010 a vacina do pneumococo está incorporada no PNI.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Aí depois a gente luta pela meningococo.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Exatamente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Uma coisa de casa vez.

Senador Augusto.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Ministro, Sra. Presidente, o senador mexicano também, desejar boas-vindas ao Senado do México que está aqui presente e ao Terra, que é um batalhador do saúde também e lutador pela Emenda 29, Deputado Terra.

Eu queria fazer algumas perguntas pontuais ao ministro, alguns assuntos e depois fazer alguma considerações rápida. Primeiro, nós gastamos 675 reais por pessoa no Brasil com a saúde. Eu gostaria que o senhor fizesse uma comparação em relação aos nossos países da América do Sul e os países mais desenvolvidos, de quanto eles gastam por pessoa, se o senhor tiver esse dado na cabeça. Aproximado.

Outra pergunta, mas é bom o senhor deixar bem claro aqui para todos os senadores perceberem. Porque é que nós não conseguimos avançar nas fundações estatais em direito privado, se nós sabemos que do ponto de vista de gestão é uma coisa boa para a saúde e para melhorar o atendimento nos hospitais.

Outra. É que algumas farmácias têm vendido genéricos por um preço igual ao remédio comum e às vezes até maior, nós não temos um jeito de conseguir coibir isso?

As terceiras são em relação ao meu estado, pontuais. Uma é, por exemplo, lá em Roraima, as ambulâncias quando vão remover um paciente, elas têm que andar em estradas que têm condições precárias, então nós temos que ter ambulâncias tracionadas lá em Roraima e eu não consegui colocar emenda assim dirigindo para ambulância com tração, lá. Botei um dinheiro... todo parlamentar tem medo de botar dinheiro em ambulância, mas eu estou tendo que colocar, porque é uma demanda, é um pedido intenso dos municípios porque eles estão sem ambulância para remover os seus pacientes. Eu coloquei uma verba de 1 milhão e 100 para poder comprar algumas ambulâncias para o meu estado. Fiquei feliz com a sua licitação que botou aquele monte. Só que essas ambulâncias daquele tipo--

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: São para área urbana.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Para área urbana, não dão para ser usada na minha área, eu quero ambulância especificamente para trazer dos municípios para a cidade, e alguns municípios como Uiramutã são quase seis horas de viagem em estrada de terra para chegar no asfalto e viajar mais quase duas horas para chegar na cidade, lá em Boa Vista.

E outra coisa em relação aquela... O senhor já reclamou e vou reclamar também. É dessa burocracia para construir as UPAs e os hospitais. Eu estou há um ano, quase dois anos com recurso disponível no orçamento para começar a construir um hospital que realmente atrasou um pouco, porque de início a gente ia fazer uma pequena maternidade. E Senadora Rosalba, lá em Roraima toda mulher sabe onde é que vai ter o filho, é na maternidade no Hospital Materno Infantil de Nossa Senhora de Nazaré, nós só temos um hospital maternidade público lá. Só que ele dista quase 25 quilômetros dos mais pobres, que às vezes de madrugada quando entra em trabalho de parto, não tem condução para chegar, então por isso nós iríamos construir uma unidade próxima dessas pessoas, começou esse recurso que tem disponível, 16 milhões, e ia para uma comunidade de maternidade pequena, mas quando surgiu a ideia que começou a materializar, mudaram tudo e querem um hospital. Então eu ampliei o projeto e eu tenho mais uma parte de recurso para ser liberada para poder completar o hospital, nós vamos fazer primeiro uma UPA e depois transformar em hospital. E realmente isso aí, o Ministério já tomou alguma atitude para mudar essa burocracia dessa dificuldade de convênio, nós vamos conseguir realmente avançar com essa passagem direta para o fundo de saúde? Essa e a pergunta que eu queria fazer ao senhor. Porque eu estou sofrendo e o meu estado também. Dois anos nós estamos na briga para tentar começar a construir uma unidade mista lá no meio dos mais pobres.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sou eu o próximo, senadora?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): O próximo é o Senador Adelmir.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Todos de uma vez?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): É melhor. Falta o Senador Adelmir e depois o Senador Valadares, e o Senador Nery. O Mão Santa não se inscreveu, então...

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sra. Presidente, Sr. Ministro e Srs. Senadores. Eu tenho inúmeras vezes colocado aqui no Senado a questão do atendimento que V. Exa. fez referência, inclusive, atendimento inicial. Eu não vou dizer na linguagem médica, isto é, nos pequenos municípios. Todos nós sabemos que as cidades pólos têm uma atração enorme por esses pacientes, Brasília se inclui entre essas cidades pólos, se nós ao amanhecer do dia formos aqui nas estradas que limitam ou que vem ao Distrito Federal, vamos observar o volume de ambulâncias e de outros veículos trazendo doentes para Brasília. Essas pessoas muitas vezes ficam até em hospedarias, em algumas pensões, esperando a consulta médica do SUS e 20, 30 dias conseguem essa consulta paga pela prefeitura que é a hotelaria, vamos dizer assim. E depois da consulta, e é natural e eu vou citar apenas como exemplo, às vezes, o médico, de uma forma ou de outra, faz lá a consulta, a anamnese lá, que é a palavra chave, é um médico que faz e prescreve três produtos, hipoteticamente, um analgésico, um anti-inflamatório, um antibiótico. Brasília é a única cidade que tem uma rua que tem 40 drogarias. O coitado do doente sai da primeira e não chega a quadragésima, no meio ele já desiste porque os preços são mais ou menos equivalentes, e transfere uma pergunta para um balconista, que não é um médico, que muitas vezes começou na drogaria limpando o chão e tal, mas é curioso e aprendeu pelo menos as categorias terapêuticas, e pergunta a esse atendente: "Qual é o mais importante?" Porque ele não tem dinheiro suficiente para atender a receita. E naturalmente, o atendente vai dizer: "Eu não sei qual é o mais importante, mas o que tira dor é esse aqui", e aponta o analgésico. O coitado do paciente compra esse analgésico, 30 dias depois retorna, e agora não vem apenas por um consulta, retorna muitas vezes para um leito hospitalar e quem sabe até uma questão de UTI.

Quero dizer, fazendo esse relato, Sr. Ministro, que eu tenho me debatido muito, que acho o que atendimento, e quando vejo o senhor falar das farmácias populares, das farmácia conveniadas, fico muito feliz com isso, mas ainda é muito limitada, muitos poucos tipos de doença, vamos dizer assim. O que eu acho que nós tínhamos que buscar, não sei como, era evitar que essas cidades pólos fossem invadidas por esses doentes que muitas vezes poderiam evitar um leito hospitalar e até mesmo uma UTI com um atendimento inicial incluindo a assistência a medicamento, em torno de 60, 70 e 90 reais e isso poderia ficar muito baixo se tivesse um nível concorrência nacional de preços, e aí assim entraria a figura dos genéricos, porque eu acho que faltou uma perna quando se instalou os genéricos do Brasil, que é a assistência integral do SUS a esses pacientes. Evitaríamos que esses pacientes retornassem muitas vezes com casos mais graves, usando leitos hospitalar é até UTI. Se fosse atendido lá na unidade inicial. Então muitos prefeitos são tidos como bonzinhos porque têm uma ambulância para trazer esses doentes para as cidades pólos, quando na verdade poderiam ser muito melhores se atendesse esse doente lá, completamente, inclusive com assistência a medicamento. Não há, em nenhuma cidade brasileira, por mais simples que ela seja, pequeno povoado, que não tenha uma pequena drogaria ou mais de uma, então seria um trabalho extremamente importante, não sei quanto custaria isso, mas se fizéssemos um sistema de preços nacionais, de atendimento nacionais em duas vias, o cartão do próprio SUS como se um cartão de crédito fosse, e atendendo a todos integralmente para evitar essa explosão das cidades pólos que estão cada vez mais inchadas de ambulâncias e doentes que vão e retornam, vão e retornam, e quase sempre usando os recursos da previdência ou do SUS que quanto mais tiver nunca serão suficientes para esse tipo de atendimento. O meu questionamento é com relação a encontrarmos um caminho de atender o doente lá inicialmente, em toda a sua integralidade, médico, assistência farmacêutica para evitar esse trânsito, esse turismo dos doentes de pequenos municípios para as cidades pólos.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Próximo inscrito para a pergunta, Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Deputado Osmar Terra, Sr. Senador Alberto Anaya, senador mexicano que nos dá a honra de sua visita ao Brasil, consequentemente ao Senado e esta Comissão.

Sr. Presidente, procurando ser o mais objetivo possível, e eu gostaria de em primeiro lugar dizer que o SUS criado pela Constituição de 1988, a Constituição Cidadã, tem um grande mérito de se voltar para as comunidades mais pobres, as populações mais humildes, apesar de ser um sistema universal, de ser um sistema gratuito, integral, sem nenhuma restrição a outros segmentos sociais. O SUS se recente atualmente, como em outras épocas, de fontes de recursos para o seu financiamento. Tenho acompanhado a luta do Ministro José Gomes Temporão para disponibilizar recursos extras, visando o atendimento integral e compartilhar com a comunidade mais pobre que precisa do SUS, são mais de 120 milhões de brasileiros que não têm o seguro saúde para compartilhar com a sociedade do Brasil os recursos que poderão advir com a

regulamentação da Emenda 29 que ainda se encontra em compasso de espera na Câmara dos Deputados. Gostaria de saber de V. Exa. como estão as gestões para aprovação daquela matéria na Câmara, já o que Senado se debruçou sobre a mesma e a aprovou constituindo um fundo onde a União contribuiria com 10% das receitas líquidas do país. Como estão as gestões e o que acha V. Exa., já que a CSS, a contribuição social para a saúde está inviabilizada praticamente, até em decorrência das eleições e os parlamentares acham que isso causaria algum desgaste político na sua aprovação.

Então, ministro, outra pergunta que eu faria, porque alguns parlamentares, senadores e deputados reclamam das dificuldades na liberação de emendas perante o Ministério da Saúde. O que se fala, o que se comenta é o seguinte. É que o Ministério da Saúde tem um orçamento próprio e quando se apresenta emenda para o Ministério, não há assim um interesse, como por exemplo existe no Ministério do Turismo, no Ministério das Cidades, enfim, nos demais Ministérios, o que é que está havendo que inclusive eu que sou o maior defensor, um dos maiores defensores da saúde pública do Brasil, e aqui eu me considero um advogado da saúde, eu não me encorajo de apresentar emendas para o Ministério da Saúde pelas dificuldades, pelos bloqueios que a gente encontra lá no Ministério da Saúde. Então isso precisa chegarmos a uma definição, já que V. Exa. é um ministro competente, atuante e serei rápido. Não há dúvida, Presidente. Já estou terminando, é importante que eu estou em defesa de V. Exa., dos parlamentares que reclamam que há dificuldades na liberação de emendas da saúde no Ministério da Saúde. Isso é incrível.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Concordo plenamente. Todos nós temos essa dificuldade.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Inclusive, esse ano, não apresentei uma emenda para a saúde. Eu fiquei com pena, porque eu sou um defensor intransigente da saúde e não apresentei, logicamente que estou votando no orçamento geral onde há verbas para a saúde. Mas emenda individual eu não apresentei, a não ser umas de medicamentos para algumas entidades, digo melhor, apresentei, mas poucas relacionadas à medicamentos.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Valadares, posso fazer observação?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Logicamente, dependendo da Presidente.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): O senhor é o autor da Emenda 29. O senhor é o autor do Projeto da Emenda 29, que nós estamos querendo regulamentar. Vamos deixar bem claro isso.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu fui relator, mas eu também fui autor de uma emenda que se juntou e terminou saindo a 29. Eu agradeço a V. Exa. Então eu sou um defensor intransigente da saúde aqui e defensor intransigente do trabalho do ministro, e reconheço a competência do ministro.

Agora, por fim, ministro, eu sou sergipano de nascimento, nasci em Simão Dias, Estado de Sergipe, onde eu fui prefeito. Ali eu comecei a minha carreira política. E há poucos dias atrás, familiares atônitos, apavorados e desesperados, ante a ocorrência de câncer, de incidência de câncer, principalmente no esôfago, e que determinaram... ocorrências que determinaram o falecimento de 40 pessoas em menos de quatro anos, então os moradores e familiares foram lá na Assembléia Legislativa, dizer que aquilo ali tinha sido causado pela interferência de torres de transmissão do telefone. Então eu gostaria de saber da sua opinião, se isso é possível, torre de telefone causar câncer, e qual a providência que o Ministério da Saúde... Pediria... Até eu peço a V. Exa. que anote esse assunto que eu estou falando, que é preocupante, 40 pessoas que morreram em virtude de doenças cancerígenas.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Todos de câncer de esôfago ou não?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Mais de esôfago.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Qual o município?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Município de Simão Dias, Estado de Sergipe. Então, eu gostaria que o senhor mandasse uma equipe, fazer uma... O prefeito, inclusive, me telefonou, há poucos instantes, está acompanhando esta audiência pela Internet. E ele me telefonou, há poucos instantes, para eu fazer essa pergunta e pedir a V. Exa. uma ajuda para identificação desta doença que está causando tanta mortalidade em Simão Dias, Estado de Sergipe. Agradeço a V. Exa., Presidente, a sua tolerância.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Obrigada também ao Senador Valadares. E eu quero passar agora a palavra ao Senador José Nery, para que seja rápido no seu questionamento e nós possamos ter respostas tão aguardadas do Sr. Ministro. E depois o Senador Mão Santa.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sra. Presidente Senadora Rosalba Ciarlini, o Plenário, aqui, de senadores está aqui impressionado com a forma elétrica que a nossa Presidenta está conduzindo a sessão. Mas

eu me comprometo ser rápido, até porque tenho mais alguns compromissos, também, ali, aguardando.

São duas questões. Primeiro, cumprimento ao Ministro José Gomes Temporão por sua luta e seu compromisso com a saúde pública no país, enfrentando problemas históricos, graves, que reclamam realmente não só o compromisso do Poder Executivo, mas também o compromisso do Parlamento. Portanto, temos tarefas e obrigações a serem cumpridas aqui.

Eu gostaria, a par de todas as questões que foram colocadas pelos Srs. Senadores e a exposição do ministro, mas me referir a apenas um subtema do conjunto dessas grandes questões de saúde pública no Brasil. Trata-se efetivamente de um problema que afeta com muito força o meu Estado do Pará. Estou na luta pelo controle da malária, que vem tendo uma incidência cada vez maior, especialmente na região do Marajó, onde estivemos, inclusive fruto de um debate nessa Comissão de Assuntos Sociais e de uma reunião bastante importante, reunindo autoridade de saúde pública do estado do Governo Federal, as entidades, da sociedade civil, o prefeito do Marajó, numa reunião com o Ministro Temporão. Chegamos a elaborar, de forma muito precisa, um conjunto de atividades, tarefas e execução de projetos para enfrentar essa questão, e estivemos no dia último dia 6 de novembro em Anajás, que é um município e dos 25 mil habitantes, 20.500, até o dia 30 de outubro, contraíram malária. Não que sejam todos habitantes. Aí, nesse número, está aqueles que são reincidentes. Mas entre as importantes tarefas que o Ministério assumiu nessa questão estará a compra de equipamentos, de mosquiteiros impregnados para o fornecimento à população. É claro, todo um processo de educação, de convencimento, para, inclusive, usá-los corretamente, bem como um esforço extraordinário para fazer o convencimento da população para aderir e fazer o tratamento de forma completa e adequada. Saber, Ministro Temporão, o andamento dos procedimentos em relação à aquisição dos mosquiteiros impregnados para fornecimento à população mais vulnerável do Estado do Pará, em especial... Eu sei que o trabalho do Ministério se estende a outros estados brasileiros, especialmente na Amazônia, não é só o Pará, o Acre, por exemplo, que tem um trabalho extraordinário nessa questão, mas saber do senhor o andamento que [ininteligível] perguntaram bastante sobre a aquisição e de quando se tem a previsão para que esses mosquiteiros sejam entregues aos municípios e, evidentemente, às populações atingidas.

É a consideração que eu gostaria de fazer. E agradecer e trazer aqui o agradecimento daquela população que manifestou muito claramente reconhecimento pelas iniciativas que foram retomadas, com presteza e muita pertinência, no momento tão grave em que a doença toma proporções cada vez mais alarmantes. Muito obrigado, Presidente, e meus cumprimentos a V. Exa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Muito obrigada. Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Realmente a Bíblia está certa. Os últimos são os primeiros. Ministro José Gomes Temporão, eu acho que eu tenho de medicina mais do que V. Exa. de idade. E medicina mesmo. Eu tenho todos os cursos de cirurgias que V. Exa. imagina e tomei conta de uma Santa Casa 30 anos. E eu quero lhe dizer que eu lhe admiro muito, eu sei as complexidades disso. Nunca... Eu só soube o que era desemprego depois. Eu não, eu era convidado, eu fui convidado para ser cirurgião cardiovascular, quando estava nascendo no Rio de Janeiro, oferecendo aquela briga... Eu sei toda a história da cirurgia cardiovascular. Esse Adib Jatene, morria tanta gente lá, e eu ia... Porque, naquele tempo, era cirurgia geral era a que fazia cardiovascular, o Prof. Mariano de Andrade, meu mestre. Aí ia para o CTI, eu botei logo o apelido: Companhia de Transporte para o Inferno, morria muita gente. O senhor sabe aquela Ponte Rio-Niterói, eu vi construí-la, lá em cima do 14° do CTI, foi tanta gozação que mudaram o nome. Hoje, é UTI. Mas eu vi nascer o Dominguinhos e tudo, e fui porque quis, na cidade. Santa Casa... Em Anápolis, fui indicado para ser diretor; aqui, em Brasília, naquele tempo, dizia: "O melhor médico é a VASP e a Varig", o avião que vai para São Paulo. Então eu fui, mas entendo muito. Então eu vim só por isso. V. Exa., eu acho que ninguém se sairia melhor do que V. Exa., não, nem eu, que sou... Era o Pelé fazendo gol, o Roberto Carlos cantando, e eu operando.

[risos]

Verdade. É nome mesmo. Esse Jatene aí, vai perguntar quem eu sou. O Zerbini já morreu, não pode lhe contar. Mas queria dizer que eu sei a medicina. Então V. Exa.... E eu acredito muito em Deus, eu estou até no Partido Social Cristão, porque, lá, no PMDB, está cheio de diabinho, e eu fui embora.

[risos]

Mas eu quero lhe dizer o seguinte. Vamos para a hora da verdade. Enfermeiro é bicho bom, enfermeira. A gente namorava com as enfermeirinhas lá no hospital. Adalgisa ainda não tinha nascido. Mas enfermeiro é bom. Mas vou lhe dizer, em 1967... Não, é porque ele tem que entender a gravidade. Em 1967, eu vi as graciosas enfermeiras exultantes. Atentai bem. Aqui, nós estamos é para ensinar, eu sou o pai da pátria, eu sei para ensinar. Aí é o seguinte: aí eu vi as enfermeiras exultantes, alegres, no Hospital do Servidor, no

Rio de Janeiro... O seu pai tem um restaurante perto ali, na São Bento, maravilhoso, gente boa, eu conheço aqueles hotéis, aqueles inferninhos, tudo. Mas atentai bem, olha aí, as enfermeiras exultantes--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Mão Santa, seja rápido. O ministro vai ter que viajar e nós estamos ao vivo.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Exultante. A verdade, de verdade, em verdade vos digo, a enfermeira exultante. Sabe o que era, Augusto Botelho? Presidente Castelo Branco assinou o Decreto Lei que dava às enfermeiras seis salários mínimos. O Decreto Lei era melhor do que essa Medida Provisória. Olha, e eu gostei, porque aí elas tinham carro, tinham não sei o quê, e residente é meio liso, todo liso, você sabe como é. Comprei um [ininteligível] de prestação. Então, as enfermeiras, seis salários mínimos... Atentai, Osvaldo, seis salários mínimos, Presidente Castelo Branco, e as enfermeiras tudo... E, hoje, tem o problema do médico aí. Eu quero dizer a minha vivência. Eu nunca fiz, mas tenho muita história para contar e vim em respeito que tenho a V. Exa. Eu vi uma organização que funcionava muito, nunca pertenci a ele, séria, e acabaram. No Brasil, é assim: as coisas boas acabam. Era um tal de FSESP, e eu vou dizer a minha observação, duas instituições eram sérias, FSESP e Banco do Brasil, todo mundo queria trabalhar. Banco do Brasil era uma instituição no interior, educativa até... O homem rico, o pai mandava trabalhar no banco, fazia um concurso para depois tomar conta de suas empresas, e o FSESP, eu não sou de saúde pública, mas avaliava que eles eram sérios, corretos. Ia na igreja. Quando eu via, eles estavam fazendo, os padres, campanha de vacina e não sei o quê. Eu estou contando isso, eu fui cirurgião e vi. Mas observando é porque eles tinham um... Como é que se diz? Tempo integral, exclusivo, o médico do FSESP não podia exercer, nem por hipótese, ter consultório, dar consulta. E tinha um salário para época condigno, que eu convivi, eu visava, eu sou da época dos bicos do mundo cirúrgico--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Senador Mão Santa, o senhor tem o direito de falar aqui, não é só 10 minutos, não, é 10 horas, mas acontece que o ministro vai pegar um avião. Vamos tentar ser mais sintético para ele poder responder nossas perguntas.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Pois é. Mas o eu quero dizer, o problema dos médicos... Olha que o Castelo Branco, o baixinho era feio, mas era aplaudido pelas enfermeiras. Então nós estamos na hora de resolver isso. O salário médico é ridículo. Eu quero lhe contar que o senhor vai ouvir. Eu conheci um médico da minha Santa Casa que fez o parto de João Paulo Reis Veloso, Dr. Cândido Ataíde, ele morreu com 94 anos, antes de morrer, eu fui governador, eu ataquei a medalha no peito dele, a Condecoração. Ele morreu logo... Na véspera, ele operou na Santa Casa, esse é um retrato, um quadro vale por dez mil palavras, um homem de vergonha trabalha até morrer porque o salário é indigno. Eu aqui, o Pelé da cirurgia, eu nem recebo, e não sei o meu contracheque, eu dou a Adalgisa porque dá úlcera. Mas outro dia eu estava discursando assim e quando ela está por aí ouvindo, ela mandou o contracheque é 3 mil reais, eu fiz concurso 40, de madrugada, [ininteligível] facada, baleada, então se Deus não fosse bom e o povo e eu estar aqui, eu estava era lascado, imagine, pode adoecer, então é triste, V. Exa., Deus lhe botou como botou Davi para vencer Golias, Moisés para guiar. Eu confio em V. Exa. Peço ao nosso Luiz Inácio, ele não é iluminado não, nós somos parte da pátria, olha Mão Santa eu votei nele em 94, eu larguei ele por causa dos aloprados em torno dele, eu... não tenha pressa, não, porque não pode. Quer tomar posse no Rio Grande do Norte, deixa aí o suplente que é o pai do Garibaldi.

Mas é o seguinte, mas o senhor entendeu? Então isso é primordial. Não tem essa medida provisória. Eu trago aqui, eu sou de Piauí, eu mato pau e mostro a cobra. Atentai bem, sindicato mobiliza médico para greve no dia 2 de dezembro. Olha aí o piso, a prefeitura é 1.294 na capital e o do estado, 1.010 reais. Então ministro, eu queria... está entendendo? Ninguém pode resolver tudo, não. Então pega aquela baladeira, aquela pedra que Davi acabou com Golias, o monstro é isso. E a coisa mais importante que a senhora fez na sua vida foi trazer o ministro para ver quem fala a verdade e pode dizer a verdade e sabe ela. Isso é uma vergonha. Então está aqui, vão médicos em greve, 2 de dezembro. O salário 1.010 reais. Eu ainda sou um bem aventurado porque o meu é três com esse concurso mais o do estado. Então V. Exa. faça como Davi, com uma pedra, peça ao Presidente, o nosso Luiz Inácio é generoso, que faça uma medida provisória, compatível e lembre-se que eu disse para ele, que o Castelo Branco da ditadura deu no Decreto Lei seis salários mínimos para as enfermeiras. E o médico é muito inferior. Então só são essas e desculpe a sua pressa. Está apaixonada pelo rosado e quer ir lá. O marido deixou é porque o marido e ela vai viajar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Mão Santa, você que está coberto de razão com questão de salários. Porque nós sabemos e eu tenho certeza que o ministro tem essa clareza, que sem...

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Medida provisória, o Luiz Inácio pode mandar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Sem bons salários e por isso eu defendo, sou relatora de melhoria, ministro, na remuneração para os agentes comunitários de saúde, por entender e conhecer de perto a luta que eles têm no seu bairro e na sua comunidade. E as auxiliares de enfermagem, e as enfermeiras? E os médicos?

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): A lei da enfermeira é melhor, são seis salários mínimos. É melhor do que isso. Castelo Branco.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Seis salário mínimos. Os médicos eram dez.

[falas sobrepostas]

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Mil e dez, governo do Piauí, do PT é o salário do médico...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Ministro, eu queria antes de o senhor começar a responder, colocar que a nossa Comissão teve 54 emendas que foram direcionadas à Comissão só na área de saúde. Mas nós tivemos que fazer um trabalho, uma verdadeira mágica, porque tínhamos direito a oito emendas de comissão para saúde, ação social, trabalho, previdência, enfim, tudo do que trata essa Comissão. O relator foi o Senador Romero Jucá que nos auxiliou muito, sentamos, e quero lhe dizer que das oito, cinco emendas ficaram para a saúde. E ainda foi pouco. Orçamento de 2010. Nós tínhamos... foi colocado que nós iríamos dispor de 1 bilhão, mais de 700 milhões ficou só para a saúde porque entendemos que era prioritário e emergência para as necessidades. Então eu quero passar ao senhor que as emendas foram para a saúde básica, para a saúde especializada, para questão também de melhoria na área de saneamento porque reflete na saúde, enfim, estão todas aí para pesquisa, para melhorias, assistência de instituições como o Sara, então estão aí, nós entendemos que era prioritário, que tínhamos que...

Sem desmerecer, e na área social ainda tem mais uma coisa, na área social a emenda que aqui está, todas duas tem reflexos na saúde, que é aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar num trabalho de nutrição e também na questão da saúde da assistência social ao idoso. Então dentro da assistência social nós também teremos assistência à saúde. Com a palavra o ministro para encerrarmos a audiência.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Vamos começar, então, pelo Senador Augusto Botelho. Senador, em relação à comparação do Brasil com outros países em relação ao gasto em saúde. Tem um dado aqui, a América Latina gasta em média 4,6% do gasto público em saúde. O Brasil gasta 3,4% do PIB apenas em saúde, enquanto que a média da América Latina é 4,6%, a OPAS, a OMS recomenda 6%, seria até constrangedor comparar com os Estados Unidos, que gasta 17% do PIB, Portugal, por exemplo, gasta acima de 1500 euros per capta/ano, nós estamos modestamente com 640 reais per capta/ano. Então de qualquer ponto de vista, qualquer comparação que você faça, gasto per capta, participação no PIB, participação do gasto público no gasto total, desempenho do gasto em saúde em comparação com as receitas correntes. Se nós pegarmos aqui dez indicadores, o que é que nós vamos ver? O Brasil gasta pouco em saúde. Essa é a questão. Aquele dado que eu mostrei já fala por si só, enquanto que as famílias que têm plano de seguro gastam 1460 reais em média por pessoa por ano, o SUS gasta 600 e pouco, então ou está sobrando dinheiro de um lado ou está faltando de outro. E pelo que eu sei não está sobrando em lugar nenhum, está faltando em todos os lugares, aliás, se nós fizermos um apanhado aqui de grande parte do que nós conversamos, a gente vai cair aonde? No financiamento.

O projeto das fundações estatais não anda porque parou. Aquela pergunta "parou por que, por que parou?" Parou. Passou por todas as comissões, está pronto para ser votado, eu estive pessoalmente com o Presidente da Câmara, aliás, foi comigo quatro ministros, o Haddad, o Juca da Cultura, enfim, não lembro... o Sérgio Resende, o do Meio Ambiente, Turismo, todos esses Ministérios têm interesse nesse Projeto, não vota. Há um forte movimento das corporações, que se colocam contra qualquer mudança na questão da estabilidade rígida, e simplesmente nós não avançamos, infelizmente.

É verdade, a burocracia que o Ministério enfrenta para viabilizar a construção de unidades assistenciais é dramática, isso me incomoda cotidianamente e acho que nós tomamos duas medidas, três medidas importantes. A primeira é uma medida que impacta três dimensões do problema. Eu baixei uma portaria em que as unidades de pronto atendimento 24 horas, unidade de apoio à Saúde da Família e equipamentos, todo e qualquer equipamento do mais simples ao mais complexo, são transferências fundo a fundo, não são mais através de convênio, então isso vai agilizar brutalmente para entidades públicas, no caso de entidades privadas não tem jeito, a legislação exige a realização do convênio, mas no caso de entidades públicas, prefeituras, governos estaduais, hospitais universitários é transferência fundo a fundo, eu acho que isso vai...

A sua pergunta sobre essa questão da especificidade, lá nós podemos estudar, ver como é que a gente pode discutir essa questão das ambulâncias

para realidades específicas, acho que não tem nenhum problema.

E também teve a coisa do genérico, isso é muito variado, mas na média o que nós sabemos é que o genérico é bem mais barato, mas alguns similares, por questões de competição de mercado, então às vezes aparecem com preços menores, mas como o senhor sabe o similar, ele não tem a garantia da bioequivalência e da biodisponibilidade que o genérico tem. Então aí é outro nível de competição em relação ao mercado.

Senador Adelmir. Por exemplo, eu conheço, senador, o senhor me contou de certa forma uma fábula que é a realidade de muitos municípios brasileiros, aliás, eu lhe diria que infelizmente algumas prefeituras ao invés de estruturar adequadamente uma rede de atenção primária de qualidade, se esmeram em comprar ambulância confortáveis para levar os pacientes para outros locais. Eu vou dar o exemplo do nosso querido Vice-Governador Pezão, do Rio de Janeiro, que foi prefeito do Piraí, que é um município muito pequeno do Rio de Janeiro e que tem um sistema de saúde que funciona fantasticamente bem, a mortalidade infantil lá em Piraí deve estar abaixo de sete. Ele montou cobertura total de Saúde da Família, tem núcleo e apoio da Saúde da Família, tem Farmácia Popular, tem Brasil Sorridente. Então isso varia muito de... a pergunta sua foi como evitar. Para mim não tem mágica, a resposta é em todo município que ele investe em atenção primária de qualidade com Saúde da Família onde o Saúde da Família funciona de verdade, porque tem Saúde da Família que tem médico dando plantão, isso é uma distorção total do modelo, o Saúde da Família, onde o médico visita as famílias, onde agente comunitário é um agente de educação, informação e promoção da saúde, a enfermeira, enfim, eu mostrei os dados ali, é impressionante, onde Saúde da Família a mortalidade infantil cai com mais rapidez, evitam-se internações desnecessárias e se economizam os recurso financeiros.

A questão do medicamento, aí eu concordo totalmente consigo. Veja. O que é que acontece hoje em qualquer país europeu que tem o sistema universal? O estado co-financia qualquer gasto em assistência farmacêutica, há uma graduação...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: França, Portugal, Espanha e Inglaterra. Você tem alguns medicamentos que o subsídio do estado é praticamente 100%, e você tem outros medicamentos que o subsídio é menor.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): E tem alguns que o paciente escolhe.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Exatamente. Você tem uma lista, e essa lista é a que vale para o subsídio. A Farmácia Popular é o início de um modelo como esse, infelizmente por restrições... Eu estaria pronto, hoje, para incluir, no Farmácia Popular, medicamento para osteoporose, asma grave, Alzheimer, antibióticos. Seria possível, por exemplo, se propor um acordo com a indústria, inclusive, para que um conjunto de medicamentos pudesse ser colocado em todas as farmácias, esse é o segredo, nas farmácias onde qualquer pessoa com a receita poderia abater do custo total um percentual que o estado cobriria. Isso evidentemente esbarra em restrições orçamentárias. Também não saberia dizer quanto custaria a ampliação, hoje nós temos hipertensão, diabetes, insulina e pílula anticoncepcional, digamos ampliar isso para 100 produtos básicos, mas com certeza o impacto seria muito grande, completamente fora da disponibilidade de recursos do Ministério.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): A minha tese é que diminuiria os recursos, diminuiria os custos com internações, essas internações.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Isso é possível, eu acho que o caminho é esse, nós temos que buscar esse caminho.

Senador Valadares, a Emenda 29, ao que tudo indica, o humor do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, e considerando também, digamos assim, o humor da opinião pública expressada na grande mídia, é de uma rejeição total do que está lá proposto. Eu sempre disse que ao Ministro da Saúde, e eu particularmente não entendo nada de política tributária e nem quero entender, eu repetiria o jargão de um velho professor meu de saúde pública, brilhante Carlos Gentili de Melo, que ele dizia sempre... Na época da ditadura, acusavam de fazer política e ele dizia: "Não, o meu assunto é saúde, apenas saúde, única e exclusivamente saúde". Então da minha perspectiva como ministro, qualquer medida que aumente substantivamente... nada, não vai resolver nada se colocar uma gota no orçamento do Ministério. Vou dar um número aqui só para nós meditarmos um pouco: eu fui secretário de planejamento do INAMPS antes da Nova República, durante a Nova República, aliás, com Valdir Pires, Ministro da Previdência. Então eu era o responsável pela administração do orçamento do INAMPS, naquela época era a maior entidade de atenção médica do país. Se nós atualizássemos monetariamente o orçamento do INAMPS, que atendia 30 milhões de pessoas por aí, para hoje dá 100 bilhões, o meu orçamento de é 50. Então não é preciso dizer mais nada. Durante essas

duas décadas o SUS foi perdendo financiamento gradualmente e eu já tenho dito e repito, que nós estamos na beira de criar um novo apartheid social, entre os brasileiros que têm poder financeiro de comprar, entre aspas, a saúde no mercado, e os que dependem, os 150 milhões que dependem apenas do sistema público, esses dependem do financiamento público.

Então, agora, essa é uma decisão da sociedade brasileira. A sociedade brasileira tem que estar madura, e essa é uma questão importante. Qual é o grau de importância que a sociedade brasileira dá ao sistema público? Por exemplo, se eu for olhar a visão da mídia em geral em relação ao sistema público, é a pior possível. O senhor acredita que tem gente na imprensa chamando o SUS de porcaria e lixo, e não é incomum. Imagina um sistema que salva tantas vidas e que presta são bons serviços, mas cria-se uma cultura de olhar esse sistema de um maneira negativa, quando nós temos uma missão aí de mostrar para a sociedade brasileira que o SUS hoje traz incontáveis benefícios do ponto de vista de qualidade da vida, harmonia social e melhoria e redução das desigualdades e melhoria do padrão de vida da população brasileira. Então é importante para o país preservar, qualificar, expandir e sustentar adequadamente esse sistema, porque não é uma questão só para nós, é para as futuras gerações. Basta olhar o que é o que Presidente Barack Obama está fazendo lá. O que é que ele está fazendo lá? Ele está criando um seguro público para competir com o mercado com os seguros privados. O sistema de saúde americano hoje é o que mais gasta no mundo, é o mais ineficiente e ele está introduzindo lá, digamos assim, algumas medidas que de uma certa forma se aproximam ao que o Brasil já está lá na frente. O que é que está faltando para nós? Dinheiro. Falta dinheiro, não tem jeito.

Tem a turma que diz: "Não, o problema não é de dinheiro, é que gasto mal". Não tem um estudo sério comprove isso e eu posso mostrar vários estudos sérios que demonstram que com todas as dificuldades, a eficiência do gasto é razoável. Nós temos que melhorar? Temos que melhorar, mas a falta de dinheiro não se sustenta. Basta cada um de nós pense quanto é que cada um de nós que tem o seu plano de saúde gasta com a sua família por ano e compara com o que o governo gasta com um homem comum.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Quanto um médico está recebendo, por exemplo, por um procedimento cirúrgico?

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Isso varia muito. No caso do--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Cite um caso aí.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Não, não. Vou dar um... Uma consulta especializada. A média dos planos de seguros é 45 reais; do SUS, 10 reais. Então, não precisa falar mais nada.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Perguntas minhas.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Sim, tem mais, sim, claro. Veja, senador, a questão das emendas, o Ministério, pelo contrário, eu pessoalmente me dedico a isso, todos os dias eu peço um relatório, o ano passado nós empenhamos praticamente todas as emendas individuais, as emendas coletivas não foram liberadas pela área do planejamento.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Deve ser da FUNASA.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Agora, se o senhor me diz: "Mas, ministro, empenha, mas tem dificuldade depois no trâmite do processo". O senhor tem razão, aí a gente cai de novo naquela... essa mudança de transferência fundo a fundo vai agilizar muito, porque as emendas que se destinam a UPA, equipamento e unidade de apoio à Saúde da Família serão transferidas fundo a fundo, não serão mais objetos de convênio o que vai agilizar muito a liberação. Agora eu concordo consigo e eu recebo... Não, já agora, para essa de 2009. E eu recebo com muita frequência reclamações de deputados, de senadores e de prefeitos sobre a lentidão dos processos e da burocracia. É uma realidade, nós estamos tentando aperfeiçoar e melhorar.

Sobre Simão Dias. Veja, não existe nenhum estudo cientifico, existem pesquisas tentando correlacionar pessoas que vivem ou trabalham junto à torres de transmissão e de telefonia celular com alguns tipos câncer, mas não há nenhum estudo conclusivo. Está aqui presente o Dr. Luiz Santini, Diretor do Instituto Nacional do Câncer, e eu já estou entregando para o Dr. Santini, para entrar em contato com o prefeito lá de Simão Dias e o INCA mandar alguém lá, uma equipe, enfim, poder levantar o que é que está acontecendo no município para que a gente tenha uma orientação adequada sobre isso.

Senador José Nery, é verdade. Eu mostrei ali a redução da malária em toda Amazônia Legal, é impressionante, inclusive a redução do número de óbitos e internações por conta do novo medicamento que a Fiocruz está produzindo, que é uma associação de duas drogas. Nós acabamos de receber um empréstimo do fundo global no valor de 35 milhões de euros que nós vamos investir exatamente nos municípios onde a situação ainda é crítica, incluindo essa região

lá do Pará. Esses 35 milhões de euros vão ser usados exatamente para isso, compra de mosquiteiros impregnados, aquisição de medicamento, melhorar a qualidade do diagnóstico na ponta, e também uma coisa importante que é melhorar o PSF e a informação e a educação da população. Para muitas das populações daquela região, ter malária é uma coisa comum, a gente tem que quebrar um pouco esse...

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eles aceitam.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: É natural ter. Não é natural, nós temos que mostrar que é possível prevenir e que nós estamos instrumentos importantes de diagnóstico de tratamento que reduz morbidade, inclusive casos que levam ao longo dos anos a situações críticas de saúde, porque você vai acumulando danos hepáticos e lesões no organismo e isso pode afetar muito a qualidade vida. Então nós estamos atentos e depois eu pediria para a minha assessoria entrar em contato e lhe dar uma posição exata de como é que está esse processo.

Senador Mão Santa, eu concordo consigo. A Fundação SESP, eu fiz um internato em doença tropicais lá na UFRJ. E um mês do meu internato foi muito interessante porque eu fiquei morando em Pains em Minas Gerais, numa unidade da Fundação SESP, naquela época chamava Unidade Mista, tinha ambulatório, tinha tratamento preventivo, atuação preventiva da comunidade e tinha internação. Isso marcou muito a minha formação. E o senhor tem razão, os médicos tinham uma carreira específica, eles trabalhavam 40h e ganhavam salários muito bons. O que é que aconteceu? A Fundação SESP e a SUCAM, que era responsável pelo combate à malária, doença de Chagas, esquitossomose, elas acabaram e foi criado no lugar a FUNASA, e nós perdemos então tudo de bom que a Fundação SESP tinha e a SUCAM e não conseguimos colocar nada de bom no lugar.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Eu queria dar uma observação ao ministro. Eu acho, eu entendo, para ajudar o ministro a respeito. Ministro, serei bem breve. Esse negócio de corrupção em hospital eu estou como V. Exa. Eu governei o Estado do Piauí e na cidade da Floriano, cidade grande... e eu como tinha sido médico governador eu mesmo fui, acusava o médico. Olha, eu passei uns dois dias lá vendo a conta o que eles faziam com aquele dinheiro do SUS que recebe aquelas... E eu disse: “Faz muito mais”. Os médicos, agora eles têm que ter a tranquilidade de ter um ganho. Eu saí, eu fui, pensei que ia... sabe como é que governo na oposição, corrupção, não sei o quê. Olha o que ele faz com esse dinheiro não há possibilidade de ter corrupção. Então o médico é isso. Mas ele precisa ter essa tranquilidade que eu estou dizendo que o FSESP tinha e V. Exa. acabou de dizer. A tabela do SUS. Eu vivia à custa daquelas, as cirurgias, e vivi com dignidade e eduquei a minha família. Então esse lado salarial é importante.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Claro, concordo totalmente, senador. Eu acho que respondi tudo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Verdade. Eu quero agradecer aqui a presença do ministro. Ministro, o senhor tem feito um trabalho, nós entendemos que compreendemos, que é muito difícil atender a todas as demandas com tão pouco recurso. Eu só queria aqui colocar que eu tenho certeza que toda a sociedade brasileira está de pleno acordo que o Governo Federal priorize mais recursos para a saúde, esse é o sentimento do povo, nós que estamos na base, Senador Suplicy sabe disso. Então no orçamento nós estamos aqui e podemos até alterar alguma coisa, mas depende muito da base de apoio do governo e da decisão que vem do Ministério do Planejamento quando é feito o orçamento. Independente só da nossa vontade.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Eu estou indo almoçar agora com o relator do orçamento, o relator geral, para colocar a minha preocupação com o orçamento do ano que vem que vai ser o pior ano dos último dez anos, por quê? Porque o orçamento do Ministério da Saúde é corrigido pela variação nominal do PIB, inflação mais crescimento econômico.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Não houve crescimento.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Nos último seis, sete anos, a média de correção do meu orçamento foi em torno de 8 a 10%; esse ano, vai ser 4%. Então nós vamos ter menos dinheiro o ano que vem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Um momento, senador. Então nós queremos, inclusive, que o senhor tenha sucesso nessa negociação e que entenda o Governo Federal, a Emenda 29 regulamentação, 10%. Será que nós brasileiros, o povo brasileiro, não merece 10% do seu suor que são os seus impostos para a saúde? 10% apenas. Não é muito, não, é muito pouco. Por isso que eu entendo perfeitamente, Sr. Ministro e deixei de lhe perguntar isso, por que é que do orçamento de 22 milhões para a saúde mental só foram gasto até agora 222 mil? Por que é que... me fizeram essa pergunta. Mas mesmo assim eu sei que tudo não pode ser. Então desculpe. Eu sei que não é da sua vontade, está colocado assim. E que os recursos a serem liberados também ainda para a saúde mental para questão de

hospitais ainda não foram realizados. Nós sabemos dos cortes, sabemos da dificuldade, mas eu sei da sua boa vontade, da sua competência em tentar atender. Agora esse aqui foi... essa pergunta--

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Senadora, eu quero fazer um comentário sobre isso, que é esclarecedor. A reforma psiquiátrica brasileira é um dos mais importantes feitos da sociedade brasileira de luta contra o estigma e contra uma psiquiatra conservadora, que durante décadas colocou de maneira compulsória as pessoas com transtornos mentais trancafiadas atrás de grades. Enquanto eu for ministro não há hipótese de isso recuar um milímetro e há um movimento conservador forte tentando fazer frente às conquistas que nós fizemos; não há mais hipótese de a gente voltar a ter hospício, gente isolada. Não há hipótese. Agora eu acabei de lançar um conjunto de medidas para quê? Fortalecer e ampliar o número de leitos gerais, de leitos em hospitais gerais para transtornos mentais, criei o incentivo para que o paciente em crise ganhe, o hospital ganhe uma remuneração adicional para cuidar adequadamente dele. Estou ampliando recursos para essa área. Agora, eu posso lhe garantir que por trás de muita das críticas que estão sendo feitas a atenção à saúde mental, há um movimento conservador que quer voltar ao obscurantismo, ao Século XVIII, e isso nós não vamos permitir.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): E eu concordo plenamente que não podemos voltar. Essa situação antiga eu também conheci, isso não existe. Nós temos é que melhorar e cada vez mais--

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Nós temos é que equipar e aperfeiçoar a reforma psiquiátrica, melhorar, adequar e qualificar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): E ter, no caso das urgências, um local onde aqueles doentes mentais possam ficar de forma protegida.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Mas jamais trancar as pessoas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Então vou encerrar. Senador Suplicy, o ministro está saindo aqui e eu...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu só quero cumprimentar o Ministro José Gomes Temporão, eu estava na outra audiência que precisei estar presente. Teria a maior... V. Exa. poderá nos dizer... Eu imagino que o Presidente Barack Obama esteja querendo, ao instituir um sistema de universalização de saúde, se inspirar bastante também na sua experiência, no que tem feito o Governo do Presidente Lula e nos 21 anos de saúde. Mas eu sei que V. Exa. está saindo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Porque o avião não espera, não é, ministro?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu só vou entregar o documento a que me fiz referência ontem, por telefone.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RS): Muito obrigada. V. Exa., o Senador Suplicy terá oportunidade. Obrigada um ministro, fica uma lista aqui de indagações, mas vou lhe fazer uma visita em breve.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Com o maior prazer.

Sessão encerrada às 12h41.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 64ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 2 DE DEZEMBRO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS.

Às onze horas e vinte e quatro minutos, do dia dois de dezembro de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a Presidência da Senhora Senadora **Rosalba Ciarlini,** com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim, Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Gilvam Borges, Paulo Duque, Mão Santa, Adelmir Santana, Efraim Morais, Raimundo Colombo, Flávio Arns, Eduardo Azeredo, Papaléo Paes, Mozarildo Cavalcanti, João Durval, César Borges, Inácio Arruda, José Nery, Romero Jucá, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho, Wellington Salgado de Oliveira, Heráclito Fortes, Osvaldo Sobrinho, José Agripino, Cristovam Buarque e das Senhoras Senadoras Fátima Cleide, Ideli Salvatti e Lúcia Vânia. Justificam ausência os Senadores Geraldo Mesquita Júnior e Roberto Cavalcanti. Registra-se a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma e Arthur Virgílio, da Deputada Sandra Rosado, e do Senhor Herval Tavares, do Rio Grande do Norte. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 62ª e 63ª Reuniões que são dadas por aprovadas. A Presidência comunica o recebimento do Aviso Nº 1734-Seses-TCU-Plenário, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do acórdão proferido nos autos do Processo nº TC 002.088/2009-2, a respeito do Relatório de Levantamento realizado com a finalidade de formular diagnóstico sobre o funcionamento da função saúde. Passa-se ao **ITEM 42 – PROJETO DE LEI DA**

CÂMARA Nº 62, DE 2009 – Complementar. Estende a estabilidade provisória prevista na alínea "b" do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho. **Autoria:** Deputada Nair Xavier Lobo. **Relatoria:** Senador Mão Santa. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto**. ITEM 1 – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2009.** Dispõe sobre a dispensação de medicamentos contendo antimicrobianos. **Autoria:** Deputada Sandra Rosado. **Relatoria:** Senador Renato Casagrande. **Resultado:** o Substitutivo oferecido ao PLC 111 de 2009 é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 41 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2009.** Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para definir procedimentos a serem adotados na apuração de responsabilidades e estabelecer sanções a serem aplicadas aos agentes públicos responsáveis pelo descumprimento injustificado de obrigações assumidas no âmbito do Sistema Único de Saúde. **Autoria:** Senador Augusto Botelho. **Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatório:** Favorável ao Projeto, e rejeição das oito Emendas de autoria do Senador Tião Viana. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, rejeitando as oito Emendas do Senador Tião Viana**. ITEM 38 – SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 10, DE 2000.** Obriga hotéis, albergues, pousadas e outros meios de hospedagem em todo o País a reservar acomodações e áreas para hóspedes não fumantes. **Autoria do Substitutivo:** Câmara dos Deputados. **Autoria do Projeto:** Senadora Luzia Toledo. **Relatoria:** Senador Osvaldo Sobrinho. **Relatório:** Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 10, de 2000. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 10, de 2000. **ITEM 29 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, DE 2007.** Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, para garantir o oferecimento de vacinação anti-papilomavírus (HPV) à população. **Autoria:** Senadora Ideli Salvatti. **Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com uma Emenda que apresenta, incorporando as duas Emendas da Senadora Lúcia Vânia e a Emenda do Senador Eduardo Azeredo. **Resultado:** Aprovado o Projeto e Emenda nº 1-CAS**.** O Senador Paulo Paim assume a Presidência. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 144, DE 2009.** Dispõe sobre o exercício profissional de apicultor. **Autoria:** Deputada Sandra Rosado. **Relatoria:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Durante a discussão, a Relatora, Senadora Rosalba Ciarlini, retira a Emenda apresentada. **Resultado:** Aprovado o Projeto. É aprovada a inclusão do **ITEM EXTRAPAUTA 43 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 136 DE 2009.** Cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar-PREVIC e dispõe sobre o seu pessoal; inclui a Câmara de Recursos da Previdência Complementar na estrutura básica do Ministério da Previdência Social; altera disposições referentes a auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil; altera as Leis nºs 11.457, de 16 de março de 2007, e 10.683, de 28 de maio de 2003; e dá outras providências. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria**: Senador Heráclito Fortes. **Relatório**: Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM EXTRAPAUTA 44 – REQUERERIMENTO Nº 101, DE 2009-CAS.** "Requeiro, nos termos regimentais, urgência para o PLC nº 136, de 2009". **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Resultado:** Aprovado. A Senadora Rosalba Ciarlini reassume a Presidência e registra a presença dos disc-jockey's (DJ's) no Plenário da Comissão. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 740, DE 2007.** Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artistas e de Técnico em Espetáculos de Diversões, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Romeu Tuma. **Relatoria:** Senador Wellington Salgado de Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CE-CAS), fica prejudicado o Projeto**.** O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 30 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 371, DE 2009.** Altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação do FGTS no caso que especifica. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 31 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, DE 2009.** Altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, com a finalidade de submeter ao regime de vigilância sanitária os equipamentos e produtos destinados à emissão de raios laser de uso médico, industrial, de entretenimento ou de quaisquer outras utilizações em que esteja envolvido risco à saúde humana individual ou coletiva. **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Apro-

vado o Projeto. A Senadora Rosalba Ciarlini passa a Presidência ao Senador Paulo Paim. **ITEM 18 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, DE 2008.** Acrescenta o § 3º ao art. 217 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e altera o inciso II do § 2º do art. 77 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estender o direito à pensão por morte aos filhos e dependentes até os 24 anos de idade, quando estudantes. **Autoria:** Senador Expedito Júnior. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 49, de 2008, na forma do Substitutivo aprovado pela CCJ, e pela rejeição do PLS nº 140, de 2008. **TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2008.** Altera a redação dos arts. 16 e 77 da Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991, para aumentar para 24 anos o limite de idade até o qual os filhos e irmãos de segurados do Regime Geral de Previdência Social podem ser considerados seus dependentes. **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CCJ-CAS), fica prejudicado o PLS nº 49, de 2008, e rejeitado o PLS nº 140, de 2008. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92, do RISF. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 216, DE 2006.** Altera a Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, que dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e dá outras providências, para assegurar aos estagiários o direito ao Vale-Transporte. **Autoria:** Senador Geraldo Mesquita Júnior. **Relatoria:** Senador Wellington Salgado de Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto**. ITEM 32 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, DE 2009.** Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 5.452, de 1° de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dispondo sobre coação moral. **Autoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto**. ITEM 35 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2009.** Assegura acesso de religiosos para fins de assistência nos hospitais, clínicas e similares de ordem pública ou privada. **Autoria:** Deputado José Linhares. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto**. ITEM 20 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, DE 2006.** Altera o § 4º do art. 5º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para revogar a proibição de serem atribuídos nomes ou designações de fantasia aos medicamentos com uma única substância ativa e aos imunoterápicos. **Autoria:** Senador Osmar Dias. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto**. ITEM 14 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2006.** Altera a Lei nº 8.234, de 17 de setembro de 1991, para dispor sobre a jornada e condições de trabalho dos nutricionistas. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Garibaldi Alves Filho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CAS), fica prejudicado o Projeto. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92, do RISF. **ITEM EXTRAPAUTA 45 – REQUERIMENTO Nº 102, DE 2009-CAS**. "Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I, parágrafo 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, dispensa da Audiência Pública aprovada pelo Requerimento nº 100, de 2009-CAS, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 221, de 2009, do qual sou relatora no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais." **Autoria**: Senadora Rosalba Ciarlini. **Resultado:** Aprovado. A Comissão aprova a inclusão do **ITEM EXTRAPAUTA 46 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 221 DE 2009.** Institui o Programa de Cultura do Trabalhador; cria o vale-cultura; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. **Autoria**: Presidente da República. **Relatoria**: Senadora Rosalba Ciarlini. **Relatório**: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, e pela aprovação das Emendas nº 1 e 4, o que, em virtude das prescrições regimentiais, resulta na prejudicialidade das Emendas nº 2, 3, 5 e 6. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 e 4, com a Emenda nº 7-CAS; e pela prejudicialidade das Emendas nºs 2, 3, 5 e 6. A Senadora Rosalba Ciarlini reassume a Presidência. **ITEM 23 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 334, DE 2005.** Dispõe sobre a desconsideração dos ganhos provenientes do benefício de prestação continuada recebidos por um membro da família, no cálculo da renda mensal familiar per capita para concessão do benefício para outro integrante. **Autoria:** Senador Flávio Arns. **Relatoria:** Senador Mão Santa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CAS), fica prejudicado o Projeto. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92, do RISF. **ITEM 17 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, DE 2007.** Altera o art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para permitir a cobertura de despesas de acompa-

nhante de paciente idoso, regulamentando o art. 16 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso). **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatoria:** Senador Raimundo Colombo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 19 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 10, DE 2008.** Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para estabelecer normas sobre o repasse de recursos da União destinados ao pagamento dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias admitidos pelos gestores locais do Sistema Único de Saúde. **Autoria:** Senador Expedito Júnior. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o Relatório, adiada a discussão e votação. **ITEM 37 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 423, DE 2009.** Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para equiparar a pesca à atividade agropecuária bem como para dispor sobre o trabalho dos pescadores profissionais na atividade pesqueira industrial e o contrato de parceria na pesca artesanal. **Autoria:** Senador Garibaldi Alves Filho. **Relatoria:** Senador José Agripino. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto**. ITEM 21 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 158, DE 2009.** Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para incluir a pesquisa de biomarcadores entre as ações destinadas à detecção precoce das neoplasias malignas de mama e do trato genital feminino e à pesquisa de predisposição genética para essas doenças. **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o Relatório, adiada a discussão e votação. **ITEM 28 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, DE 2007.** Altera o art. 143, da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a concessão de aposentadoria por idade a trabalhadores rurais e segurados especiais, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Garibaldi Alves Filho. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Lido o Relatório, adiada a discussão e votação. **ITEM 39 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 439, DE 2008.** Acrescenta dispositivos à Lei n° 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, para incluir as definições de deficiência e estabelecer que a síndrome do escrivão constitui modalidade de deficiência física. **Autoria:** Senador Arthur Virgílio. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo)**.** Ficam adiados os demais itens da Pauta, a saber: nºs 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 22, 24, 25, 26, 27, 33, 34, 36 e 40. Usam da palavra os Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim, Mão Santa, Raimundo Colombo, Flávio Arns, Mozarildo Cavalcanti, Romero Jucá, Garibaldi Alves Filho, Wellington Salgado de Oliveira, Heráclito Fortes, Osvaldo Sobrinho, Arthur Virgílio e as Senadoras Ideli Salvatti, Lúcia Vânia e Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão. Tendo em vista o início da Sessão Plenária do Senado Federal, encerra-se a Reunião às quatorze horas, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **ROSALBA CIARLINI,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

64ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2009, ÀS 11 HORAS E 24 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Havendo número regimental, declaro aberta a Reunião Extraordinária de n°. 64, da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das sessões n°. 62 e 63, Extraordinárias. A presente reunião destina-se à apreciação dos Itens de 1 a 42, conforme pauta previamente divulgada.

Comunico o recebimento do Aviso n°. 1734, TCU, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do acórdão proferido nos autos do processo, n°. 002.0088/2009-2, a respeito do relatório de levantamento realizado com a finalidade de formular diagnóstico sobre o funcionamento da função da saúde. Encerramento.

Vamos à pauta do dia de hoje. Vamos aproveitar nesse momento, já há número regimental para a votação. Só estou esperando a Senadora Rosalba, que está vindo, está na CCJ, não é? Enquanto isso nós vamos votar os projetos não terminativos.

Item 42, decisão não terminativa. Projeto de Lei da Câmara n°. 62, de 2009 – Complementar. Estende a estabilidade provisória prevista na alínea 'b', no inciso II, do art. 10, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho. Autora Deputada Nair Xavier Lobo, relator Senador Mão Santa. Parecer favorável ao projeto. Em 15/07/2009,

a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, CDH, aprovou o parecer ao projeto.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa para proferir o seu relatório. Item 42, Projeto da Câmara n°. 62.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): É porque também tem o 23 aqui do Flávio Arns, eu sou relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Peço a V. Exa. que faça a leitura do relatório. Item 42.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara n°. 62, de 2009 – Complementar, da Deputada Nair Xavier Lobo, que estende a estabilidade provisória prevista na alínea 'b', no inciso II, do art. 10, do Ato de Disposições Constitucionais e Transitórias à trabalhadora gestante, no caso de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho.

"Vem a exame dessa comissão, em análise não terminativa, o Projeto de Lei da Câmara n°. 62, de 2009 – Complementar, que estende estabilidade provisória prevista na alínea "b", inciso II, do art. 10, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à trabalhadora gestante, no caso de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho, cuja autoria é da eminente Deputada Federal Nair Xavier Lobo.

A proposição em exame assegura ao detentor da guarda de filho, na hipótese de falecimento da mãe, a extensão da estabilidade provisória no emprego à gestante prevista na Constituição Federal. Segundo a autora, o projeto é uma reapresentação do Projeto de Lei n°. 513, de 1995, do ex-Deputado José Fortunati, e cuja aprovação se julga de extrema importância. A autora lembra ainda que, ao transferir a estabilidade provisória no emprego, para a pessoa que assumir a guarda do recém-nascido, a norma legal, além de proporcionar maior proteção à infância, teria também no mínimo mais dois efeitos de grande alcance social: estimularia a paternidade responsável e a adoção.

Submetida preliminarmente à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a proposição recebeu parecer favorável. Não foram apresentadas emendas à proposição no âmbito desta comissão".

Análise*. "Nos termos do art. 90, inciso XII, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais opinar sobre o presente Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2009 – Complementar. A estabilidade provisória no emprego insere-se no campo do Direito do Trabalho. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal. Cabe ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta. Observados esses pressupostos, temos que a proposição não apresenta vícios de inconstitucionalidade nem de injuridicidade. No mérito, a proposição merece todo o nosso apoio pois vem preencher uma lacuna em nossa legislação. A nossa Constituição tem como princípios fundamentais a dignidade da pessoa humana, art. 1º, a construção de uma sociedade justa e solidária e a proteção à maternidade.*

Estabelece também o art. 227 da nossa Carta Magna: Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nesse aspecto particular é que advém o dever do Estado para assegurar à criança, note-se bem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, enfim condições de sobrevivência, dignidade e desenvolvimento.

Em situação como a descrita na proposição, é fundamental que a criança recém-nascida receba todo o apoio possível e a proteção especial do Estado. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece no seu art. 3º que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

O art. 4º deste mesmo diploma legal preconiza que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Como bem salientou a Senadora Fátima Cleide em seu voto na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, se o Estado não pode, diretamente, assistir a todos os graves problemas que envolvem a criança pode, sim, ser solidário e atuar de forma eficiente, para que o trauma causado pela perda de uma mãe seja imediatamente provido com o carinho do pai, ou da pessoa que substituirá a genitora nos seus primeiros dias de vida, quando, totalmente

frágil, necessita de todos os cuidados que todos nós conhecemos bem.

No que se refere ao aspecto jurídico, a proposição guarda relação com todos os direitos humanos previstos em nossa Constituição e na legislação infraconstitucional. Não há nada nesse mundo que substitua uma mãe, nada mesmo. A maternidade é algo incompreensível ao homem e o amor de uma mãe insubstituível, por isso que todas as providências que possam ser adotadas para substituir este estado de graça e a valentia de uma mãe na defesa de seu filho são louváveis. Não pude conter a emoção com os versos do poema 'Para Sempre' de Carlos Drummond de Andrade, para homenagear a mãe que partiu e a oportunidade desta proposição. Somos muito mais felizes quando legislamos com emoção, com amor no coração, fazendo o bem, buscando na lei o afago que um filho não tem mais de uma mãe. A mãe que parte deixa para todos nós o seu clamor – Protejam meu filho! E nós não podemos faltar com um pedido desta natureza. Parabéns a Deputada Nair Xavier Lobo pela iniciativa, pedindo a Presidente desta comissão que agilize a tramitação da matéria com o pedido de urgência para a sua tramitação".

Voto. "*Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2009. Sala da Comissão, Relator Francisco de Assis de Moraes Souza, Mão Santa".*

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Senador Mão Santa, feito o relatório do Item 42, em discussão.

Eu queria fazer um comentário rápido. Primeiro deixar aqui meus cumprimentos à Deputada Nair Xavier Lobo pela iniciativa, e também ao Senador Mão Santa, me permita, que eu quero deixar aqui um abraço ao meu amigo, ex-Deputado, José Fortunati, que é vice-prefeito hoje da Capital Porto Alegre. Fortunati é um grande quadro do movimento popular e social brasileiro, ele que apresentou o projeto original, e é um projeto singelo. Eu duvido que alguém seja contra, ele quer só assegurar que no caso da mãe falecer durante a gestação e a criança for salva, quem adotar a criança terá estabilidade no emprego, da mesma forma que a mãe teria. Eu acho que é mais do que justo o projeto, vem num bom momento, meus cumprimentos a você, Fortunati, meu amigo lá de Porto Alegre, vice-prefeito da capital, e meus cumprimentos à Deputada Nair Xavier, e naturalmente ao Senador Mão Santa, que como médico não poderia ter outra posição. Um relatório brilhante, que vai na mesma linha do relatório apresentado pela nobre Senadora Fátima Cleide, e que lá na Comissão de Direitos Humanos nós aprovamos por unanimidade.

A matéria continua em discussão. Se ninguém mais quer discutir, em votação. Os senadores e senadoras que concordam com o parecer do Senador Mão Santa, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Vamos aproveitar os não terminativos. Seguindo orientação aqui da assessoria--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu, em função dos vários compromissos que todos temos nessa Casa, eu tenho deixado já algum tempo de relatar um projeto que cria a profissão de DJ, de autoria do Senador Romeu Tuma, e eu pedi para que colocasse em pauta, que hoje eu consegui montar um horário [ininteligível] para mim, se V. Exa. depois conseguir colocar como--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É terminativo ou não?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se for terminativo, V. Exa. poderia ler o relatório, e votaríamos no momento que tivéssemos...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas se V. Exa. quiser adiantar os não terminativos, para que possa ir limpando a pauta, para mim não há problema algum.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou fazer só a leitura desse aqui que não tem nem votação.

Item 1, Decisão Terminativa Turno Suplementar do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara, n°. 111 de 2009, *"dispõe sobre a dispensação de medicamentos contendo antimicrobianos"*. Autoria Deputada Sandra Rosado, relator Senador Renato Casagrande. A Presidência esclarece que na última reunião, 18/11/2009, foi aprovado substitutivo apresentado pelo relator. Não foram apresentadas emendas no turno suplementar.

Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão. Não sendo oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo oferecido ao PLS 111, de 2009, é definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284, do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria também vai à Secretaria Geral da Mesa.

Vamos aproveitar agora os não terminativos, com a presença aqui do nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, eu vou passar a palavra a V. Exa. em seguida, só faço a leitura aqui do anúncio. Item 41, decisão não terminativa, Projeto de Lei do Senado n°. 190, de

2009, altera a Lei 8.080, de 19 de setembro de 90, para definir procedimentos a serem adotados na apuração de responsabilidades, e estabelecer sanções a serem aplicadas aos agentes públicos responsáveis pelo descumprimento injustificado de obrigações assumidas no âmbito do Sistema Único de Saúde. Autor Senador Augusto Botelho, relator Senador Mozarildo Cavalcanti, parecer favorável ao projeto e rejeição das emendas de autoria do Senador Tião Viana. A matéria ainda vai, quero explicar, à Comissão de Justiça e Cidadania, CCJ, ali sim em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao nobre relator, Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, eu vou procurar sintetizar tanto o relatório quanto a análise, mas como V. Exa. já explicitou, o importante aqui é que a gente assiste pela televisão, vê nos jornais todo dia descumprimento de atendimento no Sistema Único de Saúde. E fica por isso mesmo, quer dizer, quando muito a queixa é contra o médico, não contra os gestores do Sistema Único de Saúde, que realmente são os responsáveis tanto pela falta de médicos, quanto pela falta de medicamentos, pela falta de equipamentos, e assim uma relação muito grande. Então esse projeto tem por objetivo justamente definir os procedimentos a serem adotados na apuração de responsabilidade, e estabelecer sanções a serem aplicadas aos agentes públicos responsáveis pelo descumprimento injustificado de aplicações assumidas no âmbito do Sistema Único de Saúde.

E o projeto, portanto, tem muitos pontos fortes do projeto, mas eu quero salientar aqui "*a formalização das comissões intergestores, e dos pactos de gestão, bem como a valorização do planejamento e da avaliação em saúde, por meio de planos, metas, ações programadas e relatório de gestão. Também merece elogios a ênfase dada aos conselhos de saúde, ao SNA e ao sistema nacional de informações e de saúde. É claro que é preciso considerar que existem outros fatores, que com a explicitação de metas e recursos financeiros e submetidos à aprovação do respectivo conselho de saúde*".

Então, desta forma, esse projeto é muito meritório no que tange a nós darmos o que eu sempre, como médico, venho explicitando. O Sistema Único de Saúde é um plano, um sistema, realmente poderíamos dizer, único no mundo, é um exemplo realmente em termos no que tange a sua idealização. Mas deixa muito a desejar na sua aplicação e talvez seja justamente por falta de normas mais adequadas quanto a responsabilizar os maus gestores.

Por isso o meu Voto é pela aprovação. E pela rejeição, e aqui eu queria corrigir, porque no que está escrito aí diz das nove emendas apresentadas pelo Senador Tião Viana, na verdade foram oito emendas, portanto eu queria corrigir aqui verbalmente. Então eu voto pela aprovação e pela rejeição das oito emendas apresentadas pelo Senador Tião Viana. Esse é o Voto, pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão. Se ninguém quiser discutir, eu só faço comentário rápido, elogiando aqui o Senador Augusto Botelho pela iniciativa de termos uma lei que possa responsabilizar e aplicar sanções nos gestores do próprio Sistema Único de Saúde, isso fortalece no meu entendimento o próprio SUS, e o Senador Mozarildo Cavalcanti foi muito feliz no seu relatório. Então aceite meus cumprimentos, Senador Augusto Botelho, pela brilhante iniciativa, e pelo brilhante relatório feito pelo Senador Mozarildo Cavalcanti. Se ninguém quer discutir a matéria, eu a coloco de imediato em votação. Senadores e senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. Projeto está aprovado.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Presidente, e quando quiser tem mais dois que eu sou relator, mas esses são terminativos, se quiser que eu faça a leitura para adiantar a pauta, eu estou à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós temos um do Senador Mozarildo, mas é terminativo, e temos um...

Chegou a nossa Presidente, viu? Presidente, eu tive a liberdade de ir abrindo para os senadores ficarem conosco aqui, mas com alegria eu passo a V. Exa. a Presidência nesse momento.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bom-dia, meus caríssimos colegas, S. Exas., senadores e senadoras desta comissão, na realidade só tem senadores hoje... E eu... Bem, mas é porque nós estamos vindo de uma... A demora foi exatamente na CCJ, a Ministra Nilcéia de Políticas para as Mulheres trouxe um projeto para anexar ao projeto da Senadora Serys exatamente sobre a questão da igualdade no trabalho. Tanto da questão salarial, como de ascensão, em todos os níveis, e lá estávamos todas nós, porque é um projeto que consideramos importantíssimo, e eu tenho certeza que os Srs. Senadores vão se sensibilizar, porque todos são filhos de uma mulher, de uma santa mulher, que são as mães dos senhores. Não é assim, Mão Santa? E quem não tem no seu coração muitas rosas? Uma filha, a esposa, não é verdade? Uma amiga.

E também queria aqui, antes de começarmos, fazer uma referência ao dia de ontem, já que essa comissão também trata das questões de saúde, e foi o dia mundial de combate à AIDS. A AIDS que já matou mais de 205 mil brasileiros até o final de 2007, e que apesar dos grandes avanços no controle medicamentoso, ela continua matando porque ainda não tem cura. E infelizmente é crescente, hoje não somente... Antes era uma doença que ficava restrita, podia se dizer assim, começou como se fosse um castigo, entre aspas, se dizia, para os homossexuais, e hoje o número de heterossexuais com AIDS é maior do que de homossexuais, e crescente nas mulheres em todas as idades. Então nós precisamos cada vez mais insistir nas políticas, no investimento, não somente de prevenção, de apoio, de proteção, eu tenho inclusive um projeto de proteção às crianças, filhos de mães portadoras de HIV, que já foi apreciado nessa comissão, e também nós precisamos de que o Brasil invista cada vez mais na pesquisa, na busca constante de que um dia a AIDS seja apenas viral e não mortal. Esse é o nosso sonho, e por isso estamos aqui fazendo essa referência de que a luta é uma luta de todos os dias, é uma luta em homenagem a muitos que já se foram, para que a gente possa, todos nós possamos nos somar nessa constante preocupação e batalha pela vida.

Bem, então agora vamos passar à Pauta, o Item 38, que é decisão não terminativa, enquanto aguardamos que o *quorum* seja completado, para que possamos passar aos itens terminativos. Nós temos na Pauta hoje 42 projetos, e seria muito bom para que pudéssemos agilizar, para que a gente possa realmente votar o máximo possível, são questões muito importantes para a vida brasileira. Pois não, Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Apenas gostaria de reiterar, o Senador Paim estava fazendo, que nós também lêssemos os relatórios dos terminativos, para adiantar, portanto a pauta, mas eu acho que o Senador Sobrinho quer falar sobre algum que não seja terminativo.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): É sobre o 38 mesmo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós temos aqui presente na comissão a Senadora Sandra... Senadora não, deputada federal, por ora Deputada Federal Sandra Rosado, que é autora de dois projetos que estão em análise na Comissão.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Senadora Rosalba.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Trinta e oito?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O 38, que é o substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado n°. 10, de 2000, que obriga hotéis, albergues, pousadas e outros meios de hospedagem em todo o país a reservar acomodações e áreas para hóspedes não fumantes. Inclusive esse é o assunto que na CCJ o Ministro estava aí, um projeto para coibir mais e mais o fumo, que é algo que realmente prejudica a saúde e precisa... Senador Osvaldo Sobrinho para proferir o seu relatório.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Na verdade, senadora, acabamos de sair da CCJ, onde tivemos a oportunidade de esse assunto discutir exaustivamente. E se não tivesse ainda convicção antes de entrar lá, ao chegar aqui já tenho convicção tranquila nesse sentido, porque na verdade o fumo é um dos males que na verdade tem trazido à humanidade perigos enormes, e eu inclusive sou uma das vítimas do tabaco, eu tive um câncer de estômago também adquirido pelo cigarro, e consequentemente isso me trouxe danos enormes a minha saúde e a minha vida. E, portanto, ao relatar esse processo, evidentemente que eu gostaria de fazer alguma coisa que pudesse fazer uma política educativa no sentido de proibir cigarro como um todo, porque eu sei dos males que ele acarreta, dos males que ele traz à humanidade, e não só aqueles que fumam, mas aqueles também que estão na periferia ou ao lado de quem fuma. Portanto, ao analisar este projeto, o nosso parecer foi pela aprovação desse substitutivo que veio da Câmara, ao Projeto de Lei do Senado n°. 10, de 2000, e, portanto, eu acredito que essa Comissão deverá acolher este relatório, até porque ele vem ao encontro de saúdes públicas, vem ao encontro de políticas públicas que visam acima de tudo aumentar, ou seja, salvar a vida daqueles que evidentemente não optaram pelo fumo, mas que às vezes até de uma forma induzida fumam. Portanto, eu acredito que é um projeto de alta relevância social, é um projeto que traz acima de tudo, no seu contexto, é uma lição de educação à comunidade, e acima de tudo vai dar, logicamente fechar mais uma porta para ver se a gente daqui a pouco extingue de uma vez por todas esse mal que consterna a humanidade como um todo.

Portanto, esse projeto que é da Comissão de Assuntos Sociais, é um substitutivo que veio da Câmara dos Deputados, Projeto de Lei n°. 10, de 2000, que obriga hotéis, albergues, pousadas e outros meios de hospedagem em todo país a reservar acomodações e áreas para hóspedes não fumantes. Portanto meu voto

é favorável a esse Projeto de Lei. Portanto, é o que nós tínhamos a relatar, e é o nosso voto pela substituição do substitutivo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, eu faço a defesa, embora não fosse preciso, do relatório do Senador Osvaldo Sobrinho, do projeto de autoria da Senadora Luzia Toledo, até porque agora, minutos atrás, tivemos uma audiência numa outra comissão com a presença inclusive do Ministro da Saúde, o Temporão, onde o projeto em debate naquela comissão aponta a proibição de se fumar em todos os locais, em nenhum local pode-se fumar. Então se aquele projeto está se fazendo um grande debate, que é a proibição total de fumante em qualquer lugar, esse aqui não tem porque nós não aprovarmos, já que ele garante pelo menos a separação. Quem quiser fumar vai para um espaço próprio dele, mas aqui não, que fume junto aos outros que não são fumantes, como é o meu caso. Por isso eu não tenho nada contra o projeto, acho que o projeto é um projeto equilibrado, até que a gente possa chegar num momento mais avançado que cada vez mais iniba o fumante. Todos nós sabemos o prejuízo que o fumo traz para a saúde. Seria o meu comentário.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sra. Presidente, a senhora é médica, eu também sou médico. E no Brasil morrem 200 mil pessoas por ano com doença relacionada ao fumo. É uma média de sete mortes por dia em relação ao fumo. E já é comprovado cientificamente que a presença do fumo, da fumaça do cigarro no ambiente provoca também aumento da incidência de doenças cardiovascular, aumento da incidência de câncer, de doenças respiratórias nas pessoas que convivem com aquilo, e aumenta em percentuais grandes, de 30%, 25%. Então é justo que a gente faça essa separação, como também é justo que se faça o banimento do fumo dos ambientes fechados. Nosso objetivo aqui é o fumo, e o objetivo das leis é poupar vidas, nós não estamos discutindo se vai dar prejuízo a A, ou B... Quando eu entrei na faculdade de medicina era o que atribuía ao cigarro o câncer de pulmão, mas existiam trabalhos médicos também dizendo o contrário nisso, porque as companhias de cigarro são fortes. Até que um teve a ideia de viciar cachorros em cigarro e começar a matar os cachorros de acordo com o tempo de vida e tal, equivalente, e foi provado que o câncer de pulmão estava ligado com fumo, e daí as outras pesquisas caíram na crença, porque a potência das companhias de cigarro é muito grande e elas ficam fazendo trabalhos ao contrário do que acontece. Então eu acho que esse é um projeto meritório, deve ser aprovado por unanimidade nessa Casa, como também o outro que está sendo discutido na CCJ.

Sou favorável ao projeto, sou contra o fumo em ambientes fechados, e em ambientes abertos, em ambientes de aglomerações, você pode fumar onde você quiser, desde esteja sozinho ou com outro fumante no lugar, em lugar aberto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não há [interrupção do áudio] discutir. Passamos à votação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria irá... Em votação, essa votação foi ao substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado n°. 10 de 2000. Aprovada, a matéria vai à Secretaria da Mesa.

Passamos agora ao Item 29, como já estava aqui, e depois voltaremos à ordem normal, como esse já estava anunciado. Decisão terminativa que altera a Lei n°. 6.259, de 30 de outubro de 1975, para garantir o oferecimento de vacina antipapilomavírus (HPV) à população, a autora é a Senadora Ideli Salvatti e o relator é o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Senadora Ideli, seja bem-vinda na hora que o seu projeto vai ser analisado. O parecer do senador foi pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. Acolhendo as duas emendas da Senadora Lúcia Vânia e a emenda do Senador Inácio Azeredo. Foi realizada audiência pública atendendo ao Requerimento 23, de 2007 em 06/06/2007.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti para proferir o seu relatório.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sra. Presidente, Senadora Rosalba Ciarlini, Srs. Senadores e Sras. Senadoras. Eu tive muito prazer de relatar este projeto e considero, portanto, que ele não é um projeto que tenha uma visão puramente dos profissionais de saúde, porque a Senadora Ideli que apresentou e, portanto, é uma professora que tem a visão da mulher, evidentemente, e eu aqui tendo a experiência que tenho de ginecologista, obstetra, quero dizer que este projeto é altamente meritório e não haveria razão nenhuma para não aprová-lo. Por isso, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei com a seguinte emenda: "*art. 1º Acrescente-se ao art. 3º da Lei 6.259, de 30 de outubro de 75, o seguinte § 2º, renumerando-se o Parágrafo Único como § 1º. Art. 3º § 2º, a vacina antipapilomavírus humano fará parte obrigatoriamente do calendário de vacinações do programa nacional de humanizações*". Portanto,

Senadora Rosalba, o meu parecer é pela aprovação com a emenda que oferece.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão. Senadora Ideli, autora, para discutir.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agora liberou o microfone, obrigada, Presidente.

Bom, em primeiro lugar eu queria fazer o registro e o agradecimento ao Senador Mozarildo por ter não só acatado, mas também aperfeiçoado o projeto, na condição de senador e de médico, ele sabe da importância de nós termos uma situação de prevenção ao processo de vacina do HPV, que é uma doença, que é um tipo de vírus que provoca o câncer de útero, de colo de útero, ele é o câncer de colo de útero, ele é responsável por 70%, não é, determinados tipos de vírus são responsáveis por 70% dos casos de câncer de colo de útero, e este câncer, ele é um câncer que provoca a morte e provoca muito sofrimento em grande maioria das mulheres. Portanto, esta é a terceira causa, na hierarquia, é a terceira causa de morte das mulheres no Brasil.

Então para nós é muito importante que o Ministério da Saúde possa incluir no programa de imunização da população brasileira a vacina contra o câncer do colo de útero contra essa infecção provocada pelo HPV.

Por isso, Sra. Presidente, eu queria aqui não só agradecer, parabenizar pelo aperfeiçoamento que o substitutivo do Senador Mozarildo, acatando emendas inclusive de outros parlamentares como é o caso da Senadora Lúcia Vânia faz ao meu projeto original.

E queria inclusive dizer que a FIOCRUZ, o Instituto Bio-Manguinhos, já manifestou interesse na fabricação da vacina e vem trabalhando no sentido de verificar a situação de patentes e transferência de tecnologia. Neste momento ainda é uma vacina cara, mas eu não tenho a menor dúvida de que até o projeto ser aprovado, porque daqui ele terá que ir para a Câmara, até o projeto ser aprovado nós teremos uma vacina mais barata, uma vacina que possa ser aplicada como política pública, e que as mulheres que morrem, que sofrem por conta de infecção provocada pelo vírus HPV... E sempre lembrando que a incidência em torno de quase 40% é na faixa de mulheres de 16 a 24 anos, portanto ainda em plena idade reprodutiva, e, portanto, muito necessário que nós tenhamos política pública de evitar, de impedir o crescimento deste câncer, que é um dos principais responsáveis aí por morte das mulheres, nós temos 15% das mulheres brasileiras entre 18 e 60 anos infectadas pelo vírus do HPV. Então era isso, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vamos passar a votação, já que temos o *quorum*, parabenizando a Senadora Ideli pelo projeto e ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que é um profundo conhecedor dessa questão, até pela sua profissão, sua carreira de médico, e dizer que realmente, senadora, você colocou, a vacina pode ser cara, muito mais caro é o tratamento, muito mais caro é se perder a vida de jovens, já que a contaminação acontece mais na idade jovem, de 16 a 24 anos, onde essas mulheres são férteis, e que estão na preparação para serem altamente produtivas como trabalhadoras. Então é uma perda muito grande para o país, para o custo Brasil, a vacina eu tenho certeza que será algo que vai avançar e vai trazer bons dividendos, principalmente porque nada vale mais do que salvar uma vida.

Em votação o projeto. Como vota o Senador Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim, com louvor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Adelmir Santana. Já saiu. Senador Adelmir, como vota?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Rosalba Ciarlini, Presidente, já conhecido. Mozarildo, relator, voto já conhecido.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Presidente, eu queria só dizer que as mulheres estão lutando por muitos direitos, eu acho que o direito mais importante que a mulher deveria lutar é justamente pela sua saúde, e esse projeto vai nesse sentido porque as mulheres, tendo boa saúde, vão poder lutar pela educação, e principalmente vão ter filhos com mais tranquilidade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria, inclusive, senadora, de que formássemos, convocássemos as mulheres e os filhos das mães brasileiras, e que esse projeto fôssemos entregar ao Ministro, para que ele também lute pela sua sanção. Mas na Câmara... A gente vai passar na Câmara a gente faz a união ainda maior. Temos aqui uma deputada que é da frente parlamentar das mulheres--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ela já sai daqui com a tarefa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ela sai com a tarefa. João Durval.

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Inácio Arruda. Inácio? Saiu.

Ideli já é conhecida, autora, Ideli Salvatti. Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Osvaldo Sobrinho? Aprovado por unanimidade.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sra. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo para que nós pudéssemos rapidamente votar extrapauta um projeto que é relatado pelo Senador Heráclito Fortes, que vai ter que se retirar daqui a pouco, que diz respeito à criação e estruturação da PREVIC, que é o órgão responsável pelo acompanhamento dos fundos de pensão. Essa matéria já foi feita um acordo na Comissão de Assuntos Econômicos, onde eu fui relator, um acordo feito com o Senador Heráclito, que propôs emendas, e nós nos comprometemos a fazer essas emendas logo após a sanção do projeto numa medida provisória que passe pelo Plenário, já para que essas emendas possam valer rapidamente, e, portanto eu gostaria de que V. Exa. pudesse deferir a condição do Senador Heráclito Fortes pudesse relatar rapidamente essa matéria agora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Submeto à apreciação da comissão, dos membros da comissão a solicitação de extrapauta. Senhores que aprovam, permaneçam como se encontram. Está acatado, nós vamos... Agora eu só pediria, senador, que o senhor tivesse um minuto só de paciência, para que a gente... Está acatada a extrapauta, mas antes eu queria votar logo o projeto dos apicultores, que estão todos aqui, já várias reuniões que vieram, é um projeto da deputada que faz o reconhecimento da profissão de apicultor e que eu sou relatora. Vai ser muito rápido, e logo em seguida nós fazemos a PREVIC, está certo?

Passo a Presidência ao Senador Paulo Paim.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E eu passo a palavra... Já encaminho a palavra à relatora, Senadora Rosalba Ciarlini, desse importante projeto que eu entendo que existe uma unanimidade aqui no Plenário pela aprovação do mesmo.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Realmente esse é um projeto muito importante, reconhecer a profissão de apicultor, que hoje, cada vez mais mostra a importância dessa atividade. No Nordeste, na minha região, eu tive a oportunidade de conhecer de perto, de conviver, aliás, desde a minha infância falar de abelhas é algo que faz parte da nossa vida, até porque o pároco da nossa cidade, e da Deputada Sandra também, é mossoroense, ele tinha uma verdadeira, vamos dizer assim, obsessão, mas no bom sentido, pela questão da apicultura. Desenvolveu, foi exemplo, criou vários discípulos na nossa região. Então a apicultura no Nordeste tem sido hoje com certeza geradora de emprego e de renda, quanto mais reconhecermos, quanto mais apoio tivermos, não somente no Nordeste, mas em todo Brasil, hoje já nos tornamos exportador, então é fundamental para o desenvolvimento, para o crescimento, que seja reconhecida a profissão, seja dado a eles os seus direitos de trabalhador, e que o governo amplie as linhas de empréstimo, de financiamento, de apoio, para que a atividade possa crescer ainda mais, e que o conhecimento seja um conhecimento também, um conhecimento mais técnico, com cursos, com aperfeiçoamento, com capacitação, e também com a introdução de cursos técnicos nas escolas técnicas federais, que com certeza vai dar condições a que nossa crescer ainda mais sem esquecer as pesquisas que se desenvolvem a nível das universidades e também de instituições, para que cada vez mais a atividade seja mais produtiva e mais valorizada.

Então o meu parecer, o meu relatório é pela aprovação. Na realidade, eu tinha inserido uma emenda, essa emenda, ela faria um melhoramento ao projeto. Quando eu digo faria, é porque em conversa com a autora do projeto e com os apicultores, essa emenda traria, claro, uma melhoria ao projeto, mas ao mesmo tempo o objetivo maior, que é a sua aprovação, ficaria prejudicado, porque teria que voltar à Câmara e nós iríamos ter um prazo muito grande até que tudo fosse discutido. Então vamos... Vou retirar a emenda e vamos colocar em votação o projeto. Peço ao Presidente que coloque para a votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para mim colocar em votação. Então vamos lá. A presença aqui da autora, Deputada Sandra Rosado, meus cumprimentos, é uma brilhante iniciativa, não sabe a pressão que eu recebi também no Rio Grande, viu, para declarar aqui meu voto favorável. Então vamos de imediato, a autora, a Deputada Sandra Rosado, relatora Senadora Rosalba Ciarlini, o aparecer foi pela aprovação do projeto, sem a emenda, como ela aqui explicou muito bem. Vamos aos votos... A não ser que alguém queira discutir a matéria. Ninguém quer discutir.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, eu gostaria aqui pedir permissão para registrar a presença de apicultores de todo Brasil, eles estão aqui, vieram para acompanhar, cada região vieram para acompanhar a apreciação desse importante projeto. Sejam bem vindos, e passamos... O Presidente agora irá conduzir à votação, que eu torço que seja pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos aos votos. Paulo Paim, sim. Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Conhecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): João Durval.

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Acompanho o meu líder Romero Jucá, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Acompanho Wellington Salgado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O projeto foi... Senador Paulo Duque, que chegou nesse momento.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim. Senador Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Projeto foi aprovado por unanimidade.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Parabéns.

[palmas]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Volto para a senadora a Presidência.

[troca de presidência]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sra. Presidente,8 pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, só um minuto, passo já para o senhor. Eu fico muito feliz, porque hoje, realmente depois da CCJ, da luta pela igualdade do trabalho das mulheres, foram duas mulheres nordestinas, norte-rio-grandenses, que conseguiram essa aprovação. Então parabéns à deputada, autora do projeto, e dizer a todos vocês o quanto eu estou feliz, porque realmente conseguimos aprovar por unanimidade.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sra. Presidente, eu agradeço a V. Exa. a palavra, mas eu gostaria de, como piauiense, me congratular com a Casa pela aprovação desse projeto, uma vez que o Estado do Piauí tem se destacado ao longo dos anos como um dos grandes centros produtores de mel no Brasil. Quero me congratular com os apicultores piauienses, principalmente aqueles da região de Picos, Simplício Mendes e toda região aonde essa produção não só vem crescendo, mas vem garantindo o sustento de milhares de famílias.

Portanto, parabenizo essa comissão pela aprovação dessa matéria. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O projeto aprovado vai a Secretaria-Geral da Mesa, repito, sem a emenda.

Agora, conforme combinado já, extrapauta, decisão não terminativa, Projeto de Lei da Câmara 136, de 2009, cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar, PREVIC, e dispõe sobre o seu pessoal. Inclui a Câmara de recurso da previdência complementar. Autor Presidente da República, relator Senador Heráclito Fortes com a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, na realidade esse parecer que proponho aprovação, e cada um dos Srs. Senadores têm um exemplar em mão, é a repetição do que foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos.

Ocorre que apresentei quatro emendas, o Senador Romero Jucá ponderou que caso tivéssemos que alterar o texto, a matéria voltaria à Câmara dos Deputados. Como é uma matéria que precisa de anterioridade para a sua aprovação com o objetivo de que os efeitos legais passem a acontecer o ano que vem, eu não quero criar nenhum problema dessa natureza, até porque o objetivo não é esse para o sistema, é o do seu aperfeiçoamento. O Senador Romero Jucá assumiu o compromisso como líder do governo, de inserir as minhas quatro propostas no contexto da lei, através de uma medida provisória. Portanto, eu quero passar o parecer anexando as quatro emendas com o compromisso assumido pelo Senador Romero Jucá. E dizer que diante desse acordo feito aqui, e reafirmado por ele nessa comissão, já na Comissão de Assuntos Econômicos, eu concordo com o texto na certeza de que o Governo honrará esse compromisso assumido.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Em discussão a matéria, não havendo mais quem queira discutir, vamos à votação.

Em votação o parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara 136, 2009, os Srs. Senadores e Senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão ainda não terminativa.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu peço urgência para a matéria, aqui da comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V. Exa. encaminha por escrito à Mesa e nós já vamos assegurar. Eu já coloco em votação. Srs. Senadores que concordam com o requerimento de urgência que está sendo apresentado pelo Romero Jucá, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pela ordem, Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Eu pediria a V. Exa., nós temos *quorum* qualificado, V. Exa. que é um homem que luta pelos menos favorecidos, quem conhece sua história sabe disso, que aprove o projeto de criar a profissão de DJ do Senador Romeu Tuma, que eu inclusive estou em dívida com a comissão, porque com os afazeres eu quase não venho aqui, hoje eu pedi para colocar em pauta.

[troca de presidência]

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E se toda comissão concorda nós passaremos agora ao projeto de--

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pela ordem, Sra. Presidente.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Senadora Rosalba, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, senadora.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Presidente, eu gostaria de colocasse em votação o Item 18 da Pauta, aproveitar o *quorum*.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, senadora, sua solicitação será acatada.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Presidente, também pedi no início que colocasse o Item 31, que eu sou relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O senhor será após... Realmente o senhor já tinha feito essa solicitação, embora eu não estivesse aqui, mas eu fui informada. Vamos fazer o item do DJ, depois o 31, depois a senadora Lúcia.

Senador Heráclito, fique aqui para que a gente... Eu quero aqui comunicar a presença de representantes dos DJs que aguardam há muito tempo ansiosos, que a sua profissão... Porque hoje é uma realidade, não se pode de forma alguma deixar de reconhecer, porque no Brasil todo é uma realidade, eles estão nos mais diversos locais com um trabalho digno, um trabalho que é arte também, e que merece ser reconhecido e ter o seu trabalho. Senador Wellington, por favor, seja muito rápido para que nós... Para mantermos a...

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Eu vou ser bem rápido, os DJs me perdoem, aqui é "velocidez e rapidade".

"*Da Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artistas e de técnico em Espetáculos de Diversões, e*

dá outras providências". Esse projeto é um projeto do Senador Romeu Tuma.

"Pela proposta, definem-se as profissões de DJ ou Profissional de Cabine de Som DJ, disc-jockey, e Produtor DJ e, especificamente, prevê que: aplica-se a lei àqueles que, previamente inscritos no Ministério do Trabalho e Emprego, tiverem a seu serviço esses profissionais para a realização de espetáculos, eventos, festas, comícios, programas, produções ou mensagens publicitárias; para seu registro, esses profissionais devem possuir diploma de curso profissionalizante e atestado de capacitação profissional fornecido pelo sindicato representativo da categoria; o modelo de contrato de trabalho será definido pelo Ministério do Trabalho e Emprego; a utilização de profissional contratado por agência de locação de mão de obra torna o tomador de serviço solidário pelo cumprimento das obrigações legais; o profissional contratado por tempo determinado não pode rescindir o contrato de trabalho sem justa causa, sob pena de indenização ao empregador dos prejuízos que desse fato lhe resultarem; a duração do trabalho normal não será superior a seis horas diárias e a trinta horas semanais; o fornecimento de equipamentos e demais recursos indispensáveis ao cumprimento de tarefas contratuais será de responsabilidade do empregador; os eventos realizados com a utilização de profissionais estrangeiros deverão ter a participação de, pelo menos, 70% de profissionais nacionais; aos infratores da lei poderá ser aplicada multa de duas a mil vezes o valor de referência; aplicam-se aos profissionais as normas da legislação do trabalho, exceto naquilo que for prescrito pela presente regulamentação".

A vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 740, de 2007 na forma do substitutivo aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Esse é o Voto, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão, não havendo quem queira discutir, passamos à votação. Em votação o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado n°. 740, de 2007, autor Senador Romeu Tuma, relator Senador Wellington Salgado. Em votação. Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim, Sra. Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É verdade, ele só traz alegria, felicidade e amor. Mão Santa está poeta hoje.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): O Mão Santa é assim.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Onde tiver tristeza leve alegria. São Francisco. Com louvor [ininteligível].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Como o Heráclito eu sigo o voto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): João Durval, como vota? Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Osvaldo Sobrinho? Lúcia Vânia. Aprovado por unanimidade.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Parabéns aí DJ.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O substitutivo vai a turno suplementar. Art. 282, combinado com art. 92.

Na próxima semana ele será votado em turno suplementar. Porque como o projeto ficou prejudicado em função do substitutivo, haverá um turno suplementar e o prazo regimental é de uma semana, então estou aqui esclarecendo que os DJs que aqui estão hoje já podem comemorar 50%, na próxima semana nós vamos votar em turno suplementar, e aí... Sim...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eles vão aqui nos animar mais ainda para que na próxima semana ele esteja concluído. Parabéns.

Agora vamos ao Item 31, que é o Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Vamos ao 31.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Olhe, tem o Item 30, que já foi lido, deixa eu só fazer a votação?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Faça. Estou ficando por último, hein?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Item 30, Projeto de Lei do Senado, n°. 371, de 2009, que altera o art. 20 da Lei n°. 8.036, de 11 de maio, para permitir a movimentação do FGTS em caso específico. Autor Senador Paulo Paim, relatora Senadora Rosalba Ciarlini. Projeto já foi lido na última reunião, e discutido. Agora só a votação. Podemos passar à votação? Senador Augusto Botelho. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Marcelo Crivella. Não está. Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mozarildo Cavalcanti. Senador Osvaldo Sobrinho. Senador Mão Santa. Senador João Durval.

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Rosalba, voto conhecido. Senador Romeu. É da comissão? É não. Aprovado. O projeto n°. 378 de 2009.

Passamos agora ao projeto 31, do Senador Mozarildo, que já foi anunciado, para que ele possa ler o relatório.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sra. Presidente, Srs. Senadores, eu vou resumir em três tópicos essa questão. V. Exa. já anunciou que esse projeto define, a finalidade é de submeter ao regime da Vigilância Sanitária os equipamentos e produtos destinados à emissão de raios laser de uso médico, industrial e de entretenimento, ou de quaisquer outras utilizações que estejam envolvido risco à saúde humana individual ou coletiva.

Realmente, Sra. Presidente, e Srs. Senadores, até aqui não há nenhuma regulamentação quanto ao uso do raio laser, e nós não sabemos exatamente quais as consequências para a saúde. Portanto, o que está pretendendo o autor, Senador Valdir Raupp, é que a ANVISA passe a ter mais essa atribuição. Por isso o Voto é pela aprovação, Voto pela aprovação.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão, não havendo quem queira discutir, vamos à votação. Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Paulo Paim, sim. Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Adelmir Santana. Rosalba Ciarlini declarou voto aqui na hora que saiu. Mozarildo Cavalcanti, conhecido. João Durval.

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): César Borges. Romero Jucá, Wellington Salgado, Heráclito Fortes, Osvaldo Sobrinho. Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Aprovado também por unanimidade. Senador Paulo Duque e Senador Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Aprovado por unanimidade, vamos agora ao projeto da Senadora Lúcia Vânia.

Item 18, decisão terminativa. Projeto de Lei n°. 49, de 2008 acrescenta o § 3º o art. 217 da Lei 8.112, de dezembro de 90, altera o inciso II, § 2º do art. 77 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estender o direito à pensão por morte aos filhos e dependentes até os 24 anos de idade, quando estudantes. Autor Expedito Júnior, Senador. Relator com a palavra. Lúcia Vânia. Página 243.

[troca de presidência]

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): "*Vêm a exame desta Casa, em caráter terminativo, os Projetos de Lei nº 49, de 2008, do Senador Expedito Júnior, e nº 149, também de 2008, do Senador Cristovam Buarque".*

Eu vou direto na análise, uma vez que todos os Srs. Senadores têm o projeto em mãos.

"Pertence a esta Comissão, com fulcro no art. 100, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, a competência para apreciar matérias que, como no

caso, versem sobre seguridade social. As matérias, no que têm de comum, modificam o art. 77 do Plano de Benefícios da Previdência Social, estendendo o limite de percepção da pensão por morte pelos filhos, equiparados ou irmãos menores para 24 anos, caso cursem o ensino superior ou o ensino médio profissionalizante, em contraposição ao atual limite de 21 anos.

Os projetos têm por fundamento a percepção de que muitas vezes a proteção oferecida pelo Plano de Benefícios não é suficiente, pois cessa justamente em um dos momentos em que o beneficiário mais necessita desse apoio: aquele em que está concluindo sua formação escolar, necessária para que passe a subsistir adequadamente por seus próprios meios. A interrupção do benefício..."

Sra. Presidente, está impossível ler.

"A interrupção do benefício já no momento em que o beneficiário completa 21 anos, pode representar uma carga excessiva sobre ele e sobre sua família, impelindo-o, muitas vezes, a abandonar seu curso para começar a trabalhar ou por não conseguir fazer frente aos custos de prosseguimento de sua educação e aos de sua subsistência. As proposições estabelecem, justamente, uma extensão do benefício durante esse período, condicionando-a a que o beneficiário esteja cursando o ensino superior ou o técnico-profissionalizante. Como alertamos, contudo, em nosso parecer apresentado na CCJ, o art. 1º do PLS nº 49, de 2008, ao modificar dispositivo da Lei que estatui o Regime Jurídico Único da União, extrapola a iniciativa legislativa do Poder Legislativo e invade a do Executivo, em razão do que apontamos sua insanável inconstitucionalidade, percebida, também, pelo próprio autor da proposição, que a ela apresentou emenda. Por essa razão, mantemos nosso entendimento anterior, pela aprovação, na forma do substitutivo apresentado na CCJ, e pela rejeição do PLS nº 140, de 2008, unicamente em razão de haver sido proposto depois do PLS nº 49, de 2008, não em razão de qualquer demérito em sua redação.

Diante do exposto, voto pela aprovação do PLS n°. 49, de 2008, na forma do substitutivo aprovado pela CCJ, e pela rejeição do PLS n°. 140, de 2008. Relatora Lúcia Vânia".

O substitutivo. O Voto. "*Diante do exposto, o Voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n°. 49 de 2008 nos termos do substitutivo que ora apresentamos. Altera o Projeto de Lei n°. 49, substitutivo, altera o inciso II, § 2º do art. 76 da Lei 8.213, de 24 de julho de 91, para estender o direito à pensão por morte de filhos dependentes até 24 anos de idade quando estudantes, e dá outras providências. Art. 1º, inciso II, do § 2º do art. 76 da Lei 8.213, de 24 de julho de 91, passa a vigorar com a seguinte redação: para filho, a pessoa a ele equiparado ou irmão de ambos os sexos, pela emancipação ao complementar 20 anos de idade ou ao complementar 24 anos de idade se cursando o ensino superior ou ensino técnico de nível médio, salvo se for inválido. Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a incluir as pessoas mencionadas no inciso II do art. 217, da Lei 8.112, de 90, como beneficiários da pensão temporária de que trata a referida lei até a idade de 24 anos se cursando o ensino superior ou ensino técnico de nível médio. Art. 3º Essa lei entra em vigor na data da sua publicação*".

É este o relatório, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós queremos... Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos à votação. E queremos convidar o Senador Augusto Botelho, que se encontra na secretaria, porque a sua presença é importante para que possamos ter o *quorum*.

Como vota o Senador Mozarildo? Adelmir Santana? Senador Mão Santa? Senador João Durval? Senador Augusto Botelho? Senador Wellington? Senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Lúcia Vânia, o voto já é conhecido. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Acompanho.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A Presidente vota sim.

Então parabenizar a Senadora Lúcia Vânia pelo brilhante relatório, pela capacidade de inclusive analisar, são dois projetos que tramitaram em conjunto, e dizer que esse projeto é de uma importância fundamental. Somente aqueles que já passaram por essa situação é que sabem o quanto é importante. Porque muitos jovens ficam órfãos de pai e de mãe, têm direito a pensão, e até os 24 anos estão ainda sem um trabalho, cursando a faculdade, eu conheço situações de jovens que ao perder o direito a essa pensão tiveram que abandonar os estudos para ir, vamos dizer assim, em busca de uma... Não tiveram condições mais de manutenção, e passaram por situações realmente muito difíceis.

Então parabéns, senadora, pela sua sensibilidade, e aos autores, Senador Expedito Júnior, que na sua passagem por essa Casa deixou muitos projetos de grande alcance social, e também Senador Cristovam,

autor também de um desses projetos. Então aprovado por unanimidade.

Passamos agora ao Item 4, decisão terminativa. Projeto de Lei do Senado n°. 216, de 2006. Autor Senador Geraldo Mesquita Júnior, relator é o Senador Wellington Salgado de Oliveira. Projeto que altera a Lei n°. 6.494, de 07 de dezembro de 1977, *"que dispõe sobre os estágios de estudantes e estabelecimento de ensino superior, e de ensino profissionalizante do segundo grau e supletivo, e dá outras providências para assegurar aos estagiários o direito ao vale-transporte"*.

Concedo a palavra ao Senador Wellington para proferir o seu relatório.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Sra. Presidente, demais senadores presentes.

"*A iniciativa do Senador Geraldo Mesquita Júnior, especialmente quando sabemos que é necessário aprimorar a educação, facilitar a ocupação do jovem por intermédio de estágios. Assim, a obrigatoriedade do Vale-Transporte é medida salutar, embora possa ser inicialmente mal interpretada por empresas e instituições, como a imposição de um custo adicional. Na verdade, a concessão do Vale-Transporte goza de parcial benefício fiscal, pois valor efetivamente pago e comprovado pela empresa, pessoa jurídica, na aquisição de Vale-Transporte, poderá ser deduzido apenas como despesa operacional, na determinação do lucro real, no período-base de competência da despesa. Poderíamos avançar na discussão sobre a abrangência do benefício fiscal, envolvendo não apenas a concessão do Vale-Transporte para estagiários, mas também para os empregados em geral.*

Todavia, exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, impedem que seja apurado, por ora, o valor da renúncia fiscal, razão pela qual o presente projeto de lei deve ter sua tramitação regular, o que não impede a discussão, em outra oportunidade, sobre eventual revisão da amplitude do benefício fiscal relativo ao Vale-Transporte.

Voto. *"Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2006".* É esse o meu voto, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Como nós estamos aguardando mais dois senadores para complementar o *quorum*, vamos passar a fase de discussão.

Não havendo quem queira discutir, vamos passar à leitura do projeto do Senador Inácio Arruda, relatado pelo Senador Paulo Paim. Projeto versa sobre Decisão Terminativa Projeto de Lei do Senado n°. 79, de 2009, que altera o dispositivo do Decreto Lei n°. 5.452, Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre a coação moral, de autoria do Senador Inácio Arruda. Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou à leitura da análise.

"A coação ou assédio moral no âmbito das relações de emprego inserem-se no campo do Direito do Trabalho. Proposições a esse respeito são de iniciativa comum, prevista no art. 61 da nossa Constituição, cabendo ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da Carta Magna. Em observância ao art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer sobre o presente projeto de lei, em decisão terminativa. Observados esses pressupostos, temos que a proposição não apresenta vício algum, tanto na questão da constitucionalidade como na questão da injuridicidade. Tampouco detectamos problemas de técnica legislativa.

No mérito, é inegável que a coação moral já está merecendo a atenção do legislador. Trata-se de um fenômeno antigo, mas que só recentemente passou a ser mais bem estudado pelos doutrinadores e juristas. Via de regra, ela é utilizada como uma forma de evitar o pagamento das indenizações devidas, transferindo para o empregado o ônus de pedir demissão, constrangido e abatido por perseguições, veladas ou não. A matéria já foi, inclusive, levada ao âmbito constitucional, sendo que, em seu art. 114, inciso VI, a Carta Magna atribui à Justiça do Trabalho a competência para processar e julgar as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho. Por sua vez, a proposição em análise introduz um conceito mais claro e traz previsão expressa de que, na ocorrência de rescisão do contrato em razão de coação moral, a indenização será paga em dobro, se a culpa for exclusiva do empregador.

Sendo assim, cremos que a proposição se ajusta às necessidades legislativas do momento e merece a nossa aprovação".

Mediante os fatos, sou pela aprovação do projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão, não havendo quem queira discutir, passamos à votação. Mas antes de votarmos o projeto do Senador Paulo Paim, como agora o *quorum* está completo, vamos passar à votação do Item 4, decisão terminativa que foi relatada pelo Senador Wellington Salgado, da mais alta importância que trata do vale-transporte para estudantes dos ensinos superior e ensino profissionalizante para assegurar aos estagiários o direito ao vale-transporte.

Como vota a Senadora Lúcia Vânia? Senador Wellington, voto conhecido. Senador João Durval. Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Adelmir. Senador Mozarildo. Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente vota sim.

Projeto foi aprovado... Não, 11.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em número estamos completos, mas tem dois do PDT votando, parece que um é suplente do outro.

Adelmir já votou, não é?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Aproveitar só esse momentinho aí--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Está faltando...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria só falar para o nosso Senador João Durval, que eu tive a oportunidade de visitar Salvador na segunda-feira, cujo seu filho é o Prefeito, e a cidade está linda, limpa, bonita, bem cuidada, então como visitante eu queria deixar aqui os meus parabéns, que possa encaminhar ao seu filho, que a cidade está muito bem cuidada, limpinha, bonita, tranquila, boa de andar.

Era isso que eu queria colocar, Presidente.

[interrupção do áudio]

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): O prefeito realmente tem dado tudo de si para transformar Salvador numa cidade cada vez mais bonita e mais atraente para os brasileiros, especialmente de todo Brasil. Quem ainda não conhece Salvador, eu sugiro que faça uma visita a nossa capital. Obrigado a você.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Concluímos a votação do projeto, o Item 4, que é o projeto dos direitos de vale-transporte aos estagiários nos estabelecimentos de ensino superior e ensino profissionalizante. Como vota o Senador Gilvam Borges?

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Eu gostaria de ficar por último, porque eu tenho que avaliar aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O senhor é o último, porque todos já votaram.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Eu peço só uns 30 segundos, só para tomar os procedimentos de...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Posso explicar, Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Wellington é o relator.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Nós estamos votando vale-transporte para estagiário, Senador Gilvam Borges, todo estagiário terá direito ao vale-transporte.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Então, pela aprovação, com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Geraldo Mesquita pela iniciativa e Wellington Salgado...

Agora vamos pela relatoria. E aos estagiários que a partir dessa proposta passarão a ter direito a vale-transporte. Aprovada, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Passamos agora à votação do Item 32, que altera dispositivo do Decreto Lei n°. 5.452, de maio, de 1942. Em votação, autor é o Senador Inácio Arruda, o relator Senador Paulo Paim. Parecer foi pela aprovação do projeto. Em votação o projeto, já foi lido e discutido.

Como vota o Senador Mozarildo?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sim, com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Gilvam Borges. Senador Mão Santa. Senador João Durval. Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Lúcia Vânia. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paulo Duque?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sim, com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente vota sim. Aprovado, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa. Parabéns ao Senador Inácio Arruda e ao Senador Paulo Paim.

Passamos agora ao Item 35, decisão não terminativa, Projeto de Lei da Câmara n°. 46, de 2009, que assegura acesso de religiosos para fins de assistência nos hospitais, clínicas e similares de ordem pública ou privada. Senador Mão Santa, esse projeto é importante, uma coisa simples, mas que tem um grande alcance. Muitas vezes, por que é que nós estamos votando projetos dessa natureza? Porque realmente tem a ver com o dia a dia do cidadão. Quem está hospitalizado, o senhor é médico, eu também, sabemos o quanto é importante quando aqueles pacientes recebem a visita de um religioso que presta uma assistência social até psicológica com suas palavras, com seu incentivo. É muito importante, e muitas vezes eles são proibidos de entrar em clínicas e hospitais, principalmente aqueles que são privados. Então nós queremos aqui dizer que é importante essa visita, com esse apoio que levam, social aos doentes. A relatora é Senadora Lúcia Vânia, o parecer é pela aprovação do projeto.

Com a palavra, Senadora Lúcia Vânia, para proferir o seu relatório.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, Srs. Senadores.

"Chega ao exame desta comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2009, de autoria do Deputado José Linhares, que assegura acesso de religiosos para fins de assistência nos hospitais, clínicas e similares de ordem pública ou privada.

É importante ressaltar que, na forma em que está elaborado o projeto, a assistência prevista não ocorre de maneira incondicional; pelo contrário, exige a anuência do médico do paciente, ou de profissional autorizado por esse médico a fazer o acompanhamento do paciente. Além disso, impõe a obediência a normas fixadas pelo hospital, a fim de que não haja prejuízo da rotina de atendimento do doente.

O alcance social da medida proposta confere inegável valor à proposição, visto que possibilitará aos sacerdotes, aos pastores de igrejas, aos rabinos e aos ministros religiosos de qualquer crença ter acesso aos estabelecimentos de saúde para a prestação de assistência religiosa a pacientes impossibilitados de comparecer a capelas hospitalares, especialmente aqueles que se encontram na fase terminal de doenças graves. Não observamos óbices de natureza constitucional ou legal na proposição, que se encontra lavrada em boa técnica legislativa".

Por todo exposto, o Voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara n°. 46 de 2009. É este o Voto, Sra. Presidente.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Sra. Presidente, quero encaminhar o meu voto aqui. Presidenta, quero encaminhar o meu voto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Primeiro, eu sou líder do Partido Social Cristão, que tem a doutrina de Cristo, qual foi o Paulo Duque. Então foi alimentar os famintos, dar de beber a quem tem sede, assistir os doentes. Então está aí, e da Lúcia... É da doutrina cristã do meu partido que represento. Então vem em boa hora, e visitar os presos, este é o partido que mais cresce, por essas razões, com a doutrina cristã. Então eu quero dizer que é de bom agrado à nossa filosofia, à nossa doutrina partidária, a aprovação, permitindo ao doente, como Cristo dizia e ensinou, assistir os doentes.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito bem, Senador Mão Santa, você agora tem um partido que o símbolo é um peixe, não é?

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Peixe.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vamos à votação. Não havendo mais quem queira discutir...

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Eu quero cumprimentá-la, a reunião foi tão importante, que eu vou fazer um pronunciamento sobre apicultura, que é uma riqueza do Nordeste, então V. Exa. com o nosso Paulo Paim, não é, tiveram muita competência aqui. Ao ano todo, principalmente hoje esse projeto que reconhece ao apicultor como um profissional, é muito importante, principalmente no Nordeste, no semiárido, onde a apicultura... Eu vou fazer o meu pronunciamento hoje com dados o que significa isso no Estado do Piauí.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E eu estarei no Plenário para lhe fazer uma--

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Aí o Heráclito, com muito entusiasmo já tinha se manifestado, mas eu fui buscar detalhes do que representa esse avanço e

esse reconhecimento do apicultor no Nordeste e principalmente no Piauí.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): No Piauí eu sei que a produção é só crescendo, no meu Rio Grande do Norte também, isso é muito bom.

Bom, agora passamos à votação. Os Srs. E Sras. Senadores que concordam com o parecer da Senadora Lúcia Vânia, pela aprovação do projeto, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão não terminativa.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Rosalba Ciarlini, é tão importante que o nosso João Durval, que representa a sabedoria aqui, a experiência, Shakespeare disse que a sabedoria é a soma da experiência dos mais velhos com a ousadia dos mais novos, ouviu, Paim? Mas ele ficou tão emocionado com os justos elogios que o Prefeito da Bahia recebeu, João Henrique, mas ele ia falar também sobre apicultura, então ele cedeu todas as informações para eu juntar e fazer o pronunciamento no Plenário sobre apicultura. O João Durval ia fazer um pronunciamento aqui, mas ele se sentiu muito emocionado com o reconhecimento, não foi só do Wellington Salgado não, foi de toda a Comissão de Assuntos Sociais, a competência, o altruísmo e o estoicismo que o Prefeito João Henrique está governando a Cidade de Salvador.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Passaremos agora à leitura do projeto do Item 20, cuja relatora também é a Senadora Lúcia Vânia. A decisão é terminativa. Senadora pode ler, senadora. O autor é o Senador Osmar Dias, e a relatora é a Senadora Lúcia Vânia, e o aparecer é pela aprovação do projeto.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Número?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Item 20, altera o § 4º, do art. 5º, da Lei n°. 6.360, de 23 de setembro de 1976, para revogar a atribuição de serem atribuídos nome ou designação de fantasia aos medicamentos com uma única substância ativa e aos imunoterápicos.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sra. Presidente, Srs. e Sras. Senadoras. *"O Projeto de Lei acima, de autoria do Senador Osmar Dias, tem por objetivo alterar o § 4º do art. 5º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para revogar a proibição de serem atribuídos nomes ou designações de fantasia aos medicamentos com uma única substância ativa e aos imunoterápicos. O autor alega que essa alteração visa a eliminar do nosso ordenamento jurídico um dispositivo legal que perdeu o sentido, pois colide com determinação ulterior: a Medida Provisória nº 2.190-34, de 23 de agosto de 2001, que obriga que os medicamentos de referência e os similares sejam identificados por nome comercial ou de marca.*

Quanto aos imunoterápicos, afirma que a evolução científicotecnológica propiciou o aparecimento de inúmeras vacinas para os mesmos agentes, as quais não podem ser denominadas por nome genérico, sendo, portanto, impróprio manter a proibição de que sejam designadas por nome fantasia ou de marca. O projeto vem para ser apreciado de forma terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais, sem que tenham sido apresentadas emendas no prazo regimental".

Análise. "*A Lei nº 6.360, de 1976, obrigava o uso de marca ou nome comercial para identificar medicamentos similares, e isso incluía aqueles constituídos por uma única substância. Essa proibição deixou de vigorar a partir de alteração da Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, que estabeleceu a definição de medicamento similar, medicamento genérico e medicamento de referência.*

Quanto à constitucionalidade e juridicidade da matéria, não há o que obstar. O art. 24 da Constituição estabelece que é competência concorrente da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios legislar sobre proteção e defesa da saúde. Nos aspectos concernentes à técnica legislativa, também não há reparos a fazer.

Pelas considerações expedidas, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei n°. 344, de 2006". É este o voto, Sra. Relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, como é terminativo, deixaremos para a votação na próxima reunião que acontecerá quarta-feira, e aqui, desde já, já convocando a todos para que... nós precisamos concluir.

Gostaria agora de convidar o Senador Garibaldi para ler o Item 14, decisão terminativa, Projeto de Lei do Senado n°. 249, de 2006, que altera a Lei n°. 8.234, de 17 de setembro de 1991, para dispor sobre a jornada e condições de trabalho aos nutricionistas. O autor é o Senador Paulo Paim, e o relator é o Senador Garibaldi Alves Filho. O parecer, página 194.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Que fez um substitutivo, conversando com todos os setores da sociedade. Então quero aprovar o substitutivo do Senador Garibaldi.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O parecer, com a experiência e com essa maneira de diálogo que o Senador Garibaldi tem, com certeza deve... Não estou desmerecendo o seu projeto, senador, V. Exa. tem feito projetos excelen-

tes, mas é aquela velha história, quanto mais cabeças pensando melhor fica, para que possamos atender aos nutricionistas na sua jornada de trabalho e condições de trabalho. Com a palavra, o Senador Garibaldi, para proferir seu parecer.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sra. Presidente, Senadora Rosalba, Sr. Vice-presidente, Senador Paulo Paim.

"Em análise, em caráter terminativo, a iniciativa do Senador Paulo Paim que pretende assegurar aos nutricionistas a percepção de adicional de insalubridade da ordem de 40% sobre o salário mínimo profissional; jornada de trabalho de 30 horas semanais; e a contratação compulsória de nutricionistas por empresas da área industrial, hospitalar, comercial, bancária e educacional que forneçam refeições. Fundamentando a iniciativa, o autor pondera que o nutricionista desempenha trabalhos complexos e de grande responsabilidade profissional, essenciais à segurança e à saúde da população, e, em razão disso, merecem ter condições justas e adequadas de trabalho. Até o momento, não foram oferecidas emendas ao projeto.

A análise é que quanto ao mérito, temos que a iniciativa é oportuna e salutar, uma vez que o nutricionista é essencial na promoção da saúde. Lembramos que a nutrição é um dos focos da saúde pública, a qual promove, entre outras ações, políticas voltadas para a promoção da alimentação saudável e para o combate à desnutrição, ao lado de medidas para interromper a crescente tendência da população ao sobrepeso e à obesidade.

Apresentamos, entretanto, uma emenda substitutiva, com o intuito de aperfeiçoar a iniciativa do nobre Senador Paulo Paim, adequando-a aos ditames da Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Também incorporamos as alterações propostas na minuta de parecer apresentada pelo Senador Pedro Simon, quando integrava esta comissão de Assuntos Sociais, por serem valiosas, muito embora seu parecer não tenha sido apreciado pelo Plenário".

Por essa razão opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado, n°. 249, de 2006, nos termos do seguinte substitutivo: como o substitutivo, Senadora Rosalba, como substitutivo, é do conhecimento, já é do conhecimento dos senadores e das senadoras, eu peço a V. Exa. para que seja dispensada a sua leitura, já que nós já demos conhecimento da íntegra do substitutivo a todos os senadores.

Então, com essas palavras, encerramos a apreciação do projeto do Senador Paulo Paim, opinando pela aprovação do Projeto de Lei nos termos do substitutivo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Tudo que for para valorizar essa moderna profissão, no começo só se considerava três carreiras de doutores, era Medicina, Direito e Engenharia. Aí o mundo, Shakespeare disse, o futuro é de quem souber mais, mais, de menos, menos, foram surgindo as especializações. E dentro da medicina hoje nós temos essa nutrição, dentro da filosofia. E hoje nada é mais importante, porque sabe que a nutrição é que orienta a saúde. Não adianta comer muito, e nós estamos vendo que os países estão desorientados. Então gente se trata mais com obesidade hoje do que com desnutrição. Então esses profissionais devem ser prestigiados, reconhecidos e valorizados, porque a despesa com eles é muito menor do que os pobres estão gastando hoje com a má nutrição.

Então há obesidade no mundo todo, que se está recorrendo até para atividades cirúrgicas para corrigir aquilo que o nutricionista poderia ter orientado no início da vida do cidadão, estão recorrendo até à cirurgia para corrigir. Então essa profissão é uma profissão nova, não é, mas que cada vez deve ser valorizada, reconhecida e apoiada. Então nós estamos aqui para apoiar tudo que for em benefício e valorização do nutricionista, pela saúde melhor do mundo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador Mão Santa, V. Exa. tem toda razão em concordar com o parecer do Senador Garibaldi Alves, porque esse projeto realmente é importantíssimo, os nutricionistas hoje estão em todo processo multidisciplinar de assistência à saúde, porque não é somente a questão da obesidade, que hoje é uma doença crescente, começar pela infância.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Senadora, e nós, profissionais de saúde, temos que, na vanguarda para essa educação, para a sociedade aceitar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Até porque também os nutricionistas hoje são fundamentais no combate à doenças como diabetes, no combate não, no tratamento de doenças como diabetes, hipertensão, e as mais diversas patologias ligadas ao sistema circulatório, às questões cardíacas, tudo tem relação com a nutrição. E a obesidade infantil já foi discutida inclusive na audiência pública aqui nesta Comissão, do quanto é preocupante nós hoje... As crianças, os hábitos alimentares estão se desfigurando até muitas vezes em função do apelo de tantas propagandas, e as crianças... se antes nós combatíamos a desnutrição, que era altíssima, ainda é alta, nós ainda temos um índice até o primeiro ano

de 23 para cada mil nascidos vivos, é muito alto ainda, mas já foi bem mais, tivemos mais do dobro disso em anos anteriores. Eu lembro que quando eu comecei a trabalhar na Nordeste era uma mortalidade imensa, desnutrição, por desnutrição. Agora estamos conseguindo controlar essa mortalidade e estamos tendo um índice crescente de obesidade.

Então, como nós estamos aguardando *quorum*, vamos passar, então, para um outro projeto, e eu gostaria de... É um projeto extrapauta, decisão não terminativa, que institui o programa de cultura do trabalhador, cria o Vale-Cultura, altera as Leis n°. 8.212, de 24 de julho de 1991, e 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, aprovada pelo Decreto Lei n°. 5.452, de 1º de maio 1943, e dá outras providências. Autor é o Presidente da República, relatora Senadora Rosalba Ciarlini, e o parecer é pela aprovação do projeto, com a emenda que apresenta, e pela aprovação das Emendas n°. 1 e 4, que em virtude das prescrições regimentais resulta na prejudicialidade das Emendas n°. 2, 3, 5 e 6. A matéria tramita em regime de urgência, estabelecida pela Constituição Federal, art. 164, § 1º, e conforme disposto no art. 122, combinado com art. 137-1 do Regimento Interno do Senado Federal, simultaneamente na CCJ, CAS, CAE e CE.

Em votação a inclusão do item extrapauta. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. O item está incluído e eu peço ao Senador Paulo Paim que assuma a Presidência para que eu possa fazer a relatoria.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com a palavra, a relatora, Senadora Rosalba Ciarlini.

Requerimento, nos termos do art. 93, inciso I, § 2º do Regimento Interno do Senado Federal, peço a dispensa da audiência pública aprovada pelo requerimento n°. 100, de 2009, da CAS com o objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara n°. 221, de 2009, do qual sua relatora, nome dessa Comissão de Assuntos Sociais. Srs. Senadores que concordam com esse requerimento, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Com a palavra, a relatora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): "*Tramitando em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal, vem a exame desta Comissão, o Projeto de Lei da Câmara nº 221, de 2009, que tem por finalidade instituir, sob a gestão do Ministério da Cultura, o Programa de Cultura do Trabalhador – Vale-Cultura, destinado a fornecer aos trabalhadores meios para o exercício de seus direitos culturais e acesso às fontes da cultura. Para os fins do referido Programa, consideram-se como áreas culturais: artes visuais; artes cênicas; audiovisual; literatura e humanidades; música; e patrimônio cultural. Essas áreas poderão ser ampliadas, a critério do Poder Executivo. Como serviços e produtos culturais, são considerados, respectivamente, as atividades e os bens materiais de cunho artístico e cultural, fornecidos por pessoas jurídicas cujas características se enquadrem nas referidas áreas culturais. O projeto prevê a criação do Vale-Cultura, com caráter pessoal e intransferível, válido em todo o território nacional, para acesso e fruição de produtos e serviços culturais no âmbito do Programa de Cultura do Trabalhador.*

O Vale-Cultura será confeccionado e comercializado por empresas operadoras e disponibilizado aos usuários pelas empresas beneficiárias, para ser utilizado junto às empresas recebedoras.

Segundo a proposta, considera-se como empresa operadora, a pessoa jurídica cadastrada junto ao Ministério da Cultura, possuidora do Certificado de Inscrição no Programa de Cultura do Trabalhador, autorizada a produzir e comercializar o Vale-Cultura; empresa beneficiária, a pessoa jurídica optante pelo Programa de Cultura do Trabalhador; usuário, o trabalhador com vínculo empregatício com a empresa beneficiária; e empresa recebedora, a pessoa jurídica habilitada pela empresa operadora para receber o Vale-Cultura como forma de pagamento por serviço ou produto cultural.

O Vale-Cultura será disponibilizado, preferencialmente, por meio magnético, com seu valor expresso em moeda corrente, na forma do regulamento. O Vale-Cultura deverá ser fornecido ao trabalhador com renda mensal de até cinco salários mínimos. Os trabalhadores com renda superior a esse montante poderão receber o benefício, desde que garantido o atendimento à totalidade dos empregados com rendimentos de até cinco salários mínimos.

Para os trabalhadores aposentados que auferirem, mensalmente, até cinco salários mínimos, o projeto estabelece que o Vale-Cultura será de R$ 30,00. Já para os trabalhadores com deficiência, o Vale-Cultura será fornecido àqueles que percebam até sete salários mínimos mensais. Será vedada, em qualquer hipótese, a conversão do valor do Vale-Cultura em pecúnia. Os estagiários têm também assegurado o fornecimento do vale-cultura".

Como os senhores devem já conhecer, tem em mãos o projeto, foi encaminhado a cada um dos senadores, esse projeto, ele é um projeto realmente que tem um grande alcance. Tudo que vem para criar condições de que o cidadão possa conhecer, possa ter o

lazer com a cultura, possa estar de certa forma porque a sua presença quanto mais plateia tivermos mais nós estaremos incentivando a produção, a produção seja teatral, seja musical, seja de dança, enfim, todo tipo de produção artística, e com isso indiretamente gerando emprego e renda. Eu tive uma experiência muito salutar quanto tive a oportunidade de ser administradora da Cidade de Mossoró, prefeita daquela cidade, e tive um programa muito ousado e inovador, de vanguarda, na área cultural. Pena que ainda não existia o Vale-cultura, mas mesmo assim nós conseguimos estimular a formação de plateia, conseguimos apoiar os grupos teatrais, tanto que após a nossa administração a cidade inclusive concorreu, pela sua estrutura, pelo movimento cultural, pelo desenvolvimento que aconteceu partindo de dentro das escolas, dos bairros, nós conseguimos, as comunidades, com as associações, com as lideranças de bairro, nós conseguimos fazer com que a cidade disputasse ser capital cultural do Brasil. Uma cidade do interior do semiárido nordestino, mas que apresenta espetáculos teatrais na rua, contando a sua história como: O Auto da Liberdade, Chuva de Bala no País de Mossoró, Resistência ao Bando de Lampião, e isso passou a fazer parte do cotidiano do cidadão. Então, cultura é processo de transformação, cultura é processo educacional, cultura tem que estar presente, porque é lazer também e o trabalhador, principalmente aquele que ganha menos, tem esse direito.

Entendendo o valor, a importância, o meu parecer ao relatório é pela aprovação, com duas emendas. Uma, porque eu não entendi por que o governo, que vai estar colocando aqui, é de autoria do Executivo, o Vale-Cultura para os aposentados que pecebem até cinco salários mínimos está dando apenas R$ 30,00 ao aposentado, enquanto os trabalhadores vão ter direito a 50. Então o aposentado fica mais uma vez sendo discriminando, sendo penalizado. Então a emenda é que o valor também para os aposentados seja de R$ 50,00.

E uma segunda emenda, colocando também para que com o Vale-Cultura possam ser adquiridos periódicos e livros, porque nós temos revistas, periódicos, jornais que são fundamentais e que levam, através da leitura também, informações importantes e desenvolvimento cultural para o cidadão.

Então o parecer é pela aprovação, e como se trata de um projeto não terminativo, eu gostaria de, Sr. Presidente, que o senhor procedesse a discussão e o encaminhamento para votação.

Pedindo a todos que sejam favoráveis ao projeto com as emendas, ele está em regime de urgência, é importante, e nós, com esse projeto, valorizaremos com certeza mais o trabalhador, e não só os trabalhadores, os estagiários, os aposentados, todos que têm direito. Mas também os artistas, o valor, a expressão, a arte, as inúmeras... Esse dom que muitos brasileiros têm, e que por falta de oportunidade muitas vezes não estão podendo mostrar e fazer deles uma profissão. Eu lembro que na reunião passada aqui nós tivemos aprovado, reconhecendo a profissão de repentista, que é um artista, então também o Vale-Cultura vai servir para aqueles que gostam do cordel da poesia, do repente, possam assisti-los em muitos shows que eles vão promover. Desde o folclore, desde a arte mais simples, vamos dizer assim, das nossas raízes, até a mais erudita. É hora de fazermos essa batalha maior em benefício da cultura no nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. O aparecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara n°. 221, de 2009, com a emenda que apresenta e pela aprovação das Emendas 1 e 4, e pela prejudicialidade das Emendas 2, 3, 5 e 6. Os Srs. Senadores que concordam com o parecer, como o projeto não é terminativo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós vamos passar a votação dos dois que já foram lidos, é só a parte de votação. Que é o Item 20, decisão terminativa, parte de discussão e votação, e o Item 14, decisão terminativa--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O primeiro item eu já fiz o relatório também, foi apreciado aí...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Já foi votado e aprovado.

[falas sobrepostas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vamos ao voto. Senador Raimundo Colombo gostaria da palavra.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu gostaria de incluir a leitura do Item 17 depois da votação, claro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós temos depois da votação um projeto que o Senador Mão Santa é relator, depois a Senadora Lúcia Vânia já tinha solicitado, em seguida... Todos são terminativos. Então peço aos senhores que permaneçam, porque nós estamos com *quorum*. Item 14, não havendo quem queira discutir. Em discussão, não havendo quem queira discutir, passamos à votação. Como vota a Senadora Lúcia Vânia?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): João Durval.

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Ideli. Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB -RO): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Garibaldi Alves Filho.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Projeto aprovado. O substitutivo vai a turno suplementar art. 282, combinado com o art. 92. Na realidade esse projeto foi substituído por um novo oferecido pelo Senador Garibaldi, que como disse aqui o Senador Paulo Paim, ele, como autor, disse que o substitutivo do Senador Garibaldi estava bem melhor.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Bem melhor que o meu projeto original.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bastantes neurônios, acenderam bem as lamparinas e deu tudo certo. Parabéns.

Passamos agora à votação, Senador Mão Santa, votação. O senhor agora vai ser relator de um projeto. A votação, decisão terminativa, Projeto de Lei do Senado 344, de 2006. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos a votação. É o projeto do Senador Osmar Dias, relatora Lúcia Vânia, que trata para revogar a proibição de nomes a serem atribuídos ou designação de fantasia aos medicamentos com uma única substância ativa e aos imunoterápicos.

Como vota o Senador Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): João Durval.

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Lúcia Vânia, voto conhecido. E a Presidente vota sim com a relatora.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Seu voto é com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É com a relatora, exatamente. Aprovada a matéria vai à Secretaria... Senador Osvaldo Sobrinho, me perdoe.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aprovado, com o voto do Senador Osvaldo Sobrinho. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Passamos agora ao projeto cujo relator é o Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Já relatei, então é só botar em votação... Em sessão anterior. Foi relatado em sessão anterior. Foi lido, a mesma coisa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Projeto de Lei do Senado n°. 334, de 2005, é a página 293, que dispõe sobre a desconsideração dos ganhos provenientes de benefício de prestação continuadas recebidos por um membro da família no cálculo da renda mensal familiar per capita para concessão do benefício para outros integrantes.

O processo já foi lido, passamos à votação. O parecer... Passamos à votação do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado n°. 334, de 2005. Como vota Senador Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): João Durval.

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Valdir Raupp. Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Osvaldo Sobrinho. Não, é porque ele grifou, o seu não foi grifado, o seu saiu e voltou, Osvaldo Sobrinho. Presidente vota sim, aprovado, a matéria vai...

Aprovado o substitutivo, fica prejudicado o projeto, o substitutivo vai a turno suplementar art. 282, combinado com art. 92 do Regimento Interno.

Passamos agora o Projeto de Lei n°. 317, de 2007, que altera o art. 12 da Lei n°. 9.656, de 03 de junho de 1998, *"que dispõe sobre os planos de seguro privado e assistência de saúde para permitir a cobertura de despesa de acompanhante de paciente idoso, regulamentando o art. 16 da Lei n°. 10.741 de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso"*. Autora, Senadora Lúcia Vânia e o relator é o Senador Raimundo Colombo. Parecer é pela aprovação do projeto, com a emenda.

Com a palavra o relator, Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senadora, eu vou ser rápido, porque o voto é favorável, ele tem apenas uma emenda que coloca a cobertura de despesa de acompanhantes, no caso dos pacientes idosos, nos termos do que dispõe o art. 16 da Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, e de pacientes com deficiências físicas, desde que a recomendação médica seja expressa. A inclusão dos pacientes com deficiência foi uma sugestão do Senador Paulo Paim que eu acatei, que eu acho que melhorou bastante o projeto, eu cumprimento a Senadora Lúcia Vânia, o projeto é da melhor iniciativa, atende e protege os idosos, e o parecer e o voto são favoráveis com a emenda.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos à votação.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paim, sim. Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Eu voto com o e-mail que está na mão do Paim, sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Raimundo Colombo é voto conhecido, Senador João Durval. Senador Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Valdir Raupp. Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Lúcia Vânia é autora, vota sim, e a presidente vota sim. Aprovado.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Agora tem que votar a emenda, não é?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Deixa eu terminar o processo, Senador Garibaldi. Se repete a votação para a emenda.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Ok.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então aprovado o projeto e a emenda.

Concedo já, senadora, a palavra à senhora que é a autora. O projeto foi aprovado, e vai a Secretaria-Geral da Mesa.

Senador Garibaldi, depois da Senadora Lúcia Vânia, ela é autora, o senhor vai usar a palavra. Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu gostaria, Sr. Presidente, de agradecer o Senador Raimundo Colombo pela relatoria, e dizer que fico muito feliz de ver esse projeto aprovado, uma vez que ele tem por objetivo humanizar o atendimento à pessoa idosa. Portanto, quero aqui deixar meus agradecimento, e minha alegria em ver um projeto dessa natureza aprovado.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sra. Presidente, eu gostaria de pedir para que fosse incluído na Pauta os itens 28 e 37. O primeiro é terminativo e o segundo não é.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): V. Exa. será atendido de acordo com o Regimento da Casa. Passamos agora...

Bem, o projeto aprovado na Secretaria-Geral da Mesa, parabéns senadora, parabéns pelo brilhante projeto, e ao Senador Raimundo Colombo pelo seu relatório, que inclusive com a emenda veio a aprimorar mais ainda. É muito importante realmente que os idosos possam ter o seu acompanhante, que isso seja reconhecido, e que com isso a gente está cumprindo mais do que uma obrigação, um dever para com aqueles que durante toda uma vida dedicaram ao seu trabalho, e agora merecem os cuidados para que possam ter uma sobrevida ainda maior, e o reconhecimento de todos nós.

Passamos agora ao Item 19. Decisão terminativa para que seja lido o relatório, depois nós vamos ler os do Senador Garibaldi. Projeto de Lei do Senado n°. 10, de 2008, *"que altera a Lei n°. 11.350, de 05 de outubro, para estabelecer norma sobre o repasse de recursos da União destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias admitidos pelos gestores locais de Sistema Único de Saúde".* O autor é o Senador Expedito Júnior, relatora Senadora Lúcia Vânia, e o parecer é pela aprovação do projeto. A matéria constou da pauta das reuniões dos dias 04/11, 10/11, 25/11, sendo adiada sua apreciação.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia para proferir seu relatório.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sra. Presidente, Srs. Senadores. *"Chega ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado nº 10, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, que altera a Lei nº 11.350, de 05 de outubro de 2006, para estabelecer normas sobre o repasse de recursos da União destinados ao pagamento dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias admitidos pelos gestores locais do Sistema Único de Saúde.*

Análise. "*A iniciativa do Senador Expedito Júnior possui especial relevância, e sua aprovação representará um importante mecanismo de pressão para que os gestores regularizem os vínculos de trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde, Agentes Comunitários de Endemia, visto que restringirá o repasse de recursos para os entes que não tiverem feito a regularização. Ademais, vislumbra-se um aumento expressivo de aporte de recurso para atenção básica, diante do anúncio pelo Ministério da Saúde que aumentará em 209 milhões de reais o valor anualmente destinado ao trabalho das Agentes Comunitárias de Saúde. O valor repassado do município para cada profissional deve subir de R$ 581,00 para R$ 651,00. O valor fixo per capita repassado pelo Ministério da Saúde também deve elevar-se, passando de R$ 17,00 para R$ 18,00. As secretarias estaduais de saúde receberão um adicional de 191.4 milhões de reais por ano para aplicação e atenção básica. O mínimo que se pode exigir dos entes federados como contrapartida dos recursos recebidos é a conformação de seus contratos de trabalho de Agentes Comunitários de Saúde, Agentes de Endemias, as leis trabalhistas, as regras estatutárias.*

Destarte, nosso voto é pela aprovação do PL n°. 10, de 2008, ressalte-se que a proposição não revela óbices no que se refere à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Em vista do exposto, o Voto é pela aprovação do Projeto de Lei n°. 10 de 2008". Este é o Voto, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão. Esse projeto, Senadora Lúcia Vânia, eu queria até parabenizá-la, porque a questão dos agentes comunitários de saúde, inclusive tem vários projetos tramitando, e um que eu fui relatora que trata exatamente do piso nacional para agentes comunitários de saúde. Este projeto está na Câmara, porque nós entendemos que é fundamental que o agente comunitário de saúde, ele tenha tranquilidade, tenha seus direitos, tenha formalização dos seus trabalhos, pelo grande trabalho que eles realizam com a comunidade. E quando o Senador Expedito Júnior apresentou essa proposta, foi exatamente para evitar, e nós sabemos que já existem... A formalização já aconteceu desde que foi a Emenda Constitucional 51, que foi exatamente para buscar essa regularização, dar condições para que o os municípios pudessem regularizar, mesmo assim alguns municípios ainda estão com algumas pendências. Então aqui é um resguardo maior para proteger os agentes comunitários, dar a eles os seus direitos e também cobrar, e tem que ficar bem claro, que o ministério faça seus repasses, já que os municípios não têm condições de assumir todas essas despesas. Tanto que a regulamentação, a formalização, leva a custos de encargo sociais que duplica o valor a ser pago aos agentes.

Então é importante isso, parabéns, e o parecer pela aprovação, mas a votação ficará para logo que tenhamos *quorum*.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu gostaria, Sra. Presidente, de dizer que V. Exa. colocou muito bem o papel das agentes comunitárias de saúde, como médica que é, V. Exa. sabe a importância de regularizar a vida funcional desses profissionais. E nós temos tido aqui um trabalho grande nessa direção, e temos obtido alguns resultados positivos, o que deixa com que esses profissionais estejam mais motivados, e os prefeitos mais conscientes da importância de sua ação e da importância de cumprir essas obrigações sociais.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vamos adiar a discussão e a votação, e passaremos agora ao Item 37, decisão não terminativa, Projeto de Lei do Senado n°. 423, de 2009, *"que altera a Lei n°. 11.959, de 29 de junho de 2009, para equiparar a pesca à atividade agropecuária, bem como para dispor sobre o trabalho dos pescadores profissionais na atividade pesqueira industrial e o contrato de parceria da pesca artesanal"*. O autor é o Senador Garibaldi Alves Filho, e o relator... Não. É o 37, senador? 37 o relator não está no momento. Nós vamos passar, então para o outro item que o senhor solicitou, enquanto chega o relator. Esse o senhor é autor.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É, esse eu sou autor, o outro eu sou relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então vamos passar para que o senhor é relator, para que a gente possa depois passarmos a este. Me desculpe aqui.

A assessoria aqui está nos dando uma... Informando que o Item 37 já foi lido, o relator é o Senador José Agripino, já foi lido, faltando... Tem certeza? Ah, porque tinha sido concedido vista, exatamente isso. Foi lido, o senhor é autor, o projeto que trata sobre o trabalho dos pescadores profissionais na atividade pesqueira, e o Senador Casagrande tinha pedido vista, mas como até o momento não apresentou manifestação, nós queremos proceder a discussão e a votação.

O senhor, como autor, o senhor é autor, ele já foi... Para discutir. Podemos encerrar a discussão? Passamos à votação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em decisão terminativa. Está aprovada a matéria que equipara, que altera a lei n°. 11.959, para equiparar a pesca à atividade agropecuária, bem como para dispor sobre o trabalho dos pescadores profissionais na atividade pesqueira industrial e o contrato de parceria na pesca artesanal. Parabéns, Senador Garibaldi Alves Filho, sua autoria, esse projeto realmente é de grande justiça aos pescadores, e como nós sabemos do grande interesse, da grande luta, da grande Defesa que o senhor, assim como o relator, Senador José Agripino, tem feito da atividade pesqueira para todo o Brasil, mas eu que acompanho e conheço de perto a luta lá do nosso Rio Grande do Norte, e me somando inclusive a essa luta, eu vejo que esse projeto que agora vai a Comissão de Agricultura para ser analisado em caráter terminativo, ele tem realmente uma importância maior, que é a fazer justiça e dar oportunidades aos trabalhadores da pesca, e que eles possam ser mais reconhecidos e mais valorizados. Afinal de contas, a pesca é uma atividade tão nobre que Jesus foi buscar entre os pescadores muitos daqueles que foram seus apóstolos, como Pedro e Paulo.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sra. Presidente, eu quero agradecer ao Senador José Agripino, que foi o relator da matéria, e agradecer a Sra. Presidente que se empenhou no sentido de aprová-la o mais rapidamente, e agradecer a todos

os colegas por estarem dessa forma incentivando a atividade pesqueira que vem obtendo muitas conquistas ao longo dos últimos anos. E essa é uma das maiores, porque como foi dito pela Presidente Senadora Rosalba Ciarlini, é que para a pesca, atividade agropecuária, e isso vai possibilitar que em matéria de energia, a pesca nossa gozar dos benefícios dados à atividade agropecuária, bem como para dispor sobre o trabalho dos pescadores profissionais na atividade pesqueira industrial, e o contrato de parceria na pesca artesanal. Eu acho que eram claras lacunas que estavam contidas ainda na Lei da Pesca, e que agora temos a oportunidade de aprovar através desse outro Projeto de Lei neste dia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mais uma vez, parabéns, e agora passamos... A Senadora Lúcia Vânia, o Item 21, decisão terminativa, para leitura do relatório. O projeto para incluir a pesquisa de biomarcadores entre as ações destinadas à detecção precoce das neoplasias malignas de mama, e do trato genital feminino, e a pesquisa de predisposição genética para essas doenças. A autora é a Senadora Maria do Carmo Alves e relatora Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sra. Presidente, Srs. e Sras. Senadores. *"O Projeto de Lei do Senado 158, de 2009, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, inclui, entre as ações de saúde asseguradas pelo Sistema Único de Saúde, a detecção de biomarcadores para neoplasias de mama e do trato genital feminino nas mulheres com antecedentes pessoais ou familiares dessas doenças.*

Análise. Quanto ao mérito, portanto, consideramos o projeto uma iniciativa de grande relevância. No que tange à constitucionalidade da matéria, ressaltamos que nossa análise não vislumbrou óbices à proposição. Portanto, por fim, ressaltamos igualmente não termos detectado falhas quanto aos aspectos da juridicidade, regimentalidade técnica e legislativa.

O voto. Pela atualidade, importância e pertinência da matéria, e pela conformidade da proposição com os requisitos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa, opinamos pela aprovação do PLS n°. 158 de 2009".

É este o Voto, Sra. Relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, nós adiamos a discussão, como se trata de projeto terminativo, para sua votação.

Passamos agora ao Item 28, decisão terminativa, autor Senador Alvaro Dias, relator Senador Garibaldi Alves Filho, na página 340, *"que altera o art. 143 da Lei n°. 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a concessão de aposentaria por idade a trabalhadores rurais e segurados especiais e dá outras providências"*.

Em seguida nós teremos dois projetos não terminativos, cujo relator é o Senador Flávio Arns. Com a palavra o Senador Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, "*é submetido à apreciação desta Comissão de Assuntos Sociais, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera o art. 143, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a concessão de aposentadoria por idade a trabalhadores rurais e segurados especiais. A proposição trata do benefício previsto no art. 143 desta Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que concede aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo, sem comprovação do pagamento de contribuições relativas a todo o período de carência. Essa modalidade especial se esgotou em julho de 2006, tendo sido prorrogada por dois anos pela Lei nº 11.368, e nova prorrogação houve com a Lei nº 11.718. Por sua vez, o Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2007, prevê então um prazo de trinta anos, contados de 24 de julho de 1991.*

Na verdade o autor reconhece que a inclusão dos trabalhadores rurais na previdência social não é um processo fácil, e afirma que aposentaria por idade, no caso em análise, tem característica de assistência social, não se enquadrando nos estritos parâmetros contábeis e atuariais da Previdência Social. E pretendem, então, prorrogar o referido benefício sem comprovação dos recolhimentos previdenciários, por trinta anos, até 1991. A matéria, entretanto, foi apreciada na Comissão de Agricultura e aquele colegiado", Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores*, "entendeu prejudicada a matéria, em face da Medida Provisória nº 410, de 28 de dezembro de 2007 depois convertida na Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008. No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.*

Na verdade, no mérito, entretanto, cremos que a Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008, já atende satisfatoriamente aos anseios manifestados na proposição em análise. Ademais, prevê uma transição, com uma contagem favorecida do tempo de serviço, mas sem a prorrogação radical por 30 anos do prazo de benefício.

Essa lei atenta também para o fato de que a grande maioria dos trabalhadores rurais empregados, bem como daqueles sem relação de emprego, ao contrário do que aconteceu com os segurados especiais, ficou sem condições de atender a todos os requisitos legais aplicáveis aos segurados em geral, especialmente no

que se refere à comprovação do tempo mínimo de contribuição. Então, atendendo às demandas das representações dos trabalhadores, prorrogou-se o prazo previsto na legislação anterior, garantindo-se o direito à obtenção da aposentadoria por idade a todos os interessados, trabalhadores empregados e contribuintes individuais, que já completaram ou estão prestes a completar.

Além disso, considerando essa prorrogação insuficiente para cobrir o tempo necessário à promoção de mudanças no comportamento dos empregadores da área rural quanto à formalização das relações de trabalho, a Lei nº 11.718, de 2008, adota um mecanismo especial de contagem de tempo de serviço: ele consiste na multiplicação de cada mês comprovado de emprego por três, no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2015, e por dois, no período de janeiro de 2016 a dezembro de 2020. Tal contagem só será efetuada na concessão de aposentadoria no valor de um salário mínimo.

Em face da existência dessa norma recente, entendemos que, embora não haja uma prejudicialidade clara, o Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2007, ele é mais simples e não atenta para a necessidade de uma transição para o regime verdadeiramente contributivo no meio rural.

Em face da aprovação recente da Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008, entendemos inoportuna a alteração prevista. Opinamos, então, pela rejeição da proposição, dadas as razões de mérito e oportunidade elencadas ao longo deste parecer".

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, nós adiamos a discussão e a votação para o momento em que o *quorum* estiver completo.

Passamos agora ao Item 39, que é uma decisão não terminativa. Mas antes eu queria aqui, Senador Garibaldi, registrar a presença do ex– Deputado Erval, que se encontra aqui na Comissão nos fazendo uma visita.

Projeto de Lei do Senado n°. 439, de 2008, que acrescenta dispositivo a Lei n°. 7.853, de 24 de outubro de 1989, *"que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, para incluir as definições de deficiência e estabelecer que a síndrome do escrivão constitui modalidade de deficiência física"*. O autor é o Senador Arthur Virgílio, que nos dá a honra de sua presença nessa comissão, o líder do PSDB, e o relator é o Senador Flávio Arns. Parecer é pela aprovação do projeto, na forma do substitutivo que apresenta. Passamos a palavra ao Senador Flávio Arns para o seu relatório. O projeto é de decisão não terminativa.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): *"A síndrome do escrivão – também conhecida como câimbra do escrivão – caracteriza-se por contrações musculares involuntárias da musculatura dos membros superiores usados no ato de escrever. Apesar de normalmente permitir o controle motor normal ao realizar outro tipo de atividade, a síndrome ocasiona perda do controle das mãos para a escrita, sendo muitas vezes bastante dolorosa. Essa distonia focal da mão compromete a qualidade de vida dos indivíduos por ela acometidos e não tem mostrado, até hoje, resposta adequada a tratamentos.*

Quando acometidas dessa distonia, algumas pessoas apresentam alterações anatômicas ou morfológicas desfavoráveis para exercer a atividade profissional e necessitam de reforço muscular adicional para estabilizar a articulação. Esses indivíduos, muitas vezes, têm redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social e, também, da capacidade de desempenho de função ou atividade laboral. Assim, entendemos que a legislação vigente deve ser aperfeiçoada para beneficiar a pessoa acometida pela síndrome do escrivão, razão pela qual julgamos que a alteração proposta pelo PLS nº 439", do Senador Arthur Virgílio aqui presente*, "de 2008, é meritória. Consideramos, entretanto, que cabem alterações na Proposição, no sentido de que o rol de tipos de deficiências, incluindo-se a síndrome do escrivão, seja incorporado ao texto da Lei, uma vez que se encontra, atualmente, no decreto que a regulamenta. Entendemos que essa alteração conferirá maior segurança jurídica às pessoas com deficiência, que são os cidadãos a quem a Lei se destina.*

Em vista o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n°. 439, de 2008, na forma do substitutivo que segue".

Eu quero só dizer, Sra. Presidente, que o Projeto de Lei do Senador Arthur Virgílio é importante, é necessário, beneficia um conjunto de pessoas, e pelas razões expostas deve ser incluído no rol de deficiências. Nós fizemos o substitutivo para incluir a síndrome do escrivão naquilo que inclusive já foi aprovado no Senado Federal, que é o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Porque até hoje nós não temos uma lei no Brasil que diga quem são as pessoas com deficiência, temos só o decreto que regulamenta a Lei 7.853, então copiamos do Estatuto da Pessoa com Deficiência, as definições já aprovadas pelo Senado, e incorporamos nessa definição, na área da deficiência física, a síndrome do escrivão. Então fica mais completo em função do Projeto de Lei do Senador Arthur Virgílio, a quem eu cumprimento pela iniciativa.

Então o voto é pela aprovação.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sra. Presidente, me permita.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Arthur Virgílio, que é o autor do projeto.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu fico duplamente feliz, seja com o fato de o relatório ser a favor, seja com o fato de o relatório vir dessa figura sensível e correta, que é o Senador Flávio Arns. Essa ideia nasceu de conversa que tive com a Sra. Veraci Torres da Silva, que é residente da cidade satélite de Taguatinga, aqui mesmo no Distrito Federal, nas cercanias de Brasília, portadora dessa síndrome, e foi aí que eu tomei conhecimento dela, essa distonia focal, conhecida como câimbra do escrivão. É uma doença que se manifesta geralmente a partir dos 30 anos de idade, quando o indivíduo está plenamente inserido, supostamente, no mercado de trabalho, e aí surgem os preconceitos, surgem as dificuldades para se manter empregado, as contrações inclusive podem acontecer não só durante o trabalho da escrita, mas podem acontecer quando eventualmente esteja o portador da síndrome realizando outro dever qualquer, pode acontecer à toa, e vai diminuindo a qualidade de vida.

Ainda nós entendíamos também que tem avançado e muito a legislação que protegem as pessoas portadoras de deficiência, mas essa categoria que atinge, eu não sei dizer o número de brasileiros, mas acho que um número significativo de brasileiros, e não importa que o número seja grande ou que seja pequeno, o importante é que se cubra com a proteção social quem quer que esteja atingido por essa síndrome, o fato é que essas pessoas não estavam cobertas pela legislação até então estudada por nós. Eu vejo que o senador se refere muito bem ao Estatuto da Deficiência, o Estatuto de Proteção aos Portadores de Deficiência, que é um passo muito grande que nós temos que dar.

Quando elaboramos esse projeto, eu quero agradecer como sempre faço a consultaria da Casa que foi correta, ao Dr. Manoel Vilela, que trabalha comigo, uma figura que já foi diretor geral do Senado e sempre muito bem nas suas funções. Nós pensamos o seguinte, para efeito de deficiência nós considerarmos... Fomos à Lei 8.753, deficiência é a perda da normalidade de uma estrutura, ou função, fisiológica ou anatômica, que gera incapacidade para o desempenho de atividade de alguém. A deficiência permanente é aquela que ocorre e se estabiliza no período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de alteração. A incapacidade, uma redução efetiva ou acentuada da capacidade de integração social, com a necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem estar social.

Analisando tudo isso, nós vimos que cabia, que cabia, tem a deficiência física, tem a deficiência auditiva, tem a deficiência visual, que é a cegueira, a baixa visão, tem a deficiência mental, que prejudica a comunicação, que exige cuidado pessoal, que isso tudo está na lei. Enfim, que prejudica o acesso ao lazer, o acesso ao trabalho, e tem ainda a deficiência múltipla, que é a associação de duas ou mais categorias de deficiência.

Então, com base nessa lei, elaboramos essa que cobre, esse projeto que cobre o portador da síndrome do escrivão, entendendo que é um olhar de esperança que se joga sob pessoas que estavam sem esperança nenhuma, como era o caso da Sra. Veraci Torres, que me procurou, dizendo que estava se sentido muito desamparada, desamparada do Estado Brasileiro, desamparada do Congresso Nacional, desamparada do poder público, desamparada, porque impossibilitada de trabalhar, e sem nenhum cuidado na direção dela e de pessoas como ela.

Portanto, eu entendo que esse passo a passo é relevante, não importa o número de pessoas a serem beneficiadas, ou a serem protegidas, melhor dizendo, o importante é nós sabermos que os casos todos precisam ser elencados nesse estatuto, precisam todos ser elencados e muito bem dispostos para que nós possamos transformar as pessoas, dar esse *handcap* a pessoas que são portadoras de deficiência, visando integrá-las, protegê-las, a lhes garantir o sustento, enfim, a cumprir aquilo que é o dever de uma sociedade saudável, uma sociedade que não se baseia no preconceito, mas se baseia na integração.

Portanto, eu queria agradecer de novo pela clarividente relatoria do Senador Flávio Arns, e dizer da alegria que tenho de nesse momento estar podendo prestar satisfação a Sra. Veraci e aos demais portadores da síndrome do escrivão, e a todos os portadores de deficiência, dizendo a eles que há uma solidariedade nossa, que há uma vontade de estar com eles. É só o caso de se apresentar que nós aqui examinamos, estamos pronto para transformar em lei.

Queria ainda pedir ajuda a V. Exa., ao Senador Flávio Arns, obviamente ao presidente Garibaldi Alves, que aqui está conosco, para que nós trabalhemos junto à Comissão de Direitos Humanos, para que imediatamente ela aprove, de modo que a gente possa mandar depois de aprovação em caráter terminativo pela Comissão de Direitos Humanos, mandar a matéria para a Câmara, que certamente vai ser sensível como o Senado está sendo, e aprovando rapidamente lá também. Não sei, provavelmente não, mas nós, an-

tes do recesso aprovarmos isso em caráter terminativo no Senado. Que a Comissão de Direitos Humanos seja instada, e ela terá boa vontade, por V. Exa., que é presidente dessa comissão, no sentido de priorizar este projeto, até porque nós estaremos colaborando para minorar sofrimentos de pessoas que merecem a nossa atenção e o nosso respeito.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador Arthur Virgílio, seu pedido, seu apelo, com certeza, virá a sensibilizar todos nós, e como membro também da Comissão de Direitos Humanos, eu sou membro, acho que o Senador Flávio Arns também, nós com certeza iremos estar atentos para agilizar esse processo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Quem sabe até o Senador Paim relataria isso, não é?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Exatamente, o Senador Paim é o vice que vai estar.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Vice daqui e membro de lá, não é isso?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com certeza. Se ele não relatar nós iremos... Mas ele irá relatar com maior interesse e rapidez. Com certeza. Então fica aqui essa sugestão, mas passamos à aprovação, os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Sendo dado início à sessão no Plenário da Casa, vamos encerrar a Comissão de Assuntos Sociais, nessa reunião, convidando a todos para que na próxima reunião, será deliberativa, importantíssima a presença de todos os senadores, porque será a última reunião deliberativa do ano, e muitos projetos estão pendentes precisando de *quorum* para sua aprovação.

Então fica aqui mais uma vez o apelo a todos os membros, aos suplentes, para que na próxima reunião, Senador Garibaldi, queremos contar mais uma vez com a sua sempre bem-vinda presença nesta comissão para que a gente possa aprovar muitos projetos importantes. Boa-tarde e fiquem com Deus.

Sessão encerrada às 14 horas.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 65ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 8 DE DEZEMBRO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS.

Às nove horas e quinze minutos do dia oito de dezembro de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador **Paulo Paim** reúne-se esta Comissão, com a presença dos Senadores Augusto Botelho, Marcelo Crivella, Roberto Cavalcanti, Gilvam Borges, Mão Santa, Raimundo Colombo, Flávio Arns, João Durval, César Borges, Eduardo Suplicy, Valdir Raupp, Osvaldo Sobrinho e da Senadora Ideli Salvati. Justifica ausência a Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião destinada à realização **Audiência Pública**, em cumprimento ao Requerimento nº 93 de 2009 – CAS, de autoria do Senador Paulo Paim, com a finalidade de discutir sobre "**As condições de Trabalho dos Profissionais do Volante**", com a presença dos seguintes convidados: Senhor Nélio Sebastião Botelho, Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro – MUBC; Senhor Luis Antonio Festino, Diretor de Assuntos Trabalhistas, Saúde e Segurança no Trabalho da Nova Central Sindical de Trabalhadores–NCST e representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres – CNTTT, Senhor Omar José Gomes; e Senhor Jerry Adriane Dias Rodrigues, Inspetor Chefe da Divisão de Multas e Penalidades do Departamento da Polícia Rodoviária Federal. Justificaram a ausência os seguintes convidados: Joaquim Rodrigues Nascimento – Procurador do Trabalho; Bernardo Figueiredo – Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres-ANTT; Luiz Antonio de Medeiros – Secretário das Relações de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; e Clésio Andrade – Presidente da Confederação Nacional do Transporte CNT. A Presidência registra a presença dos Senhores Marcos Aurélio Ribeiro, representante da Confederação Nacional do Transporte – CNT; Ubiraci Dantas Oliveira – representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB. Carlos Alberto Litti Dahmer, Presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos e Coordenador do Movimento União Brasil Caminhoneiro do Rio Grande do Sul, Neori Leobet, Presidente do Movimento União Brasil caminhoneiro do Paraná, Abel Pare, Presidente Câmara Temática de Transporte Internacional e da Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul – CTTI/OCERGS; Neuto Gonçalves dos Reis, representante da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística – NTC; Luiz Alberto Mincarone, Presidente da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais – ABTI, Elisio Roberto Schmitz Júnior, Vice-Presidente da Federação das Empresas de Logística e Transporte de Cargas no Estado do Rio Grande do Sul – FETRANSUL e Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte, Armazenagem e

Logística – SETAL, João Pierotto, Consultor Técnico do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Rio Grande do Sul, Jorge Luiz Frizzo, Vice-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários – SINDIMERCOSUL; Jeová Pereira, Presidente do sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens da Região Oeste do Paraná; José Célio Alvarenga, Secretário Geral da Federação dos Trabalhadores com Transporte Rodoviário de Minas Gerais; Odimar Roman, Presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Cargas de Concórdia e Região. O Senador Flávio Arns sugere que seja formado um Grupo de Trabalho para tratar do assunto, como desdobramento desta Audiência Pública. A Presidência registra que a próxima Audiência Pública sobre o tema será realizada na última quinta-feira de março, às nove horas, nesta mesma Sala da Comissão de Assuntos Sociais. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Flávio Arns, Eduardo Suplicy e Mão Santa. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador **PAULO PAIM**, Presidente em Exercício da Comissão de Assuntos Sociais.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

65ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE DEZEMBRO DE 2009, ÀS 09 HORAS E 15 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos e minhas amigas, vamos iniciar nossa Audiência Pública. Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais número 65, a realizar-se em 08 de dezembro de 2009, terça-feira, às 9 horas, no Plenário 9, Ala Senador Alexandre Costa.

Pauta: reunião extraordinária, Audiência Pública, atendendo ao Requerimento n.º 93/2009, de autoria deste senador. Assunto: as condições de trabalho dos profissionais do volante.

Convidados... Nossa intenção é fazer duas Mesas. Então, na primeira Mesa, se já estiverem presentes, eu convido o Sr. Nélio Sebastião Botelho, Presidente do Movimento União Brasileiro Caminheiro, MUBC [risos]. Não sei se está presente, também, já, o Sr. Luis Antonio Festino. Está aqui. O Luis Antonio Festino, diretor de assuntos trabalhistas e saúde e segurança no trabalho da Nova Central Sindical de Trabalhadores, NCST, e representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres.

Convidamos, também, o Sr. Jerry Adriane Dias Rodrigues, inspetor chefe da Divisão de Multas e Penalidades do Departamento da Polícia Rodoviária Federal. Esse aí chegou também?

O Sr. Marcos Aurélio Ribeiro, representante da Confederação Nacional do Transporte, CNT. Convido, ainda, para esta Mesa, Ubiraci, nosso conhecido 'Bira', que aqui representa a CGTB [palmas].

Eu queria avisar a todos que nós faremos duas Mesas. Eu não me preocupei, aqui, na ordem de inscrição. Essa Mesa fala, dessa Mesa volta para a primeira fileira, e teremos outra Mesa. Na segunda Mesa, até o momento, estão escritos o Dr. Neuto Gonçalves, Dr. Neuto está aqui; o Sr. Luiz Alberto Mincarone, que está aqui; e o Sr. Abel, que está aqui, é Abel Paré... É Sr. Abel Paré; e tem outro convidado, que vai chegar, avisou que está chegando. Então, teremos outros quatro na segunda Mesa.

Qual é a intenção? Só para situar em matéria do debate que nós vamos fazer. Nós daremos 10 minutos, com mais cinco, se necessário, para todos os nossos convidados. Essa primeira Mesa fala, e aí são convidados outros quatro, para também fazerem uso da palavra. Nós vamos, como sempre fizemos, fazer, depois, o debate, com o Plenário, do assunto.

Então, deixa eu situá-los rapidamente, essa deve ser já a quinta ou a sexta, não é? Enfim, já fizemos umas seis audiências públicas com o mesmo objetivo: regulamentar, de forma definitiva, a situação dos trabalhadores que atuam como profissional do volante, o que nós temos chamado do Estatuto do Motorista.

A última Audiência Pública que fizemos foi lá no Rio Grande do Sul, na Assembleia Legislativa. Estou vendo diversos companheiros que estiveram lá, inclusive, foi um grande debate, muito positivo, na busca de soluções, e acertamos lá que seria importante que, ainda este ano, a gente fizesse outra Audiência Pública, aqui no Senado da República, e sem prejuízo – eu quero deixar essa fala com muita tranquilidade – de outras audiências públicas o ano que vem.

Nós sabemos que é um tema complexo, nós estamos ouvindo a todos, ouvimos os empresários, os trabalhadores e o governo. Queremos construir, claro, num tempo razoável, uma redação que contemple o setor. Todos sabem da minha posição, quando eu falo o setor, é uma redação que construa um entendimento, onde envolva os empresários, os trabalhadores e o governo. Esse é o objetivo.

Como já fizemos em outras situações, o próprio Estatuto do Idoso também é de minha autoria, o Estatuto da Pessoa com Deficiência foi super polêmico,

também de nossa autoria, haveremos de aprová-lo, já tem data marcada para a sanção, vai ser no dia 21 de setembro do ano que vem, que é o Dia Nacional da Pessoa com Deficiência; projeto também de nossa autoria a criação desse dia.

O Estatuto da Igualdade, combatendo todo tipo de discriminação, também de nossa autoria. Deve ter a votação, inclusive, este ano, ainda há possibilidade de ir para sanção este ano, antes do fim do mês de dezembro.

Participei, também, com muito alegaria, da elaboração, não fui autor, nem o relator, mas participei de todo o debate e até a conclusão do Estatuto da Criança e do Adolescente. Esse estatuto, para mim, é um estatuto que trabalha com setor, eu acho que isso unifica todos nós, que haveremos de construir uma redação final, que construa, por exemplo, o direito à aposentadoria especial.

Eu entendo que é um setor insalubre, periculoso e penoso. Então, esse setor tem que ter direito garantido, definitivamente, por lei, da sua aposentadoria especial, da forma mais transparente. É possível, porque sabemos que parte do setor ainda não tem conseguido a aposentadoria especial.

Mas, enfim, são muitas e muitas propostas. Eu tenho, aqui, uma minuta do que veio até o momento, com as devidas considerações e comentários, que foram resumidos pela assessoria, aqui, do Senado, mas eu tenho tido o cuidado, e digo isso para vocês, de não ainda produzir nada, porque, no momento em que eu produzir alguma coisa e distribuir, sempre vai ter alguém que vai dizer: "Olha lá o que já estão fazendo". Não tem nada disso. Desde a primeira reunião, só vai sair material por escrito no momento em que nós entendemos: "Olha, esse aqui pode divulgar". Essa seria, então, a primeira minuta.

Até lá, tudo está aberto, a discussão e essa que eu chamo de uma construção coletiva, pensando no bem da nossa gente, do nosso povo e do nosso país, naturalmente.

Vamos, então, à nossa Audiência Pública. Eu vou começar, aqui, passando a palavra, se há alguma preferência na Mesa ou... Então, vamos começar com o Nélio; inclusive, é o primeiro que está aqui na lista, Nélio. E, aqui, o 'Bira' disse que é o chefe ainda.

Então, vamos passar a palavra ao Presidente Nélio Sebastião Botelho, do Movimento União Brasil Caminhoneiro. O Nélio tem me ajudado muito aí, viu? Algumas iniciativas, inclusive, Nélio, eu quero dizer de público que nós conseguimos avançar, já em regulamentação dentro governo, foi a partir de audiências como esta e das contribuições que você e outros companheiros deram.

São pequenos avanços, mas importantes, até que a gente chegue no objetivo final. Você está com a palavra, 10 minutos, com mais cinco, se necessário.

SR. NÉLIO SEBASTIÃO BOTELHO: Obrigado. Bom-dia a todos, agradecer ao senador aí, pela deferência, aí, da nossa participação. E eu gostaria de dividir aí o tempo que me foi concedido em duas etapas, a primeira eu vou fazer, pedir permissão que eu faça a leitura de um documento que lhe será entregue; e à segunda etapa usarão da palavra o representante do Movimento União Brasil Caminhoneiro do Paraná, Sr. Neuri Leobet, e do Rio Grande do Sul, Sr. Lite(F), que, nessa questão específica a respeito de horário, de viagem, quilometragem e tal.

Então, eu apenas lerei o documento, passarei às suas mãos e passarei a palavra para os colegas. Esse documento é endereçado ao Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal. Assunto: Audiência Pública "As condições de trabalho dos profissionais do volante".

"*Sr. Senador, o Movimento União Brasil Caminhoneiro, entidade civil, representativa em nível nacional, do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Cargas, além de micro e pequenas empresa de transportes de cargas, a CGTB, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, por seus presidentes ao final assinados, bem como dos quase 70 representantes dos sindicatos de todo o Brasil aqui presentes, que também, ao final, assinam esse documento, vêm à presença de V. Exa. para expor e solicitar o seguinte: que aprovam integralmente o atual estágio do texto do projeto de autoria de V. Exa., bem como de todos os adendos apresentados pelas entidades e órgão envolvidos; que as entidades representadas pelo Movimento União Brasil Caminhoneiro permanecem com a firme posição de que 'o valor do frete rodoviário devassado' continua sendo o grande vilão causador das jornadas de trabalho incompatíveis, que acarretam cargas horárias absurdas aos profissionais do volante, provocam o uso da arrebite, culminando com acidentes e mortes nas rodovias e denegrindo a imagem dos profissionais; que a nossa sugestão já apresentada a V. Exa., em audiências públicas anteriores, continua sendo a mesma, de que a solução definitiva está na exclusiva dependência de que a ANTT, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, conclua e faça vigorar a implantação dos benefícios advindos da Lei 11.442, que regulamentou o transporte rodoviário de cargas no país; que existe em vigor um contrato de cooperação entre o Movimento União Brasil Caminhoneiro e a ANTT, que versa sobre o assunto, para o qual solicitamos o apoio e a participação desta Comissão, por entendermos tratar-se de instrumento*

fundamental para o 'atingimento' das metas relacionadas aos assuntos desta Audiência Pública."

Agradecendo pela atenção, subscrevemos atenciosamente. Temos aqui 72 assinaturas no documento, que eu tenho a honra de passar às suas mãos [palmas].

E, agora, eu gostaria de, aproveitando meu tempo, passar a palavra para o Lite(F), que é o representante do Rio Grande do Sul, e para o Neuri, que é o representante do Paraná, para falar sobre assunto específico "Carga horária, jornada do motorista". Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Lite(F), só me permita, depois eu vou comentar sobre o documento, quero dizer da minha alegria de já estarem conosco aqui o Senador João Durval e o Senador Osvaldo Sobrinho, que são dois lutadores que estão sempre na linha de frente nas questões dos trabalhadores.

Eu peço os cumprimentos de vocês para os dois senadores. Com a palavra Lite(F).

SR. LITE(F): Bom-dia, Senador Paulo Paim. Bom dia, Nélio Botelho, Ubiraci, Marcos Aurélio, Luis Antonio Festino, todas as lideranças, companheiros dos sindicatos autônomos do Brasil todo, que aqui se fazem representados, representantes dos empregados, dos empregadores, acredito que esse é um debate que a gente já vem travando há um bom tempo, não é, senador? Desde fevereiro, e que tem avançado, e que essa sua fala inicial, ela colocava exatamente isso, e a gente tem a noção da dificuldade que é de reunir, num texto só, tantos interesses divergentes, mas, com certeza, vamos sair daqui fortalecidos, com um documento que visa à regulamentação do setor, que é extremamente necessário.

De parte dos autônomos, nós temos uma proposta objetiva, quanto à jornada de trabalho. Após longa discussão do movimento, nossa proposta, por ser o autônomo uma categoria diferenciada, por ser o autônomo seu próprio patrão, por ser o autônomo aquele que recebe do seu dia a dia e do seu suor, e as relações de trabalho impostas são por conta dele mesmo, nós temos a proposta de 750 km por dia; isso seria uma jornada de trabalho razoável, uma jornada de trabalho que não oferece a demanda do perigo, a demanda do acidente, a demanda que...

Vem sendo esse o tema que nós temos enfrentado, um jornada excessiva de trabalho, muitas vezes, cruel e, muitas vezes, causadora de acidentes. Dentro dessa jornada, nosso entendimento é que ela é 'viavelmente' econômica para o caminhoneiro autônomo, que se autorregula, durante sua jornada.

Então, esse é um pedido que já se levanta e vem ganhando eco, aí, no Movimento União Brasil Caminhoneiro, retirado. Para além das questões mais estruturantes do sistema, que foi colocado pelo nosso presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro.

E outro avanço que nós temos que destacar e somos plenamente favoráveis aos 25 anos da aposentadoria, pelas relações já colocadas de trabalho. Essa é a palavra, digamos, inicial do Rio Grande do Sul, mas que tem aí o aceno e a posição de todos os companheiros do país [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Lite(F), representando nosso querido solo gaúcho, o Rio Grande do Sul. Eu vou, em seguida, passar para o Neuri, representante do Paraná, mas só lembrar a todos que a sala 2, aqui, da Comissão de Direitos Humanos, tem um telão e que tem, lá, espaço para acompanhar quem está de pé, se assim entenderem. Fiquem bem à vontade aqui, mas, se quiserem, tem a sala 2, que é a Direitos Humanos, em que há espaço para que todos possam sentar.

Neuri com a palavra.

SR. NEURI LEOBET: Bom-dia, Senador Paim, em seu nome, eu cumprimento aos demais senadores e políticos que se encontram aqui, em nome do Movimento União Brasil Caminhoneiro, através do nosso presidente, Sr. Nélio, eu agradeço a presença de todos os sindicatos que se deslocaram para esta grande audiência que nós temos hoje.

Eu me honro muito, porque sou gaúcho de Três Passos e venho fazer nossa participação aqui. Eu quero dizer que, representando os caminhoneiros, em nome do Movimento União Brasil Caminhoneiro, é uma grande honra, é um grande trabalho que nós viemos desenvolvendo no nosso país. E nossa preocupação, senador, é muito grande com a carga horária, principalmente, muitas vezes, quando os caminhoneiros autônomos são contratados pelas grandes empresas e se estimula uma carga horária, muitas vezes, sem o caminhoneiro poder ou ter as condições mínimas, às vezes, para fazer esse trajeto.

Então, nós, conversando com muitos caminhoneiros, com muitas lideranças, com associações de caminhoneiros, sindicatos, nós chegamos a uma conclusão, a qual nós endossamos, aqui, nosso Rio Grande do Sul, o Lite(F), que é presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro, a carga horária, hoje, eu acho que 750 km rodados por dia seria de bom tamanho, e nós estaríamos fortalecendo o setor de transportes, dando oportunidades, principalmente, melhores aos caminhoneiros autônomos que nós representamos.

E eu tenho certeza de que nós estaremos prontos para fazer o melhor, porque nós temos a oportunidade de o senador nos convidar para trazer, realmente, propostas e uma meta de trabalho que vai nos ajudar.

Então, nós, do sindicato, nós, do Movimento União Brasil do Caminhoneiro, o senhor pode ter a certeza absoluta de que nós estaremos prontos para nos ajudar e fazer o melhor para seu projeto, mas, principalmente, para nossas famílias e para os caminhoneiros do nosso Brasil [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Fiz questão de cumprimentar tanto o Lite(F), como o Neuri, que foram muito felizes, quando apontam o caminho da aposentadoria especial.

Eu acho que eu, que trabalhei para tantas categorias, ter direito à aposentadoria especial, por atuarem em áreas insalubres, penosas e periculosas, a de vocês eu não tenho nenhuma dúvida, tem que ser uma questão da honra deste Parlamento aprovar a aposentadoria especial.

E meus parabéns, também, ao Neuri, porque deixou... Seu fechamento foi tranquilo. Eu faço esse rápido comentário, pela importância do debate. O valor não é o projeto do Paim e nem o Paim, o valor são as famílias, aos profissionais, os trabalhadores, que estão na estrada, nas suas ruas, enfim... Muitas vezes, expondo sua própria vida, são centenas de casos, que ele está para fazer com que a mercadoria, enfim, os passageiros cheguem no destino, então, meus cumprimentos.

O objetivo é esse mesmo, são os profissionais do volante, suas famílias, é o objetivo final deste nosso debate.

Eu, de imediato, passo a palavra, agora, ao Luis Antonio Festino, que é diretor de assuntos trabalhistas, saúde e segurança do trabalho da Nova Central Sindical de Trabalhadores [soa a campainha].

SR. LUIS ANTONIO FESTINO: Bom-dia a todos os sindicalistas. Quero cumprimentar o Senador Paim e os demais senadores presentes. E, para iniciar, eu estou colocando, ali, uma exposição que a gente vem defendendo, na confederação, a questão da profissão para o transporte, a valorização da profissão de transporte, que não é muito compreendida pela imprensa, pela sociedade, devido aos acidentes, mas nós temos que valorizar sempre a profissão transporte.

Se você puder mudar. E aí as discussões que nós temos feito e agradecer, mais uma vez, a oportunidade. O Senador Paim é um dos que mais tem dado oportunidade para se discutir o transporte. Foram mais de seis reuniões, audiências e a importância dessa discussão.

E, para nós, a questão da regulamentação da profissão de motorista, que, até hoje, não é regulamentada. Você pode mudar?

Aí o que vocês já conhecem bem, um pouco da crise. Um país intransitável, a crise que apareceu com a questão da crise dos aeroportos, a crise do setor aéreo, aí a imprensa começou a notar que tem um setor, mas que tem outro que está numa situação muito pior. Você pode mudar?

Só para se ter uma ideia, eu estou fazendo esse comparativo, que é para mostrar, lá na frente, qual é a visão que se tem. No Brasil, estão circulando 55 milhões de veículos: 32 milhões de automóveis, 54% de toda a frota; três milhões de caminhões, reboque, semirreboque, 5%; 633 mil ônibus e micro-ônibus, 1,30%; e 13 milhões de motos e motoclico, 24%; e os demais representam aí em torno de uns 20 e poucos por cento. Então, daí já dá para a gente notar.

Quando a gente conversa sobre transporte de carga, normalmente, a gente fala sempre da transportadora, e esquece que nós temos aí o mais variado setor de transporte e que também não está sendo representado, ou, se é representado, aí a gente tem que assumir a culpa nossa, ou sindicalistas ou sindicatos, que são os setores das categorias diferenciadas, que são motoristas, profissionais e que também estão aí transportando carga, passageiro. Você pode mudar?

O setor de passageiro também é a mesma situação, que, normalmente, a gente não discute. Pode mudar. Aí é um setor que eu venho debatendo muito, que esse é totalmente esquecido, que é o transporte de trabalhadores rurais e o transporte escolar. Apesar do grande incentivo que teve, agora, no Governo Lula, com verba para o setor, mas ele continua muito devassado, e eu acho que nós temos que, como sindicalistas e com o Senado, parlamentares têm que assumir essa questão do transporte de passageiros, tanto o rural como o escolar. Pode mudar.

Outro setor que é polêmico, inclusive, pela aprovação da 1.223, que nós temos que debater muito, é a questão da movimentação de mercadoria. O que é o profissional do volante obrigatório ter sua carteira, quando ou que não tem? Então, nós temos que abrir essa discussão, inclusive, temos que abrir entre nós, do movimento sindical. Pode mudar.

Aí a situação que vocês conhecem bem e o absurdo a que se chega, a questão da geração de emprego. O absurdo de um caminhão com cinco carretas, isso aí foi perto de Marília, que nós fotografamos, onde chega a discussão da condição de trabalho dos motoristas profissionais, sem nenhum preparo, nem nada, eles colocam um veículo desses, retiram vários caminhões de circulação e colocam um desse, e um caminhão desse não está especificamente na transportadora. Está num setor que a gente acaba não discutindo, que é o setor agrícola. Pode mudar.

Aí as condições e nossos desafios, até onde a gente pode ir. Pode mudar.

Um exemplo aí bem claro, hoje, os congestionamentos nas rodovias, que causam poluição ambiental, sonora, visual. Um exemplo gritante é aquela foto ali da direita, que a baixa umidade e o trânsito aumentam a poluição em São Paulo. Então, ali, totalmente congestionado, baixa umidade e o motorista profissional, ele tem que estar trabalhando e atuando nesse setor. Pode mudar.

Essa questão, inclusive, a pesquisa da CNT mostra bem claro isso aí, na questão das rodovias, aí é Rondônia, a BR-319, onde está circulando caminhões e ônibus, naquela situação. E a questão das vias nas cidades. Pode mudar. A questão das horas perdidas no trânsito.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deixa eu te atrapalhar um pouquinho, só para registrar a presença de outro senador, que é comprometido com essas causas, sem nenhuma dúvida, que é o Senador Flávio Arns [palmas].

SR. LUIS ANTONIO FESTINO: E são dados recentes a questão de que aumentou em 13 minutos a questão do tempo perdido no trânsito, na cidade de São Paulo. Isso mesmo com as restrições que foram impostas, não diminuiu em nada e só está autuando.

E, quando você mostra, a imprensa mostra o cidadão comum dirigindo seu veículo e mostra ele no seu *laptop*, lendo, o motorista do caminhão, que está passando na marginal, o motorista do ônibus não tem essa mesma oportunidade, porque ele está carregado e não tem a mesma condição. Pode mudar.

Aí é um caso de violência que atinge três pontos da violência. Aquele caminhão de distribuição de bebida, ele foi roubado, o ladrão não tinha habilitação e acabou batendo em seis veículos. Então, nós temos aí a violência, que é o roubo, o ladrão sem habilitação e causa um acidente com seis veículos. Então, a violência urbana, que atinge todos os nossos setores. Pode mudar.

A violência que está acontecendo, hoje, na questão dos assaltos, são dados recentes, motorista baleado, passageiro baleado, e aí é em todos os setores, rodoviário, fretamento de turismo, a região de Foz de Iguaçu, não se faz nada, muito roubo. O pessoal do Paraná é ciente disso, ônibus de fretamento sendo roubado, rodoviários. Pode mudar.

A situação precária que vocês conhecem bem da frota e a questão da manutenção. A manutenção, aquela foto da direita, ali é o centro de São Paulo, onde uma empresa de ônibus deixa o veículo sair, sem fiscalização, nem nada, e, simplesmente, quebra o cubo da roda, e aquela manutenção está sendo feita na Praça da Liberdade, em São Paulo. Então, imagina como as empresas estão tratando seus profissionais e tratando os usuários, também.

A questão do motor dianteiro, em todas as cidades, apesar de já ser declarado que vai beneficiar todo o trânsito, o transporte, a questão do câmbio manual, mudar o câmbio manual para o câmbio automático, mas vem sempre a questão dos valores. Pode mudar.

No nosso caso específico, a questão da dupla função, de o motorista cobrar, no setor de transporte urbano, cobrar e receber. Então, vejam bem a situação. Além de mudar, numa cidade que nem São Paulo, ele muda quatro mil vezes de marcha por dia, além disso, ele tem que cobrar e tem que fazer aquele esforço, o esforço que ele tem que fazer para poder cobrar, e, ao mesmo tempo, prestar atenção no trânsito e ter a condição de dirigir. Pode mudar.

Outra situação gravíssima, em todas as cidades, isso é uma pesquisa que nós fizemos em São Paulo, que é a condição de trabalho a céu aberto, no setor urbano. Para se ter uma ideia, 39%, somente, de todos os trabalhadores do transporte, são 30 mil trabalhadores, têm acesso à rede sanitária. Não tem pontos de paradas, não tem nada; 39% só têm acesso, 61% tem acesso a ele. À água potável só 38% têm acesso.

Então, uma cidade de São Paulo, o motorista, o cobrador saem de Santo Amaro para chegar ao centro, demora uma hora, uma hora e pouco, ele não tem acesso a nada, para necessidades e nem nos pontos finais, isso na cidade de São Paulo. Pode mudar.

Aí é uma situação bem difícil, que é a questão dos novos equipamentos. Você muda três vezes para mim? Uma, duas, três. Esse é um equipamento novo, e aí a concepção que coloca um veículo desses para rodar, e o engenheiro sem a mínima concepção do que é trabalhar um dia todo no volante. Então, vocês podem notar a posição que tem esse ônibus, que é um ônibus veículo de piso baixo e a posição [soa a campainha] em que o motorista é obrigado a atuar. Pode mudar.

A questão da falta de apoio aos caminhoneiros, nas estradas e nas cidades. Isso está bem claro. E, à direita, ali, nós temos o terminal da Fernão Dias, que todos vocês conhecem, que, depois de 20 anos, São Paulo só tem um terminal de carga, é o Terminal Fernão Dias, que demorou 20 anos para ser concluído. Foi concluído o ano passado, então, imagina só o Brasil com um número de caminhões e tudo mais, e a gente ter só um terminal de carga na cidade de São Paulo, que é o Terminal Fernão Dias. Pode mudar.

Aí é uma foto que saiu bastante aí na imprensa, que mostra bem clara a situação do transporte, e a culpa é do caminhão e do ônibus. Nós temos aí um ônibus, um caminhão betoneira e mais três furgões,

ali, e resto são 169 veículos, e a culpa é do caminhão e do ônibus.

Isso aí como é que é jogado, a prefeitura, nos planejamentos, então essa foto mostra bem claro onde está a culpa. Aí a gente retoma, lá atrás, os 55 milhões de automóveis, para três milhões de caminhões e 633 ônibus. Pode mudar.

E a imprensa é desse jeito, essa foto debaixo é recente, o Dr. Paulo Douglas, o procurador do Mato Grosso, que mandou para a gente: "Caminhoneiro dorme e causa tragédia", "Carreta tomba, homem fica entre as ferragens". Só que aquela carreta tombou às 4h40 da manhã, na Rodovia dos Imigrantes, porque, devido ao rodízio de carga, ele tem que passar rapidamente pela cidade. Então, os acidentes com as carretas estão acontecendo na madrugada, em São Paulo.

Normalmente, vocês estão sendo na imprensa aí: "Olha, está congestionado, porque tombou uma carreta na marginal". É isso que está acontecendo, devido a ele ter que passar rapidamente, antes das cinco horas da manhã, os acidentes estão acontecendo na madrugada. Pode mudar.

"Condutor preso após acidente", "Toneladas de perigos nas estradas", "Acidentes com os caminhões envolvem veículo de passeio", que, geralmente, levam a pior. Então, novamente, a culpa é do caminhão. Pode mudar.

"Um quarto dos motoristas de ônibus põem passageiros em risco", "Ônibus sobe na calçada e mata duas pessoas". Isso aí foi aquele acidente já um mês atrás, onde, em Santo Amaro, um motorista, com um veículo articulado, simplesmente, ele atravessou, acabou matando um ciclista e um gari. Esse motorista, ele queria fazer aquilo com o veículo articulado? Mas, não, a penalização já vem em seguida: é a retenção da sua carteira, sem discutir por que aconteceu aquilo.

Qual era a carga horária dele? Como é que estava o trabalho dele? O que tinha? Acontecido alguma coisa na vida dele? Porque ninguém vai querer atravessar com um ônibus articulado uma rua movimentada, no centro de São Paulo. Pode mudar.

Aí vêm as prefeituras, sem planejamento nenhum, acabam proibindo. As cidades proibidas, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo. Em São Paulo, foram sete diretos na questão da carga, a restrição de transporte de carga. Então, em dois anos, sete decretos, sem conseguir resolver. E aumentou o congestionamento, que é aquilo que eu estava falando no início. Então, uma prefeitura sem planejamento, restringe a circulação do caminhão, restringe a circulação do fretado e: "Olha, simplesmente, olha, a culpa é caminhão, a culpa é o ônibus". Pode mudar.

Uma questão que todos nós conhecemos, que é a falta de uma política de desenvolvimento e interação para o setor de transporte. Como não existem pontos de parada, também não existe a integração. Com o aumento da produção agrícola, tudo o mais, nós continuamos sem a integração. Pode mudar.

Falta de fiscalização do poder público e a questão da morosidade do Congresso Nacional em tramitação dos projetos. A semana passada, dia 1º, conseguimos aprovar a redação final do PL 99/2007, depois de três anos. Ficou somente seis meses com dois recursos, de dois deputados, para a gente conseguir derrubar o recurso e, finalmente, através do Deputado Eliseu Padilha, conseguimos aprovar, na Comissão de Justiça, e está vindo aqui para o Senado. Isso após um acordo com o setor patronal, depois de várias discussões, houve erros, também, no encaminhamento na Comissão do Trabalho, e nós estamos, aqui, fechando esse acordo com o setor patronal. Eu me comprometi a fechar esse acordo com o setor patronal, tão logo chegue aqui no Senado, colocar as duas partes na questão da [soa a campainha] regulamentação da profissão. Pode mudar.

Aí é a situação gravíssima que nós estamos vivendo, são 30 projetos de regulamentação da profissão; 14 projetos de controle de jornada e trabalho. Desses aí, eu acredito que uns oito devem ser do Senador Paim, que estão em tramitação; três projetos sobre aposentadoria, um deles é o PL 60, que é do Senador Paim; 23 projetos sobre insalubridade, penosidade e periculosidade; e dois projetos sobre regulamentação do transporte. Tem um mais antigo e tem um mais recente, que é do Deputado Beto Albuquerque, o 5.525, que cria e institui o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito. Esse está dando entrada, entrou na Comissão de Transporte da Câmara, e eu acho que o movimento sindical teria que também dar um apoio e discutir com o Deputado Beto Albuquerque a importância da redução dos acidentes. Pode mudar.

E o que nós defendemos? Passamos, à semana passada, à questão da regulamentação. E a grande divergência entre nós, setor dos trabalhadores, e o setor dos autônomos. Nós estamos defendendo uma única regulamentação, isso baseado no quê? Na própria Constituição Federal, no inciso XXII, que é a proibição de distinção entre trabalho manual, técnico, intelectual, entre os profissionais respectivos; e o inciso XXIV, igualdade de direito entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

Por que nós estamos pedindo? Uma única regulamentação. Agora, nós sabemos que tem as diferenças e que nós vamos estar discutindo, no estatuto, a diferença do trabalhador autônomo com o trabalhador

com vínculo empregatício. Mas essas diferenças não podem interferir na regulamentação da profissão, num todo, porque a função, ela é única. Tanto faz ele ser motorista autônomo, como ele motorista empregado, a função, ela é única, então, por isso nós estamos defendendo o projeto do Deputado Zimmermann, e aí ressaltar a importância da ex-deputada, Dra. Clair, o Walter Barelli foram os que fizeram o primeiro projeto, e o deputado Zimmermann assumiu, e, felizmente, está vindo aqui para o Senado. Pode mudar.

A questão de estatuto nós vamos estar tendo a oportunidade de discutir, agora, durante esta audiência, e destacando que todas aquelas emendas, o senador já colocou que elas vão continuar sendo discutidas, e a gente quer, mesmo, inclusive, acho que nós já fizemos uma proposta na questão da jornada de trabalho, ter constituições separadas entre os setores: o setor de carga, o setor de transporte urbano terem discussões separadas e, se possível, até audiência nos estados, porque nem todos podem vir para cá.

A audiência nos estados, para a gente deixar uma coisa bem transparente, no que a gente está discutindo na questão da jornada, porque nós também acabamos recebendo críticas, porque não consegue levar para todos os setores. Pode mudar.

A questão da redução da jornada de trabalho está em tramitação, lá na Câmara, está para ser votado. A PEC 31 também, 231, também é do Senador Paim com o Senador Inácio Arruda, já está para ser aprovada. O outro projeto do Senador Paim é o 4.653, está parado ainda na Comissão de Trabalho, o relator é o Deputado Vicentinho, que já acatou [soa a campainha] as várias emendas, mas a gente tem que acelerar a discussão. É a morosidade que a gente está falando do Congresso Nacional, é de 1995, e a PEC é de 19... também é 95, os dois são de... um é 94, e o outro, 95. Então, vejam bem a demora para se discutir uma jornada de trabalho. Pode mudar.

Aí o controle de jornada é o 2.660/96, que foi aprovado na Câmara, com a emenda do Senado, só que ele era muito mais prejudicial e passava por mil motoristas, e não o proprietário do caminhão, não a transportadora. Ele tinha que... passava a ser penalizado, que é a emenda do Senador Álvaro Dias, não é?

A emenda que passou, da 2.660, e que nós acabamos questionando, e o vice-presidente da República vetou. Então, ele está para ser votado na questão do veto. Mas eu acho que nós temos a oportunidade, na questão do estatuto, também discutir essa questão, uma situação dificílima que está para o motorista, no transporte, é a questão da Resolução 267, que são os exames médicos. O trabalhador passa pelos exames, a carteira dele é retirada, ao mesmo tempo em que o INSS não retém. O INSS libera ele para trabalhar.

A alta programada, isso é um absurdo que está sendo feito com os motoristas. Como você prevê que, daqui a três meses, o motorista vai estar em condições de trabalho? E vários motoristas estão sendo obrigados a voltarem a trabalhar, os acidentes estão acontecendo, ou vice-versa, ou o INSS tira sua carteira, e a Resolução 267, ele ainda não tem validade, ele não fica... O DETRAN não retira, e o INSS recomenda [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tem mais um minuto. Tem mais um minuto, agora.

SR. LUIS ANTONIO FESTINO: Então, a situação é dificílima. Para concluir. Pode mudar. Aí o Nélio já colocou, que é a 11.442(F), que nós também estamos interessados em discutir em conjunto. Pode mudar. E várias questões que eu vou falar rapidamente. A questão da participação dos trabalhadores no SEST/SENAT, Sistema S; a importante comissão tripartite do Ministério da Previdência, Saúde e Trabalho, na questão da saúde do caminhoneiro; o fórum permanente de saúde dos trabalhadores; terceirização; a lei de cotas no setor de transporte, precisa ser bem discutida essa questão; a licitação do transporte de passageiros interestadual, que estava causando uma demissão de mais de 20 mil trabalhadores, agora, foi prorrogada para o ano que vem, para ter uma melhor discussão com o governo e a ANTT; as demandas junto ao DENATRAN, ministério e prefeitura. Pode mudar. Pode mudar.

E, para encerrar, eu queria colocar a questão de uma nova concepção de planejamento e desenvolvimento. Essa foto, eu estava no trânsito, e todo mundo buzinando atrás, porque tinha... O trânsito estava... E aí ele caminhando na rua, é um catador de material reciclável, mas só que ele também tem direito à via pública. E isso a gente tem que começar... O direito não é só do veículo, o direito não é só do ônibus, o direito também é de um catador e que nós temos que começar a respeitar isso e temos que começar a discutir no planejamento do transporte.

Então, a importância que a via não é só nossa, a via é de todos, e todos têm que partilhar do transporte e têm que compartilhar dos espaços. Está ok? Pode mudar.

Eu [soa a campainha] agradeço, mais uma vez, e espero que a gente continue com a discussão do estatuto. Obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Luis Antonio. O Luis Antonio faz sua apresentação. E, de imediato, eu passo, então, para o 'Bira'. Ubiraci, CGTB, Ubiraci Dantas de Oliveira.

SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA: Eu queria agradecer aí o Senador Paulo Paim, por essa oportunidade. Ele que tem percorrido o caminho aí dos estatutos do nosso povo, e dizer que o Movimento União Brasil Caminhoneiro, que está com 90% das pessoas aqui, que fez esse sacrifício de mobilizar, através do nosso presidente do movimento, companheiro Nélio Botelho, eu estive também lá no Rio Grande do Sul, sob o comando lá do companheiro Lite(F), que jogou pesado na audiência.

Foi uma audiência muito bonita, onde existem exposições, tinha sindicatos de todo o Estado do Rio Grande do Sul presente ali e tinha uma disposição grande de resolver o problema. Então, é o seguinte: eu acho que não adianta muito ficar um, dois correndo-se atrás de deputado, ficar... Aí é o seguinte: você vai ficar não é 20, não, você vai ficar 40 anos correndo atrás. O que tem que se fazer é isso aqui. Essa é a mobilização que tem que ser feita, essa é a forma de luta que tem que ser feita, porque tem senadores, parlamentares que comungam com nossas ideias, como esses que o Senador Paim colocou e como ele próprio tem lutado junto conosco numa série de luta dos trabalhadores aí. Mas também tem quem não concorda, também tem que vai bater contra, e, por isso, nós temos que estar amparados nos nossos argumentos, para poder colocar, para quem vier questionar, a veracidade da situação em que se encontram os caminhoneiros no nosso país.

Nós tivemos, através da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil e do Movimento União Brasil Caminhoneiro, uma reunião com a Ministra Dilma, foi me parece que em abril. Eu acho que foi em abril, com certeza, abril. Então, é o seguinte: e lá a gente levou para o Executivo, para o Governo Federal, levou a reivindicação, porque estavam lá representantes do Movimento União Brasil Caminhoneiro de vários estados. Está certo?

E houve avanços em algumas questões, como a gente levantou a questão do óleo diesel, houve avanços, mas, por exemplo, no Pró-Caminhoneiro ainda tem um monte... Eu ia falar uma palavra, quase que ia escapar aqui, esse negócio de peão ficar falando na porta de fábrica [risos]. É o seguinte: tem um par de situação que se coloca de caminhoneiro, que ele quer comprar o caminho dele, mas é o seguinte: o banco não deixa, o banco não deixa, está certo? E precisa fazer a troca do caminhão, porque a situação é concreta, é absurda, está certo?

Então, nós estamos tentando uma reunião de novo com a Ministra Dilma, para levar esses compromissos, porque eu aprendi, viu, senador? Eu aprendi, que eu andei o Brasil inteiro, junto com o companheiro Nélio, convocado pelo companheiro Nélio. Eu aprendi o que é ser um caminhoneiro Nélio, eu não sou, eu sou metalúrgico, mas eu aprendi o que é ser. É o seguinte: eu pensava que a gente sofria lá na fábrica, certo? Pensava, mas a barra é muito pesada, o cara sai, fica três meses sem ver a família, quatro meses sem ver a família, quando volta, volta sem o dinheiro necessário para o sustento da sua família, às vezes, não volta, está certo? Deixa a família viúva, está certo? E aí caminhão passando por estrada quebrada, frete daquela natureza, que vocês já sabem, desse tamanhinho, o pedágio, que tem governo aí que acha que a cidade é dele, o estado pertence a ele, porque todo mês levanta, aumenta o preço do pedágio e tal.

Então, a situação... Aí sem contar que essas questões que o Nélio colocou no início e que o companheiro Lite(F) deu uma boa agregada, é o seguinte, companheiros: a situação apresentada por esses homens e algumas mulheres, também, que seguram esse volante, não é nem uma questão de reivindicação, é uma questão de necessidade humana. Quer dizer, significa o seguinte: olhar para a pessoa, por isso que a gente quer o quê? Insistir nessa direção da questão do óleo diesel, da carta frete, de o pedágio jogar pesado.

Agora, eu acho que esse estatuto que está sendo começado a discutir, isso vai ser de grande valia para nós caminhoneiros, para todos os caminhoneiros e para os outros motoristas, também. Agora, o que eu considero fundamental, para a gente aprovar algumas, aqui, companheiros, aqui, que nós lutamos, durante muitos anos, foi duro, mas tivemos que fazer mobilização.

Se ficar com a pastinha na mão, com a apresentação bonita como essa, andando de gabinete por gabinete, sem botar mobilização, sem botar povo aqui dentro, de maneira concreta, de maneira sadia, de maneira cívica, patriótica, com responsabilidade, porque vocês não estão representando só vocês, aqui, vocês estão representando, aqui, milhões de caminhoneiros do Brasil inteiro e suas famílias, seus filhos, suas esposas, no sentido de fazer com que essas reivindicações sejam atendidas.

São coisas que já passaram da hora de ser conquistadas, porque, senão, vai morrer mais gente, porque, senão, vai ter mais prejuízo para o povo, para o trabalhador e para aqueles que estão nas estradas, senão, vai ter mais rebite, entendeu? Senão, vai ter mais essa situação de tristeza que é colocada em cada acidente desses, que acontece dentro do nosso país, em cada cidade e tal.

Eu vejo esse trabalho, nós da CGTB estamos vendo esse trabalho de organização de Norte a Sul do Brasil, do Movimento União Brasil Caminheiro, procu-

rando a coisa mais... Eu vou falar para você, senador, para o senhor, desculpa, eu vou falar o seguinte: à hora que tiver fechado, eu quero dizer isso, viu, companheiro Nélio? Na hora que estiver organizado, que a gente conseguir, em todas as cidades deste país, tiver um SINDITAC organizado, o bicho vai pegar diferente, porque o cara vai sair do Rio de Janeiro, vai estar lá no Ceará, vai está o SINDITAC lá, o SINDITAC aqui, eles vão se encontrar lá e vão falar assim: "Do que você está precisando?". O cara vai sair daqui e vai falar assim para a esposa dele: "Se der algum problema, você vai lá no sindicato, aqui, eu estou estar lá na Bahia, mas você pode pegar aqui e falar com o sindicato, com o 'Manuel', que é o presidente do SINDITAC de tal lugar, que ele vai dar assistência para você, porque está conveniado no Brasil inteiro".

Então, essa organização poderosa dos caminhoneiros, que está surgindo, que eu acompanhei de Norte a Sul do Brasil, vai nos permitir vir aqui dentro do Congresso Nacional e fazer aprovar as leis que interessam aos caminhoneiros e aos motoristas de todo o Brasil [palmas].

À medida que a gente vai conhecendo a vida das pessoas, a gente para de ficar sonhando e 'viajando na maionese' e vê a realidade dos fatos na vida de cada um. Por isso, eu quero dizer o seguinte: quantas audiências tiverem por estado aí, se eu for convocado pelo Nélio, eu vou, para ajudar meus companheiros e tal. Agora, eu acho que esse exemplo que vocês deram, eu estou muito feliz com isso, sinceramente, eu falei para o Nélio, está certo? Quando ele falou para mim hoje que estava com 74 companheiros, de vários lugares do Brasil, e, aqui, nós temos um parceiro, pode crer, Lite(F), eu estou falando, porque você é do Rio Grande do Sul também. Aqui nós temos um parceiro, um companheiro, que tem dedicado seu mandato, nesses... Eu vou errar aqui, hein? Esses 20 anos de parlamentar, errei por três, 23 anos de parlamentar tem dedicado, eu tenho acompanhado, dedicado seu mandato à classe trabalhadora brasileira.

Pode pintar divergência aqui ou ali, mas não é por causa de má vontade, não é por falta de... Não, é por falta de algum conhecimento, entendimento melhor entre as partes, mas a essência, o fundamental desse companheiro é quando a gente propôs, lá no Rio Grande do Sul, fazer... Nasceu lá esta audiência aqui, nasceu lá, quando propôs, imediatamente, ele... Foi você que propôs mesmo, está certo? Nós propusemos, e ele marcou a data. Isso mesmo.

Então, eu quero dizer dessa forma: acho que a gente vai ter um peleja pela frente e acho que nós temos condição, sob o comando por parte dos autônomos do companheiro Nélio Botelho e seus companheiros nos estados, está certo? Teve até um exemplo aqui de um companheiro lá de São Paulo, que, quando esteve com a Ministra Dilma, ficou até emocionado, ao contar para as pessoas o que está acontecendo. Estava para perder o caminhão. Pergunta se ele está com o caminhão dele hoje? Perdeu o caminhão. Está aí o companheiro, não quero expor ninguém, não, mas está aí o companheiro aqui.

Perdeu o caminhão dele sabe por quê? Por falta de pagamento. E está pensando que ele não trabalha? Trabalha que nem um condenado, direto. Está aqui conosco, aqui. Está certo? Esse tipo de coisas que nós queremos evitar.

Para encerrar, então, eu quero dizer, companheiros, o Nélio é da executiva nacional da Central Geral dos Trabalhadores no Brasil. Fui destacado para acompanhá-lo nesse trabalho, e o que precisar, para que a gente possa estar junto, para que a gente possa vencer as resistências das grandes empresas, daquelas grandes transportadoras, que não conseguem olhar como um ser humano para o outro, um caminhoneiro desse qualquer, só pensa no lucro, só pensa no dinheiro, e não se importa com a vida das pessoas.

Esses aí nós vamos dar uma lição a eles e uma lição de vida, lutando, unidos e demonstrando [palmas]. Por isso, eu queria agradecer profundamente seu convite, companheiro Nélio Botelho, queria agradecer ao companheiro Paim. Permita chamar assim, senador, porque eu fui lá no Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só, antes que o Senador Roberto Cavalcanti se tiver que sair, eu queria registrar, Senador Roberto Cavalcanti é um homem que tem feito muito, muito aqui, um trabalho na linha do dialogo, da construção, do entendimento. Para vocês terem um ideia, me permita, vou falar do Senador Suplicy...

SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA: Não tem problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Estou descontando teu tempo.

Eu estou com uma proposta, debatendo aqui, e ele está sendo o medidor da questão do vale transporte, que o vale transporte não seja descontado [soa a campainha] do trabalhador, e, sim, haja um acordo para que o empregador possa deduzir de contribuições a pagar. Com isso, o trabalhador não teria aquele gasto.

Ele está mediando, mediando com muito equilíbrio. Eu sou autor do projeto, e ele está fazendo o diálogo. Então, pediria meus cumprimos a ele também. Senador Roberto Cavalcante.

O Senador Suplicy não precisa falar. Vocês todos já conhecem, o Suplicy tem mais anos do que de Par-

lamento. Eu tenho 23, o senhor deve ter uns 30, não? Meus cumprimentos ao Senador Suplicy, que, com certeza, depois, vai usar a palavra, aqui.

'Bira', descontei teu tempo.

SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA: Então, terminando, aqui, eu queria dizer que eu fui visitar lá o Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas há muito tempo e conheço o Paim dessas lutas todas, então, é um companheiro que pode nos ajudar muito, para que a gente possa aprovar esse estatuto, garantir essas questões fundamentais que Nélio e Lite(F) colocaram, e nos colocar à disposição para o que der e vier, para qualquer coisa, junto com os companheiros, que eu tenho certeza de que as coisas que vêm desse tipo de pessoas, desse tipo de trabalhador são coisas que são boas para o Brasil e que são boas para todos os trabalhadores. Muito obrigado, companheiros [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como último orador desta Mesa, depois da brilhante exposição do companheiro 'Bira', eu passo a palavra ao Sr. Marcos Aurélio Ribeiro, representante da Confederação Nacional dos Transportes, CNT.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permita, pela ordem, Sr. Presidente, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não. Só para colocar para todos que os senadores, aqui, falam no momento que eles entenderem mais adequado. Senador Suplicy com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Gostaria só de acrescentar à apresentação que V. Exa. fez do Sr. Marcos Aurélio Ribeiro, hoje, representando a Confederação Nacional do Transporte, que ele foi meu colega na Assembleia Legislativa, como deputado estadual.

Primeiro, éramos eleitos pelo MDB, em 78, e, inclusive, ele foi líder de nossa bancada, e, quando em 1979, os sindicalistas, intelectuais, todos aqueles que vieram a formar o Partido dos Trabalhadores, eu, com ele e mais quatro companheiros fomos convidados e, honrados, realmente ficamos e aceitarmos para participarmos da fundação do Partido dos Trabalhadores.

Eu só quero, aqui, saudar e dar as boas-vindas ao meu colega na Assembleia Legislativa de São Paulo, de 79 a 83 [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O senhor está com a palavra.

SR. MARCOS AURÉLIO RIBEIRO: Eu queria cumprimentar o Senador Suplicy e dizer que é uma honra estar aqui, participando desta Audiência Pública, na companhia dele, que, como disse, fomos colegas de Assembleia Legislativa, fundadores do PT, e bancada que eu liderei na Assembleia Legislativa por cinco anos, lá em São Paulo.

Queria cumprimentar o Senador Paulo Paim, agradecer o convite feito à CNT, e nossa exposição, pela CNT nós vamos fazer em duas etapas: o Nilton vai fazer uma exposição mais técnica, que ele é diretor do Departamento Técnico da NTC, em São Paulo, e vai falar sobre números, o projeto, a questão da implicação que terá na economia nacional e tal. É boa a presença do Senador Suplicy, que é economista e entende de números, poderá acompanhar.

Queria cumprimentar os companheiros de Mesa, o 'Bira', que, quando metalúrgico, juntos, nós enfrentamos o Joaquinzão, lá, como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, numa chapa de oposição, que eu fui advogado nessa chapa, e o 'Bira' era da chapa de oposição dos metalúrgicos em São Paulo.

Entrando, aqui, na questão da nossa audiência, eu queria começar dizendo que o Nélio fez uma colocação que é importantíssima. O grande vilão dessa história é o frete. O frete faz com que as empresas de transporte, que recebem pouco, paguem pouco aos caminhoneiros autônomos e paguem pouco salário.

Então, no cerne da questão que nós estamos discutindo, está a modelagem de transporte rodoviário de carga, que vem sendo implementada no Brasil, e que não se faz muita coisa para procurar corrigir.

O 'Bira' falou no problema do caminhoneiro, que não consegue trocar seu caminhão, o Pró-Caminhoneiro não resolve isso e não vai resolver, nenhuma dessas medidas que o governo vem tomando, até agora, para renovação de frota, vai funcionar para o caminhoneiro. Por quê? Porque não tem frete para ele pagar a prestação do caminho, não é? E nenhuma ação do governo, junto com as montadoras, vai resolver esse problema, porque a montadora não quer resolver esse problema, ela quer vender caminhão, ela pede isenção de imposto, procura fazer com que o governo dê financiamento e ofereça financiamento, que o caminhoneiro não tem condição de tomar.

A CNT preparou uma proposta de renovação de frota e encaminhou ao governo, que já foi adotada no México e que foi adotada, recentemente, pelo Presidente Barack Obama, nos Estados Unidos, para resolver o problema da crise, é renovar a frota, tirando veículo de circulação.

O governo, ao invés de dar incentivo de imposto direto, ao invés de fazer isso, cria um sistema de sucateamento, de reciclagem de veículos velhos, porque quanto mais veículo novo foi vendido, mais o velho vai ficando, mais o frete vai sendo achatado. Tem que tirar veículo velho de circulação.

A proposta é relativamente simples, o governo dá um incentivo para quem reciclar o veículo; a montadora recicla e ela pode tirar aquilo como incentivo fiscal,

desde que ela retire um veículo de circulação. Isto é a fórmula de se fazer uma renovação de frota, beneficiando o sistema de transporte que está aí.

O Nélio falou dessa questão, e essa questão é uma questão real, é uma questão que nós temos enfrentado, a seção de transporte de carga da Confederação Nacional do Transporte tem enfrentado isso e juntamente com a seção de autônomos, por quê? Porque isso é uma coisa que interessa tanto ao autônomo como interessa também para a seção de transportes de cargas da Confederação.

O projeto, quando fala regulamentar a profissão do motorista, ele é um projeto amplo, e essa questão é uma questão muito complexa. Aliás, as audiências públicas, aqui, já mostraram que esta é uma questão complexa, não é uma questão que basta dizer: "Olha, o motorista vai trabalhar seis horas, o motorista profissional é esse, esse, esse e esse". Ele é tão abrangente que pega o motorista profissional dos Srs. Senadores que estão aqui, pega o motorista profissional da madame, pega o motorista profissional da ambulância, da casa funerária; todo mundo é motorista profissional. Não pega apenas o motorista profissional do ônibus e do caminhão, pega todos.

Então, não há, na minha opinião, a possibilidade da se fazer uma regulamentação genérica, como a que está colocada no projeto. Nós já colocamos isso aqui outra vez e dissemos o seguinte: isso aqui precisa ser discutido, é necessário fazer uma regulamentação? É. Não há, no meu modo de ver, nenhuma contradição, em que se faça uma regulamentação ao mesmo tempo, no mesmo Projeto de Lei da questão do autônomo e da questão do motorista e empregado.

Nós temos discuto, nós tivemos uma reunião, no Festino falou aqui, nós tivemos uma com a CNTTT, juntamente com a Central Sindical, a Nova Central Sindical, para discutir essa questão, mas nós entendemos que isso precisa ser buscado, precisam ser buscadas regras diferenciadas; as coisas que são diferentes precisam ser tratadas de forma diferente. Ou seja, o motorista que trabalha... Vou falar do motorista de carga. Isso vale também para o motorista de ônibus. O motorista que trabalha no tráfego urbano não tem que ter o mesmo tratamento do motorista que trabalha fazendo transporte de carga de São Paulo até Recife, até Belém, porque é um tráfego de longa distância.

Como é que os Estados Unidos tratam isso? Os Estados Unidos tratam isso de uma forma diferente, os Estados Unidos tratam essa questão como tempo de direção e tempo de descanso, e obriga, por exemplo, quando se vetou o 2.660, que eu acho que está sendo resgatado pelo Senador Paulo Paim no projeto e acredito que, agora, ele vá ser corrigido, aquela filigrana de dizer que não usou a linguagem do código, eu acho que os senadores que estão aqui podem legislar, usar a linguagem que quiserem, não precisam obedecer à linguagem do Código de Trânsito, mas podem até vir a corrigir essa filigrana para não ferir as pessoas lá do Executivo, que querem se valer dessa filigrana, para não haver um novo veto, corrigir e colocar a questão... na mesma linguagem do Código. Mas, corrigindo isso, aquela questão, por exemplo, do tempo de descanso de dez horas por dia não fere em nada o tempo entre a jornada de trabalho. Por quê? Porque é uma regra que estava sendo colocado no Código de Trânsito, é um tempo de descanso.

Nos Estados Unidos, a legislação diz exatamente isto: a cada 24 horas, tem que ter dez horas de descanso. Diz lá que as jornadas, o motorista pode fazer jornada de até 14 horas num dia, mas ele não pode iniciar uma jornada de oito, senão depois de uma jornada de descanso de dez horas.

Como ele tem que fazer as paradas de descanso, ele tem que ter os tempos de descanso, embora ela tenha 14 horas que ele pode funcionar durante o dia, no final do dia, não vai trabalhar mais de oito horas, não vai dirigir mais de que oito horas.

Então, é com um mecanismo dessa forma que nós entendemos que isso deva ser tratado. Nos Estados Unidos, também esse tempo de jornada, esse tempo de direção e esse tempo de descanso se aplicam ao trabalho e às viagens longas; até 100 milhas, aplica-se a regra geral de jornada de trabalho, que é do trabalhador urbano.

Então, nós precisamos tratar diferente o transporte de carga, que é feito dentro da cidade, e até uma determinada distância, e ter uma regra diferenciada para quem faz longas jornadas.

A proposta dos autônomos, que vem lá do Lite(F), do Neuri, falando do Rio Grande do Sul, em 750 km por dia, é esse tipo de criatividade que nós temos que ter. Qual é o tempo que o motorista pode dirigir numa longa jornada? Qual é o tempo de trabalho que ele vai fazer? São 750 km. Não sei, o Neuto, que é o técnico, fez uma continha ali, mandou passar aqui para mim, dizendo isso dá de 12 a 13 horas de trabalho por dia. É esse o limite?

Então, eu acho que essas questões nós temos que discutir dentro, nesse grupo de trabalho, mas nós temos que discutir isso, e foi feita uma proposta, o Festino falou em fazer uma discussão, aqui, compartilhada, por setores, dividida por setores, e acho que esse é realmente o caminho, e não é apenas discutir isso com os setores de transporte, nós temos que discutir os autônomos, nós temos uma realidade. Como é que nós vamos tratar o autônomo? Porque, se nós

discutirmos só jornada de trabalho, o autônomo vai continuar livre para dirigir da mesma forma. Para ele, vai valer o quê? Só a regra de tempo de direção, colocada no Código de Trânsito, porque não tem jornada de trabalho, ele não é empregado de ninguém, ele não tem jornada de trabalho, ele não tem controle de jornada de trabalho.

Ninguém pode proibir que o médico, o advogado, o dentista trabalhe mais que oito horas por dia, na casa dele, no consultório dele; não há lei que proíba esse tipo de coisa. Então, não é por aí que nós vamos fazer. Agora, tempo de direção, por uma questão de segurança nas estradas, para combater esse problema sério, que tem aí tido denúncias, essa movimentação do Ministério Público, em razão do uso de drogas, de anfetaminas, que foi falado aqui, isto é válido? É válido. Então, vamos combater. E há uma disposição óbvia da CNT de participar disso.

Agora, nós queríamos lembrar, senador, que, além dessas audiências públicas setoriais, regionais, que o senhor está fazendo, e eu acho que isso é correto, isso tem que ser feito, fez no Rio Grande do Sul, seria conveniente fazer no Rio de Janeiro, São Paulo [soa a campainha], Minas, estados que têm grande importância, são pólos geradores de transporte e que precisam participar dessa discussão. Eu acho que é importante, dada a amplitude do projeto, como eu disse, que não abrange apenas o caminhoneiro, o motorista de ônibus, trazer outros atores para cá, porque, quando se fala em motorista, não é só empresa de transporte de carga que contratada motorista e não é só a empresa de transporte de carga que contrata o autônomo. A indústria contrata o motorista, a indústria contrata o autônomo. Ela contrata o motorista como empregado e contrata o motorista autônomo para fazer seu próprio transporte.

A CNI foi convidada? Precisa ser convidada, precisa discutir. A Confederação do Comércio, os grandes atacadistas, aliás, não só os grandes atacadistas, qualquer empresa de comércio, casa de material de construção, todas elas têm lá seu veículo e têm seu motorista. Eles vieram discutir? Isso vai ter reflexo econômico também para eles. Quando se fala em aumento de hora extra, redução da jornada de trabalho para seis horas, quando se fala em penosidade, adicional, tudo isso representa custo Brasil, e esse custo Brasil não vai atingir apenas as empresas de transportes, esse custo vai atingir a agricultura, e agricultura, a Confederação Nacional da Agricultura está sendo convocada para essa discussão?

O escoamento da safra, que é feito no Brasil e é feito, na sua grande maioria, por caminhão, e aí não é uma questão de nós discutirmos aqui a matriz de transportes do país, ela está errada ou está certa. É a matriz que nós temos e temos que conviver com ela e por algum tempo, nós não vamos fazer ferrovias em menos de 20 anos, nós não vamos fazer hidrovias em menos de 20 anos, nós vamos conviver com o caminhão transportando safra por um longo tempo, e o país precisa desenvolver mecanismo para transportar esse tráfego, para escoar sua riqueza, para trazer divisas para o país, e isso tudo tem custo.

Se nós, simplesmente, analisarmos sobre esse aspecto, tudo isso tem custo. O país suporta a exportação? Nossa concorrência lá fora dá para enfrentar tudo isso? Nós queremos, nós sabemos qual é isso? O Neuto vai falar um pouco sobre essas questões de custos em seguida.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ele vai falar na segunda Mesa o mesmo tempo que o senhor teve.

SR. MARCOS AURÉLIO RIBEIRO: Está perfeito. Então, como ele vai falar sobre isso, eu não vou entrar nessa questão.

Eu queria dizer que nós precisamos analisar, junto com a CNTTT, se nós queremos todos esses benefícios para os trabalhadores. Queremos. Agora, o benefício é possível, na medida em que ele é possível ser suportado, na medida em que as empresas suportam, que o país suporta, porque custo Brasil nós vamos exportar emprego e nós não queremos exportar emprego, não queremos que a China fique feliz, produzindo mais. Por quê? Porque não tem o mesmo custo que tem o Brasil, o mesmo custo que têm os Estados Unidos, o mesmo custo que têm os países da Europa.

Então, é importante fazer isso? É. Agora, acredito que mais vai gerar emprego o crescimento do país. Tudo aquilo que contribuir para o crescimento do país é importante. E também é importante, óbvio, salvar vidas, dar segurança para o povo, dar segurança para toda a sociedade, porque não faz sentido, também, o custo de ter, a qualquer custo, e, principalmente, ao custo de vidas humanas e acidentes, você ter um frete baixo e ter um salário baixo e explorar o motorista.

Nossas empresas são contra essa situação. Isso precisa ser resolvido. Mas precisa ser resolvido de uma forma sadia e como está sendo discutida aqui. A discussão, obviamente, é de contribuir e colaborar. Aproveito para dizer o seguinte: olha, nessa questão do tempo de jornada do motorista, há uma questão importantíssima, quando se trata de longa jornada. As empresas poderiam se valer, e algumas até tentam se valer, de uma dupla de motoristas, que carece de uma regulamentação, isso não tem regulamentação, hoje.

O que é que acontece, na Justiça do Trabalho, quando uma empresa acaba utilizando dois motoris-

tas para dirigir um mesmo caminhão? Porque a gente tem que pensar que, do ponto de vista econômico, o caminhão não tem por que ficar parado, o ideal é que o caminhão rodasse 24 horas, o que tem que ficar parado e descansar é o motorista. O ideal é que a máquina continue rodando; com dois motoristas, ela pode rodar muito mais, e, em sendo assim, isso carece, hoje, de uma regulamentação.

No avião, no transporte aéreo, existe aquela equipe que fica de reserva, tem uma regulamentação; no marítimo, isso tem regulamentação. É o caso da buscar também uma regulamentação para a jornada de motorista, de tal forma que aquele que não está dirigindo, aquele que não está trabalhando, no momento em que ele não está, receba um valor diferenciado, o tempo de descanso [soa a campainha] também seja considerado como tempo de descanso, de tal forma que isso viabilize economicamente o maior uso da máquina, e não encarecendo, como hoje acontece, que a empresa que utilizar é penalizada, com o motorista ficando à disposição 24 horas e pagar 24 horas, oito de hora normal e 16 de hora extra, é inviável economicamente.

Eu agradeço e me coloco à disposição para novas participações [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Cumprimentamos a exposição do Dr. Marcos Aurélio Ribeiro, CNT. E registramos, também, que está presente o secretario geral da CNTTT, Jaime Bueno de Aguiar, representando o Presidente Omar José Gomes.

Antes de eu montar a segunda Mesa, o Botelho me pediu, aqui, um minutinho, e eu concordei com ele, para que ele possa fazer alguns registros.

SR. NÉLIO SEBASTIÃO BOTELHO: Senador, pela importância desta Audiência Pública e com bastante sacrifício, estão aqui presentes, representando o Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga no Território Nacional seus respectivos presidentes dos sindicatos do Estado de Alagoas, Palmeira dos Índios, em Alagoas; Rio Largo, em Alagoas; Feira de Santana, na Bahia; Luís Eduardo Magalhães, na Bahia; Fortaleza, no Ceará; Juazeiro do Norte, no Ceará; Goiânia, em Goiás; Catalão, em Goiás; Uberlândia, Minas Gerais; Patos de Minas, Minas Gerais; Unaí, Minas Gerais; Arcos, Minas Gerais; Russas, Ceará; Tabuleiro do Norte, no Ceará; Distrito Federal; Linhares, no Espírito Santo; Colatina, no Espírito Santo; Sindicato Estadual do Tocantins; Varginha, Minas Gerais; Ponta Grossa, Paraná; Apucarana, Paraná; São José dos Pinhais, Paraná; Toledo, Paraná; Astorga, Paraná; Campo Mourão, no Paraná; Divinópolis, Minas Gerais; Belo Horizonte, Minas Gerais; Juiz de Fora, Minas Gerais; Governador Valadares, Minas Gerais; Itanhandu, Minas Gerais; São Sebastião do Paraíso, Minas Gerais; Porto Alegre, Rio Grande do Sul; Santa Maria, Rio Grande do Sul; Cruz Alta, no Rio Grande do Sul; Mato Castelhano, no Rio Grande do Sul; Ronda Alta, Rio Grande do Sul; Ijuí, Rio Grande do Sul; Criciúma, Santa Catarina; Francisco Beltrão, no Paraná; Guarapuava, no Paraná; Campina Grande, na Paraíba; Sindicato Estadual de Pernambuco; Caruaru, Pernambuco; Teresina, no Piauí; Sindicato Estadual do Rio de Janeiro; Volta Redonda, Rio de Janeiro; Três Rios, Rio de Janeiro; Cabo Frio, Rio de Janeiro; Marília, São Paulo; Presidente Prudente, São Paulo; Concórdia, Santa Catarina; Lajes, Santa Catarina; Chapecó, Santa Catarina; Xanxerê, Santa Catarina; Maravilha, Santa Catarina; São Miguel do Oeste, Santa Catarina; Sindicato Estadual de Sergipe, no Estado de Sergipe; São José dos Campos, São Paulo; Guarulhos, São Paulo; Bebedouro, São Paulo; Ourinhos, São Paulo; e São José do Rio Preto, São Paulo, que eu agradeço pela convocação, muito obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. O Luis Antonio quer fazer um registro rápido.

SR. LUIS ANTONIO FESTINO: Eu só queria ressaltar que está presente a Federação do Mato Grosso, através do Almir, o José Célio, Federação de Minas Gerais, Federação de São Paulo, Federação Goiás e Tocantins também estão presentes, e o José Augusto, do Fórum Sindical dos Trabalhadores está também prestigiando, é do comércio, mas está prestigiando, também, a audiência [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Do Fórum Sindical dos Trabalhadores está o José Augusto da Silva Filho. O José Augusto, que tem estado conosco aí nessas viagens pelo Brasil, no debate também das 40 horas, da regulamentação da profissão do comerciário e dos projetos da Previdência, do fim do fator previdenciário e o reajuste.

Eu quero, também, registrar aqui e recebi a ATR Brasil, Valmir Brustolin, diretor, e o Abel vai estar na segunda Mesa. Então, não precisa registrar, vou convidá-lo aqui.

Eu convidaria, neste momento, para que os companheiros que estão na Mesa retornassem para o Plenário, os que vêm para cá cedem o lugar.

Convido, de imediato, o Luiz Alberto Mincarone, que já cede o lugar; o Dr. Neuto Gonçalves, NTC. Peço que os convidados sentem aqui na primeira fila, para participar dos debates.

O Abel Paré, que me deu um cartão, está sendo aqui convidado também. E o Jerry Adriane Dias Rodrigues. Por favor, para a Mesa, Jerry Adriane Rodrigues,

da Polícia Rodoviária Federal, que é inspetor chefe da Divisão de Multas e Penalidades do Departamento da Polícia Federal.

Como havíamos combinado, essa é a segunda Mesa, e, depois, vamos estabelecer o debate. Eu vou, de imediato, como ele estava, inclusive, previsto falar na segunda Mesa, entrou nessa, eu vou passar a palavra para o Sr. Jerry Adriane Dias Rodrigues, inspetor chefe da Divisão de Multas e Penalidades do Departamento da Polícia Rodoviária Federal.

SR. JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES: Nosso bom dia--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu só peço aos convidados que sentem na primeira Mesa, os que estavam aqui no painel.

SR. JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES: Bomdia, Senador Paim. É um prazer nós podermos estar juntos aqui, nós estivemos em outra oportunidade, participando, o ano passado, desse trabalho, dessa discussão, e eu acho fundamental a participação de todos, até porque, quando nós falamos em transporte, falamos em trânsito, falamos de vidas, que andam para lá e para cá, produção, trabalho, e, com isso, nós temos renda, também.

A Polícia Rodoviária Federal está aqui, às vezes, numa situação um pouco difícil de discutir o assunto, porque nós estamos aqui como representantes do Estado, mas representantes da sociedade. Às vezes, parece que há certa dicotomia, uma separação entre a sociedade e o Estado. O Estado é a sociedade organizada e, como tal, tem um compromisso grande de manter a harmonia, dentro daquilo que está descrito como sua atribuição.

O Brasil, como estabeleceu o modal rodoviário, como seu principal sistema de transporte, fez com que nós chegássemos, hoje, numa situação bastante difícil. Eu, pessoalmente, trabalho há 15 anos na Polícia Rodoviária Federal e, ao longo desses 15 anos, eu tenho visto de tudo um pouco. Trabalhei cerca de dez diretamente na pista e, hoje, estou chefiando a Divisão de Multas e Penalidades, que tem a responsabilidade de normatizar e padronizar a fiscalização no Brasil inteiro, pela Polícia Rodoviária Federal.

Então, essa é uma responsabilidade muito grande, e essa experiência foi importante. Acompanhei, durante muitos anos, o trabalho dos caminhoneiros, inclusive, tem algumas situações que eu quero rapidamente comentar, aqui, que demonstram a preocupação que todos devem ter com relação a isso.

Lembro de ter pego uma carona, lá no Rio Grande do Sul, sou de lá também, senador. E eu peguei uma carona de um caminhoneiro, trabalhava numa cidade e ia para outra, e esse caminhoneiro tinha uma Scania, um jacaré, todo mundo, os caminhoneiros aí conhecem o jacaré, e eu lembro daquele caminhão, lá com toda a dificuldade, e, de repente, deu um problema no pneu, estourou o pneu, e aquele caminhoneiro, num sol quente de janeiro, estava lá, com toda a dificuldade, para trocar o pneu. Um veículo já ultrapassado, para a finalidade que se propõe, mas ele estava lá, produzindo para sua família e transportando riqueza. E toda dificuldade que ele enfrentava.

Em outra ocasião, numa madrugada, eu lembro que nós fomos chamados para uma situação de emergência. Havia um veículo parado sobre a pista, numa curva, por volta de 1 hora da madrugada. Deslocamos uma viatura para lá e encontramos um caminhão com as cortinas fechadas, e a pessoa dormindo dentro do veículo, numa curva. Havia vários sinais da frenagem naquele local, que a gente percebeu que muitos veículos que passaram por ali, inclusive outros caminhões, quase colidiram com ele, pela circunstância em que ele estava. Demorei acho que aproximadamente quase dez minutos para conseguir acordar essa pessoa.

Depois que eu consegui acordá-lo e dizer para ele que ele estava em cima de uma pista e estava em risco de acidente, pedi que ele me acompanhasse até o posto, para que nós pudéssemos ver o que estava acontecendo. E a alegação dele, naquele momento, e aqui não quero exercer nenhum juízo de valor pró ou contra quem quer que seja, mas apenas o fato que presenciei, naquela situação, em que ele disse que ele tinha 20 horas para fazer uma viagem de São Paulo a Santana do Livramento. Ele estava lá a aproximadamente 170 km de Livramento.

Então, isso demonstra, de alguma forma, que algo estava errado: ou ele estava, por conta própria, dirigindo a todo aquele tempo, forçando, ou ele havia sido forçado, pelas circunstâncias, a dirigir de tal forma, que ele estava tão cansado que ele sequer se atinou de que ele estava parando sobre a pista. Então, isso é preocupante.

Quando nós chegamos às situações, e eu tenho certeza de que cada um aqui, principalmente os caminhoneiros que andam por aí, não somente os caminhoneiros, os motoristas do ônibus e todos aqueles que viajam pelo país sabem a dificuldade que é o trânsito no nosso país. Toda a dificuldade, em termos de tempo, em termos de rodovias, e algo tem que ser feito.

Então, eu parabenizo pela iniciativa e quero fazer, rapidamente, alguns comentários; um deles, foi comentado, aqui, sobre o PL 2.606, como alguém técnico que trabalha diretamente na interpretação e na aplicação da norma ao caso concreto, efetivamente, o POLICIAL, ele tinha algumas falhas, e só um comentário rápido. Por exemplo, veículo de carga e caminhão,

embora caminhão seja um veículo de carga, nem todo veículo de carga é caminhão, então, na hora de aplicar a norma, se isso não ficar claro, há uma dificuldade muito grande.

Quem aplica a norma, e só na hora de aplicar é que a gente percebe essa dificuldade. Tanto que eu tenho tido a oportunidade de participar de algumas discussões sobre alteração do Código de Trânsito, e, pela experiência de pista, de quem aplica, eu tenho solicitado que tomem cuidado com isso, porque nós, agentes públicos, nós temos que respeitar o princípio de legalidade. Então, nós não podemos analisar as coisas de uma forma mais genérica, nós temos que aplicar o princípio da legalidade.

Então, aquilo que está escrito é o que vai valer. Então, eu peço muita atenção por isso, tanto que, no PL 2.872, que hoje já passou pela Comissão de Viação e Transporte, a redação que foi dada lá, ela procurou respeitar essa questão técnica, sem fugir muito daquilo que o PL 2.660, ele trabalhou.

E uma das preocupações em cima do PL 2.606 é de que ele não trouxe as 10 horas, e aí, agora, falando como agente fiscalizador e com a responsabilidade que a Polícia Rodoviária Federal tem de fazer a fiscalização. Somente 30 minutos de intervalo, sem ter dez horas ou qual horário que seja, ele não tem finalidade nenhuma, muito pelo contrário, se ficasse do jeito que estava, e aqui o alerta de quem fiscaliza, se ficasse do jeito que estava, a responsabilidade pelos acidentes que estão acontecendo ficaria na mão do condutor e da fiscalização; isso não é o ideal.

Então, é essa preocupação que nós temos, sem pesar, aqui, nenhuma questão sobre qual lado que deve ter sua posição válida, agora, a preocupação de quem fiscaliza é esta: se não tiver um intervalo maior, realmente, não há eficiência para a fiscalização, não somente para a fiscalização, mas para o descanso do motorista.

Outra informação que nos causou certa preocupação, aqui, e, às vezes, nós trabalhamos, e não percebemos isso. Foi colocado, aqui, que 5% dos veículos do Brasil são caminhões reboque e semirreboque e, aproximadamente, 1,3% são ônibus, correto? Essa informação procede? Muito bem. Isso nos preocupou ainda mais, senador, porque, pelo que nós fizemos um levantamento preliminar, mais de 30% dos acidentes que ocorrem nas rodovias federais envolvem ônibus e caminhões.

Então, isso nos preocupou bastante, porque, se o percentual pequeno de veículos está envolvido num grande número de acidentes, isso demonstra que, realmente, algo precisa ser feito. E esse debate é importante. Claro que, na hora de levantar a causa dos acidentes, pode-se pensar que a culpa foi exclusiva do motorista, nem sempre, às vezes, as condições em que ele foi colocado.

Isso tanto é verdade, nós fizemos um levantamento de que 70%, aproximadamente, das causas de acidentes ou é por falta de atenção ou por motivo indeterminado, ou seja, quando o agente, na hora em que vai atender o acidente, não consegue determinar a causa. Então, essa indeterminação pode levar a uma série de questionamentos sobre realmente a efetiva causa desse acidente.

Então, é importante se fazer um trabalho mais dedicado. A Polícia Rodoviária Federal está desenvolvendo um projeto, agora, em relação a atendimento e acidentes, para tornar isso mais técnico, para que se chegue efetivamente à causa do acidente, para que ela, assim sabendo, efetivamente, a causa, nós possamos trabalhar na cura.

Agora, temos certeza, isso sim, que o cansaço e as dificuldades no trânsito são, sim, causas importantes de acidentes. Nós tivemos, entre 2006 e 2008, mais ou menos 80 mil acidentes, envolvendo ônibus e caminhões; ônibus no sentido genérico e caminhão também.

Então, isso é preocupante, porque, se nós estamos aumentando o percentual de acidentes, envolvendo esses veículos, eu tive informação da área de estatística nossa de que esse percentual, em alguns lugares, chega a 50% do número do acidentes que ocorrem, ou seja, sempre tem um ônibus ou um caminhão envolvido. Então, realmente é necessário que se faça algo.

Um detalhe importante, que nós verificamos que 20% dos acidentes, aproximadamente, ocorrem entre oito horas da noite e seis horas da manhã. É certo que muita coisa tem que ser transportada neste horário, isso é certo. Não há como esquecer que o Brasil não para, 24 horas por dia; se tivesse 25, o Brasil continuaria agindo. Isso é bom, porque o Brasil está produzindo. Mas este horário, efetivamente, é um horário que causa acidentes.

Agora, é curioso que nós fazemos um levantamento e verificamos que aproximadamente 70% dos acidentes ou 80% dos acidentes ocorrem no horário que seria um horário normal de trabalho, ou seja, de seis da manhã até 20 horas, um horário que ou a pessoa começa mais cedo ou começa mais tarde. E isso demonstra que o cansaço, e, às vezes, a pessoa não está parando, ele atravessa a noite na estrada, e isso é um risco muito grande, porque, depois de um determinado tempo dirigindo, o cansaço toma conta.

A gente que trabalha e trabalhei na pista e tendo que trabalhar 24 horas por dia, é um horário de esca-

la de um policial rodoviário federal, a gente sabe que isso é impraticável alguém ter condição de dirigir, se ele não tiver um tempo de descanso.

E, aqui, eu quero completar, comentando essa situação em que a Polícia Rodoviária Federal se coloca, porque, como um agente fiscalizador, nem sempre a situação em que se encontra, com quem trafega, com quem dirige é a melhor, principalmente quando ocorre uma situação de infração ou qualquer outro acidente, às vezes, este encontro não é o melhor, mas eu quero dizer que a Polícia Rodoviária Federal, como representante do Estado e da sociedade, ela tem esse compromisso de ser um parceiro, um parceiro de todos aqueles que trafegam pela rodovia, e nós temos que buscar isso. Precisamos trabalhar para que haja maior profissionalismo de quem está fiscalizando, para que nós possamos, realmente, detectar as dificuldades que existem lá e poder trabalhar para melhorar.

Inclusive, teve uma situação em que eu estava trabalhando, ainda na pista, e foi solicitado num atendimento de emergência e cheguei até um lugar entre lá Rosário do Sul e Alegrete, porque ali, quase 100 km, não tem nada, e essa é outra grande preocupação para os motoristas terem um lugar onde parar. E, lá no meio desse nada, havia uma família que havia ficado com um veículo estragado lá, deu problema, deu uma pane no veículo, e não tinha ninguém. E passou acho que um caminhoneiro ou um motorista de ônibus, viu aquilo lá, chegou lá no posto, nós chegamos e fomos lá para atender, demos carona para essa pessoa, providenciarmos um guincho para levar, e ela disse assim: "Olha, eu quero falar aqui que eu vou chegar lá e falar para meu pai que a Polícia Rodoviária Federal não está aqui só para multar, ela ajuda também, quando necessário". E eu acho que isso não pode se perder. E a participação dos motoristas de ônibus, qualquer motorista, que eles detectarem um problema, seja de alguém dirigindo de forma perigosa, e avisar a Polícia Rodoviária Federal, com certeza nós teremos condições, às vezes, de evitar que algo aconteça. Às vezes, a pessoa está com tanta pressa, passa por algum problema, não comunica, e isso acaba prejudicando [soa a campainha].

Muito obrigado pela atenção, e a gente está aqui à disposição, para ajudar no que for necessário [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra ao Dr. Neuto Gonçalves--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Senador Paulo Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Só pela ordem. Eu gostaria de me desculpar com V. Exa., com os expositores e com aqueles que estão acompanhando esta Audiência Pública, porque, agora, nós temos, da minha parte, a gente tem a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que começa às 11 horas, e nós temos vários projetos lá que têm que ser apreciados, então, eu me desculpo, realmente, por ter que me retirar.

Eu só quero dizer que apreciei sobremaneira a Mesa anterior, que acompanhei quase na totalidade, também esta Mesa, sem dúvida, vai contribuir muito para o debate. Quero cumprimentar a todos, de uma maneira particular, os amigos do Paraná, com quem eu já tinha, com vários deles, pelo menos me encontrado no aeroporto, na manhã de ontem, quando estavam se dirigindo a Brasília, justamente para participar desta Audiência Pública.

E dizer que eu estou à disposição, quer dizer, estou à disposição para colaborar, para ajudar o que for necessário ser feito. Parece, inclusive, Sr. Presidente, que nós poderíamos, junto com todos que estão aqui presentes, na sequência, num grupo de trabalho, verificarmos aquilo que é praticamente consensual, o bom-senso indica que muitas coisas têm que acontecer. Então, não há dúvidas em relação a isso.

Parece, se nós misturarmos esses pontos com outros que causem polêmicas, em termos de custo Brasil, em termos de debates maiores, nós vamos talvez prejudicar avanços importantes que poderiam acontecer, se nós separássemos as coisas. Por exemplo, agora há pouco, foi colocada, de maneira muito contundente e adequada, a necessidade desta organização sindical no Brasil inteiro.

Então, isso, todos nós concordamos e isto, inclusive, não sei até que ponto que depende de legislação, depende da organização do povo, quer dizer, o povo perceber que isso é importante, as pessoas interessadas, e, realmente, é essencial para o caminhoneiro, para o transportador, para o motorista, para as famílias e para todos.

Outras situações são consensuais. Então, talvez, se pudéssemos pensar assim: "Vamos aprovar bastante coisa importante, necessária, de imediato". Esse grupo de trabalho indicaria o que é importante nesse sentido. Outras coisas vamos dizer que dependeriam de estudos e debates, inclusive com a sugestão que foi dada, de se trazer vários setores, para que haja vários pontos de vista.

Eu acho que sentar-se numa Mesa, isto é importante, e outras coisas que dependem, inclusive, de um debate com toda a sociedade, por exemplo, redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40; se nós colocarmos isso nos debates aqui, eu acho que isso invia-

biliza o atendimento das necessidades dos motoristas, de uma maneira geral, não que sejamos contra ou a favor. Mas há, vamos dizer assim, uma contaminação por algo que é da sociedade toda, e não específico, em relação à matéria.

Então, da minha parte, eu considero fundamental, do ponto de vista, como novamente foi colocado, de maneira tão adequada pela Polícia Rodoviária Federal, através do Jerry, que é segurança, é apoio, mas é muita coisa, assim, que nós temos que, de imediato, melhorar muita coisa, como já foi apresentado, agora há pouco, pelos expositores da outra Mesa.

Então, só sugestão, Sr. Presidente. Lamentando não poder participar, mas quero colaborar, quero ajudar. Eu penso que esta Comissão e a subcomissão desta Comissão, que é a Subcomissão de Trabalho, que nós possamos, assim, num grupo pequeno, representativo, como desdobramento desta Audiência Pública, me parece, salvo melhor juízo, dividimos e pensarmos, assim, porque é que nem foi colocado antes, pararmos de 'andar na maionese' e dizermos o que a gente pode fazer de imediato e, depois, tantas coisas que eu tenho absoluta certeza de que não haveria controvérsia alguma, com muitos aspectos que foram levados.

Obrigado. Me desculpe. E deixo um abraço muito especial em todo, em todos do Brasil e, particularmente, no Paraná. Eu sempre digo e ontem me encontrei com as pessoas, eu digo: "Olha, sempre disse isso e disse já publicamente, várias vezes, que, se eu não fosse o que eu sou, eu seria caminhoneiro". Obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está pedindo para você assinar a ficha do Sindicato dos Caminhoneiros já [risos]. Mas, Senador Flávio Arns, permita só, antes que V. Exa. saia, só dizer que a intenção, esta já é a sétima Audiência Pública, é de trabalhar exatamente na forma que V. Exa. sintetizou, esse é o espírito do trabalho que nós estamos fazendo até o momento. E quem fazermos até uma Audiência Pública lá no Paraná, com a presença de V. Exa., reunindo os setores, e, no fim desses ciclos de audiências públicas, nós vamos ver aquilo que é consenso; aquilo que entendemos que depende até de norma, que tem que ser regulamentada pelo próprio setor, lá no Executivo; aquilo que deve ser um Projeto de Lei específico; aquilo que pode ser uma norma geral, que atenda a todos. Esse é o espírito. Inclusive com o grupo de trabalho que vai dar a palavra final, tanto que nós, até o momento, não fizemos nenhuma minuta, só levantamos o tema para o debate.

Então, V. Exa. está de parabéns, pegou exatamente o espírito das audiências públicas e do projeto que nós apresentamos.

Eu gostaria, também, antes que... Senador Flávio Arns, antes que V. Exa. saia, eu sei que ele vai voltar, mas diga para ele que eu faço questão de destacar, aqui, que estiveram conosco o Senador César Borges, veio aqui e falou comigo, disse que é parceiro nessa batalha e vai voltar aqui depois. Então, quero dar uma salva de palmas para o César Borges, para a Valdir Raupp e para a Ideli, que esteve aqui também.

Vou passar, de imediato, a palavra para o Sr. Dr. Neuto Gonçalves, NTC.

SR. NEUTO GONÇALVES DOS REIS: Exmo. Sr. Senador, demais componentes da Mesa, Srs. Senadores e Senadoras, meus senhores e minhas senhoras, como o Dr. Marcos Aurélio já havia adiantado... Som, por favor.

Como o meu colega Marcos Aurélio já havia adiantado, há uma série de mudanças na legislação que têm impactos sobre o custo do transporte, têm impacto sobre o custo Brasil, têm impacto sobre o nível de preços e têm impacto sobre a perda de competitividade do Brasil no exterior.

É claro que todas essas legislações são necessárias, do ponto de vista de saúde, do ponto de vista de segurança, mas é preciso que se faça uma análise econômica dessas medidas. Então, nós vamos falar, aqui, do impacto das mudanças na legislação sobre o custo de transporte; é uma análise preliminar, ainda sujeita a aperfeiçoamentos, a aprofundamentos, inclusive correções. Próximo, por favor.

Foi um estudo realizado pela nossa equipe técnica, da NTC & Logística, nós somos um grupo de engenheiros, de economistas, de professores e de consultores, todos altamente especializados em custos de transporte, em índices de custos de transportes e assuntos relacionados a fretes. Próximo, por favor.

As mudanças que nós consideramos nesse estudo foram: essa redução de jornada do motorista para seis horas, que está aí no projeto do Paulo Paim; o adicional de periculosidade de 30%, que também está; a redução geral da jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas, que tem aí um PEC tramitando sobre o assunto; e também o novo critério de cálculo aí do fator acidentário de prevenção de acidentes, que impacta nossa folha de encargos sociais e eleva nossa contribuição nesse aspecto. Próximo.

Como o transporte tem uma série de serviços, transporte não é um só, cada serviço tem suas peculiaridades, nós escolhemos aí para análise dois dos mais importantes, o primeiro é o serviço de lotação, ou seja, a carga completa, aquela transferência de

carga ponto a ponto. Ou seja, você tem uma origem, você tem um destino, você lota o caminhão na origem e transfere esse caminhão para o destino.

Por exemplo, você lota o caminhão numa indústria e vai transferir para um centro de distribuição. E o ponto de partida para essa análise foi a matriz, que nós já temos há vários anos, do INCTL, Índice Nacional do Custo de Transporte de Lotação.

Então, nós fizemos simulações, utilizando essa matriz como ponto de partida. Analisamos também o impacto sobre a carga fracionada, que, na verdade, é aquele serviço onde o transportador, usando veículos menores, ele coleta a mercadoria na casa do cliente, ele leva isso lá para seu terminal, faz todo um trabalho de triagem, lota caminhões grandes, faz a transferência para o terminal de destino, lá, novamente, ele vai triar a mercadoria, vai colocar em caminhões menores e vai entregar na casa do destinatário.

Obviamente que é uma operação muito mais complexa e que envolve muito mais mão de obra do que o serviço de lotação. Próximo, por favor.

Começamos aí, fazendo uma análise do impacto da redução sobre a jornada, sobre a redução da jornada de trabalho de 40 para 44 horas, e, ali, para efeito de análise, a gente usou três distâncias, a mínima de 50 km, a máxima de seis mil km e, no meio, ali, 800 km, que a gente chama de média. Na verdade é a moda, é onde se concentra a maioria das distâncias das viagens de caminhão. E, ali, para a carga fracionada, onde realmente pesa mais, onde usa mais mão de obra, na média, o impacto é o encarecimento do custo de 4,34%, na lotação, na média, encarecimento de 1,96%.

Então, nós estamos fazendo aí, como hipótese de cálculo, um aumento de 10% no quadro do pessoal, com isso, a gente consegue manter o mesmo volume de produção e a mesma frota. Quer dizer, não precisaríamos comprar mais caminhões e nem reduzir o tempo de utilização desse caminhão, o que encareceria muito o custo. E, como hipótese de cálculo, que essa empresa opera com frota própria. Próximo, por favor.

Ali, nós estamos analisando o fator acidentário de prevenção, que já está em vigor, em que nossa contribuição sindical, nossa contribuição sobre encargo social deixou de ser 3%, e, de acordo com pesquisas preliminares nossas, ela passaria a ser 5,2%; 3% era um valor fixo, mas, agora, vai ser analisado caso a caso, cada empresa vai ter seu fator. E nossa inclusão é de que haveria essa elevação de 3% para 5,2%. Então, nossa folha teria encargos sociais que hoje são de 99,18%, e isso passaria para 101,32%. Próximo. Volta um pouquinho. Volta no outro.

Então, isso tem um impacto sobre o custo, no caso da carga fracionada, 0,52%; e, no caso da lotação, 0,22%. É um impacto pequeno, mas ele existe. Próximo.

Aqui, nós vamos entrar na jornada e na penosidade, jornada de seis horas, adicional de penosidade de 30%, e nossa hipótese de cálculo é que vamos manter as mesmas 220 horas trabalhadas, que é o que a gente tomou como base, 22 dias, durante dez horas. É claro que é isso para empresa que cumpre rigorosamente a lei trabalhista, tem empresa aí que trabalha muito mais do que isso, mas, para ser conservadores, nós estamos trabalhando com essas 220 horas, e o impacto na carga fracionada, na média, seria aumento de custo de 13,05% e, em lotação, de 16,94%. Próximo.

Aqui, agora, a gente acumula todos esses impactos e chega à conclusão de que, na fracionada, é 16,66%, no lotação, o aumento de custo médio é de 20,32%, e, se eu fizer ali uma média das médias, o impacto médio seria de 18,49%. Próximo, por favor.

E aí a gente fez uma simulação, pensando como é que isso vai impactar sobre o preço do produto na gôndola, sobre o preço final do produto. Começamos, ali, por gêneros de primeira necessidade: arroz, feijão, etc., que são gêneros de baixo preço, onde o frete pesa em média 10%, e, portanto, teria um aumento generalizado, de todos os produtos na gôndola, de 1,85%.

Fizemos, no outro extremo, os produtos de alto valor, tipo automóveis, tipo eletroeletrônicos, e que o frete pesa pouco, 2%, e o aumento seria 0,37%. Em termos de custo médio, o custo logístico do transporte rodoviário no Brasil, segundo dados da COPPEAD, lá da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é 5,6%. Então, na média, teríamos um aumento de preços generalizado de 1,04%, cerca de 1%; parece pouco, mas, na verdade, hoje, a margem de lucro de um supermercado, por exemplo, é menos de 1%, então, isso não teria condição de ser absolvido, o transportador teria que repassar para a indústria, e a indústria vai acabar repassando para o preço, e isso vai chegar no bolso do consumidor.

Eram essas as considerações que eu tinha a fazer. Só passa o próximo, por favor. Agradeço a atenção. E me coloco à disposição, tem ali um e-mail, se alguém quiser todas as planilhas, de todas as memórias de cálculo, elas ficam à disposição. Obrigado a todos [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradecemos o Dr. Neuto Gonçalves, que trouxe mais dados, números, para nossa reflexão, em relação à redação final que queremos dar ao projeto.

Passo a palavra, neste momento, ao Sr. Abel Paré, CTTI ou SERVS(F), e, por último, o Sr. Luiz Alberto Mincarone.

SR. ABEL PARÉ FIGUEIREDO: Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar o Senador Paulo Paim e, cumprimentando o senador, cumprimentar todas as autoridades já nominadas.

Estou na Mesa, autorizado a falar em nome da comissão de entidades que representam o transporte na fronteira, aqui presentes o presidente do Sindicato SINDIMERCOSUL, que é o sindicato da categoria profissional, representa todos os motoristas da área internacional do Rio Grande do Sul e representa o sindicato do SETAL(F), que representa as empresas de armazenagem e logística da fronteira, Uruguaiana, Barro do Quaraim, Itaqui.

E fiz questão de... Creio que, talvez, se for possível, dividir uma parte do meu tempo com um dos dois, para que se possa manifestar, principalmente porque são categorias profissionais, e eu não vi muitos aqui mencionados, e, por isso, fiz questão de mencionar.

Como cooperativa, como representante das cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul, as cooperativas de transporte, nós temos associados, hoje, pessoa física, alguns podem dominar como autônomos, mas nós denominamos como cooperados; pessoa jurídica, que tem, hoje, empresas que são associadas; e cooperativas de motorista.

Então, me sinto muito tranquilo para falar, considerando, no mínimo, dois ou três lados da moeda, em relação ao impacto da proposta de regulamentação. O objeto da audiência.

As cooperativas têm como princípio a primazia do trabalho sobre o capital, ou seja, da pessoa. Então, nada mais natural do que estivesse preocupado exatamente com o que isso representa para os motoristas, para quem efetivamente transporta o Brasil, hoje. Mas acho que cabe uma reflexão, que é diferenciar nossas vontades, que é das condições ideais, com nossas necessidades, as condições ideais para o transporte, de modo geral, em termos de malha rodoviária, hoje, fora de condições, segundo a CNT, mais de 70%; infraestrutura para o país, que eu acho que o Mincarone vai abordar depois, que é onde esses caminhões vão parar, quando esgotar nosso tempo.

E essa pergunta é interessante, porque nós estamos em contato com os motoristas todos os dias, sabemos muito bem o que acontece com eles, quando eles estão cansados e não têm um lugar seguro, por causa de roubo de carga ou porque não têm onde estacionar o caminhão, e mesmo os postos que hoje são concessionados, uma parte, ali onde eles estão instalados, se é concessionado, eles não autorizam, se não abastecer, e assim por diante.

Pois bem, então, diferenciar o que é a necessidade legítima do setor, e a regulamentação é uma necessidade legitima do setor, por isso nós somos muito ativos na regulamentação estabelecida pela Lei 11.442, agora, em trâmite pela Resolução 3.056, da ANTT. Nós participamos e apoiamos, porque, principalmente para evitar aventura, transporte não ser mais uma área de aventura, dada a importância que tem hoje, demonstrado, agora, pelo custo logístico que impacta no consumidor final.

E, quando eu falo de necessidades, eu vou me reportar a quem eu tenho mais intimidade, que são os autônomos, cooperados, vamos colocar assim, que hoje, segundo dados da ANTT, nós somos 57% da frota brasileira, e a média de caminhão dos autônomos 1,3%, quer dizer que são patrões também. Nós não somos um motorista só dono de caminhão, nós também somos patrões.

Como dono de caminhão, eu falo com muita propriedade sobre as cooperativas, porque a média dos sócios que temos lá tem mais de um caminhão, mesmo estando definido como autônomo. Então, eles têm motoristas trabalhando para eles. E, se nós não estamos conseguindo pagar os caminhões hoje, trabalhando, e somos completamente contra sobre a jornada de trabalho, em qualquer atividade, não só a do motorista, mas trabalhando oito, nove, dez horas por dia, para rodar talvez o ponto de partida, de 750 km por dia, seja um ótimo ponto para reflexão, não conseguiríamos muito menos, trabalhando só seis horas.

E a pergunta que me faço, senador, é se, para fins de controle de acidente, que sempre sobrecarrega, como motorista, a gente sabe que não é, porque é falta de duplicação de pista, é o excesso de trânsito em algumas vias, as más condições são muito mais.

Claro, no final das contas, o motorista, por estar sobrecarregado, tem que andar naquela marcha, naquela condição, acaba sobrecarregando o motorista. Mas, para fins de controle de acidente, vai fazer diferença nós trabalharmos seis horas e, depois, pagar hora extra, para trabalhar mais seis? Porque, em definitivo, nós vamos trabalhar as 12 horas, igual, só que vamos pagar o dobro ou se, daqui a pouco, realmente definir uma jornada de trabalho coerente com nossa capacidade, com a malha de transporte que a gente tem hoje.

Então, assim, minha abordagem é bem pontual e curta, até, mas é justamente refletir sobre o que é que nós queremos, nós queremos um transporte profissional, que, embora a matriz de transporte do Brasil tenha algumas situações, se comparadas com... Muitas

situações comparadas com os Estados Unidos, com outros, onde o ferroviário predomina, em detrimento de rodoviário, e isso talvez, em longo prazo, seja realmente o que interessa para o país, que o transporte rodoviário tenha uma função mais nobre, que é menores distâncias.

Mas, enquanto isso não acontece, nós podemos simplesmente tentar resolver os problemas, impondo um pouco mais de custo em cima do consumidor, no final das contas, do transportador, que vai repassar. Então, não falando como empresa, mas, também, porque estou autorizado pelo sindicato, mas, como transportador, sobre todos os aspectos e, principalmente, em nome dos motoristas, e a gente se perguntava, enquanto vinha no avião, agora, com o presidente do Sindicato dos Motoristas, perguntava para ele: qual o benefício para os motoristas de eles não poderem trabalhar um pouco mais e, muitas vezes, não chegar, não conseguir produzir? Porque alguns, além do salário alimentação, eles vão acabar consumindo todo o dinheiro deles em alimentação na estrada, parados, longe de casa.

Então, que benefício? E a gente não conseguir identificar da forma como que está. Então, concordamos com boa parte dos pontos dessa regulamentação. É a questão da aposentadoria, da penosidade sobre alguns aspectos e, principalmente, a necessidade de que haja uma regra preliminar à aventura, impedir que muitos clientes imponham isso para os transportes, imponham isso, e impedir que algumas empresas sérias cooperativas ou transportadores autônomos façam isso em função das condições que os outros vão fazer; se eles não fizerem, eles vão ficar fora. Mas é preciso refletir sobre as consequências disso e encontrar a melhor forma.

Então, a ideia nós apoiamos completamente. A forma que entendo que precisa discutir e gostei muito de ouvir a sugestão que nasceu aqui, dos 750 km, seria um ponto já, que o Brasil é um país continental, a gente tem que rodar em alguns lugares que não consegue rodar nem... Uma média de um caminhão não faz uma média superior a 50, 60 km/h. Quanto nós vamos conseguir rodar, efetivamente, trabalhando 12 ou 13 horas? Isso já incluída alguma...

Então, restrição de acesso, imposição de curso e profissionalização da profissão, da categoria é essencial. O momento é oportuno para o Brasil estar discutindo também na parte, através da Agência Nacional, e nós estamos plenamente de acordo. O que a jornada de trabalho é que precisa ser refletida sobre esse objeto, que é valorizar um pouco mais o motorista e o profissional e equilibrar essas forças entre o transporte autônomo, que, de certa forma, por muito tempo ficou desequilibrado. E as empresas, já que os autônomos cresceram tanto, mas fazer isso refletindo sobre as consequências, para que a gente possa realmente levar a cabo e não se torne inócuo e danoso para todas as partes, sobretudo para o dono de caminhão que tem mais de um, que se intitula autônomo, mas que também é patrão; e a maior parte dos autônomos, hoje, foi motorista um dia. Acho que nisso a gente tem que refletir; pelo menos os que a gente tem como associado, onde a gente representa.

E é essa nossa preocupação de colocar, senador, que nós somos a favor da regulamentação, mas a jornada de seis horas, ela inviabiliza o país, de um modo geral, já que nós temos assentados em mais de 61,4%, se não me engano, se não caiu, agora, porque a ferrovia já está tomando espaço. No transporte rodoviário de distribuição, ainda é assim, e, no internacional, a gente se pergunta como é que funcionaria isso, em relação aos acordos multilaterais que temos com as empresas estrangeiras, para não dar para eles a condição, um benefício em cima das empresas nacionais.

Eles já têm uma série de benefícios, que é a subvenção ao subsídio dos combustíveis, alguns insumos, que o Brasil deveria olhar para isso também, e a gente se passa, estão sendo apontados outros transportes, como o marítimo, que tem exportação de combustíveis, porque exporta serviço para o exterior, e combustível é como exportação, incidem alguns tributos, e o rodoviário vai ficando, de certa forma, relegado.

Então, isso eu acho que é importante ser colocado, para a gente refletir e poder pensar, regulamentar, mas com coerência, que a gente consiga fortalecer o setor e não desequilibrar. Essa é minha participação. Muito obrigado [palmas.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Você tinha pedido para que alguém completasse, você tem direito a mais cinco minutos. Então, quem é que vai completar?

SR. JORGE LUIZ FRIZZO: Bom dia a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Diga seu nome, por favor, só para registrar:

SR. JORGE LUIZ FRIZZO: Eu me chamo Jorge Luiz Frizzo, eu represento o SINDIMERCOSUL, na condição de vice-presidente, é o Sindicato de Trabalhadores de Transporte Rodoviários Internacionais do Rio Grande do Sul.

Nós viemos até aqui para, também, juntamente com outras entidades, trazermos uma proposta, que nós achamos mais adequada e nós entendemos, e achei, assim, maravilhosa a colocação da primeira Mesa, quando todas as entidades convergem no mesmo sentido, de encontrarmos uma solução que seja boa para todos e acessível.

A proposta de [ininteligível] eu achei super interessante, ela vem ao encontro a que nós trazíamos, e, depois, a gente vai com certeza discutir mais sobre isso.

O Abel colocou muito bem, nós temos o setor do transporte internacional, que é diferenciado, até porque nós fizemos Chile, o Peru, Bolívia e, como nós vamos ter um efetivo controle depois que passarmos a fronteira, com nossos motoristas, dentro da Argentina, como nós vamos trazer esse controle, e, assim, as empresas estrangeiras, que vão se dirigir e, hoje, fazem o transporte internacional, se nós vamos conseguir fazê-los cumprir, também, com essa legislação, que seria uma jornada de trabalho regulamentada.

Eu acho que isso é motivo de nós discutirmos ainda bastante, eu gostaria, também... Eu não tive oportunidade de ir a Porto Alegre, naquela Audiência Pública que teve lá, mas eu gostaria de que nós fôssemos, futuramente, já, também, participar dessas novas audiências, para que todos possamos construir uma legislação que favoreça a todos nós, de maneira igual.

Concordo inteiramente com alguém que citou aqui que o estatuto, ele deve ser um só. Se nós começamos a fracionar um estatuto para uma categoria, um estatuto para outra, vai ser bastante complicado. Dentro dele, sim, nós poderíamos colocar categorias diferenciadas; concordo plenamente com isso. Mas precisamos de um estatuto único, porque, senão, vai criar aquela polêmica toda no futuro.

Então, eu agradeço a participação. Nós viemos até aqui para colocarmos nossa opinião nesse assunto. O Mincarone também faz parte, junto conosco aí, de um projeto, também o pessoal do SETCERGS, que vai ser ouvido. Nosso muito obrigado e esperamos poder participar das próximas assembleias [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. O que falou, agora, foi o Frizzo. Frizzo, eu vou passar para o Elísio. Quem falou foi o Frizzo. Eu quero te cumprimentar, Frizzo. É isso mesmo, você foi muito feliz. Ninguém aqui está dizendo que tem que ser turno de seis horas ou de duas horas ou de três horas, tinha que ter um projeto original, e alguém tem que apresentar. E, quando alguém tem que apresentar, sobra para o Paim, e o Paim apresenta mesmo, sem nenhum temor do debate.

Mas qual é o objetivo? Que todos levem essa imagem: "Nós queremos construir...". Você foi perfeito. "... uma proposta equilibrada, que represente o bem para o setor e para a sociedade brasileira". Claro que nosso alvo principal é o ser humano, senão, não tinha razão de nós existirmos. Nosso alvo principal é o ser humano, ou seja, todos que trabalham no setor e, como foi dito aqui, na abertura, seus familiares. Agora, ninguém aqui está com posição fechada, pessoal. Levem essa imagem com vocês, nós queremos debater.

Eu apresentei, aqui, os projetos mais polêmicos que o Congresso Nacional já viu, mas, depois da polêmica que eu apresentei, nós avançamos em projetos, hoje, muito bons para a sociedade. Quando eu dizia que o salário-mínimo poderia ultrapassar 100 dólares, quase me botaram no hospício: "É louco, é demagogo, é irresponsável" [risos], hoje, as empresas pagam um salário-mínimo bem acima de 250 dólares, e todos felizes, porque o mercado está consumindo.

Então, fiquem tranqüilos, que ninguém está tendo uma posição, aqui, fechada, nós estamos aqui para debater o tema. Esse tema é um tema que foi tudo que foi mostrado aqui e no longo dessas audiências públicas, traz preocupação para todos, tanto para o empregado como o empregador, na minha ótica. Então, esse é o objetivo. Por isso eu disse, na abertura, foram seis, foram sete, e faremos tantas audiências públicas que forem necessárias.

Eu defendo a mesma tese que você falou aqui, agora. Eu defendo um estatuto único e não tenho medo, vai ter capítulos; autônomo é uma coisa; celetista é outra coisa. Nós vamos discutir capítulo por capítulo, e a preocupação com as cooperativas pode ter certeza, Abel, de que nós teremos também. Cada capítulo vai discorrer sobre o setor.

Eu não posso tratar, por exemplo, o motoboy, por exemplo, já está até regulamentado, mas eu sempre defendi, está aí regulamentado. Eu posso botar um capítulo lá, onde eu vou introduzir a lei que existe do motoboy e pronto. Não vou discutir de novo o motoboy. Taxista; taxista é taxista, eu não vou querer que o taxista tenha exatamente a legislação que tem o caminhoneiro.

Nós vamos trabalhar artigo por artigo, capítulo por capítulo, buscando... Vocês acham que foi fácil construir o Estatuto da Cidade? Acham que foi fácil construir o Estatuto da Criança e do Adolescente? [soa a campainha] Acham que foi fácil construir o Estatuto do Idoso. Olha, tocou para mim a campainha [risos].

Mas fala lá, parceiro, vai lá, depois a gente vai dialogando mais aí.

SR. ELÍSIO ROBERTO SCHMITZ JÚNIOR: Bom dia a todos. Meu nome é Elísio Roberto Schmitz Júnior, falo aqui em nome do SETAO(F), que é o Sindicato das Empresas de Transporte da Fronteira Oeste, e também represento, hoje, a federação, a FETRASUL, que é a Federação Gaúcha das Transportadoras.

Eu acho que todo o assunto que é levado à mídia, que provoca discussões, é porque realmente tem gente interessado em resolver. E nós aqui estamos, de pronto, também dispostos a participar dessa resolução,

nós temos uma preocupação com o desenvolvimento do Brasil inteiro. Nós, como transportadoras, temos bastante preocupação também com o ser humano. Eu tenho motoristas meus que são amigos íntimos meus, que frequentam minha casa e que eu frequento a casa deles.

Minha empresa é uma empresa de pequeno porte, mas a gente, pelo menos na fronteira oeste e no Rio Grande do Sul, como todos sabem, nós somos bastante hospitaleiros, porque lá nós temos o chimarrão e, quando nós nos reunimos, o chimarrão passa de igual na mão de todos, sem discriminação. O Senador Paulo Paim sabe bem disso, é da terrinha, o oficial Dias também.

Então, nós viemos justamente para colocar nossa opinião, que nós também somos favoráveis à regulamentação, porque todos devem ter seus direitos e seus deveres; nessa regulamentação têm que estar bem claros os deveres de cada um, não só dos direitos, e, sim, os deveres de cada um.

E, quanto à questão de horários e de tráfegos, nós temos, nossa região tem grandes distâncias, como o oficial Dias falou, de Rosário a Alegrete são quase 100, são 70 km, se não me engano, 100 km; de Uruguaiana a Alegrete, são mais de 140 km. E eu já presenciei e já fui interrompido, em uma viagem, por um veículo ter ficado 12 horas de ponta-cabeça, e o motorista estar preso nele, porque a Polícia Rodoviária Federal não tinha a estrutura suficiente para atender, e, lá na região, ele é atendido pelo Batalhão de Logística do Exército, o Blog, onde tem toda a estrutura, e, mesmo assim, não conseguiu fazer a retirada do motorista no período.

Também friso que, quando se diz que o veículo transportador de carga ou de passageiros está envolvido nos acidentes, gostaria de deixar bem claro, todos sabem, também, que ele não é o principal causador desses acidentes. Muitos desses acidentes são ocasionados por falta de experiência de motorista de automóveis, de motocicletas e imprudência desses, que colocam nossos funcionários, nossos amigos, nossos familiares em risco, também, nas vias.

Então, eu gostaria de deixar isso bem claro. Não sou a favor, quando começam a marginalizar a questão do motorista, que dizem, esses dias, teve uma reportagem também em nível nacional, de que grande parte dos motoristas se utilizavam de drogas. Eu não concordo com isso, eu acho que isso vai da cabeça de cada um, mas que nossos motoristas são trabalhadores, é uma profissão decente e que está em baixa, hoje, no Brasil, que, inclusive, nós temos já tramitando em Brasília, nós criamos, em Uruguaiana, um projeto, e foi apresentado junto ao MEC, para formação de técnicos do transporte. Abel Paré participou junto comigo, o Frizzo participou junto comigo, e a federação trouxe, junto a CNT, também, o projeto, através do SEST/SENAT, que é parceiro nosso em todas as empreitadas, para benefício desses profissionais.

E o impacto que isso causa, que nós temos que discutir, também não causa só em cima do motorista, o custo não vai ser influenciado só em cima do transporte, somente em cima do motorista, nós vamos ter muito mais custos, também, com o pessoal de escritório e, de repente, com uma perda da competitividade, com alguns modais [soa a campainha] para algumas regiões, alguns percursos, nós vamos ter demissões, nós vamos ter a falta de trabalho para esses profissionais. Por isso eu peço a todos bastante coerência, para podermos discutir isso com serenidade e chegarmos a um acordo comum, que seja bom para ambas as partes.

Só afirmo isso que já tinha sido dito, mas essa é nossa posição. Muito obrigado a todos e um bom dia [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Meus cumprimentos ao Elísio, que, com muita tranquilidade, apontou para essa linha de construirmos uma proposta de entendimento. Esse é o objetivo das audiências públicas e também dos grupos que estão debatendo o tema.

Passo, de imediato, a palavra Sr. Luiz Alberto Mincarone, da Associação Brasileira de Transportes Internacionais.

SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE: Muito obrigado, senador, queria saudá-lo e saudar os demais senadores presentes, os que passaram e que estão presentes no momento, e também, especialmente, ao Senador Zambiasi, que não está presente, mas ele é um parceiro grande do Senador Paim em todos esses trabalhos--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com certeza absoluta.

SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE: E ele também já manifestou o apoio dele a tudo o que for negociado, tudo o que for acertado pelo Senador Paim. Então, nós já sabemos que o apoio que o Senador Paim está tendo é amplo, ele não está representando uma Comissão, eu acho que ele está representando o Senado como um todo, porque todo mundo tem essa visão de que o Senador Paim, quando trabalha, trabalha duro e faz um trabalho bem profundo, e o resultado desse trabalho sempre é útil para a sociedade.

Bom, nós estamos representando a ABTI, também o SETCERGS, até eu gostaria, depois, de dar uma palavra para o João Pieroto, que representa o Sindicato das Empresas de Transporte de Carga no

Rio Grande do Sul. E queremos saudar, também, a importante presença do SINDIMERCOSUL, que são os trabalhadores da área internacional, o SINECARGA, que não está presente, mas representa os trabalhadores do Rio Grande do Sul, assim como as cooperativas, os sindicatos de Uruguaiana, os autônomos do Rio Grande do Sul e de todo o Brasil.

Eu falo muito do Rio Grande do Sul, porque o transporte internacional, ele está muito vinculado ao extremo sul do país, pelas suas particularidades, em relação ao transporte internacional.

A questão do estatuto, senador, nós entendemos que ele deve ter, no mínimo, três capítulos principais e deve estar bem separados um do outro. O tempo de direção, que é uma questão específica; a jornada de trabalho, que é outra questão; e as condições gerais do trabalhador, que é outra questão.

Então, nós até gostaríamos de dar uma sugestão, aproveitando o que o próprio Senador Flávio Arns colocou antes, que seria a possibilidade de discutir esses capítulos, e essa nossa sugestão seria discutir até em audiências específicas, porque, numa audiência grande, nós discutimos vários assuntos, e, às vezes, a gente mistura muito, e, às vezes, tem essa dificuldade. Eu acho que, a partir do momento que está avançando, nós podíamos ter a audiência específica sobre algum capítulo da norma legislativa, para que a gente possa concentrar nela.

Outras questões... Então, senador, nossa sugestão, aproveitando--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou pedir que você me entregue por escrito as sugestões, depois, se possível.

SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE: Com certeza, não tem problema. Essa sugestão básica, de fazer alguma audiência específica sobre algum tema específico, por exemplo, tempo de direção, porque tem impactos no Código Brasileiro de Trânsito e tem especificidades muito grandes.

Até eu sugeriria ao senador, se puder marcar essa audiência de novo no Rio Grande do Sul, porque os caminhoneiros do Rio Grande do Sul, aqueles que vão sofrer maior impacto nessa questão do tempo de direção, devido a estar no extremo sul do país, com jornadas de até cinco, seis mil quilômetros; do Rio Grande do Sul a Fortaleza, a Manaus, via Porto Velho ou via Belém.

A outra questão que nós queríamos colocar é sobre uma espécie de uma regulamentação que pode ser advinda do Estatuto do Motorista. Nós sabemos que, muitas vezes, para fechar o estatuto, tem questões que vão ser polêmicas, e nós não podemos passar três, quatro, cinco anos discutindo o estatuto.

Então, eu sugeriria que alguns pontos específicos que tiver que ser melhor trabalhados na sociedade que sejam colocados numa regulamentação, e, nessa regulamentação, além da flexibilidade que possa ter nas discussões e também até na mudança, porque a sociedade vai evoluindo, as condições tecnológicas vão evoluindo, e uma regulamentação é mais fácil de ser discutida e adaptada do que uma lei que foi instituída. Então, a lei é o marco geral, e a regulamentação poderia abranger questões específicas.

Outro ponto que nós queríamos falar é sobre o MERCOSUL, que já foi citado pelo Abel Paré. Nós temos muita dificuldade nas harmonizações do MERCOSUL. Eu cito o caso que os caminhoneiros hoje estão sofrendo, hoje em dia, e não é... É público e notório achaque de alguns policiais nas lutas argentinas, por questões de altura de veículos, pneus, etc.

Então, é necessário, ao se fazer esse estatuto, que se leve em conta as questões do MERCOSUL, inclusive até discutindo, eventualmente, com os próprios trabalhadores e entidades empresariais dos outros países.

Nós estivemos, na semana passada, na Argentina, e eles também estão na discussão desse tema. O Moyano, que é o presidente do Sindicato dos Motoristas, e ele também é presidente da CGT da Argentina, ele está colocando esse tema em discussão, lá na Argentina, assim como outros tema, e na qual até o senador já tem uma noticia de que a presidenta da Argentina aprovou um decreto com a renovação de frota, com o sucateamento dos veículos antigos. Foi assinada numa cerimônia pública, na semana passada, e a Argentina já saiu na frente nesse aspecto. Então, MERCOSUL.

O outro aspecto que eu queria colocar também é o seguinte: a inspeção veicular. Já existe uma lei, no Brasil, mas que não está sendo aplicada há muitos anos, por uma questão, acredito, de ajuste dos pontos de inspeção veicular. Nós, no MERCOSUL, já somos obrigados a fazer inspeção veicular. Isso é um fator que dá muita segurança tanto à empresa como ao motorista, ele saber que ele está transitando com um caminhão que passou por uma inspeção veicular e vai dar muito mais segurança no seu trânsito, nas rodovias. É um ponto que nós temos que examinar por que a inspeção veicular, sendo uma lei já de muitos anos no Brasil, não está sendo aplicada, enquanto todos os demais países do MERCOSUL, eu cito até o Paraguai, que, normalmente, às vezes, demora mais, já existe a inspeção veicular, ao ponto de o transportador brasileiro, quando entrar no outro país, ele chegou a ter que fazer inspeção veicular no exterior, porque não estava

sendo aplicado no Brasil e porque não havia estrutura para inspeção no Brasil.

Eu acho que esse é um ponto importante na questão da segurança do motorista e da segurança viária, também, no trânsito.

Bom, a questão que se colocou do frete condicionado ao horário. Esse, realmente, é um câncer, eu acho que, nessa regulamentação, alguma coisa tem que ser prevista, porque, se for condicionado algum horário, isso tem que estar documentado; provavelmente, até na nota fiscal, onde seja, se um embarcador exige horário, tem que documentar. E a forma de operação, porque uma coisa é exigir uma viagem, em 24 horas, de São Paulo a Porto Alegre, com dupla de motorista ou trocando motorista; outra coisa é exigir com um motorista.

Eu queria dar um depoimento, também pessoal, um testemunho de que, uma vez, um motorista da empresa pediu demissão, e eu fui perguntar por quê. Ele disse que a empresa era muito lenta, que tinha tacógrafo, parava na fronteira. E eu disse: "Mas do que é que tu precisas?". "Não, eu gosto de trabalhar rápido", até o apelido dele era 'Rapidinho'. Ele fazia Porto Alegre e São Paulo em 24 horas. Eu perguntei: "Mas tu dormias?". "Eu durmo três horas, duas horas, quatro horas, o que der. Se o trânsito tiver bom, eu durmo mais, senão, eu durmo menos". Esse motorista é uma potencial vítima e vai fazer potenciais vítimas.

Então, esse é um ponto realmente importante, essa questão, e tudo isso aí era condicionado a um frete, a um horário. Eu acho que isso tem que ser objeto, na regulamentação, também.

Bom, entrando, agora, em aspectos específicos, que eu gostaria de colocar, o tempo de direção, ele tem impactos. E eu acho que é importante estudar, eu acredito que ele é muito importante, que existam limitações, mas temos que entender seus impactos e prever eles.

O primeiro, sempre fundamental, é a fiscalização. Eu acho que a Polícia Rodoviária Federal é o primeiro instrumento básico de aplicação da lei, porque nós não podemos fazer uma lei no Brasil que não se cumpra. Então, contamos com a Polícia Rodoviária Federal, uma fiscalização rigorosa, para evitar os abusos, a concorrência desleal e o prejuízo tanto das empresas honestas como dos trabalhadores também.

Outro ponto é a questão da necessidade que vai ter de cursos de formação e acesso à profissão de motorista. Nós vamos precisar de mais motoristas, os motoristas vão precisar entrar no mercado de trabalho, e nós sabemos que qualquer pique na economia, hoje em dia, há falta de motoristas. E aí qualquer um senta no caminhão para dirigir, porque o pai dirige, sem ter uma qualificação, que vem em prejuízo dele mesmo.

E nós já vimos várias legislações, na qual existem incentivos. A própria Argentina tem um incentivo, os cargos sociais são reduzidos, em função de gerar recursos para formação e qualificação do trabalhador, que eu acho que é outra coisa que pode ser prevista aqui no Brasil, a transformação dos encargos sociais em recursos para a qualificação e formação de motoristas para o transporte, que vão ser muito necessários.

Obviamente, também, aumento de produção de caminhões e o próprio financiamento dos veículos, tanto para autônomos como empresa, vai ser necessário; isso é uma coisa, assim, que nós vamos ter que prever, porque a lei vai gerar esses impactos, e esses impactos já têm que ter sido trabalhados com outras áreas do governo.

Nessa questão de custo, também, além das questões de formação de motorista, há outros impactos de custo, como já foi demonstrado, e nós achamos que tem que ter, numa transição da lei, não só contemplação da formação dos motoristas, mas como outros custos, na qual uma redução temporária de tributos, num período escalonado, possa ajudar a implantar a lei, com maior, vamos dizer assim, tranquilidade, tanto para os motoristas como para as empresas.

Nas questões específicas, ainda, nós colocaríamos a questão da proximidade da residência e do destino. Esse é um ponto fundamental: que a lei preveja questões específicas. O motorista não pode estar em Alegrete, a 150 km de Uruguaiana, pronto para chegar em casa, e ter que parar, por não ter condições ou por ter que ficar parado nove ou dez ou 11 horas lá. Então, nós achamos que essa necessidade de prever [soa a campainha] situações específicas é importante.

Nós também temos a situação das questões das viagens longas e das viagens internacionais. Nós sabemos, por exemplo, um veículo que vai de São Paulo a Santiago do Chile, ida e volta, ele vai levar no mínimo 15 a 20 dias, contando com os tempos de fronteira. Então, uma parte de um capítulo tem que ser disposta para viagens internacionais e outro para viagens de longa distância, internas no Brasil, na qual nós somos a favor de compensações, na qual, se o motorista tiver que ficar mais tempo fora de casa ou rodar um pouco mais, ele possa receber a compensação na volta.

Eu posso dizer, inclusive, que muitas empresas, como no caso nosso, lá do Rio Grande do Sul, nós tínhamos motoristas que saíam de Porto Alegre a Santiago do Chile e, ao carregar na volta para São Paulo, eles ficavam em Porto Alegre, para ter seu descanso compensatório, e nós colocarmos um segundo motorista para ir levar o caminhão a São Paulo e descarregar.

Então, isso é muito interessante, a gente entender esses mecanismos de compensações, para viagens longas, na qual os motoristas podem ficar mais tempo fora de casa ou ter que rodar um pouco mais, diariamente.

Outra questão é a dupla de motoristas, já foi citado também que tem que ser objeto de regulamentação. E, na questão de jornada de trabalho, nós temos alguns exemplos que nos chamaram atenção, que achamos bastante razoáveis. É o caso do Chile, por exemplo, que ele estabeleceu jornadas de trabalho mensais, então, é como se pegasse, vamos dizer, as 44 horas semanais, vamos transformar isso em mensal.

Então, ao transformar em mensal, a gente tem aquela possibilidade, nas viagens longas que nós falamos, de compensação; uma espécie de um banco de horas mensal. Em vez de aplicar uma jornada semanal, as compensações permitem, eles permitem que, nessa jornada mensal, sejam ajustadas.

Eu acho que foi um sistema muito bom que Chile adotou, acho até interessante que se faça um estudo dessa legislação de outros países, que nós temos acesso, tanto aos países aqui, latino-americanos, e o Chile, que já saiu na frente, os ibero-americanos, também, os portugueses, espanhóis nos deram bastantes subsídios, fora outros países.

Bom, na questão também da jornada de trabalho, nós vamos ter que fazer uma distinção entre aquelas atividades que são obrigatórias e as não obrigatórias, quer dizer, a jornada de trabalho vai ser composta do tempo de direção, mais atividades complementares. Tem atividades que sãos obrigatórios, por exemplo, o motorista bateu um pneu ou dar uma parada ou ter que ficar lá na aduana, levando documentação e trazendo documentação, uma atividade obrigatória. Outras não são.

Isso é um ponto até que, na Europa, que já se avançou bastante, foi até objeto de detalhamento. Pode ser numa regulamentação, não precisa ser na lei, se regulamenta quais são as atividades complementares que fazem parte da jornada de trabalho e quais as que não fazem parte.

Por exemplo, o motorista para um caminhão e vai cozinhar, tira sua gaveta, prepara sua refeição ali, não é uma atividade obrigatória, é uma atividade, um tempo de descanso dele. Agora, se ele parar e tiver que pegar um documento, ir lá na Polícia Rodoviária para entregar um documento, ele está numa atividade obrigatória.

Isso é importante, até para evitar, depois, aquelas questões trabalhistas que entopem o Judiciário, quando uma própria regulamentação da lei já pode prever e já pode definir situações, em que fica claro para o empregado e para o empregador o que é seu trabalho e o que não é seu trabalho.

Também precisamos deixar, senador, algumas margens para negociações, nas convenções coletivas. E eu acho isso importante, nós temos visto que as negociações coletivas no Brasil têm evoluído, nos últimos anos. Os sindicatos de ambas as partes têm amadurecido, e nós achamos que essa flexibilidade para negociar, via convenção coletiva, é importante que a lei preveja, quer dizer, que ela não engesse as possibilidades de negociações, que isso sempre é um ponto importante, no meio da evolução que nós temos, entre as partes que estão negociando.

Bom, a questão da renovação, com o sucateamento, que eu vou voltar a falar, que eu citei que o caso da Argentina já avançou, eu acho muito importante, por questões, eu diria, assim, questões ambientais é muito importante. Nós temos já, na legislação ambiental, o motor Euro 5, que já está aplicado na Europa; aqui na América, parece que a previsão é para 2012. Esses motores, eles vão trazer uma redução na poluição. Obviamente que vão trazer também maior conforto para o motorista, porque já são motores que provavelmente vão ter câmbio manual, e, a partir daí, as montadoras também já fazem seus aperfeiçoamentos nas cabines, etc.

Agora, para que isso seja viável, há necessidade de retirar aquele caminhão, que é o que chama o "pau velho", aquele que o motorista, "o queixo duro", que ainda tem por aí, às vezes, que o motorista é sacrificado, e o meio ambiente é sacrificado com a poluição [soa a campainha].

Então, encerrando, e acredito que essa questão da lei, que possa possibilitar uma renovação da frota, remetendo a uma regulamentação, ao Ministério da Fazenda, que faça os estudos, é importante constar isso aí como um aperfeiçoamento da questão do Estatuto do Motorista, que seria um benefício, vamos dizer assim, marginal que o estatuto iria trazer para o meio ambiente e para o próprio conforto do motorista.

Então, eu agradeço a atenção. A ABTI vai deixar sugestões por escrito, e eu queria passar, então, o tempinho adicional lá para nosso companheiro Pieroto, para complementar [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pieroto, é isso? João Pieroto, Sindicato das Empresas de Transporte de Carga do Estado do Rio Grande do Sul.

SR. JOÃO PIEROTO: Bom dia, senador, ilustre conterrâneo conoense. Eu quero, em seu nome, cumprimentar a Mesa e os senadores que por este fórum passaram, aqueles que se encontram presen-

tes e todas as pessoas, as lideranças aqui presentes neste fórum.

Me sinto muito à vontade, senador, de dizer ao senhor, tenho acompanhado bastante esse trabalho, e parabenizar V. Exa. pela forma como tem conduzido o processo, e, repetidas vezes, hoje, no mínimo, eu contei cinco vezes a forma como o senhor coloca que o assunto está sendo debatido, então, todas as ideias serão bem-vindas, e, depois, a gente vai juntar aquilo que é de bom para todos, no complexo que é este assunto.

Lá no seu gabinete, em Canoas, também naquela ocasião, a gente falou esse assunto, e, ali, estamos repetindo. Me sinto muito à vontade para falar sobre esse tema, porque eu, ao completar meus 18 anos, minha maioridade, eu comecei comprando o que diziam, na época, que era caminhão, mas eu comprei um Fenemê.

Era uma desgraça, mas era um caminhão da época e é o que eu pude aprender ali mecânica, eletricidade e conhecer o Brasil todo, dirigindo caminhão. E, a partir dali, então, vários anos eu andei pela estrada e sei muito bem o que é ser motorista de caminhão e muito me honra, muito embora há muitos anos eu não estou no volante, sou proprietário de caminhões e muito me honra dizer ainda que sou caminhoneiro.

O que muito caminheiros não pensam assim. Infelizmente, a mídia denigre muito a imagem do caminhoneiro, porque ela entrevista dez e só vai expor aqueles dois que dizem que tomam rebite, que o patrão aperta, e não é uma verdade. Em tese, não é uma verdade. Quero endossar as palavras do meu colega Elísio, onde as empresas, há muitos anos, vêm se preocupando, e muito, porque é o ser humano que está ali e, depois do ser humano, vem seu patrimônio.

Ninguém joga seu patrimônio no lixo, por vontade própria. O que existe, sim, hoje, é uma carência de profissionais na área, por várias razões, que eles estão desistindo dessa profissão.

Mas eu não quero me alongar muito, porque os debatedores, os painelistas já demonstraram muita clareza no assunto, e eu acho que veio, nesta Audiência Pública, se somar muitos e muitos elementos, para que a gente consiga, lá adiante, formatar essa regulamentação. A regulamentação é necessária, com isso todos nós concordamos; que é complexo, é muito complexo. O que serve para o Sul não serve para o Norte; o que serve para o centro do país não serve para as duas extremidades. Por isso, nós precisamos encontrar uma lei de consenso, que comece, dentro de um plano maior, a regulamentar essa atividade, e, a partir desse momento, sim, nós vamos começando a regulamentar as atividades específicas, de acordo com sua atividade.

Nós não podemos, aqui, pensar que vamos, daqui a um ano, quem sabe, regulamentar essa atividade, e que ela embriague a todos; absolutamente, isso é impossível. Mas eu penso de que e fico muito feliz, saio muito feliz desta Audiência Pública, percebendo a serenidade com que todos os painelistas, de todas as lideranças, têm tratado o assunto.

Peço, encarecidamente, que todos os líderes que aqui se fazem presentes, que não pensem única e exclusivamente na sua categoria, que pensem como um todo, porque nós temos a responsabilidade de evitar os acidentes de trânsito que acontecem no país.

Em 1986, há 23 anos, eu escrevi um pequeno livro, que aqui eu tenho, já deixei no seu gabinete, em Canoas, *Como evitar o acidente de trânsito*. Evitar o acidente de trânsito [soa a campainha] começa pelo ser humano, pela preservação da vida.

No final de tudo isso que está sendo discutido, que está sendo debatido, o que nós queremos é preservar a vida do ser humano, dentro da sua integridade total. Então, eu reforço, aqui, meu pedido de que as lideranças que fazem parte deste fórum e todas as outras envolvidas, que não estão aqui, mas que estão nas suas bases, que pensem com muita serenidade, porque esse assunto é extremamente complexo e é necessário, sim, que a gente não pare e a gente continue.

Eu quero, em nome do presidente do SETCERGS, José Carlos Silvano, oferecer as instalações, em Porto Alegre, do SETCERGS, podemos oferecer todas as instalações, sermos anfitriões da próxima audiência, que, se possível, peço, agora, se não for abusar da sua bondade, que saiamos daqui já com uma próxima Audiência Pública com data marcada e horário, para que a gente não deixe esse assunto parar.

Ele é extremamente necessário para o país, assim como eu, colega Nélio Botelho, há muitos anos, na época, Nélio, lutávamos pela regulamentação de produtos perigosos, que é a área em que eu atuo há mais de 30 anos, e conseguimos, eu, Nélio Botelho e tantos outros colegas líderes, conseguimos que se regulamentassem produtos perigosos, que, naquela ocasião, dali para trás, transportador e motorista era tudo tachado de bandido, e, a partir daí, da regulamentação, o cenário mudou, mudou para melhor.

E eu tenho convicção absoluta de que, pela iniciativa de V. Exa. e de tantos outros líderes, nós chegaremos a um consenso e vamos dar um passo de qualidade para nosso país e, principalmente, para os trabalhadores da área em transporte. Obrigado pela sua atenção [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus cumprimentos ao Sr. João Pieroto, que, mais uma vez, demonstrou a todos o espírito e a vontade, não somente o espírito, de todas as lideranças que estão nesta sala, de construir uma proposta, repetimos, que seja um meio termo e que represente o senso, eu diria da ampla maioria, e não somente de um ou de outro, porque aí não chegaremos a lugar nenhum.

Eu queria destacar a presença conosco do meu amigo, o Senador Mão Santa, que lança um livro, hoje ou manhã? Amanhã lança um livro. O Senador Mão Santa é comprometido, com certeza absoluta, com o interesse de todo o povo brasileiro. Meus cumprimentos, Senador Mão Santa, sei que V. Exa. vai estar também na redação final desse estatuto [palmas].

E quero destacar, agora, que passaram por aqui, hoje. Veja como o tema interessa e a força política dos profissionais e aqueles que atuam no setor do volante.

O senador Valdir Raupp, o Senador César Borges, o Senador João Durval, Senador Osvaldo Sobrinho, Senador Flávio Arns, Senador Eduardo Suplicy, Senador Roberto Cavalcanti, Senadora Ideli Salvatti, Senador Augusto Botelho, Senador Mão Santa e, ainda, o ex-deputado Sérgio Miranda, que está aqui conosco também, que e compromisso é o mesmo dos senadores aqui lembrados.

Então, eu queria também dizer que está aqui participando do evento a Federação dos Trabalhadores do Transporte Rodoviário do Rio Grande do Sul, pelo secretário e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários de Cachoeira do sul, o Luiz Aníbal Machado, está certo, Luiz? Ok, o Luiz, aqui.

Quero também dizer que está conosco o presidente do Sindicato dos Polícias Ferroviários Federais, Edson Lima de Menezes, que está também na busca da reestruturação da Polícia Ferroviária, regulamentação da profissão, movimento que eu tenho feito, também, nessa área, inclusive, com projetos apresentados.

Olha, normalmente, antes de encerrar uma audiência como esta, eu cabo dando, o senador fala à horas que quiser, o Senador Mão Santa, se quiser dar uma mensagem, fique bem à disposição. Eu abro para, no mínimo, três pessoas do Plenário, que, até o momento, não usaram a palavra. E, depois, ainda, uma saudação final dos nossos painelistas.

O primeiro que eu recebi aqui é o do Jeová Pereira, presidente da Federação Interestadual dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens. É isso? Ele me trouxe, aqui, um hino, é isso?

SR. JEOVÁ PEREIRA: O relatório que eu gostaria que todos ouvissem...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, eu vou confiar, aqui, espero que não seja nada pesado, porque isso aqui está ao vivo para todo o Brasil. Não, eu estou brincando. Então, no encerramento, vai tocar o hino, então, quando nós encerrarmos, a gente toca o hino que você caminhou à Mesa.

Então, você está com a palavra, para fazer sua saudação, neste momento.

E no observatório social.

SR. JEOVÁ PEREIRA: Eu quero agradecer, mais uma vez, é de conhecimento do senador que eu tenho acompanhado todas as audiências públicas e eu sempre busco, junto ao senador, reivindico a favor dos caminhoneiros, porque não adianta eu vir aqui, falar bonito, e não ter resultado, senador.

Aproveitando, aqui, o inspetor da Polícia Rodoviária Federal, no qual a gente tem, assim, um grande respeito pela Polícia Rodoviária Federal. Eu tenho uma convivência, na minha região, lá há mais de dez anos, e a dificuldade que a Polícia Rodoviária Federal enfrenta, lá na nossa região, em Foz do Iguaçu, o inspetor Rota, em Cascavel, vamos dizer, em todo o Estado do Paraná.

E nós estamos com problema na fronteira, inspetor, problema seriíssimo, que eu acho que é toda a fronteira que precisa nós termos, assim, um cuidado especial no estatuto, como o Domingos (sic) Mincarone falou, eu quero parabenizar e dizer que foi a primeira empresa que eu trabalhei foi do seu irmão, em 1970, como motorista. Foi pela empresa dele que eu comecei a entrar na Argentina, no Chile e daí por diante.

Aquelas filas em Foz do Iguaçu continua. Eu não sei se tem alguém da Receita, que eu cheguei um pouco atrasado, da Receita Federal. Precisa, senador, realmente, eles fizeram um comprometimento com o senhor, aqui, e não cumpriram, de melhorar o tempo de liberação dos caminhões na fronteira. É muito demorado, é muito acúmulo de caminhão, agora, eles têm que entender que a arrecadação do país vem através do transporte. Então, precisa agilizar mais, perseguir menos os caminhoneiros, que isso vem acontecendo lá na fronteira, pelos auditores fiscais federais. A Polícia Rodoviária Federal tem feito um trabalho muito bom, mas não consegue fazer com que as empresas coloquem os caminhões nos seus pátios, os caminhões ficam expostos na rodovia, que a própria lei proíbe.

Eu não quero que o inspetor leve qualquer constrangimento ao inspetor de Foz de Iguaçu, porque ele não tem culpa nenhuma, o que acontece é que as empresas não obedecem, inclusive, o procurador já fez uma Audiência Pública, vai fazer mais um Audiência Pública, em Foz do Iguaçu, para tentar resolver esse problema. Nós estamos criando algumas normas lá na

fronteira, inclusive, a Polícia Rodoviária Federal esteve presente nesta Audiência Pública, e, agora, ele vai fazer mais uma audiência, para a gente tentar acertar, porque os caminhões ficam lá expostos, não tem banheiro, não tem água, não tem alimentação, isso é um tempo que eles ficam fora lá, 24, 48 horas. Quando entram para o pátio da Receita, também fica mais 24, 48 horas, e ninguém assume nada.

Então, o que precisa entender, nesse estatuto, como foi comentado, que, logicamente, o tempo, há necessidade de se ficar 24, 48 horas, mas isso não quer dizer que é obrigado a ficar graça. A Lei 11.442 tem que ser cumprida, porque ela não estabelece se é só no Brasil e não é na fronteira, que eles alegam isso: "Ah, não, mas aqui é fronteira, tem os trâmites aduaneiros". Não interessa isso. Então, precisa, no estatuto, a gente frisar isso [soa a campainha], que precisa ser regulamentado e ser respeitado.

Eu quero parabenizar a Polícia Rodoviária Federal do meu estado, com sua presença, inspetor. Muito obrigado, senador, e quero dizer, também, ao senador que o senador, nós viemos no mesmo voo, e o senhor pode colocar o nome dele aí, o Senador Osmar Dias, porque ele disse que ele assina embaixo com o senhor.

Como acabaram de dizer, o senhor não está representando os senadores, o senhor está representando o Senado de todo o Brasil. Muito obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deixa eu te dizer que eu não tenho nenhuma dúvida, o Senador Osmar Dias tem sido parceiro em todas as horas, e, principalmente, nessa área de agricultura, da área rural, ele tem sido, inclusive, quase nosso orientador de voto, pelo seu conhecimento, pela sua forma muito clara de defender seus pontos de vista, é um grande senador, pode certeza absoluta.

Eu quero registrar, também, o SINDTAC Concórdia, está certo? Odimar Roman, que está aqui [palmas]. Como eu havia combinado, nós vamos dar a palavra para mais dois companheiros, para depois que os convidados façam suas considerações finais.

Se puder ser, José Célio, secretário geral da Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Minas Gerais. Cadê ele? Pode usar a palavra. Pode usar a palavra. Pega um microfone, faz uma troca com alguém aí. E quem é mais que vai falar? É o Odimar. Então, você, em seguida, você usa a palavra. Depois vamos para as considerações finais.

SR. JOSÉ CÉLIO ALVARENGA: Eu quero, em nome da Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Minas Gerais, em nome do presidente, José Theodoro, cumprimentar o Senador Paulo Paim, pela brilhante Audiência Pública que promove, aqui em Brasília, para que possamos estar discutindo a questão do Estatuto do Motorista.

Eu estive participando, senador, desde o início desta Audiência Pública, e vi aqui vários relatos, comentários acerca das condições de trabalho dos trabalhadores em transporte. Falamos sobre a questão dos acidentes, falamos sobre a questão da jornada de trabalho. Mas tem um ponto que eu gostaria de fazer um comentário, nesta Audiência Pública, que é tão importante ou até mais importante do que todos os outros que estão sendo comentados. É justamente em relação à aposentadoria do motorista.

Motorista, até 95, ele tinha o direito de se aposentar aos 25 anos, quando foi retirado o direito de se aposentar. A luta que nossa confederação, que é a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Terrestre, com as federações, travou, junto ao Ministério da Previdência, para que pudesse mostrar para a Previdência que o motorista de veículo pesado tinha o direito de aposentar aos 25 anos, não por luxo, mas por direito e pelas condições de trabalho.

E, naquela época, o Ministro Reinhold Stephanes garantiu a nós, do movimento sindical, que, em momento algum, o governo estaria tirando o direito de ninguém aposentar aos 25 anos, mas àqueles que tinham a aposentadoria garantida por atividade bastava comprovar ao Ministério da Previdência que a aposentadoria, que esses trabalhadores teriam direito. E nós travamos esse luta com o Ministério de Previdência, e, na época, o ministro nomeou até uma comissão interministerial, três representantes do Ministério do Trabalho, três representantes do Ministério da Previdência, e foram dois anos de estudos, e nós conseguimos provar para essa comissão interministerial todas as condições que são danosas à saúde desses profissionais.

E são pontos, são fatores que, muitas das vezes, são imensuráveis, eles não são quantitativos, mas nós tivemos, ali, a felicidade daqueles representantes concluir um trabalho, dizendo que os motoristas teriam direito de se aposentar aos 25 anos, pela associação de vários agentes: vibração, ruídos, entre outros, só que, até hoje, esse direito não retornou.

Você tem uma legislação que prevê um motorista de veículo pesado trabalhar até 60 anos de idade, isso é um crime, isso aí é uma irresponsabilidade civil muito grande, porque será que a saúde desse profissional está preservada? Ela está em condições de ele poder exercer essa atividade? Tudo isso para nós foi provado.

E eu quero parabenizar o senador, porque nós sabemos que, no estatuto, prevê a aposentadoria, porém é um ponto polêmico, porque nós não podemos abrir

mão desse direito, o motorista tem que ter isso consagrado. E, quanto mais urgente possível, porque, como foi colocado aqui, por alguns palestrantes anteriores, tem motorista trabalhando doente e obrigado o trabalhador doente, muito doente. O estresse, a questão dos problemas sérios de coluna, problemas sérios cardiológicos, tudo em função da profissão [soa a campainha], do exercício da profissão, e nós temos urgência de a gente poder fazer, regulamentar a profissão do motorista, aprovar o estatuto e voltar esse direito.

E quero fazer coro, em nome do todos os trabalhadores rodoviários de Minas Gerais, por esse momento importante, e torcer que, em breve, a gente tenha essa vitória colocada em favor dessa categoria, que tem uma expressão tão grande para nosso país. Meu muito obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Meus cumprimentos. Eu não tenho nenhuma dúvida de que esse ponto que você falou é consenso entre nós. Eu duvido que tenha alguém aqui que seja contra a garantia da aposentadoria especial para os profissionais do volante. Esse ponto é consenso, eu tenho certeza absoluta, e por isso não vejo motivo nenhum de que ele não seja até o carro-chefe, porque é um direito que já era consagrado, e foi retirado.

Como foi combinado, eram três, vieram outros nomes para a Mesa, mas, devido ao nosso tempo, já são 12h02. O Odimar fala e, depois, vai direto para os painelistas fazerem as considerações finais. Pois não, Odimar.

SR. ODIMAR ROMAN: Bom dia a todos. Meu nome é Odimar Roman, como o senador falou, eu represento o Estado da Santa Catarina, como coordenador estadual do movimento, da equipe de trabalho do Nélio Botelho, somos sete sindicatos, aqui representados.

E alguns comentários sobre a exposição do Sr. Festino, dizendo da regra única. Quero registrar a discordância da regra única para o motorista empregado do transportador autônomo, haja vista que o transportador autônomo, ele faz do seu trabalho, do seu cotidiano de trabalho praticamente a morada, enquanto o empregado, às vezes, ele participa, como no exemplo que o Mincarone colocou, às vezes, de uma estrutura que a empresa coloca, para fazer uma compensação de horas, uma equipe de motoristas que podem fazer um trajeto de descarga, essas coisas, então, há bastante diferença do transportador autônomo, nessas questões, em relação à carga horária de trabalho, ao tempo de jornada.

E também eu quero frisar uma colocação do Mincarone de que fala e que eu sugiro, senador, que faça parte do estatuto a questão da documentação da exigência do desembarcador, senador, porque o caminhoneiro autônomo ou mesmo até a empresa de transportes não teve, na sua história, a respeitabilidade da importância que ela exerce no cenário econômico do país. E, agora, é a hora de o embarcador ser responsabilizado para ele levar a sério, como uma extensão da sua empresa, do seu produto até o consumidor final, pela terceirização em cima do transportador.

Então, que ele seja responsabilizado, sim, pelo excesso de peso, pela carga horária, pelo vale pedágio, ele tem que participar dessa estrutura. É uma extensão da indústria dele, da empresa dele. Então, eu quero frisar isso, Mincarone, a felicidade de ter colocado isso e que faça parte, realmente, do Estatuto do Motorista Profissional.

E só um comentário em cima também da exposição do Jerry, da questão da equação que a imprensa, e vejo que também na sua compreensão, do percentual de número de caminhões de veículos de carga, para veículos de passeio, em relação a acidente. A relação, Jerry, ela tem que ser feita, e demais, em cima da quantidade de tempo que fica rodando um caminhão, profissionalmente, de um carro de passeio, que, muitas vezes, tem muitos que são o segundo carro e ficam nas suas garagens.

E, para finalizar, cara, senador, eu queria ler um documento rápido e simples e entregá-lo à Mesa, se possível, para registro de algumas questões que nós pré-elaboramos para esta Audiência Pública.

Então, "*À Mesa Diretora de Audiência Pública debatedora do Estatuto do Motorista Profissional, Sr. Presidente do evento, Sr. Senador Paulo Paim.*

Viemos, através desta, parabenizar pela iniciativa deste evento, bem como todo o trabalho em prol dos transportadores autônomos de carga. Outrossim, reforçar o entendimento do Projeto de Lei sobre a aposentadoria especial aos 25 anos de serviço, pois sabedores somos de que o ambiente de trabalho ao qual estamos inseridos é agressivo à saúde, ao bem-estar e à vida social dos profissionais.

Entendemos também que o TAC, o transportador autônomo de carga, administra com presteza e responsabilidade seu tempo de direção, haja visto que, na grande maioria, fazem de seu trabalho seu hábitat cotidiano, sendo seu laboro como estilo de vida, com compromisso com os clientes, usuários da rodovia e a sociedade, não necessitando o controle aos mesmos.

Sugerimos amplo debate do CONTRAN com o setor de transportes, sobre a regulamentação e os requisitos qualificativos das entidades que serão aptas a ministrarem o curso especializado, bem como a ementa aplicada aos mesmos.

Em tempos remotos, sofremos a imposição sobre equipamentos, acessórios e modificações nos veículos, os quais custosos e ineficientes. Por hora, nos preocupa a expectativa da obrigatoriedade de novos aparelhos registradores da velocidade, sem a devida viabilidade técnica, operacional das nobres intenções propostas no Projeto de Lei, ou seja, de que a futura lei seja realmente inserida no trânsito brasileiro.

Apontamos na direção do compromisso dos transportadores autônomos de carga, de colaborar com o Brasil, no sentido de melhorar o ambiente do trânsito brasileiro, bem como dos serviços prestados a toda a sociedade. Bom trabalho. Contém conosco.

Odimar Roman, do Movimento União Brasil Caminhoneiro de Santa Catarina." [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Há um apelo, aqui, que estamos fazendo, que as comissões estão votando projetos terminativos, para que a gente possa deslocar para lá, tanto eu como o Senador Mão Santa, então, eu vou fazer um apelo a cada um dos nossos convidados para que use no máximo dois minutos. É mais para fazer uma saudação final.

E, como foi proposto, aqui, se não me engano, pelo senhor que te sucedeu, o Pieroto, o que a gente pode aqui acertar é deixar marcada outra Audiência Pública, aqui. Podemos acertar o mês, sabe que dezembro terminou, o Congresso volta a funcionar em fevereiro, fevereiro, você tem que aprovar o requerimento na Audiência Pública. Eu proporia que fosse durante o mês de março, que, durante o mês de março, a gente tivesse outra Audiência Pública. Quem sabe já na primeira quinzena de março. O Congresso volta, a gente marca a audiência e na primeira quinzena.

O que eu poderia me comprometer com vocês é, nessa primeira quinzena de março, já foram inúmeras Audiência Pública, eu apresentar nem que fosse uma minuta, de qual a intenção, de como seria esse estatuto, o número de capítulos, dividido por capítulos. Vou pedir para a consultoria do Senado, que está acompanhando aqui, que naturalmente vai me ajudar, os artigos. Eu listaria, numa primeira versão, o que eu entendo que é consenso e o que não é consenso. Ficaria listado isso, isso e isso não é consenso, e nós continuaríamos o debate. E poderíamos, a partir daí, ir para um desdobramento, que seja, fica no estatuto aquilo que é possível, podem ter algumas coisas que teremos que regulamentar, e aqui for dito por inúmeros, via o Executivo, e alguma coisa pode ser que tenha que ser um Projeto de Lei à parte, inclusive, específico, que não esteja no estatuto.

Mas a intenção, podem crer, como eu dizia na abertura e repito agora, é nós encaminharmos para um grande entendimento. Olha o temo que eu uso, com todo o setor. Quando é todo o setor, é todo o setor mesmo: é empresário, é trabalhador, autônomos, é a questão das cooperativas, enfim, é construir uma carta, lembrando da Constituição, um estatuto que represente uma peça que possa sair daqui elogiada por todos, que foi um avanço, pode não ser o ideal, mas que seja um avanço, mediante a situação, hoje, daqueles que atuam nessa área.

Então, eu passo a palavra, de imediato, vou começar, agora, do que falou praticamente no início da segunda Mesa, o Jerry Adriane, para suas considerações finais. O apelo é dois minutos; em seguida, o Abel; depois, o Alberto; depois, o Neuto. Aí eu vou seguindo.

SR. JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES: Muito bem, rapidamente, apenas, às vezes, o que a gente fala pode ser mal interpretado. Quando falamos que aproximadamente 30% dos acidentes envolvem caminhões e ônibus, não foi para dizer que havia culpa, porque a preocupação é que, dentro de um caminhão ou de um ônibus, existem vidas humanos, incluindo a do motorista. Então, a preocupação é essa. Inclusive, só para reforçar, que a maior parte dos acidentes ocorre até uma hora do tempo de direção, então, veja que, às vezes, o cansaço também é causa, mas aquela primeira hora, ela é muito perigosa, porque a pessoa ainda, está como diz o ditado, "pegando no tranco" ainda. E aí a falta de atenção, ela é muito grande.

Então, o percentual de veículos que se envolvem, ele é grande, e claro que um acidente que envolve um caminhão e um ônibus tem um impacto maior, a mesma coisa acontece quando há um acidente envolvendo um avião. No Brasil, morrem muito mais pessoas no trânsito rodoviário do que de avião, mas, quando cai um avião, o comentário é maior, porque é morte por atacado.

Outra questão, aqui, só para reforçar, é com relação ao tempo de direção *versus* o tempo, a quilometragem, 750 km por dia *versus* tempo de direção, peço uma atenção nessa questão, até mesmo pela dificuldade de controlar isso para fiscalização.

Agradeço a deferência, aqui, do nosso nobre amigo, que comentou sobre o Paraná, realmente, as dificuldades que existem, hoje, nos terminais de fronteira é muito grande. Quando há qualquer bloqueio nas fronteiras, as rodovias lá chegando ficam tomadas de veículo, e a Polícia Rodoviária tenta resolver, mas é um problema que vai um pouquinho além do que acontece na rodovia.

Um dos projetos da Polícia Rodoviária Federal é o projeto UNACI, ele está dentro do PRONACI, e esse projeto está sendo implementado aos poucos,

começou lá no Paraná e está, agora, indo para outros estados, com o objetivo de determinar uma maior presença da Polícia Rodoviária Federal [soa a campainha] nas rodoviários.

E, por último, complementando, sobre a art. 8º da Lei Complementar 121, que até hoje não foi regulamentado e que isso foi um acordo feito há alguns anos, com vista à redução dos assaltos a caminhões, que era aquela autorização que o motorista precisaria ter para conduzir um veículo comercial de carga.

É importante que haja um reforço nisso; se não me engano, a responsabilidade pela regulamentação é do CONTRAN, e, até hoje, esse artigo não foi regulamentado. Muito obrigado e sucesso nas próximas reuniões [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu só quero registrar a presença do presidente estadual da CGTB, Rio Grande do Sul, Sr. César Luis Pacheco Chagas.

Dois minutos, o Sr. Abel Paré.

SR. ABEL PARÉ: Rapidamente, só reforçar a ideia da possibilidade da existência de consenso, pelo menos, em boa parte do tema. A prova disso é minha presença aqui, representando o Sindicato dos Profissionais e das Empresas, juntamente com as cooperativas. Essa é uma evidência, e claro que existem muitos pontos convergentes, que prevaleça o interesse maior.

Também, só, para fim de esclarecimento, comentar que a Lei 11,442 tem um capítulo destinado à operação de transporte e está vigorando, está vigente. A fiscalização, de certa forma, ainda estava em vias de aplicação, porque tinha um prazo aí de adaptação das empresas, então, isso já tem lá a documentação necessária para embarcador do veículo e uma série de obrigações que altera bastante a estrutura e operação do transporte.

Então, não carece talvez de contemplar isso no projeto. E, por fim, endossar o pedido que já foi acolhido da audiência, e é claro que, se puder ser no Sul, onde nós somos bastante impactados [soa a campainha], seria bastante interessante. Então, basicamente, é isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se vocês ainda entenderem, até de descentralizar, eu não tenho problema nenhum, ainda mais se for no Rio Grande do Sul, que eu estou em casa daí.

SR. ABEL PARÉ: Porto Alegre tem avião, fica fácil. Então, basicamente era isso. Obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por favor, Sr. Luiz Alberto Mincarone.

SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE: Agradecer ao senador a atenção e ao Plenário, e nós queríamos reforçar essa sugestão de que seja feita uma Audiência Pública específica sobre o tempo de direção, para dar tempo de nós aprofundarmos esse tema, e também levar em conta as questões de viagem de longa distância e viagem no MERCOSUL, que é outro tema complexo. Então, eu acho que isso seria o momento de concentração da energia.

Agradecemos e esperamos que o estatuto tenha o sucesso que a gente acha que vai ter, a partir dessa metodologia que senador está colocando, de chegar a consensos, e, a partir daí, a lei funcionar como eu acho que é importante. O Brasil tem que ter leis que funcionem, que sejam aplicáveis. Obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Já digo ao Mincarone que foi acatada sua sugestão, a gente pode fazer uma audiência só para discutir a questão do tempo de direção. Dr. Neuto Gonçalves.

SR. NEUTO GONÇALVES DOS REIS: Bom, cumprimentar o Senador Paulo Paim por esta audiência, que eu acho que foi bastante produtiva. Dizer que, quando eu falei que o impacto no custo é de 18,5%, isso é sobre o custo, não é sobre o frete praticado, que todos que estão aqui são do *métier*, sabe que neste país o frete praticado é abaixo do custo, portanto, se for sobre o frete, o percentual é maiores. Dizer que, na verdade, se a gente passar imediatamente para essa jornada de seis horas, nós vamos ter falta de motorista, a empresa que tem aí 100 motoristas vai precisar de 167, e todo mundo sabe, hoje, a dificuldade de se contratar um motorista.

Infelizmente por aquilo que Marcos falou, pelo frete aviltado que nós enfrentamos, não é uma profissão atrativa, acho que nenhum autônomo, nenhum motorista profissional indicaria essa profissão para seu filho, quer que ele estude, que ele faça curso superior, que não seja motorista.

Então, nós teríamos muitas dificuldades da complementar o quadro de motoristas. Dizer que, da parte da NTC, ela acha essa regulamentação, esse estatuto absolutamente imprescindível, porque nós temos que pensar na saúde do motorista e temos que pensar na segurança do trânsito. Obrigado a todos [palmas].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador, eu queria um esclarecimento. Ficou certa a audiência geral para março, ficou certo?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso está garantido. Sem prejuízo dessa outra que nós vamos acertar, que essa é específica. Passo a palavra ao Sr. Marcos Aurélio Ribeiro, representante da CNT.

SR. MARCOS AURÉLIO RIBEIRO: Queria agradecer a oportunidade ao senador, de participarmos desta Audiência Pública, dizer que ficou claro desse debate aqui a complexidade do tema, quando o com-

panheiro aí do Rio Grande do Sul fala, aliás, de Santa Catarina fala do problema do autônomo, que, quando ele dirige, é uma coisa, quando é empregado, é outra. Quando a Lei 11.442 em e diz que o transporte é uma atividade comercial, o senhor tem um abacaxi na mão, de regulamentar essa atividade de transporte, porque existem coisas que são contraditórias, realmente.

O autônomo não é empregado, mas o empregado dele, ele não quer que seja empregado, mas, pela CLT, ele é empregado. Então, não tem como não aplicar a CLT.

A solução que alguns países do MERCOSUL encontraram foi transformar essa atividade do autônomo, que tem no Brasil, só tem no Brasil como autônomo, como uma empresa uniprofissional, e é tratado como empresário. No Brasil, o Código Civil brasileiro já diz que o empresário é aquele que tem uma empresa, mas existe um empresário individual, pode ser um caminho para solucionar essa questão, mas isso vai de encontro, obviamente, ao interesse do autônomo, que é preservar a categoria do autônomo.

Então, todas essas questões demandam uma grande discussão. [soa a campainha] Outra questão que eu queria levantar, para encerrar, e que se falou pouco, é a questão da penosidade. A penosidade está prevista na Constituição, tem um artigo na Constituição até hoje não regulamentado, não é?

Parece um pouco temário começar a discutir a questão da penosidade por categorias que consigam pressionar o Congresso Nacional. O ideal é que esse artigo da Constituição tenha uma regulamentação única e que se faça um estudo das categorias, das atividades que mereçam ser contemplado com essa penosidade, como um todo e definido isso cientificamente, com estudos técnicos que venham a ser feitos.

Acredito que isso é uma coisa que poderia ser feita, e aí um desafio ao Senador Paulo Paim, que gosta de propor projetos que sejam discutidos amplamente pela sociedade, eu acho que esse é um deles, é um grande desafio.

Por último, eu queria dizer que a bancada do Rio Grande do Sul está muito bem representada aqui, muito forte [soa a campainha], ao ponto de já ter sido feito, o único estado que fez uma Audiência Pública; pelo jeito, vai fazer uma segunda Audiência Pública, e eu queria dizer que uma questão como essa, do tempo de direção, merecesse ser discutida em outros estados, merece ser discutida no Mato Grosso, que é onde tem surgido grande celeuma nacional a respeito do problema do tempo de direção, e que eu gostaria que se fizesse isso nacionalmente em outras regiões e não apenas no Rio Grande do Sul. Mas que se faça de novo no Rio Grande do Sul, porque o gaúcho, realmente, é um batalhador, e a gente sabe dos problemas dos transportadores gaúchos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ganhou, Mincarone, a reunião vai ser lá [palmas. Passo a palavra ao 'Bira', Ubiraci Dantas de Oliveira, líder da CGTB.

SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA: Companheiro, Senador Paulo Paim, parabéns aí pela sua iniciativa, todos os palestrantes. Eu queria que toda a Polícia Rodoviária [soa a campainha] fosse que nem ele aí, tranquilo, sossegado, na boa, para poder as coisas chegar a um bom termo.

Eu acho que nós ganhamos com esta audiência, hoje, aqui, nós ganhamos, e acho, sem querer diminuir a importância dos debates nos estados, acho que é importante e tal, etc., mas nós já temos acúmulo de debate, para fazer a outra audiência aqui, em março, porque a gente está pensando, nós não podemos ficar aqui um ano, dois anos debatendo direto, a gente tem que estabelecer um cronograma, um calendário e trabalhando nessa, porque é evidente: existem contradições, a gente viu aqui, está conversando com uma determinada companheira aí, e ela falou assim: "Poxa, mas, se aprovar tudo isso aqui, agora, vai ser contra nossas posições, lá na minha entidade, por exemplo".

Agora, vai ter contradição, não é que eu estou preconizando que tenha, mas vão ter diferenças e que vença a melhor, vai ter debate e, provavelmente, vai ter votação. Isso é uma casa democrática, e, por isso mesmo, a decisão daqueles que estão fazendo as leis, elaborando as leis, tem que ser reparada pelo conjunto da sociedade. Então, por isso que eu acho que a mobilização que os setores interessados devem fazer é fundamental para que a gente chegue a um bom termo e no mais avançado possível.

Vocês querem ver uma ideia? O Estatuto da Igualdade Racial, que o Senador Paulo Paim começou a trabalhar, ele começou de um jeito e saiu de outro, o debate foi profundo. Não foi possível chegar a um entendimento no início, do que estava a proposta, foi chegando. Foi positivo? Eu acho que foi muito positivo. Mas eu quero dizer que houve contradições, houve debate, houve votação, etc. e tal. A mesma coisa vai acontecer [soa a campainha] aqui, porque tem setores que têm opiniões diferentes, está certo? E a gente está procurando demonstrar com nossos argumentos que nós, companheiros autônomos e tal, estamos com esses argumentos para poder sensibilizar o conjunto dos senadores e aí aprovar nosso estatuto.

Queria parabenizar, mais uma vez, o companheiro Nélio Botelho, porque é o seguinte: Justiça seja feita aqui, viu? Jogou pesado, mobilizou, está certo? Fez articulação para patrocinar a vinda, porque é muito

caro para vir os companheiros aqui, está certo? E a gente vai ajudá-lo, também, na próxima, em março, para poder estarem os companheiros todos aqui, porque é de fundamental importância uma categoria dessa, que está com essa organização no Brasil inteiro e preocupado em levar adiante essa luta. Parabéns, meu companheiro Nélio Botelho e todos os demais companheiros sindicalistas, aqui ligados ao Movimento União Brasil Caminhoneiro e aos sindicatos. Para você um grande abraço, Paim. Estamos aí na luta, porque a vida é curta [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [risos] Muito bem, 'Bira'. O Luis Antonio Festino, por favor.

SR. LUIS ANTONIO FESTINO: Eu queria destacar rapidamente a questão do estatuto e a questão regulamentação da profissão, que são dois projetos distintos. O estatuto ou a regulamentação já está mais avançada, está chegando aqui no Senado, e aí vai de encontro àquela discussão que o Luiz Alberto colocou. E, inclusive, o autor original está presente, é o Deputado Sérgio Miranda, é o autor do primeiro projeto.

E, naquele momento, o que a gente discutiu com o Deputado Tarcísio Zimmermann, que a gente tinha que dar um passo após o outro. E, na regulamentação, nós já retiramos a questão da jornada, que era polêmico. Vamos ter que regulamentar a profissão, retiramos a questão da jornada. E estamos discutindo os demais pontos, inclusive com o setor empresarial.

Aqui, no Senado, vamos ter necessidade da várias reuniões com o setor empresarial, como, inclusive, com o pessoal autônomo, que ninguém quer impor nada do que está aqui, mas defendemos uma única regulamentação. E já há uma evolução muito grande, nas comissões que está sendo discutida. Pela primeira vez, também, o transporte está tendo discussão. O Jerry Adriane participa com a gente na Comissão Tripartite de Saúde e Segurança, o grupo tripartite, tem o setor empresarial, que também participa, e, então, há uma grande evolução, e, para frente, a gente discutir inclusive essa questão que foi colocada, de números, que eu não concordo, na questão do custo do transporte, para a questão da redução da jornada e questão da condição de trabalho, porque, evitando o acidente, esse custo não é nada, em relação ao que se gasta com os acidentes no país [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E, para encerrar o Nélio Botelho, presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro, e eu já peço aí para que coloque, então, o CDzinho no encerramento da fala do Nélio.

SR. NÉLIO SEBASTIÃO BOTELHO: Senador, em nome dos mais de uma centena de sindicatos de transportadores autônomos de carga do país, eu gostaria de parabenizar V. Exa., primeiro, pela sua luta em prol da aposentadoria e, em especial, em prol do tema aqui discutido hoje nesta Audiência Pública, e dizer ao senhor de que esse assunto é fundamental para a classe que nós representamos e que nós estaremos com o senhor aonde quer que o senhor agende qualquer Audiência Pública, seja ela em Brasília, no Sul, no Sudeste, no Nordeste, e lá nós estaremos com nossas representações, porque, realmente, o tema é de fundamental importância para nosso futuro e para a organização nacional que nós estamos fazendo da categoria. Parabéns, conte conosco. Muito obrigado [palmas].

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Paulo Paim, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Mão Santa, é com muita satisfação que vou ouvir V. Exa. um momento.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Sempre juntos, no salário, no trabalhador, agora, não poderia deixar aqui. Mas, antes de nós dois, nós temos que ressaltar como isso é importante. Primeiro, tem a história do rei Roberto Carlos, já homenageou eles com a música *Caminhoneiro*, isso traduz o sentimento melhor do povo brasileiro.

E o Juscelino Kubitscheck, Juscelino Kubitscheck, que teve essa visão, o grande estadista, ele sempre governou com um binômio: energia, está muito discutido, o Senado, o país todo [soa a campainha], e transporte. Então, V. Exa. eu quero premiar mais uma vez, porque traz à tona isso que é o fundamental, o agente fundamental de qualquer transporte, na realidade, o Brasil optou por esse transporte, ninguém vai à crítica, se é transporte marítimo, se é fluvial, o fato, o homem é a circunstância, e a circunstância é essa.

Nós optamos, o governo brasileiro, a cultura brasileira sobre o transporte rodoviário, então, é um tema muito importante, que temos que debruçar e ver uma lei boa e justa. E eu quero dizer meu testemunho, que eu estava aqui atento, este país vive sua, nunca antes, uma crise tão ruim, como de credibilidade, ninguém acredita mais em ninguém.

Eu estava lendo aqui um trabalho de sexta-feira, que foi a primeira que V. Sa. não veio, o Mozarildo, citando a *Folha*, sobre credibilidade. Atentai bem, a instituição que tem mais credibilidade no país é a Igreja católica, 29%, o resto, nós políticos, 8%. Então, credibilidade às instituições, e eu quero dizer o seguinte, falar como cidadão comum: os caminhoneiros têm credibilidade, todos nós conhecemos, ao longo, não ter fatos para estudar, e eu conheço bem, porque eu já tenho 67 anos e eu morava em Parnaíba, estudava

no Ceará, interno. E, uma das vezes, não tinha passagem, meu pai me entregou para um caminhoneiro, então, eu tive, nessa vivência, como eles têm dignidade, têm responsabilidade. Eu era pequenininho, papai, meu me entregou para ir para um internato.

Então, num momento em que nós estamos com falta de credibilidade, que, lá no colégio, que era de padre marista, eu acho que, naquele tempo, era 90% se acreditava na igreja, hoje, o jornal está dizendo só 29%, e a maior, então, é uma classe de muita credibilidade, então, ela deve ser, como V. Exa. está dando especial atenção [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Senador Mão Santa. Muito bem, isso é o Senador Mão Santa, companheiro nosso de todas as jornadas e que foi relator do projeto que eu apresentei para extinguir o fator previdenciário. Quando alguém meio que vacilou, ele disse: "Dá para mim, que eu resolvo essa parada".

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [risos] E nós vamos acabar com esse fator, se Deus quiser. Então, vamos ao nosso hino aí, proposto pelo Jeová. Enquanto eles arrumam ali, alguém me propôs, aqui, para ficar uma data já, porque todos ficam avisados já. Se for a última quinta-feira de março, uma quinta-feira pode ser? Nove horas da manhã, porque, até lá, dá tempo para a consultoria elaborar essa minuta. Todos concordam? Última quinta-feira do mês de março, 9 horas da manhã, nesta mesma sala.

Só vou pedir para a moçada um pouquinho de silêncio. É rápido, são poucos minutos, dois minutos.

[música]

[risos]

"*É tão triste eu caminhar pela cidade*
Ver de perto a realidade
Que atravessa essa nação.
Como pode um país tão fascinante
Vermos coisas tão chocantes
Que nos cortam o coração.
Um menino que deveria estar na escola,
Estudar, brincar de bola
E jamais ser esquecido,
Mas está lá no farol,
Pedindo esmola,
Seu brinquedo é crack, é cola,
Seu futuro é ser bandido.
Onde estão os homens que têm o dever
E a obrigação de fazer mudar essa realidade?
Onde estão? Eu sei que ainda existe alguém
Honesto, honrado e de bem
Que ama o Brasil de verdade.
Vem a noite, outra vez começa o drama,
A calçada vira cama,
O jornal é o cobertor,
Como pode um país que é tão rico
Vermos coisas desse tipo
Que nos causa tanta dor?
Na verdade, são tratados como bichos,
Como feras, como lixo,
O descaso dos humanos.
É o retrato da miséria e da pobreza
O que assusta é a frieza
Do descanso e do abandono.
Onde estão os homens que têm o dever
E a obrigação de fazer mudar essa realidade?
Onde estão? Eu sei que ainda existe alguém
Honesto, honrado e de bem
Que amo o Brasil de verdade.
Onde estão os homens que têm o dever
E a obrigação de fazer mudar essa realidade?
Onde estão? Eu sei que ainda existe alguém
Honesto, honrado e de bem
Que ama o Brasil de verdade."

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Um desses homens que ele fala é o Senador Paulo Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ah, muito obrigado, muito obrigado. Eu só vou pedir uma cópia desse CD, que eu achei--

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Duas, para seu irmão camarada, aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, quatro cópias. A partir desse momento, eu só quero agradecer a todos. Eu acho que a Audiência Pública cumpriu seu objetivo e, com certeza, em março, nós teremos, então, a primeira minuta do projeto que vamos continuar debatendo e que a gente consiga ter o estatuto e a regulamentação o mais rápido possível. Muito, muito obrigado a todos. Está encerrada a Audiência Pública [palmas].

Sessão encerrada às 12h37.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 66ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 9 DE DEZEMBRO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS.

Às doze horas e dezenove minutos do dia nove de dezembro de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a Reu-

nião sob a Presidência da Senhora Senadora **Rosalba Ciarlini,** com a presença dos Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim, Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Geraldo Mesquita Júnior, Gilvam Borges, Mão Santa, Flávio Arns, Eduardo Azeredo, Papaléo Paes, Mozarildo Cavalcanti, João Durval, Eduardo Suplicy, Inácio Arruda, Lobão Filho, Romero Jucá, Osvaldo Sobrinho, Cristovam Buarque e das Senadoras Fátima Cleide, Marisa Serrano e Lúcia Vânia. Justifica a ausência o Senador Roberto Cavalcanti. O Senador Antônio Carlos Valadares registra presença. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 64ª e da 65ª Reuniões, que são dadas por aprovadas. A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 1720-Seses-TCU-Plenário, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do acórdão proferido nos autos do processo nº TC 002.024/2009-5, a respeito de auditoria operacional em hospitais universitários para a identificação de problemas, boas práticas e oportunidades de melhoria nas áreas de gestão estratégica, recursos financeiros, pessoal, materiais, insumos e equipamentos. Informa também o recebimento do aviso nº 1761-Seses-TCU-Plenário, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do processo nº TC 024.821/2008-5, acerca da avaliação da aplicação dos recursos federais transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS aos Fundos Municipais de Assistência Social, e comunica, ainda, o recebimento do Aviso nº 1742-Seses-TCU-Plenário, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do acórdão proferido nos autos do processo nº TC 004.002/2008-9, sobre relatório de auditoria de conformidade no Sistema Informatizado de Controle de Óbitos – SISOBI. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 33 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, DE 2009.** Regulamenta o inciso I do art. 37 da Constituição Federal para disciplinar o provimento de cargo público mediante promoção, de que trata o inciso II do art. 8º da lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Autoria:** Senador Expedito Júnior. **Relatoria:** Senador Papaléo Paes. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda oferecida pelo Senador Expedito Júnior. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. O Senador Renato Casagrande solicita e a Comissão aprova a inclusão do **ITEM EXTRAPAUTA 34 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 131, DE 2001.** Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Autoria:** Deputado Pompeo de Mattos. **Relatoria:** Senador Renato Casagrande. **Relatório:** Favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo), aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos. **Resultado:** Concedida vista aos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho, nos termos regimentais. **ITEM 31 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2004.** Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Emissões Evocadas Otoacústicas. **Autoria:** Deputado Inácio Arruda. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS. **ITEM 32 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2008.** Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para conceder isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre veículos automotores adquiridos por pessoas portadoras de hemofilia. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS. **ITEM 23 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 335, DE 2004.** Dispõe sobre a dispensa de revista dos portadores de marca-passo ou aparelho similar por meio de portas magnéticas ou dispositivos de segurança semelhantes, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Arthur Virgílio. **Relatoria:** Senador Eduardo Azeredo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 24 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 618, DE 2007.** Regulamenta o exercício das profissões de Catador de Materiais Recicláveis e de Reciclador de Papel. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Renato Casagrande. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 25 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, DE 2009.** Institui a distribuição gratuita de medicamentos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – RENAME pelas farmácias e drogarias comerciais às pessoas carentes mediante ressarcimento pelo Sistema Único de Saúde. **Autoria:** Senador Expedito Júnior. **Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 10, DE 2008.** Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para estabelecer normas sobre o repasse de recursos da União destinados ao pagamento dos Agentes Comu-

nitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias admitidos pelos gestores locais do Sistema Único de Saúde. **Autoria:** Senador Expedito Júnior. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 158, DE 2009.** Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para incluir a pesquisa de biomarcadores entre as ações destinadas à detecção precoce das neoplasias malignas de mama e do trato genital feminino e à pesquisa de predisposição genética para essas doenças. **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 18 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, DE 2009.** Altera a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que instituiu o Vale-Transporte, para dispor sobre o seu custeio e dá outras providências. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria *Ad Hoc*:** Senador Mão Santa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. Após a votação, a Senadora Lúcia Vânia manifesta-se favoravelmente ao Projeto. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160, DE 2009.** Dispõe sobre a definição de Diarista. **Autoria:** Senadora Serys Slhessarenko. **Relatoria:** Senador Lobão Filho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Concedida vista aos Senadores Paulo Paim, Augusto Botelho, Flávio Arns e Marcelo Crivella. **ITEM 12 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, DE 2006.** Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a licença-parental. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador Augusto Botelho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com seis Emendas que apresenta. Durante a discussão, o Senador Augusto Botelho retira a Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 2 a 6, renumeradas como Emendas nº 1-CAS a nº 5-CAS, respectivamente. **ITEM 19 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 187, DE 2006.** Altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que dispõe sobre atividades ou operações perigosas no trabalho e o art. 1º da Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 20 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 22, DE 2003.** Permite a movimentação do FGTS para reconstrução de casa própria destruída em razão de acidentes graves. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Eduardo Azeredo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 65 de 2003, com a Emenda que apresenta e pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 22 de 2003. **TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, DE 2003.** Acrescenta inciso ao artigo 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, permitindo a movimentação da conta vinculada do FGTS para aquisição de imóvel rural, nas condições que especifica. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Eduardo Azeredo. **Resultado:** Aprovado o PLS nº 65, de 2003 e a Emenda nº 1-CAS. Fica declarada a prejudicialidade do PLS nº 22, de 2003. **ITEM 21 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 493, DE 2009.** Assegura aos empregados de condomínios, prestadores dos serviços de portaria, vigilância e segurança, o adicional de periculosidade previsto no artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CAS), fica prejudicado o Projeto. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 16 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 405, DE 2005.** Altera a Lei nº 9.434, de 04 de fevereiro de 1997 que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento, para permitir o transplante de órgãos de doadores anencéfalos. **Autoria:** Senadora Serys Slhessarenko. **Relatoria:** Senador Augusto Botelho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame do Relatório. **ITEM 1 – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 740, DE 2007.** Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artistas e de Técnico em Espetáculos de Diversões, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Romeu Tuma. **Relatoria:** Senador Wellington Salgado de Oliveira. **Resultado:** O Substitutivo oferecido ao PLS nº 740, de 2007, é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do RISF. **ITEM 2 – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2006.** Altera a Lei nº 8.234, de 17 de setembro de 1991, para dispor sobre a jornada e condições de trabalho dos nutricionistas. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Garibaldi Alves Filho. **Resultado:** O Substitutivo oferecido ao PLS nº 249, de 2006, é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 3 – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, DE 2008.** Acrescenta o § 3º ao art. 217 da Lei nº 8.112,

de 11 de dezembro de 1990, e altera o inciso II do § 2º do art. 77 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estender o direito à pensão por morte aos filhos e dependentes até os 24 anos de idade, quando estudantes. **Autoria:** Senador Expedito Júnior. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2008.** Altera a redação dos arts. 16 e 77 da Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991, para aumentar para 24 anos o limite de idade até o qual os filhos e irmãos de segurados do Regime Geral de Previdência Social podem ser considerados seus dependentes. **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Resultado:** O Substitutivo oferecido ao PLS nº 49, de 2008, é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. O PLS nº 140, de 2008, foi rejeitado, em 02/12/2009. **ITEM 4 – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 334, DE 2005.** Dispõe sobre a desconsideração dos ganhos provenientes do benefício de prestação continuada recebidos por um membro da família, no cálculo da renda mensal familiar per capita para concessão do benefício para outro integrante. **Autoria:** Senador Flávio Arns. **Relatoria:** Senador Mão Santa. **Resultado:** O Substitutivo oferecido ao PLS nº 334, de 2005, é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. É retirado de Pauta o **ITEM 30** – Projeto de Lei do Senado Nº 249, de 2009. O **ITEM 22** – Projeto de Lei do Senado Nº 482, de 2003, é retirado de Pauta pelo Senador Flávio Arns, para reexame do Relatório. Ficam adiados os demais itens da Pauta, a saber: **Item 8** – Projeto de Lei do Senado Nº 56, de 2007; **Item 9** – Projeto de Lei da Câmara Nº 30, de 2009; **Item 10** – Projeto de Lei do Senado Nº 425, de 2003; **Item 11** – Projeto de Lei do Senado Nº 276, de 2004; **Item 13** – Projeto de Lei do Senado Nº 80, de 2008; **Item 14** – Projeto de Lei do Senado Nº 161, de 2009; **Item 15** – Projeto de Lei do Senado Nº 252, de 2009; **Item 17** – Projeto de Lei do Senado Nº 70, de 2008; **Item 26** – Projeto de Lei do Senado Nº 147, de 2003; **Item 27** – Projeto de Lei do Senado Nº 432, de 2003; **Item 28** – Projeto de Lei do Senado Nº 282, de 2006; **Item 29** – Projeto de Lei do Senado Nº 445, de 2007. Usam da palavra os Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim, Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Flávio Arns, Eduardo Azeredo, Papaléo Paes, Mozarildo Cavalcanti, Lobão Filho e as Senadoras Lúcia Vânia e Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Reunião é encerrada às quatorze horas e um minuto, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **ROSALBA CIARLINI,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

66ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2009, ÀS 12 HORAS E 20 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 66ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 64ª e 65ª Reuniões Extraordinárias.

A presente reunião destina-se à apreciação dos itens n°. 1 a 33, conforme pauta previamente divulgada. Comunico o recebimento do Aviso n°. 1720, do TCU, que encaminha – Tribunal de Contas da União – que encaminha cópia do [ininteligível] proferido nos autos do processo TC 002.024/2009/5, a respeito de auditoria operacional em hospitais universitários para a identificação de problemas, boas práticas e oportunidade de melhoria nas áreas de gestão estratégica, recursos financeiro pessoal, material, insumos e equipamentos. Informo também o recebimento do Aviso n°. 1761, também do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do processo acerca da avaliação da aplicação dos recursos federais transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social aos Fundos Municipais de Assistência Social. Também o Aviso n°. 1742, do Tribunal de Contas, que encaminha cópia do acórdão proferido nos autos do processo sobre relatório de auditoria em conformidade do sistema informatizado e controle de óbitos. Passamos, agora, à análise da Pauta. Item 33.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu tenho o Item 20 e 23, eu sou relator dos dois, se eu pudesse fazer a leitura.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): São terminativos os dois.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Logo após os itens do Senador Papaléo, que ele já tinha solicitado anteriormente, passarei para os itens do senhor.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Item 33, decisão não terminativa. Projeto de Lei do Senado n°. 102, de 2009. Regulamenta o inciso I, do art. 39 da Constituição Federal, para disciplinar o provimento de cargo público mediante promoção de que trata o inciso II, do art. 8º da Lei n°. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Autor é o Senador Expedito Júnior, relator é o Senador Papaléo Paes. Parecer favorável ao Projeto e à emenda oferecida pelo Senador Expedito Júnior. Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes, para proferir o seu relatório.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Sra. Presidente. Todos têm conhecimento porque a Pauta está sobre a mesa dos Srs. Senadores, então eu vou... V.Exa. já fez as referências ao Projeto de Lei do Senador Expedito Júnior, vamos para a análise da proposição referida por V.Exa.

"A proposição vem lavrada em correta técnica legislativa e não esbarra em inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa, já que admitida a autoria parlamentar de proposição sobre o tema concurso público. No mérito, entendemos que a medida homenageia, efetivamente, a prestação dos serviços públicos ao permitir a investidura, por promoção, de servidores já integrantes do quadro da Administração, por conta da experiência da qual desfrutam. A Emenda do Senador Expedito Júnior, apresentada na CCJ e repetida nesta Comissão, contribui para aprimorar a redação, razão pela qual entendemos que deva ser acatada e incorporada à proposição".

Sobre estas razões, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n°. 5, de 2009, e da emenda.

Então, Sra. Presidente, nós somos completamente favoráveis. Aqui está a emenda: "*Dê-se aos arts. 1º e 2º do Projeto de Lei do Senado n°. 5, de 2009, a seguinte redação: art. 1º – Esta lei regulamenta o inciso I do art. 37 da Constituição Federal no âmbito da administração direta e indireta da União, dos estados e do Distrito Federal e dos Municípios, para disciplinar o provimento de cargo público mediante promoção. Art. 2º – Para o provimento de cargo público mediante promoção, poderão ser reservadas a critério da administração até...*", não serão 20% obrigatoriamente, "*até 20% das vagas oferecidas no concurso público*". Seria o caso das ascensões funcionais, que hoje o servidor público é submetido a uma prova geral. E, antes, nós já tivemos esse regime onde a ascensão funcional se dava internamente no serviço público. Hoje não. Hoje ele é submetido a uma prova aberta, toda a população, e, se for aprovado, ele terá a sua ascensão, e o projeto de lei aqui diz que 20% das vagas, até 20%, a critério do serviço público, poderão ser reservadas a ascensão através de prova do servidor, internamente, no serviço público. Muito obrigado, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Papaléo. Passamos, agora, à discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação a matéria. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

Passamos agora ao Item 23.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Depois o 25.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Depois o 25, do Senador Mozarildo.

Item 23. Projeto de Lei do Senado n°. 335, de 2004, que dispõe sobre a dispensa de revista dos portadores de marca-passo ou aparelho similar por meio de portas magnéticas ou dispositivos de segurança semelhantes, e dá outras providências. Autor é o Senador Arthur Virgílio e o relator é o Senador Eduardo Azeredo. Parecer pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. Esse projeto é terminativo, o relator é o senador... Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, para proferir o seu relatório.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sra. Presidente, Srs. Senadores.

"*O projeto do Senado Arthur Virgílio, apresentado em 2004, assegura aos portadores de marca-passo, mediante apresentação de documento comprobatório de sua situação, a utilização de acesso alternativo à porta magnética, determina também que quaisquer estabelecimentos que dispõem de tais dispositivos de segurança ou assemelhados afixem em letreiros de advertência ao público a respeito da nocividade da ação do campo magnético sobre os marca-passos cardíacos artificiais ou similares. O art. 2º do projeto estabelece que o documento será emitido pelo serviço hospitalar que realizar o procedimento de colocação do marca-passo. E o terceiro é a questão de cláusula de vigência. Esse projeto é de grande interesse, segundo informação do banco de dados do SUS, é crescente a frequência anual de marca-passos implantados pelo SUS; de 99 a 2004, houve um aumento de 44% no número de implantes de marca-passo cardíaco, destinado a corrigir distúrbio do ritmo do coração que é considerada a mais simples das opções cirúrgicas cardíacas, podendo ser realizada com apenas um ou dois dias da internação. Só no ano de 2007 o SUS pagou 22 mil, 790 marca-passos".* Mais uma vez eu quero só fazer um parêntese aqui para mostrar como

o SUS é um sistema importante, ele não atende do ponto de vista de tempo, ele não consegue atender as filas, mas do ponto de vista de abrangência o SUS é seguramente um dos sistemas mais completos que existem, analisando os vários países.

"O marca-passo artificial..." Aqui tem a descrição de qual é o sistema, o sistema para normalizar o funcionamento do músculo cardíaco, e por fim eu quero então dizer que o Voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n°. 335, de 2004 do Senador Arthur Virgílio, apenas com uma pequena emenda do ponto de vista de redação, e possibilitando através de lei o uso alternativo àqueles que têm que passar por porta magnética e não o tem que fazer mais.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão a matéria. Nós iremos adiar a discussão e a votação, por se tratar de matéria terminativa e uma matéria muito importante, interessante até porque eu quero aqui complementar--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Concedo já pela ordem, senador. Complementar o Senador Eduardo Azeredo, quando ele falava da importância do SUS. Realmente, o SUS é um sistema que foi idealizado de uma forma que é muito positiva, embora nós sabemos que não está tendo condições de atender por falta de recursos, porque se tiver a regulamentação da Emenda 29, hoje estão reunidos aí os prefeitos para pressionar a Câmara por essa regulamentação que nós já votamos aqui no Senado, porque sem esses recursos é difícil atender melhor a população. Então fica adiada a votação, a discussão--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Teria o Item 20, também, que eu solicitei.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não. Mas nós temos aqui, antes, o 25 e, logo em seguida, voltaremos ao Item 20. Com a palavra o Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Presidente, nós já fizemos um debate sobre o Projeto de Lei do cooperativismo de trabalho nessa Comissão, mas ele, por um requerimento, foi à Comissão de Assuntos Econômicos e sofreu alteração, sofreu uma emenda que nós concordamos, que ajustou uma questão levantada pelos médicos com relação ao cooperativismo de trabalho e estamos prontos para votá-lo novamente. Queria pedir inclusão extrapauta desse projeto. Não é terminativo, ele vai a Plenário, então queria pedir inclusão extrapauta dessa matéria, se houver concordância de V.Exa. e do Plenário da Casa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador, a solicitação de V.Exa. será atendida de acordo com o regimento. Nós vamos colocar extrapauta e, logo após a leitura do projeto do Senador Mozarildo, do Senador Azeredo, que ainda temos um relatório, passaremos ao seu projeto.

Então vamos ao item 25, Senador Mozarildo. Decisão terminativa. Projeto de Lei do Senado n°. 76, de 2009, que institui a distribuição gratuita de medicamentos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais, RENAME, pelas farmácias e drogarias comerciais, às pessoas carentes mediante ressarcimento pelo Sistema Único de Saúde. Autor: Senador Expedito Júnior; relator: Senador Mozarildo Cavalcanti. Parecer é pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, para proferir o seu relatório.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sra. Presidente, Srs. Senadores, esta Comissão já está fazendo um trabalho de audiências sobre o SUS, o que demonstra, realmente, que o SUS precisa ser atualizado, ser melhorado, embora, como disse o Senador Azeredo, que é uma proposta avançada em termos de universalizar o atendimento, não atende nem na universalização, porque não atende... Mais da metade das pessoas não são atendidas, e nem na qualidade. Então é preciso que realmente, nós, aqui, nessa Comissão, aprofundemos essa questão, mas esse projeto do Senador Expedito tem um mérito muito grande, que é justamente de instituir a distribuição gratuita de medicamentos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais nas farmácias e drogarias comerciais às pessoas carentes mediante ressarcimento pelo Sistema Único de Saúde. O que isso, traduzindo, quer dizer? Que, ao invés de, por exemplo, uma pessoa carente que tem hipertensão, portanto usa um medicamento de uso permanente e essencial, ele possa ir na farmácia mais próxima da residência dele com a prescrição médica, ser atendido por medicamento que efetivamente deverá que ser um genérico ou não, e portanto, não ter aquela dificuldade de estar num posto de saúde, num centro de saúde, para poder receber a medicação.

Então o projeto tem essa grande vantagem que é de facilitar aqueles pacientes do SUS que, portanto, são pessoas carentes, possam receber esses medicamentos, dei aqui o exemplo da hipertensão, mas tem tantas outras como diabéticos e doentes renais e etc., e por isso eu sou pela aprovação, apenas fazendo uma emenda que basicamente só renumera os parágrafos. Assim, pela aprovação, renumerados os § § 5º e 6º do art. 1º como respectivamente 4º e 5º, então é apenas uma questão de melhorar e adequar à técnica legis-

lativa, mas, no mérito, sou pela aprovação e inclusive louvando o objetivo desse projeto, que é, sobretudo, facilitar a vida daqueles que mais precisam.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, adiamos a discussão e a votação para a próxima...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, adia a discussão. Fica aberta a discussão e a votação para a próxima reunião.

Passamos, agora, ao item extrapauta por solicitação do Senador Renato Casagrande, que é o relator. É uma decisão não terminativa, Projeto de Lei da Câmara n°. 131--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Se V.Exa. quiser que eu relate o 24 que é da pauta, enquanto o Senador Augusto Botelho se informe sobre o projeto do cooperativismo, eu também posso fazer isso, porque ele está aqui achando que ele não está informado.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu sou relator, Senadora Rosalba, do item 24. Se V.Exa. quiser que eu relate enquanto...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Extrapauta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): [pronunciamento fora do microfone]

Então começamos pelo...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vinte e quatro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vinte e quatro.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então relatarei, Presidente, o item 24, decisão terminativa--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Do Senador Paulo Paim, que regulamenta o exercício das profissões de catador de materiais recicláveis e de reciclador de papel.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É isso mesmo, Presidente. E sobre o aspecto formal, nós não vislumbramos nenhum óbice com relação à matéria, a norma proposta não afronta os princípios adotados pela Constituição.

"Quanto ao mérito da proposta, não há reparos a fazer, pois nela não se faz menção a nenhum privilégio ou limites para o exercício profissional, mas assegura-se tão-somente o reconhecimento da atividade profissional de catador de materiais recicláveis e de reciclador de papel e seu exercício.

No Brasil as mudanças no mundo do trabalho seguem as tendências internacionais de poupança de mão-de-obra e de desregulamentação das relações de trabalho. São elas as responsáveis pela expulsão de milhares de trabalhadores do mercado formal de trabalho, acentuando os altos níveis de pobreza no nosso País.

Diante da situação de empobrecimento e de desemprego crônicos, as camadas menos favorecidas da população obrigaram-se a buscar formas alternativas de trabalho e renda, ou simplesmente de sobrevivência, que vão desde a dependência de relações familiares ou de ações de assistência social até opções à margem da lei, tais como roubo, agiotagem, tráfico de drogas, passando pelo trabalho informal e pela mendicância.

É nesse contexto que se insere, no Brasil, o trabalho do catador de materiais recicláveis e do reciclador de papel, assim como o surgimento das associações solidárias entre eles. Dessa forma, nos últimos anos, muitas associações de catadores e recicladores foram criadas, quer por iniciativa dos interessados, quer incentivadas por órgãos não governamentais ou pelo poder público. Geralmente, essas formas alternativas de trabalho se constituem no próprio local de moradia, entrelaçando relações de parentesco ou de vizinhança com relações de trabalho.

De acordo com a psicóloga Cleide Maria de Sousa, autora da dissertação 'A dinâmica prazer-sofrimento na ocupação de Catadores de Material Reciclável – Estudo com duas cooperativas do DF', defendida em março de 2007, os catadores e recicladores estão, agora, em busca do reconhecimento profissional.

A partir de 1980, os catadores e recicladores de lixo passaram a se organizar em cooperativas ou associações, na busca pelo reconhecimento dessa atividade como profissão. De 1990 para cá, apoiados por instituições não governamentais e pelo poder público, muitos encontros e reuniões foram realizados, em vários pontos do País, com essa finalidade". O Presidente Lula, inclusive, se reúne todo final de ano com os catadores de materiais recicláveis.

"É inegável o papel desses trabalhadores no processo de reciclagem e, consequentemente, na preservação do meio ambiente".

É fundamental o trabalho de reciclagem no Brasil hoje, com a quantidade de lixo produzido, de muitas vezes de produtos ainda que poderiam ser utilizado

de alguma forma, então os trabalho dos recicladores, dos catadores e recicladores de lixo é um trabalho importante também na área ambiental. É por isso que, tendo observado todas essas questões, nós opinamos pela aprovação do Projeto de Lei e com uma emenda: "*Dê se ao art. 4º do Projeto de Lei do Senado n°. 618 a seguinte redação: Art. 4º O exercício das profissões de catadores de materiais recicláveis e recicladores de papel dependem de registro na Superintendência Regional de Trabalho e Emprego em cuja jurisdição exerçam suas atividades*". Com essa emenda, o parecer é favorável, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão. Como se trata de projeto terminativo, nós vamos adiar a discussão e a votação. Passamos, agora, ao item extrapauta, decisão não terminativa.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Se V.Exa. me permite.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Não, é só uma questão, que eu sou relator dos itens 31 e 32, não terminativos, e sou autor do requerimento na Comissão de Educação para a presença de artistas e compositores que estão todos lá. Se os colegas permitirem e V.Exa. permitir, eu relataria esses dois numa inversão de pauta. Se for possível.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Como não está ninguém contra, já estão aqui os seu projetos, o 31 e o 32, mas, antes, passamos ao projeto que já foi anunciado.

Extrapauta, decisão não terminativa. Projeto de Lei da Câmara n°. 131, de 2008, que dispõe sobre a organização e funcionamento das cooperativas de trabalho, institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho, PRONACOOP, e revoga o Parágrafo Único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei n°. 5452, de 1º de maio de 1943. O autor é o Deputado Pompeo de Mattos; relator, o Senador Renato Casagrande. E o parecer é pela aprovação do projeto na forma da Emenda n°. 1 da CAE, substitutivo. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, CAE, e após a análise nesta Comissão, ela é não terminativa, ela irá para a Secretaria-Geral da Mesa. Passamos, então, a palavra ao Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senadora Rosalba. Vamos direto à análise, Sra. Presidente.

"*O projeto que regulamenta o cooperativismo de trabalho e institui o programa nacional de fomento às cooperativas de trabalho e no mérito é inegável o número de crescimento de cooperativas de trabalho e trabalhadores a ela associados, dado a incidência de carga tributária menor nessa atividade e a flexibilidade das relações entre o capital e o trabalho.*

O fenômeno adquiriu dimensões que não permitem mais o desconhecimento do assunto pela legislação. Atualmente a fiscalização dessa atividade está pautada em Portaria do Ministério do Trabalho e do Emprego. A falta de uma legislação específica para as cooperativas de trabalho tem gerado problemas, com o surgimento e a proliferação de cooperativas de fachada, já conhecidas como 'gato-cooperativas', que são constituídas sem o cumprimento dos pré-requisitos definidos na legislação cooperativista, num processo distorcido e condenável.

O Substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados representa um esforço enorme de conciliação e entendimento, tendo sido resultado da participação de diversos interessados e instituições voltadas para o tema das cooperativas de trabalho.

Dentre as medidas preconizadas estão um tratamento igualitário em relação às outras formas de empresas e organizações sociais, a garantia do cumprimento das normas de segurança e saúde no meio ambiente de trabalho a todos os cooperados, atenção à participação das mulheres, o acesso ao crédito e o acesso das cooperativas aos mercados.

Além da elaboração do parecer, foram ouvidos os interessados, em reunião junto à Secretaria Nacional de Economia Solidária...", e diversas entidades que nós ouvimos aqui e na Câmara dos Deputados, e acabou por constituir um substitutivo que pretende assegurar uma base jurídica sólida para o cooperativismo do trabalho fornecendo instrumentos de proteção ao trabalho cooperativado.

"Dessa forma serão fortalecidos os laços de solidariedade e as ações do Estado brasileiro, por meio do PRONACOOP. Constatamos, além disso, que algumas espécies de cooperativas, pelas suas especificidades, foram excluídas da aplicação da nova legislação. São aquelas que trabalham, privadamente, com a assistência à saúde, para as quais a legislação da saúde suplementar possui normas; as que atuam no setor de transporte regulamentado pelo setor público, que detenham os meios de trabalho, afasta-se, assim, um espaço altamente complexo e sujeito a muitas fraudes; e as cooperativas de profissionais liberais que exerçam sua atividade em seus próprios estabelecimentos. Cremos que essa cautela é necessária para evitar insegurança jurídica e deixar que a legislação civil cuide de entidades que possuem conteúdo mais civilista do que trabalhista. Acreditamos, entretanto, que o Substitutivo pretendeu não criar fundos de compensação de

direitos, em excesso, e permitir uma maior flexibilidade da legislação. Esperamos que Assembléias Gerais das cooperativas venham a instituir um número maior de direitos, fixando, por exemplo, o repouso anual remunerado em 30 dias.

Em suma, trata-se de um conjunto de normas largamente discutido na Câmara dos Deputados. Embora possa apresentar algumas limitações, como em relação aos direitos dos trabalhadores cooperativados, foi a fórmula de consenso encontrada. Positivamente a adoção desses dispositivos pode dar instrumentos ao Ministério do Trabalho e do Emprego para que as cooperativas voltadas para a sonegação de direitos trabalhistas sejam autuadas e banidas.

Acreditamos ainda que o apoio firme do Estado, através do PRONACOOP, pode servir para o desenvolvimento do verdadeiro cooperativismo solidário, inclusivo e emancipatório, no qual os trabalhadores sejam os verdadeiros donos dos resultados econômicos e sociais obtidos com o seu trabalho".

Na Comissão de Assuntos Econômicos houve entendimento no sentido de alterar o inciso I do Parágrafo Único do art. 1º do Projeto de Lei para equalizar, baseado no princípio constitucional da isonomia de tratamento a exclusão do regime da nova lei às cooperativas de assistência à saúde. Foram retiradas a lei às cooperativas de assistência e saúde e não como constava no inciso inicial que nós relatamos aqui inclusive, e que o Mozarildo levantou a questão, a matéria foi à Comissão de Assuntos Econômicos e retornou, e nós estamos agora aprovando, o Voto é pela aprovação do Substitutivo aprovado na CAE, que exclui as cooperativas de saúde dessa regulamentação, para que a gente não tenha problema com esse tipo de assistência na área de saúde. É essa--

[interrupção de áudio]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Presidente, ouvi atentamente, até porque não tinha sido distribuído com antecedência, senão agora, o parecer do Senador Renato Casagrande. Percebo que houve realmente uma melhora, mas como é um assunto de muita relevância não só para a classe médica, para todos os profissionais da área de saúde, eu quero pedir vista do projeto, me comprometendo de trazê-lo na próxima semana com o concordo ou alterando, fazendo alguma emenda ao parecer do Senador Renato Casagrande. Portanto, peço vista.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sra. Presidente, vista coletiva, por favor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então vista coletiva concedida de acordo com o Regimento. O projeto, então, voltará a ser analisado na próxima reunião.

Item 31, decisão não terminativa. Projeto de Lei da Câmara n°. 64, de 2004 que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Emissões Evocadas Otoacústicas. O autor é o Inácio Arruda, o relator é o Senador Flávio Arns. E o parecer e é pela aprovação do projeto com duas emendas que apresentam.

Concedo a palavra à V.Exa., Senador Flávio Arns, para proferir o seu relatório.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço, Senadora Rosalba Ciarlini, esse projeto é de autoria do Deputado Inácio Arruda, hoje Senador Inácio Arruda. Então é uma coisa interessante. Foi aprovado na Câmara e está aqui no Senado para tornar obrigatório para, no nascimento de todas as crianças em hospitais e maternidades, se fazer um teste auditivo para identificar-se tão precocemente quanto possível um problema auditivo que a criança possa ter, se for identificado bem cedo em muitas situações há a soluções. E a gente sempre diz que prevenir é mil vezes mais barato do que remediar. Às vezes a pessoa pensa "não tenho dinheiro", mas tratar uma criança surda depois é muito mais caro do que fazer uma triagem em milhares de crianças para identificar problemas auditivos.

Então o projeto se chama do exame denominado Emissões Evocadas Otoacústicas, nós só mudamos como redação para colocar como emenda de redação "Emissões Otoacústicas Evocadas". Então o parecer, o Voto é pela aprovação com esta emenda de redação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos a apreciação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. O projeto está aprovado e a matéria vai à Secretaria da Mesa.

Quero parabenizar o Senador Flávio Arns pela sensibilidade do seu relatório e ao Senador Inácio Arruda que era deputado, você veja quanto tempo que esse projeto vinha tramitando, Senador Paulo Paim, e tem mais, esse foi rápido. Se imagina, quantas crianças já poderiam ter com certeza corrigido algum problema detectado precocemente, alguma doença relacionada com o aparelho auditivo, e é um exame tão simples com um aparelho de custo tão baixo que realmente aqui é prevenir. Então vamos passar ao item 31 ou item 12...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O item 32 não é 'não terminativo', Presidente? O 32 não é 'não terminativo'? Trinta e dois, Flávio Arns, 'não terminativo'.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Augusto Botelho, logo depois desse, nós passaremos ao seu. Item 32, decisão não terminativa, é o Projeto de Lei do Senado n°. 174, de 2008, que altera a Lei n°. 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para conceder isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados, incidente sobre veículos automotores adquiridos por pessoas portadoras de hemofilia. O autor é o Senador Paulo Paim e o relator é o Senador Flávio Arns. O parecer é pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, para proferir o seu relatório.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Como V.Exa. colocou, trata-se dum projeto de autoria do nosso colega e batalhador desta área social, que é o Senador Paulo Paim, e que *"tem por objetivo conceder isenção de imposto sobre produtos industrializados e incidentes sobre veículos automotores adquiridos por pessoas portadoras do hemofilia. A hemofilia é uma doença genética, bastante conhecida, e estão as principais manifestações da hemofilia estão ligadas à falha de coagulação sanguínea, resultando em sangramentos, hemorragias anormalmente e prolongadas em caso de trauma. Os sinais e sintomas experimentados pelo paciente depende do local, do volume, pequenos sangramento internos podem passar despercebidos, e enfim, é uma doença que merece também o apoio de toda a sociedade. Há uma pessoa para cada dez mil nascidos vivos, estima-se que existam cerca de 9.000 hemofílicos no Brasil, muitos deles não registrados e muito provavelmente também por não estarem registrados, sem diagnóstico.*

A população a ser beneficiada com a aprovação do projeto é pequena, por conseguinte, também será a renúncia de Receita da União, particularmente se considerarmos que nem todos os hemofílicos têm habilitação para conduzir veículos automotores e condições financeiras para adquiri-los, infelizmente, mesmo existindo a isenção. O levantamento bibliográfico na literatura médica especializada não identificou artigos científicos que abordassem a questão do uso de dispositivos adicionais de segurança pelo motorista hemofílico. Então, nesse sentido também não há qualquer recomendação a respeito do uso de equipamentos de segurança adicionais nesses veículos. Desta forma, ainda que seja intuitivo supor que o uso de equipamentos adicionais de segurança passiva e ativa seja benéfico para os motoristas hemofílicos, não foi possível localizar estudos nesse sentido.

É importante salientar que apenas o hemofílico motorista é o potencial beneficiário da lei em que a proposição eventualmente se transformar, pedestres e ciclistas vitimados pelo trânsito, bem como os passageiros de automóveis e veículos de transporte coletivo, mesmo que hemofílicos, não seriam beneficiados pela lei.

Dessa forma, com o objetivo de ampliar o alcance social da norma, julgamos oportuno alterar as disposições do PLS sob análise para conceder o benefício fiscal a todos os enfermos para não ser..." Alguém poderia questionar: "Por que só para o hemofílico?". O hemofílico merece. Mas todos os enfermos que tenham dificuldades da locomoção, independentemente da doença que o acometa porque o principal argumento a favor da isenção do IPI é justamente a dificuldade de locomoção. "*A medida beneficiará então o número muito maior de brasileiros, facilitando-lhes o exercício do direito de ir e vir, inclusive os hemofílicos, que apresentam dificuldades de locomoção em razão da doença.*

Por fim, para atualizar a terminologia, propomos a alteração do termo 'pessoas portadoras de deficiência' para 'pessoas com deficiência'". Nesse sentido, então eu só quero estacar que o Projeto do Senador Paulo Paim, altamente meritório voltado para pessoa que apresenta doença da hemofilia, também é um projeto que pode se estender para outras doenças, como está sendo proposto. Em vista do exposto, o Voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado com as seguintes emendas.

Foram feitas as emendas, Senador Paulo Paim, para adequação desse projeto a uma perspectiva até mais ampla, aproveitando a ideia do Senador Paulo Paim, e aí estendendo para as pessoas que tenham dificuldade de locomoção. É o Voto, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Agora, Mão Santa, você fez uma santa ação. Completamos o quórum, vamos votar muitos projetos que já foram lidos, falta só a votação. Então eu quero agora passar... em discussão o projeto relatado agora pelo Senador Flávio Arns, de autoria do Senador Paulo Paim. Não havendo quem queira discutir, passamos à votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Senador Flávio Arns, por favor, não saia porque todos esses já foram lidos, é só votação.

Começamos pelo item 23, que foi decisão terminativa, que dispõe sobre a dispensa de revista dos portadores de marca-passo ou aparelho similar por meio de portas magnéticas ou dispositivo de segurança e semelhantes e dá outras providências. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos à votação. Como vota a Senadora Lúcia Vânia?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paulo Paim? Senador Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Mozarildo?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Osvaldo Sobrinho?

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Edison Filho?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A matéria foi aprovada por unanimidade. O projeto, agora, vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Item 24. Decisão terminativa. Projeto de Lei do Senado n°. 618, de 2007, que regulamenta o exercício das profissões de catador de materiais recicláveis e de reciclador de papel. Autor é o Senador Paulo Paim, o relator é o Senador Casagrande, o relatório já foi lido. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos à votação. Senadora Lúcia Vânia, como vota?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vota apreciação, não é uma aprovação, me desculpem. O Senador Paulo Paim é o autor. Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Augusto?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Mozarildo?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Osvaldo Sobrinho?

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Edison Lobão?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Crivella. Aprovado por unanimidade. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa. Consulto os Srs. Senadores e Senadoras--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Item 21.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Se podemos repetir a votação para a emenda. O mesmo voto. Aprovado.

Item 25, decisão terminativa. Projeto de Lei do Senado n°. 76, de 2009. Autor Senador Expedito Júnior, relator Senador Mozarildo Cavalcanti. O parecer foi pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. Em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, passamos à votação. Senadora Lúcia Vânia?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Augusto.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Mozarildo?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Osvaldo Sobrinho?

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Edison.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aprovado por unanimidade. Consulto os Sras. e Srs. Senadores se podemos repetir a votação para a emenda.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Voto favorável, Crivella o voto é favorável.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aprovado e a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Item 6, decisão terminativa. Projeto de Lei do Senado n°. 10, de 2008, que altera a Lei n°. 11.350, de 05 de outubro, para estabelecer normas sobre o repasse e recursos da União destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, admitidos pelos gestores locais do Sistema Único de Saúde. O autor é o Senador Expedito Júnior e a relatora é a Senadora Lúcia Vânia; e o parecer foi pela aprovação do projeto. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, passamos à aprovação. Como vota o senador... Seja bem vindo, Senador Cristovam. Como vota o Senador Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Mozarildo? Senador Flávio Arns? Senador Osvaldo?

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Edison?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Cristovam, como vota?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aprovado por unanimidade. Parabenizo a Senadora Lúcia Vânia. Pois não, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O item 18 foi lido já o relatório.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vamos terminar esses que já estão aqui, depois eu vou ver o que é que houve com o item 18 que não está aqui.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que já foi lido, havia...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pedido de vista, não foi? Há um pedido do senador, que é o relator... Não, do Senador Roberto Cavalcanti que apresentou um voto separado. Ele quer vir aqui--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero é votar a matéria. O item 18 já foi lido, havia um obstáculo por parte do governo que não existe mais, é do vale transporte e, ao contrário do que dizem, o empregador vai deduzir de tributos a pagar o correspondente a esse percentual do vale transporte e já foi feito. Vamos votar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vamos terminar a votação desses e depois passamos para o item 18. São todos terminativos aqui.

Nós estamos no item 7, decisão terminativa, já foi lido, Projeto de Lei do Senado n°. 158, de 2009. Altera a Lei n°. 11.664, de 29 de abril de 2008, para incluir a pesquisa de biomarcadores entre as ações destinadas à detecção precoce das neoplasias malignas de mama e o trato genital feminino e à pesquisa de predisposição genética para essas doenças. Autora: Senadora Maria

do Carmo Alves e a relatora é Senadora Lúcia Vânia. O projeto já foi lido, discutido. Foi adiada a discussão para dar continuidade nessa reunião. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos à votação. Senador Edison como vota?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Marcelo?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Osvaldo?

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mozarildo Cavalcanti?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Cristovam Buarque?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Lúcia é a autora. Aprovada a matéria, vai à Secretaria-Geral da Mesa. Parabenizar a autora, a Senadora Maria do Carmo Alves e a relatora Senadora Lúcia Vânia, duas mulheres com bastante sensibilidade pelo social.

Passamos, agora, ao Item 18, decisão terminativa, Projeto de Lei de Senador n°. 228, de 2009. O Senador Roberto Cavalcanti, nesse projeto que altera a Lei n°. 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que instituiu o vale transporte para dispor sobre o seu custeio e dá outras providências. O autor é o Senador Paulo Paim, o relator *ad hoc*, o Senador Mão Santa, e o parecer foi pela aprovação do projeto.

O Senador Roberto Cavalcanti apresentou Voto em Separado. O Voto ainda não foi lido, o Voto em Separado. Gostaria de fazer aqui com que o Plenário nos auxiliasse nesse momento. Como o Senador Roberto Cavalcanti não veio, avisou com antecedência, fez a solicitação para que o projeto só fosse votado quando ele estivesse aqui, em função desse Voto em Separado que ele está aqui apresentando, mas nós entendemos também que o Senador Paulo Paim, que é o autor, está preocupado porque essa questão realmente de grande alcance social, de muito interesse dos que serão beneficiados e nós conhecendo os trabalhadores, vendo a pertinência, já foi lido o relatório. Pede para que seja apreciado--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Fazer um esclarecimento, se me permitir, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ao Plenário, para que vocês possam tomar a decisão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O item 18. É que foi passada a impressão que quem vai pagar o vale transporte é o empresário ou quem tem empregada doméstica; não é. Está escrito no projeto que tudo poderá ser deduzido de tributos e impostos a pagar. Então quem assume a responsabilidade de pagar esse vale transporte é o Governo, então não há o porquê... E se o governo não criou nenhum obstáculo, por que é que nós não votamos? Esse era a dúvida que tinha, por isso eu peço... O Senador Cristovam deu o parecer favorável, o Senador Mão Santa deu o parecer favorável. Que seja colocado em votação.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Para discutir.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Para discutir o projeto. Foi lido, mas não foi discutido.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O projeto do Senador Paulo Paim diz assim: "*Art. 1º Fica instituído o vale transporte que o empregador, pessoa física ou jurídica, custeará integralmente e antecipará ao empregado para utilização efetiva em despesa de deslocamento ou residência de trabalho e vice-versa por meio do sistema transporte coletivo público urbano ou intermunicipal e/ou interestadual com características semelhantes aos urbanos, gerido diretamente ou mediante concessão, ou permissão de linhas regulares e com tarifa fixada por autoridade competente, excluído o serviço seletivos e os especiais. Revogue-se as disposições em contrário*". Tem alguma emenda, então. Deve ter alguma emenda. Porque eu estou também querendo discutir a matéria, porque eu recebi aqui alguns alertas de algumas entidades ligadas à micro e pequenas empresas preocupadas

com o projeto, Senador Paulo Paim. Então só para eu pode poder entender efetivamente qual a repercussão da matéria, além daquilo que V.Exa. está colocando no projeto inicial.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Permita-me um esclarecimento, senador?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Decreto 95.247 que já existe, já é lei, 17 de novembro de 87, garante o valor efetivamente pago e comprovado pelo empregador, pessoa jurídica na aquisição do vale transporte poderá ser deduzido como despesa operacional na determinação do lucro real no período base da competência da despesa. Além disso, a pessoa jurídica empregadora poderá deduzir de Imposto de Renda devido valor equivalente à aplicação da alíquota cabível do Imposto de Renda. Então pode ser deduzido baseado no próprio Decreto 95.247.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Presidente, eu não conheço o Voto em Separado do Senador Roberto Cavalcanti. Podia ler o Voto. Agora, de qualquer maneira eu também acho que não tem problema nós votarmos na quarta-feira que vem, viu Senador Paulo Paim? Acho que não temos problemas em adiarmos para votarmos na quarta-feira, até porque tem um pedido do Senador Roberto Cavalcanti, também acho que não vejo dificuldade que a gente vote. Nós vamos ter mais uma sessão na quarta-feira que vem.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu só queria lembrar, senador, se me permitir, é a terceira sessão em que é pedido o adiamento e o relatório do Voto em Separado não é feito, e nós sabemos que a semana que vem é a última, e a possibilidade de votar a semana que vem será remota. Eu faria um apelo. Vamos ler o relatório, já foi lido. E vamos votar. Tem recurso ao Plenário, qual é o problema? Se alguém entender que não está contemplado, faço o recurso ao Plenário.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sra. Presidente, eu acho que deve ler o Voto em Separado também, apenas a leitura também.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É isso que eu estou pedindo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O problema é que... Segundo a orientação aqui, do Regimento, quem tem que ler o Voto é ele, o próprio Roberto. Mas pode?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pode indicar *ad hoc*.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Quem ele é fica como se fosse o autor do Voto em Separado? Porque não tem *ad hoc* para Voto em Separado. Quem lê... Faz a leitura do Voto em Separado? Pronto, então o Senador Casagrande vai apresentar o Voto em Separado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu vou ler o Voto em Separado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas, quem lê, apresenta, porque não existe *ad hoc* para Voto em Separado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, só para orientação nossa...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu não quero me comprometer com o Voto porque eu não conheço o voto.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu apresento, é do meu partido, eu posso ler.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pode ler. Então pronto, o Senador Crivella vai ler o Voto em Separado.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Embora que meu voto seja com o Senador Paim, mas eu apresento o Voto para a gente debater, pela democracia, pelo contraditório, Sra. Presidente. Onde é que está o Voto em Separado?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, só para...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O problema é que o quórum já caiu. Faltam dois senadores.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Voto em Separado. *"Vem a exame desta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2009, que altera a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que instituiu o Vale-Transporte, para dispor sobre o seu custeio e dá outras providências, cuja autoria é do eminente Senador Paulo Paim. Na sua essência, a proposição estabelece que o empregador, pessoa física ou jurídica, custeará integralmente o vale-transporte.*

Nos termos da nova redação proposta de 1985, fica assegurada a concessão do vale-transporte, que o empregador, pessoa física ou jurídica, custeará integralmente e antecipará ao empregado para utilização efetiva em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa, por meio do sistema de transporte coletivo público, urbano ou intermunicipal e/ou interestadual com características semelhantes aos urbanos, geridos diretamente ou mediante concessão ou permissão de linhas regulares e com tarifas fixadas pela autoridade competente, excluídos os serviços seletivos e os especiais.

Para dar maior consequência à proposta, o art. 2º do projeto revoga o Parágrafo Único do art. 4º da Lei nº 7.418, de 1985, que prevê a participação do emprega-

dor nos gastos de deslocamento do trabalhador com a ajuda de custo equivalente à parcela que exceder a 6% de seu salário básico.

Distribuída a matéria no âmbito desta Comissão, coube a relatoria ao Senador Cristovam Buarque, que apresentou relatório pela aprovação. Não foram apresentadas emendas ao projeto até essa data".

Análise. *"Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2009, em caráter terminativo. Alterações promovidas na legislação do vale-transporte estão afetas ao campo do Direito do Trabalho. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 e de competência privativa da União.*

Cabe ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta. Observados esses pressupostos, temos que a proposição não apresenta vícios de inconstitucionalidade nem de ilegalidade. Atualmente, pela sistemática da Lei nº 7.418, de 1985, regulamentada pelo Decreto nº 95.247, de 1987, o vale-transporte, adquirido pelo empregador e repassado ao trabalhador, é descontado deste no valor equivalente de até 6% de seu salário básico. Caso o valor do transporte seja superior a esse percentual descontado, o restante é custeado pelo empregador.

No mérito, o que pretende o projeto é alterar a regra de custeio, excluindo o pagamento do valor do transporte pelo trabalhador, repassando-o integralmente ao empregador. Assim, o empregador passará a pagar, integral e indistintamente, todo o valor do transporte a qualquer empregado, independentemente de sua faixa salarial.

Cabe ressaltar, também, que, pela regra vigente, o trabalhador pode optar ou não pelo recebimento do vale-transporte concedido pelo empregador, considerando o valor de sua remuneração, uma vez que pode lhe ser mais vantajoso arcar integralmente com o valor, em vez de ter descontado 6% de seu salário. A legislação em vigor harmoniza e trata os trabalhadores de forma isonômica, equalizando o custeio do vale-transporte, que no caso dos trabalhadores com menores salários e com dificuldades para suportá-lo, é custeado quase que totalmente pelas empresas. Essa prática garante o necessário tratamento diferenciado entre os trabalhadores. Da mesma forma como ocorre com o Imposto de Renda, onde quem paga mais é justamente aqueles que mais recebem, observada a regra da proporcionalidade.

Outro aspecto a considerar está no fato de que o repasse integral dos custos para o empregador acarretará aumento considerável do contrato de trabalho. Desta forma, se aprovada a proposição, a empresa terá despesa extra de seis por cento sobre a folha de salários. No tocante à justificativa do autor de que a empresa poderá obter benefícios fiscais pelas despesas com o vale-transporte há aqui duas situações distintas: I– a utilização dos valores pagos para cálculo do lucro real; e II– a dedução do imposto de renda devido.

Vale notar que nenhuma das duas hipóteses desonera efetivamente as empresas, pois se estima que 97% das indústrias no Brasil sejam compostas por micro e pequenas empresas. Quase a totalidade delas está sujeita a regime de lucro presumido, não podendo utilizar o gasto com vale-transporte para deduções fiscais. Portanto, é quase insignificante o número de empresas que poderão deduzir os gastos com vale-transporte.

Em relação à dedução do imposto de renda, esta representa abatimento de apenas uma parcela do custo do vale-transporte. Os valores pagos não abatem do imposto de renda efetivo, e sim da base de cálculo, suportando as empresas a maior parcela do custo. Nestes termos, muito pouco poderá ser deduzido do valor do acréscimo à folha de salários, elevando consideravelmente o custo efetivo por posto de trabalho, acarretando, em contrapartida, diminuição na capacidade de investimento das empresas e de geração de novos empregos, principalmente das micro e pequenas empresas, onde está concentrado o grande volume de postos de trabalho no País.

Atenta-se, ainda, para o caso dos empregadores domésticos, que passarão a arcar integralmente com o custo do vale-transporte sem qualquer benefício fiscal, o que onerará em muito o contrato de trabalho dos empregados domésticos, com a consequente queda de contratações formais, em prejuízo da categoria profissional.

Não há razão ponderável para se alterar um benefício ao trabalhador brasileiro que vem dando certo. O vale-transporte, nos termos da legislação vigente, atende muito bem as necessidades de transporte, principalmente do empregado de baixa renda que habita em locais mais distantes e precisa desse subsídio para poder ter acesso ao mercado formal de trabalho.

A elevação de custos da mão-de-obra poderá representar aumento de preços e retração na geração de novos postos de trabalho, pois são tantas as obrigações de natureza trabalhista, previdenciária e fiscal, que muitas vagas por certo serão simplesmente eliminadas e as informais, que poderiam ser formalizadas, sofrerão adiamento.

Não esqueçamos que o Brasil, embora venha respondendo bem à crise econômica internacional, ainda tem setores muito afetados, especialmente os voltados para a exportação, que sofrem forte concorrência externa e enfrentam um câmbio que se apresenta altamente desfavorável.

Em face ao exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2009".

Esse e o Voto em Separado, Sra. Presidenta, do Senador Roberto Cavalcanti que tive aqui a oportunidade de ler.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos à votação. Como vota o Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sra. Presidente, voto com o relatório do Senador Cristovam Buarque.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Pela aprovação desse projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Mozarildo? Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator, Senadora Rosalba.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Você foi o *ad hoc*. Senador Casagrande. Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o parecer.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senadora, eu apresentei o voto, não sei se regimentalmente eu passo a ser autor do Voto em Separado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Passa a ser.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Então sou voto vencido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Edison. Então nós tivemos aqui quantos? Que a nossa secretária nos dê aqui o resultado. Passamos agora... Item 5 projeto...

Foi aprovado.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senadora Rosalba, eu gostaria que ficasse consignado que o autor do Voto em Separado é do meu partido. Por razões partidárias, eu fiz o voto, mas que acredito que esse benefício deve ser concedido à classe trabalhadora brasileira e que o crescimento econômico poderá absorver os custos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, senador, será registrada a posição do senhor.

O projeto foi aprovado. Passamos, agora... O projeto foi aprovado e irá agora para a Secretaria-Geral da Mesa. Passamos, agora, ao item 5, decisão terminativa. Projeto de Lei n°. 160, de 2009, que dispõe sobre a definição de diarista. Autora é a Senadora Serys Slhessarenko, o relator é o Senador Lobão Filho, e o parecer é pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta. Já foi lido o relatório. Em discussão a matéria.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, a discussão da matéria já está dada?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não. Está em discussão. Não havendo quem queira--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, eu não participei da discussão...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não houve a discussão... A discussão está aberta agora.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E sei que é um tema polêmico. Eu não sei se foi pedido vista já ou não. Já foi pedido vista desse projeto?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Já, já foi vista coletiva. Mas a oportunidade é antes da leitura do relatório. Já foi lido.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, a leitura, sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): No dia da leitura é que teria que ser pedido vista.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, a leitura em discussão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A discussão está aberta, mas, segundo, aqui, a orientação regimental...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Até para esclarecer, o relatório foi lido na reunião passada, e como era um projeto de natureza terminativa, a discussão não foi encerrada, e eu, inclusive, levantei esse fato na reunião, de que pelo fato de que não havia quórum, eu não iria pedir vistas para fazê-lo na ocasião própria, não que eu seja contra o projeto, mas eu sei que há

dúvida, há uma polêmica e pode ser esclarecida para haver mais tranquilidade, compreensão do processo.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sra. Presidente, não há nada contra...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Quando... No momento, quando terminar o relatório, e quando abre a discussão. Como a discussão não foi concluída, nós adiamos a discussão, então...

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sra. Presidente, eu só gostaria de fazer uma colocação, uma ponderação. Este projeto já houve uma audiência pública, já foi pedido uma revisão do projeto, já foi pedido vista e vista coletiva ao projeto, não foi pedido vistas e nem vistas coletivas ao substitutivo. Cabe, mas eu pediria a esta Comissão que, se pudesse ser discutido agora, nós discutiríamos perfeitamente. É um projeto simples, porque já está sendo excessivamente postergado, há uma lacuna jurídica. Eu discuti longamente esse projeto com membros da Justiça do Trabalho, foi feita de forma equilibrada, atendendo todas as partes, então eu no meu entendimento, não há nenhuma dúvida em relação à execução desse projeto.

Pedir vistas agora, depois de tanta discussão, até de audiência pública, eu acho que é, no mínimo, um ato de quem não acompanhou todo esse tema que foi discutido exaustivamente aqui. Na audiência pública que nós fizemos, todos se manifestaram a contento, houve cinco expositores aqui, passamos um dia inteiro discutindo esse assunto. Pedir vistas agora, já tendo sido pedido vistas no projeto anterior, eu acho que seria, vamos dizer, um excesso.

Mas é claro, eu me rendo ao desejo do eventual senador que queira pedir vistas. Agora estou pronto a tirar qualquer dúvida técnica sobre esse relatório agora, neste momento.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sra. Presidente, eu gostaria de declarar o meu voto ao Projeto do Senador Paulo Paim, embora já tenha sido votado, no momento da votação eu estava relatando um projeto na Comissão de Justiça, mas quero parabenizá-lo e dizer da minha solidariedade com o projeto de V.Exa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Quero também dizer da Senadora Lúcia Vânia: ela tinha solicitado, mas, infelizmente, não deu para aguardar, porque tínhamos outros projetos, mas a senhora, como sempre, tem essa sensibilidade, a preocupação com as questão sociais.

Em discussão. Continua em discussão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu só quero dizer o seguinte, que, eventualmente, o pedido de vistas pode representar uma tentativa de se procrastinar, mandar para frente, mas, por outro lado, se você, ao mesmo tempo, procura esclarecer um eventual atraso de uma semana, pode representar um ganho lá na frente. Porque vai haver a reunião semana que vem? Não se sabe. Está marcada a reunião para a semana que vem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Marcada uma reunião para a semana que vem. O receio é que não tenhamos mais quórum.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Então, nesse sentido, não com o objetivo de retardar, mas com o objetivo de esclarecer, tirar dúvidas e, com isso, procurar agilizar o processo, eu solicito vistas do Projeto de Lei.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sra. Presidente.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Vista coletivas, então.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vistas coletiva.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Um esclarecimento. Foi dado vista coletiva?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vista coletiva.

Solicitamos aos Srs. Senadores que, na próxima reunião, estejam presentes porque esse projeto voltará à pauta.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Item 21--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Passamos, agora, ao Item 12.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidenta, pedi a senhora para votar o Item 21; V.Exa. é relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Será logo após o Item 12. Decisão terminativa, Iitem 12. Projeto de Lei do Senado n°. 165, de 2006. Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis de Trabalho, aprovado pelo Decreto Lei n°. 5452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a licença parental. O autor é o Senador Antonio Carlos Valadares e o relator é o Senador Augusto Botelho. O parecer é pela aprovação do projeto com as seis emendas que apresentam. Queremos, inclusive, registrar aqui a presença do Senador Antonio Carlos Valadares, que é o autor do projeto, e tem demonstrado um interesse

maior em agilizar todo esse trâmite, porque nós também entendemos do quanto é importante. Passamos a palavra ao Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): "*Em análise nesta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2006, de autoria do nobre Senador Antonio Carlos Valadares, que, sem prejuízo das licenças maternidade e paternidade, cria a chamada 'licença-parental'. Além disso, o projeto traz duas inovações no que importa à licença-paternidade, quais sejam:*

No caso de falecimento, grave enfermidade, abandono da criança pela mãe, ou, ainda, quando a guarda do filho for exclusiva do pai, ele passa a ter direito à licença-paternidade por todo o período da licença-maternidade ou pela parte restante que dela caberia à mãe; assegura ao pai direito à licença-paternidade nos moldes da licença-maternidade, também em caso de adoção de criança, desde que a licença-maternidade não tenha sido requerida. A licença-parental, nos termos estabelecidos pelo projeto, apresenta as seguintes características:

Pode ser deferida ao pai ou à mãe, inclusive em casos de adoção ou obtenção de guarda judicial; possui duração de quatro meses e pode ser concedida para cada filho, desde que requerida durante os primeiros seis anos de vida da criança. Se o caso for de adoção ou obtenção da guarda judicial, e a criança tiver entre seis e doze anos de idade, a licença-parental deverá ser gozada nos três primeiros anos do ingresso da criança no núcleo familiar; é assegurada aos empregados nas seguintes modalidades, não podendo exceder, cumulativamente, o limite de seis meses: à mulher, transcorrido o período da licença-maternidade, por um período contínuo ou fracionado de quatro meses; ao homem, do nascimento do filho, por um período ininterrupto ou fracionado não superior a quatro meses.

É devida ao empregado requerente, seja homem ou mulher, mesmo quando o outro cônjuge ou companheiro não tenha o direito de exercê-la; para gozar dessa licença, o empregado deverá prestar aviso prévio ao seu empregador, com antecedência de, no mínimo, trinta dias do seu início; se o empregado estiver em gozo de licença-parental, esta cessará quando o nascimento de outro filho, adoção ou guarda judicial der início a um novo período de licença-parental; os empregados com filho impúbere e portador de deficiência têm direito ao prolongamento, em até três anos, da licença parental, isto é, estende-se o prazo geral dos primeiros seis anos de vida do filho para até nove anos, desde que o filho não esteja internado, em período *integral, em instituições especializadas.*

Nas empresas com mais de 50 funcionários, o empregado que for responsável por criança de até três anos de idade, portadora de deficiência física, sensorial ou mental, ou de doença que exija tratamento continuado, poderá optar entre o prolongamento da licença-parental e ausências do local de trabalho, por até dez horas, durante a jornada semanal, sem prejuízo de sua remuneração. Trata-se de uma flexibilização da jornada de trabalho, e não de uma redução, pois são condições para o exercício desse direito: que a ausência do serviço só ocorra nos casos em que a atenção permanente do responsável seja indispensável, a critério médico, e quando o horário do tratamento médico em instituição pública ou privada coincidir, comprovadamente, com o horário do trabalho; que as horas em que o empregado estiver ausente do serviço sejam compensadas no mesmo ou em outros dias, em comum acordo entre o empregador e o empregado, não podendo essa compensação exceder a duas horas diárias à duração normal do trabalho; que, na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral das horas não trabalhadas, seja feito o desconto das horas não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão;

O salário-parental é devido aos segurados da Previdência Social, inclusive nos casos em que esses segurados adotem ou obtenham guarda judicial para fins de adoção de criança; o salário-parental será pago diretamente pela Previdência Social para o trabalhador avulso, o empregado doméstico e segurado especial; nos demais casos, o salário-parental será pago pela empresa, efetivando-se a compensação, de acordo com o disposto no art. 248 da Constituição Federal, à época do recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço. A empresa deverá conservar durante dez anos os comprovantes de pagamentos e os atestados correspondentes.

O valor do salário varia, nos termos do projeto, de acordo com o tipo de vínculo jurídico existente entre o segurado e a Previdência Social, da seguinte maneira: para o segurado empregado e para o trabalhador avulso, consistirá numa renda mensal equivalente a 30% de sua remuneração integral; para o segurado empregado doméstico, em um valor correspondente ao do seu último salário-de-contribuição; para o segurado especial, em 1/12 do valor sobre o qual incidiu sua última contribuição anual; para os demais segurados, em 1/12 da soma dos doze últimos salários-de-contribuição, apurados em um período não superior a 15 meses. As despesas decorrentes da concessão

da licença-parental correrão à conta das dotações próprias do orçamento da seguridade social, art. 195 da CF, a Constituição. Ao projeto, até o momento, não foram apresentadas emendas".

Da análise. A análise está toda aqui e o todo mundo tem conhecimento e o tempo está escasso, vamos direto para o Voto. "*Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei n°. 165, de 2006, com as seguintes emendas"*. Eu gostaria de declarar que essa primeira emenda aqui vai ser excluída, porque ela não é necessária devido a outras exclusões. Com exclusão da primeira emenda, esse é o Projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos à votação. Senador Paulo Paim, como vota?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Eduardo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Mão Santa. Senador Mozarildo. Senador Flávio. Senador Inácio. Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aprovado. A matéria agora vai... Consulto as Sras. Senadoras se podemos repetir a votação para as emendas, excluindo a Emenda n°. 1, a primeira emenda. Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovada. A matéria vai à Secretaria-Geral de Mesa. Quero parabenizar o Senador Antonio Carlos Valadares e o Senador Augusto Botelho, porque esse é um direito que, realmente, o benefício maior é para a criança. Então a sensibilidade de entender, e os empregadores também, que a criança precisa desse apoio e dessa proteção, para ser grande no futuro dessa nação.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, e também enaltecer o parecer do Senador Augusto Botelho, que aperfeiçoou a matéria, colocando-a dentro da realidade financeira do país. S.Exa. teve o cuidado de fazer alguma ressalva para não pesar muito a licença parental sobre as receitas da União e da Previdência Social, principalmente. Mas ela ficará como um marco histórico na vida social do Brasil.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vamos agora para o Item 19, depois o Item 20, em seguida o 21.

Item 19. O autor é o Senador Paulo Paim, o relator é o Senador Marcelo Crivella, que altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, que dispõem sobre atividades e operações perigosas no trabalho, e o art. 1º da Lei n°. 7369, de 20 de setembro de 1985. A matéria já constou da pauta da reunião do dia 2/12 sendo adiada a sua apreciação. Então ele já foi lido. Com a palavra, o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu serei bastante sucinto. O que o eminente Senador Paulo Paim pretende é incluir naquelas--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Crivella, só um instante. Eu gostaria de solicitar aos Srs. Senadores que nós só temos para votar três projetos e o quórum... Não podemos prescindir da presença de um dos senhores para que nós possamos votar três projetos importantes, mas que finaliza a pauta do dia.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito bem. Eu vou ser rápido, Sra. Presidente. O que pretende o eminente Senador Paulo Paim é colocar no rol das atividades perigosas aqueles brasileiros que tratam de manutenção, trabalhos nas redes elétricas e telefônicas. Portanto, é meritório, é uma atividade perigosa subir nas torres de alta tensão ou mesmo nas da baixa tensão, seja telefônica ou mesmo nas redes telefônicas, expondo-se a choques, expondo-se a tombos, expondo-se às chuvas, enfim, esse é o projeto e tem o voto favorável e eu peço aos senadores que também o aprovem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, passamos à votação. Estamos aguardando... Como vota o Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Inácio Arruda? Senador Suplicy, como vota no projeto do Senador Paim? Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Voto conhecido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Voto conhecido porque o senhor foi o relator. O autor, Senador Paim, como vota?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O autor conta para o quórum, sim. E o relator também. A matéria foi aprovada por unanimidade e vai à Secretaria-Geral da Mesa. E quero parabenizar, realmente, pelo projeto e pela relatoria.

Passamos, agora, ao Item 20. Decisão terminativa. Projeto de Lei do Senado n°. 22, de 2003, que permite a movimentação do FGTS para reconstrução de casa própria destruída em razão de acidentes graves. O autor é o Senador Paulo Paim, e está tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n°. 65, de 2003, que acrescenta inciso ao art. 20 da Lei n°. 8.036, de 11 de maio de 1990, permitindo a movimentação da conta vinculada do FGTS para aquisição de imóvel rural nas condições que especifica. Também o autor é o Senador Paulo Paim, e o relator é o Senador Eduardo Azeredo. O parecer é pela aprovação ao PLS n°. 65, de 2003, com a emenda que apresenta. E pela declaração de prejudicialidade do PLS n°. 22, de 2003.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, para proferir o seu relatório.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem, Sr. Presidente. Eu quero só registrar o meu voto favorável com o relator na matéria anterior, para registrar o meu voto favorável com o relator na matéria anterior.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O voto está registrado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sra. Presidente e Srs. Senadores, no caso dos dois projetos de autoria no Senador Paim, o Projeto 22, de 2003, julga-se prejudicado, porque nós já tivemos a lei posterior que incluiu essa situação de situações de emergência, que foi, portanto, o Projeto 22, de 2003, ficou prejudicado pela regulamentação da Lei 10.878, de 2004, quando houver necessidade de reconstrução por emergência. Já está atendida.

Com relação ao Projeto 65, de 2003 também, eu proponho aprovação, tendo em vista que é da maior importância e de justiça, Sr. Presidente, "*as possibilidades de movimentação do Fundo de Garantia são mais restritas atualmente do que aquelas que vigoraram entre 66 e 89. Com o tempo, surgiram outras situações de saque, mas que não comprometem a estabilidade do FGTS. Entendemos que o presente projeto, sem fugir dos objetivos do Fundo de Garantia ou comprometer o seu equilíbrio financeiro, possibilita ao pequeno agricultor maior acesso à terra, e ao fazê-lo contribui para tornar efetivo o princípio da função social da propriedade, consagrada na Constituição Federal. Portanto, apenas proponho aprovação do Projeto de Lei n°. 65, de 2003, com a emenda de remuneração apenas, deixando claro que poderá ser utilizado o Fundo Garantia para pagamento total ou parcial do preço de aquisição de imóvel rural que se destina à exploração direta e pessoal pela agricultura e sua família, com área máxima limada ao tamanho da propriedade familiar de que trata o inciso II do art. 4º da Lei 4.504, de 30 de novembro de 64*".

É uma decisão de justiça para que também aquelas pessoas na área rural possam usar o Fundo de Garantia. Hoje é só quem está na área urbana. O voto é favorável.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão. Em votação. Senador Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Paulo Paim. Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Rosalba Ciarlini? O seu voto, ela confirmaria em seguida. Ela vai confirmar em seguida. Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Papaléo Paes?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eduardo Suplicy? Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O projeto foi aprovado. Rosalba Ciarlini, seu voto.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O projeto está aprovado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu também voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Já havia citado e já tinha dito que o seu voto era sim.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não, Senadora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu tenho o Item 21, que eu sou relatora, então gostaria de aproveitar já para fazer a leitura.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V.Exa. está com a palavra para fazer a leitura do Item 21.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Um minutinho, só localizar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Assegura aos empregados de condomínio e prestadores de serviços de portaria, vigilância e segurança, o adicional de periculosidade previsto no art. 19 da CLT, autor Senador Marcelo Crivella, relatora Senadora Rosalba Ciarlini e o parecer pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta.

Concedo a palavra à nobre Senadora relatora, Rosalba Ciarlini, para aproveitar o quórum, se puder sintetizar.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse projeto vem para dar mais proteção, de certa forma, apoiando a atividade de muitos que estão nos condomínios, nos prédios, como segurança, em serviços de portaria, como vigilantes, e a dar a eles o direito da periculosidade, já que nós sabemos que as constantes notícias sobre ações de criminosos, principalmente apartamentos residenciais, a insegurança que hoje nós temos vivenciado, infelizmente no nosso país, cada vez é maior o número de trabalhadores que estão dedicados a essa área de segurança, de vigilância, então nada mais justo de que eles terem direito à periculosidade. Então o parecer é pela aprovação no nosso relatório é pela aprovação.

Mas, na realidade, nós fizemos uma emenda, um substitutivo, aliás, em função de que o projeto inicial estava também colocando trabalhadores que não são dessa atividades e que ocasionalmente na ausência de um, porque estava doente ou porque teve que substituir. Então o substituto é exatamente que... Vou ler aqui só o projeto:

"O art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação: São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação do Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas, que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado e aquelas de portaria, vigilância e segurança em condomínios edifícios, previstos no Código Civil Brasileiro, instituído pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002".

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Paulo Paim. Sim. Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Voto conhecido. Pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Com a Senadora Rosalba Ciarlini.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com a relatora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O projeto foi aprovado.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Queria só aqui para ficar bem claro que o substitutivo foi adequando à legislação essa nova atividade que passa a ter periculosidade, direto--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Aproveitando o quórum. Antes que saia o senador. O último. É o último, agora. O Senador Augusto Botelho é o relator, o projeto é da Senadora Serys, que é pela aprovação do projeto--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Foi pedido para retirar de pauta esse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vai sair de pauta a pedido do relator e da autora. Então concluímos os terminativos.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Turno suplementar do substitutivo ao Projeto de Lei...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, faltou o Item 22.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Item 1, decisão terminativa. Turno suplementar do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado n°. 704, de 2007, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de artistas e de técnico de espetáculos e diversões e dá outras providências; o Senador Romeu Tuma é o autor, e o relator é o Senador Wellington Salgado. Srs. Senadores, não foi oferecida emendas na discussão suplementar e o substitutivo oferecido ao PLS 740, de 2007...

Não foram apresentadas emendas no turno suplementar. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos à votação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Esse aqui foi o projeto do Senador Romeu Tuma, que ele, há muito tempo, vinha solicitando agilidade, que dá direito aos artistas, inclusive os DJs, a ser reconhecida a profissão. Item 2.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Só um... Está indo...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Para o turno suplementar, já.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Para o turno suplementar. O Item 22, me desculpe até, pela ordem, foi relatado? Porque é um projeto de autoria do Senador Paulo Paim que eu sou relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Peço, aqui, à secretária da Comissão para verificar a situação. Enquanto isso, vou lendo aqui o turno suplementar do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado n°. 249, de 2006, que altera a Lei n°. 8.234 de 17 de setembro de 1991, para dispor sobre a jornada e condições de trabalho dos nutricionistas. Autor Senador Paulo Paim, relator Senador Garibaldi Alves Filho. A Presidência esclarece que, na última reunião do dia 02/12, foi aprovado substitutivo apresentado pelo relator. Não foram apresentadas emendas no turno suplementar. Não sendo oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo oferecido ao PLS 249, de 2006, é definitivamente adotado sem votação nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Item 3, também turno suplementar, decisão terminativa. Projeto de Lei do Senado n°. 49, de 2008, que acrescenta § 3º o art. 217 da Lei n°. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e altera o inciso II do § 2º do art. 77 da Lei n°. 8.213, de 24 de julho de 1991, para estender o direito à pensão por morte aos filhos e dependentes até 24 anos de idade quando estudantes. O autor é o Senador Expedito Júnior. Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n°. 140 de autoria do Senador Cristovam Buarque cuja relatora Senadora Lúcia Vânia. Também referente ao limite de 24 anos, até o qual os filhos e irmãos de segurados no regime geral da Previdência Social podem ser considerados dependentes. A Presidência esclarece que na última reunião do dia 02/12/2009 foi aprovado substitutivo apresentado pelo relator. Não foram apresentadas emendas no turno suplementar. Em discussão. Não havendo...

discussão encerrada. Não sendo oferecidas emendas à discussão suplementar, o substitutivo oferecido ao PLS 49, de 2008, que tramita em conjunto com o PLS 140 é definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Item 4, turno suplementar do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado n°. 334, de 2005, que dispõe sobre a desconsideração dos ganhos provenientes do benefício de prestação continuada, recebido por um membro da família no cálculo da renda mensal familiar *per capita* para concessão do benefício para outro integrante. O autor é o Senador Flávio Arns, o relator é o Senador Mão Santa. A Presidência esclarece que na última reunião de 02/12 foi aprovado substitutivo apresentado pelo relator. Não foram apresentadas emendas no turno suplementar. Não havendo mais quem queira... Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Não sendo oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo oferecido ao PLS 334, de 2005, é definitivamente adotado sem votação nos termos do Requerimento 2284 do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Amanhã, no dia 10/12/2009, teremos uma reunião extraordinária para uma audiência pública atendendo ao Requerimento n°. 48, de 2009, para instruir o Projeto de Lei do Senado n°. 114, de 2005, que dispõe sobre o exercício da profissão de teólogo. Autoria do projeto é o Senador Marcelo Crivella e o relator é o Senador Paulo Paim. Então amanhã teremos esta audiência cujos convidados é o Sr. Darci Cordeiro, vice-Presidente do Conselho Interconfessional para o Ensino Religioso de Goiás; Valmor da Silva, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Pesquisa Bíblica; João Batista Ezequiel Ferreira, Presidente da Convenção Brasileira dos Ministros das Igrejas Assembleia de Deus, Ministério de Missões e Igrejas Filiadas; Isaías Lobão Pereira Júnior, Professor da Faculdade Evangélica de Brasília.

Queremos agradecer a presença dos senadores, dos que aqui vieram assistir essa reunião, e aos nossos auxiliares da Comissão, começando pela nossa Secretária Gil, e marcando para amanhã, às 10 horas, a nova reunião, que é a Reunião Extraordinária da Audiência Pública. Muito obrigada.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu quero só parabenizar V.Exa. pelo esforço concentrado, pela presença de todos, assuntos da mais alta importância, e dizer como V.Exa. colocou lá na Comissão de Educação, Cultura e Esporte hoje; nós tivemos uma bela audiência com músicos, compositores, instrumentistas conhecidos no Brasil todo e muitos tendo bastante dificuldade, inclusive de sobrevivência.

Então, buscando-se a solução da área da educação, da cultura, mas também em áreas desta Comissão, como Previdência, assistência e trabalho, então, na sequência, fazermos um trabalho em conjunto a favor dessas pessoas que são conhecidas e reconhecidas pelo trabalho que fizeram, pela contribuição à música e à cultura no Brasil todo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador Flávio Arns. Realmente, hoje, na Comissão de Educação, nós tivemos esse momento, que eu disse é um momento de encantamento, mas que tem que ser do reconhecimento, porque ali estiveram, Senador Marcelo Crivella, compositores, todos do mais alto gabarito, eu não vou nem citar um porque aí já fica todo mundo... Eram tantos, mas todos com uma história de vida difícil, árdua, principalmente quando chega, quando os cabelos ficam prateados, aí é que a coisa complica ainda mais para eles. E também algo que eles colocaram, que nós temos que observar, sempre a música é cantada, ela faz sucesso, o artista, o intérprete é que é citado, quem compôs é esquecido. Isso é um traço cultural que nós precisamos fortalecer no nosso país, para que todos conheçam quem fez a música, quem colocou a melodia, quem fez com que realmente o intérprete pudesse chegar a ter tanto sucesso com algo tão bem preparado. Então eu queria aqui como--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não. Só para encerrar. Como eu coloquei lá na reunião, eu quero, inclusive, que tudo parte de ter o reconhecimento da profissão, porque a profissão de compositor não é reconhecida, não existe, nunca foi lei como profissão, para que ele possa ter meios de reivindicar uma aposentadoria especial, seguro desemprego, seus direitos que são dados as todos os trabalhadores da CLT. E além de que a música é algo que alimenta a alma. Meu Deus do céu, a música está na nossa vida em todos os instantes, é o que mais marca. Se você quer ter uma boa lembrança, com certeza ao ouvir uma música você terá um registro de algum momento da sua vida que marcou, que aquela música marcou. Às vezes marca até momentos tristes, mas isso é da vida, mas é muito marcante.

Então eu queria... Até musicoterapia hoje é tida como algo importantíssimo para recuperação das pessoas. Então eu quero só anunciar, como já tinha colocado, que ia dar entrada ao projeto de reconhecimento, que já a nossa assessoria já está preparando, e que amanhã no Plenário já apresentarei o projeto para que nós possamos caminhar mais rápido e reini-

ciar os trabalhos em fevereiro e já esteja em condição, inclusive de ser votado.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senadora, apenas fazer um pequeno adendo. Isso é da natureza humana. Às vezes comem uma fruta e esquecem de agradecer a Deus, o autor da vida e de tudo.

Agora, na Comissão de Educação, fizemos lá um compromisso com os senadores de colocarmos para votar um projeto de resolução do Senado para que nenhuma rádio ou televisão renove a sua concessão sem estarem dia com os direitos autorais, eu acho que isso faria uma grande diferença. Hoje o Sargento, que é o autor de 180 músicas, como ele disse, e recebe 300 reais de direitos autorais, uma injustiça, 300 reais é muito pouco. Aliás, eu quero lembrar que um dos grandes compositores de música, chamado... Um compositor que aos 35 anos, ele já tinha composto 605 óperas, sinfonias e sonatas, que agora me falta o nome dele.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não, não era Verdi, não era Wagner, não era ***Tchaikovsky***, ***Tchaikovsky*** também se suicidou, todos eles morreram endividados, todos eles já eram [ininteligível] problemas. As pessoas, infelizmente, se não houver uma lei, as pessoas acabam esquecendo de agradecer, acabam de prestar tributo àqueles que expressaram ali o seu sentimento, e trabalharam para que a gente tivesse aquela obra. Se isso acontece com Deus, imagina com o ser humano. Então, eu queria deixar um registro, que nós fizemos ali um acordo para podermos votar isso, não se renovar nem concessão de rádio e nem televisão sem que os concessionários estejam em dia com os direitos autorais.

O autor era Mozart, Mozart morreu jovem, 35 anos, pobre, deixou a família endividada, um gênio que, dos 7 aos 35 anos, já tinha composto sinfonias, sonatas, óperas, quer dizer, a coisa não é de hoje. O que nós precisamos, realmente, é ter leis para que isso não ocorra.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então vamos, agora, para a sessão do Plenário e desejando a todos uma boa tarde e que Deus abençoe.

Sessão encerrada às 14h01

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 67ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS.

Às quatorze horas e vinte minutos do dia dez de dezembro de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a Presidência da Senhora Senadora **Rosalba Ciarlini** reúne-se esta Comissão, com a presença dos Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim, Marcelo Crivella, Roberto Cavalcanti, Gilvam Borges, Paulo Duque, Mão Santa, Flávio Arns, Eduardo Azeredo, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Suplicy, Osvaldo Sobrinho e a Senadora Marisa Serrano. Justifica a ausência o Senhor Senador Geraldo Mesquita Júnior. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Senhora Presidente registra a presença dos Senhores Neemias Paulino dos Santos, Missionário da Assembléia de Deus Missões Urgente; José Messias Brandão, Pastor da Assembléia de Deus Missões Urgente; Elizeu de Abreu, Presidente do Sindicato Nacional dos Teólogos; Ernani Silva Ferreira, Presbítero da Igreja Metodista Wesleyana; e do Padre Edilson Francisco, Reitor e Presidente da Ordem dos Teólogos do Brasil – OTEB. A Presidência esclarece que a presente Reunião destina-se à realização de **Audiência Pública** em cumprimento ao Requerimento nº 93 de 2009 – CAS para instruir o **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 114, DE 2005,** que dispõe sobre o exercício da profissão de Teólogo, de Autoria do Senador Marcelo Crivella e Relatoria do Senador Paulo Paim, com a presença dos seguintes convidados: Senhor Darcy Cordeiro – Vice-Presidente do Conselho Interconfessional para o Ensino Religioso de Goiás – CIERGO; Senhor Valmor Da Silva – Vice-Presidente da Associação Brasileira de Pesquisa Bíblica – ABIB; Senhor João Batista Isaquiel Ferreira – Presidente da Convenção Brasileira dos Ministros das Igrejas, Assembléias de Deus, Ministérios de Missões e Igrejas Filiadas – COBRAMAD; e Senhor Isaías Lobão Pereira Junior – Professor da Faculdade Evangélica de Brasília. Após a exposição dos oradores, usam da palavra o Senador Paulo Paim e a Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão, os quais colocam à disposição os “e-mails” pessoais e o da Comissão para receber sugestões sobre o tema. Nada mais a tratar, a Reunião é encerrada às quinze horas e vinte seis minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Se-

cretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **ROSALBA CIARLINI,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

67ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2009, ÀS 14 HORAS E 20 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 67ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, aprovada, conforme Requerimento nº 48, de 2009, CAS, iniciativa do Senador Paulo Paim, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2005, que dispõe sobre o exercício da profissão de teólogo. Convido à Mesa nossos ilustres oradores, Darcy Cordeiro, vice-Presidente... Pois não. Vice-Presidente do Conselho Interconfessional para o Ensino Religioso de Goiás, CIERGO; Valmor da Silva, vice-Presidente da Associação Brasileira de Pesquisa Bíblica, ABIB; João Batista Isaquiel Ferreira, Presidente da Convenção Batista (sic) dos Ministros das Igrejas, Assembleia de Deus, Ministério de Missões e Igrejas Filiadas, COBRAMAD; Isaías Lobão Pereira Júnior, professor da Faculdade Evangélica de Brasília. Sejam todos bem-vindos. Nós é que agradecemos pela disponibilidade, pela compreensão de estarem aqui.

Registramos a presença do Senador Paulo Paim, que foi o autor da proposição, e também dos nossos ilustres convidados, que se encontram aqui, para também participar desta audiência.

De acordo com o art. 94, § 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão as suas exposições, e, em seguida, abriremos a fase de interpelações para os senadores. A palavra aos Srs. Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição. Os interpelantes disporão de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado. E para as exposições, nós teremos 10 minutos para cada um dos expositores; caso seja necessário, poderemos prorrogar por mais cinco minutos. Convido o Sr. Darcy Cordeiro, vice-Presidente do Conselho Interconfessional para Ensino Religioso de Goiás, para a sua exposição.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permite, Sra. Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, senador. Desculpe, o senhor é o propositor e o senhor tem direito à...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Primeiro quero agradecer a V. Exa., porque, como autor do requerimento dessa Audiência Pública, e, hoje de manhã, eu estava presidindo uma reunião que envolvia os trabalhadores do Canadá, da Vale do Rio Doce, e também do Brasil, e lá estão em greve há cinco meses, e pediram que eu participasse dessa mediação, e, por isso, não pude estar pela parte da manhã. A responsabilidade, como autor do requerimento e do relator, era, principalmente, minha. Aí fiz um apelo, e sei que V. Exa. também fez, Senadora Rosalba, para que a gente fizesse a reunião pela parte da tarde, para que eu, como relator, pudesse assistir as exposições. Primeiro, eu agradeço a Senadora Rosalba Ciarlini, pela cumplicidade do bem que eu digo, e, ao mesmo tempo, pela generosidade de dizer: "Não, tudo bem, vamos marcar pela tarde". Então, agradeço e peço desculpa aos senhores, porque a audiência, que era pela manhã, enfim, só pudemos fazer agora, à tarde. Como relator, a intenção, claro, é ouvir, para dar meu parecer final sobre o projeto do Senador Marcelo Crivella. Só isso, e minhas desculpas aos nossos convidados.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O senhor já está devidamente desculpado, e, agora, passamos a palavra ao Dr. Darcy Cordeiro, que irá fazer sua exposição sobre o Projeto de Lei do Senado "*que regulamenta o exercício da profissão de teólogo e dá outras providências*". Projeto de autoria do Senador Marcelo Crivella, cujo relator é o Senador Paulo Paim.

SR. DARCY CORDEIRO: Obrigado à Sra. Senadora Rosalba, Senador Paulo Paim, Professor Dr. Valmor da Silva, Sr. João Batista, Professor Isaías Lobão. É uma honra, para nós, estarmos participando de um debate desse, de tão alta importância para a área da teologia. Inicialmente, eu vou dividir a minha fala, que vai ser breve, em três momentos. Vou me apresentar, o que eu represento aqui, depois, falarei um pouco sobre a distinção entre teólogo e cientista da religião, e, finalmente, mais sobre o Item 3, do art. 1º, da proposta do Projeto de Lei do Senado.

Eu sou Darcy Cordeiro, tenho graduação também em teologia, mestrado em ciências e doutorado em psicologia da educação. Sou professor aposentado, titular da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, de Goiânia, e também da Universidade Estadual de

Goiás. Sou o atual vice-Presidente do Conselho Interconfessional de Ensino Religioso de Goiás, o CIERGO. O CIERGO acontece, principalmente, a sua ação se intensifica a partir da Lei 9475/97, que altera o art. 33, da LDB, dizendo que o ensino religioso nas escolas públicas, no ensino fundamental, nas escolas públicas é de matrícula facultativa, faz parte dos horários normais das escolas, etc., etc.. Ou seja, o nosso conselho de Goiás segue o Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso, o FONAPER, que divulga para todo o Brasil os parâmetros curriculares nacionais para o ensino religioso. O CIERGO, em Goiás, divulgou as diretrizes curriculares para a rede pública de Goiás. É interessante que a Lei 9475 regulamentou, determinou o ensino religioso para o ensino fundamental. Em Goiás, o Conselho Estadual de Educação, em 2005, regulamentou a exigência do ensino religioso não só para o ensino fundamental, mas para todo ensino básico. Então, hoje, na rede pública estadual de Goiás, o ensino religioso é uma disciplina do ensino fundamental, da primeira à nona série, e do ensino médio, da primeira à terceira série. Bom, isso para situar o que eu represento aqui: represento o ensino público do Estado de Goiás, e tenho, também, delegação do Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso para representá-lo. Essa é a primeira parte que eu gostaria de colocar, para que os senhores me identificassem e vissem qual é a linha com que eu estou trabalhando.

A primeira observação que eu faço para o projeto, e não aparece aqui, é a distinção que julgo ser necessária, porque, do ponto de vista do Conselho Nacional de Educação e do Ministério da Educação, há distinção entre bacharelado e licenciatura. Quando se fala da profissão do teólogo, está se referindo ao bacharel em teologia; quando se fala do professor de ensino religioso, está se falando do licenciado em ciências da religião. Portanto, são dois segmentos diferentes. Para clarear um pouco mais a questão, o que caracteriza propriamente o teólogo, a profissão do teólogo, é que o teólogo é aquele que faz uma reflexão sobre a fé. O teólogo é alguém que acredita, alguém que crê na revelação, no caso das religiões cristãs. Então, é uma reflexão sistemática, é a partir dessa reflexão sistemática. Por isso é que o MEC, o Conselho Nacional de Educação, autorizou, por ocasião da autorização dos cursos de bacharelado em teologia, uma diversidade maior de currículos do que existe para outros cursos. Por quê? Reconhece a diversidade religiosa e a diversidade de faculdades teológicas, de cursos teológicos, de bacharelado no Brasil, e, dando liberdade religiosa a esses diversos cultos(F) que eles ganham(F) seus cursos específicos de teologia. Então, é dentro desse painel diversificado que acontecem os bacharelados em teologia. Em outras palavras, o bacharelado em teologia, ou a formação do teólogo, se atém a alguma determinada tradição religiosa. Assim, eu tenho teólogo católico romano, eu tenho teólogo adventista, eu posso ter teólogo presbiteriano, etc., etc.. Então, eu posso ter alguns teólogos formados em faculdades diferentes. Ou seja, é um curso de teologia, mas um curso diverso. Quando o teólogo aborda a realidade, ele aborda, naturalmente, a partir da sua fé, a partir da sua formação, claro. Já o professor de ensino religioso é o cientista, especificamente, da religião. Ele não parte de uma visão puramente religiosa, mas ele parte de uma visão da realidade do fenômeno religioso, uma abordagem das ciências sobre o fenômeno religioso. E, com isto, o estado laico brasileiro, reconhecendo a diversidade religiosa que existe, reconhece também que é necessário uma formação diferenciada para esse professor de ensino religioso, porque não é um professor de ensino de alguma religião, mas um professor que, diante de uma plateia, alunos diferenciados, religiosamente falando, deve-se trabalhar também dentro dessa diversidade.

Então, o que se visa, com esse ensino religioso, do qual estou lhes falando, que foi já implantado no Estado de Goiás, em uma rede pública, e está sendo implantado em diversos outros estados do Brasil, é um ensino religioso não convencional, um ensino religioso que não vem das igrejas, um ensino religioso que é assumido pelo próprio estado leigo, e que tem... A gente pode perguntar: "Mas o estado leigo não tem competência para trabalhar a religião". Concordo plenamente, mas existe uma instância nas universidades chamadas Ciências da Religião, que é reconhecido tanto pelo MEC, como Conselho Nacional de Educação, os cursos de Ciência da Religião, a nível de graduação, ainda não reconhecidos pelo Conselho Nacional, mas a nível de pós-graduação, de mestrado, doutorado, como acontece na Universidade Católica de Goiás – hoje, o coordenador está aqui conosco, Dr. Valmor, presente –, tem competência, sim, para trabalhar cientificamente a abordagem religiosa da diversidade religiosa. Bom, isso eu gostaria de fazer a distinção entre teologia e ciências da religião. Quando se está falando aqui em projeto de lei do exercício da profissão de teólogo, estou, gostaria de salientar, o teólogo, o bacharel em teologia. Tudo bem, nada contra, absolutamente. Essa é a primeira observação.

A segunda observação se refere ao Item 3, do art. 1º, aos que, a data da publicação desta lei, embora não diplomados nos termos dos incisos anteriores, vêm exercendo efetivamente, há mais de cinco anos, uma atividade de teólogo, na forma de etc., etc., também eles seriam reconhecidos como teólogos. Nós não

concordamos com este artigo, porque acreditamos que a formação, não só do teólogo, mas de qualquer outro profissional de nível superior, deve, necessariamente, passar, sim, por um curso de graduação. Então, não concordamos com esse capítulo. Ou seja, a formação acadêmica, na nossa opinião, é indispensável. Inclusive, olhando a justificação que assinaram pelo Senador Marcelo Crivella, no primeiro parágrafo, fala que a teologia científica foi impulsionada pelo nascimento nas universidades; a universidade está intimamente ligada à teologia como ciência. E, também, hoje, não se fala em teologia, sem relacionar a teologia ao curso de graduação. Então, nós não abrimos mão nesse aspecto. E, ao mesmo tempo, diz, em consequência, lá no penúltimo parágrafo, em consequência, a regulamentação do exercício dessa profissão se faz imperiosa, a fim de afastar do meio profissional aventureiros, etc., etc.. Quer dizer, pessoas não qualificadas, academicamente falando, que viriam a labutar num campo do qual, talvez, eles não tenham a formação necessária para isso. Estas são as minhas colocações. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada ao Dr. Darcy Cordeiro, inclusive, ele fez num tempo que, quando foi dado o primeiro sinal, ele só passou um minuto, depois, ainda teria mais quatro. Agora, vamos passar para o Dr. Isaías Lobão Pereira Júnior, da Faculdade Evangélica de Brasília.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Rosalba, me permite? Já que eu estou como relator da matéria, eu gostaria muito de receber, no final, de preferência, por escrito, dos painelistas, as considerações de cada um quanto ao projeto. O senhor foi feliz aí. No final, o senhor foi objetivo. O senhor primeiro situou, e, depois, disse que tem uma discordância profunda com o art. 1º, inciso 3º.

SR. DARCY CORDEIRO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu só queria pedir, em resumo... A senhora transmite, talvez, para ele. O que eu quero é receber as contribuições de alteração no projeto, e até mesmo se é contra, na íntegra, para mim. No final, é importante para eu poder dar o parecer. É só isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ele pede que, depois, os senhores encaminhem, por escrito, essas alterações que os senhores sugerem. Por sinal, essa foi muito bem colocada, porque, se você não exigir que a pessoa curse o curso de nível superior... Porque, como o Dr. João Batista está falando, desde 1970, já existem muitas faculdades, então, não impede de ser ministro, ser pastor. Agora, para ficar melhor capacitado, que façam os cursos. É lógico isso. Muito bom. Muito boa colocação. Dr. Isaías Lobão Pereira Júnior.

SR. ISAÍAS LOBÃO PEREIRA JÚNIOR: Eu quero agradecer a oportunidade de estar aqui. Eu preparei um *paper* que está em cópias, alguns tem, e tem uma apresentação também. Quando for necessário, a gente pede para passar. Eu tenho meu tempo, quero só iniciar rapidamente. Eu sou professor de teologia já há 10 anos, aqui, tanto no Distrito Federal como em outros estados, e sou membro de uma confissão religiosa, no caso, a Igreja Presbiteriana do Brasil, que tem também um papel na formação teológica muito interessante no nosso país. Eu vou me deter em algumas considerações do que eu escrevi. Vai ser uma parte... Eu pensei, na minha fala, apresentar o que é a teologia para, às vezes, até para alguém que quer conhecer o sentido, e, a partir daí, a gente vai fazer a discussão e dar oportunidade para o debate.

A inicial questão sobre a função do teólogo inicia com a questão da aproximação etimológica, intelectual. Etimologicamente, tem a ver com a inteligência, aquele que ocupa com a inteligência o sentido realizado e presente das atividades humanas. Desse modo, o intelectual seria capaz de intuir e de ler, no interior do real, um sentido e um valor. Mais do que fragmentação e análise, o intelectual é um ser humano que busca totalidade a síntese do pensamento, e penso aqui no sentido da teologia, enquanto função intelectual.

O termo teologia, segundo os aspectos etimológicos, composto de duas palavras, que vem do grego, *teós*, e *lógos*, palavra, fala, expressão. É o estudo sobre a divindade, sobre Deus. A teologia tem suas raízes na vida e experiência do ser humano. Ela surge na necessidade que o homem tem de explicar, racional e logicamente, os fatos da sua experiência, em relação ao universo físico, a uma realidade superior transcendental, ele decorre da necessidade que o ser humano tem de objetivar a sua experiência tanto individual como coletiva. A teologia, então, procura mostrar, de modo coerente, a experiência religiosa do homem, tomando como ponto de partida a revelação. Um artigo da Enciclopédia de [ininteligível], do [ininteligível], diz o seguinte: "*Teologia é uma ciência que busca, pelo uso correto da razão, de acordo com o método científico correto, próprio, correlaciona, sistematiza e organiza o assunto, referente à experiência religiosa humana, de modo tal a alcançar um corpo unificado e coerente de doutrina, destinado a satisfazer o desejo do intelecto pela verdade e fornecer uma orientação para uma vida prática. Como ciência da religião, lida não apenas com o conceito subjetivo de consciência religiosa, ou as opiniões, emoções e ações dos homens na esfera*

religiosa, mas, também, com os fundamentos, objetivos da religião, e verdade ou realidade última que sublinha e explica a experiência religiosa da humanidade. Nesse sentido, a teologia tem um fundamento real e racional da realidade de fatos objetivos".

Um rápido panorama histórico, lembrado também pelo relator, o Senador Marcelo Crivella. A origem das universidades no mundo ocidental está ligada intimamente à educação teológica. Lá, pelo ano 200, alguns ambientes de educação cristã viraram universidades, Universidade de Bolonha, na Itália, Universidade de Paris, Oxford, e, entre o período 1250 até 1500, foram fundadas, através do conceito medieval, 71 universidades na Europa com esse intuito. A partir da Reforma Protestante, o novo impulso veio à formação acadêmica. Então, o interessante, nesse momento, surge o chamado seminário. O seminário, ele vem do latim, a palavra seria "como local para formar sementes". Ele surgiu primeiro no contexto católico, na formação da contra-reforma, como resposta ao avanço da igreja protestante. Posteriormente, o próprio protestantismo também se aproveita dessa figura do seminário como local de sementeira, de separação, para a formação intelectual. O currículo das instituições enfocavam não somente as artes, a teologia, como, igualmente, as ciências. Na mente dos reformadores da época, não havia conflito entre fé e ciência na universidade. Ao contrário da visão educacional escolástica medieval, os reformados consideravam que o estudo da ciência física tinha como propósito descobrir a natureza, seu funcionamento, pois Deus se revelava à humanidade por meio das coisas criadas, da natureza, e, estudando o mundo, o ser humano acabaria por conhecer mais a Deus.

A teologia ainda mantém uma posição relativamente forte nas universidades europeias e norte-americanas. No Brasil, iniciou-se, em 1999, academicamente, politicamente, uma nova fase com o credenciamento da teologia como curso superior amparado pelo Ministério da Educação. Passados 10 anos, já com muitas instituições credenciadas e milhares de alunos formados, tem-se a necessidade da regulamentação da ocupação do teólogo. Entende-se que a existência de teólogos qualificados não é somente vital para a religião ou para as diversas igrejas, mas para toda a sociedade, podendo desempenhar o seu papel nas mediações de diversas ordens, com vistas à coerência da sociedade. Tem sido muito discutida a crise moral pela qual passa a sociedade. A competição, o individualismo, o desrespeito ao outro são evidências dessa crise. Cada sociedade precisa compartilhar determinados valores morais que tornam a vida social possível. Sem esses valores, as pessoas se sentem ameaçada e a vida social se transforma num caos, pois, à medida que não há respeito mútuo, gera-se a profunda desconfiança entre as pessoas, dificultando o relacionamento e a convivência entre os indivíduos. Esses valores morais ou éticos dizem respeito ao conjunto de normas ou padrões de conduta que orientam as pessoas em seu dia a dia. O respeito por si mesmo, na solidariedade ao outro e o senso de justiça fazem parte dos valores que devem ser estimulados em todas as sociedades. Nesse contexto, o ensino teológico pode se tornar um espaço importante para superar a crise moral de uma sociedade mercantilizada – obrigado, senadora –, que, em respeito à solidariedade ao próximo, são muitas vezes esquecidos, em nome da vaidade, competição e individualismo.

A respeito do que o nosso o professor falou, Prof. Darcy, eu tenho uma experiência pessoal... Rapidamente, aproveitando o tempo. Eu tive alunos no meu curso de teologia – formei muitos aqui, em Brasília, no entorno – alunos e professores que eu tive o privilégio, iniciando o meu... Como educador teológico, 29 anos, alunos com 35 anos de ministério pastoral, da Assembleia de Deus, e várias igrejas pentecostais, mas que, embora não tendo a formação acadêmica, o estudo formal, procuravam se especializar na teologia. Então, muitos, mesmo não tendo o preparo formal, têm sede do conhecimento, têm sede de apreender. E a necessidade do dia a dia pastoral, do dia a dia ministerial, e das atuações do teólogo, eles vão buscar o preparo. Como foi dito aqui, no art. 1º, que fala sobre a questão do que vem exercendo há mais de cinco anos a atividade de teólogo, é importante que isso, pelo menos, na minha visão, permaneça, porque são pessoas que estão na labuta, no trabalho, e atuando, ainda sem o reconhecimento formal, mas que, em nenhum momento, eles deixam de buscar o preparo acadêmico para isso. É uma coisa que acontece, porque a necessidade os leva a fazer isso.

Então, o outro exemplo que lembrei, a partir da palavra do Prof. Darcy – depois a gente vai ouvir o Prof. Valmor também –, a discriminação que existe à teologia é até secular no Brasil. Os cursos de teologia oficiais da igreja romana nasceram no século 19, Seminário de Olinda, são vários conhecidos, não é? E no caso da confessionalidade reformada – o curso presbiteriano, o primeiro é de 1888 –, já com o estudo de línguas clássicas, latim, grego, hebraico, tudo faz parte da nossa formação. Interessante é que, quando a Unicamp, nos anos 30, nos anos 40, iniciou seu curso de letras e hebraico, anunciou com grande alarde que era o primeiro curso de hebraico ministrado no Brasil, sendo que, desde o século 19, as faculdades de teologia já estavam ministrando esse curso dentro

do ambiente da cultura clássica, do ambiente do estudo da arqueologia, coisa que o teólogo mesmo se efetue fazer isso. Então, é uma questão de, por ter esse aspecto da confessionalidade, há também muita discriminação em torno do teólogo, por isso que nós estamos há dez anos já com o curso autorizado pelo Ministério da Educação, já com cursos reconhecidos, mas o profissional que se forma numa instituição de ensino teológico não tem o seu reconhecimento. Por isso que há seis anos que já há a labuta do grupo que trabalha nessa regulamentação, busca, então, aqui, frente a V. Exas., o pedido para que o exercício da profissão do teólogo seja regulamentado. Esse é o nosso desejo. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Professor sabe cronometrar o tempo bem direitinho, não é?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vi que há já uma divergência profunda em um dos artigos, mas vamos em frente, para ver onde vamos chegar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu queria aqui registrar a presença, nos honra muito, doutor, o Sr. José Messias Brandão, pastor da Assembleia de Deus Missões Urgente; do presbítero Hernanes Silva Ferreira, da Igreja Metodista Wesleyana; do Presidente Eliseu(F) de Abreu, do Sindicato Nacional dos Teólogos; do missionário Neemias(F) Paulino dos Santos, seja bem-vindo, Assembleia de Deus, Missões Urgentes, e do reitor e Presidente da Ordem dos Teólogos no Brasil, Dr. Edílson Francisco. Passamos agora a palavra ao Dr. João Batista Isaquiel Ferreira, que é da Convenção Brasileira dos Ministros das Igrejas, Assembléias de Deus, Ministérios de Missões e Igrejas Filiadas.

SR. JOÃO BATISTA ISAQUIEL FERREIRA: Sra. Presidente, senhor requerente da audiência, Senador Paulo Paim, colegas, e os demais. As nossas palavras são uma sequência daquilo que já estamos a ouvir, e quero enfatizar, de acordo com o que já temos aqui rascunhado, o homem, com todo conhecimento de que dispõe, nos dias de hoje, com a ida do homem à lua, e através do telescópio, onde tira-se fotografias de galáxias nos confins do universo, ainda nos perguntamos, sem respostas definitivas, de onde viemos, para onde vamos e por que estamos vivos sobre esse planeta. São perguntas diárias, em todos os lugares.

Os homens das cavernas, eles adoravam, reverenciavam e tinham sempre um pensamento voltado para a lua, o sol, os trovões. Não os entendia, buscava explicações, e, já nesse período, nesse período da humanidade, já havia homens que se dedicavam ao estudo dos fenômenos naturais e de institutos particulares, de formas individuais, reconheciam um ser superior a quem devotavam respeito e temor. Esses pioneiros, chamados de curandeiros, pajés, ou magos, foram os primeiros a orientar a humanidade e fazer ligação com os seres superiores. Explicavam, à sua maneira, os fenômenos naturais e medicavam o corpo e nutriam a alma dos que buscavam soluções. Há muitas profissões que reivindicam o título de a profissão mais antiga ou a mais velha do mundo. Devemos, realmente, ter algumas que são milenares, mas, com toda certeza, podemos afirmar que o líder espiritual, o que orientava os homens, e que fazia a ligação do homem com Deus, é uma das mais antigas, ou a mais antiga que se tem registros confiáveis, no caso, Adão e família, que tinham conhecimento de Deus e buscavam a Deus.

Com o passar das eras, a humanidade foi brindada por expoentes que trouxeram mais informações da divindade e com seus exemplos de vidas. Tiveram seus nomes registrados na história deste planeta como Amenófis, Moisés, o Príncipe Sidarta, conhecido como Buda, como Confúcio; Jesus de Nazaré, conhecido como Cristo; Mohammad, conhecido como Maomé, todos estes e muitos outros deram origem a instituições atuais, onde o homem busca conforto espiritual e por onde regra a sua fé, e suas metas são ética, são respeito ao próximo, onde pauta a sua afinação, ou a sua afinidade.

O cristianismo, o islamismo, o judaísmo, o budismo, o confucionismo, o hinduísmo, e várias outras instituições tiveram e têm uma participação fundamental na vida de todos os seres humanos. Vejamos, pelos senhores e pelas senhoras que nos ouvem, quantos foram batizados ao nascer ou atingir a maior idade e escolherem um caminho a seguir? Quantos se casaram no religioso, além do casamento civil, e quantos só optaram por ter uma convivência conjugal abençoada por Deus? Quantos, ao deixarem esta vida, terão ao seu lado, além dos familiares e amigos, um sacerdote, um pastor, um rabino, para querer uma passagem para um lugar melhor, que uns chamam de paraíso, outros de Valhalla, outros de céu, mas que, independentemente do nome, indica uma recompensa após essa vida. Vejam que me ativa o nascimento, casamento, óbito, ocasiões tão especiais que as registramos em cartório e temos documentos para comprovar. O que temos, nestas ocasiões, ao menos, é sempre a presença de um representante do Deus, um sacerdote, um padre, um homem que se dedica, uma comunidade que se dedica ao Senhor Deus, que dedica a sua vida em levar conforto, consolo e orientações, e homens e mulheres, todos, e em todas as horas do dia, todos os dias do ano, todos os anos de sua vida. São homens considerados como santos, ou se santificam para verbalizar

o Deus, a sua comunidade, e representando o Deus que seus desígnios são sempre especiais, respeitado por seus seguidores, e até pelos que não comungam da fé, mas que veem neste homem alguém especial e diferenciado. Mas, por mais que sejam especiais, respeitados e imprescindíveis aos seres humanos e à sociedade, eles são homens e mulheres que envelhecem, que ficam doentes, que sentem frio, fome, como todos nós. Enquanto são sadios e fortes, levam conforto, orientação e paz aos seus semelhantes, mas, quando eles são idosos, frágeis e debilitados, poucos recebem migalhas por tudo que fizeram por seus semelhantes. Muito se pede a eles durante toda sua vida, nada lhes é oferecido quando chegam ao final de sua vida. O Estado Brasileiro é um dos mais liberais do mundo, e, por reconhecer a importância da religiosidade da sociedade e sua diversidade, os credos religiosos dispõem de toda a liberdade e garantias constitucionais. O sacerdote, o ministro religioso, o instrumento que chega até seus semelhantes, o elo divino, e o humano dedicam suas vidas a servir seu Deus; este, porém, ainda não é devidamente valorizado. Apenas por comparação: o guardador de carro, o lavador de carro, tem a sua profissão baseada na Lei 4076, de 62; o peão de rodeio tem sua profissão regularizada, lei de 2001, e são profissões recentes, com décadas apenas de existência. Já os portadores do divino não têm profissão, são rabinos, são pastores, são padres, são xeques, são várias as designações desses líderes fundamentais à religiosidade e ao povo brasileiro, mas, oficialmente, não são profissionais regulamentados.

Agora, em análise, neste Congresso Nacional, a regulamentação da profissão de teólogo, uma designação que congrega a todas as profissões de todas as religiões e credos, sem distinção, uma iniciativa que resgata o débito que todos os presentes têm com quem os batizou no nascimento, abençoou no matrimônio, os aconselhou nos momentos difíceis, e estarão ao seu lado na morte, na hora final de sua vida. Para finalizar, Sra. Presidente, terão, finalmente, estes homens, que se dedicam até seus últimos dias à sociedade brasileira, uma garantia de que serão reconhecidos pelo estado como trabalhadores com direito, direito que lhe ampara na velhice e na doença, que lhes garanta o alimento e o teto, quando mais não podem consolar, e, sim, necessitam de apoio e consolação? O apoio restrito a este projeto é o empenho dos nobres parlamentares deste magno Congresso, que, na tramitação ágil e produtiva, a ação dos líderes partidários em garantir tramitação em regime de urgência e regulamentação o mais rápido possível. É o que se espera dos nobres parlamentares desta Casa de leis.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito bem, muito obrigada, Dr. João. Eu gostaria, agora, de passar a palavra para o Prof. Valmor Silva, também...

SR. VALMOR DA SILVA: Minha saudação a nossa Senadora Rosalba e ao Senador Paulo Paim, que a gente admira de longe. Agora, então, é uma alegria estar próximo e dialogar. Saudação também ao colega, Prof. Darcy, Pastor Isaías, Pastor João Batista e os demais que participam conosco. Também me apresento brevemente e para dizer a quem eu represento. Quer dizer, eu não vou falar propriamente. Às vezes, vou até sacrificar, talvez, algum pensamento pessoal em função das associações. Eu diria que eu me faço porta-voz, e que algumas me pediram explicitamente. Então, minha graduação é teologia e filosofia. Tenho mestrado em teologia bíblica, e outro em exegese bíblica, esses na Europa, e um doutorado em Ciências da Religião, na Universidade Metodista de São Paulo. E, atualmente, coordeno um programa de pós-graduação *stricto sensu*, em Ciências da Religião, na Universidade Católica de Goiás, mestrado e doutorado. E, além de ter sido Presidente, agora vice-Presidente da Associação Brasileira de Pesquisa Bíblica – essa eu não represento, nós não temos, nesse fórum, discutido a questão –, eu represento mais, sim, fortemente a SOTER, que é Sociedade de Teologia e Ciências da Religião, que completa 25 anos agora, em 2010, e realiza congressos anuais, e onde a questão tem sido debatida com bastante calor, com bastante veemência, e igualmente na... O nome é difícil, mas é ANPTECRE, é a Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Teologia e Ciências da Religião, que são 14 programas *stricto sensu* que estão registrados, enfim, reconhecidos na CAPES. E, além disso, sou avaliador do Inep/MEC de cursos de teologia, de cursos, de instituições, enfim.

Claro, começando um pouco o assunto, e, depois, eu vou pontuar alguns itens, evidentemente, na proposta do projeto. Seria o caso, eu diria, de saudar a iniciativa do Senador Crivella em propor a regulamentação da profissão de teólogo. Não fosse o projeto tão amplo, e, consequentemente, confuso, isso pode ser um projeto que, ao invés, de nos beneficiar, pode-se voltar contra nós. Então, algumas pontuações que eu faria antes de, propriamente, sinalizar os itens. Antes de falar da profissão de teólogo, nós precisamos regular a formação de teólogo, que tem várias lacunas e contradições na legislação. E eu aponto duas: uma é que não existe, no Brasil, licenciatura em teologia. Então, essencialmente, nós não temos um professor de teologia, e o que habilita para lecionar é a licenciatura. Esta ainda o ministério não concede, não é? E outro problema sério são os chamados cursos livres

de teologia, isto é, cursos que não estão no sistema do MEC, apenas para citar dois exemplos na questão da formação. E, nesse sentido, então, eu queria enfatizar: o primeiro item é a preparação acadêmica do teólogo. Eu fiz, ontem, uma captação no MEC, e na CAPES. Nós temos, atualmente, no sistema do MEC, lá no site do MEC, que isso é de ontem, 11 graduações em Ciências da Religião. Normalmente, são reconhecidas pelos Conselhos Estaduais como licenciaturas, Ciências da Religião. E temos 99 bacharelados em teologia, que tem a lista das instituições e etc.. Este é o quadro da graduação. Da pós-graduação são 14 programas, sendo sete doutorados e 14 mestrados. Cinco mestrados em teologia, três dourados, e Ciências da Religião são nove mestrados... Ok. Ciências da religião, nove mestrados e quatro doutorados. Então, as duas áreas estão reunidas, mas, ao interno, nós fazemos uma distinção muito nítida entre os dois campos. Aqui, eu salto rapidamente, porque o Prof. Darcy, que me precedeu, fez a distinção entre teologia e Ciências da Religião. Basicamente, eu assino as proposições dele. Apenas para insistir que as Ciências da Religião tem um século de tradição no Brasil. As primeiras pós-graduações reconhecidas então comemorando 30 anos de Ciências da Religião, em pós-graduação, e são a PUC São Paulo, o curso da PUC São Paulo, o curso da Metodista de São Paulo, e esses cursos tiveram sempre muito apoio da Universidade Federal de Juiz de Fora, que, atualmente, também, tem um programa de pós-graduação em Ciências da Religião.

Então, há uma necessidade – agora, partindo já para o concretamente – de distinguir as profissões. Eu tenho aqui uma série de contribuições que distinguem quatro ou cinco funções, mas ao menos três eu acho essenciais, nesse debate e nesse projeto, serem distintas: a profissão de teólogo, a de cientista da religião e a de ministro de culto. A de ministro do culto está muito bem contemplada no último art. 5º. Então, ele distinguiu claramente a profissão do ministro de culto, aquele que vai abençoar, desejar uma boa morte, um bom nascimento, assim por diante. Mas as duas profissões, de teólogo e de cientista da religião, que são autônomas, elas estão... Ou seja, a Ciência da Religião não está contemplada explicitamente, embora muitas das atribuições do teólogo os cientistas da religião reivindicam veementemente para si. Então, eu vou insistir várias vezes nesse item. Isto. Então, ao final, por exemplo, do art. 2º, o Item 2, Programas de Projetos Atinentes à Realidade Científica da Religião. Então, os cientistas da religião vão dizer: "Isso é de cientista da religião, não propriamente de teólogo". Isso se repete no final do terceiro também. Isso voltará na justificativa, onde se atribui o estudo do fenômeno religioso ao teólogo, isto é função essencialmente das ciências da religião.

Bom, eu faço ainda uma consideração, ainda que rápida, sobre a distinção entre o bacharel licenciado, especialista, mestre, doutor, os graus que são acadêmicos. Isto é, para não fazermos o que fazem algumas áreas, como a medicina e o direito, e outras, que atribuem o título de doutor a um bacharel, não é? Eu entrei em alguns sites de associações de teólogos, etc., e lá tem uns doutores muito conhecidos do nosso meio político, público, vamos dizer, doutor teólogo, que, evidentemente, não tem esse nível acadêmico. Isso também para assegurar o *status* dos nossos programas de pós-graduação, o pessoal faz muita questão desta batalha, enfim.

Ok. Agora, no art. 1º, o 1º. Eu estou propondo, também com ênfase, que só sejam teólogos, ou cientistas da religião, se quisermos, pessoas que passem por cursos reconhecidos pelo MEC, que estejam no sistema. Então, no Item 1, diz assim: "Oficial ou reconhecido". Então interroguei o que é um curso oficial. Ele é oficial do MEC(F), da igreja, da confissão? Porque está uma alternativa: "Ou oficial ou reconhecido pelo poder público...". Então, tem que ser... [soa a campainha] Já deu 10 minutos? Vou acelerar. Então, tem que ser apenas reconhecido pelo poder público.

E, logo em seguida, vem o terceiro, não é? É. A revalidação do diploma tem que ser feita, naturalmente, somente por institutos reconhecidos, mesma forma, então. Aí o terceiro é a questão de não-diplomados. Aí, também, a gente rejeita veementemente a ideia de dar a função de teólogo, ou de cientista da religião, a quem não seja portador de um diploma específico. Além disso, a lei teria efeito retroativo a quem, há cinco anos trabalha na área. De jeito nenhum. Depois o 2... 1, exato. Exigências legais. Então, eu repriso e insisto que a pessoa tem que ter preparo acadêmico e profissional. O cumprimento de exigências legais não substitui a preparação acadêmica, o curso, reconhecimento, etc..

Aí art. 2, o segundo, isso se repete lá no quarto, vai ter um problema da amplitude das funções do teólogo. Nesse sentido, eu insisto, a redação pode se voltar contra nós, porque nós temos uma fila de verbos e depois uma fila de substitutivos que podem ser combinados, segundo o texto. Então, alguém pode elaborar, para ser teólogo, supervisionar, orientar, digamos, controlar trabalhos... Trabalhos é um termo totalmente vago, não é? Então, controlar um trabalho atinente à realidade científica da religião. Ou, no quarto, a redação, aí, ficou mais complicada ainda, tem que ser, de toda forma, revista. "Para ser teólogo, a pessoa pode participar – participar, em português, semanticamente,

é tomar parte, fazer parte – dos trabalhos de elaboração – etc., etc. -, atinentes à realidade científica da religião". Por aqui pode entrar, por exemplo, o guarda da faculdade, porque ele está participando de um trabalho, ou de um controle, de uma universidade atinente à religião. Então é muito amplo... Por isso que eu estou solicitando reduzir, fechar o campo, a definição do campo de atuação do teólogo, ou do cientista da religião, no caso, não é?

Ok, estou indo para os finalmentes... Sim. Depois, com relação ao reconhecimento ao Conselho Nacional de Teologia, aos Conselhos, etc.. Existem alguns organismos – no caso, a SOTER reivindica isso, com bastante ênfase – que já têm 25 anos, têm atividades acadêmicas e assessora, faz congressos, reúne as pessoas com certificação na área... Então, como ficaria a questão da autoridade que vai reconhecer o título de teólogo, não é? E uma última questão: como seriam institutos de teologia... Que, já, o MEC reconhece, por exemplo, há uma faculdade de teologia umbandista, que já está reconhecida pelo MEC, funciona em São Paulo. E tem a faculdade de teologia messiânica e a faculdade de teologia espírita, e terá o budista, terá as demais mais. Então, a lei terá que contemplar, também, essa realidade diversificada da religião, não é? Então isso reflete opinião de muitas pessoas e de um longo debate. Eu tenho o meu e-mail super lotado de opiniões, muito bombardeado, algumas delas eu fotocopiei, mas eu não quis, assim, amontoar papéis, até por economia das nossas florestas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paulo Paim, a sua missão parecia simples... [risos]. Mas não é tão simples, porque tem muitas opiniões, muitas questões que tem que ser levantadas e analisadas.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deixa eu fazer, só, uma fala rápida.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ele agora vai fazer uma fala e podemos...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): De fato, eu também estou recebendo e-mail de todo Brasil. O tema, de fato, é explosivo, para não dizer polêmico. E percebo que há gente que não quer – pelas suas convicções, fazem a defesa e manda por escrito – que haja essa regulamentação, pela sua complexidade. E acho melhor deixar como está, enfim, dentro de instrumentos que a própria sociedade está construindo. Percebo, também, que há uma divergência profunda em alguns dos artigos, que já foram explicitados aqui. Por exemplo, o art. 1º, número 3, essa questão de ter, ou não ter, nível superior. Só dei como exemplo, mas vi, agora, na fala do Sr. Valmor, que as divergências são muito mais amplas. Eu, primeiro, já vou fazer uma consideração aqui. Eu não vejo a mínima condição de esse projeto ir para a pauta semana que vem, como me propuseram. Não foi a presidente que propôs, mas vieram me procurar. Não tem a mínima condição, não tem a mínima condição. Segundo: entendo eu que nós teremos que fazer mais Audiências Públicas, ano que vem, sobre esse tema, pela sua amplitude. E terceiro: a presidente foi feliz, vai ter que ser uma obra gigantesca, para construir o acordo com todos aqueles que estão envolvidos no setor. Eu não me furto a participar dos debates, tentar construir uma alternativa que seja viável, mas percebo que é muito trabalho. Só essa consideração para introduzir ao debate.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador, inclusive tem, quando você regulamenta uma profissão, teólogo, você... Ele já falou, já tem a faculdade de teologia umbandista, teologia messiânica, teologia... Então, contempla todos. Então, é bom ouvir, também, diversos segmentos, não é, porque a gente tem que... Para ver como construímos esse entendimento, que eu acho mais... Porque, na minha opinião, vice-Presidente não pode se pronunciar muito, tem que ser um voto, assim, de minerva, mas acho importantíssimo o reconhecimento, acho que isso é uma coisa que a gente tem que entender, vamos ter que reconhecer e procurar montar um melhor projeto, partindo da ideia do Senador Crivella, o relator vai ter... E também a comissão vai poder, de uma maneira geral, encaminhar emenda, sugestões. Realmente, eu concordo com o senador que até... Agora, o recesso já está próximo, não vamos ter condição de definir tudo isso, porque não adianta fazer uma lei ruim. É bom que a lei seja boa, e que, ao invés de trazer... A ruim, ela traz prejuízo. Nós queremos é que traga apoio, vantagem. Vantagem no bom sentido. Apoio, valorização da categoria, da profissão de teólogo. Então... Mais alguma?

SR. ISAÍAS LOBÃO PEREIRA JÚNIOR: Eu queria só falar assim: porque eu acredito que o projeto, ele contempla... Eu acompanho, eu sei até que o João [ininteligível], é professor do centro de pós-graduação metodista.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Se o curso foi reconhecido...

SR. ISAÍAS LOBÃO PEREIRA JÚNIOR: Provavelmente, foi seu professor, não é, Valmor? E ele é professor da faculdade messiânica, eu acompanhei até o reconhecimento deles lá, eu vi. Eu acho que o projeto contemplaria essa questão das diversas confessionalidades, desde o reconhecimento do curso junto ao MEC, em 99, que foi uma batalha de vários anos dos teólogos que foram, conseguiam fazer isso

aí. Agora, o que a gente quer é só complementação daquilo que foi feito em 99, questão da lei. Eu acredito que aqui, tanto na minha fala como na fala do Pastor João, a gente conseguiu mostrar que é uma questão de amplitude. Agora, quanto à questão da Ciência da Religião, num primeiro momento, eu confesso que eu não havia pensado em ter entrado nessa área, na discussão, e acredito que a gente pode debater e levar mais isso à frente, não é?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu quero... Os senhores querem colocar? Pois não, Dr. Darcy.

SR. DARCY CORDEIRO: Gostaria de colocar duas ênfases. Primeiro, elogiar o Prof. Isaías, pela sua brilhante apresentação, mas apenas ressalvando que a eliminação desse Item 3º, do art. 1º, não limita; pelo contrário, ele vem aprofundar o conhecimento. Quer dizer, o curso de teologia, que essas pessoas ainda não têm, que pode ser dado de formas diferenciadas, de acordo com a experiência que ele tem, não vem limitar, pelo contrário, vem afirmar e vem aprofundar a formação dessa pessoa que já trabalha com grande prática na área.

Então, queria... Na defesa da eliminação desse artigo. Quanto do art. 2º, os Itens 2 e 3 são repetitivos. Veja bem, repete no substantivado, no Item 4, e verbalizados no Item 2. Eu seria pela eliminação do Item 2, ficar apenas com o item 4, que é participar de tudo isso. Veja que é uma repetição *ipsis litteris*, com as mesmas palavras.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria de fazer... O Dr. Valmor quer colocar mais alguma coisa, Dr. João? Está satisfeito. Nós também queremos agradecer. Realmente, acho que foi muito produtivo. Queria, apenas, aqui, fazer uma colocação. Queria ajudar bastante tanto o Senador Paim como a comissão para que caminhassem. Tenho certeza que essa audiência vai ser vista por milhares, se não for milhões, se não teólogos, mas interessados no estudo da religião, no estudo de Deus, e que possam, com a luz do projeto que foi apresentado, projeto de lei, nos dar sugestões, encaminhar sugestões. Nós já tivemos momentos aqui que montamos, através de... Partindo de um projeto, se encontrou uma forma de conciliar várias opiniões, no caso dos contabilistas, que existiam aqueles que já praticavam há muito tempo, e uma coisa também interessante é porque muitos, que hoje estão no exercício, eles fizeram cursos que, na época, não eram reconhecidos, mas que estavam nos seminários, que estavam nas igrejas. Uma coisa, também, que eu perguntei, aqui, ao Dr. Isaías, que me deixou assim meia... Vamos dizer assim, não é... Entendi, mas acho que também há uma discordância, que os cursos de teologia, em geral, são quatro anos, mas tem cursos de seis anos, tem cursos de três anos. Então isso também...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Os maiores, de maior duração, são mais confessionais, eu não tenho reconhecimento. A igreja presbiteriana tem um de cinco; luterana tem de seis, mas eles não têm o reconhecimento. Os reconhecidos, em geral, são quatro anos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): São os reconhecidos, não é? Então é isso que fica essa questão. Esses não são ainda reconhecidos e já formaram quantos, não é?

SR. VALMOR DA SILVA: Desculpe, senadora, o MEC tem regulamentado essa questão: o mínimo é 1600 horas, que equivale a três anos e meio.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Seria o mínimo, não é? Porque, na hora que passa a ser uma profissão, acho que isso é interessante, que também esteja...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O fruto dessa Audiência Pública, eu queria ir na linha que falou a nossa Presidente, [ininteligível] o relator, com a relatoria, eu não tenho nenhuma dúvida que aqui caminha para um substitutivo, é o único caminho que teremos. Eu peço que todos mandem as contribuições para paulopaim@senador.gov.br. Paulo Paim tudo em letra minúscula e junto, paulopaim, tudo junto, @senador.gov.br, para que, quem sabe, eu, recebendo todas contribuições, em uma outra Audiência Pública, a gente tenha algum tipo de redação para a apreciação do grupo, não é? E o grupo vai dizer: "É possível, não é possível. Isso é bom, isso é ruim, ou não dá para aprovar o projeto". E democracia é isso, respeitar a vontade da maioria. Então esse é o apelo que eu faço: me remetam todas as contribuições. Até, como disse a nossa senadora, essa audiência é assistida por muita gente. Quem entender, inclusive diferente, que não deva regulamentar – democracia é isso -, remeta também e diga. Os que entendem que deve ser regulamentado, porque é bom para quem atua nessa área, remetam com as suas contribuições. Isso vai fazendo com que eu vá formando o juízo para apresentar, quem sabe, em fevereiro, março, uma redação, tomara que seja de consenso, ou não de consenso, para que a gente aponte o caminho para onde nós vamos.

Dizer que é natural aqui, no Congresso, no Senado, como na Câmara, em certos momentos, só um substitutivo é porque salva o projeto. Porque, pelo que percebi, aqui, na Mesa, as divergências refletem exatamente no número de e-mails que eu estou recebendo. Estou recebendo milhares de e-mails, e muito duros.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Foi, foi. E que bom, não é? Que aqui tem os contraditórios, cada um expressando o seu ponto de vista. Eu não me lego a enfrentar o bom debate e levar o projeto até que a gente chegue naquilo que seja o senso comum. Como disse alguém, hoje de manhã, da emoção e da razão também, mas da razão também.

SR. ISAÍAS LOBÃO PEREIRA JÚNIOR: Eu acredito, também, que, quanto mais tempo para a discussão, a gente vai ter um fórum que vai se qualificar mais. Nós temos aqui um fórum bem qualificado; mais qualificado para a discussão e chegar ao consenso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Exatamente. Então, Vou encerrando. Eu gostaria, também, aqui, de colocar à disposição o meu e-mail, como Presidente da comissão: é rosalba.ciarlini@senadora.com.br. E o da comissão é scomcas@senado.com.br. Senador, muito obrigado a todos e já marcamos até a próxima reunião. Inclusive, nos e-mails, poderemos até também receber sugestões para os novos convidados que estarão. E, desde já, os senhores, que aqui vieram, já são convidados a assistir a próxima Audiência Pública. Muito obrigada.

Sessão encerrada às 15h26.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 68ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS.

Às onze horas e doze minutos, do dia quinze de dezembro de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **Rosalba Ciarlini**, com a presença dos Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim, Marcelo Crivella, Roberto Cavalcanti, Renato Casagrande, Mão Santa, Adelmir Santana, Efraim Morais, Raimundo Colombo, Flávio Arns, Papaléo Paes, Mozarildo Cavalcanti, João Durval, Inácio Arruda, Osvaldo Sobrinho. Justifica a ausência o Senador Geraldo Mesquita Júnior. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 66ª e da 67ª Reuniões Extraordinárias, que são dadas como aprovadas. A Presidente registra a presença do Senhor Marco Aurélio Couto, Diretor do Sindicato das Domésticas do Distrito Federal e do Senhor Mário Avelino, Presidente da ONG Doméstica Legal. A Presidente, Senadora Rosalba Ciarlini, comunica que a Comissão está engajada na campanha nacional por doação de medula óssea evidenciando a grande carência de doadores no país, destacando o sofrimento dos pacientes que necessitam desse tipo de doação. Por solicitação do Senador Roberto Cavalcanti, passa-se à apreciação do **ITEM EXTRAPAUTA 19 – REQUERIMENTO Nº 103, DE 2009 – CAS.** "Senhora Presidenta da Comissão Permanente de Assuntos Sociais do Senado Federal, com fundamento no disposto no Art. 58, § 2.º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do RISF, requeiro a realização de Audiência Pública com vistas a discutir questões referentes às perícias médicas, encaminhamentos para auxílio doenças, aposentadorias especiais e por invalidez no Regime Geral da Previdência Social. Para tanto gostaríamos que os convidados fossem definidos pela própria Comissão." **Autoria:** Senadores Paulo Paim e Roberto Cavalcanti. **Resultado:** Aprovado**. ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 276, DE 2004.** Altera os arts. 17 e 18 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para tornar obrigatória a existência de contratos escritos entre operadoras dos referidos planos e seus prestadores de serviços. **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatoria:** Senador Augusto Botelho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo oferecido. **Resultado:** Lido o Relatório; adiada a discussão e votação. Às onze horas e dezesseis minutos, o Senador Augusto Botelho assume a Presidência. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 131, DE 2008.** Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Autoria:** Deputado Pompeo de Mattos. **Relatoria:** Senador Renato Casagrande. **Relatório:** Favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo), aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos. Durante a discussão, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho apresentam uma Emenda ao Substitutivo, acolhida pelo Relator. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE-CAS (Substitutivo), com a Subemenda-CAS à Emenda nº 1-CAE-CAS (Substitutivo). Aprovado requerimento de URGÊNCIA nº 104, 2009-CAS. **ITEM EXTRAPAUTA 20 – REQUERIMENTO Nº 104, DE 2009 – CAS.** "Requeiro, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2008, que "Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às

Cooperativas de Trabalho – PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943." **Autoria:** Senador Renato Casagrande. **Resultado:** Aprovado**.** Às onze horas e trinta e quatro minutos a Senadora Rosalba Ciarlini reassume a Presidência. **ITEM 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 161, DE 2009.** Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a Organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio e dá outras providências, para dispor sobre a contribuição social do empregador e do empregado doméstico. **Autoria:** Senadora Serys Slhessarenko. **Relatoria:** Senador Roberto Cavalcanti. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório, adiada a discussão e votação. **ITEM 16 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 2004.** Define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal apreendidos na forma da lei, alterando as Leis nºs 7.889, de 23 de novembro de 1989, e 9.972, de 25 de maio de 2000. **Autoria:** Deputada Edna Macedo. **Relatoria *Ad Hoc*:** Senador João Durval. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto**.** Ficam adiados os demais Itens da Pauta a saber: **ITEM 1 –** Turno Suplementar do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 493, de 2009. **ITEM 3 –** Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2009. **ITEM 4 –** Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2007. **ITEM 5 –** Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2009**. ITEM 6 –** Projeto de Lei do Senado nº 425, de 2003**; ITEM 8 –** Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2008. **ITEM 10 –** Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2009. **ITEM 11 –** Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2008. **ITEM 12** – Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2003. **ITEM 13** – Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2003. **ITEM 14** – Projeto De Lei Do Senado Nº 282, De 2006. **ITEM 15** – Projeto de Lei do Senado nº 445, de 2007. **ITEM 17** – Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2007. **ITEM 18** – Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2009. Usam da palavra os Senadores Augusto Botelho, Roberto Cavalcanti, Renato Casagrande, Mozarildo Cavalcanti, João Durval e a Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta e seis minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **ROSALBA CIARLINI,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

68ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2009, ÀS 11 HORAS E 12 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 68ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 66ª, 67ª Reuniões Extraordinárias. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A presente reunião destina-se à apreciação dos Itens 1 a 18, conforme pauta previamente divulgada.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senadora Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Um minuto, passo já a palavra à V. Exa., Senador Roberto Cavalcanti.

Gostaria aqui de iniciar a reunião, lembrando que essa semana, pela primeira vez, o Brasil está oficialmente mobilizado pela doação de medula óssea; em abril deste ano foi sancionada a Lei n°. 11.930, de 2009, originada no Congresso Nacional, criando a semana de mobilização nacional para a doação de medula óssea. As ações e atividades para conscientização pela doação de medula óssea ocorrem anualmente de 14 de 21 de dezembro, e nós, da Comissão de Assuntos Sociais, queremos aproveitar a audiência da TV Senado e da Rádio Senado para nos engajarmos nessa campanha que tem por slogan: "Neste Natal dê um presente a quem precisa de você para viver, cadastre-se como doador de medula óssea". Muito obrigada.

Passo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Agradeço a Sra. Senadora. Só para encaminhar um requerimento que está assinado pelo Senador Paulo Paim e por mim, referente a um requerimento no tocante a perícias médicas. Como V. Exa. está no comando, eu peço que dentro do possível, uma inclusão e eventualmente uma inversão de pauta para que nós, à medida que tenhamos *quorum*, possamos por em votação esse requerimento. Agradeço a V. Exa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vossa solicitação será atendida de acordo com o Regimento da Casa. Eu passo a ler o requerimento de autoria do Senador Paulo Paim e do Senador Roberto Cavalcanti: "*Com fundamento no disposto do art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Fe-*

deral, combinado com o art. 90, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública com vistas a discutir questões referentes às perícias médicas, encaminhamentos para auxílio doença, aposentarias especiais e por invalidez no regime geral da Previdência Social. Para tanto, gostaríamos que os convidados fossem definidos pela própria Comissão".

Em votação o Requerimento. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Requerimento está aprovado para que seja encaminhada uma Audiência Pública referente às perícias médicas.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Agradeço a V. Exa. em meu nome, em nome do Senador Paulo Paim. O sindicalismo junto com a iniciativa privada: eu, empresário, Paulo Paim, líder sindical, unidos no bom propósito brasileiro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O requerimento está aprovado.

Vamos agora para o Item 7, com a decisão terminativa, "*Projeto de Lei do Senado n°. 276, de 2004, que altera o art. 17 e 18 da Lei n°. 9646, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre planos e seguros privados de assistência à saúde, para tornar obrigatória a existência de contrato escrito entre operadoras dos referidos planos e seus prestadores de serviço"*. Autora é a Senadora Lúcia Vânia, o relator é o Senador Augusto Botelho.

Com a palavra o relator Senador Augusto Botelho.

SENADORA AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sra. Presidente, "*o Projeto de Lei do Senado 276, de 2004, da Senadora Lúcia Vânia, recebeu, nesta Comissão de Assuntos Sociais, em ocasião anterior, relatório de autoria do ilustre Senador Mão Santa, que propugnou pela aprovação do projeto na forma do substitutivo ali apresentado. No entanto, o detalhado texto não foi apreciado antes do fim da última legislatura, o que acabou acarretando a redistribuição do projeto.*

Assim, em 2007, por concordar com a análise do primeiro relator, reproduzimos o texto e elaboramos partes do relatório e do substitutivo apresentado anteriormente, com alterações relacionadas à redação do § 2º do art. 17 da Lei 9.656, de 03 de julho, de 98 da Lei dos Planos de Saúde, contida no art. 1º do projeto, e do art. 3º da proposição.

Agora, para contemplar novas sugestões recebidas, reelaboramos o parecer e implementamos outras alterações no substitutivo, entre as quais a supressão do art. 3º.

O PLS nº 276, de 2004, tem o objetivo de tornar obrigatória a existência de contratos escritos entre as operadoras de planos de saúde e os seus prestadores de serviços, sejam eles os profissionais de saúde na qualidade de pessoa física, ou os estabelecimentos de saúde, na qualidade de pessoa jurídica. A medida atinge somente as pessoas físicas e jurídicas externas à rede própria da operadora, o que exclui os membros das cooperativas que operam planos de saúde, além dos profissionais diretamente empregados pela operadora e os estabelecimentos a elas pertencentes.

Para atingir seus objetivos, o projeto, por meio de seu art. 1º, altera a redação dos arts. 17 e 18 da Lei nº 9.656, de 1998, com a redação dada pela Medida Provisória 2.177/44, de 24 de agosto de 2001, ademais por meio de seu art. 2º, incluído no art. 18-A da referida Lei. O novo art. 17 passa a dispor sobre a obrigatoriedade da estipulação de contratos sobre as pessoas alcançadas pela medida, sobre o conteúdo dos contratos, sobre a prerrogativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar de regular a matéria por meio de resolução normativa e sobre a aplicabilidade dos princípios da teoria geral dos contratos aos instrumentos instituídos pela lei.

A nova redação do art. 18 reproduz a maior parte do conteúdo anterior, mas implementa pequenas alterações que restringem o disposto no artigo, concernente às obrigações e aos direitos do prestador de serviço ou do profissional de saúde, aos contratados, eliminando do dispositivo as figuras do credenciado, do referenciado e do cooperado.

Saliente-se que o projeto foi distribuído à Comissão de Assuntos Sociais para decisão de caráter terminativo, e que não lhe foram apresentadas emendas".

Vamos para a análise, Sra. Presidente. "*Sem dúvida, a autora da proposição, a ilustre Senadora Lúcia Vânia, demonstra sua enorme sensibilidade social ao defender o objetivo de tornar obrigatória a existência de contratos escritos entre as operadoras de planos de saúde e os seus prestadores de serviços. Tal medida trará inegáveis benefícios para os consumidores dos planos privados de saúde e, sobretudo, para os prestadores de serviço, como bem lembrou a senadora na justificação da proposta.*

Segundo nossa análise, não há qualquer objeção à constitucionalidade e juridicidade ou à regimentalidade do PLS 276, de 2004. Contudo, a proposição contém algumas falhas de redação e de conteúdo que necessitam de correção.

A ementa da proposição tem que ser modificada para esclarecer que as alterações propostas alcançam a redação dada pela MPV, Medida Provisória 2.177/44, de 2001, a Lei dos Planos de Saúde. A mesma remissão da MPV, Medida Provisória, deve constar nos enunciados dos arts. 1º e 2º do projeto. A nosso ver,

não há razão para que o conteúdo do art. 17, hoje vigente, seja remanejado para o novo art. 18-A. Isso contraria as normas da boa técnica legislativa e pode causar transtornos aos operadores do direito, que estão acostumados ao conteúdo do dispositivo hoje em vigor. Assim, optamos por manter o art. 17 com a numeração original, dando nova redação ao caput e transferindo para um art. 17-A as novas disposições.

Modificamos alguns dispositivos para explicarmos que os contratos introduzidos pelo projeto abrangem os prestadores de serviços credenciados, contratados e referenciados, isto é, todos os tipos de relações contratuais, entre as operadoras e prestadores de serviços, hoje previstas na Lei de Planos de Saúde.

A despeito do seu inegável mérito, julgamos necessário reduzir a sobrecarga burocrática que o projeto poderia impor tanto à ANS quanto às operadoras, limitando o alcance das medidas no art. 17, notificação ANS e solicitação de autorização da agência aos casos de substituição ou exclusão de hospitais.

Assim propomos modificar somente o caput do artigo, mantendo seus parágrafos de forma hoje vigente. No texto do § 2º do art. 17-A, a Lei 9.656, de 98, inserido na lei, e contido no art. 1º da proposta, a palavra 'incluído' precisa ser substituída por 'incluídas', para atender às regras de concordância, além de ser necessário mudar o termo 'estabeleçam' de forma a sanar a repetição 'estabelecer, estabeleçam', presente no dispositivo.

Em relação ao § 3º, do art. 17-A da Lei, optamos substituir o texto ali proposto por um outro que, apesar de ter a mesma finalidade, reproduz a redação de outras disposições similares presentes ao longo de toda a Lei 9.656, de 98, e utiliza a sigla ANS em vez de seu nome por extenso.

Quanto ao que seria o § 4º do art. 17 da Lei, consideramos desnecessária a disposição ali contida, razão por que optamos por excluir esse parágrafo. Em relação ao art. 18 da Lei, parece-nos que o projeto se baseou na redação original do dispositivo e não naquela implementada na norma da Medida Provisória 2.177/44, que se encontra em vigor.

Por essa razão, sugerimos retornar a redação atual à norma, apenas inserindo no caput o termo referenciado e mantendo inalterados seus incisos e parágrafos únicos hoje vigentes.

Quanto ao art. 3° do Projeto, optamos por sua exclusão, tornar obrigatória a revisão de contratos entre operadoras e prestadoras de serviço que ainda estejam válidos no prazo ali estabelecidos, significa violar o direito adquirido e o ato jurídico perfeito. Sendo assim, optamos por apresentar um substitutivo que engloba todas as alterações necessárias".

Nosso Voto, portanto, é pela aprovação do projeto, e o substitutivo já se encontra com todos os senadores, o que dispensa a leitura, Sra. Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão. Como se trata de matéria terminativa, vamos adiar a discussão até que o *quorum* esteja completo. Nós temos em Plenário 7 senadores, precisamos de 11 para que possamos votar os terminativos. Faço aqui inclusive uma convocação aos Srs. Senadores que eu sei que estão na Casa em outras comissões, para que venham aqui, inclusive os relatores de várias matérias, para que nós possamos votar os terminativos.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Senadora Rosalba.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu queria apelar a V. Exa., considerando que eu pedi vista, aliás foi vista coletiva, o Item 2, cujo relator é o Senador Renato Casagrande, que a gente pudesse agora apreciar esse projeto, se for possível.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, vamos passar ao Item 2, decisão não terminativa, Projeto de Lei da Câmara n°. 131, de 2008: "*Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOP; e revoga o Parágrafo Único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943".* O autor é o Deputado Pompeo de Mattos e o relator é o Senador Renato Casagrande. O parecer é pela aprovação do Projeto na forma da Emenda n°. 1 – CAE, substitutivo, aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao relator, Senador Renato Casagrande, para proferir seu relatório sobre a emenda.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sra. Presidente, o relatório já foi proferido, legislação importante, já aprovado na Câmara, tramitando no Senado, que regulamenta as cooperativas de trabalho, e é importante que haja esta regulamentação porque hoje o Ministério Público, os órgãos de fiscalização do funcionamento e das relações de trabalho, às vezes têm dificuldade porque as cooperativas não estão ainda regulamentadas, e tem gente que usa da boa-fé e do nome das cooperativas para prestar serviços inadequados e precários, então é importante regulamentar, e é importante que nós possamos saber qual o limite do funcionamento das cooperativas.

Então nós estamos cientes da importância deste projeto, este projeto foi aprovado na Câmara, veio para cá, apresentamos um relatório, teve um requerimento que foi para a CAE, na CAE teve alteração, uma alteração que nós acolhemos na sessão passada, na apresentação do relatório, e é o relatório que eu faço aqui de novo, reafirmo, sei que o Senador Mozarildo tem uma emenda, acho que apresentará posteriormente à apresentação do meu relatório.

Então o meu relatório está apresentado e aguardo a apresentação de qualquer emenda por parte de qualquer senador, do Senador Mozarildo.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): A emenda... Senador Mozarildo para proferir... Casagrande, o senhor tem que proferir o relatório sobre a emenda que foi recebida hoje.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Deixa o Senador Mozarildo apresentar.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Ele quer que eu apresente a emenda formalmente.

Bom, eu quero primeiramente dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores, especialmente Senador Casagrande, que eu recebi várias sugestões para contemplar adequadamente todas as cooperativas. Eu concordo com o Senador Casagrande, que é imperioso aprovar esse projeto, realmente porque livra a área do cooperativismo dessas cooperativas de fachada que exploram realmente o trabalho inadequadamente.

Por exemplo, recebi um documento da Cootrabalho em que... Na verdade, o documento da Federação do Trabalho, da Cootrabalho e da União-Geral dos Trabalhadores, e em que ele faz uma série de considerandos sobres os aspectos dos direitos trabalhistas, etc., mas que embora tenha, Senador Augusto Botelho e Senador Casagrande, alguns aspectos interessantes a serem observados como a questão dos direitos sociais, formação básica, enfim, eu acho que nesta altura nós não devemos aprofundar mais o debate. Eu acho que há como, se esse projeto volta à Câmara, lá na Câmara fazer essa adaptação, mas no momento eu acho que aqui no Senado bastaria, para não deixar nenhum tipo de complicação secundária, acatar um inciso, uma emenda, que inclui o inciso IV nos seguintes termos: "*Cooperativa de médicos cujos honorários sejam pagos por procedimento*".

Eu fiz uma longa justificativa aqui que eu não vou ler, mas eu quero dizer que com esse inciso se completa inclusive uma emenda feita na CAE, que buscou tirar as cooperativas médicas, mas deixou de fora esses profissionais que trabalham por procedimento. Aí eu vou dar só um exemplo aqui: os anestesistas, por exemplo. Então é importante que a gente não aprove uma lei que vai complicar um trabalho importante, que é atenção à saúde das pessoas que necessitam, principalmente do SUS, por isso a minha emenda é apenas incluindo esse inciso IV, e quero também dizer que já é fruto de um acordo, e espero que o nosso relator acolha.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a palavra o Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só para que a gente possa, todos os senadores possam compreender a emenda do Senador Mozarildo, o art. 1º diz o seguinte: as cooperativas de trabalho são reguladas por esta lei. E no que com ela não colidir, pelas Leis 5.764, que é a Lei Geral do Cooperativismo, a lei de 71, e o Código Civil, está certo? Mas são excluídas desta Lei. Nós já excluímos as cooperativas médicas, está certo? Por sugestão, já incorporação na Comissão de Assuntos Econômicos e estamos agora analisando a sugestão que as cooperativas médicas cujos honorários sejam pagos por procedimentos. Então, estou acatando a emenda do Senador Mozarildo, incorporando ao meu relatório.

Com esta decisão, o relatório fica apresentado para debate e apreciação nessa Comissão, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação o parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara 131, de 2008, na forma da Emenda n°. 1 – CAE, substitutivo, e favorável às emendas da CAS. As Sras. E Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, eu só queria ter um esclarecimento sobre a votação. Eu estou com dúvidas, tendo em vista que tem emendas, o que está sendo votado, exatamente o que é, se é o texto do Casagrande, ou se é o texto do Casagrande acrescido da... Então o relator acatou?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Acatei a emenda, Senador Roberto.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Ele já havia acatado uma emenda da CAE, agora acatou a emenda do Mozarildo.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Positivo, positivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Minha e do Mozarildo, nós fizemos a emenda juntos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, já foi votada a matéria?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Ainda não, estou esclarecendo a votação. Sras. e Srs. Senadores que concordam com o parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara n°. 131, de 2008, na forma da Emenda n°. 1 – CAE, substitutivo, e favorável à emenda da CAS, quem aprova dessa forma permaneça como se encontra. Aprovado o projeto.

Com a palavra o Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Peço regime de urgência, Presidente, para que a matéria vá a Plenário na busca de tentarmos votar ainda hoje ou amanhã essa matéria em regime de urgência no Plenário do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Casagrande pede que se aprove o regime de urgência para a matéria. Em discussão, não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que aprovam que a matéria tramite em regime de urgência, permaneçam como se encontram. Aprovada a matéria. A matéria será encaminhada a Plenário.

[palmas]

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a palavra, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo à sensibilidade de V. Exa., no sentido de permitir uma inversão de pauta, seria nós termos a oportunidade de relatar o Item n°. 9, eu sei que não há *quorum* para fazer a votação, que é terminativa, mas tendo em vista que atende aos anseios dos diaristas, das empregadas domésticas, e que os mesmos estão aqui no Plenário aguardando uma decisão, e que as mesmas possam ter condição de voltar até o trabalho, então eu gostaria de liberá-los, tendo a oportunidade de ler o relatório e eventualmente por em votação numa outra reunião, porque hoje, sem dúvida, nós vamos ter dificuldade de *quorum* para aprová-la. Seria a inversão de pauta do item...

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sra. Presidente, assuma, assuma, tem inversão de pauta nesse item aqui. Não sei nem que item é.

Item 9, sobre a contribuição social do empregador e do empregado doméstico. Na realidade, eles... Inversão do Item 9. O Senador Roberto Cavalcanti está pedindo inversão para o Item 9.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Quem é o relator?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): O relator é ele, Roberto Cavalcanti.

Presidente, é bom a senhora assumir, eu acho que pode alterar.

Eu passo a Presidência para a Presidente, para discutir.

[troca de presidência]

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB) Sra. Presidente, a solicitação é no sentido de permitir que seja lido o relatório referente ao Item 9, mesmo sabendo que pelo mesmo ser terminativo, nós vamos ter dificuldade de votar hoje. Porém, nós já daríamos mais um passo em busca de atender os anseios dos diaristas e das empregadas domésticas no sentido de fazer com que saiam dessa comissão hoje com algum passo adiante, senão geraria uma frustração muito grande, que nós estamos aí com a presença dos diaristas e desses empregados domésticos, no sentido de que até nós possamos permitir que os mesmos retornem a seus afazeres, e ficam liberados de estarem presentes nesta sessão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Roberto Cavalcanti, V. Exa. será atendido. Quero aqui também registrar, acompanhando empregados domésticos, empregadas e empregados domésticos, o Diretor do Sindicato Doméstico do Distrito Federal, Sr. Marco Aurélio Couto e Sr. Mário Avelino, Presidente da Doméstica Legal, uma ONG que trata das questões do trabalho doméstico.

Passamos então ao Item 9, decisão terminativa. Projeto de Lei do Senado n°. 161, de 2009, que "*altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a Organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio e dá outras providências, para dispor sobre a contribuição social do empregador e do empregado doméstico".* Autora é a Senadora Serys Slhessarenko e o relator é o Senador Roberto Cavalcanti. Parecer pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti para proferir seu relatório.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sra. Senadora, o nosso relatório está em mãos de todos os senadores e eu vou tentar fazer uma síntese do tema, para simplificar o debate do assunto. Na verdade, nós estamos revogando um benefício fiscal, poderia ser visto como uma coisa nefasta e ineficiente, que é revogar um incentivo, um benefício, mas em troca da revogação desse benefício fiscal nós estamos fazendo uma redução do valor a ser pago pelos impostos referentes a essas contribuições. Na verdade, permite aos empregadores descontar parte da remuneração paga nos impostos de renda das pessoas físicas. Mas

isso na verdade ele ocorre de forma extremamente diminuta, porque ela só incide sobre os contribuintes que preenchem um modelo completo de declaração, e não quase a maioria dos empregadores brasileiros que tem a sua característica de informar o seu Imposto de Renda através daquele formulário que é de simples informação.

Então hoje o empregador contribuiu com 12% e o empregado contribui com 8 a 11%. Pelo projeto, todos passariam a ter esta redução para pagarem o valor correspondente a 6% do valor de contribuição em lugar de 8 e 12, no caso, 8 a 11 e 12, passaria a ser seis e perderia, no caso, o benefício fiscal previsto na Lei 9.250. Este é o corpo desse projeto, na verdade é uma substituição de um benefício fiscal por uma redução de contribuição.

No mais, esse projeto passa por algumas correções, que são correções de texto, aí aqui são emendas propostas. A primeira emenda: "*que dê-se ao art. n°. 24 da Lei 8.212, de 24 de julho de 91, nos termos de que dispõe o art. 1º do Projeto de Lei do Senado Federal 161, de 2009, com a seguinte redação ao art. 24º A contribuição do empregador doméstico é de 6% (seis por cento) do salário de contribuição do empregado doméstico a seu serviço".* A outra emenda se refere: *"renumera-se com o art. 2º o art. 3º",* é uma correção em termos de renumeração*, "do Projeto de Lei do Senado 161, de 2009, dando a seguinte redação e consequentemente renumere-se todos os artigos subsequentes. Art. 2º O recolhimento das contribuições sociais devidas à seguridade social pelos empregados domésticos será feito através de Guia de Recolhimento de Previdência Social de Doméstico, GRPSD, específica para esse fim, na forma da regulamentação, onde serão identificados os empregados e empregadores domésticos, cabendo aos últimos a responsabilidade pelos descontos e recolhimentos devidos pelos empregados domésticos. Parágrafo Único. Todos os empregadores domésticos estão obrigados a inscrever-se no Cadastro Específico do Instituto Nacional do Seguro Social – CEI, no prazo legal."*

Essas seriam as duas emendas e este é o relato do PLS 161, 2009, que está sendo relatado, porém, sem dúvida não pode ser discutido por não termos *quorum*.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador Roberto Cavalcanti. Em discussão. Como se trata de item terminativo, vamos adiar a discussão, até que o *quorum* esteja... Continua em discussão.

Passamos agora ao Item 16, decisão não terminativa, Projeto de Lei da Câmara n°. 81 de 2004.

Mas antes eu gostaria de dar uma explicação, já que aqui estamos com a presença de vários empregados domésticos, de pessoas interessadas neste projeto que o Senador Roberto Cavalcanti acabou de relatar, para que vocês entendam. Como se trata de uma decisão terminativa, temos que ter um *quorum* privilegiado, o número de senadores não pode ser menor do que 11 na comissão na hora da discussão e da votação. Então o que vai se fazer? Estamos adiando a discussão, aguardando que haja esse *quorum* para dar continuidade a uma análise do projeto sobre a questão de FGTS para os empregados domésticos.

Passamos, então, ao item não terminativo, que é o item 16, da autora Deputada Edna Macedo, relator é o Senador Valdir Raupp, mas o Senador João Durval vai ser o relator *ad hoc*. Parecer é favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador João Durval para proceder... Para a leitura do relatório.

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Relatório. "*O Projeto de Lei da Câmara, PLC nº 81, de 2004, iniciativa da Deputada Edna Macedo, define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal apreendidos na forma da lei, alterando as Leis nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, e nº 9.972, de 25 de maio de 2000.*

Em sua tramitação no Senado Federal, a iniciativa obteve pareceres favoráveis da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em 27 de setembro de 2005, e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em 10 de junho de 2009.

A proposição relatada compõe-se de quatro artigos, sendo o último deles a especificação da vigência. No art. 1º, o PLC nº 81, de 2004, institui como objetivo a definição de prioridades para a destinação de alimentos apreendidos na forma das leis que altera. O art. 2º da proposta insere o § 4º no art. 2º da Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõe sobre inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal e dá outras providências. Pela alteração, os alimentos apreendidos que apresentarem condições apropriadas ao consumo humano serão destinados prioritariamente aos programas de segurança alimentar e combate à fome, apesar das adulterações que resultaram em sua apreensão.

Pela redação do art. 3º do PLC nº 81, de 2004, fica alterada a redação do § 2º, do art. 9º, da Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico e dá outras providências. Assim, determina que ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento incumbe dispor sobre a destinação dos alimentos apreendidos, tendo os programas de segurança alimentar e combate à fome como destinação

prioritária, nos casos em que os produtos apreendidos se prestarem ao consumo humano. Não foram apresentadas emendas.

Análise. O PLC nº 81, de 2004, vem a exame da Comissão de Assuntos Sociais, com suporte no art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal. Analisaremos, a seguir, os requisitos de constitucionalidade, juridicidade e mérito da Proposição. Na análise da constitucionalidade da iniciativa, partimos da observação de que o preâmbulo da Lei Maior do nosso ordenamento jurídico enumera um estado democrático no qual se busca instituir, entre outros objetivos, o exercício dos direitos sociais e individuais. Nesse sentido, o art. 6º da Constituição Federal inclui entre os direitos sociais, a assistência aos desamparados. No plano formal, o art. 23 da Constituição Federal estabelece no inciso VIII que é competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios organizar o abastecimento alimentar.

Adicionalmente, o art. 48 da Carta Magna atribui ao Poder Legislativo Federal a responsabilidade de dispor sobre todas as matérias de competência da União. Assim, a proposição em análise preenche os requisitos formais de constitucionalidade, no que tange à iniciativa do Congresso Nacional.

Quanto à juridicidade, a proposição em foco inova o ordenamento jurídico, ao estender aos programas de segurança alimentar e de combate à fome as prerrogativas que o art. 42 do Decreto-Lei nº 986, de 1969, assegura às instituições beneficentes públicas e privadas. No mérito, entende-se que a iniciativa é oportuna e atual, uma vez que, lamentavelmente, a fome ainda se constitui um elemento cruel da realidade social brasileira, a despeito dos direitos sociais constitucionalmente assegurados.

Filiamo-nos à sensibilidade da autora, quando julga que, admitida a mácula da fome entre nós, atingindo a milhões de brasileiros, os alimentos devem ser distribuídos, preferencialmente, como ação estatal e em nome do interesse social, por meio dos programas de segurança alimentar e de combate à fome, sem excluir a relevante contribuição das sociedades beneficentes para a consecução do mesmo objetivo.

Julgamos, finalmente, que a proposta sincroniza a legislação e as ações de combate à fome por parte do Estado Brasileiro".

O Voto. *"Votamos pelo exposto, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara n°. 81, de 2004, n°. 727, de 2003, na origem, na forma da redação dada pela Câmara dos Deputados"*.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão. Não havendo... Em discussão a matéria, não terminativa. É o Item 16, Senador Augusto Botelho. Não havendo quem queira discutir, passamos à votação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Obrigada, Senador João Durval, por ter sido relator *ad hoc* desse exame.

Eu gostaria agora de informar que essa está sendo a última reunião deliberativa do ano, ainda teremos amanhã uma reunião, mas uma Audiência Pública que vai acontecer às duas horas da tarde, em conjunto com outras comissões, de autoria do Senador Augusto Botelho, Cristovam Buarque, Eduardo Azeredo, Flávio Arns, Gim Argello, Papaléo Paes, Paulo Paim, Roberto Cavalcanti, Romeu Tuma e Sérgio Zambiasi. O assunto da Audiência Pública, amanhã às duas horas da tarde, será sobre a saúde ocular, e a prevenção da cegueira e dos males da visão, em atenção à programação da 5ª Semana do Senado Federal de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência. Esse é um assunto realmente bastante interessante, que precisamos contar com a presença de todos, cada um trazendo a sua contribuição, a sua experiência, principalmente os senhores médicos, Papaléo, Augusto Botelho, Mozarildo, que conhecem mais essa realidade, para debater com as entidades, debater com as instituições, esse assunto sobre prevenção da cegueira e dos males da visão. Inclusive, nós sabemos da importância para a prevenção que hoje é de termos o exame ocular dos recém-nascidos. Isso é algo muito importante, porque realmente dá para prevenir muitos problemas e fazer a correção no momento adequado, como também medidas de foram tomadas, e aqui eu lembro hoje ser obrigatória a vacinação contra a rubéola, que é uma das formas de prevenção, que era uma das causas da deficiência não só ocular, mas auditiva, enfim, as crianças nascidas de mães que tinham tido a rubéola. Mas queremos contar, então, com a presença dos senhores amanhã nesta reunião às duas horas da tarde, para tratar desta questão, que é uma questão realmente grande interesse de toda a comunidade brasileira.

E gostaria também aqui de dizer que agradecer aos membros da Comissão que nos ajudaram nesse ano a que pudéssemos, através de 68 reuniões que realizamos na Comissão de Assuntos Sociais, aprovar, apreciar 249 matérias, 104 requerimentos, além de 37 Audiências Públicas que tivemos, muitas delas dentro dos ciclos e debates sobre as questões do SUS, que foi fundamental para que nós pudéssemos também encaminhar propostas, ideias com relação à saúde, à melhoria de programas, à implantação de novas ações e também nas outras áreas com referência ao trabalho, muitas profissões foram reconhecidas, regulamentadas, passando aqui pela Casa profissão de repentista, profissão de DJ, profissão da beleza, que

foram as manicures, cabeleireiras, tivemos também a questão dos nutricionistas, enfim, uma série de profissões que foram... mototaxistas, motoboy, e projetos importantes também para definir melhorias no trabalho do agente comunitário de saúde, agentes de endemias, enfim, muitos dos projetos que durante todo ano, com certeza, os senhores tiveram oportunidade, os que nos assistem, de acompanhar a nossa vontade dessa comissão de poder contribuir com o nosso trabalho para as melhorias das condições voltadas ao trabalho social, que essa comissão trata tanto das questões de saúde, questões de trabalho, previdência, e das questões sociais com o idoso, com os deficientes, com a criança, problemas voltados para crianças e adolescentes com câncer, assistência de média e alta complexidade das mais diversas questões, de queimados, na parte de oncologia, saúde da mulher, enfim, foi de forma rápida, assim, foi o nosso trabalho desenvolvido este ano. E esse trabalho eu não pude fazer sozinha, tive a contribuição da Subcomissão de Saúde, sob a Presidência do Senador Augusto Botelho, do sempre presente Senador Mozarildo que sempre, toda reunião estava aqui presente, do Senador João Durval, do vice-Presidente Paulo Paim que nos ajudou, e de tantos outros membros desta comissão.

Então agradecer e desejar a todos, e principalmente aos nossos auxiliares, às nossas auxiliares, a Gildete, Eliane, a todas que fazem a Comissão, um feliz Natal, e um ano novo, se Deus quiser, com muita prosperidade, com paz, com saúde, e voltaremos aqui para continuar esse trabalho, que queremos que seja redobrado. Muito obrigada.

A sessão está encerrada.

Sessão encerrada às 11h56.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 69ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS EM CONJUNTO COM A 11ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE E COM A 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS.

Às quatorze horas e vinte minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a Presidência do Senhor Senador **Flávio Arns**, reúnem-se a Comissão de Assuntos Sociais, a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde (CASSAÚDE/CAS) e a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência (CASDEF/CAS), com a presença dos Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim, Renato Casagrande, Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Inácio Arruda, Lobão Filho, Romero Jucá, Valdir Raupp, Osvaldo Sobrinho e da Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da CAS. Justifica a ausência o Senhor Senador Geraldo Mesquita Júnior. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 68ª Reunião da CAS, que é dada por aprovada. O Presidente registra a presença do Senhor Nilo Holzchuh, Secretário Geral da Conselho Brasileiro de Oftalmologia – CBO; Senhor Ericolab Pereira; Senhor Napoleão Puentes de Salles, Consultor Parlamentar do Conselho Brasileiro de Oftalmologia – CBO; Senhora Rosane Simão Dias Chaves, Consultora Técnica/ CGMAC/DAE/SAS do Ministério da Saúde; Senhor Marcell Dias; Senhora Lúcia Neves, Assessora co Conselho Brasileiro de Oftalmologia – CBO; e Senhora Isaura Lins Ferreira. O Presidente comunica que a presente Reunião Conjunta destina-se à realização de **Audiência Pública** em cumprimento ao Requerimento nº 73 de 2009 – CAS para tratar sobre o tema: **A saúde ocular e a prevenção da cegueira e dos males da visão,** em atenção à programação da "V Semana do Senado Federal de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência", de autoria dos Senadores Augusto Botelho, Cristovam Buarque, Eduardo Azeredo, Flávio Arns, Gim Argello, Papaléo Paes, Paulo Paim, Roberto Cavalcanti, Romeu Tuma e Sérgio Zambiasi, com a presença dos seguintes convidados: Senhora Érika Pisaneschi, Coordenadora da Área Técnica da Saúde da Pessoa com Deficiência, Representante do Ministério da Saúde; Senhor Paulo Augusto de Arruda Mello, Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia – CBO; Senhor Antônio José do Nascimento Ferreira, Presidente da Organização Nacional dos Cegos do Brasil – ONCB; e Senhor Francisco Batista Júnior, Presidente do Conselho Nacional de Saúde – CNS, do Ministério da Saúde. A Presidência esclarece que esta Audiência Pública faz parte da programação da **V Semana do Senado Federal de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência** que, neste ano de 2009, comemorará o bicentenário de nascimento de Louis Braille, inventor do Sistema Braille de leitura e escrita para cegos. Após a exposição dos oradores, o Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, agradece a presença de todos e sugere a realização de outra Audiência Pública sobre o tema, com previsão para o mês de fevereiro de 2010. Usou da palavra o Senhor

Senador Flávio Arns. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dezesseis horas e quatorze minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Flávio Arns, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador FLÁVIO ARNS, Presidente em Exercício da Comissão de Assuntos Sociais.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE – CASSAUDE

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – CASDEF

69ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, CONJUNTA COM A 11ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2009, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 69ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, conjunta com a 11ª Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde; 2ª Reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, da 3 ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 68ª Reunião Extraordinária. Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, aprovada conforme Requerimento nº. 73/2009, CAS, Comissão de Assuntos Sociais, de iniciativa dos Senadores Augusto Botelho, Cristovam Buarque, Eduardo Azeredo, Senador Flávio Arns, Gim Argello, Papáleo Paes, Paulo Paim, Roberto Cavalcanti, Romeu Tuma e Sérgio Zambiasi, com o objetivo de debater a saúde ocular e a prevenção da cegueira e dos males da visão, em atenção à programação da 5ª Semana do Senado Federal de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência.

Convido à Mesa nossos ilustres convidados, expositores. Peço à Secretaria que acompanhe os convidados até a Mesa. São, estão aqui no Plenário: Érika Pisaneschi, seja muito bem-vinda, coordenadora da área técnica da saúde da pessoa com deficiência do Ministério da Saúde; Paulo Augusto de Arruda Mello, com muita honra, também, Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, CBO. Seja muito bem-vindo, Dr. Paulo, Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia.

Também, Francisco Batista Júnior, aliás, antes, Antônio José do Nascimento Ferreira, Presidente da Organização Nacional dos Cegos do Brasil, ONCB, Antônio José do Nascimento Ferreira.

Isso. Muito bem. Seja muito bem-vindo, Antônio, que representa uma entidade muito importante no Brasil, que é a Organização Nacional dos Cegos do Brasil.

E o Dr. Francisco Batista Júnior. Seja muito bem-vindo, Dr. Francisco, Presidente do Conselho Nacional de Saúde, CNS, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

Muito bem, o tema é da mais alta importância, sempre lembramos que, como foi aprovado para debater a saúde ocular e a prevenção da cegueira e dos males da visão. Saúde ocular, a promoção da saúde ocular, a prevenção da cegueira, e sempre lembramos que é mil vezes, do ponto de vista econômico, mil vezes mais barato prevenir do que remediar, mas não é só do ponto de vista econômico, do ponto de vista humano, social, familiar, de realização.

Inclusive, lembrava-se, ontem, no Plenário, também por ocasião da comemoração do bicentenário de nascimento de Luiz Braille, uma frase que John Kennedy costumava utilizar, ex-Presidente dos Estados Unidos. Ele tinha uma irmã com deficiência mental, intelectual e ele sempre dizia: “Podemos aceitar que nossas crianças sejam vítimas do destino, mas não podemos aceitar que elas sejam vítimas da nossa negligência ou indiferença”.

Então, muitas causas podem e devem ser evitadas. Eventualmente, há causas que não serão evitadas, por isso que se estima sempre que cerca de 30% dos casos de deficiência são decorrentes de problemas que não podem ser evitados, em qualquer parte do mundo. Costumamos, inclusive, utilizar uma figura que coloca que o momento do nascimento é como ter 100 bolinhas numa caixa, ter 97 azuis e três brancas.

O momento do nascimento é você misturar essas bolinhas todas e tirar uma; qualquer um pode tirar uma bolinha branca, que significa ter um filho ou filha com deficiência. Faz parte da natureza, da genética humana. Mas, se não tomarmos cuidados para a promoção, no nosso caso, hoje, da saúde ocular, da prevenção, essas bolinhas brancas poderão ser, ao invés de três, cinco,

10, 15, 20 ou mais, e isso significará mais chances de alguém ter um filho com deficiência. Mas também na idade adulta, catarata, glaucoma, diabetes, acidentes e tantas coisas que podem ocorrer para qualquer um de nós, em qualquer faixa etária.

Então, eu recebo os expositores com bastante alegria, vamos ouvi-los e ouvi-la com bastante atenção. E que possamos, na sequência, inclusive, ter desdobramentos, que esta Comissão de Assuntos Sociais, no qual o tema saúde, trabalho, assistência e Previdência, todos esses temas se inserem, para que possamos mudar para melhor a realidade.

Eu até permitiria, Érika, se você concordar, você está como primeira expositora. Talvez colocássemos por último, já que representa o Ministério da Saúde, para que pudéssemos ouvir uma pessoa da sociedade, o Conselho Nacional de Saúde, que representa, aqui, todo o governo e também a sociedade, aí a sociedade, novamente, e aí o Ministério da Saúde.

Está bom? Para escutar bem e ponderar o que puder ser ponderado ao final.

Podemos começar com o Dr. Paulo? Então, começamos com o Dr. Paulo Augusto de Arruda Mello, presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia. Dizer da honra de tê-lo aqui para esta Audiência e para muitos outros trabalhos.

Inclusive, no outro dia, aprovamos, também, a triagem visual, no momento, na maternidade, do recém-nascido, e a triagem visual para as crianças da educação infantil e do ensino fundamental.

V. Sa. está com a palavra.

SR. PAULO AUGUSTO DE ARRUDA MELLO: Obrigado, Senador Flávio Arns, senhores expositores, senhores presentes. Eu quero, antes de mais nada, cumprimentá-lo pela sua participação ativa, sempre em defesa dos deficientes, que é uma luta constante de toda a medicina, também.

A cegueira é, evidentemente, um assunto muito importante, é um assunto em que nós temos vários desmembramentos. Eu poderia lembrar o índice existente na Organização Mundial de Saúde, que traz, por exemplo, o número de anos de cegueira, trazendo, assim, uma gravidade também muito importante.

A Organização Mundial de Saúde refere, por exemplo, a cegueira de um jovem com um valor mais alto do que alguém na área mais senil, embora também não esteja mandando aí nenhum dos aspectos sociais e os traumas que isso pode causar.

Mas, nessa linha, nós temos um número de menores, jovens com... menores de 15 anos, de 32 mil crianças cegas no país e 120 mil portadores de visão subnormal. Entre os adultos, um milhão e 200 mil cegos e quatro milhões de deficientes.

Cada uma dessas categorias experimenta situações de complexidade muito grande. Em algumas situações, até a comunidade não dá uma atenção muito grande ao deficiente, e esse deficiente, não aquele cego absoluto, o deficiente tem situações complicadas, como o senhor bem defendeu, em relação à visão monocular, por exemplo, monocular, em que também o portador de visão monocular tem uma série de dificuldades muito grandes.

É importante também a gente sinalizar, em relação às causas existentes dos problemas visuais. Nós sabemos que, em nosso país, aproximadamente 66% das cegueiras são preveníveis. A gente assiste, ainda, com muita tristeza, algumas pessoas cegas por catarata, onde é possível recuperá-las. Então, nós temos a cegueira definitiva, mas também temos algumas formas de cegueira recuperáveis.

Também, traduzindo pelas dificuldades estatísticas existentes em nosso país, alguns números aproximados, mas o Conselho Brasileiro de Oftalmologia tem um estudo mostrando que seria necessário, no Brasil, para manter o *status quo,* 570 mil cirurgias de catarata por ano, isso sem... Nós íamos limpar nosso estoque de portadores de cataratas. Com a idade da população, esse é o número preconizado.

Infelizmente, por uma série de problemas governamentais, por uma série de problemas econômicos, nós não estamos conseguindo atingir esse número, e está havendo um novo represamento de pacientes portadores de catarata.

Senador, para o senhor imaginar, eu fui professor da Faculdade de Medicina em Jundiaí, em São Paulo. E a Faculdade de Medicina de Jundiaí tinha um estágio, que era no hospital de Juqueri, um hospital psiquiátrico. E nós encontramos, nesse hospital psiquiátrico, um pavilhão de cegos portadores de doença mental, e, entre esses cegos, havia uma porcentagem de 30% de pessoas recuperáveis, eram meramente portadores de catarata.

Então, a catarata é um assunto em que nós podemos reabilitar uma série de portadores que são deficientes visuais. E isso acomete, também, uma faixa de idade mais avançada, onde, em muitas situações, a pessoa de idade mora sozinha e ela passa a depender de outras pessoas, o que é um problema social muito grande.

Outro aspecto importante é em relação à cicatriz de córnea; 4% das causas de cegueira são promovidas por cicatriz de córnea. E evidentemente que numa política ativando nossos bancos de olhos, aumentando nossos transplantes de córnea, também será possível a oftalmologia reduzir o número de pessoas deficientes visuais.

Existem algumas formas, também, que nos preocupam muito, são as cegueiras irreversíveis, como, por exemplo, o glaucoma. No glaucoma, atinge aproximadamente 10% de todos os deficientes. No Brasil, existem aproximadamente um milhão de portadores de glaucoma; 80% desses são completamente assintomáticos. O que traz essa doença é um problema social muito grande, também.

Convencer um portador de glaucoma assintomático a manter seu tratamento por toda a vida nem sempre é uma tarefa muito fácil. E, além do mais, existe também um custo ao tratamento, que deve ser considerado. Existe uma série de outras doenças da retina, por exemplo, a doença macular relacionada à idade, também tendo um índice parecido com a cicatriz de córnea, os 4%.

Evidentemente que toda essa atividade tem que ser multidisciplinar. A oftalmologia, sozinha, não vai conseguir trazer toda essa possibilidade de reabilitação. Nós sabemos que, hoje, aproximadamente, 70% da população ainda depende do nosso Sistema Único de assistência médica, o SUS.

E nós temos que trabalhar em conjunto, mas eu trago, aqui, essa mensagem, quer dizer, essa cegueira em que nós poderemos trazer uma recuperação, diminuindo, assim, essa importância situação.

Outro aspecto muito importante, em relação ao trauma, eu acho que aqui cabe uma sugestão da oftalmologia, uma série de educação à população, que deve ser dada, não somente em relação ao trauma que acontece na profissão, mas também ao trauma domiciliar.

O trauma domiciliar tem uma prevalência alta de acidentes, em que as pessoas, não estando preparadas para aquela função, acabam perdendo sua visão. Então, esse é outro ponto muito importante.

Na viagem para cá, conversando com o Dr. Nilo, ele comentava que, ontem, foi a uma solenidade muito importante na Universidade de Veterinária, comemorando 75 anos de atividade, e, na Cidade Universitária, foi locado um espaço, cedido pela Universidade Veterinária, para a criação do cão guia. Um projeto onde só existia em Santa Catarina e, agora, também já começa a ter essa possibilidade também, numa iniciativa da universidade local.

Então, existe, em realidade, uma série muito grande de atividades. E eu terminaria colocando o Conselho Brasileiro de Oftalmologia, dando total apoio às logísticas necessárias para nós irmos resolver, amenizar esse grave problema da cegueira no país.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem, agradeço a participação, neste primeiro momento, do Dr. Paulo Augusto de Arruda Mello, presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia.

Passo, em seguida, a palavra ao Dr. Francisco Batista Júnior, presidente do Conselho Nacional de Saúde, integrante ao Conselho, como todos sabem, da estrutura do Ministério da Saúde, o Conselho tem a representação da sociedade, várias setores eleitos, e do governo federal. Com a palavra o Dr. Francisco.

SR. FRANCISCO BATISTA JÚNIOR: Obrigado, Senador Flávio Arns. Eu quero, inicialmente, cumprimentar aos senadores que tiveram a ideia de realizar esse evento, esse momento muito importante. Eu quero, também, agradecer o convite que foi feito ao Conselho Nacional de Saúde e dizer do nosso sentimento de fraternidade e carinho de estar participando com vocês, aqui, de um debate para nós tão representativo.

Eu quero saudar, também, as pessoas que estão na mesa, neste momento, dizer do prazer de dividir a mesa com vocês. E, quando nós fomos convidados, senador, eu fiquei pensando qual seria o tom da nossa intervenção do Conselho Nacional de Saúde, que é a representação viva da sociedade civil, num momento como esse.

E, sabendo que teríamos técnicos absolutamente competentes e legitimados para falar sobre o ponto de vista técnico e científico dos problemas de saúde visual ou de deficiência visual, nós optamos por fazer uma intervenção mais política, por entender que qualquer debate que nós façamos, em relação a temas específicos de saúde, o viés político tem que ser considerado. O viés político mais geral, como um todo.

E, nessa linha de entendimento, nós queremos aproveitar o momento para reafirmar nosso querido e glorioso Sistema Único de Saúde como, do ponto de vista social, o maior patrimônio de que a população brasileira dispõe. Nós não temos a menor dúvida do que tem significado para o povo brasileiro, nesses pouco 20 anos de história, a implantação do SUS no Brasil.

Quando nós fazemos qualquer comparativo entre a situação e a qualidade de vida do brasileiro hoje e antes do SUS, não há a menor sombra de dúvidas do impacto fantástico que o SUS tem no brasileiro. Não é gratuito, e o Ministro Temporão vem falando isso, em vários momentos, que o mundo está de olho no Brasil, hoje, diante da crise por que passa o mundo, da crise, do ponto de vista econômico, do ponto de vista estrutural, está o mundo de olho no Brasil. Todos querem conhecer a experiência de saúde que nós temos neste país.

Eu me lembro, eu tive a honra de representar o Conselho Nacional de Saúde, nos últimos dois Fóruns Sociais Mundiais, participando, inclusive, do Fórum Social Mundial da Saúde, que acontece dentro do Fórum

mais amplo. E realizamos algumas atividades, para debater saúde pública, no Plano Internacional, também, e nós pudemos perceber a enorme curiosidade que as pessoas têm para conhecer o que acontece no Brasil, em termos de saúde.

Eu estou falando isso, porque, no plano interno, não é exatamente isso que acontece; no plano interno, há exatamente um descrédito; no plano interno, há exatamente um desconhecimento; no plano interno, há exatamente certa ignorância de boa parte dos atores sociais deste país, em relação àquilo que significa o SUS, àquilo que ele representa.

Agora, é óbvio que o sistema enfrenta muitos problemas, estamos aqui, discutindo um problema concreto, um dos mais graves problemas, diga-se de passagem. E aí, no nosso entendimento, eu tive a oportunidade de fazer uma apresentação recente, na nossa Caravana Nacional em Defesa do SUS, onde nós fazemos um diagnóstico do sistema, nesses 21 anos, onde nós mostramos dados absolutamente incontestáveis a respeito daquilo onde nós conseguimos avançar, mas também apresento dados muito preocupantes, que nós classificamos como o quadro da desassistência, e existem, realmente, no Brasil, milhões e milhões de pessoas desassistidas, inclusive, no tema saúde visual, atenção à saúde visual.

E aí, para que nós possamos tentar entender melhor o porquê das dificuldades de acesso, o porquê das dificuldades e da baixa resolutividade no tema saúde visual, no nosso entendimento, nós temos que fazer a contextualização correta. Nós temos que ter um olhar correto sobre a situação do sistema como um todo, para não cometermos o equívoco de achamos que o problema é localizado em um ou outro aspecto, Érika.

Por exemplo, se diz muito, se fala muito, se afirma e se reafirma muito que o problema do Sistema Único de Saúde, no Brasil, é financiamento. E aí, se passa, em determinada medida, para nós, a falsa impressão de que, se resolvendo o financiamento, o sistema está resolvido também, e aí saúde visual vai virar um paraíso. A deficiência visual vai acabar. Assim como, do outro lado do muro, existem determinados atores que falam que não, que saúde já é privilegiada demais. É a área do governo que tem mais dinheiro, que gasta demais, que gasta de forma equivocada e que não há necessidade de recurso financeiro adicional nenhum.

Nós reafirmamos que, para um sistema como o nosso, que se pressupõe universal, integral e sem custo adicional para seu usuário, o que nós investimos na saúde, no Brasil, é muito pouco. Quando nós comparamos o sistema de saúde no Brasil com sistemas de países muito menos ricos ou importantes politicamente que o nosso, com sistema muito menos abrangente do que o nosso, nós percebemos que nós investimento muito pouco na área de saúde.

Então, financiamento é realmente um problema; eu diria que o subfinanciamento é um grande problema. Mas, se nós repetirmos determinados chavões que proliferam pelo país, de que a questão é de apenas financiamento, nós estaríamos cometendo um equívoco que, em certa medida, pode inviabilizar o sistema como um todo.

E aí nós, o Senador Flávio Arns sabe disso, que ele tem participado desse debate também, nós temos uma profunda frustração com o fato de a Emenda Constitucional 29 não avançar no Congresso Nacional, não conseguir ter saído ainda da Câmara Federal.

O sentimento que permeia, hoje, a militância do Sistema Único de Saúde, o sentimento que permeia, hoje, aqueles que necessitam mais imediatamente do sistema é de uma tremenda frustração, pela nossa incompetência de não termos cumprido o mínimo, que é a regulamentação da Emenda Constitucional 29, que nem de longe é a solução dos problemas de financiamento do sistema, nem de longe.

É um passo inicial fantástico, é um passo inicial fundamental, mas está longe de ser a solução das nossas demandas de financiamento.

O segundo ponto que nós queremos deixar claro que tem relação direta com esse debate e nós não podemos perder de vista, o Sistema Único de Saúde, além de preconizar um financiamento adequado, é também um sistema que foi pensado, que foi criado, que foi debatido, que foi implantado na perspectiva de realmente ser viabilizado como um sistema efetivo de saúde, e não um sistema de tratamento de doença, que é nossa cultura histórica.

E um sistema efetivo de saúde significa um sistema onde a intersetorialidade seja fundamental; nosso primeiro expositor já deu um pouco da noção disso.

Então, por exemplo, nós temos, no Brasil, segundo dados que eu pude colher da própria Confederação Nacional dos Transportes Terrestres, nós temos, no Brasil, um custo anual superior a 30 bilhões de reais, em consequência de acidentes de trânsito.

Ora, como, como deixar de entender que 30 bilhões de reais, escoados pelos ralos, nos acidentes de trânsito, tem absolutamente tudo a ver com saúde, inclusive com a questão visual, como deixar de entender os enormes prejuízos, não só econômicos e materiais, mas prejuízos sociais, prejuízos pessoais, que advêm desses milhares de acidentes e que deixam aproximadamente 100 mil pessoas por ano vítimas neste país.

Nenhuma guerra no mundo, senador, nenhuma guerra no mundo promove esse saldo drástico de 100

mil vítimas por ano. O Brasil promove isso, através dos acidentes de trânsito. E nossos hospitais superlotados, e nossos pronto-socorros superlotados, e nossos serviços de traumato-ortopedia sem condição de atender. É óbvio que não vai ter condição de atender.

Então, enquanto não entendermos que o sistema, para ser viabilizado, tem que se pensar na intersetorialidade, nas diversas ações intersetoriais, é impossível o sistema ser viabilizado.

E o terceiro ponto que eu elegi como importante para nosso debate aqui, e aí eu me lembro de um caso particular. Dois meses atrás, eu tomei conhecimento de que tenho uma irmã, que uma das minhas irmãs está aproximadamente dois anos em Natal, e eu sou de Natal, há dois anos tentando conseguir um tratamento na rede pública, de catarata, nos dois olhos, há quase dois anos. Há um ano e dez meses, andando de posto em posto de saúde, entrando nas clínicas, pedindo favor a um, pedindo favor a outro, quase cega. Depois de muita insistência, conseguiu um atendimento no hospital universitário do meu estado, o Hospital das Clínicas, excelente serviço de referência.

Pois bem, conseguiu atendimento com profissional adequado, com profissional especialista, foi feito o diagnóstico e foi apontada a necessidade de cirurgia. Na hora da fazer a cirurgia, a máquina do hospital está quebrada e não pode fazer a cirurgia.

Então, minha irmã está lá com a vista, com a saúde visual sendo comprometida, porque um hospital público não tem o equipamento pronto para fazer a cirurgia que é necessária. E, como minha irmã, milhões de casos existem pelo país afora.

E o que é que tem a ver isso com nosso debate, aqui? Quando nós pensamos o Sistema Único de Saúde, com essa ambição de ser universal, com essa ambição de atender ao princípio da equidade, com essa ambição de ser integral e universal, com essa ambição de ser democrático, nós corretamente deixamos muito claro, isso foi garantido na Constituição Federal, que um sistema com essa abrangência e com essa ambição só poderia ser viabilizado plenamente se ele fosse prioritário e predominantemente público.

Porque nós estamos convencidos que um sistema abrangente e ambicioso como esse, para funcionar, na lógica de mercado, ele não se viabiliza, aliás, a história mostra isso. A história do mundo mostra que nenhum sistema de saúde que se pressupõe universal e integral, ele pode ser viabilizado na lógica do mercado.

Por isso a Constituinte Federal estabelece que o sistema deve ser público e complementar naquilo que o Estado não tiver, temporariamente, condições de atender a população. Na prática, senador, o que nós presenciamos no Brasil é exatamente o inverso, é exatamente a inversão de valores.

Hoje, acima de 95% dos serviços especializados, que são classificados como de alta complexidade, que nós temos divergência com essa classificação, porque, para nós, a complexidade independe da especialização, tem a ver muito mais com o trabalho que é desenvolvido.

Mas, enfim, mais de 95% dos procedimentos especializados, no Brasil, hoje, da rede SUS, são contratados na rede privada. E a equação é muito simples de ser entendida: existem procedimentos, hoje, cirúrgicos que a SUS paga ao ente privado ou contratado 50 mil reais por cada procedimento.

Qual o mais viável, sob o ponto de vista econômico? É se pagar 50 mil reais por cada procedimento realizado ou contratado no setor público conveniado ou contratar uma equipe multiprofissional que, por exemplo, custe 100 mil reais por mês, que se pague bons salários aos profissionais e que essa equipe faça uma jornada de trabalho de 12 plantões, dois procedimentos por plantão, 24 cirurgias ao preço de 100 mil reais. É uma equação fácil de se entender.

Então, nós temos, hoje, um sistema absolutamente privatizado nas suas ações, absolutamente privado na sua gestão de trabalho, através da terceirização de profissionais especializados e o sistema privatizado também na sua gerência dos serviços públicos, através de organizações sociais, OSCIPs e congêneres.

Então, a custo absolutamente insustentável, nós temos um sistema que está quase inviabilizado plenamente. Então, nós queremos finalizar, dizendo que o tema de deficiência visual, o tema de saúde, no contexto mais geral, o tema de ter condições de bem atender aos milhões e milhões de desassistidos, ampliando e consolidando o sistema que nós temos, passa pela revisão dos seus eixos estruturantes [soa a campainha].

E aí o Conselho Nacional de Saúde entregou ao vice-presidente, a semana passada, o José de Alencar, sete propostas que nós entendemos que são fundamentais, se nós queremos realmente consolidar o sistema, que passa, necessariamente, pelo financiamento adequado, que passa pela profissionalização da gestão, que passa pela autonomia administrativa e financeira dos serviços, através da regulamentação do art. 37 da Constituição Federal, que passa pela criação da carreira única da saúde sendo reconhecida como carreira do Estado, com responsabilidade tripartite, que passa pelo fortalecimento dos serviços públicos, para diminuir a pendência que nós temos do setor privado, e que passa, também, inclusive, pela criação do serviço civil em saúde, senador, estabelecendo

que todos os profissionais formados na área de saúde, em todo o país, possam dedicar pelo menos dois anos ao serviço da rede SUS, em todo o país, como medida de qualificação profissional e de atender bem a população. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Agradeço ao Dr. Francisco. Quero destacar a presença de Edvaldo Pereira, que é do Movimento Habitacional e Cidadania para a Pessoa com Deficiência; Napoleão Puentes de Salles, consultor parlamentar do Conselho Brasileiro de Oftalmologia; Dr. Nilo, que já foi mencionado, inclusive, Holzchuh, secretário geral do Conselho Brasileiro de Oftalmologia; Roseane Simão Dias Chaves, consultora técnica do Ministério da Saúde; de Marcel Dias Nemetada(F) e Lúcia Neves, do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, assessora, e também de Isaura Lins Ferreira.

Muito bem, passo, em seguida, à palavra ao Antônio José do Nascimento Ferreira, que é presidente da Organização Nacional dos Cegos do Brasil, ONCB.

SR. ANTÔNIO JOSÉ DO NASCIMENTO FERREIRA: Boa-tarde a todos e a todas, aqui do Plenário. Eu faço uma saudação aqui à mesa, ao ilustre Senador Flávio Arns, ao representante do Conselho Nacional de Saúde, Dr. Francisco; ao Dr. Paulo, do Conselho Brasileiro de Oftalmologia; e à Dra. Érika, do Ministério da Saúde.

Bom, na verdade, eu gostaria de dizer que muito nos honra estar aqui nesta Audiência Pública e quero, também, parabenizar o Senador Flávio Arns e os demais membros desta Comissão por ter trazido tão relevante tema a ser debatido aqui, hoje, dia em que o Senado comemora e teve, ontem, a abertura da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, que é uma semana bastante relevante, para que possa dar visibilidade ao segmento das pessoas com deficiência.

Que, nesse nosso país, segundo o IBGE, contado em 2000, então, estamos aí com dez anos de atraso, já eram 24 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, eu imagino, com os índices de violência, entre elas, violência do trânsito, quantas pessoas com deficiência congênita e, principalmente, adquirida nós não já temos hoje?

Então, eu queria destacar a importância dessa semana e dizer que a ONCB é uma entidade que congrega, em todo o país, hoje, 64 entidades e que é o resultado da unificação do movimento de cegos no Brasil. Nós tínhamos duas grandes entidades, essas entidades deixaram de existir, e tornou-se tudo Organização Nacional dos Cegos do Brasil, entidade essa que tenho a satisfação de estar na Presidência, neste momento.

Bom, na verdade, seria bem mais produtivo se tivesse, aqui, falando em meu lugar nosso representante do movimento de cegos no Ministério da Saúde, o companheiro Volmir Raimondi, que é nosso secretário geral, que tem acompanhado mais de perto as discussões relativas à implementação da saúde ocular em nosso país.

Mas também gostaria de dizer que o Volmir não pôde estar aqui, mas que tem feito um trabalho bastante interessante no Conselho Nacional de Saúde. Inclusive, agora, recentemente, tendo sido reconduzido, e nós os cegos brasileiros nos sentimos bastante felizes de tê-lo ali, defendendo os interesses das pessoas com deficiência, em especial, das pessoas com deficiência visual.

Eu acho que a questão da prevenção à cegueira, na verdade, é uma política que precisa ser mais fortalecida e efetivada. O Ministério da Saúde, o Conselho Nacional de Saúde, salvo engano, e o aí o Francisco pode aqui me ajudar, no último mês de novembro, aliás, no mês de novembro do último ano, 2008, ele fez publicar uma portaria ou resolução que trata justamente da implantação de centros de referência de reabilitação visual nos estados.

E eu penso que nós, enquanto Organização Nacional dos Cegos, temos que fazer uma cobrança mais efetiva, para que os estados possam estar constituindo esta rede de atendimento às pessoas, prevenindo, assim, a cegueira.

E, como falou aqui o Dr. Paulo, quem sabe até transformando alguns casos, que é justamente recebendo algumas pessoas que já têm cegueira e estar dando esse tratamento, para que elas possam voltar a ter o uso da visão e, assim, automaticamente, voltar a ter sua inserção plena na sociedade.

Eu confesso que, na nossa experiência diária, nós temos percebido que o acesso à saúde visual, o acesso da população a um oftalmologista é algo que precisa ser melhor trabalhado. Existe, Senador, algumas especialidades médicas, algumas clínicas médicas a que a população tem grande dificuldade de ser terá acesso, não é? E seria bom, inclusive, a gente tratar um pouco de por que isso se dá.

Eu até já conversei um pouquinho, aqui, com nosso amigo, aqui, do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, é vocês vejam, quando a gente chega num hospital público, nós, normalmente, encontramos já na emergência um médico clínico, maravilhoso, muito bem, faz aquela triagem, atende, dá o primeiro atendimento.

Quando é uma unidade de emergência, mais de referência, sempre tem ali um traumatologista. A gente sempre encontra, sendo um hospital de atendimento às senhoras, às mulheres, ginecologistas, clínica pedi-

átrica, isso tudo se encontra, não tem tantas dificuldades. Quase todos os municípios têm, fazendo parte do sistema de saúde, esses médicos ali atuando.

E concordo que o Sistema Único de Saúde, apesar de todas as dificuldades e tudo que tem sido, mas é um grande sistema, que tem possibilidade de que as pessoas tenham acesso à saúde. Agora, você encontrar nos hospitais, nos hospitais de emergência, um oftalmologista de plantão, um neurologista de plantão, você encontrar um dermatologista, você encontra, é verdade, em alguns hospitais, você encontra, mas, em relação, num comparativo com outras especialidades médicas, é a coisa mais difícil, mas rara.

Eu posso citar do meu estado, nós temos uma grande emergência lá. Eu sou do Estado de Pernambuco, a maior emergência do nosso estado chama-se Hospital da Restauração.

No Hospital da Restauração, para você encontrar um oftalmologista de plantão, dá trabalho. Geralmente, está no ambulatório e, assim, se for agora, está marcando para o mês de abril ou maio do próximo ano, e depois de a turma chegar lá bem cedinho, viu? Logo cedinho, para marcar ou até dormir lá na fila.

Então, assim, nós temos grandes dificuldades de ter acesso a oftalmologista. As óticas até dispõem, você vai lá, faz já casadinha a consulta oftalmológica e, depois, compra o óculos, viu? Tem isso, também, e compra óculos. Na ótica, às vezes, acha oftalmologista, mas, nas clínicas médicas, nas unidades de emergência, temos essa dificuldade.

E, hoje, muitas pessoas estão cegando, muitas vezes, até por falta de informação, não é? Precisamos ter campanhas mais efetivas de prevenção à cegueira. As pessoas, às vezes, têm uma diabetes, e não têm o entendimento de que esta patologia pode também levá-lo à cegueira, entre outros males. E, muitas vezes, a informação seria fundamental para que essa pessoa pudesse ter já essa prevenção.

O acesso aos medicamentos, eu lembro bem, eu sou, eu fui portador de glaucoma, hoje, eu não já não tenho mais, porque já não tenho mais os olhos, precisarei tirar os dois olhos. Então, eu não tenho mais glaucoma, mas eu já tive glaucoma e eu lembro como era difícil fazer esse tratamento, porque os medicamentos, os colírios, eles são bastante caros. São colírios que uma unidade, hoje, custa em torno de 110, 120 reais. Uma pessoa que ganha um salário-mínimo tem grande dificuldade da conseguir utilizar um medicamento desses, que, na maioria das vezes, o conteúdo é mínimo. São poucos ml, talvez 10 ml; o médico, aqui, pode até me ajudar, poucos ml, não é isso?

SR. PAULO AUGUSTO DE ARRUDA MELLO: Ou menos.

SR. ANTÔNIO JOSÉ DO NASCIMENTO FERREIRA: Ou menos, não é? Então, você imagina uma pessoa que ganha 460 reais, se ele usar quatro colírios por mês, foi o salário-mínimo, e a feira como é que fica? Não é? Então, assim, eu estou falando da população com o menor índice de renda, com a menor recepção de renda, para ter acesso a esses serviços todos.

Bom, quando se trata da deficiência visual, muitas vezes, e aí é importante até colocar, o quadro já não tem mais como regredir, o indivíduo já teve uma perda visual tão acentuada, que só lhe resta, agora, usar bem a visão remanescente. E é justamente aí que entram os centros de reabilitação visual para ensiná-lo a utilizar melhor essa visão que ainda lhe resta, através de lupas, através de todos esses acessórios, digamos assim, esses equipamentos, que podem estar lhe dando uma melhor qualidade de vida.

E, para encerrar, aqui, minha explanação, eu queria já propor, aqui, viu, senador? Por isso que é bom esses momentos. Uma parceria, aqui, com o CBO, viu, presidente? Depois, a gente vai conversar ali fora, para a gente fechar aqui a parceria... Inicialmente, a gente fecha no fio do bigode, pior que nem bigode eu tenho [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Mas ele tem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu tenho a barba. Eu tenho a barba.

SR. ANTÔNIO JOSÉ DO NASCIMENTO FERREIRA: Então, depois, a gente fecha aqui essa parceria. Veja só, os oftalmologistas, eles recebem o cliente, faz todo o possível para esse indivíduo voltar a enxergar, tem que ser isso mesmo, maravilhoso, correto. Mas tem caso, senador, que esta pessoa não consegue mais enxergar, e muitos oftalmologistas têm muita dificuldade de dizer a ele que ele não vai enxergar mais e que tem que aprender Braille, tem que procurar uma instituição de cegos, para começar uma convivência, tem dificuldade. As pessoas têm essa dificuldade.

Aí o cidadão vai para casa e fica, muitas vezes, esperando um chip que está desenvolvido nos Estados Unidos, uma tecnologia que talvez a NASA ainda esteja planejando, para que ele possa – eu digo a NASA, porque, às vezes, tem coisa que as pessoas pensam que existe e que ainda está por existir. Mas, enfim, para que um dia ele volte a enxergar.

Como a visão é o sentido que dá a maior condição de informação da pessoa, primeira coisa, quando a camarada passa a não enxergar mais, ele começa a pensar que o mundo acabou, porque ele perde o domínio e o controle daquilo que está em sua volta.

Primeiro, uma sensação de solidão e, depois, ele começa a pensar que o mundo acabou, que não tem

mais condição de viver. Enfim, só que a vida contínua, não é? E esta talvez seja a razão pela qual as pessoas acham que, geralmente, a perda da visão seja pior coisa do mundo. Que não é a pior coisa do mundo.

D. Pedro já dizia, lá atrás, quando descobriu que os cegos podiam ler e escrever, que a cegueira já não era mais uma desgraça, porque ele pensava que a cegueira era uma desgraça. E não é. Então, o que eu quero fechar, aqui, essa parceria com meu amigo aqui, que ele ainda não entendeu aonde eu quero chegar, mas vai entender agora.

É o seguinte, a gente poderia fazer uma parceria com o CBO, que é seguinte, que o CBO orientasse os oftalmologistas do seguinte: "A gente vai orientar da visão do camarada até onde der, quando não der mais e dizer assim: 'Não tem jeito, você não vai mais enxergar'", fala para o oftalmologista dar o endereço da primeira instituição de cego que ele souber que existe na cidade, para que ele possa conviver com a gente, para ele aprender de novo a usar o computador, aprender o Braille, caminhar sozinho pela cidade e ter uma vida autônoma e independente, outra vez.

E, muitas vezes, o oftalmologista cuida da visão até onde dá e, depois, diz assim: "Bom, seu caso não tem mais jeito, o senhor vai para casa". E não diz para essa pessoa o caminho, e ele já criou uma relação de confiança com seu médico, que, talvez, simplesmente uma orientação do como encontrar, agora, os meios de tecnologias assistivas para lhe dar condição de viver e de ter iniciação da sociedade plena, muitas vezes, essa informação não é passada.

Por fim, eu queria só fazer aqui um apelo ao Ministério da Saúde e aproveitar, aqui, a Dra. Érika. Dra. Érika, eu sinto falta de informativos sobre... E não é só sobre a questão da visão, das doenças relativas à visão. Mas eu sinto falta de informativos sobre saúde, de modo geral, para pessoas cegas, em Braille, em meios assistivos. Eu tenho essa dificuldade, meios acessíveis.

Eu não consigo entender como é que uma senhora cega faz um pré-natal, sem ter acesso, sem ter acesso a usar um cartão de acompanhamento, que toda a mulher que enxerga tem, marcando, ali, a última vez que menstruou, sei lá, marcando ali a última vez que esteve no médico, o que o médico falou, enfim.

As mulheres que enxergam têm um cartãozinho, que é bem importante, nesse processo do pré-natal. As mulheres cegas não têm esse acesso, as mulheres cegas não têm essas informações das doenças sexualmente transmissíveis, em Braille, nós não temos, assim, efetivamente, publicações nesse sentido, que possam estar ajudando as pessoas cegas e também as pessoas surdas com fartura.

Pode até ser que existam [soa a campainha] alguns estados que produzam esse tipo de material, mas, efetivamente, eu não tenho visto esse material sendo produzido ou fomentado pelo Governo Federal, para que as pessoas cegas e as pessoas com deficiência auditiva tenham esse acesso.

Então, era, primeiramente, essa discussão, e quero aqui agradecer aos senhores a paciência de me ouvir, e fica aqui, então, a parceria já sugerida. Ok, Dr. Paulo? Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem, agradecemos ao Antônio José do Nascimento Ferreira, muito claro, como de hábito, e é importante a gente ter sempre o ponto de vista da própria pessoa cega ou com visão subnormal, de sua família, e fazer das preocupações e das necessidades dessas pessoas a política pública, o orçamento, com a participação de quem entende da área, que são, sem dúvida, entre outros, os médicos oftalmologistas.

E por isso que o Conselho Brasileiro de Oftalmologia está aqui, junto com quem executa essa política pública, que é o Ministério, no caso Executivo, o Ministério da Saúde. Passo, então, a palavra à Dra. Érika Pisaneschi, que é coordenadora da área técnica de saúde da pessoa com deficiência, do Ministério da Saúde.

SRA. ÉRIKA PISANESCHI: Boa-tarde a todos, aqui, nos assistindo. Em primeiro lugar, também parabenizar a iniciativa do Senado, por esta 5ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência.

Prezado Senador Flávio Arns, agradecemos o convite, em nome do Ministro José Gomes Temporão, de ter a oportunidade de poder vir aqui falar, então, um pouco sobre saúde ocular.

Quero também cumprimentar o Dr. Paulo Augusto de Arruda Mello, no Ministério da Saúde, também parceiro na elaboração de muito do que a gente faz pelo Ministério da Saúde; a CBO é parceira do Ministério da Saúde. Antônio José do Nascimento, também nosso companheiro no CONADE. Francisco Batista Júnior, pelo Conselho Nacional de Saúde, também temos importante debate realizado no Conselho, na Comissão Intersetorial da Saúde da Pessoa com Deficiência, como foi mencionado pelo Antônio José e pelo Volmir.

Falar de prevenção da cegueira e da promoção da saúde ocular, eu acho que é muito importante a gente contextualizar dentro daquilo que é o Sistema Único de Saúde e, principalmente, daquilo que é a política de saúde para a pessoa de deficiência. Pode passar, por favor.

Como já foi dito, são 24,5 milhões de brasileiros que apresentam algum tipo de deficiência. Pode passar. Pode passar. E, de acordo com os princípios do SUS,

então, a gente tem aí a questão da universalidade da integralidade e da equidade.

Quando falamos de pessoas com deficiência, isso significa que essas pessoas têm direito de serem atendidas no SUS, naquilo que elas têm de necessidades básicas de saúde, como todo o cidadão, mas também naquilo que é específico. Pode passar.

Focando na questão da equidade, para que de fato essas pessoas possam ser atendidas naquilo que elas têm de específico, o Ministério da Saúde tem, então, uma política voltada para esta população. É a Política Nacional de Saúde para a Pessoa com Deficiência. Pode passar.

A política, é importante a gente sempre salientar que o SUS, ele não se faz só pelas medidas do Governo Federal, em nível central, o SUS, ele é construído a partir aí de responsabilidades compartilhadas, de ações e daquilo que é pactuado entre os três entes federados. Então, governo federal, estados e municípios.

Nesse sentido, as políticas traçadas pelo Ministério da Saúde, elas se tornam realidade e, de fato, fazem diferença no atendimento da população, quando estados e municípios também trabalham pela sua implantação.

Então, a Política Nacional para a Pessoa com Deficiência, ela traça diretrizes gerais, que vai falar da promoção de qualidade de vida, de prevenção de deficiências, da assistência integral e, num último eixo, ela fala de organização e funcionamento de serviços, aquilo que eu digo que é específico para a pessoa com deficiência. Pode passar. Pode passar.

Também lembrando que, quando a gente fala de assistência à saúde ou integralidade na atenção à saúde, a gente está falando de níveis de atenção, que vai desde a atenção básica até a atenção especializada, que seria a média e alta complexidade. Pode passar.

E é basicamente na atenção básica, onde são trabalhadas as ações de prevenção e de promoção à saúde. A principal estratégia, hoje, da política de saúde para implementação da política de atenção básica, são as equipes de saúde da família e também o trabalho dos agentes comunitários de saúde. Pode passar.

Para aqueles que não estão vendo minha apresentação, eu trago, aqui, uma tela, Antônio José, eu não sei se tem mais alguém aqui que não é vidente. Antônio José, eu acho que eu até já descrevi essa tela para você, em outra oportunidade, mas é um mapa do Brasil, na verdade, esse é um dado do ano, de março de 2009, em que a gente tem um mapa praticamente pintado de um azul forte, que significa que são os locais onde a gente tem implantadas equipes de saúde da família, agentes comunitários de saúde e também equipes de saúde bucal, que faz parte da política de atenção básica. Pode passar.

De maneira geral, a gente tem por volta de 50% da população coberta pelas equipes de saúde da família, e com avanço significativo nos últimos anos, principalmente, no sentido de que não se quer só um quantitativo a mais de equipes de saúde e de agentes comunitários. O que e se quer, também, é a qualificação desse trabalho que é feito pela atenção básica.

E, nesse sentido, no início de 2008 – pode passar –, foi publicada uma portaria que repassa recursos financeiros e propõe a municípios que se implementem os núcleos de apoio à saúde da família. Parece distante, mas a gente vai chegar num ponto.

Os núcleos de apoio à saúde da família, ele prevê equipe de especialistas, que vão dar suporte para o trabalho desses agentes comunitários e de equipes de saúde da família. E, entre esses especialistas, nós temos, como proposta para os gestores municipais, os profissionais da área de reabilitação. Então, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, assistente social, psicólogo.

Então, isso vai dar um suporte muito importante para aquilo que se deve realizar na atenção básica, em termos de identificação precoce de pessoas que podem vir a ter uma deficiência, de ações básicas de reabilitação, que a gente pode já desenvolver na atenção básica, e, também, o ordenamento do próprio sistema.

Na medida em que uma pessoa pode ser identificada na atenção básica, esse profissional, ele vai ter mais clareza e acompanhamento das nossas redes de serviços de reabilitação, para onde essas pessoas podem ser atendidas e são atendidas. Pode passar.

O que eu falei até aqui, então, é a atenção básica, e, quando se fala de saúde ocular, são diversas as ações realizadas da atenção básica que vão prevenir a cegueira. Quando se fala, aqui, por exemplo, no caso de diabetes. Diabetes é uma doença crônica e que tem ações bastante importantes sendo realizadas na atenção básica, para que se controle isso e para que se evitem, então, os agravos, para que essa pessoa não venha a adquirir uma cegueira, por exemplo. Pode passar.

Até aqui, eu falei um pouco da atenção básica. Se a gente foi para a média e para alta complexidade, a proposta do Ministério da Saúde, dentro da política para esta população, é a organização de serviços especializados no atendimento daquelas pessoas que já adquiriram uma deficiência e que precisam de atenção especializada.

Precisam de atenção, também, no sentido de prevenção, por quê? Quando a gente fala de prevenção,

não existe só prevenção primária; quando uma pessoa adquire uma deficiência, você também tem um trabalho de prevenção, para que aquilo não se agrave, ou melhor, para aquilo que o Antônio José diz, que é a aproveitar ao máximo o potencial que aquela pessoa tem para sua autonomia.

Então, se a pessoa tem uma cegueira ou uma baixa visão, pode não ter nada a ser feito mais, em termos de oftalmologia, por exemplo, para que se atinja a cura, mas a gente tem muito a fazer, em termos de reabilitação, e isso é saúde e isso também é saúde ocular.

Nesse sentido, então, é que, desde 2001, a gente vem implantando as redes temáticas de serviço de reabilitação, pensando na reabilitação das pessoas com deficiência. Desde 2001, organizando serviços de reabilitação física, também serviços na área de deficiência intelectual.

Em 2004, a política da saúde auditiva, que também alguém aqui da auditiva, se não me engano. A reabilitação visual, as portarias foram propostas, foram instituídas, publicadas pelo Ministério da Saúde em dezembro de 2008. Pode passar.

Esses serviços da reabilitação, a norma diz, instituída pelo Ministério, que eles têm que tem uma equipe multiprofissional, para fazer o diagnóstico, para fazer o acompanhamento, para fazer o trabalho com um profissional reabilitador, para fazer treino de orientação e mobilidade, no caso da pessoa que está cega, e também para fornecer recursos ópticos, como as lupas, as telelupas ou a bengala, que são vários os itens que existem, hoje, na tabela, para que essa pessoa possa ingressar e ter completo um processo de reabilitação.

Porque a questão, também, não é só o fornecimento do equipamento, você precisa dessa equipe multiprofissional, para que, de fato, a pessoa atinja uma autonomia e ela de fato possa ter o melhor convívio com aquela restrição que ela possui. Pode passar.

Em termos de reabilitação visual, então, a gente tem a portaria, de dezembro de 2004, são duas, é a 3.128 e 3.129, que propõem a organização desses serviços pelos estados e pelos municípios.

O Ministério da Saúde tem o papel, então, de normatizar a área, que isso está feito, e existe uma reserva de recursos para isso, da ordem de 40 milhões, que está disponível aos estados e municípios, para que apresentem a proposta de redes de serviços de reabilitação a serem habilitados pelo Ministério da Saúde.

Então, nesse sentido, como o próprio Antônio José colocou, também, puxando um pouquinho para aquilo que o Francisco Batista colocou, a questão de financiamento, ela é importante, sim. Mas, se eu for focar nesse tema que a gente está trabalhando, apesar das restrições orçamentárias, por entender que esta é uma área prioritária e porque isto faz parte da agenda social da Presidência da República, que a gente deve executar até 2011, esses recursos estão disponíveis para estados e municípios apresentarem as propostas de implantação de serviços de reabilitação.

A gente tem dez processos no Ministério da Saúde, em trâmite, que, provavelmente, no início do ano, a gente deve habilitar por volta de 12 ou 13 unidades. São previstas 75 unidades, em todas as regiões do país, em todos os estados, em todas as regiões. Pode passar.

A elaboração da norma contou com a parceria de diversas instituições de renome da área e reconhecidas, o Instituto Lara Mara, de São Paulo, Fundação Dorina, vários gestores de estados e municípios, Serviço de Reabilitação Visual de Pernambuco, Fundação Altino Ventura, vários parceiro, a Sociedade Brasileira de Baixa Visão. Pode passar. Pode passar, por favor. Pode passar. Os dados a gente já falou.

E foi, na verdade, porque a importância de se trabalhar uma rede de reabilitação visual e a saúde ocular como um todo, no Sistema Único de Saúde. A gente tem que por volta de 30% a 70% da população infantil com deficiência visual grave apresenta também outra deficiência. Então, por isso que estes serviços se integram numa rede de outros serviços de pessoas com deficiência física, auditiva.

Também, a prevalência das doenças oculares leva ao comprometimento da resposta visual, cresce com o avanço da idade. A gente sabe que a população brasileira está envelhecendo. Então, a gente precisa se preparar, também, para a atenção a essa população.

Além dos dados aqui já colocados pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia, como as causas de cegueira, como a catarata, glaucoma e retinopatia diabética, eu quero também destacar que para isso foi construído, pelo Ministério da Saúde, também, e está em processo de implantação, a Política Nacional de Atenção em Oftalmologia, que prevê organização dessa rede mais geral de serviços de oftalmologia, ampliando o acesso e qualificando este atendimento.

Os serviços de reabilitação visual, que eu disse que são 75, é uma parte pequena desta grande rede de oftalmologia. Certo? E, por fim, eu quero também trazer aqui para vocês, mais uma vez, eu acho que já tive oportunidade de falar também deste programa em outras oportunidades. O censo do Brasil diz que por volta de 48% da população brasileira, esse censo é de 2000, a gente vai ter dados novos em 2011, tem uma deficiência visual.

É importante considerarmos que estão incluídos, nestes 48% da população, também as pessoas que têm erros de refração, como eu, como o Francisco, como o Dr. Paulo Augusto, como também o Flávio Arns.

Então, eu acho que um dado importante que o censo de 2000 nos trouxe é que nós temos pessoas com erros de refração, que não necessariamente são pessoas, então, cegas ou que têm uma baixa visão; pessoa com baixa visão é aquela que tem um resíduo muito pequeno de visão, mas que ela ainda é capaz de enxergar, numa distância muito próxima ou com recursos ópticos.

Então, essas pessoas, sim, são pessoas com deficiência, quem tem baixa visão e cegueira. As pessoas que têm erros de refração e que podem ser corrigidos não são pessoas consideradas deficientes, em termos da legislação do Brasil, em termos dos benefícios e do que a gente tem de políticas públicas e de cotas, como as pessoas sempre nos perguntam.

Então, para esta... Mas, a gente detectou [soa a campainha] um problema no censo, que as pessoas, então, não têm óculos, porque, se no censo elas disseram que dificuldade de enxergar, é porque muitas delas, na verdade, precisam de óculos.

Então, para isso foi também, desde 2007, construído um programa, que deve contar com adesão dos municípios, que é o Programa Olhar Brasil, para que crianças da rede pública de ensino, do Programa Brasil Alfabetizado e também os idosos, possam ser identificados, triados para ver aqueles que precisam de óculos, e esses óculos serão fornecidos. Este também é um programa desenvolvido pelo Ministério da Saúde.

Finalizando, só pode passar mais um slide, por favor. Mais um, mais... Mais, já falei. Pode ir até o fim da apresentação? Acho que só para finalizar, senador, se me permite, eu gostaria de destacar, então, que eu acho que é longa a trajetória da política de saúde ocular ou oftalmologia, no Sistema Único de Saúde.

São conhecidos os mutirões de catarata, cirurgias eletivas. Eu acho que o que eu trago aqui, que é muito importante, é que, pela primeira vez, se pensa, então, e se tem uma proposta de serviços de reabilitação visual, pensando que reabilitação não é só para aquelas pessoas que podem ser curadas, reabilitação também é para aquelas pessoas que têm um potencial e que elas precisam de trabalho. E isto faz parte da saúde, para que elas tenham maior autonomia e para sua promoção de saúde e para sua qualidade de vida.

Eu concordo com o apelo, eu acho que é uma grande proposta que o Antônio José faz ao Conselho Brasileiro de Oftalmologia. Eu entendo que a organização desses serviços de reabilitação visual vai trazer essa discussão do atendimento à baixa visão e cegueira, na rede do SUS, para a rede geral de oftalmologia.

E, nesse sido, é muito importante a parceria com os oftalmologistas, porque a gente tem um dado dos próprios oftalmologistas, que eu acho que o Antônio José reafirma isso aqui, que a gente precisa, a população precisa estar esclarecida, é isso os médicos têm uma importância muito grande, de que existe processo de reabilitação, para que essa pessoa consiga uma melhor qualidade de vida. Ela pode não voltar a enxergar, mas ela pode melhorar e muito a qualidade de sua vida. Era isso, senador, obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço, também, à Dra. Érika. Eu sempre penso, assim, que uma Audiência Pública importante como esta, que tem por objetivo, como já foi mencionado, e dentro daquilo que o Dr. Francisco colocou, debater a saúde ocular e a prevenção da cegueira e dos males da visão.

Então, não é promover a saúde, prevenir os problemas. Então, nesse sentido, está muito, assim, no sentido não da abordagem da doença, mas da abordagem da saúde, para que haja saúde visual.

Agora, eu sempre penso que uma Audiência Pública deve ter desdobramentos, e nós estamos no final do ano, e, semana que vem, já é semana de Natal, Ano Novo, e há o recesso no mês de janeiro, mas eu gostaria, já de antemão, convidar os expositores, que nós pudéssemos, no mês de fevereiro, nos debruçarmos sobre o detalhamento desses aspectos todos.

Por exemplo, o Dr. Paulo mencionou a questão da catarata. A catarata é algo reversível, é um problema de saúde, mas, operando essa catarata, a pessoa recupera inclusive a saúde. E existe a necessidade de 560 mil cirurgias por ano, 570 mil, conforme colocado. E as cirurgias não chegam a 500 mil por ano, são em torno de 450, pouco menos.

Quer dizer, menos ainda, mas já houve, anos atrás, um período em que o número de cirurgias de catarata era suficiente para atender a demanda. Ou seja, milhares, dezenas de milhares de pessoas estão sofrendo por causa da nossa, como John Kennedy dizia, da nossa negligência ou indiferença. Podemos aceitar que fiquem cegas por causa de alguma circunstância inevitável, mas não por fatores que possam ser evitados.

Então, isso não pode acontecer no Brasil. Nós que estamos nesta 5ª Semana de Valorização e discutindo a área visual, pelo bicentenário de nascimento de Luiz Braille, inclusive, quer dizer, esse é o problema. Então, que o fazer? O que o Senado, a Comissão nossa, que é de Saúde, a Subcomissão da Pessoa com Deficiência, que é desta Comissão, também.

Então, nós queremos nos articular, para dizermos assim: "Vamos fazer a coisa correta, também". Eu não sou médico, mas existem os médicos, as pessoas que entendem da área e que podem dizer: "Olha, precisamos agir de uma maneira diferente". São 570 mil, quantas são feitas, Dr. Paulo?

Eu pensava que são 400 mil, são 250 mil por ano. Menos da metade, imagine! As pessoas precisam de algo simples, como cirurgia de catarata, e menos da metade são atendidas; a informação que eu tinha era 400, imagina, aí tem o represamento. Cada mês, 250 mil, chega no final do ano, são três milhões de pessoas que deixaram de fazer a cirurgia de catarata, três milhões; em três anos, são dez milhões de pessoas. É muita gente, é muito problema!

Ou glaucoma, o Antônio eu até ia perguntar para ele, antes, mas, depois, eu não perguntei, mas ele explicou que a cegueira dele é decorrente do glaucoma. Agora, o glaucoma, salvo melhor juízo, depois eu vou passar a palavra para os expositores de novo, depende de um acompanhamento, porque a maior parte dos casos é assintomática. Você não sabe que tem glaucoma. Você tem que ir ao oftalmologista regularmente, para ele verificar a pressão do olho.

Quantas pessoas vão ao oftalmologista ou quantas que vão ao oftalmologista e quantos serviços de oftalmologia seriam necessários para atender essa necessidade?

E o remédio é acessível? Até perguntava para a Érika, durante a apresentação do Antônio e do Dr. Paulo, ela disse que consta da lista. Até eu perguntaria se os remédios constam da lista, porque, senão, é como o Antônio colocou: "Ou eu vivo ou eu compro o remédio". Quer dizer, ganha o salário-mínimo, vai faltar para a feira, inclusive, e para todas as outras necessidades.

Acidentes, eu não consigo enxergar, por exemplo, o Antônio sugeriu: "Vamos fazer uma parceria, falar com o médico". O médico, de fato, pode entender mais da reabilitação, que é feita posteriormente. Eu acho que, nesse sentido, pode haver um entrosamento muito maior.

Eu penso, também, porque a formação do médico, em muitos casos, não em todos, não está muito direcionada para o aspecto de reabilitação social, profissional e essas coisas. Mas, ao mesmo tempo, a gente tem que pensar também nessas questões ou o que pode ser feito, o que pode ser encaminhado nesse sentido, porque eu percebo, assim, além do médico, eu não me lembro de alguma propaganda na televisão, que é o veículo de comunicação, Érika, não me lembro, pelo menos: "Olhe, tome cuidado com o glaucoma, já foi no médico? Procure o médico".

Diabetes, diabetes, vai: "Olhe, leve, porque pode...". Não sei, não me lembro de ter visto alguma propaganda na televisão, alertando, um programa de promoção da saúde. Agora, eu penso o seguinte, também: de acordo com o Ministério da Educação, na faixa de escolaridade, que vai até os 17, 18, 20 anos, eles têm cadastrado seis mil pessoas cegas e 54 mil pessoas com visão subnormal, visão baixa, baixa visão, resíduo visual, não óculos.

Por exemplo, a pessoa cega de um olho, outro olho, divide o olho em quatro partes, às vezes, a pessoa tem 10% de visão num dos quadrantes do olho, mas esses 10% podem ser treinados bastante, e eu conheço pessoas que, inclusive, leem em tinta, com os 10% de visão de um dos quadrantes.

Às vezes, eu tinha um gerente lá de um banco, perto de casa, que ele pegava o papel e colocava o papel aqui, para conseguir ler, aqui no lado, quer dizer, ele estava vendo, certamente, mas ele estava sendo atendido por médico, mas estava por uma fresta de visão.

Mas, olhe, seis mil pessoas cegas, 154 mil pessoas com... 54 mil, não 154 mil, 54 mil pessoas com baixa visão, são 60 mil pessoas. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, nós temos um milhão de pessoas cegas ou com baixa visão. Então, 950 mil, quer dizer, mas em todas as faixas etárias; vamos dizer que, até 20 anos, sejam 600 mil na faixa de escolaridade.

Teríamos 540 mil pessoas não identificadas, na faixa de escolaridade. Se for de acordo com o IBGE, como a Érika colocou, eles colocaram pessoas que precisam de óculos, mas cegueira e visão subnormal seriam dois milhões e 400 mil pessoas.

Tira 54 mil, quer dizer, não tem quase ninguém identificado, ou seja, essas pessoas estão tendo insucesso, problemas, dificuldades, não atendimento. Como a gente pode ultrapassar isso? Eu mencionei a lei que foi aprovada de triagem visual, de todas as crianças, da educação infantil e do ensino fundamental.

A triagem visual pode ser feita por professores, por técnicos, por pessoas que são treinadas para isso, mas, identificando-se o problema, tem que ser encaminhado para o oftalmologista, para o oftalmologista ver se tem o problema ou não. Se não tiver o problema, pode ser um falso positivo, aí não tem o problema, que bom!

Mas, se tem o problema, o oftalmologista tem que dar o passo seguinte também, que é óculos, a cirurgia, o tratamento. E eu perguntaria: existe, quer dizer, nós gostaríamos que houvesse, no Brasil. Acho que o Brasil pode caminhar para isso, se já não tiver caminhado, acho que não caminhou.

Porque, mesmo lá em Curitiba, eu estava falando com uma menina, em outro dia, que ela está na 7ª série, na 8ª série e olhava, assim, com olhos e, na grande região de Curitiba, com olhos, assim, meio fechados. Eu disse: "Mas por que está aí?". "Não, é porque eu tenho problema de vista." "Mas e daí, não foi no médico, ainda?" "Não. Não tem consulta."

Aquilo que foi falado: "Não tem consulta, daqui a seis meses, sete meses, cinco meses e tal. E eu quebrei os óculos, e nós não temos dinheiro para comprar os óculos". Então, qual é a possibilidade da promoção da saúde ocular, na verdade?

E, depois, eu gostaria de perguntar, também, se, quando eu penso em prevenção eu penso também durante a gestação, um período antes do nascimento, não durante a gestação, mas antes da gestação, durante a gestação, no nascimento e depois do nascimento.

Problemas que podem levar, como a Érika falou, à deficiência, mas também à deficiência visual, doenças, se está tudo sendo acompanhado ou não e onde estão gargalos, não é, Dr. Paulo? Que pudessem ser indicados, assim, durante o período de gestação aí, nas crianças.

O teste do olhinho, que a lei foi aprovada, aqui também no Senado, vai para a Câmara, chamado teste de olhinho, para o recém-nascido, a triagem visual, que foi aprovada, as propagandas de promoção da saúde, o entrosamento com o médico, como foi feito.

Enfim, vamos pensar juntos, para que a legislação seja adequada para promover e prevenir. Quer dizer, prevenir e promover. Prevenir problema visual, naquilo que possa ser prevenido, e promover a saúde da população.

Eu penso que era, nesse sentido, assim, que... E com o Conselho Nacional de Saúde junto, porque os debates, com toda a sociedade, são feitos lá, existe o grupo específico para isto, também, para a área da deficiência, mas, ao mesmo tempo, eu também compartilho da ideia de que não é só o percurso, mas o recurso é fundamental, não é verdade?

Não é só o recurso, mesmo que tenha recursos, os problemas não se resolvem, mas o recurso é absolutamente insuficiente para a área da saúde, para prevenir, para promover, para cuidar, para reabilitar. Me preocupa muito, também, uma outra coisa que eu estava esquecendo, quando se identifica a pessoa com baixa visão, muitas dessas pessoas têm que passar por um programa de reeducação ou educação, reeducação visual. Quer dizer, utilizar aquele restante de visão, com orientação médica, lógico, eliminando-se outros problemas, lupa, telelupa, treinamento. E eu falo isso porque eu sei que, no Paraná, nós temos uma rede boa, do que se chama de reeducação visual.

Mas eu percebo que é muito difícil, muito pouca qualificação para isso, tem que se investir mais na formação das pessoas, e isso fazer parte, assim, de uma cultura de atendimento, não é? Então, eu vejo, assim, com bastante dificuldade, principalmente olhando os números, 60 mil pessoas na faixa de escolaridade; 60 mil, quando a Organização Mundial de Saúde diz de zero a 20 anos, são 600 mil; quando o IBGE diz que são 1,5 milhão de zero a 20 anos de idade. Então, o que pensam sobre isso e como a gente poderia também avançar?

Muito bem, eu passo a palavra de novo ao Dr. Paulo, para alguma consideração e para as considerações finais, também.

SR. PAULO AUGUSTO DE ARRUDA MELLO: Muito obrigado, Senador Flávio Arns. Eu queria retomar, em relação à dificuldade de acesso à consulta oftalmológica, e, para os senhores terem uma dimensão da frequência que isso ocorre no pronto-socorro do Hospital das Clínicas, da Universidade de São Paulo, 15% dos atendimentos são ligados à oftalmologia. Então, tem, realmente, uma e prevalência muito grande.

E, se nós temos, no Brasil, 15 mil médicos oftalmologistas, um número superior àquele preconizado pela Organização Mundial da Saúde, em relação à população. Mais do que isso, nós, hoje, formamos mais oftalmologistas do que o crescimento demográfico da população.

Então, porque essa dificuldade? Essa dificuldade é gerada por vários fatores. Evidentemente que a rede pública tem um número de equipamentos não suficientes, nós temos que entender o limite de atendimento, o famoso teto de atendimento, tanto clínico como cirúrgico, limitando esse atendimento para uma distribuição, em relação às outras especialidades.

Mas também existe uma dificuldade de um plano de carreira aos médicos, que desestimula ao atendimento na rede pública, também. A falta de existência de um plano de carreira é um fator muito importante.

Eu quero, também, comentar, em relação à fala ao amigo Antônio José, em relação aos médicos darem orientação às pessoas que já estão cegas. Isso vai ser ressaltado, junto à Comissão de Ensino do Conselho Brasileiro de Oftalmologia. Nós temos, no Brasil, 53 cursos credenciados.

O Conselho Brasileiro de Oftalmologia, junto com a associação Médica Brasileira, titula 450 novos especialistas por ano, na área de oftalmologia, e nós vamos estar levando esse ponto para ser realmente considerado, de forma muito importante.

É que, muitas vezes, depois de instalada a cegueira, a frequência ao consultório do oftalmologista não acontece muito intensamente, e isso leva a algu-

ma perda dessa orientação. Mas eu gostei muito dessa sua recomendação, e isso vai, com certeza, insistentemente levado à Comissão de Ensino.

Outro aspecto em que eu vinha para cá comentando, até com a D. Lúcia, é o que o senhor comentou, senador, sobre o Programa de Promoção à Saúde. Essa tem que ser uma tônica muito importante, nós fizemos um trabalho, PIBIC, dentro da nossa Universidade, da UNIFESP, portadores de glaucoma, ou seja, usuários crônicos de colírio, 40% desses portadores fazem ensilação(F) do colírio de forma errada.

Então, o senhor nota que desperdício que é: se ele usar duas gotas, ele duplica o custo do tratamento, de forma desnecessária, por não saber ensilar(F) o colírio de forma apropriada. Evidentemente que é muito caro, para o sistema de saúde, uma aula particular a cada paciente de como deve ensilar(F) o colírio nos olhos.

Isso pode ser feito de uma forma coletiva, e aí é uma sugestão que a gente pode retomar. O Conselho Brasileiro fornece toda uma logística apropriada, podemos trabalhar juntos, mostrando a necessidade do uso adequado do tratamento, também.

Em relação aos óculos, também, é outro problema grande. Em Divinolândia, a UNICAMP fez um trabalho, agora recente, mostrando a possibilidade da execução de óculos no valor de 30 reais, isso é possível, o que também traz maior possibilidade da compra desse equipamento, também.

E, por fim, estamos ansiosos por essa convocação de fevereiro, para que a gente possa, juntos, trabalharmos em prol da saúde pública. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço ao Dr. Paulo. Passo, em seguida, a palavra ao Dr. Francisco Batista Júnior.

SR. FRANCISCO BATISTA JÚNIOR: Obrigado, senador. Eu tive uma informação, a semana passada, que me deixou impressionado. Um princípio, uma proposta que nós do Sistema Único da Saúde defendemos e não abrimos mão dela é a proposta da municipalização; a municipalização, a autonomia dos municípios, as possibilidades de as coisas acontecerem para o usuário e para a população de forma mais rápido, mais...

E a municipalização, o processo de municipalização tem sido muito criticado, por muitos atores político-sociais. Eu não vou entrar, aqui, no mérito das críticas da municipalização, mas a informação que eu tive, e tem a ver com essa conversa nossa, com isso que eu estou falando, é que 2.500 municípios do Brasil têm menos que 10 mil habitantes.

E, mais ainda, entre 3.500 e 3.700 municípios têm menos de 25 mil, 30 mil, e sobrevivem quase que exclusivamente a custas do repasse do Fundo de Participação, ou seja, são municípios que, evidentemente, não têm condições financeiras de estruturar sua rede de serviço do SUS, não têm.

Então, nós estamos convencidos de que, sem prejuízo da municipalização, se nós queremos ter o sistema atendendo aquilo que é obrigação, nós tínhamos que ter muito claro que há necessidade de uma responsabilização maior financeira e política dos entes federais e estaduais. É impossível o sistema avançar na atual lógica.

E a irresponsabilidade maior dos entes federais e estaduais não significa o Governo Federal criar um programa e repassar o dinheiro para lá, não significa isso. Isso, na prática, não tem funcionado. Isso, na prática, não tem dado resposta.

Exemplo, o PSF. Hoje, o PSF, sob o ponto de vista financeiro e político, está quase inviabilizado, pelo menos como nós defendemos, porque os municípios, hoje, o que recebem do governo federal é absolutamente insuficiente para viabilizar as equipes do PSF. Tem municípios, hoje, que estão abrindo mão de equipes do PSF, porque os recursos não compensam.

Proposta do NASF, por exemplo, os núcleos de atenção à saúde da família, para nós é uma proposta fantástica, nós defendemos e achamos fundamental. Mas, se o Governo Federal continuar cometendo o equívoco, e temos discutido com o Ministro, de repassar os recursos e deixar que os municípios façam o resto, não há condição de fazer isso. Porque a contratação dos profissionais é uma coisa muito mais complexa, muito mais complexa, e aí nós chegamos num debate: como viabilizar os profissionais para atender à população pelo interior do Brasil? Concluindo minha fala.

E aí eu tenho clareza, nós do Conselho Nacional temos clareza de que a questão não passa somente pela remuneração, porque, hoje, existem municípios, no Brasil, oferecendo 10, 12, 15, 20 mil reais a um profissional médico, ele não vai. Se a situação fosse apenas remuneração, estava resolvido, porque os municípios estão oferecendo remuneração bastante condizente.

Mas, se o profissional, primeiro, o profissional tem que ter perspectiva de carreira, tem que ter perspectiva de valorização, ascensão profissional. Não adianta ir para o município, ganhar 20 mil reais agora, sem qualquer estabilidade no emprego, sem qualquer perspectiva profissional, sabendo que pode ser demitido a qualquer momento.

Mas tem outro elemento que talvez seja tão grave quanto isso, o SUS pratica uma verdadeira autofagia. Eu estava num Estado do Brasil, três meses atrás, conversando com o secretário de saúde, ele falou: “Presidente, eu estou oferecendo 22 mil reais a um

cirurgião, para trabalhar no hospital do Estado, ele não está querendo. Ele não abre mão de trabalhar no hospital privado. O que está acontecendo?". Eu falei: "Mas é óbvio, secretário. Você está pagando a esse mesmo profissional, no hospital privado conveniado, muito mais do que 22 mil reais para ele, de uma forma muito mais cômoda, ganhando por procedimento".

Então, se o profissional tem condição de ganhar até um pouco menos do que isso, mas de forma mais livre, sem obrigações de carga horária, sem obrigações de um plantão, ele vai preferir estar no hospital privado, conveniado, pago pelo SUS, do que ter a obrigação de trabalhar num plantão de 12 horas num hospital público, por exemplo.

Então, por isso que nós, do Conselho Nacional, estamos dizendo que a situação é grave e que, para solucioná-la, de forma adequada, várias medidas têm que ser tomadas concomitantemente; não ainda criar carreira somente, não vai resolver. Porque, mesmo criando carreira e com salários atrativos, a atual lógica ainda é mais muito mais interessante para algumas corporações profissionais.

É por isso que nós somos defensores intransigentes, senador, para concluir, do serviço civil. No serviço civil, a possibilidade de profissionais graduados na área de saúde trabalharem pelo menos dois anos no SUS, onde houver necessidade, é um instrumento importante de fixação profissional, de qualificação profissional e contraposição a essa dependência absoluta e que está inviabilizando o sistema, como é o caso da área de assistência da saúde visual, da saúde ocular.

Obrigado pela oportunidade. E espero ter oportunidade de contribuir um pouco mais com o debate de vocês.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): E, até, Dr. Francisco, nessa questão do serviço civil, no outro dia, aprovamos a reformulação do FIES, que é o Financiamento Estudantil, prevendo essa possibilidade, ir se abatendo no débito do estudante, no crédito do governo, esse trabalho que se faz na própria comunidade, que também é uma forma de valorizar o que se faz, além de ser o serviço civil.

Muito bem, Antônio José do Nascimento Ferreira, Organização Nacional dos Cegos do Brasil.

SR. ANTÔNIO JOSÉ DO NASCIMENTO FERREIRA: Bem, nós queríamos agradecer, aqui, a oportunidade, já fazendo, aqui, nosso fechamento aqui da fala, agradecer a oportunidade, dizer que também estamos dispostos a contribuir em outros momentos, que assim esta Casa necessite e considere relevante, aqui, nossa contribuição.

Eu quero parabenizar o Ministério da Saúde, pela iniciativa de estar implantando, através dos estados, esses Centros de Referência, porque aí passa a ter também um olhar sobre esse cidadão que ainda possui algum resquício de visão, que precisa de receber informações técnicas de como, por exemplo, alcançar sua cidadania, voltar a encaminhar sozinho, utilizando sua bengala, porque, conforme disse muito bem, aqui, a Dra. Érika, não basta só receber o equipamento, preciso receber primeiro o treinamento de como utilizar esse equipamento. E aí eu queria parabenizar o Ministério, pela iniciativa, o Conselho, que, também, certamente, fortaleceu, trabalhou para que isso também viesse a viabilizar e também para cobrar que de fato se efetive, como também nós da sociedade civil, da Organização Nacional dos Cegos.

Ao Dr. Paulo, eu acho que é interessante essa nossa parceria, que a gente possa estar, depois, vendo, nós temos 64 entidades, em todas as capitais, temos uma entidade, os grandes municípios nós temos uma entidade de cegos, que, na sua grande maioria, trabalha também com reabilitação de pessoas com deficiência visual. E, muitas vezes, até, se não trabalha, mas o próprio convívio da pessoa com deficiência com outros companheiros que têm a mesma deficiência, as mesmas dificuldades, aquela troca de experiência já ajuda bastante a resolver os problemas mais básicos possíveis da vida diária, da vida cotidiana desta pessoa que agora se vê como uma pessoa com deficiência.

E só o fato, senador, de perceber que os outros companheiros com deficiência visual que já foram reabilitados têm uma vida tranquila, uma vida com dignidade, já motiva essa pessoa a querer alcançar esse mesmo *status*. Então, isso é importante, é muito importante que o médico chegue lá para o camarada e diga assim: "Olha, você só vai ter 5% de visão. Você só conseguiu chegar até aqui, você precisa de ter uma reabilitação, e aqui tem o Centro, aqui tem a Associação, tem o clube, que vai poder te ajudar"; "Olha, você não tem mais condições, Sr. João, tudo o que pude fazer já fiz, e o senhor não tem jeito mesmo, não dá mesmo, não vai voltar a enxergar mesmo, tem que continuar vivendo, procura lá a Associação dos Cegos, que o pessoal lá... Tem uns cegos aí sabidos, que já andam sozinhos na cidade, você vai voltar a andar também".

Então, assim, é importante essa parceria, e, muitas vezes, essa coisa da cegueira é uma coisa tão triste que o médico tem receio de falar para o cara que ele não vai mais, para seu cliente, que ele não vai mais ter essa possibilidade. E eu acho que é importante aí essa conversa, e a ONCB está à disposição para ajudar o Conselho, passar as informações, os endereços das nossas entidades, os telefones, enfim.

Por fim, eu queria dizer aos senhores que acho que esses temas são bastante relevantes, a gente

pode estar discutindo mais vezes e cuidar da pessoa que tenha visão ou que não tenha é muito importante, porque, e eu posso afirmar isso na prática, e, assim, sem nenhum pieguismo, com a maior tranquilidade, que não que uma pessoa cega não possa ser feliz, não é? Mas quem sabe se não é bem melhor ser feliz vendo tudo e vendo aí com a reabilitação, com as tecnologias assistivas, com o tratamento visual importante.

Então, por isso é que é importante colocar, aqui, que se faz necessário ampliar essa quantidade de médicos oftalmologistas na rede de saúde e viabilizar esse acesso.

Só para terminar, de fato, os remédios, os colírios, eles estão na lista, estão à disposição, o SUS, ele fornece esses medicamentos, agora, o problema é tê-los com a frequência necessária. Muitas vezes, o cidadão recebe um mês, e não recebe o outro, porque ainda está comprando, porque ainda está trazendo, então, essa interrupção é que é um problema, e é isso que a gente precisa normalizar. Então, muito obrigado e um abraço a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. É que eu me lembrei de uma piada do inferno, também, mas depois eu conto para você [risos].

Eu passo, em seguida, a palavra à Dra. Érika Pisaneschi, que é do Ministério da Saúde.

SRA. ÉRIKA PISANESCHI: Senador Flávio Arns, eu acho pertinente seu convite para fevereiro. Entendo que, aqui, nós não trouxemos dados eu acho que suficientes para falar exatamente daquilo que é específico da oftalmologia, de maneira geral, e não daquilo que é focado mesmo para as pessoas com deficiência, que eu acho que é o que pautou muito mais a minha fala, considerando inclusive o contexto desta 5ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência.

Acho importante, sim, o detalhamento com relação à catarata, a questão dos mutirões que eram feitos e que foram transformados em cirurgias eletivas, a questão do atendimento ao glaucoma, a questão do colírio, para que não fique a falsa impressão de que isso não é organizado, de que não tem... que o Ministério de saúde não tenha, ao longo desses anos, implementado medidas importantes para melhorar o acesso da população aos serviços de oftalmologia.

Eu acho que, assim, falando um pouquinho a partir da fala do Francisco, eu acho que é importante a gente salientar que o Brasil, ele é muito diverso, e a gente deve considerar, por exemplo, que existe, no eixo Rio-São Paulo, um oftalmologista para cada 10 mil habitantes, e, se você considerar o Acre, por exemplo, há um oftalmologista para 378 mil pessoas.

Então, eu acho que não é simples, eu acho que vale a pena, sim, um debate mais detalhado, para poder de fato esclarecer a população devidamente sobre essas questões que eu acho que ficaram um pouco no ar ou com uma falsa impressão de que não há a assistência devida, ou que há uma grande desassistência.

A gente tem falha, sim, mas eu acho que o Sistema Único de Saúde tem avançado muito, ao longo dos últimos anos, com problemas, o Francisco traz questões importantíssimas, que são debate diário no Ministério da Saúde, mas a gente pode apontar, sim, muito do que tem sido feito, e eu acho que isso é importante para o esclarecimento de todos.

Com relação ao uso do colírio, por exemplo, ou toda a questão da atenção básica, também, a proposta de uma propaganda sobre o glaucoma e diabetes. Eu fico imaginando: será que a gente não tem uma ferramenta importantíssima, que é aquele agente comunitário ou aquela equipe de saúde da família que tem um contato muito próximo da população, que poderia, por exemplo, ou talvez isso até seja uma proposta da política de oftalmologia, a gente vai poder verificar, essa questão da orientação do uso do colírio.

As propagandas, elas são pontuais, elas vão para a televisão, passam por um período de tempo, mas o que eu percebo é que, de fato, trabalhar a prevenção na área de deficiências, a gente tem que ter um trabalho que é constante, que é de base e que deve ser feito nesse nível de atenção.

Também com relação à pontuação do senador, muito bem posta, da falta de identificação de pessoas com baixa visão, fazendo os cálculos, as crianças que estão na escola, os dados da Organização Mundial de Saúde, os dados do censo e "linkando", também, com a fala do Dr. Paulo, eu acho que é bastante preocupante, também, as pessoas terem acesso ao serviço de oftalmologia, e não terem o diagnóstico ou, então, o indicativo de reabilitação.

Então, nesse sentido, eu acho que essa proposta do Ministério da Saúde dos serviços de reabilitação visual é também para trabalhar essa rede de oftalmologia no SUS, para ela poder ser qualificada, no sentido de diagnosticar essas pessoas e propor um trabalho de reabilitação.

Eu acho que, para finalizar, é mais uma vez salientar que falar em reabilitação é também falar em reabilitação, no caso daquelas pessoas que não têm mais a possibilidade de cura, mas elas têm a possibilidade de um trabalho que possa trabalhar com o potencial, para que ela autonomia, que é tão importante para as pessoas com deficiência.

Agradeço a oportunidade, mais uma vez, senador, e são essas as minhas considerações.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu quero só destacar, porque foi falado por vários dos expositores, em relação ao SUS. E dizer muito claramente que todos nós dependemos do SUS e defendemos o SUS, para que ele se aprimore cada vez mais e atenda cada vez melhor a população.

Nós temos que ter muita clareza, porque nós, por exemplo, vamos com clareza identificar o problema, por exemplo, catarata: precisamos de 570 mil cirurgias por ano; quer dizer, está acontecendo, não está acontecendo? Não está, no caso. Por que não? O que deve ser feito? Porque isso é importante. Agora, em outras situações, isso o SUS faz. Em outras situações, se nós olharmos, nós comemos carne, tomamos leite, todos nós dependemos da Vigilância Sanitária, e isso é SUS, é Sistema de Vigilância Sanitária, quer dizer, Ministério da Saúde. Se nós formos, também, em outras situações, vamos ao bar, ao restaurante, nisso, naquilo, quer dizer, é Vigilância Sanitária. Toda a população depende disso.

Nossos filhos são vacinados, quer dizer, todo programa de vacinação é nacional, quer dizer, isso é SUS. Prevenir, promover a saúde, prevenir problemas, remédios, medicamentos, medicamentos, inclusive, excepcionais, de alto custo, o SUS; transplantes, também, o sistema. O cotidiano também tem que ser.

Então, nós temos que caprichar para que o SUS seja aprimorado para atender com qualidade a população.

Então, eu sugiro e convido os expositores para que nós, no começo do ano, nos debrucemos no detalhamento de tudo isso, vermos como é que as coisas estão acontecendo, para que a gente possa, com satisfação, apresentar para a população, seja no Executivo, Legislativo, Conselho, organizações de pessoas com deficiência, pessoas cegas, no caso, que a gente apresente resultados, dizendo: "Olha, está organizado desse jeito, você pode fazer isso, tem acesso a outro direito, alguma coisa". E que a gente avance, em conjunto com os médicos, com as organizações sociais, os médicos, também, oftalmologistas, no caso, para que toda a população tenha serviços de mais qualidade, não é verdade?

Eu agradeço a presença dos expositores, agradeço, também, a presença de todos que estão aqui, no Plenário. E agradeço a todos, também, para que possamos continuar esses debates e, com esse espírito, assim, bom, desejo a todos também um Natal feliz e um Ano-Novo, assim, com saúde, com paz, com esperança; que o espírito de Natal continue a nos orientar, no decorrer de todo o ano de 2010.

Então, obrigado a todos e declaro encerrada a presente reunião. Obrigado.

Sessão encerrada às 16h14.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 52ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, 55ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, E 61ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO, NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às doze horas e cinqüenta e dois minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, Ala Senador Alexandre Costa, número dezenove, sob a Presidência do Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, com a presença dos Senadores Flexa Ribeiro, João Durval, Gilvam Borges, Valdir Raupp, Francisco Dornelles, Augusto Botelho, César Borges, Osmar Dias, Neuto de Conto, Cícero Lucena, Inácio Arruda, Eduardo Azeredo, Antonio Carlos Júnior, Renato Casagrande, Gerson Camata, Romero Jucá, Eduardo Suplicy, Tasso Jereissati, Gim Argello, Arthur Virgílio, Heráclito Fortes, José Agripino, Alvaro Dias, Gilberto Goellner, Raimundo Colombo, João Pedro, Demóstenes Torres, Marcelo Crivella, Antonio Carlos Valadares e das Senadoras Ideli Salvatti e Rosalba Ciarlini reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Aloizio Mercadante, Pedro Simon, Almeida Lima, Valter Pereira, Wellington Salgado de Oliveira, Osvaldo Sobrinho, Marco Maciel, Jarbas Vasconcelos e as Senadoras Serys Slhessarenko, Kátia Abreu e Lúcia Vânia. Justifica ausência o Senador Romeu Tuma. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação da Pauta: **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para instruir o **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 221 DE 2009**, QUE "INSTITUI O PROGRAMA DE CULTURA DO TRABALHADOR; CRIA O VALE-CULTURA; ALTERA AS LEIS NºS 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991, E 7.713, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1988, E A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO-CLT, APROVADA PELO DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", com a presença do EXMO. SR. JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA, Ministro de Estado da Cultura, em atendimento aos Requerimentos Nºs 64/09-CAE e 124/09-CCJ, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, 65/09-CAE, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, e 98/09-CAS, de autoria das Senadoras Ideli Salvatti e Rosalba Ciarlini. **REQUERIMENTO APRECIADO: REQUERIMENTO N° 129, DE 2009-CCJ** "Requeiro, nos termos do art. 50, §1º da Constituição Federal e Art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Fede-

ral, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, em conjunto com as seguintes Comissões: Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Assuntos Econômicos, para discutir os efeitos e a possibilidade de ampliação do PLC 221 de 2009, que "Institui o Programa de Cultura do Trabalhador; cria o vale-cultura; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências". Requeiro que para a referida audiência sejam convidadas as seguintes autoridades: Ministro Da Cultura – Srº. João Luiz Silva Ferreira; Diretor Presidente da Agência Nacional do Cinema, ANCINE – SrºManoel Rangel Neto; Diretora Presidente da associação Nacional dos Jornais, ANJ – Srª. Judith Brito; Presidente do Conselho Diretor da Associação Nacional dos Editores de Revistas, ANER – Srº. Roberto Muylaert; Presidente da Associação dos Produtores Teatrais Independentes, APTI – Srº Odilon Wagner; Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados – Srº. João Batista Inocentini.." Autoria: Senador Flexa Ribeiro e Senadora Ideli Salvatti. **Resultado**: Aprovado. A Presidência declara encerrada a Reunião às catorze horas e dezessete minutos; e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **GARIBALDI ALVES FILHO,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; – Senador **DEMÓSTENES TORRES,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

54ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, CONJUNTA COM A 52ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA E 61ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 12 HORAS E 52 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Declaro aberta a 54ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, 52ª reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e a 61ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, a realizar-se em conjunto. Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 221, que institui o Programa de Cultura do Trabalhador, cria o Vale-Cultura e altera uma série de leis pertinentes. Com a presença do Exmo. Sr. João Luiz Silva Ferreira, Ministro do Estado da Cultura, em atendimento ao requerimento de autoria da Senadora Ideli Salvatti e da Senadora Rosalba Ciarlini. Com a palavra o Ministro João Luiz Silva Ferreira, o Ministro Juca Ferreira, Ministro da Cultura.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Bom-dia a todos os senadores e senadora. Eu queria agradecer o convite para que eu participasse dessa Audiência Pública e saudar o nosso Presidente Garibaldi Alves Filho, senador que eu tive a oportunidade de trabalhar quando era Presidente dessa Casa; o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Demóstenes Torres, e a Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Rosalba Ciarlini.

Eu vou ser bastante breve, inclusive, para facilitar que os senadores possam trabalhar o próximo assunto que tem uma importância relevante para o Brasil e para a humanidade. A contribuição que o Brasil pode dar ao controle de emissão de gases é enorme, e acho que Senado tem um papel. O Vale-Cultura talvez seja o instrumento mais criativo e mais importante trabalhado durante a nossa gestão. A ideia não é nossa, já existe há mais de 20 anos. Há 18 anos atrás, quando o então Ministro da Cultura Sérgio Rouanet, lançou a Lei Rouanet, ele se comprometeu a trabalhar a ideia de um instrumento semelhante. Alguns empresários já trabalham a ideia de algo que ajude a fazer crescer o consumo cultural no Brasil, também tem referências de em torno de 20 anos. São muitos os que advogam a paternidade. Eu queria dizer que o Ministério da Cultura não é o pai da ideia. A primeira vez que eu tive contato foi quando eu li os discursos do Ministro Sérgio Rouanet, por ocasião, há 18 anos atrás, por ocasião da criação da lei. O instrumento é muito inteligente, é muito eficiente e é isso que eu vou tentar demonstrar rapidamente aqui.

Toda tradição de política cultural no mundo, os franceses, que são os pioneiros de formularem a necessidade de que o Estado tenha políticas públicas para cultura, mas os americanos, todos, os italianos, os espanhóis, todos os países que têm política cultural, todos eles trabalham como, quase que como o único aspecto o financiamento e o estímulo, e o apoio à produção cultural. Nos países onde o consumo cultural é resolvido, ou seja, a sociedade garante espontaneamente o acesso a esses bens e serviços, a política de financiamento e apoio à produção cultural já é suficiente como contribuição do Estado. Mas, infelizmente, no Brasil, se nós apenas financiarmos,

estimularmos e apoiarmos a produção cultural, a gente cria uma situação que não resolve completamente os gargalos e a dificuldade para o desenvolvimento cultural brasileiro. Eu peço para que avance para aquele quadro da cultura, dos números.

Nós pedíamos ao IBGE e ao IPEA que fizesse pesquisas sistemáticas sobre a cultura no Brasil. Nada disso nos surpreendeu, mas a gravidade dos números, esse, sim, eu confesso que fiquei impactado. A sociedade brasileira não consegue disponibilizar bens e serviços culturais para toda a população; e eu digo mais, nunca chega a 20% da população o acesso aos bens e serviços. O único bem cultural, o único serviço cultural que é universalizado no Brasil é a TV aberta. É o único que a gente pode dizer que está universalizada. Todos os outros bens culturais são de repercussão muito pequena.

Então, vamos ver aí. Só 14% – na verdade, não é nem 14, é 13 vírgula alguma coisa – dos brasileiros vão ao cinema em torno de uma vez por mês; 92% dos brasileiros nunca frequentaram museus; 93% nunca foram à exposição de arte; 78% dos brasileiros nunca assistiram a um espetáculo de dança; 92% dos municípios brasileiros não tem um cinema sequer, um teatro sequer. Então, eu não vou ler os outros, nem disponibilizar os outros, só um, que me é caro também, e acho que é importante que os senadores tenham contato com isso. Só 17% dos brasileiros compram livros. Ou seja, a gente percebe que a gente nunca consegue disponibilizar nem a 20% dos brasileiros os bens e serviços culturais. Nós, hoje, estamos conseguindo disponibilizar mais dinheiro do que na época da Embrafilme para produção cinematográfica e audiovisual brasileira, mas mais de 90% dos municípios brasileiros não tem um cinema sequer, o que faz com que apenas 13% dos brasileiros frequentem cinema. E os cinemas brasileiros estão dentro de *shopping center*, a bilheteria é cara, a pipoca é a mais cara do mundo, o que torna praticamente inviável para a grande maioria da população, não só para classe C, D, E, mas, também, para boa parte da classe média alta brasileira, a inviabilidade de ir ao cinema é enorme. Então, a gente precisa criar mecanismos... Nós estamos tentando criar vários, nós estamos financiando, agora, através do BNDES, a ampliação das salas de cinema no Brasil, nós estamos estimulando que essa Casa e a Câmara, através de emendas, possibilite a reabertura de cinemas municipais para ampliar redes de exibição. Nós estamos criando alguns mecanismos, junto com pontos de cultura, para possibilitar pontos de exibição de filmes dentro das comunidades. Então, o Vale-Cultura não é um esforço isolado; faz parte de uma política que nós estamos desenvolvendo no Governo Lula, que tem três referenciais principais. Estímulo e apoio à cultura como fato simbólico, desenvolvimento das linguagens, apoio aos produtores culturais, ampliação do acesso à cultura, tratar a cultura como um direito de todos os brasileiros, e fortalecer uma economia forte. Então, é nesse contexto de um conjunto de ações, ou um conjunto de políticas que entra o Vale-Cultura. O Vale-Cultura é muito parecido com o Vale Refeição; é um mecanismo de financiar o consumo cultural. Em vez de alimentar o estômago, o Vale-Cultura procura alimentar o espírito. Vai ser um cartão magnético, para facilitar o controle, e evitar que seja utilizado de maneira indevida. Esse cartão magnético, no valor nominal mensal de 50 reais, o trabalhador paga 5 reais, ou seja, 10% do valor nominal; até 1% do imposto devido, é descontado integralmente nesse imposto de renda devido na empresa, e, a partir daí, é um mecanismo de entrar no financiamento a partir da despesa operacional, que é um mecanismo que os senadores conhecem, que o empresário paga um percentual e o governo paga outro percentual. Através da viabilização desse mecanismo, nós vamos ter a incorporação entre 12 e 14 milhões de pessoas diretamente, porque o trabalhador pode disponibilizar para os filhos, total ou parcialmente, ou para a esposa, no caso da esposa, financiar e disponibilizar para o marido. Então, diretamente, nós vamos ter a incorporação de 12 milhões de pessoas no consumo cultural.

Segunda coisa: nós vamos ter a possibilidade do desenvolvimento da economia da cultura, porque, hoje, através... Quando esse mecanismo estiver funcionando, vão ser injetados cerca de 7 bilhões de reais na economia da cultura. Então, isso vai ser disponibilizado para consumo de livros, para se assistir filmes, espetáculos de teatro, de dança, compras de CD, outros efeitos colaterais positivos. Por exemplo, o CD legal vai ter proeminência sobre o CD ilegal porque, pelo fato de ser um cartão magnético, um controle por parte das empresas operadoras do mecanismo, e por parte das empresas beneficiadas, como local de exercício da escolha do trabalhador na hora de participar desse benefício, isso permite que a gente reduza a uma insignificância a possibilidade de uso como moeda ou coisas desse tipo por parte desse mecanismo. Então, um mecanismo que já vem usando uma tecnologia moderna, para permitir que o uso seja prioritariamente, fundamentalmente no objetivo principal. Nós procuramos abarcar o conjunto principal da cultura brasileira, procuramos que o governo se responsabiliza com a parte importante, mas o próprio trabalhador é responsável por 10% dos recursos, e o empresário que quer ver qualificado o seu ambiente de trabalho também tem uma responsabilidade na participação do mecanismo. É um mecanis-

mo consensual, praticamente não tem divergência na sociedade, as centrais sindicais apoiam, as principais federações da indústria apoiam também, os trabalhadores da área cultural, os artistas... Nós acreditamos que esse mecanismo poderá ser pensado como uma ação conjunta de toda sociedade brasileira, da base do governo, da oposição, para que a gente possa, de fato, ter um incremento na atividade cultural no Brasil sem significado.

Eu deixei por último, mas, hoje, quando o governo estimula, através de leis de incentivo, a produção cultural, gerou um subproduto negativo. É que a área cultural passou a depender pouco da bilheteria. A bilheteria, hoje, não tem significado econômico para a atividade cultural. Então, o principal é aprovar o projeto na Lei Rouanet, na lei do audiovisual, e, através disso, gerou um certo estranhamento entre o artista e o público. Por exemplo, na área de teatro, a estatística confirma que houve uma redução das temporadas para que possibilite a aprovação de outros projetos na Lei Rouanet, e, com isso, a gente reduz a importância do diálogo entre o artista e o seu público. Então, esse mecanismo vem resgatar isso. Esse mecanismo vai ter vários efeitos colaterais saudáveis na economia da cultura, sem falar que vai gerar emprego, a abertura de novos negócios culturais, livrarias, cinemas, próximos onde moram essas pessoas, esses trabalhadores. Por exemplo, já tem uma rede de supermercado que já vai inaugurar o primeiro cinema em áreas periféricas das grandes cidades brasileiras, exatamente para atrair esse público consumidor antes mesmo do mecanismo ter sido aprovado. Então, nós podemos ter nesse mecanismo, talvez, nasceu como um mecanismo complementar, mas talvez seja um grande incremento. A economia da cultura no Brasil, com todos esses efeitos colaterais, do acesso dos trabalhadores e boa parte da população brasileira aos benefícios da cultura e todo incremento e o incentivo à atividade cultural.

Então, nesse sentido é que eu proponho que os senadores pensem nisso como um mecanismo que pode ser tratado de forma consensual nessa Casa, e minha expectativa que o Senado, até o Natal, permita que os trabalhadores tenham acesso a esse benefício de forma ampla. Como um presente de Natal. Muito obrigado. Eu procurei sintetizar, não usei o PowerPoint, a não ser nisso aí, para que a gente possa, de fato, ganhar tempo e ter a possibilidade de trabalhar de maneira positiva.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, pelas prerrogativas, porque nós temos que obedecer a seguinte ordem de prerrogativa. A Senadora Ideli foi quem subscreveu primeiro pedido de Audiência Pública.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Uma breve comunicação, Sr. Presidente. Como tenho um compromisso no Itamaraty, com o Presidente da República Tcheca, vou pedir licença. Quero agradecer as explicações do Ministro Juca Ferreira, cumprimentá-lo e dizer que eu estou de acordo que se inicie essa experiência importante com o Vale-Cultura.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço, Senador Eduardo Suplicy, e concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti. Em seguida--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente, Sr. Presidente, Senhor, Sr. Presidente, pela ordem, com a anuência da Senadora Ideli. Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu peço uma explicação ao ministro de algo que me parece, no mínimo, inadequado, embora eu diga a V. Exa. que eu tenho do ministro a maior impressão pessoal e profissional; ele sabe disso. Há um diálogo muito fluido, muito fácil entre o gabinete dele e meu. Eu estou aqui, com o maior respeito, ouvindo o ministro – peço a vocês que me inscreva, após a senadora, e, no momento exato, fazer a minha consideração sobre o que eu ouvi –, mas eu estranho, tem aqui uma coisa estranha, tem aqui um *folder* muito bem feito, dizendo assim: "Voto é cultura". Até aí, tudo bem, voto a favor da cultura, dá para passar. Mas diz: "Apoie o parlamentar do seu estado que vota pela cultura". Tem uma lista de parlamentares de tudo quanto é partido, mas aí com a chancela do Ministério da Cultura, da Câmara dos Deputados, do Fórum Nacional de Cultura e do Ministério da Cultura. Ou seja, eu não vejo que seja... Eu quero chamar a atenção de uma maneira muito construtiva. Eu não acho que seja adequado nós ficarmos discutindo "vota ou não vota", porque, digamos que alguém encontre razões fortes para não ser favor de uma matéria dessa ou até de todas, exercitando um direito legítimo de pensar, de raciocinar e de decidir. Essa pessoa não seria credenciada ao voto da nação, haveria esse maniqueísmo, ou seja, ou se segue o que está ali, ou não se merece o voto do eleitor brasileiro? Eu tenho a impressão que isso aqui não é uma matéria que não é um dinheiro público bem gasto. Caberia até uma ação popular para se devolver aos cofres públicos esse dinheiro, porque envolve uma matéria eleitoral, e não é partidária, tanto que tem deputados de todos os

partidos aqui, mas quem não assinou aqui é maldito? Quem não assinou aqui não merece respeito? Seria a mesma coisa no Senado, o Senado também estaria... O Senado estaria [ininteligível], Senador Dornelles, a... Nós temos que votar essas matérias, que eu julgo muitas delas relevantes, quero discuti-las em profundidade, por isso, a presença, até aqui, estamos adiando uma reunião de bancada para ouvir o ministro. Eu queria aqui lavrar o meu protesto, e pedir ao ministro que opine, porque não me parece adequado se misturar eleição com *folder* de dinheiro público...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Ministro Juca Ferreira.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Senador, primeiro, eu gostaria de confirmar aqui, nós temos um diálogo construtivo e importante. Eu acompanho o trabalho do Senado, e, sempre que posso, procuro dar um *feedback* esclarecendo, e frequentemente ligo para facilitar a compreensão. Queria dizer, inclusive, que o primeiro senador que me propôs essa audiência pública foi o Senador Arthur Virgílio, numa dessas conversas que tivemos, e, na verdade, a intenção foi boa desse... Não passou por mim como ministro. Isso, na verdade, é fruto de uma pressão da área cultural, no sentido de que o conjunto das medidas que estão sendo propostas sejam aprovadas e tratadas com seriedade. Me parece que houve uma preocupação de não ser partidário, mas acho que ultrapassa o limite do... O ministério não poderia ter assinado esse... O que a instituição dos artistas e tal assina é correto, mas acho que o ministério não deveria ter assinado. Houve um excesso de solidariedade do Ministério com a área cultural. É a Frente Parlamentar da cultura que propôs, quer dizer, é uma estrutura mista de senadores e... Só deputados? Mas à frente, é mista, é isso?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas só estão deputados. Eu faço parte da Frente da Cultura e não está o meu nome aqui.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Então, na verdade, o Ministério não deveria ter assinado, porque eu procuro resguardar o Ministério para garantir a liberdade plena dos parlamentares de optarem, sem serem molestados com o seu voto.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sabe, ministro, se me permite, cria um clima de maniqueísmo que é impróprio para discutir cultura. Ao contrário, essa história de queimar livros, Fahrenheit 451, não é?

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Eu concordo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu considero que deveria se pedir providência para recolher esses *folders*, não é a coisa melhor, ninguém vai devotar ou deixar de votar nessas matérias em função disso.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Inclusive, é ato de improbidade, não é, ministro? Isso aqui é ato de improbidade.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Me parece que sim.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Gastar dinheiro público para fazer propaganda de determinados parlamentares é ato de improbidade, estoura nas costas de V. Exa.. Aliás, eu vou lhe dizer, com todas as letras, que vou remeter ao Ministério Público para pedir uma investigação. Ou V. Exa. fazia com todos, ou não fazia com ninguém. Como selecionou, fez propaganda...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Senador Demóstenes, me permite, não devia fazer com nenhum.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, eu vou apresentar.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Na minha opinião, não devia fazer com nenhum.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Nenhum, porque o maniqueísmo não cai bem com a democracia nem com a cultura, e, por outro lado, a propaganda com dinheiro público não deve ser feita, senão nós faríamos a nossa separata, dizendo: "Vote em mim, que eu sou o melhor homem do mundo", com o dinheiro do Senado, eu não faço isso, e sei que isso é um crime.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Isso, na verdade, deveria ter sido assinado só pela Frente Parlamentar de Apoio à Cultura, porque é uma iniciativa deles.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Mas ela não poderia recomendar voto nela própria com o dinheiro que não é dela, é dinheiro do povo, se os artistas tais, tais, tais fizessem... Quem bancou a impressão desse *folder*?

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Eu não sei, eu posso lhe informar depois.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Você poderia informar à Comissão?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Está aqui, olha, V. Exa. pode verificar aqui, Ministério da Cultura, Brasil, Governo Federal...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E a Câmara dos Deputados também não poderia ter assinado.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente, então, eu vou representar.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): De qualquer forma, tem que ser identificado e verificado o que aconteceu.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): A área da cultura é suprapartidária, não há aqui nenhum parlamentar que se posicione contra a cultura, contra a educação. São áreas que estão acima de qualquer perlenga partidária. Então, eu acho que foi um equívoco do ministério, e também da Câmara, como lembra o Senador Mercadante, de terem subscrito esse Folder, porque, se isso foi pago com recursos públicos, é como diz o Senador Demóstenes, há uma incorreção na utilização desses recursos.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Olha, isso aqui foi uma proposta da Frente Parlamentar--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Da Frente Parlamentar da Câmara dos Deputados, porque os senadores não participaram, e, evidentemente, se tivéssemos sido consultados, eu sou da Frente, eu sou da--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agora, a proposta foi da frente, e de quem foi o ônus? De quem foi o ônus?

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Eu preciso ver, eu não tenho condições de informar.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas essa proposta deveria ter sido analisada juridicamente, estava correta, até porque, ministro, eu sinto muito, acho que todos nós aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu gostaria só de fazer uma observação, porque isso aqui, inclusive, senador, foi lançado lá, na Câmara dos Deputados, e eu participei, porque o Paulo me avisou que ia ter, o Paulo disse: "Olha, vai ter isso lá". Foi lançado dentro da Câmara, eu acho que isso pode ter sido [ininteligível] pela própria Câmara dos Deputados isso aqui. A gente tem que dar o logotipo também. Tem que verificar isso aí, mas foi lá, dentro da Câmara, que foi o lançamento desse... E só com todos os deputados.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB–CE): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Tarso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB–CE): Presidente, com todo respeito pelo ministro, com o qual também tive um diálogo muito respeitoso, isso aqui precisa, Sr. Presidente, eu acho, precisa ser verificado quem bancou isso aqui. Essa é a questão fundamental, que nós não podemos ir para uma votação como essa diante de uma circunstância, além de ilegal, moralmente, absolutamente dentro do espírito de um parlamento democrata, e dentro de um espírito de um país que preza a cultura, portanto, há divergência de opiniões, nós não podemos ir para essa discussão, sem que isso seja esclarecido. Eu acho que essa... Me desculpe, ministro, mas eu acho que esse... Diante disso aqui, essa reunião, hoje, foi pelo chão. Eu mesmo pedi ao ministro que viesse aqui, porque algumas coisas eu não tinha entendido, mas esse tipo de pressão ilegal é absolutamente inaceitável, antiparlamentar, antidemocrático, ilegal, inclusive, e nem vem ao encontro do espírito daquele país que pertence a uma cultura multifacetada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao ministro.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: O senhor tem toda a razão, mas eu estou olhando aqui o nome dos parlamentares que estão aqui, são de todos os partidos. É um erro, mas, pelo menos, o erro do partidarismo não foi cometido. Eu estou vendo aqui Rodrigo Maia, estou vendo Rebecca Garcia...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Olha, tem que ser... Como é propaganda por antecipação de campanha, tem que ser todos multados, V. Exa. e os demais responsáveis, processados por improbidade, e todos esses aqui, inclusive, os do meu partido, multados, porque fizeram propaganda eleitoral com dinheiro público. Isso não pode acontecer, isso é um desrespeito, isso é ultraje.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu concordo com a... A manifestação foi feita, eu acho que é uma publicidade indevida, totalmente descabida, o ministro já reconheceu que é descabida, e eu proporia só que a gente pudesse aproveitar a oportunidade, do adiantado da hora, e retomar a agenda do Vale-Cultura. Acho que o registro está feito, as iniciativas serão tomadas, e o Ministério Público tomará as providências que forem procedentes. E eu sugeriria que nós retomássemos a ordem de arguição, porque eu gostaria de colocar as minhas questões sobre a questão da Vale-Cultura e [ininteligível]

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, apenas que siga a ordem de inscrição, que eu estou bem quietinha aqui, guardando.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Há uma preliminar aqui que foi colocada pelo Senador Tasso, no sentido de suspender essa reunião. Eu perguntaria aos senado-

res, com todo respeito ao ministro, se essa premissa, levantada pelo Senador Tasso, deve ser levada em consideração ou não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Presidente, para discutir, Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, Presidente, eu pedi por primeiro, Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, esta... Pode me ser garantida a palavra, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pode. Com a palavra, Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Esta Audiência Pública foi solicitada em quatro comissões, que é onde está tramitando o projeto que cria o Programa Cultura do Trabalhador. Esse é um projeto que está, inclusive, em regime de urgência constitucional. Portanto, eu não sei qual o dia, mas ele, a partir de um determinado momento, ele vai trancar a pauta. Portanto, nós fizemos o ministro esperar quase duas horas, porque invertemos a pauta, colocamos a sabatina do Banco Central antes da Audiência Pública. Agora, eu considero que é absolutamente indesejável, inconveniente, e eu diria até, assim, sem lógica, nós não apreciarmos o debate, os esclarecimentos, que, aliás, o ministro já apresentou. Estaríamos, agora, no momento de fazer os questionamentos sobre a questão do projeto, que está em regime de urgência, que terá que ser votado por essas comissões, senão, irá direto para o plenário. Por isso, Sr. Presidente, eu acho que as questões foram levantadas, não há da parte do ministro nenhuma obstrução no sentido de verificar se houve ou não houve dinheiro público envolvido na publicação. Agora, não fazermos a Audiência Pública, quando ela já está, inclusive, em andamento... Ela já está em andamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não é não fazer, seria suspender.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Tendo em vista a urgência constitucional, nós vamos continuar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir.

[falas sobrepostas]

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E aí eu gostaria que fosse garantida a minha palavra, porque, como autora, eu sou a primeira a fazer as questões.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu peço tranquilidade, porque, senão, quem vai suspender sou eu, por falta de disciplina.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu gosto do Presidente porque ele é determinado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Por falta de disciplina.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Questão de ordem, Presidente, questão de ordem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Aliás, sobre o clima, nós vamos deliberar depois.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Questão de ordem. É questão de ordem mesmo, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem. Questão de ordem. V. Exa. não tem o...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, eu fiz... Eu apresentei requerimento, a Senadora Rosalba também, essa audiência, Ministro Juca Ferreira, era para ser uma audiência com a presença de V. Exa., com a presença de outros convidados, para que nós pudéssemos realmente ter o contraditório aqui, para que os senadores que vão votar pudessem ter a explicação de V. Exa., da ANJ, da ANER, dos produtores culturais... Quer dizer, seria uma audiência bastante ampla, com o diretor presidente da [ininteligível], o diretor presidente da ANJ, o diretor da Associação Nacional de Editores de Revista, o presidente da Associação dos Produtores de Teatros, o presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados.

Lamentavelmente... Senador Garibaldi, V. Exa., ontem, conversava comigo, até meia-noite, sobre os requerimentos. Ministro Juca, lamentavelmente, não foi possível nós aprovarmos esse requerimento, esses requerimentos na semana passada. Porque foi aprova-

do da Senadora Ideli, convidando só V. Exa., e foram apresentado outros requerimentos, por mim, pela Senadora Rosalba, para que se incluísse esses outros convidados. Eu tentei, durante a quarta e a quinta-feira, conversar com o Senador Garibaldi, no sentido de que nós fizéssemos a aprovação antes de iniciar a audiência, de tal forma que os convidados pudessem participar. Lamentavelmente, não foi possível. Então, nós podemos até dar continuidade à audiência com V. Exa., mas nós vamos fazer uma segunda. Então, eu acredito, por economia processual, Senador Garibaldi Alves, que nós possamos marcar uma conjunta, que aí vai atender a todos os segmentos interessados na cultura.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (0:30:56): Pela ordem, Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quero antecipar... Ministro quero antecipar porque existe muito boato da base do governo, com relação à minha posição. Eu já disse que eu sou oposição ao governo, não ao Brasil, eu sou favor do Vale-Cultura, acho que é uma proposta importante. Agora, ela precisa ter correções. Esse regime de urgência que foi encaminhando é que não dá para entender que existem projetos outros que tramitam da mesma importância que esse... Por exemplo, tem um projeto do Senador César Borges que permite que o plano de saúde para as empregadas domésticas possam ser descontado do imposto de renda, como se fosse um beneficiário do...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então esse projeto está embasado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Faço um apelo para que V. Exa. conclua.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu já concluo. Então, a minha proposta é que aprovemos inicialmente os requerimentos que estão sobre a Mesa, convidando os outros, e aí V. Exa. tomará a decisão. Acho que devemos fazer o mais cedo possível uma audiência conjunta com todos os convidados. Agora, peço que, antes de se iniciar a audiência com o Ministro Juca Ferreira, se faça como deveria ter sido feito, a aprovação dos requerimentos que estão sobre a Mesa com os outros convidados.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço aos senadores a tolerância, compreensão. O ministro quer prestar um esclarecimento que me parece importante. Em seguida, nós vamos prosseguir com a reunião normalmente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, me permita, até porque eu tenho uma decisão tomada aqui. É bem rápido, ministro. Primeiro, última coisa que eu queria era ver o ministro exposto a esse constrangimento, mas o fato é que sequer existe essa urgência toda, porque há um requerimento na Mesa, pedindo apensamento dessa matéria a um projeto já pré-existente, o requerimento assinado pelos Senadores Antonio Carlos Júnior, Tarso Jereissati, Heráclito Fortes, Rosalba Ciarlini e César Borges.

Agora, por outro lado, nós vamos juntando as peças. Tenta-se criar no país um clima que não é um clima que me parece o mais democrático. Vamos lá. Alguém propõe investigar PETROBRAS é contra o Brasil. Alguém pretende discutir o marco regulatório que o governo propõe para o pré-sal é antipatriótico, está... Quer privatizar a PETROBRAS, quer entregar riquezas brasileiras para os estrangeiros, enfim... Vamos para uma coisa bem do momento. E V. Exa. sabe, ministro, que eu sou cinéfilo e sabe que eu vou ver o filme, até porque eu estava lendo uma revista, uma dessas revistas aí, Universo Masculino, se eu não me engano, e eu estava lendo e disseram lá: "Grandes atores que fizeram filmes ruins". Então eu já mandei ver, que esses filmes ruins... Porque eu quero ver grande ator fazendo filme ruim. Então, eu sou fanático por cinema. Lógico que eu vou ver, então, O Filho do Brasil, o filme do... Não me parece, por outro lado, que tenha sido a medida mais correta, porque, durante o governo do Presidente... Marechal Dutra dizia: "Não se compra, nem se vende nada, quando se está no governo". Por quê? Porque querem vender barato para quem está no poder, ou se quer comprar caro de quem está vendendo, se esse alguém que está vendendo está no poder. Isso é uma lição de homem simples, até diziam que simplório intelectualmente que era o Marechal Dutra, mas um homem de bem, que se criou e morreu naquela casinha dele, da Rua Redentor, ali, em Ipanema. O fato é que não era a hora... Não lembro de fazer um filme sobre Ulysses Guimarães, não ocorreu ao meu amigo Barretão fazer o filme Mario Covas, um filme sobre o Freitas Nobre, que foi meu líder aqui, na Câmara, um homem esquecido, uma das figuras mais esquecidas, quando se pensa no esforço brasileiro para a redemocratização. E, no entanto, está aí um filme, que não deixa de ser, a meu ver, um exercício de bajulação, não deixa de ser. O Presidente Lula merece um filme? Merece, ele merece o filme. Agora, deixa passar o período e se faz o que o Sílvio Tendler fez com o João Goulart, para repor a verdade histórica, o que fez o Sílvio Tendler, usando o JK, para repor a verdade histórica. Mas não tinha cabimento, em pleno

1957, alguém fazer um filme que seja um filme, enfim, de incenso(F) ao Presidente.

Eu chamo os meus colegas da Base do Governo, não para cada um ter os seus argumentos em contradita, até porque nós não estamos muito à vontade para participar desta sessão, não me... Faça o argumento que quiserem fazer, sempre aquela coisa da defesa quase que profissional. Eu estou dizendo que eu não vejo, juntando essas três coisas, que seja esse o melhor caminho. Já parece natural se fazer propaganda política com dinheiro público, ou seja, ou... E mais autoritarismo. Ou vota o projeto tal, tal, tal, ou não merece o voto do povo. Ou não investiga a PETROBRAS, ou, se investiga, não merece o voto do povo. Ou aceita o marco regulatório e a pressa que o governo quer para resolver essa história do pré-sal, ainda que, depois, não atraia investimento nenhum, ou não merece o voto do povo. Ou fica calado em relação a uma manifestação de irregularidades, que é um monte de empreiteiras, um monte de empresas que vivem às custas do governo, financiando, sem se quer, no amparo da Lei Rouanet, financiando um filme que é de incenso a quem está no poder, isso me lembra mais um projeto de sovietização do que propriamente um regime democrático.

Então, eu não posso, sinceramente, entender como isolado este caso, não posso entender como isolado esse caso, e chamo atenção de companheiros meus, colegas nossos, que lutaram tanto por liberdade nesse país, porque tudo que a gente não precisa é de culta personalidade. A gente não precisa disso. A discussão foi levada para o chão, o ministro veio aqui, recebido, esperou duas horas, isso é verdade, recebido com carinho por tantos de nós, a começar por mim mesmo. Agora, nos deparamos com algo que, se fosse isolado, bastaria essa providência sugerida pelo Senador Demóstenes Torres, mas não é uma coisa isolada, a gente está juntando a tudo mais. Daqui a pouco nos resta entrarmos para algum partido da Base do Governo, ou não merecemos nós o voto do povo. Eu não consigo aceitar isso. Sinceramente, não passa pela minha isso, é uma coisa que eu não aceito, eu não aceito manifestação de autoritarismo de ninguém, não aceito ditadura, nem que o ditador seja eu, não aceito isso, e por isso é que eu entendo que nós temos que olhar o geral, temos que olhar o conjunto. O conjunto da obra aponta para um viés autoritário, aponta, aponta, aponta. Certas simpatias--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Arthur Virgílio, eu faria um apelo a V. Exa. Para concluir.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não, eu concluo, concluo, dizendo que entendo que o mais justo era suspender a sessão, se descobrir quem pagou esse folder, e que isso mereça a reflexão de todos nós. Pedindo mil desculpas ao ministro, por quem tenho profundo carinho pessoal.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O ministro quer prestar um esclarecimento aqui.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Eu não conhecia o folder, fiz uma consulta enquanto os senadores falavam, não tem um tostão do Ministério, foi-me anunciado pela assessoria de comunicação, que é quem trabalha com isso.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Ótimo. Deve ter da Câmara, então.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Esse folder foi feito a partir da Frente Parlamentar para o Dia Nacional da Cultura, que foi comemorado na Câmara, não é partidário, porque aqui tem de todos os partidos que participam. Não estou justificando, concordo de que não é bom que se crie material desse tipo, que pressiona aos parlamentares que não votarem por uma determina proposta, constrangendo-os. Então, é o seguinte: quero ressalvar que foi um erro estar a marca do Ministério, mas não foi financiado pelo Ministério, não me parece partidário, que aqui tem de todos os partidos; portanto eu peço a compreensão do senador, que está a salvo a nossa sessão, que não está sob a égide de uma pressão patrocinada pelo Ministério. Portanto, nós poderíamos manter o clima inicial.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Por isso, Presidente, eu peço a minha inscrição, eu sou primeira da lista.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só para esclarecer. Engraçado que, aqui dentro, só tem propaganda do Ministério da Cultura.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Não, não tem propaganda do Ministério da Cultura.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Tem propaganda do Ministério da Cultura. Veja V. Exa.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Não, não tem.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Tem, sim. Nova Lei Rouanet. Saiba quais são os projetos que vão mudar a política cultural do Brasil, e aí só tem propaganda do Ministério da Cultura.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela ordem, Presidente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Isso quer dizer--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela ordem, Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Tem várias emendas constitucionais, projetos de lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O ministro se dispõe a esclarecer, vamos ouvir a palavra do ministro.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Em qualquer fórum do mundo, as pessoas são inocentes, até que seja provado o contrário. Espero que o senador não esteja desconfiando da informação que foi dada aqui, que eu pedi para confirmar. A origem desse material foi da Frente Parlamentar, inclusive o Presidente do seu partido está com o nome aqui, que é um dos líderes da oposição.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas, olha, veja só, eu não conheço Frente Parlamentar bancando, fazendo alguma coisa.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Eu sei, eu tabém não sei.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Frente parlamentar pagando para fazer?

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: É isso, tem que ver.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sem desconfiar de V. Exa., mas, como os indícios são muito graves, então nós não podemos desconhecer--

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Não, não tem indício nenhum.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Há indício, sim, isso aqui é um documento--

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Eu jamais faria propaganda partidária, muito menos--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Isso é um documento assinado pelo ministério de V. Exa... Esse é um documento assinado pelo ministério de V. Exa.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, nós vamos dar continuidade, ou não, à sessão?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos ter calma. Calma, calma.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): [ininteligível] como primeira inscrita.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O ministro está convidado, está na Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senão, eu vou suspender a reunião.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Acho que até devo, nesse momento.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pela ordem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, não está em discussão esse prospecto, sinceramente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): A pauta desta reunião é o projeto--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não é isso que está em discussão.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Inácio Arruda, não está em discussão, mas ele chegou aqui. Eu considero isso inclusive uma agressão a todos nós, que defendemos a cultura, que lutamos pela cultura, que estamos aqui, desde que eu cheguei, e o senhor é testemunha que eu sou defensora intransigente de qualquer projeto para a cultura. A lei da cultura, incentivo, toda forma. Senadora Ideli é testemunha...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senadora Rosalba, é normal as frentes parlamentares produzirem material dessa natureza. É normal.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu pedi pela ordem--

[falas sobrepostas]

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu pedi pela ordem várias vezes e não fui atendido. Se é só oposição que fala aqui, eu vou falar alto.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, manda para o seu estado, para que as pessoas vejam que o senhor não está aqui [ininteligível] essa relação--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu vou suspender a...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, Presidente, eu quero falar antes.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O senhor vai me desculpar, mas esta sessão está...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela ordem, Presidente, eu quero falar antes. Um minutinho, por favor.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senão a oposição grita e suspende a sessão, Presidente. Está na pauta o projeto.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu quero falar, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não há o direito para...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Por que não há? Quem não quer participar do debate, saia, Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. vai aprovar os requerimentos ou não?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, eu vou suspender a reunião.

[falas sobrepostas]

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, se o senhor suspender a reunião, o senhor está acatando o que a oposição fez.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, só espero que não diga que nós saímos da sessão, então, também, não merecemos o voto [ininteligível] porque saímos da sessão. Tomara que não digam isso, inimigos da cultura, enfim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Nem que seja por alguns minutos, que não há clima.

[falas sobrepostas]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, aprova os requerimentos, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vou suspender a reunião, depois podemos retomar daqui a cinco minutos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, se o senhor suspender, o senhor estará se curvando ao que a oposição terminou de fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não há clima para se fazer uma reunião assim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, quem criou o clima, pelo visto, já está se retirando, então nós vamos continuar, as pessoas que têm interesse.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu gostaria...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não estou me referindo a ninguém.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu queria só dizer o seguinte: em relação ao folder, eu acho que cabia a manifestação, a crítica que foi feita, e o próprio ministro corroborou imediatamente, achando que era improcedente, e esclareceu que não há recursos públicos, mas, no fundo, o que está em jogo é uma outra questão, não é essa; o que está em jogo é o que a oposição mencionou aqui, mencionou o filme que trata da biografia do Presidente Lula. Vários livros foram publicados sobre o Presidente Lula, alguns, inclusive, criticando sua história, sua biografia, suas manifestações, e nem por isso a oposição ficou incomodada. É um direito da oposição fazer, por exemplo, a biografia do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Podiam fazer um filme.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu não sei por que nenhum cineasta fez, mas é um direito legítimo. Na democracia, isso faz parte do debate democrático, é um direito que o cineasta ache que a biografia do Presidente Lula merece ser obra do filme, e ele deve fazer ao tempo que ele quer fazer. Não compete ao governo censurar, restringir. A liberdade de expressão se manifesta também na cultura. Agora, o que verdadeiramente incomodada a oposição hoje? É que o Presidente Lula tem 80% de apoio, tem 6% de ruim e péssimo, provavelmente alguns estão aqui e outros nós sabemos onde estão. Mas tem 80% de apoio popular, e o governo tem 78%, 76% de apoio popular. E quando pergunta: você, comparando o Governo PSDB, DEM, Fernando Henrique Cardoso, com o Governo Lula, dois terços da população acham o Governo Lula melhor que o governo anterior. Essa é a questão que está incomodando. E é evidente que o Vale-Cultura, a oposição está obstruindo, está obstruindo não é só essa sessão, está fazendo requerimento para mais Audiência Pública, para criar constrangimento, nós sabemos como é que se protela a matéria no Senado.

E por que estão fazendo isso? Estão fazendo isso porque isso aqui é mais uma política de inclusão social. Lamento que estejam fazendo isso, mas não fizeram diferente com o Bolsa-Família, não fizeram diferente com o ProUni, não fizeram diferente com o salário mínimo. Tudo aqui foi uma luta muito dura para aprovar, não vamos ter ilusão, ainda mais no período pré-eleitoral. Agora, eu acho um grave erro da oposição o comportamento que eles estão tendo numa matéria como essa. Quando a gente tem informação que só 17% do povo brasileiro compra um livro, quando a gente vê na tela que 93% da população não vai ao cinema, que 92% da população nunca entrou num museu, eu pergunto se é esse o Brasil que a gente quer. Esse não é o Brasil que o Presidente Lula quer, esse não é o Brasil que o Ministro Juca Ferreira quer, esse não é o Brasil que a base de sustentação do governo quer. Por isso nós queremos discutir no mérito essa proposta, aprovar um instrumento que vai distribuir cultura, que vai democratizar cultura, que vai permitir que amplos setores da sociedade possam ter acesso à cultura. Por isso, nós estamos aqui, muito interessados em esclarecer qualquer questão sobre esse projeto, para que a gente tenha condições de votar

o mais rapidamente possível. Não tem sentido adiar um instrumento como esse, que tem o impacto que tem essa política de inclusão cultural. Nós queremos o Vale-Cultura, vamos lutar por ele, achamos que é uma grande solução, criativa, engenhosa, a exemplo do ProUni, a exemplo do Bolsa-Família, a exemplo de outras políticas de inclusão social.

Então, eu queria... Se alguém tiver ainda alguma questão esclarecimento, que faça. O ministro apresentou a proposta, mostrou como é que tecnicamente é consistente, é socialmente justa e tem um grande apelo popular.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Por isso, Sr. Presidente, eu queria que fosse me dada a palavra como autora do requerimento e primeira inscrita. Eu quero fazer as minhas indagações ao Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): A minha opinião é que dê a palavra à Ideli.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço, Sr. Presidente. Bom, em primeiro lugar, quando apresentei o requerimento, nas quatro comissões nas quais o projeto está tramitando, apresentei com a convicção de que inúmeros parlamentares gostariam de ter esclarecimentos de por que está sendo instalada, proposta, uma alteração sob a ótica do incentivo fiscal, porque é isto que eu tenho convencimento de que é o projeto que institui o Programa de Cultura do Trabalhador. É uma proposta que tem como base o incentivo fiscal, da mesma forma que a Lei Rouanet incentiva, ou seja, abre mão, faz renúncia fiscal para custear, para incentivar a produção artística. O Programa Cultura do Trabalhador faz a mesma questão, sob a mesma lógica, só que aí na outra ponta, na ponta do consumo da cultura. E, portanto, este projeto, ele tem que ser visto sob a ótica do incentivo fiscal, ele é uma renúncia fiscal, e, como renúncia fiscal, ele tem as suas limitações. Ele não é uma política pública de inclusão social, como é, por exemplo, o Bolsa-Família, que tem um critério de renda, de classificação para inscrição das famílias, e que o dinheiro sai diretamente do orçamento geral da União.

O que eu queria perguntar ao ministro é, em primeiro lugar – porque V. Exa. não explicitou, mas eu tenho, porque eu utilizei isto no meu relatório -, qual é o impacto econômico. Porque, assim, incentivo fiscal, ele tem lógica de ser dado quando ele complementa uma política pública, ele incentiva um benefício público, mas ele também se faz necessário pela sua repercussão econômica. Então, eu gostaria de saber qual é a realidade econômica da área cultural no Brasil, em termos de produção de riqueza, de emprego. E se é possível, com este programa, ter uma medida do que isto vai impactar em termos de geração de emprego e de geração de renda.

Uma outra questão, ministro, que eu considero de fundamental importância é de que houve polêmica, quando eu apresentei o meu relatório da questão do esporte. Foi questionado se jogos de futebol, de espetáculos esportivos, se seriam incluídos ou não. Na realidade, eu apresentei como resposta, quando fui arguida aqui, na apresentação do relatório, de que o esporte já tem, inclusive, política de incentivo ao patrocínio de equipes, que foi equivalente a Lei Rouanet, que foi criada para o esporte. E me parece, também, que, se nós fizemos uma estatística, eu acredito que, pelo menos em estádios de futebol, os números são muitas vezes superiores a cinema, teatro, espetáculo de dança. Então, eu gostaria que V. Exa. também pudesse abordar essa questão esportiva.

E, por último, foi questionado a inclusão de publicações. A questão de jornais, revistas e... Eu imagino que isto deva ter sido, também, objeto na elaboração do projeto, de por que isso acabou não sendo incluído, e qual é o impacto ou os problemas para incluir a questão das publicações no projeto. Então, seriam estas, Sr. Presidente, as indagações que eu gostaria de fazer ao Ministro Juca Ferreira.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Antes de colocar em votação [soa a campainha]. Antes de conceder, desculpe, a palavra ao Ministro Juca Ferreira, eu quero colocar em votação os requerimentos que solicitam uma nova Audiência Pública. O primeiro, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que convida o Ministro da Cultura novamente, o diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema, e a diretora-Presidente da Associação Nacional dos Jornais, e o Presidente do Conselho Diretor da Associação Nacional dos Editores de Revistas, e o Presidente da Associação Nacional dos Produtores Teatrais Independentes e o Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados. Em votação o requerimento, perante--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sr. Presidente, é que há uma redundância, e tenho certeza que o Senador Flexa há de concordar. O ministro está aqui, o ministro esperou uma hora e meia na nossa sala.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas o ministro pode até mandar um representante.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Se for com esse adendo de que pode até mandar um re-

presentante, se houver concordância... Porque a convocação é do ministro, o convite é para o ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas ele...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Se há essa concordância...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Senador Flexa concorda.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Posso defender, posso defender?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Senador Flexa Ribeiro concorda, não concorda, senador?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Concordo.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Então, pronto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu combinei com a Senadora Ideli--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Então, está... Vamos votar, que o ministro, ele está aqui.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Inácio Arruda, eu combinei com a Senadora Ideli, para que nós pudéssemos acelerar a tramitação do projeto, que nós fizéssemos hoje esta audiência conjunta, e ela concordou com isso. Eu fiz a apresentação dos requerimentos na CCJ, a Senadora Rosalba, na CAS, lamentavelmente não houve possibilidade... Senador Garibaldi Alves estava nos representando--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): De materializar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --na ONU e não pôde estar aqui, na semana passada.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Muito bem representados.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Daí por que o ministro está sendo convidado tanto no meu requerimento quanto no da Senadora Ideli, que era o único. Se ele puder vir, para nós, vai ser uma satisfação muito grande tê-lo novamente aqui; se não, vem o secretário-geral, vem alguém do ministério. Eu espero que ele venha. Agora, é importante que, junto com o ministro, venha os outros setores, que vão ser beneficiados com o Vale-Cultura.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação o requerimento que, vale adiantar, é perante a Comissão de Assuntos Sociais.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Já foi.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Já foi votado esse do Flexa?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aí dentro(F).

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Do Senador Flexa?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): As duas comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, em votação. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. O outro requerimento é de autoria da Senadora Rosalba e convida de novo o Ministro da Cultura, o diretor-Presidente da Agência Nacional de Cinema, da Associação Nacional dos Jornais, do Conselho Diretor da Associação Nacional dos Editores de Revistas, do Presidente da Associação Nacional dos Produtores Teatrais independentes, e ainda o Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados. Em votação o requerimento. As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Estão aprovados os requerimento.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu só pediria que V. Exa. fizesse com urgência essa audiência, para que não seja o motivo para protelar uma matéria que assegura a inclusão social de uma ampla parcela do povo brasileiro nos bens culturais, que, até hoje, não aconteceu no nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos fazer o mais rápido possível.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Inclusive eu gostaria aqui de informar que poderíamos fazer na terça-feira, às 11 horas.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra a... Eu consulto os senadores se querem, se preferem aquela rotina, aquele procedimento de se ouvirem três senadores ou se ouviríamos logo a resposta do ministro.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Três senadores, Sr. Presidente. Mas eu queria, pela ordem, antes de o senhor passar a palavra ao próximo senador.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, eu subscrevi o requerimento para essa Audiência Pública, e ainda não tive a oportunidade de falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas V. Exa. está aqui, dentro da ordem.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A Senadora Ideli já falou, agora eu gostaria também de colocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só um segundo, Sr. Presidente. Eu gostaria só de combinar, tentar combinar uma coisa com o senhor. Eu tenho compromisso 2 horas, eu preciso ir. Mas eu gostaria muito que a gente pudesse sair daqui com uma decisão com relação à votação da matéria da Política Nacional de Mudanças Climáticas, do Fundo Nacional de Mudanças Climáticas. Queria pedir a V. Exa. que convocasse uma reunião para amanhã, às 9 horas manhã, para que nós, rapidamente, votássemos essa matéria, porque nós vamos ficar sem ambiente para votarmos essas matéria aqui, hoje. Matéria importante para ser apreciada. Eu queria pedir a V. Exa.... Eu e o Senador Inácio Arruda estamos pedindo, como relatores, que o senhor convoque uma reunião extraordinária amanhã, às 9 horas da manhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu concordo e, desde logo, convoco. Chamo apenas a atenção de V. Exa. para articularem um *quorum*, para termos o *quorum* desejado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não, não, precisa do *quorum* para abrir.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Para abrir.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não é terminativo nessa comissão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sim, eu sei, mas precisa do *quorum* para abrir.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então fica convocado uma reunião extraordinária desta comissão para amanhã, às 9 horas, tendo como pauta os dois projetos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Que dizem respeito...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Às mudanças climáticas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Às mudanças climáticas. São eles o 284 e o 283.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ok. Obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Ministro Juca Ferreira. Tem meu apoio.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra a Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, Sr. Ministro, eu vou ser, de certa forma, muito objetiva. Na realidade, o projeto, ele tem, no seu mérito, todo o nosso aplauso, porque nós entendemos, e ninguém mais do que eu, que conheci de perto, na base, porque eu sei... Aqui não estou desmerecendo ninguém, mas quem já trabalhou na base com a cultura, quem já esteve promovendo a cultura, como eu já fiz, tendo a responsabilidade de, como gestora, promover toda forma de movimento cultural numa cidade e de ter marcado pelo que nós fizemos, eu sei o quanto é importante esse Vale-Cultura, que vai democratizar, que vai dar acesso aos mais pobres, aos mais carentes, que vai chegar ao trabalhador que... Realmente, é essa média, 7%, nunca foi ao teatro, nunca viu exposição de cultura, acho que até que eles não gostam. Não gostam porque não conhecem, não gostam porque nunca tiveram oportunidade de ver. Coloca uma orquestra sinfônica tocando uma música clássica numa praça, para ver se todos aqueles não param, quando se acha que só se gosta do forró, dos ritmos mais quentes, mas coloca, para ver se não toca na alma e todos param. Então, é isso que nós precisamos realmente: é promover a cultura, criar mecanismo.

Agora, o projeto em si, ele tem algo que, também, por que não aproveitá-lo e estender, para que possam também ter acessos periódicos, para que tenham acesso à revistas, para que tenha acesso de uma maneira geral, para que possam também utilizá-los para informação. E outro detalhe que eu gostaria que o senhor colocasse: por que os aposentados, não foi dado a eles o mesmo direito da questão no Vale-Cultura, igual ao trabalhador? Porque, na realidade, eu acho que eles já estão tão penalizados de não terem o direito de também ter o mesmo valor, de 50 reais, para que eles possam desfrutar de tanta coisa boa que tem a cultura do Brasil.

Então, era isso que eu queria colocar, e dizer que o projeto é bom, estou defendendo, como todas as formas de cultura. Na nossa comissão, eu queria, inclusive, dizer que fui defensora intransigente das salas de cinema; na educação, venho defendendo a cultura na escola, porque sei que esse é o caminho de transformação e de gerar emprego e renda. Atrás de um espetáculo, atrás das cortinas, nós temos milhares de trabalhadores. E você promove... Inclusive, no nosso país, nós precisamos ter, cada vez mais, a

cultura sendo desenvolvida, e, na nossa região Nordeste, pelo grande potencial que temos de vocações naturais, nós temos que desenvolvê-la cada vez mais, porque passa a ser também uma âncora de sustentabilidade do nosso turismo, e aí eu falo de uma maneira muito especial para o nosso Rio Grande do Norte. Então fica aqui, desde já, a certeza de que contará com... Eu, que sou relatora na Comissão de Assuntos Sociais, com relatório... Agora, existem algumas emendas que estamos colocando exatamente em função de áreas que nós achamos que também deveriam ser beneficiadas, e foram emendas apresentadas pelos senadores, dos quais muitas nós não acatamos, mas duas foram acatadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pergunto ao Senador Augusto Botelho se tem alguma indagação.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Rapidinho, senador. Bom, Sr. Ministro, em relação ao Vale-Cultura, que numera seis áreas, dentre as quais as literaturas e humanidades, eu gostaria só de confirmar com V. Exa. se os livros estão incluídos no Vale-Cultura.

A outra é em relação a críticas feitas em relação que ele foca muito no cinema. Nós sabemos que o Ministério da Cultura tem, agora, um programa para ampliar as salas de cinema nos municípios. Então, isso vai ajudar com relação a isso. Mas o caso é que um dos pontos culturais de disseminação da cultura do Brasil todo são as bancas de revistas, onde as pessoas adquirem DVDs, CDs e livros. O Ministério da Cultura vai levar em consideração as bancas de revistas, como polo disseminador de informação e de cultura? Essa é a pergunta que tem que ser feita, que eu faço.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Ministro Juca Ferreira, que vai responder às indagações da relatora, Senadora Ideli Salvatti, da Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senadora Rosalba Ciarlini, e o Senador Augusto Botelho, e do Senador Augusto Botelho.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Vou procurar responder de forma sintética a todos os questionamentos e perguntas que foram feitas, e gostaria de testemunhar, também, que a Senadora Rosalba tem nos apoiado aqui, sempre que possível, então confirmando o que ela disse, na introdução de sua fala... Eu vou começar pelo folder, para ficar bem claro. Primeiro, o seguinte: aqui tem todos os partidos políticos, são... Eu não sei o número exato, mas é um número muito grande de deputados e senadores que fazem parte dessa frente, Frente Parlamentar de Apoio à Cultura.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ministro, não tem senadores.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Não, não tem senadores, mas a frente participa.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então nós nos sentimos agredidos porque nós votamos a favor da cultura, e, na hora que isso for distribuído – que já foi – isso leva a uma mensagem negativa quanto ao Senado, dizendo que nós não somos a favor do Senado, que aqui está muito explícito: "Vote, meu amigo, nesse parlamentar que realmente apoia a cultura".

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Não, não diz isso, não.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas eu entendo assim, e o senhor me desculpe, me perdoe, eu colocar assim, ter...

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Perfeito. Eu vou tentar desenvolver meu raciocínio. Primeiro, o Ministério da Cultura não é responsável por esse folder, não financiou o folder. Portanto, eu acho que não se justificava a reação que teve à minha presença, a partir dessa informação. Eu acho que o mérito do projeto que está sendo discutido aqui, hoje, é tão relevante que eu acho que a gente deveria ter tido um pouco de tranquilidade para enfrentar, mas, mesmo assim, eu quero falar do folder.

Esse folder tem origem na Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura, portanto fazem parte senadores, mas fez parte de uma comemoração dos deputados, que eles fizeram uma sessão especial, uma sessão solene, no Dia Nacional da Cultura. E esse folder foi feito para isso, aqui tem todos os parlamentares que fazem parte da frente, desculpe, todos os deputados que fazem parte da frente. Eu comecei a contar aqui os de oposição, são mais ou menos a metade, o que mostra que a intenção deles não foi partidarismo. E o que eles estão dizendo aqui, apesar de eu não ser responsável, mas só para que a gente precise exatamente a natureza das coisas: "Os nossos parlamentares estão analisando vários projetos que podem mudar a política cultural do Brasil. Para que esses projetos representem a visão de toda a sociedade, é importante que você também participe, acompanhe a discussão, fale com o seu parlamentar e envie sugestões. Sua participação é muito importante para colocar a cultura no centro da agenda do país". Esse é o objetivo e apresento aqui os projetos que estão sendo discutidos na área cultural, dentro do Parlamento. Não é verdade – e isso eu queria esclarecer ao parlamentar – de que todas são de iniciativas do Ministério da Cultura. Eu estive olhando aqui, vários são demandas da sociedade, ou demandas da área cultural, e alguns, inclusive, desses

projetos, enumerados aqui, são de autoria dos próprios parlamentares, como é o caso, por exemplo, da cultura como direito social, o Plano Nacional de Cultura, o projeto do Ministério foi apensado a um projeto de um parlamentar... Então, nem é iniciativa do Ministério, nem de forma mascarada que estaria apoiando uma iniciativa aqui. Então, sintetizando, para a gente fechar essa coisa. A apresentação disso aqui como autoria do Ministério não se coloca, não justificaria nós termos adiado a discussão que precisa ser feita sobre o Vale-Cultura, nem aqui é uma propaganda eleitoral, já que tem parlamentares de todos os partidos políticos, e quase metade é da oposição. Então, a Frente Parlamentar, quando elaborou isso, na verdade, estava querendo fortalecer a agenda cultural dentro do Parlamento. Acho que foi impróprio o Ministério da Cultura ter assinado, mesmo reconhecendo a justeza de chamar atenção para a pauta da cultura, aqui dentro, mas nós temos sempre que nos resguardar, respeitando, que o Parlamento é outro poder, e, portanto, nós temos que ter todo o respeito com os processos parlamentares, independente da concordância ou não. É por isso que eu acho que seria importante que o Ministério não tivesse assinado, mesmo com toda a concordância. Mas chamar isso aqui de um documento eleitoral é um pouco forte, na medida em que o único assunto aqui é fortalecer a pauta cultural.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Aliás, me permite, ministro?

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Pois não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O material fala da pauta dos projetos que estão tramitando e ainda... Tem um texto, que eu acho até que valeria a pena fazer a leitura, porque, em nenhum momento, pede para votar nos que estão apoiando, como foi insinuado aqui, que seria uma campanha eleitoral para os nomes dos parlamentares que estão ali atrás. Pelo contrário--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora, a senhora é professora e sei que é uma mulher muito inteligente--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senadora Rosalba, faz a leitura do texto.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com certeza, quando você lê aqui: "Vote a cultura, apoie o parlamentar do seu estado que vota pela cultura". Só isso que eu estou dizendo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Faz a leitura do texto, manda inclusive acompanhar a tramitação das matérias, o que é absolutamente salutar, não é, que a sociedade acompanhe o que nós estamos fazendo aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A palavra volta para o ministro.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Então, quero dizer que sinto que esse documento não tenha a gravidade com que foi apresentado, não tem relação com o Ministério, é de dentro do Parlamento, e, portanto, o Parlamento tem que separar as coisas, porque eu esperei uma hora e meia aqui para começar e não estou alegando isso, mas, de qualquer jeito, é uma demonstração de respeito que esse ministro tem pelo Parlamento.

Vou responder às perguntas diretamente ligadas ao tema Vale-Cultura. O Vale-Cultura terá uma repercussão econômica de incentivar a economia da cultura, incluindo entre 12 e 14 milhões de trabalhadores como consumidores culturais, vai redundar num incremento de 7 bilhões de reais, quando estiver, daqui a dois, três anos, plenamente utilizado, 7 bilhões de reais sendo utilizado na economia, drenado para a economia da cultura. Isso vai estimular uma série de empreendimentos culturais, que vão buscar essas pessoas da classe C e D para se tornarem consumidores dos seus produtos; portanto, muitas livrarias serão abertas nas periferias, muitos cinemas, e isso vai gerar uma economia altamente saudável, que é uma economia para muitos, ao contrário da economia da cultura hoje, que é, pelo preço de cada entrada, pelo preço do livro, que é um dos mais caros do mundo, nós temos uma economia para poucos. O Brasil, um país de quase 200 milhões de habitantes, uma tiragem de um livro não chega – uma tiragem normal -, não chega a 5 mil livros. Isso é um escândalo, e, portanto, a preocupação de incluir brasileiros no consumo cultural é importantíssimo, porque o Brasil não será capaz de enfrentar os desafios do século 21, se não fizer esse esforço de incluir milhões de brasileiros na cultura. Então, o projeto tem esse sentido.

Então, são de 12 a 14 milhões de beneficiários diretos, fora o que eles poderão disponibilizar para filhos, esposa ou maridos. E esses 50 reais é pouco. O Presidente Lula, inclusive, quando eu estive audiência com ele, para apresentar o projeto, que saiu de uma longa negociação, de mais de três anos, com a área econômica do governo, nós tivemos, o Ministério da Cultura, que provar os números de que esse incentivo vai ter um retorno econômico, cultural e social importantíssimo, vai gerar negócios, vai fazer a economia circular, vai gerar emprego, e tudo isso foi computado como subprodutos de um processo que visa incluir milhões de brasileiros, mas terá consequências positivas, vai dar primazia ao CD legal, em detrimento do CD pirata, que também é um impacto econômico

importante. Nós não podemos acreditar que nós vamos diminuir a importância no consumo cultural do CD pirata apenas botando polícia correndo atrás de vendedor de CD pirata; nós temos que criar alternativas que possibilitem, e o fato do Vale-Cultura funcionar a partir de um cartão magnético, com controle, onde a empresa que está vendendo o produto é registrada e é responsável pelo registro daquela compra, e a empresa operadora é corresponsável no ato de legalização, isso vai permitir um controle social enorme sobre a economia da cultura, sobre cada ato singular dentro desse processo do Vale da Cultura. Portanto, é preciso compreender esse conjunto. Não é um ato isolado de beneficiar milhões de brasileiros, incluindo na cultura. Ao beneficiá-lo, a gente injeta 7 bilhões de reais nessa economia, dinamiza uma economia saudável, porque só pode ser feito dentro do trâmite legal, e possibilita geração de empregos, democratização desses acessos, abertura de negócio nas periferias das grandes cidades brasileiras, inclusão dessa classe C como consumidor cultural... Então, é um fenômeno global.

Segundo as estatísticas do Ministério da Fazenda, da Receita, mais ou menos 3, 7 bilhões é da responsabilidade do governo, o resto é esses 10% que o trabalhador paga e a contribuição da empresa que vai disponibilizar pelo trabalhador; somando tudo, dá 7 bilhões. Então, esse é o investimento, é o tamanho do investimento, quando o Vale-Cultura estiver plenamente funcionando dentro de um padrão de universalização para todo o público. É impossível incluir esporte. Esporte tem que ser outro mecanismo. Se você inclui esporte dentro dos mecanismos de incentivo da cultura, acaba a cultura e você fortalece o esporte. Então, o esporte é uma atividade importante, o Brasil precisa ganhar um patamar muito maior de participação, de possibilidade de acesso à prática esportiva de milhões de brasileiros, mas são mecanismos que não podem funcionar dentro das mesmas calhas e dos mesmos benefícios, porque, senão, você esvazia um e beneficia outro.

Segundo, o livro, evidentemente, está dentro do consumo cultural. O que nós não incluímos – e por um motivo simples – são as revistas semanais, que já têm muitos benefícios de impostos por parte do governo, e elas só são secundariamente fatos culturais. Elas são meios de comunicação, de notícia, que já têm os seus mecanismos de... Então, se a gente for abrindo, para caber tudo que pode ter alguma implicação cultural, na verdade, nós vamos ter que caber o Brasil inteiro, todas as atividades, porque sempre tudo tem algo de cultural. Então, nós tivemos um limite. Além do mais, o seguinte: essa longa negociação com o Ministério da Fazenda, com a Receita, com o Ministério do Planejamento, tem que chegar a uma soma. O governo vai botar 3,7 bilhões de reais. Tudo de benefício que a gente for criando pra ampliar, a gente pode inviabilizar o mecanismo. Nós sabemos que economia são números. Ela precisa ter um padrão. Então, nós não podemos sair do zero de incentivo para a plenitude suíça(F) do incentivo; nós temos que ter noção que, se queremos viabilizar o Vale-Cultura, vamos ter que dar uma conformação que seja aceitável pelos cofres públicos, e, nesse sentido, o Ministério da Cultura teve que dialogar com o Ministério da Fazenda, para chegar a essa formatação do viável. Eu tenho medo que um excesso de generosidade pela ampliação gere uma inviabilidade do Vale-Cultura, e a gente mate um grande mecanismo que vai ter benefícios enormes para o país, a gente inviabilize ele por um excesso de generosidade, por um certo romantismo, ao aprovar tudo que é possível, jogar aí dentro, a gente jogar. Então, eu peço um pouco de reflexão sobre esse ponto de vista. Nós tivemos que fazer essa reflexão. Eu, por exemplo, como ministro, achava que o benefício deveria ser escalonado. Para os de menos salário, um salário menor, 50 reais, mas variando até 150 reais, para, de fato, ter um impacto significativo no consumo cultural. Mas eu tive que aceitar que é 50 reais, porque isso é o que é o viável para o governo investir. Vai ser 3 bilhões e meio. A cultura nunca viu esse investimento. Isso vai ter um benefício enorme para o conjunto. Evidentemente daqui a dez anos, cinco anos, esse mecanismo vai ser revisto e vai ser ampliado, mas é assim que a sociedade funciona. A gente... Eu me esqueci agora o ditado do Nordeste, mas o excelente é inimigo do bom, não é isso? Se a gente quiser botar tudo, a gente pode inviabilizar economicamente esse projeto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Esse é outro. São muitos os ditados populares. Banca de revista. Se as bancas de revistas tiverem um sistema de computação, online, para não furar o bloqueio do controle social sob esse mecanismo, para que não seja usado como moeda, para outros fins, eu acho que pode ser incorporada. Agora, eu acho que 99,9% das bancas de revistas do Brasil não tem essa possibilidade. Então, se a gente abrir, a gente está... A gente montou um sistema fechado, tecnológico, capaz de garantir o controle público sobre o uso desse mecanismo. Se você cria uma brecha, nós estamos viabilizando a burla desse mecanismo, e esse dinheiro público, que custa caro ao país, para um benefício de alta qualidade, você estará permitindo que ele seja usado para outros fins, porque, inevitavelmente, se não tem controle, a gente gerará a burla. Portanto, eu chamo atenção: se a banca de revista tiver as mesmas características de

uma livraria, deve ser incorporado, porque está sob o regime do controle. Agora, se não tiver, eu sugiro que não seja incorporado, para evitar quebra de um controle, que é a grande qualidade desse mecanismo, diferentemente de outros vales que são usados aí, na rua, como moeda.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Que acaba virando moeda, não é, ministro? Acho que essa é a grande preocupação, de não ter mais um tipo de moeda na praça.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: E nós não estamos falando de emissão de uma moeda. É isso. A gente não está falando de injeção de recursos públicos e privados para garantir a inclusão de milhões de brasileiros na cultura, e ponto, não pode ser pensado abrir janelas para que esse benefício escape do controle. A gente está gerando algo de uma excelência, enquanto modelo, e o fato de ser cartão magnético é um elemento essencial, que permite que a sociedade respire aliviada, no sentido de que esse dinheiro será usado para o fim que está sendo aprovado. A questão dos aposentados... Eu tenho a maior simpatia pelos aposentados, já estou perto disso, fiz 60 anos, já estou caminhando para... Então, não seria eu que seria contra. Agora... Então, o Ministério da Cultura vê com simpatia. Agora, eu quero saber se fecha a conta; se fechar a conta, está fechado, e vocês não vão ouvir uma palavra sequer do Ministério contrária a isso. Agora, evidentemente que, se a gente for estendendo esse benefício, abrindo todas as portas possíveis e imagináveis, a gente pode estar comprometendo, como eu já disse, por isso não vou repetir... É isso.

Então, eu queria agradecer. Não me compromete a vir nessas outras audiências, porque minha agenda, hoje... Às vezes, eu tenho que estar em quatro estados por dia, pulando de um lugar para outro, para assumir as responsabilidades do processo que o Ministério da Cultura deflagrou de dialogar com toda a cultura brasileira, com todos que se interessem por esse assunto. Eu estou com uma agenda que... Eu estive no médico recentemente, ele me disse que eu estou com todos os sintomas de estresse agudo. Então, eu não posso garantir porque...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E hoje aumentou.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Não, hoje, não... Eu já fui vereador e conheço o mecanismo do diálogo entre oposição e a Base do Governo. Oposição sempre fará tudo para mostrar fragilidade, mesmo quando concorda, que eu acho--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ministro, esta cena, esta cena faz parte também do nosso...

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Faz parte. Eu a encaro com tranquilidade. Eu só fiz questão de esclarecer, para não parecer que o Ministério... Eu não sabia que tinha assinatura do Ministério, acho inconveniente, mas é um documento perfeitamente factível, dentro da vida parlamentar, porque são os parlamentares de todos os partidos que quiseram dar força à agenda cultural, que são oito ou nove – eu contei aqui – projetos de interesse da cultura, e o que eles estão dizendo é que tem que apoiar o parlamentar para que ele dê qualidade nova, porque, infelizmente, a tradição brasileira é de tratar a cultura como algo supérfluo, ao acesso de pouquíssimos brasileiros. Que país do mundo aceita que menos de 10% dos seus cidadãos tenham entrado alguma vez na vida em um museu? Que país do mundo aceita que, numa população de quase 200 milhões de habitantes, uma tiragem de um livro seja apenas 5 mil, que apenas 13% dos brasileiros assista filmes? Isso é um escândalo. Isso não é tarefa do governo. O Ministério da Cultura tem trabalhado de forma suprapartidária, nós trabalhamos com todos os governos estaduais. Só para ficar bem claro, inclusive o de São Paulo. Trabalhamos com todos os governos, inclusive o do Distrito Federal. Trabalhamos com todos os governos municipais do Brasil. Trabalhamos com todos os parlamentares. Ou seja, nós levamos o princípio republicano às últimas consequências. O Ministério da Cultura não está a serviço de algo menor, nós nunca partidarizarmos a política cultural. Por isso que eu com tranquilidade, acho normal que, no Parlamento, tudo seja motivo de enfrentamento entre o segmento que apoia o governo e o sentimento de oposição. Eu já fui oposição durante longos anos na minha vida pública, na Bahia, e encarei como normal isso, hoje, porque, inclusive, eu conheço. Mas é normal, e tenho certeza que o projeto não pode ser encarado como um projeto de benefício do governo; é um projeto de benefício da sociedade, e eu tenho certeza que todos apoiarão. Muito obrigado, senador, pela paciência, pela elegância com que conduziu essa sessão.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas, Presidente, só para... Quero agradecer o ministro que aqui veio, até porque eu fui uma das que fiz essa solicitação. Ministro, o senhor desculpe a demora de o senhor começar essa audiência, mas é porque o Presidente Garibaldi, ele ficou... Como os nordestinos têm muito. Ele ficou aqui entre a cruz e a espada, a Base do Governo, as lideranças, pedindo para que colocasse logo para ser arguido, debatido o novo membro do Banco Central.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Senão, não tem dinheiro pra cultura.

SENADORA ROSALBA CIARLINI: Exatamente. Então, foi uma determinação da sua própria base aliada, que fez com que o senhor tivesse essa demora toda, que essa audiência de hoje estava marcada só para haver audiência do Vale-Cultura. Mais uma vez, eu quero dizer que é um ótimo projeto. Agora, nós que fazemos a oposição, num país democrático, num país que não quer voltar jamais a aqueles tempos da ditadura, nós queremos é exatamente, através do contraditório, podermos fazer o melhor. E, na cultura, todos nós aqui sempre trabalhamos de forma suprapartidária, a não ser que achem que o meu voto, o meu relatório não vai ter nenhum valor.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Ao contrário.

SENADORA ROSALBA CIARLINI: Porque, senão, a gente vai começar a se sentir mais desestimulado de trabalhar tanto, de ter a esperança que a cultura realmente tem que caminhar ao lado de tudo, como forma de--

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Senadora, eu comecei minha fala elogiando o seu comportamento em relação à cultura, seu discernimento, então...

SENADORA ROSALBA CIARLINI: Muito obrigada. Mas eu estou aqui, colocando, fui a única que permaneci, até porque pela valorização que dou à cultura, em respeito ao senhor, à sua vinda aqui, e sei que realmente temos as portas abertas lá do seu ministério e vamos continuar indo lá para levar ao nosso povo, dos nossos estados e do Brasil, os benefícios que são necessários.

SR. MINISTRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA: Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ministro... Quero agradecer a V. Exa. pelo comparecimento, pelos esclarecimentos, e está encerrada esta reunião.

Sessão encerrada às 14h17.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, E 26 DE NOVEMBRO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Demóstenes Torres, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, João Pedro, Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles, Valter Pereira, Wellington Salgado de Oliveira, Marco Maciel, Antonio Carlos Júnior, Alvaro Dias, Jarbas Vasconcellos, Tasso Jereissati, Romeu Tuma, Osmar Dias, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Romero Jucá, Renan Calheiros, Lobão Filho, Valdir Raupp, Efraim Morais, José Agripino, Eduardo Azeredo, Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro, Gim Argello, Gerson Camata e das Senadoras Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti e Kátia Abreu reúne-se a presente Comissão. Deixa de comparecer o Senhor Senador Osvaldo Sobrinho e a Senadora Lúcia Vânia. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Reunião: **ITEM 1)** – Não Terminativo – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, DE 2006** Dispõe sobre a repressão ao crime organizado e dá outras providências. **Autoria**: Senadora Serys Slhessarenko. **Relatoria**: Senador Aloizio Mercadante. **Relatório**: Favorável ao PLS nº 150, de 2009, acatando, parcialmente, as Emendas nº 13 a 17 – CCJ; Emendas nº 19 a 24 – CCJ; nº 26 – PLEN; 34 e 35 – PLEN; e as Emendas nº 1, 2 e 3 – CCJ (em reexame), nos termos da emenda substitutiva que apresenta. Contrário às Emendas nº 2, 3, 18 e 20, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares; Emenda nº 18-CCJ; Emendas nº 25-PLEN, 27 a 33-PLEN e, finalmente, Emenda nº 36-PLEN. Pelo arquivamento das Emendas nº 1 a 12-CCJ. **Observações**: – Em 03/06/2009, 09/06/2009 foram realizadas Audiências Públicas para instruir a matéria. – Em 18/11/2009, foi recebido o Relatório reformulado pelo Senador Aloizio Mercadante; – Em 18/11/2009, foi concedida vista ao Senador Valdir Raupp, nos termos regimentais. -Matéria em REEXAME na CCJ. – Em 25/11/2009, foi recebido relatório reformulado pelo Senador Aloizio Mercadante, que conclui pela aprovação do PLS nº 150, de 2009, acatando, parcialmente, as Emendas nº 13 a 17 – CCJ; Emendas nº 19 a 24 – CCJ; nº 26 – PLEN; 34 e 35 – PLEN; e as Emendas nº 1, 2 e 3 – CCJ (em reexame), nos termos da emenda substitutiva que apresenta. Contrário às Emendas nº 2, 3, 18 e 20, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares; Emenda nº 18-CCJ; Emendas nº 25-PLEN, 27 a 33-PLEN e, finalmente, Emenda nº 36-PLEN. Pelo arquivamento das Emendas nº 1 a 12-CCJ. – Em 25/11/2009, o Senador Valdir Raupp apresenta sugestão à Emenda Substitutiva,

decorrente do pedido de vista, incorporada pelo Relator. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável ao PLS nº 150, de 2009, acatando, parcialmente, as Emendas nº 13 a 17 – CCJ; Emendas nº 19 a 24 – CCJ; nº 26 – PLEN; 34 e 35 – PLEN; as Emendas nº 1, 2 e 3 – CCJ (em reexame), nos termos da emenda substitutiva que apresenta; Contrário às Emendas nº 2, 3, 18 e 20, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares; Emenda nº 18-CCJ; Emendas nº 25-PLEN, 27 a 33-PLEN e, finalmente, Emenda nº 36-PLEN. Pelo arquivamento das Emendas nº 1 a 12-CCJ. **ITEM 2)** – Terminativo na Comissão – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, DE 2007** Altera o art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para incluir circunstância agravante genérica nos casos de crimes praticados contra agentes penitenciários. **Autoria**: Senador Aloizio Mercadante. **Relatoria**: Senador Demóstenes Torres. **Relatório**: Pela prejudicialidade da matéria. **Observações**: – Votação nominal. – Em 16/09/2009, durante a discussão foi recebido o Relatório reformulado pelo Senador Demóstenes Torres que conclui pela prejudicialidade da matéria. – Em 16/09/2009, foi encerrada a discussão e adiada a votação da matéria. **Resultado**: Aprovada a prejudicialidade do Projeto. **ITEM 4)** – Terminativo na Comissão – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 116, DE 2000** Exclui de ilicitude a ortotanásia. (Altera o Código Penal). **Autoria**: Senador Gerson Camata. **Relatoria**: Senador Augusto Botelho. **Relatório**: Pela aprovação da matéria, com duas Emendas que apresenta. **Observações**: Em 17/09/2009, foi realizada Audiência Pública para instrução da matéria. **Resultado**: Concedida vista aos Senadores Marco Maciel e Antonio Carlos Júnior, nos termos regimentais. **ITEM 6)** – Terminativo na Comissão – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, DE 2005** Altera a redação dos arts. 1.211-A e 1.211-C, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para adequá-la à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, e incluir no rol das pessoas com prioridade processual as portadoras de câncer e da Síndrome da Deficiência Imunológica Adquirida (AIDS). **Autoria**: Senador Augusto Botelho. **Relatoria**: Senador Lobão Filho. **Relatório**: Pela aprovação da matéria. **Observações**: Votação nominal. **Resultado**: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 7)** – Terminativo na Comissão – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, DE 2005** Altera o art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que institui os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, para ampliar a competência do Juizado Especial de Cível, e dá outras providências. **Autoria**: Senador César Borges. **Relatoria**: Senador Demóstenes Torres. **Relatório**: Pela aprovação da matéria, com duas Emendas que apresenta. **Observações**: – Votação nominal; – Durante a discussão, o Senador Demóstenes Torres reformula o Relatório, concluindo pela rejeição do Projeto. **Resultado**: Rejeitado o Projeto. **ITEM 8)** – Terminativo na Comissão – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2006** Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever como circunstância qualificadora do crime de homicídio a hipótese de a vítima ser agente público integrante de carreira policial, agente penitenciário, agente de fiscalização tributária ou do trabalho, magistrado ou membro do Ministério Público, no exercício da função ou em razão dela. **Autoria**: Senador Augusto Botelho. **Relatoria**: Senador Almeida Lima. **Relatoria ad hoc**: Senador Demóstenes Torres. **Relatório**: Pela aprovação da matéria, com uma Emenda que apresenta. **Observações**: – Votação nominal. –Em 25/11/2009, o Senador Demóstenes Torres avoca a Relatoria da matéria e, durante a discussão, apresenta Relatório concluindo pela prejudicialidade. **Resultado**: Aprovada a prejudicialidade do Projeto. **ITEM 9)** – Terminativo na Comissão – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, DE 2006** Acrescenta no Código Penal, Decreto Lei nº 2.848/1940, o § 3º ao art. 317 e o § 2º ao art. 333, transformando o atual parágrafo único deste dispositivo, em § 1º; acrescenta o inciso VII-C ao art. 1º da Lei 8.072/1990, que trata dos crimes hediondos. **Autoria**: Senadora Heloísa Helena. **Relatoria**: Senador Demóstenes Torres. **Relatório**: Pela aprovação do PLS nº 40, de 2006, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta e pelo arquivamento dos PLS's nº 9, 38 e 61, de 2004; 253, de 2006; 45, 112, 223 e 739, de 2007. **Observações**:– Votação Nominal; – Em 09/07/2009, foi realizada Audiência Pública para instrução das matérias; – Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a Turno Suplementar. **Resultado**: Concedida vista aos Senadores Eduardo Suplicy e Antonio Carlos Júnior, nos termos regimentais. TRAMITA EM CONJUNTO COM **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9, de 2004** Altera a redação da Lei nº 8072, de 25 de julho de 1990, para incluir entre os crimes hediondos aquele tipificado pelo artigo 149, do Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940. **Autoria**: Senador Marcelo Crivella. TRAMITA EM CONJUNTO COM **PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 38 de 2004** Altera o Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tornar reincidente o agente que voltar a cometer crime hediondo quando já houver cometido crime da mesma natureza quando menor. **Autoria**: Senador Gerson Camata. TRAMITA EM CONJUNTO COM **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 61, de 2004** Acrescenta parágrafo ao artigo 158 do De-

creto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal -, e inciso à Lei nº 8072, de 25 de julho de 1990, para tipificar o chamado 'seqüestro relâmpago' e enquadrá-lo como crime hediondo. **Autoria**: Senador Papaléo Paes. TRAMITA EM CONJUNTO COM **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, de 2006** Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para tornar crime hediondo as condutas previstas nos arts. 312, 313-A, 313-B, 315, 317, caput e § 2°, e 333 do Código Penal. **Autoria**: Senador Cristovam Buarque. TRAMITA EM CONJUNTO COM **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, de 2007** Altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências, para incluir, entre os referidos crimes, o de corrupção de menores, tipificado na Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954. **Autoria**: Senador Mozarildo Cavalcanti. TRAMITA EM CONJUNTO COM **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 112, de 2007** Aumenta a pena do crime definido na Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, e o inclui no rol do art. 1º da Lei n º 8.072, de 25 de julho de 1990 (Crimes Hediondos). **Autoria**: Senador Marco Maciel. TRAMITA EM CONJUNTO COM **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 223, de 2007** Acrescenta § 4° ao artigo 312 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e torna crime hediondo a conduta prevista no art. 312, § 4° do Código Penal. **Autoria**: Senador Cristovam Buarque. TRAMITA EM CONJUNTO COM **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 739, de 2007** Altera dispositivos da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências, para acrescentar o inciso VII-C no art. 1º. **Autoria**: Senador Romeu Tuma. **ITEM 10)** – Terminativo na Comissão – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, DE 2006** Altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que dispõe sobre a remuneração dos profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária, para assegurar a aplicação do salário profissional e da jornada de trabalho para os servidores públicos dos Três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios.

Autoria: Senador Ney Suassuna. **Relatoria**: Senador Eduardo Azeredo. **Relatoria ad hoc**: Senador Tasso Jereissati. **Relatório**: Pela rejeição da matéria, por inconstitucionalidade e injuridicidade. **Observações**: Votação Nominal. **Resultado**: Rejeitado o Projeto. **ITEM 11)** – Terminativo na Comissão – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, DE 2007** Estabelece normas para o provimento de cargos e empregos de agentes comunitários de saúde a que se refere o art. 9º da Lei nº 11.350, de 05 de outubro de 2006. **Autoria**: Senador Leomar Quintanilha. **Relatoria**: Senadora Lúcia Vânia. **Relatório**: Pela aprovação da matéria. **Observações**: Votação nominal. **Resultado**: Concedida vista aos Senadores Eduardo Suplicy e Antonio Carlos Júnior, nos termos regimentais. **ITEM 12)** – Terminativo na Comissão – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 101, DE 2007** Altera a Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992 ("Regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências"), a fim de estabelecer a inversão do ônus para o investigado e incrementar os registros de nascimento com paternidade estabelecida. **Autoria**: Senador Marcelo Crivella. **Relatoria**: Senador Marco Maciel. **Relatório**: Pela aprovação da matéria, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Observações**: – Votação Nominal; **Resultado**: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 14)** – Terminativo na Comissão – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 290, DE 2007** Autoriza o Poder Executivo a emitir carteira de identificação funcional para os policiais dos ex-Territórios federais que tenham sua vinculação funcional com a União. **Autoria**: Senador Expedito Júnior. **Relatoria**: Senador Wellington Salgado de Oliveira. **Relatoria ad hoc**: Senador Demóstenes Torres. **Relatório**: Pela aprovação da matéria. **Observações**: – Votação nominal. – Em 26/08/2009, foi concedida vista ao Senador Antonio Carlos Valadares, nos termos regimentais, que não apresentou manifestação. – Em 25/11/2009, o Senador Demóstenes Torres avoca a Relatoria da matéria e, durante a discussão, apresenta Relatório que conclui pela prejudicialidade. **Resultado**: Aprovada a prejudicialidade do Projeto. **ITEM 15)** – Terminativo na Comissão – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 551, DE 2007** Regulamenta o inciso II do art. 98 da Constituição Federal, que dispõe sobre a Justiça de Paz. **Autoria**: Senador Leomar Quintanilha. **Relatoria**: Senador Pedro Simon. **Relatório**: Pela aprovação da matéria nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Observações**: – Votação nominal. **Resultado**: Concedida vista aos Senadores Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Júnior e Valter Pereira, nos termos regimentais. **ITEM 16)** – Terminativo na Comissão – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, DE 2008** Altera o art. 29 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para dispor sobre a destinação de veículos objeto de pena de perdimento. **Autoria**: Senador Expedito Júnior.

Relatoria: Senador Antonio Carlos Júnior. **Relatório**: Pela aprovação da matéria e da Emenda nº 1-CE. **Observações**: – A matéria foi apreciada também pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. **Resultado**: Concedida vista aos Senadores Eduardo Suplicy e Valter Pereira, nos termos regimentais. **ITEM**

17) – Terminativo na Comissão – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 199, DE 2008** Acrescenta art. 1.589-A à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para outorgar direito real de habitação ao cônjuge detentor da guarda de filhos comuns. **Autoria**: Senadora Kátia Abreu. **Relatoria**: Senador Marco Maciel. **Relatório**: Pela rejeição da matéria. **Observações**: Votação Nominal. **Resultado**: Concedida vista ao Senador Antonio Carlos Júnior, nos termos regimentais. **ITEM 18)** – Terminativo na Comissão – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, DE 2009** Altera o art. 475 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para dispensar o reexame necessário nos casos que especifica. **Autoria**: Senador Jefferson Praia. **Relatoria**: Senador Osmar Dias. **Relatório**: Pela aprovação da matéria. **Observações**: Votação Nominal. **Resultado**: Aprovado o Projeto. **ITEM 21)** – Não Terminativo – **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 13, DE 2003** Altera a redação do § 4º do artigo 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios. **Autoria**: Senador Sérgio Zambiasi e outros **Relatoria**: Senador Eduardo Azeredo. **Relatório**: Favorável à matéria como conclusão do Parecer n° 14, de 2007-CCJ, com duas Subemendas que apresenta. **Observações**: Matéria em REEXAME na CCJ. **Resultado**: Concedida vista coletiva aos Senadores Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Júnior e Valter Pereira, nos termos regimentais. **ITEM 23)** – Não Terminativo – **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 74, DE 2005** Altera os arts. 206, 208, 210 e 212, da Constituição Federal, e acrescenta o art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre a nacionalização e a qualidade da educação básica. **Autoria**: Senador Cristovam Buarque e outros **Relatoria**: Senador Adelmir Santana. **Relatório**: Favorável à Proposta com quatro Emendas que apresenta. **Observações**: Em 03/09/2009 foi realizada Audiência Pública conjunta com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, destinada a instruir a matéria. **Resultado**: Concedida vista aos Senadores Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Júnior e Valter Pereira, nos termos regimentais. **ITEM 25)** – Não Terminativo – **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 41, DE 2007** Acrescenta dispositivos ao art. 201 da Constituição Federal e artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para garantir a equiparação entre benefícios da mesma natureza, independentemente da data de sua concessão. **Autoria**: Senador Valter Pereira e outros **Relatoria**: Senador Alvaro Dias. **Relatório**: Favorável à matéria, com duas Emendas que apresenta. **Resultado**: Concedida vista aos Senadores Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Júnior e Valter Pereira, nos termos regimentais. **ITEM 26)** – Não Terminativo – **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 27, DE 2008** Atribui à União competência para instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões nos casos que especifica. **Autoria**: Senador Adelmir Santana e outros **Relatoria**: Senador Efraim Morais. **Relatório**: Favorável à matéria. **Resultado**: Concedida vista aos Senadores Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Júnior e Valter Pereira, nos termos regimentais. **ITEM 27)** – Não Terminativo – **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2009** Acrescenta inciso ao art. 52 da Constituição Federal, a fim de submeter à apreciação do Senado Federal o ato de reconhecimento da condição de refugiado, na hipótese de condenação judicial do solicitante. **Autoria**: Senador Eduardo Azeredo e outros **Relatoria**: Senador Demóstenes Torres. **Relatório**: Favorável à matéria, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

Resultado: Retirado de Pauta para atender Requerimento nº 132, de 2009-CCJ de Audiência Pública, de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy, para instruir a matéria em data oportuna. **ITEM 29)** – Não Terminativo – **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, DE 2009** Dá nova redação ao inciso IV do art 37 da Constituição, para determinar o direito à posse no cargo público da pessoa aprovada em concurso publico dentro do número de vagas determinado pelo edital. **Autoria**: Senadora Rosalba Ciarlini e outros **Relatoria**: Senador Pedro Simon. **Relatório**: Favorável à matéria. **Resultado**: Concedida vista aos Senadores Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Júnior e Valter Pereira, nos termos regimentais. **ITEM 31)** – Não Terminativo – **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2006** Modifica critérios para condenação em honorários de advogado, alterando o art. 20 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil. **Autoria**: Deputado Maurício Rands. **Relatoria**: Senador Alvaro Dias. **Relatório**: Contrário aos Projetos e às Emendas nº 1 e 2 de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares. **Resultado**: Retirado de Pauta a pedido do Relator. TRAMITA EM CONJUNTO COM **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 113, de 2007** Acrescenta § 5º ao art. 515 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, permitindo a instância superior rever, de ofício, a condenação em custas e honorários advocatícios. **Autoria**: Deputado Michel Temer. TRAMITA EM CONJUNTO COM **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 478, de 2007** Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para modificar os critérios de fixação de honorários advocatícios. **Autoria**: Senador Valter Pereira. **ITEM 32)** – Não Terminativo – **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2008** Dispõe sobre o crime de violação de direitos e prerrogativas do advoga-

do, alterando a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994. **Autoria**: Deputado Marcelo Barbieri **Relatoria**: Senador Demóstenes Torres **Relatório**: Contrário à matéria. **Observações**: Em 03/06/09, 02/07/2009 e 09/07/2009 foram realizadas Audiências Públicas para instruir a matéria. **Resultado**: Retirado de Pauta. **ITEM 33)** – Terminativo na CI – **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 162, DE 2009** Altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis, de que trata a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, estabelece sanções administrativas e dá outras providências (cassa registro de estabelecimentos que comercializem combustíveis adulterados). **Autoria**: Deputado Celso Russomanno **Relatoria**: Senador Raimundo Colombo **Relatório**: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria, com uma Emenda que apresenta. **Observações**: A matéria será apreciada também pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e, posteriormente, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em decisão terminativa. **Resultado**: Concedida vista aos Senadores Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Júnior e Valter Pereira, nos termos regimentais. **ITEM 36)** – Terminativo na CAE – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, DE 2004** Acrescenta os §§ 3º e 4º ao art. 2º da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, que dispõe sobre competências do CONMETRO e do INMETRO, institui a Taxa de Serviços Metrológicos, e dá outras providências, para obrigar o fornecedor de produtos e serviços a informar ao consumidor os preços e quantidades a partir das unidades padrão de pesos e medidas. **Autoria**: Senador Demóstenes Torres **Relatoria**: Senador Renato Casagrande **Relatoria ad hoc**: Senador Osmar Dias **Relatório**: Favorável à matéria, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta **Observações**: A matéria será apreciada também pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). **ITEM 37)** – Não Terminativo – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 250, DE 2005 – Complementar** Estabelece requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos portadores de deficiência. **Autoria**: Senador Paulo Paim **Relatoria**: Senador Valdir Raupp **Relatório**: Favorável ao matéria e à Emenda nº 1. **Observações**: – Em 05/08/2008, foi apresentada a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Pedro Simon, que recebeu Parecer favorável; – A matéria será apreciada também pela Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado**: Concedida vista coletiva aos Senadores Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Júnior e Valter Pereira, nos termos regimentais. **ITEM 38)** – Não Terminativo – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, DE 2005** Acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (Dispõe sobre a escolha dos dirigentes escolares). **Autoria**: Senador Pedro Simon. **Relatoria**: Senador Marco Maciel. **Relatório**: Favorável ao PLS nº 328, de 2005, com uma Emenda que apresenta, e contrário ao PLS nº 344, de 2007. **Observações**: – As matérias serão apreciadas também pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. **Resultado**: Concedida vista coletiva aos Senadores Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Júnior e Valter Pereira, nos termos regimentais. TRAMITA EM CONJUNTO COM **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2007** Acrescenta inciso ao art. 14 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de forma a instituir a eleição direta para diretores de escolas públicas. **Autoria**: Senadora Ideli Salvatti. **ITEM 40)** – Não Terminativo – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 686, DE 2007 – Complementar** Dispõe sobre a criação do Pólo de Desenvolvimento Integrado da Fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul. **Autoria**: Senador Sérgio Zambiasi **Relatoria**: Senador Pedro Simon **Relator ad hoc**: Senador Antonio Carlos Júnior **Relatório**: Favorável à matéria com a Emenda nº 1-CDR. **Observações**: A matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDR-CCJ **ITEM 41)** – Terminativo na CMA – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, DE 2008** Dispõe sobre o controle das obras públicas inacabadas e dá outras providências. **Autoria**: Senador Fernando Collor **Relatoria**: Senador Flexa Ribeiro **Relatoria ad hoc**: Senador Romeu Tuma **Relatório**: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria, com três Emendas que apresenta. **Observações**: A matéria será apreciada também pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. **Resultado**: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ, 2-CCJ e 3-CCJ. **ITEM 44)** – Não Terminativo – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 229, DE 2009 – Complementar** Estabelece normas gerais sobre plano, orçamento, controle e contabilidade pública, voltadas para a responsabilidade no processo orçamentário e na gestão financeira e patrimonial, altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a fim de fortalecer a gestão fiscal responsável e dá outras providências. **Autoria**: Senador Tasso Jereissati **Relatoria**: Senador Arthur Virgílio **Relatório**: Favorável aos PLS's

n°s 229 e 248, de 2009, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Observações**: As matérias serão apreciadas posteriormente pela Comissão de Assuntos Econômicos. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável aos PLS's n°s 229 e 248, de 2009, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). TRAMITA EM CONJUNTO COM **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 2009 – Complementar** Estabelece normas gerais de finanças públicas voltadas para a qualidade na gestão e dá outras providências. **Autoria**: Senador Renato Casagrande **ITEM 45)** – Terminativo na CAS– **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, DE 2009** Altera os arts. 8º e 9º, e revoga o art. 10 e o parágrafo único do art. 11, todos da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para modificar o regime jurídico aplicável aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate às endemias, e dá outras providências. **Autoria**: Senador Gilvam Borges **Relatoria**: Senador Augusto Botelho **Relatório**: Favorável à matéria. **Observações**: A matéria será apreciada também pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. **Resultado**: Concedida vista coletiva aos Senadores Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Júnior e Valter Pereira, nos termos regimentais. **ITEM 46)** – Terminativo na CDH – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 338, DE 2009** Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever o direito de acesso público a informações sobre condenados por crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente, e dá outras providências. **Autoria**: Senadora Marisa Serrano **Relatoria**: Senador Alvaro Dias **Relatório**: Favorável à matéria, com uma Emenda que apresenta. **Observações**: A matéria será apreciada também pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa. **Resultado**: Concedida vista aos Senadores Eduardo Suplicy e Antonio Carlos Júnior, nos termos regimentais. **ITEM 47)** – Não Terminativo – **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 128, DE 2007** Susta a Resolução nº 294, de 18 de setembro de 2006, da Comissão de Financiamentos Externos, editada pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Autoria**: Senador Pedro Simon **Relatoria**: Senador Antonio Carlos Júnior **Relatório**: Favorável à matéria e à Emenda nº 1. **Observações**: Em 19/11/2009, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Valter Pereira que recebeu Parecer favorável. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 48)** – Não Terminativo – **PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 26, DE 2009** Institui a sessão administrativa mensal para deliberar pelas matérias que especifica. **Autoria**: Senador Pedro Simon **Relatoria**: Senador Tasso Jereissati **Relatório**: Favorável à matéria com três Emendas que apresenta. **Observações**: Em 23/09/2009, foi concedida vista aos Senadores Lobão Filho, Antonio Carlos Júnior e Eduardo Suplicy, nos termos regimentais, que não apresentaram manifestação. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ, 2-CCJ e 3-CCJ. **ITEM 49)** – Não Terminativo – **PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 37, DE 2009** Institui o Colégio de Líderes e dá outras providências. **Autoria**: Senador Aloizio Mercadante e outros **Relatoria**: Senador Tasso Jereissati **Relatório**: Favorável à matéria com uma Emenda que apresenta. **Observações**: Em 23/09/2009, foi Concedida vista aos Senadores Francisco Dornelles e Antonio Carlos Júnior, nos termos regimentais, que não apresentaram manifestação. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 50)** – Não Terminativo – **PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 62, DE 2009** Altera o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, para dispor sobre a comprovação de adimplência do ente garantido quanto aos empréstimos e financiamentos devidos à União. **Autoria**: Senador Romero Jucá **Relatoria**: Senador Aloizio Mercadante **Relatório**: Favorável à matéria, com as Emendas nº 1-CAE, 2-CAE e 3-CAE e uma Emenda que apresenta. **Observações**: A matéria foi apreciada também pela Comissão de Assuntos Econômicos. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CAE-CCJ, 2-CAE-CCJ, 3-CAE-CCJ e 4-CCJ. A Comissão aprova o Requerimento nº 131, de 2009-CCJ, de autoria do Senador Romero Jucá, de URGÊNCIA para a matéria. **REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO N° 130, DE 2009-CCJ** "Em aditamento ao Requerimento nº 127, de 2009-CCJ, que trata da realização de audiência pública com a finalidade de instruir o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 213/2008, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, sugiro que seja incluída, como convidada, a Dra. ROBERTA FRAGOSO MENEZES KAUFMANN, Procuradora do Distrito Federal." **Autoria**: Senador Alvaro Dias. **Resultado**: Aprovado. **2) REQUERIMENTO N° 131, DE 2009-CCJ** "Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o PROJETO DE LEI DO SENADO N° 62, de 2009." **Autoria**: Senador Romero Jucá. **Resultado**: Aprovado. **3) REQUERIMENTO N° 132, DE 2009-CCJ** "Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir a PEC 03, de 2009, que submete à apreciação do Senado Federal o ato de reconhecimento da condição de refugiado, na hipóteses de condenação judicial do solicitante. Outrossim, indico, como

debatedores, os Senhores: LUIS PAULO TELES FERREIRA BARRETO, Secretário Executivo do Ministério da Justiça; Senhor RENATO ZERBINI RIBEIRO, Coordenador do curso de Relações Internacionais do Centro Universitário Brasília e Coordenador Geral do CONARE; EVA DEMANT, representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)." **Autoria**: Senador Eduardo Suplicy. **Resultado**: Aprovado. **EXTRAPAUTA: ITEM 1** – Terminativo na Comissão – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, DE 2004** "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para ampliar a possibilidade de participação do capital externo nas empresas de transporte aéreo." **Autoria**: Senador Paulo Octávio. **Relatoria**: Senador Francisco Dornelles. **Relatório**: Pela aprovação do PLS nº 184, de 2004 e pela rejeição do PLS nº 258, de 2006, com a Emenda nº1-CAE. **Observações**: As matérias foram apreciadas pela Comissão de Assuntos Econômicos. **Resultado**: Aprovado o PLS nº 184, de 2004, e Rejeitado o PLS nº 258, de 2006 e a Emenda nº1 CAE. TRAMITA EM CONJUNTO COM **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, DE 2006** "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para autorizar a prestação de serviços de transporte aéreo doméstico entre pontos de escala de linhas internacionais, e dá outras providências."

Autoria: Senador Valdir Raupp. A Presidência suspende a Reunião às treze horas e quarenta e sete minutos do dia vinte e cinco de novembro de 2009 e retoma-a às dez horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e seis de novembro de 2009. Passa-se à apreciação da **Segunda Parte** da Reunião: **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para instruir o – Não Terminativo – **SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, DE 2003** Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989; 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, 10.778, de 24 de novembro de 2003, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal (estabelece critérios para o combate à discriminação racial de afro-brasileiros; igualdade de oportunidades; defesa dos direitos étnico-raciais individuais, coletivos e difusos). VOLUME II **Autoria**: Senador Paulo Paim. **Relatoria**: Senador Demóstenes Torres. **Observações**: A matéria será apreciada também pelas Comissões de Educação, Cultura e Esporte; de Agricultura e Reforma Agrária; de Assuntos Sociais; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Obs**.: Audiência Pública aprovada conforme Requerimentos nºs 127, de 2009-CCJ, de iniciativa do Senador Demóstenes Torres, e 130, de 2009-CCJ, de iniciativa do Senador Alvaro Dias. A Presidência declara encerrada a Reunião às treze horas e cinquenta e quatro minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e nove, ficando adiados os demais itens, a saber: 3) PLC Nº 279, DE 2009; 5) PLS Nº 148, DE 2004; 13) PLS Nº 288, DE 2007; 19) PLS Nº 132, DE 2009; 20) PLS Nº 223, DE 2009; 22) PEC Nº 3, DE 2004; 24) PEC Nº 24, DE 2007; 28) PEC Nº 33, DE 2009; 30) PEC Nº 48, DE 2009; 34) PLS Nº 153, DE 2002; 35) PLS Nº 171, DE 2004; 39) PLS Nº 664, DE 2007; 42) PLS Nº 342, DE 2008; 43) PLS Nº 98, DE 2009; e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **DEMÓSTENES TORRES,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

53ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NOS DIAS 25 E 26 DE NOVEMBRO DE 2009.

1ª PARTE

REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS e 42 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 53ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permaneceram como se encontram, aprovado.

A presente Reunião destina-se à deliberação dos Itens n°s. 1 a 50. Comunico as Sras. e Srs. Senadores o recebimento do Aviso n°. 1.625, TCU, Plenário, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Ubiratan Aguiar, que encaminha para conhecimento cópia do acórdão proferido nos autos do Processo n°. TC 012117/2009-0, pelo Plenário do TCU, em sessão ordinária de 11 de novembro de 2009, acompanhado do relatório do voto que o fundamentam. O referido documento será enviado para o gabinete dos membros desta comissão via e-mail.

Considero honrosa a visita à nossa Comissão do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, o nosso querido Presidente Cézar Britto. Uma honra tê-lo aqui, muito obrigado pela visita.

Item 32 da pauta. Esse item está sendo retirado de pauta. O Sr. Presidente da Ordem dos Advogados ponderou que esse item precisa fazer uma sugestão, e eu, atendendo o seu pleito, retiro de pauta o Item n°. 32. Item 31 da Pauta também retirado a pedido do relator, Senador Antonio Carlos Valadares.

Item 36 da Pauta. Página 680. Acrescenta os §§ 3º e 4º ao art. 2º, da Lei 9.933, de 20 de dezembro de 99, "*que dispõe sobre competência do CONMETRO e do INMETRO, institui a taxa de serviço meteorológico e dá outras providências para obrigar o fornecedor de produtos e serviços a informar ao consumidor os preços e quantidade a partir das unidades padrão de pesos e medidas*". Autoria: Senador Demóstenes Torres; relatoria: Senador Renato Casagrande. Relatório: favorável à matéria, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. Concedo a palavra ao ilustre Senador Osmar Dias, a quem nomeio relator *ad hoc* para proferir o relatório.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, Presidente da OAB, Dr. Cézar Britto, eu aceito a incumbência e vou fazer o relatório a respeito do Projeto de Lei n°. 231, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que, em seu art. 1º, propõe acrescentar §§ 3º e 4º à Lei 9.933, de 20 de dezembro de 99, para tornar obrigatória a informação relativa a preços e quantidades a partir das unidades padrão de peso e medidas. O art. 2º, cláusula de vigência, prevê em que a lei em que se converter o projeto entrará em vigor em seis meses, após a sua publicação.

Na justificação da proposta, o autor pondera que, nos termos da Diretiva 98, da União Europeia, é obrigatória a informação dos preços por unidade padrão de pesos e medidas. Menciona ainda que a divulgação ostensiva dos preços relativos à unidade padrão neutraliza os efeitos da "maquiagem" de produtos. Não foram apresentadas emendas.

Análise. "*Compete a esta comissão pronunciar-se sobre constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade da proposição em apreço, devendo ainda emitir parecer quanto ao mérito. De acordo com o disposto no art. 101. Relativamente à constitucionalidade formal, trata de matéria de defesa do consumidor, assunto pertinente à produção e consumo, inserida na competência legislativa concorrente da União dos Estados e Distrito Federal, conforme preceitua o art. 24, inciso V, do texto constitucional. Além disso, a proposta está de acordo com as disposições constitucionais pertinentes à atribuição do Congresso Nacional. Em relação à juridicidade, o Projeto de Lei cumpre as exigências de inovação, efetividade, espécie normativa adequada, coercitividade e generalidade. No tocante ao mérito é de realçar que a proposta define de modo exato o valor a ser pago por unidade padrão de medida. Com essa iniciativa, será eliminado um produto usual, sobretudo em supermercados: a 'maquiagem' de produtos, que consiste em reduzir as quantidades e manter os preços, de modo que o consumidor menos atento não perceba o ardil.*

Saliente-se que, no PLS 231, de 2004, está em perfeita consonância com a política nacional das relações de consumidor. Ademais, saliente-se que a proposição se reveste em inegável alcance social, além de ser oportuna e meritória, porquanto soluciona adequada e definitivamente a questão da 'maquiagem' de produtos.

No entanto, entendemos mais apropriado alterar o Código de Defesa do Consumidor, que disciplina as relações do consumo, e não a Lei 9.933, de 20 de dezembro de 99. Para tanto, o voto é o seguinte: 'Ante o exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade no mérito pela aprovação do Projeto de Lei de Senado, com o seguinte substitutivo. Acrescenta §§ 1º e 2º ao art. 6º, da Lei 8.078, de 11 de setembro de 90, Código de Defesa do Consumidor, para tornar obrigatória a informação do preço por unidade padrão de medida, a critério do órgão competente".

Então está aqui, Sr. Presidente, o relatório, com o substitutivo em que o Senador Relator Casagrande, ele, ao invés de alterar a Lei 9.933, ele altera a Lei, o Código de Defesa do Consumidor. E isso, o art. 6º da Lei 8.078, de 11 de setembro de 90, que passa a vigorar o § 1º: o fornecedor... Art. 6º, § 1º: "*O fornecedor deverá informar o preço de venda e o preço por unidade padrão de medida, a critério do órgão competente. § 2º: Poderá ser dispensada a obrigação de indicar o preço por unidade padrão de medida aos produtos para os quais tal indicação não seja útil, dada a sua natureza ou destino, ou seja suscetível de gerar confusão*".

É isso, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação... As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 40 da pauta. Projeto de Lei, página 723. Projeto de Lei do Senado n°. 686, de 2007 – Complementar. "*Dispõe sobre a criação do Pólo de Desenvolvimento Integrado da Fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul*". Autoria: Senador Sérgio Zambiasi; relatoria: Senador Pedro Simon. Relatório: favorável

à matéria, com a Emenda n°. 1, da Comissão de Desenvolvimento Regional. A matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Concedo a palavra ao ilustre Senador Antonio Carlos Júnior, Item 40, página 723, a quem nomeio relator *ad hoc* para proferir o relatório.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. "*Nos termos do inciso I, do art. 101, do Regimento Interno, cabe a esta Comissão opinar sobre constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. A Constituição Federal, em seu art. 43, prevê, para efeitos administrativos, que a União poderá articular a sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando o seu desenvolvimento e a sua redução das desigualdades regionais. O art. 43, em seu § 1º, inciso I, também estabelece que a Lei Complementar disporá sobre as condições para integração de regiões em desenvolvimento.*

Com base no dispositivo constitucional, já foram criadas, mediante lei complementar, as regiões integradas de desenvolvimento do Distrito Federal, do entorno, do Pólo Petrolina Juazeiro, da Grande Teresina. Com a criação de uma região administrativa, visa-se, em outros aspectos, coordenar as ações dos entes federados que a compõem, integrar os serviços públicos, como os executar coordenadamente programas e projetos de interesse da região.

A metade sul do Rio Grande do Sul é uma das 13 mesorregiões diferenciadas inseridas no programa de sustentabilidade e espaços sub-regionais e definidas como espaços sub-regionais prioritários para a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, instituído pelo Decreto n°. 6.047, de 26 de fevereiro de 2007, coordenado pelo Ministério da Integração Nacional. A criação de uma região administrativa, que congregue recursos e articulizações das três esferas de governo, surge como uma medida adequada para a superação da estagnação econômica que aflige a várias décadas os municípios da fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo foi apresentada uma emenda ao PLS n°. 686, de 2007, sugerindo a mudança da expressão Pólo de Desenvolvimento Integrado da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul para Região Integrada de Desenvolvimento da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Essa mudança é oportuna, pois visa harmonizar a denominação com a tipologia adotada pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Em face do exposto, recomendamos a aprovação do Projeto de Lei do Senado n°. 686, de 2007 – Complementar, e o acolhimento da Emenda n°. 1, aprovada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo". Esse é o Voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que concordaram, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 41, página 743. "Dispõe sobre o controle das obras públicas inacabadas e dá outras providências". Autoria: Senador Fernando Collor; relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: pela constitucionalidade, juridicidade, e regimentalidade da matéria, com três emendas que apresenta. A matéria será apreciada também pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. Concedo a palavra ao ilustre Senador Romeu Tuma, a quem nomeio relator *ad hoc* para proferir o relatório. Item 41, página 743.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O relator é o Senador Flexa Ribeiro, sobre o Projeto de Lei 58, do Senador Fernando Collor, que dispõe sobre o controle das obras públicas inacabadas e dá outras providências. "*A proposição foi distribuída inicialmente à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em caráter terminativo, onde foi apresentado o parecer do ilustre Senador Wellington Salgado, na qual foram sugeridas emendas ao texto original, que, entretanto, não chegou a ser votado, porque, mediante a aprovação do Requerimento 866, de 2009, apresentado pelo Senador Romero Jucá, a matéria veio antes à apreciação desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, posteriormente esse PLS deve retornar à CMA, conforme o art. 49, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal*".

Da análise. *Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 101, do Primeiro Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre constitucionalidade, juridicidade ou regimentalidade da matéria. Compete à União conservar o patrimônio público, bem como aos estados e Distrito Federal e municípios, de acordo com o art. 23, inciso I, da Constituição Federal. As obras que se referem ao Projeto de Lei são custeadas com recursos federais. Portanto, inclui-se na competência de União legislar sobre como deve ser exercida a fiscalização, que o objetivo é essa preservação.*

Ademais pelo art. 22, inciso XVI, da Carta Política, compete privativamente à União legislar sobre os conselhos de fiscalização das profissões regulamentadas, universo que contém o sistema CONFEA/CREA".

Eu vou me permitir ler o final, tendo em vista que está sobre a mesa de todos os Srs. Senadores o relatório por completo.

"*Não é justo, tampouco produtivo, que se imponha ao CONFEA a responsabilização e possibilidade de sofrer penalidades por situações decorrentes do descumprimento de obrigações devidas por terceiros submetidos à sua fiscalização. Da mesma forma que, para o Tribunal de Contas, é inevitável fiscalizar todo o universo de obras, também o é para o sistema CONFEA. Que se punam, com os instrumentos próprios, profissionais e empresas que se furtam ao cumprimento de suas obrigações, mas não o CONFEA.*

Com essas considerações, apresento emenda para acrescentar alínea "r" do art. 27, da Lei 5.194, de 66, em vez de dar nova redação à sua alínea "q", de forma que o relatório a ser encaminhado pelo CONFEA deve conter apenas as obras públicas de engenharia inacabadas e paralisadas há mais de um ano, sobre as quais tem sido devidamente efetuadas o artigo".

Voto. "*Ante o projeto exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado 58, com as emendas que ora apresento. Emenda da CCJ: dê-se à emenda do PLS 58, de 2008, a seguinte redação: 'Altera os arts. 27 e 34, da Lei 5.194, de 24 de dezembro de 66, e acrescenta-se o art. 79-A, para dispor sobre o controle de obras públicas inacabadas e dá outras providências'. Emenda: 'Dê se aos arts. 27 e 34, da Lei 5.194, de 24 de dezembro, de 66, nos termos do art. 1º, do PLS 58, de 2008, a seguinte redação: 'Art. 27 "r": fornecer anualmente, até 31 de dezembro, às Comissões de Fiscalização e Controle das duas Casas do Congresso Nacional, ao Tribunal de Contas da União, à Controladoria-Geral da União e ao Ministério Público da União, relatório consubstanciado, com a discriminação de todas as obras públicas de engenharia inacabadas e paralisadas há mais de um ano, nas quais a União tenha participação financeira e para as quais tem efetuado a devida dotação de responsabilidade técnica'. Art. 34: 'Elaborar e encaminhar ao CONFEA, observado o prazo, o relatório a que se refere alínea "r", do art. 27, sobre as obras de sua jurisdição'. Parágrafo Único: 'O relatório a que se refere a alínea "r", do caput desse artigo, deverá conter obrigatoriamente as seguintes informações sobre cada obra identificada como inacabada ou paralisada: localização completa, I; II: órgão ou agente público responsável pela contratação; III: empresa ou grupo responsável pela execução; IV: valor inicialmente previsto; V: previsão inicial do prazo de conclusão; VI: data de paralisação ou abandono; VII: tipo de destinação e característica da obra, com respectiva medição ou dimensão; VIII: estado, condições e percentual de execução das obras (NR)'. Emenda CCJ: 'Suprima-se o art. 4º PLS 58, de 2008'".*

Este é o relatório, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, o relatório final da CPI das Obras Inacabadas, da Câmara dos Deputados, falou das diversas causas de obras inacabadas, como planejamento inadequado ou insuficiente das obras, evidenciadas por projetos básicos e imprecisos que não consideram exigências ambientais ou características físicas e locais do trabalho, descompassos entre o cronograma físico e as liberações financeiras, os atrasos e protelações geram a paralisação de obras e servem de pretexto a procedimentos ilegais, como a super valorização, carência de recursos humanos e materiais, que vem impedindo fiscalização mais oportuna e imediata dos órgão da administração pública, desconhecimento por parte dos administradores das normas legais e aplicável, especial à Lei 8.666, de 93.

Quero ressaltar que está pronto para ser apreciado e votado o PLC da Câmara 32, sobretudo a partir do entendimento que eu, o Senador Francisco Dornelles, o Ministro do Planejamento e o Tribunal de Contas da União, inclusive com a participação do Presidente Ubiratan Aguiar, e já está pronto para ser apreciado e debatido e votado, isso está relacionado a este tema. A inexistência de registro sistematizado das obras envolvidas no âmbito da administração federal, uma vez que cada órgão setorial é responsável pelo controle das suas ações e chegou o Ministério do Planejamento a ter algumas dúvidas sobre se seria adequada a votação desse projeto, mas avalio que a intenção do Senador Fernando Collor é de dar um instrumento de maior rigor e fiscalização sobre as obras inacabadas, e, portanto, tendo em conta inclusive o parecer do Senador Flexa Ribeiro, manifesto o meu voto favorável.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Peço a palavra, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, é claro que nós acompanhamos o parecer do Senador Flexa Ribeiro, e o objetivo é preencher uma lacuna no que diz respeito à fiscalização das obras inacabadas, mas é bom dizer que é hora de defendermos o Tribunal de Contas da União, porque ele está ameaçado. É surpreendente ver, inclusive o Presidente da República, a todo o momento, criticando o Tribunal de Contas por exercer a sua atividade fiscalizatória. Me

parece que é fazer apologia à imoralidade administrativa, amarrar o Tribunal de Contas em relação aos seus compromissos éticos.

Certamente o país já economizou muito com uma ação competente do Tribunal de Contas. Há de economizar muito mais se instrumentalizarmos convenientemente este Tribunal, que trabalha com eficiência, apesar da ausência de quadros, não há material humano suficiente e há limitações, inclusive da própria legislação, creio que é possível discutir, até mesmo conferir-se ao Tribunal de Contas da União prerrogativas para quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico em determinadas circunstâncias. Ao invés de estabelecermos limitações, ao invés... Aliás, o governo já conseguiu amordaçar as CPIs no Congresso Nacional e pretende amarrar o Tribunal de Contas para impedi-lo de exercer uma atividade fundamental num país que ocupa um lugar vexaminoso no ranking da corrupção mundial. Todos os anos, quando a transparência internacional publica o ranking dos países mais corruptos do mundo, nós somos obrigados a aceitar uma posição de verdadeira humilhação, que evidentemente contraria os interesses de desenvolvimento econômico do país, já que se trata de um obstáculo ao crescimento, uma vez que conglomerados econômicos multinacionais elegem países com os menores índices de corrupção para os seus investimentos, e, dessa forma, nós desperdiçamos, anualmente, bilhões de dólares em investimentos, deixando de gerar emprego, renda e receita pública. E ademais é bom sempre dizer: se nós tivéssemos o mesmo índice de corrupção que temos na Dinamarca, nossa renda *per capita* seria 70 % maior.

E é bom dizer também, Presidente Demóstenes Torres, particularmente eu vejo assim: se nós praticássemos, nas obras públicas do Brasil, os preços da correção e da honestidade, faríamos três vezes o que fazemos hoje com o mesmo dinheiro. Nós vimos agora, na PETROBRAS, uma única obra com o superfaturamento de 2 bilhões de dólares, no mínimo 2 bilhões de dólares, de um orçamento de 4 bilhões de dólares, vai para 12 bilhões de dólares e está em 13 bilhões de dólares. E estabelecendo como parâmetro as obras mais caras do mundo nesse gênero, o superfaturamento é, no mínimo, de 2 bilhões de dólares, e querem limitar as funções do Tribunal de Contas da União.

Por esta razão, Sr. Presidente, todo o rigor é mínimo, nós temos que estabelecer o rigor máximo para impedir que a corrupção propague. É consagrar a imoralidade na administração pública, tentar reduzir as prerrogativas do Tribunal de Contas da União. Esse projeto pode ser pouco, diz respeito a obras inacabadas, mas nós votamos favoravelmente, é um passo a mais, e todo passo a mais deve ser dado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Continua em discussão. O Senador Tuma novamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, só acrescentar, porque, como a leitura foi dada da designação de V. Exa...

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Sr. Presidente, gostaria que me inscrevesse para falar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O Senador Alvaro Dias tem razão. Não é o suficiente, mas ele alcança algo que está sendo discutido profundamente, inclusive de interesse do governo e de outros estados, pela paralisação das obras que tem trazido prejuízo enorme pelo longo tempo em que ficam paralisadas. O Tribunal de Contas merece o nosso respeito, em razão do esforço que tem desenvolvido para fiscalizar com rigor as obras cuja verba é de responsabilidade do Governo Federal. Eu chamaria a atenção para o senador sobre o item do art. 34, que determina encaminhamento ao CONFEA todos os itens referentes à obra paralisada. E eu vejo aqui, nós não termos... Eu não sei nem se é na Comissão de Infraestrutura e Fiscalização existe algo que possa ser discutido sobre obras paralisadas, Presidente, de forma que eu acho que o relatório do Senador Flexa Ribeiro, no qual V. Exa. me designou *ad hoc*, ele converge diretamente numa fiscalização mais rigorosa e de maior conhecimento das duas Casas do Congresso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Sr. Presidente, eu serei breve. Eu desejo manifestar-me secundando a opinião do Senador Alvaro Dias, que colocou muito bem a questão e foi a sua manifestação referendada também pelo Senador Romeu Tuma. Eu acho que nós vivemos numa fase em o que controle externo é cada vez mais importante, e isso foi algo que ficou consolidado na nova Constituição de 88, daí porque eu espero que o papel do Tribunal de Contas não seja reduzido; pelo contrário, que ele possa dispor de instrumentos fundamentais para que as instituições consagradas na Constituição de 88 sejam, de fato, instituições republicanas, ou seja, atentas a probidade do uso dos órgãos públicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, também na mesma linha dos Senadores Alvaro Dias, Romeu Tuma e Marco Maciel, toda a legislação que vier reforçar o controle das obras públicas é bem-vinda, porém, o que não se pode fazer é limitar a atuação e os poderes do Tribunal de Contas da União. Isso é inaceitável e, se

algum projeto vier nesse sentido para esta Casa, nós teremos a obrigação de rechaçá-lo veementemente, porque, se nós aceitarmos projetos com redução de atribuições do Tribunal de Contas da União, nós temos que reduzir as atribuições do próprio Senado e do próprio Congresso. Isso é inaceitável e nós não podemos aceitar. É claro que mecanismos que possam agilizar o trabalho do TCU são bem-vindos e importantes, mas limitar a sua área de atuação e cercear o seu trabalho, isso é inaceitável, até porque isso também estaria... Como o TCU é auxiliar do Congresso, nós estaríamos atirando no nosso próprio pé; ou seja, nós estaríamos reduzindo as nossas próprias atribuições.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Encerrada a discussão. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado o parecer. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do consumidor e Fiscalização e Controle.

Item 10 da Pauta, página 270, "*altera a Lei n°. 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que dispõe sobre a remuneração dos profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária, para assegurar a aplicação do salário profissional e da jornada de trabalho para os servidores públicos dos Três Poderes da União, estados, Distrito Federal e dos municípios*". Autoria: Senador Ney Suassuna; relatoria: Senador Eduardo Azeredo. Relatório: pela rejeição da matéria por inconstitucionalidade e injuridicidade.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Tasso Jereissati, a quem nomeio relator *ad hoc* para proferir o relatório. Item 10, página 270. Como há consenso, senador, se V. Exa. quiser ler apenas a conclusão. Item 10, 270.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Pois não, Sr. Presidente. "*O Projeto de Lei do Senado n°. 147, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agrônoma e Veterinária para assegurar aplicação do salário profissional e da jornada de trabalho para os servidores públicos dos Três Poderes da União, estados, Distrito Federal e município.*

O projeto, de autoria do Senador Ney Suassuna, em exame nesta Comissão, em decisão terminativa, tem por finalidade fixar a remuneração dos profissionais diplomados nas carreiras que eu acabei de falar. Para isso, o nosso voto, o voto proferido pelo Senador Eduardo Azeredo é pela rejeição do projeto, em que pese o mérito da proposta, votamos pela rejeição do projeto, por não atender os princípios de constitucionalidade e juridicidade". É esse o voto do relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marcelo Crivella. Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Pedro Simon. Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Romeu Tuma. Senador Gim Argello. Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O parecer foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Em consequência o projeto foi rejeitado, a matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pois não, pela ordem. Senador João Pedro, voto consignado com o relator. Item 17.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela ordem, Presidente. Poderíamos iniciar o Item 1 da Pauta?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim. Só temos dois itens consensuais terminativos que exigem *quorum*, então vamos votar. Em seguida, faremos a votação.

Item 17, página 381. Projeto de Lei do Senado n°. 199, de 2008. "*Acrescenta o art. 1.589-A à Lei 1.0406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil, para outorgar direto real de habitação ao cônjuge detentor da guarda de filhos comuns*". Autoria: Senadora Kátia Abreu; relatoria: Senador Marco Maciel. Relatório: pela rejeição da matéria. Votação nominal.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Marco Maciel para proferir o relatório. Item 17, página 381.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Sr. Presidente, Senador Demóstenes Torres, Sras. e Srs. Senadores.

Sr. Presidente, não sei se é necessário que eu leia o relatório do projeto da Senadora Kátia Abreu, mas eu preferia já iniciar fazendo a análise do projeto. "*O PLS n°. 199, de 2008 não apresenta vício de regimentalidade. Com efeito, nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea 'd', do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são atribuídos, especialmente no mérito sobre Direito Civil.*

Examinando com atenção os termos da proposição, bem como as razões que animam, verificamos, não obstante a altivez de sentimento que a qualifica, que a inovação legislativa alvitrada apresenta sérios problemas de técnica legislativa, juridicidade e mérito, aos quais passamos a abordar.

Quanto à técnica legislativa, entendemos que o projeto está em desacordo com os termos de Lei Complementar 95, de 1998, que tem por objetivo proporcionar a utilização de linguagem e técnicas próprias, que garantam às proposições legislativas as características esperadas pela lei: clareza, concisão, interpretação unívoca, generalidade, abstração e capacidade de produção de efeitos.

A primeira objeção a ser feita diz respeito ao cotejo da ementa com o corpo do art. 1º do PLS nº 199, de 2008, que não obedece ao comando normativo previsto no art. 11, II, 'b', da Lei Complementar nº 95, de 1998, pois deixa de lado a norma prevista neste dispositivo que determina que a precisão normativa será alcançada pela repetição, no corpo do texto legal, das mesmas palavras, evitando-se, com isso, o emprego de sinonímia com propósito meramente estilístico; realmente, apenas confunde, sem o cuidado que a matéria exige, cônjuge, previsto no corpo da ementa, com a expressão 'pai ou mãe', citado no caput do art. 1º, da proposição que inclui o art. 1.589-A, ao conteúdo normativo do Código Civil.

A segunda objeção a que se refere ao art. 1º, do PLS em comento, diz também respeito ao art. 11, Item 3, letra 'b', da Lei Complementar a que já me referi e determina expressamente que a ordem lógica será obtida pela restrição de conteúdo de cada artigo da lei a um único assunto, somos compelidos a asseverar que não se deve confundir no mesmo artigo poder familiar (previsto no Parágrafo Único do art. 1º) com guarda de filho (mencionado no Parágrafo Único).

Ademais, note-se que a redação do caput do art. 1º da proposição é obscura e poderia, decerto, ser melhor formulada. E, para obedecer ao disposto no art. 11, inciso I, alínea 'b', e inciso III, alínea 'c', da Lei Complementar a que me referi, dever-se-ia ter redigido o mencionado dispositivo, com frases curtas e concisas, além de ter promovido a alteração legislativa alvitrada por meio da inclusão de parágrafos em artigo pré-existente do Codex, complementares à norma enunciada no caput do artigo alterado.

Por fim, cabe destacar que não se sabe qual situação jurídica que o dispositivo inovador pretende disciplinar. Com efeito, impende insistir, ainda, por altamente relevante para o caso, que a inovação legislativa alvitrada deixa de mencionar, sem qualquer justificação, que é nas ações de separação judicial e divórcio o fórum adequado para a discussão da guarda de filhos. É no âmbito daquelas ações, e repise-se, por expressa disposição legal, art. 1.584 do Código Civil, que os ex-cônjuges se pronunciarão a respeito da guarda dos filhos. Realmente, o Código Civil fixa, mediante prévia decisão judicial, que a guarda do filho menor incumbirá àquele que revelar melhores condições de exercê-la, sob os critérios das relações de afeto, saúde, segurança e educação.

É quanto à juridicidade, contudo, que o projeto revela a extensão da sua vulnerabilidade. Como se sabe, a juridicidade de uma norma pode ser aferida com esteio nos seguintes critérios: adequação, em primeiro lugar; a generalidade; terceiro lugar, inovação ou

originalidade da matéria; em quarto lugar coercitividade potencial e finalmente item quinto, compatibilidade com os princípios diretores do sistema de direito pátrio ou com os princípios especiais de cada ramo particular da ciência jurídica.

Especificamente, por ausência de compatibilidade, impassível de aproveitamento, revela-se a proposição em comento, porquanto em nada se coaduna com o ordenamento jurídico positivo, pois o núcleo da alteração legislativa alvitrada não se harmoniza com a redação dos arts. 1.575 e 1.581 do Código Civil, no que se refere à partilha de bens, decorrente da dissolução da sociedade conjugal.

O fato é que nos parece anacrônico que há mais uma desavença a ser tratada nas ações de separação judicial e divórcio, haja vista que a alteração legislativa alvitrada priva um dos cônjuges de sua meação, o que já é motivo suficiente para ensejar o conflito pela guarda dos filhos. Note-se, a propósito, que a alteração legislativa pretendida compelirá aos ex-cônjuges nas ações de separação judicial e divórcio a disputar a guarda dos filhos, não porque deseje o melhor para as crianças ou adolescentes, mas para prejudicar o outro ex-cônjuge através da perda do seu patrimônio que se materializa por meio de seu abandono do lar conjugal. Não é a questão da guarda dos filhos menores que está em jogo na presente proposição, quando se fala do direito real de habitação sobre o imóvel destinado à residência da entidade familiar. O direito disputado neste caso reporta-se somente à posse permanente ao usufruto do imóvel por um dos cônjuges por regra geral pertencentes a ambos, que deve ser partilhado nos autos da ação de divórcio ou separação judicial.

O voto, por consequência, em que pese os nobres propósitos da Senadora Kátia Abreu, a quem tanto admiro e cujo exercício do mandato aqui, no Senado Federal, tem sido dos mais produtivos, em que pese todas essas ressalvas, não tenho, Sr. Presidente, como acolher a referida proposição e os objetivos colimados no PLS 1.999/2008. Este é o meu parecer.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Presidente, eu peço vista do Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vista concedida.

Requerimento. "*Em aditamento ao Requerimento n°. 127/2009, CCJ, que trata da realização da Audiência Pública, com a finalidade de instituir o substitutivo da Câmara dos Deputados, PLS 213, de 2008, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, sugiro que seja incluída como convidada a Dra. Roberta Fragoso Menezes Kaufmann, Procuradora do Distrito Federal*". Senador Alvaro Dias. Em discussão. Não havendo quem discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Item 18. *Projeto de Lei do Senado n°. 28, de 2009. Página 390. "Altera o art. 475, da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 73, Código de Processo Civil, para dispensar o reexame necessário nos casos que especifica"*. Autoria: Senador Jefferson Praia; relatoria: Senador Osmar Dias, parecer: pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Osmar Dias. Página 390, para proferir o relatório. E peço aos senhores silêncio para que nós possamos votar. Senador Osmar Dias.

Silêncio, por favor.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, é o Projeto de Lei do Senado n°. 28, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, que acresce um novo parágrafo ao art. 475, do Código de Processo Civil, com o objetivo de excluir o duplo grau de jurisdição, a sentença homologatória de acordo ou transação para pôr fim a litígio judicial. Presidente, como ninguém está escutando o meu parecer, eu vou ler o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu peço aos senhores... Todos os dias é a mesma coisa, os senhores se reúnem aqui do lado e no fundo e não param de conversar. Então os senadores não têm condição de discutir. Eu vou colocar um telão lá fora e tirar a assistência, que é a única maneira de poder fazer aqui uma sessão. Estou pedindo silêncio desde o início da sessão, todos os dias é a mesma coisa. Então eu peço aos senhores, por favor, colaborem para o que Sr. Senador possa fazer a leitura do seu relatório.

Com a palavra o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, como ninguém está ouvindo, eu vou ler só o voto.

Eu já sei o que está escrito no relatório. Como não há ninguém interessado, eu leio o voto. "*Em face de todo o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei n°. 28*".

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação.

Senadora Serys Slhessarenko. Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Gilvam Borges. Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valdir Raupp. Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Sr. Presidente, com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Osmar Dias, relator.

O parecer foi aprovado por unanimidade.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): V. Exa. chamou o PT?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não me lembro de ter sido chamado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 4 da Pauta. Página 166. "*Projeto de Lei do Senado n°. 116, de 2000, exclui de ilicitude a ortotanásia, altera o Código Penal*". Autoria: Senador Gerson Camata; relatoria: Senador Augusto Botelho. Relatório: pela aprovação da matéria, com duas emendas que apresenta.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Augusto Botelho para proferir o relatório.

Peço aos Srs. Senadores, essa matéria é da maior relevância para o Brasil.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, "*o Projeto de Lei do Senado n°. 116, de 2000, é de autoria do Senador Gerson Camata. Tem o objetivo de excluir de ilicitude a prática chamada ortotanásia. Nesse sentido, assim preceitua a proposição: art. 1: 'Acrescenta-se aos §§ 6º e 7º, do art. 121, do Código Penal, a seguinte redação: exclusão de ilicitude'.*

§ 6º: 'Não constitui crime deixar de manter a vida de alguém por meio artificial, se previamente atestada, por dois médicos, a morte como iminente e inevitável, e desde que haja consentimento do paciente, ou em sua impossibilidade, de cônjuge, companheiro, ascendente, descendente ou irmão'.

§ 7º: 'A exclusão de ilicitude a que se refere o parágrafo anterior, faz referência a renúncia ao excesso terapêutico e não se aplica se houver omissão de meios terapêuticos ordinários ou dos cuidados normais devidos a um doente, com o fim de causar-lhe a morte'. Dessa forma, a norma prevista no § 6º, que

se pretende acrescentar ao art. 121, do Código Penal, diz que não constitui crime deixar de manter a vida de alguém por meio artificial, se previamente atestada, por dois médicos, a morte como iminente e inevitável, desde que haja consentimento do paciente, ou, em sua impossibilidade de cônjuge, companheiro, ascendente, descendente ou irmão. Já o preceptivo contido no parágrafo que se pretende acrescentar ao art. 121, do Código Penal, como § 7º, procura temperar a norma do § 6º, ao estabelecer que a exclusão de licitude diz respeito à renúncia ao excesso terapêutico e não se aplica se houver omissão de meios terapêuticos ordinários ou dos cuidados normais devidos a um doente com fim de causar-lhe a morte.

Na justificação, o ilustre autor da proposição argumenta que, cada vez, com mais frequência, a morte tem lugar em hospitais, crescentemente orientados ao cuidado intensivo por meio da utilização de tecnologia agressiva, o que tem levado à profanação do corpo humano em homenagem à ciência e às técnicas médicas. Com a consequente perda da naturalidade e espontaneidade que a morte tinha em tempo não muito longínquo. Em face dessa situação, defende-se prática da ortotanásia, com base no direito de que a pessoa tem de humanizar o seu processo de morte, evitando prolongamentos julgados irracionais e cruéis.

Ainda em 2003, o então relator da matéria, Senador José Maranhão, apresentou relatório concluindo pela inconstitucionalidade da proposição, que não chegou a ser votada nessa Comissão. No caso de 2005, o senador relator apresentou requerimento no sentido de realização de Audiência Pública nessa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o tema ortotanásia; no entanto, infelizmente tal audiência não foi realizada. Ao final da legislatura anterior, 52ª, a proposição foi arquivada, contudo, a matéria foi desarquivada em razão de Requerimento 176, de 2007, apresentada pelo então Senador Gerson Camata e mais 26 Srs. Senadores. Em decorrências da renúncia do Senador José Maranhão para ocupar o cargo de Governador do Estado da Paraíba, a iniciativa foi atribuída a este relator.

Examinando a matéria, verificamos a complexidade que a envolve, em face especialmente dos aspectos médicos, espirituais e morais que a ela dizem respeito, e concluímos que não seria adequada a elaboração de relatório antes da realização da Audiência Pública sobre o assunto, com o objetivo de ver acumulada uma maior reflexão a respeito. Assim, entendemos que não seria o caso de simplesmente aprovar ou rejeitar o parecer relativo à proposição em tela, desperdiçando a oportunidade para que o tema da ortotanásia e suas implicações sejam discutidos no Congresso Nacional em proveito da sociedade brasileira.

Por essas razões, solicitamos a realização de Audiência Pública para a matéria ser debatida com a presença de médicos, advogados, especialistas em bioética, dentre outros interessados, como, aliás, sido sugerido pelo relator anterior da proposição, o Senador José Maranhão. A Audiência Pública foi realizada em 17 de setembro e teve a participação de diversos especialistas da matéria que trouxeram preciosas informações e expressivas análises sobre o tema. Não foram apresentadas emendas à matéria".

Análise. "*Cabe a esta Comissão proferir decisão terminativa sobre a matéria em pauta, nos termos do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal. Preliminarmente temos que a matéria em referência diz respeito a tema dos mais difíceis e espinhosos, uma vez que pretende estabelecer como excludente de ilicitude uma espécie da chamada ortotanásia, que conste na interrupção do emprego de recursos da medicina com o objetivo de deixar o enfermo morrer naturalmente.*

Cabe também ressalvar que a ortotanásia distingue-se frontalmente da eutanásia, pois esta última, eutanásia, se caracteriza pelo fato de que a morte do doente terminal advém do cometimento de ato que a provoca, enquanto que na ortotanásia não há práticas de tal ato, resultando a morte da abstenção de procedimentos médicos considerados invasivos. No que diz respeito à constitucionalidade da matéria, cumpre ressaltar que a Constituição Federal garante aos brasileiros e estrangeiros residentes do país a inviolabilidade do direito à vida, consoante previsto no caput do seu art. 5º. E devemos consignar que, com base nesse preceptivo magno, há correntes de interpretação do Direito que entendem que a garantia da inviolabilidade do direito à vida, posto na Constituição, implica na indisponibilidade desse direito, inclusive por parte de seu titular e de seus representantes legais. Assim, para essa corrente de interpretação, o projeto ora examinado seria inconstitucional. Entretanto, cabe ponderar que a Constituição Federal em seu art. 1º, 3º estabelece como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil a dignidade da pessoa humana e com base nesse normativo parece-nos ser possível concluir que a Constituição dá guarida à disposição de vontade de pessoas ou de seus representantes legais que, estando em situação de vida terminal, optam pela sensação de intervenção que consegue manter-lhe a vida, mas em condições tais de sofrimentos que lhes afeta a dignidade como pessoa humana.

A proposta, sabemos que hoje a tecnologia médica pode manter a vida orgânica por tempo indeter-

minado, ainda que não haja possibilidade de recuperação das funções cerebrais. Cabe também registrar o que Conselho Federal de Medicina, CFM, aprovou a Resolução 1.805, de 2006, que estimula que, na fase terminal de enfermidades graves e incuráveis é permitido ao médico limitar ou suspender procedimentos e tratamentos que prolonguem a vida do doente, garantindo-lhe os cuidados necessários para aliviar os sintomas que levam ao sofrimento, na perspectiva de uma assistência integral, respeitada a vontade do paciente ou de seu representante legal.

Entretanto a Justiça Federal, por decisão do Juiz Roberto Luiz Luchi Demo, titular da 14ª Vara da Circunscrição do Distrito Federal, concedeu liminar suspendendo a supracitada decisão do CFM, a pedido do Ministério Público Federal. E o fundamento para limitar a liminar concedida foi de que a aplicação da resolução referida implicava na legalização indevida do crime de homicídio, o que com a devida vênia, entendemos como um despropósito.

Desse modo, torna-se necessário que o Congresso Nacional efetivamente analise e decida sobre a matéria. Para tanto, a audiência, realizada no dia 17 último de setembro, foi muito positiva, pois diversos especialistas em áreas afins ao tema trouxeram avaliações, análises e mesmo propostas. Destacamos, assim, a participação do Dr. Aristóteles Atheniense, ex-Vice Presidente do Conselho Federal da OAB do Brasil...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu peço que chamem a Polícia do Senado para que nós possamos evacuar a sala, tirar as pessoas da sala. Quem estiver sentado, permaneça; quem for assessor, jornalista, fotógrafo permaneça. Os demais, por favor, fora da sala. A partir de agora, nós não vamos tolerar isso, e, a partir da semana que vem, a lotação vai ser as cadeiras que nós temos aqui, porque não dá mais para fazer sessão desse jeito. Então, peço à Polícia do Senado que identifique todos que estão aqui, quem for jornalista, fotógrafo, permaneça, e quem estiver sentado. Então a única exceção para ficar em pé é jornalista e fotógrafo, os demais, por favor, nós não vamos mais tolerar, porque não dá para fazer sessão desse jeito, virou brincadeira. E a partir da semana que vem...

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): E assessor tem que sair?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Assessores dos senadores podem permanecer também com a devida... Porque também contribui muito para o barulho. Então eu peço que aconteça isso. E partir da semana que vem, a Polícia do Senado já toma conta para que a lotação permaneça no tolerável, naquelas cadeiras que já existem, porque, senão, o tumulto impede que a sessão seja realizada a contento.

Peço desculpas aos senhores, mas tentei de todas as formas evitar que isso acontecesse, mas os senhores não compreendem. Então muito obrigado. Peço a Polícia do Senado que tome a providência para assegurar a ordem na sessão.

Continua com a palavra o relator Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): "*Destacamos assim a participação do Dr. Aristóteles Atheniense, ex-Vice Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que defendeu o Projeto de Lei que ora discutimos e também a Resolução do CFM acima referida, que recebeu a aprovação da OAB e também da Conferência Nacional dos Bispos, CNBB, do Brasil. Também se pronunciou o Dr. Paulo Silveira, Presidente da União dos Juristas Católicos, que argumentou que, nos casos de ortotanásia, não cabe falar em crime, porque não se trataria de acelerar ou antecipar a morte, mas tão-somente de se evitar a adoção de determinados tratamentos extraordinários e desproporcionas que, com custos gravosos para o próprio paciente em estágio terminal e para a sua família, prolongariam artificialmente a vida. É que, no seu entender, não há uma conduta fatídica ou tipo penal que expresse que a não adoção de tratamentos desproporcionais gravosos para o próprio paciente terminal seja tipificada como crime. Por essas razões, opinou no sentido de que o local mais adequado para a matéria ser tratada no Código Penal seria o Capítulo III do Título IV da Parte Especial, que trata dos crimes de periclitação da vida e da saúde, e não o Capítulo I dos mesmos títulos e partes, que dispõe sobre os crimes contra a vida. Também fez uso da palavra o Dr. Volnei Garrafa, Professor de Bioética da Universidade de Brasília, manifestando-se também favorável à proposição.*

Finalmente, manifestou-se o Dr. Edson de Oliveira Andrade, Presidente do Conselho Federal de Medicina, que opinou favoravelmente ao Projeto de Lei de que se trata e defendeu a Resolução do CFM acima referida, que, conforme informou, foi discutida e analisada no âmbito do Conselho por dois anos, antes de ser aprovada e entrar em vigência. Portanto, os profissionais que prestaram depoimento opinaram em sentido favorável à proposição em tela. Ressalte-se o fato de que os palestrantes são oriundos de instituições diversas, desde a União dos Juristas Católicos, posicionando-se de acordo com a CNBB, até o Conselho Federal de Medicina, passando por representantes da advocacia e da Universidade.

Em face de toda discussão efetivada no âmbito desta Casa, entendemos que a proposição do Senador Gerson Camata deve ser acolhida, por constitucional e pelo seu mérito, nos termos de emenda que apresentamos, na qual estão acolhidas as ponderações do Dr. Paulo Silveira, da União dos Juristas Católicos, no sentido de transferir a alteração proposta do Capitulo do Código Penal que trata dos crimes contra a vida para o Capítulo que trata dos crimes de periclitação da vida e da saúde. Entendemos, ademais, que a vigência da lei proposta não deverá ocorrer imediatamente, na data de sua publicação, mas em prazo razoável para a adaptação dos hospitais e para o necessário conhecimento de médicos e outros profissionais de saúde, pacientes, familiares e outros interessados nas regras que ora se pretende adotar".

Do Voto, Sr. Presidente. *Ante todo o exposto, o nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado n°. 116, de 2000 e quanto ao mérito pela sua aprovação nos termos das seguintes emendas. Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do PLS 116, de 2000: Art. 1º: 'Acrescente-se ao decreto...*" O que houve aqui apenas foi a mudança do código no qual foi enquadrado. Então esse é o meu voto. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só um instante, por favor. É só para esclarecer. O voto foi lido. O que é que está sendo proposto aqui? É algo diferente da eutanásia. Eutanásia é a morte a pedido de alguém, alguém pedir para morrer e o outro executar a pedido. A ortotanásia, pelo que está escrito aqui, ela se transforma em causa de exclusão de ilicitude, passa a não ser crime quando o paciente, alguém, só está sobrevivendo por conta de um meio artificial e a morte é inevitável. E como é que se chega à conclusão que essa morte será inevitável, ou ela é inevitável? Se, previamente, dois médicos atestarem que a morte é iminente e inevitável, o paciente vai morrer. E assim o paciente fica...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Porque inevitável, infelizmente, ela é para todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente. Mas naquela circunstância. Então o paciente consente que possa acontecer isso, ou seja, que o aparelho possa ser desligado, ou então se ele já estiver em estado de inconsciência, o que deve ser a hipótese mais provável, o seu cônjuge, companheiro, pai, mãe, filho, irmão, quem tiver nessa condição, pode autorizar que os aparelhos sejam desligados.

E é óbvio que se alguém fizer isso, ou seja, utilizar do seu conhecimento médico para atestar falsamente, diz o § 7º: "*A exclusão de ilicitude, a que se refere o parágrafo anterior, faz referência à renúncia ao excesso terapêutico e não aplica se houver omissão de meios terapêuticos ordinários ou dos cuidados normais devidos a um doente, com fim de causar-lhe a morte. Nesse caso, a pena é até aumentada*".

Então a proposta é essa, a ortotanásia. No caso de morte inevitável, atestado por dois médicos, como disse o senador, iminente e inevitável, quer dizer, a morte é inevitável para todos, mas naquela situação pode o paciente, ou se ele estiver inconsciente, algum dos seus familiares que tem responsabilidade por ele, autorizar para que os aparelhos sejam desligados e ele possa morrer. A discussão é essa.

Então com a palavra... Quem pediu primeiro? Senador Suplicy. Suplicy, Romeu Tuma e Gerson Camata, os que se inscreveram até o momento. Com a palavra V. Exa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, conforme V. Exa. chamou-nos a atenção, se trata de um projeto de grande relevância. E lendo a justificativa do Senador Gerson Camata, autor, se observa que ele colocou com muito cuidado os pareceres de responsáveis pelas religiões, as mais diversas, seja do judaísmo, do catolicismo, do cristianismo, das diversas religiões orientais e todas, e normalmente colocou que a maior parte ou quase todos os responsáveis por estas religiões estão de acordo com esta proposição, por exemplo, só para citar uma das citações, que na *encíclica evangelium vitae*, o Papa João Paulo II afirmou que se opõe ao excesso terapêutico, que a renúncia em meios extraordinários ou desproporcionados não equivale ao suicídio ou à eutanásia, aceitação da condição humana defronte a morte, que é licito o suprimir a dor por meio de narcóticos, bem como a consequência delimitar a consciência, abreviar a vida, a eutanásia é uma violação grave da lei de Deus, condena o suicídio, a marginalização ou mesmo a rejeição dos idosos é intolerável, e, portanto, condena a eutanásia, mas observa que esta proposição da ortotanásia é algo que a própria Igreja considera adequado.

E eu gostaria também de ressaltar o parecer muito cuidadoso e responsável do Senador Augusto Botelho, que, com a autoridade de ser médico, fez um parecer muito bem feito, inclusive ressaltando a opinião do Dr. Paulo Silveira, Presidente da União dos Juristas Católicos, ao argumentar que nos casos de ortotanásia não cabe falar em crime porque não se trataria de acelerar ou antecipar a morte, mas tão-somente se evitar a adoção de determinados tratamentos extraordinários e desproporcionais que com custos gravosos para o próprio paciente em estado terminal para a sua família prolongariam artificialmente a vida. Então, diante da própria audiência que é a vida e dos argumentos

apresentados, me sinto pronto para votar e responsavelmente acatar o autor e o parecer dos Senadores Gerson Camata e Augusto Botelho respectivamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, o relatório do Senador Camata, ele vai buscar inclusive na religião, na palavra do Papa, a possibilidade de que V. Exa. demonstrou na diferença, que é a ortotanásia.

Eu queria aqui lembrar, Senador José Agripino, quando eu tive enfarte e fui operado de emergência, fiquei na UTI alguns dias, e, durante minha estada lá, uma senhora teve três paradas cardíacas que foram socorridas imediatamente com equipamentos que trouxeram de volta a vida; na quarta vez, o chefe da equipe disse que não mais o fizessem, que deixassem o organismo reagir à medida que fosse possível sobreviver ou não. É claro que, meia-hora depois, a senhora teve outra parada cardíaca e veio a falecer. Eu só ouvia, porque acabaram botando um biombo para que eu não me influenciasse com os problemas.

Também queria lembrar uma coisa que entristeceu muito ao país, a morte de Tancredo Neves. Tancredo Neves, Presidente Demóstenes, quando passou por período longo no Incor, em fase aguda da doença, foi trazido dos Estados Unidos um intensivista, um médico só para a UTI, que conseguiu mantê-lo vivo através de equipamentos de pulmão artificial, coração artificial, depois eu fui levá-lo ao aeroporto e eu disse: "Como é, o senhor desistiu?" Ele falou: "Não adianta, a gente fica procrastinando a vida de uma pessoa que não tem mais condição de sobreviver, então é melhor deixar a reação natural do que pode ou não acontecer com a vida, e que botando equipamento artificial pode levar um ano".

Então isso não traz uma tranquilidade, menos sofrimento ou mais angustia ou menos angustia à família, então a reação do corpo tem que ser natural, a gente usa instrumento de recuperação, há aqueles que têm a capacidade sobreviver. Então, eu acho que o projeto vem de encontro ao que vem acontecendo há muito tempo, só que legalmente era considerado a possibilidade de abertura de processo por homicídio. É isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, eu quero primeiro agradecer a V. Exa. que colocou esse projeto à discussão, agradecer o apoio que tenho recebido e espero que seja de todos os senadores, agradecer ao eminente médico e advogado do Espírito Santo, Dr. José Antônio Martinez, que foi um dos co-autores desse projeto.

Na página 177 estão aí todos os documentos de todas as religiões que apóiam e aprovam a realização da ortotanásia, *orto*s é direito é *thanatos* é morte, não da eutanásia e nem da distanásia, que é a morte provocada. Há outro interessante dizer que o meu projeto entrou aqui no ano 2000. Na falta de legislação, os médicos que não sabem o que fazer numa hora dessa, o Conselho Regional de Medicina publicou uma portaria, mas o Supremo considerou inconstitucional que só a lei do Congresso Nacional pode regular sobre a vida e não uma portaria do Conselho Regional de Medicina. Também na falta desses documentos, de um documento legislativo sobre isso, os médicos pediram e a Assembléia Legislativa de São Paulo aprovou uma lei autorizando a ortotanásia, também considerada inconstitucional porque uma assembléia legislativa não pode legislar sobre a vida, só pode fazer isso o Congresso Nacional. No documento estão aí pareceres de encíclicas papais, pareceres do Papa, pareceres da igreja ortodoxa, pareceres dos hinduístas sobre o carma e o desencarma, todo o embasamento teológico e filosófico que embasa a necessidade da aprovação do projeto, como V. Exa. bem assentou, Sr. Presidente, a quem eu fico agradecido.

E dizendo, não é... É preciso dois médicos que atestem e se o paciente estiver em estado de inconsciência, algum parente ascendente que também, junto com os dois médicos, atestem isso. A classe médica brasileira precisa desse documento porque a maioria dos médicos diante da dúvida, acabam provocando sofrimentos e dores na família, porque eles têm medo de agir porque não existe um documento legal que permita a ação deles. De modo que desde o ano 2000 e que está sendo... que eu apresentei esse projeto, nove anos, já várias tentativas da classe médica de regularizar a situação não puderam ser efetuadas porque os médicos não podem legislar, e nem os seus conselhos, sobre a lei. E V. Exa. colocou isso muito bem e eu agradeço a V. Exa., Sr. Presidente, como jurista que V. Exa. é.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Sr. Presidente, em que pese os nobres objetivos do Senador Gerson Camata e a exposição que ele acaba de fazer, eu solicito para que possa fazer uma melhor análise da questão, vistas da proposição.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Vista coletiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vista concedida. A matéria volta na próxima semana. Vista coletiva concedida.

Item 1 da Pauta.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador....

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Uma observação. Para não restar nenhuma dúvida sobre esse problema da ortotanásia. Nós temos os exemplos do João Paulo II, que preferiu morrer dentro da sua casa, não numa UTI, numa unidade. E eu sou médico do interior de Roraima, é um costume das pessoas lá, as pessoas mais idosas, dizerem que preferem morrer junto com a família, então quando chega numa situação que a gente vê que a pessoa não tem volta, a gente conversa e permite que ele vá para casa, e assisti muitas pessoas morrerem em casa, muitos amigos meus, amigos do meu pai. Mas do ponto de vista legal isso não era uma coisa muito... Não tinha uma lei me protegendo, se quisessem fazer confusão comigo depois, poderiam fazer, mas eu só fazia isso quando existia grande confiança entre eu, o médico, a família e o paciente. Então o próprio Papa que dei o exemplo, disse, ele não quis ficar na UTI, ele optou para ir para a casa dele, ele sabia que ia morrer, que ele morreu, morreu na casa. E as pessoas que morrem dentro de casa, a diferença que eu vejo entre os que morriam no hospital, que eu acompanhei mortes dentro de hospital e em casa, a pessoa morre com mais dignidade, os netos entram no quarto a hora que querem, a família vai e sai, os amigos vão visitá-lo, de manhã, de tarde, de noite, qualquer hora, até prolonga mais a vida da pessoa quando ela vai para casa; quem fica no hospital morre primeiro, quem vive em casa, vive mais um pouco. É claro que tomando-se todos os cuidados para não sentir dor, para ter cuidado da dignidade e os curativos serem feitos oportunamente, todos os cuidados têm que continuar. A pessoa só vai parar de ficar tomando remédio ou botando aparelho para prolongar a vida e a vida na UTI com um monte de aparelho, sem consciência, não sei bem se é uma vida digna de a gente ficar ali, se você não tiver mais jeito, mas se ainda tiver um luzinha lá no fim no túnel, mesmo que seja uma vela de aniversário pequenininha, você tem que lutar e tem que se manter a vida da pessoa.

Então eu fiz esse... Eu sou católico, frequento a igreja e tudo e tenho convicção de que fiz esse projeto fazendo o melhor que eu posso fazer para os meus irmãos seres humanos em relação à sua morte. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 1 da pauta. Página 32. Projeto de Lei do Senado n°. 150, "*dispõe sobre a repressão ao crime organizado e dá outras providências*". Autoria: Senadora Serys Slhessarenko; relatoria: Senador Aloizio Mercadante. Houve pedido de vista do Senador Valdir Raupp. Consulto ao Senador Valdir Raupp se há manifestação decorrente do pedido de vista.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, eu já fiz distribuir, entreguei à Mesa e às Sras. e Srs. Senadores, uma emenda e gostaria que o nobre relator, Senador Aloizio Mercadante, pudesse acatar essa emenda. Se, por acaso, não for acatado, eu vou ter que apresentar um destaque, mas eu sugiro... Eu pediria encarecidamente que o nobre Senador Aloizio Mercadante pudesse acatar, que o texto ficaria mais claro, não deixaria muita dúvida quanto ao texto original.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, eu queria retomar para todos os senadores, esse é um projeto que nós estamos discutindo há muito tempo. É uma contribuição extremamente importante que a Senadora Serys Slhessarenko deu ao Brasil, e o Ministério da Justiça, o Presidente do Supremo, o Procurador-Geral da República, as instituições que representam o Ministério Público, as Polícias Federal e Civil, a Associação de Magistrados do Brasil, a OAB, o Banco Central, a Receita Federal do Brasil, todos se debruçaram para aprimorar essa iniciativa que se trata de compatibilizar a Legislação Brasileira com a Convenção da ONU em Palermo, para que o Brasil possa ter uma legislação... Eu pediria só silêncio, Presidente. Para que o Brasil possa ter uma legislação moderna, compatível com o esforço proposto pela ONU, nessa Convenção de Palermo, para o combate ao crime, às organizações criminosas e ao crime organizado, inclusive muitas vezes globalizado.

O que é que esse projeto traz de relevante? Ele tipifica as organizações criminosas de uma forma bastante detalhada para o enquadramento do objeto desta lei, ele aumenta as penas dos criminosos envolvidos, quando se trata de uma organização criminosa. Aprovada esta lei, para dar um exemplo recente, aquele criminoso Fernandinho Beira-Mar jamais teria tido apenas 15 anos de condenação, ele seguramente pegaria a pena máxima pelo acréscimo que esta lei daria ao júri para a punição desses criminosos. Esta lei permite a infiltração policial sob a administração da Justiça, estabelece as regras e as condições. Ela permite as operações controladas, que muitas vezes são funda-

mentais especialmente no combate ao narcotráfico, ao contrabando. Então é mais um instrumento para a inteligência policial, para o Ministério Público operarem no combate a essas organizações. Ela especifica o Estatuto da Delação Premiada, que é outro instrumento necessário ao combate a essas organizações. E, finalmente nós conseguimos avançar numa matéria muito sensível que é a competência do Ministério Público e das Polícias Federal e Civil no processo de investigação em todas as etapas do inquérito, até a ação a ser proposta pelo Ministério Público.

Então, com isso, nós construímos aí um amplo entendimento com todas essas instituições. Eu fiz alguns aprimoramentos, primeiro uma subemenda no que diz respeito ao problema da delação premiada. O Ministério Público e a Polícia demonstraram preocupações com o inciso IX do art. 4º, que dizia o seguinte: as partes podem retratar-se da proposta, caso em que as provas auto-incriminatórias produzidas pelo colaborador não poderão ser utilizadas em seu desfavor, ou seja, quando um indivíduo participa como colaborador da delação premiada, o objetivo do texto era evitar que ele produzisse prova contra si mesmo, que evidentemente a Constituição Brasileira não permite e o Direito Internacional tampouco; no entanto, para não permitir nenhuma ambiguidade nesse texto, nós concluímos a seguinte expressão: "*as partes podem retratar-se da proposta caso em que as provas auto-incriminatórias produzida pelo colaborador não poderão ser utilizadas exclusivamente em seu desfavo*r", ou seja, aquilo que ele contribuiu para o combate à organização criminosa permanece nos autos, só será retirado aquilo que possa ser prova contra ele, colaborador, que está participando da delação premiada. Então com isso o texto fica mais preciso, evita qualquer ambiguidade e evita a farsa do indivíduo que se presta a colaborar e ao final do processo diz que não quer mais colaborar e prejudica todo o processo de investigação. Então com esse rigor, nós estamos permitindo que ele não produza prova contra si mesmo, ninguém pode ser obrigado a isso, mas aquilo que fica como contribuição à investigação permanecerá nos autos.

O segundo aprimoramento é no art. 5, inciso II, onde diz ter nome, qualificação e imagem e demais informações pessoais preservadas no inquérito conduzido por delegado de polícia de carreira nos autos de peça de informação formalizados pelo Ministério Público. Nós simplesmente colocamos formalizados pelo Ministério Público e no processo criminal, salvo se houver decisão judicial em contrário. Porque os autos de peça de informação são instrumentos próprios do Ministério Público, portanto formalizados pelo Ministério Público.

A outra emenda também de redação é no art. 9º § 4º. Ao término da diligência... está escrito agora "*elaborar-se-á auto circunstanciado acerca da ação controlada*". Ou então: "*ao término da diligência elaborar-se-á auto circunstanciado acerca da ação controlada*", porque é fundamental que haja o controle judicial dessas ações e essa expressão aprimora o texto original.

A nossa quinta emenda é no art. 26, acrescentamos também uma emenda de redação, sem prejuízo do disposto na Lei 9.807 de 13 de julho de 99, o Juiz poderá determinar em decisão fundamentada, ou antes ou durante o processo criminal, a preservação do nome, endereço e demais dados de qualificação da vítima ou de testemunhas, assim como do investigado ou acusado colaborador, ou seja... eu peço silêncio, Presidente, por favor. Aqui está dizendo o seguinte, que antes ou durante o processo, o Juiz pode determinar o sigilo, especialmente das testemunhas ou no caso do colaborador objeto da delação premiada.

E resta a última questão, que é objeto de uma emenda do Senador Valdir Raupp, que é o art. 16 que foi o que exigiu uma longa negociação, esse artigo é objeto de 14 ADINs no Supremo Tribunal Federal, algumas decisões de turma nós já tivemos sobre a relação entre Ministério Público e Polícias no processo de investigação. O que é que é o texto que nós aprovamos? Propusemos na semana passada? O delegado de polícia de carreira e/ou Ministério Público poderão requisitar, da forma fundamentada, o fornecimento de dados cadastrais, registros, documentos, informações fiscais, bancárias, financeiras, telefônicas, de provadora de rede mundial de computadores Internet, eleitorais ou comerciais, ressalvados, protegidos por sigilo constitucional. Ou seja, aquilo que não está no sigilo constitucional, o delegado no inquérito ou Ministério Público, no processo, poderão solicitar estas informações.

Então seria uma forma de você... e acrescentamos que isso obrigatoriamente tem que estar no inquérito, no pedido de ação de informação...

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra o senador... o senador ainda não concluiu.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O que é que propõe o Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu acho que é melhor ler a minha emenda, porque a minha emenda não mexe em absolutamente nada, ou quase nada, do que V. Exa. está apresentando. Não mexe com pena, não mexe com delação premiada, ela só muda pequenas coisas do art. 16, que é nas com-

petências, que eu acho que nós não devemos aumentar o poder da Polícia e do Ministério Público para um Promotor de início de carreira, um Delegado ampliar os seus poderes, isso é um risco, eu acho que é um... Eu queria ler depois a minha emenda porque parece que eu estou contra o projeto...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, não. Eu estou tratando o art. 16 que é objeto da emenda do Senador Valdir Raupp. Eu ia ler a emenda e fazer uma avaliação e tentar conduzir ao entendimento dessa matéria. Mas se V. Exa. fizer a emenda, não há nenhuma objeção, V. Exa. pode ler a emenda e em seguida eu dou o meu parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu posso só dizer qual é o centro da polêmica? O centro da polêmica é o seguinte. Os dois artigos dizem exatamente a mesma coisa, exatamente mesma coisa. Só que nós aprovamos aqui um projeto que diz o que é que são esses dados cadastrais. Por exemplo, sem o membro do Ministério Público ou o delegado, pode pedir diretamente ao banco o número da conta ou quantas contas têm Fulano, Beltrano e Cicrano.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Permita, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas só não pode pedir os dados, porque isso é sigilo bancário, aí depende do Juiz, por exemplo, movimentou, transferiu dinheiro, fez isso, fez aquilo e etc., isso precisa do magistrado. Pode saber diretamente quantos telefones tem Fulano e qual o número desses telefones, mas não pode saber as ligações que ele fez e tal e etc., porque isso é sigilo telefônico e depende do Juiz. Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente, eu vejo que vai muito bem o relatório do Senador Aloizio Mercadante, mas eu vou tentar ser bem terra a terra, para nós, quem sabe, chegarmos a uma conclusão. Fulano de Tal é suspeito de pertencer, Senador Mercadante, a uma organização criminosa, então a Polícia requer dados sobre essa pessoa. Os dados são nome, endereço, telefone, CEP, CPF essas coisas lá. Agora, dados referentes à movimentação financeira, licença para fazer escuta telefônica, me parece que é um tanto abusivo nós deixamos isso nas mãos meramente da polícia e do Ministério Público, é preciso autorização judicial, se é que a gente preza o império da lei e a democracia.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Tanto é que diz assim a emenda, por isso que eu digo que é exatamente a mesma coisa. O delegado de polícia de carreira e o Ministério Público poderão requisitar de forma fundamentada o fornecimento de dados cadastrais, registros, documentos, informações fiscais, bancárias, financeiras, telefônicas, de provedores da rede mundial de computadores Internet, eleitorais ou comerciais, ressalvados os protegidos por sigilo constitucional e legal, que são justamente esses que mencionou o senador...

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu gostaria de fazer a leitura da minha emenda, Sr. Presidente. Senão pode estar havendo alguma dúvida. Se V. Exa. permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agora, tem um outro projeto que nós já aprovamos nesse sentido. Então se o Senador Mercadante, que está com a palavra, permitir, fala o senador para ler a emenda, volta a V. Exa....

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ele pode ler a emenda e depois eu gostaria de concluir o meu parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Depois nós abrimos o debate e já passando a palavra ao Senador Dornelles. Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): "*Art. 16. Dê-se ao art. 16, substitutivo do PLS 150, de 2006, a seguinte redação: 'O delegado de carreira e judiciária e o Ministério Público poderão, desde que precedido de autorização judicial, requisitar o fornecimento de informações fiscais, bancárias, comerciais, eleitorais, telefônicas e de provedores da rede mundial de computadores Internet. § 1º: o requerimento para fins de autorização judicial de que trata esse artigo deverá fundamentadamente especificar as pessoas físicas e jurídicas objeto da investigação, bem como o período a ser investigado. 2°: a exigência de autorização judicial não se aplica a dados da natureza cadastral, que deverão entregar o inquérito policial, os autos de peças de informação ou a denúncia. 3°: na requisição de que trata esse artigo, deverá constar obrigatoriamente e nome e cargo da autoridade judicial, bem como a data em que foi expedida autorização. 4°: a autoridade requisitante responderá penal, civil e administrativamente pelo uso indevido dos dados fornecidos*".

A justificativa. "*O substitutivo do PLS 150, de 2006, busca, de forma correta, agilizar os procedimentos para investigação dos crimes cometidos por organizações criminosas. Essas normas, entretanto, não podem chegar a ameaçar os direitos constitucionais do cidadão, nem cruzar as fronteiras, que, em nome de garantias fundamentais, devem existir na função policial. Assim, com o objetivo de um lado de assegurar a agilidade da investigação policial e de outro, de preservar aquilo que deve ser atribuição do Poder Judiciário, como garantia da cidadania, estamos apresentando a presente*

emenda, dando nova redação ao art. 16, proposta para determinar que a requisição para o fornecimento de informações fiscais, bancárias, comerciais, eleitorais, telefônica e de provedores da rede mundial de computadores, pela autoridade, com competência, de Polícia Judiciária e o Ministério Público, seja precedida de autorização judicial. Ao mesmo tempo, para não criar exigências desnecessárias que possam atrasar os inquéritos, prevê-se que a autorização judicial não se aplica a dados da natureza cadastral, que deverão integrar o inquérito policial, os autos de peças e informação ou a denúncia". Então, as senhoras e senhores puderam perceber que a mudança é muito pequena e não mexe...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não existe mudança, é beletrismo. Até... Me desculpe, é porque as emendas são iguais, iguaizinhas, inclusive nós aprovamos um texto aqui muito mais completo autorizando o Ministério Público e a Polícia, numa lei complementar, a buscar dados cadastrais, as informações das instituições financeiras e a pessoa que mantém o numero de conta, exatamente o que eu disse aqui, aquelas cuja revelação seja expressamente consentida, se o réu consente para que ir para o Poder Judiciário? "Não, quero, autorizo a quebrar", como muitos aqui eu já vi, muitos investigados, deputados e etc. falar: "Não, está autorizada a minha movimentação". Então para que ir na Justiça? Ou por exemplo, se for uma empresa pública, que o Tribunal de Contas tem obrigação de fiscalizar, empresa pública, uma Petrobras, por exemplo, "Ah, nós vamos entrar na Justiça para quebrar o sigilo da Petrobras", isso não tem lógica, já é uma empresa que a União detém maioria, exceto se for sociedade anônima ou bancária. Então, evidentemente que nós já aprovamos um projeto maior. Qualquer jeito, qualquer uma que for aprovada, para mim está bom.

Com a palavra o Senador Mercadante. Embora a do Senador Mercadante seja mais concisa e dê menos margem a interpretação.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria ponderar o seguinte. Na Lei Complementar n°. 105, no seu artigo... Lei em vigência, no art. 6º, já está prevista a possibilidade da autoridade fiscal, policial, ter acesso as dados cadastrais. Isso já está vigente. Já existe isso no estatuto jurídico do Brasil. Na Lei 105, o Projeto de Lei que nós aprovamos aqui, ele, como bem disse o Presidente, ele inclusive, estabeleceu o que é pode ser feito independente de sigilo, os dados cadastrais que informam nome, endereço residencial, comercial, estado civil, registro de identidade e do cadastro de pessoa física ou jurídica; os que informem quais instituições financeiras as pessoas mantém contas de deposito, aplicações criminal ações ou investimentos, assim como o número dessas contas e respectivas agências; aquelas cuja revelação seja expressamente consentida pelos interessados e a movimentação financeira de empresas públicas, salvo sociedades anônimas ou bancárias.

Então nós já tínhamos discutido isso longamente na Comissão e aprovado esse texto. Era uma emenda do Senador Marco Maciel, o relator era o Senador Jarbas Vasconcelos, essa emenda. Nós aprovamos essa emenda exatamente da forma que eu estou lendo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Está na ordem do dia do Senado. Por que não pede prioridade para votar isso no Senado?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, é muito importante votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Está aqui ainda?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Está no Senado, no Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Desde 2007?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então, nós votamos na Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É complementar, lei complementar.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu procurei fazer um texto compatível com o que está na Lei Complementar n°. 5 e o que a Comissão constituiu e aprovou no relatório do Senador Jarbas Vasconcelos, dizendo do seguinte: o delegado de polícia de carreira e o Ministério Público poderão requisitar de forma fundamentada o fornecimento de dados cadastrais, registros, documentos, informações fiscais, bancárias, financeiras, telefônicas, de provedora de rede mundial de computadores de Internet, eleitorais e comerciais, ressalvados e protegidos por sigilo constitucional e legal. Então, tudo que a lei e a Constituição estabelecem que têm sigilo, eles não podem ter acesso. Eles podem ter acesso àquilo que não é legal e constitucional. O parágrafo seguinte diz o seguinte: "*Os dados cadastrais recebidos integrarão obrigatoriamente o inquérito policial, os autos de peça de formação ou a denúncia*". Quando nós colocamos aqui inquérito policial, quer dizer, a polícia tem que incorporar esses dados no inquérito, os autos de peça de informação, qualquer informação que o Ministério Público solicitar agora, não tem mais investigação sem prazo e sem formalidades, ele é obrigado a colocar isso nos autos de peça de informação ou a denúncia que vai ser ação apresentada à Justiça. E ainda, autoridade requisitante poderá penal, civil e administrativamente, a autoridade

requisitante responderá penal, civil ou administrativamente pelo uso indevido dos dados fornecidos, colocamos ainda que estão submetidos ao rigor da lei se usarem de forma indevida os dados. Então eles são obrigados a formalizar as informações, seja o quem for, Polícia ou Ministério Público, só podem aquilo que não tem sigilo constitucional legal.

Então eu acho que está contemplada a preocupação do Senador Valdir Raupp. Eu faria ainda mais um adendo, senador, para ver se a gente chega num entendo pleno. Eu acrescentaria, Senador Demóstenes, ressalvados e protegidos por sigilo constitucional e legal, que deverão ser precedidos de autorização judicial, cujo acesso deverá ser parecido autorização judicial, ou seja...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Foi o que eu escrevi aqui, senador.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Porque aí eu acho que fica bem encaminhado. Quer dizer, os protegidos por sigilo constitucional e legal, que deverão ser precedidos de autorização judicial. Então tudo que tem restrição legal e constitucional, eles não podem ter acesso a não ser por autorização judicial prévia, eu acho que com isso a gente resolve a questão e poderíamos votar o texto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Dornelles, em seguida o Senador Tasso Jereissati, depois Serys Slhessarenko e Romeu Tuma.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu queria trazer aqui o meu apoio integral à proposta do Senador Valdir Raupp. Eu concordo com V. Exa., que dentro de uma interpretação de bom senso, tanto a proposta do Senador Valdir Raupp, como o art. 16 do texto, levam ao mesmo entendimento. Agora existe uma situação que tem que ser vista. O Senador Valdir Raupp fala claramente... Quando terminar aqui a senhora, aqui, eu continuo falando.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O Senador Dornelles, Senador Suplicy, relata e pede só um instante para que ele possa concluir, mas rapidamente.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): O dispositivo, a emenda do Senador Raupp diz com muita clareza: "*... autoridade com competência de Polícia Judiciária e Ministério Público poderão, desde que precedido de autorização judicial*". E, no parágrafo, ele diz que a exigência não se aplica a dados de natureza cadastral. Agora, num projeto como está no projeto de lei, diz o seguinte: "*O delegado de polícia poderá requisitar os dados ressalvados e protegidos por sigilo constitucional*". O que é que vai permitir isso? Que a qualquer momento o Ministério Público ou a Polícia entrem pedindo todos os dados que desejarem, todas as informações sob o fundamento de que não está coberto por sigilo constitucional. Eu acho que a redação do Senador Valdir Raupp deixa muito clara a necessidade de autorização judicial.

Nós temos que prestigiar o Poder Judiciário do Brasil e, com todo respeito, o Ministério Público e da Polícia, nós não podemos permitir que eles venham invadir a competência do Judiciário como está ocorrendo. Eu quero dizer a V. Exa. que, hoje, nos estados, até o Presidente do Supremo Tribunal tomou uma posição muito firme, isso virava quase um rotina, quebrava o sigilo telefônico de toda pessoa e quando iniciava uma operação para quebrar, para perseguir, punir o crime organizado, sob esse fundamento que quebrava o sigilo depois de todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas aí com a participação do próprio Juiz. Do conluio o Juiz fazia parte.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Não, eu estou dizendo o seguinte: ainda nesse caso, corre esse risco. Agora, eu acho que a emenda do Senador Valdir Raupp deixar muito claro os casos em que e necessário a autorização judicial e estabelece os casos em que não é. Aqui, quando ficar no texto dizendo que ressalvados, protegidos por sigilo constitucional, o Ministério Público e a Polícia vão ser o que é que é, vão ter arbítrio de dizer o que é que é protegido, ou não, pelo sigilo profissional. Então a minha posição é totalmente favorável e defendo a emenda do Senador Valdir Raupp.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Tasso.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): O que eu ia dizer já foi dito aqui, pelo Senador Dornelles. Estou inteiramente de acordo, nós não podemos deixar qualquer margem de dúvida para que hajam abusos que nós sabemos que existem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores, nosso relator, Senador Mercadante. Senador Presidente, Srs. Senadores e Sra. Senadora, realmente quando eu entrei com esse Projeto de Lei em 2006, eu avaliava com a sociedade de um modo geral, tantos que me procuraram, tantas as cobranças com relação à questão do crime organizado, e nós acabamos elaborando esse Projeto de Lei sobre essa questão do crime organizado, e o texto original está bem claro, fala sobre a repressão ao crime organizado. Com esse projeto, muitos especialistas estão considerando hoje que o Brasil irá ganhar, realmente irá dar um salto de qualidade em termos de combate

ao crime organizado. É uma dura lei de repressão ao crime organizado. Alguns têm dito que é nos moldes de lei italiana, de lei norte-americana, o texto inclui com bastante clareza, que vai de sequestro a lavagem de dinheiro, tráfico de órgãos, entre tantos delitos graves como fraude em licitações, financiamento de campanhas políticas destinadas a eleger integrantes de organizações criminosas, enfim, é uma lista infindável.

E ele estabelece que quem promover, constituir, financiar, cooperar, integrar, e favorecer pessoalmente ou indiretamente organização criminosa que terá as punições aí previstas, acrescidas de três a dez anos e multas e etc. Nosso Senador Aloizio Mercadante, relator do nosso projeto, ele apresentou uma série de alterações ao projeto original. Alterações relevantes, Senador Raupp também, com sua emenda com certeza aperfeiçoa, mas o que eu queria deixar aqui dito ao meu país, ao Brasil, que realmente quando elaborei esse Projeto de Lei, ele foi algo buscado pela sociedade brasileira, a sociedade que se vê realmente atormentada pelo crime organizado, crime organizado em todas as suas nuances, como aqui eu já elenquei. Eu diria o que Senador Mercadante, ao relatar esse Projeto de Lei, ele conseguiu enriquecê-lo com uma discussão ampla, tanto no meio jurídico, quanto no meio policial, e que com isso ele tornou o texto bem mais preciso, com certeza.

O que eu perguntaria aqui ao Senador Mercadante, que lendo aqui agora por último, já lhe parabenizei, senador, está ótimo, excelente, eu acho que o senhor fez um trabalho de consulta a tantas entidades no meio jurídico e no meio policial e aperfeiçoou o nosso projeto, com certeza de forma bastante significativa. Uma preocupação que levantaram agora, que, para mim, me passaram até um bilhetinho aqui, com o § 2º, do art. 8º, que traz a disposição da Súmula 14, que tem sido muito criticada por permitir que o investigado tenha acesso aos resultados da investigação durante a fase de investigação. Isso quer dizer que o defensor saberá quais os telefones que estão grampeados, por exemplo, quem está sendo investigado, mas a minha preocupação é com o agente infiltrado que estará produzido provas, logo, permite ao defensor conhecer essas provas e a forma de obtenção. Será que isso não coloca em risco a investigação e o próprio agente? Foi o que me perguntaram.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Qual é a redação?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu vou primeiro responder a Senadora Serys...

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Porque realmente eu não consegui visualizar isso direito.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Em relação ao direito do cidadão ter a informações que tratam dele, estão nos autos já há decisão do Supremo. Portanto, é matéria vencida. Supremo, quando autorizou, inclusive o Ministério Público, a investigação, estabeleceu a obrigatoriedade do advogado e do cidadão ter acesso às informações que estarão nos autos. Agora, em relação ao agente infiltrado, não, por que o que é que nós fizemos? No art. 26, está dito... No art. 26, sem prejuízo do disposto na Lei 9.807, de 03 de julho de 99, o juiz poderá determinar, em decisão fundamentada antes ou durante o processo criminal, a preservação do nome, endereço e demais dados de qualificação ou de testemunhas, assim como do investigado ou acusado colaborador. Então essas informações serão preservadas, inclusive quem é objeto de delação premiada. Então, o Juiz a qualquer momento do processo pode estabelecer o sigilo para preservar a vítima ou uma testemunha ou mesmo um colaborador objeto da delação premiada. Então isto está preservado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas eu quero ver essa outra dúvida. Só esse art. 8º, é isso?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): A preocupação foi com relação ao § 2º, do art. 8º, que traz disposição da Súmula 14.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O acesso aos autos será restrito ao Juiz, ao Ministério Público, ao delegado de polícia de carreira, como forma de garantir o êxito das investigações assegurando o seu defensor no interesse do representado, amplo acesso aos elementos de prova já documentados que digam respeito ao exercício do direito de defesa... Vamos colocar aí também devidamente precedido de autorização judicial. Acho que aí fica do jeito o que Supremo quer. Devidamente, porque senão também abre, a Defesa daqui a pouco quer participar da investigação e tudo mais. O acesso aos autos será restrito ao Juiz, ao Ministério Público, ao delegado de carreira como forma de garantir o êxito das investigações assegurando-se ao defensor no interesse do representado amplo acesso aos elementos de prova já documentados que digam respeito ao exercício do direito de defesa, desde que precedido de autorização judicial.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós colocamos aqui exatamente o que é o texto da Súmula vinculante 14. Como é uma Súmula vinculante, ela tem Jurisprudência formada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas o Supremo, nós podemos... O Supremo vai ter de decidir sobre o nosso texto. Não

é o Supremo que manda no Legislativo, o Legislativo é que faz a lei e o Supremo decide.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É porque a Súmula Vinculante 14 diz o seguinte: "*É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa*", ou seja, ele dá o direito de acesso amplo ao investigado para a sua defesa no processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Devidamente precedida de autorização judicial. Acho que tem que ser assim.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Porque inclusive eu acredito, quer dizer, só saber, só o defensor saber que tem agente infiltrado...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Qual é a proposta?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A proposta é... Ao defensor, no interesse do representado, amplo acesso aos elementos de prova já documentados que digam respeito ao exercício do direito de defesa, devidamente precedido o amplo acesso de autorização judicial, devidamente precedido de autorização judicial. Como estamos também exigindo aqui autorização. Devidamente precedido de autorização judicial. O juiz é que diga se o sujeito tiver acesso... se V. Exa. concordar...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Que é a mesma... Eu vou colocar, mas só quero dizer que no art. 26 é exatamente isso que está dito, que o Juiz a qualquer momento do processo poderá determinar o sigilo. Mas não há problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas o art. 26 está falando...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Devidamente precedido decisão judicial.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sem prejuízo tal e tal, o Juiz poderá determinar em decisão fundamentada durante investigação conduzida por delegado de carreira ou no processo criminal, a preservação do nome, endereço, e mais dados de qualificação das vítimas e testemunhas, assim como do investigado ou acusado. A medida de que trata o *caput* do desse artigo poderá ser decretada de ofício, mediante representação da autoridade com competência policial a pedido da vítima e tal... Não será admitida a preservação. Não prejudica, senador. Eu acho que não prejudica se colocar lá.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não acho que prejudica, talvez burocratize um pouco, porque, ao darmos a condição de ele ter acesso... Aqui, o que diz respeito a sua defesa não prejudica o sigilo do resto do processo, que é o que está dito no art. 26. Mas, de qualquer forma, no meu ponto de vista, não há óbice. Nós podemos colocar "*devidamente procedido(F) decisão judicial"*, não há problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente. "*Devidamente precedida de decisão judicial*". Vamos até...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós precisamos voltar ao art. 16 para...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos colocar autorização judicial. Autorização judicial.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O 26 fica com "*autorização judicial*"*?*

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Os dois.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O 26 já é assim, art. 8º, inciso II, § 2º.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Art. 8°, § 2º.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): "*Devidamente precedido de autorização judicial*". Agora, vamos voltar ao art. 16, que eu acho que nós chegaremos ao entendimento nessa matéria, poderia seguir os demais senadores para gente prosseguir o processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Tasso Jereissati, em seguida Romeu Tuma e Antônio Carlos Júnior. V. Exa. pediu a palavra novamente.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Foi só para manifestar a minha surpresa e alegria, Senador Arthur Virgílio, aqui de ver o PT de uma maneira tão enaltecedora à legislação italiana, que no caso Battisti foi considerado pelo Ministro Tarso Genro...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A Convenção de Palermo é uma convenção da ONU, não é italiana.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas aqui foi falado pela Senadora...

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): É de Palermo. Mas tem que ser radical mesmo...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A Convenção de Palermo é uma convenção de ONU, é uma recomendação para todos os países filiados.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas é claro que nenhum de V. Exas. defende a permanência do Battisti aqui nesse lugar. Exceto o Senador Suplicy.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): A referência, a senadora fez aqui referência, e ela está esclarecendo à legislação italiana e que evidentemente só faz concordar com todos nós, que é um país de-

mocrático, com uma tradição democrática profunda e nos fez...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, Senador Mercadante, queria cumprimentar V. Exa. pela vitória com a participação do Carlos Eduardo presidente da ADEPOL, Sandro Avelar, presidente da ADPF, Dr. Bigonha e Dr. Consenzo do Ministério Público que conseguiram se unir, Presidente, graças...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E o Dr. Reale também, Dr. Reale também contribuiu...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Prof. Reale, V. Exa. também, que compôs a possibilidade de um acordo, que é um grande passo em defesa da sociedade. Essa harmonia que se busca através dessa legislação entre a Polícia Civil e o Ministério Público. De forma, Mercadante, que eu estou de acordo com tudo aquilo que for aceito por V. Exa. e vou votar consigo porque foi um acordo realizado através das duas entidades responsáveis pelas apurações, Ministério Público e Polícia. Não sou contrário ao Senador Raupp, mas ficou claro aqui que pelo aumento da redação do art. 16 do Senador Mercadante, que o protegido por sigilo constitucional ou ilegal deverá ser precedido de autorização judicial. Eu acho que isso pelo menos dá uma estabilização de que nunca se deve abrir mão de autorização judicial quando fere princípios e direitos individuais. Então eu acho que isso dá um concorde e também o art. 26 com a correção que V. Exa. e o Mercadante acertaram e o 8º também. Eu acho que fica perfeito e eu pediria ao Senador Raupp que concordasse com essa modificação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Júnior. O último.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Eu, nesses casos onde pode haver uma interpretação proposital do Ministério Público ou da Polícia, eu ficaria, digamos, com o texto mais elucidativo, mais completo, inclusive deixando clara a necessidade de autorizações judiciais. Então eu ficaria com a emenda do Senador Raupp.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Por último, volto a palavra ao Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu conversei com as lideranças da Polícia Federal e da Polícia Civil, tiveram um papel... Está difícil concorrer aqui com o barulho. Eu conversei com as lideranças que participaram do entendimento. Eu sempre cumpro o acordo e o susteria até o final. No meu ponto de vista, as emendas têm nuances, mas as duas dizem, eu concordo com o Senador Demóstenes, elas dizem essencialmente a mesma coisa. Ou seja, no texto do Senador Raupp, no § 2º diz: "*A exigência autorização judicial não se aplica a dados da natureza meramente cadastral, que deverão incorporar o inquérito policial, os autos de peças de informação à denúncia*". Então aquilo que é cadastral está liberado, e aquilo que é objeto de sigilo exige autorização judicial. O que o Senador Tuma sugeriu, que é o que eu tinha sugerido, era inverter, ou seja, pode tudo, menos aquilo que não é constitucional e sigilo. Agora relator, relata. Eu sinto que há uma maioria formada aqui, sugerindo o texto proposto Senador Raupp. Agora, tem uma mudança que é dispensável, do nosso ponto de vista, no seu texto, senão nós romperemos todo o entendimento que fizemos com a Polícia desde o início desse processo e isso não poderia acontecer. No art. 16, ficaria: *"O delegado de polícia de carreira e o Ministério Público, desde que precedido de autorização judicial, poderão..."* e aí segue, ou seja, por que o delegado de polícia de carreira? Porque é quem dirige o inquérito. E nós queremos valorizar o inquérito no Ministério Público, valorizar os autos de peças de informação, que já está no Código de Processo Penal. Quer dizer, o Ministério Público pode solicitar informações adicionais, ele pode participar da investigação através dos autos de peça de informação. E fizemos isso, inclusive, sem ferir 14 ADINs que estão no Supremo, por entendimento com o Ministério Público e com a Polícia, ou a denúncia, que aí é objeto próprio do Ministério Público.

Então, se nós substituíssemos, no *caput* do artigo, o delegado de polícia da carreira e o Ministério Público, eu ficaria, eu acolheria o texto do Senador Valdir Raupp, com o entendimento das lideranças que, enfim, preferia o texto original, mas de qualquer forma a gente sente que há uma maioria formada neste Plenário, nós então modificaríamos o *caput*, o delegado de polícia de carreira e o Ministério Público poderão desde que precedido de autorização judicial. E aí permanece a íntegra do texto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Está certinho.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Só para esclarecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, mas está aceitando.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu já modifiquei.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Qual é a modificação, Senador Dornelles?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Aqui está escrito assim, autoridade com competência de polícia judiciária. Você abre um escopo muito am-

plo do que é autoridade com competência de polícia judiciária...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas já mudou.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E gera nova confusão jurídica, política e institucional. Então quem é que tem competência para investigação no que se refere à quebra de sigilo bancário fiscal, é CPI que tem poder de Justiça, o delegado de polícia, de carreira ou o Ministério Público. Então nós estamos especificando para não gerar qualquer tipo de turbulência. E o entendimento com o Ministério Público e com a Polícia foi esse. Então nós tiraríamos "autoridade com competência de polícia judiciária" por "o delegado de polícia de carreira e o Ministério Público poderão".

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então está certo? O delegado de polícia de carreira e o Ministério Público. É isso? É a proposta nova também do senador. Vamos tirar só "e judiciária". Por quê? Porque senão vai ampliar para...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos deixar o delegado de polícia o Ministério Público são responsáveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): De carreira e o Ministério Público, está certo?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Está certo, perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então acertado o texto final.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu já tinha mudado o texto, já, tinha distribuído.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Encerrada a discussão. Em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permaneceram como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis, lembrando que esse é um texto... Nós temos ainda que votar o diploma de jornalista.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Parabéns, Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, e após...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A Sra. Autora e também o Valdir Raupp que concordou com a emenda e todos os senadores que concordaram.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O Senador Antonio Carlos Valadares não se encontra para o relatório.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente. Quem sabe... Eu ia pedir que, após a decisão sobre essa questão que envolve os jornalistas, eu ia pedir que nós invertêssemos a pauta, trazendo, se não me engano, o Item 44 à baila, que é o 229. Conversei com o Líder Romero Jucá, que ainda não se sente habilitado a dar o aprovo do governo, na questão do mérito, mas se deixar tramitar a matéria aqui, porque ela não é inconstitucional; a meu ver, é o chamado projeto de... é a Lei de Responsabilidade Orçamentária de que eu sou relator, que tem como autor o Senador Tasso Jereissati.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Maravilha. Então vamos fazer o seguinte. O Item 42 está sendo retirado da pauta, a pedido do Senador Romero Jucá e da Senadora Kátia Abreu, para que eles entrem num entendimento, a fim de que ele possa ser votado a semana que vem, é o que trata da moratória para fazer cessar o desmatamento na Amazônia, institui o conceito de ativo econômico e prevê a concessão de incentivos na gestão sustentável das florestas existentes naquela região, cuja autoria é do Senador Valdir Raupp. Então, a pedido da Senadora Kátia e do senador Romero Jucá, nós retiraremos de pauta por uma semana. É isso?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem. O Senador Jucá, líder do governo, me pediu que nós entrássemos nesse entendimento, e eu concordo, para que, a semana que vem, nós possamos conversar do ponto de vista técnico com os nossos cientistas, pesquisadores, com membros do governo, da CNA e também do Ministério da Agricultura e Meio Ambiente, para discutirmos esse assunto na próxima semana, antes da quarta-feira, para tentar conseguir um entendimento. Estou bastante preocupada com relação a este assunto, Sr. Presidente, pois nós estamos, hoje, já à tarde, com Projeto de Lei, votando metas de redução de CO2 para o Brasil, coisa que nenhum país do mundo está fazendo, coisa que país nenhum do mundo ainda tem o entendimento, a convicção e a certeza de fazê-lo, pelas dúvidas que estão sendo geradas, pelos cálculos mal resolvidos, e nós já estamos tomando a dianteira de uma situação duvidosa e já querendo votar, no Senado Federal, uma imposição de redução, sem nem sequer sabendo quanto o que Brasil reduz. Está reunido agora o INPE com o Banco Mundial, para refazer os cálculos que, antes, significavam exorbitância no cálculo mundial e nacional à emissão de CO2, por parte dos desmatamentos, e, hoje, o INPE já dá outro cálculo bastante reduzido do que era do passado e nós já estamos votando sem mesmo ver os números do INPE, já estamos votando hoje à tarde reduções exorbitantes e sem nenhum

tipo de estudo para o Brasil, nenhuma consequência com relação ao custo e às possibilidades de cumprir essas metas, já estamos votando no Senado muito antes daqueles maiores poluidores do mundo. Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito bem. O Item 28, ele foi adiado a semana passada, a pedido do Senador Antonio Carlos Valadares, para votar essa semana, que trata do diploma de curso superior de jornalista. O Senador Antonio Carlos Valadares não se encontra, de sorte que eu vou adiar para a semana que vem, mas vou colocar a semana que vem, é o Item 2 da pauta que nós acertamos o Item 1.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Pela ordem, Sr. Presidente. Ainda na direção do que colocou a Senadora Kátia Abreu, eu pedi essa retirada de pauta. Na próxima terça-feira, farei na liderança do governo, às 14h30, uma reunião com a Casa Civil, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura, Senadora Kátia Abreu e qualquer entidade que tenha interesse no assunto, para gente debater e chegar a uma posição para votar na próxima quarta-feira. Foi esse o compromisso criado aqui, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa.

Item 44 da Pauta, página 837. "*Estabelece normas gerais sobre plano, orçamento, controle e contabilidade pública, voltadas para a responsabilidade no processo orçamentário e na gestão financeira e patrimonial, altera dispositivos da Lei Complementar n°. 101, de 04 de maio de 2000, a fim de fortalecer a gestão fiscal responsável e dá outras providências*". Autoria: Senador Tasso Jereissati. "*Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n°. 248, de 2009 – Complementar. Estabelece normas gerais de finanças públicas, voltadas para a qualidade na gestão e dá outras providências*". Autoria: Senador Renato Casagrande; relatoria: Senador Arthur Virgílio. Relatório favorável aos PLS n°. 229 e 248, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. Observações: as matérias serão apreciadas posteriormente, observação pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Arthur Virgílio para proferir o relatório, Item 44, página 837.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pela ordem. Depois poderíamos votar o Item 50?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos votar.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Obrigado.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, o relatório, ele tem 150 páginas. Eu pergunto se valeria fazer um resumo e ir para conclusão?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Para poupar. Agora, recomendaria que os senadores debruçassem sobre a matéria por ser ela da maior relevância e por representar, quem sabe se aprovada, e não estamos discutindo o mérito, mas, sim, a constitucionalidade, mas se aprovada, e quando for, e se for, e eu espero que seja, representará um grande salto no processo de elaboração da peça orçamentário.

Mas, Sr. Presidente, eu leio primeiro a ementa. "*É o Projeto de Lei do Senado 229, de 2009, que estabelece normas gerais sobre plano, orçamento, controle e contabilidade pública, voltadas para a responsabilidade no processo orçamentário e na gestão financeira e patrimonial. Altera dispositivo da Lei Complementar n°. 101, de 04 de maio de 2000, a fim de fortalecer a gestão fiscal responsável e dá outras providências. E o Projeto de Lei do Senado n°.214, de 2009, que estabelece normas gerais de finanças públicas voltadas para a qualidade na gestão e dá outras providências*". Eu compreendo, Sr. Presidente, eu entendo que esta proposta está para o orçamento como a Lei de Responsabilidade Fiscal está para a economia brasileira como um todo. E faço aqui um pequeno resumo.

"*A ideia fundamental do Senador Tasso Jereissati – expressa essa ideia a partir do PLS 229, de 2009 -, ela trata da alocação e do controle fiscal a médio prazo, por exemplo, em relação ao plano plurianual, simplifica e antecipa para 15 de abril a apresentação do PPA, que passaria e passará, eu espero, a ser um documento político, refletindo o plano de governo no candidato eleito, que definirá estratégias e diretrizes, bem como a estrutura dos programas orçamentários, introduzindo, no PPA, cenário prospectivo, contendo os objetivos da estratégia fiscal de longo prazo, incluindo os programas das despesas de pessoal que concorrem para a consecução dos seus objetivos".* Isso, para mim, já é um salto de qualidade extremamente relevante. *"Em relação ao orçamento plurianual. Institui indicativo de plurianualidade para os empreendimentos, cujo período de implementação supere o exercício financeiro. Os novos empreendimentos serão aprovados pelo Congresso por seu custo total, incluindo-se dotação nos orçamentos dos anos seguintes compatível com o cronograma de sua execução financeira e inibe a geração de obras inacabadas.*

Em relação ao controle fiscal. Institui-se cenário fiscal de médio prazo definido anualmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias, de forma a evitar que a plu-

rianulidade ameace o equilíbrio fiscal no médio prazo. Um anexo da LDO conterá a tabela detalhada, explicitando receitas e despesas, bem como o espaço fiscal disponível para novas iniciativas de investimentos em cada um dos quatro exercícios subsequentes.

Em relação à priorização dos gastos. Determina que até 20% dos programas constantes do PPA sejam indicados como prioritários pelas LDOs, anualmente, para fim de definição dos gastos no período abrangido pelo PPA. Os orçamentos anuais terão que apresentar para esses programas crescimento acima da média nos recursos alocados aos programas. Passando, agora, Sr. Presidente, a um outro tópico, que é apreciação legislativa. Então, nós vamos para o item re-estimativa das receitas. Dispõe que eventuais acréscimos de receita identificados pelo Congresso, a título de erros ou omissões da estimativa, constante dos PLOs, serão apropriados à lei orçamentária anual somente durante a execução dessa, por intermédio dos créditos adicionais. É, portanto, o fim das chamadas receitas de vento.

Em relação às emendas de bancada, passarão a ser assinadas exclusivamente pelos três representantes da bancada de senadores restringindo-se a uma emenda por estado ou Distrito Federal, sendo o conjunto das 27 emendas limitadas financeiramente em valor equivalente a 0.3% da RCL. A distribuição dos recursos entre os estados será decidida anualmente no parecer preliminar da Comissão Mista de Orçamento. Emendas individuais passarão a ser apresentadas exclusivamente por deputados, limitadas à apenas 10 por mandato parlamentar, proibida a indicação de entidade privada como beneficiária de emenda individual. Haverá limite financeiro ao conjunto dessas emendas e esse limite equivalendo a 0.2% da RCL. Comissão mista de orçamento apreciará o texto de PLO, as receitas, os grandes agregados da despesa e aprovará parecer preliminar que fixará os montantes para cada setor e exercerá a coordenação macroeconômica e sistematização da tramitação no Congresso Nacional.

Comissões temáticas e permanentes da Câmara dos Deputados, serão elas pela apreciação das emendas de bancada individuais e por alterações de natureza programática, podendo aprovar em suas respectivas áreas temáticas, emendas de caráter institucional e de interesse nacional".

Passamos, então, Sr. Presidente, a algo extremamente relevante, que é o impacto sobre o Poder Executivo, começando pelos prazos de encaminhamento dos PLOs. A lei escalonará a data de submissão dos PLOs por esfera de governo, União 31/8... perdão...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Arthur, a Senadora Ideli já adiantou que vai pedir vista. Se V. Exa. quiser adiar a discussão para a semana que vem, uma vez que haverá pedido de vista, fica a critério de V. Exa. Como ela anunciou pedido de vista. Senadora Ideli Salvatti.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu queria fazer um apelo à Senadora Ideli Salvatti. Essa proposta, nós tivemos um entendimento com o Senador Arthur Virgílio de que como é uma proposta que aqui está discutindo constitucionalidade, então a ideia que é a gente aprovasse aqui...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E uma proposta extensa, são 70 artigos.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Mas a gente votaria aqui a constitucionalidade, iria para a Comissão de Assuntos Econômicos e nós discutiríamos o mérito lá. Então eu queria fazer um apelo para que a gente pudesse aprovar hoje aqui da forma como nós combinamos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Estou de acordo, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então devolvo a palavra a V. Exa.

Se V. Exa. quiser ler a conclusão, que a pressa... que nós temos *quorum* ainda.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Muito bem, Sr. Presidente. Eu, na verdade, eu vou, então, dizer do que trata apenas, sem entrar em mais detalhes. Trata de prazo de encaminhamento dos PLOs, critérios e fórmulas, assegurando a publicidade, a discussão dos critérios das fórmulas a serem utilizadas pelo Executivo. Institui o banco de projetos, que deverá conter as obras e os empreendimentos com estudo de viabilidade técnica, econômica e etc. Execução mandatória, obrigará o Executivo a executar as despesas incluídas pelas emendas parlamentares. Com isso, acaba essa figura da fisiologia de fazer alguma coisa porque a emenda foi ou não foi liberada. Restos a pagar: limita a inscrição em RAP por fonte de recurso ao saldo da disponibilidade financeira da respectiva fonte, bem como estabelece regras diferenciadas para cancelamento das despesas, enfim.

Para despesas correntes, três meses; despesas de capital, seis meses, exceto operações de crédito, licitação internacional ou investimentos plurianuais.

Demais pontos. Num voo de pássaro, Sr. Presidente. Responsabilidade fiscal, redefine o conceito de receita corrente líquida, exigindo lei específica para concessão de anistia, remissão, parcelamento de débito ou refinanciamentos. *Layout* da LOA. Define como sendo auxiliares vários critérios classificadores que hoje constam da Lei Orgânica, da lei orçamentária anual da União, facilitando a sua leitura e com-

preensão. Esses classificadores passarão a constar apenas dos bancos de dados eletrônicos. Vinculação de Receita. Eliminará todas que não sejam derivadas de mandamento constitucional ou de Lei Orgânica. Regras permanentes. Para a maior segurança jurídica que incorpore inúmeras regras que deveriam constar de legislação permanente, mas atualmente são repetidas todos os anos nas LDOs.

Muito bem. Aí nós temos aqui o meu parecer, ele engloba também o PLS 248/09, do Senador Casagrande, que trata do choque de gestão, da qualidade da gestão, de políticas públicas setoriais, dos limites, dos prazos, do encerramento do exercício, da cota única, dos recursos humanos, e muito importante no PLS do Senador Casagrande, no que ele chama de choque de transparência, conceitos, discriminação, modalidade de aplicação estatais, estabelecendo, por exemplo, o tratamento orçamentário das empresas dependentes e não dependentes, os demonstrativos, as demonstrações contábeis, a padronização, a questão constitucional criando a Secretaria Federal de Contabilidade, o sistema informatizado.

Muito bem. A consolidação, criando regra de consolidação das contas públicas e o que senador chama de choque de credibilidade, é a integração PPA com a lei orçamentária, adotando limites e ainda mais, tornando obrigatória na questão dos restos a pagar a compatibilização do estoque de RAP com o montante de despesas previstas na lei orçamentária anual.

Então o diagnóstico que se faz é que os projetos dos Senadores Jereissati e Casagrande são amplamente complementares e ambos muito meritórios, pois tratam de temas em que uma das proposições avançou mais, mas foram abordadas pela outra, enfim. Assim, para cada tema constante das proposições, pode-se decidir facilmente pela incorporação como texto base da respectiva sessão de um ou de outro projeto. A única preocupação que tivemos ao aplicar essa metodologia foi resguardar a harmonização e coerência do substitutivo como um todo, nesse substitutivo procuramos rever a sequência de capítulos e sessões propostas em ambos os projetos, de forma a seguir uma ordem, o mais próxima possível da cronologia do ciclo de gestão de finanças públicas. Para tanto, tivemos que reagrupar títulos, capítulos e sessões. Nos capítulos que tratam sobre planejamento e orçamento, em que se detectou maior divergência entre as proposições, eu optei por adotar como texto base a proposta do Senador Jereissati, que nos pareceu mais ousada na busca por uma melhor integração entre os atuais instrumentos do planejamento e orçamento. Entretanto, incorporar-se-ão às sugestões da proposta do Senador Casagrande, quando pertinentes e compatíveis com o texto base e não são poucas essas ocasiões.

Não foram aproveitados, no substitutivo, artigos que propunham regras de contingenciamento das despesas durante a sua execução, pois já ser esse assunto tratado na LRF, bem como das ações que devem obrigatoriamente integrar a lei orçamentária anual por entendemos que tal assunto deva ser disciplinado anualmente nas leis de diretrizes orçamentárias de cada ente. Apesar de concordar no mérito com as proposições do Senador Jereissati quanto ao processo de apreciação do Projeto de Lei orçamentária pelo Congresso Nacional, optamos por excluir do substitutivo regras que tratam da tramitação do Projeto de Lei orçamentária no Congresso, art. 62, do PLS 229/09, do Senador Jereissati, por julgar que conflita com o art. 166, da Constituição Federal, que estabelece ser a apreciação do projeto da lei orçamentária pelas duas Casas do Congresso Nacional, regulada na forma do regimento comum. Por outro lado, utilizou-se como base para o substitutivo as sessões do PLS 248, Lei Casagrande, que dispõe sobre contabilidade, controle interno, controle social, controle de gestão de pessoal, transição governamental. Já para a sessão sobre os classificadores orçamentários, utilizou-se como base a proposta do Senador Jereissati, a ressaltar que as sessões que propunham regras que possam ser caracterizadas como mais tipicamente relacionadas ao controle fiscal, como gestão de pessoal e transição governamental, foram incorporadas num substitutivo em título específico, que entre outras legislações propõe alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal. Para os demais capítulos e sessões como controle externo, programação financeira, fundos, dívida, utilizados como base artigos de ambas as proposições indistintamente de acordo com as redações proposta, a ressaltar que na sessão sobre controle externo eliminou-se artigo constante de ambas as proposições que apenas repetiu o texto constitucional, bem como regras sobre a estrutura e carreira de servidores do TCU, que deve ser objeto de legislação ordinária.

Sr. Presidente, eu agradeço ainda ao Senador Jucá, pela compreensão que demonstrou, e à Senadora Ideli, obviamente que partiu para a mesma compreensão. Aqui não estamos discutindo mérito. Eu sei que a matéria é complexa, mas estamos querendo dar uma sinalização muito importante para a sociedade, que é se votar algo, do ponto de vista do orçamento, equivalente ao que para a economia como um todo é a Lei de Responsabilidade Fiscal, votarmos ainda neste semestre legislativo aqui nesta Comissão, porque a matéria, a meu ver, e assim que termino a análise, Sr. Presidente, ela é absolutamente constitucional, foi

elaborada dentro da melhor técnica legislativa e, portanto, tanto no que se refere à produção do Senador Jereissati, quanto à produção do Senador Casagrande, eu entendo que isso tudo fundido num só substitutivo, significa além de absoluto casamento com a constitucionalidade, significará no futuro um grande avanço a ser ainda ressaltado por este país nos seus grandes ganhos de política econômica, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, apenas para registrar que é uma matéria importante para ser discutida, nós vamos caminhar favoravelmente e discutiremos o mérito na Comissão de Assuntos Econômicos. A liderança do governo encaminha o voto a favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Como um dos autores, eu primeiro quero agradecer ao Senador Arthur Virgílio pelo relatório que fez, que nós também estamos analisando o relatório do Senador Arthur Virgílio, mas agradeço muito ao Senador Arthur Virgílio, dois projetos, um projeto do Senador Tasso Jereissati, que eu parabenizo, e um projeto de minha autoria, é de uma matéria fundamental, nós demos um grande salto, Sr. Presidente, Senador Demóstenes Torres, na hora que nós aprovamos, nós que eu falo o Congresso Nacional aprovou, na hora que a administração pública implementou a Lei de Responsabilidade Fiscal, foi um salto na gestão da administração pública porque nós passamos a gastar aquilo que nós arrecadamos, mas gastar aquilo que arrecada não significa ter qualidade no gasto. Então, acho o que próximo salto que nós temos que estabelecer é a salto da qualidade. Tem responsabilidade fiscal dentro do orçamento, mas tem que ter qualidade no gasto público, às vezes o dinheiro é gasto, comprova-se a utilização e o gasto do dinheiro, mas não tem retorno para a sociedade.

Então este projeto, esses dois projetos que estão sendo discutidos e vamos, se Deus quiser, aprovar aqui, na Comissão, ele vai estabelecer parâmetros para que a gente tenha qualidade no gasto da gestão pública, que eu acho que é fundamental. Nós temos oportunidade de debatemos o mérito na Comissão de Assuntos Econômicos, mas eu quero aqui ressaltar, até como um dos autores, de que este será um avanço gigantesco na gestão da administração pública, na boa aplicação do recurso, na boa gestão dos orçamentos das administrações pública. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Temos *quorum* nesse momento para a votação. O Senador ACM Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero aqui parabenizar o Senador Tasso Jereissati, o Senador Renato Casagrande e o Senador Arthur Virgílio pelo parecer, eu acho que é fundamental. Nós vivemos nos queixando a muito tempo da qualidade do gasto público, da má qualidade do gasto público, então a oportunidade de nós termos controle sobre esses gastos e esse assunto será debatido amplamente na Comissão de Assuntos Econômicos. Eu quero parabenizar os autores e o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, dois minutos. Eu gostaria de dizer que esses projetos em que nós juntamos o projeto do Senador Casagrande, junto com o projeto de minha autoria e o que o Senador Arthur Virgílio brilhantemente faz a fusão dos dois projetos, com ideias que são absolutamente complementares na mesma direção, eu considero um dos pontos mais importantes de trazer, a questão orçamentária do país como uma questão verdadeiramente relevante e transparente dentro do processo legislativo. Dessa maneira, nós aqui, como ressaltou o Senador Casagrande, trazemos não só a qualidade dos projetos orçamentários, a transparência ao fim da ficção do orçamento público como sendo uma peça meramente de ficção, sendo verdadeira, e também levando a que seja inteligível do ponto de vista da grande parte da opinião pública aquilo que está orçado, com aquilo que foi colocado no governo dentro das suas intenções.

E eu queria mais uma vez então enaltecer ao projeto, Senador Casagrande, realmente fundamental e brilhante, e ao trabalho e esforço extraordinário empreendido pelo Senador Arthur Virgílio no sentido de fundir dois projetos que são extensíssimos e fundir num projeto só, dando mais concisão e objetividade aos dois projetos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Encerrada a discussão. Em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordaram, queiram permanecer como se encontram. Aprovadas. As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos. Temos três projetos terminativos. Peço a todos... Consensuais.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Pela ordem, Sr. Presidente. Eu queria pedir também o Projeto Terminativo 184/2004, o relator é o Senador Dornelles.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Incluirei extrapauta.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente, uma coisa relevante em relação ao que se passou. Temos alguns adendos a fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Casagrande, se V. Exa. se ausentar, nós não votamos.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Algumas correções, Sr. Presidente, a fazer ao relatório. O art. 34, inciso III, substituir "contribue", há um erro de português, por "contribui". Art. 45, inciso IV, inserir espaço entre as palavras "e" e "indicadores". Art. 49, *caput,* substituir "gestoras" por "gestores"...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já recebemos da Mesa, já fizemos a alteração.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Então não há necessidade de...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, não já está incluída aqui a alteração.

Passo a Presidência ao Senador Agripino Maia para poder fazer a relatoria do Item 2.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Com a palavra o relator, o Senador Demóstenes Torres, Item 2 da pauta.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 2. A matéria está prejudicada porque nós já aprovamos um mais amplo, há consenso para votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Em votação.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É nominal.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): V. Exa., então, declara a prejudicialidade?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, tem uma solicitação do próprio Senador Mercadante em que eu...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Declaro, então, prejudicada a matéria, nos termos do art. 334, do Regimento Interno, e coloco em votação a prejudicialidade. A votação é nominal. O relatório do relator é pela prejudicialidade, que é o que vai a votos, a tese da prejudicialidade.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Senadora Serys?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sim. Com relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o relator.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, é que tem um pedido do Senador Mercadante para se fazer um pedido de vista dessa matéria.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A matéria é o seguinte. Nós já aprovamos outra muito mais ampla, o Senador Mercadante sabe disso. Nós não podemos ficar brincando.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Nós vamos encaminhar favoravelmente ao relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Eu gostaria de informar ao Senador Inácio Arruda que já foi declarada a prejudicialidade. Nós estamos em processo de votação da tese da prejudicialidade.

Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Vota com o relator. Senador Valadares, Ideli, João Pedro, Renato Casagrande. Senador Inácio Arruda? Senadora Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Com o relator. Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Com o relator. Senador Dornelles?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Senador Valter Pereira?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Senador Demóstenes, Presidente. Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Antônio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Tasso Jereissati?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Arthur Virgílio?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): O Senador Demóstenes vota com o relator. Voto conhecido. Aprovado por unanimidade. A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa.

Estou aqui, bem ensinado pelo secretário. Devolvo a presidência ao Senador Demóstenes Torres.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): E treinado de presidência de comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 8, página 211. Projeto de Lei do Senado n°. 35, de 2006, altera o art. 121 do Decreto Lei 22848, de 7 de dezembro de 40, Código Penal, para prever como circunstância qualificadora do crime de homicídio a hipótese de a vítima ser agente público integrante de carreira policial, agente penitenciário, agente de fiscalização tributária, do trabalho, magistrado ou membro do Ministério Público no exercício da função ou em razão dela. Autoria Senador Augusto Botelho, relatoria Senador Almeida Lima, parecer pela aprovação com a emenda que apresenta.

Eu vou avocar então, eu vou me designar como relator *ad hoc*, porque acho que... e transferir novamente a presidência ao Senador Agripino Maia, e explico por quê.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Com a palavra, portanto, o relatório *ad hoc,* Senador Demóstenes Torres.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Porque o espírito do Promotor, nesse momento, emerge surpreendentemente como sempre.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Referendado pela palavra do nosso Jurista Valter Pereira, com a palavra o relator.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O Senador Aloizio Mercadante aprova, apresenta pela aprovação de uma emenda genérica e aí o Senador Augusto Botelho apresenta proposta para que a qualificadora seja no homicídio, também já aprovamos essa mesma matéria aqui. Então pela mesma razão do outro, o meu parecer é pela prejudicialidade também desse projeto.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Por que é que V. Exa. está implicando com o Senador Mercante hoje?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas esse é o Augusto Botelho.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): O relatório do relator é pela prejudicialidade da matéria.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Retifico o parecer para dá-lo como prejudicado por já ter sido aprovado anteriormente.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E foi largamente discutido.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Declaro prejudicada a matéria e coloco a tese da prejudicialidade em votação nominal. Como vota o Senador Suplicy?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É outra matéria. A dele já foi.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): V. Exa. é titular da Comissão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É com o entendimento de que houve entendimento entre as partes, por ter sido já apreciado e considerado. Então, com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Com o relator. Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Senador Aloizio Mercadante?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Senador Dornelles?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Valter Pereira?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Antônio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Tasso Jereissati?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Arthur Virgílio?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Demóstenes Torres, voto conhecido. Tasso Jereissati já votou. Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Aprovada a tese da prejudicialidade por unanimidade. A matéria vai ser encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Devolvo a presidência ao Senador Demóstenes Torres.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa. Extrapauta. Projeto de Lei do Senado n°. 184, de 2004. "*Altera a Lei 7.565, de 19 de dezembro de 86, Código Brasileiro de Aeronáutica, para ampliar a possibilidade de participação do capital externo nas empresas de transporte aéreo*". Autoria: Senador Paulo Octávio; relatoria: Senador Francisco Dornelles. "*Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado 258, de 2006, altera a Lei 7.565, de 19 de dezembro de 86, Código Brasileiro de Aeronáutica, para autorizar prestação de serviço de transporte aéreo, doméstico, entre pontos de escala de linhas internacionais e dá outras providências*". Autoria: Senador Valdir Raupp. Concedo a palavra ao Senador Dornelles para proferir o relatório.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado 184 permite que seja elevada de 20 para 49% a participação do capital estrangeiro no capital das empresas nacionais. E o 258 estabelece a política de céu aberto. A CAE aprovou relatório do Senador Romero Jucá, aprovando o Projeto de Lei 184, que eleva de 20 para 49% a participação estrangeira no capital nacional e rejeitando o 258, sobre o fundamento de que não poderiam estabelecer uma política de céu aberto para empresas estrangeiras sem reciprocidade, de modo que o meu voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto 184, pela rejeição do Projeto 258, bem como da emenda estabelecida em relação ao Projeto 184. Esse é o Voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu quero só entender. Um minutinho. O projeto propõe aumentar a participação de capital estrangeiro em empresas nacionais para 49%. Agora, o que é que é céu aberto?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Não, o que foi rejeitado é o que permitia que empresas estrangeiras, sem reciprocidade, pudessem fazer escala internamente...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está rejeitando?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Está rejeitando esse.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Permanece em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Aloizio Mercadante?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Francisco Dornelles, relator. Valter Pereira?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Antônio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Tasso Jereissati?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): José Agripino?

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Arthur Virgílio?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A matéria vai aprovada pela unanimidade dos presentes e será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis. Todos os demais...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Poderiam votar o item 50? Eu tenho uma reunião, e não posso permanecer mais. Poderíamos votar o item 50?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Cadê o item 50? O item 7, só verificarmos se a Senadora Ideli ainda continua aqui. Temos mais um projeto só terminativo. Em seguida, faremos o 50. Rápido. Transfiro a presidência ao Senador José Agripino Maia.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Concedo a palavra ao senador Demóstenes Torres para proferir o seu relatório.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O parecer é pela rejeição, estou retificando, por quê? Porque é mais uma competência que está se dando ao juizado de pequenas causas. Eu até foi alertado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, que me ligou dizendo: "Senador Demóstenes, são tantas as prioridades que os Juizados Especiais agora estão burocratizados e as Varas estão vazias".

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Qual é o projeto?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É o item 7. "Se for dar prioridade para casamento, adoção, etc. e tal dentro dos juizados especiais, simplesmente o juizado vai perder a sua finalidade". Eu concordei com a argumentação e estou retificando o parecer. O parecer é contrário, portanto.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): O parecer do relator é contrário. A matéria está em discussão. Não havendo quem queira discutir, a matéria está em votação, ressalvadas as emendas. Aliás, não tem emendas, a matéria. A matéria é pela rejeição, não tem emendas. A votação é nominal e o parecer do relator é contrário, é pela rejeição. Senador Mercadante?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): ACM Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Com o relator. Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Arthur Virgílio?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Belo voto. Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): O relatório foi aprovado por unanimidade e a matéria foi rejeitada. A matéria estará encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis. E devolvo a presidência ao Senador Demóstenes Torres.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 50 da Pauta, página 1267. Projeto de Resolução do Senado n°. 62, de 2009. "*Altera o art. 10, da Resolução n°. 48, de 2007, para dispor sobre a comprovação de adimplência do ente garantido quanto aos empréstimos e financiamentos devidos à União*". Autoria: Senador Romero Jucá; relatoria: Senador Aloizio Mercadante. Parecer favorável à matéria e às Emendas n°. 1 a 3, da Comissão de Assuntos Econômicos, com a emenda que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Mercadante para proferir o relatório.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, essa matéria poderá ser debatida, posteriormente, em Plenário, com mais profundidade. Eu quero apenas esclarecer que nós necessitamos de alguns ajustes técnicos na legislação. A primeira parte que nós já fizemos diz respeito aos municípios, aos estados, nas operações de empréstimo. Ou seja, ele tem que estar quites no momento da assinatura do contrato. Com isso, nós vamos agilizar operações de financiamento mais a aprovação prévia do Senado é vinculante a estar adimplente em todas as circunstâncias, como exige o Tesouro sem ter o prejuízo da tramitação, porque às vezes demora demais aqui a tramitação, estava aqui e tem que refazer toda a documentação. Então para mim é burocrático de pouco impacto.

A segunda questão de Fundo é o que Brasil, hoje, tem 240, quase 240 bilhões de dólares de reservas, e essa política do Banco Central de adquirir reservas tem implicações na dívida pública, não só para aquisição de reserva. Nós temos que dar esse instrumento ao Banco Central, mas há um outro elemento que nós precisamos ter claro. Com 200 bilhões de dólares, quando o real se desvalorizou, o Banco Central transferiu ao Tesouro 181 bilhões de reais. Só que quando o real se aprecia, e eu peço a atenção dos senadores, cada 2 centavos na taxa de câmbio significam 4 bilhões de reais na dívida pública, evidente que é ativo e passivo, quer dizer, de um lado tem dólar e do outro lado tem real. Se a taxa de câmbio se aprecia há uma pressão sobre a dívida pública, se a taxa de câmbio se desvaloriza, você alivia a dívida pública e melhora o fiscal. Mas na realidade o ativo são 240 bilhões de dólares. Então é fundamental nós darmos instrumentos ao Banco Central para poder continuar fazendo uma política monetária olhando para o câmbio que tem implicações na competitividade da economia.

O terceiro problema, que é o problema técnico que nós estamos corrigindo. Nós temos autorização. Quando há rolagem da dívida, o Tesouro emite um novo título, e, portanto, a legislação permite, no entanto, quando ele pega o superávit primário e liquida parcialmente aquele vencimento, e uma parcela ele tem que emitir, isso não está previsto. Então, nós estamos colocando no inciso II os valores destinados à amortização do principal, porque isso não está na legislação hoje e precisa ser claramente explicitado.

Portanto, eu estou colocando uma emenda por solicitação do Tesouro e do Banco Central, que diz, art. 7º: "*Para efeito de apuração do montante global das operações de crédito, a que se refere esse artigo, serão deduzidos, e o volume macro da dívida não há nenhuma alteração, não há nenhuma implicação, é o mesmo... Do ponto de vista macroeconômico, não há nenhuma alteração, que é um problema técnico de gestão da rolagem da dívida*".

Então § 2º. Para efeitos da apuração do montante global das operações de crédito, a que se refere este artigo, serão deduzidos os valores destinados à amortização de principal e ao refinanciamento da dívida pública federal, as emissões de títulos destinadas ao pagamento do resultado negativo, apurado no balanço semestral do Banco Central, que eu expliquei, ao pagamento do resultado financeiro negativo das operações com reservas cambiais depositadas no Banco Central e nas operações com derivativos cambiais, por eles realizados no mercado interno, conforme apurado no seu balanço semestral de que trata o inciso II do art. 6º da Lei 11.803, de 5 de novembro de 2008, e assegurar

ao Banco Central do Brasil a manutenção da carteira de títulos da dívida pública em dimensões adequadas à execução da política monetária do que trata o inciso IX do art. 1º da Lei 10.179, de 6 de fevereiro de 2001. As operações de concessão de garantias observadas o dispositivo no art. 9.

Portanto, a razão econômica é esta, e a exigência técnica é o que nós mencionamos e pedimos apoio dos senadores, eventualmente, no Senado, poderemos voltar a debater essa matéria, evidentemente como já o fizemos em sessão anterior.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador ACM Júnior para discutir.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, como o projeto veio para cá da forma que veio, nós já debatemos na CAE e nós... Inclusive, eu até apresentei uma emenda que foi acatada e já fazia parte. Depois, o Senador Aloizio Mercadante colocou essa emenda, onde eu tenho 90% de entendimento comum, tanto na questão de refinanciamento da dívida quanto na questão da emissão de títulos, quando for necessário cobrir o prejuízo do Banco Central pela valoração do real, como também por necessidade de operações cambiais e derivativos também. É natural que o Banco Central tenha essa cobertura, como também para ter a carteira de títulos do Tesouro, que o Banco Central precisa para fazer política monetária. Isso tudo está perfeito, está absolutamente sem dúvida. A única dúvida que eu ainda continuo com ela, mas é a questão de amortização, porque quando amortiza o limite cai, fica abaixo do limite. Mas, segundo a interpretação do Senador Aloizio Mercadante e do próprio Tesouro, é que isso não está previsto. Essa dúvida minha permanece, mas eu não vou ser óbice. Agora, é claro que eu gostaria até de um esclarecimento do Tesouro. Eu não vou criar obstáculos à votação. Agora eu queria sentar com o pessoal do Tesouro para que isso ficasse caro para que no Plenário nós não tivéssemos nenhum tipo de problema.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E coloco à disposição, não apenas, Senador Antonio Carlos Júnior, mas de todos os outros senadores que tiverem interesse em aprofundar, porque a materializa é bastante complexa tecnicamente, a equipe do Tesouro, o Secretário Nacional do Tesouro está inteiramente à disposição...

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu só gostaria de ter um esclarecimento.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V. Exa. será procurado ainda hoje ou amanhã, como for melhor, para o esclarecimento dos detalhes dessas operações.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Mas no resto as colocações são tecnicamente perfeita.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Permanece em discussão.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Em votação. Não, Sr. Presidente, será esclarecida posteriormente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 14, terminativo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu peço urgência da matéria, tendo em vista que se for preciso fazer alguma alteração nós faremos em Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovada urgência deferida.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Valter Pereira... só tem um terminativo aqui... porque está caindo *quorum*.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É só para passar a V. Exa. um apelo do Senador Raimundo Colombo, que pede a inversão da pauta para incluir o item 33.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já vamos fazer isso. Só tem mais um item terminativo aqui. Item 14. Eu peço, inclusive, ao Senador Casagrande que me ajude aqui, porque eu sou relator. Vou relatar. Item 14, página 333. Projeto de Lei do Senado n°. 290, de 2007. "*Autoriza o Poder Executivo a emitir carteira de identificação funcional para os policiais dos ex-territórios federais que tenham sua vinculação funcional com a União*". Autoria: Senador Expedito Júnior; relatoria: Senador Almeida Lima. Relator *ad hoc:* Wellington Salgado de Oliveira, parecer pela aprovação da matéria. Avoco também como relator *ad hoc* e passo a presidência ao Senador Renato Casagrande.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Passo a palavra ao Senador Demóstenes Torres para relatar a matéria.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Srs. Senadores, peço só ao senador... só tem mais um terminativo, que é esse. Também é pela prejudicialidade, uma vez que foi aqui aprovada a PEC da Transposição, e consequentemente quem vai resolver esse problema é o próprio estado. Então o parecer pela é prejudicialidade da matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Demóstenes Torres. Em votação a matéria. A matéria é terminativa, vamos colher os votos. Senador Aloizio Mercadante? Se ausentou. Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Antonio Carlos Valadares como vota?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senadora Ideli Salvatti. Senador Renato Casagrande não vota. Senador Francisco Dornelles?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Valter Pereira?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Demóstenes Torres, voto conhecido. Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu não votei ainda, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Todos votaram. Matéria aprovada por unanimidade. Devolvo a Presidência ao Senador Demóstenes Torres.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Dois assuntos, Presidente. Primeiro, eu fui nomeado relator *ad hoc* do PLS n°. 254, como o Senador Casagrande foi inicialmente o relator efetivo. Eu gostaria que o processado voltasse às mãos do Senador Casagrande, que fosse nomeado relator definitivo. O outro assunto o Senador Inácio Arruda vai falar a V. Exa. Mas, desde antes, eu quero pedir desculpas pelo fato de eu não ter estado presente desde o início a esta sessão, porque eu estava no Plenário do Senado, participando de uma sessão especial em homenagem ao municipalismo brasileiro, requerimento da minha autoria. Mas V. Exa. já garantiu que a PEC dos jornalistas será o primeiro item da pauta na próxima semana. Agradeço a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A semana passada V. Exa. estava numa viagem internacional, representando o Senado. E, hoje, porque V. Exa. tinha outro compromisso. Então estou cumprindo com V. Exa...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E voltarei, que vem Item 1 da Pauta.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, as matérias que eu iria arguir também é a PEC dos jornalistas, que eu sou relator, é a PEC do Senador Valadares. V. Exa. já acordou com o Senador Valadares, então estamos resolvidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeitamente. Item 47 da Pauta, página 1241. Projeto de Decreto Legislativo n°. 128, de 2007, "*susta a Resolução n°. 294, de 18 de setembro de 2006, da Comissão de Financiamento Externo, editado*

pelo Ministro de Estado Planejamento, Orçamento e Gestão". Autoria: Senador Pedro Simon; relatoria: Senador Antonio Carlos Júnior. Parecer favorável à matéria à Emenda n°. 1, de autoria do Senador Valter Pereira, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior para proferir o relatório.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quanto à constitucionalidade e juridicidade e regimentalidade, nenhum problema.

Questão básica é o seguinte. A COFIEX, que é um órgão do Ministério do Planejamento, ele é responsável pela avaliação de pleitos de natureza financeira externa, inclusive ele subsidia a Secretaria do Tesouro, a Procuradoria-Geral da Fazenda para autorizar operações de crédito externo. Acontece que o COFIEX estabeleceu que somente serão consideradas pela Comissão os pleitos de operação de crédito externo de treze municípios com garantia na União que atendam, entre outros, o seguinte critério: população superior a 100 mil habitantes, com margem de tolerância de 10% sobre a população divulgada. Só que o COFIEX não pode fixar essas regras, porque o critério populacional não está no âmbito das suas atribuições. Essa atribuição é do Senado Federal. Portanto, o COFIEX exorbitou em suas atribuições. O Senador Pedro Simon, então, apresentou projeto para sustar o efeito da Resolução 294, de 18 de setembro de 2006, do COFIEX, que procedia de forma errada a limitação populacional de municípios. Isso suscitou dúvidas, mas o Senador Valter Pereira apresentou uma emenda substitutiva ao projeto do Senador Pedro Simon, que ela não elimina a Resolução 294, mas, simplesmente, ela susta o inciso I, que é exatamente este inciso que impede, esse inciso que dá poderes indevidos à COFIEX. Então, no momento que se tira o inciso I, não precisa mexer na Resolução 294, e, portanto, está satisfeito os objetivos do Senador Pedro Simon, e, portanto, eu acatei a emenda do Senador Valter Pereira e o meu Voto é pela aprovação do projeto com a Emenda n°. 1 do Senador Valter Pereira.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordaram, queiram permanecer como se encontram. Aprovado o parecer, a matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Só para esclarecer o voto, Sr. Presidente. Há um substitutivo, uma emenda do Senador que foi acatada?

SENADOR ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Foi acatada pela liderança do governo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Foi acatada. Então estou de acordo.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Em vez de cancelar toda...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A emenda foi acatada nos termos do substitutivo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está bem, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 48, página 1250. Projeto de Resolução do Senado n°. 26, de 2009, "*institui a sessão administrativa mensal para deliberar pelas matérias que especifica*". Autoria: Senador Pedro Simon; relatoria: Senador Tasso Jereissati, favorável à matéria com três emendas que apresenta. Foi pedido vista coletiva pelos Senadores Lobão Filho, Antonio Carlos Júnior e Eduardo Suplicy. Consulto aos Senadores Antonio Carlos Júnior e Eduardo Suplicy, aqui presentes, se a manifestava decorrentes do pedido de vista. Não havendo, concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati para as suas considerações.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, o relatório já foi lido, já foi pedido vista, já foi estudado, acho que não há necessidade da nova leitura.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado o parecer, a matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 49. Página 1260. Projeto de resolução do Senado n°. 37, de 2009. "*Institui o Colégio de Líderes e dá outras providências*". Autoria: Senador Aloizio Mercadante e outros; relatoria: Senador Tasso Jereissati. Parecer favorável à matéria, com emenda que apresenta. Foi concedida vista coletiva aos Senadores Francisco Dornelles e Antonio Carlos Júnior. Eu consulto a ambos se há manifestação decorrente do pedido de vista. Não havendo, concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati para suas considerações.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente Demóstenes, também já foi lido, já foi estudado e esclarecido. Portanto, dispenso-me da leitura.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordaram, queiram permanecer como se encontram. O parecer está aprovado e a matéria

será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 9. Página 218. Projeto de Lei do Senado n°. 40, de 2006, terminativo. Autoria: Senadora Heloísa Helena, tramita em conjunto o Projeto de Lei do Senado n°. 9, de 2004. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n°. 38. Autoria: Senador Gerson Camata. Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado 61, de 2004, autoria: Senador Papaléo Paes. Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n°. 253, de 2006, autoria do Senador Cristovam Buarque e tramita em conjunto Projeto de Lei n°. 45, de 2007, autoria: Senador Mozarildo Cavalcante. Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n°. 112, de 2007, autoria: Senador Marco Maciel. Tramita em conjunto com o Projeto de Lei 223, de 2007, Senador Cristovam Buarque, tramita em conjunto o Projeto de Lei n°.739, de 2007, Senador Demóstenes Torres, perdão, relator Senador Romeu Tuma, relatoria: Senador Demóstenes Torres. Há anúncio de que haverá pedido de vista por parte do Senador Eduardo Suplicy. Se confirmado, eu adio a discussão para a semana que vem.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Vista coletiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vista coletiva concedida.

Item 11 da Pauta. Projeto de Lei do Senado n°. 48, de 2007, terminativo. "*Estabelece normas para o provimento de cargos e emprego de agentes comunitários de saúde, a que se refere o art. 9º da Lei 11.355, de outubro de 2006*". Autoria: Senador Leomar Quintanilha; relatoria: Senadora Lúcia Vânia. Parecer pela aprovação da matéria. Há também noticia de o que Senador Eduardo Suplicy vai pedir vista. Se confirmado, eu já adio a discussão e volta para a pauta a semana que vem.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Vista coletiva.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela segunda vez, vou atender o apelo da Presidência, Senador Demóstenes Torres.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vista coletiva. Vamos ler o resto.

Só para adiantar que semana que vem a gente já limpa a pauta, vamos tentar fazer uma nova pauta. Só adiantar a votação com pedido de vista para a gente já ficar livre disso.

Item 34, página 643. Projeto de Lei do Senado n°. 153, de 2002. Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relatoria: Senador Arthur Virgílio. Vista já foi concedida, portanto esse já não pode entrar em pauta. O que já foi concedido vista fica já para a semana que vem.

Item 46, página 1232. Projeto de Lei do Senado 338...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, que projeto é?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Esse projeto...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É o da fronteira norte, é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O anterior, por favor. Autoria: Senadora Marisa Serrano; relatoria: Senador Alvaro Dias. Há pedido de vista coletiva do Senador ACM Júnior, Suplicy e Valter Pereira. Concedo vista coletiva.

Já concedida vista, apenas para esclarecer ao Senador Arthur Virgílio, autoria Senador Mozarildo Cavalcante, relatoria Senador Arthur Virgílio, institui o Programa Fronteira Agrícola Norte e dá outras providências. Fica a discussão para a semana que vem. A não ser que haja consenso, eu já coloco agora.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): A impressão que tem é que não há, Presidente. Aí dá um diálogo entre Senador Mozarildo e a Senadora Marina.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 23, página 462. Proposta de Emenda à Constituição n°. 74, de 2005, autoria: primeiro signatário, Senador Cristovam Buarque; relatoria: Senador Adelmir Santana. Havendo pedido de vista coletiva, eu defiro o pedido do Senador Eduardo Suplicy, Antônio Carlos Júnior e Valter Pereira.

Item 27 da Pauta, página 530. Proposta de Emenda à Constituição n°. 3, de 2009. Autoria: primeiro signatário, Senador Eduardo Azeredo; relatoria: Senador Demóstenes Torres. Havendo pedido de vista coletiva por parte do Senador Valter Pereira, Antonio Carlos Júnior e Eduardo Suplicy, eu defiro para reinclusão na pauta a semana que vem.

Item 15. Projeto de Lei do Senado n°. 551, de 2007. "*Regulamenta o inciso II, do art. 98, da Constituição, que dispõe sobre a Justiça de Paz*". Autoria: Senador Leomar Quintanilha; relatoria: Senador Pedro Simon. Havendo pedido de vista coletiva por parte do Senador Valter Pereira, Antonio Carlos Júnior e Eduardo Suplicy, concedo a vista coletiva e retorna a semana que vem.

Item 16. Projeto de Lei do Senado n°. 47, de 2008. Autoria: Senador Expedito Júnior; relatoria: Senador Antonio Carlos Júnior. Havendo pedido de vista por parte do Senador Valter Pereira e Eduardo Suplicy, defiro para reinclusão na pauta a semana que vem.

Item 29, Proposta de Emenda à Constituição n°. 37, de 2009, "*dá nova redação ao inciso IV, do art. 37, da Constituição, para determinar o direito à posse no cargo público da pessoa aprovada em concurso público, dentro do número de vagas determinado pelo edital*". Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini e outros senadores. Relatoria: Senador Pedro Simon. Defiro o pedido de vista, formulado pelos Senadores Valter Pereira, Antonio Carlos Júnior e Eduardo Suplicy.

Item 26 da Pauta, página 506. Proposta de Emenda à Constituição n°. 27, "*atribui à União competência para instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões*". Autoria: Adelmir Santana e outros senadores. Relatoria: Senador Efraim Morais. Havendo pedido de vista do Senador Valter Pereira, Antonio Carlos Júnior e Eduardo Suplicy, defiro visto coletiva e a matéria volta à pauta a semana que vem.

Item 25. Proposta de Emenda à Constituição n°. 41. Autor: primeiro signatário, Valter Pereira. Relator: Senador Alvaro Dias. Havendo pedido de vista coletiva por parte do Senador Antonio Carlos Júnior e Eduardo Suplicy, defiro vista coletiva e a matéria retorna à pauta a semana que vem.

Item 21, página 427. Proposta de Emenda à Constituição n°. 13, de 2003, autor primeiro signatário Sérgio Zambiasi, relatoria Senador Eduardo Azeredo, havendo pedido de vista coletiva feita pelos Senadores Valter Pereira, Antônio Carlos Júnior e Eduardo Suplicy, defiro para reinclusão na pauta semana que vem.

Item 37, página 686. Projeto de Lei do Senado n°. 250, de 2005 – Complementar. Autor: Senador Paulo Paim. Relator: Senador Valdir Raupp. Defiro o pedido de vista coletiva, feito pelo Senador Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Júnior e Valter Pereira, reinclui-se na pauta semana que vem.

Item 45, página 1215. Projeto de Lei do Senado n°. 323, de 2009, autoria: Senador Gilvam Borges. Relatoria: Senador Augusto Botelho. Pedido de vista do senador, vista coletiva do Senador Antonio Carlos Júnior, Valter Pereira e Eduardo Suplicy, deferido para reinclusão em pauta na semana vindoura.

Item 38. Projeto de Lei do Senado n°. 328, de 2005. Autor: Pedro Simon. Relator: Marco Maciel. Tramita em conjunto com o Projeto de Lei 344. Autoria: Ideli Salvatti. Relator: Marco Maciel. Deferido o pedido para reinclusão em pauta de vista coletiva feito pelos Srs. Senadores Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Júnior e Valter Pereira para reinclusão em pauta a semana vindoura.

Senador Eduardo Suplicy com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, com respeito ao Item 27, relativamente à proposição de que eu e o Senado possa tomar a decisão com respeito a conceder o refúgio, eu gostaria de apresentar um requerimento para realização de Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito bem. Pode apresentar, que eu já faço a leitura de imediato.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então, caminho a V. Exa.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Os projetos que tratam da autonomia do Banco Central e da reformulação da atualização do sistema financeiro, que são de minha iniciativa, eles têm como competente relator o Senador Antonio Carlos Júnior. E pela mesma lógica que levou hoje à concordância do Senador Jucá e, após a concordância da Senadora Ideli Salvatti de se discutir meramente a constitucionalidade das matérias, eu sugeriria que nós colocássemos em pauta...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já está em pauta essa matéria?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): A semana que vem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Qual o número? V. Exa. se recorda? Porque eu já incluo o Item 4 da pauta. Fica determinada a inclusão, V. Exa. passa o número para a assessoria.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Veja, Presidente, a lógica seria discutirmos, sem nenhum compromisso com o mérito, discutirmos os projetos dos Senadores Tasso Jereissati e Renato Casagrande sobre orçamento. Haverá um debate de mérito enorme que começará na Comissão de Assuntos Econômicos e passará por várias audiências e várias audiências coletivas, enfim, Audiências Públicas e coletivas, Audiências Públicas, perdão, e isso desaguará, não sei quando, eu espero que brevemente, mas desaguará no Plenário do Senado Federal, depois irá para a Câmara dos Deputados, é um processo legislativo longo a ser percorrido. A mesma coisa acontecerá com as propostas que submeti à Casa, começando por esta Comissão e que são relatadas as propostas pelo Senador Antonio Carlos. A mesma lógica, ou seja, nós aqui terminaríamos o ano examinando da constitucionalidade das matérias. Se constitucionais, e eu vejo que são, e entendo e são, elas passariam...

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu faria um resumo do substitutivo e a gente po-

deria acordar aqui com o governo de votar a constitucionalidade jurídica e deixar a CAE discutir o mérito.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): E tem um processo longo, tem que passar pela CAE, tem que passar por Audiências Públicas, tem que passar pelo Plenário, passar pela Câmara dos Deputados, ou seja, se a matéria não conquistar no seu mérito a maioria dos Srs. e Sras. Deputados e Senadores ela não virá letra de lei. Por outro lado, um fato é inegável, ela me parece constitucional. Se ela é constitucional, que nós a transplantemos para outro departamento aqui da Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Será o Item 4 da Pauta. Apenas precisamos do número para poder pautar. PLS 72, de 2005, então será devidamente pautado. 2007, melhor dizendo.

Requerimento do Senador Eduardo Suplicy para Audiência Pública, para instruir a PEC 3, de 2009. Indica como debatedores Luiz Paulo Teles Barreto, Secretário-Executivo do Ministério da Justiça; Renato Zerbini Ribeiro do CONARE; ***Eva*** Demant do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados; Dalmo de Abreu Dallari; Prof. Celso Antônio Bandeira de Melo. Autoria: Senador Eduardo Suplicy. Em discussão.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Para discutir, V. Exa.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Essa matéria trata especificamente de refúgio?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É. Ela é uma matéria que eu relato, autoria eu acho que é o Senador Eduardo Azeredo, em que autoria que sempre que o Executivo decidir conceder refúgio, o Senado teria que confirmar essa decisão para que ela surtisse efeito e pudesse ser apreciada pelo Supremo. Eu estou dando um parecer, dizendo que o Senado terá 30 dias para decidir qual o caso deverá analisar, porque a grande maioria dos casos acaba o CONARE acertando, mas o Senador Eduardo Suplicy... Nós estamos trazendo para o Senado essa decisão para evitar o que aconteceu agora. Então, o Senador Suplicy pede para que haja uma Audiência Pública e é isso que ele está requerendo e apontando nomes que certamente...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Na minha avaliação, Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nós vamos abrir.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Na minha avaliação, como é uma matéria que diz respeito às relações internacionais em relação a tratados que o Brasil celebrou, eu entendo que, se tiver que discutir isso em Audiência Pública, deve ser um evento conjunto. Eu acho que tem que ter a participação da Comissão de Relações Exteriores em conjunto com...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Até porque a matéria também tramitará lá. Então eu acho que é uma boa ideia. Vamos então...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): E abrir para mais contribuições de nomes.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Isso. Esse é o primeiro requerimento.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Embora o senador tenha acertado com nomes muito ilustres e valorosos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não tenho objeção de que tanto a proposta do Senador Valter Pereira como a do Senador Arthur Virgílio, se V. Exa. quiser, pode enriquecer até a próxima...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Permanece em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. E, na próxima sessão, outros nomes serão indicados e nós vamos, também o senador fará um requerimento aqui e outro lá para tramitação conjunta, e nós faremos assim.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Terminou por hoje?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nada mais havendo a tratar...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O 33, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item33.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu quero inclusive fazer uma sustentação oral aqui de mais ou menos uns 40 minutos, meia-hora... Sr. Presidente, o 33 foi um apelo do Senador Colombo, mas poderia deixar pautado para a próxima semana dentre os primeiros itens.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 33. De qualquer forma, vamos já fazer o mesmo procedimento, página 627. Projeto de Lei da Câmara n°. 162, autoria do Deputado Celso Russomanno, relatoria do Senador Raimundo Colombo. Havendo pedido de vista coletiva por parte dos Senadores Valter Pereira, Antonio Carlos Júnior e Eduardo Suplicy, defiro o pedido de vista. E volta à pauta a semana que vem.

Nada mais havendo a tratar, suspendo a presente sessão, que terá continuidade amanhã, com Audiência Pública, às 10 horas.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu quero cumprimentar V. Exa. pela generosidade dos deferimentos, que V. Exa. nunca deferiu tantos requerimentos de pedido de vista coletiva como hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa.

Suspensa a sessão para amanhã ter continuidade, a partir das 10 horas.

[Sessão suspensa no dia 25/11/2009 às 13h47]

2ª PARTE

REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS e 34 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Bom-dia, meus senhores e minhas senhoras, eu convidaria os convidados ao debate, ao declarar aberta a presente sessão, que é a 3ª, da 53ª Legislatura, e que ela se destina à realização de Audiência Pública para instruir o substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado 203/2003, que institui o Estatuto da Igualdade Racial. Altera as leis 7.716, de 05 de janeiro de 89; 9.029, de 13 de abril de 95; 7.347, de 24 de julho de 85; 10.778, de 24 de novembro de 2003; e 9.504, de 30 de setembro de 97; e o Decreto-Lei 2.847, de 07 de dezembro de 40, Código Penal, que estabelece critérios para o combate à discriminação racial de afro-brasileiros, igualdade de oportunidades, defesa dos direitos étnicos e raciais individuais, coletivos e difusos, conforme requerimento 127/2009, de iniciativa do ilustre Senador Demóstenes Torres.

A materializa será apreciada também pelas comissões de Educação, Cultura e Esporte, de Agricultura, Reforma agrária, de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Convido o Sr. Ministro Edson Santos, ministro da igualdade racial; Frei David dos Santos; Dra. Roberta Fragoso Kaufmann; Dr. William Douglas. Pergunto se os outros convidados, algum deles está presente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Dr. Werneck, Augusto Werneck.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Dr. Augusto Werneck. Já brotaram aqui o senhor para o fim. Botaram o senhor para o fim.

SR. AUGUSTO WERNECK: Mas é pessoa dar o fecho, a síntese.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Fazer a análise geral de que for falado aqui.

SR. AUGUSTO WERNECK: Ficar de debatedor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A fim de cumprir os horários, visto que o ministro, Frei David e outros têm compromissos, eu vou dar início, então, à reunião.

Passo, primeiramente, a palavra ao Ministro Edson Santos. E eu gostaria que fizesse, aqui, um tempo razoável, para podermos dar a palavra de liberdade com todos. V. Exa. propôs 20 para baixo. Vinte minutos para baixo. Então, com a palavra Ministro Edson Santos.

SR. MINISTRO EDSON SANTOS: Primeiro, eu quero aqui cumprimentar o Senado da República, na figura do Senador Romeu Tuma, e dizer que não só entendo esse momento como um dever regimental da Casa, de promover Audiência Pública, sempre que projetos que tenham, assim, uma natureza de urgência sejam apreciados aqui nesta Casa, mas também como uma oportunidade de segmentos da sociedade brasileira, Poder Executivo, Poder Legislativo e a sociedade civil poderem dialogar, com o objetivo de esclarecer aos Srs. Senadores os propósitos que nos levam a defender com veemência, Sr. Senador, a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.

Um projeto que é oriundo aqui desta Casa e que foi objeto de aprovação unânime na Câmara Federal e que volta ao Senado da República para ter, em termos terminativos, sua apreciação. E nós temos buscado, eu, na condição de ministro, que coordeno essa área, em nível do Governo Presidente Lula, mediar os entendimentos em relação ao conteúdo da matéria, para que o estatuto possa ser efetivamente uma lei que una a sociedade brasileira, em torno do propósito da promoção da igualdade racial.

O estatuto, Sr. Senador, não é uma lei para os negros, o estatuto é uma lei para a sociedade brasileira. O estatuto, ele, a partir de uma visão histórica de nosso país, que teve apoiada sua economia, durante 350 anos, no trabalho escravo e que, no período posterior à abolição da escravidão, que difere da proclamação da República apenas em um ano, não houve, por parte do Estado brasileiro, ações no sentido de permitir ao ex-escravo, ao negro, a inclusão plena na sociedade brasileira, com as oportunidades no âmbito do acesso à educação, do acesso à terra e do acesso ao trabalho.

O Brasil, muito pelo contrário, mesmo no período anterior à abolição da escravidão, veio se preparando para a extinção do trabalho escravo e se preparando no sentido de incentivar a emigração europeia ao nosso país, com argumentos sustentados até por aqueles que eram contrários ao regime de escravidão, com o

objetivo de melhorar a raça brasileira; a "raça brasileira" – digo entre aspa.

E a emigração europeia começa na segunda metade do século XIX e se estende, de uma forma mais intensa, até a primeira fase, que nós chamamos de República Velha, aonde alemães, italianos aqui chegaram, espanhóis, português, também, e foram muito bem acolhidos pela sociedade brasileira.

É importante, Sr. Senador, nós dizermos que tudo isso, todos esses segmentos compõem o que nós chamamos de povo brasileiro. Há um sentimento de pertencimento, no sentido de Nação, de país, de todos esses segmentos, negros, brancos, amarelos, todos são efetivamente brasileiros e se percebem enquanto brasileiros, enquanto membros dessa Nação tão diversificada, e cuja diversidade eu entendo como seja uma das riquezas de nosso país.

Mas, voltando à temática da promoção da igualdade racial, mas é importante fazer essa qualificação de povo, de sentimento de povo brasileiro, para todos os segmentos étnicos que compõem nosso país. Agora, é importante nós recuperarmos, do ponto de vista histórico, o tratamento que a população negra obteve do Estado brasileiro, ao longo desse período.

Do ponto de vista constitucional, as constituições afirmavam... A Constituição de 1891 afirmava que todos são iguais perante a lei; esse era o preâmbulo da Constituição da República de 1891, o que enseja que, se todos são iguais, todos serão tratados enquanto iguais e, se todos e se a realidade não reflete aquilo que foi, que estava afirmado na Constituição, nós iremos manter as desigualdades em nosso país, e assim o foi, na medida em todos eram vistos enquanto iguais, houve um tratamento que manteve as desigualdades entre negros e brancos no Brasil.

É importante a gente ressaltar, também, que a escravidão acaba, mas sua herança permanece. Nós tivemos, em 1910, a Revolta da Chibata, aonde marinheiros negros se insurgiram contra o instituto da chibata, que era aplicado pela oficialidade branca. No Rio de Janeiro, foi objeto, inclusive, de um cerco da armada, liderada por João Cândido, que ameaçava bombardear a cidade maravilhosa, minha cidade, por conta da existência desse instrumento.

Em 1910, também, a morte de Joaquim Nabuco, que preconizava que o Brasil levaria muito tempo para superar a herança da escravidão em nosso país. Joaquim Nabuco preconizava 100 anos de vigência de resquícios da escravidão no Brasil.

Eu escrevi um artigo para o jornal *O Globo,* dizendo que Joaquim Nabuco tinha errado, e o erro foi no sentido de estimar 100 anos, nós estamos há 121 anos da abolição da escravidão, e, hoje, muitas áreas, na relação de trabalho ainda existem resquícios da relação escravocrata.

Nós temos um trabalho, junto com o Ministério do Trabalho, chamado Trabalho Doméstico Cidadão, onde 95% das pessoas que desempenham essa função são negras, e apenas 27% delas têm a carteira assinada.

E o senhor, como senador da República, mas que cuja profissão foi de policial federal sabe muito bem que isso é qualificado como trabalho escravo, o cidadão não ter observados seus direitos trabalhistas mais elementares, e isso ainda existe no Brasil de hoje. Apenas 27% das trabalhadoras domésticas são objeto da legislação, são beneficiadas por nossa legislação trabalhista.

Mas eu quero dar um salto aqui, até para respeitar, porque temos aqui ilustres figuras que certamente irão complementar ou contraditar aquilo que venho aqui colocando para as senhoras e para os senhores. Quero dar um santo para a Constituição de 1988.

A Constituição de 88, ela, ao contrário da de 1891 e da de 1934, ela não afirma que todos são iguais perante a lei, ela diz que cabe ao Estado brasileiro a responsabilidade pela promoção da igualdade.

Eu tenho aqui o texto, parte do texto da Constituição, que fala, em seu art. 3º: "*Cabe ao Estado promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação*".

Isso, Srs. Senadores, abre caminho para uma série de ações no campo de políticas afirmativas no Brasil. Nós não estamos inaugurando, com Estatuto da Igualdade Racial. Essa ação, o Presidente Sarney foi o protagonista da criação da Fundação Cultural Palmares, que, no âmbito, na abordagem da questão cultural, começa a dar visibilidade à questão, à problemática racial em nosso país. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, ele faz uma declaração, em 1995, ao Comitê pela Erradicação da Discriminação da ONU, afirmando a existência das desigualdades raciais em nosso país e definindo ao Estado brasileiro a responsabilidade pela superação dessas desigualdades.

Então, eu diria que nós vivemos, hoje, no Brasil, um processo, um processo de amadurecimento da sociedade brasileira e de amadurecimento do Estado brasileiro, no que se refere à presença do negro e à sua contribuição para a formação do nosso país.

A Constituição da República, ainda em seu art. 4º, faz a criminalização do racismo, e que depois foi regulamentada por iniciativa do Deputado Carlos Alberto de Oliveira, mas conhecido como Caó. E, ainda no art. 68, da disposição transitória, trata, de uma forma inédita, das comunidades remanescentes de qui-

lombo e das responsabilidades do Estado brasileiro para com ela.

Então, o que se debate, hoje, aqui, no Senado da República, nada mais é do que a continuidade de um processo de comprometimento do Estado brasileiro para com a causa da igualdade racial. E o estatuto, ele busca oferecer diretrizes para a atuação do Estado brasileiro no campo da promoção da igualdade racial, de uma forma muito concreta, no âmbito da saúde, da educação, da cultura, do esporte, do lazer, da liberdade de consciência e de crença, livre exercício dos cultos religiosos, do financiamento das iniciativas de promoção da igualdade racial, da questão da moradia adequada, do direito das comunidades remanescentes de quilombo, trata do mercado de trabalho, dos meios de comunicação e do acesso à Justiça. São diretrizes que são oferecidas ao Estado brasileiro, para que nós possamos atuar no campo da promoção da igualdade racial.

Sr. Presidente, eu diria, assim, com muita tranquilidade, que o estatuto, ele não é uma panaceia que vai trazer solução a todos os dramas e dilemas vividos pela sociedade brasileira, em particular pela população negra de nosso país.

Eu diria o que estatuto, diria, não, afirmo que estatuto é um ponto de partida para o Brasil avançar no rumo da promoção da igualdade racial, no rumo de se tornar um país mais igual.

E eu quero dar aqui apenas um exemplo de como o Brasil já vem caminhando nesse sentido, e que o estatuto, na verdade, ele consolida uma caminhada do nosso país nesse sentido. A questão das cotas, tão debatidas, tão polemizadas, na sociedade brasileira, e que trazem, inclusive, uma preocupação de determinados setores, quanto à "racialização" das relações sociais em nosso país. Na verdade, os cientistas sociais que fazem essa afirmação estão para além do campo da ciência social, porque a ciência social, ela se apoia no fato, na análise do fato concreto, e, a partir daí, ela pode, inclusive, estimar perspectivas para o desencadeamento daquele fato ali observado.

E o que se observa? Sessenta universidades aderiram ao instituto de cotas. Mais 30 universidades, hoje, instituem políticas afirmativas de outra natureza, beneficiando a população negra. E aí eu indago: onde está o conflito? Onde está a "racialização" na relação dos estudantes, uns beneficiados, e outros não beneficiados pelo instituto de cotas?

Então, eu entendo que há certo terrorismo no tratamento dessa questão. O fato concreto é que nós temos o instituto de cotas – eu quero dizer, Senador Romeu Tuma, de São Paulo, que o próximo reitor da USP, ele vai abrir o debate sobre a questão de cotas.

Há um debate muito intenso na Universidade de São Paulo, a maioria universidade do país, sobre esse instrumento, e, hoje, o próximo reitor tem a sensibilidade de abrir esse debate, e que cabe realçar, a não ser a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, cujo instituto de cotas foi adotado a partir de uma lei da Assembleia Legislativa, os outros casos, o instituto de cotas foi adotado a partir de deliberação dos seus conselhos universitários.

E quem são os que compõem os conselhos universitários dessas universidades? Professores, alunos e funcionários; nada mais democrático para uma decisão dessa natureza. Então, eu quero, aqui, dizer e caminhar para o encerramento aqui de minha fala o seguinte: vamos encarar esse tema com o mínimo de emoção e buscando, já que se trata do futuro do Brasil, buscando o máximo da razão, da análise da história do nosso país, da realidade em que está submetida a população negra no Brasil.

O Brasil vai voltar a crescer, nós temos a perspectiva de, no ano que vem, o país voltar a crescer a taxas de 5%. O Brasil, da década de 40 à década de 80, experimentou o crescimento médio da ordem de 7%; foi o país que, naquele período, tinha as maiores taxas de crescimento, no entanto, a população negra continuou na situação de ocupar a base da pirâmide social de nosso país, porque esse crescimento não vislumbrou ações que oferecessem oportunidades para os de baixo, e esse crescimento não se caracterizou por políticas de distribuição de renda.

Senador Romeu Tuma, nós não podemos repetir os erros do passado. Hoje, nós caminhamos para o Brasil galgar espaços e posições bem mais destacadas no mundo. Alguns dizem que o Brasil, proximamente, será a sexta maior economia de mundo. E eu creio que esse é o momento de se fazer um resgate de direitos de 50,6% da população brasileira. E dizer que as políticas públicas universais vão dar conta da redução dessa desigualdade, na verdade, é jogar para as calendas as oportunidades que o Estado brasileiro tem que oferecer à população negra deste país.

E o Estado Brasileiro, a sociedade brasileira ganha com isso, porque inúmeras cabeças, inúmeros cidadãos e cidadãs, com potenciais de crescimento, em diversas áreas da vida, não só cultural, que muitos falam assim: "O negro, na cultura e no esporte, ele se destaca", mas queremos também termos destaque na área da economia, na área de medicina, na operação do direito, em nosso país, e é fundamental que o Estado cumpra com seu papel de oferecer mais a quem tem menos, esse é um princípio do Estado moderno, e nós não podemos, de forma nenhuma, abdicarmos dessa obrigação do Estado brasileiro. E eu diria, não

é uma obrigação do ponto de vista da caridade, é do ponto de vista da necessidade de o Brasil evoluir, para, efetivamente, ser um país onde a democracia racial seja uma prerrogativa.

Por isso, eu aqui encerro, solicitando aos Srs. Senadores, a partir, evidentemente, de uma análise que cada um fará do projeto em tela, a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. E, certamente, as futuras gerações deste país irão se beneficiar desse documento, e o Senado da República vai cumprir, mais uma vez, com o papel fundamental no combate às iniquidades e às desigualdades. O Senado da República foi palco do debate sobre a abolição da escravidão e o Senado da República, hoje, novamente, é palco do debate da segunda abolição, que é exatamente o Estatuto da Igualdade Racial, que é um instrumento que vai não tratar apenas da liberdade formal, mas da liberdade concreta, da liberdade do acesso, de oportunidades, de um segmento expressivo da população brasileira, e nomeadamente a juventude brasileira, a juventude negra, que carece do apoio e de uma presença mais efetiva do Estado brasileiro, no sentido de sua inclusão.

Então, nesse sentido, eu aqui agradeço a oportunidade do Senado de República e faço fé de que, nos próximos dias, já tive uma preliminar com o Presidente desta comissão, juntamente com o Senador Paulo Paim, no sentido da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.

Muito obrigado. E foi um prazer estar esta mana aqui com as senhoras e com os senhores. Infelizmente, não poderei dar segmento a esta Audiência Pública, por motivo de ter de me deslocar para outro estado. Mas muito obrigado e foi um prazer estar aqui com as senhoras e com os senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Nós é que agradecemos V. Exa. por dispensar seu precioso tempo no comando do Ministério, com missões a cumprir, mas a elegância, a tranquilidade com que V. Exa. expõe a situação atual, que, infelizmente, para mim, é uma amargura ter que discutir igualdade racial. Nós já deveríamos ter consciência tranquila de que não existiria mais nenhuma diferença entre as raças, principalmente por horas difíceis que o país passou.

Então, eu acho que o caminho da aprovação do estatuto é quase que uma tranquilidade. Cinda ontem, conversei com o autor, o Paim, e disse: "Olha, está redondinho, não fique preocupado, que está tudo redondinho, já acertamos tudo", e o Demóstenes me deu a honra de presidir, por ele ter um compromisso, mas acredito que ele botará logo em pauta, e eu só gostaria que, no dia, o Paim aqui estivesse.

E agradeço muito V. Exa. e cumprimento pela elegância da exposição. Se puder deixar conosco uma cópia, ficaria agradecido, para pôr nos anais do debate. Muito obrigado, senador (sic).

Pediria alguém para acompanhar o ministro, por favor.

Vou passar a palavra, agora, ao Frei David Santos, representante do EDUCAFRO, que nos trouxe um boletim informativo da sua representatividade.

Eu quero lembrar que já estive com o Frei David num debate, na Faculdade de Direito de São Paulo, onde tem a sede, para discutirmos, com vários estudantes, pessoas presentes, a importância da discussão desse estatuto.

E eu acho que, para mim, foi muito bom, foi um sucesso, e a tranquilidade com que os franciscanos lá estavam trabalhando nesse sentido.

Então, passo a palavra a V. Exa., para que faça seu pronunciamento.

SR. DAVID DOS SANTOS: Eu agradeço ao nosso irmão, o Senador Tuma, especialmente quando ele visitou a EDUCAFRO, os estudantes e pré-vestibulares. EDUCAFRO, para quem não sabe, é uma rede de 200 pré-vestibulares para jovens negros, brancos pobres e indígenas. O objetivo desse projeto é ajudar, potencializar o ingresso dos pobres nas universidades.

E a ida do senador lá, discutindo com nosso povo sobre cotas, sobre o estatuto, foi determinante para o discernimento da comunidade e de toda a equipe do senador e de outros senadores com o qual conversou após a visita dele à EDUCAFRO.

E ele citou, então, o jornalzinho da EDUCAFRO, e, assim que vocês tenham um tempinho, eu proponho que leiam a página 4 do jornal, que está dando, muita clareza, nossa visão, enquanto entidade, do estatuto real que temos aí.

E, nessa linha, eu peço, então, que já pode colocar... Estatuto da Igualdade. Por que só autorizativo? Eu tenho consciência do quanto essa questão é delicada para todos nós, nós negros, que estamos há tantos anos, há 509 anos no Brasil, lutando por igualdade, por justiça, por honestidade, e, ao longo desse período todo, nós criamos, formatamos um estatuto, que seria ideal para o Brasil melhor, onde negros e brancos estivessem mais igualdade. No entanto, nós temos consciência de que o Poder Público que a comunidade negra tem hoje não permite à comunidade ter o estatuto ideal.

Então, infelizmente, esse estatuto que vamos votar, que o Senado vai votar, é a quinta versão, onde nós, negros, cedemos muito, muito, muito; até alguns de nós temos vergonha de dizer que estamos apoiando esse estatuto. No entanto, eu quero dizer para todos

nós, negros e demais comunidades, que é um processo, é um processo, é um processo.

Pano de fundo. Três situações que estão determinando esse cenário como não ruim para a comunidade negra. Observe que eu parto da expressão não ruim, porque há um sentimento da comunidade negra de que esse estatuto é um atraso, é um punhal em nosso coração, no entanto, eu me proponho e peço que a comunidade negra, os que sempre lutaram e querem ver um estatuto de primeira qualidade que entendam o momento especial e que acolham esse estatuto como primeira etapa do projeto.

Poder da imprensa. Eu quero deixar, com toda clareza, que teses defendidas, recentemente, confirmam que mais de 70% dos espaços da grande imprensa, sobre esse tema, nos últimos cinco anos, foram dados para os contra as cotas. A imprensa, pergunta-se, está fazendo a cabeça dos políticos, a partir dos contra, que tem 70% do espaço na grande imprensa. Ou seja, é uma vergonha ver a postura da imprensa com esse tema. A imprensa tem sido desonesta com a comunidade negra e com o Brasil.

Isso, mesmo assim, há outro lado. A imprensa, dando 70% de espaço para os contra as cotas, contra o estatuto, obrigou a imprensa a abrir, pelo menos, 30% do espaço para nós, que somos a favor desse projeto de um Brasil igual, de um Brasil com oportunidade para todos. E, graças a Deus, todas as pessoas que estão ocupando esses 30% de espaço na imprensa estão conseguindo, com simpatia, virar o jogo. Estamos vencendo essa batalha, por dois fatores: primeiro, o grande sucesso acadêmico dos cotistas, todas as quase 100 universidades do Brasil que adotaram cotas para negro, branco pobre e indígena, Senador Tuma, todas essas 100 universidades, quase 100 universidades no Brasil, que já fecharam pesquisa, estão provando que os negros, os brancos pobres e os indígenas que entraram por cotas estão fazendo sucesso.

Também as empresas que, antecipando-se ao Estatuto da Igualdade Racial, já estão criando programas de inclusão de negro, senador, todas as empresas que estão fazendo isso estão dizendo que os negros que lá estão entrando estão ampliando o clima de integração, de simpatia, de qualidade de vida, e tudo aquilo que o agouro dos contrários falaram, que e iria criar tumulto, briga, ódio, tudo isso não passou de equívoco, e eu acho que estar equivocado é normal em qualquer um de nós; eu mesmo me equivoquei várias vezes, e voltei atrás.

Também destacar que a metodologia que a comunidade negra, depois de muita dificuldade, aceitou, ou seja, nós, negros, senador, o senhor não vai ver no Brasil, em nenhum lugar do Brasil, brancos pobres lutando por cotas, não vai ser indígenas lutando por cota, no entanto, vai ver negro lutando por cotas e abrindo espaço para brancos pobres e indígenas. Então, toda inclusão de branco pobre que hoje acontece, em larga escala, e de indígena é suor desse povo bonito, solidário, povo negro, que sabe o que Brasil é de todos e trabalha para um Brasil para todos.

Também, senador, todas as pesquisas que têm apresentado, têm nos mostrado que 80%; desculpe, não todas, a pesquisa concreta do *Data Folha* mostrou que, quando a cota é para branco pobre, negro e indígena, 87% do povo brasileiro é a favor das cotas. Portanto, se a imprensa é contra esse trabalho, eu digo, com muita propriedade, que o feitiço está virando contra o feiticeiro.

Segundo dado, olha, eu vou falar aqui, eu tenho até vergonha de falar, senador, eu tenho até vergonha, mas tem que falar esse fato. O nosso povo negro está apático, a aprovação de um bom estatuto... Qual é minha tese nova? Que eu estou colocando aqui para meus irmãos negros me compreenderem. A aprovação de um bom estatuto é o que nós queremos. No entanto, vai deixar o povo negro apático, infelizmente, a não participação do povo negro como nós queríamos é uma preocupação nossa.

A aprovação de um péssimo estatuto, por mais que é algo complicado, eu posso dizer que vai deixar o setor da comunidade negra irado, e esse povo vai despertar, acordar, jogar mais força, para buscar as futuras etapas do estatuto ideal.

Acredito que este é um remédio que estamos precisando. Talvez um péssimo estatuto será o instrumento necessário para fazer nosso povo negro acordar. Sonho em ver o acordado povo negro. Nós somos 51% da Nação, no entanto, os que militam por essa causa não chegam a 5%, não chegam a 5%.

O movimento negro insatisfeito. Grande setor do movimento negro está insatisfeito com o estatuto que vem aí. No entanto, eu tenho consciência de que eles vão perceber que esse estatuto é um instrumento apenas para mudar o Brasil, usando outras ferramentas.

Eu quero lembrar que, só depois que a comunidade negra ocupou agências bancárias, é que a FEBRABAN decidiu combater a exclusão do negro, da negra na rede bancária. Hoje, você pode olhar dados, o banco, eu posso citar com autoridade, porque eu estive lá, visitando e avaliando os dados do banco, o Banco Itaú, você vê que o Banco Itaú quase que triplicou o número de negros e negras contratados, após esse convencimento. O Banco Itaú se convenceu de que a estrutura neutra, aparentemente neutra, da sua seleção de empregados estava cega para esse deta-

lhe e o Banco Itaú fez a estrutura mudar e criar metas de inclusão.

Um estatuto bom pode manter o movimento negro acomodado, e o nosso sonho é que cresça o movimento negro na luta por um Brasil melhor. Um péssimo estatuto é o que está podendo vir aí, será um fator determinante para o crescimento e fortalecimento do movimento negro. Esse péssimo estatuto será apenas uma pimenta para fazer o movimento negro agir mais, mais e mais.

Contexto político. Graças ao trabalho árduo da militância, a questão racial ganhou a agenda nacional dos últimos cinco anos. Hoje, todos os setores da sociedade brasileira, da direita à esquerda, concordam com o um ponto: o racismo é uma praga que agride a cidadania do Brasil e dos brasileiros.

Alguns acham que, resolvendo o social, resolve-se o étnico; estão equivocados. Volto a dizer, alguns militantes da sociedade, alguns senadores, alguns deputados, algumas entidades sociais acham que, resolvendo o social, resolve-se o étnico, a exclusão étnica, é equívoco. A divergência está no remédio para combatê-lo; o doente sabe onde dói e quer combater a dor, no entanto, as canetas para escrever a receita estão na mão de outros. Aqui está o grande problema, é que nós gostaríamos de ver isso mudar.

O Senado Federal foi generoso, em 2008, quando aprovou uma versão razoável do estatuto. É bom lembrar que há, inclusive, se vocês têm na mão o documento que foi entregue pela equipe da CCJ, onde mostra o estatuto aprovado pelo Senado em 2008, foi um estatuto generoso. Não era o ideal ainda, foi já bastante cortado naquilo que nós queríamos, no entanto, esse estatuto de 2008, ao ir para a Câmara dos Deputados, sofreu mais e mais cortes, em 2009, foi para manifestações de oposições, a Câmara foi palco para manifestações de posições equivocadas, não querendo ver a comunidade negra conquistar seus direitos. Agora, o Senado Federal tem a responsabilidade histórica de optar: 1– voltar para o estatuto anterior, que o Senado já aprovou, portanto, o regimento permite isso, que nosso Senado Federal não leve em consideração o estatuto aprovado na Câmara, apenas volte à redação original, que foi aprovada no Senado, na primeira vez, essa é uma opção que o Senado poder fazer. Vou torcer para que os senadores possam dar esse passo a favor da comunidade negra, ou, se o Senado não quer e não tem tempo para voltar, percebe que a questão é só querer e pronto, não tem mais que perder tempo. Se o Senado preferir não pegar esse método e ficar com o estatuto atual, que é uma redação tímida, uma redação muito, muito fragilizada.

Onde está a fragilidade do atual estatuto? O estatuto ideal, que nós queremos, é um estatuto determinativo, o estatuto que vem aí, que foi possível passar na Câmara, é um estatuto simplesmente autorizativo. Ora, no entanto, nós sabemos que podemos, com esse estatuto, mexer muitas coisas.

Comunidade negra e voto. A EDUCAFRO reconhece que toda democracia necessita de votos para fazer passar seus projetos, tanto da esquerda, da direita e do centro, e, assim, avançam-se sonhos e propostas. O estatuto que está para ser votado não é o dos nossos sonhos, mas é apenas o resultado dos votos que temos: grande parte da esquerda, do centro votou a favor do estatuto, faltou-nos trabalhar com mais afinco a direita, para que ela fosse solidária a essa proposta. Portanto, perdemos muito nas negociações, mas, volto a dizer, é melhor a gente continuar firme com esse instrumento do que voltar atrás nessa questão.

Comunidade negra e oportunidade. O programa Universidade para Todos, ProUni, foi também o resultado das pressões e negociações dos endereçados, por parte do governo e do movimento negro. Mesmo com suas contradições e tensões estruturais, ideológicos, o movimento negro, de grão em grão, está conquistando instrumentos de inclusão.

Senador, com alegria, partilho para o senhor o seguinte: nossa entidade avaliou e concluiu que, nos últimos cinco anos, só com o ProUni, conseguimos colocar mais negros nas universidades brasileiras do que nos 504 anteriores. Olha só, é uma coisa tremenda. E eu quero lembrar que, quando o ProUni estava sendo votado, grande parte da comunidade negra era contra, nós éramos a favor, apanhamos muito da comunidade negra e de muitos da sociedade. Hoje, dificilmente encontra pessoas da comunidade negra contra o ProUni.

Eu falo isso para comparar com o estatuto, a EDUCAFRO, mais uma vez, é a favor do estatuto, estou apanhando demais dos irmãos negros meus, estou apanhando, minha entidade está apanhando por causa desse fato, no entanto, eu volto a dizer, o estatuto é apenas uma ferramenta, é só uma estratégia, não podemos deixar essa oportunidade histórica passar.

Bom, determinativo ou autorizativo? É melhor um estatuto, senador, menos perfeito, nas mãos de nossa comunidade, como ferramenta de trabalho, do que um estatuto perfeito, mas engavetado, a exemplo do Estatuto dos Indígenas, que circula neste Congresso Nacional há 20 anos, sem dar nenhuma esperança ao povo indígena de ser votado.

O povo indígena está sofrendo, coitoinhos, por quê? Porque o povo indígena, na sua liderança, bateram na tecla: “Só aceitamos o estatuto perfeito”. A

consequência disso qual é? Senadores e deputados não querem deixar passar o estatuto, porque querem cortar vários detalhes, que, para eles, tira privilégio dos brancos, e nós achamos que a gente deve ir por etapa, cada degrau por sua vez.

A comunidade negra, nesse momento, está sendo convocada a não repetir o erro dos indígenas e deixar o estatuto aqui engavetado. Aceitar esse estatuto imperfeito, mas levar adiante, do que esperar o perfeito, para daqui alguns anos.

O estatuto em estratégias. O estatuto também será um instrumento estratégico, de intervenção política. Ele abrirá caminho para as mudanças profundas de que a sociedade brasileira necessita e precisa. Ele será um instrumento de diálogo, de negociação ou de pressão. Lógico, ele não é determinativo, mas ele vai ser o instrumento que vai fazer a comunidade negra agir mais, com mais energia, para fazer passar seus direitos.

Os sonhos da comunidade negra, em seu longo caminho, serão conquistados nos embates políticos de cada momento. E cada momento tem suas peculiaridades. Este é o estatuto possível, e não ideal, é o possível. No entanto, preferimos o possível do que nada.

O Estatuto da Igualdade Racial e a comunidade negra. Como instrumento de luta, o estatuto atual é incompleto, mas seu aspecto mais positivo e seu potencial de mudança advêm exatamente da sua incompletude. O estatuto que temos é um meio, e não um fim. Por ser incompleto, o estatuto vai unir em torno de si o povo negro insatisfeito, na busca por seus direitos, seus ideais; vai ser o despertar de um novo tempo, a partir de uma carta de princípios iniciais, éticos e princípios que vão chamar a atenção da sociedade.

E, observem vocês, o estatuto que está aí, com a redação autorizativa, já está deixando grandes setores da sociedade brasileira com medo de nós, com medo de partilhar, de dividir, de ceder, também, a nós direitos de vida. Imaginem vocês o que vem daqui para frente. Ou seja, o estatuto, criando insatisfação, vai gerar mais e mais massa crítica, na comunidade negra, e, consequentemente, vamos conquistar nossos direitos a cada momento, conforme o andar do processo.

Senador, a Constituição de 88 e o estatuto nos dizem o seguinte: não foi assim, a partir da sua incompletude, que a Constituição de 88 8 se transformou em uma das mais progressistas cartas de direitos do mundo contemporâneo. A Constituição Federal de 88 passou longe de agradar a todos, especialmente a nós negros, mas a sociedade brasileira, que emergiu da ditadura militar, entendeu a oportunidade histórica e abriu caminho para a consolidação da democracia no país. Hoje, são mais de 50 emendas, aperfeiçoando nossa Carta Magna. Também nós, negros e brancos conscientes, saberemos, ao longo do processo, fazer as emendas necessárias, para poder tornar nossa Carta, nosso Estatuto da Igualdade Racial cada vez mais apropriado, para o Brasil melhor que queremos. Vamos abraçar o possível e trabalhar pela melhoria dessa redação, pontualmente.

O estatuto atual é fruto do momento atual, em que o Brasil começa a quebrar o paradigma da casa grande. É também resultado da pequena força política que temos, enquanto negros e negras organizados politicamente e em partidos.

É bom lembrar para a sociedade brasileira que apenas 2% dos parlamentares, entre senadores e deputados, são afro-brasileiros, portanto, aprovar o estatuto dos nossos sonhos custaria outros 100 anos de trabalho para eleger nossos pares, ou seja, o estatuto que está aí é fruto da luta dos 2% de deputados e senadores negros, conscientes, e mais pessoas como o senador, nosso irmão Tuma, que é consciente, é branco consciente e está somando conosco, para deixar o estatuto como ferramenta possível, na atual fase do Brasil.

Passo atrás, passo adiante. Estrategicamente, é preciso dar um passo atrás, para dar dois adiante. Ao abrir mão de aspectos importantes do documento, a comunidade negra não se vende, pelo contrário, ela sabiamente ocupa espaço estratégico, em busca de grandes futuros, afinal, o documento é um atestado de reconhecimento, pelo Estado, das igualdades estruturantes das relações raciais no Brasil.

Na lei e na raça, nas mãos do povo, o estatuto vai ser o instrumento político mais importante para as conquistas futuras. Ele vai subsidiar os debates, embasar lutas contra as desigualdades e ser a carta respaldo para as ações estratégicas de demandas por direitos, em todos os setores e em todos os organismos da sociedade.

Pela primeira vez, o Brasil contará com um instrumento formal que reconhece as desigualdades, de fato, e provoca a sociedade para corrigi-las.

Herdeiros de Zumbi. O movimento negro, em suas múltiplas faces, vai usar o estatuto como um meio, e não como fim. Afinal, um povo herdeiro da luta de Zumbi dos Palmares não se cansa facilmente. O Estatuto da Igualdade Racial energizará a luta, na busca do resgate da identidade negra. Se Zumbi estivesse hoje neste cenário, agiria com a cabeça no hoje, e não no cenário de ontem.

Concluo, dizendo que aqueles e aquelas que, de coração sincero, são contra o Estatuto da Igualdade Racial, eu peço, de coração sincero, até trouxe e vou entregar a cada um deles um livro desse aqui, *Racis-*

mo e sociedade, do sociólogo Carlos Moore. É o livro que, para mim, foi lançado agora, dias atrás, que mais convence aqueles que têm dúvida ainda do quanto é necessário um estatuto, do quanto são necessários programas de inclusão de negros na sociedade e o quanto isso não vai gerar o que eles estão temendo, que é ódio racial.

Eu deixo com a procuradora esse livro e vou entregar aos demais, daqui um pouquinho, exemplares iguais. Concluo, dizendo, senador, que, com alegria, as quase 100 universidades brasileiras públicas que já adotaram cotas estão todas elas satisfeitas e felizes. Aquelas em que os professores eram contra, hoje, com novas pesquisas, eles são a favor. Também, senador, lembrar que a FEBRABAN, que já adotou um plano de metas de inclusão, também está reconhecendo que a coisa está mudando. Lógico, eu quero dizer que o programa que a FEBRABAN adotou também não é o programa do nosso sonho, mas foi o possível, frente a seis anos de embate com a FEBRABAN; seis anos de embate com a FEBRABAN.

Quero lembrar vocês de que, recentemente, a Confederação Nacional do Comércio sentou conosco, e a Confederação Nacional da Indústria sentou conosco, para discutir por que, senador, as 500 maiores empresas do Brasil só têm 3,4% de negros, nos cargos de gerente, nas 500 maiores empresas do Brasil. Isso é seriíssimo, no entanto, a Confederação Nacional da Indústria reconhece que isso é um erro, um erro da estruturação do Brasil, e que esse erro só se corrige revendo a estruturação.

Eu concluo, aqui, pedindo aos senadores que revejam sua postura, se possível, voltem para a redação que vocês senadores aprovaram; não sendo possível, aprovem a redação que está aí, que não é ideal, mas é o instrumento possível. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigado a V. Sa. pela exposição e pela eloquência, demonstrada na luta pela aprovação do estatuto.

Chamaria a atenção de um detalhe, que eu achei importante, de V. Exa., é que o que se quer oferecer é oportunidade para quem quer ter oportunidade, não é uma imposição de que alguém terá que ocupar uma vaga por ser negro. Não. É dar oportunidade a quem quer entrar num trabalho, numa atividade, numa escola, ele ter a porta aberta.

Eu acho que esse é o grande âmago da discussão. Porque ele não é impositivo, o estatuto não é impositivo, é que a igualdade é a porta aberta para quem desejar nela ingressar. Então, cumprimento V. Sa.. Sei que o senhor tem que ir embora também.

SR. DAVID DOS SANTOS: Não, eu mudei minha passagem. Vou ficar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Gostou?

SR. DAVID DOS SANTOS: Gostei.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Agora, Dra. Roberta Fragoso Kaufmann.

SRA. ROBERTA FRAGOSO KAUFMANN: Bomdia. Inicialmente, eu gostaria de agradecer o convite de participar desta Audiência Pública, acredito que este é UM momento muito importante para nós discutirmos um pouco o Estatuto da Igualdade Racial, e eu vejo aqui como uma verdadeira minoria, porque sou uma das que sou contra a aprovação de um Estatuto de Igualdade Racial, por entender que este estatuto nada mais é do que a cópia, a importação de um modelo que foi pensado para resolver problemas de outra sociedade, que é a sociedade norte-americana. Para aqueles que não sabem, todo esse debate envolvendo cotas raciais e ações afirmativas, relacionadas a negros, teve início nos Estados Unidos, após um século de segregação institucionalizada.

Então, antes de nós entrarmos nas diferenças cruciais entre Brasil e Estados Unidos, é preciso que eu esclareça, inicialmente, porque, infelizmente, quando você trata sobre esse tema e você adota uma postura contrária, infeliz, você tem que começar o discurso esclarecendo que você não é racista, pelo contrário. Eu, no meu caso, eu acredito que nós somos todos brasileiros, eu acredito que esse discurso relacionado à raça é um discurso que não tem mais sentido, depois que nós fizemos a decodificação do genoma humano e percebemos que, dos 25 mil genes que cada ser humano possui, apenas uma dezena de genes estão relacionados à cor da pele.

Então, o que eu quero dizer é que, da mesma maneira é um absurdo nós classificarmos as pessoas com base na altura ou com base no tamanho da orelha ou no tamanho do nariz, é um absurdo nós tentarmos, hoje, em pleno século XXI, classificar as pessoas com base na cor. Apenas dez genes definem a cor de cada um.

Com isso, obviamente, eu não quero dizer que o racismo não exista, o racismo, ele é, infelizmente, um componente cultural, no entanto, na medida em que o Estado, ele institucionaliza um Estatuto da Igualdade Racial, em vez de ele combater a ideia perversa do racismo, em vez de o Estado dizer para a população dizer que é errado discriminar com base na cor da pele, já que a cor da pele não quer dizer nada, diante da pletora de genes que cada um possui, a imagem que se passa para a sociedade é a imagem reversa.

Com todo o respeito ao Frei David, o discurso que ele apresentou é um discurso em que você observa palavras de embate a todo tempo. "O povo negro vai se revoltar e vai lutar, nós temos que lutar." Nós, aqui, queremos dizer que somos todos brasileiros, independentemente de cor. Então, nesse sentido, minha ideia não é uma ideia de dizer que o racismo não exista, não é isso que eu estou querendo dizer, eu sei o que racismo existe, e o racismo pode ser eficazmente combatido por meio de leis severas, que punam o preconceito e que punam a discriminação. Isso é uma coisa, no entanto, na medida em que você institucionaliza a cor como elemento de diferença entre as pessoas, você passa a ideia oposta à ideia que você pretende implementar. Ou seja, em vez de você criar um ambiente, em que todos se considerarem brasileiros, independentemente de cor, ou, em vez de você criar um ambiente em que todos percebam que a cor não é um elemento decisivo para que você observe as relações entre as pessoas, a imagem que será passada será justamente oposta, a imagem de que a cor da pele é um item suficientemente importante para poder criar a distinção entre as pessoas.

Bem, então, nesse sentido, eu preciso esclarecer para vocês, inicialmente, que essa política de cotas raciais e de ações afirmativas foi uma política pensada e imaginada nos Estados Unidos, que teve início na década de 70, ironicamente, a partir do governo de Richard Nixon, que ele era republicano, conservador e racista, no entanto, coube a ele, Nixon, implementar, pela primeira vez, uma medida afirmativa do ponto de vista inclusivo, porque John Kennedy e Lyndon Johnson, anteriormente, apenas proibiram a discriminação, eles não fizeram ações afirmativas, do ponto de vista inclusivo. Coube a Richard Nixon, em 1969, a criação do primeiro plano de cotas raciais, em matéria de contratos na administração pública.

E isso é um dado importante, porque, vejam bem, se foi Nixon que implementou, inicialmente, as medidas, alguma coisa há de ser pesquisada, para verificar o porquê de essas cotas terem sido implementadas com Nixon. Na verdade, o que aconteceu foi que, após 100 anos de segregação institucionalizada. Quando eu digo segregação institucionalizada, eu quero dizer uma segregação praticada por todos os níveis de governo, seja ele federal, estadual ou municipal, seja ele executivo, judiciário ou legislativo.

Quem aqui foi estudante de direito ou pesquisador dessa área das relações raciais sobe o que eu estou dizendo, o caso que foi emblemático, o caso Plessy *versus* Ferguson, julgado em 1896, pela Suprema Corte Norte-Americana, quando, então, se deu início à teoria de iguais, mas separados. Vejam bem, o Plessy, que, aparentemente, era branco, era um cidadão aparentemente branco, quis entrar num vagão de trem destinado para os negros, porque ele acreditava que isso não era um critério determinante para decidir se ele podia ou não ingressar num vagão de trem. E aí o maquinista exigiu a carteirinha de identificação racial, ele se recusou a mostrar, foi preso. A questão bateu na Suprema Corte.

E a Suprema Corte, então, analisando o princípio da igualdade, decidiu o quê? Quando você fala de igualdade, não significa que todos são efetivamente, precisam caminhar juntos. Então, a partir daí, surgiu a teoria de iguais, mas separados, nos Estados Unidos. Eu não preciso comentar que essa teoria é uma teoria totalmente discriminatória e racista. E eu discordo profundamente dessa teoria, mas o que eu quero dizer é que, com base nessa ideia de que iguais, mas separados, todas as instituições sociais, nos Estados Unidos, desde o hospital em que o indivíduo nascia até o cemitério em que ele era enterrado, passando por parques de diversão, piscinas, restaurantes, bares, escolas, universidades, todas as instituições sociais eram rigidamente segregadas com base na cor. Inclusive, o próprio relacionamento inter-racial era considerado crime, até 1977.

Com isso, Nixon, no final da década de 60, o que surgiu nos Estados Unidos foi uma situação de confronto tão grave, entre brancos e negros, uma situação de confronto que, hoje, só encontrou semelhança com a queda das duas torres gêmeas, lá nos Estados Unidos, porque a questão racial, em final da década de 60, chegou a ser capa da revista *Time* por cinco vezes consecutivas, coisa que, hoje, só teve paralelo com o ataque terrorista.

O que eu quero dizer para vocês é que a sociedade estava a ponto de promover uma segunda guerra civil. Havia ocorrido o assassinato de Martin Luther king, em 68, o assassinato de John Kennedy, além disso, os negros, a cada dia, eles eram confrontados com políticas de ódio, baseadas nas práticas da Ku Klux Klan. Então, é uma sociedade totalmente diferente da nossa, tanto é verdade que um dos principais teóricos que fundamenta as cotas raciais, lá nos Estados Unidos, é um autor chamado Ronald Dworkin.

E ele, quando defende as cotas raciais, ele entende da seguinte maneira: é necessário haver cotas, porque é preciso que um branco e um negro conviva, pelo menos uma única vez na vida, desfrutando dos valores de um em relação ao outro, porque lá se formou, verdadeiramente, culturas separadas.

Aqui no Brasil, qual é o risco da importação de modelos? O risco é que nós não temos uma sociedade segregada, com base na cor da pele. Eu mostro a

vocês, aqui, meu único e humilde slide, mas que demonstra a manipulação dos índices estatísticos, que é preciso ser denunciado, a farsa dos indicadores sociais relacionados à cor da pele. Por quê? Porque, quando o IBGE e o IPEA demonstram, com base nos índice, que nós vivemos um país racista, eu discordo absolutamente disso, nós vivemos um país em que possuem situações episódicas de racismo, que devem ser combatidas com todo rigor. Inclusive, no âmbito do Judiciário, a parte de juiz e Ministério Público, deixando de querer classificar e tipificar como injúria crimes que são efetivamente racismo.

Então, é totalmente diferente você xingar uma pessoa, por exemplo, de ladrão do que você se utilizar desse adjetivo pejorativo relacionado à cor da pele. Na hora em que você se utiliza de um adjetivo influenciado com a cor da pele, o crime que você pratica não é injúria, é crime de racismo e deve ser punido com todo o rigor, na sociedade, para poder passar a imagem de que o racismo, na nossa sociedade, é intolerável. Isso é uma coisa, a outra é querer dizer que nós vivemos num país racista, em que todos os direitos são segregados com base na cor.

Você quer me dizer, então, que o negro, ele que tenta passar num concurso público, o concurso público que só tem provas objetivas e subjetivas, que a pessoa não se identifica. Se a questão fosse exclusivamente racial, como pretende fazer crer o movimento negro, os negros seriam os principais aprovados em concurso público, porque eles não precisam se identificar, não existe a fase da entrevista, em grande parte dos concursos públicos, mas, infelizmente, não é isso que acontece. Por quê? Porque o problema não é efetivamente de cor, o maior problema para a integração dos negros no Brasil é um problema de classe, porque, infelizmente, a maior parte dos negros, no Brasil, é pobre; 70% dos negros no Brasil são pobres.

Quando eu digo que eu sou contra cotas raciais e contra o Estatuto da Igualdade Racial, é porque eu quero dizer que o negro não precisa disso, eu quero dizer que, na nossa sociedade, quem precisa disso são os pobres, porque os pobres, de qualquer cor, eles são submetidos a um ensino público de péssima qualidade, e aí, obviamente, não tem quem consiga passar em concurso público nenhum e não tem quem consiga entrar em universidade pública nenhuma, porque o vestibular é dificílimo, e os concursos públicos são dificílimos.

No entanto, o que se está tentando pretender fazer com esse tipo de política é uma política simbólica, que mascara o verdadeiro problema, porque o problema é de pobreza, não é um problema de cor, e, simplesmente, a parte de cotas quer solucionar um problema, jamais vai solucionar. Por quê? Porque quem vai entrar, como, por exemplo, as cotas raciais da UNB, são negros ricos, que não precisam da ajuda estatal, porque, por exemplo, lá na UNB, não tem qualquer recorte de renda.

E, no Brasil, infelizmente, é preciso dizer que o negro rico vira branco, e o branco pobre vira negro, porque, aqui, o problema é de classe, não é um problema de cor de pele. E, para tanto, eu trouxesse slide. Por quê? Porque, por meio dessa manipulação de estatística, o que está acontecendo é que o IPEA, o IBGE, quando apresentam seus dados, eles não identificam, dentre os pesquisados, aqueles que são ricos e aqueles que são pobres.

Então, na verdade, quando eles demonstram que os negros, por exemplo, têm poucos anos de estudo e que os brancos têm mais anos de estudo, o que, na verdade, está acontecendo é uma diferença de renda, porque você está comparando brancos ricos com negros pobres, obviamente, você vai ter uma disparidade, em termos numéricos, significativa.

O que nós pretendemos demonstrar é que, quando vocês pega os mesmos índices que foram apresentados, como provas irrefutáveis de racismo, esses índices podem ser contestados, na medida em que você conseguir isolar, dentre aquele grupo, as pessoas que recebam a mesma faixa de renda.

Então, nesse sentido, nós fizemos a comparação, pegando os dados que haviam sido apresentados e separando a questão da renda, que é uma questão decisiva para você identificar a estatística. Quando nós separamos a questão da renda, nós visualizamos o seguinte: colocamos brancos, pretos e pardos que vivam em cidades, poderia ser zona rural, mas a gente quis apenas identificar um grupo homogêneo, que tenham um único filho e que ganhem até dois salários mínimos, ou seja, todo mundo pobre, branco pobre, preto pobre e pardo pobre.

Então, nesse sentido, quando nós fazemos esse tipo de recorte, o grupo, verdadeiramente, passa a ser um grupo comparável, porque todos são igualmente pobres, e os resultados são estarrecedores: não há diferença qualquer significativa entre os grupos, são todos, obviamente, a vida é duríssima e dificílima, em relação a todos, porque todos são pobres, o que demonstra que, no Brasil, existe uma farsa, envolvendo os indicadores sociais, e essa farsa precisa ser exposta para todos, porque a gente fica aqui com esse constrangimento, que tem um colega que me emprestou um livro, da espiral do silêncio, dizendo o seguinte: as pessoas têm vergonha de dar sua opinião verdadeira, porque é simplesmente, a todo tempo, bombardeada.

Existem duas mil entidades, hoje, que lutam a favor da causa negra. Essas duas mil entidades monitoram o discurso de quem for contrário. Se você diz que é contra a cota racial ou se você apresenta, eventualmente, índice dizendo que o problema pode ser que seja de classe, e não de raça, você é bombardeado, a todo o tempo, com insinuações de que você é racista, de que você é elite, de que você é direita, de que você é fascista e de que você é nazista, e não é disso que se trata.

Eu, particularmente, sou super a favor de cotas sociais. Eu quero a inclusão dos pobres, dentre os quais, negros, inclusive, porque, na hora em que você fizer cotas para pobres, necessariamente, você vai incluir negros, porque os negros são a maioria dentre os pobres. Mas você não vai correr o risco da "racialização" do país, porque, como eu disse a vocês, Dworkin, que é um dos principais teóricos das ações afirmativas, lá nos Estados Unidos, ele diz que a ação afirmativa tem que ser implementada para que, pelo menos, uma única vez na vida, brancos e negros possam conviver no mesmo espaço.

Eu pergunto a vocês, será que, aqui no Brasil, nós vivemos uma situação semelhante? Será que é possível dizer que nós temos culturas paralelas, que o samba é só para negro, que a capoeira é só para negro, que o futebol é só para negro? Não. Na verdade, conseguimos, a duras penas, é verdade, ultrapassar a chaga que foi a escravidão, porque é uma vergonha que nós tivemos na nossa história, mas nós conseguimos ultrapassar essa chaga e essa vergonha, sem implementar um país racista.

Nós, no Brasil, convivemos perfeitamente nos espaços públicos, com brancos, pretos e pardos, não existem culturas diferentes, não é à toa que, em pesquisa recentemente realizada pela Fundação Perseu Abramo, foi demonstrado que 96% dos brasileiros se declararam não preconceituosos e não racistas.

Ora, eu sei que esse número é uma mentira, não preciso que ninguém me esclareça, eu sei que, no Brasil, existe preconceito e existe discriminação, no entanto, esse número tem que ser analisado, pode ser analisado, pelo menos, sob a seguinte perspectiva: se 96% dos brasileiros se declararam não preconceituosos e não racistas, isso quer dizer que nós, no Brasil, conseguimos superar essa questão da escravidão, criando uma sociedade que tem vergonha de ser racista, isso não se encontra paralelo no mundo.

Nos outros lugares do mundo, o racismo é descarado, e, mais, aqui mesmo no Brasil, em relação a outras minorias, e eu posso citar em relação a isso, o estudo de um sociólogo aqui da Universidade de Brasília, que atualmente está cedido para outra universidade, que é o sociólogo Jessé Souza e que ele fez uma pesquisa que identificou que a grande maioria dos brasileiros tem repúdio à segregação racial, ao racismo racial.

O que isso quer dizer? Isso quer dizer que as pessoas até podem ser preconceituosas, mas elas não têm coragem de demonstrar. E eu espero viver, no futuro, num país em que 100% dos brasileiros tenham vergonha de ser racistas, tenham vergonha de ter preconceito, porque, na medida em que ninguém exercer seu preconceito, na medida em que ninguém exercer sua discriminação, haverá, obviamente, um número menor de racistas no país, e é isso que todo mundo.

E como é que nós conseguimos chegar a este número dos 96%? O que nós não conseguimos, por exemplo, em relação a homossexuais, em relação às mulheres, em relação a nordestinos, porque, em relação a estes, o preconceito é descarado mesmo, ninguém tem vergonha de ter preconceito em relação a homossexual, mas tem vergonha de ter preconceito em relação a negro, sabe por quê? Porque, a duras penas, o mito da democracia racial, apesar de ser um mito, ele fomentou, na nossa sociedade, a ideia de que é errado discriminar, a ideia de que é errado ter preconceito, a ideia de que é errado fazer separação de direitos, com base na cor da pele, isso é que tem que ser incentivado pelo Estado.

A cada momento, a partir da educação, a partir do combate, por meio de leis, vigorosas leis que combatam o racismo, nós criarmos uma sociedade que não seja racista e que não seja discriminatória. No entanto, na medida em que esse Estatuto da Igualdade Racial passa a criar a ideia de que existem brasileiros brancos, pobres, que, infelizmente, não vão ter direito, mas que existam brasileiros negros, que, pela sorte de ser nascido com a cor certa, vão ter mais direitos do que brancos pobres. Como você vai explicar isso, se brancos e negros convivem tanto em favelas como em condomínios de luxo? Como é que você vai explicar para um branco pobre que o vizinho dele, que é negro, vai ter direito, mas que ele não vai ter, porque, infelizmente, ele nasceu com a cor errada? Nós não precisamos dessa política, porque, graças a Deus, nós não tivemos o problema que Ruanda teve, que os Estados Unidos tiveram, nós não temos um problema de Estado racista, agora, a implementação de um Estatuto de Igualdade Racial, infelizmente, pode passar a imagem oposta à imagem de integração, que é essa que todos nós queremos. Todos nós, aqui, temos a consciência de que o Brasil deve ser um país mais justo, mais igual e mais solidário. E isso eu tenho certeza de quem ninguém diverge.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Queria cumprimentar a Dra. Roberta, pela eloquência das colocações. Eu acho que enriquece esse debate. E levantou um problema que é uma grande preocupação nossa, também, vencer a pobreza.

Eu acho que, quando a dignidade humana é respeitada, não há cor que possa interferir. Eu acho que a oportunidade tem que ser para todos, e, sem dúvida nenhuma, o Governo vê com simpatia a melhor atuação na área da educação, da saúde, tudo isso faz muita falta a qualquer cor.

Nós não podemos nos basear, simplesmente, na cor da pele, para ter ou não oportunidade, porque a pobreza vai continuar, doutora. Eu acho que isso tem que ser um somatório de objetivos, eu acho que V. Exa. enriquece a discussão, como os outros, também, mas eu acredito que este é o ponto virtual do debate.

Termos pessoas que possam expor livremente o que pensam, para nos orientar melhor, na hora de exercermos o direito de voto e trazer uma legislação correta à sociedade brasileira, como um todo. Muito obrigado.

Então, eu passo a palavra, agora, ao William Douglas. Eu não sei se chegou mais alguém, depois do início.

Você me dá o nome, por favor. José Roberto Militão e José Carlos Miranda. Está ótimo.

Esse não veio.

Então, com a palavra o Dr. William, depois, José Roberto Ferreira Militão e José Carlos Miranda.

SR. *WILLIAM DOUGLAS* **RESINENTE DOS SANTOS:** Exmo. Sr. Senador Romeu Tuma, meus colegas da mesa, senhores presentes, Srs. Senadores. Nós estamos passando pelo aniversário de dez anos da tentativa de se editar um Estatuto da Igualdade Racial. Nós estamos esperando há dez anos isso. Creio o que projeto que saiu do Senado é muito melhor, mais rigoroso, mas aquele que veio da Câmara, embora autorizativo, embora com consideráveis perdas, que, inclusive, fizeram algumas pessoas do movimento negro não estarem satisfeitas com ele, como o Frei David disse, é aquilo que se chegou a um consenso e é o suficiente, como mencionado pelo Ministro Edson Santos, um ponto de partida.

Nós não podemos perder esse ponto de partida. Esse projeto que veio da Câmara tem uma redução substancial das mudanças, mas eu quero lembrar que, em 1968, senhores, eu tenho 42 anos, eu sou de 1967, em 1968, o Brasil ratificou a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.

Quarenta e um anos depois, nós continuamos sem resolver o problema. Então, essa política de é todo mundo igual, não vamos discriminar, porque isso vai gerar racismo, é uma política que, em 41 anos, não conseguiu trazer resultados efetivos. Então, o discurso de: "Ah, não vamos 'racializar' o país, não vamos olhar a cor da pele", é um discurso muito bonito na teoria, mas que, na prática, não funciona. A prática desse discurso é a da manutenção de uma igualdade que só quem não vai à rua não vê, só quem não vai à favela não vê, só quem não repara os restaurantes que frequenta não vê. Então, nós temos racismo neste país e nós precisamos de alguma coisa para mudar isso.

Esse estatuto que está aí pode ser melhorado? No futuro, sim, mas não vamos ficar adiando esse estatuto. É importante notar que ele faz grandes progressos na questão da religião, na questão da moradia, na questão das políticas públicas, na questão dos incentivos fiscais, nos estímulos a que a própria sociedade dê melhor condição ao negro e ao índio de ter uma mudança de sua condição social. Ele mexe na Lei 10.778, que trabalha contra a violência contra a mulher.

Quem não gosta desse estatuto? Quem não está satisfeito com esse estatuto ou é a pessoa do movimento negro, que tem mais pressa de mudança, ou é quem não leu o estatuto e tem medo do estatuto. As pessoas têm medo do estatuto, e é um estatuto que, na verdade, ele traz 99% de coisas positivas e 1% de coisas que assustam quem tem medo de mexer neste país, de uma forma efetiva.

Nós acabamos de conversar aqui com a Dra. Roberta, reparem que são 25 mil genes que nós temos, e só dez genes colocam a cor da pele, mas esses dez genes, em 25 mil, são suficientes para a pessoa ser discriminada, para afetar a autoestima dela, são suficientes para ela apanhar da polícia. Então, são dez genes que a gente tem que levar muito a sério, não é porque são só dez em 25 mil, mas são dez que machucam as pessoas.

Minha juíza substituta, negra, heroína, porque ela conseguiu superar isso tudo, ex-favelada, ex-empregada doméstica, ela foi reprovada sete vezes no concurso para juiz e ela diz o seguinte: "Eu tive que me tratar psicologicamente", porque ela chegava na prova oral de juiz federal e ela, negra, mulher, baixinha, ex-favelada, ela não se aceitava juíza federal. E sabe quantos juízes federais a gente tem no país? Quantos juízes negros a gente tem no país? A mesma proporção de genes. Nós não temos, neste país, dez juízes negros. Por que não?

Então, senhores, vejam, quem vem aqui defender respeito, tenho certeza de que a Dra. Roberta não é racista, está aqui de boa-fé, não tenho a menor dúvida disso, agora, ela é minoria, como eu sou minoria, nós somos elite, eu sou elite, eu era pobre, e virei eli-

te, agora, no meu colégio, tinha um monte de garotos negros, tão bons quanto eu, melhores do que eu. E onde estão eles? Eles ficaram nos funis, eles ficaram nos muros, eles ficaram no preconceito, eles ficaram na baixa autoestima.

Então, esse é um país que tem racismo, e a gente tem que repetir isso todas as vezes, e quem duvidar disso olha os balcões da companhia aérea, você não é vê negro, olha os restantes que a gente frequenta, você não vê negro. O colégio onde minha filha estuda, e eu pago por esse colégio, eu trabalhei, eu sou grato a Deus porque ele me deu condições, aos meus pais, que me deram educação, mas não tem uma negra.

Senhores, na Dinamarca, na Holanda não existem colégios com tanta criança loira, de olhos azuis, e eu não aceito que minha filha só estude com crianças loiras de olhos azuis, porque eu quero que ela tenha a consciência e a convivência com a cara deste país. E minha filha só lida com criança branca, porque quem olhar os colégios, quem olhar os restaurantes vai saber que existe racismo.

O racismo é tão grande, senhores, que a própria pessoa que diz que não há racismo, ela fala, 70% dos negros são pobres, ué? Eles são só 50% da população. "Ah, não, os negros não passam em concursos." E ela mesma diz: "Os concursos não são identificados". Então, tem que ter algum problema. Porque, se eles têm a mesma quantidade de anos de estudo, e não são discriminados, tem alguma coisa.

O fato é tão grave que a própria pessoa que é contra o estatuto vem aqui e fala assim: "Neste país – estou citando o texto dela – preto rico vira branco, e branco pobre vira negro". É esse exatamente esse nosso país. Porque, se você for rico, eles vão te tolerar como negro, e, se você for pobre, você, mesmo branco, vai ter o tratamento que esse país tem dispensado à população negra. E esses brancos pobres, eles têm que ficar muito felizes com as cotas raciais, porque, se não fossem os negros, com as duas mil entidades de direito negro, e existem, os negros têm direito de ter duas mil entidades, e, se não forem respeitados seus direitos, eles têm direito de dizer que vão para a luta, sim, porque nós iríamos para a luta. Se fizessem comigo, com meus filhos o que têm feito com os negros neste país, eu ia para a luta, também, e eu estou aqui, porque eu estou vindo para a luta, porque eu não admito viver num país onde a gente diga que não tem racismo, e a gente tem racismo, sim, escamoteado, cínico, covarde. É o que a gente tem no país.

Muito bem. Se, hoje, a gente tem cota para quem vem de colégio público, e ela é uma cota social, ela é uma cota que faz o extrato financeiro, é porque o movimento negro fez seu trabalho, e os brancos pobres têm que ser muito gratos por isso.

Agora, o que nós temos, aqui, de realidade? O Péricles, comentando a vitória de Atenas, nas guerras, falando sobre a guerra do Peloponeso, dizia: "Atenas se destacava por três coisas: porque era um regime político que atendia aos interesses da maioria, e não os da minoria; pela igualdade de todos perante a lei; e pela origem humilde das pessoas não ser um obstáculo para a ascensão social. Muito bem. Quem veio aqui falar contra falou uma coisa muito bacana, que eu concordo, ela disse: "Eu sou a minoria, eu sou contra". Então, vamos decidir pela maioria, democracia é isso. Ela falou: "Eu sou a minoria, eu sou contra", realmente, a minoria que é contra. Então, vamos decidir pela maioria.

Agora, em relação à igualdade, é importante dizer que Aristóteles falou: "Igualdade, na verdade, é você tratar igualmente os iguais e, na medida em que as pessoas se desigualam, você vai tratá-las dificilmente". Isso foi repetido pelo Rui Barbosa, na Oração aos Moços. Então, hoje, senhores, com a evolução que nós tivemos, a questão do acesso aos bens da vida, o fato é que a igualdade, o conceito de igualdade evoluiu para igualdade real, e não apenas a da aparência, não apenas a formal. Então, igualdade é você dar condições daqueles que têm alguma situação desfavorecida, de ele poder competir.

O Papa João XXIII disse que os ricos sabem defender-se pelos seus próprios meios, são os pobres que têm a necessidade da proteção do Estado. Meu amigo, Senador Tuma, os negros precisam da proteção do Estado. Na luta entre o forte e o fraco, já foi dito, é a lei que liberta, e a liberdade que mata. Essa liberdade, essa intenção de não se mexer em nada é perpetuar a desigualdade.

O que nós temos, hoje, os ricos conseguem se virar. Ótimo, que bom, que haja cada vez mais ricos. Agora, o branco pobre, ele tem uma série de limitações que têm que ser objeto da atenção do Estado. Agora, o negro pobre tem todas as limitações que o branco tem e mais algumas. Então, nós temos que dar um tratamento diferenciado para eles; isso vai incomodar alguns negros que não precisam dessa ajuda? Vai. Mas, desculpe, esses negros têm que ter a compreensão de que eles são heróis.

Frei David, Ministro Joaquim Barbosa, Ministro Benedito, no STJ, o Militão, vocês são heróis, Angelina, são heróis. Hoje de manhã, eu estava, pela primeira vez, eu vi, no balcão da TAM, uma mulher negra, Adelaide, que foi quem me atendeu, por coincidência, ou "Jesuscidência", para quem acredita na intervenção do Cristo. E eu falei assim: "Que interessante, que bacana

você estar aqui!". Ela falou: "Só tenho eu e mais uma, em toda a TAM". Eu falei: "Poxa vida! Vocês são 50% da população, devia ter mais gente da sua cor aqui". Aí eu falei: "Olha, estou indo para o Senado para falar a respeito". Ela falou: "Eu sou contra as cotas". E eu falei: "Eu entendo, porque...". E ela tem medo de ser discriminada, e é um medo legítimo. E eu falei assim: "Eu entendo sua preocupação. Agora, você não acha que devia ter mais gente aqui da sua cor, não seria melhor?". Ela: "Sim". E eu falei: "Olha, você é uma heroína, você chegou aqui sem ter nada disso. Mas, à hora que a gente der condição para quem não é tão herói quanto você, quanto o Militão, quanto o Benedito Gonçalves, quanto os outros, a gente vai ter mais negro aqui, a gente vai colorir, finalmente, as altas classes deste país".

Senhores, nós temos, 80% dos ricos são brancos, 70% dos pobres são negros. O analfabetismo nos brancos é 6,1%, nos negros é 14%. De 14 milhões de analfabetos, neste país, nove milhões não negros, e cinco são brancos. Os brancos recebem mais, os brancos têm mais chefias, só 3% dos executivos são negros. E, se alguém fala que tem manipulação, desculpe, mas, naquele quadro ali, não apareceu o número nas universidades. Por que não? Porque, nas universidades, é evidente que há uma distinção, 90%, na universidade, é branca, senão mais. E não estava ali. Somos nós do movimento negro que manipulamos? Porque não está escrito ali.

Quantos gerentes estavam ali, quantos percentuais? Não tem. Agora, se alguém tem dúvida, se há manipulação, eu faço um pedido, vai no restaurante caro, aqui de Brasília ou da sua cidade, vai no colégio caro e procura preto e procura negro, você não vai achar. Outro dia, eu estava saindo aqui de Brasília, porque eu vim no meu trabalho, como professor, e vi uma família negra num restaurante caro aqui e eu frequento restaurante caro, porque eu trabalho, eu não tenho vergonha de ganhar dinheiro, eu não tenho vergonha de ser bem-sucedido. E aí eu fiquei tão feliz. Eu falei assim... Eu fui cumprimentar, Werneck. "Poxa, que bom!"

Aí eles me responderam em inglês, eu quase chorei, Frei, porque já é a terceira vez que eu vejo um negro, em restaurante que eu frequento, e eu vou cumprimentar, e nunca ouço a língua portuguesa. Eu não ouço a língua portuguesa dos negros que frequentam os mesmos restaurantes.

Muito bem. Eu quero seguir o tempo. Dizem que esse projeto é inconstitucional. Eu quero lembrar que a Constituição é a primeira a discriminar para corrigir. Quem leu o art. 3º, inciso I, lê lá: nós temos que constituir uma sociedade livre, justa e solidária.

Nós temos que... art. 3º, III: erradicar a pobreza e marginalização. Reparem que, no art. 5ª, XXII, o Estado protege o consumidor como parte mais fraca, está na constituição, que, no art. 5, inciso LXXIV, e no art. 134, a gente dá para o pobre assistência jurídica integral, a Defensoria Pública, que, para vergonha deste país, ainda não foi implementada em um monte de lugar. Então, o pobre, ele recebe assistência jurídica.

No art. 7º e no art. 37, a gente reserva vagas e dá tratamento diferenciado para o deficiente físico. A gente dá um tratamento diferenciado e proteção diferenciada para a mulher e aposenta ela mais cedo. Até as empresas, senhores, no art. 170, inciso IX, está dito claramente: vamos dar tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte.

Então, a Constituição, ela não só autoriza como ela se vale desse instrumento de dizer o seguinte: quando alguém está com alguma desvantagem, a Constituição vai lá e ela mexe. Então, como é que, na hora do negro, aí não pode? Gente, só o negro que não pode? A mulher pode, a empresa pequena pode, o consumidor pode, o deficiente físico pode. Agora, na hora do negro, aí, não, aí é inconstitucional. Desculpe, mas isso é racismo. Isso é racismo.

A Constituição autoriza e a Constituição usa esse instrumento. Os negros que chegaram aonde chegaram, eles são heróis. Agora, para quem diz que isso é uma questão puramente de questão econômica, que o problema é ser pobre, então, por que a gente não tem tantos negros na magistratura, se o problema é ser pobre? Por que a gente não tem os gerentes, se eles estudaram o mesmo prazo? O que eu quero é que todos saiam daqui sabendo o seguinte: os brancos pobres conseguem, apesar da pobreza, mercê de muito esforço, chegar mais longe do que os negros. Por quê? Porque os negros têm mais problemas e mais discriminações, em questões de autoestima.

Quem entrar no You Tube vai ver que eles pegaram meninas negras, botam para elas, na frente, uma boneca branca e uma boneca preta e falaram assim: "Escolhe". E elas escolhem as bonecas brancas, elas têm vergonha da cor, elas têm vergonha de si mesmas. E perguntam para ela: "Por que você escolheu a boneca branca?". "Porque a outra é feia."

No celular da minha empregada doméstica, que tem CLT, tem carteira assinada, que eu pago tratamento dentário, que eu pago educação, na tela tem uma menina loira, de olhos azuis. Senhores, a questão não é de dinheiro; se fosse de dinheiro, a gente teria representação étnica, neste país, nas grandes empresas, a questão é de autoestima, a questão é da pessoa não se sentir no direito de crescer, não ter oportunidades de crescer, e eles não conseguem ver pessoas negras

lá em cima. Então, nós precisamos mexer. A gente ter coragem de ir além disso.

"Ah, nós vamos resolver isso com educação." Senhores, a gente, em 50 anos com educação, a gente não resolve e, se a gente consertar a educação hoje. E todos nós sabemos, não sejamos cínicos, que a gente vai constar a educação hoje, é um processo. Se, a partir de hoje, todos os negros, todos os formados em medicina, neste país, fossem negros, todos, a gente levaria 25 anos para que o percentual de negros médicos seja igual ao percentual de negros na população. Ah, desculpem, senhores, você que é branco, você que é elite, você que conseguiu, você aceitaria isso para seus filhos? Eu jamais aceitaria que alguém dissesse para mim: "Não, a gente resolve isso com educação". "Não, Senador Tuma, em 50 anos, seu filho vai ter uma situação melhor; em 50 anos, seu filho vai ser aceito como gerente, as pessoas...".

Gente, eu não aceitaria isso para minha filha e, se eu não aceito para minha filha, eu, como sou cristão, eu estou representando o movimento franciscano, embora evangélico, eu estou aqui representando o movimento franciscano, eu, como cristão, não aceito isso, porque Jesus Cristo me ensinou a dizer o seguinte: "Trate os outros como gostaria de ser tratado". E quem quiser, vai lá e leia em Tiago. Tiago diz o seguinte: "Se você vê alguém passando fome e necessidade e bate a mão no ombro dessa pessoa e fala para ela: 'Vai em paz', você não conheceu o Cristo".

Eu espero que o Senado não bata nos ombros dos negros, que estão querendo estudar, e diga assim: "Olha, vá em paz". Senhores, eu não estou satisfeito com uma sociedade onde 96% diz que não é racista e que 70% diz que existe racismo no país. Isso só confirma, essa pesquisa que foi citada, que nosso racismo é cínico, é escamoteado.

Eu ainda tenho mais orgulho do racismo americano, que eles, pelo menos, são homens o suficiente para dizer: "Eu sou racista, eu sou da Ku Klux Klan", do que nosso racismo, que diz assim: "Não existe racismo, não vamos mexer em nada". E é esse racismo que mantém os garotos negros, as meninas negras na situação que eles estão e os brancos pobres na situação.

Muito bem. Eu não estou satisfeito com um país, onde a convivência seja na capoeira, no futebol e no samba. Eu quero um país onde o negro também esteja nas gerências, nas escolas de elite, nos restaurantes, nos empresários. Aí, sim, nós vamos ter um país igual.

Senhores, me desculpem, porque eu me emociono, mas, como juiz federal, eu peço todos os dias a Deus para que a injustiça continue a me incomodar, porque, se eu só frequentasse os lugares que eu frequento, *à mercê* da minha condição social, eu veria muito pouco preto neste país. Para conviver com preto, eu vou para a EDUCAFRO, eu dou aula. E minha mulher, que também, que, ao contrário de mim, que vim, meu pai era pobre, minha mulher, não, ela já nasceu na elite, ela era contra as cotas, e ela começou a ir comigo nas reuniões da EDUCAFRO, ela saiu e falou assim: "William, tem que ser feita alguma coisa, a gente não pode mais esperar, não dá para ter paciência com isso. Não dá mais para ter paciência com isso, a gente precisa fazer algo para mudar essa situação".

Esse estatuto que nós temos é extremamente útil para a gente dar o próximo passo. E eu peço ao Senado que o aprove. Quem tiver dúvida, senador ou não, jornalista ou não, vá nas escolas e comece a olhar os lugares onde está e comece a contar quantos negros têm, e aí não vai ter a menor dúvida de que não há manipulação nenhuma, este país ainda é um país racista, e a gente não pode aceitar isso, porque, enquanto esse país não garantir uma compensação de oportunidades para os pobres, e um pouco mais para os negros pobres, a gente não conserta este país.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Dr. William, o poder de se emocionar é uma dádiva de Deus. Ainda bem que tem gente que se emociona, sente indignado com injustiças. E havia um debate bonito, aqui, entre promotor e um juiz. O procurador e um juiz.

E o senhor falou no Dr. Benedito, ele é meu amigo, foi delegado de polícia, foi juiz federal e, hoje, é ministro do STJ. E, de vez em quando, a gente almoça junto, para trocar ideias, e é um homem bom, correto, justo e inteligente. E ele é um bom amigo, até chamei o Caio, aqui, delegado federal, que foi colega dele, para não errar no que ele realmente representa para nós em amizade.

Eu me lembro quando, 1º grau da escola, 1º e 2º grau, meu melhor amigo era o Adão, que era um negro, e a gente saía todas as noites juntos, até chocar bonde, naquele tempo, de fazer brincadeira de chutar lata de lixo, desculpa, aqui.

SRA. ROBERTA FRAGOSO KAUFMANN: Minhas melhores amigas, hoje, até hoje, são duas negras.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E a gente tinha... Depois que a gente desfaz no tempo, porque cosa e acaba seguindo outros caminhos, eu perdi a rota do contato com o ele. Mas a lembrança nunca apaga da nossa memória. E, nesses momentos, é que a gente lembra, provavelmente, da luta dos pais dele pagar a escola, porque a gente era tão difícil entrar numa escola pública, principalmente

filhos de estrangeiro que aqui vinham, com um único objetivo: dar um diploma a seus filhos.

SR. WILLIAM DOUGLAS RESINENTE DOS SANTOS: O negro é tão raro nessa situação, que você lembra.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu digo por mim, também, que sou filho de estrangeiro. Quem não tinha um cartucho político não entrava numa escola pública. O pai tinha que se sacrificar para arrumar uma escola paga.

SRA. ROBERTA FRAGOSO KAUFMANN: Mas o bom é que, naquele tempo, o aluno entrava na escola pública, que era uma escola pública de qualidade. Na época de minha mãe, a escola tinha qualidade, a escola pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Minha filha, o grande problema, minha mulher é professora, foi diretora de escola, chegou um dia, ela falou: "Vou aposentar". Aí eu falei: "Mas você se sente tão feliz na escola, na direção, você é dedicada". Ela falou: "Não vamos ter mais futuro na escola pública, porque, na hora em que o salário caiu tanto, você tem que ocupar três, quatro escolas para completar um salário, eu não tenho mais tempo para preparar uma aula". Então, a queda no ensino público foi quase a zero.

E, hoje, a senhora verifica aí denúncias graves da merenda escolar. Pelo amor de Deus, roubar comida! Da comida! Quando a senhora fala da parte social, a gente tem que ver de maneira geral, eu acho. Então, é um conceito que tem que interligar a tudo o que traz amargura e aperto no coração, como o doutor, aqui. Nós estamos passando momentos difíceis e temos que recuperar.

Então, ver esse debate, além de emotivo, com objetividade e tudo isso, traz à população brasileira um diagnóstico mais claro, mais correto, mais honesto do que realmente está ocorrendo no país. Eu cumprimento suas lágrimas, que serão minhas, sem dúvida, esta noite.

Passo a palavra ao Dr. José Roberto Ferreira Militão.

SR. JOSÉ ROBERTO FERREIRA MILITÃO: Sr. Presidente, companheiros da mesa, Dra. Roberta, Dr. Douglas, prezado amigo, Dr. Werneck, companheiros de militância do movimento negro, que revejo, como o ex-deputado Benedito Cintra, com quem tive a honra de ser companheiro de conselho na comunidade negra de São Paulo, há 22 anos. Durante cinco anos, convivemos com as propostas de intervenção do Estado em políticas de combate ao racismo.

Companheiros do movimento negro, que a gente se conhece desde a época da Constituinte, em que eu sempre estive na militância de combate ao racismo e pensando no instrumento, em que o Estado tem o dever de ser instrumento de combate ao racismo e instrumento de promoção da igualdade.

Eu, diante da emoção do Dr. William Douglas, eu pedi para inserir um dos que seriam um dos últimos slides da minha exposição. Norberto Bobbio, para nós manipuladores de direito, ele deixou consignadas algumas concepções extraordinárias. A primeira delas é que o Estado não pode colocar-se no plano do indivíduo, o indivíduo, aqui representado pelo Dr. William Douglas, o indivíduo age por raiva, por paixão, por emoção, por interesse ou em defesa de interesses próprios, o Estado, não, o Estado deve responder de modo imediato, reflexivo e racional.

E por que eu fiz questão de introduzir minha exposição exatamente diante da emoção do Dr. Douglas? É que a legislação proposta, que ora nós estamos debatendo, que eu me posiciono contra o aspecto da adjetivação do estatuto, em que ele fala em igualdade racial, uma proposição impossível, uma proposição falaciosa, uma proposição politicamente irresponsável, em termos de futuro.

E essa legislação, ela não pode ser feita calcada em cima de emoção, diante da realidade presente e diante do conhecimento do histórico passado. A legislação proposta do Estatuto da Igualdade Racial apesar da sua fragilidade como instrumento de promoção da igualdade, apesar da sua praticamente desnutrição de efeitos normativos, ele traz em si o pior dos pecados, o pecado fundamental, que é exatamente de fazer introdução no Estado da ideia de raça como identidade jurídica.

Convidado para esta Audiência Pública, alguns companheiros de São Paulo, inclusive, disseram: "Vai perder seu tempo, num debate de cartas marcadas, diante do acordo político em torno desse estatuto. É um estatuto para inglês ver, é um estatuto que, na verdade, não confere direito nenhum, é um estatuto que não acrescenta nada, em termos de configuração dos direitos da sociedade brasileira". Mas eu tive o dever de vir, baseado em quê? Esse estatuto, até como o ministro frisou, ele é o ponto de partida, mas ele é o ponto de partida de fazer com que a sociedade brasileira, doravante, tenha o Estado falando para ela, todos os dias, em raça, impondo às pessoas, às nossas crianças, aos nossos jovens direitos em bases racionais.

Eu gostaria de iniciar a exposição por um fato ocorrido, agora, na semana passada, que vem exatamente comprovar isso. No dia 20 de novembro, até as 16h39, o Google me mandou 112 matérias daquele dia, alusivas à raça negra, em razão do dia 20 de novembro ser o Dia da Consciência Negra. Isso significa que 112

eventos diferentes ocorreram naquele dia, que foram matérias jornalísticas, a fim de tratar de questões, sob a denominação "direitos da raça negra".

O que nós estamos debatendo aqui, Senador Romeu Tuma, nobres senadores, não é um estatuto, um lei federal, originada lá no Projeto de Lei do Senador Sarney, que, depois, foi apensado o Projeto de Lei do então Deputado Paim e que virou esse monstrengo do Estatuto da Igualdade Racial. O que nós estamos discutindo é que, a partir da promulgação dessa lei, se isso ocorrer, para a desgraça dos afro-brasileiros, se ocorrer aprovação desse estatuto, nos cinco mil, quase seis mil município do Brasil, vão ter dois ou três vereadores lutando pela paternidade de criar um estatutozinho municipal da igualdade racial. Em caso estado brasileiro, teremos dois, três, cinco deputados estaduais, que é da natureza política dos políticos que vivem do voto, da eleição, advogando, postulando, apresentando projetos de igualdade racial. E, mais que isso, projetos de cotas, de segregação de direitos, baseados na falácia da raça.

E ouvi, aqui, que os que falam contra são minoria, não é verdade. A única pesquisa feita no Brasil, num Estado em que vigem as leis raciais desde 2002, foi no Rio de Janeiro, está no Google, todos os militantes têm acesso, promovido pela CIDAN, realizado pelo IBPS. E, lá no Rio de Janeiro, a população de pretos e partos se manifestou em 64% contrários às leis raciais vigentes no Estado do Rio de Janeiro. E 63%, 64% da população é maioria absoluta de 3/5.

Lula foi eleito Presidente da República duas vezes, com 52%, 53% de votos. Obama Barack foi eleito Presidente dos Estados Unidos com 53% dos votos, dizer que 65% da opinião dos pretos e pardos do Rio de Janeiro, do estado que convive com leis raciais desde 2002, essa pesquisa foi realizada em 2008, não significa a expressão de vontade da maioria dos pretos e pardos, que recusam as leis raciais, não querem o estigma de inferioridade implícita, quando se conferem direitos à base de cotas raciais.

Dr. Douglas se emocionou, quando crianças, um filme que está na internet, crianças pretas escolhem as bonecas, as bonecas brancas, e não querem as bonecas pretas. E por que acontece isso, Dr. William Douglas? Porque, no conceito de identidade racial daquelas crianças pretas norte-americanas, junto está o conceito da inferioridade, e ninguém quer pertencer à raça inferior. E, lá, o Estado diz que os pretos pertenciam à raça negra. Aqui, o Brasil não disse isso, após a República, o Brasil não chegou às suas crianças, pretas ou brancas, e disse que os pretos pertencem à raça negra, e que essa negra raça negra é inferior. O Estado nunca disse isso, o Estado não tem o direito de dizer isso às nossas crianças.

Aquelas crianças do filme norte-americano, que recusam as bonecas pretas, elas significam o sentimento de uma criança, na tenra idade, criança de quatro, cinco anos, ainda não alfabetizadas, mas que já refletem o conceito social da sua vida e que seus pais, nos Estados Unidos, os pais brancos e os pais pretos acreditam em raça. E os pais pretos dizem às suas crianças que elas pertencem à raça negra, e essas crianças que os pais ensinam isso vão escolher as bonecas, e recusam as bonecas pretas, porque, naquele sentimento que a criança, na tenra idade, tem é de recusa do pertencimento a uma raça que a sociedade diz que é inferior. Um Estado não tem o direito de dizer aos meus filhos, aos meus netos que eles pertencem a uma raça inferior.

O Dr. William diz: "Será que educação vai resolver?". Não há outro caminho, senão a educação, doutor. Um investimento maciço em educação, porque cotas não resolveu, em lugar nenhum do mundo.

Eu dissolveria a questão: será que leis raciais vão resolver? E afirmo, com segurança, as experiências de leis raciais, em todos os locais do mundo, foram terríveis e terríveis para os afro-descendentes, terríveis para as vítimas do racismo. Onde o Estado praticou leis raciais, como fez os Estados Unidos ou fez a Ruanda e fez na África do Sul, o racismo se aprofundou, a crença em raça divide e inspira ódios, inspira, numa sociedade como o Brasil, imagina, minha família tem brancos de olhos azuis, como o Dr. William Douglas, e pretos retintos africanos. Minha irmã tem filhos de africanos.

Como separar direitos, nessa sociedade, e sob o falacioso critério de outorgar direitos em base de raça? Que é um remédio equivocado para um país que não acredita em raça. Nós estamos falando na formulação de leis, em que o grande doutrinador das constituições Conrad Hesse, ele diz que nem a Constituição pode ter uma norma autônoma, diante da realidade.

Se, no Estado do Rio de Janeiro, 62% e 64% dos pretos e pardos são contrários à leis raciais, e o Estado do Rio de Janeiro é provavelmente a síntese do Brasil, em termos de proporção, como o Estado pode, nosso Parlamento pode outorgar uma legislação dissociada dessas realidades? Como o Estado pode outorgar uma legislação que os beneficiários e os pseudobeneficiários rejeitam?

O desafio a este Senado Federal, aos legisladores: por que outorgar uma legislação que os beneficiários não querem essa legislação e que os beneficiários presumidos serão as vítimas das consequências, dos efeitos colaterais dessa legislação?

Nos Estados Unidos, teve uma experiência de leis raciais e teve a experiência de legislação de cotas. Durou pouco tempo, gerou uma pequena elite de afro-americanos, de classe média e nos cargos, inclusive, públicos, entretanto, Dr. William, dados de 2009, como um Presidente da República afro-americano, revelam números trágicos de uma tragédia social que afeta a população afro-americana.

Os afro-americanos são 40 milhões, nos Estados Unidos, 12% da população. Em 2009, dois milhões de afro-americanos estão presos ou sob custódia da Justiça. É um número absurdo, 5% da população afro-americana ou está presa ou está sob custódia da Justiça, cumprindo condicional. É um número absurdo, sem precedente na história da humanidade.

São 45% de jovens de 16 a 24 anos, em 2009, jovens americanos, de 16 a 24 anos, estão presos ou sob custódia da Justiça. Eles são aquelas crianças que recusaram as bonecas e que se recusam a si mesmos, porque eles acreditam em raça. Eles têm vergonha dessa raça.

E eu teria vergonha de pertencer a uma raça considerada inferior, eu não tenho raça, eu sou humano. E é esse o papel que o Estado tem a desempenhar, Dr. William, para nossas crianças. Sua emoção em ver as crianças, hoje, recusando é minha emoção de imaginar que estou vivendo num país em que meu Parlamento, do meu país que eu lutei e fui preso, fui hóspede do Dr. Romeu Tuma no DOPS de São Paulo, quando ele era delegado do DOPS.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Foi bem tratado.

SR. JOSÉ ROBERTO FERREIRA MILITÃO: Fui bem tratado. Fui preso por seu filho. Para ter democracia e para ter um Parlamento, e que esse Parlamento venha condenar as futuras crianças brasileiras a virarem reféns do sistema penitenciário do Brasil. "Porque o conceito de raça destrói a personalidade." Quem disse isso foi Martin Luther king.

As leis injustas deformam a alma e a personalidade. Hoje, quando nós temos dois milhões de presos, nos Estados Unidos, afro-americanos, são 12% da população dos afro-americanos, são quase 70% da população carcerária. Os poucos benefícios de políticas, em base de raça, não compensa você condenar 45% dos jovens, de 16 a 24 anos, nos Estados Unidos, afro-americanos estão presos ou sob condicional, Dr. William.

A educação não resolve? Eu estive em Cuba, em 92, 93, a educação lá, em todas as classes das universidades que eu visitei, tinha um percentual substancial de afro-cubanos. A educação resolve, desde o que Estado queira investir e cumpra seu papel de investir. E lá estão os afro-cubanos na universidade, sem falar em raça. Eles estão inclusos por uma política pública de acesso à educação de qualidade, pública.

A raça... Não vou nem apelar para o aspecto constitucional, nossa Constituição repudia a ideia de raças. Tanto que o único crime capitulado na Constituição é o de racismo, como inafiançável e imprescritível.

Quando a Constituição se refere à raça, é para repudiar o conceito de raça. Não é para acolher e transformar em identidade jurídica, para concessão de direitos. Nossa Constituição, principalmente porque acolhe, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu art. 2º, e a Declaração Internacional de Combate e de Eliminação das Discriminações Raciais, no § 4º, do art. 1º, que diz claramente que os estados não podem conceder direitos baseados em raça.

E, quando a declaração, a Convenção de Combate ao Racismo admite ações afirmativas – eu sou um defensor de ações afirmativas, um dos primeiros que escreveu sobre ações afirmativas no Brasil, a partir de Martin Luther king –, quando admite ações afirmativas, prescreve expressamente, desde que não resulte em direitos separados, com base em raça, admitem-se ações afirmativas quando e para populações e indivíduos em situações de inferioridade, e, no Brasil, as populações afro-brasileiras não estão em situação de inferioridade, no aspecto ali referido. Nós estamos em situação de desigualdade social.

A inferioridade a que se referem as convenções são povos isolados, com algumas tribos, por exemplo, do Xingu, que não dominam a língua, não conhecem os direito da pátria, que não têm acesso a propriedades, a bens, etc., eles são povos que merecem tratamento especial do Estado. A população afro-brasileira não vive essa situação da presumida inferioridade, ali referida nas convenções.

O Estado não pode decidir essas questões, especialmente levando em consideração um ensinamento magistral de Ortega y Gasset. Nós recebemos de nossos pais, de nossos avós um Estado em que raça não tem nenhuma significação. Nós não temos o direito de entregar às futuras gerações um Estado de raça, sem a significação de direito estatal.

Eu tinha um longo roteiro, senador, mas a emoção de participar deste debate, ela acaba desviando a gente um pouquinho. E eu vim dizer que esse Parlamento, que o povo brasileiro lutou para ter o direito de eleger, para ter o direito de renová-lo a cada quatro anos, a cada oito anos, esse Parlamento não deveria se curvar à cor dos espúrios do interesse da população afro-brasileira.

As vítimas desse Estatuto da Igualdade Racial serão os afro-brasileiros, pobres, os mais pobres, os

que não estão organizados. Estes 65% da população, que, no Rio de Janeiro, rejeita leis raciais. E é bobagem que isso é uma legislação temporária, porque não é, onde forem implantadas legislações em bases raciais, não se retira mais.

No Rio de Janeiro, as cotas de universidade, desde 2006, sobram duas a três mil vagas, em seis mil. Em 20 de novembro de 2008, a lei inicial valia por cinco anos, foi renovada, agora, por dez. No Rio de Janeiro, já foram condenados a conviverem com leis de cotas raciais por mais dez anos, embora a população de 65% diga que é contra, embora 62% dos pretos diga que é contra, embora 64% dos pardos diga que é contra. Porque é fácil mobilizar politicamente 100 cotistas de uma universidade, de cinco universidades, de três universidades do Estado do Rio de Janeiro e botar numa Assembleia Legislativa, para fazer pressão, fazer embrulho, fazer corredor polonês. Os milhões de desorganizados, não dá para fazer essa mobilização.

Eu defendo ações afirmativas, desde os anos 70. Conheci o Frei David, quando a gente tinha uma instituição de agentes pastorais negros em São Paulo, que a gente buscava bolsas de estudos para estudantes afro-brasileiros, porque eu acreditava em educação e acreditava em criar oportunidades para os afro-brasileiros irem à universidade.

Eu sempre cito o seguinte: desses 20 mil cotistas atuais, baseados em leis raciais, se tivessem bolsa de estudo para um ano a mais de cursinho no EDUCAFRO, subsidiado, 90% deles ingressariam nas universidades. Portanto, se "racializa" um país inteiro para beneficiar somente 10% dos beneficiários, porque 90% de talentos, bastaria ter oportunidade de estudar, e ele ingressaria na universidade.

Não vale a pena, Dr. William, se sacrificar uma construção histórica; que a luta contra a escravidão foi dado por pretos e pardos, não foi... Cansei de ouvir nessa mesa, hoje, aqui por negros. Negro é a designação racial outorgada no Brasil, em 1755, pelo Marquês de Pombal. Foi a primeira lei racial, que se chamou Diretório do índio.

Nessa lei, Marquês de Pombal, pela primeira vez, disse, por uma legislação do Estado, na época, português, mas dizendo quem no Brasil, ficava proibido os índios serem designados por negros, por ser uma designação infamante, degradante e injuriosa. E que a palavra negro estava reservada aos pretos da África. Como pretos, nós éramos humanos, a partir da designação racial de negros, a designação cunhada no nascedouro da ideologia do racismo, foi o racismo que criou a designação negro e é o racismo que, hoje, pretende transformar os pretos e pardos, doravante, que a lei, inclusive, prevê isso, a soma de pretos e pardos, serão os negros beneficiários do estatuto.

É recolher aquilo que, no auge do nascimento do racismo, em 1755, Marquês de Pombal outorgou para o Brasil, pela primeira vez, uma lei racial. Duzentos e cinco anos depois, nosso Senado, Senador Romeu Tuma vai participar disso, vai reescrever a lei racista de Marquês de Pombal, que vai designar os pretos e pardos como pertencentes à raça negra, que somente os racistas acreditam nisso e querem fazer nossas crianças credenciarem.

Senador, cerca de um mês atrás, a UNB divulgou um trabalho acadêmico, em que a pesquisadora lamentava que, na sua pesquisa de doutorado, os pretos e pardos recusavam a identidade racial de pretos e pardos, recusavam a identidade racial de pertencentes às raça negra, porque eles não queriam pertencer à raça negra.

Os brasileiros pretos e pardos não querem pertencer à raça que Marquês de Pombal designou, em 1755, porque ele queria, pela mentalidade racista da época, segregar e fazer aquilo que ocorreu nos Estados Unidos, que pretos e pardos fossem pertencentes a uma raça e não tivessem inteiramente os direitos humanos, que Malcolm X compreendeu o que significava isso e renunciou ao racismo, quando ele escreveu a carta de Meca, meses antes de ser assinado por pretos radicais racistas. Foram pretos radicais racistas que assassinaram Malcolm X e assassinaram por quê? Porque ele renunciou a ideia de raças. E disse: "Nossa luta é pela reconquista de nossos direitos humanos sonegados pelo racismo".

A importância deste debate, hoje, a gente sabendo que viemos participar de um jogo de cartas marcadas, em que esse Parlamento não vai honrar a expectativa da maioria dos brasileiros e vai outorgar uma perniciosa legislação, que vai condenar nossas crianças pretas e pardas a não querer receber uma boneca preta, que vai condenar nossos jovens a irem para as cadeias, como estão, hoje, nos Estados Unidos.

E por que o jovem lá vai para a criminalidade? Não é o jovem pobre que vai. Lá os jovens, tem filhos de milionários pretos na penitenciária. Tem filhos de médico, de jornalistas, de empresários, de executivos presos, porque ele não tem autoestima humana, ele acredita em raça e parte para a delinquência, para a criminalidade.

É a isso que esse Congresso e pessoas generosas como Frei David, como tantos companheiros militantes que eu conheço há tanto tempo, que, influenciados, e eu participei da construção desse projeto do Estatuto da Igualdade, que era Estatuto da Igualdade e que foi "racializado", sob financiamento da Ford Foundation.

Eu estou afirmando, eu assistia isso e lutei contra, naquele momento, e que tantos companheiros que, diante da situação concreta de se tornarem profissionais e viverem do "racialismo", defendem, pensando estar defendendo o melhor para a população negra.

A população negra será vítima do Estatuto da Igualdade Racial. Continuarei lutando para que isso não ocorra, iremos, provavelmente, até o Supremo Tribunal Federal.

Obrigado, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu que agradeço a V. Exa.. V. Exa. disse que eu participarei, participarei das discussões. Você pode ter certeza de que esta Audiência Pública, nós temos um painel, estamos formando um mosaico. Qual será o melhor caminho para a sociedade brasileira? Buscando, nos elementos daqueles que têm uma participação ativa, na luta por direitos, igualdade, qual é a melhor forma.

Então, por isso que faz uma audiência desta, e V. Exa. trouxe dados importantíssimos, citou Martin Luther king, eu lembraria Mandela, que eram problemas... E aqui trouxe uma coisa interessante. Às vezes, a gente não sabe, doutor, se fala preto ou negro, se é ofensivo ou não é. E aí ele esclarece que a raça é preta. Não sei se eu entendi bem.

SR. JOSÉ ROBERTO FERREIRA MILITÃO: Não é raça, é cor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A cor é preta, a cor é preta, porque a raça não se imiscui, como V. Exa. falou, nua decisão de governo, para atender os direitos humanos individuais, que são todos iguais. E eu lembraria uma coisa tão importante, dentro das colocações de V. Exa., de Gandhi, que era branco. E qual era sua discussão, sua disputa? Era o problema social.

Quem assistiu o *Caminho das Índias*, que agora foi premiada como a melhor novela, novela com prêmio especial, acompanhou de perto essa divisão de cultura social, que os pobres tinham que varrer a rua, nem a sombra poderia cortar o caminho daqueles que vieram da elite indiana.

Então, eu acho que aqui nós estamos formando um belo mosaico, na discussão. Acredito eu que será importante, solicitarei ao presidente desta comissão, que imprima todos os pronunciamentos e distribua aos senadores, para que eles possam ter, realmente, porque a gente ouve na rua, alguém fala isso, aquilo, não vai formando um mosaico claro do que a situação, como o senhores, que têm um participação ativa, diária quase que nessas discussões.

Eu acredito que... Estava falando para o frei o valor desta audiência. Eu acho que ela, além de emotiva, ela é objetiva e, realmente, traz a nosso favor uma clareza maior do que é esse estatuto.

Então, agradeço a V. Exa. E já vi o advogado calmo como ele, mas falta pouco. Muito bem, e, olha, dá a mão aqui, porque o senhor é meu amigo e está preso no meu coração.

SR. JOSÉ ROBERTO FERREIRA MILITÃO: Sem direito a *habeas corpus.*

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ele não tem *habeas* corpus, não.

Agora, o Dr. Werneck, Augusto Werneck e, por último, Dr. José Carlos Miranda.

SR. AUGUSTO WERNECK: Exmo. Sr. Presidente, eu tenho a honra e o orgulho de representar a Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro, aqui na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, frisando que é muito importante se discutir isonomia na casa de Rui Barbosa. E eu quero lembrar, ainda, outro grande senador da República, Darcy Ribeiro, que certamente está inspirando também essas discussões.

E eu lembro uma frase formidável de Darcy Ribeiro, que dedico à Dra. Roberta Fragoso kaufmann, Darcy dizia, comparando o Brasil aos Estados Unidos, sabedor que o Brasil e os Estados Unidos têm grandes identidades, quando se verifica que são países que tiveram a sua história economicamente centrada no fenômeno da escravidão. E o Darcy com aquela verve, o senador dizia: "O Brasil seria os Estados Unidos, se sul tivesse ganho a guerra de secessão". Para mostrar as consequências tenebrosas que houve na condução da sociedade escravista, pelas elites brasileiras.

Eu, a última vez que tive oportunidade de falar aqui, falei na minha condição de representante da elite brasileira. Minha família é uma família que provem de aristocratas fluminenses, que eram grandes senhores de escravos, e, por sorte, barão, mas filho de xangô, e, por isso, tenho a condição de vir aqui.

Tenho, também, a grata satisfação de estar aqui, sob a presidência do Senador Romeu Tuma. O Senador Romeu Tuma, muitos falaram aqui de experiências com ele. Eu, que era, em 1979, 1980, um adolescente, pré-adolescente, traumatizado pela existência de uma ditadura no Brasil, digo que a primeira autoridade policial que eu olhei e confiei na vida foi o Senador Romeu Tuma, quando era delegado. Eu disse: "Esse aí é diferente", na minha sensibilidade de adolescente. E realmente era. Interessante ver todas essas coisas aqui, ao mesmo tempo.

Mas é importante, hoje, essa discussão e, como disse o senador Romeu Tuma, esse mosaico, para que nós pudéssemos perceber quantas questões tocam

nosso tema. E uma questão é fundamental, que é o problema não da raça, mas o problema do racismo.

Todas as pessoas que estão nesta Mesa, eu tenho certeza absoluta, sabem que raça não existe, conhecem as consequências da decodificação do genoma humana e sabem que é odioso verificar, na história da humanidade, as consequências tenebrosas do conceito de raça. Todos nós sabemos disso. Então, o que se discute aqui é o racismo brasileiro. O racismo introduzido por essa elite terrível, por essa aristocracia que, de alguma maneira, se diferenciou da aristocracia americana e fez com que surgisse, no Brasil, isso que o Professor William Douglas falou, ou seja, um racismo que talvez, que certamente é diferenciado, mas que pode ser pior do que o racismo escrachado, pode ser pior do que a racismo que não deixa dúvidas sobre sua existência.

No Brasil, nós tivemos essa coisa terrível, que é um racismo que deixa dúvida, sobre sua existência e que pôde ser orgulhosamente afirmado pela elite que o implantou. Antes de 1755, bem antes, e, outro dia, eu estava nesse município, por conta disso, que é um dos municípios brasileiros que têm nome de um sítio africano, é o município de Quissamã, no Rio de Janeiro, que é um município de tradição da cultura açucareira.

Quissamã foi fundado no início do século XVII, pelos sete capitães, que eram os sesmeiros daquela área, e os sete capitães encontraram, em Quissamã uma aldeia de índios, na qual havia um negro. Qual era a missão deles? Exterminar os índios. Mas o que fizeram com o negro? Prenderam o negro.

Quando nós tivemos que defender o sistema de cotas nas universidades estaduais do Rio de Janeiro, como uma atribuição de procurador do Estado, e fizemos isso durante muitos anos, na última vez, ao elaborar memoriais para um julgamento histórico, que afirmou, que terminou afirmando a constitucionalidade do sistema de cotas, nós utilizamos uma passagem do grande Raimundo Fauro, que ilustra justamente esse fenômeno que aconteceu com o negro Quissama, que deu origem ao nome Quissamã e que foi preso no meio dos índios e que não foi reconhecido como índio, foi identificado como alguém diferente de índio e que não foi exterminado. Por quê? Porque ele representava a força de trabalho.

Com Raimundo Fauro foi dito: "*Nos dois milhões e meio ou quatro milhões de escravos que entraram no Brasil, durante a colônia, haverá um negócio global em torno de 100 milhões de libras, mais a importância do tráfico interno, o que hã de me levar a um aumento de 50% a 100%. O valor dos volumes empregados será, desta sorte, equivalente aos do ouro, o segundo maior valor da colônia, abaixo do açúcar; 20% das importações empregam-se no escravo, num comércio sem paralelo, pela lucratividade. Essa desdenhada circunstância explica muitos enigmas da história brasileira, a dependência à burguesia portuguesa, por sua vez, enfeldada(F) à europeia, a centralização política decorrente de um homogêneo núcleo de interesse, a submissão do agricultor ao vendedor e financiador de escravos, a pouca mobilidade da empresa colonial. Do centro da mercancia diabólica – o termo é do Padre Antônio Vieira –, se irradia, depois de conjugados o estado e os negociantes, uma ordem social que entra em todos os poros da colônia e infunde vento às metropolitanas combinações econômicas. O açúcar e o ouro explicam muita da vida colonial, mas nada explicam sem o escravo, considerada a mercadoria mais valiosas*".

Ou seja, nós tivemos o escravo como a grande *commodity,* para usar um termo de hoje, do Brasil colonial e do Brasil imperial. Os valores são até 1808, de 1808 a 1851, pelo menos, mais quatro milhões de escravos entraram no Brasil.

Esses são os arquétipos da nossa sociedade. Eu falava das minhas raízes familiares, meu trisavô, o Barão de Pati do Alferes, editou um livro chamado *Memória da Fundação de uma Fazenda de Café na Província Fluminense*, um livro de 1840, que eram ensinamentos dele ao filho, como ser fazendeiro. Esse livro é uma teoria jurídica, econômica e social da escravidão, no qual ele demonstra, em primeiro lugar, que o escravo é mais caro que o homem livre, que poderia haver um homem livre, num regime semifeldal, de barracão, que depois foi implantado no Brasil, que seria mais escravo que o escravo.

Ele demonstrava que o escravo deveria ser, por exemplo, embebedado, que o escravo devia ser alimentado com carboidratos para ficar forte, que o escravo deveria ter recolhidas todas as armas e facas de corte, às quatro horas da tarde, para não portar armas à noite e não matar o senhor. E, assim, vai demonstrando toda a articulação, como eu digo, de uma teoria jurídica da escravidão, que começa na fazenda e perpassa todo o Estado brasileiro.

É por isso que eu digo: houve uma política de Estado durante, pelo menos, 400 anos, diretamente, no Brasil, para asfixiar as possibilidades de pretos e de pardos. E, depois, houve uma permanência dessas mesmas substituições jurídicas.

Se nós pensarmos, em 1850, veio o Lei 501, a Lei de Terras. O que fez a Lei de Terras, na prática? Impediu o acesso do negro à terra. Consagrou e cristalizou o latifúndio, no Brasil, na mão das elites e das famílias tradicionais. Nós vamos ver nossa Princesa

Isabel, numa passagem que já tornou notável, dizer, no momento da Lei Áurea, que, "com o apoio dos novos deputados e os amigos fiéis de papai, no Senado, será possível realizar as mudanças que sonho para o Brasil".

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não mudou nada.

SR. AUGUSTO WERNECK: Não mudou nada. Nós, hoje, o Estatuto da Igualdade Racial, que existe até hoje, Senador Romeu Tuma, é a Lei Áurea. Da Lei Áurea, até hoje, nós não tivemos lei. Por isso é que, no caso do Estatuto da Igualdade Racial, talvez valha aquele velho adágio de dizer que, nesse caso, o bom é inimigo do ótimo ou o ótimo é inimigo do bom, porque nós podemos ter o bom, mas não podemos ter o ótimo por quê? Porque se passaram 122 anos, 120 anos de uma situação para a outra situação.

Nós temos, na verdade, uma lacuna a preencher, através de ações afirmativas, que, como disse nossa princesa, deveriam ter sido feitos em 1888, mas não foram.

Logo em seguida, nós tivemos, pelo contrário, a permanência dessas instituições jurídicas, como tive oportunidade de dizer. Nós vamos ver que, logo após a abolição, havia repressão aos terrenos de umbanda, havia repressão à capoeira; a capoeira era uma contravenção. Havia a célebre contravenção penal de vadiagem, havia a repressão geral à malandragem, havia a repressão ao samba.

Cartola, Monarco, Brancura, Ismael Silva, Sinhô, todos foram perseguidos, todos foram hóspedes da cadeia, porque eram negros ou pardos ou pretos sambistas. Então, toda a cultura, toda a manifestação, toda a invectiva, toda a criatividade negra foi reprimida ou até criminalizada, nos anos que sucederam a abolição.

Hoje, o Ministro Edson Santos trouxe aqui uma boa exposição, na qual ele se lembra que, na Constituição de 1934, houve uma primeira tentativa de especificar a isonomia, como acontece, hoje, no art. 3º e no art. 4º da Constituição de 88, e ali se referiram os constituintes de 34, com uma preocupação bastante nítida para a época, de estender a igualdade e a não discriminação ao privilégio de origem ao privilégio de ascendência, porque, já na década de 30, era esse tipo de discriminação que era utilizado para afastar o negro dos postos fundamentais da sociedade. Era pedir a certidão de nascimento dos avós, era pedir a certidão de casamento dos pais, era saber qual é o profissão do seu pai, qual a profissão do seu avô, e, assim, perpetuaram uma ideia, que é uma ideia que tem que constar dos trabalhos, que são trabalhos sérios de pesquisa que eu vejo, apesar de em outra posição, da Dra. Roberta, por quê? Porque nós temos que ver que pretos e pardos e pobres, no Brasil, todos com a letra "p", vieram da mesma origem, vieram na sociedade escravocrata brasileira, que vigeu até 1888 e permaneceu gerando frutos e gerando filhotes na permanência do patrimonialismo, na permanência do autoritarismo e, evidentemente, na permanência das práticas escravistas.

Em 1910, houve a Revolta da Chibata. A Revolta da Chibata, 22 anos depois da abolição, representava e significava que continuava havendo penas corporais praticadas pelo Estado brasileiro, numa força armada. Penas corporais contra quem? Contra negros, num ambiente onde já tinha isonomia, onde já havia Lei Áurea, onde já era absolutamente clara a impertinência jurídica daquele tipo de prática.

Então, nós temos uma história alentada, uma história robusta, uma história profundamente desagradável, que deve tocar o coração de todos acerca da importância da escravidão, da permanência dos institutos escravistas e do seu reflexo nas oportunidades que pretos e pardos têm, hoje, no ano de 2009, no Brasil.

Entre outras, está evidente a questão do ingresso da faculdade, entre outros temas, mas o Estatuto da Igualdade Racial vai além, e, no meu ponto de vista, prepara a base para novas políticas de igualdade que têm que ser conquistadas, na prática, pelo movimento negro.

Eu coordenei a elaboração, tive a oportunidade de coordenar a elaboração da lei que hoje regula o sistema de cotas nas universidades estaduais do Rio de Janeiro. Tive a grata satisfação de ver essa lei declarada constitucional pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por ampla maioria, de 15 a 6.

O que é que se discutiu nesse julgamento? Era curioso, mas os julgadores que foram contra o sistema de cotas falaram, com toda clareza, dizendo: "A universidade não é para todos". Poderiam dizer: "Os cargos de executivo não são para todos; a saúde pública não é para todos". E assim sucessivamente.

Disseram que a universidade não é para todos, com toda a clareza, disseram que a universalização do ensino só pode chegar ao ensino médio; isso significa manter a universidade do jeito como está. A universidade, do jeito como está, tem uma cota de branco, foi a universidade em que eu estudei, a universidade que melhora, é a universidade em que hoje eu dou aula.

No meu tempo tinha, 98% de brancos; hoje, deve ter uns 90%, 88%, sei lá, 85%, mas essa faixa de negros, pretos e pardos e pobres que entraram na universidade já representaram muito para a universidade.

Uma das grandes perplexidades do meu tempo de movimento estudantil éramos ser todos da elite,

financiados, no caso, nós estudantes da UERJ, pelo ICMS da cesta básica do pobre. O pobre financiou a universidade brasileira, desde a década de 30, tanto no modelo da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, quanto no modelo da USP, em São Paulo.

E essa maioria pobre pagou o ensino de todo mundo, inclusive minha educação. É uma das questões que eu coloco: o saber no Brasil, portanto – e aí se aplica especificamente à questão do sistema de cotas –, foi expropriado. As pessoas que sabem, no Brasil, sabem porque as outras não sabem. As pessoas que têm acesso à universidade têm porque as outras não tiveram; as pessoas que têm bons empregos têm porque os outros não tiveram. Porque a lógica da nossa sociedade foi excludente, como disse aqui bem o Senador Romeu Tuma, era o tempo que se precisava de pistolão para entrar na escola pública e era o tempo em que a escola pública era boa por quê? Porque a escola pública não era destinada, prioritariamente, aos pobres, porque os pobres eram, antes, os escravos, e os escravos não iam para a escola.

Então, quando D. Pedro II criou a escola pública, lá no século XIX, ele criou para um resíduo de pessoas brancas, livres e que não tinham dinheiro para pagar preceptores para seus filhos. Quando essa escola se ampliou, no início da República, essa escola era para quem? Essa escola era para as pessoas que estavam ocupando as oportunidades de homens brancos de classe média baixa, oportunidades que não foram dadas aos negros, que foram para as favelas, foram para os mucambos, foram para as terras remanescentes dos quilombos, foram para esses lugares, mas não tiveram as melhores oportunidades na sociedade grandemente urbanizada, que fez com que surgisse uma grande massa de pobres negros, pobres pretos, pobres pardos, que também não puderam ter escola pública suficientemente boa.

E aí aconteceu o problema do salário da professora, e por isso que a questão da cota do negro se comunica e se encontra com a cota do aluno de escola pública. Porque eles têm a origem na mesma pobreza, na mesma discriminação. A professora passou a ganhar mal por quê? Porque, antes, tinham 100 mil alunos na escola, depois, passou a ter 500 mil alunos, depois, passou a ter um milhão de alunos. E, assim, nós passamos a ter, necessariamente, uma enorme exclusão. Por quê? Porque a escola pública passou a ser cada vez pior. Por quê? Porque passou a ser, realmente, pública, passou a atender realmente o pobre, passou a atender realmente o preto, passou a atender realmente o pardo, passou a atender milhões e milhões e milhões e milhões de pessoas, precisou de milhares e milhares e milhares e milhares de professores, passou a ocupar 10%, 15%, 20%, 25% dos orçamentos, e não consegue ainda ser boa.

Mas a universidade era boa. A universidade pública continua sendo boa, continua tendo mais ou menos o mesmo número de vagas, foi implantada em todos os estados da federação. Por quê? Porque foi plantada para a classe média, foi implantada para a classe média alta, com o dinheiro do pobre. É talvez a maior transferência indevida de renda que tenha havido na história do Brasil.

Essas questões são as questões que nos animam a mostrar que, juridicamente, o sistema, no caso, o sistema de cotas, como foi respaldado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, mas as políticas de ação afirmativa previstas no Estatuto da Igualdade Social têm razoabilidade jurídica, porque representam o imperativo nacional da sociedade brasileira e que não se comunica com experiências norte-americanas, porque ações afirmativas desse tipo, nós tivemos oportunidade de pesquisar, tem na Finlândia, em relação aos napões; na Índia, em relação aos *dalits;* na África do Sul, curiosamente, para negros e para *boers*, para brancos remanescentes dos primitivos holandeses, que têm uma cidade curiosa, tem uma reportagem na revista *Carta Capital,* de semanas atrás. Uma cidade curiosa, dedicada a descendentes de holandeses, que são preservados, hoje, pela maioria negra.

Nós temos ação afirmativa na Austrália, para os aborígines; na Nova Zelândia, para os aborígines. Então, nós temos, hoje, uma situação em que, em vários continentes, em países de diferentes histórias, de diferentes culturas, de diferentes problemáticas sociais e raciais, as ações afirmativas puderam ser aplicadas.

As ações afirmativas, que têm por objeto a universidade e a educação, têm que ser contidas no tempo. Nossa lei que acaba de ser julgada constitucional prevê ações afirmativas, nas universidades estaduais, por dez anos. Por que por dez anos? Porque a média de um curso superior é de cinco anos, então, nós vamos esperar mais cinco anos para ver? Não, para ver se essas pessoas se incluíram no mercado de trabalho. E, depois, vamos ver mais dez anos, que é minha proposta, para que se complete uma geração, cinco, mais dez, mais dez, 25 anos de ação afirmativa, que seria o mesmo tempo que duraria para nós termos, se só entrassem negros na faculdade da medicina, a mesma quantidade de médicos brancos e negros no Brasil.

Todas essas questões são interessantes, nós poderíamos ficar muito mais tempo aqui, discutindo, mas eu quero chamar a atenção para um verso que eu pincei para que, nessa petição, nós pudéssemos ter uma alusão à nossa poesia antiescravista, no Brasil, que foi muito forte.

Esse verso é considerado, pelo grande crítico de Castro Alves, que é nosso Professor Costa e Silva, da Academia Brasileira de Letras, como o melhor verso do Navio Negreiro, que é o que diz: "*Silêncio! Musa! Chora, chora tanto/ que o pavilhão se lave no seu pranto...*".

Essas lágrimas da musa de Castro Alves são as ações afirmativas, elas lavam a bandeira do Brasil. E não é só você, meu querido William, que tem essa capacidade toda de se emocionar, não, eu vi, outro dia, meus filhos chegarem da escola e virem comentar comigo histórias de Angola, histórias da ilha Gorée, históricas da Guiné Bissau, histórias de Cabo Verde, e eu vi, encantado, que eles tinham tido aula de história da África.

Então, eles puderam, naquele momento, confirmar, meninos brancos, que são trinetos de barão, mas um também é filho de Xangô, e a outra é filho de Oxum, e eu fiquei muito feliz com isso e vi que, por conta desses encontros, e são esses encontros, Roberta, que o Ronald Dworkin falava, não é só um encontro físico, não é só um encontro material, é esse encontro espiritual entre pobres e ricos, entre pretos e brancos, que eu creio que vai ser muito importante, na história do Brasil.

Eu vejo isso acontecendo na UERJ, no Rio de Janeiro, eu vejo isso acontecer na PUC, no Rio de Janeiro, e vi acontecer no coração do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, uma grande transformação e vi aqueles desembargadores, na sua grande maioria, aceitando a ideia de que pretos, pardos e pobres, no Brasil, têm direito à reparação e têm direito ao reconhecimento.

Eu deixo, aqui, só para vocês, uma ideia que provem de Herbert Marcuse, que dizia que há um duplo recalque no trabalhador: que tem o recalque que todos nós temos e, ainda, o recalque de ser explorado por um patrão. E a Professora Gisele Citadino, da PUC do Rio de Janeiro, aponta que o negro brasileiro teria o triplo recalque: o recalque humano, o recalque de ser trabalhador e o recalque de ser negro. É contra esse recalque, baseado no racismo, que nós viemos aqui e que nós acreditamos que vá muito bem servir o Estatuto da Igualdade Racial. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Isso aí, professor. Depois, nós precisamos conversar com Xangô também, para poder sentir de perto mais eloquência.

Aliás, as lágrimas que V. Exa. quase derramou aqui molharam os meus olhos também. Eu acho que, além das brilhantes exposições, o sentimentalismo também se manifestou, não como um ato de repúdio ao que vem acontecendo, mas um ato de esperança de que não se repitam todos os fatos.

Eu me lembrava, aqui, enquanto V. Exa. falava, um delegado de polícia, que participei da segurança pública por 50 anos, quando ingressei, dizia assim que a polícia foi feita para preto, pobre e prostituta. Isso tem que ser apagado da história, da nossa alma e do nosso coração, e foi um vida de luta para que isso não acontecesse.

Eu me lembro que, quando ingressamos na polícia, anteriormente, dizia que os polícias eram os "bate paus", aqueles que o político seria como cabo eleitoral e que não tinham outra capacidade, então, davam lugar na polícia. Ela foi evoluindo, através de concursos e preparo e, hoje, ela tem uma elite pensante, judicialmente perfeita, nas suas colocações, no seu trabalho, de equilíbrio, de respeito ao cidadão. Então, isso aí é gostoso lembrar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Falava outra palavra, não prostituta, que é mais ofensiva, mas, em respeito à Casa, eu uso prostituta, mas eu acho que isso veio, ao longo do tempo, se pagando, e, hoje, nós temos, nas academias de polícia, a cadeira que eu criei na Escola de Polícia Federal, a cadeia de direitos humanos. Porque não dá mais para o cidadão, qualquer função que ele exerça, que não tem respeito ao próximo, não importa se é bandido, se não é bandido, se é criminoso ou não, ele vai pagar o preço, mas tem que ser tratado com dignidade e respeito.

Então, isso eu acho que a gente está... A gente lembra o passado e começa a ficar velho, começa a ficar sentimental, porque a história vai evoluindo na memória da gente, como um filme.

Desculpa... Eu queria passar a palavra, agora, como último orador, ao Dr. Augusto Werneck (sic.), e agradecer a presença do Dr. William Douglas, que tem que se retirar, infelizmente, mas deixou, aqui, sua brilhante mensagem. Prazer em vê-lo.

Com a palavra o Miranda, José Carlos, coordenador do movimento negro socialista.

SR. JOSÉ CARLOS MIRANDA: Eu ia dizer bomdia. Não vi passar a hora, mas já é boa tarde.

Agradecer o convite da Comissão de Constituição e Justiça, a presença, presidindo a mesa, o Senador Romeu Tuma, senador do meu estado, querido companheiro de luta de combate, Senador Eduardo Suplicy, Professora Roberta, Procurador Werneck, companheiro Militão.

O mais importante desse debate é que o debate está sendo realizado, presidente, porque uma coisa que aconteceu, desde a aprovação, inclusive da primeira lei de cotas raciais, dessa discussão, é que, em

todos os lugares, essa lei não foi a plenário, sempre ela foi uma lei aprovada nas casas legislativas, por acordo entre as lideranças de partido, o que mostra a importância e o receio dos legisladores, inclusive, de apresentarem em plenário.

Ela foi aprovada por unanimidade, o Estatuto Racial, aqui na Casa, por liderança, depois, ele foi à Câmara, voltou também por acordo de liderança. Qual o significado disso? Tem dois significados. Um, e mesmo na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. No Mato Grosso do Sul, sempre por liderança, porque é uma matéria que toca fundo o povo brasileiro.

Eu queria... Você poderia colocar a foto? Eu queria mostrar uma foto, e esse é meu único slide. Essa foto foi tirada, é foto de Osmário Marques, que ganhou o prêmio, em Pernambuco, tirada, tomada num quilombo, no agreste pernambucano.

Eu pergunto: essas duas crianças, que são moradoras de um quilombo, qual é negra? Qual deve ganhar o privilégio de um *plus*, que são as cotas raciais, para entrar na universidade? Qual das duas crianças deve ter um privilégio para entrar num emprego público? Qual das duas crianças que deve ter a oportunidade de um emprego em uma empresa privada? Na minha opinião, elas não têm diferença nenhuma e eu quero olhar para elas, e a luta é contra o racismo, é que o povo brasileiro olhe para as pessoas sem o filtro da cor, principalmente.

E por que isso acontece? No Brasil, a não ser no início, inclusive, o final do regime militar e no começo da redemocratização, vamos dizer assim, no final da ditadura, houve um movimento que confluiu na formação do movimento negro unificado, a partir de um ato racista, na cidade da São Paulo, que conseguiu, naquele período, colocar milhares de trabalhadores, a maioria de pele mais escura, contra aquele ato racista.

Depois disso, presidente, teve, em 1995, uma homenagem e que não havia reivindicação de cotas raciais ou de leis raciais. Eu estava presente na marcha de 300 anos, aqui em Brasília, em 1995, e nós podemos dizer que, no Brasil, excetuando-se, na década de 30, uma organização chamada Frente Negra, não houve nenhum movimento de massas que tocasse corações e mentes e organizasse e mobilizasse multidões, como houve na África do Sul, nos Estados Unidos, contra o racismo.

Apesar de sempre haver movimentos, nós participamos, muita gente participa, de quando aconteceu agora, o dentista, lá em São Paulo, no Carrefour. Bom, podemos, aqui, uma lista, e todos, sempre tem uma mobilização, mas não houve... Por quê? Porque, no Brasil, desde a Lei Áurea, não houve nenhuma lei segregacionista no país, que dividissem apesar de haver racismo, e ele já foi maior e está cada vez mais escondido, como falou brilhantemente a Professora Roberta, que 96%, segundo a pesquisa do Instituto Perseu Abramo, 96% dos brasileiros dizem que não têm preconceito, ou seja, o preconceito está cada vez mais escondido, mais retido, mais envergonhado.

Essa é a primeira questão que nós colocamos. A segunda questão é que, no estatuto, veja, a última versão que me foi entregue agora, tem duas questões centrais e que nós precisamos discutir. A primeira é, no art. 45, presidente, ele propõe o seguinte: o Poder Público poderá disciplinar a concessão de incentivos fiscais às empresas com mais de 20 empregados, que mantenham uma cota de no mínimo 20% de trabalhadores negros.

Senador Suplicy, Romeu Tuma, que são de São Paulo, eu, nessa mesa aqui, sou o único que não tem o nível universitário. Eu acho que sou o único, o Juiz William não está aqui, mas sou o único que morei muito tempo, na minha vida, numa favela, em São Paulo. Eu nasci no bairro da Brasilândia, de parteira ainda, ali na Freguesia do Ó, e a oportunidade, na vida, que eu tive...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu nasci de parteira, mas na 25 de Março.

SR. JOSÉ CARLOS MIRANDA: Mas aí é um pouquinho de tempo antes. Mas a oportunidade na vida só me foi possível, para mim, enquanto indivíduo, porque eu tinha direitos iguais. Mesmo havendo racismo, que nós temos que combater, os direitos, para mim, eram iguais. E, na minha família, eu tentei colocar uma foto ali, aquela famosa foto que se coloca na basílica de Nossa Sra. Aparecida, eu tenho uma também. E eu gostaria de mostrar, naquela foto, porque, às vezes, uma foto, uma imagem vale mais que mil palavras.

E, naquela foto, você vai ver meu avô, minha mãe, o meu pai não estava, uma tia, uma irmã minha e eu e vai ver que tem uma pessoa muito branca, mas muito branca, que é minha irmã, que é dois anos mais nova que eu. Por consciência da vida, e eu tendo o mesmo direito, eu consegui ter pouquinho mais de sucesso, vamos dizer assim, mas porque eu tinha mais o mesmo direito.

Nas fábricas, nas comunidades, em São Paulo, no metrô, num jogo de futebol, no estádio, no Morumbi ou no Pacaembu, mas, principalmente, no emprego, que é a sobrevivência, que é o pão de cada dia, se essa lei passa, ela está na contratação, mas, se é na contratação, senador, presidente, ela é na demissão. Um trabalhador ser demitido por causa da cor da sua pele, porque a empresa e qualquer empresário um pouquinho inteligente é óbvio que ele quer o subsí-

dio fiscal, para ter a cota, ele demitiria um trabalhador que não está na cota, ou seja, um trabalhador de pele mais clara. E isso acontecendo, milhões de vezes, isso acontecendo, no momento de crise, onde o copo de água, o pão, que é o salário de cada dia, do mês, opondo trabalhadores que têm a mesma vida, a mesma condição socioeconômica, e um é demitido porque a cor da pele é mais clara. O que nós vamos estar provocando neste país?

Agora, nós temos uma situação de emprego, um situação econômica, parece, apesar de que tem uma crise internacional, que, na minha opinião, não está resolvida, nem no Brasil ainda, mas imagina numa situação como as crises que nós já conhecemos, no país, em 83 ou mesmo no final do governo passado, uma crise em que houve um aumento brutal do desemprego, e a carta de demissão, nas empresas, vai ter como um item a cor da pele.

Com certeza, a legislação, colocando direitos diferentes na legislação, com certeza vai aprofundar o preconceito, a discriminação e o racismo que existe no país.

Eu estive, 20 dias atrás, presidente, num congresso de uma categoria, que é um sindicato do Estado de São Paulo, uma categoria que tem muitos trabalhadores do pele escura, que são os trabalhadores na indústria de vidro, e 150 delegados representando, aproximadamente, 25, 20, 25 mil trabalhadores, Santo Marina, grandes empresas, importantes para a economia brasileira, e todo mundo sentou, inclusive, todo mundo sentou na mesa, para redação do acordo coletivo, que a data-base desse sindicato é agora.

Aí apareceu, pela direção da central sindical, uma cláusula, esta aqui, todo mundo e eu, por coincidência, estava junto, eu não sou trabalhador vidreiro, estava junto com esses trabalhadores e falei: "Mas, gente, vocês são a favor disso?". E aí eu posso dizer, os companheiros dirigentes sindicais que estavam naquela mesa, as suas lideranças, nos vários partidos políticos, a maioria é a favor do Estatuto Racial, nenhum dos 15 que estavam na mesa falou: "Não, tira isso da discussão, que nós vamos negociar na FIESP. E é uma loucura isso, vai dividir os trabalhadores".

Eu alertei, e os dirigentes sindicais, na hora, e eu posso dizer, dirigentes sindicais que suas liderança são lideranças de partidos que são favoráveis ao Estatuto Racial, ou seja, a discussão não chegou direito ainda até a base, até os trabalhadores, que serão os mais afetados.

E eu alerto, porque o estatuto, que poderia ter outro nome, inclusive, deu-se esse nome, e eu já tirei um, porque igualdade e raça não podem ser iguais, igualdade, raça, é justamente a diferenciação ou, no reino animal, porque humano não existe. Nós já sabemos, nem precisamos entrar nessa discussão. Então, a raça só pode ser para diferenciar, poderia se chamar de outro nome. Eu, agora, vou chamar de Estatuto Racial, enquanto nele estiver essas leis. Porque, ao mesmo tempo, ele propõe, em outros pontos – esse é o ponto principal, presidente, eu dediquei tempo, falei de exemplos, esse é o ponto principal, porque ele opõe trabalhadores da mesma situação econômica e social, em oposição. E isso só pode degenerar ou levar, mais à frente, a uma oposição.

Na hora, e é incrível, presidente, na hora, um dirigentes sindical, o mais inexperiente, que tinha sido eleito para a direção há pouco tempo, disse o seguinte: "Não, mas, se for levar a ferro e fogo a posição que você está dizendo para nós – e eu levei a lei –, o que vai acontecer é que, daqui a pouco, vai ter sindicato de brancos e de negros".

E eu, observando atentamente a leitura, a intervenção muito elucidativa e articulada do Frei David, em todos os momentos, ele fala "o povo negro", "Zumbi é herói dos negros", "a população negra", "o movimento negro". Não, nós, inclusive, escrevemos um pequeno artigo que está num blog para repudiar que Zumbi e a luta contra a opressão, e nós somos a favor de que tenha que haver, inclusive o feriado, mas para lembrar a luta pela liberdade contra a opressão do sistema colonial português, que, inclusive, traiu depois, Ganga Zumba fez um acordo. Não vamos entrar em toda a história, mas essa luta não foi dos negros ou dos escravos, foi uma luta de todo o povo brasileiro que estava ali em Palmares, como a abolição da escravidão, porque mundo fica lembrando a história oficial, e isso é uma coisa ruim, que o grande herói da libertação do provo brasileiro foi Tiradentes, mas Tiradentes foi uma rebelião que não teve uma adesão popular, como teve a Cabanagem, a Farroupilha, a Sabinada, a Revolta dos Malês, que eram os escravos de ganho, ou seja, profissionais, em Salvador.

E toda essa memória, isso é verdade, está um pouco apagada, então, fica a imagem, então, Tiradentes fico sendo herói dos brancos, e aí é da elite, porque não tinha muito povo. Olha que loucura nós vamos interpretar. E Zumbi é herói dos negros. Então, nós criamos um herói negro, nós vamos colocando leis que vão diferenciando e vamos criando um herói negro, e isso vai levando a uma dissensão e uma divisão do povo brasileiro, porque não é que vai acontecer em um ano, em dois anos, em três anos, nós sabemos que qualquer política pública não é um automóvel, que você dá um cavalo de pau, o reflexão dela, inclusive, ela se vê ao longo do tempo, ao longo dos anos, que ela vai se enraizando. Demora, não é simples. E, para voltar,

eu diria que é a mesma coisa, não dá para ser um cavalo de pau, também, porque você vai impregnando para acessar a universidade, aquelas duas crianças que são de um quilombo remanescente de escravo, do agreste pernambucano, você vai ensinado, desde que elas nascem, de que a pele mais clara, a loirinha, mesmo tendo a mesma condição socioeconômica da outra, terá um desvio, ou seja, a de pele mais escura terá um privilégio, portanto, você vai opor, desde que ela entra na escola, que ela tem que se separar, que ela tem que se preparar para disputar com sua colega de classe, mesmo que ela tenha as mesmas condições socioeconômicos.

Eu queria ir concluindo, colocando que tem dois erros nisso: primeiro, e isso já foi provado biologicamente, cientificamente, historicamente, que só se for na base da ignorância para dizer que, hoje, tem um grupo de pessoas que precisa ser reparado por outro grupo de pessoas.

Eu pergunto: quem foi descendente de escravo e quem foi descendente de senhor de escravo, há 500 anos, inclusive, pelo estudo biológico, assim, aquele cromossomo x, y, o mais básico de Mendel, que é impossível, hoje, você falar: "Olha, você, que é loiro, de olho azul, é descendente de senhor de escravo; você, que é bem escuro, é decente de escravo, então, você tem uma separação, você vai ganhar uma reparação, e esse outro, não". É uma contradição isso. Ou seja, você vai ter que criar medidas burocráticas ou medidas governamentais para decidir quem é que recebe a reparação, quem é negro.

E é o que nós vimos acontecendo, acabou acontecendo, várias vezes, a tragédia, se não fosse cômico, mas é uma tragédia, dos meninos gêmeos, daqui de Brasília, que um era negro, outro não. Lá no Rio Grande do Sul, a jovem garota de Santa Maria que foi recusada, e é muito mais escura que eu, por exemplo, por quê? Porque acabou entrando um Tribunal, ou seja, uma lista de pessoas que avaliam quem é o negro ou não, portanto, a subjetividade, porque é impossível você decidir quem é negro e quem é branco, senadores, senhoras e senhores, é impossível.

Nós vimos aquela experiência, experiência, não, pesquisa importante do Sérgio Danilo Pena, o geneticista, que mostrou cientificamente que, por exemplo, o Negrinho da Beija-Flor tinha 67% de ascendência europeia; a Diana dos Santos, 57%; e outros, eu não me lembro, agora, toda a pesquisa, mas isso foi muito publicizado, e outros, bem brancos e de olhos claros, tinham mais ascendência africana.

Claro! Por que eu estou recolocando essa discussão? Porque, primeiro, nós criamos um herói negro, de um povo negro, depois, nós criamos leis e regras para identificar quem é negro. Por que quem vai receber a reparação? Aí você cria um Tribunal, você cria pessoas notáveis para definir quem é negro, e isso aconteceu no Rio de Janeiro, também, em todos os lugares...

SR. AUGUSTO WERNECK: No Rio de Janeiro não aconteceu, não, no Rio de Janeiro não tem Tribunal.

SR. JOSÉ CARLOS MIRANDA: No Rio de Janeiro, o problema que aconteceu foi justamente com relação à intersecção de cotas raciais com cotas sociais, ou seja, você sempre tem que colocar um Tribunal, que eu chamo sempre de Tribunal, porque vai dar um veredicto, para fazer a análise e definir.

Claro que você fazer uma análise de renda é muito mais objetivo e é um critério mais concreto, do que o critério de você definir a raça.

Por fim, senadores, senhoras e senhores, como o tempo está concluindo, tem uma última questão, muito importante, na minha opinião. Morreu, faleceu, há algumas semanas, quase um mês, um grande homem que foi Lévi-Strauss, um grande antropólogo, pai da antropologia moderna. E, em 18 de julho de 1950, ele deixou uma frase, no seu discurso na UNESCO, eu gostaria de repeti-la, aqui, para entrar para os anais. "Menos que um fato biológico, a raça é um mito social e, como tal, tem causado, em anos recentes, pesados danos, em termos de vidas e sofrimentos humanos" (UNESCO, 18 de julho de 1950).

Você pode ser idoso, você pode ter uma deficiência física, você pode ser mulher, você pode ter uma orientação sexual heterossexual, homossexual, bissexual, você ter uma orientação sexual e você pode externar isso, você pode ser corintiano, palmeirense, socialista, liberal, mas, se alguém impingir em você, cidadão, uma raça, dela você não escapa, independente de qualquer outra identidade que você tenha, inclusive, no seu foro íntimo.

Por isso, qualquer lei que imponha às pessoas e aos cidadãos que se autoclassifiquem e que se identifiquem enquanto uma raça só vai levar à divisão e à oposição, principalmente dos mais pobres e dos filhos dos trabalhadores, que vão sofrer as consequências. Porque as elites vão continuar pegando os lugares sem cotas, não precisam das cotas para entrar nas grandes universidades, porque o vestibular começa desde que se nasce, vão continuar estudando no exterior, vão continuar ganhando bem, e quem será afetado serão os mais pobres e, com certeza, os de pele mais escura. Obrigado, presidente, senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigado por trazer fatos históricos que esclareçam melhor a composição do projeto, e, inclusive, o alerta sobre o art. 45, a que V. Exa. se referiu,

aqui, de ser uma contradição e oposição entre trabalhadores e negros e brancos, que poderá trazer uma consequência mais grave.

E achei estranho que os sindicatos não tenham se manifestado a respeito, durante seu alerta aí. Está bom, muito obrigado. Eu aqui pergunto se os dois senadores desejariam, por um minuto, só para a gente...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, dado o adiantado da hora, eu também não pude estar presente no início, porque eu estava em outras duas audiências simultâneas, nesta manhã. Às vezes, nós temos que ser até três, quatro, cinco, aqui, simultaneamente, mas eu quero cumprimentar as contribuições do Ministro Edson Santos, que aqui esteve; do Frei David Santos, com quem tempo dialogado, já estive aqui, quando ele apresentou muitos de seus argumentos, em outra ocasião; o advogado Dr. José Ribeiro Ferreira Militão, que, juntamente com José Carlos Miranda, Roberta Fragoso Kaufmann, apresentaram ponto de vista crítico sobre a questão das cotas. E gostaria de cumprimentar, também, o Sr. Augusto Werneck, procurador do Rio de Janeiro, e William Douglas, que precisou sair, mas eu acho que nós temos aí um debate apaixonado, nós estamos ouvindo com atenção, já, acho que já faz uns dois anos, pelo menos, três anos, pelo menos, tenho procurado ouvir os argumentos de cada lado e procurado formar minha opinião.

Eu avalio que, se for para ter as cotas, elas deverão ter um caráter temporário, de experiência, para que cheguemos, o quanto antes, a uma situação, como aquilo que é o consenso de termos efetiva igualdade e universalidade de direitos.

Acho que é muito importante avançarmos no que diz respeito à boa qualidade da educação universal, para todos, o bom atendimento da qualidade de saúde, e, como todos aqui conhecem, também o direito universal de todos participarem da riqueza da Nação, igual para todos, de uma renda básica como um direito à cidadania.

Então, eu quero muito cumprimentá-los pela contribuição que estão todos nos dando, para que os senadores formemos nossa opinião.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Suplicy, Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu também gostaria de ter participado da audiência, mas eu sou Presidente da Comissão de Saúde, e o Ministro da Saúde estava ali, eu fiquei até ainda agora lá.

Mas eu também me preocupo muito com esse assunto, porque, por exemplo, eu vou ter dificuldade de me identificar, minha tetravó era índia, meu bisavó e... Meu avô um era negro, outro era branco, e assim vai, como é que vai ser? Por isso também que eu acho que a gente identificar a pessoa pela raça é meio ruim, não é uma coisa boa, agora, nós temos que achar uma forma de pegar. Eu acho que, na minha opinião, se eu pudesse dizer sobre cota, eu botava cota social e pronto, aí estava resolvido o problema. Porque eu acho, também, que vai criar isso, vai criar, como ele falou, sindicato dos trabalhadores negros, sindicato dos trabalhadores branco, vai ter esse problema. Dois alunos estudam na mesma escola, tipo aqueles ali, e aí tiram a mesma nota numa prova lá, o outro vai passar na frente porque é negro. Aquele rapaz não tem jeito. Aquele vai ficar com ofensa, vai começar a achar ruim o outro, porque era isso.

Nós estamos criando uma coisa meio complexa isso aí, e esse negócio da igualdade racial, por exemplo, os mais organizados vão conseguir mais avanços, por causa da sua raça. Cadê meu índio aqui? Não tem nenhum índio aqui, um parente meu. Então, por isso que tem que ser decidido bem, com clareza.

Eu acho que tem que se rolar mais uns anos, por aí, mesmo, enquanto as cotas vão andando. Pode ser quer, justamente nesse período, aí depois se decida que a Constituição não permite que se faça um estatuto desse tipo.

Eu também acho... Na nossa Constituição, não tem nada referente à raça, nós é que estamos inventando essa história, aqui, agora. Então, eu não tenho opinião formada e tenho dificuldade de absolver essa coisa por isso. Porque, lá no meu estado, 10% da população são índios e acho que o 90% é descendente de índio, não tem nenhum índio aqui, numa discussão da igualdade racial.

SR. DAVID DOS SANTOS: Senador, é que o Estatuto do Indígena está parado aqui dentro desta Casa, porque senadores e deputados não estão entendendo o desafio. Não, sim, senhor. Tem o Estatuto do Indígena aqui parado.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Tem o estatuto do indígena aqui, mas por que é que, nesse estatuto aqui, não tem o índio aqui discutindo, também?

SR. DAVID DOS SANTOS: Olha só. O dia em que o senhor chamar à audiência o assunto do indígena aqui, viremos discutir com eles, com o maior prazer.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu sei, mas o caso é que o índio não tem representação aqui, lá no meu estado, a população, 10% é índio, índio puro, está falando de pureza de raça.

SR. JOSÉ ROBERTO FERREIRA MILITÃO: Também não tem criança, porque o tema de hoje não é

criança, também não tem idoso, porque o tema de hoje não é idoso, o tema de hoje é negro, senador.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Se é igualdade racial, não, igualdade racial não é só de negro, não. Raça não é só negra, não. Índio é raça, branco é raça, amarelo é raça, todo mundo é raça. Então, é isso... É isso que eu tenho medo, é de dizer isso, começar a achar que raça só é a negra..

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Que não houvesse discussão direta, para não ter...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Está bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, V. Exa. está com a palavra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu estou com a palavra. Realmente, quando a gente está falando, a gente não pode...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Garantir a sua palavra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Mas a gente... Não, ninguém pode atrapalhar ninguém falando, a regra é essa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas eu acho que são colocações corretas.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Mas não tem problema, esse tema é um tema, assim, que esquenta, que apaixona. Eu, como tenho tudo dentro do meu corpo e tenho coincidência disso, eu não me preocupo de... Eu me preocupo de criar um preconceito.

Eu fui criado em Roraima, numa cidadezinha pequenininha, nunca... Convivi com índio, fui criado junto com índios, com negro, o papai era médico, e o outro médico, era casa dos médicos, o outro médico era o Dr. Reinaldo, que era negro e que é um grande meu amigo, os filhos deles são médicos e ainda são meus amigos, são compadres. O papai é compadre, são padrinhos, assim, trocando um padrinho e outro para lá. Então, eu não tive esse problema lá em Roraima. São compadres, o Dr. Reinaldo e o papai eram compadres. Pois não.

SR. JOSÉ ROBERTO FERREIRA MILITÃO: Diz o art. 1º, inciso IV: "População negra: o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas". É a definição dada aqui nesse estatuto, que é racial, é um estatuto de implantação da raça estatal. "População negra é o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas." Os indícios passarão a pertencer à raça negra, essa que o Frei David disse, hoje, que se trata da população, da raça negra.

É um equívoco absurdo, conforme o quesito de raça e cor, da Fundação IBGE. Portanto, o Estado, e essa é a crítica que eu trago, o Estado não tem o direito, de forma compulsória, outorgar uma identidade racial, a quem quer que seja, de forma arbitrária. O Estado não tem esse direito de chegar no Frei David e dizer que ele, por ser pardo ou por ser preto pertence a uma raça, se ele, no espírito dele não tem o sentimento de pertencimento racial.

Se nós negamos a existência de raça, como é que pode o Estado chegar, para uma lei federal, que vai ser reproduzido nos municípios lá de Roraima, e dizer que a população negra é a soma de pretos e pardos. De forma absurda, arbitrária, compulsória. E, por ser lei federal, todos os pretos e todos os pardos passarão a compor a "raça", entre aspas, negra, a raça negra criada pelo racismo, a raça negra que meus bisavós lutaram contra o racismo, formando irmandades de homens pretos e pardos. Não teve uma irmandade de homens negros, na história do Brasil, formada pela população de pretos e pardos.

Eram irmandades de pretos e pardos, porque pretos e pardos é nosso cor de humanos, entretanto, hoje, o que se propõe, com esse estatuto, é retirar a luta de libertação dos pretos e pardos e impor a essa população a raça negra, que o racismo pretendeu instalar. Portanto, nos casos de Roraima, a população indígena, segundo o estatuto, pela cor da pele, vai ser identificada como raça negra. É um equívoco que o Estado não pode ter o direito de cometer.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Bom, exato. Eu estou falando uma coisa da forma que eu sinto, eu sei que aqui a discussão é para gente chegar a uma conclusão, procurar um caminho, mas eu me preocupo com isso. Por causa de a gente criar, eu não fui criado com conceitos de raça na cabeça, não tenho esse conceito.

Então, minha posição... Eu acho que ninguém deve se apressar em aprovar esse estatuto, não. Eu, por mim, se discute mais, se discute mais, porque esta Casa, quando eu cheguei, eu achava que a Justiça que era lenta, que demorava, e reclamava da Justiça, procurador, mas aqui é lento também, mas tem que ser lento, não adianta fazer correndo. Cada vez que a gente corre, na frente vê que deixou uma coisa fora, deixou uma pessoa, deixou um grupo.

Eu vi um dado, aqui, da senhora sobre isso aqui, quer dizer, realmente, aqui, pelo jeito, está todo mundo no mesmo nível.

SRA. ROBERTA FRAGOSO KAUFMANN: Porque a questão é a seguinte: esses dados... Aqui tem que fazer uma ação afirmativa do microfone.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu vou pedir para urgenciar, porque, duas horas, inicia a sessão.

SRA. ROBERTA FRAGOSO KAUFMANN: Só para eu esclarecer ao senhor, esses dados têm que ser esclarecidos para a sociedade em geral, porque, aqui mesmo nessa mesa, foi referido, há pouco tempo, que 2% dos negros estão na universidade brasileira, e isso também é uma farsa. Por quê? Porque, quando você quer se utilizar da categoria negra, que não existe, que todos nós sabemos, porque o que existe é a cor preta e a cor parda, mas, quando o movimento negro quer dar legitimidade ao seu discurso, se utiliza da expressão negra como junção de pretos, mais pardos.

Pretos, hoje, são cinco, pouco por cento da população, e pardos são 38, pouco por cento da população, o que dá, na soma, 44% da população, praticamente a metade da população brasileira. Mas, veja bem, pretos são 5% e pardos, 38%. Aí eles dizem: "Nós somos, negros, a metade da população, mas só 2% dos negros estão na universidade". Ora, 2% dos pretos, que são 5%, pardos são 28% na universidade. Então, na hora de mostrar a estatística, eles esclarecem do pardo.

Muitos artigos, e nós temos denunciado isso, esqueceram do pardo, esqueceram do pardo. Porque, na hora que é conveniente, só se utiliza da expressão preto, da estatística relacionada ao preto, mas, na hora que é conveniente, se junta preto mais pardo. Então, isso tem que ser esclarecido, para que a estatística não seja manipulada. E esse ponto que eu trouxe aí, na minha humildade apresentação, foi simplesmente para dizer que, quando as estatísticas demonstram um fosso abissal entre brancos e negros, juntando preto e pardo, na verdade, as estatísticas ignoram um componente, que é decisivo para fazer essa comparação, que é o componente de renda.

O que, na verdade, a estatística demonstra é o fosso que existe, no Brasil, entre ricos e pobres. Agora, na hora em que você coloca os grupos de maneira comparável, ou seja, aqueles que ganham até dois salários mínimos, ou seja, quando você compara bancos pobres com pretos pobres e pardos pobres, a diferença, que eu mostrei aí para o senhor, é irrisória, não existe diferença. No fundo, os pobres todos, de todas as cores, no Brasil, têm grandes dificuldades que precisam ser superadas.

Eu concordo plenamente com o senhor, nós podemos fazer integração do negro de que maneira? Com cotas sociais, mas para os negros pobres, que são aqueles que precisam do apoio estatal, e não para uma elite negra que não precisaria do apoio e que não tem como justificar, perante bancos pobres que negros ricos têm acesso privilegiado. Esse é meu ponto de vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Augusto Botelho, o senhor reabriu o debate.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Lamento ter perdido o debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Queria agradecer a presença do Deputado Nelson Marquezelli, que nos honra com sua presença. E pergunto se V. Exa...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Não, não, minha posição é essa: eu estou vendo e ouvindo e preocupado de a gente criar um...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O Dr. Wilson Douglas parece que queria dar uma... Sr. Werneck.

SR. AUGUSTO WERNECK: Eu queria só dar uma informação, é acerca dessa estatística. Essa estatística, ela tem que ser vista nos dados absolutos. Existem muito mais pretos e pardos pobres do que brancos pobres. Então, nós temos que ver aí, nesse contexto absoluto, o fato de que 20 e poucos por cento dos brancos pobres têm essa renda, depois, 20 e tantos por cento dos pretos pobres, depois, 20 e tantos por cento dos pardos pobres, sabendo que existem muito mais pardos e pretos pobres do que brancos pobres.

SRA. ROBERTA FRAGOSO KAUFMANN: 70% dos pobres são negros.

SR. AUGUSTO WERNECK: Pois é. Para não parecer que há uma identidade, que existe tanto...

SRA. ROBERTA FRAGOSO KAUFMANN: A maioria dos pobres é negra.

SR. AUGUSTO WERNECK: A maioria dos pobres é negra.

Eu tenho mais uma questão a fazer, sabia? E tenho uma crítica que eu tenho que fazer, para ser honesto, aqui, com as questões do estatuto.

Está escrito aqui, num lugar, que é bem na definição, eu acho, aliás, que ele define muito, "raça, cor, decência ou origem", não é descendência, é ascendência, *data venia*. É ascendência.

Meu descendente não vai ser discriminado, eu não vou ser discriminado por causa do meu decente, eu vou ser discriminado por causa do meu ascendente. Mas essa é repetida em vários pontos do estatuto, e isso pode até gerar... E alguém fazer uma blague(F) com isso, alguma coisa assim, desagradável.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Agora, nós temos que correr para o Plenário, para poder pegar vaga...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria agradecer, concluir a reunião.

Foi rica em detalhes, importante na discussão. E acho que só tenho que agradecer a presença dos senhores, o comparecimento, a sinceridade com que cada um conseguiu expor seu ponto de vista, e os dois senadores que colaboraram, apesar da dificuldade de permanecerem por inteiro nesta reunião. E agradeço. E dou por encerrada a presente sessão, agradecendo a presença de todos.

Sessão encerrada às 13h54.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia dois de dezembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Demóstenes Torres, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, João Pedro, Pedro Simon, Gilvam Borges, Francisco Dornelles, Valter Pereira, Wellington Salgado de Oliveira, Osvaldo Sobrinho, Marco Maciel, Antonio Carlos Júnior, Alvaro Dias, Jarbas Vasconcellos, Tasso Jereissati, Romeu Tuma, Osmar Dias, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Inácio Arruda, César Borges, Romero Jucá, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Efraim Morais, Adelmir Santana, José Agripino, Eduardo Azeredo, Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Kátia Abreu, Lúcia Vânia e Marina Silva reúne-se a presente Comissão. Deixa de comparecer o Senhor Senador Almeida Lima. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência registra a presença da Ministra Nilcéa Freire, Secretaria Especial para Políticas para Mulheres, e sua comitiva que apresenta sugestão ao Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2009, que "Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para aumentar o valor da penalidade administrativa aplicável ao empregador que viole a obrigação de igualdade salarial entre mulheres e homens", de autoria da Senadora Serys Slhessarenko. E registra a presença da Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Passa-se à apreciação da Reunião: **ITEM 1)** – Terminativo na CAS– **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, DE 2008** Altera a Lei 9.294 de 15 de julho de 1996, para proibir o uso de produtos de tabaco em ambientes fechados. **Autoria**: Senador Tião Viana TRAMITA EM CONJUNTO COM **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 420, DE 2005** Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para proibir o uso de produtos de tabaco nos bares, restaurantes, e demais estabelecimentos assemelhados, localizados em todo o território nacional. **Autoria**: Senador Magno Malta TRAMITA EM CONJUNTO COM **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, DE 2008** Altera o art. 2º da Lei nº 9.294/96, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas. **Autoria**: Senador Romero Jucá **Relatoria**: Senadora Marina Silva **Relatório**: Favorável ao PLS nº 315, de 2008, com uma Emenda que apresenta e pela rejeição dos PLS´s nºs 420, de 2005 e 316, de 2008. **Observações**: – Em 02/12/2009, foi recebido o Relatório reformulado pela Senadora Marina Silva. – As matérias serão apreciadas pela Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa. **Resultado**: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 2)** – Não Terminativo – **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, DE 2009** Acrescenta o art. 220-A à Constituição Federal, para dispor sobre a exigência do diploma de curso superior de comunicação social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista. **Autoria**: Senador Antonio Carlos Valadares e outros **Relatoria**: Senador Inácio Arruda **Relatório**: Favorável à matéria nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Observações**: – Em 01/10/2009, foi realizada Audiência Pública para instrução da matéria; – Em 11/11/2009, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. – Durante a discussão, o Relator reformula a Emenda Substitutiva apresentada como conclusão do Relatório. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável à Proposta, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). **ITEM 3)** – Não Terminativo – **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2003** Dá nova redação aos artigos 93 e 95 da Constituição Federal, para impedir a utilização da aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar e permitir a perda de cargo, nos casos que estabelece. **Autoria**: Senadora Ideli Salvatti e outros **Relatoria**: Senador Demóstenes Torres **Relatório**: Favorável à matéria nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável à matéria, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). **ITEM 5)** – Terminativo na Comissão – **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 294, DE 2009** Cria cargos em comissão do Grupo-

Direção e Assessoramento Superiores – DAS destinados ao Gabinete de Segurança Institucional e ao Ministério da Justiça. **Autoria**: Presidente da República **Relatoria**: Senador Demóstenes Torres **Relatório**: Pela aprovação da matéria. **Observações**: Votação nominal. **Resultado**: Aprovado o Projeto. **ITEM 6)** – Terminativo na Comissão – **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2009** Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, (Competência da Defensoria Pública de garantir o acesso à justiça, no âmbito da execução da pena e prestação de assistência judiciária integral e gratuita). **Autoria**: Deputado EDMILSON VALENTIM **Relatoria**: Senador Osmar Dias **Relatoria ad hoc**: Senador Inácio Arruda **Relatório**: Favorável à matéria com quatro Emendas que apresenta. **Observações**: – Em 19/08/2009 foi concedida vista ao Senador Tasso Jereissati, nos termos regimentais; – Em 25/08/2009 foi recebido o Voto em Separado de autoria do Senador Inácio Arruda, que conclui pela aprovação da matéria, com uma Emenda que apresenta; – Em 15/10/2009, foi realizada Audiência Pública para instrução da matéria. – Em 02/12/2009, o Senador Inácio Arruda retira seu voto em separado. **Resultado**: Aprovado o Projeto com as Emendas nº 1-CCJ a 4-CCJ. **ITEM 7)** – Terminativo na Comissão – **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 279, DE 2009** Cria cargos efetivos, cargos comissionados e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação. **Autoria**: Presidente da República **Relatoria**: Senador Flexa Ribeiro **Relatoria ad hoc**: Senador Romero Jucá **Relatório**: Pela constitucionalidade e juridicidade da matéria e sua aprovação. **Observações**: Votação Nominal. **Resultado**: Aprovado o Projeto. **ITEM 8)** – Terminativo na Comissão – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 116, DE 2000** Exclui de ilicitude a ortotanásia. (Altera o Código Penal). **Autoria**: Senador Gerson Camata **Relatoria**: Senador Augusto Botelho **Relatório**: Pela aprovação da matéria, com duas Emendas que apresenta. **Observações**: – Em 17/09/2009, foi realizada Audiência Pública para instrução da matéria. – em 25/11/2009 foi concedida vista aos Senadores Marco Maciel e Antonio Carlos Júnior, nos termos regimentais. **Resultado**: Aprovado o Projeto, com as Emendas nº 1-CCJ e 2-CCJ. **ITEM 13)** – Terminativo na Comissão – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 551, DE 2007** Regulamenta o inciso II do art. 98 da Constituição Federal, que dispõe sobre a Justiça de Paz. **Autoria**: Senador Leomar Quintanilha **Relatoria**: Senador Pedro Simon **Relatório**: Pela aprovação da matéria nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Observações**: – Votação nominal; – Em 25/11/2009 foi concedida vista aos Senadores Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Júnior e Valter Pereira, nos termos regimentais. **Resultado**: Aprovado o Substitutivo em turno único (Emenda n° 1-CCJ). Fica prejudicado o PLS nº 551, de 2007. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do RISF. **ITEM 14)** – Terminativo na Comissão – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 664, DE 2007** Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, Código Brasileiro de Aeronáutica, para explicitar a obrigatoriedade do uso e da manutenção de sinalizadores ou balizadores aéreos de obstáculos existentes nas zonas de proteção dos aeródromos. **Autoria**: Senador Arthur Virgílio **Relatoria**: Senador Romero Jucá **Relatoria ad hoc**: Senador Francisco Dornelles **Relatório**: Pela aprovação da matéria com uma Emenda que apresenta. **Observações**: A matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. **Resultado**: Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 15)** – Terminativo na Comissão – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, DE 2008** Altera o art. 29 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para dispor sobre a destinação de veículos objeto de pena de perdimento. **Autoria**: Senador Expedito Júnior **Relatoria**: Senador Antonio Carlos Júnior **Relatório**: Pela aprovação da matéria e da Emenda nº 1-CE. **Observações**: – A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte; – Em 25/11/2009 foi concedida vista aos Senadores Eduardo Suplicy e Valter Pereira, nos termos regimentais. **Resultado**: Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CE-CCJ. **ITEM 16)** – Terminativo na Comissão – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 199, DE 2008** Acrescenta art. 1.589-A à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para outorgar direito real de habitação ao cônjuge detentor da guarda de filhos comuns. **Autoria**: Senadora Kátia Abreu **Relatoria**: Senador Marco Maciel **Relatório**: Pela rejeição da matéria. **Observações**: – Votação Nominal; – Em 25/11/2009 foi concedida vista ao Senador Antonio Carlos Júnior, nos termos regimentais. **Resultado**: Rejeitado o Projeto. **ITEM 17)** – Terminativo na Comissão – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2009** Altera o Código Penal, para tipificar o esbulho possessório praticado em área de reserva legal, unidade de conservação e área de preservação permanente. **Autoria**: Senador Gilberto Goellner **Relatoria**: Senador Renato Casagrande **Relatório**: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta. **Resultado**: Concedida vista ao Senador Valdir Raupp e Augusto Botelho, nos termos regimentais. **ITEM 18)** – Terminativo na Comissão – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 223, DE 2009** Altera a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, para proibir a contratação de empresas prestadoras de serviços para atividades inseridas entre as funções de cargos da estrutura per-

manente ou que representem necessidade finalística, essencial ou permanente dos órgãos da administração pública. **Autoria**: Senador Marcelo Crivella **Relatoria**: Senador Osmar Dias **Relatoria ad hoc**: Senador Francisco Dornelles **Relatório**: Pela aprovação da matéria, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 01. **Observações**: – Em 11/11/2009, foi apresentada a Emenda nº 01, de autoria do Senador Marconi Perillo, que recebeu Parecer contrário; **Resultado**: Aprovado o Substitutivo em turno único (Emenda n° 1-CCJ) e rejeitada a Emenda de autoria do Senador Marconi Perillo. Fica prejudicado o PLS nº 223, de 2009. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do RISF. **ITEM 25)** – Não Terminativo – **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 34, DE 2009** Altera o § 9º do art. 144 da Constituição Federal, e dá outras providências. **Autoria**: Senador Romeu Tuma e outros **Relatoria**: Senador Antonio Carlos Valadares **Relatório**: Favorável à matéria com duas Emendas que apresenta. **Resultado**: Retirado de Pauta. **ITEM 26)** – Não Terminativo – **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, DE 2009** Dá nova redação ao inciso IV do art 37 da Constituição, para determinar o direito à posse no cargo público da pessoa aprovada em concurso publico dentro do número de vagas determinado pelo edital. **Autoria**: Senadora Rosalba Ciarlini e outros **Relatoria**: Senador Pedro Simon **Relatório**: Favorável à matéria. **Observações**: Em 25/11/2009 foi concedida vista aos Senadores Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Júnior e Valter Pereira, nos termos regimentais. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável à matéria. **ITEM 28)** – Não Terminativo – **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2007** Altera a redação do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. (Dispõe sobre o direito de agente público portar arma de fogo). **Autoria**: Deputado Nelson Pellegrino **Relatoria**: Senador Tasso Jereissati **Relatório**: Favorável à matéria. **Observações**: A matéria será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. **Resultado**: Concedida vista ao Senador Valdir Raupp, nos termos regimentais. **ITEM 29)** – Terminativo na CI– **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 162, DE 2009** Altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis, de que trata a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, estabelece sanções administrativas e dá outras providências (cassa registro de estabelecimentos que comercializem combustíveis adulterados). **Autoria**: Deputado Celso Russomanno **Relatoria**: Senador Raimundo Colombo **Relatório**: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria, com a Emenda que apresenta. **Observações**: – Em 25/11/2009 foi concedida vista aos Senadores Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Júnior e Valter Pereira, nos termos regimentais; – A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e, posteriormente, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em decisão terminativa. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 32)** – Não Terminativo – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 250, DE 2005 – Complementar** Estabelece requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos portadores de deficiência. **Autoria**: Senador Paulo Paim **Relatoria**: Senador Valdir Raupp **Relatório**: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1. **Observações**: – Em 05/08/2008, foi apresentada a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Pedro Simon, que recebeu Parecer favorável; – Em 25/11/2009 foi concedida vista coletiva aos Senadores Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Júnior e Valter Pereira, nos termos regimentais; – A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado**: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 34)**

– Terminativo na CMA – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 342, DE 2008** Dispõe sobre a moratória para fazer cessar o desmatamento na Amazônia Legal, institui o conceito de ativo econômico, e prevê a concessão de incentivos na gestão sustentável das florestas existentes naquela região. **Autoria**: Senador Valdir Raupp **Relatoria ad hoc**: Senadora Kátia Abreu **Relatório**: Favorável à matéria, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Observações**: – Em 18/11/2009, foi concedida vista ao Senador Valter Pereira, nos termos regimentais; – A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e, posteriormente, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. **Resultado**: Retirado de Pauta para atender Requerimento de Audiência Pública. **ITEM 37)** – Terminativo na CDH – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 338, DE 2009** Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever o direito de acesso público a informações sobre condenados por crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente, e dá outras providências. **Autoria**: Senadora Marisa Serrano **Relatoria**: Senador Alvaro Dias **Relatório**: Favorável à matéria, com uma Emenda que apresenta. **Observações**: – Em 25/11/2009 foi concedida vista aos Senadores Eduardo Suplicy e Antonio Carlos Júnior, nos termos regimentais. – A matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa. **Resultado**: Aprovado o

Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ. **EXTRAPAUTA: ITEM 1)** – Não Terminativo – **EMENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, DE 2004** "Acrescenta § 6º ao art. 43 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a formação do cadastro positivo nos Sistemas de Proteção ao Crédito." **Autoria do Projeto**: Senador Rodolpho Tourinho **Autoria da Emenda**: Câmara dos Deputados **Relatoria**: Senador Marco Maciel. **Relatório**: Favorável à matéria. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável à Emenda da Câmara dos Deputados. **ITEM 2)** – Não Terminativo – **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12A, DE 2006** "Altera o art. 100 da Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios." **Autoria**: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Kátia Abreu. **Relatório**: Favorável à matéria. **Resultado**: Aprovado o Parecer favorável à Proposta. **ITEM 3)** – Não Terminativo – **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 221, DE 2009** "Institui o Programa de Cultura do Trabalhador; cria o vale-cultura; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências." **Autoria**: Presidente da República **Relatoria**: Senador Flexa Ribeiro. **Relatório**: Favorável à matéria, com a Emenda nº 04 e com a Subemenda que apresenta à Emenda nº 01, e pela prejudicialidade das Emendas nº 02, 03, 05 e 06. **Observações**: – Foram apresentadas as Emendas nºs 01 e 04, de autoria do Senador Augusto Botelho, nºs 02 e 05, de autoria do Senador Álvaro Dias, e nºs 03 e 06, de autoria do Senador Cícero Lucena; – A Matéria está sendo apreciada simultaneamente, de acordo com o art. 375, inciso II, do Regimento Interno, pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Sociais, de Assuntos Econômicos e de Educação, Cultura e Esporte; **Resultado**: Aprovado o Parecer com a Emenda nº 04 e com a Subemenda do Relator à Emenda nº 01, que são renumeradas como Emendas nº 1-CCJ e 2-CCJ. **ITEM 4)** – Não Terminativo – **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 931, DE 2009** "Dispõe sobre a realização de referendo para decidir sobre a alteração da hora nos Estados do Pará e do Amazonas." **Autoria**: Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria**: Senador Eduardo Azeredo. **Relatório**: Favorável à matéria, com uma Emenda que apresenta. **Resultado**: Aprovado o Parecer com a Emenda nº 1-CCJ. A Comissão aprova Requerimento nº 137, de 2009-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria. **REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO N° 133, DE 2009-CCJ** "Requeiro, nos termos do art. 90, II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2008, que 'Dispõe sobre a moratória para fazer cessar o desmatamento na Amazônia Legal, institui o conceito de ativo econômico, e prevê a concessão de incentivos na gestão sustentável das florestas existentes naquela região', com os seguintes convidados: 1. Ministro do Superior Tribunal de Justiça, ANTÔNIO HERMAN BENJAMIM; 2. Ministro de Estado do Meio Ambiente, CARLOS MINC; 3. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, REINHOLD STEPHANES; 4. Presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), ROBERTO MESSIAS FRANCO; 5. Representante da Confederação Nacional da Agricultura (CNA); 6. Representante do Instituto Socioambiental (ISA)." **Autoria**: Senador Aloizio Mercadante. **Resultado**: Aprovado. **2) REQUERIMENTO N° 134, DE 2009-CCJ** "Requeremos, nos termos Regimentais, seja manifestado VOTO DE APOIO dirigido ao Secretário-Geral das Organizações das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-Moon, à indicação do Dr. Pedro V. Abramovay feita pelo Ministério da Justiça do Brasil à função de Diretor-Executivo do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)." **Autoria**: Senadores Aloizio Mercadante e Demóstenes Torres. **Resultado**: Aprovado. **3) REQUERIMENTO N° 135, DE 2009-CCJ** "Requeiro, nos termos do artigo 93, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, a dispensa da audiência pública aprovada por esta Comissão, em 24 de novembro de 2009, conforme Requerimento nº 129, de 2009-CCJ, referente ao PLC nº 221, de 2009, que 'Institui o Programa da Cultura do Trabalhador; cria o vale-cultura; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências." **Autoria**: Senador Flexa Ribeiro. **Resultado**: Aprovado. **4) REQUERIMENTO N° 136, DE 2009-CCJ** "Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do inciso I do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 133 de 2009-CCJ, o convite, para a Audiência Pública em questão, do Professor Evaristo Miranda (Embrapa Satélite) e do Professor Gustavo Cursio (Embrapa Floresta)." **Autoria**: Senadora Kátia Abreu. **Resultado**: Aprovado. **5) REQUERIMENTO N° 137, DE 2009-CCJ** "Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 931, de 2009." **Autoria**: Senador Flexa

Ribeiro. **Resultado**: Aprovado. A Presidência declara encerrada a Reunião às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos do dia dois de dezembro de dois mil e nove, ficando adiados os demais itens, a saber: 4) PLS Nº 102, DE 2007-COMPLEMENTAR, tramita em conjunto com PLS Nº 72, DE 2007-COMPLEMENTAR, tramita em conjunto com PLS Nº 497, DE 2007-COMPLEMENTAR, tramita em conjunto com PLS 595, DE 2007-COMPLEMENTAR, tramita em conjunto com PLS Nº 678, DE 2007-COMPLEMENTAR, tramita em conjunto com PLS Nº 19, DE 2009-COMPLEMENTAR; 9) PLS Nº 148, DE 2004; 10) PLS Nº 40, DE 2006; 11) PLS Nº 48, DE 2007; 12) PLS Nº 288, DE 2007; 19) PEC Nº 13, DE 2003; 20) PEC Nº 3, DE 2004; 21) PEC Nº 74, DE 2005; 22) PEC Nº 24, DE 2007; 23) PEC Nº 41, DE 2007; 24) PEC Nº 27, DE 2008; 27) PEC Nº 48, DE 2009; 30) PLS Nº 153, DE 2002; 31) PLS Nº 171, DE 2004; 33) PLS Nº 328, DE 2005, tramita em conjunto com PLS Nº 344, DE 2007; 35) PLS Nº 98, DE 2009; 36) PLS Nº 323, DE 2009; e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **DEMÓSTENES TORRES,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 55ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE DEZEMBRO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e trinta minutos do dia nove de dezembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Demóstenes Torres, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, João Pedro, Pedro Simon, Gilvam Borges, Francisco Dornelles, Valter Pereira, Wellington Salgado de Oliveira, Osvaldo Sobrinho, Marco Maciel, Antonio Carlos Júnior, Alvaro Dias, Jarbas Vasconcellos, Romeu Tuma, Osmar Dias, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Romero Jucá, Renan Calheiros, Geraldo Mesquita Júnior, Lobão Filho, Valdir Raupp, Efraim Morais, Raimundo Colombo, José Agripino, Eduardo Azeredo, Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro, Gim Argello, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti e Lúcia Vânia reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Almeida Lima e Tasso Jereissati e a Senadora Kátia Abreu. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. **ITEM 1)** Não Terminativo – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 102, DE 2007 – Complementar.** Dispõe sobre o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências. **Autoria:** Senador Arthur Virgílio. TRAMITA EM CONJUNTO COM **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72 DE 2007 – Complementar**. Dispõe sobre a nomeação e demissão do Presidente e diretores do Banco Central do Brasil e sobre a organização de seu quadro funcional. **Autoria:** Senador Arthur Virgílio. TRAMITA EM CONJUNTO COM **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 497, DE 2007 – Complementar**. Regulamenta o art. 192 da Constituição Federal, vedando a cobrança de tarifas sobre a emissão, a compensação e o pagamento de cheques emitidos por correntistas de instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Autoria:** Senador Valdir Raupp TRAMITA EM CONJUNTO COM **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 595, DE 2007 – Complementar.** Regulamenta a cobrança de tarifas por parte das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Ideli Salvatti. TRAMITA EM CONJUNTO COM **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 678, 2007 – Complementar.** Altera a Lei no 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para incluir entre as instituições financeiras as empresas participantes da indústria de cartões de crédito e débito. **Autoria:** Senador Adelmir Santana TRAMITA EM CONJUNTO COM **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 19, DE 2009 – Complementar**. Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, estabelecendo a autonomia operacional do Banco Central do Brasil. **Autoria:** Senador Raimundo Colombo. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Júnior. **Relatório:** Favorável ao PLS nº 102, de 2007, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta, e pelo arquivamento dos PLS's nºs 72, 497, 595, 678, de 2007 e nº 19, de 2009, cujas sugestões são incorporadas ao Substitutivo. **Observações:** Em 09/12/2008 e 16/12/2008 foram realizadas Audiências Públicas para instrução das matérias; As matérias serão apreciadas pela Comissão de Assuntos Econômicos. Durante a discussão, o Senador Antonio Carlos Júnior reformula o Relatório. **Resultado:** Aprovado o Relatório favorável ao PLS nº 102, de 2007, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), e pelo arquivamento dos PLS's nºs 72, 497, 595, 678, de 2007 e nº 19, de 2009, cujas sugestões são incorporadas ao Substitutivo.

ITEM 2) Terminativo na Comissão – **TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 551, DE 2007**. Regulamenta o inciso II do art. 98 da Constituição Federal, que dispõe sobre a Justiça de Paz. **Autoria:** Senador Leomar Quintanilha. **Relatoria:** Senador Pedro Simon. **Observações:** Em 02/12/2009, foi aprovado o Substitutivo ao PLS nº 551, de 2007, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado:** O Substitutivo oferecido ao PLS nº 551, de 2007, é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF. **ITEM 3)** Terminativo na Comissão – **TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 223, DE 2009.** Altera a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, para proibir a contratação de empresas prestadoras de serviços para atividades inseridas entre as funções de cargos da estrutura permanente ou que representem necessidade finalística, essencial ou permanente dos órgãos da administração pública. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria Ad hoc:** Senador Francisco Dornelles. **Observações:** Em 02/12/2009, foi aprovado o Substitutivo ao PLS nº 223, de 2009, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado:** O Substitutivo oferecido ao PLS nº 223, de 2009, é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF. **ITEM 5)** Terminativo na Comissão – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 128, DE 2004.** Acrescenta parágrafo ao artigo 74 da Lei 8069, 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para estabelecer em 16 anos a idade máxima para a não recomendação de espetáculos e diversões. **Autoria:** Senador Aloizio Mercadante. **Relatoria:** Senadora Patrícia Saboya. **Relatoria ad hoc:** Senador Gim Argello. **Relatório:** Pela aprovação da matéria nos termos da Emenda Substitutiva, de autoria dos Senadores Aloizio Mercadante e Tião Viana. **Observações:** Votação nominal; Em 06/12/2006, foi apresentada a Emenda Substitutiva nº 1, de autoria dos Senadores Aloizio Mercadante e Tião Viana, que recebeu Parecer favorável; A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Resultado: Aprovado o Substitutivo em turno único (Emenda n° 1-CCJ). Fica prejudicado o PLS nº 128, de 2004. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do RISF. **ITEM 8)** Terminativo na Comissão – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, DE 2005.** Dispõe sobre a destinação dos valores havidos ilicitamente pelos agentes públicos e recuperados pelas pessoas jurídicas de direito público ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente. **Autoria:** Senadora Patrícia Saboya. **Relatoria:** Senadora Serys Slhessarenko. Relatório: Pela aprovação da matéria. **Observações:** A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 11)** Terminativo na Comissão – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 2006**. Acrescenta parágrafo único ao art. 17 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para instituir medidas assecuratórias da integridade da criança e do adolescente. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação da matéria, com uma Emenda que apresenta. **Observações:** Serão feitas duas votações nominais a primeira para o Projeto e a segunda para a Emenda. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 12)** Terminativo na Comissão – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2006.** Altera o art. 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senadora Patrícia Saboya. **Relatoria ad hoc:** Senador Gim Argello. **Relatório:** Pela declaração de prejudicialidade da matéria. **Observações:** Votação nominal; A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Resultado:** Aprovada a declaração de prejudicialidade do Projeto. **ITEM 14)** Terminativo na Comissão – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, DE 2007.** Estabelece normas para o provimento de cargos e empregos de agentes comunitários de saúde a que se refere o art. 9º da Lei nº 11.350, de 05 de outubro de 2006. **Autoria:** Senador Leomar Quintanilha. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Pela aprovação da matéria. **Observações:** Votação nominal; Em 25/11/2009 foi concedida vista aos Senadores Eduardo Suplicy e Antonio Carlos Júnior, nos termos regimentais. **Resultado:** Retirado de Pauta para atender a Requerimento de tramitação conjunta. **ITEM 15)** Terminativo na Comissão – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, DE 2007.** Acrescenta parágrafo único ao art. 121, altera o art. 126 e acrescenta parágrafo único ao art. 127 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para permitir a participação em assembléia-geral por meio de assinatura eletrônica e certificação digital, e para instituir o requisito de depósito prévio do instrumento de mandato para a representação do acionista em assembléia-geral. **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Senador Eduardo Azeredo. **Relatório:** Pela aprovação da matéria com três Emendas que apresenta. **Observações:** Em 23/09/2009, foi concedida vista ao Senador Francisco Dornelles, nos termos regimentais; Em 14/10/2009 foi recebida a Emenda nº 1 (Substitutivo), de iniciativa do

Senador Francisco Dornelles, decorrente do pedido de vista (Dependendo de Parecer); Serão feitas duas votações nominais, sendo a primeira para o Projeto e a segunda para as Emendas. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 18)** Terminativo na Comissão – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2009**. Altera o Código Penal, para tipificar o esbulho possessório praticado em área de reserva legal, unidade de conservação e área de preservação permanente. **Autoria:** Senador Gilberto Goellner. **Relatoria:** Senador Renato Casagrande. **Relatório:** Pela aprovação da matéria com uma Emenda que apresenta. **Observações:** Em 02/12/2009 foi concedida vista ao Senador Valdir Raupp e Augusto Botelho, nos termos regimentais; Serão feitas duas votações nominais, sendo a primeira para o Projeto e a segunda para a Emenda. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 19)** Terminativo na Comissão – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 148, DE 2009.** Altera o art. 244-A do Estatuto da Criança e do Adolescente, para aumentar a pena do crime de exploração sexual de crianças ou adolescentes, nas hipóteses que especifica. **Autoria:** Senadora Marisa Serrano. **Relatoria:** Senador Osvaldo Sobrinho. **Relatoria ad hoc:** Senador Aloizio Mercadante. **Relatório:** Pela prejudicialidade da matéria. **Observações:** Votação nominal. Durante a discussão, o Senador Aloizio Mercadante, Relator ad hoc, reformula o Relatório, concluindo pela declaração de prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** Aprovada a declaração de prejudicialidade do Projeto. **ITEM 20)** Terminativo na Comissão – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 330, DE 2009**. Dispõe sobre a doação de bens apreendidos pelos órgãos públicos federais aos Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Pela aprovação da matéria. **Observações:** Votação nominal; A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 27)** Não Terminativo – **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2009.** Altera os arts. 93 e 128, para prever o direito a férias anuais, individuais e coletivas, dos magistrados e membros do Ministério Público. **Autoria:** Senador Valter Pereira e outros. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Favorável à Proposta, com duas Emendas que apresenta. **Observações:** Em 09/12/2009, foi recebido relatório reformulado pelo Senador Antonio Carlos Valadares. **Resultado:** Concedida vista aos Senadores Aloizio Mercadante e Wellington Salgado de Oliveira, nos termos regimentais. Retirado de Pauta para atender requerimento de audiência pública para instrução da matéria. **ITEM 30)** Não Terminativo – **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2006**. Acrescenta o art. 258-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (Disciplina a destinação dos recursos arrecadados com a aplicação de multas por infrações administrativas e prevê a substituição da pena de multa por prestação de serviços à comunidade). **Autoria:** Deputada Laura Carneiro. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia **Relatório:** Contrário à matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário ao Projeto. **ITEM 32)** Não Terminativo – **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77, DE 2007.** Acresce o inciso VI ao art. 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. (Obriga hospitais e demais estabelecimentos de atenção à gestante a armazenar e conservar amostras de material genético do recém-nascido que possibilita a identificação ou a confirmação da maternidade pela análise do DNA). **Autoria:** Deputada Sandra Rosado. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Pela inconstitucionalidade da matéria e no mérito pela sua rejeição. **Observações:** A matéria será apreciada pela Comissão de Diretos Humanos e Legislação Participativa. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 33)** Não Terminativo – **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 136, DE 2009**. Cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e dispõe sobre o seu pessoal; inclui a Câmara de Recursos da Previdência Complementar na estrutura básica do Ministério da Previdência Social; altera disposições referentes a auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil; altera as Leis nºs 11.457, de 16 de março de 2007, e 10.683, de 28 de maio de 2003; e dá outras providências**. Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Relatório:** Favorável à matéria. **Observações:** A matéria foi apreciada pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais. Em 09/12/2009, é aprovado Requerimento de Urgência de autoria do Senador Romero Jucá. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 37)** Terminativo na CDH– **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 428, DE 2003**. Dá nova redação aos artigos 91, 92, 97 e 101 da Lei nº 8069 (Estatuto da Criança e do Adolescente), de 13 de Julho de 1990. **Autoria:** Senador Gerson Camata. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Observações:** A matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 40)** Terminativo na CDH – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154, DE 2008.** Acrescenta pará-

grafo ao art. 239 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agravar a pena de notários e oficiais de registro que pratiquem ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro. **Autoria:** Senadora Serys Slhessarenko. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria Ad hoc:** Senador Lobão Filho. **Relatório:** Favorável à matéria. **Observações:** Em 23/09/2009, foi concedida vista ao Senador Eduardo Suplicy, nos termos regimentais. A matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 43)** Terminativo na CAS – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, DE 2009**. Altera os arts. 8º e 9º, e revoga o art. 10 e o parágrafo único do art. 11, todos da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para modificar o regime jurídico aplicável aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate às endemias, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Gilvam Borges. **Relatoria:** Senador Augusto Botelho. **Relatório:** Favorável à matéria. **Observações:** Em 25/11/2009 foi concedida vista coletiva aos Senadores Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Júnior e Valter Pereira, nos termos regimentais; A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. **Resultado:** Retirado de Pauta para atender a Requerimento de tramitação conjunta. **ITEM 44)** Terminativo na CDH – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 478, DE 2009**. Altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para implementar uma política centralizada e integrada de informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos. **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatoria:** Senador Aloizio Mercadante. **Relatório:** Favorável ao Projeto com três Emendas que apresenta. **Observações:** A matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ. **ITEM 45)** Não Terminativo – **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 41, DE 2008.** Susta a aplicação do disposto no parágrafo único do art. 19 e do disposto no parágrafo único do art. 24 da Portaria nº 1.220, de 11 de julho de 2007, do Ministério da Justiça, que regulamenta as disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), da Lei nº 10.359, de 27 de dezembro de 2001, e do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, relativas ao processo de classificação indicativa de obras audiovisuais destinadas à televisão e congêneres. **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria ad hoc:** Senador Antonio Carlos Júnior. **Relatório:** Contrário à matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário ao Projeto. **EXTRAPAUTA: ITEM 1)** Terminativo na Comissão **– PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 281, DE 2009.** Dispõe sobre a concessão de Bônus Especial de Desempenho Institucional – BESP/DNIT aos servidores do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT; altera as Leis nºs 11.171, de 2 de setembro de 2005, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, e 11.507, de 20 de julho de 2007; e dá outras providências. (Trata sobre a concessão de Bônus Especial de Desempenho Institucional BESP/DNIT e critérios de promoção na Carreira do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT; da reabertura de prazo para opção pela Carreira do Seguro Social; do Adicional por Plantão Hospitalar – APH, estendendo-o a hospitais vinculados ao Ministério da Saúde; e do Auxílio de Avaliação Educacional -AAE. Concessão, financiada pelo FNDE, de bolsas a alunos e professores vinculados a projetos de programas voltados à população indígena, quilombola e do campo, bolsas nas instituições federais de educação, para alunos em condições de vulnerabilidade social e econômica.) **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador César Borges. **Relatório:** Pela aprovação da matéria e da Emenda nº 1-CE (de redação). **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CE-CCJ (de redação). **ITEM 2)** Não Terminativo – **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 306, DE 2009.** Cria cargos de Analista, Inspetor e Agente Executivo no quadro de pessoal da Comissão de Valores Mobiliários. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Francisco Dornelles. **Relatório:** Favorável à matéria. **Observação:** Em 09/12/2009, é aprovado Requerimento de urgência de autoria do Senador Francisco Dornelles. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 3)** Não Terminativo – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 389, DE 2008.** Altera as Leis Complementares nºs 7, de 7 de setembro de 1970 (que institui o Programa de Integração Social, e dá outras providências) e 8, de 3 de dezembro de 1970 (que institui o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, e dá outras providências), para permitir o saque, por portadores de diabetes melito, dos saldos das contas dos respectivos programas; a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (que dispõe sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e dá outras providências), para permitir a movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) do trabalhador acometido de diabetes melito; a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (que dispõe sobre os Planos de Benefícios

da Previdência Social e dá outras providências), para incluir o diabetes melito entre as doenças que dão direito a inexigibilidade de prazos de carência para a concessão do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez; e a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994 (que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual), para estender esse benefício aos portadores de diabetes melito. **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Favorável à matéria. **Observação:** A matéria será apreciada pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 4)** Terminativo na CE – **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 186, DE 2009.** Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA e dá outras providências. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senadora Ideli Salvatti. **Relatório:** Favorável à matéria. **Observação:** A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 5)** Não Terminativo – **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2009.** Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Carlos Eduardo Cadoca. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Relatório:** Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 20-CCT/CI/CAE/CMA; nºs 22 a 28-CCT/CI/CAE/CMA; nº 21-CCT/CI/CAE, nos termos da Subemenda nº 1-CMA; nºs 30 e 31-CI/CAE/CMA, nº 32-CMA e contrário à Emenda nº 29-CI/CAE. **Observação:** Em 09/12/2009, é aprovado Requerimento de Urgência de autoria do Senador Romero Jucá. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 20-CCT/CI/CAE/CMA/CCJ; nºs 22 a 28-CCT/CI/CAE/CMA/CCJ; nº 21-CCT/CI/CAE/CCJ, nos termos da Subemenda nº 1-CMA/CCJ; nºs 30 e 31-CI/CAE/CMA/CCJ, nº 32-CMA/CCJ e contrário à Emenda nº 29-CI/CAE. **REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO N° 138, DE 2009-CCJ.** "Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 306, de 2009." **Autoria:** Senador Francisco Dornelles. **Resultado:** Aprovado. **2) REQUERIMENTO N° 139, DE 2009-CCJ.** "Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2009." **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Resultado:** Aprovado. **3) REQUERIMENTO N° 140, DE 2009-CCJ.** "Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2009." **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Resultado:** Aprovado. **4) REQUERIMENTO N° 141, DE 2009-CCJ.** "Requeiro, nos termos dos arts. 261, § 1º, e 263, parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, a juntada, no processado do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2002, que dispõe sobre o exercício da Medicina, das informações e documentos em anexo, colhidos na condição de Relatora do Projeto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal." **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Resultado:** Aprovado. **5) REQUERIMENTO N° 142, DE 2009-CCJ.** Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir a PEC 48, de 2009, que trata do direito a férias coletivas e individuais dos magistrados. Outrossim, indico como debatedores, as seguintes autoridades: Presidente do Supremo Tribunal Federal; Representante do Conselho Nacional de Justiça; Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; Procurador Geral da República. **Autoria:** Senador Aloizio Mercadante. **Resultado:** Aprovado. A Presidência declara encerrada a Reunião às treze horas e vinte e nove minutos do dia nove de dezembro de dois mil e nove, ficando adiados os demais itens, a saber: **ITEM 4)** PLS Nº 315, DE 2008, tramita em conjunto com o PLS Nº 420, DE 2005, tramita em conjunto com o PLS Nº 316, DE 2008; **ITEM 6)** PLS Nº 148, DE 2004; **ITEM 7)** PLS Nº 285, DE 2005; **ITEM 9)** PLS Nº 401, DE 2005; **ITEM 10)** PLS Nº 40, DE 2006, tramita em conjunto com o PLS Nº 9, de 2004, tramita em conjunto com o PLS Nº 38 de 2004, tramita em conjunto com o PLS Nº 61, de 2004, tramita em conjunto com o PLS Nº 253, de 2006, tramita em conjunto com o PLS Nº 45, de 2007, tramita em conjunto com o PLS Nº 112, de 2007, tramita em conjunto com o PLS Nº 223, de 2007, tramita em conjunto com o PLS Nº 739, de 2007; **ITEM 13)** PLS Nº 19, DE 2007; **ITEM 16)** PLS Nº 537, DE 2007, tramita em conjunto com o PLS Nº 105, DE 2006, tramita em conjunto com o PLS Nº 689, DE 2007; **ITEM 17)** PLS Nº 68, DE 2009; **ITEM 21)** PEC Nº 13, DE 2003; **ITEM 22)** PEC Nº 3, DE 2004; **ITEM 23)** PEC Nº 74, DE 2005; **ITEM 24)** PEC Nº 24, DE 2007; **ITEM 25)** PEC Nº 41, DE 2007; **ITEM 26)** PEC Nº 27, DE 2008; **ITEM 28)** SCD Nº 213, DE 2003; **ITEM 29)** PLC Nº 43, DE

2005; **ITEM 31)** PLC Nº 30, DE 2007; **ITEM 34)** PLS Nº 328, DE 2005, tramita em conjunto com o PLS Nº 344, de 2007; **ITEM 35)** PLS Nº 153, DE 2002; **ITEM 36)** PLS Nº 43, DE 2003; **ITEM 38)** PLS Nº 171, DE 2004; **ITEM 39)** PLS Nº 700, DE 2007; **ITEM 41)** PLS Nº 160, DE 2008; **ITEM 42)** PLS Nº 98, DE 2009; e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **DEMÓSTENES TORRES,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

55ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 55ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens nº 1 ao 45. Eu peço à polícia do Senado para que deixe apenas a lotação, como nós já determinamos da outra vez. Para ficar em pé, só assessor e imprensa, os demais, por favor, se retirem, para não haver tumulto, durante a votação. Então, eu peço à polícia do Senado para manter a ordem na sessão. E cumprir a determinação que nós já estamos tendo, desde um mês atrás.

Item 1 da pauta, Projeto de Lei do Senado nº. 102/2007, complementar, não terminativo. "*Dispõe sobre o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*" Autoria: Senador Arthur Virgílio. Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº. 72/2007, complementar. "*Dispõe sobre a nomeação e demissão do presidente e diretores do Banco Central do Brasil e sobre a organização do seu quadro funcional.*" Autoria: Senador Arthur Virgílio. Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº. 497/2007, complementar. "*Regulamenta o art. 192 da Constituição Federal, vedando a cobrança de tarifa sobre a emissão, a compensação e o pagamento de cheques emitidos por correntistas de instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.*" Autoria: Senador Valdir Raupp. Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº. 595/2007, complementar. "*Regulamenta a cobrança de tarifas por parte das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e dá outras providências*." Autoria: Senadora Ideli Salvatti. Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº. 678/2007, complementar. "*Altera a Lei nº. 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para incluir, entre as instituições financeiras, as empresas participantes da indústria de cartões de crédito e débito.*" Autoria: Senador Adelmir Santana. Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº. 19/2009, complementar. "*Altera a Lei nº. 4.595, de 31 de dezembro de 1964, estabelecendo a autonomia operacional do Banco Central do Brasil*". Autoria: Senador Raimundo Colombo.

Relatoria: Senador Antonio Carlos Júnior. Relatório: favorável ao PLS nº. 102/2007, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. E pelo arquivamento dos PLS nº. 72.497, 595, 678/07, nº. 19/2009, cujas sugestões são incorporadas ao substitutivo.

Observações: em 09 de dezembro de 2008, 16 de dezembro de 2008, foram realizadas Audiências Públicas para instrução das matérias. Em 02 de dezembro de 2009, foi recebido relatório reformulado pelo Senador Antonio Carlos Júnior.

As matérias serão apreciadas pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Antonio Carlos Júnior, para proferir seu relatório.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Presidente, vou ficar em pé.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Fique aqui na mesa, fique em pé, fique à vontade, do jeito que V. Exa. entender melhor.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): "*Dos incisos I e II, do art. 102, do Regimento Interno do Senado, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos projetos, como também sobre o mérito.*

O PLS nº. 72/2007 e o PLS nº. 19/2009 objetivam uma formalização da autonomia do Banco Central, por meio da definição de mandatos fixos para sua diretoria e de restrições à sua demissão. O PLS nº. 497/2007 e o PLS nº. 595/2007 tratam de cobrança de tarifas por parte das instituições financeiras, sendo o segundo bem mais abrangente que o primeiro. O PLS 678/2007 parte de uma série de projetos do Senador Adelmir Santana, relativos à indústria de cartões de crédito e débito. Incluem essas empresas, entre as instituições

financeiras, e explicita a obrigatoriedade da fiscalização pelo Banco Central.

O PLS nº. 102, que é o centro do substitutivo, porque é o projeto mais importante, porque fala da regulamentação do sistema financeiro, ele substitui a Lei nº. 4.595, de 31 de dezembro de 64, que foi a lei que criou o Conselho Monetário, criou o Banco Central e foi, digamos, o marco inicial do sistema financeiro, ainda na gestão de Otávio Gouveia de Bulhões e de Roberto Campos, nos ministérios de Fazenda e Planejamento, respectivamente.

Ele é constituído de nove seções. A primeira seção é a substituição do Conselho Monetário Nacional pelo Conselho Financeiro Nacional. Isso se justifica, porque o Conselho Monetário dá uma ideia de restrição à política monetária, enquanto o Conselho Financeiro é mais abrangente, em relação ao sistema financeiro, incluindo políticas monetárias e cambiais.

A segundo seção trata das características e atribuições do Banco Central. A terceiras trata das instituições financeiras. A quarta, do sistema de garantias e depósitos e aplicações. A quinta trata do sigilo de dados. A sexta seção regulamenta os regimes especiais de intervenção, o regime de administração especial temporária e de liquidação judicial. A sétima seção discorre sobre as penalidades aplicáveis a substituições participantes do Sistema Financeiro Nacional. A oitava seção trata das disposições transitórias. E a nona seção abrange as disposições finais.

A análise vai estar, como eu disse, centralizada no PLS nº. 102/2007, que dispõe sobre o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências, por ele ser o mais abrangente de todos. Sempre que nos referimos ao projeto, estamos nos referindo ao PLS nº. 102/2007.

Dividimos a análise em 13 tópicos, numerados de 'a' a 'n'. Em cada um dos 13 tópicos, analisamos um tema relacionado aos PLS ou à regulamentação do Sistema Financeiro Nacional.

Aspectos jurídicos. Isso é importante, porque esta Comissão precisa, realmente, atentar para a constitucionalidade e juridicidade dos projetos; inclusive, nós temos, ainda, a discussão desse projeto na Comissão de Assuntos Econômicos, portanto, é importante que a gente tenha condição de aprová-lo, para que ele ande e vá para a Comissão de Assuntos Econômicos, e lá nós possamos até aperfeiçoá-lo. Eu acho que seria interessante que ele caminhasse, para que nós pudemos discuti-lo mais ainda, na Comissão de Assuntos Econômicos.

A iniciativa no PLS em análise está em consonância com o disposto no art. 192 da Constituição Federal, que prevê a regulação do Sistema Financeiro Nacional por leis complementares.

Os projetos tratam de tema de competência do Congresso Nacional, matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações, conforme inciso XIII do art. 48 da Constituição.

O art. 84, inciso VI, alínea "a" da Constituição Federal define que é competência privativa do Presidente da República dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal, entretanto, entendemos que a definição de estrutura dos órgãos públicos responsáveis pela regulamentação e supervisão do sistema financeiro não é de iniciativa privativa do Presidente da República.

A criação de órgão, sim, por exemplo, por que nós não extinguimos o Conselho Monetário, para criar o Conselho Financeiro? No projeto do Senador Arthur Virgílio está prevista a extinção. Nós não podemos extinguir nem criar, nós podemos até discutir a estrutura, mas não podemos criar, tanto que nós transformamos o Conselho Monetário em Conselho Monetário. Está aqui.

O projeto cria, em substituição ao Conselho Monetário Nacional, o Conselho Financeiro Nacional. Fizemos ajuste de redação, pois, segundo o art. 61 da Carta Magna, é de iniciativa privativa do Presidente da República leis que disponham sobre a criação e extinção de órgãos da Administração Pública, por isso o projeto não criará o Conselho Financeiro, ele modificará o nome do Conselho Monetário Nacional, senão estaríamos incorrendo em inconstitucionalidade.

O Conselho Financeiro será integrado pelos ministros da fazenda, na qualidade de presidente; pelo ministro do planejamento e orçamento; pelo presidente do Banco Central; e também por dois membros com mandatos de quatro anos, os quais serão nomeados pelo presidente do Conselho Financeiro Nacional, exercendo a função de secretário executivo e presidente da Comissão de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.

Participarão das reuniões do Conselho Financeiro Nacional, sem direito a voto, os presidentes da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados e da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

O PLS cria taxa de fiscalização a ser paga pelas instituições do Sistema Financeiro, ao Banco Central do Brasil, com o objetivo de custar as atividades de fiscalização e supervisão do Sistema Financeiro Nacional.

Seção dois: sobre o Banco Central. O Banco Central é a instituição responsável pela formulação e execução das políticas monetária e cambial, pela fis-

calização das instituições financeiras. Serão, então, mantidas as funções atuais do Banco Central.

O projeto define como objetivo principal do Banco Central do Brasil a defesa e o fortalecimento do Banco Central. Alteramos para a defesa da estabilidade do preço.

O PLS nº. 102/2007 prevê a redução do número de membros da diretoria do Banco Central do Brasil. Atualmente, são nove, e o projeto prevê seis. Mantivemos a composição da direção do Banco Central com nove membros. Em um dos substitutivos, o projeto original previa redução para seis, mantivemos para nove, os nove membros atuais.

No segundo projeto, o ministro da Fazenda participaria das reuniões da diretoria do Banco Central. Isso é importante. E poderia, praticamente, vetar algumas decisões. Suprimimos tais dispositivos do substitutivo, ou seja, o ministro não vai poder vetar as decisões da diretoria do Banco Central, como o projeto previa, isso foi retirado, isso aí mexeria na autonomia do próprio Banco Central.

Criamos sistemática de fiscalização pelo Congresso sobre a implementação e execução das políticas monetária e cambial, o que proporcionará mais transparência e legitimidade à condução dessas políticas.

Autonomia do Banco Central: PLS nº. 72/2007 e PLS nº. 19/2009. Acreditamos que a autonomia do Banco Central do Brasil contribuiria para manter as expectativas sob controle e para alcançar a meta de inflação, com o menor sacrifício, em termos de taxa de juros. Com certeza, uma autonomia maior possibilitaria uma taxa de juros menor.

O projeto propõe, e o substitutivo mantém, que os diretores do Banco Central do Brasil serão nomeados pelo Presidente da República, com mandatos renováveis de quatro anos, e só perderão os mandatos por vontade própria ou por iniciativa do Presidente da República, devidamente justificada e aprovada pelo Senado Federal. Ou seja, a demissão também tem que ser referendada pelo Senado, não só mais a admissão.

Para reforçar a autonomia, os mandatos do Presidente da República e da diretoria do Banco Central não devem ser coincidentes. Por isso propomos alteração, para que o primeiro mandato da diretoria do Banco Central termine durante o andamento da legislatura federal seguinte.

O projeto veda a participação acionária em instituições financeira de membros da diretoria do Banco Central e seus parentes até 2º grau. Propormos um limite da participação acionário de até 1% do valor do capital da instituição.

A seção três, das instituições financeiras. São privativas às instituições financeiras as atividades de intermediação dos mercados financeiros, de capitais e de valores mobiliários, empréstimo de dinheiro a juros, desconto de crédito ou título de crédito, operações de arrendamento mercantil e administração de cartão de crédito. A inovação do PLS nº. 102/2007, que acolhemos, está em classificar como instituição financeira as administradoras de cartão de crédito.

Para a gente não perder mais tempo. Foi inserida no substitutivo determinação de que a concessão de licença para instituições financeiras que trabalham exclusivamente na oferta de empréstimo, e não captam recursos no país, seja feita por processos simplificados.

As instituições financeiras, públicas, somente poderão realizar operações com recursos de natureza fiscal ou orçamentária, após comprovado o efetivo ingresso dos recursos fiscais alocados.

Eliminamos o art. 46 do PLS nº. 102/2007, que determina que as disponibilidades do caixa do Poder Público federal sejam depositadas em quaisquer instituições financeiras federais. Achamos preferível que os referidos recursos continuem sendo depositados no Banco Central do Brasil.

Eu coloquei, no art. 44, eu colocar, agora, inclusive, outro adendo, seria o inciso VIII, de que, se ele for aplicado em qualquer instituição do Sistema Financeiro Nacional, ele possa ser unicamente aplicado em títulos públicos. Por exemplo, caso alguma entidade governamental venha aplicar, eventualmente, em títulos, em instituições do Sistema Financeiro, qualquer uma delas, até privadas, tem que serem aplicações em títulos públicos, não pode ser em nenhum título privado. Isso eu estou acrescendo agora ao projeto.

Sistema de garantia de depósitos e aplicações. A seção quatro trata do sistema de garantia de depósitos e aplicações. Institui o Fundo de Garantia de Depósitos, em substituição ao Fundo de Garantidor de Crédito. O PLS traz avanços em relação à regulamentação atual. O primeiro é a possibilidade de diferenciação da contribuição para o fundo, de acordo com os riscos incorridos pela instituição financeira. O segundo é a possibilidade de o fundo financiar reestruturações societárias de instituições financeiras insolventes, de forma que o custo desse tipo de intervenção deixa de ser do Banco Central.

Para melhorar o projeto, retiramos a menção ao valor máximo garantido por depósito, que delegamos ao Conselho Financeiro, Nacional. Tornamos obrigatória a consideração dos riscos na definição da contribuição do fundo, fizemos ajustes à redação legislativa e eliminamos referências à liquidação judicial, de tal

modo que as instituições financeiras continuem sujeitas apenas à líquida extrajudicial.

Sigilo de dados. A seção cinco do PLS 102 regulamenta o sigilo de dados, atualmente tratado pela Lei Complementar 105, de 10 de janeiro de 2001. A regulamentação do sigilo bancário foge do objetivo desse Projeto de Lei, que é redefinir a estrutura do sistema financeiro. O sigilo bancário é um tema que exige uma discussão em separado, além disso, já há projetos em tramitação no Senado que reformulam a legislação do sigilo bancário, de forma que um novo projeto sobre o tema teria que ser apensado aos que já estão tramitando. Dessa forma, entendemos que a seção 5 do PLS 102 deve ser suprimida.

Dos regimes especiais de intervenção de administração temporária e liquidação judicial. A inclusão dessa exceção cria dois problemas; o primeiro é que traz para a lei complementar assunto tratado atualmente por lei ordinária. Então, não vamos complicar. Vamos simplificar, não transformar um assunto tratado por lei ordinária, vamos botar em lei complementar.

O segundo problema é que a fuga do objeto do Projeto de Lei, conforme o inciso I, do art. 7º, da Lei Complementar 95/98, cada lei tratará de um único objeto, por isso entendemos que a seção 6 deve ser suprimida do Projeto de Lei.

Das penalidades aplicáveis às instituições participantes do Sistema Financeiro Nacional. O projeto representa avanços em relação às penalidades previstas...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, permita, senador. Sr. Presidente Demóstenes, eu sugeriria que nós chamássemos a atenção dos nossos colegas, porque um projeto dessa importância e polêmico, enfim, não me parece que esteja sendo levado na devida atenção, e é uma matéria que eu sei que despertará polêmica, não aqui, porque ela é constitucional, mas eu vejo que há um gesto de desatenção, em relação ao Senador Antonio Carlos, que está aí na tribuna, fazendo um belíssimo trabalho de relatoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu peço aos Srs. Senadores que deem a atenção devida à exposição do Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior e que a plateia fique em silêncio. Por favor.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): "*O projeto apresenta avanços em relação às penalidades previstos, na Lei 4.595, que é a lei atual do sistema financeiro, pois relaciona o valor máximo da multa aos valores das operações irregulares, contudo, eliminamos o limite definido em UFIR, pois essa unidade foi extinta pela Medida Provisória 2.095, do ano de 2000.*

O projeto define o prazo de prescrição das infrações definidas pelo Banco Central em oito anos. Optamos por adotar o prazo prescricional de dez anos, definido pelo Código Civil. O projeto define limite de dez anos para inabilizatação(F) para o cargo de administrador das instituições do sistema. Optamos por manter a possibilidade de inabilitação permanente. A posição suspende as penas de advertência e multa, a partir da apresentação de recursos contra a decisão do Banco Central. Decidimos eliminar essa suspensão, pois ela criaria incentivos à apresentação de recursos, como forma de protelar a imposição das penas.

Disposições transitórias. O PLS define o prazo de cinco anos para o ajuste das instituições financeiras públicas à vedação de realização de operações de créditos com pessoas a ela ligadas. Optamos por eliminar o detalhamento de como deve ocorrer esse ajuste. Também é determinado o prazo para que o decreto do Presidente da República transfira para outros órgãos as atuais funções do Banco Central; não confirmado por esse Projeto de Lei. Para evitar vício de iniciativa, nos limitamos a definir a transferência das mencionadas funções, sem mencionar decreto presidencial, nem prazo.

Disposições finais. Optamos por não extinguir o Conselho Monetário Nacional, mas apenas modificar seu nome. As normas editadas pelo Conselho Monetário, até entrada em vigor da nossa legislação, continuarão válidas, desde que não entrem em contradição com as novas disposições legais.

O Banco Central deverá comunicar às autoridades competentes qualquer ato lesivo ao patrimônio da instituição financeira pública e a prática da qualquer ato irregular, envolvendo recursos públicos. É revogada a Lei 4.595, de 64, Lei do Sistema Financeiro. Acrescentamos a revogação de dispositivos da Lei do Plano Real, que tratam de questões relativas à condução da política minoritária e à estrutura do Sistema Financeiro Nacional.

Decidimos alterar a cláusula de vigência para o prazo de 180 dias, a partir da promulgação da lei, o que se justificaria pela necessidade de tempo para se adequar às modificações na estrutura do sistema financeiro, feitas pelo projeto.

Quanto às tarifas bancárias, PLS 497 e 595, a iniciativa dos projetos em análise está em consonância com o art. 192 da Constituição Federal, que prevê a regulação do Sistema Financeiro Nacional por leis complementares. Os projetos tratam de tema de competência do Congresso Nacional, matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas

operações, conforme inciso VIII do art. 48 da Constituição.

O art. 84, inciso VI, alínea 'a' da Constituição Federal define que é competência privativa do Presidente da República dispor sobre organização e funcionamento da administração federal, entretanto, entendemos que a definição de estrutura dos órgãos públicos responsáveis pela regulamentação e supervisão do sistema não é de iniciativa privativa, de iniciativa do Presidente da República.

PLS nº. 678 inclui, entre as instituições financeiras, as empresas participantes da indústria de cartões de crédito. Alteração proposta, que consta também no PLS nº. 102/97, só que em outros termos, foi incorporada ao substitutivo na seção que trata das instituições financeiras".

Agora, o voto. "*Em virtude do exposto, o voto é favorável ao Projeto de Lei nº. 102 do Senado, na forma do substitutivo apresentado, e pelo arquivamento dos PLSs 72/2007, 497/2007, 595/2007, 678/2007 e nº. 19/2009, cujas sugestões foram incorporadas ao substitutivo*".

Então, aqui, eu vou dar, aqui, somente o roteiro do Projeto de Lei do Senado 102, substitutivo, complementar, que dispõe sobre estrutura do sistema financeiro. Agora, vamos ver o roteiro, não vamos detalhar.

Então, ele será constituído de oito seções; a primeira, do Conselho Financeiro Nacional; a segunda, do Banco Central do Brasil; a terceira, das instituições financeiras; a quarta, do sistema de garantia de depósitos e aplicações; a quinta, das tarifas bancárias; a sexta, das penalidades aplicadas às instituições financeiras participantes do Sistema Financeiro Nacional; a sétima, das disposições transitórias; a oitava, das disposições finais.

Então, esse é o voto, Sras. e Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, acho que o Senador Antonio Carlos Júnior fez um trabalho bastante extenso, bastante complexo, é uma matéria muito sensível, é um tema que precisa ser discutido com profundidade.

Eu entendo que reorganiza muitas funções do Banco Central, restabelece se competências do Conselho Monetário Nacional, modifica penalidades na lei do sistema financeiro, além de dar uma nova estatura para a diretoria do Banco Central. Especialmente o art. 2º, inciso "b", quer dizer, a demissão do diretor do Banco Central, por iniciativa do Presidente da República, devidamente justificada, aprovada pelo Senado Federal, mediante votação secreta.

Eu entendo que esse dispositivo é inconstitucional, porque nós estamos interferindo na independência dos poderes, no regime presidencialista, e exorbitando das competências que competem na nomeação e demissão de servidores públicos.

Eu não vejo como nós podemos discutir, de forma apressada, uma matéria tão complexa, tão abrangente e tão sensível como esta, por isso, eu peço vistas, peço vistas para que a gente possa estudar com a mesma profundidade e rigor que o Senador Antonio Carlos Júnior o fez, ao apresentar essa matéria.

E solicitaria, também, se pudesse, senador, pudesse distribuir essa planilha, para a gente poder trabalhar a partir deste estudo bastante detalhado e que foi apresentado. E parabenizo a seriedade e a profundidade com que o Senador Antonio Carlos Júnior apresentou seu parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vista concedida. Retiro de pauta e incluo como número 1 na semana que vem, para prosseguimento da discussão. Pela ordem, Senador Pedro Simon. V. Exa. com a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu acrescento que, além do que disse corretamente o Senador Mercadante, é interessante analisar que essa matéria, a análise dela, e que foi feita com muita competência pelo relator, muita competência, mas eu acho que ela tem que passar pela Comissão de Economia. Não, e eu quero dizer mais, e, passando pela Comissão de Economia, deve voltar para cá, porque a Economia vai fazer alterações, vai fazer modificações, e eu acho que a Comissão de Constituição e Justiça é que deve dar a última palavra sobre a...

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Pedro Simon, talvez nós pudéssemos costurar um acordo de aprovar preliminarmente, aqui, mandar para a CAE e voltar para cá, no final. Se nós pudéssemos costurar esse acordo, eu acho que, talvez, para fazer o projeto tramitar. Eu acho que sua ideia é excelente.

Se nós pudéssemos costurar com as lideranças esse acordo, eu acho que seria a melhor coisa para o projeto. Eu encampo inteiramente sua opinião, se nós pudéssemos costurar esse acordo, a gente aprovasse na semana que vem, no início do ano, tramitasse na CAE e depois voltasse para cá.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Porque tem que ficar claras duas coisas: esse projeto tem que ir para a Comissão de Finanças e vai modificações na Comissão de Finanças. Obrigatoriamente, tem que voltar para esta Casa, para nós vermos a questão. É apenas isso que eu queria acrescentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A discussão está encerrada, porque houve pedido de vista.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Também gostaria de pedir vista coletiva, cumprimentando o relator, pela profundidade da análise, mas avalio que, na próxima semana, poderemos, então, tomar a decisão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Os senhores terão uma semana para entrar em entendimento.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, pede silêncio para a gente entender o que está sendo decidido.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Primeiro, fazer o registro, Sr. Presidente, de que nós discutiremos e votaremos, aqui, a constitucionalidade desse projeto, e foi feito esse entendimento.

O Senador Aloizio Mercadante levanta um ponto de inconstitucionalidade, e, portanto, até a próxima semana, é possível esclarecer esse ponto, junto com o relator. Então, nosso compromisso continua mantido, e nós vamos avançar nessa matéria.

Eu gostaria de solicitar a V. Exa., extrapauta, a colocação do Projeto de Lei da Câmara 281, que pudesse ser colocado na pauta, que diz respeito à concessão de bônus especial para servidores do DNIT.

Eu gostaria de pedir a V. Exa. essa prioridade, tendo em vista, como é um projeto terminativo, ele precisa ser aprovado e existirem, ainda, cinco sessões, até o final do ano legislativo, para que ele possa ser sancionado, tendo em vista o período de tempo de recurso. Então, seria na sessão de hoje, eu pediria a V. Exa. a prioridade para essa materializa, por obséquio.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Deferido o pleito já também feito pelo Senador César Borges, Agripino Maia, Romeu Tuma e outros Srs. Senadores, Francisco Dornelles e Marcelo Crivella.

Eu peço para que o processo seja trazido para a mesa, para que nós possamos colocá-lo em votação.

Item 2 da pauta. Turno suplementar do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 551/2007, "*regulamenta o inciso II do art. 98 da Constituição Federal, que dispõe a Justiça de Paz*". Autoria: Senador Leomar Quintanilha. Relatoria: Senador Pedro Simon.

Em 02 de dezembro de 2009, foi aprovado o substitutivo ao PLS 551/2007, ora submetido a turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Ele está em turno suplementar, não tem problema, Sr. Presidente. Eu acho...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente. Combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substituto integral. Em discussão...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, V. Exa.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sobre a matéria anterior, nós estamos propondo um acordo de encaminhamento, a partir da consistente ponderação do Senador Pedro Simon.

Seria o seguinte: no meu ponto de vista, há, pelo menos, uma inconstitucionalidade no projeto que eu gostaria de fundamentar. Nós poderíamos aprovar o projeto, para permitir que esse debate de mérito seja feito na Comissão de Assuntos Econômicos, porque é uma matéria econômico-financeira, com o compromisso de que o projeto voltaria à CCJ, ao final, para verificar a constitucionalidade das medidas. Porque a CAE fará, seguramente, mudança, e as emendas que forem aprovadas. A constitucionalidade tem que ser feita ao final, aqui, e não preliminarmente aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vejo só. Eu não posso decidir sobre isso, quem pode decidir é o Plenário da Casa. Então, pode haver um pedido de reexame, para a CCJ apreciar os aspectos jurídicos. Os senhores fazendo isso, tudo bem.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós faremos isso por acordo. Por acordo, o autor, Senador Arthur Virgílio, o relator estariam de acordo, nós encaminharíamos para a CAE, para debater o mérito, e votaríamos, depois, o reexame na CCJ.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito. Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, e, com isso, nós voltamos ao bom caminho do acordo cumprido, porque foi feito o acordo entre as lideranças todas de que essa matéria seria aprovada, aqui na CCJ, para que o mérito fosse exaustivamente discutido na Comissão de Assuntos Econômicos. Eu creio que é uma medida salutar que propõe o Senador Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, V. Exa. retira o pedido de vista?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Retiro o pedido de vista, com esse compromisso dos líderes de que nós faremos o reexame na CCJ, posteriormente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Suplicy, V. Exa. também retira o pedido?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim, de acordo com esse entendimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, vamos só votar o projeto que está em pauta.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Sr. Presidente, eu queria comunicar a V. Exa. que o PMDB concorda com a retirada do pedido de vista. E qualquer divergência que houver mais adiante, nós vamos divergir no mérito, não na constitucionalidade, que foi até uma sugestão do Senador Francisco Dornelles.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O Senador Dornelles também concorda? Senador Agripino Maia.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, o Democrata, evidentemente, tem mais do que concordar, tem é que elogiar o relatório do Senador ACM Júnior e a disposição dele de promover o entendimento, para que essa matéria, que é de fundamental importância, ela seja aprovada e passe a vigorar, ou seja, a autonomia do Banco Central. Cumprimento a Casa e comprimento o Senador ACM Júnior.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa. Vamos só concluir, já anunciado esse projeto, que é a votação do substitutivo.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284, do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria, portanto, será encaminhada à Secretaria-Geral da mesa, para as providências cabíveis. Retornamos, portanto, ao Item 1, permanece em discussão.

O Senador Arthur Virgílio já estava inscrito, em seguida, o Senador Renato Casagrande. Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pois não, Sr. Presidente, eu quero ressaltar o trabalho percuciente, o trabalho de absoluta elaboração intelectual forte, sólida, do Senador Antonio Carlos Júnior, que captou o espírito do projeto, dos projetos, transformou os projetos num substitutivo só, aproveitando não só as iniciativas de minha autoria, como também outras iniciativas de outros Sras. e Srs. Senadores.

E, num substitutivo que, a meu ver, tapa os buracos que ainda havia, o Senador Antonio Carlos oferece à Casa um belo exemplo de senador aplicado, um dos mais consistentes, quando se trata de matéria econômica nesta Casa. E eu vejo que obra bem a Comissão de Constituição e Justiça, ao afirmar a constitucionalidade da matéria, deixando que o mérito se aprofunde numa discussão muito bonita, qualificada, que nós teremos na Comissão de Assuntos Econômicos.

Esse passo, mais hora, menos hora, terá que ser dado: reforma do sistema financeiro e autonomia de Banco Central. Vamos ver se as pessoas compreendem que, quanto mais cedo isso aconteça, mais saudável será para uma perspectiva de juros mais baixos e de economia, com taxas mais altas de crescimento econômico, em ritmo sustentável. Será um atestado de maioridade que a economia brasileira passará para si própria; que o Congresso passará, aliás, para a economia brasileira. Portanto, parabéns ao Senador Antonio Carlos e parabéns à CCJ, pela compreensão que demonstrou.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Demóstenes. Eu, primeiramente, quero parabenizar o Senador Antonio Carlos Magalhães, pelo trabalho feito, mas acho que a decisão é correta; acho, não, a decisão é correta, podemos aprovar aqui a constitucionalidade da matéria, porque a matéria é constitucional, mas eu ressalvo, aqui, a questão do debate de mérito, na Comissão de Assuntos Econômicos, porque ainda não conheço completamente o relatório do Senador Antonio Carlos Magalhães, e, politicamente, é uma matéria que merece um debate com relação à visão que tem que se ter dos bancos centrais, do Banco Central brasileiro.

Então, apoio a constitucionalidade, se tiver direito de votar, porque sou suplente nesta Casa, e faço também o debate de mérito na Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não havendo mais quem queira discutir. Senador Agripino Maia.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, nós estamos discutindo uma matéria que, na verdade, significa a maturidade da Administração Pública brasileira, porque veja V. Exa., por que o Brasil está bem no campo econômico? Por coisas que aconteceram no passado, tipo estabelecimento de campo

flutuante, metas de inflação e equilíbrio fiscal, junto com Lei de Responsabilidade Fiscal.

O que garante, na prática, a que isso se efetive? Política de Banco Central. Comandada por quem? Pelo Presidente da República. Se você tiver um Presidente da República que apóie a permanência desses ícones na economia, que são câmbio flutuante, equilíbrio fiscal e metas de inflação, tudo vai bem. Se, no entanto, você não tiver um Presidente da República que esteja comprometido com essas teses, a economia pode desandar.

O antídoto para isso é você ter um técnico eleito presidente do Banco Central, com mandato descoincidente do mandato do Presidente da República, conforme preconiza o relatório do Senado ACM Júnior.

Nós estamos votando aqui, na verdade, estabilidade econômica, maturidade, coisa que países importantes do mundo já o fizeram. Então, eu quero, aqui, elogiar o relatório e endossar completamente. Hoje, nós somos oposição, meu partido é oposição, amanhã, será governo, e defendo hoje e defendo amanhã a autonomia do Banco Central, a bem da estabilidade da economia do nosso país.

Nosso encaminhamento é favorável e nosso voto é entusiasticamente a favor do relatório do Senador ACM Júnior.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Encerrada a discussão. Em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 3 da pauta. Turno suplementar do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº. 223/2009, página 212, é turno suplementar. "*Altera a Lei 8.666, de 21 de junho de 93, para proibir a contratação de empresas prestadoras de serviços para atividades inseridas entre as funções de cargos da estrutura permanente ou que representem necessidade finalística essencial ou permanente dos órgãos da Administração Pública*." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria *ad hoc:* Senador Francisco Dornelles.

Em 02 de dezembro foi aprovado o substitutivo ao PLS 223/2009, agora submetido a turno suplementar, nos termos do art. 92, do Regimento Interno do Senado.

Coloco em discussão a matéria, esclarecendo que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo, até o encerramento da discussão. Vedada a apresentação de substitutivo integral, nos termos do art. 282, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal. Em discussão. Não havendo quem queira discutir... Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu felicito o Senador Marcelo Crivella, pelo projeto, e o Senador Osmar Dias, pelo seu relatório.

Eu acho que esse projeto que altera a Lei de Licitações, com o objetivo de proibir a contratação de empresas prestadoras de serviços para atividades inseridas entre as funções de cargo das estruturas permanentes ou que representem necessidade finalística essencial ou permanente dos órgãos da Administração Pública.

O projeto vem ao encontro com o espírito de moralização da administração, pois, nos contratos terceirizados, onde há grande desvio de dinheiro e contratação de pessoal em excesso. Nós estamos costumados a ver. A gente faz um processo, faz uma concessão, alguém ganha, está tudo bem, e, depois, concede a terceiros, e vai se ver lá está a maior parte das irregularidades que são acrescentadas.

Acho que o projeto vem em boa hora, e eu sou totalmente favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Permanece em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem votação, uma vez que nenhuma emenda foi oferecida, nos termos do art. 284, do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria, portanto, será caminhada à Secretaria-Geral da mesa para as providências cabíveis.

Pela ordem, Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pela ordem. Eu queria fazer uma ponderação. Eu verifiquei que, na pauta de hoje, nós temos oito projetos que alteram o Estatuto da Criança e do Adolescente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Treze projetos.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Treze projetos. Eu queria perguntar se não seria mais prudente, alguns projetos são atualmente meritórios, por exemplo, o Senador Renan Calheiros apresentou um projeto para criar um cadastro único, centralizado, de crianças desaparecidas. Seguramente, é uma bela contribuição, e outros também são meritórios. Alguns, por exemplo, eu verifiquei dois projetos que alteram lei de adoção. Nós acabamos de votar uma lei da adoção, foi um trabalho bastante exaustivo...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pode ser julgado prejudicado... Vamos... Senão retira de pauta.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu só queria perguntar se não era interessante nós montamos um grupo para analisar os treze projetos e tentar, a partir dessa análise, fazer uma compatibi-

lização para que a gente não vá fazendo mudanças aleatórias.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos votar os que são consenso, e os demais eu deixo para a semana que vem, e V. Exa., com outros dois senadores, analisem, para que possamos ter o resultado na semana que vem.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Analisar o conjunto das mudanças que nós estamos propondo, senão, vamos fazer mudanças pontuais...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sem problema, faremos isso. Item 5 da pauta.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, apenas queria solicitar a inclusão extrapauta do Projeto de nº. 186, que é o que cria a Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

Eu já apresentei meu parecer, e, se fosse possível ser incluído na pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Será incluído. Peço que tragam o projeto e já entreguem a cópia do parecer aos Srs. Senadores... Vamos só votar os consensuais terminativos.

Item 5, página 253, Projeto de Lei do Senado nº. 128/2004, "*acrescenta parágrafo ao art. 74, da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer em 16 anos a idade máxima para não recomendação de espetáculos e diversões*". Autoria: Senador Aloizio Mercadante. Relatoria: Senadora Patrícia Saboya. Relatório: pela aprovação da matéria, nos termos da emenda substitutiva de autoria dos senadores Aloizio Mercadante e Tião Viana.

Nomeio relator *ad hoc* o Senador Gim Argello, página 253, Item 5. Como há consenso, peço a V. Exa., se assim deferir, que leia apenas a conclusão.

Com a palavra o ilustre Senador Gim Argello, página 253, para proferir o relatório.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Obrigado, Sr. Presidente. "*O Projeto de Lei do Senado 128/2004, que dá nova versão ao art. 255 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, acerca do poder familiar e da classificação indicativa do Estado*".

Como V. Exa. pediu, com nossa concordância, peço a V. Exa. ir direto ao voto.

"*Face o exposto, o voto é pela aprovação do PLC nº. 128/2004, nos termos de emenda substitutiva apresentada pelos autores. A emenda substitutiva, Sr. Presidente, dá nova redação ao art. 255 da lei...*

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Peço silêncio aos senhores.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): ...*8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, acerca do poder familiar e da classificação indicativa do Estado.*

O Congresso Nacional decreta: art. 1º, art. 255, da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação: "art. 255. Exibir filme, trailer, peça, amostra ou coisa gênero(F), classificado pelo órgão competente como inadequado às crianças ou adolescentes admitidos aos espetáculos acompanhados dos pais ou responsáveis. Pena: multa de 20 a 100 salários-mínimos de referência. Na reincidência, a autoridade poderá determinar suspensão do espetáculo ou fechamento do estabelecimento por até 15 dias". Essa lei entra em vigor na sua publicação.

Vem à tona a justificativa, Sr. Presidente, da forma como está colocado aqui". Então, face o exposto, o voto é pela aprovação do PLC nº. 128/2004, nos termos da emenda *ora lida*. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senador Aloizio Mercadante, o autor. Eduardo Suplicy... V. Exa. é o autor, vota com o projeto. Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ideli Salvatti? Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Marcelo Crivella? Pedro Simon? Francisco Dornelles? Valter Pereira? Wellington Salgado de Oliveira?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o relator, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Romero Jucá? Renan Calheiros? Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Raimundo Colombo?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): José Agripino?

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Arthur Virgílio?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Osmar Dias? Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A matéria foi aprovada pela unanimidade dos presentes.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. não vota, porque o Senador Gim Argello foi nomeado *ad hoc*. A matéria será, como houve substitutivo, será submetida a turno suplementar, na próxima sessão.

Item 11 da pauta, página 347, Projeto de Lei do Senado nº. 46. "*Acrescenta Parágrafo único ao art. 17, da Lei 8.069, de 13 de julho de 90, Estatuto da Criança e do Adolescente, para instituir medidas assecuratórias da integridade da criança e do adolescente*." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Parecer: pela aprovação da matéria, com a emenda que apresenta.

Serão feitas duas votações nominais; a primeira para o projeto e a segunda para a emenda.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Valdir Raupp, para proferir o relatório.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): "*Sr. Presidente, por toda as razões, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 46/2007, com a seguinte emenda: suprima-se o art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº. 46/2006, renumerando-se a cláusula de vigência*".

É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senador Aloizio Mercadante?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Ideli Salvatti? Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Francisco Dornelles?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valter Pereira?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Wellington Salvado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Renan Calheiros?

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadores Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Raimundo Colombo?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador José Agripino?

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Osmar Dias?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Consulto V. Exas. se posso repetir a mesma votação para a emenda.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Demóstenes, com o relator, também. Eduardo Azeredo, aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo, perdão, senador. Consta o voto de V. Exa. Repito, portanto, não havendo objeção, a mesma votação para a emenda.

O projeto foi aprovado e a emenda foi aprovada, e a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da mesa para as providências cabíveis.

Item 12 da pauta. Página 354, "*altera o art. 241, da lei 8.069, de 13 de julho de 90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescent*e". Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senadora Patrícia Saboya. Relatório: pela declaração de prejudicialidade da matéria.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Gim Argello, Item 12, página 354, a quem nomeio relator *ad hoc* para proferir o relatório.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito obrigado, Sr. Presidente. É um projeto de decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 202/2006, que "*altera o art. 241, da lei 8.069, de 13 de junho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente*".

Peço a V. Exa. e aos demais membros, se V. Exa. assim concordar, para pular o relatório em análise e ir direto ao voto.

Sr. Presidente, então, vou fazer a análise, como V. Exa. pede. "*A matéria é da competência privativa da União para legislar sobre o Direito Penal, nos termos do art. 22, inciso I da Constituição Federal.*

Do ponto de vista da constitucionalidade material, a proposição em exame converge integralmente para os princípios e valores fixados no Capítulo 7º, da família da criança e do adolescente e do idoso; o título 8º da ordem social da Carta Federal, da Constituição Federal.

Não teríamos nenhum reparo a fazer, quanto ao mérito da proposição, de todo, procedente. Ocorre que, tendo em vista a superveniência da Lei nº. 11.829, de 25 de novembro de 2008, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para aprimorar o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como criminalizar a aquisição e a posse de tais materiais e outras condutas relacionadas à pedofilia na Internet. Todas as condutas contempladas no PLC nº. 202/2006 já foram criminalizadas.

A referida lei, resultante dos trabalhos da CPI da Pedofilia, modificou os arts. 240 e 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente, além de introduzir novos tipos penais, por meio dos arts. 241 A, 241 B, 241 C e 241 E, oferecendo disciplina bastante abrangente, quanto aos crimes de material pornográfico infantil.

Chamaríamos a especial atenção para o fato de que, hoje, as modificações proporcionadas pela Lei nº. 11.829/2008, o Estatuto da Criança e do Adolescente, pune não só produção de material pornográfico, envolvendo criança e adolescente, mas também a comercialização, divulgação, aquisição e posse do referido material.

Por essa razão, não temos dúvida em afirmar que a pretensão do PLC nº. 202/2006 já plenamente acolhido na legislação em vigor. Convém reparar que, na oportunidade que a Comissão de Desenvolvimento Humano se manifestou sobre a matéria, a Lei nº.

8.829/2008 ainda não havia sido aprovada, razão pela qual a referida comissão não poderia ter identificado a existência das disposições jurídicas coincidentes com o PLC nº. 202/2006.

Em suma, cumprimentamos o autor da proposta, pela iniciativa e preocupações externadas em sua justificação, todavia, em face das considerações supraexpostas, cumpre-nos considerar prejudicada a análise da proposição, bem como da emenda oferecida por aquela comissão, pois o voto é...". Vou fazer o voto, Sr. Presidente.

"*Em face do exposto, manifestamos pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado 202/2006, encaminhando ao presidente do Senado, para efeito de disposto no art. 334, do referido projeto".*

Sr. Presidente, o voto é contrário ao projeto, tendo em vista que já existe a legislação pertinente, já votada e aprovada por esta Casa, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Parecer pela prejudicialidade, porque, como disse o Senador Mercadante lá atrás, esse projeto já foi transformado em lei em outra matéria. Quem vota com relator vota não. Aloizio Mercadante?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ideli Salvatti? Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pedro Simon? Francisco Dornelles?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Valter Pereira?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Renan Calheiros?

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Raimundo Colombo? José Agripino?

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Arthur Virgílio? Osmar Dias?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Com relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O parecer, portanto, pela prejudicialidade, foi aprovado. A matéria é considerada prejudicada e será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 17 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº. 68/2009, página 411. "*Altera as leis 8.069, de 13 de julho de 90, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 9.294, de 15 de julho de 96. Revoga...*

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, poderia sugerir que esse fosse um dos projetos que a gente amadurecesse, porque ele está aumentando a pena de seis a quatro anos para quem vender bebida para menor de idade. Acho que é um tema que nós deveríamos avaliar a severidade da pena e a dificuldade da implantação.

Eu proporia que esse projeto pudesse estar no rol daqueles que nós sentaríamos para discutir um conjunto de mudança.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Retiro de pauta e incluo na semana que vem.

Item 19, página 439. "*Altera o art. 244 A do Estatuto da Criança e do Adolescente, para aumentar a pena do crime de exploração sexual de criança e adolescente nas hipóteses que especifica*." Autoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria: Senador Osvaldo Sobrinho. Parecer pela aprovação da matéria.

Eu vou conceder a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, como relator *ad hoc*, mas sugiro ao Senador Aloizio Mercadante que refaça o parecer, dando pela prejudicialidade, uma vez que esse tema também já foi aprovado na recente lei que muda os crimes contra a dignidade sexual.

Item 19, página 439; inclusive, a relação sexual com adolescentes maiores de 14 e menores de 18, em situação de abuso, ou seja, situação de prostituição, por exemplo, passou a ser crime punido, com reclusão de até 12 anos. Então, sugiro a V. Exa., se V. Exa. entender dessa forma, que dê parecer pela prejudicialidade da matéria.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Como é de conhecimento de todo o Plenário, o Item 19 da pauta, que trata de alterações no art. 244, inciso "a", do Estatuto da Criança e do Adolescente, para aumentar pena de crimes de exploração sexual de crianças e adolescentes, nas hipóteses que especifica, já foi matéria votada e contemplada em decisões anteriores do Senado Federal. Nessas condições, nós damos pela prejudicialidade da iniciativa, dado que essa preocupação já está assegurada em lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo colega queira discutir, em votação. Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Ideli Salvatti? Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Francisco Dornelles?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valter Pereira?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Wellington Salvado de Oliveira?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Romero Jucá? Senador Renan Calheiros?

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Com o relator, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valdir Raupp? Não, já completou, Senador Raupp, peço a V. Exa. desculpa. Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Pela prejudicialidade, com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Arthur Virgílio? Senador Gim Argello?

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Osmar Dias?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A matéria, portanto... Só um pouquinho. Só um instante, Senador Valadares, é sobre o tema?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É meu voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nesse tema?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Meu voto não foi colhido.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O parecer reformulado foi aprovado; a matéria é declarada prejudicada. E será, portanto, encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis. Item 4.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Eu solicito a V. Exa., sem querer ser impertinente, a apreciação extrapauta da proposta feita pelo Senador Romero Jucá.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim, estamos só aguardando a reformulação, como foi designado o relator senador César Borges. Já está ok? Então, dá aí o Item 5. Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Solicitar a V. Exa. examinar a possibilidade de colocar extrapauta o projeto do Poder Executivo sobre a Comissão de Valores Mobiliários.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Deferido o pleito. Peço que peçam o projeto. Extrapauta.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, apenas para registrar que esse projeto a que se referiu o Senador Dornelles, ele é terminativo, assim como também o Item 20, que é de minha autoria, que é projeto terminativo, eu pediria que, assim que pudesse votar os dois, como são terminativos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O Item 20, a Senadora Lúcia Vânia está numa audiência, pediu para que chegasse em tempo, que ela quer relatar. O projeto, embora... Então, vamos aguardar a Senadora Lúcia Vânia por mais um período, se ela não chegar, eu nomeio um *ad hoc* para fazer o relatório.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): ...ela se dispõe e já apresentou o parecer e se dispõe a colocá-lo e defendê-lo aqui, se V. Exa. assim o permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Deferido, Senador Renan Calheiros. Extrapauta, Projeto de Lei da Câmara nº. 281/2009. "*Dispõe sobre a concessão de bônus especial de desempenho institucional BESP/DNIT aos servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte, DNIT. Altera as leis 11.171, de 02 de setembro de 2005; 10.997, e 15 de dezembro de 2004; 11.907, de 02 de fevereiro de 2009; e 11.507, de 20 de julho de 2007, e dá outras providências. Trata sobre a concessão de bônus especial de desempenho institucional BESP/DNIT e criação de promoção na carreira do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte, DNIT, e da reabertura de prazo para a opção pela carreira do seguro social, do adicional por plantão hospitalar, APH, estendendo a hospitais vinculados ao Ministério da Saúde, e do auxílio de avaliação educacional, AAE, concessão financiada pelo FNDE de bolsas a alunos e professores vinculados a projetos de programas voltados à população indígena, quilombola e do campo; bolsas nas instituições federais de educação para alunos em condições de vulnerabilidade social e econômica*." Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador César Borges.

Relatório: pela aprovação da matéria, com Emenda nº. 1, da Comissão de Educação, de redação.

Observações: a votação será nominal. Concedo a palavra ao ilustre Senador Romero Jucá, para... Perdão. Ao ilustre Senador César Borges, para proferir o relatório.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Muito obrigado, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, quero agradecer a V. Exa. por estar recebendo extrapauta esse importante projeto, abrangidos e beneficiados por estes projetos, como disse V. Exa., o Projeto de Lei da Câmara do Presidente da República.

"*Consta, no Dispositivo, versando acerca de órgão do serviço público civil da União. De pronto, concessão do bônus especial de desempenho institucional do DNIT aos servidores parece apropriada, justificável e*

oportuna, sob estrita ótica da valorização profissional; no mais, o estabelecimento de critérios mínimos para a promoção, nas classes dos cargos de nível superior e médio do órgão, por meio de alteração e acréscimo à Lei 11.171, de 02 de setembro de 2005, oferece sistemas de freios, excessos e concessões graciosas.

Igualmente oportuna é a permissão aos servidores do Instituto Nacional de Seguro Social, regidos pelo plano geral de cargos do Poder Executivo, instituído pela Lei 11.357, para firmar o termo de opção pela carreira do Seguro Social até 31 de dezembro de 2009. De forma também louvável, a inovação no caput do art. 298, da Lei 11.907, que consiste em estender o adicional de plantão hospitalar aos servidores e efetivo exercício de atividades hospitalares desempenhadas em regime de plantão, nas áreas indispensáveis ao funcionamento ininterrupto do Instituto Nacional do Câncer e do Hospital Geral de Jacarepaguá e Andaraí, de Ipanema e da Lagoa.

Essa medida, na prática, tem o condão de conferir isonomia aos casos a que efetivamente se aplica tal instituto.

Os arts. 9º ao 11º, por sua vez, cumprem adequadamente o preceito constitucional expresso no § 2º da Constituição Federal, segundo o qual as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público e autoriza a criação de bolsas no CNPq, no FNDE e nas instituições federais de educação superior, com objetivos diversos, de forma a incrementar as atividades, os programas e projetos de pesquisa e extensão universitária.

Portanto, Sr. Presidente, no conjunto, julgamos que o projeto merece acolhimento. A nosso juízo, não poderia ser ele mais oportuno ao atendimento de reivindicações antigas de servidores de diversos órgãos do Poder Executivo, da forma mais responsável e fundamentada possível.

Na análise da técnica legislativa, concordamos com a emenda de redação apresentada no parecer aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Esportes. Ela corrige equívoco detectado no art. 5º da proposição, que faz remissão indevida aos incisos XI A e XI B, no lugar dos arts. 11º A e 11º B.

Por fim, não encontramos óbices ao projeto, no que tange aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade. Ante o exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara 281/2009, com emenda de redação aprovada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte".

Sr. Presidente, esse é o relato e o voto, pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Senador Aloizio Mercadante? Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator, Sr. Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sou o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Pedro Simon?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Francisco Dornelles?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valter Pereira?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Wellington Salvado de Oliveira?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Renan Calheiros?

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Alvaro Dias? Raimundo Colombo?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): José Agripino?

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Gim Argello?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Osmar Dias?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A matéria foi aprovada. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da mesa, para as providências cabíveis.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Cabe pedido de urgência, Sr. Presidente?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Consignar meu voto com o relator, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É terminativo. Já segue. De toda maneira, eu mando para... É terminativo, aqui.

Transfiro a presidência ao ilustre vice-Presidente Wellington Salgado de Oliveira.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Cadê o Item 12 ou o Item 44? Se não tiver, vou escolher o próximo, aqui. Não está na mão, não? Não está na mão, vamos, então, ao extrapauta do Senador Dornelles, enquanto aguardo o Item 12 e o 44, que a secretaria vai conseguir.

Item 12 da pauta... Desculpe. Item extrapauta, Projeto de Lei da Câmara nº. 306/2009, não terminativo. "*Cria cargo de analista, inspetor e agente executivo no quadro de pessoal da Comissão de Valores Mobiliários.*" Autoria: o ilustre Presidente da República, com alto grau g aceitação. Relatoria: Senador Francisco Dornelles. Relatório favorável à matéria.

Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles, para proferir seu relatório.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, "*vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei de autoria do Sr. Presidente da República, criando cargos de analista, inspetor e agente executivo no quadro de pessoal da Comissão de Valores Mobiliários.*

Sr. Presidente, a CVM é uma das instituições mais importantes, de grande importância, e nós não temos país, crescimento econômico, sem uma bolsa, sem um mercado de capitais forte, não podemos ter mercado de capital sem a CVM, de modo que o projeto enviado pelo Sr. Presidente da República é válido, preenche todos os requisitos da matéria, quando o mérito, o mérito da proposição deve ser acolhido". Esse é meu voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão a matéria. Primeiro inscrito para discutir é o Senador ACM Júnior. Tem a palavra V. Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu gostaria, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, de apoiar, aqui, o relatório do Senador Francisco Dornelles, porque é importante que nós possamos dar condição à CVM de fazer seu papel, que é um papel importante, de regular, fiscalizar e normatizar o mercado de títulos de valores mobiliários, que é o mercado de capitais.

Então, é da maior importância essa reestruturação da CVM, a criação de cargos na CVM, para poder possibilitar o melhor trabalho em favor do mercado de capitais e da economia brasileira.

Então, aqui, aplaudir o relatório do Senador Francisco Dornelles.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado. Continuando a discussão. Algum senador deseja discutir a matéria? Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer. Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A matéria será caminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. Tem a palavra o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Em regime de urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em votação o pedido de urgência para a matéria. Os senadores que concordaram, permaneçam como se encontram. Aprovado o regime de urgência, Senador Dornelles.

Passaremos, agora, em homenagem ao meu líder... É o 18? Não, é o 44. Cadê?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Item 18.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Desculpe, senador, o Item 44, que foi assim que o presidente me pediu para colocar. O próximo será o 18.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Será o 18? Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Item 44 da pauta. Projeto de Lei do Senado 478/2009, terminativo na CDH. "*Altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para implementar uma política centralizada e integrada de informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos*". Autoria do meu líder Renan Calheiros. Relatoria do Senador Aloizio Mercadante.

Relatório favorável à matéria, com três emendas que apresenta. Observações: a matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, para proferir seu relatório. Tem a palavra V. Exa. É o Item 44, página 939, Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só um minutinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Terei a maior paciência com V. Exa., um dos grandes líderes da minha geração, embora pareça um pouco mais velho do que eu, mas é da minha geração.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Essa aliança São Paulo-Minas é histórica.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Estou tentando, está difícil, mas eu estou tentando lá em Minas essa aliança.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tem a palavra V. Exa., Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): "*O projeto, eu diria, traz uma grande contribuição, o Senador Renan Calheiros, ao alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente, para implantar uma política centralizada e integrada de informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos.*

Nós sabemos que isso é uma tragédia para as famílias, são muitas as situações dramáticas, em que as crianças desaparecem, e as pessoas, depois, têm imensa dificuldade, as famílias passam anos procurando. Eu acho que cada um de nós conhece uma tragédia nessas condições, e, portanto nosso parecer é o seguinte: o projeto atende os requisitos institucionais pertinentes ao poder de legislar. Prevê, de maneira equilibrada, regras gerais para o funcionamento de cadastro centralizado e integrado, com informações dos órgãos públicos e instituições afins sobre o desaparecimento de crianças e adolescentes. Corretamente delega ao Poder Executivo a regulamentação de pormenores.

Assegura, ainda, que a notificação dos desaparecidos que comunicam o fato aos portos, aeroportos, Polícia Rodoviária e companhia de transportes estaduais e internacionais deverá ser imediatamente comunicado ao cadastro.

A proposição é, portanto, meritória, pois atende a necessidade de proteção às crianças e adolescentes desaparecidos. No tocante à técnica legislativa, o projeto respeita, em linhas gerais, os preceitos da Lei Complementar nº. 95, de 26 de fevereiro de 1998, embora necessite de algumas alterações na redação, que podem ser efetivadas mediante emendas.

Nesses termos, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 478/2009, com as seguintes emendas de redação". E eu apresento aí algumas pequenas alterações, para poder compatibilizar a redação. Portanto, somos favoráveis a esse projeto que cria um cadastro centralizado e integrado de crianças desaparecidas no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão, coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer. Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Próximo item da pauta, Item 18, a pedido do meu querido amigo Senador Casagrande, recordista de voto no Espírito Santo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Projeto de Lei do Senado nº. 132/2009, terminativo. "*Altera o Código Penal para tipificar o esbulho possessório praticado em área de reserva legal, unidade de conservação e área de preservação permanente*." Autoria: querido amigo Gilberto Goellner. Relatoria do Senador Renato Casagrande. Relatório pela aprovação da matéria, com uma emenda que apresenta. Observações: em 2/12/2009 foi concedida vista ao Senador Valdir Raupp e ao Senador Augusto Botelho, nos termos regimentais. Serão feitas duas votações nominais, sendo a primeira para projeto e a segunda para emenda.

Consulto os Srs. Senadores Valdir Raupp e Augusto Botelho se há manifestação decorrente do pedido de vista. Senador Augusto Botelho, há manifestação?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Não, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não há manifestação?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Meu Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Não, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Também não há manifestação. Concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande, para suas considerações. Tem a palavra V. Exa.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Wellington Salgado. Projeto do Senador Gilberto Goellner, que altera o Código Penal, aumentando, agravando a pena para o crime de esbulho possessório.

O Senador Gilberto Goellner propõe que, ao invés de uma pena de detenção de uma a seis meses de multa...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Casagrande, por favor. Eu queria atenção especial, porque tem um senador com a palavra e, aqui, a palavra vale mais do que qualquer coisa, do que qualquer coisa, a palavra do senador é o que mais vale nesta Casa. Se eu dou a palavra ao senador, e quem não quiser ouvir, por favor, se retire. Com a palavra V. Exa.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Wellington Salgado. Então, hoje, a pena para esbulho possessório é de um a seis meses de multa. O Senador Gilberto Goellner está propondo que isso passe para uma pena de reclusão de um a três anos, em caso de esbulho possessório em áreas de preservação permanente. E, se for em área de preservação permanente, isso vai ser acrescido de um a cinco anos.

Bem, nós avaliamos, achamos que o projeto tem um objetivo adequado, mas fizemos um ajustamento, Sr. Presidente, tanto com relação a uma redação, questão conceitual, como com relação à pena; ao invés de reclusão, a pessoa teria que ser detida, presa.

Nós estamos fazendo uma alteração, estamos aprovando o Projeto de Lei do Senador Gilberto Goellner, com uma emenda, incluindo um § 4º, dizendo que, se o terreno, edifício ou coisa imóvel a que se refere o inciso II deste artigo, integra unidade de conservação da natureza ou inclui área de reserva legal ou de preservação permanente, a pena é de detenção, continua detenção, não reclusão, detenção de um a três anos e multa, sem prejuízo da culminada no crime ambiental, se houver.

Tem a Lei de Crimes Ambientais, que está fora dessa questão, mas o esbulho possessório, então, passa, ao invés de ter de um a seis meses de detenção, passa com esse relatório meu, se for aprovado, de um ano a três anos de detenção.

Então, agrava a pena, mas não chega à reclusão, como é o que queria o Senador Gilberto Goellner. Pela aprovação da materializa, com a emenda. E parabenizo o Senador Gilberto Goellner.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Coloco em discussão a matéria acabada de relatar pelo Senador Casagrande.

Tem a palavra nosso ilustre senador da Amazonas, meu amigo João Pedro, que combatemos muito juntos, precisamos combater juntos novamente, estamos um pouco acomodados, senão, nós vamos perder a forma. Tem a palavra V. Exa.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pelo governo, qualquer combate ao lado dele eu combato, como também ao lado de V. Exa.

Tem a palavra V. Exa., Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu quero chamar atenção para essa matéria do Senador Goellner e da relatoria, porque é uma forma de acrescer, de aumentar o rigor no combate à grilagem de terras públicas; fundamentalmente, de terras públicas. O relator, ele detalha, inclusive, as unidades de conservação.

Então, eu quero chamar atenção, porque é uma grande contribuição, eu quero parabenizar o senador pela iniciativa, e, principalmente, as terras públicas, presidente, na Amazônia, só a faixa de fronteira, e não é só na Amazônia, é no Brasil todo, mas, na Amazônia, isso é muito simbólico, são 100 km. Então, aumentar o rigor ao combate à grilagem é de se destacar aqui.

E eu quero dizer ao Senador Goellner, ao relator Renato Casagrande que essa é uma matéria importante. Na Amazônia, predominam terras públicas. Meu estado, o Amazonas, 70% das terras no Estado do Amazonas são terras públicas, por conta da faixa de fronteira, por conta da BR-174, da BR-319, da Transamazônica, ou seja, o estado, o que predominam são

terras públicas. E isso não é uma particularidade do Amazonas, é uma realidade da Amazônia.

Então, aumentar o combate é a detenção, é sair de um mês a seis meses para um ano a três anos de detenção. Então, eu quero concordar e dizer que é uma manifestação importante do Senado, e eu espero que a Câmara vote a propositura do senador, porque nós vamos fazer, nós estamos zelando pelo patrimônio público, que são suas terras. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, senador. Tem a palavra, para discutir, o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, também quero cumprimentar o Senador Gilberto, que tem feito bons projetos aqui no Senado Federal. Eu acompanho o Senador Gilberto na Comissão de Agricultura, e ele tem apresentado propostas inteligentes, modernizadoras, e essa é uma proposta extremamente importante para aquilo que o Senador João Pedro acabou de dizer: a proteção do patrimônio público e a proteção de parques de preservação, que, muitas vezes, são destruídos.

No meu estado, nós temos um problema acontecendo, neste momento, áreas de preservação foram invadidas, destruídas, e a pena ainda em vigor é muito pequena para punir aqueles que, depois de feito o estrago, praticamente não há recuperação.

Então, tem que haver, sim, uma pena maior, até para colocar medo naqueles que hoje não têm nenhum temor em invadir uma área de preservação, um patrimônio público, um prédio público, destruir, e, depois, aquilo, praticamente, não tem como se recuperar.

Eu acho que essa pena deveria ser estendida, inclusive, para aqueles que destruíram o patrimônio que é público, não deixa de ser público, do campo do Curitiba, no último domingo, quando os vândalos que invadiram lá o campo destruíram arquibancadas, destruíram um patrimônio de uma instituição de 100 anos, Sr. Presidente.

Nesse caso, aqui, é diferente, nós estamos falando de parques de preservação, mas eu acho que se aplica, sim, de forma muito correta, uma pena maior, para atemorizar aqueles que hoje estão destruindo esse tipo patrimônio público. Parabéns ao Senador Gilberto Goellner.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Osmar Dias, eu queria que quem conhece o povo do estado de V. Exa. sabe que aquelas pessoas que estavam ali não representam o carinho e a atenção que o povo do Paraná tem com as pessoas que visitam e que vão até seu estado. Todos sabem que os que viram pela televisão não representam.

Eu queria dizer que o Senador Gilberto Goellner viveu muito tempo em Uberlândia e com certeza lá adquiriu muito conhecimento, que vem colocando nesses projetos que apresenta.

Lá em Uberlândia, ele desenvolveu, Casagrande, Senador Casagrande, e agora está, assim, desabrochando com todo esse conhecimento.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra o Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só complementar meu voto, rapidamente. O Senador João Pedro lembrou aqui uma questão importante, porque essa questão de ocupar, de invadir terras públicas, na região da Amazônia Legal, isso é muito comum, porque o Poder Público, tanto a União como os estados da região, têm muitas terras em seus nomes. Então, isso vira um crime ambiental, uma prática de destruição das florestas, e esse projeto aprovado no Congresso Nacional vai ser um ponto de inibição dessa prática na região.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador Renato Casagrande. Mais alguém que queira discutir?

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Sr. Presidente, rapidamente. Senador Renan.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Renan Calheiros, tem a palavra V. Exa.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Sr. Presidente, a exemplo do que fez o Senador Osmar Dias, eu queria também cumprimentar o Senador Gilberto Goellner pela participação diferenciada, qualificada nesta Comissão e no Senado Federal. Parabéns pela proposta, pela aprovação. O PMDB, com muita satisfação, faz questão de apoiar a proposta e iniciativa de V. Exa.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Wellington, só para encerrar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu gostaria, por questão de hierarquia e de respeito, mesmo durante a discussão, passar a palavra para nosso presidente, ele, então, me deu autoridade para encerrar esse projeto. Tem a palavra V. Exa., Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu queria, ao final da discussão, aqui parabeni-

zar o Senador Gilberto Goellner, em meu nome e em nome também da Bancada do Partido dos Democratas, em relação a mais esse projeto. Hoje, nós tivemos a aprovação de um projeto dele na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação, também um projeto inovador na área de óleo combustível, óleo vegetal combustível, óleo refinado combustível.

Então, eu queria parabenizar por mais esse projeto também inovador do Senador Gilberto Goellner.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, eu também quero subscrever aquilo que disse o Senador Antonio Carlos Júnior...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): ...cumprimentando o Senador Gilberto Goellner pela oportuna iniciativa, que certamente se converterá em lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado. Mais alguém que queira discutir a matéria? Não havendo quem queira mais discutir, encerro a discussão. Em votação o projeto, ressalvada a emenda. Trata-se de matéria terminativa, a votação será nominal. Como vota o Senador Aloizio Mercadante?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota meu querido amigo, Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Antonio Carlos Valadares, do estado do meu pai? Senador Antonio Carlos Valadares, de Sergipe?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o relator. Com muita honra, sou conterrâneo do seu pai.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o Senador João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota esse símbolo do meu partido, o Senador Pedro Simon?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o Senador Francisco Dornelles?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu não volto. O Senador Demóstenes não vota agora, não? Vota? Senador Demóstenes, como vota V. Exa.?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Alvaro Dias não se encontra. Senador Jarbas Vasconcelos, como vota V. Exa.? Está presente?

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Jarbas, saudade de V. Exa. Como vota a Senadora Lúcia Vânia?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com o relator.

S SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu relatei a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É verdade. Voto conhecido. Como volta o Senador Valter Pereira?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vamos com calma, aqui, agora. Como vota o Senador Osmar Dias?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota Senador Renan Calheiros?

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o Senador Adelmir Santana? Não, não está presente. Senador Agripino saiu. Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Arthur Virgílio está presente? Senador Gim Argello?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Faltou mais alguém? Não? Então, esse foi aprovado por unanimidade. Agora, em votação, a emenda, que também é votação terminal.

Eu pergunto aos Srs. Senadores se posso computar o voto do projeto para a emenda? Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado. Repetiremos o voto.

Então, aprovado por unanimidade. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

Retorno a presidência ao Senador Demóstenes Torres ou alguém que foi preparado pelo Senador ACM, o pai de V. Exa., durante muito tempo, para chegar à presidência desta Casa. Eu convivi e vi.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito obrigado. Pela ordem, Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, logo após a votação das matérias nominais, eu gostaria que V. Exa. incluísse como primeiro item a ser votado o Item 27, que é a PEC nº. 48, que trata das férias dos juízes. Certamente, essa matéria alguém vai pedir vista, pode ser o Senador Mercadante que deverá pedir vista.

Então, para nós ganharmos tempo, e esta matéria entrar em votação na próxima semana, há uma divergência que eu considero legítima, entretanto, nós já estamos melhorando substancialmente a situação atual. Por isso que nós incluímos o recesso nas férias dos próprios juízes.

Então, logo após a votação nominal, eu gostaria que V. Exa. incluísse.

R. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Colocarei. Item 20 da pauta, página 445. Projeto de Lei do Senado nº. 330/2009. "*Dispõe sobre a adoção de bens apreendidos pelos órgãos públicos federais aos conselhos tutelares e conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente*." Autoria: Senador Romero Jucá. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. Parecer pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Lúcia Viana, para proferir o relatório. É terminativo. Item 20, página 445.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, "*o Projeto de Lei do Senado nº. 330/2009, de autoria do Senador Romero Jucá, tem por objetivo determinar que os bens apreendidos em caráter definitivo, pelos órgãos públicos federais, sejam doados preferencialmente aos conselhos tutelares e conselhos municipais, estaduais e nacional do direito da criança e do adolescente.*

Como os Srs. Senadores têm o projeto em mãos, eu vou ler apenas o voto. Diante do exposto... Um pouquinho da análise: a proposição não apresenta vício de constitucionalidade. Com efeito, as prescrições da Lei Maior são desrespeitadas, uma vez que a matéria abordada, que envolve normas da Administração Pública federal, é de competência da União e não se verificaram restrições à iniciativa legislativa, no caso(F).

Quanto à juridicidade da proposição, nossa conclusão é favorável, pois as normas que se tenciona produzir não violam os preceitos gerais do direito, tampouco contrariam outras regras legais, mostrando ser, assim, aptas a uma inserção harmônica no ordenamento jurídico.

As alterações trazidas ao Estatuto da Criança e do Adolescente, da mesma forma, encaixam-se com justeza nesse diploma legal".

O voto: "*sobre o mérito da proposição, acreditamos que ela promove melhorias bem-vindas ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Associamo-nos, assim, à posição adotada pela CDH, que conclui que a medida favorece os conselhos tutelares e dos direitos da criança e do adolescente, trazendo reflexos positivos para toda a sociedade.*

O voto: diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº. 330/2009, e no mérito, pela sua aprovação".

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Srs. Senadores, antes de colocar em discussão, eu gostaria que V. Exas. atentassem para a grandiosidade desse projeto.

Nós temos, no Brasil, um grave problema de estruturação dos conselhos tutelares e dos conselhos municipais, estaduais, especialmente os municipais, dos direitos da criança e do adolescente. Muita criança violada nos seus direitos, vítima de pedofilia, vítima de abuso sexual, de exploração sexual tem, no Conselho Tutelar, o primeiro lugar para ser atendido.

Esse esses conselhos não têm, na maioria das vezes, nada, não têm um telefone, não têm um fax, não têm computador, não têm automóvel, não têm estruturação alguma. Há muito tempo, vem clamando às entidades ligadas ao direito da criança, à defesa da criança e do adolescente para que os conselhos tutelares sejam melhor estruturados.

O que propõe o Senador Romero Jucá, brilhantemente relatado pela Senadora Lúcia Vânia, é que haja uma prioridade para a distribuição dos bens apreendidos pela Polícia Federal, para justamente acudir esses conselhos, a fim de dar um tratamento bom às crianças que ali procuram, em situação de muita dificuldade, de violência.

Então, os bens de um traficante, por exemplo, apreendidos, em vez de se deteriorarem nos pátios da delegacia, os bens oriundos de corrupção, os bens oriundos de apreensão de contrabando, por exemplo, que seja dada prioridade de destinação para que possam ser aparelhados os conselhos tutelares e os conselhos municipais, estaduais e mesmo nacional dos direitos da criança e dos adolescentes.

Parabenizando a Senadora Lúcia Vânia pelo brilhante parecer e ao Senador Romero Jucá. Eu abro a discussão sobre a matéria. Em discussão.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Gim Argello.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Dentro do mesmo tom, vendo a grandeza desse projeto, que realmente os conselhos tutelares fazem um trabalho maravilhoso, aqui, no Distrito Federal, a exemplo dos conselhos tutelares, tivemos eleição agora, disputadíssima em todas as regiões administrativas, e, realmente, não tem a estrutura mínima possível.

Parabenizando V. Exa. pelas colocações, chamar a atenção de todos nós pela grandeza desse projeto. Parabenizar o Senador Romero Jucá, por ter construído. E o brilhantismo, a competência da Senadora Lúcia Vânia no seu relatório.

Dessa forma, então, já adiantamos nosso voto, somos totalmente favoráveis, porque é um projeto realmente que vai incorporar, melhorar e dar condições para que os conselhos tutelares continuem fazendo esse grande trabalho que eles fazem.

R. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Permanece em discussão.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Olha, eu gostaria apenas de acrescentar o seguinte: o projeto realmente é um projeto muito importante, mas é preciso ressaltar, aqui, que a questão dos conselhos, da estruturação dos conselhos tutelares passa por uma iniciativa política desta Casa, uma decisão política do Executivo, no sentido de dotar orçamentariamente os conselhos tutelares.

Acredito que o projeto tem mérito, no sentido de aproveitar esse material que, muitas vezes, não é destinado a lugar nenhum. No entanto, ele não isenta, absolutamente, o Poder Executivo, o Ministério da Justiça de estruturar orçamentariamente os conselhos tutelares.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Permanece em discussão. Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria parabenizar a autora pela iniciativa altamente meritória, que vai ajudar a acelerar a justiça, a indenização dessas famílias com a apropriação desses bens, que, muitas vezes, se deterioram, sem nenhum uso, eu diria de reparação de direitos dos que foram agredidos. Portanto, somos favoráveis ao projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Encerrada a discussão. Senador Aloizio Mercadante?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com a relatora?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a relatora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Pedro Simon? Senador Francisco Dornelles?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valter Pereira?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Wellington Salvado de Oliveira?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o relator, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Renan Calheiros?

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Com a relatora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com a relatora, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a relatora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Jarbas Vasconcelos?

SENADOR JARBAS VASCONCELOS: Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Lúcia Vânia é a relatora. Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Gim Argello?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Com a relatora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A matéria foi aprovada à unanimidade dos presentes e será encaminhada à Secretaria-Geral da mesa, para as providências cabíveis.

Extrapauta. Projeto de Lei do Senado nº. 389/2008. "*Altera as leis complementares nº 7, de 07 de setembro de 70, que institui o Programa de Integração Social e dá outras providências, e nº. 8, de 03 de dezembro de 70, que institui o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e dá outras providências. Para permitir o saque por portadores de diabetes melittus dos saldos das contas dos respectivos programas. A Lei 8.036, de 11 de maio de 90, que dispõe sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e dá outras providências, para permitir a movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS do trabalhador acometido de diabetes melittus. A Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefício da Previdência Social e dá outras providências, para incluir o diabetes melittus entre as doenças que dão direito à inexigibilidade de prazos de carência para a concessão de auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez. E a Lei 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para estender esse benefício aos portadores de diabetes melittus*." Autoria: Senador Renan Calheiros. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. Parecer: favorável à matéria, que será ainda submetido à Comissão de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Lúcia Vânia, para proferir o relatório.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): "*Projeto de Lei do Senado nº. 389/2008, complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros. Objetiva assistir aos portadores do diabetes melittus, alterando as seguintes leis: a Lei Complementar nº 7, de 07 de setembro de 1970, que institui o Programa de Integração Social e dá outras providências, para permitir o saque, por problemas de diabete melittus, dos saldos das contas dos respectivos programas; B: a Lei Complementar nº. 8. De 03 de dezembro de 1970, que institui o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e dá outras providências para permitir o saque por portadores de diabetes melittus dos saldos das contas dos respectivos programas; C: a Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e dá outras providências, para permitir a movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço do trabalhador*

acometido de diabetes melittus; D: a Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefício da Previdência Social e dá outras providências, para incluir o diabetes melittus entre as doenças que dão direito à inexigibilidade dos prazos de carência, para concessão de auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez; E: a Lei 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para estender esse benefício aos portadores de diabetes melittus.

Na sua justificação, o eminente autor argumenta que algumas classes de doentes e de portadores de deficiências recebem de nossa legislação tratamento diferenciado, que varia da concessão de passe livre, em meios de transporte público, a benefícios previdenciários específicos, como auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, amparo assistencial, e, para os aposentados por invalidez, que necessitam de assistência permanente de outra pessoa, acréscimo de 25% sobre o valor dos proventos de aposentadoria, pelo regime geral da Previdência Social.

Segundo o Senador Renan Calheiros, a proposição objetiva estender aos portadores de diabetes melittus a concessão de benefícios já previstos em lei para outras doenças, uma antiga reivindicação de entidades, de organizações não governamentais ligadas aos diabetes, e se justifica perfeitamente.

Até a presente data, não foram apresentadas emendas, no âmbito desta Comissão".

Análise. "*Sob o ângulo formal, a proposição não enfrenta óbice de natureza constitucional. Alterações promovidas na legislação dos fundos PI/PASEP, do FGTS e do plano de benefício da Previdência Social e da legislação, que estabelece a concessão de passe livre, estão afetas ao Direito do Trabalho, Previdência Social e Assistência Social.*

Normas com este conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 e de competência privativa da União. Nos termos do art. 22, § 1º, a competência concorrente, fixado no art. 24, inciso XII e XIV, ambos dispositivos da Constituição Federal".

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, queria saudar a presença do Ministro Edson Santos.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Não concluí.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Conclua o parecer.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Não concluí.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Desculpe, senadora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A senadora precisa concluir.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): "*Por fim, propugna-se estender às pessoas acometidas dessa enfermidade a gratuidade do transporte coletivo interestadual, bem como a inexigibilidade de prazos de carência para conceder-lhes o auxílio-doença e a aposentadoria por invalidez.*

A diabete melittus é uma doença metabólica, caracterizada por um aumento anormal da glicose, o açúcar do sangue. A glicose é a principal fonte de energia do organismo, mas, quando em excesso, pode trazer várias complicações à saúde. Quando não tratada adequadamente, causa doenças, tais como infarto do coração, derrame cerebral, insuficiência renal, problemas visuais e lesões de difícil cicatrização, dentre outras complicações.

Embora não haja uma cura definitiva para o diabetes, há vários tratamentos disponíveis, que, quando seguidos de forma regular, proporcionam saúde e qualidade da vida para o paciente portador.

O diabetes afeta cerca de 12% da população, no Brasil, e está na lista das cinco doenças de maior índice de morte no mundo. Está chegando cada vez mais perto do topo da lista. Portanto, em relação ao mérito, não há o que se questionar. Muito embora, a adoção das medidas legislativas aqui propostas devam ser objeto de maior debate e aprofundamento, quando analisadas pela Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Assuntos Sociais, que também deverão se manifestar sobre a matéria.

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 389/2008, complementar".

Quero, por fim, cumprimentar o Senador Renan Calheiros por essa iniciativa. É, sem dúvida nenhuma, uma iniciativa humanista, que caracteriza os projetos com os quais ele tem defendido aqui nesta Casa. Ao cumprimentá-lo por esse projeto, quero cumprimentar por outros tantos que ele tem apresentado aqui e que têm sido objeto de análise favorável desta Comissão.

Ao Senador Renan Calheiros, autor deste projeto, meus cumprimentos e, acima de tudo, minha admiração por essa sensibilidade em entender uma doença tão cruel como essa e que precisa, realmente, de ter uma cobertura e um apoio especial do Poder Público. Muito obrigada.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu acho que o projeto é meritório, nós precisamos avaliar

o impacto disso no Fundo de Garantia por tempo de serviço, mas nós podemos provar, porque temos ainda duas comissões para analisar o mérito com mais profundidade.

E, para ir nessa linha de melhorar a saúde pública, vamos votar também a política de combate ao fumo, que traz danos ainda muito mais severos...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só estou esperando chegar o autor do voto em separado, o Senador Romero Jucá.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Esperamos votar isso ainda hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Votamos.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Muito obrigado, presidente.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pois não. Senador Renan Calheiros.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Sr. Presidente, eu queria... Para discutir, Sr. Presidente. Eu queria, rapidamente, dizer que a Organização Mundial da Saúde, ela estima que 240 milhões de pessoas sejam diabéticas, em todo o mundo. O que significa, Sr. Presidente, de 6% a 8% da população do planeta tem diabetes.

A OMS também estima que, para 2025, o planeta terá em torno de 350 milhões de diabéticos. Como responsáveis pelo aumento da incidência e prevalência do diabetes, nós temos, Sr. Presidente, dentre outras coisas, o envelhecimento da população, a urbanização crescente e os estilos de vida pouco saudáveis: o sedentarismo, a alimentação inadequada, a obesidade e por aí vai.

O diabetes, no Brasil, afeta, Presidente Demóstenes, cerca de 10% a 12% da população no nosso país e está na lista das cinco doenças de maior índice de morte no mundo, chegando, como disse a Senadora Lúcia Vânia, cada vez mais aperto do topo da lista.

Foi aprovado, e eu já estou encerrando, foi aprovado pelo Senado, em agosto deste ano, o Projeto de Lei nº. 390/2008, de minha autoria, que inclui o diabetes melittus entre as enfermidades a cujos portadores será concedida a isenção de imposto de renda, sobre proventos da aposentadoria e reforma.

Na Câmara dos Deputados, Sr. Presidente, eu conversei com o Presidente Michel Temer, para que a matéria fosse rapidamente aprovada. Assim, aquele projeto, ele já recebeu um parecer favorável da Comissão de Seguridade Social e Família, e a matéria, agora, na Câmara dos Deputados, aguarda a deliberação da Comissão de Finanças e Tributação daquela Casa do legislativo.

Estas e outras propostas de minha autoria, que tramitam nesta Casa do Congresso Nacional, elas beneficiam, Sr. Presidente, os pacientes com diabetes. E esse PLS 389, que é complementar, ele já tem parecer favorável da nossa querida relatora, que disse muito bem, o Senador Aloizio Mercadante completou, que, com relação ao mérito, nós vamos ter, nas outras comissões específicas, oportunidades exatamente para discutir um pouco o conteúdo da matéria. Mas, em todo caso, eu quero agradecer aos líderes, à Senadora Lúcia Vânia, a V. Exa., que, mais uma vez, priorizou, colocando na pauta a apreciação de uma matéria tão importante para nosso país. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito obrigado, senador. Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu gostaria de me somar aos apoios que já foram dados e, certamente, serão concedidos na votação, a essa proposta da iniciativa do eminente Senador Renan Calheiros, líder do PMDB, e que foi relada pela Senadora Lúcia Vânia com tanto brilhantismo, pois se trata de um estímulo de uma concessão de um benefício a portadores de diabetes tipo 2, diabetes melittus, que ocorre em nosso Brasil e está aumentando substancialmente a cada ano.

É uma doença da civilização atual e, por várias razões, ela tem aumentado substancialmente em todos os estados brasileiros, provocando doenças as mais diversas e contribuindo para o aumento da pressão, enfim, para a mortalidade, que cresce enormemente no Brasil.

Quer dizer, a concessão de um transporte gratuito é fundamental, porque a diabetes, ela, como eu disse, causa outras enfermidades, não só a pressão alta, como até, em decorrência de deficiências dos próprios rins, a hemodiálise, obrigando a que o portador dessa doença tenha que ser atendido em condições especiais, nos hospitais que dispõem desses equipamentos.

Portanto, no mérito, esta Comissão não vai entrar; quanto à constitucionalidade, ela está bem posta e acredito que, na comissão específica, que é a Comissão de Assuntos Sociais, essa matéria será debatida com maior profundidade, inclusive, sobre a adoção de uma programação ou de uma política a ser adotada pelos estados e municípios, com o fortalecimento do modelo ou do padrão SAMU, que significa o incremento do transporte de urgência para esse tipo de portadores de doença. Portanto, meus parabéns ao seu autor, ao autor da matéria e à Senadora Lúcia Vânia.

Meu voto é favorável, com os parabéns e as felicitações a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu gostaria de fazer um comentário pessoal, acerca desse projeto do Senador Renan Calheiros, também brilhantemente relado pela Senadora Lúcia Vânia.

Eu sou de uma família de dez irmãos, família do interior de Goiás, eu sou quase o mais novo da família. Então, as famílias, anteriormente, eram muito grandes. Então, eu sou quase o caçula da família. Nossa família, meu pai era diabético, um homem rigoroso, conseguiu controlar, mas é difícil conviver com diabetes, morreu com quase 80 anos de idade.

Meu irmão mais novo era um homem muito brilhante, conhecido no estado de Goiás, morreu infartado, com 45 anos de idade. Diabético. E, assim, minha irmã morreu também o ano passado, diabética, cega, fazendo hemodiálise. Tanto é que eu optei por uma solução radical, por uma cirurgia não experimental, mas ainda não totalmente regulamentada, para tentar me livrar desse mal. Não foi uma questão apenas da obesidade. Fui uma vez no InCor, eu estava fazendo, saiu um resultado, dando 290 de glicose. Quer dizer, os médicos queriam me internar imediatamente, e tal, por quê? Não era nem por ausência de controle, a atividade aqui é muito estresse, e o estresse é um veneno para o diabético.

Então, eu convivo diariamente com esse problema, essa cirurgia me colocou com a glicose entre 120 e 130, com a possibilidade de baixar e me curar, definitivamente, do diabetes. Mas quantos brasileiros terão essa oportunidade que eu tive? E convivo, ainda, porque tenho alguns irmãos vivos com diabetes constantemente, tomando insulina, é medicação muito cara, a tal ponto que a Organização Mundial de Saúde diz: "A grande doença deste milênio vai ser diabetes.

V. Exa. leu os dados, e a Senadora Lúcia Vânia leu outros dados, são dados de relevância. Eu acho, inclusive, que o Senador Aloizio Mercadante fez uma observação pertinente, deixar caminhar esse projeto, para tentar ver o que pode ser feito de compatibilizar com o caixa do governo, para fazer com que esse projeto vá adiante.

Então, o que puder incentivar, em termos de liberação do Fundo de Garantia, de auxílio transporte. É muito grande o número de diabéticos no país, uma doença que mata ao longo dos anos, muito devagar. Não que alguém queira morrer depressa, não é nada disso, mas é difícil, de repente, a pessoa está com problema renal, ela está cega. Nós temos lá o exemplo de um ex-deputado estadual, em Goiás, o Senador Mauro, o Deputado Estadual Mauro Borges, filho do ex-governador Mauro Borges, com as pernas amputadas.

Segue assim, são os exemplos que nós conhecemos, porque as pessoas são famosas, mas são inúmeras as pessoas, no Brasil, atordoadas com essa doença. Portanto, eu parabenizo V. Exa., parabenizo a Senadora Lúcia Vânia; V. Exa. por ter aprovado, e ela por ter apresentado e ela por ter aprovado, sem reparo, porque essa é uma questão que eu convivo dentro da minha casa, há muitos anos, e sei o grau de limitação que tem uma pessoa com diabetes e as sequelas que essa doença pode trazer.

Não havendo mais quem queira discutir. Em... Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Diante do testemunho relevante que V. Exa. nos transmitiu, aqui, quero expressar, tenho certeza de que em nome de todos, o desejo de longa vida para V. Exa. e para continuar contribuindo com Goiás e com o Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito obrigado, senador. Em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordaram queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos. Pela ordem, Senadora Ideli Salvatti, em seguida, Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu já solicitei a inclusão extrapauta do projeto da Universidade Latino-Americana. Se fosse possível ele ser apreciado de imediato, se houver a concordância...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ele é terminativo?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, ele não é terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos votar agora, falta... o Senador Antonio Carlos Valadares tinha pedido preferência e, em seguida, votamos o de V. Exa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isso, isso, porque eu tenho que ir...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): ...à Comissão Mista de Orçamento.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, eu gostaria de requerer, nos termos do art. 261, § 1º, e 263, Parágrafo Único, do Regimento Interno do Senado Federal, a juntada no processado do substitutivo da Câmara Federal ao Projeto de Lei nº. 268/2002, que dispõe sobre o exercício da medicina, das informações e documentos em anexo, colhidos

na condição de relatora do projeto na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.

Eu gostaria, Sr. Presidente, como V. Exa. sabe, eu fui autora, aqui, de um acordo, de um projeto que é objeto de acordo, foi objeto de acordo de 14 profissões da área de saúde. Esse acordo está consignado, aqui nesses documentos que eu encaminho a V. Exa., para que seja colocado no processo. E quero dizer a V. Exa. que isso foi objeto de trabalho de dois anos de luta, de reuniões, de busca do consenso, e esse consenso a gente conseguiu aqui e conseguimos aprová-lo por unanimidade, portanto, passo à mão de V. Exa. toda essa documentação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Defiro e peço que se junte aos autos. Entregue ao Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É sobre o assunto, Sr. Presidente. V. Exa., para minha honra, designou-me relator de uma proposta, justamente que trata do ato médico, que veio da Câmara dos Deputados, com uma redação completamente diferente daquela que nós aprovamos pela Comissão de Assuntos Sociais e teve como relatora a Senadora Lúcia Vânia, e eu era o presidente, na época, da comissão, houve realmente um consenso entre os diversos segmentos ligados à saúde, de tal modo que esse projeto foi aprovado sem maiores contestações ou divergências.

Então, para prevenir qualquer prejuízo a qualquer segmento da saúde, eu vou sugerir, oportunamente, a V. Exa. um prazo maior, para que eu consiga conversar com toda as categorias e, assim, fixar um texto que seja consensual, que é objetivo de V. Exa., no momento em que V. Exa. me designou, não me falou nada, a não ser que eu procedesse da forma como sempre atuamos nesta Comissão. Agradeço a V. Exa.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós nos comprometemos, na sessão anterior, de votarmos o projeto, a lei de restrições ao cigarro, ao fumo no Brasil. Eu estou sentindo um esvaziamento da comissão, que impedirá, depois, que é uma votação que exige votação nominal.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não é nominal, mas eu só estou aguardando...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas, seguramente, vai ser solicitada verificação de votação. Então, eu solicitaria que nós colocássemos na pauta, sei que líder de governo tem muitas atribuições, só corre aonde é urgente. Vamos colocar na pauta, que o Romero aparece. Vamos começar a discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A questão não é nem colocar na pauta, a questão é: ele diz ter um voto em separado. Eu estaria... Por exemplo, a Senadora Lúcia Vânia estava numa audiência externa, pediu para que nós segurássemos, e foi o que nós fizemos.

O Senador Romero Jucá tomou a mesma providência, saiu e disse que tinha uma audiência no Banco Central e voltaria para relatar. Então, não vejo inconvenientes ou inconveniência em esperar que ele chegue para ler o voto em separado. Vamos decidir por um voto ou por outro.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, V. Exa.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, V. Exa. está agindo com o devido cuidado, com relação a essa matéria, já que o autor de um voto em separado não está presente e deve se assegurar a ele o direito de participar dessa discussão. No entanto, o que se presume de todas as opiniões que já ouvimos, aqui, é que a matéria vai ser amplamente discutida. Então, o que é que nós poderíamos fazer? Deflagrar a discussão...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E iniciar o processo.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Enquanto isso, aguarda-se a chegada do Senador Romero Jucá.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, é o seguinte: obstrução é legitimo, V. Exa. sempre tem pautado para a gente enfrentar os debates e tomar decisões, seja qual for. Eu acho que, se houver obstrução à matéria, as pessoas têm que assumir, é legítimo. Mas iniciar a discussão sobre esse projeto vai permitir o debate a tempo de o Senador Romero retornar, mesmo porque não é terminativo aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não é nem discussão, porque já foi... Já houve pedido de vista.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Esse projeto vai a outras comissões.

O pedido de vista e a apresentação de voto em separado, e ainda temos o Estatuto da Igualdade Racial, que pode ser votado hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, vamos votando aqui, enquanto não vai haver obstrução, até porque é não terminativo.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, e o Item 27?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O Item 27 nós vamos colocar neste exato momento.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 27, página 557. Proposta de Emenda à Constituição nº. 48/2009. "*Altera os art. 93 e 128, para prever o direito a férias anuais, individuais e coletivas, dos magistrados e membros do Ministério Público*." Autoria: Senador Valter Pereira e outros. Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Parecer: favorável à matéria, com duas emendas, que apresenta.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Antonio Carlos Valadares, para proferir o relatório.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, para atender uma sugestão de V. Exa., nós, momentaneamente, tiramos nosso parecer da pauta e redirecionamos outra redação ao texto, que foi distribuída, essa redação, a todos os membros desta Comissão.

Texto esse que passo a ler na íntegra. "*Em exame, nesta Comissão, a proposta de emenda à Constituição, identificada na ementa de autoria do Senador Valter Pereira e outros 30 ilustres senadores, que objetivam alterar os arts. 93 e 128 da carta política, para prever o direito a férias anuais, individuais e coletivas, dos magistrados e membros do Ministério Público.*

Pela proposição, altera-se o inciso VII do art. 93, ao qual ainda é incluído o inciso XII A e a alínea "d" do inciso I do § 5º do art. 128, da Lei Maior. As modificações requeriam as férias forenses de 2 a 31 de janeiro e estipulam em 60 dias, no texto constitucional, as férias de magistrados e membros do Ministério Público e disciplinam como elas estão organizadas ou gozadas.

A proposição obriga que as férias sejam divididas em dois blocos de 30 dias: um de férias individuais e outro de férias coletivas, que caracterizariam o retorno ao ordenamento jurídico das férias forenses.

Na justificativa da proposição, seus autores argumentam que a eliminação das férias forenses que resultavam em férias coletivas do Judiciário e do Ministério Público, promovida pela Emenda Constitucional nº. 45, de 30 de dezembro de 2004, não contribuiu para a qualidade da prestação jurisdicional do Brasil, pois nem beneficiou as partes e seus advogados, nem contribuiu para a celeridade judicial.

Segundo os nobres senadores, o fim das férias coletivas permitiu que os magistrados gozassem suas férias em diferentes meses do ano, prejudicando, dessa maneira, a tramitação dos processos, sobretudo nos Tribunais, uma vez que as Câmaras e turmas ficavam desfalcadas para realizar julgamentos.

Arrematam os proponentes que o restabelecimento das férias coletivas será benéfico também para o advogado que trabalha sozinho e não usufrui de férias. Até o momento, não foram apresentadas emendas à proposta.

Analise: o art. 356, do Regimento Interno do Senado, fixa a competência desta Comissão para analisar propostas de emendas à Constituição, com a emissão de parecer, inclusive, quanto ao mérito, a legitimidade da iniciativa para a propositura da PEC nº. 48/2009 tem fundamento constitucional no inciso I do art. 60 da Lei Maior, visto que é apoiada por mais de 1/3 dos membros do Senado Federal.

A proposição em exame não vulnera a Lei Magna, notadamente, as garantias constitucionais de magistrados e membros do Ministério Público, previstas, respectivamente, nos art. 95 e 128, § 1º, inciso I do texto constitucional, tampouco conflita com a disposição do Regimento Interno do Senado, portanto, pode ser objeto de deliberação pelo Poder Legislativo.

No que diz respeito à técnica legislativa, a única ressalva é quanto ao fato de julgarmos que a ementa deveria registrar expressamente que os artigos modificados são da Constituição federal. No tocante ao mérito, o direito de gozar 60 dias de férias por ano é conferido a magistrados e membros do Ministério Público pela lei, respectivamente, art. 66 da Lei Complementar nº. 35, de 14 de março de 1979, Lei Orgânica da Magistratura Nacional; e art. 51 da Lei nº. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, Lei Orgânica Nacional do Ministério Público.

Contudo, com o chamado recesso no Natal, época da comemoração das festas natalinas, esse período se estende ainda mais, ou seja, 60 dias, mais recesso natalino de cerca de 18 dias, assim, aliamo-nos com a ideia de que é necessário regulamentar as férias de magistrados e membros do Ministério Público. Certamente, a regulamentação contribuirá para uma prestação jurisdicional mais célere e eficiente, tão desejada pela população.

Com efeito, temos convicção de que o estabelecimento de férias anuais e individuais de 30 dias para juízes e membros do Ministério Público e 30 dias de férias coletivas contribuirá muito mais para a eficiência e celeridade.

Dessa forma, entendo que devem ser mantidos os 30 dias de férias individuais, mais 30 dias de férias coletivas, devendo ser incorporado às férias coletivas o período do recesso natalino.

Quanto aos advogados, profissionais liberais, também usufruirão do período de férias coletivas, tendo em vista que a suspensão dos prazos processuais proporcionará o descanso de suas atividades laborais.

Nesses termos, propugnamos pela aprovação da proposição, com a emenda que apresentamos. Em face do exposto, o voto. Votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação da proposta de Emenda à Constituição nº. 48/2009, com as emendas a seguir: dê-se ementa da proposta de Emenda à Constituição nº. 48/2009, a seguinte redação: 'Altera os arts. 93 e 128 da Constituição Federal, para prever o direito a férias anuais, individuais e coletivas, dos magistrados e membros do Ministério Público; e, ao art. 1º, nós estamos apresentando uma emenda com a seguinte redação: 'art. 1º. Os arts. 93 e 128 da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes alterações: art. 93, inciso XII, atividade jurisdicional e ininterrupta em todos os graus de jurisdição, devendo funcionar juízes em plantão permanente, durante todos os dias, inclusive nos períodos de férias coletivas dos magistrados, em que não houver expediente forense normal; 12 A: direitos a férias anuais aos magistrados, por 60 dias, divididas em dois períodos, um de férias individuais e outro de férias coletivas, este no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro, vedada sua conversão em pecúnia; art. 128, § 5º, inciso I, letra 'd': direito a férias anuais por 60 dias, divididas em dois períodos, um de férias individuais e outro de férias coletivas, este no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro."

Sr. Presidente, este é o parecer.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, para discutir a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Para discutir, Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria, eu sei que houve consultas, que há uma busca de entendimento e reconheço que o trabalho de um magistrado é um trabalho de grande responsabilidade e um trabalho estafante, como também é o trabalho de um advogado e do Ministério Público. Agora, a pergunta que eu faço ao relator e ao autor é: o trabalho de um peão metalúrgico, na frente de uma máquina, é desgastante? Um trabalhador da construção civil, que carrega sacos de cimento nas costa é desgastante? Se é desgastante, por que eles têm só 30 dias, e nós vamos dar para a Justiça 60 dias da férias? Qual é o argumento? Vamos discutir as coisas com essa situação de morosidade da Justiça, em que os processos não andam, porque os juízes estão sobrecarregados.

Eu pergunto, eu entendo o sentimento. Eu me lembro que eu era professor, era presidente da Associação Nacional de Docentes, em 1980, e o professor tinha aposentadoria de 30 anos; as mulheres, 25 anos. E é um trabalho. Dar aula é um trabalho difícil, você tem que preparar, é um trabalho intelectual, é um trabalho exigente. Mas eu me perguntava, e a categoria, inclusive, me criticava, porque eu dizia: "A gente não tem condições de a gente exigir que eu me aposente com 30 anos, e o trabalhador que construiu o prédio da universidade, carregando saco de cimento, carrinho de mão, etc. e enxada, tenha 35 anos de trabalho.

Então, eu só queria ponderar o seguinte: não há por que ter 60 dias. Não há por que, numa atividade como a Justiça. Não há por que, não há uma razão justificada que diferencie o trabalhador da Justiça das outras categorias, que, às vezes, têm um trabalho tão estafante quanto. Não é digo que é menos. Digo que é tão quanto.

Então, eu, realmente, ponderaria... Qualquer fábrica, o advogado que trabalhar numa indústria só tem 30 dias; se ele trabalhar numa empresa... Não está diminuindo, porque hoje ainda tem o recesso. Na realidade, hoje, são 78 dias, fora os feriados. E os feriados prolongados, então, hoje, são 78 dias. Reduz para 60.

Minha proposta é objetiva. Vamos fazer 30 dias e podemos fazer um recesso de 10 dias no final do ano, entre o Natal e o Ano Novo, como muitas categorias têm, como muitas categorias têm, aí fica uma coisa equilibrada. Agora, 60 dias... Não há razão para a gente dar 60 dias para quem trabalha na Justiça, e os trabalhadores que precisam de justiça só têm 30 dias; mesmo os advogados que estão trabalhando em empresa só têm 30 dias. Então, não há sentido.

Eu não vejo o que fundamenta essa decisão. Eu sei que a corporação é uma corporação forte, é uma corporação importante, eu acho que é um trabalho muito pesado, está sobrecarregado, mas o país não tem condições de tratar de forma tão desigual os iguais.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só para dizer o seguinte: a proposta do Senador Antonio Carlos Valadares é para reduzir de 78 para 60 dias.

O Senador Aloizio Mercadante sugere a redução para 30. Vamos lembrar só o que aconteceu aqui no Congresso. Quando eu entrei, nós tínhamos o quê? Mais ou menos, 90 ou mais dias de recesso, e, hoje, nós temos...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Quarenta e cinco.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, temos mais.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Trinta mais 15.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Trinta, mais 17 e mais 10, nós temos 57 dias. Muito bem, vamos apelidar do jeito que nós quisermos, mas não dias não trabalhados, e também os professores, no Brasil, têm recessos dessa maneira. Então, é discutir se realmente nós vamos partir para dar 30 dias para todos.

Acho que a proposta do Senador Antonio Carlos Valadares já é uma evolução, como foi uma evolução nós cortarmos 30 dias nossos, nós tínhamos 90, quer dizer, daqui a pouco, a sociedade também pode exigir que nós tenhamos só 30 ,e nós vamos ter que discutir que isso é razoável. Vamos ter que dizer que isso é razoável.

Então, a proposta do Senador Antonio Carlos Valadares, que estabelece, com um regramento primeiro coletivo e um individual já é uma evolução, porque os advogados, hoje, realmente, não têm férias, e já é uma evolução em relação ao sistema atual.

Talvez a gente tente tratar como ótima uma situação, quando ela é apenas possível. O que é possível se fazer hoje? Vamos lembrar, também, que nós tínhamos o "jetom", com a convocação em todas as férias. Nós tínhamos "jetom", nós tínhamos as férias que eram pagas em dobro, a convocação o presidente fazia. Então, isso tudo o Parlamento foi perdendo e foi perdendo a bem da sociedade, não foi uma má perda.

Agora, também o Judiciário, o Ministério Público e outras carreiras têm, realmente, um tempo excessivo. Vamos cortar um tempo, fazer o que é possível e vamos deixar o futuro decidir, como quer o Senador Antonio Carlos Valadares; me parece razoável a proposta, porque já estamos cortando 18 dias, como nós cortamos para nós, também.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, somente para esclarecimento, presidente. O autor da proposta tomou a iniciativa, o Senador Valter Pereira, eu sou relator e propus algumas alterações, que foram lidas no meu parecer. Inclusive, o período de férias coletivas que S. Exa. propôs, de 2 a 31 de janeiro, eu alterei para 20 de dezembro a 20 de janeiro, englobando, então, as chamadas férias, o chamado recesso, englobando o recesso.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu queria pedir vista do projeto, eu vou dialogar com o presidente do Supremo, Procurador-Geral da República, com a OAB e vou tentar fazer uma interlocução, porque eu acho que é um erro para o Judiciário e para o país essa proposta.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vista coletiva.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Entendo que há um esforço por parte do autor e do relator...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Essa proposta está cortando 18 dias. Se não aprovarmos, vai ficar 78.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas vamos tentar construir uma proposta que fosse o recesso, mais 30 dias de férias coletivas, que eu acho que seria a proposta mais justa e mais equilibrada. De qualquer forma...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concedida vista coletiva, mas concedo a palavra ao autor.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): O Senador Valter Pereira, vez que foi feita uma divergência pública sobre as férias de 60 dias, apresentada essa divergência pelo Senador Mercadante, dando a entender que nosso parecer está errado, que o autor está errado.

Então, eu acho que é preciso um esclarecimento sobre esse assunto, agora, no momento, de vez que a TV Senado está sendo acompanhada praticamente, neste momento do almoço, no Brasil inteiro. É preciso esclarecimento pormenorizado sobre esse assunto, para que não se pense que nós estamos criando aqui privilégios, estamos, pelo contrário, como disse V. Exa., cortando o recesso do Poder Judiciário e do Ministério Público.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente. Com a palavra V. Exa.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu gostaria de deixar muito claro, e V. Exa. já contribuiu para isso, que essa proposta, ao invés de ampliar o período de férias, está reduzindo, está reduzindo, por quê? Porque, hoje, o magistrado tem 60 dias de férias e tem direito ao recesso de fim de ano.

Então, isso precisa ficar muito claro. Em segundo lugar, a motivação que me leva a propor esta emenda é o fato do transtorno que hoje ocorre, porque um dos períodos de férias dos magistrados, ele fixa ao seu alvitre, certo?

Então, quando acontece, por exemplo, de ocorrer as férias em determinados momentos, as férias individuais, tumultua o andamento dos processos. O advogado fica numa situação de dificuldade para operacionalizar. Agora, o Senador Mercadante, ele tem razão, eu acho que 60 dias de férias, como é hoje, realmente está destoando dos demais mortais, os trabalhadores, o metalúrgico, como ele muito bem lembrou, tem direito a 30 dias de férias.

Então, V. Exa. apresenta uma emenda, e eu acato a emenda de V. Exa. Apresenta a emenda, reduzindo para 30 dias, e eu acato, e está resolvido o problema. Se é esse o problema, está resolvido.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Estamos muito próximo de um acordo, então. Então, na próxima sessão, nós apresentaríamos um substitutivo.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agora, eu digo o autor acata, mas o relator não vai acatar, porque não é consensual.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não é consensual. O relator tem razão.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Nós fizemos um projeto ouvindo os diversos seguimentos envolvidos, e todos aceitaram essa redução, quer dizer, a quebra do recesso, a anulação do recesso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ao fim, é capaz de ficar os 78 dias mesmo.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então, ao invés de ficarmos com 78 dias ou quase 80 dias, vão ficar com 60 dias. Então, eu não aceitarei 30 dias como relator, a não ser que V. Exa. designe outro.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria só de avalizar o que o Senador Valadares disse, que realmente essa proposta...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos encerrar a discussão, foi concedida vista.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Gostaria só de concluir, Sr. Presidente. Essa proposta resultou de consultas que nós fizemos ao Judiciário, consulta que fizemos aos advogados, através da OAB, ao Ministério Público, e todos concordaram, certo? Mas, se a vontade do Plenário aqui é acatar uma proposta do Senador Mercadante para cravarmos 30 dias, eu concordo.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós vamos trabalhar nesta linha, 30, mais recesso. Semana que vem, nós apresentamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Extrapauta da Senadora Ideli Salvatti.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Antes da extrapauta de V. Exa., eu queria pedir duas coisas: primeiro, que nós pudéssemos votar o Item 33, que tem acordo do que PREVIC, que precisa ir para o Plenário ainda esta semana; e também o PLC 06, que trata da defesa da concorrência, que é o CADE, acordo dos líderes, e nós levaremos também para o Plenário. Não levamos na semana passada exatamente porque não tinha passado aqui ainda, e V. Exa. me designou relator, eu estou com o relatório pronto.

Além disso, eu queria ponderar uma questão que é o seguinte: o projeto do fumo, eu apresentei um projeto, o Senador Tião Viana apresentou outro. A relatora é Senadora Marina Silva.

Minha estratégia era pedir prioridade para votar meu projeto. V. Exa. está dizendo que eu tenho que apresentar um voto em separado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nem V. Exa., V. Exa. tem um projeto que foi dado, tem que ser alguém que apresente um voto, e o autor não vota.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Então, tendo em vista que a Senadora Marina Silva não está presente, tendo em vista que eu não fiz esse voto em separado, porque a estratégia seria pedir prioridade para o meu projeto, e ela não está aqui. Eu gostaria que tirasse de pauta essa matéria, para que eu pudesse preparar o voto em separados, e a gente tivesse a condição de votar posteriormente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu só posso tirar de pauta se o Plenário concordar; se o Plenário não concordar, vou ter que votar.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, para ponderar, o Senador Romero Jucá pode apresentar o voto dele, o texto do projeto que ele apresentou.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pode.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É um voto não em separado.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu não posso, tenho que conseguir alguém que apresente. Exatamente isso.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agora, objetivamente, eu acho que essa matéria que foi muito bem discutida na sessão anterior, os senadores já firmaram convicção, há duas alternativas: ou uma proposta que proíbe o fumo em lugares fechados ou uma proposta que busca acomodar com lugares reservados.

O argumento contra essa mediação, aparentemente equilibrada do Senador Romero Jucá, é que ele exigiria a exposição permanente dos trabalhadores dos restaurantes, dos garçons, que vão ficar o tempo inteiro sendo um fumante passivo, o que o agride a Convenção Quadro que a Brasil assinou com a Organização Mundial da Saúde. Então, nós mantemos o

projeto original, com o apoio do Ministério da Saúde, e gostaríamos que fosse votado, e o Senador Romero Jucá pode apresentar o voto em separado, o texto do seu projeto.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Não pode apresentar o voto em separado.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Tem outros senadores que aprovam.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, esta Casa, aqui, hoje mesmo, o Senador Mercadante, quando eu estava presidindo, V. Exa. me deu a presidência, foi discutida uma série, e o Senador Mercadante apresentou um ideia da pegar vários projetos, criar um pessoal para discutir. Esta Casa, sempre quando tem alguma coisa, para não deixar de empurrar de barriga, sempre abre a discussão. Eu conversei com o senador... Eu, inclusive, tinha um voto de uma maneira, posso votar diferente, do Senador Romero Jucá.

Então, não vejo por que esta Casa não poder aguardar mais um pouco, é uma questão muito complexa. Inclusive, para minha cidade, Uberlândia, afeta demais. Então, eu precisava de um pouco mais de paciência, para consultar pessoas importantes, não é de carregação, acho que o Senador Romero Jucá está apresentando alguma coisa factível.

Eu, inclusive, como líder, se meu líder não estiver presente, eu, como vice-líder do PMDB, vou acompanhar o Senador Romero Jucá na ideia dele. Agora, V. Exa. é que conduz o processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito bem, quem é favorável ao requerimento do Senador Romero Jucá, para tirar de pauta esta semana, permaneça como se encontra. Aprovado, com os votos contrários do Senador Valter Pereira, Aloizio Mercadante e Eduardo Suplicy. A matéria, portanto, volta a semana que vem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, permita apenas expressar que estou de acordo com o ponto de vista do Senador Aloizio Mercadante sobre as férias, no item anterior. Obrigado.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, ainda sobre o item anterior, Sr. Presidente, apenas para fazer a declaração. Eu vejo que cabia, nos tempos em que os parlamentares saíam de suas províncias de navio para o Rio de Janeiro, cabia, numa época de comunicação mais lenta, cabia, sim, aquele recesso tão longo. A modernização veio, eu não vejo por que não se adaptar essa modernização ao Judiciário.

As coisas mudaram, também, com o tempo mais veloz, para eles, igualmente. Agora, entendo que deveria haver uma conversa com eles. Eu sou simpático à tese do Senador Valadares, mas entendo que deveria haver uma conversa com o Judiciário, algo que diga: "Olha, vamos, de comum acordo, chegar à conclusão sobre algo que é inevitável, que é mexer no tempo de férias a que os senhores têm direito".

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Requerimento. Só requeiro... O Senador Aloizio Mercadante. Requer Audiência Pública para instruir a PEC 48, que trata do direito a férias coletivas individuais dos magistrados, indicando as seguintes autoridades: presidente do Supremo Tribunal Federal; representante do Conselho Nacional de Justiça; presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; Procurador-Geral da República.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordaram queiram permanecer como se encontram. Aprovado. Portanto, essa PEC vai ser discutida o ano que vem, uma vez que vou ter que fazer Audiência Pública.

Retirada de pauta, a semana que vem...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, a solicitação do Item 33, da Previdência, e do PLC 6, do CAD.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos votar. Extrapauta, Projeto de Lei da Câmara nº. 186/2009. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal de Integração Latino-Americana, UNILA, e dá outras providências. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senadora Ideli Salvatti. Parecer: favorável à matéria.

A matéria foi apreciada pela representação brasileira no Parlamento do MERCOSUL e pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e será apreciada, posteriormente, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Ideli Salvatti, para proferir o relatório.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, agradeço, inclusive, a concordância de todos os senadores e senadoras para podermos apreciar esta matéria, que é extremamente relevante.

"*Essa criação desta nova universidade, Universidade Federal de Integração Latino-Americana, UNILA, ela se deve com os seguintes objetivos, porque, além de ministrar o ensino, ela também deverá desenvolver pesquisas e promover a extensão universitária, tendo como missão específica a qualificação de mão de obra necessária, tanto à promoção da integração e ao desenvolvimento regional como ao intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina e, em particular, o Mercado Comum de Sul, MERCOSUL.*

Conforme a exposição de motivos que foi subscrita pelos Ministros Paulo Bernardo e Fernando Haddad,

num contexto de integração regional, na América Latina, as universidades são chamadas a interagir, em termos nacionais e transacionais, repartindo solidariamente, com respeito mútuo, o saber e a tecnologia com os demais países latino-americanos. E é por isso que as universidades distribuídas pelo território nacional precisam ser pensadas a partir e em conexão com os grandes desafios que deverão ser superados pelo Brasil, nas últimas décadas, entre os quais são mais relevantes a superação das desigualdades e a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, capaz de conciliar crescimento econômico com justiça social e equilíbrio ambiental.

A UNILA se caracterizará pela sua atuação na integração com os países membros e associados do Mercado Comum do Sul, MERCOSUL. A meta é construir uma universidade com 10 mil estudantes de graduação, mestrado e doutorado, com um quadro docente de 250 professores. A seleção de professores será realizada em língua portuguesa ou em língua espanhola, de modo a garantir igualdade de condições a candidatos oriundos de todos os países da região.

A estrutura organizacional da UNILA é assemelhada àquela das demais universidades federais brasileiras. Deverão ser criados cargos em direção e funções gratificadas, na quantidade necessária. As provisões orçamentárias anuais são previstas em três bilhões, 160 milhões, e tais provisões são compatíveis com a Lei de Responsabilidade Fiscal e a LDO.

O projeto foi encaminhado à Câmara dos Deputados, foi aprovado nas comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público, de Educação e Cultura e na de Finanças e Tributação. Aqui no Senado, o projeto foi objeto de apreciação pela Comissão de Relações Exteriores, e o Senador José Agripino, relator naquela comissão, apresentou parecer pela aprovação da matéria, que foi aprovada por unanimidade; não foram apresentadas emenda à proposição.

Com relação à constitucionalidade da matéria, embora se trate de uma instituição com claros aspectos comunitários e de características de relação internacional, toda a institucionalização dessa universidade se dará nas normas infralegais do Brasil, conforme se estabelece nas nossas regras, tanto constitucionais quanto legais, da LDB.

O parecer aprovado pela Comissão de Relações Exteriores, a criação da Universidade Federal de Integração Latino-Americana integra um conjunto de ações do Governo Federal, voltadas para a valorização da educação, na condição de instrumento da promoção do desenvolvimento sustentável e de mecanismos de inserção de parcelas mais carentes da população brasileira nas instituições de ensino superior.

Faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação, PDE, e, de modo particular, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras, o REUNI.

E, juntamente com a UNILA, se caracterizam duas outras universidades, que já foram aprovadas, como é o caso da Universidade Federal do Oeste do Pará, UFOPA, sediada em Santarém, e da Universidade Federal da Fronteira Sul, sediada em Chapecó.

São universidades que têm exatamente essa característica de relação com o continente latino-americano. Além disso, a proposição se insere no conjunto de ações e metas do plano de ações do MERCOSUL, para o período de 2006/2010.

Torna-se altamente necessária e positiva, portanto, num contexto histórico de integração latino-americana, a criação da Universidade Federal de Integração Latino-Americana, a UNILA. Em fosse do exposto, opinamos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei da Câmara de nº. 189/2009, votamos, quanto ao mérito, pela sua aprovação".

É esse, Sr. Presidente, meu parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Para discutir, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, obviamente que voto, e o PSDB também o faz, a favor do projeto. Assinei, neste momento mesmo, a urgência solicitada pela Senadora Ideli Salvatti, que é relatora da matéria. Agora, obviamente que eu tenho que fazer algumas considerações a respeito do MERCOSUL, porque eu temo que, no fundo, no fundo, seja uma medida cosmética. Não volto contra, na esperança de que não seja, na esperança de que eu esteja errado, mas pode ser uma medida cosmética, porque o que eu vejo mesmo é a decadência da união aduaneira que queríamos construir, que não estamos sabendo construir.

O Brasil cede, seguidas vezes, à Argentina, que acaba de obter, com seu protecionismo e com sua crise econômica, o adiamento da entrada em vigor da TEC, da tarifa externa comum, para 2011, que é um grande prejuízo para o Brasil e para a união aduaneira; isso aí mata a figura, a base da união aduaneira, mata o alicerce fundamental da união aduaneira.

E nós estamos vendo a complicação que é lidar com a instabilidade política do Paraguai. Eu entendo que o Uruguai tem rumos bastante melhores, bastante mais seguros. O Chile evitou entrar no MERCOSUL precisamente porque queria fazer os acordos bilate-

rais, que o Brasil ficou impedido de fazer, até porque procura fazer acordos a partir do MERCOSUL, e nunca esses acordos são possíveis.

Agora mesmo, o MERCOSUL, e a Argentina é muito culpada disso, o MERCOSUL vive problemas dramáticos, momentos duros e, em relação ao impedimento que se coloca para um acordo com a União Européia. Eu não vejo um encaminho bom. Hoje, nós votaremos, é o compromisso que temos, deliberaremos sobre o ingressou ou não da Venezuela no MERCOSUL.

Eu entendo que será a mesma pá de cal, não concordo com a entrada da Venezuela, entendo que, se a questão é meramente comercial, podemos estabelecer uma área de livre comércio, começar por aí e esperar que esse país cumpra a cláusula democrática e cumpra com as diretrizes macroeconômicas de quem quer de fato se aproximar dos países que, como Brasil e Uruguai, estão tentando fazer o dever de casa, com inflação baixa, certo equilíbrio fiscal, e precisaria de mais equilíbrio fiscal, política monetária, que trabalha com a necessidade da inflação baixa, enfim.

Lá eles divergem, as diretrizes macroeconômicas da Venezuela são absolutamente divergentes das nossas; eles vão para um lado, nós vamos para o outro. Esse é um elogio que faço à condução que já dura 15 anos da política econômica brasileira.

Portanto, voto, voto entendendo que o principal, mesmo, seria consolidar o MERCOSUL, e isso não está sendo feito. E aí sai uma coisa boa coisa, bonita, uma universidade latino-americano, que é contra; em tese, ninguém é contra, agora, se isso vai se revestir de efetividade eu não sei, tomara que sim, acredito que não e espero que assim, mas voto a favor, fazendo o registro de que o MERCOSUL não vai nada bem. E a que tendência, a depender do resultado de hoje, será ir pior ainda, porque vai passar predominar no MERCOSUL, e com direito de veto, o jogo ideológico rasteiro que o Coronel Chávez gosta de impor a todas as suas manifestações. Obrigado, presidente. Mas voto a favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Permanece em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado o parecer.

A matéria será encaminhada à Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Transfiro a presidência ao nobre Senador Francisco Dornelles.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): "*Projeto da Câmara 136, cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar*." Autoria: Sr. Presidente da República. Relatoria: Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Sr. Presidente, "*o projeto já tramitou em diversas comissões, cria a estrutura da PREVIC, da superintendência que vai fiscalizar os fundos de pensão, extremamente importante para os trabalhadores brasileiros e também para o investimento brasileiro, tendo em vista que, nos fundos de pensão, em todo o mundo, são grandes investidores, portanto, têm um papel importante no investimento de longo prazo*".

O parecer é favorável, nós somos pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Em discussão a matéria.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, o PSDB vota sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Em votação. Os senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu peço urgência para a matéria, tendo em vista que nós votaremos em Plenário ela ainda esta semana.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Coloco em votação a urgência. Os senadores que concordarem, permaneçam como estão. Aprovado. Projeto de Lei da Câmara...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente. O senhor me permite? Eu gostaria apenas de aqui fazer um registro. Como hoje é o Dia Nacional do Combate à Corrupção, houve iniciativa, hoje pela manhã, em que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Ministro Jorge Hage, da Controladoria Geral da União, enviaram para o Congresso Nacional o Projeto de Lei que tornam hediondos os crimes de corrupção no país, quando cometidos por altas autoridades da Administração Pública, federal, estadual e municipal, e que tem uma série de elementos. E eu queria, dada a importância deste fato e do dia, registrar isso, pois, certamente, nós estaremos examinando com o devido cuidado essa proposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Parabéns o Senador Suplicy, suas considerações estão levadas em conta.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, aliás, eu acabei de ver a enfática declaração do presidente de que a aprovação dessa matéria, com a qual eu me ponho de acordo, acabaria com a pouca vergonha no país. Obviamente, então, que para adicionar coerência ao pronunciamento de S. Exa. de-

veria não fazer mais óbice à fiscalização do Tribunal de Contas da União e nem tampouco criticar o papel da imprensa, que não é só o de fazer papel de Diário Oficial, é relatar mazelas de quaisquer instâncias governamentais, inclusive das não governamentais, tipo Parlamento, tipo Judiciário.

É preciso que a gente junte ao discurso a ação prática, e aí teremos efetivamente a condenação e a prática da condenação efetiva a essa mazela terrível que é a corrupção.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu também gostaria de me manifestar, em relação a esse projeto da Presidência da República. E acho válido e importante, mas é preciso que as instâncias que investigam estejam livres para fazê-lo, porque não adianta que nós...

Como é que vai punir a corrupção, se as instâncias que vão investigar, Tribunal de Contas e o Ministério Público, não estiverem livres para fazê-lo? Então, é preciso que não se amordace o Tribunal de Contas da União e que se permita que a fiscalização aconteça, e a corrupção, então, seja descoberta e punida devidamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Projeto de Lei da Câmara nº. 6/2009, não terminativo. "*Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, o CADE*." Relator: Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, essa matéria também, Sr. Presidente, tem acordo de liderança, foi discutido bastante, em diversas comissões, o projeto foi modificado da forma como veio da Câmara, e, portanto, essa é a última etapa para que nós possamos votar em Plenário.

O parecer é favorável, e nós somos pela aprovação, da forma como foi feita a negociação com todas as emendas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Em discussão a matéria.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esse projeto foi exaustivamente discutido, e, inclusive, o Democratas também fez o acordo para votação em Plenário, portanto, nós somos favoráveis.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Apenas para corroborar, em nome do PSDB, as palavras do Senador Antonio Carlos, dizer que de fato há um acordo, e a mérito de projeto. Proveito para ressaltar o valor e a integridade, além... Com que vem conduzido o CADE o jovem e brilhantíssimo advogado, Dr. Artur Badin.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio. Em votação a matéria. Os senadores que estejam e concordam permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, da mesma forma como o projeto anterior, eu peço urgência para a matéria e pediria que, depois, o processado fosse remetido a Plenário, porque há acordo de líderes para que nós possamos votar a matéria em Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Em votação a urgência. Os senadores que concordaram permaneçam como estão. Concedida a urgência.

Projeto de Lei da Câmara 39, não terminativo. "*Acrescenta art. 258 ao Estatuto da Criança e do Adolescente*." Autoria: Deputada Laura Carneiro. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): A página?

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com a palavra a relatora, página 698.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): É 698?

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Lúcia Vânia, essa matéria o relatório já foi divulgado, de modo que, se V. Exa. desejar, só pelo voto.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pois não. Sr. Presidente, "*esse projeto é de autoria da Deputada Laura Carneiro, é um projeto também que foi amplamente debatido e, em face do exposto, embora reconhecendo a nobreza do sentimento dessa iniciativa, votamos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº. 30/2006, em razão de sua injuridicidade*".

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Em discussão a matéria. Encerrada a discussão. Em votação. Aqueles que estiverem de acordo com o voto da Senadora Lúcia Vânia permaneçam como se estão. Aprovado o voto da relatora.

Projeto de Lei do Senado, terminativo, "*para agravar a pena de notários de oficiais de registro*". Auto-

ria: Senadora Serys Slhessarenko. Relator: Senador Valdir Raupp.

Senador Valdir Raupp, V. Exa. é o relator. Página 893. Senador Valdir Raupp, o relatório já foi, inclusive, lido pelo senador *ad hoc* Senador Edison Lobão.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Esse relatório já foi feito pelo Senador Lobão, então, só ratifico o relatório que foi proferido, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Os senadores que concordarem com a aprovação, permaneçam como se estão. Aprovado.

Item 45, Projeto de Decreto Legislativo, não terminativo. "*Susta a aplicação do disposto do Parágrafo único do art. 19. Regulamenta as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente.*" Autoria: Senador Romero Jucá. Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

Designo relator *ad hoc* o Senador Antonio Carlos Júnior. Página 945.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, não há problemas de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

"*Quanto ao mérito, o foco do PDS recai sobre a exigência de reclassificação e as faixas horárias de exibição de programas de televisão... Sejam observadas as transmissões nas diferentes regiões do país, conforme seus diferentes fusos horários.*

É exatamente o dispositivo que estabelece essa exigência na Portaria nº. 1.220/2007, que o PDS nº. 48/2008 pretende sustar. A portaria 1.220 do Ministério da Justiça teria exorbitado o poder regulamentar que cabe ao Executivo, segundo o autor da presente proposição.

Argumenta o autor que os arts. 21, inciso XIV, e 220, § 3º, inciso II da Constituição Federal, teriam estabelecido que a competência da União, nesse particular, é meramente informativa, desprovida de capacidade para intervir e determinar a conduta a ser adotada pelas emissoras.

O cumprimento da norma, segundo o autor, trará imensos problemas para as emissoras pequenas, pois, com o fim da transmissão em tempo real, elas têm que gravar toda a programação para emitir no horário correto, considerando a diferença de fusos, além disso, prejudicaria anunciantes de pequeno porte, nas regiões geográficas com fuso horário distinto do oficial de Brasília.

Tal conflito de interesse acabou sendo levado à revisão jurisdicional, por iniciativa do Ministério Público, que obteve, em 09 de setembro de 2009, por decisão unânime da 1ª Seção do STJ, mandado de segurança, determinando o pleno cumprimento do que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, nos termos da Portaria nº. 1.220/2007.

Naquela oportunidade, o Poder Judiciário fundamentou sua decisão em ditames constitucionais e legais, em que nos baseamos para a confecção deste relatório.

Os ex-ministro e ministro, considerando que a Portaria nº. 1.220/2007, embora seja um ato normativo secundário, mantém, por derivação, estreitas amarras, nos seguintes preceitos judiciais: art. 21, inciso XVI; art. 220, § 3º, incisos I e II; art. 221, inciso I a IV. Isso porque a proteção das crianças e dos adolescentes foi erigida pela Constituição como valor de absoluta prioridade, artigo...

Ao enfrentar a alegação de constitucionalidade da portaria em questão, o relator do Mandado de Segurança nº. 14.041, do Distrito Federal, Ministro Teori Albino, expressou-se da seguinte: "Se a constitucionalidade houvesse, seria da lei ordinária de intermediação, e não da norma secundária, que lhe deu concretude, conforme assentado na Jurisprudência do STF".

Nesse contexto, não se configuram os atributos necessários para se caracterizar competência constitucional do Congresso Nacional de sustar aplicação da Portaria nº. 1.220/2007. Além de haver clara e inequívoca delegação legislativa para regulamentar a matéria, o Poder Judiciário não exorbitou do poder de regulamentar, pois se ateve ao escopo estabelecido na Carga Magna e na legislação infraconstitucional.

À mesma conclusão chegaram os ministros do Superior Tribunal de Justiça, que analisaram o mérito do mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público, portanto, não restam dúvidas quanto à legalidade e ao respeito aos limites de delegação legislativa dos dispositivos da Portaria 1.220/2007, cuja aplicação, o PDS nº. 41/2008 pretende sustar.

Nesse sentido, incorre em flagrante inconstitucionalidade a proposição legislativa em análise. Diante do exposto, de acordo com o relatório do Senador Antonio Carlos Valadares, o voto é pela rejeição do projeto, Decreto Legislativo nº. 41".

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Os que estiverem de acordo com o voto do relator, permaneçam como estão. Aprovado.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convocando outra reunião para a próxima quarta-feira. Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Considero que foi sábia a não votação, hoje, do Estatuto Racial, que é uma matéria relevante, que merece

ser apreciada, e com urgência, e me informou, ainda há pouco, o Senador Antonio Carlos... O Deputado Antonio Carlos Neto que foi feito um acordo muito bem pensado, muito bem medido, na Câmara, mas eu tenho uma observação a fazer como parlamentar amazonense.

Nós temos uma identidade, no meu estado, cabocla. É escassa a população negra no Amazonas. A predominância, quando se fala em miscigenação, é absolutamente do elemento indígena com o elemento europeu. E, no estatuto, as queixas são muito fortes quanto a não se mencionar essa figura, a figura do caboclo, com sua identidade histórica, com o que já viveu, com o que já sofreu e com o que já construiu, os nossos heróis. Para mim, Zumbi é um herói, mas um herói muito mais próximo de mim é o índio Ajuricaba, que resistiu até a morte ao colonizador português, liderando, com enorme maestria de arte militar, uma verdadeira guerrilha contra o colonizador português.

Então, são valores que não podem ser esquecidos, as pessoas dizem: "Nós temos o maior amor pelos negros do Brasil". E temos o maior respeito e queremos igualdade, queremos benefícios, enfim, mas é preciso que percebam que nossa identidade histórica, nossa identidade própria tem que estar ao lado disso. Então, o Amazonas é um estado caboclo, e nós não podemos trabalhar a ideia de que de amanhã eles nasçam afro-descendentes, e não é assim. Eles têm que ter uma aliança, daqui para frente, por distribuição de riqueza, daqui para frente, por cada vez mais reconhecimento aos afro-descendentes brasileiros e, por outro lado, que não sejam ignorados eles, nós, caboclos, na nossa identidade histórica, na nossa identidade cultural.

Então, eu comentei sobre isso com o líder Romero Jucá, que me propôs fazermos um exame detalhado sobre isso. Eu creio que acrescentando uma palavrinha, fazendo uma ressalva, nós daremos essa satisfação a um número de pessoas que não é numeroso, como o número de negros do Brasil, e precisam ser resgatados, sim, e o estatuto é bom, mas é uma satisfação que eles merecem, porque fazem parte e parte de honra do que o Brasil possa oferecer de melhor, na perspectiva do seu futuro. Muito obrigado, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Senador Arthur Virgílio, parabéns pelas suas considerações, sempre brilhantes, como todas as que V. Exa. faz nesta Comissão. Está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 13h29.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 76ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e quarenta e um minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senhora Senadora Marisa Serrano, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte,** e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Alvaro Dias, Flávio Arns, Eduardo Azeredo, Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Valdir Raupp, Garilbaldi Alves Filho e Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Valter Pereira, Mauro Fecury, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana, Sérgio Zambiasi e Cristovam Buarque. Justificam a ausência os Senhores Senadores Roberto Cavalcanti e Romeu Tuma. A Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 42/07-CE, de autoria dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Flávio Arns, Marisa Serrano, Ideli Salvatti e Lúcia Vânia e ao Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 42/07-CE, de autoria do Senador Augusto Botelho, que tem como objetivo debater **"Os 13 anos de vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB"**. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Hugo Napoleão do Rego Neto, Ex-Ministro de Estado da Educação no período de 03/11/1987 a 16/01/1989; Senhor Carlos Alberto Chiarelli, Ex-Ministro de Estado da Educação no período de 15/03/1990 a 21/08/1991; Senhor Senador Marco Antônio de Oliveira Maciel, Ex-Ministro de Estado da Educação no período de 15/03/1985 a 14/02/1986 e Senhor Senador Cristovam Buarque, Ex-Ministro de Estado da Educação no período de 01/01/2003 a 27/01/2004**. Neste momento, o Senhor Senador Flávio Arns requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Re-

querimento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 001: Requerimento nº 48/09-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que requer "... nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, que a **Audiência Pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte em conjunto com a CAE, CCJ e CAS**, aprovada por meio do Requerimento nº 47, de 2009 – CE, em 17 de novembro de 2009, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 221, de 2009 (Vale-Cultura) **seja dispensada uma vez que, na mesma data e horário, será realizada Audiência Pública desta Comissão, anteriormente agendada,** destinada a discutir "Os 13 anos de vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, com a participação dos Excelentíssimos Ex-Ministros de Estado da Educação e do atual Ministro, Fernando Haddad". O Requerimento é aprovado. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Augusto Botelho, Flávio Arns e Raimundo Colombo. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **MARISA SERRANO**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTE – CE

76ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Havendo número regimental declaro aberta a 76ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, e submeto a apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata de reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se acham. Aprovado.

A presente reunião atende ao Requerimento n°. 42, de 2007, dessa Comissão, de autoria dos Senadores Augusto Botelho, Flávio Arns, Marisa Serrano, Ideli Salvatti, Lúcia Vânia e ao Aditamento n°. 1, de 2009, de autoria do Senador Augusto Botelho, para realização dessa audiência pública destinada a comemorar e discutir os 13 anos de vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB, com a participação dos Excelentíssimos ex-Ministros de Estado de Educação e do atual Ministro Fernando Haddad.

Dando início a Audiência Pública, solicito ao Senador Camata, Augusto Botelho, que acompanhem os Exmo. Ministros até a Mesa. Queria agradecer muitíssimo a presença do Ministro Hugo Napoleão, do Ministro Carlos Chiarelli, do Senador, Ministro Cristovam Buarque, Ministro e Senador Marco Maciel, está vindo de uma reunião e o Ministro Fernando Haddad confirmou a presença, vamos aguardá-lo também. Mas a ideia de preparar essa audiência pública era justamente discutir a questão da LDB e os autores da proposição aqui, o Senador Augusto Botelho, o Senador Flávio Arns falarão a respeito, mas eu gostaria de colocar um pouco da minha experiência quando cheguei à Câmara dos Deputados e a nossa LDB estava há 22 anos ainda tramitando no Congresso Nacional e em 96 ela foi promulgada, a época que eu era deputada federal. E todos nós, professores desse país, trabalhando muito, discutimos muito, para chegarmos ao texto que chegamos. E era bom mesmo a gente ver uma retrospectiva numa série histórica até hoje, ver como é que nós andamos ano a ano na aquisição e na vigência da LDB, principalmente nas vitórias que nós conquistamos, nessa época, e principalmente o que faltou para nós conseguirmos fazer com que a nossa LDB fosse, desse um estimulo maior para a qualidade de educação brasileira.

Portanto, eu quero passar a palavra por 20 minutos ao Ministro da Educação no período de 03/11/87 a 16/01/89, o Ministro Hugo Napoleão do Rego Neto. Tem a palavra e dizendo a alegria em poder recebê-lo na sua Casa.

SR. HUGO NAPOLEÃO DO REGO NETO: Muito obrigado, Sra. Presidente Senadora Marisa Serrano, Srs. Senadores, Ministros Cristovam Buarque e Carlos Chiarelli, gostaria de dizer que abordarei o tema não sendo precipuamente educador, nem um expert ou um exímio na educação, mas por ela transitei como todos nós na vida pública devemos fazê-lo, e tendo sido o governador do meu querido e sofrido Estado do Piauí por duas vezes, lidei com problemas de educação. Já quando fui Ministro, ainda havia a Emenda Calmon, do saudoso do Senador Calmon, de quem eu tive a honra de ser colega nessa Casa, naquela época, a

consignação orçamentária era de 13% depois é que passou para 18%, de modo que os recursos eram mais restritos, a centralização era muito grande e assim governadores de estado e prefeitos municipais acorriam ao Ministério da Educação como um verdadeiro... vou usar uma expressão simplória, mas é fato, "enxame de abelhas", porque os poderes eram centralizados, uma das grandes vantagens aí da reforma feita e depois da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi justa e precipuamente a descentralização, quer dizer, a União passou a agir supletivamente, como deveria ser, aliás.

Eu, na minha passagem como governador, tive a oportunidade de, já naquela época de 83 a 86, aplicar 25% na educação mesmo antes de constitucionalmente determinado. Criei a Universidade Estadual do Piauí, à época, a universidade pública, tive a oportunidade de criar a TV Educativa e ganhamos no Piauí o Projeto Vencer em primeiro lugar, que era o plano de combate de evasão e repetência escolares e o meu estado foi o primeiro na federação a ganhar esse prêmio pela eficiência adotada, fizemos 1.500 salas de aula, uma sala e meia de aula por dia, e assim quando fui para o Ministério da Educação e de lá para cá deparei-me com algumas circunstâncias.

A Alemanha passou no último século por duas guerras, foi dividida, dominada entre quatro potências mundiais, começou e terminou o século como a maior potência da Europa, por quê? Educação. A Coréia passou por um processo semelhante, a Coreia, em verdade, teve a sua divisão, também teve uma guerra na década de 50, guerra fratricida e que até hoje tem consequências internacionais presentes, mas a Coreia do Sul tornou-se uma potência também, por quê? Educação. ***John Kenneth*** Galbraith, de A ***Natureza da Pobreza das Massas,*** fala que na Índia não obstante uma grande verba internacional dedicada para a agricultura, à época, ela não conseguiu desenvolver os projetos de maneira adequada, por quê? Falta da educação. O mesmo foi descoberto com os países da OPEP, quando na década de 80 o barril de petróleo subiu de dois para 40 dólares, houve uma reviravolta da economia no mundo, o Brasil foi obrigado a fazer aqueles investimentos em álcool e abalando profundamente a nossa economia, os países produtores de petróleo nem por isso tiveram um aumento significativo, por quê? Educação. O ex-Presidente Juscelino Kubitscheck, de quem eu tive a honra de ser, embora em momentos extremamente difíceis, advogado, no período de ascensão perante a Comissão Geral de Investigações do Ministério da Justiça, ele lançou no seu governo aliança... A operação Pan Americana, precursora da Aliança para o Progresso do Presidente Kennedy. Ele instou à época o Presidente Dwight Eisenhower a entrar no programa e o presidente não entrou, acabou o Presidente Kennedy lançando a Aliança para o Progresso, mas também os países que receberam aquela ajuda e as regiões desses países também não se desenvolveram. Resultado: Educação. Então, o que ficou absolutamente claro e patente perante a humanidade é que uma educação bem orientada, bem dirigida, vai levar ao sucesso, ao desenvolvimento, à prosperidade. Esse é o caminho, não direi que o único, mas o principal caminho para o destino sadio dos povos.

Aqui no Brasil foi sem dúvida nenhuma Anísio Teixeira fez um grande movimento em 1932, que foi o autor do INEP, quando eu estava à frente do Ministério da Educação, o INEP comemorou seus 50 anos, seus cinquentenário, e lá nessa época me deu a honra de estar presente do Dom Helder Câmara para as solenidades aqui em Brasília do cinquentenário do Instituto Nacional, tão bem fundado por Anísio Teixeira. Depois Florestan Fernandes, outro movimento já em 1950. E nós vivíamos aqui com legislações esparsas, eram quatro leis: uma para o segundo grau, uma lei de 1961, uma de 71, duas leis, uma para o segundo grau, outro para o ensino superior, leis fragmentadas, até que veio Octávio Elísio e a nova conformação da lei, que quando veio para o Senado o Senador do Ceará Cid Sabóia de Carvalho ocupou-se e depois em termos mais definitivos e heroicamente, o saudoso Senador Darcy Ribeiro. Voltando à Câmara, já foi o Senador que hoje é Ministro do Tribunal de Contas da União, José Jorge, que fez enfim a revisão na Câmara dos Srs. Deputados. Lá provavelmente a Sra. Presidente se recorde, houve também um grupo de trabalho presidido pelo também hoje Ministro do Tribunal de Contas e hoje presidente do Tribunal de Contas, Ubiratan Aguiar, do qual os Deputados Jorge Hage e Florestan Fernandes eram coordenadores e a relatora era a Deputada Ângela Amin de Santa Catarina.

Quer dizer, tudo isso se deu no momento em que foi preciso muito cuidado, sobretudo na parte final, para fazer com que a lei fosse realmente de diretrizes, bases e diretrizes, porque havia naturalmente grupos corporativistas, havia naturalmente organizações sociais e sindicais, que queriam fazer prevalecer seus direitos no contexto da lei, mas a lei não era exatamente como observou depois o Senador José Jorge, para este objetivo, havia que naturalmente equacionar, havia a necessidade de se fazer, de se produzir uma lei destinada efetivamente às diretrizes da educação nacional. Mas foram oito anos de discussão, foram grandes as colaborações de educadores e mesmo de organizações da sociedade que acabaram gerando a atual lei. Dir-se-á: houve vantagens, houve desvantagens; não

há dúvida nenhuma, eu pretendo se houver tempo repassar rapidamente às emendas, a lei, as emendas posteriores, e o curioso é que nos oito primeiros anos, até 2004, houve seis emendas, mas de 2004 até o presente ano de 2009 houve 17 emendas, mas eu diria que a maior parte de aperfeiçoamento, uma ou outra talvez não tivesse muito sentido, mas são poucas, na realidade houve um avanço, a educação passou para um período sem dúvida nenhuma... e os meus sucessores que falarão a seguir dirão melhor do que eu se concordam ou não, mas eu acho que houve discutível avanço, sobre a égide da nova lei, que deu criação, estimulou a educação, estimulou o ensino com nova concepção, que deu nova organização à educação, com novos métodos, nova concepção, que sem dúvida nenhuma fez valorizar e melhorar as condições dos professores, do mestrado, que em última análise e instância trouxe a descentralização, como eu dizia, que é um grande avanço e não deixou de preparar também um pouco de, digamos, acerto para a boa aplicação, a boa aplicabilidade dos recurso, tudo isso foi possível graças à nova legislação, a nova lei. E a definição de níveis também, que levaram à inclusão social, a definição de novos níveis. Isso tudo aconteceu, veio de certa forma, veio a criatividade, a criatividade maior para as escolas, para as instituições, houve por assim dizer, a democratização da escola pública, a gerência democrática da escola pública, e houve uma autonomia maior para as escolas, para as instituições. De modo que a lei veio, ela diz muito bem o que pode e o que não pode, a lei delimita os caminhos, facilita os caminhos, a lei, ela dá a oportunidade de uma boa visão na avaliação do ensino, aliás, a minha época, o INEP fez com a Fundação Getúlio Vargas e com o Instituto Carlos Chagas, a avaliação e a reavaliação do ensino, do fundamental sobretudo, o que é indispensável para o bom gerenciamento, vamos dizer assim, da educação por parte do Ministério.

E a par disso, eu recebi à época do próprio Senador João Calmon um livro de um secretário de educação dos Estados Unidos, chamado H.T. Bell, *A Nation at Risk* – Uma Nação em Risco, considerava que o uso inadequado da língua inglesa poderia comprometer o futuro, e nessa ocasião então, após consultar o Presidente, era o Presidente Sarney, e o Presidente concordou plenamente, nós introduzimos o Português com característica de eliminatoriedade no vestibular, introduzimos para que... entendendo que a língua é um passaporte para a cultura e aos vestibulares, à época, hoje a linguagem já é outra, estou me referindo ao meu tempo, naquele tempo realmente havia uma situação tal que exigia que o Português fosse bem falado e fosse bem escrito e bem compreendido da maneira que a H.T. Bell advertira para o inglês nos Estados Unidos. De modo que esse processo todo... Dir-se-á: bom, mas não há deficiências? Há. Há a questão do analfabetismo, há a questão do ensino infantil, da educação infantil, há questão da universalização do ensino fundamental, da autonomia da universidade, da qualidade de ensino, da formação de professores, tudo isso existe, mas mesmo assim a diversidade, o aumento, a elevação de grau cultural que a lei propiciou e que evidentemente, não posso deixar de me referir aos ministros que me sucederam, a todos eles, com todo o zelo de suas competências levaram adiante, não sem grande dificuldade, dificuldades foram muitas, mas levaram adiante, vamos dizer, a educação nas suas gestões, eu considero que houve também um atendimento às circunstâncias regionais, houve um aumento, como disse, na base da criatividade.

E dentro dos 20 minutos que já vão chegando ao final, eu vou me propor apenas a analisar algumas das emendas que foram feitas para que aquilatar, para avaliar a circunstância em que cada uma foi apresentada. Aumentaram muito os currículos, começou com o aumento, com o ensino da religião, depois outra emenda determinou que a frequência escolar fosse informada às autoridades competentes, determinou-se igualmente que, com grande valia para todos, que houvesse o estudo da história afro-brasileira e criou-se o dia, que passou agora no dia 20 de novembro, da Consciência Negra, a qual juntou-se também a indígena também por outra emenda, mas foram emendas, houve também a que consolidou o transporte escolar, houve a que cuidou das transferências, houve uma, talvez de não tanto valor, mas tem seu sentido, que trouxe, vamos dizer, os meios de dispensa para aqueles impossibilitados de exercerem a educação física na escola, houve a fixação de seis anos para o ingresso na primeira série do fundamental, de nove anos mínimos para o ensino fundamental, aliás nós todos aqui não sei eu pelo menos eu fiz quatro anos de curso primário, um de admissão, quatro anos de ginásio e três anos de curso clássico, antes de fazer o vestibular para a faculdade de Direito. De modo que já tínhamos os nove, mas como a lei na sua origem determinava no mínimo oito, consolidou-se em nove.

Fez-se também a inclusão no magistério de coordenadores, de diretores, de assessores, enfim, houve avanços consideráveis. Incluiu-se outros pontos também, são nas 17 mais seis, são 23 emendas, há algumas que foram também de extremo valor, a que acabou tornando obrigatória a divulgação do seletivo, aquela que reduziu mais uma vez, vamos dizer, ampliou a descentralização e aquela que em verdade mandou ensinar o direito da criança, depois a matéria, como

já disse, dos indígenas, a introdução da Filosofia e da Sociologia, a questão dos estágios, dos profissionais de estágio, a revisão das escolas comunitárias, a revisão do aperfeiçoamento da capacitação de professores, a obrigatoriedade dos pais serem informados, da mesma maneira que as autoridades, dos pais serem informados do andamento de seus alunos pela escola e a escola comunicar aos pais os seus métodos, uma outra a introdução de que o estado e a família são corresponsáveis pela educação e não apenas o estado. Quer dizer, houve uma reviravolta de concepções e houve um aumento significativo, inclusive para estabelecer que quais os trabalhadores que deviam ser inseridos na educação, e adequando os jovens e adultos ao ensino profissional, tornou-se abrangente o ensino profissionalizante e abriu-se uma sessão para a educação profissional. Determinou-se também que o aluno deveria ter a fixação de sua escola, a mais próxima de sua residência, enfim, eis aí... Eu tive a oportunidade de mencionar praticamente todas as emendas as mais delas de extremo valor, aperfeiçoando que os deputados e senadores que foram dedicados à educação indiscutível, indubitavelmente foram extremamente zelosos, e eu considero, portanto, se eu tivesse que opinar, que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional veio no momento certo, foi muito bem trabalhada, foi bem, vamos dizer, modificada e foi bem dirigida pelos meus sucessores.

Eu acho que o Brasil tem tudo, tem metas aí a seguir e a perseguir desejo ao Ministro Fernando Haddad, ao governo do Presidente Luiz InácioLula da Silva melhor sorte no êxito no campo da educação, e quero afirmar que assim esperamos para o futuro do país.

Sra. Presidente, era o que eu tinha a dizer dentro dos minutos que eu olhei e cronometrei, me foram reservados.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós que cumprimentamos o Ministro Hugo Napoleão e dizer que é bom a gente ver um estudo discutindo de quem está fora do processo as 23 emendas que foram feitas à LDB nesses 13 anos. Então, é para nós parlamentares no nosso dia a dia às vezes a gente vota sem perceber o todo; e é bom que a gente possa voltar a ver a LDB como um macro com todas as emendas já incluídas e o que foi que avançamos nesse aspecto.

Passo a palavra ao Ministro Carlos Alberto Chiarelli, que foi Ministro da Educação no período 15/03/1990 a 21/08/1991. Portanto, sucedeu ao Ministro Hugo Napoleão.

Com a palavra o Ministro Carlos Alberto Chiarelli, por 20 minutos. Seja muito bem-vindo à nossa Casa.

SR. CARLOS ALBERTO CHIARELLI: Sra. Presidente, prezados colegas de Mesa, meu caro ex-colega, Senador Hugo Napoleão, ex-Ministro, prezado Senador Cristovam Buarque, ex-Ministro, caros senadores, senhores e senhoras, eu só faria um ajuste na informação, na verdade quem me passou o Ministério foi o ex-Ministro Carlos Santana, que esteve após o Ministro Hugo e antes de mim.

Bem, eu gostaria de ponderar preliminarmente que todo esse processo de evolução legislativa, toda essa trajetória da Lei de Diretrizes e Bases nos foi propiciado de maneira muito detalhada e muito valiosa pelo nosso Ministro Hugo Napoleão, inclusive com seus comentários e as suas análises extremamente pertinentes, com as quais eu concordo em gênero e número.

Antes de mais nada, gostaria de dizer que, Sra. Presidente, minha cara senadora, que me sinto muito à vontade na Casa, porque ainda comentava com o Senador Hugo antes de entrarmos à essa sala que a gente parece sempre que foi ontem que nós saímos, então a gente chega aqui não é como convidado, parece que a gente está voltando para casa, dá uma sensação de boa acolhida que se sente no ambiente das pessoas, na história da vida de cada um de nós, essa Casa que eu acho tão importante, tão significativa, tão decisiva para manter o equilíbrio da Federação e para manter realmente viva a democracia nesse País. Nem sempre tão prestigiada quanto merece, nem sempre tão amada quanto deveria, mas aos nossos olhos que fizemos um pedacinho minúsculo da sua história e que hoje como cidadão a vemos de longe, mas procurando estar próximos, nós sentimos o quanto ela é importante e quanto a cada dia mais importante do que foi antes, por isso essa oportunidade me é extremamente benfazeja, de poder tratar inclusive de um tema que na verdade foi o tema que me levou à política e para o qual eu retornei, porque na verdade eu seu medularmente professor e advogado e transitei, migrei pelo processo político que me levou à Câmara, Secretarias de Estado, Ministério, Senado, etc.

Mas com relação ao tema da LDB eu diria o seguinte: em primeiro lugar eu acredito que a LDB em termos de uma avaliação global, ela prestou um grande serviço, segundo presta um grande serviço, terceiro as alterações que nelas foram introduzidas foram em princípio maquiagens, esforços cosméticos para fazê-la ainda mais adequada, alguma cirurgia plástica mais embelezadora e ela não precisou até hoje e não precisa nenhuma cirurgia reparadora, ela continua atendendo basicamente os motivos iniciais e continua tendo a capacidade extraordinária de, em linhas gerais, e eu vou apresentar aqui dois temas

que me parecem fundamentais, que destoam e que como exceções confirmam a regra, ela não precisa alterações substanciais, mas talvez algumas agregações necessárias que escaparam das emendas que tão pertinentemente o Congresso Nacional aprovou e pôs em vigência.

Eu gostaria de ponderar o seguinte: a educação começa, e eu não vou voltar à história da educação porque nem cabe, ainda que me encante, a educação começa em casa, a primeira professora do homem na caverna foi a mãe, aliás, todos nós originariamente e continuamos sendo, mas éramos, na época, só filhos da mãe diz a antropologia, porque não havia a definição da paternidade, quer dizer, seis mil anos faz que nós façamos passamos a ser filhos do pai também. Então, a mãe era a pessoa de referência e quem ensinava a sobreviver, e ao ensinar a sobreviver ensinava tudo o mais que disso fosse decorrente ou para isso houvesse necessidade. Então, começa o processo na casa, educação é domiciliar ou cavernosa, digamos assim, porque era uma caverna, uma gruta; depois a educação saltando um largo espaço de tempo passa a ser buscada fora de casa, com a presença da escola, e passa a haver uma pessoa estranha à família que realiza a tarefa de tutora. Então, surge o professor, especificamente, e a escola como local aonde se vai aprender. E eu diria, e esse é o primeiro tema que eu gostaria de trazer à atenção dos meus colegas, ex-Ministros, Srs. Senadores, digna platéia, é que a educação tende agora a retornar a um processo não mais de geração em casa, mas levada para casa de volta, que é a educação a distância, que se aprende em casa, a educação a distância, graças a um processo de incremento extraordinário da tecnologia atualizada, graças a essa mutação crescente que se nota nos meios técnicos, a eletroeletrônica, a informática, etc., a educação a distância passa a ser extremamente acessível, difusionada, socionalizante e ela tem um passo a mais, sobretudo em países com as características por exemplo do Brasil. A educação a distância é fundamental na China, é fundamental na Índia, avançou na Rússia, avançou no Canadá, porque em primeiro lugar ela precisa de distância, porque nós temos e temos população nas lonjuras das distâncias. Então, a questão fundamental. E o que me levaria a trazer esse comentário? É que na verdade na LDB nós temos modestos três itens de referência à educação a distância: o art. 80, § 4º do art. 32 e o § 3º do art. 47, que, aliás, o art. 80 diz que o Poder Público deve incentivar o ensino a distância em todos os níveis e modalidades, é uma disposição de princípio, principista. Depois o art. 47, § 3º diz que não é obrigatório frequência de alunos e professores, e como tantas vezes acontece em legislação inclusive que nós na época aqui presentes ajudamos a fazer, há um certo ponto de contrariedade ou incompatibilidade com o art. 32 § 4º, que diz que educação a distância se usa para complementação de aprendizagem ou em situações emergenciais quanto ao ensino fundamental, que é uma restrição da sua valia. Logo vem os decretos, principalmente o 5773 que altera o art. 80 e que começa a exigir presença na educação a distância, o que é um defeito, uma mania, uma distorção do ato tradicionalmente de legislação do Executivo que vão fazer os seus decretos, invadem a seara do Poder Legislativo e não apenas a regulamenta, mas a altera. Então, o caso do art. 80 nessa matéria é exatamente igual a tantos casos em que o Executivo se arvora e o faz com grande presença numérica, num substituto ou sucedâneo do legislador do poder compatível.

A verdade é que em termos de educação a distância hoje eu só quero dar algumas informações objetivas, hoje no Brasil nós temos um mercado de educação a distância que no ano de 2008 significou três bilhões de reais. O número de alunos, na estatística do MEC, não conta educação corporativa e cursos livres, chegou a dois milhões e 600 mil alunos e alguns aspectos interessantes, por exemplo, na educação presencial, 85% dos estudantes são do ciclo básico, 80% são de estruturas oficiais governamentais, na educação a distância inverte-se esse processo, só 27% dos alunos são do ciclo básico e só 25% são das instituições oficiais. Por quê? Porque a educação a distância tem dificuldades em face do sistema nosso legal com conselhos estaduais de educação que estabelece conteúdos metodologias, características, peculiares em 27 estados diferentes com suas minúcias, de entrar no ensino básico fundamental, médio, etc. Então, ela fica muito mais aberta para ensino de graduação, nível superior e, sobretudo que é o maior, a maior expressão é a pós-graduação, porque é a mais liberta, a mais ligada apenas a autonomia universitária. Então, esse é o processo fundamental.

Agora, como só ia acontecer, e gaúcho como sou, tenho que reconhecer, o grande investimento, 64% dos investimentos, porque a predominância da atividade privada no ensino a distância é nos Estados Unidos do sul e Sudeste. São Paulo tem 42% do alunado nacional. Norte, Nordeste, Centro-oeste somados têm 30%. Então, há essa concentração de investimentos, há uma concentração de alunado nessas regiões.

São apenas alguns dados que eu queria trazer, mas o que me importa agora é o segundo aspecto. É juntar a educação a distância com um tema que é uma das lutas missionárias eu diria do então deputado à época e, hoje, Senador Flávio Arns, quando estava no Ministério me atrevi a baixar uma portaria dizendo que

10% dos 25% que tocavam aos municípios tinham que ser destinados à educação ao ensino especial, pleitos seguidos e lutas continuadas à época, dele que era deputado de oposição e que era tão bem recebido como qualquer outro deputado do Ministério. Durou um pouco mais de um ano essa portaria, as pressões dos prefeitos e tal fizeram com que um dos nossos sucessores a revogasse, porque achou que não era compatível. Isso deu impulso ao ensino especial, e aqui vem a minha cobrança, a segunda cobrança LDB, que só dispôs da educação a distância, que é o grande processo de expansão da educação no mundo inteiro, que é aquela que se é capaz de chegar a grandes quantitativos com qualidade, o outro aspecto é o ensino especial, a educação do ensino especial é tratado no art. 58, no 59, inciso III e IV e no art. 60. Está ali quietinha, pequenininha, esquecida. E aqui vem algumas questões que me parecem fundamentais, por exemplo, eu vou deixar de lado outros temas do ensino especial e lembrar que um aspecto me preocupa sobremaneira como questão básica nesse país, porque diz respeito a uma lei, a Lei 8.213, de julho de 91, ratificada de certa maneira pela Lei 1.098 do ano de 2000, e regulamentada pelo decreto, a primeira lei, evidentemente, 3.298, que estabelece o regime de cotas, isto é, que diz que uma empresa que tiver até 200 empregados tem que ter 2% de pessoas deficientes habilitadas, que tiver de 200 a 500 têm que ter 3%, que tiver de 500 a 1.000 tem que ter 4%, e que tiver mais de 1.000 tem que ter 5% de pessoas deficientes habilitadas. E aí pasmem os senhores, talvez alguns não tenham... E isso, aliás, é bom citar, é a matéria que o Brasil tem responsabilidade internacional, porque as convenções da OIT, e eu tratei especialmente disso como membro que fui do Conselho Diretório da Organização Internacional do Trabalho, as convenções internacionais da OIT, para ser mais exato, a 111 e a 159, ratificadas pelo Brasil estabelecem esses critérios e esses atendimentos. Pois bem, o nós temos hoje em dia no Brasil? Pelo levantamento da RAIS e do IBGE, nós temos no quadro um elenco de empresas brasileiras, vagas para serem ocupadas por deficientes da ordem de um milhão 240 mil, é dado estatístico oficial, hoje são ocupadas dessas vagas 193 mil, tem mais de um milhão de vagas no mercado de trabalho brasileiro, esse mercado difícil, esse mercado competitivo, esse mercado que às vezes exclui pessoas tão valiosas por impossibilidade de atendimento como uma ocupação compatível para pessoas deficientes, a lei estabeleceu, a vaga está aberta e ela não consegue ocupar, quando a empresa quer empregá-la, e esse é o detalhe, a empresa quer empregá-la, porque a delegacia do trabalho através dos seus auditores multa se não tiver o deficiente ocupando a vaga, e o Ministério Público do Trabalho denuncia. Então, há fiscalização oficial, há lei específica, a empresa quer aproveitar, o deficiente existe e nós estamos com um milhão de vagas sem ser aproveitadas. E este é um fato decorrente da lei brasileira, da lei vigente, são duas, volto a dizer, 8.213 e a 1.098, regime de cotas, que é não atendido porque falta habilitação.

E o que me traz aqui fazer esse depoimento? É dizer que se nós continuarmos treinando no regime presencial, com instituições voltadas e ocupadas pelo voluntariado, esforçadas, sérias, idôneas, nós não vamos atingir números significativos, nós vamos continuar sempre com um milhão de pessoas absolutamente desatendidas. Existe, hoje, uma tecnologia à disposição, existe hoje educação a distância, que é o ensino do tempo novo e que pode perfeitamente alguém dirá "Mas isso é impossível", não é impossível. Hoje, o Senador Flávio Arns assistiu a celebração do convênio da associação de ensino a distância que eu presido, com a uma instituição produtora de conteúdo e com uma instituição sem fim lucrativo de Curitiba que tem exatamente treinamento de pessoas deficientes. Nós estamos hoje com cinco turmas em treinamento em educação especial, turmas piloto que estarão [ininteligível] dois meses sensacional o resultado, principalmente com o uso do MP4, do caderno digital, do ***Dosvox***, do ***Jaws***, todo o equipamento moderno que permite a essa pessoa se treinar como Assessor Administrativo em Informática Especialista em Call Center, em Almoxarifado, pessoa sobretudo com deficiência física, que é 48% do total dos 24 milhões de deficientes brasileiros, são 24 milhões, estatística de 2007 diz que hoje são 26 ou 27 milhões, dos qual seis milhões, três não tem nenhuma instrução, zero de instrução, e mais três que só têm instrução por iniciação simbólica, que eu acredito que nessa cotação do IBGE quer dizer que não sabe nada também.

Então, essas pessoas podem ser principalmente deficientes físicos perfeitamente incorporados ao mercado de trabalho, a empresa tem interesse, o deficiente merece essa oportunidade, a lei exige, e nós precisamos fazer viabilizar, alguém há de dizer "Mas e aí como é que se faz?"

Eu vou completar por intervenção dizendo até custo operacional disso aí para dizer que estava em treinamento e que hoje nós temos as seguintes características do treinamento: dá possibilidade de urgência ao processo; segundo, quantifica o atendimento, em vez de treinar cinco, dez pessoas, treinamos milhares de pessoas; terceiro: qualidade do atendimento, porque as aulas são preparadas por professores da mais alta qualificação, das melhores universidades, que gra-

vam as palestras, gravam as aulas, etc.; quatro: uso de equipamento da mais alta novidade, MP4, Dovox, etc.; quinto: evita para o deficiente o drama do trânsito, que ele para ir à aula presencial precisa enfrentar um trânsito terrível contra ele, que ele tem dificuldade, o cego, o deficiente auditivo, o deficiente físico, evita que ele tenha que enfrentar problemas de segurança.

Então, são todas as questões que eu poderia agregar outras. E agora uma informação final, porque eu sei que o meu tempo está terminando, eu vou para um dado financeiro. Um kit atualizado com tudo, com livro, com MP4, etc., custa hoje para os cursos mais requintados, não estou dizendo, vamos deixar claro que todas as atividades são suscetíveis de cursos por educação a distância, eu estou dizendo que há muitas que são suscetíveis de atendimento por educação a distância, eu diria que 65% do elenco do catálogo do Ministério do Trabalho de atividades é capaz de ser atendido, que é um número expressivo.

Pois bem, o kit para o aluno custaria, no máximo, 1.500 o mínimo de 1.050, dá uma média de R$ 1.200,00. Se nós fizermos treinamento para 500 mil deficientes, esse valor baixa automaticamente para R$ 600,00 o kit unitário, que dá 300 milhões de reais para atender 500 mil pessoas. Se fizer para um milhão, baixa para R$ 400,00, que dá praticamente 400 milhões de reais. Pelo amor de Deus, eu não sou especialista, os senhores devem saber muito melhor do que eu, os recursos que tem no FAT devem ser muito maiores, muito maiores do que 300 ou 400 milhões de reais e nem sempre são ocupados com projetos dessa dimensão social, econômica, humana, séria, idônea, indispensável e urgente. É essa mensagem que eu trago da LDB que me parece que foi tão importante, é tão importante, mas que poderia agora utilizando-a, nem precisa reformulá-la, apenas destacando esses itens, dar um atendimento a áreas que são absolutamente prioritárias e usar a educação a distância e priorizar o ensino especial. E tem mais, atenderemos empregadores, empregados, sociedade em geral, instituições assistenciais, fazendo realmente justiça social e inclusão social, que é o mais importante.

Era isso, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Ministro Chiarelli, como vocês viram, o Ministro faz uma digressão elencando dois pontos que ele acredita que nós precisamos tomar uma atenção maior nessa Casa e na educação brasileira, uma delas é a educação a distância e a outra a educação especial profissional. A educação especial profissional é algo que raramente a gente discute nessa Casa e acredito que é muito pouco discutido no país. Eu acho que o Ministro aqui nos abre uma porta para que a gente possa discutir a educação especial profissional com mais profundidade.

Quero passar a palavra ao Senador Marco Antônio de Oliveira Maciel, ex-Ministro de Educação no período de 15/03/85 a 14/02/86, senador da República e companheiro nosso de jornada. Um prazer enorme e quero avisar apenas, Senador Marco Maciel que esta Mesa está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado, e, além disso, ainda requerer aqui, antes de passar a palavra ao Senador Marco Maciel, requerer nos termos do art. 93 § 2º do Regimento Interno do Senado Federal que a Audiência Pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte em conjunto com a CAE, a CCJ e a CAS, aprovado por meio de Requerimento n°. 47 de 2009 dessa Comissão em 17 de novembro de 2009 para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 221, de 2009, que é o vale-cultura seja dispensado, uma vez que na mesma data e horário está sendo realizado essa audiência pública dessa comissão, anteriormente agendada, destinada a discutir os 13 anos de vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, com a participação dos Exmos. ex-Ministros de Estado e de Educação e do atual Ministro Fernando Haddad, que confirmou a sua presença.

Os senadores que concordam, permaneçam como se acham. Aprovado.

Passo então a palavra, com muito prazer, ao nosso querido Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Prezada Senadora Marisa Serrano, que preside a presente reunião da Comissão de Educação, estimados ex-Ministros da Educação, Hugo Napoleão, Cristovam Buarque e Carlos Chiarelli e ao saudá-los eu desejo cumprimentá-los pelas disposições feitas. Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o desejo inicialmente dizer que comemorar os 13 anos da Lei 9.394, que publicado em 20 de dezembro de 1996, fixou as diretrizes e bases da educação nacional, não é coisa trivial nem para o Congresso Nacional nem para mim, como Senador da República. Por três motivos: o primeiro é que a LDB se insere e faz avançar um movimento que de um lado tem origem da fundação da primeira escola do país e de outro articula o seu texto com arcabouço legislativo atual do país, em particular com os dispositivos constitucionais.

O segundo, é que a LDB, ao proclamar princípios de projeto de futuro e ao fazer deles derivar práticas sociais que significam escolhas entre necessidades e interesses, ela mesma, a LDB é um sinal de contradições, um lugar de conflitos, do que historicamente resultou as vezes a opção da sociedade por silenciá-la, outras vezes o constrangimento de expor em seguranças e vacilações de alto custo para gerações de

brasileiros que foram contemporâneas de sua tramitação legislativa. O terceiro e último motivo se refere à minha participação no longo e penoso processo de redação da última LDB, que durou de 1989 até 1996, ou seja, praticamente sete anos.

Em sentido *latu,* podemos dizer que a nossa primeira lei geral de diretrizes e bases foi a Lei de 15 de outubro de 1827 e quero abrir um parênteses para dizer que no mesmo ano de 1827, mas não em outubro, em agosto, é que houve uma proposta do Visconde de São Leopoldo, foram criadas as duas primeiras faculdades de Direito no país, uma localizada em São Paulo, a USP no Largo São Francisco, hoje USP, e a outra em Olinda, que na realidade era a capital da Província de Pernambuco e que foi a primeira a escola de Direito do Nordeste. Então, essas duas escolas tiveram um papel muito importante, a meu ver, no processo de formação cultural da nossa nacionalidade, porque as faculdades de Direito, tanto a de São Paulo quanto de Olinda, elas contribuíram e muito não somente para formar advogados magistrados, mas também jornalistas, pensadores sociais e era um centro de fermentação crítica sobre o processo de emancipação nacional, sobre as nossas opções de desenvolvimento, etc., e por isso eu não posso deixar de fazer essa associação entre a nossa primeira lei geral de diretrizes e bases de 1827 com a criação das duas faculdades de Direito, uma em São Paulo outra em Olinda, que foram assim fundamentais para a formação de quadros indispensáveis à administração do país, ao que Gilberto Freyre, aliás, destacou em muitos de seus trabalhos, mostrando inclusive que através da faculdade de Direito não surgiram apenas os bacharéis em Direito, mas surgiram também escritores, pensadores e mais do que isso, também economistas, enfim, magistrados de modo geral, etc., contribuindo assim para o alevantamento cultural do nosso país.

Então, eu dizia que cinco anos após a proclamação da independência e três anos de promulgada a Constituição do Império, nós já tínhamos então essa primeira lei geral de diretrizes e bases, entretanto essa lei não nasceu do nada, ela se situa no prolongamento do sistema jesuítico e do projeto de aulas régias do Marquês de Pombal. A primeira escola, a oficial da colônia, foi o Colégio dos Meninos de Jesus, fundado e administrado pelos jesuítas em Salvador, na Bahia, primeiro de 17 estabelecimentos de ensino primário e secundário financiados pela dízima da igreja e pelos frutos do trabalho dos escravos nas fazendas de gado dos religiosos, a que lei obedeciam esses colégios e as mais de 200 escolas elementares que se espalharam de norte a sul da colônia. No aspecto administrativo, as ordenações reais... nos aspectos administrativos as ordenações reais que os sujeitavam à corte e às capitanias. No pedagógico há o **Ratio** *Studiorum,* conjunto de normas filosóficas e didáticas que regia todos os colégios jesuíticos dentro dos princípios cristãos e humanísticos. É bom lembrar que dentre as ordens religiosas, os jesuítas sempre tiveram um viés mais voltado para a área de educação, não é sem motivo que ainda hoje eles têm mais de 350 universidades no mundo todo, sem contar muitos colégios de primeiro e segundo grau.

Em 1758 os jesuítas, donos então de grande patrimônio predial e produtivo são, como nós sabemos, expulsos do Brasil e de Portugal de que resulta um vácuo na oferta de educação escolar na colônia. O Marquês de Pombal, volto a citá-lo, Primeiro-Ministro do Reino, implanta por lei o sistema das aulas régias pelas quais se fundavam classes de ensino primário e secundário gratuito nas cidades e vilas providas de professores autorizados pelo rei e pagos pelas Câmaras Municipais com recursos arrecadados pelo tributo do "subsídio literário". A história, V. Exa. sabe muito bem, é testemunha que tal arranjo legislativo executivo resultou numa oferta dispersa e desarticulada de escolas públicas, que de 1772 a 1834 conseguiram transformar o Brasil em terra de uma maioria esmagadora de analfabetos. Não fosse a vinda da corte para o Rio de Janeiro em 1808, e é bom lembrar que sob esses aspectos os historiadores todos convergem, com a exceção do Oliveira Lima, o único historiador que diverge dessa tese, é bom lembrar que em 1808 com a vinda da família real se precipitou o processo de emancipação do país, independência do Brasil.

Todos os escritores, salvo... Citei todos os historiadores, digo, salvo com a exceção do autor que eu mencionei, que por sinal é o ilustre pernambucano, mas todos acham que de fato a vinda da família real foi decisiva para precipitar esse processo de emancipação do Brasil. Insisto, não fosse a vinda da corte para o Rio de Janeiro em 1808 e a presença de escolas privadas de religiosos e de leigos, nosso país teria vivido mais de 70 anos praticamente sem educação escolar, daí a importância da Lei Imperial de 1827, pela qual, não somente, se garantiu o direito ao ensino primário gratuito e sua oferta às crianças na zonas urbanas e rurais, como se admitiram as meninas às escolas antes elas excluídas e se deu a professores e professoras salários justos e iguais. Em sentido estrito, só vamos ter um lei geral de "diretrizes e bases de educação nacional" como fruto da Constituição de 1946; é bom lembrar que a Constituição de 1946, ela brotou do pós-guerra, quer dizer, o Brasil no período 1937 a 45 foi o período chamado Estado Novo.

Então, como é sabido, houve uma grande concentração de poder em torno da União, Câmara e

Senado foram fechados, o Presidente Getúlio Vargas governava por Decreto-Lei, praticamente fez intervenção em todos os Estados da Federação salvo, se não estou equivocado, Minas Gerais, e mais do que isso, nós vivemos momentos muito complexos porque, como sabemos, nesse período também se desenvolvia na Europa a Segunda Grande Guerra Mundial, daí porque com a queda do Estado Novo em outubro de 45, se eu não estou equivocado, com renúncia de Getúlio, é que novamente voltamos(F) ao constitucionalismo que se amparou na Carta de 1946 que foi, ao meu ver, uma excelente Constituição, eu diria que depois da primeira Constituição Republicana em 1891, a Carta de 46 deu-lhe uma boa continuidade na medida em que permitiu termos uma Constituição moderna, inclusive já incorporando mecanismos que a Europa passara a adotar.

Lembraria agora, inclusive, o livro de Norberto Bobbio intitulado Entre Duas Repúblicas, esse livro na realidade Noberto Bobbio analisa a questão italiana que estava voltando à sua forma republicana de governo e que por outro lado também estava consignando no seu texto vários institutos que assegurava à Itália uma democracia plena, e a partir daí nós podemos dizer que a Itália se livrava do fascismo, a Alemanha do nazismo e assim por diante. Então, foi um alvorecer de uma nova era muito importante para o país e, inclusive, para o Brasil de modo particular. É verdade que durante o Estado Novo, sob a ditadura de Vargas, o seu Ministro da Educação, Gustavo Capanema, havia pessoalmente se dedicado à redação de leis orgânicas como as do ensino primário, do ensino secundário e do ensino superior, atualizando normativas gerais oriundas de decretos do Império e da curta gestão de Benjamim Constant no Ministério da Instrução de 1890 a 1891.

Eu gostaria de fazer uma pausa aqui, um parênteses, para lembrar que Gustavo Capanema [ininteligível] de forma muito competente como Ministro da Educação. Não é por outra razão que o prédio do Ministério da Educação do Rio de Janeiro se denominou Gustavo Capanema, e não devo esconder que isso foi uma proposta que me foi feita pelo arquiteto Oscar Niemeyer, que na ocasião entendia que não se poderia deixar de reconhecer o trabalho que Capanema realizara como Ministro de Educação, ele cercara de grandes figuras, de memorialistas, de arquitetos, educadores e pessoas preocupadas com o patrimônio histórico do país, etc., e pelo fato de haver sido Ministro da Educação praticamente durante todo o período do Estado Novo, ele deixou uma obra muito consistente e de alguma forma uma obra que não se limitou apenas ao campo da educação, mas também ao território da cultura.

Voltamos de 1930 em diante e principalmente depois de 1946, a sociedade brasileira se industrializa e assiste a vigorosa mudança de residência e de ocupação da maioria da população do campo para a cidade, do setor primário para os setores secundário e terciário da economia, a consequência imediata é a explosão de matrículas nas escolas primárias públicas e a reivindicação popular pela oferta de níveis ulteriores de educação escolar gratuita. Esta nova conjuntura somada à confirmação da organização federativa do Brasil impõe a necessidade de uma lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na década de 1950 tramita o projeto oficial de LDB a que se oferece emendas e um substitutivo completo. O primeiro representava eco do manifesto dos pioneiros, que receitava a organização da educação em sistema público balizado por planos objetivos definidos quantitativa e qualitativamente. O segundo defendia a "liberdade de ensino" cometida a escolha das famílias numa clara defesa dos estabelecimentos privados, religiosos e leigos, que dominavam a oferta do ensino secundário. Não foi fácil se chegar ao que Anísio Teixeira e Florestan Fernandes, os maiores defensores da chamada posição "publicista" chamaram de "meia vitória, mais vitória".

Em 20 de dezembro de 1961, há exatos 48 anos, publicava-se a primeira LDB em sentido estrito, exigida pela Constituição de 46 e denominada como tal em sua ementa, com isso eu volto à Constituição de 46 que foi uma Constituição que permitiu que o Brasil avançasse muito no seu processo de consolidação das instituições e democratização do país. E a Constituição de 46 teve essa visão ampla do Brasil e da necessidade de enfrentar as grandes questões sociais brasileiras. Foi uma Constituição até certo ponto ousada e sua duração não foi maior por motivo de conhecimento de todos nós.

Quanto ao ensino superior ela, a Constituição de 46 vigorou... Perdoe, quanto ao ensino superior, ela vigorou quase sete anos, até 1968 em relação à educação básica em parte até a Constituição de 1967, que estendeu o ensino obrigatório a oito anos de duração em parte até 11 de agosto de 1971, quando se operou a reforma do ensino de primeiro e segundo graus pela Lei 5.692.

Com isso chegamos ao segundo motivo pelo qual julgamos não ser trivial a comemoração da nossa atual LDB, sua sustentabilidade ou insustentabilidade política. Sra. Presidente, Srs. Senadores, Srs. ex-Ministros de Educação, seja-me permitido tomar como exemplo um dos dispositivos presentes na LDB de 1961 e na de 1996 e ausente na de "meia LDB" de 1971. A vinculação da receita de impostos à manutenção e

desenvolvimento do ensino. Dispositivo Constitucional de 1934, leia-se a Constituição de 34, que foi de vida curta, porque a Constituição de 34 era uma Constituição que acolhia mecanismos inclusive corporativos da experiência da Itália, o nascente fascismo na Itália. Então, veio aquela ideia das representações corporativas, os parlamentares não eram apenas eleitos pelo povo, mas também havia aquelas representações corporativas, e o Brasil também copiou um pouco esse modelo na Constituição de 34, mas a Constituição de 34 foi uma Constituição de vida efêmera, porque em 37, como já tive ocasião de mencionar, em 37 Getúlio se louvando(F) na Constituição Polonesa, da Polaca, como se chamava à época do General Jaruzelski, o Getúlio praticamente derrubou a Constituição de 34 e baixou essa Constituição de 37, de forte viés autoritário. Então, a Constituição de 34 durou apenas três anos, posto que 37 desapareceu em função de uma nova Constituição de 1937 que foi a espinha dorsal do chamado Estado Novo.

Então, volto... Dispositivo Constitucional de 1934, 1946 e 1988 é ele que garante na prática a oferta de escolas públicas e gratuitas pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, é ele que assegura o pagamento de professores e dos demais profissionais de educação. Mais recentemente com instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, FUNDEF, no Governo Fernando Henrique Cardoso e da Educação Básica, FUNDEB, no Governo Luiz Inácio Lula da Silva, é ele que propicia a universalização do atendimento às crescentes demandas de creches públicas, pré-escolas, ensino fundamental e médio, educação especial, educação de jovens e adultos, ensino profissional, curso de graduação e pós-graduação superiores e mais que tudo, é ele que, julgado suficiente ou não, orienta a política fiscal para se chegar a uma oferta, não somente de matrículas, mas de educação de qualidade proporcional às demandas atuais da sociedade brasileira. Graças a Anísio Teixeira, meu grande mestre brasileiro e muita contribuição ofereceu ao florescimento educacional do nosso país, graças a Anísio Teixeira em 1934, ao Senador João Calmon, que nunca me esqueço de citar em 1983, aos constituintes de 88, temos o art. 212 da Constituição replicado pelo art. 69 da LDB, cujo 13 anos comemoramos, que diz ser de responsabilidade da União aplicado 18% de sua receita em "manutenção e desenvolvimento do ensino" e dos estados, Distrito Federal e municípios, 25% do mínimo em educação pública.

Devo lembrar que o Senador João Calmon era um apóstolo da educação e em 1983, quando aqui cheguei no primeiro mandato ao Senado, já o encontrei engajado nesta luta para que fosse feito uma vinculação de recursos para a educação. E eu procurei me associar aos seus esforços, porque na realidade ele conseguira aprovar a emenda constitucional que fazia essa vinculação, mas à época, o Ministro da Economia, de Planejamento, entendia que na realidade o dispositivo constitucional não era autoaplicável, e por esta razão, embora a Constituição determinasse a vinculação desses recursos, tal não ocorria. Então nós nos empenhamos, e a esta época eu estava no Ministério da Educação, nós empenhamos para mobilizar o Congresso Nacional no sentido de dar regulamentação ao dispositivo constitucional, ou seja, conseguimos ultrapassar a dificuldade apontada pelo Ministério de Planejamento e Ministério da Fazenda de que os recursos não podiam ser repassados, posto que se exigia uma lei complementar, e essa lei complementar foi aprovada tanto na Câmara quanto no Senado e isso ao meu ver foi um passo muito importante para que aumentássemos a oferta de recursos para educação.

Mas o que aconteceu entre 1994 e 2008? No plano Federal 20% desses recursos foram "desvinculados" da educação, por outros interesses talvez legítimos, mas convenhamos, deletérios aos objetivos da educação pública. E o que mais acontece em todas as instâncias da nação nesses três últimos anos? Ignora-se o § 5º do art. 69 da LDB, que preceitua o repasse dos recursos vinculados a cada dez dias para o órgão responsável pela educação, ministros, secretários estaduais e municipais da educação continuam de pires na mão, aguardando sem motivo a liberação pelas autoridades fazendárias de recursos que não são delas, mas da educação. Entretanto, ninguém ousou até hoje, entre as centenas de projetos que modificam dispositivo da LDB, suprimir esse parágrafo fruto, aliás, de emenda do nobre Senador Suplicy, aprovada por esta Casa e sancionada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso de quem eu era à ocasião vice-Presidente da República.

Comemorar a LDB, portanto, é lembrar e fortalecer esses e outros dispositivos como o do piso salarial dos professores, da implantação da jornada integral dos estudantes que não são cumpridos, porque a Lei Magna da Educação é também a Lei Maior do nosso Projeto Nação. Tão travado por contrários e porque não dizer, menores interesses. Finalmente, esta comemoração não é trivial para mim, que como Ministro da Educação da Nova República, procurei antecipar, e aqui estão dois Ministros da Educação da Nova República, Hugo Napoleão e Carlos Chiarelli, procurei antecipar tantos dispositivos benéficos da LDB que se gestavam nos movimentos sociais no período de redemocratização, a exemplo de Emenda João Calmon a que já me repor-

tei, da valorização das universidades federais e seus docentes, fizemos um programa de reestruturação de quadros e salários, etc., da disseminação da merenda escolar e do livro didático, dois programas de que se orgulha o Brasil até hoje.

O da universalização do ensino fundamental, preconizada no dia 'D' da educação e por mim celebrado em 1985. Devo, ao encerrar, observar que de fato três pontos eu gostaria de salientar ao tempo que eu fui Ministro da educação. Um foi oferecer pela primeira vez e aqui foi uma das últimas audiências públicas que foram mencionados, nós conseguimos formular uma política de desporto na área da educação, por entender que deveríamos dar um novo enfoque à questão do desporto e o desporto não só competição, mas o também o desporto enquanto formação da cidadania. Também não posso deixar de lembrar o Programa do Livro Didático, que começou de forma modesta, mas hoje é um dos mais expressivos programas de livro didático do mundo, poucos países do mundo distribuem 170 milhões de livros, se não estou equivocado, a todas as escolas e, sobretudo, àquelas pessoas que não têm condições de aquisição. E esses livros, a meu ver, são extremamente importantes para a formação dos alunos. E no começo isso parecia um uso de ousadia, mas no fato esse programa corre bem e conseguimos inclusive fazer com que ele fosse implantado de acordo com regras republicanas, ou seja, era uma ampla... feito mediante um edital de licitação todos tomam conhecimento dos editais, os professores fazem as opções daqueles que são reputados os melhores livros e a partir daí também se beneficia a sociedade como um todo. E não posso deixar também de mencionar aqui a questão também da merenda escolar. Eu me lembro que uma das... Tão logo tomei posse no Ministério da Educação e a senadora, hoje Senadora Marisa Serrano, era Delegada do Ministério da Educação no seu estado e foi uma excelente, como é uma excelente senadora foi também uma excelente delegada do Ministério da Educação no seu estado, no Estado do Mato Grosso do Sul, mas eu gostaria de lembrar que a questão da merenda escolar era algo também que devia ser enfrentado. Uma das primeiras audiências como ministro da educação foi receber o então Governador do Acre e o que ele observava é que a merenda escolar não tinha nenhuma compatibilidade com os hábitos de consumo dos acrianos, e que de um modo geral as compras eram feitas centralizadas no Centro-Sul do país ou no Sudeste do país, o que fazia com que a merenda escolar não fosse algo compatível com o atendimento das demandas e, sobretudo dos estudantes. E com isso nós conseguimos fazer algumas correções de rumo e começamos a descentralizar o processo da distribuição da merenda escolar, reforçando-as, mas não somente, mas indo mais além tentando melhorar a sua distribuição, fiscalizá-la para que não fosse apropriada por terceiros, frequentemente ocorriam fatos em que exigiam às vezes até apuração mediante inquérito etc., e isso foi a meu ver um ponto positivo. Mas também eu gostaria de mencionar que nesse período nós, através de lei, que encaminhamos ao Congresso por iniciativa do Presidente Sarney, mas por proposta minha, fazer com que a UNE tivesse a sua legalidade estabelecida, a mesma coisa ocorreu também com a UBES para que os estudantes pudessem também se manifestar nos fóruns competentes, inclusive, gostaria de mencionar que houve coincidentemente o Ano Mundial da Juventude, e durante essa ocasião fizemos alguns eventos voltados para passagem do Ano Universal da Juventude, que foi organizado pela UNESCO, e isso propiciou os estudantes brasileiros uma participação nesse Ano Mundial da Juventude, inclusive o Presidente da comissão foi hoje o Governador de Minas Gerais Aécio Neves que naquela ocasião ainda não era político, não era detentor do mandado, era o neto do Presidente Tancredo Neves e que foi o Presidente dessa comissão.

Mas devo por fim também mencionar o seguinte: que ao estabelecermos o Dia da Educação, que era um dia dedicado exclusivamente à discussão sobre os rumos da educação, nós começamos uma prática que infelizmente não teve continuidade por outras razões, nós começamos uma prática de tomar a educação como a grande questão brasileira. E, portanto, eu encerro as minhas observações lembrando que cada vez mais da importância da educação, algo fundamental para o país. Eu vou citar mais uma vez Norberto Bobbio antes de encerrar a minha exposição, para lembrar que Norberto Bobbio em um dos seus últimos livros, Memória do Nosso Tempo, se eu não estou equivocado é esse o título, Norberto Bobbio observou que o mundo já se dividia entre nações ricas e pobres, fortes e fracas, mas que agora vai dividir entre as que sabem e as que não sabem. Um famoso escritor inglês diz com muita propriedade que saber é poder, essa frase extremamente sintética, significa muito da importância da educação, quer dizer, ou nós investimos em educação, ciência, tecnologia, inovação, se nós não investirmos muito nessa área, certamente nós ficaremos numa posição bastante defasada em relação a outros países do mundo, e por isso eu continuo considerando que a educação é atividade que emancipa, que liberta o cidadão e que, portanto, é essencial no país que pode e deve ter um papel mais destacado na comunidade internacional. Lembraria o livro de Stefan Zweig que marcou muito a minha geração, Brasil, País do Futuro, é bom

lembrar que sempre nós perguntamos quando é que o futuro vai habitar dentro de nós? E isso é algo que nos faz refletir sobre o nosso projeto de desenvolvimento e acredito que só vamos realmente avançar a passos mais determinados quando fizermos as reformas institucionais, reformas políticas e quando vertebrarmos verdadeiras instituições sólidas e caracterizadas por políticas voltadas para o atendimento das questões essenciais da educação como instrumento fundamental para que nós sejamos uma nação verdadeiramente e homogeneamente desenvolvida, atenta a tudo o que o homem precisa, de pão, espírito, justiça e liberdade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós ouvimos aqui uma aula sobre a educação, que nos faz remeter a questões fundamentais, de que a educação é um processo, e que esse processo é acumulativo e a cada momento nós temos que repassar toda essa história para nos atermos às questões fundamentais, quando o Ministro e Senador Marco Maciel coloca a importância que foi a criação em 1827 da faculdade de Olinda e a de São Paulo foi justamente num momento em que o ensino primário foi colocado nesse país como gratuito, quer dizer, há sempre uma melhoria quando se trata de uma lei de educação, há sempre uma mudança uma melhoria, um acréscimo e é isso que nós vimos. E o Senador Marco Maciel levantou duas questões aqui que até falei o Senador Cristovam Buarque, que nós temos que ver. O que a LDB, o Ministro Hugo Napoleão colocou as emendas todas, as 23 emendas que estão na LDB, quais são elas e o que avançou, mudou a LDB. E V.Exa. coloca aqui duas questões fundamentais, por exemplo, o horário integral que está na LDB e que a gente não cumpre como obrigatório e o art. 69 da LDB, que é aquele que dá os 18% do cumprimento do recurso para educação que falta transparência que está colocado na LDB com datas específicas para que seja repassado o recurso e isso não é cumprido. Então, essas questões que a gente terá que levantar na LDB aquilo que está na LDB, mas que nós não conseguimos implementar ainda e porque ainda não conseguimos. Eu acho que essa valeria a pena um debate sobre essas questões nessa Casa.

Eu quero informar a todos que acabo de receber um email, um fax do Ministério da Educação, informando que o Ministro Fernando Haddad... aconteceu um imprevisto, em razão de eventos imprevistos não pôde comparecer nessa sessão e pede desculpas.

Passo a palavra, então, ao Ministro da Educação no período de 01/01/2003 a 27/01/2004, Senador Cristovam Buarque, Ministro e querido companheiro dessa Casa.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom-dia a cada uma e a cada um, eu quero primeiro lugar dizer da satisfação de estar em tão boa companhia. O ex-Ministro Chiarelli disse que sentia prazer em vir aqui, eu sinto prazer em ver que vocês não mudam de cara, o Marco Maciel tem a mesma cara desde que tinha 20 anos, que quando eu o conheço, não muda nada, nem o peso, nem altura, nem a cara. A outra satisfação é dizer ao ver tantos ex-ministros e senadores eu fico com o desejo de que a nossa senadora seja ministra também um dia, que eu sei que a será uma grande ministra, mas, além disso, uma outra observação antes de entrar na LDB, é incrível quando olho aqui as datas, como os ministros da educação são passageiros, apenas na Nova República, apenas dois tiveram mais de 26 meses, três, o atual, Paulo Renato e o... só esses dois, os outros estiveram menos de 26 meses, todos. E se a gente pega todos desde 1930, eu tentei olhar, da Nova República, se a gente pega todos não é diferente, tirando Capanema, Paulo Renato e agora o Fernando Haddad que em novembro vai completar o mesmo tempo que ficou Jarbas Passarinho, quatro anos e quatro meses, a média é de, tirando Paulo Renato é de 14 meses, na economia não fazem isso, no transporte não fazem isso, é claro que no caso do Marco Maciel ele saiu para ser chefe da Casa Civil, ou seja, uma tremenda promoção do ponto de vista... Foi para Casa Civil, não foi? Mas mesmo assim, mostra como a política educacional, ela não tem uma estratégia de longo prazo, só no Governo Fernando Henrique e no Governo Getúlio Vargas, no mais ficamos saltitando entre ministros e isso tem um efeito natural, pela perda de continuidade por mais que nós sejamos pessoas próximas, os que estão aqui, por exemplo, foram 11 meses, 14 meses, 17 meses e 13 meses, que fui eu. Então, isso mostra uma realidade de como o estado brasileiro e seus governos tratam a educação.

Mas eu vou entrar na Lei de Diretrizes e Bases. Não há dúvida que essa pequena lei foi um avanço, não havia essa lei, não havia algo que norteasse, mas a meu ver foi um avanço do ponto de vista conceitual, mas não deixou aqui a base para um grande avanço do ponto de vista estrutural. Conceitualmente avançou, estruturalmente não avançou e não avançou... Primeiro o que avançou? Colocou a educação na pauta da legislação nacional, segundo, deu uma amplitude ao conceito de educação, incluindo a educação de jovens e adultos, incluindo todos os níveis da educação, incluindo a educação especial para os portadores de necessidades especiais, a educação infantil, houve uma grande amplitude. O que eu acho que falta? Eu, por mim, já o primeiro artigo, Senadora Marisa, eu acho que a gente deveria ter sido mais ambicioso, o

primeiro artigo diz que a educação abrange os processos formativos, ou seja, vai direto. Eu acho que a gente deveria ter sido mais ambicioso, devia dizer: a educação tem por objetivo assegurar a cada brasileiro a chance igual de desenvolver seu talento, conforme a sua vocação e sua persistência. Tinha que ter um objetivo nesse sentido, a palavra igualdade não parece na Lei. Ela pode ficar embutida, mas ela desaparece na prática como eu vou dizer, e a outra coisa eu diria, a educação é a base para o desenvolvimento econômico, social e cultural da sociedade brasileira. O que não é obviamente uma crença dos que fazem as leis no Brasil, porque consideram que a economia que é a base do desenvolvimento e não a educação.

O Senador Marco Maciel deixou claro quando ele disse "saber é poder", aqui nessa lei não está implícita a ideia de que saber é poder, não está implícita, não precisava escrever isso, claro, isso é um texto do Bobbio, é um texto filosófico, isso é um texto da ciência política, mas devia estar implícita no conjunto das normas, e aí eu entro o que eu creio que faltaria. Primeiro, ao nível da responsabilidade. A responsabilidade ficou muito diluída, Senador Hugo Napoleão, essa ideia de dizer... primeiro, dizer que a família e o estado dilui, tinha que ter dito também os pais e os governantes, é completamente diferente dizer o estado e a família e dizer os pais e os governantes. Você quase que nomeia o responsável. E segundo, talvez pela época, faltou a mídia; a mídia é parte fundamental, não só pelo ensino a distância que eu também estou de acordo com Chiarelli, é fundamental, mas a mídia que não é parte do sistema educacional aparentemente, é parte do sistema deseducacional. Então, tinha que ter escrito com clareza, é responsabilidade dos pais, dos governantes e dos comunicadores, até para a gente saber quem responsabilizar por não cumprirmos isso. Todo mundo está atrás do responsável pelo apagão do começo do mês, e espero que se descubra, mas não tem como procurar o responsável pelo apagão educacional, pelo apagão intelectual, não tem como, a família? Isso é um conceito abstrato, os pais não, os pais seriam um conceito concreto. O estado é um conceito abstrato, os governantes não, seria um conceito concreto, até a mídia é um conceito abstrato, os comunicadores seria um conceito concreto.

Dito isso, eu acho que a gente deveria pensar também, e essa eu insisto, é muito polêmico eu insisto, eu creio que o verdadeiro responsável pela educação ao lado da família e da mídia é a União, é o estado brasileiro, não são os estados, alguns dizem "mas isso é centralismo", isso é centralismo da responsabilidade, mantendo a descentralização da gerência, a gerência eu sou tão descentralizador, que eu acho que devia ter escola pública em que o governo nem entrasse, a não ser para pagar salário do professor. Os pais, os professores, os alunos governam a escola, ou seja, então ninguém pode dizer que eu não sou descentralizador; como estão fazendo com as universidades, as universidades são federais, mas quem manda são os professores, os alunos e funcionários hoje em dia, nem Reitor manda mais, até exageraram no processo. Se o reitor é o gestor com total descentralização de uma entidade federal, porque não pode ter uma escola federal aonde o gestor seja o prefeito? Hoje mesmo as escolas técnicas, elas são federais, mas elas têm uma descentralização na gerência.

Então, a ideia de federalizar a responsabilidade não significa centralizar a gestão, eu defendo a descentralização da gestão com liberdade pedagógica, é mais do que descentralização. Os princípios pedagógicos devem ser livres, agora, a responsabilidade de manter a escola não pode ser dos estados e municípios, porque enquanto for dos estados e municípios haverá uma desigualdade muito grande, porque nós temos estados ricos e estados pobres, nós temos prefeitos que gostam de educação e temos prefeitos que estão mais perto de Herodes do que de um educador. A União tem que ser a responsável pelo processo educacional, descentralizada a gestão e libertados os princípios pedagógicos.

Dito isso, da responsabilidade, eu entro numa outra coisa, aqui não está a carreira do magistério, tem que ser federal. Eu não posso entender como é que o professor vai ter uma carreira diferente em cada município, ninguém aceita que a carreira dos professores universitários seja feita por cada universidade, está aqui a UNB em greve porque teve o pagamento de um adicional que outras universidades não deram, o Tribunal de Contas mandou que devolvesse o dinheiro, os professores entraram em greve. Então, não tem descentralização de carreira de professor universitário, é centralizada. Por que de professor primário, secundário é descentralizada a carreira? E a seleção também. Como é que a União fecha os olhos aos critérios de seleção dos professores pelos municípios? Felizmente hoje já se exige concurso, foi um avanço, mas o concurso é municipal, logo, a desigualdade é total na formação do profissional, ninguém aceita que cada município escolha os funcionários do Banco do Brasil, não tem jeito, ninguém aceita que cada município faça seleção dos policiais federais que ficam naquele município aqueles que têm policiais federais nem os funcionários da Caixa Econômica, ninguém aceita que São Paulo escolha os funcionários da ANAC para cuidar do aeroporto de Congonhas, é um concurso fe-

deral, é uma carreira federal, professor é uma carreira municipal, o INSS.

Então, eu insisto que a carreira tem que ser federal, agora a gestão deve ser local. E volto a insistir, não descarto a descentralização tão radical como acontece na Finlândia, Chiarelli, que os próprios pais, os professores podem demitir o colega. Os pais, os alunos, os professores têm o direito, o poder, de demitir um professor que não estiver trabalhando direitinho. Agora, quando o próximo for contratado é pelo Governo Federal e pago pelo Governo Federal. Lá tem uma coisa que eu acho que aqui não daria, é a seleção também é feita pela escola, aí aqui a gente sabe que poderia haver problemas, se a seleção for feita diretamente pelos pais, pelos colegas, eu não tenho essa confiança ainda na civilidade de nós, seria um concurso, agora chegando lá tem que prestar conta e é outro assunto que eu vou falar.

Então, nós temos que centralizar a seleção dos professores, o pagamento dos professores, e outra coisa, os equipamentos educacionais têm que ser um compromisso federal, não é possível que o prefeito inaugure um prédio qualquer e diga "isso aqui é uma escola". Para ser escola tem que ter um habite-se federal e esse habite-se federal tem que incluir que equipamentos tem ali dentro, não é escola aquela que não tem quadro negro, mas não Brasil é. E vou mais, em um ano e dois anos não deve ser considerada escola a que só tiver quadro negro, não tiver lousas inteligentes, porque criança não aguenta mais uma aula com giz. Crianças de hoje nasceram assistindo efeitos especiais na televisão, vendo os planetas pelo telescópio, aí chega o professor, desenha com um pontinho e diz: "Isso aqui é o sol", faz outro pontinho e diz: "É a Terra", faz uma roda e diz: "Isso aqui é a Terra ao redor do sol", não tem menino que aguente, eles já viram isso lá de um satélite, um pontinho ali pequenininho, mas já viram. E isso você pode trazer para dentro da sala de aula apertando alguns botões de uma lousa inteligente. Então, tem que haver um programa federal da qualidade das edificações dos equipamentos, um programa federal de implantação de horário integral, não é mais educação o que não for em horário integral, aqui não tem isso ainda. E carreira federal, duas coisas que a gente tem que complementar. O projeto de lei visando isso está correndo no Senado, visando criar carreira nacional e visando criar o programa federal de qualidade.

Um outro ponto é a equivalência na qualidade, nós temos que ter na lei o compromisso da igualdade de qualidade educacional para cada criança brasileira, não é possível nós condenarmos a desigualdade, uma criança conforme a cidade aonde nasce, conforme a renda da família, não pode. A gente pode, sim, tolerar a diversidade, por exemplo, os indígenas quererem estudar em escolas diferentes das escolas dos brancos, mas aí é diversidade, aí não dá para a gente dizer que é qualidade, aí eles têm que ter liberdade pedagógica. A outra coisa é a avaliação, nós não colocamos aqui com o rigor necessário a necessidade de avaliar os resultados, avaliar o resultado do governante com a Lei de Responsabilidade Educacional, avaliar o professor, não dá para a gente dizer que vai avaliar os pais na sociedade de hoje, mas tem que cuidar deles para que eles sejam mais responsáveis, a minha proposta é de que não recebe Bolsa Família o pai que não for uma vez por mês na escola, a gente já começa a envolvê-los, mas estão pedindo vista todo dia desse projeto para que ele não passe, porque dizem que é contra a população que vai ficar sem a Bolsa Família, não vai ficar sem a Bolsa-Família, eles irão à escola, é desacreditar muito dos pais, eles irão à escola.

Então, nós temos que trazer a ideia da avaliação para dentro da Lei de Diretrizes e Bases e há um medo constante disso. Eu creio que a gente deveria trazer para aqui os incentivos aos professores que se diferenciam, e há um medo a isso, os professores estão reagindo a ideia do 14° salário para as escolas que subirem no IDEB, que é uma lei que passou aqui e está na Câmara, estão reagindo a uma série de propostas que o Governador Serra está aplicando, o que o Governador Arruda está tentando fazer aqui com o 14º que ele também está fazendo. A gente tem que ter incentivos, eu sou contra o incentivo que diferencie muito um professor de outro, pelo menos que diferenciem os professores de uma escola dos professores de outra escola, e aí esses professores vão pressionar os seus colegas para serem melhores, para que a escola melhore e todos ganhem. Colocar um professor contra o outro, eu acho que a gente deve é explicitar, mas não deve, vamos dizer, prestigiar um a mais do que outro ao lado, pelo menos por enquanto, mas a escola, sim. Esse País dá medalha para quem salta mais alto, para quem salta mais distante e para quem corre mais depressa, não dá nenhum incentivo para quem é melhor intelectualmente do que outro na escola.

E finalmente, eu acho que a maneira como está a formação profissional não deixa com nitidez a ideia de que a formação profissional tem que ser dentro do ensino médio, além das escolas técnicas, as escolas técnicas deviam ser praticamente para depois do ensino médio, para quebrar essa ideia de que todo mundo que termina o ensino médio deve ir para a universidade. Não, quem termina o ensino médio, uns vão para universidade outros vão para cursos técnicos de nível superior. E o ofício básico não precisava de uma escola

técnica para aprender, um ofício básico a gente aprende dentro do ensino médio, dá para saber, aprender bem usar informática hoje, não apenas para si, mas como especialista, para consertar comprador, para ser fotógrafo, dá uma série de atividades profissionais para você terminar o ensino médio, obviamente que para isso eu defendo que o ensino médio seja de quatro anos e não de três apenas, o que é uma maneira até de segurar mais um ano a criança na escola, em vez de jogá-la ou na rua já na universidade. A gente teria o ensino médio de quatro anos com formação profissional e a possibilidade de um ramo do ensino continuar pós-secundário técnico, e outro ramo pós-secundário universitário. Eu não tenho dúvida que essa deformação brutal da educação brasileira hoje, de ter mais crianças terminando, aliás, ter mais vagas nas universidades do que criança terminando o ensino médio, isso é uma deformação completa e a gente preocupado que tem pouco aluno na universidade proporcional ao número de alunos com idade universitária, mas tem demais proporcional aos que terminam o ensino médio, isso diminuiria se a gente criasse essa carreira técnica de ensino superior.

E, finalmente, não era ainda do tempo, mas é, e o ex-Ministro Chiarelli tocou, o ensino a distância, a gente tem que radicalizar mais no ensino a distância não só na universidades, eu acho até que no ensino médio também. O ensino fundamental não, não pelo lado de ensino, mas pelo lado da socialização, sociabilização que o ensino fundamental tem o papel, o ensino a distância pode afastar a criança da convivência com os colegas, com os professores, por isso aí deve ter presencial, mas o ensino médio já dá para dizer que nas quartas-feiras os alunos ficam vendo os cursos em outros sistemas, desde que a gente avalie corretamente depois. Já não precisa mais dessa rigidez do ensino presencial. O ensino técnico também, em muitas disciplinas, as que não exigem muita habilidade manual enquanto não for possível através do mouse você desenvolver essa habilidade manual, que vai chegar o dia que a gente vai ser capaz, aí a gente precisa ser presencial, mas fora isso, tem que colocar na Lei de Diretrizes e Bases o incentivo, o respeito e a promoção do ensino a distância. E é isso que eu quero colocar, lembrando o grande avanço que foi, mas do pouco avanço ainda diante de duas coisas: as exigências aumentadas de educação no mundo de hoje, de lá para cá as exigências aumentaram muito, e a concorrência com os outros países que estão investindo muito em educação deixando a gente para trás.

Eu deixo aqui como proposta uma atualização da Lei de Diretrizes e Bases como homenagem aos que fizeram essa, mas obviamente como, sobretudo, um serviço aos que virão depois.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Agradecendo a explanação do Senador Cristovam Buarque, nosso ex-Ministro da Educação, e dizer que antigamente a gente trabalhava a História por séculos, hoje nós estamos falando em décadas, o mundo está girando muito rápido, as conquistas tecnológicas também, e é natural que depois de 13 anos a gente olhando para a LDB, a gente acredite que precise realmente dar um enfoque especial a algumas áreas, como essas que o Senador Cristovam Buarque colocou, de uma responsabilização maior em quem é responsável pela educação, discutir a carreira do magistério, discutir aí a forma de fazer com que as nossas escolas tenham uma infraestrutura condizente com as necessidades do alunado atual, e além disso discutir a formação profissional e o ensino a distância, alguns dos temas que foram levantados pelo Senador Cristovam Buarque.

Dando continuidade à nossa Mesa, passo a palavra ao Senador Augusto Botelho, autor do requerimento que nos trouxe hoje aqui para esta reunião.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sra. Presidente, inicialmente gostaria de agradecer a presença do Senador Hugo Napoleão, ex-Ministro Hugo Napoleão e Ministro Carlos Chiarelli, Ministro Marco Maciel e Ministro Cristovam, estou falando com ministros aqui todos. Dizer assim, que realmente foi em 2007 que nós quisemos provocar essa audiência, quando completou os 10 anos, mas saiu agora com 13 e ficou melhor que nós evoluímos mais.

Em relação ao ensino virtual, essa história de querer exigir aula presencial em ensino virtual é uma sandice, Deus me perdoe, mas é isso, porque vai botar dificuldade, as pessoas... Eu sou de Roraima, o meu estado é grande, então, eu penso lá em Roraima, como eu vou conseguir trazer uma pessoa lá de São Luiz do Anauá para ter uma aula presencial lá em Boa Vista? Ou então levar um professor daqui para lá. Só a passagem são três mil reais.

Então, dificulta, a aula tem que ser virtual. Agora, talvez a prova para você se habilitar realmente tem que ser uma prova presencial, aí é diferente, aí você tem que fazer isso, e eu acho que para mim o caminho é esse, eu acredito realmente que o caminho é esse aí, nós temos lá em Boa Vista uma universidade virtual de Roraima, UNIVIRR, que está presente em todos os municípios e ausente em algumas vilas, recentemente eu descobri que não existe na Vila São Silvestre, porque quando eu andava sempre lá em Roraima pelo interior ficava muito triste de ver as pessoas terminar o segundo grau e os que tinham coragem de enfrentar

Boa Vista e ir para outros lugares para estudar, iam, mas a maioria não tinha coragem de enfrentar, é difícil a gente estudar numa cidade diferente da que a gente vive, o recurso da família é pequeno. Então, acredito nessa universidade virtual.

E a LDB realmente foi um grande avanço, gostaria de parabenizar os senhores que todos aí participaram na elaboração desse projeto que nós estamos visando hoje e algumas modificações que foram sendo feitas no sentido de aperfeiçoar. O Ministro Chiarelli falou bem claro, foram cirurgias estéticas, não foi nenhum reparador ainda, foi uma comparação bem lógica e tudo, e o dia que for preciso fazer reparador vão ser feitas, mas por enquanto são estéticas mesmo que tem que ser feitas de aperfeiçoar. O Senador Cristovam tem ideias boas, mas essa ideia dele de federalizar, para mim não fica muito... Eu estou vindo de um ex-território, eu nasci e fui criado quando era território, que era federal, depois que virou estado a coisa mudou completamente em Roraima, hoje em dia as decisões essa decisão das escolas, na direção, da merenda escolar, porque lá em Roraima nós temos uma dificuldade assim, tem um governo que vem, centraliza a merenda, tem outro que vem, descentraliza, mas sempre as descentralizada é melhor, porque as próprias comunidades onde eu vou, dizem que é melhor a merenda, hoje houve um avanço...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas, senador, quem paga é o Governo Federal, a merenda, senão faltava.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu sei, senador, mas o município tem que ter autonomia, é claro que nossos municípios são pequenos.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Descentralização, eu defendo.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Mas quem tem que decidir o concurso tem que ser no município mesmo com os professores lá, não pode ser um federalizado, porque é muito bom, federaliza, faz um concurso, aí vai para lá para Roraima o cidadão que passou no concurso para ser fiscal agropecuário, dar exemplo, daqui a dois anos ele arranja um padrinho, vem embora e a gente fica sem fiscal, a não pode ser dessa forma. Então, é isso que vai acontecer com o professor, vai passar um professor de que estudou aqui na melhor escola aqui de Brasília, passa lá fica dois anos e depois vem embora porque vai ter um padrinho político que tira ele de lá. Não pode, então, tem que descentralizar porque quem está perto da pessoa é que sente o que a pessoa sente. Escola sem quadro negro, por exemplo, o senhor está aqui em Brasília está... Lá em Roraima tem escola que não tem quadro negro, tem escola que é uma sala coberta de palha e de madeira, mas que funciona como escola, o professor dá aula para várias séries, mas é uma escola, pode não ter o nome de escola, mas é, porque lá as pessoas aprendem a ler, aprendem a escrever e se preparam para entrar depois em outra escola convencional. Então, nós não estamos num país ainda que possa dizer que não tem escola sem quadro negro, quando se fala internet, por exemplo, internet lá em Roraima... agora que chegou a banda larga da Venezuela que a gente entrou num nível de banda larga realmente, mas era banda larga por rádio, que é uma internet lenta ainda, difícil.

Eu estou com dificuldade agora, por exemplo, eu visitei as escolas e as bibliotecas das escolas, as enciclopédias e dicionários são todos velhos, a enciclopédia mais nova que eu vi tinha 14 anos. Estou com dificuldade de colocar uma emenda no orçamento para comprar enciclopédia para as escolas, porque é esse o conceito: a Wikipédia é barata pela internet, é lógico que é barata, a Wikipédia, mas vai entrar em Wikipédia numa internet que é por telefone convencional, que vai para um rádio, de um rádio passa para Boa Vista entra em outro rádio e sobe... Um aluno vai levar meia hora para achar uma palavra lá, meia hora não vou dizer, mas uns 20 minutos, 10 minutos. Então, tem que ter livro convencional, o livro convencional não pode ser extinto, eu estou com dificuldade de colocar no orçamento desse ano recurso para comprar enciclopédias, enciclopédias e dicionários, os Aurélios deles são Aurélio tipo do que eu tenho na minha casa que eu comprei quando meus filhos tinham 10, 12 anos, eles estão com 30 anos os meus filhos agora, os dicionários. Então, são coisas que esse nosso país tem que ir mudando, é lógico que tem que tentar fazer, mas não pode querer desconsiderar o acesso das outras pessoas.

Então, gostaria de agradecer e principalmente eu não sabia dessa parte de virtual em relação às pessoas com deficiência, nós realmente nós não temos, o Senador Flávio que é o meu guru de defesa das pessoas com deficiência aqui, nós realmente não temos lutado muito nesse sentido de tentar incluí-los na educação virtual, mas o Ministro Carlos trouxe uma dica que daqui para frente nós vamos empurrar, para andar nesse lado também. Então, muito obrigado a todos, eu espero que agora a gente faça uma outra audiência ouvindo professores e dos pais de alunos, que era para a gente ter uma noção de que rumo a gente tem que tomar.

Muito obrigado, senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Augusto Botelho, eu quero informar que essa nossa Audiência Pública está sendo extremamente bem aceita pela população, o nosso secretário estava explicando a quantidade de

gente telefonando, porque ela está passando direto pela TV, e temos certeza também que os emails devem estar começando a chegar, mas os telefonemas já indicam de quanto a população brasileira está interessada e acompanhando o que se passa nessa Mesa.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Obrigado. Eu quero também em primeiro lugar saudar os Ministros, ex-Ministros Hugo Napoleão, Cristovam Buarque, colega dessa comissão, Marco Maciel também colega da comissão, Carlos Chiarelli, ex-ministro, e dizer assim da importância dessa Audiência Pública, porque realmente ter avaliação do quadro educacional, das leis educacionais, esta avaliação vinda da parte de ex-ministros, ex-senadores e atuais senadores, isso de fato pode lançar luzes importantes sobre a caminhada que se está fazendo. Eu penso assim, quando eu vejo a LDB e penso na Lei de Diretrizes e Bases, eu penso também fundamentalmente nessa capacidade que a LDB teve de organizar o sistema, quer dizer, todo o estima na mesma lei, nós podemos dizer que a educação básica e o ensino superior, porque até o senador e ex-Ministro Hugo Napoleão colocou que eram leis esparsas, lei do segundo grau, lei do ensino superior, agora nós temos a educação, então, educação básica, educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, modalidades, educação especial, jovens e adultos, profissional, ensino superior e pós-graduação.

É interessante também observar, apesar da observação do Senador Cristovam Buarque, a questão da participação da família, isso ficou claro na Constituição e, por conseguinte na LDB também na educação como dever do estado e da família com a participação da comunidade. Então, há muitos aspectos assim que de fato, assim devem ser enaltecidos, enquanto o Senador José Jorge esteve aqui nessa comissão, e agora ele é Ministro, como foi dito, do Tribunal de Contas da União, ele sempre dizia que nós tínhamos que fazer todo o esforço para não mudar a LDB, pelo menos durante algum tempo, para que a lei se consolidasse, fosse aplicada, pudéssemos ver em que sentido ela estaria funcionando ou não, e por isso que eu penso que é aquilo que o Ministro Carlos Chiarelli colocou, de que as coisas não são cirurgias de maior porte que aconteceram, mas foram algumas coisas para aprimorar detalhes, mas não uma mudança da lei propriamente dita.

E eu colocaria assim que... Porque foi levantado inclusive pelo Senador Marco Maciel, a importância da escola em período integral, a questão do plano de carreira, depois pelo Senador Cristovam Buarque de uma maneira muito enfática, muitos aspectos relacionados à educação, mas que dependem em si de orçamento, quer dizer, tudo depende de orçamento, de recursos. Eu penso aí que esteja a maior distorção do nosso sistema, porque o Brasil criou um sistema e que foi assim, enfatizado, eu diria até deturpado no decorrer dos tempos, de determos impostos e contribuições, os impostos são divididos através dos fundos de participação com estados e municípios. Então, os estados e municípios têm a participação nos impostos, mas não têm a participação nas contribuições, e hoje se arrecada no Brasil mais contribuição do que imposto, a totalidade dos recursos das contribuições ficam com o Governo Federal, particularmente para o pagamento dos serviços da dívida pública. Então, isso significaria se tudo fosse chamado de imposto, e não deixa de ser imposto, CPMF, por exemplo, era um imposto, mas era uma contribuição, não deixa de ser um imposto também.

Então, nós teríamos o dobro dos recursos para a área da educação, o dobro, mais que o dobro, porque se arrecada mais contribuições do que impostos. Então, quer dizer, o recurso lugar da educação é no orçamento, lugar de criança não é na escola, lugar de criança é no orçamento. Então, se a criança tiver o orçamento para comprar a biblioteca, comprar enciclopédia, o material, essa criança estará sendo bem atendida. Então, lugar de criança, de jovem, de adulto é no orçamento, mas o orçamento teria que ser o dobro, e aí nós teríamos aquilo que o Senador Marco Maciel sempre enfatiza com uma propriedade bastante adequada, que é a sociedade do conhecimento, quem conhece é protagonista, quem não conhece não sabe, quem não domina é subalterno, isso na verdade acontece de uma maneira muito especial.

Eu dirigi a educação especial do Estado do Paraná quando o Ministro da Educação era o Hugo Napoleão e eu participei de muitas reuniões na época, o senhor como Ministro e a gente vinha para cá também, como na época eu também participei lá na PUC do Paraná a transformação da Universidade Católica do Paraná em PUC, Pontifícia Universidade Católica, e o Ministro era o Marco Maciel e nós o recebemos lá no Paraná como Ministro. Então, nós estamos falando com grandes pessoas e tive um entrosamento muito particular e muito bom com o Carlos Chiarelli, e eu sempre digo para o Carlos Chiarelli, e é bom que a sociedade saiba também, já disse em público e repito com toda segurança e tranquilidade, eu disse para ele: "Olha, dava gosto de ver quando o Ministro da Educação ia discutir com os prefeitos, vereadores e com as autoridades e falava com tanta convicção, com tanto entusiasmo da pessoa com deficiência", e isso quase 20 anos atrás, dizendo: "Olha, tem que atender, tem que participar" e chegou ao ponto, como foi dito, de ter uma portaria mi-

nisterial para dizer 10% dos recursos da educação têm que ser aplicados em educação especial, 2,5%, quer dizer, 10% dos recursos da educação, 2,5%, portanto dos 25%, caso desejem receber recursos federais, se vocês quiserem se habilitar a recursos federais, me provem que vocês estão aplicando 2,5% dos recursos seus para a pessoa com deficiência de uma maneira geral, esteja aonde estiver estudando. Então foi, e o Senador Marco Maciel inclusive, também já falei que nós pegamos inclusive com a devida autorização, lógico, capítulos de publicações do Senador sobre educação especial que foram publicadas na Revista Mensagem da APAE e sempre presente, sempre incentivando, como de uma maneira geral, a Marisa Serrano, Augusto Botelho, Raimundo Colombo e todos nós.

Só mais um pouquinho, eu sei que o tempo já está, mas mais um pouquinho. Eu gostaria só de dizer ao Senador Hugo Napoleão, gostei muito da fala, da apresentação, e pensando assim, ficou como Senador Cristovam Buarque colocou, um ano e pouco no Ministério, mas o simples fato de ter colocado na sua gestão, o fato de dizer não, o Português é eliminatório, quer dizer, isso foi uma revolução no Brasil, uma medida simples, mas bem pensada, bem dizendo olha vamos cuidar da nossa língua se quisermos ter soberania, independência e imagina a revolução que isso não deu, não, tem que fazer a redação, todo mundo tem que fazer redação, literatura tem que ler, prova e tal, e não passou em Português não faz as outras provas, quer dizer, e isso aconteceu em uma gestão de um ano, quer dizer, muito interessante e muito oportuno e temos que valorizar isso, sem dúvida alguma.

O Senador Chiarelli, ex-Ministro Chiarelli, colocou a questão da educação a distância e da educação especial, aquilo que o Senador Augusto Botelho se referiu, nós até já tivemos uma ou duas audiências públicas sobre educação a distância e levantamos esse fato da pessoa com deficiência, que tem que ter acesso à educação a distância de uma maneira diferente, porque senão ela vai ficar marginalizada e até, Senador Cristovam Buarque, eu diria ter aceso à educação a distância para o ensino fundamental, porque o chefe não, porque os chefes de família, os chefes de família com deficiência, de acordo com IBGE 25 a 30% não têm escolaridade nenhuma, outros 30% tem três anos de escolaridade. Então, é nada, três anos de escolaridade não é nada. Então, mais de metades dos chefes da família com deficiência não têm qualquer escolaridade. Nós temos, de acordo com o IBGE, 25 milhões de pessoas com deficiência no Brasil, vamos supor que aí esteja a metade, 12 milhões, nós não vamos atingir nunca como o Senador Chiarelli, Ministro Chiarelli colocou, os 12 milhões de pessoas, têm que ser a distância. Só que a dificuldade, Senadora Marisa Serrano, é que essas autorizações têm estar em cada estado, aí sim eu acho que deveria haver a federalização para termos uma orientação geral para mudança desse quadro, e nós temos materiais, temos tecnologia para o surdo, para o cego, para o paralisado cerebral, para a pessoa com deficiência intelectual, isso é possível de ser feito, rapidamente, urgentemente e temos uma política nacional.

Quer dizer, os dados não são meus, os dados do IBGE mostram que até 75%, 80% das pessoas com deficiência têm até seis anos, não tem nem o ensino fundamental completo. Quer dizer, como é que vão ser protagonistas da sua história, tendo como todo mundo colocou, todos os expositores colocaram nesse sentido, de não ter acesso à educação. Então, eu diria na minha ótica que o ponto mais fundamental é pensarmos em recursos.

Agora, eu só queria terminar só dizendo assim, que, às vezes, eu digo para as pessoas, coloquem nos dedos da mão para não ficar com 20 coisas, cinco coisas, caso a gente tenha os cinco dedos, senão seria quatro ou três, mas caso a gente tenha os cinco dedos, por exemplo, gestão que aparece... O Senador Cristovam Buarque apontou dar a nota para a gestão, a gestão da escola, que nós tivemos uma audiência pública boa no outro dia com o Secretário Valente aqui do Distrito Federal, e a gestão do sistema eu falei com uma menina no Paraná, imagina, no que acontece, porque no Paraná educação é boa, ela reprovou em Português no ano passado, aí eu perguntei para ela como é que está indo Português este ano "Não, estou indo bem, o único problema é que eu tive nove professores este ano, de Português", está no nono professor de Português, e esses dias eu perguntei para ela: "E como estão indo as aulas aí? Como é que foi esta semana?" "Não, ontem ou anteontem", ela disse, "Eu só tive a quinta aula, as quatro primeiras eu não tive". Eu digo, não é possível, quer dizer, isso tem que... Quer dizer, gestão. Qual é a nota que a gente dá para essa gestão? Recursos, dinheiro, descentralizar recursos, avaliação, avaliação das crianças, como é que a gente sabe que as crianças estão indo bem? Isso a gente avançou, mas talvez na LDB, como o Senador Cristovam colocou, não esteja com a ênfase necessária avaliação e avaliação da gestão da escola e avaliação do sistema. Professores, eu sou professor, eu digo: "Olha, será que eu escolheria ser professor hoje?" Adoro ser professor, mas será que isso me daria uma condição de vida com dignidade? Não sei.

Então tem que ter plano de carreira, carga horária, salário, tem que ter salário, formação inicial, formação continuada, enfim, e trabalho com a comunidade. In-

crível hoje, porque, como a Senadora Marisa Serrano colocou, hoje eu acho que nem é mais por década, é por anos, assim, que a gente avalia quase que a educação que é a maior dificuldade dos país hoje não é com a qualidades da educação que se oferece, é com o medo daquilo que vá acontecer, com a violência que está imperando dentro das escolas, professores que não vão dar aula em certas escolas, os alunos que não querem ir para aquela escola, e tráfico, e droga e mesmo de tarde, durante o dia. Então, esse entrosamento que hoje em dia tem que haver entre educação, o social, a comunidade, a polícia, fazer um trabalho articulado.

Mas eu gostaria particularmente, na área da pessoa com deficiência, que a gente pudesse, Sra. Presidente, dar continuidade nessa comissão à fala do Ministro Chiarelli, eu acho que é muito importante, eu acho que nós temos que nos debruçar sobre isso para termos uma orientação nacional sobre isso e dizermos que este instrumento de educação a distância para a formação da pessoa com deficiência em ensino fundamental, ensino médio e ao mesmo tempo de preparação de encaminhamento para o trabalho, isso vai assim propiciar mais cidadania para muita gente.

Então, eu gostaria, Sra. Presidente, que nós nos debruçássemos, Augusto Botelho e Raimundo Colombo, para que isso de fato acontecesse.

Mas eu quero enaltecer particularmente Hugo Napoleão, se me permite chamar assim também, Carlos Chiarelli e o Marco Maciel e o Cristovam Buarque, a gente está enaltecendo toda semana, então, continuamos enaltecendo hoje, mas os outros dois de uma maneira muito particular, que bom que estão aí, que fizeram um esforço a favor da educação e também o Senador Marco Maciel e o Senador Cristovam Buarque, que tanto se empenharam aí por tantas coisas importantes e continuam nessa encaminhada, a exemplo do que acontece com o Hugo Napoleão e com Carlos Chiarelli. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sra. Presidente, Srs. Senadores, cumprimentar os ex-ministros, amigo Chiarelli, senador e líder, minha referência aí, Senador Marco Maciel, Senador Cristovam, ex-Ministro Hugo Napoleão, ex-senador, eu acho que a história recente da educação, da política, da educação brasileira está sentada nesta Mesa junto com V. Exa. que também faz parte, e eu acho que nesse setor eu acho que evoluímos muito. Eu fui três vezes prefeito, a partir de 89, Ministro Carlos Chiarelli, Marco Maciel estiveram na minha cidade, Hugo Napoleão me ajudou também, Cristovam já foi numa época mais recente. Mas melhorou muito a infraestrutura física, a qualidade do ensino, os professores, isso tudo houve realmente uma grande evolução, nós estamos aqui na frente de pessoas que fizeram e fazem a história da educação no nosso país, claro que nós temos novos desafios, acho que recuperar o mérito como referência é uma coisa fundamental no processo da evolução da educação, e enfrentar esses desajustes da sociedade, essa perda de princípios, de valores, agressividade dos alunos na relação com os professores, eu visito muito as escolas e isso é presente no depoimento das pessoas quase que todo o dia, complicação com drogas, a perda de sonhos e utopias da nossa juventude, é uma coisa presente, isso é muito triste, é duro.

Hoje, mais de 50% das pessoas presas no nosso Brasil são pessoas jovens entre 18 e 29 anos, mais de 60% dos crimes cometidos do Brasil estão na faixa dos 15 aos 29 anos, portanto a educação tem que ter um novo foco e ela é uma crise, hoje é a crise da educação é uma crise mundial, a gente percebe isso, mas esse é um dos setores que mais evoluiu no Brasil, no serviço público brasileiro e na sociedade. Por isso ao apontar isso como uma grande evolução no ganho da qualidade, na ampliação do atendimento quase que universal, a gente tem que reconhecer o mérito, a sabedoria, a competência e o resultado que vocês juntos conseguiram, cada um a seu tempo. Por isso, parabéns e o nosso reconhecimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Bom, antes de passar a palavra por três minutos ao nossos amigos e convidados dessa Mesa, eu quero lembrar a todos que estão aqui, senadores, que amanhã nós temos na Comissão de Educação, quarta-feira, uma sessão extraordinária que tem seu único item, Senador Augusto Botelho, Senador Flávio Arns, amanhã nós temos um único item, Senador Cristovam, para discutir e votar, que é sobre a modificação no FIES. Então, essa é uma questão, Senador Marco Maciel, que todos nós devemos acompanhar e o Brasil vai estar acompanhando, tenho recebido inúmeras solicitações das pessoas querendo discutir como é que fica a questão do FIES no país. Então, essa é uma votação que vai, acredito, ser extremamente importante para o alunado brasileiro.

Passo a palavra agora, por ordem de fala, ao Senador e Ex-Ministro da Educação Hugo Napoleão.

SR. HUGO NAPOLEÃO DO REGO NETO: Sra. Presidente, Senadora Marisa Serrano, Srs. Senadores. Não tenho senão palavras de agradecimentos de ter sido honrado com esse convite de V. Exa. e do Senador Flávio Arns num momento em que nós estamos cuidando do que há de mais importante em matéria de futuro no nosso país. Consigno apenas, para encerrar,

o esforço que deve ser feito no sentido do cumprimento da universalização do ensino fundamental, isso já consta de emenda, a última das emendas apresentadas, a Lei de Diretrizes e Bases é precipuamente nesse sentido, no sentido da universalização do ensino, e creio que seja fundamental, suprindo evidentemente, como disse a questão do analfabetismo, da educação infantil e da autonomia universitária, para que tenhamos juntamente com o ensino médio, graus cada vez mais adequados de ensino no nosso País.

Muito obrigado à V. Exa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós que agradecemos, Senador Hugo Napoleão, passo a palavra ao Senador e ex-Ministro da Educação Carlos Alberto Chiarelli.

SR. CARLOS ALBERTO CHIARELLI: Em primeiro lugar, eu quero agradecer a oportunidade de retornar a esta casa, tão cara ao espírito, ao meu coração, dizer que me solidarizo com a ideia que surgiu no decurso do nosso debate, de que a nossa ex-delegada, na época, em que era ministro, no passado e no futuro seja ministra, para que fique completa a Mesa em termos de histórico, e dizer especificamente com relação àquilo que nós referimos no decurso da nossa exposição, inclusive simulado pela palavra do Senador Flávio pela palavra de Senador Augusto Botelho, de que nós estamos absolutamente prontos, predispostos, particularmente a partir de fim de fevereiro, a uma Audiência Pública, Sra. Presidente, em que nós poderemos trazer aqui já os primeiros alunos dos cursos de educação a distância das cinco turmas que estão sendo as turmas piloto que já estão na metade e que poderiam mais do que a minha palavra, mais do que dados estatísticos, dizer o que realmente acontece na formação profissional usando educação a distância em favor da pessoa deficiente.

Eu estaria pronto, através da Associação de Educação a Distância, para fazer presente o testemunho vivo de aqueles que efetivamente são os titulares, os sujeitos, muito mais do que objeto dessa nossa preocupação e que merece esse esforço nosso pela cidadania.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com a palavra o Senador Marco Maciel, ex-Ministro da Educação e grande, eu acho que ícone, mas principalmente um farol aqui nessa Casa.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Muito obrigado, nobre Senadora Marisa Serrano, e quero agradecer generosas palavras a meu respeito e também aproveitar a ocasião para mais uma vez cumprimentar os expositores que tivemos a oportunidade de ouvi-los nessa manhã/tarde.

O Senador Carlos Chiarelli, o Senador Cristovam Buarque e o Senador Hugo Napoleão, sem contar os depoimentos que ouvimos aqui do Senador Flávio Arns, do Senador Augusto Botelho e também de Senador Raimundo Colombo, todos eles assim muito preocupados com a causa de educação nacional. E eu apenas quero aproveitar a ocasião para felicitar a Comissão pela feliz iniciativa de promover a oitiva dos ex-ministros da educação e lembrar apenas um fato que eu acho relevante mencionar: que durante... numa geração do século passado, eu me lembro que houve um historiador em leis muito famoso chamado Harold ***Toynbee, e***le escreveu um livro chamado Estudo de História, e ele autorizou um assistente seu a fazer uma compilação, era um livro de dez volumes, doze volumes ele conseguiu sintetizar em dois volumes. E o que acontece é que o livro dele quando foi editado e circulou obviamente no Brasil, muita gente estranhou porque ele não fazia nenhuma referência ao Brasil, o livro dele era um pouco estudo da história das civilizações, como a humanidade evoluía ao longo do seu percurso histórico.

Então, o Governo Brasileiro ficou um pouco assim molestado com esse total desprezo à posição do Brasil e o chamou para que ele viesse ao Brasil e ele veio e, na ocasião, ele disse uma coisa muito simples, ele disse: "Olha, o Brasil de fato tem tudo para ser um grande país, mas não é ainda porque falta o dom da eficiência", quer dizer, simplesmente falta o dom da eficiência, e na realidade nós precisamos nos concentrar nessa observação muito sintética do Tonybee, porque na verdade o dom da eficiência passa por dar prioridade à questão da educação, quer dizer, a questão da formação da nacionalidade, das suas diferentes manifestações culturais, etc. e toda sua complexidade.

Então, eu diria que o que a sensação que nós temos é que precisamos investir mais nessa questão, o dom da eficiência e o dom da eficiência exige consequentemente uma educação de primeiríssima qualidade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado Senador Marco Maciel, nosso ex-Ministro da Educação. Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou aproveitar para responder as colocações do meu amigo Augusto Botelho. Veja bem, na minha proposta do concurso público federal para escolher o professor, o concurso seria dirigido a cada cidade, e não poderia sair daquela cidade a não ser fazendo outro concurso, até porque a minha ideia é que isso deve ser implantado no Brasil por cidades, escolhemos 250 cidades no Brasil, contratamos 100 mil professores, atendemos

três milhões de crianças em 10 mil escolas, no ano. No ano seguinte mais 100 mil professores, 250 cidades de porte médio, mais três milhões de crianças, mais 10 mil escolas. Em 20 anos é que a gente chega as 200 mil escolas, dois milhões de professores já nessa nova carreira e 60 milhões de crianças, que é um pouco mais do que hoje. Então não haveria esse problema de pedir para ir embora, porque para ir embora tem que fazer outro concurso de outra cidade, ou pedir demissão, que é um risco. Mas, justificando a ideia: por que o colégio Pedro II só pode ter no Rio de Janeiro? Porque não a gente não põe Colégio Pedro II em todo o Brasil? Não dá para ser de uma vez, como eu digo levará 20 anos para colocar. A minha ideia é colocar um plano de carga e salário do Colégio Pedro II e sair implantando por cidades, não por escolas, foi o erro do Brizola. Se os CIEPs tivessem sido por cidades, aquela cidade inteirinha seria CIEPs, ninguém parava o programa, mas ele foi fazendo espalhadas no Rio de Janeiro, o mesmo fez o Presidente Collor, espalhou pelo Brasil, devia ter concentrado por cidades.

Outro ponto, o Distrito Federal tem o melhor ensino do Brasil por todas as avaliações. Por que em Brasília o Governo Federal paga o salário e lá em Roraima quem paga é o prefeito? Qual é a lógica disso? Aqui a renda é maior, mas aqui quem paga os quatro mil reais/média por mês é o Governo Federal. Eu quero que pague lá também em Roraima. Então, é isso que é federalização, agora descentralizadamente, eu volto insistir que eu quero descentralização tão radical que nem o prefeito centralize. Ninguém defende municipalizar as universidades federais, defendem? Não, nem as escolas técnicas. E por que o colégio das crianças a gente trata com menos firmeza? E eu peço só mais um minuto, eu fui visitar uma escola num estado lá na região da Amazônia, não vou dizer qual, e lá eu terminei nessa escola vendo que a professora se sentava num botijão de gás em cima de uma almofada que ela fez em casa. Sabe por que tinha um botijão de gás para sentar? Porque é federal, é da merenda, senão nem botijão de gás tinha para sentar.

Agora, o que a gente tem que fazer é que seja descentralizada a compra da merenda, nada de centralizar aqui, mas o dinheiro tem que ser federal, se o dinheiro da merenda fosse municipal, tinha muita criança passando fome, porque os municípios são desiguais. Então, é isso que eu falo.

Só para concluir e dizendo que eu acredito que isso é possível, agora não é num passe de mágica, e volto a insistir, hoje em quadro tem, como o senhor disse, mas daqui a cinco, 10, 20 anos, não pode ser mais nem quadro negro, tem que ser lousa inteligente, ou não é mesmo uma escola. Temos que definir as metas com seriedade e só se esse assunto educação for uma questão nacional. Enquanto for uma questão municipal haverá desigualdade, porque os estados são muitos desiguais no país, por isso a Lei de Diretrizes e Bases tem essa falha, descentralizou tudo, devia ter centralizado os recursos, devia ter centralizado a qualidade, mantendo descentralizada a gestão e deixando livres os métodos pedagógicos. Sou contra Brasília dizer qual é o método de alfabetização para uma tribo indígena.

Então, essa é a minha proposta que eu acho que fechando, Senadora Marisa, eu acho que a gente deveria tentar atualizar a Lei de Diretrizes e Bases como homenagem aos que fizeram e um serviço aos que virão depois.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Cristovam, talvez isso a gente possa fazer pensando nos 15 anos da LDB que já estão aí, e a gente possa trabalhar nessas questões.

Antes de encerrar, eu gostaria de dizer que aqui ficou muito patente a necessidade de qualidade na educação, qualidade traduzida em conhecimento concreto e porque a palavra qualidade às vezes nem sempre é vista como algo que possa ser modificado e que possa ser alcançado. Dentro da qualidade a formação dos professores, o aluno com mais tempo na escola, a atualização do material escolar consentâneo com o nosso tempo, e escolas mais seguras, instigadoras e atrativas. Eu acho que essas são as questões que foram levantadas hoje aqui, fora tantas outras.

Um agradecimento especialíssimo ao Senador Marco Maciel e ex-Ministro de Estado da Educação no período de 15/03/85 a 14/02/86; ao Senador e ex-Ministro da Educação Hugo Napoleão do Rego Neto também no período de 03/11/87 a 16/01/89; ao Senador e ex-Ministro Carlos Alberto Chiarelli no período de 15/03/90 a 21/08/91 e ao Senador Cristovam Buarque no período de 01/01/2003 a 27/01/2004.

Lamentando a não participação e a não vinda do Senador Ministro Fernando Haddad nesse dia, como eu lhe disse, por assuntos inadiáveis, mas quero aqui agradecer aos meus ex-chefes Chiarelli, Maciel e Hugo Napoleão e dizer que eu me sinto muito honrada de ter feito parte da equipe desses três eminentes Ministros da Educação.

Damos por encerrada esta nossa Audiência Pública, agradecendo a presença de todos.

Sessão encerrada às 13h03.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTE

ATA DA 77ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2009.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Paulo Paim**, e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Alvaro Dias, Flávio Arns, Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi, João Pedro, José Nery, Neuto De Conto, Garibaldi Alves Filho, Papaléo Paes e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Valter Pereira, Fátima Cleide, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Raimundo Colombo, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana, Marisa Serrano, Cristovam Buarque e Romeu Tuma, que justifica a ausência. O Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 002: Projeto de Lei da Câmara nº 024, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Gustavo Fruet e outros, que "Dispõe sobre o depósito legal de obras musicais na Biblioteca Nacional". O relator designado é o Senador Alvaro Dias e o parecer favorável é aprovado **(ver Extra-Pauta, Item 001)**. Neste momento, a Presidência registra a presença para acompanhar a reunião, do Senhor Deputado Federal Paulo Pimenta (PT/RS); Senhor Vereador Norberto Azambuja (PT/RS), do Município de General Câmara; Senhora Vereadora Rosane Lipert (PT/RS), do Município de Cachoeirinha; Senhor Vereador Luiz Noé (PSB/RS), Presidente da Câmara de Vereadores de Cruz Alta e estudantes do Movimento "Fies Justo". **Item 001: Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Gilmar Machado, que "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES (permite abatimento de saldo devedor do FIES aos profissionais do magistério público e médicos dos programas de saúde da família; utilização de débitos com o INSS como crédito do FIES pelas instituições de ensino; e dá outras providências)". O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o parecer favorável, com as emendas de redação oferecidas e pela rejeição das emendas apresentadas pelos Senhores Senadores José Sarney, Marisa Serrano e Jarbas Vasconcelos, é aprovado. Prosseguindo, o Senhor Senador Sérgio Zambiasi, esclarece ao Plenário que em virtude da qualidade e relevância das emendas oferecidas, assim como, das sugestões enviadas pela sociedade civil ao projeto recém apreciado, que não foram acatadas para evitar o retorno da proposição à Câmara dos Deputados, conforme previsto na Constituição Federal e no Regimento Interno do Senado Federal, está apresentando para análise deste Colegiado um novo Projeto de Lei. Sugere ainda que este projeto, contendo as emendas rejeitadas ao Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2009 e outras sugestões, passe a constituir em Projeto de Lei da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal. A sugestão é debatida e acatada por unanimidade. Logo após, o Senhor Senador Flávio Arns requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimentos e Aditamento a Requerimento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 001: Requerimento de Urgência nº 49/09-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que requer "Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência, para o **Projeto de Lei da Câmara nº 024, de 2009**, que 'Dispõe sobre o depósito legal de obras musicais na Biblioteca Nacional'". O Requerimento de Urgência é aprovado. **Extra-Pauta, Item 002: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 43/09-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que requer "... nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 43, de 2009, que propõe a realização de Audiência Pública destinada a homenagear "Os professores vencedores do Prêmio Victor Civita Educador Nota 10, de 2009", aprovado por esta Comissão em 03 de novembro do corrente, para que seja incluído o nome do Senhor David Saad, Diretor-Executivo da Fundação Vitor Civita, entre os participantes da Audiência Pública". O Aditamento ao Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 003: Requerimento nº 50/09-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Flávio Arns e Augusto Botelho, que requerem "...nos termos regimentais, o apoio da Comissão de Educação, Cultura e Esporte à exibição – *première* do filme 'O Auto da Camisinha...'". O filme destinado a divulgar o "Dia Mundial de Luta Contra a AIDS", será exibido no dia 01º de dezembro de 2009, às 9 horas, no CineMark, Pier 21, em Brasília – DF. O Requerimento é aprovado. **Item 003: Comunicado da Presidência:** "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de

correspondência do Secretário Executivo do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, Senhor Gabriel Mário Rodrigues, parabenizando esta Comissão: 1. Pela realização do Seminário *O Papel da Iniciativa Privada no Ensino Superior: Realidade e Desafios para o Futuro,* realizado dia 11 de novembro do corrente; 2. Pela decisão de elaborar uma publicação com a íntegra das discussões; 3. E os autores do requerimento Senadores Flávio Arns, Sérgio Zambiasi e Romeu Tuma, pela iniciativa que possibilitou a realização do Seminário. Os Senadores que desejarem uma cópia da correspondência poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". A Matéria vai ao arquivo. O Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e vinte e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **PAULO PAIM**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTE – CE

77ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Havendo número regimental, declaro aberta a Sessão de nº 77, Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Assim, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em aprovação. Os senadores e senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovada.

Nós temos dois itens para deliberar. O Item 2, como o Senador Zambiasi não está presente, mas está vindo para esta Comissão, eu vou diretamente ao Item 2, já que o relator, o Senador Alvaro Dias, está presente.

Item 2, Não Terminativo. Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2009: "Dispõe sobre o depósito legal de obras musicais na Biblioteca Nacional". A autoria é do Deputado Gustavo Fruet e outros. A relatoria é do Senador Alvaro Dias, para quem eu passo a palavra nesse momento. O parecer é favorável.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, Srs. Senadores. O objetivo do projeto dos Deputados Gustavo Fruet e Chico D'Angelo, nos termos dos arts. 1º e 2º, é de assegurar o registro, a guarda e a divulgação da produção musical brasileira, bem como a preservação da memória fonográfica nacional, constituída por partituras, fonogramas e videogramas musicais produzidos por qualquer meio ou processo. Impressoras e gravadoras, pelo disposto no art. 3º, são obrigados a enviar à Biblioteca Nacional no mínimo dois exemplares de cada obra editada ou gravada no prazo máximo de trinta dias após a publicação da obra. Os que não o fizerem estarão incursos nas penalidades previstas no art. 4º. São também de responsabilidade exclusiva dos respectivos depositantes as despesas do porte decorrentes do depósito legal de obras musicais, como estipulado pelo art. 5º. A proposição prevê, também, a possibilidade de coleta descentralizada das obras, o que poderá ser feito mediante convênios entre a Biblioteca Nacional e outras instituições. As obras recebidas pela Biblioteca Nacional deverão ser colocadas à disposição para Consulta Pública nos suportes disponíveis, conforme instituído no art. 7º. Além disso, anualmente deverá ser publicado um boletim com a relação de todas as obras musicais recebidas por força do depósito legal. Nesse mesmo artigo, consta a cautela de proibir a reprodução das obras em qualquer meio e, também, a divulgação, principalmente na rede mundial de computadores, a internet. No art. 8º, a proposição esclarece que o depósito legal de obras musicais que se pretende regulamentar não se confunde com o registro de obras intelectuais pelos autores ou cessionários. O art. 9º contém apenas a cláusula de vigência da lei, que deverá ocorrer na data da publicação.

Portanto, este é o conteúdo do projeto e do ponto de vista do mérito a proposição encontra respaldo no cenário internacional com a instituição do depósito legal para obras de diversas naturezas, entre as quais se destacam os livros e os fonogramas. Ao considerarmos apenas o universo jurídico lusófono, podemos constatar que em Portugal o depósito legal desse tipo de obra deve ser feito na Biblioteca Nacional daquele País, uma obrigação instituída pelo Decreto 74, de 1982.

Em caráter suplementar, a Comissão de Educação se pronuncia também sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria, aspectos em que não há qualquer reparo a fazer. Portanto, quanto ao mérito e quanto à constitucionalidade e juridicidade, o Voto é pela aprovação.

Consideramos importante esse projeto, que tem o apoio inclusive do Ministério da Cultura, que se manifestou a respeito desejando a sua aprovação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, submetemos à votação. Os senadores e senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos ao Item nº 1 da pauta. Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2009, Não Terminativo: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES (permite abatimento de saldo devedor do FIES aos profissionais do magistério público e médicos dos programas de saúde da família; utilização de débitos com o INSS como crédito do FIES pelas instituições de ensino; e dá outras providências)". A autoria é do Deputado Gilmar Machado. A relatoria é do Senador Sérgio Zambiasi. Relatório favorável, com as emendas de redação oferecidas, e pela rejeição das emendas apresentadas pelos Srs. Senadores José Sarney, Marisa Serrano e Jarbas Vasconcelos. Observação: a matéria é terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos. O nobre relator desse tema tão importante para os estudantes brasileiros é o Senador Sérgio Zambiasi. A autoria é do Deputado Gilmar Machado, que pelas informações que chegou à Mesa tem todo o apoio do Executivo. O Senador Sérgio Zambiasi está já de posse das suas notas e do devido relatório. Em seguida ele vai passar a fazer a apresentação do seu relatório. Como o projeto não é terminativo, eu entendo que vai ser tranquila tanto a discussão como a votação. Senador Sérgio Zambiasi, a palavra está com o senhor, relator da matéria.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senador Paim, presidente eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, obrigado por sua manifestação. Eu quero saudar aos colegas senadores aqui presentes e, também, ao Movimento FIES Justo, que está aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Estão aqui, estavam todos aqui a questão de segundos.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): --que estão mobilizados exatamente em função desse processo que nós estamos vendo extremamente importante.

O projeto que estou relatando, Parecer da Câmara 184, de 2009, originário do Projeto de Lei nº 4.881, de 2009, de autoria do Deputado Gilmar Machado, *"que altera normas do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior de que trata a Lei 10.260, de 12 de julho de 2001. As principais inovações introduzidas no FIES incluem, nos termos do art. 1º do projeto em exame, a extensão da concessão dos financiamentos aos estudantes da educação profissional técnica de nível médio, resguardada a prioridade de atendimento aos estudantes em graduação.*

Para esse fim, a alteração incide sobre o § 1º, do art. 1º, da lei: a mudança no cálculo da remuneração dos agentes financeiros que passam a perceber até 2% ao ano dos saldos das carteiras por eles administrados, ponderados pelas respectivas taxas de adimplência, consoante nova redação dada ao § 3º, do art. 2º, da lei. A atribuição do encargo de agente operador do FIES e de administradora de ativos e passivos desse fundo contábil, autarquia Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), de acordo com a modificação proposta no art. 3º, § 2º, da lei. A ampliação do prazo e da amortização do financiamento, que passa a corresponder a três vezes a duração do curso financiado em lugar do atual prazo, que equivale a duas vezes a duração do curso. O benefício da redução da taxa de juros em favor de contratos já formalizados com efeito sobre os saldos devedores constituídos até a data da competente decisão do Conselho Monetário Nacional (a esse respeito, art. 5º, § 10º, da lei). A vedação à negociação de certificados emitidos pelo Tesouro Nacional em favor do fundo, nos termos do art. 7º da lei, com pessoas jurídicas de direito privado (art. 10º, § 1º). A permissão para o uso dos certificados na quitação de dívidas próprias junto à Receita Federal do Brasil quando as mantenedoras beneficiárias não apresentarem débitos de natureza previdenciária, respeitadas as condições em vigor para esse fim (art. 10º, § 3º). A previsão de recompra a cada três meses dos certificados em alusão, conforme a nova redação dada ao art. 13 da lei. Outra modificação relevante, constante no art. 2º do projeto em exame, mediante o qual se insere o art. 6º-b na Lei 10.260, de 2001, diz respeito à concessão de abatimento mensal de 1% do saldo devedor constituído a estudante que exerça o cargo de professor da rede pública de educação básica, com jornada mínima de vinte horas semanais, ou o cargo de médico, devendo, nesse caso, ser integrante de equipe de saúde da família em áreas e regiões definidas como prioritárias em regulamento do Ministério da Saúde, reservando-se 75% das concessões, nos termos do § 1º do dispositivo proposto, a profissionais em atuação nas Regiões Norte e Nordeste do País.

Na Câmara os Deputados o projeto foi apreciado pelas Comissões de Educação e Cultura, de Seguridade Social e Família, de Constituição, Justiça e Cidadania e de Finanças e Tributação, tramitando conjuntamente com os Projetos de Lei 4.945/2009, Deputado Paulo Pimenta, 4.974/2009, Deputada Elcione Barbalho, 5.370/2009, Deputado Daniel Almeida, 5.413/2009, Poder Executivo, 5.558/2009, Deputado Osvaldo Biol-

chi e 5.628/2009, também de iniciativa do Deputado Gilmar Machado. A proposição acabou por refletir em essência o projeto apresentado pelo Poder Executivo, notadamente o de maior abrangência entre todos os apensados ao PL 4.881/2009".

O projeto chegou ao Senado Federal em 25 de setembro de 2009, onde foi distribuído à análise desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte e à de Assuntos Econômicos, cabendo a última decisão terminativa sobre a matéria. No prazo regimental foram apresentadas ao projeto sete emendas, sobre as quais cumpre registrar o que segue.

"A Emenda nº 1, do Senador José Sarney, altera o art. 6º, da lei 10.260, de 2001, nos termos do art. 1º do PLC para assegurar a absorção pelo FIES de dívidas correspondentes a mensalidades não pagas em virtude de desemprego involuntário, entendidas como tais inclusive as devidas por profissionais liberais ou autônomos que comprovadamente não dispõem de renda, bem como as devidas por mutuários acometidos por doença grave e incapacitante para o trabalho.

As Emendas 2 a 6, de autoria do Senadora Marisa Serrano, intentam sinteticamente: Emenda 2 – alterar a redação do caput, do art. 1º, da Lei 10.260, de 2001, para assegurar o acesso ao FIES aos estudantes de instituições de ensino superior não reincidentes em avaliação negativa oficial, em lugar da previsão de atendimento exclusivo aos alunos de escolas com avaliação positiva. Para tanto, seria necessária a revogação do § 3º, do art. 1º, da Lei do FIES, que é proposta com a nova redação dada ao art. 5º do PLC; Emenda 3ª – reduzir a participação das instituições de ensino no risco de financiamento para 5%, sem qualquer distinção entre escolas adimplentes e inadimplentes, em face de obrigações tributárias federais; Emenda 4 – assegurar ao estudante inadimplente, para com a instituição a que esteja vinculado nos termos da lei e do contrato de serviço educacionais, o direito de inscrever-se no FIES a qualquer tempo ao longo do período letivo, valendo-se para tanto da inserção de art. 4º-a na lei em vigor; Emenda nº 5 – excepcionar da regra de vedação a negociação de certificados às pessoas jurídicas de direito privado às organizações que sejam mantenedoras de instituições de ensino; Emenda 6 – na mesma linha da citada emenda apresentada pelo Senador José Sarney, assegurar a absorção total ou parcial das dívidas pelo FIES atribuídas a estudantes em tratamento de neoplasia maligna, portadores da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA ou AIDS), bem assim daqueles que apresentem quadro de saúde crítico em relação de doença do coração, rins.

E, finalmente, a Emenda 7ª, apresentada pelo Senador Jarbas Vasconcelos, intenta suprimir o dispositivo que veda a negociação do certificado com pessoas jurídicas de direito privado".

Vamos à análise. *"De acordo com o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, esta Comissão detém competência para analisar matéria de natureza educacional, daí a sua legitimidade para apreciar a matéria em exame, ora adstrita ao mérito da iniciativa. A propósito, é imperioso destacar que o PLC em exame corresponde ao Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, ao conjunto de proposições arroladas no relatório que instrui a presente análise, Nada obstante, a proibição espelha em boa medida o Projeto de Lei 5.413, de 2009, do Poder Executivo. Ademais, de contemplar contribuições de parte das trinta e seis emendas oferecidas pelos deputados a essa proposição. Cumpre destacar, ainda, que o PL 5.413, de 2009, foi construído a partir das discussões acumuladas entre estudantes, gestores do FIES e do Ministério da Educação, relativamente às necessidades de aprimoramento da legislação de regência do programa. Daí a estratégia do MEC de interiorizar a gestão do programa naquele órgão com vistas a ali imprimir maior flexibilidade, ampliar a partir dessa mudança e do estabelecimento de remuneração mais atrativa o quantitativo de instituições financeiras participantes na condição de concedentes de financiamento e facilitar o acesso dos estudantes ao crédito mediante a elisão de procedimentos e condições restritivas para esse fim.*

Vale salientar, em adição, que importantes inovações foram carreadas ao projeto pelos ilustres parlamentares da Câmara, que dedicaram tempo e debate para aperfeiçoá-lo, com as contribuições advindas de diversos setores sociais de instituições de ensino e estudantes. Entre essas inovações, por sua relevância cabe destacar as atinentes ao prazo de amortização, as extensões de eventuais concessões de juros mais baixos aos contratos antigos, ao incentivo de desconto pela prestação de serviços públicos conferido como prioridade a profissionais da educação e da saúde atuantes nas Regiões Norte e Nordeste, além da permissão para que as instituições de ensino utilizem certificado FIES seu poder para quitação de dívidas que não as de caráter previdenciário junto à Receita do Brasil.

Por isso tudo, é de se entender que a proposição, ao tempo em que mantém a concepção e os objetivos originais do fundo, resguardando as suas perspectivas de sustentabilidade, imprime maior alcance e legitimidade social ao FIES. Isso ocorre porque o aprimoramento do financiamento estudantil, com a criação de condições mais favoráveis aos estudantes, tem efeitos potenciais em relação ao aspecto educacional e so-

cial, uma vez que a expansão do acesso à educação superior tem consequências visíveis na renda e na organização social do País.

Por fim, no que concerne à técnica legislativa, entendemos ser necessário um reparo na redação do texto proposto ao § 2º, do art. 1º, da Lei 10.260, de 2001. É que a nosso ver a redação constante do dispositivo em vigor afigura-se mais apropriada com efeito à forma vigente, mostra-se adequada ao indicar expressamente os cursos passíveis de benefícios do financiamento FIES. Mantida a redação dada pela Câmara, o dispositivo indicará os cursos não atendidos pelo FIES, exigindo-se a dedução dos beneficiários por exercício de exclusão sujeito à ambiguidade. De qualquer maneira, a emenda configura mera alteração de redação, sendo dispensável o reenvio do projeto à Câmara dos Deputados. De igual modo, impõe-se emendar o texto no art. 2º, da Lei 10.260, de 2001, nos termos do PLC, para conformá-lo à cláusula de revogação inserida no art. 5º do projeto, uma vez que em relação ao mencionado dispositivo são revogados apenas o inciso I, do § 1º, e todo o inciso IV. Entretanto, no texto do PLC, todo o teor do § 1º, que tem mais um inciso, parece como revogado. Assim, deve se cuidar de manter a integridade do texto, ressalvado o que foi efetivamente alterado nas discussões havidas no Congresso Nacional. Na mesma linha da situação anterior, trata-se tão-somente de ajuste na redação para evitar a supressão indevida.

Em vista do exposto, o Voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara 184, de 2009, e pela rejeição das Emendas 1 a 7, com as seguintes emendas de redação: Emenda de redação – Comissão de Educação: "Dê-se ao § 2º, do art. 1º, da Lei 10.260, de 12 de julho de 2001, nos termos do art. 1º, do Projeto de Lei da Câmara 184, de 2009, a seguinte redação: § 2º – São considerados cursos de graduação com avaliação positiva aqueles que obtiverem conceito maior ou igual a três no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), de que trata a Lei 10.8621, de 14 de abril de 2004". A segunda emenda: "Dê-se ao § 1º, do art. 2º, da Lei 10.260, de 12 de julho de 2001, nos termos do art. 1º, do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2009, a seguinte redação: § 1º, item I, revogado". Este é o relatório.

Apenas acrescentando agora comentários finais e saudando a presença do Deputado Paulo Pimenta, que apresentou o projeto nesta linha e neste sentido na Câmara dos Deputados, com sugestões que estou acolhendo do Deputado Pimenta em Projeto de Lei que proponho que seja da Comissão de Educação, para que ele ganhe a robustez necessária, possa ser encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos, possa ser apensado a um projeto já em andamento do Senador Cristovam Buarque, para que nós possamos acolher todos os aperfeiçoamentos sugeridos e que não puderem ser aproveitados ao atual projeto. Nós estamos aqui numa corrida contra o tempo. Eu recebi o Presidente da Associação das Universidades Comunitárias do Brasil, o Reitor da UNISC de Santa Cruz do Sul, fazendo um apelo para que nós déssemos esta velocidade necessária ao projeto e que qualquer aperfeiçoamento possa ser feito através de um projeto paralelo que nós estamos apresentando aqui, Senador Paim, espero colher a assinatura de todos os colegas, e tive a oportunidade inclusive de discutir com a Daniela, que está presente aqui, através da minha assessoria, e o grupo do FIES Justo, todos, uma série de líderes que acorreram ao gabinete para acompanhar todo esse processo, de maneira que entendendo que o projeto que está sendo votado é um grande avanço em relação ao anterior, mas ele pode ser aperfeiçoado, especialmente em relação às dívidas antigas, em relação às dívidas antigas [palmas].

Porém, para não criarmos um prejuízo talvez irreparável ao financiamento estudantil para 2010 e tendo em vista a exiguidade do tempo que exige que a questão orçamentária obedeça ao princípio da anualidade, o que pode se essa discussão retornar à Câmara dos Deputados anular os financiamentos para 2010, isso implicaria numa enorme responsabilidade desta Comissão de Educação e do Senado, eu fiz a opção de acolher integralmente o Projeto da Câmara, apenas fazendo essas correções de redação sem mudar o texto original, o mérito do projeto, e oferecer como projeto não de minha autoria, mas da Comissão de Educação, uma proposta acolhendo inúmeras sugestões como aperfeiçoamento e eu espero que o Senado possa votar ainda este ano aqui.

SR. JÚLIO LINHARES: Ele vai direto ao Plenário, não precisa passar na comissão.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Olha, o Secretário Júlio está dizendo que nós podemos, inclusive, apreciando nas comissões, levar direto ao Plenário, o que poderia acelerar ainda mais. Então exatamente prevendo estes aperfeiçoamentos com sugestões apresentadas pelo Deputado Paulo Pimenta, pelo Senador Sarney, pela Senadora Marisa Serrano, pelo FIES Justo e cujo principal texto, no meu entender, é exatamente, por uma questão de justiça, trazer aqui para esta Casa uma solução definitiva para a questão dos contratos antigos, que não foi suficientemente contemplada neste projeto. Ela foi contemplada em parte, em parte, porque na medida em que o presidente sancionar o projeto, a dívida antiga passa a sofrer... Passa a usufruir o benefício do novo patamar

de juros. Porém, não corrige o juro excessivo cobrado até então [palmas]. É esta injustiça que esse projeto pretende corrigir, agregando exatamente a emenda do Deputado Paulo Pimenta, que não que foi acolhida nesse projeto na Câmara dos Deputados. A preocupação em não alterar o projeto, não reencaminhar à Câmara, é levar esse projeto para um ano de discussão lá na Câmara, teria que retornar ao Senado e nós perderíamos um ano de financiamento. Isso não é justo com milhares de estudantes que serão beneficiados. Então por uma questão de justiça nós pretendemos dar a celeridade, mas também por uma questão de justiça estamos apresentando – e espero receber a acolhida dos colegas senadores – este projeto e espero que esta mobilização que está ocorrendo possa motivar esta Casa e a Câmara para que ao final do ano que vem nós tenhamos esse segundo projeto aprovado com todos os aperfeiçoamentos sugeridos. Nós, com alguns avanços significativos, acolhendo essa questão de doenças incapacitantes, estendendo inclusive a questão dos professores, estendendo inclusive não apenas para o médico, mas para o enfermeiro e para o odontólogo integrantes das equipes de saúde da família, porque atualmente o projeto prevê apenas ao médico o benefício, mas nós entendemos que o próprio Ministério da Saúde criou um projeto, Programa de Saúde da Família, que--

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Exato, e podemos aperfeiçoar ainda mais, quer dizer, eu deixei um projeto para ser inclusive aperfeiçoado aqui com novas sugestões e eu creio que com alguma complementaridade nós faremos uma verdadeira revolução em relação ao financiamento estudantil.

E, por último, quero registrar aqui moção de apoio que vem da Câmara de Vereadores da nossa vizinha cidade metropolitana de Cachoeirinha, lá no Rio Grande do Sul, onde a Câmara de Vereadores, através da Vereadora Rosane Lipert, aqui presente, vereadora do PT, e o Vereador Reni Tolentino, presidente, também vereador proponente: *Requeremos, na forma regimental, após ouvido o Plenário, a aprovação de moção de apoio à proposta de redução dos juros do FIES a todos os contratos. Uma vez alcançada a universidade, muitas vezes o estudante depende do financiamento para concluir os seus estudos. Também aí o crédito educativo, o programa do FIES, tem crescido bastante, já é hoje um dos mais importantes projetos para os jovens brasileiros. Por ele muitos sonhos se tornam realidade. Infelizmente, nem sempre é possível ao estudante encontrar as condições de cumprir com as obrigações contraídas para poder cursar uma universidade. A época de conclusão de curso é também a época de procurar trabalho e emprego. Sem emprego, o jovem encontra-se numa situação de fragilidade excepcional. A independência que conquistou, enquanto estudante, começa a ser limitada por falta de recursos materiais. O Deputado Federal Paulo Pimenta, reconhecendo a gravidade do assunto, encaminhou proposta de redução dos juros do FIES. É uma medida importante e nada mais justo do que nós, nesse momento, apoiarmos isso para socorremos milhares de estudantes que necessitam desse financiamento para custeio dos seus estudos*. Nesse sentido então a Câmara de Vereadores aprova esta moção que eu manifesto publicamente e registro.

E mais uma vez eu quero registrar aqui o trabalho que o FIES Justo fez.

[palmas]

Daniela, eu não posso deixar de... Eu estou até emocionado. É uma guerreira essa magrinha aqui, essa pequenina, mas é uma guerreira, ela é muito forte e seguramente ela foi a grande bandeira do FIES Justo. Por isso, a nossa homenagem, através da Daniela, a toda esta mobilização nacional que ocorreu para que nós chegássemos a este momento. Eu gostaria de ver todas as emendas contempladas, mas por justiça aos milhares de universitários que estão aguardando este momento, Senador Nery, é que eu acolho integralmente o projeto da Câmara com essas correções de texto, sem alterar o mérito, para que a Comissão de Assuntos Econômicos, na semana que vem, possa também apreciar e nos primeiros dias de dezembro o Presidente Lula possa sancionar esse projeto e já no início do ano letivo do ano que vem tenhamos estes novos beneficiários do financiamento estudantil.

Muito obrigado.

[palmas]

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos e minhas amigas, senadores e senadoras. Nessa linha do Senador Sérgio Zambiasi, que fez um belíssimo trabalho e convocou nós um por um para estarmos aqui agora de manhã para votar a matéria e os senadores estão aqui, Senador Zambiasi, fortalecendo a sua linha eu convidaria a Daniela. Daniela, eu a convidaria para sentar aqui na mesa numa homenagem ao FIES Justo [palmas] e ao Senador Zambiasi, e ao Senador Zambiasi que citou ela aqui com destaque especial. Então a convidamos para sentar aqui na mesa.

Agora vamos à discussão.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Ela simboliza milhares de estudantes que mobilizaram-se

em todo o Brasil. Foi a teimosia dela que nos levou a esse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Seja bem-vinda, Daniela, por favor. Em discussão o projeto. Senador Flávio Arns, o primeiro inscrito.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu vou ser bastante rápido. Concordo inteiramente com todas as colocações do Senador Sérgio Zambiasi, na sua fala ele refletiu de maneira muito precisa, muito clara o desejo de toda a sociedade na aprovação deste projeto de lei e, também, na necessidade de aperfeiçoamento do projeto de lei para atender, conforme já mencionou e fazendo uma homenagem para a Daniela também, aqueles antigos que estão no FIES e que têm que se beneficiar também de tudo aquilo que possa ser feito para que os benefícios do novo FIES se estendam também para os antigos usuários do FIES.

Então eu concordo inteiramente e considero, assim, interessante e necessária a atitude do Senador Zambiasi dizer que é uma iniciativa da Comissão de Educação. Isso mostra que ele não está personalizando, ele está querendo achar uma solução para um problema enorme, coletivo, então a Comissão de Educação, isso deve ser enaltecido. Fizemos Audiências Públicas a respeito deste assunto aqui no Senado e sempre foi dito da pouca atenção que se dá a esta área, porque quando nós discutimos dívidas da agricultura, diminui-se o valor da dívida, subsidiam-se os juros, existe fundo de garantia, fundo avalizador de crédito, quer dizer, todas as saídas são buscadas para a agricultura, e com toda a razão, porque é uma área essencial e fundamental para o Brasil. Quando se discute a crise econômica, buscam-se todas as soluções imagináveis para a indústria, para a manutenção do emprego, para a geração de renda, o que é algo essencial também e todos nós concordamos, desde que sejam medidas justas e necessárias. Agora para o estudante, pouco ou quase nada se tem buscado para que o estudante tenha acesso ao ensino superior e nós cuidemos da nossa maior riqueza, que é o cidadão educado, a pessoa com o acesso à educação de qualidade e que possa também, através disto, contribuir para o País. Deveria estar em primeiro lugar, em primeiro lugar isto e depois o resto.

Então eu falo isto para a Daniela, quero enaltecer novamente o Sérgio Zambiasi e concordar com o encaminhamento. Vamos aprovar porque é importante, mas vamos nos debruçar intensamente, como iniciativa da Comissão, para dar conta daquilo que ficou para trás. Eu tenho recebido centenas de manifestações justas de todas essas pessoas. Então até dizer para a sociedade: nada mais justo do que valorizar a educação como as outras áreas também, mas em primeiro lugar a educação. Então parabéns, concordo inteiramente e vamos em frente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu só queria registrar que estão aqui na mesa comigo, até porque felizmente a Casa está lotada, o Vereador Norberto Azambuja, do Município de General Câmara, a Vereadora Rosane Lipert, do Município de Cachoeirinha, Rio Grande do Sul, da Daniela não precisa falar, não é Daniela, que representa aqui toda essa mobilização do FIES Justo, e também o Deputado Federal Paulo Pimenta, que vocês todos conhecem o trabalho que ele fez para esse momento. Então na figura desses nomes que eu citei e pela apresentação também da proposta, eu daria aqui uma salva de palma na simbologia do Paulo Pimenta e os vereadores que estão aqui na mesa e a Daniela.

[palmas]

Em discussão a matéria. Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sras. e Srs. Senadores e Senadoras.

Em rápidas palavras, para dizer da importância do que nós vamos aprovar aqui, Projeto de Lei nº 184, que tem como projeto originário de autoria do Deputado Gilmar Machado, que aqui recebeu um parecer brilhante do Senador Sérgio Zambiasi acolhendo inovações introduzidas no FIES, que são muito importantes para garantir a possibilidade de que parcela da juventude brasileira possa ter o direito assegurado à educação em nível superior, algo que ainda é de fato um funil nesse País, porque são poucos, considerando os que ingressam no ensino fundamental, no ensino médio, os que chegam na universidade é uma parcela ainda muito pequena, o que demonstra o quanto nós temos que criar mecanismos e condições para o acesso e permanência no ensino superior.

Essa iniciativa do Senador Sérgio Zambiasi, de acolher as sugestões que foram apresentadas ao projeto, através de várias emendas, formulando um novo projeto em nome da Comissão de Educação, é uma atitude que por si só revela não só a grandeza de Zambiasi, mas a grandeza do Rio Grande do Sul, que hoje felizmente domina aqui a mesa diretiva dessa sessão.

[risos]

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Viva o Rio Grande do Sul.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Viva o Rio Grande do Sul. Estamos sendo presididos por Paulo Paim, símbolo da luta do que há de melhor em defesa das políticas de interesses sociais dos trabalhadores do povo brasileiro, com a presença do Deputado Pau-

lo Pimenta, também do PT do Rio Grande do Sul, do Vereador Azambuja, da Vereadora Rosane, também do Rio Grande do Sul, e a Daniela, que simboliza--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A Daniela vai receber o título de Cidadã do Rio Grande do Sul.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): De Cidadã do Rio Grande do Sul, é uma proposta para--

SRA. DANIELA PELLEGRINI: [pronunciamento fora do microfone].

[risos]

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Então a Daniela, aqui simbolizando a luta do Movimento Estudantil por um FIES Justo, eu creio que essa Reunião da Comissão de Educação, com a presença expressiva de lideranças do movimento estudantil de vários estados, que lutam para garantir condições dignas para um financiamento adequado e, sobretudo, Sr. Presidente, essa iniciativa que patrocina a Comissão de Educação, através da iniciativa do Senador Sérgio Zambiasi, de continuar o aperfeiçoamento do FIES de forma mais ampla e decidida para o próximo ano com o projeto que sai hoje dessa comissão aqui, subscrito, tenho certeza, pela totalidade dos seus membros, creio que é uma forma de nós colaborarmos, contribuirmos para fortalecer, melhorar a qualidade e as condições dos nossos estudantes, da nossa juventude na educação de nível superior.

Como disse o Senador Flávio Arns, queria concordar com V. Exa.quando faz uma relação das dívidas dos estudantes para com o FIES, que soma algo aí em torno, me parece a dívida acumulada, o número é aproximado de 300 milhões mais ou menos, 300 milhões de reais, não tem comparação com outro segmento da sociedade brasileira que contrai dívidas com o Estado brasileiro e que vergonhosamente, muitas vezes, são negociadas em condições absolutamente favoráveis aos setores econômicos inclusive, que detém inclusive condições de não ter do estado tanto subsídio, tanta anistia, tanta isenção fiscal, e às vezes os estudantes são penalizados e às vezes tratados com desprezo porque lutam para que as dívidas contraídas sejam tratadas no patamar adequado, que permita saldar esse compromisso, porque nenhum brasileiro digno e os estudantes, em particular, têm interesse de deixar de cumprir com sua obrigação, o seu compromisso para com o nosso País [palmas]. Portanto, para homenagear o Senador Paulo Paim, lembrar aqui as dívidas com a Previdência Social, a fraude, o perdão de dívidas históricas, os grandes devedores da Previdência que não pagam os seus compromissos e, por isso, às vezes, enfraquecem a Previdência Pública [palmas], mas não serão capazes de inviabilizá-la porque o povo brasileiro está alerta lutando para garantir o direito dos aposentados e pensionistas, valorizar esses 25 milhões de brasileiros que lutam para viver e continuar sobrevivendo com dignidade.

Portanto, é com muita satisfação que declaro o meu voto favorável ao projeto, bem como a iniciativa do novo projeto aqui patrocinado pela Comissão, mas é de iniciativa do Senador Sérgio Zambiasi que acolheu as sugestões e propõe um novo projeto. E parabenizar aos autores, Deputado Gilmar Machado, a todos que ofereceram emendas e, também, parabenizar aos estudantes que são, na verdade, os que mobilizam, os que trabalharam para que pudéssemos estar aqui vivendo esse momento, aprovando um projeto que fortalece a educação superior em nosso País, especialmente para aquele que depende de financiamento. Um grande abraço a todos e muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Augusto Botelho com a palavra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Paulo Paim, eu gostaria de parabenizar o Senador Zambiasi pelo seu relatório e dizer realmente que eu também queria fazer uma modificação. E agradecer ao Pimenta, porque está dando um gancho para a gente para discutir aqui na Casa.

Eu sou de Roraima, lá os nossos municípios são pequenos e nós temos dificuldades de colocar pessoas formadas em universidades nos municípios pequenos. Nossos municípios têm 10 mil, 12 mil, 15 mil, vinte mil habitantes, como tem também nos municípios do Nordeste, do Norte e do Sul também, de poucas pessoas. Então nós temos que achar uma forma de o FIES privilegiar as pessoas que vão trabalhar nesses municípios, talvez com um desconto de 10% do saldo devedor por cada ano que ficar. Então nós temos que achar uma forma desse jeito para poder estimular a fixar todos os profissionais. É claro que eu sou médico e sinto isso, eu estou pensando no médico, no dentista, mas qualquer profissional. Um agrônomo que for para uma cidade pequena, tem uma dívida do FIES, vai ser descontada tanto por cento. Eu não sei qual o valor que a gente vai descontar, mas nós vamos introduzir nesse nosso projeto que está entrando agora com o nome do Zambiasi para fazer essa modificação, que eu queria fazer, mas não apresentei.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: 1% ao mês.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): 1% da dívida?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ao mês.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Em cidades pequenas?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Isso é no projeto atual [ininteligível].

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Mas ampliar para as cidades pequenas. De quantos habitantes os municípios?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): É, nós temos que introduzir os 'X' de habitantes, porque senão--

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Até 10 mil habitantes.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Não, 10 mil é pouco.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Até 25 mil.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): 20 mil, 25 mil, aí abrange quase 80% dos municípios.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está chegando num acordo aí, 25 mil.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Mas 80% dos municípios eu acho que têm 25 mil habitantes, que é para fixar as pessoas no interior. O indivíduo vai para lá, o agrônomo vai lá, fica dez anos trabalhando lá e daqui a pouco ele não sai mais de lá porque ele comprou um terreno, fica lá e vai ajudar a melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Eu tenho amigos ainda que devem FIES e tudo, filhos de amigos meus e tudo. Esse projeto é um projeto, assim, que se encaixa mesmo e é necessário. Como eles falaram, a gente perdoa a dívida de empresa, de produtor, de banco. Por que é que não vai perdoar dívida de pessoa que está estudando, que melhorou a qualidade de vida, que vai melhorar a qualidade de vida do brasileiro, aumentar a produtividade e gerar novos empregos? Então vamos lutar, contem com o nosso apoio e declaro o meu voto favorável ao projeto sem restrição nenhuma.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão a matéria. Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Eu quero dizer que é uma felicidade participarmos dessa Sessão em que se debate um tema tão importante.

O Brasil tem feito gracinha com o dinheiro, por exemplo, dando dinheiro para a Bolívia, para a Venezuela, perdoando dívida de empresários e, no entanto, tem sido muito duro com relação à parte mais importante, que é justamente a formação de profissional nas diversas áreas. O Senador Augusto Botelho colocou muito bem aqui. Existe um artigo da Constituição que fala claramente que um dos objetivos da República é eliminar as desigualdades sociais e regionais. Mas nesse País não há nenhum projeto visando isso, nem no campo da educação, nem no campo da saúde, nem no campo da segurança, em nenhum campo. Eu tenho discutido isso muito porque, como Presidente da Subcomissão da Amazônia e da Faixa de Fronteira na Comissão de Relações Exteriores, nós temos mostrado como os municípios da faixa de fronteira e da Amazônia têm tido um tratamento muito desigual, quer dizer, são mais pobres e recebem cada vez menos dinheiro. Então fica igual aquela música: o mais rico fica cada vez mais rico e o mais pobre cada vez mais pobre.

Então eu acho que é até pouco o que está se pedindo aqui, e essa ideia, por exemplo, de dar 1% ao mês para o graduado, em qualquer área, que for para município até 25 mil habitantes, que são a grande maioria dos municípios, e não só da Região Norte que eu represento, não só da Região Nordeste, na Região Sul também. Muitos municípios da Região Sul, eu li um dia desses, um município de São Paulo que não tem um médico, por exemplo. É inacreditável, mas é verdade.

Então eu acho que isso é importante, eu quero inclusive aqui saudar o Presidente do PTB Jovem, que está aqui presente para justamente dar essa força, saudar os estudantes, e dizer que eu não só sou favorável a isso que está sendo apresentado e até muito mais.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos, o Deputado Federal Pimenta, que quebrando o protocolo está aqui me assessorando [risos]... Eu estou bem assessorado, hein? Ele me informa que chegou aqui conosco, está aqui nessa Sessão, o Vereador Noé, Presidente da Câmara de Cruz Alta e um dos grandes articuladores do FIES Justo no Rio Grande do Sul. Eu convido ele a sentar aqui na primeira fileira e se sinta como se estivesse na Mesa.

[palmas]

Em discussão a matéria. Ninguém mais quer fazer o uso da palavra. Eu volto a palavra para o relator, Senador Zambiasi. Para mim, a partir da sua fala, se houver algo mais, e eu boto em votação em seguida.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Apenas para encerrar, Senador Paim. Eu não poderia deixar aqui de registrar o meu agradecimento ao Senador Flávio Arns, que na condição de Presidente da comissão me transferiu a responsabilidade de produzir o relatório.

[palmas]

Então foi um gesto de confiança, acima de tudo, de um colega para com o outro, entendendo que é uma enorme responsabilidade relatar um projeto desta dimensão e nós o fizemos com o cuidado necessário, discutindo de forma muito ampla, acolhendo todas as

sugestões, e foi exatamente dessa discussão que nasceu a ideia do projeto que a Comissão está apresentando. Eu tenho aqui, só desses últimos dias, quase trezentos e-mails aqui desta última semana, colocando histórias assim, muitas vezes, emocionantes. Eu relatei há poucos dias que o problema da dívida diga está criando problemas até familiares, porque muitas vezes o fiador é o cunhado, é o tio, é o primo, é a sogra. Ocorre uma inadimplência, essa pessoa vai para o SPC e acaba criando um conflito familiar. Eu tenho estes registros aqui, o que realmente são fatos que devem ser levados em conta nesta análise, Senador Mozarildo, muito bem observada.

Em relação à questão, Augusto Botelho, das áreas carentes colocadas, o projeto prevê já exatamente a atuação em áreas e regiões com carência e dificuldades de retenção de profissionais definidas como prioritárias no caso do Ministério da Saúde, mas nós podemos estender, podemos ampliar, e eu acho que efetivamente o número de habitantes por municípios é interessante, delimitar um número, eu acho que 25 mil habitantes é a maioria dos municípios do Brasil. No Rio Grande do Sul são 496 municípios, dos quais seguramente 60% ou 70% têm menos de 25 mil habitantes.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Em muitos não tem médico ainda.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): É verdade, em muitos não tem médico. Então há espaço para aperfeiçoamento, existe este espaço e ele pode acontecer numa discussão democrática, mas com a mobilização dos estudantes, que eu acho fundamental. Sem a mobilização da comunidade estudantil, obviamente que a motivação fica mais difícil. Se nós estamos hoje aqui aprovando esse projeto, ela é exatamente vinda desta força que vem desta base fundamental da sociedade brasileira, que são os estudantes.

E por último, Senador Paim, eu não posso deixar de agradecer ao Fernando. Onde é que está o Fernando? O Fernando foi o nosso consultor aqui da Casa, o Fernando Mariano, que me deu permanente assistência [palmas], me acompanhou em todo o processo para que nós pudéssemos chegar aqui com o relatório favorável do projeto, mas também com um projeto alternativo que pode contemplar tudo que nós fizemos até agora. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Encerrada a discussão, vamos à votação. Antes, o Senador Flávio Arns que pediu a palavra. Em seguida, vamos à votação.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu só penso de fazermos as gestões todas necessárias para que na primeira oportunidade esse projeto seja levado para o Plenário. Articulação com as comissões, a pauta está trancada nesse momento, existe uma medida provisória, mas já fazermos com as lideranças, porque a pauta está sendo estabelecida com as lideranças dos partidos até o final do ano. Então nós poderíamos, V. Exa. poderia com a liderança do Partido dos Trabalhadores, da minha parte com a liderança do PSDB e dos outros partidos, para que isto seja incluído na pauta do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Senador Zambiasi também está me dando uma assessoria aqui. Eu tenho um senador e um deputado me assessorando [risos]. Senador Flávio Arns, pode continuar, por favor.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu já concluí, só para que nós articulássemos, como comissão, para incluir. Eu acho que nós poderíamos, salvo melhor juízo, ter até um requerimento para, quer dizer, tomar as medidas administrativas, enfim, necessárias para que haja celeridade, pressa no processo, para fazermos isso urgentemente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está bem. Vamos para os encaminhamentos. Então vamos botar em votação o relatório do Senador Sérgio Zambiasi ao projeto de autoria do Deputado Gilmar Machado, com a emenda de redação. Em votação. E consequentemente, numa única votação, a rejeição das emendas recusadas pelo relator. Os senadores e senadoras que concordam com o parecer do Senador Sérgio Zambiasi permaneçam como se encontram. Aprovado por unanimidade.

[palmas]

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agora temos uma segunda votação. A proposta encaminhada pelo Senador Sérgio Zambiasi à Mesa, que ele já leu, já fez o relatório também, se tornando então essa proposta um projeto da comissão.

Em discussão. Alguém quer discutir? Ninguém quer discutir. Democraticamente em votação. Os senadores e senadoras que concordam com a proposta encaminhada à mesa se tornando o projeto da comissão, permaneçam como se encontram. Aprovado também por unanimidade.

[palmas]

Agora a Mesa acata a sugestão do Senador Flávio ambos para que a gente não meça esforços, faça tudo que é possível e impossível, inclusive buscando, se necessário, requerimento de urgência, a assessoria está vendo isso, para que os dois projetos sejam votados ainda esse ano, os dois. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado também por unanimidade esse encaminhamento.

[palmas]

Agora que já terminamos a votação, eu estou aqui articulando com a minha assessoria da mesa para que naquela quebra de protocolo que a gente nunca faz, que eu sempre faço [risos], mas primeiro o Senador Flávio Arns vai falar e depois é que nós podemos fazer, Senador Zambiasi, conforme o senhor sugeriu e está bem encaminhado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu só gostaria, Sr. Presidente, que V. Exa.colocasse como extrapauta três requerimentos: de urgência, de aditamento e um outro requerimento de apoio.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Aqueles que concordam com a inclusão extrapauta da sugestão dos requerimentos do Senador Flávio Arns permaneçam como se encontram. Aprovado. Agora aos requerimentos. Senador Flávio Arns com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): O primeiro é de urgência. "Nos termos do art. 336, inciso II, combinado com o art. 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2009, que 'Dispõe sobre o depósito legal de obras musicais na Biblioteca Nacional'", que foi aprovado no dia de hoje. Requerimento de urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em votação. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): O segundo requerimento: "Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 43, de 2009, que propõe a realização de Audiência Pública destinada a homenagear 'Os professores vencedores do Prêmio Victor Civita Educador Nota 10, de 2009, aprovado por essa Comissão em 03 de novembro do corrente, para que seja incluído o nome do Sr. Davi Saad, Diretor-Executivo da Fundação Victor Civita, entre os participantes da Audiência Pública".

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em votação o requerimento. Os senadores e senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Antes do terceiro requerimento, só quero parabenizar novamente a Fundação Victor Civita pela beleza da história relacionada à concessão do Prêmio Educador Nota 10. Esse ano teve também o Gestor Nota 10, o diretor de escola.

Outro requerimento: "Requeremos, nos termos regimentais, o apoio da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, à exibição première do filme 'O Auto da Camisinha', de Clébio Viriato Barreto (sic), no dia 1º de dezembro de 2009". O dia 1º de dezembro é o Dia Mundial de Luta contra a AIDS. Será o lançamento em vários países do filme "O Auto da Camisinha", estrelado por Chico Anísio, Rogério Camilo e Vanessa Gomes, entre outros. Então o apoio desta comissão para a exibição première do filme mencionado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em votação. Aqueles que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado.

Temos ainda um comunicado: "Comunico aos Srs. e Sras. Senadores e Senadoras o recebimento de correspondência do Secretário-Executivo do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, Sr. Gabriel Mário Rodrigues, parabenizando essa Comissão pela realização do seminário 'O papel da iniciativa privada no ensino superior – Realidade e desafios para o futuro', realizado no dia 11 de novembro do corrente. Ainda, pela decisão de elaborar uma publicação com a íntegra das discussões. E, também, cumprimenta os autores do requerimento, Senador Flávio Arns, Sérgio Zambiasi e Romeu Tuma, pela iniciativa que possibilitou a realização do seminário". Os senadores que desejarem cópia procurem aqui a mesa.

Nesse momento estão encerradas todas as votações, mas a Sessão é uma Sessão histórica e ela ainda, eu diria, que não terminou. Numa quebra de protocolo aqui eu daria a palavra, simbolicamente, a duas pessoas, não vai ter mais nenhuma votação, que estão aqui na mesa. Eu daria a palavra ao... Já ia falando senador, viu? Senador, não, pelo PT só um [risos], não podemos botar dois que dá problema. Concedo a palavra ao Deputado Federal Pimenta e à Daniela. Por favor, Deputado Pimenta.

DEPUTADO PAULO PIMENTA (PT-RS): Muito rapidamente, Senador Paulo Paim, eu quero agradecer a sua gentileza, amigo Senador Sérgio Zambiasi, saudar aqui o Vereador Azambuja, a Vereadora Rosane, o Vereador Noé, três parlamentares do Rio Grande do Sul que estão integrados nessa mobilização, e em nome da Daniela saudar a todos os integrantes do Movimento FIES Justo.

Na realidade, Senador Paulo Paim, nós estamos aqui buscando reparar uma grande injustiça. O FIES surgiu no Brasil num momento em que nós não tínhamos uma outra alternativa de acesso dos estudantes ao ensino superior. Com certeza, boa parte desses estudantes que hoje têm o FIES, Senador Mozarildo, hoje seriam beneficiários do PROUNI, mas naquela oportunidade histórica nós não tínhamos mais o CREDUC, nós não tínhamos o PROUNI e ainda não

tínhamos iniciado o processo de expansão da oferta de vagas no ensino superior brasileiro através das novas universidades e dos IFETs. Então cerca de 560 mil jovens, filhos de trabalhadores e de trabalhadoras, recorreram ao financiamento estudantil. Só para o senhor ter uma ideia, senador, naquela oportunidade a Taxa Selic chegou a 26,5% ao ano e o FIES foi criado como um grande incentivo estabelecendo uma taxa de 9% ao ano da correção da dívida. Hoje a SELIC está 8,75% e o FIES continua com o juro de 9%. O que era para ser um incentivo de 1/3 da SELIC se tornou, ao longo do tempo, uma taxa de juros superior à taxa de financiamento de longo prazo. Isso causou situações dramáticas, como nós temos aqui no Plenário uma aluna, formada em engenharia, que tem uma dívida de quase 150 mil reais e que a fiadora é a sua sogra, que está sendo executada pela Caixa Econômica Federal. Mais de 43 mil ações de execução pela Caixa Econômica Federal.

Quero registrar, Senador Paulo Paim, que mesmo com todos os apelos que fizemos de minha parte, Senador Zambiasi, Senador Paim, a Caixa Federal não suspendeu as execuções durante o período de tramitação do projeto, o que poderia ter sido uma medida, no mínimo, para melhorar esta relação de negociação que nós estamos construindo.

Concluo dizendo que as emendas que apresentei, que não foram acolhidas pela Câmara, transformadas em projeto de lei, do meu ponto de vista podem melhorar muito ainda as conquistas que foram aqui hoje consolidadas. No entanto, eu acredito que nós já temos um avanço bastante significativo. O fato de nós conseguirmos reduzir para 3,5% o juro de todos os contratos, o que não estava previsto no projeto original, bem como a possibilidade de nós aumentarmos o prazo de pagamento que era uma vez e meia o tempo do curso para três vezes, possibilitará que uma prestação que hoje está em torno de R$ 600,00, possa ficar menos de R$ 200,00. Isto vai ajudar inclusive para resolver a questão do fiador, porque na medida em que o valor da prestação for outro, nós teremos também uma facilidade maior para resolver esta questão.

Então o Movimento está de parabéns, Daniela, sabe da nossa luta desde o primeiro momento para que esse projeto pudesse chegar aqui. Sem o Movimento FIES Justo esse projeto jamais teria existido, jamais teria chegado a esta Casa. E aos colegas senadores do Rio Grande do Sul, Sérgio Zambiasi, Paulo Paim, que foram incansáveis nessa luta, Senador Mozarildo, em seu nome também homenageio a todos que acreditaram e ajudaram a aprovar esse projeto. Muito obrigado e um abraço a todos vocês.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Daniela para a sua saudação e nós daí vamos declarar, a assessoria está me cobrando já, encerrada a sessão. Daniela, vamos lá.

SRA. DANIELA PELLEGRINI: Quero cumprimentar os senadores presentes, vereadores, em especial também ao Deputado Paulo Pimenta, que esteve comigo desde o primeiro dia. Aliás, a minha luta começou, não foi fácil, porque existe deputado aqui que virou para mim, ainda foi relator do nosso projeto, e falou: "Esse projeto não vai dar certo". Eu estou aqui para mostrar que deu certo, eu falei para ele que ia dar certo e deu certo [palmas]. Senador Sérgio Zambiasi, obrigada por ter acreditado no Movimento FIES Justo e ter implementado com o seu projeto.

Essa é uma luta justa. Quero relembrar a todos que nós queremos pagar, pagar o justo, não queremos dar calote, não queremos pagar o triplo, porque também não é justo. Assim como afirmou o representante da Caixa na Câmara, afirmou que nós já sustentamos os futuros beneficiários do FIES, o Governo já não coloca nenhum centavo nesse programa. Não é justo, eles estão querendo tirar de onde não tem. Então eu agradeço muito pela sensibilização de todos vocês. A nossa luta vai continuar sim firme e forte para aprovar o seu projeto, senador. Obrigada a todos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então nesse momento nós vamos encerrar a sessão, mas posso fazer um pedido para vocês? É de uma outra iniciativa da Câmara. Olha que nós, aqui no Senado, aprovamos o que vem da Câmara, viu? [risos] O Pimenta sabe o que eu estou falando já. A Câmara tem que aprovar, mas ele disse aqui: "Nos projetos dos aposentados, conte comigo". Ele já declarou aqui para mim e eu estou colocando.

Deixa eu só dizer que essa mobilização do FIES Justo foi muito, muito importante, eu acho que todos nós recebemos no gabinete. Eu queria lembrar, por questão de justiça, o Zambiasi pode até me ajudar, o Senador Simon pediu inclusive uma Audiência Pública também para debater esse tema. Então eu diria que os três senadores do Rio Grande trabalharam juntos [palmas]. Eu ia dizer palma para os três senadores [risos].

Só para concluir, eu ia pedir muito para vocês que essa mobilização seria importante para a gente aprovar, que está aqui no Senado, vindo da Câmara, obra de vocês, a PEC da Juventude. Que a PEC da Juventude seja aprovada também até o final de ano.

[palmas]

Declaro encerrada esta sessão histórica que votou o FIES Justo. Encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 11h30.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTE

ATA DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01º DE DEZEMBRO DE 2009.

Às onze horas e trinta minutos do dia primeiro de dezembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Marco Maciel**, e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Paulo Paim, Roberto Cavalcanti, Valter Pereira, Flávio Arns, Eduardo Azeredo, Romeu Tuma, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Valdir Raupp, Gilberto Goellner, Osvaldo Sobrinho, Efraim Morais, Eliseu Resende, Marconi Perillo, Mozarildo Cavalcanti e Jefferson Praia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Inácio Arruda, Fátima Cleide, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana, Alvaro Dias, Marisa Serrano, Cristovam Buarque e Sérgio Zambiasi, que justifica a ausência. O Senhor Presidente Eventual, Senador Marco Maciel, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 014: Projeto de Lei da Câmara nº 231, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Rafael Guerra, que "Denomina Rodovia Engenheiro Simão Gustavo Tamm o anel rodoviário que usa trecho da BR-265, em torno da cidade de Barbacena, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 005: Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que "Altera a redação dos arts. 54 e 208 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para dispor sobre a educação infantil até os 5 (cinco) anos de idade". O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o parecer favorável, é aprovado. **Item 006: Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Gilvam Borges, que "Altera os arts. 8º, 58 e 84 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para abolir o Exame de Ordem, necessário à inscrição como advogado na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)". O relator designado é o Senador Marconi Perillo e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. O projeto é adiado, atendendo à solicitação do relator. **Item 016: Projeto de Lei da Câmara nº 071, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Rubens Otoni, que "Denomina rodovia federal Governador Henrique Santillo o trecho da BR-060-Goiânia/Brasília". O relator é o Senador Marconi Perillo e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 017: Projeto de Lei do Senado nº 300, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que "Denomina Campus Ceres – Domingos Mendes da Silva o campus do Instituto Federal Goiano, localizado em Ceres, Estado de Goiás". O relator designado é o Senador Marconi Perillo e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 008: Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "Altera o art. 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para incluir, entre os crimes nele previstos, o ato de fabricar, importar, distribuir, manter em depósito ou comercializar jogos de videogames ofensivos aos costumes, às tradições dos povos, aos seus cultos, credos, religiões e símbolos". O relator designado é o Senador Valter Pereira e o parecer favorável, com as emendas nº 01-CE, nº 02-CE (oferecida durante a reunião) e nº 03-CE (oferecida durante a reunião), é aprovado. **Item 020: Projeto de Lei da Câmara nº 157, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria da Deputada Luciana Costa, que "Institui o Dia do DeMolay". O relator designado é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 010: Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Eduardo Cunha, que "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, de forma a obrigar a realização de exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas e prever a disponibilização de equipes de atendimento de emergência em competições profissionais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o parecer favorável é

aprovado. **Item 011: Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Carlos Sampaio, que "Institui o dia 12 de maio como Dia Nacional dos Trabalhadores da área da Saúde". O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. Neste momento, o Senhor Presidente Eventual, Senador Marco Maciel, passa a presidência ao Senhor Senador Flávio Arns, em virtude de compromissos anteriormente assumidos. **Item 019: Projeto de Lei da Câmara nº 072, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Moacir Micheletto, que "Institui o Dia Nacional da Câmara Júnior". O relator designado, ad hoc, é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 023: Comunicados da Presidência: Comunicado 01:** "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de convite do Exmo. Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad, para a solenidade de entrega do Prêmio Professores do Brasil – 4ª Edição aos 35 professores-autores dos melhores trabalhos, nas categorias, (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), a ser realizado no dia 03 de dezembro do corrente, no Auditório, térreo do edifício-sede do Ministério da Educação. Os Senadores que desejarem uma cópia do convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". A Matéria vai ao arquivo. **Comunicado 02:** "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) que hoje, dia 1º de dezembro, Dia Mundial de Luta Contra a AIDS, em sessão especial no Cinemark (Pier 21), às 21hs, acontecerá a primeira exibição nacional, que ocorre simultaneamente em 10 estados, do média-metragem 'O Auto da Camisinha', estrelado por Chico Anysio e Gero Camilo, com o apoio desta Comissão, da Cor Filmes e do Grupo Cinemark. Os Senadores que desejarem um Convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". A Matéria vai ao arquivo. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 001: Projeto de Lei da Câmara nº 160, de 2009; Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2008; Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2006; Item 004: Projeto de Lei da Câmara nº 080, de 2009; Item 006: Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2006; Item 007: Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2009; Item 009: Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2006; Item: 012: Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2009; Item 013: Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2009; Item 015: Projeto de Lei da Câmara nº 181, de 2009; Item 018: Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2009; Item 021: Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2009 e Item 022: Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2009.** O Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e quarenta e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR **FLÁVIO ARNS**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTE – CE

78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 1º DE DEZEMBRO DE 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Havendo número regimental, declaro aberta a 78ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, e aprovação da mesma. Os senhores senadores e senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovadas.

Concedo agora a palavra ao nobre Senador Renato Azeredo, aliás, Eduardo Azeredo; o pai...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado pela lembrança.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Ainda é a lembrança do pai, fomos colegas do seu pai na Câmara dos Deputados, e também em algumas campanhas cívicas no País.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Mas então, eu gostaria conceder a palavra ao nobre relator da matéria, Senador Eduardo Azeredo que denomina – e vou ler, portanto, a ementa do projeto -, *"que denomina a Rodovia Engenheiro Simão Gustavo Tamm, o anel rodoviário que usa trecho da BR-265 em torno da cidade de Barbacena, Estado de Minas Gerais"*. A autoria é do nobre Deputado Rafael Guerra, portanto projeto oriundo da Câmara dos Deputados. O relatório do Senador Eduardo Azeredo é favorável à

aprovação da matéria. Passo a observar, todavia, que a matéria a ser votada em bloco, segundo decisão Nº 1 desta comissão, aprovada por unanimidade no dia 9 de junho de 2009. Concedo a palavra, portanto, ao nobre Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente e Srs. Senadores, o projeto do Deputado Rafael Guerra vem homenagear um engenheiro de largos conhecimentos técnicos e elevada formação cultural que deixou nos seus trabalhos grande contribuição para o desenvolvimento dos transportes no Brasil, em especial para Minas Gerais. O Engenheiro Simão Gustavo Tamm teve como bandeira de luta profissional a expansão da malha rodoviária, além da utilização da ferrovia do transporte fluvial, deixando além de todos os resultados e suas obras, um legado de profissionalismo e dedicação.

A proposição observa os preceitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e no mérito é uma justa homenagem que se faz a este anel, dando o nome de Engenheiro Simão Gustavo Tamm ao anel rodoviário do Município de Barbacena, ligando as rodovias, BR-040 e BR-265.

Eu quero só, Presidente, ainda fazer um breve comentário, é que o Engenheiro Simão Gustavo Tamm, na verdade ele une as duas famílias tradicionais da política de Barbacena, a política mineira, a Família Bias Fortes e a Família Andrada, já que exatamente suas filhas foram casadas depois com Bias e com Andrada. Portanto, é uma feliz coincidência que une essas duas importantes e tradicionais famílias da política mineira, Bias Fortes e Andrada. O Voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): O relator Senador Eduardo Azeredo opina no seu parecer pelo acolhimento da proposição. Como ainda não há número para... Eu vou abrir a discussão da matéria, e pode ser que a qualquer momento nós consigamos o número, aí votaremos a matéria. Então, para discutir concedo a palavra ao nobre Senador. Então, eu indagaria se há senador ou senadora interessado em discutir a proposição. Se não houver, se não houver orador interessado em discutir a matéria, eu encerraria a discussão. Eu transfiro então... Em vez de encerrar a discussão, eu passaria a uma próxima proposição, desde que haja número então, nós discutiríamos e votaríamos a matéria, se possível ainda nesta reunião.

Então, eu gostaria de passar para o próximo item que seria o Item 5, a página... Não terminativo, 50. A ementa é o seguinte. Projeto de lei do Senado n°. 412 de 2008. A ementa é a seguinte: *"altera a redação dos arts. 54 e 208 da Lei n°. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para dispor sempre educação infantil até os cinco anos de idade"*. A autoria é do nobre Presidente Senador Flávio Arns, a relatoria é da Senadora Marina Silva, que lamenta não poder estar presente por compromissos fora de Brasília. O relatório de S. Exa., a relatora, é favorável à aprovação da proposição, e devo também mencionar, por oportuno, que a matéria é terminativa na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. A Senadora Marina Silva pediu para abrir mão da relatoria e eu designo então em substituição a S. Exa. o nobre Senador Augusto Botelho para fazer o relatório, já que S. Exa. Senadora Marina Silva abriu mão da referida relatoria por motivos já bastante conhecidos, posto que ela se encontro agora em campanha indicada pelo seu partido, na campanha eleitoral de 2010.

Com a palavra o nobre Senador Augusto Botelho para proferir, portanto, o relatório da matéria que acabamos enunciar.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): *"Submete-se ao exame desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 412 de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns* – que se encontra aqui ao meu lado -, *que propõe alteração aos art. 54 e 208, da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e dá outras providências, para dispor sobre a educação infantil até os cinco anos de idade*.

O projeto propõe modificar o inciso IV, do artigo 54, e o inciso III, do artigo 208, ambos da referida Lei do ECA, para determinar que a idade para atendimento em creches e pré-escola passe a ser de zero a cinco anos de idade, não de zero a seis como consta atualmente na norma, para que se adeque à alteração efetivada pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006.

Não houve apresentação de emendas ao projeto original.

Nos termos do art. 102, do Regimento Interno do Senado Federal, incumbe a esta comissão o exame da matéria quando versam sobre questões afetas à educação, cultura, ensino e desportos.

Quanto ao mérito, conforme já mencionado no relatório, trata-se de proposição elaborada com o intuito de promover atualização nos dispositivos da Lei do ECA, em decorrência da alteração promovida pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006, que modificou de seis para cinco anos a idade máxima da garantia do dever do Estado com a educação infantil em creche e pré-escola.

A educação infantil representa a primeira etapa da educação básica. Segundo os estudiosos do tema, a educação infantil surgiu com um caráter de assistência

a saúde e preservação da vida, não se relacionando com o fator educacional. A pré-escola surgiu da urbana e típica sociedade industrial, não surgiu com fins educativos, mas sim para prestar assistência. A partir da década de 80 ocorreu a abertura política e os movimentos pelos direitos humanos se intensificaram. Na constituição de 1988 aumentaram as leis que protegem os cidadãos e seus direitos, o direito a educação e o apoio à educação infantil. Ficou estabelecido que as famílias têm direito a creche para seus filhos até seis anos de idade.

Com o aumento do número de mulheres que trabalham fora, aumentou, em consequência, a demanda por creches e pré-escolas, a partir da década de 90. O Estatuto da Criança e Adolescente de 90 possui a seguinte redação no seu art. 54: 'É dever do estado assegurar a criança e ao adolescente'; inciso IV: 'o atendimento em creche e pré-escola, de criança, de zero a seis anos de idade'". Esse é o ponto crucial do projeto do senador, porque houve a PEC que modificou, passando cinco anos esse período.

"A LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, foi a primeira a incluir a educação infantil entre as diretrizes que regem a educação. Nessa lei ela faz parte da primeira etapa da educação básica. Este foi um passo muito importante, sobretudo, para o ensino público, haja vista de fato que as escolas particulares já adotavam prática da chamada alfabetização antes do início do ensino fundamental. A fase inicial dos estudos é aquela que agrega tanto a educação pré-escolar, quanto as primeiras séries do ensino fundamental, é nesse momento que estimulamos, despertamos a curiosidade, desenvolvemos o gosto pela leitura, introduzimos aos números e aos cálculos, contamos as primeiras histórias e apresentamos as primeiras noções de ciências as nossas crianças.

Por seu turno, a Emenda Constitucional nº 53, de 2006, alterou a redação do art. 7º, inciso XXV e do art. 208, inciso IV, da Carta Magna, que passaram a ter a seguinte redação: 'São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem a melhoria de sua condição social'. Inciso XV: 'Assistência gratuita aos filhos e dependente desde o nascimento até o cinco anos de idade em creches e pré-escolas'. O art. 208 passou a ser assim: 'O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: inciso IV – educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças de até cinco anos de idade'; desse modo, tem-se que os dispositivos da Lei do ECA necessitam ser atualizados para que tenha consonância com os novos ditames constitucionais, pelo que o projeto tem todo mérito.

Por todo exposto, Voto pela aprovação da Lei do Senado, n°. 412 de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns".

Meu Voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): O nobre relator da matéria, Senador Augusto Botelho, é favorável a aprovação da proposição com emendas que oferece.

Abro a discussão e concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma, que deseja discutir a proposição.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-ES): Presidente, o Senador Arns sempre traz projetos importantíssimos, principalmente para o jovem, para o adolescente, para a criança e para as famílias. Eu tenho uma grande preocupação, Senador Arns, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que o Estado... Quem tem tido a responsabilidade pela criação de creches, é o município. Lá em São Paulo já tem mais de 100 processos contra a Prefeitura por falta de vaga em creches.

Então, nós estamos fazendo um trabalho, eu vou votar a favor, mas há algumas coisas que têm que ser equacionadas para que isso não fique no vazio, pela importância que representa esse projeto. Quando V. Exa. fala no Estado, inclui o município, que é a responsabilidade dentro do município. E os municípios não têm tido condições à altura de responderem pela situação atual. E com o acréscimo do espaço de idade entre zero e seis anos, cinco anos, porque seis anos é o novo projeto para matrícula que vai a nove anos do ensino básico, eu estava lendo hoje um artigo sobre esse assunto.

De modo que eu cumprimento o Senador Flávio Arns e nós começarmos a discutir como os municípios vão poder atender, visto que o Ministério Público tem recebido reclamações de mães que não conseguem vaga e imediatamente ele é obrigado a abrir um processo para que haja a criação da vaga necessária a reclamação dessa mãe que vê dificuldade em poder trabalhar e cuidar dos filhos.

É isso, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Indago se há ainda algum senador ou senadora que deseje discutir a matéria. Não havendo quem queira discutir, eu vou encerrar a discussão.

Pois não, com a com palavra pela ordem ao nobre Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Requerer vista desse projeto porque eu gostaria de ver, de examinar exatamente esse aspecto que o Senador Tuma está aferindo sobre o custeio da Prefeitura Municipal. Se houver--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Há possibilidade de vista.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então eu quero requerer--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu acho que pedir vistas é importante e necessário, se for o caso. Só dizer assim que não é uma iniciativa da minha parte. Porque nós só estamos adequando o texto do Estatuto do ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente, ao que ao Constituição Federal fala. Porque antes a Constituição dizia: "atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade", zero a seis anos de idade. Aí a Constituição foi alterada, quando da aprovação do ensino fundamental de nove anos, a Constituição foi alterada e passou dizer: "educação infantil em creche e pré-escola às crianças até cinco anos de idade". Então, a Constituição foi alterada. Então a Constituição que dizia antes de zero a seis, agora diz até cinco anos de idade. Até o Senador José Jorge, que foi o relator dessa matéria, como mudança constitucional naquele momento da alteração do ensino fundamental para nove anos.

Então, o que nós estamos fazendo... Isso tinha sido feito, aliás, isso tinha sido feito, naquela época, mas foi vetado porque a Constituição dizia até seis. Aí ao Constituição foi alterada para dizer até cinco, então, está se retornando para adequar o texto do ECA e o texto da LDB, que é o Senador Sérgio Zambiasi que vai relatar esse aspecto, só para adequar. Quando foi mudado para nove anos, não quis se dizer "vamos estender o ano até o final", vamos antecipar um ano lá no início. Então, é só o texto inclusive, foi colocado só para mudar e se adequar ao que a mudança constitucional coloca.

Então, não é uma iniciativa da minha parte, só adequação do texto à mudança. Na verdade, os municípios até já deveriam estar fazendo isso em função do texto constitucional, que é maior do que ECA, inclusive. Agora nós temos que adequar a legislação infraconstitucional àquilo que a Constituição fala.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, eu não citei contra o projeto, eu sou a favor. É apenas o problema econômico. Os municípios estão fazendo convênio com creches particulares, o que é permitido por lei. Mas está ainda um número enorme de falta de vagas nas creches. Então é uma discussão paralela que a gente pode depois discutir. Não é o mérito do projeto, porque ele vem-– [interrupção de áudio] li esse artigo hoje durante a viagem.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu, inclusive, quero dizer, só para esclarecer ainda o aparte do Senador Romeu Tuma, que é importante, existe falta de vaga de creche. Aqui no caso é a pré-escola, quer dizer, pré-escola que é quatro e cinco anos de idade, creche de zero a três, e pelos levantamentos, de fato a necessidade de creche é enorme, extraordinário. Na pré-escola é menor, porque muitos municípios já vêm se dedicando à pré-escola, é menor. Mas não é uma inovação minha, só... Senador Valter Pereira, só uma adequação do texto àquela mudança da Constituição relatada, na época, de maneira muito brilhante, como de hábito, pelo senador, então Senador José Jorge.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Vou conceder vista solicitada pelo Senador--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não, eu vou retirar o pedido de vista porque eu me convenci com os argumentos do Senador Arns. Se é apenas uma adaptação ao texto constitucional, é claro que no universo das leis existe uma hierarquia onde no topo dela está a Constituição, então nós não temos que colocar em dúvida isso. Acho que é afastada qualquer dúvida com esse esclarecimento prestado pelo Senador Arns.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Continua em discussão. Pois não.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só quero cumprimentar o Senador Valter Pereira que teve a grandeza, de uma vez entendendo que era só uma adaptação, retirou pedido de vista. Isso é bonito e é nobre, e para mim é importante, porque às vezes um projeto não anda por uma interpretação equivocada de nós mesmos naquele momento. O Senador Valter Pereira, com a grandeza de sempre, quando percebeu que era só uma adaptação retirou o pedido de vista. Meus parabéns à relatora Marina, ao autor do projeto, Senador Flávio Arns, Senador Botelho que foi o relator *ad hoc*, e o Senador Valter Pereira pela forma tranquila como entendeu a justeza da adaptação que o Senador Flávio Arns faz nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então vamos declarar encerrada a discussão e vamos submeter a matéria a votos. As Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Agora vamos passar, Senador Valter Pereira, ao Item 8 de qual V. Exa. é relator. Está na página 92... Do avulso. Sobre o Projeto de Lei n°. 170, *"que altera o art. 20 da Lei 7.716, de 05 de janeiro de 1989, para incluir entre os crimes nele previstos o ato de fabricar, importar, distribuir, manter em depósito ou comercializar jogos de video games ofensivos aos costumes, às tradições dos povos, aos seus cultos, credos, religiões e símbolos"*. Autoria é do nobre Senador Valdir Raupp, a relatoria é do Senador Valter Pereira que apresenta parecer favorável com emenda oferecida. Observo que

a matéria é terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com a palavra o nobre Senador Valter Pereira.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, pela ordem com a permissão do Senador Valter. Eu sou relator de alguns itens, entre os dias o Item n°. 6 que trata do exame de ordem.

Eu perguntaria a S. Exa., Sr. Presidente Senador Marco Maciel, se há disposição da presidência de colocar em votação esse projeto hoje porque eu teria que me ausentar da Comissão agora para recepcionar, como Presidente em exercício do Senado, o Presidente do Parlamento da Nigéria e só poderei fazê-lo se V. Exa. aquiescer em relação à transferência para uma outra data ou se eu puder fazer o relatório agora. Dado esse compromisso que terei.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu consulto ao nobre Senador Valter Pereira, se sua S. Exa. concorda que o Senador Marconi Perillo possa relatar o Item 6 e V. Exa., logo a seguir, relataria o Item 1.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Expliquei aqui, Senador Valter, é porque eu terei que ausentar agora, para recepcionar o Presidente da Nigéria.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu não teria objeção nenhuma, porém eu tenho que alertar a esta comissão que é uma controversa, uma matéria polêmica, e que vai demandar a presença do relator aqui para discutir.

Então, eu acho que a melhor solução é que apontada por primeiro que é de adiar para a próxima sessão. Incluir na pauta da próxima sessão.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu concordo Senador Marco Maciel, e pediria apenas que à S. Exa. que transferisse para a pauta da semana seguinte os três itens em relação aos quais eu sou o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): V. Exa. não quer pelo menos fazer a leitura pelo menos de dois deles, dos três terminativos?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Se for, pelo menos já... havendo concordância--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Teríamos economia processual.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): --mas não tem problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): São os Itens 16 e o 17 que são não terminativos. Vou ler a ementa. O 16 é o seguinte: denomina a Rodovia Federal Governador Henrique Santillo o trecho da BR-060, Goiânia/Brasília. Autoria do Deputado Rubens Otoni, portanto projeto oriundo da Câmara dos Deputados, relatoria do Senador Marconi Perillo, o relatório é favorável. E faço duas observações. A matéria constou da pauta da reunião do dia 17/11/2009 e matéria a ser votada em bloco, segundo Decisão n°. 1 desta comissão, aprovada por unanimidade em 09/06/2009.

Com a palavra o relator, nobre Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu agradeço a aquiescência do Senador Valter Pereira, e vou ser bastante breve em relação aos relatórios. O Item 16 trata do Projeto de Lei da Câmara n°. 71 de iniciativa do ilustres Deputado Rubens Otoni, com o objetivo de denominar Rodovia Federal Governador Henrique Santillo o trecho da BR-060 entre Goiânia e Brasília.

Sr. Presidente, o Dr. Henrique Santillo formou-se em Medicina na década de 60; foi vereador por Anápolis, foi o mais votado; Prefeito de Anápolis; foi o deputado estadual mais votado do Estado de Goiás; depois eleito em 1978 Senador da República; em 1986 foi eleito governador; foi também Ministro de Estado da Saúde, foi ele quem começou todo o trabalho relacionado à implantação dos medicamentos genéricos no Brasil e também foi dele iniciativa de iniciar o Programa de Saúde da Família. Foi ele que apoiou inclusive o programa de agentes comunitário de saúde, a iniciativa foi pioneira no estado. Foi um grande Senador da República, combateu de forma muito vigorosa o regime de exceção. Um homem respeitado, morreu pobre, uma figura extremamente honesta e de grande respeitabilidade por parte de todos os goianos. O Deputado Rubens Otoni que do partido dos trabalhadores, filiado e militante da cidade de Anápolis, que é a cidade onde militou o Dr. Henrique Santillo, tomou essa iniciativa certamente levando em consideração todo o currículo, toda a trajetória, toda a luta do Dr. Henrique Santillo, é uma matéria absolutamente meritória.

Eu preparei aqui o Voto pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa. E no mérito, aqui na Comissão de Educação, o meu Voto é pela aprovação da matéria, já que a população de Anápolis se sentirá absolutamente beneficiada com a aprovação desse projeto. Dr. Henrique Santillo também, quando governador do estado, foi quem iniciou duplicação desse trecho da Rodovia BR-060 entre Goiânia e Anápolis. Portanto, o meu Voto em relação ao item 16 é pela aprovação.

Quanto ao Item 17, Projeto de Lei do Senado n°. 300, de 2009--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria de solicitar a V. Exa. de ler a ementa, para depois passar a palavra a V. Exa., e possamos então... O Senador Marconi Perillo passará

a relatar agora o Item 17, terminativo, Projeto de Lei do Senado n°. 300, de 2009, *"que denomina Campus Ceres – Domingos Mendes da Silva o campus do Instituto Federal Goiano, localizado em Ceres, Estado de Goiás"*. Autoria, Senador Demóstenes Torres. Relatoria, Senador Marconi Perillo. O relatório é favorável.

Faço duas observações. Em primeiro lugar, a matéria constou da pauta da reunião do dia 17/11/2009, em segundo lugar, a matéria a ser votada em bloco, segundo Decisão n°. 1 desta comissão, aprovado por unanimidade no dia 09/06/2009.

Concedo a palavra, portanto, ao nobre relator, Senador Marconi Perillo, e ao conceder a palavra a S. Exa., gostaria de dizer que subscrevo as palavras que S. Exa. proferiu a respeito do deputado, governador e ex– Senador Henrique Santillo, tive a oportunidade de com ele conviver e apreciava muito sua conduta e sua combatividade política.

Com a palavra o nobre Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu agradeço a S. Exa. por corroborar com as minhas palavras. O Voto, portanto, em relação ao Item 16 é favorável.

Quanto ao Item 17, eu estou informado de que o Governo Federal e o Ministério da Educação têm procurado ouvir o Conselho do Ministério e também procurado ouvir a comunidade em relação a esse tipo de denominação para os institutos federais, e no caso teria que se ouvir o Instituto Federal Goiano, localizado em Ceres.

Ocorre, Sr. Presidente, que a iniciativa do Senador Demóstenes Torres é absolutamente louvável. O Senador Demóstenes Torres acertou em cheio ao apresentar essa propositura de denominação do Instituto Federal Goiano em Ceres, com denominação de Dr. Domingos Mendes da Silva. O Dr. Domingos é pioneiro em Ceres, foi o primeiro médico da colônia agrícola, fundada por Bernardo Sayão, no final dos anos 50, início dos anos 60, estimulado por Juscelino ***Kubitschek***. Ceres, que é deusa dos cereais, foi fundada e teve essa denominação feita por Bernardo Sayão, exatamente porque foi fundada para dar oportunidade a pequenos camponeses, a pequenos produtores, que para lá se dirigiram para através de pequenas glebas de terra produzirem para o consumo dos brasileiros e também até para exportação.

Dr. Domingos chegou a Ceres no iniciozinho da colônia agrícola fundada Bernardo Sayão. O médico que ao longo de mais de 50 anos de profissão, doou a sua vida em favor dos mais pobres em especial. Foi também Prefeito de Ceres, salvo melhor juízo, foi deputado, uma das mais respeitadas da cidade, da região do Vale de São Patrício, e de todo o Estado de Goiás. Faleceu recentemente, deixando um grande legado a toda a população da região e principalmente deixando uma folha extensa de bons e relevantes serviços prestado à Ceres e à Goiás.

Tem, portanto, o Senador Demóstenes Torres, os meus cumprimentos e meus votos de aplauso e meu Voto favorável, na constitucionalidade, na boa técnica legislativa, na juridicidade e principalmente em relação ao conteúdo da matéria, que repito, Sr. Presidente, é meritório.

O meu Voto é favorável à aprovação desse Projeto de Lei, n°. 300 do Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Indago se há senador ou senadora interessado em discutir o projeto que acaba de ser relatado pelo Senador Marconi Perillo, que tem n°. 300. Se não houver quem queira discutir, eu vou passar então, já que é matéria terminativa e não temos condições de votá-la, eu passaria ao Item 8 da Pauta, que é... da qual é relator o nobre Senador Valter Pereira. A ementa é a seguinte:--

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O 6 fica adiado então, não é, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim, salvo, se houver em algum momento *quorum*. O seis é não terminativo, pode ser votado.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Está bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Bom, Item 8, Projeto de Lei do Senado, n°. 170, de 2006, altera o art. 20 da Lei 7.716, de 05 de janeiro de 1989, para incluir entre os crimes nele previstos o ato de fabricar, importar, distribuir, manter em depósito ou comercializar jogos de video games ofensivos aos costumes, tradições dos povos, aos seus cultos, credos, religiões e símbolos. Autoria, repito, é o nobre Senador Valdir Raupp; relatoria, Senador Valter Pereira, que no seu parecer oferece manifestação favorável à emenda oferecida e por se tratar de matéria terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria somente será apreciada, será apreciada terminativa na Comissão de Justiça, depois de aqui aprovada.

Com a palavra S. Exa.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, antes de entrar na leitura do meu parecer, eu gostaria aqui de realçar a minha opinião sobre a proposta do senador, aliás a proposta defendida pelo Senador Marconi Perillo, que dá o nome de Henrique Santillo a essa rodovia que passa por Anápolis. Eu acho que de fato o ex-Governador Henrique Santillo é um político relevante do Estado de Goiás e do Brasil.

Na época da resistência contra a ditadura, ele, Henrique Santillo e o irmão Ademar Santillo eram grandes expoentes do antigo MDB e estavam nessa trincheira. Portanto, foi da maior justiça a homenagem que se propõe prestar a essa grande figura de Goiás.

Mas passando então ao nosso parecer, ao Projeto de Lei do Senado n°. 170 de autoria do Senador Valdir Raupp, que o altera o art. 20 da Lei 7.716, de 05 de janeiro de 89, para incluir entre os crimes nele previstos, o ato de fabricar importar distribuir, manter em depósito ou comercializar jogos de video games ofensivos aos costumes, às tradições dos povos, aos seus cultos, credos religiões, e símbolos.

Eu gostaria de comentar, de ser bem breve nesta leitura, porque dispensa por si só basta a leitura de sua ementa para entender a extensão da medida proposta. Muitos jogos de video games apresentam lutas, perseguições, ataques e mortes, a tarefa do jogador é caçar e destruir o maior número possível de inimigos, representados por feições grotescas, monstruosas ou ridículas. Destruí-los é salvar o mundo nesses jogos. Todavia, ao fazê-lo, acaba em muitos casos, ofendendo a essas áreas todas que estão descritas na ementa e neste início de análise. E isso daí acaba contrariando o art. 5 º da Constituição Federal, que é uma cláusula ultima pétrea, num de seus dispositivos, que reza o seguinte: "*a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdade*". Assim, entendemos a liberdade de expressão dos video games não pode ser confundida com anarquia, desrespeito à imagem e honra das pessoas e ao culto de suas liturgias.

Então, nosso parecer é favorável com uma emenda que apresentamos para harmonizá-la com o art. 20, da Lei 7.716, de 89, que assim determina: *"art. 20: Praticar, induzir ou incitar a discriminação, o preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional"*. Aí vem a emenda: *"incide na mesma pena do caput desse artigo quem fabrica, importa, distribui, mantém em depósito ou comercializa jogos de video games ofensivos aos costumes, às tradições dos povos, aos seus cultos credos religiões e símbolos. Se qualquer dos crimes – § 3º – se qualquer dos crimes previstos no caput ou no § 2º: é cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza, pena de reclusão de dois a cinco anos e multa; § 4º: No caso do § 3º, o juiz poderá determinar, ouvido o Ministério Público ou a pedido deste, ainda antes do inquérito policial, sob pena de desobediência: I – O recolhimento imediato ou a busca e apreensão dos exemplares do material respectivos; II – A cessação das respectivas transmissões radiofônicas ou televisivas. § 5º: Na hipótese do § 3º constituir efeito da condenação, após o trânsito em julgado da decisão, a destruição do material apreendido"*.

Esse é nosso parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): O nobre Senador Valter Pereira acaba de expender o seu parecer e abro discussão da matéria. Indago se há senador interessado em discuti-la. Concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Arns para discutir a proposição que acaba de ser relatada pelo nobre Senador Valter Pereira. Com a palavra S. Exa.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu quero parabenizar o Senador Valter Pereira pelo relatório. É muito importante, é um assunto da mais alta importância, porque é uma preocupação de toda a sociedade, com aquilo que o material, seja de video game ou de outra natureza, possa influenciar o desenvolvimento da criança, do jovem, da pessoa, a saúde mental da população, e criar assim, uma luta na verdade, que deve ser favor de valores. Valor do respeito, da dignidade, da cidadania, do respeito. E por todo o relatório fica evidenciado que esses jogos não estão atentos a isto.

Concordo também com a emenda apresentada, com o projeto todo. Eu só ficaria com uma preocupação, Senador Valter Pereira. Manter em depósito ou comercializa jogos de video games. Video games é uma coisa bastante específica. Pode haver eventualmente materiais, me parece, produzidos de outras maneiras que não seja unicamente por video games e que apresentariam a mesma, não sei se seria... V. Exa.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mesmo potencial ofensivo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): É, com mesmo potencial ofensivo. Não, sei se a palavra video game não restringiria a aplicabilidade na sequência da norma.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): No caso específico aqui, para não distorcer o objetivo, que é exatamente evitar que essas manifestações de preconceito se explicitem em meios de comunicação de massa que sejam estancados. Eu acho que pode até futuramente imaginar outras circunstâncias onde essas restrições se manifestem de forma menos ofensiva que o que é proposto aqui no projeto do Senador Raupp.

Eu acho que é um avanço do jeito que está, porque hoje indiscutivelmente, o que está formando e moldando a personalidade de muitas crianças, são essas ferramentas de comunicação de massa.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Não, eu concordo, senador, eu concordo com tudo. Eu só penso assim, em termos de aprimorar. Eu estava pensando manter em depósito ou comercializa jogos de video games, ou jogos de video games ou jogos eletrônicos

de qualquer natureza ofensivos aos costumes, às tradições dos povos, porque então amplia-se--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Tudo bem, eu concordo com a sugestão de V. Exa.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Porque aí não fica só no video game.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Video games ou outras modalidades eletrônicas de tais jogos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Exatamente. Ou modalidades eletrônicas de jogos ofensivos aos costumes.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu concordo com proposta do Senador Arns.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Em discussão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu penso inclusive que a expressão mais adequada foi a que o senador utilizou agora mesmo: "ou outras modalidades".

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Jogos eletrônicos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): É, de jogos eletrônicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então, em discussão, não havendo quem queira discuti-la, eu vou...

Então vamos... Encerrada a discussão. E por se tratar de matéria não terminativa, eu solicitaria ao Senador Valter Pereira que lesse, portanto, a emenda que está oferecendo ao parecer que acaba de ser relatado aqui.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então seria a emenda para incluir "outras modalidades", eu acho que seria de entretenimentos eletrônicos. Ou "outras modalidades eletrônicas", "ou outras modalidades eletrônicas de jogos".

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Jogos eletrônicos.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ou outras modalidades de jogos eletrônicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Acho que foi a melhor, fica mais...

Então, apresentada a emenda, eu vou submeter à votação não somente o projeto, mas a emenda também do Senador Valter Pereira. Então, o parecer do relator pela aprovação com a emenda oferecida. Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Vamos agora passar ao Item 20. Trata-se de matéria terminativa e se trata de Projeto de Lei da Câmara n°. 157, de 2009. *"Institui o Dia do DeMolay"*. Autoria Deputada Luciana Costa, relatoria do Senador Mozarildo Cavalcanti. O relatório de S. Exa., Senador Mozarildo Cavalcanti é favorável a proposição. Observa apenas que... perdoe a repetição, fazer... que a matéria constou da pauta da reunião do dia 17/11/2009 e é matéria a ser votada em bloco segundo Decisão n°. 1 desta comissão, aprovada por unanimidade em 09/06/2009.

Com a palavra o nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente, *"o Projeto de Lei da Câmara n°. 157 de 2009, de autoria da Deputada Luciana Costa, institui o dia do DeMolay, a ser celebrado anualmente em 18 de março. Em sua justificação, a autora assinala que a data escolhida corresponde ao dia do falecimento de Jacques DeMolay, último Grão-Mestre da Ordem dos Cavaleiros Templários, considerado o mártir inspirador da criação da Ordem DeMolay, cujas principais bandeiras são a luta pela manutenção das escolas públicas e a construção de um novo mundo, no qual os jovens, devidamente preparados, desempenharão, exitosamente, tarefas de liderança.*

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi aprovado, sem emendas, pelas Comissões de Educação e Cultura e Comissão de Justiça. Nos termos do art. 24, inciso II, do Regimento Interno daquela Casa, foi dispensada a apreciação pelo Plenário. No Senado, o PLC n° 157, de 2009, encontra-se sob exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em fórum de decisão terminativa. Não foram oferecidas emendas à proposição.

Cabe à Comissão de Educação, nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a apreciação de proposições que disponham sobre datas comemorativas, tais como o Projeto de Lei Complementar 157, de 2009, ora em apreciação.

A Ordem DeMolay é uma organização que congrega jovens entre 12 e 21 anos em torno dos princípios da lealdade e da fraternidade, apoiada e patrocinada pela Maçonaria. Contando com 70 mil filiados em todo o mundo... Eu acho que aqui o número está equivocado. São milhões de filiados em todo o mundo, ela está presente em mais de duas dezenas de cidades brasileiras, distribuída em cerca de 440 capítulos, que são lugares onde eles se reúnem, ou que coordena cada região. Criada no início do Século XX nos Estados Unidos, a Ordem instalou-se no Brasil em 1980, reunindo naquela época 59 jovens, na cidade do Rio de Janeiro. Desde então, por intermédio do seu importante trabalho social e sua vocação para a formação de líderes, a Ordem DeMolay consolidou um espaço de respeito na sociedade brasileira, o que

justifica a oportunidade da homenagem proposta pelo projeto em comento.

Em relação à data escolhida, ela remete ao dia 18 de março de 1314. Nesse dia, Jacques DeMolay, último Grão-Mestre da Ordem dos Cavaleiros Templários, perseguido pela Inquisição da Igreja Católica, foi queimado vivo, por ordem do Rei Felipe IV da França. Por se recusar a denunciar seus companheiros em seu martírio, permanecendo fiel ao seu juramento de lealdade, tornou-se um ícone dos princípios adotados pela Ordem DeMolay.

Por fim, cabe a essa Comissão de Educação, no uso de sua competência suplementar, pronunciar-se, também, quanto à constitucionalidade, à juridicidade e ao atendimento à técnica legislativa. Sobre tais aspectos, a proposição em comento não requer reparos.

Portanto, o Voto, apreciado o mérito e não identificando óbices de natureza constitucional e jurídica e de técnica legislativa, é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara n°. 157, de 2009".

Presidente, eu queria dizer que para mim é uma honra relatar esse projeto. E, vejam, um projeto de iniciativa de uma mulher, o que isso também desmistifica, de que, por exemplo, a ordem DeMolay que é composta por só jovens homens e é patrocinada pela Maçonaria, mas existem outras instituições que nós chamamos de paramaçônicas, como a Associação Paramaçônica Juvenil, que é formada de homens e mulheres, a entidade chamada Filhas de Jó, que é só de mulheres, a entidade do Arco-íris, também só de mulheres jovens. São entidades voltadas para juventude, justamente para passar para eles esses princípios da lealdade, da igualdade, da fraternidade, da responsabilidade com a família, com a pátria, e para mim, como maçom, é uma honra muito grande relatar esse projeto, e salientando, de iniciativa de uma mulher, isso mostra o quanto a Maçonaria tem apreço pela mulher, que também tem instituições como a Fraternidade Feminina do Cruzeiro do Sul, as Damas da Fraternidade que agem de maneira muito forte, na parte social e especialmente da educação.

Então, eu quero dizer que com muito prazer relato esse projeto e dou parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): O nobre Senador Mozarildo Cavalcanti ofereceu parecer favorável, mas como sabem V. Exas., a matéria é terminativa e não temos *quorum* para deliberar. Eu vou, portanto, abrir discussão. Não havendo quem queira discuti-la, se em algum momento aparecer *quorum* nós voltaremos a apreciar a proposição.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu gostaria só de parabenizar a deputada e o Senador os Mozarildo, porque realmente essa atividade DeMolay é uma coisa que ensina civismo, patriotismo, solidariedade nos jovens filhos dos maçons. É importante que a gente institua isso para poder estimular. Todas as iniciativas que forem nesse sentido, de melhorar o relacionamento da humanidade, aumentar a solidariedade e aumentar os princípios da caridade, da cooperação, são bem-vindas e parabéns à Deputada Luciana Costa e ao Senador Mozarildo pelo projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu também, Sr. Presidente, quero concordar com o projeto e com a relatoria do projeto. Inclusive é interessante que aqui na justificativa até que se coloca, a Ordem DeMolay, apresenta dois aspectos fundamentais: a luta pela manutenção das escolas pública, base essencial para qualquer desenvolvimento posterior, e a promessa da construção de um novo mundo com o melhor preparo de nossa juventude, que um dia assumirá o comando de todas as atividades. Então, o mesmo lá no Paraná, eu tenho acompanhado também o trabalho que é desenvolvido e é um trabalho muito voltado para questões sociais, de cidadania, de oportunidades de organização para colaborar. Então, nada melhor do que homenagear também através do Projeto de Lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Bom, então, eu vou declarar encerrada a discussão. E como a matéria é terminativa e não temos *quorum* para deliberar, eu vou passar agora então, para o Item 10, que se trata também de Projeto de Lei da Câmara, n°. 122, de 2008. A ementa é a seguinte: *"Altera Lei n°. 9.615 de 24 de março de 1998, de forma a obrigar a realização de exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas e prevê a disponibilização de equipes de atendimento de emergência em competições profissionais"*. Autoria do nobre Senador Eduardo Cunha. A relatoria é do Senador Adelmir Santana.

S. Exa., todavia, face a outros compromissos, declinou da relatoria, então eu concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Arns, que relate a proposição, tendo em vista a desistência do nobre Senador Adelmir Santana.

Tem S. Exa. a palavra. Esse é o último item que nós vamos poder apreciar.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É o projeto de autoria do Deputado Eduardo Cunha, sendo relatado pelo Senador Adelmir Santana em que eu tenho assim o prazer de relatá-lo como relator *ad hoc*. E que trata de dois objetivos, na minha ótica, fundamentais e com frequência abordados pelos meios de comunicação quando surgem problemas. Obrigar a realização de exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas,

e aí eu quero citar até o caso do jogador Washington, agora no São Paulo, mas que já esteve no Fluminense, passou pelo Atlético Paranaense, foi identificado um problema sério no coração, foi atendido por cardiologistas com tratamento e esse caráter preventivo de identificação precoce permitiu que ele fosse inclusive o artilheiro do Campeonato Brasileiro, pelo Atlético Paranaense, depois foi para o Fluminense, foi até para exterior antes, ainda. E permitiu que ele tivesse uma vida de atleta normal, mas fazendo o exame precoce, se ele não tivesse feito poderia eventualmente até ter morrido. E prever a disposição de equipes de atendimento de emergência em competições profissionais. Nós, com frequência, tomamos conhecimento pelos meios de comunicação que o jogador ou o árbitro tem algum problema e não existe a equipe de emergência próxima para um atendimento imediato.

Então, é no sentido de prevenir, por um lado, e de atender com a urgência, com a presteza, com a competência necessária quando eventualmente surge o problema.

Aqui, inclusive, no relatório está dito as emergências médicas mais frequentes, emergências, que ocorrem durante as competições esportivas e que demandam um atendimento imediato, são as contusões, as distensões musculares, os ferimentos abertos, rupturas de ligamentos, entorses, fratura ósseas, arritmias cardíacas e a perdas de consciência por concussão cerebral, por exaustão ou por distúrbio metabólico. Inclusive voltando o seu jogador, também, acho que o caso dele pode ilustrar bastante, e tenho por ele grande respeito, o próprio jogador Washington que tem diabetes, mas bem tratada e que permite que ele seja assim, um jogador com a evidência, com a referência que ele desempenha no Brasil. Em todos esses casos, a atuação de profissionais habilitados para o atendimento de emergências é ***imprescindível***.

Portanto, é uma lei das mais importantes, eu quero parabenizar o Deputado Eduardo Cunha, o relatório do Senador Adelmir Santana que eu tenho a honra de fazê-lo de maneira *ad hoc*.

E diante do exposto, o Voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara n°. 122, de 2008, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): O nobre Senador Flávio Arns acaba de relatar a proposição, tendo em vista a desistência do nobre Senador Adelmir Santana, e o fez com muita competência, como é de seu hábito. Eu vou por a matéria em discussão. Não havendo quem queira discutir, vou encerrar discussão. Matéria não terminativa, ponho a votação à matéria. Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Eu, agora, convidaria o Senador Augusto Botelho para, se pudesse, fazer... Posso fazer a leitura do Item 11? Eu vou fazer a leitura do Item 11. Matéria terminativa. *"Institui o 12 de maio como Dia Nacional dos Trabalhadores da Área da Saúde".* Autoria do Deputado Carlos Sampaio. Relatoria, Senador Augusto Botelho. Relatório favorável. A matéria constou da pauta da reunião do dia 17/11/2009, e é matéria a ser votada em bloco, segundo Decisão 01 desta comissão, aprovada por unanimidade, no dia 09 de junho de 2009.

E vou ler também... Bom, o Senador Tuma não se encontra presente, razão pela qual então vamos ler apenas o Item 11.

Concedo a palavra, portanto ao nobre relator Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, chega a Comissão de Educação, Cultura e Esporte para análise e emissão de parecer em caráter terminativo, o Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2009, *"que institui o dia 12 de maio como Dia Nacional dos Trabalhadores da área da Saúde.*

O art. 1º da proposição institui o dia 12 de maio como Dia Nacional dos Trabalhadores da Saúde, a ser celebrado anualmente. O art. 2º da proposição determina a entrada em vigor da futura lei na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor do projeto afirma que, não obstante existam datas comemorativas referentes a algumas categorias profissionais relacionadas à saúde, como médicos e enfermeiros, outros segmentos não são homenageados com uma data comemorativa específica. Dessa forma, de acordo com o autor, instituir um dia que contemple todos os trabalhadores da saúde é a forma mais justa de enaltecer a importância desses profissionais

O projeto foi apresentado, na Câmara no dia 13 de junho de 2007. Nos termos do art. 54, inciso II, do Regimento Interno daquela Casa Legislativa, foi encaminhado, em regime de apreciação conclusiva, às Comissões de Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania, e teve a redação final aprovada no dia 18 de agosto de 2009.

Chegando ao Senado Federal no dia 28 de agosto de 2009, a proposição foi distribuída, para análise e emissão de parecer em caráter terminativo, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. A proposição não recebeu emendas.

De acordo com o que dispõe o inciso II do art. 102, do Regimento Interno do Senado, incumbe à Comissão de Educação, Cultura e Esporte opinar sobre proposições que tratem de datas comemorativas.

É de todos conhecido o fato de que, entre os principais problemas que afligem nosso País, encontra-se o da precariedade do atendimento à saúde da população, embora o SUS seja um regime, um sistema muito elogiado e muito bom para a população. Embora tenhamos, para os mais ricos, serviços de alta qualidade, comparáveis aos prestados nos países mais desenvolvidos, a maioria da população brasileira padece nas filas dos hospitais públicos. Apesar dos esforços empreendidos pelo Poder Público e pelos segmentos profissionais envolvidos, as instituições públicas de saúde não têm sido capazes de atender a sociedade brasileira a contento. Sabe-se que a melhoria do atendimento à saúde da população depende, fundamentalmente, da valorização dos trabalhadores especializados que atuam nos hospitais, centros de saúde e instituições congêneres. São profissionais dedicados que, muitas vezes com o comprometimento de suas vidas pessoais, enfrentam as difíceis condições de trabalho para garantir a melhor assistência possível à saúde da população.

Nesse sentido, ao instituir o Dia Nacional dos Trabalhadores da área da Saúde, a ser celebrado anualmente, a proposição sob exame cria oportunidade para que a sociedade brasileira valorize esses profissionais e reflita sobre a complexidade e a importância de sua atuação.

Devo esclarecer também aqui que passa pela valorização dos trabalhadores a melhoria dos seus salários também e das suas condições de trabalho. E isso só pode ser feito e se a gente melhorar os recursos para a saúde, que estão dependendo da aprovação da Emenda 29 que está na Câmara, amarrada. É a oportunidade, é oportuna e meritória essa proposição.

Em relação à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, não há vícios que prejudiquem o projeto".

O Voto*. "Nos termos do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara n°. 156, de 2009, originada do PL 1310, de 2007, Sr. Presidente".*

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, Senador Augusto Botelho. Está em então em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, eu interrompo a discussão para retomá-la quando da votação, porque esse tópico, este item, exige *quorum* de maioria absoluta.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Passamos ao Item 19 da Pauta. Já o que Senador Adelmir Santana abriu mão da relatoria para que ele pudesse ser lido, e assim também anteciparmos um pouco o trabalho da próxima reunião desta comissão. Eu solicito ao Senador Mozarildo Cavalcanti que seja o relator *ad hoc*.

É o Item 19, terminativo. Projeto de Lei da Câmara n°. 72, de 2009, que institui o Dia Nacional da Câmara Júnior. Autoria Deputado Moacir Micheletto, do meu estado, também do Paraná, relatoria Senador Adelmir Santana, relatório é favorável. A matéria constou na pauta da reunião do dia 17 de novembro de 2009 e a matéria a ser votada em bloco, segundo Decisão n°. 1 desta comissão, aprovada por unanimidade em 09 de junho de 2009.

Passo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, como relator *ad hoc*.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Senador Flávio Arns, que preside a sessão nesse momento, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, eu vou procurar resumir tanto o relatório quanto a análise, para passar ao Voto, já que a matéria é conhecida.

"Na justificação, o autor do projeto esclarece o que vem a ser Câmara Júnior, que é uma associação mundial de pessoas jovens, na faixa etária de 18 a 40 anos de idade, que buscam no aprimoramento individual as bases para desenvolvimento de suas comunidades. Não possuindo conotações religiosas ou políticas, a Câmara Júnior cultiva o espírito de companheirismo, a compreensão, e busca desenvolver a consciência cívica da juventude.

E como resumo da análise, também quero me referir de que a Câmara Júnior configura no plano internacional um desses grupos em que se forjam líderes, preparando-os para os desafios dos tempos que vivemos. A experiência brasileira tem demonstrado sucesso nessa instituição e justifica plenamente o objetivo da proposição legislativa que ora examinamos. É, portanto, meritório o projeto e merece, com nossos elogios, converter-se em norma jurídica".

E assim, o Voto. "*Tendo em vista o que foi exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara n°. 72, de 2009"*.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Em discussão a matéria, não havendo quem queira discutir, vamos adiar o encerramento da discussão para o momento em que esta matéria for também votada, já que também é de natureza terminativa.

Eu quero anunciar, antes do término desta reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que amanhã às 10 horas teremos Audiência Pública nesta comissão. E a audiência tem por objetivo homenagear os vencedores do Prêmio Victor Civita, Educador Nota 10 de 2009. Autoria do Requerimento n°. 43, de 2009,

é dos Senadores Cristovam Buarque e Flávio Arns. Autoria do Aditamento n°. 1, de 2009 é de minha autoria, Senador Flávio Arns. Então, amanhã, 10 horas nesta Comissão, a homenagem aos vencedores de uma das maiores iniciativas existentes no Brasil, já por vários anos, que é o Prêmio Victor Civita, Educador Nota 10. Lembrando que neste ano, além do Educador Nota 10, aconteceu a homenagem também para o Gestor Nota 10. E a questão da gestão da escola já foi também objeto de audiências públicas nesta comissão, porque é fundamental que tenhamos, além do professor, o gestor também, com trabalho assim importante dentro da escola.

Comunicamos aos Srs. Senadores e Senadoras, e o recebimento do convite do Exmo. Sr. Ministro da Educação Fernando Haddad para solenidade de entrega do Prêmio Professores do Brasil Quarta Edição, aos 35 professores autores dos melhores trabalhos nas categorias educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, a se realizar no dia 03 de dezembro, portanto quinta-feira desta semana, no auditório térreo do edifício sede do Ministério da Educação. Os Senadores que desejarem uma cópia do convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A matéria vai ao arquivo. Portanto, professores, Prêmio Professores do Brasil, Quarta Edição, também, para 35 professores autores nos diversos níveis da educação básica.

Comunico aos Srs. Senadores que hoje, dia 1º de dezembro, dia mundial de luta contra a AIDS, em sessão especial no Cinemark Pier 21, às 21 horas, acontecerá a primeira exibição nacional, que ocorre simultaneamente em dez estados, do média metragem *"O Auto da Camisinha"*, estrelado por Chico Anysio e Gero Camilo com o apoio desta Comissão, da Cor Filmes e do grupo Cinemark. Hoje, portanto, 21 horas, no Cinemark Pier 21. Senadores e Senadoras que desejarem um convite, poderão se dirigir à secretaria desta comissão. A matéria vai ao arquivo.

Bom, eu já gostaria também de antecipar que na quinta-feira também teremos uma audiência pública às 10 horas, nesta Comissão com a presença dos escoteiros que foram à Antártica participando do grande projeto que o Brasil desenvolve, que é o PROANTAR, desenvolvido pelo PROANTAR, Pró-Antártica, Ministério da Marinha, com o apoio de vários ministérios. Houve um grande trabalho de referência no Brasil, relacionado ao meio ambiente e neste trabalho foram selecionados dois escoteiros e uma escoteira que foram à Antártica junto com o Ministério que desenvolve a Aeronáutica, a Marinha que desenvolvem esse trabalho. Então particularmente a Marinha, PROANTAR.

Então, na quinta-feira eles estarão aqui, junto com a Marinha, e junto com também uma iniciativa que se desenvolve no Brasil, que é União Parlamentar Escoteira do Brasil. Sempre lembrando, União Parlamentar é constituída pelos parlamentares do Brasil, que podem ser vereadores, vereadoras, deputados, deputadas estaduais, federais e senadores e senadoras. É uma lista sempre em aberto quem quiser ser membro da União Parlamentar Escoteira do Brasil. Não é necessário que o parlamentar ou a parlamentar tenha sido escoteiro, mas que queira também incentivar, colaborar, participar, apoiar os ideais do escotismo, que é uma iniciativa das mais importantes, uma educação não formal voltada para a formação das nossas crianças, jovens e adultos, ter adultos melhores, cidadãos melhores, participando de boas iniciativas particularmente no processo, na fase de formação e de desenvolvimento. Então, isso vai acontecera na quinta-feira.

Amanhã, Educador Nota 10, Gestor Nota 10, iniciativa da Fundação Victor Civita, que já aconteceu em São Paulo. Esta comissão esteve representada, e amanhã nós prestaremos a homenagem a esses educadores já reconhecidos pela Fundação Victor Civita.

No dia de amanhã uma escola de Samambaia estará aqui presente com vários alunos também, o que é algo importante e necessário. Educador e Gestor nota 10.

Muito bem. Tendo cumprido, salvo melhor juízo, tendo cumprido os objetivos propostos, há muitos assuntos que demandam uma decisão terminativa, foram lidos e iniciados a discussão, isto vai acontecer na próxima reunião.

Então, tendo cumprido os objetivos desta reunião, declaro encerrada a presente reunião desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Obrigado.

Sessão encerrada às 12h41.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTE

ATA DA 79ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia dois de dezembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Flávio Arns,** e com a presença dos Senhores Senadores Inácio Arruda, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Adelmir Santa-

na, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, José Nery, João Ribeiro, Neuto De Conto, Osvaldo Sobrinho, Efraim Morais, Marconi Perillo e Jefferson Praia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Fátima Cleide, Paulo Paim, Roberto Cavalcanti, Valter Pereira, Mauro Fecury, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Heráclito Fortes, José Agripino, Alvaro Dias, Eduardo Azeredo e Marisa Serrano. O Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 43/09-CE, de autoria dos Senhores Senadores Cristovam Buarque e Flávio Arns e ao Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 43/07-CE, de autoria do Senador Flávio Arns, que tem como objetivo **"Homenagear os Vencedores do Prêmio Victor Civita Educador Nota 10, de 2009"**. Prosseguindo, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, da Senhora Angela Dannemann, Diretora Executiva da Fundação Victor Civita; Angela Rehem, Diretora de Relações Governamentais da Fundação Victor Civita; Sandra Braz de Queiroz, Professora do Centro Educacional Fundamental 3, de Taguatinga – DF e alunos do Centro de Ensino Fundamental 427, de Samambaia – DF. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor David Saad, Diretor Executivo da Fundação Victor Civita; Senhora Andréia Betina Legatzky Klitzke, Professora da Escola Municipal Professor Karin Barkemeyer, do Município de Joinville – SC; Senhor Ademir Testa Júnior, Professor da Escola Estadual Capitão Henrique Montenegro, do Município de Bocaina – SP; Senhora Claudia Tondato, Professora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Rosalvito Cobra, do Município de São Caetano – SP; Senhora Daniela Mazoco, Professora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Athayr da Silva Rosa, do Município de Urupês – SP; Senhora Karla Emanuella Veloso Pinto, Professora do Centro Educacional NDE, da Universidade Federal de Lavras, do Município de Lavras – MG; Senhora Maria Tereza Gomes de Almeida Lima, Professora do Centro Educacional Frei Seráfico, do Município de São João Del Rei – MG; Senhora Milca Luiza Toyneti dos Santos, Professora da Escola Estadual Professor João Caetano da Rocha, do Município de Itápolis – SP e Senhor Amarildo Reino de Lima, Gestor do Centro de Ensino Fundamental 427, de Samambaia – DF**. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque – autor do Requerimento, Ideli Salvatti, Eduardo Azeredo, Wellington Salgado, Romeu Tuma, Adelmir Santana, Marconi Perillo, Jefferson Praia e Neuto de Conto. Neste momento, a Presidência submete à deliberação do Plenário proposta no sentido de elaborar um documento da Comissão a ser enviado aos Governadores de Estado, Secretários de Educação Estaduais e Municipais, Prefeitos, Câmara de Vereadores e Assembléias Legislativas com o intuito de motivar os órgãos governamentais a participarem de iniciativas da mesma natureza do "Prêmio Victor Civita Educador Nota 10". A proposta é aprovada. O Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e vinte e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR **FLÁVIO ARNS**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTE – CE

79ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 79ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto, inicialmente, à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os senadores e senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 43, desta Comissão, de 2009, de autoria dos Srs. Senadores Cristovam Buarque e Flávio Arns e ao aditamento ao Requerimento nº 1, de 2009, de minha autoria, para a realização de Audiência Pública destinada

a “Homenagear os Vencedores do Prêmio Victor Civita Educador Nota 10, de 2009”. Dando início à Audiência Pública, solicito ao secretário desta Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Quero dar as boas-vindas aos convidados e convidadas Educadores Nota 10, de 2009, e Gestor Nota 10, de 2009, bem como ao Secretário Executivo da Fundação Victor Civita. Passo a dizer quem faz parte da mesa: Ademir Testa Júnior, que é Professor da Escola Estadual Capitão Henrique Montenegro, do Município de Bocaina/SP. Bem-vindo, Ademir; Andréia Betina Legatzky Klitzke, Professora da Escola Municipal Prof. Karin Barkemeyer, do Município de Joinville/SC; Cláudia Tondato, Professora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Rosalvito Cobra, do Município de São Caetano/SP; Daniela Mazoco, Professora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Athayr da Silva Rosa, do Município de Urupês/SC (sic); Karla Emanuella Veloso Pinto, Professora do Centro Educacional NDE UFLA, do Município de Lavras/MG; Maria Tereza Gomes de Almeida Lima, Professora do Centro Educacional Frei Seráfico, do Município de São João Del Rei/MG; Milca Luiza Toyneti dos Santos, Professora da Escola Estadual Prof. João Caetano da Rocha, do Município de Itápolis/SP; Amarildo Reino de Lima, Gestor do Centro de Ensino Fundamental 427, do Município de Samambaia/DF; e David Saad, Diretor-Executivo da Fundação Victor Civita.

Eu quero lembrar que o Prêmio Victor Civita Educador Nota 10 vem revelando, desde 1998, portanto, há onze anos, o que há de melhor nas salas de aula de todo o Brasil. São educadores que estão aqui, nesta mesa, para essa Audiência Pública, que sabem que seu papel é ensinar todos os alunos, sem exceção, não importam a série e a disciplina. Ao longo de doze edições, a Fundação Victor Civita recebeu mais de 37 mil projetos e entregou 1 milhão e 200 mil reais em prêmios para 169 professores e gestores escolares. Neste ano, entre os quase quatro mil inscritos, dez professores e um diretor foram escolhidos, depois de quase dois meses de uma criteriosa seleção, seleção(F) de cinco estados e do Distrito Federal, que atuam em escolas públicas e particulares. Nós vamos, no dia de hoje, conhecer também um pouco desta história e um pouco dos projetos. Já receberam os prêmios, o Senador Cristovam Buarque esteve na cerimônia, e eu próprio também tive o prazer de estar na cerimônia em São Paulo e nada melhor do que trazer estas experiências, esses projetos, essas ideias para serem apresentadas nesta Comissão, que é de Educação, Cultura e Esporte. Nós esperamos que todos os professores, professoras, educadores e educadoras inspirem, cada vez mais, professores a atuar, com dedicação e seriedade, em sala de aula, para formar turmas Nota 10, que é o importante.

Quero destacar que uma turma Nota 10 está aqui, presente, acompanhando esta Audiência Pública, uma turma de alunos, de educandos, que são os alunos do Centro de Ensino Fundamental 427, de Samambaia/DF. As jovens e os jovens sejam todos bem-vindos e venham sempre a esta comissão para inspirar todos os membros desta comissão, para que atuem de maneira cada vez mais determinada, é uma Comissão muito boa esta, mas, cada vez mais ainda, a favor desta área tão fundamental para todos nós, que é educação de qualidade.

Quero destacar a presença da Ângela Dannemann, Diretora-Executiva da Fundação Victor Civita; da Ângela Rehem; Diretora de Relações Governamentais da Fundação Victor Civita; Sandra Braz de Queiroz, Professora do Centro Educacional Fundamental III, de Taguatinga/DF. Temos aqui a presença do Senador Wellington Salgado, membro desta Comissão, ex-Presidente desta Comissão de Educação, de Minas Gerais, e o Senador Gerson Camata, do Espírito Santo, também ex-Presidente desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte. O Senador Cristovam Buarque, ele já está se dirigindo a esta Comissão, ele é Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, está acontecendo também uma Audiência nesta comissão, neste horário, mas ele já, daqui a pouco, estará se dirigindo, tão logo ele se libere da presidência.

Quero dizer aos Educadores Nota 10 e ao Gestor Nota 10 de que os meios de comunicação do Senado estão acompanhando esta Audiência Pública, TV Senado, Rádio Senado, Jornal do Senado, Agência Senado, justamente para repercutirmos ao máximo a bela experiência Fundação Victor Civita, que já tem uma parceria com esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte há mais tempo, para justamente pensarmos juntos, a exemplo do que acontece com outras iniciativas da sociedade, a favor do desenvolvimento da educação. Então que bom que estamos reunidos.

Eu, na sequência, vou passar a palavra a cada um de vocês. Nós pensamos em dar o tempo de cinco minutos para cada um, para darem uma ideia do trabalho que vocês desenvolveram, colocar à disposição... Eu peço, inclusive, que a Secretaria da Comissão de Educação, Cultura e Esporte providencie, após esta Audiência Pública, um documento da comissão, a ser enviado aos governadores de onde os educadores vêm, aos secretários de educação estaduais desses estados, aos prefeitos dos municípios onde vocês atuam e aos secretários municipais de educação, destacando o

trabalho e pedindo, também, o máximo empenho para a divulgação do trabalho nos estados e municípios, para que não só o trabalho de vocês contribua para a qualidade da educação, mas que, particularmente, com isto, haja uma motivação para que mais pessoas participem de uma iniciativa dessa natureza. Então divulgar o trabalho por um lado e incentivar, motivar mais pessoas a participarem dessa iniciativa.

Antes da apresentação, eu vou passar a palavra ao David Saad, que é Diretor-Executivo da Fundação Victor Civita, que poderá dar mais detalhes sobre a iniciativa e, ao mesmo tempo, então, na sequência, cada pessoa terá, então, um prazo, um tempo para a apresentação da sua iniciativa. Com a palavra o David Saad.

SR. DAVID SAAD: Bom-dia a todos. Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer ao convite da Comissão de Educação, gostaria de agradecer muito ao Senador Flávio Arns, ao Senador Cristovam Buarque, aos demais senadores, por mais uma vez, mais um ano, fazer essa homenagem aos Educadores Nota 10, de 2009.

Eu vou fazer uma introdução rápida aqui, antes dos professores falarem, porque hoje é o dia deles. Então, eu não vou tomar muito o tempo, mas eu queria contar um pouco mais o que é que é o prêmio, o que é que é a Fundação Victor Civita, para que fique claro por que esses professores devem ser homenageados e por que é que eles estão aqui hoje.

A Fundação Victor Civita, ela foi criada em 1985, pelo próprio Victor Civita, que é também o fundador do Grupo Abril, e, desde 1985, a missão é contribuir para a melhoria da educação básica do Brasil. Então, nós, lá na Fundação Victor Civita, não fazemos outra coisa, a não ser pensar em educação todo o tempo.

Além do Prêmio Victor Civita Educador Nota 10, a Fundação Victor Civita também publica a revista Nova Escola, que eu imagino que todos que são da área de educação conhecem. É a segunda maior revista do país, a maior revista de educação do país, e nós distribuímos um milhão de exemplares todos mês. Imaginamos que ela chegue, de alguma forma ou de outra, a praticamente todos os professores, porque muitas delas vão para as escolas. Além da revista Nova Escola, nós lançamos esse ano uma revista específica para diretores e coordenadores pedagógicos, chamada Gestão Escolar, e essas duas publicações, elas são comercializadas e distribuídas a preço de custo e elas têm o objetivo de subsidiar os educadores com mais material, mais informações, para que eles consigam fazer cada vez melhor essa difícil tarefa, que é a tarefa de ensinar.

Além dessas publicações, a Fundação Victor Civita também tem um portal, que é muito utilizado pelos educadores, e tem uma área de pesquisas e estudos sobre educação. Essa é uma área até que gera muita informação, viu, senador, que, inclusive, pode ser, ao longo do ano, compartilhada aqui com essa comissão.

E, por fim, a Fundação Victor Civita tem o Prêmio Victor Civita Educador Nota 10, que, esse ano, teve a sua 12ª edição. Esse prêmio tem um objetivo principal, que é valorizar o bom professor. Então todo mundo sabe que, hoje, na sociedade brasileira, a posição do docente ainda não tem a valorização que nós gostaríamos, e nós acreditamos que o prêmio é uma das poucas coisas que são feitas, dentre muitas que devem ser feitas, no sentido de valorizar o bom professor. Então esse é o objetivo principal do prêmio. Para conseguir realizar esse prêmio, nós recebemos projetos didáticos do Brasil inteiro. Esse ano recebemos quase quatro mil projetos; desses quatro mil projetos, nós selecionamos dez projetos de professores e um de diretor de escola. Essa seleção é muito criteriosa, ela é feita durante dois meses, por dezesseis especialistas das diversas áreas, que leem esses projetos. Os professores sabem: perguntam para os professores, pedem materiais. Então é um processo bastante difícil, não é professores, e muito criterioso, no sentido da escolha desses dez professores e um diretor. Então, os professores que estão aqui hoje realmente merecem essa homenagem, porque, dentre projetos do Brasil inteiro, esses onze projetos foram escolhidos. Então eu acho que vale muito a pena ouvir o que eles têm a dizer.

Um outro objetivo do prêmio é conseguir justamente selecionar essas experiências desses projetos e oferecê-las para que outros professores, outros educadores do país inteiro possam utilizar esses projetos como referência, e nós fazemos isso das mais diversas formas. Uma delas é por meio da própria revista Nova Escola e outras formas são iniciativas como essa, da Comissão de Educação do Senado, que dá um pouco de visibilidade, aí, aos professores e aos projetos e permite que outros professores se interessem e repliquem esses projetos.

O evento da premiação é realizado lá, em São Paulo, ele é realizado na Sala São Paulo, que quem conhece sabe que é um lugar muito bonito. É uma homenagem muito bonita [soa a campainha] aos professores. Eu queria, antes dos professores falarem, só passar algumas fotos de um minuto, para que todo mundo tenha uma noção dessa homenagem que nós fazemos aos professores.

[exibição de vídeo]

[música]

SR. DAVID SAAD: É isso. É uma bela homenagem e, com certeza, eles merecem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sem dúvida alguma. Por isto que, inclusive, nós queremos, pela Comissão, contribuir também para divulgar mais ainda, não só aqui, pelo Senado, mas nos estados e nos municípios.

Então passo, em seguida, a palavra à Andréia Betina Legatzky Klitzke, que é Professora da Escola Municipal Prof. Karin Barkemeyer, do Município de Joinville/SC. [ininteligível]

SRA. ANDRÉIA BETINA LEGATZKY KLITZKE: Não tem problema, até o senhor falou bem direitinho o meu sobrenome, que é bem complicado, Legatzky Klitzke.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu até peço desculpas, porque, na sequência, estava o Ademir. Daí eu olhei, Andréia. Mas se não tem problema...

SRA. ANDRÉIA BETINA LEGATZKY KLITZKE: Não tem problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Está bem, então.

SRA. ANDRÉIA BETINA LEGATZKY KLITZKE: Bom-dia a todos. Para mim, assim, é uma honra estar aqui, presente, representando o meu município, Joinville, Santa Catarina, a Escola Municipal Prof. Karin Barkemeyer.

Eu desenvolvi um projeto de matemática nas séries iniciais, sou uma professora polivalente, leciono todas as disciplinas, mas foquei esse olhar neste projeto, que tem o título "Construindo o conceito de ângulo". A princípio, quando eu peguei a proposta curricular do município, eu percebi que ali nós tínhamos que ensinar os nossos alunos a usar o transferidor para medir ângulos. Isso me preocupou. Usar o transferidor mecanicamente, eles não iriam compreender o que é o ângulo realmente. Então eu parti do ângulo do princípio, como o giro, trabalhei com dobradura, eles construíram o medidor de ângulos deles, não usaram o transferidor. Então, hoje, eu posso dizer assim que eles vão para a série iniciais realmente compreendendo o que é o ângulo.

Bem, dentro da matemática, eu percebo que nós temos que construir realmente os conceitos. Aquela matemática decorada, com fórmulas, não dá mais, porque o aluno aprende e acaba esquecendo mais tarde. Então eu foquei o olhar nessa construção. Trabalhando essa maneira não só com o ângulo, mas de outras maneiras também, com frações, construindo esse conceito, nós já conseguimos atingir 6,2 no IDEB. Então a minha escola já é uma escola privilegiada. Então não quero dizer assim que eu, Andréia, mas é a minha escola que já está trabalhando de um modo diferenciado, onde o professor já é mediador e o aluno é que constrói o seu conhecimento. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bom. Passo, em seguida, a palavra à pessoa a quem eu havia pulado aqui na lista [risos], me desculpe, Ademir Testa Júnior, que é Professor da Escola Estadual Capitão Henrique Montenegro, do Município de Bocaina/SP.

SR. ADEMIR TESTA JÚNIOR: Muito bom-dia a todos. Como falou a Andréia, é uma honra estar aqui. Eu nem chamo isso de prêmio, eu chamo isso de oportunidade. Eu só tenho a agradecer à Fundação Victor Civita pelos momentos que nos fizeram sentir que os nossos trabalhos eram realmente muito importantes.

O meu projeto se chamou "Movimento Saúde e Qualidade de Vida – A educação física na escola". Eu realizei esse projeto porque eu me deparei com dois problemas, quando eu comecei a trabalhar nessa escola. O primeiro problema, ele não era só dentro da escola, ele é um problema mundial, que é a falta da prática de atividade física na busca e manutenção da saúde. Com essa percepção, eu tinha que desenvolver algumas atividades, alguma ação estratégica que fizessem que os meus alunos entendessem a importância da prática de exercícios físicos na saúde e qualidade de vida. O outro problema era que os alunos encaravam as aulas de educação física, dentro da escola, como um momento de lazer, e eu precisava fazê-los entender que era uma disciplina como qualquer outra, tão importante como, ela precisava ser valorizada e levada a sério de uma maneira real.

Então eu comecei esse projeto desenvolvendo atividades de relação entre teorias e práticas. Então tudo que o meu aluno aprendia em aulas teóricas, eles vivenciam nas atividades práticas. Isso fazia com que eles tivessem uma compreensão bem maior do que se eu tivesse dado só uma aula teórica para eles, por exemplo.

Esse projeto tomou dimensões que nem eu esperava que ele tomasse. Nós fizemos ações comunitárias de maneira que, após, quando os meus alunos já tinham conhecimento bom sobre a prática de exercícios físicos e a relação da prática de exercícios físicos com a saúde, eu precisava que eles aplicassem esses conhecimentos. Então nós fizemos ações, junto com a comunidade, para que eles pudessem colocar para as pessoas da comunidade aquilo que eles tinham apreendido dentro da escola. Eu senti as dificuldades que as pessoas encontram para poder sair de uma vida

sedentária e adotar uma vida ativa, uma vida cheia de práticas de atividade física.

O final desse projeto foi que os trabalhos foram tão bons, o empenho dos alunos foram bons, bons não, excelentes, e eu elaborei um grupo de estudos da educação física, grupo de estudos que acontece fora do horário de aulas desses educandos, desses alunos, e tem como objetivo aprofundar os conhecimentos acerca do tema "Movimento, saúde e qualidade de vida".

Na festa do prêmio da Fundação Victor Civita, eu fiz algo que também pudesse ser educacional. Então eu gostaria de parabenizar o Amarildo, que é o Diretor, o Gestor Nota 10, pela iniciativa de trazer os educandos, os alunos da escola dele para participar dessa Audiência [soa a campainha], porque foi isso que eu fiz junto com as pessoas da escola, foi levar os meus alunos para presenciarem a entrega do prêmio. Isso, com certeza, vai ser inesquecível para eles e para mim também.

Se alguém me perguntasse assim para quem eu dedicaria esse projeto, no final de tudo isso, eu diria que eu dedicaria esse projeto aos educandos, porque, quando um professor senta, elabora, pensa em uma ação que seja educacional, é somente para eles e por eles. E, assim, a educação física tem que ser educação antes de física.

Então era isso que eu tinha para falar do meu projeto. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu quero cumprimentar ao Ademir, a Andréia, que também já falou, de Joinville, inclusive o Senador Neuto de Conto está aqui, que é um senador por Santa Catarina, também está presidindo a outra Comissão, que é a de Desenvolvimento Regional, e quero lembrar a todos que o Ademir, a Andréia e os demais, as demais, são Educadores Nota 10 com trabalhos selecionados dentre quatro mil apresentados no Brasil. Então é uma honra para nós, repetindo, ter vocês aqui, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Quando bate a campainha, vocês, assim, não se preocupem, que tem lá um relógio que vai marcando, quando falta um minuto, é automático, mas vocês podem terminar tranquilamente [risos]. Então, não somos nós que estamos... É automático, mas terminem, assim, com tranquilidade o que vocês estão falando.

Passo, em seguida, a palavra à Cláudia Tondato, que é Professora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Rosalvito Cobra, do Município de São Caetano/SP.

SRA. CLÁUDIA TONDATO: Bom, primeiro, eu gostaria de agradecer a todos e ao Senado essa homenagem, mais uma que a gente tem recebido nesses últimos meses, graças à Fundação, que proporcionou a nós, durante anos já, eu poder estar aqui e mostrar o meu trabalho. Então ter o trabalho reconhecido em nível nacional é muito bom. Mostra o nosso trabalho, mostra a dedicação que é necessária do professor com os seus alunos.

O meu trabalho se chama "Novos Contos da Rua Broca". Esse nome é porque ele foi baseado num livro de contos de Pierre Gripari. Eu queria mostrar para os meus alunos que é possível produzir bons textos, que há dificuldade da maioria, na hora de uma redação, de uma narração, não saber o que colocar no papel, como começar, como desenvolver, como finalizar. Então eu mostrei para eles que existem caminhos a seguir, que a gente pode consultar, para chegar a um bom texto. Então, primeiramente, eu enriqueci o repertório deles, contando várias histórias desse livro, mostrando o gênero para ser conhecido. Também tivemos um caderninho de boas ideias, que tudo que tinha de interessante em cada conto era registrado nesse caderno, para que, na hora que eu vou escrever, eu possa consultá-lo. A memória da gente volte e meia falha. Então, falhou, vamos pegar o nosso caderninho e tirar uma ideia que tem anotado ali.

Após enriquecer esse repertório, a gente começou a escrever um conto... Não, fizemos uma reescrita, baseado em um dos contos do livro. Mas só a reescrita ali não teria muitos desafios. E eu precisava de um desafio para quê? Para a criança se interessar naquela escrita, gostar de escrever, mostrar que é bom ver o resultado do seu bom texto. Então nós mudamos o personagem principal. Então um conto, que era baseado numa bruxa, mudou para vários outros personagens. E, para minha surpresa, acabou não se mudando só esse novo personagem, mudaram toda a história baseada nisso. Eu vi os meus alunos escrevendo com gosto, eu vi eles voltando nos seus textos, lendo e achando erros, eles próprios arrumando, eles melhorando e analisando o que estava bom e o que não estava, até chegar a um resultado final de ler, ter o prazer de ouvir aquela história, produzida por eles, para a classe inteira. Então o comentário, um livro que foi formado, que foi doado à biblioteca da escola, mas, antes disso, foi mostrado aos pais, antes disso cada conto foi lido dentro da classe. Então é muito diferente, foi muito valorizado o trabalho deles, que é diferente. "Eu gosto daquela história que a professora contou, mas eu não conheço aquele autor. Agora é muito bom eu escutar uma história engraçada, interessante, feita por um dos meus colegas da classe". Então isso provou que todos podem escrever. E um trabalho feito, que foi de intervenção direta, tomando cuidado para dar uma

atenção maior àqueles [soa a campainha] alunos que apresentam um pouco mais de dificuldade, isso mostrou que todos podem escrever. Cada um no seu tempo, cada um no seu nível.

Então o resultado disso foi o quê? Um trabalho de aulas bem planejadas, de revisão feita com detalhes, sentar ao lado do aluno e explicar para ele, porque realmente têm alunos que, numa revisão coletiva, na lousa, ele caminha sozinho. Mas e aquele que tem um pouco mais de dificuldade? É com esse que o professor tem que ter uma atenção maior. Então era isso que eu fazia nas minhas revisões, já sabia qual dupla que eu ia atender naquele dia.

Então é possível, sim, trabalhar com todos os alunos, nos seus diferentes níveis. Foi isso que eu mostrei com o meu trabalho. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bom também, muito bom. Lembrando que receberam da Fundação Victor Civita o Prêmio Educador Nota 10. E realmente, pela descrição, foi também um prêmio muito merecido.

A Daniela Mazoco agora, Professora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Athayr da Silva Rosa, do município de Urupês. Eu havia dito antes Santa Catarina, mas é São Paulo. Então, com a palavra, a Daniela.

SRA. DANIELA MAZOCO: Bom-dia a todos. Primeiramente eu gostaria de estar agradecendo ao convite que, mais uma vez, está mostrando que o bom trabalho é valorizado. Então eu gostaria de agradecer bastante à Fundação Victor Civita que, assim, é formidável em relação a isso para valorizar o nosso trabalho, foi excelente, e agradecer o convite da comissão de estarmos aqui para mais uma homenagem. Por que hoje o que é que acontece? Aparece muito quando o professor erra, na mídia aparece o erro do professor. Agora, e o professor que acerta, e o professor que tem um bom trabalho? Esse fica escondido, não aparece. Então essa oportunidade que a gente está tendo aqui é uma oportunidade de mostrar que existem muitos trabalhos bons pelo Brasil, e a gente está aqui para mostrar isso – não só nós, mas muitos outros. Então eu acho que isso deve ser valorizado, o trabalho do bom professor.

O projeto que eu desenvolvi foi sobre "Estatística e consumo de água em Urupês". Escolhi esse tema porque eu precisava trabalhar estatística com os alunos e eu queria pegar alguma coisa que tivesse realmente um sentido para eles. Nem tudo em matemática você consegue contextualizar, mas essa parte da estatística consegue. Então eu fui calcular o consumo médio de água de Urupês e usando calculadora, usando o programa Excel, fazendo tabelas, gráficos, fazendo pesquisas via internet para ver se o nosso consumo, se o resultado que a gente chegou era alto ou não. Então tudo isso, todo esse processo foi o meu trabalho. E, para isso, os alunos fizeram o quê? Eles se dividiram em grupo, porque, na verdade, o meu trabalho é assim, não só no projeto, mas o trabalho com grupos. Eles debatem as ideias, que, como disse a Professora Andréia, eu concordo com ela, matemática não é decorar fórmulas. Você tem que fazer o aluno pensar, ele tem que ter argumentos, basear as suas ideias, falar qual argumento e chegar à conclusão correta. E sempre um ajudando o outro, que, inclusive, isso desenvolve a solidariedade, eu ajudar o outro da maneira que eu posso, o que eu tenho para oferecer. Então sempre com grupos de monitores e o professor, eu, no caso, fazendo a intervenção quando necessário. Saíram a campo, para ver funcionamento dos poços artesianos, viram o que é urímetro, o que é que é o hidrômetro e, com isso, a gente conseguiu fazer o cálculo médio. Então ficou muito claro para eles o conceito de média aritmética.

Esse foi o projeto, e eu gostaria de agradecer muito o apoio que eu tive pela Secretaria da Educação do Município, que tudo que foi possível eles viabilizaram, e agradecer à classe, que participou de uma maneira assim formidável. Então a parte de argumentar, de trocar ideia, sempre eu tive assim... Eu não tive dificuldade para estar trabalhando com essa classe. Então a classe também é Nota 10.

Eu gostaria de dizer que eu tive o apoio também da UNESP. A parte da informática, que a gente trabalhava com Excel, como tem vários alunos no computador e era necessário monitores da informática, esse eu consegui com um convênio que a gente tem com a UNESP, que manda estagiários, bolsistas para trabalhar na nossa escola. A UNESP fica em São José do Rio Preto, a 60km de Urupês. Então foi uma ajuda muito significativa. E esse contato que eu consegui com a UNESP foi num curso de formação continuada que o Estado de São Paulo promovia, promove, o curso "Teia do saber". Eu consegui participar desse curso porque eu tinha carga suplementar no estado. Então eu peço, assim, que continuem esses cursos de formação, que o professor precisa ter uma formação permanente e que sejam também não só os professores. Por exemplo, eu sou uma professora que eu fui municipalizada, eu sou da rede estadual, eu fui afastada pelo município, e, se eu não tenho uma carga suplementar no estado, eu não posso estar participando desses cursos. Então eu acho isso, assim, a gente poderia mudar isso, esses cursos de formação podiam se estender para todos os professores, para os municipalizados também, que

isso é muito bom e a gente consegue bastante trabalho significativo com esses cursos. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem, o pleito também vai ser levado aí à apreciação, também, lá do Estado de São Paulo.

Eu quero dizer que, quando o Prêmio Victor Civita foi entregue aos Educadores Nota 10 e ao Gestor Nota 10, foi mostrado um filme também sobre o trabalho, quer dizer, uma visão muito boa de cada um dos trabalhos, um filme pequeno, curto, cinco minutos, sete minutos, e as pessoas que quiserem ver o filme, que faz uma síntese muito interessante de cada um dos trabalhos, pode acessar o filme no site da Fundação Victor Civita. Então até eu sugiro a quem nos acompanha pelos meios de comunicação do Senado. O site é www.fvc – que é Fundação Victor Civita (FVC) – .org. br. www.fvc – Fundação Victor Civita – .org.br. Então, até eu recomendo que isso seja feito.

Além do Senador Wellington Salgado, de Minas Gerais, está aqui presente também o Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Minas Gerais, a Senadora Ideli Salvatti, de Santa Catarina, também Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas.

Passo, em seguida, a palavra à Karla Emanuella Veloso Pinto, Professora do Centro Educacional NDE UFLA, do Município de Lavras, Minas Gerais. Você recebeu o prêmio--

SRA. EMANUELLA VELOSO PINTO: Educadora do Ano.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Educadora do Ano. Todos são Educadoras Nota 10 e o trabalho da Karla foi escolhido como Educadora do Ano. Parabéns aí à bancada de Minas Gerais, inclusive nós dissemos: "Vamos falar com o governador e com o secretário para, além de divulgarem o trabalho, divulgarem também o próprio prêmio". Com a palavra a Karla.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Pois não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Desculpe pela indelicadeza de interromper, mas é que, neste mesmo horário, nós estamos lá com uma sessão absolutamente tumultuada na Comissão de Constituição e Justiça, onde estamos votando o projeto de proibição do fumo em lugares fechados e tem ainda outras matérias que eu sou relatora e sou autora. Então eu não vou poder estar na homenagem, mais do que merecida, que a Comissão de Educação presta a todos que foram condecorados, homenageados com a Nota 10 na área da educação. Então eu queria apenas aqui deixar o registro de não poder permanecer, não poder estar aqui durante toda a homenagem, mas tive a iniciativa inclusive de fazer o voto de louvor no Plenário do Senado, que deve ter sido já encaminhado a cada um de vocês em nome da Casa, em nome de todos os senadores e senadoras, que reconhecem, nesse trabalho cotidiano de cada um, o grande esforço de fazer com que a educação seja a grande alavanca de desenvolvimento e de futuro melhor para o nosso país, para as nossas crianças, os nossos jovens, os nossos adolescentes.

Então eu queria apenas aqui deixar o meu abraço, o meu carinho. Parabéns pela Comissão de Educação pela sessão e nada mais do que merecido, porque às vezes pessoas estão lá no seu cotidiano fazendo belíssimos trabalhos, com resultados magníficos, e quando chega a hora de ter o reconhecimento às vezes não é dado o reconhecimento devido. Mas aqui no Senado este assunto e a premiação que a Civita fez para os Educadores Nota 10 foi reconhecido e foi registrado não só em Plenário, como aqui na Comissão de Educação.

Então eu vou pedir mil desculpas, não tenho como estar aqui, mas, em pensamento, em coração e em solidariedade de profissão, porque sou professora da rede estadual de ensino lá do meu estado. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem, então agradecemos aí as palavras carinhosas da Professora Ideli Salvatti.

Passo então a palavra à Karla Emanuella Veloso Pinto, Educadora do Ano, Município de Lavras/MG.

SRA. KARLA EMANUELLA VELOSO PINTO: Bom, primeiramente eu gostaria de agradecer o convite dessa Casa, de vir no Senado receber uma homenagem como essa. É realmente muito gratificante, é realmente um carinho muito grande, porque nós, professores, trabalhamos mesmo todos os dias, corremos atrás, e ter a oportunidade de encontrar os colegas professores, também, aqui, nesse lugar, é uma alegria muito grande. Eu gostaria de agradecer à Fundação Victor Civita pela oportunidade, ao David, à Ângela. Dizer que ser professor é realmente um dom. Todos nós que estamos aqui acreditamos no nosso trabalho, nos dedicamos a ele e, por isso, vem o reconhecimento de um trabalho duro, de um trabalho árduo, de uma luta diária, e a partir daí colhemos os frutos do nosso trabalho.

Bom, Lavras é conhecida como terra dos ipês e das escolas. É uma cidade no sul de Minas que investe na educação, na qualificação dos seus professores. Então o meu projeto sai de uma cidade que tem uma Universidade Federal de Lavras, a UFLA, que criou

uma parceria com a minha escola, o Centro Educacional, e criou uma tecnologia, que é o ambiente virtual. Eu acho que os alunos, aqui presentes, vão conseguir entender bem o que eu vou dizer.

O ambiente virtual uma tecnologia, é uma ferramenta como se fosse um site, uma espécie de site, voltado para a educação. Então ele tem ferramentas que o aluno pode fazer ali alguns trabalhos nesse ambiente virtual através do computador, através da internet. Por quê? Porque, hoje em dia, o computador, ele faz parte da vida dos nossos alunos, faz parte da nossa vida e nós precisávamos de um instrumento, de uma ferramenta que trouxesse esses alunos novamente com interesse pela educação, que se empenhassem, que se dedicassem aos estudos. E como sabíamos que o computador é uma ferramenta da qual eles gostam muito, esse ambiente virtual trouxe essa oportunidade. O que é que ele é? Toda a matéria que é estudada dentro da sala de aula, eu sou professora de geografia, então eu estudo ali toda a matéria de geografia com o livro dentro da sala de aula. Quando os alunos vão para casa, eles acessam o ambiente virtual, eles têm lá a sua senha, o seu login, entram no ambiente e ali eles fazem as atividades propostas da matéria que foi estudada na sala. Eles podem fazer pesquisas, enviar arquivos, participar de fóruns, de chats. Então eles têm a disponibilidade, ali, 24 horas, dentro da casa deles, de todo o material estudado. Ou seja, a gente ultrapassa aqueles cinquenta minutos de aula, que às vezes não dá tempo de fazer tudo, eles vão para casa e, dentro de casa, através do computador, eles conseguem estudar o mesmo conteúdo de maneiras diferenciadas, conseguem ter textos de referência, sites que também trabalham a mesma matéria que nós estamos estudando. E aí eu consegui uma participação, uma melhoria, um empenho maior dos meus alunos, porque eles realmente gostam da ferramenta que foi disponibilizada para eles, eles realmente gostam de internet, gostam de computador e às vezes sabem e entendem disso até melhor do que a gente. Às vezes, a gente passa um aperto com alguma coisa, e eles conseguem resolver ali o problema com facilidade. Inclusive alguns alunos que, às vezes, dentro da sala de aula são mais tímidos, que não conseguem se colocar de maneira tão clara, pelo ambiente virtual, eles se desempenharam e fizeram, assim, um trabalho fabuloso. Então você consegue desenvolver com todos os alunos, com todas as ferramentas e por isso que eu acredito que é uma tecnologia que está fazendo parte do ensino, está entrando para dentro das escolas e que é um aliado do professor. O professor que se empenhar, que correr atrás, nós temos aqui todos os projetos, quase todos os projetos utilizaram computador de alguma forma. Então eu acho que a tecnologia vem para ser nossa aliada, para nos ajudar, para ser mais um instrumento e para melhorar realmente a educação do nosso país.

Mais uma vez eu gostaria de agradecer e dizer que é uma grande honra estar hoje, aqui, no Senado. Obrigada.

[palmas]

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Antes de passar a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, que é de Minas Gerais, e a próxima é a Maria Tereza, que inclusive tive a honra de apresentá-la na entrega do prêmio, é de São João Del Rei. Então com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, eu quero também saudar o Dr. David Saad, Diretor da Fundação Victor Civita, e todos os professores e professoras que são hoje homenageados, em especial as duas do meu estado, a Karla, de Lavras, e a Maria Tereza, de São João Del Rei. Nós não temos realmente nenhuma dúvida de que, para tudo, o caminho é a educação, para tudo. Quando a gente fala em violência, a solução não é só a repressão, é a educação. Quando a gente fala em conhecimento, quando nós falamos na questão do emprego, as pessoas que têm a melhor educação têm melhores condições de busca de oportunidades. A professora Karla falava da tecnologia, que é uma área que afia à minha também. Eu sou analista de sistemas. Além de engenheiro mecânico, sou analista de sistemas, antes de ser político. Realmente a inclusão digital é fundamental, porque nós já temos uma diferença grande na sociedade brasileira, e, se deixarmos que essa diferença digital também aconteça, ou seja, crianças de determinadas classes têm acesso a computadores e outras não, isso vai aumentar mais ainda o fluxo de informações, a capacidade de absorção. Eu quero também saudar muito aqui aos alunos que estão aqui, de Samambaia, a nossa vizinha aqui de Brasília, vizinha ao plano piloto, mas Samambaia que faz parte de Brasília, que é um bairro importante de Brasília.

Eu não tenho dúvida também do trabalho fundamental dos professores em todo o Brasil. É um trabalho que está aqui, exposto, nem sempre as condições de remuneração são as melhores ou as condições de trabalho, mas, na vida, é assim, a gente escolhe uma profissão e se dedica a ela. Na nossa condição, também, de políticos têm sempre tantos obstáculos, então você tem que buscar superá-los. Na minha vivência lá, especialmente como governador, eu me lembro que nós chegamos a ter 45% do orçamento do estado com

educação, quer dizer, quando a lei prevê 25%. Foi até um exagero e que me deu muita dificuldade para cumprir até o fim. Mas eu saúdo, também, aqui, a presença do nosso educador Cristovam Buarque.

É isso que eu queria trazer, então, também pedindo desculpas por não poder ficar até o fim, porque, além da Comissão de Constituição e Justiça, ainda tem também o Embaixador dos Estados Unidos, que está no meu gabinete, aguardando. Meus cumprimentos a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Parabenizo à Karla, saúdo novamente os alunos do Centro de Ensino Fundamental 427, de Samambaia, e passo, em seguida, a palavra à Maria Tereza Gomes de Almeida Lima, que é Professora do Centro Educacional Frei Seráfico, do Município de São João Del Rei/MG, Educadora Nota 10. Eu sempre quero dizer aquilo que o Senador Eduardo Azeredo colocou e os demais: há muitos educadores, sem dúvida, Nota 10 pelo Brasil. Os que estão aqui foram selecionados dentre quatro mil trabalhos pela Fundação Victor Civita e que este momento sirva para a divulgação desses trabalhos, porque foram, assim, muito sabatinados e, ao mesmo tempo, que isso sirva como motivação para todos os professores e professoras, educadores desse Brasil, que fazem um trabalho extraordinário nas suas áreas e numa área tão fundamental para o desenvolvimento, para a cidadania, para tudo que a gente deseja.

Maria Tereza, minha colega do curso de letras [risos].

SRA. MARIA TEREZA GOMES DE ALMEIDA LIMA: Bom-dia a todos. Eu venho representando a Cidade de São João Del Rei, Minas Gerais, e é com muita alegria que hoje eu estou aqui recebendo não só essa homenagem, mas junto com todos vocês mostrando mais uma vez para o País inteiro que não fazemos educação ruim, digamos assim. As notícias, muitas vezes, vão na contramão do que hoje a gente faz aqui. Então hoje é importante que a gente mostre para o Brasil que a educação não vai mal. Muitas vezes o que se divulga na mídia é só o lado negativo. A educação vai muito bem sim, obrigada. Existem muitos profissionais competentes, dedicados, organizações como a Fundação Victor Civita que não só premiam, mas valorizam a educação no Brasil e divulgam, senadores como o Flávio Arns, Cristovam Buarque, que estiveram na noite de São Paulo, prestigiaram o nosso trabalho, valorizaram o nosso trabalho e, mais uma vez, nos convida a estar aqui, hoje, mostrando para todo mundo que o Brasil faz educação de qualidade, que nós temos professores, senadores e fundações preocupadas com a educação do país. Então eu fico muito feliz porque não só a noite de São Paulo, mas esse dia vai contra o que, muitas vezes, a gente vê na mídia. A gente mostra que há coisas boas acontecendo no país, não só as coisas ruins, como muitas vezes a gente ouve e a mídia divulga. Então muito obrigada pela oportunidade, pela valorização do trabalho. Eu tive a felicidade de receber o prêmio das mãos do Senador Flávio Arns, aqui o meu agradecimento, o meu carinho. Às pessoas de David Saad e Ângela, da Fundação Victor Civita, o meu muito obrigada, aos meus colegas, e aqui eu quero lembrar as professoras Maria das Dores, Áudrea e Rosângela, que infelizmente não puderem vir, o nosso abraço a vocês também. Aos meus alunos de São João Del Rei, à direção da minha escola, o Centro Educacional Frei Seráfico, também aqui deixo os meus agradecimentos pelo reconhecimento e pela divulgação do trabalho, para, junto com a Fundação, caminhar nessa divulgação do trabalho, e eu espero que outros professores se inspirem nas nossas produções e que se motivem a também produzir e divulgar aquilo que fazem.

Bom, o meu projeto se chama "O Jornal Domingo e a Literatura do Século XIX". Eu trabalhei com os meus alunos de nono ano a literatura nesse jornal antigo de São João Del Rei. Nós temos a oportunidade de morar numa cidade histórica, com acervo, uma memória, uma história, uma cultura que a gente não pode deixar de destacar e de focalizar. Então, nesse projeto, inicialmente, eu pretendia trabalhar com os meus alunos a literatura desse jornal de 1885, porque era um jornal basicamente literário. Mas mais do que a literatura, os meus alunos pesquisaram a cultura, a memória, a história, não só de São João Del Rei, mas do país, porque os textos do Jornal O Domingo, ele trabalha com a literatura, mas com outras questões do país da época. E aí os meus meninos leram esses jornais de 1885, 1886, esses exemplares desse Jornal O Domingo, pesquisaram, fizeram em forma de seminário apresentações do que eles encontraram em questões literárias e não literárias, nós discutimos as questões que perpassavam esse jornal e então eles produziram textos [soa a campainha] que não ficaram só no âmbito do professor. Eles publicaram, também, num jornal local, as suas pesquisas, o seu conhecimento, aquilo que eles aprenderam. E, assim, a gente compartilhou com a sociedade, com a população são-joanense o que de importante eles encontraram nesse jornal de 1885.

O projeto contemplou leitura, produção de texto e estendeu à comunidade a pesquisa, o conhecimento dos meninos. Eu acredito que o grande papel do professor é aproveitar não só as oportunidades de sala de aula, mas, fora da sala de aula, levar o aluno

à construção do conhecimento, construção do saber, e nós, no nosso papel, compartilharmos um pouquinho do que a gente tem com os nossos alunos.

Muito obrigada pela oportunidade e por esse dia, pela honra de estar aqui, no Senado. Bom-dia.

[palmas]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu só quero dizer, Maria Tereza, que é uma honra para nós, no Senado, receber todos vocês nesta comissão. Senador Wellington Salgado, pela ordem.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu também tenho compromisso em outras comissões, eu espero que todos me desculpem também, por favor. Mas o que acontece é que eu tenho mãe professora. Então minha mãe é professora, começou com jardim de infância. Na medida em que eu ia crescendo, ela ia abrindo outra série, e a gente sabe, e todo mundo que está no ramo da educação sabe, que o problema é o ensino básico. Só que, politicamente, ensino básico não faz manifestação em rua. As crianças, que são do ensino básico, não vão se organizar em carreatas, em passeatas. Então todo recurso, a maioria, é dedicado ao ensino superior, que esses alunos podem fazer esse tipo de manifestação. Todos os países que fizeram essa mudança, tendo coragem de mudar, fazendo investimento na base, tiveram resultados fenomenais, que são os tigres asiáticos e outros países. Só que no País muitos falam que vão fazer e nunca fazem, não têm coragem de fazer essa mudança. É como se você construísse uma casa, fizesse todo o escoramento de madeira e fizesse uma laje e um telhado maravilhoso. Quem é engenheiro sabe que qualquer obra sem uma fundação forte não tem resultado.

Então eu queria parabenizar a vocês, parabenizar a Fundação Victor Civita, eu tive a oportunidade de almoçar com os diretores e eu vi o quanto o grupo do Dr. Civita trabalha com o jovem. Teve um momento que era hora do almoço e descia aquele monte de jovem que faz estágio lá nas diferentes revistas que existem e tive a oportunidade de sentir também o lado romântico do Dr. Civita, que é aquela barraquinha onde estão todos os livros, a barraquinha de jornaleiro na entradinha da sala, do gabinete dele. Eu acho que você ter a visão empresarial, mas não deixar que o romantismo e a paixão pelo que você faz, se você conseguir dosar isso e fazer com prazer, você vai ter resultado sempre no que você se dedicar. Eu acho que a educação é isso. São professores sacrificados, Senador Arns, que, ao final... Acho que a minha mãe, com a aposentadoria que ela tem, acho que não daria para comprar nem um remédio para a pressão durante o mês inteiro, que ela já está com uma idade avançada e todo mundo quando chega lá tem que tomar um remedinho. Não há essa proteção. A minha mãe, quando foi ao Japão numa comissão, ela falou que ela era professora e foi superbem tratada no Japão, como se fosse um Senador da República, digamos assim. Aqui no Brasil isso não acontece. O jogo político a nível de ensino superior, ele é muito mais forte do que os ideais que possam ser plantados no ensino básico.

Então vocês estão de parabéns, a Fundação também, que eu acho que desperta esse orgulho da profissão que vocês têm, porque, realmente, quem não passa pela mão de um professor não vai conseguir ir a lugar nenhum. Pelas nossas responsabilidades dentro do Senado, eu vou ter que me retirar também.

Eu queria deixar um agradecimento às duas representantes do Estado de Minas Gerais, aqui presentes, que é um estado que têm a maior quantidade de universidades federais do Brasil, há um investimento muito grande lá, a verdade é essa, também é um estado enorme, um estado com 853 municípios, consequentemente é o que o Senador Azeredo colocou, gasta bastante em educação.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mais que São Paulo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mais que São Paulo. São Paulo é um estado riquíssimo. O Governador Serra talvez nem venha a ser candidato porque ele tem o segundo PIB da América do Sul. Ele é um outro país, São Paulo é um outro país.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Já está desestimulando a candidatura.

[risos]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ele é mineiro, tem que deixar para o Aécio.

[risos]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Aécio é da minha geração, ele não tem medo de nada, isso é importante. Eu não vou elogiar muito, não, porque é PSDB, e eu sou PMDB [risos], mas é da nossa geração, da nossa geração.

Então estão de parabéns, é muito importante, Senador Flávio Arns, V. Exa. como presidente dessa Comissão, o Senador Cristovam Buarque como um homem da educação, que defende a educação no País, ter proporcionado esse momento. É um momento onde pelo menos o Legislativo dá valor aos professores, trazendo aqui e demonstrando o respeito para quem vocês. Está de parabéns, Senador Flávio Arns, presidente dessa Comissão, presidente de fato e de

direito. Alguns querem mudar, mas está errado isso. Então eu vou ter que me retirar também, que já estão me ligando, que eu vou agora relatar um projeto que cria a profissão de Dee Jay.

[risos]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): De minha autoria.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): De autoria do Senador Romeu Tuma. Já chegaram aqui na porta, se não eles começam a tocar ali.

[risos]

SR. AMARILDO REINO DE LIMA: Os alunos vão gostar dessa profissionalização. Têm Dee Jays lá na escola.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Parabéns para vocês. E vocês fiquem à vontade na Casa, vocês estão muito sérios porque o diretor está ali, mas fiquem à vontade [risos]. Obrigado, um abraço para vocês. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Nós temos mais dois educadores que vão falar, depois nós vamos abrir para os comentários. Só quero dizer, antes do Senador Wellington sair, ele mencionou da mãe dele ser de uma certa idade e tal, mas eu quero dizer que ela esteve aqui outro dia, participou o dia inteiro do seminário, uma pessoa muito bem disposta, inclusive eu disse que a sua irmã mais velha estava... Depois que você me falou que era a sua mãe, mas--

[risos]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ela vai gostar de ouvir isso. Agora o importante é o seguinte: a minha mãe tem paixão pela profissão e eu acho que todos aqui também têm. Então, consequentemente, vão ter sucesso na profissão. Agora cuidem da aposentadoria [risos], façam um plano de aposentadoria, que, se depender do governo, não vão cuidar de vocês. Vão prestar serviço, educar um monte de gente e, no final, eles vão e não cuidam bem de vocês.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Passo a palavra agora à educadora Milca Luiza Toyneti dos Santos, Professora da Escola Estadual Professor João Caetano da Rocha, do Município de Itápolis. São Paulo também, Senador Romeu Tuma.

SRA. MILCA LUIZA TOYNETI DOS SANTOS: Bom-dia a todos. Para mim é muito importante ter conquistado este prêmio, poder estar aqui, agradeço a oportunidade.

Estou aqui como representante de dois municípios onde eu sou professora, atuo como professora nos dois. Eu desenvolvi o projeto no Município de Itápolis, mas moro em Santa Adélia também, trabalho, e estou no Município de Itápolis por esse problema da municipalização eu não poder ainda estar trabalhando no meu município.

Para mim é uma honra estar aqui, me sinto feliz por ter conquistado este prêmio que, para mim, é o reconhecimento de um trabalho, dezoito anos dedicados, na maioria deles, como alfabetizadora, que eu acho que hoje, como a gente recebe as crianças e chegar ao final do ano e poder vê-los lendo e escrevendo, eu acho que é o nosso maior prêmio ter conseguido isso. Para mim este prêmio, eu recebi, não é um projeto, é a minha prática do dia-a-dia. É um trabalho já que eu mudei essa prática, que antes trabalhava assim de maneira bem tradicional, e a partir dos cursos que o Estado de São Paulo tem proporcionado para nós e o meu curso superior que eu fiz, pude mudar minha prática, melhorar a maneira de ensinar e fazer com que as crianças terminem o ano lendo e escrevendo. Me sinto feliz por esse trabalho ser reconhecido e, também, quero deixar aqui, assim, a minha palavra, não esquecer que o trabalho nas suas escolas, o empenho de todos os professores na formação do aluno.

Também não posso deixar de falar que o nosso secretário da educação pense na nossa situação. Eu estou em estágio probatório e talvez não tenha a oportunidade nesse próximo ano de continuar o meu trabalho nessas duas escolas, principalmente com esses alunos que eu alfabetizei e gostaria de continuar na série seguinte, por questões que nos deixam muito triste. Mas espero que ele repense isso e valorize o trabalho que a gente faz na escola e dar-nos a chance de poder continuar fazendo ele.

Agradeço à Fundação por essa valorização do professor e ao senador também por mais essa homenagem. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço a participação da Milca Luiza Toyneti dos Santos. Lembrando: Educadores Nota 10, Gestor Nota 10, homenageados dentre quatro mil trabalhos apresentados no Brasil pela Fundação Victor Civita.

Passo a palavra ao último expositor, que é o Amarildo Reino de Lima, que é gestor, então Gestor Nota 10, Gestor do Centro de Ensino fundamental 427, do Município de Samambaia/DF. Saudando o Amarildo, saudar novamente os alunos e alunas do Centro de Ensino Fundamental 427, que estão aqui presentes. Parabéns para vocês.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, só um minutinho. O senhor poderia me inscrever, que eu tenho que ir à CCJ, mas vou aguardar terminar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Está bem.

SR. AMARILDO REINO DE LIMA: Bom-dia a todos, Flávio Arns, aos demais senadores e em especial aos meus alunos. É muito bom vocês terem podido estar aqui com a gente hoje, é uma honra depois de quase dois anos de trabalho hoje nós chegarmos aqui.

Ser gestor educacional é uma função assim um tanto quanto ingrata porque ninguém nos quer. O sindicato fala assim: "Não, diretor de escola não tem jeito; professor, nossa, lá vem ele, agora eu tenho que dar mais aula, tenho trabalhar". Então é uma confusão. Você é professor e, ao mesmo tempo, você tem que gerenciar uma série de situações, você tem que mobilizar todos os agentes envolvidos dentro do processo de ensino e aprendizagem e, principalmente, convencer as pessoas de que suas ideias, elas vão fazer com que as crianças avancem, que elas evoluam e que voltem a gostar da escola, que um grande desafio que todos nós temos hoje é dizer para as crianças que é importante vir à escola, permanecer nela e acumular conhecimento. Então essas três variáveis são de grande dificuldade para você conseguir colocar porque o mundo tem muitas coisas diferentes. Então você fazer com que uma criança fique quatro, cinco horas dentro de uma escola, às vezes num ambiente monótono, até por falta de recursos e tudo, é muito difícil. Então o trabalho do gestor educacional também tem muita essa característica. E você dizer aos colegas professores "Vamos lá mais uma vez, eles têm condições, todos podem aprender", não é fácil.

O "A Hora é Essa", que foi o projeto que nós desenvolvemos no CEF 427, trouxe toda essa novidade. Nós envolvemos os cinco principais segmentos, os pais, os alunos, coordenadores pedagógicos, a equipe gestora e os professores, que são os nossos carros-chefe dentro do processo. Conseguimos envolver, até a nossa selecionadora Ana Yone falou assim: "Amarildo, eu acho que é uma coisa tão complexa que se você me explicar o dia inteiro eu não vou entender". Mas o grande segredo é: trabalho em equipe. Nós trabalhamos muito intensamente juntos, eu tenho uma equipe muito forte e trouxemos os pais para dentro da escola. O 427 é fruto de uma construção quando nós tínhamos aqui, no então governo do Senador Cristovam Buarque, era o orçamento participativo, então foi uma reivindicação da comunidade que a escola fosse construída naquele local. E a comunidade continua com essa característica muito interessante, que é de estar dentro da escola. Lá nós recebemos em média trinta a quarenta pais todos os dias, os meninos sabem, fora os que são convocados. Vários valem voluntariamente, os meninos aqui do "A Hora é Essa" sabe que uma das características do projeto é que o pai se dispõe nesse acompanhamento intensivo dentro da escola. Então nós conseguimos reverter duas situações muitos difíceis na escola, que era uma média de 35% de alunos reprovados a cada ano e uma defasagem de idade séria de 42%. Os nossos alunos estavam em média com dois anos de atraso escolar.

O "A Hora é Essa" trouxe a novidade de a gente poder compactuar todo o conteúdo, ou seja, nós aproveitamos tudo que o aluno já tinha de experiência de vida. Aí montamos um novo currículo, conversamos intensamente com os professores, avaliamos de forma coletiva, porque é muito complicado eu, Amarildo, enquanto especialista de matemática, dizer se ele é capaz ou não. Então nós avaliamos, um grupo de dez professores de uma forma bem coletiva: "Olha, hoje o aluno conseguiu avançar, ele está melhor do que ele chegou aqui, então ele tem condições de continuar progredindo". Houve aprendizado e nós conseguimos isso, assim, graças a um trabalho bem intenso e coletivo. Nós temos hoje um rendimento escolar muito interessante, no ano passado foi cerca de 95% satisfatório, esse ano nós já temos mais de 92% do aluno em condições de avançarem para as séries seguintes. Provavelmente vamos ter que reeditar mais uma versão do "A Hora é Essa" em função das características da comunidade, lá está sendo feito um assentamento agora de cerca de dez mil pessoas, então a gente vai receber crianças com características bem distintas das que nós já estamos, então provavelmente haverá necessidade dessa reedição do projeto.

Mas o grande trunfo de toda essa história [soa a campainha]*]*, a oportunidade que a Fundação Victor Chivita nos deu enquanto gestor é dizer que esse trabalho é possível, que você pode gerenciar uma escola e que o trabalho de equipe funciona e dá resultado.

Muito obrigado pela oportunidade a todos e, quando tiverem um tempinho, o 427 está à disposição de vocês.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu peço só que os alunos levantem a faixa para a gente poder ler aqui também, que vocês não mostraram para a gente. "A Hora é Essa. Os alunos do Centro de Ensino Fundamental 427 Samambaia parabenizam os Educadores Nota 10". Muito bem.

[palmas]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sem ferir a ordem cronológica(F), tem dois projetos que tenho que relatar na CCJ--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Pois não, pela ordem, V. Exa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --mas, por uma questão de coração, eu quis vir aqui, hoje, provavelmente para homenagear a minha esposa como professora de primeiro e segundo grau, depois concursada para diretora de escola. Ela teve uma vida bastante intensa na educação básica. Eu diria, assim, que ela iniciou como substituta, que alguns currículos que eu li aqui, na época, o concurso era diferente, era por contagem de pontos. Depois ela escolheu como efetiva e foi para o interior de São Paulo, numa escola rural. De lá, ela conseguiu os pontos suficientes para voltar para São Paulo. Nesse interregno, ela estava em Martinópolis e todo domingo iam passear em Prudente. E nós sabemos, aqui foi dito pelo Senador Wellington, que a pessoa mais importante na cidade era o professor, depois o delegado de polícia e o juiz. Mas a professora gozava de um respeito imenso nas regiões do interior, pelo que ela representava para as famílias. E na zona rural mais ainda, porque morava numa fazenda, tinha que reunir os alunos e poder trabalhar no sentido de educar aquelas crianças.

Eu me lembro de um fato interessante, duas coisas, uma experiência. Vocês todos fizeram experiências brilhantes e, por isso, mereceram a Nota 10. Eu daria 100, não tem mais 100, mas eu daria 100. Mas a experiência é interessante. Ela assumiu a primeira série do primeiro grau. Qual era o sentido que ela deu como objetivo dessa escolha? Educar e alfabetizar durante o tempo os quatro filhos que nós tivemos. Então ela foi professora do primeiro ano dos quatro e conseguiu alfabetizar durante esse período numa escola em São Paulo, no Brás. Eu fui namorar com ela em Prudente, voltando de trem vim cantando para ver se ela me aceitava como namorado. Acabou aceitando e--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Imprudente?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Prudente.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Imprudente ou em Prudente?

[risos]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Em Prudente. Eu fui prudente, eu fui prudente indo para lá e buscando-a, estava de férias, viemos lá dando uma cantadinha no trem, não é, e a história é gostosa.

E tive um caso interessante, desculpa estar relatando isso, mas é que a gente fica até emocionado de lembrar o passado, e o exemplo de vocês que provavelmente será o segmento daquela que hoje é a minha companheira e me ajuda a sobreviver. Mas uma coisa interessante: eu fui candidato a prefeito em São Paulo e teve um debate na televisão com os outros candidatos. Aí um deles me desafiou que eu não conhecia São Paulo e me perguntou onde era Sapopemba. Eu comecei a rir, eu falei: "Pô, que...". Primeiro, eu pedi desculpas à população que nos ouvia, da televisão [soa a campainha], porque não foi combinada a pergunta. A minha esposa, ela foi lecionar em Sapopemba, quando criaram o ensino municipal. Então, a professora tinha que arregimentar quarenta alunos, arrumar um local para ser professora do município. Então ela queria cumular porque o salário era baixo. Já éramos casados à época, quatro filhos, então ela foi para lá e eu a levava. Às seis horas da manhã, saía para ir para Sapopemba, andava no barro, era tudo diferente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Caiu do cavalo [risos]. Aí eu tive que contar a história por que é que eu conhecia bem Sapopemba. Assim foi a nossa vida, a nossa luta. E ela, quando aposentou, se entristeceu muito, com uma profunda amargura, dizendo que o ensino público estava caindo demais e que ela sentia de perto, já era diretora de uma escola estadual, então ela dizia que o ensino estava caindo muito, o salário baixo, a professora não podia mais preparar as aulas. Ela tinha que dar aula em duas ou três escolas para formar um salário base, uma luta desesperada para tentar fazer um trabalho básico bom na escola, mas eu senti que ela tinha razão. Ao longo desses anos, talvez salve o ensino graças a vocês, com a dedicação, com a forma de buscar base para poder trazer para o futuro, o Senador Cristovam Buarque aqui é o nosso rei, o nosso guru, foi o meu chefe no Ministério da Justiça e ele tem essa honra de discutir permanentemente a importância da educação para qualquer país. E o respeito que os professores têm que ter do estado, do município, de qualquer setor.

Eu queria cumprimentar a Fundação Victor Civita, gosto do pessoal lá, de vez em quando me convidavam para almoçar, agora não convidam mais, só o Suplicy [risos], então fica... Mas é gostoso a gente sentir que há infraestrutura de apoio fora da obrigação estadual de acolher como prioridade o ensino público principalmente. É claro que o ensino privado tem dado a sua contribuição, mas nós sabemos a grande necessidade da melhora permanente no ensino público para termos uma educação sadia e um futuro melhor para o Brasil. Parabéns a vocês. Nota 100 para todos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Passo a palavra ao Senador Adelmir Santana, do Distrito Federal.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, senhores homenageados, representantes da Fundação Civita, Davi Saad, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Eu tenho sempre falado que o Brasil tem uma dívida social imensa, acompanhando os ensinamentos do nosso guru, como foi colocado, que é o Senador Cristovam. O Brasil tem uma dívida social imensa e principalmente na área da educação. Pensarmos que ainda temos aproximadamente quinze milhões de analfabetos é assustador a todos nós. Mas eu queria louvar a Fundação, primeiro, por ter criado a oportunidade de premiar e, ao mesmo tempo, parabenizar a todos pela premiação. E fico feliz, embora o Distrito Federal vá completar apenas cinquenta anos, estar incluso entre os premiados um professor do Distrito Federal [palmas]. Fico feliz por isso porque vejo aqui estados tradicionais, São Paulo, Santa Catarina e outros, e nós temos aqui o nosso Amarildo. E de uma cidade jovem, de muitas carências. Eu sou dirigente aqui também do SESC, do SENAC, e vendo as carências daquela cidade e o número de analfabetos que ainda têm em Samambaia, um dos nossos projetos foi instalar naquela cidade o SESC Ler, que nós estamos em fase de construção, objetivando diminuir o número de analfabetos. Nós vamos intensificar a questão de erradicar o analfabetismo naquela cidade. Então, Amarildo, a você, aos seus alunos, a Samambaia, os nossos parabéns. Parabéns a todos, principalmente, como você bem colocou como gestor as dificuldades, porque tem os enfrentamentos tanto dos seus próprios colegas como da escola como um todo. Ao mesmo tempo, dentro dessa mesma linha, nós aqui não podemos determinar, mas eu fui um dos que indiquei a Cidade de Samambaia para ter uma escola técnica, que é outra deficiência que nós temos no Brasil na formação técnica dos nossos alunos.

Então eu queria, sinceramente, me associar. A situação nossa de senadores é uma correria, eu estou também em duas outras comissões, mas o Júlio falou: "Tem um professor de Brasília". Eu digo: "Não, eu vou lá". Sou membro dessa Comissão também, mas são tantas outras comissões, não é Senador Flávio, que a gente fica numa situação difícil. Eu gostaria de ficar até ao final, mas pedi essa anuência do Senador Cristovam para falar antes dele, até porque temos essas outras incumbências. Mas desejam a todos os senhores, à própria Fundação Civita, a essa Comissão que teve a grandeza de homenageá-los e dizer que nós, de Brasília, ficamos felizes em ter, entre esse grupo, um componente do nosso Distrito Federal, em especial de Samambaia. A você, ao seu colégio, aos seus alunos, os nossos parabéns e a certeza de que esse caminho. A educação efetivamente é o caminho de solução de tantos outros problemas, como bem coloca na sua luta diária aqui o Senador Cristovam e todos nós que compreendemos isso, também Flávio Arns e outros, Senador Marconi, sabemos exatamente o que isso representa. E essa consciência, todos nós temos que lutar por ela. Parabenizo ao Grupo Civita por ter criado essa oportunidade de premiar esses educadores.

Meus parabéns a todos e continuem nessa luta, que é importante, é vital para o nosso País. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu quero agradecer ao Senador Adelmir Santana, a gente entende perfeitamente essa corrida em várias Comissões. E os expositores, os educadores também entendem.

Quero passar agora a palavra ao senador Marconi Perillo, do Estado de Goiás, já foi governador daquele estado. O Senador Marconi Perillo é o Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal. Então é uma honra tê-lo não só como Vice-Presidente, mas também como membro da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Com a palavra V. Exa.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a oportunidade, Senador Flávio Arns, ao tempo em que desejo cumprimentá-lo e ao Senador Cristovam, ex-presidente desta Comissão, pela iniciativa de realizar esta Audiência Pública com o objetivo de homenagear os vencedores do Prêmio Victor Civita Educador Nota 10, de 2009. É uma iniciativa louvável.

Quando soube da homenagem, procurei incluir na minha agenda esse espaço para vir aqui como presidente em exercício do Senado. O Presidente José Sarney está hospitalizado e no exercício da presidência eu jamais poderia deixar de vir aqui para manifestar o aplauso a esta iniciativa e os cumprimentos a todos os vencedores em nome de todos os nossos oitenta colegas senadores. Esta homenagem não é só uma homenagem fruto da bela iniciativa do Senador Arns, do Senador Cristovam e da Comissão de Educação, mas é uma homenagem de todo o Senado Federal: dos senadores, seu corpo de funcionários, pelo trabalho que vocês realizaram ao ponto de chegarem vitoriosos recebendo essa premiação.

Uma primeira observação que eu faria é que o Grupo Civita tem tido uma presença fundamental para a construção da história moderna no Brasil. O Grupo Civita, um grupo dos mais importantes do Brasil na área

de comunicações, tem sido muito importante quanto a conteúdos, informações, coragem para escrever e informar o que pensa em todos os seus editoriais. E a instituição deste Prêmio Victor Civita também homenageia a um dos maiores comunicadores da história recente do Brasil.

A segunda observação que eu faria é no sentido de cumprimentá-los pelo esforço que fizeram pela iniciativa de buscarem, através do seu talento pessoal, vencer e ganhar este prêmio. Assim, os meus cumprimentos à Andréia, à Milca, ao Amarildo, Karla, Ademir Testa Júnior, David, Cláudia, Daniela e Maria Tereza. E ao cumprimentá-los, quero cumprimentar também a todos os que não venceram, mas participaram e com a sua participação legitimaram a vitória de vocês. Que vocês continuem buscando espaços, sendo competitivos e colaborando para a construção da história do nosso País a partir da educação e da democratização de oportunidades que a educação propicia, especialmente aos excluídos.

Um grande abraço a vocês, os parabéns em nome do Senado Federal aos autores e aos homenageados. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradecemos as palavras do Senador Marconi Perillo, presidente em exercício do Senado Federal. É uma honra tê-lo nesta cerimônia de homenagem aos educadores e gestor nota dessa. Parabéns pelo trabalho também.

Passo, em seguida, a palavra ao Senador Jefferson Praia, do Estado do Amazonas.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): muito obrigado, Sr. Presidente. Quero inicialmente parabenizar ao Senador Cristovam pela iniciativa e a V. Exa. também, que foi um dos autores dessa iniciativa de estarmos aqui com esses educadores.

Eu tenho feito na minha vida, fora da atuação política, o trabalho de educar as pessoas. Sou também professor da Universidade Federal do Amazonas. Na verdade, eu sempre fui professor. Desde o meu primeiro emprego, sempre procurei a cada dia crescer como educador e fico feliz de hoje estar aqui, Senador Cristovam, de ver pessoas, que, certamente, uma das coisas que nós temos aqui, em comum, sem nos conhecermos, é a vontade, é o prazer em educar o nosso próximo. Acredito que é dessa forma que nós crescemos como seres humanos, como profissionais. Nós nos sentimos bem. Perceber como resultado final do seu trabalho que você contribuiu com muitas pessoas vale milhões de reais ou de dólares. Para muitos, um saco de dinheiro valeria muito mais; para outros, o prazer em contribuir com a vida. Por exemplo, quando eu vejo aqui vários jovens e adolescentes, é claro que temos aí centenas, milhares envolvidos nesse projeto, eu fico muito feliz.

Eu que sou do Amazonas e visito muito o interior do Amazonas, quando eu vejo aquele professor lá no fim do... Eu não digo no fim do mundo, mas no início do mundo, lá numa comunidadezinha pobrezinha, indo todo mundo num barquinho, Senador Cristovam, com os alunos numa comunidade para ensinar aquelas crianças. Olha, ali eu me emociono bastante porque é um trabalho que poucos se propõem em fazer. E vocês, nesta manhã, me dão a oportunidade de refletir mais sobre essa questão de sermos educadores no Brasil, de você estar na profissão, vamos dizer, de professor, que educador é algo maior, não apenas pela tua remuneração, porque nós sabemos que as remunerações que temos são muito baixas, deixam a desejar. Nós lutamos para termos uma melhor remuneração e tem ali como referência o Senador Cristovam, que tem sido um daqueles que têm pautado na sua vida, tem colocado na sua vida a missão de contribuir com a educação, com a melhoria salarial dos professores e de todos os envolvidos e conta(F), é claro, com a melhoria do ensino na sala de aula.

Eu só tenho, portanto, a parabenizar todos vocês e que continuem sendo essa referência de Educadores Nota 10 e que nós tenhamos milhares de Educadores Nota 10, num Brasil muito próximo, porque assim nós construiremos uma sociedade melhor, uma sociedade com crianças, jovens, adolescentes e adultos, com uma percepção um pouco melhor da sociedade, percebendo que os interesses pessoais muitas vezes são muito maiores para alguns, mas que o interesse [soa a campainha] coletivo é muito maior do que os nossos interesses pessoais.

Portanto, presidente, parabéns a todos vocês. Eu me sinto muito feliz de estar aqui também nesta correria que estamos neste dia de várias comissões, de estar aqui e compartilhar com vocês esse momento importantíssimo dos Educadores Nota 10. Muito obrigado, Sr. Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço ao Senador Jefferson Praia, que representa, neste Congresso Nacional, o Estado do Amazonas, e passo, em seguida, a palavra ao Senador Neuto de Conto, que já esteve na Audiência, inclusive foi para outra comissão que preside e retornou. E na pessoa dele novamente homenagear a Andréia Betina Legatzky Klitzke, que é de Joinville, Santa Catarina. Com a palavra V. Exa.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Presidente Flávio Arns, realmente a minha

comissão terminou, eu vim aqui para buscar quorum [risos], mas venho aqui com muita alegria também para cumprimentar a Maria, a Daniela, a Cláudia, o Davi, Ademir, Karla, Amarildo, Milca e a Andréia. É com imensa satisfação, até no sentido de orgulho, pelas catarinenses e, também, pelos brasileiros e brasileiras que aqui estão, que nos dão a oportunidade de não só homenageá-las, mas homenagear a classe que ensina, homenagear o professor do Brasil, de que é através... Tudo é falso(F). Eu tenho dito que é muito bom vermos asfalto, usinas, vermos essa construção extraordinária e fantástica que o Brasil tem. Mas toda prosperidade é falsa se ela não tem por objetivo o ser humano, se ela não tem como patrimônio maior aqueles que atuam hoje e aqueles que virão no dia de amanhã, não só cuidar, preservar e crescer.

Eu vou falar pouco, eu vou só citar. Para cumprimentar a todos eu vou citar um filósofo chinês que viveu há 300 anos antes de Cristo, que se chamava Sun Tzu. Parece que está presente no dia de hoje o que ele pregava no seu tempo. Ele dizia: "Se queres projetar a vida por um ano, plante cereais, porque dá para plantar e dá para colher. Se queres projetar a vida por quatro, cinco décadas, plante árvores, porque ela dá uma visão um pouco mais distante, uma esperança maior". Mas ele dizia também: "Se queres projetar a vida para sempre, eduque e treine o homem". E treinando e educando o homem é que nós teremos todas as riquezas que nós quisermos. Esse país que tem sol, chuva, clima, terra, tecnologia e gente, só armazenado na cabeça, nesse armazém fantástico que é o cérebro humano, é que nós conquistamos todos os espaços que nós queremos através da educação. Parabéns a todos. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Agradeço ao Senador Neuto de Conto, de Santa Catarina, pelas palavras e pelo apoio permanente a todas as causas da educação para fazer um trabalho bem convergente com aquilo que o filósofo já antes de Cristo pregava com toda a razão.

Passo, em seguida, a palavra ao Senador Cristovam Buarque, como todos sabem ex-Governador do Distrito Federal, ex-Ministro, ex-Presidente desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e sempre o educador lembrado por todos nós. Com a palavra V. Exa. e autor do requerimento também.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado, Senador Flávio. Só voltando ao curriculum, dizer que professor ainda, dando aula toda semana na Universidade de Brasília. Eu quero agradecer ao Senador Flávio por ter aceito e ter coparticipado comigo da convocação desta Audiência. Quero agradecer a todos que receberam o prêmio e, especialmente a vocês, que puderam, quiseram e fizeram o esforço de vir aqui. E, obviamente, ao David Saad e o Dr. Roberto Civita pelo prêmio.

Eu estava olhando vocês aqui e estava me sentindo como se estivesse diante de oito astronautas. O David é o chefe da NASA [risos] e o Civita é uma espécie de Kennedy, que foi quem fez com que a NASA lançasse os astronautas nas pesquisas e nas aventuras espaciais. Por que essa comparação? Primeiro porque vocês são heróis e os astronautas são heróis. São pessoas que são capazes de entrar numa cápsula e sair para o espaço correndo todos os riscos. Vocês, ao invés da cápsula, é a sala de aula. Sala de aula onde vocês estão ali dentro sob as pressões, tensões, dificuldades e desafios, que é uma palavra chave de astronauta. Mas, além disso, o astronauta vai em direção ao espaço e vocês vão em direção ao futuro. Vocês são os construtores do futuro, os navegadores do futuro. Eu vi diversos senadores aqui lembrando que são professores. Eu também gosto de lembrar que sou professor, mas o que me fez chegar aqui não foi ser professor, o que me fez chegar aqui foi ter sido aluno. Foi numa sala de aula que eu comecei a minha caminhada no nível de conhecimento e de consciência.

Hoje são quase 60 milhões de crianças que estão na situação que eu estive há alguns anos atrás e guiados por professores, guiados não no sentido de tutelados, porque o bom professor não tutela o aluno, o bom professor conduz o aluno a encontrar o caminho que o aluno traz dentro dele. Cada aluno chega na sala de aula com um caminho dentro de si. O professor é aquele que desperta, é aquele que acorda aquele caminho que está lá dentro e, ao mesmo tempo, que ensina como caminhar. Daqui para frente vai ser cada vez mais porque daqui para frente o conhecimento não vem dentro da cabeça de nós, professores. O conhecimento está no espaço, onde a gente chega pela internet, pelas televisões, pelos meios de comunicação. O professor, daqui para frente, vai ser cada vez mais uma antena capaz de captar o conhecimento onde está e colocar dentro do aluno. Nesse sentido, eu fico feliz de estar aqui com vocês como heróis e como construtores do futuro.

Houve um tempo em que os grandes heróis, antes dos astronautas, eram os que faziam as catedrais, os que faziam as pirâmides muitos antes, depois os que faziam os prédios do Banco Central ou que sentavam lá dentro do Banco Central definindo os caminhos do desenvolvimento, ou os engenheiros que faziam as grandes represas; eram esses que eram os heróis. Daqui para frente esses já mostraram que cometeram muitos erros e nós temos que encontrar um outro ca-

minho, uma outra mentalidade. Os professores são os grandes construtores do futuro [palmas]. Obrigado.

Então vocês, como heróis, mereciam o prêmio, e vocês, como heróis, nos orgulham estar aqui. Agora vocês não receberiam o prêmio se não fosse a Abril, se não fosse especificamente a Fundação Victor Civita. E nesse papel eu quero como brasileiro agradecer, Saad, a iniciativa de vocês. Não são os únicos vocês, há outras entidades que dão prêmios, há outras pessoas que agem como dirigentes da NASA. Não são os únicos, mas vocês são daqueles mais importantes. E não apenas com o prêmio, mas também com a revista, que eu sou um apaixonado por ela, gosto muito dela e lhe escrevo sempre quando recebo alguma das informações de vocês. Então eu quero agradecer a vocês, da Abril, quero que levem um abraço ao Dr. Civita, o Roberto, e dizer que o nome do pai dele está muito engrandecido quando serve de marca de um prêmio tão importante.

E finalmente, Presidente Flávio, eu gostaria de dar uma sugestão: que essa solenidade que a gente está fazendo aqui, ela vire oficialmente uma rotina todos os anos. Eu creio que é a segunda vez e é a segunda vez que é fruto de um requerimento específico. Eu quero saber se o regimento permite e eu consulto o Júlio, que é o mestre nisso, se a gente pode fazer um regimento permanente, um regimento que diga que a partir de agora, no mês seguinte à concessão do prêmio lá em São Paulo, em Brasília viriam os que receberam o prêmio serem premiados aqui também.

E, finalmente, eu quero agradecer ao nosso Amarildo, representante de Brasília. Mas não só isso, Amarildo, mas representante pelo tipo de prêmio que você recebeu, que é de gestor. E, também, parabenizar a Fundação por ter percebido que o gestor é uma parte fundamental. Eu evito dizer a fundamental, porque não dá. Desde a merendeira, o vigilante, todos são importantes. Mas descobrimos, através de vocês, que a gestão da escola é parte fundamental da pedagogia, porque é quem organiza. É como o técnico do time de futebol; sem ele os caras não jogariam direitinho. Então vocês, os gestores, são os técnicos. Esse prêmio que você recebe pela primeira vez, então vai ficar na história como o primeiro, eu creio que é um símbolo de uma postura nova que está surgindo sobre a importância da gestão escolar, que é uma coisa que a gente vai ter que inventar ainda como é que vai ser feito e você ajudou nesse processo de invenção ao trazer essa forma nova que você fez de participação, de convivência e, ao mesmo tempo, de busca da eficiência. Não podemos ficar só nessa ideia de que o bom gestor é o democrata eleito pela comunidade e ponto. De jeito nenhum. Através desse processo a gente pode eleger ótimas pessoas e péssimos gestores. Também não vejo como eleger apenas por um puro concurso frio, porque a gente pode eleger alguém que é um gênio da administração e que não convive com os professores bem. Isso serve para a construção, porque tijolo não pensa, mas, professor, pensa; tijolo não tem sentimento, nem coração. Professor, tem; tijolo não tem humor. Professor, tem. Então o bom gestor tem que saber lidar com o humor do professor, com o sentimento do professor, com o pensamento do professor. Por isso ele tem que ser uma pessoa especial do ponto de vista da relação com os seus colegas e com os demais trabalhadores, servidores. Mas, ao mesmo tempo, tem que ser alguém que entenda de gestão, que entenda de resultados, que entenda que tem um compromisso público, o que significa com o público, um compromisso com o futuro, o que significa com as crianças.

Então aqui a minha alegria de ter vocês aqui, por isso eu faço um destaque especial para você no sentido de ser um brasiliense e ser o único representante dos gestores. Quem faz gol é o jogador, quem ensina mesmo é o professor, mas quem ajuda o jogador a se articular em campo é o técnico e na escola quem ajuda o professor a fazer gol é o gestor. Então minha homenagem a você, a todos vocês. E minha proposta: se o Júlio achar que isso é pertinente regimental, que a gente faça como uma tradição oficial dessa Comissão todos os anos, no mês seguinte, em algum dia, receber todos os Educadores Nota 10. Muito obrigado por serem Nota 10 e ajudarem, assim, a tentar fazer um Brasil Nota 10.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. A ideia de se realizar esta homenagem no mês seguinte à entrega do prêmio, nós podemos estudar isso, talvez através de um projeto de resolução. Mas vamos estudar o assunto para ver como é que isto pode ser encaixado dentro da administração da Casa.

Eu quero lembrar que o tema de gestão da escola tem sido um tema de preocupação desta comissão. Nós já fizemos Audiências Públicas sobre esse tema, com a participação inclusive aqui do DF, do Distrito Federal, e foram Audiências muito interessantes, muito boas, dentro das preocupações levantadas pelo Senador Cristovam Buarque, porque se identifica na questão da qualidade da educação a questão fundamental da gestão escolar. Por isso, inclusive, que existe agora até o lançamento da revista, que já está acontecendo, direcionada aos gestores escolares. Todas as preocupações levantadas em relação ao professor têm sido assim objeto de várias Audiências Públicas também aqui na Comissão no sentido de formação inicial dos

professores, formação continuada dos professores, plano de carreira, salários, condições de trabalho, inclusive para evitar, como até o Senador Romeu Tuma colocou, da pessoa ter que ir em três, quatro escolas diferentes para poder atender as suas necessidades básicas como cidadão e como profissional que deve ser valorizado. Então está se caminhando, eu penso, mais nessa direção. Para tudo isso existe a necessidade de recursos também, orçamento, e orçamento é questão de prioridade. Então há necessidade, infelizmente inclusive houve a diminuição no FUNDEB de 10 bilhões de reais em função da crise, 10 bilhões de reais a menos no Brasil no FUNDEB e 1,5 bilhão só com a diminuição do IPI, porque tira-se o IPI para manter-se o emprego, a renda de setores da economia, mas isso significa menos recursos para a educação. Haveria, de alguma forma, ter que ter a compensação no Imposto de Renda também, 1,5 bilhão, e 7 bilhões em função da diminuição da atividade econômica, o que foi uma dificuldade grande. De uma certa forma, a DRU, que é a Desvinculação dos Recursos da União, permitiu que aqueles recursos, não nesse ano, eu acho, mas no ano que vem, viessem a compensar, mas, de qualquer forma, nós temos essa questão de impostos e contribuições, que os impostos são distribuídos com estados e municípios e as contribuições, não. Arrecada-se mais em contribuições do que impostos. Se fossem distribuídas as contribuições, essas taxas, que são impostos no fundo, teríamos o dobro dos recursos atualmente existentes para a educação e aí nós teríamos, de fato, uma realidade diferente. Mas eu só quero lembrar, porque muitas coisas foram levantadas nesta Audiência Pública e que têm que continuar sendo objeto de debate desta Comissão e por parte de toda a sociedade.

Quero lembrar que dez educadores foram contemplados com o prêmio da Fundação Victor Civita Educador Nota 10, sete estão presentes, além do gestor educacional, que foi o único agraciado com o prêmio. Três, por várias razões, que a gente entende que nem sempre é possível estar presente, mas eu quero lembrar essas pessoas novamente, que é a Áudrea da Costa Martins, Escola Municipal de Ensino Fundamental São João Batista, São Leopoldo/RS. Então o nosso abraço e os parabéns para a Áudrea, para São Leopoldo e para o Estado do Rio Grande do Sul; também a Maria das Dores de Macedo Coutinho Raposo, Escola Crescimento, São Luís/MA. Então parabéns também para a Maria das Dores e parabéns para todos de São Luís e do Estado do Maranhão, para que possam aproveitar e valorizar o trabalho da Maria das dores; Rosângela Guella Tamagnone, Escola Estadual de Ensino Fundamental Ismael Chaves Barcellos, Caxias do Sul/RS. Os parabéns também para a Rosângela, parabéns para Caxias do Sul e para o Rio Grande do Sul. Até quero perguntar do Paraná, depois também ter mais informações do Paraná para divulgar mais, que é o estado de onde eu venho também. Vamos divulgar mais lá também.

Quero lembrar a todos que nos acompanham que todos os trabalhos, os dez trabalhos, mais o trabalho do Gestor Nota 10, estão sintetizados em filmes da Fundação Victor Civita e esses filmes foram apresentados na entrega do prêmio. Todos podem acessar, que é um material muito rico, para se entender ainda em mais detalhe todos os trabalhos apresentados. O site da fundação é o www.fvc – que significa Fundação Victor Civita – .org.br. Recomendo que isso seja feito.

Agradeço novamente a presença da Ângela Dannemann, que é Diretora-Executiva da Fundação Victor Civita, da Ângela Rehem, Diretora de Relações Governamentais da Fundação Victor Civita, da Sandra Braz de Queiroz, Professora do Centro Educacional Fundamental III, de Taguatinga, e dos alunos que já tiveram que se retirar, mas que abrilhantaram este evento, e como o Senador Cristovam Buarque colocou, ele é senador, é professor, ex-ministro, ex-governador, tudo por ter sido aluno, aluno.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ex-reitor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Reitor, está certo? [risos] Alunos do Centro Educacional. Então eu quero, novamente, agradecer aos Educadores Nota 10, ao Gestor Nota 10, quero agradecer sobremaneira a Fundação Victor Civita na pessoa do seu Diretor-Executivo, Davi Saad, dizer que foi uma bela Audiência Pública, uma Audiência Pública que vai ter os seus desdobramentos, inclusive a partir de sugestões de vocês também, que nós vamos oficiar aos governadores, aos secretários de educação estaduais, aos prefeitos, aos secretários municipais de educação e podemos até pensar em outras situações, para a própria Câmara de Vereadores, para a Assembléia Legislativa, porque na Assembléia Legislativa também existem, no estado, a Comissão de Educação, na Câmara de Vereadores existe o debate do tema educação, para que esse debate aconteça. Nada melhor que alguém lá de São João Del Rei, por exemplo, possa levar esta experiência para a Câmara, para os vereadores, como que isto pode contribuir nos debates e discussões a favor de uma educação de qualidade para todos, independente de série e independente de disciplina, não é verdade?

Muito bem, então agradeço a todos, gostei muito, agradeço aí a participação dos meios de comunicação do Senado para transmitir esta Audiência Pública tão enriquecedora. Quero convidar os senadores e senado-

ras para uma reunião extraordinária na sequência para apreciação de dois projetos de lei, três, na verdade, dois projeto de lei, e em função de tudo isso e tendo cumprido os objetivos com a presença de vocês, antes de encerrar só peço ao Senador Cristovam Buarque, que quer utilizar novamente a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Apenas por pedir desculpas por chegar atrasado e explicar. Eu sou Presidente da Comissão de Direitos Humanos e nós estamos realizando lá uma Audiência Pública com muita gente, inclusive índios e tudo. Eu só pude sair quando chegou algum senador, o que prova que o Plenário aqui esteve muito mais cheio do que a Audiência lá que eu estou fazendo do ponto de vista de senadores. Eu tive que esperar e ele deve estar me esperando para eu substituí-lo, que é o Senador Nery. Então essa é a razão pela qual eu não estou aqui desde o começo, senão fiquem certo que eu estaria desde o começo, mas em compensação fiquei até o final.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Mas nós havíamos justificado, sabe Senador Cristovam, dizendo: Não, ele estaria aqui, só não está porque está presidindo lá outra Comissão. Então que bom.

Sejam sempre bem-vindos e bem-vindas a esta Comissão e ao Senado Federal e que possamos, juntos, fazer um belo trabalho a favor da educação em nosso país. Está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 12h23.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 80ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2009.

Às treze horas e sete minutos do dia dois de dezembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Flávio Arns**, e com a presença dos Senhores Senadores Inácio Arruda, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Rosalba Ciarlini, Adelmir Santana, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, José Nery, João Ribeiro, Neuto De Conto, Valdir Raupp, Osvaldo Sobrinho, Efraim Morais, Marconi Perillo e Jefferson Praia reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ideli Salvatti, Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, Roberto Cavalcanti, Valter Pereira, Mauro Fecury, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Heráclito Fortes, José Agripino, Alvaro Dias, Eduardo Azeredo e Marisa Serrano. O Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, passa a presidência ao Senador Augusto Botelho, para relatar o seguinte item: **Item 002: Projeto de Lei da Câmara nº 052, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Claudio Cajado, que "Dispõe sobre os exames preventivos de acuidade visual e auditiva nos estabelecimentos públicos de ensino fundamental", tramitando em conjunto com as proposições: **Projeto de Lei da Câmara nº 099, de 2003,** de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Eduardo Jorge, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exames para identificação de hemoglobinopatias, hipotireoidismo e fenilcetonúria em recém-nascidos"; **Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2003,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que "Altera o artigo 10 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente"; **Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2003,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "Altera o artigo 10 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar obrigatória a triagem auditiva neonatal em todo o País"; **Projeto de Lei do Senado nº 080, de 2004,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Edison Lobão, que "Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) para tornar obrigatório o oferecimento de exame e tratamento audiológicos na rede de serviços do Sistema Único de Saúde"; e **Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2007,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "Altera o art. 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar obrigatório o teste do olhinho em todo o País". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o parecer favorável ao PLC nº 052, de 2003, na forma do substitutivo oferecido, e pela prejudicialidade do PLC nº 99, de 2003; e dos PLS nºs 237 e 504, de 2003; nº 080, de 2004; e nº 240, de 2007, que tramitam em conjunto, é aprovado. Neste momento, reassume a presidência o Senhor Senador Flávio Arns. Dando continuidade à Audiência passa-se a apreciação do Item 001. **Item 001: Projeto de Lei da Câmara nº 221, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Presidente da República, que "Institui o Programa de Cultura do Trabalhador;

cria o vale-cultura; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Consolidação das Leis do trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências". Neste momento a presidência suspende a sessão por alguns minutos, atendendo à solicitação do relator, Senador Augusto Botelho, para que se possa fazer alterações no parecer com o intuito de aperfeiçoar o projeto. Às quatorze horas e sete minutos a presidência reabre a sessão. Prosseguindo, o Senhor Senador Augusto Botelho pede a palavra para informar que está declinando da relatoria para não causar qualquer óbice regimental à tramitação da matéria, uma vez que é autor de duas emendas oferecidas no prazo regimental e, como autor, não poderia relatar a proposição, conforme disposto no Regimento Interno do Senado Federal. O Senhor Senador Augusto Botelho sugere que o Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, avoque a matéria para agilizar a deliberação do projeto. O Presidente Eventual acata a sugestão e avoca o presente projeto. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, passa a presidência ao Senador Augusto Botelho, para relatar a matéria. O Senador Flávio Arns apresenta relatório, fruto do consenso da Comissão, pela aprovação da matéria com a emenda nº 01-CE, prejudicando as emendas 1 a 6, de autoria dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Alvaro Dias e Cícero Lucena. O parecer é aprovado por unanimidade. Reassume a presidência o Senador Flávio Arns. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às quatorze horas e doze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR **FLÁVIO ARNS**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTE – CE

80ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 80ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Senadores e senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado. Esta reunião da comissão tem por objetivo apreciar dois projetos de lei, de natureza não terminativa. Eu indago inclusive ao Sr. Senador Augusto Botelho se o relatório do primeiro projeto já pode ser apresentado, do Item 1 da pauta.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Podemos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Então está bem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): O novo parecer está com V. Exa., não está?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Está.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu até sugiro o seguinte, Senador Augusto Botelho: se pudéssemos tirar essa cópia, então, passamos ao Item 2 da pauta, mas a cópia já é providenciada e já apreciaremos. Eu indago, inclusive, a V. Exa. se V. Exa. não pode assumir a presidência, já que eu sou relator do Item 2 da pauta. Enquanto isso, a cópia do item 1 é providenciada. Passo, então, a presidência ao Senador Augusto Botelho, para que eu possa relatar o Item 2 da pauta.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a palavra o Senador Flávio Arns, para relatar o Item 2, não terminativo, Projeto de Lei da Câmara n°. 52, de 2003. "*Dispõe sobre os exames preventivos de acuidade visual e auditiva, nos estabelecimentos públicos de ensino fundamental*". Autoria: Deputado Cláudio Cajado; relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: favorável, na forma do substitutivo oferecido, acolhendo parcialmente o PLC n° 99, de 2003, e os PLS 237, 504, de 2003, n° 80, de 2004, n°. 240, de 2007, regimentalmente prejudicados. Com a palavra o Senador Flávio Arns, para fazer o seu relatório.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu quero dizer, Sr. Presidente, que esse projeto de lei, que V. Exa. atua nessa área, é um projeto de lei muito importante, que tem por objetivo a detecção precoce das condições patológicas, problemas que as crianças apresentam ao nascimento, e sobre ações de proteção à saúde de portadores de hemoglobinopatia, fenilcetonúria e hipotireoidismo, problemas identificados pelo teste do pezinho. É um projeto que tem sua origem na Câmara, a ele foram apensados vários projetos, Projeto de Lei n° 99, 237, 504, Projeto de Lei do Senado 237, do Senado 80, e do Senado 240. Então, nesse sentido, os projetos são importantes, estão dentro de aspectos de

legalidade, constitucionalidade, e há alguns detalhes, assim, que foram colocados.

Julgamos necessário propor as seguintes alterações no substitutivo: especificar no caput, do art. 1º, a promoção de programas de triagem neonatal para o diagnóstico precoce de fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito, fibrose cística, deficiências de biotinidase, hiperplasia adrenal congênita, anemia falciforme e outras hemoglobinopatias. Acrescentar como inciso do art. 1º determinação para que sejam instituídas medidas para registro e controle de casos, e assistência integral às pessoas portadoras, os alimentos, os medicamentos, se for o caso. O inciso II, renumerado como inciso III, em virtude do acréscimo supracitado, determinar que, além da dispensação ininterrupta da medicação necessária ao tratamento, sejam fornecidos também suplementos alimentares e dietéticos. Porque, por exemplo, no caso da fenilcetonúria, identificada no teste do pezinho, o tratamento se faz através de alimentos que não contenham fenilalanina, não é? No inciso III, renumerado como inciso IV, em vez de determinar a estruturação de um sistema de vigilância epidemiológica específico, para as doenças que tratam o caput, é mais conveniente determinar que seja utilizado o sistema já existente. Quer dizer, insere-se mais uma linha de ação no sistema existente. No inciso V, também renumerado, especificar em que consiste a capacitação dos profissionais de saúde, no que concerne os programas de que trata o caput. No art. 2º, determinar que a notificação ao órgão competente do SUS não se limita às enfermidades listadas, mas inclua eventualmente outras de igual importância, porque, quando se diz, por exemplo, 'e outras hemoglobinopatias', quer dizer, há muitas outras que podem ser identificadas. Determinar o acompanhamento especializado a gestantes, portadoras das doenças listadas no caput, do art. 1º, mediante alteração da redação proposta pelo substitutivo. Para o § 4º, do art. 8º, da Lei 8069, a redação do inciso III, do art. 10, deve especificar os exames de acuidade visual e auditiva, que deverão ser realizados teste do pezinho e teste da orelhinha, bem como é destinado à detecção precoce do retinoblastomo e da catarata congênita, conhecido como reflexo retiniano, ou teste do olhinho.

Então, isso vai ser muito importante para os bebês de uma maneira geral, identificar precocemente. A redação do § 3º, do art. 11, da Lei 8069, de 1990, proposta pelo art. 3º, do substitutivo, deve especificar que os exames de acuidade visual e auditiva serão realizados em crianças e adolescentes, matriculados nos estabelecimentos públicos de educação básica, dando-se preferência aos da educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental, por serem crianças e necessitando, assim, de triagens formais para identificação do problema. O inciso 6º, que o substitutivo propõe acrescentar ao parágrafo único do art. 3°, da Lei 9263, de 96, deve explicitar que o aconselhamento genético deve ser feito nas doenças detectadas no exame do recém-nascido, triagem neonatal. Inclusive, o aconselhamento genético já foi regulamentado pela Secretaria Nacional de Saúde, e estamos aguardando a regulamentação de como isso deva acontecer. Lembramos, por fim, que, não obstante o aproveitamento de dispositivos, todas as proposições apensadas, o inciso II, do art. 60, do Regimento Interno do Senado Federal, determina que tenha precedência na tramitação em conjunto o projeto da Câmara sobre o do Senado, o mais antigo sobre o mais recente, quando originários da mesma Casa. Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara n°. 52, de 2003, na forma do substitutivo oferecido, cujo conteúdo acolhe parcialmente o Projeto de Lei da Câmara n°. 99, de 2003, os Projetos de Lei do Senado n°s 237 e 504, de 2003, n°. 80, de 2004, n°. 240, de 2007, regimentalmente prejudicados. Esse é o voto e o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Em discussão o parecer do relator. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam com o parecer do relator, permaneçam como se encontram. Aprovado. Retorno a presidência ao Senador Flávio Arns.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço ao Senador Augusto Botelho. Passamos a Item nº. 1 da pauta, que é não terminativa. Projeto de lei da Câmara n°. 221, de 2009, "*que institui o Programa de Cultura do Trabalhador, cria o Vale-Cultura. Altera as leis n°s. 8212, de 24 de julho de 1991, e 7713, de 22 de dezembro de 1988, e a consolidação das leis do trabalho, CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências*". Autoria do projeto de lei é do Presidente da República; relatoria, do Senador Augusto Botelho, o relatório é favorável ao projeto, e a emenda n° 4, pela prejudicialidade das emendas n°s. 2, 3, 5 e 6, e pela rejeição da emenda n° 1, oferecendo ainda uma emenda de relator. Observações: a matéria tramitando em regime de urgência, nos termos do art. 64, no § 1º, da Constituição Federal, e conforme disposto no art. 122, inciso II, letra B, combinado com o art. 375, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Então, nesse sentido, há uma alteração do relatório em função da pauta, que eu só leio que o relatório é favorável ao Projeto de Lei da Câmara n°. 221, de 2009, nº. 57, 98, de 2009, na origem, e das emendas

n°s 1 e 4, e nos termos do art. 334, inciso I, do Regimento Interno, pela declaração de prejudicialidade das emendas n°s 2, 3, 5 e 6. Passo a palavra ao relator, Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Meu Presidente, Flávio Arns, "*vem ao exame dessa Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei da Câmara n°. 221, de 2009, PL n°. 5798, de 2009, na origem, de iniciativa do Presidente da República, que institui o Programa de Cultura do Trabalhador e cria o Vale-Cultura, altera as leis n°. 8212, de 24 de julho de 91, e a Lei 7713, de 22 de dezembro de 98, e a consolidação das leis do trabalho, a CLT, aprovada pelo Decreto-lei 5452, de 1º de maio de 43, e dá outras providências.*

Por meio do art. 1º, fica instituído, sob gestão do Ministério da Cultura, o Programa Cultura do Trabalhador, destinado a fornecer aos trabalhadores meios para o exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura. O art. 2º do projeto estabelece os objetivos do Programa de Cultura do Trabalhador. E, por meio dos arts. 3º e 4º, a proposição institui o Vale Cultura para acesso e fruição de produtos e serviços culturais, no âmbito do mencionado programa. O art. 5º apresenta as definições para efeitos da lei, em que venha se transformar a proposição sob exame, de empresa operadora, empresa beneficiária, usuário, empresa recebedora. Pelo teor do art. 6º, a proposição determina que o Vale-Cultura será fornecido aos usuários, pelas empresas beneficiárias, preferencialmente por meio magnético e com o seu valor expresso em moeda corrente. O art. 7º, do projeto, determina que o Vale-Cultura será fornecido ao trabalhador que receba até cinco salários mínimos mensais, o art. 8 fixa o valor mensal do Vale-Cultura, em 50 reais, e estabelece as normas relativas ao desconto a ser feito sobre a remuneração do trabalhador, de acordo com a respectiva faixa salarial. Prevê ainda a vedação da reversão do valor do Vale-Cultura em pecúnia, bem como a possibilidade de o trabalhador optar pelo não recebimento do Vale-Cultura, de acordo com o regulamento. O art. 9º remete a regulamentação e definição de prazos de validade e as condições de utilização do Vale-Cultura. Por meio do art. 10º, a proposição determina que até o exercício de 2014, no calendário de 2013, o valor despendido, a título de aquisição do Vale-Cultura, poderá ser deduzido do imposto sobre a renda devido pela pessoa jurídica beneficiária, tributada com base no lucro real. Nos parágrafos do art. 10 estão estabelecidas normas relativas à dedução de que trata o caput e são definidos os procedimentos para empresas que, atendidos todos os empregados, não alcançarem o teto de 1% do imposto sobre a renda devida. Pelo art. 11, são estabelecidos aspectos referentes à parcela do valor do Vale-Cultura, cujo ônus seja da empresa beneficiária. O art. 12 determina que as consequências para a empresa operadora, ou para a empresa beneficiária da execução inadequada do programa, cultura do trabalhador, ou de qualquer ação que acarrete desvio de suas finalidades. Por meio do art. 13, é acrescida a alínea do § 9º, do art. 28, da Lei n°. 8812, de 24 de julho de 91, pelo art. 14, § 2º, da consolidação das leis do trabalho, CLT, aprovado pelo Decreto-lei 5452, de 1º de maio de 43, passa a vigorar acrescido do inciso VII. O art. 15, por sua vez, acrescenta o inciso 23 ao art. 6º, da Lei n°. 7713, de 22 de dezembro de 1998. O art.16 do projeto estende o fornecimento do Vale-Cultura aos estagiários de que trata a Lei 11788, de 25 de setembro de 2008. O art. 17 da proposição determina ao poder executivo a regulamentação da futura lei, no prazo de 60 dias, contados a partir da sua publicação. E o art. 18, finalmente, determina o início da vigência da lei que se originar da proposição na sua data de publicação.

Pelo Ofício n°. 043, do Ministério da Cultura, que tem como signatários Exmos. Sr. João Luiz da Silva Ferreira, Ministro da Cultura; Guido Mantega, Ministro da Fazenda; Carlos Luppi, Ministro do Trabalho e Emprego, são expostas ao Presidente da República as razões para a apresentação da proposição ora sob exame. Sob documento... Pelo documento, o Programa de Cultura do Trabalhador, Vale-Cultura, tem finalidade de garantir, fomentar e ampliar o acesso dos cidadãos brasileiros aos bens e serviços culturais, estimulando a visita e o acesso a equipamentos e eventos artísticos e culturais, de forma a proporcionar à população o pleno exercício de seus direitos sociais à cultura e estimular a geração de trabalho, renda e emprego, por meio do desenvolvimento mais intenso e mais democrático da economia da cultura.

Além da democratização dos bens culturais no país, espera-se, segundo o mencionado documento, o fortalecimento das cadeias produtivas da economia da cultura, o aprimoramento técnico dos trabalhadores e o aumento da eficiência das empresas da área cultural. Com tais medidas, espera-se, sobretudo, maior geração de renda e emprego. Apresentado à Câmara dos Deputados, dia 18 de agosto do ano em curso, a proposição foi distribuída nos termos do art. 24, inciso II, do Regimento Interno daquela Casa Legislativa, em regime de apreciação conclusiva, às Comissões de Trabalho e Administração do Serviço Público, de Educação e Cultura, de Finanças e Tributação e de Constituição, Justiça e Cidadania. Em virtude da Mensagem n°. 662, de 2009, a proposição passou a tramitar, sujeita à apreciação em Plenário e em regime de

urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal. Após manifestação favorável, com apresentação de emendas e substitutivos, nas comissões que a examinaram, no âmbito da Câmara dos Deputados, a matéria teve redação final aprovada em Plenário da Casa, no dia 14 de outubro de 2009, data em que foi [ininteligível] a esta Casa Legislativa.

No Senado, o PLS 221, de 2009, recebeu despacho, determinando apreciação simultânea das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Durante o prazo previsto no art. 122, inciso II, alínea "b", combinado com o art. 375, incisos I, do Regimento Interno do Senado, foram apresentados seis emendas à proposição. A Emenda 1, de autoria do signatário do presente relatório, dá nova redação ao inciso II, § 1º, do art. 2º do projeto, com o propósito de incluir periódicos, revistas, fascículos, guias e almanaques, produzidos em qualquer formato ou mídia nas áreas culturais, descritas no § 2º, do art. 2º, da proposição. A Emenda n°. 4, também por mim apresentada, propõe nova redação ao inciso 4º, § 2º, do art. 2º do projeto, com o objetivo de incluir literatura, humanidades e informação, como áreas culturais que podem ser contempladas pelos serviços e produtos, previstos na proposição sob exame. Por meio da Emenda n°. 2 e 5, o Senador Alvaro Dias propõe alterações idênticas às previstas respectivamente nas Emendas 1 e 4. As Emendas 3 e 6, de autoria do Senador Cícero Lucena, correspondem, por sua vez, ao teor das Emendas 1 e 4, respectivamente.

Nos termos do disposto no inciso I, do art. 102, do Regimento Interno do Senado – é análise, Sr. Presidente – Federal, compete à Comissão de Educação e Cultura opinar acerca do mérito das matérias que versem, entre outros temas, sobre cultura. O PLC 221, de 2009, ao instituir o Programa Cultura do Trabalhador, cujo principal instrumento é a criação do Vale-Cultura, trás à discussão matéria complexa e de amplo espectro de tratamento. Tal fato evidencia a obrigatoriedade e a pertinência da análise específica, a cargo de cada uma das comissões temáticas para as quais a proposição foi distribuída nesta Casa. Desta forma, no decorrer da tramitação, os aspectos tributários e fiscais, bem como os de natureza trabalhista, serão apreciados pelas comissões temáticas pertinentes.

Nesse sentido, no âmbito da Comissão de Educação, deve ser analisado o mérito das questões de natureza cultural e educacional da proposição. É de todos conhecido o fato de que o Brasil é um país profundamente desigual, do ponto de vista sócioeconômico, impressionam não apenas a dimensão da desigualdade, mas também sua complexidade e as formas de reprodução. De acordo com especialistas em temas sócioeconômicos, a desigualdade, historicamente construída no Brasil, se mantém, não obstante alguns esforços consistentes do poder público nas últimas adequadas, em virtude da forma como a pobreza e a exclusão tendem a se transferir de geração a geração. Em outras palavras, isto significa que, do ponto de vista estatístico, nascer de uma família pobre ou miserável no Brasil, é praticamente uma condenação a permanecer indefinidamente como tal. Inúmeros estudos, realizados no âmbito das ciências sociais, demonstram a importância das ações no campo da educação e da cultura, para a ruptura do ciclo da pobreza. As políticas educacionais e culturais são, portanto, elementos fundamentais no combate à desigualdade, pois permitem que crianças e adolescentes usufruam de ambientes culturalmente ricos, cenário propício para o seu desenvolvimento pessoal e intelectual. Ampliar o acesso dos trabalhadores a bens e serviços culturais é uma forma de combater a perpetuação da pobreza e da exclusão social, ao longo das gerações. E este é um desafio que o estado brasileiro precisa enfrentar. Vislumbramos, na proposição em tela, o encaminhamento eficiente e criativo para a questão. Enquanto os mecanismos já existentes de incentivo à cultura, [ininteligível] atuam no campo da produção, surge uma proposta que busca fortalecer o mercado cultural por meio do incentivo ao consumo de bens e serviços culturais. Afinal, conforme dados, divulgados nas discussões que antecederam a formulação da proposição legislativa, que ora examinamos, o cenário da exclusão cultural no Brasil é gravíssimo; apenas 14% da população brasileira vão aos cinemas regularmente; 96% da população não frequenta museus; 93% da população nunca foram a uma exposição de arte e 78% nunca assistiram a um espetáculo de dança. Por essas razões, e pelos efeitos que o incentivo certamente produzirá no desenvolvimento da economia da cultura, o Projeto de Lei da Câmara 221, de 2009, é extremamente meritório e oportuno. Cabe, por fim, o exame das seis emendas apresentadas, de acordo com o que dispõe o já mencionado inciso I, do art. 375, do Regimento dessa Casa. As emendas à proposição de iniciativa do Presidente da República, sujeita a tramitação urgente, somente pode ser apresentada perante a primeira comissão, constante do despacho. Essa razão nos levou a apresentar tempestivamente as Emendas 1 e 4, na CCJ. Trata-se, na realidade, de alterações que objetivam permitir ao trabalhador outra possibilidade de utilização do Vale-Cultura. Dessa forma, acreditamos ser possível ampliar os efeitos culturais da proposta e proporcionar o trabalhador opção adicional de informa-

ção e cultura. De acordo com o anteriormente exposto, as demais emendas de nºs. 2, 3, 5 e 6 repetem o teor das duas primeiras. Uma vez que em seu conteúdo já se encontram contempladas as anteriores, devem ser consideradas prejudicadas.

Do voto, Sr. Presidente. Tendo em vista o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara n°. 221, de 2009, n°. 5798, de 2009, na origem, e das Emendas n°. 1 e 4, e nos termos do art. 334, inciso I, do nosso Regimento, pela declaração de prejudicialidade às Emendas 2, 3, 5 e 6". Este é o voto, Sr. Presidente, pela aprovação, com as observações mencionadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem, agradeço ao Senador Augusto Botelho. Este é um projeto da mais alta importância, com um impacto bastante grande, sem dúvida, na área da cultura, por todos os fatores colocados pelo Sr. Relator, acesso à cultura, todas as manifestações da cultura, e vai haver, sem dúvida, uma mudança significativa, nesse sentido, para o aprimoramento da área. Então, eu vou colocar agora em discussão a matéria. O próprio relator, senador... O Senador Jefferson Praia primeiro.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): O senador relator aguarda um pouquinho para ele discutir o relato dele. [risos]. Mas, olha, Sr. Presidente, eu estou muito feliz em participar dessa reunião e termos a oportunidade de aprovar esta iniciativa do Presidente da República, não é mesmo? Com o relato brilhante do Senador Augusto Botelho. Nós que temos lutado e estamos aí, lutando há muito tempo por uma melhor qualidade de vida para a nossa gente, entendemos que você proporcionar àqueles que são a grande maioria deste país, que recebem uma baixa remuneração, muitos que vivem com o salário mínimo, outros que vivem com um pouquinho mais de um salário mínimo, e somente essas pessoas sabem, conhecem bem as suas dificuldades que têm em ir a algum evento cultural, ou perceber, ou visitar algum bem cultural. Nós vimos pelos percentuais, observados pelo Senador Augusto Botelho, o quanto das pessoas, o número de... Temos uma ideia do percentual de pessoas que nunca foram ao cinema. 14% da população brasileira vai ao cinema. E outros e outros percentuais, que foram aqui citados por V. Exa., que nos mostram quanto essa iniciativa vai atender a população, não é? Aqui, quando temos 96% nunca frequentaram um museu. 93% nunca foram a uma exposição de arte, e 78% nunca assistiram a um espetáculo de dança. Portanto, fazer com que essa parcela da população, que é a grande maioria, possa ter acesso, possa perceber os nossos bens e serviços culturais, possam perceber a cultura brasileira, isso vai ser um grande passo, Sr. Presidente, para que tenhamos brasileiros com maior percepção do nosso país, da nossa realidade, e é claro que isso será fundamental para o engrandecimento de cada um de nós, de cada um daqueles que realmente serão os mais beneficiados com essa iniciativa.

Além disso, percebo o quanto este setor cultural, ele irá crescer. É um setor importantíssimo, nós temos aí muitos artistas, grandes artistas do nosso país, e é claro que isso será de grande impacto quanto teremos a oportunidade de fazer com que essa área cultural no nosso país possa ser mais prestigiada. É dessa forma que uma sociedade, ela se engrandece cada vez mais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. O Senador Augusto Botelho eu acho que queria solicitar alguma coisa, pela ordem, também.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): É, senador, é que tem uma alteração aqui, na emenda, na emenda número... Queria pedir uma pausa de cinco minutos, para a gente fazer uma alteração aqui, na redação das emendas, aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem, o Sr. Relator está solicitando uma interrupção de cinco minutos – nós vamos conceder – para ajustar a redação da emenda. Muito bem, está suspensa, então, a reunião, pelo período de cinco minutos, para ver essas tratativas em torno da emenda.

[Sessão suspensa às 13h36]

[Sessão reaberta às 14h08]

Está reaberta, então, a sessão desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que está apreciando o Projeto de Lei da Câmara n° 221, de 2009. Passo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, essa pausa que nós pedimos foi para reajustar aqui o final do relatório, mas também surgiu uma outra dúvida, em relação a um problema regimental. Para que não haja dúvida, depois, em Plenário, porque eu apresentei uma emenda na CCJ, também, esse projeto, eu vou ter que abdicar da relatoria, para que evite que um problema, lá na frente, regimental, possa prejudicar o projeto. E abdico da relatoria. Então, eu não vou ser mais relator, eu renuncio da relatoria agora, e sugiro que V. Exa. faça o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Então, o Senador Augusto Botelho, em função de uma atitude preventiva em relação a aspectos regimentais, o Senador Augusto Botelho abdica da relatoria do projeto de lei, na condição de Presidente

eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, eu avoco para mim a relatoria desse projeto de lei, e faço, então, a... Vou fazer, então, a relatoria do Projeto de Lei. Para essa finalidade, então, eu passo a presidência ao amigo e Senador Augusto Botelho.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Senador Flávio Arns. Então eu passo a palavra a V. Exa. para emitir o parecer final, para fazer o relatório do projeto.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu quero dizer, Sr. Presidente, que o relatório já foi lido por V. Exa., a análise também já foi feita, lida, o voto, inclusive, havido sido lido, e havia sido feito uma interrupção para adequar o voto. Quero enaltecer o trabalho de V. Exa. nesta questão toda de apreciação do projeto de lei e emito agora o voto definitivo, tendo em vista também os entendimentos acontecidos. Então, o voto do projeto de lei passa a ser o seguinte: "Tendo em vista o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara n°. 221, de 2009, n°. 5798, de 2009, na origem, com a emenda que ofereço, e pela prejudicialidade das Emendas n°s. 1 a 6. Emenda: 'Dê-se ao inciso II, do art. 2º do projeto, a seguinte redação: art. 2º, inciso II, produtos culturais: livros, revistas, periódicos e bens materiais de cunho artístico e cultural, produzidos por pessoas físicas e jurídicas, em qualquer formato ou mídia, cujas características se enquadrem nas áreas culturais, previstas no § 2º'". Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Em discussão o projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação o projeto. Sras. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Parecer aprovado com a emenda oferecida, emenda de relator, e prejudicando as Emendas de 1 a 6. Declaro aprovado o Projeto de Vale-Cultura. Devolvo a presidência ao Senador Flávio Arns.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR) Agradeço ao Senador Augusto Botelho a amizade, a deferência, e quero enaltecer o trabalho e o relatório, feitos pelo Senador Augusto Botelho, em relação a essa matéria. Agradeço a participação de todos. Cumpridos os objetivos desta reunião, declaro a mesma encerrada. Obrigado.

Sessão encerrada às 14h13.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 81ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia três de dezembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Flávio Arns,** e com a presença dos Senhores Senadores Inácio Arruda, Roberto Cavalcanti, Gilvam Borges, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, Gilberto Goellner e Osvaldo Sobrinho, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Fátima Cleide, Paulo Paim, Valter Pereira, Mauro Fecury, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana, Alvaro Dias, Eduardo Azeredo, Marisa Serrano e Sérgio Zambiasi. O Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 46/09-CE, de autoria do Senhor Senador Flávio Arns, que tem como objetivo debater o **"Projeto de parceria realizado entre a União Parlamentar Escoteira do Brasil (UPEB); a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CECIRM) e a União dos Escoteiros do Brasil (UEB), que neste ano culminou com a primeira visita de escoteiros brasileiros à Antártica"**. Prosseguindo, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, da Senhora Carmen Barreira, Diretora Presidente da União dos Escoteiros do Brasil; Senhor Márcio Albuquerque, Vice-Presidente do Conselho de Administração da União dos Escoteiros do Brasil; Senhor Rubem Suffert, Membro do Conselho de Administração Nacional da União dos Escoteiros do Brasil; Senhor Adão Roberto Rodrigues, Delegado da Conferência Nacional de Assistência Social da União dos Escoteiros do Brasil, de Alegrete – RS; Senhor Fabrício Rossi Fernandes Lima, Diretor Administrativo Regional da União dos Escoteiros do Brasil, do Distrito Federal; Senhora Maria Eduarda Abreu Ferreira, Escoteira do Grupo Escoteiro Olavo Bilac – 10º Distrito DF; Senhora Isméria Maria de Oliveira, Akelá do

Grupo Escoteiro Olavo Bilac – 10º Distrito DF; Senhor Diego Gonçalves Duarte, Pioneiro do Grupo de Escoteiro João XXIII; Senhor Deomar Rosado, Assistente do Grupo Escoteiro Liz do Lar; Senhor Alexandre Machado da Silveira, Assessor Parlamentar da Marinha do Brasil; Senhor Sargento Walter Bittencourt Júnior, da Marinha do Brasil; Senhora Adriana Pereira From Costa, Escotista da União dos Escoteiros do Brasil; Senhor Matheus Frony Costa, Lobinho do Grupo de Escoteiros Lis do Lago – 15º Distrito DF e Senhora Adriana Pereira From Costa, Escotista da União dos Escoteiros do Brasil. A Presidência comunica ainda a presença, nesta sessão, de professores e alunos do Centro Educacional do Lago Sul – DF, que fazem a primeira visita do programa criado por esta Casa denominado " Jovem Cidadão". São eles: Senhora Raíssa Florentino Coelho de Souza, Professora do Centro Educacional do Lago Sul – DF; Senhora Regina Cláudia Bastos Cavalcante, Professora do Centro Educacional do Lago Sul – DF e Alunos do 1º ano do Ensino Médio do Centro Educacional do Lago Sul – DF, Álvaro Danilo Evangelista Couto Júnior, Aurélio Vieira Rocha, Carla Vinhadelli Campos, Caroline Santos de Jesus, Daiany Pereira Rocha, Francisco Paulo Moraes, Gabriela dos Santos Costa, Gyselle Cristina Sousa de França, Jucimara Martins Silva, Lucas Ignowsky, Josiane Lopes dos Santos, Joelma Macedo Ribeiro, Mahatma Joelly Ferreira Teles, Marcus Mendes Oliveira, Maria Luiza Machado de Lima, Maria Luiza Ferreira, Moacir Pereira Ferreira, Rubenita Silva de Sousa Franco, Sabrina Veras de Matos, Toni da Cruz Teixeira, Viviane Costa Rocha e Laísa Pereira da Silva. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Capitão-de-Mar-Guerra (FN) José Robson de O. Medeiros, Sub-Secretário do Programa Antártico Brasileiro (ProAntar); Senhor Rubem Tadeu Perlingeiro, Presidente da União dos Escoteiros do Brasil (UEB); Senhor Paulo Eugênio de Oliveira, Coordenador do Mutirão Nacional de Ação Ecológica (MUTECO); Senhor Daniel Lucas Rodrigues, Escoteiro de Americana – SP; Senhor Gabriel Renaldo de Sousa, Escoteiro de Florianópolis – SC e Senhora Pâmela Carvalho da Silva, Escoteira de Sapucaia do Sul – RS.** Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque – autor do Requerimento e Presidente da Frente Parlamentar de Apoio ao Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR, Osvaldo Sobrinho e Romeu Tuma. Antes de encerrar a Audiência o Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, faz a leitura do comunicado que se segue: "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do Aviso nº 1718-TCU-Plenário do Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Ubiratan Aguiar, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do processo TC 002.024/2009-5, bem como do relatório e do voto que fundamentaram aquela deliberação, cujo objetivo foi o resultado do trabalho de fiscalização de orientação centralizada – FOC, destinado a examinar, os hospitais universitários, vinculados às Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, com intuito de produzir diagnóstico da situação existente, avaliar coordenação e acompanhamento exercidos pelos ministérios supervisores da área, disseminar boas práticas encontradas e oferecer aos Poderes Legislativo e Executivo proposta para aperfeiçoamento da gestão administrativa e das atividades de extensão, de ensino, de pesquisa e de assistência a saúde. Os senadores que desejarem uma cópia do Aviso poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". A matéria vai ai arquivo. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e trinta e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR **FLÁVIO ARNS**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

81ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 81ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto, inicialmente, à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os senadores e senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente Reunião atende ao Requerimento nº 46, desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte,

de 2009, de minha autoria, para a realização de Audiência Pública destinada a debater "O Projeto de parceria realizado entre a União Parlamentar Escoteira do Brasil (UPEB), a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar e a União dos Escoteiros do Brasil (UEB), que neste ano culminou com a primeira visita de escoteiros e escoteira brasileiros à Antártica".

Dando início a esta Audiência Pública, solicito ao Secretário da Comissão, Sr. Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à Mesa.

Eu quero dizer que os convidados são os seguintes: o Capitão-de-Mar-e-Guerra José Robson de Medeiros, que é Subsecretário do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR); também se aproximando Rubem Tadeu Perlingeiro, Presidente da União dos Escoteiros do Brasil (UEB); Paulo Eugênio de Oliveira, Coordenador do Mutirão Nacional de Ação Ecológica; o Daniel Lucas Rodrigues, que é Escoteiro de Americana/SP; o Gabriel Renaldo de Sousa, Escoteiro de Florianópolis/SC; e a Pâmela Carvalho da Silva, Escoteira de Sapucaia do Sul/RS. Os Escoteiros Gabriel, Daniel e Pâmela participaram do Mutirão Nacional de Ação Ecológica, que vai ser explicado na sequência pelo Paulo Eugênio, tendo sido selecionados para representarem o movimento escoteiro nesta missão, nesta viagem, nesta visita à Antártica, através do Programa PROANTAR. Isto aconteceu no final do mês de julho. O grande objetivo desta Audiência Pública é trazer este relato do Comandante-de-Mar-e-Guerra, que é uma pessoa que coordena esse esforço todo, o José Robson de Medeiros, para que todos conheçamos ainda melhor o Programa PROANTAR, esta relação do programa com a sociedade e a comunidade, também com a presença do Presidente da União dos Escoteiros do Brasil, para que ele explique também para toda a sociedade o movimento, as origens, os objetivos, o papel com a juventude, o papel da educação, do meio ambiente, que, afinal, temos algumas dezenas de milhares de escoteiros em nosso País e alguns milhões de escoteiros pelo mundo. É um movimento centenário e nós estamos procurando de todas as maneiras possíveis divulgar, apoiar para que o movimento se fortaleça, se expanda cada vez mais, e também nesse sentido o Paulo Eugênio, que é o Coordenador do Mutirão Nacional de Ação Ecológica, também explicar como é que foi feito. E, além disto, o Daniel, o Gabriel e a Pâmela, que representam as dezenas de milhares de escoteiros e escoteiras do Brasil, mostrar também o trabalho dos grupos deles, trabalho que vem sendo feito, assim os pontos que eles achem importantes serem destacados, e um relato da experiência deles dentro desta visita que foi realizada à Antártica. Eu estava comentando com eles que muito poucas pessoas têm essa oportunidade de irem à Antártica, dentro de um programa oficial, junto com a Marinha também, visitarem a base, dormiram na base inclusive, não é verdade, então fazer esse relato porque isso é um fator de animação para todos os jovens do Brasil que por ventura estejam engajados também nesta iniciativa.

Quero destacar que nós temos aqui, inclusive com muita alegria, a presença do Senador Osvaldo Sobrinho, mas temos aqui no Parlamento a União Parlamentar Escoteira do Brasil. Aproveitamos, inclusive, para, através dessa Audiência Pública, reforçar assim o convite para que vereadores, vereadoras, deputados e deputadas estaduais, deputados e deputadas federais e senadores e senadoras participem desta União Parlamentar Escoteira. É uma União dos Parlamentares dos vários níveis, municípios, estados e no âmbito federal, para que cada um dentro do seu âmbito de atuação reforce os ideais do escotismo, os objetivos. Lá o vereador, a vereadora, lá no município, dê o apoio para o grupo escoteiro, ajude na qualificação, no treinamento, veja se é possível incluir no orçamento algum recurso para o movimento escoteiro, porque o grande desafio no Brasil hoje é encontrarmos alternativas boas, saudáveis, educativas de compromissos para a juventude. Eu não tenho dúvidas em afirmar que o movimento escoteiro no Brasil e no mundo é uma dessas alternativas para crianças, jovens e adultos. Então todos nós estamos interessados que uma boa iniciativa como esta possa ter o apoio, o incentivo, a animação e o entusiasmo necessários para avançar ainda mais. Então que bom, agradeço novamente ao Osvaldo Sobrinho, há outras comissões também funcionando, há vários senadores sempre interessados nesse tema.

Quero dizer a todos que estão na Mesa que os meios de comunicação do Senado estão acompanhando esta Audiência Pública, TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado, Jornal do Senado, a Audiência Pública será transmitida na íntegra em horários diferentes também para que o público do Brasil possa acompanhar o que for dito e o que for discutido aqui neste momento. Tá bem? Então sejam bem-vindos, bem-vinda a Pâmela.

E vamos começar, então, a fazer as exposições. Passo em primeiro lugar...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu quero destacar também a presença aqui, com muito orgulho, do Centro Educacional do Lago Sul, todos vocês que estão aqui, que fazem parte do Programa Jovem Cidadão do Senado. É a primeira visita que acontece através deste programa para o Senado Federal. Então é o Programa Jovem cidadão.

Até, coincidentemente, eu quero reforçar essa ligação do programa com aquilo que está acontecendo no dia de hoje aqui, que é relacionado à juventude também. Temos os professores responsáveis, a Regina Cláudia Bastos Cavalcanti, a Raíssa Florentino Coelho de Souza e vários alunos que eu faço questão assim de ler também: Álvaro Danilo Evangelista Couto Júnior, Aurélio Vieira Rocha, Carla Vinhadeli Campos, Caroline Santos de Jesus, Daiane Pereira Rocha, Francisco Paulo Moraes, Gabriela dos Santos Costa, Gisele Cristina Souza de França, Jucimara Martins Silva, Lucas Ignosk, Joseane Lopes dos Santos, Joelma Macedo Ribeiro, Mahamed Joeli Ferreira Telles, Marcos Mendes Oliveira, Maria Luiza Machado de Lima, Maria Luiza Ferreira, Moacir Pereira Ferreira, Rubenita Silva de Souza Franco, Sabrina Veras de Mattos, Tony da Cruz Teixeira, Viviane Costa Rocha e Laísa Pereira da Silva. São dezessete alunos. Eu quero dar as boas-vindas a vocês e que engajem-se, se gostarem da área, também no movimento escoteiro.

Quero também ressaltar a presença de Carmem Barreira, Diretora Presidente da União dos Escoteiros do Brasil; Márcio Albuquerque, vice-Presidente do Conselho de Administração da União dos Escoteiros do Brasil; Rubens Suffert, Membro do Conselho de Administração também. Adão Roberto Rodrigues, Delegado da Conferência Nacional de Assistência Social, que está acontecendo em Brasília, a Conferência Nacional de Assistência Social, mas ele é de Alegrete/RS, dos escoteiros; Fabrício Rossi Fernandes Lima, Diretor Administrativo Regional da União dos Escoteiros do Brasil do Distrito Federal; Maria Eduarda Abreu Ferreira, Escoteira do Grupo Escoteiro Olavo Bilac, 10º Distrito, Distrito Federal; Esméria Maria de Oliveira, Aquelá(F) do Grupo Escoteiro Olavo Bilac, 10º Distrito, Distrito Federal; Diego Gonçalves Duarte, Pioneiro do Grupo de Escoteiros João XXIII; Delmar Rosado, Assistente do Grupo Escoteiro Lis do Lago; Alexandre Machado da Silveira, Assessor Parlamentar da Marinha do Brasil; Sargento Valter Bittencourt Júnior, Marinha do Brasil; também a Adriana Pereira Frony Costa, Escotista da União dos Escoteiros do Brasil; e Matheus Frony Costa, está lá o Matheus, que é lobinho, lobinho do Grupo de Escoteiros Lis do Lago, 15º Distrito, Distrito Federal.

Lembrando que a União Parlamentar, como eu já disse, não é necessário que a pessoa tenha sido escoteiro ou escoteira na União Parlamentar, mas que defenda os princípios, a filosofia, a visão, os objetivos do movimento escoteiro.

Muito bem. Todos prontos? Então está bom. Passamos, em primeiro lugar, então a palavra ao Capitão-de-Mar-e-Guerra José Robson de Medeiros, Subsecretário do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR).

SR. JOSÉ ROBSON DE OLIVEIRA MEDEIROS: Bom-dia a todos. Eu gostaria de, em primeiro lugar, em nome do Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, Almirante Ortiz, agradecer muito ao Senador Flávio Arns e a essa Comissão pelo convite e pela oportunidade de virmos aqui, enfim, colocarmos um pouco das nossas atividades na Marinha nesse setor específico, que é a Antártica.

Feito isso, feito esse agradecimento muito devido ao Senador Flávio Arns, eu gostaria de, em primeiro lugar, me endereçar aos jovens que estão aqui. Na verdade é uma plateia extremamente seleta, mas eu queria me endereçar aos jovens que estão aqui, aos escoteiros que já estão envolvidos no movimento e os que chegaram aqui, convidados, porque o senador foi extremamente feliz, tem muita razão, quando diz que precisamos de alternativas para a nossa juventude e que o escotismo é, sim, uma belíssima alternativa que deve ser realmente cultuada, como vem sendo nessas dezenas de anos. Qualquer instituição ou movimento que perdure nesse nosso contexto atual mais de um século é digno de nota por si só, só por esse motivo, de forma que eu gostaria de reiterar e reforçar, enfim, as palavras do senador, que é a nossa opinião também.

Ficamos extremamente felizes de ter tido a oportunidade de ter a participação da Pâmela, do Gabriel e do Daniel nessa viagem. Mais tarde um pouco nós vamos ter alguma coisa projetada em termos de imagem do que foi essa viagem, pouca coisa, infelizmente temos sempre limitações de tempo, e eu gostaria de dizer, senador, que foi uma satisfação e que nós entendemos exatamente a dimensão que uma oportunidade dessa pode ter para os jovens que estão sentados aqui, para os jovens escoteiros, porque realmente é uma oportunidade ímpar. Lamentamos, imensamente, que como tudo no Brasil vivemos, enfim, correndo por orçamento, correndo por oportunidade, por expandir as demandas do Programa Antártico, que são muito grandes. Então não podemos atender talvez como fosse o ideal, de uma maneira mais ampla e levando mais jovens a ter essa experiência, porque na verdade estão ali sentados alguns jovens, poderiam estar ali dois dos meus filhos, por exemplo. Então é claro que é o desejo de todo mundo que se envolve seriamente com o futuro desse País, gostaríamos que fossem mais pessoas, mas ainda assim todos que são sérios e se envolvem no futuro desse País têm que concordar que essa é um grande caminho, essa é uma grande vertente de opção para a nossa juventude.

Eu gostaria de tomar a liberdade, senador, de fazer uma pequena apresentação, prometo que será o mais breve possível, só para dar uma noção a todos que estão presentes aqui do que é, em linhas muito

gerais, muito superficiais, o Programa Antártico Brasileiro, que é um programa muito amplo e, enfim, que envolve muitos órgãos do Governo Brasileiro, mas que é gerenciado por nós na Marinha. Vamos, então, passar a essa apresentação. Por favor.

O Programa Antártico Brasileiro, eu já alerto, isso é uma definição criada há 27 anos e foi criada pelo Governo Brasileiro, portanto. O que eu queria dizer, antes de ler a nossa definição, é que o Programa Antártico Brasileiro, assim como o momento de escoteiros, assim como outros programas, projetos, instituições, movimentos no Brasil, é um programa de estado, ou seja, ele não tem qualquer relacionamento com governos, ele é um programa de estado. O Estado Brasileiro resolveu criar, há 27 anos atrás, um Programa Antártico. E esse programa vem se mantendo, pelo fato de ser de estado, provavelmente uma das razões que ajuda a essa longevidade, ativo, produzindo e eficiente há 27 anos. Da mesma forma como o movimento escoteiro no Brasil, qualquer programa nesse País que tenha também 27 anos já deu certo só por esse motivo. Mas têm outros motivos que eu gostaria de mostrar a vocês.

Então o PROANTAR, o Programa Antártico Brasileiro, tem o propósito de promover a realização de pesquisas científicas diversificadas e de alta qualidade na Região Antártica, com a finalidade de compreender os fenômenos que ali ocorrem que tenham repercussão global e, em particular, sobre o território brasileiro. Trata-se de um programa de estado que escreve uma história de sucesso há 27 anos. Então o que é que acontece aí? Num momento anterior o Governo Brasileiro decidiu que queria fazer parte de uma comunidade que estava se criando ou que tinha se criado há poucos anos no mundo, que é uma comunidade que se chama, enfim, se convencionou chamar Comunidade Antártica, toda sob um guarda-chuva de um tratado, que foi um tratado assinado em 1959, o Tratado Antártico, que congrega algumas nações do mundo que tenham interesses de uma maneira ou de outra naquele continente. É extremamente importante porque dentro de todos os tratados já que foram assinados nessa nossa história da humanidade, eu me arriscaria a dizer que esse é um tratado singular, único. É o único tratado que foi assinado e que prevê, esse tratado, a convivência pacífica de todas as nações numa determinada região do mundo e esse tratado é respeitado, vale e o que ele prevê efetivamente acontece.

Então o conserto das nações que compõem esse tratado se respeitam, a Antártica é um território sem fronteiras, é um território de acesso livre, portanto, qualquer país pode comparecer a uma instalação de um outro país, apenas necessitando para isso de um aviso antes por polidez, ou seja, por educação, porque a rigor nem um aviso precisa, e isso efetivamente funciona na Antártica. Portanto, é um tratado que também deve ser digno de nota e ser digno da atenção de todos nós.

Muito bem. Rapidamente para a estrutura do Programa Antártico. O Programa Antártico, como eu lhes disse, é um programa de estado, portanto, tem envolvimento direto do Presidente da República. Existe uma Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, que é a encarregada de ditar parâmetros operacionais para o Programa Antártico. Existe uma Política Antártica formulada pelo País, que é conduzida pelo Ministério das Relações Exteriores, e uma Política de Pesquisa Científica, que também é formulada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, para aquela Comissão Nacional de Pesquisas Antárticas, então está ali o gerente, o operacional do Programa Antártica, a CIRM, e ali um formulador de diretrizes políticas, que é o Ministério das Relações Exteriores, e um formulador de diretrizes científicas, que é o Ministério da Ciência e Tecnologia. Abaixo da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar existe uma Subcomissão do PROANTAR, cujo coordenador é o secretário daquela comissão, da CIRM, portanto, é o meu chefe, é o secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, ele é o secretário e eu sou o subsecretário do PROANTAR.

Essa subcomissão se encarrega de decidir tudo que vai acontecer no Programa Antártico e levar esse assessoramento aos órgãos de cima para, enfim, para o referendo. Abaixo dessa subcomissão, só que para vocês entendam, existe um Grupo de Avaliação Ambiental a cargo do Ministério do Meio Ambiente, que avalia ambientalmente se as atividades que vão ocorrer lá vão impactar ambientalmente aquele continente, que é preservado. Existe um Grupo de Operações, que é coordenado por mim, que decide o que é que vai acontecer em termos de logística e operações a cada Operação Antártica. Nós já estamos levando a efeito, esse ano, a 28ª Operação Antártica, está acontecendo nesse momento. E um Grupo de Assessoramento, que é conduzido pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, que decide quais projetos científicos têm mérito científico para ser escolhido, para ser financiado para ir à Antártica. Então basicamente é essa a estrutura? Um Grupo Operacional que trata da operação e da logística, um Grupo Ambiental que trata do impacto ambiental e da avaliação ambiental e um Grupo de Assessoramento que trata do mérito científico dos projetos que são, enfim, propostos. Por favor.

Exatamente o que eu falei. Essa é a seleção de projetos: o MCT com o CNPQ através de chamada pública de editais. Esses projetos que são selecionados então e avaliados quanto ao seu mérito lá no MCT,

numa estrutura MCT/CNPQ. O Ministério do Meio Ambiente avalia ambientalmente e a Marinha, o Grupo de Operações, avalia no sentido de executabilidade(F) e logística. Por favor.

Um pequeno histórico da participação do Brasil. Como eu lhes disse, em 1956, 1957, ocorreu o 3º Ano Geofísico Internacional, foi um movimento científico mundial, enfim, que tratou de estudar toda a parte de ciência geofísica e emular isso naquele momento em nível mundial, uma participação extremamente intensa. Nesse momento o mundo acordou para um continente chamado Antártica. Obviamente, quando o mundo acorda, quando a humanidade acorda para qualquer coisa que tenha valor econômico, começa a haver desavenças, a ter problemas e já tentativas de... [soa a campainha] É para eu parar?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Pode continuar.

SR. JOSÉ ROBSON DE OLIVEIRA MEDEIROS: Tentativas de dividir aquilo ali economicamente. Então se resolveu, então, em 59, assinar um tratado. Esse tratado foi assinado em Washington em 59, em 61 entra em vigor, em 75 o Brasil adere, em 82 elaboramos um Programa Antártico, em 83 o Brasil, mercê da sua participação já na Antártica em pesquisas feitas a bordo de navios da USP e da Marinha, é admitido como Membro Consultivo do Tratado. E em 84 estabelece-se na Antártica a Estação Antártica Comandante Ferraz, que faz neste ano 25 anos.

É importante só ressaltar a importância do Brasil ser um Membro Consultivo no Tratado da Antártica, porque dentro do espírito do Tratado da Antártica, cada país que é Membro Consultivo tem direito a voto de peso igual a qualquer outro país e tudo só pode ser decidido por consenso, de forma que ter direito a voto, enfim, num colegiado em que tudo só é decidido por unanimidade, é extremamente importante. Portanto, qualquer que seja o destino desse continente nas próximas décadas, o Brasil terá voto e terá veto.

Gerência do PROANTAR. Vamos para a fonte de recurso rapidamente: orçamento da União, emendas parlamentares da Frente Parlamentar e entidades e instituições financeiras públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras. Essa é uma preocupação constante do Programa Antártico, porque recurso é o que move tudo no mundo. Por favor.

O que é que nós fazemos? Planejamos o emprego dos meios de transportes terrestres, marítimos e aéreos, temos aí envolvido nisso, enfim, todas as modalidades de transporte, envolvendo a Força Aérea Brasileira, envolvendo, enfim, a Marinha, envolvendo universidades, etc.; coordenar as atividades científicas de divulgação; planejar e acompanhar o abastecimento de gêneros da estação, claro; planejar e considerar os projetos de seleção e treinamento. Temos que treinar e selecionar pessoas para guarnecerem a estação e também os cientistas que vão fazer pesquisas têm que também ter um preparo porque o ambiente é extremamente inóspito; planejar, coordenar e acompanhar construções, manutenções, reparos e etc. Por favor.

Nossos meios. Temos aí como meios disponíveis para apoiar essa Operação Antártica... Como eu lhes disse, estamos nesse momento em curso da 28ª Operação. Então esse é o Navio de Apoio Oceanográfico Ary Rangel, que já está na sua 13ª Operação Antártica; o Navio Polar Almirante Maximiano, que está na sua 1ª Operação Antártica; os helicópteros que utilizamos, o avião da FAB, o Hércules, que bravamente nos leva lá, ele levou os escoteiros também; as lanchas de pesquisa; tratores; os quadriciclos; motos de neve; botes; [ininteligível]; tratores, enfim. E a própria estação, nesse caso aí considerada como membro de apoio. Ela também é uma plataforma muito importante de pesquisa.

Onde é que nós estamos? Como vocês podem ver... Eu peço ao senhor que espere um sinal só para mudar. Por favor.

Então nós estamos na península Antártica e é bem pertinho. Eu gostaria que voltasse na outra. Obrigado.

Como podem ver, a Antártica está com uma distância razoável, quase que... Enfim, o que vocês podem ver ali à direita é a África, o que podem ver aqui abaixo é a Austrália e aqui em cima a América do Sul. Nós somos o continente que estamos mais perto da Antártica. Portanto, alguns defendem que existe uma ligação, enfim, em nível de placa tectônica com a Antártica, mas sofremos mais de perto os efeitos das frentes frias, etc., que são geradas naquele continente, de forma que estamos aí muito interessados nesse continente até por uma razão geográfica. Ali naquela península Antártica está situada a Ilha Rei Jorge. Eu peço que mude, por favor.

Ali a pontinha da península Antártica, está ali a Ilha Rei Jorge. Nós nos atuamos ali naquela ilha, onde tem uma bandeirinha. Por favor.

Essa já é o interior da Baía do Almirantado, que fica na Ilha Rei Jorge. Essa é a Península Keller, essa pequena península. Pois não.

Ali se situa então a Estação Antártica Comandante Ferraz. Por favor.

Um pouquinho do interior da estação. É uma estação extremamente confortável para os padrões antárticos. Vocês percebam que há uma dificuldade logística imensa de levar as coisas para a Antártica. Então normalmente as instalações na Antártica, de

uma maneira geral, são muito espartanas. A nossa não foge à regra, mas dentro dos padrões da Antártica é bastante confortável. Uma sala de secagem, onde checamos as nossas roupas, os laboratórios científicos, a sala de refeições, aí uma pequena biblioteca e aí as pesquisas que são realizadas [soa a campainha]. Uma pequena pincelada. Eu já vou terminar. Esses são os dados da Operação Antártica 27, que terminou em março. Por favor.

Resultados para o País. É muito importante que se entenda também que tudo que é levado a efeito e que é feito com o dinheiro público precisa gerar resultados para o País, precisa gerar resultados para a população, enfim, da maneira que for possível e da melhor maneira. Então o que é que se estuda lá? Se estuda a influência do comportamento das correntes marinhas Antárticas. Isso influencia diretamente na nossa capacidade de desenvolvimento de pesca no Brasil; acompanhamento da camada de ozônio. Isso no sentido global de acompanhamento da mudança climática; levantamento da existência de recursos minerais e hidrocarbonetos. Para um futuro da Antártica, que é possível de acontecer, de ser possível uma exploração econômica, é importante que o País saiba o que pode explorar; influência do clima antártico no Brasil. Conhecendo o clima na Antártica e o que é gerado lá, pode se ajudar a agricultura nesse País, principalmente nas Regiões Sul e Sudeste; acompanhamento de mudanças climáticas globais, por uma razão óbvia; pesquisas de biodiversidade marinha; e participação nas decisões sobre o futuro da Antártica. Esse, como já lhes falei, um motivo extremamente importante.

Quais são os desafios? Temos um aumento de demanda considerável da parte científica e temos que gerar meios e buscar orçamento para aumentar a nossa capacidade; limitações logísticas, como já falei navios, voos e estação; e um orçamento que precisa aumentar.

Perspectivas. Temos que pensar numa perspectiva para a Antártica, o que é que queremos de lá. O Brasil anda agora pensando muito, todo esse colegiado de Ministérios, em definir novos rumos para a Antártica. Qual será o próximo passo? Estamos lá há 27 anos com sucesso, mas precisamos evoluir.

Objetivos do País políticos e econômicos por uma possível exploração futura e pelo papel de liderança que o Brasil tem na América do Sul em relação à pesquisa Antártica.

Desenvolvimento de novas tecnologias. Estamos pesquisando, por exemplo, a tecnologia de anticongelantes, se estuda o sangue dos peixes na Antártica para saber por que é que aquele sangue não congela e daí podem surgir patentes importantes para o Brasil. Temos que estudar também o nosso modelo de presença na Antártica para saber se precisamos evoluir para um novo modelo. Pois não.

Agora eu gostaria de saber se é possível o Sargento Bittencourt falar um pouco. É possível? Não é possível. É porque ele acompanhou os escoteiros, o senhor entende?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): É só mostrar as fotos.

SR. JOSÉ ROBSON DE OLIVEIRA MEDEIROS: Tá bom, então. O Sargento Bittencourt, que está aqui presente, é--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu quero só lembrar que a gente teria o máximo prazer em ouvir. É que se trata, assim, de uma iniciativa oficial de Audiência Pública e regimentalmente existem, assim, os nomes que foram aprovados pela comissão.

SR. JOSÉ ROBSON DE OLIVEIRA MEDEIROS: Entendi.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Então é só nesse sentido, porque em muitas Audiências Públicas se pede para a gente incluir pessoas e tudo e sempre é negado, sabe? [risos] Se a gente daí abrir a exceção, apesar de a gente saber da importância, mas você explica bem, porque as fotos são autoexplicativas também.

SR. JOSÉ ROBSON DE OLIVEIRA MEDEIROS: Explicativas, porque o Sargento Bittencourt, que é o nosso auxiliar precioso, ele acompanhou a Pâmela, o Daniel e o Gabriel em todos os passos que deram na Antártica e ele foi, efetivamente, o condutor, ele que é um escoteiro, acompanhou e, enfim, foi quem conduziu tudo. Eu estava presente, mas efetivamente quem conduziu toda a visita foi o sargento Bittencourt. Mas vamos passar.

Está aí a garota, isso é no Aeroporto de Pelotas, nós fazemos sempre um pouso em Pelotas. Isso aí já foi no voo, Bittencourt? Já foi no voo, então está dentro do Hércules já fazendo a travessia. Isso aí ainda é em Punta Arenas, não é verdade? Ainda é em Punta Arenas, tiveram sorte, pegaram uma boa neve lá em Punta Arenas. Ainda em Punta Arenas. Esse é aquele museu que existe em Punta Arenas. Qual é o nome do museu? Museu Andino. Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Os escoteiros dão uma força aí. Aonde é que foi, Pâmela?

SR. JOSÉ ROBSON DE OLIVEIRA MEDEIROS: Por favor, fala um pouco aí.

SRA. PÂMELA CARVALHO DA SILVA: Foi em Punta Arenas ainda.

SR. JOSÉ ROBSON DE OLIVEIRA MEDEIROS: Punta Arena ainda. Agora é melhor, vamos lá, descreve você, é claro.

SRA. PÂMELA CARVALHO DA SILVA: Aí já é na Antártica mesmo, quando a gente chegou.

SR. JOSÉ ROBSON DE OLIVEIRA MEDEIROS: Essa é a Base Aérea de Frei, dos chilenos.

SRA. PÂMELA CARVALHO DA SILVA: O Hércules.

SR. JOSÉ ROBSON DE OLIVEIRA MEDEIROS: Fala mais, fala mais.

SRA. PÂMELA CARVALHO DA SILVA: Pede para os meninos falarem também [risos]. O Gabriel, que é muito comunicativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Os três vão completando. Pode falar. Espere só um pouquinho, solte um pouco mais devagar para cada foto ter uma explicação. Pode falar. Quem quiser falar, pode falar.

SR. GABRIEL RENALDO DE SOUZA: Todos nós juntos com... Se eu não me engano estava também o pessoal, os fuzileiros navais, o Sargento Bittencourt também está nessa foto. Se tornaram grandes amigos nossos durante a viagem, diga-se de passagem.

O nosso melhor amigo da viagem, que foi a atração do final da Antártica, todo mundo queria tirar foto com ele.

[risos]

SR. JOSÉ ROBSON DE OLIVEIRA MEDEIROS: É isso. Muito obrigado, senador. Agradeço, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui presente e conversar com você. Muito obrigado, obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Agradeço a exposição do Capitão-de-Mar-e-Guerra José Robson Medeiros, pelo apoio, pela dedicação e, também, por todo esforço a favor desse entrosamento que aconteceu.

Passo, em seguida, a palavra ao Rubem Tadeu Perlingeiro, que é Presidente da União dos Escoteiros do Brasil.

SR. RUBEM TADEU PERLINGEIRO: Senador, bom-dia. Em nome da União dos Escoteiros do Brasil eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui no Senado e, também, agradecer a oportunidade que foi dada aos escoteiros de participar desse projeto e, nesse particular, também estender o agradecimento à Marinha do Brasil. Foi realmente um projeto muito importante para a nossa instituição no ano de 2009.

Gostaria de apresentar para vocês um pouco do que é o movimento escoteiro. A nossa instituição no ano que vem, quer dizer, em 1910 (sic), comemoramos 100 anos do escotismo no Brasil. O escotismo foi criado em 1907, o centenário do escotismo foi comemorado na Inglaterra há dois anos e no próximo ano nós comemoramos o centenário do escotismo do Brasil. Então acredito que seja uma oportunidade importante de nós apresentarmos no Senado e para todos os presentes nessa Audiência o que é o escotismo e qual o nosso papel na sociedade brasileira.

Escotismo é um movimento educacional de jovens, com a colaboração de adultos, sem qualquer vínculo político partidário, que valoriza a participação de pessoas de todas as origens sociais, etnias e crenças, de acordo com os princípios e o método escoteiro. O movimento quando foi criado por Baden-Powell, nosso fundador, em 1907, o fundador teve muito essa preocupação. No acampamento experimental, que é considerado um marco do início do escotismo, que foi um acampamento que ele fez com jovens na Inglaterra na Ilha de Brownsea, em 1907, ele teve a preocupação de convidar jovens de todas as camadas sociais. Então essa preocupação nós estendemos até os dias de hoje.

Como disse, o escotismo foi criado por Robert Baden-Powell, general inglês, herói de guerra, pessoa muito importante na Inglaterra, em 1907, com o objetivo de ajudar na formação de jovens ingleses. A nossa relação com a Marinha, ela é muito forte, porque exatamente foi a Marinha de Guerra, Marinha do Brasil, que trouxe o escotismo em 1910 para o Brasil. Havia um oficial da Marinha, um tenente que estava radicado na Inglaterra, ele já tinha tomado conhecimento do escotismo e muito entusiasmado começou a escrever para os seus pares aqui no Brasil sobre o escotismo. Aí um movimento de suboficiais da Marinha, em 1910, acabaram trazendo o escotismo Brasil para o Brasil, que teve início então na Cidade do Rio de Janeiro e dali foi se espalhando para o mundo inteiro. Então o Brasil é uma das primeiras associações, fora do continente europeu, a tomar o escotismo como uma bandeira importante para a formação dos jovens.

Qual o nosso propósito? É contribuir para que os jovens assumam o seu próprio desenvolvimento, especialmente do caráter, ajudando a desenvolver as suas potencialidades físicas, intelectuais, sociais, afetivas e espirituais como cidadãos responsáveis, participantes e úteis em sua comunidade. Então a nossa preocupação realmente é com os jovens, para a formação de jovens cidadãos ativos. Não basta, a gente costuma dizer, não basta ser bom. Também tem que participar, mas também tem que ter uma participação efetivamente ativa na sociedade, não só ter uma posição passiva. Essa é a nossa preocupação.

Temos um método educacional que a gente chama... Demos o apelido de "método de escoteiro" e que se caracteriza pelos seguintes pontos: aceitação da

promessa e da lei. Todos os movimentos de escoteiro aderem voluntariamente à promessa e à lei escoteira, que é um decálogo, enfim, dez artigos, inclusive a gente tem tido a honra de ver o Vice-Presidente citar um dos nossos artigos, ele já fez isso em diversas entrevistas, como um dos elementos motivadores para ele superar a dificuldade dele, que é o artigo que diz que o escoteiro é alegre e sorri nas dificuldades. Eu acho que em várias entrevistas o vice-Presidente José de Alencar se manifestou nisso, fez referência a esse artigo da lei, porque ele foi um escoteiro, como algo muito motivador para ele superar todas as dificuldades de saúde pelas quais ele tem passado; o aprender fazendo, que a gente brinca dizendo que é aprender a fazer o arroz queimando o arroz, quer dizer, a gente não aprende só na teoria, a gente tem a vivência prática, o aprendizado prático; a vida em equipe, atividades progressivas atraentes e variadas; e desenvolvimento pessoal pela orientação individual.

Então a educação no sentido amplo, um processo que dura toda a vida, o desenvolvimento permanente da potencialidade de uma pessoa, que é o nosso objetivo, autônoma, colaboradora, responsável, comprometida como indivíduo e como membro da sociedade.

Aqui vai uma observação importante que é até para contextualizar a União dos Escoteiros do Brasil, quer dizer, a União dos Escoteiros do Brasil, que é uma associação sem fins lucrativos, que faz com que o escotismo seja colocado em prática no País. O escotismo é toda essa questão teórica e prática também, mas, enfim, é o conhecimento que nós temos, é um programa de atividades, tem os nossos princípios, o nosso método e tal, mas quem coloca isso em prática é uma associação, tem que ser um conjunto de indivíduos e essa associação no Brasil é a União dos Escoteiros do Brasil. E como a gente se insere no contexto como agente educativo? Então a gente tem a educação formal, que é um sistema hierárquico cronologicamente estruturado: são as escolas, as universidades. Esses são os agentes de educação formal. A educação informal, processo pelo qual se adquire atitude, valores, habilidades e conhecimentos pela experiência diária, que é o contato com os pais, são esses agentes de educação informal e com tudo que ocorre à sua volta, mas não é um agente de educação formalizado. O próprio contato com os amigos, enfim, com a comunidade em que vive. E a educação não formal, que aí é aonde o escotismo, aonde a UEB se insere, a União dos Escoteiros do Brasil, que é a atividade organizada fora do sistema formal, destinada a uma determinada clientela de aprendizagem com objetivos identificados.

Então os quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, esses quatro pilares estão no nosso plano de desenvolvimento de educação, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação também.

Os princípios do escotismo definidos na Promessa Escoteira, base moral que se ajusta aos progressivos graus de maturidade do indivíduo. Então todo jovem, ele faz uma Promessa Escoteira, está assentado nesse princípio, que é de: dever para com Deus, a nossa preocupação com o desenvolvimento espiritual, dever para com o Próximo e o dever para consigo mesmo.

As atividades desenvolvidas através do método escoteiro oferece às crianças e jovens experiências educativas que contribuem para o crescimento integral em todas as suas dimensões: desenvolvimento físico, desenvolvimento intelectual, social, afetivo, espiritual e do caráter.

Só voltando um pouquinho, quer dizer, a nossa preocupação não é só com o desenvolvimento físico, quer dizer, fazemos muitas atividades, realmente o escotismo, a base diária dele são as atividades, quer dizer, semanal, vamos chamar assim, porque normalmente as atividades são semanais nos grupos de escoteiros, mas nós não estamos preocupados somente com o desenvolvimento físico. O desenvolvimento físico é um aspecto importante, mas também com todas essas outras áreas do desenvolvimento com vistas à formação daquele cidadão ativo na comunidade.

Qual é a faixa etária que a gente atende? Crianças e jovens, de ambos os sexos, de 07 a 21 anos, são os membros beneficiários no movimento escoteiro. Depois a gente vai ver como é que isso é dividido por ramo.

São divididos por ramos de acordo com as faixas etárias e reúnem-se em seções com números ilimitados de membros. Então qual é a nossa divisão? Ramo Lobinho, 07 a 10 anos [soa a campainha], uma ênfase educativa em socialização. O fundo motivador é o Livro da Jangal, livro escrito por Rudyard Kipling, que foi Prêmio Nobel de Literatura em 1907 e era muito próximo do Baden-Powell; 11 a 14 anos, Ramo Escoteiro, ênfase educativa a autonomia, fundo motivador aventura; 15 a 17 anos, Ramo Sênior, identidade... Ênfase educativa e fundo motivador desafio; e o Ramo Pioneiro, que são os nossos companheiros aqui, os nossos jovens, o Gabriel, o Daniel e a Pâmela, 18 a 21 anos, Ramo Pioneiro, projeto de vida, fundo motivador serviço.

Como é que a UEB então se insere nos dispositivos legais? Essa é a nossa UEB Escotismo. Como é que a UEB é no fundo externo com a legislação? Então o art. 205 da Constituição Federal, a Constituição Federal de 1988 foi uma Constituição Federal muito importante para o País em diversos aspectos, eu vou

destacar só esses, mas em diversos outros aspectos, que foi a caracterização da importância da organização social da sociedade, a colaboração da sociedade e dos organismos da sociedade civil para o desenvolvimento do País. Então está lá no art. 205, Da Ordem Social: *A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho*. Então "com a colaboração da sociedade", entre tantos outros agentes, também a União dos Escoteiros do Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação dispõe que a educação a*brange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas Instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais*, bem como *tem por finalidade o pleno conhecimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho*, ou seja, as organizações da sociedade civil, dentre as quais a UEB, são reconhecidas e valorizadas pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação como agentes no processo formativo do educando, inserindo-se no campo de educação e de atuação do que se convencionou chamar, relembrando, educação não formal, atuando em geral com temas relacionados ao meio ambiente, promoção da paz, da ética, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu art. 3º, inciso X, aponta expressamente a valorização da experiência extraescolar como um dos princípios do ensino formal. O ensino formal, a educação formal será ministrada com base nos seguintes princípios: *valorização da experiência extraescolar*. Um outro dispositivo legal importante que a UEB se insere é a lei que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, que também dispõe que compete *à sociedade como um todo, manter a atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais*. E mais adiante destaca a importância da educação não formal nesse processo.

O Decreto 4.281, que regulamenta a referida lei, prevê que *A Política Nacional de Educação Ambiental será executada pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente, pelas instituições educacionais públicas e privadas do sistema de ensino, pelos órgãos públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, envolvendo entidades não governamentais*, ou seja, a UEB, entre outras, *entidades de classe, meios de comunicação e demais segmentos da sociedade*.

Desde a sua fundação, a UEB, a partir de princípios éticos que preconizam a cidadania ativa, a preservação do meio ambiente, a solidariedade, a paz, o desenvolvimento espiritual, e com base em um método de ensino próprio, denominado método escoteiro, tem contribuído na educação de criança e jovens de todos os níveis sociais, complementando o ensino das instituições de educação formal. Tanto é assim que a União dos Escoteiros do Brasil é reconhecida de utilidade pública federal pelo Decreto 3297/1917, reiterado pelo Decreto de 1928, e como instituição de educação extraescolar pelo Decreto-Lei de 1946.

Concluindo, então, nesse passo nós renovamos o nosso compromisso com a sociedade brasileira de continuar contribuindo com a educação em nosso país e com a implementação da Política Nacional de Educação Ambiental e colocamo-nos à disposição para a ampliação dessas ações e de outras que estiverem ao nosso alcance.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Agradeço a participação do Rubem Tadeu Perlingeiro, que é Presidente da União dos Escoteiros do Brasil, Advogado. É um prazer tê-lo aqui no Senado Federal nesta Audiência Pública.

Passo, em seguida, a palavra ao Paulo Eugênio de Oliveira, que é Coordenador do Mutirão Nacional de Ação Ecológica.

SR. PAULO EUGÊNIO DE OLIVEIRA: Bom-dia a todos. Eu vim apresentar o Mutirão Nacional de Escoteiros de Ação Ecológica, que está na sua 18ª edição, vim dizer que eu pertenço ao Grupo de Trabalho Sustentabilidade, que é filiado à Equipe Nacional de Atividades, que é coordenada pelo chefe Siágrio Pinheiro, e da Diretoria de Métodos Educativos, que é coordenada pelo Luiz César Horn.

Na verdade, foi uma honra muito grande para mim coordenar o MULTIECO... Não, Paulo Eugênio de Oliveira. Foi uma honra muito grande coordenar o Mutirão Nacional de Ação Ecológica. O nosso trabalho não foi tão grande assim, foi um trabalho bastante burocrático, bastante de escritório mesmo, de coordenação dos grupos de todo o País que fizeram a atividade. A atividade não foi feita por mim, ela foi feita pelo Brasil todo, por todos os 172 grupos que participaram esse ano.

Mas o que é o MULTIECO? O MULTIECO é uma atividade voluntária, descentralizada, com uma temática única e sem custo de inscrição. Sem custo de inscrição a nível nacional, porque localmente os grupos foram fazendo as suas próprias atividades e se tinha algum custo foram agregando isso para cobrir, para possibili-

tar que aquela atividade fosse feita. É descentralizada, ou seja, nós fizemos a coordenação a nível nacional, mas as atividades locais não foram coordenadas por nós. É realizada pelos grupos de escoteiros de todo o País de acordo com as condições locais e desde 2004 é elaborado um programa único com as sugestões de atividades de educação ambiental de acordo com a temática central. Então é escolhida uma temática e, em cima dessa temática, é feito um programa. Esse programa coloca atividades, por exemplo... Pode passar o slide que no próximo vocês vão entender melhorzinho um pouco.

Em 2004, por exemplo, foi "A arte de reciclar", onde foi enfocado especificamente reciclagem como uma forma de recuperação do lixo e forma de dar valores para coisas que até então eram tidas como sem valor.

Em 2005, foi "A conservação da água, o bom uso da água, o reuso da água". Em 2006, foi o mutirão falando sobre a "Agricultura sustentável", quando as pessoas aprenderam práticas um pouco menos agressivas ao meio ambiente de plantar, de produzir sem ir matar, está certo?

Em 2007, foi quando o chefe Miguel, que era o antigo coordenador da então Subcomissão de Conservacionismo nos convidou para coordenar a Subcomissão de Conservacionismo e que passou a se chamar Grupo de Trabalho Sustentabilidade recentemente. Então, em 2007, eu elaborei o programa a pedido dele e a temática era sobre "Aquecimento global". Eu também fiz o desenho do distintivo, então vocês vão reparar que o estilo mudou bastante. Ficou um estilo mais... Eu gosto de dizer que é um estilo mais humano, que chama mais a atenção dos jovens. Mas, assim, os outros têm o seu valor em termos da propaganda. Eu sou engenheiro, então eu não entendo muito de marketing, a gente vai fazendo as coisas muito na experiência.

Em 2008, foi sobre "A sustentabilidade – Agora é para valer". Então nós tentamos incentivar mais a participação das pessoas no MULTIECO e colocamos lá... A nossa ideia inicial em 2008 é que houvesse uma competição: quem fizesse o maior número de experiências de meio ambiente, de atividades ambientais ia ganhar um prêmio, e acabou que no final essa ideia caiu por terra, nós acabamos dando certificado de participação e de mérito para todos os grupos que participaram. Então a ideia inicial de fazer como competição não vingou e até por retorno, porque a gente tem um retorno muito grande das pessoas. Em 2008, eu já estava coordenando a Subcomissão de Conservacionismo. Em 2009, que foi o tema desse ano, "O consumo consciente – Tudo vai para algum lugar". Então eu vou explicar um pouquinho melhor como é que foi o processo de escolha do tema. Pode passar.

Quando você estuda a Antártica, o José Robson já falou com muita propriedade sobre o PROANTAR, de o porquê estudar a Antártica. Só que o nosso desafio era fazer com que o tema fosse motivador para todas as regiões brasileiras. Então imagina alguém lá no Rio Grande do Norte falando exclusivamente sobre a Antártica. Então o processo de construção do tema passou por essa discussão também: precisamos colocar uma coisa que atraia a atenção e incentive as pessoas na educação ambiental de todo o Brasil e de todas as localidades, todas as realidades. Então, com isso, nós começamos a estudar os problemas antárticos, o que é que acontece na Antártica, por que é que é tão importante estudar a Antártica. E uma das coisas que se vê lá ou se vê nos oceanos de maneira geral, eu acho que todo mundo que tem acesso à internet deve ter visto as últimas apresentações aí, colocando o lixo que você tem nos oceanos. Você tem uma ilha de lixo do tamanho do Estado do Texas, que é o que é falado oficialmente, no oceano. É uma coisa incrível. Existem ilhotas na Ásia que já estão completamente cobertas de lixo. Então é um problema seriíssimo. Os animais marinhos morrem porque eles pensam que aquilo é comida. Eu acho que todo mundo que tem acesso à internet já deve ter visto isso e eu não vou me alonga nisso aí. Pode voltar, por favor.

E também e principalmente por causa do aquecimento global. Então o consumo consciente é basicamente isso, é a gente saber que tudo vai para algum lugar, sabe, e isso vai voltar para nós um dia. Se a gente joga um lixo no bueiro, um dia o bueiro vai entupir e nós vamos ficar... Como é que se diz... Vai alagar tudo e vai ter enchente por causa da nossa ação, a ação do homem. Se o homem não cuida da agricultura corretamente, aquele material particulado, aqueles resíduos, vão para os rios e com isso vão acontecer as enchentes, vai provocar as enchentes. E o carbono, que é uma das coisas que nós emitimos bastante, ele vai para a atmosfera e isso provoca o aquecimento global, que é melhor observado na Antártica porque é um sistema sensível; é um sistema que é demonstrativo de tudo que acontece no clima do mundo, inclusive até os glaciólogos, que são os cientistas que estudam o gelo, eu não sei se o nome é glaciólogo mesmo, eles estudam a atmosfera que fica presa nos núcleos de gelo, medem a quantidade de carbono que fica presa milhões de anos e vão fazendo esse comparativo todo que levou a essas conclusões sobre o aquecimento global. Pode passar.

Então o MULTIECO em alguns números. Esse ano nós tivemos 172 grupos de escoteiros de 18 es-

tados brasileiros participando. No ano de 2008 tinham sido 90 grupos, então houve... 6.926 participantes, um crescimento de cerca de 120%, quer dizer, nós não temos tantos dados porque houve uma perda de dados aí de 2004 para cá, a gente tentou obter isso aí ou talvez não conseguimos falar com as pessoas certas aí que tivessem os dados para nos passar. E cerca de 55 mil participantes locais, porque o MULTIECO, ele não movimenta apenas a comunidade escoteira. Quando um grupo faz o MULTIECO, ele convida a comunidade, então os grupos foram registrando nos relatórios quantas pessoas da comunidade que participaram. Então teve grupos que a cidade inteira veio participar. É três mil para cá, então trinta mil, teve um grupo lá que participou... Aí os dados ficam assim meio... Mas, como é que se diz, são números e nós temos que saber ler os números. Então a participação da comunidade foi uma coisa incrível e mostrou o poder de penetração e de capilaridade do movimento escoteiro [soa a campainha] perante a comunidade.

Nós tivemos uma outra atividade também no ano passado que foi o plantio de mudas no Dia Mundial do Meio Ambiente. Na verdade, isso foi determinado pelo próprio Bureau(F) Mundial, o plantio de mudas, e foi decidido faltando poucos meses para o Dia Mundial do Meio Ambiente, então coisa assim de quatro meses, três meses. Então isso mostrou o poder de mobilização do MULTIECO, através das redes de contatos não só do MULTIECO, mas das pessoas que só participaram no plantio de mudas. Então houve todo um trabalho conjunto no Brasil inteiro, com bastante capilaridade. Com pouquíssimos meses de divulgação nós tivemos aí 70 grupos de escoteiros, de 11 estados brasileiros, 3.700 participantes e cerca de 6.500 mudas plantadas. Então um resultado fantástico em pouquíssimo tempo de divulgação.

Eu queria que você fosse passando bem devagarinho as fotos. Essa foto foi tirada na Bahia. Agora eu não vou falar só... Vocês não ver tanto gelo, não. Vocês vão ver como é que o MULTIECO é rico. Nós ficamos, a bem dizer, emocionados mesmo, que nós colocávamos algumas experiências, por exemplo, construir uma vassoura de pet, uma vassoura, aí você coloca dezoito garrafas de pet, você corta elas e faz uma vassoura. Totalmente reciclável, sabe? Aí colocamos isso no papel, buscamos de fontes que estavam na internet, colocamos lá. É emocionante você ver um grupo lá do outro lado do País que fez aquele negócio. Eu fiquei sensibilizado, entendeu? Inclusive eu tenho uma foto que eu não coloquei aqui, eram cinco ou seis guias de Santa Catarina e todos os anos usando a vassoura, sabe? Então eu costumava brincar falando assim: "Essas são as bruxas de Santa Catarina" [risos], mas sem nenhum demérito, porque realmente foi sensacional o trabalho delas, foi muito bom. Então esse é na Bahia, um trabalho sobre reciclagem que eles fizeram.

Esse aqui em Mato Grosso do Sul. Vocês podem observar que no canto direito ali tem uma pilha de lixa, que eles fizeram uma coleta de lixo no parque ali, e realmente é de assustar a quantidade que eles coletaram, sabe, é muita coisa mesmo. Está todo mundo fazendo o "sempre alerta" ali, mas o que salta aos olhos é a pilha de lixo lá do pessoal, sabe?

Isso aqui foi em Minas Gerais, onde você tem ali o pessoal trabalhando com garrafas de pet para fazer assentos e mesas recicláveis.

Esse panfleto é um panfleto que eu coloquei aqui para ilustrar que os grupos localmente tomam as suas decisões e tomam os modelos do MULTIECO e divulgam esses modelos. Eles servem como caixa de ressonância, eles divulgam... Como é que se diz... Eles divulgam o tema do MULTIECO, colocam aquilo em prática. Então, por exemplo, eles fizeram esse panfleto aí e distribuíram. Tinham outros panfletos sobre consumo consciente, esse era de reciclagem, coleta seletiva, todos adequados ao tema. Teve vários grupos que fizeram sacolas ecológicas, que ficou muito interessante também, foi uma iniciativa interessantíssima. Pode passar.

Esse aqui é um curso sobre consumo de alimentos lá no Rio de Janeiro. É um consumo consciente de alimentos, consumo integral. O pessoal joga casca fora, eles fizeram um curso falando que é possível se aproveitar mais os alimentos, porque os alimentos no Brasil, é coisa assim assustadora o desperdício que você tem dos alimentos.

Então eu coloquei só esses cinco exemplos, quisera colocar mais, ter tempo para falar mais, mas são atividades assim ligadas ao tema e todos os 172 grupos mandaram fotografias. É uma coisa assim sensacional.

No plantio de mudas no Dia Mundial do Meio Ambiente, vocês vão ter uma ideia do que vai ser o mutirão ecológico desse ano, vai ser meio um discurso só, porque o consumo consciente lida com um tema bastante abrangente, que você tem vários tipos, você tem o próprio consumo de energia, você tem o carbono que lança na atmosfera e tal. Esse ano o nosso tema vai ser só o plantio de mudas, só que a nossa preocupação esse ano é que o plantio de mudas seja feito conforme as necessidades locais. Então nós estamos preparando o programa desse ano já com algumas sugestões de espécies nativas para serem plantadas, para evitar plantar espécies... Evitar não, que seja proibido plantar espécies invasoras ou exóticas. São espécies que elas diminuem a biodiversidade local. Inclusive, nós estamos

tendo uma discussão grande na internet, na Rede Ambiental Escoteira, que foi através de uma comunidade do Orkut, através de um grupo de discussão, como a discussão estava [soa a campainha] sendo feita para a insígnia(F) mundial do meio ambiente, nós aproveitamos para lançar o MULTIECO, pedir a sugestão das pessoas que estavam na Rede Ambiental Escoteira e elas todas estão empenhadas em obter indicações locais de pessoas que possam ajudar os grupos de escoteiros, porque imagina um grupo de escoteiro que tenha lá no sertão da Bahia. Ele quer plantar, mas ele não sabe o que plantar, nem onde plantar e nem como obter mudas, entendeu? Então você tem a EMATER local, você tem as universidades locais. Tudo isso a gente vai tentar referenciar ao máximo que a gente puder e contando com o bom senso local para que as pessoas procurem um especialista para plantar sempre espécies adequadas.

Então, voltando, esse aqui é na Bahia. Agora o discurso é mais monodiscurso, é um discurso de uma nota só. Pode passar.

Isso aqui é na Paraíba, certo?

Isso aqui é em Minas Gerais.

Isso é Santa Catarina. Santa Catarina fez uma participação sensacional no Dia Mundial do Meio Ambiente, plantou o maior número de mudas, é um estado muito organizado, eu fiquei muito feliz de ver o profissionalismo que eles implantam o escotismo lá e a participação deles foi um reflexo disso. Pode passar.

Isso aqui é São Paulo. A maioria ali é lobinho fazendo.

Aqui é Rio Grande do Sul, está certo?

E, por fim, nós temos aqui o tema do MULTIECO de 2010, já estou aproveitando para fazer uma propagandazinha e convidá-los a participar do lançamento dele. Vocês vão ver que o logotipo mudou um pouquinho, porque eu vinha fazendo isso com um esforço próprio, eu fazia e mandava para a UEB, a UEB dava aquele acabamento com os designers da UEB, que ficou um trabalho sensacional, todos os distintivos foram remodelados, foram feitos assim com *CorelDRAW*, coisa que eu não sei usar. Então na Rede Ambiental Escoteira houve uma discussão inclusive de que os distintivos do MULTIECO têm que ser feitos mais profissionalmente, sabe, por pessoas que entendam do designer e tudo e nós fizemos a... A minha resposta foi que todos somos voluntários, então a gente acaba lidando com coisas que nós não somos profissionais desse assunto. Eu já estava resignado, eu mandei uma sugestão minha que eu mesmo achei horrível. Aí apareceu um designer, que é o chefe lá do 16, de Minas Gerais, o chefe Willian Rocha, que fez esse distintivo sensacional. Ele tem uma característica, eu pedi, eu tinha colocado que eu gostaria que fosse um distintivo assim que passasse calor humano, passasse assim o ser humano, o cuidado, o carinho com as coisas. Então ele colocou as mãozinhas ali cuidando das árvores, porque também não vai só plantar, nós vamos ter que cuidar delas, pelo menos, até pegarem lá.

É só isso que eu queria dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem, agradeço ao Paulo Eugênio. Como mencionado no início, nós queremos mostrar nessa Audiência a parceria que existe entre a União Parlamentar Escoteira do Brasil, senadores, deputados, vereadores, deputados federais e estaduais, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar e a União dos Escoteiros do Brasil, enfatizando a importância do movimento escoteiro no processo de formação da nossa juventude e através de temas tão fundamentais como a educação e o meio ambiente. E o Mutirão Nacional de Ação Ecológica, inclusive, foi, vamos dizer, o pré-requisito para que os jovens fossem para a Antártica, selecionados em função da iniciativa, isso é que motivou então esta seleção. E, por isto, que inclusive a ação ecológica se insere dentro do esforço nacional e mundial pela preservação do meio ambiente. Mas não só, quer dizer, o trabalho de preservar, mas de educar, de conscientizar, de envolver e de mobilizar a sociedade.

Agora nós passamos às falas dos escoteiros e da escoteira que estiveram na Antártica, para que eles também façam o relato do que prepararam. Então, em primeiro lugar, o Daniel Lucas Rodrigues, que é Escoteiro de Americana/SP.

SR. DANIEL LUCAS RODRIGUES: Primeiramente, bom-dia. Eu não preparei nenhuma apresentação em *PowerPoint*, que eu não pude fazer, até mandei um e-mail para o Ayres, só que, assim, falar um pouco do projeto que foi feito no nosso grupo, na nossa cidade ali.

A gente fez uma pesquisa nos bairros da cidade para saber sobre, assim, o porquê é que não tinha árvores, bairros pouco arborizados da cidade. Tinha um bairro que estava com a qualidade do ar um pouco mais baixa, conforme medições feitas lá, e então a gente fez um projeto, fizemos uma pesquisa casa por casa no bairro assim perguntando por que é que a pessoa não tinha árvore, se tinha algum motivo de não ter, de ter poucas árvores no bairro. Chegamos assim a uma conclusão, que muitas das pessoas lá falaram que não tinham árvore porque nunca tinha ninguém oferecido árvore para eles poderem fazer o plantio. Foi por falta de conhecimento, na verdade. Nós mandamos ofício na prefeitura da cidade e conseguimos uma doação de cem mudas. Então a gente foi fazendo... Esse projeto

durou quatro meses, na verdade. A gente foi fazendo o acompanhamento na cidade, no bairro lá, fomos fazendo pesquisa, sempre conversando com o pessoal do bairro, com os moradores, e marcamos uma data para fazer a distribuição dessa muda. Então na data marcada a gente conseguiu distribuir as cem mudas de árvores. Teve pessoas, assim, que não podiam plantar, não tinham condições até mesmo física de fazer o plantio das árvores, então a gente, assim, se mobilizou lá e fizemos o plantio de um certo número de árvores lá. Eu não vou ter os números para vocês agora. Então a gente conseguiu fazer a distribuição de 100 mudas e durante algum tempo a gente fez o acompanhamento, assim, para saber como é que estavam as mudas que a gente plantou. Por enquanto está indo tudo bem, graças a Deus, e quem sabe aí mais para frente fazer outros projetos desse, conseguir uma melhora mais aí em outros bairros da cidade que também estão precisando.

Aí conforme foi pedido o projeto para poder ir para o PROANTAR, lá, para a Antártica, a gente mandou esse projeto, foi escolhido aí. E quanto à presença Antártica, de ir visitar lá, é uma coisa assim que só indo para saber mesmo, é uma coisa inesquecível, que vai ficar na memória aí. A gente tem fotos e tudo, vocês vão ter a oportunidade de ver fotos com os outros escoteiros, que eu não pude fazer a apresentação, mas é uma coisa assim que vai ficar uma coisa bem marcante para a gente, saber que até mesmo, assim, que vale a pena, não só por, assim, às vezes pode ser um incentivo até para as pessoas poderem fazer alguma coisa pelo meio ambiente, mas agora eu ouvi dizer que vai ter mais projeto desse daí, sobre o meio ambiente. Eu acho interessante. Agora, assim, sobre a Antártica, é uma coisa que só conhecendo para saber mesmo, é uma coisa bem assim inesquecível. Então ficamos alguns dias no Chile, conhecemos assim lugares diferentes, uma coisa que a gente nunca tinha visto, é outra cultura, outras pessoas, e é muito gostoso, foi muito proveitoso assim, bem interessante esse tempo que a gente ficou lá.

É só isso daí. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Reforço, inclusive, as palavras do Daniel que, além da iniciativa, foi interessante que ontem nós tivemos aqui os professores que receberam o Prêmio Educador Nota 10 ou Gestor, o Diretor Nota 10, contando as experiências que fizeram, os trabalhos educacionais para terem sido selecionados. Só dez trabalhos foram selecionados dentre quatro mil trabalhos apresentados. E aqui, pela descrição anterior também, muita gente participou e os trabalhos de vocês foram selecionados para que vocês representassem o movimento. São três premiados, no caso, e o prêmio foi a ida à Antártica. É uma experiência, sem dúvida, que a gente, se a gente perguntar para a sociedade quem é que já esteve na Antártica, pouquíssima gente vai dizer que já esteve lá, ainda mais com todo o aparato e infraestrutura colocado à disposição de vocês. Parabéns, Daniel, é uma alegria tê-lo aqui no Senado Federal e parabéns para Americana, Município de São Paulo, para o Movimento Escoteiro de Americana, que está aqui representado pelo Daniel Lucas Rodrigues, não só Americana, mas o Brasil inteiro, mas particularmente lá para o município, não é Daniel?

Gabriel Renaldo de Sousa, Escoteiro de Florianópolis/SC. É uma alegria tê-lo aqui também, já dando os parabéns para os escoteiros de Florianópolis, de Santa Catarina, tendo aqui todo o movimento representado pelo Gabriel Renaldo de Sousa.

SR. GABRIEL RENALDO DE SOUSA: Primeiramente, bom-dia a todos os presentes à mesa, eu queria cumprimentar a todos da mesa, Capitão-de-Mar-e-Guerra José Robson, Sub– Secretário do PROANTAR, Rubem Tadeu, Presidente da União dos Escoteiros do Brasil, Paulo Eugênio, Coordenador do Mutirão de Ação Ecológica, Daniel e Pâmela, que são companheiros já. Também eu gostaria de cumprimentar o Senador Cristovam Buarque, que se faz presente, aos demais escoteiros chefes que estão aqui presentes.

Bem, em primeiro lugar eu gostaria de falar o meu projeto, sobre a reciclagem de pilhas e baterias. Poderia passar, por favor.

Grande problema. Apesar de pequena aparência inofensiva, a pilha contém diversos materiais químicos como cádmio, chumbo, mercúrio, que podem contaminar o solo, o lençol freático e, assim, atingindo o homem. Então a grande justificativa para o meu projeto, para eu montar um projeto desse, primeiro é a nocividade ao meio ambiente da pilha, como a gente já pode ver, com os elementos químicos, a destruição. Um dado importante que a gente pode obter na pesquisa durante esse projeto é que uma pilha, aproximadamente, pode contaminar até 400 mil litros de água, apenas uma pilha. Foi um dos dados mais importantes que a gente obteve. A destruição da cadeia alimentar. Se entra no lençol freático, se entra em rios, provavelmente algum animal vai fazer uso dele, chegando até ao homem, que outro problema são os resíduos químicos dentro do próprio corpo. Falta de conhecimento popular sobre as leis. Existem muitas leis, resoluções do CONAMA, no Estado de Santa Catarina também existem outras leis, mas há um desconhecimento popular não só por parte da população, mas por parte até do movimento escoteiro também, desse tema não ser muito aborda-

do. E o descarte indevido de pilhas em lixo comum, que é altamente nocivo.

O meu projeto se embasava em três princípios básicos. Só uma correção assim: o projeto não foi só meu, eu só fui o cabeça assim, o que dei a ideia principal, mas o projeto teve o envolvimento de todo o meu Clã Pioneiro, que no caso são mais de dois pioneiros, um mestre e um assistente, e a gente se baseou nesse tripé, que é a conscientizações dos membros no grupo, a conscientização na comunidade e o entender da pilha, como é que funcionava a pilha, como ocorre a poluição, como se ocorre. Por favor.

Conscientização no grupo. Isso se passou dentro do próprio grupo escoteiro, em que no caso a gente teve uma palestra e a gente teve muita sorte dessa pilastra, que nessa primeira foto a gente pode ver o Pioneiro Daniel, ele é graduando em Ciência da Computação da Universidade Federal, ele já teve uma matéria exclusiva sobre materiais químicos e foi interessante que ele pode passar para a Alcateia Escoteiros. Na próxima foto a gente pode ver é outro pioneiro, Israel, ele está cursando Direito e ele teve um embasamento muito bom na parte de leis. A maioria da nossa parte de leis do nosso projeto foi obtida através dele, que conseguiu a grande maioria das leis, foi através dele, tínhamos já um conhecimento. Mais uma foto.

Teve a exibição de um filme, *The Story of Stuff*, "A História das Coisas", um filme internacional, muito [ininteligível], ele é curto, cinco minutos. Quem puder assistir, assista, é muito interessante, que fala realmente sobre a realidade de como as coisas funcionam desde o processo de produção até o último processo, que é o descarte.

Conscientização na comunidade. A gente fez em volta, no bairro ali em volta a nossa sede, onde Escoteiros Sênior e os Pioneiros entregavam *folders* para as pessoas e também conversavam com as pessoas que passavam na rua. Nesse *folder* a gente falava um pouco sobre a lei que regulamentava a ação de descarte de pilha, em devolução em local adequado, e também sobre mais informações, também já fazendo uma propaganda do próprio escotismo na comunidade. Mais uma foto.

E a última parte do projeto foi o entendimento da pilha. Esse é que eu considero a parte que mais motivou e que teve a maior aprovação assim dos membros juvenis. Foram divididos em cinco bases. Dentro dessas cinco bases, a primeira base a gente está vendo, que é o perigo de descarte de pilha no lixo. No caso o chefe Marcos, que é o que está presente na foto, ele conseguiu fazer com que uma pilha se exploda, com uma pequena experiência de alta voltagem. O próximo slide.

Aí o chefe Edilon(F), técnico, ele conseguiu montar um circuito interno demonstrando como a energia passa até chegar nas nossas casas, está dentro da barraca. A próxima foto.

A terceira base com mecanismo simples de laranjas e fios condutores. Os chefes, no caso o Luiz Carlos e Robert demonstraram como funcionam as pilhas, falando já de materiais químicos que tinham dentro delas. Numa linguagem mais didática para a Alcateia, para a Alcateia principalmente, para eles entenderem de uma forma mais prática. A próxima foto.

Aí também a última experiência, que é uma pilha explodindo, descarte, com palha de aço, que é demonstrando o material.

E a última base, que foi promovida pelos Pioneiros, que eram para se mostrar as doenças que podem ocasionar dentro de cada material químico que compõe a pilha, que podem ocasionar dentro do organismo. Aí passamos desde câncer, várias outras doenças.

E, finalmente, a nossa viagem à Antártica. Como já foi falado, em Pelotas; no dia em que a gente recebeu as Andainas; no Clube Andino, em Punta Arenas; no museu lá em Punta Arenas também; no Memorial de Magalhães, localizado no centro de Punta Arenas; a nossa confraternização à noite; aí foi um dia que, particularmente, esse dia foi especial para mim, porque foi o primeiro dia que eu vi nevar, então eu não conhecia; um dos pontos turísticos da Cidade de Punta Arenas, o cemitério, que apesar de ser um cemitério, a arquitetura, os desenhos deles são muito bonitos; e já na Antártica, o Sargento Bittencourt, que já se faz ausente e aquele coberto era eu; nós três no Memorial; e o nosso grande amigo de todas as horas em todas as fotos.

Então o agradecimento, em primeiro lugar, é à União dos Escoteiros do Brasil, à União Parlamentar Escoteira do Brasil que se fez presente no elo de ligação, teve o Senador Flávio Arns que foi o elo de ligação entre o PROANTAR e a União dos Escoteiros do Brasil, o Paulo Eugênio, coordenador do MUTECO, o Sargento Goulart Bittencourt e a Cleide, que nos acompanharam durante todo o percurso na Antártica, à Pâmela e ao Daniel que estavam lá, a toda a chefia de diretoria do meu grupo escoteiro, [ininteligível] Grupo Escoteiro Continente, e principalmente a esses caras, Daniel e Israel, que foram eles que colocaram essa proposta, que bateram no peito: "Não, vamos fazer isso mesmo", e ao meu Mestre Rafael e ao Assistente Marcos.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Parabéns ao Gabriel também. Eu acho que um dos objetivos é mostrar o trabalho que foi feito. Esse trabalho pode ser também promovido em outros

grupos, que é um trabalho importante o cuidado, a reciclagem, a utilização adequada, a destinação adequada de pilhas e, ao mesmo tempo, incentivar outros grupos que façam essas e outras experiências, não é Gabriel? Mas parabéns, parabéns para o grupo também de Florianópolis, todos os escoteiros de Santa Catarina e para o Gabriel Renaldo de Sousa, que está representando a todos.

A última expositora é a Pâmela, mas só quero antes destacar a presença do Senador Cristovam Buarque, que é ex-Presidente, ex-Ministro, ex-Governador e sempre professor, educador, como foi dito ontem. É uma alegria tê-lo aqui como membro muito atuante da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Então, Pâmela, Pâmela Carvalho da Silva, Escoteira de Sapucaia do Sul/RS. Já dando os parabéns para todos de Sapucaia do Sul, todos que estão acompanhando a essa Audiência, sabendo que a Pâmela está representando o município, o estado e o movimento escoteiro do Brasil.

SRA. PÂMELA CARVALHO DA SILVA: Obrigada. Eu queria cumprimentar a Mesa, cumprimentar aos escoteiros presentes. Pode passar, por favor.

Bom, o nosso projeto, eu digo nosso porque não foi só meu, foram mais oito, foi um total de oito Pioneiras. Por que é que a gente escolheu o projeto? O projeto era plantar mudas nativas da Mata Atlântica em uma área que já estivesse degradada para tentar recuperar essa área. E, também, que teria que ter um curso d'água para tentar recuperar a mata ciliar desse curso d'água. Por quê? A gente sabe que os biomas que já foram devastados poderiam estar ajudando no combate às mudanças climáticas hoje e a Mata Atlântica é o maior bioma que a gente tem no Brasil: ela se estendia do Rio Grande do Sul ao Piauí originalmente e hoje são só 7% dela que ainda resta. Pode passar, por favor.

Ela apresenta a maior diversidade do planeta, isso foi comprovado por estudos de ONGs, ela tem cerca de 15% do território nacional e ela abrange ainda uma parte da Argentina e compõe dezessete estados brasileiros. Como eu tinha dito, só resta 7% da formação original. Por que é que a gente escolheu como curso d'água? Porque o bioma abriga sete das maiores bacias hidrográficas do mundo, ou seja, nossos recursos em relação à água estão todos praticamente dentro desse bioma. Por que um curso que já tivesse destruído? Porque a maioria dos lagos e rios que estão dentro da Mata Atlântica encontram-se nessa situação de degradação, seja por poluição ou por desmatamento da mata ciliar.

Aí são fotos do nosso projeto, então teve chefes, os nossos mestres, os meninos lá e até o filho do nosso chefe, que gosta muito de meio ambiente, resolveu plantar. Pode passar.

A gente plantou cerca de 40 mudas. A gente reduziu o número de mudas porque a gente precisava monitorar essas mudas, porque essa área onde a gente escolheu é uma área que tem uma comunidade carente, então eles muitas vezes põem os cavalos para pastar nessa área e às vezes pisoteiam as mudas, matam as mudas. Então a gente precisava conseguir monitorar. Então se a gente plantasse 60 mudas, talvez a gente não conseguisse fazer o monitoramento das 60. A gente teve uma perda de mudas aí por causa dos temporais, elas não resistiram. Ali a gente está plantando na beira do arroio para tentar futuramente recuperar esse curso e essa propriedade fica muito próxima à nossa sede, então dá uma facilidade para nós. Então a gente catalogou essas mudas, medimos. A gente conseguiu mais de quarenta mudas, mas algumas não deu para ser plantadas porque estavam já mortas, já que eram mudas de doação. Pode passar, por favor.

Então, resumindo, foi um plantio de árvores visando intensificar o combate às mudanças climáticas, essas nativas da Mata Atlântica, visando preservar e renovar esse bioma. Algumas mudas foram plantadas na beira do arroio José Joaquim, que hoje encontra-se praticamente todo degradado, para tentar renovar essa mata ciliar e, futuramente, tentar recuperar esse arroio.

Bom, com relação à nossa viagem, como o Daniel falou é meio difícil explicar, mas a gente foi muito bem recebido pelo pessoal da Marinha, todo mundo estava preocupado se a gente estava se sentindo bem, se as coisas estavam saindo como o esperado. Então eu acho que isso contou bastante.

Essa foto, ali é dentro do Hércules, as duas; o Sargento Bittencourt, ele que era o nosso grande responsável lá; já lá na Antártica, na base chilena. A experiência foi inesquecível, com um aprendizado que eu não tenho como comparar. E compreender um pouco mais como é feito o trabalho do PROANTAR, porque é muito grande, eu quero elogiar a logística deles, porque eles são muito competentes, porque saber cuidar de todo mundo, saber onde cada um está e conseguir não perder ninguém lá é complicado [risos]. É muita gente; o meu grupo e a bandeira da Organização Mundial do Escotismo; a nossa locomoção; o pessoal todo lá, fuzileiros, tenentes; as instalações. Como a gente não conseguiu voltar por um imprevisto de tempo, que o tempo fechou e não tinha como decolar, a gente teve que ficar dormindo lá. Então a base chilena convidou e a gente teve que... Aí eu tive a oportunidade de ficar no alojamento. Os meninos não tiveram essa oportunidade [risos] e dormiram sem aquecimento, mas eu

dormi naquela cama ali e tinha mais a Cleide comigo; ali é o restaurante, o refeitório onde a gente foi jantar, que a gente era levado por aquele carro que foi mostrado antes; e ali era a sala onde o pessoal ficava até para passar o tempo um pouco.

Eu queria agradecer à Comissão Parlamentar Escoteira, ao meu grupo, Grupo Escoteiro Pelegrino, o PROANTAR, o Senador, o Ayres pela preocupação, a União dos Escoteiros do Brasil pela oportunidade, aos meus chefes, porque sem eles a gente não consegue preparar, saber como montar uma atividade e executar ela da forma correta. Como eu sempre falo, os chefes também são educadores. Então muito obrigada a eles, aos Pioneiros que estavam comigo e em especial à Cleide, ao Sargento Bittencourt e ao Sargento Goulart, [choro] porque foram pessoas que realmente estavam sempre preocupadas com nós e vendo se a gente não estava precisando de nada.

Eu quero dizer que eu me orgulho muito de ser escoteira.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem, Pâmela, parabéns. Os três apresentaram muito bem, mostraram, assim, a beleza de ser escoteiro, a beleza dos trabalhos que desenvolveram e foi uma experiência que, sem dúvida, vai para o resto da vida, relacionada à educação, à preservação, ao meio ambiente. A sua apresentação também, Pâmela, engrandece todo o trabalho escoteiro do Brasil. Parabéns. Inclusive, você levantou uma situação que eu havia me esquecido, que vocês de fato não puderam decolar de volta, porque o tempo fecha, o tempo lá, ninguém vai para a Antártica para ficar uma semana, cinco dias. Vai para ficar algumas horas, não é? De repente o tempo fecha e o avião não consegue decolar. Vocês ainda tiveram "sorte" que ficaram uma noite, porque os parlamentares que foram no ano passado eu acho que ficaram uma semana lá [risos].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Como?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Não, não tem JETON(F) aqui, mas o pessoal ficou uma semana lá e, claro, aí tiveram que se adaptar e conheceram bem a realidade também. Que bom. Mas é uma experiência, como a gente disse, única. Podemos dizer: "Não, eu fui para a Antártica com toda a infraestrutura" que você descreveu tão bem, toda a organização e a competência, e poder levar essa experiência realmente para os outros escoteiros, para os grupos, para que através também desta Audiência Pública, não só desta, mas todo mundo se anime no Brasil e saiba da beleza e do orgulho, como você colocou, de ser escoteiro ou escoteira.

Nós temos aqui a presença também do Senador Cristovam Buarque que, além de tudo que foi dito, ele é Presidente da Frente Parlamentar, quer dizer, a frente de senadores e deputados a favor da Antártica – PROANTAR, quer dizer, ele é o Presidente dessa Frente Parlamentar a favor desse Programa da Antártica. Então eu passo, em primeiro lugar, a palavra ao Senador Cristovam Buarque e, na sequência, ao Senador Osvaldo Sobrinho.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, Srs. Escoteiros. Eu quero dizer da minha satisfação de estar aqui com vocês pela experiência que é ímpar de ir à Antártica. Eu fui duas vezes e sei da experiência que mexe com a gente, muda a gente. Obviamente eu não tive a sorte de ir na idade de vocês, que é diferente de ir na minha idade e, também, não tive a sorte de ficar lá mais de um dia, fiquei apenas algumas horas e voltamos. Aliás, na primeira vez, não conseguimos pousar, tentamos três dias e não conseguimos. Eu não pisei, eu fui duas vezes, mas só pisei lá uma vez.

Agora o que realmente me interessa é saber da importância do impacto disso na educação de vocês. Vocês voltam, certamente, com uma visão diferente do Brasil, mais patriotas, mais respeitosos às Forças Armadas pelo que elas estão fazendo, vocês voltam certamente com uma preocupação ecológica maior porque percebem ao ouvirem o que fala-se ali de que o aquecimento global começa a destruir aquela região do ponto de vista de um sistema de vida e, ao mesmo tempo, destruir as geleiras. Vocês voltam percebendo que existe o risco da elevação do nível do mar, embora esse problema será muito mais forte a partir do Polo Norte do que da Antártica, porque que a Antártica tem muita terra, por debaixo daquele gelo todo e neve tem terra, que não é o caso do Polo Norte, onde por debaixo só tem água.

Então eu fico muito feliz dessa viagem, parabenizo ao Senador Flávio Arns e creio que deveríamos incentivar ao máximo visitas como essas, não apenas de escoteiros, mas de jovens em geral e de crianças. Talvez um concurso para selecionar entre os alunos das escolas de segundo grau, de ensino médio no Brasil, um grupo que possa fazer essa viagem. Tenho certeza que a Marinha vai estar contente com isso, apesar do trabalho que dá ao ponto de levar você a chorar. Eu nunca tinha visto escoteiro chorando.

SRA. PÂMELA CARVALHO DA SILVA: Eu não chorei pelo trabalho, eu chorei por--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, o trabalho deles, a dedicação deles, deles ou delas, porque só está o sobrenome e não dá para saber se são homens ou mulheres. As três que você colocou como agradecimento.

SRA. PÂMELA CARVALHO DA SILVA: A Cleide, ela é--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Porque estava só o sobrenome.

SRA. PÂMELA CARVALHO DA SILVA: Não, Cleide Argentino, o Sargento Bittencourt e--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É Cleide Argentino, é o sobrenome.

SRA. PÂMELA CARVALHO DA SILVA: É Cleide, ela é uma mulher, e os outros dois são os sargentos, o Bittencourt e--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Porque sargento, a abreviatura também é a mesma para homem ou mulher, não é?

SRA. PÂMELA CARVALHO DA SILVA: É.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então eu fiquei sem saber se eram mulheres ou homens. Uma mulher e dois homens.

SRA. PÂMELA CARVALHO DA SILVA: Uma mulher e dois homens.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu tenho certeza que a Marinha, que faz esse esforço e esse cuidado e esse carinho, veria com muitos bons olhos aumentar o número de adolescentes. Crianças, não. Crianças é muito difícil de levar para lá, embora os chinelos têm os seus filhos morando lá, mas é diferente, estão com os pais e estão morando lá. Eles têm até escola para essas crianças que ficam lá.

Mas eu creio que nós deveríamos, Senador Flávio, fazer regular essa viagem, porque faz muito bem ao espírito de um brasileiro ver onde nós chegamos, faz muito bem ao espírito de um ser humano ver a realidade ecológica, a beleza daquela região. Eu não sei se aconteceu com vocês ou vai acontecer, mas vocês ficam... Eu, pelo menos, fiquei fascinado por toda a aventura de Fernão de Magalhães, por toda a aventura dos que foram ao Polo Sul. Eu recomendo que vocês leiam o livro da tentativa de chegar ao Polo Norte e no meio ter que voltar. É, talvez, a maior epopeia de vida por aventureiros do mundo inteiro, que conseguiram depois, quase que por milagre, ficaram um tempão na Ilha Elefantes, que é uma ilha que está ali perto, mas só dá para visitar quem fica mais tempo ali, e durante um ou dois anos levaram para conseguir voltar e não morreu nenhum. *Endurance* é o nome do livro que descreve essa aventura. Então volta-se diferente, volta-se melhor depois que se vai à Antártica. Eu não tenho a menor dúvida disso. Eu espero que não demore muito para termos uma base no próprio Polo Sul, para que a gente possa ir até lá, que vai ser muito mais complicado, não serão esses carrinhos que vocês usaram, mas chegar até lá. Hoje só os Estados Unidos tem uma base no próprio Polo Sul, é a única, tem um grupo permanente vivendo ali.

Então essa é a minha fala. Eu acho que é muito oportuno do ponto de vista patriótico e, ao mesmo tempo, do ponto de vista humanitário, do conjunto da humanidade. Eu só não entendi como vocês encontraram neve em Punta Arenas, porque a gente vai lá no verão. Eu, por exemplo, nas duas vezes que eu fui, fiquei diversos dias em Punta Arenas tentando chegar lá sem chegar, e no outro dia, porque a gente chegou, mas não podia sair de Punta Arenas, porque não tinham conseguido soltar de paraquedas os mantimentos que eles enviam. Então a gente ficou preso em Punta Arenas enquanto o avião ia e voltava tentando visibilidade para jogar os mantimentos. E ali, sinceramente, nem muito frio fazia, era um frio absolutamente suportável. Vocês pegaram neve em Punta Arenas. Vocês foram em que data?

SR. GABRIEL RENALDO DE SOUSA: A gente foi no início de agosto.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ah, vocês foram em agosto.

SR. GABRIEL RENALDO DE SOUSA: É, a gente pegou neve vê só nos Alpes lá, na cidade mesmo realmente não tinha, só tinha nos Alpes, que era na parte mais alta da cidade.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sei, mas eu não sabia que ia em agosto. Eu pensava que só começava a ir no final de setembro, quando o verão já tinha chegado, porque em agosto ainda é inverno.

SR. GABRIEL RENALDO DE SOUSA: É, a gente deu sorte de ficar uma noite e ter um pouquinho de neve.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E pegaram um pouco de inverno também. Por exemplo, quando eu fui, aquelas fotos que vocês fizeram com neve, tinha neve realmente, mas aparece muita pedra na visita que eu fui, muita pedra, embora tivesse, obviamente, todo ano tem gelo.

Agora uma pergunta: vocês foram à base brasileira ou não?

SR. GABRIEL RENALDO DE SOUSA: Não.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É muito emocionante você ir até a base brasileira, é de helicóptero, não dá para ir nesse caminhão. Eu lembro que mandaram botar um salva-vidas bem vermelho e amarelo, eu perguntei: “Me diga uma coisa: se esse negócio cai aqui a gente sobrevive?” Ele disse: “Não,

não há a menor possibilidade". Eu disse: "Para que a gente usa salva-vida". Ele disse: "É para achar o cadáver" [risos], que eu não acredito que conseguissem recolher, além disso.

SR. JOSÉ ROBSON DE OLIVEIRA MEDEIROS: Só para completar, a outra solução é colocar caixa-preta [risos].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então a base brasileira, essa também toca muito, porque você vê as pessoas que moram ali seis meses do ano e alguns um ano inteiro. Civis ficam seis meses, cientistas, mas os militares ficam o ano inteiro, isolados completamente do mundo inteiro, apesar de que hoje eu me lembro que eu consegui falar pelo celular, da Antártica eu consegui falar pelo celular com a minha mulher aqui em Brasília. Mas mesmo assim você fica... E o computador, eu mesmo me comunico com eles de vez em quando, mas é duro ver os nossos militares ali e bem fortes, bem preparados e o Brasil presente. Isso me tocou muito. E a base brasileira é muito bem organizada, tanto quanto o que apareceu aqui de vocês da chilena, aquele restaurante até se parece bastante. Eu fiquei muito feliz de ter ido à Antártica, eu acho que foi uma das grandes coisas que eu pude fazer. Uma vez eu fui bem antes de ser senador, depois como senador, e eu espero ainda ter tempo para ir uma vez, duas não, mas uma vez eu espero ainda ter tempo de voltar lá. Fico feliz de que vocês tenham feito isso. E, Senador Flávio, vamos tentar levar mais adolescentes, mais jovens para que vejam o que o Brasil está fazendo nas pesquisas científicas e no trabalho de exploração. Por exemplo, tem uma professora do Espírito Santo que hoje é uma especialista mundial em arquitetura para aquela região, a arquitetura na adversidade. Ela é que faz os projetos de arquitetura para aquela região, que é uma coisa muito especial. É uma professora da Universidade do Espírito Santo chamada Cristina Engel.

Então eu parabenizo vocês, parabenizo o senador, fiquei feliz de ver como vocês foram reconhecidos, todos, e eu espero que vocês voltem lá como guias para que, ao invés de ter agradecimento a sargentos, os agradecimentos sejam para vocês, e que outra ou outro, porque não, chore lembrando de vocês [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): O Gabriel quer comentar alguma coisa.

SR. GABRIEL RENALDO DE SOUSA: Com relação ao que o senador falou sobre até a experiência, ser mais patriótico, mas a grande experiência que a gente teve em Punta Arenas foi em conhecer a cidade, conhecer a cultura local, que a gente visitou dois museus, conhecer a própria história da América, que são os primeiros, foi um fato muito importante conhecer, para mim foi uma grande experiência estar reconhecendo pessoalmente. Eu fiquei lisonjeado de saber um pouco mais, que isso vai agregando valores cada vez mais na nossa vida, saber que em épocas tão distintas, tinha fotos que a gente tirou lá de pessoas que usavam só a parte íntima e em regiões tão remotas.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É verdade.

SR. GABRIEL RENALDO DE SOUSA: A gente começa a repensar em alguns valores nossos mesmos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Lembrando que o Senador Cristovam Buarque é Presidente da Frente Parlamentar, quer dizer, nós temos a União Parlamentar Escoteira do Brasil e a Frente Parlamentar PROANTAR.

Senador Osvaldo Sobrinho, com alegria vamos escutá-lo [risos].

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PDT-MT): Eu quero pedir desculpas porque eu tive que sair para atender um compromisso na outra comissão e não pude ficar aqui para ouvir a explanação de todos os conferencistas que aí estão.

Mas eu quero dizer que realmente é uma experiência inédita. Eu estive também na Antártica, eu acho que só dois aqui desse Congresso conseguiu duas vezes ir lá, o Senador Cristovam e eu. Eu estive lá em 1987, quando ainda era constituinte, praticamente estava há três ou quatro anos instalada a nossa base, ou seja, o acordo que nós tínhamos feito para adentrar a pesquisa lá no Continente Antártico. Naquela época eu já achei que era um grande avanço o Brasil estar ali, o Brasil com dificuldades, aquele momento de inflação a quase 90% ao mês, a economia toda desorganizada, mas o Brasil estava lá lutando, trabalhando, técnicos, pesquisadores, a Marinha coordenando todo esse trabalho como sempre fez e eu fiquei entusiasmado. Consegui chegar lá, fiquei mais ou menos quatro ou cinco horas na base, lá na Estação Ferraz, Comandante Ferraz, mas já era com muita dificuldade. E ao longo desse período todo, depois eu voltei de 1998 a 2002 para a Câmara dos Deputados, mas aí não tive a oportunidade. E voltei agora, a semana passada eu estive lá, uma viagem inédita, também tivemos o mesmo problema de chegada, no primeiro dia não deu para chegar lá na Estação Freire e, consequentemente, no deu para ir à base, mas no dia seguinte já abriu o tempo e tivemos condições de chegar. Quanta evolução, quanto o Brasil melhorou, quanto o Brasil avançou, quanto o Brasil investiu, quantas esperanças novas eu vi surgirem ali, pessoas, técnicos, pesquisadores de várias universidades que foram conosco e que tão entusiasmados com novas conquistas. O que pode nos deixar sempre mais feliz é a vontade da Marinha

do Brasil de tentar fazer o melhor para que esse programa caminhe bem. São verdadeiros patriotas, são homens que, aliado à Aeronáutica e ao Exército, estão fazendo um trabalho realmente que a história haverá de valorizar, porque não é fácil se falar que está na Antártica, não é fácil falar que está fazendo um trabalho gigantesco como estão fazendo lá. Várias frentes de pesquisa, principalmente na parte climática, estudando também micro-organismos nas nossas universidades, cientistas jovens ali trabalhando, esperançosos e todos convictos de que estão exercendo não um papel somente da ciência, mas um papel para o Brasil como um todo, para mostrar que nós estamos na vanguarda do processo, que nós estamos fazendo o melhor para mostrar o potencial que nós temos. Portanto, foi, mais uma vez, uma renovada experiência espetacular. Eu acredito que quando se tiver que sentar à Mesa daqui a poucos 20 anos, como é o tratado nosso, para discutir novamente com voto e voz, o Brasil estará preparado com pesquisas definitivas para, com resultados positivos, falar: "Olha, eu também fiz parte da conquista desse território e aqui eu quero colocar também a ciência brasileira à disposição da humanidade".

Eu acho que para vocês que são jovens, garotos que lá foram, é uma experiência espetacular, é uma experiência que dá ao resto do Brasil, dos jovens do Brasil, a expectativa de que também poderão chegar lá, se não através da ida pessoal, presencial, mas também através de estudos, através da experiência de vocês, que vocês estão hoje falando para o Brasil todo. Quando vocês falam aqui nesse Senado Federal, através da TV Senado vocês conseguem mostrar para todo jovem brasileiro que na verdade é possível eles também chegarem, que vale a pena este tipo de experiência e que, como falou o Senador Buarque, nós temos que tentar ver se mais jovens para lá vão, a fim de que possam também transmitir essa experiência fabulosa que nunca mais se apagará da mente de vocês. Poucos terão a oportunidade de lá chegar, poucos. São privilegiados não só vocês, escoteiros, mas nós também, parlamentares. Quantos desta Casa gostariam de estar lá, de ir lá e ter essa experiência e não têm a oportunidade, porque a cada missão vão dois ou três. Nessa missão agora fui eu, Osvaldo Sobrinho, o Senador Jefferson Praia e o Senador Sadi Cassol. Semana passada voltamos de lá. Mas eu acredito que a cada dia que se vai, a cada vez que se vai, é uma experiência renovada, é uma vontade de voltar e é a gente assistir a grandiosidade do Brasil, a vontade que nós temos de adentrar ao campo da ciência, do conhecimento, e é sentir que na verdade o Brasil está cumprindo o seu papel na consideração de países do mundo.

Aqui falou o Senador Buarque quanto ao colete que se coloca para que, se houver algum acidente, a pessoa ser localizada. Na verdade ali se cair, é um minuto e meio e acabou. Se chegar inteiro no chão, é um minuto e meio e você já dançou [risos]. Então não tem saída, mas pelo menos serve, como falou aqui, para localizar [risos], se serve como um conforto [risos].

Mas eu quero, mais uma vez, parabenizar a todos os senhores, parabenizar a Marinha do Brasil, que dá essa sustentação a esses pesquisadores, e todas aquelas forças e Ministérios que estão ali trabalhando, fazendo o melhor para que a gente possa mostrar a pujança do Brasil. Parabéns a todos e parabéns ao Senador Flávio Arns, que tem aqui nesta Casa feito assim um trabalho diferenciado. Eu tenho presenciado V. Exa., V. Exa. está em todas as microcausas, pequenas causas, que ninguém está dando relevo, mas V. Exa. vai lá buscar, mostrar, "Olha, isso aqui é importante", pinça, quer seja nas questões sociais maiores, na questão de assistência, nessa questão da Antártica. V. Exa. tem uma percepção afinada, é uma sintonia mínima com os problemas do mundo e do Brasil, principalmente. Aqui é muito fácil você ver parlamentar falar sobre energia nuclear, as grandes hidrelétricas, as grandes estradas. Isso é fácil. Agora buscar temas como V. Exa. busca, pinçados, temas importantíssimos que ninguém faz e nem vai dar ibope é difícil, porque na verdade é a mesma coisa que falar... Não quero que cause desestímulo a vocês, mas na verdade aqui sempre se pensa na próxima eleição, dificilmente se pensa nas próximas gerações, como V. Exa. pensa. Têm assuntos aqui que é para agora e se não falar agora parece que amanhã já é coisa velha. Isso é coisa de imediatista. Os assuntos que V. Exa. traz são coisas que vão perenizar. Pode aparecer pequeno no universo das coisas, na universalidade, mas são coisas que na verdade são importantes e que vão tomar dimensão se nós não tomarmos conhecimento agora. Esse, por exemplo, da Antártica, é um problema que se nós avançarmos bastante, daqui a pouco nós temos resultados menos catastróficos, porque nós avançamos no sentido de fazer a vanguarda no termo de buscar condições para não deixar que o planeta sucumba, que o planeta morra. Parece que não, mas a Antártica é a última experiência, não só a experiência no campo econômico, mas esperança também na ecologia, no clima, nesse negócio todo de buscarmos fazer a coisa certa. Se com a Amazônia começamos errado, se a Mata Atlântica nós começamos errado e destruímos quase toda ela, é necessário ter algum lugar que se possa começar certo, juntando a tecnologia que nós temos hoje, o conhecimento que nós temos hoje para fazer a coisa certa e no momento certo, antes que ela

se deteriore. Eu acho que com a Antártica nós podemos fazer um trabalho desse tipo, é fazer dentro daquilo que o homem conhece hoje a fim de que possa salvaguardar situações futuras.

Portanto, senador, quero parabenizá-lo por essas questões todas que o senhor aqui atrás. Aliás, eu acho que é genético isso no senhor. O seu irmão, que é arcebispo em São Paulo, tem uma missão--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): O meu tio.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PDT-MT): Tio, tem uma missão espetacular no campo que ele atua. A sua irmã, eu não sei se é irmã ou--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Tia.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PDT-MT): Tia também, tudo é Arns e a gente fica... Ela tem também a missão no campo social, no campo da criança, do menor, é espetacular, e V. Exa. aqui segue a mesma linha. Portanto, é muito bom saber que têm pessoas ainda que se preocupam com essas coisas e que não está apenas jogando para a próxima eleição, mas jogando para as próximas gerações. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu agradeço pelas palavras, Senador Osvaldo Sobrinho, e lembrando a todos que esta Audiência Pública é fruto de um requerimento que foi aprovado pela Comissão toda, sabe, Comissão de Educação, que é Educação, Cultura e Esporte, três áreas essenciais aí para a juventude e para a população de maneira geral. Todo mundo aprovou, quer dizer, todos consideraram importante termos uma Audiência Pública para tratar desse assunto. Os nomes de vocês foram aprovados em requerimento pela Comissão e vocês estão aqui oficialmente pelo Senado Federal, quer dizer, isso é oficial pelo Senado Federal, relatando para o Brasil e o Brasil todo, como o Senador Osvaldo Sobrinho colocou, acompanha isto pelos meios de comunicação do Senado.

Com prazer eu passo a palavra ao Senador Romeu Tuma, de São Paulo. Um escoteiro é de São Paulo, que foi para a Antártica, que é o Daniel, de Americana, o Gabriel é de Florianópolis e a Pâmela é de Sapucaia, mas todos são do Brasil. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria, Presidente, Sras. e Srs. Senadores, agradecer a Deus pela oportunidade de chegar a tempo, de não ter encerrado a sessão. Eu participei todo o tempo da Comissão de Relações Exteriores em razão de vários acordos internacionais, principalmente na área de segurança, em colaboração, e não pude me afastar da comissão, visto que é sempre sublime as reuniões que V. Exa. propõe nesta comissão, de formas que falar de escotismo, a gente, quando foi jovem, era mais intensa a atividade de escotismo, Hoje está um pouco apagada do mundo social, do mundo da juventude esse aspecto de participação ativa no escotismo, que é a formação moral, de dignidade e de respeito à Pátria, ao próximo, que sempre foi pregada pela ação do escotismo. Eu tenho perto de casa uma unidade de escotismo lá na Vila Mariana, no Paraíso, e eu vejo as atividades dos jovens.

Essa participação em que o escotismo poderá ter com a atração do mar, eu acho que é uma ideia maravilhosa essa de compor do PROANTAR uma participação ativa do escotismo, porque eu tenho um filho que brigou comigo um dia, senador. Ele é um apaixonado pelo mar, desde jovem sempre trabalhou, criou a escola do mar, a escola de educação do Objetivo em razão de ter essa obsessão pelo mar. Nós orientávamos, aí ele fez curso de odontologia, porque ele queria fazer oceanografia e curso de pós-graduação. Ao terminar o curso de odontologia, foi para a universidade para fazer pós-graduação em oceanografia e disseram que não podia, tinha que ser um curso científico de biologia. Então ele foi se inscrever num novo vestibular para tentar oceanografia, porque não há escola de formação oceanográfica em São Paulo, curso superior, e, sim, uma formação no Rio Grande do Sul. Ele, quando chegou, disse assim: "O senhor e o Digênio(F) me traíram, porque me convenceram a fazer o curso de odontologia e eu não pude ser pós-graduando em oceanografia". Depois ele fez outros cursos na área de odontologia, mas é apaixonado pelo mar. É mergulhador, já fez mergulho de verificação de navios afundados e sempre fala na questão do mar, da importância dela.

Agora eu estive na ONU e fui atrás da ministra responsável pela renovação da resolução na área de pesca, que o Brasil é muito prejudicado, e as riquezas que nós temos hoje no que chamamos de Amazonas Azul, que é o mar.

Então, infelizmente, eu não participei das discussões, nós temos os dois oficiais de Marinha lá na ONU que estão participando ativamente dessa parte da discussão da renovação da resolução sobre o mar e vi o material que foi distribuído aqui. Eu agradeço muito e vou ler com atenção. E, talvez, os escoteiros do mar, porque tem o escotismo do mar também.

SR. PAULO EUGÊNIO DE OLIVEIRA: Tem, e do ar também.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Do ar também, mas essa do mar deve ser gostoso [risos].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem que fazer o escoteiro do mar. Eu acho que é tão importante essas discussões e V. Exa. tem trazido vários temas a esta comissão que eu faço um grande protesto se V. Exa. for substituído nessa presidência. Eu não me conformo, senador, não me conformo, senador, que é o nosso mestre, o nosso professor aqui, eu fui discípulo dele como auxiliar no Ministério da Justiça e aqui ele me deu o nome de vários senadores que foram alunos dele durante... Em Pernambuco e aprendemos muito. A dignidade com que ele também transmite e opera nos cargos a que respondeu e V. Exa. também.

E falar no Dom Evaristo Arns, eu tenho uma testemunha viva do trabalho, da coragem, da disposição que ele teve de combater qualquer abuso que pudesse trazer sofrimento em defesa dos direitos humanos. E V. Exa. segue o exemplo do tio, da tia, que tem uma representatividade nacional muito obrigado.

Cumprimento a toda a mesa e aos escoteiros que aqui se encontram. Gostaria de um dia sair com eles com o lenço que eles têm no pescoço aqui. Parabéns e que Deus abençoe a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Foi lembrado o nome de Dom Paulo Evaristo Arns, Cardeal Arcebispo de São Paulo, V. Exa. falou do papel dele, mas eu só quero dizer – e já disse isso a V. Exa. – que Dom Paulo sempre se refere à sua pessoa com um respeito enorme e faz isso, assim, sempre dizendo: "É uma boa pessoa", inclusive na época em que V. Exa. estava nos cargos públicos todos--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Nós tivemos momentos difíceis para resolver, Dom Paulo me ajudou muito e eu pude ativamente fazer aquilo que ele se dispunha em razão de não trazer mais angústia para a sociedade brasileira em razão da violência do momento que vivíamos. Então eu tenho um padrão de respeito ao Dom Evaristo, que eu acho que representou a igreja num momento mais difícil do Estado de São Paulo e do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sem dúvida. Fica em aberto, se quiserem dar alguma mensagem ainda final... Rubem, está tudo bem? PÂMELA? Parabéns. Gabriel com a palavra.

SR. GABRIEL RENALDO DE SOUSA: Só para agradecer a oportunidade que o senador está concedendo para nós, escoteiros, de poder estar viajando aqui para Brasília e poder estar aqui presente no Senado, que é uma Casa de respeito para todo... Deve servir de respeito para todo o País, que é uma Casa que deve ser tida como exemplar para todo o nosso País, e agradecer ao senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Só lembrando que eu faço parte da Comissão, como os senadores todos, então é uma iniciativa oficial do Senado Federal, isso é importante, e através da Comissão, Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e aprovado por todos os senadores e senadoras que fazem parte da comissão. Então é algo importante e, como você falou, o Senado Federal que tem que manter a sua credibilidade, o seu respeito e ser uma referência. Essa é a luta que nós aqui e todos nós da sociedade temos que fazer.

Tudo bem, Daniel? Tranquilo. Paulo? Parabéns.

Quero agradecer a todos pela participação aqui, pela vinda à Brasília, foi uma alegria receber vocês, 70 mil aproximadamente escoteiros e escoteiras no Brasil. Nós queremos ter muito mais, o objetivo é ter muito mais, 70 mil é pouco. Se a gente vai lá para os Estados Unidos, são seis milhões de escoteiros. Por que não termos 80, 90, 100, 200, 300? Por que não ter um grupo escoteiro ou dois ou três em cada município do nosso Brasil? Isso é bom, quer dizer, quando eu penso nos escoteiros, quando eu me lembro da juventude, eu me lembro também que a gente sempre participava de grupos de jovens e as amizades que a gente têm na época da juventude são amizades que a gente leva para o resto da vida, a gente pode ter certeza absoluta. Então o objetivo também deste evento, desta Audiência Pública, é animar todo mundo no Brasil a expandir, a qualificar, a dar chances. Eu quero que focalizem inclusive o lobinho de novo, o Matheus, que está representando... É só levantar a mão aí, não é Matheus, para--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Como é que é a saudação? [risos] Isto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ficou vermelho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): E como é que é o aplauso escoteiro? Vocês podem fazer o aplauso escoteiro.

SR. PAULO EUGÊNIO DE OLIVEIRA: Vamos lá: um, dois, três.

[Aplauso escoteiro, pelos escoteiros e escoteiras presentes no Plenário].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Viva o escotismo.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Viva [risos]. Olha aí, muito bem. O aplauso escoteiro é conhecido no mundo.

Eu tive ocasião de ir para o Jamboree Mundial, em Londres, três anos atrás, e era bonito de ver todo mundo lá, mulçumano, católico, árabe, judeu, todas as guerras acontecendo aí pelo mundo e lá no escotismo todo mundo junto, trabalhando junto, se empenhando nos mesmos objetivos e unindo os povos todos. Um acampamento com mais de 40 mil pessoas. Vocês imaginem um acampamento com 40, 45 mil pessoas. É uma cidade acampando com toda a infraestrutura. E no Brasil aconteceu o Jamboree Nacional, nesse ano, em Foz do Iguaçu, no início desse ano. Pegaram uma ventania lá uma noite, o vento derrubou as barracas e criou uma série de dificuldades. Eu estava lá no dia seguinte e todo mundo animado, se recuperando, achando soluções e vamos para frente, não é verdade?

SR. PAULO EUGÊNIO DE OLIVEIRA: Mais de quatro mil escoteiros tinha.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Mais de quatro mil escoteiros lá em Foz do Iguaçu, com todo o apoio inclusive da Itaipu Binacional, tanto do lado do Brasil como do lado do Paraguai.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): É, e cursos, treinamentos, inclusive uma ênfase bonita para a pessoa com deficiência, quer dizer, futebol de cegos, por exemplo, os escoteiros com uma venda total para fazerem o futebol de cegos, por exemplo, e cursos bem práticos e bem concretos como foi relatado aqui.

Eu só vou ler um comunicado: "Comunico aos Srs. Senadores o recebimento dos Avisos 17 e 18, do TCU – Tribunal de Contas da União, Plenário do Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, o Ministro Ubiratan Aguiar, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo-TC 002.024/2009-5, bem como do relatório e do voto que fundamentaram aquela deliberação, cujo objetivo foi o resultado do trabalho de fiscalização de orientação centralizada, destinada a examinar os hospitais universitários vinculados às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), com o intuito de produzir diagnóstico da situação existente, avaliar coordenação e acompanhamento exercidos pelos Ministérios supervisores da área, disseminar boas práticas encontradas e oferecer aos Poderes Legislativo e Executivo proposta para aperfeiçoamento da gestão administrativa e das atividades de extensão de ensino, de pesquisa e de assistência à saúde". Os senadores e senadoras que desejarem uma cópia do Aviso--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu já solicito a V. Exa. cópia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Uma cópia. É um documento muito importante, poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A matéria vai ao arquivo.

Agradeço a todos. Antes de encerrar, um novo aplauso escoteiro para todo mundo que nos acompanha.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Deixa ver se eu consigo fazer também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Vamos lá.

SR. PAULO EUGÊNIO DE OLIVEIRA: Se quiser aprender é um, dois, três, quatro; um, dois, um, dois; um, dois, três, quatro; um, dois, um, dois; um, dois, três, quatro; um, dois, um, dois; um, dois, três, quatro; um, dois, três, quatro--(F)

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu acho que é bem [ininteligível]. Então vamos lá.

[falas sobrepostas]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor dirige em voz alta aí.

SR. PAULO EUGÊNIO DE OLIVEIRA: Vamos lá então. Um, dois, três.

[Aplauso escoteiro, pelos escoteiros e escoteiras presentes no Plenário].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem, com um guia bom as coisas saem certas.

Declaro encerrada a presente reunião. Obrigado.

Sessão encerrada às 12h40.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTE

ATA DA 82ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 2009.

Às onze horas e cinqüenta e seis minutos do dia oito de dezembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Flávio Arns**, e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Inácio Arruda, Roberto Cavalcanti, Sadi Cassol, Valter Pereira, Gilvam Borges, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Alvaro Dias, Eduardo Azeredo, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy, Gim Argelo, João Ribeiro, Francisco Dornelles, Pedro Simon, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho, Efraim Morais,

Marconi Perillo, Papaléo Paes, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Ideli Salvatti, Fátima Cleide, Mauro Fecury, Wellington Salgado de Oliveira, Rosalba Ciarlini, Heráclito Fortes, José Agripino e Adelmir Santana. O Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 001: Projeto de Lei da Câmara nº 160, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado George Hilton, que "Dispõe sobre as Garantias e Direitos Fundamentais ao Livre Exercício da Crença e dos Cultos Religiosos, estabelecidos nos incisos VI, VII e VIII do art. 5º e no § 1º do art. 210 da Constituição da República Federativa do Brasil". O relator designado é o Senador Inácio Arruda e o parecer é favorável. É concedida vista ao Senador Gerson Camata, pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. Neste momento, o Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns passa a Presidência à Senadora Marisa Serrano, Vice-Presidente no exercício da Presidência desta Comissão. **Item 008: Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Gilvam Borges, que "Altera os arts. 8º, 58 e 84 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para abolir o Exame de Ordem, necessário à inscrição como advogado na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)". O relator designado é o Senador Marconi Perillo e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. A Presidência retorna à ordem original da pauta, uma vez que há quórum para a votação de projetos terminativos. Neste momento dá-se início a votação das proposições a serem deliberadas em bloco, conforme disposto na Decisão nº 01/09-CE. **Item 014: Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Alex Canziani, que "Denomina Campus Milton Geraldo Lampe o campus de Apucarana da Universidade Tecnológica Federal do Paraná". O relator designado é o Senador Alvaro Dias e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 015: Projeto de Lei da Câmara nº 181, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Angelo Vanhoni, que "Institui o dia 24 de agosto como o Dia Nacional da Comunidade Ucraniana, com fundamento no § 2º do art. 215 da Constituição Federal". O relator designado é o Senador Alvaro Dias e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 017: Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Mário Negromonte, que "Institui o Dia Nacional da Baiana de Acarajé". O relator designado, ad hoc, é o Senador João Vicente Claudino e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 025: Projeto de Lei da Câmara nº 301, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Rafael Guerra, que "Denomina Ponte de Integração Deputado Tristão da Cunha a ponte sobre o rio Grande, que liga, na BR-146, as cidades de Passos e São João Batista do Glória, no Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 013: Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria do Deputado Walter Ihoshi, que "Denomina Ponte Comendador Hiroshi Sumida a ponte sobre o rio Ribeira de Iguape, na BR-116, na cidade de Registro, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 16 (dezesseis) votos favoráveis. **Item 016: Projeto de Lei do Senado nº 300, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que "Denomina Campus Ceres – Domingos Mendes da Silva o campus do Instituto Federal Goiano, localizado em Ceres, Estado de Goiás". O relator designado é o Senador Marconi Perillo e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 018: Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria dos Senadores Rosalba Ciarlini e José Agripino, que "Autoriza o Poder Executivo a implantar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte no município de Umarizal". O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 019: Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que "Autoriza o Poder Executivo a implantar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do norte no município de Nova Cruz". O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 020: Projeto de Lei da Câmara nº 157, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Deputada Luciana Costa, que "Institui o Dia do DeMolay". O relator designado é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 021: Projeto de Lei da Câmara nº 072, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Moacir Micheletto, que "Institui o Dia Nacional da Câmara Júnior". O relator designado, ad hoc, é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis.

Item 022: Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Carlos Sampaio, que "Institui o dia 12 de maio como Dia Nacional dos Trabalhadores da área da Saúde". O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 023: Projeto de Lei da Câmara nº 231, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Rafael Guerra, que "Denomina Rodovia Engenheiro Simão Gustavo Tamm o anel rodoviário que usa trecho da BR-265, em torno da cidade de Barbacena, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 024: Projeto de Lei da Câmara nº 071, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Rubens Otoni, que "Denomina rodovia federal Governador Henrique Santillo o trecho da BR-060-Goiânia/Brasília". O relator designado é o Senador Marconi Perillo e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 414, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que "Altera a redação dos arts. 4º, 6º, 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a educação infantil até os 5 (cinco) anos de idade e o ensino fundamental a partir desta idade". O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. Neste momento, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, passa a presidência ao Senador Augusto Botelho, para relatar o seguinte item: **Item 005: Substitutivo (Turno Suplementar),** de autoria da Senadora Marisa Serrano ao **Projeto de Lei do Senado nº 449, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir a participação dos pais em reuniões escolares como condição adicional para o recebimento de benefício do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação – 'Bolsa Escola'". A Comissão reitera a aprovação do substitutivo, por 14 (quatorze) votos favoráveis, e rejeita a emenda oferecida em turno suplementar pela Senhora Senadora Fátima Cleide, por 14 (quatorze) votos. Neste momento, reassume a presidência a Senhora Senadora Marisa Serrano. **Item 006: Projeto de Lei da Câmara nº 080, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Pepe Vargas, que "Confere ao Município de Nova Petrópolis no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Cooperativismo". O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado 14 (quatorze) votos favoráveis. Prosseguindo, a Senhora Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senadora Marisa Serrano, passa a presidência ao Senador Augusto Botelho, para relatar os seguintes itens: **Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que "Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa-Família e dá outras providências, para instituir benefício adicional vinculado a desempenho escolar no âmbito do Programa". A relatora designada é a Senadora Marisa Serrano e o parecer é favorável, com as duas emendas aprovadas na Comissão de Assuntos Sociais. É concedida vista ao Senador Antonio Carlos Valadares, pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 010: Projeto de Lei da Câmara nº 048, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Perpétua Almeida, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de exposição de obras de artistas nacionais em prédios públicos da União e de suas autarquias e fundações públicas". A relatora designada é a Senadora Marisa Serrano e o parecer favorável, na forma do substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, é aprovado. **Item 011: Emendas nº 02–PLEN e 03–PLEN,** de autoria do Senador Flávio Arns ao **Projeto de Lei do Senado nº 014, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental". A relatora designada é a Senadora Marisa Serrano e o parecer favorável à Emenda nº 02–PLEN e à Emenda nº 03–PLEN, na forma da subemenda oferecida, é aprovado. Logo após, o Senhor Senador Flávio Arns requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 001: Requerimento de Urgência nº 51/09-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que requer "Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência, para o Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, que 'Altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental'". O Requerimento de Urgência é aprovado. Neste momento, reassume a presidência a Senhora Senadora Marisa Serrano. **Item 012: Projeto de Lei da Câmara nº 064, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Alexandre Silveira, que "Altera a Lei nº 8.501, de 30 de novembro de 1992, que dispõe sobre a utilização de cadáver não reclamado, para fins de estudos ou pesquisas científicas, e dá outras providências. (cadáver não reclamado no prazo de 30 dias será destinado às escolas de estudo para fins de ensino e de pesquisa de caráter científico)". O relator designa-

do é o Senador Augusto Botelho e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. O projeto é retirado de pauta, atendendo à solicitação do relator. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2006; Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 492, de 2008 e Item 009: Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2009**. A Senhora Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senadora Marisa Serrano, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e quarenta e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADORA **MARISA SERRANO**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTE – CE

82ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE DEZEMBRO DE 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 82ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os senadores e senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovada.

A pauta desta nossa reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte é composta de 26 itens, vários deles Não Terminativos, outros tantos Terminativos, e como temos a presença do Senador Inácio Arruda, que é relator do Item nº 1 da pauta, de natureza Não Terminativa, já passamos à sua apreciação.

O Item nº 1 é o Projeto de Lei da Câmara nº 160, de 2009, que *"Dispõe sobre as Garantias e Direitos Fundamentais ao Livre Exercício da Crença e dos Cultos Religiosos, estabelecidos nos incisos VI, VII e VIII do art. 5º e no § 1º do art. 210 da Constituição da República Federativa do Brasil"*. A autoria é do Deputado Jorge Hilton. A relatoria é do Senador Inácio Arruda. O relatório é favorável. A matéria constou na pauta da reunião do dia 1º de dezembro de 2009.

Com a palavra V. Exa., Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Projeto de Lei da Câmara, como já assinalado por V. Exa., de autoria do Deputado Jorge Hilton.

Cabe à nossa comissão analisar a questão puramente no que diz respeito aos aspectos educacionais. Evidentemente que a questão constitucional será examinada na Comissão de Justiça porque é lá que, do ponto de vista de mérito, se examina a questão da constitucionalidade.

Mas eu quero fazer apenas dois registros. Primeiro, que do ponto de vista da nossa comissão, da Comissão de Educação, é aqui que nós buscamos nos ater, o projeto atende a essas recomendações da nossa Comissão. Um segundo, é que em 1946, na Constituição de 1946, também esse tema... Não é exatamente a mesma coisa, mas a questão religiosa veio à baila e foi exatamente uma emenda de um deputado da bancada do Partido Comunista, Jorge Amado, que garantiu o livre exercício de todas as religiões e buscou dar igualdade a esse conjunto de religiões que são professadas de forma harmônica no Brasil. Eu acho que um pouco o sentido do projeto é nessa linha de buscar dar um pouco de igualdade no tratamento de todas as religiões, embora elas tenham muitas diferenças do ponto de vista do pensamento filosófico, de como elas se construíram.

Nesse ponto de vista, o nosso Voto é pela aprovação do projeto, Sr. Presidente.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Em discussão a matéria. Senador Camata, Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, a análise desse projeto me remete à necessidade de pedir vistas do mesmo, porque a Constituição Brasileira, ela permite o livre exercício de todos os cultos, permite que qualquer religião, qualquer seita, qualquer entidade religiosa assine convênios com a União para a prática de alguns dos seus objetivos nas áreas da assistência pública e tal, mas não permite que a União imponha as denominações religiosas como deve ser esse convênio. Ligar o convênio à concordata não tem nada a ver. A concordata foi um convênio celebrado entre a Santa Sé(F) e o Governo Brasileiro. Nós podemos ter um convênio celebrado entre a Igreja Universal e o Governo Brasileiro, entre essas Assembleias de Deus e o Governo Brasileiro. Não podemos ter o Governo Brasileiro impondo por lei aquilo que deve dirigir essa liberdade. De modo que até que a gente estude isso melhor, eu peço Vista do projeto, já falei até com o Senador Inácio Arruda, que ele é Inácio

Francisco de Assis Arruda, ele é três vezes santo, mas eu estou pedindo aqui vista. Muito obrigado.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu só queria confirmar: Inácio Francisco de Assis Arruda. Poxa vida, que nome bonito.

[risos]

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Isso é que é uma mãe zelosa, hein?

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Para garantir, três nomes assim para não haver dúvidas [risos]. E a mãe ia saber que ficar comunista?

[risos]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Por causa disso. –

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Brincadeiras à parte--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Então vistas concedidas ao Senador Gerson Camata.

Eu indago ao Senador Marconi Perillo, que é o Item 8 da pauta, que é o seguinte, com o relator presente, aliás,--

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Presidente, têm mais dois, os Itens 20 e 21, também o relator está presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Isto. O 8º, Não Terminativo, Senador Marconi Perillo, é o Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2006, que *"Altera os arts. 8º, 58 e 84 da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, para abolir o Exame de Ordem, necessário à inscrição como advogado na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)"*. A autoria é do Senador Gilvam Borges. A relatoria é do Senador Marconi Perillo. Relatório favorável, com a emenda oferecida. A matéria é Terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Na reunião do dia 14 de abril de 2009 foi aprovado o requerimento de autoria dos Senadores Marconi Perillo, Alvaro Dias e Marisa Serrano propondo Audiência Pública, realizada no dia 08 de julho de 2009. A matéria constou na pauta da reunião do dia 17 de novembro de 2009.

Com a palavra V. Exa., Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. *"O Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2006, de autoria do ilustre Senador Gilvam Borges, modifica a Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, no intuito de extinguir o Exame promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que é requisito para a inscrição como advogado. A proposição foi apresentada a 09 de junho de 2006 e remetida em caráter terminativo à CCJ dessa Casa. Naquela comissão, foi designado relator ad hoc o Senador Antonio Carlos Júnior para a apresentação de parecer do Senador Magno Malta. O parecer inclinou-se pela remessa dos autos a esta Comissão de Educação, nos termos do Requerimento nº 39, de 2008, do Senador Antonio Carlos Júnior. Foram juntados ao processado os ofícios da Associação Paulista de Magistrados e da Presidência da Seção de São Paulo da OAB, contrários à aprovação do projeto, e da Câmara Municipal de São José do Rio Pardo, favorável à matéria.*

A proposição tem por fim explicitamente a eliminação do Exame aplicado pela OAB, no qual é necessária a aprovação como requisito de admissão na Ordem e em decorrência do exercício da advocacia. A proposição altera a Lei nº 8.906, de 1994, nos seguintes aspectos: modifica em seu art. 1º, inciso II, do art. 44, para retirar da OAB a capacidade para efetuar a seleção dos advogados. Essa modificação não se encontra arrolada na ementa do projeto, circunstância que caracteriza, em si, um erro de técnica legislativa; revoga o inciso IV e o § 1º, do art. 8º, e o inciso VI, do art. 58, e todo o art. 84 da lei, que regulamentam diversos aspectos do Exame.

Em sua justificativa, o autor defende a extinção do Exame por entender que o estudante de direito, para a conclusão de seu curso, já é submetido a avaliações frequentes durante todo o lapso de duração do curso e, além disso, submete-se também ao Exame Nacional de Cursos, promovido pelo MEC, que é também obrigatório e se destina à avaliação dos cursos de direito, entre outros. Ainda assim, sustenta que a aplicação do Exame de Ordem constitui fonte de estresse e não raro de problemas temporários de saúde para os candidatos.

Ora, malgrado a boa intenção do autor, temos que, ao contrário do que sustenta, a eliminação pura e simples do Exame de Ordem não é aconselhável. A manutenção de elevados padrões de admissão ao exercício da advocacia não pode, em hipótese alguma, ser resumida ao mecanismo de proteção corporativa da categoria dos advogados. É, antes, um elemento essencial para a defesa da sociedade. O mal advogado representa um risco para seus clientes. A adequada representação dos interesses de uma pessoa em juízo e fora dele implica necessariamente um elevado grau de proficiência técnica. A parte em uma relação processual geralmente é leiga em direito e muitas vezes, sem possuir correta percepção das implicações jurídicas de suas ações e das ações de seus advogados, deve ter direito a receber um serviço que se caracteri-

ze por seu profissionalismo e pelo manejo adequado no instrumental jurídico disponível. Lamentavelmente um profissional menos qualificado representará, para o cliente desavisado, aquilo que poderiam chamar de um risco oculto: o cliente não compreende as dimensões do risco que corre ao contratá-lo, confia que seu caso será bem conduzido e, muitas vezes, surpreende-se com o resultado adverso decorrente da imperícia do seu representante. Entendemos, assim, que dado o risco social inerente à extinção do Exame de Ordem, uma linha de defesa da sociedade, a proposição não merece ser acolhida tal como se encontra.

Concordamos com o seu autor, no entanto, no tocante ao fato de que em seu modelo atual o Exame constitui uma fonte desnecessária de estresse para o candidato. Entendemos que a aprovação no Exame pode constituir um ônus financeiro excessivo sobre o candidato obrigado a se inscrever novamente e a novamente arcar com os custos de sua realização. Em decorrência, apresentamos emenda que mantém o Exame, mas modifica alguns de seus elementos. Para tanto, introduzem-se novos parágrafos no art. 8º, da Lei 8.906, de 1994, para estabelecer novos critérios de administração do Exame, de maneira a fixar a periodicidade mínima do Exame e a forma de aplicação. Ademais, garante-se ao aprovado na primeira fase a possibilidade de prestar a segunda sem ter de se submeter novamente a primeira durante o período de um ano".

Sr. Presidente, Srs. Senadores. A propositura do Senador Gilvam Borges nos oferece a possibilidade de melhorarmos o Exame de Ordem, já que, na minha opinião, eu esposei isso aqui muito claramente, não é aconselhável a extinção ou o fim do Exame de Ordem. Nós fizemos uma solicitação, através de um requerimento, de realização de uma Audiência Pública aqui na Comissão de Educação. Presente o representante do Ministério da Educação, Senador Mozarildo, eu indaguei se o Ministério tinha tecnicamente suficiente condição para aferir a qualidade dos mais de 1.250 cursos de direito existentes hoje no Brasil. Ele me disse e nos disse a todos aqui na comissão que o Ministério da Educação, na sua parte de fiscalização de conteúdo, Senador Flávio Arns, não dispõe de condições mínimas para aferir a qualidade dos cursos. O número de técnicos existentes no Ministério da Educação para esse tipo de fiscalização é absolutamente restrito. Se nós tivéssemos no Ministério da Educação um corpo técnico profissional preparado em número suficiente para aferir a qualidade desses cursos, nós até poderíamos pensar na hipótese, mas não há como banirmos ou eliminarmos o Exame de Ordem sem que haja um mecanismo aferidor da qualidade desses cursos. Além do que, houve nos últimos anos uma proliferação de cursos de direito, além de cursos de outras áreas também, pelo Brasil afora. Repito: são mais de 1.200 cursos de Direito espalhados por este País. Repito, por outro lado, que o projeto, a iniciativa do projeto vai nos dar a oportunidade de melhorarmos a aplicação do Exame de Ordem, no sentido de aprimorar o Exame tal como ele existe hoje.

Eu apresento aqui no meu Voto, pela aprovação do projeto, é claro, não acolhendo o fim do Exame de Ordem, um Substitutivo... Aliás, uma emenda que é a seguinte--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Não, é uma emenda só. Eu acolho o projeto, não acolhendo a parte do fim do Exame de Ordem, mas melhorando o Exame de Ordem, principalmente sob a ótica financeira para os alunos ou para os graduados e, também, em relação ao lapso temporal e a dispensa de se ficar repetindo as mesmas provas o tempo todo. Então a emenda é a seguinte: *"Dê-se à ementa e ao art. 1º, do Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2006, a seguinte redação, suprimindo-se o art. 3º* – então nós já estamos suprimindo o art. 3º -: *acrescente-se dispositivos ao art. 8º, da Lei 8.906, de 04 de junho de 1994, para estabelecer critérios de aplicação do Exame de Ordem necessário à inscrição de um advogado na Ordem dos Advogados do Brasil; art. 3º: acrescente-se ao art. 8º, da Lei 8.906, de 04 de junho de 1994, os seguintes parágrafos, renumerando-se os atuais §§ 2º, 3º e 4º; art. 8º, § 2º: o Exame de Ordem deve ser aplicado quadrimestralmente; § 3º: o Exame deve ser aplicado em duas fases: inciso I: a primeira, composta de questões objetivas, de múltipla escolha, abordando as matérias integrantes do currículo de Direito definido pelo Ministério da Educação; inciso II: a segunda, comporta (sic) de elaboração de peça técnica privativa de advogado, de questões práticas sob a forma de situações problema; § 4º: a aprovação na primeira fase do exame habilita o candidato a prestar a segunda fase e o dispensa de prestar novamente a primeira durante o período de um ano contado da aprovação; § 5º: a taxa de inscrição de candidato habilitado à segunda fase, na forma do § 4º, deve ser cobrada de forma proporcional em relação ao candidato inscrito para a realização das duas fases"*.

Esse é o meu Voto, com a emenda que proponho, Sra. Presidente Marisa Serrano, Srs. Senadores, aproveitando esta propositura, porque poderia apresentar um outro projeto com essas modificações. Eu estou aproveitando o projeto do Senador Gilvam Borges e propondo mudanças para aprimorar, melhorar,

especialmente sob o ponto de vista econômico para os graduados que vão prestar o Exame de Ordem.

É esse o meu Voto.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Para discutir.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Sr. Senador. Para discutir, primeiro, o Senador Mozarildo Cavalcanti, depois o Senador Valter Pereira.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sra. Presidenta, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Esse projeto, desde que foi apresentado aqui, defendido pelo Senador Gilvam, eu procurei ouvir vários setores da área jurídica, advogados, promotores, e realmente nós temos que considerar algumas coisas que o Senador Marconi colocou com muita propriedade.

Primeiro, há uma falha na fiscalização e na autorização de abertura de novos cursos de Direito, infelizmente. Segundo, pior ainda é a falta de fiscalização do funcionamento dessas escolas. E justificar que o Ministério não tem estrutura, então o Ministério não deveria permitir o funcionamento de escola que ele não pode fiscalizar. Então formam pessoas que, se a pessoa escolheu uma faculdade 'X', nem sempre têm outras opções, tem aquela faculdade que ele pode entrar. E aí sai mal formado. É verdade, portanto, que precisaria. Mas será que só o Exame de Ordem melhora a condição dele de profissional da sua formação? É uma pergunta que tem que ser feita.

Outra coisa: já foram constatadas inúmeras vezes fraudes no Exame da OAB, inclusive aqui no Distrito Federal. Então muitas vezes não é a questão de tirar o sofá, como propõe o Senador Gilvam, e nem tampouco de banalizar que o Exame de Ordem seja feito.

Eu fui informado, inclusive, que agora, mais recentemente, esse Exame é elaborado por uma Fundação da Universidade de Brasília, que é o CESPE, e que é uniforme para todo o Brasil. Agora quem me garante que não ocorre alguma coisa parecida como o ENEM, que ao sair daqui para ir, por exemplo, para Rio Branco, no Acre, ou para Pelotas, no Rio Grande do Sul, não possa haver adulteração?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É verdade.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Mas então o que eu quero dizer é que é preciso que esse assunto seja mais bem debatido, termos Audiências Públicas, observarmos com muita cautela. Eu sei que depois de mim vai falar o Senador Valter Pereira, que é um jurista, mas eu quero de antemão, Presidente, pedir vista desse projeto, porque eu pretendo efetivamente que a gente discuta amplamente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Então vamos fazer logo vista coletiva. Vista coletiva, eu peço vista também, que aí facilita a gente--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Vista coletiva pedida.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Coletiva.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Portanto, está concedida vistas ao projeto relatado pelo Senador Marconi Perillo.

Eu gostaria de pedir aos senadores que permanecessem, nós temos condições de votar dezessete projetos Terminativos, é a última sessão ordinária que nós temos nesse ano, haverá uma reforma na parte administrativa e estamos terminando nessa reunião a votação dos projetos todos que temos aqui.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É nessa mesma linha, porque o Item 25 é apenas a nomenclatura de uma ponte que está para ser inaugurada esse fim de ano e eu queria ver se nós conseguimos votar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como não, vai entrar. Eu gostaria de pedir... Pela ordem, Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): [ininteligível] e insistentemente ele me chama de Pinheiro. Mas eu gostaria, aqui, apenas de realçar, embora nós vamos discutir essa matéria posteriormente, a atitude criteriosa tomada pelo Senador Marconi Perillo.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito bem, é isso aí.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Acho que essa questão aqui tem que ser tratada com o maior cuidado, porque aqui nós não estamos legislando sobre o interesse corporativo; nós estamos legislando sobre uma atividade profissional, ou seja, de um lado tem o advogado, do outro lado tem o jurisdicionado. E o jurisdicionado, quando vê uma placa "fulano de tal advogado", parte do pressuposto que ali tem um profissional habilitado, em condições de patrocinar a defesa do seu patrimônio, a defesa dos seus interesses, da sua liberdade, e, de repente, ele poderia correr ou poderá correr o risco de encontrar alguém que não tem os conhecimentos técnicos para

promover um patrocínio e levá-lo então a um prejuízo, a um dano irreparável.

Portanto, meus cumprimentos ao Senador Marconi Perillo, porque embora eu seja contra a mudança no sistema, mas pelo menos enxerguei no relatório do Senador Marconi Perillo um esforço para garantir o direito do jurisdicionado, que é um direito a uma advocacia competente, a uma advocacia preparada, habilitada para [ininteligível] as demandas.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Um aparte?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Um aparte, concedo a V. Exa.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Registrar também a honestidade do Senador Marconi Perillo e a ética. Ele mudou totalmente o projeto, embora mantendo o espírito e não colocou como substitutivo dele; preservou a autoria do Senador Gilvam.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aliás, eu acho até, Senador Gérson Camata, que há--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Senador Gerson Camata está correto.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Há, inclusive, na minha avaliação, uma falha. Por quê? Porque o Senador Marconi Perillo, no afã de consagrar a autoria de quem propôs, não adotou a postura de promover uma substituição e, no meu entendimento, tecnicamente, neste caso caberia, sim, uma emenda substitutiva, já que ele muda completamente, vira do avesso o que é proposto pelo autor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como foi concedida vistas coletiva, vai dar tempo de todo mundo poder fazer as suas considerações.

Passo agora à leitura de quatro itens que serão lidos e agrupados depois, e mais oito itens, 11 itens que vamos votar em bloco aqui.

Item nº 14, Terminativo. Projeto de Lei da Câmara nº 102, *"Denomina Campus Milton Geraldo Lampe o campus de Apucarana da Universidade Tecnológica Federal do Paraná"*. A autoria é do Deputado Alex Canziani. A relatoria é do Senador Alvaro Dias, favorável. A matéria constou da pauta da reunião do dia 01/12/2009 e vai ser votada em bloco na decisão nº 01 desta comissão, aprovada por unanimidade em 09/06/2009.

Peço ao Senador Alvaro Dias que faça um relatório sucinto.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sra. Presidenta, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. O projeto apenas denomina, esta comissão já adotou praxe e, portanto, não há o que considerar sobre o mérito do projeto do Deputado Alex Canziani. Milton Geraldo Lampe justifica o projeto pelo seu conceito e pela sua história e, portanto, o nosso parecer é favorável.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o parecer favorável, coloco em discussão o presente projeto. Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão e a votação depois a gente faz em bloco com todos os outros itens.

Item 15, Terminativo também. Projeto de Lei da Câmara nº 181, que *"Institui o dia 24 de agosto como o Dia Nacional da Comunidade Ucraniana, com fundamento no § 2º, do art. 215, da Constituição Federal"*. A autoria é do Deputado Ângelo Vanhoni. A relatoria é do Senador Alvaro Dias, com parecer favorável. A matéria constou da pauta da reunião do dia 1º/12/2009 e vai ser votada em bloco, de acordo com aquilo que foi combinado.

Senador Alvaro Dias com a palavra.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O Deputado Ângelo Vanhoni é do PT, do Paraná. No Estado há uma grande comunidade ucraniana e esta é a razão da propositura. Eu estive no ano passado na Ucrânia representando o Senado Federal e as relações entre os dois países, principalmente na área cultural, são relações estreitadas, sobretudo com o meu Estado, o Estado do Paraná. Essa comunidade prestou uma grande contribuição ao desenvolvimento econômico, social, político e cultural no nosso Estado e, por isso, se justifica a proposta do Deputado Ângelo Vanhoni. O nosso parecer é favorável.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Parecer favorável. Em discussão.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sra. Presidente, apenas para agregar, eu tive também a possibilidade de visitar a Ucrânia, tem uma grande comunidade brasileira de ucranianos brasileiros no Paraná, as relações são muitos positivas e o Brasil tem um Tratado de Exploração Espacial com a Ucrânia também, muito significativo, que é fruto dessas relações positivas entre o Brasil e a Ucrânia. Eu acho que a comunidade ucraniana merece um dia de destaque no nosso País pela sua presença no Estado do Paraná e na Região Sul do Brasil.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, vamos votar em bloco todos juntos.

Item nº 17. Projeto de Lei da Câmara nº 120, que *"Institui o Dia Nacional da Baiana de Acarajé"*. A autoria é do Deputado Mário Negromonte.

Eu gostaria de pedir ao Senador João Vicente Claudino que faça a leitura, Senador João Vicente, já que a Senadora Fátima Cleide abriu mão da relatoria.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): O Projeto de Lei da Câmara, PLC 120, de 2009, de autoria do Deputado Mário Negromonte, cria o Dia Nacional da Baiana de Acarajé, a ser celebrado normalmente no dia 25 de novembro.

"A justificativa do autor do projeto salienta a importância das datas comemorativas como mecanismo de afirmação da identidade cultural de um povo. Ainda segundo o autor, a criação de uma data específica destinada a celebrar a 'Baiana do Acarajé' contribuirá para o reconhecimento de uma das mais tradicionais figuras da cultura popular brasileira.

No Senado tem nessa comissão por decisão Terminativa, não foram oferecidas emendas ao projeto e o Voto é pela aprovação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Agradeço a leitura. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Gostaria de pedir--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O Papaléo quer apresentar um projeto instituindo o Dia Nacional do Panetone.

[risos]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Só para dar conhecimento a todos os senadores, eu conversei com o nosso Presidente José Sarney sobre a questão desses projetos. Nós temos aí mais de 40 projetos socados aqui na nossa secretaria, todos oriundos da Câmara, onde alguns não têm realmente condições nenhuma de trazer à votação. Disse ao Senador José Sarney que nós teríamos que cumprir o regimento, ver como é que nós poderíamos fazer com esses projetos. Está na Mesa já uma resolução contabilizando esses projetos e dando um ordenamento a esse tipo de projeto, quer dizer, esse tipo de projeto não pode acontecer.

Então o Senador Sarney vai colocar em votação, me disse isso, que disciplina todos esses projetos de dias, etc. e tal. Eu acho que aí vai ficar algo que fica perene para a Câmara e para o Senado, para o Congresso, e facilitando um pouco o nosso trabalho aqui para não votarmos projetos que, às vezes, são incompatíveis às vezes com esse Parlamento.

Item 25. Projeto de Lei da Câmara nº 301, que *"Denomina Ponte de Integração Deputado Tristão da Cunha a ponte sobre o Rio Grande, que liga, na BR-146, as cidades de Passos e São João Batista do Glória, no Estado de Minas Gerais"*. A autoria é do Deputado Rafael Guerra. A relatoria é do Senador Eduardo Azeredo, com relatório favorável. Observações: A matéria a ser votada em bloco, de acordo com aquilo que ficou aprovado por unanimidade nessa comissão.

Com a palavra o relator.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sra. Presidente, o projeto do Deputado Rafael Guerra, ele homenageia Tristão da Cunha, que foi um brasileiro de escol(F), plenamente merecedor da homenagem que ora lhe prestamos.

"Nascido em Teófilo Otoni, em 27 de julho de 1890, o nosso homenageado formou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Rio. Em 1916 voltou à cidade natal, onde atuou como professor, advogado, promotor público, antes de ingressar na vida pública. Na vida pública, seu percurso foi ascendente, tendo sido vereador, deputado estadual constituinte e federal. Neste último caso, pode mostrar no plano nacional a combatividade na apresentação de suas ideias, o zelo pela coisa pública e o brilho intelectual. Tristão da Cunha foi um dos signatários do famoso Manifesto dos Mineiros, de 1943, documento em que, com notáveis companheiros, exigiu a restauração da democracia e o fim do Estado Novo. Terminado o Estado Novo, Tristão da Cunha ocupou altos cargos no Poder Executivo, tendo sido Secretário da Educação e Saúde e Secretário da Agricultura no Governo de Juscelino Kubitscheck e Secretário das Finanças no Governo Clóvis Salgado e Bias Fortes, todos em Minas Gerais, evidentemente. Foi também Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, do CADE, entre 1964 e 1974.

Tristão da Cunha teve, também, como uma das suas metas a questão do transporte rodoviário, as estradas e pontes e foi um pioneiro dessa integração. Como homem público empenhou-se em seu aperfeiçoamento contínuo, tendo conseguido sempre com a conciliação a consecução dos objetivos libertários, qualidade transmitida a quem com ele conviveu ou dele obteve ensinamentos e publicações.

Diante do extenso legado na política estadual e nacional de Tristão da Cunha, contamos com a aprovação dos nossos pares ao presente projeto, que presta o merecido pleito ao eminente homem público. A ponte é uma ponte sobre o Rio Grande, logo abaixo da Represa de Furnas, ligando as cidades de Passos e São João Batista do Glória. Com a construção da represa ficou, evidentemente, mais difícil a ligação e é uma demanda antiga que o Governador Aécio Neves completa agora com esta construção. Lembrando ainda que o Governador Aécio Neves é neto do homenageado Tristão da Cunha".

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

O último projeto antes da votação em bloco é o Item 13. Projeto de Lei da Câmara nº 125, que *"Denomina Ponte Comendador Hiroshi Sumida a ponte sobre o Rio Ribeira de Iguape, na BR-116, na Cidade de Registro, Estado de São Paulo".* A autoria é do Deputado Valter Ihoshi. A relatoria é do Senador Romeu Tuma, que também abriu mão da relatoria.

Eu peço ao Senador Marco Maciel que, por favor, faça a leitura do relatório.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sra. Presidenta da Comissão Senadora Marisa Serrano, Sras. e Srs. Senadores. Passo a relatar, como relator *ad hoc*, em decisão Terminativa, o Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2009 – Projeto de Lei 2.448, de 2007, na Casa de origem -, de autoria do Deputado Walter Ihoshi, que *"Denomina Ponte Comendador Hiroshi Sumida a ponte sobre o Rio Ribeira de Iguape, na BR-116, na cidade de Registro, Estado de São Paulo"*.

"Sempre ligado à comunidade nipônica no Brasil, Hiroshi Sumida foi distinguido aos 70 anos de idade, dois anos de sua morte, com uma das mais altas Comendas do Japão, a Ordem do Tesouro Sagrado, 5º Grau, concedida pelo Imperador Akihito em reconhecimento ao trabalho em prol do intercâmbio cultural entre os dois países. Na Câmara dos Deputados, a proposição foi aprovada conclusivamente pelas Comissões de Viação e Transporte, de Educação e Cultura e de Constituição, Justiça e de Cidadania.

Nesta Casa, o projeto foi distribuído com exclusividade a esta Comissão para análise terminativa de mérito e dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. No prazo regimentalmente previsto não foram apresentadas emendas".

A análise. *"O PLC nº 125, de 2009, não contém vícios de iniciativa e apresenta-se, portanto, em conformidade com os preceitos constitucionais e as normas de boa técnica legislativa.*

Encontra-se, ademais, o projeto amparado pela Lei 6.682, de 27 de agosto de 1979, que 'Dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação', estabelecendo que mediante lei especial uma estação terminal, obra de arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente à terminologia oficial, a designação de um fato histórico ou de um nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à humanidade.

No que tange ao mérito, a iniciativa mostra-se igualmente adequada, haja vista que a biografia de Hiroshi Sumida o credencia plenamente para a homenagem. De fato os dados apresentados indicam que o homenageado era possuidor de atributos de grande valor, aos quais certamente se devem as expressivas conquistas e realizações que marcaram sua vida pública e privada.

Por sua vez, a escolha da ponte sobre o Rio Ribeira do Iguape, ponto de passagem da Rodovia Régis Bittencourt, BR-116, que cruza a zona urbana de Registro, mostra-se particularmente propícia, já que Hiroshi Sumida viveu sempre na região e trabalhou ativamente pelo seu desenvolvimento.

Pelo exposto, Sra. Presidente Senadora Marisa Serrano, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2009".

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Agora nós vamos votar em bloco uma série de projetos. Eu vou encerrar primeiro a discussão.

Item nº 16, PLS 300, de 2009. Aqueles que queiram discutir... Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Item nº 18, PLS 271. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Item nº 19, PLS 270. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Item nº 20, PLS 157. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Item nº 21, PLS 072. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Item nº 22, PLS 156. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Item nº 23, PLC 231. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Item nº 24, PLC 071. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Portanto, vou colocar em votação em bloco os Itens nº 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 13, 14, 15, 17 e 25, todos em votação nominal. Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com os relatores, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com os relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Valter Pereira? Gerson Camata?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com os relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com os relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, com os relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com os relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Cristovam Buarque?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com os relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Antonio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com os relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com os relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Osvaldo Sobrinho?

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PDT-MT): Com os relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Marconi Perillo?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com os relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Papaléo Paes?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com os relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): João Vicente Claudino? Mozarildo Cavalcanti?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Por unanimidade todos os projetos foram aprovados.

Eu queria pedir, ainda, que permanecessem aqueles que pudessem permanecer para nós fazermos a votação dos Terminativos que ainda estão na pauta de hoje.

Item 2, Terminativo. Projeto de Lei do Senado 414: *"Altera a relação dos arts. 4º, 6º, 29, 30, 32 e 87 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, pondo sobre a educação infantil até os cinco anos de idade e o ensino fundamental a partir dessa idade"*. A autoria é do Senador Flávio Arns. A relatoria é do Senador Sérgio Zambiasi e o parecer é favorável, a quem eu passo a palavra.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Marisa Serrano, o Senador Flávio Arns apresentou o Projeto de Lei 414, de 2008, que *"Altera a redação dos arts. 4º, 6º, 29, 30, 32 e 87, da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, pondo sobre a educação infantil até os cinco anos de idade e o ensino fundamental a partir desta idade"*.

"O Projeto de Lei do Senado pretende simultaneamente adequar a LDB à nova redação do art. 208, inciso IV, da Constituição Federal, por força da Emenda Constitucional 53, de 19 de dezembro de 2006, que estabelece a idade de cinco anos para o ingresso no ensino fundamental. Assim, as modificações que o projeto propõe à LDB são muito oportunas e de questionamento indiscutível de nossa parte, uma vez que as mudanças em relação ao ensino fundamental decorrem de mero ajuste ao novo texto constitucional.

A justificação do projeto de lei, com muita propriedade, esclareceu que quando a Lei 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, dispôs sobre a duração de nove anos para o ensino fundamental, fixou a matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade, porque na ocasião o art. 208, inciso IV, da Constituição Federal, ainda não havia sofrido alteração. Portanto, quando da publicação da Lei 11.274, em 06 de fevereiro de 2006, o texto constitucional em vigor ainda dispunha que o atendimento em creche e pré-escola será feito às crianças de zero a seis anos de idade. Todavia, a Emenda Constitucional 53, de 19 de dezembro de 2006, alterou a redação do art. 208, inciso IV, da Constituição Federal, que passou a dispor: Art. 208. O dever do Estado na educação será efetivado mediante a garantia de: educação infantil em creche e pré-escola às crianças até cinco anos de idade.

Desse modo, concordamos com o que destaca o nobre Senador Flávio Arns na justificativa do projeto ao enfatizar que o objetivo de ajustar o texto da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional aos ditames da nova redação do art. 208, inciso IV, da Constituição Federal, dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, no que tange às faixas etárias para o atendimento na educação infantil e, por consequência, para o ingresso no ensino fundamental de nove anos.

Então, diante do exposto, o nosso Voto é pela aprovação do projeto de lei do Senador Flávio Arns, Projeto de Lei nº 414, de 2008".

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação nominal. Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Valter Pereira? Gerson Camata?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sérgio Zambiasi? É conhecido. Cristovam Buarque?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Antonio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Osvaldo Sobrinho?

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PDT-MT): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Marconi Perillo?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Papaléo Paes?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): João Vicente Claudino? Mozarildo Cavalcanti?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Aprovado por unanimidade.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu gostaria apenas de pedir a senhora a inversão da pauta para votarmos o Item 9, que já foi lido, a matéria já foi lida, basta apenas a senhora colher os votos. A matéria é de iniciativa da Senadora Kátia Abreu.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Certo, colocaremos logo em votação.

Votação agora do Item nº 5. Substitutivo do Projeto de Lei do Senado 449, de 2007.

Eu quero passar a Presidência da Mesa ao Senador Augusto Botelho, já que esse é da minha relatoria.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Sra. Presidenta. Item nº 5, Turno Suplementar: *"Altera a Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, para incluir a participação dos pais em reuniões escolares como condição adicional para o recebimento do benefício do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação – Bolsa-Escola"*. A autoria do Substitutivo é a Senadora Marisa Serrano. A relatoria é a Senadora Marisa Serrano. No projeto original a autoria do PLS é o Senador Cristovam Buarque. Relatório: pela rejeição da Emenda nº 1, de autoria da Fátima Cleide, e pela aprovação do Substitutivo. Observação: na reunião de 12 de maio de 2009, foi concedida vista à Senadora Fátima Cleide.

Segunda observação: o Substitutivo da Senadora Marisa Serrano, ao PLS 449/07, foi aprovado na reunião do dia 04/06/2009. Observação terceira: serão realizadas duas votações nominais, uma para a emenda e uma para o Substitutivo.

Com a palavra a Senadora Relatora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Bem rapidamente fazendo a relatoria desse projeto do Senador Cristovam Buarque, ele resgata a questão do Bolsa-Escola pelo que tinha sido inicialmente engendrado, que seria a garantia de que a Bolsa-Escola seria oferecida àquelas famílias cujos filhos obrigatoriamente estivessem na escola.

A Senadora Fátima Cleide fez uma emenda e a emenda da Senadora Fátima Cleide dizia que os pais que teriam essa proposta, ficaria condicionado aos pais terem recursos para transporte até a escola. Eu fui contra essa emenda porque não há como nós garantirmos aqui o recurso para o transporte dos pais irem até a escola dos filhos participarem das reuniões nas escolas, acompanharem os seus filhos que estão estudando, quer dizer, é necessário que essa seja feita de outra forma e não aqui condicionado à entrega tíquetes de transporte para os pais poderem ir às escolas.

Portanto, por essa questão, eu rejeitei a emenda apresentada pela Senadora Fátima Cleide e aprovando o Substituto do Projeto de Lei do Senado nº 449, como uma forma que foi apresentada no primeiro turno desta comissão, voltando o Bolsa-Escola à sua ideia original.

É esse o meu relatório, Sr. Presidente.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Em discussão o projeto. Com a palavra o Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu quero elaborar aqui o meu juízo de valor com respeito ao relatório da Sra. Senadora Marisa Serrano, dizendo que a senhora foi muito feliz no seu relatório, primeiro na sua proposta, depois no seu relatório e, principalmente, deixando de lado, não aceitando essa emenda, que realmente é um preciosismo, isso é preciosismo demais assim, desculpem a redundância, garantir vale-transporte para o pai ir à escola participar de reunião. Isso é demais, eu acho que nós temos que ser mais práticos aqui no nosso projeto, porque solução e sonho a gente têm nas nossas cabeças, mas nós temos que ter tudo como resultado prático, na prática. E aí eu digo assim: o ENEM, por exemplo, eu queria ouvir comentário dos educadores como V. Exa., em outra oportunidade do Senador Cristovam Buarque, queria ouvir sobre a questão do ENEM. Foi um verdadeiro absurdo o que aconteceu sábado e domingo com o ENEM, sem se saber qual o objetivo real que o Ministério da Educação quer alcançar. E de repente não se houve comentário nenhum, só se está falando em Arruda, Arruda, panetone, e não se houve comentário importante que a gente tem que ouvir, principalmente numa questão dessa sobre o ENEM.

E universidades e mais universidades, a Universidade Federal do Pará, Sra. Presidente, eu tive notícia onde que anulou o vestibular. Então isso é muito sério, isso é muito sério. O Governo gastou agora 130 milhões de reais para fazer a prova do ENEM mantendo um capricho. Se essa prova tinha sido vazada, foi anulada e se faz outra, era totalmente dispensável não se fazer esse ano, totalmente dispensável. Então aconteceu um verdadeiro massacre aos alunos que se submeteram a 180 questões no sábado e no domingo, tempo bem pequeno mesmo, e ainda uma redação. O que é que o Governo quer?

Eu vejo o seguinte: realmente a nossa educação está no fundo do poço e nós precisamos, sim, termos mais discussões em cima disso e deixarmos outras questões político-partidárias lá para os fóruns adequados, logicamente chamando a atenção no momento necessário.

Então fica aqui o meu protesto contra a realização do ENEM este ano porque, além de tudo que aconteceu, muitas universidades estão rejeitando o ENEM. Então o fracasso está carimbado com os 40% de ausência nessa prova famigerada deste ano, que foi o ENEM. Minha nota é abaixo de cinco para o Sr. Ministro da Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Encerrada a discussão, vamos à votação, primeiro da emenda. O parecer da relatora é pela rejeição da Emenda nº 1, de autoria da Senadora Fátima Cleide. Depois da emenda nos votaremos o Substitutivo, que como essa emenda está vendo votada, nós vamos fazer o segundo turno da [ininteligível]. Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Quem está votando sim, está votando pela rejeição da emenda, de acordo com a relatora.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Valter Pereira? Antonio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Gerson Camata? Valdir Raupp? Garibaldi Alves Filho?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a relatora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Marisa Serrano? É voto conhecido. Senador Osvaldo Sobrinho?

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PDT-MT): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Marconi Perillo? Senador Papaléo Paes?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Cristovam Buarque? É o autor, voto conhecido. Senador Mozarildo Cavalcanti?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Aprovada a rejeição da emenda da Senadora Fátima Cleide. Agora, em segundo turno, nós vamos votar novamente o Substitutivo. Os Srs. Senadores repetem o voto para o Substitutivo? Então aprovado o Substitutivo em segundo turno.

Passo a Presidência à Senadora Marisa Serrano.

[troca de presidência]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, aqueles que foram lidos, o Item 6 já foi lido também, é só sim, sim, sim, sim. É uma cooperativa [risos]. Essa foi boa, até eu fiquei... Eu me senti mal agora [risos].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Item nº 6.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Item 6 já foi lido, só transforma Nova Petrópolis... Dá a ela o título de Capital Nacional.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Decisão Terminativa do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2009, que *"Confere ao Município de Nova Pradópolis, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Cooperativismo"*.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Já foi lido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A autoria é do Deputado Pepe Vargas. A relatoria é do Senador Paulo Paim. Relatório favorável. A matéria foi lida e iniciada a discussão na reunião do dia 17/11. Continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Em votação nominal. Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Valter Pereira?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Gerson Camata? Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Cristovam Buarque?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Antonio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Valdir Raupp? Garibaldi Alves Filho?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Osvaldo Sobrinho?

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PDT-MT): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Marconi Perillo? Papaléo Paes?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): João Vicente Claudino? Mozarildo Cavalcanti?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Por unanimidade aprovado o projeto.

Passo a Presidência, novamente, ao Senador Augusto Botelho.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a palavra, para relatar, a Senadora Marisa Serrano. Item 7, Terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2009: *"Altera a Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa-Família e dá outras providências, para instituir benefício adicional vinculado a desempenho escolar no âmbito do Programa"*. A autoria é do Senador Tasso Jereissati. A relatoria é da Senadora Marisa Serrano. Relatório favorável com duas emendas aprovadas na Comissão de Assuntos Sociais. Observações: serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas.

Com a palavra a Sra. Relatora Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria aqui dizer que esse projeto, ele tem o novo benefício variável sem limite por família, que seria pago em razão dos resultados positivos obtidos pelo aluno em avaliação oficial, conforme regulamento, e também em regulamento será fixado o valor do benefício.

O autor, em sua justificação, diz acreditar que a iniciativa contribuirá para a melhoria da qualidade do ensino, segundo ele: "Com o incentivo concreto e palpável a mais, os estudantes procurarão aprimorar suas relações com a escola e com os professores. Mais estimulados pelo interesse dos alunos, os professores tenderão a se envolver com a causa desse alunado". Portanto, ele cria o Programa Bolsa-Família e dá outras providências para incluir benefício adicional vinculado ao desempenho escolar, quer dizer, cada escola teria, segundo o seu próprio regulamento, o regulamento da escola, poderia estimular os alunos a ter a família um *plus* a mais no Bolsa-Família de acordo com o rendimento dos alunos.

Então não seria só o Bolsa-Família, dado a família para os alunos estarem na escola, mas, além disso, além de estarem na escola, ainda teria um *plus* a mais se os alunos tivessem um bom rendimento, para melhorar a qualidade do ensino, estimulando também os professores a participarem mais do processo escolar.

Portanto, o meu Voto, concluímos por esse relatório pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2009, com as emendas que já foram aprovadas na Comissão de Assuntos Sociais, que fazem parte do projeto.

É esse o meu relatório, Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Em discussão. Senador Eduardo Azeredo com a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Em rápidas palavras, apenas para manifestar o meu voto favorável. Nós já conseguimos avançar muito na educação no Brasil na inclusão das crianças nas escolas: 98% das crianças em idade escolar estão na escola. Mas nós temos um grande desafio, que é a qualidade, e esse projeto do Senador Tasso Jereissati vem nesse sentido, no sentido de incentivar a qualidade do estudo brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Senador Azeredo. Com a palavra o Senador Cristovam Buarque para discutir.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Primeiro, para dizer do meu apoio ao projeto. Segundo, de justificar esse apoio e complementar. Quando o Bolsa-Escola foi criada aqui no Distrito Federal, tinha duas pernas, pouca gente sabe disso: uma era esse pagamento mensal às famílias cujas crianças não faltassem às aulas; o outro era no final do ano depositar uma quantia de dinheiro numa caderneta de poupança que a criança só tirava se terminasse o segundo grau. Nós cometemos um erro de *marketing* chamado um Projeto de Bolsa-Escola e outro de Poupança-Escola. Na verdade, os dois deviam ser a

Bolsa-Escola, todo mundo saberia dos dois e teriam ficado os dois. Lamentavelmente foram separados e o Poupança-Escola foi extinto quando o Governo assumiu, depois que eu saí.

O Presidente Cardoso pegou, e isso eu digo pegou no sentido positivo, eu nunca para de dizer da generosidade dele de manter o nome Bolsa-Escola, tendo sido criado por um governador de partido de oposição. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, com a ideia, manteve o nome Bolsa-Escola e implantou no Brasil para 4,5 milhões. O Presidente Lula transformou no Bolsa-Família, que é a mesma coisa, com três grandes desvantagens: primeiro, tirar o nome escola e botar família. É um desastre, para a família foi um desastre, tirou a ideia de que a criança ganhava para estudar e passou a ideia de que ganha porque é pobre; segundo, tirar do MEC e colocar no Ministério da Assistência Social. O Ministério da Assistência Social não tem compromisso educacional; e, terceiro, misturar esse programa com os outros como Vale-Gás, Bolsa-Alimentação. Perdeu a característica. Um desastre. Eu considero que é um programa excelente como rede de proteção social, mas péssimo como escada de ascensão social. Foi um passo atrás nisso. A Poupança-Escola ficou abandonada. Eu dei entrada nesse projeto, está em processo aqui dentro.

Mas, enquanto isso, eu vejo com bons olhos a ideia do Senador Tasso Jereissati e creio que não se choca à ideia da poupança, que se recebe se ficar até o final do ensino médio com um incentivo a passar de ano. Eu acho muito positivo e creio que nós estaremos dando um avanço e tentando recuperar um pouco da velha ideia da Bolsa-Escola, que o Presidente Fernando Henrique levou para o Brasil, com esse projeto do Tasso Jereissati que eu voto com muita satisfação.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Senador. Para discutir, Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Apenas duas palavras. Eu concordo e vou votar favorável, mas eu quero registrar e deixar pública uma preocupação: esse projeto, ele não deixa de estabelecer um campeonato dentro da sala de aula, não do aluno com aluno, do aluno com a família dele, e eu não sei se o pai e a mãe terão condições emocionais de entender que esse filho, por uma circunstância qualquer, não vai poder ganhar essa bolsa variável. Esse é um aspecto que tem que se chamar a atenção, porque a bolsa variável é pelo desempenho que aquela criança de seis anos de idade vai ter na sala de aula. Ele vai levar esse benefício para casa se ele for bem; se não for bem, não vai levar. Isso é muito subjetivo e o Professor Cristovam sabe bem disso. Como um pai, muitas vezes alcoolizado, ao chegar em casa, diz: "Como é que tu não foi aprovado". Justifica isso para uma criança de seis anos de idade? Isso é muito sério, mas extremamente sério, porque é uma disputa seriíssima. É um adicional, é uma bolsa adicional, é quem vai bem. A criança que sai de um barraco lá do fundo da vila, que não tem água, não tem luz, vai para a sala de aula e vai disputar com os seus colegas uma bolsa. Vai disputar, é o rendimento dela.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A bolsa já existe, a bolsa já existe, ele vai ter uma a mais, vai ter uma gratificação, uma premiação.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): É, é uma premiação, agora a minha pergunta é--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Uma premiação não tem problema.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): A família tem que estar preparada para essa criança não levar, porque há uma expectativa. Essa criança vai levar para casa um benefício. E veja que é uma criança de seis anos, de sete anos, de oito anos, com o pai muitas vezes alcoólatra, desempregado, e está apostando nessa possibilidade. A minha preocupação é essa.

Eu acho que a proposta é boa, inteligente, mas pode provocar uma relação complexa do pai ou da mãe ou do irmão mais velho com esta criança que está lá e que nem sempre vai alcançar essa... E às vezes por problemas familiares, porque ela sai de casa, sai de casa com uma espada sob a cabeça, com a obrigação de ir bem, senão não vai ganhar.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu peço a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): A Senadora Marisa Serrano quer discutir também.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria só de rebater um pouquinho o que o Senador Sérgio Zambiasi colocou. É claro que é uma preocupação legítima e saudável, mas eu quero dizer que na educação, para melhorar a qualidade do ensino, nós temos que tomar posições que necessariamente tudo na vida pode acontecer, mas pode não acontecer. E, depois, além do Bolsa-Família, aquele a mais que vai ser regulado na escola através do regulamento da escola é que vai ser discutido qual é a forma dessa parte variável, quer dizer, vai ser discutida, não somos nós aqui que vamos dizer qual é essa variação. E essa emulação para que os alunos se estimulem a melhorar a educação, de alguma forma tem que ser dado para que isso aconteça. Acredito que esse prêmio a mais que os melhores alunos teriam é como se seria mais ou menos, de forma diferente, mas na minha época nós tínhamos quadros de honra na escola. Iam para os

quadros de honra e é claro que os pais queriam que os filhos fossem para os quadros de honra.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): É diferente.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É diferente, eu sei disso, mas é clarividente que hoje em dia mudou. Hoje em dia um quadro de honra na escola não teria nenhum tipo de assertiva em cima da melhoria da qualidade do ensino. Agora, hoje em dia, financeiramente falando, isso sim faria com que talvez as escolas se sentissem, os alunos se sentissem mais interessados na educação. É uma possibilidade. Agora mexer com a qualidade do ensino não é fácil, não tem um condão, uma varinha mágica que diz: "Fazendo isso vai melhorar a qualidade do ensino". É toda uma confluência de forças que poderão fazer com que isso aconteça. Esse poderia ser mais um deles.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Continua em discussão.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Me permita?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero, primeiro, lembrar que nós, há pouco, aprovamos um projeto que obriga os pais da Bolsa-Família a irem à escola, que hoje eles não têm essa obrigação. Na escola eles vão ter que ser orientados, vão ter que ser tratados para que não cometam esse tipo de insensatez que pode acontecer. Agora o alcoolizado, isso é um problema de saúde que existe. Esse alcoolizado já bate na criança que não trouxer dinheiro porque não engraxou o sapato. Eu não vou dizer como aqueles que dizem: "Estupre, mas não mate". Não, não vou fazer essa comparação, mas ele já bate porque o menino não trouxe dinheiro do trabalho. É um problema de patologia que a gente tem que enfrentar. É preciso lembrar que se a gente não force essa criança a estudar, ela vai apanhar ao longo de toda a vida por não ter estudado no momento certo. Ela vai apanhar da vida.

Então o projeto é bom, aí eu vou olhar no lado de todos os pais que não são alcoólatras.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu sei, eu sei. Todos os pais que não são violentos eu vou citar. Esses vão exigir das crianças, é verdade, vão exigir, mas as classes médias e altas exigem dos seus filhos estudarem, cobram dos seus filhos. Então aí a gente vai ter uma cobrança, é isso que a gente está precisando. Obviamente, no Japão tem criança que se suicida de tanta cobrança. A gente tem que evitar as patologias, aqueles que estão fora do padrão, mas no padrão normal vai ser ótimo ter os pais pobres cobrando dos filhos que estudem e tirem notas boas. Essa é a razão do projeto. O grau de exigência e o grau de punição, esse a gente tem que cuidar das patologias que acontecerem. Para isso, a visita dos pais obrigatória, de acordo com outro projeto de lei, é positivo e ajudará bastante.

A preocupação do Senador Zambiasi procede, a gente tem que tomar cuidado para evitar esses comportamentos equivocados, mas não a meu ver leva a proibir a lei que traz um avanço bastante grande na exigência dos pais ao estudo dos filhos. Isso eu acho positivo. Agora vamos tomar cuidado para que isso não leve às loucuras que a gente sabe que existem em todos e devem estar existindo nesse momento em muitos pais que exigem demais dos filhos, mas exigir alguma coisa dos filhos é importante para a educação deles.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a palavra o Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Augusto Botelho, e Relatora Marisa Serrano. O Senador Cristovam, com toda a sua sensibilidade, ele trabalhou um ponto da abordagem, porque eu citei a possibilidade de um pai alcoólatra. Mas não é apenas do pai alcoólatra, Senador Cristovam. Eu quis dizer que nós podemos estabelecer um perigosíssimo campeonato de produtividade em sala de aula em troca de um prato de comida, em troca deste algo a mais que a criança passará a... Ele passa, esta criança, passa a ser um ponto de investimento dos pais para que ele leve para casa algo mais aos seis, aos sete anos de idade. Eu acho que nós teríamos que criar outros estímulos para essa criança estar motivada para estudar, que não o levar para casa, ele, a criança. Esse quase bebê passar a disputar, são trinta alunos em sala de aula, vinte e cinco, vinte, ele passa a disputar com todos estes esta disputa.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sra. Presidente?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, ele disputa com ele próprio.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim, mas a bolsa não é para todos.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Então teria que estabelecer um limite: todos os que alcançarem um nível terão direito.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A bolsa é para todos.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Não é para todos, não, senhor. É rendimento, é uma olimpíada.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas já tem hoje Olimpíada de Matemática, já tem não sei o que, já tem isso, essa competição já existe.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Mas isso não é para todos. Para todos é o Bolsa-Família.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Para todos que tiverem rendimento.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): O critério do julgamento, eu não sei, foi estabelecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Zambiasi, ainda quer falar mais?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Só para dizer que a minha preocupação é esta. Eu acho que a ideia é muito boa, mas nós não podemos estabelecer um processo que acabe provocando uma discriminação lá, naquele status social assim mais baixo da sociedade, entre o que acabou se destacando e o que não conseguiu se destacar, porque o nível de pobreza, de miséria, é o mesmo, mas ali naquele nível um conseguiu ter um estímulo a mais e o outro um estímulo a menos. Só isto. É um padrão mínimo para que não se estabeleça uma olimpíada por uma bolsa. O meu voto é favorável, porque qualquer coisa que vier em benefício da melhoria da educação infantil eu sou a favor. A minha preocupação é só esta, este cuidado de se estabelecer. E quantos mais benefícios forem criados, melhor. A minha preocupação é só com uma possibilidade discriminatória de, na mesma classe, ter um grupo de primeira e um grupo de segunda. Só isto.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria pedir a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria, só para complementar o Senador Zambiasi, dizer o seguinte: nós precisamos ver por um outro lado da moeda. Os pais, principalmente as mães, tendo possibilidade de um benefício variável, estar junto com o filho, participando junto com ele, estudando junto, acompanhando, indo à escola e fazendo com que o filho melhore, porque hoje os pais não acompanham mais o trabalho das crianças. E era, talvez, uma forma der os pais acompanharem, terem estímulo para fazer com que os seus filhos estudem, tenham mais tempo, coloquem os filhos num local onde eles tenham mais tranquilidade para estudar, quer dizer, tudo isso, e não ponham para trabalhar na rua, não ponham para pedir esmola nas esquinas, quer dizer, ele vai ter um cuidado de fazer o filho estudar. Ao invés de trazer dinheiro, o filho ter que trazer dinheiro para casa das esmolas, ele poderá ganhar esse algo mais dentro da própria escola estudando, quer dizer, têm duas faces essa questão.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tem, mas... Me permite?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O que essa senadora Marisa disse eu acho que praticamente complementa, mas eu queria fazer um esclarecimento. Não há uma concorrência de um aluno com outro: são todos acima da média, ou seja, os que passam de ano. Na verdade é a Poupança-Escola, só que vem a ser uma poupança paga naquele ano ou naquele mês, não sei. Então a única diferença é essa. É um incentivo, um incentivo que vai exigir cobrança. É fundamental fazer com que os pais cobrem. Os pais, hoje, no Brasil, das camadas pobres, veem à escola como um depósito para as crianças, como um restaurante mirim. As escolas vão para comer a merenda. A partir de agora a gente faz com que as famílias queiram que vá lá ter nota. Muitos pais vão descobrir agora que existe nota na escola, muitos pais vão descobrir nota. Agora têm esses riscos? Têm, mas eu acho que esses riscos são muito menores de impacto negativo para as crianças do que hoje os pais quererem que tragam dinheiro engraxando sapato e não tirando nota boa.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, pela ordem, nós vamos pedir vista, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Valadares pediu vistas.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pedi vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Está pedindo vista do projeto.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): A discussão pode continuar ou fica para a outra sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): OK. Concedida vistas ao Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu acho que essa é a beleza da democracia, todo mundo achava que estava indo certinho,

aí de repente apareceu uma dúvida. É uma dúvida. Senador Zambiasi, com a sua sensibilidade, eu acho que é lógico o seu raciocínio, como é lógico de todos os outros também. O fato de o pai começar a se preocupar com a nota do filho é outra coisa lógica com esse projeto, porque muitos pais nem se preocupam com a nota dos filhos no colégio. Então tem os prós e os contras.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Tem que lembrar... Me permita um aparte?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a palavra o Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): O Bolsa-Família já faz com que o pai se preocupe com o filho. O Bolsa-Família exige assiduidade da criança na sala de aula. Se essa criança não tiver assiduidade, não recebe o Bolsa-Família. Então esse é um aspecto que já existe na lei, na Lei do Bolsa-Família. Então essa preocupação já existe.

Eu acho louvável. A minha única preocupação é estabelecermos uma competição muitas vezes desigual nos próprios níveis de pobreza. Dentro de uma sala de aula têm crianças do mais baixo extrato de miséria e--

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PDT-MT): Eu acredito que têm pontos negativos e positivos, agora os positivos são maiores nesse caso, que você vai dar um estímulo a mais para que ele possa, na verdade, não uma competição, é uma *plus* que para todos aqueles que atingirem aquela nota maior. Então não vai competir ninguém com ninguém, vai dar um *plus* apenas para quem sair melhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Senador.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com a palavra do Senador Osvaldo Sobrinho, que é um educador, eu continuo com a minha convicção de que é bom, voto a favor. A minha preocupação é que não se estabeleçam duas classes dentro da mesma classe, a classe dos que não conseguem ser acompanhados pelos pais e não podem participar da competição e daqueles que têm o pai ou a mãe, a mãe, a mãe que possa acompanhar esse desempenho e ele acabe, então, levando para casa esse *plus*, que é um incentivo extremamente favorável, mas eu acho que nós temos que criar mais mecanismos, muito mais mecanismos para que essas crianças tenham acesso à escola.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Senador Zambiasi.

Com a palavra a Senadora Marisa Serrano. Agora vamos discutir o Item 10, Não Terminativo. Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2006: *"Dispõe sobre a obrigatoriedade de exposição de obras de artistas nacionais em prédios públicos da União e de suas autarquias e fundações públicas"*. A autoria é da Deputada Perpétua Almeida. A relatoria é da Marisa Serrano. Relatório favorável na forma do Substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Observações: a matéria constou na pauta da reunião do dia 1º de dezembro de 2009.

Com a palavra a Senadora Relatora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. *"Na sua justificativa a autora afirma que a obrigatoriedade da exposição de trabalhos artísticos nas repartições públicas federais, nos termos estabelecidos no projeto, contribuirá para incorporar a arte no conceito de cidadania. Servirá, também, para dar notoriedade aos artistas ainda pouco conhecidos e estimular a produção artística no País"*.

Eu quero informar que essa ideia de que artistas plásticos possam colocar as suas obras, escultores também, nas repartições públicas federais, realmente é algo que pode ser feito, porque em Campo Grande, na minha cidade, capital do meu estado, a prefeitura municipal já faz isso. O gabinete do prefeito, por exemplo, e toda a prefeitura, ela recebe as obras de arte e ali ficam expostos para que a sociedade possa se acostumar a ver e se interessar depois a adquirir.

Portanto, eu acho que é meritório esse projeto, que vem dar mais visibilidade aos artistas no nosso País. O parecer é favorável. Em vista do exposto, sou pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2006, nos termos do Substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Em discussão o projeto.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PDT-MT): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Osvaldo Sobrinho para discutir.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PDT-MT): Sr. Presidente, eu acredito que é uma boa iniciativa, até porque nós já temos experiência positiva nesse sentido. Em Cuiabá, por exemplo, o prefeito da capital, Wilson Santos, do PSDB, ele já faz isto, inclusive a sua esposa faz exposições nos pontos públicos da cidade e isso tem dado uma repercussão muito positiva e a gente tem divulgado grande parte dos nossos artistas que lá estão.

Portanto, eu acredito que é uma iniciativa boa, ela vem ao encontro das metas do País, que é de incentivar a cultura. Portanto, eu acredito que nós devemos aprovar, até porque vamos incentivar outras pessoas

também a fazer produção artística e cultural. É o meu pensamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Obrigado, Senador. Com a palavra o Senador Cassel (sic).

SENADOR SADI CASSOL (PT-TO): Eu sou favorável ao projeto também, só não tive a oportunidade de ler todo o projeto e eu gostaria, se a Senadora Marisa pudesse esclarecer, a quem fica a atribuição de comprar as peças.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não, não é, é só a exposição.

SENADOR SADI CASSOL (PT-TO): Só a exposição, não é permanente?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não, não, é uma exposição temporária que geralmente as prefeituras normalmente fazem de em mês em mês, aí trocam aqueles quadros com outros quadros. É só mesmo para que as pessoas possam ter contato com a arte.

SENADOR SADI CASSOL (PT-TO): Que eu estava juntando até um projeto de lei meu, quando vereador da capital de Tocantins, que eu previa exatamente a exposição permanente de obras de arte, bem como obras também produzidas na região de artesanato. Então eu quis juntar essa ideia com aquilo que eu já tinha tentado fazer há muitos anos atrás. Por isso da minha pergunta, perfeitamente entendi e voto favoravelmente também à matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Senador. Encerrada a discussão, vamos à votação. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o parecer da relatora permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos para o Item 11, Não Terminativo. Emendas nº 2, de Plenário, e nº 3, de Plenário. Projeto de Lei nº 14, de 2007: *"Altera a Lei 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental"*. O projeto é de autoria do Senador Cristovam Buarque. Emendas 02, de Plenário, e 03, do Senador Flávio Arns. A relatoria é da Senadora Marisa Serrano. É favorável à emenda, o relatório dela, nº 2, e à Emenda nº 3 (na forma da subemenda oferecida). Observações: o PLS nº 014, de 2007, foi aprovado em caráter terminativo nesta Comissão em 09/09/2008. Com a palavra a Senadora Relatora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. É apenas a votação aqui de duas emendas de Plenário, tendo como signatário o Senador Flávio Arns.

A primeira, de fato a Emenda proposta nº 2, ressalvada a necessidade de se grafar em maiúsculo a forma abreviada da Língua Brasileira de Sinais expressa com precisão o objeto do PLS nº 014, de 2007, ainda que seja mantida a sua redação original. É apenas uma emenda de redação.

"No que tange à Emenda nº 3, conquanto seja louvável e compreensível a preocupação dos autores, quer nos parecer que a redação dos parágrafos integrantes do projeto proposto(F), novo art. 26-B, deve ser submetido à apreciação mais judiciosa. Sem querer nos estender demasiado, vemos com preocupação a disposição escrita no § 1º, que a nosso juízo dá margem à criação de dificuldades para o sistema de ensino, mas não só para isso: a aplicação literal do dispositivo pode gerar empecilhos intransponíveis para a criação de novos estabelecimentos de ensino, afinal de contas na realidade atual nem todos podem dispor de professores bilíngues, tradutores e intérpretes, isso com o agravante de não se saber se a escola receberá aluno surdo.

Se a obrigatoriedade da oferta de Libras assegura direito aos alunos surdos, o dever correspondente deveria situar-se no campo da instituição escolar, sem alcançar, necessariamente, os alunos ouvintes. A imposição de estudar Libras aos estudantes ouvintes, conquanto implique em exercício da cidadania, não nos parece a medida mais adequada para este fim. Há, certamente, outras ações que permitam aos estudantes ouvintes e ditos normais vivenciarem as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiências nas iniciativas ou práticas de inclusão e inserção social.

Por fim, no que tange ao § 3º, há evidente equívoco da proposta, pressupondo-se a falta de escolaridade do conjunto de pais e familiares dos jovens surdos. A criação de oportunidades de familiarização com a Libras no EJA não se coaduna com a própria LDB, para quem a modalidade deve atender aos jovens e adultos que não lograram concluir na idade considerada apropriada os estudos de nível fundamental no ensino médio.

No mais, não basta que determinado comando legal seja chamado de diretriz para que ele seja socialmente legitimado e de cumprimento obrigatório por todos aqueles a quem se dirija, embora a medida seja corriqueira no processo legislativo. Devido à intensidade do contato com a realidade escolar, o Poder Executivo, sistema de ensino, ainda nos parece as instâncias mais legítimas para a decisão de oportunidade da conveniência na implantação de medidas no naipe desse que nós estamos analisando agora.

Feito esses reparos suscitados, resta-nos a reafirmação do mérito das emendas, bem como a manifestação em favor da sua constitucionalidade e compatibilidade com o ordenamento jurídico vigente.

Em vista das razões expostas, o Voto é pelo acolhimento integral da Emenda nº 2, Plenário, e pela aprovação da Emenda nº 3, Plenário, nos termos da seguinte subemenda: 'Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, nos termos da Emenda nº 3, Plenário, a seguinte redação: art. 1º, art. 26-B – a Língua Brasileira de Sinais (Libras) será obrigatória para todos os estudantes surdos como língua de comunicação em todos os níveis e modalidades de educação básica, nas instituições públicas e privadas de ensino; Parágrafo Único – as condições de oferta do ensino de Libras serão definidas em regulamento dos sistemas de ensino, os quais exporão sobre: I – a necessidade de professores bilíngues, de tradutores e intérpretes e tecnologias de comunicação em libras; II – o acesso da comunidade estudantil ouvinte e dos pais dos alunos com deficiências auditivas ao aprendizado de Libras'".

Então era esse o meu relatório, dizendo que os pais dos alunos surdos e os alunos ouvintes terão acesso à Língua Brasileira de Sinais, mas não como obrigatoriedade.

Era essa a razão dessa subemenda que eu apresentei.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Em discussão. Senador Flávio Arns para discutir.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu penso que esse projeto, para a comunidade surda, é um projeto de fundamental importância. É de iniciativa do Senador Cristovam Buarque, havia sido relatado nesta comissão pela Senadora Lúcia Vânia, depois num acordo que houve aqui nesta comissão foi feito o recurso para o Plenário, de minha autoria, mas dentro de um sentido de acordo, não no sentido de contencioso, foram apresentadas emendas e houve, assim, um atraso nisto tudo, nesse processo, porque a Senadora Lúcia Vânia também deixou de ser membro da Comissão de Educação e isso dificultou a aprovação. No meio tempo foram feitas muitas reuniões com a assessoria do Senador Cristovam Buarque, com a minha assessoria, com línguistas de universidades que têm por objetivo, assim, esta especialização na área de Libras, e ao mesmo tempo também com a própria comunidade surda. E as pessoas consideraram, assim, que o projeto do Senador Cristovam Buarque com as mudanças sugeridas, com as emendas, representaria, na opinião deles, a alforria do surdo em termos de comunicação. Por que isto? Porque numas das emendas se dizia... E o surdo desiste de estudar, muitas vezes, porque ele não tem o intérprete. Mesmo esses dias aí, num caso numa Universidade Federal Tecnológica, apesar de estar prevista a necessidade já do intérprete em outras legislações, a Universidade Federal Tecnológica não tinha o dinheiro para contratar e acabou, o aluno, desistindo.

O aluno que está numa escola de educação básica, o que foi colocado é que os alunos da educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental teriam noções de Libras desde que houvesse aluno surdo naquela escola. Esse que era o objetivo, desde que houvesse aluno surdo, para que o aluno pudesse se comunicar com os seus colegas da escola. E se houvesse aluno surdo naquela escola, seria um componente ou um conteúdo, o nome que se queira dar, curricular obrigatório lá para frente no ensino médio, para os jovens, para aqueles que se comunicassem com o aluno surdo.

Agora ao mesmo tempo o que se observa, dito pela comunidade surda, é que eles, muitas vezes, não conseguem se comunicar na família, quer dizer, não conseguem se comunicar com os pais e com os irmãos. Por quê? Porque os pais não têm a formação para falar com o filho na Língua Brasileira de Sinais. Então foi colocado que vai ser garantido aos pais o curso.

Eu concordo com a Senadora Marisa Serrano quando ela disse que foi colocado de maneira equivocada colocar o curso na educação de jovens e adultos. Eu acho que aí realmente houve um equívoco, mas de qualquer forma garantir-se para os pais a possibilidade de fazerem cursos em Libras e para os irmãos, se for o caso, assim os pais e responsáveis, matrícula em cursos com oferta obrigatória no ensino de Libras conforme normas estabelecidas pelos sistemas de ensino, quer dizer, mas foi colocado em educação de jovens e adultos, não se quis dar assim a impressão de que o pai, eventualmente, não tivesse a formação, mas de qualquer forma ter acesso aos cursos. Eu até entendo, assim, o posicionamento da Senadora Marisa Serrano, porque, por exemplo, lá no Paraná, o pessoal já tem concurso para intérprete de Libras, já o pessoal é concursado pela Secretaria de Educação, em número inferior ao necessário, e só naquela escola onde tenha o surdo, porque não é em toda a escola que tem o intérprete, só na escola onde tem o surdo.

Então eu queria sugerir, Senadora Marisa Serrano, já que é o último dia de pauta deliberativa, se bem que seja Não Terminativo, mas que talvez a gente pudesse se sentar e conversar um pouco melhor para ajustar, fazer os ajustes e colocarmos já na pauta do início do próximo ano para que esse projeto refletisse, assim, aquilo que a comunidade surda, seus pais, professores... Eu até entendo a dificuldade assim de

colocar disciplina, aí talvez a gente pudesse achar uma outra terminologia.

E eu quero sugerir a V. Exa., se V. Exa. concordar, talvez retirar para um exame um pouquinho maior, chamamos até os surdos, fazemos uma reunião rápida no começo do ano, que já está assim definido, só para, assim, haver fruto desse consenso um encaminhamento assim convergente dessa matéria. É o apelo que eu faço.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Peço a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria fazer só um contraponto àquilo que o Senador Flávio Arns colocou. Talvez a reunião a gente pudesse fazer não só com os surdos, mas também com diretores de escolas e quem comanda, porque a emenda de Plenário diz o seguinte: *as instituições de ensino contarão com professores bilíngues, tradutores e intérpretes de Libras, bem como o uso de tecnologia para a comunicação em Libras, para possibilitar o acesso ao currículo pelos alunos surdo*. O que nós tínhamos colocado, que eu coloquei na minha emenda, é assim: a necessidade de professores bilíngues, de tradutores e intérpretes de tecnologia para a comunicação em Libras, depende aí ser definido em regulamento da escola. Se tiver aluno surdo terá que ter o professor bilíngue, mas não tendo, não tem porque a escola contar obrigatoriamente com esses profissionais. E quando diz que... Para a comunidade infantil, ouvinte ou ouvinte(F), observará o critério do sistema de ensino. Na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, familiarização linguística com Libras. Agora nos anos finais do ensino fundamental, a oferta de Libras como disciplina em caráter obrigatório nas escolas frequentadas pelos alunos surdos. Quando tiver aluno surdo, é disciplina obrigatória, e facultativo nas outras escolas. Mas esse ano eu posso ter um aluno surdo na minha escola. Posso não ter o ano que vem nenhum. Quer dizer, se tiver o aluno surdo eu tenho a disciplina obrigatória de sinais. Quando não tiver o aluno surdo, já é facultativo. Essa dicotomia é que eu troquei pelo seguinte: o acesso da comunidade estudantil ouvinte e dos pais dos alunos com deficiência auditiva ao aprendizado de Libras será determinado pelas condições de oferta do ensino de Libras, que serão definidas em regulamento do sistema de ensino aos pais que disporão sobre isso.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Em função do esclarecimento que V. Exa. está dando, que de fato eu entendi melhor agora, inclusive a emenda, eu retiro, eu acho que podemos aprovar e isso dará tempo, inclusive, indo-se para outra comissão, eu acho que é Direitos Humanos a próxima, que é Não Terminativo. É Não Terminativo?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É emenda do Plenário, então vai para o Plenário.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Ah, vai para o Plenário, exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Volta para o Plenário.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Está certo, vai para o Plenário. Eu quero colocar que está bem, da minha parte está bem.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, o senhor me dá licença?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a palavra o Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Essa explicação que a Senadora Marisa Serrano dá, ela dá onde há aluno surdo que precise da linguagem de Libras. Eu tenho a impressão que os diretores poderão incorporar nessas aulas os pais, irmãos. Por que vão ensinar Libras ou vão voa dar aula sobre a matéria em Libras? A matéria, eles vão aprender a linguagem em Libras. O professor dará a matéria estudada em Libras também ou será ensino na linguagem de Libras?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A oferta do ensino de Libras, de Libras só, não é da disciplina, o conteúdo, a--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, eu entendi isso, só para esclarecer. Aí poderá convidar os pais para participar desse curso.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Depende do regulamento da escola.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A diretoria da escola pode fazer isso.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Exato, foi o que a senadora explicou, que no inciso II--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Porque ele não tem restrições.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Não, no inciso II do *Parágrafo Único* ficou dito: *os sistemas de ensino disporão sobre o acesso da comunidade estudantil ouvinte e dos pais de alunos com conveniência auditiva ao aprendizado da Libras*. Está claro, para mim está claro.

Eu quero só parabenizar o relatório, acho que os itens ficaram bastante claros, não havia tido assim a compreensão também da extensão toda, e quero parabenizar pelo relatório. Acho que atende de fato o que havia sido, assim, combinado, e vai ser um avanço importante para a comunidade surda.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu também gostaria de cumprimentar a V. Exa. e sei que é difícil achar um erro nos seus relatórios. Então tem que aprovar com os olhos vedados.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Estamos para encerrar a discussão. O Senador Cristovam ainda quer falar?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Só para dizer da minha satisfação de ver o projeto aprovado e melhorado graças ao trabalho do Senador Flávio e das entidades que ele consultou. Eu fico muito feliz, claro, e creio que é como ensinar inglês, francês. Na verdade vai ter mais um idioma, só que não obrigatório, só nos casos em que haja aluno suficiente, o que não vai ser uma coisa muito comum, lamentavelmente até. Mas fico feliz de ver o projeto sendo aprovado definitivamente e agora em caráter Terminativo, não é isso?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não, vai para o Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Da nossa comissão--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vai para o Plenário?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): --ele irá para o Plenário para ser votado em Plenário, porque foi recurso de Plenário. Essas emendas são de Plenário, não são emendas aqui da comissão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Nós poderíamos, Sr. Presidente, só solicitar à mesa, ao Senador Marconi Perillo, no exercício da presidência, ao Presidente José Sarney, que tem uma ligação muito próxima com a pessoa com deficiência, que fosse assim colocado com urgência, que aprovássemos aqui a solicitação de urgência, falássemos com os líderes dos partidos, eu acho que nenhum líder vai se opor a isto, para entrar na pauta. Há um consenso nesse sentido de aprovação, requerer a urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): V. Exa. está requerendo a tramitação em urgência?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Isto.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Alguém ainda quer discutir o assunto? Senador Cassol.

SENADOR SADI CASSOL (PT-TO): Eu gostaria apenas de parabenizar o Senador Cristovam Buarque. Realmente quando se fala em algum projeto na área de acusação apresentado pelo Senador Cristovam Buarque, não tem muito o que discutir, porque é um mestre na área, bem como o Senador Flávio Arns. Então parabenizar aos dois e a Marisa pelo relatório e dizer da importância de nós apressarmos essa votação, já que é por unanimidade aqui e é uma matéria de extrema importância para as pessoas que mais precisam. Não custa fazer essa articulação para nós votarmos em Plenário com urgência. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Obrigado, Senador. Não havendo mais quem queira discutir, vamos à votação da matéria. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o parecer da relatora, a Senadora Marisa Serrano, permaneçam como se encontram. Aprovado por unanimidade.

Agora a votação para o regime de urgência pelo requerimento do Senador Flávio Arns. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento do Senador Flávio permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento de urgência. Será enviado para a direção da mesa.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sr. Presidente, eu só penso também que, além da urgência, se os senadores aqui presentes conversássemos todos com os líderes e os líderes também fizessem esse apelo, sem dúvida alguma é um projeto consensual e poderia ser aprovado nessa semana ou na próxima em Plenário. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): OK, Senador. Passo a presidência à Senadora Marisa Serrano.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O último item de hoje é o Item nº 12: *"Altera a Lei nº 8.501, de 30 de novembro de 1992, que dispõe sobre a utilização de cadáver não reclamado, para fins de estudo ou pesquisas científicas, e dá outras providências (cadáver não reclamado no prazo de 30 dias será destinado às escolas de estudo para fins de ensino e de pesquisa em caráter científico)"*. A autoria é do Deputado Alexandre Silveira. A relatoria é do Senador Augusto Botelho, com relatório favorável com a emenda oferecida.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senadora Marisa, eu vou pedir para retirar de pauta o projeto, porque o Ministério da Ciência e Tecnologia quer analisar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Senador Augusto Botelho solicitou a retirada de pauta. Então está retirado o projeto.

Quero agradecer--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só uma pergunta, senadora, sobre esse projeto. V. Exa. permitiria ao Senador Augusto Botelho? Se aqui fala alguma coisa de esgotar o procedimento de identificação ou--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Talvez a gente tenha que acrescentar isso para identificar bem o cadáver, para ficar a identificação dele lá no instituto. Mas eu acho que--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acho que o Código de Processo Penal já diz qualquer coisa nesse sentido.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Já faz isso, eu acho que quando libera o cadáver, tem que ficar toda a identificação dele retida no IML.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): No IML, é.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria, antes de encerrar essa audiência, agradecer ao Senador Augusto Botelho por ter nos ajudado aqui à Mesa, ao Senador Flávio Arns, que começou a Reunião enquanto eu estava na Comissão de Meio Ambiente, e convidar a todos para amanhã, nós temos uma Audiência Pública muito interessante, que eu gostaria de pedir a participação de todos, que é homenagear os compositores da Música Popular Brasileira e discutir as principais dificuldades enfrentadas pela categoria. Todos têm mais de 75 anos, são pessoas que se dedicaram a vida inteira à Música Popular Brasileira e quando chegam no final da vida têm dificuldades de manutenção, porque nem sempre tem INSS, não tem como se manter. E o que eles querem é isso, é vir aqui e conversar um pouquinho conosco a respeito disso. Estarão aqui como convidados: Nelson Sargento, Compositor, Cantor, Escritor e Pintor; Wilson Moreira, Compositor e Cantor; Noca da Portela, Compositor, Cantor e Instrumentalista; Adelaide Chiozzo, Compositora, Cantora, Instrumentalista e Atriz; Ademil de Fonseca, Cantora; Agenor de Oliveira, Compositor e Cantor; Paulo Debétio, Compositor; Osvaldinho da Cuíca, Compositor e Cantor; e Délcio Carvalho, Compositor e Cantor. Os convites estão aí e todos estão convidados a ouvir esses nossos compositores. É a primeira vez que eles vêm aqui e é uma solicitação deles próprios para vir aqui e contar um pouquinho de como é que é o término na vida de compositores e cantores populares brasileiros.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu só quero ler um texto, que eu perguntei quem é que tinha escrito, e me falaram que foi o nosso Secretário Júlio Linhares. São dez linhas, eu só vou ler em relação à Audiência de amanhã: *"Falar em poesia é falar da vida. A vida dos nossos mestres compositores populares, trabalhadores e octogenários tem sido difícil, árida e em muitos casos injustiça. O que fazer ao fim de uma vida dedicada às nossas raízes, a decifrar os enigmas da alma de nossa gente, acolher as vozes que só se ouvem nas ruas e nas canções? Uma vida dedicada à cultura brasileira. O que fazer se depois de tudo sobra o reconhecimento, é verdade, mas falta o pão, a saúde, o prazer de embalar a vida com o mínimo de conforto? Vamos homenagear, sim, sempre, o nosso compositor popular. Vamos unir esforços e encontrarmos soluções justas para os seus dramas. Que esta comissão faça do drama uma inspiração para uma obra definitiva dedicada aos nossos mestres da MPB"*. Quero parabenizar o nosso--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): V. Exa. viu, nós temos um compositor também aqui.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Pois é.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E um poeta nessa comissão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu nunca vi um texto assim com tanto--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Só que não é octogenário.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): --conteúdo, com tanto valor, para uma pessoa não octogenária, com certeza, mas os octogenários fizeram isto a vida toda e, por isto, vão estar sendo homenageados e, ao mesmo tempo, discutindo as alternativas para ter uma vida mais digna ao chegarem, ao serem, ao ficarem octogenários.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então eu queria dizer aqui que a autoria do requerimento é do Senador Flávio Arns e da Senadora Ideli Salvatti e que contamos aqui com o apoio da Mesa. O Senador Sarney foi muito sensível à vinda desses compositores e cantores, dando todo o amparo que eles precisam, inclusive vão vir com os acompanhantes, porque eles não têm condições de vir sozinhos, para participar dessa Audiência Pública. Vai ser histórica nesse Congresso.

Hoje à noite no Clube de Choro, aqui de Brasília, às 21 horas no Clube de Choro de Brasília, eles vão estar se apresentando. A entrada é grátis? Os convites estão aqui na comissão, ainda têm alguns com o Júlio. Eles vão estar se apresentando e vai ser gravado para que a gente fique com uma obra aí mais definitiva.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos. Muito obrigado e até amanhã.

Sessão encerrada às 13h44.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTE

ATA DA 83ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia nove de dezembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senhora Senhora Marisa Serrano,Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte,** e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Fátima Cleide, Inácio Arruda, Gilvam Borges, Rosalba Ciarlini, Eduardo Azeredo, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi, Cristovam Buarque, Francisco Dornelles, Gilberto Goellner, Osvaldo Sobrinho, Cícero Lucena, Marconi Perillo e Papaléo Paes, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Valter Pereira, Mauro Fecury, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana, Alvaro Dias, Romeu Tuma e Roberto Cavalcanti, que justifica a ausência. A Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 21/09-CE, de autoria dos Senhores Senadores Flávio Arns e Ideli Salvatti, que tem como objetivo **"Homenagear os compositores da Música Popular Brasileira e discutir as principais dificuldades enfrentadas pela categoria"**. Prosseguindo, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Ex Senador Eurípedes Camargo; Senhora Angela Brandrão, Jornalista e Cantora; Senhora Angela Nenzy, Atriz e Pesquisadora da Área Musical; Senhora Bertha Nutels, Jornalista e Radialista; Senhora Eymar Fonseca, Cantora; Senhor Manoel de Jesus, Ator e Produtor Musical; Senhora Evonete Maria Belizário Mattos, Produtora Musical, Senhor Carlos Elias da Cruz, Compositor e Produtor Musical e Senhor Roberto Velloso, Chefe da Assessoria Legislativa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Nelson Sargento, Compositor, Cantor, Escritor e Pintor; Senhor Wilson Moreira, Compositor e Cantor; Senhor Noca da Portela, Compositor, Cantor e Instrumentista; Senhora Adelaide Chiozzo, Compositora, Cantora, Instrumentista e Atriz; Senhora Ademilde Fonseca, Cantora; Senhor Agenor de Oliveira, Compositor e Cantor; Senhor Paulo DeBétio, Compositor; Senhor Osvaldo Da Cuíca, Compositor e Cantor e Senhor Délcio Carvalho, Compositor e Cantor.** Finda a apresentação dos expositores, a Presidência inicia a entrega das placas comemorativas em nome do Senado Federal e desta Comissão que homenageiam os compositores. Entregam as placas os Senhores Senadores Flávio Arns (Nelson Sargento), Ideli Salvatti (Ademilde Fonseca), Marisa Serrano (Adelaide Chiozzo), Cristovam Buarque (Osvaldinho da Cuíca), Marconi Perillo (Noca da Portela), Osvaldo Sobrinho (Délcio Carvalho), Fátima Cleide (Agenor de Oliveira), Sérgio Zambiasi (Paulo DeBétio), Rosalva Ciarlini e Marcelo Crivella (Wilson Moreira). Ao término da solenidade de entrega das placas comemorativas a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Flávio Arns e Ideli Salvatti – autores do Requerimento, Rosalba Ciarlini, Cristovam Buarque, Osvaldo Sobrinho e os Senhores Senadores Marcelo Crivella e Mão Santa, não membros desta Comissão. Neste momento, o Senhor Senador Cristovam Buarque solicita à Secretaria desta Comissão que providencie um estudo sobre a possibilidade da compra de *compact disc* (CD´s) de Música Popular Brasileira, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, para serem distribuídos nas escolas de todo país, a exemplo do que ocorre com os livros. Logo após, a Senhora Senadora Marisa Serrano propõe como resultado da Audiência de hoje as seguintes providências à Secretaria da Comissão: 1. Estudo para criação de um Projeto de Lei sobre aposentadoria especial para os trabalhadores da área cultural. 2. Estudo sobre a criação de um Projeto de Lei para criação de um seguro-desemprego, citando como exemplo a legislação belga pesquisada pela Secretaria da Comissão. 3. Mudanças na legislação de Direito Autoral visando a garantia dos direitos para os músicos, compositores e intérpretes. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADORA MARISA SERRANO, Vice-

Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTE – CE

83ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a 83ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os senadores e senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente Reunião atende ao Requerimento nº 21, desta Comissão, de autoria dos Srs. Senadores Flávio Arns e Ideli Salvatti, para a realização de Audiência Pública destinada a "Homenagear os compositores da Música Popular Brasileira e discutir as principais dificuldades enfrentadas pela categoria". Informo que essa Audiência Pública está sendo transmitida em um telão na sala ao lado, nº 19.

Eu quero aqui dar as boas vindas a todos que vieram aqui nessa manhã e abro essa Sessão com uma sensação de que a Comissão de Educação está terminando o ano, fechando, como se diz comumente, com chave de ouro, porque a última reunião nossa do ano é hoje e nessa Reunião nós estamos recebendo os convidados que vamos receber daqui um pouquinho aqui à mesa. Só isso nos dá razão de dizer de que este foi um grande ano para a Comissão de Educação. Além de votarmos mais de trezentas proposições aqui nessa Casa, temos a certeza que o dever foi cumprido e que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte mostrou para o País que é uma Comissão aberta pelo número incrível de Audiências Públicas que promoveu, justamente trazendo a população mais perto dos senadores e senadoras e, principalmente, discutindo os grandes problemas nacionais. E esse que vamos discutir hoje é um problema que precisamos discutir para achar o caminho melhor para ajudar aqueles que deram a sua vida pelo bem da Música Popular Brasileira, pelo bem da cultura e de todo o País.

Passo a palavra à locutora.

MESTRE DE CERIMÔNIAS: Senhoras e senhores, bom-dia. Damos início à Audiência Pública "Salve o compositor popular!", uma iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal. Convidamos para compor a mesa: o Sr. Wilson Moreira, Compositor e Cantor *[palmas]*; o Sr. Noca da Portela, Compositor, Cantor e Instrumentista *[palmas]*; a Sra. Adelaide Chiozzo, Compositora, Cantora, Instrumentalista e Atriz *[palmas]*; o Sr. Agenor de Oliveira, Compositor e Cantor; a Sra. Ademilde Fonseca, Cantora *[palmas]*; o Sr. Paulo Debétio, Compositor *[palmas]*; o Sr. Osvaldinho da Cuíca, Compositor e Cantor *[palmas]*; o Sr. Délcio Carvalho, Compositor e Cantor *[palmas]*; o Sr. Nelson Sargento, Compositor, Cantor, Escritor e Pintor *[palmas]*.

SR. NELSON SARGENTO: "Como é bom a gente ser querido, como é bom a gente ser escolhido, pois só é assim quem pensa em Deus quando amanhece, como é bom a gente socorrer a quem padece. Eu que já vaguei nas madrugadas e já fui o dono das calçadas, pra todos aqueles que me estenderam a mão dividi meu coração" *[palmas]*. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Os nossos convidados já estão aqui. Eu quero cumprimentar o Senador Flávio Arns e o Senador Zambiasi e dizer que o tema da nossa manhã de hoje tem duplo sentido: "Salve o compositor popular!".

E garantindo aqui, eu quero fazer uma leitura, ontem o Senador Flávio Arns falou sobre o texto que o Júlio escreveu, mas tem uma poesia na frente que eu acho que é muito interessante: "Faz-se necessária uma sessão especial para homenagear o nosso compositor popular. Vamos louvar a sua poesia e rima, seus contos e amores tantos. Falemos da melodia e música que nos deleita noite e dia".

É com muita satisfação que essa Casa recebe homens e mulheres que não só encantam o Brasil com a sua sabedoria e, principalmente, com o seu talento, mas que também vieram hoje aqui representando inúmeros e inúmeros outros cantores e compositores desse País que não puderam estar hoje aqui, mas que vocês falarão por eles e para que eles também possam chegar nos seus últimos dias, no final dos seus dias com tranquilidade, também sabendo que o dever foi cumprido, que valeu a pena e que a sociedade brasileira os agasalha, os aconchega. Isso é muito importante. Quantos e quantos compositores devem ter nesse País que hoje vocês estão representando. Portanto, sejam muito bem-vindos e falem em nome de todos esses que também gostariam, se pudessem, de estar aqui nessa manhã.

O Júlio está me lembrando que ontem houve um show histórico no Clube do Choro e que foi gravado, as pessoas que lá estiveram ficam encantadas com a

beleza e com a profundidade do show. Eu tenho certeza absoluta que a gravação que lá foi feita vai correr o País como uma das raras pérolas que nós temos da cultura popular brasileira e, portanto, nós queremos dar os parabéns a todos aqueles que oportunizaram que nós estivéssemos aqui nessa manhã e que tivéssemos também ontem no Clube do Choro oferecendo à sociedade brasiliense uma noite encantadora.

Eu quero passar a palavra para o Compositor, Cantor, Escritor e Pintor, o Sr. Nelson Sargento, que vai ser o primeiro a falar um pouquinho das suas ideias a respeito da sua vida e daquilo que o senhor acredita que seja o melhor para o povo brasileiro.

SER. NELSON SARGENTO: Muito obrigado. Exmos. Srs. Ministros, Senadores, Deputados, Vereadores e demais autoridades presentes e meus colegas de sacrifício *[risos]*.

Quando o grande escritor Monteiro Lobato, que foi sacrificado pelos bonecos do Disney, disse com a sabedoria que lhe era peculiar: "Um país se faz com homens e livros", frase essa com o mais puro sentimento de patriotismo, eu, com o mais profundo respeito ao saudoso mestre, peço licença para acrescentar: "E com música também".

A música está presente em todos os instantes da nossa vida: podemos encontrá-la nos hinos dos países, no dobrado(F) das bandas militares, nas bandinhas do interior, nas diversas festas em todos os rincões da Pátria. A música é uma dádiva que vai muito além da inspiração, brota da alma como água caindo da cachoeira, a música é que inspira o combatente, os hinos que são cantados nas escolas pelas crianças.

Creio que seria enfadonho enumerar, pois o Brasil é uma riqueza de ritmos e vão surgindo outros e outros. Porém, a mola mestre que gera essa riqueza musical já foi perseguida, vilipendiada, presa, levou pancada. Porém, não desistiu e nunca se entregou. Pois o nome dessa mola mestra é compositor.

Apesar de existir alguns órgãos que lidam com a música gerando diversas formas de proventos, o compositor é o que menos ganha com o seu trabalho. Por isso, precisa ser reconhecido legalmente para ter os direitos sociais que todos os profissionais recebem. Os compositores pagam o imposto que a lei lhe faculta como todo e qualquer cidadão. Por isso, estamos aqui solicitando a compreensão de todas nessa reivindicação. Aposentadoria digna para que esses profissionais da música não morram em total abandono. Essa não é só uma luta de classe, mas de um País que cuida e zela por seus cidadãos *[palmas].* Por isso estamos aqui neste Plenário e os nossos compositores que estão à mesa, cada um de nós temos alguma coisa para dizer sobre o compositor, sobre a vida da Música Popular Brasileira.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Depois da fala do Nelson Sargento, eu queria agradecer e registrar a presença de: Ângela Nenzi, Atriz e Pesquisadora da Área Musical; Bertha Nutels, Jornalista e Radialista; Eimar Fonseca, Cantora*;* Manoel de Jesus, Ator e Produtor Musical; Evonete Maria Belizário Mattos, Produtora Musical *[palmas]*; Carlos Elias da Cruz, Compositor e Produtor Musical *[palmas];* Roberto Veloso, Chefe da Assessoria Legislativa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, a CNC, nossa parceira nesse evento *[palmas]*. Parceiros também nesse evento, além da CNC, o Sindicato das Seguradoras, a quem nós queremos agradecer, além do Clube do Chorinho, que ontem recebeu os nossos convidados.

Passo a palavra agora ao Sr. Wilson Moreira, conhecido também em todo o País.

[palmas]

SR. WILSON MOREIRA: Bom, eu estou muito feliz com esse projeto, no meio dessa rapaziada toda, meus caros amigos compositores e excelentes cantoras. Vamos torcer para que corra tudo bem nessas nossas reivindicações. A gente já está há tanto tempo fazendo tanta coisa bonita e, no entanto, não temos aquele merecimento. Vamos ver agora, daqui para frente, se Deus quiser. É isso aí*.* Muito obrigado, hein?

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Em poucas palavras o Sr. Wilson Moreira colocou qual é o grande problema que nós vamos enfrentar aqui e que essa Casa tem que discutir para ajudar a resolver, que é justamente a aposentadoria, é justamente garantir que na época em que eles deixam de cantar ou que não estejam compondo ou não estejam fazendo show, que nessa época também eles tenham um seguro que lhes garantia a sobrevivência e a subsistência.

Quero passar a palavra, com muito tem prazer, ao Sr. Noca da Portela.

[palmas]

SR. NOCA DA PORTELA: Bom-dia a todos, autoridades presentes. É com grande prazer que eu estou aqui hoje, mais uma vez em Brasília, nessa luta dos compositores, dos cantores e dos músicos para que a justiça seja feita para todos.

Este ano eu estou fazendo cinquenta e cinco anos de samba e na esperança... Vai ser um presente desse aniversário de cinquenta e cinco anos de samba se nós conseguirmos que essa causa seja resolvida, afinal de contas eu já vi muitos companheiros falecen-

do por falta de recurso financeiro, pessoas com cem músicas gravadas e que morrem no anonimato porque não existe um projeto para divulgar o nome do autor. Principalmente na mídia, a maioria das vezes a música é tocada e as pessoas não sabem quem compôs aquela obra. E nós, compositores, principalmente, acho que somos os mais atingidos, porque o músico aparece na televisão, o cantor, mas o compositor normalmente não aparece e a sua obra fica esquecida.

No meu caso são 360 músicas gravadas, eu tive o prazer muitas vezes de ver o povo brasileiro, muitas e muitas vezes, cantando a minha obra sem saber que eu sou o autor daquela obra. Só nos meus shows pelo Brasil afora, graças a Deus, eu faço show o ano inteiro, inclusive aqui em Brasília eu quero agradecer o povo brasiliense, porque só esse mês eu vim quatro vezes aqui, inclusive fui fazer o show para o nosso Presidente, no aniversário, e tive o prazer de conhecê-lo pessoalmente. Nós já nos conhecíamos dos palanques, da luta pela Direta, pela volta da democracia, tantos momentos lindos, mas tive a oportunidade de nos conhecermos. Eu e ele, ele falou: "Poxa, Noca, você é uma das figuras mais importantes dessa música, você é um compositor politizado, você sempre lutou pelas coisas decentes nesse País". Mas têm colegas nossos, companheiros, que estão passando necessidades até. E esse momento, essa iniciativa da nossa senadora, de todos vocês do Senado, deputados, isso nos deixa assim com muita esperança de um futuro melhor para todos nós que vivemos, que somos profissionais da Música Popular Brasileira.

Então eu quero em nome do samba, em nome dos músicos, dos instrumentistas, dos poetas dessa nota terra, agradecer de todo coração esse grande momento, um momento de justiça para a nossa música. Muito obrigado pela atenção que estão nos dando hoje aqui. Obrigado, senadores, obrigado a todos.

[palmas]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Canta um trechinho da sua música que mais marcou.

SR. NOCA DA PORTELA: Bom, foram tantas, tantas, mas a mais importante foi quando em 1982 o Dr. Tancredo ligou para a minha casa pedindo para usar a Música da Virada na campanha do MDB. Eu entrei em luta com a minha editora para ceder a música, eles criaram cobrar na época dois milhões de cruzeiros. Eu achei que a música era minha, eu queria ceder gratuitamente ao MDB, que era o partido que eu tinha simpatia. Antes era o partidão *[risos]*. "Eu não sou partideiro, mas tenho partido, se o samba é solteiro, a dor tem marido".

[palmas]

Então me tornei amigo do Dr. Ulisses, do Dr. Tancredo e tantos políticos da época. Nós viajamos esse País inteiro cantando essa música: "Vamos lá rapaziada, tá na hora da virada, vamos dar o troco". Essa música eu tinha feito para os trabalhadores desse País, a Bete Carvalho gravou e o pessoal da CUT, na época do Lula, nosso Presidente atual, era o Presidente da CUT e ele ficou muito feliz sem me conhecer. Agora recentemente nós tivemos a oportunidade de estarmos juntos e foi realmente um momento muito importante. E estamos conseguindo, através do nosso Presidente, muitas coisas no Rio de Janeiro. E aqui no Senado, com toda a certeza, essa nossa causa vai ser resolvida. Mais uma vez, obrigado de todo o coração.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eis aí a experiência de vida e de militância. Isso é muito importante, a gente saber que além de fazer o deleite da sociedade, de ser feliz cantando, mas ainda participando ativamente do processo democrático brasileiro.

Antes de passar a palavra, eu queria, além de agradecer a presença dos Senadores Flávio Arns e Zambiasi, que eu já falei, agradecer aqui ao Eurípides, que está aqui conosco, ao Senador Crivella, ao Senador Cristovam, ao Senador Marconi, à Senadora Ideli. Sejam bem-vindos.

[palmas]

Passo a palavra agora à Sra. Adelaide Chiozzo, que nos alegra muito com a sua presença aqui.

[palmas]

SRA. ADELAIDE CHIOZZO: Bom-dia a todos, é um prazer estar aqui. Eu estou muito feliz com a minha vinda aqui junto com os colegas, os grandes compositores, a minha querida colega também Ademilde, e quando nós fomos escolhidas, nós ficamos admiradas, não é? Nós duas, que maravilha! Então estamos aqui também para contribuir com todos os nossos amigos, há uma força assim de resolver o nosso problema. EU tenho até receio de falar o que eu ganho numa aposentadoria que paguei mais de trinta anos, mas eu vou falar porque... É o que acontece, eu ganho R$ 1.247,00. Eu posso viver com isso? Não dá. Então eu faço show pelo Brasil inteiro, ganhando pouco, porque quem está na mídia faz um show e dá para comprar um ou dois apartamentos, mas quem é antiga ganha um cachezinho. E o cachê, juntando com a aposentadoria, é que dá para pagar os nossos compromissos.

Então eu quero apelar também, agradecer e dizer que eu sou a cantora de "Que beijinho doce que ele tem, depois que beijei ele nunca mais amei ninguém" *[palmas]*. Além do mais, eu toco um acordeom de catorze quilos *[risos]*. Muito obrigada. Viu, minha

querida senadora, catorze quilos. Será que até quando que eu posso carregar esse acordeom? Porque eu já estou com setenta e oito, não é brincadeira *[risos]*. A força vai acabando, cada dia ele pesa mais, cada dia pesa mais.

Muito obrigado pela atenção de todos e por terem cantado comigo Beijinho Doce. Eu tenho outros sucessos, mas Beijinho Doce realmente marcou muito a minha vida. Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Wilson Moreira, quer relembrar um pouquinho dos seus sucessos?

SR. WILSON MOREIRA: Muito obrigado. Olha, eu tenho inúmeras, inúmeras músicas. Eu tenho músicas gravadas por Clara Nunes, Beth Carvalho, Elizete Cardoso, Paul Moriá(F), Orquestra Tabajara. Ai meu Deus do céu, só faltou a Adelaide Chiozzo.

[risos]

SRA. ADELAIDE CHIOZZO: Vou gravar uma tua também.

SR. WILSON MOREIRA: Olha, eu tenho inúmeras música. Tem gente que fala assim: "Wilson, qual é a música que você mais gosta". Eu digo assim: "Ai meu Deus, são tantas...". Eu tenho Gostoso Veneno junto com os meus parceiros Nei Lopes, Candeia, essa turma toda, Sérgio Fonseca. É o Gostoso Veneno, Meu Apelo, Gotas de Veneno.

Uma música que me marcou muito, de minha própria autoria com o Nei Lopes, é a Senhora Liberdade *[risos],* porque a Senhora Liberdade me trouxe muitas alegrias, foi gravada pela Zezé, e aí, olha, até em manifestações políticas essa música fez o maior sucesso, nas Diretas Já! e outras coisas mais. Olha só, vou dar um trechinho dela, tá, para não tomar muito tempo... Vou cantar capela em Lá Maior, nem sei se é *[risos]*: "Abre as asas sobre mim, ó senhora liberdade, eu fui condenado sem merecimento, por um sentimento, por uma paixão. Violenta emoção, pois amar foi meu delito, mas foi um sonho tão bonito. Hoje eu estou no fim, senhora liberdade, abre as asas sobre mim. Hoje eu estou no fim, senhora liberdade, abre as asas sobre mim" *[palmas]*. Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Aí não podíamos deixar aí, Nelson, de você também poder falar um pouquinho daquilo que você fez aqui. Não se esqueçam que nós estamos gravando para a nossa TV Senado também, para todo o País.

SR. NELSON SARGENTO: Olha, eu tenho poucos sucessos *[risos]*, mas eu tenho um samba enredo feito em 1955 em parceria com o meu pai adotivo, o Alfredo Português, que tem o título de "Cante com a Natureza", que depois recebeu mais um título, o de "Primavera – As quatro estações do ano".

Acontece o seguinte: este samba tem vinte e duas gravações diferentes e eu continuo pobre *[risos]*. Vinte e duas gravações diferentes. Talvez pelo refrão: "Ó primavera dourada, inspiradora de amores, ó primavera idolatrada, sublime estação das flores".

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Isso é para a gente poder rememorar também um pouco as grandes canções nacionais.

Eu quero lembrar que o Senador Marconi Perillo está aqui hoje como Presidente em exercício dessa Casa e soube que ontem esteve lá no Clube do Choro e que se apaixonou pela noite, sendo que o Senador Flávio Arns e a Senadora Ideli são autores do requerimento para que essa reunião acontecesse.

Ontem a vinda desses nossos compositores e cantores já deu manchete em jornal e isso é bom, chama a atenção de todos para a causa. No Correio Braziliense de ontem saiu: "Samba não é só alegria". Coloca aqui dizendo: "Música. Velha Guarda se reúne em show no Clube do Choro e em Audiência no Senado para discutir aposentadoria e seguro desemprego. Estão engajados também na luta pela sua categoria e pela sua causa".

Quero passar a palavra à Ademilde Fonseca, outro grande nome da Música Popular Brasileira.

[palmas]

SRA. ADEMILDE FONSECA: Bom-dia a todos, é um prazer e uma preocupação estar aqui diante de vocês todos para falar alguma coisa, mas para falar uma coisa tão necessária, que precisamos olhar, sentir com o coração. Essa aposentadoria que nós temos não dá nem para comprar os remédios, não é Adelaide, como você já falou.

SRA. ADELAIDE CHIOZZO: [ininteligível] com a saúde.

SRA. ADEMILDE FONSECA: Pois é, eu aos oitenta e oito anos tenho que trabalhar, porque se eu me calar, se eu ficar em casa, não vou conseguir pagar condomínio, luz, gás, telefone, plano de saúde, que a gente nem pode ter um bom plano de saúde, tem mais ou menos. Hoje em dia trago a minha filha comigo, ela se encontra ali, a Eimar, e nós juntas trabalhamos, porque alguma falha, aos oitenta e oito anos a máquina está cansada, não é?

Então eu acho que o assunto aqui seria só aposentadoria, mas eu queria tocar o coração de todos os senadores, que precisamos do voto de vocês para que se realize esse ato aqui com muita segurança. No Rio

de Janeiro, à imprensa eu falei que eu ia ter a certeza de que nós seríamos vencedores.

Então não preciso falar dos meus sucessos porque eu estou aqui sem música, canto um gênero muito difícil, mas se a minha filha quiser vir aqui na frente...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Canta um pedacinho, canta um pedacinho.

SRA. ADEMILDE FONSECA: Vamos cantar o que todo mundo canta, para fazer uma apresentação, não ficar por fora, do choro do Braguinha e do Pichinguinha, "Carinhoso", que é o hino nacional do choro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ela vem aqui cantar com você.

SRA. EIMAR FONSECA: Meu Deus do céu! Bom-dia *[risos]*. Mãezinha, diga lá, dá para chegar?

SRA. ADEMILDE FONSECA: Leva num tom aí mais ou menos para todo mundo cantar.

SRA. EIMAR FONSECA/SRA. ADEMILDE FONSECA: "Meu coração, não sei por que, bate feliz, quanto te vê, e os meus olhos ficam sorrindo e pelas ruas vão te seguindo, mas mesmo assim, mas mesmo assim, foges de mim". Obrigada.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Senador Crivella depois vai dar uma palhinha aqui. Nós queremos agradecer muito à Ademilde e relembrando Pixinguinha e relembrando aqui uma vida toda dedicada à música.

SRA. ADEMILDE FONSECA: É verdade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ela lembrou da aposentadoria, mas a gente tem que falar também que aqui já se falou da garantia de divulgar o nome do compositor quando houver a apresentação. Então essa é uma luta que nós podemos empreender nessa Casa, além dos direitos autorais, que é outro grande problema que estão enfrentando. Então direitos autorais, seguro desemprego, garantia de divulgar o nome do compositor são questões que essa Casa vai ter que discutir.

Quero passar a palavra ao Sr. Délcio Carvalho.

SR. DÉLCIO CARVALHO: Muito obrigado, senhoras e senhores presentes a essa Audiência Pública.

Eu quando comecei, acho que há quase cinquenta anos, a minha maior ambição era gravar as músicas que eu já fazia naquela época. E quando aconteceu o primeiro sucesso, que foi "Esperanças perdidas"... "Quantas belezas deixadas no canto da vida, que ninguém quer e nem mesmo procura encontrar, e quantos sonhos se tornam esperanças perdidas, que alguém deixou morrer sem nem mesmo tentar"... Eu percebi que a primeira pessoa da música não era eu, era o grupo que gravou, era o editor, o editor mandava na minha música. Eu fui receber um dinheiro lá em São Paulo numa época que tinha um show, eu me lembro como se fosse até hoje, no Ibirapuera, e eu tive que atravessar aquilo tudo ali sem um tostão, chovendo, e aquela turma, aquele público imenso me dando cotovelada e tal.

[risos]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: E cantando a música.

SR. DÉLCIO CARVALHO: E cantando a música *[risos]*. Acontece que assim de cara eu soube que a coisa não era por aí, eu tinha que ser além. Imaginem: o compositor tem que fazer a música, ele tem que procurar o cantor para gravar, ele tem que divulgar, ele tem que cantar. Eu naquela época não cantava e tinha pouco espaço em programa de rádio, eu era garotinho novo. Bem, aí passou. Vieram músicas e músicas e com aquela ambição de gravar, eu dou graças a Deus por eu ter gravado bem, porque algumas delas me dão uma certa grana, um certo dinheiro. Aí depois veio na época da anistia uma que dizia assim: "Sonho meu, sonho meu, vai buscar quem mora longe, sonho meu, vai mostrar esta saudade, sonho meu, com a sua liberdade, sonho meu, do meu céu a estrela guia se perdeu, a madrugada fria só me traz melancolia, sonho meu".

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Sonho nosso.

[risos]

[palmas].

SR. DÉLCIO CARVALHO: Eu cheguei à conclusão que o dinheiro que eu recebo é muito curto, não é quase nada, tem que se virar para fazer... Eu, por exemplo, não tenho mídia assim forte. Os shows que eu faço é quase nada, é uma mixaria.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: É um cachezinho.

SR. DÉLCIO CARVALHO: Nem cachê, sei lá. Às vezes o cara me chama: "Ô Délcio, vai lá cantar um samba", quer dizer, passou e eu estou me ligando a esse pessoal, aos nossos colegas, aos cantores, que também têm problemas, fazendo um apelo: nós temos no meio musical dez sociedades, dez sociedades. Toda essas dez sociedades têm a direção, a diretoria e tal, cada um ganhando mais do que o que merecia, o que merece, que geralmente não fazem nada. Os diretores não são nem compositores, nem sabem o que é música, por incrível que pareça.

Essa Reunião, essa reivindicação nossa, é uma coisa muito séria, muito profunda e que deve ser analisada com bastante carinho, com bastante... Porque o compositor também tem aquilo, a maioria dos grandes

sucessos as pessoas não sabem quem são. Eu acho muito interessante a ideia do Nelson, do Noca, de todos aqui, essa Reunião, e chegando ao governo, isso é mais ainda, mais importante.

É isso que eu tenho a dizer, e conseguindo a união, a nossa união, que o resto virá com a luta e com a benemerência de vocês, Srs. Deputados, Srs. Senadores, membros do governo. É isso.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Mais alguma coisa, Délcio?

SR. DÉLCIO CARVALHO: Bem, eu escrevi um catatau aqui mas não está aparecendo *[risos]*. É lutar por mais respeito, mais dignidade, menos exploração, mais conhecimento dos nossos direitos. Temos que começar a nos unir. Esse negócio das dez sociedades, se houvesse um corte na maioria delas, sobraria dinheiro, porque como dizia o falecido Cyro Monteiro, "Música é maior do que..." O negócio de catatau que dá dinheiro *[risos]*, porque é muita coisa, é muita coisa, envolve muita coisa.

Meu Deus do céu, eu passei um ano e pouco na Espanha, eu ganhei mais dinheiro lá com a minha música do que aqui. As pessoas pagavam lá e tal. Aí quando vim para cá, acabou, que eu recebia direto lá com eles. Aí quando vim para cá, continuou a mesma coisa, a gente andando de sandália, com o dedão de fora, cantando para maluco dançar *[risos]*, sempre os donos de casa são exploradores, exploram o seu talento. Essa união da classe é muito importante porque o resto vem com a luta e, pelo menos, a ideia de que nós temos uma segurança futuramente fortíssima através dos senhores.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Que bom. Obrigada, Délcio.

Quero lembrar também e agradecer a presença do Senador Osvaldo Sobrinho, da Senadora Fátima Cleide, que também estão aqui conosco essa manhã.

[palmas]

Eu quero passar a palavra ao Sr. Paulo Debétio. Seja muito bem-vindo.

SR. PAULO DEBÉTIO: Obrigado, é um prazer enorme estar aqui e acho que, entre tudo que nós falamos aqui, o mais importante é que se não fosse a música nós não estaríamos aqui diante de vocês.

Eu faço música desde os sete anos de idade e eu às vezes até me confundo com a música. Eu tenho um gravadorzinho, eu estou no carro, estou em casa, estou no hospital, aonde eu estiver, eu estou fazendo alguma coisa de música. E por ser uma pessoa tão dedicada à música, eu falo sempre que a música para mim é uma mulher muito bonita, que me dá tudo o que eu quero, que tudo que eu consegui na minha vida foi com música. Se eu não tivesse entrado na música, eu não seria nada. Mas ela é muito ciumenta. Toda vez que eu tentei sair da música, fazer alguma coisa paralela, quebrei a cara. Não consegui nada, perdi dinheiro, porque eu não sou um negociante, eu sou música, eu sou música, eu respiro música. Eu chego aqui para o Crivella, que é cantor também, que é um homem ligado à música, e vou mostrar uma música para ele no ouvido dele. Dificilmente ele vai dizer não, porque eu sei vender o meu produto, o meu peixe.

Agora o que a gente precisa, na verdade, é ser reconhecido. Eu acho que a classe está defasada há mais de cem anos, gente, porque no final de mil oitocentos e qualquer coisa, naquela época sim o compositor era marginalizado, ele era visto como um perigo para a sociedade. A gente sabe da história do samba e de todos os artistas, existia realmente uma preocupação com isso. Mas o tempo evoluiu, passou. Hoje imagina vocês o que seria do mundo sem músicas. Não existe, não existe, tudo é música. Vocês vão fazer uma campanha política, vocês pensam primeiro no quê? Na música, o autor fazer uma música que tenha o Lula Lá, que não sei não sei o que, que tenha essa coisa toda, que isso caia no ouvido das pessoas. Então o que acontece? Mas na hora de reconhecer esse lado do autor, aí vem a dificuldade, vem a dificuldade.

O que acontece? Eu estou aqui, eu estou felicíssimo, emocionado, mas eu também já estive do outro lado. Eu fui diretor de gravadora, trabalhei na Warner, trabalhei na Polygram, fui diretor, fui diretor, lancei artistas como Sandy & Júnior, Chitãozinho & Chororó, Gian & Giovani, Bruno & Marrone, Cheiro de Amor, Margareth Menezes, Chico da Silva. Compus umas quinhentas músicas, sou amigo de todo mundo e tenho dificuldade, tenho dificuldade, porque na hora de falar da música, de vender, de ganhar o dinheiro, aí eu sou fraco. Eu sou bom para vender a música, eu mostro mesmo. Se deixar, eu boto dez músicas no CD do artista que for gravar, porque isso eu faço e faço bem.

Então eu acho que essa Reunião aqui, gente, é o seguinte: não é que o compositor é um pobre coitado e que vive... Não, também não vamos exagerar. O compositor é o seguinte: ele precisa ser reconhecido, só isso, ele precisa. Hoje a televisão não mostra, não fala o nome do autor mais, a rádio não fala ao nome do autor. Eu acho isso um crime, porque como é que você... O artista, tudo bem, chega no cantor: "Essa música, acabamos de ouvir com Ivete Sangalo, Poeira", não sei o que; "Zeca Pagodinho", não sei o que. Mas tem o autor, esse autor é que fez a obra, a obra que é o importante.

Eu lembro que em 1982 eu ganhei um festival na Rede Globo de Televisão com um samba que eu acho que vocês lembram: "Pelo amor de Deus, clareia minha solidão, acende a luz do teu perdão, apaga esse adeus do olhar". Fala em Emílio Santiago... Assim no Maracanãzinho, 30 mil pessoas cantando esse samba. Na hora de receber o troféu, quem percebeu foi o Emílio. Eu e o Paulinho Resende, o meu parceiro, ficamos olhando para o troféu. Nunca recebi esse troféu até hoje na minha casa. Por quê? O diretor da então Som Livre, João Araújo, chegou e entregou ao Emílio Santiago, não entregou para a gente, e foi a música que ganhou o festival, não foi o Emílio Santiago, ele não foi nem o melhor intérprete naquele ano, foi até o Jessé.

Então vocês veem a falta de respeito que existe com o compositor. Então é uma coisa muito sério. Você vê aqui, por exemplo, Ademilde Fonseca, isso aqui, cara, isso é um patrimônio, um patrimônio. Ela canta esse chorinho, eu fico cansado, imagino que vocês ficam também, a respiração. Eu estive agora em Fortaleza, fui cantar uma música que eu fiz que é rapidinha e tal, terminou, eu não aguentava, nem respirava. Ela, não, ela faz isso com a maior facilidade. Adelaide Chiozzo, pô, uma mulher dessa, isso aí é uma diva, até hoje ela se comporta, ela é a própria música e tal. Está esquecida. Então a gente tem que estar lutando, porque além de eu ser compositor, eu sou produtor, canto também, gravei o meu segundo CD agora, Pelas Ruas da Lapa, que é um CD só de samba. O único lugar que eu não consegui mostrar o meu CD, Pelas Ruas da Lapa, foi na Lapa. É impressionante. Eu fiz um samba que eu falo das casas da Lapa para ver se eles me davam uma colher de chá de lançar o CD. Nem isso, os caras ignoraram. Em compensação, em outras regiões, eu fui bem aceito com o samba, todo mundo gostou. Agora só de marra também eu gravei Pelas Ruas do Brasil, porque é uma coisa mais ampla, a gente vai aonde dá, aonde dá *[risos]*. Tem a Elba Ramalho cantando comigo, maravilhosa. Eu gravei uma música, "Natureza espelho de Deus", gente, que vocês precisam ouvir. É a natureza falando dela: Gente, olhem por mim, essa porcaria vai acabar, esse país, esse mundo. Se não tomarmos uma decisão rápida, se não olharmos para as coisas que estão acontecendo em nossa volta, daqui a cem anos não existe mais nada, não existe água, não existe... *[palmas].* Sabe, e a música linda, linda, Natureza espelho de Deus. Entrem na internet que vocês vão encontrar. Linda! Eu não consigo mostrar. Já mandei para a televisão, mandei para todo mundo, para que ouçam essa música e que entendam, porque é a natureza falando dela. Olha, cuidem de mim, entendeu? Então é muito difícil no Brasil falar de arte. E o compositor, principalmente.

Eu acho que todos nós aqui estamos agradecidos por vocês nos receberem, sabe, eu estar aqui, se a minha mãe fosse viva, eu ia ligar para ela: "Mãe, ó, eu estou no Senado", porque a gente sabe da importância de vocês e tal, mas a música tem esse poder de nos trazermos aqui. A Evonete que eu estou olhando aqui de frente, guerreira, essa mulher realmente merece todo o carinho, toda a atenção, porque foi ela que nos proporcionou isso através do nosso amigo Nelson Sargento *[palmas]*. Evonete, muito obrigado, você realmente é heroína, você é uma heroína.

Então é isso aí. Eu já falei o que eu tinha que falar, então está na mão de vocês, senadores, pelo amor de Deus. Olhem pela gente, que nós sabemos vender música, agora ganhar dinheiro, nós não somos empresários, não somos empresários, não somos industriais. Nós somos empresários da nossa música. Então nós sabemos vender, chegar, cantar para vocês, trazer alegria, ter sempre uma piadinha.

Eu tenho uma música, essa música eu acho o seguinte, ela começou como uma guarânia e hoje ela foi gravada até em ritmo de rock, eu acho isso bom pra caramba, que é uma música que é assim: "Há uma nuvem de lágrimas sobre os meus olhos dizendo para mim que você foi embora e que não demora meu pranto rolar – olha que lindo, ó –, dá uma vazio no peito, uma coisa ruim, o meu corpo querendo seu corpo em mim, vou sobrevivendo num mundo sem paz". Essa música é maravilhosa, é o que eu digo, é o meu *green card*. Aonde eu chego, porque eu sou cabeçudo, nordestino lá de Pernambuco, perto lá do Lula *[risos]*. Eu nasci em Poção, Pesqueira, menos de cem quilômetros dele lá, temos a mesma idade, eu tenho sessenta e três anos, eu acho que a gente é até parente *[risos]*. Então eu tive muita dificuldade, sempre tem, ninguém acredita muito em mim, que eu gosto de andar a vontade e tal. Às vezes eu chego assim: "O que é que o senhor deseja?" Eu digo: "Não desejo nada". "Não, mas não pode ficar aqui". "Por quê?" "Não, porque aqui só..." Aí vem aquela coisa toda *[soa a campainha]*, eu falo: "Não, mas eu sou compositor, cara". "Ah, você é compositor? Que música você fez?" "Ah, eu fiz tantas". A gente fica meio assim não querendo falar; "Não, eu fiz tantas". "Canta uma música aí". "Você lembra daquela música... Há uma nuvem de lágrima..." O cara: "Essa música é tua, é?" Eu falo: "É". "É mesmo, é? Canta outra aí". Então eu já me salvei de muitas situações assim *[risos]*. Aí depois que ele realmente vê que sou eu de verdade, aí abre as portas, está tudo lindo e tal. Então eu costumo dizer o seguinte, a felicidade do compositor é essa: ele pega uma violão, bota nas costas, ele não vai morrer de fome, com certeza. Qualquer lugar que ele chegar, tem sempre alguém que vai... "Pô, vem cá, canta uma

música aí e tal. Quer comer, quer tomar uma cerveja?" O perigo é você morrer de cirrose, não é Senador Cristovam, porque é tanta bebida, tanta batata frita e linguiça que você termina realmente passando mal *[risos]*. Agora dinheiro ninguém quer pagar, dinheiro ninguém quer pagar.

O que nós estamos aqui é realmente reivindicando isso, uma aposentadoria, profissionalizar o compositor. O compositor não é burro. O compositor, pelo contrário, é inteligente. Agora ele se finge de morto, ele se finge de morto. Você vê o Nelson Sargento aqui quietinho ali no canto, mas quando ele entra no palco, ele é o bicho *[risos]*, mas ele tem que fingir de morto, porque se ele ficar falando muito... "Esse coroa aí está falando demais e tal", aí já tiram ele. Então a gente finge, finge de morto, mas o compositor é inteligente.

Eu acho que tem uma coisa, por exemplo, Chico Buarque de Holanda, um grande compositor, mas ele é tão bom quanto nós, porque ele teve toda uma formação. Nós não tivemos a formação, não tivemos um sobrenome desse. Caetano Veloso, Gilberto Gil, toda essa turma... Nós temos, sim, condições. Eu sento com qualquer um deles, pego o violão aqui, canto com eles. Eu tenho quinhentas músicas gravadas: tenho MPB, tenho samba, tenho forró, tenho o sertanejo, então eu sento com eles para tocar. Agora na hora do reconhecimento, se reconhece eles, porque eles não precisam nem disso, eles não precisam. Esse que é o mal, nós que precisamos estamos aqui reivindicando essa coisa toda e tal.

Muito obrigado pelo carinho. Eu falo um pouco demais, mas eu tenho consciência daquilo que estou falando *[risos]*. Dr. Crivella, eu tenho uma grande música para o senhor, hein? Eu sou amigo do Carlos Cola, que me falou que o senhor está gravando um disco. Vai gravar um disco, ele me falou: "Debétio, vamos fazer uma música para o Crivella". Eu falei: "Vamos embora, estou dentro, vamos nessa". Muito obrigado, gente. Felicidade para vocês.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Eu quero agradecer a presença da Senadora Rosalba Ciarlini, que deixou a Comissão dela para vir aqui. O Nelson Sargento quer usar a palavra um pouquinho ainda.

SR. NELSON SARGENTO: Só dois itenzinhos. O grande Ary Barroso teve suas músicas barradas durante dois anos pelas rádios desse País porque ele exigia o nome do autor, o Ary Barroso, quer dizer, isso na época se chama geladeira, bota no gelo.

[risos]

Só um detalhezinho: eu tenho 180 músicas gravadas comerciais. Aqui está o meu direito autoral de junho de 2009: R$ 329,19, não é nem um salário mínimo. Tenho dito.

[risos]

[palmas]

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sra. Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Assim que a gente terminar, a Senadora Rosalba está precisando sair, o Senador Marconi, que está como Presidente em exercício da Casa também precisa sair, e a Senadora Ideli que já me pediu desde a hora que entrou. Eu estou pedindo só um minutinho, temos mais dois só para fazer a explanação e aí nós passamos a palavra aos que precisam sair.

Osvaldinho da Cuíca e, depois, o Agenor de Oliveira.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pode ter toda a tranquilidade para falar e o Senador Cristovam também.

SR. OSVALDINHO DA CUÍCA: Senadora Marisa Serrano, Srs. Ministros, senadores aqui presentes.

Nas palavras sábias dos nossos mestres, Nelson Sargento, de toda a comitiva, foi dito pouca coisa pelo espaço de tempo. O poder na música, os senhores sabem muito bem, é universal, é muito grande. Seja na eleição do Barack Obama ou seja nas escolas ou seja em qualquer parte do universo, no coração corre a música. A música brasileira é a mais rica do mundo e a que tem o pior tratamento.

"Viver é amar a esperança, lutar e deixar como herança um mundo melhor e mais feliz educando as crianças do nosso País".

[palmas]

Obrigado. Uma das favelas mais violentas de São Paulo, a maior, foi solucionado o problema através da música: a Favela de Heliópolis. Hoje é um padrão universal, não faz vergonha para a Europa, através de Maestro Baccarelli e grandes empresários como Ermírio de Moraes e outras companhias, Volkswagen, a Fundação Getúlio Vargas está presente não só na educação, na música, como também na profissionalização, é a solução, mas começou através da música, da arte. Eu não vou falar mais sobre isso porque seria redundante devido à sabedoria de grandes poetas que estão aqui presentes.

Eu vou fazer através de metáfora para os senhores. Tem um companheiro nosso que conta uma piada na televisão, grande compositor, grande cultivador da

cultura, Rolando Boldrin. Ele conta uma piada, só que eu vou contá-la completa. Ela é incompleta.

O cidadão ia passando na frente de um viveiro, os passarinhos cantando maravilhosamente bem. Um canário dobrando, o Canário do Reino, pli-pli-pli. Ele: "Nossa, que lindo. Eu quero comprar esse canário". "Pois não". "Quanto é?" "É tanto". "Vou levar". "Tudo bem". Aí quando ele ia... "Bom, mas vai ficar o dobro do preço porque o senhor tem que levar..." "Pode me dar". "Não, espera um pouco, o senhor tem que comprar aquele outro passarinho também". Aí tinha um passarinho no cantinho magrinho, sujo, com as pena toda esculhambada. Parecia o Nelson Sargento *[risos]*. Aí a pessoa olhou assim: "Espera aí, esse passarinho canta?" "Não". "Mas por que é que eu tenho que levar esse passarinho feio aí?" "É porque ele é o compositor do que está cantando". "Ah é?" "É". "Então tá bom. Mas o que é que eu vou fazer?" "Se o senhor não levar ele, o outro não canta mais" *[risos]*. "Ah, então eu vou levar, me dá os dois, vou levar essa porcaria aí". Levou o outro também, ia levar. "Bom, me dá aí". "Não, espera aí, tem mais. Agora o senhor tem que levar aquele outro". "Como?" Aí o outro estava numa gaiola de ouro, gordo, de óculos, parecendo o Senador aqui, bonito, sabe? *[risos]* Aí o que aconteceu? Ele lá todo cheio de caneta de ouro, bonito, uma gaiola maravilhosa. "Mas, escuta, eu tenho que levar esse por quê? Ele canta?" "Não". "Ele compõe?" "Não". "O que é que ele faz?" "Ele recebe o direito autoral".

[risos]

[palmas]

Muito obrigado, muito obrigado. Eu sou de São Paulo, representando a classe do sambista rural, urbano, do qual eu tenho a militância, das escolas de samba, com muito orgulho, com muita honra, compositor, escrevi alguns livros, fiz alguns pequenos filmes, tudo cultural, tudo de cunho cultural, e agradeço a acolhida, agradeço essa alegria que me proporcionaram de eu estar aqui no Palácio Central, numa Casa tão maravilhosa. Mas não reparem, eu fiz muita música metendo o cacete também. Obrigado.

[risos]

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado. O bom humor do Osvaldinho da Cuíca é histórico. Quero passar a palavra ao Agenor de Oliveira, ao último amigo e convidado dessa manhã.

[palmas]

SR. AGENOR DE OLIVEIRA: Boa-tarde a todos, Presidente Senadora Marisa, Srs. Senadores, Professor Cristovam. Eu não sei se é um privilégio ou se não ser o último a falar. Primeiro que eu sou o caçula desse grupo, que eu tenho assim a honra de ser parceiro de alguns deles, do Délcio Carvalho, sou parceiro do Nelson Sargento, e me cabe um pouco a responsabilidade de tentar sintetizar um pouco as ideias todas que foram colocadas aqui por esses meus colegas.

Eu acho que há um ponto de preocupação comum a todos nós, que é a questão da aposentadoria especial para os artistas, não somente para esses compositores que estão aqui, mas para os artistas de um modo geral. O artista não tem carteira assinada. O artista, de um modo geral, ele é autônomo e ele tem sérias dificuldades para recolher INSS. Ele já ganha muito pouco para poder ter esses procedimentos formais das atividades já regulamentadas. A atividade do artista não é regulamentada, ela não cabe na CLT. Por isso que é fundamental que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte esteja à frente desse movimento, porque a música é educação e aqui nós temos uma biblioteca viva presente, que poderia ser uma biblioteca itinerante, seria uma forma de a gente preservar a memória artística e cultural desse País dando oportunidade a essas pessoas que estão aqui e a vários outros artistas de difundirem essa memória para que ela não feneça; é uma grande preocupação nossa. Os depoimentos que são dados nos museus da imagem e do som e todas as outras, todos os outros registros que são feitas, inclusive esse aqui, são extremamente importantes, mas é muito mais importante que as pessoas conheçam esses artistas em todos os cantos do Brasil. E aí o reconhecimento do compositor, o reconhecimento do autor, será feito não por um decreto, não por uma determinação de cima para baixo, mas pelo reconhecimento das pessoas por terem a possibilidade de terem um contato vivo e direto com essas pessoas. Talvez esse seja um ponto que não foi colocado aqui, quer dizer, é fundamental uma aposentadoria especial pela característica diferenciada da nossa atividade.

Em outros países, nós não vamos estar inventando nada. Se nós buscarmos a legislação na França, a Bélgica já contempla uma espécie de seguro desemprego para os artistas, na Espanha onde o Délcio tocou bem e recebeu bem, recebeu em euro, e cada vez que você nesses países recebe o seu cachê, você recolhe o imposto, não só você como artista, mas também o contratante. A diferença é que esse imposto que é recolhido reverte futuramente, no final de cada ano, para os artistas, se eles não completam uma determinada quota, um determinado valor mínimo que é estabelecido. Eu acredito que a gente pode avançar muito aqui em termos de legislação se nós buscarmos um pouquinho das legislações que já existem e

funcionam muito bem, especialmente na Europa, que é o meu conhecimento um pouco maior. Eu acho que isso seria uma contribuição interessante.

Já existe uma iniciativa no Rio de Janeiro, pelo menos, do Sindicato dos Músicos, na implementação, numa parceria com a PREVI, da previdência privada, uma complementação de aposentadoria, mas isso está funcionando para os artistas mais jovens, aqueles que estão começando hoje, e nós temos aqui, não só nessa mesa, mas espalhados pelo Brasil, um passivo real, um passivo que precisaria encontrar um caminho de equacionamento para que a gente pudesse atender a esse buraco que há entre a iniciativa extremamente inteligente e interessante dos sindicatos de se associarem a fundos de pensão de empresas estatais com a contribuição já dos músicos na sua mensalidade, mas só que nós temos esse passivo e eu acho que esse passivo precisaria, de alguma forma, ser pensado também e equacionado pela gente.

De um modo geral eu acho que são esses os pontos assim que a gente poderia elencar como mais importantes. Eu sei que a Casa já está trabalhando no sentido de discutir essa aposentadoria especial para os artistas e eu espero que nós sejamos exitosos nesse trabalho.

Eu poderia cantar um samba meu, mas eu acho que eu vou cantar um samba de 1929, de um compositor chamado Noel Rosa, que vai fazer cem anos. Ninguém tinha nascido aqui. Vai fazer cem anos no ano que vem, foi o primeiro sucesso dele, que diz assim: "Agora eu vou mudar minha conduta, eu vou pra luta, pois eu quero me aprumar. Vou tratar você com força bruta pra poder me reabilitar. Porque essa vida não está sopa e eu pergunto com que roupa, com que roupa eu vou pro samba que você me convidou, me convidou. Com que roupa eu vou, com que roupa que eu vou pro samba que você me convidou". Muito obrigado a todos.

[palmas]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Bem, eu estou na eventualidade da presidência, agradeço à Marisa pelo privilégio. Sendo eu lá do Sul, vizinho da Ideli, e sentindo a ausência de outro grande nome, talvez todos conheçam, do Sul do Brasil, que é do Plauto Cruz, Plauto da Flauta, mas foi falha minha não tê-lo entre os convidados aqui.

Cumprimentar a Ideli e ao Flávio pela iniciativa, que está tão bonita e tão emocionante que até o nosso cardiologista, o Dr. Getro, está aqui para qualquer eventualidade *[risos] [palmas]*. Eu o vi cantando este último do Noel Rosa aqui, viu Dr. Getro?

Quero saudar a D. Gladys, esposa do nosso querido Cristovam, que está aqui. Aqui à tua esquerda, Cristovam *[risos] [palmas]*. Dizer que a Casa também tem grandes artistas que representam muito bem a Música Popular Brasileira, a Ângela Brandão, a nossa apresentadora, que já tem CD, eu não sei se já têm DVDs gravados, mas está aqui também com certeza na trincheira na defesa da música, dos músicos, mas especialmente deste momento assim especial que estamos vivendo, que é o resgate do autor, do autor, do dono da ideia.

Eu vou repassar a presidência à Marisa para que nós possamos dar sequência a esse momento tão bonito que o Brasil está vivendo através da Comissão de Educação do Senado.

[palmas]

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Só me permita também, Sérgio Zambiasi, é que foi mencionada a Ângela Brandão e nós devemos ter o reconhecimento de que esta Audiência Pública também está sendo realizada em função da iniciativa da Ângela Brandão, que faz o programa Direto do Cafezinho, mas que é cantora *[palmas]*, compositora, porque ela, num primeiro momento, trouxe o Nelson Sargento e a Evonete aqui para a Comissão, apresentou o problema, e temos que reconhecer que sem dúvida alguma a participação da Ângela para a realização deste evento foi fundamental, como a do Nelson Sargento e da Evonete. Inclusive quando a Evonete esteve aqui, a gente disse: "Poxa, a senhora é uma advogada mesmo, uma advogada de uma causa boa, bonita e necessária". E, também, está acontecendo em função do apoio do Senado, sem dúvida alguma, que foi fundamental, da equipe da Comissão de Educação, do Júlio e de todas as pessoas que fazem aqui, porque se desdobraram, havia dificuldades, buscaram parceiros, Clube do Choro, todos mencionados aqui, o CNC também, o Sindicato das Seguradoras, toda a parceria que aconteceu, mas então é o esforço fruto assim de um trabalho de bastante gente, todo mundo interessado nisto; o esforço, a solução tem que ser conjunta.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Vamos passar agora, antes de dar a palavra aos nossos senadores, vou pedir aos senadores que entregam uma placa a cada um dos nossos convidados de hoje, aos nossos artistas, uma singela lembrança desse momento aqui no Senado.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senadora Marisa, só uma palavrinha. O Senador Demóstenes me pediu para trazer o abraço dele a todos os compositores, cantores, artistas aqui presentes. Ele

não está presente porque está presidindo a Comissão de Constituição e Justiça.

Eu tenho uma satisfação muito grande de estar aqui na presença desses talentos consagrados da Música Popular Brasileira representando a Casa, representando o Senado Federal, na condição de Presidente em exercício. Esta é uma Sessão histórica. A Comissão de Educação e Cultura está verdadeiramente cumprindo a sua finalidade, meus parabéns ao Senador Flávio Arns e à Senadora Ideli Salvatti por esta bela iniciativa e eu gostaria de me colocar à disposição para colaborar em tudo aquilo que for necessário para o efetivo cumprimento do desiderato desta Sessão Especial, desta Audiência Pública, que é a aprovação desses projetos que vão beneficiar esses homens e mulheres que se confundem com a história do Brasil através da Música Popular Brasileira *[palmas]*. É isso que eu gostaria de dizer. Muito obrigado à senhora.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Convidamos o Presidente em exercício do Senado Federal, Exmo. Sr. Senador Marconi Perillo, para entregar a placa de homenagem para o Sr. Noca da Portela.

[palmas]

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Presidente, eu esqueci de dizer que ontem eu fui ao Clube do Choro e tive a oportunidade de assistir ao Nelson Sargento e a esses talentos todos.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Presidente.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Convidamos o Exmo. Sr. Senador Marcelo Crivella e a Exma. Sra. Senadora Rosalba Ciarlini para entregar a placa de homenagem para o Sr. Wilson Moreira.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Convidamos a Exma. Sra. Senadora Marisa Serrano para entregar a placa de homenagem para a Sra. Adelaide Chiozzo.

[palmas]

SRA. ADELAIDE CHIOZZO: Obrigada a todos.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Convidamos a Exma. Sra. Senadora Fátima Cleide para entregar a placa de homenagem para o Sr. Agenor de Oliveira.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Convidamos a Exma. Sra. Senadora Senador Ideli Salvatti para entregar a placa de homenagem para a Sra. Ademilde Fonseca.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Convidamos o Exmo. Sr. Senador Sérgio Zambiasi para entregar a placa de homenagem para o Sr. Paulo Debétio.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Convidamos o Exmo. Sr. Senador Cristovam Buarque para entregar a placa de homenagem para o Sr. Osvaldinho da Cuíca.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Convidamos o Exmo. Sr. Senador Osvaldo Sobrinho para entregar a placa de homenagem para o Sr. Délcio Carvalho.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Convidamos o Exmo. Sr. Senador Flávio Arns para entregar a placa de homenagem para o Sr. Nelson Sargento.

[palmas]

SR. NELSON SARGENTO: Senador, eu devo dizer, emocionado, que a primeira vez que eu cheguei à vossa presença aqui nesse Senado foi por intermédio de Ângela Brandão *[palmas]*, que me guiou(F) ao senhor, eu e a Evonete. Também devo dizer que eu tenho a felicidade de ter uma música com a Ângela Brandão *[risos]*, que vai ser gravada no próximo disco que ela fizer e com a minha participação, é claro.

[risos]

[palmas]

Agradeço a essa Casa por tão honrosa homenagem. Muito obrigado.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Passamos a palavra para a Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a Exma. Sra. Senadora Marisa Serrano.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Depois da entrega dessa singela homenagem desta Casa e, principalmente, dessa Comissão aos nossos convidados, agradecendo a presença do Senador Mão Santa, que está aqui conosco também, vamos fazer a lista de oradores de senadores que pediram a palavra.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Os dois autores dos requerimentos--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Desculpe, é que como eu estou presidindo a Comissão de Assuntos Sociais-–

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Se não houver problema dos dois autores do requerimento, nenhum problema também.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É muito rápido. Eu fiquei encantada, maravilhada, acho que o Brasil todo que está assistindo, de ver quanto nós temos de valor e que precisa de maior reconhecimento.

E como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Sra. Presidente Marisa Serrano, Srs. Senadores, eu já quero aqui não somente me colocar à disposição, porque a regulamentação das profissões acontece na nossa Comissão de Assuntos Sociais. Então eu quero já dizer que vou me antecipar, convidar os colegas para assinarem comigo um projeto que já vamos preparar para regulamentar a profissão. A regulamentação da profissão é o passo fundamental e tenho certeza que com o que aconteceu aqui todos os Srs. Senadores vão ter agora, ouvindo as carências, as necessidades, as dificuldades, mas ao mesmo tempo com esse bom humor, com a música, que é algo que encanta mesmo a todos nós, nós vamos ter como projetar isso em leis que possam realmente melhorar.

Então vamos partir para o primeiro passo dessa caminhada, eu estou aqui me colocando à disposição, e contém também com a nossa Comissão de Assuntos Sociais.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Excelente, Rosalba, já deu o começo, já deu o *start* aí para as nossas resoluções.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só uma coisinha: a Comissão de Assuntos Sociais precisa de quorum, tem muita coisa Terminativa. Como aqui eu sei que os senhores já estão terminando e a grande maioria é lá da Comissão, nós fazemos uma parceria perfeita, não é Senadora Marisa?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É verdade.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): V. Exª. sempre nos dá esse socorro. Então precisamos que vocês depois passem na CAS para que nós possamos avançar em outros projetos. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Estão todos convocados. Quero passar a palavra agora ao Senador Flávio Arns e depois à Senadora Ideli. Ou ao contrário também, tanto faz. Ideli primeiro. É cavalheiro, Ideli, mesmo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Bom, a gente que trabalha aqui neste Senado e aqui não é simples, dizem que era o paraíso, tapete azul. Enganaram, pelo menos eu fui enganada, aqui não tem nada de paraíso, a vida é muito dura aqui neste Senado. Mas eu queria dizer que são momentos como este que nós estamos vivendo e a perspectiva que se abre para a gente poder ter legislação, regulamentar profissão, dar o respeito e o reconhecimento devido através de uma aposentadoria justa, merecedora de todos os que participam da vida artística brasileira, são momentos como esse que faz valer a pena a gente estar aqui, faz valer a pena.

Eu queria dizer que quando veio a ideia de nós fazermos esta Audiência, eu fui uma das mais entusiastas, empolgadas, porque aqui no Senado todo mundo diz que eu, como cantora, sou uma excelente senadora *[risos]*, porque a gente já teve inúmeras oportunidades... Dia Nacional do Samba, quando eu estou aqui sempre tem registro no Plenário, sempre tem cantoria, sempre tem homenagem. Então a gente faz muita questão de poder sempre realçar este papel da cultura, porque é a cultura que dá unidade numa Nação. Sem cultura é amontoado de gente; com cultura é Nação, é identidade, é harmonia, é perspectiva, e quem dá tudo isso para nós são exatamente os criativos maravilhosos artistas, que no caso do Brasil faz toda a diferença, porque a cultura brasileira é o que nos distingue. No episódio da escolha do Brasil para sediar as Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro, a marca da cultura brasileira foi um grande diferenciador. Eu não tenho a menor dúvida que foi o que nos colocou num patamar de diferença significativa para que nós pudéssemos ter a escolha do Rio para as Olimpíadas 2016.

Por isso o nosso compromisso aqui com os projetos, com as propostas, ele vai ser, eu não tenho a menor dúvida, quer dizer, quando a gente pensou, provocou esta Audiência, era exatamente para isso, para ter aqui o compromisso da presidência do Senado, da presidência de várias comissões, de todos os parlamentares, de todos os partidos, para a gente poder fazer avançar as propostas que vão apresentadas e, eu não tenho a menor dúvida, serão apreciadas rapidamente e aprovadas.

Agora se V. Exªs. me permitem, porque quando eu chego lá em Florianópolis, o pessoal diz assim: "Não, canta aqui, dá uma palhinha e tal, já que você canta lá no Senado", e eu digo sempre assim que eu não me admito cantando onde tem profissional. Onde tem profissional eu me recuso, eu me recuso. Mas eu queria dizer o seguinte: com toda a gentileza de cada um de vocês, desses artistas maravilhosos que estão aqui, eu preparei para hoje uma música que fala de vocês, que fala de vocês, que é uma homenagem a vocês. Então vocês me perdoem qualquer desafinada, mas eu acho que é a melhor maneira que a gente pode homenagear vocês, que diz o seguinte, eu acho que todos conhecem: "Uma festa imodesta como esta, vamos homenagear todo aquele que nos empresta sua festa construindo coisas para se cantar. Tudo aquilo que o malandro pronuncia e o otário silencia, toda festa que

se dá ou não se dá passa pela fresta da cesta e resta vida. Ah! acima do coração, que sofre com a razão, a razão que volta do coração, e acima da razão a rima e a acima da rima a nota da canção, bemol, natural, sustenida no ar, viva aquele que se presta a esta ocupação, salve o compositor popular".

[palmas]

É isso que nós queremos, que salvemos o compositor popular. Beijo no coração e a nossa homenagem a vocês.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Temos que fazer agora um CD, Crivella, dos nossos cantores.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Aliás, temos que fazer urgente, viu Crivella?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ângela, não é só de quem trabalha aqui, os senadores também vão entrar nessa. Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu, novamente, quero dizer que, olha, hoje eu estou assim extremamente feliz pela realização assim desta Audiência com a presença de vocês todos. Feliz, animado, sensibilizado, consciente do que deve ser feito também. Eu penso o que Brasil todo está feliz, porque eu acho que foi um momento assim, por um lado, de reconhecimento pelo trabalho maravilhoso, pela música, pela cultura, por tudo aquilo que vocês fizeram e tantos fazem pelo Brasil no decorrer dos anos e, por outro lado, dizer: "Olha, precisamos parar, refletir, dar condições melhores, pensarmos juntos nos caminhos, nas soluções", quer dizer, vocês têm tantas ideias e tantos têm outras idéias para ver como é que podemos fazer com que isso se transforme em realidade para as pessoas terem segurança, tranquilidade, bem-estar. Isso significa cidadania, dignidade, respeito, reconhecimento em todos os aspectos que foram mencionados, não só na aposentadoria. Eu acho que há um conjunto de desafios que têm que ser colocado.

Então eu, da minha parte, assim, eu estou muito feliz, muito feliz com a presença de vocês. Eu acho que foi um momento assim extraordinário para o Senado Federal, foi uma honra para o Senado ter recebido vocês aqui, para o Senado Federal, para o Congresso Nacional, onde se debate toda legislação para o Brasil. Para nós foi uma honra, uma alegria tê-los aqui.

Quero novamente dizer que foi muito importante a participação da Ângela, que trouxe o Nelson Sargento, como foi colocado, a Evonete, eles defenderam com muito vigor, com muito argumento também a necessidade disto. Foi sugerido naquela época esta Audiência e a Comissão de Educação, através da assessoria toda, todos se empenharam muito para que isto acontecesse, assim, com a valorização, com a honra que deveria acontecer, com o evento de ontem, que foi importante, com a participação do Senado, com as parcerias que aconteceram, porque vão surgindo dificuldades, quer dizer, eles próprios foram atrás dessas parcerias com o conhecimento dos senadores, naturalmente, para que tudo desse certo.

Agora eu acho assim, como a Senadora Rosalba falou, essa Comissão de Educação, que é educação, a música é educação e foi colocado inclusive aqui também em relação ao papel da música para a inclusão, é cultura, a Comissão de Assuntos Sociais é previdência, é assistência, é trabalho e é tudo isto.

Eu só penso, Senadora Marisa, que nós deveríamos ter assim um cronograma para isto, para que a gente começasse a debater, a discutir, chamássemos os Ministérios, constituíssemos assim um grupo de trabalho mesmo, e eu estou totalmente disposto e à disposição para colaborar nisto, para que a gente possa já no início do próximo ano, independente de reuniões, trabalharmos para termos, assim, os encaminhamentos necessários, para que possamos todos ser pessoas de fé e de obras, não só de fé, porque gente só de fé, o inferno está cheio de gente de boas intenções. Tem que ter boa intenção e a obra também, depois concretizar tudo isso naquilo que é necessário. Podemos fazer isto, sem dúvida, eu acho que há muitas pessoas aqui que podem colaborar, e no fundo tem que ser o resultado do esforço de todos: o governo tem que participar, o congresso, a comunidade, a sociedade, e vamos construir juntos assim os projetos, as alternativas que possam ser inclusive iniciativas, eu penso, da Comissão, não ser inclusive de um senador ou de um deputado, para não ser inclusive individualizado, sendo o esforço da Comissão a favor desta área tão importante para o Brasil, para a animação, para o deleite, para a cultura, para o reconhecimento e com tanta participação política, de cidadania no decorrer desses anos todos e pelo prazer também, pelo prazer da música. Que maravilha!

Olha, eu estou assim emocionado, encantado, quero dar os parabéns para vocês e continuem firmes, animados, que vamos batalhar para que esta área seja realmente reconhecida, valorizada, prestigiada, que a gente mude esse contexto aí do Brasil nesta área para muito melhor. Parabéns.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador Flávio Arns.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senadora Marisa?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pois não, Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Um pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Que depois de tudo que nós ouvimos aqui, eu cometi um crime, porque eu cantei e não registrei que a música Festa Imodesta é do Chico Buarque. Então, pelo amor de Deus, que fique registrado o compositor da música.

[risos]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Certíssimo, já estamos aprendendo e já estamos executando aqui o que estamos aprendendo.

Eu estava falando com o Júlio, que é o nosso secretário, que lutou tanto para que nós estivéssemos aqui hoje, que o seguro desemprego e a aposentadoria especial, o seguro desemprego tem a legislação belga que é específica nessa questão, que vai nos ajudar também, e a aposentadoria especial. A regulamentação da profissão, a Senadora Rosalba já disse aqui que começa na sua comissão, e os direitos autorais e a garantia de divulgar o nome do compositor também é algo que nós podemos acertar. Eu pedi ao Júlio que adiantasse com os projetos para que todos nós que estivéssemos aqui pudéssemos assinar.

Quero passar a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

[palmas]

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes mesmo de falar dessa Sessão, eu queria me dirigir diretamente ao Paulo Debétio, dizendo que nós empatamos como pernambucanos, empatamos mais ou menos pela idade, eu sou um pouquinho mais velho, só um ano, agora eu ganhei muito de você, que você disse que parece que é parente do Presidente Lula e eu sou parente do Chico Buarque *[risos] [palmas]*. Então eu ganho nisso, porque um compositor é muito mais do que um político, mesmo um político tão especial e da dimensão do Presidente Lula.

Mas, presidente, eu só lembro de uma Sessão nessa Comissão que me tocou tanto quanto esta, foi quando nós trouxemos aqui os campeões de 1958, em Estocolmo. Nós trouxemos aqui todos os campeões... Todos não, os que puderam vir, os que ainda estão vivos, nós trouxemos nove grandes jogadores de 1958 e eu me senti profundamente emocionado pelo contato com aqueles que eu disse que eram os nossos astronautas, os nossos heróis, aqueles que sensibilizaram a minha geração, quando adolescente, e que vi aqui presente ao vivo. Eu quero dizer que eu estou sentindo o mesmo. Eu estou sentindo o mesmo com uma vantagem: eles não puderam fazer gol aqui e vocês fizeram gols cantando suas músicas *[palmas]*. Então é uma emoção que eu lamento que o Zambiasi já tenha ido embora, porque o Zambiasi é um dos que decidiu não ser candidato à reeleição. Eu acho que se ele tivesse mais Sessões dessas, ele ia querer voltar para o Senado por mais oito anos. E nós todos hoje em dia que estamos aqui, que entramos nessa certa depressão do processo legislativo, as frustrações, nós precisamos ter Sessões como essas. A oportunidade de olhar nos olhos, de ver a cara, de ouvir pessoalmente. Ontem eu não pude ir ao Clube do Choro porque tinha uma tese na universidade, eu era da banca e, afinal de contas, eu sou primeiro professor antes de qualquer outra coisa, saí de lá onze horas da noite e não pude ir assistir vocês. Eu sou um avanço do Clube do Choro, independente mesmo de que vocês estivessem lá, como governador eu dei um apoio muito grande, eu creio que é uma das melhores coisas que tem em Brasília. Não pude ir, mas hoje eu comparti com vocês e isso daí é um privilégio que fica registrado para nós.

Eu quero falar agora do apoio que a sociedade brasileira, através do governo, deve dar a cada um dos seus heróis. O Presidente Lula até prometeu fazer um projeto dando uma aposentadoria aos nossos campeões de futebol. Eu não sei se esse projeto chegou, se não veio ainda. Eu creio que nós temos que pensar em vocês também. Têm certas diferenças, é que os campeões de futebol nós sabíamos, eram aqueles vinte e quatro, pronto; compositor eu espero que sejam 24 mil *[risos]*, eu espero que a gente tenha muito mais. Têm essas dificuldades, mas a gente tem que se debruçar, como disse o Senador Arns aqui, com um cronograma rápido para saber o que fazer. Nós não podemos deixar, eu não vou dizer nem ao relento, deixar sem o reconhecimento completo os nossos heróis e aqueles que nos alegram. Como aqueles jogadores nos alegram no campo, vocês nos alegram até mais do que eles, porque vocês nos alegram permanentemente com os discos que a gente tem em casa, nos alegram com os shows quando a gente comparece.

E uma das coisas, senador, que eu queria ver se a gente considera, e o nosso Secretário Júlio é muito hábil para imaginar, é como que é a gente faz para que o Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico, que compra 150 mil litros por ano, comece a comprar agora CDs dos compositores populares brasileiros para colocar nas nossas escolas. As crianças tinham que ouvir essas músicas, a gente tem que acostumar essas crianças a ouvirem isso.

Eu não sou daqueles que defendem que a gente proíba o rock, como têm alguns radicais defensores do samba que dizem que não devemos nem permitir. Não, não podemos. A música, toda ela, tem que ser ouvida e compartida, mas a gente tem que incentivar ao máximo as nossas crianças a ouvirem música.

Tem um projeto meu que leva para dentro das escolas o cinema brasileiro, faz com que as crianças assistam cinema dentro das escolas. Eu acho que a gente tem que fazer também com que escutem músicas. Já temos um projeto da música na escola, que foi uma grande coisa que foi feita, saiu dessa Comissão, mas eu creio que aí dentro da música a gente deve colocar um viés da Música Popular Brasileira. Não senti justificativa, como alguns defendem, de criar um novo projeto de lei, música e música popular. Não, eu acho que aí ficaria demais e os meninos iam querer ficar mais do que devem dentro da escola, mas colocar dentro do programa de música a obrigação da Música Popular Brasileira. Não pode ser só música universal de uma maneira geral. Isso seria uma maneira de ajudar também, afinal de contas se a gente compra 150 mil livros por ano, são 200 mil escolas, cinco CDs que fossem para cada escola seria um milhão de CDs e com músicas escolhidas por critérios que a gente definiria, do jeito que têm os critérios para escolher os livros. Mas vamos levar a música popular para dentro das escolas, que é a melhor maneira de garantir futuros adultos que venham a curtir música popular, senão a gente vai terminar perdendo pela avassaladora força das empresas internacionais e até mesmo da própria música internacional, que fica como a preferida em muitos dos nossos jovens hoje.

Então a vinda de vocês aqui foi fundamental para nos despertar, para nos alegrar e eu agradeço muito ter escutado ao vivo. E só um detalhe: não teve nenhuma das músicas que vocês cantassem que eu não me lembrasse, não teve nenhuma que eu dissesse: "Caramba, essa eu não conheço, é a primeira vez". Todas são músicas que vem nos alegrando há tantos anos e fazendo desse País um País rico pela música, porque a riqueza não é só a produção material. Esse foi quando o grande defeito que está levando ao aquecimento global. Música não provoca aquecimento global.

[palmas]

Então vamos apoiar ao máximo a música. Não é nem a vocês individualmente, vocês são instrumentos, vocês são os instrumentos da alegria do povo, da cultura do povo e eu espero que a gente comece pelas crianças, fazendo com que elas ouçam vocês e, através disso, criar um mecanismo de renda para apoiar vocês, além dos outros que a gente tem que pensar aqui.

Eu quero agradecer muito a vinda de vocês, à Senadora Ideli que teve um papel fundamental na convocação dessa Sessão, e dizer que hoje é um dos dias que dá gosto ser Senador.

[palmas]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. O Senador Cristovam Buarque já foi Presidente desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte também, e o resto da trajetória até todos conhecem, como ex-ministro, ex-governador, ex-reitor e sempre professor *[risos]*.

Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu também estou aqui muito feliz e muito emocionado em receber os compositores, muitos deles são da minha terra, do Rio de Janeiro, que era muito mais romântica, tinha muito mais paz quando o povo ouvia a alma, as canções que vêm da alma desses compositores. Por razões que eu nem saberia identificar, a juventude começou a cantar outras músicas que não têm muito a ver com a gente e nós constatamos que hoje somos muito mais violentos. Os meninos, as meninas, são muito mais violentos do que eram antes.

Mas ao parabenizar esses astros consagrados, eu queria também fazer um apelo a eles: os senhores sabem que o problema do direito autoral, quer dizer, nós temos dez associações e são dez cadeiras no ECAD, o Escritório Central de Arrecadação. Pelo número de associados que cada uma dessas associações têm, elas têm uma força e um peso na mesa. O Brasil arrecada aí por ano 300 milhões de reais de direitos autorais: das televisões, que são as que pagam mais, 3% do fundamento, das milhares de rádios que nós temos, AM, FM, e também daqueles todos que tocam música, farmácias que têm música ambiente, supermercados, filme, foi uma luta aqui a questão do filme, porque os donos de cinemas não queriam pagar direitos autorais. Agora por que é que o Sr. Nelson Sargento, com 180 músicas de imenso sucesso – e eu acho que isso ocorre com todos – recebe tão pouco de direito autoral? É porque existe uma inadimplência. As grandes televisões não pagam. Hoje no Brasil quem paga direito autoral eu acho que é a Record. As outras, não pagam. A Globo não paga, ela não paga direito autoral. Ela arbitra um valor e deposita em juízo, mas não paga o direito autoral.

Então há uns cinco anos, eu estou aqui há sete, há cinco anos eu venho pedindo aos meus colegas senadores que nós possamos aprovar uma resolução, não precisa ir à Câmara dos Deputados, nós podemos aprová-la, se quisermos, hoje, hoje, na Sessão

de hoje, do Plenário de hoje nós podemos aprová-la, se quisermos. E se vocês quiserem correr aqui os líderes do Senado, Senador Agripino, Senador Arthur Virgílio, Senador Renan Calheiros, Senador Aloizio Mercadante, Jucá e os demais, mas com esses nós já tínhamos até número, eu me disponho a pagar até o almoço de vocês, vocês podem almoçar na minha conta aqui no Senado *[risos]*, porque vocês vão me ajudar muito. Em que é que consiste esse projeto de resolução? É simples. É que todas as emissoras de televisão e de rádio são concessões públicas. Portanto, elas pertencem ao povo brasileiro que delega a um brasileiro explorar aquele serviço. Pois bem. Então de dez em dez anos eles veem ao Congresso Nacional com suas adequações e aqui eles renovam a concessão. Então o que é que eu propus? Que de dez em dez anos, isso não é pedir muito, eles apresentem um "nada consta", um documento dizendo que estão em dia com o direito autoral, porque se eles não pagam os direitos autorais não mereciam ter a concessão pública. Devia se passar para um outro brasileiro que pagasse, que tocasse as músicas e pagasse o direito autoral. Não é pedir muito. Esse projeto precisa ser votado, é uma resolução do Senado. Portanto, não vai à Câmara dos Deputados, nós podemos aprovar hoje e estará em vigor amanhã.

Na época que o Ministro era o Gil, eu levei o assunto a ele, mas é aquela coisa: quem arrecada muito direito autoral não quer entrar em confronto com os grandes inadimplentes e o Ministro Gil não quis. Eu conversei com o ECAD, que ficou de trazer aqui grandes compositores, que também não quiseram vir, porque para eles a coisa está bem. Mas os senhores podem sentir a dor dos outros tantos milhares de compositores que não conseguem receber o seu direito autoral. Aliás, eu, até quando apresentei esse projeto, lembrei de um compositor que eu não tive a felicidade de conhecê-lo, mas conheci a obra dele, ele é pai do Tutuca, que é tecladista, e ele se chamava Peter Pan. Ele fez um samba muito engraçado que dizia assim: "Eu fiz um samba... Quero ver gravar... Eu já gravei... Quero ver tocar... Eu já toquei até demais... Quero ver receber os direitos autorais" *[risos]*, porque é difícil, a inadimplência é enorme.

Então eu acho que com o depoimento dos senadores que estão aqui hoje, eu até reacendo as minhas esperanças de nós podermos fazer essa grande homenagem. Senadora Marisa Serrano, se nós conseguíssemos, é uma Resolução do Senado, porque o nosso Estatuto é que diz quais são os documentos que eles devem apresentar quando vierem aqui. Existe uma lista de documento, todos nós relatamos, hoje mesmo relatei três rádios para a renovação da concessão, todos os senadores relatam aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia, toda semana vêm muitas emissoras. O Brasil tem cinco mil emissoras de rádio, cinco mil emissoras de rádio contando AM e FM.

Portanto, eu tenho certeza, Sr. Nelson, que se nós fizermos isso nunca mais o senhor vai receber R$ 318,00, porque cada vez que tocar um samba do senhor na TV Globo, o senhor vai receber, cada vez que toca uma música, são R$ 10,00; nas rádios são R$ 2,00, R$ 3,00. E agora vai chegar o carnaval, certamente as suas músicas vão tocar muito e isso seria uma coisa que ia redimir o Senado Federal diante dos artistas brasileiros. Muito obrigado.

[palmas]

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Queria dizer ao Senador Marcelo Crivella que para a renovação, só pode ser renovada a concessão se estiver quites com os direitos autorais, ele já conta comigo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Conto com a senhora?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pode contar.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Só que eu fiz um projeto, que derrubaram na hora, dizendo que não podia ter famílias tendo rádio, televisão e jornal ser de famílias. Detonaram na mesma hora o meu projeto *[risos]*, mas eu fiz sabendo que ia ser difícil passar, mas para dizer que a concessão não pode botar o nome do marido, da mulher, do filho, do outro filho, da nora, não sei o que, de toda a família. Que a concessão, pudessem outros também ter a oportunidade de tê-las e não só uma família, e há famílias que controlam o estado na área da comunicação. Não há democracia nessa parte. Quando a gente fala que no Senado ou em outros organismos não pode contratar parentes, filhos, etc. e tal, já que é uma concessão, nós podíamos arrumar essa questão também. Senador Crivella, não deixaram nem respirar o meu projeto aqui. Mas vamos tentar, eu estou pronta para ajudar.

Quero passar a palavra ao Senador Osvaldo Sobrinho e depois ao Senador Mão Santa.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senadora, só um apartezinho aqui. A senhora sabe que um motorista de praça, ele tem uma concessão pública. Morre, é assaltado, leva um tiro, não pode deixar para a esposa e nem para o filho. A concessão volta. Agora o dono de uma televisão deixa para o filho a concessão pública. Isto é injusto, isso não é justo. Os pobres não deixam a concessão de herança; os ricos, podem deixar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Isso é outra questão que temos que discutir. Senador Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PDT-MT): Sra. Presidenta, Srs. Senadores, Srs. Compositores, Cantores, Instrumentistas. É realmente uma Sessão importante para a vida do País. São os senhores que trazem o sonho e as utopias, são os senhores que conseguem nos elevar, são vocês que conseguem fazer a Nação mais feliz, mais contente e que até acaba com crises, acaba com revoluções, acaba com tudo trazendo o humor, a alegria, a felicitada, a paz e, acima de tudo, vendendo esperanças para a população e para aqueles que fazem uma Nação. Portanto, é necessário que pessoas como os senhores, as senhoras, sejam tratados de uma forma diferenciada, mas positiva, não negativa.

Eu acredito que essa matéria, aqui entrando, eu acredito que ela não terá controvérsia nenhuma, mas uma coisa é necessário começar a pensar. O Senador Crivella aqui colocou a questão do ECAD. Nós precisamos saber o que faz o ECAD com o dinheiro, que não é tanta gente que é inadimplente assim, não. O ECAD precisa começar a abrir essa mala preta deles aí, essa caixa preta que eles têm aí, precisa já começar a mexer, porque na verdade é um negócio assim surrealista o que acontece com o ECAD. Todo mundo paga, eles são o primeiro a estar cobrando, a estar em cima, vão lá nos bares, boteco, qualquer lugar, e, no entanto, ninguém viu o resultado disso. Todo artista, você conversa com ele, "Ah, eu não recebo R$ 200,00, eu recebo R$ 50,00, eu recebo R$ 10,00, não dá para comprar um pão", quer dizer, alguma coisa está acontecendo de errado, porque não é pouco dinheiro que esse povo recebe. Então eu acho que precisa pensar, como está pensando em CPI dos Sem-Terras e não sei o que, começar a pensar na CPI também do ECAD aqui, porque aí deve ter alguma coisa. Tudo bem que alguns não arrecadam, mas está acontecendo alguma coisa de errado no ECAD e esse pessoal são predadores, eles vão buscar o dinheiro, eles não deixam por menos.

Portanto, senadora, eu acredito que se quiser fazer a proposição aqui, vamos fazer as duas coisas paralelas, buscar uma forma de reconhecer o direito dessas pessoas que estão aqui, que trabalham muito, a gente tem um carinho especial por vocês, a população brasileira tem um carinho especial por vocês. Pode até não ter reconhecido ainda os vossos direitos, mas tem um carinho especial. E essa quando essa matéria entrar aqui, podem vir ouvir, vocês verão que serão só elogios, serão só pontos positivos e gente querendo ajudar. Agora é necessário na outra ponta buscar essas pessoas que tiram proveitos, que é igual a musiquinha que ele cantou aí agora, de gravatinha e tal, tal, canetinha bonita, tal e tal, o passarinho que estava na gaiola bonitinho lá. São eles os passarinhos que estão na gaiola, certo? Então eu acho que é hora de começar a pensar nisso, mas eu quero dizer que é muita felicidade ser Senador da República e participar de uma Sessão tão bonita como essa. É o resgate da nossa história, é o resgate da nossa cultura, é o resgate daquilo que existe de bom nesse País.

Eu sou educador por profissão. Eu sou aposentado e leciono ainda, sou professor universitário, mas eu acredito que nós, tantos professores quanto vocês, artistas, são aqueles que sustentam a Pátria, na alegria e na tristeza. É igual casamento, até porque casamos com as nossas profissões e não temos muita coisa a mais. E eu vejo aqui grandes educadores, como o Senador Cristovam, que aqui fala todos os dias de educação, eu falo um pouquinho menos porque estou a menos tempo aqui, mas é uma pessoa que todos os dias... Têm alguns senadores aqui que a gente sabe que eles vieram aqui para pontuar aquilo que eles acreditam e o Senador Cristovam pontua todos os dias aquilo que ele acredita.

Portanto, quero parabenizar e dizer que se aqui estiver quando aparecer essa mensagem, essa matéria aqui na mesa, eu estarei aqui não só para defender, mas também para tentar fazer o melhor de mim para tentar melhorá-la e fazer com que as coisas aconteçam. Parabéns a vocês, felicidades a vocês.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com a palavra o Senador Mão Santa, que hoje está lançando um livro, "Assim falava Mão Santa".

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Atentai bem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Atentai bem.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Senadora e Professora Marisa, encantadora professora, artistas do meu Brasil. O livro é de um artista também das letras, Zózimo Tavares, mas o que importa é o seguinte, Professora Marisa Serrano: a figura da senhora como mulher, como professora, como senadora, enriquece esse Senado. Na história do mundo, o Senado mais garboso foi o de Roma e o seu líder maior, ele dizia com muito orgulho quando ele falava: "O Senado e o povo de Roma". Marisa Serrano agora pode dizer: "O Senado e o povo do Brasil" *[palmas]*. V. Exª. trouxe para cá aqueles que inspiram, aqueles que inspiram a voz do povo a cantar e a se alegrar. Então a Marisa Serrano revive aquela vaidade de um *[ininteligível]* positiva, o Senado e o povo do Brasil.

Mas queria dizer que eu represento aqui, Marisa, o Partido Social Cristão. Atentai bem. Professor Cristovam, são muitos partidos que têm duas constituições: a primeira, a mais importante, é a Bíblia, e a segunda é aquela que o Ulisses beijou aí em 5 de outubro, Constituição Cidadã. Então se nós olharmos e atentarmos a Constituição do meu partido, a Bíblia, uma das partes mais atrativas são os salmos. E eu que sou lá do Piauí, salmo é samba. Então, se nós adentrarmos, ninguém sabe que samba bonito está na Bíblia. O que eles numeraram como 23 que diz: "O senhor é meu pastor e nada me faltará", ali era o Davi dedilhando sua harpa, cantando e mostrando a força que está lá.

Mas o que eu queria dizer era o seguinte: olha, isso é tão importante, tão importante, que a minha geração e o Cristovam é da mesma geração, e eu não tenho o dom nem da Ideli e nem do Crivella aqui que canta aí, mas nós cantamos. O canto libertou esse País e eu sou muito feliz e abençoado por Deus. Eu estava no Maracanãzinho quando eu vi aquele Flávio Cavalcante, a confusão Sabiá. Eu não tenho esse dom, eu tenho até inveja dos senhores, a inveja existe, eu me confesso agora, mas eu estava lá convidado de doutor, médico no Rio de Janeiro, o Hospital do Servidor, quando eu vi aquela confusão toda, Sabiá era o primeiro lugar, o povo querendo quebrar o Maracanãzinho, aí um jovem pegou uma cadeira de pau e disse: "Minha gente, a vida não se resume em festivais. O júri está ali para julgar e nós para cantarmos". Um enfezado disse: "Vem, vamos embora, esperar não é saber, quem sabe faz a hora, não espera acontecer". Nós cantamos isso. A UNE, que hoje nos envergonha, saímos cantando aí e isso é que trouxe a liberdade democrática que nós estamos aqui e a Marisa revive Cícero aproximando-se do povo.

Então eu queria, eu sei que não é muito democrático, mas eu me lembro de uma frase de Napoleão Bonaparte. A gente aprende, ele foi um grande estrategista, herói militar, mas teve o lado culto, o direito, o Código Civil de Napoleão Bonaparte, ele disse um negócio e eu mesmo segui, que eu fui prefeitinho, fui governador e vi que é verdade. Olha, Cristovam, ele disse o seguinte... Para a Marisa que está perto de ser governadora aí, ele disse o seguinte: "Bote uma banda na frente e o povo vai atrás. Ou para a festa ou para a guerra". Então é essa a música que atrai e nós estamos aqui. Eu não poderia deixar de trazer o apoio do meu partido e os aplausos do Piauí a vocês, que representam... Eu que sou Francisco, não tenho nada de Mão Santa, ele disse: "Onde tiver tristeza, leve alegria", e vocês é que trazem alegria.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Agradecendo as palavras do Mão Santa, que nos remete a boas coisas, quero dizer que essa é a última Sessão do ano da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Estamos terminando o ano com os nossos amigos aqui. Queremos agradecer ao Júlio e a toda a sua equipe, a todas as meninas e meninos que durante esse ano estiveram aqui à frente trabalhando, lutando, chamando os senadores, tendo quorum, brigando para que essa Comissão crescesse, as ideias belíssimas que todos vocês tiveram e conseguiram colocar em prática com o nosso apoio também. Então vamos aplaudir o Júlio e a equipe toda.

[palmas]

Como diz a Ademilde, vocês merecem. Quero, então, cumprimentando todos os presentes, agradecendo a vinda do Nelson Sargento, do Wilson Moreira, do Noca da Portela, da Adelaide Chiozzo, da Ademilde Fonseca, do Agenor de Oliveira, do Paulo Debétio, Osvaldinho da Cuíca, Délcio Carvalho, agradecendo a presença de todos vocês aqui nessa manhã conosco. Vocês viram o quanto foi importante a vinda de vocês, já oportunizou que os senadores já se comprometessem a apoiar a causa, então isso vai ser levado adiante.

Agradecendo a vinda de todos vocês aqui, declaro encerrada a última Sessão da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que acaba com uma Sessão monumental e histórica com a vinda de vocês aqui. Muito obrigada.

[palmas]

Sessão encerrada às 12h48.

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conselhos aos Governantes

Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautilya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)
Agência: 4201-3
A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP
Conta-corrente: 170.500-8
Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



Edição de hoje: 1024 páginas
OS: 2009/19890